



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2790

Terça-feira - 02 de Abril de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Corupá	535	Laguna	808
Agronômica	20	Cunha Porã	536	Lajeado Grande	810
Água Doce	21	Cunhataí	548	Lauro Muller	814
Águas de Chapecó	28	Curitibanos	551	Lebon Regis	815
Alfredo Wagner	32	Descanso	553	Leoberto Leal	816
Alto Bela Vista	48	Dionísio Cerqueira	558	Lontras	829
Anchieta	50	Ermo	563	Luiz Alves	830
Angelina	56	Erval Velho	573	Luzerna	1036
Anitápolis	58	Faxinal dos Guedes	574	Macieira	1041
Antônio Carlos	60	Flor do Sertão	575	Mafra	1042
Apiuna	62	Formosa do Sul	592	Maracajá	1046
Arroio Trinta	90	Forquilha	597	Maravilha	1047
Balneário Arroio do Silva	97	Fraiburgo	611	Marema	1080
Balneário Piçarras	102	Galvão	620	Massaranduba	1084
Balneário Rincão	106	Garopaba	621	Matos Costa	1109
Bandeirante	114	Gaspar	638	Meleiro	1110
Barra Bonita	115	Governador Celso Ramos	642	Modelo	1114
Barra Velha	116	Grão Pará	649	Mondaí	1120
Bela Vista do Toldo	117	Guaraciaba	650	Monte Carlo	1121
Belmonte	118	Guaramirim	653	Monte Castelo	1132
Benedito Novo	119	Guarujá do Sul	657	Morro da Fumaça	1133
Biguaçu	130	Herval d'Oeste	658	Navegantes	1136
Blumenau	155	Ibiam	663	Nova Erechim	1169
Bom Jardim da Serra	176	Ibirama	664	Nova Itaberaba	1171
Bom Jesus do Oeste	178	Ilhota	665	Nova Trento	1202
Botuvera	179	Imbituba	669	Nova Veneza	1213
Braço do Trombudo	184	Indaial	678	Novo Horizonte	1214
Brunópolis	185	Iomerê	686	Orleans	1220
Brusque	187	Ipira	688	Ouro Verde	1230
Caçador	219	Iporã do Oeste	690	Paial	1231
Caibi	289	Ipuacú	697	Palhoça	1232
Camboriú	298	Ipumirim	699	Palma Sola	1235
Campos Novos	373	Iraceminha	732	Palmeira	1274
Canelinha	399	Irani	735	Papanduva	1275
Canoinhas	401	Iratí	736	Paraíso	1276
Capão Alto	423	Irineópolis	737	Passo de Torres	1311
Capinzal	462	Itá	738	Passos Maia	1314
Catanduvas	470	Itaiópolis	739	Paulo Lopes	1316
Caxambu do Sul	471	Itapema	740	Penha	1319
Celso Ramos	472	Itapiranga	743	Pescaria Brava	1364
Cerro Negro	474	Itapoá	747	Petrolândia	1365
Chapadão do Lageado	475	Ituporanga	756	Pinhalzinho	1366
Chapecó	480	Jaborá	764	Pinheiro Preto	1367
Cocal do Sul	482	Jacinto Machado	767	Piratuba	1432
Concórdia	500	Jaraguá do Sul	772	Planalto Alegre	1435
Cordilheira Alta	512	Jardínópolis	795	Pomerode	1439
Coronel Freitas	520	Joaçaba	796	Ponte Serrada	1443
Coronel Martins	526	Lacerdópolis	805	Porto Belo	1444
Correia Pinto	528	Lages	807	Porto União	1446





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2790

Terça-feira - 02 de Abril de 2019

Florianópolis/SC

Sumário

Praia Grande.....	1449	São Bonifácio.....	1543	Sombrio.....	1688
Presidente Castello Branco.....	1450	São Carlos.....	1545	Sul Brasil.....	1689
Presidente Getúlio.....	1451	São Cristóvão do Sul.....	1548	Tangará.....	1691
Princesa.....	1453	São Domingos.....	1549	Tigrinhos.....	1697
Quilombo.....	1466	São Francisco do Sul.....	1555	Tijucas.....	1712
Rancho Queimado.....	1480	São João Batista.....	1557	Timbó.....	1715
Rio das Antas.....	1481	São João do Oeste.....	1583	Três Barras.....	1725
Rio do Campo.....	1483	São João do Sul.....	1584	Treze Tílias.....	1737
Rio do Oeste.....	1484	São Joaquim.....	1586	Trombudo Central.....	1755
Rio do Sul.....	1486	São José.....	1589	Tunápolis.....	1759
Rio Negrinho.....	1503	São José do Cedro.....	1596	Turvo.....	1764
Rio Rufino.....	1509	São Lourenço do Oeste.....	1603	União do Oeste.....	1765
Romelândia.....	1510	São Miguel da Boa Vista.....	1612	Urubici.....	1766
Salto Veloso.....	1515	São Miguel do Oeste.....	1613	Urussanga.....	1767
Santa Cecília.....	1516	São Pedro de Alcântara.....	1648	Vargeão.....	1770
Santa Helena.....	1519	Saudades.....	1654	Vidal Ramos.....	1771
Santiago do Sul.....	1520	Schroeder.....	1677	Videira.....	1773
Santo Amaro da Imperatriz.....	1522	Seara.....	1683	Vitor Meireles.....	1790
São Bento do Sul.....	1530	Serra Alta.....	1686	Xanxerê.....	1791
São Bernardino.....	1537	Siderópolis.....	1687	Xaxim.....	1797

Associações

AMFRI.....	1803
------------	------

Consórcios

AGIR.....	1804
ARIS.....	1807
CIGA.....	1808
CIMVI.....	1808
CIS/AMAUC.....	1813
CIS/AMURES.....	1815
CIS/AMVI.....	1819
CISAM.....	1820
Consórcio Quiriri.....	1821
CONDER.....	1824



Abdon Batista

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 46/2019

Publicação Nº 1968432

EXTRATO DE CONTRATO Nº 46/2019, DE UM LADO, O MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA/SC – E DE OUTRO A EMPRESA ELIDVANDA OLIVEIRA DA SILVA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE RODEIO SHOW COM CESAR PARANA E EQUIPE PARA 3 (TRES) NOITES DE ESPETACULO NOS DIAS 26 27 E 28 DE ABRIL DE 2019. VALOR CONTRATADO: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais) . BASE LEGAL: fundamenta-se em conformidade com a Lei nº. 8.666/93, CAPUT, demais dispositivos legais atinentes ao tema.

Abdon Batista 01 de abril de 2019
LUCIMAR ANTONIO SALMORIA
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 01/2019 AO 14/2019

Publicação Nº 1968445

Página: 1/12

(Período de 01/01/2019 a 01/04/2019)

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA

Relação dos Registros de Preços (por fornecedor)

Item	Descrição do Material	Unid.	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
Número do Registro: 1/2019 Data: 30/01/2019							
Fornecedor: 2044 - ADEMIR LUIS DA SILVA E CIA LTDA ME							
1	SERVIÇO DE COLOCAÇÃO DE MEIO FIO EM CONCRETO	m/l		8,000,000	3,5000	28.000,00	Sim ***
				Total do Fornecedor:		28.000,00	
				Total Itens Vencedores:		28.000,00	
				Total do Registro:		28.000,00	
Número do Registro: 2/2019 Data: 31/01/2019							
Fornecedor: 12 - CIMECOM COMERCIO DE MAT. DE CONSTRUÇÃO LTDA							
1	MEIO FIO EM CONCRETO 0,65 X 0,30 X 0,11 CM	PEÇA	CIMECOM PM	20,000,000	11,3000	226.000,00	Sim ***
2	MEIO FIO EM CONCRETO 0,65 X 0,13 X 0,15 CM	m/l	CIMECOM PM	300,000	14,9000	4.470,00	Sim ***
3	BLOCOS DE VEDAÇÃO 14-19-39	UNI	CIMECOM PM	10,000,000	2,7500	27.500,00	Sim ***
				Total do Fornecedor:		257.970,00	
				Total Itens Vencedores:		257.970,00	
				Total do Registro:		257.970,00	
Número do Registro: 3/2019 Data: 01/02/2019							
Fornecedor: 761 - J.V. COM. DE MAT. ELETRICOS E DECORAÇÕES LTDA (ME)							
6	PAINEL DE COMANDO AUTOMÁTICO 32,5 HP	UNI	HERMEC	2,000	3.675,0000	7.350,00	Sim ***
7	PAINEL DE COMANDO AUTOMÁTICO 12,0 HP	UNI	HERMEC	2,000	2.650,0000	5.300,00	Sim ***
8	PAINEL DE COMANDO AUTOMÁTICO 8,0 HP	UNI	HERMEC	2,000	2.600,0000	5.200,00	Sim ***
9	PAINEL DE COMANDO AUTOMÁTICO 6,0 HP	UNI	HERMEC	2,000	2.450,0000	4.900,00	Sim ***
10	CABO PP SUBMERSIVEL, 3X10 MM², 06/1KV	MT	CORFIO	500,000	14,9600	7.480,00	Sim ***
12	CABO PP SUBMERSIVEL 3X35MM	UNI	CORFIO	500,000	49,9400	24.970,00	Sim ***
13	BARRA DE TUBO EDUTOR GALVANIZADO 1 1/2	BR	USIMINAS	50,000	173,9800	8.699,00	Sim ***
14	BARRA DE TUBO EDUTOR GALVANIZADO 2	BR	USIMINAS	50,000	219,6000	10.980,00	Sim ***
15	LUVA GALVANIZADA 1 1/2"	UNI	USIMINAS	15,000	11,5000	172,50	Sim ***

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA

Relação dos Registros de Preços (por fornecedor)

(Período de 01/01/2019 a 01/04/2019)

Página: 2/12

Item	Descrição do Material	Unid.	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
------	-----------------------	-------	---------------	------------	----------------	-------------	---------

Número do Registro: 3/2019 **Data: 01/02/2019**

Fornecedor: 761 - J. V. COM. DE MAT. ELETRICOS E DECORAÇÕES LTDA (ME)

16	LUVA GALVANIZADA 2"	UNI	USIMINAS	15,000	15,6000	234,00	Sim ***
				Total do Fornecedor:		75.285,50	
				Total Itens Vencedores:		75.285,50	

Fornecedor: 3799 - BRASIDAS EIRELI

1	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSA 6" TRIFÁSICA	UNI	VAMBRO	2,000	13.330,0000	26.660,00	Sim ***
2	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSA 6"	UNI	VAMBRO	3,000	6.000,0000	18.000,00	Sim ***
3	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSA 4", 8,0 HP	UNI	VAMBRO	3,000	5.480,0000	16.440,00	Sim ***
4	CONJUNTO MOTOBOMBA SUBMERSA 4", 6,0 HP	UNI	VAMBRO	3,000	4.570,0000	13.710,00	Sim ***
5	BOMBA DE RECALQUE 5HP	UNI	THEBE	2,000	4.400,0000	8.800,00	Sim ***
17	UNIÃO GALVANIZADA 1 1/2"	UNI	KA	15,000	76,5000	1.147,50	Sim ***
18	UNIÃO GALVANIZADA 2"	UNI	KA	15,000	97,7500	1.466,25	Sim ***
19	UNIÃO GALVANIZADA 2 1/2"	UNI	KA	15,000	106,6800	1.600,20	Sim ***
				Total do Fornecedor:		87.823,95	
				Total Itens Vencedores:		87.823,95	
				Total do Registro:		163.109,45	

Número do Registro: 4/2019 **Data: 06/02/2019**

Fornecedor: 1401 - BRITASUL COMERCIO DE PEDRAS LTDA

11	PEDRA BRITADA Nº 1	M3	britasul	300,000	100,0000	30.000,00	Sim ***
12	PEDRA BRITADA Nº 2	M3	britasul	300,000	98,9000	29.670,00	Sim ***
				Total do Fornecedor:		59.670,00	
				Total Itens Vencedores:		59.670,00	

Fornecedor: 2511 - JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME

13	Solvente	UNI	tinsul	50,000	54,0000	2.700,00	Sim ***
----	----------	-----	--------	--------	---------	----------	---------

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA

Relação dos Registros de Preços (por fornecedor)

(Período de 01/01/2019 a 01/04/2019)

Página: 3/12

Item	Descrição do Material	Unid.	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
Número do Registro: 4/2019 Data: 06/02/2019							
Fornecedor: 2511 - JOSE THIAGO DE SOUZA 04935291958 - ME							
16	Tinta Pintura Interna/Externa: Tinta Acrílica Fosca	UNI	maza	150,000	260,0000	39.000,00	Sim ***
				Total do Fornecedor:		41.700,00	
				Total Itens Vencedores:		41.700,00	
Fornecedor: 3191 - ILDA DALPIVA MECABO - ME							
1	AREIA MÉDIA	MT	cordova	600,000	123,8000	74.280,00	Sim ***
2	ARGAMASSA COLANTE TIPO AC-I	UNI	weber-saint g.	150,000	10,7500	1.612,50	Sim ***
3	CAL HIDRATADA TIPO CH-II	UNI	são joão	50,000	12,9000	645,00	Sim ***
4	CIMENTO (SACO DE 50KG)	UNI	cauê sup.csn	3,000,000	27,0000	81.000,00	Sim ***
5	FERRO 10,00(3/8) - 12 M	BR	giassi	500,000	31,9000	15.950,00	Sim ***
6	FERRO 12,5MM	UNI	giassi	500,000	39,9000	19.950,00	Sim ***
7	FERRO 4,20 MM - 12M	BR	giassi	1,000,000	7,9500	7.950,00	Sim ***
8	FERRO 6,3 MM (1/4) - 12M	BR	giassi	500,000	17,4500	8.725,00	Sim ***
9	FERRO 8,00(5/16) - 12M	BR	giassi	500,000	26,4000	13.200,00	Sim ***
14	TUOLO 6 FUROS	UNI	kitijolo	10.000,000	0,5800	5.800,00	Sim ***
				Total do Fornecedor:		229.112,50	
				Total Itens Vencedores:		229.112,50	
				Total do Registro:		330.482,50	
Fornecedor: 2591 - PONTO ECONOMICO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCA							
19	Pacotes de estopa	UNI	Astra	20,000	3,6500	73,00	Sim ***
20	Registro (valvula) 60 mm esfera pvc soldavel	UNI	Viqua	10,000	38,9000	389,00	Sim ***
				Total do Fornecedor:		462,00	
				Total Itens Vencedores:		462,00	
Fornecedor: 3208 - SARA COMERCIO EIRELI - ME							
1	Barras 06 mts tubo 110mm PVC soldável	UNI	PLASTILIT	95,000	185,0000	17.575,00	Sim ***

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA

Relação dos Registros de Preços (por fornecedor)

(Período de 01/01/2019 a 01/04/2019)

Página: 4/12

Item	Descrição do Material	Unid.	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
Número do Registro: 5/2019 Data: 07/02/2019							
Fornecedor: 3208 - SARA COMERCIO EIRELI - ME							
2	Barras 06 mts tubo 50mm PVC soldável	UNI	PLASTILIT	6,000	43,0000	258,00	***
3	Barras 06 mts tubo 60mm PVC soldável	UNI	PLASTILIT	10,000	60,0000	600,00	***
4	Barras 06 mts tubo 75mm PVC soldável	UNI	PLASTILIT	25,000	92,0000	2.300,00	***
5	Barras 06 mts tubo 85mm PVC soldável	UNI	PLASTILIT	140,000	95,0000	13.300,00	***
6	Bucha de redução 110x85mm PVC soldável	UNI	KRONA	20,000	37,0000	740,00	***
7	Bucha de redução 75x60mm PVC soldável	UNI	KRONA	30,000	9,9000	297,00	***
8	Bucha de redução 85x75mm PVC soldável	UNI	PLASTILIT	15,000	9,0000	135,00	***
9	Curva longa 60mm PVC soldável	UNI	PLASTILIT	40,000	17,0000	680,00	***
10	Fita veda rosca 12mmx50 mts	UNI	PLASTILIT	30,000	6,0000	180,00	***
11	Folha de lixa ferro nº100	UNI	ALCAR	70,000	2,9000	203,00	***
12	Joelho 45x60mm PVC soldável	UNI	PLASTILIT	25,000	16,0000	400,00	***
13	Joelho 90x60mm PVC soldável	UNI	PLASTILIT	135,000	15,8000	2.133,00	***
14	Joelho 90x75mm PVC soldável	UNI	PLASTILIT	40,000	33,5000	1.340,00	***
15	Luva 110mm PVC soldável	UNI	KRONA	10,000	41,0000	410,00	***
16	Luva 60 mm pvc soldavel	UNI	PLASTILIT	10,000	8,0000	80,00	***
17	Luva 75mm pvc soldavel	UNI	KRONA	8,000	12,0000	96,00	***
18	Luva 85mm PVC soldável	UNI	KRONA	28,000	26,4000	739,20	***
21	Registro 110 mm PVC soldável	UNI	KRONA	4,000	400,0000	1.600,00	***
22	Serra de mão Starret Amarela	UNI	NICHOLSON	30,000	6,0000	180,00	***
23	Solução preparadora 850 gramas	UNI	PISAFIX	30,000	47,0000	1.410,00	***
24	União 110mm PVC soldável	UNI	KRONA	13,000	350,0000	4.550,00	***
25	União 60mm PVC soldável	UNI	KRONA	8,000	49,0000	392,00	***
Total do Fornecedor:						49.598,20	
Total Itens Vencedores:						49.598,20	
Total do Registro:						50.060,20	

Número do Registro: 6/2019 Data: 11/02/2019

Fornecedor: 1457 - LA CN INFORMATICA LTDA

12 COPO DE CARTÃO 80 ML PRIMEIRA LINHA, RESISTENTE A COM
 24 GARRAFA TÉRMICA 1,8L

CX COPOSUL
 UNI MOR

100,000
 60,000

105,0000
 47,0000

10.500,00
 2.820,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA
 Relação dos Registros de Preços (por fornecedor)

(Período de 01/01/2019 a 01/04/2019)

Página: 5/12

Item	Descrição do Material	Unid.	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Compro
Número do Registro: 6/2019 Data: 11/02/2019							
Fornecedor: 1457 - LA CN INFORMATICA LTDA							
68	COPO DE CARTÃO 80 ML PRIMEIRA LINHA, RESISTENTE A COM	CX	COPOSUL	300,000	89,9000	26.970,00	Sim ***
				Total do Fornecedor:		40.290,00	
				Total Itens Vencedores:		40.290,00	
Fornecedor: 1828 - AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTD							
2	Álcool gel 70%, com 500 ml antisséptico hidratante	UNI	1995ITAJÁ	600,000	4,0000	2.400,00	Sim ***
3	ALCOOL LÍQUIDO	UNI	1993ITAJÁ	1.000,000	6,1500	6.150,00	Sim ***
9	CERA AMARELA 750ML	UNI	GIRANDO SOL	400,000	9,0000	3.600,00	Sim ***
10	CERA INCOLOR 750ML	UNI	GIRANDO SOL	400,000	9,0000	3.600,00	Sim ***
11	CERA LÍQUIDA VERMELHA 750ML	UNI	GIRANDO SOL	300,000	9,0000	2.700,00	Sim ***
16	DESODORIZADOR DE AMBIENTE DE 1ª LINHA AEROSOL - DESODORIZADO	UNI	ULTRAFREHS	400,000	7,0000	2.800,00	Sim ***
20	ESPONJA ABRASIVA DUPLA FACE	PC	BETANIM	1.000,000	2,3400	2.340,00	Sim ***
34	LUVA M LATEX	CX	DESCARPACK	100,000	27,0000	2.700,00	Sim ***
53	SABÃO EM PÓ: MULTIPLAÇÃO OU TRIPLAÇÃO	CX	5211ASSIM	1.000,000	7,8000	7.800,00	Sim ***
60	SAPONAGEO CREMOSO 300ML	UNI	PERFECT	700,000	7,2000	5.040,00	Sim ***
62	TOALHA DE MESA RETANGULAR 140X210	UNI	GABELLEI	20,000	15,0000	300,00	Sim ***
63	TOALHA DE PAPEL P/ MAOS C/1000	PC	GUIPELLUXO	2.000,000	10,5000	21.000,00	Sim ***
72	LUVA M LATEX	CX	DESCARPACK	300,000	27,5000	8.250,00	Sim ***
74	PAPEL HIGIÊNICO: FOLHA DUPLA 30 METROS X 10 CM - PACOTE 4 UNID	UNI	3387GUIPEL	2.500,000	3,8700	9.675,00	Sim ***
				Total do Fornecedor:		78.355,00	
				Total Itens Vencedores:		78.355,00	
Fornecedor: 3091 - CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME							
5	Amaciante de roupas: embalagem 05 litros	UNI	BELLADONA	450,000	9,0900	4.090,50	Sim ***
13	COPO DE CARTÃO 300ML C/100	CX	TOTAL PLAST	100,000	112,0000	11.200,00	Sim ***
15	DESINFETANTE: EMBALAGEM 05 LITROS	UNI	BELLADONA	1.000,000	12,0000	12.000,00	Sim ***
28	LIMPADOR DE LIMPEZA PESADA 500ML	UNI	BELLADONA	900,000	2,3200	2.088,00	Sim ***
29	LIMPADOR DE USO GERAL ORIGINAL EM SPRAY 500ML	UNI	BELLADONA	1.000,000	3,4800	3.480,00	Sim ***
33	Lustra móveis 500 ml	UNI	PERFECT	200,000	5,0000	1.000,00	Sim ***
54	SABONETE LÍQUIDO NEUTRO 05 LITROS	UNI	BELLADONA	30,000	15,0000	450,00	Sim ***
55	SABONETE LÍQUIDO (FRASCO DE 1 LITRO)	L	BELLADONA	250,000	5,9500	1.487,50	Sim ***

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA

Relação dos Registros de Preços (por fornecedor)

(Período de 01/01/2019 a 01/04/2019)

Página: 6/12

Item	Descrição do Material	Unid.	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
Número do Registro: 6/2019 Data: 11/02/2019							
Fornecedor: 3091 - CATARINENSE COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME							
57	SACO DE LIXO DE 100 LITROS	PC	CATARINENSE	800,000	9,9500	7.960,00	Sim ***
58	SACO DE LIXO DE 50 LITROS	PC	CATARINENSE	350,000	13,1000	4.585,00	Sim ***
65	TOUCA DESCARTAVEL	UNI	DESCARPACK	150,000	13,7500	2.062,50	Sim ***
66	VASSOURA	UNI	LOCATELLI	400,000	10,4500	4.180,00	Sim ***
69	COPO DESCARTAVEL 300ML C/100	CX	TOTAL PLAST	300,000	94,0000	28.200,00	Sim ***
Total do Fornecedor:						82.783,50	
Total Itens Vencedores:						82.783,50	
Fornecedor: 3125 - PERFORMACE COMERCIO & SERVICOS EIRELI - ME							
4	ALVEJANTE 2L	UNI	BELLADONA	2.000,000	8,0000	16.000,00	Sim ***
14	COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS TRANSPARENTE DE 200 ML	CX	MINAPLAST	100,000	102,5500	10.255,00	Sim ***
19	ESCOVA PARA VASO SANITÁRIO COM CABO E SUPORTE DE PLÁSTICO	UNI	PL	100,000	7,3500	735,00	Sim ***
23	Flanela amarela, dimensão 38 x 58 cm 100% algodão	UNI	MARTINS	200,000	1,7000	340,00	Sim ***
25	GRAMPO PARA ROUPA DE MADEIRA C/12	PC	GABOARDI	80,000	1,7800	142,40	Sim ***
30	LIXEIRA 10 LITROS	UNI	ARQPLAST	30,000	12,3500	370,50	Sim ***
31	LIXEIRA 20 LITROS	UNI	ARQPLAST	30,000	20,9000	627,00	Sim ***
35	Luva para limpeza tamanho M	PR	TALGE	350,000	2,1400	749,00	Sim ***
36	Luva para limpeza tamanho G	PR	TALGE	100,000	2,1400	214,00	Sim ***
37	LUVA PARA LIMPEZA TAMANHO P	PR	TALGE	400,000	2,1400	856,00	Sim ***
40	PANO DE PRATO GRANDE 72X75	UNI	MARTINS	300,000	5,9200	1.776,00	Sim ***
44	PAPEL TOALHA INTERFOLHADO, DUAS DOBRAS, BRANCO	PC		800,000	3,8000	3.040,00	Sim ***
47	PORTA TOALHA DE PAPEL DE PAREDE	UNI		40,000	15,2000	608,00	Sim ***
48	PRATO DESCARTAVEL 260MM DE DIAMETRO C/10	PC	MINAPLAST	800,000	2,7000	2.160,00	Sim ***
50	QUEROSENE 01 LITRO	UNI	BELLADONA	400,000	11,7900	4.716,00	Sim ***
52	SABAO EM BARRA	BR	ZAVASKI	800,000	1,3800	1.104,00	Sim ***
56	SACO DE LIXO 30 LITROS	PC	IMPLA	500,000	11,0000	5.500,00	Sim ***
61	TOALHA BANHO	UNI	KGD	500,000	18,0000	9.000,00	Sim ***
67	COPO DE ISOPOR (PACOTE COM 25 UNIDADES)	UNI	DART	100,000	22,5900	2.259,00	Sim ***
70	COPOS PLÁSTICOS DESCARTÁVEIS TRANSPARENTE DE 200 ML	CX	MINAPLAST	300,000	99,5000	29.850,00	Sim ***
73	PANO DE LIMPEZA LISTRADO 50X68	UNI	MARTINS	400,000	5,9000	2.360,00	Sim ***
Total do Fornecedor:						92.661,90	
Total Itens Vencedores:						92.661,90	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA

Relação dos Registros de Preços (por fornecedor)

Página: 7/12

(Período de 01/01/2019 a 01/04/2019)

Item	Descrição do Material	Unid.	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Compro
Número do Registro: 6/2019 Data: 11/02/2019							
Fornecedor: 3542 - LUIZ ANTONIO JUNCCKES							
1	AGUA SANITARIA 05 LITROS	UNI	BELLA DONA	1,000,000	14,000	14.000,00	***
6	BALDE PARA LIMPEZA 15LT	UNI	ARQPLAST	100,000	13,600	1.360,00	***
7	BALDE PLASTICO 10 LITROS	UNI	ARQPLAST	100,000	4,740	474,00	***
17	DETERGENTE GLICERINADO NEUTRO, FRASCO COM 500 ML	UNI	GIRANDO SOL	1,800,000	1,690	3.042,00	***
18	ESCOVA PARA LAVAR ROUPA	UNI	GOULART	30,000	7,900	237,00	***
21	ESPONJA DE LÃ DE AÇO	PC	INOVE	500,000	2,700	1.350,00	***
22	FIO PARA VARAL 10MT	UNI	BOMPACK	50,000	1,850	92,50	***
26	GUARDANAPO DE PAPEL EXTRA BRANCO MACIO - 33CMX33CM	UNI	SORELLA	500,000	1,980	990,00	***
27	Limpa vidro desembacante - com 500 ml	UNI	BELLA DONA	600,000	1,860	1.116,00	***
32	LIXEIRO COM PEDAL 25 L	UNI	ARQPLAST	50,000	28,000	1.400,00	***
38	PÁ PARA LIXO	UNI	HARACEM	30,000	3,250	97,50	***
39	PALHA DE AÇO Nº01 EMBALAGEM 25G	UNI	INOVE	500,000	1,720	860,00	***
41	PAPEL ALUMINIO 45X7,5	RL	BOMPACK	40,000	5,470	218,80	***
49	PRATO DESCARTAVEL PEQUENO 150MM DE DIAMETRO C/10	PC	BOMPACK	200,000	0,800	160,00	***
59	SACO PARA FREEZER	RL	BOMPACK	500,000	12,200	6.100,00	***
64	TOALHAS DE ROSTO	UNI	MARTINS	500,000	11,000	5.500,00	***
76	RODO DE ESPUMA 30 CM	UNI	HARACEM	100,000	16,000	1.600,00	***
					Total do Fornecedor:	38.597,80	
					Total Itens Vencedores:	38.597,80	
					Total do Registro:	332.688,20	

Número do Registro: 7/2019 Data: 25/02/2019

Fornecedor: 3100 - PPR INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI - EPP

1	TUBA/BOMBARDÃO ¼ DE 3 PISTOS BB (SI BEMOL)	UNI	magnum	2,000	8.569,000	17.138,00	***
2	BOMBARDINO DE 3 PISTOS BB (SI BEMOL)	UNI	magnum	2,000	2.900,000	5.800,00	***
3	CLARINETE BB (SI BEMOL) 17 CHAVES	UNI	magnum	4,000	999,000	3.996,00	***
4	TROMPETE BB (SI BEMOL)	UNI	magnum	4,000	900,000	3.600,00	***
5	SAXHORN EB (MI BEMOL)	UNI	weril	4,000	2.200,000	8.800,00	***

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA
 Relação dos Registros de Preços (por fornecedor)

Página: 8/12

(Período de 01/01/2019 a 01/04/2019)

Item	Descrição do Material	Unid.	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Compro
------	-----------------------	-------	---------------	------------	----------------	-------------	--------

Número do Registro: 7/2019 **Data: 25/02/2019****Fornecedor: 3100 - PPR INSTRUMENTOS MUSICAIS EIRELI - EPP**

6	SAX ALTO EB (MI BEMOL)	UNI	quasar	1,000	2.769,0000	2.769,00	Sim ***
				Total do Fornecedor:		42.103,00	
				Total Itens Vencedores:		42.103,00	
				Total do Registro:		42.103,00	

Número do Registro: 8/2019 **Data: 28/02/2019****Fornecedor: 540 - FM PNEUS LTDA**

9	RECAPAGEM 1000/20 BORRACHUDO RADIAL	UNI	VIPAL	100,000	385,0000	38.500,00	Sim ***
13	RECAPAGEM 205/55RX16	SV	VIPAL	40,000	143,0000	5.720,00	Sim ***
21	VULCANIZAÇÃO 1000-20	SV	VIPAL	100,000	138,0000	13.800,00	Sim ***
				Total do Fornecedor:		58.020,00	
				Total Itens Vencedores:		58.020,00	

Fornecedor: 1581 - ILDO ZANCHETTI

6	MONTAGEM DE PNEU MOTOCICLETA	UNI	SERVIÇO	50,000	4,0000	200,00	Sim ***
				Total do Fornecedor:		200,00	
				Total Itens Vencedores:		200,00	

Fornecedor: 1830 - GRANDO PNEUS LTDA

17	RECAPAGEM PNEU 275/60R 22.5	SV	RUZI	40,000	489,0000	19.560,00	Sim ***
20	RECAUCHUTAGEM 19.5-24	SV	RUZI	15,000	1.395,0000	20.925,00	Sim ***
				Total do Fornecedor:		40.485,00	
				Total Itens Vencedores:		40.485,00	

Fornecedor: 1831 - RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA - EPP

15	RECAPAGEM 750-16 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEW	30,000	296,0000	8.880,00	Sim ***
----	-----------------------------	----	-----------	--------	----------	----------	---------

Página: 9/12

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA

Relação dos Registros de Preços (por fornecedor)

(Período de 01/01/2019 a 01/04/2019)

Item	Descrição do Material	Unid.	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Compro
Número do Registro: 8/2019 Data: 28/02/2019							
Fornecedor: 1831 - RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA - EPP							
16	RECAPAGEM 9-17.5 BORRACHUDO	SV	RUBBERNEW	30,000	318,0000	9.540,00	***
24	VULCANIZAÇÃO 19.5-24	SV	RUBBERNEW	20,000	300,0000	6.000,00	***
25	VULCANIZAÇÃO 750-16	SV	RUBBERNEW	40,000	75,0000	3.000,00	***
				Total do Fornecedor:		27.420,00	
				Total Itens Vencedores:		27.420,00	
Fornecedor: 2098 - BORILLI PNEUS LTDA							
12	RECAPAGEM 185R/14	UNI	VIPAL	40,000	111,0000	4.440,00	***
14	RECAPAGEM 215-75R 17.5	SV	VIPAL	40,000	299,0000	11.960,00	***
19	RECAUCHUTAGEM 1400-24	SV	VIPAL	50,000	1.230,0000	61.500,00	***
23	VULCANIZAÇÃO 1400-24	SV	VIPAL	50,000	249,0000	12.450,00	***
				Total do Fornecedor:		90.350,00	
				Total Itens Vencedores:		90.350,00	
Fornecedor: 3456 - JOSE EVANDIR PASSOS 02126564908							
1	CONERTO DE PNEU III MAQUINAS PESADAS	SV		150,000	50,0000	7.500,00	***
2	CONERTO DE PNEU MOTOCICLETA	UNI	SERVIÇO	50,000	5,0000	250,00	***
3	CONERTO DE PNEU PEQUENO	SV	SERVIÇO	200,000	6,0000	1.200,00	***
4	CONERTO DE PNEU, (MICRO ONIBUS, CAMINHÃO)	SV	SERVIÇO	350,000	19,0000	6.650,00	***
5	MONTAGEM DE PNEU III MAQUINAS PESADAS	SV	SERVIÇO	300,000	40,0000	12.000,00	***
7	MONTAGEM DE PNEU PEQUENO	SV	SERVIÇO	350,000	6,0000	2.100,00	***
8	MONTAGEM DE PNEU, (MICRO ONIBUS)	SV	SERVIÇO	350,000	19,0000	6.650,00	***
				Total do Fornecedor:		36.350,00	
				Total Itens Vencedores:		36.350,00	
Fornecedor: 3845 - DANIEL CARLOS GRIS							
10	RECAPAGEM 125/80/18	SV	RUZI	30,000	544,0000	16.320,00	***
11	RECAPAGEM 14.9.28	SV	RUZI	10,000	1.018,0000	10.180,00	***
18	RECAUCHUTAGEM 12-16.5	SV	RUZI	15,000	570,0000	8.550,00	***

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA

Relação dos Registros de Preços (por fornecedor)

(Período de 01/01/2019 a 01/04/2019)

Página: 10/12

Item	Descrição do Material	Unid.	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Compro
Número do Registro: 8/2019 Data: 28/02/2019							
Fornecedor: 3845 - DANIEL CARLOS GRIS							
22	VULCANIZAÇÃO 12-16-5	SV	RUZI	20,000	99,0000	1.980,00	Sim ***
				Total do Fornecedor:		37.030,00	
				Total Itens Vencedores:		37.030,00	
				Total do Registro:		289.855,00	
Número do Registro: 9/2019 Data: 07/03/2019							
Fornecedor: 781 - MOCELIN LAVAÇÃO LTDA							
1	LAVAÇÃO DE CAMINHOS	SV		100,000	89,0000	8.900,00	Sim ***
3	LAVAÇÃO DE MICRO-ONIBUS E ONIBUS	SV		400,000	88,0000	35.200,00	Sim ***
8	LUBRIFICAÇÃO DE CAMINHÃO	SV		100,000	35,0000	3.500,00	Sim ***
9	LUBRIFICAÇÃO DE MAQUINAS PESADAS	UNI		50,000	45,0000	2.250,00	Sim ***
10	LUBRIFICAÇÃO DE MICRO ONIBUS E ONIBUS	SV		400,000	27,5000	11.000,00	Sim ***
11	LUBRIFICAÇÃO DE VEICULOS KOMBI	SV		100,000	18,0000	1.800,00	Sim ***
12	LAVAÇÃO DA MOTOCICLETA	SV		50,000	12,0000	600,00	Sim ***
				Total do Fornecedor:		63.250,00	
				Total Itens Vencedores:		63.250,00	
Fornecedor: 3456 - JOSE EVANDIR PASSOS 02126564908							
2	LAVAÇÃO DE MAQUINAS PESADAS	UNI	SERVIÇO	100,000	104,0000	10.400,00	Sim ***
4	LAVAÇÃO DE VEICULO AMBULANCIA	UNI	SERVIÇO	80,000	49,0000	3.920,00	Sim ***
5	LAVAÇÃO DE VEICULO KOMBI	SV	SERVIÇO	100,000	44,0000	4.400,00	Sim ***
6	LAVAÇÃO DO VEICULO VAN	SV	SERVIÇO	30,000	79,0000	2.370,00	Sim ***
7	LAVAÇÃO GERAL INTERNA E EXTERNA DE VEICULO PEQUENO	UNI	SERVIÇO	550,000	29,5000	16.225,00	Sim ***
				Total do Fornecedor:		37.315,00	
				Total Itens Vencedores:		37.315,00	
				Total do Registro:		100.565,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA

Relação dos Registros de Preços (por fornecedor)

(Período de 01/01/2019 a 01/04/2019)

Página: 11/12

Item	Descrição do Material	Unid.	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
------	-----------------------	-------	---------------	------------	----------------	-------------	---------

Número do Registro: 10/2019 Data: 07/03/2019

Fornecedor: 1136 - LIGA CAMPONOVENSE DE FUTEBOL 'LCF'

- 1 ARBITRAGEM DE JOGOS DE FUTSAL
- 2 ARBITRAGEM DE JOGOS DE FUTEBOL DE CAMPO
- 3 ARBITRAGEM DE JOGOS DE VOLEI

JG	serviço	250,000	190,0000	47.500,00	Sim	***
JG	serviço	100,000	400,0000	40.000,00	Sim	***
JG	serviço	50,000	120,0000	6.000,00	Sim	***
Total do Fornecedor:				93.500,00		
Total Itens Vencedores:				93.500,00		
Total do Registro:				93.500,00		

Número do Registro: 11/2019 Data: 08/03/2019

Fornecedor: 3457 - NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA

- 1 NITROGENIO LIQUIDO

L	NITROTEC	4.000,000	4,5000	18.000,00	Sim	***
Total do Fornecedor:				18.000,00		
Total Itens Vencedores:				18.000,00		
Total do Registro:				18.000,00		

Número do Registro: 12/2019 Data: 12/03/2019

Fornecedor: 3854 - ALAN FERNANDO BELOTTO

- 1 SEMEN DA RAÇA HOLANDESA PROVADO COM PROVAS PELO INTERBULL
- 2 SEMEN DA RAÇA JERSEY PROVADO COM PROVAS PELO INTERBULL

UNI	BLACK FACE	800,000	16,5000	13.200,00	Sim	***
UNI	BLACK FACE	300,000	16,0000	4.800,00	Sim	***
Total do Fornecedor:				18.000,00		
Total Itens Vencedores:				18.000,00		
Total do Registro:				18.000,00		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA

Relação dos Registros de Preços (por fornecedor)

(Período de 01/01/2019 a 01/04/2019)

Página: 12/12

Item	Descrição do Material	Unid.	Nome da Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total	Comprou
Número do Registro: 13/2019 Data: 19/03/2019							
Fornecedor: 3501 - DEIP VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA							
1	Serviços de Segurança com agentes registrados nos órgãos	TU	serviço	200,000	148,9000	29.780,00	Sim ***
				Total do Fornecedor:		29.780,00	
				Total Itens Vencedores:		29.780,00	
				Total do Registro:		29.780,00	
Número do Registro: 14/2019 Data: 19/03/2019							
Fornecedor: 2894 - EMANOEL MACHADO - ME							
1	GASOLINA COMUM	L	ALE	60.000,000	3,9900	239.400,00	Sim ***
2	OLEO DIESEL COMUM	L	ALE	60.000,000	3,3200	199.200,00	Sim ***
3	OLEO DIESEL S-10	L	ALE	60.000,000	3,4100	204.600,00	Sim ***
4	GASOLINA ADITIVADA	L	ALE	5.000,000	4,0900	20.450,00	Sim ***
				Total do Fornecedor:		663.650,00	
				Total Itens Vencedores:		663.650,00	
				Total do Registro:		663.650,00	

CONTRATOS JANEIRO A MARÇO 2019

Publicação Nº 1968457

Página: 1/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA

Relação dos Contratos

Sequ. Contrato	Nº Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
2019000001	01/2019	03/01/2019	31/12/2019		Não	7.165,92		SERVIÇOS	CONTROLLER TECNOLOGIA SISTEMA INFORMAÇ
Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica especializada para cessão de licenciamento de uso de sistema informatizado integrado para gestão escolar na Rede Municipal de Abdon Batista.									
2019000002	02/2019	03/01/2019	31/12/2019		Não	7.920,00		SERVIÇOS	LOGPRO SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS PARA TER
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CUSTOMIZAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO COMERCIAL E OPERACIONAL PÚBLICO HOMOLOGADO PELO MINISTÉRIO DAS CIDADES, NA ÁREA DE SANEAMENTO (ÁGUA E ESGOTO).									
2019000003	03/2019	04/01/2019	31/12/2019		Não	12.360,00		SERVIÇOS	ALEX LUIZ DA SILVA
Objeto: SERVIÇO DE ASSESSORIA EDUCACIONAL PARA QUALIFICAR E APRIMORAR A GESTÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO									
2019000004	04/2019	07/01/2019	29/11/2019	127/2018	Não	15.600,00		SERVIÇOS	MARCOS AGOSTINI 77651294904
Objeto: CONSTRUÇÃO DE PROTEÇÃO DE FONTES DE ÁGUA (MODELO CAXAMBU) E PLANTIO DE MUDAS CONFORME TRABALHO E PROJETO DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA									
2019000005	05/2019	17/01/2019	29/04/2019	5/2019	Não	75.000,00		SERVIÇOS	E S EVENTOS E PRODUCOES ARTISTICAS EIRELI
Objeto: CONTRATAÇÃO DE ARTISTA RICK E RENNER PARA REALIZAÇÃO DA 30ª FESTA DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO.									
2019000006	06/2019	17/01/2019	29/04/2019	6/2019	Não	155.000,00		SERVIÇOS	F & S - PRODUCOES ARTISTICAS LTDA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE ARTISTA FERNANDO E SOROCABA PARA REALIZAÇÃO DA 30ª FESTA DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO.									
2019000007	07/2019	18/01/2019	30/06/2019	7/2019	Não	5.100,00		SERVIÇOS	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE
Objeto: Esta contratação direta tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONTRATANTE para pagamento das despesas de telefonia móvel.									
2019000008	08/2019	18/01/2019	31/12/2019	8/2019	Não	34.548,00		COMPRAS E SERVIÇOS	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE
Objeto: O contrato de rateio tem por objeto a entrega de recursos financeiros a serem disponibilizados pelo CONTRATANTE ao Consórcio Público CONTRATADO para atendimento do objeto do Contrato de Programa especificado na cláusula primeira, relativo ao Rateio Fixo das Despesas para desenvolvimento dos Projetos e Ações do Programa de Licitações Compartilhadas - PROLICITA, previamente aprovado em Assembleia Geral do Consórcio, para o exercício de 2019, na ação: Desenvolvimento e Gestão de licitações.									
2019000009	09/2019	18/01/2019	31/12/2019	9/2019	Não	30.000,00		COMPRAS E SERVIÇOS	CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE
Objeto: Esta contratação direta tem por objeto o repasse de recursos financeiros pelo CONTRATANTE para pagamento das ações executadas através do CONTRATADO para manutenção da iluminação pública do município de Abdon Batista.									
2019000010	10/2019	18/01/2019	31/03/2019		Não	3.564,00		SERVIÇOS	JOÃO FRANCISCO BORTOLI
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ESTACIONAR E DEPOSITAR VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE SUA PROPRIEDADE.									
2019000011	11/2019	18/01/2019	31/03/2019		Não	4.860,00		SERVIÇOS	ANTONIO HAMES.
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS									
2019000012	12/2019	30/01/2019	29/03/2019	3/2019	Não	2.958,50		COMPRA	ANTONIO VIEL - ME
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA PATROLA KOMATSU GD55 DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS									
2019000013	13/2019	30/01/2019	29/03/2019	3/2019	Não	8.945,50		COMPRA	ADIMAC PEÇAS E SERVIÇOS LTDA ME
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DA PATROLA KOMATSU GD55 DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS									
2019000014	14/2019	31/01/2019	09/03/2019	76/2018	Não	52.137,48		COMPRAS E SERVIÇOS	W/W CONSTRUCOES EIRELI
Objeto: TOMADA DE PREÇOS PARA REVITALIZAÇÃO DA PRAÇA CENTRAL DO MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, CONFORME CONVENIO COM RECURSOS DO FUNDO SOCIAL DO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, INFORMANDO COMPLETAS CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS, CRONOGRAMAS FISICO-FINANCEIRO E ORÇAMENTOS QUE INTEGRAM O EDITAL.									
2019000015	15/2019	07/02/2019	29/03/2019	15/2019	Não	10.600,00		COMPRA	VIDECAR CAMINHÕES LTDA
Objeto: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO MICRO ONIBUS PLACA WKE 1741 DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO									
2019000016	16/2019	11/02/2019	31/12/2019	10/2019	Não	72.800,00		SERVIÇOS	ALZINO MOCELIN 61495557987
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DE ACORDO COM ANEXO D DO EDITAL.									
2019000017	17/2019	11/02/2019	31/12/2019	10/2019	Não	129.600,00		SERVIÇOS	TRANSPORTES E TURISMO MANFREDI LTDA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DE ACORDO COM ANEXO D DO EDITAL.									

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA
 Relação dos Contratos

Seqü. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
2019000018	018/2019	11/02/2019	05/04/2020	26/2018	Não	0,00		SERVIÇOS	GV CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELI ME
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADO DE CONSULTORIA TÉCNICA, VISANDO À MELHORIA DA GESTÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA, conforme detalhamento no Anexo II - Termo de Referência.									
2019000019	19/2019	18/02/2019	18/02/2020	17/2019	Não	39.740,00		SERVIÇOS	GENTE SEGURADORA SA
Objeto: CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA SEGURADORA PARA COBERTURA TOTAL (COLISÃO, INCENDIO, ROUBO, FURTO E DANOS CAUSADOS A TERCEIROS,) DA FROTA DE VEICULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL.									
2019000020	20/2019	18/02/2019	18/02/2020	17/2019	Não	23.160,00		SERVIÇOS	PORTO SEGURO CIA DE SEGUROS GERAIS
Objeto: CONTRATAÇÃO DE COMPANHIA SEGURADORA PARA COBERTURA TOTAL (COLISÃO, INCENDIO, ROUBO, FURTO E DANOS CAUSADOS A TERCEIROS,) DA FROTA DE VEICULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL.									
2019000021	21/2019	18/02/2019	31/12/2019		Não	7.497,36		SERVIÇOS	INFO DIGITALL - SOLUCOES TECNOLOGICAS PAI
Objeto: O objeto do presente contrato é a locação de Sistema de informática GEDOC (Gerenciador eletrônico de Documentos) sob a forma de licença de uso, não exclusiva, em ambiente Windows. O sistema destina-se ao gerenciamento eletrônico e digitalização dos seguintes documentos administrativos (Atas das Sessões, Audiências Públicas, Contratos, Certidões, Ofícios / Correspondências, Decretos, Editais, Enendas, Indicações, Medidas Provisórias, Moções, Pareceres, Parecer Jurídico, Pedidos de Informação, Pro									
2019000022	22/2019	21/02/2019	31/12/2019	18/2019	Não	43.500,00		SERVIÇOS	KLEBER SALMORA ME
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE LINK INTERNET EM FIBRA OPTICA E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA E SUAS SECRETARIAS.									
2019000023	23/2019	25/02/2019	31/12/2019	21/2019	Não	3.972,00		SERVIÇOS	MA KHEL EDUARDO REDANTE SOM
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DA FESTA DO MUNICÍPIO.									
2019000024	24/2019	25/02/2019	31/12/2019	21/2019	Não	21.700,00		SERVIÇOS	HELTON JAX CORDEIRO DOS SANTOS - ME
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DA FESTA DO MUNICÍPIO.									
2019000025	25/2019	25/02/2019	31/12/2019	21/2019	Não	40.646,00		SERVIÇOS	CASA MOREIRA EVENTOS LTDA. - EPP
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DA FESTA DO MUNICÍPIO.									
2019000026	26/2019	25/02/2019	31/12/2019	21/2019	Não	10.200,00		SERVIÇOS	LEGO FEIRAS LTDA - ME
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DA FESTA DO MUNICÍPIO.									
2019000027	27/2019	25/02/2019	31/12/2019	21/2019	Não	8.700,00		SERVIÇOS	CHICO GERADORES LTDA - ME
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DA FESTA DO MUNICÍPIO.									
2019000028	28/2019	25/02/2019	31/12/2019	21/2019	Não	13.800,00		SERVIÇOS	CINARA FRANCELI CAREZIA 02040155961
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DA FESTA DO MUNICÍPIO.									
2019000029	29/2019	25/02/2019	31/12/2019	21/2019	Não	47.667,00		SERVIÇOS	LIND GUIMAR MACHADO
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS PARA REALIZAÇÃO DA FESTA DO MUNICÍPIO.									
2019000030	30/2019	27/02/2019	29/04/2019	19/2019	Não	25.100,00		SERVIÇOS	ANTHARYS LTDA
Objeto: A presente licitação tem por objeto a Exploração de espaços para comercialização de alimentação ao público em geral, nos dias 26, 27 e 28 de abril, na área denominada praça de alimentação, durante a realização dos mesmos, nas dependências do Parque Municipal de Eventos de Abdon Batista durante a realização do aniversário do município.									
2019000031	31/2019	27/02/2019	29/04/2019	20/2019	Não	40.100,00		SERVIÇOS	ANTHARYS LTDA
Objeto: A presente licitação tem por objeto a Exploração da Comercialização de bebidas alcoólicas e não alcoólicas ao público em geral, nos dias 26, 27 e 28 de abril, na área denominada arena de shows, durante a realização dos mesmos, nas dependências do Parque Municipal de Eventos de Abdon Batista durante a realização do aniversário do município.									
2019000032	32/2019	27/02/2019	31/12/2019		Não	12.000,00		SERVIÇOS	ADILSON ROGERIO DE OLIVEIRA 64947025972
Objeto: Ensaio musical mensal de danças tradicionais com a invençada artística de Abdon Batista.									
2019000033	33/2019	28/02/2019	31/12/2019	1/2019	Não	17.110,00		COMPRA	JACÓ PETRI
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental de Rede Pública Municipal de Abdon Batista-SC									
2019000034	34/2019	28/02/2019	31/12/2019	1/2019	Não	14.022,80		COMPRA	REINALDO MOCELIN
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental de Rede Pública Municipal de Abdon Batista-SC									

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA
 Relação dos Contratos

Seqü. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
20190000035	35/2019	28/02/2019	31/12/2019	1/2019	Não	18.000,00		COMPRA	JOSÉ WAGNER MACHADO
Objeto:	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Abdon Batista-SC								
20190000036	36/2019	28/02/2019	31/12/2019	1/2019	Não	4.760,00		COMPRA	PATRICK SIMAO ZANCHETT
Objeto:	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Abdon Batista-SC								
20190000037	37/2019	28/02/2019	31/12/2019	1/2019	Não	15.080,00		COMPRA	ARTENIS MOCELIN
Objeto:	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Abdon Batista-SC								
20190000038	38/2019	28/02/2019	31/12/2019	1/2019	Não	4.350,00		COMPRA	CESAR LEOPOLDO MOCELIN
Objeto:	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Abdon Batista-SC								
20190000039	39/2019	28/02/2019	31/12/2019	1/2019	Não	12.700,00		COMPRA	DAVID MOCELIN OU ROSINELI MOCELIN
Objeto:	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Abdon Batista-SC								
20190000040	40/2019	28/02/2019	31/12/2019	1/2019	Não	3.865,00		COMPRA	CLAUDIA ALVES
Objeto:	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Abdon Batista-SC								
20190000041	41/2019	28/02/2019	31/12/2019	1/2019	Não	2.299,50		COMPRA	MARCIA APARECIDA OLIVEIRA DA SILVA
Objeto:	Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Abdon Batista-SC								
20190000042	42/2019	08/03/2019	31/12/2019	28/2019	Não	35.900,00		SERVIÇOS	ANDERSON CLEYTON DE MATIA
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JURIDICA PARA ATUAÇÃO DE PROFISSIONAL EM ESCOLINHAS DE VOLEIBOL, FUTSAL E FUTEBOL DE CAMPO, COM CARGA HORARIA DE 16 HORAS SEMANAIS, CONFORME PROJETOS DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES								
20190000043	43/2019	08/03/2019	31/12/2019	28/2019	Não	17.950,00		SERVIÇOS	GUOMAR DA LUZ
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA JURIDICA PARA ATUAÇÃO DE PROFISSIONAL EM ESCOLINHAS DE VOLEIBOL, FUTSAL E FUTEBOL DE CAMPO, COM CARGA HORARIA DE 16 HORAS SEMANAIS, CONFORME PROJETOS DESENVOLVIDO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES								
20190000044	44/2019	11/03/2019	31/12/2019		Não	20.210,00		SERVIÇOS	EMPRESA DE PESQ. AGROP. DE EXTENS. RURAL
Objeto:	Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT. Prestação de serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural pela CONTRATADA para a CONTRATANTE, contendo as ações descritas no Plano anual de trabalho - PAT.								
20190000045	45/2019	11/03/2019	31/12/2019	29/2019	Não	22.000,00		SERVIÇOS	ISO SEGURANÇA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS
Objeto:	Prestação de Serviços Profissionais de pessoa jurídica de Fonoaudiologia para atendimento na Secretaria Municipal de Educação, e em conformidade com o anexo D que é parte integrante do objeto.								
20190000046	46/2019	12/03/2019	03/05/2019	42/2019	Não	130.000,00		SERVIÇOS	ELIVANDA OLIVEIRA DA SILVA
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE RODEIO SHOW COM CESAR PARANA E EQUIPE PARA 3 (TRES) NOITES DE ESPETACULO NOS DIAS 26 27 E 28 DE ABRIL DE 2019.								
20190000047	47/2019	20/03/2019	20/03/2023	39/2019	Não	245.159,95		SERVIÇOS	BETHA SISTEMAS LTDA
Objeto:	A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos neste edital e em seu Anexo I.								
20190000048	48/2019	21/03/2019	30/04/2019	35/2019	Não	11.400,00		COMPRA	DOUGLAS THIAGO VARELA ME
Objeto:	AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DO MICRO ONIBUS PLACA QHE 4505 DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO								
20190000049	49/2019	22/03/2019	27/05/2019	117/2018	Não	0,00		COMPRAS E SERVIÇOS	W.W CONSTRUCOES EIRELI
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA 1ª (PRIMEIRA) ETAPA DO MIRANTE PÚBLICO NA COMUNIDADE SANTO ANTONIO NO MUNICÍPIO DE ABDON BATISTA/SC REFERENTE AO CONTRATO DE REPASSE Nº 8697702018FIRMAO JUNTO AO MINISTERIO DO TURISMO/CAIXA ECONOMICA FEDERAL.								
20190000050	50/2019	27/03/2019	31/12/2019	38/2019	Não	35.970,00		COMPRA	GIOVANI PRIMIERI - ME
Objeto:	AQUISIÇÃO DE INDUMENTARIA GAUCHA/BOTAS, BOMBACHA, GUIACA, CAMISA E LENÇO, PARA GRUPO DE DANÇA MIRIM E JUVENIL.								
20190000051	51/2019	27/03/2019	28/06/2019	40/2019	Não	348.694,10		COMPRAS E SERVIÇOS	IGARAPE PISCINAS EIRELI
Objeto:	TOMADA DE PREÇOS PARA IMPERMEABILIZAÇÃO FINAL NAS PAREDES E FUNDOS DO PARQUE AQUATICO DE ABDON BATISTA/SC, INFORMAÇÕES CONSTANTES CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO QUE INTEGRA O PRESENTE EDITAL								
20190000052	52/2019	28/03/2019	31/12/2019	44/2019	Não	18.000,00		SERVIÇOS	ZYJ 744 - RADIO CULTURA DE CAMPOS NOVOS LT
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RADIO PARA DIVULGAÇÃO DE ATOS OFICIAIS E INFORMATIVO MUNICIPAL E INSERÇÕES EM FM, CONFORME PROPOSTA PADRONIZADA.								

Página: 4/4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABDON BATISTA
Relação dos Contratos

Sequ. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
2019000053	53/2019	29/03/2019	31/12/2020		Não	39.900,00		SERVIÇOS	SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMP
Objeto: CONSULTORIA DE PROJETO - PROJETO CIDADE EMPREENDEDORA NO MUNICIPIO DE ABDON BATISTA, com duração prevista de 20(vinte), meses.									
Total: 53									

Agrônômica

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO 03/2019 FMS

Publicação Nº 1967664

Fundo Municipal de Saúde de Agrônômica – Santa Catarina

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2019

PREGAO PRESENCIAL Nº PR03/2019

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE PEÇAS E SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE DE AGRONÔMICA

Abertura dos envelopes e sessão do pregão: 12/04/2019 às 08:30h.

Local: Setor de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Agrônômica na Rua 7 de Setembro, 215, Centro.

Local para a obtenção do edital: na Prefeitura, pelo e-mail: licitacao@agronomica.sc.gov.br ou pelo site www.agronomica.sc.gov.br.

Maiores informações: (47) 3542-0326 ou (47) 3542-0166.

Agrônômica-Santa Catarina, 2 de abril de 2019.

OSMAR FREDERICO KORB

Diretor do Departamento de Saúde

Nº 136/2019

Publicação Nº 1968977

PORTARIA Nº 136/2019 DE 02 DE ABRIL DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA, Prefeito Municipal em exercício de Agrônômica Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e amparado no que determina a Lei Complementar n.º 01 de 31/10/90 e suas alterações posteriores e,

Considerando que cabe ao município editar e fazer cumprir normas gerais sobre o funcionamento interno/externo no âmbito da administração pública municipal,

Considerando o disposto no Art. 37, item I, da Lei Complementar n.º 01/90 de 31/10/90 e suas alterações posteriores, Estatuto dos servidores públicos municipais de Agrônômica,

Considerando atendimento o requerimento protocolizado nesta municipalidade da servidora municipal Sra. BRUNA CESTONARO DO NASCIMENTO matrícula n.º 995, ocupante do cargo de provimento temporário, PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 20hs, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

RESOLVE:

1-) Fica concedido exoneração, de seu cargo e funções a partir de 01/04/2019, (primeiro de abril de dois mil e dezenove), para a servidora municipal Sra. BRUNA CESTONARO DO NASCIMENTO matrícula n.º 995, ocupante do cargo de provimento temporário, PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL 20hs, do quadro do município e lotação no Departamento de Educação.

RESOLVE:

2-) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Comunique-se, registre-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, EM 02 DE ABRIL DE 2019.

CESAR LUIZ CUNHA

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

114/2019

Publicação N° 1967543

PORTARIA N° 114/2019 – DE 01 DE ABRIL DE 2019

“NOMEIA PARA O CARGO DE AGENTE OPERACIONAL O SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Dar provimento em caráter efetivo para BRUNO DANIEL MERGENER, brasileiro, inscrito sob CPF o nº 109.644.309-08, a partir de 01/04/2019 para exercer o cargo de Agente Operacional, com carga horária semanal de 40 horas, conforme Edital de Concurso Público nº. 01/2018, o servidor adquirirá estabilidade no serviço público após três anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº 015/99 de 28/12/1999.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de abril de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

115/2019

Publicação N° 1967544

PORTARIA N° 115/2019 – DE 01 DE ABRIL DE 2019

“NOMEIA PARA O CARGO DE AGENTE OPERACIONAL O SERVIDOR QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Dar provimento em caráter efetivo para EDSON JOEL RIBEIRO, brasileiro, inscrito sob CPF o nº 020.363.419-50, a partir de 01/04/2019 para exercer o cargo de Agente Operacional, com carga horária semanal de 40 horas, conforme Edital de Concurso Público nº. 01/2018, o servidor adquirirá estabilidade no serviço público após três anos de efetivo exercício e aprovação especial de desempenho, não sendo aprovado no estágio será exonerado, conforme artigo 17 e 18 da lei complementar nº 015/99 de 28/12/1999.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de abril de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

116/2019

Publicação N° 1967546

PORTARIA N° 116/2019 – DE 01 DE ABRIL DE 2019

“DESISTÊNCIA DO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR – EDITAL N° 005/2017”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º Deferir o pedido de Desistência do cargo de Conselheiro Tutelar, de LUIZ ISAC AMBRÓSIO, conforme pedido de desistência anexo.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de abril de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Prefeito Municipal Diretora Dpto Recursos Humanos

117/2019

Publicação Nº 1967547

PORTARIA Nº 117/2019 – DE 01 DE ABRIL DE 2019

“NOMEIA CONSELHEIRA TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no art. 72, inciso VIII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar nº 015/99 e Lei Complementar nº 058/09

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para o cargo de Conselheira Tutelar, a servidora IDELSA ZENATTI ZANINI, inscrita no CPF sob o nº 744.236.499-34, a partir 01/04/2019, conforme eleição realizada no dia 13 de agosto de 2017 e Edital nº 005/2017 de 17 de agosto de 2017.

Art. 2º. A servidora nomeada exercera as atribuições e prerrogativas inerentes ao cargo e perceberá seus vencimentos na forma da Lei nº 094/2014 de 09 de dezembro de 2014.

Art. 3º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de abril de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

118/2019

Publicação Nº 1967548

PORTARIA Nº 118/2019 – DE 01 DE ABRIL DE 2019

“EXONERA DO CARGO DE DIRETORA DE PROGRAMAS CULTURAIS A SERVIDORA QUE MENCIONA”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do município de Água Doce-SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com o art. 95, inciso II, alínea a da Lei Orgânica do Município

RESOLVE:

Artigo 1º Exonerar a servidora NEIDETE ESPÍNDOLA BARBOSA, inscrita no CPF sob o nº 148.982.509-63, ocupante do cargo de Diretora de Programas Culturais, a partir de 30 de março de 2019.

Artigo 2º As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do orçamento Municipal.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30/03/2019, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de abril de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI
Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER
Diretora Dpto Recursos Humanos

119/2019

Publicação Nº 1967549

PORTARIA Nº 119/2019 – DE 01 DE ABRIL DE 2019

"NOMEIA PARA O CARGO DE DIRETORA DE PROGRAMAS CULTURAIS A SERVIDORA QUE MENCIONA"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para o cargo em comissão de Diretora de Programas Culturais, a servidora TAÍS KARINE DOS SANTOS, inscrita no CPF sob o nº 108.928.259-103, a partir 01/04/2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de abril de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

120/2019

Publicação Nº 1967550

PORTARIA Nº 120/2019 – DE 01 DE ABRIL DE 2019

"NOMEIA PARA O CARGO DE DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE CULTURA A SERVIDORA QUE MENCIONA"

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito do Município de Água Doce - SC, no uso de suas atribuições e em conformidade com os Art. 75, 76, 77 e 78 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear para o cargo em comissão de Diretora do Departamento de Cultura, a servidora NEIDETE ESPÍNDOLA BARBOSA, inscrita no CPF sob o nº 148.982.509-63, a partir 01/04/2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão por conta de dotações próprias do Orçamento Municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de abril de 2019.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

Prefeito Municipal

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Diretora Dpto Recursos Humanos

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº30/2014

Publicação Nº 1968241

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 30/2014

Termo Aditivo Ao Contrato de Prestação de Serviços n. 30/2014, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. Antonio José Bissani, e a empresa T.O.S. Obras e Serviços Ambientais LTDA, inscrito no CNPJ nº 72.332.778/0001-09, estabelecida no Município de Maravilha, CEP: 89.874-000 Estado de Santa Catarina, Av. Alcides Antonio D'Agostini, nº 80, neste ato representada pela sócia Sr. Juleide Inês D'Agostini, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do referido contrato até 24/04/2019.

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 29 de março de 2019

ANTONIO JOSÉ BISSANI	JULEIDE INÊS D'AGOSTINI
Prefeito Municipal	T.O.S. Obras e Serviços Ambientais LTDA
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARLIZE KANDLER BITTENCOURT
OAB/SC 28339

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 101/2016

Publicação Nº 1968222

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 101/2016

Termo Aditivo Ao Contrato de Obras e Serviços de Engenharia n. 101/2016, para execução de remanescente de obra de Construção de Escola com 6 Salas no Assentamento 9 de Novembro – Interior do Município de Água Doce - PROJETO ESPAÇO EDUCATIVO URBANO II do FNDE, que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito Sr. Antonio José Bissani, brasileiro, casado, portador do CPF n. 032.667.619-87, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa ANDRESSA DE OLIVEIRA ME, estabelecida na Rua Saul Brandalise, 1300 – Sala 01, na cidade de Videira – SC, CNPJ n. 17.300.869/0001-54, neste ato representado por sua Sócia, Senhora Andressa de Oliveira, brasileira, portador do CPF n. 054.059.089-40 doravante denominada CONTRATADA, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do contrato até 31/05/2019.

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 29 de março de 2019

ANTONIO JOSÉ BISSANI	ANDRESSA DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal	Andressa de Oliveira ME
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARLIZE KANDLER BITTENCOURT
OAB/SC 28339

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2019

Publicação Nº 1968230

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 23/2019

Termo Aditivo Ao Contrato de Prestação de Serviços n. 23/2019, cujo objeto a realização, pela CONTRATADA, de processo seletivo, destinados à Prefeitura Municipal de Água Doce e aos Fundos Municipais, conforme especificações constantes do Anexo I que integra este Edital, para atuarem junto ao Município de Água Doce/SC, que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito SR. ANTONIO JOSÉ BISSANI, brasileiro, casado, portador do CPF n.032.667.619 -87, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa GEORGEO ALMEIDA ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Duque de Caxias , nº 844, na cidade de Joaçaba – SC , inscrita no CNPJ/MF sob nº 08.195.807/0001-39 representada por GEORGEO ALMEIDA , brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, nº 844, em Joaçaba – SC , portador da cédula de identidade nº 3.538.055 e inscrito no CPF/ MF sob nº 015.447.209-39, denominada simplesmente CONTRATADA, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Considerando a necessidade de contratação temporária de funcionários públicos para suprir a carência de pessoal nas escolas municipais, especialmente em caso de atestados médicos e benefícios previdenciários, não prevista pela requisitante no momento da abertura do processo licitatório ao qual este termo está vinculado, fica aditado o presente contrato com o acréscimo de dois cargos, obedecendo os valores já contratados e percentuais de acordo com o § 1º do art. 65 da Lei 8.666/93, conforme segue:

Item	Cargo	Escolaridade/Habilitação	Vagas	Carga Horária	Vencimento Mensal em R\$	Tipo de Prova	Valor para Execução
10	Agente Operacional de Manutenção e Limpeza	Alfabetizado	CR	40	R\$ 1.066,59	O	R\$ 444,44
11	Merendeira	5ª Série do Ensino Fundamental	CR	40	R\$ 1.155,48	O	R\$ 444,44

Cláusula Aditiva Segunda: O valor total do presente termo é de R\$ 888,88 (correspondente a 22,22% do valor contratado originalmente).

Cláusula Aditiva Terceira: As despesas decorrentes do presente termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
 01 – DEPTO DE SERVIÇOS GERAIS
 2.006 – Realização de Testes Seletivos / Concurso Público
 3.3.90.00.00.00.00.00 00.01.0000/15 – Aplicações Diretas

Cláusula Aditiva Quarta: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, SC, 28 de março de 2019

ANTONIO JOSÉ BISSANI	GEORGEO ALMEIDA ME
Prefeito Municipal	Georgeo Almeida
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.597.239-21

Visto pela Assessoria Jurídica
 MARLIZE KANDLER BITTENCOURT
 OAB/SC n. 28.339

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº20/2019

Publicação Nº 1968216

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2019

Termo Aditivo Ao Contrato de Obras e Serviços de Engenharia n. 20/2019, para execução de Drenagem pluvial em trecho da Avenida Independência, entre as Ruas João XXIII até a Servidão, no município de Água Doce que entre si celebram de um lado o Município de Água Doce, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Praça João Macagnan, n. 322, Centro, Água Doce - SC, inscrito no CNPJ sob n. 82.939.398/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito ANTONIO JOSÉ BISSANI, brasileiro, casado, portador do CPF n.032.667.619-87, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI estabelecida na Linha Triângulo s/n Rodovia SC 303 - Ibicaré CNPJ n. 22.798.043/0001-05, neste ato representado por seu Sócio, Senhor ALEXANDRE CALDEIRA, brasileiro, portador do CPF n 033.034.619-96 doravante denominada CONTRATADA, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do referido contrato até 15/04/2019.

Cláusula Aditiva Segunda: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, 29 de março de 2019

ANTONIO JOSÉ BISSANI	ALEXANDRE CALDEIRA
Prefeito Municipal	KAENG Infraestrutura EIRELI
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95 CPF: 006.597.239-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARLIZE KANDLER BITTENCOURT
OAB/SC 28.339

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 68/2018

Publicação Nº 1968257

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 68/2018

Termo Aditivo Ao Contrato de Locação n. 68/2018, para uso do imóvel que destina-se exclusivamente para abrigar a família do Sra. Ivonete Xavier de Freitas que se encontra em estado de vulnerabilidade devido ao risco de desabamento de sua residência , causada em virtude de deslizamento de terras no local que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, representado pelo seu Prefeito Municipal ANTONIO JOSÉ BISSANI, brasileiro, casado, portador do CPF n. 032.667-619-87, através do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, com endereço na Praça João Macagnan,322 centro –Água Doce – SC representado por seu Presidente OÉLINTON LUÍS FERREIRA HARTCOPF doravante denominado CONTRATANTE, e de outro ADRIANO GUIMARÃES, brasileiro, solteiro, motorista, residente e domiciliado na Rua Marcílio Dias, nº 47, centro, no Município de Água Doce/SC, portador do CPF nº. 008.841.479-59 e RG 8.378.368, de ora em diante simplesmente denominado CONTRATADO, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do referido contrato até 01/06/2019.

Cláusula Aditiva Segunda: Mantem-se o valor de R\$ 750,00 mensais, totalizando R\$ 1.500,00.

Cláusula Aditiva Terceira: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, SC, 01 de abril de 2019

Contratante

ANTONIO JOSÉ BISSANI	OÉLINTON LUÍS FERREIRA HARTCOPF
Prefeito Municipal	Presidente Fundo Municipal de Habitação

Contratada

ADRIANO GUIMARÃES
Proprietário / Contratado

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95	CPF: 594.352.729-87

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARLIZE KANDLER BITTENCOURT
OAB/SC 28.339

TERCEIRO TERMO ADITIVO OA CONTRATO 67/2018

Publicação Nº 1968248

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 67/2018

Termo Aditivo Ao Contrato de Locação n. 67/2018, para uso do imóvel que destina-se exclusivamente para abrigar a família do Sr. João Leocir Fabiano que se encontra em estado de vulnerabilidade devido ao risco de desabamento de sua residência , causada em virtude de deslizamento de terras no local que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE ÁGUA DOCE, representado pelo seu Prefeito Municipal ANTONIO JOSÉ BISSANI, brasileiro, casado, portador do CPF n. 032.667-619-87, através do FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, com endereço na Praça João Macagnan,322 centro –Água Doce – SC representado por seu Presidente OÉLINTON LUÍS FERREIRA HARTCOPF doravante denominado CONTRATANTE, e de outro VALDEMAR JOÃO TOTI, brasileiro, casado, aposentado, residente e domiciliado na Avenida Independência, nº 80, centro, no Município de Água Doce/SC, portador do CPF nº. 386.138.839-15 e RG 744.324, de ora em diante simplesmente denominado CONTRATADO, decidem de comum acordo aditar o predito Contrato, o que o fazem da seguinte forma:

Cláusula Aditiva Primeira: Fica prorrogado o prazo do referido contrato até 01/06/2019.

Cláusula Aditiva Segunda: Mantem-se o valor de R\$ 700,00 mensais, totalizando R\$ 1.400,00.

Cláusula Aditiva Terceira: As demais cláusulas do Contrato ora aditado permanecem inalteradas.

E por assim estarem certos e ajustados fazem o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Água Doce, SC, 01 de abril de 2019

Contratante

ANTONIO JOSÉ BISSANI	OÉLINTON LUÍS FERREIRA HARTCOPF
Prefeito Municipal	Presidente Fundo Municipal de Habitação

Contratada

VALDEMAR TOTTI
Proprietário / Contratado

TESTEMUNHAS:

Cristiano Savaris da Silva	Gláucia Regina Varaschin
CPF: 005.614.419-95	CPF: 006.239.597-21

Visto e Aprovado pela Assessoria Jurídica
MARLIZE KANDLER BITTENCOURT
OAB/SC 28.339

Águas de Chapecó

PREFEITURA

EDITAL DE 21º CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N° 001/2018

Publicação N° 1968955

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Rua Porto União, 968 – Fone/Fax: (49) 3339.0855
CEP: 89883-000 – Águas de Chapecó - SC

PROCESSO SELETIVO N° 001/2018

EDITAL DE 21º CONVOCAÇÃO

O Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, Sr. Leonir Antônio Hentges, no uso de suas atribuições, torna público para o conhecimento dos interessados a 21º CONVOCAÇÃO para o provimento da vaga de Técnico em Enfermagem, conforme abaixo especificado.

1. Da data e endereço:

DATA: 04 de Abril de 2019

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUAS DE CHAPECÓ
Rua Porto União, 968, Centro, Águas de Chapecó-SC.

2. Do candidato convocado:

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM – 1 VAGA
HORÁRIO: 14:00 h

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
229	ANDREA DA SILVEIRA	3º

Águas de Chapecó, 02 de Abril de 2019.

LEONIR ANTONIO HENTGES Prefeito Municipal

PORTARIA N° 185/2019

Publicação N° 1968951

PORTARIA N° 185/2019 De 02 de Abril de 2019	NOMEIA, NOS TERMOS DA LEI, DAIARA EICHELBERGER, PARA EXERCER O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSORA DE PLANEJAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, da Lei Orgânica Municipal, Estatuto do Servidor Público Municipal, Lei Complementar n° 055/2018 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. DAIARA EICHELBERGER para o Cargo em Comissão de Assessora de Planejamento – CC04, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, carga horária dedicação integral, percebendo o vencimento constante no nível CC04 do Anexo II do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão, da Lei que dispõe sobre Plano de Cargos e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Abril de 2019.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

TERMO DE POSSE

Aos dois dias do mês de Abril de 2019, nas dependências da Prefeitura Municipal, compareceu a Senhora DAIARA EICHELBERGER, a fim de tomar posse em Comissão de Assessora de Planejamento (Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças), nível CC-04, nomeada pela Portaria nº 185/2019. O cerimonial de posse foi conduzido pelo Prefeito Municipal, comprometendo-se a empossada a desempenhar suas funções com eficiência, dignidade, disciplina, honradez, impessoalidade e moralidade, bem como respeitar as Leis e cumprir com os deveres e responsabilidades previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e demais legislação vigente. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo de posse, sendo devidamente assinado pelas partes.

DAIARA EICHELBERGER
Nome da Empossada

LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 186/2019

Publicação Nº 1968952

PORTARIA Nº 186/2019 De 02 de Abril de 2019	DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	LEONIR ANTÔNIO HENTGES, Prefeito Municipal de Águas de Chapecó, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em conformidade com o Art. 70, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 1.586/2007 e demais disposições legais vigentes;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica rescindido, a pedido do próprio servidor, em 02 de Abril de 2019, o contrato de trabalho do Servidor ALMIR JOSÉ BARBOSA VOLL, ocupante do cargo de Motorista, 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Art. 2º - As verbas rescisórias ficarão à disposição do mesmo, junto a Tesouraria Municipal, sendo pagas de acordo com os Termos de Rescisão.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Águas de Chapecó/SC, em 02 de Abril de 2019.
LEONIR ANTÔNIO HENTGES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RESOLUÇÃO Nº 003 DE 28 MARÇO DE 2019 - CMDCA

Publicação Nº 1967910

Estado de Santa Catarina
Município de Águas de Chapecó
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDCA

RESOLUÇÃO 003/2019 DE 28 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO E APLICAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, de Águas de Chapecó-SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com a lei Federal no 8069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e lei Municipal no 1.929/2017

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar O Plano Municipal de Ação e Aplicação do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA) 2019, o qual tem por objetivo programar e distribuir recursos do Fundo Municipal da Infância e Adolescência-FIA.

Art 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Águas de Chapecó-SC, 28 de março de 2019.

Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 004 DE 28 MARÇO DE 2019 - CMDCA

Publicação Nº 1967902

Estado de Santa Catarina
Município de Águas de Chapecó
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMDCA

RESOLUÇÃO 004/2019 DE 28 DE MARÇO DE 2019.

INSTITUI A COMISSÃO ESPECIAL ELEITORAL PARA ESCOLHA DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS DE CHAPECÓ-SC

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, de Águas de Chapecó-SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com a lei Federal no 8069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) alterado pela Lei pela Lei N. 12.696, de 25 de julho de 2012, e lei Municipal no 1.929/2017 e a Resolução do CONANDA N. 170, de 10 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

RESOLVE:

Art.1º Instituir a Comissão Especial Eleitoral com o objetivo de conduzir o processo de escolha unificado dos membros do Conselho Tutelar do município de Águas de Chapecó-SC sendo composta por 04 conselheiros do CMDCA, garantindo a paridade entre governo e sociedade civil.

§1º Não poderão fazer parte da Comissão, os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ou os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

§2º Caso algum membro do CMDCA venha a tornar-se impedido por conta do disposto no §1º deste artigo, será afastado da Comissão, sendo substituído por outro conselheiro.

Art. 2º Integra a Comissão Especial Eleitoral os seguintes conselheiros:

I – representantes governamental: Juce Carla Lersch, representante da Secretaria de Saúde, como titular.

II - representante governamental: Alexandre de Oliveira Louruz, representante do Setor de Esportes e Lazer, como suplente.

III - representante da sociedade: Luciane Gonçalves de Almeida Consalter, representante da APP Escola Municipal Rosina Schefer Hermes, como titular.

IV - representante da sociedade civil: Helásia Ivete Koth, representante da APP Escola de Educação Fundamental Maidana, como suplente.

Parágrafo Único: A Comissão Especial Eleitoral deverá, entre os seus membros eleger um coordenador.

Art. 3º Fazem parte da Comissão Especial Eleitoral a título de colaboradores alheios ao CMDCA e aprovados em plenária do CMDCA:

I-Edineia Regina Mora- Diretora do Centro de Educação Infantil Cinderela;

II – Leila Andrade- professora da E.E. B. Irineu Bornhausen;

Art. 4º Compete a Comissão Especial Eleitoral analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§1º. Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral:

I - Notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

II - Realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

Art. 5º Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do CMDCA, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

Paragrafo único: Esgotada a fase recursal, a comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha publicará a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

Art. 6º Atribuições da Comissão Especial Eleitoral:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado;

V - escolher e divulgar os locais do processo de escolha;

VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

VIII - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha; e

IX - resolver os casos omissos.

Art. 7º A comissão Especial deve notificar o Ministério Público, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão e pelo CMDCA, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Águas de Chapecó-SC, 28 de março de 2019.

Juce Carla Lersch

Presidente do CMDCA

Alfredo Wagner

PREFEITURA

4334/2019

Publicação Nº 1968469

DECRETO Nº4334/2019

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA II CONFERENCIA MUNICIPAL DOS IDOSOS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal Naudir Antonio Schmitz, em conjunto com o Presidente do Conselho Municipal dos Idosos Osmair Paulino Neto, no uso de suas atribuições legais, considerando:

RESOLVE:

Art.1 - Convocar a II Conferência Municipal dos Idosos.

Art.2 - A II Conferência Municipal dos Idosos se realizara no dia 28 de abril de 2019, no Centro de Referência da Assistência Social, CRAS de Alfredo Wagner, localizado na Rua Edelberto Schaiffer, nº 863, Caeté, Alfredo Wagner/SC – CEP: 88450-000.

Art.3 - A VII Conferencia Municipal dos Idosos terá como tema: “Os desafios de Envelhecer no Século XXI e o Papel das Políticas Públicas”.

Art.4 - As despesas decorrentes da realização da II Conferencia Municipal dos Idosos, será de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.5 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 25 de março de 2019.

Naudir Antonio Schmitz

Prefeito Municipal

PUBLICADO NESTA DATA

970/2019

Publicação Nº 1968441

LEI Nº 970-2019

ESTABELECE A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DE ALFREDO WAGNER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito do Município de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sancionou a seguinte,

LEI:

CAPÍTULO I

DO CONSELHO TUTELAR

Art. 1º Fica mantido o Conselho Tutelar de Alfredo Wagner, criado pela Lei Municipal nº 894, de 30 de março de 2015, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípuas de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentária e administrativa ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Fica instituída a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Alfredo Wagner, que será exercida por 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§1º O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

§ 2º O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar de Alfredo Wagner constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 3º Sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público, compete ao órgão da administração ao qual o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com o apoio da controladoria e da procuradoria jurídica municipal, o controle externo do Conselho Tutelar, a defesa de suas prerrogativas institucionais e a aplicação de sanções disciplinares aos membros do Conselho Tutelar, obedecido o previsto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Alfredo Wagner, aplicando-se, no que couber, a Lei Federal n. 8.112/1990.

Art. 3º Caberá ao Executivo Municipal criar e manter novos Conselhos Tutelares, observada, preferencialmente, a proporção mínima de 01

(um) Conselho para cada 100.000 (cem mil) habitantes.

Parágrafo único. Havendo mais de 01 (um) Conselho Tutelar, caberá à gestão municipal definir sua localização, horário de funcionamento e organização da área de atuação, através de Decreto do Executivo Municipal, podendo considerar a configuração geográfica e administrativa da localidade, a população de crianças e adolescentes e a incidência de violações de direitos, assim como, observados os indicadores sociais do Município.

SEÇÃO I

Da Manutenção do Conselho Tutelar

Art. 4º A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

I - o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

II - custeio com remuneração e formação continuada;

III - custeio das atividades inerentes às atribuições dos membros do Conselho Tutelar, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias quando necessário deslocamento para outros Municípios, em serviço ou em capacitações;

IV - manutenção geral da sede, necessária ao funcionamento do órgão.

§ 1º Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer destes fins, com exceção ao custeio da formação e da qualificação funcional dos membros do Conselho Tutelar.

§ 2º O Conselho Tutelar, com a assessoria dos órgãos municipais competentes, participará do processo de elaboração de sua proposta orçamentária, observados os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§ 3º Para o completo e adequado desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar poderá requisitar, fundamentadamente e por meio de decisão do Colegiado, salvo nas situações de urgência, serviços diretamente aos órgãos municipais encarregados dos setores da educação, saúde, assistência social e segurança pública, que deverão atender a determinação com a prioridade e urgência devidas.

§ 4º Ao Conselho Tutelar é assegurada autonomia funcional para o exercício adequado de suas funções, cabendo-lhe tomar decisões, no âmbito de sua esfera de atribuições, sem interferência de outros órgãos e autoridades.

§ 5º O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

Art. 5º É obrigatório ao Poder Executivo Municipal dotar o Conselho Tutelar com sede própria, de fácil acesso, e, no mínimo, de telefones fixo e móvel, veículo de uso exclusivo, computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores, em número suficiente para a operação do sistema pelos membros do Conselho Tutelar, e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à Internet, com volume de dados e velocidade necessárias para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar.

§ 1º A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações, dotadas de acessibilidade, que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos membros do Conselho Tutelar e o acolhimento digno ao público, contendo, no mínimo:

I - Placa indicativa da sede do Conselho Tutelar;

II - Sala para a recepção do público;

III - Sala reservada para o atendimento dos casos;

IV - Sala para os serviços administrativos e reuniões;

V - Banheiros.

§ 2º O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

§ 3º Para que seja assegurado o sigilo do atendimento, a sede do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, ser em edifício exclusivo. No caso de estrutura integrada de atendimento, havendo o compartilhamento da estrutura física, deverá ser garantida entrada e espaço de uso exclusivos.

§ 4º O Conselho Tutelar poderá contar com o apoio do quadro de servidores municipais efetivos destinados a fornecer ao órgão o suporte administrativo, técnico e interdisciplinar necessário para avaliação preliminar e atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

§ 5º É autorizada, sem prejuízo da lotação de servidores efetivos para o suporte administrativo, a contratação de estagiários para o auxílio nas atividades administrativas do Conselho Tutelar.

Art. 6º As atribuições inerentes ao Conselho Tutelar são exercidas pelo Colegiado, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos integrantes, conforme dispuser o regimento interno do órgão.

Parágrafo único. As medidas de caráter emergencial tomadas durante os períodos de sobreaviso serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil imediato, para ratificação ou retificação do ato, conforme o caso, observado o disposto no caput do dispositivo.

Art. 7º Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e às deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Módulo para Conselheiros Tutelares (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder.

§ 1º Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no Município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

§ 2º O preenchimento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder, pelos membros do Conselho Tutelar, é obrigatório.

§ 3º Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhar a efetiva utilização dos sistemas, demandando ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) as capacitações necessárias.

SEÇÃO II

Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 8º O Conselho Tutelar deve estar aberto ao público em horário compatível com o funcionamento dos demais órgãos e serviços públicos municipais, permanecendo aberto para atendimento da população das 09hs às 12hs e das 13hs às 18hs.

§ 1º Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 40 (quarenta) horas de atividades, com escalas de sobreaviso idênticos aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

§ 3º Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

Art. 9º O atendimento no período noturno e em dias não úteis será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar, de acordo com o disposto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Alfredo Wagner.

§ 1º O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar funcionará desde o término do expediente até o início do seguinte.

§ 2º Os períodos semanais de sobreaviso serão definidos no Regimento Interno do Conselho Tutelar, e deverá se pautar na realidade do Município.

§ 3º Para a compensação do sobreaviso, poderá o Município, ouvido o Colegiado do Conselho Tutelar, prever indenização ou gratificação conforme dispuser a legislação pertinente ao servido público municipal.

§ 4º Caso o Município não opte pela remuneração extraordinária, o membro do Conselho Tutelar terá direito ao gozo de folga compensatória na medida de 02 (dois) dias para cada 07 (sete) dias de sobreaviso, limitada a aquisição a 30 dias por ano civil.

§ 5º O gozo da folga compensatória prevista no parágrafo acima deverá ser usufruído preferencialmente na Quinta-feira e Sexta-feira após término do sobreaviso, e não poderá ser usufruída por mais de um membro simultaneamente e nem prejudicar, de qualquer maneira, o bom andamento dos trabalhos do órgão.

§ 6º Todas as atividades internas e externas desempenhadas pelos membros do Conselho Tutelar, inclusive durante o sobreaviso, devem ser registradas, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.

Art. 10 O Conselho Tutelar, como órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária semanal, com a presença de todos os membros do Conselho Tutelar em atividade para estudos, análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas deliberações lavradas em ata ou outro instrumento informatizado, sem prejuízo do atendimento ao público.

§ 1º Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz atendimento da população.

§ 2º As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Coordenador administrativo, se necessário, o voto de desempate.

§ 3º Em havendo mais de um Conselho Tutelar no Município, será também obrigatória a realização de, ao menos, uma reunião mensal envolvendo todos os Colegiados, destinada, dentre outras, a uniformizar entendimentos e definir estratégias para atuação na esfera coletiva.

SEÇÃO III

Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 11 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, no que couber, as disposições da Lei n. 9.504/1997, e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

Art. 12 Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do município.

§ 1º A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei n. 9.709, de 18 de novembro de 1998, e fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 2º Para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, prevista no art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Especial Eleitoral e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§ 3º O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§ 4º As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

§ 5º O eleitor poderá votar em apenas um candidato.

Art. 13 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária.

§ 1º Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral até 02 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.

§ 2º A constituição e as atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá instituir Subcomissões, que serão encarregadas de auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§ 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal n. 9.504/1997.

§ 5º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, ou em outra data que venha ser estabelecida em Lei Federal.

§ 6º Podem votar os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos que possuam título de eleitor no Município até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

§ 7º A posse dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 8º O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

Art. 14 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e demais legislações.

§ 1º O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§ 2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar, sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inc. VII, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 3º O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;

b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei e no art. 133 da Lei nº 8.069/1990;

c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei;

d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e

e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

§ 4º O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pela legislação local.

Art. 15 O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes, devidamente habilitados.

§ 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

SEÇÃO IV

Dos Requisitos à Candidatura

Art. 16 Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o interessado deverá comprovar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residência no Município;

IV - conclusão do ensino médio;

V - comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;

VI - não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;

VII - não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);

VIII - não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 17 O membro do Conselho Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente, salvo alteração em Lei Federal superveniente.

SEÇÃO V

Da Avaliação Documental, Impugnações e da Prova

Art. 18 Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias úteis, publicará relação dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§ 1º Após a publicação da relação de que trata o caput, será facultado ao candidato inabilitado pela Comissão o direito a recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação.

§ 2º Passado o prazo previsto no § 1º, a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos habilitados.

§ 3º Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no § 2º, indicando os elementos probatórios.

§ 4º Ultrapassado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado o direito a recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação de que trata o § 3º.

§ 5º Vencido o prazo recursal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar da prova de avaliação do processo eleitoral, em conformidade com o art. 20, desta Lei.

Art. 19 Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o § 5º do art. 18 desta Lei.

Art. 20 Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

SEÇÃO VI

Da Prova de Avaliação dos Candidatos

Art. 21 Os candidatos habilitados ao pleito passarão por prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e informática básica, com questões múltiplas e de caráter eliminatório.

§ 1º A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 6,0 (seis).

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

Art. 22 Será facultado aos candidatos interposição de recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

SEÇÃO VII

Da Campanha Eleitoral

Art. 23 Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I - abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III - propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

III - a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

IV - a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

V - a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VI - favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VII - confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

VIII - propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

IX - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

§ 1º É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§ 2º É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§ 3º No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

a) utilização de espaço na mídia;

b) transporte aos eleitores;

c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;

d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;

e) propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;

f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 4º É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 5º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal n. 9.504/1997.

Art. 24 A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou Diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

§ 1º A inobservância do disposto no art. 23 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem

prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

§ 2º Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

Art. 25 A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato ou através de curriculum vitae, admitindo-se a realização de debates e entrevistas.

§ 1º A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

§ 2º É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, durante o período eleitoral, organizar sessão, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada, para a apresentação de todos os candidatos a membros do Conselho Tutelar.

SEÇÃO VIII

Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 26 Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo se primar pelo amplo acesso de todos os munícipes.

Art. 27 A Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 1º Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§ 2º A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 28 À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral e comunicadas ao Ministério Público.

§ 1º Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

§ 2º No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§ 3º Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

SEÇÃO IX

Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

Art. 29 São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrastra e enteado, seja o parentesco natural, civil inclusive quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

SEÇÃO X

Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse

Art. 30 Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§ 1º Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município ou meio equivalente.

§ 2º Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 3º O mandato será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§ 4º Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

§ 5º Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 6º Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

§ 7º Os membros do Conselho Tutelar que não forem reconduzidos ao cargo, deverão elaborar relatório circunstanciado, indicando o andamento dos casos que se encontrarem em aberto na ocasião do período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse dos novos membros do Conselho Tutelar.

§ 8º Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 9º No caso da inexistência de suplentes, a qualquer tempo deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar,

imediatamente, o processo de escolha complementar para o preenchimento das vagas respectivas.

§ 10 Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar, titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

CAPÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 31 A organização interna do Conselho Tutelar compreende, no mínimo:

I - a coordenação administrativa;

II - o colegiado;

III - os serviços auxiliares.

SEÇÃO I

Da Coordenação Administrativa do Conselho Tutelar

Art. 32 O Conselho Tutelar escolherá, conforme previsto em seu regimento interno, o seu Coordenador administrativo, para mandato de 01 (um) ano, com possibilidade de uma recondução.

Art. 33 A destituição do Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, por iniciativa do Colegiado, somente ocorrerá em havendo falta grave, nos moldes do previsto no regimento interno do órgão e nesta Lei.

Parágrafo único. Nos seus afastamentos e impedimentos o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar será substituído na forma prevista pelo regimento interno do órgão.

Art. 34 Compete ao Coordenador administrativo do Conselho Tutelar:

I - coordenar as sessões deliberativas do órgão, participando das discussões e votações;

II - convocar as sessões deliberativas extraordinárias;

III - representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar a sua representação a outro membro do Conselho Tutelar;

IV - assinar a correspondência oficial do Conselho Tutelar;

V - zelar pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por todos os integrantes do Conselho Tutelar;

VI - participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de sobreaviso;

VII - participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, levando ao conhecimento deste os casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes que não puderam ser solucionados em virtude de falhas na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, efetuando sugestões para melhoria das condições de atendimento, seja através da adequação de órgãos e serviços públicos, seja através de criação e ampliação de programas de atendimento, nos moldes do previsto nos artigos 88, inc. III, 90, 101, 112 e 129, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - enviar até o quinto dia útil de cada mês ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado a relação de frequência e a escala de sobreaviso dos membros do Conselho Tutelar;

IX - comunicar ao órgão da administração municipal ao qual o Conselho Tutelar estiver vinculado e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários;

X - encaminhar ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo situação de emergência, os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;

XI - encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, uma prévia da escala de férias dos membros do Conselho Tutelar, para ciência;

XII - submeter ao Colegiado a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;

XIII - encaminhar ao Poder Executivo, no prazo legal, a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;

XIV - prestar as contas relativas à atuação do Conselho Tutelar perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, anualmente ou sempre que solicitado;

XV - exercer outras atribuições, necessárias para o bom funcionamento do Conselho Tutelar.

SEÇÃO II

Do Colegiado do Conselho Tutelar

Art. 35 O Colegiado do Conselho Tutelar é composto por todos os membros do órgão em exercício, competindo-lhe, sob pena de nulidade do ato:

I - exercer as atribuições conferidas ao Conselho Tutelar pela Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e por esta Lei, decidindo quanto à aplicação de medidas de proteção a crianças, adolescentes e famílias, dentre outras atribuições a cargo do órgão, e zelando para sua execução imediata e eficácia plena;

II - definir metas e estratégias de ação institucional, no plano coletivo, assim como protocolos de atendimento a serem observados por todos os membros do Conselho Tutelar, por ocasião do atendimento de crianças e adolescentes;

III - organizar as escalas de férias e de sobreaviso de seus membros e servidores, comunicando ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - opinar, por solicitação de qualquer dos integrantes do Conselho Tutelar, sobre matéria relativa à autonomia do Conselho Tutelar, bem como sobre outras de interesse institucional;

V - organizar os serviços auxiliares do Conselho Tutelar;

VI - propor ao órgão municipal competente a criação de cargos e serviços auxiliares, e solicitar providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;

VII - participar do processo destinado à elaboração da proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;

VIII - eleger o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar;

IX - destituir o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;

X - elaborar e modificar o regimento interno do Conselho Tutelar, encaminhando a proposta ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo lhes facultado o envio de propostas de alteração;

§ 1º As decisões do Colegiado serão motivadas e comunicadas aos interessados, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, físico ou digital, pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) anos.

§ 2º A escala de férias e de sobreaviso dos membros e servidores do Conselho Tutelar deve ser publicada em local de fácil acesso ao público.

SEÇÃO III

Dos Impedimentos na Análise dos Casos

Art. 36 O membro do Conselho Tutelar deve se declarar impedido de analisar o caso quando:

I - o atendimento envolver cônjuge, companheiro ou companheira, parente em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau, seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável, inclusive quando decorrente de relacionamento homoafetivo;

II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

III - algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável;

IV - receber dádivas antes ou depois de iniciado o atendimento;

V - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.

§ 2º O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses deste artigo.

SEÇÃO IV

Dos Deveres

Art. 37 Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal, são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

I - manter ilibada conduta pública e particular;

II - zelar pelo prestígio da instituição, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;

III - cumprir as metas e respeitar os protocolos de atuação institucional definidos pelo Colegiado, assim como pelos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;

V - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e demais atribuições;

VI - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o regimento interno;

VII - desempenhar, com zelo, presteza e dedicação as suas funções, inclusive a carga horária e dedicação exclusiva previstas nesta Lei, respeitada a exceção feita à cumulação da função com um cargo de professor;

VIII - declarar-se suspeito ou impedido nas hipóteses previstas na legislação;

IX - cumprir as resoluções, recomendações e metas estabelecidas pelos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;

X - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;

XI - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e os demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XII - residir no âmbito territorial de atuação do Conselho;

XIII - prestar informações solicitadas pelas autoridades públicas e pessoas que tenham legítimo interesse no caso, observado o disposto nesta Lei e o art. 17, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XIV - identificar-se nas manifestações funcionais;

XV - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XVI - comparecer e cumprir, quando obedecidas as formalidades legais, as intimações, requisições, notificações e convocações da autoridade judiciária e do Ministério Público.

XVII - atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público, prestando as informações, ressalvadas as protegidas por sigilo;

XVIII - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

XIX - guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade;

XX - ser assíduo e pontual.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar deverá primar, sempre, pela imparcialidade ideológica, político-partidária e religiosa.

SEÇÃO V

Das Responsabilidades

Art. 38 O membro do Conselho Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 39 A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo membro do Conselho Tutelar no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

Art. 40 A responsabilidade administrativa do membro do Conselho Tutelar será afastada no caso de absolvição criminal que negue a

existência do fato ou a sua autoria.

Art. 41 As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

SEÇÃO VI

Da Regra de Competência

Art. 42 A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.

§ 1º Nos casos de ato infracional praticado por criança será competente o Conselho Tutelar do Município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

§ 3º Para as intervenções de cunho coletivo, incluindo as destinadas à estruturação do município em termos de programas, serviços e políticas públicas, terão igual competência todos os Conselhos Tutelares situados no seu território.

§ 4º Para fins do disposto no caput deste dispositivo, é admissível a intervenção conjunta dos Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana.

§ 5º Os Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana deverão articular ações para assegurar o atendimento conjunto e acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias em condição de vulnerabilidade que transitam entre eles.

SEÇÃO VII

Das Atribuições do Conselho Tutelar

Art. 43 Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), obedecendo aos princípios da Administração Pública, conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º A aplicação de medidas deve favorecer o diálogo e o uso de mecanismos de autocomposição de conflitos, com prioridade a práticas ou medidas restaurativas, e que, sem prejuízo da busca da efetivação dos direitos da criança ou adolescente, atendam sempre que possível às necessidades de seus pais ou responsável.

§ 2º A escuta das crianças e adolescentes destinatárias das medidas a serem aplicadas, além de obrigatória sempre que estas tiverem condições de exprimir sua vontade, deverá ser realizada preferencialmente por meio de equipe técnica qualificada, devendo sua opinião informada ser sempre considerada e o quanto possível respeitada, observado o disposto no art. 100, parágrafo único, incisos I, XI e XII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), artigos 4º, §1º, 5º e 7º da Lei Federal n. 13.431/2017 e art. 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989.

§ 3º Cabe ao Conselho Tutelar, obrigatoriamente, estimular a implementação da sistemática prevista pelo art. 70-A, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para o diagnóstico e avaliação técnica, sob a ótica interdisciplinar, dos diversos casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes e das alternativas existentes para sua efetiva solução, bem como participar das reuniões respectivas.

§ 4º Compete também ao Conselho Tutelar fomentar e solicitar, quando necessário, a elaboração conjunta entre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares, conforme determina o art. 19, inc. I, da Lei Federal n. 13.431/2017;

Art. 44 São atribuições do Conselho Tutelar:

I - zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei e na Constituição Federal, recebendo petições, denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do mesmo Diploma Legal;

III - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

IV - aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

V - acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo próprio órgão, zelando pela qualidade e eficácia do atendimento prestado pelos órgãos e entidades corresponsáveis;

VI - fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), adotando de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;

VII - representar à Justiça da Infância e da Juventude visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e a juventude, previstas nos artigos 245 a 258-C, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - assessorar o Poder Executivo local na elaboração do Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, zelando para que estas contemplem os recursos necessários aos planos e programas de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, de acordo com as necessidades específicas locais, observado o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

IX - sugerir aos Poderes Legislativo e Executivo Municipais a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;

X - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que

constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na Delegacia de Polícia;

XI - representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, §3º, inc. II, da Constituição Federal;

XII - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as tentativas de preservação dos vínculos familiares;

XIII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;

XIV - participar das avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto no art. 18, §2º, da Lei Federal nº 12.594/2012 (Lei do Sinase), além de outros planos que envolvam temas afetos à infância e adolescência.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio, conforme disposto no art. 5º, inc. XI, da Constituição Federal.

§ 2º Para o exercício da atribuição contida no inc. VIII deste artigo e no art. 136, inc. IX, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Conselho Tutelar deverá ser formalmente consultado por ocasião da elaboração das propostas de Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município onde atua, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à criança e ao adolescente, a serem contemplados no orçamento público de forma prioritária, a teor do disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art. 45 O Conselho Tutelar não possui atribuição para promover o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar, ainda que para colocação sob a guarda de família extensa, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária.

§ 1º Excepcionalmente e apenas para salvaguardar de risco atual ou iminente a vida, a saúde ou a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional, familiar ou em família extensa de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de falta grave.

§ 2º O acolhimento emergencial a que alude o parágrafo anterior deverá ser decidido, nos dias úteis, pelo colegiado do Conselho Tutelar, precedido de contato com os serviços socioassistenciais do município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, este último também para definição do local do acolhimento.

Art. 46 Não compete ao Conselho Tutelar o acompanhamento ou o traslado de adolescente apreendido em razão da prática de ato infracional em Delegacias de Polícia ou qualquer outro estabelecimento policial.

Parágrafo único. Excepcionalmente, é cabível o acionamento do Conselho Tutelar pela Polícia Civil somente quando, depois de realizada busca ativa domiciliar, a autoridade policial esgotar todos os meios de localização dos pais ou responsáveis do adolescente apreendido, bem como de pessoa maior por ele indicada, o que deve ser devidamente certificado nos autos da apuração do ato infracional.

Art. 47 Para o exercício de suas atribuições, poderá o Conselho Tutelar:

I - colher as declarações do reclamante, mantendo, necessariamente, registro escrito ou informatizado acerca dos casos atendidos, e instaurando, se necessário, o competente procedimento administrativo de acompanhamento de medida de proteção;

II - entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia, local e horário previamente notificados ou acertados;

III - expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar o apoio da Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas funcionais previstas em lei;

IV - promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

V - requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal;

VI - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir os procedimentos administrativos instaurados;

VII - requisitar a expedição de cópias de certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;

VIII - propor ações integradas com outros órgãos e autoridades, como as Polícias Civil e Militar, Secretarias e Departamentos municipais, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário;

IX - estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem na área da infância e da juventude, para obtenção de subsídios técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

X - participar e estimular o funcionamento continuado dos espaços intersetoriais locais destinados à articulação de ações e à elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência a que se refere o art. 70-A, inc. VI, da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XI - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, na forma prevista nesta Lei e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 1º O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo, constituindo sua violação falta grave.

§ 2º É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas à instituição ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade, na forma desta Lei, sob pena de nulidade do ato praticado.

§ 3º As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais serão cumpridas gratuitamente e com a mais absoluta prioridade, respeitando-se os princípios da razoabilidade e da legalidade.

§ 4º As requisições do Conselho Tutelar deverão ter prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, ressalvada situação de urgência devidamente motivada, e devem ser encaminhadas à direção ou chefia do órgão destinatário.

§ 5º A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição do Conselho Tutelar, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do órgão.

Art. 48 É dever do Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem

ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, adotar os procedimentos legais cabíveis e, se necessário, aplicar as medidas previstas na legislação, que estejam em sua esfera de atribuições, conforme previsto no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sem prejuízo do encaminhamento do caso ao Ministério Público, ao Poder Judiciário ou à autoridade policial, quando houver efetiva necessidade da intervenção desses órgãos.

§ 1º A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável, dentre outras providências tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições, deve ser entendida como a função de decidir, em nome da sociedade e com fundamento no ordenamento jurídico, a forma mais rápida e adequada e menos traumática de fazer cessar a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º A autoridade para tomada de decisões, no âmbito da esfera de atribuições do Conselho Tutelar, é inerente ao Colegiado, somente sendo admissível a atuação individual dos membros do Conselho Tutelar em situações excepcionais e urgentes, conforme previsto nesta Lei.

Art. 49 As decisões do Conselho Tutelar tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata, observados os princípios da intervenção precoce e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, independentemente do acionamento do Poder Judiciário.

§ 1º Em caso de discordância com a decisão tomada, cabe a qualquer interessado e ao Ministério Público provocar a autoridade judiciária no sentido de sua revisão, na forma prevista pelo art. 137 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão tomada pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pela pessoa ou autoridade pública à qual for aquela endereçada, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 e do crime tipificado no art. 236 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 50 No desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou outras autoridades públicas, gozando de autonomia funcional.

§ 1º O Conselho Tutelar deverá colaborar e manter relação de parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas, essencial ao trabalho em conjunto dessas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 2º Na hipótese de atentado à autonomia e ao caráter permanente do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ser comunicado para medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 51 A autonomia no exercício de suas funções, de que trata o art. 131 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), não desonera o membro do Conselho Tutelar do cumprimento de seus deveres funcionais e nem desobriga o Conselho Tutelar de prestar contas de seus atos e despesas, assim como de fornecer informações relativas à natureza, espécie e quantidade de casos atendidos, sempre que solicitado, observado o disposto nesta Lei.

Art. 52 O Conselho Tutelar será notificado, com a antecedência devida, das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outros conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, garantindo-se acesso às suas respectivas pautas.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar pode encaminhar matérias a serem incluídas nas pautas de reunião dos conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, devendo, para tanto, ser observadas as disposições do Regimento Interno do órgão, inclusive quanto ao direito de manifestação na sessão respectiva.

Art. 53 É reconhecido ao Conselho Tutelar o direito de postular em Juízo, sempre mediante decisão colegiada, para defesa de suas prerrogativas institucionais, com intervenção obrigatória do Ministério Público nas fases do processo, sendo a ação respectiva isenta de custas e emolumentos, ressalvada a litigância de má-fé.

Parágrafo único. A ação não exclui a prerrogativa do Ministério Público para instaurar procedimento extrajudicial cabível e ajuizar de ação judicial pertinente.

Art. 54 Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou do adolescente atendidos pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar abster-se-á de pronunciar-se publicamente acerca de casos específicos atendidos, sob pena do cometimento de falta grave.

Art. 55 É vedado ao Conselho Tutelar executar, diretamente, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas, tarefa que incumbe aos programas e serviços de atendimento ou, na ausência destes, aos órgãos municipais e estaduais encarregados da execução das políticas sociais públicas, cuja intervenção deve ser para tanto solicitada ou requisitada junto ao respectivo gestor, sem prejuízo da comunicação da falha na estrutura de atendimento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

Art. 56 Dentro de sua esfera de atribuições, a intervenção do Conselho Tutelar possui caráter resolutivo e deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e adolescentes, somente devendo acionar o Ministério Público ou a autoridade judiciária nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei e no art. 136, incisos IV, V, X e XI e parágrafo único, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. Para atender à finalidade do caput deste artigo, antes de encaminhar representação ao Ministério Público ou à autoridade judiciária, o Conselho Tutelar deverá esgotar todas as medidas aplicáveis no âmbito de sua atribuição e demonstrar que estas se mostraram infrutíferas, exceto nos casos de reserva de jurisdição.

Art. 57 No atendimento de crianças e adolescentes indígenas, o Conselho Tutelar deverá submeter o caso à análise prévia de antropólogos, representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou outros órgãos federais ou da sociedade civil especializados, devendo, por ocasião da aplicação de medidas de proteção e voltadas aos pais ou responsável, levar em consideração e respeitar a identidade social de seu grupo, sua cultura, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos à criança e ao adolescente previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Cautelas similares devem ser adotadas quando do atendimento de crianças, adolescentes e pais provenientes de

comunidades remanescentes de quilombos, assim como ciganos e de outras etnias.

Art. 58 Para o exercício de suas atribuições o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas;

II - nas salas e dependências das delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva;

III - nas entidades de atendimento e em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Em atos judiciais ou do Ministério Público em processos ou procedimentos que tramitem sob sigilo, o ingresso e trânsito livre fica condicionado à autorização da autoridade competente.

SEÇÃO VIII

Das Vedações

Art. 59 Constitui falta funcional e é vedado ao membro do Conselho Tutelar:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

II - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o regular desempenho de suas atribuições e com o horário fixado para o funcionamento do Conselho Tutelar;

III - exercer qualquer outra função pública ou privada;

IV - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político partidária, sindical, religiosa ou associativa profissional;

V - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências e outras atividades externas definidas pelo colegiado ou por necessidade do serviço;

VI - recusar fé a documento público;

VII - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VIII - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição de sua responsabilidade;

IX - proceder de forma desidiosa;

X - descumprir os deveres funcionais previstos nesta Lei e na legislação local relativa aos demais servidores públicos, naquilo que for cabível;

XI - exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

XII - ausentar-se do serviço durante o expediente, salvo no exercício de suas atribuições;

XIII - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XIV - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, em eventos públicos ou no recinto da repartição;

XV - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

XVI - atender pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares, em prejuízo das suas atividades;

XVII - exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;

XVIII - entreter-se durante as horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço, inclusive com acesso à Internet com equipamentos particulares;

XIX - ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário de trabalho, bem como se apresentar em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas entorpecentes ao serviço;

XX - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;

XXI - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XXII - celebrar contratos de natureza comercial, industrial ou civil de caráter oneroso com o Município, por si ou como representante de outrem;

XXIII - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Poder Público, ainda que de forma indireta;

XXIV - constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer órgão municipal, exceto quando se tratar de parentes, em linha reta ou colateral, até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro;

XXV - cometer crime contra a Administração Pública;

XVII - abandonar a função por mais de 30 (trinta) dias;

XXVII - faltar habitualmente ao trabalho;

XXVIII - cometer atos de improbidade administrativa;

XXIX - cometer atos de incontinência pública e conduta escandalosa;

XXX - praticar ato de ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

XXXI - proceder a análise de casos na qual se encontra impedido, em conformidade com o art. 36 desta Lei.

Parágrafo único. Não constitui acumulação de funções, para os efeitos deste artigo, as atividades exercidas em entidade associativa de membros do Conselho Tutelar, desde que não acarretem prejuízo à regular atuação no órgão.

SEÇÃO IX

Das Penalidades

Art. 60 Constituem penalidades administrativas aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

I - advertência;

II - suspensão do exercício da função, sem direito à remuneração, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;

III - destituição da função.

Art. 61 Na aplicação das penalidades, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 62 O procedimento administrativo disciplinar contra membro do Conselho Tutelar observará, no que couber, o regime jurídico e disciplinar dos servidores públicos vigente no Município, inclusive no que diz respeito à competência para processar e julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal n. 8.112/1990, assegurada ao investigado a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º O resultado do procedimento administrativo disciplinar será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

§ 2º Em se tratando de falta grave ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar ou do exercício adequado das funções do Conselho Tutelar, poderá ser determinado o afastamento cautelar do investigado até a conclusão das investigações, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, assegurada a percepção da remuneração.

SEÇÃO X

Da Vacância

Art. 63 A vacância na função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

I - renúncia;

II - posse em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;

III - transferência de residência ou domicílio para outro município ou região administrativa do Distrito Federal;

IV - aplicação da sanção administrativa de destituição da função;

V - falecimento;

VI - condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. A candidatura a cargo eletivo diverso implica renúncia ao cargo de membro do Conselho Tutelar com a imediata convocação e posse do suplente na condição de titular.

Art. 64 Os membros do Conselho Tutelar serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

I - vacância de função;

II - férias do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias;

III - licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Art. 65 Os suplentes serão convocados para assumir a função de membro do Conselho Tutelar titular, seguindo a ordem decrescente de votação.

§1º Todos os candidatos habilitados serão considerados suplentes, respeitada a ordem de votação.

§ 2º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular, assumindo a função, permanecerá na ordem decrescente de votação, podendo retornar a função quantas vezes for convocado.

§ 3º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular e não tiver disponibilidade para assumir a função, deverá assinar termo de desistência; se a indisponibilidade for momentânea, poderá o convocado declinar momentaneamente da convocação, contudo, será reposicionado para o final na lista de suplentes.

§4º O suplente não poderá aceitar parcialmente a convocação, devendo estar apto a assumir a função de membro do Conselho Tutelar por todo o período da vacância para o qual foi convocado.

Art. 66 O suplente, no efetivo exercício da função de membro do Conselho Tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

SEÇÃO XI

Do Vencimento, Remuneração e Vantagens

Art. 67 Vencimento é a retribuição pecuniária básica pelo exercício da atribuição de membro do Conselho Tutelar.

Art. 68 Remuneração é o vencimento do cargo paga a cada mês ao membro do Conselho Tutelar, acrescido das vantagens pecuniárias pagas em caráter permanente e temporário.

§ 1º No efetivo exercício da sua função perceberá, a título de remuneração, o valor correspondente ao (indicar o nível da categoria) dos servidores públicos municipais, que será reajustado anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal.

§ 2º A remuneração deverá ser proporcional à relevância e complexidade da atividade desenvolvida, a dedicação exclusiva exigida, e o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, devendo ainda ser compatível com os vencimentos de servidor do Município que exerça função para a qual se exija a mesma escolaridade para acesso ao cargo.

§ 3º A revisão da remuneração dos membros do Conselho Tutelar far-se-á na forma estabelecida pela legislação local, devendo observar os mesmos parâmetros similares aos estabelecidos para o reajuste dos demais servidores municipais, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§ 4º É facultado ao membro do Conselho Tutelar optar pela remuneração do cargo ou emprego público originário, sendo-lhe computado o tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

§ 5º Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos devidos junto ao sistema previdenciário ao qual o membro do Conselho Tutelar estiver vinculado.

Art. 69 Com o vencimento, quando devidas, serão pagas ao membro do Conselho Tutelar as seguintes vantagens:

I - indenizações;

II - auxílios pecuniários;

III - gratificações e adicionais.

Art. 70 Os acréscimos pecuniários percebidos por membro do Conselho Tutelar não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores.

Art. 71 Serão concedidos ao membro do Conselho Tutelar os auxílios pecuniários e as indenizações que forem garantidas aos servidores do Município, seguindo as mesmas normativas para sua concessão, ressalvadas as disposições desta Lei.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar que se deslocar em caráter eventual ou transitório do Município a serviço, capacitação ou representação, fará jus a diárias e/ou adiantamentos para cobrir as despesas de hospedagem, alimentação, locomoção urbana e as passagens.

§ 2º Conceder-se-á indenização de transporte ao membro do Conselho Tutelar que realizar despesas com a utilização de meio próprio de locomoção para a execução de serviços externos, por força das atribuições próprias da função, conforme as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais.

Art. 72 Durante o exercício do mandato, o membro do Conselho Tutelar terá direito a:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina

Art. 73 As demais perdas relacionadas às indenizações e reposições seguirão as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais, conforme dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Alfredo Wagner, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

Art. 74 A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

Parágrafo único. A dedicação exclusiva a que alude o caput deste artigo não impede a participação do membro do Conselho Tutelar como integrante do Conselho do FUNDEB, conforme art. 24, §2º, da Lei Federal n. 11.494/2007, ou de outros Conselhos Sociais, desde que haja previsão em Lei.

SEÇÃO XII

Das Férias

Art. 75 O membro do Conselho Tutelar fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas.

§1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§2º Aplicam-se às férias dos membros do Conselho Tutelar às mesmas disposições relativas às férias dos servidores públicos do Município de Alfredo Wagner.

§3º Fica vedado o gozo de férias, simultaneamente, por 02 (dois) ou mais membros do Conselho Tutelar.

Art. 76 É vedado descontar do período de férias as faltas do membro do Conselho Tutelar ao serviço.

Art. 77 Na vacância da função, ao membro do Conselho Tutelar será devida:

I - a remuneração simples, conforme o correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido;

II - a remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 78 Suspendem o período aquisitivo de férias os afastamentos do exercício da função quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Art. 79 As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput a compensação dos dias de férias trabalhados deverá ser gozada em igual número de dias consecutivos.

Art. 80 A solicitação de férias deverá ser requerida com 15 (quinze) dias de antecedência do seu início, podendo ser concedida parceladamente em períodos nunca inferiores a 10 (dez) dias, devendo ser gozadas, preferencialmente, de maneira sequencial pelos membros titulares do Conselho Tutelar, permitindo a continuidade da convocação do suplente.

Art. 81 O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 02 (dois) dias antes do início de sua fruição pelo membro do Conselho Tutelar.

Art. 82 O membro do Conselho Tutelar perceberá valor equivalente a última remuneração por ele recebida.

Parágrafo único. Quando houver variação da carga horária, apurar-se-á a média das horas do período aquisitivo, aplicando-se o valor da última remuneração recebida.

SEÇÃO XIII

Das Licenças

Art. 83 Conceder-se-á licença ao membro do Conselho Tutelar com direito à licença com remuneração integral:

I - para participação em cursos e congressos;

II - para maternidade e à adotante ou ao adotante solteiro;

III - para paternidade;

VI - em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica;

V - em virtude de casamento;

IV - por acidente em serviço, nos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento.

§ 1º É vedado o exercício de qualquer outra atividade remunerada durante o período de licenças previstas no caput deste artigo, sob pena de cassação da licença e da função.

§ 2º As licenças previstas no caput deste artigo seguirão os trâmites da Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Alfredo Wagner, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

SEÇÃO XIV

Das Concessões

Art. 84 Sem qualquer prejuízo, mediante comprovação, poderá o membro do Conselho Tutelar ausentar-se do serviço em casos de falecimento, casamento ou outras circunstâncias especiais, na forma prevista aos demais servidores públicos municipais.

SEÇÃO XV

Do Tempo de Serviço

Art. 85 O exercício efetivo da função pública de membro do Conselho Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

§ 1º Sendo o membro do Conselho Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para progressão por merecimento.

§ 2º O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

§ 3º A contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos legais, podendo o Município firmar convênio com o Estado e a União para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

§ 4º A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 86 As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§1º Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, é obrigatório o fornecimento, pelo Poder Executivo Municipal, de capacitação com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas-aula por ano a todos os membros titulares do Conselho Tutelar, os quais deverão comparecer obrigatoriamente ao curso, sob pena de incorrer em falta grave.

§2º A capacitação a que se refere o §1º não precisa ser oferecida exclusivamente aos membros do Conselho Tutelar, computando-se também as capacitações e os cursos oferecidos aos demais setores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§3º Fica facultado a participação dos membros suplentes do Conselho Tutelar, a capacitação a que se refere o §1º.

Art. 87 Aplicam-se aos membros do Conselho Tutelar, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições da Lei Municipal que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Alfredo Wagner, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais e legislação correlata.

Art. 88 O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 89 Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como a qualquer cidadão é facultada a realização de denúncias.

Art. 90, Fica revogado o Capítulo IV – Do Conselho Tutelar, da Lei nº 894 de 30 de março de 2015, e demais disposições municipais em contrário.

Art. 91 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 01 de abril de 2019.

NAUDIR ANTONIO SCHMITZ

Prefeito Municipal

PUBLICADA NESTA DATA

DECRETO 4336

Publicação N° 1967641

DECRETO N°. 4336/2019

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA GESSICA MARIOTTI DO CARGO EM COMISSÃO DE ASSISTENTE DE GABINETE.

Naudir Antonio Schmitz, Prefeito Municipal de Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, nº 170/90, de 05/04/90, Art. 93, VIII e XII.

DECRETA:

ART. 1º - Fica exonerada a pedido a servidora Gessica Mariotti do Cargo de Assistente de Gabinete, a partir de 01 de abril de 2019.

ART. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Alfredo Wagner, 01 de abril de 2019.

Naudir Antonio Schmitz

Prefeito Municipal

PUBLICADO NESTA DATA

Alto Bela Vista

PREFEITURA

PORTARIA Nº 092, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968494

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.

RESOLVE

Art. 1º Nomear o Sr. RENATO ANDRÉ KOLLER para exercer o cargo efetivo de MOTORISTA classificado em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2018 e homologado pelo Decreto Nº 2.692, de 20 de novembro de 2018 e Decreto Nº 2761 de 08 de março de 2019, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 01 de abril de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

PORTARIA Nº 093, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968495

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EM CARGO EFETIVO

CATIA TESSMANN REICHERT, Prefeita Municipal de Alto Bela Vista, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; especialmente na forma da Seção IV artigos: 14 e seus parágrafos; 15; 16; 17; 18; 19; 20 e 21 da Lei Complementar 011, de 10 de janeiro de 2005.

RESOLVE

Art. 1º Nomear o Sr. ALGUERTH HERIS ROLLWAGEN para exercer o cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO classificado em 1º Lugar no Concurso Público nº 001/2018 e homologado pelo Decreto Nº 2.692, de 20 de novembro de 2018 e Decreto Nº 2761 de 08 de março de 2019, com vencimento previsto no Anexo III da lei Complementar Nº 012, de 10 de janeiro de 2005 e suas alterações.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação desta portaria serão consignadas em Dotação Orçamentária Geral do Município.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Bela Vista/SC, 01 de abril de 2019.

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeita Municipal

Registrada e publicada em data supra.

CRISTIANO ALEX AULER

Responsável Pelas Publicações

PREGÃO PRESENCIAL 16/2019

Publicação Nº 1967684

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Alto Bela Vista torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão PR16/2019, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Objeto da licitação: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE PEÇAS NOVAS PARA A MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE TRATORES MARCA MASSEY e FERGUSON DA FROTA MUNICIPAL

Data de entrega dos envelopes: 15/04/2019 às 08:40 horas no Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Data de abertura dos envelopes: 15/04/2019 às 09:00 horas na Prefeitura Municipal de Alto Bela Vista. Rua do Comércio, 1015, Centro, CEP 89.730-000..

Edital na íntegra e demais informações, poderão ser consultadas no site <http://www.altobelavista.sc.gov.br> ou solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Alto Bela Vista, fone (49) 3455-9022 ou e-mail prefeitura@altobelavista.sc.gov.br.

Alto Bela Vista-SC, 20 de Março de 2019

CATIA TESSMANN REICHERT

Prefeito

Anchieta

PREFEITURA

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO - PM - PP 017/2019

Publicação N° 1967438

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA

HOMOLOGAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO

Processo nº 032/2019 – Pregão Presencial nº 017/2019

A Prefeitura Municipal de Anchieta, por meio de seu Prefeito, torna público que homologou a adjudicação do Processo Licitatório nº 032/2019, instaurado sob a modalidade Pregão Presencial, Menor Preço Por Item, para: Registro de Preços para prestação de serviços de lavagem, para veículos e máquinas de todas as Secretarias e Setores da Administração Pública Municipal, para o período de até 12 meses após a data da Homologação do Processo Licitatório.

EMPRESAS VENCEDORAS:

BORRACHARIA LIMA EIRELI - ME.

Valor Total R\$: 88.312,20

JOÃO PAULO CELLA – MEI.

Valor R\$: 25.272,00

Valor Total Estimado R\$: 113.584,20 (Cento e Treze Mil, Quinhentos e Oitenta e Quatro Reais e Vinte Centavos)

Anchieta, 01 de Abril de 2019.

IVAN JOSÉ CANCI – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº193/2019

Publicação N° 1969036

PORTARIA nº. 193/2019

De, 01 de Abril de 2019.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Complementar nº. 032/2011 – Estrutura Administrativa,

RESOLVE:

Nomear,

Art. 1º - Fica nomeada a senhora Vanira Suzana Moresco, para exercer o cargo de provimento em comissão de Gerente do Movimento Econômico, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei, a partir desta data.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),

Em 01 de Abril de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº194/2019

Publicação Nº 1969039

PORTARIA Nº. 194/2019
De, 01 de Abril de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o Processo Seletivo nº 002/2018;

RESOLVE:

Nomear Monitor Social de Dança ACT,

Art. 1º - Fica nomeado o senhor Mateus Pedretti Delai, para exercer o cargo de Monitor Social de Dança - ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotado na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VI, no período de 01/04/2019 à 18/12/2019.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC
Em, 01 de Abril de 2019.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº195/2019

Publicação Nº 1969040

PORTARIA Nº. 195/2019
De, 01 de Abril de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o Processo Seletivo nº 002/2018;

RESOLVE:

Nomear Monitor Social de Informática ACT,

Art. 1º - Fica nomeado o senhor Cilto Uliana, para exercer o cargo de Monitor Social de Informática - ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotado na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VI, no período de 01/04/2019 à 18/12/2019.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC
Em, 01 de Abril de 2019.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº196/2019

Publicação Nº 1969042

PORTARIA Nº. 196/2019
De, 01 de Abril de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o Art. 2º da Lei Complementar nº 038/2012,

Considerando o Processo Seletivo nº 002/2018;

RESOLVE:

Nomear Monitor Social de Música ACT,

Art. 1º - Fica nomeado o senhor Cleiton Santin, para exercer o cargo de Monitor Social de Música ACT – Admissão em Caráter Temporário, lotado na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo os vencimentos mensais previstos em Lei.

Art. 2º - A presente contratação se dá de acordo com o Art. 2º. inciso VI, no período de 01/04/2019 à 18/12/2019.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA, SC
Em, 01 de Abril de 2019.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº197/2019

Publicação Nº 1969043

PORTARIA nº. 197/2019
De, 01 de Abril de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77, inciso I da Lei Complementar Nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 01 (um) mês

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio pelo período de 01 (um) mês, para o servidor Público Municipal Itamar Berté, ocupante do cargo de Monitor Desportivo, lotado na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida no período de 01/04/2019 à 30/04/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta (SC),

Em, 01 de Abril de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº198/2019

Publicação Nº 1969066

PORTARIA nº. 198/2019
De, 01 de Abril de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Servidor Público Municipal Angelin Pereira, ocupante do cargo de Agente de Defesa civil, matrícula 2261, lotado no Gabinete do Prefeito e cedido ao Corpo de Bombeiro Militar, relativas ao período de 2018/2019, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 01/04/2019 à 30/04/2019.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 01 de Março de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº199/2019

Publicação Nº 1969048

PORTARIA nº. 199/2019
De, 01 de Abril de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Art. 77, inciso I da Lei Complementar Nº. 031/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio pelo período de 03 (três) meses,

Art. 1º - Fica concedida Licença Prêmio pelo período de 03 (três) meses, para a servidora Pública Municipal Jucimara Ercego, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Autarquia Hospital Municipal Anchietaense – Unidade de Pronto Atendimento, com todos os direitos e vantagens que a lei lhe assegura.

Art. 2º - A licença será concedida no período de 01/04/2019 à 29/06/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Anchieta (SC),
Em, 01 de Abril de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº200/2019

Publicação Nº 1969050

PORTARIA nº. 200/2019
De, 01 de Abril de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para o Conselheiro Tutelar senhor Alberto Klauck, relativas ao período de 2017/2018 para serem gozadas no período de 01/04/2019 a 30/04/2019, com todos os direitos e vantagens que a lei assegura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 01 de Abril de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº201/2019

Publicação Nº 1969053

PORTARIA Nº 201/2019
De 01 de Abril de 2019.

O Prefeito Municipal do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar nº. 1988/2013,

Considerando a eleição realizada em 04/10/2015, para mandato de Conselheiro Tutelar referente ao período de 10/01/2016 à 10/01/2020;
Considerando o período de gozo de férias do Conselheiro Tutelar Alberto Klauck;
Considerando a vaga da suplência;

Resolve:

Nomear,

Art. 1º - Fica nomeada para compor o Conselho Tutelar do Município de Anchieta (SC) a Senhora Cristiane Provin, Conselheira Tutelar Eleita, lotada nos Encargos Gerais do Município, no período de 01/04/2019 à 30/04/2019.

Art. 2º. – As despesas decorrentes da execução desse ato correrão a conta dos respectivos créditos orçamentários.

Art. 3º. – Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 01 de Abril de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

PORTARIA Nº202/2019

Publicação Nº 1969056

PORTARIA nº. 202/2019
De, 01 de Abril de 2019.

Ivan José Canci, Prefeito do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder Férias,

Art. 1º - Fica concedida férias regulamentares para a Servidora Pública Municipal Inêz de Cesare Carpeggiani, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, matrícula 1260, lotada na Secretaria Municipal da Saúde Pública - FMS, relativas ao período de 2017/2018, com vencimentos e vantagens garantidas em Lei, para serem gozadas no período 01/04/2019 à 30/04/2019.

Art. 2º - Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Anchieta (SC),
Em 01 de Abril de 2019.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Ivan José Canci,
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.
Vanusa Cantú – Agente Administrativo.

Angelina

PREFEITURA

DECRETO Nº 015/2019

Publicação Nº 1967351

DECRETO Nº 015/2019

"Transfere dotações orçamentárias no orçamento vigente"

Gilberto Orlando Dorigon, Prefeito Municipal de Angelina, no exercício de suas atribuições legais que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina e autorização contida na Lei Municipal nº 1256 de 13 de março de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a reduzir, dentro do Orçamento vigente, as seguintes Dotação Orçamentária:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04011230600042.007 – Merenda Escolar - Ensino Fundamental		
3.3.90.00.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta	R\$	20.000,00

10 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

1010824400152.045 – Manutenção e Func. do Fundo Mun. De Assist. Social		
3.3.90.00.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta	R\$	22.500,00

TOTAL 42.500,00

Art. 2º Os recursos elencados no artigo anterior ficam transferidos para as seguintes Dotações Orçamentárias:

04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

04021230600042.010 – Merenda Escolar - Ensino Infantil (Creches)		
3.3.90.00.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta	R\$	10.000,00

04031230600042.013 – Merenda Escolar - Ensino Infantil (Pré-Escolas)		
3.3.90.00.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta	R\$	10.000,00

12 – FUNDO MUNICIPAL DO IDOSO

1201824100152.058 – Manutenção de Ações de Apoio aos Idosos		
3.3.90.00.00.00.00.00.00 – Aplicação Direta	R\$	22.500,00

TOTAL 42.500,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam Revogadas as disposições em contrário.

Angelina, 13 de março de 2019

Gilberto Orlando Dorigon

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 018/2019

Publicação Nº 1967340

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 018/19

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

SUPERÁVIT FINANCEIRO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina e autorização contida na Lei Municipal nº 001255 de 14 de Dezembro de 2018

DECRETA

Art.1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para as seguintes dotações orçamentárias:	
	09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
	09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
	10301142.033 – Piso At. Básica – Agentes Comunitários de Saúde	
	(62) 3.1.90.00.00.00.00-0.3.38 – Aplicação Direta	0,40
	10304142.036 – Vigilância em Saúde – Vigilância Sanitária	
	(82) 3.3.90.00.00.00.00-0.3.38 – Aplicação Direta	8.559,65
	Total Suplementação	8.560,05
Art.2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro por fonte de recurso.	
Art.3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.	

Angelina, 22 de março de 2019.
GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 019/2019

Publicação Nº 1967343

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANGELINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 019/19
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

GILBERTO ORLANDO DORIGON, Prefeito Municipal, no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município de Angelina e autorização contida na Lei Municipal nº 001255 de 14 de Dezembro de 2018
DECRETA

Art. 1º -	Fica aberto no corrente exercício Crédito para a seguinte dotação orçamentária:	
	09 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
	09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
	10302142.035 – Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial	
	(49) 3.3.90.00.00.00.00-0.1.38 - Aplicação Direta	
	1.358,83	
	Total Suplementação	1.358,83
Art. 2º -	Para atendimento da suplementação de que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação verificado até o mês e ano corrente.	
Art. 3º -	Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.	

Angelina, 22 de março de 2019.
GILBERTO ORLANDO DORIGON
Prefeito Municipal

Anitápolis

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 016/2019

Publicação Nº 1968427

PREGAO PRESENCIAL Nº 016/2019 – O Município de Anitápolis torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial no dia 15/04/2019, às 09:00 horas. Objeto: Aquisição futura, eventual e parcelada de gêneros alimentícios e materiais de limpeza e higiene para as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Anitápolis, bem como cestas básicas para distribuição aos munícipes que se encontram em situação de necessidade. O Edital completo estará à disposição dos interessados, no dia 03/04/2019, a partir das 08:00 horas, no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Anitápolis, Rua Gonçalves Junior, nº 260 – CEP: 88475-000 - Centro – Anitápolis. Email: licita@anitapolis.sc.gov.br, site: www.anitapolis.sc.gov.br Fone: (48) 32560188. Anitápolis, 01/04/2019. Laudir Pedro Coelho – Prefeito Municipal.

PONTARIA 042/2019 - READAPTA SERVIDOR VALDERO HAHN

Publicação Nº 1967096

	ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO de Anitápolis GABINETE DO PREFEITO CNPJ 82.892.332/0001-92 Rua Gonçalves Júnior, 260 – Centro – 88475-000 – ANITÁPOLIS – SC Fone: (0xx) 48 3256-0131 – Fax 3256-0188 E-mail: prefeitura@anitapolis.sc.gov.br
--	---

PORTARIA Nº 042/2019

LAUDIR PEDRO COELHO, Prefeito Municipal de Anitápolis, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Seção II, incisos VIII e X do artigo 97, da Lei Orgânica do Município de Anitápolis de 16 de dezembro de 2004 e da Lei 504/2000,

Considerando, o diagnóstico médico exarado no Laudo Médico Pericial, datado em 06 de março de 2019.

Considerando, que o parecer dos médicos peritos indica a necessidade de readaptação do servidor VALDERO HAHN, com recomendação de troca de função.

RESOLVE:

READAPTAR, o servidor VALDERO HAHN, ocupante do cargo de professor, matrícula nº 422 do Quadro Permanente de pessoal da Prefeitura Municipal de Anitápolis, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, a contar de 01 de abril de 2019, irá exercer serviços na Secretaria da Escola Manila Campos da Rosa.

Anitápolis, 29 de março de 2019.

Laudir Pedro Coelho
Prefeito Municipal

PORTARIA 044/2019 - CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO AO SERVIDOR WILSAIR COELHO

Publicação Nº 1967186

PORTARIA Nº 044, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005, declara a vacância do cargo público do servidor WILSAIR COELHO, a partir de 01/04/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Anitápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art.1º Conceder Aposentadoria Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005, ao servidor WILSAIR COELHO, detentor da matrícula funcional nº 12, portador do CPF nº 416.484.719-00, inscrito no PASEP nº 1203977094-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Contábil/Financeiro III, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotado na Secretaria de Administração, Contabilidade e Finanças.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100%

(cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 5.334,10 (cinco mil trezentos e trinta e quatro reais e dez centavos), que será pago mensalmente pelo IPREAPOLIS.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 29, inciso IV da Lei municipal nº 504/2000 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem seus efeitos estabelecidos a partir de 01/04/2019, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de abril de 2019.

Laudir Pedro Coelho

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 011/2019 E EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2019

Publicação Nº 1967097

MUNICIPIO DE ANITÁPOLIS – RESULTADO DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019. OBJETO: Serviços de Transporte Escolar para atender a Secretaria Municipal de Educação. EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2019. CONTRATANTE: Município de Anitápolis. CONTRATADA: Alexandre Machado. VALOR: R\$ 14.300,00. Data da Assinatura: 01/04/2019. Prazo de vigência: 31/12/2019. Anitápolis, 01/04/2019. Laudir Pedro Coelho – Prefeito Municipal.

Antônio Carlos**PREFEITURA****75ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017**

Publicação Nº 1969018

75ª CONVOCAÇÃO – PROCESSO SELETIVO Nº 02/2017

O PREFEITO MUNICIPAL, Geraldo Pauli, no uso de suas atribuições, nos termos do artigo 37 de Constituição Federal e Lei Orgânica Municipal, CONVOCA aprovados do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2017, para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no dia 02/04/2019 a partir das 8 horas, nos termos da Lei Municipal n. 1.544/2017, conforme ROL abaixo:

AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL		
Class.	Candidato	Inscrição
26º	CRISTIANE DA SILVA	240

Antônio Carlos, 01 de abril de 2019.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

PORTARIA N 155/2019

Publicação Nº 1967937

PORTARIA Nº 155/2019

Cria e Nomeia o Conselho de Acompanhamento e Controle do FUNDEB- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação no âmbito do Município de Antônio Carlos.

GERALDO PAULI - Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 1.310/2011;

Resolve:

Artigo 1º - Criar e Nomear os Membros do CONSELHO DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE DO FUNDEB, do Governo Municipal, Profissionais da Educação e Outros Profissionais, assim distribuídos:

Conselheiros:

Presidente - Vanessa Koch Mannes

Vice-Presidente - Fernanda Alves Guesser Koch

Secretária - Gisela Pauli Cardoso

Poder Executivo Municipal

Titular – Bruna Nau

Suplente – Inês Kunh Guesser

Titular – Rubens Néis Junior

Suplente – Judite Koch Schmitt

Professores da Educação Básica Pública

Titular – Aparecida Luzia da Silveira Goedert

Suplente – Simone de Souza Schmitz

Diretor das Escolas Básicas Públicas

Titular – Fabiana Hoffmann Prates

Suplente – Ivone Gelsleichter Gesser

Servidor Técnico-administrativo da Escola Básica Pública

Titular – Elisiane Jaci Sagas

Suplente – Zuleide Besen Ghidolin

Pais de Alunos de Educação Básica Pública

Titular – Vanessa Koch Mannes

Suplente – Silvia Zimmermann Pereira Guesser

Titular – Fernanda Alves Guesser Koch

Suplente – Claciane Hemsig

Estudantes Da Educação Básica

Titular – Aline Schmitt
Suplente – Clovis Veber Sobrinho
Titular – Ana Julia Petry
Suplente – Manuella Helena Belo

Conselho Municipal de Educação
Titular – Gisela Pauli Cardoso
Suplente – Gracieli Conceição Besen

Conselho Tutelar
Titular – Geisa Goedert
Suplente – Beatriz de Sá Bianchetti

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 145/2019, de 29 de março de 2019.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, em 01 de abril de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria, em 02 de abril de 2019.

PORTARIA N 156/2019

Publicação N° 1968595

PORTARIA N° 156/2019

Nomeia servidor comissionado.

GERALDO PAULI – Prefeito do Município de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 56, inciso VI da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear ISOLENE BERNADETE HOFFMANN para o cargo comissionado de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL, a partir de 02 de abril de 2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Antônio Carlos, em 01 de abril de 2019.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 02 de abril de 2019.

Apiuna

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2019 PP 06/2016-FMS

Publicação Nº 1967171



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIUNA
CNPJ Nº: 11.195.905/0001-80

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 3/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS EM FARMÁCIA PARA A SECRETARIA DE SAÚDE.

Pelo presente instrumento o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIUNA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na AVENIDA FLORIANOPOLIS, CENTRO, Apiuna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 11.195.905/0001-80, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do(a) para Registro de Preço nº 6/2019, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à AQUISIÇÃO PARCELADA DE MEDICAMENTOS EM FARMÁCIA PARA A SECRETARIA DE SAÚDE, conforme quantitativos e condições a seguir:

28010- DROGARIA MARIANO LTDA ME					
Lote	Quantidade	Unidade	Produto	Desconto(%)	Total
Lote 1	1	Unidade	MEDICAMENTOS ETICOS	15	40.000,00
Lote 2	1	Unidade	MEDICAMENTOS GENERICOS E SIMILARES	40	10.000,00
Total Fornecedor:					R\$ 50.000,00
Total Geral					R\$ 50.000,00

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

1.4 A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência a terceiros de quaisquer obrigações constantes no presente contrato, principalmente quanto a prestação dos serviços objeto do edital.

1.5 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIUNA
CNPJ Nº: 11.195.905/0001-80

sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Presencial nº 6/2019 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará do dia 01/04/2019 até 01/04/2020.

4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 A Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social emitirá autorização para compra de medicamento em nome do beneficiário/paciente e este então, apresentará autorização para retirada do medicamento diretamente no ponto comercial da licitante vencedora. Os medicamentos deverão ser entregues ao consumidor final em até 24 (vinte e quatro) horas após sua solicitação.

4.1.1 Se a entrega dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIUNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.1.2 Os relatórios para conferência dos medicamentos autorizados deveram ser enviados para o e-mail comprassaude@apiuna.sc.gov.br, a cada 15 dias, sendo que este setor terá o prazo de uma semana para conferência e autorização do mesmo. **Obs: Lembramos que o vencedor será responsável pelo fornecimento de todos os itens da Revista ABCFarma incluindo os itens de receituário especial (receituário azul e receituário amarelo).**

4.1.3 Após a conferência o proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente as quantias entregues e aprovadas pelo servidor publico designado, encaminhando-a posteriormente à Secretaria de Saúde e Promoção Social para assinatura do responsável.

4.2 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.3 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.4 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIUNA
CNPJ Nº: 11.195.905/0001-80

imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em **30 (trinta) dias após entrega da mercadoria**, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2019 e as respectivas para o exercício de 2020.

Dotação
282.5.1.2050.3339032020000000000.1020000

6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA
CNPJ Nº: 11.195.905/0001-80

preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos/serviços prestados;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIUNA
CNPJ Nº: 11.195.905/0001-80

9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIUNA
CNPJ Nº: 11.195.905/0001-80

este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 **Advertência**, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 **Multa**, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria / prestação do serviço.

10.2.3 **Suspensão de Participação** em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos **itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.**

10.2.4 **Declaração de Inidoneidade**, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.



ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APIÚNA
CNPJ Nº: 11.195.905/0001-80

11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 1 de abril de 2019.

JOSE GERSON GONCALVES
MUNICÍPIO DE APIÚNA
Prefeito de Apiúna
CONTRATANTE

EMPRESA:

DROGARIA MARIANO LTDA ME
Joarez Antunes Mariano
Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2019 PP 28/2019

Publicação Nº 1967362



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS E MOTORISTAS DA SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL.

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE APIUNA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiuna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do(a) para Registro de Preço nº 28/2019, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA OS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS E MOTORISTAS DA SECRETARIA DE SAÚDE E PROMOÇÃO SOCIAL, conforme quantitativos e condições a seguir:

167924 - C.DOS SANTOS GRAVENA - CONFECCÇÕES -ME					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	CALÇA DE BRIM PROFISSIONAL COM PRESILHA E ZÍPER, COM UM BOLSO TRASEIRO E DOIS NA FRENTE, REFORÇO NO CAVADO, COSTURA REFORÇADA EM LOCAIS DO MAIOR IMPACTO, PRODUTO IDEAL PARA FUNÇÕES OPERACIONAIS QUE EXIGEM MUITA DURABILIDADE DO UNIFORME, CONFECCIONADO COM INSUMOS NACIONAIS E TECIDO PROFISSIONAL SANTANENSE, 100% ALGODÃO - O QUE RESULTA EM UM PRODUTO RESISTENTE E CONFORTÁVEL, NA COR CHUMBO, COM UM BORDADO DO BRASÃO DO MUNÍCIPIO, SEM FAIXA REFLETIVA(DIVERSOS TAMANHOS)	GR UNIFORMES	500	R\$33,8000	R\$ 16.900,00
2	BERMUDA DE BRIM PROFISSIONAL COM PRESILHA E ZÍPER, COM UM BOLSO TRASEIRO E DOIS NA FRENTE, REFORÇO NO CAVADO, COSTURA REFORÇADA EM LOCAIS DO MAIOR IMPACTO, PRODUTO IDEAL PARA FUNÇÕES OPERACIONAIS QUE EXIGEM MUITA DURABILIDADE DO UNIFORME, CONFECCIONADO COM INSUMOS NACIONAIS E TECIDO PROFISSIONAL SANTANENSE, 100% ALGODÃO - O QUE RESULTA EM UM PRODUTO RESISTENTE E CONFORTÁVEL, NA COR CHUMBO, COM UM BORDADO DO BRASÃO DO MUNÍCIPIO(DIVERSOS TAMANHOS)	GR UNIFORMES	500	R\$28,7000	R\$ 14.350,00
6	CALÇA DE BRIM PROFISSIONAL COM PRESILHA E ZÍPER, COM UM BOLSO TRASEIRO E DOIS NA FRENTE, REFORÇO NO CAVADO, COSTURA REFORÇADA EM LOCAIS DO MAIOR IMPACTO, PRODUTO IDEAL PARA FUNÇÕES OPERACIONAIS QUE EXIGEM MUITA DURABILIDADE DO UNIFORME, CONFECCIONADO COM INSUMOS NACIONAIS E TECIDO PROFISSIONAL SANTANENSE, 100% ALGODÃO - O QUE RESULTA EM UM PRODUTO RESISTENTE E CONFORTÁVEL, NA COR CHUMBO, COM UM BORDADO DO BRASÃO DO MUNÍCIPIO, COM FAIXA	GR UNIFORMES	500	R\$44,5000	R\$ 22.250,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

	REFLETIVA(DIVERSOS TAMANHOS)				
7	CALÇA JEANS AZUL, 100% ALGODÃO, 02 BOLSOS TRASEIROS E 02 BOLSOS DIANTEIROS, BORDADO NA PERNA ESQUERDA A BANDEIRA DA PREFEITURA, SENDO TAMANHOS DIVERSOS DO 38 AO 56 - NO MODELO TRADICIONAL.	GR UNIFORMES	500	R\$40,0000	R\$ 20.000,00
Total Fornecedor:			R\$ 73.500,00		
186279 - SUPERA UNIFORMES IND E COM. TEXTIL EIRELI					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
3	CAMISA DE MALHA, 100% ALGODÃO, NA COR AZUL MARINHO, COM 1 BOLSO COM BORDADO LATERAL DO BRASÃO DE MUNICIPIO, UMA ESTAMPA NAS COSTAS ESCRITO: PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA, MANGA CURTA, SEM FAIXA REFLETIVA(DIVERSOS TAMANHOS)	SUPERA	500	R\$17,9800	R\$ 8.990,00
4	CAMISA DE MALHA, 100% ALGODÃO, NA COR BRANCA, COM 1 BOLSO COM BORDADO LATERAL DO BRASÃO DE MUNICIPIO, UMA ESTAMPA NAS COSTAS ESCRITO: PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA, MANGA CURTA, SEM FAIXA REFLETIVA(DIVERSOS TAMANHOS)	SUPERA	100	R\$17,0000	R\$ 1.700,00
5	CAMISA DE MALHA, 100% ALGODÃO, NA COR AZUL MARINHO, COM 1 BOLSO COM BORDADO LATERAL DO BRASÃO DE MUNICIPIO, UMA ESTAMPA NAS COSTAS ESCRITO: PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA, MANGA CURTA, COM FAIXA REFLETIVA(DIVERSOS TAMANHOS)	SUPERA	100	R\$19,5000	R\$ 1.950,00
8	CAMISA POLO, COM BOLSO, MATERIAL ECOLOGICO (50% ALGODAO E 50% POLIESTER), NA COR AZUL MARINHO. COM 01 BOLSO COM BORDADO LATERAL DO BRASAO DO MUNICIPIOE UMA ESTAMPA NAS COSTAS ESCRITO: PREFEITURA MUNICIPAL DE APIUNA. MANGA CURTA. SEM FAIXA REFLETIVA(TAMANHOS:P, M, G, GG, XG E XGG)	SUPERA	60	R\$28,3000	R\$ 1.698,00
9	CAMISA POLO, COM BOLSO, MATERIAL ECOLOGICO (50% ALGODAO E 50% POLIESTER), NA COR BRANCA. COM 01 BOLSO COM BORDADO LATERAL DO BRASAO DO MUNICIPIO E UMA ESTAMPA NAS COSTAS ESCRITO: PREFEITURA MUNICIPALDE APIUNA. MANGA CURTA. SEM FAIXA REFLETIVA(TAMANHOS:P, M, G, GG, XG E XGG)	SUPERA	50	R\$27,0000	R\$ 1.350,00
Total Fornecedor:			R\$ 15.688,00		
Total Geral:			R\$ 89.188,00		

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

1.4 A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência a terceiros de quaisquer obrigações constantes no presente contrato, principalmente quanto a prestação dos serviços objeto do edital.

1.5 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIÚNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

- a) Edital de Presencial nº 28/2019 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará do dia 01/04/2019 até 01/04/2020.

4 DOS TAMANHOS, DA AMOSTRA, DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 Os tamanhos variam entre o P, M, G, GG, XG e XGG.

4.2 A licitante vencedora deverá fornecer uma peça de cada tamanho para prova nos Servidores. Após finalização das provas será emitida a Ordem de Compra.

4.3 O produto além das especificações descritas no Edital deverá apresentar qualidade na confecção, não existindo falhas, pregas, costuras repuxadas ou empapuçadas, diferenças de tamanho em mangas, laterais, ombros, pernas, etc. Nos encontros das costuras será tolerada a diferença de no máximo dois pontos.

4.4 Os uniformes deverão ser entregues em caixas, separados por tamanho. As peças devem conter etiqueta com identificação do fabricante, CNPJ, tamanho, composição do tecido e instruções de lavagem e conservação.

4.5 Os produtos deverão ser entregues em até 20 (vinte) dias após a emissão da ordem de compra emitida pela Secretaria responsável. O local da entrega é na Garagem da Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, fundos, centro, Apiúna/SC, 89135-000.

4.5.1 Se a entrega dos produtos cotados não for realizada no prazo estipulado, a PREFEITURA DE APIPUNA aplicará às sanções previstas neste Edital e em Lei.

4.5.2 No ato da entrega do objeto, a proponente deverá emitir Nota Fiscal correspondente as quantias entregues, encaminhando-a posteriormente à Secretaria responsável para conferência e assinatura pelo responsável.

4.6 Os produtos que forem recusados deverão ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data de notificação apresentada à fornecedora, sem qualquer ônus para o Município.

4.7 O recebimento dos produtos, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade e características dos produtos entregues, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos mesmos, durante todo o prazo de vigência do Contrato.

4.8 A empresa será responsável por eventuais danos havidos nos materiais, provenientes de negligência, imperícia e/ou imprudência praticados por seus empregados, obrigando-se a substituí-los, ou a indenizar a Administração do prejuízo causado.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em até **EM 30 (TRINTA) DIAS APÓS A ENTREGA DA MERCADORIA**, mediante a aceitação do



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2019 e as respectivas para o exercício de 2020.

Dotação
166.6.1.2060.33390302300000000000.1000000
182.6.1.2060.33390302300000000000.1390200
282.5.1.2050.33390302300000000000.1020000

6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

- a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;
- b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais fornecidos/serviços prestados;
- c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;
- d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

- a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;
- b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência,



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.14.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 **Advertência**, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 **Multa**, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria / prestação do serviço.

10.2.3 **Suspensão de Participação** em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos **itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.**

10.2.4 **Declaração de Inidoneidade**, nos seguintes casos:

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 1 de abril de 2019.

JOSE GERSON GONCALVES
MUNICÍPIO DE APIÚNA
Prefeito de Apiúna
CONTRATANTE

EMPRESA:

C.DOS SANTOS GRAVENA - CONFECCÇÕES -ME
EDUARDO STUMPF
Contratada

SUPERA UNIFORMES IND E COM. TEXTIL EIRELI
RAYANNE DE SOUZA PEREIRA
Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2019 PP 31/2019

Publicação Nº 1967254



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2019**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO PARCELADA DE PEQUENOS SERVIÇOS DE TORNO, SOLDA E MECÂNICA.**

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE APIUNA**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na RUA QUINTINO BOCAIUVA, CENTRO, Apiúna - SC, 89.135-000, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.767/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Senhor JOSE GERSON GONCALVES, considerando o julgamento do(a) para Registro de Preço nº 31/2019, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com as classificações por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nº 8.666/93 e alterações, 10.520/02, 123/2006, Decreto Municipal nº 1256/2006, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, e em conformidade com as disposições a seguir.

1 DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços visando à CONTRATAÇÃO PARCELADA DE PEQUENOS SERVIÇOS DE TORNO, SOLDA E MECÂNICA, conforme quantitativos e condições a seguir:

Lote: 1 - LOTE 1					
81515 - ANDERSON BRESSAN 03778155946					
Item	Produto	Marca	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVICO MECANICO NECESSARIO PARA MONTAGEM, DESMONTAGEM E OUTROS PROCEDIMENTOS NECESSARIOS PARA AUXILIAR OS SERVICOS DE TORNO E SOLDA ITENS 01 E 02 DESTE ANEXO		750	R\$33,0000	R\$ 24.750,00
2	SERVICO SOLDA		250	R\$50,0000	R\$ 12.500,00
3	SERVIÇO TORNO		250	R\$70,0000	R\$ 17.500,00
Total Fornecedor:					R\$ 54.750,00
Total Lote:					R\$ 54.750,00
Total Geral:					R\$ 54.750,00

1.2 Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 25% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

1.4 A CONTRATADA está terminantemente proibida de efetuar a transferência a terceiros de quaisquer obrigações constantes no presente contrato, principalmente quanto a prestação dos serviços objeto do edital.

1.5 A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao CONTRATANTE ou à terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do objeto contratado, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

2 DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Presencial nº 31/2019 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3 VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará do dia 29/03/2019 até 29/03/2020.

4 DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 A Prefeitura de Apiúna será o órgão responsável pelos atos de controle e administração da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação.

4.2 A emissão da Ordem de Serviço é de responsabilidade da Secretaria de Transportes e Obras, Setor de Frota, cabendo ao mesmo todos os atos de administração junto aos fornecedores, que serão formalizados por intermédio de empenho.

4.3 O serviço deverá ter como objetivo que a utilização dos veículos possa ser feita de maneira segura, econômica e eficiente.

4.4 A licitante vencedora **poderá** fornecer o material necessário para a execução dos serviços de torno e solda.

4.4.1 Lembrando que quando houver fornecimento de material, o serviço deverá ser cobrado em Nota Fiscal separada da Nota Fiscal dos serviços.

4.4.2 Quando os serviços forem efetuados nos veículos do Fundo Municipal de Saúde de Apiúna as Notas Fiscais (serviço e matérias quando houver) deverão ser faturadas para o CNPJ: 11.195.905/0001-80 e quando prestados nos veículos da Prefeitura deverão ser faturadas para o CNPJ: 79.373.767/0001-16.

4.5 A manutenção preventiva e corretiva, deverá ser executada pelo fornecedor vencedor em oficina própria, no prazo máximo de 02 (duas) horas, contado da entrada do veículo na oficina. A possibilidade de dilatação do prazo dar-se-á em caso comprovado de falta de material no mercado. Outros motivos somente quando aceito pela Secretaria de Transportes e Obras, Setor de Frota.

4.6 Após entrada de qualquer veículo\máquina na oficina, a contratada deverá fazer uma vistoria e após este ato, preparará e submeterá a aprovação da Secretaria de Transportes e Obras, Setor de Frota um diagnóstico indicando material necessário para efetuar o conserto, número de horas homem a serem utilizadas, especificando seus preços líquidos unitários. Contatos da Secretaria de Transportes e Obras 47 3353 2000 Ramal 227. E-mail frota@apiuna.sc.gov.br.

4.6.1 Qualquer serviço, só poderá ser efetuado após aprovação por parte da Secretaria de Transportes e Obras, Setor de Frota, do diagnóstico mencionado no subitem 4.6.

4.6.2 Após aprovado o diagnóstico e autorizados os serviços, qualquer necessidade superveniente de outros itens e mão de



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

obra e/ou material ficará sujeita aos mesmos procedimentos definidos no subitem 4.6 e 4.6.1.

4.7 A contratada obriga-se, receber os veículos e máquinas a qualquer hora, em qualquer dia da semana, no seu horário normal de funcionamento.

4.7.1 A contratada no ato de assinatura da Ata de Registro de Preço deverá informar ao Município, número de telefone de contato, no caso de se tornar necessário o recebimento de veículos defeituosos fora do horário de funcionamento da oficina.

4.8 Todo ferramental empregado na manutenção dos veículos será, obrigatoriamente, de primeira qualidade e será de responsabilidade do licitante vencedor.

4.9 Os serviços devem ser executados diretamente pela contratada, não podendo ser sub empreitados, cedidos, sublocados ou terceirizados.

4.10 A contratada deverá manter o Município informado quanto às mudanças de endereço, telefone, fax e e-mail da oficina onde serão executados os serviços contratados.

4.11 A contratada responsabilizar-se-á pela integralidade dos veículos de propriedade do Município a ela entregues para manutenção, bem como por quaisquer equipamentos e acessórios neles instalados, respondendo por eventuais danos ou prejuízos causados, ficando obrigada, a qualquer momento, a corrigir, às suas expensas, defeitos ou vícios verificados, resultantes da execução do objeto vencido nesta licitação.

4.11.1 Em caso de ocorrência dos prejuízos e danos previstos no subitem anterior, o Município poderá abatê-los das faturas relativas aos serviços prestados pela contratada, ou, se inviável a compensação, promover a execução judicial, sem exclusão de outras sanções cabíveis.

4.12 O Município poderá a qualquer tempo, solicitar comprovação de pagamentos dos encargos previdenciários para efeito de disposto no art. 4º da Lei 9.032 de 28/04/95.

5 DO PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 O pagamento será efetuado em **30 (trinta) dias após prestação do serviço**, mediante a aceitação do objeto e apresentação de nota fiscal, sem emendas ou rasuras que após conferidos e visados, serão encaminhados ao empenho na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

5.1.1 Ocorrendo erros na apresentação da nota fiscal, a mesma será devolvida à contratada para a devida correção e reapresentação.

5.1.2 Para a efetivação do pagamento o licitante deverá manter as mesmas condições previstas neste edital no que concerne a PROPOSTA e a HABILITAÇÃO.

5.2 As despesas provenientes do presente edital correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias do exercício de 2019 e as respectivas para o exercício de 2020.

Dotação
156.2.1.2020.3339030390000000000.1000000
156.2.1.2020.3339039170000000000.1000000
156.2.1.2020.3339039190000000000.1000000
166.6.1.2060.3339030390000000000.1000000



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

166.6.1.2060.3339039170000000000.1000000
166.6.1.2060.3339039190000000000.1000000
166.6.1.2060.3339039200000000000.1000000
171.7.1.2070.3339030390000000000.1000000
171.7.1.2070.3339039170000000000.1000000
171.7.1.2070.3339039190000000000.1000000
172.4.1.2047.3339030390000000000.1010000
172.4.1.2047.3339039170000000000.1010000
172.4.1.2047.3339039190000000000.1010000
182.6.1.2060.3339030390000000000.1390200
182.6.1.2060.3339039170000000000.1390200
182.6.1.2060.3339039190000000000.1390200
187.6.1.2060.3339030390000000000.1390300
187.6.1.2060.3339039170000000000.1390300
187.6.1.2060.3339039190000000000.1390300
187.6.1.2060.3339039200000000000.1390300
22.6.1.2060.3339030390000000000.1390100
22.6.1.2060.3339039170000000000.1390100
22.6.1.2060.3339039190000000000.1390100
26.6.1.2060.3339030390000000000.1070000
26.6.1.2060.3339039170000000000.1070000
26.6.1.2060.3339039190000000000.1070000
282.5.1.2050.3339030390000000000.1020000
282.5.1.2050.3339039170000000000.1020000
282.5.1.2050.3339039190000000000.1020000
293.5.1.2056.3339030390000000000.1020000
293.5.1.2056.3339039190000000000.1020000
296.5.1.2055.3339030390000000000.1020000
296.5.1.2055.3339039190000000000.1020000
35.2.1.2006.3339030390000000000.1000000
35.2.1.2006.3339039170000000000.1000000
35.2.1.2006.3339039190000000000.1000000
53.9.1.2091.3339030390000000000.1000000
53.9.1.2091.3339039170000000000.1000000
53.9.1.2091.3339039190000000000.1000000
70.4.1.2049.3339030390000000000.1010000
70.4.1.2049.3339039170000000000.1010000
70.4.1.2049.3339039190000000000.1010000

6 REAJUSTAMENTO E REPACTUAÇÃO DE PREÇOS

6.1 A CONTRATANTE e a CONTRATADA têm direito ao equilíbrio econômico financeiro do contrato, em consonância com disposto no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a ser realizado mediante os seguintes critérios:

6.1.1 Reajuste de Preços:

6.1.1.1 Os preços constantes na presente ata podem ser reajustados a cada 12 (doze) meses.

6.1.2 Revisão de preços:

6.1.2.1 A Revisão de Preços, observadas as prescrições da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, poderá ser solicitada, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis que onere ou desonere



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

excessivamente as obrigações pactuadas no presente contrato, para reequilíbrio econômico financeiro, se houver a efetiva comprovação do aumento pela empresa registrada (requerimento, planilha de custos e documentação de suporte).

6.1.2.1.1 A CONTRATADA deverá formular à CONTRATANTE requerimento para a revisão do contrato, comprovando a ocorrência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, que tenha onerado excessivamente as obrigações por ela contraídas;

6.1.2.1.2 A CONTRATANTE examinará o requerimento e, após análise e conferência dos valores, informará a CONTRATADA quanto ao atendimento ou não do mesmo, de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.1.3 Independentemente de solicitação, a CONTRATANTE poderá convocar a CONTRATADA para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto contratado, na quantidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços de mercado.

6.1.4 Os efeitos financeiros da Revisão de preços serão devidos a contar da data do evento que aumentou/diminuiu os custos do contrato, cabendo à parte interessada a iniciativa e o ônus de demonstrar, de forma analítica, o aumento ou redução do custo, observando-se que não serão devidos juros de mora e/ou atualização monetária.

6.1.5 As alterações decorrentes de revisões e de reajustes de preços serão formalizadas por meio de Instrumentos Contratuais Aditivos.

7 DA FISCALIZAÇÃO

7.1 O exercício de fiscalização pelo preposto da CONTRATANTE não excluirá nem reduzirá as responsabilidades da CONTRATADA.

7.2 À Fiscalização fica desde já assegurado o direito de:

7.2.2 Determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados

7.2.3 Rejeitar todo e qualquer bem entregue de má qualidade ou em desacordo com o especificado no edital e na proposta, exigindo sua substituição ou correção imediatas;

7.2.4 Impugnar todo e qualquer produto em desacordo com as especificações, normas regulamentares, legais e contratuais;

7.3 A CONTRATANTE sem prejuízo de suas atribuições de acompanhamento, poderá contratar, profissionais consultores ou empresas especializadas, os serviços relativos ao controle qualitativo e quantitativo dos materiais objeto do edital.

8 RESPONSABILIDADES DAS PARTES

8.1 Compete a CONTRATADA:

a) Entregar o objeto ajustado dentro do prazo de entrega, por intermédio exclusivo de seus empregados, sem qualquer ônus para o Município;

b) providenciar, no prazo máximo de 03 (três) dias, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos materiais



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

fornecidos/serviços prestados;

c) manter, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

d) Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções, ou, ainda, que estejam em desacordo com as especificações exigidas.

8.2 Compete a CONTRATANTE:

a) pagar à CONTRATADA o preço estabelecido;

b) designar servidores responsável pelo acompanhamento e entrega dos produtos adquiridos.

9 DA RESCISÃO DA ATA

9.1 Constituem motivo para rescisão da Ata:

9.1.1 O não cumprimento de cláusulas constantes na presente Ata, especificações e prazos;

9.1.2 O cumprimento irregular de cláusulas, especificações e prazos;

9.1.3 A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital e na Ata;

9.1.4 O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;

9.1.5 O cometimento reiterado de faltas na sua execução;

9.1.6 A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

9.1.7 A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

9.1.8 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a entrega dos bens;

9.1.9 Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o edital;

9.1.10 A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

9.1.11 O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo CONTRATANTE à CONTRATADA pelos produtos já entregues, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

9.1.12 A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução.

9.1.13 Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666/93, em observância do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIUNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

9.2 Decidido pela rescisão da Ata, será executada da seguinte forma:

9.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE nos casos enumerados nos itens 9.1.1 à 9.1.10 e 9.1.12 à 9.1.13.

9.2.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para o CONTRATANTE;

9.2.3 Judicial, nos termos da legislação;

9.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

9.4 Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos 9.1.9 à 9.1.12, desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será este ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

9.5 Será assegurado, a parte que tiver dado motivo à rescisão, o contraditório e a ampla defesa.

10 DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 As Licitantes participantes desta Licitação e, principalmente, a Licitante vencedora, sujeitar-se-ão, no que couber às sanções previstas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.2 Pelo comportamento incorreto da Licitante no decorrer do Processo Licitatório a Licitadora poderá, garantida prévia defesa, aplicar a Licitante as seguintes penalidades:

10.2.1 **Advertência**, no caso de faltas que não motivem a aplicação de multas.

10.2.2 **Multa**, conforme os seguintes critérios:

10.2.2.1 No valor de 1% (um por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de acumulação de 03 (três) advertências;

10.2.2.2 No valor de 2% (dois por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório;

10.2.2.3 No valor de 5% (cinco por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de apresentar declaração em falso no processo, sem prejuízo de demais processos administrativos e jurídicos;

10.2.2.4 No valor de 10% (dez por cento) do valor total vencido pelo licitante registrado em ata se der causa à Declaração de Inidoneidade;

10.2.2.5 No valor de 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata, no caso de inobservância de quaisquer das condições do item 02 do mesmo;

10.2.2.6 No valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia no atraso injustificado, ou com justificativa não aceita pela autoridade superior competente na entrega da mercadoria / prestação do serviço.

10.2.3 **Suspensão de Participação** em licitações com o Município de Apiúna, pelo prazo de 02 (dois) anos, no caso de quaisquer dos motivos expostos nos itens 10.2.2.2 à 10.2.2.5 e 10.2.4.1 à 10.2.4.2.

10.2.4 **Declaração de Inidoneidade**, nos seguintes casos:



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE APIÚNA
CNPJ Nº: 79.373.767/0001-16

10.2.4.1 Se o valor acumulado das multas ultrapassarem o 10% (dez por cento) do valor do valor total vencido pelo licitante registrado em ata;

10.2.4.2 Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.4.3 Tenham praticado atos ilícitos e/ou a não entrega do objeto deste edital, visando a frustrar os objetivos da licitação;

10.2.4.4 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

10.2.5 Será assegurada, a parte que tiver dado motivo à penalidade, o contraditório e a ampla defesa.

10.3 Nenhum pagamento será processado à proponente penalizada sem que antes este tenha pago ou lhe seja relevada a multa imposta.

11 DO FORO

11.1 O foro competente para dirimir possíveis dúvidas, após se esgotarem todas as tentativas de composição amigável, e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente licitação, independente de outro que por mais privilegiado seja, será o da Comarca de ASCURRA/SC.

E, assim, por estarem justas e contratadas, as partes, por seus representantes legais, o presente instrumento em vias de igual teor e forma, para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinados.

Apiúna, 29 de março de 2019.

JOSE GERSON GONCALVES
MUNICÍPIO DE APIÚNA
Prefeito de Apiúna
CONTRATANTE

EMPRESA:

ANDERSON BRESSAN 03778155946
ANDERSON BRESSAN
Contratada

AVISO REVOGAÇÃO PP 40/2019

Publicação N° 1967281

Prefeitura de Apiúna

Aviso de Revogação de edital de Licitação

Pregão Presencial Registro de Preço nº 40/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL E FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO ASFALTICA EM DIVERSAS LOCALIDADES DA ÁREA URBANA.

Justificativa: Após apuração de que diversos valores estão em desacordo com a realidade de mercado (erro de cálculo pelo Setor de Compras), falta de subitens para perfeita execução dos serviços e falta de termo de referência, decide-se pela revogação do presente edital de licitação.

Edital disponível no site www.apiuna.sc.gov.br e no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000

Jose Gerson Goncalves/Prefeito de Apiúna

AVISO TOMADA DE PREÇO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N° 42/2019

Publicação N° 1963586

Prefeitura de Apiúna

Aviso de Licitação

Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 42/2019

Objeto: CONTRAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA, PARA A EXECUÇÃO DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO DA RUA IVO PETTERS E RUA CHAPECÓ-TRECHO 02, VINCULADO AO CONVÊNIO SICONV N. 845985/2017, OPERAÇÃO N. 1041073-86/2017 E A EXECUÇÃO DE DRENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO DA RUA CHAPECÓ-TRECHO 01, VINCULADO AO CONVÊNIO SICONV N. 845974/2017, OPERAÇÃO N. 1041332-89/2017, COM O FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À COMPLETA E PERFEITA IMPLANTAÇÃO DE TODOS OS ELEMENTOS DEFINIDOS, EM CONFORMIDADE COM OS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL, ONDE AMBOS OS CONVÊNIOS FORAM CELEBRADOS ENTRE O GOVERNO FEDERAL, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DAS CIDADES, ATUALMENTE CHAMADO DE MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, E O MUNICÍPIO DE APIÚNA, OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE AÇÕES RELACIONADAS AO PROGRAMA PLANEJAMENTO URBANO.

Data/Hora recebimento e protocolo envelopes: até o dia 17/04/2019 às 09 horas.

Data/Hora da Abertura: 17/04/2019 – Após às 09 horas.

Local da Abertura: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, 1º andar, sala 06, centro, Apiúna/SC, 89135-000.

Maiores Informações no Setor de Licitações, localizado junto a Prefeitura de Apiúna, atendimento de segunda a sexta feira, das 07h30min às 12h e das 13h30 às 17h, fone 47 3353 2000, edital completo disponível em www.apiuna.sc.gov.br.

Maiores Informações Fone 47 3353 2000

Jose Gerson Goncalves/Prefeito de Apiúna

DECRETO N° 3183/2019

Publicação N° 1967144

DECRETO N° 3183/2019

De 28/02/2019

REGULAMENTA O FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - FMMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 64, VI c/c art.89, I "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Ordinária Municipal nº 870, de 18 de junho de 2018,

DECRETA

Art.1º O presente ato regulamenta o Fundo Municipal do Meio Ambiente - FMMA, que tem objetivo de financiar o desenvolvimento de programas e projetos que visem:

- I - a promover a conservação do meio ambiente;
- II - ao uso racional e sustentável dos recursos naturais;
- III - a manter, melhorar e recuperar a qualidade ambiental;
- IV - a promover educação ambiental em todos os seus níveis;
- V - a reparar danos causados ao meio ambiente no âmbito municipal.

Art.2º Constituem receitas do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA:

- I - as transferências financeiras realizadas pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado de Santa Catarina, diretamente para o Fundo;
- II - as dotações orçamentárias e as transferências financeiras realizadas pela Prefeitura Municipal;
- III - os rendimentos e juros provenientes de aplicações financeiras;
- IV- o produto de multas administrativas impostas por infrações à legislação ambiental;

- V - as condenações e acordos judiciais por atos lesivos ao meio ambiente;
- VI - os recursos oriundos dos termos de ajustamento de conduta;
- VII - as taxas incidentes sobre a utilização de recursos ambientais;
- VIII - as doações, os legados e outras espécies de contribuições;
- IX - os recursos financeiros decorrentes da alienação de materiais, bens ou equipamentos de propriedade do Fundo, considerados inservíveis;
- X - outros recursos financeiros, de qualquer origem lícita, que lhe forem transferidos.

§1º As receitas descritas neste artigo serão depositadas/quitadas via boletos, obrigatoriamente, em conta bancária a ser aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito e o ingresso das receitas e será controlado por fonte de recurso específica.

§ 2º A aplicação dos recursos financeiros dependerá da existência de disponibilidades, em função do cumprimento de programação, sendo admitidas somente nas hipóteses em que as mesmas não venham a interferir ou a prejudicar suas atividades.

§ 3º Os saldos financeiros do Fundo, apurados em balanço anual ao final de cada exercício, serão automaticamente transferidos para o exercício seguintes.

Art.3º O Fundo será administrado e gerido pelo do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente.

Art.4º O Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente exercerá atividade fiscalizadora dos atos de execução do Fundo Municipal de Meio Ambiente.

Art.5º Os recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente - FMMA serão aplicados:

- I - ao desenvolvimento de planos, programas e projetos:
 - que visem o uso racional e sustentável de recursos naturais;
 - de manutenção, melhoria e/ou recuperação de qualidade ambiental;
 - de pesquisa e atividades ambientais;
 - de educação ambiental;
 - que sejam implementados em unidades de conservação do Município;
 - de pesquisa e desenvolvimento tecnológico;
 - de manejo e extensão florestal;
 - de desenvolvimento institucional;
 - de controle ambiental;
 - de aproveitamento econômico racional e sustentável da flora e fauna nativas; e
 - que sejam priorizados pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
- II - ao controle, à fiscalização e à defesa do meio ambiente;
- III - a programas de capacitação técnica dos servidores da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente;
- IV - a modernização tecnológica das áreas técnicas do órgão ambiental municipal;
- V - para aquisição de equipamentos, material permanente e de consumo, bem como na construção, manutenção e conservação das áreas físicas das instalações da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente; e
- VI - ao custeio de necessidades relacionadas a ações de apoio a programas e projetos de interesse ambiental.
- VII - Investimentos e custeio na gestão associada através de Consórcio Público para a área ambiental e outros.

§ 1º Os recursos do Fundo poderão ser aplicados através de convênios a serem celebrados pelo município com órgãos e entidades da administração pública direta e indireta, da União, Estados-membros e Municípios, assim como com entidades privadas sem fins lucrativos, sempre que os objetivos pretendidos estejam associados aos do Fundo.

§ 2º É permitida a contratação, em caráter extraordinário e excepcional, de serviços técnicos profissionais especializados, observados os termos do § 1º do artigo 25 da Lei nº 8.666/93, com recursos do Fundo do Meio Ambiente.

§3º Os recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente oriundo de multas por cometimento de infrações administrativas ambientais, serão convertidos, diretamente, em bens e serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente no âmbito dos respectivos programas e projetos ambientais

§4º Os recursos do Fundo Municipal de Meio Ambiente oriundo da execução de Termos de Ajustamento de Conduta e os de condenações em Ações Cíveis Públicas relacionadas ao meio ambiente, serão dirigidos especificamente a recomposição dos bens afetados.

Art. 6º O registro e contabilização das receitas e das despesas do Fundo Municipal de Meio Ambiente será efetuado mediante a criação de fonte de recurso específica dentro do orçamento da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.

Art.7º O controle dos gastos será feito pela fonte de recurso dentro da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, através de prestação de contas ao Controle Interno, observado as normas estabelecidas na legislação vigente, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art.8º Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apiúna, 26 de Fevereiro de 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3196

Publicação Nº 1967161

DECRETO Nº 3196/2019

De 29 de Março de 2019

HOMOLOGA CLASSIFICAÇÃO FINAL DO CADASTRO SIMPLIFICADO Nº 003/2019 REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE APIÚNA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de Apiúna, Estado de Santa Catarina, realizou inscrições para o Cadastro Simplificado nº 003/2019 para contratação temporária de Professor de História e Auxiliar de Desenvolvimento em Educação Infantil - Creche;

CONSIDERANDO, ainda, que suas classificações se deram através de pontuação por títulos e após ter sido dado conhecimento do seu resultado final, com a publicação da relação nominal dos classificados no Mural Público da Prefeitura Municipal de Apiúna e no site apiuna.sc.gov.br no dia 26 de Março de 2019.

CONSIDERANDO que foram respeitados e praticados todos os atos que garantiram a legalidade e o bom andamento do Cadastro Simplificado nº 003/2019.

DECRETA:

Art. 1º - Fica HOMOLOGADA a Classificação Final do Cadastro Simplificado, concernente ao Edital nº 003/2019, em conformidade com o anexo I do presente Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiúna, SC, em 29 de Março de 2019.

JOSÉ GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

ANEXO I

CADASTRO SIMPLIFICADO Nº 003/2019

HOMOLOGAÇÃO - CLASSIFICAÇÃO FINAL

PROFESSOR DE HISTÓRIA HABILITADO			
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
004	NATAN MÁRIO KRUTZSCH	8,40	1º

PROFESSOR DE HISTÓRIA NÃO- HABILITADO			
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
010	ELTON SIDNIR DA CRUZ SANTOS	7,50	1º
021	CLAUDIR CESAR WAISS	3,00	2º

AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO EM EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE				
INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO	CRITÉRIO DE DESEMPATE
022	JOELMA DE SOUZA	7,00	1ª	-
025	ODIRLEIA DA SILVA	5,00	2ª	-
013	ANA PAULA FRESKI	4,00	3ª	19/12/1992
016	MANOELA STREY	4,00	4ª	30/10/1995
006	MARIA EDUARDA STUPP	4,00	5ª	26/04/1998
015	DAIANA SCHMIDT	3,00	6ª	-
001	PRISCILA L.ZANLUCA	2,00	7ª	-
020	LUCIANA ZANELATO	1,00	8º	12/05/1978
012	PAULA ROSA	1,00	9º	04/09/1986
014	THALIA A. CORREA	1,00	10ª	22/12/1997
007	IASMIN N. M. DA CUNHA	1,00	11ª	24/05/1999
019	LUIZA M. MULLER	1,00	12ª	29/01/2001
017	ROSANA D.F. BRANCO	-	13ª	07/02/1975
018	DENISE BISSONI GUSE	-	14ª	07/07/1984
009	JULIANE U. KRUTSCH	-	15ª	23/01/1986
008	CAROLINA SCHMEIDER	-	16ª	29/11/1991
003	CRISLAINE P. V. BATSCHAUER	-	17ª	30/10/1992
005	PATRICIA Z. NUNES	-	18ª	29/01/1994
023	REBECA G. V. DE ALMEIDA	-	19ª	26/02/1996

002	JASSIARA P. MARÇAL	-	20ª	29/08/1997
011	LIGIA A. RODRIGUES	-	21ª	14/06/1998
024	ELAINE MATHIAS	-	22ª	01/09/1998

DECRETO Nº 3198

Publicação Nº 1968262

DECRETO Nº3198/2019

De 29/03/2019

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APIÚNA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETA

JOSE GERSON GONÇALVES, Prefeito Municipal de Apiúna, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 64, VI da Lei Orgânica, e de acordo com o Art. 8º, da Lei nº 883/2018 de 21/11/2018:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 1.200,00(Um mil e duzentos Reais), da seguinte dotação orçamentária:

03	Secretaria de Administração e Finanças	
001	Secretaria de Administração e Finanças	
0004.0122.0301.2030	Manutenção Geral da Secretaria de Adm. e Finanças	
3000000000000000	Despesas Corrente	
3300000000000000	Outras Despesas Correntes	
3390000000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	1.200,00
	TOTAL	1.200,00

Art. 2º - Por conta da anulação constante no Art. 1º, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a suplementar no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Apiúna, até o valor de R\$ 1.200,00(Um mil e duzentos Reais), na seguinte dotação orçamentária:

03	Secretaria de Administração e Finanças	
001	Secretaria de Administração e Finanças	
0004.0122.0301.2030	Manutenção Geral da Secretaria de Adm. e Finanças	
4000000000000000	Despesas de Capital	
4400000000000000	Investimentos	
4490000000000000	Aplicações Diretas	
10.000	Recursos Ordinários	1.200,00
	TOTAL	1.200,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Apiúna em, 29 de Março de 2019.

JOSE GERSON GONÇALVES

Prefeito Municipal

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 06/2019

Publicação Nº 1967985

RESOLUÇÃO CMDCA Nº 06/2019

De 28 de Março de 2019

CONSIDERANDO A LEI Nº 8.069 DE 13 DE JULHO DE 1990 QUE DISPÕE SOBRE O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;
 CONSIDERANDO A LEI MUNICIPAL Nº 744 DE 5 DE AGOSTO DE 2014;
 CONSIDERANDO DECRETO MUNICIPAL Nº 2.942 DE 07 DE MAIO DE 2018;
 CONSIDERANDO DECRETO MUNICIPAL Nº 3.014 DE 27 DE AGOSTO DE 2018;
 CONSIDERANDO RESOLUÇÃO CMDCA 001/2019;
 CONSIDERANDO EDITAL CMDCA 01/2019;
 CONSIDERANDO ATA CMDCA 340 e 342.

O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, POR INTERMÉDIO DE SUA PRESIDENTE, ANDREIA BLOEMER ELIAS E POR INTERMÉDIO DA COMISSÃO ESPECIAL DESIGNADA,

RESOLVE:

Art. 1º - Após análise de pedidos de impugnação e apresentação de recursos VALIDA e INDEFERE candidaturas para o processo de Escolha Suplementar ao cargo de Conselheiro (a) Tutelar no Município de Apiúna/SC, conforme segue:

Nome completo do (a) candidato (a)	Nº Inscrição	Situação
Claudia Oriques Bento	01	DEFERIDO
Sérgio Foss	02	INDEFERIDO
Carlos Eduardo Capristano	03	DEFERIDO
Claricia de Souza	04	DEFERIDO
Eloisa Malichieski	05	DEFERIDO
Roseli Deola	06	INDEFERIDO

Parágrafo Único Abre-se prazo para apresentação de recursos ao CMDCA nos termos do item 3.4.6 do Edital 001/2019.

Art. 2º - A comissão Especial Retifica o Edital 001/2019, antecipando a data de eleição para dia 17/04/2019, em razão do feriado nacional do dia 21/04/2019 e em razão da excepcionalidade deste Processo Suplementar. Mantem-se inalteradas demais datas.

Apiúna SC, 28 de março de 2019.

Andreia Bloemer Elias

Presidente do Conselho Municipal de Direito da Criança e do Adolescente

Arroio Trinta

PREFEITURA

CONTRATO Nº 0015/2019

Publicação Nº 1967188

CONTRATO Nº 0015/2019, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0039/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2019, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA POSTO SERIBA LTDA.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – Santa Catarina e O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede a Rua Francisco Nava, 157 em Arroio Trinta - SC, , neste ato representado pelo Gestor do Fundo o Senhor TARCÍSIO LIDANI, brasileiro, casado, portador do CPF sob nº 613.139.809-78 e CI sob nº 2.111.407, residente e domiciliado na Rua Albano Gemeli nº 98, Centro de Arroio Trinta – SC, doravante consideradas CONTRATANTES e a empresa POSTO SERIBA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 83.400.242/0001-08, com inscrição estadual nº 250.490.340, com sede á Rua XV de novembro, 349, em Arroio Trinta – SC, neste ato representada pelo procurador, Senhor SIDNEI SERIGUELI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 715.611.889-72, residente e domiciliado à Rua Pasqual Nava, nº 192 em Arroio Trinta – SC, doravante denominada CONTRATADA e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0039/2019, PREGÃO PRESENCIAL 0005/2019, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94 e lei 10.520/2002, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

Cláusula Primeira – A contratada se obriga a fornecer combustíveis para as máquinas, veículos e equipamentos da contratante, conforme PREGÃO PRESENCIAL nº 0005/2019, que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais nas quantidades abaixo:

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Marca	Qtd.	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
2	27533 - Óleo Diesel S-500	L	Ipiranga	63.300	3,36	212.776,62
3	27534 - Óleo Diesel S-10	L	Ipiranga	116.900	3,42	400.303,01
4	27535 - Arla 32	L	Siga/ Agricopel	2.000	2,52	5.054,00
5	28098 - Gás de cozinha, acondicionado em botijões de 13 kg (somente a carga).	Botijão		141	75,01	10.577,06
					Total	628.710,69

1.2. O combustível será retirado pela Prefeitura na sede da proponente vencedora, dentro do perímetro urbano, conforme a necessidade de cada Secretaria. O gás de cozinha deverá ser entregue nas diversas repartições públicas do Município de Arroio Trinta.

1.3. O gás de cozinha deverá ser entregue nas diversas repartições da Administração Municipal, em horário de expediente, no prazo máximo de 1 (uma) hora após o envio, por e-mail, da autorização de fornecimento. O prazo para o fornecimento do combustível, será imediato, retirado na sede da licitante vencedora, que deverá estar situada no perímetro urbano do Município de Arroio Trinta, - SC.

1.4. Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0039/2019 - PR, Pregão Presencial nº 0005/2019 - PR

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2019, conforme segue:

6 - 1 . 2001 . 4 . 122 . 2 . 2.3 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
8 - 1 . 2002 . 4 . 122 . 3 . 2.4 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
39 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.26 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

49 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.27 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
94 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
54 - 1 . 2004 . 12 . 364 . 12 . 2.29 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
32 - 1 . 2003 . 20 . 606 . 20 . 2.41 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
90 - 1 . 2008 . 17 . 512 . 14 . 2.37 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
97 - 1 . 2012 . 8 . 242 . 5 . 2.11 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
103 - 1 . 2013 . 8 . 243 . 6 . 2.13 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
82 - 1 . 2006 . 15 . 452 . 17 . 2.36 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
13 - 1 . 2006 . 6 . 181 . 4 . 2.7 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
100 - 1 . 2012 . 8 . 244 . 5 . 2.10 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
77 - 1 . 2005 . 27 . 812 . 24 . 2.44 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
3 - 1 . 2006 . 6 . 181 . 4 . 2.52 . 0 . 339000 Aplicações Diretas
113 - 2 . 3001 . 10 . 301 . 9 . 2.17 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
128 - 2 . 3001 . 10 . 304 . 9 . 2.22 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
2 - 1 . 2011 . 8 . 241 . 5 . 2.53 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
72 - 1 . 2005 . 13 . 392 . 13 . 2.33 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
62 - 1 . 2004 . 12 . 365 . 12 . 2.32 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E VALOR

4.1. O pagamento será feito quinzenalmente, por transferência bancária após a entrega do combustível, conforme solicitação das Secretarias, acompanhadas da respectiva Nota Fiscal e ou Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura.

4.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

4.5. Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. As obrigações da contratada são as descritas no edital.

5.2 – São atribuições e condições da contratante aquelas descritas no edital.

5.3 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida previa e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

6.1.2. Não assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

6.1.3. Apresentar documentação falsa;

6.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

6.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

6.1.6. Não mantiver a proposta;

6.1.7. Cometer fraude fiscal;

6.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

6.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.3. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

6.3.1. Advertência;

6.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos serviços;

6.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

7.2. A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.2. Este contrato vige da data de sua assinatura até 31/12/2019, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, por mais seis meses, caso toda a quantidade licitada ainda não tenha sido consumida, e alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

10.1. As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do objeto assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

10.2. Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

10.3. O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

10.4. O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

10.5. A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.6. A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

10.7. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 28 de março de 2019.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
CLAUDIO SPRICIGO
Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE
TARCÍSIO LIDANI
CPF nº 613.139.809-78

POSTO SERIBA LTDA
CNPJ 83.400.242/0001-08
SIDNEI SERIGUELI
Procurador - Contratada

Testemunhas:

RONIVAN BRANDALISE

CPF: 027.783.989-02

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

CPF – 000.077.349-21

CONTRATO Nº 0015/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0039/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2019

OBJETO: FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS,

CONTRATADA: POSTO SERIBA LTDA

VALOR: R\$628.710,69

CONTRATO Nº 0016/2019

Publicação Nº 1967268

CONTRATO Nº 0016/2019, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0039/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 0005/2019, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA – SC E A EMPRESA POSTO ANSILIERO & NAVA LTDA.

O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito publico interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 82.826.462/0001-27, com sede a Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado Prefeito Municipal CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Senhor CLAUDIO SPRÍCIGO, brasileiro, casado, portador do CPF nº 551.995.939-00 e CI nº 10/R-1.912.533, residente e domiciliado na Rua Orlando Zardo, 33 no município de Arroio Trinta – Santa Catarina e O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA- SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede a Rua Francisco Nava, 157 em Arroio Trinta - SC, , neste ato representado pelo Gestor do Fundo o Senhor TARCÍSIO LIDANI, brasileiro, casado, portador do CPF sob nº 613.139.809-78 e CI sob nº 2.111.407, residente e domiciliado na Rua Albano Gemeli nº 98, Centro de Arroio Trinta – SC, doravante consideradas CONTRATANTES e a empresa Empresa POSTO ANSILIERO & NAVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 81.777.492/0001-28, com inscrição estadual nº 252.141.555, com sede a Rua XV de novembro, 380, em Arroio Trinta – SC, neste ato representada pelo senhor OLIVO NAVA, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 220.627.009-97, e RG 10/R-786.199/SSI-SC, residente e domiciliado à Rua Delvinio Manenti, em Arroio Trinta – SC, doravante denominada CONTRATADA e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada no Processo Licitatório nº 0039/2019, PREGÃO PRESENCIAL 0005/2019, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94 e lei 10.520/2002, atendidas a cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – A contratada se obriga a fornecer combustíveis para as máquinas, veículos e equipamentos da contratante, conforme PREGÃO PRESENCIAL nº 0005/2019, que, com seus anexos, integra este termo, independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais nas quantidades abaixo:

Item	Material/Serviço	Un. Med.	Marca	Qtd.	Vlr. Un.	Vlr. Total.
1	27536 - Gasolina	L	Potencial.	28.460	4,05657	115.449,98
					Total	115.449,98

1.2. O combustível será retirado pela Prefeitura na sede da proponente vencedora, dentro do perímetro urbano, conforme a necessidade de cada Secretaria.

O prazo para o fornecimento do combustível, será imediato, retirado na sede da licitante vencedora, que deverá estar situada no perímetro urbano do Município de Arroio Trinta, - SC.

1.4. Todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, encargos sociais, trabalhistas e outros, correrão por conta da proponente vencedora

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

2.1. O presente instrumento, independentemente de sua transcrição, encontra-se vinculado ao Processo Administrativo Licitatório nº 0039/2019 - PR, Pregão Presencial nº 0005/2019 - PR

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. A despesa deste contrato correrá a conta de elementos do Orçamento de 2019, conforme segue:

6 - 1 . 2001 . 4 . 122 . 2 . 2.3 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 8 - 1 . 2002 . 4 . 122 . 3 . 2.4 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 39 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.26 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 49 - 1 . 2004 . 12 . 361 . 12 . 2.27 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 94 - 1 . 2010 . 26 . 782 . 23 . 2.43 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
 54 - 1 . 2004 . 12 . 364 . 12 . 2.29 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

32 - 1 . 2003 . 20 . 606 . 20 . 2.41 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
90 - 1 . 2008 . 17 . 512 . 14 . 2.37 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
97 - 1 . 2012 . 8 . 242 . 5 . 2.11 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
103 - 1 . 2013 . 8 . 243 . 6 . 2.13 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
82 - 1 . 2006 . 15 . 452 . 17 . 2.36 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
13 - 1 . 2006 . 6 . 181 . 4 . 2.7 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
100 - 1 . 2012 . 8 . 244 . 5 . 2.10 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
77 - 1 . 2005 . 27 . 812 . 24 . 2.44 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
3 - 1 . 2006 . 6 . 181 . 4 . 2.52 . 0 . 339000 Aplicações Diretas
113 - 2 . 3001 . 10 . 301 . 9 . 2.17 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
128 - 2 . 3001 . 10 . 304 . 9 . 2.22 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
2 - 1 . 2011 . 8 . 241 . 5 . 2.53 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
72 - 1 . 2005 . 13 . 392 . 13 . 2.33 . 1 . 339000 Aplicações Diretas
62 - 1 . 2004 . 12 . 365 . 12 . 2.32 . 1 . 339000 Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E VALOR

Estima-se o valor global em R\$115.449,98 (CENTO E QUINZE MIL QUATROCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E NOVENTA E OITO CENTAVOS), com base nos preços apresentados na licitação, sendo que só sofrerá reajuste para maior ou para menor com base nos índices fornecidos pelo Governo Federal, na data de divulgação e incidirá somente na parte de combustíveis não retirados pela Contratante.

4.1. O pagamento será feito quinzenalmente, por transferência bancária após a entrega do combustível, conforme solicitação das Secretarias, acompanhadas da respectiva Nota Fiscal e ou Fatura, apresentada na tesouraria da Prefeitura.

4.2. O número do CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - constante das notas fiscais/faturas deverá ser aquele fornecido na fase de habilitação

4.3. Nenhum pagamento será efetuado à contratada vencedora enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito do reajustamento de preços ou correção monetária.

4.4. A contratada fica obrigada a aceitar nas mesmas condições, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas aquisições, até 25% (vinte e cinco por cento), conforme dispõe o § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666/93, atualizada.

4.5. Só haverá reajuste na ocorrência de fato que justifique a aplicação do artigo 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidadas.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E CONTRATANTE

5.1. As obrigações da contratada são as descritas no edital.

5.2 – São atribuições e condições da contratante aquelas descritas no edital.

5.3 - O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecida, sujeitará a Contratada as sanções previstas na Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

6.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002 a Contratada que:

6.1.2. Não assinar o contrato quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

6.1.3. Apresentar documentação falsa;

6.1.4. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

6.1.5. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

6.1.6. Não mantiver a proposta;

6.1.7. Cometer fraude fiscal;

6.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.

6.2. De acordo com o estabelecido no artigo 77, da Lei n.º 8.666/93, a inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão, constituindo, também, motivo para o rompimento do ajuste, aqueles previstos no art. 78, incisos I a XVIII.

6.3. Nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderá a Administração aplicar ao contratado as seguintes sanções:

6.3.1. Advertência;

6.3.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos serviços;

6.3.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

6.4. Na hipótese de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela Contratada, a esta será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do Contrato, por dia de atraso, dobrável na reincidência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os processos de inspeção dos produtos, verificação e controle a serem adotadas pelo Contratante.

7.2. A existência e a atuação da fiscalização do Contratante em nada restringe a responsabilidade única, integral e exclusiva da Contratada, no que concerne aos serviços contratados, e as suas consequências e implicações próximas ou remotas.

CLAUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

8.2. Este contrato vige da data de sua assinatura até 31/12/2019, podendo ser prorrogado através de termo aditivo, por mais seis meses, caso toda a quantidade licitada ainda não tenha sido consumida, e alterado nos casos previstos no Artigo 57, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – CESSÃO E TRANSFERÊNCIA

9.1. O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIDADES

10.1. As Contratadas assumem, como exclusivamente seus, as despesas decorrentes do transporte do objeto assim como, dos funcionários. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda, quaisquer prejuízos que sejam causados ao contratante ou a terceiros, bem como, pelos seguros de Lei.

10.2. Os danos e os prejuízos serão ressarcidos ao Contratante no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação administrativa a Contratada, sob pena de multa.

10.3. O Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos ou obrigações vinculadas à legislação tributária trabalhista, previdenciária ou securitária, e decorrentes da execução do presente contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberão, exclusivamente, à Contratada.

10.4. O contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinado.

10.5. A Contratada manterá durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas na licitação.

10.6. A contratante se responsabilizará pela substituição de produtos entregues fora do padrão de qualidade, sem ônus adicional à Prefeitura.

10.7. Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Videira – SC, para dirimir as dúvidas que possam advir da presente contratação, com renúncia expressa, de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, para firmeza e validade do que aqui ficou estipulado, foi lavrado o presente em 03 cópias de iguais teor, que, depois de lido e achado conforme, e assinado pelas partes contratantes e por duas testemunhas que a tudo assistiram.

Arroio Trinta – SC, 28 de março de 2019.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
CLAUDIO SPRICIGO
Contratante

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CONTRATANTE
TARCÍSIO LIDANI
CPF nº 613.139.809-78

POSTO ANSILIERO E NAVA LTDA
CNPJ nº 81.777.492/0001-28
OLIVO NAVA
Procurador - Contratada

TESTEMUNHAS:

TARCÍSIO LIDANI

CPF N° 613.139.809-78

RONIVAN BRANDALISE

CPF N° 027.783.989-02

CONTRATO N° 0016/2019

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0039/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 0005/2019

OBJETO: FORNECIMENTO DE GASOLINA PARA VEÍCULOS

CONTRATADAS: POSTO ANSILIERO E NAVA LTDA

VALOR: R\$115.449,98

Balneário Arroio do Silva

PREFEITURA

CHAMAMENTO Nº 009/2019 - PROCESSO SELETIVO Nº 003/2018

Publicação Nº 1968320

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 009/2019

Data: 01 de abril de 2019.

Referente: EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 003/2018

Ementa: Convoca Candidatos aprovados aos cargos do Processo Seletivo Público nº 003/2018.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES, Prefeito do Município de Balneário Arroio do Silva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o resultado do Processo Seletivo Público nº 003/2018, homologado pelo Decreto nº 19, de 15 de fevereiro de 2019, considerando a necessidade da Secretaria Municipal e ainda a existência de vaga temporária, convoca os candidatos adiante relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Público nº 003/2018, realizado pela Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva, para manifestar o seu interesse ou não na vaga, no período de 02 de abril de 2019 a 03 de abril de 2019, no horário das 12h às 18h, no Departamento de Pessoal da Prefeitura de Balneário Arroio do Silva.

Salientamos, ainda, que conforme o Edital de Processo Seletivo Público nº 003/2018:

13. O candidato, após a publicação na imprensa oficial do município da sua convocação, terá o prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da publicação para manifestar seu interesse na vaga ou apresentar sua carta de desistência, e, caso manifeste interesse pela vaga terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação.

13.1. A relação dos documentos admissionais será entregue no ato da convocação;

13.2. O Candidato deverá manter atualizado o seu cadastro junto ao Departamento Pessoal do Município de Balneário Arroio do Silva – SC;

13.3. O Município de Balneário Arroio do Silva – SC utilizará dos seguintes meios para convocação, nesta ordem: Publicação na Imprensa Oficial e Site do Município.

13.4. O Candidato que não comparecer no dia, hora e local de acordo com a convocação será ELIMINADO deste PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO.

Caso os candidatos convocados neste Edital não compareçam até o dia 03 de abril de 2019, no horário das 12h às 18h, serão considerados desistentes e serão automaticamente desclassificados do Processo, sem direito a recurso. Caso necessário, aplica-se ao presente chamamento, os efeitos da retroatividade.

Segue abaixo a Relação dos candidatos Convocados por este Edital:

Fiscal de Tributos

Inscrição	Nome	Posição
144346	Rafael Casagrande João	01º Lugar
145711	Gustavo Henrique Willemann Alves	02º Lugar

Balneário Arroio do Silva/SC, 01 de abril de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Finanças em data supra.

FELIPE KELLER

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 053/2019

Publicação Nº 1968364

Decreto nº 053, de 01 de abril de 2019.

EXONERA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, O SENHOR GILSON LUIZ MARTINS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto nos Incisos I, II, XXII e XXVI, do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Senhor GILSON LUIZ MARTINS, brasileiro, maior, em união estável, nascido em 19 de fevereiro de 1980, portador do RG nº 5.830.888 – SJ/SC, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 023.496.659-00, do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Obras e Serviços Urbanos, vinculado à Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos, do Poder Executivo Municipal, com admissão em 01 de fevereiro de 2018, para o qual foi nomeado através do Decreto Municipal nº 23/2018.

§ 1º O ocupante do Cargo de Provimento em Comissão ora exonerado, deverá retornar ao cargo de provimento efetivo de Operador de

Equipamentos, matrícula funcional nº 1.441, para o qual foi nomeado em decorrência de aprovação em Concurso Público;

§ 2º O ocupante do Cargo de Provimento em Comissão ora exonerado, deverá apresentar Declaração de Bens, em conformidade com as disposições constantes na Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº TC-02/2006.

Art. 2º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e a realizar os procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Decreto.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 01 de abril de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças em 01 de abril de 2019.

FELIPE KELLER

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 054/2019

Publicação Nº 1968369

Decreto nº 054, de 01 de abril de 2019.

NOMEIA A SENHORA VALDIRENE FELICIANO DE BORBA, PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE UNIDADE DESCENTRALIZADA DE ENSINO - UDS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, II, XXII e XXVI, do Artigo 58 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora VALDIRENE FELICIANO DE BORBA, brasileira, maior, nascida em 30 de agosto de 1975, portadora do RG nº 4.451.847 – SSP/SC, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 031.190.839-09, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Unidade Descentralizada de Ensino - UDS, vinculado à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com direito a percepção do vencimento equivalente ao Código DAS-01, constante dos Anexos IV e V, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 28 de dezembro de 2001, com jornada de trabalho de tempo integral, de 40 horas semanais e em regime de dedicação exclusiva.

Art. 2º À Servidora Pública ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Unidade Descentralizada de Ensino – UDS nomeada nos termos deste Decreto, é assegurada à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e a realizar os procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 01 de abril de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de abril de 2019.

FELIPE KELLER

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 055/2019

Publicação Nº 1968375

Decreto nº 055, de 01 de abril de 2019.

NOMEIA O SENHOR GUILHERME PEREIRA DE OLIVEIRA, PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE Diretor de Departamento de AGRICULTURA E PESCA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, II, XXII e XXVI, do Artigo 58 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor GUILHERME PEREIRA DE OLIVEIRA, brasileiro, maior, solteiro, nascido em 14 de novembro de 1997, portador do RG nº 6.242.639 – SSP/SC, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 087.238.499-32, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Agricultura e Pesca, vinculado à Secretaria de Turismo, Pesca, Agricultura e Meio Ambiente, do Poder Executivo Municipal, com direito a percepção do vencimento equivalente ao Código DAS-02, constantes dos Anexos IV e V, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 28 de dezembro de 2001, com jornada de trabalho de tempo integral, de 40 horas semanais, e em regime de dedicação exclusiva.

Art. 2º Ao Servidor Público ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Agricultura e Pesca nomeado nos termos deste Decreto, é assegurada à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder as anotações e a realizar os procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 01 de abril de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de abril de 2019.

FELIPE KELLER

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 056/2019

Publicação Nº 1968381

Decreto nº 056, de 01 de abril de 2019.

NOMEIA O SENHOR IRAÉL DE MOURA, PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE COORDENADOR DE MANUTENÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, II, XXII e XXVI, do Artigo 58 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Senhor IRAÉL DE MOURA, brasileiro, maior, em união estável, nascido em 05 de maio de 1961, portador do RG nº 1.856.203 – SSP/SC, inscrito no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 354.105.230-91, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Manutenção, vinculado à Secretaria de Obras, Viação e Serviços Urbanos, do Poder Executivo Municipal, com direito a percepção do vencimento equivalente ao Código DAS-01, constantes dos Anexos IV e V, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 28 de dezembro de 2001, com jornada de trabalho de tempo integral, de 40 horas semanais, e em regime de dedicação exclusiva.

Art. 2º Ao Servidor Público ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Coordenador de Manutenção nomeado nos termos deste Decreto, é assegurada à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder as anotações e a realizar os procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Decreto.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 01 de abril de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de abril de 2019.

FELIPE KELLER

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 057/2019

Publicação N° 1968385

Decreto nº 057, de 01 de abril de 2019.

NOMEIA A SENHORA MALENA FRANCISCO MACAN PARA EXERCER O CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO URBANO, ANÁLISE DE PROJETOS, CADASTRO IMOBILIÁRIO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS ESPECIAIS PARA CAPTAÇÃO DE RECURSOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Juscelino da Silva Guimarães, no uso das atribuições legais conferidas no disposto dos Incisos I, II, XXII e XXVI, do Artigo 58 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Senhora MALENA FRANCISCO MACAN, brasileira, maior, nascida em 11 de agosto de 1997, portadora do RG nº 5.785.938 - SSP/SC, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 071.848.119-41, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Planejamento Urbano, Análise de Projetos, Cadastro Imobiliário e Elaboração de Projetos Especiais para Captação de Recursos, vinculado à Secretaria de Planejamento Urbano, Indústria e Comércio, do Poder Executivo Municipal, com direito a percepção do vencimento equivalente ao Código DAS-02, constantes dos Anexos IV e V, da Lei Complementar Municipal nº 006, de 28 de dezembro de 2001, com Jornada de Trabalho de tempo integral, 40 horas semanal e em regime de dedicação exclusiva.

Art. 2º À Servidora Pública ocupante do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Planejamento Urbano, Análise de Projetos, Cadastro Imobiliário e Elaboração de Projetos Especiais para Captação de Recursos nomeada nos termos deste Decreto, é assegurada à filiação ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS, conforme legislação federal pertinente, cujas despesas correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 3º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 01 de abril de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de abril de 2019

FELIPE KELLER

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 058/2019

Publicação N° 1968803

Decreto nº 058, de 01 de abril de 2019.

EXONERA DO CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA E CADASTRAMENTO, A SENHORA ROSIANE BORGES CARAÇA DA SILVA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Juscelino da Silva Guimarães, Prefeito Municipal de Balneário Arroio do Silva, no uso das atribuições legais conferidas no disposto nos Incisos I, II, XXII e XXVI, do Artigo 58, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Senhora ROSIANE BORGES CARAÇA DA SILVA, brasileira, maior, viúva, nascida em 01 de novembro de 1972, portadora do RG nº 8.222.586 – SSP/SC, inscrita no Cadastro das Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF sob o nº 553.167.270-53, matrícula funcional nº 6.259, do Cargo de Provimento em Comissão de Diretor de Departamento de Tributação, Fiscalização Tributária e Cadastro, vinculado à Secretaria de Administração e Finanças, do Poder Executivo Municipal, com admissão em 01 de março de 2019, para o qual foi nomeada através do Decreto Municipal nº 031/2019.

Parágrafo único. A ocupante do Cargo de Provimento em Comissão ora exonerada, deverá apresentar Declaração de Bens, em conformidade com as disposições constantes na Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina nº TC-02/2006.

Art. 2º Fica o Departamento de Pessoal encarregado de proceder às anotações e a realizar os procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente.

Art. 3º As despesas decorrentes deste Decreto, correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2019.

Prefeitura Municipal de Balneário Arroio do Silva/SC, em 01 de abril de 2019.

JUSCELINO DA SILVA GUIMARÃES

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 01 de abril de 2019.

FELIPE KELLER

Secretário de Administração e Finanças

Balneário Piçarras

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA 695-2019-0104-ALTERAÇÃO CONSELHO DE TURISMO

Publicação Nº 1968712

LEI Nº 695/2019

DE 01 DE ABRIL DE 2019

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a Alterar o Artigo 3º da Lei Municipal nº 226/1996 de 12 de dezembro de 1996, com as alterações dadas pelas Leis Municipais n.º 070/1998 de 17 de abril de 1998, 050/2009 de 06 de agosto de 2009, 171/2011 de 04 de março de 2011, 309/2013 de 05 de junho de 2013 e 490/2015 de 22 de junho de 2015 e Dá Outras Providências.

Leonel José Martins, Prefeito Municipal de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste Município que o Plenário da Câmara de Vereadores Aprovou e eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a Alterar o Artigo 3º da Lei Municipal nº 226/1996 de 12 de dezembro de 1996, com as alterações dadas pelas Leis Municipais n.º 070/1998 de 17 de abril de 1998, 050/2009 de 06 de agosto de 2009, 171/2011 de 04 de março de 2011, 309/2013 de 05 de junho de 2013 e 490/2015 de 22 de junho de 2015 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º O Conselho Municipal de Turismo compor-se-á de 1/3 (um terço) de representantes do poder público, 1/3 (um terço) de representantes da iniciativa privada e 1/3 (um terço) de representantes da sociedade civil organizada, a saber:

I – Representantes do Poder Público:

- a) 01 (um) da Secretaria Municipal de Turismo;
- b) 01 (um) da Fundação Municipal de Cultura;
- c) 01 (um) da Fundação Municipal do Meio Ambiente;
- d) 01 (um) da Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Rurais;
- e) 01 (um) da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer.

II – Representantes da Iniciativa Privada:

- a) 01 (um) do Segmento de Hospedagem;
- b) 01 (um) do Segmento de Alimentos e Bebidas;
- c) 01 (um) do Segmento de Agências de Viagens;
- d) 01 (um) do Segmento de Empreendimentos Turísticos;
- e) 01 (um) do Segmento de Imobiliárias.

III – Representantes da Sociedade Civil Organizada

- a) 01 (um) da Câmara de Dirigentes Lojistas de Balneário Piçarras - CDL;
- b) 01 (um) da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI;
- c) 01 (um) do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Balneário Piçarras;
- d) 01 (um) da Colônia de Pescadores de Balneário Piçarras;
- e) 01 (um) da Associação Amigos da Arte e Cultura - AMARK.

§ 1º Seguirá à indicação dos membros do conselho referente aos Representantes do Poder Público e dos Representantes da Iniciativa Privada, para ambos os casos, e, de seus suplentes, por meio de nomeação pelo Chefe do Poder Executivo, observados, para estes, os mesmos critérios aplicados aos titulares, tudo por meio de regulamentação própria.

§ 2º Os Representantes da Sociedade Civil Organizada serão escolhidos através de Fórum próprio para este fim, aonde cada segmento irá escolher seu representante e suplente, devendo, todos estes, serem nomeados pelo Chefe do Poder Executivo através de regulamentação própria.

§ 3º O mandato dos membros do Conselho Municipal de Turismo é fixado em 2 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei serão custeadas por dotação própria do orçamento em vigor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Balneário Piçarras (SC), 01 de abril de 2019.

LEONEL JOSÉ MARTINS

Prefeito Municipal

A presente Lei Municipal nº 695/2019 encontra-se arquivada na Secretaria de Administração e Fazenda e publicada no Mural do Edifício Sede da Prefeitura Municipal em 01 de abril de 2019.

ANA LÚCIA WILVERT

Secretária de Administração e Fazenda

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO ESTÁGIO PROBATÓRIO CONCURSO PÚBLICO 001/2015

Publicação Nº 1968718

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Em atendimento ao disposto no Artigo 9º da Lei 214/2007 de 11 de julho de 2007, fica homologado o Rol de Aprovados no Estágio Probatório do Concurso Público 001/2015, em vista do cumprimento de todos os requisitos legais.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	LOTAÇÃO	MATRÍCULA
TATIANE LUZIA ALVES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	40	SED	10697

Balneário Piçarras (SC), 01 de abril de 2019.
LEONEL JOSÉ MARTINS
Prefeito Municipal

O presente Termo de Homologação encontra-se arquivado na Secretaria de Administração e Fazenda e publicado no Mural do edifício sede da Prefeitura Municipal em 01 de abril de 2019.

ANA LÚCIA WILVERT
Secretária de Administração e Fazenda

FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL Nº 00002-A - FUNDEMA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**

Publicação Nº 1967406

**NOTIFICAÇÃO AMBIENTAL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS
PREFEITURA DE BALNEÁRIO PIÇARRAS**

Em cumprimento à Lei Complementar nº 008/2009 de Balneário Piçarras, Art. 7º-A, torna-se pública esta notificação ambiental. O prazo de 10 dias para regularização será contado a partir da data de publicação deste edital.

MARCOS ZALESKI DE MATOS
Presidente da Fundação do Meio Ambiente de Balneário Piçarras

  		NOTIFICAÇÃO N° 00002 - A
Fundamento legal – Artigo 2º - Decreto Federal 6514/08		
EMPRESA/NOME JOSE NOGUEIRA VIEIRA		CNPJ/CPF 000.742.849-91
ENDEREÇO RUA CORONEL SEBASTIAO LIMA, 431		BAIRRO/MUNICÍPIO JARDIM MONTE LÍBANO/CAMPO GRANDE - MS
TELEFONE		CEP 79004-600
ENDEREÇO DA OCORRÊNCIA RUA 1000 - PROF JOSE DUARTE DE MELO, 239		
MUNICÍPIO DA OCORRÊNCIA BALNEÁRIO PIÇARRAS	BAIRRO/LOCALIDADE DA OCORRÊNCIA CENTRO	CEP 88380-000
DESCRIÇÃO DA OCORRÊNCIA <p>Terreno em desacordo com o estabelecido na Lei Complementar nº 008/2009 do município de Balneário Piçarras, Art. 7, inciso I: “é proibido manter terrenos sem adequada limpeza, com águas estagnadas, lixo ou materiais nocivos à saúde pública”.</p> <p>Solicita-se realizar a limpeza do terreno, sem a supressão da vegetação nativa, no prazo estabelecido abaixo. O prazo será contado a partir do recebimento deste documento.</p> <p>Para comprovar a limpeza, encaminhar foto datada do terreno após atendimento da notificação para: fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br </p>		
DATA DA NOTIFICAÇÃO 30/01/2019	HORA 15:25	PRAZO PARA ATENDIMENTO DA NOTIFICAÇÃO 10 DIAS
O NOTIFICADO DEVERÁ COMPARACER A FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE DE BALNEÁRIO PIÇARRAS NO PRAZO DETERMINADO ACIMA A CONTAR DA DATA DE EMISSÃO DESTA NOTIFICAÇÃO PARA PRESTAR ESCLARECIMENTOS SOBRE OS FATOS DESCRITOS ACIMA, O NÃO COMPARECIMENTO PODERÁ SUJEITAR O NOTIFICADO À APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.		
ASSINATURA DO NOTIFICADO RESPONSÁVEL ENVIADO VIA AR		
CARIMBO E ASSINATURA DO NOTIFICANTE		

Email: meioambiente@picarras.sc.gov.br
fiscalizacaomeioambiente@picarras.sc.gov.br

Endereço: Rua Eulalio da Trindade, 76, Centro, Balneário Piçarras/SC. CEP: 88380000

Balneário Rincão

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/SAMAE/2019

Publicação Nº 1968720

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO RINCÃO

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 007/SAMAE/2019.

Tipo: MENOR PREÇO por item.

Data e horário da sessão de abertura: 12/04/2019 às 14h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Balneario Rincão/SC, situado na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneario Rincão - SC.

Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de um Sistema GNSS L1/L2 – RTK (em tempo real) composto por um par de Receptores (Base e Rover, sendo que as duas unidades que compõe o par possam ser utilizadas como Base ou como Rover) e uma coletora de dados, para uso do Samae – Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Balneário Rincão/SC., mediante as especificações e condições previstas no (Anexo I) deste edital.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras Materiais e Patrimônio do Município de Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal, 1071, Centro, do Município de Balneário Rincão - SC, no horário das 13:00 as 19:00 horas, ou através do endereço eletrônico: <http://balneariorincao.impactolicitacoes.com.br/#/publico/licitacoes> ou pelo site www.balneariorincao.sc.gov.br no link Licitações/Editais.

Balneário Rincão – SC, 01 de Abril de 2019.

Pregoeira

Gisele Ferreira

AVISO DE RETIFICAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/SAMAE/2019

Publicação Nº 1968658

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/SAMAE/2019.

O Samae do Município de Balneário Rincão – SC, torna público para conhecimento dos interessados, que o Edital de Pregão Presencial Nº. 006/SAMAE/2019, que tem como objeto: Registro de Preços para futuras aquisições de materiais hidráulicos para uso do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Balneário Rincão/SC, será retificado. Ficam suprimidos os itens 187, 189, 191 e 193, da Planilha do Termo de Referência – Anexo I do Edital, feita as retificações, mantem-se a data de protocolo e abertura do mesmo, para o dia: 09/04/2019 as 10h00min, por interesse público e conveniência administrativa, conforme previsto na Lei Nº. 8.666/93, ficam todos os interessados notificados para os fins legais e de direito.

Balneário Rincão, 01 de Abril de 2019.

GISELE P. FERREIRA

PREGOEIRA

DECRETO Nº 24/2019

Publicação Nº 1968628

Decreto nº 24, de 27 de Fevereiro de 2019

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO FUNDEB APURADO NO EXERCÍCIO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso VI, do Artigo 84, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Municipal nº Lei nº 374, de 21 de Novembro de 2018 e nos termos do Inciso I, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), para suplementar no Orçamento Geral do Município, conforme especificação abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	02.04	Secretaria de Educação e Cultura

FUNÇÃO	12	Educação
PROGRAMA	04	Gestão da Educação com Qualidade
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
RECURSO	5036	Salário-Educação
PROJETO/ATIVIDADE	2.011	Manutenção do Transporte Escolar
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	68	

Valor: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º desse Decreto utiliza-se o superávit financeiro de Recursos do Salário-Educação apurado no exercício de 2018 no valor de R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), conforme preceitua o Artigo 9º, da Lei Municipal nº 374, de 21 de Novembro de 2018 – Lei Orçamentária Anual (LOA) e de acordo com o Inciso I, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Balneário Rincão, em 27 de Fevereiro de 2019.

JAIRO CELOY CUSTÓDIO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto na Secretaria de Administração e Finanças, em 27 de Fevereiro de 2019.

RAFAEL MOTTA CUSTÓDIO

Secretário de Administração e Finanças

ATA 017/2019 - REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 033/PMBR/2019

Publicação Nº 1968743

Página: 1/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Número do Registro de Preços: 17/2019 Data do Registro: 01/04/2019 Válido até: 01/04/2020

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FORMA PARCELADA DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR NOVAS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO E CONsertos; GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CAMBAGEM, BALANCEAMENTO, TROCA DE PNEUS, RODIZIO PNEUS, MONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMOVEIS, MAQUINAS, TRATORES CAMI

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	BATERIA 60 AMPARE; (7550)	UN	CAR BUS COMERCIO REPRESENTAÇÕES EIRELI (2115)	ELO FORTE	0	260,0000	1
2	BATERIA MOTO ; (7551)	UN	CAR BUS COMERCIO REPRESENTAÇÕES EIRELI (2115)	ELO FORTE	0	160,0000	1
3	BATERIA 70 AMPARE; (7552)	UN	CAR BUS COMERCIO REPRESENTAÇÕES EIRELI (2115)	ELO FORTE	0	360,0000	1
4	BATERIA 100 AMPARE; (7553)	UN	CAR BUS COMERCIO REPRESENTAÇÕES EIRELI (2115)	ELO FORTE	0	490,0000	1
5	BATERIA 110 AMPARE (7554)	UN	CAR BUS COMERCIO REPRESENTAÇÕES EIRELI (2115)	ELO FORTE	0	430,0000	1
6	BATERIA DE 180 AMPARE; (7555)	UN	CAR BUS COMERCIO REPRESENTAÇÕES EIRELI (2115)	ELO FORTE	0	650,0000	1
7	CÂMARA DE AR ARO 1300 X 24; (7556)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	JFF TR220A	0	171,1000	1
8	CÂMARA DE AR ARO 1400 X 24; (7557)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	JFF TR220A	0	171,1000	1
9	CÂMARA DE AR ARO 1000 X 20; (7558)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	JFF TR75A	0	85,5500	1
10	CÂMARA DE AR ARO 900 X 16; (7559)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	JFF TR75A	0	84,1000	1
11	CÂMARA 12.5 - 80 - 18 D; (7560)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	JFF TR 15	0	62,3500	1
12	CÂMARA 12.5 - 16.5 D; (7561)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	JFF TR218A	0	95,7000	1

Página: 2/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 01/04/2019		Válido até: 01/04/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FORMA PARCELADA DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR NOVAS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO E CONsertos, GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CÂMBAGEM, BALANCEAMENTO, TROCA DE PNEUS, RODIZIO PNEUS, MONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMOVEIS, MÁQUINAS, TRATORES CAMI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

13	CÂMARA 12 X 16.5 D (BOB CAT) ; (7562)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	JFF TR218A	1
14	PNEU 1000 X 20 - LISO; (7563)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	LING LING- LL	1
15	PNEU 1400 X 24 - CONVENCIONAL - 14 LONAS; (7564)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	TOUGH TIOT-	1
16	PNEU 1300 X 24 - CONVENCIONAL - 14 LONAS; (7565)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	SPEEDWAYS	1
17	PNEU 12.5 - 80 - 18 D; (7566)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	TOUGH TIOT-	1
18	PNEU 12.5 - 16.5 D; (7567)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	TOUGH TIOT-	1
19	PNEU RADIAL 185 X 70 - R 14; (7569)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	FORCEUM TR	1
20	PNEU RADIAL 185 X 65 - R 15; (7570)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	MAZZINI ECO:	1
21	PNEU RADIAL 185 X 60 - R 15; (7571)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	MAZZINI ECO:	1
22	PNEU RADIAL 215X70 - R 14; (7572)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	GALAXY R1 R	1
23	PNEU 185X60 - R15; (7573)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	MAZZINI ECO:	1
24	PNEU 60/100 R 17 DIANTEIRO ; (7574)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	RINALD BS32	1

Página: 3/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 17/2019

Número do Registro de Preços: 17/2019 Data do Registro: 01/04/2019 Válido até: 01/04/2020

Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FORMA PARCELADA DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR NOVAS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS, GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CÂMBAGEM, BALANCEAMENTO, TROCA DE PNEUS, RODÍZIO PNEUS, MONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS, TRATORES CAMI

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
25	PNEU 80/100 R 14 TRAZEIRO ; (7575)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	TINALD BS32	0	106,6500	1
26	CÂMARA DO PNEU 60/100 R 17 DIANTEIRO; (7576)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	LEVORIN 17	0	30,0000	1
27	CÂMARA DO PNEU 80/100 R 14 TRAZEIRO; (7577)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	LEVORIN 14	0	30,0000	1
28	PNEU RADIAL 205X70 -R15; (7578)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	DURABLE CAI	0	305,0000	1
29	PNEU RADIAL 205X75 -R16; (7579)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	KPATOS FM91	0	393,7500	1
30	PNEU RADIAL 225X65 -R16; (7580)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	MAZZINI EFFI	0	360,4500	1
31	PNEU RADIAL 245X75 -R 14; (7581)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	GOFORM CLA	0	580,0000	1
32	PNEU RADIAL 175X70 -R 14; (7582)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	FORCEUM EC	0	204,7300	1
33	PNEU RADIAL 195X65 -R15; (7583)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	MAZZINI ECO	0	225,6800	1
34	PNEU TRASEIRO 120/60 - 18 ; (7584)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	RINALD R34	0	200,0000	1
35	PNEU DIANTEIRO 80/90 - 21 ; (7585)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	RINALD R34	0	171,0000	1
36	PNEU 195 X 55 - R15; (7586)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	MAZZINI ECO	0	217,3500	1

Página: 4/6

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 01/04/2019		Válido até: 01/04/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FORMA PARCELADA DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR NOVAS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS; GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CÂMBIAGEM, BALANCEAMENTO, TROCA DE PNEUS; RODÍZIO PNEUS, MONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS, TRATORES CAMI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
37	PNEU 175X65 - R14; (7587)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	FORCEUM N3	0	197,1000	1
38	PNEU 185X60 - R14; (7588)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	MAZZINI ECO:	0	184,9500	1
39	PNEU 195X 70 - R14 ; (7589)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	91T LY166 CO	0	323,7500	1
40	PNEU 215X75 - R17.5; (7590)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	LING LONG LL	0	618,7500	1
41	PNEU 7.50 - 16; (7591)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	LING LONG LL	0	465,2100	1
42	PNEU 275/60 R 22.5 LISO; (7592)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	SPEEDMAX S	0	1,550,0000	1
43	PNEU 275/60 R 22.5 BORRACHUDO ; (7593)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	SPEEDMAX D	0	1,600,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 01/04/2019		Válido até: 01/04/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FORMA PARCELADA DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR NOVAS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS, GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CÂMBIAGEM, BALANCEAMENTO, TROCA DE PNEUS, RODIZIO PNEUS, MONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS, TRATORES CAMI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
44	PNEU 19.5 L / 24 ; (7594)	UN	COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP (1382)	TOUGH TIOT-	0	2.187,5000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALNEARIO RINCAO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 17/2019

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 17/2019		Data do Registro: 01/04/2019		Válido até: 01/04/2020			
Objeto da Compra: REGISTRO DE PREÇO, PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE FORMA PARCELADA DE BATERIAS, PNEUS, CÂMARAS DE AR NOVAS E FUTURAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE VULCANIZAÇÃO E CONSERTOS, GEOMETRIA, ALINHAMENTO, CÂMBAGEM, BALANCEAMENTO, TROCA DE PNEUS, RODIZIO PNEUS, MONTAGEM DE PNEUS DE AUTOMÓVEIS, MÁQUINAS, TRATORES CAMI							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 17/2019
PROCESSO Nº 33/2019

(1382) - COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA EPP
(2115) - CAR BUS COMERCIO REPRESENTAÇÕES EIRELI

Balneário Rincão, 1 de Abril de 2019.

Bandeirante

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 16/2019 PMB

Publicação N° 1968298

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE
PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA FABRICAÇÃO E MONTAGEM DE MÓVEIS PARA A COZINHA DA ESCOLA MUNICIPAL BANDEIRANTE, INCLUINDO BALCÕES, MESAS, PLATELEIRAS E GRANITOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO PROJETO E MEMORIAL DESCRITIVOS ANEXOS AO EDITAL, conforme informações contidas no Edital e em seus Anexos.

Recebimento dos envelopes de documentação e propostas até às 08h10min do dia 12/04/2019 no Dpto de Licitações da Prefeitura Municipal, a Av. Santo Antônio, iniciando a fase de lances às 08h20min do mesmo dia.

O Edital pode ser obtido no endereço www.bandeirante.sc.gov.br ou solicitado pelo e-mail licitacao@bandeirante.sc.gov.br.
Maiores informações pelo fone (049) 3626 0012.

Bandeirante/SC, 01 de abril de 2019.
Celso Biegelmeier- Prefeito municipal.

Barra Bonita

PREFEITURA

DECRETO Nº1100/2019

Publicação Nº 1967969

DECRETO Nº.1100/2019

"NOMEIA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E APOIO AO PREGOEIRO E LEILOEIRO, E DAOUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de seu cargo e, em conformidade com o inciso VI do artigo 73º da Lei Orgânica Municipal de 11 de dezembro de 1997, combinado com o inciso XVI do artigo 6º, inciso III do artigo 38 e artigo 51 da Lei de Licitações e Contratos nº 8.666/93:

DECRETA:

Artigo 1º. Fica nomeada a Comissão Permanente de Licitações e apoio ao Pregoeiro e Leiloeiro, composta dos seguintes membros e suplentes;

Jessica Bergmann – Presidente

Silvana Schuler de Quadros – Membro

Leliandra Luciana Villanova – Membro

Roberto Francisco Giongo – Suplente

Fabiana Michelle Schauble Maciel – Suplente

Artigo 2º. O exercício do mandato será até 31 de dezembro de 2019.

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita em 1 de abril de 2019.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

Publicado pela secretaria nos termos da lei

E afixado no local de costume, na data supra

PORTARIA Nº128, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1967527

PORTARIA Nº128, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

NOMEIA O CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL ISOLADA MUNICIPAL ÁGUAS DO ARAÇÁ

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo e de acordo com o inciso VI do artigo 73 da Lei Orgânica do Município, de 11 de dezembro de 1997.

Resolve:

Art. 1º Nomear o conselho escolar da Escola Municipal Águas do Araçá para o exercício de 2 (dois) anos, com seguinte composição:

I – Representante da Escola municipal Águas do Araçá;

Mélia Tereza Martinelli

II – Representante dos pais;

Titular: Hélio Fernando Cappellaro

Suplente: Eliane Trevisol

III – Representante dos trabalhadores Docentes;

Titular: Lederici Carmem Catto

Suplente: Rosane Dresch

IV- Representante de trabalhadores não docente;

Titular: Sandra Aparecida de Sousa Vizzotto

Suplente: Eva Viticoski

V- Representantes dos alunos

Titular: Raquely Cappelaro

Suplente: Taina Becker

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º revogam-se as disposições em contrário e em especial, a portaria nº 096 de março de 2017.

Prefeitura Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, em 29 de março de 2019.

MOACIR PIROCA

Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

ADITIVO CONTRATO 005/005/2015 - PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Publicação N° 1967282

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Contratada: DARIO CHIODINI

Licitação: Proc. Administrativo 007/2015 - DL 001/2015

Objeto: Locação de sala comercial, localizado a Rua Tiago Aguiar, nº 199, Bairro Icaraí, neste Município, para o funcionamento das atividades da Vigilância Sanitária do Município de Barra Velha.

Prorroga prazo

Valor do Contrato: R\$ 12.497,52 (doze mil, quatrocentos e noventa e sete mil reais e cinquenta e dois centavos)

Data da assinatura: 24/03/2019

Data do vencimento: 24/03/2020

Barra Velha, 04 de março de 2019

DARIO CHIODINI –

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 001-2019

Publicação Nº 1965100

Aviso de Licitações

MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 015/2019

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2019

O município de Bela Vista do Toldo, estado de Santa Catarina, torna público e para o conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade de Tomada de Preço do tipo MENOR PREÇO, sob a forma de execução indireta e regime de empreitada por preço unitário. O objeto é a seleção e contratação de empresa especializada de engenharia, para EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA DA RUA AUGUSTO KUHLER - FINALIZAÇÃO (Estaca 40+0 até 65+14,77), contando com o fornecimento de todo o material e mão de obra necessária, conforme projetos, memorial descritivo, orçamento e cronograma de obra em anexo, de acordo com o que se encontra definido na especificação e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ENTREGA DE ENVELOPES

Até a 10h00min do dia 23/04/2019.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA:

Dia 23/04/2019 às 10h30min, na sede da Prefeitura Municipal De Bela Vista do Toldo/SC, à Rua Estanislau Schumann, 839, centro.

O edital estará disponível no site do Município de Bela Vista do Toldo/SC www.pmbvt.sc.gov.br. Informações poderão ser solicitadas pelo email compras.licitacao@pmbvt.sc.gov.br.

Bela Vista do Toldo, 02 de Abril de 2019.

ADELMO ALBERTI

Prefeito Municipal

Belmonte

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 19/2019

Publicação Nº 1968946

MUNICIPIO DE BELMONTE
AVISO DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação Nº 19/2019

Objeto: Contrato de Rateio com o objetivo do repasse financeiro referente ao rateio do pagamento do Precatório Trabalhista, precatório nº 0010708-61.2017.5.12.0000 (Reclamatória Trabalhista n. 0000651-70.2016.5.12.0015), com Consórcio Interestadual e Intermunicipal de Municípios – Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul – de Segurança Alimentar, Atenção à Sanidade Agropecuária e Desenvolvimento Local, entre os consorciados nos termos do Art. 8º da Lei nº. 11.107/05, ao valor anual de R\$ 3.225,72 para o exercício de 2019, por Dispensa de Licitação, com base legal no art. 24, XXVI, da Lei 8.666/93, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. A integral do Contrato encontra-se no endereço eletrônico www.belmonte.sc.gov.br, Portal de Transparência. Informações pelo fone (049) 3625-0066.

Belmonte/SC, 29 de março de 2019.
Genésio Bressiani
Prefeito Municipal

Benedito Novo

PREFEITURA

2º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2018

Publicação Nº 1968102

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2018

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2018

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE RELÓGIOS DE PONTO ELETRÔNICO BIOMÉTRICO PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS E SETORES

SMART POINT LTDA - ME

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	<p>RELÓGIO DE PONTO ELETRÔNICO BIOMÉTRICO COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS:</p> <ul style="list-style-type: none"> - IDENTIFICAÇÃO BIOMÉTRICA, CARTÃO DE PROXIMIDADE E SENHA - MECANISMO IMPRESSOR TÉRMICO DE ALTA VELOCIDADE E ROBUSTEZ COM GUILHOTINA - CAPACIDADE PARA BOBINA DE 400M (NO MÍNIMO 10.000 + TICKETS POR BOBINA) - COMUNICAÇÃO TCP/IP, WEB SERVER EMBARCADO E DUAS PORTAS USB. WI-FI E GPRS OPCIONAIS - DISPLAY COLORIDO TOUCHSCREEN DE NO MÍNIMO 2.4" - HOMOLOGADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - CERTIFICADO PELO INMETRO <p>CONTROLE DE PONTO</p> <ul style="list-style-type: none"> - HOMOLOGADO PELO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. - CERTIFICADO PELO INMETRO PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO. - QUANTIDADE DE FUNCIONÁRIOS CAPACIDADE PARA 15.000 USUÁRIOS CADASTRADOS - QUANTIDADE DE DIGITAIS CAPACIDADE PARA 15.000 DIGITAIS <p>FORMAS DE IDENTIFICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - LEITOR BIOMÉTRICO: LEITOR DE IMPRESSÃO DIGITAL ÓPTICO DE 500 DPI - CARTÕES DE PROXIMIDADE: COMPATÍVEL COM TECNOLOGIA MIFARE OU 125KHZ ASK - SENHA: IDENTIFICAÇÃO DE USUÁRIOS ATRAVÉS DE SENHA NUMÉRICA <p>IMPRESSORA E BOBINA</p> <ul style="list-style-type: none"> - COMPARTIMENTO DE BOBINA CAPACIDADE PARA BOBINAS DE ATÉ 400M (10.000 + TICKETS POR BOBINA) - MECANISMO IMPRESSOR MECANISMO IMPRESSOR DE ALTA QUALIDADE SEIKO (JAPÃO) OU OUTRO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR. - CORTE AUTOMÁTICO DO TICKET IMPRESSORA COM GUILHOTINA DE ALTA VELOCIDADE - VELOCIDADE DE IMPRESSÃO VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DE NO MÍNIMO 100 MM/S - DETECÇÃO DE QUANTIDADE DE PAPEL RESTANTE PERMITE O MONITORAMENTO DO NÍVEL DE PAPEL REMOTAMENTE <p>COMUNICAÇÃO</p> <ul style="list-style-type: none"> - IDCLOUD SINCRONIZAÇÃO AUTOMÁTICA COM A NUVEM - USB 1 PORTA USB 2.0 HOST (PORTA FISCAL) PARA FISCALIZAÇÃO DE ARQUIVO - FONTE DE DADOS (AFD) 1 PORTA USB 2.0 HOST PARA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE USUÁRIOS E RECEBIMENTOS DE AFD - ETHERNET 1 PORTA ETHERNET 10/100MBPS NATIVA - GPRS MÓDULO DE CONEXÃO VIA GPRS OPCIONAL - WI-FI MÓDULO DE CONEXÃO VIA WI-FI OPCIONAL <p>INTERFACE DE USUÁRIO</p> <ul style="list-style-type: none"> - TELA LCD TOUCHSCREEN DISPLAY LCD TFT COLORIDO DE NO MÍNIMO 2.4" - 320X240 COM TELA RESISTIVA SENSÍVEL AO TOQUE <p>CARACTERÍSTICAS GERAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> - DIMENSÕES GERAIS (L X A X P) 246 MM X 246 MM X 104 MM (INCLUINDO SUPORTE INFERIOR) 246 MM X 230 MM X 104 MM (SEM SUPORTE) MEDIDAS REFERENCIAIS. - GARANTIA 1 ANO NO MÍNIMO - COR DO EQUIPAMENTO PRETO TEXTURIZADO - ALIMENTAÇÃO 110-220V (BI-VOLT) / 60HZ - NO-BREAK INTERNO DE NO MÍNIMO 4H DE DURAÇÃO. 	HENRY	940,00

TODAS AS MARCAS CITADAS ACIMA SÃO MERAMENTE REFERENCIAIS E QUE SERÃO ACEITOS PRODUTOS QUE APRESENTEM TECNOLOGIA E OU QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A CITADA.		
--	--	--

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 03 de dezembro de 2018 a 03 de dezembro de 2019.

Benedito Novo (SC), 03 de dezembro de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

4º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2018

Publicação Nº 1968091

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2018****PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2018** (LICITAÇÃO COMPARTILHADA PROMOVIDA PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI)**ÓRGÃO GESTOR:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS, PARA ADEQUAÇÃO DE CAMINHÕES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES CONTRAN 323/09, 563/15 E 593/16

HBLU INDUSTRIA METALÚRGICA LTDA ME		
LOTE 01 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS, PARA ADEQUAÇÃO DE CAMINHÕES DOS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS DE ACORDO COM AS RESOLUÇÕES CONTRAN 323/09, 563/15 E 593/16		
Subitem	Produto	Valor Unit.
1.1	Instalação de sistema hidráulico de segurança em caminhão conforme Resolução CONTRAN 563/15: Bomba três vias (entrada óleo, saída de óleo e retorno óleo), joystick três estágios, sensor sonoro e luminoso no painel, adesivo e manual de instrução, iluminação lateral, terminal e mangueira hidráulica e demais materiais necessários para completa execução do serviço.	2.993,1367
1.2	Instalação de para-choque novo em caminhão conforme Resolução CONTRAN 593/16 com placa homologada.	707,4967
1.3	Adequação de para-choque em caminhão conforme Resolução CONTRAN 593/16: pintura, faixa refletiva, plaqueta homologação chassi e regulagem de altura	526,0967
1.4	Instalação de proteção lateral em caminhão conforme Resolução CONTRAN 593/16	607,79

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 05 de junho de 2018 a 05 de junho de 2019.

Benedito Novo (SC), 05 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

4º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2018

Publicação Nº 1968094

PUBLICAÇÕES LEGAIS**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2018****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2018****ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC****OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÕES ESPORTIVAS****Lote 1: AQUISICAO DE MEDALHAS DIVERSAS****QGX SEERVICOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E COMERCIO DE MATERIAIS ESCOLARES E ESPORTIVOS LTDA ME**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 55X55 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR COBRE. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 20 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO.	REMA	5,2178
2	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 55X55 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR BRONZE. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 20 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO.	REMA	5,2178
3	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 55X55 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR PRATA. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 20 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO.	REMA	5,2178
4	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 55X55 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR DOURADA. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 20 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO.	REMA	5,2178
5	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 80X80 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR COBRE. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 25 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO.	REMA	6,7822
6	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 80X80 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR BRONZE. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 25 MM DE LARGURA E 80 CM DE	REMA	6,7822

	COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO.		
7	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 80X80 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR PRATA. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 25 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO.	REMA	6,7822
8	MEDALHA FUNDIDA EM ANTIMÔNIO (ZAMAQ) COM FORMATO REDONDO DIÂMETRO DE 80X80 MM, ESPESSURA DE 4,0MM, BANHO EM METAL NA COR DOURADA. NA PARTE CENTRAL DA MEDALHA ESTA FUNDIDO O BRASÃO DO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO PINTADO NAS CORES AZUL, AMARELO NA BORDA EXTERNA ESTA FUNDIDO OS DIZERES: "PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO" COM O FUNDO PINTADO EM AZUL. NO VERSO DA MEDALHA ADESIVO COM IMPRESSÃO A LASER COLORIDO COM OS DIZERES DA COMPETIÇÃO. FITA COM 25 MM DE LARGURA E 80 CM DE COMPRIMENTO ESTAMPADO O BRASÃO DE BENEDITO NOVO E ESCRITO MUNICIPIO DE BENEDITO NOVO.	REMA	6,7822

Lote 2: AQUISICAO DE TROFEUS DIVERSOS**PELLIZZARI TROFEUS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	TROFEU EM MDF COM ESPESSURA DE 10 MM E ALTURA DE 30CM PINTADO COM TINTA AUTOMOTIVA PARA COMPETIÇÃO DE ENDURO REGULARIDADE	SM Troféu e Medalhas	43,20
2	TROFEU EM MDF COM ESPESSURA DE 10 MM E ALTURA DE 30CM PINTADO COM TINTA AUTOMOTIVA PARA COMPETIÇÃO DE CICLISMO	SM Troféu e Medalhas	43,20
3	TROFEU EM MDF COM ESPESSURA DE 10 MM E ALTURA DE 30CM PINTADO COM TINTA AUTOMOTIVA PARA COMPETIÇÃO DE ENDURO FIM	SM Troféu e Medalhas	43,20
4	TROFÉU EM MDF COM ESPESSURA DE 10 MM E ALTURA DE 30CM PINTADO COM TINTA AUTOMOTIVA PARA COMPETIÇÃO DE MOTOCROSS	SM Troféu e Medalhas	43,20
5	TROFÉU COM ALTURA DE 17 CM, COM BASE QUADRADA COM 7,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, TAÇA EM POLÍMERO METALIZADA INTERNA E EXTERNA NA COR DOURADA COM DETALHES TEXTURIZADOS E 9,2 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	19,70
6	TROFÉU COM 48 CM DE ALTURA, COM BASE OITAVADA COM 10,1 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, UM CONE EM POLÍMERO COM DETALHES NA PARTE SUPERIOR METALIZADA NA COR DOURADA E UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTA TAMPA UMA COPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERMELHA ACETINADA COM 10,9 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	86,00
7	TROFÉU COM 56 CM DE ALTURA, COM BASE OITAVADA COM 12,1 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, UM CONE EM POLÍMERO COM DETALHES NA PARTE SUPERIOR METALIZADA NA COR DOURADA E UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTA TAMPA UMA COPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERMELHA ACETINADA COM 13,5 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	105,70
8	TROFÉU COM 67 CM DE ALTURA, COM BASE OITAVADA COM 13,10 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, UM CONE EM POLÍMERO COM DETALHES NA PARTE SUPERIOR METALIZADA NA COR DOURADA E UMA TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ACIMA DESTA TAMPA UMA COPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VERMELHA ACETINADA COM 15,50 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	115,60
9	TROFÉU COM 115 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 32 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR BRONZE, COM EFEITO, TEXTURIZADO. DOIS SUPORTES INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR BRONZE. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR BRONZE, COM EFEITO, TEXTURIZADO NA PARTE INFERIOR E NA PARTE SUPERIOR EM BRONZE COM 58 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR BRONZE. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	516,30
10	TROFÉU COM 115 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 32 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO. DOIS	Vitória	524,10

	SUPORTES INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO NA PARTE INFERIOR E NA PARTE SUPERIOR EM PRATA COM 58 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.		
11	TROFÉU COM 115 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 32 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, COM EFEITO, TEXTURIZADO. DOIS SUPORTES INTERCALADOS POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, COM EFEITO, TEXTURIZADO NA PARTE INFERIOR E NA PARTE SUPERIOR EM DOURADO COM 58 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA E ALÇAS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	516,30
12	TROFÉU COM 67 CM DE ALTURA, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VINHO. SOBRE ESTA BASE UM SUPORTE E DOIS ANÉIS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 46 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	243,90
13	TROFÉU COM 71 CM DE ALTURA, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VINHO. SOBRE ESTA BASE UM SUPORTE E DOIS ANÉIS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 46 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	269,10
14	TROFÉU COM 79 CM DE ALTURA, BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR VINHO. SOBRE ESTA BASE UM SUPORTE E DOIS ANÉIS EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA COM 46 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPA METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	307,30
15	TROFÉU COM ALTURA DE 19 CM, BASE OVAL COM 22,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA COM FRISO NA TAMPA DA BASE METALIZADA NA COR DOURADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA NAS LATERAIS. SOBRE ESTES SUPORTES UMA ESTATUETA FIXA DE BOLA DE FUTEBOL BRANCA COM GOMOS PINTADOS NA COR PRETA, COM 7,9 CM DE LARGURA DE UM LADO E DO OUTRO UMA ESTATUETA FIXA DE CHUTEIRA DE FUTEBOL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	50,40
16	TROFÉU COM ALTURA DE 19 CM, BASE OVAL COM 22,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA COM FRISO NA TAMPA DA BASE METALIZADA NA COR DOURADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA NAS LATERAIS. SOBRE ESTES SUPORTES UMA ESTATUETA FIXA DE BOLA DE FUTEBOL BRANCA COM GOMOS PINTADOS NA COR PRETA, COM 7,9 CM DE LARGURA DE UM LADO E DO OUTRO UMA ESTATUETA FIXA DE JOGADOR DE FUTEBOL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	50,40
17	TROFÉU COM ALTURA DE 19 CM, BASE OVAL COM 22,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA COM FRISO NA TAMPA DA BASE METALIZADA NA COR DOURADA. DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA NAS LATERAIS. SOBRE ESTES SUPORTES UMA ESTATUETA FIXA DE BOLA DE FUTEBOL BRANCA COM GOMOS PINTADOS NA COR PRETA, COM 7,9 CM DE LARGURA DE UM LADO E DO OUTRO UMA ESTATUETA FIXA DE GOLEIRO DE FUTEBOL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	50,40
18	TROFÉU COM 36 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA PARTE EXTERNA NA COR DOURADA E NA PARTE INTERNA COM PINTURA DOURADA FOSCA COM 33 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS FOSCA NA PARTE INTERNA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	111,00
19	TROFÉU COM 41 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA PARTE EXTERNA NA COR DOURADA E NA PARTE INTERNA COM PINTURA DOURADA FOSCA COM 33 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS FOSCA NA PARTE INTERNA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	117,30
20	TROFÉU COM 45 CM DE ALTURA, BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE DOIS SUPORTES EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA INTERCALADA POR UM ANEL METALIZADO NA COR PRATA. TAÇA EM POLÍMERO METALIZADO NA PARTE EXTERNA NA COR DOURADA E NA PARTE INTERNA COM PINTURA DOURADA FOSCA COM 33 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS FOSCA NA PARTE INTERNA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	120,50

21	TROFÉU COM ALTURA DE 28CM, BASE OITAVADA COM 10,10 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE UMA TAÇA EM POLÍMERO COM DETALHES COM 15,50 CM DE LARGURA EM AS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA COM PINTURA INTERNA DOURADA METÁLICA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	61,70
22	TROFÉU COM ALTURA DE 35CM, BASE OITAVADA COM 12,10 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE UMA TAÇA EM POLÍMERO COM DETALHES COM 18,50 CM DE LARGURA EM AS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA COM PINTURA INTERNA DOURADA METÁLICA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	87,30
23	TROFÉU COM ALTURA DE 40CM, BASE OITAVADA COM 14,50 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. SOBRE ESTA BASE UMA TAÇA EM POLÍMERO COM DETALHES COM 21,000 CM DE LARGURA EM AS ALÇAS METALIZADA NA COR DOURADA COM PINTURA INTERNA DOURADA METÁLICA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	107,70
24	TROFÉU COM 64 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 14,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE ANEL UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO INTERCALADO POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. ACIMA UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UM CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 27 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	150,90
25	TROFÉU COM 76 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 17,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE ANEL UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO INTERCALADO POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. ACIMA UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UM CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 31 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	179,60
26	TROFÉU COM 83 CM DE ALTURA, COM BASE OCTOGONAL COM 21,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. NA PARTE SUPERIOR DESTA BASE UM SUPORTE E UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA, SOBRE ESTE ANEL UMA BOLA EM POLÍMERO METALIZADA NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO INTERCALADO POR UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO. ACIMA UM ANEL EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADO E UM CONE EM POLÍMERO METALIZADO NA COR PRATA, COM EFEITO, TEXTURIZADO COM 31 CM DE LARGURA ENTRE AS ALÇAS, ALÇAS E TAMPA EM POLÍMERO METALIZADO NA COR DOURADA. ESTATUETA SUPERIOR INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO.	Vitória	213,70

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 11 de junho de 2018 a 11 de junho de 2019.

Benedito Novo (SC), 11 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

4º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2018

Publicação Nº 1968097

PUBLICAÇÕES LEGAIS**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2018****PREGÃO PRESENCIAL Nº 47/2018****ÓRGÃO GESTOR:** PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC**OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE PAPEL TAMANHO A4 PARA OS DIVERSOS SETORES E SECRETARIAS**PERFORMANCE COMERCIO E SERVICOS EIRELI - ME**

Item	Produto	Marca	Valor Unit.
1	PAPEL SULFITE BRANCO, MODELO A4 (75 G), ALCALINO 75 G/M², COM 100% DE CELULOSE DE EUCALIPTO, COM SUPERFICIE DE ALTA RESISTENCIA, INCLUSIVE PARA EQUIPAMENTOS DE ALTA VELOCIDADE, COM ACABAMENTO NA SUPERFICIE HOMOGENEO, QUE GARANTE OTIMO DESEMPENHO EM TODO TIPO DE ATIVIDADE, COMO: ESCREVER, IMPRIMIR E REPRODUZIR, PACOTES COM 500 FOLHAS, DE 210MM X 297MM, EM EMBALAGEM CONTENDO 10 PACOTES NOME DO FABRICANTE NA EMBALAGEM, COM CERTIFICADO AMBIENTAL FSCOU CERFLOR.	SMPC PRINTPAPIRO	152,90

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 14 de junho de 2018 a 14 de junho de 2019.

Benedito Novo (SC), 14 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

4º PUBLICAÇÃO - EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2018

Publicação Nº 1968098

PUBLICAÇÕES LEGAIS**PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO****EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2018****PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2018****ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC****OBJETO:** REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS PARA ATENDER AS ATIVIDADES DAS DIVERSAS SECRETARIAS**RWP TRANSPORTES - EIRELI**

Item	Produto	Valor Unit.
1	TRANSPORTE EM VIAGENS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS COM VEICULO VAN, COM CAPACIDADE MAXIMA DE 15 E MINIMA DE 11 PASSAGEIROS, EXCETO MOTORISTA	2,65
2	TRANSPORTE EM VIAGENS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS COM VEICULO MICRO-ONIBUS, COM CAPACIDADE MAXIMA DE 27 E MINIMA DE 23 PASSAGEIROS, EXCETO MOTORISTA	3,65
3	TRANSPORTE EM VIAGENS MUNICIPAIS E INTERMUNICIPAIS COM VEICULO ONIBUS, COM CAPACIDADE MAXIMA DE 44 PASSAGEIROS E MINIMA DE 40 PASSAGEIROS, EXCETO MOTORISTA	4,30

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 15 de junho de 2018 a 15 de junho de 2019.

Benedito Novo (SC), 15 de junho de 2018.

JEAN MICHEL GRUNDMANN - Prefeito Municipal

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO - TP 49/2019

Publicação Nº 1967267

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO

DATA: 29/03/2019 - HORA DE INÍCIO: 9:05 horas.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49/2019

MODALIDADE: Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia – 49/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE EDIFICAÇÕES, PAVIMENTAÇÕES E OUTROS

Na data e horário supramencionados, realizou-se na sala de reuniões, na sede da Prefeitura Municipal de Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, em Benedito Novo, sessão pública para recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e as propostas de preços, e abertura dos envelopes contendo a documentação de habilitação em razão do certame licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com a presença dos membros da Comissão de Licitações JOICE APARECIDA COSTA, MAURICIO STEFFEN e MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKI nomeados pela Portaria nº 001/2019. Aberta a sessão, verificou-se que compareceram ao certame, protocolando os envelopes até o horário estipulado (9 horas) as empresas ARQUIPRIMAS ARQUITETURA E URBANISMO LTDA, ANGLOSAT CONULTORIA E GEORREFERENCIAMENTO EIRELI, ADA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, GREIDE ENGENHARIA LTDA EPP, SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA, CALTER BRASIL ENGENHARIA LTDA, FERRARI ARQUITETURA & ENGENHARIA LTDA ME, GEOMAPA ENGENHARIA LTDA ME, POFFO ENGENHARIA LTDA ME e ZANDONA ASSESSORIA E PROJETOS LTDA EPP. Foram conferidos os envelopes por todos e verificou-se que os mesmos se encontram devidamente identificados e lacrados. Os envelopes foram conferidos e rubricados em seus lacres por todos os presentes. Em seguida proferiu-se a abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação exigidos no edital, sendo estes conferidos e rubricados por todos os presentes na sessão. Se fizeram presentes na sessão os representantes das empresas conforme a seguir:

Empresa	Representante legal
CALTER BRASIL ENGENHARIA LTDA	NEUDA DA COSTA MEDEIROS
FERRARI ARQUITETURA & ENGENHARIA LTDA ME	ANTONIO MARCOS FERRARI
GEOMAPA ENGENHARIA LTDA ME	DANILO CARLOS EDUARDO CHAVEZ CALDERON
POFFO ENGENHARIA LTDA ME	MARCELL THIAGO POFFO



ZANDONA ASSESSORIA E PROJETOS LTDA EPP

JOSE CARLOS ZANDONA

As licitantes ARQUIPRIMAS ARQUITETURA E URBANISMO LTDA, ANGLOSAT CONULTORIA E GEORREFERENCIAMENTO EIRELI, ADA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, GREIDE ENGENHARIA LTDA EPP e SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA protocolaram os envelopes, porém seus representantes não se fizeram presentes na sessão. As licitantes ARQUIPRIMAS ARQUITETURA E URBANISMO LTDA, ANGLOSAT CONULTORIA E GEORREFERENCIAMENTO EIRELI, ADA ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, GREIDE ENGENHARIA LTDA EPP, SC ENGENHARIA E GEOTECNOLOGIA LTDA, FERRARI ARQUITETURA & ENGENHARIA LTDA ME, GEOMAPA ENGENHARIA LTDA ME, POFFO ENGENHARIA LTDA ME e ZANDONA ASSESSORIA E PROJETOS LTDA EPP apresentaram a Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial para comprovação da situação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte e poderão fazer uso dos benefícios e das condições especiais previstas pela LC nº 123/2006 com redação dada pela LC nº 147/2014. Colocada a palavra a disposição dos presentes o representante das licitantes fizeram suas considerações conforme a seguir:

- ZANDONA ASSESSORIA E PROJETOS LTDA EPP se manifesta no sentido de que a empresa ANGLOSAT CONULTORIA E GEORREFERENCIAMENTO EIRELI apresentou acervos de outra empresa; que as empresas não apresentaram acervo técnico para todos os subitens de serviços;

- GEOMAPA ENGENHARIA LTDA ME se manifesta no sentido de que a empresa POFFO ENGENHARIA LTDA ME faltou a declaração obrigatória; ZANDONA ASSESSORIA E PROJETOS LTDA EPP apresentou a certidão jurídica do CREA vencida; CALTER BRASIL ENGENHARIA LTDA não apresentou a certidão física do CREA. Registra-se as presentes manifestações para posterior análise do mérito. O representante da licitante POFFO ENGENHARIA LTDA ME retirou-se da sessão antes do término da mesma, deixando de assinar a ata. Na sequência, a Presidente da Comissão de Licitações suspendeu a sessão para envio dos documentos de Habilitação apresentados pelas licitantes ao Setor Jurídico e ao Setor de Engenharia da Prefeitura, tendo em vista a necessidade de análise e parecer destes. Os envelopes contendo as propostas de preços já vistoriados por todos os presentes, permanecerão no Setor de Licitações, devidamente lacrados, até posterior decisão. Nada mais digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, e lavrou-se a presente ata que segue assinada pela Comissão e pelo representante da licitante presente.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES:

JOICE APARECIDA COSTA Presidente	MAURICIO STEFFEN Membro	MARCIEL RODRIGO KOSLOWSKII Membro
-------------------------------------	----------------------------	--------------------------------------

LICITANTES PRESENTES:

CALTER BRASIL ENGENHARIA LTDA

FERRARI ARQUITETURA & ENGENHARIA LTDA ME

GEOMAPA ENGENHARIA LTDA ME

POFFO ENGENHARIA LTDA ME

ZANDONA ASSESSORIA E PROJETOS LTDA EPP

DISPENSA DE LICITAÇÃO - DP 63/2019

Publicação Nº 1968010

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO/SC

PROCESSO LICITÓRIO Nº 63/2019

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

CONTRATANTE: PREFEITURA DE BENEDITO NOVO (83.102.780/0001-08)

CONTRATADOS: ARTCIDADE INDUSTRIA E COMERCIO DE DECORAÇÕES TEMÁTICAS LTDA (15.138.763/0001-70)

OBJETO: AQUISICAO DE MATERIAIS PARA DECORAÇÃO DE PASCOA

VALOR TOTAL: R\$ 5.312,60 (cinco mil, trezentos e doze reais e sessenta centavos)

FUNDAMENTO LEGAL: ARTIGO 24, INCISO II DA LEI 8666/93

Benedito Novo, 29 de março de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2019

Publicação Nº 1967696

PUBLICAÇÕES LEGAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 16/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 38/2019

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE BENEDITO NOVO/SC

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE MADEIRAS DE EUCALIPTO PARA UTILIZAÇÃO NO REPARO DE PONTILHÕES DE MADEIRA, REDE DE ESGOTOS E OUTROS SETORES

MADEIREIRA RIBEIRAO PRETO LTDA

Item	Produto	Valor Unit.
1	PRANCHA DE MADEIRA DE EUCALIPTO (ESPECIE EUCALYPTOS UROPHYLLA, SALIGNA OU CITRIODORA), SERRADA, DURA, COM IDADE MINIMA DE 15 ANOS, OBTIDA DO PRIMEIRO TERCO DA ARVORE, NA ESPESSURA MINIMA DE 06CM, LARGURA MINIMA DE 20CM E COMPRIMENTO MINIMO DE 3,5MT.	367,00
3	VIGA ROLICA DE MADEIRA DE EUCALIPTO (ESPECIE EUCALYPTOS UROPHYLLA, SALIGNA OU CITRIODORA), REFILADA, DURO, COM IDADE MINIMA DE 15 ANOS, COM ESPESSURA MINIMA DE 50CM E COMPRIMENTO MINIMO DE 12MT	487,00
4	MADEIRA DE EUCALIPTO (ESPECIE EUCALYPTOS DUNNII, UROPHYLLA, SALIGNA OU CITRIODORA), SERRADA EM DIVERSAS MEDIDAS	479,00

INDUSTRIA E COMERCIO DE MADEIRAS COLORADO LTDA ME			
Item	Produto	Valor Unit.	
2	TABUA DE MADEIRA DE EUCALIPTO (ESPECIE EUCALYPTOSDUNNII, UROPHYLLA, SALIGNA OU CITRIODORAA), SERRADA, PARA ASSENTAR TUBOS DE CONCRETO NO FUNDO DA VALA, NA ESPESSURA MINIMA DE 03CM, LARGURA MINIMA DE 20CM E COMPRIMENTO MINIMO DE 03MT.	345,00	

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: 27 de março de 2019 a 27 de março de 2020.

Benedito Novo (SC), 27 de março de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 51/2019

Publicação Nº 1967951

PUBLICAÇÕES LEGAIS

EXTRATO DE CONTRATO

MUNICÍPIO DE BENEDITO NOVO - SC

Processo Licitatório Nº 5/2019

EXTRATO DE CONTRATO 51/2019

Contratada: POSTO DOIS IRMAOS LTDA

Objeto: AQUISIÇÃO PARCELADA DE COMBUSTÍVEIS PARA ABASTECER OS VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS - REPETIÇÃO PARCIAL - ITENS FRACASSADOS DO PROCESSO Nº 104/2018 COM ALTERAÇÕES

Valor do Contrato: R\$ 453.678,00

Vigência: 28/03/2019 a 31/12/2019

Data Assinatura: 28/03/2019

JEAN MICHEL GRUNDMANN – Prefeito Municipal

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO N° 051/2019

Publicação N° 1967749

DECRETO N° 051/2019 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 40, §5º da Constituição Federal/88, declara a vacância do cargo público da INDIAMARA DAL AGNELLO PAULI, a partir de 01/04/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Biguaçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 40, §5º da Constituição Federal/88, à servidora INDIAMARA DAL AGNELLO PAULI, detentora da matrícula funcional nº 5023-01, portadora do CPF nº 657.358.629-87, inscrita no RG nº 2.082.279, no PASEP nº 1225397765-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor II - 40h - Educação Fundamental, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 9.717,29 (nove mil setecentos e dezessete reais e vinte e nove centavos), que será pago mensalmente pelo PREVBIGUAÇU.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 86, IV, da Lei Complementar municipal nº 54/2012 - Estatuto dos Profissionais do Magistério do Municipal.

Art. 4º Este decreto entra em vigor a partir de sua publicação, e estabelece seus efeitos a partir de 01/04/2019, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.
VILSON NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal em Exercício
Reg.e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Diretoria Executiva de
Legislação e Expediente

ERRATA PP 49/2019 PMB

Publicação N° 1968846

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPAL DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

ERRATA 01 DO EDITAL DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL nº 49/2019- PMB

Comunicamos às empresas interessadas no PP 49/2019-PMB, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS (VIAS, PRAÇAS E PARQUES) POR TODA A ÁREA TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, que após recebimento de questionamento, viu-se a necessidade da alteração do edital do referido processo, conforme segue:

No item 7.1.1, REFERENTES À CAPACIDADE TÉCNICA, deverá ser incluído a letra "f" e seguintes, com as devidas exigências:

I - Laudo Técnico da película refletiva sinal impresso ABNT 14644;

II - Laudo Técnico da chapa de aço galvanizado #18 conforme a normativa da ABNT 11904.

Obs: Os Laudos deverão possuir data de emissão de no máximo 1 ano.

III - Capacitação Técnica Profissional: A Licitante deverá comprovar possuir em seu quadro permanente Responsável técnico detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica por execução de serviços, comprovado através de Acervo Técnico emitido CREA/CAU, com características semelhantes às especificadas mencionadas no anexo 01 item 01, equivalente ou superior às especificadas. A comprovação de pertencer ao quadro da empresa ocorrerá através da Carteira de Trabalho e Previdência Social ou da Ficha Registro de Empregado ou ainda, através de contrato de prestação de serviços.

IV - Apresentar cópia rótulo do produto ou folder onde devem constar as especificações técnicas, o nome e o registro do responsável técnico.

No item 7.1.1, REFERENTES À CAPACIDADE TÉCNICA, deverá ser desconsiderado a exigência contida na letra "e" ficando esta sem efeito.

As demais informações constantes no aviso e edital de licitação permanecem inalteradas.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.

Gerson da Silva

Pregoeiro

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37 DO PP 07/2018 FMS.

Publicação Nº 1968592

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37 DO PP 07/2018 FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO NA UPB E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

VENCEDOR: NDS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

ITEM 179: LOSARTANA POTÁSSICA 50 MG

ATUALIZADO PARA R\$ 0,04.

VIGÊNCIA: 06/06/2019.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 1 de abril de 2018.

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NÚMEROS 58 E 59/2019 DO PP 56/2019

Publicação Nº 1968901

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NÚMEROS 58 e 59/2019 DO PP 56/2019 PMB/SAÚDE.

OBJETO: Aquisição de material pré-hospitalar para 3ª Cia de Bombeiros de Biguaçu e materiais de enfermagem para a Secretaria de Saúde

ATA Nº	EMPRESAS VENCEDORAS	VALOR TOTAL R\$
58	TRADE MEDICAL COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	32.810,00
59	SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME	23.128,00

VIGÊNCIA: 01/04/2019 A 01/04/2020.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 01/04/2019

RAMON WOLLINGER

PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ADITIVOS, APOSTILAS 03-2019 - PMB, SMS E FAMABI

Publicação Nº 1968814

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Biguaçu
Extrato Contratual

Contrato Nº: 47/2018
Aditivo Nº: 47-1/2015
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: SOCIEDADE BENEFICIENTE DE AMPARO AOS IDOSO
Licitação: Pregão Presencial 15/2018
Objeto: Contratação De Instituição Para Fornecer Serviços De Acolhimento De Longa Permanência Para Pessoa Idosa
Vigência: Início: 28/02/2019 Término: 28/02/2020
Assinatura: 28/02/2019
Valor R\$ 204.028,83 (Duzentos e quatro mil, Vinte e oito reais e Oitenta e três centavos)
Dotação: 305 - 23.002.2054.333903999000000000.1000100000

Contrato Nº: 48/2018
Aditivo Nº: 48-2/2015
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: RESIDENCIAL BOM VIVER EIRELI ME
Licitação: Pregão Presencial 15/2018
Objeto: Contratação De Instituição Para Fornecer Serviços De Acolhimento De Longa Permanência Para Pessoa Idosa
Vigência: Início: 28/02/2019 Término: 28/02/2020
Assinatura: 28/02/2019
Valor R\$ 260.000,00 (Duzentos e Sessenta mil reais)
Dotação: 282 - 23.002.2058.333903999000000000.1000100000

Contrato Nº: 05/2019
Aditivo Nº: 05-1/2019
Tipo Aditivo: Objeto/Valor
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: POSTMIX SOLUCOES GRAFICAS EIRELI EPP
Licitação: Pregão Presencial 2/2019
Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços gráficos na impressão dos boletos de IPTU, para atendimento das necessidades da Secretaria da Receita da Prefeitura do Município do Biguaçu, conforme especificações e quantidades constantes neste Termo.
Vigência: Início: 07/03/2019 Término: 25/01/2020
Assinatura: 07/03/2019
Valor R\$ 520,80 (Quinhentos e Vinte Reais e Oitenta Centavos)
Dotação: 154 - 08.001.2011.333903963000000000.1000100000

Contrato Nº: 16/2018
Aditivo Nº: Apostila 2/2019
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: ELETRO COMERCIAL ENERGILUZ LTDA
Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 222/2017
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE MANUTENÇÃO, MODERNIZAÇÃO, AMPLIAÇÃO, EFICIENTIZAÇÃO, PROJETOS, INVENTÁRIO COM CADASTRO GEOREFERENCIADO, TELEATENDIMENTO INFORMATIZADO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA GESTÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ÁREA URBANA E RURAL DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.
Vigência: Início: 15/03/2019 Término: 05/02/2020
Assinatura: 15/03/2019
Valor R\$ 1.971.952,83 (Um Milhão, Novecentos e Setenta e Um Mil, Novecentos e Cinquenta e Dois Reais e Oitenta e Três Centavos)
Dotação: 271 - 24.001.2076.333903026000000000.1080104000
Dotação: 271 - 24.001.2076.333903916000000000.1080104000

Contrato Nº: 16/2019
Aditivo Nº: Apostila 1/2019
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: INDÚSTRIA E COMÉRCIO CARIMBO CENTER LTDA
Licitação: Dispensa de Licitação 13/2019
Objeto: Aquisição de carimbos e películas para o ano de 2019.
Vigência: Início: 06/03/2019 Término: 15/02/2020
Assinatura: 06/03/2019

Valor R\$ 324,00 (Trezentos e Vinte e Quatro Reais)
Dotação: 30 - 10.001.2032.3339030160000000000.1020102000
Dotação: 154 - 08.001.2011.3339030160000000000.1000100000
Dotação: 161 - 03.001.2006.3339030160000000000.1000100000
Dotação: 168 - 12.001.2070.3339030160000000000.1000100000
Dotação: 183 - 22.001.2087.3339030160000000000.1000100000
Dotação: 209 - 22.004.2082.3339030160000000000.1060133000
Dotação: 240 - 25.001.2092.3339030160000000000.1000100000
Dotação: 257 - 24.001.2091.3339030160000000000.1000100000
Dotação: 272 - 21.001.2086.3339030160000000000.1000100000

Contrato Nº: 16/2019
Aditivo Nº: Apostila 2/2019
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: INDÚSTRIA E COMÉRCIO CARIMBO CENTER LTDA
Licitação: Dispensa de Licitação 13/2019
Objeto: Aquisição de carimbos e películas para o ano de 2019.
Vigência: Início: 06/03/2019 Término: 15/02/2020
Assinatura: 06/03/2019

Valor R\$ 67,00 (Sessenta e Sete Reais)
Dotação: 30 - 10.001.2032.3339030160000000000.1020102000
Dotação: 154 - 08.001.2011.3339030160000000000.1000100000
Dotação: 161 - 03.001.2006.3339030160000000000.1000100000
Dotação: 168 - 12.001.2070.3339030160000000000.1000100000
Dotação: 183 - 22.001.2087.3339030160000000000.1000100000
Dotação: 209 - 22.004.2082.3339030160000000000.1060133000
Dotação: 240 - 25.001.2092.3339030160000000000.1000100000
Dotação: 257 - 24.001.2091.3339030160000000000.1000100000
Dotação: 272 - 21.001.2086.3339030160000000000.1000100000

Contrato Nº: 23/2015/2015
Aditivo Nº: Apostila 18/2019
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: BEATRIZ TOMAZ ME
Licitação: Pregão Presencial 281/2014
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA, FAZENDA E TRANSPORTE.
Vigência: Início: 07/03/2019 Término: 30/12/2019
Assinatura: 07/03/2019

Valor R\$ 1.730,32 (Um Mil, Setecentos e Trinta Reais e Trinta e Dois Centavos)
Dotação: 19 - 10.001.2036.3339039170000000000.1020102000
Dotação: 30 - 10.001.2032.3339039170000000000.1020102000
Dotação: 115 - 06.001.2005.3339039250000000000.1000100000
Dotação: 148 - 15.001.2050.3339039170000000000.1000100000
Dotação: 154 - 08.001.2011.3339039170000000000.1000100000
Dotação: 161 - 03.001.2006.3339039250000000000.1000100000
Dotação: 168 - 12.001.2070.3339039170000000000.1000100000
Dotação: 183 - 22.001.2087.3339039170000000000.1000100000
Dotação: 183 - 22.001.2087.3339039250000000000.1000100000
Dotação: 209 - 22.004.2082.3339036180000000000.1060133000
Dotação: 240 - 25.001.2092.3339039170000000000.1000100000
Dotação: 257 - 24.001.2091.3339039170000000000.1000100000
Dotação: 269 - 25.001.2084.3339039170000000000.1120118000
Dotação: 282 - 23.002.2058.3339039170000000000.1000100000
Dotação: 304 - 23.002.2060.3339039170000000000.1350137069
Dotação: 305 - 23.002.2054.3339039170000000000.1000100000
Dotação: 309 - 09.002.2020.3339039170000000000.1010101000

Contrato Nº 23/2015/2015
Aditivo Nº: Apostila 19/2019
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: BEATRIZ TOMAZ ME
Licitação: Pregão Presencial 281/2014
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO DAS SECRETARIAS DE ADMINISTRAÇÃO, ASSISTÊNCIA, FAZENDA E TRANSPORTE.
Vigência: Início: 21/03/2019 Término: 30/12/2019

Assinatura: 21/03/2019

Valor R\$ 9.167,35 (Nove Mil, Cento e Sessenta e Sete Reais e Trinta e Cinco Centavos)

Dotação: 19 - 10.001.2036.3339039170000000000.1020102000

Dotação: 30 - 10.001.2032.3339039170000000000.1020102000

Dotação: 115 - 06.001.2005.3339039250000000000.1000100000

Dotação: 148 - 15.001.2050.3339039170000000000.1000100000

Dotação: 154 - 08.001.2011.3339039170000000000.1000100000

Dotação: 161 - 03.001.2006.3339039250000000000.1000100000

Dotação: 168 - 12.001.2070.3339039170000000000.1000100000

Dotação: 183 - 22.001.2087.3339039170000000000.1000100000

Dotação: 183 - 22.001.2087.3339039250000000000.1000100000

Dotação: 209 - 22.004.2082.3339036180000000000.1060133000

Dotação: 240 - 25.001.2092.3339039170000000000.1000100000

Dotação: 257 - 24.001.2091.3339039170000000000.1000100000

Dotação: 269 - 25.001.2084.3339039170000000000.1120118000

Dotação: 282 - 23.002.2058.3339039170000000000.1000100000

Dotação: 304 - 23.002.2060.3339039170000000000.1350137069

Dotação: 305 - 23.002.2054.3339039170000000000.1000100000

Dotação: 309 - 09.002.2020.3339039170000000000.1010101000

Contrato Nº: 29/2019

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Licitação: Pregão Presencial 21/2019

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, composta pelos Centros de Educação Infantil Municipais (CEIM's) e Escolas Básicas Municipais (EBM), de forma a garantir a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, no período letivo referente ao ano 2019.

Vigência: Início: 06/03/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura: 06/03/2019

Valor R\$ 86.785,85 (Oitenta e Seis Mil, Setecentos e Oitenta e Cinco Reais e Oitenta e Cinco Centavos)

Dotação: 313 - 09.002.2019.3339030070000000000.1370110000

Dotação: 315 - 09.002.2018.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 347 - 09.002.2017.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 368 - 09.002.2017.3339030070000000000.1370108000

Dotação: 372 - 09.002.2018.3339030070000000000.1370122000

Dotação: 374 - 09.002.2019.3339030070000000000.1000100000

Contrato Nº: 29/2019

Aditivo Nº: Apostila 1/2019

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Licitação: Pregão Presencial 21/2019

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, composta pelos Centros de Educação Infantil Municipais (CEIM's) e Escolas Básicas Municipais (EBM), de forma a garantir a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, no período letivo referente ao ano 2019.

Vigência: Início: 08/03/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura: 08/03/2019

Valor R\$ 86.785,85 (Oitenta e Seis Mil, Setecentos e Oitenta e Cinco Reais e Oitenta e Cinco Centavos)

Dotação: 313 - 09.002.2019.3339030070000000000.1370110000

Dotação: 315 - 09.002.2018.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 347 - 09.002.2017.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 368 - 09.002.2017.3339030070000000000.1370108000

Dotação: 372 - 09.002.2018.3339030070000000000.1370122000

Dotação: 374 - 09.002.2019.3339030070000000000.1000100000

Contrato Nº: 30/2019

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: ROBLO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Licitação: Pregão Presencial 21/2019

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, composta pelos Centros de Educação Infantil Municipais (CEIM's) e Escolas Básicas Municipais (EBM), de forma a garantir a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, no período letivo referente ao ano 2019.

Vigência: Início: 06/03/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura: 06/03/2019

Valor R\$: 124.514,28 (Cento e Vinte e Quatro Mil, Quinhentos e Quatorze Reais e Vinte e Oito Centavos)

Dotação: 313 - 09.002.2019.3339030070000000000.1370110000

Dotação: 315 - 09.002.2018.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 347 - 09.002.2017.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 368 - 09.002.2017.3339030070000000000.1370108000

Dotação: 372 - 09.002.2018.3339030070000000000.1370122000

Dotação: 374 - 09.002.2019.3339030070000000000.1000100000

Contrato Nº: 30/2019

Aditivo Nº: Apostila 1/2019

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: ROBLO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Licitação: Pregão Presencial 21/2019

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, composta pelos Centros de Educação Infantil Municipais (CEIM's) e Escolas Básicas Municipais (EBM), de forma a garantir a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, no período letivo referente ao ano 2019.

Vigência: Início: 08/03/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura: 08/03/2019

Valor R\$ 107.531,28 (Cento e Sete Mil, Quinhentos e Trinta e Um Reais e Vinte e Oito Centavos)

Dotação: 313 - 09.002.2019.3339030070000000000.1370110000

Dotação: 315 - 09.002.2018.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 347 - 09.002.2017.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 368 - 09.002.2017.3339030070000000000.1370108000

Dotação: 372 - 09.002.2018.3339030070000000000.1370122000

Dotação: 374 - 09.002.2019.3339030070000000000.1000100000

Contrato Nº: 30/2019

Aditivo Nº: Apostila 2/2019

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: ROBLO COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Licitação: Pregão Presencial 21/2019

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, composta pelos Centros de Educação Infantil Municipais (CEIM's) e Escolas Básicas Municipais (EBM), de forma a garantir a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, no período letivo referente ao ano 2019.

Vigência: Início: 12/03/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura: 12/03/2019

Valor R\$ 6.609,60 (Seis Mil, Seiscentos e Nove Reais e Sessenta Centavos)

Dotação: 313 - 09.002.2019.3339030070000000000.1370110000

Dotação: 315 - 09.002.2018.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 347 - 09.002.2017.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 368 - 09.002.2017.3339030070000000000.1370108000

Dotação: 372 - 09.002.2018.3339030070000000000.1370122000

Dotação: 374 - 09.002.2019.3339030070000000000.1000100000

Contrato Nº: 31/2019

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Licitação: Pregão Presencial 21/2019

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, composta pelos Centros de Educação Infantil Municipais (CEIM's) e Escolas Básicas Municipais (EBM), de forma a garantir a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, no período letivo referente ao ano 2019.

Vigência: Início: 06/03/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura: 06/03/2019

Valor R\$ 221.103,44 (Duzentos e Vinte e Um Mil, Cento e Três Reais e Quarenta e Cinco Centavos)

Dotação: 313 - 09.002.2019.3339030070000000000.1370110000

Dotação: 315 - 09.002.2018.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 347 - 09.002.2017.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 368 - 09.002.2017.3339030070000000000.1370108000

Dotação: 372 - 09.002.2018.3339030070000000000.1370122000

Dotação: 374 - 09.002.2019.3339030070000000000.1000100000

Contrato Nº: 31/2019

Aditivo Nº: Apostila 1/2019

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: SEBOLD COMERCIAL ATACADO DE PRODUTOS, ALIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - ME

Licitação: Pregão Presencial 21/2019

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, composta pelos Centros de Educação Infantil Municipais (CEIM's) e Escolas Básicas Municipais (EBM), de forma a garantir a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, no período letivo referente ao ano 2019.

Vigência: Início: 08/03/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura: 08/03/2019

Valor R\$ 221.103,44 (Duzentos e Vinte e Um Mil, Cento e Três Reais e Quarenta e Cinco Centavos)

Dotação: 313 - 09.002.2019.3339030070000000000.1370110000

Dotação: 315 - 09.002.2018.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 347 - 09.002.2017.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 368 - 09.002.2017.3339030070000000000.1370108000

Dotação: 372 - 09.002.2018.3339030070000000000.1370122000

Dotação: 374 - 09.002.2019.3339030070000000000.1000100000

Contrato Nº: 32/2019

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: GIZELE REGINA DA SILVA - ME

Licitação: Pregão Presencial 21/2019

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, composta pelos Centros de Educação Infantil Municipais (CEIM's) e Escolas Básicas Municipais (EBM), de forma a garantir a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, no período letivo referente ao ano 2019.

Vigência: Início: 06/03/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura: 06/03/2019

Valor R\$ 375.914,70 (Trezentos e Setenta e Cinco Mil, Novecentos e Quatorze Reais e Setenta Centavos)

Dotação: 313 - 09.002.2019.3339030070000000000.1370110000

Dotação: 315 - 09.002.2018.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 347 - 09.002.2017.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 368 - 09.002.2017.3339030070000000000.1370108000

Dotação: 372 - 09.002.2018.3339030070000000000.1370122000

Dotação: 374 - 09.002.2019.3339030070000000000.1000100000

Contrato Nº: 32/2019

Aditivo Nº: Apostila 1/2019

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: GIZELE REGINA DA SILVA - ME

Licitação: Pregão Presencial 21/2019

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, composta pelos Centros de Educação Infantil Municipais (CEIM's) e Escolas Básicas Municipais (EBM), de forma a garantir a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, no período letivo referente ao ano 2019.

Vigência: Início: 08/03/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura: 08/03/2019

Valor R\$: 375.914,70 (Trezentos e Setenta e Cinco Mil, Novecentos e Quatorze Reais e Setenta Centavos)

Dotação: 313 - 09.002.2019.3339030070000000000.1370110000

Dotação: 315 - 09.002.2018.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 347 - 09.002.2017.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 368 - 09.002.2017.3339030070000000000.1370108000

Dotação: 372 - 09.002.2018.3339030070000000000.1370122000

Dotação: 374 - 09.002.2019.3339030070000000000.1000100000

Contrato Nº: 33/2019

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: PADARIA E CONFEITARIA DANIPAN LTDA - ME

Licitação: Pregão Presencial 21/2019

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, composta pelos Centros de Educação Infantil Municipais (CEIM's) e Escolas Básicas Municipais (EBM), de forma a garantir a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, no período letivo referente ao ano 2019.

Vigência: Início: 06/03/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura: 06/03/2019

Valor R\$ 71.415,60 (Setenta e Um Mil, Quatrocentos e Quinze Reais e Sessenta Centavos)

Dotação: 313 - 09.002.2019.3339030070000000000.1370110000

Dotação: 315 - 09.002.2018.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 347 - 09.002.2017.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 368 - 09.002.2017.3339030070000000000.1370108000

Dotação: 372 - 09.002.2018.3339030070000000000.1370122000

Dotação: 374 - 09.002.2019.3339030070000000000.1000100000

Contrato Nº: 33/2019

Aditivo Nº: Apostila 1/2019

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: PADARIA E CONFEITARIA DANIPAN LTDA - ME

Licitação: Pregão Presencial 21/2019

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, composta pelos Centros de Educação Infantil

Municipais (CEIM's) e Escolas Básicas Municipais (EBM), de forma a garantir a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, no período letivo referente ao ano 2019.

Vigência: Início: 08/03/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura: 08/03/2019

Valor R\$ 71.415,60 (Setenta e Um Mil, Quatrocentos e Quinze Reais e Sessenta Centavos)

Dotação: 313 - 09.002.2019.3339030070000000000.1370110000

Dotação: 315 - 09.002.2018.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 347 - 09.002.2017.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 368 - 09.002.2017.3339030070000000000.1370108000

Dotação: 372 - 09.002.2018.3339030070000000000.1370122000

Dotação: 374 - 09.002.2019.3339030070000000000.1000100000

Contrato Nº: 34/2019

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: R & G REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E COMÉRCIO DE ALIMEN

Licitação: Pregão Presencial 21/2019

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, composta pelos Centros de Educação Infantil Municipais (CEIM's) e Escolas Básicas Municipais (EBM), de forma a garantir a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, no período letivo referente ao ano 2019.

Vigência: Início: 06/03/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura: 06/03/2019

Valor R\$ 60.613,80 (Sessenta Mil, Seiscentos e Treze Reais e Oitenta Centavos)

Dotação: 313 - 09.002.2019.3339030070000000000.1370110000

Dotação: 315 - 09.002.2018.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 347 - 09.002.2017.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 368 - 09.002.2017.3339030070000000000.1370108000

Dotação: 372 - 09.002.2018.3339030070000000000.1370122000

Dotação: 374 - 09.002.2019.3339030070000000000.1000100000

Contrato Nº: 34/2019

Aditivo Nº: Apostila 1/2019

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: R & G REPRESENTAÇÃO COMERCIAL E COMÉRCIO DE ALIMEN

Licitação: Pregão Presencial 21/2019

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, composta pelos Centros de Educação Infantil Municipais (CEIM's) e Escolas Básicas Municipais (EBM), de forma a garantir a Alimentação Escolar do Município de Biguaçu, no período letivo referente ao ano 2019.

Vigência: Início: 08/03/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura: 08/03/2019

Valor R\$ 60.613,80 (Sessenta Mil, Seiscentos e Treze Reais e Oitenta Centavos)

Dotação: 313 - 09.002.2019.3339030070000000000.1370110000

Dotação: 315 - 09.002.2018.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 347 - 09.002.2017.3339030070000000000.1000100000

Dotação: 368 - 09.002.2017.3339030070000000000.1370108000

Dotação: 372 - 09.002.2018.3339030070000000000.1370122000

Dotação: 374 - 09.002.2019.3339030070000000000.1000100000

Contrato Nº: 35/2019

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: LUANA PALIARINI

Licitação: Dispensa de Licitação 59/2019

Objeto: Contratação de empresa e/ou de profissional especializado e habilitado, para atuar na Secretaria de Cultura, Esporte, Turismo e Lazer - SECETUL, desenvolvendo atividades esportivas.

Vigência: Início: 12/03/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura: 12/03/2019

Valor R\$ 11.908,89 (Onze Mil, Novecentos e Oito Reais e Oitenta e Nove Centavos)

Dotação: 128 - 15.001.2051.3339036990000000000.1000100000

Contrato Nº: 36/2019

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: OFICINA MECÂNICA SILVEIRA LTDA - EPP

Licitação: Pregão Presencial 25/2019

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, socorro, elétrica, lanternagem, pintura, hidráulico, ar condicionado, borracharia, balanceamento e alinhamento, com fornecimento de peças genuínas ou originais para atendimento da frota de caminhões, máquinas, tratores, camionetes, ambulâncias, carros, motos e equipamentos do Município de Biguaçu para o ano de 2019.

Vigência: Início: 12/03/2019 Término: 12/03/2020

Assinatura: 12/03/2019

Valor R\$ 607.000,00 (Seiscentos e Sete Mil Reais)

Dotação: 115 - 06.001.2005.33390303900000000000.1000100000
Dotação: 115 - 06.001.2005.33390391900000000000.1000100000
Dotação: 129 - 16.001.2068.33390303900000000000.1000100000
Dotação: 129 - 16.001.2068.33390391900000000000.1000100000
Dotação: 209 - 22.004.2082.33390303900000000000.1060133000
Dotação: 209 - 22.004.2082.33390391900000000000.1060133000
Dotação: 240 - 25.001.2092.33390303900000000000.1000100000
Dotação: 240 - 25.001.2092.33390391900000000000.1000100000
Dotação: 321 - 09.002.2024.33390303900000000000.1010101000
Dotação: 375 - 09.002.2024.33390303900000000000.1620171012
Dotação: 375 - 09.002.2024.33390391900000000000.1620171012

Contrato Nº: 37/2019

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: COMERCIO DE AUTO PEÇAS BADU EIRELLI EPP

Licitação: Pregão Presencial 25/2019

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, socorro, elétrica, lanternagem, pintura, hidráulico, ar condicionado, borracharia, balanceamento e alinhamento, com fornecimento de peças genuínas ou originais para atendimento da frota de caminhões, máquinas, tratores, camionetes, ambulâncias, carros, motos e equipamentos do Município de Biguaçu para o ano de 2019.

Vigência: Início: 12/03/2019 Término: 12/03/2020

Assinatura: 12/03/2019

Valor R\$ 1.557.500,00 (Um Milhão, Quinhentos e Cinquenta e Sete Mil e Quinhentos Reais)

Dotação: 115 - 06.001.2005.33390303900000000000.1000100000
Dotação: 115 - 06.001.2005.33390391900000000000.1000100000
Dotação: 129 - 16.001.2068.33390303900000000000.1000100000
Dotação: 129 - 16.001.2068.33390391900000000000.1000100000
Dotação: 209 - 22.004.2082.33390303900000000000.1060133000
Dotação: 209 - 22.004.2082.33390391900000000000.1060133000
Dotação: 240 - 25.001.2092.33390303900000000000.1000100000
Dotação: 240 - 25.001.2092.33390391900000000000.1000100000
Dotação: 321 - 09.002.2024.33390303900000000000.1010101000
Dotação: 375 - 09.002.2024.33390303900000000000.1620171012
Dotação: 375 - 09.002.2024.33390391900000000000.1620171012

Contrato Nº: 38/2019

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: TRATOR PECAS COM. DE PECAS P/ TRATOR

Licitação: Pregão Presencial 25/2019

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, socorro, elétrica, lanternagem, pintura, hidráulico, ar condicionado, borracharia, balanceamento e alinhamento, com fornecimento de peças genuínas ou originais para atendimento da frota de caminhões, máquinas, tratores, camionetes, ambulâncias, carros, motos e equipamentos do Município de Biguaçu para o ano de 2019.

Vigência: Início: 12/03/2019 Término: 12/03/2020

Assinatura: 12/03/2019

Valor R\$: 201.000,00 (Duzentos e Um Mil Reais)

Dotação: 115 - 06.001.2005.33390303900000000000.1000100000
Dotação: 115 - 06.001.2005.33390391900000000000.1000100000
Dotação: 129 - 16.001.2068.33390303900000000000.1000100000
Dotação: 129 - 16.001.2068.33390391900000000000.1000100000
Dotação: 209 - 22.004.2082.33390303900000000000.1060133000
Dotação: 209 - 22.004.2082.33390391900000000000.1060133000
Dotação: 240 - 25.001.2092.33390303900000000000.1000100000
Dotação: 240 - 25.001.2092.33390391900000000000.1000100000
Dotação: 321 - 09.002.2024.33390303900000000000.1010101000
Dotação: 375 - 09.002.2024.33390303900000000000.1620171012
Dotação: 375 - 09.002.2024.33390391900000000000.1620171012

Contrato Nº: 39/2019

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: SOCIMAQ EQUIPAMENTOS E PECAS LTDA - EPP

Licitação: Pregão Presencial 25/2019

Objeto: Contratação de empresa para execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva, socorro, elétrica, lanternagem, pintura, hidráulico, ar condicionado, borracharia, balanceamento e alinhamento, com fornecimento de peças genuínas ou originais para atendimento da frota de caminhões, máquinas, tratores, camionetes, ambulâncias, carros, motos e equipamentos do Município de Biguaçu para o ano de 2019.

Vigência: Início: 12/03/2019 Término: 12/03/2020

Assinatura: 12/03/2019

Valor R\$ 290.000,00 (Duzentos e Noventa Mil Reais)
Dotação: 115 - 06.001.2005.3339030390000000000.1000100000
Dotação: 115 - 06.001.2005.3339039190000000000.1000100000
Dotação: 129 - 16.001.2068.3339030390000000000.1000100000
Dotação: 129 - 16.001.2068.3339039190000000000.1000100000
Dotação: 209 - 22.004.2082.3339030390000000000.1060133000
Dotação: 209 - 22.004.2082.3339039190000000000.1060133000
Dotação: 240 - 25.001.2092.3339030390000000000.1000100000
Dotação: 240 - 25.001.2092.3339039190000000000.1000100000
Dotação: 321 - 09.002.2024.3339030390000000000.1010101000
Dotação: 375 - 09.002.2024.3339030390000000000.1620171012
Dotação: 375 - 09.002.2024.3339039190000000000.1620171012

Contrato Nº: 41/2015/2015

Aditivo Nº: Apostila 7/2019

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: MMB TRANSPORTE LTDA

Licitação: Pregão Presencial 1/2015

Objeto: TERCEIRIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR QUE ATENDERÁ OS ALUNOS DAS COMUNIDADES QUE ESTUDAM NA EEB PROF. JOSÉ BRASÍLIO, EEM MARIA DA GLÓRIA, EEB AVELINO MULLER, EEB TEÓFILO TEODORO REGIS, EBM DONATO ALÍPIO DE CAMPOS

Vigência: Início: 20/03/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura: 20/03/2019

Valor R\$ 65.445,00 (Sessenta e Cinco Mil e Quatrocentos e Quarenta e Cinco Reais)

Dotação: 321 - 09.002.2024.3339039260000000000.1010101000

Dotação: 375 - 09.002.2024.3339039260000000000.1620171012

Contrato Nº: 41/2019

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO

Licitação: Dispensa de Licitação 58/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS INCUMBIDA REGIMENTAL OU ESTATUTARIAMENTE DA PESQUISA, DO ENSINO OU DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, PARA PLANEJAMENTO, ELABORAÇÃO, DIVULGAÇÃO, EXECUÇÃO E REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS E PROCESSOS SELETIVOS PÚBLICOS A SER PROMOVIDO AO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Vigência: Início: 21/03/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura: 21/03/2019

Valor R\$ 0,01 (Um Centavo)

Dotação: 183 - 22.001.2087.3339039990000000000.1000100000

Contrato Nº: 42/2019

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: METALURGICA GR EIRELI - EPP

Licitação: Pregão Presencial 37/2019

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de usinagem, torno, solda, e confecção de peças sob medida, para atender todas as secretarias do município de Biguaçu.

Vigência: Início: 22/03/2019 Término: 22/03/2020

Assinatura: 22/03/2019

Valor R\$ 19.985,00 (Cento e Dezenove Mil e Novecentos e Oitenta e Cinco Reais)

Contrato Nº: 44/2019

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: INFOTV COMUNICAÇÕES LTDA

Licitação: Pregão Presencial 36/2019

Objeto: Locação de Sistema de Gerenciamento de Atendimentos - SGA para o Pró-Cidadão Biguaçu.

Vigência: Início: 26/03/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura: 26/03/2019

Valor R\$ 3.396,00 (Três Mil e Trezentos e Noventa e Seis Reais)

Dotação: 154 - 08.001.2011.3339040010000000000.1000100000

Contrato Nº: 59/2018

Aditivo Nº: 59-1/2018/2019

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: RECICLE AQUI GESTÃO DE RESÍDUOS LTDA - ME

Licitação: Pregão Presencial 26/2018

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MENSAL DE COLETA DE LIXOS VOLUMOSOS NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, COM ROTEIRO PRÉ-ESTABELECIDO PELA FAMABI, EM DIA ÚTIL DA SEMANA, PODENDO EM ALGUNS CASOS OCORRER EM FINAIS DE SEMANA PARA SUPRIR A DEMANDA.

Vigência: Início: 08/03/2019 Término: 08/03/2020

Assinatura: 08/03/2019

Valor R\$ 297.033,34 (Duzentos e Noventa e Sete Mil, Trinta e Três Reais e Trinta e Quatro Centavos)

Dotação: 263 - 24.001.2077.3339039280000000000.1000100000

Contrato Nº: 66/2016/2016

Aditivo Nº: 66-6/2016/2019

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: IPM SISTEMAS LTDA

Licitação: Pregão Presencial 272/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA A GESTÃO PÚBLICA, PARA USO DAS SECRETARIAS E FUNDOS DA PMB, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº PP 272/15-PMB (OFICIAL), PP 272/2015-FAMABI E PP 272/2015-FMS.

Vigência: Início: 11/03/2019 Término: 11/03/2020

Assinatura: 08/03/2019

Valor R\$ 432.014,28 (Quatrocentos e Trinta e Dois Mil, Quatorze Reais e Vinte e Oito Centavos)

Dotação: 154 - 08.001.2011.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 183 - 22.001.2087.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 197 - 24.001.2091.3339040010000000000.1390144000

Dotação: 257 - 24.001.2091.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 272 - 21.001.2086.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 282 - 23.002.2058.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 309 - 09.002.2020.3339040010000000000.1010101000

Dotação: 401 - 09.002.2020.3339040010000000000.3010301000

Dotação: 406 - 08.001.2011.3339040010000000000.3000300000

Dotação: 407 - 06.001.2005.3339040010000000000.3000300000

Dotação: 408 - 23.002.2058.3339040010000000000.3000300000

Contrato Nº: 87/2016/2016

Aditivo Nº: 87-4/2016/2019

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada MH TECH SOLUÇÕES EM TI LTDA

Licitação: Pregão Presencial 8/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA MANUTENÇÃO TÉCNICA E EVOLUTIVA PARA O SISTEMA PRÓ-EMPREGO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.

Vigência: Início: 01/04/2019 Término: 01/04/2020

Assinatura: 28/03/2019

Valor R\$ 12.642,49 (Doze Mil, Seiscentos e Quarenta e Dois Reais e Quarenta e Nove Centavos)

Dotação: 112 - 12.001.2071.3339039110000000000.1000100000

Dotação: 112 - 12.001.2071.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 168 - 12.001.2070.3339039110000000000.1000100000

Contrato Nº: 101/2018

Aditivo Nº: Apostila 7/2019

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: ORLEANS VIAGENS E TURISMO LTDA ME

Licitação: Pregão Presencial 64/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de fornecimento de passagens aéreas, destinadas ao transporte de servidores quando em viagens oficiais a serviço do Município de Biguaçu, promovidas pelas Secretarias desta municipalidade.

Vigência: Início: 22/03/2019 Término: 17/04/2019

Assinatura: 22/03/2019

Valor R\$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais)

Dotação: 209 - 22.004.2082.3339033010000000000.1060133000

Contrato Nº: 118/2017

Aditivo Nº: 118-7/2017/2019

Tipo Aditivo: Objeto/Valor

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: HMS TRANSPORTES E LOCAÇÃO DE CAÇAMBAS LTDA

Licitação: Pregão Presencial 70/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza pública do Município de Biguaçu.

Vigência: Início: 28/03/2019 Término: 19/05/2019

Assinatura: 28/03/2019

Valor R\$ 535.200,57 (Quinhentos e Trinta e Cinco Mil, Duzentos Reais e Cinquenta e Sete Centavos)

Dotação: 263 - 24.001.2077.3339039280000000000.1000100000

Contrato Nº: 147/2018
Aditivo Nº: 147-4/2018/2019
Tipo Aditivo: Prazo
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: VOGELSANGER ENGENHARIA LTDA -ME
Licitação: Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 87/2018
Objeto: Drenagem e Pavimentação Asfáltica da Estrada Geral São Mateus -Parte 1 e 2
Vigência: Início: 08/04/2019 Término: 18/08/2019
Assinatura: 29/03/2019

Contrato Nº: 149/2018
Aditivo Nº: 149-4/2018/2019
Tipo Aditivo: Prazo
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: GV CONSULTORIA E ASSESSORIA EIRELI ME
Licitação: Dispensa de Licitação 143/2018
Objeto: Contratação de empresa especializada para Elaboração de todas as etapas do projeto de financiamento em consonância com as diretrizes do PMAT - Programa de Modernização da Administração Tributária e da Gestão dos Setores Sociais Básicos, ou outro programa que venha lhe substituir.
Vigência: Início: 01/03/2019 Término: 30/04/2019
Assinatura: 01/03/2019

Contrato Nº: 154/2018
Aditivo Nº: Apostila 1/2019
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: FORMULA PAVIMENTAÇÃO URBANA EIRELI - EPP
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 132/2018
Objeto: Contratação de empresa para remoção da pavimentação em lajotas e pavimentação asfáltica da Estrada Geral da Rússia.
Vigência: Início: 08/03/2019 Término: 23/06/2019
Assinatura: 08/03/2019
Valor R\$ 641.673,38 (Seiscentos e Quarenta e Um Mil, Seiscentos e Setenta e Três Reais e Trinta e oito Centavos)
Dotação: 208 - 24.001.1028.34490519800000000000.1830182096

Contrato Nº: 163/2017
Aditivo Nº: Apostila 3/2019
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: 9MM PROPAGANDA LTDA - EPP
Licitação: Tomada de Preços para Contratação de Serviços 30/2017
Objeto: Prestação de serviços de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito à informação, de promover a venda de bens ou serviços, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral. TOMADA DE PREÇOS Nº 30/2017-PMB.
Vigência: Início: 19/03/2019 Término: 13/07/2019
Assinatura: 19/03/2019
Valor R\$ 50.000,00 (Cinquenta Mil Reais)
Dotação: 116 - 03.002.2007.33390398800000000000.1000100000

Contrato Nº: 169/2017
Aditivo Nº: Apostila 7/2019
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: MMB TRANSPORTE LTDA
Licitação: Pregão Presencial 115/2017
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS EDUCANDOS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
Vigência: Início: 19/03/2019 Término: 18/07/2019
Assinatura: 19/03/2019
Valor R\$ 215.718,00 (Duzentos e Quinze Mil e Setecentos e Dezoito Reais)
Dotação: 321 - 09.002.2024.33390392600000000000.1010101000
Dotação: 375 - 09.002.2024.33390392600000000000.1620171012

Contrato Nº: 175/2016
Aditivo Nº: 175-8/2016/2019
Tipo Aditivo: Prazo
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: VINICIUS GOEDERT ME
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 132/2016

Objeto: Pavimentação e Drenagem da Rua João Raitz parte 1 e parte 2, Brasília Braga dos Reis, Bertoldo Machado. Recurso Federal - Pro Transportes - 5% Contrapartida.

Vigência: Início: 10/03/2019 Término: 10/08/2019

Assinatura: 08/03/2019

Contrato Nº: 192/2017

Aditivo Nº: Apostila 9/2019

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: ECOSYSTEM SERVICOS URBANOS LTDA

Licitação: Pregão Presencial 158/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza urbana do Município de Biguaçu.

Vigência: Início: 25/03/2019 Término: 01/09/2019

Assinatura: 25/03/2019

Valor R\$ 246.940,56 (Duzentos e Quarenta e Seis Mil, Novecentos e Quarenta Reais e Cinquenta e Seis Centavos)

Dotação: 240 - 25.001.2092.33390397800000000000.1000100000

Dotação: 257 - 24.001.2091.33390397800000000000.1000100000

Dotação: 299 - 21.001.1037.34490923900000000000.1000100000

Dotação: 309 - 09.002.2020.33390397800000000000.1010101000

Dotação: 309 - 09.002.2020.33390923900000000000.1010101000

Contrato Nº: 196/2014/2014

Aditivo Nº: Apostila 32/2019

Tipo Aditivo: Apostila

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: OFICINA MECÂNICA SILVEIRA LTDA - EPP

Licitação: Pregão Presencial 144/2013

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE MECÂNICA E AQUISIÇÃO DE PEÇAS, SOCORRO, ELÉTRICA, LANTERNAGEM, PINTURA, HIDRÁULICO, AR CONDICIONADO, SERVIÇOS DE TORNO E SOLDA, BORRACHARIA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS LEVES E MOTOCICLETAS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, POLÍCIA MILITAR, BOMBEIROS DE BIGUAÇU E FAMABI.

Vigência: Início: 21/03/2019 Término: 25/03/2019

Assinatura: 21/03/2019

Valor R\$ 600,00 (Seiscentos Reais)

Dotação: 14 - 10.001.2035.33390391900000000000.1020102000

Dotação: 18 - 10.001.2045.33390391900000000000.2380228043

Dotação: 19 - 10.001.2036.33390391900000000000.1020102000

Dotação: 20 - 10.001.2035.33390391900000000000.2380228042

Dotação: 29 - 10.001.2034.33390391900000000000.1020102000

Dotação: 30 - 10.001.2032.33390391900000000000.1020102000

Dotação: 36 - 10.001.2045.33390391900000000000.2060227000

Dotação: 38 - 10.001.2042.33390391900000000000.1020102000

Dotação: 40 - 10.001.2043.33390391900000000000.2380228113

Dotação: 46 - 10.001.2046.33390391900000000000.2380228115

Dotação: 115 - 06.001.2005.33390391900000000000.1000100000

Dotação: 129 - 16.001.2068.33390391900000000000.1000100000

Dotação: 134 - 16.001.2068.33190391900000000000.1000100000

Dotação: 148 - 15.001.2050.33390391900000000000.1000100000

Dotação: 176 - 22.001.2016.33390391900000000000.1000100000

Dotação: 183 - 22.001.2087.33390391900000000000.1000100000

Dotação: 197 - 24.001.2091.33390391900000000000.1390144000

Dotação: 203 - 25.001.2084.33390391900000000000.1110116000

Dotação: 208 - 24.001.1028.34490399900000000000.1830182096

Dotação: 209 - 22.004.2082.33390391900000000000.1060133000

Dotação: 210 - 23.002.2059.33390391900000000000.1000100000

Dotação: 233 - 23.002.2089.33390391900000000000.1350137141

Dotação: 240 - 25.001.2092.33390391900000000000.1000100000

Dotação: 257 - 24.001.2091.33390391900000000000.1000100000

Dotação: 269 - 25.001.2084.33390391900000000000.1120118000

Dotação: 272 - 21.001.2086.33390391900000000000.1000100000

Dotação: 282 - 23.002.2058.33390391900000000000.1000100000

Dotação: 305 - 23.002.2054.33390391900000000000.1000100000

Dotação: 381 - 10.001.2046.33390391900000000000.1020102000

Contrato Nº: 196/2017

Aditivo Nº: 196-2/2017/2019

Tipo Aditivo: Normal

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: NEOREDE TELECOMUNICAÇÃO LTDA

Licitação: Pregão Presencial 168/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada no fornecimento de sistema de Telecomunicações, composto de locação de infovia em fibra ótica, infraestrutura de Telefonia SIP IP com locação de telefones Ips, links Full duplex de acesso web e plano de minutagens Voip, para o atendimento da Prefeitura Municipal de Biguaçu e suas Secretarias.

Vigência: Início: 11/03/2019 Término: 28/08/2019

Assinatura: 11/03/2019

Valor R\$ 22.763,50 (Vinte e Dois Mil, Setecentos e Sessenta e Três Reais e Cinquenta Centavos)

Dotação: 7 - 18.001.2073.3339040010000000000.2060236000

Dotação: 7 - 18.001.2073.3339040020000000000.2060236000

Dotação: 7 - 18.001.2073.3339040040000000000.2060236000

Dotação: 7 - 18.001.2073.3339040050000000000.2060236000

Dotação: 14 - 10.001.2035.3339040010000000000.1020102000

Dotação: 14 - 10.001.2035.3339040020000000000.1020102000

Dotação: 14 - 10.001.2035.3339040040000000000.1020102000

Dotação: 14 - 10.001.2035.3339040050000000000.1020102000

Dotação: 14 - 10.001.2035.3339040990000000000.1020102000

Dotação: 21 - 10.001.2044.3339040040000000000.1020102000

Dotação: 21 - 10.001.2044.3339040050000000000.1020102000

Dotação: 29 - 10.001.2034.3339040010000000000.1020102000

Dotação: 29 - 10.001.2034.3339040020000000000.1020102000

Dotação: 29 - 10.001.2034.3339040040000000000.1020102000

Dotação: 29 - 10.001.2034.3339040050000000000.1020102000

Dotação: 29 - 10.001.2034.3339040990000000000.1020102000

Dotação: 30 - 10.001.2032.3339040010000000000.1020102000

Dotação: 30 - 10.001.2032.3339040020000000000.1020102000

Dotação: 30 - 10.001.2032.3339040040000000000.1020102000

Dotação: 30 - 10.001.2032.3339040050000000000.1020102000

Dotação: 33 - 10.001.2048.3339040040000000000.1020102000

Dotação: 33 - 10.001.2048.3339040050000000000.1020102000

Dotação: 115 - 06.001.2005.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 115 - 06.001.2005.3339040040000000000.1000100000

Dotação: 115 - 06.001.2005.3339040050000000000.1000100000

Dotação: 129 - 16.001.2068.3339040010000000000.1000100000

Dotação: 129 - 16.001.2068.3339040040000000000.1000100000

Contrato Nº: 197/2012/2012

Aditivo Nº: 197-7/2012/2019

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: JUCINEI NASCIMENTO

Licitação: Dispensa de Licitação 43/2012

Objeto: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA JOSÉ RODRIGUES, Nº 839, PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO REGIONAL, OBJETIVANDO ABRIGAR AS DEPENDÊNCIAS DA "CASA DO POVO".

Vigência: Início: 10/03/2019 Término: 10/03/2020

Assinatura: 07/03/2019

Valor R\$ 21.160,46 (Vinte e Um Mil, Cento e Sessenta Reais e Quarenta e Seis Centavos)

Dotação: 154 - 08.001.2011.3339036150000000000.1000100000

Contrato Nº: 198/2018

Aditivo Nº: 198-4/2018/2019

Tipo Aditivo: Prazo

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: ENGERA ENGENHARIA E GERENCIAMENTO DE RECURSOS AMBIENTAIS

Licitação: Tomada de Preços para Contratação de Serviços 62/2018

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para ELABORAÇÃO DE PROJETOS COMPLETOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA em vias públicas no Município de Biguaçu/SC.

Vigência: Início: 07/03/2019 Término: 07/04/2019

Assinatura: 07/03/2019

Contrato Nº: 198/2018

Aditivo Nº: 198-5/2018/2019

Tipo Aditivo: Prazo

Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU

Contratada: ENGERA ENGENHARIA E GERENCIAMENTO DE RECURSOS AMBIENTAIS

Licitação: Tomada de Preços para Contratação de Serviços 62/2018

Objeto: Contratação de pessoa jurídica para ELABORAÇÃO DE PROJETOS COMPLETOS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA em vias públicas no Município de Biguaçu/SC.

Vigência: Início: 07/04/2019 Término: 17/05/2019

Assinatura: 29/03/2019

Contrato Nº: 209/2018
Aditivo Nº: 209-1/2018/2019
Tipo Aditivo: Prazo
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: BRITAGEM VOGELSANGER LTDA
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 169/2018
Objeto: Contratação de empresa para implantação de drenagem e pavimentação da Estrada Fazenda de Dentro, no Município de Biguaçu/SC.
Vigência: Início: 16/03/2019 Término: 16/06/2019
Assinatura: 15/03/2019

Contrato Nº: 245/2018
Aditivo Nº: 245-2/2018/2019
Tipo Aditivo: Objeto/Prazo/Valor
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: MULTMETAL COMUNICAÇÃO VISUAL E SERRALHERIA LTDA
Licitação: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 201/2018
Objeto: Contratação de empresa especializada para construção de garagem e montagem em estrutura metálica para as viaturas da 3ª Companhia de Bombeiros Militar de Biguaçu/SC.
Vigência: Início: 28/03/2019 Término: 27/04/2019
Assinatura: 28/03/2019
Valor R\$ 2.336,43 (Dois Mil, Trezentos e Trinta e Seis Reais e Quarenta e Quatro Centavos)
Dotação: 234 - 22.004.1039.3449051990000000000.1060133000

Contrato Nº: 271/2014/2014
Aditivo Nº: Apostila 10/2019
Tipo Aditivo: Apostila
Contratante: MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: MMB TRANSPORTE LTDA
Licitação: Pregão Presencial 80/2014
Objeto: TERCEIRIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DAS COMUNIDADES GRACIOSA, FAZENDA, ARIAL, FAZENDA DE DENTRO, FAZENDA DE FORA, MORRO DA SOROCABA, MORRO DO TROMBUDO, BELA VISTA E TAMBÉM PARA PASSAGEIROS COM NECESSIDADES ESPECIAIS PARA VIAGENS INTERMUNICIPAIS.
Vigência: Início: 19/03/2019 Término: 30/05/2019
Assinatura: 19/03/2019
Valor R\$ 54.450,00 (Cinquenta e Quatro Mil e Quatrocentos e Cinquenta Reais)
Dotação: 321 - 09.002.2024.3339039260000000000.1010101000
Dotação: 326 - 09.002.2029.3339039260000000000.1000100000
Dotação: 375 - 09.002.2024.3339039260000000000.1620171012

Contrato Nº: 9912456763/2019
Contratante MUNICIPIO DE BIGUAÇU
Contratada: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS
Licitação: Dispensa de Licitação 35/2019
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE POSTAGENS QUE ENTRE SI FAZEM PMB E EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS.
Vigência: Início: 15/03/2019 Término: 15/03/2020
Assinatura: 15/03/2019
Valor R\$ 79.992,00 (Setenta e Nove Mil e Novecentos e Noventa e Dois Reais)
Dotação: 154 - 08.001.2011.3339039990000000000.1000100000
Dotação: 183 - 22.001.2087.3339039990000000000.1000100000

Contrato Nº: 67/2016/2016
Aditivo Nº: 67-4/2016/2019
Tipo Aditivo: Prorrogação
Contratante: FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE BIGUAÇU
Contratada: IPM SISTEMAS LTDA
Licitação: Pregão Presencial 272/2015
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA A GESTÃO PÚBLICA, PARA USO DAS SECRETARIAS E FUNDOS DA PMB, CONFORME PREGÃO PRESENCIAL Nº: PP 272/15-PMB (OFICIAL), PP 272/2015-FAMABI E PP 272/2015-FMS.
Vigência: Início: 11/03/2019 Término: 11/03/2020
Assinatura 11/03/2019
Valor R\$ 7.572,24 (Sete Mil, Quinhentos e Setenta e Dois Reais e Vinte e Quatro Centavos)
Dotação: 7 - 18.001.2073.3339039110000000000.2060236000
Dotação: 8 - 18.001.2073.3339040010000000000.1000100000

Contrato Nº: 07/2019
Aditivo Nº: Apostila 1/2019

Tipo Aditivo Apostila

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: ORBENK ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Licitação: Pregão Presencial 71/2018

Objeto: Contratação de empresa especializada em terceirização de serviços para atender a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Biguaçu, podendo abranger inclusive a Unidade de Pronto Atendimento 24 horas, Centro de Especialidades Odontológicas, Policlínica Municipal, Vigilância em Saúde, Centro de Atendimento Psicossocial, bem como para atender as Unidades Básicas de Saúde e demais programas de saúde.

Vigência: Início: 29/03/2019 Término: 21/01/2020

Assinatura: 29/03/2019

Valor R\$ 1.020.000,00 (Um Milhão, Vinte Mil Reais)

Dotação: 35 - 10.001.2035.3339039790000000000.2670229054

Dotação: 86 - 10.001.2088.3319034010000000000.2380228119

Dotação: 88 - 10.001.2036.3319034010000000000.2380228179

Dotação: 93 - 10.001.2042.3319034010000000000.2380228048

Dotação: 410 - 10.001.2042.3339039790000000000.2380228048

Dotação: 411 - 10.001.2036.3339039790000000000.2380228179

Contrato Nº: 10.039/2016/2016

Aditivo Nº: 10.039-4/2016/2019

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: ANISIO PETRY

Licitação: Dispensa de Licitação 24/2016

Objeto: ALUGUEL DE IMÓVEL SITUADO NA RUA SÃO JOSÉ, 297, CENTRO, BIGUAÇU, SC, CEP 88.160-000, PARA USO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Vigência: Início: 17/03/2019 Término: 16/04/2019

Assinatura: 15/03/2019

Valor R\$ 3.000,00 (Três Mil Reais)

Dotação: 21 - 10.001.2044.3339036150000000000.1020102000

Contrato Nº: 10.039/2016/2016

Aditivo Nº: 10.039-5/2016/2019

Tipo Aditivo: Outros

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: ANISIO PETRY

Licitação: Dispensa de Licitação 24/2016

Objeto: ALUGUEL DE IMÓVEL SITUADO NA RUA SÃO JOSÉ, 297, CENTRO, BIGUAÇU, SC, CEP 88.160-000, PARA USO DO CENTRO DE APOIO PSICOSSOCIAL DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Vigência: Início: 17/03/2019 Término: 16/04/2019

Assinatura: 15/03/2019

Contrato Nº: 10.053/2016/2016

Aditivo Nº: 10.053-5/2016/2019

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: ONSER SERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

Licitação: Pregão Presencial 8/2016

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA DESARMADA 24 HORAS PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO 24 HORAS.

Vigência: Início: 14/03/2019 Término: 14/03/2020

Assinatura: 14/03/2019

Valor R\$ 298.741,32 (Duzentos e Noventa e Oito Mil, Setecentos e Quarenta e Um Reais e Trinta e Dois Centavos)

Dotação: 29 - 10.001.2034.3339039050000000000.1020102000

Dotação: 409 - 10.001.2034.3339039050000000000.6380628015

Contrato Nº: 10.055/2016/2016

Aditivo Nº: 10.055-5/2016/2019

Tipo Aditivo: Prorrogação

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: IPM SISTEMAS LTDA

Licitação: Pregão Presencial 272/2015

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARE PARA GESTÃO PÚBLICA.

Vigência: Início: 15/03/2019 Término: 15/03/2020

Assinatura: 15/03/2019

Valor R\$ 18.086,04 (Dezoito Mil, Oitenta e Seis Reais e Quatro Centavos)

Dotação: 19 - 10.001.2036.3339040010000000000.1020102000

Dotação: 30 - 10.001.2032.3339039110000000000.1020102000

Dotação: 30 - 10.001.2032.3339040010000000000.1020102000

Contrato Nº: 40/2019

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: AGRO LÍDER LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 8/2019

Objeto: Aquisição de inseticida biológico para atender as necessidades do município devido a uma proliferação de mosquitos nas proximidades da macrodrenagem.

Vigência: Início: 18/03/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura: 18/03/2019

Valor R\$ 2.494,82 (Dois Mil, Quatrocentos e Noventa e Quatro Reais e Oitenta e Dois Centavos)

Dotação: 30 - 10.001.2032.3339030400000000000.1020102000

Contrato Nº: 43/2019

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: RESIDENCIAL BOM VIVER EIRELI ME

Licitação: Inexigibilidade 9/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada em internação para atender a uma ordem judicial conforme em anexo. Paciente: Sabrina Micheli Alves.

Vigência: Início: 26/03/2019 Término: 26/03/2020

Assinatura: 26/03/2019

Valor R\$ 48.396,00 (Quarenta e Oito Mil e Trezentos e Noventa e Seis Reais)

Dotação: 400 - 10.001.2032.3339039990000000000.3020302000

FISCAL: GENIVALDA RONCONI DE AMORIM

Contrato Nº: 45/2019

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: COMERCIO DE MEDICAMENTOS BRAIR LTDA

Licitação: Dispensa de Licitação 11/2019

Objeto: Aquisição de medicamentos para atender processos judiciais Nº 007.00.001646-9 Nº 5009093-95.2011.404.7200 Nº 2008.72.50.003132-5 Nº 007.13.001046-0 Nº 501957886.2013.404.7200 Nº 5008732-44.2012.404.7200 N 501957886.2013.404.7200 Nº 5008305-47.2012.404.7200 Nº 0301735-04.2018.8.24.0007 Nº 5011070-542013-404-7200 Nº 0300010-43.2019.8.24.007

Vigência: Início: 26/03/2019 Término: 24/06/2019

Assinatura: 26/03/2019

Valor R\$ 5.473,41 (Cinco Mil, Quatrocentos e Setenta e Três Reais e Quarenta e Um Centavos)

Dotação: 30 - 10.001.2032.3339032020000000000.1020102000

Contrato Nº: 219/2018

Aditivo Nº: 219-1/2018/2019

Tipo Aditivo: Objeto/Valor

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BIGUACU

Contratada: M&F CLINICA E DIAGNOSTICO POR IMAGEM SS

Licitação: Inexigibilidade 25/2018

Objeto: Abertura de chamada pública visando à seleção para contratação de empresa especializada na realização de exames para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu.

Vigência: Início: 29/03/2019 Término: 27/07/2019

Assinatura: 29/03/2019

Valor R\$ 64.677,29 (Sessenta e Quatro Mil, Seiscentos e Setenta e Sete Reais e Vinte e Nove Centavos)

Dotação: 43 - 10.001.2043.3339039500000000000.2380228119

Biguaçu, 02 de abril de 2019

Ramon Wollinger

Prefeito Municipal de Biguaçu

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18 DO PP 07/2018 FMS.

Publicação Nº 1968486

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 18 DO PP 07/2018 FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO NA UPA E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

VENCEDOR: SOMA/SC PRODUTOS HOSPITALARES LTDA.

ITEM 101: CAPTOPRIL 25 MG

VALOR ATUALIZADO PARA: R\$0,03.

ITEM 220: SALBUTAMOL SPRAY ADULTO/INFANTIL 100MCGG/200 DOSE

VALOR ATUALIZADO PARA: R\$6,03.

VIGÊNCIA: 04/05/2019.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 01 de abril de 2019.

VILSON NORBERTO ALVES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27 DO ITEM 104 DO PP 07/2018 FMS.

Publicação Nº 1968520

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

EXTRATO DE REPUBLICAÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27 DO ITEM 104 DO PP 07/2018 FMS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA USO NA UPB E UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

VENCEDOR: MEDILAR IMP. DISTR. PROD. MÉDICO HOSPITALARES S/A.

ITEM 208: PARACETAMOL ASSOCIADO COM CODEÍNA 500 MG+30MG COMPRIMIDO

ATUALIZADO PARA R\$ 0,52

VIGÊNCIA: 06/06/2019.

A ÍNTEGRA DA ATA SE ENCONTRA NO SITE DA PREFEITURA DE BIGUAÇU, www.bigua.sc.gov.br

Biguaçu, 01 de abril de 2019.

VILSON NORBERTO ALVES

PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

PORTARIA Nº 812/2019

Publicação Nº 1968748

PORTARIA nº 812 de 29 de março de 2019

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) LETÍCIA TEIXEIRA CÂMARA DE ALMEIDA, aprovado no Processo Seletivo 005/2018, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II -ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 20 horas semanais, para prestar serviços junto a Escola Básica Municipal Donato Alípio de Campos da Secretaria Municipal de Educação, no período de 14/02/2019 a 13/12/2019, face "readaptação definitivamente" da titular MARIA MADALENA MARTINS DA CUNHA, matrícula 2163, conforme Portaria nº 177/2016.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 14/02/2019.

Biguaçu, 29 de março de 2019.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 813/2019

Publicação Nº 1968750

PORTARIA nº 813 de 29 de março de 2019

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) SIRLEI PEREIRA GUIMARÃES, aprovado no Processo Seletivo 005/2018, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de PROFESSOR II -ENSINO FUNDAMENTAL, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços junto a Escola Básica Municipal Donato Alípio de Campos na Secretaria Municipal de Educação, no período de 14/02/2019 a 13/12/2019, face que a titular REGIANE DE FATIMA FRANZOI LEMOS, matrícula 312, encontrasse exercendo Projeto Educacional na mesma instituição, com alunos em defasagem de aprendizado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/03/2019.

Biguaçu, 29 de março de 2019.

Katia Roussenq Bichels

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 814/2019

Publicação Nº 1968751

PORTARIA nº 814 de 01 de abril de 2019

Aplica a penalidade disciplinar de advertência a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 205 inciso II, alínea B da Lei Complementar nº 53/2012.

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve orienta-se sempre pelos princípios constitucionais da legalidade, da moralidade, da eficiência e da responsabilidade;

CONSIDERANDO a instauração do Processo Administrativo Disciplinar por meio do Processo nº 7304/2018;

CONSIDERANDO o que estabelece a Lei Complementar nº 53/2012, em seu artigo 189, Inciso I, artigo 191 e artigo 205, Inciso II alínea B

RESOLVE:

Art. 1º Aplicar a penalidade disciplinar de ADVERTÊNCIA ao servidor CRISTIANO DE SIMAS, matrícula nº 11504, ocupante do cargo efetivo de Motorista II, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, por infração ao Estatuto dos Servidores Públicos, no artigo 176, inciso III, Lei Complementar nº 53/2012, na forma devidamente apurada por Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.

Marcelo dos Santos

Secretário Municipal de Assistência Social e Habitação

PORTARIA Nº 815/2019

Publicação Nº 1968753

PORTARIA nº 815 de 01 de abril de 2019

Nomeia servidores para comporem a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 125, caput da Lei Complementar nº 47/2011, alterado pela Lei Complementar nº 79/2015, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições, que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município de 06 de setembro de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear servidores para comporem a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 125, caput da Lei Complementar nº 47/2011, alterado pela Lei Complementar nº 79/2015.

Parágrafo único. Os servidores efetivos e estáveis nomeados para comporem a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar são:

Servidor	Cargo
MARIA FERNANDA CAMINHA DE SOUZA	ESCRITURÁRIO
ANDRÉ SCHWEITZER	ESCRITURÁRIO
GERSON DA SILVA	MOTORISTA I
MONALISA CENCI	NUTRICIONISTA I
LEANDRO DE SOUZA CUNHA	ESCRITURÁRIO
MARISETE DA SILVA ROCHA	PROCURADOR DO MUNICÍPIO

Art. 2º Designar os seguintes servidores como membros suplentes da comissão:

Servidor	Cargo
ARIANI LEITIS MOTTER GRISS COSTA	ESCRITURÁRIO
SUZANA SOUZA PIRES DO AMARAL	TELEFONISTA
ANA LÚCIA LIMA DA COSTA PIMENTA MONTEIRO	ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

Art. 3º O pagamento da Gratificação pela Participação como Membro Titular em Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar é fixado nos termos do art. 125, caput da Lei Complementar nº 47/2011.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 1691/2018.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.

VILSON NORBERTO ALVES

Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 816/2019

Publicação Nº 1968754

PORTARIA Nº 816 de 01 de abril de 2019

Designa servidor suplente para substituição de titular, nos termos do art. 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o(a) servidor(a) Monalisa Cenci, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista I, para, em substituição do(a) servidor(a) Jaqueline Santos de Avila, ocupante do cargo de Escriturário, integrar a comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 2436/2018, na qualidade de membro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.
VILSON NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 817/2019

Publicação Nº 1968756

PORTARIA Nº 817 de 01 de abril de 2019

Designa servidor suplente para substituição de titular, nos termos do art. 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o(a) servidor(a) Monalisa Cenci, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista I, para, em substituição do(a) servidor(a) Jaqueline Santos de Avila, ocupante do cargo de Escriturário, integrar a comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 033/2019, na qualidade de membro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.
VILSON NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 818/2019

Publicação Nº 1968757

PORTARIA Nº 818 de 01 de abril de 2019

Designa servidor suplente para substituição de titular, nos termos do art. 207 e 212, caput da Lei Complementar nº 53/2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 98 inciso VII da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o(a) servidor(a) Monalisa Cenci, ocupante do cargo de provimento efetivo de Nutricionista I, para, em substituição do(a) servidor(a) Jaqueline Santos de Avila, ocupante do cargo de Escriturário, integrar a comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 386/2019, na qualidade de membro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.
VILSON NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal em exercício

PORTARIA Nº 819/2019

Publicação Nº 1968759

PORTARIA Nº 819/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), SEBASTIÃO MANOEL FRANCISCO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR III - EDUCAÇÃO FÍSICA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 3344/2019 em anexo no período de 11/03/2019 a 15/03/2019.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 820/2019

Publicação Nº 1968761

PORTARIA Nº 820/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LUCIANA SERRA PASSOS, ocupante do cargo efetivo de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 3396/2019 em anexo no período de 13/03/2019 a 10/05/2019.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 821/2019

Publicação Nº 1968764

PORTARIA Nº 821/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), ANA MARIA FONSECA DE OLIVEIRA BATISTA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR III - LÍNGUA PORTUGUESA – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 3244/2019 em anexo no período de 12/03/2019 a 10/04/2019.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 822/2019

Publicação Nº 1968766

PORTARIA Nº 822/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), SOLANGE GOULART DE SOUZASTA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II - ENSINO FUNDAMENTAL – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 3280/2019 em anexo no período de 17/03/2019 a 14/05/2019.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA N° 823/2019

Publicação N° 1968769

PORTARIA N° 823/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), LUCIANO KUHN, ocupante do Cargo efetivo de PROFESSOR III - CIÊNCIAS- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, conforme Processo nº 3481/2019 no período de 16/03/2019 a 27/03/2019.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA N° 824/2019

Publicação N° 1968772

PORTARIA N° 824/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), TAISSY DE AGAPITO ROSA DELGADO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR II - EDUCAÇÃO INFANTIL- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 3275/2019 em anexo no período de 14/03/2019 a 20/03/2019.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA N° 825/2019

Publicação N° 1968773

PORTARIA N° 825/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), KARINE PATRICIA STULP, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO II – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 2057/2019 em anexo no período de 15/02/2019 a 17/03/2019.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA N° 826/2019

Publicação N° 1968775

PORTARIA N° 826/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), KARINE PATRICIA STULP, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO II – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme Processo nº 2949/2019 em anexo no período de 18/03/2019 a 15/05/2019.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 827/2019

Publicação Nº 1968777

PORTARIA nº 827 de 01 de abril de 2019

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINITRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), HELOISA ANASTACIA DA SILVA, para desempenhar as funções do cargo de ENFERMEIRO II, com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviços na USB Vendaval da Secretaria Municipal de Saúde, conforme aprovação no Processo Seletivo SEMAD Nº 004/2017, no período de 01/03/2019 a 31/03/2019, face da Licença para Tratamento de Saúde da titular KARINE PATRICIA STULP, matrícula 9543, conforme Portaria nº 825/2019 e 826/2019, pelo período de 15/02/2019 a 15/05/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 01/03/2019.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.

DANIEL CESAR DA LUZ
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 828/2019

Publicação Nº 1968778

PORTARIA nº 828 de 01 de abril de 2019

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MARIZETE MARIA PERES NIENKOTTER, aprovado no Processo Seletivo 005/2018, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para desempenhar as funções do cargo de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS com jornada de 20 horas semanais, para prestar serviço na unidade escolar Grupo Escolar Municipal Celia Lisboa dos Santos da Secretaria Municipal de Educação, no período de 20/03/2019 a 20/05/2019, a contratação se faz necessária, pois não há concurso vivente para a carga horária de 20h.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 20/03/2019.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.

KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 829/2019

Publicação Nº 1968779

PORTARIA nº 829 de 01 de abril de 2019

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), MAYANE DA ROCHA PACHECO, aprovado no Processo Seletivo 005/2018, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para desempenhar as funções do cargo de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviço na unidade escolar Escola Básica Municipal Manoel Roldão das Neves da Secretaria Municipal de Educação, no período de 21/03/2019 a 20/05/2019, até a posse do candidato convocado através do Concurso Público 003/2016, Convocação nº 23.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 21/03/2019.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.

KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 830/2019

Publicação Nº 1968781

PORTARIA nº 830 de 01 de abril de 2019

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LENIR TORQUATO JUSTEN,, aprovado no Processo Seletivo 005/2018, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para desempenhar as funções do cargo de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviço na unidade escolar Centro de Educação Infantil Jardim Janaína da Secretaria Municipal de Educação, no período de 21/03/2019 a 20/05/2019, até a posse do candidato convocado através do Concurso Público 003/2016, Convocação nº 23.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 21/03/2019.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.

KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 831/2019

Publicação Nº 1968783

PORTARIA nº 831 de 01 de abril de 2019

Prorroga, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, o prazo de contratação originário, fixado na Cláusula Quarta do Contrato de Trabalho com Prazo Determinado para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, do (a) funcionário (a), LOURDES BENTO DE OLIVEIRA GRESPI, aprovado no Processo Seletivo 005/2018, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para desempenhar as funções do cargo de ESPECIALISTA EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS com jornada de 40 horas semanais, para prestar serviço na unidade escolar Escola Básica Municipal Professora Olga de Andrade Borgonovo da Secretaria Municipal de Educação, no período de 20/03/2019 a 20/05/2019, até a posse do candidato convocado através do Concurso Público 003/2016, Convocação nº 23.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos a partir de 20/03/2019.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.

KATIA ROUSSENQ BICHELS
Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 832/2019

Publicação Nº 1968785

PORTARIA nº 832 de 01 de abril de 2019

Concede Readaptação ao (a) servidor (a), e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 85 de 21 de junho de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Readaptação ao (a) servidor (a) Jucenir Lucia Bender, de acordo com o art. 64 da Lei Complementar nº 53/2012, inscrito (a) na matrícula funcional nº 8841-1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais IV -Merendeira, na Secretaria Municipal de Educação.

§ 1º O (a) Servidor (a) desenvolverá suas atividades no Centro de Ensino Infantil Municipal Jardim Janaína, desempenhando a seguinte função:

- I – Recebimento e conferência de alimentos e produtos de limpeza que chegam na instituição de ensino;
- II – Auxiliar na Direção quando necessário;
- III – Controle de estoque no depósito de produtos alimentícios;
- IV – Auxiliar na confecção de murais decorativos da Instituição;
- V – Auxiliar no projeto refeitório.

§ 2º O período de manutenção da readaptação é de 10/01/2019 a 06/07/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 10/01/2019.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.

DANIELA GARCIA FABRICIO GALIANI
Secretária Municipal de Administração

PORTARIA Nº 833/2019

Publicação Nº 1968786

PORTARIA nº 833 de 01 de abril de 2019

Admitir o (a) Servidor (a), de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo decreto 11 de 27 de janeiro de 2017. RESOLVE:

Art. 1º Admitir o (a) servidor (a) ALICIANE DE SOUZA DUARTE, aprovado no Processo Seletivo 005/2018, de acordo com a Lei nº 1528/2001, para Atender Necessidade de Excepcional Interesse Público, de natureza temporária, para desempenhar as funções do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS IV (MERENDEIRA), com jornada de 30 horas semanais, para prestar serviços junto a Centro de Educação Infantil Municipal Jardim Janaína na Secretaria Municipal de Educação, no período de 18/02/2019 a 01/07/2019, face a readaptação da titular JUCENIR LUCIA BENDER, matrícula 8841, conforme Portaria nº 832/2019, no período de 10/01/2019 a 06/07/2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos são retroativos a 18/02/2019.

Biguaçu, 01 de abril de 2019.

Katia Roussenq Bichels
Secretária Municipal de Educação

PP 73/2019 PMB

Publicação Nº 1968716

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL - 73.2019 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS CANCELADOS NO PROCESSO 44/2019.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 15 de abril de 2019, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 15 de abril de 2019, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8022.

Biguaçu, 1 de abril de 2019.

VILSON NORBERTO ALVES
Prefeito Municipal em exercício

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.686/2019

Publicação Nº 1968268

LEI Nº 8.686, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

ACRESCENTA DISPOSITIVO AO ARTIGO 8º DA LEI Nº 8.362, DE 09 DE DEZEMBRO DE 2016, PARA INSTITUIR A SEMANA DA ESTERILIZAÇÃO ANIMAL E REVOGA A LEI Nº 7.955, DE 07 DE ABRIL DE 2014.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 8º da Lei nº 8.362, de 09 de dezembro de 2016, que "Dispõe sobre o Calendário Oficial de Eventos do Município de Blumenau e consolida a legislação municipal referente a eventos, datas comemorativas e feriados do Município", passa a vigorar acrescido do inciso IV, com a seguinte redação:

"Art. 8º [...]

IV – Semana da Esterilização Animal, na última semana."

Art. 2º Fica revogada a Lei nº 7.955, de 07 de abril de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de março de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

LEI Nº 8.688/2019

Publicação Nº 1968277

LEI Nº 8.688, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

INSTITUI O PROGRAMA DE INCENTIVO AO GRAFITE E À STREET ART, NO MUNICÍPIO DE BLUMENAU.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Incentivo ao Grafite e à Street Art, no Município de Blumenau, que trata sobre o desenvolvimento de artes urbanas.

Art. 2º O Programa tem como objetivo incentivar e fomentar artistas locais a desenvolverem projetos em espaços públicos, dando visibilidade e vida aos espaços públicos municipais.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de março de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.742/2019

Publicação Nº 1968287

PORTARIA Nº 22.742, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

EXONERA TATHIANA RAMOS QUARESMA DO

CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO DE GERENTE DE ATENDIMENTO AO CONSUMIDOR, NA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PROGEM.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29/03/90, com fundamento base no art. 46, "I", da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007 e a Lei Complementar nº 701, de 29 de janeiro de 2009 e alterações posteriores, e de conformidade com o Decreto nº 10.567, de 13 de fevereiro de 2015, resolve:

EXONERAR, em 25 de março de 2019:

TATHIANA RAMOS QUARESMA, ocupante do cargo de provimento em comissão de Gerente de Atendimento ao Consumidor, símbolo CC-3, lotada na Procuradoria Geral do Município, nomeada pela Portaria nº 21.871, de 21 de maio de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de março de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

Republicado por incorreção

PORTARIA Nº 22.755/2019

Publicação Nº 1968292

PORTARIA Nº 22.755, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

NOMEIA CANDIDATOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO PARA OCUPAREM CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 59, X, combinado com o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, resolve:

NOMEAR, com fundamento no artigo 9º, I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, e de acordo com o Memorando nº 049/2019, de 25/03/2019, da Secretaria Municipal de Administração – Seleção Pública, os candidatos abaixo, aprovados em concurso público:

ADRIANO ROBERTO MORITZ, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Operacional - GO, jornada de 40 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016, a contar de 04 de abril de 2019;

AUREA CORREA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Técnico - GT, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016, a contar de 04 de abril de 2019;

PATRICIA RODRIGUES NHOLLA, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Farmacêutico, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 30 horas semanais, Faixa de Vencimento "I", Padrão de Vencimento A, aprovada pelo Concurso Público nº 001/2016, a contar de 04 de abril de 2019;

MURILO CARLOS GIMENES, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Otorrinolaringologista, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016, a contar de 04 de abril de 2019;

GUSTAVO SCHWEIGERT, para ocupar o cargo de provimento efetivo de Médico Ortopedista, do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo, do Grupo Ocupacional Especialista - GE, jornada de 20 horas semanais, Faixa de Vencimento "II", Padrão de Vencimento A, aprovado pelo Concurso Público nº 001/2016, a contar de 04 de abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de março de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.756/2019

Publicação Nº 1968295

PORTARIA Nº 22.756, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

RECONHECE DIREITO ADQUIRIDO E CONCEDE INCORPORAÇÃO PELO EXERCÍCIO DE CARGO EM COMISSÃO AOS SERVIDORES QUE INDICA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 59, II, e 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de conformidade com o Memorando SEDEAD nº 175/2019, de 27 de março de 2019, resolve:

RECONHECER direito adquirido dos servidores efetivos especificados nos Anexos I, II, III e IV desta Portaria e CONCEDER-LHES, nos termos constantes dos referidos anexos, incorporação da retribuição adicional referente ao exercício de cargo em comissão, conforme preconizava o art. 63 da Lei Complementar nº 01, de 01 de junho de 1990, revogado pela Lei Complementar nº 178, de 06 de agosto de 1998.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de março de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.756/2019 - ANEXO I

Publicação Nº 1968301



PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
Secretaria Municipal de Administração
Diretoria de Pessoal

ANEXO I

Nome: EDSON CARLOS DE JESUS
Cadastro: 95885

Admissão: 02/10/1985
Cargo: Agente Administrativo

CÁLCULO DE INCORPORAÇÃO DA DIFERENÇA ENTRE O CARGO COMISSIONADO E O CARGO DE CARREIRA E, DA GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO, TOTALIZANDO 4/5 EM 01/04/1998:

CARGO COMISSIONADO	PERÍODO	REF CC	VALOR REF. CC C/ 30% EM 01/04/1998	REF. CARREIRA EM 01/04/1998	VALOR REF. CAR. EM 01/04/1998	INCORPORAÇÃO 4/5	CÁLCULO DA INCORPORAÇÃO EM 01/08/2002
Diretor Administrativo e Financeiro	12/06/1995 - 31/12/1996	73	2.375,72	47	847,39	280,80	2.375,72 - 847,39 = 1.528,33 / 5 X 1 = 305,67
Chefe de Divisão	01/01/1997 - 31/03/1998	53	1.315,38	47	847,39	305,66	1.315,38 - 847,39 = 467,99 / 5 X 3 = 280,79
TOTAL							305,67 + 280,79 = 586,46

A partir de 01/04/1998 incorporação de 4/5 da diferença entre o cargo comissionado e o cargo de carreira e da gratificação de representação. Incorporação efetivada integralmente no valor de R\$ 586,46 na folha de pagamento de abril/1998.

PORTARIA Nº 22.756/2019 - ANEXO II

Publicação Nº 1968308



PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
Secretaria Municipal de Administração
Diretoria de Pessoal

ANEXO II

Nome: IVANILDE KOLTZ
Cadastro: 178403

Admissão: 25/05/1994
Cargo: Agente Administrativo

CÁLCULO DE INCORPORAÇÃO DA DIFERENÇA ENTRE O CARGO COMISSIONADO E O CARGO DE CARREIRA E, DA GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO, TOTALIZANDO 1/5 EM 08/10/1998:

CARGO COMISSIONADO	PERÍODO	REF. CC3	VALOR REF. CC EM 01/04/2000	VALOR REF. CC C/ 30% EM 01/04/2000	REF. CARREIRA EM 01/04/2000	VALOR REF. CAR. EM 01/04/2000 COM ABONO	INCORPORAÇÃO 1/5	CÁLCULO DA INCORPORAÇÃO EM 01/04/2000
Chefe de Divisão	01/04/1996 -31/12/1996 02/03/1998 -08/10/1998	53	1.011,83	1.315,38	15	382,32	186,61	1.315,38 - 382,32 = 933,06 / 5 X 1 = 186,61

OBS: A PARTIR DE 01/04/2000 INCORPORACAO DE 1/5 DA DIFERENCA ENTRE O CARGO COMISSIONADO E O CARGO DE CARREIRA (REF. 53 -REF. 15) E, DA GRATIFICACAO DE REPRESENTACAO.
VALOR: R\$ 186,61 - FOLHA: ABRIL/2000.

PORTARIA Nº 22.756/2019 - ANEXO III

Publicação Nº 1968311



PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Pessoal

ANEXO III

Cadastro: 143855

Nome: LUÍS ADMILSON AMARAL

Admissão: 11/03/1991

Cargo: Agente de Obras Públicas

CÁLCULO DE INCORPORAÇÃO DA DIFERENÇA ENTRE O CARGO COMISSIONADO E O CARGO DE CARREIRA, SENDO DE 3/5 A PARTIR DE 18/11/2002:

CARGO COMISSIONADO	PERÍODO	REF. CC	VALOR REF. CC C/ 30% EM 18/11/2002	TOTAL DE DIAS DO PERÍODO	REF. CARREIRA	VALOR REF. CAR. EM 18/11/2002	CÁLCULO DA INCORPORAÇÃO EM 18/11/2002
CHEFE DE DIVISÃO CC3	16/01/1996 – 31/12/1996 28/02/1997 – 28/02/1998 02/03/1998 – 08/10/1998	53	1.480,43	935	26	512,66	1.480,43 – 512,66 = 967,77 / 1.825 X 935 = 495,82
COORD. DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS CC4	02/03/1995 – 15/01/1996 06/01/1997 – 27/02/1997	37	922,54	160	26	512,66	922,54 – 512,66 = 409,88 / 1.825 X 160 = 35,93
TOTAL				1.095			495,82 + 35,93 = 531,75

OBS: 1 ANO = 365 DIAS

3 ANOS = 1.095 DIAS = 3/5

A partir de 18/11/2002 incorporação de 3/5 da diferença entre o cargo comissionado e o cargo de carreira e da gratificação de representação, sendo 935 dias relativos ao cargo de Chefe de Divisão – CC3, dos seguintes períodos:

16/01/1996 – 31/12/1996 – Portarias nº 3.202 e 3.630;
28/02/1997 – 28/02/1998 – Portarias nº 3.811 e 4.227;
02/03/1998 – 08/10/1998 – Portarias nº 4.232 e 7.310.
E, 160 dias relativos ao cargo de Coordenador de Serviços Administrativos – CC4, compreendendo os períodos de 02/03/1995 – 15/01/1996 – Portarias nº 2.764 e 3.200, e de 06/01/1997 – 27/02/1997 - Portarias nº 3.681 e 3.810.

Incorporação efetivada integralmente no valor de R\$ 531,75 na folha de pagamento de dezembro/2002 e proporcionalmente na folha de novembro de 2002, devido a exoneração do cargo em comissão de Chefe de Divisão em 18/11/2002.

PORTARIA Nº 22.756/2019 - ANEXO IV

Publicação Nº 1968316



PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Diretoria de Pessoal

ANEXO IV

Cadastro: 103381

Nome: ROSEMARI CAMPIGOTTO MARGARIDA

Admissão: 10/06/1986

Cargo: Agente Administrativo

CÁLCULO DE INCORPORAÇÃO DA DIFERENÇA ENTRE O CARGO COMISSIONADO E O CARGO DE CARREIRA, SENDO 2/5 A PARTIR DE 01/01/1997:

CARGO COMISSIONADO	PERÍODO	REF. CC	VALOR REF. CC C/ 30% EM 01/01/1997	REF. CARREIRA	VALOR REF. CAR. EM 01/01/1997	CÁLCULO DA INCORPORAÇÃO EM 01/01/1997
AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	01/04/1994 - 01/12/1995	37	692,33	36	517,26	$692,33 - 517,26 = 175,07 / 5 = 35,01$
CHEFE DE DIVISÃO CC3	04/12/1995 - 31/12/1996	53	1.103,65	38	548,31	$1.103,65 - 548,31 = 555,34 / 5 = 111,07$
TOTAL						$35,01 + 111,07 = 146,08$

A partir de 01/01/1997 incorporação de 2/5 da diferença entre o cargo comissionado e o cargo de carreira e da gratificação de representação. Incorporação efetivada integralmente no valor de R\$ 146,22 na folha de pagamento de janeiro/1997.

PORTARIA Nº 22.757/2019

Publicação Nº 1968323

PORTARIA Nº 22.757, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

DISPENSA A COORDENADORA PEDAGÓGICA ELIZETE DEFREYN DA FUNÇÃO DE DIRETORA ADJUNTA DA EBM "PROFª ALICE THIELE".

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar n. 822, de 21/10/2011, e de conformidade com o Memorando n. 092/2019, de 22/03/2019, encaminhado pela Secretária Municipal de Educação, resolve:

DISPENSAR, a contar de 04 de fevereiro de 2019, a Coordenadora Pedagógica ELIZETE DEFREYN, lotada na Secretaria Municipal de Educação, do exercício da função de Diretora Adjunta da EBM "Profª Alice Thiele", nomeada pela Portaria nº 22.484, de 19/12/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de março de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.758/2019

Publicação Nº 1968327

PORTARIA Nº 22.758, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

NOMEIA A PROFESSORA CARLA JEANE DOS REIS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE DIRETORA ADJUNTA DA EBM "PROFª ALICE THIELE" E CONCEDE A RESPECTIVA GRATIFICAÇÃO.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento na Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011, e de conformidade com o Memorando nº 092/2019, de 22/03/2019, encaminhado pela Secretária Municipal de Educação, resolve:

NOMEAR, a contar de 07 de março de 2019, a Professora CARLA JEANE DOS REIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, para o exercício da função de Diretora Adjunta da EBM "Profª Alice Thiele", concedendo-lhe a gratificação de que trata o art. 1º, II, da Lei Complementar nº 822, de 21/10/2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de março de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.759/2019

Publicação Nº 1968332

PORTARIA Nº 22.759, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

DISPENSA SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o art. 42, combinado com o Anexo XXI da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017, e atendendo ao pedido efetuado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, através do Memorando nº 029/2019, de 25/03/2019, resolve:

DISPENSAR, as servidoras públicas municipais abaixo, ocupantes de cargos de provimento efetivo, lotadas na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, das seguintes funções gratificadas de confiança, naquela Secretaria:

MÁRCIA MARIA KAYSER DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do exercício da função gratificada de confiança de Chefe Técnico Social Proteção Social Especial de Alta Complexidade - FGC-90%, a contar de 11 de março de 2019, concedida pela Portaria nº 21.519, de 26/01/2018;

ÂNGELA FABIANE KOLLING, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, do exercício da função gratificada de confiança de Coordenador de Apoio ao Gabinete - FGC-50%, a contar de 11 de março de 2019, concedida pela Portaria nº 22.013, de 20/07/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de março de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.760/2019

Publicação Nº 1968336

PORTARIA Nº 22.760, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

DESIGNA ÂNGELA FABIANE KOLLING PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA, NA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SEMUDES.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, 'a', da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e com fundamento no art. 100, da Lei Complementar nº 660, de 28/11/07, de conformidade com o art. 42 da Lei Complementar nº 1.094, de 17/02/2017, e o Memorando RH-Semudes nº 029/2019, de 25/03/2019, encaminhado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, resolve:

DESIGNAR, com efeitos a contar de 12 de março de 2019, a servidora pública municipal ÂNGELA FABIANE KOLLING, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, para o exercício da função gratificada de confiança de Chefe Técnico Social Proteção Social Especial de Alta Complexidade - FGC-90%, naquela Secretaria, estabelecida no Anexo XXI, da Lei Complementar nº 1.094, de 17 de fevereiro de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de março de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.761/2019

Publicação Nº 1968338

PORTARIA Nº 22.761, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE INSTRUÇÃO DE PROGRAMAS DE TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO ÀS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS QUE INDICA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a" da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, com fundamento no art. 93 da Lei Complementar nº 660, de 28/11/2007 e em atenção ao Memorando GGS nº 17/2019, de 22 de março de 2019, encaminhado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, resolve:

CONCEDER Gratificação de Instrução de Programas de Treinamento e Capacitação correspondente a 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do respectivo padrão de vencimento, por hora aula ministrada, às servidoras públicas municipais abaixo:

Nome do(a) servidor(a)	Cargo	C/H	Faixa Vento	Padrão Vento	Horas aulas ministradas
Jesebel Iara Avancini	Assistente Social	30	II	C	07:30
Jussânia Regina Pereira	Assistente Social	40	I	I	06:00

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de março de 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 22.763/2019

Publicação Nº 1968340

PORTARIA Nº 22.763, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

DISPENSA A GRATIFICAÇÃO POR ATIVIDADE ESPECIALIZADA COM ADOLESCENTES AUTORES DE ATOS INFRACIONAIS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GLAUCO ANDERSON ESPÍNDOLA.

MÁRIO HILDEBRANDT, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990, e de acordo com o Memorando SEDEAD nº 165/2019, de 22/03/2019, resolve:

DISPENSAR, a contar de 28 de fevereiro de 2019, a gratificação por atividade especializada com adolescentes autores de atos infracionais, correspondente a 10% (dez por cento), do valor do seu padrão de vencimento, de que trata o art. 87, X, combinado com o art. 99 da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, do servidor público municipal GLAUCO ANDERSON ESPÍNDOLA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Psicólogo, lotado na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 27 de março 2019.

MÁRIO HILDEBRANDT

Prefeito Municipal

INTIMAÇÃO - 2ª CSPAD - PAD N° 020/2018

Publicação N° 1968344

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BLUMENAU
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
2ª COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA E DISCIPLINAR

INTIMAÇÕES DAS COMISSÕES**INTIMAÇÃO - 2ª CSPAD**

PAD N° 020/2018

INDICIADA: E.C.S.

ADV. ARTHUR ALBERTI SAUER WALKER - OAB/SC n° 50.354

DESPACHO: Intime-se o advogado da servidora indiciada para a audiência que será realizada no dia 10/04/2019, às 14:00h, com a oitiva da testemunha constante de folhas 81 dos autos. Local: Rua XV de Novembro, n°. 1.505, 3º andar, Centro, Blumenau/SC, (ao lado da Loja e Ótica Universal - Prédio da FAEMA). Fones: (47) 3381-6211, 3381-6212.

EXTRATO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 023/2017

Publicação N° 1968357

EXTRATO – 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°. 023/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

SANTINVEST S/A CRÉDITO FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS.

OBJETO: CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMO, PELA CREDENCIADA, SOB A GARANTIA DE CONSIGNAÇÃO EM FOLHA DE PAGAMENTO AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS EFETIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS PERTENCENTES AO QUADRO DE PESSOAL DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL DO MUNICÍPIO.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade n°. 09-16/2017.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 24 de março de 2019 até 23 de março de 2020.

DATA: 19 de março de 2019.

EXTRATO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 061/2016

Publicação N° 1968358

EXTRATO – 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 061/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA BOTELHO OFTALMOCLÍNICA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCEDIMENTOS OFTALMOLÓGICOS PARA OS USUÁRIOS DO SUS.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa n°. 08-013/2016.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 10 de março de 2019 até 09 de março de 2020.

PREÇO: Renova o valor pago do contrato que se mantém em R\$ 6.440,00 (seis mil, quatrocentos e quarenta reais) mensais, totalizando R\$ 77.280,00 (setenta e sete mil, duzentos e oitenta reais).

DATA: 07 de fevereiro de 2019.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 064/2017

Publicação Nº 1968361

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 064/2017

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Inexigibilidade nº. 09-027/2017.

PREÇO: Renova e reajustando o valor total do contrato para R\$ 25.922,25 (vinte e cinco mil, novecentos e vinte e dois reais e vinte e cinco centavos).

DATA: 18 de março de 2019.

EXTRATO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 070/2016

Publicação Nº 1968363

EXTRATO – 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 070/2016

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

EMPRESA PAINEL PESQUISAS, CONSULTORIA E PUBLICIDADE LTDA – EPP.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE APOIO A GESTÃO CONDOMINIAL E PATRIMONIAL E TRABALHO TÉCNICO SOCIAL JUNTO AO RESIDENCIAL TRIBESS.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial nº. 013/2016.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência por mais 06 (seis) meses, ou seja, de 12 de abril de 2019 até 11 de outubro de 2019, para fins de pagamento e prestação de contas.

DATA: 08 de março de 2019.

EXTRATO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 125/2015

Publicação Nº 1968367

EXTRATO – 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 125/2015

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E O

SR. RANDOLFO LESKE.

OBJETO: LOCAÇÃO DE UMA CASA DE ALVENARIA, CONTENDO 241,11M², SITUADO NA RUA JOÃO KRAUSE, Nº 56, BAIRRO ITROUPAVA CENTRAL, BLUMENAU/SC, DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA UNIDADE DE ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA – E.S.F. GUSTAVO FROELICH BARROSO.

FUNDAMENTO LEGAL: Processo de Dispensa nº. 08-057/2015.

PRAZO: Prorroga o prazo de vigência por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 22 de março de 2019 até 21 de março de 2020.

PREÇO: Renova o valor da locação que se mantém em R\$ 2.193,21 (dois mil, cento e noventa e três reais e vinte e um centavos) mensais, totalizando o valor do contrato em R\$ 26.318,52 (vinte e seis mil, trezentos e dezoito reais e cinquenta e dois centavos).

DATA: 06 de março de 2019.

PORTARIA SEDEAD Nº 33.734/2019

Publicação Nº 1968386

PORTARIA SEDEAD Nº 33.734/2019

LOTA A SERVIDORA SARA BOEGE PICKLER, MEDIANTE PROCESSO REMOÇÃO INTERNA Nº 04/2019, QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013.

LOTAR

Sara Boege Pickler, com base nos termos dos artigos 47,48 e 50 da Lei Complementar nº660, de 28 de novembro de 2007 com suas devidas alterações, e tendo em vista o Edital Processo Remoção Interna Nº 04/2019, para o cargo de Psicólogo em efetivo exercício na função, no Centro de Especialização em Diagnóstico, Assistência e Prevenção - CEDAP do Quadro da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 01 de março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 06 de março de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.735/2019

Publicação Nº 1968396

PORTARIA SEDEAD Nº 33.735/2019

LOTA O SERVIDOR WELLINGTON MURCABEL DOS SANTOS FILHO, MEDIANTE PROCESSO SELETIVO INTERNO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA ATUAR NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA Nº 02/2018, QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013.

LOTAR

WELLINGTON MURCABEL DOS SANTOS FILHO, com base nos termos dos artigos 47,48 e 50 da Lei Complementar nº660, de 28 de novembro de 2007 com suas devidas alterações, e tendo em vista o Edital Processo Seletivo Interno de Profissionais de Saúde Para Atuar Na Estratégia de Saúde da Família Nº 02/2018, para o cargo de Enfermeiro em efetivo exercício na função, na unidade de Estratégia de Saúde da Família Zebert Kraupt do Quadro da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 06 de março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 06 de março de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.736/2019

Publicação Nº 1968401

PORTARIA SEDEAD Nº 33.736/2019

LOTA A SERVIDORA ALINE RODRIGUES ALENCAR, MEDIANTE PROCESSO SELETIVO INTERNO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA ATUAR NA ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA Nº 02/2018, QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013.

LOTAR

ALINE RODRIGUES ALENCAR, com base nos termos dos artigos 47,48 e 50 da Lei Complementar nº660, de 28 de novembro de 2007 com suas devidas alterações, e tendo em vista o Edital Processo Seletivo Interno de Profissionais de Saúde Para Atuar Na Estratégia de Saúde da Família Nº 02/2018, para o cargo de Enfermeiro em efetivo exercício na função, na unidade de Estratégia de Saúde da Família Alfredo Hoess do Quadro da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 11 de março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 06 de março de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.765/2019

Publicação Nº 1968404

PORTARIA SEDEAD Nº 33.765/2019

LOTA A SERVIDORA DALVA BARBOSA, MEDIANTE PROCESSO REMOÇÃO INTERNA PARA ATUAR EM ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA Nº 06/2019, QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013.

LOTAR

Dalva Barbosa, com base nos termos dos artigos 47,48 e 50 da Lei Complementar nº660, de 28 de novembro de 2007 com suas devidas alterações, e tendo em vista o Edital Processo Remoção Interna Para Atuar Em Estratégia De Saúde Da Família Nº 06/2019, para o cargo de Auxiliar de Enfermagem em efetivo exercício na função, na unidade de ESF Alfredo Hoess do Quadro da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 13 de março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 13 de março de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.766/2019

Publicação Nº 1968406

PORTARIA SEDEAD Nº 33.766/2019

LOTA A SERVIDORA SOELI DAS NEVES FLORIANI, MEDIANTE PROCESSO REMOÇÃO INTERNA PARA ATUAR EM ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA Nº 06/2019, QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013.

LOTAR

SOELI DAS NEVES FLORIANI, com base nos termos dos artigos 47,48 e 50 da Lei Complementar nº660, de 28 de novembro de 2007 com suas devidas alterações, e tendo em vista o Edital Processo Remoção Interna Para Atuar Em Estratégia De Saúde Da Família Nº 06/2019, para o cargo de Técnico em Higiene Dental em efetivo exercício na função, na unidade de ESF Jovino Inácio Cardoso III do Quadro da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 13 de março de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 13 de março de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.813/2019

Publicação Nº 1968410

PORTARIA SEDEAD Nº 33.813/2019

LOTA A SERVIDORA HELLEN CARLA GOMES FERRANTE, MEDIANTE PROCESSO REMOÇÃO INTERNA Nº 07/2019, QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013.

LOTAR

Hellen Carla Gomes Ferrante, com base nos termos dos artigos 47,48 e 50 da Lei Complementar nº660, de 28 de novembro de 2007 com suas devidas alterações, e tendo em vista o Edital Processo Remoção Interna Nº 07/2019, para o cargo de Enfermeira em efetivo exercício na função, no Centro de Atenção Integral a Saúde da Mulher - CAISM do Quadro da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 01 de abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 27 de março de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.814/2019

Publicação Nº 1968414

PORTARIA SEDEAD Nº 33.814/2019

LOTA A SERVIDORA ELAINE BAUMAYER RIBEIRO, MEDIANTE PROCESSO REMOÇÃO INTERNA Nº 07/2019, QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013.

LOTAR

Elaine Baumayer Ribeiro, com base nos termos dos artigos 47,48 e 50 da Lei Complementar nº660, de 28 de novembro de 2007 com suas devidas alterações, e tendo em vista o Edital Processo Remoção Interna Nº 07/2019, para o cargo de Técnico de Enfermagem em efetivo exercício na função, no Centro Especializado em Diagnóstico, Assistência e Prevenção – CEDAP do Quadro da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 01 de abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 27 de março de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.816/2019

Publicação Nº 1968417

PORTARIA SEDEAD Nº 33.816/2019

LOTA A SERVIDORA JULIANO ANRIOLLO TEIXEIRA, MEDIANTE PROCESSO REMOÇÃO INTERNA Nº 07/2019, QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013.

LOTAR

Juliano Andriollo Teixeira, com base nos termos dos artigos 47,48 e 50 da Lei Complementar nº660, de 28 de novembro de 2007 com suas devidas alterações, e tendo em vista o Edital Processo Remoção Interna Nº 07/2019, para o cargo de Técnico de Enfermagem em efetivo exercício na função, na Gerência de Vigilância Epidemiológica no horário das 13h00 às 19h00, do Quadro da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 01 de abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 27 de março de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.817/2019

Publicação Nº 1968421

PORTARIA SEDEAD Nº 33.817/2019

LOTA A SERVIDORA NALU IARA BRUCH FARIAS, MEDIANTE PROCESSO REMOÇÃO INTERNA Nº 07/2019, QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013.

LOTAR

Nalu Iara Bruch Farias, com base nos termos dos artigos 47,48 e 50 da Lei Complementar nº660, de 28 de novembro de 2007 com suas devidas alterações, e tendo em vista o Edital Processo Remoção Interna Nº 07/2019, para o cargo de Técnico de Enfermagem em efetivo exercício na função, no Serviço de Tratamento Fora Domicílio – TFD do Quadro da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 01 de abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 27 de março de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.822/2019

Publicação Nº 1968424

PORTARIA SEDEAD Nº 33.822/2019

LOTA A SERVIDORA KELLIN DANIELSKI, MEDIANTE PROCESSO SELETIVO INTERNO DE PROFISSIONAIS DE SAÚDE PARA ATUAR NO SERVIÇO DE ATENDIMENTO DOMICILIAR Nº 02/2018, QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013.

LOTAR

Kellin Danielski, com base nos termos dos artigos 47,48 e 50 da Lei Complementar nº660, de 28 de novembro de 2007 com suas devidas alterações, e tendo em vista o Edital Processo Seletivo Interno de Profissionais de Saúde Para Atuar No Serviço de Atendimento Domiciliar Nº 02/2018, para o cargo de Enfermeiro em efetivo exercício na função, no Serviço de Atendimento Domiciliar do Quadro da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 01 de abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 27 de março de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.823/2019

Publicação Nº 1968430

PORTARIA SEDEAD Nº 33.823/2019

LOTA A SERVIDORA SHEILA PORTO, MEDIANTE PROCESSO REMOÇÃO INTERNA PARA ATUAR EM ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA Nº 08/2019, QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013.

LOTAR

Sheila Porto, com base nos termos dos artigos 47,48 e 50 da Lei Complementar nº660, de 28 de novembro de 2007 com suas devidas alterações, e tendo em vista o Edital Processo Remoção Interna Para Atuar Em Estratégia De Saúde Da Família Nº 08/2019, para o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário em efetivo exercício na função, na unidade de ESF Harold Ewald do Quadro da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 01 de abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 28 de março de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.824/2019

Publicação Nº 1968456

PORTARIA SEDEAD Nº 33.824/2019

LOTA A SERVIDORA MARIA JOSÉ KUSTER CARDOSO, MEDIANTE PROCESSO REMOÇÃO INTERNA PARA ATUAR EM ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA Nº 08/2019, QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013.

LOTAR

Maria José Kuster Cardoso, com base nos termos dos artigos 47,48 e 50 da Lei Complementar nº660, de 28 de novembro de 2007 com suas devidas alterações, e tendo em vista o Edital Processo Remoção Interna Para Atuar Em Estratégia De Saúde Da Família Nº 08/2019, para o cargo de Auxiliar de Enfermagem em efetivo exercício na função, na unidade de ESF Rubens B. Vedes do Quadro da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 01 de abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 28 de março de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA SEDEAD Nº 33.825/2019

Publicação Nº 1968461

PORTARIA SEDEAD Nº 33.825/2019

LOTA A SERVIDORA LUCIANE FERRO, MEDIANTE PROCESSO REMOÇÃO INTERNA PARA ATUAR EM ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA Nº 08/2019, QUE INDICA.

ANDERSON ROSA, Secretário Municipal de Administração, no exercício das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 9.964, de 29 de abril de 2013.

LOTAR

Luciane Ferro, com base nos termos dos artigos 47,48 e 50 da Lei Complementar nº660, de 28 de novembro de 2007 com suas devidas alterações, e tendo em vista o Edital Processo Remoção Interna Para Atuar Em Estratégia De Saúde Da Família Nº 08/2019, para o cargo de Técnico de Enfermagem em efetivo exercício na função, na unidade de ESF Alfredo Hoess do Quadro da Secretaria Municipal de Promoção da Saúde, a contar de 01 de abril de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, 28 de março de 2019.

ANDERSON ROSA
Secretário Municipal de Administração

EDITAL NOTIFICAÇÃO Nº 19/2019

Publicação Nº 1968467

MUNICÍPIO DE BLUMENAU
SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO FINANCEIRA
Gerência de Fiscalização Tributária

INTIMAÇÃO Nº 19/2019
INTIMADO : BLUCLIMA CLIMATIZAÇÃO BLUMENAU LTDA
Assunto : Processo nº 2019/17 – Lançamento de ISS/Nota Blu

Histórico : Aberto o processo para regularização de ISS nº 2019/17, expediu-se a INTIMAÇÃO nº 19/2019, a ser entregue no endereço indicado como sede da empresa.

No dia 14/02/2019, diligenciou-se no endereço citado nos documentos legais da empresa sito a Rua Pastor Oswaldo Hesse, 1571, bairro Ribeirão Fresco, em Blumenau/SC, sem êxito. Nesse endereço funciona uma mercearia. Proprietário informou desconhecer a empresa e os sócios.

Diligenciou-se no mesmo dia, no endereço constante no cadastro "Consulta Base CPF-RFB", da sócia Gerusa Nunes, na Rua Alwin Schrader, 1082, fundos, bairro Ribeirão Fresco. Segundo informações com o morador o Sr. Silvio Machado, informou não ser mais sócio da empresa e que desconhece o endereço atual da Sra. Gerusa Nunes.

Diligenciou-se no endereço residencial, conforme consta na 3ª Alteração Contratual de 27/01/2015, na Rua Cananéia, 111, bairro Vorstadt, em Blumenau/SC, sem sucesso, o imóvel estava fechado, e segundo informações do vizinho, desconhece a Sra. Gerusa Nunes.

Expediu-se Carta Registrada nº JT66996425 2 BR, para o endereço constante na Consulta Base CPF-RFB na Rua Alwin Schrader, 1082, bairro Vorstadt, em Blumenau/SC, que foi devolvido com motivo "ausente" em 27/03/2019.

Com fundamento no Artigo 153, III da Lei Complementar Municipal 632/2007, fica desta forma, a parte cientificada que foi iniciado o processo nº 2019/17-Imposto sobre Serviços –Lançamento ISS/Nota Blu, através da intimação nº 19/2019.

Conforme o Art. 139-A da LC 632/2007 - Código Tributário Municipal, lavra-se a INTIMAÇÃO nº 19/2019, com a finalidade de regularizar pendências de ISSQN constante no sistema Notablu, referente emissão de notas fiscais de serviços eletrônicas, nas seguintes competências : 07/2014, 09/2014, 10/2014, 11/2014, 01/2015, 02/2015 e 03/2015.

A não regularização do ISSQN no prazo, assinalado pela lei constitui infração punível com multa de 50% (cinquenta por cento) do valor atualizado do imposto, nos termos dos artigos 82 e 305 também da LC 632/2007.

A citação considerar-se-á feita, 15 dias após a data da efetiva circulação do boletim Oficial do Município, conforme inciso III, § 2º do artigo 153 da LCM 632/2007.

Agente Fiscal : Angélica Maria Bachmann - Matrícula 21573-2

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 023/2019

Publicação Nº 1968470



PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA
DIRETORIA DE RECEITA

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº 023/2019

CONTRIBUINTE : MJS MOREIRA REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA

ENDEREÇO: RUA ALMIRANTE BARROSO, 1222 - VILA NOVA

Nº INSCRIÇÃO: 85.439

CNPJ.: 10.471.251/0001-08

Processo Fiscal: 396/2018

Sócios: MANUEL J. DA SILVEIRA DE AZEVEDO MOREIRA e VERA MARIA M. R. BURLE

Notifica-se o contribuinte acima identificado, com base no Art. 151 da LC 632/2007, intimando-o para, no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir do 1º dia útil seguinte à ciência desta notificação:

a) recolher à Fazenda Municipal o valor abaixo discriminado, referente ao débito do ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (Art. 81 da LC 632/2007); ou

b) reclamar do lançamento em que é parte (Art. 207, *caput* da LC 632/2007).

DEMONSTRATIVO DOS VALORES APURADOS:

Base de Cálculo	21.226,99
Imposto a Recolher	424,54
Atualização Monetária	16,63
Juros de Mora	49,56
Multa p/ infração	220,59
Total Geral	711,32

DESCRIÇÃO DOS FATOS:

1)Período Notificado: 11/2017, 12/2017; 01/2018 a 05/2018, 07/2018 a 09/2018

2)Documentos examinados: Notas Fiscais emitidas (Notablu).

3)Concluído o procedimento fiscal nos termos da legislação aplicável, constatou-se que o contribuinte:

3.1) Presta serviços constante(s) da Lista de Serviços prevista na Lei Complementar Federal 116/03 e prevista no Art. 276 da LC 632/2007, item: 10.09 – Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.

3.2) Em 05/11/2018 emitida a Intimação Fiscal nº 215/2018 ao contribuinte para apresentação dos comprovantes de pagamento do ISSQN concernente aos Serviços Prestados, conforme Notas Fiscais emitidas no Notablu. Enviada a referida Intimação ao endereço cadastral do contribuinte, sito à rua Almirante Barroso, 1222 – Vila Nova; porém, a referida Intimação retornou à Prefeitura com a informação “Ausente após 3 (três) tentativas”.

3.2.1) Não obtendo êxito em localizar o contribuinte, emitiu-se a Notificação dos referidos valores de ISSQN, enviando a Notificação para publicação em edital no Boletim Oficial do Município de Blumenau, conforme Art. 153, III, LC 632/2007.

3.3) Deixou de recolher o ISSQN devido, referente ao período acima indicado, conforme demonstrativo acima e mapas de apuração anexos, infringindo a legislação tributária municipal em seu artigo 295, § 1º da LC 632/2007.

4) A base de cálculo da presente notificação compõe-se:

4.1) Soma dos valores dos serviços prestados, conforme lançamentos Notas Fiscais no Notablu (período acima descrito).

5)CÁLCULO DO VALOR A PAGAR:

5.1) Sobre o valor do imposto calculado incidiram os acréscimos legais conforme segue:

Sobre a base de cálculo apurada foi aplicada a alíquota de: 2 % conforme Art. 276 da LC 632/2007.

a)Atualização monetária:

- A partir de 2014 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10223/2013.
- A partir de 2015 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10502/2014.
- A partir de 2016 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 10820/2015.
- A partir de 2017 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 11146/2016.
- A partir de 2018 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 11580/2017.
- A partir de 2019 com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007 pelo INPC – Decreto nº 12030/2018.

b)Juros de Mora de 1% ao mês, com fundamento no Art. 82 da LC 632/2007.

5.2) Foi aplicada multa de 50% sobre o valor atualizado conforme Art. 305 da LC 632/2007.

6)Observações:

6.1) Dentro do prazo estipulado, esta Notificação poderá ser quitada (à vista, com redução de 90% na multa) ou parcelada (em até 60 vezes), nas condições previstas nos artigos 171 e 172 da LC 632/2007.

6.2) Vencidos os prazos para pagamentos ou reclames, será o débito inscrito em Dívida Ativa e terá início o processo de cobrança amigável ou judicial.

6.3) Verificado indícios de crimes contra a ordem tributária, será formulada a representação fiscal para fins penais e remetida ao Ministério Público conforme determina a Portaria nº 01/ 2002 da Secretaria Municipal da Fazenda.

6.4) Integram a presente Notificação Fiscal os seguintes anexos: Mapas de Levantamento Fiscal e Cálculo (anuais).

6.5) A presente Notificação não inibe a fiscalização referente ao mesmo período.

Patrícia Dias
Auditora Fiscal Tributária
Matrícula nº 21554-6



PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU
SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA
DIRETORIA DE RECEITA

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

TERMO DE FISCALIZAÇÃO
MAPA DE LEVANTAMENTO FISCAL E CÁLCULO

ANEXO À NOTIFICAÇÃO FISCAL Nº: 023/2019 – MJS MOREIRA REPRESENTAÇÃO COMERCIAL LTDA

Ano 2017	Receita Fat Bruto	Imp.Devido Vlr.Histórico	Imp.Pago Vlr.Histórico	Imp.a Pagar Vlr.Histórico	Imposto Atualizado	Atualização Monetária	Juros de Mora	Valor Total Apurado
Novembro	2.658,04	53,16	-	53,16	56,12	2,96	8,98	65,10
Dezembro	1.125,77	22,52	-	22,52	23,77	1,25	3,57	27,34
Total	3.783,81	75,68	-	75,68	79,89	4,22	12,55	92,44

Ano 2018	Receita Fat Bruto	Imp.Devido Vlr.Histórico	Imp.Pago Vlr.Histórico	Imp.a Pagar Vlr.Histórico	Imposto Atualizado	Atualização Monetária	Juros de Mora	Valor Total Apurado
Janeiro	2.240,66	44,81	-	44,81	46,41	1,60	6,50	52,91
Fevereiro	1.654,15	33,08	-	33,08	34,26	1,18	4,45	38,71
Março	2.460,51	49,21	-	49,21	50,96	1,75	6,12	57,08
Abril	2.475,11	49,50	-	49,50	51,26	1,76	5,64	56,90
Maiο	3.023,74	60,47	-	60,47	62,63	2,15	6,26	68,89
Julho	1.489,21	29,78	-	29,78	30,84	1,06	2,47	33,31
Agosto	2.314,80	46,30	-	46,30	47,94	1,65	3,36	51,30
Setembro	1.785,00	35,70	-	35,70	36,97	1,27	2,22	39,19
Total	17.443,18	348,86	-	348,86	361,28	12,42	37,01	398,29

Patrícia Dias
Auditora Fiscal Tributária
Matrícula nº 21554-6

PORTARIA Nº 194/2019 - SECTUR

Publicação Nº 1968480

PORTARIA Nº 194 DE 29 DE MARÇO DE 2019.

DESIGNA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DESTINADA A FISCALIZAR AS PARCERIAS FIRMADAS ENTRE SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E LAZER E ASSOCIAÇÃO DOS CLUBES DE CAÇAS E TIRO DE BLUMENAU/SC.

Ricardo Stodieck, Secretário Municipal de Turismo e Lazer, no uso das atribuições e considerando a necessidade de monitorar e avaliar as parcerias firmadas entre Secretaria Municipal de Turismo e Lazer e Associação dos Clubes de Caças e Tiro de Blumenau nos termos do inciso XI, do art. 2º da Lei 13.019/2014, resolve:

Art. 1º. Designar como membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação para monitorar e avaliar as parcerias firmadas entre a Administração Pública Municipal, (Secretaria Municipal de Turismo e Lazer) e as Organizações da Sociedade Civil (Associação dos Clubes de Caças e Tiro de Blumenau), com as atribuições previstas no Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2016 e na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, os seguintes servidores:

I – Membro: DIETER HORST JENICHEN GIESELER, servidor público ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor de Museus, lotado na Secretaria Municipal de Turismo e Lazer - SECTUR;

II – Membro: ELIZABETH FERREIRA WERNER, servidora pública ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativa, lotada na Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB;

III – Membro: LARISSA INDIANARA ANDRADE, servidora pública ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessora de Promoção, lotada na Secretaria Municipal de Turismo e Lazer – SECTUR;

IV – Membro: ANDRÉIA STEINHEUSER MANDEL, servidora pública ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativa, lotada na Fundação Promotora de Exposições de Blumenau - PROEB.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a contar da data da publicação.

BLUMENAU, em 29 de março de 2019.

RICARDO STODIECK
Secretário Municipal de Turismo e Lazer

PORTARIA Nº 7319/2019 - SAMAE

Publicação Nº 1968481

PORTARIA Nº 7319/19

DECLARA ESTABILIDADE DE SERVIDORES PÚBLICOS AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS QUE INDICA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019, RESOLVE:

DECLARAR

Estável no serviço público autárquico municipal os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo, pertencente do Quadro Permanente de Pessoal da Autarquia:

NOME	MATRÍCULA	CARGO	LOTAÇÃO	AQUISIÇÃO DA ESTABILIDADE
Antonio Carlos Tillmann	2042-7	Contador	Diretoria Financeira	02/04/2019
Michelle Pedro	2040-0	Agente Administrativo	Diretoria Administrativa	05/04/2019
Paulo Roberto de Freitas Junior	2043-5	Agente Administrativo	Diretoria Financeira	05/04/2019

Samae, 19 de março de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM
Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7323/2019 - SAMAE

Publicação Nº 1968482

PORTARIA Nº 7323/19

RETIFICA A PORTARIA Nº 7060/18, DE 08 DE FEVEREIRO DE 2018.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019, RESOLVE:

RETIFICAR

A Portaria Nº 7060/18, de 08 de fevereiro de 2018, publicada no Dom-e: 2454 de 15 de fevereiro de 2018, onde se lê: Concede Extensão de Jornada Permanente a servidora autárquica municipal, leia-se: Concede Extensão de Jornada Temporária a servidora autárquica municipal Karolin Wagner, pelo período de 1 (um) ano.

Blumenau, 21 de março de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7329/2019 - SAMAE

Publicação Nº 1968484

PORTARIA Nº 7329/19

CONCEDE LICENÇA ESPECIAL À GESTANTE

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019, RESOLVE:

CONCEDER

Licença especial à gestante, com fulcro no artigo 277, da Lei Complementar n.º 660, de 28 de novembro de 2007, à servidora:

RAISA PAMPLONA, cadastro 2088-5, servidora pública autárquica municipal desde 03/09/2018, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operadora de ETA/ETE, lotada na Diretoria de Operações, de 03 de abril de 2019 até 01 de junho de 2019, de acordo com o Processo Administrativo nº 149/1903.

Samae, 26 de março de 2019

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7330/2019 - SAMAE

Publicação Nº 1968485

PORTARIA Nº 7330/19

DISPENSA SERVIDORES PÚBLICOS AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019, RESOLVE:

DISPENSAR

Os servidores públicos autárquicos municipais relacionados, ocupante de cargo de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal, em 31 de março de 2019, da seguinte função gratificada de confiança:

AIRTON PEREIRA, Cadastro 2001-0, Agente de Vigilância, lotado na Diretoria Administrativa, da função de Coordenador de Transportes, símbolo FGC 80%.

VOLDINEI FURLANETO NEVES, Cadastro 1837-6, Motorista, lotado na Diretoria de Operações, da função de Coordenador de Segurança Patrimonial, símbolo FGC 80%.

Samae, 27 de março de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7331/2019 - SAMAE

Publicação Nº 1968487

PORTARIA Nº 7335/19

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019, RESOLVE:

DESIGNAR

O servidor público autárquico municipal relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal, para a seguinte função gratificada de confiança:

AIRTON PEREIRA, cadastro 2001-0, Agente de Vigilância, lotado na Diretoria Administrativa, para a função de Coordenador Patrimonial, símbolo FGC 80%, em 01/04/2019.

Samae, 27 de março de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7333/2019 - SAMAE

Publicação Nº 1968488

PORTARIA Nº 7333/19

RETIFICA A PORTARIA Nº 7317/19, DE 18 DE MARÇO DE 2019.

ANDRÉ ROSS ESPEZIM DA SILVA, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019, RESOLVE:

RETIFICAR

A Portaria Nº 7317/19, de 18 de março de 2019, publicada no Dom-e: 2780 de 20 de março de 2019, onde se lê: ANDRÉ ESPEZIM, leia-se: ANDRÉ ROSS ESPEZIM DA SILVA.

Blumenau, 28 de março 2019.

ANDRÉ ROSS ESPEZIM DA SILVA

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7334/2019 - SAMAE

Publicação Nº 1968490

PORTARIA Nº 7334/19

EXONERA DO CARGO EM COMISSÃO OS SERVIDORES PÚBLICOS AUTÁRQUICOS MUNICIPAIS.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019, RESOLVE:

E X O N E R A R

Com base no artigo 46, inciso I, da Lei Complementar Nº. 660, de 28 de novembro de 2007:

FERNANDO MANCZAK, cadastro 2061-3, do cargo de provimento em comissão de Gerente de ETA II, no dia 01 de abril de 2019.

JOÃO CARLOS FRANCESCHI, cadastro 1937-2, do cargo de provimento em comissão de Gerente de Resíduos Sólidos, no dia 01 de abril de 2019.

Samae, 01 de abril de 2019.

ANDRÉ ESPEZIM

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 7335/2019 - SAMAE

Publicação Nº 1968492

PORTARIA Nº 7335/19

DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA.

ANDRÉ ESPEZIM, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Blumenau, no uso de suas atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Seção I, do Capítulo III, da Lei Complementar Nº 509 de 17 de março de 2005, nomeado pela Portaria Nº 22.594, de 13 fevereiro de 2019, RESOLVE:

DESIGNAR

O servidor público autárquico municipal relacionado, ocupante de cargo de provimento efetivo do Quadro Permanente de Pessoal, para a seguinte função gratificada de confiança:

TIAGO FELIPE DA SILVA, cadastro 2120-2, Agente de Administrativo, lotado na Diretoria Administrativa, para a função de Chefe de Capacitação Funcional, símbolo FGC 90%, em 01/04/2019.

Samae, 01 de abril de 2019.

ANDRÉ SPEZIM

Diretor Presidente

Bom Jardim da Serra**PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 09/2019**

Publicação N° 1968392

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 09/2019
PARA OS APROVADOS NO EDITAL N° 001/2018 DE CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito Municipal de Bom Jardim da Serra, Serginho Rodrigues de Oliveira, no uso de suas atribuições legais, convoca o candidato abaixo relacionado, aprovado no Edital n° 001/2018 de Concurso Público, realizado no dia 04 de Março de 2018, para comparecer na Secretaria Municipal de Administração/Setor de Recursos Humanos, na Rua Manoel Cecílio Ribeiro, n° 68, centro, Bom Jardim da Serra – SC, no período de 02/04/2019 a 01/05/2019, das 12h30 às 18h30, a fim de apresentar os documentos abaixo descritos.

Os candidatos aprovados no Concurso Público do Edital n° 001/2018, quando da sua convocação, terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, após a publicação no site da Prefeitura Municipal, para apresentar todos os documentos exigidos e descritos no ato da convocação, conforme item 17.11 do Edital n° 001/2018.

O Convocado que não apresentar a documentação exigida, não comprovar os requisitos para investidura do cargo ou não pedir prorrogação de posse, implicará na impossibilidade de aproveitamento do candidato aprovado, anulando-se todos os atos e efeitos decorrentes da inscrição no Concurso, conforme item 17.16 do Edital n° 001/2018.

Relação dos Convocados:

Cargo: Médico Clínico Geral

Nome	N° Inscrição	Data Nasc.	Classificação
Taiguara Francisco Durks	855749	14/03/1986	15°

Relação de Documentos para Admissão:

- I – CPF;
- II – Identidade;
- III – Título de Eleitor;
- IV – Comprovação da quitação eleitoral;
- V- Carteira de Trabalho;
- VI – Número do PIS/PASEP;
- VII – Carteira de Reservista (Homens);
- VIII – Comprovação da Habilitação Exigida (Diploma e Histórico);
- IX- Carteira de registro do Órgão de Classe (conforme sua formação);
- X – Atestado Médico Admissional (médico Trabalhista);
- XI – 1 foto 3x4;
- XII – Comprovação de dependentes;
- XIII – Comprovação de Estado Civil;
- XIV – Certidão Cível e Criminal (Estadual e Federal);
- XV – Carteira de motorista (cargos onde for necessário)
- XVI – Grupo sanguíneo;
- XVII – Comprovação da não acumulação de cargos;
- XVIII – Número de conta corrente;
- XIX – Comprovante de Endereço; e
- XX – Declaração de Bens.

Bom Jardim da Serra – SC, 01 de abril de 2019.

SERGINHO RODRIGUES DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PR 12/2019

Publicação N° 1967585

Bom Jardim da Serra/SC
Processo/ Ano nº 20/2019
Pregão presencial 12/2019

Forma de julgamento: menor preço por lote

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA ATENDER A DEMANDA DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICÍPIO. O Prefeito municipal no uso de suas atribuições legais juntamente com a pregoeira participa a todos os interessados que estará abrindo as propostas dia 15/04/2019 às 10horas para contratação do objeto em epígrafe. O Edital segue as Leis 10.520/02 , LC 123/06, 147/14 e subsidiariamente a Lei 8.666/93, estando em inteiro teor disponível no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br sem custo, ou ainda na sede da proponente.

Bom Jardim da Serra, 01 de abril de 2019.
Serginho Rodrigues de Oliveira
Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO N°. 38-2019

Publicação N° 1967689

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE

EXTRATO DE CONTRATO

ERRATA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 038/2019

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC vem a público retificar o Contrato Administrativo nº. 38/2019.

Onde lê se: valor do Objeto: R\$ 13.230,00 (treze mil duzentos e trinta reais).

Passa a ler se: valor do Objeto: R\$ 13.180,50 (treze mil cento e oitenta reais e cinquenta centavos).

Bom Jesus do Oeste/SC, 29 de março de 2019.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL N°. 18/2019

Publicação N° 1968509

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 647/2019

PREGÃO PRESENCIAL N°. 018/2019

O MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE, Estado de Santa Catarina, por seu

Prefeito Municipal Sr. Ronaldo Luiz Senger, TORNA PÚBLICO, para o conhecimento dos interessados que às 13:30 horas do dia 15 de abril de 2019, na sede da Municipalidade, fará realizar Processo Licitatório, na modalidade de Pregão Presencial – Sistema Registro de Preços, tendo como objeto a contratação de empresa para prestação de serviço técnico com equipe especializada e fornecimento de material elétrico, para manutenção de iluminação pública no município de Bom Jesus do Oeste/SC.

O Processo será regido pelas Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02, e suas alterações posteriores e em especial ao contido no Edital.

A íntegra do Edital e demais informações poderão ser obtidas em horário de expediente, junto ao setor de Licitações do Município, sita a Av. Nossa Senhora de Fátima, 120, na cidade de Bom Jesus do Oeste – SC, Fone 049 3363 0200, e-mail: licitacao@bomjesusdooeste.sc.gov.br ou pelo site www.bomjesusdooeste.sc.gov.br.

Bom Jesus do Oeste – SC, aos 02 de abril de 2019.

Ronaldo Luiz Senger

Prefeito Municipal

Botuvera**PREFEITURA****EDITAL 01/2019 ESCOLHA DA RAINHA**

Publicação Nº 1968046

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOTUVERÁ
SECRETARIA DO TURISMO, CULTURA, ESPORTE E JUVENTUDE

E D I T A L 01/2019

Ficam convidadas todas as interessadas que se enquadrarem no REGULAMENTO DO CONCURSO RAINHA DA FESTA BERGAMASCA 2019, (anexo abaixo) a se inscreverem para o CONCURSO RAINHA DE FESTA BERGAMASCA 2019, que acontece no Baile da Escolha da Rainha, a partir das 22:00, do dia 07 de junho de 2019, no Salão Paroquial da Matriz de Botuverá.

As inscrições poderão ser feitas na Secretaria do Turismo, Cultura, Esporte e Juventude, na Casa da Cidadania, na Rua Luiz Vicentini, 99 - Centro- Botuverá - SC, de 01 de abril a 10 de maio de 2019, das 8:00 às 11:30 hs. e 13:30 às 17:00 hs.

Outras informações no Regulamento do Concurso e Lei Municipal nº 1.427/2018

Botuverá, 29 de março de 2019

Prefeitura Municipal de Botuverá
Secretaria do Turismo, Cultura, Esporte e Juventude

REGULAMENTO DO CONCURSO RAINHA DA 27ª FESTA BERGAMASCA DE BOTUVERÁ**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETIVO**

1.1.O concurso Rainha da 27ª Festa Bergamasca tem como objetivo principal a eleição da Rainha, 1ª e 2ª princesas, representantes da Festa Bergamasca de Botuverá.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO CONCURSO

1.1. O concurso realizar-se-á durante o Baile da escolha da Rainha que acontece a partir das 22:00 hs. Do dia 07 de junho de 2019, no Salão Paroquial da Matriz de Botuverá.

1.2. No concurso serão outorgados os títulos de: Rainha , 1ª Princesa e 2ª Princesa da 27ª Festa Bergamasca de Botuverá.

2.3 O mandato das eleitas se estenderá até o seguinte concurso de Rainha da Festa Bergamasca de Botuverá

2.4 Todas as candidatas poderão ser convidadas para participar de ações promocionais da Festa Bergamasca , Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude ou outras Secretarias Municipais não havendo necessidade de obedecer a ordem de classificação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS REQUISITOS DE ELEGIBILIDADE

3.1. Ser cidadã botuveraense ou residir no Município por um período de, no mínimo, 12 (doze) meses antecedentes a realização do concurso;

3.2. Ser registrada originalmente do sexo feminino;

3.3. Ter no mínimo 16 anos completos ou a completar até o 07.06.2019 e no máximo 25 anos (completos até o dia do desfile oficial) não sendo aceito candidatas emancipadas;

3.4. Ser solteira, jamais ter sido casada ainda que um casamento anulado, separada, divorciada ou ter vivido em situação de concubinato;

3.5. Não ter filhos e não estar grávida;

3.6. Deverá gozar de perfeita saúde, ser simpática e cooperativa, ter postura, personalidade e ter condições (cultura e conhecimento) para promover a FESTA BERGAMASCA e o município de Botuverá em eventos, festas e feiras estaduais, nacionais e internacionais;

3.7.Não possuir nenhum vínculo ou compromisso com qualquer agência ou empresa que, de alguma maneira venha a prejudicar ou impedir o cumprimento dos compromissos durante o concurso e o reinado da vencedora;

2.8. Se dispor, por escrito a cumprir as obrigações constantes do Concurso Rainha da FESTA BERGAMASCA, estando presente em eventos quando solicitada pela Secretaria de Turismo, assim como no concurso que elegerá a sua sucessora,deixando o título e reinado passando a faixa à respectiva eleita;

2.9. Autorizar o uso de fotos, imagens, som e nome para toda publicidade e quaisquer fins comerciais relacionadas a Prefeitura Municipal de Botuverá e/ou Secretaria de Turismo,Cultura, Esporte e Juventude sem cobrança de cachê.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS INSCRIÇÕES

4.1.O período de inscrição acontece de 01 de abril a 10 de maio de 2019 , na Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude, situada

na Casa da Cidadania, na Rua Luiz Vicentini, nº 99- 88 295 000 - Centro - Botuverá - SC.

4.2.A Ficha de Inscrição deverá ser entregue na Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude de Botuverá, no endereço acima citado.

3.3. Anexos a ficha de inscrição deverão estar, obrigatoriamente, os seguintes documentos:

- a) fotocópia do RG e do CPF;
- b) fotocópia do Comprovante de residência;
- c) uma (01) foto recente de rosto, tamanho (10X15cm) de boa qualidade, colorida;
- d) breve histórico da candidata para futuras entrevistas à imprensa;
- e) declaração do empregador consentindo na sua liberação para cumprir os compromissos como candidata a Rainha da 27ª Festa Bergamasca (ensaios, cursos, fotos, entrevistas, entre outros), caso tenha contrato de trabalho;
- f) Termo de Responsabilidade anexo a este regulamento, assinado.

3.4. Caso a inscrição da candidata não apresente todos os documentos relacionados nos itens 4.2 e

4.3 deste regulamento ou não sejam recebidos até a data e horário estipulados, a candidata estará automaticamente desclassificada da participação no concurso.

4.5.O material solicitado neste regulamento não será devolvido à candidata, passando a fazer parte do acervo da Secretaria de Turismo

5. CLÁUSULA QUINTA - DA PRÉ-SELEÇÃO

5.1. Caso de número excessivo de candidatas ultrapassar 10, será realizada uma pré-seleção com avaliação técnica de uma comissão, de livre indicação da Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude, para definir as candidatas que irão participar da final do concurso.

5.2. A seletiva acontece em data a ser definida, no Salão Paroquial da Matriz de Botuverá.

6. CLÁUSULA SEXTA - DOS TRAJES E ACESSÓRIOS

6.1.A candidatas classificadas para a final receberão um traje típico italiano, não incluindo os sapatos. 6.2.Cabelo e maquiagem para a seletiva e outras convocações serão de responsabilidade da Secretaria do Turismo, Cultura, Esporte e Juventude.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO JULGAMENTO:

7.1.O corpo de jurados no dia do concurso será composto por pessoas imparciais, indicadas pela Prefeitura de Botuverá e/ou Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude e será de, no mínimo, 05 (cinco) participantes.

7.2.Serão utilizados os seguintes quesitos de avaliação:

- a) postura;
- b) desenvoltura na passarela;
- c) capacidade de comunicação;
- d) beleza e simpatia.

7.2.1.A nota para cada item será de 05 (cinco) a 10 (dez) pontos.

6.3. Para o julgamento as candidatas desfilarão em passarela para a avaliação do corpo de jurados, também discursarão sobre o município de Botuverá .

6.4. Serão classificadas as candidatas que obtiverem maior número de pontos da soma das notas por jurado, obedecendo a sequência:

1º lugar: Rainha;

2º lugar: 1ª princesa; 3º lugar: 2ª princesa.

6.5. Em caso de empate entre candidatas, o presidente da mesa julgadora terá o poder do desempate.

6.6. A decisão do corpo de jurados não será passível de recurso.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA PREMIAÇÃO

1ª Colocada - Rainha: R\$ 3.000,00 (três mil reais), faixa e coroa;

Outros prêmios e brindes a serem definidos pelos apoiadores e/ou patrocinadores do evento;

2ª Colocada - 1ª Princesa: 1.500,00 (mil e quinhentos reais), faixa e coroa;

Outros prêmios e brindes a serem definidos pelos apoiadores e/ou patrocinadores do evento;

3ª Colocada - 2ª Princesa: 1.500,00 (mil e quinhentos reais) , faixa e coroa;

Outros prêmios e brindes a serem definidos pelos apoiadores e/ou patrocinadores do evento;

8.1- para as candidatas não vencedores que participaram do concurso haverá um prêmio de R\$ 300,00 (trezentos reais) para cada uma.

9. CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Não será permitido o uso de bebidas alcoólicas, cigarros, drogas ou congêneres pelas candidatas durante todo o período do concurso.

9.2. As eleitas deverão estar, sempre que forem requeridas, à disposição Secretaria de Turismo para viagens e participações em festas, feiras, eventos, confraternizações e demais trabalhos que o cargo impõe. No caso de uma das eleitas não desempenhar a função de maneira satisfatória, a organização se reserva o direito de substituí-la, usando o critério de classificação obtido no concurso.

9.3. Caberá a Prefeitura Municipal de Botuverá o pagamento das despesas de hotel, alimentação, transporte aéreo e/ou terrestre das eleitas, quando estiver oficialmente em eventos representando a Festa Bergamasca e/ou o Município.

9.4. A Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude de Botuverá não se responsabilizará por despesas contraídas pela rainha e/ou princesas, que estejam fora do contrato.

9.5. É proibida a participação das eleitas em outros concursos.

9.6. Havendo alterações nas condições citadas neste regulamento, antes, durante ou após a realização do concurso, deverá a candidata

notificar imediatamente à comissão organizadora do evento, e tais infringências poderão resultar na sua desclassificação, inclusive com a devolução dos prêmios recebidos.

9.7. A candidata, ao preencher e assinar a Ficha de Inscrição declara conhecer e concordar com o Regulamento Oficial do Concurso, e se compromete a cumpri-lo em todos os seus itens sob pena de ter a inscrição cancelada sem qualquer direito a indenizações.

9.8. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora do evento.

Botuverá, 29 de março de 2019

Prefeitura Municipal de Botuverá

Secretaria do Turismo, Cultura, Esporte e Juventude

FICHA DE INSCRIÇÃO PARA O CONCURSO RAINHA DA 27ª FESTA BERGAMASCA DE BOTUVERÁ 2019

Nome: Idade:

Data de Nascimento: / / .Natural de:

RG: CPF:

Endereço Residencial: Nº

Bairro: CEP:

Telefones:Residencial: Celular:

E-mail:

Profissão: Empresa

Telefone: Horário de trabalho Grau de Instrução: () Médio () Superior ()

Técnico - () Completo () Incompleto

Estuda atualmente? () Sim () Não Formação: Curso:

Altura: Peso: Olhos:

Manequim: Sapatos: Busto:

Cintura:

Quadril: Tornozelo: Cabelos:

Fala algum idioma além do Português? Qual

Declaro ter pleno conhecimento do regulamento Oficial do Concurso rainha da 27ª Festa Bergamasca de Botuverá e manifesto minha concordância integral com os termos nele constantes, comprometendo-me a cumpri-lo sob pena de cancelamento da inscrição.

Autorizo, a título gratuito, o uso do meu nome, sons, fotos e minhas imagens, em todos os tipos de mídias, a serem utilizados pela Prefeitura Municipal de Botuverá e ou Secretaria de Turismo e patrocinadores ou terceiro por ele expressamente autorizados, para divulgação do evento.

Assinatura:

Data: / / .

CONCURSO RAINHA DA 27ª FESTA BERGAMASCA 2019
DECLARAÇÃO DO EMPREGADOR

Eu, ,
residente na rua ,
nº , CEP: , bairro

, na cidade de Botuverá, representante legal da Empresa: CNPJ declaro estar ciente de que a minha funcionária: está inscrita no concurso que escolherá a rainha da 27ª Festa Bergamasca de botuverá e, que por este motivo necessitará se ausentar de suas atividades em alguns momentos para participar de ensaios, fotos, entrevistas, eventos, feiras e outras atividades que envolvam a Prefeitura Municipal de Botuverá e Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte Juventude, visando a divulgação institucional do Município de Botuverá e Festa Bergamasca

Botuverá, / 2019

Assinatura do empregador

CONCURSO RAINHA DA 27ª BERGAMASCA 2019
TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu, ,
brasileira, solteira, residente e domiciliada na rua
, n º , CEP:

, bairro , na cidade de Botuverá, no concurso Rainha da 27ª FESTA BERGAMASCA, declaro ter pleno conhecimento do regulamento Oficial do Concurso, sendo verdadeiras as informações prestadas e documentos anexos, manifestando minha concordância integral com os termos nele constantes, comprometendo-me a cumpri-lo sob pena de cancelamento da inscrição.

Declaro que cumprirei integralmente a agenda de eventos estipulada pela Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude de Botuverá, antes e durante a realização do concurso, sob pena de cancelamento da inscrição.

Declaro que cumprirei integralmente a agenda de eventos estipulada pelo Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude de Botuverá, após ser eleita, estando à disposição desta para participações em festas, eventos, confraternizações, viagens e demais eventos que o cargo impõe.

Em caso de gravidez, casamento, problemas de saúde graves, ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência entre outros que prejudiquem a participação e/ou realização do concurso ou na participação de eventos para divulgação do mesmo, notificarei imediatamente a Secretaria de Turismo, Cultura, Esporte e Juventude de Botuverá, podendo resultar na desclassificação, incluindo a perda do título e da premiação prevista. Neste caso, assumirá a candidata que obteve pontuação imediatamente abaixo da desclassificada.

Responsabilizo-me em participar da passagem de título da Rainha da 28ª Festa Bergamasca

Botuverá, SC ____, _____, 2019.

Assinatura:

EDITAL P.L. Nº 14/2019 - P.P. Nº 12/2019-S.R.P. - CESTAS BÁSICAS

Publicação Nº 1967350

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2019- PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019
SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

O Município de Botuverá torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 14/2019 na Modalidade Pregão Presencial Nº 12/2019-SRP, para GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E DEMAIS PRODUTOS QUE COMPOEM AS CESTAS BÁSICAS. Recebimento da documentação e propostas: Até as 14:00 Horas do dia 16/04/2019. Abertura da sessão: dia 16/04/2019 às 14:00 horas, na Sala de Licitações da Prefeitura, sito a Rua João Morelli, 66, Centro, Botuverá/SC. Edital e informações no Departamento de Licitações no mesmo endereço, Fone/Fax (47) 3359-1170 e e-mail licitacao2@botuvera.sc.gov.br, e site www.botuvera.sc.gov.br. Botuverá, 02 de Abril de 2019.

José Luiz Colombi
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO 06/2019 - RENATA DAL PIZZOL CARMIGNOLLI

Publicação Nº 1967768

Extrato de Contrato nº 06/2019

Contratante: Município de Botuverá

Contratada: RENATA DAL PIZZOL CARMIGNOLLI

Valor: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

Objeto: Serviço de professor de dança para realização de aula de dança típica e folclórica para preparação de grupos de dança a se apresentarem na 27ª Festa Bergamasca.

Fund.Legal: Art. 24, Inciso II da Lei Federal 8.666/93.

PORTARIA 048 2019 CONTRATA TEMPORÁRIOS

Publicação Nº 1967221

PORTARIA Nº 048/2019

“Contrata Servidor Temporário para Município de Botuverá e Dá Outras Providências ”

JOSE LUIZ COLOMBI, Prefeito Municipal de Botuverá, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 73, X, da Lei Orgânica Municipal, na Lei Municipal n. 502/89 e na Lei n. 1948/2017 e suas alterações:

Considerando:

1- A classificação do processo seletivo 01/2018

Art. 1º- Contratar a (o) Sr(a). DAIANE BOTAMEDI, brasileira, para o cargo temporário de Educador Físico, 40h, pelo regime Celetista.

Art. 2º- Fica o servidor contratado através da presente portaria, lotado na Secretaria de Saude do Município de Botuverá.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Botuverá(SC), 01 de Abril de 2019.

JOSE LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº 29/2019

Publicação Nº 1968526

Decreto nº029/2019 29/03/2019

NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Nildo Melmestet, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo – SC, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei Municipal nº 0442/2003 de 28/11/2003 e Lei Municipal nº 0814/2014 de 24.11.2014, etc...

DECRETA:

Art.1º - O Conselho Municipal de Turismo e Meio Ambiente – COMTUMA, , de acordo com as Leis Municipais nº 0442/2003 de 28.11.2003 e Lei nº 0814/2014 de 24.11.2014, terá a seguinte composição:

I – Por representantes de cada um dos órgãos setoriais indicados a seguir:

a) Representantes da Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Lazer::

Titular: Jonatan Koenig Truppel

Suplente: Soni Nair Koenig Truppel

b) Representantes da Secretaria do Departamento do Meio Ambiente

Titular: Carice Elisabeth Larsen Wolniewicz

Suplente: Mara Eliza Schaade

c) Representantes da Câmara de Vereadores:

Titular: Daina W Lopes

Suplente: Maristela Aparecida Costa Silva

d) Representantes da Epagri

Titular: Iara Karine Zimmermann de Souza

Suplente: Leliani Valéria de Souza

II – Por representantes de entidades não governamentais, representantes de entidades filantrópicas ou de organização Social legalmente constituídas, sendo:

a) Representantes da Associação do Gado Leiteiro:

Titular: Diego Wilhelms

Suplente: Jair Nunes

b) Representante da Associação dos Aquicultores:

Titular: Ademar Raddol

Suplente: Joel Sardo

c) Um representante da Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL

Titular: Diogo Coninck

Suplente: Monica Neu

d) Representantes da Indústria:

Titular: Ellen Carla Vetter Weiss

Suplente: Arno Weiss

Art.2º - Fica revogado o Decreto nº 051/2015 de 24/04/2015.

Art.3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 29 de março de 2019.

Nildo Melmestet

Prefeito Municipal

Brunópolis

PREFEITURA

PORTARIA 050/2019

Publicação Nº 1967304

PORTARIA Nº 50 01 DE ABRIL DE 2019
EXONERA SERVIDOR DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS;

NILSO STEDILE, Prefeito municipal Brunópolis em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei; RESOLVE:

Artigo 1º) Exonerar o servidor FERNANDO EDMILSON SILVA, portador do CPF 470.107.460-87, do cargo comissionado de Assessor Jurídico, a partir de 01 de abril de 2019.

Artigo 2º) revogadas as disposições em contrário, está portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis, em 01 de abril de 2019
NILSO STEDILE
Prefeito Municipal em Exercício

MARIA GORETE DO NASCIMENTO KERN
Secretária da Administração Planejamento e Fazenda

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de abril de 2019.

PORTARIA 051/2019

Publicação Nº 1967741

PORTARIA Nº 051 01 DE ABRIL DE 2019

PRORROGA CONTRATO DE SERVIDORA NO EXERCICIO DAS FUNÇÕES DO CARGO DE FARMACEUTICO EM CARATER TEMPORÁRIO QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILSO STEDILE, Prefeito Municipal de Brunópolis em Exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na forma da Lei nº 58/2017, e do decreto nº 23/2018;

Considerando o excepcional interesse Público, a peculiaridade do cargo;
Considerando que o concurso público 001/2019, aberto pelo município para preenchimento das vagas está em andamento;
Resolve:

Artigo 1º) Prorrogar a contratação feita pela portaria 003/2019 da servidora GESSICA ROBERTA DAL MOLIN, portadora do CPF 068.755.919-79, para o cargo de FARMACEUTICO , com carga de 40 (quarenta) hs/ semanais.

Artigo 2º) O contrato terá vigência de 60 dias, iniciando no dia 05 de abril de 2019.

Artigo 3º) Revogadas as disposições em contrário esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brunópolis em 01 de abril de 2019.
NILSO STEDILE
Prefeito Municipal em Exercício

MARIA GORETE DO NASCIMENTO KERN
Secretária da Administração Planejamento e Fazenda

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de abril de 2019

RELAÇÃO DE CONTRATOS MÊS 03 - 2019

Publicação Nº 1967620

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUNOPOLIS

Página: 1/1

Relação dos Contratos

Seq. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
675	006/2019	06/03/2019	30/12/2019		Não	2.627,68		Compras	MARCIA CITADIN
	Objeto: Registro de preços de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino.								
676	007/2019	06/03/2019	30/12/2019		Não	1.289,08		Compras	TADEO BETIOLO
	Objeto: Registro de preços de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino.								
677	008/2019	06/03/2019	30/12/2019		Não	7.060,78		Compras	VICTOR JOSE PEREIRA
	Objeto: Registro de preços de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino.								
678	009/2019	06/03/2019	30/12/2019		Não	3.124,47		Compras	GILSON ALVES DOS REIS
	Objeto: Registro de preços de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino.								
679	010/2019	06/03/2019	30/12/2019		Não	2.083,66		Compras	MARLENE APARECIDA COMELLI
	Objeto: Registro de preços de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino.								
680	011/2019	06/03/2019	30/12/2019		Não	383,36		Compras	JOSE SIEBENEICHLER
	Objeto: Registro de preços de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados na Rede Municipal de Ensino.								
681	012/2019	11/03/2019	30/12/2019	9/2019	Não	60.000,00		Prestador de Serviços	GIANI SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA
	Objeto: Contratação de serviços de atendimento médico nas especialidades de psiquiatria, ginecologia/obstetrícia, e clínica geral								
682	013/2019	12/03/2019	30/12/2019	14/2019	Não	20.000,00		Compras	SAFIRA ESPECIALISTA COMERCIO DE ARTIGOS DE
	Objeto: Contratação para o fornecimento de pares de lentes e armações para óculos.								
683	014/2019	25/03/2019	30/12/2019	18/2019	Não	20.000,00		Compras	RELOJOARIA E ÓTICA ORIENT LTDA-ME
	Objeto: Contratação para o fornecimento de pares de lentes e armações para óculos.								

Total: 9

Brusque

PREFEITURA

ATA Nº 01-2019 – CODEB

Publicação Nº 1968738

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DE BRUSQUE – CODEB – ATA Nº. 01/2019.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DE BRUSQUE – CNPJ 75.294.264/0001-02 – NIRE 423.000.18368, REALIZADA NO DIA 30 DE JANEIRO DE 2019 - ATA nº. 01/2019. Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezenove, com início às quinze horas e trinta minutos na Sala de Reuniões da Procuradoria da Prefeitura de Brusque, situada na Praça das Bandeiras, n. 77, Brusque, Santa Catarina, reuniram-se em os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Brusque e demais convidados que subscrevem a Lista de Registro de Presença anexa. O Presidente do Conselho Fiscal Sr. Ivo Barni, após a abertura dos trabalhos, passou a palavra ao Liquidante da Companhia Sr. José Delamar de Oliveira, que por ora designou para secretariá-lo nos trabalhos Daiana Abreu. Em pauta de Reunião, ficou deliberado a seguinte Ordem do Dia: 1 – Apresentação do Balanço Inicial para prestação de contas para cumprimento da Legislação junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC. 2 – Apresentação do patrimônio da Companhia levantado até a presente data, para integralização de informações na Contabilidade junto ao Tribunal de Contas do Estado – TCE/SC. 3 – Início do levantamento de processos judiciais em trâmite face à Companhia, para atuação de defesa pela Procuradoria. 4 – Informação de nomeação do Procurador-Geral do Município para atuar em defesas judiciais face à Companhia. Em ato contínuo, dando seguimento a reunião, passou-se a deliberação da Ordem do Dia: 1 – O liquidante apresentou aos Membros do Conselho Fiscal, cópia do último balanço patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, com o protocolo nº 028017/2013 junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, sendo questionado pelo Conselho a veracidade das informações apresentadas. Em resposta, o Liquidante não assegura a veracidade das informações ora prestadas, tendo em vista a falta de documentação probatória idônea levantada até a presente data. Diante da divergência das informações, por precaução, o Conselho Fiscal não reconheceu a dívida apresentada em Balanço Patrimonial de 2012 pois não foram objeto de aprovação em Assembleia Geral. O Conselho recomenda que seja realizada a exclusão dos créditos/débitos da Companhia que não se apresentam fidedignos, devendo ser incorporado apenas os valores consistentes apurados posteriormente, após análise individual, em sendo o caso, pericial, das informações que caracterizem a veracidade e procedência dos mesmos, elaborando nota explicativa onde conste todas as informações identificadas e não reconhecidas, no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2017 em diante. O presidente do Conselho Fiscal em consulta com a Administração Pública dos Municípios de Blumenau e Balneário Camboriú, obteve a informação de que a entrega do E-Sfinge deve ser somente pela Lei nº 6.404/76, por se tratar de "Sociedade Anônima de Economia Mista", Municípios estes com a mesma natureza e assim procedem. O Liquidante agendará uma nova visita junto ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC, para novos esclarecimentos a respeito da entrega do E-Sfinge, com a presença de um representante da AMVI, da Controladoria Geral do Município e da Contabilidade, Ressalta ainda que tendo em vista que a Companhia encontra-se em fase de Liquidação Extrajudicial, regime próprio, por meio de instauração de processos administrativos para apuração de informações e responsabilidades funcionais, bem como de realização de instrução probatória por meio de perícias. Resta deliberado que as informações apresentadas serão unicamente as comprovadas, restando realizar detalhadamente em notas explicativas as razões da exclusão das informações do relatório, concomitantemente com as correspondentes apurações das responsabilidades. 2 – O Liquidante informou que na presente data, que o patrimônio da Companhia contempla Bancos e ativos (terreno e veículos) mas estes não perfazem a realidade fática patrimonial, onde o Conselho Fiscal delibera de igual forma, que deverá ser apurado e baixado os bens que já não são mais de sua propriedade. 3 – O Liquidante informa que já foi realizado uma busca junto ao Tribunal do Estado de Santa Catarina e junto ao Tribunal Federal, para apuração e levantamento das ações em trâmite fase a Companhia. 4 – O Liquidante informa que o Município de Brusque nomeou o Procurador-Geral para atuar nos processos em que é parte a Companhia. Será dado início as análises dos autos em trâmite face à Companhia. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se os trabalhos que, após leitura e aprovação da presente, segue assinada por mim Daiana Abreu secretária ad-hoc, pelo Presidente, Liquidante, membros do Conselho Fiscal e demais presentes.

Brusque, 30 de janeiro de 2019.

José Delamar de Oliveira Ivo Barni

Ademir Maurício Brehm Alexandre Ivan Mafra

Cristiano de Oliveira Goulart Daiana Abreu

LISTA DE PRESENÇA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DE BRUSQUE – CNPJ 75.294.264/0001-02 – NIRE 423.000.18368, REALIZADA NO DIA 30 DE JANEIRO DE 2019 - ATA nº. 01/2019.

Ivo Barni

José Delamar de Oliveira

Ademir Maurício Brehm

Alexandre Ivan Mafra

Cristiano de Oliveira Goulart

Daiana Abreu

ATA Nº 03-2019 – CODEB

Publicação Nº 1968739

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DE BRUSQUE – CODEB – ATA Nº. 03/2019.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DE BRUSQUE – CNPJ 75.294.264/0001-02 – NIRE 423.000.18368, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2019 - ATA nº. 03/2019. Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove, com início às quinze horas na Sala de Reuniões da Procuradoria-Geral do Município de Brusque, situada na Praça das Bandeiras, n. 77, Brusque, Santa Catarina, reuniram-se em os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Brusque e demais convidados que subscrevem a Lista de Registro de Presença anexa, para deliberarem sobre assuntos relacionados aos trabalhos de Liquidação e Extinção da Companhia. O Presidente do Conselho Fiscal Sr. Ivo Barni, após a abertura dos trabalhos, passou a palavra ao Liquidante da Companhia Sr. José Delamar de Oliveira, que por ora designou para secretariá-lo nos trabalhos a servidora lotada na Procuradoria-Geral do Município Daiana Abreu. A pauta de Reunião a ser deliberada, seguiu a seguinte Ordem do Dia: 1 – Orçamento Anual da Companhia; 2 - Projeto de Lei que encontra-se na Câmara para aprovação; 3 - Formalidades legais junto ao Financeiro da Companhia; 4 - Informações das atividades desenvolvidas no último Mês; 5 - Cumprimento de obrigações da Companhia perante o TCE-SC; 6 – Retificação da ATA Nº 06/2018 para que passe a constar como ATA Nº 07/2018. Em ato contínuo, dando seguimento a reunião, passou-se a deliberação da Ordem do Dia: 1 – Do Orçamento Anual da Companhia: Os Conselheiros definem que as dívidas dos exercícios anteriores deverão ser objeto de reconhecimento do Chefe do Executivo, para autorização legal. 2 – Do Projeto de Lei que encontra-se na Câmara para aprovação: O Liquidante informou que foi encaminhado o Projeto de Lei para a Câmara Municipal. 3 - Das formalidades legais junto ao Financeiro da Companhia: O Liquidante informou que a Conta-Corrente do Sicoob foi encerrada, e os valores foram transferidos para a conta-corrente da Caixa Econômica Federal que já estava aberta, apresentando documentos para verificação dos Conselheiros. 4 - Informações das atividades desenvolvidas no último Mês: O Liquidante informou que os relatórios obrigatórios relativos a Lei 6.404/76 foram apresentados junto ao Tribunal de Contas do Estado, pelo Sistema E-Sfinge. Informou ainda que o Tribunal de Contas exigiu a apresentação do E-Sfinge pela Lei 4.320/64, bem como a apresentação do relatório do anexo V, Item III, alínea “d”. A assinatura da movimentação financeira será de responsabilidade do Liquidante. O liquidante informou ainda que a Procuradoria-Geral do Município está providenciando a baixa e/ou transferências dos veículos de propriedade da Companhia, judicialmente, para posterior apuração de responsabilidades de gestores anteriores. 5 - Cumprimento de obrigações da Companhia perante o TCE-SC. O Liquidante informou que estão em dia as obrigações. 6 – Retificação da ATA Nº 06/2018 para que passe a constar como ATA Nº 07/2018: A Retificação foi aprovada e assinada pelos Conselheiros. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se os trabalhos que, após leitura e aprovação da presente, segue assinada por mim Daiana Abreu secretária Ad-Hoc, pelo Presidente, Liquidante, membros do Conselho Fiscal e demais presentes.

Brusque, 27 de março de 2019.

José Delamar de Oliveira Ivo Barni

Ademir Maurício Brehm Alexandre Ivan Mafra

Cristiano de Oliveira Goulart Daiana Abreu

LISTA DE PRESENÇA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DE BRUSQUE – CNPJ 75.294.264/0001-02 – NIRE 423.000.18368, REALIZADA NO DIA 27 DE MARÇO DE 2019 - ATA Nº. 03/2019.

Ivo Barni

José Delamar de Oliveira

Ademir Maurício Brehm

Alexandre Ivan Mafra

Cristiano de Oliveira Goulart

Daiana Abreu

ATA Nº 06-2019-RETIFICADA-CODEB

Publicação Nº 1968742

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DE BRUSQUE – CODEB – CNPJ Nº 75.294.264/0001-02 – NIRE 423.000.18368.

Pelo presente termo fica retificada a ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 06/2018, realizada na data de 18/12/2018 às 15h00m, na Sala da Procuradoria, para que passe a constar a correta identificação do Número de Atas, em sendo ATA Nº 07/2018. E para que conste, o presente Conselho lavra e aprova por unanimidade a presente retificação, que deverá ser arquivada anexa a ATA Nº 06/2018. Ficam ratificadas os demais termos da referida ATA.

Brusque, 27 de março de 2019.

José Delamar de Oliveira Ivo Barni

Ademir Maurício Brehm Alexandre Ivan Mafra

Cristiano de Oliveira Goulart Daiana Abreu

ATA Nº 06-201E – CODEB

Publicação Nº 1968740

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DE BRUSQUE – CODEB – ATA Nº. 06/2018.

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DE BRUSQUE – CNPJ 75.294.264/0001-02 – NIRE 423.000.18368, REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2018 - ATA nº. 06/2018. Aos dezoito dias de dois mil e dezoito, com início às quinze horas e trinta minutos na Sala de Reuniões da Procuradoria da Prefeitura de Brusque, situada na Praça das Bandeiras, n. 77, Brusque, Santa Catarina, reuniram-se em os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Desenvolvimento e Urbanização de Brusque e demais convidados que subscreveram a Lista de Registro de Presença anexa. O Presidente do Conselho Fiscal Sr Ivo Barni, após a abertura dos trabalhos, passou a palavra ao Liquidante da Companhia Sr José Delamar de Oliveira, designando para secretariar os trabalhos Daiana Abreu. Da pauta de Reunião foi deliberado a seguinte Ordem do Dia: 1 – Apresentação de Resposta do Ofício encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. 2 – Solicitação à Secretaria da Fazenda do Município, para levantamento de créditos e débitos lançados no sistema de tributação. 3 – Apresentação de dívidas tributárias junto ao Município de Brusque. 4 – Ofício recebido da Controladoria do Município. 4 – Dívidas levantadas pelos Conselheiros. Em ato contínuo, dando seguimento a reunião, passou-se a deliberação da Ordem do Dia: 1 – Sobre o Ofício encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, em que foi solicitado o prazo para prestação de informações pelo Sistema E-Sfinge, considerando a dificuldade de localização de documentação, a partir do exercício de 2017, tendo sido deferido. Portanto, com a concessão e autorização do TCE/SC, constará como envio de informações junto ao sistema E-Sfinge, a partir do exercício de 2017 em diante. 2 – Da solicitação realizada à Secretaria da Fazenda do Município, foi solicitado um relatório para levantamento de créditos e débitos inscrito em Dívida Ativa, lançados no sistema tributário da Secretaria da Fazenda desta Municipalidade. 3 – Acerca das dívidas tributárias junto ao Município, foi levantado que tratam-se de créditos de Imposto sobre Serviços Retido na Fonte (ISSRF) proveniente de prestações de serviços declarados, como também, alguns lançamentos de Imposto Predial e Territorial Urbano e Taxa de Localização, dos exercícios de 2005 à 2010. 4 – Do contido no Ofício recebido pela Controladoria do Município, foram levantadas questões acerca da consolidação das informações apresentadas pelo Sistema E-Sfinge, com as já prestadas pela Municipalidade. Foi informado pelo Liquidante que as responsabilidades quanto as atividades serão apuradas mediante processo administrativo, apurado pela Secretaria Jurídica do Município. 3 – Os membros do Conselho questionaram como serão realizados os lançamentos contábeis da Companhia, informado pelo Liquidante que, visando a legalidade e a prestação das informações junto ao Sistema E-Sfinge, que constarão no balanço notas explicativas. Foi informado ainda, que será realizado o levantamento dos processos judiciais em trâmite e verificação de possíveis defesas. Nada mais havendo a tratar, encerrou-se os trabalhos que, após leitura e aprovação da presente, segue assinada por mim Daiana Abreu, secretária adoc, pelo Presidente, Liquidante, membros do Conselho Fiscal e demais presentes. Brusque, 18 de dezembro de 2018.

José Delamar de Oliveira Ivo Barni

Ademir Maurício Brehm Alexandre Ivan Mafra

Cristiano de Oliveira Goulart Daiana Abreu

LISTA DE PRESENÇA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E URBANIZAÇÃO DE BRUSQUE – CNPJ 75.294.264/0001-02 – NIRE 423.000.18368, REALIZADA NO DIA 18 DE DEZEMBRO DE 2018 - ATA nº. 06/2018.

Ivo Barni

José Delamar de Oliveira

Ademir Maurício Brehm

Alexandre Ivan Mafra

Cristiano de Oliveira Goulart

Daiana Abreu

EDITAL CONVOCAÇÃO N° 002-2019- PROCESSO SELETIVO N° 002-2019

Publicação N° 1968723

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2019
PROCESSO SELETIVO 002/2019

A Diretora de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e considerando a homologação do resultado do Processo Seletivo 002/2019 para preenchimentos de vagas temporárias da Secretaria Municipal de Educação do Município de Brusque, CONVOCA os candidatos aprovados relacionados no Anexo I, observadas as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque, na Praça das Bandeiras, 77, centro, cidade de Brusque, a partir do dia 01 de abril de 2019, até o dia 03/04/2019, no horário 12:00 h às 17:00 h para a entrega dos documentos relacionados no Edital e para agendamento do Exame médico Admissional.

1.1 O não comparecimento para a entrega de documentos, ou para o Exame Médico Admissional, ou ainda a falta de qualquer documento constante no anexo II, até o dia 03/04/2019 as 17:00 horas, acarretará o não cumprimento da exigência do item 1, e por consequência a perda da vaga.

1.2 É de única e exclusiva responsabilidade do candidato a abertura de conta-corrente para recebimento de seus vencimentos. Preferencialmente pela Caixa Econômica Federal. O candidato deverá comparecer ao Correspondente Bancário da Caixa, situado na Prefeitura de Brusque, a fim de realizar a abertura de conta. Se o candidato preferir outra instituição Bancária deverá solicitar a portabilidade.

DA AVALIAÇÃO MÉDICA

2. A avaliação da junta médica oficial dar-se-á, em momento anterior à escolha de vagas, da seguinte forma:

2.1 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, o candidato deverá comparecer no local, data e horário a ser informado quando da entrega dos documentos para a referida avaliação;

2.2 A não realização da avaliação médica impedirá a escolha de vagas.

DA ESCOLHA DE VAGAS E APRESENTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

3. A escolha de vagas será realizada no dia 03/04/2019, as 16:00 horas na Secretaria de educação – 3º andar da Prefeitura de Brusque.

3.1 Cumpridas todas as exigências do presente edital, os convocados deverão se apresentar para início das atividades, conforme determinação da Secretaria de Educação.

Brusque – SC, 01 de abril de 2019.
ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora

ANEXO I - EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 002/2019
EDITAL DE Processo Seletivo 001/2019

CANDIDATOS CONVOCADOS**MONITOR ESCOLAR II**

019 Elizete Sales Barboza
020 Izabel de Oliveira Cruz Rodrigues
001- PNE Eriane Couto Ferreira
021 Juliana Dos Santos Matos

EDITAL CONVOCAÇÃO N° 005-2019- PROCESSO SELETIVO N° 001-2019

Publicação N° 1968724

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 005/2019
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 001/2019

A Diretora de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e considerando a homologação do resultado do Processo Seletivo 001/2019 para preenchimentos de vagas temporárias da Secretaria Municipal de Educação do Município de Brusque, CONVOCA os candidatos aprovados relacionados no Anexo I, observadas as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque, na Praça das Bandeiras, 77, centro, cidade de Brusque, a partir do dia 04 de abril de 2019, até o dia 03/04/2019, no horário 12:00 h às 17:00 h para a entrega dos documentos relacionados no Anexo II deste Edital e para agendamento do Exame médico Admissional.

1.1 O não comparecimento para a entrega de documentos, ou para o Exame Médico Admissional, ou ainda a falta de qualquer documento constante no anexo II, até o dia 03/04/2019 as 17:00 horas, acarretará o não cumprimento da exigência do item 1, e por consequência a perda da vaga.

1.2 É de única e exclusiva responsabilidade do candidato a abertura de conta-corrente para recebimento de seus vencimentos. Preferencialmente pela Caixa Econômica Federal. O candidato deverá comparecer ao Correspondente Bancário da Caixa, situado na Prefeitura de Brusque, a fim de realizar a abertura de conta. Se o candidato preferir outra instituição Bancária deverá solicitar a portabilidade.

DA AVALIAÇÃO MÉDICA

2. A avaliação da junta médica oficial dar-se-á, em momento anterior à escolha de vagas, da seguinte forma:

2.1 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, o candidato deverá comparecer no local, data e horário a ser informado quando da entrega dos documento para a referida avaliação;

2.2 A não realização da avaliação médica impedirá a escolha de vagas.

DA ESCOLHA DE VAGAS E APRESENTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

3. A escolha de vagas será realizada no dia 03/04/2019, as 16:00 horas na Secretaria de educação – 3º andar da Prefeitura de Brusque.

3.1 Cumpridas todas as exigências do presente edital, os convocados deverão se apresentar para início das atividades, conforme determinação da Secretaria de Educação.

Brusque – SC, 01 de abril de 2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

ANEXO I - EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 005/2019

EDITAL DE Processo Seletivo 001/2019

CANDIDATOS CONVOCADOS

Coordenador Pedagógico

021 Alderlane DE Melo Silva

Professor de Ensino Religioso – Ensino Fundamental Anos Finais

NÃO HABILITADOS

005 Vânia Cristina da Fonseca Naves Martins

Professor de EJA - Professor de Língua Portuguesa e Língua Estrangeira Moderna / Inglês

006 Juliana Costa Maserá

Professor de EJA - Professor de Geografia, História, Filosofia, Arte e Cultura e História das Religiões

007 Tiago Rafael Vicentini

008 Joelci Maciel Santetti

Professor de EJA - Professor de Matemática e Ciências

006 Altair de Souza

EDITAL CONVOCAÇÃO Nº 017-2019- PROCESSO SELETIVO Nº 014-2018

Publicação Nº 1968725

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 017/2019

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO 014/2018

A Diretora de Recursos Humanos, no uso de suas atribuições legais, e considerando a homologação do resultado do Processo Seletivo 014/2018 para preenchimentos de vagas temporárias da Secretaria Municipal de Educação do Município de Brusque, CONVOCA os candidatos aprovados relacionados no Anexo I, observadas as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS:

1. Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital, deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Brusque, na Praça das Bandeiras, 77, centro, cidade de Brusque, a partir do dia 04 de abril de 2019, até o dia 03/04/2019, no horário 12:00 h às 17:00 h para a entrega dos documentos relacionados no Anexo II deste Edital e para agendamento do Exame médico Admissional.

1.1 O não comparecimento para a entrega de documentos, ou para o Exame Médico Admissional, ou ainda a falta de qualquer documento constante no anexo II, até o dia 03/04/2019 as 17:00 horas, acarretará o não cumprimento da exigência do item 1, e por consequência a perda da vaga.

1.2 É de única e exclusiva responsabilidade do candidato a abertura de conta-corrente para recebimento de seus vencimentos. Preferencialmente pela Caixa Econômica Federal. O candidato deverá comparecer ao Correspondente Bancário da Caixa, situado na Prefeitura de

Brusque, a fim de realizar a abertura de conta. Se o candidato preferir outra instituição Bancária deverá solicitar a portabilidade.

DA AVALIAÇÃO MÉDICA

2. A avaliação da junta médica oficial dar-se-á, em momento anterior à escolha de vagas, da seguinte forma:

2.1 Quanto à avaliação médica, para atestar a aptidão física e mental para o exercício do cargo, o candidato deverá comparecer no local, data e horário a ser informado quando da entrega dos documento para a referida avaliação;

2.2 A não realização da avaliação médica impedirá a escolha de vagas.

DA ESCOLHA DE VAGAS E APRESENTAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO CARGO

3. A escolha de vagas será realizada no dia 03/04/2019, as 15:30 horas.

3.1 Cumpridas todas as exigências do presente edital, os convocados deverão se apresentar para início das atividades, conforme determinação da Secretaria de Educação.

Brusque – SC, 01 de abril de 2019.

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora

ANEXO I - EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 017/2019

EDITAL DE Processo Seletivo 014/2018

CANDIDATOS CONVOCADOS

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
91	1314499	Ruan Carlo Pereira

PROFESSOR DE ANOS INICIAIS

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
88	1315166	Andrea Mariley Moser Erthal
89	1323956	Josiane Aparecida Franca Leitner

PROFESSOR DE ARTE

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
2 – não hab	1319537	Jonathan Schiessl

PROFESSOR DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

CLASSIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO	NOME
4 – não hab	1321694	Gheise Franciane Lang

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO N° 33-2019-SEFAZ

Publicação N° 1968727

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ N° 036/2019

Edital de Notificação

Notificação: 7/2019

Emissão: 29/03/2019

Emissor: JOAO CARLOS DOMINGUES CARNEIRO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO N° 33/2019

A Secretária da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização dos contribuintes abaixo relacionados, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei

Complementar Municipal n. 34/94.

Fica a contribuinte ADRIANA MACHADO CPF: nº 004.657.909-50 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Notificação de Débito: Controle: 7/ 2019

Emissão: 22/01/2019

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE: Nome: 10000152974-ADRIANA MACHADO CPF/CNPJ: 004.657.909-50 Endereço: ESTRADA

GERAL RIBEIRAO DO MEIO,1505, Bairro: SANTA LUZIA, Cidade: Brusque, Estado: SC, CEP: 88.350-001.

Com o amparo do Artigo 142 da Lei nº 5172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional) NOTIFICAMOS V.Sª(as) da constituição do crédito tributário como segue:

RELAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (EM R\$)

Lançamen- to	Sub-Receita	Cadastro	Parcela	Data do Fato Gerador	Tributo	Correção	Multa	Juros	Desconto	Total
190935/2014 856-IPTU (recalculo)		27723	0	01/01/2014	917,94	345,53	0,00	0,00	0,00	1.263,47
820579/2015 856-IPTU (recalculo)		27723	0	01/01/2015	1.027,05	299,19	0,00	0,00	0,00	1.326,24
533992/2016 856-IPTU (recalculo)		27723	0	01/01/2016	1.074,86	164,83	0,00	0,00	0,00	1.239,69
381867/2017 856-IPTU (recalculo)		27723	0	01/01/2017	1.172,98	66,34	0,00	0,00	0,00	1.239,32
574355/2018 856-IPTU (recalculo)		27723	0	01/01/2018	1.191,94	47,36	247,86	161,11	0,00	1.648,27
				Total:	5.384,77	923,25	247,86	161,11	0,00	6.716,99
5 Débito(s) Listado(s)							TOTAL GERAL EM R\$ ====>			6.716,99

Relação dos débitos com valores expressos em R\$, atualizados até 29 de março de 2019.

Fundamentação Legal:

IPTU: art 156, I da CF/88, art. 32 do CTN, art. 178 da LCM, LCM 153/09, LCM 161/10, LCM 198/12 e Decreto Municipal 3138/1995.

Correção Monetária: LCM 105/2003 e art. 122 da LCM 034/1994 e art. 5 da LCM 248/2015.

Notifico, nos termos do artigo 176 A e 176 B, o sujeito passivo a pagar o crédito tributário, na importância total acima mencionada no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento desta notificação, junto à instituição financeira participante da rede arrecadadora do Município, ou, querendo, apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias, na forma da Lei Complementar Municipal n. 34, de 20/12/94, reclamação ou defesa, parcial ou total, que deverá ser entregue no SETOR DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA no regular horário de expediente da Prefeitura.

Caso o débito não seja regularizado, informamos que o mesmo será encaminhado para cobrança judicial.

INFORMAÇÕES SOBRE O LANÇAMENTO	
Cfme mat. 7543 e PG 20148/2018;	Brusque,SC 29 de março de 2019
Edena Beatris Censi	JOAO CARLOS DOMINGUES CARNEIRO
Secretária da Fazenda	Auditor(a) Fiscal Tributária

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page:www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO Nº 34-2019-SEFAZ

Publicação Nº 1968728

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ Nº 037/2019
Edital de Notificação

Notificação: 8/2019

Emissão: 29/03/2019

Emissor: JOAO CARLOS DOMINGUES CARNEIRO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO Nº 34/2019

A Secretária da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização dos contribuintes abaixo relacionados, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Fica a contribuinte OSVALDO ZEN - FIRMA INDIVIDUAL CPF: nº 80.750.144/0001-02 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Notificação de Débito: Controle: 8/ 2019

Emissão: 23/01/2019

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE: Nome: 9997270-OSVALDO ZEN - FIRMA INDIVIDUAL CPF/CNPJ: 80.750.144/0001-02

Endereço: RUA HERCILIO LUZ, 364, Bairro: CENTRO I, Cidade: Brusque, Estado: SC, CEP: 88.350-301.

Com o amparo do Artigo 142 da Lei nº 5172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional) NOTIFICAMOS V.Sª(as) da constituição do crédito tributário como segue:

RELAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (EM R\$)

Lançamento	Sub-Receita	Cadastro	Parcela	Data do Fato	Tributo	Correção	Multa	Juros	Desconto	Total
				Gerador						
820581/2015	856-IPTU (recalculo)	166863	0	01/01/2015	110,50	32,20	0,00	0,00	0,00	142,70
				Total:	110,50	32,20	0,00	0,00	0,00	142,70
1 Débito(s) Listado(s)							TOTAL GERAL EM R\$ ====>			142,70

Relação dos débitos com valores expressos em R\$, atualizados até 29 de março de 2019.

Fundamentação Legal:

IPTU: art 156, I da CF/88, art. 32 do CTN, art. 178 da LCM, LCM 153/09, LCM 161/10, LCM 198/12 e Decreto Municipal 3138/1995.

Correção Monetária: LCM 105/2003 e art. 122 da LCM 034/1994 e art. 5 da LCM 248/2015.

Notifico, nos termos do artigo 176 A e 176 B, o sujeito passivo a pagar o crédito tributário, na importância total acima mencionada no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento desta notificação, junto à instituição financeira participante da rede arrecadadora do Município, ou, querendo, apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias, na forma da Lei Complementar Municipal n. 34, de 20/12/94, reclamação ou defesa, parcial ou total, que deverá ser entregue no SETOR DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA no regular horário de expediente da Prefeitura.

Caso o débito não seja regularizado, informamos que o mesmo será encaminhado para cobrança judicial.

INFORMAÇÕES SOBRE O LANÇAMENTO

Cfme PG 298/2019.	Brusque,SC 29 de março de 2019
Edena Beatris Censi	JOAO CARLOS DOMINGUES CARNEIRO
Secretária da Fazenda	Auditor(a) Fiscal Tributária

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page:www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO Nº 35-2019-SEFAZ

Publicação Nº 1968729

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

SECRETÁRIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ Nº 038/2019
Edital de Notificação

Notificação: 20/2019

Emissão: 29/03/2019

Emissor: JOAO CARLOS DOMINGUES CARNEIRO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO Nº 35/2019

A Secretária da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização dos contribuintes abaixo relacionados, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Fica a contribuinte ROBERTO CUCCO-ESPÓLIO CPF: nº 415.322.019-15 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/ MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Notificação de Débito: Controle: 20/ 2019

Emissão: 07/02/2019

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE: Nome: 99805-ROBERTO CUCCO-ESPÓLIO CPF/CNPJ: 415.322.019-15 Endereço:RUA

CAMBORIU,143, Bairro: SANTA RITA, Cidade: Brusque, Estado: SC, CEP: 88.352-150.

Com o amparo do Artigo 142 da Lei nº 5172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional) NOTIFICAMOS V.Sª(as) da constituição do crédito tributário como segue:

RELAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (EM R\$)

Lançamen- to	Sub-Receita	Cadastro	Parcela	Data do Fato	Tributo	Correção	Multa	Juros	Desconto	Total
				Gerador						
190946/2014 856-IPTU (recalculo)		203912	0	01/01/2014	309,15	116,37	0,00	0,00	0,00	425,52
820595/2015 856-IPTU (recalculo)		203912	0	01/01/2015	344,77	100,43	0,00	0,00	0,00	445,20
534010/2016 856-IPTU (recalculo)		203912	0	01/01/2016	354,07	54,29	0,00	0,00	0,00	408,36
381888/2017 856-IPTU (recalculo)		203912	0	01/01/2017	394,40	22,31	0,00	0,00	0,00	416,71
574680/2018 856-IPTU (recalculo)		203912	0	01/01/2018	400,74	15,92	0,00	0,00	0,00	416,66
				Total:	1.803,13	309,32	0,00	0,00	0,00	2.112,45

5 Débito(s)							TOTAL GERAL EM R\$ =====>	2.112,45
Listado(s)								

Relação dos débitos com valores expressos em R\$, atualizados até 29 de março de 2019.

Fundamentação Legal:

IPTU: art 156, I da CF/88, art. 32 do CTN, art. 178 da LCM, LCM 153/09, LCM 161/10, LCM 198/12 e Decreto Municipal 3138/1995.

Correção Monetária: LCM 105/2003 e art. 122 da LCM 034/1994 e art. 5 da LCM 248/2015.

Notifico, nos termos do artigo 176 A e 176 B, o sujeito passivo a pagar o crédito tributário, na importância total acima mencionada no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento desta notificação, junto à instituição financeira participante da rede arrecadadora do Município, ou, querendo, apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias, na forma da Lei Complementar Municipal n. 34, de 20/12/94, reclamação ou defesa, parcial ou total, que deverá ser entregue no SETOR DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA no regular horário de expediente da Prefeitura.

Caso o débito não seja regularizado, informamos que o mesmo será encaminhado para cobrança judicial.

INFORMAÇÕES SOBRE O LANÇAMENTO	
Cfme PG 6407/2018 e mat. nº11.000	Brusque,SC 29 de março de 2019
Edena Beatris Censi	JOAO CARLOS DOMINGUES CARNEIRO
Secretária da Fazenda	Auditor(a) Fiscal Tributária

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page:www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO Nº 36-2019-SEFAZ

Publicação Nº 1968730

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ Nº 039/2019

Edital de Notificação

Notificação: 22/2019

Emissão: 29/03/2019

Emissor: JOAO CARLOS DOMINGUES CARNEIRO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO Nº 36/2019

A Secretária da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização dos contribuintes abaixo relacionados, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Fica a contribuinte TECELAGEM TOMAZONI LTDA CPF: nº 83.181.735/0001-96 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Notificação de Débito: Controle: 22/ 2019

Emissão: 12/02/2019

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE: Nome: 48518-TECELAGEM TOMAZONI LTDA CPF/CNPJ: 83.181.735/0001-96 Endereço:RUA

ARNOLDO RISTOW,1020, Bairro: ZANTAO, Cidade: Brusque, Estado: SC, CEP: 88.357-300.

Com o amparo do Artigo 142 da Lei nº 5172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional) NOTIFICAMOS V.Sª(as) da constituição

do crédito tributário como segue:

RELAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (EM R\$)

Lançamen- to	Sub-Receita	Cadastro	Parcela	Data do Fato	Tributo	Correção	Multa	Juros	Desconto	Total
				Gerador						
190950/2014 856-IPTU (recalculo)		346632	0	01/01/2014	27.585,48	10.383,55	0,00	0,00	0,00	37.969,03
820602/2015 856-IPTU (recalculo)		346632	0	01/01/2015	32.075,99	9.344,27	0,00	0,00	0,00	41.420,26
534017/2016 856-IPTU (recalculo)		346632	0	01/01/2016	32.046,51	4.914,51	0,00	0,00	0,00	36.961,02
381892/2017 856-IPTU (recalculo)		346632	0	01/01/2017	35.270,36	1.994,64	0,00	0,00	0,00	37.265,00
				Total:	126.978,34	26.636,97	0,00	0,00	0,00	153.615,31
4 Débito(s) Listado(s)							TOTAL GERAL EM R\$ ====>			153.615,31

Relação dos débitos com valores expressos em R\$, atualizados até 29 de março de 2019.

Fundamentação Legal:

IPTU: art 156, I da CF/88, art. 32 do CTN, art. 178 da LCM, LCM 153/09, LCM 161/10, LCM 198/12 e Decreto Municipal 3138/1995.

Correção Monetária: LCM 105/2003 e art. 122 da LCM 034/1994 e art. 5 da LCM 248/2015.

Notifico, nos termos do artigo 176 A e 176 B, o sujeito passivo a pagar o crédito tributário, na importância total acima mencionada no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento desta notificação, junto à instituição financeira participante da rede arrecadadora do Município, ou, querendo, apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias, na forma da Lei Complementar Municipal n. 34, de 20/12/94, reclamação ou defesa, parcial ou total, que deverá ser entregue no SETOR DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA no regular horário de expediente da Prefeitura.

Caso o débito não seja regularizado, informamos que o mesmo será encaminhado para cobrança judicial.

INFORMAÇÕES SOBRE O LANÇAMENTO	
Cfme mat. 52179 e PG 10601/2018.	Brusque, SC 29 de março de 2019
Edena Beatris Censi	JOAO CARLOS DOMINGUES CARNEIRO
Secretária da Fazenda	Auditor(a) Fiscal Tributária

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page: www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO Nº 37-2019-SEFAZ

Publicação Nº 1968731

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

SECRETARIA DA FAZENDA

Publicação SEFAZ Nº 040/2019

Edital de Notificação

Notificação: 779/2018

Emissão: 29/03/2019

Emissor: JOAO CARLOS DOMINGUES CARNEIRO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO TRIBUTÁRIO Nº 37/2019

A Secretária da Fazenda do Município de Brusque-SC, no uso de suas atribuições legais, considerando que não se obteve êxito na localização dos contribuintes abaixo relacionados, resolve promover a intimação por edital, conforme disposto no artigo 176-A, inciso V da Lei Complementar Municipal n. 34/94.

Fica a contribuinte A S S INCORPORACOES E INVESTIMENTOS LTDA ME CPF: nº 00.109.606/0001-60 o contribuinte de acordo com os dados da correspondência AR/MP que retornou da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, conforme segue:

Notificação de Débito: Controle: 779/ 2018

Emissão: 07/12/2018

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE: Nome: 10008870-A S S INCORPORACOES E INVESTIMENTOS LTDA ME CPF/CNPJ:

00.109.606/0001-60 Endereço: RUA ZENAIDE DOS SANTOS SOUZA, 455, Bairro: STEFFEN, Cidade: Brusque, Estado: SC, CEP: 88.355-112.

Com o amparo do Artigo 142 da Lei nº 5172 de 25 de setembro de 1966 (Código Tributário Nacional) NOTIFICAMOS V.Sª(as) da constituição do crédito tributário como segue:

RELAÇÃO DOS CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS (EM R\$)

Lançamento	Sub-Receita	Cadastro	Parcela	Data do Fato	Tributo	Correção	Multa	Juros	Desconto	Total
				Gerador						
129115/2013 856-IPTU (recalculo)		587559	0	10/03/2013	321,99	123,02	0,00	0,00	0,00	445,01
190851/2014 856-IPTU (recalculo)		587559	0	10/03/2014	300,24	97,22	0,00	0,00	0,00	397,46
820459/2015 856-IPTU (recalculo)		587559	0	10/03/2015	349,79	84,64	0,00	0,00	0,00	434,43
533799/2016 856-IPTU (recalculo)		587559	0	10/03/2016	350,98	38,35	0,00	0,00	0,00	389,33
381431/2017 856-IPTU (recalculo)		587559	0	10/03/2017	382,87	6,20	0,00	0,00	0,00	389,07
452440/2018	81-IPTU	587559	0	27/12/2018	404,94	0,00	0,00	0,00	60,74	344,20
				Total:	2.110,81	349,43	0,00	0,00	60,74	2.399,50
6 Débito(s) Listado(s)							TOTAL GERAL EM R\$ ==>			2.399,50

Relação dos débitos com valores expressos em R\$, atualizados até 29 de março de 2019.

Fundamentação Legal:

IPTU: art 156, I da CF/88, art. 32 do CTN, art. 178 da LCM, LCM 153/09, LCM 161/10, LCM 198/12 e Decreto Municipal 3138/1995.

Correção Monetária: LCM 105/2003 e art. 122 da LCM 034/1994 e art. 5 da LCM 248/2015.

Notifico, nos termos do artigo 176 A e 176 B, o sujeito passivo a pagar o crédito tributário, na importância total acima mencionada no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento desta notificação, junto à instituição financeira participante da rede arrecadadora do Município, ou, querendo, apresentar, no prazo de 20 (vinte) dias, na forma da Lei Complementar Municipal n. 34, de 20/12/94, reclamação ou defesa, parcial ou total, que deverá ser entregue no SETOR DE FISCALIZAÇÃO DA SECRETARIA DA FAZENDA no regular horário de expediente da Prefeitura.

Caso o débito não seja regularizado, informamos que o mesmo será encaminhado para cobrança judicial.

INFORMAÇÕES SOBRE O LANÇAMENTO	
Conforme Protocolo 68/2017.	Brusque, SC 29 de março de 2019
Edena Beatris Censi	JOAO CARLOS DOMINGUES CARNEIRO

Secretária da Fazenda

Auditor(a) Fiscal Tributária

PRAÇA DAS BANDEIRAS - 77 - Fone (47) 32511833 CEP 88350-051 - Brusque - SC

Home-page:www.brusque.sc.gov.br E-mail: fazenda@brusque.sc.gov.br

EXTRATO CONTRATO Nº 025-2019 - SAMAE

Publicação Nº 1968715

EXTRATO DO CONTRATO 025/2019

ESPÉCIE: Aquisição de material de expediente. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 020/2019 DO-TAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.001.0004.0122.0300.2291.339030160000.020000; VIGÊNCIA: 60 Dias. DATA DA ASSINATURA: 29/03/2019; VALOR: R\$ 1.192,63. FISCAL DO CONTRATO: Alirio Pedro Dos Santos Filho. CONTRATADA: Mini Mercado Tete Ltda.. Diretor do SAMAE.

Brusque, 29 de março de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

EXTRATO CONTRATO Nº 026-2019 - SAMAE

Publicação Nº 1968719

EXTRATO DO CONTRATO 026/2019

ESPÉCIE: Aquisição de material de expediente. MODALIDADE DE LICITAÇÃO: Pregão Presencial. PROCESSO LICITATÓRIO: 020/2019 DO-TAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 80.001.0004.0122.0300.2291.339030160000.020000; VIGÊNCIA: 60 Dias. DATA DA ASSINATURA: 29/03/2019; VALOR: R\$ 9.065,00. FISCAL DO CONTRATO: Alirio Pedro Dos Santos Filho. CONTRATADA: Performace Comércio e Serviços Eireli ME. Diretor do SAMAE.

Brusque, 29 de março de 2019.

PUBLIQUE-SE

Dejair Machado
Diretor Presidente
SAMAE - Brusque

LEI COMPLEMENTAR Nº 290-2019

Publicação Nº 1968732

LEI COMPLEMENTAR N. 290, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Acrescenta art. 262-A, revoga §§ 1º, 2º e 3º do art. 262 da Lei Complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009, que trata do Estatuto do Servidor Público do Município de Brusque.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica acrescentado o art. 262-A na Lei Complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações, com a seguinte redação:

“Art. 262-A. Será concedido ao servidor público do município auxílio medicamento, no percentual de 50% (cinquenta por cento) com a compra de medicamentos, pago de forma mensal, limitado a 100% (cem por cento) do menor vencimento básico do Município.

§ 1º Não será realizado o reembolso, previsto no caput deste artigo, para medicamentos que visem:

- I – Tratamento capilar estético;
- II – Tratamento específico de disfunção erétil;
- III – Tratamento exclusivamente para infertilidade;
- IV – Tratamento estético;
- V – Produtos ortopédicos, exceto quando originário de acidente de trabalho;
- VI – Meias para tratamento estético, exceto meias compressivas;
- VII – Toucas;

VIII – Sais minerais ou vitaminas, exceto os previstos em laudo médico prescritivo;
IX – Óleos para tratamento estético;
X – Produtos cosméticos, assim definidos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;
XI – Antissépticos bucais;
XII – Medicamentos manipulados sem a prescrição médica e especificação de princípio ativo via relatório gerencial, expedido pela farmácia;
XIII – Produtos não classificados como medicamentos pela ANVISA, não contemplados na presente Lei Complementar.

§ 2º O reembolso do benefício de auxílio medicamento será regulamentado por meio de Instrução Normativa, emitida conjuntamente pela Secretaria de Orçamento e Gestão, Controladoria-Geral do Município e Departamento de Recursos Humanos.” (AC)

Art. 2º Ficam revogados os §§ 1º, 2º e 3º do art. 262 da Lei Complementar n. 147, de 25 de setembro de 2009 e alterações.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de março de 2019, revogando-se disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de março de 2019.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

DR. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.192-2019

Publicação Nº 1968734

LEI N. 4.192, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Estabelece os vencimentos dos Cargos de Provimento em Comissão criados pela Câmara Municipal por meio da Resolução n. 02, de 20 de março de 2019.

O PREFEITO DE BRUSQUE:
Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os cargos de provimento em Comissão criados pela Câmara Municipal, por meio da Resolução n. 02/2019, passam a ter os seguintes vencimentos:

I - Assessor de Gabinete da Presidência – C.C.A.G.P - R\$ 6.953,77

II – Assessor Legislativo de Apoio Tecnológico – C.C.A.L.A.T - R\$ 4.346,10

Art. 2º Aplicam-se aos cargos previstos no art. 1º as disposições contidas na Resolução n. 02/2019 que criou os referidos cargos.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão a conta de dotações próprias do orçamento do Poder Legislativo.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.
JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW
Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.193-2019

Publicação Nº 1968735

LEI N. 4.193, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo a firmar acordo judicial nos autos da Ação de Execução de Sentença n. 0009625-36.2010.8.24.0011, em que são partes o Município de Brusque e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque – SINSEB.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a firmar acordo judicial nos autos da Ação de Execução de Sentença n. 0009625-36.2010.8.24.0011, da Vara da Fazenda Pública e dos Registros Públicos da comarca de Brusque, cujo objeto envolve a condenação do Município ao pagamento de diferenças a título de Adicional de Tempo de Serviço, devidas aos substituídos no período compreendido entre 1998 a 2008.

Parágrafo único. Minuta do acordo judicial a ser firmado entre o Município de Brusque e o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque é parte integrante desta Lei, como Anexo único.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotação própria.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

ANEXO ÚNICO

EXCELENTÍSSIMA SENHORA DOUTORA JUÍZA DE DIREITO DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE BRUSQUE - SC.

Autos n. 011.03.002957-1 / 0009625-36.2010.8.24.0011

MUNICÍPIO DE BRUSQUE e SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE BRUSQUE, nos autos da ação de procedimento comum, em epígrafe, vem à presença de Vossa Excelência, apresentar acordo que contempla as partes, nas seguintes condições:

1. O presente acordo refere-se ao pagamento de diferenças A TÍTULO DE Adicional de Tempo de Serviço, devidas aos substituídos no período compreendido entre 14/07/1998 (Data de Prescrição) até o mês de fevereiro de 2008, quando o Município, por decisão judicial, atualizou o Adicional de Tempo de Serviço de todos os servidores de direito.

2. O valor total da condenação é no montante de R\$ 6.323.963,67 (seis milhões, trezentos e vinte e três mil, novecentos e sessenta e três reais e sessenta e sete centavos), atualizado em janeiro/2019, sendo que R\$ 5.749.057,88 (cinco milhões, setecentos e quarenta e nove mil, cinquenta e sete reais e oitenta e oito centavos), corresponde ao valor devido aos substituídos, e o valor de R\$ 574.905,79 (quinhentos e setenta e quatro mil, novecentos e cinco reais e setenta e nove centavos) relativos a honorários advocatícios de sucumbência.

3. O Requerido pagará aos servidores os créditos decorrentes desta ação e os honorários advocatícios, por meio de 111 (cento e onze) parcelas, corrigidas mensalmente, de forma cumulativa, pelo índice oficial de correção da caderneta de poupança, corrigido a partir de 1º de fevereiro de 2019, tendo em vista que o valor total já restou atualizado até o mês de janeiro/2019, por meio de parcelas mensais. Sendo que o pagamento das parcelas mensais seguirão os critérios a seguir:

- a) no ano de 2019: 10 (dez) parcelas mensais no valor de R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);
- b) no ano de 2020: 12 (doze) parcelas mensais no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais);
- c) no ano de 2021: 12 (doze) parcelas mensais no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais);
- d) no ano de 2022: 12 (doze) parcelas mensais no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);
- e) no ano de 2023: 12 (doze) parcelas mensais no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais);
- f) no ano de 2024: 12 (doze) parcelas mensais no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais);
- g) no ano de 2025: 12 (doze) parcelas mensais no valor de R\$ 65.000,00 (sessenta e cinco mil reais);
- h) no ano de 2026: 12 (doze) parcelas mensais no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais);
- i) no ano de 2027: 12 (doze) parcelas mensais no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais);
- j) no ano de 2028: 05 (cinco) parcelas mensais no valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), e 01 (uma) parcela no valor de R\$ 53.963,67 (cinquenta e três mil, novecentos e sessenta e três reais, sessenta e sete centavos).

4. As parcelas relativas ao valor principal e honorários advocatícios de sucumbência serão adimplidas através de depósitos bancário na Caixa Econômica Federal, agência 3954, operação 003, conta-corrente n. 0097, dígito verificador n. 3.

4.1. O pagamento dos honorários advocatícios de sucumbência, no percentual de 10% (dez por cento) serão efetivados proporcionais a cada parcela.

4.2. O pagamento das parcelas será efetuado no último dia de cada mês.

5. Considerando que o anuênio é verba trabalhista, o pagamento das parcelas mensais ao SINSEB fica condicionado a apresentação mensal deste e da lista de servidores que serão beneficiados pelo acordo, dentro do prazo de 15 (quinze) dias antes do pagamento, para fins de

retenção da contribuição previdência e imposto de renda retido na fonte.

5.1. O pagamento dos substituídos que compõe a lista apresentada pelo SINSEB poderá ser total ou parcial, conforme os valores individuais devidos comparados ao valor da parcela mensal, após desconto dos honorários de sucumbência.

6. O Requerido compromete-se a juntar aos autos cópia do(s) recibo(s) de depósitos bancários, ficando a encargo e responsabilidade do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Brusque o repasse dos valores correspondentes a cada servidor, mediante recibo a ser juntado aos autos.

7. As partes acordam a inclusão de valores devidos a servidores que eventualmente não tenham sido incluídos no presente Acordo, que serão pagas, em acordo específico a ser firmado entre as partes, após conclusão das parcelas previstas no inciso terceiro do presente acordo.

8. Com pagamento dos valores devidos, apurados na planilha anexa, fica quitado o valor objeto da presente execução.

9. Isto posto requerem a homologação do presente acordo.

Pedem Deferimento.

Brusque,

Município de Brusque Secretaria da Fazenda do Município

Procurador do Município

OAB/SC nº

Presidente do SINSEB Advogado do SINSEB

..... OAB/SC 6187

LEI Nº 4.194-2019

Publicação Nº 1968736

LEI N. 4.194, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e especial no Orçamento do Município de Brusque e dá outras providências.

O PREFEITO DE BRUSQUE:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar e especial no Orçamento Fiscal do Município de Brusque em vigência, até o valor de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), para atender a programação abaixo especificada:

26.00 Companhia de Desenvolvimento e Urbanismo de Brusque - CODEB

26.001 Companhia de Desenvolvimento e Urbanismo de Brusque - CODEB

0004.0122.0225.2016 Manutenção das Atividades da Codeb

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 360.000,00

Art. 2º Os recursos para atender os créditos especificados no art. 1º desta Lei, decorrerão das seguintes fontes de recursos:

I – anulação parcial de dotações do orçamento vigente, conforme abaixo especificadas:

02.00 Gabinete do Prefeito

02.001 Gabinete do Prefeito

0004.0122.0005.2002 Manutenção do Gabinete do Prefeito e Assessoria

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 160.000,00

14.00 Encargos Gerais do Município

14.001 Encargos Gerais do Município

0028.0846.0180.2048 Pasep e Outras Obrigações do Município

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes

0.1.00.00.00 Recursos Ordinários

VALOR R\$ 200.000,00

Art. 3º O Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias passam a incorporar as alterações constantes desta Lei, em conformidade com o art. 151 da Lei Orgânica do Município de Brusque.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de março de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Dr. EDSON RISTOW

Procurador-Geral do Município

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 517-2019

Publicação Nº 1968744

PORTARIA Nº 517/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando o pedido de remoção do(a) servidor(a) CRISTIANE SOARES NERI, bem como a anuência da Administração.

RESOLVE:

Art. 1º – Remover por acordo o(a) servidor(a) CRISTIANE SOARES NERI, matrícula nº 727563, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, lotado (a) na Secretaria de Saúde/SAE para a Secretaria de Saúde/ Pronto atendimento.

Parágrafo único: A Remoção se dá por interesse da Municipalidade, bem como a pedido do Servidor. A remoção se dá com fulcro no Art. 45, c/c Art. 49 e Art. 51 da Lei 147/2009.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 26 de março de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 556-2019

Publicação Nº 1968745

PORTARIA Nº 556/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando a solicitação feita através do Ofício nº 09/2019/GAB, que solicita a prorrogação da cessão do(a) servidor(a) TEXAS MANOEL MARTINS, cedido através da Portaria nº 415/2016, bem como o Termo de Convênio nº 169/2010/001.

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar, pelo prazo de 01 (um) ano, a cessão do(a) servidor(a) TEXAS MANOEL MARTINS, matrícula nº 944130, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria de Orçamento e Gestão, com carga horária de 40 horas semanais, para o Fórum da Comarca de Brusque.

Parágrafo Primeiro: A Remoção se dá por interesse da Municipalidade, bem como por solicitação do Órgão, com fulcro do Art. 22 inciso I c/c § 4º da Lei 147/2009, bem como Convênio 169/2010/001 firmado entre o Município de Brusque e o Poder Judiciário – Tribunal de Justiça, com ônus para o órgão de Origem.

Parágrafo Segundo: A cessão se dá por 1 ano, podendo ser prorrogado mediante prévia comunicação das partes.

Parágrafo Terceiro: O controle e cumprimento da carga horária ficarão sob a responsabilidade do órgão de destino.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de abril de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de recursos Humanos

PORTARIA Nº 557-2019

Publicação Nº 1968746

PORTARIA Nº 557/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando a solicitação feita através do Ofício nº 10/2019/GAB, que solicita a prorrogação da cessão do(a) servidor(a) ANA MARA GEVAERD, cedido através da Portaria nº 2.995/2015, bem como e Termo de Convênio nº 169/2010/001.

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar, pelo prazo de 01 (um) ano, a cessão do(a) servidor(a) ANA MARA GEVAERD, matrícula nº 727946, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, lotado(a) na Secretaria de Orçamento e Gestão, com carga horária de 40 horas semanais, para o Fórum da Comarca de Brusque.

Parágrafo Primeiro: A Remoção se dá por interesse da Municipalidade, bem como por solicitação do Órgão, com fulcro do Art. 22 inciso I c/c § 4º da Lei 147/2009, bem como Convênio 169/2010/001 firmado entre o Município de Brusque e o Poder Judiciário – Tribunal de Justiça, com ônus para o órgão de Origem.

Parágrafo Segundo – A cessão se dá pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado caso haja interesse da Zona Eleitoral.

Parágrafo Terceiro: O controle e cumprimento da carga horária ficarão sob a responsabilidade do órgão de destino.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de abril de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de recursos Humanos

PORTARIA Nº 559-2019

Publicação Nº 1968747

PORTARIA Nº 559/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando a solicitação feita através do Ofício nº 07/2019/GAB, que solicita a prorrogação da cessão do(a) servidor(a) MARIA STELLA MARTINS EFFTING GEISEL SANTOS, cedido(a) através da Portaria nº 1.331/2015, bem como e Termo de Convênio nº 169/2010/001.

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar, pelo prazo de 01 (um) ano, a cessão do(a) servidor(a) MARIA STELLA MARTINS EFFTING GEISEL SANTOS, matrícula nº 678473, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO, lotado(a) na Secretaria de Orçamento e Gestão, com carga horária de 40 horas semanais, para o Fórum da Comarca de Brusque.

Parágrafo Primeiro: A Remoção se dá por interesse da Municipalidade, bem como por solicitação do Órgão, com fulcro do Art. 22 inciso I c/c § 4º da Lei 147/2009, bem como Convênio 169/2010/001 firmado entre o Município de Brusque e o Poder Judiciário – Tribunal de Justiça, com ônus para o órgão de Origem.

Parágrafo Segundo – A cessão se dá pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado caso haja interesse da Zona Eleitoral.

Parágrafo Terceiro: O controle e cumprimento da carga horária ficarão sob a responsabilidade do órgão de destino.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de abril de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de recursos Humanos

PORTARIA Nº 560-2019

Publicação Nº 1968749

PORTARIA Nº 560/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando a solicitação feita através do Ofício nº 08/2019/GAB, que solicita a prorrogação da cessão do(a) servidor(a) BRUNA HEIL, cedido(a) através da Portaria nº 1.106/2015, bem como e Termo de Convênio nº 169/2010/001.

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar, pelo prazo de 01 (um) ano, a cessão do(a) servidor(a) BRUNA HEIL, matrícula nº 679569, ocupante do cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado(a) na Secretaria de Orçamento e Gestão, com carga horária de 40 horas semanais, para o Fórum da Comarca de Brusque.

Parágrafo Primeiro: A Remoção se dá por interesse da Municipalidade, bem como por solicitação do Órgão, com fulcro do Art. 22 inciso I c/c § 4º da Lei 147/2009, bem como Convênio 169/2010/001 firmado entre o Município de Brusque e o Poder Judiciário – Tribunal de Justiça, com ônus para o órgão de Origem.

Parágrafo Segundo – A cessão se dá pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado caso haja interesse da Zona Eleitoral.

Parágrafo Terceiro: O controle e cumprimento da carga horária ficarão sob a responsabilidade do órgão de destino.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de abril de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de recursos Humanos

PORTARIA N. 12.883 - 2019

Publicação Nº 1968780

PORTARIA N. 12.883, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, a servidora Antonia Graciela Paez, matrícula 1036220-1, ocupante do cargo efetivo de Monitora Escolar II – 40 horas, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 31 janeiro de 2019.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 31 janeiro de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária de Educação

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA N. 12.884 - 2019

Publicação Nº 1968782

PORTARIA N. 12.884, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, a servidora Barbara Franciele Coelho, matrícula 483710-5, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 24 janeiro de 2019.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 janeiro de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO

Secretária de Educação

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA N. 12.885 - 2019

Publicação Nº 1968787

PORTARIA N. 12.885, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, a servidora Taina Kusters Ogliari Alves, matrícula 4125487-1, ocupante do cargo efetivo de Monitora Escolar II – 40 horas, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 21 de janeiro de 2019.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 janeiro de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO

Secretária de Educação

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA N. 12.886 - 2019

Publicação Nº 1968788

PORTARIA N. 12.886, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, o servidor Aldrin Duarte, matrícula 1007025-0, ocupante do cargo efetivo de Psicólogo, lotado na Secretaria de Assistência Social e Habitação, a partir de 08 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de fevereiro de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

DEIVIS DA SILVA

Secretário de Assistência Social e Habitação

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA N. 12.887 -2019

Publicação Nº 1968789

PORTARIA N. 12.887, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, a servidora Amanda Paza, matrícula 1074490-1, ocupante do cargo efetivo de Monitora Escolar II – 40 horas, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO

Secretária de Educação

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA N. 12.888 -2019

Publicação Nº 1968790

PORTARIA N. 12.888, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, a servidora Diana Petermann, matrícula 1036343-1, ocupante do cargo efetivo de Monitora Escolar II – 40 horas, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 07 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de fevereiro de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária de Educação

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA N. 12.889 - 2019

Publicação N° 1968791

PORTARIA N. 12.889, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, a servidora Mirian Ramos Barbosa, matrícula 4152646-1, ocupante do cargo efetivo de Monitora Escolar II – 40 horas, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 07 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 07 de fevereiro de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária de Educação

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA N. 12.890 - 2019

Publicação N° 1968792

PORTARIA N. 12.890, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, a servidora Roselei Lunardi Thome, matrícula 4316207-1, ocupante do cargo efetivo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria de Saúde, a partir de 15 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 15 de fevereiro de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA N. 12.891 - 2019

Publicação Nº 1968793

PORTARIA N. 12.891, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, a servidora Vanessa Zirke Baumgartner, matrícula 508870-8, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO

Secretária de Educação

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA N. 12.892 - 2019

Publicação Nº 1968794

PORTARIA N. 12.892, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, a servidora Ana Maria de Souza, matrícula 379778-6, ocupante do cargo efetivo de Servente de serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 01 de março de 2019.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de março de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO

Secretária de Educação

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA N. 12.893 - 2019

Publicação Nº 1968795

PORTARIA N. 12.893, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, a servidora Eliane da Aparecida Silva Huber, matrícula 4153073-1, ocupante do cargo efetivo de Monitora Escolar II – 40 horas, lotada na Secretaria de Educação, a partir de 28 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de fevereiro de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

ELIANI APARECIDA BUSNARDO BUENO
Secretária de Educação

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA N. 12.894 -2019

Publicação Nº 1968796

PORTARIA N. 12.894, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidora que menciona.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, a servidora Jessica Vicentini Molinari, matrícula 1000075432-1, ocupante do cargo efetivo de Médica Reguladora, lotada na Secretaria de Saúde, a partir de 28 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de fevereiro de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 28 de março de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE
Prefeito de Brusque

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA N. 12.896 - 2019

Publicação Nº 1968797

PORTARIA N. 12.896, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Exonera e declara vacância de cargo público de servidor que menciona.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, na forma do art. 42 da Lei Complementar n. 147/2009, o servidor Elias da Rosa Barbosa, matrícula 4124413-1, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Veículos Pesados, lotada na Secretaria de Saúde, a partir de 08 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Declarar a vacância, nos termos do inciso I do art. 41 da Lei Complementar Municipal n. 147/2009.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de fevereiro de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de março de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA N. 12.897 -2019

Publicação Nº 1968798

PORTARIA N. 12.897, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo IV - E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Irineu Bento para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-V, como Coordenador, lotado na Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA, a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de março de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

CRISTIANO OLINGER

Superintendente da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA N. 12.898 -2019

Publicação Nº 1968799

PORTARIA N. 12.898, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Nomeia servidor.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com a alínea a do inciso II do art. 111 da Lei Orgânica do Município, c/c a Lei Complementar n. 143/2009 e alterações, Anexo I - E,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Elias Caldato Rossoni para ocupar o cargo de provimento em comissão, Padrão CC-VI, como Assessor Operacional de Apoio em Infraestrutura Tecnológica, lotado na Secretaria de Saúde, a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 29 de março de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

HUMBERTO MARTINS FORNARI

Secretário de Saúde

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

PORTARIA N. 12.899 - 2019

Publicação Nº 1968806

PORTARIA N. 12.899, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia membros representantes de entidades governamentais e não governamentais no Conselho Municipal de Saneamento Básico – CMSB.

O PREFEITO DE BRUSQUE, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do art. 111 da Lei Orgânica do Município c/c a Lei Municipal n. 3.396/2011 e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear para compor o Conselho Municipal de Saneamento Básico – CMSB, biênio 2019/2021, a partir de 02 de abril de 2019, os seguintes membros:

I - Entidades Governamentais:a) Diretor-Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE:
Titular: Dejair Machadob) 01 (um) representante do Instituto Brusquense de Planejamento e Mobilidade - IBPLAM:
Titular: Heloisa Fernandez Almeida
Suplente: Rogério Lazzarottoc) 01 (um) representante da Secretaria de Saúde:
Titular: Cíntia Fernanda Gonçalves Schlindwein
Suplente: Elisabete Cecília de Souzad) 01 (um) representante da Procuradoria-Geral do Município:
Titular: Sonia Knihs Crespi
Suplente: Danyelle Brem Moraese) 01 (um) representante da Secretaria de Educação:
Titular: Claudio Santana
Suplente: Stela Maris Maccarini Fischerf) 01 (um) representante da Fundação Ecológica e Zoobotânica de Brusque - Zoobotânico
Titular: Eduardo Serpa
Suplente: Milene Pugliesi Zapala Rozag) 01 (um) representante da Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDEMA
Titular: Cristiano Olinger
Suplente: Paulo da Silveira Mayerh) 01 (um) representante da Secretaria da Fazenda:
Titular: Luiz Mattioli
Suplente: Guilherme Boeing Ouriques**II - Entidades Não Governamentais:**a) 01 (um) representante da União Brusquense da Associação de Moradores – UBAM:
Titular: Luis Carlos Schlindwein
Suplente: Juarez Graczckib) 01 (um) representante da Associação Comercial e Industrial de Brusque – ACIBr:
Titular: Valter Floriani
Suplente: Ademir José Pereirac) 01 (um) representante da Associação das Micro e Pequenas Empresas de Brusque – AMPE:
Titular: Ivan Eduardo Cervi
Suplente: Gustavo Bezd) 01 (um) representante da Ordem dos Advogados do Brasil, subseção de Brusque (OAB – Brusque):
Titular: sem indicação
Suplente: sem indicaçãoe) 01 (um) representante do Instituto Nossa Cidade – INC:
Titular: sem indicação
Suplente: sem indicação

f) 01 (um) representante do Clube de Engenharia e Arquitetura de Brusque – CEAB:

Titular: Dener Wilian Lyra

Suplente: Guilherme Souza Ennes

g) 01 (um) representante dos Sindicatos dos Trabalhadores de Brusque – SINTRICOMB:

Titular: Izaías Otaviano

Suplente: Patricia Cestari

h) 01 (um) representante da Associação Brusquense de Medicina:

Titular: sem indicação

Suplente: sem indicação

§ 1º O exercício das funções de membro do Conselho Municipal de Saneamento Básico e de sua Secretaria Executiva não será remunerado, a qualquer título, sendo considerado serviço de relevância social para o Município.

§ 2º O mandato dos conselheiros não governamentais será de dois anos, permitida a recondução.

Art. 2º A estrutura do Conselho Municipal de Saneamento Básico compreenderá o Colegiado e a Secretaria Executiva, cujo funcionamento será definido em seu Regimento Interno.

Parágrafo Único. A Secretaria Executiva será exercida pelo Presidente e por um Secretário Executivo, eleito entre os membros do Conselho Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2019.

JONAS OSCAR PAEGLE

Prefeito de Brusque

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

AURINHO SILVEIRA DE SOUZA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 0287-2019

Publicação Nº 1968768

PORTARIA Nº 0287/2019, de 18 de fevereiro de 2019.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 005/2018, instaurado pela Portaria nº 1972/2018 e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Considerando O teor do Despacho / Decisão junto aos Autos nº 0305747-49.2018.8.24.0011;

Considerando a observância, no diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Considerando que a dilação de prazo em nada ocasiona prejuízo às partes quanto ao andamento das averiguações pertinentes ao processo administrativo disciplinar;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo de Exoneração nº 005/2018, com base no artigo 26, parágrafo 1º e parágrafo 3º c/c art. 42, parágrafo único, alínea “a”, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, c/c, art. 13, alínea “a” do Decreto 6287/2010, c/c Decreto 6617/2011 e Decreto 7266/2013, em desfavor do servidor G. C. R. (matrícula nº 1065475-01), lotado na Secretaria de Educação desta Municipalidade, para apurar os fatos constantes do Memorando nº 1011/2018/RH, de 07/08/2018, c/c Memorando nº 36/2018/CAEDSEP, de 27/07/2018, e anexos (Relatório Ficha Funcional; Anexo(s) I – Formulários de Avaliação de Desempenho de Servidor em estágio Probatório; Anexo(s) IV – Formulários de Aviso e Recomendações; Relatório de Registro de Ponto); envolvendo o servidor supramencionado; em virtude de necessidade de apuração dos fatos constantes dos respectivos Autos; devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 18 de fevereiro de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA Nº 0561-2019

Publicação Nº 1968771

PORTARIA Nº 0561/2019, de 01 de abril de 2019.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 019/2018, instaurado pela Portaria nº 1931/2018 e dá outras providências."

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Considerando o teor dos Autos nºs 08.2019.00038421-2; bem como o decurso de tempo para o deslinde do mesmo, no intuito de garantir e assegurar a prevalência das condições estabelecidas pelos Princípios Constitucionais da Ampla Defesa e Contraditório, consoante assegura o art. 5º, inciso LV, da CF/88;

Considerando a observância, no diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Considerando que a dilação de prazo em nada ocasiona prejuízo às partes quanto ao andamento das averiguações pertinentes ao processo administrativo disciplinar;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 019/2018, instaurado pela Portaria nº 1931/2018; com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 8.064/2017, em desfavor do servidor S. M. A. (matrícula nº 687243-01), lotada na Secretaria de Saúde desta Municipalidade, para fins de apuração dos fatos relatados e constantes junto ao Memorando nº 329/2018/SMS, de 20/04/2018; c/c Memorando nº 309/2018/SMS, de 20/04/2018, e anexos (Anexo I à XXI); envolvendo o(a) servidor(a) supra-mencionado(a); em virtude de necessidade de apuração dos fatos constantes dos respectivos Autos; devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA Nº 0573-2019

Publicação Nº 1968774

PORTARIA Nº 0573/2019, de 01 de abril de 2019.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2019, instaurado pela Portaria nº 0203/2019 e dá outras providências."

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Considerando a observância, no diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Considerando que a dilação de prazo em nada ocasiona prejuízo às partes quanto ao andamento das averiguações pertinentes ao processo administrativo disciplinar;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2019, com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 8.064/2017, em desfavor do servidor T. D. N. (matrícula nº 833460-01), lotado na Secretaria de Educação desta Municipalidade, para fins de apuração

dos fatos relatados e constantes junto ao Memorando nº 43/2019/SEME, de 23 de janeiro de 2019, c/c Boletim de Ocorrência de Registro nº 00284-2018-0001828, de 17/12/2018, da Polícia Militar de Santa Catarina / Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina / 18º Batalhão; envolvendo o(a) servidor(a) supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo; para servidores que pratiquem infrações no exercício da função com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art. 2º - Prorrogar o afastamento preventivo do servidor do cargo por 60 (sessenta) dias, sem prejuízo da remuneração, conforme art. 212 da Lei Complementar 147/2009, tendo em vista as peculiaridades do caso, com base nos elementos colhidos nos Autos, documentos e despachos exarados, a fim de que se garanta a regular tramitação do feito;

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 0574-2019

Publicação Nº 1968776

PORTARIA Nº 0574/2019, de 01 de abril de 2019.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 004/2019, instaurado pela Portaria nº 0206/2019 e dá outras providências."

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 8.064/17 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Considerando a observância, no diz respeito aos prazos processuais, das alterações conforme disposições da Lei 13.105/2015;

Considerando que a dilação de prazo em nada ocasiona prejuízo às partes quanto ao andamento das averiguações pertinentes ao processo administrativo disciplinar;

Art.1º - Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante do Processo Administrativo Disciplinar nº 004/2019, com base e na forma dos arts. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto 6.308/2010, c/c Decreto nº 8.064/2017, em desfavor do servidor E. R. B. O. (matrícula nº 472700-09), lotado na Secretaria de Educação desta Municipalidade, para fins de apuração dos fatos relatados e constantes junto ao Memorando nº 43/2019/SEME, de 23 de janeiro de 2019, c/c Boletim de Ocorrência de Registro nº 00284-2018-0001828, de 17/12/2018, da Polícia Militar de Santa Catarina / Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina / 18º Batalhão; envolvendo o(a) servidor(a) supra-mencionado(a), em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo, para servidores que pratiquem infrações no exercício da função com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 01 de abril de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

PORTARIA Nº 19-2019-LEGISLATIVO

Publicação Nº 1968807

Portaria Nº 19, de 1º de abril de 2019.
Concede Férias e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias à funcionária Rose Marie Ulrich, ocupante do cargo de Datilógrafa/Digitadora do Quadro Único dos Servidores da Câmara Municipal, referente ao período de 2017 a 2018, na seguinte forma:
- usufruídos 18 (dezoito) dias no período compreendido entre 21 de dezembro de 2017 a 07 de janeiro de 2018 - férias coletivas;

- para usufruir de 12 (doze) dias no período compreendido entre 08/04/2019 a 19/04/2019.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento de um terço a mais do que o vencimento normal à Servidora em gozo de férias, na forma do art. 113 da Lei Complementar nº 147/2009.

Brusque, 01 de abril de 2019.

José Zancanaro

Presidente

Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC

Jefferson Silveira

Diretor Geral

PORTARIA Nº 552-2019

Publicação Nº 1968752

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 552/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
683418	1	ALMIRTO KARVAT	Secretaria de Obras e Serviços Públicos	04/04/2019	03/05/2019	30

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 29 de Março de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI

Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

RICARDO JOSÉ DE SOUZA

Secretário de Obras e Serviços Públicos

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA

Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 558-2019

Publicação Nº 1968755

PORTARIA Nº 558/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, c/c com o Decreto nº 8.064/2017;

Considerando a solicitação feita através do Ofício nº 11/2019/GAB, que solicita a prorrogação da cessão do(a) servidor(a) NELI VICENTINI SILVA, cedido através da Portaria nº 1.209/2012, bem como e Termo de Convênio nº 169/2010/001.

RESOLVE:

Art. 1º – Prorrogar, pelo prazo de 01 (um) ano, a cessão do(a) servidor(a) NELI VICENTINI SILVA, matrícula nº 6700, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO, lotado(a) na Secretaria de Orçamento e Gestão, com carga horária de 40 horas semanais, para o Fórum da Comarca de Brusque.

Parágrafo Primeiro: A Remoção se dá por interesse da Municipalidade, bem como por solicitação do Órgão, com fulcro do Art. 22 inciso I c/c § 4º da Lei 147/2009, bem como Convênio 169/2010/001 firmado entre o Município de Brusque e o Poder Judiciário – Tribunal de Justiça, com ônus para o órgão de Origem.

Parágrafo Segundo – A cessão se dá pelo prazo de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado caso haja interesse da Zona Eleitoral.

Parágrafo Terceiro: O controle e cumprimento da carga horária ficarão sob a responsabilidade do órgão de destino.

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de abril de 2019.

Registre-se e publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretária de Orçamento e Gestão
Responsável

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de recursos Humanos

PORTARIA Nº 568-2019

Publicação Nº 1968758

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 568/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
352390	3	ANGELINA LUCIA TARTER	Secretaria de Saúde	05/04/2019	04/05/2019	30
4146115	1	JULIANA ALICE DE OLIVEIRA VENTURINI	Secretaria de Saúde	05/04/2019	24/04/2019	20

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de Abril de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 569-2019

Publicação Nº 1968763

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE

Portaria nº 569/2019

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, III, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e c/c com o Decreto nº 8.064/2017. RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias ao(s) servidor(es) relacionado(s), conforme segue:

Contrato	Seq	Nome do Servidor	Lotação	Início Gozo	Final Gozo	Dias Gozo
672980	1	ROSANI ZINGELERSKI	Secretaria de Saúde	18/04/2019	02/05/2019	15

Art. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 01 de Abril de 2019.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão

Designada Responsável

HUMBERTO MARTINS FORNARI
Secretário de Saúde

ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora de Recursos Humanos

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 52/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2019

Publicação Nº 1968072

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO LICITATÓRIO 52/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2019

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2019

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE VESTIDOS DIVERSIFICADOS CURTOS E LONGOS PARA AS PRINCESAS E RAINHA DA EXPOCAÇADOR 2019.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 11/04/2019 às 16h00min.

Maiores informações poderão ser obtidas pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 02 de abril de 2019.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 53/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 1968947

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO LICITATÓRIO 53/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2019

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2019

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROMOÇÃO DE EVENTOS, PARA ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA PARTE ARTÍSTICA DA EXPOCAÇADOR A SER REALIZADA NOS DIAS 16,17,18 E 19 DE MAIO DE 2019 NO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DAS ARAUCÁRIAS, COM FORNECIMENTO DE ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS, MATERIAL GRÁFICO, SERVIÇOS ESPECIALIZADOS, DIVULGAÇÃO E PRODUÇÃO E REALIZAÇÃO DOS SHOWS, ARENA DE RODEIO E DEMAIS SERVIÇOS DESCRITO NO ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA DESTA REQUISIÇÃO.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 12/04/2019 às 14h00min.

Maiores informações poderão ser obtidas pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações – editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 01 de abril de 2019.

SAULO SPEROTTO
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 8.061

Publicação Nº 1968842

DECRETO Nº 8.061, de 27 de março de 2019.

Designa Comissão Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados os Servidores Fernando Antonio Sinhorin, Petras dos Santos, Luiz Carlos da Luz Antunes, Gilmar Calisto de Oliveira, Aldo Margotti, Edegar Roberto Mazzotti e Tarcisio Roberto Cavalcante para compor a Comissão Especial para vistorias nas oficinas que forem vencedoras de lotes do Pregão Presencial nº 20/2019 - Processo Licitatório nº 38/2019 da manutenção dos veículos.

Parágrafo único. A comissão comprovará as instalações e os equipamentos exigidos no Edital conforme Item 5.2.4.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.066

Publicação Nº 1968137

DECRETO Nº 8.066, de 28 de março de 2019.

Aprova desmembramento de terreno urbano e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 1.072,50m² (um mil, setenta e dois metros e cinquenta decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 8894, do Registro de Imóveis desta Comarca, localizado na Rua Antonio Vivan, nesta cidade, de propriedade de Gilmar Mateus Zanchi, Gilmara Maria Zanchi e Roque Antonio Zanchi, ficando após o desmembramento constituído de 03 (três) áreas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – área A, com superfície de 357,50m² (trezentos e cinquenta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), inicia no marco denominado "m0 =PP", dividindo-se com a Rua Antonio Vivan com a distância de 13.00 metros até o ponto "m1"; segue confrontando com a "área B" deste projeto de desmembramento com a distância de 27.50 metros até o ponto "m6"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 11.035 com a distância de 13.00 metros até o ponto "m7"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 10.525 com a distância de 27.50 metros até o ponto "m0 =PP"; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 357,50m².

II – área B, com superfície de 357,50m² (trezentos e cinquenta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), inicia no marco denominado "m1 =PP", dividindo-se com a Rua Antonio Vivan com a distância de 13.00 metros até o ponto "m2"; segue confrontando com a "área C" deste projeto de desmembramento com a distância de 27.50 metros até o ponto "m5"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 9.322 com a distância de 13.00 metros até o ponto "m6"; segue confrontando com a "área A" deste projeto de desmembramento com a distância de 27.50 metros até o ponto "m1=PP"; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 357,50m².

III - área C, com superfície de 357,50m² (trezentos e cinquenta e sete metros e cinquenta decímetros quadrados), inicia no marco denominado "m2 =PP", dividindo-se com a Rua Antonio Vivan com a distância de 13.00 metros até o ponto "m3"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 11.547 com a distância de 27.50 metros até o ponto "m4"; segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 9.402 com a distância de 13.00 metros até o ponto "m5"; segue confrontando com a "área B" deste projeto de desmembramento com a distância de 27.50 metros até o ponto "m2=PP"; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 357,50m².

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 3º O registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14, da Lei Complementar nº 128, de 12/05/2008.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogado o Decreto nº 7.600, de 21 de junho de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.
Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.067

Publicação Nº 1968140

DECRETO Nº 8.067, de 28 de março de 2019.

Aprova desmembramento e remembramento de terrenos urbanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com superfície de 367,00m² (trezentos e sessenta e sete metros quadrados) devidamente matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 14.540, de propriedade de Inez Santin Pereira, ficando após o desmembramento constituído de 02 (duas) áreas, com as seguintes medidas e confrontações, tudo de conformidade com o mapa e o memorial descritivo, que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – área com 60,86m² (sessenta metros e oitenta e seis decímetros quadrados) que inicia no marco denominado "m1=PP", dividindo-se com Rua Domingos Sorgatto com a distância de 12,00 metros até o ponto "m2"; Daí segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 14.537 com a distância de 13,57 metros até o ponto "m3"; Daí segue confrontando com a "Área B" deste projeto de Desmembramento com a distância de 10,58 metros até o ponto "m1 =PP"; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 60,86m².

II – área com 306,14m² (trezentos e seis metros e quatorze decímetros quadrados) que inicia no marco denominado "m0=PP", dividindo-se com Rua Domingos Sorgatto com a distância de 19,00 metros até o ponto "m1"; Daí segue confrontando com a "Área A" deste projeto de Desmembramento com a distância de 10,58 metros até o ponto "m3"; Daí segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 14.537 com a distância de 2,18 metros até o ponto "m4"; Daí segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 14.538 com a distância de 18,13 metros até o ponto "m5"; Daí segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 14.541 com a distância de 21,25 metros até o ponto "m0 =PP"; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 306,14m².

Art. 2º Fica aprovado o remembramento das áreas de terrenos urbanos abaixo descritas, com as seguintes medidas e confrontações:

I – a área descrita no art. 1º, inciso I, será lembrada a um terreno urbano com área de 423,00m² (quatrocentos e vinte e três metros quadrados) de propriedade de Michel Rodrigues de Bastiani, devidamente matriculado no Registro de Imóveis desta Comarca sob nº 14.537, resultando em uma área total com superfície de 483,86m² (quatrocentos e oitenta e três metros e oitenta e seis decímetros quadrados) que inicia no marco denominado "m1=PP", dividindo-se com Rua Domingos Sorgatto com a distância de 15,00 metros até o ponto "m2"; Daí segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 14.536 com a distância de 28,00 metros até o ponto "m3"; Daí segue confrontando com a Rua Alcides Tombini com a distância de 14,00 metros; até o ponto "m4"; Daí segue confrontando com o imóvel constante da matrícula nº 14.538 com a distância de 25,80 metros até o ponto "m5"; Daí segue confrontando com a "Área B" deste projeto de Desmembramento com a distância de 2,18 metros até o ponto "m7"; Daí segue confrontando com a "Área B" deste projeto de Desmembramento com a distância de 10,58 metros até o ponto "m1 =PP"; Início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 483,86m².

Art. 3º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento e remembramento.

Art. 4º O Registro no Cartório de Registro de Imóveis, desta Comarca, deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.069

Publicação Nº 1968874

DECRETO Nº 8.069, de 29 de março de 2019.

Aprova "Loteamento Nora", e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 - Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o "Loteamento Nora" situado na Rua Jaraguá do Sul, Bairro dos Municípios, nesta cidade de Caçador/SC, de propriedade de Fortt Caçador Construtora e Incorporadora Ltda, com área total de 12.650,27m² (doze mil, seiscentos e cinquenta metros e vinte e sete decímetros quadrados), objeto da matrícula nº 35.892 do Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, tudo em conformidade com os Mapas e o Memorial Descritivo que ficam fazendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Ficam assim distribuídas as áreas do "Loteamento Nora":

I – 6.938,86m² (seis mil, novecentos e trinta e oito metros e oitenta e seis decímetros quadrados), destinados à formação de lotes;

II – 1.577,15m² (um mil, quinhentos e setenta e sete metros e quinze decímetros quadrados), destinados à Área de Vias Públicas;

III – 1.036,66m² (um mil, trinta e seis metros e sessenta e seis decímetros quadrados), de Área Institucional;

IV – 1.122,81m² (um mil, cento e vinte e dois metros e oitenta e um decímetros quadrados), de Área Verde;

V – 1.974,79m² (um mil, novecentos e setenta e quatro metros e setenta e nove decímetros quadrados), de Área de Preservação Permanente.

Art. 3º O registro do "Loteamento Nora" no Cartório de Registro de Imóveis deverá ser feito no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação deste ato, sob pena de caducidade da aprovação.

Art. 4º Os serviços de Infraestrutura deverão ser efetuados no prazo de 12 (doze) meses e são de total responsabilidade do loteador.

Art. 5º Ficam caucionados junto à Prefeitura Municipal de Caçador os lotes de nºs 01 e 02, avaliados em R\$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) cada, totalizando R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) até que as obras de infraestrutura sejam totalmente concluídas, em cumprimento às exigências da Lei Complementar nº 128/2008 e suas alterações.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.070

Publicação Nº 1968873

DECRETO Nº 8.070, de 29 de março de 2019.

Aprova desmembramento de terreno urbano e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos da Lei Federal nº 6.766/79, Lei Estadual nº 6.063/82, Lei Complementar nº 128/2008 – Lei de Parcelamento do Solo Urbano e suas alterações,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de um terreno urbano com área total de 1.570,98m² (um mil, quinhentos e setenta metros e noventa e oito decímetros quadrados) constituído pelo lote nº 17, da quadra "K" do Distrito de Taquara Verde, objeto da matrícula nº 33.823, do Registro de Imóveis desta Comarca, de propriedade de Ivandro Ferreira dos Santos, ficando após o desmembramento constituído de 03 (três) glebas, com as seguintes medidas e confrontações, conforme mapa e memorial descritivo que ficam fazendo parte integrante do presente Decreto:

I – gleba A com superfície de 416,39m² (quatrocentos e dezesseis metros e trinta e nove decímetros quadrados) iniciando no marco denominado 'P1'; Segue confrontando com Rua Zenaide Antonio Dal Pizzol com o azimute de 77°10'45" e a distância de 10.52 m até o marco 'P5'; Segue confrontando com gleba B com o azimute de 163°26'33" e a distância de 38.83 m até o marco 'P8'; Segue confrontando com Área

Institucional 06 (Matrícula 33.959) com o azimute de 248°12'16" e a distância de 10.54 m até o marco 'P4'; Segue confrontando com Osni José Dal Pizzol (Matrícula - 33.822) com o azimute de 343°26'33" e a distância de 40.48 m até o marco 'P1'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 416.39 m².

II – gleba B com superfície de 601,21m² (seiscentos e um metros e vinte e um decímetros quadrados) iniciando no marco denominado 'P5'; Segue confrontando com Rua Zenaide Antonio Dal Pizzol com o azimute de 77°10'45" e a distância de 16.03 m até o marco 'P6'; Segue confrontando com gleba C com o azimute de 163°26'33" e a distância de 36.32 m até o marco 'P7'; Segue confrontando com Área Institucional 06 (Matrícula 33.959) com o azimute de 248°12'16" e a distância de 16.07 m até o marco 'P8'; Segue confrontando com gleba A com o azimute de 343°26'33" e a distância de 38.83 m até o marco 'P5'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 601.21 m².

III – gleba C com superfície de 553,38m² (quinhentos e cinquenta e três metros e trinta e oito decímetros quadrados) iniciando no marco denominado 'P6'; Segue confrontando com Rua Zenaide Antonio Dal Pizzol com o azimute de 77°10'45" e a distância de 11.78 m até o marco 'P2'; Segue confrontando com Área Institucional 06 (Matrícula 33.959) com o azimute de 150°10'24" e a distância de 34.67 m até o marco 'P3'; Segue com o azimute de 248°12'16" e a distância de 19.80 m até o marco 'P7'; Segue confrontando com gleba B com o azimute de 343°26'33" e a distância de 36.32 m até o marco 'P6'; início de descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 553.38 m².

Art. 2º A Prefeitura Municipal de Caçador, através de seus órgãos competentes, não se responsabiliza pela ocorrência de divergências entre as medidas e confrontações resultantes deste desmembramento.

Art. 3º O registro do Desmembramento no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca deverá ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, sob pena de caducidade da aprovação, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº 128, de 12/05/2008.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.071

Publicação Nº 1968896

DECRETO Nº 8.071, de 1º de abril de 2019.

Homologa nominata do Conselho Diretor do Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos do Município de Caçador-FAMPEC, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e de conformidade com o art. 36 da Lei Complementar nº 11, de 16/12/2000, que autoriza a criação do Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos do Município de Caçador - FAMPEC, e dá outras providências,

DECRETA :

Art. 1º Fica homologada a nominata dos Servidores Públicos Municipais indicados para compor o Conselho Diretor do Fundo de Assistência Médica e Hospitalar dos Servidores Públicos do Município de Caçador - FAMPEC, para o mandato de dois anos, conforme segue:

- I – Claudete Natus;
- II - Marisa Cristina Morona;
- III – Ricardo Azambuja;
- IV - Rosane Aparecida Cassol Piroli;
- V – Thiago Augusto Duarte.

Parágrafo único. Na primeira reunião ordinária o Conselho Diretor elegerá entre seus membros, o Presidente, o Vice-Presidente, o Secretário e o 1º e 2º Tesoureiro.

Art. 2º Ficam ainda, os Servidores Públicos Municipais nomeados investidos no pleno exercício das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 11, de 16 de dezembro de 2000.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogado o Decreto nº 7.038, de 22 de fevereiro de 2017.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 1º de abril de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

DECRETO Nº 8.072

Publicação Nº 1968857

DECRETO Nº 8.072, de 01 de abril de 2019.

Designa servidor para exercer fiscalização de contratos administrativos.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor Adalberto Gomes Ribeiro para exercer a fiscalização dos Contratos Administrativos nºs 18, 19 e 20/2019, vinculados ao Processo Licitatório nº 18/2019 – Dispensa nº 03/2019, que tem por objeto a locação de quatro salas comerciais para abrigar o núcleo tecnológico municipal, visando formação de professores da rede municipal de educação e criação de equipe multidisciplinar nas áreas de educação, saúde e assistencial, com profissionais das áreas, psicologia, fonoaudiologia, assistência social, pedagogia, psicopedagogia, orientadores de terapias e orientador social familiar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal da Administração, em 01 de abril de 2019.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 036, DE 26 DE MARÇO DE 2019 - PROCESSO SELETIVO

Publicação Nº 1968902

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 036, DE 26 DE MARÇO DE 2019.

Convoca aprovada em Processo Seletivo para o preenchimento de vaga temporária na Prefeitura Municipal de Caçador, conforme o Edital 01/2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 163, de 24 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, inciso IX da Constituição Federal e art. 17, inciso IX da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o Edital de Convocação nº 032, de 14 de janeiro de 2019,

CONSIDERANDO o não comparecimento da candidata convocada,

CONVOCA:

Art. 1º. A candidata aprovada no Processo Seletivo Público nº 01/2017, conforme listagem final de classificação homologada pelo Decreto nº 7.266, de 29 de setembro de 2017, para que compareça no Departamento de Pessoal a fim de dar andamento ao processo de contratação em seu respectivo cargo:

CARGO: ODONTÓLOGO ESF

Classificação	Nome
11	Wendy Patricia Romano

Art. 2º. A candidata deverá se apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Caçador no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data de publicação deste Edital, sob pena de não o fazendo perder o direito à vaga.

Art. 3º. A contratação dar-se-á nas condições da legislação e regulamentos específicos.

Art. 4º. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PARECER CGFMHIS 01/2019

Publicação N° 1968149

PARECER CGFMHIS N° 01/2019

Relativo à Prestação de Contas do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social- CGFMHIS no ano de 2018.

O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social- CGFMHIS, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem a Lei Municipal 2.534, de 27 de maio de 2008.

CONSIDERANDO a Reunião Ordinária do dia vinte e dois de fevereiro de 2019, Ata nº 78.

O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social- CGFMHIS avalia que foram cumpridos os Planos de Ação e Plano de Aplicação do Fundo, sendo aprovada a sua Prestação de Contas, referentes ao exercício de 2018, sendo FAVORÁVEL à SUA APROVAÇÃO TOTAL.

Caçador, 22 de fevereiro de 2019.

GICELI SANTA CLARA SALLES
PRESIDENTE DO CGFMHIS

CONSELHEIROS:

PORTARIA N° 30.436

Publicação N° 1968903

PORTARIA N° 30.436, de 28 de fevereiro de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, e em conformidade com o art. 65, § 3º, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e art. 11, do Decreto Municipal nº 4.949, de 08/08/2011, que regulamenta a prestação do serviço extraordinário,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER o pagamento das horas creditadas em banco de horas e não compensadas às Servidoras abaixo relacionadas e lotadas na Secretaria Municipal da Saúde em virtude de rescisão contratual, especificando código, nome da servidora, cargo e número de horas, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Nº de Horas
15247	Adriane Marlene Vezaro	Enfermeiro - Esf	28,5
11810	Ana Paula Simioni	Enfermeiro - Esf	24,37
13982	Gessica Costa Antunes	Agente Comunitário de Saúde	7,05
15677	Jessica Helena Da Silva	Médico	1,2

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de fevereiro de 2019.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz - SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 30.446

Publicação Nº 1968904

PORTARIA Nº 30.446, de 1º de março de 2019.

O PROCURADOR-GERAL, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com a Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, mais o previsto no art. 60, inciso I, da Lei 8.213, de 24/07/1997, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências,

CONSIDERANDO os atestados médicos apresentados no Departamento de Pessoal no período de 1º a 28 de fevereiro de 2019,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença para tratamento de saúde à Servidora abaixo relacionada e lotada na PROCURADORIA-GERAL, especificando código, nome da servidora, cargo, dias de afastamento e período, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias de afastamento	Período
10806	Joseleia Ribeiro	Auxiliar de Administração	1	01/02/2019 a 01/02/2019
10806	Joseleia Ribeiro	Auxiliar de Administração	2	04/02/2019 a 05/02/2019
10806	Joseleia Ribeiro	Auxiliar de Administração	1	26/02/2019 a 26/02/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Caçador, em 1º de março 2019.

Claudio Favero Junior – PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO.

PORTARIA Nº 30.466

Publicação Nº 1968837

PORTARIA Nº 30.466, de 11 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 71, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, a Servidora MOZARA FERREIRA DA SILVA, matrícula 14864, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental II, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, vinculada às EMEB's Esperança, Tabajara e Alto Bonito, na Secretaria Municipal da Educação e nomeada através da Portaria nº 27.745, de 24 de fevereiro de 2017.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo nos termos do art. 71, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 56, de 20 de dezembro de 2004.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 28 de janeiro de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.467

Publicação Nº 1968841

PORTARIA Nº 30.467, de 11 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 11, inciso I da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR os contratos em caráter temporário das Servidoras abaixo relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, especificando código, nome, cargo, local de lotação, carga horária e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Lotação	C.H.	Data rescisão
15296	Cláudia Gislaine Cappelletti	Professora de Ensino Fundamental I	EMEB Castelhana	40 h	04/01/2019 (término benefício INSS)
15407	Lourdes de Matias Alves	Professor de Ensino Fundamental II	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa EMEB Tabajara	20 h	21/01/2019 (término benefício INSS)
15704	Maria Helena Stefan	Professor de Ensino Fundamental I	EMEB Pierina Santin Perret	20 h	21/01/2019 (término benefício INSS)
15476	Marizete Zago	Professora de Ensino Fundamental I	EMEB Pierina Santin Perret	20 h	22/01/2019 (término benefício INSS)

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de março de 2019.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.468

Publicação Nº 1968843

PORTARIA Nº 30.468, de 11 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 11, inciso I da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR o contrato em caráter temporário da Servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Educação, especificando código, nome, cargo, local de lotação, carga horária e data da rescisão, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Local de Lotação	C.H.	Data rescisão
15292	Ana Paula de Lima Pires	Professora de Ensino Fundamental I	EMEB Rodolfo Nickel	20 h	19/01/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de março de 2019.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.477

Publicação Nº 1968845

PORTARIA Nº 30.477, de 13 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014 e na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR os profissionais a seguir relacionados, aprovados em Processo Seletivo Público para o preenchimento de cargos em caráter temporário na Secretaria Municipal da Educação, conforme o Edital SME nº 002/2018, especificando nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Local de Atuação	Motivo da contratação	Período
Adriano Cappellari	Professor de Ensino Fundamental II (Laboratório de Informática)	1/A	40	EMEB Henrique Julio Berger	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Adriana Batista Gomes de Oliveira Godinho	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Irmão Venâncio José	Vaga Vinculada - Andreia Anciutti, em Licença Maternidade, Férias e Licença Prêmio	04/02/2019 a 18/09/2019
Adriana Oliveira de Souza	Professor de Educação Infantil	1/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Vinculada - Jucelaine Tosatti, atribuição	12/02/2019 a 20/12/2019
Alessandra de Oliveira Mattos	Professor de Educação Infantil	1/A	40	CMEI Elmar Pereira Rosa	Vaga Excedente	04/02/2019 a 31/07/2019
Aline Batisstela Isotton	Secretário Escolar	1/A	40	CMEI Marinei Lopes	Vaga Excedente	21/02/2019 a 20/12/2019
Aline Dutra	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	20	EMEB Henrique Julio Berger	Vaga Vinculada - Claudia Soares, atribuição	14/02/2019 a 20/12/2019
Alonso Paes Carneiro	Professor de Ensino Fundamental II (Laboratório De Informática)	1/A	40	EMEB Henrique Julio Berger	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Amanda Padilha Machado	Secretário Escolar	1/A	40	EMEB Henrique Julio Berger	Vaga Vinculada - Carla Dallazen, Readaptada	04/02/2019 a 20/12/2019
Amur Otávio Soares	Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física)	1/A	40	32h EMEB Pierina S Perret 04h EMEB Morada do Sol	Vaga Vinculada - Roberto Hugo Ferraz	04/02/2019 a 31/03/2019
Ana Cláudia dos Santos Linz Leite	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	40	EMEB Hilda Granemann de Sousa EMEB Irmão Venâncio José	Vaga Excedente Vaga Vinculada - Andreia Anciutti em Licença Maternidade	04/02/2019 a 20/12/2019
Ana Lúcia Maceno	Professor de Ensino Fundamental I (NOA)	1/A	20	EMEB EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Ana Paula Antunes da Costa Feix	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Esperança	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Ana Paula Bertazi	Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física)	1/A	20	13h EMEB Rodolfo Nickel 03h EMEB Irmão Venâncio José 03h EMEB Morada do Sol	Vaga Vinculada - Jessica Gelinski, atribuição Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Ana Paula da Silva Batista	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Ana Paula de Lima Pires	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Vinculada - Eliziane Pegoraro em Licença para Tratamento de Saúde	04/02/2019 a 22/04/2019
Ana Paula Pereima	Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física)	1/A	30	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Vinculada - Pamela Fically, designada para o cargo de Diretora Escolar	04/02/2019 a 20/12/2019

Andreia Paraná de Oliveira	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Vinculada - Luiz Balatka, em exercício na SME	04/02/2019 a 20/12/2019
Andrielli das Graças Bueno de Freitas	Secretário Escolar	1/A	40	EMEB Morada do Sol	Vaga Vinculada - Marcia Hahn, em exercício na SME	04/02/2019 a 20/12/2019
Antonio Kleber de Oliveira Schultz	Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física)	1/A	30	12h EMEB Morada do Sol 15h EMEB Henrique Julio Berger	Vaga Vinculada - Marcos Dos Reis, atribuição Vaga Vinculada - Adalberto Ribeiro, atribuição	04/02/2019 a 20/12/2019
Arlan Carlos dos Santos Melo	Professor de Ensino Fundamental II (artes)	1/A	30	16h EMEB Henrique Julio Berger 12h EMEB Morada do Sol	Vaga Vinculada - Josete Lemos, designada para o cargo de Secretária da Educação Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Beatriz Macedo Olsen	Professor de Educação Infantil	1/A	20	EMEB Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Excedente	14/02/2019 a 31/07/2019
Bruna de Souza Goes	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Bruna Schwartz	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	40	EMEB Castelhana EMEB Esperança	Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Camila Cassia Drun	Professor de Educação Infantil	1/A	40	CMEI Marinei Lopes	Vaga Vinculada - Neiva Maffessoni, em licença prêmio	20/02/2019 a 02/03/2019
Carmen Daiana Sepulveda	Professor de Educação Infantil	1/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Vinculada - Jocilene Coldebella, atribuição	04/02/2019 a 20/12/2019
Cláudia Aparecida dos Santos Bohrer	Professor de Educação Infantil	1/A	20	EMEB Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Vinculada - Katia Moreira, atribuição	04/02/2019 a 20/12/2019
Claudia Fintsterbusch dos Santos	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Esperança	Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Cláudia Gislaine Cappelletti	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	40	EMEB Castelhana	20h- Vaga Vinculada - Fatima Hammes, designada para o cargo de Diretora Escolar 20h Vera Marcia Vesterlon, em licença prêmio	04/02/2019 a 20/12/2019
Cláudio Fernando Costa	Professor de Ensino Fundamental II (matemática)	1/A	10	05h EMEB Alcides Tombini 04h EMEB Henrique Julio Berger	Vaga Transitória Vaga Excedente	12/02/2019 a 20/12/2019
Cristiane da Silva Andrique	Professor de Ensino Fundamental II (Laboratório de Informática)	1/A	40	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Daiana Mazzotti	Professor de Educação Infantil	1/A	20	EMEB Esperança	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Daniela Kovalski	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Daniele Carlos da Silva	Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física)	1/A	10	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Vinculada - Joice Sari, em licença prêmio	04/02/2019 a 02/03/2019
Deisiane Aparecida de Paulo	Professor de Ensino Fundamental I (NOA)	1/A	40	20h EMEB Irmão Venâncio José 20h EMEB Tabajara	Vaga Transitória	18/02/2019 a 20/12/2019
Diana Mees	Professor de Educação Infantil	1/A	40	CMEI Marinei Lopes	Vaga Vinculada - Vanessa Gilioli, em licença prêmio	04/02/2019 a 01/04/2019
Dirlene Ribeiro	Professor de Educação Infantil	1/A	20	EMEB Marcos Olsen	Vaga Vinculada - Mardiori Boscari, em licença para tratamento de saúde	14/02/2019 a 31/03/2019

Ederton Santin	Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física)	1/A	20	EMEB Nossa Sra. Salete	Vaga Vinculada - Diego Bridi, em exercício na SME	04/02/2019 a 20/12/2019
Edilaine Amaral Reis	Professor de Ensino Fundamental I (NOA)	1/A	40	20h EMEB Tabajara 20h EMEB Irmão Venâncio José	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Elaine Neves Lopes	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Alto Bonito	Vaga Vinculada - Noeli Sandra Dalla-costa, em exercício na SME	04/02/2019 a 20/12/2019
Eliana Maria Teles de Sousa	Professor de Educação Infantil	1/A	20	EMEB Irmão Venâncio José (extensão EEB Dante Mosconi)	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Eliane Ribeiro dos Santos	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Alto Bonito	Vaga Vinculada - Adriana Bof, designada para o cargo de Diretora Escolar	04/02/2019 a 20/12/2019
Eliane Scotti Alvarenga	Professor de Educação Infantil	1/A	40	EMEB Marcos Olsen	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Eliane Terezinha Pellizzaro	Professor de Ensino Fundamental I (NOA)	1/A	40	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Transitória	18/02/2019 a 20/12/2019
Elinéia Dias	Professor de Educação Infantil	1/A	40	20h CMEI Santa Clara 20h EMEB Nossa Sra. Salete	Vaga Vinculada - Vanessa Zotto, atribuição Vaga Vinculada - Silvana Bardella, em exercício na SME	04/02/2019 a 20/12/2019
Elisabete de Fátima Taborda Somensi	Professor de Educação Infantil	1/A	40	EMEB Marcos Olsen	Vaga Transitória	11/02/2019 a 20/12/2019
Elitéia Dias	Professor de Educação Infantil	1/A	20	EMEB Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Vinculada - Silvane Laskoski, atribuição	04/02/2019 a 20/12/2019
Eliz Micheli Gonçalves Padilha Wagner	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga Vinculada - Marici Menegat Franco, em licença prêmio	04/02/2019 a 20/12/2019
Elizane Pedroso	Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física)	1/A	40	20h EMEB Alcides Tombini 14h EMEB Pierina Santin Perret	24h - Vaga Vinculada - Adriana Azambuja, em licença prêmio 10h - Vaga Vinculada - Andrielli Gusi, atribuição	04/02/2019 a 20/12/2019
Elizia Raposo Silva	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Nossa Sra. Salete	Vaga Vinculada - Orli Tibes, em licença prêmio	04/02/2019 a 31/07/2019
Fabiana de Fátima Rossa	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Henrique Julio Berger	Vaga Vinculada - Katia Preveda, à disposição do Fórum	04/02/2019 a 20/12/2019
Fábio Junior de Souza	Professor de Ensino Fundamental II (Filosofia)	1/A	20	13h EMEB Tabajara 05h EMEB Castelhana	Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Fabiola Morona	Secretário Escolar	1/A	20	EMEB Castelhana	Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Felipe Aloísio Cruz	Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física)	1/A	30	EMEB Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Vinculada - Marcos Reis, em licença prêmio	04/02/2019 a 02/03/2019
Filomena Maiberg da Rosa Belli	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Vereda dos Trevos	Vaga Vinculada - Airton Carlos Leite, em exercício na SME	04/02/2019 a 20/12/2019
Franciele Suelene Rosa	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Vinculada - Rosangela Balchakem licença prêmio	11/02/2019 a 20/12/2019

Giovana Figueroa Stocco	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Gisele Carlin dos Santos	Professor de Educação Infantil	1/A	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Vaga Vinculada - Mardiori Boscari, atribuição	04/02/2019 a 20/12/2019
Gislaine Aparecida Batista Vendramini	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	40	EMEB Rodolfo Nickel	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Grabriela dos Santos Lucas	Auxiliar de Biblioteca	1/A	40	EMEB Hilda Granemann de Souza	Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Hélio Pires	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	40	EMEB Esperança	Vaga Vinculada - Diego Braz De Camargo, atribuição	04/02/2019 a 20/12/2019
Ingrid Anita Bechert	Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física)	1/A	20	EMEB Padre José Chamot	Vaga Vinculada - Alexandra Balbinot, em licença para tratamento de saúde	11/02/2019 a 04/04/2019
Iolanda Anastácia Bieler	Professor de Ensino Fundamental II (Laboratório de Informática)	1/A	20	EMEB Tabajara	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Irene Leticia Dalke	Professor de Educação Infantil	1/A	40	CMEI Marinei Lopes	Vaga Vinculada - Marisete Theves, em licença prêmio	04/02/2019 a 04/04/2019
Ivete Aparecida Galon	Professor de Educação Infantil	1/A	40	EMEB Marcos Olsen	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Ivone Ribeiro Alves Carneiro	Professor de Educação Infantil	1/A	40	CMEI Elmar Pereira Rosa	Vaga Vinculada - Rita Galvan, em licença maternidade	04/02/2019 a 09/05/2019
Jadiel Issacar Oliveira Santos	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	20	EMEB Esperança	Vaga Vinculada - Silvana Bardella	04/02/2019 a 20/12/2019
Jane Regina Dallagnol	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Padre José Chamot	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Jaqueline Regina de Oliveira	Professor de Ensino Fundamental II (Laboratório de Informática)	1/A	40	30h EMEB Padre José Chamot 10h EMEB Marcos Olsen	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Joice da Silva Córdova	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Joice Porth	Professor de Educação infantil	1/A	20	EMEB Irmão Venâncio José	Vaga Excedente	04/02/2019 a 31/07/2019
Jonathan Thibes dos Santos	Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física)	1/A	40	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Vinculada - Glória Ribeiro Dos Santos, em licença para tratamento de saúde	11/02/2019 a 20/12/2019
Josely Terezinha dos Santos	Professor de Educação Infantil	1/A	20	EMEB Esperança	Vaga Excedente	04/02/2019 a 31/07/2019
Josiane Aparecida Granemann Lemos dos Santos	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Vaga Vinculada - Ligiane Scolari, em licença maternidade	04/02/2019 a 25/05/2019
Josiane Maiberg	Secretário Escolar	1/A	30	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Vaga Vinculada - Franciele Perego, em exercício na PMC	04/02/2019 a 20/12/2019
Jucilaine Terezinha Pereira	Professor de Educação Infantil	1/A	20	CMEI Santa Clara	Vaga Vinculada - Michele De Souza Santos, em exercício na PMC	04/02/2019 a 20/12/2019
Júlia Moreira Souza Czerniak de Lima	Professor de Educação Infantil	1/A	40	EMEB Marcos Olsen	Vaga Transitória	11/02/2019 a 20/12/2019
Jurandir Padilha	Professor de Ensino Fundamental II (artes)	1/A	30	16h EMEB Henrique Julio Berger 12h EMEB Morada do Sol	Vaga Vinculada - Josete Lemos, designada para o cargo de Secretária da Educação Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Kallyta Oliveira Hahn	Professor de Ensino Fundamental II (Laboratório de Informática)	1/A	40	CEU Centro de Artes e Esportes Unificado	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019

Layde Sebastiana de Souza Ferreira	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Vinculada - Ivone Dellai, em licença prêmio	04/02/2019 a 28/10/2019'
Ligia Elisabeth Motta Ribeiro	Professor de Ensino Fundamental II (geografia)	1/A	20	EMEB Henrique Julio Berger EMEB Alcides Tombini	Vaga Transitória Vaga Vinculada - Helton Calisto, em exercício na SME	13/02/2019 a 20/12/2019
Lisandro Luiz Bora Zandavalli	Professor de Ensino Fundamental II (matemática)	1/A	20	09h EMEB Alcides Tombini 08h EMEB Morada do Sol	Vaga Vinculada - Mara Lipka, licença sem ônus	04/02/2019 a 31/03/2019
Lisiane Moriggi dos Santos	Professor de Ensino Fundamental II (Laboratório. De Informática)	1/A	40	20h EMEB Castelhana 20h EMEB Nossa Sra. Salete	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Luana Andreia Bridi	Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física)	1/A	30	20h EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa 08h EMEB Irmão Venâncio José (extensão EEB Dante Mosconi)	Vaga Vinculada - Wagner Severgnini, em exercício na SME Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Luci Lucio	Professor de Educação Infantil	1/A	40	CMEI Elmar Pereira Rosa	Vaga Vinculada - Tânea Kalbunde, em licença prêmio	04/02/2019 a 02/05/2019
Luciane do Carmo Padilha	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Irmão Venâncio José	Vaga Vinculada - Adriana Campos, designada para o cargo de Diretora Escolar	04/02/2019 a 20/12/2019
Lucimari Aparecida Tonet	Professor de Ensino Fundamental I (AEE)	1/A	30	15h EMEB Alcides Tombini 15h EMEB Nossa Sra. Salete	Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Luiz André Zeredo	Professor de Ensino Fundamental II (Laboratório De Informática)	1/A	40	EMEB Morada do Sol	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Luiz Eduardo Chaves	Auxiliar de Biblioteca	1/A	40	EMEB Esperança	Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Maike Amâncio Zeigler	Professor de Ensino Fundamental II (história)	1/A	20	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Márcia Martello	Professor de Educação Infantil	1/A	40	EMEB Marcos Olsen	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Marcos Samoel dos Santos	Professor de Ensino Fundamental II (Laboratório de Informática)	1/A	40	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Margarete Tizuka Wakisono	Professor de Ensino Fundamental II (Laboratório de Informática)	1/A	30	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Maria Beatriz Konflanz	Professor de Ensino Fundamental II (matemática)	1/A	20	12h EMEB Hilda Granemann de Sousa 05h EMEB Alcides Tombini	08h- Vaga Vinculada - Daniel Rafaeli, em exercício na SME 04h- Vaga Vinculada - Aldonir Anciuti, atribuição Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Maria Salete Rech Menezes	Professor de Educação Infantil	1/A	40	20h EMEB Castelhana 20h EMEB Marcos Olsen	Vaga Vinculada - Fátima Hammes, designada para o cargo de Diretora Escolar Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Mariana Ribeiro da Cruz Branco	Professor de Educação Infantil	1/A	40	EMEB Padre José Chamot EMEB Esperança	Vaga Vinculada - Adriana Faoro, designada para o cargo de Diretora Escolar Vaga Vinculada - Andrea Comel, em exercício na SME	04/02/2019 a 20/12/2019
Marici Menegat Franco	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Maristela Perego	Professor de Ensino Fundamental II (Laboratório de Informática)	1/A	30	EMEB Alcides Tombini	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Marlei Tomazi	Professor de Educação Infantil	1/A	40	CMEI Marcos Olsen	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019

Mayara Pelegrini de Souza	Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física)	1/A	20	08h EMEB Ulysses Guimarães 08h EMEB Irmão Venâncio José (extensão EEB Dante Mosconi)	Vaga Vinculada - Pamela Fically, designada para o cargo de Diretora Escolar Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Michel Menegat Franco	Professor de Ensino Fundamental II (Laboratório de Informática)	1/A	40	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Miriane Salomoni Tesser	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Tabajara	Vaga Vinculada - Flávia Mostiak, em licença para tratamento de saúde	11/02/2019 a 15/03/2019
Olivia dos Santos Moreira	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Vinculada - Cláudia Maurílio, em licença prêmio	04/02/2019 a 30/06/2019
Pricila Justino de Souza	Professor de Educação Infantil	1/A	40	EMEB Morada do Sol EMEB Esperança	Vaga Vinculada - Jane Maristela Dos Santos, atribuição Vaga Vinculada - Marluci Dalpiaz, em exercício na SME	04/02/2019 a 20/12/2019
Priscila Schikorski Azeredo	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Rafaela Andréia Lopes	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Vaga Vinculada - Marisa Paes, licença para tratamento de saúde	04/02/2019 a 20/12/2019
Regina Aparecida Daneluz	Professor de Educação Infantil	1/A	40	EMEB Marcos Olsen	Vaga Vinculada - Mardiori Boscari, em licença para tratamento de saúde	04/02/2019 a 20/12/2019
Rita de Cássia Grobe	Professor de Educação Infantil	1/A	20	EMEB Alto Bonito	Vaga Vinculada - Rosana Macedo	04/02/2019 a 20/12/2019
Rodolfo Machado de Sousa Segundo	Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física)	1/A	20	07h EMEB Esperança 04h EMEB Maria Luiza Barbosa 04h EMEB Marcos Olsen 03h EMEB Morada do Sol	Vaga Excedente	04/02/2019 a 30/07/2019
Rodrigo Costa	Professor de Ensino Fundamental II (Educação Física)	1/A	20	15h EMEB Padre José Chamot, sendo 04h na extensão EEB Santo Damo e 08h EEB Graciosa Copetti Pereira 04h EMEB Marcos Olsen	Vaga Transitória Vaga Vinculada - Wagner Severgnini, em exercício na SME	04/02/2019 a 20/12/2019
Romy Cristine Schneider Franceschetto	Professor de Educação Infantil	1/A	40	CMEI Elmar Pereira Rosa	Vaga Vinculada - Gircela Antunes, designada para o cargo de Diretora Escolar	04/02/2019 a 20/12/2019
Rosana Tibes Peretti	Professor de Educação Infantil	1/A	40	EMEB Padre José Chamot	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Rosângela Maria Melek Laskoski	Professor de Educação Infantil	1/A	20	EMEB Nossa Sra. Salete	Vaga Vinculada - Michelle Souza Santos, em exercício na PMC	04/02/2019 a 20/12/2019
Rosicléia Alves	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Morada do Sol	Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Rozângela Pretto Vivan	Professor de Ensino Fundamental I (AEE)	1/A	40	EMEB Henrique Julio Berger	Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Samanta Mayer Martins Granemann	Professor de Educação Infantil	1/A	20	EMEB Padre José Chamot (extensão EEB Santo Damo)	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Samara Todeschini	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Rodolfo Nickel	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Samara Todeschini	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Padre José Chamot	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Samira Luana da Silva	Professor de Educação Infantil	1/A	20	EMEB Padre José Chamot (extensão EEB Graciosa Copetti Pereira)	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019

Sandra Regina dos Santos	Professor de Educação Infantil	1/A	20	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Excedente	04/02/2019 a 31/07/2019
Sara Rafaely Moreira Albiero	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Morada do Sol	Vaga Vinculada - Celso Viero, Readaptado	04/02/2019 a 20/12/2019
Shirlei Bigarella Sabini	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Sibele Baldicera	Professor de Educação Infantil	1/A	40	CMEI Elmar Pereira Rosa	Vaga Vinculada - Aline Fraga, atribuição	04/02/2019 a 20/12/2019
Silvana Granemann	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Morada do Sol	Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Silvana Solle Antunes	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Vinculada - Marília Neis Godinho, atribuição	04/02/2019 a 20/12/2019
Silvia Cristina Eichele	Professor de Educação Infantil	1/A	40	EMEB Marcos Olsen	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Silvia Daiane Calixto	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Vinculada - Isabel Salamoni, em licença prêmio	11/02/2019 a 02/08/2019
Sirlei Terezinha Tofolli	Secretário Escolar	1/A	40	EMEB Walsin Nunes Garcia	Vaga Vinculada - Bartira Tomazini, em exercício na SME	04/02/2019 a 20/12/2019
Solange Aparecida Pivotto	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	40	EMEB Pierina Santin Perret EMEB Henrique Julio Berger	Vaga Excedente Vaga Vinculada - Ivone Dellai, em licença prêmio	04/02/2019 a 20/12/2019
Solange Cristina Godoy Pontes	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	40	EMEB Esperança	20h Vaga Vinculada - Cláudia Maurílio, em licença prêmio 20h Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Solange Hude	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	40	20h EMEB Esperança 20h EMEB Morada do Sol	Vaga Vinculada - Clóris Casagrande, designada para o cargo de Diretora Escolar Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Solange Margareth Campos	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Henrique Julio Berger	Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Taciele Maria Maciel Mendes	Professor de Ensino Fundamental I (AEE)	1/A	40	20h EMEB Maria Luiza Barbosa 20h EMEB Alto Bonito	Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Tânea Maria Hoffmann	Secretário Escolar	1/A	40	CMEI Marinei Lopes	Vaga Excedente	04/02/2019 a 20/12/2019
Tatiane Aparecida Goes	Professor de Educação Infantil	1/A	20	EMEB Irmão Venâncio José (extensão EEB Dante Mosconi)	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Tatiane Solanho Cane-do Calisto	Professor de Ensino Fundamental II (Laboratório de Informática)	1/A	40	EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Tayana Dallagnol de Souza	Professor de Ensino Fundamental II (Laboratório de Informática)	1/A	20	EMEB Esperança	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Telma Nunes Neri Koehler	Professor de Educação Infantil	1/A	40	EMEB Marcos Olsen	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Thábita Alana Cachinski	Secretário Escolar	1/A	40	EMEB Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Vinculada - Karyana Alves Dos Santos, em licença sem vencimentos	04/02/2019 a 31/03/2019
Thais Velke Walter	Secretário Escolar	1/A	20	EMEB Hilda Granemann de Sousa	Vaga Vinculada - Marilucy Wierzbicki, em licença para tratamento de saúde	18/02/2019 a 20/12/2019
Thyago Weingantner de Oliveira Ramos	Professor de Ensino Fundamental II (história)	1/A	10	06h EMEB Henrique Julio Berger 03h EMEB Alto Bonito	Vaga Vinculada - Eliane Castilho, em licença para tratamento de saúde	13/02/2019 a 31/07/2019

Uliana Ilona Liszkiewicz	Secretário Escolar	1/A	40	EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Vinculada - Rosana Kormann, em licença para tratamento de saúde	12/02/2019 a 20/12/2019
Vanessa Zotto Costa	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Tabajara	Vaga Vinculada - Alda Basqueira, em licença prêmio	04/02/2019 a 20/12/2019

Art. 2º. CONTRATAR os profissionais a seguir relacionados, aprovados em Processo Seletivo Público para o preenchimento de cargos em caráter temporário na Secretaria Municipal da Educação, conforme o Edital SME nº 004/2018, especificando nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Local de Atuação	Motivo da contratação	Período
Amur Otávio Soares	Professor de Ensino Fundamental II (Projeto de Voleibol)	1/A	10	06h EMEB Henrique Júlio Berger 04h EMEB Tabajara	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Antônio Donizete Horbach	Professor de Ensino Fundamental II (Projeto de Atletismo)	1/A	40	20h EMEB Maria Luiza Martins Barbosa 20h EMEB Vereda dos Trevos	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Camila da Silva Dutra	Professor de Ensino Fundamental II (Projeto de Teatro)	1/A	10	10h CEU- Centro de Artes e Esportes Unificado	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Cleide Alves	Professor de Ensino Fundamental II (Psicopedagoga)	1/A	40	Unidades Escolares, para atuar junto ao Programa de Apoio Multidisciplinar	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Danielli Hilgert de Almeida	Professor de Ensino Fundamental II (Projeto de dança)	1/A	10	05h EMEB Rodolfo Nickel 05h EMEB Irmão Venâncio José	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Ederton Santin	Professor de Ensino Fundamental II (Projeto de Taekwondo)	1/A	20	05h EMEB Rodolfo Nickel 10h CEU- Centro de Artes e Esportes Unificado 05h EMEB Castelhana	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Eliane Aparecida Alves	Professor de Ensino Fundamental II (Projeto de Dança)	1/A	40	20h CEU- Centro de Artes e Esportes Unificado 05h EMEB Henrique Júlio Berger 05h EMEB Alto Bonito 05h EMEB Vereda dos Trevos 05 h EMEB Alcides Tombini	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Everton Luiz Correa	Professor de Ensino Fundamental II (Projeto de handebol)	1/A	10	05h EMEB Pierina Santin Perret 05h CEU- Centro de Artes e Esportes Unificado	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019

Gabrieli Ariani Fernandes	Professor de Ensino Fundamental II (Projeto de dança)	1/A	30	05h EMEB Castelha- no 05h EMEB Espe- rança 05h EMEB Ulysses Guimarães 05h EMEB Maria Luiza Martins Barbosa 05h EMEB Padre José Chamot 05h EMEB Tabajara	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Gerson José Teles de Souza	Professor de Ensino Fundamen- tal II (Projeto de Taekwondo)	1/A	40	05h EMEB Henrique Júlio Berger 10h EMEB Espe- rança 05h EMEB Tabajara 10h EMEB Pierina Santin Perret 05h EMEB Irmão Venâncio José	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Gerson Luiz Frigieri	Professor de Ensino Fundamental II (Projeto de Futsal)	1/A	40	10h EMEB Pierina Santin Perret 12h CEU- Centro de Artes e Esportes Unificado 10h EMEB Espe- rança 04h EMEB Alcides Tombini 04h EMEB Castelha- no	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Guilherme Lucas Maldonado	Professor de Ensino Fundamental II (Projeto de Judô)	1/A	20	10h CEU- Centro de Artes e Esportes Unificado 05h EMEB Pierina Santin Perret 05h EMEB Vereda dos Trevos	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Helber Pablo Ba- seggio	Professor de Ensino Fundamental II (Projeto de basque- tebol)	1/A	10	05h EMEB Alto Bonito 05h EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Joel Caetano	Professor de Ensino Fundamental II (Projeto de Capo- eira)	1/A	20	05h CEU- Centro de Artes e Esportes Unificado 03h EMEB Castelha- no 05h EMEB Tabajara 02h EMEB Padre José Chamot 05h EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Manoel de Padua Paiva Moraes	Professor de Ensino Fundamental II (Filosofia)	1/A	40	Unidades Escolares, para atuar junto ao Programa de Apoio Multidisciplinar	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Maria Eliane Gomes Farias	Professor de Ensino Fundamental II (Projeto de Arte)	1/A	10	CEU- Centro de Artes e Esportes Unificado	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Murilo Raimundo de Moraes Junior	Professor de Ensino Fundamental II (Filosofia)	1/A	40	Unidades Escolares, para atuar junto ao Programa de Apoio Multidisciplinar	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019

Narcizo Luiz Andrade	Professor de Ensino Fundamental II (Projeto de Futsal)	1/A	40	10h EMEB Henrique Júlio Berger 05h EMEB Vereda dos Trevos 05h EMEB Ulysses Guimarães 05h EMEB Alto Bonito 05h EMEB Irmão Venâncio José 05h EMEB Nossa Sra. Salete 05h EMEB Padre José Chamot	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Nilson Adelino Zart Junior	Professor de Ensino Fundamental II (Projeto de Xadrez)	1/A	20	05h CEU- Centro de Artes e Esportes Unificado 05h EMEB Alto Bonito 05h EMEB Nossa Sra. Salete 05h EMEB Esperança	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Otomar Pedro Wagner Junior	Professor de Ensino Fundamental II (Projeto de Música)	1/A	10	10h CEU- Centro de Artes e Esportes Unificado	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Reni de Jesus da Cruz Ribas	Professor de Ensino Fundamental II (Projeto de Tênis de Mesa)	1/A	10	05h EMEB Alto Bonito 05h EMEB Ulysses Guimarães	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019
Sidnei Alves Pereira	Professor de Ensino Fundamental II (Projeto de Futsal)	1/A	20	15h EMEB Professora Maria Luiza Martins Barbosa 05h EMEB Tabajara	Vaga Transitória	04/02/2019 a 20/12/2019

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 13 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.481

Publicação Nº 1968905

PORTARIA Nº 30.481, de 15 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 2º, inciso I da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

CONSIDERANDO a falta de Servidores concursados,

CONSIDERANDO que todos os candidatos aprovados para o cargo no Concurso Público e no Processo Seletivo vigentes já foram convocados,

CONSIDERANDO e o caráter essencial de atendimento à saúde da população que não pode ficar desassistida,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR JULIO CESAR DE OLIVEIRA TURKOT para exercer a função de Médico, pertencente ao Grupo Ocupacional Superior, referência 40, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vinculado à Secretaria Municipal da Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 11 de março de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 30.482

Publicação Nº 1968847

PORTARIA Nº 30.482, de 15 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 71, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, a Servidora JUCELIANE MELEK, matrícula 14209, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada à EMEB Hilda Granemann de Souza na Secretaria Municipal da Educação e nomeada através da Portaria nº 26.524, de 19 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo nos termos do art. 71, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 56, de 20 de dezembro de 2004.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de março de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.483

Publicação Nº 1968848

PORTARIA Nº 30.483, de 15 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso II da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário da Servidora JOICE PORTH, matrícula 15879, ocupante da função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e contratada através da Portaria nº 30.477, de 13 de março de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 18 de março de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.491

Publicação Nº 1968850

PORTARIA Nº 30.491, de 15 de março de 2019.

O PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto art. 90 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER férias regulamentares acrescidas do respectivo adicional à Servidora abaixo relacionada, especificando código, nome, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Período Aquisitivo	Período Gozo
4603	Edina Carla Bressan	20/02/2018 a 19/02/2019	18/03/2019 a 27/03/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Caçador, em 15 de março de 2019.

Claudio Favero Junior – PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO.

PORTARIA Nº 30.494

Publicação Nº 1968906

PORTARIA Nº 30.494, de 15 de março de 2019.

Dispõe sobre nomeação de Servidores do Magistério aprovados em Concurso Público e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, VIII, ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos, disposições estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências, alterada pela Lei Complementar nº 298, de 23 de julho de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 001/2015 e Decreto nº 6.464, de 09 de julho de 2015 que homologou o resultado final do concurso, os cidadãos abaixo relacionados para ocuparem os cargos efetivos do quadro de pessoal do Magistério Público na Secretaria Municipal da Educação, especificando nome, cargo, carga horária semanal, referência, local de lotação e data de posse, na forma que segue:

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REFERÊNCIA	LOCAL DE LOTAÇÃO	DATA DE POSSE
Vitor Thomé Cechetto	Professor de Ensino Fundamental II - Educação Física	40h	1/A	EMEB Esperança - 12h CMEI Santa Clara - 24h	04/02/2019
Rodrigo Cavalett	Professor de Ensino Fundamental II - Educação Física	40h	1/A	EMEB Marcos Olsen - 08h EMEB Nossa Sra. Salete - 04h EMEB Tabajara - 03h EMEB Henrique Júlio Berger - 03h	25/02/2019

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.496

Publicação Nº 1968851

PORTARIA Nº 30.496, de 15 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 71, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR, a pedido, a Servidora HELOISA PANISSON FAGHERAZZI, matrícula 14139, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Biblioteca, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculada à EMEB Tabajara na Secretaria Municipal da Educação e nomeada através da Portaria nº 26.524, de 17 de fevereiro de 2016.

Art. 2º. Declarar a vacância do cargo nos termos do art. 71, inciso I, da Lei Complementar Municipal nº 56, de 20 de dezembro de 2004.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 25 de fevereiro de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.500

Publicação Nº 1968907

PORTARIA Nº 30.500, de 15 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso III da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR o contrato em caráter temporário da Servidora RAFAELA ZIEGELMAIER RIBEIRO, matrícula 15543, ocupante do cargo de Psicóloga, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde e contratada pela Portaria nº 28.933, de 07 de março de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de março de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DA SAÚDE.

PORTARIA Nº 30.501

Publicação Nº 1968852

PORTARIA Nº 30.501, de 15 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública, e ainda, em conformidade com o art. 72, inciso I da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a Servidora SELMA KAUL, matrícula 15672, do cargo em comissão de Assessora de Secretário, referência CC-4, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo e nomeada pela Portaria nº 29.363, de 24 de julho de 2018.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 06 de março de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Enemir Corozzola – SECRETÁRIO DE CULTURA,
ESPORTE E TURISMO.

PORTARIA Nº 30.502

Publicação Nº 1968855

PORTARIA Nº 30.502, de 15 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19/11/2014, que dispõe sobre o modelo de gestão e a estrutura organizacional da Administração Pública, e ainda, em conformidade com o art. 72, inciso I da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art. 1º. EXONERAR a Servidora LETICIA VANDERLINDE FERNANDES, matrícula 15143, do cargo em comissão de Supervisora do Programa de Atenção à Mulher, referência CC-5, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo e nomeada pela Portaria nº 28.343, de 24 de agosto de 2017.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 06 de março de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Enemir Corozzola – SECRETÁRIO DE CULTURA,
ESPORTE E TURISMO.

PORTARIA Nº 30.506

Publicação Nº 1968858

PORTARIA Nº 30.506, de 15 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 284, de 19 de dezembro de 2014, que dispõe sobre o Modelo de Gestão e a Estrutura Organizacional da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR LOELY BELLAVER para ocupar o cargo em comissão de Assessora de Secretário, referência CC-4, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais e vinculada a Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 07 de março de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Enemir Corozzola – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE CULTURA,
ESPORTE E TURISMO

PORTARIA Nº 30.507

Publicação Nº 1968908

PORTARIA Nº 30.507, de 15 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 11, inciso II da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário das Servidoras abaixo relacionadas, lotadas na Secretaria Municipal da Educação, especificando nome, cargo, local de lotação, carga horária e data da rescisão, conforme segue:

Nome	Cargo	Local de Lotação	C.H.	Data rescisão
Edilaine Amaral Reis	Professor de Ensino Fundamental I (NOA)	EMEB Tabajara – 20 h EMEB Irmão Venâncio José – 20 h	40 h	08/02/2019
Regina Aparecida Daneluz	Professor de Educação Infantil	EMEB Marcos Olsen	40 h	13/02/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de março de 2019.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.508

Publicação Nº 1968909

PORTARIA Nº 30.508, de 15 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no artigo 11, inciso III da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR o contrato em caráter temporário dos Servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Educação, especificando nome, cargo, local de lotação, carga horária e data da rescisão, conforme segue:

Nome	Cargo	Local de Lotação	C.H.	Data rescisão
Jurandir Padilha	Professor de Ensino Fundamental II (artes)	EMEB Henrique Julio Berger EMEB Morada do Sol	30	20/02/2019
Tânea Maria Hoffmann	Secretário Escolar	CMEI Marinei Lopes	40	20/02/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 15 de março de 2019.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.511

Publicação Nº 1968910

PORTARIA Nº 30.511, de 18 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o artigo art. 29, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. SUSPENDER o estágio probatório da Servidora FRANCINE DE MATIAS, Matrícula 14599, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal da Saúde, nomeada pela Portaria nº 26.801, de 27 de abril de 2016, nos termos do art. 29, da Lei Complementar Municipal nº 56, de 20 de dezembro de 2004, para assumir cargo de Conselheira Tutelar suplente, de acordo com Resolução nº 34, de 05/12/2017, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Caçador.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 06 de fevereiro até 09 de julho de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 18 de março de 2019.

Saulo Sperotto - PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DE SAÚDE.

PORTARIA Nº 30.517

Publicação Nº 1968911

PORTARIA Nº 30.517, de 20 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no §3º do art. 124, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496, de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER conversão em dinheiro de licença-prêmio, com pagamento no mês de fevereiro, à Servidora abaixo relacionada e lotada na Secretaria Municipal da Educação, especificando código, nome, cargo, fração convertida e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Conversão	Período de aquisição
8638	Sandra Regina dos Santos	Professora de Educação Infantil	1/3	01/09/2013 a 01/09/2018

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
20 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA N° 30.518

Publicação N° 1968912

PORTARIA N° 30.518, de 20 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto § 3º do art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496, de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER conversão em dinheiro de licença-prêmio, com pagamento no mês de fevereiro, à Servidora abaixo relacionada e lotada na Secretaria Municipal de Saúde, especificando código, nome, cargo, fração convertida e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Conversão	Período de aquisição
7708	Deise Cristina Ferreira Bourcscheit	Auxiliar em Saúde Bucal	1/3	16/07/2012 a 16/07/2017

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
20 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Ademar Schmitz – SECRETÁRIO DE SAÚDE.

PORTARIA N° 30.519

Publicação N° 1968913

PORTARIA N° 30.519, de 20 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto §3º do art. 124 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.496, de 11 de abril de 2018, que nomeia comissão para avaliação de conversões de licença-prêmio e férias,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER conversão em dinheiro de licença-prêmio, com pagamento no mês de fevereiro, à Servidora abaixo relacionada e lotada na Secretaria Municipal de Administração, especificando código, nome, cargo, fração convertida e período de aquisição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Conversão	Período de aquisição
624	Mardionice Helena Pares	Auxiliar de Secretário	1/3	05/10/2013 a 05/10/2018

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
20 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Antonio Carlos Castilho – SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.527

Publicação Nº 1968914

PORTARIA Nº 30.527, de 20 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador e art. 31, da Lei Complementar nº 056, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CESSAR os efeitos da Portaria nº 28.973, de 20 de março de 2018, que colocou à disposição da Fundação Municipal de Esportes, atual Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Turismo de Caçador, para atuar como Professor de Badminton, o Servidor MARCOS RONALD STEIN, matrícula 4282 e ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental II.

Art. 2º. CESSAR os efeitos da Portaria nº 29.005, de 29 de março de 2018, que designou o Servidor supracitado para exercer Função Gratiificada – conforme Anexo único da Lei Complementar nº 76, de 22/12/2005 – na Fundação Municipal de Esportes, com a percepção de sua remuneração e mais 40% (quarenta por cento) sobre seus vencimentos básicos.

Art. 3º. DETERMINAR o retorno do Servidor para o desempenho de suas atribuições na Secretaria Municipal da Educação.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.529

Publicação Nº 1968915

PORTARIA Nº 30.529, de 20 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto nos artigos 57 e 58 da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a avaliação das condições de saúde da Servidora Cleonice Aparecida Mokfa realizada por junta médica nomeada pela Portaria nº 29.886, de 19 de novembro de 2018,

CONSIDERANDO a emissão do laudo médico e a publicidade do resultado da perícia com a descrição "Apta ao trabalho, com restrições por 90 dias, a contar de 02/11/2018", conforme Portaria nº 30.016, de 06 de dezembro de 2018,

CONSIDERANDO a ausência de ato e a necessidade de regularizar a situação funcional da Servidora,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER READAPTAÇÃO TEMPORÁRIA, pelo período de 90 (noventa) dias, à Servidora CLEONICE APARECIDA MOKFA, matrícula 3380, ocupante do cargo efetivo de Servente Educação e lotada na Secretaria Municipal da Educação, para desempenhar atividades que observem as restrições fixadas pelo Laudo de Perícia Médica.

Art. 2º. A readaptação deverá respeitar as condições verificadas em inspeção médica, conforme laudo apresentado, e a equivalência de vencimentos do cargo de concurso.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 02 de novembro de 2018.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 20 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.532

Publicação Nº 1968916

PORTARIA Nº 30.532, de 21 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 11, inciso II da Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a pedido, o contrato em caráter temporário da Servidora IVONETE RIBEIRO ALVES CARNEIRO, matrícula 15912, ocupante da função de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal da Educação e contratada através da Portaria nº 30.477, de 13 de março de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 19 de março de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 21 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.551

Publicação Nº 1968917

PORTARIA Nº 30.551, de 26 de março de 2019.

O PROCURADOR-GERAL, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com os arts. 124 e 128 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença prêmio à Servidora lotada na Procuradoria-Geral, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de aquisição	Período de gozo
10806	Joseleia Ribeiro	Auxiliar de Administração	01/03/2011 a 01/03/2016	01/04/2019 a 29/06/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Caçador, em 26 de março de 2019.

Claudio Favero Junior – PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO.

PORTARIA Nº 30.554

Publicação Nº 1968918

PORTARIA Nº 30.554, de 26 de março de 2019.

O Diretor Geral da Guarda Municipal, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com os arts. 124 e 128 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER licença prêmio ao Servidor lotado na Guarda Municipal, especificando código, nome, cargo, período de aquisição e de fruição, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Período de aquisição	Período de gozo
1444	Jose Scheffemacher Ribeiro	Guarda Patrimonial	01/11/2007 a 01/11/2012	01/04/2019 a 29/06/2019

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Diretor Geral da Guarda Municipal de Caçador, em 26 de março de 2019.

Alessandro Gonçalves – DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 30.555

Publicação Nº 1968919

PORTARIA Nº 30.555, de 26 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos, disposições estatutárias para os servidores do magistério público municipal e dá outras providências, e na Lei Complementar nº 163, de 24/02/2010, que dispõe sobre a contratação em caráter temporário, e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR os profissionais aprovados em Processo Seletivo Público para o preenchimento de funções em caráter temporário na Secretaria Municipal da Educação, conforme o Edital SME nº 002/2018, especificando nome, função, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Local de Atuação	Motivo da contratação	Período
Cristina Aparecida Beckert	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Henrique Júlio Berger	Vaga Transitória	06/03/2019 a 20/12/2019
Jussara Fonseca	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Maria Luiza Martins Barbosa	Vaga Transitória	01/03/2019 a 20/12/2019
Marcia Urupuckua Rumpel	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Pierina Santin Perret	Vaga Vinculada - Silvia Daiane Calisto em licença maternidade	01/03/2019 a 23/08/2019
Marisa Salete Ribeiro Borges Zotto	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Tabajara	Vaga Vinculada - Soeli Aparecida da Silva readaptada	06/03/2019 a 20/12/2019
Raquel Aparecida Padilha	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Esperança	Vaga Transitória	06/03/2019 a 20/12/2019
Regiane Teresinha Ribeiro Lipka	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	40	EMEB Esperança - 11h EMEB Ulysses Guimarães - 8h EMEB Tombini - 4h EMEB Pierina Santin Perret - 6h EMEB Alto Bonito - 4h EMEB Tabajara - 2h EMEB Henrique Júlio Berger - 1h	Vaga Excedente	01/03/2019 a 20/12/2019
Rosilene Aparecida Tomazini	Secretária Escolar	1/A	40	ACEIAS	Vaga Transitória	11/03/2019 a 20/12/2019
Thábita Fernandes Linhares	Professor de Ensino Fundamental I	1/A	20	EMEB Hilda Grannemann de Souza	Vaga Vinculada - Aldo Marghotti, SME	01/03/2019 a 20/12/2019

Art. 2º. CONTRATAR o profissional aprovado em Processo Seletivo Público para o preenchimento de função em caráter temporário na

Secretaria Municipal da Educação, conforme o Edital SME nº 004/2018, especificando nome, função, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Local de Atuação	Motivo da contratação	Período
Wilson Roberto Oliveira Domingos	Professor de Ensino Fundamental II (Projeto Badminton)	1/A	20	EMEB Maria Luiza Martins Barbosa - 5h Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) - 10h EMEB Vereda dos Trevos - 5h	Vaga Transitória	06/03/2019 a 20/12/2019

Art. 3º. CONTRATAR o profissional a seguir relacionado para o preenchimento de função em caráter temporário na Secretaria Municipal da Educação, especificando nome, cargo, referência, carga horária, local de atuação, motivo e período da contratação, conforme segue:

Nome	Cargo	Ref.	C.H.	Local de Atuação	Motivo da contratação	Período
José Marcos Godoy	Professor de Ensino Fundamental II (Projeto Judô)	1/A	30	EMEB Walsin Nunes Garcia - 5h EMEB Pierina Santin Perret - 5h Centro de Artes e Esportes Unificados (CEU) - 15h EMEB Vereda dos Trevos - 5h	Vaga Transitória	06/03/2019 a 20/12/2019

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito de Caçador, em 26 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.556

Publicação Nº 1968859

PORTARIA Nº 30.556, de 26 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CESSAR os efeitos da Portaria nº 27.674, de 1º de fevereiro de 2017, no que se refere à designação da Servidora LENIRA DE CÁCIA CARNEIRO RUPPEL, matrícula 432, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental I, para exercer o cargo de confiança de Diretora Escolar na EMEB Hilda Granemann de Souza.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18 de março de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.557

Publicação Nº 1968860

PORTARIA Nº 30.557, de 26 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CESSAR os efeitos do Art. 1º da Portaria nº 30.322, de 19 de fevereiro de 2019, no que se refere à designação do Servidor JALMEI ESTEFANO HERMANN, matrícula 17449, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental II, para exercer o cargo de confiança de Diretor Escolar na EMEB Alcides Tombini.

Art. 2º. CESSAR os efeitos do art. 2º da Portaria nº 30.322, de 19 de fevereiro de 2019, no que se refere à alteração da carga horária do Servidor com retorno ao cumprimento de 30 (trinta) horas semanais.

Art. 3º. CESSAR os efeitos do art. 3º da Portaria nº 30.322, de 19 de fevereiro de 2019, que suspendeu o período da avaliação do estágio probatório do Servidor em virtude do retorno ao desempenho das atribuições de seu cargo efetivo.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18 de março de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.558

Publicação Nº 1968861

PORTARIA Nº 30.558, de 26 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CESSAR os efeitos do art. 1º da Portaria nº 29.632, de 28 de setembro de 2018, no que se refere à designação da Servidora RO-SANGELA APARECIDA RIBAS DE MELLO, matrícula 2580, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais, para exercer o cargo de confiança de Diretora Escolar na EMEB Hilda Granemann de Souza.

Art. 2º. CESSAR os efeitos do art. 2º da Portaria nº 29.632, de 28 de setembro de 2018, no que se refere à alteração da carga horária da Servidora com retorno ao cumprimento de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18 de março de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.560

Publicação Nº 1968863

PORTARIA Nº 30.560, de 26 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos, disposições estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências, mais o previsto no artigo 29, § 6º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o Servidor JALMEI ESTEFANO HERMANN, matrícula 17449, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental II, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais e lotado na EMEB Hilda Granemann de Souza, para exercer o cargo de confiança de Diretor Escolar na EMEB Hilda Granemann de Souza.

Art. 2º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA do Servidor para 40 (quarenta) horas semanais enquanto durar a designação.

Art. 3º. SUSPENDER o período de avaliação do estágio probatório do Servidor, nos termos do art. 29, § 6º da Lei Complementar Municipal nº 56, de 20/12/2004, que permanecerá enquanto durar o impedimento, tempo que deverá ser repostado para findar o estágio probatório.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18 de março de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.561

Publicação Nº 1968865

PORTARIA Nº 30.561, de 26 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos, disposições estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências, mais o previsto no artigo 29, § 6º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a Servidora LENIRA DE CACIA CARNEIRO RUPPEL, matrícula 432, ocupante do cargo efetivo de Professora de Ensino Fundamental I, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e lotada na EMEB Morada do Sol, para exercer o cargo de confiança de Diretora Escolar na EMEB Alcides Tombini.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18 de março de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.562

Publicação Nº 1968867

PORTARIA Nº 30.562, de 26 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos, disposições estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências, mais o previsto no artigo 29, § 6º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a Servidora MICHELLE DE SOUZA SANTOS, matrícula 522, ocupante do cargo efetivo de Professora de Educação Infantil, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e lotada na EMEB Nossa Senhora da Salette e CMEI Santa Clara, para exercer o cargo de confiança de Diretora Escolar na EMEB Hilda Granemann de Souza.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18 de março de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.563

Publicação Nº 1968869

PORTARIA Nº 30.563, de 26 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos, disposições estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o Servidor LUIZ CARLOS BALATKA, matrícula 776, ocupante do cargo efetivo de Professor do Ensino Fundamental I e lotado na EMEB Pierina Santin Perret, para exercer o cargo de Assessor de Setor, pertencente ao grupo Ocupacional Cargo de Confiança e vinculado à Secretaria Municipal da Educação, com a percepção de sua remuneração e mais 30% (trinta por cento) sobre seus vencimentos básicos.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de fevereiro de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.564

Publicação Nº 1968870

PORTARIA Nº 30.564, de 26 de março de 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 286, de 16 de dezembro de 2014, que institui o plano de cargos, carreiras e vencimentos, disposições estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR a Servidora ROSANGELA APARECIDA RIBAS DE MELLO, matrícula 2580, ocupante do cargo efetivo de Especialista em Assuntos Educacionais e lotada na EMEB Henrique Júlio Berger, para exercer o cargo de Coordenadora de Setor, pertencente ao grupo Ocupacional Cargo de Confiança e vinculado à Secretaria Municipal da Educação, com a percepção de sua remuneração e mais 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos básicos.

Art. 2º. ALTERAR A CARGA HORÁRIA da Servidora para 40 (quarenta) horas semanais enquanto durar a designação.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 18 de março de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 26 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA
EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.565

Publicação Nº 1968872

PORTARIA Nº 30.565, de 26 de março de 2019.

O PROCURADOR-GERAL, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ascensão de nível por tempo de serviço dentro do plano de carreira à Servidora abaixo relacionada, lotada na Procuradoria Geral, a ser pago a contar do mês de MARÇO, especificando código, nome, cargo e nível ascendido:

Código	Nome	Cargo	Nível ascendido
14507	Eduarda Kutcher da Silva	Assistente Administrativo	Nível 1

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Procurador-Geral de Caçador, em 26 de março de 2019.

Claudio Favero Junior – PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO.

PORTARIA Nº 30.574

Publicação Nº 1968875

PORTARIA Nº 30.574, de 27 de março de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o que prevê o art. 114 da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER à Servidora ADRIANA APARECIDA ZENI BOF, ocupante dos cargos efetivos de Professora de Ensino Fundamental I, matrícula 10537, e Professora de Educação Infantil, matrícula 14170, lotada na Secretaria Municipal da Educação, 180 (cento e oitenta dias) dias de licença maternidade no período de 17/03/2019 a 12/09/2019, conforme atestado médico apresentado.

Art. 2º. CONCEDER à referida Servidora auxílio-natalidade no valor de um vencimento mínimo municipal, em razão do nascimento de sua filha Alice Vitoria Bof, em 17 de março de 2019.

Art. 3º. SUSPENDER o período de avaliação do estágio probatório da Servidora supracitada, nomeada pelas Portarias 20.137, de 31 de janeiro de 2011 e 26.524, de 17 de fevereiro de 2016, nos termos do art. 29, § 6º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, enquanto durar o afastamento previsto no art. 1º.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal da Educação de Caçador, em 27 de março de 2019.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.577

Publicação Nº 1968877

PORTARIA Nº 30.577, de 27 de março de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com os arts. 115 e 166, §2º da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ao Servidor AUGUSTO LEONEL RIBEIRO, matrícula 14138, ocupante do cargo efetivo de Professor de Ensino Fundamental II, com carga horária de 10 (dez) horas semanais e lotado na Secretaria Municipal da Educação, 05 (cinco) dias de licença paternidade e auxílio-natalidade no valor de um vencimento mínimo municipal, com pagamento a ser efetuado no mês de março de 2019, em razão do nascimento de seu filho José Pedro de Almeida Kirschner Ribeiro, em 16 de março de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal da Educação de Caçador, em 27 de março de 2019.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.579

Publicação Nº 1968881

PORTARIA Nº 30.579, de 28 de março de 2019.

Dispõe sobre nomeação de aprovada em Concurso Público.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 17, inciso II e do art. 79, inciso VIII ambos da Lei Orgânica do Município de Caçador, e ainda, o que prevê o art. 5º e art. 15, inciso I da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, e em conformidade com a Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o plano de cargos, vencimentos, carreira do Servidor Público Municipal, e dá outras providências, e suas alterações,

RESOLVE:

Art. 1º. NOMEAR em virtude de classificação em Concurso Público, conforme Edital nº 002/2015 e Decreto nº 6.535, de 03 de setembro de 2015 que homologou o resultado final, JULIANE APARECIDA GUIMARÃES LINHARES para ocupar o cargo de Assistente Administrativo, pertencente ao Grupo Ocupacional Administrativo, referência 14, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais.

Art. 2º. A nomeada terá o prazo de até 30 (trinta) dias para tomar posse no cargo, nos termos do art. 21 da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2014, contados da publicação do presente ato.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 28 de março de 2019.

Saulo Sperotto – PREFEITO MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 30.582

Publicação Nº 1968884

PORTARIA Nº 30.582, de 29 de março de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA FAZENDA, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 30 e seguintes da Lei Complementar nº 203, de 23 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER ascensão de nível por tempo de serviço dentro do plano de carreira à Servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal da Fazenda, a ser pago a contar do mês de MARÇO, especificando código, nome, cargo e nível ascendido:

Código	Nome	Cargo	Nível ascendido
13315	Louise Pereira Ruppel	Fiscal de Obras e Posturas	Nível 2

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Secretário Municipal de Fazenda de Caçador, em 29 de março de 2019.

Osório Elias Timmermann – SECRETÁRIO DA FAZENDA.

PORTARIA Nº 30.583

Publicação Nº 1968887

PORTARIA Nº 30.583, de 29 de março de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, mais o previsto no art. 53 da Lei Complementar nº 286, de 16/12/2014, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos, Disposições Estatutárias para os Servidores do Magistério Público Municipal e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL aos Servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Educação, em virtude da apresentação de certificado de curso de Pós-graduação, conforme Parecer Geral nº 075/2019, especificando código, nome, cargo nível/referência atual e nível/referência da progressão:

Código	Nome	Cargo	Referência Atual	Referência Nova
14181	Ana Cláudia Viero	Professor de Educação Infantil	1/A	3/A
14188	Ana Maria Proença	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	3/A
14183	Andréia Teles	Professor de Educação Infantil	1/A	3/A
14163	Andreza de Oliveira Meireles da Silva	Professor de Educação Infantil	1/A	3/A
1062	Angelica Moschetta Schneider	Professor de Educação Infantil	2/C	4/D
14207	Arielly de Kassia Durli Fonseca	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	3/A
14185	Carla Capellari Nunes	Professor de Educação Infantil	1/A	3/A
14157	Cici Josiane Bueno Nunes	Professor de Educação Infantil	1/A	3/A
14150	Cidinei Alves Moraes	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	3/A
14179	Clenir Aparecida Nurilles Rosário	Professor de Educação Infantil	1/A	3/A
14165	Daniele Jociane Fortunato	Professor de Educação Infantil	1/A	3/A
14205	Diego Braz de Camargo	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	3/A

14217	Edevan Perego	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	3/A
14155	Eduardo Langner Neri	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	3/A
14176	Eladir Maria Maciel	Professor de Educação Infantil	1/A	3/A
14519	Elisangela Cristina Kviatkovski	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	3/A
14191	Eva Katlin Zarur	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	3/A
14219	Eveline Semke Moraes	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	3/A
14190	Fernanda Pollo	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	3/A
10432	Graziela Wagner da Costa Bender	Auxiliar de Creche e Berçário	1/C	3/A
14184	Jaqueline dos Santos Gonçalves Soares	Professor de Educação Infantil	1/A	3/A
14137	Jeana Zago	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	3/A
14211	Jorge Luiz Gonçalves	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	3/A
14194	Josiane Carneiro	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	3/A
14180	Jucélia Aparecida Ferreira de Lima Palmeira	Professor de Educação Infantil	1/A	3/A
14174	Juliana Gonçalves	Professor de Educação Infantil	1/A	3/A
14206	Lisete Granemann	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	3/A
14168	Luana Rodakievis	Professor de Educação Infantil	1/A	3/A
14175	Luciana das Graças Teles de Souza	Professor de Educação Infantil	1/A	3/A
14182	Maila Debora Insberger	Professor de Educação Infantil	1/A	3/A
14164	Maria Celia Badlhuk	Professor de Educação Infantil	1/A	3/A
14182	Mariceli Adriane Krokosz	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	3/A
14223	Mário Luiz Cachinski	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	3/A
14134	Maysa Aparecida Goronski	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	3/A
14118	Regiane Meira	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	3/A
14221	Ricardo Kinal	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	3/A
14171	Roseli Correia	Professor de Educação Infantil	1/A	3/A
14199	Suzana de Oliveira Damer	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	3/A
14142	Vanessa Lopes Xavier	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	3/A
14156	Vanessa Zotto Costa	Professor de Educação Infantil	1/A	3/A
14153	Vânia Cristina Marcon da Rocha Lusa	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	3/A
14227	Veni Aparecida de Moura	Professor de Educação Infantil	1/A	3/A

Art. 2º. CONCEDER PROGRESSÃO VERTICAL aos Servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal da Educação, em virtude da apresentação de certificado de curso de Especialização – Mestrado, conforme Parecer Geral nº 075/2019, especificando código, nome, cargo nível/referência atual e nível/referência da progressão:

Código	Nome	Cargo	Referência Atual	Referência Nova
14159	Elisamara Gaspar da Silva de Moraes	Professor de Educação Infantil	1/A	5/A
14198	Juliana Tasca Olszewski	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	5/A
14204	Mauro Rogério dos Reis	Professor de Ensino Fundamental II	1/A	5/A
14202	Mayara Maria Ariotti	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	5/A
14203	Milene Santos	Especialista em Assuntos Educacionais	1/A	5/A
8512	Neiva Terezinha Boscari Maffessoni	Professor de Educação Infantil	3/C	5/A

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal da Educação de Caçador, em 29 de março de 2019.

Josete Maria de Lemos Estrowspy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

PORTARIA Nº 30.584

Publicação Nº 1968889

PORTARIA Nº 30.584, de 29 de março de 2019.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, com competência delegada pelo PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, através do Decreto nº 7.414, de 16 de fevereiro de 2018, e em conformidade com o art. 122 da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

CONSIDERANDO a licença para tratamento de assuntos particulares concedida à Servidora Conceição Aparecida Ribas da Silva, através da Portaria nº 28.091, de 08 de junho de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. INTERROMPER, a pedido, a licença para tratamento de assuntos particulares da Servidora CONCEIÇÃO APARECIDA RIBAS DA SILVA, matrícula 3589, ocupante do cargo efetivo de Servente da Educação, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e lotada na Secretaria Municipal da Educação, na EMEB Alto Bonito.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de abril de 2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Secretária Municipal da Educação de Caçador, em 29 de março de 2019.

Josete Maria de Lemos Estrowispy – SECRETÁRIA DA EDUCAÇÃO.

REPUBLIÇÃO AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019 FMS

Publicação Nº 1967952

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAÇADOR

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2019 – PREGÃO Nº 03/2019

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA E JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTRUTOR DE ARTESANATO.

ABERTURA DE ENVELOPES DIA 17/04/2019 às 14h00min.

Maiores informações poderão ser obtidas pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio na Av. Santa Catarina, 195, no horário de expediente em vigor. O edital completo encontra-se disponível no site cacador.sc.gov.br, no ícone transparência – licitações.

Caçador, 01 de abril de 2019.

ADEMAR SCHMITZ
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 46 CMS

Publicação Nº 1968080

RESOLUÇÃO 046/CMS/2019

Dispõe sobre aprovação do 3º Relatório Quadrimestral – 2018.

O Conselho Municipal de Saúde no uso de suas atribuições que lhe confere a LEI Nº 3.441, de 12 de julho de 2018.

CONSIDERANDO que o artigo 196 da Constituição Federal determina que a saúde, direito de todos e dever do Estado, seja garantida mediante políticas que visem à redução dos riscos à saúde e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde;

CONSIDERANDO o Decreto nº 7.508 de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação inter-federativa;

CONSIDERANDO Reunião da Comissão de Orçamento e Finanças do Conselho Municipal de Saúde realizada no dia 12 de março de 2019, Ata nº 01 com o Relatório Resumido de Execução Orçamentária do 3º Relatório Quadrimestral anexado.

CONSIDERANDO Reunião Extraordinária do Conselho Municipal de Saúde realizada no dia 27 de março de 2019, Ata nº 336.

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o 3º Relatório Quadrimestral do período de setembro a dezembro de 2018.

Art. 2º Faz parte integrante da presente Resolução, como anexo, o 3º Relatório Quadrimestral, conforme artigo 1º.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 27 de março de 2019

Cristiane Aline Santi

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 46 CMS - ANEXO

Publicação Nº 1968086



Secretaria Municipal de Saúde de Caçador/SC
3º RELATÓRIO QUADRIMESTRAL
Setembro /Dezembro 2018



Rua Pinheiro Machado, 184 – Vila Paraíso – Caçador-SC – 89503-079 - Fone (49) 3561-0900
E-mail: saude@cacador.sc.gov.br



APRESENTAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde de Caçador, através deste relatório, presta contas e torna públicas as ações e orçamento executados no terceiro quadrimestre de 2018, com base no Fundamento Legal na Lei Complementar 141/2012 e Portaria Ministerial 575/2012 – SARGSUS que, em atendimento a Lei Complementar nº 141, de 13 de Janeiro de 2012 em seu Artigo 36, qual estabelece que os Gestores Municipais do SUS devem apresentar os Relatórios Detalhados Quadrimestrais. Portanto, este relatório seguirá a metodologia exigida e conterá a seguinte estrutura:

- 1- Montante e fonte dos recursos aplicados no período;
- 2- Auditorias realizadas ou em fase de execução no período e suas recomendações e determinações;
- 3- Oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial própria, contratada e conveniada, cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação;

Deve seguir o modelo padronizado e aprovado pelo Conselho Nacional de Saúde, conforme Resolução nº459, de 10 de outubro de 2012, publicada no DOU nº246, de 21/12/2012.

**Identificação**

UF: SC Município: Caçador

Quadrimestre a que se refere este relatório: 3º

Detalhado do período: Setembro a Dezembro de 2018

Secretaria de Saúde

Razão Social: Fundo Municipal de Saúde de Caçador

CNPJ: 11.583.495/0001-45

Endereço: Rua Pinheiro Machado, 184 – Vila Paraíso

CEP: 89503-079

Telefone: 49 3561-0900

E-mail: saude@cacador.sc.gov.br**Secretário de Saúde**

Nome: Ademar Schmitz

Data da posse: 01/01/2017

A Secretaria de Saúde teve mais de um gestor no período a que se refere o RAG?

Não

Plano de Saúde

A Secretaria de Saúde tem Plano de Saúde? Sim

Período a que se refere o Plano de Saúde: 2018 – 2021

Status: Aprovado - Ata Data de entrega no Conselho de Saúde: 04/10/2018

**1 - MONTANTE E FONTE DOS RECURSOS APLICADOS NO PERÍODO**



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2018/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	23.201.282,00	23.201.282,00	19.316.639,41	83,26
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	6.255.662,00	6.255.662,00	5.174.681,39	82,72
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.396.395,00	2.396.395,00	2.764.673,38	115,37
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.894.116,00	7.894.116,00	7.845.539,80	99,38
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	5.251.703,00	5.251.703,00	2.032.788,18	38,71
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	211.606,00	211.606,00	164.588,01	77,78
Dívida Ativa dos Impostos	860.208,00	860.208,00	917.381,20	106,65
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	331.592,00	331.592,00	416.987,45	125,75
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	97.796.140,00	97.796.140,00	75.288.947,55	76,99
Cota-parte FPM	38.958.666,00	38.958.666,00	23.729.021,69	60,91
Cota-parte ITR	258.114,00	258.114,00	863.823,40	334,67
Cota-parte IPVA	11.111.822,00	11.111.822,00	8.196.120,03	73,76
Cota-parte ICMS	46.594.312,00	46.594.312,00	41.711.538,27	89,52
Cota-parte do IPI - Exportação	669.356,00	669.356,00	651.558,95	97,34
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	203.870,00	203.870,00	136.885,21	67,14
Desoneração ICMS (LC 87/96)	203.870,00	203.870,00	136.885,21	67,14
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	120.997.422,00	120.997.422,00	94.605.586,96	78,19

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	11.380.456,00	11.380.456,00	12.678.765,61	111,41
Provenientes da União	9.531.246,00	9.531.246,00	8.531.867,92	89,51
Provenientes dos Estados	997.523,00	997.523,00	667.393,71	66,91
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	851.687,00	851.687,00	3.479.503,98	408,54
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	2.164.558,00	2.164.558,00	3.107.402,98	143,56
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	13.545.014,00	13.545.014,00	15.786.168,59	116,55

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁷
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)x100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)x100	
DESPESAS CORRENTES	38.904.466,00	43.025.688,55	35.964.447,49	83,59	34.027.712,92	79,09	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	25.622.615,00	27.793.616,26	22.982.383,16	82,69	22.892.108,71	82,36	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	13.281.851,00	15.232.072,29	12.982.064,33	85,23	11.135.604,21	73,11	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	866.478,00	1.103.396,27	522.605,98	47,36	433.108,93	39,25	0,00
Investimentos	866.478,00	1.103.396,27	522.605,98	47,36	433.108,93	39,25	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	39.770.944,00	44.129.084,82	36.487.053,47	82,68	34.460.821,85	78,09	0,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁷
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	491.248,44	1,35	491.248,44	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	10.788.533,00	13.632.155,33	11.514.327,62	31,56	9.860.291,01	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	9.766.433,00	12.576.055,33	11.011.731,83	30,18	9.446.393,72	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2018/Bimestre Setembro-Outubro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Outros Recursos	1.022.100,00	1.056.100,00	502.595,79	1,38	413.897,29	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	10.788.533,00	13.632.155,33	12.005.576,06	32,90	10.351.539,45	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	28.982.411,00	30.496.929,49	24.481.477,41	67,10	24.109.282,40	69,96	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIib x 100)⁶ - LIMITE CONSTITUCIONAL **25,48**

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIi - (15 x IIib)/100]⁶ **9.918.444,36**

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2014 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2014 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2013 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS⁷
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	33.344.479,00	37.288.597,53	30.637.221,74	83,97	29.715.559,57	86,23	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.722.665,00	4.628.664,98	4.158.762,22	11,40	3.158.683,49	9,17	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	1.575.613,00	1.435.613,00	1.226.198,70	3,36	1.183.111,52	3,43	0,00

Continua 2 / 3



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Outubro 2018/Bimestre Setembro-Outubro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Vigilância Sanitária	480.505,00	129.754,98	108.645,54	0,30	98.661,50	0,29	0,00
Vigilância Epidemiológica	647.682,00	646.454,33	356.225,27	0,98	304.805,77	0,88	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	39.770.944,00	44.129.084,82	36.487.053,47	100,00	34.460.821,85	100,00	0,00

FONTE: Sistema e-Pública (1780-6042-732). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/02/2019 e hora de emissão: 15:32.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".

³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".

⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.

⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.

⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

SAULO SPEROTTO

Prefeito Municipal

OSÓRIO ELIAS TIMMERMANN

Secretário da Fazenda

CLAUDETE MARAFFON LEIDENS

Contador Geral

CRCSC 019.607/O-6



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2018/Bimestre Novembro-Dezembro

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)x100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	23.201.282,00	23.201.282,00	23.265.179,71	100,28
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	6.255.662,00	6.255.662,00	5.579.891,19	89,20
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	2.396.395,00	2.396.395,00	3.442.175,94	143,64
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	7.894.116,00	7.894.116,00	9.528.978,19	120,71
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	5.251.703,00	5.251.703,00	2.465.056,00	46,94
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	211.606,00	211.606,00	212.049,02	100,21
Dívida Ativa dos Impostos	860.208,00	860.208,00	1.444.418,77	167,92
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	331.592,00	331.592,00	592.610,60	178,72
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	97.796.140,00	97.796.140,00	91.675.759,56	93,74
Cota-parte FPM	38.958.666,00	38.958.666,00	29.235.111,89	75,04
Cota-parte ITR	258.114,00	258.114,00	882.414,47	341,87
Cota-parte IPVA	11.111.822,00	11.111.822,00	9.279.848,64	83,51
Cota-parte ICMS	46.594.312,00	46.594.312,00	51.324.401,40	110,15
Cota-parte do IPI - Exportação	669.356,00	669.356,00	789.868,01	118,00
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	203.870,00	203.870,00	164.115,15	80,50
Desoneração ICMS (LC 87/96)	203.870,00	203.870,00	164.115,15	80,50
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	120.997.422,00	120.997.422,00	114.940.939,27	94,99

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)x100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS	11.380.456,00	11.380.456,00	16.868.619,53	148,22
Provenientes da União	9.531.246,00	9.531.246,00	11.786.053,38	123,66
Provenientes dos Estados	997.523,00	997.523,00	823.469,21	82,55
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	851.687,00	851.687,00	4.259.096,94	500,08
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	2.164.558,00	2.164.558,00	3.873.022,78	178,93
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	13.545.014,00	13.545.014,00	20.741.642,31	153,13

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS?
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)x100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)x100	
DESPESAS CORRENTES	38.904.466,00	43.112.484,43	42.204.806,52	97,89	41.593.789,49	96,48	611.017,03
Pessoal e Encargos Sociais	25.622.615,00	28.339.016,26	28.339.016,26	100,00	28.339.016,26	100,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	13.281.851,00	14.773.468,17	13.865.790,26	93,86	13.254.773,23	89,72	611.017,03
DESPESAS DE CAPITAL	866.478,00	1.016.600,39	525.605,98	51,70	444.405,93	43,71	81.200,05
Investimentos	866.478,00	1.016.600,39	525.605,98	51,70	444.405,93	43,71	81.200,05
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	39.770.944,00	44.129.084,82	42.730.412,50	96,83	42.038.195,42	95,26	692.217,08

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS?
			Até o Bimestre (h)	% (h/IVf) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	689.832,75	1,61	689.832,75	99,66	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	10.788.533,00	13.632.155,33	12.977.438,38	30,37	12.285.221,30	1.774,76	692.217,08
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	9.766.433,00	12.576.055,33	12.293.859,55	28,77	11.648.029,79	1.682,71	645.829,76
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

1 / 3



Município de Caçador/SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2018/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Outros Recursos	1.022.100,00	1.056.100,00	683.578,83	1,60	637.191,51	92,05	46.387,32
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	10.788.533,00	13.632.155,33	13.667.271,13	31,98	12.975.054,05	1.874,42	692.217,08

TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	28.982.411,00	30.496.929,49	29.063.141,37	68,02	29.063.141,37	69,14	0,00
--	----------------------	----------------------	----------------------	--------------	----------------------	--------------	-------------

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VI(h ou i) / IIIb x 100)⁶ - LIMITE CONSTITUCIONAL	25,29
---	--------------

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIi - (15 x IIIb)/100]⁶	11.822.000,48
---	----------------------

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2016	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2015	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em 2014	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inscritos em Exercícios Anteriores a 2014 (Somatório)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, § 1º e 2º	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2018	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2017	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2016	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2015	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2014	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a 2014 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26	LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limite não cumprido em 2017	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2016	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2015	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2014	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em 2013	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores a 2013 (Somatório)	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITA EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ⁷
			Até o Bimestre (l)	% (l/total l) x100	Até o Bimestre (m)	% (m/total m) x100	
Atenção Básica	33.344.479,00	37.451.801,65	36.438.396,38	85,28	36.194.859,36	86,10	243.537,02
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.722.665,00	4.628.664,98	4.407.072,19	10,31	4.029.724,83	9,59	377.347,36
Suporte Profilático e Terapêutico	1.575.613,00	1.435.613,00	1.390.816,82	3,25	1.351.108,41	3,21	39.708,41

Continua 2 / 3

**Município de Caçador/SC****RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Período de referência: Janeiro a Dezembro 2018/Bimestre Novembro-Dezembro

Continuação

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

Vigilância Sanitária	480.505,00	129.754,98	113.753,67	0,27	112.540,81	0,27	1.212,86
Vigilância Epidemiológica	647.682,00	483.250,21	380.373,44	0,89	349.962,01	0,83	30.411,43
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	39.770.944,00	44.129.084,82	42.730.412,50	100,00	42.038.195,42	100,00	692.217,08

FONTE: Sistema e-Pública (1890-7435-322). Unidade Responsável: . Data da emissão: 27/02/2019 e hora de emissão: 15:37.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

SAULO SPEROTTO
Prefeito Municipal

OSÓRIO ELIAS TIMMERMANN
Secretário da Fazenda

CLAUDETE MARAFFON LEIDENS
Contador Geral
CRCSC 019.607/O-6



2- AUDITORIAS REALIZADAS OU EM FASE DE EXECUÇÃO DO PERÍODO E SUAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES

1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
<p>a) Auditorias em prestadores de serviço: Sem ocorrência;</p> <p>b) Hospital: Sem ocorrência;</p> <p>c) Exames Laboratórios Clínicos: Sem ocorrência;</p> <p>d) Farmácias: Sem ocorrência;</p> <p>e) Auditoria Interna: A auditoria realizada pelo Controle Interno da Prefeitura, na frota global de veículos, incluiu a frota da Secretaria Municipal de Saúde, considerando a utilização dos veículos. Segundo Daniele o relatório conclusivo foi despachado ao gestor da pasta bem como a administração municipal.</p>	<p>a) Auditorias em prestadores de serviço: Sem ocorrência;</p> <p>b) Hospital: Sem ocorrência;</p> <p>c) Exames Laboratórios Clínicos: Sem ocorrência;</p> <p>d) Farmácias: Sem ocorrência;</p> <p>e) Auditoria Interna: Sem ocorrência.</p>	<p>a) Auditorias em prestadores de serviço: Auditoria realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, recebida pelo município em 15/10/2018 "Auditoria Operacional nos consórcios Intermunicipais de Saúde, CIS/AMARP; Encaminhada toda a documentação e informação solicitada, sem resposta de conclusão até o presente momento.</p> <p>b) Hospital: Sem ocorrência;</p> <p>c) Exames Laboratórios Clínicos: Sem ocorrência;</p> <p>d) Farmácias: Sem ocorrência;</p> <p>e) Auditoria Interna: Sem ocorrência.</p>



3 - OFERTA REDE FÍSICA DE SAÚDE PÚBLICA E PRIVADA PRESTADORA DE SERVIÇOS AO SUS

3.1 DADOS DE OFERTA DE SERVIÇOS

Tipo de Estabelecimento	Total	Tipo de Gestão		
		Municipal	Estadual	Dupla
Central de Regulação de Acesso	1	1	0	0
Centro de Atenção Psicossocial	2	2	0	0
Centro de Saúde / Unidade Básica	15	15	0	0
Clínica / Centro de Especialidade	37	37	0	0
Farmácia	1	1	0	0
Hospital Especializado	1	0	1	0
Policlínica	1	1	0	0
Polo Academia da Saúde	1	1	0	0
Pronto Atendimento / UPA	1	1	0	0
Unidade de Apoio Diagnose e Terapia (SADT Isolado)	4	4	0	0
Unidade Móvel de Nível Pré-Hospitalar na área de Urgência	1	1	0	0
Consultórios Isolados	94	94	0	0
Home Care	1	1	0	0
Hospital Dia	1	1	0	0
TOTAL	59	57	2	0

Fonte: SCNES



3.2 PRODUÇÃO DE SERVIÇOS EM SAÚDE;

3.2.1 Atenção Básica

Procedimento	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Ação e Prevenção de Saúde	54.992	39.486	49.244
Finalidade Diagnóstica	60.745	13.589	65.289
Clínicos	117.942	102.832	135.660
Cirúrgicos	6.619	6.464	6.091
TOTAL	240.298	162.371	256.284

3.2.2 Saúde Bucal

3.2.2.1 Produção Equipes Saúde Bucal na Atenção Básica

Procedimento	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Consultas	5.778	8.045	6.668
Procedimentos	10.913	20.266	20.106
Atividades Coletivas (Nº Participantes)	8.253	4.773	4.473
TOTAL	24.944	33.084	31.247

3.2.2.2 Produção Equipes Centro de Especialidades Odontológicas – CEO

Procedimento	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Consultas	1.066	1.238	1.284
Procedimentos	1.299	1.483	1.279
Radiografia Panorâmica e Periapical	1.022	4.773	391
TOTAL	3.387	3.005	2.959



3.2.3 Rede de atenção psicossocial

Programa	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Saúde Mental	428	840	1.041
CAPS II e CAPS ad	3.059	7.106	4.140
Atendimentos coletivos/grupos	1.365	1795	6.232
TOTAL	4.852	9.741	11.413

3.2.4 Posto de Assistência Médica – Ambulatório Municipal de Atenção Especializada

3.2.4.1 Procedimentos

Procedimentos	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Procedimento de finalidade diagnóstica	1.000	184	265
Procedimentos Clínicas	3.175	7.581	6.604
Procedimentos Cirúrgicos	04	407	229
Fornecimento de Oxigênio Domiciliar (cilindros)	208	65	112
Fornecimento de Fraldas (unidade) para Adultos / Idosos	480	360	510



3.2.4.2 Procedimentos clínicos

Procedimentos Clínicos	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Consulta Médica em Atenção Especializada	3.170	4.449	3.648
Atendimento Clínico para Inserção de DIU	01	29	28
Criocauterização/Eleto cauterização de Colo de Útero	04	51	77
Retirada de Pontos por Paciente	-	29	8

3.2.4.3 Procedimentos com finalidade diagnóstica

Procedimentos com finalidade diagnóstica	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Eletrocardiograma	980	1.276	
Colposcopias	6	44	60
Biópsia	1	51	93
Exame Citopatológico	13	89	113
Telemedicina (Dados SES-SC)	14		
Teledermatologia (Dados SES-SC)	11	121	

3.2.4.4 Exames em geral

Exames em Geral	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Laboratório Clínico Municipal	37.547	45.952	44.740
Colposcopias	6	44	60
Biópsia	1	51	93



3.2.5.5 Agendados CISAMARP

3.2.5.5.1 Relação de exames agendados CIS AMARP – 3º quadrimestre 2018

Procedimento	Quantidade
Adenoidectomia	06
Amidalectomia	03
Amigdalectomia com Adenoidectomia	35
Angiorressonância por segmento	02
Angiotomografia arterial	05
Exames Antígenos associados à CA	122
Audiometria	01
Biometria Ocular	48
Biopsias de Próstata	08
Biopsias de Mama	07
Exames Oftalmológicos	387
Cintilografia	07
Colonoscopia	67
Complemento Cirurgia Mutirão Adenoidectomia	14
Complemento Cirurgia Mutirão Amigdalectomia	15
Complemento Cirurgia Mutirão Amigdalectomia com Adenoidectomia	32
Complemento Cirurgia Mutirão Artroplastia Parcial de Quadril	02
Complemento Cirurgia Mutirão Colectomia	25
Complemento Cirurgia Mutirão Hemorroidectomia	03
Complemento Cirurgia Mutirão Hernioplastia Epigástrica	02
Complemento Cirurgia Mutirão Hernioplastia Incisional	03
Complemento Cirurgia Mutirão Hernioplastia Inguinal Bilateral	09
Complemento Cirurgia Mutirão Hernioplastia Unilateral	09
Complemento Cirurgia Mutirão Hernioplastia Umbilical	07
Complemento Cirurgia Mutirão Histerectomia Total	01
Complemento Cirurgia Mutirão Laqueadura Tubária	13
Complemento Cirurgia Mutirão Postectomia	53
Complemento Cirurgia Mutirão Ortopedia(rutura manguito)	01
Complemento Cirurgia Mutirão Hidrocele	02
Complemento Cirurgia Mutirão Ortopedia (menisco)	01

Complemento Cirurgia Mutirão Ortopedia(tunel do carpo)	03
Complemento Cirurgia Mutirão Varizes unilateral	10
Complemento Cirurgia Mutirão Vasectomia	29
Consultas médicas Especializadas	744
Contraste para Ressonância	69
Densitometria Ossea	281
Ecocardiografia Transtorácica	115
Ecocardiografia Fetal	6
Eletroencefalograma	21
Eletroneuromiografia	14
Esofagogastroduodenoscopia	245
Espirografia	39
Histerectomia total	17
Laqueadura tubária	07
Logaudiometria	01
Mamografia	02
Exames de Monitoramento Cardíaco	05
Punção Aspirativa por Agulha Fina – PAAF	37
Radiografias	36
Ressonâncias	237
Retossigmoidoscopia	01
Sedação para Ressonância Magnética	03
Sobreaviso Buco Maxilo Facial	12
Tomografia	129
Tonometria	58
Ultrassonografias	343
Valor SUS	R\$ 140.567,42
Valor Complemento	R\$ 235.943,18
TOTAL	R\$ 376.510,06



2.5.7 Suplementação Alimentar

1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Número de atendimentos: 331		

3.2.5.8 Transporte Fora do Domicílio

1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Número de atendimentos: 4.049	4.734	4.412

3.2.5.10 Hemodiálise

1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Número de atendimentos: 864	1008	958

3.2.5.11 Fisioterapia Domiciliar

1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Número de atendimentos: 830	745	799

3.2.6 Vigilância em Saúde

3.2.6.1 Vigilância Sanitária

Na VISA realizou no ano de 2018 o total de 13.943 atendimentos, de modo geral e distribuídos conforme apresentado nos relatórios quadrimestrais abaixo;

Programa	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Saúde do Trabalhador	0	0	7
VigiÁgua	72	80	110
Outros	2621	5.144	5.909
TOTAL	2693	5.224	6.026



3.2.6.2 Vigilância Epidemiológica

Programa	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Vacinas (doses)	22.149	49.952	14.386
Campanha Multivacinação	-	8.918	0
Campanha Influenza (doses)	14.589	12.781	0
Notificações	161	169	322
Atendimentos	470	322	480
TOTAL	36.738 – doses 161 – notificações 470 –Atendimento / Consulta 10 pessoas – Capacitações	58.882 – doses 169 – notificações 322 –Atendimento / Consulta 10 reuniões UBS	14.386 – doses 322 – notificações 480 - Atendimentos Ação com teste Rápidos no Presídio – 320 testes 01 Reunião MAICÈ

3.2.6.3 Vigilância Epidemiológica – Ações

	Ação Realizada	Tipo Atendimento	Quantidade de Atendimento	Parcerias
SINAN (Sistema de Informação de Agravos de Notificação)	Digitadas	Condutas de coleta material biológico, acompanhamento médico, enfermagem e farmacêutico, fornecimento	480	Atenção Básica; Laboratório Municipal Veterinária Hospital Maicé Setor de

		medicação, visitas domiciliares e busca ativa		Transporte
SINAN	Acidente por animais peçonhentos	Notificações	12	Hospital Maicé
SINAN	Atendimento antirrábico	Atendimentos	6	Hospital Maicé
SINAN	Acidente de Trabalho Grave	Notificação	2	Hospital Maicé
SINAN	AIDS	Início Tratamento e acompanhamento mensal	12	RAS
SINAN	Acidente material biológico	Coleta; Tratamento e acompanhamento	11	Laboratórios
SINAN	Condiloma Acuminado	Acompanhamento	0	RAS
SINAN	Coqueluche	Coleta material /envio ao LACEN		SES
SINAN	Criança Exposta HIV	Coleta; Tratamento e acompanhamento	03	SES
SINAN	Dengue	Todos os casos foram com resultados negativos	4	SES
SINAN	Hanseníase	Início Tratamento e acompanhamento mensal	01	SES
SINAN	Hantavirose	Coleta; Tratamento e acompanhamento e investigação	06	SES
SINAN	Hepatites Virais	Tratamento e acompanhamento	04	SES
SINAN	Herpes Genital	Tratamento e	0	SES

	-	acompanhamento		
SINAN	Intoxicação Exógena – 39	Tratamento e acompanhamento	30	SES
SINAN	Leptospirose – 10	Coleta; Tratamento, acompanhamento e investigação	05	SES
SINAN	Meningite – outras Meningite – 2	Notificações	0	SES
SINAN	Sífilis Congênita	Tratamento e acompanhamento	0	SES
SINAN	Sífilis em adulto	Tratamento e acompanhamento	34	SES
SINAN	Sífilis em Gestante – 25	Tratamento e acompanhamento	16	SES
SINAN	Sífilis não especificada -	Tratamento e acompanhamento	34	SES
SINAN	Síndrome do Corrimento Uretral em homem -	Tratamento e acompanhamento	0	SES
SINAN	Toxoplasmose	Tratamento e acompanhamento	02	SES
SINAN	Tuberculose	Início Tratamento e acompanhamento mensal	01	SES
SINAN	Violência Interpessoal / autoprovocada	Comunicação aos órgãos competentes	53	SES
SIM (Sistema de Informação sobre Mortalidade)	Óbitos de Caçador Digitados	Investigados por causa mal definidas 152	53	Atenção Básica Hospital Maicé
SIM	Óbitos de Caçador Digitados	Investigados MIF/Materno	11	SES
SIM	Óbitos de Caçador	Fetal /Infantil	03 fetais 02 infantis	SES

	Digitados			
SIM	Criado Comitê de Investigação Mortalidade materna/Fetal e Infantil	Realizado 3 reuniões com discussão dos casos	03	SES
SIM	Participação das reuniões Comitê Regional de óbitos	Apresentado óbitos infantis e fetais	03	SES
MDDA (Monitoramento de Doenças Diarreicas Agudas)	Digitados e enviados 53 relatórios de notificações de casos de diarreia	Casos de diarreia por faixa etária: < 1 ano – 221 / 1 a 4 anos – 557 / 5 a 9 anos – 240 / 10 anos ou mais – 1979: Total Geral 2997 casos	1.125 casos	Atenção Básica
Dengue – Vigilantes	Total Armadilhas – 229	Visitadas ao mês Total ano	2.748 total	SES
	Total de pontos Estratégicos – 48	vistas mês Total ano	576 total	SES
	Levantamento de Índice e tratamento	Em 21/11/2017 no primeiro trabalho (imóveis)	não houve foco	SES
	Visitas em terrenos baldios e denúncias por escorpiões através da ouvidoria	Portfólio Vig. Epidemiológica	15	SES
SIPNI	Distribuição	São distribuídas	24.700	SES/MS

(Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações)	Imunológicos para as 8 UBS com salas de vacinas	semanalmente para as UBS o quantitativo de vacinas necessários		
	Notificações de Eventos adversos pós imunização	Solicitação ao CRIE de imuno-especial	0	SES/MS
Atendimento Médico	Consulta médica	Média de 80 consultas mês	94	SMS
Atendimento Técnicas de Enfermagem	Entrega preservativo, gel, e notificações	Média de 140	150	SMS
Atendimento Enfermeira	Consulta enfermagem e orientações individuais	Média de 20/mês	49	SMS
Atendimento Farmacêutico	Entrega e atenção farmacêutica	Media de 110/mês	520	SMS



3.3 INDICADORES DE SAÚDE SISPACTO (SISTEMA DE INFORMAÇÕES DA PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA EM SAÚDE – 2017-2021)

N	Tipo	INDICADOR	Meta 2018 Pactuad a	Unid.	1º Quad.	2º Quad.	3º Quad.
1	U	Número de óbitos prematuros (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório), câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas	110	Nº. Absoluto	22	45	37
2	E	Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (10 a 49 anos) investigados	90	%	100%	100%	100%
3	U	Proporção de registro de óbitos com causa básica definida	85	%	100%	91%	96%
4	U	Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade – Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª U dose) e Tríplice viral (1ª dose) - com cobertura vacinal preconizada	75	%	100%	92,5	90,5%
5	U	Proporção de casos de	90	%	100%	100%	100%

		doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerrados em até 60 dias após notificação					
6	U	Proporção de cura dos casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes	100	%	50%	100%	100%
7	E	Número de casos autóctones de malária	N/A	Nº. Absoluto	0	0	0
8	U	Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade	2	Nº. Absoluto	2	1	0
9	U	Número de casos novos de aids em menores de 5 anos	2	Nº. Absoluto	1	0	0
10	U	Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros coliformes totais, cloro residual livre e turbidez	55	%	72%	72%	93,72
11	U	Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos na população residente de determinado local e a população da mesma faixa etária	0,75	Razão	0,16	0,19	0,41
12	U	Razão de exames de mamografia de rastreamento, realizados em mulheres de 50 a 69 anos na população residente de determinado local e população da mesma faixa etária	0,40	Razão	0,08	0,10	0,35

13	U	Proporção de parto normal no SUS e na saúde suplementar	40	Razão	28,57%	51,90%	44,11%
14	U	Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias de 10 a 19 anos	22	Razão	6,63%	26,25%	19,7%
15	U	Taxa de mortalidade infantil	13	Nº.Absoluto	6	5	2
16	U	Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência	2	Nº.Absoluto	1	0	1
17	U	Cobertura populacional estimada pelas equipes de Atenção Básica	70	%	70%	70%	71,39%
18	U	Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de Saúde do Programa Bolsa Família (PBF)	70	%	74,60%	74,60%	79,75%
19	U	Cobertura populacional estimada de saúde bucal na Atenção Básica	55	%	59,46%	59,46%	63,34%
20	U	Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária, consideradas necessárias a todos os municípios no ano	100	%	100%	100%	100%
21	E	Ações de Matriciamento realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica (mínimo 6, ideal 12)	50	%	0	0	0
22	U	Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue	2	Nº. Absoluto	0	2	0

23	U	Proporção de preenchimento do campo “ocupação” nas notificações de agravos relacionados ao trabalho	85	%	100%	100%	100%
----	---	---	----	---	------	------	-------------

Obs.: O resultado no quadrimestre será cumulativo. Fonte Tabwin/SES

3.3.1 Considerações e justificativas dos indicadores de saúde

1 – Taxa de mortalidade prematura (de 30 a 69 anos) pelo conjunto das quatro principais doenças crônicas não transmissíveis (doenças do aparelho circulatório, câncer, diabetes e doenças respiratórias crônicas); Meta Atingida no ano ficando abaixo do limite máximo.

2 – Proporção de óbitos de mulheres em idade fértil (MIF) investigados; Meta Atingida.

3 – Proporção de registro de óbitos com causa básica definida; Meta Atingida.

4 – Proporção de vacinas selecionadas do Calendário Nacional de Vacinação para crianças menores de dois anos de idade – Pentavalente (3ª dose), Pneumocócica 10-valente (2ª dose), Poliomielite (3ª dose) e Tríplice Viral (1ª dose) – com cobertura vacinal preconizada; Meta atingida ficando acima do mínimo esperado.

5 – Proporção de casos de doenças de notificação compulsória imediata (DNCI) encerradas em até 60 dias após notificação; Meta atingida.

6 – Proporção de cura de casos novos de hanseníase diagnosticados nos anos das coortes; Meta Atingida.

7 - Número de Casos Autoctones de Malária N/A por Número Absoluto; Não se aplica.

8 – Número de casos novos de sífilis congênita em menores de um ano de idade; Resultado acumulado até o 3º quadrimestre 2018 3 Ficamos 50% acima do desejado, novas ações serão realizadas afim de melhorar este indicador.

09 – Número de casos novos de AIDS em menores de cinco anos; Meta atingida.

10 – Proporção de análises realizadas em amostras de água para consumo humano quanto aos parâmetros de coliformes totais, cloro residual livre e turbidez; - Estamos com uma avaliação satisfatória, acima da pactuação estadual.

11 – Razão de exames citopatológicos do colo do útero em mulheres de 25 a 64 anos e a (população residente de determinado) local feminina na mesma faixa etária;

No 3º quadrimestre ficamos acima dos demais, porém ficamos com a taxa de 0,25 cumulativa, deveremos intensificar as atividades para elevarmos nossas porcentagens.

12 – Razão de exames de mamografia de rastreamento realizados em mulheres de 50 a 69 anos e (população residente de determinado local) da mesma faixa etária;

Resultado do 3º quadrimestre 2018 – 0,35 – ideal acima de 0,40

Houve um acréscimo com relação aos demais quadrimestres em virtude da campanha do Outubro Rosa, ficando com a taxa cumulativa de 0,17. Devem ser feitas ações não somente no mês de campanha, porém de uma forma geral para melhora em nossos indicadores.

13 – Proporção de parto normal no Sistema Único de Saúde e na Saúde Suplementar; Superamos a meta pactuada pelo Estado.

14 – Proporção de gravidez na adolescência entre as faixas etárias 10 a 19 anos; Meta Atingida. Ficamos com a porcentagem cumulativa de 17.52%

15 – Taxa de mortalidade infantil; Meta atingida dentro do limite ficando cumulativa em 4.33% na somatória dos três quadrimestres.

16 – Número de óbitos maternos em determinado período e local de residência; Meta atingida.

17 – Cobertura populacional estimada pelas equipes de atenção básica;

A cobertura da ESF no 3º quadrimestre foi de 71.39% com base na população de estimada pelo IBGE/2019, 77.863 pessoas. Este indicador se refere a cobertura populacional pelas equipes de Atenção Básica. Foi solicitado ao Ministério da Saúde o credenciamento de mais três equipes para o ano de 2018. Sendo assim, ampliamos a cobertura com o credenciamento das ESF Jonas Ramos/Sorgatto, Unidade Sanitária e ESF Bom Jesus.

18 – Cobertura de acompanhamento das condicionalidades de saúde do Programa Bolsa Família; Meta atingida, acima do pactuado com o estado.

19 – Cobertura populacional estimada de Saúde Bucal na Atenção Básica; Meta atingida.

20 – Percentual de municípios que realizam no mínimo seis grupos de ações de Vigilância Sanitária consideradas necessárias a todos os municípios; Metas atingidas.

21 – Ações de matriciamento sistemático realizadas por CAPS com equipes de Atenção Básica; Nenhuma ação realizada, por não dispor de equipe técnica suficiente para ações junto às UBS

22 – Número de ciclos que atingiram mínimo de 80% de cobertura de imóveis visitados para controle vetorial da dengue; Meta atingida.

23 – Proporção de preenchimento do campo “ocupação” nas notificações de agravos relacionados ao trabalho; Meta atingida.



CONCLUSÃO E COMENTÁRIOS DO GESTOR

Ao concluirmos o Relatório do 3º Quadrimestre, condensamos os dados dos 23 indicadores do SISPACTO (Sistema de Informações da Pactuação Interfederativa em Saúde – 2017-2021), os indicadores que não atingiu-se as metas percebemos que historicamente os mesmos permanecem abaixo das metas almejadas, necessitando de revisão da sua metodologia de cálculo e aplicação, e, sobretudo, fica demonstrado estatisticamente a deficiência que envolvem os programas que atendem a demanda e compilam estes dados. Mas buscamos alternativas junto à equipe de Gestão de estratégias para melhorarmos nossos índices.

Consideramos, todavia, avanços na pactuação, pois nos orientamos pelos indicadores e parâmetros, as retomadas de ações estratégicas na execução e resolutividade dos problemas mais prevalentes no município e que requerem maior atenção de todas as linhas de Atenção a Saúde, bem como no aumento do quadro efetivo de servidores, principalmente nas especialidades médicas. Bem como fortalecimento junto às ações da Atenção Psicossocial e Atenção Básica

Concluindo-se assim que através dos instrumentos de planejamento e do maior controle das ações contidas nos Planos de Trabalho cumpriremos com os pactos de gestão.

Ademar Schmitz
Secretário Municipal de Saúde

Caçador, 11 de Março de 2019.

Rua Pinheiro Machado, 184 – Vila Paraíso – Caçador-SC – 89503-079 - Fone (49) 3561-0900
E-mail: saude@cacador.sc.gov.br

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA Nº 31, DE 28 DE MARÇO DE 2019.**

Publicação Nº 1968920

PORTARIA Nº 31, de 28 de março de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, da Resolução nº 04/2016, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador,

CONSIDERANDO o previsto no art. 10 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear LUANA SIBELE LISSENKO para o cargo de provimento comissionado de Assessora Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador, a contar de 01 de abril de 2019, nível CPCA 3020, com carga horária de 35 horas semanais, conforme art. 33, inciso III da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 28 de março de 2019.

Alcedir Ferlin – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 32, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1968921

PORTARIA Nº 32, de 29 de março de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, da Resolução nº 04/2016, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador,

CONSIDERANDO o previsto no art. 10 da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear ALEX MARCON para o cargo de provimento comissionado de Assessor Parlamentar de Gabinete da Câmara Municipal de Caçador, a contar de 01 de abril de 2019, nível CPCA 3020, com carga horária de 35 horas semanais, conforme art. 33, inciso III da Lei Complementar nº 113, de 20 de agosto de 2007, que dispõe sobre o Novo Plano de Carreira e de Cargos e Vencimentos dos Servidores da Câmara Municipal de Caçador.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 29 de março de 2019.

Alcedir Ferlin – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

PORTARIA Nº 33, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1968922

PORTARIA Nº 33, de 01 de abril de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CAÇADOR – SC, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 18, incisos II e XIII, da Resolução nº 04, de 14 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o Regimento Interno da Câmara Municipal do Município de Caçador,

CONSIDERANDO o previsto no art. 166 da Lei Complementar nº 56, de 20 de dezembro de 2004,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Auxílio-Natalidade, no valor equivalente ao menor vencimento do serviço público municipal, em razão do nascimento de

Laís Heberle, ao servidor Daniel Heberle, ocupante do cargo de Assistente Legislativo do quadro permanente da Câmara Municipal, com pagamento no mês de abril/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete da Presidência, em 01 de abril de 2019.

Alcedir Ferlin – PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC

PORTARIA Nº 1.347, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968809

PORTARIA nº 1.347, de 01 de abril de 2019.

Aposenta a Servidora Pública Municipal NILSE DE FATIMA DO NASCIMENTO.

O Diretor Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador - IPASC, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, em conformidade com a redação dos incisos I, II, III e IV do art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, do art. 2º, da Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005 e ainda, do art. 32 da Lei Complementar nº 291, de 29/04/2015, cumprindo determinação judicial - Antecipação de Tutela, deferida junto aos autos nº 0300361-98.2019.8.24.0012, que tramita na 2ª Vara Cível da Comarca de Caçador

RESOLVE:

Art. 1º Conceder aposentadoria por idade e tempo de contribuição à Servidora Pública Municipal NILSE DE FATIMA DO NASCIMENTO, Matrícula nº 1012 na atividade, ocupante do cargo de Especialista em Assuntos Educacionais, Referência 01, Nível E, com carga horária de 40 (Quarenta) horas semanais, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria Municipal da Educação, a contar de 1º de abril de 2019, passando à Matrícula nº 3534, no IPASC.

Art. 2º Autorizar o pagamento do benefício com proventos integrais, correspondentes a 100% (cem por cento) de sua remuneração de contribuição do mês de março de 2019, na modalidade com paridade, compreendendo o valor dos vencimentos básicos de R\$ 3.706,14 (três mil, setecentos e seis reais e quatorze centavos), adicional de triênio de R\$ 1.111,84 (um mil, cento e onze reais e oitenta e quatro centavos) e adicional de 25 anos - 6ª parte de R\$ 803,00 (Oitocentos e três reais), totalizando R\$ 5.620,98 (Cinco mil, seiscentos e vinte reais e noventa e oito centavos).

Parágrafo único. As despesas decorrentes com a execução desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador- IPASC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, em 01 de abril de 2019.

Fábio Deniz Casagrande - DIRETOR PRESIDENTE.

Caibi

PREFEITURA

ATO CONVOCATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL RP 021/2019

Publicação Nº 1967893

ATO CONVOCATÓRIO
PARA REUNIÃO DE JULGAMENTO

A Pregoeira do Município de Caibi - SC, nomeada pelo Decreto nº 260/2018 de 28 de Dezembro de 2018 no uso de suas atribuições legais, faz saber a sua Equipe de Apoio e aos demais interessados que foi designado por este ato o dia 12/04/2019 às 08:30 horas, como prazo limite para credenciamento, entrega dos envelopes e início do julgamento das propostas de preços e habilitação relativos ao Processo Licitatório Nº 036/2019, do tipo Menor Preço –Unitário na modalidade Pregão Presencial RP Nº 021/2019 que tem por objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO HORIZONTAL VIÁRIA NO MUNICÍPIO DE CAIBI –SC, onde se realizará na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi, conforme de costume.

Afixe-se no local de costume.

Caibi –SC, 01 de Abril de 2019.

CASSIANE PIGNAT BEILKE
Pregoeira

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL RP Nº 021/2019

Publicação Nº 1967889

MUNICIPIO DE CAIBI - AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Caibi/SC torna público que se encontra aberto Processo Licitatório Nº 036/2019 na modalidade Pregão Presencial RP Nº 021/2019 que tem por objeto Registro de Preços para eventual Contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de sinalização horizontal viária no Município de Caibi -SC do tipo menor preço – Unitário cujo recebimento dos envelopes contendo a Proposta Comercial e a Habilitação serão recebidos pela Pregoeira na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Caibi - SC, sita à Rua dos Imigrantes, 499 - Centro, CEP 89.888-000, até às 08:30 horas do dia 12/04/2019 no mesmo local, iniciando-se os procedimentos de credenciamento, abertura dos envelopes e julgamento das propostas. Maiores Informações poderão ser obtidas junto ao setor de Compras e Licitações, a integra do edital esta disponível no endereço eletrônico www.caibi.sc.gov.br, fone (49)3648-0211. Caibi-SC 01 de Abril de 2019. Eloi José Libano. Prefeito Municipal.

DECRETO 45/2019

Publicação Nº 1967260

DECRETO Nº. 045/2019 DE 21 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o inciso I do artigo 5º. da Lei Municipal Nº. 2549/2018, de 20 de dezembro de 2018, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 11.537,21 (vinte e sete mil, quinhentos e trinta e sete reais e vinte e um centavos) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2018, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

QUADRO I

ÓRGÃO 09 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

154520015.2.029 – MANUT.DAS ATIV.DO DPTO.DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

(1013) – Fonte: 1055 Convênio CASAN Reforma de Vias Urbanas R\$ 11.537,21

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do excesso de arrecadação do exercício de 2018 da fonte de recursos 1055 Convênio CASAN Reforma de Vias Urbanas no valor de R\$ 11.537,21.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 21 de março de 2019.

ELÓI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO 46/2019

Publicação N° 1967266

DECRETO N°. 046/2019 DE 21 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar por superávit financeiro e dá outras providências.

ELOI JOSE LIBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com parágrafo 1º. inciso II do artigo 5º. da Lei Municipal N°. 2549/2018 de 20 de dezembro de 2018, decreta:

Art. 1º. – Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 1.463,01 (mil quatrocentos e sessenta e três reais e um centavo) no orçamento do município de Caibi SC para o exercício de 2019, conforme demonstrado no Quadro I abaixo:

QUADRO I

ÓRGÃO 09 SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

UNIDADE 01 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

154520015.2.029 – MANUT.DAS ATIV.DO DPTO.DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

3.3.90 – Outras Despesas Correntes – Aplicações Diretas

(1015) – Fonte: 3055 Superávit Convênio CASAN Reforma de Vias Urbanas ... R\$ 1.463,01

Art. 2º. – Para Fazer face a suplementação de que trata o artigo 1º., serão utilizados recursos do superávit financeiro do exercício de 2018 da fonte 3055 Superávit Convênio CASAN Reforma de Vias Urbanas no valor de R\$ 1.463,01.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Caibi SC, em 21 de março de 2019.

ELOI JOSE LIBANO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no diário oficial dos municípios

DIRLEI LEMES DE ALMEIDA

Secretário de Administração e Planejamento

DECRETO 50/2019

Publicação N° 1967169

DECRETO nº 050/2019, de 29 de Março de 2019.

Determina a Instauração de Processo Administrativo Tributário, designa Servidor Municipal e dá outras providências.

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista Requerimento do Contribuinte HUAWEI Serviços do Brasil Ltda, RESOLVE:

Determinar a Instauração de Processo Administrativo Tributário, para apurar a baixa pretendida no valor de R\$ 625,32 (seiscentos e vinte e cinco reais e trinta e dois centavos) referentes ao Lançamento de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS, lançados pela Fazenda Municipal em nome do Contribuinte pelo Contribuinte HUAWEI Serviços do Brasil Ltda, inscrita no CNPJ nº 06.126.425/0001-28, com sede na Avenida Jerome Case, nº 2600, na cidade de Sorocaba/SP.

Nomear o servidor Municipal Idevaldo Antonio Dal Cero, para proceder averiguações sobre o fato acima narrado e emitir relatório conclusivo, relatando se houve o lançamento em duplicidade.

E para que produza seus efeitos legais e reais, foi expedido o presente ato.

Prefeitura Municipal de Caibi SC,

Em 29 de Março de 2019.

ELOI JOSÉ LÍBANO

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios

Dirlei Lemes de Almeida
Secretário Municipal de Administração e Planejamento

EXTRATO DA RESCISÃO AO CONTRATO Nº 140/2015

Publicação Nº 1967272

EXTRATO DA RESCISÃO CONTRATUAL

AO CONTRATO Nº 140/2015

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAIBI

CONTRATADO: ANDRIELI PELLIZZER MEI

OBJETO: O presente termo tem por objeto a rescisão do Contrato original nº 140/2015 e seus respectivos aditivos, onde de comum acordo decidiram as partes pela rescisão do contrato.

DATA DA RESCISÃO: 29/03/2019

VIGÊNCIA: 23/12/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 081/2015

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 041/2015

EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/2019

Publicação Nº 1967269

EXTRATO DO CONTRATO Nº 070/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAIBI

CONTRATADO: ANDRIELI PELLIZZER MEI

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA O ANO LETIVO DE 2019, CONFORME CALENDÁRIO ESCOLAR APROVADO PELA SECRETÁRIA ESTADUAL E MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,

VALOR: 85.050,00(oitenta e cinco mil e cinquenta reais)

FIRMADO: 01/04/2019

VIGÊNCIA: 31/12/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2019

MODALIDADE: Pregão Presencial Nº 016/2019

PORTARIA 206/19

Publicação Nº 1968092

PORTARIA N.º 206/19

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS ao Servidor Municipal DIRLEI LEMES DE ALMEIDA , matrícula nº 9066-2, ocupante do cargo de DIRETOR GERAL CC 01 , enquadrado junto ao Departamento Municipal de Administração , com carga horária de 40 horas semanais, com período aquisitivo de 09/01/2018 à 08/01/2019, pelo período de 20 dias com início em 01/04/2019 à 20/04/2019, conforme lhe confere o direito .

O Servidor receberá abono pecuniário e 1/3 constitucional .

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se e publique-se

Gabinete do prefeito, 01 de abril de 2019.

Eloi José Líbano

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data acima

Dirlei Lemes de Almeida

Diretor de Administração

PORTARIA 207/19

Publicação N° 1968426

PORTARIA N° 207/19

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

ADMITIR, a Senhora DEISE MARA SASSO, matrícula n.º 9384-0, para atuar no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE, no período de 01/04/2019 à 30/03/2020, com lotação junto a Secretaria Municipal de Saúde, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo os vencimentos correspondentes ao piso salarial da categoria.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 01 de abril de 2019.

Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de administração

PORTARIA 208/19

Publicação N° 1968471

PORTARIA N° 208/19

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER 6% (SEIS POR CENTO) DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO a Servidora Municipal Srta. MARIA GUARDA FRANÇA MARASQUINI, matrícula 9023-9, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Esportes, com jornada semanal de 40 horas, conforme direito previsto no Artigo 62 do Estatuto dos Servidores Municipais.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 01 de Abril de 2019
Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de Administração

PORTARIA 209/19

Publicação N° 1968501

PORTARIA N° 209/19

ELOI JOSÉ LÍBANO, Prefeito Municipal de Caibi, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legalmente conferidas,

RESOLVE:

CONCEDER 6% (SEIS POR CENTO) DE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO ao Servidor Municipal Sr. ANDERSON LUIZ AREND, matrícula 9024-7, exercendo a função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com jornada semanal de 40 horas, conforme direito previsto no Artigo 62 do Estatuto dos Servidores Municipais.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Gabinete do Prefeito, 01 de Abril de 2019
Eloi José Líbano
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra

Dirlei Lemes de Almeida
Diretor de Administração

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO 52019

Publicação Nº 1968111

CONTRATO N.º 05/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE CAIBI, ESTADO DE SANTA CATARINA, E O CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

Pelo presente instrumento, a Câmara Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.182.890/0001-28, com sede na Avenida Progresso, n.º 557, centro, município de Caibi/SC, CEP 89888-000, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Neocir Parizotti, brasileiro, casado, vereador, inscrito no CPF sob o n.º 492.114.559-87, doravante denominada CONTRATANTE, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1.885, Centro Executivo Imperatriz, sala 102, Bairro Canto, CEP 88.070-800, na cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, ajustam entre si a presente contratação, regida nos termos das cláusulas abaixo estipuladas.

A sua formalização direta está autorizada no processo de contratação, com fulcro no artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 11.107/05; no artigo 18 do Decreto Federal n.º 6.017/07; no artigo 24, inciso XIII, primeira parte, e inciso XVI, segunda parte, da Lei Federal n.º 8.666/93; e na Lei Orgânica Municipal.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é a prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação, pela CONTRATADA, ao Sistema Programa Gestão das Câmaras de Vereadores, que envolve as seguintes atividades:

- I – promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina;
- II – inclusão digital das Câmaras de Vereadores;
- III – disponibilização de informações e serviços ao cidadão;
- IV – acompanhamento on-line dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores;
- V – divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios;
- VI – promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal;
- VII – economia dos recursos públicos.

Parágrafo único.

O detalhamento técnico, contendo as descrições pormenorizadas dos serviços prestados pela CONTRATADA, consta no “Caderno de Serviços” do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, disponível em seu sítio eletrônico.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DURAÇÃO

O presente contrato terá vigência de 1 de abril de 2019 até 31 de dezembro de 2019, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes, até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, nos termos do artigo 57, inciso IV, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ 2.520,00 (dois mil quinhentos e vinte reais), para os serviços previstos na Cláusula Primeira e para a totalidade do período mencionado na Cláusula Segunda, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	VALOR MENSAL EXERCÍCIO 2019	TOTAL ANUAL EXERCÍCIO 2019
1	Gestão das Câmaras de Vereadores	R\$ 280,00	R\$ 2.520,00

VALOR DO CONTRATO PARA O EXERCÍCIO 2019		R\$ 2.520,00
---	--	--------------

Parágrafo primeiro.

Os valores indicados têm por base a Tabela de Preços da CONTRATADA para o Exercício 2019, para a Administração Pública, aprovada pela Assembleia Geral do CIGA e constante de Resolução expedida pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo segundo.

A Tabela de Preços da CONTRATADA, de que trata esta Cláusula, poderá ser corrigida anualmente, com efeitos a partir do dia 1º do mês de janeiro do ano subsequente, conforme variações aprovadas pela Assembleia Geral do CIGA e constantes em Resoluções expedidas pelo Presidente do CIGA.

Parágrafo terceiro.

Quando solicitado pela CONTRATANTE, o atendimento "in loco" poderá ser realizado mediante disponibilidade técnica e reembolso, por parte da CONTRATANTE, dos gastos com deslocamento (R\$ 0,80/Km) e hora técnica (R\$ 160,00).

Parágrafo quarto.

A customização do sistema contratado pela CONTRATANTE, em aspectos não previstos no presente contrato e desde que haja comum acordo, poderá ser realizada mediante a cobrança de hora técnica (R\$ 160,00).

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

A CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ 2.520,00 (dois mil e quinhentos e vinte reais) em 09 (nove) parcelas, no valor de R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) cada uma delas, sendo efetuadas por meio de boletos de pagamento referentes aos serviços prestados, emitidos mensal, sucessiva e diretamente pela CONTRATADA, com vencimento até o último dia útil de cada mês.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO DE PREÇOS

É permitida a alteração do valor do Contrato e dos preços, explicitados na Cláusula Terceira, com o objetivo de restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre encargos da CONTRATADA e a retribuição da CONTRATANTE, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nas seguintes hipóteses, conforme artigo 65, inciso II, alínea 'd', da Lei n.º 8.666/93:

- Ocorrerem fatos imprevisíveis;
- Ocorrerem fatos previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadoras ou impeditivas da execução do ajustado;
- Em caso de força maior ou caso fortuito; e
- Ocorrendo fato do príncipe.

Parágrafo único.

É também permitida a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso, quando ocorrer criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos, encargos legais ou a superveniência de disposições legais, após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, nos termos do artigo 65, § 5º, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A CONTRATANTE compromete-se a empenhar os valores decorrentes deste contrato de prestação de serviços de acordo com a dotação orçamentária n.º 3.3.93.40.99 (Serviços de Tecnologia da Informação), prevista no orçamento da Câmara Municipal para o exercício de 2019.

Parágrafo único.

As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

Por este Contrato obrigam-se as partes a promover a articulação entre os técnicos diretamente envolvidos no processo para a realização das ações necessárias à consecução do contratado.

Parágrafo primeiro.

Das responsabilidades da CONTRATANTE:

- Fazer com que seus empregados e prepostos respeitem as normas e regulamentos da CONTRATADA, aplicáveis à execução dos serviços;
- Viabilizar os recursos orçamentários para pagamento dos serviços previstos no presente contrato e em conformidade com a Cláusula Sexta, sob pena de rescisão contratual, após prévia suspensão dos serviços prestados pela CONTRATADA;
- 1) A rescisão contratual não exime a CONTRATANTE do pagamento de débitos decorrentes do tempo em que permaneceu inadimplente;
- Transmitir os dados e informações necessários à prestação adequada dos serviços contratados;
- Responsabilizar-se pelo uso das informações disponibilizadas e definir a autorização de acesso aos diversos usuários de sua responsabilidade;
- Implementar políticas ou procedimentos para controle de acesso aos recursos de computação e redes, disponibilizados pela CONTRATADA;
- Comunicar à CONTRATADA qualquer anormalidade ocorrida na execução do objeto, diligenciando para que as irregularidades ou falhas sejam plenamente corrigidas; e
- A CONTRATANTE declara que adota políticas ou procedimentos para impedir práticas que desrespeitem a legislação em vigor, contrárias aos usos e costumes considerados razoáveis e aceitos no ambiente da internet ou que comprometam a imagem da CONTRATADA e de seus entes consorciados.

Parágrafo segundo.

Das responsabilidades da CONTRATADA:

- a) Executar os serviços de acordo com a legislação, normas técnicas, padrões e especificações pertinentes;
- b) Executar os serviços descritos no presente Contrato, nas condições nele estabelecidas;
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE;
- d) Adotar medidas, padrões de segurança de acesso e de integridade dos dados. Procedimentos especiais de segurança serão objeto de acordo específico entre as partes;
- e) Manter equipe de profissionais especializados, capaz de prestar suporte à CONTRATANTE em prazo razoável;
- f) Disponibilizar as novas versões do sistema contratado pela CONTRATANTE sem custo adicional;
- g) Manter o mais absoluto sigilo acerca de quaisquer dados e informações da CONTRATANTE, que por ventura venha a ter ciência e conhecimento, em função dos serviços prestados;
- h) Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da Lei n.º 8.666/93; e
- i) Disponibilizar à CONTRATANTE as informações contábeis e demonstrações financeiras exigidas segundo a legislação pertinente, relativas ao desenvolvimento e ao cumprimento do objeto deste contrato.

Parágrafo terceiro.

Da Força Maior

Os casos fortuitos ou de força maior serão excludentes de responsabilidade, de acordo com o Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA OITAVA – DOS REPRESENTANTES DAS PARTES

As partes credenciarão, por escrito, responsáveis com poderes para representá-las em todos os atos praticados referentes à execução do objeto contratual, em conformidade com os Anexos I e II deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

O exercício pelas partes do direito de fiscalização não as exonera de suas obrigações, nem de qualquer forma diminui suas responsabilidades.

CLÁUSULA DÉCIMA – DOS PROGRAMAS DE COMPUTADOR

Os programas de computador desenvolvidos por meio deste Contrato são de propriedade exclusiva da CONTRATADA.

Parágrafo único.

Programas de computador de código fechado, utilizados neste contrato, que sejam de propriedade da CONTRATADA ou de terceiro, permanecem protegidos, não podendo ser utilizados pela CONTRATANTE, salvo autorização expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS INFORMAÇÕES PROTEGIDAS

A CONTRATADA e a CONTRATANTE na execução deste contrato poderão ter que trocar informações, inclusive de produtos e materiais, que podem estar protegidas pelo direito autoral, direito de propriedade industrial, pelo direito à intimidade, ou protegidas por serem de domínio de uma delas, as quais não poderão ser copiadas, reproduzidas, publicadas, divulgadas ou de forma alguma colocadas à disposição, direta ou indiretamente, exceto àquelas pessoas envolvidas na execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS

O não pagamento pela CONTRATANTE na data de vencimento poderá implicar suspensão dos serviços prestados e rescisão do presente contrato.

Parágrafo primeiro.

Após 10 (dez) dias de inadimplemento, a CONTRATANTE será notificada para regularizar sua situação no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento da notificação, sob pena de, após esse prazo, suspensão dos serviços prestados pela CONTRATADA até a regularização da dívida.

Parágrafo segundo.

Após 30 (trinta) dias da suspensão, caso não regularizada a situação, a CONTRATADA poderá rescindir o presente contrato.

Parágrafo terceiro.

As penalidades previstas poderão ser minoradas ou não serão aplicadas quando o descumprimento do estipulado no Contrato decorrer de justa causa ou impedimento devidamente comprovado e aceito pela CONTRATADA, mediante declaração expressa por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO DISTRATO E DA RESILIÇÃO UNILATERAL

É facultado às partes promover o distrato do presente Contrato, a qualquer tempo, por mútuo consentimento, ou a resilição unilateral por iniciativa de qualquer delas, mediante notificação por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, restando para cada qual, tão somente a responsabilidade pelas tarefas em execução no período anterior à notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS DE RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 e 78 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

Parágrafo primeiro.

Quando a rescisão ocorrer motivada pela CONTRATANTE, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo direito a:

- a) Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão;
- b) Pagamentos do custo da desmobilização.

Parágrafo segundo.

Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do Contrato, eventual cronograma(s) de execução será(ão) prorrogado(s) automaticamente por igual tempo.

Parágrafo terceiro.

Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado às partes o direito ao contraditório e à ampla defesa.

Parágrafo quarto.

A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA VINCULAÇÃO AO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A presente contratação vincula-se ao termo que a dispensou de licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Aplicam-se à execução deste Contrato a Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, os preceitos de Direito Público e, supletivamente, os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

Parágrafo único.

No âmbito dos programas de computador, aplicam-se à presente contratação, salvo naquilo que as partes dispuserem em sentido contrário, a Lei Federal n.º 9.609, de 19/02/1998 (proteção da propriedade intelectual de programa de computador) e a Lei Federal n.º 9.610, de 19/02/1998 (direitos autorais).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES EXIGIDAS NA CONTRATAÇÃO

A CONTRATADA compromete-se a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, nos termos do artigo 55, inciso XIII, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO ARMAZENAMENTO DE DADOS DA CONTRATANTE

A CONTRATADA apenas hospeda em sua infraestrutura informações da CONTRATANTE, não sendo a detentora desses dados.

Parágrafo primeiro.

Considerando esse fato, qualquer pedido de informação a respeito dos dados armazenados e outros afins, deve ser precedido de autorização da CONTRATANTE, detentora dos dados, para que a CONTRATADA possa prestar a informação solicitada, salvo a hipótese em que o acesso à informação decorra de ordem judicial.

Parágrafo segundo.

Quando o pedido de informação decorrer de ordem judicial, a CONTRATADA fica autorizada a prestar a informação solicitada sem consulta prévia à CONTRATANTE, comunicando-a na sequência.

Parágrafo terceiro.

A CONTRATADA manterá armazenados os dados existentes em seu servidor pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da data do término do contrato (rescisão contratual). Findo o prazo, o apagamento dos dados dar-se-á independentemente de qualquer aviso ou notificação, operando-se de forma definitiva e irreversível.

Parágrafo quarto.

O armazenamento dos dados da CONTRATANTE não implica restabelecimento do serviço prestado pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o foro da Capital do Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Florianópolis – SC, 01 de abril de 2019.

NEOCIR PARIZOTTI
Presidente da Câmara Municipal de Caibi
CONTRATANTE

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

LETÍCIA GANDOLFI
Assessora Parlamentar

FERNANDA ROSA SOCAL
Gestora de Contrato do CIGA

ANEXO I

TERMO DE NOMEAÇÃO DE REPRESENTANTE DA CONTRATANTE

A Câmara Municipal de Caibi, Estado de Santa Catarina, constitui a Senhora Letícia Gandolfi, brasileira, convivente, assessora parlamentar, inscrita no CPF sob o n.º 054.207.819-80, como seu representante no Contrato n.º 05/2019, celebrado com o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA).

Florianópolis – SC, 01 de abril de 2019.

Neocir Parizotti
Presidente da Câmara Municipal de Caibi
CONTRATANTE

SEGUNDO TERMO ADITIVO 62019

Publicação Nº 1968956

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 06/2019 AO CONTRATO Nº 04/2018 DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – RÁDIO DIFUSÃO – FIRMADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE CAIBI, SC, E A RÁDIO CAIBI LTDA, NA FORMA ABAIXO:

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAIBI, com sede na Avenida Progresso, nº 555, na cidade de Caibi, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 04.182.896/0001-28, neste ato representada pelo Presidente, Sr. Neocir Parizotti, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Machado de Assis, nº 816, na cidade de Caibi, SC, CEP 89.888-000, portador da Carteira de Identidade nº 1.615.677-3, expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF sob nº 492.114.559-87, doravante denominada de CONTRATANTE, do outro lado a RÁDIO CAIBI LTDA, estabelecida na Rua Machado de Assis, nº 666, na cidade de Caibi, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº. 79.837.860/0001-34, neste ato representada por sua sócia Sra. Sirley Bernadete Gasparin, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Almirante Saldanha, nº 680, na cidade de Caibi, Estado de Santa Catarina, CEP 89.888-000, portadora da Carteira de Identidade nº 697.742, expedida pela Secretaria de Segurança do Estado de Santa Catarina, inscrita no CPF sob nº 297.193.649-04, denominada de CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, aditar o contrato em epígrafe, o qual passa a reger-se nas seguintes condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Fica renovado o contrato nº. 04/2018 integrante da licitação nº. 01/2018 pelo período de 12 (doze) meses, iniciando-se em 1º/04/2019, com término em 31/03/2020.

Parágrafo Único – O valor não será reajustado.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato anteriormente firmado e que não tenham sido alteradas por este. Este aditivo incorpora-se ao contrato original.

E, por estarem de acordo, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Caibi, SC, 01 de abril de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAIBI RÁDIO CAIBI LTDA
Neocir Parizotti Sirley Bernadete Gasparin

TESTEMUNHAS:

Camboriú**PREFEITURA****361/2019**

Publicação Nº 1968107

,PORTARIA Nº361/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivoº 022/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 26/02/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ALINE VANESSA DE LIMA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	348/2019	93º
ANA PAULA MAGALHÃES SEBAGE PEREIRA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	349/2019	71º
JULIANA LOTTI CRUZ	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	350/2019	96º
KIRIA CAROLINE PERUZZO SCHMITT	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	351/2019	89º
LILIANI APARECIDA MONTAGNA DA SILVA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	352/2019	87º
MARILIA VIANNA HENNING MACHADO	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	353/2019	75º
MONICA ANSINI	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	354/2019	78º
ROSANGELA PACHECO	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	355/2019	90º
SIRLENE DE LIMA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	356/2019	92º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 26 de fevereiro de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

362/2019

Publicação Nº 1968108

,PORTARIA Nº362/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de

prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 26/02/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
GUIOMAR SOUZA FRANÇA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	357/2019	131º
LILIA SOARES DA SILVA IAREMENCO	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	358/2019	102º
LILIAN CRISTINA MARQUES LAJUS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	359/2019	109º
MAICA ALESSANDRA KURTZ REIS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	360/2019	137º
THAMIRES MARX	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	361/2019	98º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 26 de fevereiro de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

363/2019

Publicação Nº 1968110

,PORTARIA Nº363/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 26/02/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ELICA VAZ TEIXEIRA SANTOS	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 30 HORAS	362/2019	06º
MARIA MANGELÓ	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 40 HORAS	363/2019	22º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 26 de fevereiro de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

364/2019

Publicação N° 1968112

,PORTARIA N°364/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 26/02/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
JAISON GARDINI	SUPERVISOR(A) ESCOLAR 40 HORAS	364/2019	15º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 26 de fevereiro de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

365/2019

Publicação N° 1968114

,PORTARIA N°365/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 26/02/2019 á 31/03/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
JANAINA MEDEIROS DE OLIVEIRA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	365/2019	131º
SUELLEN DA SILVA CARDOSO SCHLOSSER	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	366/2019	48º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 26 de fevereiro de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

366/2019

Publicação Nº 1968115

,PORTARIA Nº366/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 26/02/2019 á 11/04/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
DAIANE MILKE	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	367/2019	02º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 26 de fevereiro de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

367/2019

Publicação Nº 1968117

,PORTARIA Nº367/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 27/02/2019 á 26/02/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
AMANDA KETLUIN FRANCISCO SENA	ENFREMEIRA CAPS 40 HORAS	368/2019	03º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 27 de fevereiro de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

368/2019

Publicação Nº 1968119

PORTARIA Nº368/2019

NOMEIA RECEPCIONISTA DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO ESPECIAL À CRIANÇA E À FAMÍLIA - LEI CAIC

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 1096/94 de 30/09/1994 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, PAULA REGINATO, no cargo em comissão de RECEPCIONISTA DO DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO ESPECIAL À CRIANÇA E À FAMÍLIA da Secretaria de Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 27 de fevereiro de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

369/2019

Publicação Nº 1968120

PORTARIA Nº369/2019

NOMEIA COORDENADOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº046/2013 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, LUIZ CARLOS SANTOS, no cargo em comissão de COORDENADOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Camboriú - CamboriúPREV, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 27 de fevereiro de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

370/2019

Publicação Nº 1968122

PORTARIA Nº370/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº.687/2018 de 02/07/2018, firmado entre BRUNA JESSICA PISKE SCHROEDER, matrícula nº. 23652-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de TECNICO(A) DE RADIOLOGIA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 27 de fevereiro de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

371/2019

Publicação N° 1968123

PORTARIA N°371/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº.689/2018 de 05/07/2018, firmado entre LUIZ ALBERTO DE BORBA, matrícula nº.23654-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de VIGIA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 27 de fevereiro de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

372/2019

Publicação N° 1968126

PORTARIA N°372/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº1004/2017 de 02/10/2017, firmado entre CELESTINA COCTA PATTE, matrícula nº. 22634-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de TECNICO(A) ENFERMAGEM.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de fevereiro de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

373/2019

Publicação N° 1968128

PORTARIA N°373/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº131/2019 de 05/02/2019, firmado entre MICHELLE CRISTINE PICCINATO, matrícula nº. 24016-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de FARMACÊUTICO – NASF.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de fevereiro de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

374/2019

Publicação N° 1968133

PORTARIA N°374/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº.512/2018 de 04/06/2018, firmado entre FRANCIELLE ROSA DE SOUZA CAMILO, matrícula nº23463-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de ENFERMEIRA ESF.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de fevereiro de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

375/2019

Publicação N° 1968135

PORTARIA N°375/2019

EXONERA COORDENADOR DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, CRISTINA DA ROSA, matrícula nº.19955-2, do cargo em comissão de COORDENADOR DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 28 de fevereiro de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

376/2019

Publicação N° 1968142

,PORTARIA N°376/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 28/02/2019 á 27/02/2020:

UBS SANTA REGINA

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
CLEICE RIBEIRO FALCÃO DOS SANTOS	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40 HORAS	369/2019	12º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de fevereiro de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

377/2019

Publicação N° 1968144

,PORTARIA N°377/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 28/02/2019 á 27/02/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
REGINA RAIMUNDO	TECNICO(A) DE ENFERMAGEM 40 HORAS	370/2019	91º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de fevereiro de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

378/2019

Publicação N° 1968145

,PORTARIA N°378/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 28/02/2019 á 27/02/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
FRANCIELY BATISTA MARINHO	ENFERMEIRA ESF 40 HORAS	371/2019	38º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de fevereiro de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

379/2019

Publicação N° 1968161

PORTARIA N°379/2019

Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a BARBARA DA SILVA, matrícula N°. 19078-1, acesso da categoria de MONITOR(A) nível 1, que ocupa, para MONITOR(A) nível 2, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de fevereiro de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

380/2019

Publicação Nº 1968164

PORTARIA Nº380/2019
Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a SOLIANE WERNEK, matrícula Nº. 19054-1, acesso da categoria de MONITOR(A) nível 1, que ocupa, para MONITOR(A) nível 2, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de fevereiro de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

381/2019

Publicação Nº 1968166

PORTARIA Nº381/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais e;

CONSIDERANDO que a servidora está de licença maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 28/02/2019 à 18/03/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
NATHALIA ANDRADE SUSIN DA SILVA	PROFESSOR(A) DE ED. INFANTIL 20 HORAS	038/2018	009/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de fevereiro de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

382/2019

Publicação Nº 1968167

PORTARIA Nº382/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais e;

CONSIDERANDO que a servidora está de licença maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 28/02/2019 à 04/05/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
IZABEL COSTA NICOLAU	MONITOR DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	178/2018	010/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de fevereiro de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

383/2019

Publicação Nº 1968169

PORTARIA Nº383/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais e;

CONSIDERANDO que a servidora está de licença maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 28/02/2019 à 13/05/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
STEFFANY DOS SANTOS AMORIM	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	399/2018	011/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de fevereiro de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

384/2019

Publicação Nº 1968170

PORTARIA Nº384/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais e;

CONSIDERANDO que a servidora está de licença maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 28/02/2019 à 21/05/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
DAIANE PAULA DA SILVA	PROFESSOR(A) DE ED. INFANTIL 40 HORAS	134/2018	012/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de fevereiro de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

385/2019

Publicação N° 1968171

PORTARIA N°385/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais e;

CONSIDERANDO que a servidora é gestante;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 28/02/2019 à 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
FRANCINI REBELO	PROFESSOR(A) ANOS INICIAIS 20 HORAS	060/2018	013/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de fevereiro de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

386/2019

Publicação N° 1968174

PORTARIA N°386/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais e;

CONSIDERANDO que a servidora é gestante;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 28/02/2019 à 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
PATRICIA MENEGHELLI DE BORBA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	468/2018	014/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de fevereiro de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

387/2019

Publicação Nº 1968175

PORTARIA Nº387/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais e;

CONSIDERANDO que a servidora é gestante;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 28/02/2019 à 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
NATALIA MARIA ANTERO ALEXANDRE DOS SANTOS AMARÁ	MONITOR DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	190/2018	015/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de fevereiro de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

388/2019

Publicação Nº 1968179

PORTARIA Nº388/2019

Prorroga contrato de funcionários

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016 de 27.01.2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais e;

CONSIDERANDO que a servidora é gestante;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar os Contratos Administrativos de Prestações de Serviços, firmado entre as partes, pelo período de 28/02/2019 à 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	T. A.
KARINE SILVA DE LIMA MARTINS	PROFESSOR(A) DE ED. INFANTIL 20 HORAS	151/2018	016/2019

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de fevereiro de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

389/2019

Publicação Nº 1968180

PORTARIA Nº389/2019

READAPTAÇÃO DE FUNÇÃO
DO SERVIDOR EFETIVO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei nº39/2012, de 02/01/2012, Artº44 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que o servidor encontra-se de auxílio doença por tempo determinado e necessita ser readaptado;

CONSIDERANDO parecer expedido pela junta médica do município;

RESOLVE:

Art. 1º. Readaptar a servidora efetiva ROSIMARY ALBINO MATTOS, matrícula nº. 5350-3, do cargo de PROFESSORA, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, na função designada pela secretaria da Educação, a partir de 18/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 18/02/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de fevereiro de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

390/2019

Publicação Nº 1968183

PORTARIA Nº390/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº147/2019 de 11/02/2019, firmado entre LUCIENE VANDA KRTEZSCHMAR, matrícula nº 22497-4, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PROFESSOR, a partir de 27/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 27/02/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 28 de fevereiro de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

391/2019

Publicação Nº 1968186

PORTARIA Nº391/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº138/2019 de 11/02/2019, firmado entre DANIELA CRISTIANE LOPES SALAS, matrícula nº 24007-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PROFESSOR, a partir de 27/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 27/02/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de fevereiro de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

392/2019

Publicação Nº 1968189

PORTARIA Nº392/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº120/2019 de 11/02/2019, firmado entre MARISA MACHADO, matrícula nº 24013-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PROFESSOR, a partir de 22/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 22/02/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 28 de fevereiro de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

393/2019

Publicação Nº 1968190

,PORTARIA Nº393/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/03/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ADRIAN DIAS	VIGIA 40 HORAS	372/2019	07º
ALLAN KARDEC MOREIRA DE AGUIAR	VIGIA 40 HORAS	373/2019	10º
ALLAN SANTOS SALAZAR	VIGIA 40 HORAS	374/2019	35º
ALLAN SERGIO VIEIRA JUNIOR	VIGIA 40 HORAS	375/2019	58º
CAUÃ QUINZEN CARIVALIS	VIGIA 40 HORAS	376/2019	37º
CELSO VANIO DA SILVA	VIGIA 40 HORAS	377/2019	13º
CLAUDIO RICARDO STENTZLER	VIGIA 40 HORAS	378/2019	65º
CONSUELO DO ROCIO MORAES DE LIMA	VIGIA 40 HORAS	379/2019	14º
CRISTIANO PIRES	VIGIA 40 HORAS	380/2019	45º
EDSON CLAUDIO DORNELES	VIGIA 40 HORAS	381/2019	50º
EVERALDO DA SILVA VIEIRA	VIGIA 40 HORAS	382/2019	29º
FATIMA MARINA MARQUES	VIGIA 40 HORAS	383/2019	25º
FRANCISCO ANTONIO DO NASCIMENTO COSTA	VIGIA 40 HORAS	384/2019	18º
GABRIEL BORGES MACHADO	VIGIA 40 HORAS	385/2019	59º
GEUDIMAR CHAVES	VIGIA 40 HORAS	386/2019	05º
GIOCONDO GIACOMINI MOTTA	VIGIA 40 HORAS	387/2019	44º
GIOVANI PIRES	VIGIA 40 HORAS	388/2019	12º
HANS DONY BARBOSA TEIXEIRA	VIGIA 40 HORAS	389/2019	68º
HARINDA IARA SOUZA MARIANO SILVA	VIGIA 40 HORAS	390/2019	66º
IZEQUIEL TELLES BARANOSKI	VIGIA 40 HORAS	391/2019	08
JEFFERSON JOE VIEIRA FERRAZ	VIGIA 40 HORAS	392/2019	04º
JOÃO MARCOS ORELA	VIGIA 40 HORAS	393/2019	36º
JOSÉ HENRIQUE XAVIER DE OLIVEIRA	VIGIA 40 HORAS	394/2019	26º
JOSIANI SILVA	VIGIA 40 HORAS	395/2019	47º
JULIO CESAR HUGO DA FONSECA	VIGIA 40 HORAS	396/2019	52º
JULIO CEZAR COELHO BRUNO	VIGIA 40 HORAS	397/2019	32º
LEONARDO BRITO FISCHER	VIGIA 40 HORAS	398/2019	69º
LEONARDO WITIUK	VIGIA 40 HORAS	399/2019	03º
LUCAS APARECIDO MORAES RODRIGUES	VIGIA 40 HORAS	400/2019	72º
LUCELIA DA SILVA	VIGIA 40 HORAS	401/2019	55º
LUIS FERNANDO PHILIPPS DA SILVA	VIGIA 40 HORAS	402/2019	38º
LUIZ GUSTAVO PORN DECEZARO	VIGIA 40 HORAS	403/2019	70º
LUIZ LEONARDO ROCHA	VIGIA 40 HORAS	404/2019	40º
MARCELO HENRIQUE MARTINS	VIGIA 40 HORAS	406/2019	27º
MARCOS ANTONIO PEREIRA DA SILVA	VIGIA 40 HORAS	405/2019	11º

MATTEUS DA SILVA BONIFÁCIO	VIGIA 40 HORAS	407/2019	02º
NOÉ DA SILVA CHARNISKA	VIGIA 40 HORAS	408/2019	39º
OLAVO LUIZ DEWES	VIGIA 40 HORAS	409/2019	63º
PAULO FERNANDO GONÇALVES	VIGIA 40 HORAS	410/2019	73º
PAULO RICARDO ROCHA DOS SANTOS	VIGIA 40 HORAS	411/2019	57º
PETERSON DE ARAUJO	VIGIA 40 HORAS	412/2019	17º
RAFAEL RODRIGO PAIVA LIMA	VIGIA 40 HORAS	413/2019	53º
ROBERTO SILVA MACIEL	VIGIA 40 HORAS	414/2019	41º
RODRIGO CANDIDO VIEIRA	VIGIA 40 HORAS	415/2019	01º
RODRIGO MOTA DOS SANTOS DA SILVA	VIGIA 40 HORAS	416/2019	24º
ROGÉRIO MEDEIROS DA ROCHA	VIGIA 40 HORAS	417/2019	42º
VALDENCIR MASSOM	VIGIA 40 HORAS	418/2019	64º
VENANCIO CLEBER BALTAR	VIGIA 40 HORAS	419/2019	16º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

394/2019

Publicação Nº 1968191

,PORTARIA Nº394/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/03/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
GEOVANA MACHADO NESTOR NEGRETTE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	420/2019	09º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

395/2019

Publicação Nº 1968192

,PORTARIA Nº395/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/03/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
QUERLE PATRINI MACHADO DA SILVA	MERENDEIRA 40 HORAS	421/2019	18º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 01 de março de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

396/2019

Publicação Nº 1968195

,PORTARIA Nº396/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/03/2019 á 29/02/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
FRANCIELLE ROSA DE SOUZA CAMILO	ENFERMEIRA DVE 40 HORAS	422/2019	02º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 01 de março de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

397/2019

Publicação N° 1968199

,PORTARIA N°397/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/03/2019 á 29/02/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ALICE KELLY ESCARVIN	RECEPCIONISTA ESF 40 HORAS	423/2019	33º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 01 de março de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

398/2019

Publicação N° 1968200

,PORTARIA N°398/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

CONSIDERANDO vaga PNE.

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/03/2019 á 29/02/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ANDRE AMADEO ZILIO	TECNICO DE ENFERMAGEM SOCOR- RISTA 40 HORAS	424/2019	10º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 01 de março de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

399/2019

Publicação Nº 1968202

,PORTARIA Nº399/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/03/2019 á 29/02/2020:

UBS RIO DO MEIO

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ANA LUIZA PONTALDI	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40 HORAS	425/2019	03º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 01 de março de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

400/2019

Publicação Nº 1968205

,PORTARIA Nº400/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/03/2019 á 29/02/2020:

UBS CONDE

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
DULCINEIA MARIA GONÇALVES DE SOUZA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40 HORAS	426/2019	01º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 01 de março de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

401/2019

Publicação N° 1968225

,PORTARIA N°401/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/03/2019 á 29/02/2020:

UBS CAIC

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MARIVANE BARBOSA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40 HORAS	427/2019	13º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

402/2019

Publicação N° 1968235

,PORTARIA N°402/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 002/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/03/2019 á 31/12/2018:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
CELESTINA COCTA PATTE	TECNICO(A) DE ENFERMAGEM 40 HORAS	428/2019	25º
MAGIDA OLIVEIRA DA CRUZ	TECNICO(A) DE ENFERMAGEM 40 HORAS	429/2019	30º
ROSE MERE PAULO	TECNICO(A) DE ENFERMAGEM 40 HORAS	430/2019	12º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

403/2019

Publicação Nº 1968238

,PORTARIA Nº403/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/03/2019 á 29/02/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
IVONE GOMES	TECNICO(A) DE ENFERMAGEM ESF 40 HORAS	431/2019	88º
MARIA JUSSARA DA VEIGA VILANTE	TECNICO(A) DE ENFERMAGEM ESF 40 HORAS	432/2019	89º
MARIO FERNANDO DA SILVA MARQUES	TECNICO(A) DE ENFERMAGEM ESF 40 HORAS	433/2019	85º
ROSANI APARECIDA RIBEIRO DOS SANTOS MIRANDA	TECNICO(A) DE ENFERMAGEM ESF 40 HORAS	434/2019	81º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

404/2019

Publicação Nº 1968239

PORTARIA Nº404/2019

NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.050/2013 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, LUCAS RAFAEL CESARIO PEREIRA DA SILVA, no cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO da Secretaria Municipal da Saúde, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

405/2019

Publicação Nº 1968242

PORTARIA Nº405/2019
NOMEIA DIRETOR EXECUTIVO DA CUIDA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, LUIZ CARLOS GOETTEN, no cargo em comissão de DIRETOR EXECUTIVO DA CUIDA, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

406/2019

Publicação Nº 1968245

,PORTARIA Nº406/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/03/2019 á 31/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ADÃO ZILIO VIEIRA	OPERÁRIO BRAÇAL 40 HORAS	435/2019	29º
CLEITON CARVALHO DOS SANTOS	OPERÁRIO BRAÇAL 40 HORAS	436/2019	27º
DELIVAR BERNARDO DOS SANTOS	OPERÁRIO BRAÇAL 40 HORAS	437/2019	30º
JOSÉ ROBÉRIO BARBOSA	OPERÁRIO BRAÇAL 40 HORAS	438/2019	26º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

407/2019

Publicação N° 1968246

,PORTARIA N°407/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 01/03/2019 á 31/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
JOSÉ CARLOS BUENO NEPUMOCE- NO	OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA 40 HORAS	439/2019	05º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 01 de março de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

408/2019

Publicação N° 1968249

PORTARIA N°408/2019

NOMEIA COORDENADORA DE NASF CENTRAL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.083/2016 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, CARLA CHRISTIAN BACKS MANSUR, no cargo em comissão de COORDENADORA DE NASF CENTRAL da Secretaria Municipal da Saúde, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 01 de março de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa

Matr.nº21313

Port. nº163/2018

409/2019

Publicação N° 1968251

PORTARIA Nº409/2019
NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO DE CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, SUELLEN TAPADA DA SILVA, no cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO DE CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA da Secretaria Municipal da Saúde, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

410/2019

Publicação N° 1968252

PORTARIA Nº410/2019
NOMEIA DIRETOR DE MOBILIZAÇÃO - LEI CAIC

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 1096/94 de 30/09/1994 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ALLAN DOS SANTOS COSTA, no cargo em comissão de DIRETOR DE MOBILIZAÇÃO da Secretaria da Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

411/2019

Publicação Nº 1968253

PORTARIA Nº411/2019
NOMEIA COORDENADOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, NILTON CORREIA DUARTE DE SOUZA, no cargo em comissão de COORDENADOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL da Secretaria Municipal da Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

412/2019

Publicação Nº 1968254

PORTARIA Nº412/2019

RESCINDE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº473/2018 de 24/05/2018, firmado entre LUANE IZABEL DIAS MILDER, matrícula nº. 23424-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de AUXILIAR ADMINISTRATIVO CREAS.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

413/2019

Publicação N° 1968258

PORTARIA N°413/2019

RESCINDE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº167/2019 de 11/02/2019, firmado entre SILVIA FIN CADORE, matrícula nº. 24017-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PROFESSOR.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

414/2019

Publicação N° 1968269

PORTARIA N°414/2019

Exonera Servidor(a) Por Aposentadoria

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e conforme Lei 039/2012, e posteriores alterações;

CONSIDERANDO Portaria nº.05/2019 de 18/02/2019, do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Camboriú;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, por aposentadoria, o(a) Servidor(a) IVA ALBUQUERQUE DOS SANTOS, portador do CPF N° 039.320.809-55, matrícula nº. 6201-3, do cargo efetivo de GARI.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

415/2019

Publicação N° 1968272

PORTARIA N°415/2019
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 019/2008 de 02/07/2008 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, referente à 20 (vinte) horas, a(o) servidor(a) EDENIR APARECIDA PATERNO, portador(a) do CPF 032.738.809-96, matrícula nº. 11603-1, a contar da data dessa portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

416/2019

Publicação N° 1968274

PORTARIA N°416/2019

concede função gratificada a servidor(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada, ao servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

11713-1	ESTANISLAU EDMAR PIETROVSKI	FG1
---------	-----------------------------	-----

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

417/2019

Publicação Nº 1968278

PORTARIA Nº417/2019

concede função gratificada a servidor(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada, ao servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

1320-1	JOSE FRANCISCO DE OLIVEIRA	FG2
--------	----------------------------	-----

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

418/2019

Publicação Nº 1968281

PORTARIA Nº418/2019

concede função gratificada a servidor(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada, ao servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

11-1	RICARDO DE SIMAS	FG2
------	------------------	-----

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

419/2019

Publicação Nº 1968283

PORTARIA Nº419/2019

Concede mudança de nível de referência aos
Servidores que estabelece

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Complementar nº.019/2008;

CONSIDERANDO o desenvolvimento do profissional do magistério público municipal através de progressão de nível de referência;

CONSIDERANDO o Processo de Progressão Horizontal edital 024/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder progressão no nível de referência aonde será acrescido no vencimento base dos servidores relacionados, 3% (três por cento), a partir de março/2019.

MATRÍCULA	NOME	ANTERIOR	ATUAL
19330-6	ADRIANA FRANCA	A	B
19564-1	ADRIANA MARIA DA SILVA	A	B
14905-3	AIRTON ROBERTO DOS SANTOS	B	C
14894-1	ALAIDE ALVES LEITE	B	C
15183-1	ALCIONETE ROCHA DA SILVA	B	C
19893-2	ALDAIR ANTONIO GOMES	A	B
19739-7	ALESSANDRA FRANCA BENEVENUTI	A	B
19168-1	ALESSANDRA MACIEL FRANCA	A	B
18940-3	ALESSANDRA SILVA DE FREITAS PAIM	A	B
15028-4	ALINE BIASUS MOTA E SILVA	B	C
19159-3	ALINE CRISTINA KREHNKE DE OLIVEIRA	A	B
19112-8	ALINE FRANCIELLE RUDOLF	A	B
19184-2	ALUSIANA APARECIDA JUNGES	A	B
19769-1	AMANDA GRIMES BORBA	A	B
19368-2	AMERILDA ROSI DA SILVEIRA CARVALHO	A	B
19738-3	ANA BEATRIZ DA SILVA SANTOS	A	B
19034-4	ANA CARINA DA SILVA CORREA	A	B
19032-1	ANA CAROLINA BATISTA	A	B
19569-1	ANA CAROLINA KUBIAK	A	B
14906-3	ANA CLAUDIA DA SILVA HOSTINS	B	C
19886-1	ANA CLAUDIA DE ANDRADE	A	B
18921-1	ANA CLAUDIA STUMPF	A	B
19351-1	ANA CRISTINA MOTER PEREIRA	A	B
12710-1	ANA LUCIA GOMES	A	B
19542-4	ANA MARIA SESCONETO DE MORAIS	A	B
18955-4	ANA PAULA DA ROCHA SIMAS	A	B
19740-5	ANA PAULA PASSOS DA SILVA	A	B
11573-2	ANA PAULA PRADA	B	C
19033-1	ANA PAULA ROSA KUSS	A	B
18754-14	ANDREA CHRISTINA PEDRO	A	B
4394-1	ANDREIA MULLER	A	B
14895-4	ANDREIA SALAZAR DE GODOY ROSARIO	B	C
19185-10	ANDRENISE CASTILHOS DE OLIVEIRA	A	B
15993-5	ANDRESSA WESTARP GHIZI	B	C
19572-1	ANELIZE NASCIMENTO PEREIRA BARDINI	A	B
1869-1	ANGELA APARECIDA DE MELO BASTOS	C	D
19884-11	ANGELA MARIA CARDOSO	A	B
19147-1	ANGELA MARIA DEL SENT	A	B
19577-6	ANNA DANIELLI KURITZA FERREIRA WANDREY	A	B
19528-3	ANTONIA DA SILVA COSTA	A	B
19735-1	ARIANA APARECIDA AMORIM	A	B
19706-4	ARIANA BIANCHET	A	B
19109-8	ARLETE SEVERINO ESPINDOLA	A	B
19771-5	ARMELINDA DE FATIMA LEITE	A	B
19071-4	BARBARA BIANCA ROCHA	A	B
19324-1	BEATRIZ LEHRBACH	A	B

15654-13	BIANCA GRAZIELA DO NASCIMENTO	B	C
19103-3	BRUNA PEDROSO VENANCIO BARROS	A	B
19156-5	BRUNA VALOSKI DE LIMA	A	B
18928-6	CAMILA CHAYANE DE OLIVEIRA	A	B
19133-7	CAMILA RENATA MEDEIROS DOS SANTOS	A	B
19108-3	CARINA DA SILVA	A	B
15190-2	CARLA ANDREIA REGIS	B	C
22980-4	CARLA CAROLINA DE SOUZA MOREIRA	B	C
19566-1	CARLA MARIA DOS SANTOS SILVA	A	B
19057-11	CARMEM ELOISA SASDELLI ORSI	A	B
19118-3	CAROLINA VANELLI DE SOUZA	A	B
19780-1	CELIA REGINA DA SILVA GELASCO	A	B
18936-5	CHAIANE CRISTINA FELIX	A	B
15192-4	CHRISTIANE DE OLIVEIRA DOS SANTOS DOS REIS	B	C
19318-3	CINTIA DALFOVO BANASZEWSKI	A	B
11620-1	CINTHIA SUELI MOSER	A	B
19891-2	CLAUDETE MARIA BARBOSA	A	B
14912-1	CLAUDIA LIMA BERTOLAZI	B	C
11608-1	CLAUDIA MAFFI	A	B
18850-5	CLAUDIA REGINA SESCONETO DE SOUZA	A	B
14907-11	CLAUDINEI BRAZ DA SILVA	B	C
18949-3	CLEIDE MARA IZIDORIO	A	B
3278-1	CLEOMAR PEREIRA MELO	B	C
19052-7	CLEUSA ARAUJO DE JESUS DOS SANTOS	A	B
19079-1	CRISLAINE PEREIRA	A	B
19161-3	CRISTIANE BRUNELLO DA SILVA	A	B
19163-1	CRISTIANE FERREIRA DE LIMA	A	B
19055-2	CRISTIANE GABARDO ZACARKIM LONGO	A	B
19164-2	CRISTIANE HEINZEN DE SOUZA	A	B
15193-4	CRISTIANE MARIANO FACHINELLI	B	C
14897-4	CRISTIANE STOLFI DE FREITAS	B	C
12438-5	CRISTINA APARECIDA VECHI LEAL	B	C
15029-2	CRISTINA SIMAO DOS SANTOS	B	C
18942-3	CRISTINE MARIA MELO FORTES	A	B
19783-1	CRISTINE MELLO	A	B
15031-1	DAIANA CRISTINA SCOTTINI	B	C
23299-2	DAIANA ROBERTA GALLO	B	C
19567-7	DAIANE BITTENCOURT DE LIZ	A	B
19317-2	DAIANE CRISTINA KROHN	A	B
14887-1	DAISY CHRISTIANE DE SOUZA	B	C
19792-1	DALVA GLADIS MORETTO BALBINOT	A	B
18951-3	DANIELA NETO DE OLIVEIRA PEIXER	A	B
15030-1	DANIELA PACIFICO PEPE	B	C
18927-2	DANIELE WIECZORKOVSKI	A	B
19338-8	DANIELLA FERMINA DA SILVA	A	B
19144-2	DANIELLA NARDES CZECHOVSKI	A	B
19104-4	DANIELA WELTER DA SILVEIRA	A	B
18932-2	DANIELLY RODRIGUES NETO	A	B
19323-1	DANUSA APARECIDA CORREIA CAVENAGHI	A	B
19155-1	DEBORA CRISTINA DA MOTA GAZZONI	A	B
3160-1	DEBORA MEDEIROS BARROSO	A	B
19311-2	DEISE SANTOS SOARES	A	B
19879-3	DENISE EVANGELISTA FERREIRA RIBEIRO	A	B
23795-7	DENISE FALCAO DOS SANTOS	A	B
20174-2	DENISE HOFFMANN	A	B
19107-3	DENIZE OLIVEIRA CORDEIRO	A	B
18926-3	DINALVA TIAGO	A	B
19111-3	DIONEIA APARECIDA GEVIEWSKI DE BRITO STUCHI	A	B
18724-4	DULCE TERESINHA NOTARJAGAMOS SUCHY MARTINS	A	B
19741-4	DULCINEIA STUEPP	A	B
19354-2	DYOLAINE ISABEL BONIFACIO	A	B
19305-3	EDENILSON FERNANDO CATARINA	A	B
18964-6	EDENIZE DE SOUZA DOS SANTOS	A	B
15033-6	EDINA CRISTINA DOS SANTOS PORTO	A	B

5126-2	EDINEIA BUENO DA SILVA CAMPOS	B	C
20177-3	ELIANA BRITO DE FARIAS DOS SANTOS	A	B
19037-3	ELIANE CARLOS PEREIRA	A	B
19043-3	ELIANE CRISTINA FERRAZ	A	B
19030-1	ELIANE DA SILVA ARAUJO	A	B
18849-1	ELIANE KOPSCH FELDMANN	A	B
19307-2	ELIANE MARA TEIXEIRA PEREIRA	A	B
19888-6	ELIZANDRA CLEMENTE	A	B
19169-8	ELIZAMA CAMPOS DE SOUZA	A	B
19562-3	ELIZETE PEREIRA FERREIRA	A	B
23160-7	ELTON JOHN SCHMOLLER	B	C
19526-1	ELON MONTEIRO	A	B
19869-3	ELVIRA DOS SANTOS QUEIROZ	A	B
19081-1	ELYS EMANUELLA CANDIDO WEEGE	A	B
19359-1	EMANUELI APARECIDA CORDEIRO DOS SANTOS	A	B
19050-3	ENDY CAROLINE RIBEIRO AMARAL	A	B
23181-3	ENERI TERESINHA PLETSCHE	B	C
19036-1	ERICA COSTA DOS SANTOS	A	B
19038-7	EVANIA APARECIDA VICENTE	A	B
19035-1	EVANILDE SALETE FEROLDI	A	B
19092-3	FABIANA ANDREIA MAN	A	B
22872-5	FABIANA CRISTINA COSTA	A	B
15035-6	FABIANA DA SILVA	B	C
15036-6	FABIANA GOMES	B	C
19039-4	FABIANA ROBERTA FORALOSSO	A	B
19533-1	FABIO PASSOS DA SILVA	A	B
19774-1	FERNANDA ADRIANO	A	B
19061-4	FERNANDA DA SILVA ABROMOVICZ	A	B
15855-7	FERNANDA MARIA VITORASSI ROSSINI	B	C
19775-5	FLAVIA CESARIO	A	B
15195-4	FRANCIANE CRISTINA FRONZA DA SILVA	B	C
19145-3	FRANCIELE AMANDA CAMPOS VIGNOLI	A	B
19186-7	FRANCIELE DA SILVA TAVARES CORREA	A	B
19093-6	FRANCIELI VANZUITA	A	B
20079-2	FRANCIANE LUCINDO DE SOUZA DA SILVA	A	B
19179-5	GABRIELA GERVASI SAID	A	B
19178-2	GABRIELI GALL	A	B
19162-5	GEISEMARI DOS SANTOS ESTEVAO	A	B
22926-5	GERUSA DANIELA DE MIRANDA GERVASI	A	B
19334-1	GILMARA DE MORAES HEUSSER	A	B
19040-1	GISELE KUHN HADDAD	A	B
15037-2	GISELE VIGNOLI	A	B
11762-2	GISLAINE COELHO BENTO MACHADO	A	B
15198-1	GISLAINE DE SOUZA SALOME	B	C
19117-3	GLACY ZAMPOLI	A	B
16062-4	GLADECIR CAETANO DA SILVA	B	C
19340-11	GRAZIELA LINHARES DA SILVA CORADINI	A	B
19576-3	GRAZIELI CORREA	A	B
19336-8	INDIANARA PINHEIRO	A	B
19153-5	IRMA CECILIA GOERGEN	A	B
19938-1	ISABEL CRISTINA BRANCO	A	B
19873-2	ISABEL DEBATIN	A	B
18925-5	IVETE APARECIDA RIGO DE PAULA	A	B
19579-9	IZONEIDE PEREIRA SCHAEFER	A	B
23167-1	JAMES BLAND MOURA	A	B
19128-3	JANAINA DE ALMEIDA CARVALHO MACHADO	A	B
19160-2	JANAINA MAESTRI	A	B
19570-1	JAQUELINE COSTA	A	B
19069-2	JAQUELINE DUTRA	A	B
19531-2	JEAN PATRICK CRUZ	A	B
15857-3	JEANETE BERNARDES	B	C
19166-3	JEANNE PACHECO KERR	A	B
19779-2	JEFFERSON ALEXANDRE DE LIZ KILL	A	B
19352-1	JEFFERSON CARDOSO DE OLIVEIRA	A	B

22932-3	JERUSA CRISTINA BAZZO	B	C
18954-3	JESSICA CONCEIÇÃO SIQUEIRA BOENO GARCIA	A	B
19089-3	JESSICA DA SILVA REIS	A	B
19172-4	JESSICA NAYARA MEDEIROS	A	B
19929-1	JESSICA POKRYWIECKI DA COSTA	A	B
19939-3	JESSICA ZAGOTO BESSA	A	B
19167-1	JOCIANI PASINI	A	B
19793-6	JOELMA APARECIDA DOS SANTOS	A	B
19063-1	JOICY DE SOUZA	A	B
3186-1	JOSANE IBALDO GOMES	C	D
19084-3	JOSEFINA DOS SANTOS	A	B
15041-6	JOSIANE DO PATROCINIO SOARES VARELA	B	C
19890-1	JOSIANE FIDELIS	A	B
19165-1	JUCELI APARECIDA LEITE	A	B
15042-7	JUCIANE SCHIRLEI DE SOUZA	B	C
19066-1	JUCILENE DOS SANTOS QUEVEDO EDUARDO	A	B
19064-1	JULIA MARIA COPPI KERKHOFF	A	B
18943-4	JULIANA BAPTISTA MACHADO	A	B
19532-4	JULIANA PAIVA DE SOUZA MOSER	A	B
19088-3	JULIETE FATIMA DA SILVA	A	B
19333-4	KALYNN CRYSTINA BRUNETTO SERPA	A	B
11523-1	KARINA PIRES BERNDT	B	C
19080-5	KARINE DE OLIVEIRA NASATO	A	B
13272-1	KATIA DOS SANTOS COSTA	B	C
19933-1	KATIANI HABITZREUTER	A	B
18931-3	KENNYA KAROLINE VIANA RODRIGUES	A	B
20204-4	KERLEM ENESIA DA SILVA	A	B
11565-5	LEDA MARIA VIEIRA	B	C
15043-5	LEILA DAIANA NUNES GOMES	B	C
15201-8	LEILA GUIMARAES LOPES DE WERGENES	B	C
14908-3	LEONARD LUIZ COELHO HOSTINS	B	C
19114-5	LEONICE BARBOSA	A	B
15659-1	LETICIA MARIA FERREIRA DA SILVA PELZ	B	C
20181-1	LEVITA CARMEN DARIVA CHIAMENTI	A	B
19124-5	LILIAN CRISTINA PEIXOTO GERVASI	A	B
18851-4	LILIAN MARISSOL BORGHETTI	A	B
19734-5	LIZANE INES LOURENÇO ARTUSO	A	B
19067-7	LIZANIAS DA SILVA	A	B
19170-4	LUANA DA CUNHA CORDEIRO	A	B
19574-2	LUANA DOGNINI	A	B
14914-1	LUCELIA DA COSTA LOPES	B	C
14841-3	LUCI MERI GABRIEL MAUL	B	C
19138-3	LUCIA FERREIRA DO AMARAL	A	B
15044-5	LUCIANA ALVES DA ROSA	B	C
19083-9	LUCIANA APARECIDA DE OLIVEIRA FRIESE	A	B
19137-3	LUCIANA BRIGO DE SOUZA	A	B
19123-5	LUCIANA CRISTINA BORMAN KURTEN	A	B
15860-7	LUCIANE AZEVEDO TAVARES	B	C
19041-6	LUCIANE GALLI FERREIRA	A	B
19346-2	LUCIENE ELAINE DA SILVA SOUZA	A	B
19887-5	LUCILEIA CRISTINA FLORENCIO ZUCHI	A	B
18945-7	LUCILENA CARDOSO SCHNEIDER	A	B
19872-3	LUCINEIA TOZZI	A	B
19182-4	LUIS FERNANDO ASSI	A	B
19358-1	LUIZ GUSTAVO ERUSTES	A	B
4767-1	MARA ALICE GONCALVES DE ANDRADE	C	D
18962-3	MARCIA COLSANI	A	B
4916-2	MARCIA CRISTINA SARMENTO DE OLIVEIRA	C	D
19881-5	MARCIO LUIZ DA SILVA	A	B
19314-1	MARGARETE CARDOSO	A	B
19136-2	MARGARETE TREDER	A	B
19074-4	MARIA ALICE BAPTISTA MACHADO	A	B
19332-5	MARIA ANA RECK	A	B
15046-8	MARIA ANDREIA DOS SANTOS SIEVERT	B	C

11591-3	MARIA APARECIDA ARNOLD HONORATO	B	C
19781-4	MARIA CRISTINA VASCONCELLOS	A	B
18848-1	MARIA DA CONCEIÇÃO NASATTO ROSARIO	A	B
19319-1	MARIA DE FATIMA DIAS BOEIRA	A	B
15047-3	MARIA DE FATIMA GONCALVES DA SILVA	B	C
2515-1	MARIA DE LOURDES ALMEIDA PESSOA	B	C
19742-3	MARIA DE LOURDES GOMES DA SILVA	A	B
19113-1	MARIA EDUARDA CAMPOS DE FIGUEIREDO	A	B
18960-4	MARIA ELVIRA FERENC	A	B
15755-1	MARIA ENCARNACION BENITES CAMACHO	B	C
11607-1	MARIA GRASIELA GERALDO GOMES	B	C
18929-5	MARIBEL ESTER MARTINS DA SILVA	A	B
19885-2	MARIINA PACHESNYK	A	B
19130-3	MARILU APARECIDA TEIXEIRA	A	B
19743-2	MARIO CESAR SOUZA	A	B
19141-2	MARISA APARECIDA MENEZES	A	B
19174-1	MARISA MACHADO SILVA	A	B
19146-8	MARISTELA SOETT AGUIAR	A	B
2070-1	MARIZA GARDINI SILVA	C	D
15863-8	MARLENE AMARAL DIAS	B	C
19557-1	MARLICE MARIA CABRAL	A	B
12526-1	MAURICIO SILVA	A	B
15204-3	MAYARA HELENA DA SILVA PIAIA	B	C
19076-2	MAYRA KEFREN VIEIRA	A	B
19578-5	MICHIELI ALESSANDRA MEDEIROS ALBANO	A	B
14882-1	MILENA PALMA DE ZUTTER	B	C
19732-6	MILENE GRASIELA SOUZA DE OLIVEIRA	A	B
19075-8	MIRIAN APARECIDA PORTELA	A	B
19125-1	MIRIAN ALVES DA ROSA	A	B
19878-5	MONICA DIP HANNEMANN	A	B
18939-1	MONIQUE KATIANE BATISTA	A	B
15205-7	NADIA NARA DE SOUZA	B	C
19129-4	NARA DENISE OLIVEIRA MORAES FRAGA	A	B
19568-2	NEIDE APARECIDA ALVES COSTA	A	B
19126-5	NELSI CRISTINA ROSSINI DA SILVA	A	B
18948-1	NEYGILA CRISTINA COSTA SANTOS	A	B
19525-1	NILO BOGER	A	B
19369-1	NILO DE SOUZA MELO	A	B
23314-1	NOELI DE FATIMA DA CRUZ RIBEIRO	A	B
19370-8	ODILON ISIDRO GOMES FILHO	A	B
11528-2	ONEIDA MATILDE MONTEIRO DA ROCHA	A	B
15207-6	ORDONEZA DE LUCIA BRAZ DE SOUZA	B	C
19356-3	PAMELA KEITY MOROZ	A	B
15185-1	PATRICIA AMANCIO RODRIGUES	B	C
18947-3	PATRICIA BAPTISTA ALVES	A	B
18727-8	PATRICIA GERVASIO	A	B
5959-1	PATRICIA SILVEIRA PINTO	C	D
19865-3	PAULA CRISTINE VANZELLA	A	B
19134-6	PRISCILA BURILLE DA ROCHA	A	B
19350-1	PRISCILA DOS SANTOS PEREIRA	A	B
19056-3	QUELIN CRISTINI DE OLIVEIRA	A	B
19077-1	QUEZIA DOS ANJOS	A	B
19095-2	RAQUEL AUXILIADORA GOMES DA SILVA	A	B
19173-6	RAQUEL DE VASCONCELOS SILVA	A	B
19880-6	RAQUEL GARCIA HELM	A	B
19736-1	RAQUEL LUIZA ZANDER	A	B
16073-1	RAQUEL SALDANHA FROSI RODRIGUES	A	B
18784-1	REGIANE APARECIDA STEMPIEM MENDES DA SILVA	A	B
15856-3	REGINA DALAGO VALNIER	B	C
19312-1	REJANE SARMENTO	A	B
19565-5	RENATA CRISTINA CAETANO ALIXANDRE	A	B
20073-1	RENATO SILVA E SILVA	A	B
19777-1	RICHELE MARIA CAMPESTRINI DA SILVA	A	B
19534-1	RITA DE CASSIA ARAO DE CARVALHO	A	B

19744-1	ROBERTA CAROLINE BIANCHINI DIAS	A	B
20076-1	ROBERTO DE LIMA VIANA	A	B
19349-1	ROBSON RODRIGO PEREIRA DA FONSECA	A	B
19367-2	RODRIGO CONRADI CEMA	A	B
19355-1	RODRIGO MACHADO KROEGER	A	B
19365-4	RODRIGO PEREIRA	A	B
14960-2	RONEY CAETANO	B	C
20180-1	RONISE BASTOS	A	B
19097-2	ROSA KAROLINE NUNES NOGUEIRA	A	B
19044-5	ROSANA AMALIA BATISTA	A	B
19151-1	ROSANE WILLRICH	A	B
19177-5	ROSANGELA DE SOUZA SILVA DOS SANTOS	A	B
19894-1	ROSANGELA DO ROCIO VALENTIM FERREIRA DA SILVA	A	B
19099-7	ROSANGELA REGINALDO	A	B
4731-1	ROSANI APARECIDA CORREA	A	B
20081-3	ROSELAINE DE ANDRADE BONES	A	B
19778-1	ROSELI GRAEFF CASIRAGHI	A	B
15049-2	ROSEMERY APARECIDA VIEIRA DE SOUZA	B	C
19100-1	ROSILENE APARECIDA FREITAS DE LIMA	A	B
19131-6	ROSILENE VIEIRA DOS SANTOS	A	B
18961-3	ROSEMERE APARECIDA PEREIRA DA SILVA	A	B
4876-2	RUTE ALVES	A	B
15050-5	SABRINA REGINA MARTINS	B	C
19882-1	SANDRA MARA KLECKNER SANCHES	A	B
19320-8	SANDRA MARA SANTOS BERGAMO	A	B
19304-4	SANTINA ELIZANGELA SEHNEM	A	B
19559-3	SHEILA VANUSA DE SOUZA	A	B
18956-3	SHERIE SOARES DO PRADO	A	B
18958-5	SHIRLEY REGINA FELIX	A	B
19335-3	SILVANA DOS SANTOS	A	B
19058-1	SILVANA GONÇALVES DE CAMPOS MARTINSKI	A	B
19132-6	SILVANA SELHORST	A	B
19776-4	SILVIA APARECIDA CORREIA DE BORBA	A	B
3192-1	SILVIA ELAINE ARAGAO	C	D
3656-1	SIMONE GARCIA CARDOSO	C	D
19946-4	SIMONE VIEIRA LISBOA	A	B
20178-1	SIMONI FERRANDO LAMBERTI	A	B
19341-1	SIRLEI MARIA BATISTA	A	B
19049-1	SOFIA DE CARVALHO GUIMARAES	A	B
12454-2	SOLANGE APARECIDA DE OLIVEIRA FARIA	A	B
15052-9	SOLANGE UMBELINO DOS SANTOS	B	C
19054-1	SOLIANE WERNEK	A	B
12490-1	SONIA CRISTINA GONÇALVES VIERO	B	C
19784-2	SONIA MARIA SOUZA FELIX	A	B
18753-1	SONIA MOURA BRIDON	A	B
11520-3	SONIA PRESTES DE OLIVEIRA	B	C
23161-2	STELA MARIS BONISSONI	A	B
19158-4	SUELE ANTUNES DA ROSA SANTIAGO	A	B
20057-2	SUZAMAR ANTUNES RIBEIRO DOS SANTOS	A	B
19560-3	SUZANA ALVES DA ROSA INACIO	A	B
15757-1	TAISA DA SILVA SOARES	A	B
19119-4	TANIA MARGARETE DOS SANTOS CERATTI	A	B
19941-3	TATIANE DOS SANTOS RAI O PROENÇA	A	B
19685-6	TATIANA SILVA	A	B
19344-2	TERESINHA APARECIDA DA ROSA BRADACZ MULLER	A	B
19175-2	THAYS FERNANDES DO NASCIMENTO	A	B
15212-3	THERMUTIS DA SILVA SABARA	B	C
16418-4	TONY RAFAEL DA SILVA	A	B
19135-6	VALDETE MARIA NEVES TEIXEIRA	A	B
19573-5	VALERIA MIQUELE ROSA BORBA	A	B
18729-1	VALESKA LÚCIA MIGOTO NUNES	A	B
19101-5	VANESSA LUCHINI	A	B
19090-1	VANESSA PORT MENDONÇA	A	B
19143-2	VANESSA SOUZA SALLES	A	B

19360-11	VALTECIR BENEVENUTI	A	B
22933-1	VERA LUCIA AMARAL REIS	B	C
19120-6	VERA LUCIA RAFAELI	A	B
19098-5	VERONICA JANETE PAZ DOS SANTOS KUBIAK	A	B
19121-1	VERUSKA ADRIANA LEITE FIRZLAFF	A	B
19046-1	VIVIANE VIGNOLI	A	B
23151-4	WAGNER E SILVA DE SOUZA	B	C
23070-5	WAGNER MATIAS	A	B
4890-2	ZELIA CONCEICAO DE SOUZA	C	D
15862-2	ZENILDA VEIGA RIBEIRO	B	C

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 01 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

420/2019

Publicação Nº 1968285

PORTARIA Nº420/2019
Concede Acesso de Categoria Funcional a Servidor (a) Público (a) e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo nº79, inciso V da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal nº. 019/2008, de 02/07/2008, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a ROSILENE APARECIDA FREITAS DE LIMA, matrícula Nº. 19100-1, acesso da categoria de MONITOR(A) nível 2, que ocupa, para MONITOR(A) nível 3, com vencimentos previstos em Lei.

Art. 2º. O Departamento de Gestão de Pessoas procederá às alterações na ficha funcional do(a) servidor(a) mencionada no artigo anterior.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 06 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

421/2019

Publicação N° 1968289

PORTARIA N°421/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº281/2019 de 20/02/2019, firmado entre ALINE TASSI SELHORST, matrícula nº 24092-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PROFESSOR, a partir de 27/02/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 27/02/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 06 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

422/2019

Publicação N° 1968309

PORTARIA N°422/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº625/2018 de 18/06/2018, firmado entre JOSE HENRIQUE SANDOVAL GONÇALVES, matrícula nº 23588-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de MEDICO ESF.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 06 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

423/2019

Publicação N° 1968310

PORTARIA N°423/2019

Nomeia Coordenadora do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2270/2011, Art. 07 e 09;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, LAURA HILGENBERG IJAILLE ALVES ZENCKNER, no cargo de Coordenadora Do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS da Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 06 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

424/2019

Publicação N° 1968315

PORTARIA N°424/2019

RESCINDE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº149/2019 de 11/02/2019, firmado entre MARIA HELENA SOUZA DA SILVA, matrícula nº. 23990-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PROFESSOR, a partir de 01/03/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 01/03/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 06 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

425/2019

Publicação N° 1968317

PORTARIA Nº425/2019
NOMEIA COORDENADOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.026/2009 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, JAQUELINE DUTRA, no cargo em comissão de COORDENADOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL da Secretaria Municipal da Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 06 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

426/2019

Publicação N° 1968319

PORTARIA Nº426/2019

Nomeia Comissão Para
Processo Seletivo

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso VII, da Lei Orgânica do Município, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear os servidores SUZETE TEIXEIRA RODRIGUES, sob matrícula nº 5009, GIACOMO ANDRIO CAMPI, sob matrícula nº12529, EMERSON HAENDCHEN VIDAL, sob matrícula nº 14657, para comporem, sob a presidência do primeiro e secretariado pelo segundo, a comissão para o Processo Seletivo da Secretaria Municipal da Administração e da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º. A comissão do Processo Seletivo compete o planejamento, elaboração e operacionalização de todas as etapas deste Processo Seletivo, como também o acolhimento, análise e decisão sobre todos os pedidos de revisão encaminhados pelos candidatos e relativos às diversas etapas deste Processo Seletivo.

Art. 3º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 06 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

427/2019

Publicação Nº 1968322

PORTARIA Nº427/2019
NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº 033/2011, Lei nº065/2013 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, PEDRO AUGUSTO DE MENDONÇA ZATONI, no cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA da Secretaria Municipal da Saúde, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 06 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

428/2019

Publicação Nº 1968326

,PORTARIA Nº428/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 06/03/2019 á 05/03/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
LUIZA MARTINI BELOTO	CIRURGIÃ DENTISTA ESF 40 HORAS	440/2019	18º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 06 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

429/2019

Publicação N° 1968331

,PORTARIA N°429/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 06/03/2019 á 05/03/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
LUCIANA THEODORO JACQUES	FARMACÊUTICO(A) NASF 40 HORAS	441/2019	25º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 06 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

430/2019

Publicação N° 1968335

,PORTARIA N°430/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 06/03/2019 á 31/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
IVETE CARNEIRO	NUTRICIONISTA 40 HORAS	442/2019	07º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 06 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

431/2019

Publicação Nº 1968339

,PORTARIA Nº431/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 07/03/2019 á 31/12/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MARTA PRATES DE SOUZA	RECEPCIONISTA 40 HORAS	443/2019	28º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

432/2019

Publicação Nº 1968341

,PORTARIA Nº432/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 07/03/2019 á 06/03/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ANA KEILA SOARES	CIRURGIÃ DENTISTA ESF 40 HORAS	444/2019	20º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

433/2019

Publicação Nº 1968342

,PORTARIA Nº433/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 07/03/2019 á 06/03/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
THACYANA COMENALE PEREIRA DOS SANTOS	TECNICO(A) DE ENFERMAGEM ESF 40 HORAS	445/2019	94º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

434/2019

Publicação Nº 1968366

,PORTARIA Nº434/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 07/03/2019 á 06/03/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
TAINÁ PONTALDI	RECEPCIONISTA ESF 40 HORAS	446/2019	34º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

435/2019

Publicação Nº 1968370

,PORTARIA Nº435/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 07/03/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ADRIANE CRITINA VENSKE PEREIRA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	447/2019	136º
FERNANDA RIBEIRO	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	448/2019	144º
MARIA AMELIA FIORIN	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 40 HORAS	449/2019	146º
MARIA BERNADETE PEREIRA DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	450/2019	135º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

436/2019

Publicação N° 1968371

,PORTARIA N°436/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 07/03/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
CLECI TERESINHA VILHALVA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	451/2019	100º
ELISANGELA APARECIDA MORAIS FERREIRA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	452/2019	150º
ERNESTINA BECKER HILLMANN	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	453/2019	145º
MARCIA REGINA DAL PIVA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	454/2019	119º
NATALIA FONSECA FREITAS SOUZA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	455/2019	151º
SORAYA JAHNKE	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	456/2019	149º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

437/2019

Publicação N° 1968374

,PORTARIA N°437/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 07/03/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
AMANDA GALDINI BOLDA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS	457/2019	05º
CARLA TATIANA FORMOLO	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS	458/2019	19º
LEANDRA CARDOSO REINERT	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 30 HORAS	459/2019	13º
SHIRLEY SANTOS CAVALCANTE BEZERRA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 40 HORAS	460/2019	11º
STELA MARIS BONISSONI	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS	461/2019	14º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

438/2019

Publicação Nº 1968377

,PORTARIA Nº438/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 07/03/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
DAIANE DE ASSIS FLECH	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	462/2019	22º
RICARDO MOREIRA ALVES MARCONDES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	463/2019	37º
SUELLEN REGINA DE OLIVEIRA DOEGE	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	464/2019	39º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

439/2019

Publicação Nº 1968380

,PORTARIA Nº439/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 07/03/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
FERNANDA ALVES KUHNEN MEDEIROS	SUPERVISOR(A) ESCOLAR 40 HORAS	465/2019	24º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

440/2019

Publicação Nº 1968382

,PORTARIA Nº440/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 07/03/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
FERNANDO FLAVIO GERHARDT CANCELLA	PROFESSOR(A) DE HISTÓRIA 20 HORAS	466/2019	13º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

441/2019

Publicação N° 1968387

,PORTARIA Nº441/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 07/03/2019 á 04/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
JONATHAN MATTOS	PROFESSOR(A) DE GEOGRAFIA 20 HORAS	467/2019	17º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

442/2019

Publicação N° 1968391

PORTARIA Nº442/2019

NOMEIA AUXILIAR IMEDIATO DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE- LEI CAIC

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 1096/94 de 30/09/1994 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, RODRIGO PEREIRA, no cargo em comissão de AUXILIAR IMEDIATO DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DA SAÚDE da Secretaria da Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

443/2019

Publicação Nº 1968394

PORTARIA Nº443/2019
NOMEIA DIRETOR DE SUBPROGRAMA DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES- LEI CAIC

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 1096/94 de 30/09/1994 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ISAIAS DA SILVA AMARAL, no cargo em comissão de DIRETOR DE SUBPROGRAMA DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES da Secretaria da Educação, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

444/2019

Publicação Nº 1968398

PORTARIA Nº444/2019

concede função gratificada a servidor(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada, ao servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

3760-1	ROSINEIA ROSELI CATARINA	FG2
--------	--------------------------	-----

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

445/2019

Publicação N° 1968400

PORTARIA Nº445/2019

concede função gratificada a servidor(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada, ao servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

561-1	JANE TEREZINHA GANANCINI ZIMMERMAN	FG3
-------	------------------------------------	-----

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

446/2019

Publicação N° 1968506

PORTARIA Nº446/2019

Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 019/2008 de 02/07/2008 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, a(o) servidor(a) ELIANA ANDREA DE SIQUEIRA BACKES, portador(a) do CPF 023.628.479-77, matrícula nº11716-2, a contar da data dessa portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 07 de março 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

447/2019

Publicação N° 1968508

PORTARIA N°447/2019
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Complementar nº. 039/2012 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, a(o) servidor(a) IVONETE DOS SANTOS, portador do CPF 624.399.799-53, matrícula nº. 11795-3.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

448/2019

Publicação N° 1968512

PORTARIA N°448/2019

concede função gratificada a servidor(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada, ao servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

12548-2	ANDERSON PIEMONTEZ	FG1
2197-1	MAURICIO VIANA DA SILVA	FG2
3573-1	RICARDO ALEXANDRE ARAGAO	FG1

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

449/2019

Publicação N° 1968514

PORTARIA N°449/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº155/2019 de 11/02/2019, firmado entre SIMONE COUTO DE SOUZA RICARDO, matrícula nº23034-3, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de PROFESSORA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 06 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

450/2019

Publicação N° 1968519

,PORTARIA N°450/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº 001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 08/03/2019 á 07/03/2020:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
CARLA MARIA SOUZA DO PRADO CUSTÓDIO	RECEPCIONISTA ESF 40 HORAS	468/2019	30º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 08 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

451/2019

Publicação Nº 1968521

,PORTARIA Nº451/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 11/03/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
AMANDA CRISTINA DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 10 HORAS	469/2019	07º
CRISTIANE AGOSTINHO DAS CHAGAS	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 20 HORAS	470/2019	17º
ELIETE ALVES	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 10 HORAS	471/2019	09º
JOVITA ROCHA TOMAS	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 40 HORAS	472/2019	08º
KIMBERLY TAINANRA DE OLIVEIRA	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 20 HORAS	473/2019	10º
LUCIANA KUROSKI DE CASTILHO	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 20 HORAS	474/2019	02º
MARGARETE GIMENEZ	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 20 HORAS	475/2019	06º
VIVIANE APARECIDA GRIZON DE OLIVEIRA	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 20 HORAS	476/2019	13º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

452/2019

Publicação Nº 1968522

,PORTARIA Nº452/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo Simplificado nº 003/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 11/03/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ANDREIA MIRIAM SCHNEIDER	PROFESSOR(A) DE ENSINO RELIGIOSO 10 HORAS	477/2019	02º
ANISIO PAULO GOMES	PROFESSOR(A) DE ENSINO RELIGIOSO 10 HORAS	478/2019	07º
BERNADETE SILVA MOREIRA	PROFESSOR(A) DE ENSINO RELIGIOSO 20 HORAS	479/2019	08º
ELIANE DA SILVA	PROFESSOR(A) DE ENSINO RELIGIOSO 40 HORAS	480/2019	05º
RENATO NUNES	PROFESSOR(A) DE ENSINO RELIGIOSO 40 HORAS	481/2019	01º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

453/2019

Publicação Nº 1968524

,PORTARIA Nº453/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo Simplificado nº 002/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 11/03/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ANDERSSA APARECIDA SANTOS DOS REIS	MERENDEIRA 40 HORAS	482/2019	08º
IRACI D'APARECIDA MACHADO	MERENDEIRA 40 HORAS	483/2019	01º
LARISSA HOFFMANN ROSA	MERENDEIRA 40 HORAS	484/2019	04º
LENITA CHAVES VIVILAQUA	MERENDEIRA 40 HORAS	485/2019	02º
LEONI VANELLI	MERENDEIRA 40 HORAS	486/2019	09º
ROSANGELA FATIMA PIEGEL	MERENDEIRA 40 HORAS	487/2019	03º
ROSE MARI NARCIZO DOS SANTOS	MERENDEIRA 40 HORAS	488/2019	07º
SILVANA KURTZ MADEIRA	MERENDEIRA 40 HORAS	489/2019	06º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de março de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

454/2019

Publicação Nº 1968527

,PORTARIA Nº454/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº022/2018

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 11/03/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ANA PAULA DE SOUZA BARBOSA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	490/2019	97º
CARINA FRANQUELLA CANUTO GONÇALVES	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	491/2019	120º
ELIZIANE ALVES	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	492/2019	119º
GISLENE APARECIDA LEAL	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	493/2019	95º
LUIZA DA ROSA MARTINS	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	494/2019	111º
NUBIA FLORENCIO	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	495/2019	99º
ROBERTA ATARÃO TAVARES BLEICHVEL	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	496/2019	102º
ROSELINE MIGUELINA KURITZA MOREIRA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	497/2019	101º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

455/2019

Publicação Nº 1968528

,PORTARIA Nº455/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo Simplificado nº003/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 11/03/2019 á 09/04/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ACACIA MASSARUTI	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 40 HORAS	498/2019	15º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

456/2019

Publicação Nº 1968530

,PORTARIA Nº456/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo Simplificado nº003/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 11/03/2019 á 26/05/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
KATIANE BERNARDES DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE INGLÊS 40 HORAS	499/2019	18º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

457/2019

Publicação Nº 1968535

PORTARIA Nº457/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Saúde, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº001/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 11/03/2019 á 10/03/2020: UBS SANTA REGINA

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ROSANGELA FÁTIMA MAFRA	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE 40 HORAS	500/2019	16º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de março de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

458/2019

Publicação Nº 1968537

PORTARIA Nº458/2019**NOMEIA ASSESSOR ADJUNTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL**

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.050/2013 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, GABRIELA DO AMARAL GARCIA, no cargo em comissão de ASSESSOR ADJUNTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL do Gabinete do Prefeito, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de março de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

459/2019

Publicação Nº 1968540

PORTARIA Nº459/2019
Concede Licença Prêmio

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 019/2008 de 02/07/2008 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, a pedido, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, referente à 20 (vinte) horas, a(o) servidor(a) EDNETE MATEUS, portador(a) do CPF 795.694.809-63, matrícula nº1631-1, a contar da data dessa portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

460/2019

Publicação Nº 1968541

PORTARIA Nº460/2019

RESCINDE CONTRATO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº043/2019 de 11/02/2019, firmado entre FABIOLA STAHLHOFER, matrícula nº. 18653-2, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de MERENDEIRA.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

461/2019

Publicação Nº 1968543

PORTARIA Nº461/2019

Exonera Servidor (a) a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 039/2012, de 02/01/2012 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, CASSILDA MARIA COELHO, portador do CPF Nº 806.014.729-34, matrícula Nº. 11651-2, do cargo efetivo de MERENDEIRA, concurso público nº 001/2007.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de março de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

462/2019

Publicação Nº 1968547

PORTARIA Nº462/2019

exclui função gratificada do(s) servidor(es)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Excluir Função Gratificada ao servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

11753-5	ADRIANA FRANCISCA	FG2
---------	-------------------	-----

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de março de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

463/2019

Publicação N° 1968548

PORTARIA N°463/2019

concede licença maternidade

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, e conforme Lei Municipal nº 2.893/2016 de 27.01.2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder, licença maternidade de 120 (cento e vinte) dias, a funcionária ALESSANDRA LOUISIANA DE SOUZA BITENCOURT, matrícula nº. 22251-1, servidora contratada no cargo de AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE – PACS, a contar de 10/03/2019.

Art. 2º. Esta Portaria retroage seus efeitos à 10/03/2019, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 11 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

464/2019

Publicação N° 1968549

PORTARIA N°464/2019

Exonera Servidor (a) a pedido

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Complementar nº 039/2012, de 02/01/2012 e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, LILIANE APARECIDA RODE, portador do CPF N°. 040.559.979-06, matrícula N°. 16387-1, do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, concurso público nº 001/2007.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 12 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

465/2019

Publicação Nº 1968551

PORTARIA Nº465/2019
EXONERA CHEFE DO NUCLEO DE PREVENCAO AS DROGASE PEDOFILIA

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.035/2011 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a pedido, JOSE MANOEL MAFRA, matrícula nº. 23735-6, do cargo em comissão de CHEFE DO NÚCLEO DE PREVENÇÃO AS DROGAS E PEDOFILIA da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 12 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

466/2019

Publicação Nº 1968554

,PORTARIA Nº466/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo Simplificado nº001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 12/03/2019 á 08/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
LUCIMAR DA SILVA PINHEIRO	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	501/2019	09º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 12 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.º21313
Port. nº163/2018

467/2019

Publicação N° 1968557

,PORTARIA N°467/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo Simplificado nº001/2019;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 12/03/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
RAQUEL PEREIRA DA SILVA CHAVES	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	502/2019	10º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 12 de março de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa

Matr.nº21313

Port. nº163/2018

468/2019

Publicação N° 1968558

,PORTARIA N°468/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº022/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 13/03/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
BRUNA RAQUEL BELUSSO	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	504/2019	113º
DANIELE PIETRONIUK	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	505/2019	126º
KELI MARIANI FLORIANO	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 40 HORAS	506/2019	123º
MELISSA COSTA VIEIRA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	507/2019	106º
SANDRA APARECIDA GONÇALVES VIEGA	MONITOR(A) DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA 20 HORAS	508/2019	122º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 13 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

469/2019

Publicação Nº 1968560

,PORTARIA Nº469/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 13/03/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
ALEXANDRO CORREA	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	509/2019	148º
ANA PAULA FIORESE	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	510/2019	153º
LEONICE DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	511/2019	164º
MARIANA TORINELLI	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	512/2019	155º
MARLI SOARES	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	513/2019	108º
SONIA VIEIRA BASTOS	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO INFANTIL 20 HORAS	514/2019	115º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 13 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

470/2019

Publicação N° 1968562

,PORTARIA N°470/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 13/03/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
SILVANA MARIA BRUSCH JAEGER DA SILVA	PROFESSOR(A) DE PORTUGUÊS 20 HORAS	515/2019	08º
UBIRATAN PIMENTEL DOS SANTOS	PROFESSOR(A) DE PORTUGUÊS 20 HORAS	516/2019	15º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,

em 13 de março de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos

Municípios de Santa Catarina

www.diariomunicipal.sc.gov.br e

Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa

Matr.nº21313

Port. nº163/2018

471/2019

Publicação N° 1968563

,PORTARIA N°471/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 13/03/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
DELMA ALVES DE OLIVEIRA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	517/2019	55º
ROSANGELA DA SILVA PINHEIRO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS 40 HORAS	518/2019	58º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 13 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

472/2019

Publicação Nº 1968568

,PORTARIA Nº472/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 13/03/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
JOSE MAURO BERNARDES JUNIOR	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 10 HORAS	519/2019	21º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 13 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

473/2019

Publicação Nº 1968569

,PORTARIA Nº473/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 13/03/2019 á 13/04/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
LUZIA RODRIGUES ALIXANDRE	PROFESSOR(A) DE EDUCAÇÃO FÍSICA 20 HORAS	520/2019	24º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 13 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

474/2019

Publicação Nº 1968571

,PORTARIA Nº474/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 13/03/2019 á 19/04/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
MARILU DA SILVA BATISTA	PROFESSOR(A) DE ANOS INICIAIS 20 HORAS	521/2019	139º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 13 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

475/2019

Publicação N° 1968574

,PORTARIA N°475/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 13/03/2019 á 30/04/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
DULCICLEIDE ADRIANA XAVIER DE LIZ	ORIENTADORA EDUCACIONAL 40 HORAS	522/2019	18º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 13 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

476/2019

Publicação N° 1968576

,PORTARIA N°476/2019

Designa funcionários (as)

O Prefeito da cidade de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, e com fundamento no artigo 37 da Constituição Federal, e conforme Lei Municipal nº2893/2016 e posteriores alterações;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal da Educação, necessita de mão de obra para andamento de seus trabalhos, sob pena de prejuízo dos serviços essenciais;

CONSIDERANDO ser contrato temporário e de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO aprovação em Processo Seletivo nº021/2018;

RESOLVE:

Art. 1º. Designa, conforme Contrato Administrativo de Prestação de Serviços, firmado entre as partes, com data de 13/03/2019 á 30/06/2019:

NOME	CARGO	CONT.	CLASSIF.
PAULO HENRIQUE SOUZA GALVÃO	INTÉRPRETE DA LINGUA BRASILEIRA DE SINAIS 40 HORAS	523/2019	08º

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 13 de março de 2019.
ELCIO ROGÉRIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

477/2019

Publicação Nº 1968577

PORTARIA Nº477/2019
NOMEIA CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município, na Lei Complementar nº.050/2013 e posteriores alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, ANA PAULA VIEIRA, no cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO ADJUNTO da Procuradoria Geral do Município, com subsídios previstos em Lei.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 13 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

478/2019

Publicação Nº 1968579

PORTARIA Nº478/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº824/2018 de 28/11/2018, firmado entre FRANCIELLE VALLE BATISTAO, matrícula nº 23906-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de MEDICO ESF.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 13 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal

Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

479/2019

Publicação N° 1968583

PORTARIA N°479/2019

RESCINDE CONTRATO A PEDIDO

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da Lei Orgânica do Município e conforme Lei Municipal nº2893/2016, e posteriores alterações;

RESOLVE:

Art. 1º. Rescindir, a pedido, o contrato Administrativo de Prestação de Serviço nº429/2019 de 01/03/2019, firmado entre MAGIDA OLIVEIRA DA CRUZ, matrícula nº 24145-1, e o Município de Camboriú, para desempenhar a função de TECNICO(A) ENFERMAGEM.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 13 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

480/2019

Publicação N° 1968587

PORTARIA N°480/2019

concede função gratificada a servidor(a)

O Prefeito Municipal de Camboriú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas pelo artigo 79, inciso V, da lei Orgânica do Município e na Lei Complementar nº. 026/2009, de 18/12/2009;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder função gratificada, ao servidor que relaciona;

Nome Função Gratificada

21141-1	EMERSON CESARIO	FG3
---------	-----------------	-----

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua criação, revogando as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ,
em 13 de março de 2019.
ELCIO ROGERIO KUHNEN
Prefeito Municipal
Publicada no Diário Oficial dos
Municípios de Santa Catarina
www.diariomunicipal.sc.gov.br e
Registrado na Secretaria de Administração

Sabrina da Silva Rosa
Matr.nº21313
Port. nº163/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL N° 002/2019 - FUNDESP

Publicação N° 1967978

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial n° 002/2019 - FUNDESP - Ata do Sistema de Registro de Preços 002/2019 – FUNDESP - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE TRANSPORTE, VAN, MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS, PARA VIAGENS COM ATLETAS EM CAMPEONATOS DE DIVERSAS MODALIDADES, REFERENTES A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE, CONFORME TERMO DE REFERENCIA, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA A PARTIR DE: 01/04/2019
1ª Publicação.

DL 01/19 - FMS

Publicação N° 1968692

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
DISPENSA LICITATÓRIA N°. 001/2019 – FMS
Data: 01/04/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE FORMULAS INFANTIS PARA ATENDER DECISÃO JUDICIAL CONFORME CONSTA EM AUTOS N° 0302914-43.2018.8.24.0113.

Valor total: R\$ 11.115,00 (onze mil cento e quinze reais).

Secretaria: Secretaria Municipal de Saúde.

Contratada: MERCO SOLUÇÕES EM SAÚDE S/A

Embasamento legal: artigo 24, inciso "IV" da lei Federal 8666/1993.

Camboriú SC, 01 de Abril de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

PR 049/19 - PMC

Publicação N° 1968804

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 049/2019-PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE CADEIRAS PLÁSTICAS A SEREM UTILIZADAS NAS FESTIVIDADES, EVENTOS E CERIMONIAS PROMOVIDAS OU APOIADAS PELO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 16 (Dezesseis) de Abril de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, N°. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 01 de Abril de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 12/19 - FMS

Publicação N° 1968924

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 012/2019-FMS - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO MEDICINAL, DESTINADO AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 17 (Dezessete) de abril de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 01 de abril de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 45/19 - PMC

Publicação Nº 1967656

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 045/2019-PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE LANCHES PARA AS EQUIPES QUE TRABALHAM EM EVENTOS REALIZADOS PELA MUNICIPALIDADE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 12:30 horas do dia 15(Quinze) de Abril de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 01 de Abril de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 46/19 - PMC

Publicação Nº 1967718

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 046/2019-PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE CLIMATIZADORES, DESTINADO AO EVENTO 37º CONGRESSO DO GIDEÕES MISSIONÁRIOS DA ULTIMA HORA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 14:00 horas do dia 15(Quinze) de Abril de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 01 de Abril de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PR 47/19 - PMC

Publicação Nº 1968099

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 047/2019-PMC - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE CARPE COM MONTAGEM E DESMONTAGEM PARA O PISO DA QUADRA DE GINÁSIO DE ESPORTES IRINEU BORNHAUSEN SITUADO NA RUA HERCÍLIO ZUCHI NA REALIZAÇÃO DE EVENTOS PROMOVIDOS OU APOIADOS PELA MUNICIPALIDADE.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciarà às 12:30 horas do dia 17(Dezessete) de Abril de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú 01 de Abril de 2019.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 011/2019 - FMS

Publicação Nº 1967751

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2019 - FMS –

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO AOS PACIENTES USUÁRIOS DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE, E USO NAS UNIDADES DE SAÚDE E HOSPITAL CIRÚRGICO CAMBORIÚ - EDWIRGES BERNARDES. CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 12:30 horas do dia 16 (Dezesseis) de Abril de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 01 de Abri de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 048/2019 - PMC

Publicação Nº 1968618

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2019 – EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE SEGURANÇA E PROTEÇÃO, DESTINADOS AOS FUNCIONÁRIOS DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, QUE EXERCEM FUNÇÕES EXTERNAS PARA QUE ESTEJAM PROTEGIDOS DE RISCOS, QUE POSSAM OCORRER NO DESEMPENHO DE SUAS ATIVIDADES, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993 e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 15:00 horas do dia 22 (Vinte e Dois) de Abril de 2019, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 01 de Abril de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

RESULTADO CHAMAMENTO 003/19 - FMS

Publicação Nº 1968049

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 003/2019-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:
"FRACASSADA"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 01 de Abril de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

RESULTADO CHAMAMENTO 004/19 - FMS

Publicação Nº 1968051

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIU
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 004/2019-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que o resultado da licitação foi:
"FRACASSADA"

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 01 de Abril de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO DE CONTRATOS DIA 25 AO DIA 29 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1967657

RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO

PMC

Contrato Nº 021/2019

Processo: Pregão Presencial Nº 040/2019

Contratado: LINDOLAR COMERCIO DE ESQUADRIAS, FORROS E DIVISORIAS EIRELI

Data: 27/03/2019

Prazo: 31/12/2019

Valor: R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE COBERTURA DE POLICARBONATO PARA SER APLICADO COMO ISOLANTE TÉRMICO NO PERGOLADO DE MADEIRA, LOCALIZADO NA PRAÇA EM FRENTE AO GEM CLOTILDE RAMOS CHAVES, NA RUA JOSÉ FRANCISCO BERNARDES, COMO PROTEÇÃO AOS MUNICÍPIES QUE NELE SE ABRIGAM, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

FMAS

Contrato Nº 008/2019

Processo: Pregão Presencial Nº 003/2019

Contratado: JOSE JOAO RUSSI - ME

Data: 28/03/2019

Prazo: 31/12/2019

Valor: R\$ 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos reais)

Objeto: LOCAÇÃO DE TRAJES PARA NOIVAS E NOIVOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO XII CASAMENTO COLETIVO, ONDE CASAIS CAMBORIUENSES ESTARÃO OFICIALIZANDO A UNIÃO. EVENTO SOB A COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME TERMO DE REFERENCIA.

ADITIVO

FME

Décimo Segundo Termo Aditivo

Contrato: 021/2014

Processo: Tomada de Preço 001/2014

Contratado: ARRUDA CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA

Data: 27/03/2019

Fundamento: artigo 65, II da Lei 8.666/93

Objeto do contrato: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EDIFICAÇÃO DE UMA ESCOLA NO BAIRRO SÃO FRANCISCO DE ASSIS (ESPAÇO EDUCATIVO URBANO II FNDE) COM ÁREA TOTAL CONSTRUIDA DE 854,00 M2

Objeto do aditivo: DO PRAZO: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem prorrogar o prazo contratual/execução da obra por mais 180 dias, ou seja, de 27 de abril de 2019 até 24 de outubro de 2019, tendo em vista o atraso do repasse de recursos federais para dar continuidade aos serviços contratados e finalizar a obra dentro do período previsto, conforme justificativa apresentada pela empresa e Secretaria de Educação.

ELCIO ROGERIO KUHNEN

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE ERRATA PR 09/19 - FMS

Publicação Nº 1967942

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
TERMO DE ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 009/2019-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o edital do Pregão Presencial 009/2019 - FMS, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA PARA AS UNIDADES DE SAÚDE E HOSPITAL CIRÚRGICO CAMBORIÚ - EDWIGES BERNARDES PERTENCENTES A SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA" sofreu a seguinte alteração:

Foi excluído do item 2 DEFINIÇÕES GERAIS os subitens H e I do Termo de Referência Anexo IX do Edital.

Desta maneira, fica prorrogada a data de abertura das propostas e documentações para o dia 22/04/2019 as 12h30min

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do referido edital.

Camboriú SC, 01 de Abril de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

TERMO DE REABERTURA DO PR 09/19- FMS

Publicação Nº 1967941

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ
TERMO DE REABERTURA DO PR 009/2019-FMS

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração vem comunicar às empresas interessadas que o processo do Pregão Presencial 009/2019 - FMS, tendo como objeto a "SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SOFTWARE DE GESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA PARA AS UNIDADES DE SAÚDE E HOSPITAL CIRÚRGICO CAMBORIÚ - EDWIGES BERNARDES PERTENCENTES A SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA", que o processo está reaberto.

Camboriú SC, 01 de Abril de 2019.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO Nº 8.262/19 DE 22/02/19 DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Publicação Nº 1967980

DECRETO Nº 8.262/19 DE 22/02/19
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 931/19 de 22/03/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de Motorista, integrante do Anexo I Nível I quadro de pessoal da Lei nº 10/11 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município, em decorrência da aposentaria especial, Pedro Domingos da Silva.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
22 de Fevereiro de 2019.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 8.263/19 DE 22/02/19 DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Publicação Nº 1967981

DECRETO Nº 8.263/19 DE 22/02/19
DECRETA VACÂNCIA DE CARGO QUE MENCIONA

Silvio Alexandre Zancanaro, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, e considerando a Portaria nº 929/19 de 22/03/19,

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado vago o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, integrante do Anexo I Nível I quadro de pessoal da Lei nº 10/11 que instituiu o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Município, em decorrência da aposentaria compulsória, Maria de Lourdes de Oliveira.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
22 de Fevereiro de 2019.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 08_2019

Publicação Nº 1967762

CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº 08/2019

CONTRATO DE GESTÃO Nº 08/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, POR INTERMÉDIO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONJUNTAMENTE COM A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO E O INSTITUTO MARIA SCHMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DO CIDADÃO, ORGANIZAÇÃO SOCIAL SEM FINS LUCRATIVOS, QUE VISA ESTABELECER O COMPROMISSO ENTRE AS PARTES PARA O GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, PARA OS FINS QUE SE DESTINA.

Entre o MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, representado pelo seu Prefeito Municipal, o senhor Silvio Alexandre Zancanaro, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ 08.595.042/0001-24, situado na Rua Nereu Ramos, nº 333, representado pela Secretária Municipal da Saúde Mayara da Silva Antunes Serena conjuntamente com a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, Campos Novos - SC, CEP 89620-000, representada pela Diretora da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio Senhora Luanna Coninck Dalla Costa, doravante denominado ÓRGÃO SUPERVISOR, e de outro lado a ORGANIZAÇÃO SOCIAL INSTITUTO MARIA SCHMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DO CIDADÃO com CNPJ/MF nº 28.700.530/0001-61, com endereço à Rua: Caetano Lummertz,

nº 746, Sala 01 – Centro, CEP 88.900-043, Município de Araranguá/SC e com estatuto arquivado sob nº 3664, folha 247 do livro A-13 do Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Araranguá/SC, neste ato representada por seu Presidente, o senhor Robson Schmitt Machado, CPF nº 068.729.459-23, doravante denominada de EXECUTORA, considerando o Processo de CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2019, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei Nº 13.204/2015 e Decreto Municipal nº 8.130/2018, RESOLVEM celebrar o presente Contrato de Gestão N.º 08/2019, referente ao gerenciamento e execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidas no Hospital Dr. José Athanázio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. Que o Órgão Supervisor, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS conjuntamente com a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, atendendo ao interesse público e mediante PROCESSO DE CHAMAMENTO PÚBLICO, decidiu estabelecer o compromisso entre as partes para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, na Fundação Hospitalar José Athanázio, com a pactuação de metas de produção, e indicadores de qualidade, em regime de 24 horas/dia, que assegure assistência universal e gratuita exclusiva aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), atendimento à pacientes particulares e de convênios (plano de saúde) por entidade de direito privado, sem fins lucrativos ou econômicos, em conformidade com o Termo de Referência, Edital, Plano de Trabalho e o presente instrumento.

1.2. A finalidade do contrato deverá ser executada de forma a garantir: qualidade, eficácia, eficiência, efetividade, economicidade e os resultados esperados de acordo com as Metas de Produção e Indicadores de Qualidade.

1.3. Contrato de Gestão é um acordo administrativo colaborativo, de interesse mútuo e que estabelecerá a relação entre o Município e a respectiva entidade qualificada como Organização Social, com vistas à formação de parceria entre seus respectivos signatários, na qualidade de partícipes, para o fomento e execução de atividades e serviços estipulados neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

2.1. A Executora obriga-se a:

a. Assegurar a organização, administração e gerenciamento do Hospital Dr. José Athanázio, objeto do presente Contrato, através do desenvolvimento de técnicas modernas e adequadas que permitam o desenvolvimento da estrutura funcional e a manutenção física da referida unidade hospitalar e de seus equipamentos, além do provimento dos insumos (materiais) e medicamentos necessários à garantia do pleno funcionamento do Hospital Dr. José Athanázio;

b. Responsabilizar-se pelo acompanhamento em relação às obras, reformas, manutenção predial e demais serviços e aquisições contratadas para desenvolvimento, gestão e funcionamento da unidade de saúde em face da sub-rogação;

c. Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, inclusive adotando medidas corretivas e adequações quando solicitadas para viabilizar as licenças e alvarás necessários à execução dos serviços objeto do presente Contrato, devendo comunicar imediatamente ao Órgão Supervisor as notificações recebidas dos órgãos de fiscalização;

d. Apresentar, como condição para assinatura do contrato, os documentos comprovando regularidade jurídica, fiscal e financeira exigidos no Edital, a qualquer momento que o Órgão Supervisor necessitar;

e. Manter durante toda a execução do contrato a compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, bem como, todas as condições de habilitação e qualificação e regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista exigidas no chamamento público;

f. Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados ao Órgão Supervisor, usuários e/ou a terceiros por sua culpa, em consequência de erro, negligência ou imperícia, própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;

g. Em nenhuma hipótese cobrar direta ou indiretamente ao paciente SUS por serviços médicos, hospitalares ou outros complementares referente à assistência a ele prestada, sendo lícito, no entanto, buscar junto ao Órgão Supervisor o ressarcimento de despesas realizadas e que não estão pactuadas, mas que foram previamente autorizadas;

h. Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente SUS ou a seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste contrato;

i. Consolidar a imagem do hospital como centro de prestação de serviços públicos da rede assistencial do SUS, comprometido com sua missão de atender às necessidades terapêuticas dos usuários, primando pela melhoria na qualidade da assistência;

j. Devolver ao Órgão Supervisor, após o término de vigência deste Contrato, toda área, equipamentos, instalações e utensílios, objeto do presente contrato, em perfeitas condições de uso, respeitado o desgaste natural pelo tempo transcorrido, substituindo aqueles que não mais suportarem recuperação, conforme Termo de Permissão de uso;

k. Não adotar nenhuma medida unilateral de mudanças na carteira de serviços, nos fluxos de atenção consolidados, nem na estrutura física do hospital, sem a prévia ciência, aprovação e autorização do Órgão Supervisor;

l. Garantir à segurança patrimonial, pessoal dos usuários do Sistema Único de Saúde e de pacientes particulares ou de convênios (plano de saúde) que estão sob sua responsabilidade, bem como a de seus empregados;

m. Responsabilizar-se integralmente por todos os compromissos assumidos neste Contrato, e executá-lo de acordo com a legislação vigente;

n. Utilizar obrigatoriamente os sistemas de informação para monitoramento, controle e avaliação disponibilizados pelo Órgão Supervisor, bem como permitir acesso ao banco de dados próprio, caso seja necessária importação de dados e integração dos sistemas;

o. Assistir de forma abrangente os usuários, procedendo aos devidos registros do Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS) e nas Autorizações de Internações Hospitalares (AIH/SUS), segundo os critérios do Órgão Supervisor e do Ministério da Saúde;

p. Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados no Hospital, em sistema de informação que tenha interoperabilidade com os sistemas do Órgão Supervisor, disponibilizando a qualquer momento ao Órgão Supervisor e às auditorias do SUS, as fichas e prontuários dos usuários, em meio físico ou eletrônico, assim como todos os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados no hospital;

q. Dispor da informação oportuna dos usuários atendidos ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando seus dados contendo no mínimo: nome, sexo, data de nascimento, RG, CPF, endereço completo de sua residência, telefone e e-mail (se houver) por razões de planejamento das atividades assistenciais;

r. Dispor de serviços de informática com sistema para gestão hospitalar que contemple no mínimo: marcação de consultas, exames complementares, controle de estoques (almoxarifado e farmácia), sistema de custos, prontuário médico (observando as Resoluções vigentes do CFM), serviços de apoio e relatórios gerenciais, que permitam ao Órgão Supervisor acessar via Internet e atendam a verificação das informações sobre Metas de Produção e Indicadores de Qualidade especificados no Contrato de Gestão.

s. Caberá à Executora a instalação/adaptação da rede de informática, bem como a aquisição de sistemas e programas que tenham interoperabilidade com sistemas utilizados pela SES conforme determinação da mesma, para integração e o devido encaminhamento dos relatórios ao Órgão Supervisor;

t. Adotar prontuário eletrônico único do usuário que tenham interoperabilidade com sistemas utilizados pela SES, com as informações completas do quadro clínico e sua evolução, intervenções e exames realizados, todas devidamente escritas de forma clara e precisa, datadas, assinadas e carimbadas pelo profissional responsável pelo atendimento (médicos, equipe de enfermagem, fisioterapia, nutrição e demais profissionais de saúde que prestarão o atendimento ao usuário). Os prontuários deverão estar devidamente ordenados de acordo com as normas do Conselho Federal de Medicina;

2.2. Em relação aos direitos dos usuários, a Executora obriga-se a:

a. Manter sempre atualizado o prontuário médico dos usuários e o arquivo médico considerando os prazos previstos em lei;

b. Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

c. Permitir a visita ao usuário internado, diariamente, conforme diretrizes da Política Nacional de Humanização - PNH;

d. Esclarecer aos usuários sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

e. Respeitar a decisão do usuário ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

f. Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos usuários;

g. Assegurar aos usuários o direito de serem assistidos religiosa e espiritualmente por ministro de qualquer culto religioso;

h. Assegurar a presença de um acompanhante, em tempo integral, no hospital, nas internações de crianças, adolescentes, gestantes e idosos;

i. Garantir atendimento indiferenciado aos usuários do Sistema Único de Saúde;

2.3. Fornecer ao paciente atendido, por ocasião de sua alta hospitalar (internação), relatório circunstanciado do atendimento que lhe foi prestado, denominado "INFORME DE ATENDIMENTO", no qual devem constar, no mínimo, os seguintes dados:

a. Nome do paciente;

b. Nome da Unidade de Atendimento;

c. Localização do Serviço/Hospital (endereço, município, estado);

d. Motivo do atendimento (CID-10);

e. Data de admissão e data da alta;

f. Procedimentos realizados e tipo de órtese, prótese e/ou materiais empregados, quando for o caso;

g. Diagnóstico principal de alta e diagnóstico secundário de alta;

h. O cabeçalho do documento deverá conter o seguinte esclarecimento: "Esta conta deverá ser paga com recursos públicos";

i. Colher a assinatura do usuário, ou de seus representantes legais, na segunda via no informe de alta hospitalar;

j. Arquivar o informe hospitalar no prontuário do usuário, observando-se as exceções previstas em lei.

2.4. Realizar as atividades assistenciais e a guarda dos registros em prontuário e sigilo profissional em conformidade com o Código de Ética Médica e as Resoluções do CFM vigentes, dentre elas a Resolução CFM nº 2.077/2014, que dispõe sobre a normatização do funcionamento dos serviços hospitalares de urgência e emergência, bem como do dimensionamento da equipe médica e do sistema de trabalho;

2.5. Garantir, em exercício no hospital, quadro de recursos humanos qualificados e compatíveis com o porte da unidade e serviços combinados, conforme estabelecido nas normas ministeriais atinentes à espécie, estando definida, como parte de sua infraestrutura técnico-administrativa nas 24 (vinte e quatro) horas/dia;

2.6. Dispor de recursos humanos qualificados, com habilitação técnica e legal, com quantitativo compatível para o perfil da unidade e os serviços a serem prestados;

2.7. Desenvolver uma política de gestão de pessoas, atendendo as normas da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), assim como deverá implantar e desenvolver uma Política de Segurança do Trabalho e Prevenção de Acidentes, em conformidade com a Norma Regulamentadora nº 32/2005 do MTE, e outras Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho em Estabelecimentos de Assistência à Saúde e Resoluções dos Conselhos profissionais que estão vigentes;

2.8. Possuir rotinas administrativas de funcionamento, protocolos assistenciais e de atendimento escritos, atualizados e assinados pelo Diretor/Responsável Técnico. As rotinas devem abordar todos os processos envolvidos na assistência que contemplem desde os aspectos organizacionais até os operacionais e técnicos, dentro do que preconiza o Sistema Único de Saúde.

2.9. Possuir um responsável técnico (médico), com registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina para o início das atividades, exclusivo para esta unidade hospitalar;

2.10. Disponibilizar equipe médica em quantitativo suficiente para o atendimento dos serviços, utilizando parâmetros de equipe especializada de acordo com a Política Nacional de Atenção Hospitalar do Ministério da Saúde, composta por profissionais das especialidades exigidas, possuidores do título ou certificado da especialidade correspondente, devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina, de acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM) vigentes, visando a realização pelo Hospital da atividade assistencial quantificada no Contrato de Gestão;

2.11. Adotar identificação especial (crachá) e uniforme de boa qualidade para todos os seus empregados, assim como assegurar a sua frequência, pontualidade e boa conduta profissional;

2.12. Incluir, na implantação da imagem corporativa e nos uniformes dos trabalhadores, o logotipo do Município e do Hospital, com prazo de 06 meses para a uniformização de todo o pessoal;

2.13. Excetuado as situações de urgência, realizar processo seletivo simplificado para contratação de Recursos Humanos, com a aplicação de prova objetiva aos candidatos, que possibilite aferir o conhecimento do profissional em sua área de atuação, pautada em critérios previamente definidos em seu próprio regulamento de seleção de pessoal, de forma a adotar critérios objetivos de seleção de pessoal, assegurando a isonomia entre os interessados, a impessoalidade, a transparência e publicidade dos procedimentos utilizados para a admissão de pessoal;

2.14. Obedecer ao fluxo estabelecido pelo Órgão Supervisor, para materiais e medicamentos especiais não referenciados pela Tabela SUS, a serem dispensados aos pacientes, por determinação judicial;

2.15. Incentivar o uso seguro de medicamentos tanto ao usuário internado como o ambulatorial, procedendo à notificação de suspeita de reações adversas, através de formulários e sistemáticas as Secretaria Municipal de Saúde de Campos Novos;

2.16. Identificar suas carências em matéria diagnóstica e/ou terapêutica que justifiquem a necessidade do encaminhamento do usuário a outros serviços de saúde, apresentando à Secretaria Municipal de Saúde de Campos Novos, mensalmente, relatório dos encaminhamentos

ocorridos;

2.17. Acompanhar e monitorar o tempo de espera dos usuários, definido pelas diferentes Lista de Espera de Internação e Cirurgia Eletiva, incluindo essa informação nos relatórios gerenciais do hospital;

2.18. Possuir e manter em pleno funcionamento, no mínimo, os seguintes Núcleos e Comissões:

a. Comissão de Controle de Infecção Hospitalar;

b. Comissão de Revisão de Óbitos;

c. Comissão de Revisão de Prontuários;

d. Comissão de Ética Médica;

e. Comissão de Ética de Enfermagem;

f. Comissão de Farmácia Terapêutica;

g. Comissão do Programa de Acolhimento e Classificação de Risco;

h. Comissão de Protocolos Clínicos, Regulamento e Manual de Normas e Rotinas;

2.19. Manter em perfeitas condições de higiene e conservação as áreas físicas, instalações e equipamentos do hospital, conforme Termo de Permissão de uso;

2.20. Prestar assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva de forma contínua nos equipamentos e instalações hidráulicas, elétricas e de gases em geral;

2.21. Enviar ao Órgão Supervisor, nos prazos e instrumentos por ela definidos, todas as informações sobre as atividades desenvolvidas no hospital, bem como sobre a movimentação dos recursos financeiros recebidos e realizados pela unidade hospitalar de saúde, inclusive relativos a convênios e instrumentos congêneres firmados pela Executora com órgãos e entidades na execução objeto do presente Contrato de Gestão;

2.22. Alcançar as Metas de Produção e os Indicadores de Qualidade e disponibilizar equipe em quantitativo necessário, utilizando parâmetros de equipe especializada de acordo com a Política Nacional de Atenção Hospitalar do Ministério da Saúde, para alcançar os índices de produtividade e qualidade definidos neste Contrato;

2.23. Enviar relatório mensal a Secretaria Municipal de Saúde de Campos Novos, até o 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente, informando as Metas de Produção, contendo as atividades realizadas no mês e os Indicadores de Qualidade.

2.24. As Metas de Produção são metas operacionais, indicativas de produtividade e quantidade de serviços prestados, sob o ponto de vista econômico, operacional e administrativo e os respectivos prazos e formas de execução, bem como da expansão, na prestação dos serviços autorizados;

2.25. Os Indicadores de Qualidade são metas de qualidade, indicativas da eficiência dos serviços prestados, sob o ponto de vista econômico-financeiros;

2.26. Implantar instrumento de pesquisa de satisfação na alta hospitalar, conforme Pesquisa de Satisfação do Usuário (PSU), conforme apresentado no Plano de Trabalho;

2.27. Realizar seguimento, análise e adoção de medidas de melhoria diante das sugestões, queixas e reclamações que receber com respostas aos usuários, no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis;

2.28. Encaminhar ao Órgão Supervisor as informações sobre a movimentação dos recursos financeiros recebidos e realizados pela unidade hospitalar de saúde até o 20º (vigésimo) dia útil do mês subsequente ao das atividades desenvolvidas;

2.29. Movimentar os recursos financeiros transferidos pelo Órgão Supervisor para a execução do objeto deste Contrato em conta bancária específica e exclusiva, vinculada ao hospital, de modo a que os recursos transferidos pelo Município não sejam confundidos com os recursos próprios da Organização Social visando facilitar o controle dos recursos públicos;

2.30. Publicar, anualmente, os relatórios financeiros e o relatório de execução do presente Contrato de Gestão, no Diário Oficial do Estado, até o dia 30 de abril do ano subsequente;

2.31. Elaborar e encaminhar relatório consolidado de execução e demonstrativos financeiros, destinados a Secretaria Municipal de Saúde de Campos Novos, ao final de cada exercício fiscal, devendo ser apresentado ao Órgão Supervisor até o dia 20 (vinte) de janeiro do ano subsequente;

2.32. Anexar juntamente com a prestação de contas os comprovantes de quitação de despesas com água, energia elétrica e telefone, efetuados no mês imediatamente anterior, bem como os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e previdenciários relativos ao mês anterior;

2.33. Comunicar ao Órgão Supervisor todas as aquisições e doações de bens móveis que forem realizadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após sua ocorrência;

2.34. Permitir o livre acesso das Comissões instituídas pelo Órgão Supervisor, do Controle Interno e da Auditoria Geral do SUS, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este instrumento, quando em missão de fiscalização ou auditoria;

2.35. Para contratação de obras e serviços, bem como para compras de quaisquer bens com emprego de recursos provenientes do Poder Público, a Executora deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, sendo necessária, no mínimo, a realização de cotação prévia de preços no mercado antes da celebração do Contrato.

2.36. A Executora dependerá de prévia autorização do Órgão Supervisor para firmar convênios e instrumentos congêneres com ente público ou privado, cuja finalidade esteja relacionada ao objeto do Contrato de Gestão, de modo que eventual contrapartida financeira deverá ser revertida integralmente ao patrimônio do Município e/ou ao custeio do próprio hospital;

2.37. As determinações judiciais encaminhadas pela Secretaria Municipal de Saúde de Campos Novos à Executora, principalmente quando a unidade for referência do serviço objeto da decisão judicial, devem ser imediatamente cumpridas e consequentemente repassadas as informações sobre o cumprimento à SMS, para serem informadas em juízo. Caso o hospital tenha impossibilidade de efetivar o cumprimento da determinação judicial, em decorrência de problemas técnicos ou financeiros, deverá comunicar a Secretaria Municipal de Saúde de Campos Novos, de forma expressa e detalhada, os motivos que o impossibilita;

2.38. O hospital deverá se apoiar no rol de leis e normas sanitárias, observando suas atualizações e novas normas que vierem a ser instituídas no decorrer da vigência do Contrato de Gestão.

2.39. A Executora, desde que autorizada pelo Órgão Supervisor, deverá permitir o acesso de convênio de cooperação técnica com entidades de ensino para desenvolvimento de estágios curriculares, treinamentos e residências, bem como parcerias com instituições para desenvolvimento de projetos de pesquisa na área da assistência hospitalar e/ou de saúde pública.

2.40. Fica a Executora obrigada a disponibilizar, no prazo máximo de 1 (uma) hora, os exames de imagem ou seus laudos provisórios

realizados em caráter de urgência e, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, os resultados e documentação dos exames eletivos de imagem.

2.41. Disponibilizar os laudos provisórios no prazo máximo de 2 (duas) hora para os exames laboratoriais realizados em caráter de urgência.

2.42. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Ministério da Saúde para o perfil assistencial da unidade hospitalar e propor medidas que fomentem a otimização do uso da capacidade instalada, garantindo que sejam cumpridas as referências estabelecidas na Programação Pactuada e Integrada (PPI).

2.43. Implantar o Núcleo de Segurança do Paciente nos moldes descritos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) em Resolução da Diretoria Colegiada RDC nº 36, de 25 de julho de 2013, garantindo a implantação dos Protocolos de Segurança do Paciente proposto pelo Ministério da Saúde.

2.44. Observar a Política Nacional de Medicamentos (RENAME e Genéricos) para a realização de prescrições de medicamentos, excetuadas as situações ressaltadas em protocolos aprovados pela ANVISA.

2.45. Para conformação de estratégias de cuidado pós-hospitalar, por meio de prescrições médicas pós-alta, a Unidade Hospitalar e seu corpo clínico deverão ater-se exclusivamente aos itens que compõem as relações REMUME/RENAME, para fins de plena disponibilização dos itens e insumos farmacêuticos nas redes de saúde municipal e estadual.

2.46. Caso não seja observado o trâmite acima descrito e a Secretaria Municipal de Saúde de Campos Novos vier a ser compelida judicialmente a fornecer o medicamento/insumo não padronizado, poderá descontar a quantia paga do valor repassado mensalmente ao Hospital.

2.47. Responsabilizar-se pela prestação de serviços de assistência em casos de calamidades, surtos, epidemias e catástrofes, de acordo com o Plano de Manejo de Catástrofes estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde de Campos Novos. Nestes casos, será possível a repactuação do contrato de gestão, visando o equilíbrio econômico-financeiro, se houver necessidade comprovada.

2.48. Implantar e manter Diretrizes Clínicas, Normas, Rotinas Básicas e Procedimentos Padrões, desde o início das atividades, de acordo com os seguintes preceitos:

a. Centrar as diretrizes assistenciais na qualidade do atendimento prestado aos usuários, voltadas para a atenção acolhedora, resolutiva e humana;

b. Implementar ações de cuidados à saúde baseadas em evidências científicas e nas diretrizes de boas práticas de atenção segundo os princípios sugeridos pelos Conselhos de Classe, Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde (OMS).

2.49. Encaminhar pacientes que não tiveram suas queixas resolvidas, com garantia da continuidade do cuidado, para internação em serviços hospitalares de maior complexidade.

2.50. Ser observatório do sistema e da saúde da população, subsidiando a elaboração de estudos epidemiológicos e a construção de indicadores de saúde e de serviço que contribuam para a avaliação e planejamento da atenção integral às urgências, bem como de todo o sistema de saúde.

2.51. Executar suas atividades de acordo com as normas municipais de regulação, os fluxos definidos pela gestão.

2.52. Atender os pacientes por meio do Protocolo Institucional de Classificação De Risco da Executora, garantindo a continuidade do cuidado.

2.53. Caso a Executora ainda não possua filial no Município de Campos Novos, esta terá o prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do contrato de gestão para realizar a instalação de uma filial neste Município, comprovada por meio da apresentação do CNPJ.

2.54. Manter estoque em quantidades suficientes de medicamentos, artigos médico hospitalares e insumos, material de escritório, material de limpeza, material de manutenção, consignados e afins.

2.55. A Executora deverá manter o Sistema Informatizado de Gestão Hospitalar já existente na Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio.

2.56. Responsabilizar-se pela prestação de serviços de Ouvidoria e operacionalização dos na Unidade Hospitalar, seguindo as diretrizes da Portaria nº 2.416, de 7 de novembro de 2014.

2.57. Manter atualizado os dados da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – SCNES.

2.58. Detectar, notificar e investigar os agravos constantes da Portaria MS/SVS nº 5, de 21 de fevereiro de 2006, assim como desenvolver atividades de vigilância epidemiológica nos estabelecimentos de saúde, conforme Portaria MS nº 2.254, de 05 de agosto de 2010 e fluxos estabelecidos pelo município, implantando para isso o Núcleo de Epidemiologia ou Serviço de Epidemiologia.

2.59. Implantar e implementar o uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) e os Procedimentos Operacionais Padrão (POP's) de acordo com as normas da ANVISA.

2.60. Possuir um Programa de Prevenção de Riscos Ambientais, conforme preconiza a NR 9, que compõe a Portaria nº 3.214, de 08 de junho de 1978 e suas alterações.

2.61. Todos os serviços prestados e transporte de material biológico deverão estar regulados de acordo com o que dispõe a legislação sanitária vigente buscando a adequação ao regulamento técnico da ANVISA - RDC 302 de 13 de outubro de 2005 e RDC 20 de 10 de abril de 2014 respectivamente ou outras que vierem a substituí-las.

2.62. Responsabilizar-se indiretamente, pelo gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde, na forma da legislação e regulamentação pertinentes de acordo com a RDC 306/ANVISA, de 07 de dezembro de 2004, que dispõe sobre o regulamento técnico de gerenciamento de resíduos dos serviços de saúde.

2.63. Apresentar, em até 60 (sessenta) dias após o início das atividades, o Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde da unidade.

2.64. Assegurar um estoque adequado de roupa de hospital da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio de acordo com a demanda da unidade.

2.65. Apresentar, em até 45 (quarenta e cinco) dias após o início das atividades, o Plano de Trabalho e o Manual de Boas Práticas para os serviços de Lavanderia e Roupa de Hospital, onde serão definidos os Procedimentos Operacionais Padrão (POP's), adaptados às necessidades da unidade, para validação pelo Órgão Supervisor e, após aprovação, este deverá ser cumprido na íntegra.

2.66. Assegurar alimentação balanceada e em condições higiênico-sanitárias adequadas (Legislação Sanitária Municipal e/ou legislação vigente), englobando a operacionalização e desenvolvimento de todas as atividades de produção, distribuição e administrativas, considerando o manual de boas práticas de manipulação de alimentos.

2.67. Apresentar, em até 45 (quarenta e cinco) dias após o início das atividades, o Plano de Trabalho e o Manual de Boas Práticas para a(s) Unidade(s) de Alimentação e Nutrição, onde serão definidos os Procedimentos Operacionais Padrão (POP), adaptados às necessidades da unidade, para validação pelo Órgão Supervisor e, após aprovação, este deverá ser cumprido na íntegra.

2.68. Assegurar estoque de materiais esterilizados de acordo com a demanda da Unidade, cumprindo as leis e regulamentos pertinentes buscando a adequação ao regulamento técnico da Resolução da Diretoria Colegiada da ANVISA - RDC nº15, de 15 de março de 2012 e

ANVISA RDC nº8, de 27 de fevereiro de 2009, respectivamente ou outras que vierem a substituí-las.

2.69. Apresentar, em até 45 (quarenta e cinco) dias após o início das atividades, o Plano de Trabalho e o Manual de Boas Práticas para o serviço de CME, onde serão definidos os Procedimentos Operacionais Padrão (POP's), adaptados às necessidades da unidade, para validação pelo Órgão Supervisor e, após aprovação, este deverá ser cumprido na íntegra.

2.70. Manter afixado, em local visível aos seus usuários, conforme modelo padronizado pelo município, os seguintes avisos: estabelecimento integrante da Rede SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição; informações da ouvidoria geral do SUS local e nacional, para sugestões, reclamações e denúncias.

2.71. Elaborar proposta de regimento interno da Unidade em até 90 (noventa) dias e implementá-lo(s), após validação pelo Órgão Supervisor.

2.72. Garantir a confidencialidade dos dados e informações dos pacientes.

2.73. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, imediatamente, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração.

2.74. Processar o faturamento da produção SUS executada pela Unidade Hospitalar, com base nos regimentos operacionais dos sistemas de informação SIA e SIH, ou sistemas e normas que substituam ou complementem os mesmos, de forma que o gestor municipal não sofra qualquer ônus financeiro, por não atendimento às etapas e cronogramas previstos.

2.75. A Executora atuará como interveniente das parcerias firmadas pelo município com instituições de ensino para disponibilização de campo de estágio e atuará em conjunto com o município auxiliando na repactuação das cláusulas e contrapartidas, se obrigando a fiscalizar a execução das parcerias e enviar relatórios mensais ao município.

2.76. Não utilizar do contrato de gestão, sem prévia e expressa autorização do município, em operações financeiras ou como caução/garantia em contrato ou outro tipo de obrigação, sob pena de sanção, inclusive rescisão contratual.

2.77. Não diminuir, aumentar ou alterar a execução do contrato sem a formalização do respectivo Termo Aditivo.

2.78. Assegurar, nos contratos que vier a celebrar de fornecimento de produtos, serviços e obras, a continuidade deles em nome do Órgão Supervisor, nas hipóteses de encerramento ou rescisão do contrato de gestão.

2.79. Submeter-se à Regulação e Auditoria instituída pelo Gestor Municipal/Estadual/Federal.

2.80. Garantir o acesso dos Conselhos de Saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização.

2.81. Sendo realizada a prorrogação contratual, após 12 (doze) meses de execução do contrato de gestão, deverá a Executora contratar empresa de auditoria independente para auditar suas contas, para tanto emitindo relatório conclusivo e de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade – NBC.

2.82. Respeitar a Legislação Ambiental e possuir toda a documentação exigida.

2.83. Respeitar toda a legislação sanitária do SUS.

2.84. Elaborar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, de regulamento próprio contendo as regras e procedimentos que adotará para contratação de obras e serviços, compras, alienação e locação de bens móveis e imóveis.

2.85. Adotar medidas que agreguem transparência ao processo gerencial da instituição, inclusive com apresentação de relatórios financeiros e de custos, para acompanhamento das partes em periodicidade a ser firmada e sempre que solicitado.

2.86. Garantir o equilíbrio econômico e financeiro do contrato firmado e a regularidade do pagamento aos colaboradores e funcionários.

2.87. Garantir o pleno cumprimento das escalas de todos os profissionais.

2.88. Apresentar ao Órgão Supervisor em até 90 (noventa dias), Plano de Investimento, contemplando às intervenções estruturais necessárias na unidade hospitalar, inclusive as citadas pela Vigilância Sanitária e Corpo de Bombeiros e os reparos/calibrações nos equipamentos permanentes, destacando o prazo do serviço a ser executado, assim como os custos do investimento.

2.89. A execução deverá ocorrer após a checagem e anuência do Órgão Supervisor, mediante Termo Aditivo.

2.90. Fornecer todas as informações e esclarecimentos solicitados pelo Município, pela Comissão de Avaliação e/ou demais órgãos encarregados do controle, da fiscalização e da regulação relativamente às atividades, operações, contratos, documentos, registros contábeis e demais assuntos que se mostrarem pertinentes.

2.91. Permitir o livre acesso aos livros contábeis, papéis, documentos e arquivos concernentes as atividades e operações objeto do contrato de gestão pelo pessoal especialmente designado pelo Órgão Supervisor, bem como pelos técnicos dos demais órgãos de controle interno e externo, quando em missão de fiscalização, controle, avaliação ou auditoria.

2.92. Remeter imediatamente à Procuradoria Geral do Município as intimações e as notificações administrativa e/ou judicial que o Município tenha interesse, com o concomitante encaminhamento das informações, dos dados e documentos necessários para a defesa dos interesses do Município, em juízo ou fora dele, sob pena de responsabilidade administrativa, civil e criminal daquele que deixar de fazê-lo ou se o fizer fora do prazo.

2.93. O Órgão Supervisor obriga-se a:

a. Disponibilizar à Executora adequada estrutura física, recursos financeiros, materiais permanentes, equipamentos e instrumentos para a organização, administração e gerenciamento do hospital;

b. Prover a Executora dos recursos financeiros necessários ao fiel cumprimento da execução deste Contrato e a programar, nos orçamentos dos exercícios subsequentes, quando for o caso, os recursos necessários para custear os seus objetivos, de acordo com o sistema de pagamento previsto;

c. Prestar esclarecimentos e informações à Executora que visem a orientá-la na correta prestação dos serviços pactuados, dirimindo as questões omissas neste instrumento, dando-lhe ciência de qualquer alteração no presente Contrato;

d. Realizar o monitoramento, controle e avaliação periódicos, por meio dos setores técnicos do Órgão Supervisor, sem prejuízo da ação institucional dos demais órgãos de controle interno e externo do Município;

e. Instituir a Comissão de Avaliação e Fiscalização do presente Contrato, a qual observará o desenvolvimento e cumprimento das atividades de assistência prestada pela Executora aos usuários no hospital, bem como executará as atribuições estabelecidas em legislação pertinente;

f. Publicar relatório de execução do Contrato de Gestão, anualmente, na imprensa oficial, devendo emitir parecer sobre as contas apresentadas.

g. Assegurar que todos os funcionários públicos cedidos em caráter especial tenham todos os seus direitos e benefícios adquiridos resguardados.

h. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Executora, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1. O CONTRATO DE GESTÃO vigorará pelo prazo de 12 meses, com termo inicial em 01 de abril de 2019 e final em 01 de abril de 2020, podendo ser mediante termo aditivo objeto de sucessivas renovações, até o limite máximo de 60 meses, depois de demonstrada a consecução dos objetivos contratuais e das metas estabelecidas e, ainda, a indicação, garantia e aprovação dos recursos orçamentários necessários para as despesas, podendo ser renovado por igual período caso haja interesse público, observando ainda o artigo 12 inciso IV do Decreto Municipal 8.130 de 22/10/2018.

CLÁUSULA QUARTA - DAS ALTERAÇÕES

4.1. O presente Contrato poderá ser alterado, mediante revisão das Metas de Produção e Indicadores de Qualidade, e dos valores financeiros inicialmente pactuados, desde que prévia e devidamente justificada, mediante parecer favorável da Comissão de Avaliação e Fiscalização do presente Contrato e autorização do Secretário Municipal da Saúde de Campos Novos;

4.2. Poderá também ser alterado para acréscimos ou supressões nas obrigações, desde que devidamente justificado, e anterior ao término da vigência;

4.3. Poderá ser realizada alteração contratual para recomposição do custeio estimado para o desembolso financeiro em razão do reembolso de eventuais valores relativos a materiais e medicamentos especiais não referenciados pela Tabela SUS, a serem dispensados aos pacientes, por determinação judicial ou por indicação médica convalidada por médico regulador Secretaria Municipal de Saúde, previamente autorizados pelo Órgão Supervisor.

4.4. Poderão ser incorporados ao Contrato os investimentos realizados diretamente pelo Órgão Supervisor nas instalações e equipamentos do hospital com recursos próprios ou oriundos de Programas de Governo, transferências voluntárias, convênios e outras fontes.

4.5. Poderão ser reavaliados, ou seja, alterados ou introduzidos novos Indicadores de Qualidade, semestralmente, considerando que a complexidade dos Indicadores é crescente e gradual e em proporção direta ao tempo de funcionamento do hospital, de acordo com as regras definidas no Contrato de Gestão e os recursos financeiros existentes.

4.6. As alterações de que tratam os itens acima deverão ser formalizados por meio de Termos Aditivos, devendo para tanto ser respeitados o interesse público e o objeto do presente Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. Os recursos financeiros para cobertura das obrigações decorrentes da execução dos serviços estabelecidos pelo Contrato de Gestão deverão considerar a legislação vigente, os limites remuneratórios da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS), Sistema de Informações Ambulatoriais (SIA) e Sistema de Informações Hospitalares (SIH), recursos alocados na Programação Pactuada e Integrada (PPI) da Assistência, ou outro referencial estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde, além do incentivo ofertado pelo Município de Campos Novos na forma de Repasse Mensal, bem como os recursos financeiros provenientes do atendimento de pacientes particulares e de convênio, conforme planilha de custos do Plano de Trabalho.

5.2. Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Contrato serão alocados para a Executora mediante transferências oriundas do Órgão Supervisor, sendo permitido à Executora o recebimento de doações e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras, públicas e privadas, rendimentos de aplicações dos ativos financeiros da Organização Social e de outros pertencentes ao patrimônio que estiver sob a administração da Organização Social, de modo que todo recurso deverá ser revertido para a realização do objeto pactuado no Contrato de Gestão, ficando-lhe, ainda, facultado contrair empréstimos com organismos nacionais oficiais, desde que as taxas de juros não excedam àquelas praticadas pelos bancos oficiais, cujos recursos deverão ser aplicados exclusivamente para o objeto do Contrato de Gestão.

5.3. Para a execução do objeto deste instrumento, o Órgão Supervisor repassará à Executora, no prazo e condições constantes deste instrumento e seus Anexos, o valor global estimado para o período de 09 (nove) meses de R\$ 6.525.000,00 (seis milhões e quinhentos e vinte e cinco mil reais).

5.4. Valor do repasse mensal será de R\$ 725.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil reais) nos 09 (nove) primeiros meses.

5.5. Todas as despesas realizadas deverão ser devidamente comprovadas pela Executora, por meio de prestação de contas discriminada e individualizada, inclusive dos valores de doações, contribuições, convênios e instrumentos congêneres firmados com órgãos e entidades nacionais e estrangeiras, rendimentos de aplicações dos ativos financeiros, de modo que a utilização dos recursos deverá seguir rigorosamente os regulamentos previstos neste Contrato e a legislação aplicável no que se refere à utilização de recursos públicos, de acordo com os princípios da Administração Pública.

5.6. O valor pactuado será repassado pelo Órgão Supervisor, de acordo com o previsto no Edital de Chamamento Público 03/2019;

5.7. Os recursos destinados ao presente Contrato de Gestão serão empenhados globalmente em montante correspondente exercício financeiro em curso e nos exercícios subsequentes, no início de cada exercício financeiro.

5.8. Os recursos repassados à Executora poderão ser aplicados no mercado financeiro somente em instituição financeira oficial, sendo os resultados dessas aplicações revertidas, exclusivamente, aos objetivos do Contrato de Gestão, ficando a Executora responsável por eventual perda financeira decorrente de aplicação no mercado financeiro, a qual deverá ser comunicada imediatamente ao Órgão Supervisor.

5.9. As despesas administrativas da matriz da Organização Social que estiverem relacionadas com os serviços prestados no hospital, obedecida à proporcionalidade, poderão ser ressarcidas pela rubrica contábil de despesa operacional da Executora, até o limite de 5% (cinco por cento) do valor mensal de receitas brutas da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, mediante comprovação na prestação de contas.

5.10. Em sendo apurado saldo financeiro remanescente do Contrato de Gestão superior a 1 (uma) parcela mensal vigente, o Órgão Supervisor poderá reter, a seu critério, valores de recursos financeiros, visando ajustar o saldo financeiro do referido Contrato.

5.11. A Executora poderá utilizar até 1% (um por cento) do valor do repasse a título de investimento, que se refere à aquisição de bens permanentes e adequações físicas, devendo para tais despesas obter prévia autorização do Órgão Supervisor.

5.12. A prestação de contas da utilização desse recurso será específica, respeitando os prazos previstos no contrato, observados ainda os regulamentos aprovados pela Comissão de Avaliação e Fiscalização, bem como os princípios da Administração Pública.

5.13. A Executora deverá movimentar os recursos financeiros que lhe forem repassados pelo Órgão Supervisor em conta corrente específica e exclusiva, em banco oficial, visando facilitar o controle dos recursos públicos.

5.14. As despesas administrativas mensais deverão ser detalhadas discriminadamente no sistema de informação (software) indicado pelo Órgão Supervisor mensalmente, a título de prestação de contas, bem com encaminhadas impressas em planilhas específicas, enquanto não for disponibilizado o sistema informatizado.

CLÁUSULA SEXTA - DO REPASSE MENSAL E REAJUSTE DO CONTRATO DE GESTÃO

- 6.1. O pagamento do valor constantes das Cláusulas "5.3" e "5.4" serão efetuados conforme as condições a seguir estabelecidas:
- Na vigência do presente Contrato, o valor global estimado, para o exercício de 2019, a ser repassado pelo Órgão Supervisor será de R\$ 6.525.000,00 (seis milhões e quinhentos e vinte e cinco mil reais), cujo valor mensal é de R\$ 725.000,00 (setecentos e vinte e cinco mil reais).
 - O valor relativo à primeira parcela será repassado até o último dia útil do mês inicial da vigência deste Contrato, e as demais parcelas serão repassadas na mesma data nos meses subsequentes;
 - A Executora deverá apresentar até o 20º (vigésimo) dia útil do mês, os Relatórios Gerenciais, bem como o extrato bancário das contas, destinados ao Departamento de Contabilidade do Município de Campos Novos.
 - O Órgão Supervisor deverá efetuar o repasse, mediante ordem bancária, em moeda corrente, até o último dia útil de cada mês, mediante a apresentação de recibo.
 - Havendo atrasos nos desembolsos previstos no cronograma de pagamento, a Executora poderá realizar adiantamentos com recursos próprios à conta bancária indicada para recebimento dos pagamentos mensais, tendo reconhecido as despesas efetivadas, desde que em montante igual ou inferior aos valores ainda não desembolsados que estejam previstos neste contrato;
- 6.2. O Presente instrumento será reajustado nos seguintes percentuais, desde que haja comprovação da necessidade do reequilíbrio financeiro pela Executora, bem como disponibilidade financeira, observando o que segue:
- 60% (sessenta por cento), composto do percentual de reajuste estabelecido na data-base da Convenção Coletiva do Sindicato dos empregados em Estabelecimento e Serviços de Saúde e dos Servidores Públicos do Município de Campos Novos;
 - 40% (quarenta por cento) reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado do período de 12 meses;
 - O primeiro reajuste contratual poderá ser aplicado sobre a base financeira da décima segunda parcela de pagamento e será devido à Executora a partir da décima terceira parcela.
- 6.3. Após a celebração do contrato, iniciados os repasses pelo Município será reduzido semestralmente do valor mensal a ser pago à Executora, a importância de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) nos 03 (três) primeiros anos subsequentes, sucedendo tal redução sobre o valor repassado mensalmente até o limite de R\$300.000,00 (trezentos mil reais).
- 6.4. Todos os valores pagos mensalmente pelo Município, relativos a remuneração e encargos com a folha de pagamento dos servidores efetivos da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, serão deduzidos mensalmente do valor repassado à Executora, exceto dos inativos e funcionários cedidos a outros órgãos, quando for o caso.
- 6.4.1. A relação dos funcionários Inativos e cedidos estão constantes nos Anexo IV e V respectivamente, parte integrante do presente contrato.
- 6.5. A apresentação do Recibo será feita até 05 (cinco) dias úteis antes da data limite do recebimento do Repasse Mensal feito pelo Órgão Supervisor, conforme previsto na Cláusula Sexta, subitem 6.1, alínea "b" deste instrumento.
- 6.6. A cada mês relativo às ações e serviços de saúde, a entidade deverá apresentar ao Setor Financeiro da Secretaria requisitante, acompanhado do Recibo, a Guia de Previdência Social (GPS), relativa a quitação dos encargos previdenciários incidentes sobre o faturamento imediatamente anterior, bem como, apresentação dos comprovantes de recolhimento do FGTS e INSS relativos aos funcionários da entidade, folha de pagamento (dos funcionários que efetuaram os serviços referentes ao objeto deste certame), declaração GFIP/SEFIP completa (protocolo de envio, relação de trabalhadores e comprovantes de declaração das contribuições a recolher à previdência social) e prova de regularidade para com a Fazenda Municipal.
- 6.7. A inadimplência da Executora em relação aos encargos sociais, trabalhistas, fiscais e comerciais ou indenizações, não transfere ao Município, a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da contratualidade, de acordo com o artigo 71, parágrafo 1º, da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.
- 6.8. Em caso de reclamatória trabalhista contra a entidade vencedora em que o Município seja incluído no polo passivo da demanda, independente da garantia ofertada, será retido, até o final da lide, valores suficientes para garantir eventual indenização.
- 6.9. A Executora ficará obrigada a apresentar, sempre que exigidos pelo Órgão Supervisor, quaisquer documentos constantes das disposições contidas nas legislações previdenciárias, bem como os demais documentos apresentados no procedimento, caso o vencimento dos comprovantes apresentados no certame, seja anterior ao término da vigência deste contrato, sem acréscimo ao preço ofertado.
- 6.10. Caso o Órgão Supervisor entenda que a documentação comprobatória enviada pela Executora seja insuficiente ou inadequada para atender à determinada cláusula constante do contrato ou exigência feita pelo Município, a mesma será recusada e a Executora deverá apresentar novos comprovantes, seguindo recomendações e orientações do Município.
- 6.11. A não apresentação dos documentos solicitados ou a apresentação em desacordo com o solicitado suspenderá o pagamento até a regularização dos mesmos.
- 6.12. Por ocasião do encerramento do contrato de gestão, a entidade deverá entregar à Comissão de Avaliação e Fiscalização no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a seguinte documentação pertinente a cada trabalhador, sob pena de suspensão do último repasse de valores até a entrega da documentação:
- Termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
 - Guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
 - Extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
 - Exames médicos demissionários dos empregados dispensados.
- 6.13. Para fins de recebimento do repasse, a Executora, após a homologação, deverá informar ao Setor Financeiro do Órgão Supervisor o banco, n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado os depósitos relativos ao Repasse Mensal. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da Executora. Não serão realizados repasses por meio de boleto bancário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas decorrentes da execução do contrato de gestão correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	Fundo Municipal de Saúde		
Unidade:	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde		
Proj/Ativ.:	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde		
Despesa:	13	Complemento	33.50.41.99

CLÁUSULA OITAVA - DOS BENS

- 8.1. Os bens móveis, bem como o imóvel referente ao hospital, têm o seu uso permitido pela Executora, durante a vigência do presente instrumento;
- 8.2. A Executora receberá, por meio de seu preposto, os bens inventariados na forma do Termo da Permissão de Uso dos Bens, conforme Anexos I e II, de forma idêntica, devolvê-los no término da vigência contratual, em bom estado de conservação, sempre considerando o tempo de uso dos mesmos;
- 8.3. A Executora deverá administrar os bens móveis e imóveis cujo uso lhe fora permitido, em conformidade com o disposto nos respectivos Termos de Permissão de Uso (Anexo I e Anexo II), até sua restituição ao Poder Público;
- 8.4. Todo o patrimônio adquirido exclusivamente na execução do objeto do Contrato de Gestão, ainda que com recursos provenientes convênios e instrumentos congêneres ou recebido em doações, deverá ser incorporado ao patrimônio da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, até 30 (trinta) dias após a aquisição ou doação, conforme procedimentos estabelecidos e coordenados pelo Departamento de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde de Campos Novos;

CLÁUSULA NONA - DOS RECURSOS HUMANOS

- 9.1. A Executora utilizará os recursos humanos que sejam necessários e suficientes, utilizando parâmetros de equipe especializada de acordo com a Política Nacional de Atenção Hospitalar do Ministério da Saúde, para a realização das ações previstas neste contrato e seus anexos que integram este instrumento;
- 9.2. A Executora responderá pelas obrigações, despesas, encargos trabalhistas, securitários, previdenciários e outros, na forma da legislação em vigor, relativos aos empregados necessários na execução dos serviços ora contratados, sendo-lhe defeso invocar a existência deste contrato para eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las ao Órgão Supervisor;
- 9.3. No caso de novo prestador este não responderá pelas obrigações trabalhistas anteriores e/ou de responsabilidade da atual Executora, sendo que os pagamentos decorrentes de verbas rescisórias originárias do contrato anterior serão pagos através de aportes mensais a ser comprovado por planilhas e documentos das despesas.
- 9.4. A Executora poderá utilizar no máximo 70% (setenta por cento) de todo o recurso mensalmente aferido pela Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio com despesas de remuneração, encargos trabalhistas e vantagens de qualquer natureza, a serem percebidos pelos seus dirigentes e empregados;
- 9.5. Utilizar como critério para remuneração dos empregados contratados o valor de mercado da região, a política remuneratória da Executora, bem como as Convenções Coletivas de Trabalho de cada categoria;
- 9.6. A Executora em nenhuma hipótese poderá ceder a qualquer instituição pública ou privada seus empregados que são remunerados à conta deste instrumento;
- 9.7. A capacitação dos profissionais contratados pela Executora será promovida e custeada pela mesma, cabendo a esta autorizar a participação em eventos, observada a necessidade de registro nas respectivas pastas funcionais;
- 9.8. Excetuado as situações de urgência, a Executora deverá realizar processo seletivo simplificado para contratação de Recursos Humanos, com a aplicação de prova objetiva aos candidatos, que possibilite aferir o conhecimento do profissional em sua área de atuação, pautada em critérios previamente definidos em seu próprio regulamento de seleção de pessoal, de forma a adotar critérios objetivos de seleção de pessoal, assegurando a isonomia entre os interessados, a impessoalidade, a transparência e publicidade dos procedimentos utilizados para a admissão de pessoal.
- 9.9. Os servidores efetivos atualmente lotados e em exercício na Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio poderão permanecer na referida unidade hospitalar, sob gestão da Organização Social, sendo esta relação de trabalho regida pela Lei Complementar Municipal nº 10 de 19 de outubro de 2011 que reestrutura o plano de carreiras, cargos e salários dos servidores do poder executivo, Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, Fundação Cultural Cid Caesar de Almeida Pedrosa e Fundação Municipal Do Meio Ambiente - FUNDEMA, do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina e dá outras providências.
- 9.10. Os servidores efetivos que desejarem transferência para outra unidade de saúde ou órgão municipal poderão solicitar a Administração Central da Secretaria Municipal de Saúde que poderá deferir ou não o pleito com base na necessidade do serviço;
- 9.11. Fica vedada à incorporação aos vencimentos ou à remuneração de origem do servidor cedido de qualquer vantagem pecuniária que vier a ser paga, bem como ao pagamento de vantagem pecuniária permanente pela Executora, ao servidor cedido com recursos provenientes do Contrato de Gestão.
- 9.12. Os servidores efetivos que se encontram inativos não poderão compor a folha de pagamento que será custeada pela Organização Social com recursos inerentes a esse contrato.
- 9.13. Ainda se constitui em obrigação da Executora, manter controle do ponto biométrico de todos os profissionais em serviço na unidade Hospitalar, aferindo-o e alimentando o sistema informatizado implantado.
- 9.14. Implantar e manter as normas de atendimento a Acidentes Biológicos e Programa de Proteção de Riscos Ambientais (PPRA) junto aos seus profissionais além de fornecer Equipamento de Proteção Individual (EPI), conforme Portarias e Resoluções da ANVISA e Ministério do Trabalho.
- 9.15. Garantir o pagamento do piso salarial dos empregados celetistas, qualquer que seja a categoria profissional e providenciar a negociação e celebração de acordos coletivos de trabalho.
- 9.16. Gerir, especialmente quanto aos deveres e obrigações, respeitadas a legislação de pessoal específica, os servidores cedidos pelo Órgão Supervisor, incluindo o controle da frequência e da pontualidade, bem como a programação de férias anual.
- 9.17. Encaminhar anualmente relatório contendo todas as informações funcionais pormenorizadas de cada servidor cedido ao órgão de origem, quando houver;
- 9.18. Elaborar relatório circunstanciado, no caso de medidas disciplinares, dos fatos e remetê-lo ao órgão de origem, sugerindo a eventual penalidade a ser aplicada.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO MONITORAMENTO, CONTROLE E AVALIAÇÃO

- 10.1. O Órgão Supervisor será responsável pela supervisão, monitoramento, controle e avaliação periódicos da execução do Contrato de Gestão, por meio dos setores técnicos, sem prejuízo da ação institucional dos demais órgãos de controle interno e externo do Município. Será instituída pelo Órgão Supervisor a Comissão de Avaliação e Fiscalização do presente Contrato, por meio de Portaria do Município de Campos Novos e da Secretária Municipal da Saúde, envolvendo todas as áreas correlacionadas, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a assinatura deste Contrato.

10.2. A Comissão de Avaliação e Fiscalização do presente Contrato será composta por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação, preferencialmente servidores públicos, nomeados por portaria, formada por:

- a. 01 (um) representante da Secretaria Municipal da Saúde, sendo que presidirá a comissão;
- b. 01 (um) representante dos servidores disponibilizados da Fundação Hospitalar José Athanázio;
- c. 01 (um) representante da sociedade civil indicado pela Secretaria de Saúde Municipal;
- d. 01 (um) representante da Câmara de Vereadores Municipal;
- e. 01 (um) representante do Departamento de Contabilidade do Município;

10.3. Toda reunião da Comissão de Avaliação e Fiscalização contará com a participação de 01 (um) representante da Executora. Devendo a Comissão de Avaliação e Fiscalização informar por escrito a data, hora e local da reunião, objetivando a participação da Organização Social.

10.4. O representante da Executora não terá poder de decisão ou voto na Comissão de Avaliação e Fiscalização.

10.5. A execução do presente Contrato de Gestão será acompanhada pela Comissão de Avaliação e Fiscalização acima especificada, por meio do disposto neste Contrato, seus Anexos e instrumentos por ela definidos, conforme atribuições definidas por portaria;

10.6. A Comissão de Avaliação e Fiscalização analisará, periodicamente, os resultados atingidos com a execução do Contrato de Gestão e será responsável pela emissão de relatório conclusivo.

10.7. A Comissão de Avaliação e Fiscalização deverá aprovar os relatórios gerenciais e de atividades da Executora, elaborados pela Diretoria da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, e encaminhar ao Órgão Supervisor, sendo obrigatória a apresentação dos seguintes documentos:

- a. Relatório sobre a execução do objeto do Contrato de Gestão, contendo comparativo entre as metas estabelecidas e os resultados alcançados;
- b. Demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução;
- c. Demonstrativo da aplicação dos limites e critérios para despesa com remuneração e vantagens de qualquer natureza percebidas pelos dirigentes e empregados;
- d. Parecer e relatório de auditoria, elaborado para monitorar a execução do Contrato de Gestão, quando houver;
- e. Extrato da execução física e financeira;

10.8. Os resultados alcançados deverão ser objeto de análise criteriosa pelo Órgão Supervisor, que norteará as correções que eventualmente se fizerem necessárias, para garantir a plena eficácia do instrumento, e em persistindo as falhas, para subsidiar a decisão do Prefeito Municipal de Campos Novos acerca da manutenção da qualificação da Entidade como Organização Social;

10.9. Ao final de cada exercício financeiro a Comissão de Avaliação e Fiscalização do presente Contrato elaborará consolidação dos relatórios técnicos e encaminhará a Secretária Municipal da Saúde, que, após ciência e aprovação, encaminhará os mesmos à Procuradoria Geral e Controladoria do Município, após os procedimentos legais, promoverá o seu encaminhamento ao Tribunal de Contas do Estado;

10.10. O presente Contrato de Gestão estará submetido aos controles externo e interno, ficando toda a documentação disponível a qualquer tempo sempre que requisitado;

10.11. O Órgão Supervisor deverá requerer a apresentação pela Executora, ao término de cada exercício ou a qualquer momento, conforme recomende o interesse público, relatório pertinente à execução do Contrato de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhado da prestação de contas correspondente ao exercício financeiro, assim como suas publicações no Diário Oficial do Município;

10.12. O Órgão Supervisor poderá exigir da Executora, a qualquer tempo, informações complementares e a apresentação de detalhamento de tópicos e informações constantes dos relatórios;

10.13. Os responsáveis pela fiscalização deste Contrato, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade na utilização de recursos ou bens de origem pública, comunicarão imediatamente a Secretária Municipal de Saúde, que deverá adotar as medidas administrativas necessárias e dará ciência ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público Estadual, para as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária;

10.14. Sem prejuízo da medida a que se refere o item anterior, quando assim exigir a gravidade dos fatos ou o interesse público, havendo indícios fundados de malversação de bens ou recursos de origem pública, os responsáveis pela fiscalização informarão imediatamente a Secretária Municipal da Saúde que deverá representar à Procuradoria Geral do Município ou ao Ministério Público Estadual, para que requeira ao juízo competente a decretação da indisponibilidade dos bens da entidade e o sequestro dos bens de seus dirigentes, bem como de agente público ou terceiro, que possam ter enriquecido ilícitamente ou causando danos ao patrimônio público;

10.15. A Comissão de Avaliação e Fiscalização deverá, periodicamente, comparecer ao local da prestação de serviços, colhendo informações e documentos necessários a subsidiar a análise da prestação de contas, notadamente quanto à veracidade das informações apresentadas e também quanto às condições físicas da unidade de saúde sob gestão da Organização Social e a qualidade dos serviços executados.

10.16. O relatório de execução do Contrato de Gestão deve ser publicado na imprensa oficial, anualmente, devendo o Órgão Supervisor emitir parecer sobre as contas apresentadas.

10.17. Caberá a Comissão de Avaliação e Fiscalização, analisar o que segue:

- a. Avaliar se, na formalização do Contrato de Gestão e nos Termos Aditivos, foram estabelecidos os preceitos legais e regulamentares;
- b. Avaliar a confiabilidade das fontes e a fidedignidade das informações apresentadas e dos indicadores utilizados para demonstrar o cumprimento das metas;
- c. Avaliar o atingimento dos objetivos e o cumprimento das metas pactuadas, verificando o percentual de realização mediante indicadores de desempenho definidos no Contrato de Gestão;
- d. Avaliar se os indicadores de desempenho definidos no Contrato de Gestão são suficientes e adequados para medir o cumprimento das metas quanto aos aspectos de eficiência, eficácia, economicidade, qualidade e efetividades;
- e. Avaliar se as metas pactuadas são compatíveis com a capacidade da Executora para atingi-las;
- f. Avaliar se os princípios da legalidade, legitimidade impessoalidade, moralidade e publicidade estão sendo seguidos e observados pela Executora;
- g. Avaliar o cumprimento das obrigações contratuais;
- h. Avaliar se os objetivos e metas estabelecidos no Contrato de Gestão são suficientes para o atendimento da demanda da sociedade;
- i. Concluir, com base nas informações obtidas na aplicação dos procedimentos anteriores, quanto ao desempenho da Executora sob ponto de vista da eficiência, eficácia, economicidade, qualidade e efetividade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

11.1. A Executora elaborará e apresentará ao Órgão Supervisor prestação de contas relativa à utilização dos recursos e execução do

Contrato de Gestão.

11.2. Ficará sob responsabilidade da Secretária Municipal de Saúde o envio de todo o material relativo a prestação de contas disponibilizado pela executora para a Comissão de Avaliação e Fiscalização.

11.3. A Comissão de Avaliação e Fiscalização e o Órgão Supervisor poderão exigir da Executora, a qualquer tempo, informações e documentos complementares e a apresentação de detalhamento de tópicos e informações constantes dos relatórios, bem como realizar inspeções in loco sempre que entender pertinente.

11.4. A Executora encaminhará ao Órgão Supervisor, em até 90 dias após a data do encerramento do correspondente exercício financeiro, o processo de prestação de contas anual, referente ao presente Contrato de Gestão, exigido pelos órgãos de controle interno e externo do Município, junto com o respectivo Relatório Anual de Desempenho.

11.5. Caberá à Executora promover, até 30 dias após a aprovação pela Comissão de Avaliação e Fiscalização, a publicação no Diário Oficial do Município de Campos Novos e em jornal de circulação estadual e por meio eletrônico de divulgação, dos relatórios financeiros e de execução deste Contrato de Gestão, relativos ao exercício imediatamente anterior.

11.6. As despesas administrativas oriundas deste Contrato de Gestão que eventualmente incidem sobre a matriz da Executora, obedecendo ao critério da proporcionalidade, poderão ser ressarcidas pela rubrica contábil de despesa operacional da Executora, sobre os valores mensais, até o limite de 5% (cinco por cento) da receita bruta da Fundação Hospitalar José Athanázio, desde que sejam comprovadas na respectiva prestação de contas.

11.7. Além do previsto nas cláusulas anteriores a Executora deverá observar:

Mensalmente deve ser encaminhado para a Secretaria Municipal de Saúde:

- a. Demonstração do Resultado do Exercício, cuja sugestão de modelo deverá ser enviada em até 30 (trinta) dias corridos a contar da data da assinatura e validada pelo Órgão Supervisor;
- b. Relatório Consolidado dos resultados dos Indicadores e respectivos relatórios de apuração;
- c. Demonstrativos de Despesas;
- d. Demonstrativos de Folha de Pagamento;
- e. Cópia dos Recibos;
- f. Extratos bancários da conta e aplicações financeiras.

Quadrimestralmente: Demonstrativo de despesas, incluindo no mínimo:

- a. Despesas com Recursos Humanos (demonstrativo de folha de pagamento), indicando a porcentagem em relação ao gasto total para o gerenciamento da unidade;
 - b. Despesas com serviços, materiais, medicamentos e outras aquisições;
 - c. Demonstrativo de Contratação de Pessoa Jurídica;
 - d. Relação nominal dos empregados admitidos ou mantidos com recursos do contrato de gestão, indicando as funções, data de admissão, data de demissão (quando for o caso) e o valor global despendido no período;
 - e. Relação dos servidores que permanecem cedidos e dos devolvidos ao órgão de origem.
- Anualmente, até a data de 20 de janeiro de cada ano, ou sempre que houver alteração:

- a. Estatuto Social;
- b. Composição do Conselho de Administração;
- c. Atas do Conselho de administração;
- d. Regulamento para contratação de obras, serviços e compras;
- e. Plano de cargos, salários e benefícios dos empregados;
- f. Pesquisa de valores de cargos e salários;
- g. Contratos de prestação de serviços ou fornecimentos com seus respectivos aditivos;
- h. Regimento interno.
- i. Exposição sobre a execução orçamentária e seus resultados;
- j. Conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica, aberta em instituição financeira oficial, indicada pelo Órgão Supervisor, para movimentação dos recursos do contrato de gestão, acompanhada do respectivo extrato bancário;
- k. Balanços dos exercícios encerrado, demais demonstrações contábeis e financeiras, acompanhados do balancete analítico acumulado do exercício da Executora;
- l. Certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;
- m. Parecer da auditoria independente, quando houver;
- n. Declaração de que as contratações e aquisições/compras da Executora com terceiros, fazendo uso de verbas públicas, foram precedidas de regras previamente fixadas em regulamento próprio, com critérios impessoais e objetivos e em observância aos demais princípios do artigo 37, caput, da Constituição Federal;
- o. Declaração de que os procedimentos de seleção de pessoal da Executora, devidamente previstos em regulamento próprio, contendo plano de cargos dos empregados, obedeceram a critérios impessoais e objetivos e demais princípios do artigo 37, caput, da Constituição Federal;

11.8. No caso de encerramento contratual por decurso do prazo de vigência, a Executora deverá prestar contas do último ano-exercício, com a comprovação do encerramento de todas as contas do contrato de gestão finalizado, com comprovação da devida destinação dos saldos de recursos repassados, captados ou gerados em função da execução contratual, para o município ou para as contas do novo contrato de gestão vinculado ao objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO**I - DA ESTRUTURA DAS ATIVIDADES A SEREM EXECUTADAS E METAS DE PRODUÇÃO****12.1. ATENDIMENTO DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA**

12.1.1. A Executora deverá informar os Atendimentos de Urgência e Emergência nos moldes da planilha a seguir:

Ano 20__

Atendi- mento	1º M	2º M	3º M	4º M	5º M	6º M	7º M	8º M	9º M	10º M	11º M	12º M
ATENDI- MENTOS DE UR- GÊNCIA E EMER- GÊNCIA												
Total Mensal												
Total Anual												

12.2. ASSISTÊNCIA HOSPITALAR

12.2.1. A Executora deverá informar as Saídas Hospitalares nos moldes da planilha a seguir:

Ano 20__												
Saída Hospitalar = AIH	1º M	2º M	3º M	4º M	5º M	6º M	7º M	8º M	9º M	10º M	11º M	12º M
CLÍNICA CIRÚRGICA												
ORTOPEDIA												
CLÍNICA MÉDICA												
OBSTETRÍCIA												
PEDIATRIA												
Total Mensal												
Total Anual												

12.2.2. A Executora deverá informar sobre a Assistência Hospitalar os dados nos moldes da planilha a seguir:

Especialidades Inter-nação	Número de Saídas Hospitalares		Bases para o cálculo do número de saídas		
	Média Mensal	% Total	Leitos Operacionais	Permanência Média	Taxa de Ocupação
CLÍNICA CIRÚRGICA					
ORTOPEDIA					
CLÍNICA MÉDICA					
OBSTETRÍCIA					
PEDIATRIA					
Total Anual					

12.3. ATENDIMENTO AMBULATORIAL

12.3.1. A Executora deverá informar os Atendimentos Ambulatoriais nos moldes da planilha a seguir:

Ano 20__												
Consulta / Procedi-mento	1º M	2º M	3º M	4º M	5º M	6º M	7º M	8º M	9º M	10º M	11º M	12º M
PRÉ-ANESTÉSICA												
CIRURGIA GERAL												
ORTOPEDIA												

PROCEDI- MENTOS AMBULA- TORIAIS												
Total Mensal												
Total Anual												

12.4. SERVIÇOS DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO EXTERNO

12.4.1. A Executora deverá informar os atendimentos de SADT Externo nos moldes da planilha a seguir:

Ano 20__												
Exames	1º M	2º M	3º M	4º M	5º M	6º M	7º M	8º M	9º M	10º M	11º M	12º M
Eletrocar- diograma												
Radiologia Simples												
Ultrasso- nografia Geral												
Ultrasso- nografia com Doppler Vascular												
Mamogra- fia												
Total Mensal												
Total Anual												

12.5. O HOSPITAL deverá informar mensalmente as Metas de Produção (MP), que estão relacionados à QUANTIDADE de assistência oferecida aos usuários da unidade gerenciada e medem aspectos relacionados à efetividade da gestão e ao desempenho da unidade.

12.6. As MP devem ser enviadas em relatórios oficiais e em arquivo eletrônico, até o 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês ao Órgão Supervisor;

12.7. São considerados como Metas de Produção, doravante identificados como MP, determinantes a manutenção do repasse mensal, os seguintes critérios:

MP I – Atendimento de Urgência e Emergência

MP II – Assistência Hospitalar

MP III – Atendimento Ambulatorial

MP IV – Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico Externo

12.8. Poderão ser reavaliadas e alteradas, semestralmente, as Metas de Produção, de acordo com as regras definidas no Contrato de Gestão. As Metas constantes da Proposta de Trabalho constituem obrigação contratual.

12.9. O Hospital deverá realizar Meta de Produção Mensal em Atendimento de Urgência e Emergência de acordo com o Plano de Trabalho, observando a variação 15% (quinze por cento) para mais ou para menos.

ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA	Meta/Mês
TOTAL	4.500

12.10. O Hospital deverá realizar Meta de Produção Mensal de 400 (Quatrocentos) saídas hospitalares/mês de acordo com o Plano de Trabalho, com variação de 15% (quinze por cento) para mais ou para menos.

12.11. O indicador de aferição será a SAÍDA HOSPITALAR comprovada através da Autorização de Internação Hospitalar (AIH) emitida pelo próprio Hospital, processada e faturada pelo Ministério da Saúde (MS).

12.12. As saídas hospitalares deverão compor o perfil definido para o Hospital, com a realização mensal de 400 (Quatrocentos) saídas hospitalares/mês, com variação de 15% (quinze por cento) para mais ou para menos.

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR	
ESPECIALIDADE	META/MÊS DE SAÍDA HOSPITALAR
Clinica Médica (Geral)	155
Cirurgia Geral	80
Ortopedia/traumatologia	60
Pediatria	30
Obstetrícia	75

TOTAL	400
-------	-----

12.13. O Hospital deverá realizar Meta de Produção Mensal de 255 (duzentos e cinquenta e cinco) atendimentos ambulatoriais/mês de acordo com o Plano de Trabalho, observando a variação de 15% (quinze por cento) para mais ou para menos.

12.14. O Atendimento Ambulatorial deverá funcionar de segunda a sexta-feira, das 7h às 17h, no mínimo, atendendo usuários egressos do próprio Hospital e usuários provenientes da Atenção Básica, encaminhados pela Central de Regulação do Município de Campos Novos para as especialidades previamente definidas, após pactuação com o Hospital, no limite da capacidade operacional do ambulatório.

12.15. Serão consideradas as consultas médicas e as consultas por profissionais de nível superior não médico, nas áreas de: Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Psicologia.

12.16. Para os atendimentos referentes a processos terapêuticos de média e longa duração, tais como, sessões de Enfermagem para Atendimento em Feridas, Fisioterapia, Psicologia, Fonoaudiologia e Nutrição, a partir do 2º atendimento, devem ser registrados como Consultas Subsequentes, desde que devidamente registrados em prontuário.

12.17. Serão considerados como Atendimento Ambulatorial para Metas de Produção: Primeira Consulta, Primeira Consulta de Egresso, Interconsulta e Consulta Subsequente;

12.18. Serão considerados como Atendimento Ambulatorial para Metas de Produção: Procedimentos Ambulatoriais aqueles atos cirúrgicos realizados em ambulatório que não requeiram hospitalização.

ATENDIMENTO AMBULATORIAL	
Especialidade/Procedimento	Meta/mês
Anestesiologia	30 consultas
Cirurgia Geral	30 consultas
Ortopedia	30 consultas
Procedimentos em Ortopedia	15 procedimentos
Procedimentos em Cirurgia Geral (Cirurgia vascular por espuma)	15 procedimentos
Enfermagem no Atendimento de Feridas	15 procedimentos
Fisioterapia	60 sessões
Fonoaudiologia	30 sessões
Nutrição	15 consultas
Psicologia	15 consultas
TOTAL	255

12.19. O Hospital deverá realizar Meta de Produção Mensal de 350 (trezentos e cinquenta) exames/mês de acordo com o Plano de Trabalho, observando a variação 15%(quinze por cento) para mais ou para menos.

12.20. O SADT Externo deverá funcionar de segunda a sexta-feira, das 7h às 17h, no mínimo, disponibilizando exames e ações de apoio diagnóstico e terapêutico aos usuários atendidos no ambulatório, egressos do próprio Hospital ou provenientes da Atenção Básica e encaminhados pela Central de Regulação do Município de Campos Novos para os serviços previamente definidos após pactuação com o Hospital, no limite da sua capacidade operacional, nas seguintes modalidades de exames:

SADT EXTERNO	
EXAMES	META/MÊS
Eletrocardiograma	50
Radiologia Simples	150
Ultrassonografia Geral	50
Ultrassonografia com Doppler Vascular	50
Mamografia	50
TOTAL	350

12.21. Todas as METAS DE PRODUÇÃO são avaliadas a partir do número TOTAL atingido no mês, não considerando os números propostos individualmente, uma vez que dada a sazonalidade ou demanda, a execução de uma especialidade pode ser em número maior ou menor ao que fora previsto.

12.22. Somente poderá ocorrer desconto quando em período de 06 (seis) meses a META DE PRODUÇÃO TOTAL for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) ao previsto no Plano de Trabalho.

12.23. O cumprimento da meta de produção será exigido a partir do segundo mês de execução do contrato, considerando o período necessário para que a executora implemente a contratação de profissionais e realize a aquisição de materiais necessários ao atendimento do objeto do presente contrato.

II-DOS INDICADORES DE QUALIDADE

12.24. O Hospital deverá informar mensalmente os Indicadores de Qualidade (IQ), que estão relacionados à qualidade da assistência oferecida aos usuários da unidade gerenciada e medem aspectos relacionados à efetividade da gestão e ao desempenho da unidade.

12.25. Os IQ devem ser enviados em relatórios oficiais e em arquivo eletrônico, até o 15º (décimo quinto) dia útil de cada mês ao Órgão Supervisor;

12.26. Poderão ser reavaliados, ou seja, alterados ou introduzidos novos Indicadores de Qualidade, considerando que a complexidade dos Indicadores é crescente e gradual e em proporção direta ao tempo de funcionamento da unidade, de acordo com as regras definidas no Contrato de Gestão.

12.27. São considerados como Indicadores de Qualidade, doravante identificados como IQ, determinantes do pagamento da parte variável, os seguintes critérios:

IQ – Pesquisa de Satisfação do Usuário

IQ – Apresentação de Autorização de Internação Hospitalar (AIH)

IQ – Indicadores de Mortalidade Operatória

12.28. IQ - Pesquisa de Satisfação do Usuário

12.29. A valoração deste indicador (PSU) será de até 35% em cada semestre.

12.30. A Pesquisa de Satisfação do Usuário (PSU) sobre o atendimento do Hospital têm por finalidade avaliar a qualidade de satisfação do serviço prestado, pelos pacientes ou acompanhantes, por meio da aplicação de um questionário.

12.31. Mensalmente deverá ser avaliada a PSU, utilizando como instrumento de pesquisa um questionário-padrão, aplicada por equipe capacitada em pacientes ou acompanhantes de pacientes, registrada em papel, sendo obrigatoriamente anônima, apenas com identificação numérica, dividida em quatro grupos de usuários a serem pesquisados.

12.32. A tabela a seguir estabelece os grupos, o público-alvo da pesquisa e o quantitativo exigido como meta para este Indicador:

Unidades para aplicação da Pesquisa de Satisfação do Usuário	
SETOR	Nº de PSU/mês
Pacientes ou acompanhantes em atendimento no serviço de urgência e emergência – atendidos no mês de competência	10%
Pacientes ou acompanhantes de pacientes internados – internados no mês de competência	10%
Pacientes ou acompanhantes de pacientes em atendimento ambulatorial ou SADT Externo - atendidos no mês de competência	10%
Pacientes ou acompanhantes de pacientes após alta hospitalar - altas no mês de competência	10%
TOTAL DE PSU POR MÊS - Percentual relativo ao número total de atendimentos	10%

12.33. O Hospital deverá apresentar o seguinte IQ - PSU a ser monitorado:

IQ I	PSU = Pesquisa de Satisfação do Usuário
A	Entre 100% a 90% das PSU são satisfatórias
B	Entre 89,9 a 85% das PSU são satisfatórias
C	Abaixo de 85% das PSU são satisfatórias

12.34. IQ – Apresentação de Autorização de Internação Hospitalar (AIH)

12.35. A valoração deste indicador será de 30% em cada semestre.

12.36. A Apresentação de Autorização de Internação Hospitalar têm por finalidade avaliar a qualidade da gestão hospitalar por meio da proporcionalidade de AIH em relação à atividade hospitalar, ou seja, o nº de internações ou saída hospitalar.

12.37. A meta deste Indicador é atingir 100% (cem por cento) de todas as AIHs autorizadas pelo gestor e apresentadas em relatório, devendo estar em acordo com as saídas hospitalares (nº de internações) em cada mês de competência.

IQ II	AAIH = Apresentação de Autorização de Internação Hospitalar
A	100% de Apresentação de Autorização de Internação Hospitalar / Saída Hospitalar
B	Menos de 100% de Apresentação de Autorização de Internação Hospitalar / Saída Hospitalar

12.38. Os dados devem ser enviados em arquivos eletrônicos, contendo exclusivamente AIH do mês de competência, livres de críticas e de reapresentações.

12.39. IQ – Indicadores de Mortalidade Operatória

12.40. A valoração deste indicador será de até 35% em cada semestre.

12.41. O Indicador de Mortalidade Operatória (IMO) tem por finalidade avaliar a qualidade da assistência por meio do desempenho assistencial na área de cirurgia mensurado pela Taxa de Mortalidade Operatória por mês no trimestre.

12.42. Estes dados devem ser enviados por meio de relatórios mensais, com a análise deste índice elaborada pela Comissão de Revisão de Óbitos.

12.43. O Hospital deverá apresentar o seguinte IMO a ser monitorado:

IQ IV	IMO - Indicadores de Mortalidade Operatória
A	<p>Taxa de Mortalidade Operatória dentro dos parâmetros e recomendações aceitos pela Agência Nacional de Saúde (Novembro/2012).</p> <p>ASA I = 0 a 0,1%</p> <p>ASA II = 0,3 a 5,4%</p> <p>ASA III = 1,8 a 17,8%</p> <p>ASA IV = 7,8 a 65,4%</p> <p>ASA V = 9,4 a 100%</p>

B	Taxa de Mortalidade Operatória fora da variação aceita pela Agência Nacional de Saúde (Novembro/2012).
---	--

* Fonte: Taxa de Mortalidade Cirúrgica. Agência Nacional de Saúde. V1.01 (Novembro de 2012).

12.44. Conceitos acerca do Indicador de Mortalidade Operatória:

A – Taxa de Mortalidade Operatória: é a relação percentual entre o número de óbitos intra-hospitalares que ocorreram durante ou até 7 dias após o procedimento cirúrgico, em um mês, e o número de pacientes submetidos a procedimentos cirúrgicos no mesmo período.

Nº de óbitos durante ou até 7 dias após cirurgia x 100

Nº de pacientes submetidos à cirurgia

B – Classificação do Estado Físico da ASA: os critérios adotados a seguir são os estabelecidos pela classificação da American Society of Anesthesiology do Average Score of Anesthesiology (ASA) para Taxa de Mortalidade Operatória, estratificada por Classes (de 1 a 5).

Pacientes Cirúrgicos segundo Classificação ASA	
ASA-1	Paciente saudável
ASA-2	Paciente com doença sistêmica leve
ASA-3	Paciente com doença sistêmica grave
ASA-4	Paciente com doença sistêmica grave que é uma ameaça constante à vida
ASA-5	Paciente moribundo que não se espera que sobreviva sem a cirurgia

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO NO SERVIÇO TRANSFERIDO

13.1. Na hipótese de risco quanto à continuidade dos serviços de saúde prestados à população pela Executora, o Órgão Supervisor poderá assumir imediatamente, a execução dos serviços objeto deste Contrato, conforme Art. 62 da Lei Federal nº 13.204.

13.2. O Município possui a prerrogativa, por meio dos órgãos de controle externo e internos do Município, de exercer a fiscalização sobre a execução e aplicação dos recursos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA EXECUTORA

14.1. A Executora é responsável pela indenização de danos decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem aos usuários, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem como aos bens públicos móveis e imóveis elencados no Anexos I, II e III, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

14.2. O Órgão Supervisor responsabilizar-se-á apenas pelos prejuízos suportados pelas Executora exclusivamente em decorrência do retardo na transferência de recursos, cabendo à Executora a comprovação do nexo de causalidade entre os prejuízos alegados e a mora do Órgão Supervisor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

15.1. O presente contrato de gestão, a qualquer tempo, poderá ser modificado pelas partes, em aspectos quantitativos ou qualitativos, por meio da celebração de aditivos, desde que as modificações não desnaturem seu objeto.

15.2. As alterações deverão contar com prévia justificativa por escrito, que conterá a declaração de interesse de ambas as partes, Órgão Supervisor e Executora.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA RESCISÃO

16.1. O presente instrumento poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes ou administrativamente, independente das demais medidas legais cabíveis, nas seguintes situações:

- Por ato unilateral do Órgão Supervisor, na hipótese de descumprimento, por parte da Executora, ainda que parcial, das cláusulas que inviabilizem a execução de seus objetivos e metas previstas no presente Contrato, decorrentes de comprovada má gestão, culpa e/ou dolo;
- Por acordo entre as partes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público;
- Por ato unilateral da Executora na hipótese de atrasos dos repasses devidos pelo Órgão Supervisor superior a 90 (noventa) dias da data fixada para o pagamento, cabendo à Executora notificar o Órgão Supervisor, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, informando do fim da prestação dos serviços contratados;
- Se houver alterações do estatuto da Executora que implique em modificação das condições de sua qualificação como Organização Social ou de execução do presente instrumento;
- Pela superveniência de norma legal ou evento que torne material ou formalmente inexecutável o presente instrumento, com comunicação prévia de 90 (noventa) dias.

16.2. Verificada a hipótese de rescisão contratual com fundamento alíneas "a" e "d" do item 16.1, o Órgão Supervisor providenciará a revogação da permissão de uso existente em decorrência do presente instrumento, aplicará as sanções legais cabíveis após a conclusão de processo administrativo que garantirá o princípio do contraditório e da ampla defesa;

16.3. Em caso de deliberação pela rescisão, esta será precedida de processo administrativo assegurado os princípios constitucionais do contraditório e a ampla defesa, com vistas à promoção da desqualificação da entidade como Organização Social;

16.4. Ocorrendo a extinção ou desqualificação da Organização Social ou rescisão do Contrato de Gestão, acarretará:

- A rescisão ou distrato do Termo de Permissão de Uso dos Bens Móveis e Imóveis, e a imediata reversão desses bens ao patrimônio do Órgão Supervisor, bem como os bens adquiridos com recursos financeiros recebidos em decorrência do objeto desse contrato;
- A incorporação ao patrimônio da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, na proporção dos recursos públicos alocados;
- Disponibilização, imediata, dos arquivos referentes ao registro atualizado de todos os atendimentos efetuados no hospital, as fichas e prontuários dos usuários.

16.5. Em caso de rescisão unilateral por parte da Executora, ressalvada a hipótese de inadimplemento do Órgão Supervisor, a mesma se obriga a continuar prestando os serviços de saúde ora contratados pelo prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, contados da denúncia do Contrato de Gestão.

16.6. A Executora terá o prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias, a contar da data da rescisão do Contrato, para quitar suas obrigações

e prestar contas de sua gestão ao Órgão Supervisor;

16.7. Na hipótese da alínea "c" do item 16.1, o Órgão Supervisor responsabilizar-se-á apenas pelos prejuízos suportados pela Executora exclusivamente em decorrência do retardo na transferência de recursos, cabendo à Executora a comprovação do nexo de causalidade entre os prejuízos alegados e a mora da Órgão Supervisor;

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

17.1. A inobservância, pela Executora, de cláusula ou obrigação constante deste contrato e seus Anexos, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará o Órgão Supervisor, garantida a prévia defesa e a aplicar as penalidades abaixo:

a. Advertência por escrito;

b. Multa;

c. Suspensão temporária de participar de processos de seleção com o Município de Campos Novos, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

d. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja

e. Promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

17.2. A imposição das penalidades previstas nesta cláusula dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstâncias objetivas em que ele ocorreu, e dela será notificada a Executora;

17.3. As sanções previstas nas alíneas "a" e "c" do item 17.1 desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a alínea "b";

17.4. Da aplicação das penalidades a contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias úteis para interpor recurso, dirigido à Secretária Municipal da Saúde de Campos Novos;

17.5. O valor da multa que vier a ser aplicada será comunicado à Executora e o respectivo montante será descontado dos pagamentos devidos em decorrência da execução do objeto contratual, garantindo-lhe pleno direito de defesa;

17.6. A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta Cláusula não elidirá o direito do Órgão Supervisor exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal e/ou ética do autor do fato.

17.7. Pela recusa e/ou atraso injustificado para a assinatura do Contrato, será aplicada multa na razão de 5% (cinco por cento), sobre o valor global da proposta, bem como a pena prevista no art. 87, III, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;

17.8. Pelo atraso injustificado no início dos serviços, nos prazos previstos neste edital, será aplicada multa moratória na razão de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao dia, sobre o valor da parcela mensal, até 30 (trinta) dias de atraso. Contudo, a qualquer momento, em decorrência do atraso, poderá, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à entidade vencedora a pena prevista no art. 87, III, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;

17.9. Pela não prestação dos serviços, de sua entrega e/ou de suas etapas, sem justa causa, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) da parcela mensal, podendo, também, ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e/ou imputada à entidade vencedora a pena prevista no art. 87, III, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;

17.10. Pela prestação dos serviços em desacordo com o solicitado, aplicação de multas de 0,25% a 2% (vinte e cinco centésimos a dois por cento), conforme a graduação estabelecida abaixo:

17.10.1. Multa de 0,25% sobre o valor mensal do convênio, para inconformidade LEVE, nas seguintes situações:

a. Deixar de apresentar, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão para a execução das ações e serviços de saúde;

b. Deixar de instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

c. Deixar de instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo convênio, devendo a entidade relatar ao Município toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

d. Deixar de assegurar a capacitação do pessoal encarregado das funções de gestão administrativa e assistencial;

e. Deixar de assegurar boas práticas de governança;

f. Deixar de dispor de suficiente nível técnico-assistencial, capacidade e condições de prestação de serviços que permitam o maior nível de qualidade nas ações e serviços executados, conforme a especialidade e características da demanda;

g. Deixar de adotar o símbolo e o nome designativo da unidade de saúde cujo uso lhe for permitido, deixando de afixar aviso, em lugar visível, assim como da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;

h. Deixar de disponibilizar permanentemente toda e qualquer documentação para auditoria do Poder Público;

17.10.2. Multa de 0,50% sobre o valor mensal do convênio, para inconformidade MODERADA, nas seguintes situações:

a. Deixar de apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de deixar de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

b. Deixar de reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pela Secretaria Municipal de Saúde, através dos fiscais do Convênio ou diretamente pela Secretária Municipal da Saúde, bem como aqueles oriundos de apontamentos e sugestões da Comissão de Avaliação e Fiscalização do convênio, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

c. Deixar de relatar ao Município toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;

d. Deixar de arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/93;

e. Deixar de assegurar o cumprimento de todas as normas contábeis e financeiras;

f. Deixar de prover as instalações e aparatos necessários aos serviços de gestão administrativa;

g. Deixar de implantar e desenvolver uma Política de Segurança do Trabalho e Prevenção de Acidentes, em conformidade com a NR 32/2005 do MTE;

h. Deixar de utilizar, para a contratação de pessoal, critérios exclusivamente técnicos inclusive quanto ao gerenciamento e controle de recursos humanos, deixando de observar as normas legais vigentes, em especial as trabalhistas e previdenciárias;

i. Deixar de contratar serviços de terceiros para atividades acessórias sempre que necessário, não se responsabilizando pelos encargos daí decorrentes;

- j. Deixar de manter controle de riscos da atividade nos casos que entender pertinentes;
- k. Deixar de implementar, no mínimo, as seguintes comissões ou grupos de trabalho: Comissão de Ética Médica, Comissão de Ética de Enfermagem, Núcleo de Segurança do Paciente, Comissão de Controle de Infecção;
- l. Deixar de dispor de metodologia para atendimento dos pacientes de forma manual ou sistematizada própria para posterior registro no Sistema de Informação disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde, na impossibilidade do uso do sistema referente aos atendimentos dos pacientes por questões técnicas e/ou de infraestrutura.
- 17.10.3. Multa de 0,90% sobre o valor mensal do convênio, para inconformidade GRAVE, nas seguintes situações:
- a. Deixar de executar os serviços conforme especificações deste edital e de seu plano de trabalho, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas do contrato, além de deixar de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas neste edital e em sua proposta;
- b. Deixar de utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- c. Deixar de atender as solicitações do Município quanto à substituição dos empregados alocados, nos prazos a serem fixados pelo Órgão Supervisor ou diretamente pela Secretaria Municipal de Saúde de Campos Novos, bem como aqueles oriundos de apontamentos e sugestões da Comissão de Avaliação e Fiscalização do Contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução das ações e serviços de saúde, conforme descrito neste contrato;
- d. Deixar de manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação exigidas na licitação;
- e. Deixar de guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- f. Deixar de disponibilizar sistema de registro ponto biométrico de todos os funcionários;
- g. Deixar de empregar profissionais com nível de qualificação tal que permita oferecer aos usuários serviços assistenciais eficazes, eficientes e efetivos;
- h. Deixar de apoiar e integrar o complexo regulador da Secretaria Municipal de Saúde de Campos Novos;
- i. Deixar de responsabilizar-se, civil e criminalmente perante os pacientes, por eventual indenização de danos morais decorrentes de ação, omissão, negligência, imperícia ou imprudência, decorrentes de atos praticados por profissionais subordinados à entidade;
- j. Deixar de responsabilizar-se por eventuais danos materiais e morais oriundos de ações, além daqueles decorrentes do desenvolvimento de suas atividades, ou relações com terceiros, como por exemplo, fornecedores;
- k. Deixar de administrar e manter os bens móveis e imóveis públicos, cujo uso lhe seja permitido, em conformidade com o disposto no Termo de Vistoria e Recebimento de Patrimônio - a ser lavrado entre as partes, após as assinaturas do Contrato - até a sua restituição ao Poder Público;
- l. Deixar de adotar valores compatíveis com os níveis médios de remuneração, praticados na rede privada de saúde, observado o limite máximo dos padrões remuneratórios do Município para o pagamento de salários e de vantagens de qualquer natureza de dirigentes e empregados da entidade, limitando-se ao valor do subsídio da Secretária Municipal;
- m. Deixar de responsabilizar-se por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, fiscais, sociais, tributárias, ou quaisquer outras previstas na legislação em vigor, bem como com todos os gastos e encargos com materiais e concessionárias;
- n. Deixar de responsabilizar-se pelas despesas referentes às concessionárias de serviços públicos, tais como: energia elétrica, telefonia, gás, água e esgoto;
- o. Deixar de disponibilizar os manuais, procedimentos e/ou rotinas administrativas de funcionamento e atendimento, escritos ou em sistema informatizado, de forma acessível a todos os profissionais, sendo atualizados e revisados anualmente e assinados pelo Responsável Técnico;
- p. Deixar de instalar, configurar e fazer a manutenção dos servidores necessários ao uso dos sistemas de gestão administrativo, de pessoal, compras e o estoque;
- q. Deixar de manter e conservar em bom estado de uso todos os equipamentos clínicos, não-clínicos e mobiliários, bem como todos os instrumentais para realização de exames e de procedimentos realizados;
- r. Deixar de informar, mensalmente, toda a produção da unidade hospitalar nos sistemas oficiais do Ministério da Saúde (Sistema de Informação Ambulatorial – SIA/SUS, em meio magnético, para processamento na Secretaria Municipal de Saúde, obedecendo ao cronograma oficial;
- 17.11. Quando da reincidência em irregularidades notificadas pelo Órgão Supervisor, sem a pronta adequação, será aplicada a multa correspondente a infração cometida conforme subitens anteriores, acrescido de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa, podendo, ainda, ser cancelada a nota de empenho do repasse, rescindido o contrato e/ou imputada à entidade vencedora a pena prevista no art. 87, III, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;
- 17.12. Fica vedado a Executora compartilhar o objeto do presente contrato de gestão com outra Organização Social, ficando sujeita a aplicação de multa na razão de 5% (cinco por cento) sobre o valor global da proposta, e no caso de reincidência será cancelado o Repasse Mensal, rescindido o contrato e ainda sendo possível a imputação da pena prevista no art. 87, III, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses;
- 17.13. Pela apresentação de documentação falsa, retardamento na execução do objeto, não manutenção da proposta, comportamento inidôneo e fraude ou falha na execução do contrato poderá ser cancelada a nota de empenho do repasse, rescindido o contrato e/ou imputada à entidade vencedora a pena prevista no art. 87, III, da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações, pelo prazo de até 24 (vinte e quatro) meses.
- 17.14. Será facultado à entidade, nos termos da lei, a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste contrato.
- 17.15. As multas e seu pagamento não eximirão a entidade de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES

18.1. O processo de aplicação das penalidades de advertência e multa tem início com a lavratura do auto de infração pela fiscalização do Órgão Supervisor e respectiva notificação expressa à Executora, devidamente motivada com a acusação formal da culpa ou do dolo a ela imputado.

18.2. Lavrado o auto, a Executora será imediatamente intimada, dando-se-lhe um prazo de 05 (cinco) dias úteis para defesa prévia, salvo na hipótese de declaração de inidoneidade para participar de chamamentos públicos ou contratar com a Administração Pública, sendo que o prazo assinalado resulta em 10 (dez) dias úteis.

18.3. A Executora pode, nesta fase de instrução, requerer diligência e perícia, juntar documento e parecer e aduzir alegação referente à matéria objeto do processo, sendo-lhe o prazo, neste caso, devidamente prorrogado.

18.4. Da decisão do Órgão Supervisor que aplicar penalidade caberá recurso voluntário, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação do ato, independentemente de garantia de instância.

18.5. Nas hipóteses da sanção de declaração de inidoneidade, caberá pedido de reconsideração a Secretária Municipal de Saúde, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

18.6. O recurso será dirigido à autoridade superior que poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informados, ocasião em que será proferida a decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento do recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA CONTAGEM DE PRAZOS

19.1. Os prazos estabelecidos em dias, neste contrato de gestão, contar-se-ão em dias corridos, salvo se estiver expressamente feita referência a dias úteis.

19.2. Em todas as hipóteses, deve-se excluir o primeiro dia e se contar o último.

19.3. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente do Órgão Supervisor.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO EXERCÍCIO DE DIREITOS

20.1. Se qualquer das partes permitir, mesmo por omissão, o descumprimento, no todo ou em Parte, de quaisquer das cláusulas ou condições deste contrato de gestão e/ou de seus anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer modo, afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas ou condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

20.2. Em qualquer hipótese, não estará configurada novação ou mesmo renúncia a direitos, tampouco defeso o exercício posterior destes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA INVALIDADE PARCIALEINDEPENDÊNCIA ENTRE AS CLÁUSULAS

21.1. Cada disposição, item, alínea deste contrato de gestão constitui um compromisso independente e distinto.

21.2. Sempre que possível, cada disposição deste contrato de gestão deverá ser interpretada de modo a se tornar válida e eficaz à luz da lei aplicável.

21.3. Caso alguma das disposições deste contrato de gestão seja considerada ilícita, inválida, nula ou inexequível por decisão judicial, deverá ser julgada separadamente do restante do contrato e substituída por disposição lícita e similar, que reflita as intenções originais das partes, observando-se os limites da lei. Todas as demais disposições continuarão em pleno vigor e efeito, não sendo prejudicadas ou invalidadas.

21.4. Os casos omissos ou excepcionais, assim como, as dúvidas surgidas ou cláusulas não previstas neste instrumento, em decorrência de sua execução, serão dirimidas mediante acordo entre as partes, bem como, pelas normas que regem o Direito Público e em última instância pela autoridade judiciária competente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA- DA PUBLICAÇÃO

22.1. O contrato de gestão será publicado no Diário Oficial do Município, pelo Órgão Supervisor no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO FORO

23.1. As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia resultante do presente Contrato de Gestão, que não puderem ser resolvidas amigavelmente, renunciando, expressamente, a outro qualquer por mais privilegiado que se configure.

23.2. E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito de direito, na presença das testemunhas abaixo-subscritas.

Campos Novos, 01 de abril de 2019.

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS
SÍLVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS
MAYARA DA SILVA ANTUNES SERENA
SECRETÁRIA MUN. DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
LUANNA CONINCK DALLA COSTA
DIRETORA ADMINISTRATIVA

INSTITUTO MARIA SCHMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DO CIDADÃO
CNPJ 28.700.530/0001-61

TESTEMUNHAS:

1ª: _____ 2ª: _____

ANEXO I

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, POR INTERMÉDIO DOS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONJUNTAMENTE COM A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO E INSTITUTO MARIA SCHMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DO CIDADÃO - IMAS, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL,

COM O OBJETIVO DE AUTORIZAR O USO DO IMÓVEL DENOMINADO HOSPITAL DR. JOSÉ ATHANÁZIO LOCALIZADO NO MUNICÍPIO CAMPOS NOVOS/SC, CONFORME CONTRATO DE GESTÃO Nº 08/2019, PARA OS FINS QUE SE DESTINA.

O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, representado pelo seu Prefeito Municipal, o senhor Silvio Alexandre Zancanaro, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ 08.595.042/0001-24, situado na Rua: Nereu Ramos, nº 333 - Centro, conjuntamente com a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, Campos Novos - SC, CEP 89620-000, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Mayara da Silva Antunes Serena e pela Diretora da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio Senhora Luanna Coninck Dalla Costa, doravante denominada PERMITENTE, e de outro lado a ORGANIZAÇÃO SOCIAL INSTITUTO MARIA SCHMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DO CIDADÃO com CNPJ/MF nº 28.700.530/0001-61, com endereço à Rua: Caetano Lummertz, nº 746, Sala 01 – Centro, CEP 88.900-043, Município de Araranguá/SC e com estatuto arquivado sob nº 3664, folha 247 do livro A-13 do Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Araranguá/SC, neste ato representada por seu Presidente, o senhor Robson Schmitt Machado, CPF nº 068.729.459-23, doravante denominada PERMISSONÁRIO, mediante as seguintes cláusulas e condições

Considerando o disposto na Cláusula Oitava do Contrato de Gestão nº 08/2019, firmado entre o Município de Campos Novos, por Intermédio do Fundo Municipal de Saúde e o Instituto Maria Schmitt de Desenvolvimento de Ensino, Assistência Social e Saúde do Cidadão - IMAS cujo objeto é o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, no Hospital Dr. José Athanázio; Considerando tudo que consta no Chamamento Público nº 03/2019, RESOLVEM as partes firmar o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL, nos termos das normas disciplinares previstas no ordenamento jurídico vigente, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto a cessão e permissão de uso do imóvel, situado na Rua: Nereu Ramos, nº 333 - Centro, Campos Novos - SC, CEP 89620-000, onde funciona o Hospital Dr. José Athanázio, localizado no Município Campos Novos - SC, com área total medindo mais ou menos 3.200,00 m2 de terreno, conforme Transcrição 3.452, folhas 227 do livro 4E, e 4.269,65 m2 construídos, que pertence ao Município de Campos Novos/SC.

1.2. Este Termo de Permissão de Uso é parte integrante do Contrato de Gestão nº. 08/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESTINAÇÃO E USO DO IMÓVEL

2.1. O PERMISSONÁRIO se compromete a utilizar o imóvel cedido para que assegure assistência universal e gratuita exclusiva aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), atendimento à pacientes particulares e de convênios (plano de saúde).

2.2. O PERMISSONÁRIO não poderá dar qualquer outra destinação ao imóvel, que não seja o funcionamento da Unidade Hospitalar, sob pena de responder por perdas e danos;

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1.A PERMITENTE se compromete a:

a) Por força do presente instrumento, dar em cedência e permitir o uso, a título gratuito, o imóvel descrito na Cláusula Primeira deste instrumento;

b) Realizar, anualmente, conferência e atualização do inventário correspondente a todos os bens permitidos o uso.

3.2. O PERMISSONÁRIO se compromete a:

a) Vistoriar o imóvel, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato de Gestão nº 08/2019, emitindo laudo de vistoria atestando seu bom estado de conservação;

b) Conservar e a zelar pelo perfeito estado do imóvel objeto deste termo, utilizando-o como se lhe pertencesse, conservando-o e fazendo com que seu uso e gozo sejam pacíficos e harmônicos, principalmente com vizinhos, e utilizá-lo de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda;

c) Assumir os encargos e ônus decorrentes da guarda e manutenção do imóvel, incluindo as benfeitorias que se fizerem necessárias;

d) Responsabilizar-se por quaisquer despesas relacionadas ao uso e gozo do imóvel, sejam despesas de água, luz, impostos, taxas, contribuições de melhoria, enquanto o presente instrumento estiver vigente;

e) No caso de rescisão ou extinção do Contrato de Gestão nº 08/2019, restituir a área cedida nas mesmas condições em que recebeu respeitada a depreciação natural do imóvel e o termo de vistoria;

f) Não emprestar, ceder, locar ou de qualquer outra forma repassar a terceiros o imóvel objeto deste termo, no todo ou em parte, sem o prévio e expresse consentimento da PERMITENTE;

g) É facultado a PERMISSONÁRIA executar obras complementares no imóvel, ficando condicionada a apresentação de projeto para prévia análise e aprovação da Comissão de Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão nº 08/2019.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, ALTERAÇÃO E PUBLICAÇÃO

4.1. O presente instrumento vigorará enquanto vigor o Contrato de Gestão nº 08/2019;

4.2. Esse instrumento poderá ser alterado, nos casos previstos no ordenamento jurídico vigente, por meio de Termo Aditivo, desde que devidamente justificado, e anterior ao término da vigência, devendo para tanto ser respeitados o interesse público e o objeto do presente desta Permissão;

4.3. A Secretaria de Saúde do Município de Campos Novos publicará o extrato deste Termo de Cessão de Uso, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DAS BENFEITORIAS E VISTORIA

5.1. As benfeitorias realizadas pelo PERMISSONÁRIO serão incorporadas ao imóvel, sem que lhe assista o direito de indenização ou de retenção, salvo acordo formal em contrário;

5.2. A PERMITENTE deverá proceder à vistoria no imóvel cedido, a fim de constatar o cumprimento, pelo PERMISSONÁRIO, das obrigações assumidas neste instrumento independentemente de aviso prévio, consulta ou notificação.

CLÁUSULA SEXTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS OMISSÕES

6.1. O presente instrumento tem fundamento na Considerando Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015 e

Decreto Municipal nº 8.130/2018, regendo-se pelas disposições de Direito Civil, em especial as concernentes ao direito real de uso, aplicado supletivamente aos contratos administrativos e, ainda, pelas cláusulas e condições estipuladas nesse termo e no Contrato de Gestão nº 08/2019;

6.2. Os casos omissos ou excepcionais, assim como, as dúvidas surgidas ou cláusulas não previstas nesse Termo, em decorrência de sua execução, serão dirimidas mediante acordo entre as partes através da Comissão de Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão nº 08/2019, bem como pelas regras e princípios do direito público e em última instância pela autoridade judiciária competente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

7.1. Os interessados poderão rescindir de comum acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações no prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, necessitando, porém, de notificação prévia com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, retornando o bem ao status quo ante;

7.2. Poderá ser rescindido unilateralmente pelas partes, por descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação prévia de 60 (sessenta) dias, ou pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

8.1. Os partícipes elegem o foro de Campos Novos-SC como competente para dirimir quaisquer divergências relacionadas ao presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO, que não puderem ser resolvidas amigavelmente pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam os efeitos legais, às quais, depois de lidas, serão assinadas pelas testemunhas in fine indicadas.

Campos Novos, 01 de abril de 2019.

MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS

MAYARA DA SILVA ANTUNES SERENA

SECRETÁRIA MUN. DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO

LUANNA CONINCK DALLA COSTA

DIRETORA ADMINISTRATIVA

INSTITUTO MARIA SCHMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DO CIDADÃO

CNPJ 28.700.530/0001-61

TESTEMUNHAS:

1ª: _____ 2ª: _____

ANEXO II

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, POR INTERMÉDIO DOS FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CONJUNTAMENTE COM A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO E INSTITUTO MARIA SCHMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DO CIDADÃO - IMAS, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL, COM O OBJETIVO DE AUTORIZAR O USO DE BENS MÓVEIS NA IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS NO HOSPITAL DR. JOSÉ ATHANÁZIO, CONFORME CONTRATO DE GESTÃO Nº 08/2019, PARA OS FINS QUE SE DESTINA.

O MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, representado pelo seu Prefeito Municipal, o senhor Silvio Alexandre Zancanaro, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, inscrito no CNPJ 08.595.042/0001-24, situado na Rua: Nereu Ramos, nº 333 - Centro, conjuntamente com a FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO, Campos Novos - SC, CEP 89620-000, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Mayara da Silva Antunes Serena e pela Diretora da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio Senhora Luanna Coninck Dalla Costa, doravante denominada PERMITENTE, e de outro lado a ORGANIZAÇÃO SOCIAL INSTITUTO MARIA SCHMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DO CIDADÃO com CNPJ/MF nº 28.700.530/0001-61, com endereço à Rua: Caetano Lummertz, nº 746, Sala 01 – Centro, CEP 88.900-043, Município de Araranguá/SC e com estatuto arquivado sob nº 3664, folha 247 do livro A-13 do Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Araranguá/SC, neste ato representada por seu Presidente, o senhor Robson Schmitt Machado, CPF nº 068.729.459-23, doravante denominada PERMISSSIONÁRIO, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Considerando Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015 e Decreto Municipal nº 8.130/2018, e tendo em vista o disposto na Cláusula Oitava do Contrato de Gestão nº 08/2019, firmado entre o Município de Campos Novos, por Intermédio do Fundo Municipal de Saúde e o Instituto Maria Schmitt de Desenvolvimento de Ensino, Assistência Social e Saúde do Cidadão - IMAS cujo objeto é o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde, no Hospital Dr. José Athanázio;

Considerando tudo que consta no Chamamento Público nº 03/2019 as partes RESOLVEM firmar o presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS, nos termos das normas disciplinares previstas no ordenamento jurídico vigente, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente instrumento tem por objeto ceder e permitir o uso, gratuito dos bens móveis, conforme Relação de Bens (ANEXO III) incorporado a este Termo, a ser realizado pela Gerência de Patrimônio da Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio;

1.2. Este Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis é parte integrante do Contrato de Gestão nº08/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESTINAÇÃO E USO DOS BENS MÓVEIS

- 2.1. O PERMISSIONÁRIO se compromete a utilizar os bens cedidos para que assegure assistência universal e gratuita exclusiva aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), atendimento à pacientes particulares e de convênios (plano de saúde).
- 2.2. O PERMISSIONÁRIO deverá guardar/manter os bens no Hospital Dr. José Athanázio, somente podendo remanejá-lo com a expressa autorização da PERMITENTE;
- 2.3. O PERMISSIONÁRIO se compromete a não emprestar, ceder, dar em locação ou em garantia, doar, alienar de qualquer forma, transferir total ou parcialmente, sob quaisquer modalidades, gratuita ou onerosa, provisória ou permanentemente, os direitos de uso dos bens móveis cedidos, assim como seus acessórios, manuais ou quaisquer partes, exceto se houver o prévio e expresso consentimento da PERMITENTE.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**3.1. A PERMITENTE se compromete a:**

- a) Por força do presente instrumento, a PERMITENTE cede e permite o pleno uso de todos os bens móveis inventariados no anexo deste instrumento;

3.2. O PERMISSIONÁRIO se compromete a:

- a) Vistoriar os bens ora cedidos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato de Gestão nº 08/2019, emitindo laudo de vistoria atestando a existência e o estado de funcionamento;
- b) Manter os bens cedidos em perfeito estado de higiene, conservação e funcionamento, bem como, a utilizá-los de acordo com o estabelecido neste instrumento e no Contrato de Gestão nº 08/2019;
- c) O PERMISSIONÁRIO fica responsável por todas e quaisquer despesas dos bens cedidos, quer decorrentes de assistência técnica preventiva e ou corretiva de forma contínua, quer decorrentes da recuperação por danos, bem como, pelo ressarcimento de qualquer prejuízo proveniente de uso inadequado;
- d) Não realizar quaisquer modificações ou alterações nos bens cedidos, sem a prévia e expressa anuência da PERMITENTE;
- e) Adquirir os insumos indispensáveis ao funcionamento e manutenção dos bens cedidos;
- f) Responsabiliza-se pelas despesas com impostos, taxas, multas e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir sobre os bens cedidos, devendo encaminhar os respectivos comprovantes de recolhimento à PERMITENTE;
- g) Informar imediatamente à PERMITENTE caso os bens objeto desta permissão sofrerem qualquer turbacão ou esbulho por terceiros;
- h) Em caso de demanda judicial que verse sobre os bens cedidos, sendo o PERMISSIONÁRIO citado em nome próprio, deverá, no prazo legal nomear à PERMITENTE à autoria;
- i) Apresentar Boletim de Ocorrência à PERMITENTE, devidamente registrado em unidade policial, caso ocorra furto ou roubo dos bens dados em permissão de uso;
- j) Em caso de avaria provocada por terceiros, culposa ou dolosamente, deverá ser imediatamente comunicado à PERMITENTE, com a descrição pormenorizada do fato e identificação do agente causador do dano. Para o caso de dano provocado intencionalmente deverá ser registrado Boletim de Ocorrência pelo crime de dano contra o autor do fato delituoso.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA E PUBLICAÇÃO

- 4.1. O presente instrumento vigorará enquanto vigor o Contrato de Gestão nº08/2019;
- 4.2. A Secretaria de Saúde do Município de Campos Novos fará publicação do extrato deste instrumento, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, no prazo de 20 (vinte) dias, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES

- 5.1. Esse instrumento poderá ser alterado, nos casos previstos no ordenamento jurídico vigente, inclusive para acréscimos ou supressões, por meio de termo aditivo, desde que devidamente justificado, e anterior ao término da vigência, devendo para tanto ser respeitados o interesse público e o objeto do presente desta Permissão.

CLÁUSULA SEXTA – DAS BENFEITORIAS E VISTORIA

- 6.1. As benfeitorias realizadas pelo PERMISSIONÁRIO serão incorporadas nos bens cedidos, sem que lhe assista o direito de indenização ou de retenção, salvo acordo formal em contrário;
- 6.2. A PERMITENTE deverá proceder à vistoria nos bens cedidos, a fim de constatar o cumprimento, pelo PERMISSIONÁRIO, das obrigações assumidas neste instrumento independentemente de aviso prévio, consulta ou notificação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RESSARCIMENTO E DA PERMUTA

- 7.1. Ocorrendo avaria em qualquer dos bens cedidos e, sendo desaconselhável economicamente o seu conserto ou a hipótese de desaparecimento por furto, roubo ou extravio dos mesmos, o PERMISSIONÁRIO deverá:
- I – Ressarcir a PERMITENTE no valor de mercado dos bens, em 30 (trinta) dias, contados da ocorrência do fato;
- II – Adquirir outro bem, de igual valor e forma para e substituir o bem avariado, furtado ou roubado.
- 7.2. Os bens móveis permitidos em uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, que passam a integrar o patrimônio do Município de Campos Novos, após prévia avaliação e expressa autorização da PERMITENTE.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO E DA DEVOLUÇÃO

- 8.1. O PERMISSIONÁRIO se compromete a restituir a PERMITENTE todos os bens cedidos, no estado normal de uso, caso ocorra à rescisão ou a extinção deste instrumento;
- 8.2. A PERMISSIONÁRIA poderá, a qualquer tempo e mediante justificativa, propor devolução de bens cujo uso lhe fora permitido, e que não mais sejam necessários ao cumprimento das metas avençadas.

CLÁUSULA NONA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS OMISSÕES

- 9.1. O presente instrumento tem fundamento Lei Estadual nº 12.929, de 04 de fevereiro de 2004, e suas alterações, regendo-se pelas disposições de Direito Civil, em especial as concernentes ao direito real de uso, aplicado supletivamente aos contratos administrativos e, ainda, pelas cláusulas e condições estipuladas nesse termo e no Contrato de Gestão nº08/2019;
- 9.2. Os casos omissos ou excepcionais, assim como as dúvidas surgidas ou cláusulas não previstas nesse Termo, em decorrência de

sua execução, serão dirimidas mediante acordo entre as partes através da Comissão de Avaliação e Fiscalização do Contrato de Gestão nº08/2019, juntamente com a Secretária da Saúde do Município e a Diretora do Fundação Hospitalar Dr. José Athanázio, bem como pelas regras e princípios do direito público e em última instância pela autoridade judiciária competente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

10.1. Os interessados poderão rescindir de comum acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações no prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, necessitando, porém, de notificação prévia com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, retornando os bens ao status quo ante;

10.2. Poderá ser rescindido unilateralmente pelas partes, por descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação prévia de 60 (sessenta) dias, ou pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Os partícipes elegem o foro de Campos Novos como competente para dirimir quaisquer divergências relacionadas ao presente TERMO DE PERMISSÃO DE USO, que não puderem ser resolvidas amigavelmente pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que surtam os efeitos legais, às quais, depois de lidas, serão assinadas pelas testemunhas in fine indicadas.

Campos Novos, 01 de abril de 2019.

MUNICIPIO DE CAMPOS NOVOS
SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
PREFEITO MUNICIPAL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPOS NOVOS
MAYARA DA SILVA ANTUNES SERENA
SECRETÁRIA MUN. DE SAÚDE

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DR. JOSÉ ATHANÁZIO
LUANNA CONINCK DALLA COSTA
DIRETORA ADMINISTRATIVA

INSTITUTO MARIA SCHMITT DE DESENVOLVIMENTO DE ENSINO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E SAÚDE DO CIDADÃO
CNPJ 28.700.530/0001-61

TESTEMUNHAS:

1ª: _____ 2ª: _____

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2019 - MROSC

Publicação Nº 1968830

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2019

REFERENTE: A finalidade do presente edital de chamamento público é selecionar Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos interessada em realizar parceria com o município de Campos Novos através da Secretaria Municipal de Educação, para a realização de atividades, projetos ou ações em escolas públicas municipais com atendimento de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, econômica e/ou educacional, oferecendo oficinas de esportes e cultura.

RESUMO: Termo de Fomento com Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos para a realização de projetos em escolas públicas municipais oferecendo oficinas de esportes e cultura.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Objetiva-se garantir que as crianças e adolescentes em vulnerabilidade social tenham acesso, no contraturno escolar e dentro da escola em que frequenta, acesso ao lazer, esporte, educação e cultura de uma forma efetiva e com qualidade, através de oficinas socioeducativas e trabalhos interdisciplinares, sob o valor de R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais). Portanto, publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para lançamento do referido edital e seleção da melhor proposta.

Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA: Opina esta Procuradoria pela realização de chamamento público para formalização de termos de fomento com Organizações da Sociedade Civil, conforme fundamentado na LF 13.019/2014. O chamamento deve observar critérios claros e objetivos estabelecidos no edital, garantindo a observância dos princípios da isonomia, da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e os princípios específicos das políticas públicas setoriais

Campos Novos, 01 de abril de 2019.

Luiz Paulo Ramos

Procurador Geral do Município

Publicada o presente extrato do Chamamento Público nº 07/2019, aos 02 dias do mês de abril de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL**EDITAL Nº. 01/2019 - CMDI**

Publicação Nº 1968844

Edital nº 01/2019
FÓRUM PRÓPRIO - CMDI

Abre inscrições para eleição do Conselho Municipal de Direitos do Idoso - CMDI do Município de Campos Novos, e dá outras providências.

A Senhora RITA DE CÁSSIA STEFANES SILVESTRIN ZOLDAN representante da Associação Nacional de Gerontologia/SC, neste ato Presidente do Conselho Municipal de Direitos do Idoso do Município de Campos Novos, com sede na Sala dos Conselhos, localizada na Rua Duque de Caxias, s/n, centro, no Município de Campos Novos, no uso de suas atribuições legais torna público, que dispõe sobre o processo para eleição dos novos membros representantes da Sociedade Civil, gestão 2019 – 2021.

Artigo 1º. Ficam abertas as inscrições da indicação dos nomes representantes das entidades da sociedade civil, que atuam no campo da promoção e defesa dos direitos e no atendimento do idoso, QUE TENHAM UM TRABALHO COMPROVADO COM IDOSOS, legalmente constituída, e em regular funcionamento a mais de 01 (um) ano, ESTES eleitos para preenchimento das vagas dos 10 (dez) membros, sendo 05 (cinco) titulares e 05 (cinco) suplentes, para a eleição da GESTÃO 2019 – 2021, EM FÓRUM PRÓPRIO,

Artigo 2º. As inscrições deverão ser feitas junto a SALA DOS CONSELHOS, SITO A RUA duque de Caxias, s/n, centro de campos novos a partir desta data, até o dia 30/04/2019, entre às 13:30 (treze horas e trinta minutos) até às 14:00 (quatorze horas).

Artigo 3º. SOMENTE PODERÃO PARTICIPAR DA ELEIÇÃO OS CANDIDATOS QUE PREENCHEREM, ATÉ O ENCERRAMENTO DAS INSCRIÇÕES, OS SEGUINTE REQUISITOS MÍNIMOS:

- A) RECONHECIDA IDONEIDADE MORAL;
- B) SER MAIOR E CIVILMENTE CAPAZ;
- C) ATUAR NAS QUESTÕES DO IDOSO NO MUNICÍPIO A PELO MENOS 02 (DOIS) ANOS;
- D) ESTAR NO GOZO DOS DIREITOS POLÍTICOS.
- E) ESTAR PRESENTE NA REUNIÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL DO DIA 30/04/2019.

Artigo 4º. A eleição será realizada na ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA de 30/04/2019, às 14:00 horas, na SEDE DA SALA DOS CONSELHOS, S/N, CENTRO, NESTE MUNICÍPIO.

Artigo 5º. O FÓRUM ESPECÍFICO SERÁ CONSTITUÍDO POR CATEGORIAS, SENDO DESTINADOS À VOTAÇÃO E APURAÇÃO DOS VOTOS, QUE OCORRERÃO NO MESMO LOCAL E DIRIGIDO POR UMA MESA DIRETORA, SENDO QUE A MESMA SERÁ COMPOSTA DE 01 (UM) PRESIDENTE, 01(UM) SECRETÁRIO E 01(UM) FISCAL DE VOTAÇÃO, ESCOLHIDOS PELA COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO.

PARAGRAFO único – É VEDADA A PARTICIPAÇÃO, NA MESA DIRETORA, DE REPRESENTANTES OU COMPONENTES DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL CANDIDATOS A ELEIÇÃO.

Artigo 6º. COMPETE A MESA DIRETORA:

- I- PROCEDER A ABERTURA DO FÓRUM;
- II- PRESTAR ESCLARECIMENTOS GERAIS E SOBRE AS NORMAS DE VOTAÇÃO E APURAÇÃO;
- III- DAR INÍCIO E FINALIZAR O PROCESSO DE ESCOLHA, LAVRADOS EM ATA;
- IV – PROCEDER A CONFERENCIA DO PROTOCOLO DE INSCRIÇÕES E DO DOCUMENTO DE IDENTIDADE DOS INSCRITOS, ENTRE 13:15 E 14:55 HORAS;
- V – COLHER A ASSINATURA DOS VOTANTES NA LISTA DE PRESENÇA E RUBRICAR OS PROTOCOLOS DE INSCRIÇÃO E A ATA DA PLENÁRIA;
- VI – O FÓRUM ESPECÍFICO TERÁ INÍCIO AS 14:00 HORAS E TERMINO AS 15:00 HORAS.

ARTIGO 7º. APÓS A ENTREGA DAS FICHAS DE INSCRIÇÃO À COMISSÃO ORGANIZADORA ENTRE 13:30 E 14:00 HORAS, PROCEDER-SE-A A ELEIÇÃO DOS REPRESENTANTES E SUAS ENTIDADES PARA A VAGA DE PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE E SECRETÁRIO EXECUTIVO E MEMBROS DA DIRETORIA.

ARTIGO 8º. AS FICHAS DE INSCRIÇÃO, AS CEDULAS DE VOTAÇÃO E A LISTA DE PRESENÇA, SERÃO PREVIAMENTE RUBRICADAS PELA MESA DIRETORA.

PARÁGRAFO ÚNICO - PODERÃO VOTAR OS REPRESENTANTES HABILITADOS DA ATUAL DIRETORIA E OS NOVOS REPRESENTANTES, SENDO O VOTO PESSOAL INTRANSFERÍVEL, VETADO POR MEIO DE PROCURAÇÃO.

Artigo 9º. A VOTAÇÃO SERÁ SECRETA PARA OS CARGOS DE PRESIDENTE, VICE-PRESIDENTE, SECRETÁRIO EXECUTIVO, ONDE OS VOTOS SERÃO DEPOSITADOS EM URNA ESPECÍFICA PRÓPRIA, E A POSTERIOR APURAÇÃO DOS VOTOS SERÁ REALIZADA PELA MESA DIRETORA E

PARÁGRAFO ÚNICO - COM RESSALVA DE QUE É RECOMENDADO ALTERNÂNCIA ENTRE SOCIEDADE CIVIL E GOVERNAMENTAL A CADA NOVA ELEIÇÃO.

ARTIGO 10º - PROCEDER-SE-Á ELEIÇÃO NO PRIMEIRO ESCRUTINIO, QUE EXIGE PARA DECLARAR VENCEDORA A ENTIDADE QUE OBTIVER MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS DO CONSELHO; CASO NENHUM REPRESENTANTE OBTENHA A MAIORIA ABSOLUTA NO PRIMEIRO ESCRUTINIO IMEDIATAMENTE REALIZAR-SE-A O SEGUNDO ESCRUTINIO, PARA O QUAL É NECESSÁRIO MAIORIA RELATIVA.

ARTIGO 11 AO TERMINO DA APURAÇÃO DOS VOTOS SERÁ LAVRADA A ATA COM OS RESULTADOS FINAIS, QUE DEVERÁ SER ASSINADA PELA MESA DIRETORA E DEMAIS PRESENTES.

Artigo 12. APÓS ENCERRADO OS TRABALHOS DE VOTAÇÃO O REPRESENTANTE ATUAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITOS DO IDOSO PROCLAMARÁ O RESULTADO FINAL LEVANDO DE IMEDIATO AO CONHECIMENTO DO PREFEITO PARA QUE ele TOME AS DEVIDAS PROVIDENCIAS PARA ELABORAÇÃO DO DECRETO MUNICIPAL DE NOMEAÇÃO DOS MEMBROS representantes das entidades governamentais e não-governamentais PARA A GESTÃO DO PRÓXIMO BIÊNIO, POSTERIOR SANÇÃO E PUBLICAÇÃO DO MESMO no prazo máximo de 20(vinte) dias após a realização do fórum que as elegeu.

§ 1º APÓS 05 (CINCO) DIAS DA DATA DA ELEIÇÃO, DEVERÁ SER PUBLICADO O RESULTADO DAS ELEIÇÕES ATRÁVES DA MUNICIPALIDADE E EM JORNAL DE CIRCULAÇÃO LOCAL;

§ 2º CONCLUÍDO O PROCESSO DE ESCOLHA DOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL INDICAÇÃO DOS REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS, TODO O CONSELHO SERÁ EMPOSSADO PELO PREFEITO, PARA O EXERCÍCIO DO PRÓXIMO BIÊNIO.

Artigo 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 14. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Campos Novos, 01 de abril de 2019

Rita de Cassia Stefanos Silvestrin Zoldan

Presidente do CMDI

PORTARIA Nº 33/2019

Publicação Nº 1967837

Portaria Nº 33/2019

EXONERA A SENHORA JUSEMARA MEIRA FRANZEN DO CARGO EM COMISSÃO DE OPERADORA DE CENTRAL TELEFÔNICA - OC DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS/SC.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a senhora JUSEMARA MEIRA FRANZEN, brasileira, casada, inscrita sob RG nº 3.711.202 - SSP/SC expedida em 10/04/2012 e CPF nº 026.265.779-10, do cargo em Comissão de Operadora de Central Telefônica - OCT - 01, da Câmara Municipal de Vereadores de Campos Novos, a partir desta data.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário

Campos Novos, 01 de Abril de 2019.

Darcy Rodrigo Pedroso

Presidente da Mesa

PORTARIA Nº 34/2019

Publicação Nº 1967840

Portaria Nº 34/2019

CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA ANA CARLA WOLFF LOPES.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, no uso de suas atribuições legais e com fundamentos no art. 65 do Regimento Interno e art. 58 da LOM

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder 20(vinte) dias de férias que detém a funcionária ANA CARLA WOLFF LOPES, referente ao período aquisitivo de 19/03/2018 à 18/03/2019, a contar de 01/04/2019.

Art. 2º. Ficam indenizadas 10(dez) dias das férias da servidora ANA CARLA WOLFF LOPES, ocupante do cargo de Assessora Administrativa

da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º. Caberá ao departamento competente o registro na ficha funcional do servidor das anotações decorrentes deste Ato.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Campos Novos, 01 de Abril de 2019.

Darcy Rodrigo Pedroso
Presidente da Mesa

SAMAE - CAMPOS NOVOS

PORTARIA 71/2019

Publicação Nº 1968029

PORTARIA SAMAE CNO 071/2019, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

O Diretor do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Campos Novos – SC, no uso de suas atribuições:

RESOLVE

CONCEDER adicional de motorista à servidora IRENE ALVES DE CASTRO, Auxiliar de Operações, Padrão 3.1.E, no período de 01/04/2019 à 30/04/2019, durante as férias do servidor Denis Francisco de Assis.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE

Alexandre Kunen
Diretor do SAMAE

Canelinha

PREFEITURA

PREGAO PRESENCIAL 017/FMS/2019

Publicação Nº 1968988

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial 017/FMS/2019

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição de veículos 0 km, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Canelinha, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 11 de abril de 2019, às 14:30hrs. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 29 de março de 2019. Maria Jucélia Grippa Souza – Secretária de Saúde.

PREGÃO PRESENCIAL 016/FMS/2019

Publicação Nº 1968983

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial 016/FMS/2019

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à contratação de horas de serviços mecânicos, torno, solda e serviços elétricos, com o fornecimento de peças conforme a necessidade, para manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos do Fundo Municipal de Saúde, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 11 de abril de 2019, às 08:30hrs. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 29 de março de 2019. Maria Jucélia Grippa Souza – Secretária de Saúde.

PREGÃO PRESENCIAL 076/PMC/2019

Publicação Nº 1969054

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial 076/PMC/2019

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a contratação de 50 horas de serviços do Programa Acessuas Trabalho, para 100 usuários da Secretaria Municipal de Assistência Social e da Cidadania de Canelinha, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas no Edital. DATA DE ABERTURA: 16 de abril de 2019, às 08h30min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 01 de abril de 2019 – Maria Bernadete T. Orsi – Secretaria de Assistência Social e da Cidadania

PREGÃO PRESENCIAL 078/PMC/2019

Publicação Nº 1968995

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Presencial 078/PMC/2019

OBJETO: O presente pregão tem por objeto, a aquisição de materiais Escolar e Expediente para manutenção dos programas e projetos do CRAS do Fundo de Assistência Social do Município de Canelinha SC; de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 12 de abril de 2019, às 10h00min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 01 de abril de 2019 – Maria Bernadete T. Orsi – Secretaria de Assistência Social e da Cidadania

PREGÃO PRESENCIAL 080/PMC/2019

Publicação N° 1969002

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 080/PMC/2019

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de mão de obra, com todos os equipamentos necessários para manutenção preventiva e corretiva da rede de iluminação pública do Município de Canelinha, conforme condições previstas no Edital. DATA DE ABERTURA: 12 de abril de 2019, às 08h30min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 01 de abril de 2019 – Jose Benevenuto – Secretário de Transportes, Obras e Serviços Urbanos

PREGÃO PRESENCIAL 081/PMC/2019

Publicação N° 1969006

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 081/PMC/2019

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, a aquisição de uma Retroescavadeira para uso da Secretaria de Desenvolvimento, Agricultura, Meio Ambiente, Habitação e Turismo de Canelinha – SC; de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos e nas condições previstas neste Edital. DATA DE ABERTURA: 17 de abril de 2019, às 08h30min. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cartório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br. Canelinha/SC, 01 de abril de 2019 – Thiago Vinicius Leal – Secretário de Desenvolvimento, Agricultura, Meio Ambiente, Habitação e Turismo

Canoinhas

PREFEITURA

DECRETO Nº 071/2019

Publicação Nº 1967638

DECRETO Nº. 071/2019

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL ATRAVÉS DO SUPERÁVIT FINANCEIRO"

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e com o Artigo 16 da Lei 6.328 de 19/12/2018 – LOA, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Fica aberto CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento Geral da Prefeitura, para o exercício de 2019, o valor de R\$ 294.818,79 (duzentos e noventa e quatro mil, oitocentos e dezoito reais e setenta e nove centavos), com a seguinte classificação institucional:

I)

Órgão 15: FUNREBOMPM de Canoinhas

Unidade 15.01: FUNREBOM de Canoinhas

Função 6: Segurança Pública

Subfunção 181: Policiamento

Programa 15: Segurança Pública Eficiente

Proj./Ativ. 2.030 – Ações do FUNREBOM

3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 200.000,00

Recursos 30040 – Rec. Ord. Txs FUNREBOM CB – Superávit

II)

Órgão 15: FUNREBOMPM de Canoinhas

Unidade 15.01: FUNREBOM de Canoinhas

Função 6: Segurança Pública

Subfunção 181: Policiamento

Programa 15: Segurança Pública Eficiente

Proj./Ativ. 2.030 – Ações do FUNREBOM

4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas 94.818,79

Recursos 30040 – Rec. Ord. Txs FUNREBOM CB – Superávit

Art. 2º - Para suporte do Crédito Adicional de que trata o artigo anterior deste decreto, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o valor de R\$ 294.818,79 (duzentos e noventa e quatro mil, oitocentos e dezoito reais e setenta e nove centavos), por conta do superávit financeiro apurado por fonte de recurso, no exercício 2018, conforme anexo e tabela a seguir:

Tabela 1 – Quadro demonstrativo por fonte de recurso

10040	Rec. Ord. Txs FUNREBOM CB	237.757,39
30040	Rec. Ord. Txs FUNREBOM CB - Superávit	57.061,40
TOTAL		294.818,79

Fonte: SMAFO/2018

Art. 3º – As unidades monetárias deste Decreto estão mensuradas em valores correntes e em Reais (R\$).

Art. 4º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º – Revogam-se as disposições contrárias.

Canoinhas/SC, 29 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 29/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

DECRETO Nº 072/2019

Publicação Nº 1967637

DECRETO Nº. 072/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o que dispõe a lei 1.601/81 que dispõe sobre a criação e funcionamento do terminal rodoviário municipal e dá outras providências;

CONSIDERANDO o decreto 051/1981, que regulamentou o funcionamento do Terminal Rodoviário;

CONSIDERANDO o que prevê os artigos 59 e 39, parágrafo único do decreto 051/81, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - A partir de 01/04/2019, o serviço de guarda volume passará a custar R\$ 2,00.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº 30/2019 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO

Publicação Nº 1968607

EDITAL Nº. 30/2019

CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO PREVISTO NO EDITAL Nº 001/2018/PMC.

A Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público previsto no Edital nº 001/2018/PMC.

Considerando a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos previsto no Edital nº 001/2018/PMC.

Considerando a disponibilidade de vagas no quadro de pessoal do Poder Executivo Municipal e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

1. Convocar, para aceite da vaga e nomeação para posse de cargo público, os candidatos aprovados no Concurso Público previsto no Edital nº 001/2018/PMC a comparecerem no Departamento Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, situado na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas/SC, no prazo de 15 (quinze) dias, no horário das 8:00 horas às 12:00 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, para apresentação dos documentos indicados a seguir (cópia autenticada ou somente cópia, conforme especificado), destinados à deflagração do processo pré-admissional e posterior, caso preenchidos todos quesitos, encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional:

- a) Cédula de Identidade (RG) (ORIGINAL E CÓPIA);
- b) CPF (Cadastro de Pessoas Físicas) (ORIGINAL E CÓPIA);
- c) Comprovante de regularidade de inscrição no CPF (Receita Federal ou pelo site www.receita.fazenda.gov.br);
- d) Título de Eleitor e comprovante de estar quite com as obrigações eleitorais; (ORIGINAL E CÓPIA);
- e) Certificado de Reservista, Dispensa de Incorporação ou comprovante de alistamento militar, se do sexo masculino (ORIGINAL E CÓPIA);
- f) Certidão de Nascimento ou Casamento, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- g) Certidão de Nascimento de filhos menores de 21 anos, se for o caso (ORIGINAL E CÓPIA);
- h) Comprovante de escolaridade e ou habilitação exigida para o cargo;
- i) Comprovante de inscrição no respectivo Conselho Profissional, se for o caso;
- j) Certidão negativa criminal fornecida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- k) Declaração de bens que constituem seu patrimônio;
- l) Declaração de que não acumula cargo, emprego ou função pública, ou na hipótese de acúmulo legal, contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal, declaração de acúmulo legal de cargos, à qual anexará informação dos horários e distribuição de suas atividades emitida pelo respectivo órgão;
- m) Certidão Negativa do PIS/PASEP (Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil);
- n) 1 Fotografia 3X4 recente;
- o) Comprovante de residência atual (CÓPIA);
- p) Comprovante de abertura de conta corrente junto ao Banco Bradesco, contendo a agência e o número da conta, para crédito de salário;
- q) Extrato previdenciário de contribuição (CNIS – Cadastro Nacional de Informações Sociais, sem remuneração) solicitar junto ao INSS.

2. O não comparecimento dos candidatos ora convocados no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório, ou, ainda, a não apresentação de todos os originais e cópias autenticadas dos documentos supracitados, acarretará sua automática e definitiva eliminação do processo, com a consequente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

3. Ficam, os candidatos, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada por profissional médico em local, dia e horário a serem designados pelo Departamento de Pessoal.

3.1. O exame médico é eliminatório, sendo excluído do Concurso Público os candidatos que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do cargo público.

3.2. Durante a avaliação de capacidade física e mental, poderão ser solicitados exames complementares, a critério do profissional médico designado pelo Poder Executivo para realização do exame pré-admissional.

4. Os candidatos, convocados por este Edital, caso não apresentem ao Departamento Pessoal a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido no item 1, perderão automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

5. Os casos omissos serão resolvidos conjuntamente pelo Departamento de Pessoal da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento e Departamento Jurídico.

Canoinhas/SC, 01 de abril de 2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

EDITAL Nº 30/2019
Anexo I
CANDIDATO CONVOCADO

CARGO: ELETRICISTA
Nome: Patrick Tobias Badaz

CARGO: ASSISTENTE TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Nome: Célio Galante
Nome: Letícia Amora Kondageski

CARGO: PSICÓLOGO
Nome: Fidel Vinícius Machado Padilha

PORTARIA Nº 204/2019

Publicação Nº 1968609

PORTARIA Nº 204/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais da profissional JAQUELINE DE OLIVEIRA LIMA, que exerce o cargo de Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Saúde, retornando suas atividades a partir do dia 01/03/2019, Conforme Comunicação Interna nº 104/DP/2019.

Art. 2º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais do profissional CÉLIO GALESKI, efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Habitação, retornando suas atividades a partir do dia 01/03/2019, Conforme Comunicação Interna nº 077A/DP/2019.

Art. 3º - Fica concedida Licença Para Exercer Mandato Eletivo, ao servidor CÉLIO GALESKI, efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Habitação, a partir de 01/03/2019, artigo 85 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, conforme Comunicação Interna nº 077A/DP/2019.

Art. 4º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais do profissional OSMAR OLESKOVICZ, efetivo no cargo de Professor de Matemática, 10 horas, na EBM Dr. Aroldo Carneiro de Carvalho, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 01/03/2019, permanecendo no cargo de Secretário Municipal da Educação, nomeado pela Portaria nº 120/2017, Conforme Comunicação Interna nº 077A/DP/2019.

Canoinhas/SC, 28 de fevereiro de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/02/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 325/2019

Publicação Nº 1967636

PORTARIA Nº. 325/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a GISLAINE GARRETT PAZDA, contratada no cargo de Professor de Educação Física ACT, na EBM Dr Aroldo Carneiro de Carvalho, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 18/03/2019, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições, competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, conforme Comunicação Interna nº 272/DP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 326/2019

Publicação Nº 1967635

PORTARIA Nº. 326/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º - Rescindir o contrato de trabalho da servidora JULIANE ALVES FERREIRA, contratada no cargo de Servente, 40 horas, na EBM Maria Isabel de Lima Cubas, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 271/SME/2019.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 327/2019

Publicação Nº 1967634

PORTARIA Nº. 327/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 54 (cinquenta e quatro) dias de Licença Prêmio ao servidor ADRIANO DOS SANTOS, efetivo no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, sendo 24 dias referente ao período aquisitivo de 2007/2012 e 30 dias referente ao período aquisitivo de 2012/2017, a desfrutar no período de 01/04/2019 a 24/05/2019, conforme Comunicação Interna nº 109/DP/2019.

Art. 2º - Ficam concedidos 74 (setenta e quatro) dias de Licença Prêmio ao servidor LUIS PAULO MAJESKI, efetivo no cargo de Professor de Matemática, 40 horas, na EBM Severo de Andrade, junto a Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo de 2008/2013, a desfrutar no período de 01/04/2019 a 13/06/2019, conforme Comunicação Interna nº 109/DP/2019.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 328/2019

Publicação Nº 1967633

PORTARIA Nº. 328/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, PATRICE DE CARVALHO MASSANEIRO, efetiva no cargo de Fonoaudiólogo, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 31/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 109/DP/2019.

Art. 2º - Fica exonerada, a pedido, BRUNA NEUMANN, contratada no cargo de Professor de Educação Infantil, no cargo de CEI Fernando Pessoa, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 29/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 109/DP/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 329/2019

Publicação Nº 1967630

PORTARIA Nº. 329/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias a servidora DAMARIS APARECIDA DE CASSIA KRUL PIRES, efetiva no cargo de Farmacêutico, junto a Secretaria Municipal de Saúde, conforme Comunicação Interna nº 109/DP/2019.

Art. 2º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias a servidora MARIANE DAMASO, efetiva no cargo de Orientador Social, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 25/03/2019 à 13/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 109/DP/2019.

Art. 3º - Ficam concedidos 20 (vinte) dias de Férias ao servidor EDNILSON DA SILVEIRA, efetivo no cargo de Técnico em Radiologia, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2018/2019, a desfrutar no período de 09/04/2019 à 28/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 109/DP/2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 22/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 330/2019

Publicação Nº 1967628

PORTARIA Nº 330/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e Lei Municipal nº 2.305/1990;

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de março de 2019, a servidora LILIANE TAÍS GROSSKOPF, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Planejamento, conforme Comunicação Interna nº 249/SMP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 331/2019

Publicação Nº 1967629

PORTARIA Nº 331/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas, artigo 66 da Lei Municipal nº 2.305 de 03/07/1990 e Decreto Municipal nº 140/2018;

RESOLVE

Art. 1º - Conceder Gratificação de Função de 30%, a partir de março de 2019, a servidora LILIANE TAÍS GROSSKOPF, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal de Planejamento, conforme Comunicação Interna nº 249/SMP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/03/2018.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 332/2019

Publicação Nº 1967625

PORTARIA Nº. 332/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIFICAR

Art. 1º - Fica retificado o artigo 2º da Portaria nº. 1230/2018, passando a vigor com a seguinte redação:

Art. 2º - Fica prorrogada a contratação de SIMONE DE FÁTIMA DE ALMEIDA FERREIRA, que exerce o cargo de Monitor de Educação Infantil, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 15/12/2018 a 27/04/2019, conforme comunicação interna nº 110/SME/2019.

Art. 2º - Ficam retificados os títulos das Portarias nº 207/2019 e nº 200/2019, passando a vigor com a seguinte redação:

NOMEAR

Art. 3º - Fica retificado o artigo 1º da Portaria nº. 115/2019, passando a vigor com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à LUCIANA APARECIDA MACIEL, efetiva no cargo de Servente feminino, junto a Secretaria Municipal de Educação, cuja licença será gozada no período de 01/02/2019 a 30/07/2019, conforme Comunicação Interna nº 275/SME/2019.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 22 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 22/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 333/2019

Publicação Nº 1967624

PORTARIA Nº. 333/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER FÉRIAS

Art. 1º - Ficam concedidos 15 (quinze) dias de Férias ao servidor ROMILDO SOARES, efetivo no cargo de Educador Social, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 2017/2018, a desfrutar no período de 10/04/2019 a 24/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 112/DP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 25/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 334/2019

Publicação Nº 1967622

PORTARIA Nº. 334/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 10 (dez) dias de Licença Prêmio ao servidor LUIS SÉRGIO MACHADO, efetivo no cargo de Motorista, junto a Secretaria Municipal de Saúde, referente ao período aquisitivo de 2012/2017, a desfrutar no período de 26/03/2019 a 04/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 112/DP/2019.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 335/2019

Publicação Nº 1967619

PORTARIA Nº. 335/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, RICARDO SOUZA DE OLIVEIRA, que exerce o cargo comissionado de Supervisor de Controle Interno, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, a partir de 31/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 112/DP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2019.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 336/2019

Publicação Nº 1967610

PORTARIA Nº. 336/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR APROVADOS PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Servente Feminino, a profissional LUCILENE CAMARGO MONTEGUTE, aprovada em hábil e competente concurso público Edital nº 001/2018, e convocada conforme Edital nº 19/2019, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, designada no ano letivo de 2019, para atuar na EBM Maria Izabel de Lima Cubas, iniciando suas atividades a partir de 01/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 278/SME/2019.

Art. 2º – Fica nomeada para exercer o cargo de Servente Feminino, a profissional MÁRCIA GOMES DOS SANTOS, aprovada em hábil e competente concurso público Edital nº 001/2018, e convocada conforme Edital nº 19/2019, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, designada no ano letivo de 2019, para atuar na EBM Alberto Wardenski, iniciando suas atividades a partir de 01/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 277/SME/2019.

Art. 3º – Fica nomeada para exercer o cargo de Assistente Técnico Administrativo, a profissional DAIANE CRISTINA MAISTER, aprovada em hábil e competente concurso público Edital nº 001/2018, e convocada conforme Edital nº 16/2019, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, designada no ano letivo de 2019, para atuar no GEM Ney Pacheco de Miranda Lima, CEI Emília Ferreiro e CEI Fernando Pessoa, iniciando suas atividades a partir de 01/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 276/SME/2019.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2019.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 338/2019

Publicação Nº 1967577

PORTARIA Nº. 338/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora SANDRA MARIA DOS SANTOS HEIDEN, efetiva no cargo de Professor de Anos Iniciais, junto à Secretaria Municipal de Educação, no período de 02/04/2019 a 01/06/2019, conforme Comunicação Interna nº 280/DP/2019 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de março de 2019.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 339/2019

Publicação Nº 1967571

PORTARIA Nº. 339/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação de JURACI GRITENS DOS SANTOS, contratada no cargo de Professor de Anos Iniciais, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 02/04/2019 a 31/05/2019, conforme comunicação interna nº 282/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 25 de março de 2019.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 25/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 340/2019

Publicação Nº 1967567

PORTARIA Nº. 340/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a FABIANE APARECIDA COLAÇO, que exerce o cargo de Monitor de Educação Especial, na EBM Dr Aroldo Carneiro de Carvalho, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 22/03/2019, sendo que a partir do 16º dia do afastamento de suas atribuições, competirá ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, conforme Comunicação Interna nº 279/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de março de 2019.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 342/2019

Publicação Nº 1967564

PORTARIA Nº. 342/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 87 da Lei 2.305 de 03/07/1990, resolve:

PRORROGAR AUXÍLIO DOENÇA

Art. 1º - Fica prorrogado o Auxílio Doença da servidora JAQUELINE DE OLIVEIRA LIMA, que exerce o cargo comissionado de Chefe de Setor, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a partir 25/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 113/DP/2019 e atestado médico.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 343/2019

Publicação Nº 1967560

PORTARIA Nº. 343/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o artigo 66, inciso VI, da Lei Orgânica do Município, resolve:

AUTORIZAR

Art. 1º - Fica autorizada ANDRÉA NIEDZIELSKI, que exerce o cargo de Diretor de Projetos Educacionais, junto a Secretaria Municipal de Educação, a conduzir veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Canoinhas, conforme Comunicação Interna nº 020/SME/2019.

Art. 2º - Fica autorizada ELCIA APARECIDA CHIMANGOSEVSKI GEVIESKI, que exerce o cargo de Diretor de Projetos Educacionais, junto a Secretaria Municipal de Educação, a conduzir veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Canoinhas, conforme Comunicação Interna nº 021/SME/2019.

Art. 3º - Fica autorizado JOSÉ CARVALHO JUNIOR, que exerce o cargo de Diretor de Recursos Humanos, junto a Secretaria Municipal de Educação, a conduzir veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Canoinhas, conforme Comunicação Interna nº 022/SME/2019.

Art. 4º - Fica autorizada TAYNE BADAZ, que exerce o cargo de Encarregado da Merenda, junto a Secretaria Municipal de Educação, a conduzir veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Canoinhas, conforme Comunicação Interna nº 019/SME/2019.

Art. 5º - Fica autorizado NIVALDO ANTONIO LACHMANN JUNIOR, que exerce o cargo de Chefe de Setor, junto a Secretaria Municipal de Educação, a conduzir veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Canoinhas, conforme Comunicação Interna nº 016/SME/2019.

Art. 6º - Fica autorizado ELZIO JOSÉ DO PRADO, que exerce o cargo de Supervisor III, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, a conduzir veículos oficiais da Prefeitura Municipal de Canoinhas, conforme Comunicação Interna nº 021/SEMAS/2019.

Art. 7º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 345/2019

Publicação Nº 1967557

PORTARIA Nº. 345/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66 da Lei Orgânica do Município e art. 106 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO

Art. 1º - Ficam concedidos 18 (dezoito) dias de Licença Prêmio a servidora MARIA DE LOURDES KAMINSKI FALKEWICZ, efetiva no cargo de Pedagogo, 40 horas, na EBM Severo de Andrade, junto a Secretaria Municipal de Educação, sendo 3 dias referente ao período aquisitivo de 2004/2009 e 15 dias referente ao período aquisitivo de 2009/2014, a desfrutar no período de 01/04/2019 a 18/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 114/DP/2019.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 346/2019

Publicação Nº 1967554

PORTARIA Nº. 346/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, FABIANE BONIN GRAF, efetiva no cargo de Psicólogo, junto a Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 27/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 114/DP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 347/2019

Publicação Nº 1967431

PORTARIA Nº. 347/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

RETIRAR

Art.1º. Fica retirada, a partir de março de 2019, a Gratificação de Função de 30%, concedido a servidora GRISELLE ADRIANA MORANT, efetiva no cargo de Agente Administrativo, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Turismo, conforme Comunicação Interna nº 075/SMAFO/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 348/2019

Publicação Nº 1967535

PORTARIA Nº. 348/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Servente Feminino, a profissional LUCIANE KAMINSKI, aprovada em hábil e competente concurso público Edital nº 001/2018, e convocada conforme Edital nº 19/2019, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, designada no ano letivo de 2019, para atuar no CEI Pedro Ivo Olescovicz, iniciando suas atividades a partir de 01/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 283/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 349/2019

Publicação Nº 1967529

PORTARIA Nº. 349/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho da servidora PETRONILA GURZYNSKI OLISKOWSKI, que exerce o cargo de Professor de Ciências, na EBM Presidente Castelo Branco e EBM Severo de Andrade, e passará a atuar na EBM Achilles Pazda, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 01/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 266/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 350/2019

Publicação Nº 1967520

PORTARIA Nº. 350/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 100 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER LICENÇA POR MOTIVO DE
DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 1º - Ficam concedidos 30 (trinta) dias de Licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora ROSANGELA TRINOSKI CUSTÓDIO, efetiva no cargo de Servente, 40 horas, no CEI Pedro Ivo Olescovicz junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 26/03/2019 a 24/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 115/DP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 351/2019

Publicação Nº 1967515

PORTARIA Nº. 351/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 100 da Lei nº. 2.305 de 03/07/1990, resolve:

PRORROGAR LICENÇA POR MOTIVO DE
DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Art. 1º - Fica prorrogado por 30 (trinta) dias a Licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora ROSANGELA TRINOSKI CUSTÓDIO, efetiva no cargo de Servente, 40 horas, no CEI Pedro Ivo Olescovicz junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 25/04/2019 a 24/05/2019, conforme Comunicação Interna nº 115/DP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 352/2019

Publicação Nº 1967511

PORTARIA Nº. 352/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR MEMBROS DA COMISSÃO DE ESTUDO, ANÁLISE E ALTERAÇÃO DO ESTATUTO DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CANOINHAS

Art. 1º - Ficam nomeados os membros da Comissão de Estudo, Análise e Alteração do Estatuto dos Servidores Municipais de Canoinhas, os seguintes servidores:

I. Andreia Fontana Kauva;

II. Bianca Roberta Coser Neppel;
III. Célio Galeski;
IV. Diogo Carlos Seidel;
V. José Carlos Herbst;
VI. Morgana Dirschnabel Lessak;
VII. Osmar Olescovicz
VIII. Zenici Dreher Herbst.

Representantes do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Canoinhas:

I. Lucia Sueli Brzozowski;
II. Luciane Wagner de Miranda.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 353/2019

Publicação Nº 1967508

PORTARIA Nº. 353/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

DESIGNAR

Art. 1º - Fica designada a servidora CLAUDIA SCHIESSL, que exerce o cargo de Chefe de Setor Finanças, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, para substituir a titular ocupante do cargo de Coordenador do PROCON, no período de 01/04/2019 a 22/04/2019, conforme Ofício nº 07/PROCON/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 26/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 354/2019

Publicação Nº 1967503

PORTARIA Nº. 354/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, e artigo 92 da Lei 2.305 de 03/07/90, resolve:

CONCEDER LICENÇA GESTAÇÃO

Art. 1º - Fica concedida Licença Gestação à ROSELANE LEITE, efetiva no cargo de Servente, junto a Secretaria Municipal de Saúde, cuja licença será gozada no período de 23/03/2019 a 18/09/2019, conforme Comunicação Interna nº 118/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 27 de março de 2019.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 27/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 355/2019

Publicação Nº 1967501

PORTARIA Nº. 355/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, LUCINEIA FERNANDES DOS SANTOS, efetiva no cargo de Professor de Educação Infantil, 40 horas, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01/04/2019, permanecendo 20 horas na EBM Benedito Therezio de Carvalho, no período vespertino, conforme Comunicação Interna nº 118/DP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 26 de março de 2019.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 26/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 356/2019

Publicação Nº 1967497

PORTARIA Nº. 356/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho do servidor MARCIO JOSÉ GONZAGA TAVARES, que exerce o cargo de Fiscal de Obras, na Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, e passará a atuar junto ao DETRACAN, a partir do dia 28/03/2019, conforme Comunicação Interna nº 046/SMODU/2019.

Art. 2º - Fica alterado o local de trabalho da servidora EDINARA SOARES DE SOUZA, que exerce o cargo de Servente Feminino, no CEI Nathan Zugmann e passará a atuar no CEI Pedro Ivo Olescovicz, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir do dia 01/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 284/SME/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de março de 2019.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, em 28/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 357/2019

Publicação Nº 1967493

PORTARIA Nº. 357/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Servente Feminino, a profissional ZELINDA SILVESTRE, aprovada em hábil e competente concurso público Edital nº 001/2018, e convocada conforme Edital nº 19/2019, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, designada no ano letivo de 2019, para atuar no CEI Nathan Zugmann, iniciando suas atividades a partir de 01/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 291/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 358/2019

Publicação Nº 1967488

PORTARIA Nº. 358/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Servente Feminino, a profissional MARCIA CORRÊA DE MELLO, aprovada em hábil e competente concurso público Edital nº 001/2018, e convocada conforme Edital nº 19/2019, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, designada no ano letivo de 2019, para atuar na EBM Guilhermina Maria da Veiga Ferreira, iniciando suas atividades a partir de 01/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 296/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 359/2019

Publicação Nº 1967480

PORTARIA Nº. 359/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE

Art.1º. Fica substituída a Gratificação de Função de 30%, concedido à servidora CAMILA MACHADO DOS SANTOS MELO, que exerce o cargo de Coordenador de Controle Interno, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento, para Adicional de Tempo

Integral de 30%, a partir de março de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 360/2019

Publicação Nº 1967477

PORTARIA Nº 360/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, da Lei Orgânica do Município de Canoinhas e Lei Municipal nº 2.305/1990;

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedido adicional de tempo integral de 30%, a partir de 22 de março de 2019, a servidora ELCIA APARECIDA CHIMANGO-SEWSKI GEVIESKI, que exerce o cargo de Diretor de Projetos Educacionais, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme Comunicação Interna nº 273/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA Nº 361/2019

Publicação Nº 1967464

PORTARIA Nº. 361/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

NOMEAR APROVADO PELO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 1º – Fica nomeada para exercer o cargo de Servente Feminino, a profissional ELAINE APARECIDA AMARAL, aprovada em hábil e competente concurso público Edital nº 001/2018, e convocada conforme Edital nº 19/2019, 40 horas semanais, período matutino e vespertino, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, designada no ano letivo de 2019, para atuar no GEM Frei Fabiano Gadzinski, iniciando suas atividades a partir de 01/04/2019, conforme Comunicação Interna nº 297/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA N° 362/2019

Publicação N° 1967470

PORTARIA N°. 362/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, art. 89 da Lei 2.305 de 03/07/1990, Lei Municipal 3.135 de 31/03/2000 e Lei Federal 8.213/1991, resolve:

DETERMINAR RETORNO ÀS ATIVIDADES FUNCIONAIS

Art. 1º - Fica determinado o retorno às atividades funcionais do profissional NELSON DA FONSECA, efetivo no cargo de Servente Masculino, junto a Secretaria Municipal de Obras e Desenvolvimento Urbano, a partir de 27/03/2019, Conforme Comunicação Interna nº 119/DP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA N° 363/2019

Publicação N° 1967459

PORTARIA N°. 363/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Art. 1º - Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde a CINTIA CLARA NOJIECOSKI KOTELAK, efetiva no cargo de Professor de Educação Infantil, no CEI Fernando Pessoa, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 26/03/2019 a 24/05/2019, conforme Comunicação Interna nº 295/SME/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 28 de março de 2019.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 28/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK

Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PORTARIA N° 364/2019

Publicação N° 1967452

PORTARIA N°. 364/2019

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º - Fica exonerada, a pedido, CHRISTIANNE BUCHMANN, efetiva no cargo de Fonoaudiólogo, junto a Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31/03/2019, por motivo de aposentadoria junto ao ICPREV, conforme Portaria nº 012/2019 – ICPREV e Comunicação Interna nº 120/DP/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 29 de março de 2019.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 29/03/2019.

MORGANA DIRSCHNABEL LESSAK
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Orçamento

PUBLICAÇÃO DA ATA DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇO TOMADA DE PREÇO Nº PMC 19/2018

Publicação Nº 1967412

ATA DA REUNIÃO RELATIVA AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº PMC 188/2018, MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº PMC 19/2018, QUE TEM POR OBJETO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR REVISÃO DO PLANO DIRETOR E ELABORAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS.

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março do ano de 2019, às 16h00min, no edifício da Prefeitura do Município de Canoinhas, SC, situada na Rua Felipe Schmidt, nº 10, Centro, Canoinhas, reuniu-se a Comissão de Licitação, formada pelo Sr. Adilson Fernando Ribeiro, Sr. Maurício Afonso Sobczak, Sr. José Carlos Herbst e a Sra. Andreia Fontana Kauva, nomeados pela Portaria nº 120/2019, sob a Presidência do primeiro, a fim de proceder a abertura das propostas das empresas habilitadas no certame (conforme previsto na ata publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina DOM/SC do dia 21/03/2019 e site do município <http://www.pmc.sc.gov.br>, no dia 20/03/2019), qual seja: URBTEC TM – ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA - EPP, sem representante presente. Primeiramente foi verificada a inviolabilidade das propostas, as quais estavam acondicionadas em um envelope maior o qual estava devidamente lacrado e rubricado. Aberto o envelope maior verificou-se que no interior do mesmo encontravam-se os envelopes de propostas das empresas CONSÓRCIO VERTRAG e ETHOS e URBTEC TM – ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA – EPP, os quais, da mesma forma, estavam devidamente lacrados e rubricados. Passou-se então a abertura das propostas das licitantes HABILITADAS. Aberta a proposta de preço, o valor global para execução dos serviços ficou: empresa URBTEC TM – ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA – EPP, com o valor global de R\$ 525.000,00. Utilizando a fórmula do edital $NF = (0,70 \times NT) + (0,30 \times NP)$, temos que a nota final é: empresa URBTEC TM – ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA – EPP nota final 82,64. A Comissão de licitação declarou vencedora do certame a empresa URBTEC TM – ENGENHARIA, PLANEJAMENTO E CONSULTORIA LTDA – EPP, com a nota final de 82,64 pontos. A Comissão de Licitação abre o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta, para interposição de possíveis recursos quanto ao julgamento da proposta de preço. E, nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata, a qual depois de lida e achada conforme, vai assinada pela Comissão de Licitação.

Adilson Fernando Ribeiro Mauricio Afonso Sobczak José Carlos Herbst Andreia Fontana Kauva
Presidente Secretário Membro Membro

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N. FMS 20/2019

Publicação Nº 1967376

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 20/2019

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FMS 10/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 08/2019

Data de assinatura: 29/03/2019

Contratada: COOPERATIVA DE ESPECIALIDADES MEDICAS DE TRABALHO DE SANTA CATARINA, inscrita no CNPJ sob n.º 10.922.137/0001-57

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU ENTIDADE ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PESSOAL NA ÁREA MÉDICA EM REGIME DE SOBREAVISO, 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, TODOS OS DIAS DO ANO, PARA ATUAREM NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL (UPA - 24 HORAS) E NO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS (HSCC), NA ESPECIALIDADE DE CLÍNICA MÉDICA.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, inscrito no CNPJ Sob n.º 11.206.680/0001-10

Do valor: R\$ 268.971,09 (duzentos e sessenta e oito mil novecentos e setenta e um reais e nove centavos).

Vigência: 01/04/2019 a 31/12/2019

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N. FMS 21/2019

Publicação Nº 1967378

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 21/2019

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FMS 12/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 10/2019

Data de assinatura: 29/03/2019

Contratada: CLINICA CANOINHENSE DE CANCEROLOGIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob n.º 11187022.0001-29
Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU ENTIDADE ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PESSOAL NA ÁREA MÉDICA EM REGIME DE SOBREAVISO, 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, TODOS OS DIAS DO ANO, PARA ATUAREM NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL (UPA - 24 HORAS) E NO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS (HSCC), NA ESPECIALIDADE DE CIRURGIA GERAL.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, inscrito no CNPJ Sob n.º 11.206.680/0001-10

Do valor: R\$ 280.274,50 (duzentos e oitenta mil duzentos e setenta e quatro reais).

Vigência: 01/04/2019 a 31/12/2019

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N. FMS 22/2019

Publicação Nº 1967380

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º FMS 22/2019

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº FMS 23/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 19/2019

Data de assinatura: 29/03/2019

Contratada: CENTRO DE NEUROCIRURGIA E NEUROLOGIA DO PLANALTO, inscrita no CNPJ sob n.º 227802700001-03

Objeto Contratado: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU ENTIDADE ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM PESSOAL NA ÁREA MÉDICA EM REGIME DE SOBREAVISO, 24 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, TODOS OS DIAS DO ANO, PARA ATUAREM NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL (UPA - 24 HORAS) E NO HOSPITAL SANTA CRUZ DE CANOINHAS (HSCC), NA ESPECIALIDADE DE NEUROCIRURGIA.

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANOINHAS, inscrito no CNPJ Sob n.º 11.206.680/0001-10

Do valor: R\$ 263.865,00 (duzentos e sessenta e três mil oitocentos e sessenta e cinco reais)

Vigência: 01/04/2019 a 31/12/2019

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N. PMC 41/2019

Publicação Nº 1967372

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 41/2019

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. PMC 34/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº PMC 19/2019

Data de assinatura: 29/03/2019

Contratada: MALLON & CIA LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob nº 83189605/0001-08

Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS TIPO PICK- UP, NOVOS, ZERO KM.

Contratante: MUNICIPIO DE CANOINHAS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 144.000,00 (cento e quarenta e quatro mil reais)

Vigência: 29/03/2019 a 30/06/2019

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

Gilberto dos Passos

Prefeito

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO N. PMC 42/2019

Publicação N° 1967373

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N.º PMC 42/2019

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. PMC 34/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° PMC 19/2019

Data de assinatura: 29/03/2019

Contratada: MALLON CONCESSIONARIA DE VEICULOS COMERCIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 81648115000512

Objeto Contratado: AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) CAMINHÕES TOCO BASCULANTE.

Contratante: MUNICIPIO DE CANOINHAS, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.384/0001-80.

Do valor : R\$ 741.000,00 (setecentos e quarenta e um mil reais)

Vigência: 29/03/2019 a 30/06/2019

A íntegra do contrato encontra-se disponível no site www.pmc.sc.gov.br

Gilberto dos Passos

Prefeito

Capão Alto

PREFEITURA

PORTARIA Nº 001/2019 - FÉRIAS SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1967377

PORTARIA Nº 001/2019

TITO PEREIRA DE FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve Conceder férias de 30 dias aos seguintes servidores:

1-ACIR SOLON TRÍPOLI, Matrícula nº516, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

2-ADAIR DOS SANTOS MOREIRA, Matrícula nº1159, Diretor de esportes, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

3-ANGELITA DAS GRAÇAS DE SOUZA CORREA, Matrícula nº127, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

4-APOLIANA ORTIZ RIBEIRO, Matrícula nº1066, agente de conservação e manutenção, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

5-ADRIANA MACEDO, Matrícula nº186, Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

6-ALFEU LUIZ DE LIMA, Matrícula nº327, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

7-ALLAN PYERRE RAMOS DA SILVA, Matrícula nº1071, operador de serviços gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

8-ANDREA APARECIDA DOS SANTOS ROSA, Matrícula nº125, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

9-ANDREIA CRISTINA VARELA, Matrícula nº178, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

10-ANDREI JULIANO MEDEIROS, Matrícula nº1240, motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

11-ANA CRISTINA MUNIZ PEREIRA, Matrícula nº1233, Merendeira lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

12-ANA PATRICIA DE JESUS, Matrícula nº1056, auxiliar de educação infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

13-BEATRIZ ANTUNES DE SOUZA, Matrícula nº314, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

14-CARMEM LUCIA DA SILVA BUCK, Matrícula nº437, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 29/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018

15-CARLOS EDUARDO RIBEIRO KREBS, Matrícula nº1243, motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

16-CLEONICE IVANI DAL ZOT RECH, Matrícula nº1230, Monitora de transporte escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

17-CRISTIANE DAS GRAÇAS CORREA DA SILVA, Matrícula nº430, Gerente de documentos, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

18- DAYSE DANYELLE NETO BURIGO, Matrícula nº337, professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

19-DAILANE DA SILVA, Matrícula nº1039, Auxiliar de Educação Infantil, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no período

de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

20-DEISE POSSAMAI DELLA RECH, Matrícula nº1031, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

21-DIANA DE FÁTIMA HECK PEREIRA, Matrícula nº1229, merendeira, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

22-DIVINA MARGARETE R. DO AMARANTE KUSTER, Matrícula nº315, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

23-EDELU CRUZ DA SILVA OLIVEIRA, Matrícula nº1106, Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

24-ELZA HELENA TARUN DE OLIVEIRA BITENCORT, Matrícula nº316, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

25-FABRICIO SOUZA DE OLIVEIRA, Matrícula nº977, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

26-FRANCISCO DE ASSIS MEDEIROS, Matrícula nº25, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

27-FERNANDA APARECIDA MORAES, Matrícula nº176, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

28-FELIPE MORTARI PEREIRA, Matrícula nº1232, monitor de transporte escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

29-GABRIEL MORTARI, Matrícula nº1064, Operário de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

30-GIOVANA LINÉIA MEES, Matrícula nº 179, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

31-GIZELE MORAES BRANCO, Matrícula nº1214, assistente de coordenação de creche, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

32-HENRIQUE WOLFF LUIZ DA SILVA, Matrícula nº1242, motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

33-ISABEL FRANCIELE ALVES MOTA, Matrícula nº434, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

34-IELVA MUNIZ WELTER, Matrícula nº1027, Assistente de projetos especiais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

35-ISMAEL MORTARI, Matrícula nº1260, motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

36-JANE LUCIA MADRUGA DA ROSA, Matrícula nº1044, monitora de transporte escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2014/2015.

37-JOEL JESUS DA SILVA, Matrícula nº26, auxiliar de serviços gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

38-JOCIMAR BERRI, Matrícula nº1234, motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

39-JORGE DAVID VARELA, Matrícula nº439, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

40-JOSÉ GILMAR DE OLIVEIRA, Matrícula nº73, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

41-JOSÉ ALENCAR SEIFERT EUZEBIO, Matrícula nº89, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

42-JOSIANA SOARES REIS, Matrícula nº1081, diretora de escola jovens e adultos, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e

Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

43-JUCÉLIA GHISOLFI ALVES CARNEIRO, Matrícula nº533, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

44-KARINE LIMA DE SOUZA, Matrícula nº1029, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

45-KARIANA RIBEIRO, Matrícula nº1231, monitora de transporte escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

46-KATIUCIA DE MORAES, Matrícula nº1210, assistente da escola Walmor dos santos, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

47-KELE APARECIDA CORREA, Matrícula nº1069, Monitor de Transportes, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

48-LETICIA KATIUCIA DE LIMA, Matrícula nº1209, Assistente de merenda, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

49-LUIZ CARLOS MUNIZ, Matrícula nº53, Motorista, lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

50-LUCIMERI BORGES SOARES, Matrícula nº978, Agente de Conservação e Manutenção, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

51-LUIZ DE AQUINO, Matrícula nº70, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

52-LUTIANE CÓRDOVA MELO, Matrícula nº372, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

53-MARIA AUXILIADORA CABRAL PEREIRA, Matrícula nº124, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

54-MARIA CIRLEIDE VARELA DO AMARAL, Matrícula nº1030, Monitor de Transporte Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

55-MARIA DO CARMO BOEIRA DE CAMARGO, Matrícula nº133, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

56-MARIA EULITA MEDEIROS, Matrícula nº429, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

57-MARIA LUIZA ORSI, Matrícula nº1245, Professora, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

58-MARCIA REGINA RAMOS DA SILVA, Matrícula nº440, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

59-MARISA DE OLIVEIRA GONÇALVES MEIRA, Matrícula nº136, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

60-MARLI DAS GRAÇAS WOLF MELO, Matrícula nº39, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

61-MARLENE DE FATIMA MUNIZ, Matrícula nº1057, Auxiliar de educação infantil, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

62-MARLON COSTA DE OLIVEIRA, Matrícula nº1228, motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

63-MARIA VERONICE XAVIER DA ROSA, Matrícula nº156, Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

64-NILVO DAL LAGO, Matrícula nº432, Diretor de transporte escolar, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

65-NOILCE REGINA CÓRDOVA DOS SANTOS, Matrícula nº185, Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes,

no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

66-OTÁLIA SILVANA MATOS DE SOUZA LIMA, Matrícula nº161, Diretora de escola, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

67-ODILON ANTUNES DOS SANTOS, Matrícula nº162, motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

68-PAULO AFONSO RIBEIRO, Matrícula nº175, Professor, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

69-PAULO ROBERTO DE ALMEIDA SANTOS, Matrícula nº1235, auxiliar de serviços gerais, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

70-REGINA DE FÁTIMA GONÇALVES LINS, Matrícula nº135, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

71-ROZANGELA DE FÁTIMA VIEIRA CORREA, Matrícula nº326, auxiliar de serviços gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

72-ROSE MERE APARECIDA CORREA, Matrícula nº 189, Merendeira, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

73-ROSANE APARECIDA XAVIER, Matrícula nº 170, Diretor de implantação de sistemas, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

74-SALETE DAS GRAÇAS LIMA DA SILVA, Matrícula nº957, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

75-SERGIO CORREA, Matrícula nº345, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

76-SOLANGE DE LOURDES RIBEIRO DA SILVA, Matrícula nº323, Diretor geral da escola Walmor Antunes, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

77-SONIA APARECIDA ROSA BIANCHINI, Matrícula nº137, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

78-SONIA REGINA ANTUNES DOS SANTOS, Matrícula nº142, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

79-SUSANE ALMEIDA TEIXEIRA, Matrícula nº433, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

80-SUZANA APARECIDA DE JESUS, Matrícula nº1037, diretor de coordenação da creche municipal, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

81-SUZANA MOREIRA DA SILVA, Matrícula nº1061, Auxiliar e Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

82-VERA LÚCIA VIEIRA DE OLIVEIRA, Matrícula nº177, Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

83-VIVIANE DOS SANTOS RODRIGUES, Matrícula nº1025, Professora, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, no período de 02/01/19 á 31/01/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 02 de janeiro de 2019.

TITO PEREIRA DE FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 02 de janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 002/2019

Publicação Nº 1967411

PORTARIA Nº 002/2019

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SENHOR GUILHERME JOSÉ DOS SANTOS DO CARGO DE SOLDADOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve,

Art. 1º - Exonerar o Sr. GUILHERME JOSÉ DOS SANTOS, do cargo de Soldador, lotado na Secretaria Municipal de Obras do Interior, conforme pedido de demissão. A partir desta data.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 02 de Janeiro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 02 de Janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 003/2019

Publicação Nº 1967414

PORTARIA Nº 003/2019

TITO PEREIRA DE FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve Conceder férias de 30 dias aos seguintes servidores:

01-ANALICE DOS SANTOS, Matrícula nº485, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 03/01/19 à 01/02/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

02-DAIRIS KLEBER DA SILVA, Matrícula nº946, Agente Vigilância Sanitária, lotado lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 03/01/19 à 01/02/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

03-DYANE PASOLD DEEKE, Matrícula nº1196, Psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 03/01/19 à 01/02/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

04-EVA LIDIANE DE JESUS, Matrícula nº959, fisioterapeuta, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 03/01/19 à 01/02/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

05-GISLAINE DE JESUS OLIVEIRA PEREIRA, Matrícula nº604, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria de Saúde e Saneamento, no período de 03/01/19 à 01/02/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

06- INES DE FATIMA SOUZA DOS PASSOS, Matrícula nº606, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria de Saúde e Saneamento, no período de 03/01/19 à 01/02/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018

07-MARIA RITA DA SILVA ANTUNES, Matrícula nº536, Auxiliar de serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 03/01/19 à 01/02/19 período aquisitivo de 2017/2018.

08-NILSON ROGÉRIO DE JESUS, Matrícula nº196, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 03/01/19 à 01/02/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

09-OSAIR MORTARI FILHO, Matrícula nº948, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 03/01/19 à 01/02/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

10-PRISCILA KUSTER DA LUZ, Matrícula nº1195, farmacêutica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 03/01/19 à 01/02/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

11-RENATA DIAS MORTARI, Matrícula nº951, técnico em enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 03/01/19 à 01/02/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018

12-ROMEY QUILANTE, Matrícula nº487, Agente Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 03/01/19 à 01/02/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

13-SANTA APARECIDA PERIRA, Matrícula nº618, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 03/01/19 à 01/02/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

14-STELAMARIS ALVES REIS, Matrícula nº607, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 03/01/19 à 01/02/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

15-SONIA APARECIDA CORREA, Matrícula nº484, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 03/01/19 à 01/02/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

16- TÚLIO ROGERIO VIEIRA DE JESUS, Matrícula nº1197, Médico, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 03/01/19 à 01/02/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

17-VIVIANE TEREZINHA CARLESSO, Matrícula nº400, Odontólogo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, no período de 03/01/19 à 01/02/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 03 de janeiro de 2019.

TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 03 de janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 004/2019

Publicação Nº 1967416

PORTARIA Nº 004/2019

TITO PEREIRA DE FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve Conceder férias de 30 dias aos seguintes servidores:

1-DANIEL DE OLIVEIRA BRANCO, Matrícula nº1040, operador de equipamentos pesados, lotado na Secretaria Municipal do Interior, Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, no período de 07/01/2019 à 05/02/2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

2-SADIANA ARRUDA MELO COELHO, Matrícula nº939, agente administrativo, lotado na Secretaria Municipal do Interior, Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, no período de 07/01/2019 à 05/02/2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

3-ODILON FERNANDO CORDOVA, Matrícula nº77, operador de equipamentos pesados, lotado na Secretaria Municipal do Interior, Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, no período de 07/01/2019 à 05/02/2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

4-ORLANDO CORDOVA VIEIRA, Matrícula nº145, operador de equipamentos pesados, lotado na Secretaria Municipal do Interior, Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, no período de 07/01/2019 à 05/02/2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 07 de janeiro de 2019.

TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 07 de janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 005/2019

Publicação Nº 1967417

PORTARIA Nº 005/2019

TITO PEREIRA DE FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve Conceder férias de 30 dias aos seguintes servidores:

1-ADRIANA DE JESUS VIEIRA, Matrícula nº1172, Conselheiro tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 07/01/2019 à 05/02/2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

2-ELVIRA APARECIDA DOS SANTOS, Matrícula nº51, Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 07/01/2019 à 05/02/2019, referente ao período aquisitivo de 2016/2017.

3-GLEIDSON TADEU DA SILVA VIEIRA, Matrícula nº1062, Assistente de Acompanhamento Social, lotado na Secretaria Municipal de assistência social, no período de 07/01/2019 à 05/02/2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

4-JAIANE FREITAS BRANCO, Matrícula nº984, psicóloga, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 07/01/2019 à

05/02/2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

5-JULIANO RAMOS ATHAYDE, Matrícula nº1244, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, no período de 07/01/2019 à 05/02/2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 07 de janeiro de 2019.

TITO PEREIRA DE FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 07 de janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 006/2019

Publicação Nº 1967418

PORTARIA Nº 006/2019

TITO PEREIRA DE FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve Conceder férias de 30 dias a seguinte servidora:

1- CLAUDENIZE NEVES VARELA, Matrícula nº1219, Assessor jurídico, lotada no Gabinete do Prefeito, no período de 07/01/2019 à 05/02/2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 07 de janeiro de 2019.

TITO PEREIRA DE FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 07 de janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 007/2019

Publicação Nº 1967424

PORTARIA Nº 007/2019

TITO PEREIRA DE FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve Conceder férias de 30 dias aos seguintes servidores:

1- ALEXSANDRE MADRUGA DOS SANTOS, Matrícula nº1267, Secretário de Indústria, Com. e Infraestrutura, no período de 07/01/2019 à 05/02/2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

2- THIAGO ANTONIO FREITAS CHAVES, Matrícula nº1224, Gerente de Informática, lotado na Secretaria de Indústria, Com. e Infraestrutura, no período de 07/01/2019 à 05/02/2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 07 de janeiro de 2019

TITO PEREIRA DE FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 07 de janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 008/2019

Publicação Nº 1967426

PORTARIA Nº 008/2019

TITO PEREIRA DE FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve Conceder férias de 30 dias aos seguintes servidores:

1-ADÃO PEDRO PEREIRA DA SILVA, Matrícula nº972, Operador de Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Obras do Interior, no

período de 07/01/2019 à 05/02/2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

2-ERIVALDO LIMA DE SOUZA, Matrícula nº341, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Obras do Interior, no período de 07/01/2019 à 05/02/2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

3-GLAUCO LUIZ DE LIMA, Matrícula nº159, Operador de Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Obras do Interior, no período de 07/01/2019 à 05/02/2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

4-MARIA PATRICIA MORAES, Matrícula nº1218, Gerente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Obras do Interior, no período de 07/01/2019 à 05/02/2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

5-SAMOEL GOMES XAVIER, Matrícula nº1065, Operário de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Obras do Interior, no período de 07/01/2019 à 05/02/2019, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

6-VALDEMAR KANIA, Matrícula nº55, Agente de Conservação e Manutenção, lotado na Secretaria Municipal de Obras do Interior, no período de 07/01/19 à 05/02/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 07 de janeiro de 2019.

TITO PEREIRA DE FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 07 de janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 009/2019

Publicação Nº 1967427

PORTARIA Nº 009/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SENHOR AILTO CORREA DOS SANTOS PARA O CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997. Resolve,

Art. 1º - Nomear o Sr. AILTO CORREA DOS SANTOS, para exercer a função de Conselheiro Tutelar, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social. A partir desta data.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 07 de Janeiro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 07 de Janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 010/2019

Publicação Nº 1967430

PORTARIA Nº 010/2019

RETIFICA A DATA DA PORTARIA Nº288/2018, CONFORME A DATA CORRETA DE AFASTAMENTO DA SERVIDORA DO CARGO DE COORDENADORA PEDAGÓGICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997. Resolve,

Art. 1º - Fica reificada a data da portaria nº288/2018, de 24 de outubro de 2018, para 01 de novembro de 2018, do item 24 do Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho da Servidora JULIANE PEREIRA DA COSTA.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 07 de Janeiro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 07 de Janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 011/2019

Publicação Nº 1967433

PORTARIA Nº 011/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR
ANTONIO VILSON FREITAS.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias ao servidor ANTONIO VILSON FREITAS, Matrícula nº75, Operador de Equipamentos, lotado na Secretaria Municipal de Interior, Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, no período de 01/02/19 á 03/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/02/2019.

Art. 2º - Conceder férias de 30 dias a servidora NAIANE DE LIMA, Matrícula nº321, Diretor de Recursos Humanos, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Gestão, no período de 04/02/19 á 05/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/02/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 15 de Janeiro de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 15 de Janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 012/2019

Publicação Nº 1967435

PORTARIA Nº 012/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR
MARCELO OTO DE OLIVEIRA

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias ao servidor MARCELO OTO DE OLIVEIRA, Matrícula nº546, Agente de Conservação e Manutenção, lotado na Secretaria Municipal de Obras do Interior, no período de 04/02/19 á 05/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 04/02/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 15 de Janeiro de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 15 de Janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 013/2019

Publicação Nº 1967436

PORTARIA Nº 013/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR
CLAUDENIR ANTUNES DOS SANTOS

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias o servidor CLAUDENIR ANTUNES DOS SANTOS, Matrícula nº15, Agente Administrativo, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social 01/02/19 á 03/03/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019. A partir de 01/02/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 15 de Janeiro de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 15 de janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 014/2019

Publicação Nº 1967439

PORTARIA Nº 014/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SENHORA
ELAINE RÚBIA BORGES DA SILVA

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias a servidora ELAINE RÚBIA BORGES DA SILVA, Matrícula nº448, Agente de Conservação e Manutenção, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social 01/02/19 á 03/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/02/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 15 de Fevereiro de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 15 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 015/2019

Publicação Nº 1967442

PORTARIA Nº 015/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR
JOÃO LUIZ MARCIANO

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias o servidor JOÃO LUIZ MARCIANO, Matrícula nº985, Assistente Social, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social 04/02/19 á 05/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/02/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 15 de Janeiro de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 15 de janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 016/2019

Publicação Nº 1967443

PORTARIA Nº 016/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SENHORA
LUCILENE FÁTIMA DUARTE MORAES DE CÓRDOVA

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias a servidora LUCILENE FÁTIMA DUARTE MORAES DE CÓRDOVA, Matrícula nº1227, Conselheiro Tutelar,

lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social 04/02/19 á 05/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/02/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 15 de Janeiro de 2019.

TITO PEREIRA DE FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 15 de Janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 017/2019

Publicação Nº 1967446

PORTARIA Nº 017/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SENHORA
DANIELA SOARES DE MORAES

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias a servidora DANIELA SOARES DE MORAES, Matrícula nº1223, Assistente de Tesouraria, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, 01/02/19 á 03/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/02/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 15 de Janeiro de 2019.

TITO PEREIRA DE FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 15 de Janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 018/2019

Publicação Nº 1967447

PORTARIA Nº 018/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SENHORA
EVA MARISTELA BRANCO DE LIMA

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias a servidora EVA MARISTELA BRANCO DE LIMA, Matrícula nº331, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 01/02/19 á 03/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/02/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 15 de Janeiro de 2019.

TITO PEREIRA DE FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 15 de Janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 019/2019

Publicação Nº 1967448

PORTARIA Nº 019/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR
RONALDO DAMASCENO MOTA

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias o servidor RONALDO DAMASCENO MOTA, Matrícula nº950, Contador, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 01/02/19 á 03/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/02/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 15 de Janeiro de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 15 de janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 020/2019

Publicação Nº 1967450

PORTARIA Nº 020/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SENHORA
CLEIDIELY SIMIONATO

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias a servidora CLEIDIELY SIMIONATO, Matrícula nº331, Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 01/02/19 á 03/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/02/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 15 de Janeiro de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 15 de Janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 021/2019

Publicação Nº 1967453

PORTARIA Nº 021/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SENHORA
REGIANE FÁTIMA VIEIRA DOS SANTOS

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias a servidora REGIANE FÁTIMA VIEIRA DOS SANTOS, Matrícula nº960, Técnico em THD, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 01/02/19 á 03/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/02/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 15 de Janeiro de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 15 de Janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 022/2019

Publicação Nº 1967456

PORTARIA Nº 022/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR
RONALDO DAMASCENO MOTA

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias o servidor RODRIGO SAUSEN RAINESKI, Matrícula nº1191, Médico Ginecologista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 01/02/19 á 03/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/02/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 15 de Janeiro de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 15 de janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 023/2019

Publicação Nº 1967457

PORTARIA Nº 023/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR
EDIVALDO RAMOS DOS SANTOS

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias o servidor EDIVALDO RAMOS DOS SANTOS, Matrícula nº947, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 01/02/19 á 03/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/02/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 15 de Janeiro de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 15 de janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 024/2019

Publicação Nº 1967460

PORTARIA Nº 024/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR
GETÚLIO PEREIRA WALTRICK

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias o servidor GETÚLIO PEREIRA WALTRICK, Matrícula nº976, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 01/02/19 á 03/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/02/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 15 de Janeiro de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 15 de janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 025/2019

Publicação Nº 1967461

PORTARIA Nº 025/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR
MACKSON DE OLIVEIRA

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias o servidor MACKSON DE OLIVEIRA, Matrícula nº949, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 01/02/19 á 03/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/02/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 15 de Janeiro de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 15 de janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 026/2019

Publicação Nº 1967463

PORTARIA Nº026/2019
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO INTERIOR.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Obras do Interior:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
972-ADÃO PEDRO PEREIRA DA SILVA	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
1241-ANDERSON TIAGO MEDEIROS	21/12/18 à 20/01/19	100	200,00
1006-BERNARDO MEDEIROS FILHO	21/12/18 à 20/01/19	96,7	193,40
341-ERIVALDO LIMA DE SOUZA	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
1054-GILBERTO A. MOREIRA	21/12/18 à 20/01/19	96,7	193,40
159-GLAUCO LUIZ DE LIMA	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
973-GUILHERME LUIZ DE LIMA	21/12/18 à 20/01/19	96,7	193,40
78-IVO FERNANDES DA SILVA	21/12/18 à 20/01/19	96,7	193,40
311-VALDIR BOENO FERNANDES	21/12/18 à 20/01/19	96,7	193,40
343-VANDERLEI LUIZ DOS SANTOS	21/12/18 à 20/01/19	96,7	193,40
359-VANDERLEI MACEDO	21/12/18 à 20/01/19	96,7	193,40

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 23 de Janeiro de 2019.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 23 de Janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 027/2019

Publicação Nº 1967465

PORTARIA Nº027/2019
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR, AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE.

TITO PEREIRA DE FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal do Interior, Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
75-ANTONIO VILSON FREITAS	21/12/18 à 20/01/19	96,7	193,40
990-CESAR DA SILVA VIEIRA	21/12/18 à 20/01/19	96,7	193,40
1239-CÉSAR CORREA	21/12/18 à 20/01/19	96,7	193,40
1040-DANIEL DE OLIVEIRA BRANCO	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
989-JUVENIL DA SILVA	21/12/18 à 20/01/19	96,7	193,40
991-LECI ANTUNES DOS SANTOS	21/12/18 à 20/01/19	100	200,00
77-ODILON FERNANDO CÔRDOVA	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
145-ORLANDO CÔRDOVA VIEIRA	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
983 – SEBASTIÃO ALVES DA S. NETO	21/12/18 à 20/01/19	96,7	193,40
969-SERGIO DE JESUS VARELA	21/12/18 à 20/01/19	96,7	193,40

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 23 de Janeiro de 2019.

TITO PEREIRA DE FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 23 de Janeiro de 2019.

PORTARIA N° 028/2019

Publicação N° 1967467

PORTARIA N° 028/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DO ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 2º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores do Administração e Gestão:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
1067-BRUNO ANTUNES PEREIRA	21/12/18 à 20/01/19	100	200,00

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 23 de Janeiro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 23 de Janeiro de 2019.

PORTARIA N° 029/2019

Publicação N° 1967469

PORTARIA N° 029/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
516-ACIR SOLON TRIPOLI	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
346-ADELAR SEIFERT EUZEBIO	21/12/18 à 20/01/19	Auxílio Doença	Auxílio Doença
327-ALFEU LUIZ DE LIMA	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
1240-ANDREI JULIANO MEDEIROS	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
1243-CARLOS EDUARDO R. KREBS	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
977-FABRICIO SOUZA OLIVEIRA	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
25-FRANCISCO DE ASSIS MEDEIROS	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
1242-HENRIQUE WOLFF LUIZ DA SILVA	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
1260-ISMAEL MORTARI	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
1234-JOCIMAR BERRI	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
439-JORGE DAVID VARELA	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias

89-JOSÉ ALENCAR SEIFERT EUZEBIO	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
73-JOSÉ GILMAR DE OLIVEIRA	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
70 – LUIZ DE AQUINO	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
53-LUIZ CARLOS MUNIZ	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
1228-MARLON COSTA DE OLIVEIRA	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
162 – ODILON ANTUNES DOS SANTOS	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
345-SERGIO CORREA	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 23 de Janeiro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 23 de Janeiro de 2019

PORTARIA Nº 030/2019

Publicação Nº 1967472

PORTARIA Nº 030/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
350-DARCI JOCELI DA SILVA	21/12/18 à 20/01/19	100	200,00
947-EDIVALDO RAMOS DOS SANTOS	21/12/18 à 20/01/19	100	200,00
976-GETÚLIO P. WALTRICK	21/12/18 à 20/01/19	100	200,00
1201-GIOVANI CORREA DA SILVA	21/12/18 à 20/01/19	100	200,00
1059-JOÃO ADEMAR NEVES	21/12/18 à 20/01/19	100	200,00
949-MACKSON DE OLIVEIRA	21/12/18 à 20/01/19	100	200,00
196-NILSON ROGERIO DE JESUS	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
948-OSAIR MORTARI FILHO	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias
438-VANDERLEI JOSÉ DE OLIVEIRA	21/12/18 à 20/01/19	Auxílio Doença	Auxílio Doença

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 23 de Janeiro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 23 de Janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 031/2019

Publicação Nº 1967476

PORTARIA Nº 031/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
1244-JULIANO RAMOS ATHAYDE	21/12/18 à 20/01/19	Férias	Férias

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 23 de Janeiro de 2019.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 23 de Janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 032/2019

Publicação Nº 1967478

PORTARIA Nº. 032/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE HORAS EXTRAS DOS SERVIDORES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Horas Extras para atender situações excepcionais da Administração Pública na forma do Estatuto dos Servidores Municipais, aos seguintes servidores públicos, referente aos meses de Dezembro e Janeiro de 2019:

Matrícula – Servidor	Secretaria	Quantidade de horas 50%
350-DARCI JOCELI DA SILVA	Sec. Saúde	24hs
947-EDIVALDO RAMOS DOS SANTOS	Sec. Saúde	24hs
976-GETÚLIO PEREIRA WALTRICK	Sec. Saúde	24hs
1201-GIOVANI CORREA SILVA	Sec. Saúde	24hs
1059-JOÃO ADEMAR NEVES	Sec. Saúde	24hs
TOTAL		120,00hs

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 23 de Janeiro de 2019.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 23 de Janeiro de 2019.

PORTARIA Nº 033/2019

Publicação Nº 1967482

PORTARIA Nº. 033/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE HORAS EXTRAS DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Horas Extras para atender situações excepcionais da Administração Pública na forma do Estatuto dos Servidores Municipais, aos seguintes servidores públicos efetivos, referente aos meses de Dezembro e Janeiro de 2019:

Matrícula – Servidor	Secretaria	Quantidade de horas 50%
1241-ANDERSON TIAGO MEDEIROS	Sec. Obras do Interior	20hs
86-ERON ATÍLIO BORGES DA SILVA	Sec. Interior e Agricultura	21hs
1052-ISAAC DE MEDEIROS G. DE M.	Sec. Obras do Interior	18,27hs
324-WOLNEI PEREIRA BRANCO	Sec. Educação	21hs
TOTAL		80,27hs

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 23 de Janeiro de 2019.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 23 de Janeiro de 2019.

PORTARIA N° 034/2019

Publicação N° 1967485

PORTARIA N° 034/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA ESPECIAL A SENHORA EVA MARISTELA BRANCO DE LIMA SERVIDORA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Resolve conceder Licença Especial a Servidora efetiva Sra. EVA MARISTELA BRANCO LIMA, para o exercício do cargo de Presidente do Sindicato dos Servidores Municipais de Capão Alto, eleita para representar essa Organização Sindical.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 25 de Janeiro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 25 de Janeiro de 2019.

PORTARIA N° 035/2019

Publicação N° 1967489

PORTARIA N° 035/2019

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SENHORA MARIA LUIZA ORSI DO CARGO DE PROFESSOR DE INGLÊS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve,

Art. 1º - Exonerar a Sra. MARIA LUIZA ORSI, do cargo de Professora de Inglês, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, conforme pedido de demissão. A partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Fevereiro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA N° 036/2019

Publicação N° 1967491

PORTARIA N° 036/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SENHOR CARLOS ARRUDA DE SOUZA PARA O CARGO DE ASSESSOR FINANCEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Fica nomeado o senhor CARLOS ARRUDA DE SOUZA, para o Cargo de Assessor Financeiro, lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Fevereiro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 037/2019

Publicação Nº 1967492

PORTARIA Nº 037/2019
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DO SENHOR THIAGO ANTONIO FREITAS CHAVES

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor Sr. THIAGO ANTONIO FREITAS CHAVES, Gerente de Informática, a partir de 05 de Fevereiro de 2019. Assiste direito ao mesmo com ônus financeiro para a Administração Pública Municipal nos primeiros 15 dias, conforme Lei nº023/2003.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 05 de fevereiro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 05 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 038/2019

Publicação Nº 1967494

PORTARIA Nº 038/2019
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE CARGO DA SENHORA MIRTES TEREZINHA BRANCO DE MELO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Fica alterado o Cargo da senhora MIRTES TEREZINHA BRANCO DE MELO, do cargo de Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, para o cargo de Diretor de Ensino, lotada na Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Turismo.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 06 de Fevereiro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 06 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 039/2019

Publicação Nº 1967495

PORTARIA Nº039/2019
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SENHORA ROSANE APARECIDA XAVIER SERVIDORA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Resolve conceder Licença Prêmio a Servidora efetiva Sra. ROSANE APARECIDA XAVIER, no cargo de Diretor de Implantação de Sistemas de Qualidade, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, pelo período de 06/02/2019 á 05/05/2019 sendo 90 dias.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 06 de Fevereiro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 06 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 040/2019

Publicação Nº 1967500

PORTARIA Nº 040/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SENHOR ANTONIO MATOS VIEIRA PARA O CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Fica nomeado o senhor ANTONIO MATOS VIEIRA, para o Cargo de Secretário de Educação, Cultura, Esportes e Turismo.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 07 de Fevereiro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 07 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 041/2019

Publicação Nº 1967504

PORTARIA Nº 041/2019

DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DA SENHORA BRUNA PRESTE DE OLIVEIRA PARA O CARGO DE PROFESSOR DE MATEMÁTICA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve:

Art. 1º - Resolve admitir por Chamada Pública nº 001/2019 a Sra. BRUNA PRESTES DE OLIVEIRA para exercer a função de Professora de Matemática, Matrícula nº1275, com carga horária de 40hs semanais. Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo. Em substituição a Sra. Mirtes Terezinha Branco de Melo, titular da vaga de matemática, que no momento está exercendo cargo comissionado.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 12 de Fevereiro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 12 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 042/2019

Publicação Nº 1967506

PORTARIA Nº 042/2019

DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DA SENHORA JULIANE PEREIRA DA COSTA PARA O CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve:

Art. 1º - Resolve admitir por Chamada Pública nº 001/2019 a Sra. JULIANE PEREIRA DA COSTA para exercer a função de Professora de Educação Especial, Matrícula nº1274, com carga horária de 20hs semanais. Lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo. Em substituição a Sra. Josiana Soares Reis, titular da vaga de Educação Especial, que no momento está exercendo cargo comissionado.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 12 de Fevereiro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 12 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 043/2019

Publicação Nº 1967509

PORTARIA Nº 043/2019
DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DE SECRETARIA DO SENHOR JOCIMAR BERRI.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Resolve alterar a Secretaria de lotação do Sr. JOCIMAR BERRI, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo para a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento. A partir do dia 13 de Fevereiro de 2019.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 13 de Fevereiro de 2019.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 13 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 044/2019

Publicação Nº 1967510

PORTARIA Nº 044/2019
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE DA SENHORA JULIANE PEREIRA DA COSTA.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor Sr. JULIANE PEREIRA DA COSTA, Professora de Educação Especial, a partir de 14 de Fevereiro de 2019. Assiste direito ao mesmo com ônus financeiro para a Administração Pública Municipal nos primeiros 15 dias, conforme Lei nº023/2003.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 14 de fevereiro de 2019.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 14 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 045/2019

Publicação Nº 1967512

PORTARIA Nº 045/2019
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CUIDAR DE PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA DAILANE DA SILVA.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Resolve conceder Licença para cuidar de pessoa da família a Servidora Sra. DAILANE DA SILVA, no cargo de Auxiliar de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal Educação, Cultura, Esportes e Turismo, pelo período de 12/02/2019 á 10/03/2019 sendo 15 dias.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 14 de Fevereiro de 2019.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 14 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 046/2019

Publicação Nº 1967514

PORTARIA Nº 046/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA DANIELE CRISTINA DE OLIVEIRA PARA O CARGO DE DIRETOR GERAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora DANIELE CRISTINA DE OLIVEIRA, para o Cargo de Diretor Geral de Assistência Social, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 15 de Fevereiro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 15 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 047/2019

Publicação Nº 1967516

PORTARIA Nº047/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO INTERIOR.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Obras do Interior:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
972-ADÃO PEDRO PEREIRA DA SILVA	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
1241-ANDERSON TIAGO MEDEIROS	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
1006-BERNARDO MEDEIROS FILHO	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
341-ERIVALDO LIMA DE SOUZA	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
1054-GILBERTO A. MOREIRA	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
159-GLAUCO LUIZ DE LIMA	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
973-GUILHERME LUIZ DE LIMA	21/01/19 à 20/02/19	96,7	193,40
78-IVO FERNANDES DA SILVA	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
311-VALDIR BOENO FERNANDES	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
343-VANDERLEI LUIZ DOS SANTOS	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
359-VANDERLEI MACEDO	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Fevereiro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 048/2019

Publicação Nº 1967517

PORTARIA Nº048/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR, AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE.

TITO PEREIRA DE FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal do Interior, Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
75-ANTONIO VILSON FREITAS	21/01/19 à 20/02/19	Férias	Férias
990-CESAR DA SILVA VIEIRA	21/01/19 à 20/02/19	96,7	193,40
1239-CÉSAR CORREA	21/01/19 à 20/02/19	96,7	193,40
1040-DANIEL DE OLIVEIRA BRANCO	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
989-JUVENIL DA SILVA	21/01/19 à 20/02/19	96,7	193,40
991-LECI ANTUNES DOS SANTOS	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
77-ODILON FERNANDO CÔRDOVA	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
145-ORLANDO CÔRDOVA VIEIRA	21/01/19 à 20/02/19	96,7	193,40
983 – SEBASTIÃO ALVES DA S. NETO	21/01/19 à 20/02/19	96,7	193,40
969-SERGIO DE JESUS VARELA	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Fevereiro de 2019.

TITO PEREIRA DE FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 049/2019

Publicação Nº 1967519

PORTARIA Nº 049/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 2º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria de Administração e Gestão:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
1067-BRUNO ANTUNES PEREIRA	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Fevereiro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 050/2019

Publicação Nº 1967521

PORTARIA Nº 050/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
516-ACIR SOLON TRIPOLI	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
346-ADELAR SEIFERT EUZEBIO	21/01/19 à 20/02/19	Auxílio Doença	Auxílio Doença
327-ALFEU LUIZ DE LIMA	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
1240-ANDREI JULIANO MEDEIROS	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
1243-CARLOS EDUARDO R. KREBS	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
977-FABRICIO SOUZA OLIVEIRA	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
25-FRANCISCO DE ASSIS MEDEIROS	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
1242-HENRIQUE WOLFF LUIZ DA SILVA	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
1260-ISMAEL MORTARI	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
439-JORGE DAVID VARELA	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
89-JOSÉ ALENCAR SEIFERT EUZEBIO	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00

73-JOSÉ GILMAR DE OLIVEIRA	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
70 – LUIZ DE AQUINO	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
53-LUIZ CARLOS MUNIZ	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
1228-MARLON COSTA DE OLIVEIRA	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
162 – ODILON ANTUNES DOS SANTOS	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
345-SERGIO CORREA	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Fevereiro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Fevereiro de 2019

PORTARIA Nº 051/2019

Publicação Nº 1967523

PORTARIA Nº 051/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
350-DARCI JOCELI DA SILVA	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
947-EDIVALDO RAMOS DOS SANTOS	21/01/19 à 20/02/19	Férias	Férias
976-GETÚLIO P. WALTRICK	21/01/19 à 20/02/19	Férias	Férias
1201-GIOVANI CORREA DA SILVA	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
1059-JOÃO ADEMAR NEVES	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
1234-JOCIMAR BERRI	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
949-MACKSON DE OLIVEIRA	21/01/19 à 20/02/19	Férias	Férias
196-NILSON ROGERIO DE JESUS	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
948-OSAIR MORTARI FILHO	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00
438-VANDERLEI JOSÉ DE OLIVEIRA	21/01/19 à 20/02/19	Auxílio Doença	Auxílio Doença

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Fevereiro de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 052/2019

Publicação Nº 1967526

PORTARIA Nº 052/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
1244-JULIANO RAMOS ATHAYDE	21/01/19 à 20/02/19	100	200,00

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Fevereiro de 2019.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 053/2019

Publicação Nº 1967530

PORTARIA Nº. 053/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE HORAS EXTRAS DOS SERVIDORES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Horas Extras para atender situações excepcionais da Administração Pública na forma do Estatuto dos Servidores Municipais, aos seguintes servidores públicos, referente aos meses de Janeiro e Fevereiro de 2019:

Matrícula – Servidor	Secretaria	Quantidade de horas 50%
350-DARCI JOCELI DA SILVA	Sec. Saúde	24hs
1201-GIOVANI CORREA SILVA	Sec. Saúde	48hs
1059-JOÃO ADEMAR NEVES	Sec. Saúde	48hs
1234-JOCIMAR BERRI	Sec. Saúde	15hs
948-OSAIR MORTARI FILHO	Sec. Saúde	24hs
TOTAL		159,00hs

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Fevereiro de 2019.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 054/2019

Publicação Nº 1967532

PORTARIA Nº. 054/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE HORAS EXTRAS DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Horas Extras para atender situações excepcionais da Administração Pública na forma do Estatuto dos Servidores Municipais, aos seguintes servidores públicos efetivos, referente aos meses de Janeiro e Fevereiro de 2019:

Matrícula – Servidor	Secretaria	Quantidade de horas 50%
1241-ALFEU LUIZ DE LIMA	Sec. Educação	30,08hs
1241-ANDERSON TIAGO MEDEIROS	Sec. Obras do Interior	24,14hs
86-ERON ATÍLIO BORGES DA SILVA	Sec. Interior e Agricultura	20,00hs
1052-ISAAC DE MEDEIROS G. DE M.	Sec. Obras do Interior	32,00hs
78-IVO FERNANDES DA SILVA	Sec. Obras do Interior	09,00hs
343-VANDERLEI LUIZ DOS SANTOS	Sec. Obras do Interior	05,00hs
324-WOLNEI PEREIRA BRANCO	Sec. Educação	20,00hs
TOTAL		140,22hs

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 22 de Fevereiro de 2019.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Fevereiro de 2019.

PORTARIA Nº 055/2019

Publicação Nº 1967533

PORTARIA Nº 055/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SENHORA
RONILDA DAMASCENO MOTA

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias a servidora RONILDA DAMASCENO MOTA, Matrícula nº1141, Agente de Conservação e Manutenção, lotada na Secretaria Municipal de Administração, 01/03/19 á 30/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/03/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 01 de Março de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Março de 2019.

PORTARIA Nº 056/2019

Publicação Nº 1967534

PORTARIA Nº 056/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR
ELIO DOS SANTOS CORREIA

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias ao servidor ELIO DOS SANTOS CORREIA, Matrícula nº441 Eletricista de Veículos, lotado na Secretaria Municipal de Obras do Interior, no período de 01/03/19 á 30/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/03/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 01 de Março de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Março de 2019.

PORTARIA Nº 057/2019

Publicação Nº 1967536

PORTARIA Nº 057/2019
DISPÕE SOBRE FERIAS DO SENHOR
LECI ANTUNES DOS SANTOS

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias ao servidor LECI ANTUNES DOS SANTOS, Matrícula nº991 Operador de Equipamentos, lotado na Secretaria Municipal de Interior e Agricultura, no período de 01/03/19 á 30/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/03/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 01 de Março de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Março de 2019.

PORTARIA Nº 058/2019

Publicação Nº 1967537

PORTARIA Nº 058/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR
GILBERTO ANTUNES MOREIRA.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 20 dias ao servidor Sr. GILBERTO ANTUNES MOREIRA, Matrícula nº1054, Operador de Veículos Pesados, lotado na Secretaria Municipal de Obras do Interior no período de 01/03/19 á 20/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. Com 10 dias de abono pecuniário do dia 21/03 até 30/03 conforme necessidade da Administração Pública. Férias a partir de 01/03/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 01 de Março de 2019.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Março de 2019.

PORTARIA Nº 059/2019

Publicação Nº 1967540

PORTARIA Nº 059/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR
LUIZ PAULO LEMOS DA SILVA.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias ao servidor LUIZ PAULO LEMOS DA SILVA, Matrícula nº1207, Diretor de Obras, lotado na Secretaria Municipal de Obras do Interior, no período de 01/03/19 á 30/03/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019. A partir de 01/03/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 01 de Março de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Março de 2019.

PORTARIA Nº 060/2019

Publicação Nº 1967541

PORTARIA Nº 060/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR
JOÃO CARLOS SOARES.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias ao servidor JOÃO CARLOS SOARES, Matrícula nº23, Agente de Conservação e manutenção, lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo, no período de 01/03/19 á 30/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/03/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 01 de Março de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Março de 2019.

PORTARIA Nº 061/2019

Publicação Nº 1967542

PORTARIA Nº 061/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR
MARCOS MEDEIROS FREITAS.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias ao servidor MARCOS MEDEIROS FREITAS, Matrícula nº1053, Operário de Serviços Gerais, lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo, no período de 01/03/19 à 30/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/03/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 01 de Março de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Março de 2019.

PORTARIA Nº 062/2019

Publicação Nº 1967545

PORTARIA Nº 062/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR
SHAOAN RAFAEL DE JESUS.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias ao servidor SHAOAN RAFAEL DE JESUS, Matrícula nº1225, Diretor de Obras Urbanas, lotado na Secretaria Municipal de Urbanismo, no período de 01/03/19 à 30/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/03/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 01 de Março de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Março de 2019.

PORTARIA Nº 063/2019

Publicação Nº 1967553

PORTARIA Nº 063/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SENHORA
ELVIRA APARECIDA DOS SANTOS

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias a servidora ELVIRA APARECIDA DOS SANTOS, Matrícula nº51, Auxiliar d Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, 01/03/19 à 30/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/03/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 01 de Março de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Março de 2019.

PORTARIA N° 064/2019

Publicação N° 1967556

PORTARIA N° 064/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR
DIOVANE BRANCO VIEIRA.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 20 dias ao servidor Sr. DIOVAE BRANCO VIEIRA, Matrícula nº1046, Tesoureiro, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, no período de 01/03/19 á 20/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. Com 10 dias de abono pecuniário do dia 21/03 até 30/03 conforme necessidade da Administração Pública. Férias a partir de 01/03/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 01 de Março de 2019.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Março de 2019.

PORTARIA N° 065/2019

Publicação N° 1967558

PORTARIA N° 065/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SENHORA
IRANE VARGAS

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias a servidora IRANE VARGAS, Matrícula nº42, Fiscal de Tributos, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, 01/03/19 á 30/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/03/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 01 de Março de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Março de 2019.

PORTARIA N° 066/2019

Publicação N° 1967559

PORTARIA N° 066/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SENHORA
MINÉIA SOLDATELLI

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias a servidora MINÉIA SOLFATELLI, Matrícula nº401, Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 01/03/19 á 30/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/03/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 01 de Março de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Março de 2019.

PORTARIA Nº 067/2019

Publicação Nº 1967561

PORTARIA Nº 067/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SENHORA
JOÃO ADEMAR NEVES

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias ao servidor JOÃO ADEMAR NEVES, Matrícula nº1059, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 01/03/19 á 30/03/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/03/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Março de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Março de 2019.

PORTARIA Nº 068/2019

Publicação Nº 1967562

PORTARIA Nº 068/2019
DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DO SENHOR ADENIR QUIRINO DA SILVA DO CARGO DE CONSELHEIRO TUTELAR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais que lhe confere o Art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 22 de novembro de 1997, resolve,

Art. 1º - Demitir o Sr. ADENIR QUIRINO DA SILVA, do cargo de Conselheiro Tutelar, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme pedido de demissão. A partir desta data.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 01 de Março de 2019.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Março de 2019.

PORTARIA Nº 069/2019

Publicação Nº 1967563

PORTARIA Nº069/2019
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SENHOR NERCI ROGÉRIO MORTARI SERVIDOR DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Resolve conceder Licença Prêmio ao Servidor efetivo Sr. NERCI ROGÉRIO MORTARI, no cargo de Agente de Conservação e Manutenção, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 01/03/2019 á 29/05/2019 sendo 90 dias.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Março de 2019.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 01 de Março de 2019.

PORTARIA Nº 070/2019

Publicação Nº 1967565

PORTARIA Nº 070/2019

DISPÕE SOBRE A LICENÇA MATERNIDADE DA SENHORA REGIANE FÁTIMA VIEIRA DOS SANTOS.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Licença Maternidade a Servidora Sra. REGIANE FÁTIMA VIEIRA DOS SANTOS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, pelo período de 08/03/2019 á 03/09/2019. Conforme Lei Municipal. Com ônus para o INSS.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 08 de Março de 2018.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 08 de Março de 2019.

PORTARIA Nº 071/2019

Publicação Nº 1967566

PORTARIA Nº 071/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PARA CUIDAR DE PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORA DAILANE DA SILVA.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Resolve Prorrogar Licença para cuidar de pessoa da família a Servidora Sra. DAILANE DA SILVA, no cargo de Auxiliar de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal Educação, Cultura, Esportes e Turismo, pelo período de 11/03/2019 á 25/03/2019 sendo mais 15 dias.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 11 de Março de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 11 de Março de 2019.

PORTARIA Nº 072/2019

Publicação Nº 1967568

PORTARIA Nº 072/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SENHOR

NATÁLIA PEREIRA DO AMARAL PARA O CARGO DE GERENTE DE CONTROLE DE VEÍCULOS E PESSOAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º-Fica nomeada a senhora NATÁLIA PEREIRA DO AMARAL, para exercer o cargo de Gerente de Controle de Veículos e Pessoal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento. A partir desta data

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 12 de Março de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 12 de Março de 2019.

PORTARIA N° 073/2019

Publicação N° 1967569

PORTARIA N° 073/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA SENHORA

MARIA RITA DA SILVA ANTUNES PARA O CARGO DE GERENTE DE MEDICAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art. 1º-Fica nomeada a senhora, MARIA RITA DA SILVA ANTUNES para exercer o Cargo de Gerente de Medicamentos, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, optando pelo nível salarial do cargo efetivo com 30% de gratificação.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 14 de Março de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 14 de Março de 2019.

PORTARIA N° 074/2019

Publicação N° 1967570

PORTARIA N°074/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO INTERIOR.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Obras do Interior:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
972-ADÃO PEDRO PEREIRA DA SILVA	21/02/19 à 20/02/19	96,7	193,40
1241-ANDERSON TIAGO MEDEIROS	21/02/19 à 20/02/19	100	200,00
1006-BERNARDO MEDEIROS FILHO	21/02/19 à 20/02/19	96,7	193,40
341-ERIVALDO LIMA DE SOUZA	21/02/19 à 20/02/19	96,7	193,40
1054-GILBERTO A. MOREIRA	21/02/19 à 20/02/19	Férias	Férias
159-GLAUCO LUIZ DE LIMA	21/02/19 à 20/02/19	96,7	193,40
973-GUILHERME LUIZ DE LIMA	21/02/19 à 20/02/19	96,7	193,40
78-IVO FERNANDES DA SILVA	21/02/19 à 20/02/19	96,7	193,40
311-VALDIR BOENO FERNANDES	21/02/19 à 20/02/19	96,7	193,40
343-VANDERLEI LUIZ DOS SANTOS	21/02/19 à 20/02/19	96,7	193,40
359-VANDERLEI MACEDO	21/02/19 à 20/02/19	100	200,00

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Março de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Março de 2019.

PORTARIA N° 075/2019

Publicação N° 1967573

PORTARIA N°075/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DO INTERIOR, AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE.

TITO PEREIRA DE FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal do Interior, Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
75-ANTONIO VILSON FREITAS	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
990-CESAR DA SILVA VIEIRA	21/02/19 à 20/03/19	96,7	193,40

1239-CÉSAR CORREA	21/02/19 à 20/03/19	96,7	193,40
1040-DANIEL DE OLIVEIRA BRANCO	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
989-JUVENIL DA SILVA	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
991-LECI ANTUNES DOS SANTOS	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
77-ODILON FERNANDO CÔRDOVA	21/02/19 à 20/03/19	96,7	193,40
145-ORLANDO CÔRDOVA VIEIRA	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
983 - SEBASTIÃO ALVES DA S. NETO	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
969-SERGIO DE JESUS VARELA	21/02/19 à 20/03/19	96,7	193,40

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Março de 2019.
TITO PEREIRA DE FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Março de 2019.

PORTARIA Nº 076/2019

Publicação Nº 1967574

PORTARIA Nº 076/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 2º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria de Administração e Gestão:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
1067-BRUNO ANTUNES PEREIRA	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Março de 2019.
TITO PEREIRA FREITAS
Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Março de 2019.

PORTARIA Nº 077/2019

Publicação Nº 1967576

PORTARIA Nº 077/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
516-ACIR SOLON TRIPOLI	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
346-ADELAR SEIFERT EUZEBIO	21/02/19 à 20/03/19	Auxílio Doença	Auxílio Doença
327-ALFEU LUIZ DE LIMA	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
1240-ANDREI JULIANO MEDEIROS	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
1243-CARLOS EDUARDO R. KREBS	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
977-FABRICIO SOUZA OLIVEIRA	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
25-FRANCISCO DE ASSIS MEDEIROS	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
1242-HENRIQUE WOLFF LUIZ DA SILVA	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
1260-ISMAEL MORTARI	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
439-JORGE DAVID VARELA	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
89-JOSÉ ALENCAR SEIFERT EUZEBIO	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
73-JOSÉ GILMAR DE OLIVEIRA	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
70 - LUIZ DE AQUINO	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
53-LUIZ CARLOS MUNIZ	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00

1228-MARLON COSTA DE OLIVEIRA	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
162 – ODILON ANTUNES DOS SANTOS	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
345-SERGIO CORREA	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Março de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Março de 2019

PORTARIA Nº 078/2019

Publicação Nº 1967594

PORTARIA Nº 078/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
350-DARCI JOCELI DA SILVA	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
947-EDIVALDO RAMOS DOS SANTOS	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
976-GETÚLIO P. WALTRICK	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
1201-GIOVANI CORREA DA SILVA	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
1059-JOÃO ADEMAR NEVES	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
1234-JOCIMAR BERRI	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
949-MACKSON DE OLIVEIRA	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
196-NILSON ROGERIO DE JESUS	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
948-OSAIR MORTARI FILHO	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00
438-VANDERLEI JOSÉ DE OLIVEIRA	21/02/19 à 20/03/19	Auxílio Doença	Auxílio Doença

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Março de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Março de 2019.

PORTARIA Nº 079/2019

Publicação Nº 1967597

PORTARIA Nº 079/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Produtividade aos seguintes servidores da Secretaria Municipal de Assistência Social:

Mat. – Servidor	Período	Pontuação %	Valor do Adicional R\$
1244-JULIANO RAMOS ATHAYDE	21/02/19 à 20/03/19	100	200,00

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Março de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Março de 2019.

PORTARIA Nº 080/2019

Publicação Nº 1967600

PORTARIA Nº. 080/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE HORAS EXTRAS DOS SERVIDORES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Horas Extras para atender situações excepcionais da Administração Pública na forma do Estatuto dos Servidores Municipais, aos seguintes servidores públicos, referente aos meses de Fevereiro e Março de 2019:

Matrícula – Servidor	Secretaria	Quantidade de horas 50%
350-DARCI JOCELI DA SILVA	Sec. Saúde	24hs
946-DAIRIS KLEBER DA SILVA	Sec. Saúde	12,12hs
976-GETÚLIO PEREIRA WALTRICK	Sec. Saúde	49hs
1201-GIOVANI CORREA SILVA	Sec. Saúde	48hs
1234-JOCIMAR BERRI	Sec. Saúde	24hs
948-OSAIR MORTARI FILHO	Sec. Saúde	24hs
TOTAL		181,12hs

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Março de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Março de 2019.

PORTARIA Nº 081/2019

Publicação Nº 1967601

PORTARIA Nº. 081/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE HORAS EXTRAS DOS SERVIDORES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPÃO ALTO

TITO PEREIRA FREITAS, Prefeito Municipal de Capão Alto, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Conceder Adicional de Horas Extras para atender situações excepcionais da Administração Pública na forma do Estatuto dos Servidores Municipais, aos seguintes servidores públicos efetivos, referente aos meses de Fevereiro e Março de 2019:

Matrícula – Servidor	Secretaria	Quantidade de horas 50%
1241-ALFEU LUIZ DE LIMA	Sec. Educação	38,43hs
1240-ANDREI JULIANO MEDEIROS	Sec. Educação	20,27hs
1242-HENRIQUE WOLFF L. DA SILVA	Sec. Educação	11hs
1260-ISMAEL MORTARI	Sec. Educação	6,19hs
73-JOSÉ GILMAR DE OLIVEIRA	Sec. Educação	18,02hs
70-LUIZ DE AQUINO	Sec. Educação	20,00hs
TOTAL		125,21hs

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 22 de Março de 2019.

TITO PEREIRA FREITAS

Prefeito Municipal

Registrado e publicado no mural público em 22 de Março de 2019.

PORTARIA Nº 082/2019

Publicação Nº 1967602

PORTARIA Nº 082/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SENHORA
ANA PAULA CORREA DA SILVA

JOSÉ IVANIR BRANCO DA SILVA, Prefeito Municipal de Capão Alto em exercício, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias a servidora ANA PAULA CORREA DA SILVA, Matrícula nº1246, Assistente da Escola Belizário José Luiz, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Turismo, 01/04/19 á 30/04/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/04/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Abril de 2019.
JOSÉ IVANIR BRANCO DA SILVA
Prefeito Municipal em exercício

Registrado e publicado no mural público em 01 de Abril de 2019.

PORTARIA Nº 083/2019

Publicação Nº 1967603

PORTARIA Nº 083/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR
CLIMÉRIO ARRUDA DE SOUZA

JOSÉ IVANIR BRANCO DA SILVA, Prefeito Municipal de Capão Alto em Exercício, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias ao servidor CLIMÉRIO ARRUDA DE SOUZA, Matrícula nº1055, Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Administração e Gestão, 01/04/19 á 30/04/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019. A partir de 01/04/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Abril de 2019.
JOSÉ IVANIR BRANCO DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado no mural público em 01 de Abril de 2019.

PORTARIA Nº 084/2019

Publicação Nº 1967604

PORTARIA Nº 084/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR
ERON ATÍLIO BORGES

JOSÉ IVANIR BRANCO DA SILVA, Prefeito Municipal de Capão Alto em Exercício, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias ao servidor ERON ATILIO BORGES, Matrícula nº86, Mecânico, lotado na Secretaria Municipal de Interior, Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, 01/04/19 á 30/04/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019. A partir de 01/04/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 01 de Abril de 2019.
JOSÉ IVANIR BRANCO DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado no mural público em 01 de Abril de 2019.

PORTARIA Nº 085/2019

Publicação Nº 1967605

PORTARIA Nº 085/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR
MARCOS ANTONIO MORAES SCHILICHTING

JOSÉ IVANIR BRANCO DA SILVA, Prefeito Municipal de Capão Alto em Exercício, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias ao servidor MARCOS ANTONIO MORAES SCHILICHTING, Matrícula nº982, Agente de Conservação e Manutenção, lotado na Secretaria Municipal de Obras do Interior, 01/04/19 á 30/04/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019. A partir de 01/04/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 01 de Abril de 2019.
JOSÉ IVANIR BRANCO DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado no mural público em 01 de Abril de 2019.

PORTARIA Nº 086/2019

Publicação Nº 1967607

PORTARIA Nº 086/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SENHORA
NOELI DEMÉTRIO

JOSÉ IVANIR BRANCO DA SILVA, Prefeito Municipal de Capão Alto em Exercício, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias a servidora NOELI DEMÉTRIO, Matrícula nº1237, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, 01/04/19 á 30/04/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/04/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.
Capão Alto, 01 de Abril de 2019.
JOSÉ IVANIR BRANCO DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado no mural público em 01 de Abril de 2019.

PORTARIA Nº 087/2019

Publicação Nº 1967609

PORTARIA Nº 087/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SENHORA
ANA PAULA DA SILVA BARBOZA

JOSÉ IVANIR BRANCO DA SILVA, Prefeito Municipal de Capão Alto em Exercício, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias a servidora ANA PAULA DA SILVA BARBOZA, Matrícula nº1200, Enfermeira, lotada na Secretaria Municipal

de Saúde e Saneamento, 01/04/19 á 30/04/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2019. A partir de 01/04/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Abril de 2019.

JOSÉ IVANIR BRANCO DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado no mural público em 01 de Abril de 2019.

PORTARIA Nº 088/2019

Publicação Nº 1967611

PORTARIA Nº 088/2019

DISPÕE SOBRE FÉRIAS DA SENHORA

JAISSA DE MORAES

JOSÉ IVANIR BRANCO DA SILVA, Prefeito Municipal de Capão Alto em Exercício, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias a servidora JAISSA DE MORAES, Matrícula nº1074, Agente Comunitário de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 01/04/19 á 30/04/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/04/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Abril de 2019.

JOSÉ IVANIR BRANCO DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado no mural público em 01 de Abril de 2019.

PORTARIA Nº 089/2019

Publicação Nº 1967613

PORTARIA Nº 089/2019

DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR

NEI SANTOS DE OLIVEIRA

JOSÉ IVANIR BRANCO DA SILVA, Prefeito Municipal de Capão Alto em Exercício, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias ao servidor NEI SANTOS DE OLIVEIRA, Matrícula nº483, Agente de Comunitário de Saúde, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 01/04/19 á 30/04/19, referente ao período aquisitivo de 2017/2018. A partir de 01/04/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Abril de 2019.

JOSÉ IVANIR BRANCO DA SILVA

Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado no mural público em 01 de Abril de 2019.

PORTARIA Nº 090/2019

Publicação Nº 1967617

PORTARIA Nº 090/2019
DISPÕE SOBRE FÉRIAS DO SENHOR
TITO PEREIRA FREITAS

JOSÉ IVANIR BRANCO DA SILVA, Prefeito Municipal de Capão Alto em exercício, Estado de Santa Catarina no uso das suas atribuições legais resolve:

Art.1º- Conceder férias de 30 dias ao Sr. TITO PEREIRA FREITAS, Matrícula nº1195, Prefeito, lotado no Gabinete do Prefeito, 01/04/19 á 30/04/19, referente ao período aquisitivo de 2018/2018. A partir de 01/04/2019.

Art. 2º- Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

A Presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique.

Capão Alto, 01 de Abril de 2019.
JOSÉ IVANIR BRANCO DA SILVA
Prefeito Municipal em Exercício

Registrado e publicado no mural público em 01 de Abril de 2019.

Capinzal

PREFEITURA

FMS PROCESSO LICITATÓRIO 0023/2019 PREGÃO PRESENCIAL 0005/2019

Publicação Nº 1967441

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0023/2019
Pregão Presencial Nº 0005/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para realização de castração de cães e gatos (machos e fêmeas), com limpeza e esterilização do material, medicamentos e outros insumos, higiene e limpeza dos ambientes, assepsia e antisepsia dos procedimentos cirúrgicos, procedimentos anestésicos e cirúrgicos, período de recuperação anestésica, material cirúrgico e materiais de consumo necessários e medicação durante e após o operatório. Pagamento com Recursos Federal.

ENTREGA E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo, até as 13:25 horas, para abertura às 13:30 horas do dia 15/04/2019.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global Lote

INFORMAÇÕES DO EDITAL: Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Contato: pelo telefone 49 3555-8739 e 3555-8716 ou pelo e-mail licitacoes@capinzal.sc.gov.br.

Capinzal, 02 de Abril de 2019.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária de Saúde
Município de Capinzal

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0051/2019 PREGÃO PRESENCIAL 0020/2019

Publicação Nº 1967428

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0051/2019
Pregão Presencial Nº 0020/2019

OBJETO: Aquisição de Câmeras de Videomonitoramento a fim de suprir a demanda de monitoramento e vigilância em pontos estratégicos nas vias urbanas do Município de Capinzal, por solicitação do Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Com Recursos Próprios.

ENTREGA E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo, até as 08:25 horas, para abertura às 08:30 horas do dia 15/04/2019.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Item

INFORMAÇÕES DO EDITAL: Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Contato: pelo telefone 49 3555-8739 e 3555-8716 ou pelo e-mail licitacoes@capinzal.sc.gov.br.

Capinzal, 02 de Abril de 2019.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário Interino de Infraestrutura
Município de Capinzal

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0052/2019 PREGÃO PRESENCIAL 0021/2019

Publicação Nº 1968083

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº 0052/2019

Pregão Presencial Nº 0021/2019

OBJETO: Registro de Preços para possível contratação de horas/homens, para prestação de mão de obra especializada em serviços de assistência técnica e manutenção corretiva em aparelhos eletrodomésticos e eletroeletrônicos de uso das Secretarias e Fundos da Administração Municipal. Com Recursos Federais, Estaduais e Municipais.

ENTREGA E ABERTURA: Os Envelopes de Propostas e Documentos deverão obrigatoriamente serem protocolados no Setor de Protocolo, até as 14:55 horas, para abertura às 15:00 horas do dia 15/04/2019.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Item

INFORMAÇÕES DO EDITAL: Setor de Compras e Licitações do Município de Capinzal, situado junto ao Centro Administrativo Prefeito Silvio Santos, na Rua Carmello Zócolli, n. 155, centro, neste Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina.

Horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 7h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min.

Contato: pelo telefone 49 3555-8739 e 3555-8716 ou pelo e-mail licitacoes@capinzal.sc.gov.br.

Capinzal, 02 de Abril de 2019.

IVAIR LOPES RODRIGUES

Secretário de Administração e Finanças

Município de Capinzal

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO CONTRATUAL Nº 07/2019**

Publicação Nº 1967702

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato nº: 7/2019

Contratante: Câmara Municipal de Vereadores

Contratado: CAPINZALNET SERVIÇOS LTDA EPP

Licitação: Dispensa de Licitação nº 3/2019 Processo Licitatório nº 5/2019

Vigência: 01/04/2019 a 31/12/2019

Valor: R\$ 1.439,10 (um mil, quatrocentos e trinta e nove reais e dez centavos)

Objeto: Contratação de empresa especializada para acesso à internet nos locais e velocidades relacionados, provedor com licença SCM, com outorga própria obtida junto à ANATEL, registro no CREA/SC.

Recursos: 01.01.2.001.3.3.90.40.04.00.00.00 - Comunicação de Dados.

Capinzal, 1º de abril de 2019.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 5/2019

Publicação Nº 1967699

Processo Licitatório nº 05/2019

Dispensa de Licitação nº 03/2019

RENATO MARCELO MARKUS, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores do município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o inciso abaixo citado do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório nº de 05/2019, conforme segue:

OBJETO

Contratação de empresa especializada para acesso à internet nos locais e velocidades relacionados, provedor com licença SCM, com outorga própria obtida junto à ANATEL, registro no CREA/SC.

Item	Qdade	Un	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	9	MÊS	Liberação de link de acesso à rede mundial de internet na velocidade download = 40 Mbps e upload = 10 Mbps, incluindo manutenção do canal de comunicação através de fibra óptica para uso da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal.	CAPIN-ZAL NET	159,90	1.439,10
TOTAL				1.439,10		

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Item
CAPINZALNET SERVIÇOS LTDA EPP – CNPJ: 05.757.484/0001-31	1
R\$ 1.439,10 (um mil, quatrocentos e trinta e nove reais e dez centavos)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94.

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

JUSTIFICATIVA

A transformação digital vem revolucionando a forma como lidamos com a tecnologia no dia a dia. As possibilidades que ela oferece são incontáveis, tornando a implementação de novas ferramentas uma prática intrínseca ao processo de gestão, tanto no setor privado quanto no público. É fácil entender o motivo.

Em um mundo totalmente conectado, as pessoas apresentam não só uma sede por acesso à informação, mas também meios para fazer isso com a popularização de smartphones e tablets, tornou-se comum que a população se sinta ainda mais interessada pelo que está sendo feito pela gestão pública. Indo além, as pessoas cobram mais por transparência.

Assim, da mesma forma que o setor privado vem atuando na identificação de diferentes maneiras de implementar a tecnologia para otimizar seus processos, o setor público já começou a se movimentar. No Brasil, as Leis de Transparência e de Acesso à Informação servem de referência para algumas ferramentas já adotadas.

O que se vê é uma tendência puxada por países desenvolvidos para não só implementar a tecnologia visando otimizar as relações entre a população e o setor público, mas também para fins específicos. Assim como empresas se beneficiam de conceitos como machine learning, big data e cloud computing, os órgãos governamentais passaram a enxergar novas oportunidades no uso dessas ferramentas.

Trata-se de uma estratégia eficaz para manter os procedimentos dentro da lei e, indo além, aumentar a qualidade dos serviços oferecidos à população. Para entender como isso funciona na prática, daremos alguns exemplos a seguir.

Considerando o fato de que o serviço de internet é extremamente necessário e importante para o desenvolvimento e para a demanda de trabalhos realizados pelo legislativo municipal e da transmissão ao vivo das Sessões da Câmara Municipal, é necessário uma conexão de internet com velocidades download = 40 Mbps e upload = 10 Mbps;

Considerando que os sistemas de manutenção diária dependem de acesso a internet;

Considerando que os referidos serviços são de uso permanente e contínuo;

Considerando que a lei 8.666/93, artigo 24, inciso II prevê e autoriza a referida contratação;

Considerando que a empresa contratada pratica preço condizente com o praticado no mercado, verificado pelos 03 (três) orçamentos apresentados e que fazem parte deste processo licitatório;

Considerando que a empresa é conhecida no mercado e que entre suas atividades está o objeto ora licitado e ainda encontra-se com sua regularidade fiscal apta.

Considerando que há recursos financeiros e dotação orçamentária disponível para tal contratação;

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e o que apresentou o menor preço foi selecionado para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

01.01.2.001.3.3.90.40.04.00.00.00 - Comunicação de Dados.

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 1º de abril de 2019.

Vereador Renato Marcelo Markus

Presidente

ANEXO I**MINUTA DO CONTRATO**

Processo Licitatório nº /2019

Dispensa de Licitação nº /2019

CONTRATO nº /2019

DAS PARTES**CONTRATANTE**

A Câmara Municipal de Vereadores, Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na Alexandre Thomazoni, 120, nesta cidade de Capinzal, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.476.447/0001-29, neste ato representado

pelo seu Presidente, Sr. Renato Marcelo Markus, inscrito no CPF sob nº 020.211.719-73, doravante simplesmente denominada contratante.

CONTRATADA

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ/MF sob nº XXXXXXXXXX, com sede à XXXXXXXXXXXXXXXX, Estado de XXXXXXXXXXXX, representada neste ato pelo(a) seu(ua) Administrador(a), Sr(a). XXXXXXXXXX, inscrito(a) no CPF sob nº XXXXXXXXXX, doravante simplesmente designada contratada.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de empresa especializada para acesso à internet nos locais e velocidades relacionados, provedor com licença SCM, com outorga própria obtida junto à ANATEL, registro no CREA/SC.

A contratada obriga-se a fornecer à contratante conforme quantificação e especificação da Dispensa de Licitação nº 03/2019, e de acordo com as condições apresentadas na proposta da contratada, as quais são partes integrantes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O valor total deste contrato é de R\$ 00,00 (por extenso), conforme proposta apresentada pela contratada, que é parte integrante deste instrumento, relativo ao item:

Item	Qdade	Un	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	9	MÊS	Liberção de link de acesso à rede mundial de internet na velocidade download = 40 Mbps e upload = 10 Mbps, incluindo manutenção do canal de comunicação através de fibra óptica para uso da Câmara Municipal de Vereadores de Capinzal.			
TOTAL						

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1. O contrato de fornecimento só estará caracterizado mediante o recebimento dos serviços, pela Câmara Municipal de Vereadores, com aceite no verso da Nota Fiscal.

3.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência deste contrato.

3.3. Se a qualidade dos serviços executados não corresponder às especificações exigidas na Dispensa para Compras e Serviços que precedeu o presente contrato, não será aceita, sendo devolvida ao fornecedor, para substituição no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

3.4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Compra feita pelo requisitante, deverá anexar na cópia que, necessariamente, acompanhar a nota fiscal, a data e hora em que recebeu a Autorização de Fornecimento ou Ordem de Compra, além da identificação de quem a recebeu.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. A forma de pagamento será: mensal.

4.2. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal, e a respectiva Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de compra, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estarem anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

4.3. Dar-se-á o prazo de 5 (cinco) dias para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento.

4.4. Não serão efetuados os pagamentos aos fornecedores que deixarem de apresentar quaisquer dos itens acima descritos.

CLÁUSULA QUINTA – DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

5.1. Considerando o prazo de validade, e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29/06/1995 e demais legislações, é vedado qualquer reajustamento de preços.

5.2. Durante a vigência do contrato os valores serão fixos e irredutíveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, se julgar conveniente, a contratante poderá optar por rescindir o contrato e iniciar outro processo de Dispensa de Licitação.

5.4. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do contrato e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Câmara Municipal de Vereadores, os fornecedores serão convocados para alteração, por aditamento, do preço do contrato.

5.5. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA SEXTA –DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado com prazo não inferior a trinta dias e em conformidade com o anexo I, mediante apresentação da Nota Fiscal e a respectiva Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de compra, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estarem anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

6.2. A Câmara Municipal de Vereadores somente atestará a entrega dos serviços e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento quando cumpridas, pelo fornecedor, todas as condições pactuadas.

6.3. O critério para a atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, dar-se-á pelo percentual pago para as aplicações em poupança, devendo ser aplicado o percentual sobre o número de dias de atraso, os quais não deverão ser superiores a 15 (quinze) dias.

6.4. Não serão efetuados pagamentos antecipados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

7.1. A entrega implica tão somente na transferência da responsabilidade pela guarda e conservação, sendo que o aceite definitivo somente será dado após a verificação da regularidade do objeto, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

7.2. Em cada fornecimento, o prazo de entrega do serviço será o solicitado pela unidade requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar 2 (dois) dias úteis do recebimento da Nota de Empenho ou da Ordem de Compra.

7.3. O prazo para a retirada da Autorização de Fornecimento será de até 3 (três) dias úteis da data da comunicação ao fornecedor.

7.4. O local da entrega, em cada fornecimento, será no local indicado na Autorização de Fornecimento, devendo ser dentro dos limites do perímetro urbano do Município de Capinzal.

7.5. A contratante reserva-se o direito de recusar, no todo ou em parte, os serviços executados com irregularidades ou desconformidade com o proposto, obrigando-se a contratada a promover sua substituição.

CLÁUSULA OITAVA- DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. O serviço objeto deste contrato será recebido pela Câmara de Vereadores, consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA NONA- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da presente aquisição correrão à conta de dotação orçamentária constante do Orçamento Geral, abaixo relacionada:

01.01.2.001.3.3.90.40.04.00.00.00 - Comunicação de Dados.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS RESPONSABILIDADES E DIREITOS DA CONTRATADA

10.1. Executar o serviço nos prazos estipulados, contados da data do recebimento da Nota de Empenho ou Ordem de Compra;

10.2. Executar o serviço de acordo com a especificação e demais condições estipuladas nesta Dispensa de Licitação;

10.3. Reparar, corrigir, remover, às suas expensas, no todo ou em parte o(s) serviço(s) em que se verifique danos em decorrência de transporte, manuseio inadequado, ou outro motivo que afete o serviço, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 2 (dois) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

10.4. Assumir todos e quaisquer ônus referentes a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados;

10.5. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

10.6. Verificar a qualidade na execução do serviço contratado;

10.7. Receber os valores dos serviços executados nos prazos previstos nesta Dispensa de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E DIREITOS DA CONTRATANTE

11.1. Comunicar à empresa vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas aos serviços;

11.2. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço que a empresa vencedora entregar fora das especificações da dispensa de Licitação;

11.3. Pagar os serviços nos prazos previstos neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR INADIMPLEMENTO

12.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

12.2. As licitadas e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estarão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Município de Capinzal:

a) a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir o órgão contratante pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

12.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia à interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

12.3. A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitada e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela Diretoria de Compras e Licitações, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

12.4. A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (zero vírgula sessenta e seis por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste item;

IV - 15% (quinze por cento), em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração, de recusa parcial ou total na entrega do material, de recusa na conclusão do serviço ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

12.4.1. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e será executada após regular processo administrativo, oferecida à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

12.4.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo órgão contratante ou cobrados judicialmente.

12.4.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

12.4.4. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

12.4.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no item 13.2.1, e observado o princípio da proporcionalidade.

12.4.6. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do item 13.4.

12.4.7. A sanção pecuniária prevista no inciso IV do item 13.4, não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejem penalidades.

12.5. A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração pública, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando vencido o prazo de advertência emitida pela Diretoria de Compras e Licitações;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no item anterior e não efetuar o pagamento.

12.5.1. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Diretoria de Compras e Licitações, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e,

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

12.5.2. A penalidade de suspensão será publicada no Órgão de Publicação Oficial do Município de Capinzal.

12.6. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Chefe do Poder Legislativo Municipal ou autoridade equivalente, em se tratando de autarquia ou fundação, à vista dos motivos informados na instrução processual.

12.6.1. A declaração de inidoneidade prevista neste item permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e a extinção da mesma ocorrerá quando a contratada ressarcir o órgão contratante pelos prejuízos resultantes de sua conduta ou após decorrido o prazo da sanção.

12.6.2. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Órgão de Publicação Oficial do Município de Capinzal e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Município de Capinzal e à Administração Pública, consoante o que dispõe o art. 87, inciso IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

12.7. As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que, por quaisquer outros meios, praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro de Fornecedores do Município de Capinzal, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do item 20.6.

12.7.1. Aplicam-se ao item 13.7 as disposições dos subitens 13.5.1e 13.5.2 do item 13.5.

12.8. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

12.8.1. O recurso será dirigido à autoridade superior por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

12.8.2. Na contagem dos prazos estabelecidos no item 20 e seus subitens, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

12.8.3. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Órgão Oficial do Município de Capinzal.

12.8.4. Os prazos referidos neste item só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade interessada.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA– DA RESCISÃO

13. O contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento:

13.1. Pela Câmara Municipal de Vereadores, quando:

13.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes deste instrumento;

13.1.2. A CONTRATADA não retirar a ordem de compra no prazo estabelecido;

13.1.3. A CONTRATADA der causa à rescisão administrativa do contrato;

13.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato;

13.1.5. Os preços se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

13.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Câmara Municipal de Vereadores.

13.2. A comunicação da rescisão do contrato, nos casos aqui previstos, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao contrato.

13.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da CONTRATADA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o contrato após 3 (três) dias da publicação.

13.4. Pela CONTRATADA, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências deste contrato.

13.5. A solicitação da CONTRATADA para cancelamento do contrato deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Câmara Municipal de Vereadores a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

14.1. A contratada fica obrigada a manter, durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA

15.1. O presente contrato tem vigência a contar da sua assinatura em xxxxxx e término dos serviços no dia 31/12/2019, facultando a continuidade da prestação dos serviços por acordo e interesse das partes, prorrogando-se o contrato mediante termo aditivo com previsão e aplicação conforme Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações supervenientes às licitações e Contratos da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DA VINCULAÇÃO

16.1. O presente contrato vincula-se ao Processo de Dispensa de Licitação que o originou, seus anexos e à proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA LEGISLAÇÃO

17.1. Aplica-se à execução deste contrato, e especialmente aos casos omissos, a Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e demais legislações pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Comarca de Capinzal, Santa Catarina, para dirimir dúvidas que porventura ocorram, independentemente de outro mais privilegiado.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Capinzal (SC), xx de xxxxxxx de 2019.

CONTRATANTE

CONTRATADA

TESTEMUNHAS

TESTEMUNHA1

TESTEMUNHA2

CPF nº

CPF nº

Catanduvas

PREFEITURA

DECRETO 2.492/2019

Publicação Nº 1967688

DECRETO Nº 2.492/2019, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DA 3ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas- SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do art. 103 da Lei Orgânica Municipal e art. 151 da Lei Complementar 19/2002,

DECRETA:

Art. 1º. A Conferência Municipal de Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Municipal de Saúde, conforme dispõe a Lei Federal nº 8.142/90.

Art. 2º. Conforme decisão do Conselho Municipal de Saúde, no dia 27 de fevereiro de 2019, fica convocada a III Conferência Municipal de Saúde do Município de Catanduvas/SC, a ser realizada no dia 04 de abril de 2019, no período vespertino, nas dependências da SERP, Rua da Liberdade, Bairro Cidade Jardim, Catanduvas SC, CEP 89670-000.

Art. 3º. O tema central da Conferência será, "Democracia e Saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS".

Art. 4º. As despesas decorrentes do presente Decreto correrão à conta de dotação própria do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

Art. 5º. Publique-se, divulgue-se, cumpra-se.

Catanduvas (SC), 29 de março de 2019.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ELY TERESINHA MAGNABOSCO MOTERLE

Secretária Municipal de Saúde

Caxambu do Sul

PREFEITURA

CONTRATO Nº 027/2019 PCS

Publicação Nº 1967987

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: DESBRAVATUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA.

Contrato nº: 027/2019 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO CONTÍNUO EM REGIME DE FRETAMENTO DE TRANSPORTE DE ALUNOS RESIDENTES NO MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 01/04/2019.

Vigência: 31/12/2019.

Valor do Contrato: R\$ 82.970,55 (oitenta e dois mil novecentos e setenta reais e cinquenta e cinco centavos).

CONTRATO Nº 028/2019 PCS

Publicação Nº 1968069

Contratante: MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Contratada: DARCI DE JESUS NUNES ME.

Contrato nº: 028/2019 PCS.

Objeto: OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS PARA O MUNICÍPIO DE CAXAMBU DO SUL.

Data da Assinatura: 01/04/2019.

Vigência: 31/12/2019.

Valor do Contrato: 154.033,11 (cento e cinquenta e quatro mil trinta e três reais e onze centavos).

Celso Ramos

PREFEITURA

EDITAL 19/2019

Publicação Nº 1967750

PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS/SC
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL 12 /2019
PROCESSO: 19/2019

A Prefeitura Municipal de Celso Ramos, torna público que encontra-se aberto o Edital de PREGÃO PRESENCIAL, 10/2019, tipo MENOR PREÇO objetivando o registro de preços para AQUISIÇÃO DE BOLAS, TROFEUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÃO DOS CAMPEONATOS E TORNEIOS MUNICIPAIS PREVISTOS NO CALENDÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, TURISMO E CULTURA, COM ENTREGA PARCELADA CONFORME EMISSÃO DE AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO.

Entrega da documentação e proposta até as 09 horas do dia 16 de abril de 2019, na SALA DE LICITAÇÕES.

Informações pelo fone 49-3547-1211 – setor de Licitações.

Celso Ramos, 02 ABRIL DE 2019.
ONDINO RIBEIRO DE MEDEIROS
PREFEITO MUNICIPAL

42/2019

Publicação Nº 1968134

Página: 1/1

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CELSO RAMOS**

Relação dos Contratos

Seqü. Contrato	Nr. Contrato/Aditivo	Assinatura	Vencimento	Proc/Ano	Outra Entidade	Valor do Contrato	Data Cancel.	Tipo	Fornecedor
939	42/2019	02/04/2019	31/12/2019	15/2019	Não	33.750,00		CONSULTORIA CIVIL	A.J.A.SSESORIA E PROJETOS LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA HABILITADA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE ASSESSORIA, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS E OBRAS FIRMADAS ATRAVÉS DE CONVÊNIOS FEDERAIS E ESTADUAIS. CADASTRAMENTO E ACOMPANHAMENTO DE PROPOSTAS NO GOVERNO FEDERAL. SICONV. SIMEC. SIGOB. CISAMA E FUNDAM. ENVOLVENDO SERVIÇOS NA ÁREA DE ENGENHARIA CIVIL, SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS ARQUITETÔNICOS, PROJETO ESTRUTURAL, PROJETO ELÉTRICO BAIXA TENSÃO, PROJETO HIDRAULICO E PROJETO SANITÁRIO, PROJETOS PREVENTIVOS DE									

Total: 1

Cerro Negro

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N°. 004/2019 - FMS

Publicação N° 1968604

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CERRO NEGRO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N°. 004/2019 - FMS

Objeto: Aquisição de veículo novo, 0 km, tipo hatch, destinado ao Fundo Municipal de Saúde.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Recebimento das propostas: até às 09h45 do dia 16/04/2019.

Abertura: às 10h00 do dia 16/04/2019.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.cerronegro.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Setor de Compras deste Município, situado na Avenida Orides Delfes Furtado, 739, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone (49) 3258-0000.

Cerro Negro, SC, 01 de abril de 2019.

ADEMILSON CONRADO

Prefeito Municipal

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 18 - FMS

Publicação Nº 1967499

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO nº 09/2016 - FMS

Nº. do Contrato Administrativo: 18/2019.

Prazo: O prazo do Contrato n. 09/2016, em decorrência da dilação, se estenderá até 12/03/2020.

Processo Licitatório nº 28/2016.

Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 65, inciso I, alínea "b", da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações;

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: EMPRESA GENTE SEGURADORA S/A.

Valor: Os acréscimos decorrente do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor contratual na importância de R\$ 10.600,00 (dez mil e seiscentos reais), conforme demonstrado na cláusula quarta.

Dessa maneira, o valor total do contrato passa a ser de R\$ 21.852,34 (vinte e um mil oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta e quatro centavos).

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto:

I – A prorrogação do prazo de execução contratual estabelecido na Cláusula Quinta do Contrato nº 09/2016, celebrado entre as partes em 10/03/2016, com fundamento legal no inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93;

II – O acréscimo quantitativo de veículos que deram entrada na frota municipal, conforme adiante especificado, acrescentando os itens 54, 55, 56, 57, 58, 59 e 60, nos termos do § 1º do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e;

III – A supressão quantitativa dos itens 11, 27, 48 e 52 ao objeto contratual pactuado inicialmente, que representa uma redução no valor contratual, conforme expressa concordância da contratada, em conformidade com o inciso II do art. 65 da Lei n. 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 11 de março de 2018.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 23

Publicação Nº 1967379

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO nº 26/2016 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 23/2019.

Prazo: O prazo do Contrato n. 26/2016, em decorrência da dilação, se estenderá até 12/03/2020.

Processo Licitatório nº 28/2016.

Fundamento: art. 37, inciso XXI da Constituição Federal/88 c/c o art. 65, inciso I, alínea "b", da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações;

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: EMPRESA GENTE SEGURADORA S/A.

Valor: Os acréscimos decorrente do presente termo aditivo tem impacto financeiro sobre o valor contratual na importância de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), conforme demonstrado na cláusula quarta.

Em relação à supressão quantitativa, o valor total da redução contratual através deste Termo de Aditivo é de R\$ 4.296,33 (quatro mil duzentos e noventa e seis reais e trinta e três centavos).

Dessa maneira, o valor total do contrato passa a ser de R\$ 91.067,24 (noventa e um mil e sessenta e sete reais e vinte e quatro centavos).

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto:

I – A prorrogação do prazo de execução contratual estabelecido na Cláusula Quinta do Contrato nº 26/2016, celebrado entre as partes em 10/03/2016, com fundamento legal no inciso II do art. 57 da Lei n. 8.666/93;

II – O acréscimo quantitativo de veículos que deram entrada na frota municipal, conforme adiante especificado, acrescentando os itens 54, 55, 56, 57, 58, 59 e 60, nos termos do § 1º do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e;

III – A supressão quantitativa dos itens 11, 27, 48 e 52 ao objeto contratual pactuado inicialmente, que representa uma redução no valor contratual, conforme expressa concordância da contratada, em conformidade com o inciso II do art. 65 da Lei n. 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA: 11 de março de 2018.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 24

Publicação Nº 1967385

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 24/2019 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 24/2019.

Vigência: 15/03/2019 à 31/12/2019.

Processo Licitatório nº 15/2019.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: Taynan Transportes e Turismo Ltda.

Valor: valor total estimado de R\$ 162.639,90 (cento e sessenta e dois mil seiscentos e trinta e nove reais e noventa centavos).

Objeto: Contratação de Serviços de Transporte de Escolares das Redes Municipal e Estadual de Ensino do Município de Chapadão do Lageado-SC, percorrendo estradas pavimentadas, não pavimentadas e vicinais.

DATA DA ASSINATURA: 15 de março de 2019.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 25

Publicação Nº 1967388

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 25/2019 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 25/2019.

Vigência: 15/03/2019 à 31/12/2019.

Processo Licitatório nº 17/2019.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: VANDERLEI DALVO ANGOLERI.

Valor: R\$ 15.099,68 (quinze mil e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos).

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para merenda escolar dos alunos da Rede Pública Municipal, 1º e 2º semestre de 2019, conforme itens enumerados abaixo, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

DATA DA ASSINATURA: 15 de março de 2019.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 26

Publicação Nº 1967393

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 26/2019 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 26/2019.

Vigência: 15/03/2019 à 31/12/2019.

Processo Licitatório nº 17/2019.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: JAIME ESPINDOLA.

Valor: R\$ 2.257,50 (dois mil e duzentos e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos).

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para merenda escolar dos alunos da Rede Pública Municipal, 1º e 2º semestre de 2019, conforme itens enumerados abaixo, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

DATA DA ASSINATURA: 15 de março de 2019.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 27

Publicação Nº 1967444

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 27/2019 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 27/2019.

Vigência: 15/03/2019 à 31/12/2019.

Processo Licitatório nº 17/2019.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: EVALDINO WEIRICH.

Valor: R\$ 11.524,12 (onze mil e quinhentos e vinte e quatro reais e doze centavos).

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para merenda escolar dos alunos da Rede Pública Municipal, 1º e 2º semestre de 2019, conforme itens enumerados abaixo, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

DATA DA ASSINATURA: 15 de março de 2019.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 28

Publicação Nº 1967451

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 28/2019 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 28/2019.

Vigência: 15/03/2019 à 31/12/2019.

Processo Licitatório nº 17/2019.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DO VALE DO ITAJAÍ - COOPERFAVI.

Valor: R\$ 18.627,24 (dezoito mil e seiscentos e vinte e sete reais e vinte e quatro centavos).

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para merenda escolar dos alunos da Rede Pública Municipal, 1º e 2º semestre de 2019, conforme itens enumerados abaixo, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

DATA DA ASSINATURA: 15 de março de 2019.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 29

Publicação Nº 1967455

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO nº 29/2019 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 29/2019.

Vigência: 15/03/2019 à 31/12/2019.

Processo Licitatório nº 17/2019.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE VIDAL RAMOS – COPAVIDAL.

Valor: R\$ 4.710,21 (quatro mil e setecentos e dez reais e vinte e um centavos).

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para merenda escolar dos alunos da Rede Pública Municipal, 1º e 2º semestre de 2019, conforme itens enumerados abaixo, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

DATA DA ASSINATURA: 15 de março de 2019.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 30

Publicação N° 1967462

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO n° 30/2019 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 30/2019.

Vigência: 15/03/2019 à 31/12/2019.

Processo Licitatório n° 17/2019.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: VIVALDO MICHELS.

Valor: R\$ 1.220,70 (um mil e duzentos e vinte reais e setenta centavos).

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para merenda escolar dos alunos da Rede Pública Municipal, 1º e 2º semestre de 2019, conforme itens enumerados abaixo, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

DATA DA ASSINATURA: 15 de março de 2019.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 31

Publicação N° 1967475

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO n° 31/2019 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 31/2019.

Vigência: 15/03/2019 à 31/12/2019.

Processo Licitatório n° 17/2019.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: JEOVANE MOMM.

Valor: R\$ 1.536,00 (um mil e quinhentos e trinta e seis reais).

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE, para merenda escolar dos alunos da Rede Pública Municipal, 1º e 2º semestre de 2019, conforme itens enumerados abaixo, todos de acordo com a chamada pública n.º 1/2019, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.

DATA DA ASSINATURA: 15 de março de 2019.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 32

Publicação N° 1967481

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO n° 32/2019 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 32/2019.

Vigência: 26/03/2019 à 31/12/2019.

Processo Licitatório n° 35/2019.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DA AMAVI - CIM-AMAVI.

Valor: Para cobrir as despesas decorrentes da execução deste contrato o MUNICÍPIO compromete-se a firmar Contrato de Rateio com o CIM-AMAVI, através do qual serão rateadas referidas despesas entre os municípios consorciados que tiverem firmado contrato de programa nos termos do presente, cujo critério de rateio será o número de municípios participantes, aplicada a seguinte fórmula: $X/Y=A$ onde $X=$ despesas totais, $Y=$ número de municípios e $A=$ valor a ser pago pelo MUNICÍPIO, sendo que o repasse de recursos deverá ocorrer a partir de 01/05/2019.

Objeto: Constitui objeto do presente contrato, assegurar ao MUNICÍPIO a orientação e articulação necessária para o desenvolvimento dos serviços de inspeção e fiscalização sanitária animal de acordo com os princípios e definições da sanidade agropecuária, nos Municípios

Consortciados ao CIM-AMAVI, dentro dos padrões e normas técnicas do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária – SUASA, em conformidade com a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, Lei nº 9.712, de 20 de novembro de 1998, Decreto Federal nº 5.741, de 30 de março de 2006 e outras normas e regulamentos que venham a ser expedidos pelas instâncias central e superior, intermediárias e locais, com vistas a regulamentar a sanidade agropecuária, incluindo o controle de atividades de saúde, sanidade, inspeção e fiscalização, educação, vigilância de animais, insumos e produtos de origem animal, consoante previsão da Cláusula Quinta do Contrato de Consórcio Público do qual é parte o MUNICÍPIO.

DATA DA ASSINATURA: 26 de março de 2019.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DE CONTRATO 33

Publicação N° 1967487

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO

EXTRATO DE CONTRATO nº 33/2019 - PM

Nº. do Contrato Administrativo: 33/2019.

Vigência: 26/03/2019 à 31/12/2019.

Processo Licitatório nº 34/2019.

Contratante: Município de Chapadão do Lageado.

Contratado/Credenciado: LINDOLAR COMERCIO DE ESQUADRIAS, FORROS E DIVISORIAS EIRELI.

Valor: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

Objeto: O presente contrato tem por objeto a Fabricação e Montagem de Portões de Abrir e Portões de Correr com trilhos a serem instalados respectivamente no Salão Comunitário da Florestal e Cancha de Laço localizada no Centro de Eventos Municipal de Chapadão do Lageado-SC.

DATA DA ASSINATURA: 26 de março de 2019.

ORLANDO PAUL

Prefeito Municipal em Exercício

Chapecó

CÂMARA MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO Nº 13 DE 2018

Publicação Nº 1967925

PREGÃO PRESENCIAL Nº PR13/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Eu, Presidente da Câmara de Vereadores de Chapecó-SC, no uso de minhas atribuições legais, HOMOLOGO o licitatório em referência, o qual tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA COMUM) E SERVIÇOS DE LAVAGEM DE AUTOMÓVEL, tendo como vencedores/itens, o constante na tabela abaixo:

5068 - COMERCIAL IGUAÇU LTDA (79.292.553/0001-15)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	79926 - GASOLINA COMUM	L	Branca	10.000	4,37	43.700,00
2	189974 - SERVIÇO DE LAVAGEM INTERNA E EXTERNA DE AUTOMÓVEL	UN		200	35,00	7.000,00
Total					50.700,00	

Chapecó-SC, 13 de Dezembro de 2018

Itamar Antonio Agnoletto

Presidente da Câmara

PORTARIA Nº 36 DE 2019

Publicação Nº 1968659

Portaria Nº 36/19

Concede adicional de qualificação ao servidor efetivo do Poder Legislativo Municipal.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE CHAPECÓ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve:

CONSIDERANDO, o que dispõe os artigos da Lei Complementar nº 414 de 28 de junho de 2010 e,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder à Servidora do Poder Legislativo JESSYCA ALESSIO PREVIDI ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Administração I, o adicional de qualificação de 5% (cinco por cento) referentes à habilitação de nível Pós-graduação.

Art. 3º. Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta portaria, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Gabinete do Presidente, em 29 de março de 2019.

ARESTIDE FIDELIS

Presidente

PREGÃO Nº 14 DE 2018 - ATA DE SESSÃO

Publicação Nº 1967927

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 14/2018

ATA DE SESSÃO DE LICITAÇÃO

Às 14 horas e 15 minutos do dia 17 de dezembro de 2018, na sala da comissão permanente de licitações, departamento de compras e licitações da Câmara Municipal de Chapecó, reuniram-se em sessão pública o Pregoeiro e os membros da equipe de apoio, nomeados pela Portaria nº. 28, de 31 de Janeiro de 2018, para a prática dos atos inerentes ao Processo Administrativo e Pregão Presencial de números em epígrafe, cujo objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE INTERNA DE ENERGIA ELÉTRICA, DE TELEFONIA E DE COMUNICAÇÃO INTERNA, de acordo com as especificações descritas no edital e nos seus anexos.

Não compareceu nenhum interessado à sessão. Diante deste fato, foi declarada deserta a presente licitação, sugerindo ao Exmo. Sr. Presidente a republicação designando nova data. Declara-se encerrada a sessão, lavrando a presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelos presentes.



Enivaldo Barros Pregoeiro	Heber Mantavani Equipe de Apoio
Carlos Cezar de Campos Coletti Equipe de Apoio	

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12 DE 2018 - HOMOLOGAÇÃO

Publicação Nº 1967928

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Eu, Presidente da Câmara de Vereadores de Chapecó-SC, no uso de minhas atribuições legais, HOMOLOGO o licitatório em referência, o qual tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS OBJETIVAS – DE CARÁTER ELIMINATÓRIO E CLASSIFICATÓRIO - E PROVA PRÁTICA – DE CARÁTER ELIMINATÓRIO - PARA PROVIMENTO DE CARGOS NO QUADRO PERMANENTE DE SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ-SC, tendo como vencedores/itens, o constante na tabela abaixo:

18059 - OBJETIVA CONCURSOS LTDA (00.849.426/0001-14)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R\$)	Valor total (R\$)
1	189889 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS OBJETIVAS – DE CARÁTER ELIMINATÓRIO E CLASSIFICATÓRIO - E PROVA PRÁTICA – DE CARÁTER ELIMINATÓRIO - PARA PROVIMENTO DE CARGOS NO QUADRO PERMANENTE DE SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ-SC	UN		1	42.000,00	42.000,00
2	189890 - CANDIDATOS EXCEDENTES DE CONCURSO PÚBLICO CANDIDATOS EXCEDENTES INSCRITOS NO CONCURSO PÚBLICO DE PROVAS OBJETIVAS – DE CARÁTER ELIMINATÓRIO E CLASSIFICATÓRIO - E PROVA PRÁTICA – DE CARÁTER ELIMINATÓRIO - PARA PROVIMENTO DE CARGOS NO QUADRO PERMANENTE DE SERVIDORES DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ-SC	UN		1	40,00	40,00
Total					42.040,00	

Chapecó-SC, 10 de dezembro de 2018.
Itamar Antônio Agnoletto
Presidente da Câmara Municipal de Chapecó-SC.

Cocal do Sul

PREFEITURA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 26/PMCS/2019 - FRACASSADA

Publicação N° 1967538

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 42/PMCS/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 26/PMCS/2019

Objeto: Registro de preços para aquisição de forma parcelada de Aduelas de concreto armado pré-moldado para atender as necessidades do Município de Cocal do Sul/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item.

Informações complementares: A licitação foi declarada fracassada pela inabilitação da empresa participante. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, situada na Av. Dr. Polidoro Santiago, nº 519, de 2ª a 6ª feira, das 07h30min às 12h00min e das 13h00min às 16h30min, pelo telefone (48) 3444-6006 ou pelo e-mail licitacao@cocaldosul.sc.gov.br.

Cocal do Sul, 01 de abril de 2018.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

Página: 2 / 4
Data: 29/03/2019
Exercício de 2019

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO



TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	48.505.000,00	48.505.000,00	7.631.415,19	15,73	7.631.415,19	15,73	40.873.584,81
Transferências da União e de suas Entidades	19.623.000,00	19.623.000,00	2.796.012,51	14,25	2.796.012,51	14,25	16.826.987,49
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	18.435.000,00	18.435.000,00	3.100.661,75	16,82	3.100.661,75	16,82	15.334.338,25
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	207.000,00	207.000,00	500,00	0,24	500,00	0,24	206.500,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	10.200.000,00	10.200.000,00	1.734.240,93	17,00	1.734.240,93	17,00	8.465.759,07
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	40.000,00	40.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.179.000,00	1.179.000,00	431.703,60	36,62	431.703,60	36,62	747.296,40
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	799.000,00	799.000,00	108.300,00	13,55	108.300,00	13,55	690.700,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	150.000,00	150.000,00	313.636,38	209,09	313.636,38	209,09	-163.636,38
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	230.000,00	230.000,00	9.767,22	4,25	9.767,22	4,25	220.232,78
RECEITAS DE CAPITAL	2.425.000,00	2.425.000,00	329.002,09	13,57	329.002,09	13,57	2.095.997,91
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	300.000,00	300.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300.000,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	355.000,00	355.000,00	172.200,00	48,51	172.200,00	48,51	182.800,00
Alienação de Bens Móveis	255.000,00	255.000,00	172.200,00	67,53	172.200,00	67,53	82.800,00
Alienação de Bens Imóveis	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.770.000,00	1.770.000,00	156.802,09	8,86	156.802,09	8,86	1.613.197,91
Transferências da União e de suas Entidades	1.115.000,00	1.115.000,00	156.802,09	14,06	156.802,09	14,06	958.197,91
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	655.000,00	655.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	655.000,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Página: 3 / 4
Data: 29/03/2019
Exercício de 2019

OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL									
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)									
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	68.500.000,00	68.500.000,00	10.550.650,43	15,40	10.550.650,43	15,40	10.550.650,43	15,40	57.949.349,57
OPERAÇÕES DE CRÉDITO / REFINANCIAMENTO (IV)									
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	68.500.000,00	68.500.000,00	10.550.650,43	15,40	10.550.650,43	15,40	10.550.650,43	15,40	57.949.349,57
DÉFICIT (VI)									
TOTAL (VII) = (V + VI)	68.500.000,00	68.500.000,00	10.550.650,43	15,40	10.550.650,43	15,40	10.550.650,43	15,40	57.949.349,57
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES									
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	1.812.978,70					1.812.978,70		
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00							
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	1.812.978,70					1.812.978,70		
	0,00	0,00					0,00		

Página: 4 / 4
Data: 29/03/2019
Exercício de 2019

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO



DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)									
DESPESAS CORRENTES	68.500.000,00	74.631.109,29	14.762.159,09	14.762.159,09	59.868.950,20	7.851.725,90	7.851.725,90	66.779.383,39	5.385.796,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	58.366.200,00	59.000.520,00	12.870.121,58	12.870.121,58	46.130.398,42	7.392.701,75	7.392.701,75	51.607.818,25	5.124.476,36
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	35.568.000,00	35.578.000,00	6.014.573,04	6.014.573,04	29.563.426,96	4.841.146,73	4.841.146,73	30.736.853,27	3.196.327,73
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	531.000,00	531.000,00	17.454,03	17.454,03	513.545,97	17.306,43	17.306,43	513.693,57	17.306,43
DESPESAS DE CAPITAL	22.267.200,00	22.891.520,00	6.838.094,51	6.838.094,51	16.053.425,49	2.534.248,59	2.534.248,59	20.357.271,41	1.910.842,20
INVESTIMENTOS	10.058.800,00	15.555.589,29	1.892.037,51	1.892.037,51	13.663.551,78	459.024,15	459.024,15	15.096.565,14	261.320,61
INVERSÕES FINANCEIRAS	9.308.800,00	14.805.589,29	1.729.663,19	1.729.663,19	13.075.926,10	327.476,13	327.476,13	14.478.113,16	129.772,59
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	750.000,00	750.000,00	162.374,32	162.374,32	587.625,68	131.548,02	131.548,02	618.451,98	131.548,02
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	75.000,00	75.000,00	---	---	75.000,00	---	---	75.000,00	---
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	68.500.000,00	74.631.109,29	14.762.159,09	14.762.159,09	59.868.950,20	7.851.725,90	7.851.725,90	66.779.383,39	5.385.796,97
AMORTIZAÇÃO DA DIV. / REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Anortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII) = (XI + XII)	68.500.000,00	74.631.109,29	14.762.159,09	14.762.159,09	59.868.950,20	7.851.725,90	7.851.725,90	66.779.383,39	5.385.796,97
SUPERÁVIT (XIII)									
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	68.500.000,00	74.631.109,29	14.762.159,09	14.762.159,09	59.868.950,20	7.851.725,90	7.851.725,90	69.478.307,92	5.164.853,46
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00							

Cocal do Sul, 29/03/2019

LAÉRCIO DE COSTA
Contador

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLÉDIO FACHIN
Secretário de Administração e Finanças



MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Página : 1 / 3
Data de emissão: 29/03/2019
Exercício de 2019

RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%(d/total d)			
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	LEGISLATIVA	68.500.000,00	74.631.109,29	14.762.159,09	14.762.159,09	100,00	59.868.950,20	7.851.725,90	7.851.725,90	100,00	66.779.383,39	
	Ação Legislativa	2.050.000,00	2.050.000,00	1.370.339,02	1.370.339,02	9,28	679.660,98	192.942,19	192.942,19	2,46	1.857.057,81	
	ADMINISTRAÇÃO	2.050.000,00	2.050.000,00	1.370.339,02	1.370.339,02	9,28	679.660,98	192.942,19	192.942,19	2,46	1.857.057,81	
	Administração Geral	6.217.000,00	6.387.000,00	1.428.956,98	1.428.956,98	9,68	4.958.043,02	932.877,67	932.877,67	11,88	5.454.122,33	
	Administração Financeira	5.087.000,00	5.187.000,00	1.156.638,28	1.156.638,28	7,84	4.030.361,72	772.178,68	772.178,68	9,83	4.414.821,32	
	Normalização e Fiscalização	900.000,00	900.000,00	213.339,88	213.339,88	1,45	686.660,12	116.126,25	116.126,25	1,48	783.873,75	
	Defesa Civil	180.000,00	250.000,00	57.251,82	57.251,82	0,39	192.748,18	42.845,74	42.845,74	0,55	207.154,26	
	SEGURANÇA PÚBLICA	50.000,00	50.000,00	1.727,00	1.727,00	0,01	48.273,00	1.727,00	1.727,00	0,02	48.273,00	
	Normalização e Fiscalização	1.054.000,00	1.430.000,00	84.053,19	84.053,19	0,57	1.345.946,81	49.744,38	49.744,38	0,63	1.380.255,62	
	ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.054.000,00	1.430.000,00	84.053,19	84.053,19	0,57	1.345.946,81	49.744,38	49.744,38	0,63	1.380.255,62	
	Administração Geral	3.423.400,00	3.586.713,00	492.972,03	492.972,03	3,34	3.093.740,97	276.335,70	276.335,70	3,52	3.310.377,30	
	Assistência ao Idoso	668.000,00	668.000,00	54.279,68	54.279,68	0,37	613.720,32	49.911,08	49.911,08	0,64	618.088,92	
	Assistência à Criança e ao Adolescente	71.000,00	71.000,00	7.402,60	7.402,60	0,05	63.597,40	4.258,90	4.258,90	0,05	66.741,10	
	Assistência Comunitária	571.000,00	571.000,00	185.949,96	185.949,96	1,26	385.050,04	58.489,65	58.489,65	0,74	512.510,35	
	SAÚDE	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	697.400,00	697.400,00	29.680,65	29.680,65	0,20	667.719,35	23.568,78	23.568,78	0,30	673.831,22
		Atenção Básica	15.409.000,00	15.499.000,00	2.508.223,32	2.508.223,32	16,99	12.990.776,68	2.164.825,54	2.164.825,54	27,57	13.334.174,46
		Assistência Hospitalar e Ambulatorial	580.000,00	580.000,00	146.462,71	146.462,71	0,99	433.537,29	103.054,70	103.054,70	1,31	476.945,30
		Suporte Profilático e Terapêutico	9.500.000,00	9.500.000,00	1.435.006,85	1.435.006,85	9,72	8.064.993,15	1.256.696,37	1.256.696,37	16,01	8.243.303,63
		Vigilância Sanitária	3.766.000,00	3.856.000,00	638.524,11	638.524,11	4,33	3.217.475,89	554.532,37	554.532,37	7,06	3.301.467,63
		Vigilância Epidemiológica	842.000,00	842.000,00	165.335,19	165.335,19	1,12	676.664,81	162.324,15	162.324,15	2,07	679.675,85
		TRABALHO	196.000,00	196.000,00	38.988,00	38.988,00	0,26	157.012,00	21.019,87	21.019,87	0,27	174.980,13
		Fomento ao Trabalho	525.000,00	525.000,00	83.906,46	83.906,46	0,57	441.093,54	67.198,08	67.198,08	0,86	457.801,92
			225.000,00	225.000,00	0,00	0,00	0,00	225.000,00	0,00	0,00	0,00	225.000,00
			225.000,00	225.000,00	0,00	0,00	0,00	225.000,00	0,00	0,00	0,00	225.000,00

Página : 2 / 3
Data de emissão: 29/03/2019
Exercício de 2019

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO



RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,00												
FUNÇÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)				
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		%	(b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%	(d/total d)
EDUCAÇÃO	18.881.000,00	19.338.252,70	2.874.584,29	2.874.584,29	19,47	16.463.668,41	1.906.399,17	1.906.399,17	24,28	17.431.853,53		
Administração Geral	1.050.000,00	1.050.000,00	179.761,25	179.761,25	1,22	870.238,75	112.629,03	112.629,03	1,43	937.370,97		
Alimentação e Nutrição	895.000,00	895.000,00	126.432,05	126.432,05	0,86	768.567,95	49.098,27	49.098,27	0,63	845.901,73		
Ensino Fundamental	8.096.000,00	8.303.350,00	1.131.686,07	1.131.686,07	7,67	7.171.663,93	715.085,75	715.085,75	9,11	7.588.264,25		
Ensino Superior	100.000,00	100.000,00	50.000,04	50.000,04	0,34	49.999,96	8.333,34	8.333,34	0,11	91.666,66		
Educação Infantil	8.380.000,00	8.629.902,70	1.076.704,88	1.076.704,88	7,29	7.553.197,82	978.249,39	978.249,39	12,46	7.651.653,31		
Educação Especial	360.000,00	360.000,00	310.000,00	310.000,00	2,10	50.000,00	43.003,39	43.003,39	0,55	316.996,61		
CULTURA	600.000,00	600.000,00	59.592,52	59.592,52	0,40	540.407,48	20.712,41	20.712,41	0,26	579.287,59		
Difusão Cultural	600.000,00	600.000,00	59.592,52	59.592,52	0,40	540.407,48	20.712,41	20.712,41	0,26	579.287,59		
URBANISMO	7.074.600,00	11.891.143,59	2.656.171,99	2.656.171,99	17,99	9.234.971,60	793.538,88	793.538,88	10,11	11.097.604,71		
Infra-Estrutura Urbana	2.059.000,00	6.662.543,59	809.531,38	809.531,38	5,48	5.853.012,21	47.040,13	47.040,13	0,60	6.615.503,46		
Serviços Urbanos	5.015.600,00	5.228.600,00	1.846.640,61	1.846.640,61	12,51	3.381.959,39	746.498,75	746.498,75	9,51	4.482.101,25		
HABITAÇÃO	448.000,00	448.000,00	2.750,00	2.750,00	0,02	445.250,00	2.750,00	2.750,00	0,04	445.250,00		
Habitação Urbana	448.000,00	448.000,00	2.750,00	2.750,00	0,02	445.250,00	2.750,00	2.750,00	0,04	445.250,00		
SANEAMENTO	6.825.000,00	6.825.000,00	2.068.518,36	2.068.518,36	14,01	4.756.481,64	780.039,79	780.039,79	9,93	6.044.960,21		
Saneamento Básico Urbano	1.850.000,00	1.850.000,00	837.635,25	837.635,25	5,67	1.012.364,75	209.699,53	209.699,53	2,67	1.640.300,47		
GESTÃO AMBIENTAL	636.000,00	636.000,00	75.800,55	75.800,55	0,51	560.199,45	55.394,64	55.394,64	0,71	580.605,36		
Controle Ambiental	636.000,00	636.000,00	75.800,55	75.800,55	0,51	560.199,45	55.394,64	55.394,64	0,71	580.605,36		
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	260.000,00	260.000,00	95.018,84	95.018,84	0,64	164.981,16	27.128,34	27.128,34	0,35	232.871,66		
Tecnologia da Informatização	260.000,00	260.000,00	95.018,84	95.018,84	0,64	164.981,16	27.128,34	27.128,34	0,35	232.871,66		
AGRICULTURA	1.256.000,00	1.314.000,00	276.166,62	276.166,62	1,87	1.037.833,38	186.769,16	186.769,16	2,38	1.127.230,84		
Promoção da Produção Agropecuária	1.256.000,00	1.314.000,00	276.166,62	276.166,62	1,87	1.037.833,38	186.769,16	186.769,16	2,38	1.127.230,84		
COMÉRCIO E SERVIÇOS	265.000,00	265.000,00	11.285,53	11.285,53	0,08	253.714,47	5.855,14	5.855,14	0,07	259.144,86		
Turismo	265.000,00	265.000,00	11.285,53	11.285,53	0,08	253.714,47	5.855,14	5.855,14	0,07	259.144,86		
DESPORTO E LAZER	880.000,00	880.000,00	114.766,33	114.766,33	0,78	765.233,67	58.433,32	58.433,32	0,74	821.566,68		
Desporto Comunitário	880.000,00	880.000,00	114.766,33	114.766,33	0,78	765.233,67	58.433,32	58.433,32	0,74	821.566,68		
ENCARGOS ESPECIAIS	2.921.000,00	2.921.000,00	642.959,52	642.959,52	4,36	2.278.040,48	397.979,57	397.979,57	5,07	2.523.020,43		
Outros Encargos Especiais	2.921.000,00	2.921.000,00	642.959,52	642.959,52	4,36	2.278.040,48	397.979,57	397.979,57	5,07	2.523.020,43		

R\$ 1,00

Página : 3 / 3

Data de emissão: 29/03/2019

Exercício de 2019

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC

CONSOLIDADO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO



RREO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

RRFO - Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alinea c)

FUNÇÃO/SUBFUNCAO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%(b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	%(d/total d)	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.000,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00	0,00	0,00	0,00	75.000,00
Reserva de Contingência	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)										
TOTAL (III) = (I + II)	68.500.000,00	74.631.109,29	14.762.159,09	14.762.159,09	100,00	59.868.950,20	7.851.725,90	7.851.725,90	100,00	66.779.383,39

NOTA:

Cocal do Sul, 29/03/2019

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA

Contador

CLÉDIO FACHIN

Secretário de Administração e Finanças

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2018 A FEVEREIRO/2019

RREO - ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Mar/2018	Abr/2018	Mai/2018	Jun/2018	Jul/2018	Ago/2018	Sep/2018	Out/2018	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	TOTAL (ULT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2019
RECEITAS CORRENTES (I)		5.130.613,69	5.552.944,90	4.953.396,47	5.272.908,01	5.152.915,78	4.834.355,60	4.516.643,60	4.934.687,81	5.411.195,66	6.266.806,85	5.365.601,35	6.123.280,92	63.541.330,04	73.437.000,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		1.009.909,09	1.095.981,51	568.042,53	428.042,74	590.042,96	496.801,25	376.051,37	550.251,87	554.822,94	582.229,78	554.202,72	748.130,90	7.556.382,76	9.870.000,00
I.P.T.U.		461.662,29	549.844,41	80.194,27	54.035,34	42.469,33	19.034,89	36.253,14	23.126,23	33.083,08	37.819,90	43.246,23	138.731,66	1.519.529,77	2.124.000,00
I.S.S.		222.235,10	235.822,21	177.709,97	185.448,45	182.784,55	199.807,89	207.857,63	227.637,71	206.002,31	195.297,39	189.903,31	189.684,81	2.420.091,33	3.325.000,00
I.T.B.I.		32.921,79	37.659,11	36.709,85	73.269,34	49.022,16	43.891,41	53.692,20	54.033,77	41.424,08	43.415,44	60.229,70	63.552,82	589.822,27	514.000,00
I.R.R.F.		93.096,07	81.647,15	83.356,39	20.681,78	163.281,20	88.288,26	15.472,90	90.603,41	174.951,25	195.903,48	110.460,65	90.644,24	1.208.346,78	1.315.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		199.993,84	191.008,13	190.064,05	95.509,83	152.475,72	145.678,50	62.974,50	154.851,75	99.362,22	109.793,57	150.362,83	265.517,37	1.817.592,61	2.592.000,00
Contribuições		72.220,41	72.037,20	71.716,49	70.729,73	81.511,45	106.800,47	111.835,37	108.816,25	118.798,11	179.416,23	21.053,32	78.431,08	1.093.406,11	950.000,00
Receita Patrimonial		11.089,22	11.871,27	12.544,86	13.582,42	14.506,60	13.963,80	12.361,10	15.451,63	22.174,00	21.108,49	34.376,48	32.856,78	215.868,65	511.000,00
Rendimentos de Aplicação Financeira		11.089,22	11.871,27	12.544,86	13.582,42	14.506,60	13.963,80	12.361,10	15.451,63	22.174,00	21.108,49	34.376,48	32.856,78	215.868,65	511.000,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.409,36	13.200,74	14.619,29	17.232,43	165.168,00	411.000,00
Receita Agropecuária		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	507.000,65	100.000,00
Receita Industrial		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Receita de Serviços		343.921,98	319.268,42	319.212,43	332.211,56	317.169,34	325.620,73	338.349,88	317.558,88	329.903,38	352.465,62	353.522,49	335.913,78	3.985.118,49	5.010.000,00
Transferências Correntes		3.625.451,86	3.963.616,79	3.915.590,14	4.358.042,97	4.077.894,10	3.806.955,25	3.617.950,31	3.809.149,83	4.034.779,92	5.121.362,10	4.305.404,98	4.593.224,14	49.228.032,39	55.887.000,00
Cota-Parte do F.P.M.		865.465,77	907.412,66	1.113.615,80	1.042.848,22	1.201.316,37	893.531,87	673.902,41	765.546,77	961.620,30	1.682.842,05	1.188.090,93	1.305.046,74	12.601.241,89	16.050.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.		1.359.232,97	1.438.014,06	1.321.494,81	1.243.054,98	1.436.601,91	1.426.488,42	1.458.297,15	1.471.321,86	1.437.441,23	1.681.917,39	1.762.352,36	1.713.331,87	17.748.499,01	18.700.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.		188.880,86	179.067,15	196.927,75	189.346,46	213.012,30	230.051,86	200.226,03	259.819,40	293.653,56	127.524,70	141.790,18	163.830,82	2.404.101,07	2.800.000,00
Outras Transferências Correntes		462.233,89	654.536,75	515.102,61	1.151.777,65	467.112,56	467.030,42	480.284,45	494.335,57	502.452,28	701.350,22	334.080,04	494.236,22	6.724.532,66	7.757.000,00
Transferências da LC 61/199		7.040,41	21.327,01	21.735,69	23.868,72	20.086,31	21.723,72	21.720,62	22.046,24	21.165,71	38.439,54	20.173,88	21.355,22	260.683,07	250.000,00
Transferências da LC 87/1996		17.566,78	4.631,15	4.631,15	4.631,15	4.631,15	4.631,15	4.631,15	4.631,15	4.631,15	-8.304,48	0,00	0,00	46.311,50	80.000,00
Transferências do FUNDEB		725.006,18	756.621,25	742.061,58	702.306,96	735.073,33	763.042,13	777.534,52	789.029,54	813.746,61	897.461,32	858.957,59	875.283,34	9.438.124,35	10.200.000,00
Outras Receitas Correntes		68.021,13	90.169,61	72.298,02	69.436,59	71.791,33	84.804,10	60.095,97	153.459,35	350.717,31	10.224,63	96.999,36	334.704,24	1.462.521,64	1.179.000,00
DEDUÇÕES (II)		487.642,18	510.091,55	531.685,01	500.791,46	476.633,38	515.988,31	472.026,05	505.156,73	543.716,00	603.441,07	622.473,25	644.740,68	6.413.595,67	7.362.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdencia		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrib. para o Plano de Previdência do Servidor		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB		487.642,18	510.091,55	531.685,01	500.791,46	476.633,38	515.988,31	472.026,05	505.156,73	543.716,00	603.441,07	622.473,25	644.740,68	6.413.595,67	7.362.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)		4.642.971,51	5.042.853,35	4.421.711,46	4.772.116,55	4.676.282,40	4.318.367,29	4.044.616,95	4.429.531,08	4.867.479,66	5.663.365,78	4.743.128,10	5.478.520,24	57.127.734,37	66.075.000,00

FONTE:

COCAL DO SUL, 01/04/2019

Página: 1 / 2
Data: 29/03/2019



MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 4 (LRF, Art 53, inciso II)

R\$ 1,00

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018
RECEITAS CORRENTES (I)				
Receta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atual do RPPS (II)*	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)				
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS - (IV) = (I + III - II)	0,00	0,00	0,00	0,00



MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019 / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Página: 2 / 2

Data: 29/03/2019

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2019	Até o Bimestre / 2018
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII) ²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA							
Valor	0,00							
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA							
Valor	0,00							
APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS							
Plano de amortização - Contribuição patronal suplementar	0,00							
Plano de amortização - Aporte periódico de valores predefinidos	0,00							
Outros Aportes para o RPPS	0,00							
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00							
BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA							
	Até o Bimestre / 2019				Até o Bimestre / 2018			
Caixa e equivalentes de caixa	0,00				0,00			
Investimentos e aplicações	0,00				0,00			
Outros bens e direitos	0,00				0,00			

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA
Contador CRC-SC 027129/0

CLÉDIO FACHIN
Secretário de Administração e Finanças



MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO - FEVEREIRO 2019

Página: 1 / 3
Data: 29/03/2019

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Janeiro - Fevereiro 2019
		RECEITAS REALIZADAS (a)
RECEITAS CORRENTES (I)	66.075.000,00	10.221.648,34
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.870.000,00	1.302.333,62
IPTU	2.124.000,00	181.977,89
ITBI	514.000,00	123.782,52
ISS	3.325.000,00	379.588,12
IRRF	1.315.000,00	201.104,89
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.592.000,00	415.880,20
Contribuições	950.000,00	99.524,40
Recelta Patrimonial	511.000,00	67.235,26
Aplicações Financeiras (II)	411.000,00	31.851,72
Outras Receitas Patrimoniais	100.000,00	35.383,54
Transferências Correntes	48.505.000,00	7.631.415,19
Cota-Parte FPM	13.060.000,00	1.994.510,17
Cota-Parte ITR	24.000,00	111,96
Cota-Parte IPVA	2.240.000,00	260.465,00
Cota-Parte ICMS	14.960.000,00	2.780.547,60
Cota-Parte IPI-Exportação	200.000,00	33.223,27
Desoneração ICMS (LC 87/96)	64.000,00	0,00
Transferências do FUNDEB	10.200.000,00	1.734.240,93
Outras	7.757.000,00	828.316,26
Demais Receitas Correntes	6.239.000,00	1.121.139,87
Outras Receitas Financeiras (III)	20.000,00	2.470,61
Receitas Correntes Restantes	6.219.000,00	1.118.669,26
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	65.644.000,00	10.187.326,01
RECEITAS DE CAPITAL (V)	2.425.000,00	329.002,09
Operações de Crédito (VI)	300.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	355.000,00	172.200,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	355.000,00	172.200,00
Transferências de Capital	1.770.000,00	156.802,09
Convênios	1.270.000,00	156.802,09
Outras Transferências de Capital	500.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	2.125.000,00	329.002,09
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	67.769.000,00	10.516.328,10



Página: 2 / 3
Data: 29/03/2019

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO - FEVEREIRO 2019

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Janeiro - Fevereiro 2019						RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS		PAGOS (c)	
DESPESAS CORRENTES (XIII)	59.000.520,00	12.870.121,58	7.392.701,75	5.124.476,36	374.608,23	127.080,00	127.080,00		
Pessoal e Encargos Sociais	35.578.000,00	6.014.573,04	4.841.146,73	3.196.327,73	126.768,87	0,00	0,00	0,00	
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	531.000,00	17.454,03	17.306,43	17.306,43	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Correntes	22.891.520,00	6.838.094,51	2.534.248,59	1.910.842,20	247.839,36	127.080,00	127.080,00	127.080,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	58.469.520,00	12.852.667,55	7.375.395,32	5.107.169,93	374.608,23	127.080,00	127.080,00	127.080,00	
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	15.555.589,29	1.892.037,51	459.024,15	261.320,61	136.181,91	329.300,00	329.300,00	329.300,00	
Investimentos	14.805.589,29	1.729.663,19	327.476,13	129.772,59	136.181,91	329.300,00	329.300,00	329.300,00	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida (XX)	750.000,00	162.374,32	131.548,02	131.548,02	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	14.805.589,29	1.729.663,19	327.476,13	129.772,59	136.181,91	329.300,00	329.300,00	329.300,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	75.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	73.350.109,29	14.582.330,74	7.702.871,45	5.236.942,52	510.790,14	456.380,00	456.380,00	456.380,00	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIia + XXIIib + XXIIic)]		4.312.215,44							
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO		VALOR CORRENTE							
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		550.000,00							
JUROS NOMINAIS		Janeiro - Fevereiro 2019							
		VALOR INCORRIDO							
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)		17.941,63							
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)		0,00							
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)		4.330.157,07							
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL		VALOR CORRENTE							
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência		1.472.486,73							



Página: 3 / 3
Data: 29/03/2019

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO - FEVEREIRO 2019

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso II)

ABAIXO DA LINHA			
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO		
	Em 31/Dez/2018(a)	Janeiro - Fevereiro 2019 (b)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)			
DEDUÇÕES (XXIX)			
Disponibilidade de Caixa	0,00		3.507.661,77
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)	0,00		8.363.874,91
Demais Haveres Financeiros	0,00		8.363.874,91
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00		8.826.838,99
	0,00		462.964,08
	0,00		0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	0,00		-4.856.213,14
			4.856.213,14
AJUSTE METODOLÓGICO			
		Janeiro - Fevereiro 2019	
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXII) = (XXXa - XXXb)			-462.964,08
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)			0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)			0,00
OUTROS AJUSTES (XXXV)			5.319.177,22
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI)			10.638.354,44
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)			10.620.412,81
INFORMAÇÕES ADICIONAIS			
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			1.442.978,70
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS			0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais			1.442.978,70
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS			0,00

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA
Contador CRC-SC 027129/0

CLÉDIO FACHIN
Secretário de Administração e Finanças



MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

RRRO - Anexo 7 (LRF, art 53, Inciso V)

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES										RP NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos			Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (h+j)	Saldo Total L=(e+k)		
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de (b)					Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de (g)							
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIO) (I)	0,00	517.374,22	510.790,14	0,00	6.594,08		0,00	460.320,00	456.380,00	456.380,00	0,00	3.940,00	10.524,08		
PODER EXECUTIVO	0,00	517.374,22	510.790,14	0,00	6.594,08		0,00	460.320,00	456.380,00	456.380,00	0,00	3.940,00	10.524,08		
FUNDAÇÃO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE DE COCAL DO SUL	0,00	809,65	809,65	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENCIA	0,00	1.800,00	1.800,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
GABINETE DO PREFEITO, VICE E ASSESSORIAS	0,00	24.607,04	24.607,04	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SAMAE	0,00	4.679,46	4.679,46	0,00	0,00		0,00	460.320,00	456.380,00	456.380,00	0,00	3.940,00	3.940,00		
SEC.ADM.PLANEJ.FAZ.E FINANÇAS PUBLICAS	0,00	137.385,87	134.989,87	0,00	2.396,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.396,00		
SEC.DES. ECON.MEIO AMBIENTE TUR.COMUNICAÇÕES	0,00	14.383,67	14.188,67	0,00	215,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	215,00		
SEC.OBRAS VARIAS EDIF.SAN.REF.TRANSP.SER PUBLICOS	0,00	70.919,23	66.946,15	0,00	3.973,08		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.973,08		
SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	0,00	20.777,80	20.777,80	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	2.571,20	2.571,20	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DE EDUCACAO, ESPORTE E LAZER E CULTURA	0,00	218.655,33	218.655,33	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
SECRETARIA DE SAUDE	0,00	19.409,97	19.409,97	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Total (III) = (I + II):	0,00	517.374,22	510.790,14	0,00	6.594,08		0,00	460.320,00	456.380,00	456.380,00	0,00	3.940,00	10.524,08		

ACADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

ALÉRCIO DE COSTA
Contador CRC-SC 02712910

CLÉDIO FACHIN
Secretário de Administração e Finanças

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO DE 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR						SALDO DO EXERCÍCIO DE 2019					
							No Bimestre			Até o Bimestre		
TOTAL DE ATIVOS Ativos Constituídos pela SPE	NADA A DECLARAR											
TOTAL DE PASSIVOS												
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE												
Provisões de PPP												
Outros Passivos												
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS												
Obrigações Contratuais												
Riscos não Provisionados												
Garantias Concedidas												
Outros Passivos Contingentes												
DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	
Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)	NADA A DECLARAR											
...												
...												
Das Estatais Não-Dependentes												
...												
...												
TOTAL DAS DESPESAS												
PPO A CONTRATAR (II)												
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)												
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)												
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V = IV / III)												

Fonte:

Cocal do Sul, 29/03/2019

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito MunicipalLAÉRCIO DE COSTA
ContadorCLÉDIO FACHIN
Secretário de Administração e Finanças



MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Página: 1 / 2
Data de emissão: 29/03/2019
Exercício de 2019

RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o Bimestre			
RECEITAS				
Previsão Inicial	68.500.000,00			
Previsão Atualizada	0,00			
Receitas Realizadas	10.550.650,43			
Déficit Orçamentário	0,00			
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	1.812.978,70			
DESPESAS				
Dotação Inicial	68.500.000,00			
Créditos Adicionais	6.131.109,29			
Dotação Atualizada	74.631.109,29			
Despesas Empenhadas	14.762.159,09			
Despesas Liquidadas	7.851.725,90			
Despesas Pagas	5.385.796,97			
Superávit Orçamentário	2.698.924,53			
DESPESAS POR FUNÇÃO /SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre			
Despesas Empenhadas	14.762.159,09			
Despesas Liquidadas	7.851.725,90			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre			
Receita Corrente Líquida	10.221.648,34			
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até o Bimestre			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00			
Resultado Previdenciário	0,00			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00			
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00			
Resultado Previdenciário	0,00			
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)	
Resultado Nominal	1.472.486,73	4.330.157,07	294,07	
Resultado Primário	550.000,00	4.312.215,44	294,07	
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	517.374,22	0,00	510.790,14	6.584,08
Poder Executivo	517.374,22	0,00	510.790,14	6.584,08
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	460.320,00	0,00	456.380,00	3.940,00
Poder Executivo	460.320,00	0,00	456.380,00	3.940,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	977.694,22	0,00	967.170,14	10.524,08



MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL - SC
CONSOLIDADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO / BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Página: 2 / 2
Data de emissão: 29/03/2019
Exercício de 2019

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	973.988,35	25%	13,49	
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental	1.071.940,90	60%	61,68	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo não realizado		
Receita de Operação de Crédito	0,00	300.000,00		
Despesa de Capital Líquida	1.892.037,51	13.663.551,78		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar		
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	172.200,00	182.800,00		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00		
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	1.283.691,44	15%	17,77	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas / RCL (%)	0,00			

Cocal do Sul, 29/03/2019

ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

LAÉRCIO DE COSTA
Contador

CLÉDIO FACHIN
Secretário de Administração e Finanças

Concórdia

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO

Publicação N° 1968214

CONVOCAÇÃO

A Fundação Municipal de Cultura de Concórdia, juntamente com o Conselho Municipal de Políticas Culturais, CONVOCA todas as entidades/instituições culturais, grupos e coletivos, artistas, produtores e agentes culturais de todos os segmentos artísticos e a comunidade em geral, para o "Fórum de validação do Plano Municipal de Cultura de Concórdia", ser realizado no dia 09/04, às 19h, no Teatro Municipal Maria Luiza de Matos.

Concórdia, SC, 01 de abril de 2019.

JÚLIO GOMES

Diretor Geral / Superintendente da Fundação Municipal de Cultura

EXTRATO 2º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 91/2017 - PMC

Publicação N° 1967151

Contrato N° : 91/2017

Aditivo N° : 2AP CTR 91/2017/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : DETECTOR MONITORAMENTO LTDA - ME

Licitação : Pregão Eletrônico 1/2017

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento eletrônico e fornecimento de equipamentos para os Centros Municipais de Educação Infantil, Escolas Básicas Municipais, Centro Administrativo Municipal, Terminal Rodoviário Neudy Primo Massolini, PROCON e FUMDEMA, com recursos federais, estaduais e próprios, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 06/03/2019 Término: 04/09/2019

Assinatura : 06/03/2019

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Técnico-Administrativo: IVETE APARECIDA BATISTA DELGADO RAHMEIER

EXTRATO 4º APOSTILAMENTO CONTRATO N° 37/2018 - PMC

Publicação N° 1967150

Contrato N° : 37/2018

Aditivo N° : 4AP CTR 37/2018/2019

Tipo Aditivo : Apostila

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : TRANSPORTES IMIGRATUR LTDA ME

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2017

Objeto : Contratação de empresa(s), para prestação de serviço de transporte coletivo de passageiros, em regime de fretamento, para transporte de aluno da rede pública municipal e estadual de ensino fundamental e professores da rede municipal, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" deste edital

Vigência : Início: 05/03/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 05/03/2019

Valor R\$: 93.227,00 (Noventa e Três Mil e Duzentos e Vinte e Sete Reais)

Dotação : 58 - 06.002.2015.33390392600000000000.01190000

Dotação : 59 - 06.002.2016.33390392600000000000.01360000

Dotação : 61 - 06.002.2016.33390392600000000000.01370003

Dotação : 63 - 06.002.2016.33390392600000000000.01620001

Dotação : 64 - 06.002.2017.33390392600000000000.01010000

Dotação : 83 - 06.004.2608.33390392600000000000.01190000

Dotação : 89 - 06.006.2011.33390392600000000000.01370003

Dotação : 90 - 06.006.2011.33390392600000000000.01620001

Dotação : 363 - 06.002.2016.33390392600000000000.03360000

Dotação : 365 - 06.004.2608.33390392600000000000.03360000

Gestor: ANGELO BENINI FANTIN

Fiscal Administrativo: GENESIO BACH DA SILVA

EXTRATO DA SESSÃO DE ABERTURA DA PROPOSTA TÉCNICA TP 01-2019 PMC

Publicação Nº 1968666

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2019 – PMC

Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e arquitetura para realizar a revisão, ampliação e atualização do projeto de Revitalização da Rua Tancredo de Almeida Neves, no trecho que compreende a interseção de entrada do Parque de Exposições Senador Atílio Xavier Fontana até a interseção com a Rodovia BR 153/SC, neste Município, de acordo com as especificações do Anexo "A" do Edital.

EXTRATO DA SESSÃO DE ABERTURA DA PROPOSTA TÉCNICA

Efetuiu-se a abertura do envelope 02 - Proposta Técnica das empresas habilitadas no certame, quais sejam: ECHOA ENGENHARIA S/S EPP, ENCOPE ENGENHARIA LTDA, ENGEVIX ENGENHARIA E PROJETOS S/A, IGUATEMI - CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, GEOVIAS ENGENHARIA LTDA. Foi aberto o Envelope nº 2 – Proposta Técnica das licitantes ora habilitadas. Os documentos nele contidos foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão Permanente de Licitação. As Propostas Técnicas das licitantes: ECHOA ENGENHARIA S/S EPP, contendo 30 (trinta) folhas, ENCOPE ENGENHARIA LTDA contendo 87 (oitenta e sete) folhas, ENGEVIX ENGENHARIA E PROJETOS S/A contendo 141 (cento e quarenta e uma) folhas, IGUATEMI - CONSULTORIA E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA, contendo 264 (duzentos e sessenta e quatro) folhas, GEOVIAS ENGENHARIA LTDA, contendo 46 (quarenta e seis) folhas, devidamente numeradas pela Comissão de Licitação, foram encaminhadas, conforme disposto no Edital, à COMISSÃO ESPECIAL, para expedição de Parecer Técnico. A classificação das PROPOSTAS TÉCNICAS será efetuada pela comissão especial, no prazo de até 10 (dez) dias úteis. Após a divulgação do resultado da classificação das propostas técnicas, em sessão pública previamente agendada, será concedido prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da lavratura da ata, para interposição de recursos, conforme previsto na Alínea "b", inciso I, art. 109 da Lei nº 8.666/93.

Concórdia, SC, 1º de abril de 2019.
CAMILA CRISTINA M. V. NOGUEIRA
Presidente da CPL

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 176/2019

Publicação Nº 1968057

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 176/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) KASSIA CRISTINA DARTORA ELESBÃO inscrito(a) no CPF sob nº 040.084.209-24, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 177/2019

Publicação Nº 1968088

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 177/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) GEISIANE PINTO inscrito(a) no CPF sob nº 090.991.119-32, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 31/12/2019.
DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 178/2019

Publicação N° 1968090

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 178/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) BERNARD KLAUS WIGGERS inscrito(a) no CPF sob nº 044.858.389-51, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 31/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 179/2019

Publicação N° 1968129

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 179/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) JANE DE LURDES SIMONI inscrito(a) no CPF sob nº 848.627.859-72, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 180/2019

Publicação N° 1968141

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 180/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) ANDRESSA CRUZ DA SILVA PALUDO inscrito(a) no CPF sob nº 041.318.599-04, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.517,52 (um mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 181/2019

Publicação N° 1968154

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 181/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) MARISANGELA DALLO GUTBIER inscrito(a) no CPF sob nº 017.007.689-05, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 182/2019

Publicação N° 1968286

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 182/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) ELIANE ALBERTI inscrito(a) no CPF sob nº 095.908.219-01, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 183/2019

Publicação N° 1968290

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 183/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) BRUNA VIEIRA DE OLIVEIRA inscrito(a) no CPF sob nº 021.854.810-96, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 184/2019

Publicação N° 1968294

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 184/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) ANADI ROSITA VICENTE inscrito(a) no CPF sob nº 985.892.459-34, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.517,52 (um mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 31/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 185/2019

Publicação N° 1968297

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 185/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) REGIANE ACKERMANN SIEGA inscrito(a) no CPF sob nº 620.964.439-20, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 186/2019

Publicação Nº 1968300

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 186/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) DANIELA TEREZA PALUDO GUGEL inscrito(a) no CPF sob nº 049.363.069-40, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 30 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.276,27 (dois mil, duzentos e setenta e seis reais e vinte e sete centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 187/2019

Publicação Nº 1968306

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 187/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) JOICE FERNANDES inscrito(a) no CPF sob nº 080.823.359-98, no cargo de Professor ACT, nível 10.10 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.578,03 (dois mil, quinhentos e setenta e oito reais e três centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 188/2019

Publicação Nº 1968324

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 188/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) ALINE BINSFELD inscrito(a) no CPF sob nº 025.718.559-30, no cargo de Professor ACT, nível 10.10 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.578,03 (dois mil, quinhentos e setenta e oito reais e três centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 189/2019

Publicação N° 1968334

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 189/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) ALEXANDRA CARINE SIMON inscrito(a) no CPF sob nº 060.290.909-09, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 190/2019

Publicação N° 1968348

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 190/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) ANGELA MARIA ZUANAZZI inscrito(a) no CPF sob nº 058.500.269-08, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 31/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 191/2019

Publicação N° 1968350

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 191/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) CARLOS ROBERTO SCHWABENLAND inscrito(a) no CPF sob nº 052.941.687-58, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 192/2019

Publicação N° 1968352

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 192/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) CLERCIO CHOUPINSKI inscrito(a) no CPF sob nº 048.693.959-67, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 193/2019

Publicação Nº 1968379

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 193/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) DANIELA MARIA KOLLER DE SANTI inscrito(a) no CPF sob nº 075.510.259-28, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 194/2019

Publicação Nº 1968384

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 194/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) EDILCE APARECIDA CAMARGO PERKA inscrito(a) no CPF sob nº 035.379.389-26, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 195/2019

Publicação Nº 1968390

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 195/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) FRANCIELI PRESOTTO FAZZIONI inscrito(a) no CPF sob nº 077.676.559-03, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 196/2019

Publicação Nº 1968395

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 196/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) GABRIELA LUIZA SCHRAMMEL HOLLE-RWGERGER inscrito(a) no CPF sob nº 063.426.439-70, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 197/2019

Publicação Nº 1968428

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 197/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) IDONES APARECIDA CITTADIN inscrito(a) no CPF sob nº 029.789.619-96, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.517,52 (um mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 31/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 198/2019

Publicação Nº 1968431

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 198/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) JAQUELINE EDUARDA SIPP inscrito(a) no CPF sob nº 069.668.559-01, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 199/2019

Publicação Nº 1968434

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 199/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) JONATAN DA CAMPO inscrito(a) no CPF sob nº 070.814.629-52, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 200/2019

Publicação Nº 1968438

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 200/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) KARINE BEVILAQUA inscrito(a) no CPF sob nº 066.542.149-43, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 201/2019

Publicação Nº 1968440

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 201/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) LIDIANA POLHMANN inscrito(a) no CPF sob nº 072.809.039-24, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 30 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.276,27 (dois mil, duzentos e setenta e seis reais e vinte e sete centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 31/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 202/2019

Publicação Nº 1968444

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 202/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) LOICI SOLANGE MULLER POTTRATZ inscrito(a) no CPF sob nº 029.186.349-30, no cargo de Professor ACT, nível 10.10 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.578,03 (dois mil, quinhentos e setenta e oito reais e três centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 203/2019

Publicação Nº 1968447

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 203/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) LUCIANA WILSMANN PEREIRA inscrito(a) no CPF sob nº 046.977.489-48, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 204/2019

Publicação Nº 1968451

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 204/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) LUCIANE GORLIN inscrito(a) no CPF sob nº 009.490.739-03, no cargo de Professor ACT, nível 10.10 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.578,03 (dois mil, quinhentos e setenta e oito reais e três centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 205/2019

Publicação Nº 1968452

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 205/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) MARCIANE FRANCHIN inscrito(a) no CPF sob nº 029.437.859-62, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 30 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.276,27 (dois mil, duzentos e setenta e seis reais e vinte e sete centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 206/2019

Publicação Nº 1968455

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 206/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) MARCIANO LAZZAROTTI inscrito(a) no CPF sob nº 001.151.369-16, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.517,52 (um mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 207/2019

Publicação Nº 1968458

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 207/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) MARINA PRADO CARLESSO inscrito(a) no CPF sob nº 088.137739-27, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 208/2019

Publicação Nº 1968460

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 208/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) MARLI FERREIRA DA SILVA inscrito(a) no CPF sob nº 042.069.039-56, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 40 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 3.035,04 (três mil e trinta e cinco reais e quatro centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 209/2019

Publicação Nº 1968463

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 209/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) MARTA INES DE MELLO inscrito(a) no CPF sob nº 722.671.279-20, no cargo de Professor ACT, nível 10.10 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.289,00 (um mil, duzentos e oitenta e nove reais).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 210/2019

Publicação Nº 1968464

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 210/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) MICHELE ALINE RIZZI NUNES inscrito(a) no CPF sob nº 062.248.489-39, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 20 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 1.517,52 (um mil, quinhentos e dezessete reais e cinquenta e dois centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 31/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 211/2019

Publicação Nº 1968468

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO Nº 211/2019

ESPÉCIE: Contrato de trabalho, entre o MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA, inscrito no CNPJ sob nº 83.024.257/0001-00, representado pela Diretora de Recursos Humanos, senhora Márcia Roseli Cordeiro de Souza da Silva e o(a) funcionário(a) RITA DE CASSIA DA SILVEIRA BENDLIN inscrito(a) no CPF sob nº 836.523.299-53, no cargo de Professor ACT, nível 10.12 - 30 horas semanais, por prazo determinado.

VALOR: O(a) funcionário(a) receberá, mensalmente, o vencimento equivalente a R\$ 2.276,27 (dois mil, duzentos e setenta e seis reais e vinte e sete centavos).

PRAZO: 04/02/2019 a 17/12/2019.

DATA DA ASSINATURA: 04 de fevereiro de 2019.

Cordilheira Alta

PREFEITURA

CÂMARA DE VEREADORES - CONCURSO PÚBLICO 001/2019 - ANEXO I AO EDITAL 007/2019

Publicação N° 1967082

INSCRI- ÇÃO	NOME	CG	CE	PTIT	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO	RESULTADO
0019222	MÁRCIO STRINGARI	1,40	5,60	8,00	7,30	31/05/1973	1º	Classificado
0019112	ROBERTA NOGUEIRA SILVEIRA	1,20	6,80	5,00	7,10	24/05/1984	2º	Classificado
0019049	RODRIGO FERRI PONTES	1,40	5,60	6,00	6,70	18/02/1992	3º	Classificado
0019028	NEIDIANE PIASSON DAL CIM	1,40	4,40	8,00	6,46	12/06/1982	4º	Classificado
0019085	GABRIELA TREVISAN CASSOL	1,20	4,40	6,75	5,95	09/12/1992	5º	Classificado
0019078	MAURÍCIO PERIN DAMBROS	1,40	3,20	9,00	5,92	19/09/1991	6º	Classificado
0019098	CRISTINA VILANI	1,00	4,00	8,00	5,90	25/08/1993	7º	Classificado
0019081	WAGNER MATOS VANELLI	2,00	6,40	-	5,88	06/03/1994	8º	Classificado
0019086	SIMONE FATIMA PADILHA JORGE	1,60	3,20	8,00	5,76	27/03/1990	9º	Classificado
0019189	VANQUELI POSSEBON	1,20	4,80	5,00	5,70	06/10/1988	10º	Classificado
0019215	CASSIANI PEREIRA BERRIDO	1,00	3,60	8,00	5,62	12/04/1987	11º	Classificado
0019169	JOCIELI VARGAS RIBEIRO	1,20	4,40	5,00	5,42	29/06/1987	12º	Classificado
0019089	CAROLINA LIMBERGER	2,00	5,60	0,00	5,32	03/03/1994	13º	Classificado
0019082	SINARA ZORNITTA DE BARROS	1,80	3,60	5,00	5,28	13/02/1990	14º	Classificado
0019038	HORRANA MOURA MOREIRA	1,60	3,20	5,80	5,10	05/11/1988	15º	Classificado
0019181	JOELCIO DE JESUS SILVEIRA PINTO	2,00	5,20	-	5,04	21/08/1985	16º	Classificado
0019201	JULIANA ZAMIGNAN	0,60	4,00	6,00	5,02	02/12/1985	17º	Classificado
0019097	MARIA CRISTINA DE QUADROS BATIS- TELLO	0,80	4,00	5,40	4,98	23/05/1991	-	Não classificado
0019074	CASSIA PAULINA PIZZINATTO RODRIGUES DE OLIVEIRA	1,00	2,40	8,00	4,78	07/06/1992	-	Não classificado
0019037	JOSÉ SERGIO DO NASCIMENTO	1,00	2,40	7,90	4,75	16/06/1989	-	Não classificado
0019059	FRANCIELI REGINA TOMAZZI CALCAG- NOTTO	1,80	4,80	-	4,62	03/05/1990	-	Não classificado
0019237	CAROLINA ANTONINI TECCHIO	1,60	4,80	-	4,48	27/10/1995	-	Não classificado
0019007	THIAGO PEDRO BORDIGNON	1,40	3,60	3,00	4,40	04/07/1978	-	Não classificado
0019163	CAROLINA ROSALEN PIVA	1,80	3,60	0,95	4,07	06/06/1995	-	Não classificado
0019246	GERUZA CLAUDIA FERREIRA DA SILVA	1,00	4,80	0,00	4,06	01/01/1992	-	Não classificado
0019105	ALVARO GABRIEL CARON	1,40	4,40	-	4,06	07/04/1989	-	Não classificado
0019224	DÂNIELA FERRARIN RIBEIRO	1,40	2,00	5,00	3,88	02/07/1989	-	Não classificado
0019231	ELIZANDRA KRAKEKER	1,40	4,00	-	3,78	27/02/1990	-	Não classificado
0019094	BRUNA LUIZA ARALDI FOLLE	1,40	4,00	0,00	3,78	15/03/1993	-	Não classificado
0019061	MARIA GABRIELA BASSO RIZZOTTO	1,80	3,60	-	3,78	02/01/1997	-	Não classificado
0019096	RÔMULO SILVEIRA DA SILVA	1,60	2,40	3,00	3,70	14/07/1991	-	Não classificado
0019150	GIANARA TODESCHINI	1,40	3,60	-	3,50	09/11/1990	-	Não classificado
0019141	KELVIN LUIS POMPEO DA SILVA	1,40	3,60	-	3,50	30/12/1992	-	Não classificado
0019079	LEONARDO KURRLE ALVES	2,00	2,40	1,00	3,38	19/11/1995	-	Não classificado
0019002	LUIZ FERNANDO TOZZO GALLON	0,80	4,00	-	3,36	18/09/1993	-	Não classificado
0019027	CAROLINE LEMOS CORDEIRO	1,60	3,20	-	3,36	02/08/1984	-	Não classificado
0019095	EMANUELE MARTINS DE QUADROS ABREU	1,60	3,20	0,00	3,36	13/06/1990	-	Não classificado
0019019	AMANDA REMUS	1,60	3,20	-	3,36	26/02/1993	-	Não classificado
0019060	WAGNER DOUGLAS FRANZOSI	1,00	2,40	3,00	3,28	05/07/1993	-	Não classificado
0019221	MAICO EDUARDO BRISOLA DA ROSA	1,00	3,60	-	3,22	19/11/1994	-	Não classificado
0019084	CATICLYS NIÉLYS MATTIELLO	1,40	3,20	0,00	3,22	07/11/1992	-	Não classificado
0019187	LARISSA CRISTINA DERINGER ALCHIERI	1,40	3,20	0,00	3,22	31/12/1993	-	Não classificado
0019190	MARIANA C. GRANDO	1,20	3,20	0,40	3,20	25/09/1984	-	Não classificado
0019088	JULIANO DUARTE	1,20	3,20	0,00	3,08	10/01/1977	-	Não classificado

0019091	PATRÍCIA BALANCELLI PIRES	1,40	2,80	-	2,94	06/07/1991	-	Não classificado
0019202	KARINE GORETI BACK ALVES DE OLIVEIRA	0,80	3,20	-	2,80	05/01/1982	-	Não classificado
0019068	FELIPE SECCO	1,20	2,80	0,00	2,80	09/10/1996	-	Não classificado
0019182	JULIA GEMELLI	1,00	2,80	-	2,66	27/06/1994	-	Não classificado
0019080	EDUARDA DEON BELLO	1,40	2,00	-	2,38	18/04/1993	-	Não classificado

0019243	ELIANE DOS SANTOS PACHECO DECONTTI	0,80	2,40	-	2,24	09/08/1981	-	Não classificado
0019233	CLAUDETE TERESINHA MORAES	1,00	2,00	0,00	2,10	22/01/1984	-	Não classificado
0019138	EDUARDO ARAÚJO DOTTA RAMOS	1,40	1,60	0,00	2,10	26/11/1981	-	Não classificado
0019162	KASSIA CRISTINA BRIANCINI	0,80	1,60	0,00	1,68	07/07/1993	-	Não classificado
0019146	VINICIUS WARKEN DE LIZ	1,00	1,20	-	1,54	18/03/1986	-	Não classificado
0019107	WILSON DE GÓIS ZAUHY JÚNIOR	1,00	1,20	-	1,54	11/08/1990	-	Não classificado
0019195	VANUSA BARSAN	-	-	-	-	29/08/1971	-	Não classificado
0019210	MARCELO GIORDANI	-	-	-	-	09/06/1974	-	Não classificado
0019014	ALANDELON CARDOSO LIMA	-	-	-	-	17/03/1975	-	Não classificado
0019256	JOÃO PEDRO MENEGAZ FABRIS	-	-	-	-	21/07/1975	-	Não classificado
0019165	RODRIGO RIBEIRO MELO	-	-	-	-	11/07/1978	-	Não classificado
0019137	RODRIGO SPESSATTO	-	-	-	-	22/01/1980	-	Não classificado
0019214	SILMARA MOLSKI WEIRICH ZORZI	-	-	-	-	26/10/1982	-	Não classificado
0019209	GILSE PIRES	-	-	-	-	09/07/1983	-	Não classificado
0019045	MARCELO LUIZ SCHMITT	-	-	-	-	07/03/1987	-	Não classificado
0019203	MICHELE FERNANDES BOEIRA RODRIGHERI	-	-	-	-	18/07/1987	-	Não classificado
0019030	DAIANE NASCIMENTO	-	-	-	-	16/08/1988	-	Não classificado
0019048	JUCIELI ALVES DE JESUS	-	-	-	-	09/10/1988	-	Não classificado
0019021	MARCELO BITTENCOURT	-	-	-	-	03/06/1989	-	Não classificado
0019004	CAIO EDUARDO COSTA CAZELATTO	-	-	-	-	17/09/1990	-	Não classificado
0019230	DÂMARIS PASQUALOTTO	-	-	-	-	29/11/1990	-	Não classificado
0019054	ALISSON JORDY MARTINS DA SILVA	-	-	-	-	11/08/1993	-	Não classificado
0019077	LETÍCIA LYS TECCHIO	-	-	-	-	10/01/1995	-	Não classificado

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - CORDILHEIRA

ALTA

INSCRIÇÃO	NOME	CG	CE	PP	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO	RESULTADO
0019180	CLEIDIANE DE MATTOS TRUCOLO DE RODRIGUES	1,20	5,20	9,00	7,83	19/02/1988	1º	Classificado
0019062	JULIANA GURARAGNI DE VARGAS	0,60	4,40	9,00	7,20	02/09/1986	2º	Classificado
0019117	PATRICIA MACHADO	1,00	3,20	9,00	6,84	13/04/1988	3º	Classificado
0019101	JULEIDE DE OLIVEIRA BORGES	0,60	4,40	8,00	6,65	10/12/1977	4º	Classificado
0019158	ROSANGELA SALLES DO ROSÁRIO	0,00	3,60	8,00	6,02	01/01/1971	5º	Classificado
0019016	RODRIGO GALVÃO	-	-	-	-	21/05/1992	-	Não classificado
0019160	LUCAS ANDRÉ MALDANER	-	-	-	-	14/09/1999	-	Não classificado
0019232	MARIA CAROLINA GALON	-	-	-	-	26/02/2002	-	Não classificado

INSCRIÇÃO	NOME	CG	CE	PTIT	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO	RESULTADO
0019026	SUILA RIBOLLI CAZAROTTO	1,00	7,60	8,00	8,42	04/02/1990	1º	Classificado
0019005	RUTE ANE CHIARELOTTO	0,60	3,60	8,00	5,34	05/05/1974	2º	Classificado
0019174	NADIA FRANCISCON	1,60	6,00	-	5,32	09/08/1991	3º	Classificado
0019235	ANDREISE SACHET	1,40	3,60	5,00	5,00	14/09/1992	4º	Classificado
0019170	JAQUELINE ANDRESSA BOITA GIONGO	1,20	4,00	-	3,64	20/04/1993	-	Não classificado
0019177	ALINE IOHANN	1,40	3,60	-	3,50	14/08/1988	-	Não classificado

0019157	JEFERSON DA SILVA PINTO	-	-	-	-	15/07/1977	-	Não classifi- cado
0019129	JEFERSON GONCHOROSKI	-	-	-	-	22/02/1986	-	Não classifi- cado
0019044	MAURI PIETRO BIASI	-	-	-	-	28/11/1988	-	Não classifi- cado

SECRETÁRIO LEGISLATIVO - CORDILHEIRA ALTA

INSCRIÇÃO	NOME	CG	CE	NOTA FINAL	NASC.	POSIÇÃO	RESULTADO
0019239	ANTONIO MATEUS	1,80	7,60	9,40	06/06/1980	1º	Classificado
0019252	FELIPE BATISTI	1,80	6,80	8,60	09/02/1991	2º	Classificado
0019175	FABRÍCIO VELEDA CHIABOTTO DUARTE	1,80	6,00	7,80	29/04/1980	3º	Classificado
0019040	ADRIANE PAVAN	0,80	6,80	7,60	09/09/1991	4º	Classificado
0019153	ELIANE GRUTZMANN FRANK	1,60	6,00	7,60	23/11/1988	5º	Classificado
0019118	VERIDIANE HONASER	1,60	6,00	7,60	17/11/1990	6º	Classificado
0019144	ELIANA CAPITANIO	1,20	6,00	7,20	06/10/1993	7º	Classificado
0019152	SARAH ADRIANA MATOS BORTOLUZ	1,60	5,60	7,20	17/12/1990	8º	Classificado
0019171	FABIANE BALSAN	1,40	5,60	7,00	10/07/1994	9º	Classificado
0019186	BRUNA CASAGRANDE CEHELLA	1,80	5,20	7,00	01/12/1988	10º	Classificado
0019194	IQUITAMAR RAPKEVICZ	0,80	6,00	6,80	30/08/1985	11º	Classificado
0019058	NOABA PERETTO STURMER	1,00	5,60	6,60	04/02/1999	12º	Classificado
0019167	ROBERTA GONÇALVES	1,40	5,20	6,60	04/05/1989	13º	Classificado
0019130	FABRÍCIO MASSANEIRO OLIVEIRA E SILVA	1,40	5,20	6,60	03/10/1992	14º	Classificado
0019003	EDUARDO TRINDADE DA CRUZ	1,60	4,80	6,40	03/03/1997	15º	Classificado
0019072	ELISANDRO B. DA SILVA MACEDO	1,00	5,20	6,20	04/11/1977	16º	Classificado
0019240	SINTIAM RAQUEL GRANDO	1,00	5,20	6,20	05/07/1990	17º	Classificado
0019191	RAQUEL BULEGON	1,20	4,80	6,00	06/11/1992	18º	Classificado
0019220	VAGNO RIBAS RAMOS	1,00	4,80	5,80	31/07/1965	19º	Classificado
0019123	CARLOS HUDSON SANTIAGO BRANDÃO	1,40	4,40	5,80	13/02/1986	20º	Classificado
0019032	JEFERSON GENEVRO	1,40	4,40	5,80	31/05/1996	21º	Classificado
0019255	MARCELO CELLA NETO	1,80	4,00	5,80	16/02/1990	22º	Classificado
0019236	GRACIELA VIAL	0,80	4,80	5,60	13/07/1988	23º	Classificado
0019120	MAILSON LUCAS PORTINHO	1,20	4,40	5,60	25/05/1997	24º	Classificado
0019234	SANDRA RITTER	0,60	4,80	5,40	29/09/1987	25º	Classificado
0019134	LILIAN SUSANA FRANCESCON	1,00	4,40	5,40	03/05/1982	26º	Classificado
0019071	YURI SOUZA RODRIGUES	1,00	4,40	5,40	12/11/1997	27º	Classificado
0019115	DAVID RICARDO ALMEIDA CASSIANO	0,60	4,40	5,00	10/10/1992	28º	Classificado
0019151	WELLITON MATTIELO BROILO	0,60	4,40	5,00	04/01/2000	29º	Classificado
0019121	ANDREIA REGINA DI DOMENICO	0,40	4,40	4,80	03/06/1981	-	Não classificado
0019127	JAQUES ANTONIO DE TOLEDO	0,60	4,00	4,60	05/05/1979	-	Não classificado
0019154	GILSON ALENCAR GIONGO	1,00	3,60	4,60	06/10/1993	-	Não classificado
0019102	LUMA LETICIA TONELLO	1,40	3,20	4,60	03/07/1994	-	Não classificado
0019063	SARA LUANA ZACHI	0,40	4,00	4,40	26/04/1989	-	Não classificado
0019022	GREICI ALINE PANSERA	0,40	4,00	4,40	18/09/1990	-	Não classificado
0019122	ALEXANDRA CRISTINA ORTIZ DE MELO	0,40	4,00	4,40	29/03/1991	-	Não classificado
0019036	ANA PAULA KOLLETT	0,40	4,00	4,40	21/02/1994	-	Não classificado
0019247	PAULO VITOR SANTOS DE OLIVEIRA	0,40	4,00	4,40	22/11/1997	-	Não classificado
0019010	TATIANE BORTOLETTI FERREIRA	0,80	3,60	4,40	09/11/1978	-	Não classificado
0019205	TARCISIO INACIO RIBEIRO DE LIMA	0,80	3,60	4,40	19/09/1989	-	Não classificado
0019173	EDICLEI ANTONIO MILIORANSA	0,20	4,00	4,20	08/06/1982	-	Não classificado
0019253	LUCIANE HESPER PINHEIRO FLORES	0,40	3,60	4,00	21/12/1978	-	Não classificado
0019114	PATRICIA BRIANCINI	0,40	3,60	4,00	30/08/1991	-	Não classificado
0019250	ROGERIO ANTONIO DOS SANTOS	0,60	3,20	3,80	08/09/1983	-	Não classificado
0019119	MARILHA TRESSOLDI	0,60	3,20	3,80	12/09/1988	-	Não classificado
0019046	JUVENAL MARTINAZZO	1,00	2,80	3,80	08/09/1985	-	Não classificado
0019073	ROBERTO COSME DOS SANTOS JUNIOR	1,40	2,40	3,80	12/12/1989	-	Não classificado

0019192	MAIRA JULIANA BIASI	0,40	3,20	3,60	01/01/1987	-	Não classificado
0019031	RAMON EITOR BORTOLETTI SOTILI	0,40	3,20	3,60	12/10/1997	-	Não classificado
0019211	ANDREIA RIZZOTTO	0,80	2,80	3,60	09/08/1983	-	Não classificado
0019100	MAICON ZANATTA	0,20	3,20	3,40	09/06/1987	-	Não classificado
0019099	CYNDEL RODRIGUES BORGES	0,00	3,20	3,20	02/06/1998	-	Não classificado
0019176	ANGELITA GABRIEL	0,80	2,40	3,20	24/01/1978	-	Não classificado
0019140	JÉSSICA P. DE AZEVEDO ROSSONI	0,20	2,80	3,00	18/07/1991	-	Não classificado
0019111	VANESSA KUIAWINSKI	0,40	2,40	2,80	06/01/1995	-	Não classificado
0019219	GUSTAVO ANDRE FOPPA	0,80	2,00	2,80	14/07/1981	-	Não classificado
0019064	ANA CLAUDIA RITTA	0,20	2,00	2,20	26/06/1996	-	Não classificado
0019238	ANDREIA LUCIA VICCARI	-	-	-	27/09/1972	-	Não classificado
0019034	MARCIO POSSAMAI DELLA	-	-	-	21/12/1978	-	Não classificado
0019254	MARINA FACHINETTO	-	-	-	22/03/1982	-	Não classificado
0019149	IVANDRA RAMPANELLI	-	-	-	07/04/1982	-	Não classificado
0019161	ROMANY RUITTER RODRIGUES	-	-	-	26/01/1984	-	Não classificado
0019069	ROBSON GARCIA DA SILVA	-	-	-	22/10/1984	-	Não classificado
0019147	GILBERTO SANTOS	-	-	-	20/12/1984	-	Não classificado
0019228	CÁSSIA ALVES LIMA REZENDE	-	-	-	13/11/1985	-	Não classificado
0019259	SISSYFRANCE RIBEIRO SANTANA	-	-	-	27/07/1986	-	Não classificado
0019076	MARIA GABRYELE TORRES DE LIMA	-	-	-	31/08/1986	-	Não classificado
0019128	ROSELI LOTTERMANN	-	-	-	08/06/1988	-	Não classificado
0019251	JESSICA DUARTE	-	-	-	28/06/1992	-	Não classificado
0019248	ELAINE SALETE BIESSEK	-	-	-	16/08/1993	-	Não classificado
0019159	ALANA MAISA RIBAS	-	-	-	16/04/1994	-	Não classificado
0019227	LUCAS VINÍCIUS PROVENSI	-	-	-	08/06/1996	-	Não classificado
0019132	ELISANDRA SALETE SEIBEL ALFLEN	-	-	-	07/06/1997	-	Não classificado
0019225	ANDRE BARSAN NEGRETTO	-	-	-	29/12/1999	-	Não classificado

CÂMARA DE VEREADORES - CONCURSO PÚBLICO 001/2019 - EDITAL 007/2019 DIVULGA RESULTADO PRELIMINAR

Publicação Nº 1967081

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2019

Edital Nº 007/2019

Divulga o Resultado Preliminar e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE CORDILHEIRA ALTA - SC, pessoa Jurídica de Direito Público Interno, através do seu Representante legal, o Presidente Sr. Evandro Pederssetti, no uso de suas atribuições legais, após corrigidos os cartões respostas e as provas em sessão pública, torna público o resultado preliminar das provas do Concurso Público nº 001/2019, conforme anexo I deste Edital.

Comunica aos candidatos que se sentirem prejudicados quanto à divulgação deste edital e seu anexo, os mesmos poderão interpor recurso conforme o edital de abertura.

Cordilheira Alta - SC, 29 de março de 2019.

EVANDRO PEDERSSETTI

Presidente

DECRETO Nº 146/2019

Publicação Nº 1968668

DECRETO Nº 146/2019

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial descritas na Lei Orgânica Municipal, considerando o Edital de Processo Seletivo 002/2018, com resultado final homologado em 24 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica contratado, a partir do dia 01 de abril de 2019, em caráter temporário por excepcional interesse público, para atendimento da Secretaria Municipal de Infraestrutura, o Sr. TAILON FERNANDO TRUCOLLO, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O servidor se sujeitará ao disposto na Lei Municipal n. 468/2001 e, subsidiariamente, nas Leis Complementares n. 18/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 01 de abril de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 147/2019

Publicação Nº 1968670

DECRETO Nº 147/2019

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE FISIOTERAPEUTA ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial descritas na Lei Orgânica Municipal, considerando o Edital de Processo Seletivo 002/2018, com resultado final homologado em 24 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica contratado, a partir do dia 01 de abril de 2019, em caráter temporário por excepcional interesse público, para atendimento da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, o Sr. EZEQUIEL VITÓRIO LINI, na função de Fisioterapeuta, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º O servidor se sujeitará ao disposto na Lei Municipal n. 468/2001 e, subsidiariamente, nas Leis Complementares n. 18/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 01 de abril de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 148/2019

Publicação Nº 1968671

DECRETO Nº 148/2019

"DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial descritas na Lei Orgânica Municipal, considerando o Edital de Processo Seletivo 002/2018, com resultado final homologado em 24 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica contratado, a partir do dia 01 de abril de 2019, em caráter temporário por excepcional interesse público, para atendimento da Secretaria Municipal de Infraestrutura, o Sr. VOLNEI DO ROSARIO, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais.

Art. 2º O servidor se sujeitará ao disposto na Lei Municipal n. 468/2001 e, subsidiariamente, nas Leis Complementares n. 18/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta).

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 01 de abril de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

DECRETO Nº 149/2019

Publicação Nº 1968672

DECRETO Nº 149/2019

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso das suas atribuições legais, especialmente as contidas no artigo 70, inciso XXV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir do dia 01 de abril de 2019, o Sr. CLAUDEMIR VILANI, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor de Secretaria, com carga horária integral, ficando lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 01 de abril de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROC. 46/2019

Publicação Nº 1968116

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação conforme abaixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial nº16/2019

JULGAMENTO: Menor preço por Lote

PROCESSO: 46/2019.

SOLICITANTE: SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDA E PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE SAÚDE E ASS. SOCIAL, SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE ALARME E PARA REALIZAR O MONITORAMENTO ELETRÔNICO E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DE PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CORDILHEIRA ALTA.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$53.725,00(Cinquenta e três mil setecentos e vinte e cinco reais).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Pregoeira e a Equipe de Apoio declaram vencedora a empresa: INVIOLÁVEL MONITORAMENTO OESTE LTDA no valor total de R\$53.725,00 adjudicado em favor da empresa o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 01 de Abril de 2019.

ADRIANA DE CEZARO MORESCO

Pregoeira

PORTARIA Nº 158/2019

Publicação Nº 1968661

PORTARIA Nº 158/2019

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 01 (UM) dia de licença para tratamento de saúde ao servidor municipal LOURDES MARIA LANZARIN FAVERO, matrícula 603901, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 29 de março de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 159/2019

Publicação Nº 1968662

PORTARIA Nº 159/2019

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e no artigo 61 e seguintes do Estatuto dos Servidores Públicos de Cordilheira Alta,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam concedidos à servidora municipal SIDYANE MARIA DEBASTIANI ZAMIANI, matrícula n.204101, ocupante do cargo de Técnica de Enfermagem, 10 (DEZ) dias de férias, relativas ao período aquisitivo de 16/06/2017 a 15/06/2018, que serão gozadas a partir do dia 09/04/2019.

Art. 2º A importância referente ao adicional de 1/3 de férias será pago no mês de março de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 29 de Março de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

SIDYANE MARIA DEBASTIANI ZAMIANI

Ciente em: ____/____/2019

PORTARIA Nº 160/2019

Publicação Nº 1968663

PORTARIA Nº 160/2019

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 02 (dois) dias de licença para tratamento de saúde a Servidora Municipal FRANCIANE MARTA SIMON, matrícula 1360802, ocupante do cargo de Odontólogo, 40 horas, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/03//2019.

Cordilheira Alta/SC, 29 de março de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 161/2019

Publicação Nº 1968664

PORTARIA Nº 161/2019

“DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR MUNICIPAL PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 05 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde ao servidor municipal LUCIANO RODRIGO DA SILVA, matrícula 1335702, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28/03/2019

Cordilheira Alta/SC, 29 de março de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento.

PORTARIA Nº 162/2019

Publicação Nº 1968667

PORTARIA Nº 162/2019

“DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE AO SERVIDOR MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, no uso de suas atribuições legais, especialmente as descritas no artigo 70, inciso XXIV, da Lei Orgânica Municipal e artigo 56 da Lei Complementar n. 018/2001,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido Adicional de Insalubridade ao servidor municipal EZEQUIEL VITÓRIO LINI, matrícula n. 1352603, ocupante do cargo de Fisioterapeuta, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, na ordem de 20%, conforme disposições do anexo V da Lei Complementar n. 93/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta/SC, 01 de Abril de 2019.

CARLOS ALBERTO TOZZO
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO
Secretário de Administração, Fazenda e Planejamento

Coronel Freitas

PREFEITURA

DECRETO 8389/2019

Publicação Nº 1967705

DECRETO Nº. 8.389 21 de Março de 2019.
Dispõe Sobre Aposentadoria de Servidora Municipal.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

DECRETA

Art. 1º. Fica declarado vago a partir de 01 de Abril de 2019, o cargo de Orientadora Educacional, ocupado pela servidora pública municipal Marivone Ângela Zortéa Flores, a pedido, por motivo de aposentadoria pelo Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, conforme benefício nº. 1879364279, e de acordo com o art. 33, inciso IV da Lei Municipal nº. 2.078/2015 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste decreto, serão utilizados recursos consignados no Orçamento Vigente.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Março de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon.

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO 8390/2019

Publicação Nº 1967709

DECRETO Nº. 8.390, 21 De Março De 2019

DISPÕE SOBRE SUPLEMENTAR DOTAÇÃO POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE..

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Srº. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.272/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar dotação por superávit financeiro do exercício anterior, no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 07.01 – Fundo Municipal de Saúde.

Unidade: 07.01 – Departamento de Saúde.

Função: 10 – Saúde.

Sub - função: 301 – Atenção Básica.

Programa: 0022 – Programa Saúde da Família.

Ação: 1.082 – Ampliar, Reformar e Manter as Unidades de Saúde.

Elemento 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0002 – Superávit Exercício Anterior R\$ 26.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, conforme decreto nº.8.327/2019

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de Março de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO 8391/2019

Publicação Nº 1967710

DECRETO Nº. 8.391, 21 de Março de 2019.

cria a COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC, DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Municipal Nº 1.849/2012.

DECRETA

Art. 1º. A Coordenação Municipal de Defesa Civil – COMDEC do Município de Coronel Freitas, até o final de 2019 será composta pelos seguintes membros:

Coordenador:

Cleomar Pagnussat.

Conselho Municipal:

Presidente:

Joraci Pagnussat

Secretária:

Marlova Grando Cipriani

Setor Técnico:

Luis Carlos Oss.

Camar Fátima Valandro Tofoli.

Setor Operacional:

Alcimar Zucco

Roberto Carlos Marafon

Art. 2º. Os serviços prestados pelos membros desta Comissão serão em caráter gratuito.

Art. 3º. O Coordenador possui perante o Banco do Brasil os seguintes poderes:

- Abrir contas de depósito;
- Autorizar aplicações financeiras;
- Autorizar resgate de aplicações financeiras;
- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- Consultar contas/aplicações programas repasse recursos;
- Efetuar pagamentos por meio eletrônico,
- Movimentar conta corrente com cartão eletrônico;
- Requisitar cartão eletrônico;
- Solicitar saldos e extratos.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto n. 7.715/2017.

Gabinete do Prefeito, 21 de Março de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrada nesta secretaria em data supra e publicada no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças

DECRETO 8392/2019

Publicação Nº 1967712

DECRETO Nº. 8.392, 27 De Marco De 2019

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 20/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2019, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 20/2019 – Pregão Presencial Nº.13/2019, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: PAVIMAQUINAS COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, com o Lote Nº1, com os itens Nºs: 1 a 8, no valor de R\$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de Março de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO 8393/2019

Publicação N° 1967714

DECRETO N°. 8.393, 27 De Marco De 2019

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO N°. 22/2019, PREGÃO PRESENCIAL N° 14/2019, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr°. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei N° 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei n° 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação n°. 22/2019 – Pregão Presencial N°.14/2019, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: XIXO BOMBAS INJETORAS LTDA, com o Lote N°1, com os itens N°s: 1 a 9, no valor de R\$ 7.699,93 (sete mil seiscentos e noventa e nove reais e noventa e três centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de Março de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO 8394/2019

Publicação N° 1967715

DECRETO N°. 8.394, 27 De Marco De 2019

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO N°. 25/2019, PREGÃO PRESENCIAL N° 16/2019, DO MUNICÍPIO PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Sr°. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei N° 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei n° 8.666/93;

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação n°. 25/2019 – Pregão Presencial N°.16/2019, do Município, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: TECNOSAFRA SISTEMAS MECANIZADOS LTDA, com o Lote N°1, com os itens N°s: 1 a 22, no valor de R\$ 20.450,07 (vinte mil quatrocentos e cinquenta reais e sete centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de Março de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO 8395/2019

Publicação Nº 1967716

DECRETO Nº. 8.395, 27 De Março De 2019

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 11/2019, TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA 01/2019, MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 8.666/93,

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 11/2019 – TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 1/2019, Município de Coronel Freitas, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: BCBL CONSTRUTORA EIRELI, com o item Nº: 1, no valor de R\$ 18.378,00 (dezoito mil e trezentos e setenta e oito reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de Março de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO 8396/2019

Publicação Nº 1967717

DECRETO Nº. 8.396, 27 De Março De 2019

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 27/2019, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS 08/2019, DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 8.666/93,

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 27/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº. 8/2019, do Município de Coronel Freitas, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: CARDOSO LOG SERVICE EIRELI, com o item Nº: 1, no valor de R\$ 8.250,00 (oito mil e duzentos e cinquenta reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 27 de Março de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO 8397/2019

Publicação Nº 1967719

DECRETO Nº. 8.397, 27 de Março de 2019.

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE IMÓVEIS PASSÍVEIS DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o Art.12 da Lei Municipal Nº 1.351/2003.

DECRETA

Art. 1º. Ficam os membros abaixo relacionados, nomeados para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Apoio a Avaliação dos imóveis pertencentes às áreas contempladas por obras públicas, sujeitos, em tese, a cobrança de Contribuição de Melhoria, especialmente a pavimentação asfáltica do perímetro urbano.

Comissão: Sediane Lunardi Marafon, Marlova Grando Cipriani e Edilvo Baggio.

Art. 2º. Constituem atribuições da Comissão Avaliadora:

- I – Apurar o valor individual e total dos imóveis pertencentes à zona beneficiada;
- II – Estabelecer a valorização dos imóveis supramencionados.

Art. 3º. O exercício das funções previstas no artigo 1º, não implicará no pagamento de qualquer remuneração.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº. 7.116/2015.

Gabinete do Prefeito, 27 de Março de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do Centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO 8398/2019

Publicação Nº 1967721

DECRETO Nº. 8.398, 28 De Março De 2019

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 31/2019, DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS 09/2019, DO MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS PARA O PROPONENTE VENCEDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina Srº. Izeu Jonas Tozetto, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente o disposto na Lei Nº 8.666/93,

DECRETA

Art. 1º. Fica homologado o objeto da licitação, proferida pela Comissão de Licitação, no Processo De Licitação nº. 31/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS E SERVIÇOS Nº. 9/2019, do Município de Coronel Freitas, na sua exata ordem de classificação.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto da licitação referida: INFO DIGITALE – SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS PARA GESTÃO, com o item Nº: 1, no valor de R\$ 3.917,20 (três mil novecentos e dezessete reais e vinte centavos).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de Março de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças.

DECRETO 8399/2019

Publicação Nº 1967722

DECRETO Nº. 8.399, 28 De Março De 2019

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR NO ORÇAMENTO VIGENTE DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, Srº. Izeu Jonas Tozetto, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Nº 2.272/2018.

DECRETA

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional suplementar por superávit financeiro do exercício anterior no orçamento vigente do município, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme a seguir discriminado:

Órgão: 04.05 – Secretaria de Educação, Cultura e Esporte.

Unidade: 04.05 – Departamento de Educação.

Função: 12 – Educação.

Sub - função: 361 – Ensino Fundamental.

Programa: 0005 – Educação Municipal de Qualidade.

Ação: 2.020 – Manutenção do Ensino Fundamental.

Elemento 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0001 – Superávit Exercício Anterior R\$ 20.000,00

Art. 2º. Os recursos para cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo anterior são provenientes do superávit financeiro apurado no balanço patrimonial do exercício de 2018, conforme decreto nº.8.327/2019

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 28 de Março de 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Registrado nesta secretaria em data supra e publicado no átrio do centro Administrativo.

Sediane Lunardi Marafon

Secretária de Administração e Finanças

PREGÃO PRESENCIAL RP N° 21/2019

Publicação N° 1968973

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P N° 21/2019.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA SERVIÇO DE RECAPAGEM DE PNEUS.

Tipo: Menor preço por item.

Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 12/04/2019.

Abertura dos envelopes: na sequência às 08h30min do dia 12/04/2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 7h30min às 11h30min e das 13h às 17h ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC), 29 de março 2019.

Izeu Jonas Tozetto

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

DECRETO Nº 065/2019

Publicação Nº 1967153

DECRETO Nº. 065, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o Servidor Público Municipal abaixo relacionado, para o respectivo Cargo em Comissão, enquadrado na Estrutura Administrativa desta Prefeitura, pelo Regime Jurídico Estatutário, a partir de 01 de Abril de 2019.

NOME CARGO

Vagner Rosiak	Diretor Geral De Serviços Rurais e Urbanos
---------------	--

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins SC, em 01 de Abril de 2019.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal.

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Sec. Mun. De Administração, Planejamento e finanças.

EXTRATO DE AVISO DE LICITAÇÃO Nº 19/2019

Publicação Nº 1967200

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2019

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2019

MENOR PREÇO ITEM

O Município de Coronel Martins – SC comunica que encontra-se aberto o processo licitatório acima especificado objetivando eventual e futura contratação de empresa para prestação de serviços de TRANSPORTE DE PASSAGEIROS REPRESENTANDO O MUNICIPIO EM EVENTOS/VIAGEM em outros Municípios da região, em conformidade com as especificações constantes no Edital. Os envelopes da documentação e da proposta deverão ser entregues até às 08h30min do dia 12 de abril de 2019, procedendo à abertura às 08h45min do mesmo dia. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no site www.coronelmartins.sc.gov.br, ou junto à sede do Município de Coronel Martins - SC, sito à Rua Porto Alegre nº 47, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Coronel Martins - SC, em 01 de abril de 2019.

Lais Cristina Bandeira

Pregoeira

PORTARIA Nº 031/2019

Publicação Nº 1969057

PORTARIA Nº 031, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE LICENÇA GESTANTE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADEMIR MADELLA, Prefeito Municipal de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o disposto no art. 94, VI da Lei Orgânica Municipal;

Considerando Certidão de Nascimento apresentada no dia 01/04/2019

CONCEDE:

Art. 1º Licença Gestante à Servidora Pública Municipal, Senhora Rafaela Niszcza Dos Santos Marconssoni ocupante do Cargo de Farmacêutico, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir do dia 25 de Março de 2019 a 20 Setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC, em 01 de Abril de 2019.

ADEMIR MADELLA

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

GIUVANI SCHUSTER

Secretário de Administração Planejamento e Finanças

Correia Pinto**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2019 – PROCESSO Nº 07/2019 PMCP**

Publicação Nº 1968516

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2019 – PMCP

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019 – PMCP

No dia 01 do mês de abril do ano de 2019, compareceram, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 3601, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr. CELSO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO, inscrito no CPF sob o nº. 217.068.839-00, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 07/2019, Processo Licitatório nº. 07/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E ÓLEOS PARA REPOSIÇÃO DA FROTA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC. PARA O EXERCÍCIO DE 2019/2020. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da Empresa CNPJ

POLI IPIRANGA COM. DE COMS. E LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ 04.574.952/0001-70

PATRICIA APARECIDA MUNHOZ – ME, CNPJ 10.494.712/0001-68

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pela Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007 e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto e sua Execução

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS E ÓLEOS PARA REPOSIÇÃO DA FROTA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC. PARA O EXERCÍCIO DE 2019/2020, tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de menor preço por lote, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço por lote e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido;

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado se torna inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor preço por lote.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços ficará vinculada à validade dos créditos orçamentários do ano de 2019, limitado a 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido ao disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, II e excepcionalmente nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos desta Lei.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Setor de Licitações e Contratos, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos/serviços entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos/serviços nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independentemente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por

cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial cumprir as obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus colaboradores, bem como fornecer e fiscalizar a correta utilização dos equipamentos de segurança e de proteção individual;

5.3.4. Substituir os produtos/refazer os serviços recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos/serviços já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de esta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, nos termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos/serviços solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. De Fornecimento do(s) produtos(s) cotado(s), que será de acordo com as necessidades da contratante, sendo os lotes 01,02,03,04,05,06 fornecimento imediato, e os lotes 07 em até 48 (quarenta e oito) horas a contar da(s) data(s) da(s) solicitação(ões), conforme solicitação, mediante autorização emitida e assinada pelo responsável do setor de compras do Município de Correia Pinto/SC.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. Todas as despesas relativas ao serviço, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo do serviço, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.
- 9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.
- 9.3. A supressão dos produtos/serviços registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

- 11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:
- 11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:
- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
 - b) cancelamento do preço registrado;
 - c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.
- 11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.
- 11.1.1.2. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:
- a) advertência, por escrito, nas faltas leves;
 - b) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato, ao dia, sobre o valor inadimplente, que não excederá a 20% (vinte por cento) do montante;
 - c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 11.1.2.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.2. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.1.2.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.
- 11.1.2.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.
- 11.1.2.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.2, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.
- 11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.
- 11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.
- 11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

- 12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

- 13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo.

Correia Pinto, 01 de abril de 2019.

[Assinado digitalmente]
Celso Rogério Alves Ribeiro
Prefeito

DETENTORAS DA ATA

POLI IPIRANGA COM. DE COMS. E LUBRIFICANTES LTDA, [Assinado digitalmente]
PATRICIA APARECIDA MUNHOZ – ME, [Assinado digitalmente]

DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 02/2019 FHMCP

Publicação Nº 1967524

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
DISPENSA DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº 02/2019 FHMCP

O Município de Correia Pinto, através da Secretaria de Administração e da Comissão Permanente de Licitação, nos termos do artigo 24, IV da Lei 8.666/93, declara a DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSERTO E MÃO DE OBRA PARA O APARELHO DE RAIOS-X, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, CONFORME ARTIGO 24, INCISO IV DA LEI 8.666/93, PARA USO NA FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL. O valor será de R\$: 29.402,10 (Vinte e Nove Mil, Quatrocentos e Dois Reais e Dez Centavos). A Empresa Contratada é: Paulo Doemer Manutenção de Equipamento LTDA-EPP. CNPJ: 75.822.882/0001-70. A presente declaração encontra-se justificada conforme parecer jurídico e processo de Dispensa de Licitação.

Correia Pinto, 01 de abril de 2019.
CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

PREGÃO PRESENCIAL PMCP Nº 13/2019

Publicação Nº 1968709

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2019 – PMCP

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS PARA O PARQUE DE EXPOSIÇÕES LINDOLFO BURK: Menor Preço por Lote. Abertura dos envelopes: 11/04/2019 às 09:00 horas. Base Legal: Lei n. 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei Ordinária Municipal n. 1.414/2007, e demais legislação pertinente à matéria. O edital poderá ser obtido no setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, sito na Rua Duque de Caxias, 3601, Centro, Correia Pinto/SC, em dias úteis de 2ª a 6ª feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, ou em www.correiapinto.sc.gov.br.

Correia Pinto/SC, 01 de abril de 2019.
CELRO ROGÉRIO ALVES RIBEIRO
Prefeito

ANEXO - ATA E EXTRATO DE ITENS VENCEDORES - PROCESSO Nº 07/2019 PMCP

Publicação Nº 1968642

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 7/2019 Fornecedor: 8922 Licitação: 7/2019 - PR - POLI IPIRANGA COM. DE COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES Data da Homologação:									
1	4207	GASOLINA COMUM	STANG	L	100.000,000	0,0000	4,0000	400.000,00	Venceu
2	4208	OLEO DIESEL	STANG	L	150.000,000	0,0000	3,1500	472.500,00	Venceu
5	16525	ALCOOL COMBUSTIVEL	STANG	L	10.000,000	0,0000	3,1900	31.900,00	Venceu
6	17797	GASOLINA ADITIVADA	STANG	L	100.000,000	0,0000	4,0000	400.000,00	Venceu
18	20559	OLEO DIESEL S10 - litros	STANG	L	150.000,000	0,0000	3,2000	480.000,00	Venceu
Total do Fornecedor ----->								1.784.400,00	
Nr. do Processo: 7/2019 Fornecedor: 13259 Licitação: 7/2019 - PR - PATRICIA APARECIDA MUNHOZ - ME Data da Homologação:									
3	15828	ÓLEO THF 11- Balde 20 litros	VR LUBRIFICANTES	UN	100,000	0,0000	208,6130	20.861,30	Venceu
7	17799	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SAE 15W 40, DE BASE SINTÉTICA (Produto de primeira qualidade e primeira linha)	VR LUBRIFICANTES	L	300,000	0,0000	20,8613	6.258,39	Venceu
8	17801	FLUIDO 100% SINTÉTICO PARA SISTEMAS DE FREIO A DISCO OU A TAMBOR DOT 4 (Produto de primeira qualidade e primeira linha). Embalagem com 500ml	POWER	UN	700,000	0,0000	13,0990	9.169,30	Venceu
9	17802	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SAE 15W 40, PARA MOTORES A DIESEL TURBINADOS OU ASPIRADOS (Produtos de primeira qualidade e primeira linha). Balde com 20 litros	VR LUBRIFICANTES	UN	100,000	0,0000	217,8311	21.783,11	Venceu
10	17803	OLEO LUBRIFICANTE P. TRANSMISSOES AUTOMÁTICAS; CAIXAS DE DIREÇÃO E SISTEMAS HIDRAULICOS (óleo ATF). (Produtos de primeira qualidade e primeira linha). Balde com 20 litros.	VR LUBRIFICANTES	UN	100,000	0,0000	292,5437	29.254,37	Venceu
11	17804	OLEO LUBRIFICANTE SAE 90 (Produto de primeira qualidade e primeira linha). Balde com 20 litros	VR LUBRIFICANTES	UN	200,000	0,0000	196,3876	39.277,52	Venceu
12	17805	OLEO LUBRIFICANTE SAE 140. (Produto de primeira qualidade e primeira linha) Balde com 20 litros	VR LUBRIFICANTES	UN	120,000	0,0000	209,4865	25.138,38	Venceu
14	17807	GRAXA A BASE DE SABAO DE LITIO DE ALTA QUALIDADE, PARA APLICAÇÕES EM ROLAMENTOS E PONTOS SUJEITOS A AÇÃO DA AGUA - Balde com 20 quilos.	GRAX	UN	100,000	0,0000	325,7278	32.572,78	Venceu
15	18860	OLEO HIDRAULICO ISSO 68 (balde com 20 litros)	VR LUBRIFICANTES	UN	300,000	0,0000	169,4134	50.824,02	Venceu
16	18861	OLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SAE 15W 40, de base semi-sintética embalagem de 1 litro	VR LUBRIFICANTES	UN	450,000	0,0000	13,9722	6.287,49	Venceu
17	19810	ADITIVO ÓLEO LUBRIFICANTE P AUTOMOVEL (embalagem de 500ml)	RADNAC	UN	600,000	0,0000	62,8751	37.725,06	Venceu

Página: 2/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO
Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Item	Material	Descrição do Material	Marca do Produto	Un. Med.	Qtde Cotada	Descto(%)	Preço Unitário	Preço Total	Situação
Nr. do Processo: 7/2019 Licitação: 7/2019 - PR Fornecedor: 13259 - PATRICIA APARECIDA MUNHOZ - ME									
19	22623	Óleo 2T (Para moto serra, frasco de 500ml)	VR LUBRIFICANTES	UN	120,000	0,0000	23,5782	2.829,38	Venceu
20	25418	ARLA 32 - BALDE 20 LITROS	RODOARLA	UN	1.500,000	0,0000	42,4667	63.700,00	Venceu
21	25422	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SAE 5W 30, DE BASE SINTETICA	VR LUBRIFICANTES	UN	300,000	0,0000	27,9445	8.383,35	Venceu
22	25423	ÓLEO LUBRIFICANTE MULTIVISCOSO SAE 5W 30, PARA MOTORES A DIESEL TURBINADOS - litro	TEXSA LUBRIFICANTES	UN	300,000	0,0000	31,3405	9.402,15	Venceu
23	39556	ÓLEO LUBRIFICANTE P/ TRANSMISSÕES AUTOMOTIVAS; CAIXA DE DIREÇÃO E SISTEMAS HIDRAULICOS (ÓLEO ATF) 1 LITRO.	VR LUBRIFICANTES	UN	400,000	0,0000	16,1069	6.442,76	Venceu
24	39557	GRAXA P/ LUBRIFICAR MÁQUINAS E VEÍCULOS (BALDE 18 kg).	VR LUBRIFICANTES	UN	100,000	0,0000	172,9064	17.290,64	Venceu
					Total do Fornecedor	5.790,000		387.200,00	

Correia Pinto, 29 de Março de 2019.

Corupá

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 018/19

Publicação N° 1967552

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N° 018/2019.

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CONDICIONADORES DE AR, BEBEDOUROS INDUSTRIAIS E LAVADORA DE ROUPAS, PARA UTILIZAÇÃO DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, conforme especificações e quantidades constantes do Termo de Referência e Anexo I - Quantitativo.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 02/04/2019 às 09h00min do dia 12/04/2019.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 12/04/2019.

TIPO: MENOR PREÇO

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12h e das 13h30min às 16h30min.

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 02 de abril de 2019

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

PORTARIA 272

Publicação N° 1967099

PORTARIANº 272 de 28 de março de 2019

RETIFICA PORTARIA QUE CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GRACIELA MARTA MARX PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE PROFESSOR DE HISTÓRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, no Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições são legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90, 39/2010, 52/2015 e alterações,

CONSIDERANDO a possibilidade de a Administração Pública rever os seus atos, nos termos da Súmula nº 473 do STF;
CONSIDERANDO o Princípio da Legalidade ao que está estritamente vinculada a Administração Pública;

RESOLVE:

Art. 1º RETIFICAR o Artigo 1º da PORTARIA nº 099, de 1º de fevereiro de 2019, da seguinte forma: Onde se lê: "CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a partir de 4 de fevereiro de 2019, GRACIELA MARTA MARX para as funções do cargo de Professor de História na Secretaria da Educação e Cultura, com carga horária de 10 horas semanais, percebendo 1,5 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 58/2015" leia-se: "CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a partir de 4 de fevereiro de 2019, GRACIELA MARTA MARX para as funções do cargo de Professor de História na Secretaria da Educação e Cultura, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo 1,5 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 58/2015".

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, permanecendo inalteradas a demais situações, esta Portaria tem sua vigência retroativa a 01.02.2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 273

Publicação N° 1967100

PORTARIANº 273 de 28 de março de 2019.

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIANE BONADEO PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 58/15 e Lei 2.719/2016,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo 014/2018, homologado pelo Decreto nº 119 de 27 de dezembro de 2018;
CONSIDERANDO a publicação para escolha de aulas no sítio do Município, disponível em [HTTP://www.cunhapora.sc.gov.br](http://www.cunhapora.sc.gov.br), para 29.02.2019, às 10:00 horas;
CONSIDERANDO as atividades desenvolvidas pelo Projeto de Contação de Histórias no âmbito da educação infantil;
CONSIDERANDO que o projeto necessita de profissionais com formação na área de Educação Infantil para que surta os efeitos desejados;

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a partir de 4 de fevereiro de 2019, ELIANE BONADEO para as funções do cargo de Professor de Educação Infantil com lotação na Secretaria da Educação e Cultura, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo 3,00 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 58/2015.

Art. 2º. Fica a Secretaria municipal de Educação responsável pelo controle de frequência, já que as atividades de Contação de Histórias são desenvolvidas em lugar específico, fora dos educandários.

Art. 3º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 13 de dezembro de 2019, ou antes, por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, ou por redução de turma, ou por conveniência administrativa.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 274

Publicação Nº 1967101

PORTARIANº 274 de 28 de março de 2019

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELEANDRA FISCHER PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial as Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 58/15 e Lei 2.719/2016,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo 014/2018, homologado pelo Decreto nº 119 de 27 de dezembro de 2018;

CONSIDERANDO a publicação para escolha de aulas no sítio do Município, disponível em [HTTP://www.cunhapora.sc.gov.br](http://www.cunhapora.sc.gov.br) para 18.03.2019 às 7:30 horas;

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a partir de 18 de março de 2019, ELEANDRA FISCHER para as funções do cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação no C.E.I Sonho de Anjo, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo 3,00 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 58/2015.

Art. 2º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 13 de dezembro de 2019, podendo ser encerrada antes, por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, por redução de turma, por conveniência administrativa ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 275

Publicação Nº 1967102

PORTARIANº 275 de 28 de março de 2019

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELSA O. T. GOETZ PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - INFORMÁTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial nas Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 58/15 e Lei 2.719/2016,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo 014/2018, homologado pelo Decreto nº 119 de 27 de dezembro de 2018;

CONSIDERANDO a publicação para escolha de aulas no sítio do Município, disponível em [HTTP://www.cunhapora.sc.gov.br](http://www.cunhapora.sc.gov.br), para 18.03.2019, às 07:30 horas;

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a partir de 18 de março de 2019, ELSA O. T. GOETZ para as funções do cargo de Professor de Ensino Fundamental – Informática com lotação na Escola Núcleo Número Um, na Secretaria da Educação e Cultura, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo 3,00 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 58/2015;

Art. 2º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 13 de dezembro de 2019, podendo ser encerrada antes, por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, por redução de turma, por conveniência administrativa ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 276

Publicação Nº 1967103

PORTARIANº 276 de 28 de março de 2019

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CRISTIANE ANDREIA JAHNEL MAYER PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial as Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 58/15 e Lei 2.719/2016,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo 014/2018, homologado pelo Decreto nº 119 de 27 de dezembro de 2018;

CONSIDERANDO a publicação para escolha de aulas no sítio do Município, disponível em [HTTP://www.cunhapora.sc.gov.br](http://www.cunhapora.sc.gov.br), para 18.03.2019, às 7:30 horas;

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a partir de 18 de março de 2019, CRISTIANE ANDREIA JAHNEL MAYER para as funções do cargo de Professor de Ensino Fundamental, com lotação no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo 3,00 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 58/2015.

Art. 2º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 13 de dezembro de 2019, podendo ser encerrada antes, por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, por redução de turma, por conveniência administrativa ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 277

Publicação Nº 1967104

PORTARIANº 277 de 28 de março de 2019

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DANIELA DA SILVA HERMANN KRUGER PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL – SÉRIES INICIAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial as Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 58/15 e Lei 2.719/2016,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo 014/2018, homologado pelo Decreto nº 119 de 27 de dezembro de 2018;

CONSIDERANDO a publicação para escolha de aulas no sítio do Município, disponível em [HTTP://www.cunhapora.sc.gov.br](http://www.cunhapora.sc.gov.br), para 18.03.2019, às 7:30 horas;

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a partir de 18 de março de 2019, DANIELA DA SILVA HERMANN KRUGER para as funções do cargo de Professor de Ensino Fundamental – Séries Iniciais, com lotação na Escola Municipal Núcleo Número Um, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo 3,00 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 58/2015.

Art. 2º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 13 de dezembro de 2019, podendo ser encerrada antes, por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, por redução de turma, por conveniência administrativa ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 278

Publicação Nº 1967106

PORTARIANº 278 de 28 de março de 2019

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GUERLI CRISTIANE LAUX PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE PROFESSOR DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial as Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 58/15 e Lei 2.719/2016,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo 014/2018, homologado pelo Decreto nº 119 de 27 de dezembro de 2018;
CONSIDERANDO a publicação para escolha de aulas no sítio do Município, disponível em [HTTP://www.cunhapora.sc.gov.br](http://www.cunhapora.sc.gov.br), para 18.03.2019, às 7:30 horas;

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a partir de 18 de março de 2019, GUERLI CRISTIANE LAUX para as funções do cargo de Professor de Ensino Fundamental – Séries Iniciais, com lotação na Escola Municipal Núcleo Número Um, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo 3,00 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 58/2015.

Art. 2º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 13 de dezembro de 2019, podendo ser encerrada antes, por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, por redução de turma, por conveniência administrativa ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 279

Publicação Nº 1967107

PORTARIANº 279 de 28 de março de 2019

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NÉRI TEREZINHA DE PAULA KEMPFER PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial as Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 58/15 e Lei 2.719/2016,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo 014/2018, homologado pelo Decreto nº 119 de 27 de dezembro de 2018;
CONSIDERANDO licença maternidade concedida à servidora municipal Juliane Maria W. Breitemback e a necessidade de sua substituição durante referido período;
CONSIDERANDO a publicação para escolha de aulas no sítio do Município, disponível em [HTTP://www.cunhapora.sc.gov.br](http://www.cunhapora.sc.gov.br), para 18.03.2019, às 7:30 horas;

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a partir de 18 de março de 2019, NÉRI TEREZINHA DE PAULA KEMPFER para as funções do cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação no C.E.I. Pequenos Brilhantes, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo 3,00 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 58/2015.

Art. 2º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 13 de dezembro de 2019, podendo ser encerrada antes, por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, por redução de turma, por conveniência administrativa ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 280

Publicação Nº 1967109

PORTARIANº 280 de 28 de março de 2019

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ADRIANE RHODEN BAUERMANN PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial as Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 58/15 e Lei 2.719/2016,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo 014/2018, homologado pelo Decreto nº 119 de 27 de dezembro de 2018;
CONSIDERANDO a publicação para escolha de aulas no sítio do Município, disponível em [HTTP://www.cunhapora.sc.gov.br](http://www.cunhapora.sc.gov.br), para 11.03.2019, às 11:00 horas;

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a partir de 18 de março de 2019, ADRIANE RHODEN BAUERMANN para as funções do cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação no C.E.I. Sonho de Anjo, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, percebendo 3,00 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar 58/2015.

Art. 2º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 13 de dezembro de 2019, podendo ser encerrada antes, por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, por redução de turma, por conveniência administrativa ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 281

Publicação Nº 1967111

PORTARIANº 281 de 28 de março de 2019.

HOMOLOGA RENÚNCIA DE MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial as Leis Complementares n. 001/90, 002/90 e 39/2010,

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal 1930/99, alterada pela Lei Municipal 2597/13;

CONSIDERANDO o termo de renúncia recebido no dia 25.03.2019;

RESOLVE:

Art. 1º. HOMOLOGAR, em 25 de março de 2019, a renúncia de JONAS ANDRÉ SIMM, conselheiro tutelar, nomeado pela Portaria n. 213/2019.

Art. 2º - Os efeitos desta portaria retroagem à data de 25.03.2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 282

Publicação Nº 1967114

PORTARIANº 282 de 28 de março de 2019.

EXONERA A PEDIDO MICHELI CECOM DO CARGO DE PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial as Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 39/2010,

CONSIDERANDO requerimento da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, em 8 de março de 2019, MICHELI L. CECOM, contratada pela Portaria n. 116/2019 para as funções do cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º - Os efeitos desta portaria iniciam em 08.03.2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 283

Publicação Nº 1967115

PORTARIANº 283 de 28 de março de 2019

EXONERA A PEDIDO FABIO PAGOTTO DO CARGO DE MOTORISTA DE CAMINHÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial as Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 39/2010,

CONSIDERANDO requerimento do servidor;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, em 27 de março de 2019, FABIO PAGOTTO, contratado pela Portaria n. 161/2019 para as funções do cargo de Motorista de Caminhão, com lotação na Secretaria de Infraestrutura.

Art. 2º - Os efeitos desta portaria retroagem à data de 25.03.2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 284

Publicação Nº 1967116

PORTARIANº 284 de 28 de março de 2019.

EXONERA A PEDIDO DAIANA CRISTINA SEHNEM DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial as Leis Complementares nº 001/90, 002/90 e 39/2010,

CONSIDERANDO requerimento da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, em 28 de março de 2019, DAIANA CRISTINA SEHNEM, nomeada pela Portaria n. 114/2016 para as funções do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º - Os efeitos desta portaria iniciam em 08.03.2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 285

Publicação Nº 1967118

PORTARIANº 285 de 28 de março de 2019

PRORROGA PORTARIA 234/2019 QUE CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LIBERA LIMA PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas,

CONSIDERANDO o Art. 7, XVIII, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO o Art. 10, II, "b", do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

CONSIDERANDO exame médico apresentado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º. PRORROGAR a Portaria n. 234/2019 que contrata em caráter temporário LIBERA LIMA para as funções do cargo de Professor de

Ensino Fundamental - Séries Iniciais, com lotação na Escola Núcleo Número Um, na Secretaria da Educação e Cultura, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º. A prorrogação de que trata o artigo 1º será enquanto configurar Estabilidade Provisória.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 286

Publicação Nº 1967119

PORTARIANº 286 de 28 de março de 2019

DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO DA SERVIDORA MUNICIPAL CLEIDIR MÔNICA KREUTZ LAZZAROTTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial a Lei Complementar n. 58/2015;

CONSIDERANDO o disposto no art. 24, § 4º, da LC n. 58/2015;

CONSIDERANDO o certificado de conclusão de curso de Pós-Graduação em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental entregue pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão por Nova Habilitação à servidora efetiva CLEIDIR MÔNICA KREUTZ LAZZAROTTO, matrícula n. 2993-9, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º. Fica alterado o vencimento da servidora, passando a perceber 3,5 PMV (Pisos Municipais de Vencimento), conforme previsto no Anexo n. 3 da LC 28/2015.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 287

Publicação Nº 1967120

PORTARIANº 287 de 28 de março de 2019

DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO DA SERVIDORA MUNICIPAL FRANCIELE PAGOTTO LANGER E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial a Lei Complementar n. 58/2015;

CONSIDERANDO o disposto no art. 24, § 4º, da LC n. 58/2015;

CONSIDERANDO o certificado de conclusão de curso de Pós-Graduação em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental entregue pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão por Nova Habilitação à servidora efetiva FRANCIELE PAGOTTO LANGER, matrícula n. 2941-6, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º. Fica alterado o vencimento da servidora, passando a perceber 3,5 PMV (Pisos Municipais de Vencimento), conforme previsto no Anexo n. 3 da LC 28/2015.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 288

Publicação Nº 1967121

PORTARIANº 288 de 28 de março de 2019

DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO DA SERVIDORA MUNICIPAL DANIELA HUFF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial a Lei Complementar n. 58/2015;

CONSIDERANDO o disposto no art. 24, § 4º, da LC n. 58/2015;

CONSIDERANDO o certificado de conclusão de curso de Pós-Graduação em Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental entregue pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER Progressão por Nova Habilitação à servidora efetiva DANIELA HUFF, matrícula n. 2946-7, ocupante do cargo de Professor de Educação Infantil, com lotação na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º. Fica alterado o vencimento da servidora, passando a perceber 3,5 PMV (Pisos Municipais de Vencimento), conforme previsto no Anexo n. 3 da LC 28/2015.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 289

Publicação Nº 1967122

Portaria Nº 289 de 28 de março de 2019

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial o Parágrafo Único do Art. 175 da Lei Complementar n. 02/1990;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica composta Comissão de Sindicância encarregada de proceder à investigação para apurar a regularidade dos valores atribuídos à compra de parte ideal de 151.600 metros quadrados do Lote Colonial n. 45, atualmente matriculado no Cartório de Registro de Imóveis de Cunha Porã sob o número 6.157.

Art. 2º. Ficam nomeados para a Comissão os servidores ROGER FREITAG – Fiscal de Tributos, DILSON MULLER – Técnico Agrícola e GILSON FRIEDRICH - Motorista para, sob a Presidência do primeiro, comporem Comissão Disciplinar encarregada de realizar sindicância instaurada no Art. 1º.

Art. 3º. A Comissão nomeada no Art. 2º tem a atribuição de apurar os fatos e eventuais responsabilidades, devendo ser franqueada a ela todas as informações, registros e documentos das repartições do Município de Cunha Porã - SC.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

PORTARIA 290

Publicação Nº 1967124

Portaria Nº 290 de 28 de março de 2019
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial o Parágrafo Único do Art. 175 da Lei Complementar n. 02/1990;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica composta Comissão de Sindicância encarregada de proceder à investigação para apurar os danos causados no veículo Mercedes Benz/Atron 2729 K 6x4, Branco, 2014/2014, Placa QHD4565.

Art. 2º. Ficam nomeados para a Comissão os servidores ROGER FREITAG – Fiscal de Tributos, DILSON MULLER – Técnico Agrícola e DEISY GAUER – Agente Administrativo para, sob a Presidência do primeiro, comporem Comissão Disciplinar encarregada de realizar sindicância instaurada no Art. 1º.

Art. 3º. A Comissão nomeada no Art. 2º tem a atribuição de apurar os fatos e eventuais responsabilidades, devendo ser franqueada a ela todas as informações, registros e documentos das repartições do Município de Cunha Porã - SC.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

PORTARIA 291

Publicação Nº 1967125

PORTARIANº 291 de 28 de março de 2019.
CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL SÉRGIO ROBERTO TREBIEN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas,

CONSIDERANDO o disposto no art. 99 e parágrafos da Lei Complementar n. 002/90 de 18.09.90;
CONSIDERANDO requerimento do interessado datado de 14.02.2019;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER FÉRIAS de 30 (trinta) dias, de 01.03.2019 a 30.03.2019, ao servidor Municipal SÉRGIO ROBERTO TREBIEN, ocupante do cargo de Vigia, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, Matrícula n. 1952-6, referente ao período aquisitivo de 01.06.2017 a 31.05.2018.

Art. 2º - Os efeitos desta portaria retroagem à data de 01.03.2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 28 de março de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 292

Publicação Nº 1967127

PORTARIANº 292 de 29 de março de 2019.
HOMOLOGA RENÚNCIA DE MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE CUNHA PORÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial as Leis Complementares n. 001/90, 002/90 e 39/2010,

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal 1930/99, alterada pela Lei Municipal 2597/13;

CONSIDERANDO o termo de renúncia recebido no dia 29.03.2019 com data de 01.03.2019;

RESOLVE:

Art. 1º. HOMOLOGAR, em 29 de março de 2019, a renúncia de ELIZANDRA SIEBERT, conselheira tutelar, nomeada pela Portaria n. 046/2016.

Art. 2º - Os efeitos desta portaria retroagem à data de 01.03.2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 29 de março de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 293

Publicação Nº 1967129

PORTARIANº 293 de 29 de março de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO À SERVIDORA MUNICIPAL ADRIANE ANDREIA KAUFMANN BAUMER OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 90 da Lei Complementar n. 002/90;

CONSIDERANDO a apresentação do Certificado e Histórico escolar, expedido por instituição credenciada e reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC;

CONSIDERANDO requerimento da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO à Servidora Municipal ADRIANE ANDREIA KAUFMANN BAUMER, matrícula n. 2997-1, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º - A gratificação de que trata o artigo 1º incidirá sobre o Piso Municipal de Vencimento, na porcentagem de 10% (dez por cento) para a CONCLUSÃO DE 1º GRAU e de 20% (vinte por cento) para a CONCLUSÃO DE 2º GRAU, de acordo com o Art. 90, incisos I e II, da Lei Complementar 02/90.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 29 de março de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 294

Publicação Nº 1967130

PORTARIANº 294 de 29 de março de 2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO À SERVIDORA MUNICIPAL SILVANE TEREZINHA SCHMENGLER OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 90 da Lei Complementar n. 002/90;

CONSIDERANDO a apresentação do Certificado e Histórico escolar, expedido por instituição credenciada e reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC;

CONSIDERANDO requerimento da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER GRATIFICAÇÃO POR GRAU DE INSTRUÇÃO à Servidora Municipal SILVANE TEREZINHA SCHMENGLER, matrícula n. 2994-7, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais.

Art. 2º - A gratificação de que trata o artigo 1º incidirá sobre o Piso Municipal de Vencimento, na porcentagem de 10% (dez por cento)

para a CONCLUSÃO DE 1º GRAU e de 20% (vinte por cento) para a CONCLUSÃO DE 2º GRAU, de acordo com o Art. 90, incisos I e II, da Lei Complementar 02/90.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, 29 de março de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 295

Publicação Nº 1968221

PORTARIANº 295 de 1º de abril de 2018

DISPÕE SOBRE CEDÊNCIA TEMPORÁRIA DA SERVIDORA PRISCILA ELÍS SIGNOR PARA A DELEGACIA DE POLÍCIA CIVIL DE CUNHA PORÃ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas pelas Leis Complementares nº 001/90;

CONSIDERANDO termo de convênio n. 25.800/2010-8, celebrado entre a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Departamento Estadual de Trânsito, Polícia Militar de Santa Catarina e Município de Cunha Porã para delegação de competências firmadas na Lei n. 9.506/97 (Código de Trânsito Brasileiro);

CONSIDERANDO solicitação da Polícia Civil de Cunha Porã;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 13 da Lei Complementar n. 01/1990;

RESOLVE:

Art. 1º. CEDER temporariamente para a Delegacia de Polícia Civil de Cunha Porã a servidora municipal PRISCILA ELÍS SIGNOR, ocupante do cargo de Agente Administrativo, para auxiliar nos serviços internos das atividades relacionadas com o trânsito.

Art. 2º. O exercício das funções ocorrerá especificamente na Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN), localizada no Município de Maravilha – SC.

Art. 3º. O ônus da cedência permanecerá sob responsabilidade do Município de Cunha Porã, sem alterações.

Art. 4º - A cedência de que trata o art. 1º permanecerá enquanto houver conveniência administrativa, reservando-se ao Poder Público Municipal o direito de requisitar a servidora, de acordo com a necessidade dos serviços públicos.

Art. 5º. Ficam a Polícia Civil e o Órgão de lotação responsáveis pelo controle de frequência da servidora.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 1º de abril de 2019.

JAIRO EBELING
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na data supra.

PORTARIA 296

Publicação Nº 1968224

PORTARIANº 296 de 1º de abril de 2019.

CONTRATA TEMPORARIAMENTE DIRCE KREUTZ PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE SERVIÇOS GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial as Leis Complementares n. 001/90, n. 002/90 e n. 52/2015,

CONSIDERANDO o processo seletivo n. 014/2018, homologado pelo decreto n. 119 de 27 de dezembro de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARATER TEMPORARIO, a partir de 1º de abril de 2019, DIRCE KREUTZ para as funções do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com lotação no CEI Sonho de Anjo, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo 2,50 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) constantes nos Anexos III e IV, da Lei Complementar 58/2015.

Art. 2º. Fica a Secretaria Municipal de Educação responsável pelo controle, organização e encaminhamento da servidora aos educandários, conforme necessidade.

Art. 4º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 13 de dezembro de 2019, podendo ser encerrada antes, por extinção ou

desativação do estabelecimento de ensino, por redução de turma, por conveniência administrativa ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Art. 5º. Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 1º de fevereiro de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 297

Publicação Nº 1968228

PORTARIANº 297 de 1º de abril de 2019

CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MÁRCIA ECHELMEIER PARA AS FUNÇÕES DO CARGO DE SEGUNDO PROFESSOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial as Leis Complementares n. 001/90, n. 002/90, n. 58/2015 e Lei n. 2.719/2016,

CONSIDERANDO o Processo Seletivo n. 014/2018, homologado pelo Decreto n. 119 de 27 de dezembro de 2018;

CONSIDERANDO a necessidade de segundo professor para o aluno Felipe Bertan;

CONSIDERANDO licença por motivo de saúde da servidora Taisa Heydt;

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a partir de 1º de abril de 2019, MARCIA ECHELMEIER para as funções do cargo de Segundo Professor com lotação na Escola Núcleo Número Um, na Secretaria da Educação, Cultura e Desporto com carga horária de 20 horas semanais, percebendo 3,00 PMV (Pisos Municipais de Vencimento) mensais, constantes no Anexo III e IV da Lei Complementar n. 58/2015;

Art. 2º. A Contratação de que trata o artigo 1º será até o dia 13 de dezembro de 2019, podendo ser encerrada antes, por extinção ou desativação do estabelecimento de ensino, por redução de turma, por conveniência administrativa ou preenchimento da vaga por servidor efetivo.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 1º de abril de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

PORTARIA 298

Publicação Nº 1968232

PORTARIANº 298 de 1º de abril de 2019

EXONERA A PEDIDO CARINE VINHAGA DO CARGO DE PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - MATEMÁTICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JAIRO EBELING, Prefeito Municipal de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legalmente conferidas, em especial as Leis Complementares n. 001/90, n. 002/90 e n. 39/2010,

CONSIDERANDO requerimento da servidora;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, em 29 de março de 2019, CARINE VINHAGA, nomeada pela Portaria n. 085/2019 para as funções do cargo de Professor de Ensino Fundamental - Matemática, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto.

Art. 2º - Os efeitos desta portaria iniciam em 29.03.2019.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito, 1º de abril de 2019.

JAIRO EBELING

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada na data supra.

Cunhataí

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 023/2019

Publicação Nº 1968895

DECRETO MUNICIPAL Nº. 023/2019, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

“DISPÕE SOBRE AJUSTE NA BASE DE CÁLCULO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CUNHATAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do Artigo 77, e

Considerando a decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, que consta na ata dos autos do Recurso Extraordinário 593.068-8, de que não incide contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como: terço constitucional de férias, serviços extraordinários, adicional noturno e adicional de insalubridade;

Considerando o contido no inciso III, do § 1º, do artigo 1º, da Portaria RFB Nº 754, de 21 de maio de 2018;

Considerando o contido no Parecer Jurídico datado do dia 03 de julho de 2017 c/c o Adendo datado do dia 04 de fevereiro de 2019, através dos quais restou determinado a não incidência, deixando de considerar como base de cálculo das contribuições previdenciárias (patronal e descontadas do servidor) as verbas salariais não incorporáveis aos proventos de aposentadoria do servidor público.

DECRETA:

Art. 1º. Fica determinado ao Setor de Recursos Humanos deste Município proceder imediatamente o ajuste na base de cálculo da folha de pagamento para que, doravante, não incida a contribuição previdenciária sobre verba não incorporável aos proventos de aposentadoria do servidor público, tais como: terço constitucional de férias, primeiros quinze dias do auxílio-doença e do auxílio-acidente, aviso prévio indenizado, horário extraordinário, adicional noturno e o adicional de insalubridade.

Parágrafo único. Caso o Setor de Recursos Humanos identifique no cenário local outras verbas não incorporáveis aos proventos de aposentadoria do servidor público, além daquelas citadas no caput do presente artigo, a fim de evitar erros na interpretação e na aplicação das decisões judiciais em tela, é prudente que, previamente, a Assessoria Jurídica seja consultada sobre as demais situações que, eventualmente, estejam abarcadas pela súmula do e. STF e demais decisões dos Tribunais Superiores.

Art. 2º - Fica determinado também ao Setor de Recursos Humanos realizar levantamento retroativo aos últimos 5 (cinco) anos, das verbas não incorporáveis aos proventos de aposentadoria do servidor público em que incidiu a contribuição previdenciária, a fim de que, administrativamente ou judicialmente, seja buscada a compensação dos valores junto à Fazenda Nacional.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cunhataí, Santa Catarina em 02 de abril de 2019.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

Publique-se e Registre-se

AUGUSTO DIEL MARSCHALL
Coordenador de Gestão em Administração e Planejamento

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 09/2019.

Publicação Nº 1968407

Extrato DO CONTRATO ADM Nº 09/2019

Processo Administrativo nº 05/2019

CONCORRÊNCIA PARA ALIENAÇÃO Nº 01/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ – SC.

CONTRATADA: PEKI INDUSTRIA E COMERCIO EIRELI ME.

Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM PÚBLICO com encargos e cláusulas de reversão pelo período de 10(dez) anos, de bem imóvel a título de incentivo econômico.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato se iniciará na data de assinatura deste termo e se findará em 01/04/2030.

Signatários: Luciano Franz e Rodolfo André Bohn.

Cunhataí/SC, 02/04/2019.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 10/2019.

Publicação Nº 1968412

Extrato DO CONTRATO ADM Nº 10/2019

Processo Administrativo nº 05/2019

CONCORRÊNCIA PARA ALIENAÇÃO Nº 01/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ – SC.

CONTRATADA: ERISON SBRUSSI ME.

Objeto: CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM PÚBLICO com encargos e cláusulas de reversão pelo período de 10(dez) anos, de bem imóvel a título de incentivo econômico.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato se iniciará na data de assinatura deste termo e se findará em 01/04/2030.

Signatários: Luciano Franz e Maicon Andriel Dressler.

Cunhataí/SC, 02/04/2019.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 11/2019.

Publicação Nº 1968415

Extrato DO CONTRATO ADM Nº 11/2019

Processo Administrativo nº 15/2019

Pregão Presencial nº 11/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ – SC.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS.

VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato se iniciará na data de assinatura deste termo e se findará em 31/03/2020.

VALOR: R\$ 8.645,00 (Oito mil seiscentos e quarenta e cinco reais) mensais.

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes do presente correrão por conta do Orçamento vigente, cuja fonte de recurso tem a seguinte classificação:

Projeto/Atividade nº: 2.001;

Modalidade de Aplicação nº: 33.90;

Signatários: Luciano Franz e Helena Beatriz Pacheco Daros.

Cunhataí/SC, 02/04/2019.

PORTARIA Nº. 081/2019.

Publicação Nº 1968894

PORTARIA Nº. 081/2019 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA A ABERTURA DE SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Artigo 100, Inciso II, da Lei Orgânica Municipal, combinado com os artigos 176, Parágrafo Único da Lei Complementar nº 002, de 14 de setembro de 2007, e

CONSIDERANDO os espelhos das demandas da ouvidoria SUS números 3024297 e 3025980

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a abertura de Sindicância, na forma do Artigo 176, Parágrafo Único da Lei Complementar Municipal nº 002, de 14 de setembro de 2007, a fim de apurar fatos atribuídos a servidora da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art. 2º. Fica constituída a Comissão responsável pela realização da sindicância, composta pelos membros a seguir identificados:

I – Katia Bárbara Heinzen Baron – Presidente

II – Everton Zeni – Secretário;

III – Augusto Diel Marschall – Membro;

§1º. A Comissão de que trata o caput do Artigo 2º é de caráter temporário, prestando o seu serviço somente durante a realização da sindicância para a qual foi constituída.

§2º. A Comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurando o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da Administração, devendo ser franqueada a ela todas as informações, registros e documentos das repartições do Município de Cunhataí - SC.

§3º. Os integrantes da Comissão Disciplinar deverão dedicar-se, prioritariamente, aos trabalhos inerentes à condução do processo.

Art. 3º. A Comissão deverá concluir os trabalhos no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de publicação desta portaria.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cunhataí, Santa Catarina em 01 de abril de 2019.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Curitibanos

PREFEITURA

ANULAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 36/2019

Publicação Nº 1968854

ANULAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 36/2019

O Município de Curitibanos, através de sua autoridade competente entende por ANULAR na sua totalidade o Edital de Tomada de Preços nº 36/2019, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE MUROS PARA FECHAMENTO DO JARDIM BOTÂNICO, AV, LIONS, BAIRRO ÁGUA SANTA, COMPRIMENTO TOTAL DO MURO 1.958,12M, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO. Fica considerado anulado a Tomada de Preços nº 36/2019, tendo em vista que foi exigido no envelope nº 01 – Documentação de Habilitação, a apresentação de Nota Explicativa do balanço patrimonial, conforme consta no item 6.3 alínea “b”, porém conforme o CFC – Conselho Federal de Contabilidade – este documento somente trata-se de conduta com vistas a exercer o poder fiscalizatório como conselho profissional, com o intuito de melhoria da contabilidade nacional, além do mais, este documento não pode ser exigido em Licitação, pois não consta na Lei 8.666/93 no que tange o artigo 31. Além do mais, a falta das notas explicativas não implica a presunção de inidoneidade da contabilidade da licitante, pois, vigora o princípio da instrumentalidade das formas quanto à qualificação econômica-financeira, bastando que os demais documentos apresentados sejam suficientes para evidenciar a saúde financeira das empresas. Desta forma, após análise, verificou-se estar viciado o certame, sendo assim anulado conforme art. 49 da Lei nº 8.666/93. Fica aprazado o prazo de lei para interposição de recurso quanto à decisão administrativa. Passada a fase recursal, e retificado o Edital nos termos da presente decisão. Republique-se o processo.

Curitibanos, 1 de Abril de 2019.

De acordo,

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

EDITAL DE LEILÃO Nº 56/2019

Publicação Nº 1968898

EDITAL DE LEILÃO Nº 56/2019

O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Cel. Vidal Ramos, 860, devidamente inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, na forma do que dispõe a Lei No. 8.666 de 21.06.93 e suas alterações e Lei Municipal nº 6.084/2018, tornam público que a partir das 14:00 horas do dia 18/04/2019, no Auditório da Secretaria de Saúde (fundos Prefeitura Municipal de Curitibanos), sito a Rua Maximino de Moraes, 376, Centro, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de leilão, destinado a alienação dos bens móveis abaixo relacionados, de acordo com as condições previstas neste edital.

Curitibanos, 26 de Março de 2019.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2019

Publicação Nº 1968856

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2019

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE ROÇADEIRAS PARA USO NA SECRETARIA DE OBRAS E SECRETARIA DA AGRICULTURA. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 15/04/2019, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 14:00 horas do dia 15/04/2019, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitibanos no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitibanos.sc.gov.br.

Curitibanos, 01 de Abril de 2019.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2019

Publicação Nº 1968879

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2019

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a AQUISIÇÃO DE BEBEDOURO PARA USO NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E SECRETARIA DE OBRAS. CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar, o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 14:00 horas do dia 15/04/2019, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. Após o aprazado para protocolo, será realizada a classificação das propostas apresentadas.

A partir das 16:00 horas do dia 15/04/2019, será realizada sessão pública para a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 01 de Abril de 2019.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2019

Publicação Nº 1968054

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2019

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Saúde e a empresa Pontamed Farmaceutica Ltda, com o valor de R\$ 4.989,60 (quatro mil novecentos e oitenta e nove reais e sessenta centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DO MEDICAMENTO BENZILPENICILINA BEMZATINA 1.200.000UI, TENDO EM VISTA QUE NÃO HOUVE INTERESSE DOS FORNECEDORES RESTANDO O MESMO COMO DESERTO NÃO SENDO POSSÍVEL AQUISIÇÃO POR MEIO DO CIM CATARINA, CONFORME ART. 24, INCISO IV DA LEI 8.666/93 E DOCUMENTOS EM ANEXO

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 – É dispensável a licitação de:

- IV – nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 dias (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 24, inciso IV da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Secretário, sugerindo a referida contratação.

Diego Sebern Wordell
Presidente da Comissão

Cristina Melo Menegotto
Membro

Cristiano França Pereira Roberto Carlos da Silva Cristiane Jaqueline Pereira Sandri
Membro Membro Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24, o inciso IV dou como aprovada.

Curitiba, 29 de março de 2019.

Hérion Adalberto Rech
Procurador Geral do Município
AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a compra e venda mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 29 de março de 2019.

Yara Aparecida Vilani Padilha
Secretária Municipal de Saúde

Descanso

PREFEITURA

DECRETO 2025/2019, LOTA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE DESCANSO NOS ÓRGÃOS E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1969033

DECRETO Nº 2025/2019, de 01 de ABRIL de 2019.

LOTA VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE DESCANSO NOS ÓRGÃOS E UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas de acordo com o artigo 86, inciso IX c/c XXIII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam lotados os veículos, máquinas e equipamentos de propriedade do Município de Descanso, nas respectivas Secretarias, Departamentos e Fundo, objetivando os lançamentos de despesas com a manutenção dos mesmos nas unidades orçamentárias e projeto atividade, conforme segue:

Órgão:		02.00	GABINETE DO PREFEITO		
Unidade:		02.02	GABINETE DO PREFEITO		
Proj./Ativ.:		2.002	Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito e Assessoria Jurídica		
Nº	E S P É C I E		P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
95	Pas/automóvel Ford Focus SE AT. 2.0 175 CV		QIT-5270	2017/2018	7742

Órgão:		03.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO		
Unidade:		03.03	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO, RECURSOS HUMANOS		
Proj./Ativ.:		2.005	Manutenção do Departamento de Administração, Recursos Humanos		
Nº	E S P É C I E		P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
73	Pas/automóvel Renault/Logan EX 1.6, 107 CV		MJR-8981	2011/2012	5404
97	Pas/automóvel Honda/Civic LXS flex		ENO-2193	2009-2010	7684
36	Pas/Automóvel I/GM Classic Life 5P/70CV - Corsa		MCV-1635	2005/2005	3595

Órgão:		06.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade:		06.09	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO		
Proj./Ativ.:		2.017	Manutenção, Modernização e Funcionamento do Departamento de Educação		
Nº	E S P É C I E		P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
54	Automóvel Doblo ELX 1.8 flex, marca FIAT		MGU-5814	2009/2009	4580
100	Automóvel Doblo Essence flex, marca FIAT		QJG- 5012	2018/2018	7779
Proj./Ativ.:		2.019	Manutenção e Funcionamento Serviço de Transporte Escolar		
Nº	E S P É C I E		P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
63	Micro Ônibus IVECO/CITYCLASS 70C16 29P/155CV		MJT-0379	2010/2011	4899
64	Ônibus VW/15190 EOD E.S.ORE 60P/185CV		MJT-0829	2010/2011	5169
81	Ônibus IVECO/CITYCLASS 70C17 29P/170CV		MKW-6026	2012/2013	Sec. Educ TCU .../13
92	Ônibus VW/NEOBUS MINIESC/8160 ORE 22P/160CV		QHS-4459	2016/2017	7613

Órgão:		07.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E TURISMO		
Unidade:		07.11	DEPARTAMENTO DE ESPORTES		
Proj./Ativ.:		2.025	Manutenção Dpto. de Esportes e Atividades Esportivas, Recreativas e Lazer		
Nº	E S P É C I E		P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
99	Pas/automóvel FIAT/Pálio Fire Economy		MHL-0794	2010/2010	7682

Órgão:	08.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES			
Unidade:	08.12	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES			
Proj./Ativ.:	2.027	Manutenção Dpto.Transportes, Frota Equip. e Rodovias Municipais			
Nº	E S P É C I E		P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
11	Car/Caminhão/Basculante M.Benz/LK 1318 22T/170CV		LZS-5214	1989/1989	1499
13	Caminhão M.Benz L 1620, c/caçamba Basc.12m³/211CV		MHQ-3877	2010/2010	4760

14	Car/Caminhão/Tanque VW 14.140 23T 138CV	MAF-8599	1990/1991	2782
15	Car/Caminhão/Basculante VW/14.220 27T/215CV	LZV-8095	1991/1991	1497
25	Motoniveladora Huber Warco 165-S	Não Exigível	1980/1980	1502
30	Rolo Compactador Muller Vap-55	Não Exigível	1982/1982	1500
42	Motoniveladora G720, série 502090, marca Volvo, 160HPs	Não Exigível	2006/2006	4495
52	Trator de Esteiras New Holland 7D	Não Exigível	2008/2008	3954
59	Rolo compactador vibratório 30 mil kg, CS-533E, Caterpillar	Não Exigível	2010/2010	4822
60	Caminhão Volkswagen, 24250CNC, caç. basc. 12m³/250CV	MIB-2928	2010/2011	4823
61	Caminhão Volkswagen, 24250CNC, caç. basc. 12m³/250CV	MIB-2868	2010/2011	4824
62	Trator de Pneu, JOHN DEERE 5303, 57CV, tração 4x4	Não Exigível	2010/2010	4851
78	Motoniveladora CATERPILLAR CAT0120KPJAP04722	Não Exigível	2013/2013	T.D.E. PAC2/MDA NP. 5639
79	Retroescavadeira CATERPILLAR CAT0416EHMFG06894	Não Exigível	2013/2013	T.D.E. PAC2/MDA NP. 5640
82	Britador Móvel 5030 c/ Motor 6 cilindros 99HP	Não Exigível	2013/2013	5662
83	Caminhão M.Benz ATRON 2729/36, c/caç.Basc.12m³/286CV	MMM-5925	2014/2014	5704
101	Car/Caminhone/C.Aberta Fiat/Strada CC E	QIR - 2774	2018/2018	7801
44	Pas/Microônibus Fiat/Ducato Minibus 16P/103CV	MDN-5272	2003/2003	3243
98	Automóvel de Passeio FIAT/Uno Mille Fire Flex	MDD 1046	2005/2006	7683
103	Motoniveladora, GR1803 br, xcmg Brasil, potência 194hp	Não Exigível	2018/2018	7923
104	Rolo compactador, XS123br, Xcmg Brasil, potência 130hp.	Não Exigível	2018/2018	7924
65	Escavadeira hidráulica KOMATSU, 13600kg, giro total	Não Exigível	2011/2011	4900
105	Retroescavadeira NEW HOLLAND, MOD; B95B, 4X4	Não Exigível	2018/2018	7925

Órgão:	09.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Unidade:	09.13	DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
Proj./Ativ.:	2.029	Manutenção e Funcionamento do Dpto. de Obras e Serviços Urbanos

Nº	E S P É C I E	P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
53	Camioneta Strada Fire 1.4CS flex, marca FIAT	MGU-5854	2009/2009	4579
57	Veículo Kombi Escolar, flex, 15 lug. marca VW-APAE	MIH-0565	2010/2011	4710
66	Caminhão Agrale, 13000 TCA, c/caçamba basc. 6m³/173 CV	MIN-9362	2011/2011	5170

Proj./Ativ.:	2.030	Manutenção, Limpeza, Sinalização e Melhoria de Vias, Praças e Log. Púb.
--------------	-------	---

Nº	E S P É C I E	P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
04	Retroescavadeira Case 580 L	Não Exigível	2005/2005	3671

Órgão:	10.00	SECRETARIA MUNICIPAL AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade:	10.15	DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE
Proj./Ativ.:	2.034	Manutenção e Funcionamento do Departamento de Agricultura e Pecuária

Nº	E S P É C I E	P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
90	Automóvel GM/CORSA HATCH MAXX (Conv. CIDASC)	MHH 9334	2009/2009	CIDASC

Proj./Ativ.:	2.035	Incentivo e Assistência ao Produtor Rural
--------------	-------	---

Nº	E S P É C I E	P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
56	Retroescavadeira Mod.LB 110, 4x4, marca NEW HOLLAND	Não Exigível	2009/2009	M.Pesca
74	Retroescavadeira B110B, 4x4, marca New Holland	Não Exigível	2012/2012	5379
76	Trator Agrícola Massey Ferguson Mod.MF4275/4	Não Exigível	2013/2013	S.Ag. M.Pesca TCU 295/13
77	Trator Agrícola Massey Ferguson Mod.MF4275/4	Não Exigível	2013/2013	S.Ag. M.Pesca TCU 295/13

88	Car/Caminhão Ford/Cargo-1723 / 230CV	QHC-8236	2014/2015	6320
94	Escavadeira Hidráulica Hyundai Robex R160LC-9SB	Não Exigível	2016/2016	7642
102	Car/Caminhão Ford/Cargo-1419 S	QJE 4817	2018/2019	7790
108	Retroescavadeira B110B, 4x4, marca New Holland, 96 H, Cor: Amarela	Não Exigível	2018/2018	7973

Órgão:	11.00	SECRETARIA MUNICIPAL DO BEM ESTAR SOCIAL		
Unidade:	11.18	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Proj./Ativ.:	2.040	Manutenção e Funcionamento da Assistência Social		
Nº	E S P É C I E	P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
28	Pas/ Automóvel Fiat/Uno Mille Fire Flex 5P/66CV	MFF-1971	2006/2006	3691
49	Ônibus Scania / F112 S (SRFB I.706)	AFB-1431	1986/1986	3766
80	Corsa Classic LS/Chevrolet 5P/78CV Flex	MLU-9946	2013/2014	SASTH TCU08/13
106	Micro-ônibus acessível VW/NEOBUS +HO potencia 160 CV	PBN8401	2018/2019	7927

Órgão:	12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade:	12.22	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS		
Proj./Ativ.:	2.058	Manutenção e Funcionamento do Fundo Municipal de Saúde – FMS		
Nº	E S P É C I E	P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
38	Pas/Microônibus Marcopolo/Volare V6 MO 19P/140CV	MGG-3302	2006/2006	3697
48	Veículo de carga tipo furgão Renault,c/cjto.odontól.	MEQ-5428	2006/2007	3745
72	Pas/Microônibus Fiat Ducato Multi Jaedi T,13 Pas.127CV	MKI-2949	2011/2012	5403
75	Automóvel FIAT Mille Way Economy 4P 66CV	MJJ-0176	2012/2013	5467
84	Automóvel FORD FIESTA SEDAN 1.6FLEX 5P.107CV	MDB-8016	2014/2014	5727
85	Automóvel FORD FIESTA SEDAN 1.6FLEX 5P.107CV	MLR-9247	2014/2014	5781
86	Pas/Microônibus Fiat Ducato Multi Jaedi T, 16 P.127CV	OKE-3006	2014/2014	5785
87	Automóvel FORD KA SE 1.0 HA FLEX 5P. 85CV	OKF-3938	2014/2015	5991
89	Pas/Aut. Doblo ESSENCE 1.8 FLEX, FIAT 7P/132CV	QHL-9486	2015/2016	6423
93	Caminhonete/Ambulância Renault/Master Euro 8P/130CV	QHU-8089	2016/2017	Sec. Saúde TCU235/16
107	FIAT/FIORINO- UNITRANSAMB/ 88CV, 1.4	QJT -5552	2018/2019	7934
Proj./Ativ.:	2.063	Manutenção das Atividades de Epidemiologia e Controle de Doenças		
Nº	E S P É C I E	P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
58	Pas/Automóvel Doblo HLX 1.8 flex, FIAT 7P/132CV	MGL-6338	2010/2011	4788
96	Pas/automóvel Ford Ka SE 1.5 HA 105 CV	QIT-6250	2017/2018	7743

Órgão:	13.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
Unidade:	13.23	ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO		
Proj./Ativ.:	2.057	Manutenção Instalações e Atividades Relacionadas ao Conselho Tutelar		
Nº	E S P É C I E	P L A C A	ANO Mod/Fab	Nº PAT.
91	Citroën C3 / Aircross1.6, M FEEL 5P/122 CV Flex	QID-0683	2016/2017	7069

Art. 2º Ficam igualmente autorizadas a Divisão de Material e Patrimônio e o Departamento de Contabilidade e Controle Interno a proceder aos tramites legais para efetuar a devida lotação dos veículos, máquinas e equipamentos, inclusive os registros de despesas de manutenção com os lançamentos contábeis exigidos na legislação atinente.

Art. 3º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 2015/2019.

Descanso - SC, 01 de Abril 2019.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto em data supra.

Eduarda A. Busnello – Chefe da Divisão de Pessoal.

DECRETO 2026/2019, INSTITUI MODIFICAÇÕES NA EMISSÃO DE NOTA FISCAL DE SERVIÇO AVULSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1969037

DECRETO Nº 2026/2019, de 01 de abril de 2019.

INSTITUI MODIFICAÇÕES NA EMISSÃO DE NOTA FISCAL DE SERVIÇO AVULSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Descanso,

DECRETA:

Art. 1º - Fica mantido o sistema de Nota Fiscal Avulsa, instituída pelo Decreto Municipal 466/2000.

Art. 2º - O Município de Descanso, Estado de Santa Catarina, fornecerá Nota Fiscal de Serviço avulsa, em modelo próprio, quando:

a) As pessoas físicas que não realizarem serviços a terceiros com habitualidade, dela venham necessitar;

b) As pessoas que, não estando inscritas como contribuinte do imposto, ou não estejam obrigadas a emissão de documentos fiscais, eventualmente dela necessitem;

Parágrafo único: O volume de notas fiscais avulsas fica limitado a 4(quatro) por ano.

Art. 3º - A Nota Fiscal de serviço avulsa será emitida em 03 (três) vias, por solicitação do contribuinte, mediante as seguintes informações:

a) Nome, endereço, CPF ou CNPJ do prestador do serviço;

b) Nome, endereço, CPF ou CNPJ do usuário de serviço;

c) Quantidade, discriminação do serviço prestado, preço unitário e total.

Parágrafo único - Em função das informações prestadas pelo contribuinte, será emitido o respectivo documento de arrecadação Municipal, para o recolhimento dos tributos devidos.

Art. 4º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário em especial o decreto 466/2000.

Descanso - SC, 01 de abril de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto, em data supra.

Roseli Bonatto – Agente de Secretaria.

LEI 1680/2019, AUTORIZA ALIENAR BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE DESCANSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1969028

LEI Nº 1680/2019, de 26 de março de 2019.

AUTORIZA ALIENAR BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE DESCANSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito Municipal de Descanso, Estado de Santa Catarina, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a alienar, mediante venda por concorrência pública ou outra modalidade que melhor atenda aos princípios licitatórios e gerais da administração, os bens imóveis de pertencentes ao Município de Descanso, cujo levantamento se encontra anexado, ficando, contudo, proibida a alienação dos seguintes imóveis:

I - 17. Lote Rural nº 67, da Gleba n. 20, com área de 2.272, 00m², com construções, constante de um prédio escolar em madeira (alvenaria) construído no ano de 1968, medindo 50,12m², sito imóvel Peperi, Linha Hervalzinho/São José, Interior, Município de Descanso/SC. Matrícula 11.285.

Parágrafo único: As benfeitorias existentes nos imóveis, objeto desta lei, serão parte integrante do procedimento de alienação.

Art. 2º - O presente projeto de lei contém em anexo avaliação prévia dos imóveis, com estimativa inicial para fins de informação legislativa não estando, necessariamente, atrelados à avaliação definitiva que precede a alienação.

§ 1º Após a autorização legislativa será elaborado levantamento pormenorizado e efetuadas as avaliações definitivas para fins de alienação, consoante disposto no art. 17, da Lei 8.666/93 e art. 151 da Lei Orgânica Municipal, por comissão designada pela portaria 13.763/2018 ou constituída para a finalidade específica.

§ 2º Poderá o Poder Executivo, visando a fixação das avaliações definitivas, contratar corretor ou empresa do ramo de leilões para essa finalidade.

Art. 3º - A alienação pelo Poder Executivo será precedida da declaração de inservíveis, ficando desde já desafetados de suas destinações primitivas passando à categoria de disponíveis.

Art. 4º- As condições gerais de participação no ato de venda pública serão estipuladas no edital de alienação.

Art. 5º- Fica estabelecido que o produto da venda será prioritariamente destinando para a recuperação do ginásio municipal.

§ 1º Os valores excedentes à reforma do ginásio serão investidos prioritariamente na melhoria da infraestrutura do Estádio Municipal João Barreta, em obras de acessibilidade, reformas de arquibancada, banheiros, entradas dos vestiários ao campo, dentre outras necessárias e apuradas aquém das hipóteses ora previstas.

[...]

§ 2º No caso de aportarem recursos de outras fontes para a recuperação do ginásio municipal, fica o poder público desobrigado da destinação estabelecida no caput.

Art. 6º- As despesas decorrentes da execução da presente Lei serão suportadas à conta do Orçamento Municipal vigente.

Art. 7º- A presente lei entra em vigor na data sua publicação.

Art. 8º- Revogam-se as disposições em contrário.

Descanso – SC, 26 de março de 2019.

Sadi Inácio Bonamigo

Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei a presente Lei em data supra.

Eduarda A. Busnello – Assessor Técnico.

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

AVISO PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO 40/2019 - PMDC

Publicação N° 1967640

AVISO PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 40/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 40/2019

O Pregoeiro oficial e equipe de apoio, da Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira - SC, torna público, com referência ao Edital 40/2019, Modalidade Pregão Presencial 40/2019, com abertura prevista para o dia 05 de abril de 2019, às 14h00min, cujo objeto é "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVITALIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DA ESCOLA MUNICIPAL CASTRO ALVES, CONFORME PLANILHA ORÇAMENTARIA, MEMORIAL DESCRITIVO, PROJETOS E ANEXOS DO EDITAL", prorroga-se o prazo de abertura do edital, para o dia 12 de Abril de 2019, às 14h00min.

Justificativa:

O presente processo será prorrogado haja vista que o pregoeiro e sua equipe de apoio neste dia no horário marcado não se encontrarão presentes, por estarem em REUNIÃO DO COLEGIADO DE COMPRAS E LICITAÇÕES DA AMEOSC, na cidade de São Miguel do Oeste - SC, para tratar de assuntos importantes referente a processos licitatórios via CONDER.

Dionísio Cerqueira – SC, 01 de Abril de 2019.

Jean Robson Wust
PREGOEIRO OFICIAL

Thyago W. G. Gonçalves
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 009-2019 - PREGÃO PRESENCIAL 24-2019 - PMDC

Publicação N° 1967256

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato N°.: 9-2019 - PMDC

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

Contratada...: CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA-ESCOLA DO
ESTADO DE S

Valor : 5.994,00 (cinco mil novecentos e noventa e quatro reais)

Vigência : Início: 01/04/2019 Término: 31/03/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL N°.: 24/2019

Recursos : Dotação:

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO DE ESTAGIARIOS,
VISANDO A PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE
TRABALHO E A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO, JUNTO AO
MUNICIPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
PREFEITO MUNICIPAL
Dionísio Cerqueira, 1 de Abril de 2019

DECRETO N° 5907/2019

Publicação N° 1967738

DECRETO N° 5907/2019

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO MUNICIPAL – CODEM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal 3650/2006 e Lei Municipal 4100/2011.

DECRETA

Art. 1º. Fica criada a Comissão de Desenvolvimento Econômico Municipal encarregada de promover a implantação das diretrizes previstas na Lei Municipal n. 3146, de 10 de maio de 2000, e suas alterações, composta pelos seguintes membros:

ENTIDADE	MEMBRO TITULAR	MEMBRO SUPLENTE
Secretario Municipal do Desenvolvimento Econômico	Joelso Vicente Domingues de Lima	Valmor Estevão da Silva Vieira
Presidente da ASCOAGRIN	Volmir Marcos Voltolini	Allan Edgard Kreutz
Secretaria Municipal de Planejamento	Guilherme Henrique M. Libardoni	Thomas J. A. N. Dallanora
Representante do Sindicato dos Transportadores-SETCOM	Jéferson Daneluz	Paulo Simeoni
Representante dos Despachantes Aduaneiros.	Venicius Bortoli	Franck Castaman

Art.2º Os membros titulares da Comissão e os respectivos suplentes exercerão as atribuições inerentes à função pelo período de dois anos, admitindo-se a recondução por períodos iguais e sucessivos, mediante ato do Chefe do Poder Executivo.

Art.3º As despesas decorrentes da execução deste ato, correrão à conta dos respectivos créditos orçamentários vigentes.

Art.4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE ABRIL DE 2019.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado na forma da lei, nesta data. Dionísio Cerqueira, SC. 01 de abril de 2019.

JOELSO VICENTE DOMINGUES DE LIMA
Secretario Municipal

DECRETO Nº 5908/2019

Publicação Nº 1967771

DECRETO Nº 5908/2019
CONVOCA A XIª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, DECRETA:

Art. 1º. A Conferência Municipal da Saúde é o fórum máximo de deliberação da Política de Saúde conforme dispõe a Lei Federal 8.142/90.

Art. 2º. Fica convocada a XIª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA SAÚDE a ser realizada na data de 09 de abril de 2019, e terá como local o Centro de Convivência de Idosos, sito à Av. Adelino Mangini, nº 1, com horário estabelecido para início às 08:00hs, e término às 17:00hs.

Art. 3º. O tema central será: "Democracia e saúde: Saúde como Direito e Consolidação e Financiamento do SUS".

Art. 4º. A Conferência Municipal da Saúde será presidida pelo Secretario Municipal de Saúde e coordenada pela Comissão Organizadora instituída pelo Conselho Municipal de Saúde.

Art. 5º. As normas de organização e funcionamento da Conferência, serão expedidas em Portarias deliberadas pelo Conselho Municipal de Saúde e pelo regimento interno da XIª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA SAÚDE e publicadas pela secretaria Municipal de Saúde.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE MARÇO DE 2019.
THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES
Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado na forma da lei, nesta data. Dionísio Cerqueira, SC. 28 de março de 2019.

Joelso Domingues Vicente de Lima
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 5909/2019

Publicação Nº 1967775

DECRETO Nº 5909/2019

ALTERA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA IMPORTÂNCIA DE R\$ 9.492,38(NOVE MIL, QUATROCENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS), E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES, Prefeito Municipal de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 84, da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO, o inciso III do Art. 13 da Lei Municipal nº 4694/2018, de 19 de dezembro de 2018.

DECRETA:

TÍTULO I

CAPÍTULO I

DA ALTERAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL

Art. 1º Fica alterada a Lei nº. 4.599, de 20 de dezembro de 2017 - Lei do PPA - Plano Plurianual, para o exercício financeiro de 2019, em conformidade com o disposto neste ato, mais propriamente quanto à abertura de um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 9.492,38(Nove mil, quatrocentos e noventa e dois reais e trinta e oito centavos), objetivando instituir dotação orçamentária para custear despesas básicas na Secretaria de Saúde com recursos provenientes de transferências do estado e da união que foram superavitários no exercício anterior.

CAPÍTULO II

DA ALTERAÇÃO DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

Art. 2º Fica alterada a Lei nº. 4.693, de 19 de dezembro de 2018 - LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2019, através da abertura de um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 9.492,38(Nove mil, quatrocentos e noventa e dois reais e trinta e oito centavos), objetivando instituir dotação orçamentária para custear despesas básicas na Secretaria de Saúde com recursos provenientes de transferências do estado e da união que foram superavitários no exercício anterior.

CAPÍTULO III

DA ALTERAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 3º Fica alterada a Lei nº. 4.694, de 19 de dezembro de 2018 - LOA - Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2019, mais precisamente o Orçamento Geral do Município de Dionísio Cerqueira/SC, através da abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 9.492,38(Nove mil, quatrocentos e noventa e dois reais e trinta e oito centavos), objetivando instituir dotação orçamentária para custear despesas básicas na Secretaria de Saúde com recursos provenientes de transferências do estado e da união que foram superavitários no exercício anterior.

CAPÍTULO IV

DO LIMITE DO CRÉDITO E DA ABERTURA

Art. 4º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 9.492,38(Nove mil, quatrocentos e noventa e dois reais e trinta e oito centavos), destinado a onerar a dotação orçamentária abaixo discriminada e constante do orçamento em execução, a saber:

08. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

01. ADMINISTRAÇÃO

10.301.0428.1.078 – Ampliação e Reformas da UBS

4.4.90.00.00.00.0.3.11146 – Aplicações Diretas R\$ 8.619,28

10.305.0428.1.026 – Aquisição de Veículo, Equip. e Mat. Permanente para a Unidade de Saúde

4.4.90.00.00.00.0.3.11165 – Aplicações Diretas R\$ 873,10

Art. 5º Para o atendimento do crédito aberto no artigo anterior deste ato fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar o produto do Superávit Financeiro apurado em Balanço Patrimonial do Exercício Financeiro de 2018, no valor de R\$ 9.492,38(Nove mil, quatrocentos e noventa e dois reais e trinta e oito centavos), em conformidade com o disposto no Artigo 43, §1º, inciso I e §2º, da Lei Federal nº. 4.320/64 e demais constitucionais e legais vigentes, conforme abaixo especificado:

Nº.CONTA BANCO	BANCO	Nº DO RECURSO	NOME DO RECURSO	VALOR (R\$)
624005-1	C.E.F	96	RECURSOS VINC. UNIÃO - MINISTÉRIO DA SAÚDE	1.145,11
642018-3	C.E.F	96	RECURSOS VINC. UNIÃO - MINISTÉRIO DA SAÚDE	135,00
624025-6	C.E.F	96	RECURSOS VINC. UNIÃO - MINISTÉRIO DA SAÚDE	1.336,66
624026-4	C.E.F	96	RECURSOS VINC. UNIÃO - MINISTÉRIO DA SAÚDE	659,70
624027-2	C.E.F	96	RECURSOS VINC. UNIÃO - MINISTÉRIO DA SAÚDE	1.939,65
624028-0	C.E.F	96	RECURSOS VINC. UNIÃO - MINISTÉRIO DA SAÚDE	2.654,41
624029-9	C.E.F	96	RECURSOS VINC. UNIÃO - MINISTÉRIO DA SAÚDE	748,75
25396-0	BB	251	TRANSF. DE RECURSOS EMENDA PARLAMENTAR AQUIS. DE VEICULOS	873,10
TOTAL				9.492,38

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 28 DE MARÇO DE 2019.

Thyago Wanderlan Gnoatto Gonçalves

Prefeito Municipal

Certifico que o presente ato foi registrado e publicado na forma da lei, nesta data. Dionísio Cerqueira, SC. 28 de março de 2019.

Joelso Domingues Vicente de Lima
Secretário Municipal de Administração e Finanças

HOMOLOGAÇÃO PREGAO PRESENCIAL 24-2019 - PMDC

Publicação Nº 1967192

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/19
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/19
HOMOLOGAÇÃO: 01/04/19
CONTRATADO: CENTRO DE INTEGRACAO EMPRESA-ESCOLA
DO ESTADO DE S
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONISIO
CERQUEIRA
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE
SERVIÇO DE COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO DE ESTAGIARIOS,
VISANDO A PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO AO MERCADO DE
TRABALHO E A FORMAÇÃO PARA O TRABALHO, JUNTO AO
MUNICIPIO DE DIONÍSIO CERQUEIRA - SC.
VALOR DA DESPESA: R\$ 5.994,00 (cinco mil novecentos e noventa
e quatro reais)
DATA: 01/04/19 - THYAGO WANDERLAN GNOATTO
GONÇALVES - Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIAS 012/2019**

Publicação Nº 1968307

PORTARIA Nº 012/2019
EXONERA ASSESSOR LEGISLATIVO DA CÂMARA

HELIO HAEFLIGER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais determinadas pela Lei Orgânica Municipal e demais vigentes.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR do cargo de Assessor Legislativo da Câmara Municipal de Dionísio Cerqueira/SC, com nível de vencimentos AL-1 do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores o Sr. RODRIGO GONÇALVES DE CRISTO, brasileiro, solteiro, nascido em 07/08/1992, na cidade de Dionísio Cerqueira/SC, portador do RG nº 5.902.640 e CPF nº: 086.696.759-19.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE DIONISIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, 1º DE ABRIL DE 2019.

HELIO HAEFLIGER
Presidente da Câmara Municipal

PORTARIAS 013/2019

Publicação Nº 1968314

PORTARIA Nº 013/2019
NOMEIA ASSESSOR LEGISLATIVO

HELIO HAEFLIGER, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais determinadas pela Lei Orgânica Municipal e demais vigentes.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR, para o cargo de Assessor Legislativo da Câmara Municipal de Dionísio Cerqueira/SC, com nível de vencimentos AL-1 do Quadro de Pessoal da Câmara de Vereadores o Sr. DOALCEI MARCOS ALVES, brasileiro, casado, nascido em 30/11/1985, na cidade de Barracão/PR, portador do RG nº 5.408.631-0 e CPF nº: 058.587.979-62.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE DIONISIO CERQUEIRA, ESTADO DE SANTA CATARINA, 1º DE ABRIL DE 2019.

HELIO HAEFLIGER
Presidente da Câmara Municipal

TERMO DE CONTRATO 008/2019

Publicação Nº 1968271

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 008/2019

Contratante.: CAMARA MUNICIPAL DE DIONISIO CERQUEIRA

Contratada.....: ANTONIO A.R. DE SOUZA - EIRELI- ME

Valor : 12.000,00 (doze mil reais)

Vigência : Início: 01/04/2019 Término: 31/03/2020

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Recursos : Dotação: 2.001.3.3.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 319.951,59

Objeto : O presente contrato por tempo determinado tem por objeto atender as exigências legais, principalmente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Portal da Transparência e do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, para realizar os serviços de manutenção e atualização constante do sítio eletrônico da Câmara Municipal de Vereadores de Dionísio Cerqueira - SC, e divulgação dos atos oficiais do Poder Legislativo Municipal.

Dionísio Cerqueira, 1 de Abril de 2019

Ermo

PREFEITURA

PORTARIA Nº 117, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968614

PORTARIA Nº 117, de 01 de abril de 2019.

Dispõe Sobre a Dispensa de Servidor de Função que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Dispensar, GIANE PIRES LEONARDO, servidora do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, da Função de Coordenadora Pedagógica, concedida pela Portaria nº 063, de 11 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2019.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 118, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968617

PORTARIA Nº 118, de 01 de abril de 2019.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando que a servidora será nomeada para exercer Cargo em Comissão.

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, CRISTIANE ROCHA DE SOUZA, CPF nº 092.429.509-04, da função de Auxiliar Administrativo, admitida em Caráter Temporário (ACT) através da Portaria nº 082, de 10 de abril de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2019.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 110, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968566

PORTARIA Nº. 110, de 01 de abril de 2019.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2018 de 21 de novembro de 2018 e a Homologação dos aprovados em 01 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir ELENIR QUADROS, CPF nº 017.627.469-30, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Agente Comunitário de Saúde, para atuação no Programa de Saúde da Família – PSF da Secretaria de Saúde, classificada no Processo Seletivo nº 001/2018, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 01 de abril de 2019 encerrando-se em 30 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 111, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968575

PORTARIA Nº. 111, de 01 de abril de 2019.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2018 de 21 de novembro de 2018 e a Homologação dos aprovados em 01 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir CLEMAR BORBA, CPF nº 004.038.859-06, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Agente Comunitário de Saúde, para atuação no Programa de Saúde da Família – PSF da Secretaria de Saúde, classificada no Processo Seletivo nº 001/2018, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 01 de abril de 2019 encerrando-se em 30 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 112, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968584

PORTARIA Nº. 112, de 01 de abril de 2019.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2018 de 21 de novembro de 2018 e a Homologação dos aprovados em 01 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir ALINE INÁCIO ROCHA, CPF nº 100.639.319-66, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais I com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 01 de abril de 2019 encerrando-se em 30 de dezembro de 2019.

Art. 3º Fica revogada a Portaria nº 059, de 11 de fevereiro de 2019.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2019.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 113, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968594

PORTARIA Nº. 113, de 01 de abril de 2019.

Admite Servidores em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2018 de 21 de novembro de 2018 e a Homologação dos aprovados em 01 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir Servidores em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais I com vencimentos estabelecidos em Lei conforme abaixo especificados:

Nome: CPF nº:

Vilma Laurindo João 037.961.899-03

Adriana Teixeira da Silva 040.380.279-29

Art. 2º As Admissões de que trata o Art. 1º, terão início em 01 de abril de 2019 encerrando-se em 30 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2019.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 114, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968601

PORTARIA Nº. 114, de 01 de abril de 2019.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor para Cargo em Comissão que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º da Lei Complementar nº. 036/2017 de 15 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear JOSÉ VALSIR DA SILVA, CPF nº 719.215.679-53, para exercer o cargo de DIRETOR DE TRIBUTAÇÃO, Nível DASU-2, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2019.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 115, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968603

PORTARIA Nº. 115, de 01 de abril de 2019.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2018 de 21 de novembro de 2018 e a Homologação dos aprovados em 01 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir SAMUEL DE VARGAS MACHADO, CPF nº 034.023.599-36, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Motorista I com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 01 de abril de 2019, encerrando-se em 30 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 116, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968608

PORTARIA Nº. 116, de 01 de abril de 2019.

Admite Servidores em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2018 de 21 de novembro de 2018 e a Homologação dos aprovados em 01 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir Servidores em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Nutricionista com vencimentos estabelecidos em Lei conforme abaixo especificados:

Nome: CPF nº: Carga Horária

Vanessa Daminelli Canella 111.610.049-55 20 (vinte) horas semanais

Isadora Pereira Canela 096.663.159-55 20 (vinte) horas semanais

Art. 2º As Admissões de que trata o Art. 1º, terão início em 01 de abril de 2019 encerrando-se em 30 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 119, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968621

PORTARIA Nº. 119, de 01 de abril de 2019.

Designa Servidor para Ocupar as Funções de Coordenador Pedagógico e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes confere o Art. 62, incisos VIII, IX e XVII, da Lei Orgânica do Município de Ermo;

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora ALINE MARQUES, ocupante do cargo de Professora, para responder pelo cargo de Coordenadora Pedagógica.

Art. 2º A servidora designada exercerá as funções necessárias ao funcionamento da Escola de Educação Básica João Moro, inclusive assinando documentos e exercendo os demais atos necessários sob a supervisão do Secretário de Educação.

Parágrafo único: Na função de Coordenadora Pedagógica, a servidora designada, perceberá os vencimentos estabelecidos em Lei para o primeiro cargo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 120, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968624

PORTARIA Nº. 120, de 01 de abril de 2019.

Dispõe sobre a exoneração de Servidor ocupante de Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 1º, § 1º, da Lei Nº. 003, de 03 de janeiro de 1997;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a servidora ADRIANA INÁCIO, matrícula nº 155, do cargo de CHEFE DE GARAGEM E ALMOXARIFADO, Nível DASU-1, dos Cargos de Provimento em Comissão do Poder Executivo Municipal, nomeada pela Portaria Nº 180, de 01 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 121, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968631

PORTARIA Nº. 121, de 01 de abril de 2019.

Dispõe sobre a Nomeação de Servidor para Cargo em Comissão, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º da Lei Complementar nº. 036/2017 de 15 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CARMELANI FERNANDES BORGES, CPF nº 107.522.879-40, para exercer o Cargo em Comissão de CHEFE DE GARAGEM E ALMOXARIFADO, Nível DASU-1, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 122, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968633

PORTARIA Nº. 122, de 01 de abril de 2019.

Exonera Servidor Admitido em Caráter Temporário – ACT, que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 6º da Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar SANTINA RODRIGUES LEOPOLD, Matrícula nº 892, da função de Agente Comunitário de Saúde, admitida em Caráter Temporário (ACT) através da Portaria nº 125, de 22 de maio de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 123, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968635

PORTARIA Nº. 123, de 01 de abril de 2019.

Dispõe sobre a nomeação de Servidor para Cargo em Comissão que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, Art. 1º, § 1º da Lei Complementar nº. 036/2017 de 15 de dezembro de 2017;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CRISTIANE ROCHA DE SOUZA, CPF nº 092.429.509-04, para exercer o cargo em Comissão de DIRETOR DE CONTABILIDADE, Nível DASU-2, com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 124, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968639

PORTARIA Nº. 124, de 01 de abril de 2019.

Concede Função Gratificada a servidor que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 8º, da Lei Complementar PE nº. 025/2014 de 16 de dezembro de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora GIANE PIRES LEONARDO, Matrícula nº 363 ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ermo, a Função Gratificada Nível - FG - 2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 125, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968644

PORTARIA Nº. 125, de 01 de abril de 2019.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 025 de 16 de dezembro de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2018 de 21 de novembro de 2018 e a Homologação dos aprovados em 01 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir ELIZABETE SILVA GUIMARAES, CPF nº 074.567.129-21, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Auxiliar de Consultório Odontológico - PSF com vencimentos estabelecidos em Lei.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 01 de abril de 2019 encerrando-se em 30 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 126, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968648

PORTARIA Nº. 126, de 01 de abril de 2019.

Admite Servidor em Caráter Temporário (ACT) e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com a Lei Complementar nº 022 de 01 de julho de 2014 e a Lei nº 120/2001, de 03 de outubro de 2001;

Considerando o Processo Seletivo nº 001/2018 de 21 de novembro de 2018 e a Homologação dos aprovados em 01 de fevereiro de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir ALINE ADRIANO FREDERICO MIGUEL, CPF nº 074.851.819-39, em Caráter Temporário (ACT), para ocupar a função de Professora de Educação Infantil com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais.

Art. 2º A Admissão de que trata o Art. 1º, terá início em 01 de abril de 2019 e encerra-se em 13 de dezembro de 2019.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 127, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968653

PORTARIA Nº. 127, de 01 de abril de 2019.

Concede Licença Prêmio à Servidor que especifica.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Art. 62, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 91 da Lei Complementar Nº 039, de 01 de agosto de 2018;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença Prêmio de 30 (trinta) dias a servidora ZELI PAULINO DE OLIVEIRA, matrícula nº 586, referente ao período aquisitivo de 17/12/2016 a 16/12/2018, a serem gozadas de 01/04/2019 a 30/04/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 01 de abril de 2019.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

MOACIR CIDADE DA SILVA

Secretário de Administração e Finanças

RESOLUÇÃO Nº. 01/2019

Publicação Nº 1967934

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ERMO
SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO Nº. 01/2019

O Conselho Municipal de Saúde de Ermo - SC, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica da Saúde 8080/90 e 8142/90, em acordo a Resolução do CNS nº. 33/1992 e a de nº. 319/2002, e de acordo com a Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Março de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o Relatório de Gestão Anual de 2018.

Art. 2º - Aprovar as metas de pactuações do SISPACTO de 2019.

Esta resolução entra em vigor após sua publicação.

Ermo, 30 de Março de 2019.

LELIS HELENA LEONARDO

Presidente do Conselho Municipal de Saúde Ermo

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA 1ª (PRIMEIRA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ERMO DE 2019 REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO.

Publicação Nº 1968927

ATA DA 1ª (PRIMEIRA) SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ERMO DE 2019 REALIZADA NO DIA 26 DE MARÇO.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de março de dois mil e dezoito (2018) se reuniram nesta cidade, na sede do Poder Legislativo do Município de Ermo, sob a Presidência do vereador JOACIR JOSÉ NETO (PP), às 19h15 m, presentes os vereadores: DANIEL BORGES (MDB), LUCIANO DOMINGOS (PTB), LOURIVAL DE VARGAS MACHADO (PTB), JOSÉ FÁVARO (MDB), ROQUE FABIANO BRISTOT (PSD), ELENIR B. DE OLIVEIRA (PSD) e ausentes os vereadores DEOCLÉSIO DA SILVA (MDB) e CLAUDIONOR DE SOUZA (PSDB) quando se reuniram os vereadores para realização desta primeira (1ª) sessão de caráter extraordinário de 2019, relativa, a terceira (3ª) Sessão Legislativa, da sexta (6ª) Legislatura

da Câmara Municipal de Ermo, para tratar dos assuntos constantes na pauta de trabalho desta sessão extraordinária. O senhor Presidente, vereador JOACIR JOSÉ NETO (PP), – disse: Inicialmente quero cumprimentar aos colegas vereadores e a todas as pessoas presentes no auditório desta casa. Havendo quórum regimental e invocando a proteção de DEUS declaro aberta a 1ª sessão de caráter extraordinário da Câmara Municipal de Ermo, hoje 26 de março. Em seguida o senhor Presidente, vereador JOACIR JOSÉ NETO (PP), – disse: em ato contínuo, neste momento passamos a leitura do Expediente desta sessão. A) DOS RECEBIDOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO: para ser lido. B) DOS APRESENTADOS PELOS SENHORES VEREADORES: nada consta para ser lido. B) DOS ORIUNDOS DE DIVERSOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES: nada consta para ser lido. Como nada consta no EXPEDIENTE para discussão e votação passamos ao GRANDE EXPEDIENTE, no qual é concedido a palavra livre aos vereadores inscritos para fazer uso da palavra na Tribuna. Hoje não temos inscritos para usar a tribuna. Como não temos inscritos para o uso da palavra livre na Tribuna, neste momento passamos a "ORDEM DO DIA". Temos na ORDEM DO DIA TEMOS PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, EM SEGUNDO TURNO PROJETO DE LEI PE Nº 001/2019 ele que autoriza o Chefe do Poder Executivo, a conceder Subvenção social a Associação Vida Nova, associação sem fins lucrativos. Em seguida o senhor Presidente, vereador JOACIR JOSÉ NETO (PP), – disse: Neste momento coloco em discussão o PROJETO DE LEI PE Nº 001/2019. Se os senhores tiverem alguma colocação a fazer... Não havendo manifestação por parte dos senhores, coloco o PROJETO DE LEI PE Nº 001/2019 em votação. Os senhores que estiverem a favor, por favor permaneçam como estão. Em seguida o senhor Presidente, vereador JOACIR JOSÉ NETO (PP), – disse: O PROJETO DE LEI PE Nº 001/2019 fica APROVADO em SEGUNDO turno por todos os vereadores presentes a esta sessão. Em seguida o senhor Presidente passa a palavra aos presidentes das comissões de legislação e orçamento. O vereador, Roque Fabiano, presidente da comissão de legislação e a vereadora Elenir, presidente da comissão de orçamento, convocam demais membros para reunião dia 1º de abril às 18h30min para análise e emissão de parecer ao PROJETO DE LEI PE Nº 004/2019, ele que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar doação de bem imóvel de propriedade do município para a Empresa Bendo Transportes e Consultoria Ltda e dá outras providências. Em seguida o senhor Presidente, vereador JOACIR JOSÉ NETO (PP), dá a sessão por encerrada e convoca os senhores vereadores para sessão ordinária dia 1º de abril às 19h quando se reunirão para discussão e votação dos assuntos constantes da pauta de trabalho.

Plenário Abelardo Canella, em 26 de março de 2019.

JOACIR JOSÉ NETO	DEOCLÉSIO DA SILVA
Presidente	Vice-Presidente

ELENIR B. DE OLIVEIRA	JOSÉ FÁVARO
1º Secretária	2º Secretário

CLAUDIONOR DE SOUZA	DANIEL BORGES
---------------------	---------------

LOURIVAL DE V. MACHADO	LUCIANO DOMINGOS
------------------------	------------------

ROQUE FABIANO BRISTOT

(A gravação na íntegra desta sessão encontra-se a disposição).

ATA DA 7ª (SÉTIMA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ERMO DE 2019 REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO.

Publicação Nº 1968926

ATA DA 7ª (SÉTIMA) SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ERMO DE 2019 REALIZADA NO DIA 25 DE MARÇO.

Aos vinte e cinco (25) dias do mês de março de dois mil e dezoito (2018) se reuniram nesta cidade, na sede do Poder Legislativo do Município de Ermo, sob a Presidência do vereador JOACIR JOSÉ NETO (PP), às 19h15 m, presentes os vereadores: DANIEL BORGES (MDB), DEOCLÉSIO DA SILVA (PMDB), LUCIANO DOMINGOS (PTB), LOURIVAL DE VARGAS MACHADO (PTB), JOSÉ FÁVARO (PMDB), ROQUE FABIANO BRISTOT (PSD), ELENIR B. DE OLIVEIRA (PSD) e CLAUDIONOR DE SOUZA (PSDB), quando se reuniram os vereadores para realização desta sétima (7ª) sessão de caráter ordinário de 2019, relativa, a terceira (3ª) Sessão Legislativa, da sexta (6ª) Legislatura da Câmara Municipal de Ermo, para tratar dos assuntos constantes na pauta de trabalho desta Sessão Ordinária. O senhor Presidente, vereador JOACIR JOSÉ NETO (PP), – disse: Inicialmente quero cumprimentar aos colegas vereadores e a todas as pessoas presentes no auditório desta casa. Havendo quórum regimental e invocando a proteção de DEUS declaro aberta a 7ª sessão de caráter ordinário da Câmara Municipal de Ermo, hoje 25 de março. Em seguida o senhor Presidente, vereador JOACIR JOSÉ NETO (PP), – disse: a ata da sessão ordinária do dia 18 de março, os senhores receberam cópia para analisar. Alguma retificação por parte dos senhores?? Não havendo retificação por parte dos senhores, a ata acima mencionada fica aprovada por todos os vereadores presentes a esta sessão. Em seguida o senhor Presidente, vereador JOACIR JOSÉ NETO (PP), – disse: em ato contínuo, neste momento passamos a leitura do Expediente desta sessão. A) DOS RECEBIDOS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO: – MENSAGEM Nº 006/2019 encaminhando PROJETO DE LEI PE Nº 004/2019 ele que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar doação de bem imóvel de propriedade do município para a Empresa Bendo Transportes e Consultoria Ltda e dá outras providências; MENSAGEM Nº 007/2019 dando ciência do desuso dos bens móveis conforme relação em anexo. Desta mensagem os senhores receberam cópia com a relação dos bens móveis em desuso. Destes recebidos do Executivo os senhores receberam cópias; MENSAGEM Nº 008/2019 encaminhando PROJETO DE LEI PE Nº 005/2019 ele que estabelece a estrutura e o funcionamento do Conselho Tutelar do município de Ermo e dá outras providências. De todos estes enviados pelo Executivo os senhores vereadores receberam cópia. B) DOS APRESENTADOS PELOS SENHORES VEREADORES: nada consta para ser lido. B) DOS ORIUNDOS DE DIVERSOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES: nada consta para ser lido. Todos constantes do expediente, foram lidos pela primeira secretária, Vereadora Elenir. Como nada consta no EXPEDIENTE para discussão e votação passamos ao GRANDE EXPEDIENTE, no qual é concedido a palavra livre aos vereadores inscritos para fazer uso da palavra na Tribuna. Hoje não temos inscritos para usar a tribuna. Como não temos inscritos para o uso da palavra livre na Tribuna, neste momento passamos a "ORDEM DO DIA". Temos na ORDEM DO DIA TEMOS PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, EM SEGUNDO TURNO PROJETO DE LEI PE Nº 001/2019 ele que autoriza o Chefe do Poder Executivo, a conceder Subvenção social a Associação Vida Nova, associação sem fins lucrativos. Em seguida o senhor Presidente, vereador JOACIR JOSÉ NETO (PP), – disse: Neste momento coloco

em discussão o PROJETO DE LEI PE Nº 001/2019. Se os senhores tiverem alguma colocação a fazer... Não havendo manifestação por parte dos senhores, coloco o PROJETO DE LEI PE Nº 001/2019 em votação. Os senhores que estiverem a favor, por favor permaneçam como estão. Em seguida o senhor Presidente, vereador JOACIR JOSÉ NETO (PP), – disse: O PROJETO DE LEI PE Nº 001/2019 fica APROVADO em SEGUNDO turno por todos os vereadores presentes a esta sessão. Temos também na ORDEM DO DIA PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO, EM PRIMEIRO TURNO PROJETO DE LEI PE Nº 005/2019 ele que Estabelece a Estrutura e o Funcionamento do Conselho Tutelar do Município de Ermo e dá outras providências. Este projeto nos foi enviado em REGIME DE URGÊNCIA, porque o Ministério Público solicita que o mesmo tenha sua votação concluída até o final de março, a fim de que em abril seja lançado o edital já de acordo com as novas regras. Diante do exposto, neste momento coloco em discussão em TURNO ÚNICO a dispensa do parecer da comissão de legislação, justiça e redação final e da comissão de orçamento e finanças ao PROJETO DE LEI PE Nº 005/2019. Se os senhores tiverem alguma colocação a fazer... Não havendo manifestação por parte dos senhores, coloco a dispensa do parecer da comissão de legislação, justiça e redação final e da comissão de orçamento e finanças ao PROJETO DE LEI PE Nº 005/2019 em votação. Os senhores que estiverem a favor, por favor permaneçam como estão. A dispensa do parecer da comissão de legislação, justiça e redação final e da comissão de orçamento e finanças ao PROJETO DE LEI PE Nº 005/2019 fica APROVADA em TURNO ÚNICO por todos os vereadores presentes a esta sessão. Neste momento, coloco em discussão o PROJETO DE LEI PE Nº 005/2019. Se os senhores tiverem alguma colocação a fazer... Não havendo manifestação por parte dos senhores, coloco o PROJETO DE LEI PE Nº 005/2019 em votação. Os senhores que estiverem a favor, por favor permaneçam como estão. O PROJETO DE LEI PE Nº 005/2019 fica APROVADO em PRIMEIRO turno por todos os vereadores presentes a esta sessão. Em seguida o senhor Presidente passa a palavra aos presidentes das comissões de legislação e orçamento. O vereador, Roque Fabiano, presidente da comissão de legislação e a vereadora Elenir, presidente da comissão de orçamento, convocam demais membros para reunião dia 1º de abril às 18h30min para análise e emissão de parecer ao PROJETO DE LEI PE Nº 004/2019, ele que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar doação de bem imóvel de propriedade do município para a Empresa Bendo Transportes e Consultoria Ltda e dá outras providências. Em seguida o senhor Presidente, vereador JOACIR JOSÉ NETO (PP), dá a sessão por encerrada e convoca os senhores vereadores para sessão extraordinária dia 26 de março às 08 horas quando se reunirão para discussão e votação dos assuntos constantes da pauta de trabalho. Vereador Luciano fala sobre a abertura do campeonato municipal de futebol de campo. Parabeniza a secretaria de esportes na pessoa do senhor Fernando Cardoso. Informa que é notário que as ruas do centro do município estão passando por melhorias. Fala sobre as lixeiras instaladas no centro do município. Pede para se falar com o secretário Ferrão sobre a posição das mesmas. Pede também que seja feita alguma ação sobre móveis que são colocados próximos as lixeiras. Diz que é preciso que todos contribuam para a limpeza do município. Vereadora Elenir fala sobre a realização da conferência sobre a saúde que aconteceu no município. Diz que nela foram expostas as dificuldades que se notará na área da saúde. Diz que pelo colocado os recursos da saúde n]AP serão reajustados por muito tempo. Pede que o povo do município tenha respeito pelos servidores da saúde. Diz que a secretaria de saúde está com portas abertas para qualquer esclarecimento para a saúde. Vereador Deoclesio fala dizendo que parte do museu está em funcionamento. Vereador Joacir diz que a abertura do campeonato de futebol teve muitas pessoas e parabeniza a organização. Quanto aos lixos excedentes diz que é necessário existir o dia “D” do lixo. Propõe lixeiras fechadas em todo o centro do município pois a chuva decompõe os lixos dificultando seu recolhimento.

Plenário Abelardo Canella, em 25 de março de 2019.

JOACIR JOSÉ NETO	DEOCLÉSIO DA SILVA
Presidente	Vice-Presidente

ELENIR B. DE OLIVEIRA	JOSÉ FÁVARO
1º Secretária	2º Secretário

CLAUDIONOR DE SOUZA	DANIEL BORGES
---------------------	---------------

LOURIVAL DE V. MACHADO	LUCIANO DOMINGOS
------------------------	------------------

ROQUE FABIANO BRISTOT

(A gravação na íntegra desta sessão encontra-se a disposição).

Erval Velho

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONCURSO 002/2017 IDILSON

Publicação N° 1968065

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 009/2019

Fica o Senhor(a) abaixo mencionado(a) CONVOCADO(A) para comparecer no Departamento Pessoal, a fim de dar início ao processo de contratação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar desta publicação, conforme classificação obtida no respectivo cargo por meio do Concurso Público nº 002/2017 aberto pelo Edital n. 002, de 24 de novembro de 2017.

Cargo: Agente de Serviços Gerais I

Classificado(a): 2º Idilson Bruckmann

Erval Velho, SC, 01 de abril de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO 0026_2019

Publicação N° 1968068

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ERVAL VELHO

EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO Nº 0026/2019

Contratante: Município de Erval Velho

Contratada: VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA

Objeto: Pavimentação asfáltica com CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado Quente) sobre Paralelepípedos em Ruas do Município de Erval Velho;

Valor total do Contrato: R\$ 246.346,87 (Duzentos e quarenta e seis mil trezentos e quarenta e seis reais e oitenta e sete centavos)

Vigência: 10/03/2020

Erval Velho/SC, 11 de março de 2019.

Walter Kleber Kucher Junior

Prefeito Municipal

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

ERRATA PREGÃO PRESENCIAL 0025/2019

Publicação Nº 1967308

ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL N. 0025/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO a ERRATA ao Edital da licitação pública, regrada pelas disposições da Lei Federal n.10.520 de 17 de julho de 2002, mais o Decreto n. 234/2014 de 20 de Novembro de 2014 e subsidiariamente a Lei Federal n. 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e Lei Complementar 123/2006 ao PREGÃO PRESENCIAL - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 0025/2019 – Melhor Preço – Preço por Item, visando registro de preços para AQUISIÇÃO DE BOTIJÕES DE GÁS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS:

Altera o quantitativo do item nº 02, conforme abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADES	QUANT.	PREÇO MÁXIMO
01	Gás P-45	Un	300	R\$ 310,00
02	Gás P-13	Un	80	R\$ 80,00

Passa a ser o seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADES	QUANT.	PREÇO MÁXIMO
01	Gás P-45	Un	300	R\$ 310,00
02	Gás P-13	Un	1460	R\$ 80,00

As demais condições previstas no presente edital permanecem em pleno vigor, ficando mantido o recebimento dos envelopes contendo às propostas de preços e os envelopes para habilitação das 13h30m às 14h00m do dia 10 de Abril de 2019, na Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes, sito à Av. Rio Grande do Sul, n. 458, Centro e às 14h00m neste mesmo dia e local realizará a abertura dos envelopes dos interessados. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelos interessados no sítio do Município: www.faxinal.sc.gov.br ou junto ao Mural Público da Prefeitura de Faxinal dos Guedes, no átrio da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda no horário das 07h30m às 11h30m e das 13h00m às 17h00m de segunda a sexta-feira, na Av. Rio Grande do Sul, n. 458, fone/fax (0xx49) 3436-4300.

Faxinal dos Guedes/SC, 01 de Abril de 2019.

MARITANIA ANTONIA ROSA DA SILVA SANDI

Prefeita Municipal em Exercício

Flor do Sertão

PREFEITURA

ATA DE JULGAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO Nº. 357/2019

Publicação Nº 1967720

ATA DE JULGAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 357/2019

Modalidade: Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 05/2019

No dia 25 de março de 2019, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a o Pregoeiro junto com a comissão de licitação designada pela portaria nº. 044/2019, pelo fato, de que a empresa NG PNEUS LTDA –ME, não apresentou razões do recurso (memorial) no prazo estipulado na ata anterior referente a decisão tomada pelo Pregoeiro, Com isso mantendo a decisão tomada na ata anterior e encaminhando para autoridade superior para a devida homologação do processo.

Findos os trabalhos o Pregoeiro junto com a comissão de Licitação encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Flor do Sertão estado de Santa Catarina aos vinte e cinco dias do mês de março de dois mil e dezenove.

MAIKO RODRIGO STAMM		DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
Membro da comissão		Pregoeiro		Membro da comissão

De acordo:

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO Nº. 479/2019

Publicação Nº 1967432

ATA DE JULGAMENTO E HABILITAÇÃO

Processo Licitatório Nº. 479/2019

Pregão Presencial Nº. 06/2019

As 09:30 horas do dia 01 de abril de 2019, nas dependências da Prefeitura Municipal de Flor do Sertão, reuniu-se a Comissão de Licitação designada pela Portaria nº. 044/2019, para realizar a abertura dos envelopes das propostas de preço e realizar a habilitação das proponentes interessadas em participar do Processo Licitatório que tem por objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS/HOSPITALARES (PLANTÃO) PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES EM CASOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, PACIENTES ENCAMINHADOS PELA UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE PARA TRATAMENTO CLÍNICOS PARA O ANO DE 2019. Manifestou o interesse em participar do presente processo licitatório a seguinte empresa:

Código Fornecedor	Nome do Fornecedor
237	SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR MARAVILHA

Iniciada a sessão com a presença do representante da empresa participante. Após o Credenciamento foi realizado a abertura e o julgamento da proposta apresentada pela proponente interessada onde foi adjudicado como vencedora a empresa SOCIEDADE BENEFICENTE HOSPITALAR MARAVILHA, conforme item abaixo:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	09,00	MÊS	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO – HOSPITALAR SENDO: UTILIZAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS FÍSICAS, EQUIPAMENTOS AMBULATÓRIAS, PLANTONISTAS, FUNCIONÁRIOS, EXAMES DE RAIOS – X, EXAMES BÁSICOS DE LABORATÓRIO, MEDICAÇÃO BÁSICA PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, DURANTE 31 DIAS, TODOS OS DIAS DA SEMANA, INCLUINDO SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS. CONTRATAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS NAS SEGUINTE ESPECIALIDADES BÁSICAS, A SABER: CLÍNICA MÉDICA, CARDIOLÓGICA, CIRÚRGICA, OBSTÉTRICA, PEDIATRIA, ANESTESIOLOGIA, NO PERÍODO INTEGRAL, DE SEGUNDA A SEGUNDA – FEIRA, COMPREENDIDO ENTRE 24H DO DIA, TODOS OS DIAS DO MÊS. CONTRATAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS NAS SEGUINTE ESPECIALIDADES OFTALMOLOGIA, OTORRINOLARINGOLOGIA, UROLOGIA, ULTRASSONOGRAFIA, BIOQUÍMICO, CONFORME DISPONIBILIDADES DOS PROFISSIONAIS.	R\$ 9.500,00

O valor total do processo Licitatório é: R\$ 85.500,00 (Oitenta e cinco mil e quinhentos reais).

Encerrada a fase de julgamento da proposta o pregoeiro passou para a fase de abertura e julgamento das documentações para a habilitação, aberto o envelope e analisado os documentos apresentados e estes observou-se que estavam dentro do prazo de validade e sua regularidade reconhecida o pregoeiro habilitou a proponente.

Findos os trabalhos de classificação da proposta, rodada de lances e de habilitação, o pregoeiro encerrou a sessão, determinando a lavratura da presente ata que após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. Sendo que a mesma será publicada para efeitos legais. Ao primeiro dias do mês de abril de dois mil e dezenove.

LEANDRO NEUHAUS		DIOGO DE BEM		MAIKO RODRIGO STAMM
Membro da comissão		Pregoeiro		Membro da comissão

De acordo:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2019

Publicação Nº 1967727

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 10/2019

Processo Licitatório nº. 357/2019

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 05/2019

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 02/04/2019

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa F.M. PNEUS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 81.374.845/0001-49, estabelecida na Avenida Maravilha, nº. 833, na cidade de Maravilha - SC, neste ato representada pelo Sr. Ivo Badia, inscrito no CPF sob nº. 642.610.349-72 e Identidade nº. 1.837.892, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 357/2019 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 05/2019, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR UNIT.
6	8	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU 19.5/24	350,00
7	10	SVÇ	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 19.5/24	1.740,00
9	6	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU 17.5/25	340,00
10	10	SVÇ	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 17.5/25	1.750,00
22	4	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU 1.300/24	340,00
23	4	SVÇ	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1.300/24	1.195,00
24	12	SVÇ	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18.4/30	1.520,00
25	10	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU 18.4/30	340,00
26	6	SVÇ	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12.4/24	805,00
27	8	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU 12.4/24	230,00

II - As quantidades descritas no item 2.2 são a titulo estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 357/2019.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os Pneus para recuperação deverão ser retirados (carga e descarga) na sede do Município, e devolvidos após a recuperação do mesmo no prazo Máximo de 48 horas sem custo algum ao município.

VII - No caso dos Pneus apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora deverá substituir o Recapagem/Recauchutagem/vulcanização por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

VIII – Os pneus deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 ate 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 ate 16:30 horas de Segunda – Feira á Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceito na hora da entrega.

IX - Todos os Matérias e serviços necessários para realização completa dos serviços, será de responsabilidade da empresa vencedora sem custo adicional ao município.

X - Os serviços Relacionados acima deverão ter garantia Mínima de 6 Meses contados após a realização dos Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos produtos a serem entregues, o Funcionário descrito abaixo:

Funcionário – Paulo Roberto Begnini

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos Serviços será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2019 e 2020.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;
 B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;
 C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
 D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;
 IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.
 V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, ao 01 dia do mês de abril de 2019.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		IVO BADIA
CPF: 503.319.819-04		CPF: 642.610.349-72
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2019

Publicação Nº 1967729

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 11/2019

Processo Licitatório nº. 357/2019

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 05/2019

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 02/04/2019

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa JUNGBLUTH E JUNGBLUTH LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.570.797/0001-98, estabelecida na Rua Waldemar Rangrab, nº. 1199, na cidade de São Miguel do Oeste – SC, neste ato representada pelo Sr. Cimar João Picinini, inscrito no CPF/MF sob nº. 758.599.209-20 e Identidade nº. 2.940.005, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 357/2019 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 05/2019, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR UNIT.
1	15	SVÇ	RECAPAGEM DE PNEU 215/75 ARO 17,5	340,00
2	6	SVÇ	VULCANIZAÇÃO DE PNEU 215/75 ARO 17,5	98,00
3	25	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU 1.000/20 16 LONAS	149,00

4	70	SVÇ	RECAPAGEM DE PNEU 1000x20 16 LONAS RADIAL COM SULCO DE 15,5mm	499,00
15	8	SVÇ	RECAPAGEM DE PNEU 900/20	411,00

II - As quantidades descritas no item 2.2 são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 357/2019.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os Pneus para recuperação deverão ser retirados (carga e descarga) na sede do Município, e devolvidos após a recuperação do mesmo no prazo Máximo de 48 horas sem custo algum ao município.

VII - No caso dos Pneus apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora deverá substituir o Recapagem/Recauchutagem/vulcanização por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

VIII - Os pneus deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 até 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 até 16:30 horas de Segunda - Feira à Sexta - Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceito na hora da entrega.

IX - Todos os Matérias e serviços necessários para realização completa dos serviços, será de responsabilidade da empresa vencedora sem custo adicional ao município.

X - Os serviços Relacionados acima deverão ter garantia Mínima de 6 Meses contados após a realização dos Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A - Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C - Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D - Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos produtos a serem entregues, o Funcionário descrito abaixo:

Funcionário - Paulo Roberto Begnini

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I - O pagamento dos Serviços será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II - Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2019 e 2020.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, ao 01 dia do mês de abril de 2019.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		CIMAR JOÃO PICININI
CPF: 503.319.819-04		CPF: 758.599.209-20
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2019

Publicação Nº 1967731

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 12/2019

Processo Licitatório nº. 357/2019

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 05/2019

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 02/04/2019

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa RM PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 04.223.949/0001-01, estabelecida na Rua Valdemar Pianta, nº. 224, na cidade de São Lourenço do Oeste – SC, neste ato representada pelo Sr. Gilmei Pedro Klein, inscrito no CPF sob nº. 771.895.409-97 e Identidade nº. 2.640.974, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 357/2019 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 05/2019, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR UNIT.
5	40	SVÇ	RECAPAGEM DE PNEU 1000x20 16 LONAS RADIAL SULCO DE 20mm	554,00
18	6	SVÇ	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 750/16	318,00
19	10	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU 750/16	79,00

II - As quantidades descritas no item 2.2 são a titulo estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III – Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 357/2019.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os Pneus para recuperação deverão ser retirados (carga e descarga) na sede do Município, e devolvidos após a recuperação do mesmo no prazo Máximo de 48 horas sem custo algum ao município.

VII - No caso dos Pneus apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora devesse substituir o Recapagem/Recauchutagem/vulcanização por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

VIII – Os pneus deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 ate 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 ate 16:30 horas de Segunda – Feira á Sexta – Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceito na hora da entrega.

IX - Todos os Matérias e serviços necessários para realização completa dos serviços, será de responsabilidade da empresa vencedora sem custo adicional ao município.

X - Os serviços Relacionados acima deverão ter garantia Mínima de 6 Meses contados após a realização dos Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A – Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B – Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C – Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D – Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos produtos a serem entregues, o Funcionário descrito abaixo:

Funcionário – Paulo Roberto Begnini

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I – O pagamento dos Serviços será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II – Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2019 e 2020.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RECISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV– Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, ao 01 dia do mês de abril de 2019.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		GILMEI PEDRO KLEIN
CPF: 503.319.819-04		CPF: 771.895.409-97
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 13/2019

Publicação Nº 1967732

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS nº. 13/2019

Processo Licitatório nº. 357/2019

Modalidade de Pregão Presencial – Registro de Preços nº. 05/2019

Validade da ata de R.P.: 12(doze) meses contados a partir do dia 02/04/2019

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.018.340/0001-08, estabelecida na Rua Alcebíades Tonin, nº. 100, na cidade de Erechim – RS, neste ato representada pelo Sr. Elton Petry, inscrito no CPF/MF sob nº. 802.645.819-20 e Identidade nº. 2545993, doravante denominados MUNICÍPIO e FORNECEDOR, sujeitando-se as partes ao edital do Processo Licitatório nº. 357/2019 na modalidade de Pregão Presencial – Registro de preços nº. 05/2019, às determinações das Leis nº. 8.666/93 atualizada, Lei 10.520/02, legislação complementar vigente e pertinente à matéria e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

I – A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços dos preços unitários a serem fornecidos sobre a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO, conforme as especificações e quantidades abaixo descritos:

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	VALOR UNIT.
8	15	SVÇ	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 1.400/24 24 LONAS	1.315,00
11	6	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU 12/16.5	177,00
12	4	SVÇ	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 12/16.5	650,00
13	15	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU 1.400/24 24 LONAS	346,00
14	6	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU 900/20	15,00
16	10	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU 12.5/18	188,00
17	10	SVÇ	RECAUCHUTAGEM EM PNEU 12.5/18	820,00
20	6	SVÇ	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 18.4/34	1.750,00
21	6	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU 18.4/34	349,00
28	4	SVÇ	RECAUCHUTAGEM DE PNEU 14.9/24	1.060,00
29	4	SVÇ	VULCANIZAÇÃO EM PNEU 14.9/24	269,00

II - As quantidades descritas no item 2.2 são a título estimativo. A retirada será conforme a demanda da administração

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

Obriga-se a FORNECEDORA a:

I - Responder pelos danos que porventura venha a ocasionar em razão da qualidade dos produtos, sem prejuízo das demais penalidades contratuais e legais;

II - Apresentar, sempre que solicitado, documentos que comprovem a procedência dos Serviços fornecidos;

III - Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto desta Ata.

IV - Manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação do Processo Licitatório nº. 357/2019.

V - Permitir o livre acesso da fiscalização credenciada pelo MUNICÍPIO ao local de fornecimento dos Serviços.

VI - Os Pneus para recuperação deverão ser retirados (carga e descarga) na sede do Município, e devolvidos após a recuperação do mesmo no prazo Máximo de 48 horas sem custo algum ao município.

VII - No caso dos Pneus apresentarem defeito ou problema de funcionamento durante o prazo de garantia, a empresa vencedora deverá substituir o Recapagem/Recauchutagem/vulcanização por um novo no prazo Máximo de 2 dias.

VIII - Os pneus deverão ser entregues na parte da manhã das 07:30 até 11:00 horas e na parte da tarde das 13:00 até 16:30 horas de Segunda - Feira à Sexta - Feira. Os produtos entregues fora dos horários estipulados não serão aceito na hora da entrega.

IX - Todos os Matérias e serviços necessários para realização completa dos serviços, será de responsabilidade da empresa vencedora sem custo adicional ao município.

X - Os serviços Relacionados acima deverão ter garantia Mínima de 6 Meses contados após a realização dos Serviços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

I - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela FORNECEDORA;

A - Fornecer à licitante, todas as informações relacionadas com o objeto do presente Ata;

B - Acompanhar e fiscalizar, através de servidor designado pela Administração, o cumprimento do contrato a ser assinado com a licitante vencedora, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da licitante vencedora;

C - Efetuar o pagamento à licitante vencedora, na forma e prazos estabelecidos nesta Ata, procedendo-se à retenção dos tributos devidos, consoante a legislação vigente;

D - Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela licitante vencedora, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

I - O Município promoverá, através de expert, a fiscalização do produto entregue (não necessariamente na entrega), e em caso de se observar que o produto é de qualidade duvidosa, atestado por expert, sob pena de rescisão de contrato.

II - Fica como responsável pela fiscalização dos produtos a serem entregues, o Funcionário descrito abaixo:

Funcionário - Paulo Roberto Begnini

III - O gestor desta Ata, sempre que considerar necessário, poderá exigir a análise dos produtos para a verificação de sua qualidade, que deverá estar dentro dos padrões legais exigidos, sob pena de aplicação das sanções previstas.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

I - O pagamento dos Serviços será efetuado com prazo Máximo de 15 dias após a emissão da Ordem de Compra, mediante apresentação da respectiva Nota Fiscal, do qual será efetuado através de cheque nominal ou ordem bancária.

II - Se a nota fiscal, for apresentada com erro, será devolvida ao fornecedor para retificação e reapresentação, acrescentando-se no prazo fixado no item acima, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;

CLAUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

I - O preço do objeto apresentado na Ata não será reajustado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

I - As despesas decorrentes do cumprimento do presente contrato ocorrerão por conta do orçamento 2019 e 2020.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

I - A presente Ata de Registro de Preços terá a vigência de 12 meses, a contar a partir do dia da sua assinatura.

CLÁUSULA NONA – RESCISÃO

A FORNECEDORA poderá ter seu registro cancelado:

I – A inexecução total ou parcial dos serviços a ser contratado, o Município assegurará o direito de rescisão nos termos do art. 77 a 80 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, assegurado o contraditório e a ampla defesa, sempre mediante notificação por escrito.

II – A rescisão do Contrato, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993 poderá ser:

III – Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

V – Judicial, nos termos da legislação.

VI – Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

I – De conformidade com o art. 86, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, o atraso injustificado na entrega dos produtos sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa de até 2% (dois por cento), do valor da aquisição, até 30 (trinta) dias, após este prazo será cobrado juro de 1% (um por cento) ao mês;

II – A multa prevista no item "I" será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município, e poderá acumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 19.2, alínea "b";

III – Nos termos do artigo 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, pela inexecução total ou parcial na entrega do objeto licitado a Administração poderá aplicar aos fornecedores, as seguintes penalidades:

A – Advertência por escrito;

B – Aplicação de multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor total da contratação efetuada, pela inexecução das obrigações constantes deste Instrumento;

C – Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

D – declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993;

IV – Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo estipulado o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este, e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica.

V – Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

I - Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

I – A FORNECEDORA é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações, dos documentos e propostas apresentados em qualquer época ou fase da licitação e da ata;

II – A FORNECEDORA fica obriga a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários nas quantidades dos produtos, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, na forma do artigo 65, § 1º, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993;

Flor do Sertão – SC, ao 01 dia do mês de abril de 2019.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		ELTON PETRY
CPF: 503.319.819-04		CPF: 802.645.819-20
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS

CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

CONTRATO Nº. 33/2019

Publicação Nº 1967437

CONTRATO Nº. 33/2019
CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Que entre si celebram o Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC de ora em diante denominada de contratante, e de outro lado SOCIEDADE BENEFICIENTE HOSPITALAR MARAVILHA, inscrita no CNPJ sob o nº 85.197.077/0001-56, com sede Avenida Sul Brasil, nº. 584, na cidade de Maravilha - SC, neste ato representado pelo Sr. Nilvo Jose Dondoefer, Inscrição no CPF sob o nº 347.142.609-44, e portador da Cédula de Identidade nº 618.972, doravante denominada de contratada, o fazem entre si através das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS/HOSPITALARES (PLANTÃO) PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES EM CASOS DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, PACIENTES ENCAMINHADOS PELA UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE PARA TRATAMENTO CLÍNICOS PARA O ANO DE 2019, de acordo com o Processo Licitatório nº. 479/2019, modalidade Pregão Presencial nº. 06/2019

ITENS	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DO OBJETO	VALOR UNIT.
1	09,00	MÊS	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PLANTÃO MÉDICO – HOSPITALAR SENDO: UTILIZAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS FÍSICAS, EQUIPAMENTOS AMBULATORIAS, PLANTONISTAS, FUNCIONÁRIOS, EXAMES DE RAIOS – X, EXAMES BÁSICOS DE LABORATÓRIO, MEDICAÇÃO BÁSICA PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, DURANTE 31 DIAS, TODOS OS DIAS DA SEMANA, INCLUINDO SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS. CONTRATAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS NAS SEGUINTE ESPECIALIDADES BÁSICAS, A SABER: CLÍNICA MÉDICA, CARDIOLÓGICA, CIRÚRGICA, OBSTÉTRICA, PEDIATRIA, ANESTESIOLOGIA, NO PERÍODO INTEGRAL, DE SEGUNDA A SEGUNDA – FEIRA, COMPREENDIDO ENTRE 24H DO DIA, TODOS OS DIAS DO MÊS. CONTRATAÇÃO DE CONSULTAS MÉDICAS NAS SEGUINTE ESPECIALIDADES OFTALMOLOGIA, OTORRINOLARINGOLOGIA, UROLOGIA, ULTRASSONOGRAFIA, BIOQUÍMICO, CONFORME DISPONIBILIDADES DOS PROFISSIONAIS.	R\$ 9.500,00

Parágrafo Primeiro – Os atendimentos aos Pacientes deverão ser procedidos conforme o Protocolo de Manchester “Acolhimento com Classificação de Risco”.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor total do contrato será de R\$ 85.500,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL DA REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser prestados nas dependências da licitante vencedora, em instalações habilitadas, bem como esta deverá fornecer equipamentos ambulatoriais, plantonistas, funcionários, exames de Raios-X, exames básicos de laboratório e medicação básica no ato do atendimento.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será até 31 de dezembro de 2019, podendo ser renovado/prorrogado até o limite de 60 meses, de acordo com o estabelecido em Lei, a critério e conveniência administrativa.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento dos serviços descritos no objeto deste contrato, será efetuado mensalmente até o dia 15 do mês subsequente ao da prestação dos serviços, por meio de depósito bancário, mediante entrega de planilha demonstrativa do número de plantões, chamados dos médicos especialistas e respectivos atendimentos realizados no mês.

Parágrafo Primeiro – Caso o dia de realização do pagamento não seja dia útil, o pagamento dar-se-á no 1º dia útil subsequente.

Parágrafo Segundo – Para fins de prova da data de entrega da planilha demonstrativa do número de plantões, chamados dos médicos especialistas e respectivos atendimentos realizados no mês, será entregue à contratada recibo assinado pela contratante, com aposição do respectivo carimbo funcional.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os serviços mencionados neste contrato serão processados no setor contábil do Município, conforme legislação em vigor e correrão por conta do elemento orçamentário:

Projeto atividade:

103010013.2.023000 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADES DE SAÚDE PÚBLICA;

Elementos de Despesa:

3.3.90.39.50.00.00 - SERVIÇOS MÉDICO-HOSPITALAR, ODONTOLÓGICO;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A contratada obriga-se:

I – Iniciar os serviços a partir da assinatura do contrato;

II – Permitir que os prepostos do município inspecionem a qualquer tempo e hora o andamento dos serviços;

III – Fornecer ao Município sempre que solicitado qualquer informação ou esclarecimento sobre os andamentos dos serviços;

IV – Assumir a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, sociais e previdenciários, próprios e de seus funcionários;

V – Formar pessoal técnico-profissional necessário para a execução dos serviços, pagando os salários às suas exclusivas expensas;

VI – O presente contrato não será de nenhuma forma, fundamento para a constituição de vínculo trabalhista com empregados, funcionários, prepostos ou terceiros que a contratada colocar a serviço;

VII – É da contratada a obrigação do pagamento de tributos que incidirem sobre os serviços e materiais contratados, em qualquer esfera;

VIII – Manter 01 profissional médico em clínica geral, devidamente registrado no CRM/SC, para atendimento da urgência e emergência do ambulatório da contratada, assim como disponibilizarão de médicos integrantes do Corpo Clínico ou substituto indicado por membro do Corpo Clínico, na forma de escala de atendimento elaborada pelo próprio Corpo Clínico, para atender aos eventuais chamados nas quatro especialidades básicas, a saber, clínica médica, cirúrgica, obstétrica e pediátrica, além de anesthesiologia, conforme cláusula primeira.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I – Transmitir por escrito, determinações sobre possíveis modificações;

II – Esclarecer dúvidas que lhe forem apresentadas;

III – Fiscalizar e controlar a execução do objeto contratado, através da Secretaria Municipal de Saúde de Flor do Sertão;

IV – Efetuar a transferência ou remoção de pacientes internados junto a CONTRATADA quando necessário, conforme orientação ou solicitação médica, haja vista a CONTRATADA, não disponibilizar de ambulância.

V – Cumprir as condições de pagamento.

CLAUSULA NONA – DO REAJUSTE

Por serem de natureza contínua, havendo prorrogação por interesse público ou por convenção, os preços dos serviços deverão ser reajustados automaticamente pelo Índice Geral de Preços Médios – IGPM acumulado nos últimos 12 meses período.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por mútuo acordo ou conveniência administrativa, recebendo a contratada somente o valor dos serviços já executados, não lhe sendo devido qualquer outro valor a título de indenização ou a qualquer outro título presente ou futuramente sob qualquer alegação ou fundamento.

A comunicação da vontade de rescindir, para ambas as partes, deverá ser comunicada com antecedência de no mínimo 30 dias, por documento devidamente assinado.

Em caso de inexecução contratual prevista no art. 78 da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada, por culpa da contratada, fica estabelecido a multa de 10% sobre o valor do objeto contratado, atualizado monetariamente pelos índices iniciais. Presume-se culpa da contratada a ocorrência das hipóteses descritas nos incisos I a XI do artigo 78 da Lei supra mencionado, salvo a disposta no inciso VI, face à previsão do parágrafo segundo da cláusula primeira.

O inadimplemento das cláusulas e condições estabelecidas neste contrato por parte da contratante assegurará à contratada o direito de

rescindi-lo, na forma prevista na Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993.

A contratada reserva-se no direito de suspender a prestação dos serviços contratados no caso de atraso do pagamento em prazo superior a 60 dias sem, prejuízo do direito ao recebimento dos valores em atraso e respectivos acréscimos contratuais, independentemente de notificação da contratante.

Os casos omissos serão regidos pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Maravilha, SC, para dirimir questões decorrentes deste Contrato, com renúncia expressa dos demais.

E, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, assinam o presente na presença de duas testemunhas.

Flor do Sertão – SC, ao 01 dia do mês de abril de 2019.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		NILVO JOSE DONDOERFER
CPF: 503.319.819-04		CPF: 347.142.609-44
CONTRATANTE		CONTRATADA
DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

DECRETO Nº. 21/2019

Publicação Nº 1967724

DECRETO nº. 21/2019

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 357/2019, e dá outras providências.
SIDNEI JOSE WILLINGHOFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 44/2019, sobre o processo de licitação nº. 357/2019, que tem por objeto a AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DE PNEUS DE VEÍCULOS E MAQUINAS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO MUNICÍPIO.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor das empresas abaixo relacionadas, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

FM PNEUS LTDA	R\$ 74.190,00
JUNGBLUTH E JUNGBLUTH LTDA	R\$ 47.631,00
R.M. PNEUS E RECAPAGENS LTDA - ME	R\$ 24.858,00
VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA - EPP	R\$ 56.657,00

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, aos 29 dias do mês de março de 2019.

SIDINEI JOSE WILLINGHOFER		LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal		Secretário de Administração

DECRETO Nº. 22/2019

Publicação Nº 1967434

DECRETO nº. 22/2019

Homologa Julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo licitatório nº. 479/2019, e dá outras providências.
SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER, Prefeito Municipal de Flor do Sertão, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela comissão de licitação, nomeada pela portaria nº. 44/2019, sobre o processo de licitação nº. 479/2019, que tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS/HOSPITALARES (PLANTÃO) PARA ATENDIMENTO DE PACIENTES EM CASOS DE URGENCIA E EMERGENCIA, PACIENTES ENCAMINHADOS PELA UNIDADE MUNICIPAL DE SAÚDE PARA TRATAMENTO CLINICOS PARA O ANO DE 2019.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto desta licitação em favor da empresa abaixo relacionada, tudo conforme constatação na Adjudicação do referido processo.

SOCIEDADE BENEFICIENTE HOSPITALAR MARAVILHA	R\$ 85.500,00
---	---------------

Art. 3º. Pelo presente, ficam intimados os participantes da licitação supramencionada, bem como os demais interessados, da decisão proferida neste decreto.

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Flor do Sertão – SC, ao 01 dia do mês de abril de 2019.

SIDINEI JOSE WILLINGHOFFER	LEANDRO NEUHAUS
Prefeito Municipal	Secretário de Administração

TERMO ADITIVO Nº. 01 - PZO

Publicação Nº 1967754

TERMO ADITIVO Nº. 001
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 01/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 2414/2018
FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEL

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa PZO COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.320.212/0001-81 estabelecida na Rua da Barra, nº. 436, na cidade de Flor do Sertão, neste ato representada pelo Sr. Lucas de Marco, inscrito no CPF/MF sob nº. 044.488.499-88 e Identidade nº. 4676780, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar aditivo de valor do litro de Gasolina Comum, Diesel Comum, Diesel S10 referente ao contrato supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

De acordo com a cláusula sexta da Ata de Registro de Preços nº. 01/2019 e fundamento legal na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, objetivando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Registro de Preços, fica ajustado para maior o valor do litro de Gasolina Comum de R\$ 4,40 para R\$ 4,50, Diesel Comum de R\$ 3,59 para R\$ 3,70, Diesel S10 de R\$ 3,69 para R\$ 3,80 baseado em pesquisa de mercado e acordado entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas da presente Ata de Registro de Preços permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 25/03/2019.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, aos 25 dias do mês de março de 2019.

SIDNEI JOSÉ WILLINGHÖFER	LUCAS DE MARCO
CPF: 503.319.819-04	CPF: 044.488.499-88
CONTRATANTE	REPRESENTANTE DA CONTRATADA

DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

TERMO ADITIVO Nº. 1 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/2018

Publicação Nº 1967997

TERMO ADITIVO Nº. 001
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 26/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 647/2018
FORNECIMENTO DE SEMENTES DE PASTAGEM

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer,

brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa SEMENTES RENASCER LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.858.178/0001-94, estabelecida na Avenida Araucária, nº. 570, na cidade de Maravilha - SC, neste ato representada pelo Sr. Maicon Gregory, inscrito no CPF/MF sob nº. 727.716.581-00 e Identidade nº. 3.591.939, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar aditivo de valor do quilo da semente de pastagem referente a Ata de Registro de Preços supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

De acordo com a alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, objetivando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Registro de Preços, fica ajustado para maior o valor do quilo da semente de Aveia Branca de R\$ 1,30 para R\$ 1,51 baseado em pesquisa de mercado e acordado entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas da presente Ata de Registro de Preços permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 02/04/2019.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, ao 01 dia do mês de abril de 2019.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER	MAICON GREGORY
CPF: 503.319.819-04	CPF: 727.716.581-00
CONTRATANTE	CONTRATADA

DIOGO DE BEM	LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32	CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA	TESTEMUNHA

TERMO ADITIVO Nº. 1 DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2018

Publicação Nº 1967999

TERMO ADITIVO Nº. 001**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 27/2018****PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 647/2018****FORNECIMENTO DE SEMENTES DE PASTAGEM**

O Município de Flor do Sertão – SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o nº 01.566.621/0001-08 com sede na Avenida Flor do Sertão, 696, na cidade de Flor do Sertão – SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Sidnei José Willinghöfer, brasileiro, residente e domiciliado no município de Flor do Sertão, inscrito no CPF sob o nº 503.319.819-04 e portador da Cédula de Identidade nº 1.711.118 SSP/SC, resolve, em face das propostas apresentadas no PREGÃO nº 05/2016, REGISTRAR OS PREÇOS da empresa JP PIROCA AGROPECUÁRIA E MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.677.493/0001-97, estabelecida na Avenida Flor do Sertão, nº. 426, na cidade de Flor do Sertão - SC, neste ato representado pelo Sr. Joracir Piroca, inscrito no CPF/MF sob nº. 563.327.509-87 e Identidade nº. 1.850.671, doravante denominada CONTRATADA, resolvem realizar aditivo de valor do quilo da semente de pastagem referente a Ata de Registro de Preços supra mencionado pelas cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

De acordo com a alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 atualizada, objetivando manter o equilíbrio econômico-financeiro inicial do Registro de Preços, fica ajustado para maior o valor do quilo da semente de Aveia Preta de R\$ 1,34 para R\$ 1,72, baseado em pesquisa de mercado e acordado entre as partes.

CLÁUSULA SEGUNDA:

As demais cláusulas da presente Ata de Registro de Preços permaneçam inalteradas.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VIGÊNCIA

O presente Termo passará a vigorar e produzir seus efeitos legais a partir do dia 02/04/2019.

E por estarem assim justos e de acordo, firmam o presente juntamente com duas testemunhas, em duas vias de igual teor e forma, sem emendas ou rasuras, para que produza os seus jurídicos e legais efeitos.

Flor do Sertão – SC, ao 01 dia do mês de abril de 2019.

SIDNEI JOSE WILLINGHÖFER		JORACIR PIROCA
CPF: 503.319.819-04		CPF: 563.327.509-87
CONTRATANTE		CONTRATADA

DIOGO DE BEM		LEANDRO NEUHAUS
CPF: 010.389.549-32		CPF: 015.634.579-03
TESTEMUNHA		TESTEMUNHA

Formosa do Sul

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL N.º 4707/2019

Publicação Nº 1968376

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4707, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR ESPECIAL- ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2018 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal N.º 728, de 18 de dezembro de 2018 e em conformidade com a Lei Municipal N.º 734/2019 de 25 de março de 2019.

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício Crédito Suplementar Especial, movimentando dotações no valor de R\$ 1.037.974,08 (um milhão, trinta e sete mil, novecentos e setenta e quatro reais e oito centavos) para a (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

03 - SECRETARIA DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
PROJ./ATIV. 1.016 CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTE	
(174) 4.4.90.00.00.00.00.300- Aplicações Diretas	
FONTE 300 – SF – Recursos Ordinários	R\$ 300.000,00
(164) 4.4.90.00.00.00.00.364- Aplicações Diretas	
FONTE 364 – SF – Transferências de Convênios	R\$ 2.154,51
(166) 4.4.90.00.00.00.00.389- Aplicações Diretas	
FONTE 389 – SF – Alienações de Bens.	R\$ 25.727,29
04- SECRETARIA DE EDUC. CULT. ESPORTE E TURISMO	
04.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
PROJ./ATIV. 2.039 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/INFANTIL	
(159) 3.3.90.00.00.00.00.00. 3037- Aplicações Diretas	
FONTE 3037 – SF – Programa Nacional de Alimentação Escolar	R\$ 3.924,01
PROJ./ATIV. 2.006 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/FUNDAMENTAL	
(175) 3.3.90.00.00.00.00.00. 0301- Aplicações Diretas	
FONTE 0301 – SF – Receitas de Impostos	R\$ 9.161,03
PROJ./ATIV. 2.008 – TRANSPORTE ESCOLAR	
(161) 3.3.90.00.00.00.00.00. 31137- Aplicações Diretas	
FONTE 31137 – SF – Progr. Nacional de Apoio	R\$ 6.670,27
PROJ./ATIV. 2.007 – MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL	
(170) 4.4.90.00.00.00.00.00. 0332- Aplicações Diretas	
FONTE 0332 – SF – Transf. de Convênios	R\$ 43.517,77
(156) 3.3.90.00.00.00.00.00. 0336- Aplicações Diretas	
FONTE 0336 – SF – Salário Educação	R\$ 58.880,27
05- SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
05.02 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
PROJ./ATIV. 2.013 PROGR. DE ASSIST. SOCIAL GERAL- PBF/PBI	
(158) 3.3.90.00.00.00.00.00. 3035- Aplicações Diretas	
FONTE 0335 – SF – Piso Básico Fixo	R\$ 15.000,00
(162) 3.3.90.00.00.00.00.00. 3235- Aplicações Diretas	
FONTE 3235 – SF – Índice de Gestão Descentralizada	R\$ 6.334,41
(163) 3.3.90.00.00.00.00.00. 3265- Aplicações Diretas	
FONTE 3265 – SF – Transf. Sistema Único de Saúde	R\$ 21.876,00
PROJ./ATIV. 2.034 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E PORTAL DE VÍNCULOS	
(171) 3.3.90.00.00.00.00.00. 3135- Aplicações Diretas	

FONTE 3135 – SF – Piso de Atenção Variável	R\$ 12.680,84
(172) 3.3.90.00.00.00.00.00. 3065- Aplicações Diretas	
FONTE 3065 – SF – Trasnf. Sistema Único de Saúde	R\$ 11.276,05
PROJ./ATIV. 2.035 PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA	
(173) 3.3.90.00.00.00.00.00. 3065- Aplicações Diretas	
FONTE 3065 – SF – Transf. Sistema Único de Saúde	R\$ 15.000,00
07- SECRETARIA DE TRANSPORTE ,OBRAS E SERV. PÚBLICOS	
07.01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
PROJ./ATIV. 2.037 CONVÊNIO/POLÍCIA CIVIL/MILITAR/BOMBEIROS	
(151) 3.3.90.00.00.00.00.00. 0310- Aplicações Diretas	
FONTE 0310 – SF – Convênio de Trânsito - Militar	R\$ 1.902,07
(152) 3.3.90.00.00.00.00.00. 0311- Aplicações Diretas	
FONTE 0311 – SF – Convênio de Trânsito - Civil	R\$ 8.563,61
(153) 3.3.90.00.00.00.00.00. 0312- Aplicações Diretas	
FONTE 0312 – SF – Convênio de Trânsito - Prefeitura	R\$ 6.963,18
PROJ./ATIV. 2.020 TRAFEGO URBANO, SEGURANÇA E ILUMIN. PÚBLICA	
(168) 4.4.90.00.00.00.00.00. 0300- Aplicações Diretas	
FONTE 0300 – SF – Recursos Ordinários	R\$ 300.000,00
07- SECRETARIA DE TRANSPORTE ,OBRAS E SERV. PÚBLICOS	
07.02 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
PROJ./ATIV. 2.023 MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO	
(150) 3.3.90.00.00.00.00.00. 0307- Aplicações Diretas	
FONTE 0307 – SF – CIDE – Contribuições de Inter	R\$ 68,74
(157) 3.3.90.00.00.00.00.00. 0339- Aplicações Diretas	
FONTE 0339 – SF – Fundo Especial do Petróleo	R\$ 68.274,03
(149) 4.4.90.00.00.00.00.00. 0389- Aplicações Diretas	
FONTE 0389 – SF – Alienações de Bens	R\$ 120.000,00

Art. 2.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo 1.º serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro à fonte de recurso abaixo relacionada no valor de:

03 - SECRETARIA DE ADM. FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
03.01 - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
PROJ./ATIV. 1.016 CONSTRUÇÃO DO GINÁSIO DE ESPORTE	
FONTE 300 – SF – Recursos Ordinários	R\$ 300.000,00
FONTE 364 – SF – Transferências de Convênios	R\$ 2.154,51
FONTE 389 – SF – Alienações de Bens.	R\$ 25.727,29
04- SECRETARIA DE EDUC. CULT. ESPORTE E TURISMO	
04.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
PROJ./ATIV. 2.039 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/INFANTIL	
FONTE 3037 – SF – Programa Nacional de Alimentação Escolar	R\$ 3.924,01
PROJ./ATIV. 2.006 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/FUNDAMENTAL	
FONTE 0301 – SF – Receitas de Impostos	R\$ 9.161,03
PROJ./ATIV. 2.008 – TRANSPORTE ESCOLAR	
FONTE 31137 – SF – Progr. Nacional de Apoio	R\$ 6.670,27
PROJ./ATIV. 2.007 – MANUT. DO ENSINO FUNDAMENTAL	
FONTE 0332 – SF – Transf. de Convênios	R\$ 43.517,77
FONTE 0336 – SF – Salário Educação	R\$ 58.880,27
05- SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
05.02 – FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	

PROJ./ATIV. 2.013 PROGR. DE ASSIST. SOCIAL GERAL- PBF/PBI	
FONTE 0335 – SF – Piso Básico Fixo	R\$ 15.000,00
FONTE 3235 – SF – Índice de Gestão Descentralizada	R\$ 6.334,41
FONTE 3265 – SF – Transf. Sistema Único de Saúde	R\$ 21.876,00
PROJ./ATIV. 2.034 SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E PORTAL DE VÍNCULOS	
FONTE 3135 – SF – Piso de Atenção Variável	R\$ 12.680,84
FONTE 3065 – SF – Transf. Sistema Único de Saúde	R\$ 11.276,05
PROJ./ATIV. 2.035 PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL A FAMÍLIA	
FONTE 3065 – SF – Transf. Sistema Único de Saúde	R\$ 15.000,00
07- SECRETARIA DE TRANSPORTE ,OBRAS E SERV. PÚBLICOS	
07.01 – DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
PROJ./ATIV. 2.037 CONVÊNIO/POLÍCIA CIVIL/MILITAR/BOMBEIROS	
FONTE 0310 – SF – Convênio de Trânsito - Militar	R\$ 1.902,07
FONTE 0311 – SF – Convênio de Trânsito - Civil	R\$ 8.563,61
FONTE 0312 – SF – Convênio de Trânsito - Prefeitura	R\$ 6.963,18
PROJ./ATIV. 2.020 TRAFEGO URBANO, SEGURANÇA E ILUMIN. PÚBLICA	
FONTE 0300 – SF – Recursos Ordinários	R\$ 300.000,00
07- SECRETARIA DE TRANSPORTE ,OBRAS E SERV. PÚBLICOS	
07.02 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
PROJ./ATIV. 2.023 MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO	
FONTE 0307 – SF – CIDE – Contribuições de Inter	R\$ 68,74
FONTE 0339 – SF – Fundo Especial do Petróleo	R\$ 68.274,03
FONTE 0389 – SF – Alienações de Bens	R\$ 120.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 25 de março de 2019.

RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4713/2019

Publicação Nº 1968383

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4713, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

“ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – SUPERÁVIT FINANCEIRO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2019 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal N.º 728, de 18 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
06.01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
PROJ./ATIV. 1.009 AQUISIÇÃO DE MÁQ./VEÍCULOS/EQUIP./AGRIC.	
(176) 4.4.90.00.00.00.00.0300 – APLICAÇÕES DIRETAS	R\$ 20.000,00

Art. 2.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos proveniente do superávit financeiro do exercício anterior, referente à fonte de recursos abaixo relacionados no valor de:

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
06.01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
PROJ./ATIV. 1.009 AQUISIÇÃO DE MÁQ./VEÍCULOS/EQUIP./AGRIC.	
Fonte de Recursos: 300 – Recursos Ordinários	R\$ 20.000,00

Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 28 de março de 2019.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4714/2019

Publicação Nº 1968393

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4714, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2019 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal N.º 728, de 18 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 97.500,00 (noventa e sete mil e quinhentos) reais para a (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
06.01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
PROJ./ATIV. 1.009- AQUISIÇÃO DE MÁQ/ VEÍCULOS/EQUIP/.AGRIC.	
(101) 4.4.90.00.00.00.00.0134- Aplicações Diretas	R\$ 97.500,00

Art. 2.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos proveniente do excesso de arrecadação referente a fonte de recursos abaixo relacionados no valor de:

06 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
06.01 - DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA	
PROJ./ATIV. 1.009- AQUISIÇÃO DE MÁQ/ VEÍCULOS/EQUIP/.AGRIC.	
(102) 4.4.90.00.00.00.00.0134- Aplicações Diretas	
Fonte de Recursos: 0134 – Transferência de Convênios	R\$ 97.500,00

Art. Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 28 de março de 2019.

RUDIMAR CONTE

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

DECRETO MUNICIPAL N.º 4715/2019

Publicação Nº 1968413

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL

DECRETO MUNICIPAL N.º 4715, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR – ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO FINANCEIRA NO ORÇAMENTO PROGRAMA 2019 DO TIPO ALTERAÇÃO SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

RUDIMAR CONTE, Prefeito Municipal de Formosa do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 71, Inciso XVIII da Lei Orgânica Municipal e autorização contida na Lei Municipal N.º 728, de 18 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1.º Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais) para a (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentária (s):

ENTIDADE: 2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
05.01 - FUNDO DE SAÚDE	
PROJ./ATIV. 2.024 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
(60) 4.4.71.00.00.00.00.0102 – Transf. a Consórcios Públicos	R\$ 3.000,00

Art. 2.º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo primeiro serão utilizados recursos proveniente da anulação, referente a fonte de recursos abaixo relacionados no valor de:

ENTIDADE: 2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
05 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	
05.01 - FUNDO DE SAÚDE	

PROJ./ATIV. 2.024 MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
(9) 3.3.90.00.00.00.00.0102 – Receitas de Impostos e Transf.	R\$ 3.000,00
Fonte de Recursos: 0102	

Art. Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Executivo Municipal de Formosa do Sul, em 29 de março de 2019.
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL
REGISTRADA E PUBLICADA EM DATA SUPRA.

**EXTRATO CONTRATUAL CONTRATO ADM. N.º: 025/2019 CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
CONTRATADO: AMILTOM EVICO BORSOI**

Publicação Nº 1968368

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL
EXTRATO CONTRATUAL
CONTRATO ADM. N.º: 025/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL
CONTRATADO: AMILTOM EVICO BORSOI
OBJETO: AQUISIÇÃO DE CASCALHO, a ser retirado pela CONTRATANTE, conforme necessidade, de uma área rural de 3.000 M2 (Três mil metros quadrados) do imóvel de propriedade do CONTRATADO, matrícula sob o nº 05.919, situada na localidade de Linha Tope da Serra, interior do Município de Formosa do Sul/SC.
VIGIÊNCIA: 01/04/2019 À 31/12/2019.
FORMOSA DO SUL, 01 DE ABRIL DE 2019.
RUDIMAR CONTE
PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 03/FMS/2019 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/FMS/2019

Publicação Nº 1967392

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/FMS/2019
(Referente Pregão Presencial nº. 05/FMS/2019)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHINHA, com sede na Rua João José Back, Centro - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o No. 10.540.697/0001-47, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa VMLX ELETRÔNICOS EIRELI EPP, inscrita no CNPJ nº. 03.800.477/0001-40 estabelecida na Rua Luíz Cirimbelli, 1659, Sala 02, Imigrantes, Turvo/SC, neste ato representada pelo Sr. Valcir Mota, brasileiro, CI 4.590.769, CPF 048.428.279-47, doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do Artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 05/FMS/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para aquisição de equipamentos (cadeiras de rodas e balança infantil antropométrica), afim de atender as necessidades da Secretária de Saúde do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:
 - 1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.
 - 1.2. O objeto será solicitado de acordo com a necessidade do Município de Forquilha.
 - 1.3. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.
 - 1.4. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 15 (quinze) dias a partir da data de recebimento das mesmas.
 - 1.4. O objeto terá garantia de no mínimo 01 (hum) ano contada a partir da emissão da nota fiscal.
2. O objeto será transportado por conta e risco da DETENTORA DA ATA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.
3. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.
 - 3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado e realizada a reposição do objeto num prazo máximo de 5 (cinco) dias, a partir da notificação da não aceitação.
4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.
5. Nos casos da DETENTORA DA ATA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.
6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta de preços pertencente ao processo licitatório, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

2.1. Os reajustes e reequilíbrios de preços motivados pela DETENTORA DA ATA seguirão os padrões de avaliação previstos no Artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, improrrogável.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do Município.

1.1. O CERTIFICO pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, consiste na sua assinatura, data e respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores do objeto.

1.2. Na Nota Fiscal deverá constar, necessariamente, o número do Processo de Licitação e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

2. O recebimento do objeto ou a constatação de irregularidades pelo Fiscal do Contrato será procedida conforme reza o edital de chamamento do processo licitatório que gerou a presente Ata de Registro.

3. O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

Cláusula Sexta – Da Autorização de Fornecimento

1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pela mesma autoridade, ou a quem este delegar a competência para tanto.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as Notas Fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à Detentora da ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo, após a entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto;

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer o objeto dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das Penalidades e Sanções Administrativas

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

A) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

B) apresentar documentação falsa;

C) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

D) ensejar o retardamento da execução do objeto;

E) não manter a proposta;

F) cometer fraude fiscal;

G) comportar-se de modo inidôneo.

2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste Edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade

civil e criminal, às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

A) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato

B) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

C) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

D) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

E) de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela administração quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Município.

3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada mediante solicitação por escrito da Detentora, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, na ocorrência das hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização e Gestão da Ata

1. A Sra. Rejane Maria Loch, será a Fiscal desta Ata, sendo dela a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.

2. O Sr. Edson Antonio Szimanski, Secretário de Saúde será o Gestor desta Ata, sendo dele a responsabilidade de acionados os meios pertinentes, quando necessário, para garantir o recebimento de seus créditos, devendo comunicar a Autoridade Competente quando convir.

Cláusula Décima Segunda – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 05/FMS/2019, seus anexos e a proposta da Detentora desta Ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 53/2013 e pelo Decreto Municipal nº 167, de 15/08/2018 (microempresa), no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Terceira – Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente, feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante o Fiscal abaixo assinado.

Forquilha/SC, 01 de abril de 2019.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal
VMLX ELETRÔNICOS EIRELI EPP
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Valcir Mota
Rejane Maria Loch
Fiscal da Ata

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 04/FMS/2019 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/FMS/2019

Publicação Nº 1967983

ESTADO DE SANTA CATARINA
GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/FMS/2019
(Referente Pregão Presencial nº. 06/FMS/2019)

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FORQUILHINHA, com sede na Rua João José Back, Centro - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 10.540.697/0001-47, neste ato representado pelo Sr. DIMAS KAMMER, Prefeito Municipal, portador da Cédula de Identidade nº 2.570.672-1 e inscrito no CPF sob o nº 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa PONTO ARTE COM DE ARMARINHOS LTDA, CNPJ n.º 11.746.573/0001-85 estabelecida na Rua Alameda Felipe Arns, Centro, em Forquilha/SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela Sra. Silvana Mota de Figueiredo Martinelli, brasileira, CI 4167557, CPF 005.018.569-19, doravante denominada DETENTORA(s) DA ATA nos termos do Artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 06/FMS/2019, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira – Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para a aquisição de materiais diversos para confecção de "Kit Gestante" para distribuição gratuita para atender o Programa Rede Cegonha, por meio da Secretaria Municipal de Saúde de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda – Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata são OS CONSTANTES NA PLANILHA EM ANEXO e estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira – Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

- 1.1. Fornecer e entregar o objeto desta ATA, parceladamente, de acordo com as necessidades do Município de Forquilha, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições previamente emitidas.
- 1.2. O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas neste contrato.
- 1.3. O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 10 (dez) dias a partir da data de recebimento das mesmas.

2. O objeto será transportado por conta e risco da DETENTORA DA ATA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município processará a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a DETENTORA DA ATA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado e realizada a reposição do objeto num prazo máximo de 05 (cinco) dias, a partir da notificação da não aceitação.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da DETENTORA DA ATA pela perfeita execução do empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da DETENTORA DA ATA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta de preços pertencente ao processo licitatório, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta – Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

2.1. Os reajustes e reequilíbrios de preços motivados pela DETENTORA DA ATA seguirão os padrões de avaliação previstos no Artigo 65 da Lei Federal nº. 8.666/93.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prorrogável.

Cláusula Quinta – Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICO na Nota Fiscal, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do Município.

1.1. O CERTIFICO pelo responsável do Município de Forquilha, autorizado para o recebimento, consiste na sua assinatura, data e respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores do objeto.

1.2. Na Nota Fiscal deverá constar, necessariamente, o número do Processo de Licitação e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

2. O recebimento do objeto ou a constatação de irregularidades pelo Fiscal do Contrato será procedida conforme reza o edital de chamamento do processo licitatório que gerou a presente Ata de Registro.

3. O Município não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

Cláusula Sexta – Da Autorização de Fornecimento

1. A aquisição do objeto da presente Ata de Registro de Preços será autorizada, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador sendo obrigatório informar ao Setor de Compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pela mesma autoridade, ou a quem este delegar a competência para tanto.

Cláusula Sétima – Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as Notas Fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à Detentora da ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à Detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. Efetuar o pagamento à Detentora da Ata no prazo, após a entrega do objeto e da respectiva Nota Fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à Detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto;

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer o objeto dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

Cláusula Oitava – Das Penalidades e Sanções Administrativas

1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

A) não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

B) apresentar documentação falsa;

C) deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

D) ensejar o retardamento da execução do objeto;

- E) não manter a proposta;
- F) cometer fraude fiscal;
- G) comportar-se de modo inidôneo.

2. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

3. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas neste Edital ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

A) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido na cláusula segunda do Contrato

B) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

C) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

D) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

E) de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta apresentada em caso de não-regularização da documentação pertinente à habilitação fiscal (no caso de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte), no prazo previsto no parágrafo 1º do art. 43 da LC 123/2006.

4. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com a sanção de impedimento.

5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

Cláusula Nona – Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito pela administração quando:

1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;

1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;

1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da Autoridade Competente do Município.

3. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada mediante solicitação por escrito da Detentora, comprovando estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, na ocorrência das hipóteses previstas na Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima – Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira – Da Fiscalização e Gestão da Ata

1. A Sra. Rejane Maria Loch, será a Fiscal desta Ata, sendo dela a competência de fiscalizar e receber o objeto, garantindo a devida execução do mesmo.

2. O Sr. Edson Antonio Szimanski, Secretário de Saúde será o Gestor desta Ata, sendo dele a responsabilidade de acionados os meios pertinentes, quando necessário, para garantir o recebimento de seus créditos, devendo comunicar a Autoridade Competente quando convir.

Cláusula Décima Segunda – Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 06/FMS/2019, seus anexos e a proposta da Detentora desta Ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002, pelo Decreto Municipal nº. 53/2013 e pelo Decreto Municipal nº 167, de 15/08/2018 (microempresa), no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

Cláusula Décima Terceira – Do Foro

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente, feito em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante o Fiscal abaixo assinado.

Forquilha/SC, 01 de abril de 2019.

MUNICÍPIO DE FORQUILHA
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal
PONTO ARTE COM. DE ARMARINHOS LTDA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Silvana Mota de Figueiredo Martinelli
Rejane Maria Loch
Fiscal da Ata

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 62/PMF/2018 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 124/PMF/2018

Publicação Nº 1967914

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 124/2018 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços nº 62/2018 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para a aquisição de peças diversas para reposição e serviços de manutenção da frota de veículos leves do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 27/09/2019
3ª Publicação

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 63/PMF/2018 – REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 125/PMF/2018

Publicação Nº 1967919

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 125/2018 - PMF - Ata do Sistema de Registro de Preços nº 63/2018 – PMF - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO REGISTRAR PREÇO para aquisição de oxigênio medicinal para atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.FORQUILHA.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 28/09/2019
3ª Publicação

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 64/PMF/2019;

Publicação Nº 1967313

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO
MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 64/PMF/2019;

OBJETIVO: A presente Licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de materiais limpeza e consumo geral para uso na manutenção das diversas secretarias do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 17 de abril de 2019 às 14:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 07:00 as 12:00; 13:00 às 16:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 01 de abril de 2019.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

DECRETO Nº 050, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1968984

DECRETO Nº 050, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA – FG-8, CHEFE DE EQUIPE, AO SERVIDOR CLESIO BERETTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, XXII e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, c/c a Lei nº 750, de 20 de setembro de 2001, alterada pela Lei nº 2.266, de 01 de setembro de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, a partir do dia 1º de abril de 2019, a Função Gratificada – FG-8, Chefe de Equipe, ao servidor CLESIO BERETTA, matrícula 2148.

Parágrafo único. Competirá ao (à) servidor(a) designado(a) por este artigo chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços de recebimento, distribuição e controle da Merenda Escolar e a execução de outras atividades correlatas.

Art. 2º As despesas decorrentes deste Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente, no elemento despesas de pessoal.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos a partir da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 27 de março de 2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 27 de março de 2019.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº 52, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1967618

DECRETO Nº 52, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS A SALVANI DE OLIVEIRA

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, inciso I da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, de acordo com o que consta do Processo Nº 98/2019 e de conformidade com o art. 6º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e art. 49 da Lei Municipal nº 1325/2007.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos integrais a SALVANI DE OLIVEIRA, brasileira, divorciada, nascida em 28/08/1960, portadora do CPF nº 731.500.109-34, Carteira de Identidade nº 3.324.130/SSP/SC, PASEP 123.30316.24-2, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais, matrícula nº 174, lotada na Secretaria Municipal de Cultura Esporte e Turismo, de acordo com a seguinte memória de cálculo:

CÁLCULO DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA	
1- RENDA MENSAL INICIAL	R\$1.543,83
2- FATOR DE PROPORCIONALIDADE	100,00%
3- VALOR LÍQUIDO DO BENEFÍCIO MENSAL	R\$ 1.543,83
4- TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO DA SEGURADA (=) tempo total líquido até 31/03/2019	30 anos 01 mês e 25 dias
TIPO DE BENEFÍCIO: Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos integrais, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional nº 041/2003 e art. 49 da Lei Municipal nº 1.325/2007.	

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 01 de abril de 2019.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 01 de abril de 2019.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 049, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1967608

DECRETO Nº. 049, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

NOMEIA A COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS PARCERIAS CELEBRADAS ENTRE O MUNICÍPIO E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51 da Lei Orgânica Municipal, da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 199/2017,

DECRETA:

Art. 1º A comissão de Monitoramento e Avaliação, será responsável por monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil, devendo:

I - analisar e fiscalizar o andamento das parcerias; e

II - emitir relatório técnico contendo:

a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;

d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pelas organizações da sociedade civil na prestação de contas;

e) análise dos documentos comprobatórios referente às visitas in loco realizadas por esta Comissão;

f) análise dos documentos das auditorias realizadas pelos controles internos e externos, quando houver no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias;

g) a comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar, quando necessário, apoio técnico especializado proveniente de outros órgãos ou entidades municipais;

§ 1º A Comissão de Monitoramento e Avaliação será composta por até 07 (sete) membros, sendo ao menos um de cargo de provimento efetivo do quadro de pessoal do Município.

§ 2º Serão impedidas de participar das comissões as pessoas que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenham mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das entidades participantes do chamamento público.

§ 3º Configurado o impedimento previsto no § 2º, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

Art. 2º Ficam nomeados para comporem a Comissão de Monitoramento e Avaliação os servidores:

a) Anderson Coelho Pícolo, matrícula 3320;

b) Daiane Boteon Marini de Mattia, matrícula 4857;

c) Fabio Vieira Leandro, matrícula 3152;

d) Fernando Prá de Souza, matrícula 4829;

e) Mageli Pereira de Sena, matrícula 4781.

Parágrafo único. É de competência da Comissão de Monitoramento e Avaliação todos os atos designados à esta por força da Lei nº 13.019, de 2014, e suas posteriores alterações e pelo Decreto Municipal nº 199, de 2017, legislações estas das quais deverão os membros da comissão designada tomarem prévio conhecimento.

Art. 3º As nomeações de que trata o presente Decreto terão vigência a contar da data de sua publicação, até o término de todo e qualquer ato ou procedimento relacionado à parceria, momento esse em que o presente decreto será automaticamente revogado independentemente de novo ato.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial os Decretos nºs 223/2018, 007/2019, 008/2019, 009/2019 e 010/2019.

Forquilha/SC, 27 de março de 2019.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado e registrado em 27 de março de 2019.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 053, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1968970

DECRETO Nº. 053, DE 1º DE ABRIL DE 2019.
NOMEIA GESTOR DA PARCERIA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51 da Lei Orgânica Municipal, da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 199/2017,

CONSIDERANDO que o Município de Forquilha firmou parceria, através de Termo de Fomento, com a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Forquilha – ACAFOR, para o período de janeiro a dezembro de 2019, parceria esta que tem por objetivo a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento, visando o fortalecimento da Associação;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora DAIANI MOTA VITALI RAMPINELLI, matrícula 20, como gestora da parceria firmada através de termo de fomento entre a administração pública municipal e a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Forquilha – ACAFOR.

Parágrafo único. É de competência da gestora todos os atos designados à esta por força da Lei nº 13.019, de 2014, e suas posteriores alterações e pelo Decreto Municipal nº 199, de 2017, legislações estas das quais deverá a gestora ora designada tomar prévio conhecimento.

Art. 2º A nomeação de que trata o presente Decreto terá vigência a contar da data de sua publicação, até o término de todo e qualquer ato ou procedimento relacionado à parceria, momento esse em que o presente decreto será automaticamente revogado independentemente de novo ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 1º de abril de 2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 1º de abril de 2019.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 054, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1968971

DECRETO Nº. 054, DE 1º DE ABRIL DE 2019.
NOMEIA GESTOR DA PARCERIA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51 da Lei Orgânica Municipal, da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 199/2017,

CONSIDERANDO que o Município de Forquilha firmou parceria, através de Termo de Fomento, com a Associação dos Clubes de Mães de Forquilha, para o período de janeiro a dezembro de 2019, parceria esta que tem por objetivo a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento, visando a consecução de serviços de promoção de atividades e ações que despertem a consciência participativa e comunitária, a qualificação profissional com vistas a geração/incremento de renda e emancipação da pessoa humana, buscando a melhoria da qualidade de vida das mulheres de Forquilha;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora JULIANA MALGARISI AGUIAR, matrícula 4643, como gestora da parceria firmada através de termo de fomento entre a administração pública municipal e a Associação dos Clubes de Mães de Forquilha.

Parágrafo único. É de competência da gestora todos os atos designados à esta por força da Lei nº 13.019, de 2014, e suas posteriores alterações e pelo Decreto Municipal nº 199, de 2017, legislações estas das quais deverá a gestora ora designada tomar prévio conhecimento.

Art. 2º A nomeação de que trata o presente Decreto terá vigência a contar da data de sua publicação, até o término de todo e qualquer ato ou procedimento relacionado à parceria, momento esse em que o presente decreto será automaticamente revogado independentemente de novo ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 1º de abril de 2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 1º de abril de 2019.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 056, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1968972

DECRETO Nº. 056, DE 1º DE ABRIL DE 2019.
NOMEIA GESTOR DA PARCERIA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51 da Lei Orgânica Municipal, da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 199/2017,

CONSIDERANDO que o Município de Forquilha firmou parceria, através de termo de fomento, com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Forquilha-SC, para o período de janeiro a dezembro de 2019, parceria esta que tem por objetivo a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento, visando a prevenção de deficiências, defesa de direitos, atendimento, reabilitação e inclusão social da pessoas com deficiência intelectual e múltipla;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora KELLY KARITTIANA MORO SCUSSEL, matrícula 2776, como gestora da parceria firmada através de termo de fomento entre a administração pública municipal e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Forquilha – SC.

Parágrafo único. É de competência da gestora todos os atos designados à esta por força da Lei nº 13.019, de 2014, e suas posteriores alterações e pelo Decreto Municipal nº 199, de 2017, legislações estas das quais deverá a gestora ora designada tomar prévio conhecimento.

Art. 2º A nomeação de que trata o presente Decreto terá vigência a contar da data de sua publicação, até o término de todo e qualquer ato ou procedimento relacionado à parceria, momento esse em que o presente decreto será automaticamente revogado independentemente de novo ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 1º de abril de 2019.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 1º de abril de 2019.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 057, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1968974

DECRETO Nº. 057, DE 1º DE ABRIL DE 2019.
NOMEIA GESTOR DA PARCERIA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51 da Lei Orgânica Municipal, da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 199/2017,

CONSIDERANDO que o Município de Forquilha firmou parceria, através de Acordo de Cooperação com a Cooperativa de Agricultura Familiar de Forquilha – COONAFOR, para o período de junho de 2018 a dezembro de 2020, parceria esta que tem por objetivo a mutua cooperação entre os partícipes visando o fomento à agricultura familiar no Município de Forquilha, com o desenvolvimento de atividades e operações que garantam a defesa e o desenvolvimento agroindustrial de seus associados;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o servidor VALMIR COLOMBO, matrícula 5874, como gestor da parceria firmada através de Acordo de Cooperação entre a administração pública municipal e a Cooperativa de Agricultura Familiar de Forquilha – COONAFOR.

Parágrafo único. É de competência da gestora todos os atos designados à esta por força da Lei nº 13.019, de 2014, e suas posteriores alterações e pelo Decreto Municipal nº 199, de 2017, legislações estas das quais deverá a gestora ora designada tomar prévio conhecimento.

Art. 2º A nomeação de que trata o presente Decreto terá vigência a contar da data de sua publicação, até o término de todo e qualquer ato ou procedimento relacionado à parceria, momento esse em que o presente decreto será automaticamente revogado independentemente de novo ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 1º de abril de 2019.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 1º de abril de 2019.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 058, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1968975

DECRETO Nº. 058, DE 1º DE ABRIL DE 2019.
NOMEIA GESTOR DA PARCERIA QUE ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51 da Lei Orgânica Municipal, da Lei Federal nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal nº 199/2017,

CONSIDERANDO que o Município de Forquilha firmou parceria, através de termo de fomento, com a Associação Forquilhense dos Grupos de Terceira Idade, para o exercício de 2019, parceria esta que tem por objeto a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Fomento, visando a consecução de serviços de assistência à velhice assegurando o atendimento ao idoso, preconizando a valorização do ser humano, por meio de programas de integração social, atividades culturais e recreativas e demais ações que propiciem a proteção e a inclusão dos idosos residentes em Forquilha;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a servidora JOSEANE NAZARIO, matrícula 5456, como gestora da parceria firmada através de termo de fomento entre a administração pública municipal e a Associação Forquilhense dos Grupos de Terceira Idade.

Parágrafo único. É de competência da gestora todos os atos designados à esta por força da Lei nº 13.019, de 2014, e suas posteriores alterações e pelo Decreto Municipal nº 199, de 2017, legislações estas das quais deverá a gestora ora designada tomar prévio conhecimento.

Art. 2º A nomeação de que trata o presente Decreto terá vigência a contar da data de sua publicação, até o término de todo e qualquer ato ou procedimento relacionado à parceria, momento esse em que o presente decreto será automaticamente revogado independentemente de novo ato.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir da sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 1º de abril de 2019.
DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 1º de abril de 2019.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 059, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1968976

DECRETO Nº. 059, DE 1º DE ABRIL DE 2019.
DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DO "SELO EMPRESA AMIGA DO MEIO AMBIENTE" E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o art. 51, incisos I, II e XXIII da Lei Orgânica Municipal, de 15 de novembro de 1990, combinada com a Lei Municipal nº. 2.306, de 02 de maio de 2018,

DECRETA:

Art. 1º A concessão do "Selo Empresa Amiga do Meio Ambiente", criado pela Lei Municipal nº 2.306, de 02 de maio de 2018, tem como objetivo reconhecer publicamente empresas, produtos e serviços que participem do programa de Coleta Seletiva desta cidade, observando as disposições deste Decreto.

Art. 2º O Selo será entregue anualmente, em Sessão Solene pelo Dia Mundial do Meio Ambiente em cerimônia conjunta entre Poder Executivo Municipal de Forquilha, Poder Legislativo Municipal de Forquilha, Fundação Ambiental Municipal de Forquilha e Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Forquilha - ACAFOR.

Parágrafo único. Excepcionalmente, a entrega poderá ser feita em qualquer outra data, previamente fixada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 3º O Selo terá as seguintes características, conforme o Anexo I deste Decreto:

I - formato circular com 8 cm de diâmetro com arte conforme anexo I;

II - inscrição Empresa Amiga do Meio Ambiente na parte superior do círculo externo e na parte inferior do círculo externo a inscrição "válido de junho de 2019 a junho de 2020";

III - selo fixado a Placa de Homenagem em acrílico na cor verde com as seguintes medidas, 10cm de comprimento por 12cm de altura.

Parágrafo único. Acompanha o Selo um Certificado, conforme o Anexo II deste Decreto.

Art. 4º Os atos de concessão do Selo serão administrados por uma Comissão composto pelos seguintes membros:

I - representantes do Poder Executivo:

- a) Karina Lourenço da Silva;
- b) Juliane Mateus Vieira;

II - representantes da Câmara de Vereadores:

- a) Maciel Da Soler;
- b) Adenor Pola;

III - representantes da Fundação Ambiental Municipal de Forquilha - FUNDAF:

- a) Lilian Arns;
- b) Daiani Mota Vitali Rampinelli;

IV - representantes do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA:

- a) Fabrício Ferreira;
- b) Rozeli Eyng Westrup;

V - representantes da Associação de Catadores de Materiais Recicláveis de Forquilha - ACAFOR:

- a) Neusa Peron Machado da Silva;
- b) Edimar Pereira de Almeida;

VI - representantes da sociedade civil, com atuação na defesa do Meio Ambiente:

- a) Herlon Camargo de Arruda;
- b) Idelci Francisco Rampinelli.

§ 1º Os membros da Comissão deverão eleger presidente e secretário para execução das atividades.

§ 2º A Comissão se reunirá mediante convocação do seu presidente.

§ 3º As sessões da Comissão e a preparação da solenidade de entrega do Selo serão secretariadas por um representante da Fundação Ambiental Municipal de Forquilha.

Art. 5º A entrega do selo será feita por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal, por meio de proposição à Comissão, contendo os dados completos da empresa, produto ou serviço que receberem a certificação.

Art. 6º Os membros da Comissão não receberão qualquer tipo de remuneração por sua atuação, sendo o exercício de suas atividades considerado de relevante interesse público.

Art. 7º A Fundação Ambiental Municipal de Forquilha manterá livro de registro, rubricado pelo presidente da Comissão, em que serão inscritos, por ordem cronológica, os agraciados e seus dados institucionais.

Art. 8º As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 1º de abril de 2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 1º de abril de 2019.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças
ANEXO I DO DECRETO Nº. 059, DE 1º DE ABRIL DE 2019

SELO

ANEXO II DO DECRETO Nº. 059, DE 1º DE ABRIL DE 2019

CERTIFICADO

EXTRATO DE CONTRATO PMF 22/2019

Publicação Nº 1967371

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 22/2019
CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHA

CONTRADADO – ASSOC. BENEFICENTE DA IND. CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA - SATC

OBJETO – Contratação de empresa especializada para desenvolvimento e implantação do Projeto/Curso de Robótica Educacional, com aulas presenciais aos alunos de 06 a 11 anos de idade em 04 unidades escolares, em escolas da Rede Municipal de Educação de Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 120.384,00 (cento e vinte mil trezentos e oitenta e quatro reais).

VIGÊNCIA – 31/12/2019

DOTAÇÃO – 0501.2017.3390 (85).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei Federal 8.666/93 e Dispensa de Licitação nº. 39/PMF/2019.

DATA DA ASSINATURA – 08 de março de 2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF 26/2019

Publicação N° 1967425

EXTRATO DE CONTRATO PMF N°. 26/2019

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO – RACLI LIMPEZA URBANA LTDA

OBJETO – Contratação de empresas especializada para execução dos serviços de limpeza urbana (coleta, transporte, e descarga em aterro sanitário de resíduos sólidos), para atender as necessidades do Município de Forquilha/SC.

VALOR - R\$ 1.219.200,00 (hum milhão duzentos e dezenove mil e duzentos reais).

VIGÊNCIA – a partir de 01/04/2019, com vigência para 12 (doze) meses.

DOTAÇÃO – 0701.2032.3390 (119)

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 41/PMF/2019.

DATA DA ASSINATURA – 22 de março de 2019.

DIMAS KAMMER
Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

21 - PAL 020-2019 - CRISTIANI DE SOUZA - NOTIFICAÇÃO

Publicação Nº 1967962

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

Referente ao

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0020/2019 – PMF

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0006/2019

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0006/2019

OBJETO –REGISTRO DE PREÇOS de uma unidade do item multiplicada pela quantidade expressa na estimativa de consumo descrita na Cláusula Terceira, para o fornecimento futuro de refeições preparadas e acondicionadas em embalagem tipo marmitex, para alimentação dos servidores que trabalham no interior do município, constantes do ITEM 1 do Edital e de sua proposta comercial.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0013/2019 (AT19PMF13)

O MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – ÓRGÃO GERENCIADOR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.947.979/0001-74, NOTIFICA a empresa, CRISTIANI DE SOUZA 04584468907, pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Anita Garibaldi nº 115, bairro São José, na cidade de Fraiburgo/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 28.306.676/0001-27, neste ato representada pela microempreendedora individual, Sra. Cristiani de Souza, a tomar ciência acerca da notificação constante dos autos do Processo em epígrafe. O inteiro teor da notificação foi encaminhado via correspondência eletrônica para o e-mail cadastrado nos autos. Será franqueada vista dos autos caso entenda necessário

O prazo para apresentação de recurso, nos termos do art. 109 da lei nº 8.666/93 é de 5 (cinco) dias úteis a contar da publicação desta Notificação, que deve ser protocolada dentro do prazo estabelecido e em horário de expediente, junto ao Departamento de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município: Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, CEP 89.580-000, ou então remetida via postal com aviso de recebimento, mediante comprovação do seu envio com o código rastreador para o e-mail: compras@fraiburgo.sc.gov.br, desde que recebido no prazo estipulado.

Não serão consideradas manifestações através de fac-símile (FAX) ou e-mail. Caso a correspondência seja enviada fora do prazo acima estipulado, ela será considerada intempestiva.

Fraiburgo(SC), 01 de Abril de 2019.

Dagmar Weber

Fiscal de Contratos

AVISO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0019_2019-PMF -BALESTRIN IMÓVEIS

Publicação Nº 1968002

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0076/2019 – PMF

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0019/2019-PMF

Objeto: Locação de um imóvel localizado na Rua Argentina, nº 289, bairro Jardim América, o qual será destinado para abrigar crianças e adolescentes acolhidos pelo município. Valor total do contrato: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais). Vigência: Abril de 2019 a Março de 2020. Fundamento Legal: Art. 24, X, da Lei nº 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 29 de março de 2019.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita

AVISO DA SEGUNDA RETIFICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0032A_2019 RP 0030- PMF-DOM

Publicação Nº 1968095

Aviso da Segunda Retificação do Pregão Presencial nº 0032/2019– PMF

Registro De Preços 0030/2019

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: O presente pregão tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratações futuras de empresa do ramo para prestação de serviços de transporte de passageiros a ser utilizado pelo Município de Fraiburgo. Retificação: Fica retificado os quantitativos do anexo II do edital. Julgamento: MENOR PREÇO POR LOTE. Desta forma, reabre-se o prazo inicialmente estabelecido, modificando-se também a data de abertura do certame passando a ser: Entrega/Protocolo dos Envelopes: até as 09:00 horas do dia 17.04.2019 deverão ser feitos no Setor de Compras e Licitações, localizado na sede deste Município – Av. Rio das Antas, 185, Centro, Fraiburgo, SC. Credenciamento e Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia, junto ao Setor de Compras e Licitação. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 – Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Novo edital: Pregão Presencial nº 0032B/2019 RP 0030 – PMF

Fraiburgo (SC), 01 de abril de 2019.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0017_2019-PMF

Publicação Nº 1968096

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0017/2019 – PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0077/2019 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: Serviço de Assistência Técnica e Extensão Rural, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho (PAT), bem como disponibilizar um profissional, engenheiro agrônomo, com atuação direta no Programa PISA desenvolvido pela Secretaria Municipal de Agropecuária e Sustentabilidade. Contratada: EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA – EPAGRI, inscrita no CNPJ de nº 83.052.191/0005-96. Valor Total: R\$ 41.627,18 (quarenta e um mil, seiscentos e vinte e sete reais e dezoito centavos). Fundamento legal: Art. 25, Caput, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo(SC), 01 de abril de 2019.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0018_2019-PMF

Publicação Nº 1968523

AVISO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0018/2019 – PMF
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0078/2019 – PMF
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO – SC

Objeto: contratação de empresa do ramo, para despesa com passagens referente a viagens ida e volta com ônibus coletivo, até o município de Florianópolis/SC, onde a servidora Marciane Ap. Huning, cargo Assessor de Setor, participará em algumas ocasiões de cursos relativo a notas fiscais de produtor.. Contratada: AUTO VIAÇÃO CATARINENSE LTDA., inscrita no CNPJ de nº 82.647.884/0001-35. Valor Total: R\$ 1.163,72 (um mil cento e sessenta e três reais e setenta e dois centavos). Fundamento legal: Art. 25, Caput, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Fraiburgo(SC), 01 de abril de 2019.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

Decreto nº 086 - 2019

Publicação Nº 1967955

DECRETO Nº 086 , DE 06 01 ABRIL DE 2019.

NOMEIA GESTOR DA PARCERIA PREVISTA NA LEI FEDERAL 13.019/2014 E SUAS ALTERAÇÕES FIRMADA COM ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL E RECREATIVA FRAIBURGO FUTSAL - ACREF E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Claudete Gheller Mathias, Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações posteriores, em seus artigos 61 e 62 e demais disposições legais aplicáveis.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. Jean Carlos de Andrade, ocupante do cargo comissionado de Superintendente, como Gestor, para controle e fiscalização da parceria entre a Administração Pública de Fraiburgo e Associação Desportiva, Cultural e Recreativa Fraiburgo Futsal - ACREF, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, nos termos do Termo de colaboração n. 0001/2019.

Art. 2º. O Gestor da Parceria terá por atribuições as contidas na Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações posteriores, especialmente os artigos 61 a 62, e demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as previsões contidas no Termo de colaboração n. 0001/2019.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, SC, 01 DE ABRIL DE 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto nº 087 - 2019

Publicação Nº 1967960

DECRETO Nº 087, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

NOMEIA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO QUE REALIZARÁ ACOMPANHAMENTO TÉCNICO E FINANCEIRO DOS PLANOS DE TRABALHO, DOS TERMOS DE COLABORAÇÃO, PREVISTO NA LEI Nº 13.019/2014 E SUAS ALTERAÇÕES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Claudete Gheller Mathias, Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; especialmente as que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão de Monitoramento e avaliação no município, para termo de colaboração 0001/2019 – PMF, para parcerias entre a Administração Pública de Fraiburgo e a Associação Desportiva, Cultural e Recreativa Fraiburgo Futsal - ACREF, em regime de mútua cooperação, para consecução de finalidades de interesse público e recíproco, sendo assim constituída:

I – Patrick Hariel Ribeiro – Diretor de Esporte

II – Adriano Franco de Camargo – Diretor de Esporte

III – Adriana Aparecida Correa Kukmarski – Agente de Serviços Gerais

Art. 2º. A comissão terá por atribuições as contidas na Lei Federal n. 13.019/2014 e suas alterações, observadas as demais previstas nos chamamentos públicos que serão lançados pela Administração Pública de Fraiburgo.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA

FRAIBURGO, SC, 01 DE ABRIL DE 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08162019

Publicação Nº 1968388

PORTARIA Nº 0816, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Dispõe sobre o afastamento por Aposentadoria

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais:

Considerando o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, no qual se compromete a não permitir que servidores aposentados, em decorrência do exercício de cargos públicos permaneçam trabalhando, salvo quando aprovados em novo concurso público e optarem por vencimentos do cargo atual, renunciando desta forma aos proventos da aposentadoria;

Considerando o Art. 28, Capítulo IV, da Lei Complementar Municipal nº 109, de 03 de março de 2010; e considerando, a decisão exarada no Processo Administrativo n.º 1377, de 21 de março de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Afastar em 01 de abril de 2019, a servidora DULCENEI PAVARIN, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 434.461.919-68, nomeada no cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SAÚDE SÊNIOR, com carga horária de 40 horas semanais, por aposentadoria, com data de início fixada em 16/05/2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS

Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08172019

Publicação Nº 1968405

PORTARIA Nº 0817, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Reduz Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com o contido no Processo Administrativo 1609/2019, de 29 de março de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Reduzir a pedido de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais, a carga horária da servidora CRISTIANE CARDOSO DE OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 0136.693.109-16, nomeada no cargo de provimento efetivo de ODONTÓLOGO, a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de abril de 2019.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08182019

Publicação Nº 1968411

PORTARIA Nº 0818, DE 01 DE ABRIL DE 2019.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016;

Em conformidade com o Edital nº 0007 de 10 de outubro de 2018 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 02/2019, do Gabinete da Prefeita;

Considerando que foram convocados todos os candidatos aprovados em Concurso Público e não houve o preenchimento de todas as vagas;

Considerando a necessidade dos serviços de Agente de Serviços Gerais, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de KATCHIRINI CRISTINA ALVES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 078.722.509-69, contratada em caráter temporário na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de maio de 2019 até 31 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de abril de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08192019

Publicação Nº 1968418

PORTARIA Nº 0819, DE 01 DE ABRIL DE 2019.
Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a comunicação interna nº 028/2019 do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora ANA MARIA DE MORAIS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 938.485.109-44, nomeada no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de abril de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08202019

Publicação Nº 1968420

PORTARIA Nº 0820, DE 01 DE ABRIL DE 2019.
Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a comunicação interna nº 043/2019 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a servidora CLAUDIA APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 048.001.159-14, nomeada

no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de abril de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08212019

Publicação Nº 1968433

PORTARIA Nº 0821, DE 01 DE ABRIL DE 2019.
Nomeia Servidor Público Municipal

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010, e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna 031/2019, do Departamento de Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear CLAUDIA APARECIDA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o nº 048.001.159-14, no cargo de provimento em comissão de CHEFE DE SETOR, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 02 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de abril de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08222019

Publicação Nº 1968436

PORTARIA Nº 0822, DE 01 DE ABRIL DE 2019.
Exonera Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido o servidor ADELINO DE ASSIS MOTA RODRIGUES, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 868.906.629-20, nomeado no cargo de provimento em comissão de COORDENADOR DE SETOR, lotado na Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - SANEFRAI, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de abril de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08232019

Publicação N° 1968442

PORTARIA N° 0823, DE 01 DE ABRIL DE 2019.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n° 0875/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a professora Adriana de Cassia Roussenq Inácio, que se encontra em Auxílio Doença;

Considerando a necessidade dos serviços de Professor de Educação Infantil, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora JOCELI DE SOUZA, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 042.693.399-00, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR – EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 01 de abril de 2019 até 30 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de abril de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA 08242019

Publicação N° 1968448

PORTARIA N° 0824, DE 01 DE ABRIL DE 2019.
Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n° 0873/2019, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que o Plano Municipal de Educação estabelece como meta -6 – Ampliar com apoio da União e do Estado a oferta de educação em tempo integral;

Considerando a necessidade dos serviços de Auxiliar Educacional – Ensino Fundamental, para atender excepcional interesse público;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora EVELYN CRISTINA MORESCO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 077.580.989-67, contratada em caráter temporário na função de AUXILIAR EDUCACIONAL – ENSINO FUNDAMENTAL, no período de 02 de abril de 2019 até 30 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de abril de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08252019

Publicação N° 1968453

PORTARIA N° 0825, DE 01 DE ABRIL DE 2019.
Concede Função Gratificada.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a Lei Complementar n.º 110, de 03 de março de 2010 e alterações posteriores;

Em conformidade com a comunicação interna n.º 44/2019, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidora LEONICE FRARÃO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 015.181.049-40, nomeada no cargo de provimento efetivo de TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, Função Gratificada Nível 3, por exercer a função de responsável pelo setor de compras da Secretaria de Ação Social, a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a portaria 2188 de 08 de outubro de 2018.

Fraiburgo, 01 de abril de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria 08262019

Publicação N° 1968459

PORTARIA N° 0826, DE 01 DE ABRIL DE 2019.
Revoga Reintegração de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a decisão contida nos Autos do Processo nº 0302356-47.2018.8.24.0024;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a reintegração do servidor ADAIR PUTON, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 454.069.879-68, nomeado no cargo de provimento efetivo de FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA E SAÚDE AMBIENTAL, 40 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 01 de abril de 2019.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

RESULTADO DO JULGAMENTO DO PLANO DE TRABALHO E HABILITAÇÃO - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº0001_2019-PMF DOM

Publicação N° 1967967

RESULTADO DO JULGAMENTO DO PLANO DE TRABALHO E DOCUMENTAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 0001/2019
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

A Prefeita torna público que na licitação em epígrafe se destina a selecionar organização da sociedade civil sem fins lucrativos para firmar parceria, em regime de mútua cooperação, que envolva transferência de recursos financeiros no valor de até R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais), por meio de Termo Colaboração, cujo objetivo é a seleção de 1 (uma) proposta para a consecução de atividades do esporte, no desenvolvimento do Futebol de Salão – Futsal, adulto masculino, para representatividade do Município de Fraiburgo em ligas estaduais e regionais, mediante prévia deliberação da Fundação Municipal de Esportes e Lazer – FME. O Chamamento nº 0001/2019 foi devidamente publicado no DOM/SC edição 2765 e site oficial do Município. O período inicialmente aberto para apresentação dos envelopes contando a Envelopes de Plano de Trabalho e Documentação foi de 28/02/2019 a 01/04/2019. Protocolou seu “CREDENCIAMENTO” a seguinte entidade: – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA, CULTURAL E RECREATIVA FRAIBURGO FUTSAL – ACREF. Iniciada a reunião, a Comissão, realizou a abertura do CREDENCIAMENTO, Após tal procedimento, os envelopes de Plano de Trabalho e Documentação foram analisados e passados para visto dos presentes. Seguido da abertura e análise dos documentos contantes nos envelopes. Após analisado o Plano de Trabalho verificou-se que o mesmo atende ao exigido no Edital. Analisada a Documentação apresentada, constatou-se atendidas as exigências do Edital, restando assim, habilitada a entidade participante. De acordo com os critérios de avaliação elencados no Capítulo 8 do edital, a comissão passou a avaliação individualizada da pontuação. Totalizando a pontuação da entidade ASSOCIAÇÃO FOCINHOS DO AMOR DESPORTIVA, CULTURAL E RECREATIVA FRAIBURGO FUTSAL – ACREF, 33 pontos sendo esta a organização da sociedade civil sem fins lucrativos selecionada para firmar parceria.

Fraiburgo (SC), 01 de abril de 2019.
Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

TERMO DE CONVOCAÇÃO KAROLINE MULLER ZAGO

Publicação Nº 1968124

TERMO DE CONVOCAÇÃO

(Edital de Concurso Público n. 001/2017)

Senhor(a): KAROLINE MULLER ZAGO

CARGO: Analista Executivo

Classificação: 2º

Em cumprimento as disposições editalícias, Edital n. 001/2017, destinado a prover vagas do Quadro Permanente de Pessoal do Poder Executivo do Município de Fraiburgo, de acordo com a Lei Complementar n. 110/2010, levando em consideração o resultado final homologado pelos Decretos n. 180/2017 e 192/2017, nos termos da Lei Complementar n. 109/2010, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, CONVOCAMOS-LHE à comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Avenida Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC., munido dos documentos, declarações, certidões, exames e laudos exigidos em lei e no edital de concurso público, abaixo descritos:

- a) 1(uma) foto ¾ recente;
- b) Cópia da Carteira de Trabalho (CTPS)- parte da foto e identificação;
- c) Cópia Cartão do PIS/PASEP ou do NIT (Número de Identificação do Trabalhador);
- d) Cópia do CPF;
- e) Cópia da Carteira de Identidade;
- f) Cópia do Título de Eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Cópia do Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Cópia do Registro Civil de Nascimento ou Casamento;
- i) Cópia de Certidão de Nascimento de filhos menores de 14(quatorze) anos;
- j) Cópia da Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 5(cinco) anos;
- k) Cópia de Comprovante de Residência (fatura de água, luz ou telefone);
- l) Cópia de Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso exigido;
- m) Cópia de comprovante de registro e regularidade no órgão ou conselho fiscalizador do exercício profissional (quando exigido);
- n) Cópia da Carteira Nacional de Habilitação – CNH (quando exigida);
- o) Carteira de Saúde (quando cargo exigir);
- p) Dados da Conta Bancária UNICAMENTE do banco BRADESCO agência de Fraiburgo – Conforme autorização de abertura de conta fornecida pelo Município de Fraiburgo;
- q) Declaração de bens, direitos, valores, com identificação das fontes de renda – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO I);
- r) Declaração de não-acumulação ilegal de cargo, função ou emprego público ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO II);
- s) No caso de cumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO III);
- t) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável – devendo ser obrigatoriamente apresentado de acordo com o Modelo anexo a Convocação (ANEXO IV);
- u) Deverá apresentar, no mínimo, os seguintes exames de saúde, acompanhado de laudo médico:
 - I – Hemograma Completo;
 - II – Glicemia;
 - III – Creatinina,
 - IV – Parcial de Urina;
 - V – TGO e TGP;
 - VI – Triglicerídio;
 - VII – Colesterol Total e Frações (acima de 45 anos);
 - VIII – TSH (acima de 45 anos);
 - IX – PSA (homens acima de 45 anos);
 - X – Parasitológico de Fezes (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
 - XI – Secreção Orofaringe (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
 - XII- Pesquisa de Fungos nas unhas (Auxiliar de Alimentação e Nutrição- Carteira de Saúde);
 - XIII- Coprocultura (Auxiliar de Alimentação e Nutrição);
 - XIV – Raio X de tórax (PA + Perfil) com laudo;
 - XV – Raio X Coluna Cervical + Lombar com laudo (Grupo Funcional e Operacional);
 - XVI- Ultrassonografia (ombro direito e esquerdo) com laudo
 - XVII- Ultrassonografia (punho direito e esquerdo) com laudo;
 - XVIII- Eletrocardiograma com laudo (acima de 35 anos);
 - XIX- Audiometria (Grupo Operacional);
 - XX- Comprovante de Vacinação Atualizado.
- u.1) Antes da conclusão se o candidato está apto para o cargo, o perito poderá solicitar outros exames complementares;
- v) Atestado de Anamnese Clínica e Social – Emitido pela Equipe Multiprofissional do Município de Fraiburgo responsável pelo Programa de Atenção ao Servidor, através de Anamnese Clínica e Social dos Servidores públicos Municipais de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “u”);
- x) Atestado de Saúde Ocupacional – Exame Admissional – Emitido obrigatoriamente por Médico do Trabalho vinculado ao Município de Fraiburgo (agendamento realizado pelo Departamento de Gestão de Pessoal após o cumprimento obrigatório de todos os itens anteriores “a” a “v”);

O prazo para apresentação da documentação, declarações, certidões, exames e laudos descritos nos itens "a" a "u" supracitados, é de 15(quinze) dias, contados do recebimento da presente CONVOCAÇÃO. O não cumprimento no prazo determinado implicará em RENÚNCIA tácita e eliminação do concurso público, sem qualquer direito.

Fraiburgo, SC, 01 de abril de 2019.

GEORGES DOS REIS SANTOS
Secretário de Administração e Planejamento

Data do Recebimento: _____ de _____ de _____.

KAROLINE MULLER ZAGO

TERMO DE RENÚNCIA JOSÉ ODAIR SIMIONI

Publicação N° 1968127

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Guarda do Patrimônio Público para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 0003 DE 05 DE MARÇO DE 2018. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: José Odair Simioni
Inscrição nº: 409
Cargo: 9 – Guarda do Patrimônio Público
Classificação: 9º Lugar
Data da Convocação: 28/03/2019
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 01/04/2019

Fraiburgo (SC), 01 de abril de 2019.

JOSÉ ODAIR SIMIONI

TERMO DE RENÚNCIA VANDERLEI CLENILSON VOLPATTO

Publicação N° 1968130

TERMO DE RENÚNCIA TÁCITA

Através do presente termo, declaro que o candidato abaixo relacionado foi convocado e não compareceu no prazo estipulado, implicando em Renúncia Tácita ao cargo de Motorista para preenchimento da vaga disponibilizada através do Edital nº 0003 DE 22 DE JANEIRO DE 2019. Fica portanto eliminado da lista pertencente ao processo seletivo, vinculado aos dados abaixo:

Candidato: Vanderlei Clenilson Volpatto
Inscrição nº: 14
Cargo: 1 - MOTORISTA
Classificação: 2º Lugar
Data da Convocação: 28/03/2019
Prazo Final para Aceitação ou Renúncia: 01/04/2019

Fraiburgo (SC), 01 de abril de 2019.

VANDERLEI CLENILSON VOLPATTO

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 028/2019

Publicação Nº 1968489

PROCESSO LICITATÓRIO 028/2019

TOMADA DE PREÇO 002/2019

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório 028/2019, Edital de Tomada de Preço obras e serviços de engenharia 002/2019, tipo menor preço por lote até às 09h:00min. do dia 18 de abril de 2019, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A CONSTRUÇÃO DE COBERTURA NOS FUNDOS DA UBS MUNICIPAL conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 8.666/93 e suas alterações. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 29 de março de 2019.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 029/2019

Publicação Nº 1967940

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 029/2019, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 009/2019, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 16 de abril de 2019, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação CONFECÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS PARA SEREM UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto à sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 29 de março de 2019.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 064/2019

Publicação Nº 1968829

DECRETO N.º 064, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

ALTERA O DECRETO N.º 170 DE 27 DE SETEMBRO DE 2017, QUE "NOMEA OS MEMBROS DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSO FISCAIS - JARF DA SECRETARIA DE FAZENDA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA E dá outras providências".

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 1.688/2012,

DECRETA,

Art. 1º - O Inciso I, artigo 1º, do Decreto n.º 170, de 27 de setembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

I – MEMBROS

MEMBRO: CARLOS RAFAEL MACANHA DUTRA
SUPLENTE: GUILHERME DA SILVA CRISPIM

MEMBRO: LUIZ OSÓRIO PEREIRA DE ALBUQUERQUE NETO
SUPLENTE: MAICON GARCIA LIMA

MEMBRO: LUIZ PAULO KNISS JUNIOR
SUPLENTE: GIOVANI POLESE PIOVESANA

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3 - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de abril de 2018.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 02/04/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 009/2019

Publicação Nº 1968832

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 009/2019

NOTIFICA RECURSOS RECEBIDOS DO GOVERNO FEDERAL.

O MUNICÍPIO DE GAROPABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 2º da Lei nº 9.452, de 20 de março de 1997 e Decreto Municipal nº 227, de 29 de outubro de 2018, notifica os partidos políticos, os sindicatos de trabalhadores e as entidades empresariais com sede neste município de Garopaba, da liberação de recursos financeiros provenientes do Governo Federal, a seguir especificados:

ÓRGÃO PROVENIENTE	DATA DO CRÉDITO	PROGRAMA E/OU AÇÃO À QUE SE DESTINA	VALOR R\$
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	29/03/2019	Repasse para ações de apoio ao Transporte Escolar PNATE – Ensino Médio	809,43
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	29/03/2019	Repasse para ações de apoio ao Transporte Escolar PNATE – Ensino Médio	4.900,76
Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	29/03/2019	Repasse para ações de apoio ao Transporte Escolar PNATE – Ensino Médio	2.325,29
Transferências Diretas	29/03/2019	Fundo de Participação dos Municípios - FPM	443.106,57
Transferências Diretas	26/03/2019	Fundo Especial do Petróleo – FEP	17.260,32

Transferências Diretas	21 a 29/03/2019	Fundo Manut. Desenv. Educ. Básica e Valoriz. Prof. Educ. – FUNDEB	390.644,12
Fundo Nacional de Saúde	26/03/19	Assist. Financeira – Vigilância em Saúde – DST/AIDS/Hepatites virais	2.500,00

Garopaba - SC, 01 de abril de 2019.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Edital no DOM/SC em 02/04/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO
Secretário de Administração

PORTARIA N.º 339/2019.

Publicação N° 1961737

PORTARIA N.º 339, DE 14 DE MARÇO DE 2019.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXTINGUIR a pedido, nos termos do Inciso II do Art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, COM AVISO PRÉVIO, em atenção ao contrato nº 143/2018, o(a) contratado(a) FRANCIELY SILVEIRA DE ASSIS, em 11/03/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de março de 2019.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 340/2019.

Publicação N° 1961741

PORTARIA N.º 340, DE 14 DE MARÇO DE 2019.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXTINGUIR a pedido, nos termos do Inciso II do Art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, COM AVISO PRÉVIO, em atenção ao contrato nº 171/2018, o(a) contratado(a) ALEXANDRE JOSÉ PEREIRA, em 11/03/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de março de 2019.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 341/2019.

Publicação N° 1961746

PORTARIA N.º 341, DE 14 DE MARÇO DE 2019.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXTINGUIR a pedido, nos termos do Inciso II do Art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, COM AVISO PRÉVIO, em atenção ao contrato n° 080/2018, o(a) contratado(a) FABIANA CUSTÓDIO, em 11/03/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de março de 2019.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 342/2019.

Publicação N° 1961749

PORTARIA N.º 342, DE 14 DE MARÇO DE 2019.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXTINGUIR a pedido, nos termos do Inciso II do Art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, COM AVISO PRÉVIO, em atenção ao contrato n° 146/2018, o(a) contratado(a) MARISELMA MARQUES DE CAMPOS, em 11/03/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de março de 2019.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 343/2019.

Publicação N° 1961754

PORTARIA N.º 343, DE 14 DE MARÇO DE 2019 .

DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. Formalizar a concessão do descanso de LICENÇA-PRÊMIO, de 13 (treze) dias, concedidas através da Portaria n.º 063/2019 e suspensas através da Portaria n.º 081/2019, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(à)

servidor(a) FABIO DE SOUZA, Matrícula Funcional n.º 3269, no período de 14/03/2019 a 26/03/2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 345/2019.

Publicação Nº 1961760

PORTARIA N.º 345, DE 14 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(à) Servidor(a) MARIANA DA ROSA SILVA, Matrícula Funcional n.º 7473, referente a 2018/2019, no período de 01/04/2019 a 30/04/2019.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 01/04/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 346/2019.

Publicação Nº 1961764

PORTARIA N.º 346, DE 14 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(à) Servidor(a) EVERALDO PEREIRA RODRIGUES, Matrícula Funcional n.º 3756, referente a 2017/2018, no período de 01/04/2019 a 30/04/2019.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 01/04/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 14 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 351/2019.

Publicação N° 1961794

PORTARIA N.º 351, DE 15 DE MARÇO DE 2019.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXTINGUIR, a pedido, nos termos do Inciso II do Art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, COM AVISO PRÉVIO, em atenção ao contrato n° 157/2018, o(a) contratado(a) JANAÍNA VICENTE DOS SANTOS, em 14/03/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/03/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2019.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 352/2019.

Publicação N° 1961797

PORTARIA N.º 352, DE 15 DE MARÇO DE 2019.
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE SERVIDORES A FAZEREM JUS AO ADICIONAL POR PLANTÃO DIFERENCIADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos da Lei Municipal n.º 1.623/2012 e demais legislação vigente, os Servidores do Plantão Diferenciado dos cargos de Enfermeiro, Técnico em Enfermagem e Vigilante da Secretaria de Saúde no período de Março/2019:

MATRICULA	Nome
7745	Alessandra Hofmann Allet
3571	Ana Cristina da Silva Prudencio
7888	Carla Dias Santos
7765	Daniella Santos Figueiredo
6733	Eliane Sebastião
6755	Érica Regina dos Santos Bortolatto
7871	Fabiula Rodrigues Garcia
6693	Frederico Neves de Paula
6803	Ismael Pereira Ramos
7766	Jeniffer Evani Antunes Brito
6870	Kelen da Rosa Ramos
7731	Lidiane Silveira Domingos
7749	Luana Dias Costa
7733	Luciane dos Santos
3759	Maria Aparecida dos Santos
794	Mariana da Silva
7882	Maria Nazaré da Silva
7890	Paloma do Nascimento Joaquim
6759	Renan Elizeu Hilario
7849	Rodrigo Jacobi Segura
3643	Rozilda de Amorim
7870	Samana Grotkowski
6763	Silvely Mendes Duarte

7819	Simone Favassa Alves
7887	Wesley Muller da Silveira

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 01/03/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 353/2019.

Publicação N° 1961800

PORTARIA N.º 353, DE 15 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE AUSÊNCIA JUSTIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. JUSTIFICAR A AUSÊNCIA, nos termos do art. 63, III, b, da Lei Municipal n.º 1000/2005, do(a) servidor(a) MARIA APARECIDA RAMOS DIAS, matrícula funcional n.º 7935, por 07 (sete) dias consecutivos, a partir de 10/03/2019, por motivo de falecimento da mãe.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 10/03/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 354/2019.

Publicação N° 1961804

PORTARIA N.º 354, DE 15 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, à servidora SABRINA BARTH, Professora, matrícula funcional n.º 7283, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 07/03/2019.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos retroativos a 07/03/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 355/2019.

Publicação N° 1961914

PORTARIA N.º 355, DE 15 DE MARÇO DE 2019.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXTINGUIR, a pedido, nos termos do Inciso II do Art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, COM AVISO PRÉVIO, em atenção ao contrato n° 160/2018, o(a) contratado(a) VERA REGINA SOARES DOS SANTOS, em 14/03/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/03/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 356/2019.

Publicação N° 1961919

PORTARIA N.º 356, DE 15 DE MARÇO DE 2019
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) JEFERSON ÁVILA DE SOUZA, Agente Administrativo, matrícula funcional n.º 3642, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 26/02/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 26/02/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 357/2019.

Publicação N° 1961920

PORTARIA N.º 357, DE 15 DE MARÇO DE 2019
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARICLEIA DA ROSA ANTONIO, Professora, matrícula funcional n.º 0756, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 22/02/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2019.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 358/2019.

Publicação N° 1961921

PORTARIA N.º 358, DE 15 DE MARÇO DE 2019
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(à) servidor(a) ELIZABETE PEREIRA, Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula funcional n.º 7241, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 90 (noventa) dias, a partir de 13/02/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 13/02/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 15 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 359/2019.

Publicação N° 1961922

PORTARIA N.º 359, DE 18 DE MARÇO DE 2019.
DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA REAVALIAÇÃO DE READAPTAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) JULIANO MATTANA, Operador de Trator Agrícola, matrícula funcional n.º 3712, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Reavaliação de readaptação por Junta Médica Pericial.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de março de 2019.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 360/2019.

Publicação N° 1961925

PORTARIA N.º 360, DE 18 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARICLEIA DA ROSA ANTÔNIO, Professora, matrícula funcional n.º 0756, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 07/02/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 07/02/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 361/2019.

Publicação N° 1961926

PORTARIA N.º 361, DE 18 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) LUZIA FIGUEREDO DA SILVA, Professora, matrícula funcional n.º 0035, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 01/03/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (Sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 362/2019.

Publicação N° 1961927

PORTARIA N.º 362, DE 18 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA REAVALIAÇÃO DE READAPTAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 125, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) MARIA ALICE SILVA, Almoхарife, matrícula funcional n.º 3745, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Reavaliação de readaptação por Junta Médica Pericial.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 18 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 363/2019.

Publicação N° 1961929

PORTARIA N.º 363, DE 19 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE INTERRUPTÃO DE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. INTERROMPER FÉRIAS, em 06/03/2019, nos termos do art. 108, § 8º, da Lei Municipal n.º 1000/2005 do(a) servidor(a) BRUNA D'ANDREA DE ANDRADES, Matrícula Funcional n.º 6948, concedidas através da Portaria n.º 171/2019, por motivo de excepcional interesse público.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/03/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

E

COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 364/2019.

Publicação N° 1961930

PORTARIA N.º 364, DE 19 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(à) Servidor(a) EDMILSON CUNHA OLIVEIRA, Matrícula Funcional n.º 6747, referente a 2017, no período de 01/04/2019 a 30/04/2019.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 01/04/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 19 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 365/2019.

Publicação N° 1961931

PORTARIA N.º 365, DE 20 DE MARÇO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) Servidor(a) GIOVANI POLESE PIOVESANA, Matrícula Funcional n.º 7439, referente a 2017/2018, no período de 01/04/2019 a 30/04/2019.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 01/04/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 20 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 367/2019.

Publicação N° 1961935

PORTARIA N.º 367, DE 21 DE MARÇO DE 2019.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LUZIA FIGUEREDO DA SILVA, Professora, matrícula funcional n.º 0035, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, a partir de 24/02/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 24/02/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 368/2019.

Publicação Nº 1961936

PORTARIA N.º 368, DE 21 DE MARÇO DE 2019.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) LUIZ ALDO CRISTINO, Servente, matrícula funcional n.º 0792, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 06/03/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 06/03/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 369/2019.

Publicação Nº 1961937

PORTARIA N.º 369, DE 21 DE MARÇO DE 2019.
DISPÕE SOBRE LICENÇA MATERNIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-MATERNIDADE, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 131, da Lei n.º 1000/2005, à servidora JENIFER EVANI ANTUNES BRITO, Técnico em Enfermagem, matrícula funcional n.º 7766, pelo período de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 16/03/2019.

Art. 2º. Esta Portaria tem efeitos retroativos a 16/03/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 370/2019.

Publicação Nº 1961938

PORTARIA N.º 370, DE 21 DE MARÇO DE 2019.
DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, nos termos dos art. 125 e 126, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) SUELI TERESINHA DOS SANTOS, Técnico em Enfermagem, matrícula funcional n.º 3595, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, pelo período de 60 (sessenta) dias, a partir de 01/02/2019, conforme Laudo Médico Pericial, cópia em anexo.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 01/02/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 21 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 373/2019.

Publicação N° 1961939

PORTARIA N.º 373, DE 22 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) CLAUDELIR DE AMORIM GONÇALVES, Professor, matrícula funcional n.º 0751, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 27/03/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 374/2019.

Publicação N° 1961940

PORTARIA N.º 374, DE 22 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) NAIRA SALETE BERNARDO FERNANDES THOMAZ, Professor, matrícula funcional n.º 6835, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 26/03/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 375/2019.

Publicação N° 1961943

PORTARIA N.º 375, DE 22 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) DULCINEIA DE CAMPOS, Professor, matrícula funcional n.º 3854, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 23/03/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 376/2019.

Publicação N° 1961944

PORTARIA N.º 376, DE 22 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE O ENCAMINHAMENTO PARA AVALIAÇÃO POR JUNTA MÉDICA PERICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ENCAMINHAR, nos termos dos art. 135, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) ANA CRISTINA DA SILVA PRUDÊNCIO, Técnica em Enfermagem, matrícula funcional n.º 3571, contribuinte do Regime Próprio de Previdência, à Avaliação por Junta Médica Pericial, para a concessão de Licença para Tratamento de Saúde a partir de 27/03/2019.

Art. 2º. Fica determinado, no prazo máximo de 07 (sete) dias, o encaminhamento do servidor, para avaliação por Junta Médica Pericial.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 377/2019.

Publicação N° 1961945

PORTARIA N.º 377, DE 22 DE MARÇO DE 2019.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXTINGUIR a pedido, nos termos do Inciso II do Art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, COM AVISO PRÉVIO, em atenção ao contrato n° 125/2019, o(a) contratado(a) ISABEL MACHADO FARIAS, em 14/03/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 14/03/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de março de 2019.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 378/2019.

Publicação N° 1961948

PORTARIA N.º 378, DE 22 DE MARÇO DE 2019.
DISPÕE SOBRE A EXTINÇÃO DE CONTRATO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. EXTINGUIR a pedido, nos termos do Inciso II do Art. 216, da Lei Municipal n.º 1000/2005, COM AVISO PRÉVIO, em atenção ao contrato n° 086/2019, o(a) contratado(a) PETERSON PAIVA MANTOVANI, em 21/03/2019.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos retroativos a 21/03/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de março de 2019.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E
COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 379/2019.

Publicação N° 1961950

PORTARIA N.º 379, DE 22 DE MARÇO DE 2019.
DISPÕE SOBRE LICENÇA-PRÊMIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 137, da Lei n.º 1000/2005, à servidora ANDREA MARIA DE ARAUJO, Matrícula Funcional n.º 3690, referente a 2010-2015, no período de 25/03/2019 à 08/04/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 382/2019.

Publicação Nº 1961951

PORTARIA N.º 382, DE 26 DE MARÇO DE 2019.
DISPÕE SOBRE FÉRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. CONCEDER FÉRIAS, sem prejuízo de remuneração, nos termos do art. 108, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(à) Servidor(a) MAURO SERGIO ALVES LOPES, Matrícula Funcional n.º 6871, referente a 2018/2019, no período de 01/04/2019 a 30/04/2019.

Art. 2º. Esta Portaria tem seus efeitos a contar de 01/04/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 26 de março de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE
E COMUNIQUE-SE

PORTARIA N.º 388/2019.

Publicação Nº 1968104

PORTARIA N.º 388, DE 01 DE ABRIL DE 2019.
DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal n.º 1000/2005 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, ao(a) servidor(a) MARIA APARECIDA DOS SANTOS, matrícula n.º 3759, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL da Secretaria Municipal de Saúde, com gratificação de 50% (cinquenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/04/2019.

§ 1º. Nos termos do § 2º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividades do(a) servidor(a) deverão envolver horários diferenciados de trabalho de no mínimo 40 (quarenta) horas semanais, vedada, no caso, a percepção de gratificação pela prestação de serviço extraordinário.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 01/04/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de abril de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/04/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 389/2019.

Publicação Nº 1968105

PORTARIA N.º 389, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

DESIGNA SERVIDOR PARA EXERCER ATIVIDADE ESPECIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba Lei Municipal n.º 1000/2005 e alterações,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR, nos termos do art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o(a) servidor(a) RICARDO COELHO BOSCO, matrícula n.º 5730, para exercer ATIVIDADE ESPECIAL, da Secretaria Municipal de Saúde, com gratificação de 70% (setenta por cento) sobre seus vencimentos fixos, a partir de 01/04/2019.

§ 1º. Nos termos do § 1º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, as atividades do(a) servidor(a) deverão envolver a responsabilidade técnica de fisioterapia do município junto ao CREFITO.

§ 2º. Conforme previsto no § 3º, art. 84, da Lei Municipal n.º 1000/2005, o servidor designado para exercer atividade especial, perceberá remuneração composta pela soma do vencimento de seu cargo originário, com todas as parcelas de caráter permanente e às já agregadas, acrescido da gratificação, sendo que o resultado final não poderá exceder a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor fixado ao subsídio de Secretário Municipal.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 01/04/2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 01 de abril de 2019.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 02/04/2019, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Gaspar

PREFEITURA

AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 03/2019

Publicação Nº 1967483

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

Tomada de preços nº 03/2019

OBJETO: pavimentação e drenagem Rua Rodolfo Vieira Pamplona. ENTREGA ENVELOPES: até 09 horas dia 23/04/2019. ABERTURA: dia 23/04/2019 às 09h30min. Íntegra Edital: Depto Compras, R: São Pedro, 128, Centro, Gaspar/SC, ou site www.gaspar.sc.gov.br Gaspar, 01/04/2018. Jean Alexandre dos Santos - Secretário de Obras e Serviços Urbanos

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2019

Publicação Nº 1968035

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2019

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2019

OBJETO: Permissão Remunerada de uso de bem Público, de espaços e áreas administradas pelo Município através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Renda e Turismo e Fundação Municipal de Esportes de Gaspar/SC, para exploração comercial de bebidas em três pontos de vendas, durante o evento "EXPOGASPAR 2019", que ocorrerá de 04 a 07 de julho de 2019, nas dependências da Arena Multiuso Prefeito Francisco Hostins. ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 9 horas do dia 12/04/2019, no Departamento de Compras e Licitações, Rua São Pedro, nº 128, 2º Andar – Edifício Edson Elias Wieser, ao lado da sede da Prefeitura. ABERTURA a partir das 09h30min, do mesmo dia e local. Íntegra do Edital no site: www.gaspar.sc.gov.br.

Gaspar (SC), 01/04/2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2019

Publicação Nº 1968940

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 40/2019

Início da vigência: 29/03/2019. Vencimento: 28/03/2020. Credenciamento nº 15/2018. Objeto: Credenciamento de entidades de saúde de média e alta complexidade. Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE (11.436.906/0001-70). Contratado: CLÍNICA DE OLHOS DR. ROBERTO VON HERTWIG LTDA (79.375.044/0001-56).

Gaspar/SC, 29 de março de 2019.

CARLOS ROBERTO PEREIRA

Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2018

Publicação Nº 1967938

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2018

Pregão Presencial nº 78/2018. OBJETO: Aditivo de acréscimo de 25% ao item 11 - Escavação, apiloamento da base, assentamento dos tubos com fornecimento dos mesmos, sobre lastro de brita nº 2 e apoiado sobre tábuas de pinus, rejunte com argamassa de cimento e areia e reaterro apiloado com material de jazida. Profundidade: bitola mais um metro. Bitola 60 cm PA-II. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (01.650.178/0001-40). VALOR TOTAL: R\$ 114.839,20 (cento e quatorze mil oitocentos e trinta e nove reais e vinte centavos).

Gaspar/SC, 29 de março de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL| Prefeito

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DA ATA Nº 63/2018

Publicação Nº 1967935

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DA ATA Nº 63/2018

Pregão Presencial nº.: 115/2018. OBJETO: Acréscimo de 25% dos itens 9 - Fresagem continua a frio de pavimento asfáltico com espessura até 5,0cm, largura de 100 cm de abertura, execução em vias expressas com baixa interferência, inclusive remoção do material fresado até 10KM e 10 - Reperfilagem com correção de 1,5 (± 1cm) e aplicação de capa asfáltica de C.B.U.Q. com espessura final mínima de 6,5 cm, com fornecimento dos materiais. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMERCIO DE PEDRAS LTDA (79.485.892/0001-18). VALOR ADITIVADO: R\$ 206.120,00 (duzentos e seis mil cento e vinte reais),

Gaspar/SC, 29 de março de 2019.
KLEBER EDSON WAN-DALL | Prefeito

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 42/2016

Publicação Nº 1968923

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO DO CONTRATO SAF Nº 42/2016

Pregão Presencial nº 84/2016. OBJETO: Aditivo de supressão do item 13 - Serviços de acesso à internet via radiofrequencia com disposição de equipamento em comodato, IP Fixo, Plano de 2MB – EEF Augusto Schramm. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR (83.102.244/0001-02). CONTRATADA: MIL NEGOCIOS LTDA (04.013.998/0001-10). VALOR TOTAL: R\$ - 330,00 (trezentos e trinta reais).

Gaspar/SC, 01 de abril de 2019.

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI

Secretária Municipal da Educação

EXTRATO RESCISÃO AMIGÁVEL CONTRATO Nº SAF 189/2019

Publicação Nº 1967575

MUNICÍPIO DE GASPAR/SC

EXTRATO RESCISÃO AMIGÁVEL CONTRATO Nº SAF 189/2019

Pregão Presencial nº 123/2017. Contratada: SLM TRANSPORTE E CONSTRUCAO EIRELI EPP. (18.806.639/0001-24). Objeto: Termo de Rescisão Amigável do contrato SAF 189/2018, do contrato para prestação de serviços de conserto de calçamento em lajotas sextavadas de concreto, paver, paralelepípedos em pedra, calçadas/passeio, boca de lobo e meio-fio, com fulcro no artigo 79 II, da Lei n.8.666/93. Gaspar, 15/02/2019. - KLEBER EDSON WAN-DALL | Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 20/2019

Publicação Nº 1967976

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Processo Administrativo nº 66/2019

Inexigibilidade nº 20/2019

OBJETO: Contratação de docentes do "Programa de Ecoformação Continuada de Gestores e Docentes em Escolas Criativas: Educação a partir da Vida e para a Vida", desenvolvido pela REDE INTERNACIONAL DE ESCOLAS CRIATIVAS – RIEC BRASIL, visando a formação de cidadãos ecologicamente responsáveis, com foco no desenvolvimento de atitudes de cooperação, responsabilidade, participação, autonomia, e respeito. CONTRATADO(S): Vera Lúcia Simão (CPF nº 854.888.369-34; Vera Lúcia de Souza e Silva (CPF nº 516.235.019-20) e Marlene Zwierewicz (CPF nº 614.149.059-04). Valor Total Julgado: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) BASE LEGAL: Art. 25, Inciso III, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 1º de abril de 2019.

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI

Secretária da Educação

INEXIGIBILIDADE Nº 21/2019

Publicação Nº 1968544

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Processo Administrativo nº 66/2019

Inexigibilidade nº 20/2019

OBJETO: Contratação de docentes do "Programa de Ecoformação Continuada de Gestores e Docentes em Escolas Criativas: Educação a partir da Vida e para a Vida", desenvolvido pela REDE INTERNACIONAL DE ESCOLAS CRIATIVAS – RIEC BRASIL, visando a formação de cidadãos ecologicamente responsáveis, com foco no desenvolvimento de atitudes de cooperação, responsabilidade, participação, autonomia, e respeito. CONTRATADO(S): Vera Lúcia Simão (CPF nº 854.888.369-34; Vera Lúcia de Souza e Silva (CPF nº 516.235.019-20) e Marlene Zwierewicz (CPF nº 614.149.059-04). Valor Total Julgado: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) BASE LEGAL: Art. 25, Inciso III, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 1º de abril de 2019.

ZILMA MÔNICA SANSÃO BENEVENUTTI

Secretária da Educação

PORTARIA Nº 5.828, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1967615

PORTARIA Nº 5.828, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 08/2018, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DA SERVIDORA J.R.V.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n. 05/2019 – Proc. Adm. 08/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 03 de abril de 2019, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Procedimento Administrativo nº 08/2018, instaurado para apurar a responsabilidade da servidora J.R.V.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 1º de abril de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.829, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1967621

PORTARIA Nº 5.829, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 07/2018, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DO SERVIDOR J.R.K.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar através do memorando n. 03/2019 – Proc. Adm. 07/2018,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 03 de abril de 2019, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Procedimento Administrativo nº 07/2018, instaurado para apurar a responsabilidade do servidor J.R.K.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 1º de abril de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA RH 37/2019

Publicação Nº 1967123

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 37/2019

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) CLEMILDA GONCALVES DA SILVA ALVES, ocupante do cargo efetivo de BERÇARISTA, lotada na Secretaria de Educação, referente ao período aquisitivo de 08/03/2010 a 07/04/2015, devendo folgar a partir de 01/04/2019 a 29/06/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de março de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0**47) 3331-1825-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

PORTARIA RH 38/2019

Publicação Nº 1967128

MUNICÍPIO DE GASPAR

PORTARIA RH 38/2019

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 112, da Lei 1305/91, de 09 de outubro de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio Integral de 03 (três) meses, o(a) servidor(a) JAMES VALMIR JOSE COSTA, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA AMBULANCIA, lotado na Secretaria de Saúde, referente ao período aquisitivo de 07/05/2007 a 27/03/2019, devendo folgar a partir de 28/03/2019 a 25/06/2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 22 de março de 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito do Município de Gaspar

Rua Coronel Aristiliano Ramos, n. 435 Centro, CEP. 89110-000 -Fone/Fax (0**47) 3331-1825-Gaspar /SC
CNPJ: 83.102.244/0001-02 www.gaspar.sc.gov.br

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 036/2019 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Publicação Nº 1968880

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 36/2019

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Aos 27 dias do mês de Março do ano de 2019, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, estabelecida à Rua ESTRADA BOA ESPERANÇA, Nº 2320, FUNDO CANOAS, RIO DO SUL/SC inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 00.802.002/0001-02, neste ato representado pelo(a) CLEITON ANDRE WAGNER, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 029.131.619-01, portador(a) do RG n.º 3.693.746, para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 16/2019, objeto do Processo 16/2019. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	AMINOFILINA 0,24G 10MI	AMP	200	R\$ 0,91	R\$ 182,00
02	AMINOFILINA 24MG/ML	AMP	300	R\$ 0,93	R\$ 279,00
30	BUPIVACAÍNA 0,5% PESADA 04MI	AMP	100	R\$ 2,651	R\$ 265,10
35	DOPAMINA HCL 05MG/MI	AMP	500	R\$ 1,687	R\$ 843,50
36	DEXAMETASONA 4MG/ML AMPOLA 2,5ML	AMP	2.000	R\$ 0,59	R\$ 1.180,00
37	DIAZEPAM 10MG 02MI	AMP	1.000	R\$ 0,57	R\$ 570,00
38	DIAZEPAM 5MG/ML	AMP	1.000	R\$ 0,59	R\$ 590,00
42	FENTANIL 0,0785 MG/ML	AMP	200	R\$ 1,52	R\$ 304,00
45	HIDROCORTIZONA SUCCINATO SODICO 100MG	AMP	1.000	R\$ 2,30	R\$ 2.300,00
46	HIDROCORTIZONA SUCCINATO SODICO 500 MG	AMP	1.000	R\$ 5,15	R\$ 5.150,00
50	PENICILINA SEM DILUENTE G BENZATINA 0.600.000UI FB	AMP	1.000	R\$ 6,20	R\$ 6.200,00
51	PENICILINA SEM DILUENTE G BENZATINA 1.200.000UI FB	AMP	1.600	R\$ 7,59	R\$ 12.144,00
52	RANITIDINA INJET 25 MG/MI 02MI	AMP	500	R\$ 0,449	R\$ 224,50
55	SULFATO DE MAGNESIO INJETAVEL 10% 10 MI	AMP	300	R\$ 0,308	R\$ 92,40
61	FLUMANEZIL INJETAVEL 0,1 MG/MI	AMP	200	R\$ 8,45	R\$ 1.690,00
64	FENOBARBITAL SODIO INJ 200MG/ML 1 ML B1	AMP	200	R\$ 1,443	R\$ 288,60
79	FUROSEMIDA 20 MG 02 MI	AMP	1.000	R\$ 0,375	R\$ 375,00
80	FUROSEMIDA 10 MG/ML	AMP	1.000	R\$ 0,375	R\$ 375,00
82	MIDAGOLAN 5MG/ML	AMP	100	R\$ 1,741	R\$ 174,10
85	TRAMADOL INJETAVEL 50 MG/MI 01 MI (A2)	AMP	1.000	R\$ 0,70	R\$ 700,00

Governador Celso Ramos/SC, 27 de março de 2019.

ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 037/2019 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Publicação Nº 1968882

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2019

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Aos 27 dias do mês de Março do ano de 2019, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) CIRURGICA ONIX EIRELI ME, estabelecida à RUA TOVAÇU, Nº 1220 – VILA TRIANGULO, ARAPONGAS/PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 20.419.709/0001-33, neste ato representado pelo(a) LARISSA CARDOSO MACHADO, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 081.176.039-18, portador(a) do RG n.º 12.484.409-6, para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 16/2019, objeto do Processo 16/2019. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
04	BICARBONATO DE SÓDIO 8,4% 10MI	AMP	400	R\$ 0,576	R\$ 230,40
22	NOREPINEFRINA HEMITARTARATO 2MG IV (4MG)BASE	AMP	100	R\$ 2,33	R\$ 233,00
28	AGUA PARA INJEÇÃO 10ML	AMP	10.000	R\$ 0,138	R\$ 1.380,00
29	BETAMETASONA AC+ FOSF D	AMP	600	R\$ 5,19	R\$ 3.114,00
32	CLORETO DE POTÁSSIO 19,1%	AMP	500	R\$ 0,218	R\$ 109,00
39	DICLOFENACO SÓDICO 75MG 3MI	AMP	1.500	R\$ 0,64	R\$ 960,00
43	GLICOSE HIPERTONICA 50%	AMP	1.000	R\$ 0,219	R\$ 219,00
47	LIDOCAINA 2% S/VASO 20 MI	AMP	700	R\$ 2,93	R\$ 2.051,00
58	CITOPROFENO 100 MG/2ML	AMP	1.000	R\$ 1,12	R\$ 1.120,00
60	FENERGAM 25MG/ML	AMP	1.000	R\$ 1,81	R\$ 1.810,00
62	FOSFATO DE SODIO MONOBASICO/DIBASICO 160+60 MG/MI	AMP	500	R\$ 3,828	R\$ 1.914,00
81	HIOSCINA 20 MG/ML 1 ML (G)	AMP	700	R\$ 1,024	R\$ 716,80

Governador Celso Ramos/SC, 27 de março de 2019.

CIRURGICA ONIX EIRELI ME
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 038/2019 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Publicação Nº 1968883

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2019

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Aos 27 dias do mês de Março do ano de 2019, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA, estabelecida à RODOVIA ITAPIRA-LINDOIA, KM 14, BAIRRO ESTANCIA CRISTALIA, ETAPIRA/SP, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 44.734.671/0001-51, neste ato representado pelo(a) ANDRÉ RODRIGUES, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 823.035.929-68, portador(a) do RG n.º 8/R-27041149 SSP/SC, para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 16/2019, objeto do Processo 16/2019. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
05	BUPIVACAÍNA 5MG CLORIDRATO C/V	AMP	100	R\$ 17,00	R\$ 1.700,00
13	DUCLOFAM 5MG/ML	AMP	1.000	R\$ 3,62	R\$ 3.620,00
56	BIPERIDENO 05 MG/MI INJ 01MI (CI)	AMP	150	R\$ 1,77	R\$ 265,50
57	BUPIVACAÍNA 0,5% PESADA 04 MI (NEOCAÍNA ESTERIL)	AMP	300	R\$ 8,00	R\$ 2.400,00
87	ETOMIDATO 2 MG/ML	AMP	100	R\$ 10,37	R\$ 1.037,00

Governador Celso Ramos/SC, 27 de março de 2019.

CRISTÁLIA PRODUTOS QUIMICOS FARMACÊUTICOS LTDA
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 039/2019 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Publicação Nº 1968885

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2019

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Aos 27 dias do mês de Março do ano de 2019, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELLI-EPP, estabelecida à Rua, PASCOAL GOMES LIBRELOTTO, Nº 2, TERREO, DOM ANTONIO REIS, SANTA MARIA/RS, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o nº 27.105.456/0001-72, neste ato representado pelo(a) LUIS ALBERTO DALLA PORTA, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 260.828.020-04, portador(a) do RG n.º 4012294973, para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 16/2019, objeto do Processo 16/2019. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
09	CLORIDRATO DE PROTAMINA 1000UI/MI 05MI	AMP	200	R\$ 3,38	R\$ 676,00
11	DIMENIDRINATO + PIRIDOXINA + GLICOSE + FUTOSE B6 DL I.V	AMP	1.000	R\$ 3,20	R\$ 3.200,00
16	HALOPERIDOL 50MG/ML	AMP	100	R\$ 1,20	R\$ 120,00
17	LIDOCAÍNA 01% S/VASO 20MI	AMP	300	R\$ 1,67	R\$ 501,00
18	LIDOCAÍNA 02% C/VASO 20MI	AMP	500	R\$ 2,60	R\$ 1.300,00
19	MORFINA 2MG/MI (A1)	AMP	1.000	R\$ 3,90	R\$ 3.900,00
23	PENICILINA SEM DILUENTE G PROCAÍNA 400.000UI	AMP	1.000	R\$ 4,70	R\$ 4.700,00
24	PROTAMINA 1000UI/ML CLORIDRATO	AMP	500	R\$ 2,99	R\$ 1.495,00
25	ACETATO DE BETAMETASONA+FOSFATO DISODICO DE BETAMETASONA 3MG/ML	AMP	1.500	R\$ 4,00	R\$ 6.000,00
33	CLORETO DE SÓDIO 0,9%	AMP	500	R\$ 0,16	R\$ 80,00
34	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 20MI	AMP	500	R\$ 0,26	R\$ 130,00
40	DICLOFENACO SÓDICO 25MG/ML	AMP	800	R\$ 0,63	R\$ 504,00
41	DIPIRONA SÓDICA 500MG	AMP	1.500	R\$ 0,40	R\$ 600,00
44	GLICOSE HIPERTONICA 25%	AMP	200	R\$ 0,21	R\$ 42,00
53	SALBUTAMOL INJETAVEL 0,5 MG/MI 01 MI (IM/IV/SC)	AMP	500	R\$ 1,19	R\$ 595,00
59	FENITOINA 50 MG/MI (C1)	AMP	500	R\$ 1,99	R\$ 995,00
65	HEPARINA SODICA 5000UL/0,25 ML USO SUBCUTANEA	AMP	3500	R\$ 3,65	R\$ 12.775,00
66	LIDOCAÍNA 05% + GLOCOSE 7,5% PESADA 02 MI ESTERIL	AMP	400	R\$ 4,15	R\$ 1.660,00
67	LIDOCAÍNA 01% C/ VASO 20 MI	AMP	100	R\$ 7,74	R\$ 774,00
68	LIDOCAÍNA 02% TUB. C/ EPINEFRINA 1,8 MI	AMP	50	R\$ 55,25	R\$ 2.762,50
69	MORFINA INJETAVEL 1MG/MI 02 MI (A1)	AMP	1000	R\$ 4,55	R\$ 4.550,00
70	PROMETAZINA 50 MG 02 MI	AMP	500	R\$ 1,59	R\$ 795,00

71	TENOXICAM 40 MG PO LIOFILO PARA SOLUÇÃO INJETAVEL	AMP	1.500	R\$ 6,70	R\$ 10.050,00
74	ADRENALINA 01 MG 01 MI	AMP	300	R\$ 1,59	R\$ 477,00
76	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMINA 20 MG/MI INJ 01 MI	AMP	1.000	R\$ 0,75	R\$ 750,00
77	CEFTIAXONA 1,000 GR SEM DILUENTE USO IM/IV	AMP	1.500	R\$ 46,00	R\$ 69.000,00
78	DOBUTAMINA INJETAVEL 250 MG ML	AMP	150	R\$ 18,88	R\$ 2.832,00
83	OMEPRAZOL INJETAVEL 40 MG 10 MI	AMP	1.000	R\$ 5,88	R\$ 5.880,00

Governador Celso Ramos/SC, 27 de março de 2019.

MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS EIRELLI-EPP

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 040/2019 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Publicação Nº 1968888

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2019

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Aos 27 dias do mês de Março do ano de 2019, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) PONTAMED FARMACEUTICA LTDA, estabelecida à Rua, FRANCO GRILO, Nº 374, FUNDOS, COL. DONA LUIZA, PONTA GROSSA/PR inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 02.816.696/0001-54, neste ato representado pelo(a) FERNANDO PARUCKER DA SILVA, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 248.710.109-10, portador(a) do RG n.º 188.527, para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 16/2019, objeto do Processo 16/2019. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
20	METOCLOPRAMIDA 10MG/ML	AMP	2.000	R\$ 0,335	R\$ 670,00
21	NALOXONA 0,4 MG 01 MI(C1)	AMP	500	R\$ 5,90	R\$ 2.950,00
72	ADENOSINA 06 MG/02 ML INJETAVEL	AMP	500	R\$ 7,85	R\$ 3.925,00
73	ADENOSINA 03MG/02 ML INJETAVEL	AMP	500	R\$ 9,05	R\$ 4.525,00
75	BROMOPRIDA INJETAVEL 5MG/MI 2 MI	AMP	500	R\$ 1,329	R\$ 664,50
84	PENICILINA G BENZATINA 5.000.000UI	AMP	200	R\$ 8,384	R\$ 1.676,80

Governador Celso Ramos/SC, 27 de março de 2019.

PONTAMED FARMACEUTICA LTDA

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 041/2019 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Publicação Nº 1968890

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2019

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA A SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

Aos 27 dias do mês de Março do ano de 2019, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA, estabelecida à Rua, PROFESSOR LEONIDAS FERREIRA DA COSTA, Nº 847, VILA PAROLIM, CURITIBA, PARANA/PR, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 81.706.251/0001-98, neste ato representado pelo(a) SIRLEI TEREZINHA ZAMBRIN, brasileiro(a), inscrito(a) no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 457.063.879-15, portador(a) do RG n.º 3.104.120-1 SSP/PR, para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS INJETÁVEIS PARA A

SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 16/2019, objeto do Processo 16/2019. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
06	CLORPROMAZINA (IM) 25MG 05 MI(C1)	AMP	600	R\$ 0,99	R\$ 594,00
10	CLORIDRATO DE METOCLOPRAMIDA 5MG/MI	AMP	10	R\$ 0,328	R\$ 524,80
12	DIMENIDRINATO 50MG/ML CLORIDRATO DE PIR	AMP	1.000	R\$ 1,165	R\$ 1.165,00
14	HALOPERIDOL INJ 05MG 01MI I.M (C1)	AMP	200	R\$ 1,07	R\$ 214,00
15	HALOPERIDOL 5MG/ML	AMP	100	R\$ 1,07	R\$ 107,00
26	ACETATO DE MEDROXIPROGESTERONA 150MG/MI	AMP	400	R\$ 11,10	R\$ 4.440,00
27	ACICLOVIR 250MG PO LIOFILIZADO	AMP	200	R\$ 16,30	R\$ 3.260,00
48	MEDROXIPROGESTERONA AC	AMP	250	R\$ 10,30	R\$ 2.575,00
54	SULFATO DE MAGNESIO INJETAVEL 50% 10 MI	AMP	200	R\$ 4,80	R\$ 960,00
86	TENOXICAM 20 MG PO LIOFILO PARA SOLUÇÃO INJETAVEL	AMP	1.600	R\$ 4,92	R\$ 7.872,00

Governador Celso Ramos/SC, 27 de março de 2019.

PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 042/2019 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E RAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DO CENTRO DE BEM ESTAR ANIMAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Publicação Nº 1968891

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2019

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E RAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DO CENTRO DE BEM ESTAR ANIMAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 27 dias do mês de Março do ano de 2019, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) AGROVETERINARIA E PET SHOP DA ROSA LTDA-EPP, estabelecida à ROD BR 282 KM, 0 Nº 1470, CONTA DINHEIRO, LAGES, SANTA CATARINA/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 81.548.802/0001-32, neste ato representado por RITA DE CÁSSIA PAES DA ROSA, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 736.621.009-91, portador do RG n.º 1438761 SSP/SC, para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E RAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DO CENTRO DE BEM ESTAR ANIMAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 18/2019, objeto do Processo 18/2019. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
01	AMITRAZ 12,5% PARA PULVERIZAÇÃO 200ML	FRASCO	24	R\$ 27,50	R\$ 660,00
03	CARRAPATICIDA, MOSQUICIDA, BERNICIDA, SARNICIDA, PIOLHICIDA E REPELENTE. 200ML	UND	20	R\$ 48,00	R\$ 960,00
04	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINA+CETOCONAZOL+ACETONIDO DE FLUOCINOLONA+CLORIDRATO DE LIDOCAINA+EXCIPIENTE Q.S.P	FRASCO	15	R\$ 48,00	R\$ 720,00
07	ENROFLOXACINA 50MG. CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS.	CAIXA	50	R\$ 11,90	R\$ 595,00
08	ENROFLOXACINA 150MG. CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS.	CAIXA	50	R\$ 25,00	R\$ 1.250,00
09	ENROFLOXACINA 2,5%. INJETÁVEL. 20ML.	FRASCO	40	R\$ 9,00	R\$ 360,00
10	FLUXEMINA MEGLUMINA 5 MG. CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS.	CAIXA	30	R\$ 8,80	R\$ 264,00
11	FLUXEMINA MEGLUMINA 20 MG. CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS.	CAIXA	30	R\$ 22,00	R\$ 660,00
13	HEPATO PROTETOR. INJETÁVEL. COM, NO MÍNIMO, 100ML.	FRASCO	10	R\$ 22,00	R\$ 220,00

16	MELOXICAM 0,5%. CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS.	CAIXA	40	R\$ 29,80	R\$ 1.192,00
17	MELOXICAM 2,0%. CAIXA COM 10 COMPRIMIDOS.	CAIXA	30	R\$ 40,00	R\$ 1.200,00
18	MELOXICAM 0,2% 20 ML.	FRASCO	10	R\$ 64,00	R\$ 640,00
19	OCITOCINA. FRASCO COM 50 ML.	FRASCO	10	R\$ 8,00	R\$ 80,00
20	PRAZIQUANTEL+PAMOATO DE PIRANTEL+FEBANTEL. CAIXA COM 4 COMPRIMIDOS PARA 10KG CADA.	CAIXA	200	R\$ 4,05	R\$ 810,00
21	PREDNISOLONA 5 MG. BLISTERS COM 10 COMPRIMIDOS.	BLISTER	24	R\$ 15,30	R\$ 367,20
22	PULVERIZADOR COM CAPACIDADE DE 10 LITROS.	UNID	05	R\$ 125,60	R\$ 628,00
26	SOLUÇÃO OTOLÓGICA PET. PARA LIMPEZA DE OUVIDOS. COM 100ML.	FRASCO	10	R\$ 26,00	R\$ 260,00
27	SULFADIMETOXINA +ORMETROPIM 400MG. COM 10 COMPRIMIDOS.	CAIXA/CARTELA	30	R\$ 37,70	R\$ 1.131,00
28	SULFADIMETOXINA +ORMETROPIM 1600MG. COM 10 COMPRIMIDOS.	CAIXA/CARTELA	30	R\$ 125,00	R\$ 3.750,00
30	VACINA ANTIRRÁBICA PARA CÃES. INJETÁVEL COM 1 ML.	FRASCO	200	R\$ 10,40	R\$ 2.080,00
31	VACINA POLIVALENTE V12. INJETÁVEL COM 1 ML.	FRASCO	500	R\$ 10,40	R\$ 5.200,00

Governador Celso Ramos/SC, 27 de março de 2019.

AGROVETERINARIA E PET SHOP DA

ROSA LTDA-EPP

Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 043/2019 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E RAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DO CENTRO DE BEM ESTAR ANIMAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Publicação Nº 1968893

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2019

AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E RAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DO CENTRO DE BEM ESTAR ANIMAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC

Aos 27 dias do mês de Março do ano de 2019, no Estado de Santa Catarina, através da Prefeitura Municipal de Governador Celso Ramos/SC, através da Secretaria Municipal de Saúde, Órgão Gerenciador deste Registro de Preços, com sede na Praça 6 de Novembro, 01, Ganchos do Meio, Governador Celso Ramos/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 08.857.731/0001-60, representada por seu Prefeito, Sr. Juliano Duarte Campos, são registrados os preços da (s) empresa (s) MEDIC VET LTDA, estabelecida à RUA USILIO TONETTO, Nº 760 – SALA 01, IMIGRANTES, TURVO/SC, inscrita no Cadastro de Pessoas Jurídicas sob o n.º 20.637.873/0001-17, neste ato representado por FABIANO PEREIRA TITONI, brasileiro, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n.º 083.190.769-00, portador do RG n.º 5.929.527, para AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E RAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DO CENTRO DE BEM ESTAR ANIMAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC, conforme especificado no quadro abaixo, resultante do Pregão Presencial n.º 18/2019, objeto do Processo 18/2019. As condições a serem praticadas neste registro de preços são as constantes do instrumento convocatório respectivo e seus anexos, da proposta apresentada pelo (s) fornecedor (es), os quais integram esta ata, independentemente de transcrição. O presente registro de preços terá vigência de 01 (um) ano, contado a partir da data de assinatura desta Ata.

Itens constantes da Ata:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
02	ANTIBACTERIANO SPRAY PRATA 200ML	UND	50	R\$ 14,95	R\$ 747,50
05	CLORIDRATO DE XILAZINA 2%. INJETÁVEL. FRASCO COM 10 ML	FRASCO	90	R\$ 13,99	R\$ 1.259,10
06	CLORIDRATO DE XILAZINA 2%. INJETÁVEL. FRASCO COM 50 ML	FRASCO	90	R\$ 58,90	R\$ 5.301,00
12	GLICONATO DE CÁLCIO 200ML. INJETÁVEL.	FRASCO	25	R\$ 9,75	R\$ 243,75
14	KETAMINA 10ML	FRASCO	90	R\$ 27,40	R\$ 2.466,00
15	KETAMINA 50ML	FRASCO	90	R\$ 122,00	R\$ 10.980,00
23	RAÇÃO PARA CÃES ADULTOS. PROTEÍNA BRUTA (MÍNIMO) 22%. EMBALAGEM EM SACOS/PACOTES DE 25 KG. ÔMEGA 3 - MÍNIMO 0,3%, ÔMEGA 6 - MÍNIMO 2% EMBALAGEM COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE (MÍNIMA DE 01 ANO APÓS ENTREGA). APRESENTAR CATÁLOGO OU AMOSTRA DO PRODUTO. SERÁ NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA ABASTECIMENTO - MAPA CONFORME ESTABELECE O ARTIGO 4º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 15/2009 NA ENTREGA DO PRODUTO OU SUA ISENÇÃO..	UNID	500	R\$ 97,50	R\$ 48.750,00

24	RAÇÃO PARA CÃES FILHOTES. PROTEÍNA BRUTA (MÍNIMO) 28%. EMBALAGEM EM SACOS/PACOTES DE 25 KG. ÔMEGA 3 - MÍNIMO 0,3%, ÔMEGA 6 - MÍNIMO 2% EMBALAGEM COM DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE (MÍNIMA DE 01 ANO APÓS ENTREGA). APRESENTAR CATÁLOGO OU AMOSTRA DO PRODUTO. SERÁ NECESSÁRIA A APRESENTAÇÃO DE REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA ABASTECIMENTO - MAPA CONFORME ESTABELECE O ARTIGO 4º DA INSTRUÇÃO NORMATIVA 15/2009 NA ENTREGA DO PRODUTO OU SUA ISENÇÃO.	UNID	200	R\$ 117,50	R\$ 23.500,00
29	SULFATO DE TROPINA 1% 10 ML.	FRASCO	12	R\$ 7,45	R\$ 89,40

Governador Celso Ramos/SC, 27 de março de 2019.

MEDIC VET LTDA
Contratada

JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 17/2019

Publicação Nº 1968925

PORTARIA Nº 17/2019

NEDISON NILDO MARTINS, Presidente da Câmara Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 23, inciso III, alínea "a", do regimento interno, e Legislações em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, o senhor DILSON ARNALDO OCKER do Cargo de Chefe de Serviços Gerais, tendo como último dia trabalhado 31/03/2019.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação

Registre-se, Publique-se, Dê-se Ciência.

Governador Celso Ramos, 01 de Abril de 2019.

NEDISON NILDO MARTINS
Presidente

Grão Pará

PREFEITURA

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 1968812

JUSTIFICATIVA À QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, considerando que ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores de que trata este dispositivo; considerando que os produtos fornecidos vão ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: ARTEDANIO SILVA VIEIRA - EPP

Restos a pagar nº 0313, 0314, 0086, 0348, 0090, 0091, 0307, 0349, 0392, 0115, 0117, 2632 e 2633.

Valor: R\$ 4.794,63

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 01 de abril de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 1968810

JUSTIFICATIVA À QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, considerando que REGIANI ANTONELLO DORIGON FERREIRA possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores de que trata este dispositivo; considerando que os produtos fornecidos vão ao encontro do interesse público primário do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: REGIANI ANTONELLO DORIGON FERREIRA

Restos a pagar nº 0478, 0479, 0480, 0481, 0482, 0483, 0533, 0534, 0535, 0557, 0558, 0559, 0983, 0984, 0985, 0986 e 0987.

Valor: R\$ 797,09

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 01 de abril de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

QUEBRA DE ORDEM CRONOLÓGICA

Publicação Nº 1968811

JUSTIFICATIVA À QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA DE PAGAMENTO

Nos termos do artigo 5º, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas posteriores alterações, considerando que MARLENE BECKHAUSER DE SOUZA BOGER possui valores em haver do Município de Grão-Pará, dentro dos valores de que trata este dispositivo; considerando que os serviços prestados vão ao encontro do interesse público do Município de Grão-Pará, justifica-se o pagamento desse débito fora da ordem cronológica, consoante adiante descrito:

Fornecedor: MARLENE BECKHAUSER DE SOUZA BOGER

Fundo Municipal da Saúde de Grão-Pará, Restos a pagar nº 0269 e 0318.

Valor: R\$ 601,44

Registre-se e Publique-se. Logo após, efetue-se o pagamento.

Grão-Pará/SC, 01 de abril de 2019.

MARCIO BORBA BLASIUS

Prefeito Municipal

Guaraciaba

PREFEITURA

ATA Nº51.2019 PROCESSO 57.2019 PMGBA.DOCX

Publicação Nº 1967296

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE GUARACIABA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 41/2019 - PR
CNPJ: 82.821.216/0001-82 RUA ADEMAR DE BARROS, 85 C.E.P.: 89920-000 - Guaraciaba - SC	Processo Administrativo: 57/2019 Processo de Licitação: 57/2019 Data do Processo: 19/03/2019
Folha: 1/1	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 51/2019 (Sequência: 1)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, MONTAGEM, DESMONTAGEM E ACOMPANHAMENTO DE DECORAÇÃO/PALCO/PASSARELA/TELÕES/CAMARIM/PREMIAÇÃO PARA O EVENTO DE ESCOLHA DAS SOBERANAS INFANTIL, ADULTO E MELHOR IDADE, QUE ACONTECERÁ NOS DIAS 01 E 04 DE MAIO DE 2019, CONFORME DESCRIÇÃO NO TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO.

Às 09:00 horas do dia 01 (primeiro) de abril de dois mil e dezenove, horário marcado para julgamento do Processo Licitatório 57/2019, Pregão Presencial 41/2019 do Município de Guaraciaba/SC o Pregoeiro reuniu-se com a Equipe de apoio para receber as propostas e documentação do Processo em epígrafe. No horário marcado nenhuma empresa apresentou envelopes contendo proposta e documentação, diante disso o Pregoeiro juntamente com a Equipe de apoio resolve REABRIR o prazo para as empresas interessadas na apresentação de propostas e documentação conforme previsto no Artigo 48 parágrafo único da Lei Federal 8.666/93, ficando o novo prazo previsto para o dia 12/04/2019, às 14:00 horas no mesmo local, descrito no edital.

Guaraciaba, 1 de Abril de 2019

COMISSÃO:

ALDO JUSTINO SALVI .. - Pregoeiro(a)

ADRIANA OMIZZOLO

CLÁUDIO DOS SANTOS

- EQUIPE DE APOIO

- Equipe de Apoio/Suplente

ATA Nº53.2019 PROCESSO 59.2019 PMGBA.DOCX

Publicação Nº 1967692

ESTADO DE SANTA CATARINA	PREGÃO PRESENCIAL
MUNICIPIO DE GUARACIABA	Nr.: 43/2019 - PR
CNPJ: 82.821.216/0001-82	Processo Administrativo: 59/2019
RUA ADEMAR DE BARROS, 85	Processo de Licitação: 59/2019
C.E.P.: 89920-000	- Guaraciaba - SC
Data do Processo:	20/03/2019
Folha: 1/1	

ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Número da ATA: 53/2019 (Sequência: 1)

OBJETO DA LICITAÇÃO:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A EXPLORAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS/NÃO ALCOÓLICAS E LANCHES PARA PESSOAS PARTICIPANTES DO EVENTO DA ESCOLHA DAS SOBERANAS INFANTIL E ADULTO, QUE SERÁ NO DIA 04 DE MAIO DE 2019, NO CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS FRONTEIRA DO OESTE, NA RUA 1º DE MAIO, GUARACIABA/SC, CONFORME TERMO DE REFERENCIA EM ANEXO.

Às 11:00 horas do dia 01 (primeiro) de abril de dois mil e dezenove, horário marcado para julgamento do Processo Licitatório 59/2019, Pregão Presencial 43/2019 do Município de Guaraciaba/SC o Pregoeiro reuniu-se com a Equipe de apoio para receber as propostas e documentação do Processo em epígrafe. No horário marcado nenhuma empresa apresentou envelopes contendo proposta e documentação, diante disso o Pregoeiro juntamente com a Equipe de apoio resolve REABRIR o prazo para as empresas interessadas na apresentação de propostas e documentação conforme previsto no Artigo 48 parágrafo único da Lei Federal 8.666/93, ficando o novo prazo previsto para o dia 12/04/2019, às 15:00 horas no mesmo local, descrito no edital.

Guaraciaba, 1 de Abril de 2019

COMISSÃO:

ALDO JUSTINO SALVI

..... - Pregoeiro(a)

..... - EQUIPE DE APOIO

ADRIANA OMIZZOLO

CLÁUDIO DOS SANTOS

..... - Equipe de Apoio/Suplente

EDITAL DE SERVIÇO VOLUNTARIO - BOLSA DE ESTUDOS PARCELA 01/2019

Publicação Nº 1969032

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2019

PROGRAMA BOLSA DE ESTUDO – PARCELA 01/2019

ROQUE LUIZ MENEHINI, Prefeito de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, convoca os alunos que tiveram suas inscrições deferidas no Programa de Bolsa de Estudo, Parcela 01/2019 para prestação de serviço voluntário.

Art. 1º O objeto para qual os estudantes estão sendo convocados, é a participação nas ações relacionadas ao mês de Maio. A programação está organizada pelo seguinte período: Período 01 – Auxiliar na Festa de Confraternização Anual dos Idosos - 01/05/2019 às 10 horas.

Art. 2º Somente poderão se inscrever os beneficiários do Programa de Bolsa de Estudos que possuem idade igual ou superior a 18 anos.

Art. 3º Para cada período de trabalho voluntário prestado, o estudante receberá comprovante de 4h (quatro horas), conforme quadro abaixo que especifica o período, data, local, horários e número de vagas disponibilizadas.

01. Quadro de período disponibilizado

Período	Data	Local	Horário	Número de vagas
Período 01	01/05/2019	Salão Paroquial	10h00min às 14h00min	Ilimitadas

Art. 4º A inscrição do período 01 será realizada somente na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Juventude. Os estudantes deverão seguir o modelo em anexo neste Edital de Convocação. O mesmo deverá ser preenchido e assinado pelos beneficiários e deverá ser entregue na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Juventude por qualquer indivíduo, no ato representando o requerente, o qual se responsabilizará pela mesma na Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Juventude, até o dia 17/04/2019, às 17h30min.

§ 1º A Comissão de Avaliação do Programa Municipal de Bolsa de Estudo, receberá as inscrições protocolando o recebimento e no mesmo momento deferindo ou indeferindo.

§ 2º A homologação das inscrições será divulgada no site do município no dia 22/04/2019.

§ 3º O estudante receberá comprovante de 4h (quatro horas).

§ 4º Estudantes contemplados pelo Programa de Bolsa de Estudos e que não realizaram as horas obrigatórias de serviço voluntário no ano de 2019, permanecem inadimplentes conforme a Lei nº3081/2018 Art. 3º § 5º.

Art. 5º Casos omissos ao edital, serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação em conjunto com a municipalidade.

Guaraciaba/SC, aos 01 de Abril de 2019.

ROQUE LUIZ MENEHINI

Prefeito Municipal

ANEXO 01

Requerimento de inscrição ao serviço voluntário obrigatório

Nome completo
CPF
Idade
Período de inscrição
Período 01

Assinatura

HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 58.2019 PMGBA.DOCX

Publicação N° 1967975

PREGÃO PRESENCIAL N° 42/2019

PROCESSO N° 58/2019 HOMOLOGAÇÃO: 01/04/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARACIABA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE BATERIAS NOVAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, PESADOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA O MUNICÍPIO DE GUARACIABA/SC.

CONTRATADO: AUTO ELETRICA CEMBRANEL LTDA - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 500,00 (quinhentos reais)

CONTRATADO: ALTEMIR MANFREDI - ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 19.700,00 (dezenove mil setecentos reais)

CONTRATADO: BATERIAS XANXERE EIRELI

VALOR DA DESPESA: R\$ 34.110,00 (trinta e quatro mil cento e dez reais)

=====

Guaramirim

PREFEITURA

AVISO DE ALTERAÇÃO DE VALOR DO CREDENCIAMENTO Nº 02/2019 – FMAS

Publicação Nº 1967915

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
SETOR DE LICITAÇÕES

AVISO DE ALTERAÇÃO DE VALOR DO CREDENCIAMENTO Nº 02/2019 – FMAS

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE ADOLESCENTES A PARTIR DE 14 ANOS DE IDADE PARA ATENDER QUANDO NECESSÁRIO À DEMANDA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM.

Modalidade de Licitação: Inexigibilidade.

Fundamento Legal: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, em Guaramirim (SC), através do Fundo Municipal de Assistência Social de Guaramirim.

1. DA ALTERAÇÃO DO VALOR

1.1. O valor unitário do item do Edital passa a vigorar com o seguinte valor:

1.1.1. O Item 1 passará de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) para R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Os demais itens do Edital permanecem inalterados.

O Edital poderá ser adquirido no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina, CEP 89.270-000, no Setor de Licitações, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 8h às 12h e das 13h às 17h, ou pelo site <https://guaramirim.atende.netou> pelo telefone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 01 de abril de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 54/2019 PMG

Publicação Nº 1967591

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão Presencial 54/2019 PMG

Processo Licitatório: 54/2019 PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 12/04/2019 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 12/04/2019 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 1 de abril de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

Prefeito

DECRETO Nº. 1059/2019

Publicação Nº 1967677

DECRETO Nº. 1059/2019

Altera dispositivos do Decreto nº. 50/1994, que regulamenta disposições do código tributário do município.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. O Decreto nº. 50/1994 passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 24-A.

.....

II -

.....

f) Cópia da matrícula atualizada do imóvel ou contrato de locação com firma reconhecida, quando for imóvel de terceiro;

g) Cópia da Carteira de Identidade (RG), Cadastro de Pessoa Física (CPF) e/ou Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ) dos sócios/proprietários da empresa;

..... " (NR)

Art. 2º. Fica revogada a alínea "k", do inciso II, do art. 24-A e os artigos 18, 19, 20, 21, 58, 59, 60, 61 e 62, todos do Decreto nº 50, de 30 de dezembro de 1994.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de março de 2019.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 1060/2019

Publicação Nº 1967678

DECRETO Nº. 1060/2019

Abre crédito suplementar no valor de R\$ 31.600,00 (trinta e um mil e seiscentos reais).

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 31.600,00 (trinta e um mil e seiscentos reais), a ser incluído no orçamento Municipal, a saber:

04 - Secretaria de Administração e Finanças

001 - Secretaria de Administração e Finanças

0004.0122.0004.2010 - Manutenção das Atividades de Apoio Logístico, Compras Almoxarifado e Patrimônio

34490000000000000000 - Aplicações Diretas

03890000 - Alienação Bens Dest.outros Programas R\$ 31.600,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provêm do superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior, na fonte 03890000 - Alienação Bens Dest.outros Programas, no valor de R\$ 31.600,00 (trinta e um mil e seiscentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Guaramirim/SC, 28 de março de 2019.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 04/2019 – FIA.

Publicação Nº 1968403

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS/ SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO TERMO DE FOMENTO Nº 04/2019 – FIA.

Processo nº: 03/2019 – FIA

Modalidade: Inexigibilidade de Chamamento Público.

Objeto: TERMO DE PARCERIA PARA EXECUTAR O PROJETO SEGREDOS PARA ATUAR COM ATENDIMENTO DE PROFESSORES, CRIANÇAS E ADOLESCENTES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE GUARAMIRIM, ATRAVÉS DA PRODUÇÃO E DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE LIVROS INFANTIS E INSTRUMENTALIZAR OS PROFESSORES ATRAVÉS DE UMA OFICINA, BEM COMO A DISTRIBUIÇÃO DAS OBRAS E UM GUIA DE ORIENTAÇÃO CRIADO ESPECIALMENTE PARA ABORDAR COM SENSIBILIDADE E OBJETIVIDADE TEMAS DELICADOS E NECESSÁRIOS COMO A VIOLÊNCIA CONTRA A CRIANÇA.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM/SC, inscrito no CNPJ nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, 2042, Centro – Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Guaramirim.

OSC: INSTITUTO EVOLUIR, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.025.968/0001-84, situada na Rua Dr. Luis de Freitas Melro, nº 50, Sala 02, bairro Centro, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.010-310.

Valor Total do Repasse: R\$ 188.000,000 (cento e oitenta e oito mil reais).

Data da Assinatura: 29/03/2019. Vigência: 31/12/2019.

Guaramirim (SC), 01 de abril de 2019.

LUIS ANTONIO CHIODINI

PREFEITO MUNICIPAL

LEI COMPLEMENTAR Nº. 154/2019

Publicação Nº 1967680

LEI COMPLEMENTAR Nº. 154/2019

Altera dispositivos da Lei Complementar nº. 007/2001, que dispõe sobre o plano de cargos e salários dos servidores públicos do Município de Guaramirim.

O Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Aumenta o número de vagas dos cargos abaixo relacionados, constantes no Anexo III – Quadro Permanente, da Lei Complementar nº. 07/2001:

I - ANS - ATIVIDADES DE NÍVEL SUPERIOR:

Código	Nome do Cargo	Vagas
30201	Coordenador Pedagógico	20
10125	Psicopedagogo Clínico	03

II - OAG – ATIVIDADES OPERACIONAIS E DE ADMINISTRAÇÃO GERAL:

Código	Nome do Cargo	Vagas
40155	Agente Escolar	14

III - MAG - MAGISTÉRIO:

Código	Nome do Cargo	Vagas
30392	Professor de Artes	21
30410	Professor de Língua Inglesa	09

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 29 de março de 2019.

Luís Antônio Chiodini

Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 149/2019

Publicação Nº 1967673

PORTARIA Nº. 149/2019

Exonerar Jade Helena Marques.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar Jade Helena Marques, da função de Auxiliar, vinculada à Fundação Cultural de Guaramirim, a partir de 26 de março de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de março de 2019.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 151/2019

Publicação Nº 1967675

PORTARIA Nº. 151/2019

Concede licença maternidade para Cheila Magali Lottermann da Silva.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade para Cheila Magali Lottermann da Silva, Enfermeira PSF, vinculada à Secretaria de Saúde, a partir de 19 de março de 2019, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 27 de março de 2019.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 154/2019

Publicação Nº 1967676

PORTARIA Nº. 154/2019

Concede licença saúde para Silvana Oliveira dos Santos.

Luís Antônio Chiodini, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença saúde para Silvana Oliveira dos Santos, Professora de Artes (40 horas semanais), vinculada à Secretaria de Educação, a partir de 15 de março de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

Guaramirim/SC, 28 de março de 2019.

Luís Antônio Chiodini
Prefeito

Jair Tomelin

Secretário de Administração e Finanças

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 19/2019

Publicação Nº 1967953

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 19/2019 - Pregão Presencial Nº. 14/2019

Objeto: Aquisição de Material de Limpeza, Copa e Cozinha, para serem utilizados na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, Secretaria Municipal de Agricultura, Secretaria Municipal de Transportes e Obras, Polícia Militar, Polícia Civil e Conselho Tutelar do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 16/04/2019 (08:15 Documentação - 08:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 01 de março de 2019.

Claudio Júnior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 636/2019

Publicação Nº 1968989

PORTARIA Nº 636/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à servidora ALICE VANAZZI (MATRÍCULA 2752), ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência - C, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 01 de novembro de 2017 e 31 de março de 2019, para serem usufruídas a partir de 01 de abril de 2019 a 30 de abril de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 01 de abril de 2019.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 637/2019

Publicação Nº 1968994

PORTARIA Nº 637/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à servidora BERNARDETE MARIA SPIER (MATRÍCULA 3083), ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente de Serviços Gerais, Nível – 3, Referência - C, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 18 de junho de 2017 e 20 de junho de 2018, para serem usufruídas a partir de 01 de abril de 2019 a 30 de abril de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 01 de abril de 2019.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 638/2019

Publicação Nº 1968997

PORTARIA Nº 638/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

REVOGAR A PORTARIA Nº 534/2019 da servidora DANIELY CRISTINA RATTI (MATRÍCULA 2779), ocupante do cargo de provimento efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, Nível – 8, Referência - D, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais.

E, CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à referida servidora referente ao período aquisitivo compreendido entre 26 de março de 2018 e 25 de março de 2019, para serem usufruídas a partir de 01 de abril de 2019 a 30 de abril de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.
Herval d'Oeste/SC, 01 de abril de 2019.
Américo Lorini
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 639/2019

Publicação Nº 1969003

PORTARIA Nº 639/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à servidora DELMA APARECIDA DA SILVA (MATRÍCULA 3347), ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, ACS, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, anexo II do quadro de pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 21 de julho de 2017 e 23 de junho de 2018, para serem usufruídas a partir de 01 de abril de 2019 a 30 de abril de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 01 de abril de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 640/2019

Publicação Nº 1969007

PORTARIA Nº 640/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à servidora NÁDIA APARECIDA BURLIN (MATRÍCULA 3187), ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, ACS, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, anexo II do quadro de pessoal do Programa de Saúde da Família, referente ao período aquisitivo compreendido entre 15 de abril de 2017 e 15 de abril de 2018, para serem usufruídas a partir de 01 de abril de 2019 a 30 de abril de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 01 de abril de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 641/2019

Publicação Nº 1969008

PORTARIA Nº 641/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à servidora LUCIVANI APARECIDA GALVAN CAMARGO (MATRÍCULA 2853), ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência - D, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 30 de agosto de 2017 e 03 de setembro de 2018, para serem usufruídas a partir de 01 de abril de 2019 a 30 de abril de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 01 de abril de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 642/2019

Publicação Nº 1969011

PORTARIA Nº 642/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à servidora SIRLEI DE FÁTIMA MIGUELÃO (MATRÍCULA 729), ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços de Saúde, Nível – 8, Referência - G, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09 de maio de 2017 e 10 de maio de 2018, para serem usufruídas a partir de 01 de abril de 2019 a 30 de abril de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 01 de abril de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 643/2019

Publicação Nº 1969012

PORTARIA Nº 643/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, à servidora TAILANA CRISTINA DE BORBA (MATRÍCULA 4128), ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico Veterinário, Nível – 10/2, Referência - A, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 09 de maio de 2017 e 15 de maio de 2018, para serem usufruídas a partir de 01 de abril de 2019 a 30 de abril de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 01 de abril de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 644/2019

Publicação Nº 1969016

PORTARIA Nº 644/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, ao servidor SÉRGIO LUIZ NAGEL (MATRÍCULA 18), ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Tributos, Nível – 11, Referência - O, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 17 de abril de 2017 e 17 de abril de 2018, para serem usufruídas a partir de 01 de abril de 2019 a 30 de abril de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 01 de abril de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 645/2019

Publicação Nº 1969019

PORTARIA Nº 645/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste/SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, ao servidor WILLIAM CESAR GAVASSO (MATRÍCULA 2751), ocupante do cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, Nível – 12/1, Referência - D, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo compreendido entre 08 de maio de 2017 e 11 de maio de 2018, para serem usufruídas a partir de 01 de abril de 2019 a 30 de abril de 2019, conforme dispõe o art. 94 da Lei Complementar nº 281/2011.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 01 de abril de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 646/2019

Publicação Nº 1969021

PORTARIA Nº 646/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO, a contar de 01 de abril de 2019, com fulcro no artigo 105, IV, §5º da Lei Complementar nº 281/2011, à servidora GESLAINE FERREIRA (MATRÍCULA 3760), ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, Nível - 3, Referência - A, anexo V da Lei Complementar nº 280/2011, 40 horas semanais, pelo período de 01 (um) ano.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 01 de abril de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 647/2019

Publicação Nº 1969062

PORTARIA Nº 647/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar a pedido, conforme requerimento, a partir de 01 de abril de 2019, o Servidor VITOR BASTOS BRANDALISE (MATRÍCULA 4858), o qual exercia a função de MÉDICO, Nível - 14, Referência - A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 01 de abril de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 648/2019

Publicação Nº 1969064

PORTARIA Nº 648/2019

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Dispensar por término de contrato temporário, a partir de 01 de abril de 2019, a Servidora CAROLINA ZÍLIO (MATRÍCULA 5009), o qual exercia a função de MÉDICO, Nível - 14, Referência - A, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, de conformidade com o que preceitua a Lei Complementar nº 313/2013. Sendo que seu contrato de trabalho era regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Herval d'Oeste.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2019.

Publique-se. Cumpra-se.

Herval d'Oeste/SC, 01 de abril de 2019.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

Ibiam**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO PP 016/2019 - VIDROS**

Publicação N° 1967085

MUNICÍPIO DE IBIAM
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N. 041/2019
PREGÃO PRESENCIAL N. 016/2019

O MUNICÍPIO DE IBIAM, através de seu Prefeito, faz saber a todos, que realizará na data de 16 de abril de 2019, licitação modalidade Pregão Presencial, VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PORTAS DE VIDROS E VIDROS TEMPERADOS COM PARTE FIXA E ACESSÓRIOS PARA FECHAMENTOS DA ESCOLA MUNICIPAL ELIZIANE TITON, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

DATA LIMITE DO RECEBIMENTO DOS ENVELOPES CONTENDO DOCUMENTOS E PROPOSTAS DE PREÇO: até 16/04/2019, as 09:00hs, com abertura dos envelopes contendo as propostas de preço nesta mesma data, às 09:15hs. Maiores informações poderão ser obtidas no Centro Administrativo, pelo fone (49) 3534 - 0044, ou no site www.ibiam.sc.gov.br.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC 02 DE ABRIL DE 2019.
JOARES TREVISOL
Prefeito Municipal em Exercício

Ibirama

PREFEITURA

CONTRATO N° : 46/2019 CONTRATANTE : MUNICIPIO DE IBIRAMA

Publicação N° 1967811

Contrato N° : 46/2019

Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada : IGARATA COMERCIO PRODUTOS ELETRO ELETRONICOS LTDA.

Licitação : Pregão Eletrônico 28/2019

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E CORRELATOS, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

Vigência : Início: 01/04/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 01/04/2019

Valor R\$: 2.610,00 (Dois Mil e Seiscentos e Dez Reais)

Dotação : 204 - 01.001.2053.3449052350000000000.01000000

FISCAL: FABIANI TENFEN SOBERANSKI

CONTRATO N° : 47/2019 CONTRATANTE : MUNICIPIO DE IBIRAMA

Publicação N° 1967815

Contrato N° : 47/2019

Contratante : MUNICIPIO DE IBIRAMA

Contratada : JOSE ROBERTO DE BRITO 62959247000

Licitação : Pregão Eletrônico 28/2019

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E CORRELATOS, DESTINADOS PARA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO.

Vigência : Início: 01/04/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 01/04/2019

Valor R\$: 1.195,00 (Um Mil e Cento e Noventa e Cinco Reais)

Dotação : 204 - 01.001.2053.3449052350000000000.01000000

FISCAL: FABIANI TENFEN SOBERANSKI

Ilhota

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ORDINÁRIA CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE

Publicação Nº 1967458

Prefeitura Municipal de Ilhota
Secretaria Municipal de Saúde
Conselho Municipal da Saúde
Fone: (47) 3343-7439 E-mail: cms@ilhota.sc.gov.br

CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO ORDINÁRIA

EDITAL RO 04/2019

O Presidente do Conselho Municipal do Município de Ilhota, através de suas atribuições legais, conferidas pela Lei 79/2017, CONVOCA OS INTEGRANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, sociedade civil organizada, profissionais de saúde, representantes do governo municipal e prestadores de serviço. A reunião se realizará no dia 10 de abril de 2019, às 17h, em caráter ordinário, na sede da Câmara de Vereadores de Ilhota, localizado na Rua Bertoldo Simon, nº98, Centro, para deliberar sobre a seguinte ORDEM DO DIA, que serão apresentadas na sequência abaixo tendo 5 minutos cada tema:

1. Leitura da ata anterior;
2. Homologação de novos membros do conselho;
3. Convocação da reunião ordinária para eleição da nova mesa diretora do CMS;

Qualquer pessoa presente na reunião que poderá ter direito a fala na tribuna com tempo máximo de 5 minutos após aprovação por maioria dos conselheiros.

Ilhota, 29 de março de 2019.

Rogério Ferreira

Presidente CMS

www.ilhota.sc.gov.br

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 014 PRG 006- 2019 FMS - MATERIAL ODONTOLÓGICO - ODONTOSUL LTDA

Publicação Nº 1967924

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 014/2019

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 030/2019 - FMS

Pregão Presencial: 006/2019 – FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ILHOTA, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: ODONTOSUL LTDA

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
2	ABRIDOR DE BOCA ABRITEC ADULTO, MATERIAL SILICONE	4,0000	50,00	ODONTOSUL LTDA EPP	MAQUIRA
5	AFASTADOR MINESSOTA	5,9900	50,00	ODONTOSUL LTDA EPP	FAVA
20	ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL A BASE DE MEPIVACAÍNA 2% 1:100,00 COM EPINEFRINA, TUBETES COM 1,8ML, EM-BALADO EM CAIXA COM 50 UNID.	89,1000	120,00	ODONTOSUL LTDA EPP	MEPIVALEM
21	ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL COM CLORIDRATO DE PRILOCAÍNA 3% COM FELEPRESSINA 0,03UI, CAIXA COM 50 TUBETES DE 1,8ML	64,3100	120,00	ODONTOSUL LTDA EPP	CITANESTE
24	ANTISSÉPTICO BUCAL - GLUCONATO DE CLOREXIDINE 0,12% 2L	26,1700	120,00	ODONTOSUL LTDA EPP	PERIOPACK
28	BICARBONATO DE SÓDIO - GRANULOMETRI EXTRA-FINA - PUREZA 99,9%	1,8800	100,00	ODONTOSUL LTDA EPP	MAQUIRA.

30	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 1012	1,5900	100,00	ODONTOSUL LTDA EPP	CHAMPIOM
31	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 1014	1,5900	100,00	ODONTOSUL LTDA EPP	CHAMPIOM
32	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 1016	1,5900	100,00	ODONTOSUL LTDA EPP	CHAMPIOM
33	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 1035	1,5900	100,00	ODONTOSUL LTDA EPP	CHAMPIOM
34	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 1036	1,5900	100,00	ODONTOSUL LTDA EPP	CHAMPIOM
35	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 1092	1,5900	100,00	ODONTOSUL LTDA EPP	CHAMPIOM
36	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 1093	1,5900	100,00	ODONTOSUL LTDA EPP	CHAMPIOM
37	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3118	1,5900	100,00	ODONTOSUL LTDA EPP	CHAMPIOM
38	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3195F	1,5900	100,00	ODONTOSUL LTDA EPP	CHAMPIOM
39	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO 3203	1,5900	100,00	ODONTOSUL LTDA EPP	CHAMPIOM
41	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO Nº4	2,9000	100,00	ODONTOSUL LTDA EPP	MAILLEFER
44	BROCA DIAMANTADA PONTA DE CHAM	1,4500	100,00	ODONTOSUL LTDA EPP	CHAMPIOM
45	BROCA DIAMANTADA PONTA DE LÁPIS	1,4500	100,00	ODONTOSUL LTDA EPP	CHAMPIOM
46	BROCA DIAMANTADA PONTA DE PERA	1,4500	100,00	ODONTOSUL LTDA EPP	CHAMPIOM
47	BROCA ZECKRIA LONGA PARA CIRURGIA	17,4000	200,00	ODONTOSUL LTDA EPP	LOCHUS
48	BROCAS SHOFU CHAMA	7,9900	60,00	ODONTOSUL LTDA EPP	AMERICAM BURS
49	BRONCA ENDO Z	17,4000	100,00	ODONTOSUL LTDA EPP	LOCHUS
51	CABO DE ESPELHO CLÍNICO	1,8900	50,00	ODONTOSUL LTDA EPP	BARACH
53	CARTELA PARA RX 01 FURO	6,6900	100,00	ODONTOSUL LTDA EPP	DALLAS
54	CARTELA PARA RX 02 FUIROS	7,1500	100,00	ODONTOSUL LTDA EPP	DALLAS
55	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO MODIFICADO POR RESINA (FOTOPOLIMERIZÁVEL)	52,9900	6,00	ODONTOSUL LTDA EPP	SDI
61	CUNHA DE MADEIRA SICÔMORO COM FORMATO ANATÔMICO OTIMIZADO LIVRE DE FARPAS - EMBALAGEM COM 5 MODELOS - 20 UN CADA	5,2900	30,00	ODONTOSUL LTDA EPP	PHARMAINOS
74	DIAMANTADA 1012 HL	1,5900	15,00	ODONTOSUL LTDA EPP	CHAMPIOM
75	DIAMANTADA 1014 HL	1,5900	15,00	ODONTOSUL LTDA EPP	CHAMPIOM
76	ESCOVA DE ROBSON	0,9000	100,00	ODONTOSUL LTDA EPP	PHARMAINOX
80	ESPELHO CLINICO Nº5	1,5900	50,00	ODONTOSUL LTDA EPP	PHARMAINOX
84	FILME CARBONADO PARA ARTICULAÇÃO C/12UND	1,0000	100,00	ODONTOSUL LTDA EPP	PHARMAINOX
90	FITA MATRIZ DE AÇO INOX (0,05MM X 5MM X 500MM)	0,9900	50,00	ODONTOSUL LTDA EPP	PREVEN
91	FITA MATRIZ DE AÇO INOX (0,05MM X 7MM X 500MM)	1,0900	50,00	ODONTOSUL LTDA EPP	PREVEN
106	FOTOPOLIMERIZADOR SEM FIO	419,9000	12,00	ODONTOSUL LTDA EPP	MICRODONT
107	GRAMPOS (COLGADURA INDIVIDUAL PARA REVELAÇÃO RADIOGRAFICA)	2,4000	50,00	ODONTOSUL LTDA EPP	MAC DENTAL
118	LIMA TIPO EXTIRPA NERVO 1ª SERIE, CAIXA COM 10 UND	18,9900	30,00	ODONTOSUL LTDA EPP	VDW
130	MINI INCUBADORA PARA TESTE BIOLÓGICO - MINI INCUBADORA COM CONTROLE ELETRÔNICO E AUTOMÁTICO DE TEMPERATURA QUE SE MANTÊM DENTRO DA FAIXA ADEQUADA PARA A INCUBAÇÃO DO INDICADOR BIOLÓGICO.	106,9900	4,00	ODONTOSUL LTDA EPP	BIOMECK
134	PASTA PROFILATICA 90GR	3,9900	240,00	ODONTOSUL LTDA EPP	ALLPLAM
135	PEDRA PARA AFIAIR INSTRUMENTOS PERIODONTAIS	20,9900	15,00	ODONTOSUL LTDA EPP	PRTATA
136	PEDRA POMES EM PÓ PARA POLIMENTO FRASCO COM 100G	3,2900	15,00	ODONTOSUL LTDA EPP	QUIMIDROL
137	PINÇA ADSON P/ CIRURGIA	9,9900	4,00	ODONTOSUL LTDA EPP	WILCOS
140	PLACA DE VIDRO	4,8900	5,00	ODONTOSUL LTDA EPP	DF
142	POTE DAPPEN DE VIDRO	1,5900	50,00	ODONTOSUL LTDA EPP	ART

150	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A1, (NÃO ACEITAREMOS DE FORMA SUBSTITUTIVA, EA1). RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20NM E NANOALGOMERADOS DE 0,6 A 1,4 UM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). INDICAÇÕES: RESTAURAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (CLASSES I,II,III,IV E V), INCLUINDO SUPERFÍCIES OCLUSAIS.	79,7900	60,00	ODONTOSUL LTDA EPP	Z3503M
151	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A2, (NÃO ACEITAREMOS DE FORMA SUBSTITUTIVA, EA1). RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20NM E NANOALGOMERADOS DE 0,6 A 1,4 UM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). INDICAÇÕES: RESTAURAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (CLASSES I,II,III,IV E V), INCLUINDO SUPERFÍCIES OCLUSAIS.	79,7900	60,00	ODONTOSUL LTDA EPP	Z3503M
152	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A3,5, (NÃO ACEITAREMOS DE FORMA SUBSTITUTIVA, EA1). RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20NM E NANOALGOMERADOS DE 0,6 A 1,4 UM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). INDICAÇÕES: RESTAURAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (CLASSES I,II,III,IV E V), INCLUINDO SUPERFÍCIES OCLUSAIS.	79,7900	60,00	ODONTOSUL LTDA EPP	Z3503M
153	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL A4, (NÃO ACEITAREMOS DE FORMA SUBSTITUTIVA, EA1). RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20NM E NANOALGOMERADOS DE 0,6 A 1,4 UM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). INDICAÇÕES: RESTAURAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (CLASSES I,II,III,IV E V), INCLUINDO SUPERFÍCIES OCLUSAIS.	79,7900	60,00	ODONTOSUL LTDA EPP	Z3503M
154	RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL OA2, (NÃO ACEITAREMOS DE FORMA SUBSTITUTIVA, EA1). RESINA COMPOSTA FOTOPOLIMERIZÁVEL UNIVERSAL, COM 100% DE NANOPARTÍCULA, MATRIZ ORGÂNICA DE BIS-GMA, BIS-EMA, UDMA E PARTÍCULAS INORGÂNICAS DE ZIRCONIA/SÍLICA COM TAMANHO DE 5 A 20NM E NANOALGOMERADOS DE 0,6 A 1,4 UM E 59,5% DE CARGA EM VOLUME (78,5% EM PESO). INDICAÇÕES: RESTAURAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS EM DENTES ANTERIORES E POSTERIORES (CLASSES I,II,III,IV E V), INCLUINDO SUPERFÍCIES OCLUSAIS.	59,9900	60,00	ODONTOSUL LTDA EPP	Z2503M
162	SERINGA CARPULE	18,5000	6,00	ODONTOSUL LTDA EPP	ICE
173	TESOURA CIRÚRGICA FINA RETA	11,0000	100,00	ODONTOSUL LTDA EPP	MARYAM
180	VASELINA SÓLIDA - EMBALAGEM DE 30G	5,0100	100,00	ODONTOSUL LTDA EPP	QUIMIDROL

Valor: R\$64.711,01 (Sessenta e quatro mil setecentos e onze reais e um centavos)

Assinatura: 22/03/2019

Vigência: 12 MESES.

Erico de Oliveira

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO 028 PRG 011- 2019 MUL - COPA E COZINHA - ADL COMERCIAL EIRELI

Publicação N° 1967091

Extrato da Ata de Registro de Preço nº 028/2019

Estado de Santa Catarina

Município de Ilhota

Prefeitura Municipal de Ilhota

Setor de Compras e Licitações

Processo: 075/2019 - MUL

Pregão Presencial: 011/2019 – MUL

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COPA, COZINHA, UTENSÍLIOS E DESCARTÁVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DOS FUNDOS MUNICIPAIS E DA PREFEITURA, conforme anexo I do edital.

Fornecedor: ADL COMERCIAL EIRELI

Item	Descrição	Cotação	Qtde	Fornecedor	Marca
30	FRIGIDEIRA: FRIGIDEIRA DE ALUMÍNIO ANTE ADERENTE, DIÂMETRO (?) 28CM	35,9500	29,00	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	ELITEC
35	GARRAFA TÉRMICA, COM CAPACIDADE DE 5 LITRO COM TORNEIRA.	37,5900	30,00	ADL COMERCIAL EIRELI - EPP	MOR

Valor: R\$ 2.170,25 (Dois mil cento e setenta reais e vinte e cinco centavos)

Assinatura: 26/03/2019

Vigência: 12 MESES.

Érico de Oliveira

Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

DECRETO PMI N. 49, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1967138

DECRETO PMI N. 49, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Aprova o Regulamento do Sistema de Avaliação de Desempenho - institutos de progressão e promoção - dos servidores concursados do Município de Imbituba – SC, ocupantes de cargos ou empregos públicos existentes no Plano de Carreira dos Servidores (Lei Municipal 1.144/91) e no Plano de Carreira do Magistério Público Municipal (Lei Complementar Municipal n. 1.984/99).

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 93, inciso VII e Artigo 94 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o art. 19 da Lei Complementar Municipal n. 4.492/2014 e alterações posteriores;

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA ADMINISTRAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 1º A Comissão de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP, designada para administrar e coordenar do Sistema de Avaliação de Desempenho, na forma do art. 10 da Lei Complementar Municipal n. 4.492, de 11 de novembro de 2014, reunir-se-á mensalmente, com vistas a:

I – formular os critérios para aplicação dos recursos financeiros destinados no orçamento à concessão de progressão horizontal e de promoção vertical;

II – coordenar, orientar e acompanhar as Avaliações Especiais de Desempenho e as Avaliações Periódicas de Desempenho, nos termos dos incisos I e II, respectivamente, do artigo 7º da Lei Complementar Municipal n. 4.492, de 11 de novembro de 2014;

III – analisar e decidir sobre os documentos dos servidores que apresentaram requerimento de progressão ou promoção, bem como referendar em conjunto com o órgão municipal gestor de pessoas os documentos comprobatórios dos cursos que se pretendem utilizar para fins de evolução funcional;

IV – apurar os resultados da Avaliação Especial de Desempenho e Avaliação Periódica de Desempenho, e solicitar nova avaliação, quando for o caso;

V – analisar e formalizar as propostas de aprimoramento dos métodos de gestão e valorização do servidor, melhoria da qualidade e eficiência do serviço público, com base no resultado obtido na avaliação de desempenho dos servidores;

VI – elaborar e divulgar a listagem final dos servidores que adquiriram direito à progressão, bem como a emissão de portarias de concessão;

VII – decidir sobre os recursos manifestados contra os atos a que se referem os incisos III e IV deste artigo;

VIII – analisar irregularidades na avaliação de desempenho;

IX – avaliar procedimentos que obstruam ou tornem irregular o processo de promoção e progressão;

X – analisar e instruir recursos para decisão;

XI – encaminhar ao dirigente do órgão municipal gestor de pessoas as questões relativas à progressão e à promoção não dirimidas pela CERSP;

XII – avaliar questões relativas à contagem de tempo de serviço para progressão e promoção;

XIII – providenciar o preenchimento dos dados de identificação nos instrumentos de avaliação de desempenho;

XIV – proceder à distribuição e ao recolhimento dos instrumentos de avaliação de desempenho aos avaliadores;

XV – tomar as medidas cabíveis para que os formulários sejam devolvidos no tempo previsto, devidamente preenchidos;

XVI – subsidiar ações do órgão municipal gestor de pessoas;

XVII – coordenar e administrar o Sistema de Avaliação de Desempenho em conjunto com o órgão municipal gestor de pessoas; e

XVIII – verificar o preenchimento dos requisitos dos artigos 3º e 5º da Lei Complementar Municipal n. 4.492/2014 para que, uma vez preenchidos, sejam declarados habilitados à Promoção ou Progressão.

CAPÍTULO II DA CONTAGEM DO TEMPO DE EFETIVO EXERCÍCIO

Art. 2º A contagem do tempo efetivamente trabalhado será feita com base nos assentamentos funcionais dos servidores.

§ 1º A pena disciplinar de suspensão importará na suspensão da contagem dos dias efetivamente trabalhados para efeito de progressão e de promoção, começando-se a contagem no dia subsequente ao término da penalidade.

§ 2º O servidor só perceberá o vencimento correspondente ao novo padrão se, concluído o processo disciplinar, não sofrer penalidade, ocasião em que os efeitos financeiros do novo padrão serão devidos desde a data em que servidor preencheu o lapso temporal necessário para a obtenção da progressão ou promoção, desde que preenchidos os demais requisitos exigidos pelo instituto pretendido (progressão ou promoção).

§ 3º O servidor suspenso preventivamente poderá concorrer à promoção e à progressão, mas o ato de concessão da progressão ou promoção deve observar as regras do parágrafo anterior.

Art. 3º Não serão considerados como efetivo exercício para progressão ou promoção, ininterruptos ou não:

I – as faltas injustificadas;

II – licença sem vencimentos;

III – afastamento por doença ou acidente de trabalho em período superior a 6 (seis meses);

IV – o tempo de trabalho realizado em desvio de função, fora das atribuições naturais do cargo/emprego a qual prestou concurso público, ainda que esteja percebendo função gratificada ou esteja em exercício de cargo comissionado ou esteja cedido a outro órgão/ente público não integrante do Poder Executivo Municipal; e

V – quando o servidor/empregado afastar-se do trabalho para exercer mandato eletivo ou mandato classista.

Parágrafo único. A contagem do tempo de que trata este artigo será suspensa, e voltará a contar quando do retorno do servidor às suas atividades normais.

Art. 4º Não prejudica a contagem do tempo de efetivo exercício para progressão ou promoção, ininterruptos ou não:

I – o gozo de licença-maternidade;

II – o afastamento por doença ou acidente de trabalho por período inferior a 180 (cento e oitenta dias), contados dentro do interregno temporal exigido para a respectiva progressão ou promoção;

III – as hipóteses contidas no artigo 473 da CLT, nos prazos lá especificados;

IV – o gozo de férias; e

V – o gozo de licença-prêmio.

CAPÍTULO III DO SISTEMA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 5º Para realizar a apuração de desempenho funcional dos servidores efetivos do Município de Imbituba, previsto na Lei Complementar Municipal n. 4.492/2014, será adotado instrumento único de Avaliação de Desempenho.

Art. 6º A avaliação funcional compreenderá as seguintes etapas:

I – verificação de evolução da qualificação através de cursos de atualização e aperfeiçoamento na área de atuação do servidor, mediante a apresentação de documentação comprovante; e

II – avaliação de desempenho do servidor.

Art. 7º A evolução da qualificação mensurada por cursos de atualização ou aperfeiçoamento na área de atuação do servidor ocorrerá na seguinte conformidade:

I – Conclusão de curso de aperfeiçoamento, com duração mínima de 41 (quarenta e uma) horas, serão atribuídos 5 (cinco) pontos por certificado, até o limite máximo de 20 (vinte) pontos;

II – Conclusão de curso de aperfeiçoamento, com duração de até 40 (dez) horas: 2 (dois) pontos por certificado até o máximo de 10 (dez) pontos.

§ 1º Somente serão considerados para efeito de pontuação na Avaliação de Desempenho os cursos estritamente relacionados à área de

atuação do servidor.

§ 2o Caso a relação entre o cargo/emprego do servidor e o curso realizado não seja clara, a CERSP deverá solicitar relatório consubstanciado ao servidor, justificando seu pedido.

§ 3o A CERSP emitirá parecer atribuindo ou não os pontos ao curso em questão.

§ 4o Os cursos concluídos pelos servidores e apresentados à CERSP para obtenção da pontuação não poderão ser computados outra vez.

§ 5o A percepção dos pontos a que se referem os incisos do art. 8o não dá direito ao servidor de atuar em área diferente daquela para a qual foi concursado.

§ 6o Serão aceitos apenas os cursos de aperfeiçoamento concluídos até o interregno máximo de três anos do período de avaliação que se pretende utilizar;

Art. 8o O instrumento de Avaliação de Desempenho constitui o Anexo I deste Decreto.

Art. 9o As definições dos fatores de Avaliação de Desempenho estão estabelecidas no Anexo II deste Decreto.

Art. 10. A cada fator de avaliação correspondem 4 (quatro) situações de desempenho representadas por conceitos, estabelecidos no instrumento de Avaliação de Desempenho constante do Anexo I deste Decreto.

§ 1o Aos conceitos de desempenho mencionados no caput deste artigo será atribuído determinado número de pontos de acordo com o estabelecido no Anexo I deste Decreto.

§ 2o Os pesos atribuídos aos fatores de avaliação de desempenho estão estabelecidos no Anexo III deste Decreto.

CAPÍTULO IV DOS PROCEDIMENTOS PARA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

Art. 11. O preenchimento do formulário de Avaliação de Desempenho será realizado pela chefia imediata à qual o servidor estiver subordinado e, facultativamente, por quem estiver sobreposto hierarquicamente a este, resultando num só formulário.

§ 1o Tendo havido movimentação funcional, o servidor será avaliado por aquele a quem tiver permanecido subordinado por mais tempo no ano em referência;

§ 2o Caracteriza impedimento do avaliador o vínculo com o servidor decorrente de:

I – casamento;

II – união estável;

III – parentesco em linha reta até o 2o grau ou em linha colateral até o 3o grau; e

IV – parentesco por afinidade até o 2o grau;

§ 3o O avaliador poderá declarar-se suspeito por motivo íntimo.

§ 4o Havendo impedimento ou suspeição de ambos os avaliadores ou do segundo avaliador de que trata o caput deste artigo, caberá à CERSP designar um substituto.

Art. 12. O(s)avaliador(es) deverá(ão):

I – atribuir ao servidor avaliado, para cada fator, um conceito compatível com o desempenho demonstrado, preenchendo no formulário de Avaliação de Desempenho o campo destinado para tal fim;

II – avaliar cada servidor com objetividade, limitando-se à observação e à análise do seu desempenho, a fim de eliminar a influência de efeitos emocionais e opiniões pessoais no processo de avaliação;

III – encaminhar os formulários de Avaliação de Desempenho devidamente preenchidos e assinados à CERSP, dentro do prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de seu recebimento.

§ 1o Caso o superior imediato avalie o servidor com média abaixo da prevista no inciso IV do artigo 18, o superior mediato deverá obrigatoriamente realizar a avaliação.

§ 2o No caso de haver alteração da primeira para a segunda avaliação, esta deverá ser acompanhada de considerações que justifiquem a mudança.

Art. 13. O servidor será cientificado do resultado da avaliação, sendo necessária sua rubrica no formulário.

§ 1o Em sua ausência, o servidor tomará ciência por meio de correspondência eletrônica da CERSP.

§ 2o Após a ciência do servidor, nenhuma modificação poderá agravar o resultado da avaliação.

Art. 14. Caberá à CERSP:

I – orientar as chefias e os servidores quanto aos objetivos, procedimentos e cuidados relativos à Avaliação de Desempenho;

II – apurar a pontuação dos servidores avaliados, registrando e totalizando os pontos obtidos em cada fator;

III – convocar os avaliadores para prestarem esclarecimento e, caso sejam constatados erros, distorções ou divergências substanciais no resultado apresentado pela chefia, conforme o disposto no art. 12 deste Decreto, e determinar a realização de nova Avaliação de Desempenho, se for o caso;

IV – homologar as avaliações de desempenho realizadas pelos avaliadores, e, uma vez cumpridos todos os requisitos e não havendo mais pendências, encaminhar para pagamento do novo vencimento e para publicação do ato de concessão de promoção e/ou promoção.

CAPÍTULO V DA PROGRESSÃO HORIZONTAL

Art. 15. De acordo com o art. 4o da Lei Complementar Municipal n. 4.492, de 11 de novembro de 2014, progressão horizontal é a passagem do servidor de seu padrão de vencimento para outro, subsequente, da Tabela Salarial própria da carreira a que pertence o servidor, mediante Avaliação de Desempenho.

Parágrafo único. Compete à CERSP a iniciativa para aferição do preenchimento dos requisitos do 5o da Lei Complementar Municipal n. 4.492/2014 para que, uma vez preenchidos, sejam declarados habilitados à Progressão.

Art. 16. As Avaliações de Desempenho serão processadas pelo Município de Imbituba uma vez ao ano, no mês de aniversário de posse do servidor, e os efeitos financeiros dela decorrentes serão pagos ao servidor no mês subsequente à obtenção da progressão horizontal.

Art. 17. Os efeitos financeiros decorrentes das progressões previstas neste Capítulo serão pagos no mês subsequente à obtenção da progressão horizontal, considerados os 2 (dois) anos de interstício.

Art. 18. Para fazer jus à progressão, o servidor deverá, cumulativamente:

I – ter cumprido o estágio probatório;

II – não ter sofrido pena disciplinar nos últimos 3 (três) anos;

III – ter cumprido o interstício mínimo de 2 (dois) anos de efetivo exercício no padrão de vencimento em que se encontre;

IV – ter obtido, pelo menos, 70% na média das 2 (duas) últimas avaliações de desempenho apuradas pela CERSP a que se refere o art. 9o da Lei Complementar Municipal n. 4.492, de 11 de novembro de 2014, e de acordo com as normas previstas neste Regulamento;

V – não ter sido beneficiado pela promoção vertical no ano da concessão da progressão horizontal; e

VI - estar no efetivo exercício de cargo/emprego a qual prestou concurso público.

§ 1o O total de pontos é representado pela soma da pontuação obtida no formulário de Avaliação de Desempenho, acrescida da pontuação obtida na verificação da evolução da qualificação mensurada.

§ 2o Caso não alcance o grau de merecimento mínimo a que se refere o inciso IV deste artigo, o servidor permanecerá no padrão de vencimento em que se encontra, devendo cumprir novo interstício de efetivo exercício nesse padrão, para efeito de nova apuração.

§ 3o Os itens de avaliação serão:

- a) Assiduidade;
- b) Conhecimento Do Trabalho;
- c) Comprometimento;
- d) Iniciativa;
- e) Planejamento E Organização Do Trabalho;
- f) Pontualidade;
- g) Qualidade Do Trabalho;
- h) Relacionamento Interpessoal;
- i) Trabalho Em Equipe;
- j) Zelo Pelo Patrimônio Público;

§ 4o Os conceitos e pontuação correspondente serão:

- a) Insuficiente (I) - o desempenho do servidor nunca é dentro do esperado (0 pontos);

- b) Regular (R) - o desempenho do servidor é, algumas vezes, abaixo da média esperada (30 pontos);
- c) Bom (B) - o desempenho do servidor frequentemente atende às expectativas (60 pontos);
- d) Ótimo (O) - o desempenho do servidor é sempre acima do esperado (100 pontos).

§ 5º O marco inicial para a contagem do interstício de que trata o inciso III deste artigo coincide com a data de início da vigência da Lei Complementar Municipal n. 4.492/2014;

Art. 19. As chefias deverão enviar, nos períodos determinados, ao órgão municipal gestor de pessoas do Município de Imbituba, as informações e os dados necessários à Avaliação de Desempenho de seus subordinados.

Art. 20. A progressão a que se refere este capítulo será devida a contar do dia seguinte ao término do período mencionado no inciso III do artigo 18, desde que preenchidas as demais exigências de que trata o instituto da progressão.

CAPÍTULO VI DA AVALIAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO

Art. 21. A Avaliação Especial de Desempenho é um processo periódico e sistemático de aferição do desempenho do servidor a ser realizado durante o período de estágio probatório, e utilizado para fins de aquisição da estabilidade no serviço público, conforme art. 41, §4º, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Parágrafo único. Os procedimentos para Avaliação Especial de Desempenho serão aqueles descritos no Capítulo IV e, no que couber, no Capítulo V.

Art. 22. Concluído o período de três anos de efetivo exercício e tendo atingido a pontuação mínima estabelecida no inciso IV do art. 18, o servidor será efetivado através de ato administrativo e terá direito à primeira progressão, exceto já tenha sido beneficiado pela promoção no mesmo ano, situação esta em que os efeitos financeiros da primeira progressão terão início a partir do primeiro dia útil do ano seguinte.

Parágrafo único. A exceção de que trata este artigo (promoção no ano em que finalizou o estágio probatório), não prejudica a contagem do prazo de que trata o inciso III do artigo 18 para efeitos da primeira progressão horizontal.

CAPÍTULO VII DA PROMOÇÃO VERTICAL

Art. 23. De acordo com o art. 2º da Lei Complementar Municipal n. 4.492, de 11 de novembro de 2014, promoção vertical é a passagem mediante obtenção de escolaridade superior à exigida como requisito para o cargo/emprego ocupado pelo servidor vinculado ao:

I – Quadro Permanente do Serviço Público do Executivo Municipal, atrelados ao Plano de Carreira dos Servidores Públicos Municipais instituído pela Lei Municipal n. 1.144, de 29 de abril de 1991, de um Sub-Nível para o Sub-Nível seguinte, no mesmo Padrão; e

II – Quadro Permanente de Pessoal dos Profissionais do Magistério Público Municipal, atrelados ao Plano de Carreira e Remuneração do Pessoal do Magistério Público Municipal instituído pela Lei Complementar Municipal n. 1.984, de 16 de dezembro de 1999, de um Nível para o Nível seguinte, na mesma Referência.

Parágrafo único. Para obtenção da promoção vertical, o servidor deverá requerer apresentar requerimento formal solicitando tal promoção.

Art. 24. Para fazer jus à promoção, o servidor deverá, cumulativamente:

I – pertencer a algum dos quadros permanentes de que tratam os incisos I e II do artigo 23 deste Decreto;

II – ter cumprido o interstício mínimo de 01 (um) ano de efetivo exercício no padrão em que se encontra;

III – ter obtido, pelo menos, o grau mínimo na média da última avaliação de desempenho apurada pela CERSP à que se refere a Lei Complementar Municipal n. 4.492, de 11 de novembro de 2014, de acordo com as normas previstas neste Regulamento;

IV – não haver sofrido penalidade disciplinar no interstício de que trata o inciso II deste artigo;

V – estar no efetivo exercício de seu cargo/emprego.

§ 1º O total de pontos é representado pela soma da pontuação obtida no formulário de Avaliação de Desempenho, acrescida da pontuação obtida na verificação da evolução da qualificação mensurada.

Art. 25. A não realização da avaliação de desempenho prevista no inciso III do artigo anterior implicará na tácita avaliação positiva do desempenho do servidor.

CAPÍTULO VIII DO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO E DO RECURSO

Art. 26. O servidor poderá pedir reconsideração da avaliação de desempenho realizada, no prazo de 10 (dez) dias, contado da ciência do resultado da avaliação.

§ 1o O pedido será dirigido a quem proferiu a decisão com a exposição das razões da inconformidade, sendo permitida a juntada de documentos.

§ 2o Os pedidos de reconsideração deverão ser apreciados no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data em que tiverem sido protocolizados.

§ 3o Serão cientificados da decisão:

I – o servidor; e

II – a CERSP se a avaliação de desempenho sofrer alteração.

Art. 27. O pedido de reconsideração não poderá ser renovado.

Art. 28. Caberá recurso administrativo dirigido à autoridade que julgou o processo, que se processará na forma e prazos previstos no capítulo XV Lei Municipal n. 3.442, de 22 de janeiro de 2009.

Parágrafo único. Os recursos serão dirigidos à autoridade que proferiu a decisão, e serão julgados pela CERSP.

CAPÍTULO IX

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 29. Somente poderão obter a progressão ou a promoção de que trata a lei 4.492/2014, regulamentada por este Decreto, os servidores que estiverem no efetivo exercício de seus cargos/empregos, exercendo as atribuições naturais do cargo/emprego que prestaram concurso público.

§ 1o Considera-se seu cargo/emprego aquele no qual o servidor prestou concurso e tomou posse ou aquele resultante de Ato Administrativo que o tenha regulamentado, como: fusão, renomeação ou transformação.

§ 2o Os servidores que se encontram afastados de seus cargos/empregos em decorrência de mandato eletivo, mandato classista ou desvio de função não poderão concorrer à progressão ou à promoção.

§ 3o Considera-se, a título exemplificativo, o trabalho realizado em desvio de função como aquele realizado fora das atribuições naturais do cargo/emprego a qual prestou concurso público, ainda que esteja percebendo função gratificada ou esteja em exercício de cargo comissionado ou esteja cedido a outro órgão/ente público não integrante do Poder Executivo Municipal.

§ 4º Na hipótese de o servidor ter ingressado no serviço público sem concurso (antes do advento da Constituição Federal de 1988), somente poderão obter a progressão ou a promoção de que trata a lei 4.492/2014, regulamentada por este Decreto, os servidores que estiverem no efetivo exercício de seus cargos/empregos, exercendo as atribuições naturais do cargo/emprego que foram admitidos, observado o §1º deste artigo.

Art. 30. Os atos que concederem a progressão ou a promoção obedecerão, rigorosamente, à ordem das listas de classificação.

Art. 31. Constituem partes integrantes deste Regulamento os Anexos I, II e III que o acompanham.

Art. 32. O servidor que, a partir da data do início da vigência da Lei Complementar Municipal n. 4.492/2014, tiver preenchido os requisitos exigidos pelos incisos I, II, III, IV, V e VI do artigo 18 deste Decreto, fará jus à(s) progressão(ões) por merecimento que lhe é(são) devida(s).

§ 1o A primeira e a segunda progressão devidas a partir da vigência deste Decreto ocorrerá desde que preenchidos os requisitos exigidos pelos incisos I, II, III, IV, V e VI do artigo 18 deste decreto.

§ 2o A(s) progressão(ões) a que se refere o parágrafo anterior gerará(ão) efeito(s) a contar do dia seguinte ao término do período mencionado no inciso III do artigo 18, período este contado a partir da vigência da Lei Complementar Municipal n. 4.492/2014, desde que preenchidas as demais exigências de que trata o instituto da progressão.

§ 3o As progressões seguintes à primeira e à segunda progressão ou as progressões seguintes a janeiro/2019 (o que ocorrer primeiro), para efeitos da contagem do período mencionado no inciso III do artigo 18, utilizarão como marco inicial da contagem o dia do último aniversário de posse do servidor, de maneira que tais progressões ocorrerão após a realização da segunda avaliação de desempenho prevista no art. 16.

Art. 33. O atraso no cumprimento do interstício do inciso III do art. 18 (para progressão) ou do inciso II do art. 24 (para promoção), ou o atraso na concessão da alteração do Padrão, Referência, Sub-nível ou Nível devido, não prejudica a contagem do interstício da próxima progressão ou promoção, de maneira que o marco inicial para contagem da próxima progressão será o dia de aniversário de posse, e o marco inicial para contagem da próxima promoção será o dia da apresentação do requerimento formal solicitando tal promoção.

Art. 34. Entende-se por aniversário de posse o dia do ingresso do servidor no serviço público municipal.

Art. 35. Fica delegada à CERSP estabelecer procedimentos, prazos e diretrizes para a fiel execução do presente decreto.

Art. 36. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Imbituba, 01 de abril de 2019.

Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

ANEXO I
FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

IDENTIFICAÇÃO	
NOME: _____ MATRÍCULA: _____ CARGO/EMPREGO: _____ LOTAÇÃO: _____ CHEFIA IMEDIATA: _____ PERÍODO DA AVALIAÇÃO: _____ AVALIADOR: () SERVIDOR () CHEFIA	
CONCEITUAÇÃO	
Com base no quadro abaixo, preencha, para cada fator avaliado, o campo denominado GRAU, de acordo com as seguintes definições: Insuficiente (I) - o desempenho do servidor nunca é dentro do esperado (0 pontos); Regular (R) - o desempenho do servidor é, algumas vezes, abaixo da média esperada (30 pontos); Bom (B) - o desempenho do servidor frequentemente atende às expectativas (60 pontos); Ótimo (O) - o desempenho do servidor é sempre acima do esperado (100 pontos).	
AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO	
FATORES	GRAU
ASSIDUIDADE - Frequência e permanência do servidor no local de trabalho e nos compromissos profissionais assumidos.	()
CONHECIMENTO DO TRABALHO - Entendimento dos aspectos teóricos e práticos referentes à sua área de atuação, buscando atualização permanente.	()
COMPROMETIMENTO - Responsabilidade no desempenho do trabalho. Capacidade de realizar as metas e objetivos estabelecidos dentro dos prazos estipulados e de modo eficiente.	()
INICIATIVA - Ações diante de eventual ausência de normas, de orientação superior ou em situações imprevistas de trabalho, bem como a adaptação às mudanças nos objetivos e rotinas a que vem sendo submetido.	()
PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO - Estabelecimento de objetivos e metas de trabalho priorizando ações de maneira a alcançar os resultados previstos.	()
PONTUALIDADE - Cumprimento dos horários estabelecidos pela Administração Do Município para a entrada e saída do local de trabalho e para a realização de reuniões, palestras, treinamentos e outros eventos.	()
QUALIDADE DO TRABALHO - Nível de exatidão, correção e clareza dos trabalhos realizados pelo servidor, dentro das metas estabelecidas.	()
RELACIONAMENTO INTERPESSOAL - Habilidade no trato com as pessoas e nível de integração com colegas, chefias e público em geral, no ambiente de trabalho.	()
TRABALHO EM EQUIPE - Nível de colaboração com os demais servidores para a realização de tarefas cotidianas ou extraordinárias visando o interesse institucional.	()
ZELO PELO PATRIMÔNIO PÚBLICO - Nível de cuidado dispensado pelo servidor aos equipamentos e materiais colocados sob sua responsabilidade.	()
RESULTADO FINAL Total de pontos obtidos no formulário de avaliação de desempenho* Total de pontos obtidos na evolução da qualificação (cursos). Total Geral de Pontos	() () ()
O Total de Pontos obtidos no formulário de avaliação de desempenho já leva em consideração a ponderação dos fatores de avaliação, constante no Anexo III.	
OBSERVAÇÕES:	
Assinatura do Avaliado Assinatura do Avaliador Data ____/____/____	

ANEXO II
DEFINIÇÃO DOS FATORES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

ASSIDUIDADE - Frequência e permanência do servidor no local de trabalho e nos compromissos profissionais assumidos.
 CONHECIMENTO DO TRABALHO - Entendimento dos aspectos teóricos e práticos referentes à sua área de atuação, buscando atualização permanente.
 COMPROMETIMENTO - Responsabilidade no desempenho do trabalho. Capacidade de realizar as metas e objetivos estabelecidos dentro dos prazos estipulados e de modo eficiente.
 INICIATIVA - Ações diante de eventual ausência de normas, de orientação superior ou em situações imprevistas de trabalho, bem como a adaptação às mudanças nos objetivos e rotinas a que vem sendo submetido.
 PLANEJAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO - Estabelecimento de objetivos e metas de trabalho priorizando ações de maneira a alcançar os resultados previstos.
 PONTUALIDADE - Cumprimento dos horários estabelecidos pela Administração do Município para a entrada e saída do local de trabalho e

para a realização de reuniões, palestras, treinamentos e outros eventos.

QUALIDADE DO TRABALHO - Nível de exatidão, correção e clareza dos trabalhos realizados pelo servidor, dentro das metas estabelecidas.

RELACIONAMENTO INTERPESSOAL - Habilidade no trato com as pessoas e nível de integração com colegas, chefias e público em geral, no ambiente de trabalho.

TRABALHO EM EQUIPE - Nível de colaboração com os demais servidores para a realização de tarefas cotidianas ou extraordinárias visando o interesse institucional.

ZELO PELO PATRIMÔNIO PÚBLICO - Nível de cuidado dispensado pelo servidor aos equipamentos e materiais colocados sob sua responsabilidade.

ANEXO III

PONDERAÇÃO DOS FATORES DE AVALIAÇÃO

TABELA DE PONDERAÇÃO DOS FATORES DE ACORDO COM O NÍVEL DE ESCOLARIDADE EXIGIDO PARA O CARGO/EMPREGO

Fatores	Nível de escolaridade exigido para o cargo/emprego		
	Nível Superior	Nível Médio	Nível Fundamental
Assiduidade	2,5%	5%	5%
Conhecimento do Trabalho	15%	15%	10%
Comprometimento	15%	15%	15%
Iniciativa	10%	10%	5%
Planejamento e Organização do Trabalho	10%	5%	5%
Pontualidade	2,5%	5%	5%
Qualidade do Trabalho	20%	20%	20%
Relacionamento Interpessoal	10%	10%	10%
Trabalho em Equipe	10%	10%	10%
Zelo pelo Patrimônio Público	5%	5%	15%
Total	100%	100%	100%

EXTRATO DE DECISÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 1967098

EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA

MUNICÍPIO DE IMBITUBA

COMISSÃO DE ANÁLISE E JULGAMENTO DE JUSTIFICATIVAS PARA OS DESVIOS DE FUNÇÃO

A Comissão de Análise e Julgamento de Justificativas para os Desvios de Função, com base na competência que lhe confere a Portaria PMI/SEAD n. 42, de 16 de janeiro de 2019, torna público que na data de 21 de março de 2019, deliberou as suscitações referentes aos Desvios de Função, tendo decidido:

NEGAR os pedidos de permanência realizados pelos Servidores ocupantes de Função de Gratificada, por entendermos que as Funções Gratificadas por eles desempenhadas não estão de acordo com o que dispõe o artigo 3º da Portaria PMI/SEAD n. 43, de 16 de janeiro de 2019.

DECLARAR PREJUDICADO, os pedidos realizados pelos Servidores que já retornaram a sua Secretaria de Origem e ao Servidor que já aderiu ao Programa de Demissão Voluntária - PDV.

DEIXAR DE ANALISAR os pedidos protocolizados pelos Servidores Públicos que não são ocupantes de funções gratificadas, eis que não têm competência para tanto, devendo os mesmos retornarem a sua Secretaria de Origem, caso já não estejam lá lotados, ou a sua função de origem, caso já estejam lá lotados, por não estarem inclusos na exceção prevista no artigo 2º da Portaria mencionada.

AUTORIZAR que os funcionário que aderirem ao Programa de Demissão Voluntária - PDV, instituído pela Lei Complementar n. 4990, de 08 de fevereiro de 2019, permaneçam na sua atual função, até a data de seu efetivo desligamento.

Imbituba, 29 de março de 2019.

Comissão de Análise e Julgamento de Justificativas para os Desvios de Função, abaixo assinada.

Camila Pires Fermino
Secretária Municipal de Administração

Gustavo Borba Benetti
Procurador Geral do Município de Imbituba

Andreza Barcelos Carvalho
Gerente de Pessoal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO Nº 41/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019 (MULTIENTIDADES)

Publicação Nº 1968802

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
COMUNICADO.

A Prefeitura Municipal de Imbituba, através de seu Pregoeiro Oficial comunica aos interessados a retificação do edital de licitação referente ao Processo nº 41/2019 Pregão Presencial nº 32/2019, do tipo menor preço por ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE SCANNER DE DOCUMENTOS COM REDE WIRELESS PARA MÉDIOS A GRANDES GRUPOS DE TRABALHO", em razão dessa retificação, fica transferida a abertura do certame para o dia 12/04/2019 às 14:00.

Imbituba, 02 de abril de 2019.
Fernando Melo da Silva
Pregoeiro Oficial

PORTARIA PMI/SEAD Nº 256/2019

Publicação Nº 1968346

PORTARIA PMI/SEAD Nº 256, de 01 de abril de 2019.
Dispõe sobre a Destituição a Pedido de Coveiro, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 1.144, de 29 de abril de 1991 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Destituir a pedido, o abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público Edital nº 02/2009, admitido em 02 de setembro de 2013 através da PORTARIA PMI/DGP Nº 584/2013, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Destituição
Israel de Sousa Costa	Coveiro - 40h	046.734.569-47	01/04/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 01 de abril de 2019.
Camila Pires Fermينو
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

PORTARIA PMI/SEAD Nº 257/2019

Publicação Nº 1968422

PORTARIA PMI/SEAD Nº 257, de 01 de abril de 2019.
Dispõe sobre a Destituição por Término de Contrato de Servente Merendeira, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei n.º 4.644, de 15 de dezembro de 2015 e o artigo 37, II, da CR/88,

RESOLVE:

Art.1º Destituir por término de contato, a abaixo relacionada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 08/2013, admitida em 03 de abril de 2017 através da PORTARIA PMI/SEAGP Nº 365/2017, para exercer o cargo/função conforme descrito na tabela seguinte.

Nome	Cargo	CPF	Destituição
Marisa dos Santos Silva	Servente Merendeira - 40h	045.894.509-92	02/04/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba SC, 01 de abril de 2019.
Camila Pires Fermينو
Secretária Municipal de Administração

Registre-se e Publique-se, através da Gerência de Atos de Pessoal.
Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Rodrigo de Farias Rosa
Gerente de Atos de Pessoal

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 1000/19

Publicação Nº 1968864

. DECRETO Nº 1000/19
. De 01 de abril de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO / FELIPE FRANCISCO FORTES

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199/17 e demais disposições legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, a partir de 01 de abril de 2019, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) FELIPE FRANCISCO FORTES, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, do quadro de pessoal desta Prefeitura, que além das atribuições, dará apoio técnico nas atividades de análise de projetos de Terraplanagem, vistorias em sistemas de esgotamento e auxilia a Coordenação da Defesa Civil, junto a Secretaria de Urbanização e Meio Ambiente.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1001/19

Publicação Nº 1968866

. DECRETO Nº 1001/19
. De 01 de abril de 2019
CONCEDE GRATIFICAÇÃO / CAIO FERNANDO MACIEL DE OLIVEIRA / FIC

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199/17 e demais disposições legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Gratificação de Nível I, a partir de 01 de abril de 2019, no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) ao(a) servidor(a) CAIO FERNANDO MACIEL DE OLIVEIRA, ocupante do cargo de Professor Regente de Coral da Fundação Indaialense de Cultura, que além das atribuições, o professor assume os trabalhos com a Orquestra Tra-la-lá.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1002/19

Publicação Nº 1968900

. DECRETO Nº 1002/19
. De 01 de abril de 2019
Homologa Classificação Final / Processo Seletivo Nº 02 de 2019 / SAÚDE / Médico Clínico Geral 40 h.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e Lei 4724/12 e Lei nº 5557/2018 e Decreto nº 947 /19, que designou a Comissão Especial de realização e Acompanhamento do PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 002/2019 e Edital homologado pelo Decreto nº 954/19 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado a Classificação Final do Processo Seletivo Nº 02 de 2019 da Secretaria Municipal de Saúde, para a contratação por tempo determinado do cargo de: Médico Clínico Geral 40 h, o Resultado final é parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

A Comissão Especial do Processo Seletivo Público nº 002/2019 torna pública a lista de CLASSIFICAÇÃO FINAL, conforme item 7.5 do edital:

Médico, Clínico Geral 40 horas						
Nº	Nome	Data Nascimento	Cursos	Especializações	Experiên. Profissional	Total
1	Álvaro Prieto Junior	27/09/1968	6	6	12	24
2	Francisco Carlos Becker Ieck	29/07/1957	4	6	12	22
3	Simara Borges LiviIbanez Velasco	02/12/1982	6	6	10	22
4	Andreza Oliveira Santana	07/05/1976	6	0	10	16
5	George Nobre Vieira	02/07/1984	1	6	8	15
6	Joana De Araujo Lobo	30/07/1981	6	0	8	14
7	Marcelo Silva Garrido	02/06/1972	1	0	10	11
8	Kenia Karine De Sousa Almeida	12/10/1972	1	0	0	1
9	Sara De Siqueira Bezerra	13/11/1974	1	0	0	1
10	Vitor Hugo Felipe Knoblauch	22/08/1977	1	0	0	1
11	Eva Sthefane Bandeira Marinho	22/10/1990	1	0	0	1
12	Rafaela Guimarães	25/01/1991	1	0	0	1
13	Marcos Ferranti Smaniotto	18/11/1993	1	0	0	1
14	Rogério SchieflerKleis	13/02/1994	1	0	0	1
15	César Manfro	27/05/1994	1	0	0	1
16	Lisllie Wohlers	06/08/1994	1	0	0	1
17	Juliana Andrade Góes	23/08/1994	1	0	0	1
18	Giovani Damiani Franco	15/09/1994	1	0	0	1
19	Heloise Kosinski Lourenco	07/01/1995	1	0	0	1
20	Rodolfo Agibert Silva	06/04/1995	1	0	0	1

DECRETO Nº 1003/19

Publicação Nº 1968932

. DECRETO Nº 1003/19

. De 01 de abril de 2019

Exonera Gerente de Expediente / Daiane Cristina dos Santos.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199/2017, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada (Troca de cargo), a partir de 01 de abril de 2019, do Cargo em Comissão de Gerente de Expediente, Daiane Cristina dos Santos, nomeada nos termos do Decreto nº 21/17 e alterado pelo Decreto nº 825/17.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 1004/19

Publicação Nº 1968933

. DECRETO Nº 1004/19
. De 01 de abril de 2019
Exonera Gerente de Análise de Projetos / Laryssa Soares Aguilar.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199/2017, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada (Troca de cargo), a partir de 01 de abril de 2019, do Cargo em Comissão de Gerente de Análise de Projetos, Laryssa Soares Aguilar, nomeada nos termos do Decreto nº 837/19.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 1005/19

Publicação Nº 1968934

. DECRETO Nº 1005/19
. De 01 de abril de 2019
Exonera Gerente de Assistência a Saúde / Alan dos Santos.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199/2017, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerado (Troca de cargo), a partir de 01 de abril de 2019, do Cargo em Comissão de Gerente de Assistência a Saúde, Alan dos Santos, nomeado nos termos do Decreto nº 858/19.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 1006/19

Publicação Nº 1968935

. DECRETO Nº 1006/19
. De 01 de abril de 2019
Exonera Gerente de Atendimento ao Consumidor / Sheila da Silva Cardoso de Souza.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199/2017, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica Exonerada (Troca de cargo), a partir de 01 de abril de 2019, do Cargo em Comissão de Gerente de Atendimento ao Consumidor, Sheila da Silva Cardoso de Souza, nomeada nos termos do Decreto nº 920/17.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 1007/19

Publicação Nº 1968936

. DECRETO Nº 1007/19

. De 01 de abril de 2019

Nomeia Gerente de Assistência a Saúde/ Daiane Cristina dos Santos.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199/2017 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 02 de abril de 2019, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente de Assistência a Saúde, previsto na Lei Complementar nº 199/2017 (símbolo CC-5), Daiane Cristina dos Santos, inscrita no CPF sob o nº 051.424.099-73.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2019.

Município de Indaial, em 01 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1008/19

Publicação Nº 1968938

. DECRETO Nº 1008/19

. De 01 de abril de 2019

Nomeia Gerente de Expediente/ Laryssa Soares Aguilar.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199/2017 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 02 de abril de 2019, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente de Expediente, previsto na Lei Complementar nº 199/2017 (símbolo CC-5), Laryssa Soares Aguilar, inscrita no CPF sob o nº 108.933.409-52.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2019.

Município de Indaial, em 01 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1009/19

Publicação Nº 1968937

. DECRETO Nº 1009/19

. De 01 de abril de 2019

Nomeia Gerente de Atendimento ao Consumidor / Alan dos Santos.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199/2017 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 02 de abril de 2019, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente de Atendimento ao Consumidor, PROCON, previsto na Lei Complementar nº 199/2017 (símbolo CC-5), Alan dos Santos, inscrito no CPF sob o nº 008.569.699-40.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2019.

Município de Indaial, em 01 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 1010/19

Publicação Nº 1968939

. DECRETO Nº 1010/19
. De 01 de abril de 2019
Nomeia Gerente de Sistemas / Sheila da Silva Cardoso de Souza.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199/2017 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 02 de abril de 2019, para exercer o Cargo em Comissão de Gerente de Sistemas (CC-5), previsto no na Lei Complementar nº 199/2017, Sheila da Silva Cardoso de Souza, inscrita no CPF sob o nº 074.475.599-97.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2019.

Município de Indaial, em 01 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 995/19

Publicação Nº 1967283

. DECRETO Nº 995/19
. De 01 de abril de 2019
NOMEIA DIRETOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO / VALMOR BINELLO

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199, de 09 de outubro de 2017 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, a partir de 01 de abril de 2019, para exercer o cargo em comissão de Diretor de Assistência Social e Habitação, previsto na Lei Complementar nº 199 de 2017 (Símbolo CC-3), com vencimento pertinente ao respectivo cargo, Valmor Binello, Inscrito no CPF sob o nº 384.961.860-91.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 996/19

Publicação Nº 1967341

. DECRETO Nº 996/19
. De 01 de abril de 2019
EXONERA SANDRA REGINA FLOR DA SILVA / FUNDAÇÃO INDAIALENSE DE CULTURA - FIC

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor,

Considerando, o resultado do Processo Administrativo Disciplinar;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, em 01 de abril de 2019, da função pública, contratada pelo Regime Celetista, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, na Fundação Indaialense de Cultura - FIC, Sandra Regina Flor da Silva.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 997/19

Publicação Nº 1967793

. DECRETO Nº 997/19

. De 01 de abril de 2019

EXONERA AUXILIAR DE ENFERMAGEM / ANGELA RORENA FARIA PRUST.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, A PEDIDO, a partir de 01 de abril de 2019, da função pública, contratada Auxiliar de Enfermagem, do quadro de pessoal desta prefeitura, Angela Rorena Faria Prust.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 01 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 998/19

Publicação Nº 1967854

. DECRETO Nº 998/19

. De 01 de abril de 2019

NOMEIA SUPERVISOR DE ARMAZENAMENTO / ANGÉLICA GEORG / SECRETARIA DE SAÚDE

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199, de 09 de outubro de 2017 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 02 de abril de 2019, para exercer o cargo em comissão de Supervisora de Armazenamento, previsto na Lei Complementar nº 199 de 2017 (Símbolo CC-4), com vencimento pertinente ao respectivo cargo, Angélica Georg, Inscrita no CPF sob o nº 077.402.359-70.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2019.

Município de Indaial, em 01 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

DECRETO Nº 999/19

Publicação Nº 1968868

. DECRETO Nº 999/19

. De 01 de abril de 2019

NOMEIA ASSISTENTE DE PROJETOS / ARCILENE APARECIDA BUZZI CORDEIRO / SECRETARIA DE SAÚDE

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, incisos I, VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, com base na Lei Complementar nº 199, de 09 de outubro de 2017 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 02 de abril de 2019, para exercer o cargo em comissão de Assistente de Projetos, na Secretaria de Saúde,

previsto na Lei Complementar nº 199 de 2017 (Símbolo CC-6), com vencimento pertinente ao respectivo cargo, Arcilene Aparecida Buzzi Cordeiro, Inscrita no CPF sob o nº 003.619.749-14.

Art. 2º - As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 02 de abril de 2019.

Município de Indaial, em 01 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO 145-2018

Publicação Nº 1967936

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO Nº 145/2018

CONTRATADA: TERRABASE TERRAPLENAGEM LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Termo aditivo, visa a prorrogação do prazo pelo período de 90 (noventa) dias.

PRAZO: 20 de março de 2019 até 18 de junho de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 18/03/2019.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO 105-2018

Publicação Nº 1967932

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 002 AO CONTRATO Nº 105/2018

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL BEATRIZ RAMOS.

OBJETO DO CONTRATO: Termo aditivo, visa o repasse adicional no valor de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

DATA DA ASSINATURA: 21/03/2019.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO 105-2018

Publicação Nº 1967926

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 003 AO CONTRATO Nº 105/2018

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL BEATRIZ RAMOS.

OBJETO DO CONTRATO: Termo aditivo, visa a alteração dos dados bancários informados na Cláusula Décima Segunda, item 12.1, IV.

DADOS BANCÁRIOS: Banco Unicredi, Agência 1204, Conta-Corrente 66663-7.

DATA DA ASSINATURA: 22/03/2019.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO 156-2018

Publicação Nº 1967933

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 005 AO CONTRATO Nº 156/2018

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Termo aditivo, visa a prorrogação do prazo pelo período de 30 (trinta) dias.

PRAZO: 26 de março de 2019 até 25 de abril de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 19/03/2019.

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO 047-2018

Publicação Nº 1967939

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº 006 AO CONTRATO Nº 047/2018

CONTRATADA: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.

OBJETO DO CONTRATO: Termo aditivo, visa a prorrogação do prazo pelo período de 60 (sessenta) dias.

PRAZO: 27 de março de 2019 até 26 de maio de 2019.

DATA DA ASSINATURA: 19/03/2019.

PORTARIA Nº 15/19

Publicação Nº 1967354

. PORTARIA Nº 15/19
. De 01 de abril de 2019

Coloca a disposição o Servidor Fabio Lopes de Souza / Secretaria de Saúde.

André Luiz Moser, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII, XI, XII, e demais dispositivos legais em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Colocar a disposição da Secretaria de Saúde, A PEDIDO, em 01 de abril de 2019, o Servidor Fabio Lopes de Souza, ocupante do cargo de Motorista.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 01 de abril de 2019.

André Luiz Moser

Prefeito

Cumpre-se

Iomerê

PREFEITURA

PORTARIA 3413/2019

Publicação Nº 1967852

PORTARIA Nº 3413 DE 01 DE ABRIL DE 2019

Nomeia ALZEMIRO ANTONIO MAFIOLETTI para o cargo comissionado de DIRETOR DE INFRA-ESTRUTURA

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei :

RESOLVE

Art. 1º Nomear ALZEMIRO ANTONIO MAFIOLETTI, brasileiro, residente em Iomere/SC, portador da cédula de identidade nº 685.305 e CPF nº 296.651.409-49, para o cargo comissionado de DIRETOR DE INFRA-ESTRUTURA, lotado na Secretaria de Infraestrutura, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

GABINETE DO PREFEITO

Iomerê, 01 de abril de 2019.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

PORTARIA 3414/2019

Publicação Nº 1967853

PORTARIA Nº 3414 DE 01 DE ABRIL DE 2019

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor público ALEX DE SOUZA MACHADO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/04/2018 a 31/03/2019 a contar de 01/04/2019 a 30/04/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos ao dia 09/01/2019, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 01 de Abril de 2019

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

PORTARIA 3415/2019

Publicação Nº 1967855

PORTARIA Nº 3415 DE 01 DE ABRIL DE 2019

Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor público MAIARA BASEGIO, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 01/03/2018 a 28/02/2019 a contar de 01/04/2019 a 30/04/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos ao dia 09/01/2019, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 01 de Abril de 2019

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

PORTARIA 3416/2019

Publicação Nº 1967857

PORTARIA Nº 3416 DE 01 DE ABRIL DE 2019
Concede férias a servidor municipal

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Conceder férias a servidor público JAQUELINE T. DEON, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo de 04/01/2016 a 03/01/2017 a contar de 01/04/2019 a 30/04/2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos ao dia 09/01/2019, condicionada sua validade a publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM, nos termos da Lei 524/2009.

Iomerê - SC, 01 de Abril de 2019
LUCIANO PAGANINI
Prefeito Municipal

Ipira

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 023/2019-PMI

Publicação Nº 1967639

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE IPIRA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 023/2019 - PMI
Extrato de Ratificação de Inexigibilidade de Licitação nº 003/2019 - PMI

O Município de Ipira torna público que ratificou o ato do Senhor Neocir Rogério de César, Presidente da Comissão Permanente de Licitações, que declarou inexigível a licitação, nos termos do CAPUT do Artigo 25 da Lei Federal nº. 8.666/93 e posteriores alterações, para a contratação de apresentação artística através da Dupla Sertaneja GILBERTO & GILMAR, para realização do evento da Feira Cultural de Ipira, no dia 04 de outubro de 2019, com início às 22 horas, em favor da Empresa GR SHOW E EVENTOS LTDA, no valor de R\$ 47.400,00 (Quarenta e sete mil e quatrocentos reais) de acordo com o Convênio FUNARTE nº 020/2017 – SICONV nº 853267/2017, Programa: Promoção e Fomento à Cultura Brasileira - Ação 202720ZF – Funarte.

Ipira (SC), 01 de Abril de 2019.
Emerson Ari Reichert
Prefeito Municipal

1TAC26/2019-FMS

Publicação Nº 1968510

29/03/2019 31/01/2020 29/03/2019 2019 4 826 1TAC26/2019-PMI 26/2019-PMI 2 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de gasolina, óleo diesel comum, óleo diesel S10, conforme a necessidade, para abastecimento da Frota da Prefeitura Municipal de Ipira e do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no ANEXO "D" deste Edital. 4896,50 9049 Auto Posto da Amizade Ltda J 1 0 0 0 38 C 0 0 13 PR 3 2019 2 Sim PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

1TAC26/2019-PMI

Publicação Nº 1968499

29/03/2019 31/01/2020 29/03/2019 2019 4 2445 1TAC26/2019 26/2019 2 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de gasolina, óleo diesel comum, óleo diesel S10, conforme a necessidade, para abastecimento da Frota da Prefeitura Municipal de Ipira e do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no ANEXO "D" deste Edital. 15434,46 9049 Auto Posto da Amizade Ltda J 1 3 2019 0 38 C 0 0 13 PR 3 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

1TAC27/2019-PMI

Publicação Nº 1968503

29/03/2019 31/01/2020 29/03/2019 2019 4 2446 1TAC27/2019 27/2019 2 A presente licitação tem por objeto a realização de registro de preços, para futura contratação, a fim de viabilizar a aquisição de gasolina, óleo diesel comum, óleo diesel S10, conforme a necessidade, para abastecimento da Frota da Prefeitura Municipal de Ipira e do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no ANEXO "D" deste Edital. 15959,14 10495 Matheus Ayrton Francez J 1 0 0 0 38 C 0 0 13 PR 3 2019 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

2/2019-LAMBARI

Publicação Nº 1968533

29/03/2019 31/12/2019 29/03/2019 2447 2/2019-LAMBARI 0 1 Serviços de execução e consolidação do PROJETO PILOTO DE RECOLHIMENTO DE ANIMAIS MORTOS EM PROPRIEDADES RURAIS EM SANTA CATARINA, autorizado pela Portaria SAR nº 8/2017 de 07 de fevereiro de 2017 8800,00 8594 CONSORCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITARIO DO ALTO J 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

4TAC42/2019-PMI

Publicação Nº 1968518

29/03/2019 31/12/2019 29/03/2019 2017 14 2444 4TAC42/2017 42/2017 2 Contratação de empresa especializada na área de informática para licenciamento mensal de sistemas para gestão pública, para a Prefeitura, Câmara de Vereadores e Fundo Municipal de Saúde. 11318,70 8581 Betha Sistemas Ltda. J 1 0 0 0 34 C 0 0 13 PR 11 2017 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

7TAC101/2016-PMI

Publicação N° 1968493

26/03/2019 26/07/2019 26/03/2019 2016 40 2443 7TAC101/2016 101/2016 3 A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil para execução da obra do Centro de Atividades Culturais, localizado no Centro da cidade de Ipira, com área de 336,65 m², em atenção a Operação nº 1026266-90 - Contrato de Repasse nº 820888/2015 - MINISTÉRIO DA CULTURA. 0 101886 Rjunior Construtora e Incorporadora Ltda -ME J 1 0 0 0 33 C 0 0 4 TP 7 2016 1 Não PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRA

Iporã do Oeste

PREFEITURA

PR 020-2019

Publicação Nº 1968168

MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE – SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 046/2019

O MUNICIPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC leva ao conhecimento dos interessados que realizará as 09:00 horas do dia 15 de Abril de 2019, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Iporã do Oeste/SC, localizada na Rua Santo Antônio, nº 100, Centro, município de Iporã do Oeste/SC.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E INSTALAÇÃO DE LINK DE INTERNET PARA O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE/SC.

Os interessados poderão obter informações com relação ao Edital e seus anexos no Setor de Licitações, pelo telefone (49 3634-1210), de segunda a sexta feira, no horário de expediente.

Os editais estarão disponíveis no site do município, <www.ipora.sc.gov.br>.

Iporã do Oeste/SC, 01 de Abril de 2019.

LÚCIO MALLMANN

PREFEITO MUNICIPAL.

TERMO DE FOMENTO Nº 002/2019

Publicação Nº 1968688

TERMO DE FOMENTO Nº 002/2019 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE IPORÃ DO OESTE.

O MUNICÍPIO DE IPORÃ DO OESTE, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede à Rua Santo Antônio, 100, Município de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, CNPJ n.º 78.485.554/0001-13, representada neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. LÚCIO MALLMANN, portador do CPF sob n.º 831.980.599-68, adiante nomeado MUNICÍPIO, e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE, com sede na Rua Balduino Wandscheer, nº 30, Centro, Município de Iporã do Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ n.º 08.490.891/0001-13, representado neste ato por seu Presidente, Sr. ROGÉRIO ANTÔNIO BERTI, portador do CPF sob n.º 828.227.439-91, adiante nomeada ASSOCIAÇÃO, resolvem celebrar o presente Termo de Fomento em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2.014, a Lei Municipal nº 1.851/2019, Decreto Municipal 020/2017 e o Decreto Municipal 030/2019, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente Termo de Fomento, decorrente de dispensa de chamamento público, conforme Termo de Inexigibilidade nº 003/2019, tem por objeto atender as atividades que proporcionam o acesso e a apropriação do conhecimento científico, bem como qualidade e habilidades que visem melhorar a autoestima, a independência nas atividades da vida diária e a convivência no meio familiar e social, contemplando neste aspecto melhoria da qualidade de vida dos alunos que frequentam a APAE, conforme detalhado no Plano de Trabalho.

1.2 - Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas vedadas pela respectiva Lei de Diretrizes Orçamentárias.

1.3 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:

I - Delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;

II - Prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

2.1 - São obrigações dos Partícipes:

I - DO MUNICÍPIO:

a) Fornecer manuais específicos de prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias, informando previamente e publicando em meios oficiais de comunicação às referidas organizações eventuais alterações no seu conteúdo;

b) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à Comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;

c) Realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no

ajuste das metas e atividades definidas;

d) Liberar os recursos por meio de transferência eletrônica e em obediência ao cronograma de desembolso, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto do termo de fomento;

e) Promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;

f) Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;

g) Instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.

II – DA ASSOCIAÇÃO:

a) manter escrituração contábil regular;

b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;

c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

d) manter e movimentar os recursos na conta bancária específica, observado o disposto no art. 51 da Lei nº 13.019/2014;

e) dar livre acesso dos servidores dos órgãos ou das entidades públicas repassadoras dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;

f) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

g) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

h) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato deste Termo de Fomento, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – O MUNICÍPIO transferirá, para execução do presente Termo de Fomento, o valor de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais), correndo a despesa à conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão:	05.00	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, DESPORTO, CULTURA E TURISMO
Unidade:	05.01	Departamento de Educação
Proj./Ativ.	012.0367.0013.2051	Manutenção Ações da Educação Especial
3.3.50.00.00.00.00.00		Transf. Instituições Privadas sem fins lucrativos
01.00.00.00		Recursos Ordinários
03.00.00.00		Superávit - Recursos Ordinários
Total		47.000,00

3.2 – O montante de R\$ 47.000,00 (quarenta e sete mil reais) será repassado a Entidade, em 05 (cinco) parcelas, conforme segue:

Nº. de Parcela	Valor R\$	Montante e Data de Pagamento	Fonte de Recursos
Parcela 01	20.000,00	(vinte mil reais) em 04.04.2019	01.00.00.00
Parcela 02	7.500,00	(sete mil e quinhentos reais) em 31.05.2019	03.00.00.00
Parcela 03	7.500,00	(sete mil e quinhentos reais) em 26.07.2019	03.00.00.00
Parcela 04	7.000,00	(sete mil reais) em 27.09.2019	01.00.00.00
Parcela 05	5.000,00	(cinco mil reais) em 29.11.2019	01.00.00.00

3.3. As parcelas serão depositadas em conta bancária específica para celebração do presente Termo de Fomento, sendo que a Entidade apresentou os seguintes dados bancários:

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXEPCIONAIS – APAE

CNPJ n.º 08.490.891/0001-13

Banco: BANCO DO BRASIL

Agencia: 3735-4

Conta: 205.018-8

CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

4.1 – O MUNICÍPIO transferirá os recursos em favor da ASSOCIAÇÃO, conforme o cronograma de desembolso contido no plano de trabalho, mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária específica vinculada a este instrumento.

Parágrafo único: Quando a liberação dos recursos, ocorrer em 3 (três) ou mais parcelas, a terceira ficará condicionada à entrega da prestação de contas referente a primeira parcela e assim sucessivamente.

4.2 - É obrigatória a aplicação dos recursos deste Termo de Fomento, enquanto não utilizados, em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão do seu uso for igual ou superior a um mês; ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

4.3 - Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do Termo de Fomento, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

4.4 - As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III- quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

4.7 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS

5.1 – O presente Termo de Fomento deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2 - Fica expressamente vedada a utilização dos recursos transferidos, sob pena de nulidade do ato e responsabilidade do representante da ASSOCIAÇÃO, para:

I - realização de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar;

II - finalidade diversa da estabelecida neste instrumento, ainda que em caráter de emergência;

III - realização de despesas em data anterior ou posterior à sua vigência;

IV - realização de despesas com multas, juros ou correção monetária, inclusive, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;

V - realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos; e

VI - repasses como contribuições, auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos;

VII - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

5.3 - Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

§ 1º Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

§ 2º Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, admitir-se-á a realização de pagamentos em espécie mediante apresentação de justificativa.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1 - O presente Termo de Fomento vigorará a partir da sua assinatura até 31/12/2019, conforme prazo previsto no Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.

6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ASSOCIAÇÃO devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes

do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Fomento.

6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, o MUNICÍPIO, promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da ASSOCIAÇÃO, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada pôr termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Fomento ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei nº 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo Termo de Fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

7.3 - Em cumprimento ao disposto na alínea "g" do artigo 35 da Lei Federal nº 13.019, de 31.07.14, fica designada a servidora ELIZIANE APARECIDA PEREIRA FRANTZ Matrícula nº 89370, Gestor da presente parceria.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil, deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas, a exemplo, dentre outros, das seguintes informações e documentos:

I – Ofício encaminhando a prestação de contas assinado pelo presidente da entidade;

II – Extrato da conta bancária específica;

III - Notas e comprovantes fiscais, inclusive recibos, com data do documento, valor, dados da organização da sociedade civil, número do instrumento da parceria, com declaração do responsável, no documento comprobatório da despesa, certificando que o material foi recebido ou o serviço prestado em conformidade com as especificações nele consignadas;

IV - Comprovante do recolhimento do saldo da conta bancária específica, quando houver;

V - Material comprobatório do cumprimento do objeto em fotos, vídeos ou outros suportes;

VI - Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso; e

VII – Lista de presença do pessoal treinado ou capacitado, quando for o caso;

VIII – Contratos de Trabalho dos serviços contratados, quando for o caso;

IX – Contratos de Locação, quando for o caso;

§ 1.º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.

§ 2.º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos, no prazo de até 60 dias a partir do recebimento de cada parcela.

8.2 - A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:

I - Relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II - Relatório de execução financeira do Termo de Fomento, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

8.3 - A Administração pública municipal considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I - Relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

II - Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do Termo de Fomento.

8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:

I - Os resultados já alcançados e seus benefícios;

II - Os impactos econômicos ou sociais;

III - O grau de satisfação do público-alvo;

IV - A possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.

8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019, de 2014, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - Aprovação da prestação de contas;

II - Aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - Rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até sessenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - Não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - Nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:

I - Regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - Regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

III - Irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

- a) Omissão no dever de prestar contas;
- b) Descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- c) Dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
- d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no Termo de Fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES

9.1 - A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.

9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Fomento com alteração da natureza do objeto.

9.3 - O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.

9.4 - As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Assessoria Jurídica do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.

9.5 - Poderá o aditamento do presente instrumento, ser formalizado quando da utilização de recursos remanescentes do saldo deste Termo de Fomento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019, de 2014, e da legislação específica, o Município poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a ASSOCIAÇÃO as seguintes sanções:

I - Advertência;

II- Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - Declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Prefeito Municipal, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 - Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Fomento.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da ASSOCIAÇÃO e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4 - Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.

11.5 - Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Fomento, sob pena de reversão em favor do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de Termo de Fomento poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de Termo de Fomento ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública municipal no prazo de até 10 (dez) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os partícipes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este Termo de Fomento serão remetidas por correspondência ou e-mail serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão via e-mail, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Termo de Fomento, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste Termo de Fomento, que não possam ser resolvidas pela via administrativa o Foro da Comarca de Mondaí.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Iporã do Oeste, 29 de março de 2019.

Ipuacú

PREFEITURA

DECRETO Nº 065 DE 29 DE MARÇO DE 2019. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2018 PELO SUPERAVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1968473

DECRETO Nº 065

DE 29 DE MARÇO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2018 PELO SUPERAVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e XXVII do Art. 91 da Lei Orgânica, Art. 9º da Lei 888, de 30 de novembro de 2018 – Lei Orçamentária para o exercício de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional suplementar pelo superávit financeiro no valor de R\$ 182.290,00 (cento oitenta e dois mil, duzentos e noventa reais) na seguinte programação de despesa:

02.00 – Gabinete do Prefeito e Vice

Projeto/Atividade n. 04.122.0401.2.019

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 1300 – Superávit Recursos Ordinários

Despesa: 137 – R\$ 102.290,00

05.00 – Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Projeto/Atividade n. 27.813.2901.2.069

Modalidade de Aplicação: 33900000

Fonte de Recurso: 1300 – Superávit Transferências de Convênios - União

Despesa: 133 – R\$ 80.000,00

Art. 2º. Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro da fonte de recursos do Superávit Recursos Ordinários.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacú-SC, em 29 de março de 2019.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacú

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2019.

DECRETO Nº 066 DE 29 DE MARÇO DE 2019. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2018 PELO SUPERAVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1968478

DECRETO Nº 066

DE 29 DE MARÇO DE 2019.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2018 PELO SUPERAVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita do Município de Ipuacú, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e XXVII do Art. 91 da Lei Orgânica Art. 9º da Lei 888, de 30 de novembro de 2018 – Lei Orçamentária para o exercício de 2019;

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional suplementar pelo superávit financeiro no valor de R\$ 59.500,00 (cinquenta e nove mil e quinhentos reais) na seguinte programação de despesa:

12.00 – Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade n. 10.305.1001.2.035 – Manutenção da Vigilância em Saúde e Epidemiológica

Modalidade de Aplicação: 44900000

Fonte de Recurso: 03.1338 – Superávit Financeiro – Transferência União
Despesa: 21 – R\$ 59.500,00

Art. 2º. Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro da fonte de recursos 03.1338 – Superávit Financeiro – Transferência União de Recursos de Vigilância em Saúde, conforme solicitação da Secretaria de Saúde para aquisição de veículo para ser utilizado junto a vigilância sanitária e epidemiológica.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuacu-SC, em 29 de março de 2019.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO Nº 2410 /2019

Publicação Nº 1967352

APROVA REGULAMENTO DO
V CONCURSO DECLAMAÇÃO
DE POESIA NA ESCOLA - 2019

VOLNEI SCHMIDT, Prefeito Municipal de
Ipumirim-SC, no uso de suas atribuições

DECRETA:

- 1º - Fica aprovado o Regulamento do V Concurso de Declamação de Poesia na Escola - 2019
2º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto tem validade a partir da data de sua publicação

Ipumirim-SC, 01 de abril de 2019.

Volnei Schmidt
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2411 /2019

Publicação Nº 1967356

APROVA REGULAMENTO DA BIBLIOTECA
DO PEQUENO LEITOR –ANO XII- 2019 .

VOLNEI SCHMIDT, Prefeito Municipal de
Ipumirim-SC, no uso de suas atribuições

DECRETA:

- 1º - Fica aprovado o Regulamento do Concurso Biblioteca do Pequeno Leitor –Ano XII – 2019
2º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto tem validade a partir da data de sua publicação

Ipumirim-SC, 01 de abril de 2019.

Volnei Schmidt
Prefeito Municipal

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019 PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 33/2019/PM

Publicação Nº 1968449

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM
Estado de Santa Catarina
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 33/2019

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT - PREFEITO MUNICIPAL torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar, REGISTRO DE PREÇOS através de Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, na forma da Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e 8.666/93 de 21 de junho de 199, com entrega dos envelopes fixada para às 08:45:00 horas do dia 15/04/2019, e abertura prevista para às 09:00:00 do dia 15/04/2019. Objeto da licitação: Contratação de empresa do ramo de engenharia sanitária para a prestação dos serviços de coleta no reservatório, transporte, tratamento e destinação final de esgoto sanitários,. O edital poderá ser obtido no endereço eletrônico www.ipumirim.sc.gov.br, (link: Transparência -> Licitações, clicando sobre a respectiva modalidade dessa licitação). Possíveis alterações, suspensão, revogação ou anulação do edital, serão disponibilizadas no mesmo endereço eletrônico, cabendo a licitante interessada acompanhar a situação da licitação. Demais esclarecimentos e informações, poderão ser obtidas junto ao setor de licitações e contratos, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefones (49) 3438-3422 ou (49) 3438.3429, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis.

Ipumirim - SC, 01/04/2019
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 190 /2019

Publicação Nº 1967387

Nomeia Comissão Organizadora do V CONCURSO DE DECLAMAÇÃO
DE POESIA NA ESCOLA - 2019

VOLNEI SCHMIDT, Prefeito Municipal de
Ipumirim-SC, no uso de suas atribuições

NOMEIA:

1º - Nomeia membros da Comissão Organizadora

Ione Farina
Marilei Salete Frigeri Carpinelli
Marisa Rossetto

2º - Revogadas as disposições em contrario, a presente Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

Ipumirim-SC, 01 de abril de 2019.
Volnei Schmidt
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 189/2019 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1967367

CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL NOMEADA POR CONCURSO PUBLICO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT, Prefeito Municipal do município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de acordo o artigo 105 da Lei 001/2002, de 26 de setembro de 2002, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE

A FLAVIANE FATIMA MANICA, matrícula 2009, com domicílio na Cidade de Concórdia - SC, CPF sob o nº. 005.169.49-24, Nomeada por concurso Publico no cargo de Fisioterapeuta, com carga horária de 40 horas semanais, licença gestação de 180 (Cento e oitenta) dias, para o período de 15/03/2019 a 10/09/2019 conforme atestado médico.

Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzira efeitos a partir de 01 de Abril de 2019.

Ipumirim - SC, 01 de Abril de 2019.
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 191/2019

Publicação Nº 1967391

Nomeia Coordenação Geral do Concurso
Biblioteca do Pequeno Leitor – Ano XII- 2019.

VOLNEI SCHMIDT, Prefeito Municipal de
Ipumirim-SC, no uso de suas atribuições

NOMEIA:

1º - Nomeia membros da Coordenação Geral do Concurso Biblioteca do Pequeno Leitor –Ano XII – 2019

Ione Farina
Marilei Salete Frigeri Carpinelli
Marisa Rossetto

2º - Revogadas as disposições em contrario, a presente Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

Ipumirim-SC, 01 de abril de 2019.
Volnei Schmidt
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 192/2019 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1967498

CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO NO CARGO DE FISIOTERAPEUTA PARA ATENDER A NCESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO

O Prefeito de Ipumirim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 103/2011, que Altera vagas, carga horária, cria, altera e extingue cargos do Anexo II e altera e cria níveis no V, da Lei Complementar 02/2002 que Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim-SC. e considerando também a homologação do resultado do Processo Seletivo 008/2018.

CONTRATA

AYRTON SILVA CASSARO, sob a Matrícula 3022-8, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº. 5.349.900-0 e do CPF 064.349.669-62, para ocupar o cargo em caráter temporário de Fisioterapeuta 40 Horas, constante no , nível salarial NIVEL CE 180, no Regime Jurídico estabelecido no artigo 8º da Lei Complementar 04/2002, com carga horária de 40 horas semanais, lotação: Secretaria de Assistência Social e Habitação, para o período de 01/04/2019 até a volta da titular Flaviane Manica que esta em licença Maternidade. Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria produzirá efeitos a partir de 01/04/2019.

Ipumirim - SC, 01 de abril de 2019.
Volnei Antônio Schmidt

PORTARIA Nº. 193/2019 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1967698

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR EFETIVO A PEDIDO E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o art. 125 da Lei complementar nº 001/2002 de 26 de setembro de 2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências,

CONCEDE:

A TANIA MARIA BARON LANGUAGE, matrícula 2004, férias de 15 dias, relativa ao período aquisitivo de 2017 a 2018 e gozo a partir de 03 de Abril de 2019 a 15 de Abril de 2019.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01 de Abril de 2019.

Ipumirim - SC, 01 de Abril de 2019.
VOLNEI ANTONIO SCHMIDT
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 194/2019 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1968282

NOMEIA POR CONCURSO PUBLICO MEMBRO DO MAGISTÉRIO PUBLICO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 003/2002, que Institui o Plano de Cargos, Vencimentos e Carreira dos profissionais do Magistério Público do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Edital de Concurso Público 001/2018.

RESOLVE:

NOMEAR, sob a Matrícula 3023-6, JANIELE BETINA BOGONI, com domicílio na Cidade e Município de Concórdia, Carteira de Identidade nº. 3.572.748 e do CPF 036.363.669-20, para o cargo de provimento efetivo de Professor, Anos Iniciais , constante no ANEXO I, Quadro de Pessoal dos Membros do Magistério Público Municipal, auferindo os Vencimentos previstos no NÍVEL INICIAL do ANEXO III, da Lei Complementar nº 03/2002, nível salarial Professor Latu Sensu, com carga horária de 20 horas semanais, lotação: Núcleo Educacional Isidoro Glácomo Savaris.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 01/04/2019.

Ipumirim - SC, 01 de abril de 2019.
Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

REGULAMENTO DA BIBLIOTECA DO PEQUENO LEITOR- ANO XII- 2019

Publicação Nº 1967396

REGULAMENTO DA BIBLIOTECA DO PEQUENO LEITOR- ANO XII- 2019

Ipumirim-SC, abril de 2019.

Cap. I – Da Instituição

Art. 1º - Fica instituído pela Prefeitura Municipal de Ipumirim-SC, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes O Concurso Biblioteca do Pequeno Leitor – Ano XII- 2019.

Cap. II – Da Coordenação Geral

Art. 2º - A Coordenação Geral do referido Projeto, conforme Portaria, cabe à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Cap. III – Dos Objetivos

Art. 3º - São objetivos do Concurso Biblioteca do Pequeno Leitor - Ano XII-2019:

- Fomentar a idéia de que a escola não é somente um espaço de transmissão de conhecimento, mas sim, de produção de conhecimento;
- Proporcionar o desenvolvimento da criatividade;
- Enriquecer o patrimônio escolar e cultural;
- Incentivar, valorizar e divulgar a criação textual produzida nas escolas;
- Estimular o potencial criativo e a leitura;
- Produzir textos /desenhos, fundamentados na realidade cultural comunitária.

Cap. IV – Dos Participantes

Art. 4º - Poderão participar do Concurso:

- Todos os alunos de rede estadual ou municipal de ensino existentes no município;
- Todos os munícipes interessados.

§ 1º – Para efeito de classificação, considerar-se-á os níveis: Educação Infantil, Séries Iniciais, Séries Finais e Ensino Médio, educação especial (AEE, APAE, alunos de inclusão), pessoas da comunidade.

Cap. V – Das Categorias e Produção Textual

Art. 5º - As Categorias e as produções deverão obedecer:

- Educação Infantil: produção coletiva; Criação de historias com ou sem ilustração Classificação final: 3 trabalhos;
- Séries Iniciais: produção individual; Criação de histórias com ilustração. Classificação Final: 5 trabalhos.
- Séries Finais: produção individual; Criação de textos narrativos, descritivos ou em versos. Classificação Final: 7 trabalhos.
- Ensino Médio: produção individual; Criação de textos dissertativos, memórias literárias crônica, artigo de opinião ou versos. Classificação Final: 4 trabalhos.
- Educação Especial (AEE, APAE, alunos de inclusão): produção coletiva ou individual; Criação de historias com ou sem ilustração Classificação final: 4 trabalhos;
- Pessoas da comunidade: produção individual; Criação de textos dissertativos, memórias literárias crônica, artigo de opinião ou versos. Classificação Final: 2 trabalhos.

§ 2º: Caso a Comissão Avaliadora, após análise, entender que dentro das categorias acima descritas não há trabalhos qualificados e que se enquadrem nos critérios exigidos, poderão ser classificados mais trabalhos em outras categorias.

Art. 6º - Poderão participar também da publicação. Pessoas da comunidade que escrevem textos e que gostariam de ter seu trabalho publicado.

Art. 7º- Cada escola poderá classificar para a fase municipal o número de trabalhos abaixo descritos (por série):

	Categorias						
Escola	Nível 1 (creche, pré escola)	Nível 2 (1º e 2º ano)	Nível 3 (3º ao 5º ano)	Nível 4 (6º ao 7º ano)	Nível 5 (8º ao 9º ano)	Nível 6 (ensino médio)	AEE/Alunos de inclusão/ APAE
Núcleo E.M.P. Claudino Locatelli	2 (1 por turno)	4 (2 por turno)	4 (2 por turno)	4 (2 por turno)	4 (2 por turno)	-	2
Núcleo E M João Canton	-	-	-	4 (2 por turno)	4 (2 por turno)	-	1
EEB Benjamim C de Oliveira	-	-	-	4 (2 por turno)	4 (2 por turno)	3 (1 por turno)	1
EEB Orides Rovani-Bom Sucesso	-	-	-	2	2	1	1

Núcleo EM Orides Rovani- Bom Sucesso	2	2	2	-	-		1
EEF P Isidoro G Savaris - São Rafael	-	-	-	2	2		1
Núcleo EM Pref. Isidoro G Savaris - São Rafael	2	2	2	-	-		1
Serrinha	-	1	1	-	-		-
Creche	2	-	-	-	-		-
EJA	-	-	-	1	1	1	-
APAE	-	-	-	-	-	-	2
Total	8	9	9	17	17	5	10
Total Geral	75						

§ 3º: O tema dos trabalhos será livre para todas as categorias.

Cap. VI – Dos Critérios de Seleção

Art. 8º - Para a avaliação serão seguidos os seguintes critérios:

- Criatividade;
- Originalidade no texto;
- Relação entre texto e desenho;
- Produção textual condizente com a idade do autor;
- Presença de aspectos próprios do gênero de texto escrito;
- Identificação com a realidade comunitária atual ou passada.

§ 4º: A avaliação realizada nas escolas deverá obrigatoriamente seguir os mesmos critérios de seleção.

Cap. VII – Da Organização nas Escolas:

Art. 9º - O concurso será desenvolvido pelas escolas, respeitando este regulamento, sob a orientação da Direção, equipe pedagógica e professores, cabendo a estes o planejamento do mesmo no seu estabelecimento de ensino para seleção na fase municipal,

Cap. VIII – Da Premiação:

Art. 10º - Aos selecionados para a publicação a Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes de Ipumirim-SC, conferirá o Troféu Jovem Escritor, bem como a publicação em livro, Certificado de Participação e um prêmio surpresa.

Cap. IX – Da Comissão Avaliadora

Art. 11º - A comissão avaliadora na fase municipal será composta por membros com conhecimento na área de Língua Portuguesa e produção textual, agentes culturais ou escritores, nomeados pela Comissão Organizadora, alheios às atividades de qualquer escola referente à participação direta na elaboração dos trabalhos.

§ 5º: Nas escolas, a Comissão Avaliadora dos trabalhos será de responsabilidade da mesma.

Cap. X – Da apresentação dos trabalhos

Art. 12º- Os trabalhos deverão ser entregues pela escola em folha ofício ou almaço, escritos a mão ou digitados. Os desenhos que acompanham o trabalho deverão ser entregues em folha separada. O texto deverá estar acompanhado das seguintes informações: nome, idade, filiação, série, escola, professor orientador e diretor.

Cap. XI – Da Publicação

Art. 13º- As despesas decorrentes da publicação da Biblioteca do Pequeno Leitor - Ano XII -2019 correrão por conta da Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 14º- O projeto de diagramação será de responsabilidade da Coordenação Geral, obedecendo ao princípio de impressão com letras maiúsculas e minúsculas, não sendo permitida alteração nos desenhos, apenas correção ortográfica dos textos.

Cap. XII – Dos Direitos Autorais

Art. 15º- Os direitos autorais serão cedidos gratuitamente à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes que deles fará uso para a publicação gratuita às escolas e/ou usar para outros fins educativos cultural.

Cap. XIII – Dos prazos

Art. 16º- O lançamento do concurso nas escolas será no mês de abril de 2020.

Art. 17º- As escolas terão o prazo máximo de até 25 de outubro de 2019 para entregar os trabalhos classificados à Coordenação Geral.

Art. 18º- A Coordenação Geral terá prazo até 06 de dezembro de 2019 para divulgar o resultado final.

Cap. XIV- Do lançamento da publicação

Art. 19º- A publicação da Biblioteca do Pequeno Leitor – Ano XII - 2019, e a entrega de premiação aos vencedores, será no mês de abril de 2020, durante a Semana do Município.

Cap. XV – Das Disposições Finais

Art. 20º- As decisões da Comissão Avaliadora e da Coordenação Geral em qualquer etapa serão soberanas, não se admitindo contra elas nenhum recurso.

Art. 21º- Não serão devolvidos os textos, documentos ou quaisquer materiais entregues à Coordenação Geral.

Art. 22º- Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pela Coordenação Geral.

Art. 23º- O presente Regulamento tem validade a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ipumirim-SC, 01 de abril de 2019.

Volnei Schmidt Ione Farina

Prefeito Municipal Secretária M E C E

V CONCURSO DECLAMAÇÃO DE POESIA NA ESCOLA – 2019

Publicação Nº 1967408

V CONCURSO DECLAMAÇÃO DE POESIA NA ESCOLA – 2019

Ipumirim-SC, 01 abril de 2019.

Cap. I – Da Instituição

Art. 1º - Fica instituído pela Prefeitura Municipal de Ipumirim-SC, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, Setor Cultural o V Concurso Declamação de Poesia na Escola – 2019.

Cap. II – Da Coordenação Geral

Art. 2º - A Coordenação Geral cabe à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes através da Cultura.

Cap. III – Dos Objetivos

Art. 3º - São objetivos do V Concurso Declamação de Poesia na Escola - 2019

- a) Estimular, incentivar e familiarizar o aluno ao hábito da leitura do gênero poesia, valorizando a literatura brasileira;
- b) Cultivar a prática da expressão artística da declamação;
- c) Revelar novos talentos na arte da declamação;
- d) Promover a integração entre as escolas;

Cap. IV – Dos Autores

Art. 4º - Poderão ser declamados somente poemas e poesias de autores brasileiros, sendo que a escolha dos mesmos deverá ser orientada pelo professor da forma como achar conveniente. A Biblioteca Pública Municipal Érico Veríssimo terá a disposição livros de autores brasileiros que poderão ser retirados ou consultados.

§ Primeiro - Não poderá ser declamada nenhuma das poesias classificadas na etapa final do III e IV Concurso Declamação de Poesia na Escola- 2017 /2018.

Cap. V– Da Organização nas Escolas:

Art. 5º - A fase escolar será desenvolvida nas escolas, sob a orientação da equipe pedagógica e professores, cabendo a estes o planejamento do mesmo no seu estabelecimento de ensino, respeitando as datas constantes neste regulamento.

Cap. VI – Dos Participantes

Art. 6º - Poderão participar do Concurso:

- a) Todos os alunos matriculados na rede municipal e estadual de ensino do município de Ipumirim;

§ Único – Para efeito de classificação, considerar-se-á: nível 1: creche, pré escolar nível 2 –1º e 2º ano nível 3: 3º ao 5º ano; nível 4: 6º e 7º ano, nível 5: 8º e 9º ano e nível 6 Ensino Médio.

Art. 7º- Cada escola participará da fase municipal de acordo com as categorias abaixo descritas:

Escola	Categorias					
	Nível 1 (creche, pré escola)	Nível 2 (1º e 2º ano)	Nível 3 (3º ao 5º ano)	Nível 4 (6º ao 7º ano)	Nível 5 (8º ao 9º ano)	Nível 6 (ensino médio)
Núcleo E.M.P. Claudino Locatelli	2(1 por turno)	2(1 por turno)	2 (1 por turno)	-	-	-
Núcleo E M João Canton	-	-	-	2 (1 por turno)	2 (1 por turno)	-
EEB Benjamim C de Oliveira	-	-	-	2 (1 por turno)	2 (1 por turno)	3 (1 por turno)
EEB Orides Rovani- Bom Sucesso	-	-	-	1	1	1
Núcleo EM Orides Rovani- Bom Sucesso	1	1	1	-	-	-
EEF P Isidoro G Savaris - São Rafael	-	-	-	1	1	-
Núcleo EM Pref. Isidoro G Savaris - São Rafael	1	1	1	-	-	-
Serrinha	-	1	1	-	-	-
Creche	1	-	-	-	-	-
EJA	-	-	-	1	1	1
Total	5	5	5	7	7	5
Total Geral	34					

Art. 8º – Os 34 selecionados na fase escolar participarão da fase final municipal. Serão avaliados por categoria, sendo escolhido um campeão por categoria, portanto 6 vencedores.

Cap. VII – Dos Critérios de Seleção

Art. 9º - Para a avaliação serão seguidos os seguintes critérios:

- Postura Cênica: entende-se a gesticulação, a expressividade, a ação do corpo que deve acompanhar a recitação da poesia;
- Interpretação: habilidade de unir a expressão gestual e corporal aos elementos da dicção e da entonação para a expressão do teor do texto declamado;

Art. 10º - Nos quesitos Postura Cênica e Interpretação, serão atribuídas notas de 5 (cinco) a 10 (dez). Podendo ser fracionadas até uma casa decimal.

Art. 11º - A nota final será a somatória das notas dos jurados, determinando a classificação final.

Art.12º - Não será permitido o uso de data show e cenário diferenciado, somente a vestimenta, lembrando que este detalhe não será avaliado. O cenário será feito pela coordenação do concurso e será padrão.

Cap. VIII – Da Premiação:

Art. 12º - A Prefeitura Municipal através da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, premiará os 34 selecionados em nível de escola com Troféus.

Além deste prêmio os 6 vencedores à nível de município receberão um presente surpresa e Certificado de Participação.

Cap. IX – Da Comissão Avaliadora

Art. 13º - A comissão avaliadora à nível municipal será composta por membros que tenham conhecimento na área de Língua Portuguesa, na produção textual, ou na área educacional e cultural, nomeados pela Comissão Organizadora, alheios às atividades de qualquer escola.

§ Segundo: A forma de escolha na fase escolar será livre.

Cap. X – Da inscrição

Art. 14º- A inscrição dos selecionados a nível municipal deverá ser entregue pelas escolas à Comissão Organizadora, na Secretaria de Educação. Deverá conter as seguintes informações: Nome do declamador, filiação, idade, série, nome da Unidade Escolar, nome do professor orientador e direção.

Cap. XI – Dos prazos

Art. 15º- O lançamento do concurso nas escolas será no mês abril de 2019.

Art. 16º- As escolas terão o prazo máximo de até 13 de setembro de 2019 para inscrever os declamadores na fase final municipal.

Art. 17º- A fase final municipal será no dia 18 de outubro de 2019 (sexta feira), com início às 13h20m no Clube SER sete de Setembro.

Cap. XII – Das Disposições Finais

Art. 18º- As despesas correrão por conta da Prefeitura Municipal através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 19º- As decisões da Comissão Avaliadora e da Coordenação Organizadora, em qualquer etapa, serão soberanas, não se admitindo

contra elas nenhum recurso.

Art. 20º- Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pela Comissão Organizadora.

Art. 21º- O presente Regulamento tem validade a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ipumirim - SC, 01 de abril de 2019.

Volnei Schmidt Ione Farina

Prefeito Municipal Secretária Municipal de Educação Cultura e Esportes

Marilei S Frigeri Carpinelli

Coordenadora do Concurso

Não Podem Ser Declamadas No V CONCURSO DECLAMAÇÃO DE POESIA NA ESCOLA – 2019

De 2017.

Poesia: Pontinho De Vista Autor: Pedro Bandeira.

Poesia: Essa Não, Jacaré! Autor: Dirce Guedes.

Poesia: A Sementinha Autor: Desconhecido.

Poesia: Ninho No Coração Autor: Pedro Bandeira

Poesia: A Primavera Chegou Autor: Cecília Bueno Dos Reis Amoroso

Poesia: Guarda Chuvas Autor: Rosana Rios

Poesia: Os Pobres Autor: Olavo Bilac

Poesia: O Vestido De Laura Autor: Cecília Meireles

Poesia: Essa Não, Jacaré! Autor: Dirce Guedes.

Poesia: O Rio Autor: Olavo Bilac

Poesia: Os Professores Da Minha Escola Autor: Clarice Pacheco

Poesia: O Mais Importante Autor: Isabel Cristina Silveira Soares

Poesia: Os Sonhos De Soninha Autor: Elias José

Poesia: Dia Das Mães Autor: Giuseppe Ghiaroni

Poesia: A Criação Autor: Ziraldo

Poesia: Verão Autor: Ferreira Gullar

Poesia: Oi, Meu Nome É Felicidade Autor: Desconhecido

Poesia: Se Todo Mundo Fosse Cego Autor: Fabiano Brazza

Poesia: No Tempo Da Minha Infância Autor: Ismael Gaião

Poesia: Heróis Do Dia A Dia Autor: Bráulio Bessa

Poesia: Sonho De Sabiá Autor: João Batista Siqueira

Poesia: Certezas Autor: Mario Quintana

Poesia: A Flor E A Náusea Autor: Carlos Drummond De Andrade

Poesia: Cigana Autor: Oscar Rosas

De 2018

POESIA - MEU JARDIM- AURORA - MARIA DO ROSÁRIO BESSAS

POESIA - O SONO DO JACARÉ – AUTORA - ROSA CLEMENT

POESIA - CONVITE- AUTOR- JOSÉ PAULO PAES

POESIA - PARAÍSO – AUTOR- JOSÉ PAULO PAES

POESIA - NÃO HÁ VAGAS-AUTOR- FERREIRA GULLAR

POESIA - A CHÁCARA DO CHICO BOLACHA- AUTORA - CECÍLIA MEIRELES

POESIA O PIRATA AURORA – ROSEANA MURRAY

POESIA – PARA SEMPRE – AUTOR - CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

POESIA - OVO DE COELHO – AUTOR - PAULO LEMINSKI

POESIA A INTOLERÂNCIA – AUTOR - BRAULIO BESSA

POESIA – ANJO DA GUARDA – AUTOR - EDI TOZETTO

POESIA - OS DIREITOS DA CRIANÇA – AUTORA - RUTH ROCHA

POESIA - O CASAMENTO DA CUCA- AUTOR- CLAUDIO FRAGATA

POESIA - PLUTÃO – AUTOR - OLAVO BILAC

POESIA – INFANCIA II – AUTORA - ODETE SOARES RANZEL

POESIA - O MENSAGEIRO CATARINENSE- AUTOR - MARCOS AGOSTINHO

POESIA - A PAZ – AUTOR - BRAULIO BESSA

POESIA - O ÓRFÃO DA SEPULTURA – AUTOR - CASTRO ALVES

POESIA - OS DIREITOS DA CRIANÇA – AUTORA - RUTH ROCHA

POESIA - AS PROEZAS DE JOÃO GRILO- AUTOR - LEANDRO GOMES DE BARROS

POESIA - É PRECISO MUDAR- AUTOR - BRAULIO BESSA

POESIA – INTOLERÂNCIA – AUTOR - BRAULIO BESSA

POESIA - VIDA - AUTOR - AUGUSTO BRANCO

POESIA - CIDADÃO- AUTOR - ZÉ RAMALHO

POESIA - RESPEITO – AUTOR - BRAULIO BESS

POESIA - QUE PAÍS É ESTE ONDE VIVEMOS- AUTORA - MARIA FERNANDA CANASSA

POESIA – FOCO, FORÇA E FÉ- AUTOR - PROJOTA

POESIA - CONTO DE FARSAS – AUTOR - DANIEL CARVALHO

POESIA - AS CEM RAZÕES DO AMOR – AUTOR - CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO 1º BIMESTRE DE 2.019

Publicação Nº 1967370

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	31.237.320,00	31.237.320,00	5.442.632,01	17,42	5.442.632,01	17,42
RECEITAS CORRENTES	30.237.320,00	30.237.320,00	5.227.857,06	17,29	5.227.857,06	17,29
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.355.520,00	2.355.520,00	254.729,61	10,81	254.729,61	10,81
IMPOSTOS	1.932.000,00	1.932.000,00	217.309,80	11,25	217.309,80	11,25
TAXAS	423.520,00	423.520,00	37.419,81	8,84	37.419,81	8,84
CONTRIBUIÇÕES	164.600,00	164.600,00	30.101,88	18,29	30.101,88	18,29
CONTRIBUIÇÕES ECONÔMICAS	164.600,00	164.600,00	30.101,88	18,29	30.101,88	18,29
RECEITA PATRIMONIAL	135.500,00	135.500,00	36.056,69	26,61	36.056,69	26,61
EXPLORAÇÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DO ESTADO	11.100,00	11.100,00	11.904,01	107,24	11.904,01	107,24
VALORES MOBILIÁRIOS	124.400,00	124.400,00	24.152,68	19,42	24.152,68	19,42
RECEITA DE SERVIÇOS	173.300,00	173.300,00	28.760,34	16,60	28.760,34	16,60
OUTROS SERVIÇOS	173.300,00	173.300,00	28.760,34	16,60	28.760,34	16,60
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.346.800,00	27.346.800,00	4.867.050,72	17,80	4.867.050,72	17,80
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	8.479.200,00	8.479.200,00	1.462.009,85	17,24	1.462.009,85	17,24
TRANSFERÊNCIAS DOS ESTADOS E DO DISTRITO FEDERAL E DE SUAS ENTIDADES	14.077.100,00	14.077.100,00	2.555.068,35	18,15	2.555.068,35	18,15
TRANSFERÊNCIAS DOS MUNICÍPIOS E DE SUAS ENTIDADES	25.900,00	25.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE INSTITUIÇÕES PRIVADAS	13.900,00	13.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS	4.749.500,00	4.749.500,00	849.972,52	17,90	849.972,52	17,90
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	61.600,00	61.600,00	11.157,82	18,11	11.157,82	18,11
MULTAS ADMINISTRATIVAS, CONTRATUAIS E JUDICIAIS	32.600,00	32.600,00	9.003,22	27,62	9.003,22	27,62
INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS	28.700,00	28.700,00	2.154,60	7,51	2.154,60	7,51
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	300,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.000.000,00	1.000.000,00	214.774,95	21,48	214.774,95	21,48
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - MERCADO INTERNO	1.000.000,00	1.000.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	214.774,95	0,00	214.774,95	0,00
TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E DE SUAS ENTIDADES	0,00	0,00	214.774,95	0,00	214.774,95	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	31.237.320,00	31.237.320,00	5.442.632,01	17,42	5.442.632,01	17,42

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	31.237.320,00	31.237.320,00	5.442.632,01	17,42	5.442.632,01	17,42	25.794.687,99
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	31.237.320,00	31.237.320,00	5.442.632,01	17,42	5.442.632,01	17,42	25.794.687,99
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00	537.930,91	—	—	114.445,25	—	—
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	0,00	0,00	—	—	—	—	—
	—	537.930,91	—	—	114.445,25	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	31.237.320,00	31.990.025,86	9.453.401,72	9.453.401,72	22.536.624,14	3.930.843,70	3.930.843,70	28.059.182,16	3.551.458,55
DESPESAS CORRENTES	28.994.020,00	29.138.288,97	8.175.751,12	8.175.751,12	20.962.537,85	3.562.809,41	3.562.809,41	25.575.479,56	3.189.568,76
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	16.478.400,00	16.561.086,67	2.199.216,62	2.199.216,62	14.361.870,05	2.078.382,80	2.078.382,80	14.482.703,87	1.914.381,33
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	259.500,00	259.500,00	25.139,37	25.139,37	234.360,63	25.139,37	25.139,37	234.360,63	25.139,37
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	12.256.120,00	12.317.702,30	5.951.395,13	5.951.395,13	6.366.307,17	1.459.287,24	1.459.287,24	10.858.415,06	1.250.048,06
DESPESAS DE CAPITAL	2.143.300,00	2.751.736,89	1.277.650,60	1.277.650,60	1.474.086,29	368.034,29	368.034,29	2.383.702,60	361.889,79
INVESTIMENTOS	1.937.300,00	2.545.736,89	1.276.146,88	1.276.146,88	1.269.590,01	366.530,57	366.530,57	2.179.206,32	360.386,07
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	206.000,00	206.000,00	1.503,72	1.503,72	204.496,28	1.503,72	1.503,72	204.496,28	1.503,72
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00
	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	31.237.320,00	31.990.025,86	9.453.401,72	9.453.401,72	22.536.624,14	3.930.843,70	3.930.843,70	28.059.182,16	3.551.458,55
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	31.237.320,00	31.990.025,86	9.453.401,72	9.453.401,72	22.536.624,14	3.930.843,70	3.930.843,70	28.059.182,16	3.551.458,55
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.511.788,31	—	1.891.173,46
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	31.237.320,00	31.990.025,86	9.453.401,72	9.453.401,72	—	3.930.843,70	5.442.632,01	—	5.442.632,01
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	—	—	0,00	—	—	0,00	—

FONTE:

Nota: O Superávit proveniente do Regime Próprio da Previdência Social - RPPS foi de R\$ 214.774,95

IPUMIRIM, 29/03/2019

Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de IpumirimJuliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RRRO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")										RS 1,00
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)		
			Até o Bimestre (b)			%	(d/Total d)			
			No Bimestre	%			No Bimestre		%	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (i)	31.237.320,00	31.990.025,86	9.453.401,72	100,00	22.536.624,14	3.930.843,70	100,00	28.059.182,16		
Legislativa	1.150.000,00	1.150.000,00	128.748,19	1,36	1.021.251,81	127.225,97	3,24	1.022.774,03		
Ação Legislativa	1.150.000,00	1.150.000,00	128.748,19	1,36	1.021.251,81	127.225,97	3,24	1.022.774,03		
Essencial à Justiça	77.000,00	77.000,00	16.258,54	0,17	60.741,46	14.603,16	0,37	62.396,84		
Defesa da Ordem Jurídica	77.000,00	77.000,00	16.258,54	0,17	60.741,46	14.603,16	0,37	62.396,84		
Administração	3.071.350,00	3.085.934,16	863.887,43	9,14	2.222.046,73	477.249,40	12,14	2.608.684,76		
Planejamento e Orçamento	234.000,00	234.000,00	49.741,34	0,53	184.258,66	49.741,34	1,27	184.258,66		
Administração Geral	2.720.350,00	2.734.934,16	791.736,10	8,38	1.943.198,06	405.098,07	10,31	2.329.836,09		
Controle Interno	117.000,00	117.000,00	22.409,99	0,24	94.590,01	22.409,99	0,57	94.590,01		
Segurança Pública	160.500,00	160.500,00	105,30	0,00	160.394,70	105,30	0,00	160.394,70		
Policimento	21.000,00	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00	0,00	0,00	21.000,00		
Defesa Civil	139.500,00	139.500,00	105,30	0,00	139.394,70	105,30	0,00	139.394,70		
Assistência Social	1.487.600,00	1.514.871,25	412.160,28	4,36	1.102.710,97	169.436,85	4,31	1.345.434,40		
Assistência ao Idoso	35.000,00	35.000,00	1.100,00	0,01	33.900,00	0,00	0,00	35.000,00		
Assistência à Criança e ao Adolescente	238.200,00	238.200,00	56.829,67	0,60	181.370,33	24.259,66	0,62	213.940,34		
Assistência Comunitária	1.214.400,00	1.241.671,25	354.230,61	3,75	887.440,64	145.177,19	3,69	1.096.494,06		
Saúde	6.906.508,00	6.926.713,78	3.237.796,80	34,25	3.688.916,98	979.028,62	24,91	5.947.685,16		
Atenção Básica	4.461.908,00	4.465.533,78	1.103.942,47	11,68	3.361.591,31	694.366,40	17,66	3.771.167,38		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.298.300,00	2.314.880,00	2.113.890,46	22,36	200.989,54	264.698,35	6,73	2.050.181,65		
Vigilância Sanitária	132.800,00	132.800,00	19.963,87	0,21	112.836,13	19.963,87	0,51	112.836,13		
Vigilância Epidemiológica	13.500,00	13.500,00	0,00	0,00	13.500,00	0,00	0,00	13.500,00		
Educação	8.061.562,00	8.154.506,67	835.262,92	8,84	7.319.243,75	514.756,55	13,10	7.639.750,12		
Alimentação e Nutrição	200.900,00	220.900,00	30.147,13	0,32	190.752,87	19.705,82	0,50	201.194,18		
Ensino Fundamental	5.655.262,00	5.728.206,67	628.691,39	6,65	5.099.515,28	385.120,27	9,80	5.343.086,40		
Ensino Médio	239.600,00	239.600,00	16.856,39	0,18	222.743,61	0,00	0,00	239.600,00		
Ensino Superior	175.000,00	175.000,00	14.729,40	0,16	160.270,60	0,00	0,00	175.000,00		
Educação Infantil	1.785.800,00	1.785.800,00	144.457,77	1,53	1.641.342,23	109.800,46	2,79	1.675.999,54		
Educação de Jovens e Adultos	5.000,00	5.000,00	380,84	0,00	4.619,16	130,00	0,00	4.870,00		
Cultura	165.000,00	175.200,00	93.562,20	0,99	81.637,80	198,30	0,01	175.001,70		
Diffusão Cultural	165.000,00	175.200,00	93.562,20	0,99	81.637,80	198,30	0,01	175.001,70		
Urbanismo	2.652.200,00	2.652.200,00	1.423.602,21	15,06	1.228.597,79	344.870,96	8,77	2.307.329,04		
Infra-Estrutura Urbana	1.489.600,00	1.489.600,00	710.646,07	7,52	778.953,93	128.053,67	3,26	1.361.546,33		
Serviços Urbanos	1.162.600,00	1.162.600,00	712.956,14	7,54	449.643,86	216.817,29	5,52	945.782,71		
Habitação	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00		
Habitação Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00		

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	No Bimestre	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	31.237.320,00	31.990.025,86	9.453.401,72	9.453.401,72	100,00	3.930.843,70	3.930.843,70	28.059.182,16
	Saneamento 15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
	Saneamento Básico Urbano 15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
	Gestão Ambiental 82.300,00	82.300,00	25.074,80	25.074,80	0,27	4.982,00	4.982,00	77.318,00
	Preservação e Conservação Ambiental 72.300,00	72.300,00	25.074,80	25.074,80	0,27	4.982,00	4.982,00	67.318,00
	Recursos Hídricos 10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
	Agricultura 1.590.300,00	1.838.800,00	822.489,79	822.489,79	8,70	421.993,80	421.993,80	1.416.806,20
	Abastecimento 1.014.300,00	1.014.300,00	213.375,76	213.375,76	2,26	150.379,77	150.379,77	863.920,23
	Extensão Rural 375.000,00	623.500,00	590.116,00	590.116,00	6,24	252.616,00	252.616,00	370.884,00
	Promoção da Produção Agropecuária 135.000,00	135.000,00	18.998,03	18.998,03	0,20	18.998,03	18.998,03	116.001,97
Defesa Agropecuária	66.000,00	66.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	66.000,00
	Indústria 10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
	Promoção Industrial 10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
	Comércio e Serviços 105.000,00	105.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	105.000,00
	Promoção Comercial 100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
	Turismo 5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
	Transporte 2.906.500,00	3.245.500,00	1.022.278,71	1.022.278,71	10,81	590.626,47	590.626,47	2.654.873,53
	Transporte Rodoviário 2.906.500,00	3.245.500,00	1.022.278,71	1.022.278,71	10,81	590.626,47	590.626,47	2.654.873,53
	Desporto e Lazer 538.000,00	538.000,00	65.412,68	65.412,68	0,69	35.678,15	35.678,15	502.321,85
	Desporto Comunitário 538.000,00	538.000,00	65.412,68	65.412,68	0,69	35.678,15	35.678,15	502.321,85
Encargos Especiais	2.148.500,00	2.148.500,00	506.761,87	506.761,87	5,36	250.088,17	250.088,17	1.898.411,83
	Serviço da Dívida Interna 465.500,00	465.500,00	26.643,09	26.643,09	0,28	26.643,09	26.643,09	438.856,91
	Outros Encargos Especiais 1.683.000,00	1.683.000,00	480.118,78	480.118,78	5,08	223.445,08	223.445,08	1.459.554,92

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I) RESERVA DE CONTINGÊNCIA	31.237.320,00	31.990.025,86	9.453.401,72	9.453.401,72	100,00	22.536.624,14	3.930.843,70	3.930.843,70	100,00	28.059.182,16
	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	31.237.320,00	31.990.025,86	9.453.401,72	9.453.401,72	100,00	22.536.624,14	3.930.843,70	3.930.843,70	100,00	28.059.182,16

FONTE:

IPUMIRIM, 29/03/2019

Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARÇO/2018 A FEVEREIRO/2019

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2019
	Mar/2018	Abr/2018	Mai/2018	Jun/2018	Jul/2018	Ago/2018	Sep/2018	Out/2018	Nov/2018	Dez/2018	Jan/2019	Fev/2019	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	2.683.721,82	2.957.721,22	2.970.297,11	3.423.721,67	3.274.436,97	2.743.009,06	2.647.946,15	2.798.321,63	3.436.900,48	3.901.027,57	2.998.493,42	3.152.984,41	36.876.565,51
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	213.234,38	174.455,03	130.767,59	241.629,74	385.228,77	173.225,34	130.111,92	192.983,01	195.025,87	228.443,98	119.461,74	135.267,87	2.319.905,24
I.P.T.U.	1.215,12	614,11	1.700,18	50.960,80	178.751,35	16.383,27	15.855,33	21.017,73	15.497,86	21.178,72	2.160,14	1.446,66	326.781,27
I.S.S.	56.572,87	60.669,62	67.971,05	87.430,81	68.459,84	76.904,91	62.993,14	68.972,81	78.642,05	100.958,79	72.886,53	62.205,42	884.568,85
I.T.B.I.	41.546,40	6.095,30	30.971,05	7.564,11	10.120,58	15.649,95	12.275,46	18.220,37	15.108,77	18.141,88	19.812,38	17.240,00	212.741,25
I.R.F.F.	25.795,02	102.301,82	24.970,83	64.439,47	42.895,19	53.246,52	28.021,03	70.504,78	74.948,20	76.920,45	15.304,07	26.254,60	695.041,98
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	88.114,97	4.774,18	5.154,47	31.234,55	85.001,81	11.090,69	11.036,96	14.267,32	11.427,99	11.243,14	9.298,62	28.121,19	310.765,69
Contribuições	13.269,91	12.820,64	13.074,04	12.493,00	13.386,74	13.961,85	0,00	0,00	0,00	43.119,51	14.925,75	15.176,13	165.909,23
Receita Patrimonial	11.039,39	11.884,52	9.969,96	11.663,69	12.691,22	13.944,89	11.743,97	12.379,61	10.007,60	10.123,59	12.421,55	23.835,14	151.504,13
Rendimentos de Aplicação Financeira	10.159,39	11.000,36	9.078,42	10.783,69	11.811,22	12.953,29	10.852,65	11.494,81	9.219,96	9.219,96	11.504,13	12.648,55	130.624,47
Outras Receitas Patrimoniais	880,00	884,16	880,54	880,00	880,00	891,60	891,32	884,80	889,60	903,63	917,42	10.986,59	20.879,66
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	6.603,00	8.003,74	9.037,20	14.196,15	10.231,52	16.506,75	19.606,69	30.318,32	15.110,57	11.536,95	21.425,67	7.334,67	169.911,23
Transferências Correntes	2.431.418,47	2.656.430,00	2.739.459,60	3.081.648,40	2.798.280,60	2.519.126,55	2.479.262,07	2.529.258,76	3.186.361,54	3.588.365,98	2.825.857,76	2.964.813,73	33.799.285,46
Cota-Parte do F.P.M.	519.279,46	544.447,61	688.169,48	625.708,93	720.789,83	536.119,12	404.341,44	459.329,27	576.972,19	1.008.705,25	712.854,55	783.028,06	7.860.745,19
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.256.090,26	1.328.838,30	1.221.183,36	1.148.711,57	1.327.538,09	1.318.194,58	1.347.537,26	1.359.618,03	1.439.990,97	1.554.193,42	1.503.725,48	1.488.969,45	16.364.150,77
Cota-Parte do I.P.V.A.	74.578,04	80.193,75	93.049,56	86.463,54	90.535,85	105.136,70	70.960,74	72.507,28	88.114,13	94.755,16	57.237,80	67.208,47	920.741,00
Cota-Parte do ITR	98,10	0,00	0,00	0,00	0,00	86,00	2.967,75	5.075,82	76,76	23,48	31,41	125,59	8.486,91
Outras Transferências Correntes	193.168,69	296.517,44	358.592,08	840.362,92	265.966,30	150.553,43	237.125,40	209.304,85	647.136,77	509.424,86	113.727,28	208.866,07	4.810.789,09
Transferências de LC 61/1989	18.465,41	19.704,64	20.082,23	22.053,00	18.558,32	20.071,17	20.088,29	20.369,16	19.555,58	23.563,79	17.159,98	18.164,83	237.807,40
Transferências de LC 87/1996	4.278,85	4.278,85	4.278,85	4.278,85	4.278,85	4.278,85	4.278,85	4.278,85	4.278,85	4.278,85	0,00	0,00	42.788,50
Transferências do FUNDEB	365.508,66	382.449,41	374.104,04	354.069,59	370.583,36	384.678,70	391.992,34	397.775,52	410.232,29	452.421,17	421.121,26	428.851,26	4.793.777,60
Outras Receitas Correntes	8.156,67	94.127,29	67.989,72	62.090,69	54.618,12	6.241,68	7.153,50	10.700,27	30.394,90	19.437,56	4.400,95	6.756,87	372.066,22
DEDUÇÕES (II)	374.560,14	395.482,41	401.352,51	377.443,01	373.175,12	396.777,08	370.030,68	384.240,29	425.797,91	464.662,52	459.201,70	465.419,07	4.830.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	374.560,14	395.482,41	401.352,51	377.443,01	373.175,12	396.777,08	370.030,68	384.240,29	425.797,91	464.662,52	459.201,70	465.419,07	4.830.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.309.161,68	2.562.238,81	2.568.944,60	3.046.278,66	2.901.261,85	2.346.231,98	2.277.917,47	2.404.081,34	3.011.102,57	3.436.365,05	2.540.291,72	2.687.565,34	32.091.431,07

FONTE:

IPUMIRIM, 29/03/2019

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019
		RECEITAS REALIZADAS(a)
RECEITAS CORRENTES (I)	30.237.320,00	5.227.857,06
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.355.520,00	254.729,61
I.P.T.U.	309.700,00	3.606,80
I.S.S.	826.200,00	135.091,95
I.T.B.I.	181.700,00	37.052,38
I.R.R.F.	614.400,00	41.558,67
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	423.520,00	37.419,81
Contribuições	164.600,00	30.101,88
Receita Patrimonial	135.500,00	36.056,69
Aplicações Financeiras(II)	124.400,00	24.152,68
Outras Receitas Patrimoniais	11.100,00	11.904,01
Transferências Correntes	27.346.800,00	4.867.050,72
Cota-Parte do FPM	6.176.700,00	1.196.706,13
Cota-Parte do ICMS	12.772.900,00	2.369.836,13
Cota-Parte do IPVA	738.800,00	99.557,14
Cota-Parte do ITR	400,00	125,61
Transferências da LC 87/1996	42.400,00	0,00
Transferências da LC 61/1989	193.800,00	28.259,84
Transferências do FUNDEB	4.749.500,00	849.972,52
Outras Transferências Correntes	2.672.300,00	322.593,35
Demais Receitas Correntes	234.900,00	39.918,16
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	234.900,00	39.918,16
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I-II-III)	30.112.920,00	5.203.704,38
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.000.000,00	214.774,95
Operação de Crédito(VI)	1.000.000,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00

Continua 1/4

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/4

ACIMA DA LINHA						
RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019				
	RECEITAS REALIZADAS(a)					
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00				
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00				
Transferências de Capital	0,00	214.774,95				
Convênios	0,00	214.774,95				
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00				
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00				
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	0,00	214.774,95				
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	30.112.920,00	5.418.479,33				

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	29.138.288,97	8.175.751,12	3.562.809,41	3.189.568,76	99.039,02	242.842,51	241.265,34
Pessoal e Encargos Sociais	16.561.086,67	2.199.216,62	2.078.382,80	1.914.381,33	6.672,73	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	259.500,00	25.139,37	25.139,37	25.139,37	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	12.317.702,30	5.951.395,13	1.459.287,24	1.250.048,06	92.366,29	242.842,51	241.265,34
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	12.317.702,30	5.951.395,13	1.459.287,24	1.250.048,06	92.366,29	242.842,51	241.265,34
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	28.878.788,97	8.150.611,75	3.537.670,04	3.164.429,39	99.039,02	242.842,51	241.265,34
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	2.751.736,89	1.277.650,60	368.034,29	361.889,79	4.440,00	521.559,44	521.559,44
Investimentos	2.545.736,89	1.276.146,88	366.530,57	360.386,07	4.440,00	521.559,44	521.559,44
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

Município de IPUMIRIM - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/4

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre/2019					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	LIQUIDADOS	PAGOS (c)	
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida (XX)	206.000,00	1.503,72	1.503,72	1.503,72	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	2.545.736,89	1.276.146,88	366.530,57	360.386,07	4.440,00	521.559,44	521.559,44	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	31.524.525,86	9.426.758,63	3.904.200,61	3.524.815,46	103.479,02	764.401,95	762.824,78	
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = [XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc)]								
1.027.360,07								
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO								
VALOR CORRENTE								
-658.900,00								
Até o Bimestre/2019								
VALOR INCORRIDO								
24.152,68								
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	25.139,37							
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)								
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	1.026.373,38							
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL								
VALOR CORRENTE								
790.000,00								
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência								
ABAIXO DA LINHA								
SALDO								
Até o Bimestre/2019(b)								
Em 31 Dez 2018(a)								
1.568.765,78								
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	6.102.181,43							
DEDUÇÕES (XXIX)	6.102.181,43							
Disponibilidade de Caixa	6.492.598,25							
Disponibilidade de Caixa Bruta	390.416,82							
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)								

Continua 3/4

Município de IPUMIRIM - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 4/4

ABAIXO DA LINHA			
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL		SALDO	
		Em 31 Dez 2018(a)	Até o Bimestre/2019(b)
Demais Haveres Financeiros		0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXV/III - XXIX)		-3.682.015,79	-4.534.919,37
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		852.903,58	
AJUSTE METODOLÓGICO			Até o Bimestre/2019
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)			-277.582,30
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)			0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)			0,00
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)			0,00
PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)			0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVII)			0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVIII) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII)			1.130.485,88
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXIX) = XXXVIII - (XXV - XXVI)			1.131.472,57
INFORMAÇÕES ADICIONAIS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		537.930,91	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais		537.930,91	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		0,00	

IPUMIRIM, 29/03/2019

Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RP NÃO PROCESSADOS										Saldo Total L=(e+k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (i+j) - (i+j)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2018 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2018 (g)				
PODER/ÓRGÃO											
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)											
EXECUTIVO											
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	112.834,52	103.479,02	0,00	9.355,50	54.480,80	1.037.153,25	764.797,95	763.121,78	2.157,90	326.354,37
FUNDO MUN. DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOL	0,00	112.834,52	103.479,02	0,00	9.355,50	54.480,80	1.015.819,44	759.445,27	757.769,10	2.157,90	310.373,24
FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	0,00	1.500,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	140.410,95	133.566,25	133.566,25	0,00	6.844,70
FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	709,21	209,21	209,21	0,00	500,00
FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.799,83	0,00	0,00	0,00	6.799,83
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	148.683,59	75.006,44	75.006,44	0,00	73.677,15
GABINETE DO PREFEITO E VICE PREFEITO MUNI	0,00	45.339,13	44.490,21	0,00	848,92	0,00	162.056,55	97.637,94	97.637,93	0,00	64.418,62
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.527,84	1.527,84	1.527,84	0,00	0,00
SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E E	0,00	9.610,07	2.450,00	0,00	7.160,07	0,00	7.206,89	5.450,10	5.372,94	0,00	1.833,95
SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E I	0,00	28.485,47	27.138,96	0,00	1.346,51	12.500,00	113.905,97	65.121,82	63.621,82	709,33	62.074,82
SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMERC	0,00	16.712,43	16.712,43	0,00	0,00	0,00	20.721,70	17.083,00	17.083,00	0,00	2.686,93
SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FIN	0,00	225,00	225,00	0,00	0,00	39.592,80	354.337,96	312.163,04	312.163,04	236,90	81.530,92
LEGISLATIVO	0,00	10.962,42	10.962,42	0,00	0,00	2.388,00	54.458,95	46.580,63	46.580,63	260,00	10.006,32
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.333,81	5.352,68	5.352,68	0,00	15.981,13
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	21.333,81	5.352,68	5.352,68	0,00	15.981,13
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	112.834,52	103.479,02	0,00	9.355,50	54.480,80	1.037.153,25	764.797,95	763.121,78	2.157,90	326.354,37

FONTE:

IPUMIRIM, 29/03/2019

Valnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.931.800,00	1.931.800,00	217.309,80	11,25
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	309.700,00	309.700,00	3.606,80	1,16
1.1.1- IPTU	298.600,00	298.600,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	11.100,00	11.100,00	3.606,80	32,49
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	181.700,00	181.700,00	37.052,38	20,39
1.2.1- ITBI	181.700,00	181.700,00	37.052,38	20,39
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	826.000,00	826.000,00	135.091,95	16,35
1.3.1- ISS	819.000,00	819.000,00	134.248,33	16,39
1.3.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	7.000,00	7.000,00	843,62	12,05
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	614.400,00	614.400,00	41.558,67	6,76
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	24.755.600,00	24.755.600,00	4.618.105,62	18,65
2.1- Cota-Parte FPM	7.570.000,00	7.570.000,00	1.495.882,61	19,76
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.966.200,00	6.966.200,00	1.495.882,61	21,47
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	301.900,00	301.900,00	0,00	0,00
2.1.3- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	301.900,00	301.900,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	15.966.200,00	15.966.200,00	2.962.294,93	18,55
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	53.100,00	53.100,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	242.300,00	242.300,00	35.324,81	14,58
2.5- Cota-Parte ITR	500,00	500,00	157,00	31,40
2.6- Cota-Parte IPVA	923.500,00	923.500,00	124.446,27	13,48
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	26.687.400,00	26.687.400,00	4.835.415,42	18,12

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	711.300,00	711.300,00	126.327,15	17,76
5.1- Transferências do Salário-Educação	515.300,00	515.300,00	108.007,97	20,96
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	109.600,00	109.600,00	10.123,60	9,24
5.4- Transferências Diretas - PNATE	86.400,00	86.400,00	8.195,58	9,49
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	158.700,00	158.700,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	158.700,00	158.700,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	25.700,00	25.700,00	44.032,50	171,33
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	895.700,00	895.700,00	170.359,65	19,02

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.830.600,00	4.830.600,00	923.620,77	19,12
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.393.300,00	1.393.300,00	299.176,48	21,47
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	3.193.300,00	3.193.300,00	592.458,80	18,55
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	10.700,00	10.700,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	48.500,00	48.500,00	7.064,97	14,57
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	100,00	100,00	31,39	31,39
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	184.700,00	184.700,00	24.889,13	13,48
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	4.749.500,00	4.749.500,00	849.972,52	17,90
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	4.749.500,00	4.749.500,00	849.972,52	17,90
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-81.100,00	-81.100,00	-73.648,25	90,81

DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.229.660,00	3.272.666,33	207.201,16	6,33	207.201,16	6,33
13.1- Com Educação Infantil	496.000,00	496.000,00	30.529,50	6,16	30.529,50	6,16
13.2- Com Ensino Fundamental	2.733.660,00	2.776.666,33	176.671,66	6,36	176.671,66	6,36
14- OUTRAS DESPESAS	1.538.240,00	1.568.178,34	45.162,29	2,88	45.162,29	2,88
14.1- Com Educação Infantil	774.000,00	774.000,00	7.081,85	0,91	7.081,85	0,91
14.2- Com Ensino Fundamental	764.240,00	794.178,34	38.080,44	4,79	38.080,44	4,79
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	4.767.900,00	4.840.844,67	252.363,45	5,21	252.363,45	5,21
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR	
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						—
16.1 - FUNDEB 60%						—
16.2 - FUNDEB 40%						—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
17.1 - FUNDEB 60%						0,00
17.2 - FUNDEB 40%						0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)						0,00
INDICADORES DO FUNDEB						
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						252.363,45
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério ¹ (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %						24,38
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %						5,31
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %						70,31
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR	
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2018 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS						0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2019 ²						0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB						
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
22- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.729.000,00	1.729.000,00	96.923,66	5,61	62.266,35	3,60
22.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23- ENSINO FUNDAMENTAL	4.992.462,00	5.065.406,67	629.072,23	12,42	385.250,27	7,61
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.497.900,00	3.570.844,67	214.752,10	6,01	214.752,10	6,01
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.494.562,00	1.494.562,00	414.320,13	27,72	170.498,17	11,41
24- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	6.721.462,00	6.794.406,67	725.995,89	10,69	447.516,62	6,59
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR	
29- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)						-73.648,25
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO						0,00
31- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB						0,00
32- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS						0,00
33- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴						—
34- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44.j)						—
35- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34)						-73.648,25
36- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) – (35))						521.164,87
37- PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%						10,78
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE						
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100
38- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	519.900,00	519.900,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	267.600,00	287.600,00	15.516,84	5,40	5.075,53	1,76
42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	787.500,00	807.500,00	15.516,84	1,92	5.075,53	0,63
43- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	7.508.962,00	7.601.906,67	741.512,73	9,75	452.592,15	5,95
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO		SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2019 (i)		
44- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE		62.900,58		0,00		
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino		62.900,58		0,00		
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB		0,00		0,00		

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Continuação 3/3

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
45- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	87.083,33	0,00
46- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	849.972,52	108.007,97
47- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	201.270,57	0,00
47.1 Orçamento do Exercício	201.270,57	0,00
47.2 Restos a Pagar	0,00	0,00
48- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
49- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	735.785,28	108.007,97
50- (+) Ajustes	0,00	0,00
50.1.(+) Retenções	0,00	0,00
50.2.(-) Valores a recuperar	0,00	0,00
50.3.(+) Outros valores extraorçamentários	0,00	0,00
50.4.(+) Conciliação bancária	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	735.785,28	108.007,97

IPUMIRIM, 29/03/2019

Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.⁶ Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.⁷ Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre.

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)		R\$ 1,00	
RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO* (I)		1.000.000,00	0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	SALDO NÃO EXECUTADO (f)=(d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.751.736,89	1.277.650,60	1.474.086,29
Investimentos	2.545.736,89	1.276.146,88	1.269.590,01
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização de Dívida	206.000,00	1.503,72	204.496,28
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.751.736,89	1.277.650,60	1.474.086,29
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	1.751.736,89	1.277.650,60	1.474.086,29

FONTE:

IPUMIRIM, 29/03/2019

Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS				RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		Até o Bimestre(b)	%(b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)					
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.935.200,00	1.935.200,00		217.309,80	11,23
IPTU	309.700,00	309.700,00		3.606,80	1,16
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do IPTU	298.600,00	298.600,00		0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto Sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	11.100,00	11.100,00		3.606,80	32,49
ITBI	184.700,00	184.700,00		37.052,38	20,06
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ITBI	0,00	0,00		0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	826.400,00	826.400,00		135.091,95	16,35
ISS	819.200,00	819.200,00		134.248,33	16,39
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e outros Encargos do ISS	7.200,00	7.200,00		843,62	11,72
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de qualquer Natureza Retido na Fonte - IRRF	614.400,00	614.400,00		41.558,67	6,76
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	17.185.600,00	24.151.800,00		4.618.105,62	19,12
Cota-Parte FPM	6.966.200,00	6.966.200,00		1.495.882,61	21,47
Cota-Parte ITR	500,00	500,00		157,00	31,40
Cota-Parte IPVA	923.500,00	923.500,00		124.446,27	13,48
Cota-Parte ICMS	15.966.200,00	15.966.200,00		2.962.294,93	18,55
Cota-Parte IPI-Exportação	242.300,00	242.300,00		35.324,81	14,58
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	53.100,00	53.100,00		0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	53.100,00	53.100,00		0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = I + II	26.087.000,00	26.087.000,00		4.835.415,42	18,54
RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO				RECEITAS REALIZADAS	
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)		Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVI)					
Proveniente da União - Fundo a Fundo	1.533.400,00	1.533.400,00		179.134,77	11,68
Proveniente dos Estados	1.533.400,00	1.533.400,00		177.277,76	11,56
Proveniente de outros Municípios	0,00	0,00		0,00	0,00
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXVII)	0,00	0,00		1.857,01	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXVIII)	0,00	0,00		0,00	0,00
	22.900,00	22.900,00		1.070,62	4,68
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXIX) = (XXVI + XXVII + XXVIII)	1.556.300,00	1.556.300,00		180.205,39	11,58
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	
			Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE(ASPS) POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
Despesas de Capital	35.000,00	36.862,39	13.745,39	37,29	6.024,00	16,34	2.980,00	8,08	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	2.298.300,00	2.314.880,00	2.113.890,46	91,32	264.698,35	11,43	255.773,62	11,05	-
Despesas Correntes	2.297.300,00	2.311.478,00	2.110.498,46	91,30	263.698,35	11,41	254.773,62	11,02	-
Despesas de Capital	1.000,00	3.402,00	3.402,00	100,00	1.000,00	29,39	1.000,00	29,39	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	132.800,00	132.800,00	19.963,87	15,03	19.963,87	15,03	18.534,67	13,96	-
Despesas Correntes	132.800,00	132.800,00	19.963,87	15,03	19.963,87	15,03	18.534,67	13,96	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	13.500,00	13.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	13.500,00	13.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	6.906.508,00	6.926.713,78	3.237.796,80	46,74	979.028,62	14,13	892.809,11	12,89	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS			DESPESAS EMPENHADAS (d)		DESPESAS LIQUIDADAS (e)		DESPESAS PAGAS (f)		

Município de IPUMIRIM - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Página 3/6

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	3.237.796,80	979.028,62	892.809,11
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XII)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	3.237.796,80	979.028,62	892.809,11
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	725.312,31		
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	-		
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (h ou i) - XVII)	253.716,31		
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012)	20,25		

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				Saldo Final (não aplicado) (k= g - (i ou h))
	Saldo Inicial (no exercício atual) (g)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência	Liquidadas (i)	Pagas (j)	
Diferença de limite não cumprido em 2018	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2017	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	-	-	-	-	-

Município de IPUMIRIM - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Página 4/6

CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR										
Exercício de inscrição em Restos a Pagar	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (i)	Valor aplicado em ASPS no exercício (m)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (m - i)	Total inscrito em RP no exercício	Total de RP pagos¹	Total de RP a pagar	Total de RP cancelados ou prescritos (p)	Total da compensação de RP cancelados (q)	Saldo aplic. além min. após canc. e comp. (r) = (o + q - p) ²
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS VALORES A COMPENSAR ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO SEGUINTE (XXI)										
CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24 §1º E 2º DA LC 141/2012										
RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS					Saldo Inicial (s)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado) (X) = (s - (t ou u))	
						Empenhadas (t)	Liquidadas (u)	Pagas (v)		
					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXV)					0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Município de IPUMIRIM - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO									
DESPESAS COM SAÚDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)*100	Até Bimestre (e)	% (e/c)*100	Até Bimestre (f)	% (f/c)*100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXVII) = (XXX + XXXI + XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-

Município de IPUMIRIM - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

Página 6/6

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE (Computadas e não computadas no cálculo do limite mínimo)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		Inscritas em Restos a Pagar não Processados (g)
			Até Bimestre (d)	% (d/c)x100	Até Bimestre (e)	% (e/c)x100	Até Bimestre (f)	% (f/c)x100	
ATENÇÃO BÁSICA (XXXVIII) = (IV + XXX)	4.461.908,00	4.465.533,78	1.103.942,47	24,72	694.366,40	15,55	618.500,82	13,85	-
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIX) = (V + XXXI)	2.298.300,00	2.314.880,00	2.113.890,46	91,32	264.698,35	11,43	255.773,62	11,05	-
SUORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XL) = (VI + XXXII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLI) = (VII + XXXIII)	132.800,00	132.800,00	19.963,87	15,03	19.963,87	15,03	18.534,67	13,96	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLII) = (VIII + XXXIV)	13.500,00	13.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLIII) = (IX + XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLIV) = (X + XXXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLV) = (XI + XXXVII)	6.906.508,00	6.926.713,78	3.237.796,80	46,74	979.028,62	14,13	892.809,11	12,89	-
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes ³	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS(XLVI)	6.906.508,00	6.926.713,78	3.237.796,80	46,74	979.028,62	14,13	892.809,11	12,89	-

FONTE:

¹ A coluna de RP Considerado no Limite deve ser comparada com a coluna de RP Pagos. Sempre que os valores pagos de um ano forem maiores que o total de RP Considerado no Limite, todo o restante do RP poderá ser cancelado sem comprometer o limite do respectivo ano.

² O controle dos cancelamentos no quadro específico "Controle dos Restos a Pagar Cancelados para fins de Cumprimento do Limite Mínimo de Despesas com Saúde, conforme o artigo 24 da LC nº 141/2012" será realizado apenas para os exercícios que tiverem valores negativos na coluna "Saldo Excedente"

³ Essas despesas são consideradas executadas pelo ente transferidor.

IPUMIRIM, 29/03/2019

Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Município de IPUMIRIM - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial			31.237.320,00	
Previsão Atualizada			31.237.320,00	
Receitas Realizadas			5.442.632,01	
Déficit Orçamentário			0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			114.445,25	
DESPESAS				
Dotação Inicial			31.237.320,00	
Créditos Adicionais			752.705,86	
Dotação Atualizada			31.990.025,86	
Despesas Empenhadas			9.453.401,72	
Despesas Liquidadas			3.930.843,70	
Despesas pagas			3.551.458,55	
Superavit Orçamentário			1.511.788,31	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas			9.453.401,72	
Despesas Liquidadas			3.930.843,70	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			32.091.431,07	
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES			Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO				
Receitas Previdenciárias Realizadas			214.774,95	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			214.774,95	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO				
Receitas Previdenciárias Realizadas			0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas			0,00	
Resultado Previdenciário			0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		790.000,00	1.026.373,38	129,92
Resultado Primário		-658.900,00	1.027.360,07	-155,92
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.091.634,05	2.157,90	763.121,78	326.354,37
EXECUTIVO	1.070.300,24	2.157,90	757.769,10	310.373,24
LEGISLATIVO	21.333,81	0,00	5.352,68	15.981,13
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	112.834,52	0,00	103.479,02	9.355,50
EXECUTIVO	112.834,52	0,00	103.479,02	9.355,50
TOTAL:	1.204.468,57	2.157,90	866.600,80	335.709,87
DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino		521.164,87	25%	10,78
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		207.201,16	60%	24,38
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Receitas de Operações de Crédito			0,00	1.000.000,00

Continua 1/2

Município de IPUMIRIM - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2019/BIMESTRE JANEIRO - FEVEREIRO

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado
Despesa de Capital Líquida			368.034,29	2.383.702,60
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2019	2029	2039	2054
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	185.880,26
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	3.237.796,80	15,00	20,25	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

IPUMIRIM, 29/03/2019

Volnei Antônio Schmidt
Prefeito de Ipumirim

Juliano Babinski
Contador CRCSC 026089/O-9

Iraceminha

PREFEITURA

DECRETO 014/2019

Publicação N° 1967817

Decreto no 014/2019, de 12 de Fevereiro de 2019.

Dispõe sobre a nomeação dos novos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário do município de Iraceminha e dá outras providências.

JEAN CARLOS NYLAND, PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de julho de 1990 e o que dispõe a Lei municipal n° 164 de 05 de setembro de 1991,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Agropecuário do Município de Iraceminha para a gestão 2017/2018, que fica assim constituído:

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: Secretário Interino de Agricultura e Meio Ambiente

1º Secretário: Terezinha Franzon

2º Secretário: Jair Galon

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES:

Prefeitura Municipal:

Prefeito Municipal

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Cooperativa Regional Auriverde

Renato Shoting

Cooperagir

Marcelo Valer

Epagri:

Jair Luis Gallon

Banco Sicoob Credial:

Nilson Rauber

Banco do Brasil

Edegar Luis Severgnini

Banco Sul Credi

Cleber Simionato

Banco Cresol

Viviane Scheneider

Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Adair Filipin

Câmara Municipal de Vereadores:

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

REPRESENTANTES DAS COMUNIDADES RURAIS

LINHA AVANTE:

Cleomar Binotto

Lenir Both

LINHA ALTO BIGUÁ:

Sidinei Londero

Cenirio Slavatti

LINHA BIGUÁ:

Valdecir Pasqualotto
Valter Anhalt

LINHA BIGUAZINHO:

Cleucir Sebben
Hilário Giacomelli

LINHA BONITA:

Eldo Drescher
Evandro Pelegrini

LINHA CAMPINAS:

Eduardo Henrique Demarco
Germano Trombetta

LINHA ESPLENDOR:

Renato Wagner
Juliano Naiz

LINHA GAÚCHA:

Gerson Rasera
Rosani Althaus

LINHA LAMBARI:

Ivanir Pasqualotto
Luiz vedelago

LINHA LORO:

Alberto da Silva
Lotario Loesch

LINHA MOROÉ:

Divanir Sebben
Nestor Zanluchi

LINHA NOVA IBARAMA:

Valdecir Gastaldo
Luiz Carlos Zanella

LINHA PAVÃO:

Jandir Paulo Fiorezi
Nelson Olcieski

LINHA QUARAI:

Nilson Hagemann
Osvaldo Wasen

LINHA SABIÁ:

Claudimir Herbert

LINHA SANTA FÉ:

Leônidas Zanella
Leonir Persch

LINHA SÃO JOSÉ DO LARANJAL:

Domingos Bianchin
Vicente Ghisleri

LINHA TRÊS IRMÃOS:

Celestino Defaveri
Rogerio Canal

LINHA VILA NOVA:

Nadir Seben
Ademar Rossatto

LINHA MULLER:

Ivanor Bertoldo

Edson Jair Vogt

Art. 2º - O exercício dos membros nomeados no artigo anterior é considerado de relevante interesse público, de forma que não caberá remuneração de nenhuma espécie nem gerará vínculo empregatício e se encerra no dia 31 de Dezembro de 2020.

Art. 3º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, (SC), 12 de Fevereiro de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra:

PORTARIA N° 117/2019, 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação N° 1967374

PORTARIA N° 117/2019, 01 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal N° 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Tratamento de Saúde por 03 (TRES) dias, a Sra. MARGARETE WOJINSKI ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE MÚSICA, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, A PARTIR DESTA DATA, conforme atestado médico.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 01 de Abril de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

PORTARIA N° 118/2019, 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação N° 1969061

PORTARIA N° 118/2019, 01 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IRACEMINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 99 da Lei Orgânica Municipal de 05 de Julho de 1990 e o que determina a Lei Complementar Municipal N° 086/2018 de 17 de Dezembro de 2018 e Estatuto dos Servidores Públicos.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER Licença Tratamento de Saúde por 15 (QUINZE) dias, a Sra. MARINEUSA SALAMON ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, atualmente acumula os trabalhos de responsável pelo departamento de cultura do município. A PARTIR DESTA DATA, conforme atestado médico.

Art. 2º - Esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Iraceminha, 01 de Abril de 2019.

JEAN CARLOS NYLAND

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em data supra.

Irani

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO N° 011/2019

Publicação N° 1967681

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO N° 016/2019/FMS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 005/2019/FMS

Contrato Administrativo n° 011/2019/FMS

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de consulta em clínica médica, conforme demanda, para atender aos usuários da UBS Sede.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATADO: NEO DIAGNÓSTICO LTDA, inscrita no CNPJ-MF sob o n° 05.528.012/0001-07.

VALOR TOTAL: R\$ 32.760,00 (Trinta e dois mil setecentos e sessenta reais).

VIGÊNCIA: 23 de junho de 2019.

Irani, SC, 23 de março de 2019.

Sívio Antonio Lemos das Neves – Prefeito

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO 011/2019

Publicação N° 1968651

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IRANI

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO N° 032/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 011/2019

OBJETO: Contratação de empresa especializada para reforma e ampliação do playground da Escola Básica Municipal Sebastião Rodrigues De Souza, confeccionado em madeira tratada, subdividido em 04 módulos denominados "CASAS PANORÂMICAS COM TELHADO".

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a contratação considerando que este playground ficava situado na EBM Sebastião Rodrigues de Souza, na Rua Izabete Griza, n° 97, mas a mesma trocou de endereço, passando a funcionar na Rua Governador Ivo Silveira, s/n, e o playground foi desmontado para posteriormente ser novamente estruturado no pátio da escola, mas o mesmo já apresentava peças deterioradas, bastante estragadas, havendo assim a necessidade de substituição de peças e reforma de outras, além disso, quando da primeira montagem do parquinho, ele foi estruturado num terreno que apresentava irregularidades e por isso muitas peças foram cortadas para melhor adaptação das mesmas, sendo que este fato acabou prejudicando a nova instalação, pois não tinham mais as mesmas medidas e não foi possível reaproveitá-las, havendo assim a necessidade de adquirir algumas peças novas.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IRANI

CONTRATADO: SIMONE HAUSCHILD ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o n° 28.124.936/0001-43.

VALOR TOTAL: R\$ 11.700,00 (onze mil e setecentos reais)

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: inciso II do artigo 24, da Lei Federal n° 8.666/93.

VIGÊNCIA: 60 dias.

Irani, SC, 01 de abril de 2019.

SÍVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES – PREFEITO MUNICIPAL

Irati

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO Nº 002/2019-FMS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA

Publicação Nº 1968539

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 009/2019
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 002/2019
EXTRATO DE EDITAL

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRATI, Estado de Santa Catarina através do seu Gestor Municipal de Saúde Senhor MARCOS HENRIQUE KEHL, TORNA PÚBLICO que a partir do dia 03 de abril de 2019, a Comissão Permanente de Licitações, estará recebendo os documentos para o credenciamento de interessados no objeto do Edital de Credenciamento nº 002/2019, do Fundo Municipal de Saúde de Irati, para interessados na PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA, conforme especificado neste Edital e em conformidade com a Lei 8.666/93, suas alterações e demais normas pertinentes.

Demais informações, esclarecimentos ou cópias deste Edital, serão fornecidos pelo Departamento de Licitações da Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Recursos Humanos do Município de Irati - SC, Rua João Beux Sobrinho, nº 385, fone (049) 33490010, 3349-0000 ou 3349-0143 e e-mail: irati@irati.sc.gov.br, ou pessoalmente, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas.

Irati - SC, 01 de abril de 2019.
MARCOS HENRIQUE KEHL
Gestor Municipal de Saúde

Irineópolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 129/2019

Publicação Nº 1967274

PORTARIA N.º 129/2019.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR a contar de 21/03/2019 até a data de 20/07/2019, os efeitos da Portaria nº 060/2019 de 15/02/2019, com redação dada pela Portaria nº 092/2019, que dispõem sobre a contratação em caráter Temporário da servidora MICHELI APARECIDA FERNANDES, visando o atendimento temporário e excepcional na área da Educação, atuando em substituição a servidora efetiva MEIRY DIANE DA SILVA, afastada para tratamento de saúde e posteriormente em Licença Maternidade.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 21/03/2019.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 28 de Março de 2019.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

Itá

PREFEITURA

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2019

Publicação Nº 1967539

ATA DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 023/2019, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 016/2019 DO MUNICÍPIO DE ITÁ. Ao primeiro dia do mês de abril de dois mil e dezenove às 08h30min, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Itá - SC, sita na Praça Doutor Aldo Ivo Stumpf, nº 100, reuniram-se o pregoeiro e equipe de apoio designados pelo Decreto 005 de 07 de janeiro de 2019, senhor Pregoeiro Delso Minski, Silviane Carla Mertins e Jocias André Kurmann, Equipe de Apoio, para efetuarem o credenciamento dos participantes do Processo Licitatório nº 023/2019, Pregão Presencial nº 016/2019, objetivando a contratação de seguros para os bens móveis e imóveis pertencentes ao município. Apresentaram envelopes de Proposta de Preços e Documentação as empresas: GENTE SEGURADORA, MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A e PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, neste ato, representada pelos Senhores (as): Gustavo Büchner, Joacir José Weirich e Tarcia Fatima de Oliveira; Os representantes cumpriram com os requisitos do edital para a fase de credenciamento. Ato contínuo o Pregoeiro efetuou a verificação do atendimento à Lei nº. 10.520/2002, e verificou que as empresas atenderam à disposição da Lei. Aberto os envelopes de proposta de preços, conferidos, rubricados os documentos neles existentes, e registrados no sistema COMPRAS. Aberto os lances conforme determina a Lei nº. 10520/2002. Encerrado os lances ficou classificado conforme segue, a empresa: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A se sagrou vencedora nos itens 06, 07, 19, 20, 21, 45, 46, 47, 55, 56, 57 e 58 do edital com o valor total de R\$ 17.996,00 (dezesete mil novecentos e noventa e seis reais); a empresa: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS se sagrou vencedora nos itens 05, 10, 12, 14, 16 e 22 do edital com o valor total de R\$ 9.077,00 (nove mil e setenta e sete reais); a empresa: GENTE SEGURADORA se sagrou vencedora nos itens: 01, 02, 03, 04, 08, 09, 11, 13, 15, 17, 18, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 48, 49, 50, 51, 52, 53 e 54 do edital com o valor total de R\$ 43.041,96 (quarenta e três mil e quarenta e um reais e noventa e seis centavos). O critério de classificação foi o de menor preço por lance por item. Após a classificação, prosseguiu-se para a abertura dos envelopes documentação das licitantes vencedoras do certame; Os envelopes foram abertos, os documentos neles contidos foram rubricados pelos licitantes presentes, pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio; da análise da documentação, restou em HABILITAR as empresas vencedoras do certame por cumprirem os requisitos do edital. O senhor Pregoeiro intima os Participantes do certame a colocarem na nota fiscal o número do processo e o número do Contrato, e manter a regularidade das certidões negativas de débitos com a Municipalidade. Os documentos que foram emitidos via internet terão sua autenticidade verificada nos respectivos sites. Aberto espaço pelo Pregoeiro para intenção de interpor recurso não houve manifestação; Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão lavrando-se esta Ata que vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio e licitantes presentes. Esta ata será publicada nesta data no Mural da Prefeitura Municipal de Itá, lançada na internet, www.ita.sc.gov.br e entregue pessoalmente aos licitantes presentes.

Delso Minski
Pregoeiro

Silviane Carla Mertins
Equipe de Apoio

Jocias André Kurmann
Equipe de apoio

GENTE SEGURADORA
Licitante

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A
Licitante

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
Licitante

Itaiópolis

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAIÓPOLIS

NOVA DATA DE ABERTURA PR 03/2019

Publicação N° 1967264

NOVA DATA DE ABERTURA

Pregão Presencial nº 03/2019; Objeto: Prestação de serviços de coleta, transporte e destinação de lixo hospitalar para a Fundação Hospitalar Municipal Santo Antônio de Itaiópolis/SC. Abertura dos Envelopes: as 14:00 horas do dia 15 de abril de 2019. Os demais itens permanecem inalterados. Esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.itaiopolis.sc.gov.br - Fone 047 3652 2211. Itaiópolis, 01 de abril de 2019. Felipe Tavares – Administrador Hospitalar - Interino.

Itapema

PREFEITURA

DECRETO Nº 015 - CADUCIDADE - RODOVIÁRIA

Publicação Nº 1967874

DECRETO Nº 015/2019

Declara a caducidade da Concessão de Exploração do Terminal Rodoviário Municipal.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 42, XIV da Lei Orgânica Municipal e no art. 38, § 4º da Lei Federal n. 8.987/1995, e
Considerando a recomendação do Conselho Gestor de Concessões e Parcerias Público-Privadas, no Processo Administrativo n. 2.945/2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a caducidade, por inexecução contratual, da concessão de exploração do terminal rodoviário municipal de titularidade da empresa Casetex Concreto e Construção Civil Ltda.

Art. 2º A partir da data da publicação do presente Decreto, em observância ao princípio da continuidade do serviço público, o Município de Itapema assume a exploração do terminal rodoviário, podendo contratar os serviços que se fizerem necessários, diante da ausência de estrutura administrativa.

Art. 3º O Conselho Gestor de Parcerias Público-Privadas, no prazo de 90 (noventa) dias da publicação do presente Decreto, deverá apresentar plano de recuperação e concessão do terminal rodoviário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema(SC), 29 de março de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

DECRETO Nº 017 - ALTERA O DECRETO 182-2018

Publicação Nº 1968435

DECRETO Nº 017/2019

Altera o Decreto nº 182, de 06 de dezembro de 2018.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso XIV do Art. 42 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º O Decreto nº 182, de 06 de dezembro de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º O Estacionamento Rotativo Pago, denominado Área Azul, será implantado na área proposta pelo Plano Municipal de Mobilidade Urbana, instituído pela Lei Municipal nº 3.685, de 06 de outubro de 2017, conforme Anexo I deste Decreto.

Parágrafo único. O Estacionamento Rotativo Pago, exceto nos domingos e feriados, funcionará nos seguintes dias e horários:

I - de segundas-feiras à sextas-feiras, no período compreendido das 09:00 às 19:00 horas;

II - nos sábados, no período compreendido das 9:00 às 13:00 horas”.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapema(SC), 1º de abril de 2019.

NILZA NILDA SIMAS

Prefeita Municipal de Itapema

EXTRATO 04.033.2019

Publicação Nº 1968714

Estado de Santa Catarina

Município de Itapema

EDITAL DE LICITAÇÃO

O Município de Itapema, torna público a abertura do:

Pregão Presencial nº. 04.033.2019

Objeto: Registro de preço - Aquisição de gêneros alimentícios para atender a demanda do Quartel do Corpo de Bombeiros de Itapema,, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I do Edital Nº.04.033.2019.

Entrega dos envelopes: Até às 13:00(treze) horas do 12(doze) de abril de 2019.

Abertura do Pregão: 12(doze) de abril de 2019, às 13:01(treze horas e um minuto).

Endereço para retirada do edital: O edital poderá ser baixado pelo sítio www.itapema.sc.gov.br, no ícone “licitações – pregão – pasta

04.033.2019" ou pessoalmente na Avenida Nereu Ramos, 134, Bairro Centro.
Dúvidas, entrar em contato pelo telefone (047) 3268-8009.

Itapema, 1º de abril de 2019.
Ronaldo Paulino
Secretário de Administração

EXTRATO DE REVOGAÇÃO - PROCESSO 014/2019 (CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03.001.2019)

Publicação N° 1968741

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE ITAPEMA
PROCESSO 014/2019
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 03.001.2019

EXTRATO DE REVOGAÇÃO

OBJETO: Concessão onerosa para gestão da exploração, implantação, manutenção, apoio e monitoramento de vagas de estacionamento rotativo eletrônico pago, denominado "Área Tarifada" ou "Área Azul", monitoramento social e administração de Solução de Estacionamento Digital no Município de Itapema/SC, nos termos da Lei Municipal n. 3.672, de 22 de setembro de 2017, contemplando todos os recursos materiais, de tecnologia e serviços necessários ao seu correto funcionamento, com repasse de percentual de receitas ao Município por período de 05 (cinco) anos, de acordo com as especificações técnicas constantes nos anexos do edital

MOTIVO: Considerando as impugnações interpostas tempestivamente pelas empresas DAC SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA EPP, GOLD PARK ESTACIONAMENTO LTDA, ROTATIVO SERVIÇOS EIRELI, SERBET SISTEMA DE ESTACIONAMENTO VEICULAR DO BRASIL LTDA E BR PARKING ESTACIONAMENTO LTDA, observou-se a necessidade de revogação do Processo Licitatório n. 014/2019 - Concorrência Pública 03.001.2019 para possíveis reformulações e posterior publicação em respeito a legislação vigente

Itapema, 01 de abril de 2019.
NILZA NILDA SIMAS
PREFEITA MUNICIPAL

DECRETO Nº 014 - SUPLEMENTAÇÃO OBRAS, EDUCAÇÃO E FMS

Publicação Nº 1967869

DECRETO nº. 14/2019

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento vigente e dá Outras Providências.

A Prefeita Municipal de Itapema, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei Federal nº. 4.320/1964 e LOA - Lei Orçamentária Anual do Município para 2019 nº. 3.813, de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar ao orçamento vigente, na importância de R\$ 565.000,00 (quinhentos e sessenta e cinco mil reais), conforme segue:

Órgão: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E TRANSPORTES

Unidade: 08 -Diretoria de Transito

Atividade: 2.022 - Manutenção do Convênio Preservação da Ordem Pública - Policia Militar

Elemento: 3.3.90.00.00.00.03.0000/257 - Aplicações diretas	R\$	50.000,00
Total da Secretaria:	R\$	50.000,00

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 03 -Diretoria de Planejamento e Projetos

Atividade: 2.051 - Manut e Reforma de Unidades Educacionais Existentes - FUNDAMENTAL

Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0001/196 - Aplicações diretas	R\$	315.000,00
Total da Secretaria:	R\$	315.000,00

Órgão: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 04 - Diretoria de Administração e Finanças

Projeto: 1.035 - Renovação, Ampliação e Manutenção da Frota e Equipamentos - FMS

Elemento: 4.4.90.00.00.00.01.0002/8 - Aplicações diretas	R\$	40.000,00
Elemento: 4.4.90.00.00.00.03.0038/71 - Aplicações diretas	R\$	160.000,00
Total do F M S:	R\$	200.000,00
Total Geral:	R\$	565.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior será coberto com recursos de acordo com o artigo 43, § 1º, incisos I e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, sendo para o inciso I, Superavit Financeiro a importância de R\$ 210.000,00 e, para o inciso III, Anulação Parcial a importância de R\$ 355.000,00, conforme abaixo:

Órgão: 09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade: 03 -Diretoria de Planejamento e Projetos

Atividade: 2.051 - Manut e Reforma de Unidades Educacionais Existentes - FUNDAMENTAL

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0001/195 - Aplicações diretas	R\$	315.000,00
Total da Secretaria:	R\$	315.000,00

Órgão: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade: 04 - Diretoria de Administração e Finanças

Projeto: 1.035 - Renovação, Ampliação e Manutenção da Frota e Equipamentos - FMS

Elemento: 3.3.90.00.00.00.01.0002/7 - Aplicações diretas	R\$	40.000,00
Total do F M S:	R\$	40.000,00
Total Geral:	R\$	355.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Itapema, 26 de março de 2019.

NILZA NILDA SIMAS
Prefeita Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 57/2019

Publicação Nº 1968613

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 57/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EFETUAR A PINTURA DE SINALIZAÇÃO ASFALTICAS EM RUAS E RODOVIAS DO MUNICÍPIO.
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo: Menor Preço por Item.
Recebimento das Propostas: até 13h30min do dia 12/04/2019.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga. atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.
Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga, SC, 01 de abril de 2019.
JOSÉ GILVANE LAUER
Secretário de Administração, Obras e Serviços Urbanos

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2019 - FMS

Publicação Nº 1967872

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 9/2019 - FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RECARGA DE OXIGENIO MEDICINAL PARA USO EM TRATAMENTO MEDICO EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, AMBULANCIAS, SAMU E RESIDENCIAIS.
Modalidade: Pregão Presencial.
Tipo: Menor Preço por Item.
Recebimento de Propostas: até as 08h30min do dia 12/04/2019.
Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município itapiranga. atende.net ou no Departamento de Compras, situado na Praça das Bandeiras, nº 200, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.
Informações através do e-mail compras@itapiranga.sc.gov.br ou fone (49)3678-7700.

Itapiranga - SC, 01 de abril de 2019.
DAVINO RAUBER
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 059/2018

Publicação Nº 1964614

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº : 059/2018
Aditivo Nº : 5 T.A 059/2018
Tipo Aditivo : Prazo
Contratante : MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
Contratada : CONSTRUTORA BEM TE VI LTDA
Licitação : Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia 118/2018
Objeto : PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DO "BIERGARTEN" NO COMPLEXO OKTOBER.
Vigência : Início: 29/03/2019 Término: 30/04/2019
Assinatura : 29/03/2019
Itapiranga, 29 de MARÇO de 2019

EXTRATO DO CONTRATO Nº 95/2019/RH

Publicação Nº 1967794

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 95/2019/RH

PARTES: Município de Itapiranga e ROSELI SEHNEM WIRTH.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 03/2018

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 01/04/2019 a 13/12/2019.

Itapiranga – SC, 01 de abril de 2019.

Jorge Welter – Prefeito

EXTRATO DO CONTRATO Nº 96/2019/RH

Publicação Nº 1967797

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO – RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 96/2019/RH

PARTES: Município de Itapiranga e TATIANE APARECIDA GOERGEN.

ORIGEM: Processo Seletivo nº 03/2018

OBJETO: Contratação de Prestação de serviço por tempo determinado, em 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 01/04/2019 a 13/12/2019.

Itapiranga – SC, 01 de abril de 2019.

Jorge Welter – Prefeito

QUADRO DE VENCEDORES Nº 47/2019

Publicação Nº 1967982

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

Compras e Contratos

Relatório de Licitações - Relatório de Vencedores

Pág 1 / 1



Relatório de Vencedores - Pregão Presencial - 47 / 2019

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DEVIDAMENTE CADASTRADA JUNTO A CELESC, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS EM MANUTENÇÃO DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA (REDE CELESC) DO MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA.

Fornecedor: 539210 - POTENTI - SOLUCOES EM ELETRO ENERGIA LTDA					
Item	Lote/Produto	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário
1	HORA TECNICA DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PUBLICA EQUIPADA DE ACORDO COM OS REQUISITOS DA NR-10 -SEGURANÇA E SERVIÇOS EM ELETRICIDADE E DA NR-12, SEGURANÇA EM MAQUINAS E EQUIPAMENTOS E DA NR-35 - SEGURANÇA EM TRABALHOS EM ALTURA DEVIDAMENTE CADASTRADA NA CELESC.		HRS	450	295,00
Total por Fornecedor:					132.750,00
Total Geral:					132.750,00

Resumo dos Fornecedoros

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
539210 - POTENTI - SOLUCOES EM ELETRO ENERGIA LTDA	1	132.750,00

IPM Sistemas Ltda

Identificador: WCO461201-2693-WYUPJ-291831009 - Emitido por: HELEN KARINA RITTER

01/04/2019 15:10

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA 08/2019**

Publicação Nº 1968929

PORTARIA N.º 08, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Nomeia o senhor Marino Spies para o Cargo de Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga.

Afonso Niehues, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor

RESOLVE:

Art.1.º NOMEAR o senhor Marino Spies brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 1.153.384 e inscrito no CPF nº 423.039.159-53 para o cargo de Vereador da Câmara Municipal de Vereadores de Itapiranga, Santa Catarina, em substituição ao Vereador Sr. Aloísio Kessler, licenciado para tratar de assuntos de interesse particular.

Art. 2º - Esta portaria vigorará a partir desta data até 30/04/2019, da mesma forma a nomeação do Vereador suplente Marino Spies e a licença do Vereador Titular Aloísio Kessler.

Itapiranga - SC, 01 de abril de 2019.

Afonso Niehues

Presidente da Câmara

Itapoá

PREFEITURA

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA - DISPENSA 04/2019

Publicação Nº 1968824

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DE ENVELOPE DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA

Data	01/04/2019	Horário início: 16h00min
Licitação /Modalidade	CHAMAMENTO PÚBLICO DISPENSA DE LICITAÇÃO PROCESSO	Nº 02/2019 Nº 04/2019 Nº 18/2019

OBJETO:

CREDENCIAMENTO Credenciamento de Produtor Rural, Agricultor Familiar, Associações ou Cooperativas da Agricultura Familiar visando a aquisição de Gêneros e Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinados a preparação da Merenda Escolar para atender os alunos da Rede Municipal de Ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação escolar - PNAE. No dia e hora supramencionados, na sede da Prefeitura Municipal, reuniram-se os Membros da Comissão Permanente de Licitação, conforme Decreto Municipal nº 3755/2018. Observando que a Licitação foi publicada em Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Site Municipal e Mural Público Municipal, em jornal diário de grande circulação no estado e Diário Oficial da União no dia 05/03/2018 a fim de ampla divulgação. Protocolaram envelopes os seguintes produtores rurais:

Data	Prot.	Credenciante	CNPJ/MF	DAP
29/03/2019	47	CARMEM LUCIAKLINGENFUSS JACOBI	485.170.209-44	SDW0485170209443101180819
01/04/2019	48	NICOLAS GABRIEL CECCATO	099.274.979-46	SDW0099274979462801191209
01/04/2019	49	IVO CECCATO	442.314.589-87	SDW0442314589872801191155

Iniciada a sessão os membros da CPL rubricaram os envelopes de habilitação e proposta, os quais encontravam-se devidamente lacrados. Em seguida foi aberto o envelope de habilitação do produtor rural acima relacionado, analisados todos os documentos e rubricados por todos os membros da CPL, onde foi constatado que os mesmos cumpriram as exigências estipuladas no edital de Chamamento Público e, portanto foram considerados HABILITADOS. Passando à fase seguinte, foram abertos os envelopes de Proposta de Preço dos produtores rurais habilitados, chegando ao seguinte resultado:

Item	Produtos	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural Credenciado
12	Doce de banana. Embalagem própria para alimentos contendo 500g de produto. Ingredientes permitidos: banana, açúcar, suco de limão e melado de cana. Rotulagem conforme legislação, contendo procedência, quantidade, data de fabricação e validade do produto.	PT	1500	R\$ 7,12	R\$ 10.680,00	CARMEM LUCIA KLINGENFUSS JACOBI
Total					R\$ 10.680,00	

Item	Produtos	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural Credenciado
21	Polpa de fruta natural integral congelada. Sabor abacaxi com hortelã. Produto sem conservantes, corantes e outros aditivos dispostos em embalagens de 1kg.	KG	556	R\$ 18,00	R\$ 10.008,00	NICOLAS GABRIEL CECCATO
22	Polpa de fruta natural integral congelada. Sabor acerola. Produto sem conservantes, corantes e outros aditivos dispostos em embalagens de 1kg.	KG	555	R\$ 18,00	R\$ 9.990,00	
Total					R\$ 19.998,00	

Item	Produtos	Un.	Quant	Valor Unitário	Valor Total	Produtor Rural Credenciado
------	----------	-----	-------	----------------	-------------	----------------------------

23	Polpa de fruta natural integral congelada. Sabor maracujá. Produto sem conservantes, corantes e outros aditivos dispostos em embalagens de 1kg.	KG	556	R\$ 18,00	R\$ 10.008,00	IVO CECCATO
24	Polpa de fruta natural integral congelada. Sabor uva. Produto sem conservantes, corantes e outros aditivos dispostos em embalagens de 1kg.	KG	555	R\$ 18,00	R\$ 9.990,00	
Total					R\$ 19.998,00	

Verificado o produtor credenciado, resta ainda como objeto de credenciamento apenas os seguintes produtos e quantidades:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR MÁX. UNITÁRIO	VALOR MÁX. TOTAL
1	Abóbora tipo " menina" ou "pescoço". Fruto de características limpa lustroso, sem machucaduras e pontos moles, com partes do caule.	KG	500	R\$ 2,90	R\$ 1.450,00
2	Aipim descascado congelado. Embalado em plástico atóxico em pacotes de no máximo 20kg cada.	KG	1000	R\$ 8,03	R\$ 8.030,00
3	Alface tipo "Crespa". Fresca, tenra, sem estragos, sem partes deterioradas ou velhas. Cada unidade deve ter cerca de 150g	KG	250	R\$ 8,43	R\$ 2.107,50
4	Banana Caturra. Casca amarela, não completamente madura, sem pontos pretos ou amolecidos.	KG	35000	R\$ 2,15	R\$ 75.250,00
5	Batata doce in natura, apresentando grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Já deve vir separada das folhas.	KG	1500	R\$ 3,10	R\$ 4.650,00
6	Beterraba in natura, apresentando grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas. Já deve vir separada das folhas.	KG	2000	R\$ 2,92	R\$ 5.840,00
7	Biomassa de banana verde. Produto de textura pastosa obtido do cozimento da banana verde. Deve estar acondicionado em embalagens próprias para alimentos, contendo 1kg de produto.	KG	450	R\$ 24,97	R\$ 11.236,50
8	Cenoura. Firmes, limpas, frescas, sem rachaduras ou manchas esverdeadas ou brotos ou partes mofadas. Comprimento médio de 15 a 20 cm, diâmetro médio de 4 a 6 cm.	KG	1000	R\$ 2,80	R\$ 2.800,00
9	Cheiro verde. Maço contendo cebolinha e salsinha, folhas íntegras, frescas, coloração uniforme, bem desenvolvidas, salsinha com talos. Maços com aproximadamente 300 g, sem as raízes.	MÇ	800	R\$ 5,15	R\$ 4.120,00
10	Chuchu Verde, tenro, firme, casca intacta e sem pontos amarelos ou apodrecidos.	KG	1000	R\$ 3,20	R\$ 3.200,00
11	Couve tipo "manteiga". Deve conter folhas íntegras, frescas, de coloração uniforme e bem desenvolvidas.	KG	1200	R\$ 5,97	R\$ 7.164,00
13	Farinha de mandioca torrada. Deverá ser 100% originária da raiz da mandioca, isenta de quaisquer aditivos não aprovados pelo Ministério da Saúde, de insetos vivos ou outras matérias estranhas.	KG	1000	R\$ 8,50	R\$ 8.500,00
14	Geléia de morango. Embalagem própria para alimentos contendo 500g de produto. Ingredientes permitidos: morango, açúcar. Rotulagem conforme legislação, contendo procedência, quantidade, data de fabricação e validade do produto.	PT	600	R\$ 10,67	R\$ 6.402,00
15	Macarrão Funcional. Composto de biomassa de banana verde (60%), cenoura, farinha de trigo e ovo caipira. Sabores: Espinafre, beterraba e cenoura.	KG	1650	R\$ 12,33	R\$ 20.344,50
16	Milho verde espiga. Espigas frescas, íntegras, sem partes deterioradas ou velhas, Embaladas em plástico atóxico em pacotes de no máximo 5kg cada.	KG	1.000	R\$ 7,53	R\$ 7.530,00
17	Morango in natura. Frutos íntegros, frescos, coloração uniforme, apresentando grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, em condições adequadas para o consumo.	KG	900	R\$ 22,27	R\$ 20.043,00
18	Ovo caipira vermelho. Acondicionados em embalagem contendo uma dúzia, com data de fabricação e validade.	DZ	1500	R\$ 6,57	R\$ 9.855,00
19	Pão caseiro de aipim. Produto fresco em embalagem própria para consumo. Deverá conter data de fabricação e de validade na embalagem. Unidade de 400g.	UN	3700	R\$ 5,55	R\$ 20.535,00

20	Pão francês. Produto fresco em embalagem própria para consumo. Deverá conter data de fabricação e de validade na embalagem.	KG	1600	R\$ 12,58	R\$ 20.128,00
21	Polpa de fruta natural integral congelada. Sabor abacaxi com hortelã. Produto sem conservantes, corantes e outros aditivos dispostos em embalagens de 1kg.	KG	269	R\$ 18,23	R\$ 4.903,87
22	Polpa de fruta natural integral congelada. Sabor acerola. Produto sem conservantes, corantes e outros aditivos dispostos em embalagens de 1kg.	KG	270	R\$ 18,23	R\$ 4.922,10
23	Polpa de fruta natural integral congelada. Sabor maracujá. Produto sem conservantes, corantes e outros aditivos dispostos em embalagens de 1kg.	KG	269	R\$ 18,23	R\$ 4.903,87
24	Polpa de fruta natural integral congelada. Sabor uva. Produto sem conservantes, corantes e outros aditivos dispostos em embalagens de 1kg.	KG	270	R\$ 18,23	R\$ 4.922,10
25	Repolho. Folhas frescas sem descoloração ou deterioração. Tamanho mínimo de 20 cm após retirada das folhas externas.	KG	700	R\$ 3,77	R\$ 2.639,00
26	Sanduíche natural. Composto por 2 fatias de pão de centeio, patê de frango, cenoura ralada e alface.	UN	3500	R\$ 5,78	R\$ 20.230,00
27	Taiá. Produto in natura, apresentando grau de maturação que lhe permita suportar a manipulação, em condições adequadas para o consumo. Com ausência de sujidades, parasitos e larvas.	KG	500	R\$ 4,08	R\$ 2.040,00
28	Tomate. Maduro, mas não amolecido, sem amassamento, mancha amarelas ou brancas, deterioração ou marcas de doenças. Tamanho médio entre 6 e 9 cm de diâmetro.	KG	1500	R\$ 5,18	R\$ 7.770,00
VALOR MÁXIMO TOTAL				R\$ 291.516,44	

Nada mais havendo digno de nota, nem a tratar, encerrou-se a sessão, indo esta ata assinada por todos os presentes.

FERNANDA CRISTINA ROSA
VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

KARINA JUSSARA DOS SANTOS
MEMBRO

SUZANA BESEN MARTINS
MEMBRO

DECRETO MUNICIPAL Nº 3963, DE 26 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1968605

DECRETO MUNICIPAL Nº 3963, DE 26 DE MARÇO DE 2019.

Altera o Decreto Municipal nº 1799/2013, de 31 de janeiro de 2013, que regulamenta a contratação de estagiários, de acordo com o convênio firmado com o Centro de Integração Empresa – Escola do Estado de Santa Catarina – CIEE/SC.

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e cumprindo o disposto na Lei Municipal nº 762, de 26 de janeiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 7º, do Decreto Municipal nº 1799/2013, de 31 de janeiro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 7º A carga horária de estágio, assim como a jornada de atividade em estágio, será de :

Art. 7º A carga horária de estágio, assim como a jornada de atividade em estágio, não poderá ultrapassar: (NR)

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos; e,

II - 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior, da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular.

I – 4 (quatro) horas diárias e 20 (vinte) horas semanais, no caso de estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos e da educação profissional de nível médio e do ensino médio regular. (NR)

II - 6 (seis) horas diárias perfazendo 30 (trinta) horas semanais, no caso de estudantes do ensino superior. (NR)

Art. 2º Fica alterado o artigo 8º, do Decreto Municipal nº 1799/2013, de 31 de janeiro de 2013, que passa a vigorar com a seguinte redação:

...

Art. 8º O valor mensal a título de bolsa auxílio a ser pago será:

I – R\$516,25 (quinhentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos) para estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos;

II – R\$774,38 (setecentos e setenta e quatro reais e trinta e oito centavos) para estudantes do ensino médio regular;

III – R\$877,63 (oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e três centavos) para estudantes da educação profissional de nível médio; e,

IV – R\$1.032,50 (um mil, trinta e dois reais e cinquenta centavos) para estudantes do ensino superior.

...

Art. 8º...

I – R\$516,25 (quinhentos e dezesseis reais e vinte e cinco centavos) para estudantes de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional de educação de jovens e adultos com carga horária de até 4 (quatro) horas diárias perfazendo 20 (vinte) horas semanais ;

II – R\$774,38 (setecentos e setenta e quatro reais e trinta e oito centavos) para estudantes do ensino médio regular com carga horária de até 4 (quatro) horas diárias perfazendo 20 (vinte) horas semanais;

III – R\$877,63 (oitocentos e setenta e sete reais e sessenta e três centavos) para estudantes da educação profissional de nível médio com carga horária de até 4 (quatro) horas diárias perfazendo 20 (vinte) horas semanais;

IV – R\$ 686,41 (Seiscentos e Oitenta e Seis Reais e Quarenta e Um Centavos) para estudantes do ensino superior, na Educação Básica e Educação Inclusiva das escolas da Rede Municipal de Ensino com carga horária de até 4 (quatro) horas diárias perfazendo 20 (vinte) horas semanais;

V – R\$1.032,50 (um mil, trinta e dois reais e cinquenta centavos) para estudantes do ensino superior 6 (seis) horas diárias perfazendo 30 (trinta) horas semanais.(NR)

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 26 de março de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER
PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

DECRETO MUNICIPAL Nº 3965, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1968813

DECRETO MUNICIPAL Nº 3965, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

Altera o Decreto Municipal nº 2524, de 19 de agosto de 2015, que nomeia os representantes do conselho municipal da cidade de Itapoá (CONCIDADE).

MARLON ROBERTO NEUBER, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais, e cumprindo o disposto na Lei Municipal nº 762, de 26 de janeiro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o artigo 1º, do Decreto Municipal nº 2524, de 19 de agosto de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Estabelece a composição do Conselho Municipal da Cidade de Itapoá (Lei Municipal nº 074/2006), conforme representação a seguir:

I – Representação do Poder Público:

Secretaria de Planejamento e Urbanismo

Rafael Vida Almeida Presidente

Adalberto Geraldo Lupateli Suplente

Fernando Vitor Peres Titular

Fernanda Vieira Balbino Suplente

Gabinete do Prefeito

Rodrigo Lopes de Oliveira Titular

João Marcio Faligurski Suplente

Secretaria de Obras e Serviços Públicos

James Adriano Mendes Schmitz Titular

Stefani Liara de Castilho Suplente

Secretaria de Desenvolvimento, Indústria e Comércio
Ricardo da Silva Matoso Titular
Walcir Hening Machado Suplente

Secretaria de Turismo, Meio Ambiente e Cultura
Rodrigo Cechin Titular
Mariana Cortes de Lima Suplente

II-Representantes Setoriais:

...
b) Segmento das entidades empresariais, profissionais e acadêmicas:
Alberto Vinicio Machado(ACINI) Titular
Ana Paula Scherer Cáceres (CDL) Suplente
(NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Itapoá (SC), 27 de março de 2019.

MARLON ROBERTO NEUBER

PREFEITO MUNICIPAL

RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA
CHEFE DE GABINETE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 042/2019 EDITAL 040/2018

Publicação Nº 1967697

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 042/2019

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 40/2018 – Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado à comparecer na Secretária de Educação no dia 03/04/2019, CONFORME O HORÁRIO ESTIPULADO, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

08H30 MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
40	40h	Ed. Infantil	Amanda Alexandre	08/04/2019	27/05/2019

De acordo com o item 8.1 do edital 040/2018:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 01 de abril de 2019.

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo
Secretária de Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DE ITAPOÁ: TERMO CONVOCAÇÃO Nº 043/2019 EDITAL 040/2018

Publicação Nº 1968063

TERMO CONVOCAÇÃO Nº 043/2019

PROCESSO SELETIVO: Edital nº 40/2018 – Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo, Secretária Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, torna público pelo presente Termo o candidato convocado à comparecer na Secretária de Educação no dia 03/04/2019, CONFORME O HORÁRIO ESTIPULADO, para distribuição de vagas aos professores que atuarão nas escolas de Ensino Fundamental, Educação Infantil da Rede Municipal de Itapoá.

08H30 MIN

Class.	CH	Área	Candidato	Período de Contrato	
41	40h	Ed. Infantil	Simone Costa	08/04/2019	27/05/2019

De acordo com o item 8.1 do edital 040/2018:

Perderão todos os direitos sobre a vaga os candidatos classificados que:

- Não responderem à convocação publicada no site da Prefeitura Municipal de Itapoá, no prazo de 02 dias úteis;
- Não se apresentarem no dia e horário determinado pela Secretaria Municipal de Educação;
- Não aceitarem a vaga oferecida;
- Desistirem da vaga;
- Assumir a vaga e não se apresentarem no trabalho na data estabelecida.

Itapoá, 01 de abril de 2019.

Luíza Montalvão de Oliveira Bongalhardo

Secretária de Educação

TERMO ADITIVO Nº 28/2019 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2018 (2º ADITIVO)

Publicação Nº 1968354

TERMO ADITIVO Nº 28/2018 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 120/2018. (2º Aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/0001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela da Secretária Municipal de Educação, Sra. LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 794.072.939-04 e CI.RG nº 5.227.976-3 SESP/PR, residente e domiciliada à Rua Adalcino José Rosa, nº 396, Bairro Jardim Pérola do Atlântico, neste Município, neste Município, e de outro lado a Empresa MTECH EDIFICAÇÕES EIRELI ME, com sede à Rua Dr. Vital Brasil, nº 99, Bairro: Estação, na cidade de Araucária/PR, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.468.331/0001-08 e Inscrição Estadual nº 90783807-29, representada neste ato pelo procurador, o Sr. JURANDIR LINO PEREIRA, portador do CNPF/MF nº 523.925.398-72 e do CI.RG nº 3.950.341-7-SSP/PR, aqui denominada CONTRATADA, ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais de construção para reforma e ampliação da Escola Municipal de ensino fundamental Frei Valentim, localizada no Balneário Princesa do mar, Itapoá/SC, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 18/2018 - PROCESSO Nº 126/2018, de acordo com a Lei nº 8.666/93, alterada pela lei 8.883/94 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 120/2018, em 30 (trinta) dias contados a partir do dia 03/04/2018, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 120/2018, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 120/2018, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 01 de abril de 2019.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC LUIZA MONTALVÃO DE OLIVEIRA BONGALHARDO SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO	CONTRATADA MTECH EDIFICAÇÕES EIRELI ME JURANDIR LINO PEREIRA
Fiscais do Contrato: THIAGO LICHESKI DOS SANTOS DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OBRAS FISCAL DO CONTRATO	ELÁSIO FRISANCO DIRETOR ADMINISTRATIVO SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FISCAL DO CONTRATO
Testemunhas: NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

TERMO ADITIVO Nº 29/2019 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/2018 (2º ADITIVO)

Publicação Nº 1968536

TERMO ADITIVO Nº 29/2019 QUE VISA PRORROGAR O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 47/2018 (2º aditivo).

Pelo presente instrumento particular que, entre si celebram, de um lado o MUNICÍPIO DE ITAPOÁ, inscrito no CNPJ/MF sob nº 81.140.303/001-01, com sede a Rua Mariana Michels Borges nº 201, neste Município, aqui denominada CONTRATANTE, neste ato representado pela Secretária de Administração, a Sra. JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA, brasileira, casada, portadora do CI.RG nº 3.1486070/SSP-SC e CNPF/MF nº 987.496.849-49, residente e domiciliada à Rua Theodoro Klaumann, nº 775, Bairro: Centro, neste Município, pelo Secretário de Fazenda, o Sr. CARLITO JOAQUIM CUSTODIO JUNIOR, brasileiro, casado, portador do CNPF/MF nº 492.980.979-72 e CI.RG nº 15.128.741-7/SP, residente e domiciliado à Rua 1490, nº 430, Bairro Itapoá, neste Município, pela Secretária de Obras e Serviços Públicos, a Sra. STEFANIE LIARA DE CASTILHO, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 059.937.569-85 e CI.RG nº 4.798.558-SSP/SC, residente e domiciliada à Rua 1710, nº 880, Bairro: Princesa do Mar, neste Município, pelo Secretário de Planejamento e Urbanismo, o Sr. RAFAEL VIDA ALMEIDA, brasileiro, casado, portador do CNPF/MF nº 035.434.709-81 e CI.RG nº 47894245-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua João Horácio Vieira, nº 3979, Bairro Itapoá, neste Município, pelo Secretário de Turismo e Cultura, o Sr. CLÁUDIO ROBERSON LEMONIE, brasileiro, casado, portador do CNPF/MF nº 020.940.689-51 e CI.RG nº 7.344.714-3-SSP/PR, residente e domiciliado à Rua Ana Maria Rodrigues de Freitas, nº 866, Bairro Itapema do Norte, neste Município, pelo Secretário de Meio Ambiente, o Sr. RODRIGO CECHIN, brasileiro, solteiro, portador do CNPF/MF nº 035.422.579-07 e CI.RG nº 4018931, residente e domiciliado à Rua Caracaxá, nº 194, Bairro: Jardim Pérola do Atlântico, neste Município, pelo Secretário de Esporte e Lazer, o Sr. SILAS SCHAFHAUSER, brasileiro, solteiro, portador do CNPF/MF nº 025.066.759-22 e CI.RG nº 3.356.333-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua 640, nº 898, Bairro: Balneário Brasília, neste Município, pelo Secretário de Agricultura e Pesca, o Sr. JONECIR SOARES, brasileiro, casado, portador do CNPF/MF nº 985.627.709-49 e CI.RG nº 3495258-SSP/SC, residente e domiciliado à Rua São José, nº 67, Bairro: Itapema do Norte, neste Município, pelo Secretário de Indústria e Comércio, o Sr. RICARDO DA SILVA MATTOSO, brasileiro, casado, portador do CNPF/MF nº 053.094.358-16 e CI.RG nº 14.543.465-5 SSP/SP, residente e domiciliado à Rua dos Tupis, nº 430, Bairro Itapema do Sul, neste Município, pelo Chefe de Gabinete, o Sr. RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador do CNPF/MF nº 025.037.599-04 e CI.RG nº 6.114.589-3, residente e domiciliado à Rua Dra. Zilda Arns Neumann, nº 527, Bairro Jardim Pérola do Atlântico, neste Município, pela Procuradora Municipal, a Dra. MARCELE DE ALMEIDA RODRIGUES, brasileira, divorciada, portadora do CNPF/MF nº 937.576.629-20 e CI.RG nº 63106364 SSP/PR, residente e domiciliada à Avenida Celso Ramos, nº 652, Bairro Cambijú, neste Município e pela Secretária de Saúde, a Sra. SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA, brasileira, casada, portadora do CNPF/MF nº 378.350.339-68 e CI.RG nº 771.538-2 SSP/SC, residente e domiciliada à Rua Ceará, nº 884, Bairro Barra do Sul, neste Município e de outro lado a Empresa STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME, com sede à Rua Dona Francisca, nº 4349, Bairro: Santo Antônio, na cidade de Joinville/SC, CEP: 89.218-111, inscrita no CNPJ/MF sob nº 01.854.994/0001-76 e Inscrição Estadual nº 254.574.912, representada neste ato pelo sócio, Sr. CLAUDEMIR ZANGHELINI VIEIRA, portador do CNPF/MF nº 623.759.629-15 e do CI.RG nº 1.434.908-SSP/SC, aqui denominada CONTRATADA(O), ajustam o presente termo aditivo contratual que visa prorrogar a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de impressoras (outsourcing de impressão), com fornecimento de equipamentos, manutenção preventiva e corretiva e fornecimento de insumos, exceto papel, conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos, em conformidade com a autorização contida no processo licitatório na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2018 – PROCESSO Nº 41/2018 de acordo com a Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei Federal 8.883/94, e Lei Federal nº 8.078/90 e pelas especificações e condições contidas nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO

O presente termo prorroga a vigência do Contrato Administrativo nº 47/2018, em 12 (doze) meses, contados a partir do dia 09/04/2019, podendo ser renovado ou revogado conforme disposições da Lei nº 8.666/93, e de acordo com os interesses da Administração Pública.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PREÇO

Altera cláusula terceira "do preço" totalizando para o período de prorrogação, o valor de R\$ 106.320,00 (cento e seis mil trezentos e vinte reais) conforme apresentado na planilha a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MÍNIMA	MARCA/MODELO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR MEN-SAL	VALOR TOTAL
1	Impressora Multifuncional Colorida com ciclo de 2.000 impressões mensais, velocidade de impressão de 33 ppm em Preto e 20ppm em colorido ou mais. Deverá possuir scanner com resolução 2400 dpi, função para digitalizar/copiar os 2 lados e alimentador automático de documentos para 30 (trinta) folhas ou mais, recurso para impressão frente e verso automático, a jato de tinta ou laser, com resolução mínima de 1200x1200 dpi, conexão de Rede Ethernet 10/100/1000, Wi-Fi e USB.	EPSON L-656	31	R\$ 140,00	R\$ 4.340,00	R\$ 52.080,00
2	Impressora Multifuncional Colorida com ciclo de 5.000 impressões mensais, velocidade de impressão de 33 ppm em Preto e 20 ppm em colorido ou mais. Deverá possuir scanner com resolução 2400 dpi, função para digitalizar/copiar os 2 lados e alimentador automático de documentos para 30 (trinta) folhas ou mais, recurso para impressão frente e verso automático, a jato de tinta ou laser, com resolução mínima de 1200x1200 dpi, conexão de Rede Ethernet 10/100/1000, Wi-Fi e USB.	EPSON L-656	2	R\$ 350,00	R\$ 700,00	R\$ 8.400,00

3	Impressora Multifuncional Colorida para formatos A3 e A4, com ciclo de 12.000 impressões mensais sendo 10.000 em folhas A4 e 2.000 em folhas A3, velocidade de 32ppm em Preto e 20ppm em cores. Deverá possuir scanner com resolução 2400 dpi, função para digitalizar frente e verso automático e alimentador automático de documentos para 35 (trinta e cinco) folhas ou mais inclusive para formato A3, recurso para impressão frente e verso automático, jato de tinta ou laser, com resolução mínima de 1200x1200 dpi, conexão de Rede Ethernet 10/100/1000, Wi-Fi e USB. Deverá possuir bandejas separadas para 250 folhas A3 e 250 folhas A4.	EPSON L-1455	1	R\$ 980,00	R\$ 980,00	R\$ 11.760,00
4	Impressora Multifuncional Monocro-mática Laser com ciclo de 5.000 impressões mensais, velocidade de impressão mínimo de 40ppm. A Impressora deverá possuir scanner de resolução 1200x1200 dpi, função para digitalizar frente e verso automático (duplex) e alimentador automático de folhas para 50 (cinquenta) folhas ou mais, impressão frente e verso automático, com resolução mínima de impressão 1200x1200 dpi, conexão de Rede Ethernet 10/100/1000 e USB.	SAMSUNG ML-4070	4	R\$ 250,00	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
5	Impressora Multifuncional Monocro-mática Laser com ciclo de 10.000 impressões mensais, velocidade de impressão mínimo de 40ppm. Deverá possuir scanner de resolução 1200x1200dpi, função para digitalizar frente e verso (duplex) e alimentador automático de folhas para 50 (setenta) folhas ou mais, recurso para impressão frente e verso automático, com resolução de impressão 1200x1200 dpi, conexão de Rede Ethernet 10/100/1000 e USB.	SAMSUNG ML-4070	2	R\$ 500,00	R\$ 1.000,00	R\$ 12.000,00
6	Impressões Excedentes em folha A4, Máximo 10.000/mês (soma de todos os equipamentos itens 1, 2 e 3)	-	10.000	R\$ 0,05	R\$ 500,00	R\$ 6.000,00
7	Impressões Excedentes em folha A3, Máximo 1.000/mês (item 3)	-	1.000	R\$ 0,04	R\$ 40,00	R\$ 480,00
8	Impressões Excedentes em folha A4, Máximo 10.000/mês (soma dos equipamentos itens 4 e 5)	-	10.000	R\$ 0,03	R\$ 300,00	R\$ 3.600,00
TOTAL					R\$ 8.860,00	R\$ 106.320,00

CLÁUSULA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 47/2018, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo de Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Aditivo ao Instrumento de Contrato Administrativo nº 47/2018, em caráter de excepcionalidade, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscrita.

Itapoá/SC, 01 de março de 2019.

CONTRATANTE JOSELENE GONÇALVES DO NASCIMENTO CUNHA SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO	CONTRATADA STARJET CARTUCHOS REMANUFATURADOS LTDA ME CLAUDEMIR ZANGHELINI VIEIRA
CONTRATANTE CARLITO JOAQUIM CUSTÓDIO JUNIOR SECRETÁRIO DE FAZENDA	Termo aditivo nº 29/2019 – continuação fl.03 CONTRATANTE STEFANIE LIARA DE CASTILHO SECRETÁRIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
CONTRATANTE RAFAEL VIDA ALMEIDA SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO	CONTRATANTE CLÁUDIO ROBERSON LEMONIE SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

CONTRATANTE RODRIGO CECHIN SECRETÁRIO DE MEIO AMBIENTE	CONTRATANTE SILAS SCHAFHAUSER DIRETOR DE ESPORTE E LAZER
CONTRATANTE JONECIR SOARES SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E PESCA	CONTRATANTE RICARDO DA SILVA MATTOSO SECRETÁRIO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO
CONTRATANTE RODRIGO LOPES DE OLIVEIRA CHEFE DE GABINETE	CONTRATANTE MARCELE DE ALMEIDA RODRIGUES PROCURADORA MUNICIPAL
CONTRATANTE SANDRA REGINA MEDEIROS DA SILVA SECRETÁRIA DE SAÚDE	
Fiscal do Contrato: OSWALDO RICCI JUNIOR DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA	
Testemunhas: NOME: CNPF/MF:	NOME: CNPF/MF:

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 112/2019 - NOMEIA CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR, PARA PEDRO FRANCO PINTO NETO

Publicação Nº 1968950

PORTARIA Nº112/2019, DE 1º DE ABRIL DE 2019
NOMEIA CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR

O Presidente da Câmara Municipal de Itapoá/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Art. 44, Inciso IV e Inciso VI, da Lei Orgânica Municipal e Art. 39, Inciso XXX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itapoá-SC, e com observância dos Arts. 9º, 10 e 16 da Lei Complementar nº. 44/2014, e da Resolução Legislativa nº 07/2014 e alterações:

RESOLVE:

Art. 1º Fica nomeado a partir do dia 1º de abril de 2019, o servidor comissionado PEDRO FRANCO PINTO NETO, CPF nº 745.292.859-87, no cargo de Assessor Parlamentar do vereador Joarez Antonio Santin – MDB, da Câmara Municipal de Itapoá/SC, com observância da Resolução nº 07/2014, de 1º de julho de 2014, e alteração pela Resolução nº 12/2019, de 22 de fevereiro de 2019, percebendo o vencimento estabelecido no Padrão 5 da Lei Complementar nº 76/2019, de 11 de fevereiro de 2019, e com observância do requisito do cargo sendo idade mínima de 18 anos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Itapoá, em 1º de abril de 2019.

Geraldo Rene Behlau Weber

Presidente

[assinado digitalmente]

Documento assinado digitalmente pelo(s) autor(es), em conformidade com o art. 45, §3º e §4º, da Lei Orgânica de Itapoá, Resolução nº 14/2016, e conforme as regras da infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

Para consultar a autenticidade e integridade do documento, pode-se consultar o site <http://camaraitapoa.sc.gov.br/verificador>

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA SEC Nº 04/2019.

Publicação Nº 1969024

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA
Secretaria da Educação
Departamento Administrativo
EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2019.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, torna público o Edital de abertura de Chamada Pública n. 004/2019, destinado ao preenchimento de vagas temporárias para o quadro de pessoal do Município de Ituporanga, para os cargos de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL 40 HORAS REGIME PARCIAL, PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, em razão de não haver mais professores inscritos nessas áreas no processo seletivo 002/2018 e em obediência dos Princípios Constitucionais da Impessoalidade, Publicidade e Eficiência Administrativa. A coordenação técnico/administrativa da Chamada Pública n. 004/2019 será de responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

0.1 A Chamada Pública tem por objetivo a contratação de pessoal por tempo determinado, para substituição de servidores afastados temporariamente, decorrentes de licença previstas na lei 020/2008, inclusive o afastamento por auxílio doença e o para o preenchimento de vagas na Educação Infantil e Educação Especial da Rede Municipal de Ensino.

1.2 Os candidatos serão convocados de acordo com a necessidade do serviço público municipal, conforme o quadro de vagas em anexo e classificados no momento da chamada pública, para posteriores vagas que surgirem.

1.3 A coordenação de todas as etapas da chamada pública será de responsabilidade da Secretaria Municipal da Educação.

2. DOS CARGOS E REQUISITOS

2.1 O cargo a ser provido é de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL com vencimentos correspondentes ao Nível I, II e III, da tabela de vencimentos, constantes no anexo II, da Lei nº. 1.839 de 31.01.2000.

2.2. São requisitos para investidura no cargo público:

a) Idade mínima de 18 anos
b) Cópia RG
c) Cópia CPF
d) Cópia Título Eleitor
e) Certidão quitação com as obrigações eleitorais – www.tre-sc.jus.br ou no cartório eleitoral
f) Cópia do número e série da Carteira Profissional de Trabalho
g) Cópia PIS/PASEP
h) Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento
i) Cópia da Certidão de Nascimento dos Filhos menores de 14 anos
j) Cópia quitação com as obrigações militares (certificado de reservista) – homens com menos de 45 anos
k) Cópia Comprovante de residência
l) Declaração de Antecedentes Criminais - www.tjsc.jus.br
m) Atestado Médico de Saúde
n) Declaração de não – acumulação ilegal de cargo, função, emprego ou percepção de proventos
o) No caso de acumulação legal de cargo, função emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária
10 – Declaração de Bens

2.3 O candidato deverá comprovar, por ocasião do contrato, o preenchimento de todos os requisitos exigidos para investidura no cargo. A não apresentação dos documentos comprobatórios exigidos desclassificará o candidato no certame.

3. DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO:

O chamamento público ocorrerá no dia 03/04/2019, às 14:00 horas, nas dependências da Secretaria da Educação, sito à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, centro de Ituporanga.

3.1 Serão considerados como critérios de seleção e classificação dos candidatos:

Para Professor de Educação Infantil

1º Habilitado Curso Superior, Nível III
Licenciatura em Licenciatura em Pedagogia com habilitação em educação infantil.

2º Habilitado Nível Médio Magistério, Nível II
Ensino Médio Magistério e /ou cursando Pedagogia.

3º Não Habilitado, Nível I não Habilitado
Ensino Médio; Cursando Licenciatura em Pedagogia.

Para Professor de Educação Especial

1º Habilitado Curso Superior, Nível III
Licenciatura em Licenciatura em Educação Especial ou Pedagogia com complementação em educação especial.

2º Habilitado Nível Médio Magistério, Nível II
Ensino Médio Magistério e/ ou cursando Pedagogia.

3º Não Habilitado, Nível I não Habilitado
Ensino Médio; Cursando Licenciatura em Pedagogia e/Licenciatura em Educação Especial.

3.2 Critérios de Desempate:

- 1º Pós Graduação na área da Educação;
- 2º Graduação na área da Educação;
- 3º Cursos na área;
- 4º Maior experiência comprovada na área de atuação;
- 5º Maior Idade.

3.3 No ato da convocação, o candidato deverá apresentar os documentos originais ou cópias necessários para comprovação dos critérios de seleção e classificação.

3.4 Os candidatos deverão conhecer os termos deste Edital e certificar-se de que preenchem todos os requisitos exigidos para o cargo e para a investidura de cargo no serviço público, conforme consta no item 2.2 deste edital, antes de participar da convocação.

4. DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Ituporanga, 01/04/2019.

ROSÂNGELA FRANÇA WIESE BRUNA RUDOLFO
Secretária de Educação Secretária da Administração

ANEXO ÚNICO

QUADRO DE VAGAS

CARGO	VAGAS	Período	Centro de Educação	CARGA HORÁRIA
Professor de Educação Infantil	01	Mat/vesp	CEI Luciane Haverroth	40hs
Professor de Educação Especial	01	Matutino	CE Curt Hamm	20hs

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 04/2019/FEX CONTRATAÇÃO DO GRUPO MUSICAL THE CHALEIRA PARA APRESENTAÇÃO NA 25ª EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA, NO IA 07 DE ABRIL DE 2019 ÀS 18H30MIM, COM DURAÇÃO DE 2 HORAS

Publicação Nº 1967384

FEXPONACE - FUNDAÇÃO PROMOTORA DE EXPOSIÇÕES, FEIRAS E EVENTOS TURÍSTICOS, CULTURAIS E ESPORTIVOS DE ITUPORANGA
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Modalidade: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nº. 4/2019

Processo Licitatório: 16/2019

Inexigibilidade de Licitação, conforme segue: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 03/2019, Processo Licitatório nº 16/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DO GRUPO MUSICAL THE CHALEIRA PARA APRESENTAÇÃO NA 25ª EXPOFEIRA NACIONAL DA CEBOLA, NO IA 07 DE ABRIL DE 2019 ÀS 18H30MIM, COM DURAÇÃO DE 2 HORAS, através da empresa exclusiva e consagrada pela crítica especializada e pela opinião pública, conforme determina o Art. 25, Inciso III da Lei 8.666/93. Diante do exposto resolve tornar Inexigível de Licitação por haver inviabilidade de competição. Empresa Adjudicada: TALAGAÇO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ 05.149.008/0001-38, com o valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Assinatura: Dia 27 de março de 2019 - Jackson Rodrigo Cardoso dos Santos - Presidente da Fexponace

PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO 11/2019/FEX

Publicação Nº 1967970

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE SERVIÇOS E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA SEREM UTILIZADOS NA REFORMA DO PARQUE DA CEBOLA NO CERRO NEGRO, PARA DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA ÁREA DO CAMPING

Ao(s) 28 de março de 2019, às 14:30 no(a) Sala de Reuniões da Prefeitura sito à Rua Joaquim Boeing, 40 Centro - Ituporanga-SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto Nº 85/2018, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no processo licitatório Nº 13 / 2019, Licitação Nº 11 / 2019 , na modalidade Pregão Presencial.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise do preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo: PARECER DA COMISSÃO:

Iniciou-se a sessão com o credenciamento dos representantes legais das empresas participantes, e a Comissão de Pregão ao analisar a documentação de credenciamento constatou que as empresas estão devidamente credenciadas, conforme Edital de Pregão nº 11/2019, e Ata de credenciamento. Após foram abertos os envelopes de proposta, em seguida lançados no sistema. Na sequência foi iniciada a etapa de lances, conforme relatório de lances do pregão. A Comissão de Pregão analisou a documentação de habilitação das empresas vencedoras e constatou que estão devidamente habilitadas, conforme Edital de Pregão nº 11/2019. Ao final o Pregoeiro indagou o representante da empresa participante se manifesta a intenção de interpor recurso do qual não manifestou a intenção.

Fornecedor	Itens Vencedores	Valor Total
568562 - CERVALE SERVICOS ELETRICOS LTDA	2	94.400,00
162736 - QUARK ENGENHARIA EIRELI	1	375.614,13

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação pelos representantes das proponentes.

Ituporanga, 28 de março de 2019

COMISSÃO

TIAGO JESSER MARQUES VIEIRA	- _____	- Pregoeiro
ANTONIO CESAR GRAHL	- _____	- Membro
TANIA MARIA BELING DE CARVALHO	- _____	- Membro
ELIANE APARECIDA RODRIGUES EING	- _____	- Membro
MARIA FERNANDA NIENKOTTER MULLER	- _____	- Membro

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

AUGUSTO FONTANIVE	- _____	- Representante
FABIANA DE SOUZA MACIEL	- _____	- Representante

PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO Nº 04/2019/PMI

Publicação Nº 1968131

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS**OBJETO DA LICITAÇÃO:**

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE 130 CESTAS BÁSICAS PARA ATENDIMENTO DE FAMÍLIAS DE BAIXA RENDA, DE ACORDO COM A LEI FEDERAL Nº 8.742 DE 07 DE DEZEMBRO DE 1993.

Ao(s) 11 de março de 2019, às 09:00 no(a) Sala de Reuniões da Prefeitura sito à Rua Joaquim Boeing, 40 Centro - Ituporanga-SC, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto Nº 85/2018, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no processo licitatório Nº 6 / 2019, Licitação Nº 4 / 2019 , na modalidade Pregão Presencial.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise do preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo: PARECER DA COMISSÃO:

Iniciou-se a sessão com o credenciamento do representante legal da empresa participante, e a Comissão de Pregão ao analisar a documentação de credenciamento constatou que a empresa está devidamente credenciada, conforme Edital de Pregão nº 04/2019, e Ata de credenciamento. Após foi aberto o envelope de proposta, em seguida lançado no sistema. Na sequência foi iniciada a etapa de lances, conforme relatório de lances do pregão. A Comissão de Pregão analisou a documentação de habilitação da empresa vencedora e constatou que está devidamente habilitada, conforme Edital de Pregão nº 04/2019. Ao final o Pregoeiro indagou o representante da empresa participante se manifesta a intenção de interpor recurso do qual não manifestou a intenção. Luis Augusto Wagner Scheeren não se fez presente no certame conforme portaria anexa. E Antonio Cesar Grahl não se fez presente no certame.

1137093 - ALFREDO COMERCIO VAREJISTA LTDA. ME

Lote	Produto	Quantidade	Unidade	Valor Unitário	Valor
1	Total Geral dos Itens	1	Lote	20.387,4000	20.387,4000
			Total Fornecedor:		20.387,4000
			Total Geral:		20.387,4000

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação pelos representantes das proponentes.

Ituporanga, 11 de março de 2019

COMISSÃO

TIAGO JESSER MARQUES VIEIRA	- _____	- Pregoeiro
ANTONIO CESAR GRAHL	- _____	- Membro
TANIA MARIA BELING DE CARVALHO	- _____	- Membro
ELIANE APARECIDA RODRIGUES EING	- _____	- Membro
MARIA FERNANDA NIENKOTTER MULLER	- _____	- Membro

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

DIEGO BARBOSA DE OLIVEIRA	- _____	- Representante
---------------------------	---------	-----------------

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO Nº 005/2019-CM/ITU**

Publicação Nº 1968839

CONTRATO Nº 005/2019-CM/ITU

CONTRATO EMERGENCIAL QUE CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DE ITUPORANGA/SC E A EMPRESA BETHA SISTEMAS LTDA., QUE TEM POR OBJETO O FORNECIMENTO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES DE GESTÃO CONTÁBIL/ADMINISTRATIVA.

A CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o n.º 79.369.633/0001-21, inscrição estadual isenta, na cidade de Ituporanga/SC, neste ato, representada pelo seu Presidente, Sr. Adriano José Coelho, inscrito no CPF sob nº 005.965.759-63, denominado CONTRATANTE e a empresa BETHA SISTEMAS LTDA., doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, n.º 134, inscrita no CNPJ sob n.º 00.456.865/0001-67, Inscrição Estadual 253.086.027, na cidade de Criciúma/SC, neste ato representada pela Sr.ª Daniela Ramos Silva, Advogada, portadora da cédula de identidade profissional 38.394 OAB/SC, inscrita no CPF sob o n.º 007.395.609-05, em decorrência do processo em decorrência do processo de Dispensa de Licitação nº 03/2019, homologado em 29/03/2019, com fundamento na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores pactuam o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1 - Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de Compras, Contabilidade, Folha de Pagamento, Patrimônio, Recursos Humanos e Portal da Transparência, com acessos simultâneos, em ambiente Windows, utilizando banco de dados relacional e a manutenção legal e corretiva durante o período contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - O presente instrumento terá duração de 01 (um) mês, contados a partir de 03/04/2019, com vigência até 02/05/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 - Pelo licenciamento do(s) aplicativos(s), objeto deste contrato, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 2.224,03, detalhado da seguinte forma:

ITEM	QTD. MESES	APLICATIVO(S)	VALOR MENSAL	VALOR TOTAL
1	1	Compras e Licitações	R\$ 539,23	R\$ 539,23
2	1	Contabilidade	R\$ 376,88	R\$ 376,88
3	1	Folha de Pagamento	R\$ 363,17	R\$ 363,17
4	1	Patrimônio	R\$ 353,08	R\$ 353,08
5	1	Recursos Humanos	R\$ 335,43	R\$ 335,43
6	1	Portal da Transparência	R\$ 256,24	R\$ 256,24
VALOR TOTAL			R\$ 2.224,03	R\$ 2.224,03

2.1.1 - O faturamento do licenciamento terá início a partir da cessão do direito de uso, através da liberação de chaves e senhas de acesso.

2.1.2 - O pagamento da licença de uso será efetuado até o dia cinco do mês subsequente ao licenciamento do(s) aplicativo(s), mediante apresentação da nota fiscal e boleto bancário.

2.1.3 - Em caso de atraso nos pagamentos será cabível correção monetária, durante o período de inadimplência, de acordo com o INPC acumulado no período, e juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados "pro rata tempore" em relação ao atraso verificado.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas decorrentes do licenciamento dos aplicativos objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do exercício de 2019:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
1	CÂMARA DE VEREADORES
1	Câmara de Vereadores
2001	Funcionamento e Manutenção da Câmara de Vereadores
3.3.90.40.01.000000	Locação de Equipamento e Softwares
1000601	Recursos Ordinários

CLÁUSULA QUINTA - DA LICENÇA DE USO DO APLICATIVO

4.1 - O aplicativo é de propriedade da CONTRATADA, que concede a CONTRATANTE o direito de uso de licenças do(s) aplicativo(s), objeto deste contrato, instalada no servidor e em computadores conectados em rede, de acordo com a quantidade de acessos simultâneos indicada no Anexo I.

4.2 - É vedada a cópia dos aplicativos e do gerenciador do Banco de Dados, exceto para fazer backup. Os aplicativos estão protegidos pela lei nº. 9.609/98, que prevê a pena de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos de detenção e pela lei n.º 9.610/98, cuja indenização pode chegar ao valor de 3.000 (três mil) cópias, para cada cópia instalada ilegalmente.

4.3 - É vedada a sublocação, empréstimo, arrendamento ou transferência do(s) aplicativo(s) contratado a outro usuário, assim como também é a engenharia reversa, a decompilação ou a decomposição do(s) referido(s) aplicativo(s).

4.4 - Responsabilidade por danos indiretos: em nenhuma hipótese a CONTRATADA será responsável por qualquer dano decorrente do uso indevido ou da impossibilidade de usar (o)s referido(s) aplicativo(s), ainda que a CONTRATADA tenha sido alertada quanto à possibilidade destes danos.

4.5 - Quando em ambiente web, por exigência ou conveniência administrativa, os aplicativos deverão permanecer on-line por até 96% do tempo de cada mês civil.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

Caberá à CONTRATANTE:

5.1 - Efetuar o pagamento pelo licenciamento do(s) aplicativo(s) objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionado.

6.2 - Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.

5.3 - Manter pessoal habilitado para operacionalização do(s) aplicativo(s).

5.4 - Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do(s) aplicativo(s) licenciado(s), incluindo:

- 5.4.1 - Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação do(s) aplicativo(s).
- 5.4.2 - Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina;
- 5.5 - Digitação das informações necessárias para atingir os resultados esperados do(s) aplicativo(s).
- 5.6 - Conferir os resultados obtidos na utilização do(s) aplicativo(s) lícitado(s). Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro do(s) aplicativo(s)
- 5.7 - Comunicar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sobre o cancelamento de qualquer aplicativo contratado, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

Caberá a CONTRATADA:

- 6.1 - Fornecer as licenças de uso do(s) aplicativo(s), objeto deste contrato.
- 6.2 - Manter o(s) aplicativo(s) de acordo com as características do Anexo I.
- 6.3 - Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos(s) aplicativo(s), causadas por problemas originados dos códigos-fontes de seus aplicativos.
- 6.4 - Tratar como confidenciais as informações e dados contidos no(s) aplicativo(s) da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.
- 6.5 - Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas na Legislação e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- 6.6 - Orientar e prestar suporte online à CONTRANTE para executar alterações na base de dados que se fizerem necessárias.

CLÁUSULA OITAVA - DA MANUTENÇÃO NOS APLICATIVOS

- 7.1 - As modificações de cunho legal impostas pelos órgãos federais e estaduais, serão introduzidas no(s) aplicativo(s), durante a vigência do contrato, sem ônus para a CONTRATANTE e em prazos compatíveis com a legislação.
- 7.2 - Caso não haja tempo hábil para implementar as modificações legais entre a divulgação e o início da vigência das mesmas, a CONTRATADA procurará indicar soluções alternativas para atender as determinações legais, até a atualização do(s) aplicativo(s).
- 7.3 - As implementações específicas e de cunho legal impostas pelo Município serão objeto de negociação.
- 8.4 - As melhorias e novas funções introduzidas no(s) aplicativo(s) originalmente licenciado(s) são distribuídas toda vez que a CONTRATADA as concluir. Cabe a CONTRATANTE adotar a última versão no prazo de 60 (sessenta) dias de seu recebimento. Após este prazo a CONTRATADA não mais estará obrigada a fornecer suporte à versão antiga.

CLÁUSULA NONA - DO SUPORTE TÉCNICO

- 9.
- 8.1 - O suporte técnico do(s) aplicativo(s) deverá ser realizado por meio digital, internet através de serviços de suporte remoto da CONTRATADA por técnico habilitado com o objetivo de:
- 8.1.1 - Esclarecer dúvidas que possam surgir durante a operação e utilização do(s) aplicativo(s);
- 8.1.2 - Auxiliar o usuário, em caso de dúvidas, na elaboração de quaisquer atividades técnicas relacionadas à utilização do(s) aplicativo(s), como:
- 8.1.3 - Analisar bases de dados via acesso remoto ou na Betha;
- 8.1.4 Migrar para versões de aplicativos que trazem benefícios ao cliente;
- 8.2 - O suporte técnico deverá ser atendido quando feito por funcionários que possuam habilitação para a operação do(s) aplicativo(s), do equipamento, do aplicativo operacional e de utilitários.
- 8.3 - A execução de alterações na base de dados é de responsabilidade da CONTRATANTE sob orientação e suporte online da CONTRATADA.
- 8.4 - As solicitações de alterações do(s) aplicativo(s) serão cadastradas pelo usuário da CONTRATANTE, no site www.betha.com.br/atendimento, devendo estar acompanhada da descrição completa da solicitação e da documentação que caracterize o serviço a ser efetuado. Após a execução do serviço, a CONTRATADA disponibilizará no site <http://download.betha.com.br/> ou enviará o aplicativo alterado em sua forma executável, via internet, para a CONTRATANTE, que deverá fazer os testes de conformidade, instalar e repassar aos usuários do(s) aplicativo(s).
- 8.5 - Não faz parte deste contrato a prestação de serviços de suporte técnico "in loco" na entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 10.1 - Em caso de inobservância por parte da CONTRATADA do aqui estabelecido, garantida a defesa prévia, sofrerá ela as seguintes penalidades:
- 10.1.1 - advertência, na primeira vez que o fato ocorrer;
- 10.1.2 - Multa moratória, em caso de atraso na prestação do serviço, no valor de 0,5% ao dia, pela parcela inadimplente, até o limite de 20 dias, quando será considerado o inadimplemento total, ensejando a consequente rescisão contratual e demais sanções cabíveis.
- 10.1.3 - Multa no valor de até 10% (dez por cento) do valor do contrato, no caso de falha diversa da mora;
- 10.1.4 - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- 10.1.5 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 2 (dois) anos.
- 10.2 - As importâncias a título de multas aplicadas à CONTRATADA deverão ser recolhidas no prazo de 10 (dez) dias contados do recebimento da notificação, perante a Secretaria Municipal da Fazenda, ressalvada a interposição de recurso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

11.1 - A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

11.2 - A alteração proveniente do reajuste contratual poderá ser executado por simples apostilamento, de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

12.1 - A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei Federal Lei nº 8.666/93, comprometendo-se a fornecer única e exclusivamente a base de dados em formato TXT ou CSV, quando eventualmente requisitada.

12.2 - A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

12.2.1 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.2.2 - Os casos de rescisão administrativa ou amigável, de todo ou parte deste contrato, serão precedidos de comunicação por escrito através de Termo Aditivo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.

12.2.3 - Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes de comum e recíproco acordo elegem o foro da comarca de Ituporanga/SC para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Ituporanga, 29 de março de 2019

CÂMARA MUN. DE ITUPORANGA Adriano José Coelho CONTRATANTE	BETHA SISTEMAS LTDA. Daniela Ramos Silva CONTRATADA
TESTEMUNHAS: NOME: Sandro Viegas Finkler CPF: RG n.º:	NOME: CPF: RG n.º:

Visto do órgão de assessoramento jurídico:

Gabriel Pedroza Bezerra Ribeiro

OAB/SC 48.243-A

Assessor Jurídico

Câmara Municipal de Ituporanga/SC

HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2019

Publicação Nº 1967851

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 03/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2019

HOMOLOGAÇÃO: 29/03/2019

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Ituporanga/SC

OBJETO: contratação emergencial de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos de compras, contabilidade, folha de pagamento, patrimônio, recursos humanos e transparência, com acessos simultâneos, em ambiente Microsoft Windows, utilizando banco de dados relacional e a manutenção legal e corretiva pelo período de 30 dias a contar da data de encerramento do contrato nº 01/2019.

CONTRATADA: BETHA SISTEMAS LTDA (CNPJ: 00.456.865/0001-67)

VALOR DA HOMOLOGAÇÃO: R\$ 2.224,03 (Dois mil, duzentos e vinte e quatro reais e três centavos).

Ituporanga, 29 de março de 2019

ADRIANO JOSÉ COELHO

Presidente da Câmara Municipal de Ituporanga

HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2018

Publicação Nº 1967850

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2018

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2018

HOMOLOGAÇÃO: 28/03/2019

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Ituporanga/SC

OBJETO: contratação de empresa especializada para fornecimento de sistema informatizado de gestão, em ambiente web, provimento de datacenter, com manutenção de cópia do banco de dados em ambiente de informática do contratante, por meio de redundância ou download, incluindo ainda serviços de instalação, migração de dados, treinamento, implantação, manutenção e suporte técnico, garantia de atualização legal, atualização tecnológica e suporte técnico relacionados a cada módulo de programas, conforme especificações técnicas do Termo de Referência (Anexo II do Edital de Licitação).

CONTRATADA: IPM SISTEMAS LTDA (CNPJ: 01.258.027/0003-03)

VALOR DA HOMOLOGAÇÃO: R\$ 113.717,00 (Cento e treze mil, setecentos e dezessete reais).

Ituporanga, 28 de março de 2019

ADRIANO JOSÉ COELHO

Presidente da Câmara Municipal de Ituporanga

PORTARIA Nº 458/2019

Publicação Nº 1967846

PORTARIA Nº 458, DE 01 DE ABRIL DE 2019

“Constitui Comissão Permanente de Licitação e Nomeia Pregoeiro e Equipe de Apoio para os Processos Licitatórios na modalidade Pregão, realizados pelo Câmara Municipal de Ituporanga”

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA, Estado de Santa Catarina, no uso da competência privativa que lhe confere o inciso II, do artigo 25 da Lei Orgânica do Município de Ituporanga e alínea “e”, do inciso III, do artigo 23 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Ituporanga e em conformidade com o artigo 51 da Lei nº 8.666/1993, bem como o inciso IV, do artigo 3º da Lei nº 10.520/2002:

Art. 1º Fica constituída a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITUPORANGA, que será formada pelos seguintes membros: Jardel Pandini Regueira, Tiago Louredo de Souza e Sandro Viegas Finkler, sendo presidida pelo primeiro e secretariada pelo segundo.

Art. 2º Fica nomeado como pregoeiro o funcionário público da Câmara Municipal de Ituporanga, JARDEL PANDINI REGUEIRA, para atuar nos procedimentos relativos aos processos licitatórios na modalidade pregão, com atribuições de acordo com o artigo 9º do Decreto Municipal nº 498, de 20 de abril de 2007.

Art. 3º Fica nomeada a Equipe de Apoio ao pregoeiro nos processos licitatórios modalidade pregão, que será formada pelos seguintes membros: Tiago Louredo de Souza e Sandro Viegas Finkler, designado como secretário o primeiro.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e ficam revogadas as disposições em contrário.

Ituporanga/SC, 01 de abril de 2019

Adriano José Coelho

Presidente

Jaborá

PREFEITURA

EXTRATO DE ADITIVO DO CONTRATO 127/2018

Publicação Nº 1967746

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DO ADITIVO DO CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial 7/2018

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 7/2018

Contrato Administrativo nº: 127/2018.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO EM LINHAS DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, E TRANSPORTE UNIVERSITÁRIO.

Valor: Acréscimo da quilometragem do Trajeto 16, de 100,9 Km/dia para 116,9Km/dia.

Vigência: 14/02/2019 a 31/12/2019.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: ADRIANO DE MARTINI & CIA LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 17.524.815/0001-72.

Jaborá, SC, 29 de março de 2019.

Kleber Mércio Nora

Prefeito

PORTARIA Nº 081/2019

Publicação Nº 1967882

	Estado de Santa Catarina GOVERNO MUNICIPAL DE JABORÁ
--	---

PORTARIA Nº. 081, de 1º de abril de 2019.

“EXONERA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO COMISSONADO DE SECRETÁRIA DE FINANÇAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO”

KLEBER MÉRCIO NORA, Prefeito do Município de Jaborá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º. Exonerar, a servidora ADRIANE PAVAN NORA, ocupante do cargo de Secretária de Finanças e Desenvolvimento Econômico.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 1º/04/2019.

KLEBER MÉRCIO NORA

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios em 02/abril/2019.

CLAUDIA CORRADI TONIELLO

Secretária de Administração

RESOLUÇÃO 01/2019 CMAS

Publicação Nº 1967279

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JABORÁ

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

RESOLUÇÃO N. 01/2019 DA COMISSÃO ESPECIAL JABORÁ-SC

A presidente da Comissão Eleitoral no uso de suas atribuições que lhe são conferidas nas deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS,

RESOLVE:

Art.1º - Publicar a relação de Usuários, Entidades e Organizações de Assistência Social e Representantes e Trabalhadores do SUAS habilitados ao processo referente à Eleição do Conselho Municipal de Assistência Social de Jaborá – SC, conforme Anexo Único.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaborá – SC, 01 de abril de 2019.

MAGDA PRETTO POYER

Presidente da Comissão Eleitoral

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JABORÁ

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DE CANDIDATOS DOS SEGMENTOS: USUÁRIOS, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E REPRESENTANTES E TRABALHADORES DO SUAS HABILITADOS AO PROCESSO REFERENTE À ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

ELEIÇÃO 2019/2021.

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SEGMENTO
01/2019	ADRIANA CORREA	USUÁRIO SUAS
02/2019	CLEUCI DE PAULA	TRABALHADOR SUAS
03/2019	FRANCIELY AMARO FERREIRA	TRABALHADOR SUAS
04/2019	JOANA BRUGNARA	TRABALHADOR SUAS
05/2019	TEREZINHA MELÂNIA SOUZA DA LUZ SANTIN	TRABALHADOR SUAS
06/2019	EDIMARA RIGO FINGER	TRABALHADOR SUAS
07/2019	PATRICIA CRISTINA TOSCAN	TRABALHADOR SUAS
08/2019	LOURDES MAULE	USUÁRIO SUAS
09/2019	ALIANDRA CAMPOS	USUÁRIO SUAS
10/2019	ADELAR DE CAMARGO	USUÁRIO SUAS
11/2019	ROSA MARIA GOMES	USUÁRIO SUAS
12/2019	SUELI RAMOS LEDESMA	USUÁRIO SUAS
13/2019	MARILETE CHILANTTI COORDENARA ASSOCIAÇÃO PATRONATO ANJO DA GUARDA	ENTIDADE E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
14/2019	CLEUSA MANTHEY DIRETORA APAE JABORÁ PEQUENO PRINCIPE	ENTIDADE E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
15/2019	ALESSANDRA BEGNINI	TRABALHADOR SUAS

JABORÁ – SC, 01 de abril de 2019.

MAGDA PRETTO POYER

Presidente da Comissão Eleitoral

RESOLUÇÃO 02/2019 CMAS

Publicação Nº 1967280

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE JABORÁ

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

RESOLUÇÃO N. 02/2019 DA COMISSÃO ESPECIAL JABORÁ-SC

A presidente da Comissão Eleitoral no uso de suas atribuições que lhe são conferidas nas deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS,

RESOLVE:

Art.1º - Homologar as inscrições realizadas referente ao processo de Eleição do Conselho Municipal de Assistência Social de Jaborá – SC.

Art. 2º - Todas as 15 (quinze) inscrições foram deferidas, conforme Anexo Único.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Jaborá – SC, 02 de abril de 2019.

MAGDA PRETTO POYER

Presidente da Comissão Eleitoral

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JABORÁ
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS

ANEXO ÚNICO

RELAÇÃO DE NOMES DE CANDIDATOS DOS SEGMENTOS: USUÁRIOS, ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E REPRESENTANTES E TRABALHADORES DO SUAS HOMOLOGADOS REFERENTE À ELEIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS 2019.

Nº DE INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SEGMENTO
01/2019	ADRIANA CORREA	USUÁRIO SUAS
02/2019	CLEUCI DE PAULA	TRABALHADOR SUAS
03/2019	FRANCIELY AMARO FERREIRA	TRABALHADOR SUAS
04/2019	JOANA BRUGNARA	TRABALHADOR SUAS
05/2019	TEREZINHA MELÂNIA SOUZA DA LUZ SANTIN	TRABALHADOR SUAS
06/2019	EDIMARA RIGO FINGER	TRABALHADOR SUAS
07/2019	PATRICIA CRISTINA TOSCAN	TRABALHADOR SUAS
08/2019	LOURDES MAULE	USUÁRIO SUAS
09/2019	ALIANDRA CAMPOS	USUÁRIO SUAS
10/2019	ADELAR DE CAMARGO	USUÁRIO SUAS
11/2019	ROSA MARIA GOMES	USUÁRIO SUAS
12/2019	SUELI RAMOS LEDESMA	USUÁRIO SUAS
13/2019	MARILETE CHILANTTI COORDENARA ASSOCIAÇÃO PATRONATO ANJO DA GUARDA	ENTIDADE E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
14/2019	CLEUSA MANTHEY DIRETORA APAE JABORÁ PEQUENO PRINCIPE	ENTIDADE E ORGANIZAÇÕES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
15/2019	ALESSANDRA BEGNINI	TRABALHADOR SUAS

JABORÁ – SC, 02 de abril de 2019.
MAGDA PRETTO POYER
Presidente da Comissão Eleitoral

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO Nº. 033 DE 15 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1968162

DECRETO Nº. 033 DE 15 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS AO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 60, VIII, da Lei Orgânica Municipal, e,

Considerando a necessidade da desconcentração de tarefas, com vistas à dinamização da máquina administrativa;

Considerando que a delegação de competência dentro do mesmo Ente Público, constitui instrumento de desconcentração, o que oportuniza uma maior celeridade nos feitos administrativos;

Considerando que é facultativo ao Prefeito delegar a Secretários do Município atribuições que lhe são próprias,

Considerando a distribuição e o escalonamento das funções nos órgãos públicos municipais e as atribuições dos gestores públicos, estabelecidos na Lei Municipal N. 838, de 25 de maio de 2017 e demais regulamentos internos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica delegada a Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte competência para:

I – Autorizar o gozo de férias do servidor pertencente ao Quadro de servidores da Educação;

II – aplicar os dispositivos do Plano de Carreira do Magistério e do Estatuto dos Servidores;

III – dar provimento e determinar vacância de cargos públicos dos servidores da Secretaria municipal de Educação;

IV – praticar atos relativos à lotação e relotação do quadro de servidores da Secretaria municipal de educação;

V – praticar outros atos que, por sua natureza ou finalidade não sejam objeto de Lei ou Decreto.

Art. 2º As competências de que trata o artigo 1º não poderão ser objeto de subdelegação.

Art. 3º Sempre que julgar necessário, o Prefeito poderá realizar os atos previstos neste Decreto, sem prejuízo da delegação de competência.

Art. 4º Os atos e decisões adotados por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade.

Art. 5º. Este decreto entra em vigor na data de sua afixação no átrio do Poder Executivo Municipal e sua publicação simultânea no órgão de imprensa oficial do Município, na forma do parágrafo Único do art. 75, da Lei Orgânica Municipal.

Jacinto Machado – (SC), 15 de Março de 2019.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS.

DECRETO Nº. 034 DE 15 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1968176

DECRETO Nº. 034 DE 15 DE MARÇO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11, III, da Lei Municipal nº. 888 de 17 de Dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado do exercício de 2019, na importância de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2018, na dotação

orçamentária abaixo discriminada:

Órgão 05: SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade 01: DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Projeto 2.013: Manutenção das Creches

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0705(120) -Aplicações Diretas....R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, ocorrerão por conta do superávit financeiro do exercício de 2018 de recursos transferidos pelo Governo Federal – FNDE – Salário Educação (vinculação 0104 – Salário Educação) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais), creditados na conta corrente 672.014-5, Agência 1084 da CEF.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 15 de março de 2019.

Jacinto Machado – (SC), 15 de março de 2019.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DECRETO Nº. 035 DE 15 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1968181

DECRETO Nº. 035 DE 15 DE MARÇO DE 2019.

“CRIA NOVA CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – MODALIDADE DE APLICAÇÃO E FONTE DE RECURSO ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o artigo 11, Inciso III da Lei Municipal nº 888 de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica incluída no Orçamento Municipal da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado a classificação orçamentária (modalidade de aplicação e fonte de recurso), por conta superávit financeiro do exercício anterior no valor de R\$ 12.882,67 (Doze Mil, Oitocentos e Oitenta e Dois Reais e Sessenta e Sete Centavos), conforme abaixo especificado, a qual passa integrar o Orçamento Municipal com a seguinte estrutura orçamentária:

Órgão: 06 – SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Unidade: 01 – DIRETORIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS

Projeto/Atividade: 2.033 – Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: (121) – 3.3.90.00.00.00.0698 – Aplicações Diretas R\$ 12.882,67

TOTAL R\$ 12.882,67

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, ocorrerão por conta do superávit financeiro do exercício de 2018, no valor de 12.882,67 (Doze Mil, Oitocentos e Oitenta e Dois Reais e Sessenta e Sete Centavos), oriundos de repasse de recursos do Governo Estadual por intermédio da Secretaria de Estado da Infraestrutura, conforme Transferência nº 2017TR001326. Os recursos financeiros supra mencionados encontram-se depositados na conta aplicação 17.322-3, Agência 2192-X do Banco do Brasil.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 15 de março de 2019.

Jacinto Machado – (SC), 15 de março de 2019.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DECRETO N°. 036 DE 15 DE MARÇO DE 2019

Publicação N° 1968196

DECRETO N°. 036 DE 15 DE MARÇO DE 2019.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MEZZARI, Prefeito Municipal de Jacinto Machado, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no Artigo 11, III, da Lei Municipal n°. 888 de 17 de Dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica autorizado à abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado do exercício de 2019, na importância de R\$ 21.233,25 (Vinte e Um Mil, Duzentos e Trinta e Três Reais e Vinte e Cinco Centavos), por conta do Superávit Financeiro do Exercício de 2018, na dotação orçamentária abaixo discriminada:

Órgão: 05 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

Unidade: 01- DEPARTAMENTO DA EDUCAÇÃO

Projeto/Atividade: 2.008 – Manutenção da Educação Básica

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0712(113) – Aplicações Diretas R\$ 21.233,25

TOTAL GERAL: R\$ 21.233,25

Art. 2º - Os recursos destinados à suplementação do artigo anterior, ocorrerão por conta do superávit financeiro do exercício de 2018 de "outras transferências do FNDE - Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação" (vinculação 00.0729) da Unidade Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, creditados no Banco do Brasil, Agência 2192-X e Conta nº 17.694-X da Prefeitura Municipal de Jacinto Machado, o referido recurso trata-se do Auxílio Financeiro aos Municípios (AFM) para a área de educação.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de 15 de março de 2019.

Jacinto Machado – (SC), 15 de Março de 2019.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DECRETO N°. 037 DE 28 DE MARÇO DE 2019

Publicação N° 1968204

DECRETO N°. 037 DE 28 DE MARÇO DE 2019.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE JACINTO MACHADO - COMTUR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com Lei nº. 747, de 10 de novembro de 2014.

DECRETA:

Art. 1º - Fica instituído o Conselho Municipal de Turismo de Jacinto Machado - COMTUR, como órgão colegiado vinculado à (Secretaria ou Departamento ou Diretoria) Municipal da Indústria, Comércio e Turismo, destinado a promover e incentivar as ações de Turismo no Município de Jacinto Machado.

Art. 2º - Compete ao Conselho Municipal de Turismo de Jacinto Machado - COMTUR:

I – Emitir parecer, quando solicitado sobre os processos, projetos ou planos de desenvolvimento de turismo elaborados por entes públicos e/ou privados;

II – Organizar e promover amplos debates sobre a profissionalização do turismo e a sua relevância como fonte de divisas para todo o Município;

III - Elaborar o seu Regimento Interno;

IV – Auxiliar na coordenação para incentivo e promoção do turismo no Município, melhorando e ampliando a infra-estrutura turística e qualificando os atrativos turísticos;

V - Contribuir para a promoção de campanhas de conscientização da comunidade voltadas à atividade turística;

VI - Desenvolver programas e projetos de interesse turístico, visando incrementar o fluxo de turistas ao Município, respeitada sua capacidade receptiva, assim como seu patrimônio ambiental e cultural;

VII - Estudar e propor medidas de difusão e fomento ao turismo no Município, em colaboração com os órgãos e entidades especializadas;

VIII - Colaborar na elaboração e divulgação de calendário de eventos do Município.

Art. 3º - Ficam nomeados os membros da Diretoria do Conselho Municipal de Turismo De Jacinto Machado - COMTUR:

I - Presidente do COMTUR de Jacinto Machado:

Marcelo Pícolo

II - Secretário Adjunto:

Aldo Brognoli

III – Secretário executivo:

Bruna Teresa Silva Pereira

IV – Coordenadores:

José Carlos Zanatta

Older de Lavechia de Vargas

Art. 4º - Ficam nomeados os membros das seguintes instituições para compor o Conselho Municipal de Turismo De Jacinto Machado - COMTUR:

I - 04 (quatro) representantes do Trade Turístico:

· Pousada Recanto da Fortaleza de Jacinto Machado

Representante Titular: Edson Mendes da Silva

Representante Suplente: Gedson Mendes da Silva

· Bixo do Mato Eco Turismo, Operadora de Turismo

Representante Titular: Bruna Tereza da Silva Pereira;

· Pousada Ronsani, de Jacinto Machado

Representante Suplente: Aloide Benedito Ronsani

· Condutores de Turismo, de Jacinto Machado – SC:

Representante Titular: Sander Daré

· Pousada Testa do Macaco, de Jacinto Machado

Representante Suplente: Jorge Martins de Souza

· Açúcar Mascavo Dona Elza, de Jacinto Machado - SC:

Representante Titular: Aderval Cardoso

Representante Suplente: Terezinha José Paulino Cardoso

II - 01 (um) representante da Epagri:

· EPAGRI de Jacinto Machado – SC:

Representante Titular: Aline Hahn Fernandes;

Representante Suplente: Alexandro Roesler;

III - 01 (um) representante das Forças Auxiliares (polícia militar/civil):

· Polícia Militar / Civil de Jacinto Machado – SC:

Representante Titular: Valdinei Schaukoski Pascoali;

Representante Suplente: Amilton dos Santos;

IV - 01 (um) representante das Associações do Município:

· Associação dos Condutores de Turismo Tigre Preto, de Jacinto Machado – SC:

Representante Titular: Marcelo Pícolo

Representante Suplente: Joares Recco Furlanetto

V - 01 (um) representante do CDL:

· Câmara de Dirigentes Lojistas de Jacinto Machado – SC;

Representante Titular: Josli Ronsani Peres

VI - 01 (um) representante dos sindicatos e /ou cooperativas:

· Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Jacinto Machado - SC;

Representante Titular: Older de Lavechia de Vargas

· Sindicato dos Produtores Rurais de Jacinto Machado - SC;

Representante Suplente: Antonio José Porto

VII - 01 (um) representante do Parque Nacional da Serra Geral:

· Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, Cambará do Sul – RS:

Representante Titular: Fabio L. Vellozo de Mello;

Representante Suplente: Paulo Sérgio Campos Avelar

VIII - Também compõe o Comtur 03 (três) representantes nomeados e designados da Administração Publica Municipal:

· COMTURJM, Machado, SC:

Representante Titular: José Carlos Zanatta;

Representante Suplente: Itaionara Tramontin Recco Vitor;

Representante Titular: Aldo Brognoli;

Representante Suplente: Marco Aurélio Giust Ferreira;

Representante Titular: Cleonice Fontana Possamai;

Representante Suplente: Zenildo Paganini

Art. 5º - A função de membros do Conselho Municipal de Turismo De Jacinto Machado - COMTUR é considerada de interesse público e relevante não sendo remunerados.

Art. 6º - O funcionamento e outras deliberações do Conselho Municipal de Turismo De Jacinto Machado - COMTUR serão estabelecidos no Regimento Interno.

Art. 7º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado – (SC), 28 de março de 2019.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado o presente Decreto nesta Secretaria, na data supra:

ANA A. BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

LEI Nº. 892 DE 27 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1968152

LEI Nº. 892 DE 27 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DA RODOVIA NO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Passa a denominar-se Rodovia Municipal Prefeito DEOCLIDES RECCO a Rodovia JAM 459 que liga o Picadão a Comunidade de Pinheirinho Baixo, no Município de Jacinto Machado, tendo seu marco zero a partir do final do perímetro urbano, no Bairro Paraguai.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Jacinto Machado (SC), 27 de março de 2019.

JOÃO BATISTA MEZZARI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e registrada a presente Lei nesta Secretaria na data supra:

ANA ARLETH BELLETTINI CITADIN KLOCK

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 12.723/2019

Publicação Nº 1968031

D E C R E T O Nº 12.723/2019

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e
CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 027/2019/CMDCA/JS, de 28/03/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca);

DECRETA :

Art.1º Fica designada, a partir de 27/03/2019, a servidora pública municipal MICHELE CRISTINA DE AMORIM, matrícula 7491, para compor a COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cmdca) gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fmdca), em razão dos Termos de Colaboração, dos Termos de Fomento e/ou Acordos de Cooperação e dos Termos Aditivos, a serem firmados entre o Município de Jaraguá do Sul, através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fmdca), e as Organizações da Sociedade Civil, constituída pelo Decreto Municipal Nº 12.718/2019, de 26/03/2019, em substituição à Daniele Sbardelatti.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27/03/2019.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 12.724/2019

Publicação Nº 1968034

D E C R E T O Nº 12.724/2019

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30/10/2018, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.784/2018, de 30 de outubro de 2018,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 560.367,30 (Quinhentos e sessenta mil, trezentos e sessenta e sete reais e trinta centavos), para reforço do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.002 - TRÂNSITO E TRANSPORTE

33.002.15.452.04102.261 - Manutenção da Sinalização Viária

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.002.472 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 560.367,30

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2018, do Município de Jaraguá do Sul, proveniente dos recursos vinculados Convênio SSP PMJS 12640, no valor de R\$ 560.367,30 (Quinhentos e sessenta mil, trezentos e sessenta e sete reais e trinta centavos).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 29 de março de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 12.725/2019

Publicação Nº 1968036

D E C R E T O Nº 12.725/2019

Declara de Utilidade Pública Área de MARLI ZAPPELINI e RAUL ZAPPELINI.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº

3.365/1941, de 21/06/1941; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 0103/2019/Semplu, de 27 de março de 2019, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de abertura de via pública - "Via Verde" - Rua 1470 (Projetada);

DECRETA :

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de 844,83m2, parte do imóvel contendo a área total de 12.523,30m2, com com os demais dados identificativos na MI Nº 59.805, do CRI desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 47.996, situada à Rua 10 - José Theodoro Ribeiro, bairro Ilha da Figueira, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de MARLI ZAPPELINI e RAUL ZAPPELINI.

Art.2º A área a que se refere o artigo precedente, representada na planta topográfica anexa, passará a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bem de uso comum do povo, e destinar-se-á à implantação de abertura de via pública - "Via Verde" - Rua 1470 (Projetada).

Art.3º Fica isenta da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a área objeto deste Decreto.

Art.4º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 12.726/2019

Publicação Nº 1968040

D E C R E T O Nº 12.726/2019

Declara de Utilidade Pública Área de FLARI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 0103/2019/Semplu, de 27 de março de 2019, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de abertura de via pública - "Via Verde" - Rua 1470 (Projetada);

DECRETA :

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de 771,73m2, parte do imóvel contendo a área total de 11.475,00m2, com com os demais dados identificativos na MI Nº 28.207, do CRI desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 182, situada à Rua 10 - José Theodoro Ribeiro, bairro Ilha da Figueira, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de FLARI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA.

Art.2º A área a que se refere o artigo precedente, representada na planta topográfica anexa, passará a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bem de uso comum do povo, e destinar-se-á à implantação de abertura de via pública - "Via Verde" - Rua 1470 (Projetada).

Art.3º Fica isenta da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a área objeto deste Decreto.

Art.4º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 12.727/2019

Publicação Nº 1968042

D E C R E T O Nº 12.727/2019

Declara de Utilidade Pública Área de UDO DREWS e INGRID GOETZKE DREWS.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº

3.365/1941, de 21/06/1941; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 0103/2019/Semplu, de 27 de março de 2019, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de rotatória na interseção das Ruas 1140 - Rinaldo Bogo, 374 - Arthur Witthoft e Rua 1470 (Projetada);

DECRETA :

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de 228,72m2, parte do imóvel contendo a área total de 7.849,62m2, com com os demais dados identificativos na MI Nº 80.880, do CRI desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 35.509, situada à Rua 1140 - Rinaldo Bogo, esquina com a Rua 374 - Arthur Witthoft, bairro Ilha da Figueira, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de UDO DREWS e INGRID GOETZKE DREWS.

Art.2º A área a que se refere o artigo precedente, representada na planta topográfica anexa, passará a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bem de uso comum do povo, e destinar-se-á à implantação de rotatória na interseção das Ruas 1140 - Rinaldo Bogo, 374 - Arthur Witthoft e Rua 1470 (Projetada).

Art.3º Fica isenta da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a área objeto deste Decreto.

Art.4º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 12.728/2019

Publicação Nº 1968043

D E C R E T O Nº 12.728/2019

Declara de Utilidade Pública Área de CIZESKI - INCORPORADORA, ADMINISTRADORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 0103/2019/Semplu, de 27 de março de 2019, da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo;

CONSIDERANDO a necessidade de implantação de abertura de via pública - "Via Verde" - Rua 1470 (Projetada);

DECRETA :

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, para fins de desapropriação amigável ou judicial, a área de 762,53m2, parte do imóvel contendo a área total de 9.000,00m2, com com os demais dados identificativos na MI Nº 37.303, do CRI desta Comarca, cadastrada na Prefeitura de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 32.169, situada à Rua 10 - José Theodoro Ribeiro, bairro Ilha da Figueira, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de CIZESKI - INCORPORADORA, ADMINISTRADORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.

Art.2º A área a que se refere o artigo precedente, representada na planta topográfica anexa, passará a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bem de uso comum do povo, e destinar-se-á à implantação de abertura de via pública - "Via Verde" - Rua 1470 (Projetada).

Art.3º Fica isenta da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a área objeto deste Decreto.

Art.4º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

DECRETO Nº 12.729/2019

Publicação Nº 1968044

D E C R E T O Nº 12.729/2019

Regulamenta Procedimentos de Lançamento e Arrecadação de Contribuição de Melhoria da Lei Complementar Municipal Nº 179/2016, de 02 de Dezembro de 2016, Alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 196/2017, de 26 de Junho de 2017, que Dispõem Sobre a Alteração de

Dispositivos da Lei Complementar Municipal Nº 001/1993, de 18 de Novembro de 1993 - Código Tributário do Município de Jaraguá do Sul.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições,

DECRETA :

Art.1º A Contribuição de Melhoria, prevista na Constituição Federal, será cobrada pelo Município para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Parágrafo único. Obra pública, para os efeitos deste Decreto, é aquela que a Administração Municipal executa, direta ou indiretamente.

Art.2º Este Decreto regulamenta o procedimento a ser adotado para a execução do lançamento e arrecadação de Contribuição de Melhoria pela Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que a suceder, com a participação dos demais órgãos envolvidos em obras públicas.

Art.3º Lançado o edital de licitação de obra pública que incida Contribuição de Melhoria, a Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que a suceder, irá instaurar processo administrativo interno, qual solicitará ao Chefe do Poder Executivo a formulação de Projeto de Lei a ser submetido à aprovação da Câmara Municipal para autorização da cobrança de Contribuição de Melhoria.

Art.4º Publicada a lei autorizativa, a Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que a suceder, solicitará à Comissão Especial de Avaliação de Contribuição de Melhoria, avaliação prévia e individualizada dos imóveis afetados pela obra pública e publicará edital junto ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), por 03 (três) dias alternados, juntando cópia das devidas publicações ao processo interno.

Art.5º Concluído o procedimento de avaliação e publicação prévia, a Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que a suceder, irá notificar a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, ou outra que a substituir na execução de obras públicas, com a relação das obras públicas devidamente autorizadas à incidência de Contribuição de Melhoria.

Art.6º Concluída e devidamente homologada a entrega oficial da obra pública, a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, ou outra que a suceder na execução de obras públicas, irá notificar a Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que a substituir, com cópia do relatório de homologação de entrega da obra pública.

Art.7º A Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que a suceder, enviará para nova reavaliação da Comissão Especial de Avaliação de Contribuição de Melhoria, que providenciará a avaliação individualizada dos imóveis afetados pela obra pública, observando majoração ou minoração do valor imobiliário.

Art.8º Concluída a reavaliação imobiliária individualizada, a Secretaria Municipal da Fazenda, ou outra que a substituir, publicará edital junto ao Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), por 03 (três) dias alternados, juntando cópia das devidas publicações ao processo interno e encaminhará ao setor tributário competente para o lançamento tributário.

Art.9º O lançamento tributário será realizado por profissional devidamente atribuído e competente as funções de lançamento tributário, e respeitará os prazos previstos na Lei Complementar Municipal Nº 179/2016, de 02/12/2016, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 196/2017, de 26/06/2017, bem como na legislação autorizativa própria.

Art.10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 1º de abril de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

EDITAL CREDENCIAMENTO Nº 10/2019 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO DIRETORIA DE HABITAÇÃO

Publicação Nº 1968265

EDITAL CREDENCIAMENTO Nº 10/2019
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO
DIRETORIA DE HABITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL, por intermédio do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, torna público aos interessados que se encontra aberto CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA ATRAVÉS DO PROJETO LAR LEGAL – RESOLUÇÃO 08/14-CM do TJ/SC, nas condições e prazos estipulados no presente edital e seus anexos.

JUSTIFICATIVA: No caso concreto, a licitação mostra-se desvantajosa para o interesse público a ser atendido, melhor coadunando-se com tal finalidade o credenciamento, posto que permite a seleção de todos os proponentes que atenderem aos requisitos do regulamento. Quanto maior o número de credenciados, melhor será o atendimento ao interesse público.

FUNDAMENTO LEGAL: inexistência de competição por encontrarem-se preenchidos os requisitos legais do artigo 25, caput da Lei 8.666/93, qual seja, da inviabilidade de competição.

PRAZO E LOCAL PARA CREDENCIAMENTO: a partir do dia 08 de abril de 2019 até o dia 30 de abril de 2019, no horário das 08:00 às 11:00 hs e das 13:00 às 16:00hs na Diretoria de Habitação, localizada na Rua Walter Marquardt nº 1.111, bairro: Barra do Rio Molha, município de Jaraguá do Sul-SC, através da Comissão Especial de Licitações, de acordo com o Decreto Municipal nº 12.730/2019.

INFORMAÇÕES: Informações e esclarecimentos adicionais sobre este Credenciamento poderão ser obtidos na Diretoria de Habitação, pelo telefone (47) 2106-8787 e (47) 2106-8633 ou nos e-mails luisfernando@jaraguadosul.sc.gov.br (Sr. Luis Fernando) e id7610@jaraguadosul.sc.gov.br (Sra, Taciana).

OBTENÇÃO DO EDITAL: A íntegra do Edital poderá ser obtido no endereço supracitado, ou via Internet no endereço www.jaraguadosul.sc.gov.br.

Jaraguá do Sul, 06 de fevereiro de 2019.

ARGOS JOSE BURGARDT
Secretário de Administração

LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA
Diretor de Habitação/Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2019

Publicação Nº 1968273

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2019

PROCESSO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 194/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL.

CONTRATADA: ROSAR ALIMENTOS LTDA EPP

DO OBJETO: O objeto da presente contrato, consiste no fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, destinados para os Centros Municipais de Educação Infantil no município de Jaraguá do Sul – SC, conforme especificações, quantidades e cronograma de entrega constantes no ANEXO I e local para entrega dos produtos constantes no Anexo VI do Edital.

DO VALOR: O MUNICÍPIO pagará à CONTRATADA os valores constantes no item 4.1 da cláusula quarta deste contrato.

DO PAGAMENTO: Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após cada entrega, conforme cronograma de entrega e apresentação da respectiva nota fiscal na Secretaria Municipal da Educação.

DO PRAZO: O prazo de execução deste contrato será de acordo com o cronograma de entrega constante no Anexo I do edital com término em 31 de Dezembro de 2019, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes até a entrega total dos produtos. O prazo de vigência deste contrato será igual ao prazo de execução das obras previsto no item anterior, acrescido de 60 (sessenta) dias.

DO RECURSO ORÇAMENTÁRIO - Os recursos orçamentários decorrentes do objeto deste contrato ocorrerão por conta do Orçamento 2019, conforme previstos no item 3.1 da cláusula terceira deste contrato.

DATA DA ASSINATURA: 04/02/2019.

FORO: COMARCA DE JARAGUÁ DO SUL – SC.

SIGNATÁRIOS: Rogério Jung e Marialma da Rosa Rosar

Rogério Jung
Secretario Municipal da Educação

LEI Nº 7.889/2019

Publicação Nº 1968015

LEI Nº 7.889/2019

Denomina Servidão.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º A Servidão Nº 476, localizada na Planta do Quadro do Perímetro Urbano, no bairro Jaraguá 99, passa a denominar-se JOSÉ HENN.

Art.2º Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 28 de março de 2019.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

ORDEM DE REINICIO

Publicação N° 1968353

ORDEM DE REINICIO

Determino por meio desta, a empresa INFRASUL – Infraestrutura e Empreendimentos Ltda., para reiniciar a execução dos serviços de engenharia para pavimentação em concreto armado e drenagem da rua 112 – Domingos Rosa e Estrada Municipal JGS 453 (acesso a Chiesetta Alpina, no morro Boa Vista – 2ª Etapa) no bairro Boa Vista, com fornecimento de materiais e mão de obra, objeto do Edital de Concorrência Pública nº 100/2017, e formalizada pelo Contrato nº 387/2017, a partir do dia seguinte do recebimento desta Ordem, pois o Termo Aditivo foi devidamente aprovado junto ao Agente Financeiro faltando somente a aprovação e tramitação final do Termo Aditivo junto a municipalidade.

Jaraguá do Sul, 29 de março de 2019.

Ivan Andreias Wolter
Engenheiro Civil – CREA 058719-9

Recebi em, ____/____/____

INFRASUL – Infraestrutura e Empreendimentos Ltda.
CNPJ/MF 03.094.945/0001-29

OBS:- Será lavrada em 5 (cinco) vias: a) Fiscalização; b) Empreiteira ou Contratado; c) Contabilidade; d) Arquivo no Setor responsável pelas obras; e) Prestação de Contas ou Órgão Repassador dos Recursos;
- REINÍCIO DOS SERVIÇOS deverá ser também autorizado, expressamente pelo contratante.

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL N° 15/2019

Publicação N° 1968270

**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL N° 15/2019**

A Pregoeira, designada pelo Decreto 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 15/2019, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à aquisição de MÓVEIS E ACESSÓRIOS DE COZINHA SOB MEDIDA, destinados ao C.M.E.I Gustavo Mathedi, localizado na Rua Belarmino Garcia s/n, no Bairro Nereu Ramos no município de Jaraguá do Sul/SC, teve o seguinte resultado:

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição do serviço	Valor global da Proposta (R\$)
01	M. MÓBILE EIRELLI	01	Unid.	MÓVEIS E ACESSÓRIOS DE COZINHA SOB MEDIDA, destinados ao C.M.E.I Gustavo Mathedi, localizado na Rua Belarmino Garcia s/n, no Bairro Nereu Ramos no município de Jaraguá do Sul/SC, em conformidade com a Planilha Orçamentária e Quantitativa, Cronograma Físico e Financeiro, Memorial Descritivo e Projeto Básico, que são partes integrantes do Edital.	86.800,00

Jaraguá do Sul, SC, 21 de março de 2019.

Rosinei Ap.Gretter Dias
Pregoeira – Decreto 11.334/2017

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019

Publicação Nº 1968325

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL**RESULTADO DE JULGAMENTO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 21/2019**

A Pregoeira, designada pelo Decreto 11.334/2017, comunica aos interessados que o Processo Licitatório nº 21/2019, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, que teve como objeto à aquisição de MATERIAIS PARA SINALIZAÇÃO VIÁRIA ao longo de 12(doze) meses, teve **o seguinte resultado:**

Item	Proponente vencedora	Quant.	Unid.	Descrição dos objetos	Valor unitário por item (R\$)
01	MAFOS COM. E SERVIÇOS LTDA EPP *	25	un	Espelho de segurança convexo com suporte diâmetro 80cm	432,00
02	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	220	m	Película refletiva grau técnico prismático Azul NBR 14644/07 Tipo I-A c/ 0,61m largura	44,00
03	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	120	m	Película refletiva grau técnico prismático Laranja NBR 14644/07 Tipo I-A c/ 0,61m largura	44,00
04	MM SINAL. E CONS. VIÁRIA EIRELI ME	300	m	Película refletiva grau técnico prismático Amarelo NBR 14644/07 Tipo I-A c/ 0,61m largura	40,00
05	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	200	m	Película refletiva grau técnico prismático Vermelho NBR 14644/07 Tipo I-A c/ 0,61m largura	44,00
06	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	200	m	Película refletiva grau técnico prismático Branco NBR 14644/07 Tipo I-A c/ 0,61m largura	41,00
07	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	160	m	Película refletiva grau técnico prismático Verde NBR 14644/07 Tipo I-A c/ 0,61m largura	44,00
08	MM SINAL. E CONS. VIÁRIA EIRELI ME	120	m	Película refletiva grau técnico Vermelho NBR 14644 Tipo I-A c/ 0,61m largura	46,00
09	MM SINAL. E CONS. VIÁRIA EIRELI ME	160	m	Película refletiva grau técnico Amarelo NBR 14644/07 Tipo I-A c/ 0,61m largura	46,00
10	MM SINAL. E CONS. VIÁRIA EIRELI ME	200	m	Película refletiva grau técnico Branca NBR 14644 Tipo I-A c/ 0,61m largura	46,00
11	MM SINAL. E CONS. VIÁRIA EIRELI ME	100	m	Película refletiva grau técnico Verde NBR 14644/07 Tipo I-A c/ 0,61m largura	46,00
12	MM SINAL. E CONS. VIÁRIA EIRELI ME	100	m	Película refletiva grau técnico Laranja 14644/07 Tipo I-A c/ 0,61m largura	46,00
13	MM SINAL. E CONS. VIÁRIA	60	m	Película refletiva grau técnico Azul 14644/07 Tipo I-A c/ 0,61m	46,00

Pregão 21/2019

- 1 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

	EIRELI ME			largura	
14	MAFOS COM. E SERVIÇOS LTDA EPP *	60	m	Película refletiva grau técnico Marrom 14644/07 Tipo I-A c/ 0,61m largura	47,25
15	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	500	m	Película opaca para legenda Preta NBR 14644/07 Tipo IV-B c/ 0,61m largura	29,60
16	MAFOS COM. E SERVIÇOS LTDA EPP *	300	m	Máscara adesiva para plotter, transparente (azul) alto tack com 1,00 m largura	12,85
17	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	5.400 D.A	un	Tachões Bidirecional Amarelo Urbano NBR 15576/15 (250mmx150mmx47mm)	14,00
18	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	600 10% do item 17	un	Tachões Bidirecional Amarelo Urbano NBR 15576/15 (250mmx150mmx47mm)	14,00
19	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	6.300 D.A.	un	Tachões Bidirecional Branco para ciclofaixa com refletivos branco/vermelho (250mmx150mmx47mm) NBR 15576/15	14,00
20	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	700 10% do item 19	un	Tachões Bidirecional Branco para ciclofaixa com refletivos branco/vermelho (250mmx150mmx47mm) NBR 15576/15	14,00
21	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	180 D.A.	bl	Cola para tachão, balde com 18kg Bicomponente (Cola+catalizador)	189,00
22	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	20 10% do item 21	bl	Cola para tachão, balde com 18kg Bicomponente (Cola+catalizador)	189,00
23	RD COM. DE FERRAGENS EIRELI EPP	630 D.A	un	Tubo galvanizado 1" ½ (48,30mm) com parede de 2,65mm x 3,50m de comprimento, dotados com aletas antigiro 20x10cm em chapa de aço galvanizado e tampa de plástico. Na entrega apresentar Certificado de que o produto está com a qualidade de galvanização de acordo com a NBR 6323	76,00
24	RD COM. DE FERRAGENS EIRELI EPP	70 10% do item 23	un	Tubo galvanizado 1" ½ (48,30mm) com parede de 2,65mm x 3,50m de comprimento, dotados com aletas antigiro 20x10cm em chapa de aço galvanizado e tampa de plástico.	76,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

				Na entrega apresentar Certificado de que o produto está com a qualidade de galvanização de acordo com a NBR 6323	
25	RD COM. DE FERRAGENS EIRELI EPP	100	un	Tubo galvanizado 1" ½ (48,30mm) com parede de 2,65mm x 3,00m de comprimento dotados com aletas antigo 20x10cm em chapa de aço galvanizado e tampa de plástico. Na entrega apresentar Certificado de que o produto está com a qualidade de galvanização de acordo com a NBR 6323	75,00
26	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	100	un	Chapa galvanizada 50x50cm com cantos arredondados espessura 1,5mm com pintura fundo preto fosco, com furo oblongo e demais especificações conforme Anexo.	29,50
27	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	40	un	Chapa galvanizada 80x100cm com cantos arredondados espessura 1,5mm com pintura fundo preto fosco, com furo oblongo e demais especificações conforme Anexo	75,00
28	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	260	un	Chapa galvanizada 60x80cm com cantos arredondados espessura 1,5mm com fundo preto fosco, com furação oblongo e demais especificações conforme Anexo	40,00
29	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	200	un	Chapa galvanizada 40x60cm com cantos arredondados espessura 1,5mm fundo preto fosco, com furo oblongo e demais especificações conforme Anexo	20,00
30	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	30	un	Chapa galvanizada 40x100cm com cantos arredondados espessura 1,5mm fundo preto fosco, com furo oblongo e demais especificações conforme Anexo	36,00
31	E.L. WESTPHAL SINAL. VIARIAS ME	50	un	Chapa galvanizada 60x60cm com cantos arredondados espessura 1,5mm com fundo preto fosco, com furo oblongo conforme Anexo*.	32,00
32	E.L. WESTPHAL SINAL. VIARIAS ME	30	un	Chapa galvanizada 80x20cm com cantos arredondados espessura 1,5mm com fundo preto fosco, com furação oblongo conforme Anexo*.	14,20
33	E.L. WESTPHAL	40	un	Chapa galvanizada 30x80cm com	25,00

Pregão 21/2019

- 3 -



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

	SINAL. VIARIAS ME			cantos arredondados espessura 1,5mm com fundo preto fosco, com furação oblongo e demais especificações conforme Anexo*.	
34	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	20	un	Placa INDICATIVA confeccionada em chapa galvanizada 1,5mm, 40x60cm com cantos arredondados, totalmente refletiva conforme NBR 14644 com símbolo/sinal conforme manual Brasileiro de sinalização de transito volume I ano 2005 – I-23, com furo oblongo e especificações conforme Anexo* . A placa deverá vir gravada com nome do fabricante e data de fabricação.	43,00
35	SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA EPP	100	un	Placa de REGULAMENTAÇÃO confeccionada em chapa galvanizada 1,5mm, 75x75cm oitavada, totalmente refletiva conforme NBR 14644 com símbolo/sinal conforme manual Brasileiro de sinalização de transito – R-1, com furo oblongo conforme Anexo*. A placa deverá vir gravada com nome do fabricante, data de fabricação.	118,00
36	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	250	un	Placa de REGULAMENTAÇÃO confeccionada em chapa galvanizada 1,5mm, 60x60cm oitavada, totalmente refletiva conforme NBR 14644 com símbolo/sinal conforme manual Brasileiro de sinalização de transito – R-1, com furo oblongo conforme Anexo*. A placa deverá vir gravada com nome do fabricante, data de fabricação.	67,00
37	SINAL CITY SINALIZAÇÃO LTDA EPP	20	un	Placa de REGULAMENTAÇÃO confeccionada em chapa galvanizada 1,5mm, 75x75cm triangular, totalmente refletiva conforme NBR 14644 com símbolo/sinal conforme manual Brasileiro de sinalização de transito – R-2, com furo oblongo conforme Anexo*. A placa deverá vir gravada com nome do fabricante, data de fabricação.	81,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

38	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	250	un	Placa de REGULAMENTAÇÃO confeccionada em chapa galvanizada 1,5mm diâmetro de 60cm, totalmente refletiva, SEMIPRONTA Orla externa (vermelha e centro (branco) em película refletiva tipo I-A (grau técnico prismático) NBR 14644, conforme Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito volume I ano 2007), com furo oblongo conforme Anexo*.A placa deverá vir gravada com nome do fabricante, data de fabricação.	65,00
39	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	250	un	Placa de REGULAMENTAÇÃO confeccionada em chapa galvanizada 1,5mm, diâmetro de 60cm, totalmente refletiva conforme NBR 14644 com símbolo/sinal conforme manual Brasileiro de sinalização de trânsito volume I ano 2007 - conforme solicitação da Diretoria de Trânsito, com furo oblongo conforme Anexo*.A placa deverá vir gravada com nome do fabricante, data de fabricação.	65,00
40	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	330	un	Placa de REGULAMENTAÇÃO confeccionada em chapa galvanizada 1,5mm 40X60cm, película refletiva branco tipo I-A (grau técnico prismático)NBR 14644, com símbolo/sinal (Conforme Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito volume I ano 2005) – Símbolo R-6b – com informação complementar início e/ou término e/ou na linha amarela conforme solicitação da Diretoria de Trânsito, com furo oblongo conforme Anexo*.A placa deverá vir gravada com nome do fabricante, data de fabricação.	44,00
41	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	250	un	Placa de ADVERTÊNCIA confeccionada em chapa galvanizada 1,5mm, 60x60cm, totalmente refletiva conforme NBR 14644 com símbolo/sinal conforme manual Brasileiro de sinalização de trânsito volume II	67,00



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE JARAGUÁ DO SUL

				ano 2007 - conforme solicitação da Diretoria de Trânsito, com furo oblongo conforme Anexo*.A placa deverá vir gravada com nome do fabricante, data de fabricação.	
42	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	150	un	Placa de ADVERTÊNCIA confeccionada em chapa galvanizada 1,5mm, 60x60cm, SEMIPRONTA Orla externa preto opaco e centro amarelo em película refletiva tipo I-A (grau técnico prismático) NBR 14644, com furo oblongo conforme Anexo*.A placa deverá vir gravada com nome do fabricante, data de fabricação.	67,00
43	SIMONE AMADEU DA SILVA ME	50	un	Placa confeccionada em chapa galvanizada, pintura epoxi, com película refletiva grau técnico prismático NBR 14644 60x80 – Fiscalização Eletrônica 60 km/h. A placa deverá vir gravada com nome do fabricante e data de fabricação e com furo oblongo conforme Anexo*.A placa deverá vir gravada com nome do fabricante, data de fabricação.	88,00
44	WHSUL SINALIZAÇÃO EIRELI EPP	100	un	Conjunto logradouro composto por 2 placas em aço galvanizado 1,5mm 80x20cm frisada com furo oblongo, uma abraçadeira para fixação das placas. Cor azul.	64,00

Jaraguá do Sul, SC, 27 de março de 2019.

Rosinei Ap.Gretter Dias

Pregão 21/2019

- 6 -

SAMAE - EXTRATOS DOS CONTRATOS MÊS 03.2019

Publicação Nº 1968024

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 060/2019
2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 41/2017



DOM/SC ASSINADO DIGITALMENTE

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Processo: Pregão 11/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Tim Celular S.A.; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL; Razão Social: O presente termo aditivo objetiva alterar a razão social e o respectivo número de inscrição do CNPJ que consta no preâmbulo do contrato 041/2017, em razão da incorporação da Tim Celular S/A pela empresa TIM S.A; Prazo: O presente termo aditivo objetiva, ainda, a prorrogação do prazo de vigência do contrato nº 041/2017, por mais 12 (doze) meses, com início em 25/02/2019 e término em 24/02/2020, nas mesmas condições pactuadas; Fundamento Legal: A alteração da razão social e do respectivo número do CNPJ é firmada com base na justificativa do fiscal do contrato, constante no Memorando nº 82/2019 e, encontra amparo legal no art. 65, inciso II, da Lei 8.666/93, art. 227 da Lei Federal nº 6.404/1976, art. 1.116 do código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002; A prorrogação da vigência do contrato é firmada com base na justificativa do fiscal do contrato, constante no Memorando nº 82/2019, e, encontra amparo legal no art. 57, inc, II, art. 60 e art. 61, todos da Lei Federal nº 8.666/93 e item 7.1 da Cláusula Sétima do contrato original. Item orçamentário: As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Complemento do elemento	Dotação Orçamentária	Recursos
25.01.4.425.3.3.90	Pagamento de Despesas Fixas	3.3.90 – Aplicações Diretas	3.3.90.40.05	17	Arrecadados pelo SAMAE

Data da assinatura: 25/02/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro, Sandro Marques Barbosa Coutinho e Alexandre De Menezes Valério Nunes.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 061/2019

Processo: Pregão nº 13/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Gráfica Alta Definição Ltda.; Objeto: AQUISIÇÃO DE FOLDERS, PASTAS E MATERIAL DIDÁTICO PARA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA ÁGUA (PROEVA); Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 540,00 (quinhentos e quarenta reais); O pagamento dar-se-á em 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
25.01.17.541.1.400.4.404	Educação e Valorização da água - Proeva	3.3.90 – Aplicações Diretas	19	Próprios

Data da assinatura: 26/02/2019; Prazo de Fornecimento: conforme necessidade do Samae, até 31/12/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Mauricio Talasesco Soares.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 062/2019

Processo: Pregão nº 13/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Gráfica CS Eireli; Objeto: AQUISIÇÃO DE FOLDERS, PASTAS E MATERIAL DIDÁTICO PARA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA ÁGUA (PROEVA); Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 6.094,00 (seis mil e noventa e quatro reais); O pagamento dar-se-á em 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
25.01.17.541.1.400.4.404	Educação e Valorização da água - Proeva	3.3.90 – Aplicações Diretas	19	Próprios

Data da assinatura: 26/02/2019; Prazo de Fornecimento: conforme necessidade do Samae, até 31/12/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Luis Junior de Cristo.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 063/2019

Processo: Pregão nº 13/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Gráfica Guarimir Ltda - EPP; Objeto: AQUISIÇÃO DE FOLDERS, PASTAS E MATERIAL DIDÁTICO PARA O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E VALORIZAÇÃO DA ÁGUA (PROEVA); Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 8.429,00 (oito mil quatrocentos e vinte e nove reais); O pagamento dar-se-á em 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
25.01.17.541.1.400.4.404	Educação e Valorização da água - Proeva	3.3.90 – Aplicações Diretas	19	Próprios

Data da assinatura: 26/02/2019; Prazo de Fornecimento: conforme necessidade do Samae, até 31/12/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Camila Milena Hackbarth.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 064/2019

Processo: Pregão 011/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Asperbras Tubos e Conexões Ltda.; Objeto: Fornecimento de Tubos; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 79.200,00 (setenta e nove mil e duzentos reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.02.17.122.0300.4.402.4.4.90	Manutenção Patrimonial – Samae – Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	20	Próprios
25.03.17.122.0300.4.402.4.4.90	Manutenção Patrimonial – Samae – Divisão Esgoto	3.3.90 – Aplicações Diretas	42	Próprios

Data da assinatura: 26/02/2019; Prazo de Fornecimento: Até 20/03/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Marino Padovan.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 065/2019

Processo: Pregão 011/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: C.E. Macedo Comércio de Materiais Hidráulicos Eireli; Objeto: Fornecimento de Tubos; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 24.210,00 (vinte e quatro mil, duzentos e dez reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.02.17.122.0300.4.402.4.4.90	Manutenção Patrimonial – Samae – Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	20	Próprios
25.03.17.122.0300.4.402.4.4.90	Manutenção Patrimonial – Samae – Divisão Esgoto	3.3.90 – Aplicações Diretas	42	Próprios

Data da assinatura: 26/02/2019; Prazo de Fornecimento: Até 20/03/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Carlos Eduardo Macedo.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 066/2019

Processo: Pregão 011/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Comercial Vitória Ltda.; Objeto: Escova de aço, disco de corte e óleo desingripante; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 2.407,00 (dois mil, quatrocentos e sete reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.02.17.122.0300.4.402.4.4.90	Manutenção Patrimonial – Samae – Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	20	Próprios
25.03.17.122.0300.4.402.4.4.90	Manutenção Patrimonial – Samae – Divisão Esgoto	3.3.90 – Aplicações Diretas	42	Próprios

Data da assinatura: 26/02/2019; Prazo de Fornecimento: Até 20/03/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Verônica Solange Rigo Scheer.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 067/2019

Processo: Pregão 011/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Corr Plastik Industrial Ltda.; Objeto: Fornecimento de Tubos; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 80.091,00 (oitenta mil e noventa e um reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.02.17.122.0300.4.402.4.4.90	Manutenção Patrimonial – Samae – Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	20	Próprios
25.03.17.122.0300.4.402.4.4.90	Manutenção Patrimonial – Samae – Divisão Esgoto	3.3.90 – Aplicações Diretas	42	Próprios

Data da assinatura: 26/02/2019; Prazo de Fornecimento: Até 20/03/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Marcos Henrique da Silva.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 068/2019

Processo: Pregão 011/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Danna Comercial Eireli - ME; Objeto: Fornecimento de Corante Líquido; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 22.500,00 (vinte e dois mil e quinhentos reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.02.17.122.0300.4.402.4.4.90	Manutenção Patrimonial – Samae – Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	20	Próprios
25.03.17.122.0300.4.402.4.4.90	Manutenção Patrimonial – Samae – Divisão Esgoto	3.3.90 – Aplicações Diretas	42	Próprios

Data da assinatura: 26/02/2019; Prazo de Fornecimento: Até 20/03/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Albino Celso Danna.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 069/2019

Processo: Pregão 011/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Fernandes Maná Mat. e Equip. Ltda. ME; Objeto: Fornecimento de Tubos; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 21.800,00 (vinte e um mil e oitocentos reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.02.17.122.0300.4.402.4.4.90	Manutenção Patrimonial – Samae – Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	20	Próprios
25.03.17.122.0300.4.402.4.4.90	Manutenção Patrimonial – Samae – Divisão Esgoto	3.3.90 – Aplicações Diretas	42	Próprios

Data da assinatura: 26/02/2019; Prazo de Fornecimento: Até 20/03/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e André Itamaro.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 070/2019

Processo: Pregão 011/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Hidrosanu Soluções para Construção e Saneamento Ltda. ME; Objeto: Fornecimento de Luva de correr; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.02.17.122.0300.4.402.4.4.90	Manutenção Patrimonial – Samae – Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	20	Próprios
25.03.17.122.0300.4.402.4.4.90	Manutenção Patrimonial – Samae – Divisão Esgoto	3.3.90 – Aplicações Diretas	42	Próprios

Data da assinatura: 26/02/2019; Prazo de Fornecimento: Até 20/03/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro, Francisco Teuber da Silva e Wiliam Warmeling.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 071/2019

Processo: Pregão 011/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Hifersane Com. Ind. Mats. Hid. Ltda EPP; Objeto: Fornecimento de Luva de Correr e Tê de Serviço; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 45.400,00 (quarenta e cinco mil e quatrocentos reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.02.17.122.0300.4.402.4.4.90	Manutenção Patrimonial – Samae – Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	20	Próprios
25.03.17.122.0300.4.402.4.4.90	Manutenção Patrimonial – Samae – Divisão Esgoto	3.3.90 – Aplicações Diretas	42	Próprios

Data da assinatura: 26/02/2019; Prazo de Fornecimento: Até 20/03/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Marcelo Regis dos Santos.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 072/2019

Processo: Pregão 011/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Polierg Indústria e Comércio Ltda.; Objeto: Fornecimento de Tubos; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 90.090,00 (noventa mil e noventa reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.02.17.122.0300.4.402.4.4.90	Manutenção Patrimonial – Samae – Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	20	Próprios
25.03.17.122.0300.4.402.4.4.90	Manutenção Patrimonial – Samae – Divisão Esgoto	3.3.90 – Aplicações Diretas	42	Próprios

Data da assinatura: 26/02/2019; Prazo de Fornecimento: Até 20/03/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Raul Borges Junior.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 073/2019

Processo: Pregão 139/2018; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Prominas Brasil Equipamentos Ltda; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CLASSIFICADOR DE AREIA FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais). O pagamento dar-se-á em 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Recursos
25.03.17.512.400.3.417.4.4.90	Implantação de classificador de areia - ETE Figueira	4.4.90 - Aplicações Diretas	Próprios

Data da assinatura: 26/02/2019; Prazo de Fornecimento: Até 26/07/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. /Signatários: Ademir Izidoro e Ubiraci M. Pires Corrêa.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 074/2019

Processo: Pregão 017/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Premix Concreto Ltda.; Objeto: Fornecimento de Concreto Usinado; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais); O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após a entrega de cada quantidade do item solicitada, mediante apresentação da nota fiscal e, somente após certificação pelo SAMAE, que o mesmo está em conformidade com as especificações e exigências deste Edital. O prazo para Certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após a entrega do produto; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Despesa Orçamentária	Descrição da Natureza da Despesa
25.02.17.122.0300.4.402.3.3.90.	Manutenção Patrimonial - Divisão Água	20	3.3.90 - Aplicações Diretas
25.03.17.122.0300.4.402.3.3.90.	Manutenção Patrimonial - Divisão Esgoto	42	3.3.90 - Aplicações Diretas

Data da assinatura: 27/02/2019; Prazo de Fornecimento: Até 31/12/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. /Signatários: Ademir Izidoro e Jayce Adriano Santos.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO 075/2019

Processo: Chamamento Público 181/2018; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Credenciada: Cooperativa de Trabalho dos Recicladores de Nereu Ramos; Objeto: Credenciamento de associações ou cooperativas de recicladores para recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis, provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município; Data da assinatura: 28/02/2019; Prazo de Credenciamento: Até 28/02/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Ilton Gessner.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO 076/2019

Processo: Chamamento Público 181/2018; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Credenciada: Cooperativa de Trabalho dos Recicladores do Vale do Itapocu; Objeto: Credenciamento de associações ou cooperativas de recicladores para recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis, provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município; Data da assinatura: 28/02/2019; Prazo de Credenciamento: Até 28/02/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Rudnei Ananias.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO 077/2019

Processo: Chamamento Público 181/2018; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Credenciada: Cooperativa de Trabalho dos Recicladores Paulista; Objeto: Credenciamento de associações ou cooperativas de recicladores para recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis, provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município; Data da assinatura: 28/02/2019; Prazo de Credenciamento: Até 28/02/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e José Antonio Marques.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO 078/2019

Processo: Chamamento Público 181/2018; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Credenciada: Recicla Já – Cooperativa de Trabalho de Recicladores; Objeto: Credenciamento de associações ou cooperativas de recicladores para

recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis, provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município; Data da assinatura: 28/02/2019; Prazo de Credenciamento: Até 28/02/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Fernando Eloí Brandão.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO 079/2019

Processo: Chamamento Público 181/2018; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Credenciada: Cooperativa de Trabalho de Reciclagem RBP de Nereu Ramos; Objeto: Credenciamento de associações ou cooperativas de recicladores para recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis, provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município; Data da assinatura: 28/02/2019; Prazo de Credenciamento: Até 28/02/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Ricardo Jesué Borges Pires.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO 080/2019

Processo: Chamamento Público 181/2018; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Credenciada: Cooperativa de Trabalho de Reciclagem Norte Catarinense; Objeto: Credenciamento de associações ou cooperativas de recicladores para recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis, provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município; Data da assinatura: 01/03/2019; Prazo de Credenciamento: Até 01/03/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Rosângela de Oliveira.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO 081/2019

Processo: Chamamento Público 181/2018; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Credenciada: Cooperativa de Trabalho de Reciclagem Keller; Objeto: Credenciamento de associações ou cooperativas de recicladores para recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis, provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município; Data da assinatura: 04/03/2019; Prazo de Credenciamento: Até 04/03/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Alcimara de Fátima Meira.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO 082/2019

Processo: Chamamento Público 181/2018; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Credenciada: Abecan - Cooperativa de Trabalho de Recicladores; Objeto: Credenciamento de associações ou cooperativas de recicladores para recebimento, triagem, separação, armazenamento e comercialização de resíduos reutilizáveis e/ou recicláveis, provenientes da coleta seletiva, exclusivamente coletados no âmbito deste município; Data da assinatura: 04/03/2019; Prazo de Credenciamento: Até 04/03/2020; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Lucilene do Nascimento.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 083/2019

Processo: Pregão 018/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: RC Pneus Ltda.; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE GEOMETRIA E CÂMBIO EM VEÍCULOS DA FROTA DO SAMAE DE JARAGUÁ DO SUL - SC; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 5.490,00 (Cinco mil quatrocentos e noventa reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Despesa Orçamentária	Descrição da Natureza da Despesa
25.002.17.122.0300.4.402	Manutenção patrimonial - Samae – Divisão Água	20	3.3.90. – Aplicações Diretas
25.003.17.122.0300.4.402	Manutenção patrimonial - Samae – Divisão Esgoto	42	3.3.90. – Aplicações Diretas
25.001.17.122.0300.4.402	Manutenção patrimonial - Samae – Divisão Administrativo	08	3.3.90. – Aplicações Diretas

Data da assinatura: 04/03/2019; Prazo de Fornecimento: Até 31/12/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Michelle Stephanie de Montreuil Carmacio.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 084/2019

Processo: Inexigibilidade 018/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Viação Canarinho Ltda; Objeto: AQUISIÇÃO DE CRÉDITO DE TRANSPORTE; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a importância estimada de R\$ 55.200,00 (cinquenta e cinco mil e duzentos reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação orçamentária
25.01.17.122.0301. 4.400	Pagamento de Servidores Samae ADM	3.3.90 – Aplicações Diretas	16
25.002.17.122.0301. 4.400	Pagamento de Servidores Samae Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	27
25.003.17.122.0301. 4.400	Pagamento de Servidores Samae Esgoto	3.3.90 – Aplicações Diretas	49
25.004.17.122.0301. 4.400	Pagamento de Servidores Resíduos Sólidos	3.3.90 – Aplicações Diretas	72

Data da assinatura: 04/03/2019; Prazo de Fornecimento: Até 31/12/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Décio Bogo.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 085/2019

Processo: Pregão 008/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: TJ Soluções Inteligentes Ltda.; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO COM O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, TODOS OS INSUMOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NECESSÁRIOS, A SEREM EXECUTADOS EM DIVERSAS UNIDADES DO SAMAE DE JARAGUÁ DO SUL; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 13.280,14 (Treze mil duzentos e oitenta reais e quatorze centavos); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Despesa	Descrição da Natureza da Despesa
25.002.17.512.1400.4.406	Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Samae - Divisão Água	35	3.3.90 – Aplicações Diretas
25.003.17.512.1400.4.406	Manutenção das atividades técnicas e operacionais - Samae - Divisão Esgoto	60	3.3.90 – Aplicações Diretas

Data da assinatura: 05/03/2019; Prazo de Fornecimento: Até 31/12/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Michelle Júlio César Albino Pinto Bustos.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 086/2019 3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 20/2017

Processo: Pregão nº 06/2017; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Afer Serviços de Instrumentação Ltda.; Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO, CALIBRAÇÃO E AFERIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ANÁLISE DE PROCESSOS (FIXO E MÓVEIS), MANUTENÇÃO DE PAINÉIS, MACROMEDIDORES E BOOSTERS; Reajuste: O valor unitário da contratação de R\$ 52,97, sofrerá reajuste de 3,5681 (três inteiros e cinquenta e seis centésimos oitenta e um décimo percentuais), relativos à correção inflacionária apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período de 01/02/2018 a 31/01/2019; Fundamento Legal: O reajuste é firmado com base na justificativa constante do Memorando nº 193/2019, emitida pelo Gestor do contrato e encontra amparo legal no art. 40, inciso XI, c/c inciso III do art. 55, c/c alínea “d” do inciso II do art. 65, todos da Lei nº 8.666/93, bem como no artigo 2º da Lei 10.192/2001, na alínea “e” do item 4.1 do edital/contrato; Item orçamentário: As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Complemento do elemento	Dotação Orçamentária	Recursos
25.02.4.402.17.122	Manutenção das Atividades Operacionais – Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	3.3.90.39.99	20	Arrecadados pelo SAMAE
25.03.4.402.17.122	Manutenção das Atividades Operacionais – Divisão Esgoto	3.3.90 – Aplicações Diretas	3.3.90.39.99	42	Arrecadados pelo SAMAE

Data da assinatura: 06/03/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Domingos Sávio da Silva Mendes.

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 087/2019
1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 392/2018

Processo: Tomada de Preços nº 14/2018; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Vattaro Construções Eireli ME; Objeto: EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DA SALA DE TRATAMENTO DE LODO DA ETE ÁGUA VERDE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA; Prazo: O presente termo aditivo objetiva a prorrogação do prazo de execução e vigência do Contrato nº 392/2018 por mais 25 (vinte e cinco) dias, com início em 07/03/2019 e término em 31/03/2019, nas mesmas condições pactuadas, conforme cronograma anexo ao termo aditivo; Fundamento Legal: A prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato é firmada com base na justificativa do gestor/fiscal do contrato através do Memorando nº 230/2019, e encontra amparo legal no art. 57, § 1º, inc, I, art. 60 e art. 61, todos da Lei Federal nº 8.666/93; Item orçamentário: As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação Orçamentária	Recursos
25.03.4.414.4.4.90	Ampliação e melhorias nas ETE's	4.4.90. - Aplicações Diretas	61	Próprios

Data da assinatura: 06/03/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Lincon Truppel Machado.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente – Samae

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 088/2019
3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 75/2016

Processo: Dispensa de Licitação nº 49/2016; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul. Contratada: Benvindo Fiamoncini; Objeto: Locação de imóvel; Prazo: O presente termo aditivo objetiva a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 075/2016 por mais 12 meses, com início em 16/03/2019 e término em 15/03/2020, nas mesmas condições pactuadas; Reajuste: O valor mensal da contratação de R\$ 469,00, sofrerá reajuste de 3,9402 (três inteiros e noventa e quatro centésimos e dois décimo percentuais), relativos à correção inflacionária apurada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) no período de 01/03/2018 a 28/02/2019; Fundamento Legal: O presente aditivo é firmado com base na justificativa técnica constante no Memorando nº 295/2019 e com fundamento legal na Lei 8.245, de 18 de outubro de 1991 e suas alterações, bem como no inc. XI do art. 40 c/c com o inc. III do art. 55 da Lei nº 8.666/93 e ainda no §2º da Cláusula Primeira c/c Cláusula Décima Quinta do contrato original; Item orçamentário: As despesas decorrentes do presente aditivo correrão por conta de dotação orçamentária do exercício de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Complemento do elemento	Dotação Orçamentária	Recursos
25.01.4.425.3.3.90	Pagamento de Despesas Fixas	3.3.90 – Aplicações Diretas	3.3.90.40.05	17	Arrecadados pelo SAMAE

Data da assinatura: 15/03/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro e Benvindo Fiamoncini.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente – Samae

EXTRATO DO CONTRATO 089/2019

Processo: Pregão nº 021/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Lavação Master Ltda; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM E PULVERIZAÇÃO EM VEÍCULOS PESADOS DA FROTA DO SAMAE; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 29.850,00 (vinte e nove mil, oitocentos e cinquenta reais); O pagamento dar-se-á após cada serviço executado, em 10 (dez) dias após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias após a entrega da nota fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
25.002.17.512.1400.4.406	Manutenção Patrimonial- Samae – Divisão Água	3.3.90 – Aplicações Diretas	35	Próprios

25.003.17.512.1400.4.406	Manutenção Patrimonial- Samae – Divisão Esgoto	3.3.90 – Aplicações Diretas	42	Próprios
--------------------------	--	-----------------------------	----	----------

Data da assinatura: 15/03/2019; Prazo de Fornecimento: conforme necessidade do Samae, até 31/12/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Jean Francisco Sonalio.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO 090/2018

Processo: Chamamento Público 182/2018; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Banco Santander (Brasil) S.A.; Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECEBIMENTO DE FATURAS DE SERVIÇOS E/OU GUIAS EMITIDAS PELO SAMAE E DEMAIS RECEITAS, ATRAVÉS DE DOCUMENTO DE ARRECADAÇÃO, EM PADRÃO FEBRABAN, POR INTERMÉDIO DE SUAS AGÊNCIAS E PREPOSTOS, COM PRESTAÇÃO DE CONTAS POR MEIO MAGNÉTICO DOS VALORES ARRECADADOS; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada os seguintes valores:

Descrição	R\$	Extenso
Débito em Conta	0,62	Sessenta e dois centavos de real
Internet / MOBILE	1,16	Um real e dezesseis centavos
Auto Atendimento	1,19	Um real e dezenove centavos
Autenticação no Caixa	1,16	Um real e dezesseis centavos
Correspondentes Bancários	1,56	Um real e cinquenta seis centavos

A Instituição Financeira/Banco/Cooperativa de Crédito, creditará diariamente, em conta movimento ou arrecadação do Samae o valor bruto arrecadado, e debitará até o 10º dia útil do mês subsequente ao da arrecadação, o valor correspondente à tarifa estipulada na cláusula 4.1.; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019; Data da assinatura: 20/03/2018; Prazo de Fornecimento: Até 31/12/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC. Signatários: Ademir Izidoro, André Luiz Cardozo de Paula e Rafael Henrique Renesto.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 091/2019

Processo: Pregão nº 029/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Albgraf Formulários Contínuos Ltda. ME; Objeto: Serviços Gráficos; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 7.990,00 (sete mil, novecentos e noventa reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
25.01.17.122.0300.4.401	Manutenção das Atividades Administrativas - Samae	3.3.90 – Aplicações Diretas	06	Próprios

Data da assinatura: 21/03/2019; Prazo de Fornecimento: conforme necessidade do Samae, até 31/12/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Braz Albano.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 092/2019

Processo: Pregão nº 029/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Gráfica Alta Definição Ltda.; Objeto: Serviços Gráficos; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 2.250,00 (dois mil, duzentos e cinquenta reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
25.01.17.122.0300.4.401	Manutenção das Atividades Administrativas - Samae	3.3.90 – Aplicações Diretas	06	Próprios

Data da assinatura: 21/03/2019; Prazo de Fornecimento: conforme necessidade do Samae, até 31/12/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Mauricio Talasesco Soares.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 093/2019

Processo: Pregão nº 029/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Gráfica Guaramirim Ltda. EPP; Objeto: Serviços Gráficos; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 20.619,00 (vinte mil, seiscentos e dezenove reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
25.01.17.122.0300.4.401	Manutenção das Atividades Administrativas - Samae	3.3.90 – Aplicações Diretas	06	Próprios

Data da assinatura: 21/03/2019; Prazo de Fornecimento: conforme necessidade do Samae, até 31/12/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Camila Milena Hackbarth.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 094/2019

Processo: Pregão nº 029/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Horizonte Gráfica e Editora Ltda.; Objeto: Serviços Gráficos; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 408,00 (quatrocentos e oito reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
25.01.17.122.0300.4.401	Manutenção das Atividades Administrativas - Samae	3.3.90 – Aplicações Diretas	06	Próprios

Data da assinatura: 21/03/2019; Prazo de Fornecimento: conforme necessidade do Samae, até 31/12/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e João Luiz Correa.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

EXTRATO DO CONTRATO 095/2019

Processo: Pregão nº 029/2019; Entidade: SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul; Contratada: Lais Rocha Zimmer 09725542975; Objeto: Serviços Gráficos; Forma de Pagamento: O SAMAE pagará a contratada o valor de R\$ 1.810,00 (um mil, oitocentos e dez reais); O pagamento será efetuado em 10 (dez) dias após a certificação da nota fiscal. O prazo para certificação será de até 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da Nota Fiscal; Item orçamentário: As despesas resultantes deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no orçamento do SAMAE de 2019, a saber:

Classif. Funcional Programática	Projeto/Atividade	Descrição da Natureza da Despesa	Dotação orçamentária	Recursos
25.01.17.122.0300.4.401	Manutenção das Atividades Administrativas - Samae	3.3.90 – Aplicações Diretas	06	Próprios

Data da assinatura: 21/03/2019; Prazo de Fornecimento: conforme necessidade do Samae, até 31/12/2019; Foro: Comarca de Jaraguá do Sul – SC; Signatários: Ademir Izidoro e Lais Rocha Zimmer.

Ademir Izidoro
Diretor Presidente - Samae

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019

Publicação Nº 1967126

TERMO DE AUTORIZAÇÃO E RATIFICAÇÃO
Processo de Dispensa de Licitação nº 01/2019

AUTORIZO e RATIFICO a realização do Processo de Dispensa de Licitação nº 01/2019, que objetiva a contratação de pessoa jurídica para a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE GESTÃO DOCUMENTAL do Instituto de Seguridade dos Servidores Municipais – Issem, compreendendo ASSESSORIA E CAPACITAÇÃO TÉCNICA, com base no art. 24, inciso V, da Lei nº 8.666/1993.

Contratada: Marcos Felipe Castilho (CNPJ nº 32.004.779/0001-00)
Valor total: R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)

DETERMINO que sejam adotados todos os procedimentos necessários para a contratação da empresa mencionada, especialmente a publicação deste termo no Diário Oficial dos Municípios, no prazo de cinco dias (art. 26 da Lei nº 8.666/1993).

Jaraguá do Sul, 29 de março de 2019.
Márcio Erdmann
Presidente
Issem

Jardinópolis

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO 53-2019

Publicação N° 1968136

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDINÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Adm. N° 53/2019
Edital: Pregão P/COMPRAS E SERVICOS N° 18/2019
Tipo: Menor preço - Unitário por Item
Objeto: A presente licitação tem por objeto Solicitação para contratação de empresas para serviços de serviços mão de obra na contratação de horas de mecânica, solda/torno, para manutenção de veículos, máquinas, equipamentos das secretarias do poder executivo Municipal, conforme controle em cada secretaria. de acordo com as especificações constantes na Lista de Itens Anexa, a este Edital.
Entrega dos Envelopes : 14:00 do dia 12 de abril de 2019
Abertura dos Envelopes : 14:00 do dia 12 de abril de 2019
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Avenida Getulio Vargas, 815, nos dias úteis, das Segundas à Sextas-feiras, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, pelo fone (49)33370004 ou pelo SITE www.jardinopolis.sc.gov.br .
Jardinópolis, 01 de abril de 2019
ALBINO KUSKOSKI
PREFEITO MUNICIPAL
EM EXERCÍCIO

Joaçaba

PREFEITURA

NOTIFICAÇÃO/CITAÇÃO

Publicação N° 1968886

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO
DISCIPLINAR

TERMO DE NOTIFICAÇÃO

Conforme NOTIFICAÇÃO enviada em 29 de março de 2019 através de email, a Presidente da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria n°. 3.988/2019 do senhor Prefeito de Joaçaba, ENFATIZA ao servidor JORGE ANDRÉ ROBAERT, da seguinte oitiva agendada, conforme data, horário e local que seguem:

- 03/04/2019 (quarta-feira), as 16:30h, no setor PLASS, situado na Prefeitura de Joaçaba – Avenida XV de Novembro, 378 – oitiva da senhora ANGELA SIGNORI;

NOTIFICA ainda, que caso julgue necessário arrolar testemunhas para este procedimento que o faça no prazo de 03 (três) dias a contar da publicação desta.

Joaçaba, 01 de abril de 2019
Ines Maria Picoli
Presidente

PORTARIA N° 4.415

Publicação N° 1968817

PORTARIA N° 4.415 DE 21 DE MARÇO DE 2019

“RETIFICA PORTARIA N° 4.355/2019”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 109 da Lei Complementar 76/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR A PORTARIA N° 4.355/2019 que CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) SIMONE DALLA NORA, durante o período de 01 de março de 2019 a 20 de dezembro de 2019, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar n° 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar n° 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificada em 17º no edital de Chamada Pública n° 01/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba, para atuar como professor de educação infantil no Centro de Educação Infantil Rosa Branco, em substituição aos servidores que retirarem Licenças Prêmio ao longo deste ano letivo.

Onde lê-se: “de 01 de março de 2019 a 20 de dezembro de 2019”

Leia-se: “de 19 de março de 2019 a 20 de dezembro de 2019”.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 21 de março de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.416

Publicação Nº 1968819

PORTARIA Nº 4.416 DE 25 DE MARÇO DE 2019

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) HELIA APARECIDA DE LIMA HARO, Professor Pós Graduado Nível I, Classe "K-I" para a Classe "K-II", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 40 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 25 de março de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.417

Publicação Nº 1968821

PORTARIA Nº 4.417 DE 25 DE MARÇO DE 2019

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) IVONE ZANATTA, Professor Pós Graduado Nível I, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, Classe "J-II" para a Classe "J-III", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 25 de março de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.418

Publicação Nº 1968822

PORTARIA Nº 4.418 DE 25 DE MARÇO DE 2019

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) MARIAROSA MENDES FIEDLER, Professor Pós Graduado Nível I, Classe

"I-IX" para a Classe "J-I", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 32 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 25 de março de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.419

Publicação Nº 1968823

PORTARIA Nº 4.419 DE 25 DE MARÇO DE 2019

"CONCEDE PROGRESSÃO POR MÉRITO AO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA-SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 69 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003 e dos art. 47 e 48 da Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011,

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER PROGRESSÃO POR MÉRITO a(o) Servidor(a) VIVIANE ROBERTA APARECIDA GOMES POGGERE, Professor Nível I (Licenciatura), Classe "A-III" para a Classe "A-IV", de acordo com os anexos III, IV e V de Lei Complementar n.º 210 de 05 de dezembro de 2011, bem como processo de avaliação funcional e a apresentação de 56 horas de cursos de aperfeiçoamento.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo seus efeitos desde 01 de janeiro de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba-SC, 25 de março de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.420

Publicação Nº 1968825

PORTARIA Nº 4.420 DE 25 DE MARÇO DE 2019

"PRORROGA PRAZO DE COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o prazo em 60 (sessenta) dias, conforme prevê o art. 140 da Lei Complementar n.º 76/2003, para conclusão dos trabalhos do "Processo Administrativo", que apura eventual descumprimento do contrato administrativo celebrado através da ata de registro de preços nº 31/2017/PMJ, conforme solicitação da Comissão de Processo Administrativo 03.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de março de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 25 de março de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.421

Publicação Nº 1968826

PORTARIA Nº 4.421 DE 25 DE MARÇO DE 2019

“RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º. RESCINDIR, a partir de 25 de março de 2019, por haver expirado o período do contrato de trabalho do(a) Senhor(a) ADRIANO VICENTINI ALVES, Médico(a), com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pelo art. 2º § 1º I e II da Lei Complementar n.º 97 de 18 de março de 2005, em função da classificação em 11º lugar no edital de processo seletivo n.º 005/2017/FMS.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 25 de março de 2019

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.422

Publicação Nº 1968828

PORTARIA Nº 4.422 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

“CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA”.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) MARCELO MANTOVANI, Engenheiro Agrônomo, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 191/2019 da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Agricultura, referente ao período de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 25 de março de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 25 de março de 2019.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA
Publicado no Diário Municipal em ____/____/____
www.diariomunicipal.sc.gov.br
Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.423

Publicação Nº 1968831

PORTARIA Nº 4.423 DE 25 DE MARÇO DE 2019.

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º CONCEDER a(o) Servidor(a) Sr.(a) ROBERTO MINATI, Técnico de Administração, LICENÇA-PRÊMIO a que tem direito, conforme memorando 05/2019 da Procuradoria Geral do Município, referente ao período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015 (12 dias), por um período de 12 (doze) dias, a partir de 25 de março de 2019 de acordo com o Art. 80 da Lei Complementar nº 76 de 11 de Dezembro de 2003.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido ao disposto no artigo 3º parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 25 de março de 2019.

DIOCLELIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.424

Publicação Nº 1968833

PORTARIA Nº 4.424 DE 25 DE MARÇO DE 2019

"RETIFICA PORTARIA Nº 4.267/2019"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA(SC) no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 109 da Lei Complementar 76/2003,

RESOLVE:

Art. 1º. RETIFICAR A PORTARIA Nº 4.267/2019 que CONTRATA, a partir de 11 de março de 2019, o(a) Sr.(a) VANESSA FERNANDA GIRALDELO MACHADO, Agente Comunitário de Saúde, lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Lei Complementar nº 059 de 06 de junho de 2002, que instituiu o Quadro de Pessoal, para atendimento do Programa de Saúde da Família - PSF e Programa de Agentes Comunitários de Saúde - PACS e por ter sido classificada em 04º lugar no teste seletivo n.º 05/2018, para atuar no ESF Santa Tereza, em substituição a servidora Francieli Rodrigues, com base na Lei Complementar n.º 147 de 13 de agosto de 2007.

Onde lê-se: "a partir de 11 de março de 2019"

Leia-se: "a partir de 07 de março de 2019".

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA (SC), 25 de março de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.425

Publicação Nº 1968834

PORTARIA Nº 4.425 DE 25 DE MARÇO DE 2019

"ACATA PEDIDO DE DEMISSÃO DE SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE;

Art. 1º. ACATAR O PEDIDO DE DEMISSÃO, a partir de 24 de março de 2019, do(a) Sr.(a) VALERIA BELLOZUPKO Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificada no edital de Chamada Pública nº 01/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 24 de março de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 25 de março de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.426

Publicação Nº 1968835

PORTARIA Nº 4.426 DE 26 DE MARÇO DE 2019

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE,

Art. 1º INSTAURAR "Processo Administrativo", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de apurar possível ato de assédio, garantindo contraditório e ampla-defesa, conforme Boletim de Ocorrência 00555-2019-0000235 e Parecer nº 11/2019 da Coordenadoria de Transparência e Controladoria Geral.

Art. 2º DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI, DIANE CARINA MATANA E SIDNEI JOSE GEMELLI para conduzirem a Comissão, sob a presidência da primeira, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013, Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013 e Decreto n.º 5.430 de 02 de julho de 2018.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), 26 de março de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA Nº 4.427

Publicação Nº 1968836

PORTARIA Nº 4.427 DE 26 DE MARÇO DE 2019

"CONTRATA POR PRAZO DETERMINADO SERVIDOR(A) QUE ESPECIFICA"

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JOAÇABA – SC, no uso das atribuições legais e em especial o Art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR POR PRAZO DETERMINADO, o(a) Sr(a) GELISE CIARNOSKI durante o período de 26 de março de 2019 a 20 de dezembro de 2019, para exercer as funções de Professor Temporário, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, sendo seu Contrato de Trabalho regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, Lei Complementar nº 080 de 12 de março de 2004, Lei Complementar nº 097 de 18 de março de 2005 e alterações, e por ter sido classificada no edital de Chamada Pública nº 01/2019 da Prefeitura Municipal de Joaçaba, para atuar como Segundo Professor de aluno com laudo médico no CEI Tempo de Aprender.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

Joaçaba - SC, 26 de março de 2019.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

TERMO DE RECLASSIFICAÇÃO

Publicação Nº 1968816

Joaçaba, 11 de março de 2019.

Convocação:

Convocamos o senhor (a) ANDRE FERNANDES DALLANORA a apresentar-se ao Setor de Pessoal da Prefeitura Municipal de Joaçaba, no prazo de 10 (dez) dias do recebimento deste, munida dos documentos abaixo relacionados para agendamento de exame admissional, para no prazo impreritível de 30 (trinta) dias assumir vaga do concurso público referente ao edital n.º 001/2018 no qual foi classificado em 01º lugar para a vaga de Medico Cardiologista:

- () Carteira de Trabalho
- () Cópia da certidão de Nascimento ou casamento (xerox autenticado)
- () Cópia da certidão de filhos menores de 14 anos
- () 1 foto ¾ colorida (atual)
- () Cópia do título de eleitor (xerox autenticado) com comprovante da ultima eleição
- () Cópia da carteira de Identidade (xerox autenticado)
- () Cópia do número PIS/PASEP
- () Cópia do cadastro de Pessoa Física – C.P.F. (xerox autenticado)
- () Cópia da certificado de Reservista (para sexo masculino)
- () Declaração de bens (cópia completa da declaração de IRPF, pessoa física e jurídica em caso de possuir empresa, contrato social)
- () Comprovante de Residência
- () Cópia do Diploma ou Certificado que comprove escolaridade exigida no edital e registro no conselho de classe.
- () Declaração de acumulação legal de cargos, função, emprego ou percepção de proventos, informar o cargo, o órgão ao qual pertence e a carga horária (quando for o caso)
- () Declaração de não ter sofrido, no exercício de função pública, penalidades disciplinares
- () Cópia de documento que comprove conta corrente vinculada a CEF para transferência de pagamento via conta eletrônica.
- () Número de Telefone residencial e celular, e-mail
- () Certidões de antecedentes criminais emitidas pelo TJ e JF- <https://www.trf4.jus.br/trf4/>
- () Qualificação e-social - <http://portal.esocial.gov.br/>

Caso não haja interesse em tomar posse do cargo para o qual foi classificado em concurso público, deve o aprovado subscrever correspondência, dizendo de sua desistência, enviando a mesma aos cuidados do Setor de Pessoal da municipalidade.

Sem mais.

Leandra Costenaro

Setor de Pessoal

Recebimento: ____/____/____

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA**PORTARIA JHL 131/2019**

Publicação Nº 1967172

PORTARIA SIMAE JHL Nº - 131/2019 DE 29.03.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna-SC- Simae, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar Reginaldo da Silva, ocupante do cargo de Mecânico de Manutenção, enquadrado no P-4, N-1, Ref.C-3, para responder pela Função de Gerente do Setor de Manutenção Eletromecânica, no período de 30 de março de 2019 à 21 de abril de 2019, com direito a Função Gratificada Adicional, Nível FGA-4, de acordo com Art.16 parágrafo 4º da Lei Complementar 193 de 06/09/10.

Art. 2º Suspender a designação do servidor como condutor de viatura conforme Portaria JHL 35/2017 de 01.02.2017 para o período em que estiver respondendo pela função de Gerência.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 30 de março de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Publique-se e Registre-se,

Joaçaba-SC, 29 de março de 2019.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 132/2019

Publicação Nº 1968226

PORTARIA SIMAE JHL- Nº 132/2019 DE 29.03.2019

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar por motivo de Aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, o Servidor Darci de Lima, matrícula 62, ocupante do Cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Operações, lotado na Diretoria Técnica, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, do quadro de pessoal desta Autarquia, conforme Portaria do IMPRES 256/2019 de 29.03.2019.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Art. 34, inciso IV, da Lei Complementar nº 76 de 11/12/03.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Joaçaba-SC, 29 de março de 2019.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

PORTARIA JHL 133/2019

Publicação Nº 1968182

PORTARIA SIMAE. JHL – Nº 133/2019 de 01.04.2019

“EXONERA A PEDIDO SERVIDOR QUE MENCIONA”.

Paulo Cesar Lamin, Diretor Presidente do SIMAE – Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna- SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar à pedido o Servidor Paulo Cezar Lorenzoni, do cargo de Auxiliar de Operações, P-2, N-1, Ref.B, Matrícula 203, lotado na Diretoria Técnica, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Joaçaba, de conformidade a Lei Complementar nº 193 de 06 de Setembro de 2010.

Art. 2º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no Art. 34, inciso I, da Lei Complementar nº 76 de 11/12/03.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de abril de 2019, obedecido o disposto no parágrafo único do Art. 3º da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paulo Cesar Lamin
Diretor Presidente

Joaçaba-SC, 01 de abril de 2019.

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0019/2019 - SIMAE

Publicação Nº 1967182

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA
LICITAÇÃO Nº 0022/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 0019/2019
PROTOCOLO JHL 0818/2019

Encontra-se aberto no Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna, Pregão Presencial 0015/2019 – Licitação 0018/2019, TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, que trata de:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE PARA REPOSIÇÃO DE PAVIMENTOS ASFÁLTICOS EM CONSERTOS NAS REDES DE ÁGUA E DE ESGOTO DO SIMAE.

Da Entrega dos Envelopes: até as 8h 50min do dia 15/04/2019 na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Da Abertura: dia 15/04/2019 às 9h, na sede do Simae, Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC.

Edital: O Edital e anexos encontram-se à disposição dos interessados no endereço: Rua Tiradentes, nº 123, em Joaçaba/SC, no horário das 08h às 11h e das 14h às 17h ou no site www.simae.sc.gov.br, no período de 02/04/2019 a 15/04/2019.

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima, pelo telefone (49) 3551-8200 ou pelo e-mail: licitacao@simae.sc.gov.br.

Joaçaba - SC, 01 de abril de 2019.

Paulo Cesar Lamin – Diretora Adjunta do Simae.

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL

Publicação Nº 1968529

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA
EXTRATO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO
CONCORRENCIA 0002/2018
PROCESSO 0029/2018
PROTOCOLO Nº 0867/2018
Data assinatura: 26/03/2019

Objeto: O Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto, autarquia dos municípios de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna- SC, sito na Rua Tiradentes, nº 123, Centro, em Joaçaba- SC, inscrito no CNPJ sob o nº. 84.591.890/0001-43, neste ato representado por sua Diretora Adjunta Patrícia Callegari Warken, doravante denominado contratante, resolve celebrar o presente termo de rescisão contratual unilateral por descumprimento as cláusulas contratuais, conforme demonstrado em processo administrativo. A rescisão contratual em questão encontra amparo no disposto no art.79, inciso I, cláusula 12 alíneas "a" do contrato originário e cuja decisão já foi publicada em 08/03/2019 no DOM pag 785//786 edição 2771.

Patrícia Callegari Warken – Diretora Adjunta do Simae.

Lacerdópolis

PREFEITURA

DECRETO 23 19 DESMEMBRAMENTO ANTÔNIO D'AGOSTINI E OUTROS

Publicação Nº 1968025

DECRETO Nº 23 DE 26 DE MARÇO DE 2019

Ementa: "Autoriza Desmembramento de Área de Terras Urbanas e dá outras providências".

SERGIO LUIZ CALEGARI, Prefeito de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de uma área urbana com 35.828,27m² (trinta e cinco mil oitocentos e vinte e oito metros quadrados e vinte e sete centímetros quadrados), situado na Rua 7 de Setembro, Centro – Lacerdópolis/SC, matriculada no Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal sob n. 23.818 de propriedade de Olavo D'Agostini e sua esposa Silvia D'Agostini, Antônio Luiz D'Agostini e Liliana Demarchi D'Agostini, Osmar D'Agostini e sua esposa Ofélia Rossa D'Agostini, e Oristides Luiz D'Agostini, com as confrontações constantes na matrícula e representadas no levantamento topográfico em anexo ao processo.

Parágrafo único: - Após o desmembramento as áreas ficarão assim constituídas:

- I – Área "01", Imóvel 723, Lote 0713, Setor 002, Quadra 017, com área de 4.733,60m² (quatro mil setecentos e trinta e três metros quadrados e sessenta centímetros quadrados).
- II – Área Remanescente "02", Imóvel 722, Lote 0605, Setor 002, Quadra 017, com área de 26.030,07m² (vinte e seis mil e trinta metros quadrados e sete centímetros quadrados).
- III – Área "03", Imóvel 721, Lote 0565, Setor 002, Quadra 017, com área de 2.532,30m² (dois mil quinhentos e trinta e dois metros quadrados e trinta centímetros quadrados).
- IV – Área "04", Imóvel 720, Lote 0507, Setor 002, Quadra 017, com área de 2.532,30m² (dois mil quinhentos e trinta e dois metros quadrados e trinta centímetros quadrados).

Art. 2º - O proprietário terá o prazo de 180 (cento e oitenta dias), contados a partir da entrada em vigor deste decreto, para registrar junto ao Registro de Imóveis da Comarca, o presente desmembramento, conforme determina a Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1.979.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Lacerdópolis/SC, 26 de março de 2019
SÉRGIO LUIZ CALEGARI
Prefeito de Lacerdópolis

DECRETO 24 19 DESMEMBR. OSMAR D'AGOSTINI E OUTROS

Publicação Nº 1968001

DECRETO Nº 24 DE 26 DE MARÇO DE 2019

Ementa: "Autoriza Desmembramento de Área de Terras Urbanas e dá outras providências".

SERGIO LUIZ CALEGARI, Prefeito de Lacerdópolis, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o desmembramento de uma área urbana com 20.981,57m² (vinte mil novecentos e oitenta e um metros quadrados e cinquenta e sete centímetros quadrados), situado na Rua 7 de Setembro, Centro – Lacerdópolis/SC, matriculada no Registro de Imóveis da Comarca de Capinzal sob n. 23.819 de propriedade de Osmar D'Agostini e sua esposa Ofélia Rossa D'Agostini, com as confrontações constantes na matrícula e representadas no levantamento topográfico em anexo ao processo.

Parágrafo único: - Após o desmembramento as áreas ficarão assim constituídas:

- I – Área "01", Imóvel 711, Lote 0868, Setor 002, Quadra 019, com área de 4.045,00m² (quatro mil e quarenta e cinco metros quadrados).
- II – Área "02", Imóvel 712, Lote 0851, Setor 002, Quadra 019, com área de 405,00m² (quatrocentos e cinco metros quadrados).
- III – Área "03", Imóvel 713, Lote 0831, Setor 002, Quadra 019, com área de 1.365,00m² (um mil trezentos e sessenta e cinco metros quadrados).
- IV – Área "04", Imóvel 714, Lote 0817, Setor 002, Quadra 019, com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados).
- V – Área "05", Imóvel 715, Lote 0802, Setor 002, Quadra 019, com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados).
- VI – Área "06", Imóvel 716, Lote 0787, Setor 002, Quadra 019, com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados).
- VII – Área "07", Imóvel 717, Lote 0772, Setor 002, Quadra 019, com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados).
- VIII – Área "08", Imóvel 718, Lote 0757, Setor 002, Quadra 019, com área de 450,00m² (quatrocentos e cinquenta metros quadrados).

IX – Área Remanescente “09”, Imóvel 719, Lote 0620, Setor 002, Quadra 019, com área de 12.916,57m² (doze mil novecentos e dezesseis metros quadrados e cinquenta e sete centímetros quadrados).

Art. 2º - O proprietário terá o prazo de 180 (cento e oitenta dias), contados a partir da entrada em vigor deste decreto, para registrar junto ao Registro de Imóveis da Comarca, o presente desmembramento, conforme determina a Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1.979.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Lacerdópolis/SC, 26 de março de 2019

SÉRGIO LUIZ CALEGARI

Prefeito de Lacerdópolis

Lages

PREFEITURA

ATO DE DISPENSA 13/2019 PML

Publicação N° 1968660

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO nº 13/2019 - PML

ATO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Autorizo a abertura de Dispensa de Licitação sob nº 13/2019 - PML, através do Município de Lages, com a empresa:

RENE ALEXANDRE VOLKERT, inscrito no CPF sob nº 287.498.479-53.

Objeto: " Locação de um terreno com 2 (dois) Barracões em Alvenaria, contendo, cada um, a área edificada de 300,00m² (trezentos metros quadrados), localizado no lado par da Av. Dom Pedro II, esquina formada com Av. Brasil, bairro São Cristóvão, nesta cidade de Lages-SC".

Face ao disposto no art. 26, da Lei nº 8.666/93, submeto o ato à Autoridade Superior para ratificação e devida publicidade.

Lages, 01 de abril, de 2019.

Antonio Cesar Alves de Arruda
Secretário de Administração e Fazenda

RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato acima, de autoria do Exmo. Sr. Antonio Cesar Alves de Arruda, Secretário de Administração e Fazenda, que está em conformidade com os documentos que instruem o respectivo Processo, uma vez que preenchido todos os requisitos que a legislação exige.

Publique-se.

Lages, 01 abril, de 2019.
Antonio Ceron
Prefeito do Município

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº. 6.043/2019

Publicação Nº 1968945

DECRETO Nº 6.043/2019, de 29 de março de 2019.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO PARA REALIZAÇÃO DO PROGRAMA ESTADUAL DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – REURB/SC. O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

CONSIDERANDO a necessidade de realização do Programa Estadual de Regularização Fundiária no Município;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer áreas prioritárias para a regularização fundiária;

CONSIDERANDO a necessidade de propor a abertura de processos de Reurb de iniciativa do município, bem como conduzir os processos no âmbito da administração municipal, produzir atos administrativos concernentes e mediar eventuais conflitos que surgirem;

CONSIDERANDO a necessidade de emitir parecer único conclusivo multidisciplinar a fim de subsidiar a emissão de Certidão de Regularização Fundiária – CRF;

CONSIDERANDO a necessidade de solicitar junto ao Cartório de Registro de Imóveis competente, o registro do processo de Reurb, quando de interesse social (REURB-S);

CONSIDERANDO a necessidade de fiscalizar o recebimento das obras de infraestrutura essencial e das compensações urbanísticas e ambientais previstas no projeto urbanístico e no termo de compromisso;

CONSIDERANDO a necessidade de assessorar o Prefeito naquilo que disser respeito à Reurb;

CONSIDERANDO a necessidade de elaborar seu Regimento Interno e dar publicidade aos trabalhos e decisões da Comissão;

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão para a realização de atividades ligadas ao Programa Estadual de Regularização Fundiária nas modalidades de REURB-S (Reurb de Interesse Social) e REURB-E (Reurb de Interesse Específico), a ser constituída pelos seguintes membros:

I - Procuradoria Geral:

a) Titular – Luiz Fernando Nandi Vicente;

b) Suplente – Gabriela Novaes Linhares;

II - Secretaria da Fazenda, Administração e Serviços Públicos:

c) Titular – Jackson Guedes Carvalho;

d) Suplente – Antônio da Silveira Filho;

III - Fundação Lagunense do Meio Ambiente:

e) Titular – Deise Daiana Xavier Cardoso;

f) Suplente – Ilmara Aparecida Fretta;

IV - Secretaria de Assistência Social e Habitação:

g) Titular – Silvia Passos Marinho;

h) Suplente – Jéssica Jerônimo Rodrigues;

V - Secretaria de Planejamento Urbano e Desenvolvimento Econômico e Social:

i) Arquiteta – Claudione Fernandes de Medeiros;

j) Engenheiro Civil – Walmecir Jorge Rampinelli;

k) Engenheiro Agrimensor – Humberto da Silva Costa;

l) Arquiteto – Flávio Luiz Alipio

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito

PORTARIA Nº. 06/2019 - INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Publicação Nº 1968944

Laguna, 27 de março de 2019.

Portaria nº 06/2019 de Instauração de inquérito Administrativo

O Prefeito Municipal de Laguna, MAURO VARGAS CANDEMIL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e na forma do artigo 93, da Lei Complementar 136/2006:

CONSIDERANDO, o relatório da Comandante da Guarda Municipal em fato que ocorreu na Base da Guarda Municipal, conforme Processo administrativo nº 0125.0002099/2019.

CONSIDERANDO, também que foi aberto processo administrativo pelo servidor municipal em face da Comandante da Guarda Municipal;

CONSIDERANDO, os dois processos administrativos e a necessidade de apurar os fatos narrados e eventuais responsabilidades, determinando ou não abertura de processo administrativo disciplinar.

RESOLVE:

Art 1º Fica instaurado o INQUÉRITO ADMINISTRATIVO, para apuração e responsabilização decorrente dos fatos ocorridos na Base da Guarda Municipal.

Art 2º Para bem cumprir as suas atribuições a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinares terá acesso E ANDRÉ VARGAS LAUREANO.

Parágrafo único. A presente Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias a partir da data da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos, dando ciência ao Prefeito Municipal, determinando a necessidade ou não abertura de processo administrativo disciplinar.

Registre-se.

Divulgue-se.

Cumpra-se.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito

PREGÃO 16/2019-PML-REPUBLICAÇÃO

Publicação N° 1967666

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO 16/2019-PML-REPUBLICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE LAGUNA, de conformidade com o que estabelece a Lei 10.520/02 e alterações, torna público que fará realizar Processo Licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, pelo critério de MENOR PREÇO POR LOTE, para o fornecimento de materiais esportivos, troféus, medalhas e assemelhados, e prestação de serviços de arbitragem para várias modalidades, para os programas do Município, no dia 12 de abril de 2019 às 10:00 horas. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, no portal laguna.sc.gov.br, conforme pedido ao e-mail pmlcompras88@gmail.com, telefone (48)3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 01 abril de 2019.

Samantha Claudino Sampaio / Pregoeira.

RETIFICAÇÃO EDITAL FIA

Publicação N° 1968930

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 001/2019

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei n.º 8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pela Lei Municipal n.º 164 de 18 de setembro de 2007; Conforme deliberação em reunião ordinária realizada na data de 01 de abril de 2019, altera o cronograma do Edital de Chamamento Público n.º 001/2019, nos seguintes termos:

- Sessão Pública de Apresentação das Propostas a ser realizada no dia 12 de abril de 2019, às 14:00 horas, no Fórum da Comarca de Laguna/SC, com tempo de apresentação de 15 para cada Entidade;
- Julgamento Preliminar das Propostas – 15/04/2019 a 25/04/2019;
- Divulgação do Julgamento Preliminar – 26/04/2019;
- Interposição de recurso contra indeferimento de proposta, e posterior análise pelo Conselho – 29/04/2019 a 03/05/2019;
- Homologação do resultado final – 06/05/2019;
- Publicação do resultado final – 07/05/2019;
- Convocação para apresentação de documentos e celebração da parceria – 13/05/2019;

A presente retificação tem validade a partir da data de sua publicação.

Gustavo Ramos Sant'Anna
Presidente do CMDCA

Lajeado Grande

PREFEITURA

PORTARIA Nº 095/2019 DE 22/03/2019 HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RUDICLEI TOFFOLO RELATIVO AO PERÍODO DE 01/08/2018 A 31/01/2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1968546

PORTARIA nº.095/2019
DE 22/03/2019

"HOMOLOGA AVALIAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RUDICLEI TOFFOLO RELATIVO AO PERÍODO DE 01/08/2018 A 31/01/2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSE DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o Artigo 19 § 3º da Lei Municipal Complementar nº. 15/2001 de 26/11/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;
E CONSIDERANDO o boletim de avaliação do estágio probatório.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a avaliação do Servidor Público Municipal RUDICLEI TOFFOLO relativo ao período 01/08/2018 A 31/01/2019, APROVADO no quarto semestre do estágio probatório.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 22 de Março de 2019.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora Designada

PORTARIA Nº 096/2019 DE 26/03/2019 CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDGAR ROSA DA SILVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1968550

PORTARIA n.096/2019
DE 26/03/2019

"CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL EDGAR ROSA DA SILVA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOELI JOSÉ DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.

DECIDE:

Art. 1º - Conceder Férias ao Servidor Público Municipal EDGAR ROSA DA SILVA pelo prazo de 30 dias, de 01 de abril de 2019 a 30 de abril de 2019, sendo pago o adicional de férias correspondente a 1/3 da remuneração do período de gozo.

Parágrafo Único - O período aquisitivo corresponde de 02 de maio de 2017 a 01 de maio de 2018.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 26 de março de 2019.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora designada

PORTARIA Nº 097/2018 DE 29/03/2019 EXONERA AMALIA VALLI BRESSLER DO CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE DIVISÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1968556

PORTARIA nº 097/2018
DE 29/03/2019

“EXONERA AMALIA VALLI BRESSLER DO CARGO COMISSIONADO DE CHEFE DE DIVISÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra “a” da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 35 da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001.
e CONSIDERANDO que os cargos em comissão são de livre nomeação e exoneração.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar AMALIA VALLI BRESSLER do cargo de Chefe de Divisão, código 06.15 junto a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 29 de março de 2019.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

PORTARIA Nº 098/2019 DE 29/03/2019 EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TALIA JÉSICA ROMANINI DO CARGO DE ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1968561

PORTARIA n. 098/2019
DE 29/03/2019

“EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL TALIA JÉSICA ROMANINI DO CARGO DE ASSESSOR DE ADMINISTRAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, especialmente o art. 61 inc. I e art. 68 da Lei Complementar Municipal n. 15/2001 de 26/11/2001.
E CONSIDERANDO o pedido da servidora e que o cargo de Assessor De Administração é de livre nomeação e exoneração.

D E C I D E:

Art. 1º - Exonerar a pedido o Servidor Público Municipal TALIA JÉSICA ROMANINI, do cargo de Assessor de Administração junto a Secretaria de Saúde.

Art. 2º - As despesas decorrentes da aplicação desta portaria, correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande, 29 de Março de 2019.

Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora designada

PORTARIA Nº 099/2019 DE 01/04/2019 NOMEIA AMALIA VALLI BRESSLER PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE ASSESSOR DE GABINETE, JUNTO AO GABINETE DO PREFEITO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 1968570

PORTARIA n. 099/2019
De 01/04/2019

“NOMEIA AMALIA VALLI BRESSLER PARA O EXERCÍCIO DO CARGO DE ASSESSOR DE GABINETE, JUNTO AO GABINETE DO PREFEITO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

NOELI JOSE DAL MAGRO, Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Município do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor, especialmente o Art. 98 inc. II letra “a” da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 9º inciso II da Lei Municipal Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001.
e CONSIDERANDO ser Cargo em Comissão declarado em lei, de livre nomeação e exoneração.

D E C I D E:

Art. 1º - Nomear AMALIA VALLI BRESSLER, para exercer o Cargo de ASSESSOR DE GABINETE, Código do Cargo 06.03, junto ao Gabinete do Prefeito e com vencimento constante no Plano de Cargos e Salários relativo ao respectivo cargo.

§ 1º - Com a nomeação, o respectivo Servidor passou a integrar o quadro de Cargos em Comissão de livre nomeação e exoneração, constante no Anexo II da Lei Municipal Complementar n. 054/2017 de 18/12/2017 e suas alterações, com dedicação integral.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Lajeado Grande, em 01 de Abril de 2019.
Noeli Jose Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

PORTARIA Nº 100/2019 DE 01/04/2019 DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE IVANDIR OLIVEIRA DA SILVA PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

Publicação Nº 1968581

PORTARIA n. 100/2019
DE 01/04/2019

“DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE IVANDIR OLIVEIRA DA SILVA PARA A FUNÇÃO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO DE AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

NOELI JOSE DAL MAGRO - Prefeito Municipal de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de conformidade com o artigo 2º, Inciso V da Lei Complementar n. 0018/2007, de 22 de agosto de 2007 e suas alterações, especialmente Lei Complementar n. 030/2014 de 04/04/2014, bem como na observância da classificação de que trata o edital de teste seletivo n. 0001/2016 e CONSIDERANDO a necessidade temporária de excepcional interesse público para preenchimento de vagas, para substituição de servidores até a realização de concurso público, decorrentes de exoneração, aposentadoria e afastamento para tratamento de saúde, de servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo.

DECIDE:

Art. 1º - Contratar em caráter temporário, IVANDIR OLIVEIRA DA SILVA, para o função de excepcional interesse público de AUXILIAR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO ACT, nível 17, com carga horária de 40 horas semanais, nos termos previstos em lei, com duração de 01 de abril de 2019 a 20 de dezembro de 2019.

Art. 2º - O prazo de contratação, havendo necessidade e/ou interesse público, poderá ser alterado.

Art.3º - As despesas referentes a aplicação desta portaria, correrão a conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 01 de Abril de 2019.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.
Amalia Valli Bressler Servidora Designada

PORTARIA Nº 101/2019 DE 01/04/2019 REDISTRIBUI O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL TALIA CRISTINA MAROCCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Publicação Nº 1968588

PORTARIA n. 101/2019

DE 01/04/2019

"REDISTRIBUI O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL TALIA CRISTINA MAROCCO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

NOELI JOSÉ DAL MAGRO - Prefeito Municipal em exercício de Lajeado Grande, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor, em especial o Art. 98, inciso II, letra "b" da Lei Orgânica Municipal c/c Art.37 parágrafo único da Lei Complementar n. 15/2001 de 26/11/2001

E CONSIDERANDO as atribuições da função de Assessor de Administração, detalhadas no anexo IX da lei Complementar 054/2017 de 18/12/2017. CONSIDERANDO que a Administração Pública pode suprimir, transformar e alterar os cargos públicos ou serviços independentemente da anuência de seu titular, não possuindo o servidor direito adquirido à imutabilidade de suas atribuições, nem à continuidade de suas funções originárias, sendo permitida a remoção ou transferência, como também o remanejamento do horário desempenhado pelo servidor, desde que não haja arbitrariedade e ilegalidade. CONSIDERANDO que o servidor não possui direito de permanecer sempre lotado em um mesmo local ou no mesmo horário de trabalho, reconhecendo-se à autoridade competente da Administração Pública o direito de proceder a alteração das suas condições de trabalho, mas de forma motivada, considerando-se a conveniência, a razoabilidade, a necessidade e a oportunidade do ato, que deve espelhar o interesse público, que é pressuposto de toda atividade administrativa; CONSIDERANDO a necessidade do ajustamento do quadro de pessoal às necessidades do serviço público municipal, o que vem justificar o interesse público

DECIDE:

Art. 1º - REDISTRIBUIR o Servidor Público Municipal TALIA CRISTINA MAROCCO, Assessor de Administração, 40 horas, da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação para a Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as considerações acima.

Art. 2º - A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Lajeado Grande 01 de Abril de 2019.

Noeli José Dal Magro
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na data supra e local de costume.

Amália Valli Bressler
Servidora Designada

**PROCESSO Nº 168/2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2019 – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2019
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, A SEREM ADQUIRIDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR,
DESTINADOS À MERENDA ESCOLAR, DISTRIBUÍDOS NA ESCOLA MUNICIPAL E JARDIM DE INFÂNCIA DO
MUNICÍPIO**

Publicação Nº 1967979

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE LAJEADO GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 168/2019

Edital: Dispensa de Licitação nº 003/2019 – Chamamento Público nº 001/2019

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios, a serem adquiridos da Agricultura Familiar, destinados à Merenda Escolar, distribuídos na escola municipal e jardim de infância do Município, para o atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

Entrega dos Envelopes: até às 08h15min do dia 25 de Abril de 2019

Abertura dos Envelopes: 08h15min do dia 25 de Abril de 2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua Vitória, nº 503, de Segunda à Sexta, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min. às 17h00min, pelo fone (0**49) 3355.0012 ou na pagina eletrônica do município www.lajeadogrande.sc.gov.br.
Lajeado Grande/SC, 28 de março de 2019. NOELI JOSÉ DAL MAGRO. Prefeito Municipal.

Lauro Muller

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL N°. 012/FHHL/2019

Publicação N° 1967956

PREGÃO PRESENCIAL N°. 012/FHHL/2019

Data e horário da sessão de abertura: 15/04/2019 às 09h00min.

Local: Prefeitura Municipal de Lauro Muller/SC, situado na Rua Valter Veterlly, 239, Centro, do Município de Lauro Muller - SC.

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa do ramo pertinente para implantação, licenciamento e suporte de software de gestão em saúde para a Fundação Hospitalar Henrique Lage, conforme condições fixadas no termo de referencia em anexo.

Edital: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras e Licitações de Lauro Muller, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, ou pelo telefone (48) 3464.3122, através do endereço eletrônico compraslicitacaopmlm@gmail.com e disponível em www.lauromuller.sc.gov.br.

Lauro Muller/SC, 01 de Abril de 2019.

Genivaldo da Silva

Pregoeiro

Lebon Régis

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 04/2019

Publicação Nº 1968586

Edital de Convocação n. 04/2019

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais CONVOCA o(s) candidato(s) aprovado(s) no Processo Seletivo nº 06/2018, abaixo relacionados, para apresentar-se perante o Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal, localizado na Rua Arthur Barth, n. 300, centro, Lebon Régis/SC, no horário compreendido entre 08h00min as 12h00 e 13h00 as 17h00min, até o dia 11/04/2019, munido(s) da documentação exigida para nomeação no cargo público ao qual foi aprovado.

Nome	Cargo	Classificação	
Felipe Hammes Torquato	Recepcionista	7º	

A não apresentação do candidato no prazo mencionado implica renúncia ao direito de nomeação.

Lebon Régis (SC), 01 de abril de 2019.

LEONIRO DA SILVA PAHL

Presidente

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO LIC 15/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DL07/2019

Publicação Nº 1968153

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS - SC

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LIC 15/2019 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº DL07/2019.

OBJETO: Contratação de empresa para Capacitação e realização de Palestras destinadas aos Gestores e Servidores Municipais. DATA DE HOMOLOGAÇÃO: 29/03/2019. LICITANTE HOMOLOGADO: ACADEMIA POLIADMINISTRATIVA ATIVIDADE DE PESQUISA E CONSULTORIA LTDA. - CNPJ: 26.715.067/0001-04, com o valor total de R\$ 13.000,00.

Lebon Régis, 29 de MARÇO de 2019.

DOUGLAS FERNANDO DE MELLO - PREFEITO MUNICIPAL

Leoberto Leal

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2019 - FMS

Publicação Nº 1968037



MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2019 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019 - FMS, PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO QUILOMETRO, TIPO FURGÃO, MONOBLOCO, ANO/MODELO MÍNIMO 2018/2019, COR BRANCA, LONGA, TETO ALTO MAIS KIT DE TRANSFORMAÇÃO EM AMBULÂNCIA – TIPO B, COM ACESSO ENTRE CABINE DO MOTORISTA E PARTE TRASEIRA, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 004/2019.

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de março do ano de 2019, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 141/2017, de 01 de setembro de 2017, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o **REGISTRO DE PREÇOS** para eventual aquisição de um veículo zero quilômetro, tipo Furgão, monobloco, ano/modelo mínimo 2018/2019, cor branca, longa, teto alto mais kit de transformação em ambulância – tipo B, com acesso entre cabine do motorista e parte traseira, para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I.

CURT SCHROEDER S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CNPJ: 85.775.500/0001-58

RODOVIA BR 470, Nº 14336, KM 143, BAIRRO CANTA GALO, CEP 89.163-300, RIO DO SUL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** tem por objeto, eventual aquisição de um veículo zero quilômetro, tipo Furgão, monobloco, ano/modelo mínimo 2018/2019, cor branca, longa, teto alto mais kit de transformação em ambulância – tipo B, com acesso entre cabine do motorista e parte traseira, para o Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, a contar da assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item, que passa a fazer parte para todos os efeitos desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

1

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88.445-000
FONE: 48 3288 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br - www.leobertoal.sc.gov.br



**MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

A proponente registrada para o item cotado é a seguinte:

Item	Qt.	Und.	Descrição	Marca	Preço Unit. R\$	Preço Total R\$	Empresa Vencedora
01	01	Und.	<p>DESCRIÇÃO – VEÍCULO AMBULÂNCIA TIPO B – FURGÃO:</p> <p>Veículo tipo Furgão, monobloco, 0 km, ano/modelo 2019/2019, cor branca, longa, teto alto, com as seguintes características originais de fábrica: motor a óleo diesel com sistema de injeção eletrônica, câmbio manual de 06 marchas sincronizadas a frente mais a marcha à ré (sendo o câmbio de marchas localizado no painel), tração no eixo traseiro com rodado simples – 4x2, com barras estabilizadoras no eixo dianteiro e traseiro, suspensão dianteira e traseira com molas parabólicas e amortecedores telescópicos de dupla ação, air bag para o motorista e acompanhante, freios a disco nas quatro rodas com sistema ABS/ASR (sistema de controle de tração), freio de estacionamento, tanque de combustível de 75 litros, ar condicionado, vidros elétricos, retrovisores elétricos e aquecidos, abertura e fechamento das portas via controle remoto na chave, direção hidráulica, volante com ajuste de altura e profundidade, faróis de neblina e regulagem interna de faróis, 4 portas, sendo 02 portas traseiras com vidros e ampla abertura (270 graus), com porta lateral corredeira com altura de 1800mm x 1300mm de largura, proporcionando uma parede lateral direita na parte traseira de 1.900mm, rádio CD MP3 com entrada USB e Bluetooth. Proteção para cârter e câmbio. Distância entre eixos de no 3.665mm, comprimento total do veículo 5910mm, altura do solo/teto de 27160mm, capacidade volumétrica de 10,5 metros cúbicos, sendo compartimento de carga com largura de 1780mm, altura de 1940mm e comprimento de 3265mm + KIT DE TRANSFORMAÇÃO EM AMBULÂNCIA – TIPO B com acesso entre cabine do motorista e parte traseira. Veículo original, garantia de no mínimo um ano sem limite de quilometragem, com entrega técnica no município de Leoberto Leal, e plotagem identificando veículo saúde - Ambulância, com brasão e identificação do município em tamanho grande. Primeiro emplacamento- apresentar contrato de</p>	Mercedes-Benz	174.000,00	174.000,00	CURT SCHROEDER S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO

2

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88.445-000
FONE : 48 3288 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br – www.leobertoaleal.sc.gov.br



MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		<p>concessão entre concessionária e montadora.</p> <p>KIT DE TRANSFORMAÇÃO EM AMBULÂNCIA - TIPO B - Características mínimas: Transformação de veículo tipo furgão com ar condicionado original de fábrica na cabine em AMBULANCIA DE REMOÇÃO BASICA TIPO B: seguindo as portarias acima descritas e a NBR 14561 que trata das normas técnicas para a montagem de VEICULOS PARA ATENDIMENTO A EMERGENCIAS MÉDICAS E RESGATE.</p> <p>- REVESTIMENTO INTERNO: As paredes internas com isolamento termo acústico e serão revestidas de material lavável e resistente aos processos de limpeza e desinfecção comuns às superfícies hospitalares. Dessa forma o revestimento interno do teto e laterais será em chapas brancas de fibra de vidro inteiriças e sem emendas, laminadas em moldes já com o formato da parte interna da carroceria e com reforços laterais de perfis de aço com tratamento anticorrosivo. Vedação das junções das chapas do teto e laterais com cola poliuretana de uso da indústria automotiva própria para tal finalidade.</p> <p>- REVESTIMENTO ASSOALHO: O assoalho será revestido em manta vinílica, com película de poliuretano ultrarresistente, monolítico (anti-bactericida), para resistir a tráfego intenso, com espessura de 2mm, atendendo as normas de flambabilidade anti-escorregadio com resistência solar, resistência química e resistência térmica O material do revestimento do assoalho deverá cobrir todo o comprimento e largura da área de trabalho do compartimento. Sendo instalando sobre piso de madeira compensado naval, com aproximadamente 10mm de espessura, ou sobre material de mesma resistência ou superior que o compensado naval, e mesma durabilidade ou superior que o compensado naval.</p> <p>- JANELAS: Instalação de janela lateral de correr com estrutura em alumínio na porta lateral com vidros temperados e película opaca com três faixas de 01 cm a fim de permitir a visibilidade. Janela de comunicação entre a cabine e o salão instalada na divisória original do veículo.</p> <p>- MACA RETRÁTIL: Com dois anos de garantia, confeccionada em estrutura de duralumínio encaixado e fixado por punhos, e sistema automático</p>				
--	--	--	--	--	--	--

3

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88.445-000
FONE : 48 3288 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br - www.leobertoal.sc.gov.br



MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		<p>antiqueda, em conformidade com a norma da ABNT/NBR/14561:2000 permite a operação com no máximo duas pessoas. Pesa peso máximo de 34 kg e suporta vítimas de até 180 kg. A maca possui ainda cintos de segurança com sistema de engate rápido (mesmo modelo dos cintos das poltronas) para fixação da vítima e da maca rígida e um (1) cinto de segurança com sistema de quatro (4) pontas. Possui esse equipamento sistema de cabeceira móvel com posições que variam de 0° a 90°; com base montada sobre quatro rodas de borracha de 5", sendo duas com freio; O ponto onde fica deitada a vítima possui colchão com espuma com densidade 33, revestido com tecido sintético, sem costuras, impermeável e lavável com produtos químicos, e que seja apoiado sobre uma grade (estrado) alumínio. Deverá ser apresentado junto com a proposta de preços o registro na ANVISA do equipamento acima descrito.</p> <p>- POLTRONA PARA SOCORRISTA: Do tipo anatômica afixada sobre dois pés fixos, fixada no salão de atendimento próxima a cabeceira da maca. Com de cinto de segurança 03 pontas. (deverá ser anexado junto a proposta de preços o laudo Técnico de Ensaio da poltrona do socorrista e cinto de segurança 03 pontas emitida por laboratório credenciado no INMETRO em nome da empresa que fará a transformação). O apoio das costas e cabeça deverá ser anatômico, com proteção para recuo da cabeça. Com assento e encosto em espuma injetada, densidade de no mínimo 45kgf/m³, revestidos em couro artificial super-resistente impermeável na cor verde clara. Assento do tipo anatômico e na altura da maca da vítima de forma que a fixação permita a mobilidade das pernas do socorrista entre a cabeceira da maca e a poltrona.</p> <p>- EQUIPAMENTO DE COMUNICAÇÃO: Do tipo veicular instalado no painel do veículo e com antena externa de comunicação.</p> <p>- ARMÁRIO: Armário aéreo instalado na parte superior da lateral esquerda (lado do motorista), confeccionado em compensado naval revestido externa e internamente de formica branca, estruturado com perfil de alumínio extrusado de canto boleado, com portas de acrílico corrediças, perfil plástico na cor branca para correr o acrílico, o armário terá um comprimento máximo de 1,2m com altura e profundidade de 0,3m.</p>				
--	--	--	--	--	--	--

4

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88.445-000
FONE : 48 3288 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br - www.leobertoaleal.sc.gov.br



MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		<p>- BANCO BAÚ: Deverá ser previsto um banco lateral, escamoteável, tipo baú, confeccionado em madeira de compensado naval, estruturado com perfil de alumínio extrusado de canto boleado, revestida de fórmica texturizada externa e internamente (não sendo aceito aglomerado ou MDF na construção), com comprimento mínimo de 1.2m, sob o mesmo será montado um assento inteiriço de espuma (sobre a tampa escamoteável do baú) e encosto lateral, confeccionados em espuma injetada, com revestimento em courvin de alta resistência, sendo que a espuma utilizada deverá possuir espessura máxima de 50 mm e densidade mínima de 30 kgf/m³. A tampa deste banco possuirá dois sistemas de dobradiça com mola para sustentar a tampa aberta, um em cada lateral.</p> <p>- SUPORTE PARA CILINDRO DE OXIGÊNIO: Suporte para cilindro de oxigênio de 3.5M³, confeccionado com tubos de aço e pintura anticorrosiva, com cintas reguláveis e mecanismo resistente a vibrações, trepidações e/ou capotamentos, preso à carroceria do veículo através de parafusos e no reforço estrutural a ser instalado na carroceria.</p> <p>- CILINDRO DE OXIGÊNIO: Com capacidade pra 3.5m³.</p> <p>- MALETA COM EQUIPAMENTOS MÉDICOS: Maleta de urgência contendo: estetoscópio adulto e infantil, ressuscitador manual adulto/infantil; luvas descartáveis.</p> <p>- CORRIMÃO: Instalação de corrimão em alumínio polido e punhos de plástico injetado e ponteiros de fechamento arredondadas de alta resistência, instalado na parte central do teto do veículo.</p> <p>- SUPORTE PARA SORO E SANGUE: Um suporte para soro e sangue, confeccionado em alumínio, instalado no corrimão com regulagem de posição e cintas de velcro para fixação dos frascos.</p> <p>- SINALIZAÇÃO ACÚSTICA E LUMINOSA DE EMERGÊNCIA: Sinalizador tipo barra linear, com módulos injetados em policarbonato na cor vermelha e lente inteiriça, com comprimento mínimo de 1000 mm, largura mínima de 250 mm e altura mínima de 70 mm e máxima de 110 mm, instalada no teto e na cabine do veículo. Estrutura da barra em ABS reforçado com alumínio extrusado, ou alumínio extrusado na cor prata, cúpula, resistente a impactos e descoloração, com tratamento UV. Conjunto luminoso composto por</p>				
--	--	--	--	--	--	--

5

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88.445-000
FONE : 48 3288 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br - www.leobertoaleal.sc.gov.br



MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

		<p>diódos emissores de luz (led), na cor vermelha, de alta frequência (mínimo de 240 flashes por minuto). Este equipamento possui sistema de gerenciamento de carga automático, gerenciando a carga da bateria quando o veículo não estiver ligado, desligando automaticamente o sinalizador se necessário. Sinalizador acústico com amplificador de potência mínima de 100 W RMS @ 13,8 Vcc. Este sinalizador acompanha o Laudo que atende as normas SAEJ575, contra vibração, umidade, poeira, corrosão e deformação, este deve ser apresentado junto com a proposta de preços bem como homologação da fabricante dos equipamentos de sinalização para a empresa que fará a instalação nos veículos declarando que a mesma é homologada de forma que seja mantida a garantia dos mesmos após a instalação.</p> <p>- ILUMINAÇÃO INTERNA: Instalação de no mínimo duas luminárias embutidas no teto, com base estampada em alumínio, lâmpadas de LED, com no mínimo 50 led's, distribuídas de forma a iluminar todo o compartimento do paciente.</p> <p>- AR CONDICIONADO: Caixa evaporadora no ambiente traseiro com resistência a impactos e vibrações, cuja caixa deverá comportar um núcleo de refrigeração dimensionado para a demanda da temperatura referida, deverá fornecer uma potência de 30.000 BTU's no compartimento traseiro (salão de atendimento).</p> <p>- GRAFISMO EXTERNO: Com faixas em ambas as laterais de 20 cm de altura na cor laranja, "AMBULÂNCIA" vazada, deverá ter uma cruz da vida em azul com bordas de 2 cm em cinza de 55cm de altura. As inscrições com os nomes dos municípios será instalados na cor preta de 11cm de altura na parte superior da escrita faixa laranja de 4cm. Na traseira devem ser colocada cruz da vida em azul de 55cm de altura e uma faixa laranja de 20cm de altura, na parte superior do veículo iniciando de uma porta até o final da outra porta com a inscrição "ambulância" vazada, caso necessite alterar o local da inscrição ambulância será colocado na parte inferior, sem precisar vazar. No capô frontal deverá ser colocado o letreiro "ambulância" no tamanho de 12cm de altura na letra em recorte de forma espelhada em laranja com curvatura de 5cm para baixo, com uma faixa de 6 cm na extremidade inferior do capô acompanhando a curvatura do mesmo e com uma cruz em azul com borda</p>				
--	--	---	--	--	--	--

6

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88.445-000
FONE: 48 3288 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br - www.leobertoaleal.sc.gov.br



**MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

			cinza de 1cm com 25cm de altura centralizado com a "AMBULÂNCIA" e a parte superior do capô (se necessário transfere a cruz da vida frontal para cima do para brisa no tamanho de 30cm).				
TOTAL				R\$ 174.000,00			

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega do veículo e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de

7

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88.445-000
FONE : 48 3288 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br - www.leobertoal.sc.gov.br



**MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

8

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88.445-000
FONE : 48 3288 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoaleal.sc.gov.br -- www.leobertoaleal.sc.gov.br



**MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

9

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88.445-000
FONE : 48 3288 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br - www.leobertoal.sc.gov.br



**MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

- a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;
- b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;
- c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;
- d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;
- e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;
- f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 A entrega do veículo será em até 30 (trinta) dias após autorização de fornecimento, e no ato da entrega a empresa vencedora deverá apresentar um laudo ou uma declaração, atestando a responsabilidade técnica referente a instalação dos equipamentos e da transformação do veículo;

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais ate os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

10

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88.445-000
FONE : 48 3288 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br - www.leobertoal.sc.gov.br



**MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na “AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS”;
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0015.1.017.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0002 (1) – Aquisição de Equipamentos e Veículos – Saúde

05.01.10.301.0015.1.017.4.4.90.00.00.00.00.00.03.0038 (39) – Aquisição de Equipamentos e Veículos - Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as

11

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88.445-000
FONE : 48 3288 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br – www.leobertoal.sc.gov.br



**MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 29 de março de 2019.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

ALINE KRAUS
PREGOEIRA SUBSTITUTA

CURT SCHROEDER S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- MAYARA CARLA GUCHERT
EQUIPE DE APOIO

2- LIZANDRO KREUSCH
EQUIPE DE APOIO

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

12

RUA MAINOLVO LEHMKUHL 20 - CENTRO
LEOBERTO LEAL - SC - CEP: 88.445-000
FONE : 48 3288 1212
CNPJ: 82.924.390/0001-50
gabinete@leobertoal.sc.gov.br - www.leobertoal.sc.gov.br

CONTRATO Nº 016/2019 - PMLL

Publicação Nº 1967528

CONTRATO Nº 016/2019 – PMLL

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 047/2017 - Aditivo de Prazo.

Por este instrumento particular de Termo de Aditivo ao Contrato nº 047/2017 de Empreitada por Preço Unitário, que fazem entre si, a CONTRATANTE e a CONTRATADA, em decorrência do Processo de Licitação nº 032/2017, homologado em 07/12/2017:

CONTRATANTE: O MUNICIPIO DE LEOBERTO LEAL, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20 – Bairro Centro, Leoberto Leal/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor VITOR NOBERTO ALVES, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE.

CONTRATADA: A Empresa BASE PRÉ-FABRICADOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, sito a Rua Do Comércio, nº 1179, Bairro Barracão, Alfredo Wagner, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº 12.859.913/0001-47, neste ato representada pelo Senhor VALCIR ALVES DA SILVA, doravante denominado simplesmente de CONTRATADA.

Considerando, a Comunicação Interna nº 005/2019, de 28 de março de 2019, da Secretaria da Administração, que solicita Prorrogação na Vigência do Contrato nº 047/2017, em virtude da solicitação de aditivo por parte da Empresa executora, a obra não foi entregue ao Município da forma que os serviços não foram 100% executados, conforme previsão física da obra;

Considerando, o parecer da Assessoria Jurídica, na data de 29 de março de 2019, aprovando a prorrogação de prazo ao Contrato nº 047/2017, em virtude dos apontamentos acima mencionados.

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 032/2017, celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 047/2017 – Aditivo de Prazo, com fulcro no art. 65 da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, mediante sujeição mutua às normas constantes deste, a Tomada de Preços nº 002/2017, á proposta e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA:

1. A Cláusula Décima Sétima do Contrato nº 047/2017, passa a vigorar com o acréscimo do Item nº 02 com a seguinte redação:

“CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - VIGÊNCIA”:

02. A obra deverá ser entregue até o dia 30 de junho de 2019, salvo motivos de força maior devidamente justificado.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA – FORO:

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Ituporanga/SC, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

Assim acordadas e ajustadas, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas Cláusulas do presente Contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares pertinentes, firmando-o em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 29 de março de 2019.

VITOR NOBERTO ALVES Prefeito Municipal Contratante	VALCIR ALVES DA SILVA Base Pré-Fabricados LTDA ME Contratada
--	--

TESTEMUNHAS:

MAYARA CARLA GUCHERT JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN	
---	--

Lontras

PREFEITURA

DECRETO 48/2019

Publicação N° 1968030

DECRETO N° 48/2019
HOMOLOGA DECISÃO DA COMISSÃO JULGADORA

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito do Município de Lontras/SC, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o estabelecido na Lei 8.666/1993 de 21/06/1993, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica homologada a decisão do Pregão Presencial nº 05/2019 em 01 de abril de 2019, pela Pregoeira e Equipe de Apoio, através da Ata lavrada em reunião, relatório ao Edital de Licitação nº 05/2019, na modalidade de Pregão Presencial Registro de Preço para AQUISIÇÃO DE CESTA BÁSICA PARA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. Declaramos ter o Processo Licitatório obedecido a Lei, estando o mesmo em ordem, não havendo impugnações ou recursos pendentes de julgamento.

Art. 2º - Fica designado o fiscal do Contrato do Pregão supracitado o servidor:
- GLAUCIO CRISTIANO MUELLER, matrícula 90727;

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Lontras/SC, 01 de abril de 2019.
MARCIONEI HILLESHEIM
PREFEITO

EXTRATO DE CONTRATO 5/2019

Publicação N° 1968033

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LONTRAS
CONTRATO N.º 05/2019

OBJETO: AQUISIÇÃO DE CESTA BÁSICA PARA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

Contratada: Cleiton de Souza Comercial ME, CNPJ 18.531.205/0001-69. Valor do contrato: R\$ 24.900,00 (vinte e quatro mil e novecentos reais). Prazo: até 01 de abril de 2020.

Lontras, 01 de abril de 2019. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

Luiz Alves**PREFEITURA****AUDIÊNCIA PÚBLICA LDO 2020**

Publicação N° 1968931

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

AUDIÊNCIA PARA DISCUSSÃO E ELABORAÇÃO DA LDO

A Prefeitura Municipal de Luiz Alves vem através da Secretaria Municipal de Finanças, convidar Vossa Senhoria, a participar da Audiência Pública, para discussão e elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício de 2020, do município de Luiz Alves, SC, de acordo com a Lei Complementar n° 101 de 04 de Maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. A audiência será realizada no dia 09 de abril de 2019, terça-feira, as 10:30 horas, no auditório da Prefeitura Municipal de Luiz Alves. Certos de podermos contar com a vossa presença, desde já agradecemos.

Luiz Alves, 01 de Abril de 2019.

Marcos Pedro Veber Adriana Teresinha Schmitz Zimmermann Prefeito Municipal de Luiz Alves Secretário Municipal de Finanças

NOTA DE DESERÇÃO DO PREGÃO N° 01/2019 (FMAS)

Publicação N° 1967225

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

NOTA DE DESERÇÃO DO PREGÃO N° 01/2019

Objeto: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, PARA SUBSIDIAR ALIMENTAÇÃO AOS SERVIÇOS OFERTADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.
No primeiro dia do mês de abril de 2019, pelo não comparecimento de interessados, o processo torna-se DESERTO.

Luiz Alves, 01 de abril de 2019.

Marcos Pedro Veber – Prefeito Municipal

ANEXO 01 - RECEITA E DESPESA - CATEGORIA ECONÔMICA

Publicação Nº 1968985

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 1
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Receitas		Despesas	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receitas Correntes	38.931.806,94	DESPESAS CORRENTES	35.325.535,43
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	3.499.916,50	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	18.772.640,73
Contribuições	1.150.260,75	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	59.231,57
Receita Patrimonial	330.776,21	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.493.663,13
Receita Agropecuária	100.518,69		
Receita de Serviços	489.650,04		
Transferências Correntes	33.343.645,76		
Outras Receitas Correntes	17.038,99		
		SUPERAVIT	3.606.271,51
TOTAL	38.931.806,94	TOTAL	38.931.806,94
SUPERAVIT DO ORÇAMENTO CORRENTE	3.606.271,51		
Receitas de Capital	4.663.128,81	DESPESAS DE CAPITAL	7.144.107,04
Operações de Crédito	1.846.219,72	INVESTIMENTOS	6.563.777,11
Alienação de Bens	250.710,00	INVERSOES FINANCEIRAS	20.479,24
Transferências de Capital	2.566.199,09	AMORTIZACAO DA DÍVIDA	559.850,69
		SUPERAVIT	1.125.293,28
TOTAL	43.594.935,75	TOTAL	43.594.935,75

Resumo

RECEITAS CORRENTES	38.931.806,94	DESPESAS CORRENTES	35.325.535,43
RECEITAS DE CAPITAL	4.663.128,81	DESPESAS DE CAPITAL	7.144.107,04
		SUPERAVIT	1.125.293,28
TOTAL	43.594.935,75	TOTAL	43.594.935,75

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados, também são consideradas como despesas orçamentárias.

Luiz Alves, 26/03/2019

MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal de Luiz Alves

FERNANDA CAIRE
Contadora CRC/SC 030.072/O-8

ADILSON BALSANELLI
Contador CRC/SC 029.772/O-3

ADRIANA TERESINHA SCHMITZ ZIMMERMANN
Secretária de Finanças

ROSANA HERMES
Coordenadora de Controle Interno

ANEXO 02 - DESPESA - CATEGORIA ECONÔMICA

Publicação Nº 1968992

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 01 - GABINETE DO PREFEITO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			564.810,32
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			505.776,86
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		505.776,86	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	410.438,93		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	92.565,64		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	0,02		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	92.565,62		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	2.772,29		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	2.772,29		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			59.033,46
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		59.033,46	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	8.445,00		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	8.445,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	10.553,87		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	7.118,40		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	1.321,69		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	10,98		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	632,80		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	495,00		
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	827,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	148,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	7.900,20		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	7.900,20		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	31.912,75		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	6.000,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	396,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	80,75		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	24.000,00		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	1.146,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	290,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	221,64		
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	221,64		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			64.499,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			64.499,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		64.499,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	64.499,00		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Video e Foto	4.979,00		
4.4.90.52.44.00.00.00	Obras de Arte e Peças Para Museu	520,00		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	59.000,00		
Total da Unidade:				629.309,32
Total do Órgão:				629.309,32

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Órgão: 03 - ASSESSORIA JURÍDICA

Unidade Orçamentária: 01 - ASSESSORIA JURÍDICA

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			280.530,66
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			275.501,69
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		275.501,69	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	226.645,01		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	48.856,68		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	48.856,68		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			5.028,97
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.028,97	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	2.497,80		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	1.328,50		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	616,60		
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	182,70		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	370,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	1.147,00		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	141,00		
3.3.90.39.22.00.00.00	Exposições, Congressos e Conferências	1.006,00		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	746,00		
3.3.90.40.09.00.00.00	Manutenção e conservação de equipamentos de TIC	746,00		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentencas Judiciais	638,17		
3.3.90.91.32.00.00.00	Outros Precatórios Relativos a Despesas Correntes	638,17		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			118.850,41
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			6.139,60
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		6.139,60	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	6.139,60		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	6.139,60		
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA			112.710,81
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		112.710,81	
4.6.90.91.00.00.00.00	Sentencas Judiciais	112.710,81		
4.6.90.91.07.00.00.00	Precatórios-Administração Direta	112.710,81		
Total da Unidade:				399.381,07
Total do Órgão:				399.381,07

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Órgão: 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.834.144,99
3.1.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			596.980,90
3.1.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		596.980,90	
3.1.90.01.00.00.00	Aposentadorias e Reformas	126.429,06		
3.1.90.01.01.00.00	Proventos - Pessoal Civil	126.429,06		
3.1.90.04.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	80.231,44		
3.1.90.04.04.00.00	Obrigações Patronais	17.368,49		
3.1.90.04.99.00.00	Outros Serviços Temporários	62.862,95		
3.1.90.11.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	295.594,77		
3.1.90.13.00.00.00	Obrigações Patronais	79.218,52		
3.1.90.13.01.00.00	FGTS	9.623,12		
3.1.90.13.02.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	69.595,40		
3.1.90.16.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	7.777,47		
3.1.90.16.44.00.00	Serviços Extraordinários	7.777,47		
3.1.90.94.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	7.729,64		
3.1.90.94.07.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	7.729,64		
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			1.237.164,09
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.232.064,09	
3.3.90.14.00.00.00	Diárias - Civil	9.140,00		
3.3.90.14.14.00.00	Diárias no País - Civil	9.140,00		
3.3.90.30.00.00.00	Material de Consumo	100.407,43		
3.3.90.30.01.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	13.184,90		
3.3.90.30.04.00.00	Gás Engarrafado	1.195,00		
3.3.90.30.07.00.00	Gêneros de Alimentação	7.066,30		
3.3.90.30.15.00.00	Material para Festividades e Homenagens	2.097,95		
3.3.90.30.16.00.00	Material de Expediente	13.414,04		
3.3.90.30.17.00.00	Material de Processamento de Dados	8.006,76		
3.3.90.30.19.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	164,89		
3.3.90.30.20.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	39,20		
3.3.90.30.21.00.00	Material de Copa e Cozinha	8.038,76		
3.3.90.30.22.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higieneização	11.889,63		
3.3.90.30.24.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	12.216,71		
3.3.90.30.25.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	1.306,50		
3.3.90.30.26.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	3.245,42		
3.3.90.30.29.00.00	Material para Áudio, Vídeo e Foto	350,00		
3.3.90.30.30.00.00	Material para Comunicações	93,30		
3.3.90.30.39.00.00	Material para Manutenção de Veículos	1.308,52		
3.3.90.30.44.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	693,55		
3.3.90.30.50.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	2.400,00		
3.3.90.30.99.00.00	Outros Materiais de Consumo	13.696,00		
3.3.90.32.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita	15.515,00		
3.3.90.32.99.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	15.515,00		
3.3.90.33.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	2.152,32		
3.3.90.33.01.00.00	Passagens Para o País	2.152,32		
3.3.90.36.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	58.172,80		
3.3.90.36.07.00.00	Estagiários	58.172,80		
3.3.90.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	735.104,10		
3.3.90.39.05.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	26.184,79		
3.3.90.39.08.00.00	Manutenção de Software	3.882,00		
3.3.90.39.10.00.00	Locação de Imóveis	28.800,00		
3.3.90.39.11.00.00	Locação de Softwares	154.360,00		
3.3.90.39.14.00.00	Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas Intang	850,00		
3.3.90.39.15.00.00	Limpeza de Veículos	263,40		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 4

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Órgão: 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	15.944,30		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	4.746,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	532,79		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	80,00		
3.3.90.39.22.00.00.00	Exposições, Congressos e Conferências	9.301,97		
3.3.90.39.25.00.00.00	Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins	380,00		
3.3.90.39.36.00.00.00	Multas Inedutíveis	672,00		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	260,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	86.987,09		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	26.150,00		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	14.000,00		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	7.000,00		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	8.940,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	1.435,30		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	44.817,60		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	4.724,54		
3.3.90.39.70.00.00.00	Confecção de Uniforme, Bandeira e Flâmulas	2.000,00		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	361,49		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	5.216,47		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	105,00		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	490,00		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	30.008,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	256.611,36		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	96.328,16		
3.3.90.40.04.00.00.00	Comunicação de dados	55.200,00		
3.3.90.40.08.00.00.00	Serviços técnicos profissionais de TIC	13.320,00		
3.3.90.40.09.00.00.00	Manutenção e conservação de equipamentos de TIC	2.702,66		
3.3.90.40.10.00.00.00	Digitalização	16.000,00		
3.3.90.40.99.00.00.00	Outros serviços de tecn. da informação e comun.	9.105,50		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	215.244,28		
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	330,24		
3.3.90.47.15.00.00.00	Multas	708,86		
3.3.90.47.16.00.00.00	Juros	34,48		
3.3.90.47.17.00.00.00	Contribuições para Associações	214.112,70		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	58,00		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	0,00		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		5.100,00	
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	5.100,00		
3.3.93.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	5.100,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			71.611,20
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			71.611,20
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		71.611,20	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	0,00		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	71.611,20		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	4.393,00		
4.4.90.52.32.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Gráficos	410,00		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	3.170,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	11.191,20		
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	297,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	4.150,00		

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Órgão: 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.90.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	48.000,00		
Total da Unidade:				1.905.756,19
Total do Órgão:				1.905.756,19

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 6

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Órgão: 05 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.261.132,01
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			503.271,25
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		503.271,25	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	376.492,88		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	106.209,63		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	16.660,88		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	89.548,75		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	18.631,24		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	18.631,24		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	1.937,50		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	1.937,50		
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA			59.231,57
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		59.231,57	
3.2.90.21.00.00.00.00	Juros sobre a Divida por Contrato	59.231,57		
3.2.90.21.99.00.00.00	Outros Juros da Divida Contratada	59.231,57		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			698.629,19
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		698.629,19	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	1.880,00		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	1.880,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	14.922,75		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos	4.263,15		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	755,30		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	4.833,86		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	337,00		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	27,12		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	135,00		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	1.430,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	78,00		
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	2.250,65		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veiculos	812,67		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	5.262,90		
3.3.90.36.07.00.00.00	Estagiários	5.262,90		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	227.982,15		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	108.400,00		
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	7.890,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veiculos	567,41		
3.3.90.39.22.00.00.00	Exposições, Congressos e Conferências	1.180,00		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	488,71		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	8.243,08		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	45,55		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	71.500,00		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	2.738,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	26.929,40		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	448.581,39		
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	81,39		
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	448.000,00		
3.3.90.47.15.00.00.00	Multas	500,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			452.883,88
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			5.744,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.744,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	5.744,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	5.744,00		
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA			447.139,88

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 7

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Órgão: 05 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		447.139,88	
4.6.90.71.00.00.00.00	Principal da Dívida Contratual Resgatado	447.139,88		
4.6.90.71.99.00.00.00	Outras Amortizações da Dívida Contratada	447.139,88		
Total da Unidade:				1.714.015,89
Total do Órgão:				1.714.015,89

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 8

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Órgão: 06 - SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS

Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			4.660.337,49
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.700.821,87
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.700.821,87	
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	459.651,82		
3.1.90.04.04.00.00.00	Obrigações Patronais	107.360,70		
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	352.291,12		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	907.496,83		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	264.998,73		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	50.906,28		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	214.092,45		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	42.964,00		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	42.964,00		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	25.710,49		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	25.710,49		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.959.515,62
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.959.515,62	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	565,00		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	565,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	824.629,41		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos	273.338,04		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	1.265,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	876,90		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	899,90		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	179,70		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	2.187,19		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	93.413,37		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	2.524,66		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	831,00		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	4.307,40		
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	129,00		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	10.140,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veiculos	112.638,95		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	873,08		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	6.299,22		
3.3.90.30.51.00.00.00	Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo	314.726,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	299,00		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	299,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	6.792,00		
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	2.340,00		
3.3.90.36.07.00.00.00	Estagiários	4.452,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	2.081.954,28		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	29.233,07		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	583,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veiculos	56.472,61		
3.3.90.39.21.00.00.00	Manutenção e Conservação de Estradas e Vias	514.073,90		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	52.880,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	992.295,86		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	3.800,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	475,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	552,36		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	156,18		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	33.486,96		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	397.945,34		

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 9

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Órgão: 06 - SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS

Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	6.514,00		
3.3.90.40.04.00.00.00	Comunicação de dados	6.400,00		
3.3.90.40.09.00.00.00	Manutenção e conservação de equipamentos de TIC	114,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	20.363,68		
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	17.994,53		
3.3.90.47.15.00.00.00	Multas	1.901,15		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	468,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	18.398,25		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	18.398,25		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			1.355.110,26
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			1.334.631,02
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		1.334.631,02	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações	429.887,02		
4.4.90.51.07.00.00.00	Reforma	25.225,89		
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	404.661,13		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	904.744,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	9.824,00		
4.4.90.52.40.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	542.700,00		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	301.000,00		
4.4.90.52.99.00.00.00	Outros Equipamentos e Material Permanente	51.220,00		
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS		20.479,24	20.479,24
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	20.479,24		
4.5.90.61.00.00.00.00	Aquisição de Imóveis	20.479,24		
4.5.90.61.03.00.00.00	Terrenos			
Total da Unidade:				6.015.447,75
Total do Órgão:				6.015.447,75

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 10

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Órgão: 07 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			276.701,09
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			152.512,55
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		152.512,55	
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	81.352,93		
3.1.90.04.04.00.00.00	Obrigações Patronais	17.896,31		
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	63.456,62		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	49.919,93		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	21.239,69		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	4.383,35		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	16.856,34		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			124.188,54
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		25.000,00	
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvencoes Sociais	25.000,00		
3.3.50.43.99.00.00.00	Outras Subvenções Sociais	25.000,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		99.188,54	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	1.050,00		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	1.050,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	16.186,54		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	987,58		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	492,00		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	140,50		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	119,40		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	59,80		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	3.031,00		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	761,00		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	1.132,76		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	25,00		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	119,00		
3.3.90.30.29.00.00.00	Material para Áudio, Vídeo e Foto	574,50		
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	499,00		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	145,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	8.100,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	81.952,00		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	8.300,00		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	490,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	310,00		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	200,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	72.652,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			3.588,90
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			3.588,90
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.588,90	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	3.588,90		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	3.588,90		
Total da Unidade:				280.289,99
Total do Órgão:				280.289,99

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 11

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Órgão: 08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.533.977,50
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.005.465,47
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		13.335,56	
3.1.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	13.335,56		
3.1.71.70.01.00.00.00	Participação em Consórcios Públicos	13.335,56		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		992.129,91	
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	42.012,56		
3.1.90.04.04.00.00.00	Obrigações Patronais	9.800,07		
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	32.212,49		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	663.004,35		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	211.791,76		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	47.828,75		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	163.963,01		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	70.365,98		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	70.365,98		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizações Restituições Trabalhistas	4.955,26		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	4.955,26		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			528.512,03
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu		20.000,00	
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvenções Sociais	20.000,00		
3.3.50.43.99.00.00.00	Outras Subvenções Sociais	20.000,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		7.556,82	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	7.556,82		
3.3.71.70.01.00.00.00	Participação em Consórcios Públicos	7.556,82		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		500.955,21	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	0,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	362.824,85		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	198.017,90		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	75,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	863,78		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	9.104,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	978,41		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	1.384,30		
3.3.90.30.18.00.00.00	Materiais e Medicamentos p/uso Veterinário	4.990,75		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	5.500,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	27,00		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienezação	263,92		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	348,00		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	7.141,10		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	4.000,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	1.489,23		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	159,23		
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	127,90		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	9.302,38		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	106.061,18		
3.3.90.30.40.00.00.00	Material Biológico	4.016,30		
3.3.90.30.41.00.00.00	Material para Utilização em Gráfica	3.200,00		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	1.573,47		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	4.201,00		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiações Culturais, Artist. Cientif. Despor. e Out	288,00		
3.3.90.31.99.00.00.00	Outras Premiações	288,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomoção	900,00		
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas com Locomoção	900,00		

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 12

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Órgão: 08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	7.800,00		
3.3.90.35.01.00.00.00	Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	7.800,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	128.076,08		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	946,50		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	1.240,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	42.166,15		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	18.124,50		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	2.049,37		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	315,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	279,26		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	62.955,30		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	495,00		
3.3.90.40.09.00.00.00	Manutenção e conservação de equipamentos de TIC	495,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	571,28		
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	571,28		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			33.022,56
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			33.022,56
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		1.333,56	
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	1.333,56		
4.4.71.70.01.00.00.00	Participação em Consórcios Públicos			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas		31.689,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	31.689,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	1.449,00		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	729,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	6.761,00		
4.4.90.52.40.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	22.750,00		
Total da Unidade:				1.567.000,06
Total do Órgão:				1.567.000,06

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 13

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Órgão: 09 - SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			705.911,84
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			59.555,38
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		6.325,46	
3.1.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	6.325,46		
3.1.71.70.01.00.00.00	Participação em Consórcios Públicos	6.325,46		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		53.229,92	
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	40.387,51		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	12.842,41		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	3.275,91		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	9.566,50		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			646.356,46
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		15.111,37	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15.111,37		
3.3.71.70.01.00.00.00	Participação em Consórcios Públicos	15.111,37		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		631.245,09	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diárias - Civil	1.986,25		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	1.986,25		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	23.893,66		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	1.920,90		
3.3.90.30.09.00.00.00	Material Farmacológico	590,60		
3.3.90.30.15.00.00.00	Material para Festividades e Homenagens	1.209,90		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	636,00		
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	370,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	1.378,26		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	14.308,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	3.480,00		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiacoes Culturais, Artist, Cientif, Despor. e Out	1.258,00		
3.3.90.31.01.00.00.00	Premiações Culturais	1.258,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	2.386,51		
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	2.386,51		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	980,00		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	980,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	598.983,28		
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	10.000,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	560,00		
3.3.90.39.25.00.00.00	Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins	14.800,00		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	7.998,00		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	500,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	11.760,20		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	1.799,00		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	11.025,00		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	5.000,00		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	500,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	535.041,08		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigações Tributárias e Contributivas	1.757,39		
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	1.561,39		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	196,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			3.118,53
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			3.118,53
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		3.118,53	
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	3.118,53		

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 14

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Órgão: 09 - SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.71.70.01.00.00.00	Participação em Consórcios Públicos	3.118,53		
Total da Unidade:				709.030,37
Total do Órgão:				709.030,37

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 15

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Órgão: 10 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			2.500,00
3.3.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			2.500,00
3.3.90.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.500,00	
3.3.90.39.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	2.500,00		
3.3.90.39.81.00.00	Serviços Bancários	2.500,00		
Total da Unidade:				2.500,00
Total do Órgão:				2.500,00

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 16

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Órgão: 11 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			305.173,15
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			66.256,79
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		66.256,79	
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	5.676,98		
3.1.90.04.04.00.00.00	Obrigações Patronais	2.812,39		
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	2.864,59		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	49.179,72		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	5.943,75		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	5.943,75		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	5.456,34		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	5.456,34		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			238.916,36
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		70.688,54	
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvencoes Sociais	70.688,54		
3.3.50.43.99.00.00.00	Outras Subvenções Sociais	70.688,54		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		168.227,82	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	665,00		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	665,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	35.852,18		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos	4.204,20		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	900,78		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	14.345,58		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	308,72		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	250,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	105,00		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	117,50		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	4.220,00		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	2.488,40		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	159,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veiculos	233,00		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	540,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	7.980,00		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiacoes Culturais, Artist.Cientif.Despor. e Out	12.002,80		
3.3.90.31.04.00.00.00	Premiações Desportivas	12.002,80		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	1.750,00		
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas com Locomoção	1.750,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	117.587,59		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veiculos	263,40		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veiculos	44,99		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	162,00		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Video e Foto	1.340,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	1.412,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	35,20		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica	114.330,00		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	230,00		
3.3.90.40.04.00.00.00	Comunicação de dados	230,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	140,25		
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	140,25		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			310.060,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			310.060,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		310.060,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	310.060,00		
4.4.90.52.10.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões	40.780,00		

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 17

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Órgão: 11 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	6.280,00		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	263.000,00		
Total da Unidade:				615.233,15
Total do Órgão:				615.233,15

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 18

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Órgão: 24 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO

Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			216.200,25
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			216.200,25
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal		40.240,72	
3.3.30.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	1.436,47		
3.3.30.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	1.436,47		
3.3.30.81.00.00.00.00	Distribuicao Constitucional ou Legal de Receitas	38.804,25		
3.3.30.81.07.00.00.00	Participação do Estado - Multas de Trânsito	38.804,25		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		175.959,53	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	115.453,64		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos	10.333,34		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	1.450,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	823,63		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	1.562,15		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	1.718,11		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	10,00		
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	305,90		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	29,55		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	2.295,26		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	6.180,00		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	1.437,59		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	894,40		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	3.068,20		
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	5.086,60		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veiculos	21.747,67		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	180,00		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	58.331,24		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	60.041,89		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	18.593,82		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veiculos	658,50		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	1.700,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veiculos	8.047,06		
3.3.90.39.21.00.00.00	Manutenção e Conservação de Estradas e Vias	12.828,96		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	796,10		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	472,40		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	16.246,05		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	699,00		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	464,00		
3.3.90.40.09.00.00.00	Manutenção e conservação de equipamentos de TIC	464,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			5.222,14
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			5.222,14
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		5.222,14	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	5.222,14		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensilios Domésticos	2.440,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	1.783,14		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	999,00		
Total da Unidade:				221.422,39
Total do Órgão:				221.422,39
Total da Entidade:				14.059.386,18

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 19

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUIZ ALVES

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			9.011.106,94
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			4.113.637,12
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		7.370,00	
3.1.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	7.370,00		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		4.106.267,12	
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	1.316.200,61		
3.1.90.04.04.00.00.00	Obrigações Patronais	319.446,17		
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	996.754,44		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	1.842.246,04		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigações Patronais	625.547,27		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	154.516,80		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	471.030,47		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	299.255,76		
3.1.90.16.01.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	187.002,22		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	112.253,54		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	23.017,44		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	23.017,44		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			4.897.469,82
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		2.324.260,46	
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvencoes Sociais	2.324.260,46		
3.3.50.43.99.00.00.00	Outras Subvenções Sociais	2.324.260,46		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		3.350,00	
3.3.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	3.350,00		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		2.504.859,36	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	51.965,87		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	51.965,87		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	460.893,46		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	161.761,64		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	12.157,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	11.703,06		
3.3.90.30.09.00.00.00	Material Farmacológico	578,27		
3.3.90.30.10.00.00.00	Material Odontológico	50.876,48		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	80,00		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	3.772,29		
3.3.90.30.15.00.00.00	Material para Festividades e Homenagens	720,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	6.744,75		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	14.328,90		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	440,51		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	1.467,22		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	14.142,28		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	11.626,00		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	57.820,70		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	6.309,40		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	10.133,21		
3.3.90.30.27.00.00.00	Material de Manobra e Patrulhamento	520,42		
3.3.90.30.29.00.00.00	Material para Áudio, Vídeo e Foto	483,30		
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	923,37		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	250,00		
3.3.90.30.35.00.00.00	Material Laboratorial	320,79		
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	43.586,79		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	29.145,17		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	220,50		
3.3.90.30.43.00.00.00	Material para Reabilitação Profissional	1.535,60		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 20

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUIZ ALVES

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	5.190,90		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	540,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	13.514,91		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	373.537,74		
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	328.814,01		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	44.723,73		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	3.871,32		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	3.871,32		
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	7.920,00		
3.3.90.35.01.00.00.00	Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	7.920,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	12.867,28		
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	800,00		
3.3.90.36.07.00.00.00	Estagiários	12.067,28		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.355.922,02		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	5.770,00		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	17.840,00		
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	7.890,00		
3.3.90.39.14.00.00.00	Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas Intang	670,00		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	798,92		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	79.820,35		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	25.588,28		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	20.998,23		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	160,00		
3.3.90.39.22.00.00.00	Exposições, Congressos e Conferências	120,00		
3.3.90.39.25.00.00.00	Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins	5.580,00		
3.3.90.39.27.00.00.00	Locação de Veiculos Para Locomoção	7.950,00		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	46.200,00		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	11.939,00		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	46.500,00		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	2.250,00		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	760,00		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	851.082,94		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	490,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	2.269,20		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	7.156,68		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	1.133,32		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	476,09		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	4.498,00		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	8.575,35		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	750,00		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	19.023,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	179.632,66		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	100.520,80		
3.3.90.40.04.00.00.00	Comunicação de dados	17.458,80		
3.3.90.40.07.00.00.00	Suporte de infraestrutura de TIC	74.840,00		
3.3.90.40.09.00.00.00	Manutenção e conservação de equipamentos de TIC	672,00		
3.3.90.40.99.00.00.00	Outros serviços de tecn. da informação e comun.	7.550,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	2.539,57		
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	1.279,71		
3.3.90.47.15.00.00.00	Multas	892,17		
3.3.90.47.16.00.00.00	Juros	167,69		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	200,00		
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	59.200,00		

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 21

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.48.01.00.00.00	Auxílio Financeiro a Pessoas Físicas	59.200,00		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	48.406,75		
3.3.90.92.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	48.406,75		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizações e Restituições	27.214,55		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	27.214,55		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		65.000,00	
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	65.000,00		
3.3.93.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	65.000,00		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			452.555,46
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			452.555,46
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		134,00	
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público			
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicações Diretas	134,00		
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalações			
4.4.90.51.92.00.00.00	Instalações Incorporáveis ou Inerentes ao Imóvel			
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas		452.421,46	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	98.016,06		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	5.200,00		
4.4.90.52.08.00.00.00	Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	92.816,06		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	354.405,40		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	575,40		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	278.958,00		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	8.270,00		
		17.824,00		
		778,00		
		48.000,00		

Total da Unidade: 9.463.662,40

Total do Órgão: 9.463.662,40

Total da Entidade: 9.463.662,40

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 22

Entidade : FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUIZ ALVES

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.266.216,97
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			836.604,09
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		836.604,09	
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	125.780,09		
3.1.90.04.04.00.00.00	Obrigações Patronais	29.696,73		
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	96.083,36		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	480.179,18		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	152.910,42		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	28.240,65		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	124.669,77		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	75.170,26		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	75.170,26		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	2.564,14		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	2.564,14		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			429.612,88
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		429.612,88	
3.3.90.08.00.00.00.00	Outros Benefícios Assistenciais	7.632,00		
3.3.90.08.01.00.00.00	Auxilio-Funeral	7.632,00		
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	18.400,00		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	18.400,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	104.708,74		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos	26.618,07		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	375,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	25.567,89		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	40,40		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	3.860,93		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	3.009,58		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	180,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	1.561,13		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higieneização	5.694,13		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	805,00		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	21.911,09		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	8.525,32		
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	2.057,70		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veiculos	980,60		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	1.501,60		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	540,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	1.480,30		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	49.303,86		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	1.664,64		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	47.639,22		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	2.484,52		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	2.484,52		
3.3.90.35.00.00.00.00	Servicos de Consultoria	7.920,00		
3.3.90.35.01.00.00.00	Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	7.920,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	9.370,00		
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	250,00		
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	9.120,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	206.153,33		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	1.870,00		
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	6.080,00		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	7.986,60		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veiculos	635,63		

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 23

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUIZ ALVES

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	29.098,30		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	880,98		
3.3.90.39.22.00.00.00	Exposições, Congressos e Conferências	4.070,00		
3.3.90.39.25.00.00.00	Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins	1.675,00		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	20.569,58		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	1.750,00		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	500,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	690,80		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	2.713,26		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	295,26		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	85,13		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	2.855,30		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	220,00		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	1.923,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	122.254,49		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	11.040,84		
3.3.90.40.04.00.00.00	Comunicação de dados	4.000,00		
3.3.90.40.09.00.00.00	Manutenção e conservação de equipamentos de TIC	3.040,84		
3.3.90.40.99.00.00.00	Outros serviços de tecn. da informação e comun.	4.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	525,94		
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	475,94		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	50,00		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	12.073,65		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	12.073,65		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			51.653,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			51.653,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		51.653,00	
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	51.653,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensilios Domésticos	11.044,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	14.441,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	26.168,00		
Total da Unidade:				1.317.869,97
Total do Órgão:				1.317.869,97
Total da Entidade:				1.317.869,97

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 24

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNIC. DA INFANCIA E DA ADOLESC. LUIZ ALVES

Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			86.558,19
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			86.558,19
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas			
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	1.920,00		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	1.920,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	902,33		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	392,48		
3.3.90.30.15.00.00.00	Material para Festividades e Homenagens	225,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	135,00		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	29,85		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	120,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	83.735,86		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	6.000,00		
3.3.90.39.22.00.00.00	Exposições, Congressos e Conferências	600,00		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	1.001,35		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	87,00		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	250,00		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	494,91		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	75.302,60		

Total da Unidade: 86.558,19

Total do Órgão: 86.558,19

Total da Entidade: 86.558,19

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 25

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

Órgão: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			1.133.866,59
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			1.072.965,27
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		1.072.965,27	
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensoes	27.490,09		
3.1.90.03.01.00.00.00	Civis	27.490,09		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	817.036,09		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	817.036,09		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	228.439,09		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	6.579,83		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	221.859,26		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			60.901,32
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		60.901,32	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	4.592,76		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	270,00		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	3.500,20		
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	822,56		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	12.448,00		
3.3.90.36.07.00.00.00	Estagiários	11.448,00		
3.3.90.36.25.00.00.00	Serviços de Limpeza e Conservação	1.000,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	6.064,85		
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	475,00		
3.3.90.39.23.00.00.00	Festividades e Homenagens	4.874,20		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	199,50		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	244,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	262,00		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	10,15		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	37.795,71		
3.3.90.40.01.00.00.00	Locação de equipamentos e softwares	16.167,92		
3.3.90.40.02.00.00.00	Desenvolvimento e manutenção de software	15.419,85		
3.3.90.40.03.00.00.00	Hospedagem de sistemas	2.398,80		
3.3.90.40.05.00.00.00	Serviços de telefonia fixa e móvel	1.692,29		
3.3.90.40.15.00.00.00	Conteúdo de web	2.116,85		
Total da Unidade:				1.133.866,59
Total do Órgão:				1.133.866,59
Total da Entidade:				1.133.866,59

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 26

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL LUIZ ALVES

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			221.590,62
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			188.646,54
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		188.646,54	
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	17.332,41		
3.1.90.04.04.00.00.00	Obrigações Patronais	3.534,46		
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	13.797,95		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	128.710,75		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	37.894,92		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	9.885,69		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	28.009,23		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	1.994,31		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	1.994,31		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	2.714,15		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	2.714,15		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			32.944,08
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		32.944,08	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	2.995,00		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	2.995,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	7.880,10		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	6.368,60		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	121,80		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	86,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	1.303,70		
3.3.90.35.00.00.00.00	Servicos de Consultoria	7.920,00		
3.3.90.35.01.00.00.00	Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	7.920,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	13.849,05		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	6.000,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	1.969,25		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	200,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	442,50		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	455,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	45,55		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	2.573,15		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	1.956,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	207,60		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	299,93		
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	299,93		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			999.950,00
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			999.950,00
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		999.950,00	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	999.950,00		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	999.950,00		

Total da Unidade: 1.221.540,62

Total do Órgão: 1.221.540,62

Total da Entidade: 1.221.540,62



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 27

Entidade : FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO LUIZ ALVES

Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			11.545.720,15
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			7.694.644,95
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		7.694.644,95	
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	1.999.192,79		
3.1.90.04.01.00.00.00	Professores Substitutos	732,80		
3.1.90.04.04.00.00.00	Obrigações Patronais	461.862,83		
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	1.536.597,16		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	4.108.465,07		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	1.353.235,36		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	335.250,95		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	1.017.984,41		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	131.732,75		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	131.732,75		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	102.018,98		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	102.018,98		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			3.851.075,20
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.851.075,20	
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	11.775,00		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	11.775,00		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	1.128.760,00		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	221.657,24		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	26.040,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	464.894,98		
3.3.90.30.15.00.00.00	Material para Festividades e Homenagens	810,00		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	29.105,50		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	1.635,05		
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	890,00		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienezação	35.969,74		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	125.782,25		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	23.852,60		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	4.232,00		
3.3.90.30.29.00.00.00	Material para Áudio, Vídeo e Foto	450,00		
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	678,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veiculos	174.325,64		
3.3.90.30.46.00.00.00	Material Bibliográfico não Imobilizável	3.642,00		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insignias	2.554,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	12.241,00		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiacoes Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out	3.500,00		
3.3.90.31.99.00.00.00	Outras Premiações	3.500,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	21.751,00		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	21.751,00		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	4.241,24		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	4.241,24		
3.3.90.35.00.00.00.00	Servicos de Consultoria	17.420,00		
3.3.90.35.01.00.00.00	Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	17.420,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	2.597.011,49		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	38.004,00		
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	14.400,00		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	33.600,00		
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	7.400,00		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	32.939,20		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	5.126,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veiculos	74.595,00		

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 28

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO LUIZ ALVES

Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	80,00		
3.3.90.39.22.00.00.00	Exposições, Congressos e Conferências	2.111,00		
3.3.90.39.26.00.00.00	Serviços de Transporte Escolar	1.955.166,48		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	4.381,60		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	105.746,67		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	20.039,48		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	490,00		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	5.886,10		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	4.964,13		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	156,18		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	5.500,00		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	3.147,31		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	5.094,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	278.184,34		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	37.014,60		
3.3.90.40.04.00.00.00	Comunicação de dados	29.014,60		
3.3.90.40.99.00.00.00	Outros serviços de tecn. da informação e comun.	8.000,00		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	3.070,58		
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	3.068,04		
3.3.90.47.15.00.00.00	Multas	2,54		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercicios Anteriores	25.656,21		
3.3.90.92.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	25.656,21		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	875,08		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	875,08		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			3.065.477,34
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			3.065.477,34
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		3.065.477,34	
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	2.935.647,34		
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	2.935.647,34		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	129.830,00		
4.4.90.52.10.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões	53.600,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	3.147,00		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	2.438,00		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	21.265,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	1.890,00		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	47.490,00		

Total da Unidade: 14.611.197,49

Total do Órgão: 14.611.197,49

Total da Entidade: 14.611.197,49



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Natureza da Despesa segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2

Página 29

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL SANEAMENTO BASICO LUIZ ALVES

Órgão: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			419.056,67
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			419.056,67
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		202.984,07	
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	137.710,20		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	83.384,55		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	499,71		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	3.316,75		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	1.536,00		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	48.973,19		
3.3.90.35.00.00.00.00	Serviços de Consultoria	7.920,00		
3.3.90.35.01.00.00.00	Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	7.920,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	57.191,09		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	15.000,00		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	6.000,00		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	26.228,53		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	9.460,00		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	94,96		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	200,00		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	207,60		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	162,78		
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	162,78		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		216.072,60	
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	216.072,60		
3.3.93.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	216.072,60		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			156.504,36
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			156.504,36
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		156.504,36	
4.4.71.42.00.00.00.00	Auxílios	156.504,36		
Total da Unidade:				575.561,03
Total do Órgão:				575.561,03
Total da Entidade:				575.561,03
TOTAL GERAL:				42.469.642,47

Luiz Alves, 26/03/2019

MARCOS PEDRO VEBER
 Prefeito Municipal de Luiz Alves

FERNANDA CAIRE
 Contadora CRC/SC 030.072/O-8

ADILSON BALSANELLI
 Contador CRC/SC 029.772/O-3

ADRIANA TERESINHA SCHMITZ ZIMMERMA
 Secretária de Finanças

ROSANA HERMES
 Coordenadora de Controle Interno

ANEXO 02 - RECEITA - CATEGORIA ECONÔMICA

Publicação Nº 1968999

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 1

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.0.0.0.0.00.0.0.00.00.00	RECEITAS			43.594.935,75
4.1.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas Correntes			38.931.806,94
4.1.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		3.499.916,50	
4.1.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Impostos		2.634.298,02	
4.1.1.1.3.00.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natur	431.575,65		
4.1.1.1.3.01.0.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF	2.292,75		
4.1.1.1.3.01.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF	2.292,75		
4.1.1.1.3.01.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - I	2.292,75		
4.1.1.1.3.01.1.1.01.00.00	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF	58,41		
4.1.1.1.3.01.1.1.02.00.00	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF	15,06		
4.1.1.1.3.01.1.1.03.00.00	Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF	2.219,28		
4.1.1.1.3.02.0.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Li	8.659,99		
4.1.1.1.3.02.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - I	8.659,99		
4.1.1.1.3.02.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ	8.659,99		
4.1.1.1.3.02.1.1.01.00.00	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRP	1.991,61		
4.1.1.1.3.02.1.1.02.00.00	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRP	829,86		
4.1.1.1.3.02.1.1.03.00.00	Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRP	5.838,52		
4.1.1.1.3.03.0.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	420.622,91		
4.1.1.1.3.03.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	412.383,55		
4.1.1.1.3.03.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalh	412.383,55		
4.1.1.1.3.03.1.1.01.00.00	Imposto sobre a Renda - RF - Trabalho - Príncipe	23.752,47		
4.1.1.1.3.03.1.1.02.00.00	Imposto sobre a Renda - RF - Trabalho - Príncipe	1.809,03		
4.1.1.1.3.03.1.1.03.00.00	Imposto sobre a Renda - RF - Trabalho - Príncipe	386.822,05		
4.1.1.1.3.03.4.0.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros R	8.239,36		
4.1.1.1.3.03.4.1.00.00.00	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros	8.239,36		
4.1.1.1.3.03.4.1.01.00.00	Imposto sobre a Renda - RF - Outros Rendiment	4.943,58		
4.1.1.1.3.03.4.1.02.00.00	Imposto sobre a Renda - RF - Outros Rendiment	2.059,86		
4.1.1.1.3.03.4.1.03.00.00	Imposto sobre a Renda - RF - Outros Rendiment	1.235,92		
4.1.1.1.8.00.0.0.00.00.00	Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	2.202.722,37		
4.1.1.1.8.01.0.0.00.00.00	Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municip	1.390.066,98		
4.1.1.1.8.01.1.0.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urb	1.144.588,47		
4.1.1.1.8.01.1.1.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial U	1.007.145,06		
4.1.1.1.8.01.1.1.01.00.00	IPTU - Principal - Outros	728.723,32		
9.1.1.1.8.01.1.1.01.00.00	(R) IPTU - Outros	-124.434,42		
4.1.1.1.8.01.1.1.02.00.00	IPTU - Principal - Educação	303.632,95		
9.1.1.1.8.01.1.1.02.00.00	(R) IPTU - Educação	-51.847,53		
4.1.1.1.8.01.1.1.03.00.00	IPTU - Principal - Saúde	182.179,11		
9.1.1.1.8.01.1.1.03.00.00	(R) IPTU - Saúde	-31.108,37		
4.1.1.1.8.01.1.2.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial U	2.883,97		
4.1.1.1.8.01.1.2.01.00.00	IPTU - Multas e Juros - Outros	1.732,09		
9.1.1.1.8.01.1.2.01.00.00	(R) Dedução IPTU - Multas e Juros - Outros	-0,97		
4.1.1.1.8.01.1.2.02.00.00	IPTU - Multas e Juros - Educação	721,01		
9.1.1.1.8.01.1.2.02.00.00	(R) Dedução IPTU - Multas e Juros - Educação	-0,35		
4.1.1.1.8.01.1.2.03.00.00	IPTU - Multas e Juros - Saúde	432,38		
9.1.1.1.8.01.1.2.03.00.00	(R) Dedução IPTU - Multas e Juros - Saúde	-0,19		
4.1.1.1.8.01.1.3.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial U	109.396,99		
4.1.1.1.8.01.1.3.01.00.00	IPTU - Dívida Ativa - Outros	65.646,47		
9.1.1.1.8.01.1.3.01.00.00	Dedução de IPTU - Dívida Ativa - Outros	-7,20		
4.1.1.1.8.01.1.3.02.00.00	IPTU - Dívida Ativa - Educação	27.351,87		
9.1.1.1.8.01.1.3.02.00.00	Dedução de IPTU - Dívida Ativa - Educação	-2,99		
4.1.1.1.8.01.1.3.03.00.00	IPTU - Dívida Ativa - Saúde	16.410,63		
9.1.1.1.8.01.1.3.03.00.00	Dedução de IPTU - Dívida Ativa - Saúde	-1,79		
4.1.1.1.8.01.1.4.00.00.00	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial U	25.162,45		
4.1.1.1.8.01.1.4.01.00.00	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - Outros	15.100,21		
9.1.1.1.8.01.1.4.01.00.00	Dedução IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - C	-1,65		
4.1.1.1.8.01.1.4.02.00.00	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - Educação	6.290,88		
9.1.1.1.8.01.1.4.02.00.00	Dedução IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - E	-0,67		
4.1.1.1.8.01.1.4.03.00.00	IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - Saúde	3.774,07		
9.1.1.1.8.01.1.4.03.00.00	Dedução IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - S	-0,39		
4.1.1.1.8.01.4.0.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Im	245.478,51		
4.1.1.1.8.01.4.1.00.00.00	Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Im	245.478,51		
4.1.1.1.8.01.4.1.01.00.00	ITBI - Principal - Outros	147.287,11		

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE LUIZ ALVES**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.1.1.8.01.4.1.02.00.00	ITBI - Principal - Educação	61.369,62		
4.1.1.1.8.01.4.1.03.00.00	ITBI - Principal - Saúde	36.821,78		
4.1.1.1.8.02.0.0.00.00.00	Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias	812.655,39		
4.1.1.1.8.02.3.0.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	812.655,39		
4.1.1.1.8.02.3.1.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Pr	794.037,44		
4.1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	ISSQN - Principal - Outros	583.027,88		
9.1.1.1.8.02.3.1.01.00.00	(R) ISSQN - Principal - Outros	-2.807,39		
4.1.1.1.8.02.3.1.02.00.00	ISSQN - Principal - Educação	134.805,55		
9.1.1.1.8.02.3.1.02.00.00	(R) ISSQN - Principal - Educação	-1.169,70		
4.1.1.1.8.02.3.1.03.00.00	ISSQN - Principal - Saúde	80.882,92		
9.1.1.1.8.02.3.1.03.00.00	(R) ISSQN - Principal - Saúde	-701,82		
4.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - M	1.252,44		
9.1.1.1.8.02.3.2.00.00.00	(R) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza -	-3,71		
4.1.1.1.8.02.3.2.01.00.00	ISSQN - Multas e Juros - Outros	751,79		
4.1.1.1.8.02.3.2.02.00.00	ISSQN - Multas e Juros - Educação	312,98		
4.1.1.1.8.02.3.2.03.00.00	ISSQN - Multas e Juros - Saúde	187,67		
4.1.1.1.8.02.3.3.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Di	14.081,70		
4.1.1.1.8.02.3.3.01.00.00	ISSQN - Dívida Ativa - Outros	8.452,74		
9.1.1.1.8.02.3.3.01.00.00	Dedução de ISSQN - Dívida Ativa - Outros	-3,57		
4.1.1.1.8.02.3.3.02.00.00	ISSQN - Dívida Ativa - Educação	3.521,83		
9.1.1.1.8.02.3.3.02.00.00	Dedução de ISSQN - Dívida Ativa - Educação	-1,48		
4.1.1.1.8.02.3.3.03.00.00	ISSQN - Dívida Ativa - Saúde	2.113,06		
9.1.1.1.8.02.3.3.03.00.00	Dedução de ISSQN - Dívida Ativa - Saúde	-0,88		
4.1.1.1.8.02.3.4.00.00.00	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Di	3.287,52		
4.1.1.1.8.02.3.4.01.00.00	ISSQN - Dívida Ativa - Multas e Juros - Outros	1.973,96		
9.1.1.1.8.02.3.4.01.00.00	Dedução de ISSQN - Multas e Juros - Outros	-1,23		
4.1.1.1.8.02.3.4.02.00.00	ISSQN - Dívida Ativa - Multas e Juros - Educação	822,34		
9.1.1.1.8.02.3.4.02.00.00	Dedução de ISSQN - Multas e Juros - Educação	-0,51		
4.1.1.1.8.02.3.4.03.00.00	ISSQN - Dívida Ativa - Multas e Juros - Saúde	493,26		
9.1.1.1.8.02.3.4.03.00.00	Dedução de ISSQN - Multas e Juros - Saúde	-0,30		
4.1.1.2.0.00.0.0.00.00.00	Taxas		864.143,50	
4.1.1.2.1.00.0.0.00.00.00	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	316.249,65		
4.1.1.2.1.01.0.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	316.249,65		
4.1.1.2.1.01.1.0.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	316.249,65		
4.1.1.2.1.01.1.1.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Princ	251.506,19		
4.1.1.2.1.01.1.1.01.00.00	Taxa de Vigilância Sanitária - Principal	19.485,03		
9.1.1.2.1.01.1.1.01.00.00	Dedução Taxas de Vigilância Sanitária - Principal	-6,34		
4.1.1.2.1.01.1.1.02.00.00	Taxa de Funcionamento Estab. Com/Ind/Serviços	199.351,39		
9.1.1.2.1.01.1.1.02.00.00	Dedução Taxa de Funcionamento Estab. Com/In	-76,29		
4.1.1.2.1.01.1.1.04.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras	32.752,40		
4.1.1.2.1.01.1.2.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multa	4.714,68		
4.1.1.2.1.01.1.2.01.00.00	Taxas de Vigilância Sanitária - Multas e Juros	23,25		
9.1.1.2.1.01.1.2.01.00.00	Dedução Taxas de Vigilância Sanitária - Multas e	-0,20		
4.1.1.2.1.01.1.2.02.00.00	Taxas de Funcionamento Estab. Com/Ind/Serv - I	4.493,75		
9.1.1.2.1.01.1.2.02.00.00	Dedução Taxas de Funcionamento Estab. Com/I	-2,36		
4.1.1.2.1.01.1.2.04.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras - Multa	200,24		
4.1.1.2.1.01.1.3.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Divid	49.473,52		
4.1.1.2.1.01.1.3.01.00.00	Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Div	1.647,02		
4.1.1.2.1.01.1.3.02.00.00	Taxa de Funcionamento Estab. Com/Ind/Serv - D	44.913,99		
9.1.1.2.1.01.1.3.02.00.00	Dedução Taxa de Funcionamento Estab. Com/In	-2,64		
4.1.1.2.1.01.1.3.04.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras - Divid	2.915,15		
4.1.1.2.1.01.1.4.00.00.00	Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Divid	10.555,26		
4.1.1.2.1.01.1.4.01.00.00	Taxa de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa - Multa	264,07		
4.1.1.2.1.01.1.4.02.00.00	Taxa de Funcionamento Estab. Com/Ind/Serv. - C	9.763,68		
9.1.1.2.1.01.1.4.02.00.00	Dedução Taxa de Funcionamento Estab. Com/In	-0,42		
4.1.1.2.1.01.1.4.04.00.00	Taxa de Licença para Execução de Obras - Divid	527,93		
4.1.1.2.2.00.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	547.893,85		
4.1.1.2.2.01.0.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	547.893,85		
4.1.1.2.2.01.1.0.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços	547.893,85		
4.1.1.2.2.01.1.1.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	458.948,28		
4.1.1.2.2.01.1.1.01.00.00	Taxa de Coleta de Lixo - Principal	328.836,46		
9.1.1.2.2.01.1.1.01.00.00	Dedução Taxa de Coleta de Lixo - Principal	-23.645,19		
4.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Taxa de Limpeza Pública - Principal	20.156,75		

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE LUIZ ALVES**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 3

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
9.1.1.2.2.01.1.1.02.00.00	Dedução Taxa de Limpeza Pública - Principal	-0,42		
4.1.1.2.2.01.1.1.04.00.00	Taxa de Coleta de Lixo - Zona Rural - Principal	58.632,13		
9.1.1.2.2.01.1.1.04.00.00	Dedução Taxa de Coleta de Lixo - Zona Rural - P	-4.260,62		
4.1.1.2.2.01.1.1.99.00.00	Outras Taxas pela Prestação de Serviços - Princi	79.243,33		
9.1.1.2.2.01.1.1.99.00.00	Dedução Outras Taxas pela Prestação de Serviç	-14,16		
4.1.1.2.2.01.1.2.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros	2.436,22		
4.1.1.2.2.01.1.2.01.00.00	Taxa de Coleta de Lixo - Multas e Juros	1.318,31		
9.1.1.2.2.01.1.2.01.00.00	Dedução Taxa de Coleta de Lixo - Multas e Juros	-1,56		
4.1.1.2.2.01.1.2.02.00.00	Taxa de Limpeza Pública - Multas e Juros	53,61		
9.1.1.2.2.01.1.2.02.00.00	Dedução Taxa de Limpeza Pública - Multas e Jur	-0,09		
4.1.1.2.2.01.1.2.04.00.00	Taxa de Coleta de Lixo - Zona Rural - Multas e Ju	185,84		
9.1.1.2.2.01.1.2.04.00.00	Dedução Taxa de Coleta de Lixo - Zona Rural - M	-0,56		
4.1.1.2.2.01.1.2.99.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços - Multas	881,33		
9.1.1.2.2.01.1.2.99.00.00	Dedução Outras Taxas de Prestação de Serviços	-0,66		
4.1.1.2.2.01.1.3.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	71.841,53		
4.1.1.2.2.01.1.3.01.00.00	Taxa de Coleta de Lixo - Dívida Ativa	47.692,57		
9.1.1.2.2.01.1.3.01.00.00	Dedução Taxa de Coleta de Lixo - Dívida Ativa	-1,06		
4.1.1.2.2.01.1.3.02.00.00	Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa	5.050,27		
9.1.1.2.2.01.1.3.02.00.00	Dedução Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa	-0,43		
4.1.1.2.2.01.1.3.99.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços - Dívida /	19.100,39		
9.1.1.2.2.01.1.3.99.00.00	Dedução Outras Taxas de Prestação de Serviços	-0,21		
4.1.1.2.2.01.1.4.00.00.00	Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - M	14.667,82		
4.1.1.2.2.01.1.4.01.00.00	Taxa de Coleta de Lixo - Dívida Ativa - Multas e J	9.776,26		
9.1.1.2.2.01.1.4.01.00.00	Dedução Taxa de Coleta de Lixo - Dívida Ativa - I	-0,51		
4.1.1.2.2.01.1.4.02.00.00	Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa - Multas e	1.112,77		
9.1.1.2.2.01.1.4.02.00.00	Dedução Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa	-0,17		
4.1.1.2.2.01.1.4.99.00.00	Outras Taxas de Prestação de Serviços - Dívida /	3.779,61		
9.1.1.2.2.01.1.4.99.00.00	Dedução Outras Taxas de Prestação de Serviços	-0,14		
4.1.1.3.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria		1.474,98	
4.1.1.3.0.00.1.0.00.00.00	Contribuição de Melhoria	1.474,98		
4.1.1.3.0.00.1.3.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa	774,74		
4.1.1.3.0.00.1.4.00.00.00	Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa - Multas e	700,24		
4.1.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Contribuições		1.150.260,75	
4.1.2.4.0.00.0.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Púb		1.150.260,75	
4.1.2.4.0.00.1.0.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminaçã	1.150.260,75		
4.1.2.4.0.00.1.1.00.00.00	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminaç	1.150.260,75		
4.1.3.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Patrimonial		330.776,21	
4.1.3.2.0.00.0.0.00.00.00	Valores Mobiliários		255.773,71	
4.1.3.2.1.00.0.0.00.00.00	Juros e Correções Monetárias	255.773,71		
4.1.3.2.1.00.1.0.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários	255.773,71		
4.1.3.2.1.00.1.1.00.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	255.773,71		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários Vinculado	22.990,23		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.01.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Transf	4.732,98		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.02.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - PNAE:	1.313,27		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.03.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - PNATE	452,80		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.04.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Transp	16,01		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.05.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Constr	700,71		
9.1.3.2.1.00.1.1.01.05.00	Dedução de Rec. Rem. Dep. Bancários Vincule	-42,16		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.06.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Constr	875,80		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.07.00	Rem. Dep. Bancários Vinculados - FUNDEB	13.541,22		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.07.01	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - FUN	8.124,52		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.07.02	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - FUN	5.416,70		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.08.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Royalti	238,71		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.09.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Apoio i	361,06		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.10.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - PAR -	6,53		
9.1.3.2.1.00.1.1.01.10.00	Dedução de Rec. Rem. Dep. Bancários Vincule	-6,53		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.11.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Apoio I	772,64		
4.1.3.2.1.00.1.1.01.13.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Alienaç	27,19		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários Vinculado	27.006,88		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.01.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - PAB - I	15.676,55		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.06.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - PFVS:	1.534,44		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.07.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Piso Fi	2.436,57		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.10.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Assistê	63,79		

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE LUIZ ALVES**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 4

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.3.2.1.00.1.1.02.12.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Cofina	3.067,29		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.14.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Assistê	77,13		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.15.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - MAC L	851,48		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.17.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Royalti	248,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.18.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Ações	134,30		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.19.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Fundo	1.195,15		
9.1.3.2.1.00.1.1.02.19.00	Dedução Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculado	-1.195,15		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.20.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Convê	24,20		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.21.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Convê	386,81		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.22.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Prog. F	155,38		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.23.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Constr	97,81		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.24.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Estrut	711,82		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.25.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - PCD -	242,91		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.26.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Estrut	1.182,73		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.27.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Alienaç	6,59		
4.1.3.2.1.00.1.1.02.28.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Convê	109,08		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.00.00	Remuneração de Depósitos Bancários Vinculado	5.200,82		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.01.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - PBF - I	2.078,69		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.02.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - IGDBF	2.090,84		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.03.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - IGD-SI	220,17		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.05.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - PSB /	694,49		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.06.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - PSB /	29,55		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.07.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Aquisiç	80,25		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.08.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Benefi	0,05		
4.1.3.2.1.00.1.1.03.09.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Benefi	6,78		
4.1.3.2.1.00.1.1.04.00.00	Rem. Dep. Bancários Vinculados - Demais Recu	1.050,92		
4.1.3.2.1.00.1.1.04.01.00	Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Demai	1.050,92		
4.1.3.2.1.00.1.1.05.00.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - CIDE	343,14		
4.1.3.2.1.00.1.1.06.00.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - COSIP	1.032,06		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.00.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Trânsito	1.588,21		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.01.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Trânsito - Milita	295,76		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.02.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Trânsito - Civil	353,74		
4.1.3.2.1.00.1.1.07.03.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Trânsito - Prefe	938,71		
4.1.3.2.1.00.1.1.08.00.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Corpo de Bombe	4.851,35		
4.1.3.2.1.00.1.1.09.00.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Royalties	1.071,85		
4.1.3.2.1.00.1.1.09.01.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Royalties Saúdi	243,99		
4.1.3.2.1.00.1.1.09.02.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Royalties Educ	827,86		
4.1.3.2.1.00.1.1.10.00.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Apoio a Obras P	2.986,66		
4.1.3.2.1.00.1.1.11.00.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Alienação de Ben	9,03		
4.1.3.2.1.00.1.1.20.00.00	Receita de Remuneração Depósitos Banc. Vinc	19.891,41		
4.1.3.2.1.00.1.1.20.06.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Convênio 2016	1.006,21		
4.1.3.2.1.00.1.1.20.07.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Convênio 2016	581,13		
4.1.3.2.1.00.1.1.20.08.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Convênio 2016	526,79		
4.1.3.2.1.00.1.1.20.09.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Convênio 2016	920,45		
4.1.3.2.1.00.1.1.20.10.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Convênio Pavin	384,71		
9.1.3.2.1.00.1.1.20.10.00	Dedução de Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Co	-384,71		
4.1.3.2.1.00.1.1.20.11.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Convênio Pav. I	3.805,79		
4.1.3.2.1.00.1.1.20.12.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Conv. Pav. Vale	4.042,34		
4.1.3.2.1.00.1.1.20.13.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Convênio Pavin	1.397,57		
9.1.3.2.1.00.1.1.20.13.00	Dedução de Receita de Remuneração Depósi	-1.397,57		
4.1.3.2.1.00.1.1.20.14.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Convênio Pav. I	647,09		
4.1.3.2.1.00.1.1.20.15.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Convênio 2016	214,61		
4.1.3.2.1.00.1.1.20.16.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Convênio 2016	64,40		
4.1.3.2.1.00.1.1.20.17.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Convênio 2016	429,00		
4.1.3.2.1.00.1.1.20.19.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc. - Convênio Uniã	4.631,09		
4.1.3.2.1.00.1.1.20.20.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc. - Convênio 2018	6,85		
9.1.3.2.1.00.1.1.20.20.00	Ded. Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc. - Convênio	-6,85		
4.1.3.2.1.00.1.1.20.21.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc. - Convênio Uniã	2.315,48		
4.1.3.2.1.00.1.1.20.22.00	Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc. - Convênio Esta	707,03		
4.1.3.2.1.00.1.1.99.00.00	Receita de Remuneração de Depósitos Bancário	167.335,91		
4.1.3.6.0.00.0.0.00.00.00	Cessão de Direitos		75.002,50	
4.1.3.6.0.01.0.0.00.00.00	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagament	75.002,50		
4.1.3.6.0.01.1.0.00.00.00	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagame	75.002,50		

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE LUIZ ALVES**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 5

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.3.6.0.01.1.1.00.00.00	Cessão do Direito de Operacionalização de Pagam	75.002,50		
4.1.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita Agropecuária		100.518,69	
4.1.4.0.0.00.1.0.00.00.00	Receita Agropecuária	100.518,69		
4.1.4.0.0.00.1.1.00.00.00	Receita Agropecuária - Principal	89.286,00		
4.1.4.0.0.00.1.1.01.00.00	Receita da Produção Vegetal - Principal	23.991,00		
4.1.4.0.0.00.1.1.02.00.00	Receita da Produção Animal e Derivados - Princi	65.295,00		
4.1.4.0.0.00.1.2.00.00.00	Receita Agropecuária - Multas e Juros	979,66		
4.1.4.0.0.00.1.2.02.00.00	Receita da Produção Animal e Derivados - Multa	979,66		
4.1.4.0.0.00.1.3.00.00.00	Receita Agropecuária - Dívida Ativa	9.511,31		
4.1.4.0.0.00.1.3.01.00.00	Receita da Produção Vegetal - Dívida Ativa	708,24		
4.1.4.0.0.00.1.3.02.00.00	Receita da Produção Animal e Derivados - Dívid	8.803,07		
4.1.4.0.0.00.1.4.00.00.00	Receita Agropecuária - Dívida Ativa - Multas e Juro	741,72		
4.1.4.0.0.00.1.4.01.00.00	Receita da Produção Vegetal - Dívida Ativa - Mul	80,46		
4.1.4.0.0.00.1.4.02.00.00	Receita da Produção Animal e Derivados - Dívid	661,26		
4.1.6.0.0.00.0.0.00.00.00	Receita de Serviços		489.650,04	
4.1.6.1.0.00.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais		405.591,99	
4.1.6.1.0.01.0.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	405.591,99		
4.1.6.1.0.01.1.0.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	405.591,99		
4.1.6.1.0.01.1.1.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Pri	405.228,48		
4.1.6.1.0.01.1.1.01.00.00	Serviços de Comércio e Distribuição Produtos Ag	450,00		
4.1.6.1.0.01.1.1.02.00.00	Receita da FENACA - Principal	404.778,48		
4.1.6.1.0.01.1.2.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Mu	1,20		
4.1.6.1.0.01.1.2.01.00.00	Serviços de Comércio e Distribuição Produtos Ag	1,20		
4.1.6.1.0.01.1.3.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Div	327,68		
4.1.6.1.0.01.1.3.02.00.00	Receita da FENACA - Dívida Ativa	327,68		
4.1.6.1.0.01.1.4.00.00.00	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Div	34,63		
4.1.6.1.0.01.1.4.02.00.00	Receita da FENACA - Dívida Ativa - Multas e Juro	34,63		
4.1.6.2.0.00.0.0.00.00.00	Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Trans		33.132,56	
4.1.6.2.0.02.0.0.00.00.00	Serviços de Transporte	33.132,56		
4.1.6.2.0.02.1.0.00.00.00	Serviços de Transporte	33.132,56		
4.1.6.2.0.02.1.1.00.00.00	Serviços de Transporte - Principal	33.020,57		
4.1.6.2.0.02.1.1.01.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	33.020,57		
4.1.6.2.0.02.1.2.00.00.00	Serviços de Transporte - Multas e Juros	111,99		
4.1.6.2.0.02.1.2.01.00.00	Serviços de Transporte Rodoviário - Multas e Jur	112,00		
9.1.6.2.0.02.1.2.01.00.00	Dedução Serviços de Transporte Rodoviário - Mu	-0,01		
4.1.6.9.0.00.0.0.00.00.00	Outros Serviços		50.925,49	
4.1.6.9.0.99.0.0.00.00.00	Outros Serviços	50.925,49		
4.1.6.9.0.99.1.0.00.00.00	Outros Serviços	50.925,49		
4.1.6.9.0.99.1.1.00.00.00	Outros Serviços - Principal	40.658,67		
4.1.6.9.0.99.1.1.01.00.00	Serviços de Preparação da Terra em Propriedade	40.660,43		
9.1.6.9.0.99.1.1.01.00.00	Dedução de Serviços de Preparação da Terra em	-1,76		
4.1.6.9.0.99.1.2.00.00.00	Outros Serviços - Multas e Juros	355,80		
4.1.6.9.0.99.1.2.01.00.00	Serviços de Preparação da Terra em Propriedade	355,86		
9.1.6.9.0.99.1.2.01.00.00	Dedução de Serviços de Preparação da Terra em	-0,06		
4.1.6.9.0.99.1.3.00.00.00	Outros Serviços - Dívida Ativa	7.900,47		
4.1.6.9.0.99.1.3.01.00.00	Serviços de Preparação da Terra em Propriedade	7.740,86		
4.1.6.9.0.99.1.3.02.00.00	Receita decorrente de Parcelamento - Dívida Ativ	159,61		
4.1.6.9.0.99.1.4.00.00.00	Outros Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	2.010,55		
4.1.6.9.0.99.1.4.01.00.00	Serviços de Preparação da Terra em Propriedade	2.010,00		
4.1.6.9.0.99.1.4.02.00.00	Receita decorrente de Parcelamento - Dívida Ativ	0,55		
4.1.7.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências Correntes		33.343.645,76	
4.1.7.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		13.435.617,30	
4.1.7.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União - Específica E/M	13.435.617,30		
4.1.7.1.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita da União	8.094.462,31		
4.1.7.1.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.281.963,31		
4.1.7.1.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	7.281.963,31		
4.1.7.1.8.01.2.1.01.00.00	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - Oi	5.461.472,21		
4.1.7.1.8.01.2.1.02.00.00	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - E	2.275.613,46		
9.1.7.1.8.01.2.1.02.00.00	Dedução Cota-Parte do FPM para Formação do	-1.820.490,45		
4.1.7.1.8.01.2.1.03.00.00	Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - S	1.365.368,09		
4.1.7.1.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios -	404.275,37		
4.1.7.1.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	404.275,37		
4.1.7.1.8.01.3.1.01.00.00	Cota-Parte do FPM 1% Cota mês de dezembro -	404.275,37		

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE LUIZ ALVES**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 6

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.7.1.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	394.432,32		
4.1.7.1.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios	394.432,32		
4.1.7.1.8.01.4.1.01.00.00	Cota-Parte do FPM - Julho - Educação	98.608,08		
4.1.7.1.8.01.4.1.02.00.00	Cota-Parte do FPM - Julho - Outros	295.824,24		
4.1.7.1.8.01.5.0.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial	13.791,31		
4.1.7.1.8.01.5.1.00.00.00	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial	13.791,31		
4.1.7.1.8.01.5.1.01.00.00	Cota-Parte do ITR - Principal - Outros	10.343,35		
4.1.7.1.8.01.5.1.02.00.00	Cota-Parte do ITR - Principal - Educação	4.309,78		
9.1.7.1.8.01.5.1.02.00.00	Dedução Cota-Parte do ITR para Formação do F	-3.447,67		
4.1.7.1.8.01.5.1.03.00.00	Cota-Parte do ITR - Principal - Outros	2.585,85		
4.1.7.1.8.02.0.0.00.00.00	Transferência da Compensação Financeira pela Explo	159.184,45		
4.1.7.1.8.02.2.0.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recurso	7.779,40		
4.1.7.1.8.02.2.1.00.00.00	Cota-parte da Compensação Financeira de Recurs	7.779,40		
4.1.7.1.8.02.6.0.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	151.405,05		
4.1.7.1.8.02.6.1.00.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP -	151.405,05		
4.1.7.1.8.02.6.1.01.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - Edu	113.553,77		
4.1.7.1.8.02.6.1.02.00.00	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - Saú	37.851,28		
4.1.7.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saú	4.038.868,04		
4.1.7.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de Saú	4.038.868,04		
4.1.7.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Sistema Único de S	4.038.868,04		
4.1.7.1.8.03.1.1.01.00.00	PAB - Piso de Atenção Básica	268.974,86		
4.1.7.1.8.03.1.1.02.00.00	ESF: Estratégia Saúde da Família	285.759,50		
4.1.7.1.8.03.1.1.03.00.00	ACS: Agentes Comunitários de Saúde	437.168,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.04.00.00	SB: Saúde Bucal	98.120,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.05.00.00	PMAQ: Programa de Melhoria de Acesso e Quali	358.600,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.06.00.00	NASF União: Núcleos de Apoio à Saúde da Fami	144.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.07.00.00	MAC União:Teto Municipal do MAC Ambulatorial	601.342,58		
4.1.7.1.8.03.1.1.08.00.00	Teto Municipal Rede de Urgência	775.625,04		
4.1.7.1.8.03.1.1.09.00.00	PFVS: Piso Fixo de Vigilância Sanitária	15.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.10.00.00	Piso Fixo de Vigilância em Saúde	40.415,17		
4.1.7.1.8.03.1.1.11.00.00	IPVS: Incentivos Pontuais de Serviços de Vigilân	9.495,93		
4.1.7.1.8.03.1.1.13.00.00	Assistência Farmacêutica Básica - União	67.863,96		
4.1.7.1.8.03.1.1.14.00.00	FAEC - AIH - CIRURGIA ELETIVAS - COMPONE	11.871,30		
4.1.7.1.8.03.1.1.15.00.00	Apoio Financeiro aos Municípios - FPM - Saúde	97.345,16		
4.1.7.1.8.03.1.1.16.00.00	Incremento Temporário do PAB	451.052,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.17.00.00	Incremento ao MAC	188.300,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.18.00.00	Educação e Formação em Saúde	12.000,00		
4.1.7.1.8.03.1.1.19.00.00	Teto Municipal Rede Cegonha - RCE-RCEG	834,54		
4.1.7.1.8.03.1.1.20.00.00	Convênio 2017TR001875 - INVESTSAÚDE II	175.100,00		
4.1.7.1.8.04.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de As	61.313,96		
4.1.7.1.8.04.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de A	61.313,96		
4.1.7.1.8.04.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de	61.313,96		
4.1.7.1.8.04.1.1.01.00.00	PBF: Piso Básico Fixo - Proteção Social Básica -	30.000,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.02.00.00	IGDBF: Bolsa Família	14.300,00		
4.1.7.1.8.04.1.1.03.00.00	IGDSUAS: Índice de Gestão Descentralizada SU	8.075,90		
4.1.7.1.8.04.1.1.04.00.00	SCFV: Serviço de Convivência e Fortalecimento	8.938,06		
4.1.7.1.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do De	1.047.896,94		
4.1.7.1.8.05.1.0.00.00.00	Transferências do Salário-Educação	657.002,18		
4.1.7.1.8.05.1.1.00.00.00	Transferências do Salário-Educação - Principal	657.002,18		
4.1.7.1.8.05.3.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr	176.389,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Pro	176.389,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.01.00.00	PNAE Ensino Fundamental	52.957,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.02.00.00	PNAE Educação Infantil	69.550,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.03.00.00	PNAE Pré Escola	50.824,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.04.00.00	PNAE Educação de Jovens e Adultos	832,00		
4.1.7.1.8.05.3.1.05.00.00	PNAE AEE Atendimento Educacional Especial	2.226,00		
4.1.7.1.8.05.4.0.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Progr	156.098,67		
4.1.7.1.8.05.4.1.00.00.00	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Pro	156.098,67		
4.1.7.1.8.05.4.1.01.00.00	PNATE Ensino Fundamental	106.704,25		
4.1.7.1.8.05.4.1.02.00.00	PNATE Educação Infantil	21.418,82		
4.1.7.1.8.05.4.1.03.00.00	PNATE Ensino Médio	27.975,60		
4.1.7.1.8.05.9.0.00.00.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do	58.407,09		
4.1.7.1.8.05.9.1.00.00.00	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional d	58.407,09		

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE LUIZ ALVES**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 7

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.7.1.8.05.9.1.01.00.00	Apoio FPM - Educação	58.407,09		
4.1.7.1.8.06.0.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.	33.891,60		
4.1.7.1.8.06.1.0.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração –	33.891,60		
4.1.7.1.8.06.1.1.00.00.00	Transferência Financeira do ICMS – Desoneração	33.891,60		
4.1.7.1.8.06.1.1.01.00.00	Transferência Financeira do ICMS Des. L.C. Nº	23.300,06		
4.1.7.1.8.06.1.1.02.00.00	Transferência Financeira do ICMS Des. L.C. Nº	13.239,31		
9.1.7.1.8.06.1.1.02.00.00	Dedução Transferência Financeira do ICMS Des	-8.472,84		
4.1.7.1.8.06.1.1.03.00.00	Transferência Financeira do ICMS Des. L.C. Nº	5.825,07		
4.1.7.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua		13.599.358,86	
4.1.7.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados - Especifica E/M	13.599.358,86		
4.1.7.2.8.01.0.0.00.00.00	Participação na Receita dos Estados	12.059.998,64		
4.1.7.2.8.01.1.0.00.00.00	Cota-Parte do ICMS	10.572.621,51		
4.1.7.2.8.01.1.1.00.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal	10.572.621,51		
4.1.7.2.8.01.1.1.01.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal - Outros	7.929.416,19		
4.1.7.2.8.01.1.1.02.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal - Educação	3.304.218,81		
9.1.7.2.8.01.1.1.02.00.00	Dedução Cota-Parte do ICMS para Formação do	-2.643.367,73		
4.1.7.2.8.01.1.1.03.00.00	Cota-Parte do ICMS - Principal - Saúde	1.982.354,24		
4.1.7.2.8.01.2.0.00.00.00	Cota-Parte do IPVA	1.297.677,65		
4.1.7.2.8.01.2.1.00.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal	1.297.677,65		
4.1.7.2.8.01.2.1.01.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal - Outros	973.257,15		
4.1.7.2.8.01.2.1.02.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal - Educação	405.524,19		
9.1.7.2.8.01.2.1.02.00.00	Dedução Cota-Parte do IPVA para Formação do	-324.418,15		
4.1.7.2.8.01.2.1.03.00.00	Cota-Parte do IPVA - Principal - Saúde	243.314,46		
4.1.7.2.8.01.3.0.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios	162.572,91		
4.1.7.2.8.01.3.1.00.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	162.572,91		
4.1.7.2.8.01.3.1.01.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - Outro:	121.929,59		
4.1.7.2.8.01.3.1.02.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - Educa	50.804,00		
9.1.7.2.8.01.3.1.02.00.00	Dedução Cota-Parte do IPI para Formação do FI	-40.643,08		
4.1.7.2.8.01.3.1.03.00.00	Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - Saúde	30.482,40		
4.1.7.2.8.01.4.0.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domir	27.126,57		
4.1.7.2.8.01.4.1.00.00.00	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Don	27.126,57		
4.1.7.2.8.03.0.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Programas	223.140,50		
4.1.7.2.8.03.1.0.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Program	223.140,50		
4.1.7.2.8.03.1.1.00.00.00	Transferência de Recursos do Estado para Prograi	223.140,50		
4.1.7.2.8.03.1.1.01.00.00	Cofinanciamento de Atenção Básica em Saúde	151.800,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.02.00.00	NASF Estadual: Núcleos de Apoio à Saúde da F	27.500,00		
4.1.7.2.8.03.1.1.03.00.00	Assistência Farmacêutica Básica - Estado	43.840,50		
4.1.7.2.8.07.0.0.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência S	14.075,08		
4.1.7.2.8.07.1.0.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistência	14.075,08		
4.1.7.2.8.07.1.1.00.00.00	Transferências de Estados destinadas à Assistênci	14.075,08		
4.1.7.2.8.07.1.1.01.00.00	Benefícios Eventuais	0,01		
4.1.7.2.8.07.1.1.03.00.00	Custeio Assistência Social: PSB / CRAS - Estadu	14.075,07		
4.1.7.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito	1.302.144,64		
4.1.7.2.8.10.2.0.00.00.00	Transferências de Convênio dos Estados Destinadas	777.761,01		
4.1.7.2.8.10.2.1.00.00.00	Transferências de Convênio dos Estados Destina	777.761,01		
4.1.7.2.8.10.2.1.01.00.00	Transporte Escolar Estadual	777.761,01		
4.1.7.2.8.10.9.0.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados	524.383,63		
4.1.7.2.8.10.9.1.00.00.00	Outras Transferências de Convênio dos Estados -	524.383,63		
4.1.7.2.8.10.9.1.01.00.00	Convênio Estadual: SSP/Trânsito	114.735,27		
4.1.7.2.8.10.9.1.01.01.00	Convênio Estadual: SSP/Trânsito - Polícia Civil	34.420,60		
4.1.7.2.8.10.9.1.01.02.00	Convênio Estadual: SSP/Trânsito - Polícia Milit	34.420,60		
4.1.7.2.8.10.9.1.01.03.00	Convênio Estadual: SSP/Trânsito - Prefeitura	45.894,07		
4.1.7.2.8.10.9.1.02.00.00	Convênio Estadual: Corpo de Bombeiros Militar	165.203,91		
4.1.7.2.8.10.9.1.03.00.00	Convênio 20148TR0889 - FENACA	10.000,00		
9.1.7.2.8.10.9.1.03.00.00	Dedução de Convênio 20148TR0889 - FENACA	-10.000,00		
4.1.7.2.8.10.9.1.04.00.00	Convênio 2016TR1160 - MACADAME RIO NOV	55.555,55		
4.1.7.2.8.10.9.1.05.00.00	Convênio 2016TR1166 - MACADAME BOA VIST	27.777,80		
4.1.7.2.8.10.9.1.06.00.00	Convênio 2016TR1163 - MACADAME BUGRE, E	105.555,55		
4.1.7.2.8.10.9.1.07.00.00	Convênio 2016TR1164 - MACADAME SANTANA	55.555,55		
4.1.7.5.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas		6.304.007,69	
4.1.7.5.8.00.0.0.00.00.00	Transferências de Outras Instituições Públicas - Especifi	6.304.007,69		
4.1.7.5.8.01.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção	6.304.007,69		
4.1.7.5.8.01.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenc	6.304.007,69		

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE LUIZ ALVES**

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 8

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.1.7.5.8.01.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Fundo de Manuten	6.304.007,69		
4.1.7.5.8.01.1.1.01.00.00	Fundeb 60% - Profissionais do Magistério	3.782.404,57		
4.1.7.5.8.01.1.1.02.00.00	Fundeb 40% - Outros Profissionais da Educação	2.521.603,12		
4.1.7.7.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas		4.661,91	
4.1.7.7.0.00.1.0.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas	4.661,91		
4.1.7.7.0.00.1.1.00.00.00	Transferências de Pessoas Físicas - Principal	4.661,91		
4.1.9.0.0.00.0.0.00.00.00	Outras Receitas Correntes		17.038,99	
4.1.9.2.0.00.0.0.00.00.00	Indenizações, Restituições e Ressarcimentos		16.253,67	
4.1.9.2.2.00.0.0.00.00.00	Restituições	16.253,67		
4.1.9.2.2.06.0.0.00.00.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	2.455,89		
4.1.9.2.2.06.1.0.00.00.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	2.455,89		
4.1.9.2.2.06.1.1.00.00.00	Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores -	2.455,89		
4.1.9.2.2.99.0.0.00.00.00	Outras Restituições	13.797,78		
4.1.9.2.2.99.1.0.00.00.00	Outras Restituições	13.797,78		
4.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Outras Restituições - Principal	13.787,17		
9.1.9.2.2.99.1.1.00.00.00	Dedução Outras Restituições - Principal	-8,06		
4.1.9.2.2.99.1.2.00.00.00	Outras Restituições - Multas e Juros	18,92		
9.1.9.2.2.99.1.2.00.00.00	Dedução Outras Restituições - Multas e Juros	-0,25		
4.1.9.9.0.00.0.0.00.00.00	Demais Receitas Correntes		785,32	
4.1.9.9.0.99.0.0.00.00.00	Outras Receitas	785,32		
4.1.9.9.0.99.1.0.00.00.00	Outras Receitas - Primárias	785,32		
4.1.9.9.0.99.1.1.00.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	785,32		
4.1.9.9.0.99.1.1.99.00.00	Outras Receitas - Primárias - Principal	785,32		
4.2.0.0.0.00.0.0.00.00.00	Receitas de Capital			4.663.128,81
4.2.1.0.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito		1.846.219,72	
4.2.1.1.0.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno		1.846.219,72	
4.2.1.1.8.00.0.0.00.00.00	Operações de Crédito - Mercado Interno - Estados/DF/M	1.846.219,72		
4.2.1.1.8.01.0.0.00.00.00	Operações de Crédito Internas de Estados/DF/Municip	1.846.219,72		
4.2.1.1.8.01.5.0.00.00.00	Operações de Crédito Internas para Programas de M	1.846.219,72		
4.2.1.1.8.01.5.1.00.00.00	Operações de Crédito Internas para Programas de	1.846.219,72		
4.2.1.1.8.01.5.1.02.00.00	Outras Operações de Crédito Internas - Contratu	1.846.219,72		
4.2.2.0.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens		250.710,00	
4.2.2.1.0.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis		250.710,00	
4.2.2.1.3.00.0.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	250.710,00		
4.2.2.1.3.00.1.0.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes	250.710,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.00.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Princip	250.710,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.01.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Outro	184.353,07		
4.2.2.1.3.00.1.1.02.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Educ.	23.060,00		
9.2.2.1.3.00.1.1.02.00.00	Dedução de Alienação de Bens Móveis e Semov	-5.400,00		
4.2.2.1.3.00.1.1.03.00.00	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Saúd	48.696,93		
4.2.4.0.0.00.0.0.00.00.00	Transferências de Capital		2.566.199,09	
4.2.4.1.0.00.0.0.00.00.00	Transferências da União e de suas Entidades		1.701.567,43	
4.2.4.1.8.00.0.0.00.00.00	Transferências da União	1.701.567,43		
4.2.4.1.8.03.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saú	185.000,00		
4.2.4.1.8.03.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de Se	185.000,00		
4.2.4.1.8.03.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos do Sistema Único de t	185.000,00		
4.2.4.1.8.03.1.1.00.00.01	Estruturação da Atenção à Saúde Bucal	25.000,00		
4.2.4.1.8.03.1.1.00.00.02	Estruturação de Unidade de Atenção Especial	160.000,00		
4.2.4.1.8.10.0.0.00.00.00	Transferência de Convênios da União e de suas Entida	516.617,43		
4.2.4.1.8.10.7.0.00.00.00	Transferências de Convênios da União destinadas a	516.617,43		
4.2.4.1.8.10.7.1.00.00.00	Transferências de Convênios da União destinadas	516.617,43		
4.2.4.1.8.10.7.1.01.00.00	Convênio União: Pavimentação Asfáltica da Rua	49.170,00		
4.2.4.1.8.10.7.1.03.00.00	Convênio União: Pav. Calçadas e Ac.Maria Mara	245.850,00		
4.2.4.1.8.10.7.1.04.00.00	Convênio União: Pav.Braço da Onça - Acesso a t	121.875,00		
4.2.4.1.8.10.7.1.05.00.00	Convênio: Pav. Calçada e Acessibilidade na Rua	122.925,00		
9.2.4.1.8.10.7.1.05.00.00	Dedução de Convênio: Pav. Calçada e Acessibili	-23.202,57		
4.2.4.1.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências da União	999.950,00		
4.2.4.1.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências da União	999.950,00		
4.2.4.1.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências da União - Principal	999.950,00		
4.2.4.1.8.99.1.1.00.00.01	Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Pr	999.950,00		
4.2.4.2.0.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de sua		864.631,66	
4.2.4.2.8.00.0.0.00.00.00	Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas l	864.631,66		
4.2.4.2.8.05.0.0.00.00.00	Transferências de Recursos Destinados a Programas	437.208,27		

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Receita segundo as Categorias Econômicas - Anexo 02 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Desdobramento	Fonte	Categoria Econômica
4.2.4.2.8.05.1.0.00.00.00	Transferências de Recursos Destinados a Programa	437.208,27		
4.2.4.2.8.05.1.1.00.00.00	Transferências de Recursos Destinados a Program	437.208,27		
4.2.4.2.8.05.1.1.02.00.00	Construção de Unidades Escolares: Educação In	437.208,27		
4.2.4.2.8.10.0.0.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados e do Distrit	409.410,53		
4.2.4.2.8.10.1.0.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados para o Sis	30.986,10		
4.2.4.2.8.10.1.1.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados para o S	30.986,10		
4.2.4.2.8.10.1.1.00.00.01	Construção de Pólo de Academia de Saúde	30.986,10		
4.2.4.2.8.10.7.0.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados destinada	378.424,43		
4.2.4.2.8.10.7.1.00.00.00	Transferências de Convênios dos Estados destinac	378.424,43		
4.2.4.2.8.10.7.1.01.00.00	Convênio Estado: 2016TR1161 - Pavimentação c	169.383,89		
4.2.4.2.8.10.7.1.02.00.00	Convênio Estado: 2016TR1172 - Pavimentação c	62.040,54		
4.2.4.2.8.10.7.1.03.00.00	Convênio Estado: 2017TR0627 - Pavimentação /	147.000,00		
4.2.4.2.8.99.0.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	18.012,86		
4.2.4.2.8.99.1.0.00.00.00	Outras Transferências dos Estados	18.012,86		
4.2.4.2.8.99.1.1.00.00.00	Outras Transferências dos Estados - Principal	18.012,86		
4.2.4.2.8.99.1.1.00.00.01	Investimentos Assistência Social: PSB / CRA	18.012,86		

Total: 43.594.935,75

Luiz Alves, 26/03/2019

MARCOS PEDRO VEBER
 Prefeito Municipal de Luiz Alves

FERNANDA CAIRE
 Contadora CRC/SC 030.072/O-8

ADILSON BALSANELLI
 Contador CRC/SC 029.772/O-3

ADRIANA TERESINHA SCHMITZ ZIMMERMANN
 Secretária de Finanças

ROSANA HERMES
 Coordenadora de Controle Interno

ANEXO 02 - RESUMO DA DESPESA

Publicação Nº 1969004

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES**

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS CORRENTES			35.325.535,43
3.1.00.00.00.00.00.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			18.772.640,73
3.1.71.00.00.00.00.00	Transf. a Consórcios Públicos		27.031,02	
3.1.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	27.031,02		
3.1.71.70.01.00.00.00	Participação em Consórcios Públicos	19.661,02		
3.1.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		18.745.609,71	
3.1.90.01.00.00.00.00	Aposentadorias e Reformas	126.429,06		
3.1.90.01.01.00.00.00	Proventos - Pessoal Civil	126.429,06		
3.1.90.03.00.00.00.00	Pensoes	27.490,09		
3.1.90.03.01.00.00.00	Civis	27.490,09		
3.1.90.04.00.00.00.00	Contratacao por Tempo Determinado	4.127.431,63		
3.1.90.04.01.00.00.00	Professores Substitutos	732,80		
3.1.90.04.04.00.00.00	Obrigações Patronais	969.778,15		
3.1.90.04.99.00.00.00	Outros Serviços Temporários	3.156.920,68		
3.1.90.11.00.00.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	10.395.797,06		
3.1.90.11.01.00.00.00	vencimentos e salários	817.036,09		
3.1.90.13.00.00.00.00	Obrigacoes Patronais	3.241.693,87		
3.1.90.13.01.00.00.00	FGTS	667.152,23		
3.1.90.13.02.00.00.00	Contribuições Previdenciárias - INSS	2.574.541,64		
3.1.90.16.00.00.00.00	Outras Despesas Variaveis - Pessoal Civil	647.891,77		
3.1.90.16.01.00.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	187.002,22		
3.1.90.16.44.00.00.00	Serviços Extraordinários	460.889,55		
3.1.90.94.00.00.00.00	Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	178.876,23		
3.1.90.94.07.00.00.00	Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	178.876,23		
3.2.00.00.00.00.00.00	JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA			59.231,57
3.2.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		59.231,57	
3.2.90.21.00.00.00.00	Juros sobre a Dívida por Contrato	59.231,57		
3.2.90.21.99.00.00.00	Outros Juros da Dívida Contratada	59.231,57		
3.3.00.00.00.00.00.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			16.493.663,13
3.3.30.00.00.00.00.00	Transferencias a Estados e ao Distrito Federal		40.240,72	
3.3.30.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	1.436,47		
3.3.30.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	1.436,47		
3.3.30.81.00.00.00.00	Distribuicao Constitucional ou Legal de Receitas	38.804,25		
3.3.30.81.07.00.00.00	Participação do Estado - Multas de Trânsito	38.804,25		
3.3.50.00.00.00.00.00	Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu		2.439.949,00	
3.3.50.43.00.00.00.00	Subvencoes Sociais	2.439.949,00		
3.3.50.43.99.00.00.00	Outras Subvenções Sociais	2.439.949,00		
3.3.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		26.018,19	
3.3.71.70.00.00.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	26.018,19		
3.3.71.70.01.00.00.00	Participação em Consórcios Públicos	22.668,19		
3.3.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		13.701.282,62	
3.3.90.08.00.00.00.00	Outros Benefícios Assistenciais	7.632,00		
3.3.90.08.01.00.00.00	Auxilio-Funeral	7.632,00		
3.3.90.14.00.00.00.00	Diarias - Civil	110.787,12		
3.3.90.14.14.00.00.00	Diárias no País - Civil	110.787,12		
3.3.90.30.00.00.00.00	Material de Consumo	3.352.669,72		
3.3.90.30.01.00.00.00	Combustiveis e Lubrificantes Automotivos	1.012.170,93		
3.3.90.30.04.00.00.00	Gás Engarrafado	42.557,00		
3.3.90.30.07.00.00.00	Gêneros de Alimentação	515.277,47		
3.3.90.30.09.00.00.00	Material Farmacológico	1.168,87		
3.3.90.30.10.00.00.00	Material Odontológico	50.876,48		
3.3.90.30.11.00.00.00	Material Químico	9.224,40		
3.3.90.30.14.00.00.00	Material Educativo e Esportivo	18.117,87		
3.3.90.30.15.00.00.00	Material para Festividades e Homenagens	5.062,85		
3.3.90.30.16.00.00.00	Material de Expediente	64.557,74		
3.3.90.30.17.00.00.00	Material de Processamento de Dados	36.581,50		
3.3.90.30.18.00.00.00	Materiais e Medicamentos p/Us o Veterinário	4.990,75		
3.3.90.30.19.00.00.00	Material de Acondicionamento e Embalagem	6.502,22		
3.3.90.30.20.00.00.00	Material de Cama, Mesa e Banho	1.235,10		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.30.21.00.00.00	Material de Copa e Cozinha	12.830,47		
3.3.90.30.22.00.00.00	Material de Limpeza e Produção de Higienização	73.119,16		
3.3.90.30.23.00.00.00	Uniformes, Tecidos e Aviamentos	151.992,25		
3.3.90.30.24.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Imóveis	221.870,91		
3.3.90.30.25.00.00.00	Material para Manutenção de Bens Móveis	20.935,32		
3.3.90.30.26.00.00.00	Material Elétrico e Eletrônico	27.709,98		
3.3.90.30.27.00.00.00	Material de Manobra e Patrulhamento	520,42		
3.3.90.30.28.00.00.00	Material de Proteção e Segurança	9.434,83		
3.3.90.30.29.00.00.00	Material para Áudio, Vídeo e Foto	1.857,80		
3.3.90.30.30.00.00.00	Material para Comunicações	7.768,62		
3.3.90.30.31.00.00.00	Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	19.692,38		
3.3.90.30.35.00.00.00	Material Laboratorial	320,79		
3.3.90.30.36.00.00.00	Material Hospitalar	49.043,39		
3.3.90.30.39.00.00.00	Material para Manutenção de Veículos	499.056,55		
3.3.90.30.40.00.00.00	Material Biológico	4.016,30		
3.3.90.30.41.00.00.00	Material para Utilização em Gráfica	3.200,00		
3.3.90.30.42.00.00.00	Ferramentas	2.992,05		
3.3.90.30.43.00.00.00	Material para Reabilitação Profissional	1.535,60		
3.3.90.30.44.00.00.00	Material de Sinalização Visual e Afins	86.444,51		
3.3.90.30.46.00.00.00	Material Bibliográfico não Imobilizável	3.642,00		
3.3.90.30.50.00.00.00	Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	6.574,00		
3.3.90.30.51.00.00.00	Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo	314.726,00		
3.3.90.30.99.00.00.00	Outros Materiais de Consumo	65.063,21		
3.3.90.31.00.00.00.00	Premiacoes Culturais,Artist.Cientif.Despor. e Out	17.048,80		
3.3.90.31.01.00.00.00	Premiações Culturais	1.258,00		
3.3.90.31.04.00.00.00	Premiações Desportivas	12.002,80		
3.3.90.31.99.00.00.00	Outras Premiações	3.788,00		
3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuicao Gratuita	462.793,11		
3.3.90.32.02.00.00.00	Medicamentos	331.200,52		
3.3.90.32.03.00.00.00	Gêneros Alimentícios	1.963,64		
3.3.90.32.99.00.00.00	Outros Materiais de Distribuição Gratuita	129.628,95		
3.3.90.33.00.00.00.00	Passagens e Despesas com Locomocao	23.299,60		
3.3.90.33.01.00.00.00	Passagens Para o País	20.649,60		
3.3.90.33.99.00.00.00	Outras Despesas com Locomoção	2.650,00		
3.3.90.35.00.00.00.00	Servicos de Consultoria	56.900,00		
3.3.90.35.01.00.00.00	Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica	56.900,00		
3.3.90.36.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Física	105.892,98		
3.3.90.36.06.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	3.390,00		
3.3.90.36.07.00.00.00	Estagiários	91.402,98		
3.3.90.36.15.00.00.00	Locação de Imóveis	9.120,00		
3.3.90.36.25.00.00.00	Serviços de Limpeza e Conservação	1.000,00		
3.3.90.36.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	980,00		
3.3.90.39.00.00.00.00	Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	8.387.168,81		
3.3.90.39.05.00.00.00	Serviços Técnicos Profissionais	213.822,61		
3.3.90.39.08.00.00.00	Manutenção de Software	3.882,00		
3.3.90.39.10.00.00.00	Locação de Imóveis	59.755,00		
3.3.90.39.11.00.00.00	Locação de Softwares	237.786,60		
3.3.90.39.12.00.00.00	Locação de Máquinas e Equipamentos	23.180,00		
3.3.90.39.14.00.00.00	Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas Intang	1.520,00		
3.3.90.39.15.00.00.00	Limpeza de Veículos	2.619,85		
3.3.90.39.16.00.00.00	Manutenção e Conservação de Bens Imóveis	187.981,72		
3.3.90.39.17.00.00.00	Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	39.520,28		
3.3.90.39.19.00.00.00	Manutenção e Conservação de Veículos	233.063,00		
3.3.90.39.20.00.00.00	Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur	320,00		
3.3.90.39.21.00.00.00	Manutenção e Conservação de Estradas e Vias	526.902,86		
3.3.90.39.22.00.00.00	Exposições, Congressos e Conferências	18.388,97		
3.3.90.39.23.00.00.00	Festividades e Homenagens	4.874,20		
3.3.90.39.25.00.00.00	Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins	22.435,00		
3.3.90.39.26.00.00.00	Serviços de Transporte Escolar	1.955.166,48		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
3.3.90.39.27.00.00.00	Locação de Veículos Para Locomoção	7.950,00		
3.3.90.39.28.00.00.00	Coleta de Lixo e Demais Resíduos	46.200,00		
3.3.90.39.36.00.00.00	Multas Indedutíveis	672,00		
3.3.90.39.41.00.00.00	Fornecimento de Alimentação	128.762,34		
3.3.90.39.43.00.00.00	Serviços de Energia Elétrica	1.235.328,99		
3.3.90.39.44.00.00.00	Serviços de Água e Esgoto	52.739,48		
3.3.90.39.47.00.00.00	Serviços de Comunicação em Geral	14.244,00		
3.3.90.39.48.00.00.00	Serviços de Seleção e Treinamento	7.760,00		
3.3.90.39.50.00.00.00	Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor	859.080,94		
3.3.90.39.59.00.00.00	Serviços de Áudio, Vídeo e Foto	11.760,00		
3.3.90.39.63.00.00.00	Serviços Gráficos e Editoriais	28.402,48		
3.3.90.39.64.00.00.00	Telefonia fixa e Móvel	61.028,64		
3.3.90.39.69.00.00.00	seguros em Geral	14.311,88		
3.3.90.39.70.00.00.00	Confecção de Uniforme, Bandeira e Flâmulas	2.000,00		
3.3.90.39.75.00.00.00	Multas e Infrações de Trânsito	1.235,07		
3.3.90.39.78.00.00.00	Limpeza e Conservação	15.523,00		
3.3.90.39.81.00.00.00	Serviços Bancários	115.426,47		
3.3.90.39.83.00.00.00	Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos	3.967,22		
3.3.90.39.88.00.00.00	Serviços de Publicidade e Propaganda	30.440,00		
3.3.90.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	96.573,96		
3.3.90.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.122.543,77		
3.3.90.40.00.00.00.00	Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	291.149,11		
3.3.90.40.01.00.00.00	Locação de equipamentos e softwares	16.167,92		
3.3.90.40.02.00.00.00	Desenvolvimento e manutenção de software	15.419,85		
3.3.90.40.03.00.00.00	Hospedagem de sistemas	2.398,80		
3.3.90.40.04.00.00.00	Comunicação de dados	112.303,40		
3.3.90.40.05.00.00.00	Serviços de telefonia fixa e móvel	1.692,29		
3.3.90.40.07.00.00.00	Suporte de infraestrutura de TIC	74.840,00		
3.3.90.40.08.00.00.00	Serviços técnicos profissionais de TIC	13.320,00		
3.3.90.40.09.00.00.00	Manutenção e conservação de equipamentos de TIC	8.234,50		
3.3.90.40.10.00.00.00	Digitalização	16.000,00		
3.3.90.40.15.00.00.00	Conteúdo de web	2.116,85		
3.3.90.40.99.00.00.00	Outros serviços de tecn. da informação e comun.	28.655,50		
3.3.90.47.00.00.00.00	Obrigacoes Tributarias e Contributivas	693.478,71		
3.3.90.47.10.00.00.00	Taxas	26.187,12		
3.3.90.47.12.00.00.00	Contribuição Para o PIS/PASEP	448.000,00		
3.3.90.47.15.00.00.00	Multas	4.004,72		
3.3.90.47.16.00.00.00	Juros	202,17		
3.3.90.47.17.00.00.00	Contribuições para Associações	214.112,70		
3.3.90.47.18.00.00.00	Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	972,00		
3.3.90.48.00.00.00.00	Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas	59.200,00		
3.3.90.48.01.00.00.00	Auxílio Financeiro a Pessoas Físicas	59.200,00		
3.3.90.91.00.00.00.00	Sentenças Judiciais	638,17		
3.3.90.91.32.00.00.00	Outros Precatórios Relativos a Despesas Correntes	638,17		
3.3.90.92.00.00.00.00	Despesas de Exercícios Anteriores	74.062,96		
3.3.90.92.39.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	74.062,96		
3.3.90.93.00.00.00.00	Indenizacoes e Restituicoes	58.561,53		
3.3.90.93.02.00.00.00	Restituições	58.561,53		
3.3.93.00.00.00.00.00	Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos		286.172,60	
3.3.93.39.00.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	286.172,60		
3.3.93.39.90.00.00.00	Serviços de Publicidade Legal	5.100,00		
3.3.93.39.99.00.00.00	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	281.072,60		
4.0.00.00.00.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL			7.144.107,04
4.4.00.00.00.00.00.00	INVESTIMENTOS			6.563.777,11
4.4.71.00.00.00.00.00	Transferências a Consórcios Públicos		161.090,45	
4.4.71.42.00.00.00.00	Auxílios	156.504,36		
4.4.71.70.00.00.00.00	Rateio pela Participação em Consórcio Público	4.586,09		
4.4.71.70.01.00.00.00	Participação em Consórcios Públicos	4.452,09		
4.4.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		6.402.686,66	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Resumo Geral da Despesa - Anexo 2 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 4

Código	Especificação	Desdobramento	Elemento	Categoria Econ.
4.4.90.51.00.00.00.00	Obras e Instalacoes	4.463.500,42		
4.4.90.51.07.00.00.00	Reforma	25.225,89		
4.4.90.51.91.00.00.00	Obras em Andamento	999.950,00		
4.4.90.51.92.00.00.00	Instalações Incorporáveis ou Inerentes ao Imóvel	5.200,00		
4.4.90.51.98.00.00.00	Obras Contratadas	3.433.124,53		
4.4.90.52.00.00.00.00	Equipamentos e Material Permanente	1.939.186,24		
4.4.90.52.06.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos de Comunicação	575,40		
4.4.90.52.08.00.00.00	Aparelhos, Equip, Utens Médico-Odont, Labor e Hosp	278.958,00		
4.4.90.52.10.00.00.00	Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões	94.380,00		
4.4.90.52.12.00.00.00	Aparelhos e Utensílios Domésticos	30.743,00		
4.4.90.52.32.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Gráficos	410,00		
4.4.90.52.33.00.00.00	Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	14.904,90		
4.4.90.52.35.00.00.00	Equipamentos de Processamento de Dados	88.833,34		
4.4.90.52.36.00.00.00	Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório	297,00		
4.4.90.52.40.00.00.00	Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários	565.450,00		
4.4.90.52.42.00.00.00	Mobiliário em Geral	46.404,60		
4.4.90.52.44.00.00.00	Obras de Arte e Peças Para Museu	520,00		
4.4.90.52.52.00.00.00	Veículos de Tração Mecânica	766.490,00		
4.4.90.52.99.00.00.00	Outros Equipamentos e Material Permanente	51.220,00		
4.5.00.00.00.00.00.00	INVERSOES FINANCEIRAS			20.479,24
4.5.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		20.479,24	
4.5.90.61.00.00.00.00	Aquisicao de Imoveis	20.479,24		
4.5.90.61.03.00.00.00	Terrenos	20.479,24		
4.6.00.00.00.00.00.00	AMORTIZACAO DA DIVIDA			559.850,69
4.6.90.00.00.00.00.00	Aplicacoes Diretas		559.850,69	
4.6.90.71.00.00.00.00	Principal da Divida Contratual Resgatado	447.139,88		
4.6.90.71.99.00.00.00	Outras Amortizações da Divida Contratada	447.139,88		
4.6.90.91.00.00.00.00	Sentencas Judiciais	112.710,81		
4.6.90.91.07.00.00.00	Precatórios-Administração Direta	112.710,81		
			Total:	42.469.642,47

Luiz Alves, 26/03/2019

MARCOS PEDRO VEBER
 Prefeito Municipal de Luiz Alves

FERNANDA CAIRE
 Contadora CRC/SC 030.072/O-8

ADILSON BALSANELLI
 Contador CRC/SC 029.772/O-3

ADRIANA TERESINHA SCHMITZ ZIMMERMA
 Secretária de Finanças

ROSANA HERMES
 Coordenadora de Controle Interno

ANEXO 06 - PROGRAMA DE TRABALHO POR ÓRGÃO E UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Publicação Nº 1969010

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Órgão: 02 - GABINETE DO PREFEITO

Unidade Orçamentária: 01 - GABINETE DO PREFEITO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			629.309,32	629.309,32
04.122	Administração Geral			629.309,32	629.309,32
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			629.309,32	629.309,32
04.122.0003.2.002	Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito			629.309,32	629.309,32
Total:					629.309,32

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Órgão: 03 - ASSESSORIA JURÍDICA
Unidade Orçamentária: 01 - ASSESSORIA JURÍDICA

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
02	Judiciária			399.381,07	399.381,07
02.062	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário			399.381,07	399.381,07
02.062.0002	PROCESSO JUDICIÁRIO			399.381,07	399.381,07
02.062.0002.2.003	Manutenção das atividades da Procuradoria Jurídica			286.032,09	286.032,09
02.062.0002.2.004	Pagamento de Precatórios e Sentenças Judiciais			113.348,98	113.348,98
Total:					399.381,07

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Órgão: 04 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			1.779.327,13	1.779.327,13
04.122	Administração Geral			1.779.327,13	1.779.327,13
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			1.779.327,13	1.779.327,13
04.122.0003.2.005	Transferência de Recurso à Associações de Municípios			214.112,70	214.112,70
04.122.0003.2.006	Manutenção das atividades da Secretaria de Administração			1.538.187,46	1.538.187,46
04.122.0003.2.008	Capacitação dos Servidores Públicos			27.026,97	27.026,97
09	Previdência Social			126.429,06	126.429,06
09.272	Previdência do Regime Estatutário			126.429,06	126.429,06
09.272.0003	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			126.429,06	126.429,06
09.272.0003.2.007	Pagamento de benefícios aos Inativos e Pensionistas			126.429,06	126.429,06
Total:					1.905.756,19

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICIPIO DE LUIZ ALVES
Órgão: 05 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO
Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
04	Administração			759.644,44	759.644,44
04.123	Administração Financeira			759.644,44	759.644,44
04.123.0003	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			759.644,44	759.644,44
04.123.0003.1.001	Programa de Modernização da Administração Tributária			0,00	0,00
04.123.0003.2.009	Manutenção das atividades da Secretaria da Fazenda e Planejamento			759.644,44	759.644,44
28	Encargos Especiais	954.371,45			954.371,45
28.843	Serviço da Dívida Interna	506.371,45			506.371,45
28.843.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS	506.371,45			506.371,45
28.843.0000.0.001	Amortização e Encargos da Dívida Pública	506.371,45			506.371,45
28.845	Outras Transferências	448.000,00			448.000,00
28.845.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS	448.000,00			448.000,00
28.845.0000.0.002	Contribuições para Formação do PASEP	448.000,00			448.000,00
Total:		954.371,45		759.644,44	1.714.015,89

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Órgão: 06 - SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS
Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa				0,00
01.031	Ação Legislativa				0,00
01.031.0004	OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS				0,00
01.031.0004.1.002	Obras de Instalação da Câmara Municipal de Vereadores				0,00
04	Administração				0,00
04.122	Administração Geral			52.368,01	52.368,01
04.122.0097	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO			52.368,01	52.368,01
04.122.0097.2.010	Conservação do Patrimônio Público Municipal			52.368,01	52.368,01
15	Urbanismo		476.360,37	5.486.719,37	5.963.079,74
15.451	Infra-Estrutura Urbana		455.881,13		455.881,13
15.451.0004	OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS		455.881,13		455.881,13
15.451.0004.1.003	Obras de Infraestrutura Viária		404.661,13		404.661,13
15.451.0004.1.005	Instalação de Pontos de Ônibus		51.220,00		51.220,00
15.451.0004.1.006	Construção da Casa Mortuária Municipal				0,00
15.452	Serviços Urbanos		20.479,24	5.486.719,37	5.507.198,61
15.452.0004	OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS		20.479,24	5.486.719,37	5.507.198,61
15.452.0004.1.004	Aquisição e Desapropriação de Imóveis		20.479,24		20.479,24
15.452.0004.2.011	Manutenção das atividades da Secretaria de Obras, Transporte e Serviços Urbanos			4.217.582,59	4.217.582,59
15.452.0004.2.012	Manutenção e ampliação da Rede de Iluminação Pública			1.269.136,78	1.269.136,78
Total:				5.539.087,38	6.015.447,75

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Órgão: 07 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
13	Cultura			280.289,99	280.289,99
13.392	Difusão Cultural			280.289,99	280.289,99
13.392.0005	CULTURA			280.289,99	280.289,99
13.392.0005.2.013	Apoio e Realização de Eventos Culturais			59.224,48	59.224,48
13.392.0005.2.014	Manutenção dos serviços de Promoções Culturais			216.680,05	216.680,05
13.392.0005.2.015	Manutenção da Banda Municipal e Fanfaras			4.385,46	4.385,46
Total:					280.289,99

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 7

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Órgão: 08 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
18	Gestão Ambiental			321.842,63	321.842,63
18.541	Preservação e Conservação Ambiental			321.842,63	321.842,63
18.541.0006	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL			321.842,63	321.842,63
18.541.0006.2.016	Manutenção das atividades de Preservação, Conservação e Gestão Ambiental			321.842,63	321.842,63
20	Agricultura			1.245.157,43	1.245.157,43
20.606	Extensão Rural			1.245.157,43	1.245.157,43
20.606.0007	AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL			1.245.157,43	1.245.157,43
20.606.0007.2.017	Manutenção das atividades da Secretaria da Agricultura e do Meio Ambiente			1.245.157,43	1.245.157,43
Total:					1.567.000,06

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 8

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Órgão: 09 - SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
23	Comércio e Serviços			709.030,37	709.030,37
23.695	Turismo			709.030,37	709.030,37
23.695.0008	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			709.030,37	709.030,37
23.695.0008.1.007	Obras de Infraestrutura Turística			0,00	0,00
23.695.0008.2.018	Manutenção das atividades da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo			117.281,63	117.281,63
23.695.0008.2.027	Promoção, Apoio, Participação e Realização de Eventos Turísticos			591.748,74	591.748,74
Total:					709.030,37

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 9

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICIPIO DE LUIZ ALVES
Órgão: 10 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO
Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	Segurança Pública			2.500,00	2.500,00
06.182	Defesa Civil			2.500,00	2.500,00
06.182.0009	DEFESA DO CIDADÃO			2.500,00	2.500,00
06.182.0009.2.022	Manutenção do Convênio com o Corpo de Bombeiros Militar			2.500,00	2.500,00
06.182.0009.2.023	Manutenção das atividades da Secretaria de Defesa do Cidadão			0,00	0,00
06.182.0009.2.068	Manutenção do Convênio Radiopatrulha da Polícia Militar			0,00	0,00
26	Transporte			0,00	0,00
26.782	Transporte Rodoviário			0,00	0,00
26.782.0009	DEFESA DO CIDADÃO			0,00	0,00
26.782.0009.2.019	Manutenção do Departamento de Trânsito			0,00	0,00
26.782.0009.2.020	Manutenção do Convênio de Trânsito/Polícia Civil			0,00	0,00
26.782.0009.2.021	Manutenção do Convênio de Trânsito/Polícia Militar			0,00	0,00
Total:				2.500,00	2.500,00

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 10

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Órgão: 11 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER
Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
27	Desporto e Lazer			615.233,15	615.233,15
27.812	Desporto Comunitário			615.233,15	615.233,15
27.812.0010	ESPORTE E LAZER			615.233,15	615.233,15
27.812.0010.1.008	Ampliação e Reforma de Unidades Esportivas			0,00	0,00
27.812.0010.2.024	Manutenção da Secretaria de Esporte e Lazer			516.313,35	516.313,35
27.812.0010.2.025	Apoio e Realização de Eventos Esportivos			98.919,80	98.919,80
Total:					615.233,15

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 11

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Órgão: 12 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
23	Comércio e Serviços				0,00
23.695	Turismo				0,00
23.695.0008	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO				0,00
23.695.0008.2.026	Manutenção do Fundo de Desenvolvimento do Turismo				0,00
Total:					0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 12

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Órgão: 13 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
16	Habitação				0,00
16.482	Habitação Urbana				0,00
16.482.0011	HABITAÇÃO POPULAR				0,00
16.482.0011.1.009	Investimentos no Programa de Habitação de Interesse Social				0,00
16.482.0011.2.028	Manutenção do Fundo Municipal de Habitação Popular				0,00
Total:					0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 13

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Órgão: 14 - FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
14	Direitos da Cidadania				0,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos				0,00
14.422.0012	PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR				0,00
14.422.0012.2.029	Manutenção das atividades de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON				0,00
Total:					0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 14

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICIPIO DE LUIZ ALVES
Órgão: 24 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO
Unidade Orçamentária: 01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	Segurança Pública			221.422,39	221.422,39
06.182	Defesa Civil			221.422,39	221.422,39
06.182.0009	DEFESA DO CIDADÃO			221.422,39	221.422,39
06.182.0009.2.075	Manutenção do Convênio com o Corpo de Bombeiros Militar			60.820,69	60.820,69
06.182.0009.2.076	Manutenção do Convênio Radiopatrulha da Polícia Militar			7.174,35	7.174,35
06.182.0009.2.077	Manutenção do Departamento de Trânsito			86.549,19	86.549,19
06.182.0009.2.078	Manutenção do Convênio de Trânsito/Polícia Civil			18.637,44	18.637,44
06.182.0009.2.079	Manutenção do Convênio de Trânsito/Polícia Militar			48.240,72	48.240,72
Total:					221.422,39

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 15

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :MUNICIPIO DE LUIZ ALVES
Órgão: 99 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA
Unidade Orçamentária: 01 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99.999.0099.9.999	Reserva de Contingência				0,00
Total:		954.371,45	476.360,37	12.628.654,36	14.059.386,18
Total da Entidade:					

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 16

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES
Órgão: 15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde				
10.301	Atenção Básica		92.816,06	9.370.846,34	9.463.662,40
10.301.0013	SAÚDE		92.816,06	5.356.911,89	5.449.727,95
10.301.0013.1.010	Construção de Unidades de Saúde		92.816,06	5.327.549,42	5.420.365,48
10.301.0013.1.011	Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde				0,00
10.301.0013.1.012	Aquisição de Imóvel para Construção de Unidades de Saúde				92.816,06
10.301.0013.1.013	Instalação de Academias ao Ar Livre				0,00
10.301.0013.2.030	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde				0,00
10.301.0013.2.032	Capacitação dos Servidores Públicos da Saúde			1.484.166,62	1.484.166,62
10.301.0013.2.033	Apoio ao Conselho Municipal de Saúde			7.649,32	7.649,32
10.301.0013.2.034	Manutenção das atividades de Atenção Básica na Saúde			2.836,50	2.836,50
10.301.0097	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO			3.832.896,98	3.832.896,98
10.301.0097.2.031	Conservação do Patrimônio Público na Área da Saúde			29.362,47	29.362,47
10.301.0098	EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA			29.362,47	29.362,47
10.301.0098.2.039	Ações em situações de Emergência e Calamidade Pública na Área da Saúde				0,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial				
10.302.0013	SAÚDE				
10.302.0013.2.035	Manutenção das atividades de Média e Alta Complexidade na Área da Saúde			3.452.267,84	3.452.267,84
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico			3.452.267,84	3.452.267,84
10.303.0013	SAÚDE			333.814,01	333.814,01
10.303.0013.2.036	Manutenção da Assistência Farmacêutica			333.814,01	333.814,01
10.304	Vigilância Sanitária			136.941,26	136.941,26
10.304.0013	SAÚDE			136.941,26	136.941,26
10.304.0013.2.037	Manutenção das atividades da Vigilância Sanitária			136.941,26	136.941,26
10.305	Vigilância Epidemiológica			90.911,34	90.911,34
10.305.0013	SAÚDE			90.911,34	90.911,34
10.305.0013.2.038	Manutenção das atividades da Vigilância Epidemiológica			90.911,34	90.911,34
Total:					9.463.662,40
Total da Entidade:					9.463.662,40

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 17

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUIZ ALVES

Órgão: 16 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			1.317.869,97	1.317.869,97
08.241	Assistência ao Idoso			7.365,95	7.365,95
08.241.0015	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			7.365,95	7.365,95
08.241.0015.2.047	Manutenção das atividades de assistência aos idosos			7.365,95	7.365,95
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			185.120,23	185.120,23
08.243.0017	DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			185.120,23	185.120,23
08.243.0017.2.041	Manutenção das atividades do Conselho Tutelar			185.120,23	185.120,23
08.244	Assistência Comunitária			1.125.383,79	1.125.383,79
08.244.0014	GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			642.229,90	642.229,90
08.244.0014.1.014	Ampliação e Reforma da Secretaria de Assistência Social			0,00	0,00
08.244.0014.2.040	Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social			642.229,90	642.229,90
08.244.0015	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			469.153,89	469.153,89
08.244.0015.2.042	Apoio ao Conselho Municipal de Assistência Social			748,65	748,65
08.244.0015.2.043	Manutenção das atividades de Proteção Social Básica			435.680,24	435.680,24
08.244.0015.2.046	Concessão de Benefícios Eventuais			32.725,00	32.725,00
08.244.0016	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL			14.000,00	14.000,00
08.244.0016.2.044	Manutenção das atividades de Proteção Especial de Média Complexidade			0,00	0,00
08.244.0016.2.045	Manutenção das atividades de Proteção Especial de Alta Complexidade			14.000,00	14.000,00
08.244.0098	EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA			0,00	0,00
08.244.0098.2.048	Ações em situações de Emergência e Calamidade Pública na Área da Assistência			0,00	0,00
Total:					1.317.869,97
Total da Entidade:					1.317.869,97

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 18

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :FUNDO MUNIC. DA INFANCIA E DA ADOLESC. LUIZ ALVES
Órgão: 17 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			86.558,19	86.558,19
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			86.558,19	86.558,19
08.243.0017	DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			86.558,19	86.558,19
08.243.0017.2.049	Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência			86.558,19	86.558,19
Total:					86.558,19
Total da Entidade:					86.558,19

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 19

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :CAMARA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES
Órgão: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
Unidade Orçamentária: 01 - CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa			1.133.866,59	1.133.866,59
01.031	Ação Legislativa			1.133.866,59	1.133.866,59
01.031.0001	GESTÃO, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO CÂMARA MUNICIPAL			1.133.866,59	1.133.866,59
01.031.0001.2.001	Manutenção das Atividades da Câmara Municipal de Vereadores			1.133.866,59	1.133.866,59
Total:					1.133.866,59
Total da Entidade:					1.133.866,59

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 20

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL LUIZ ALVES
Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
06	Segurança Pública		999.950,00	221.590,62	1.221.540,62
06.182	Defesa Civil		999.950,00	221.590,62	1.221.540,62
06.182.0009	DEFESA DO CIDADÃO		999.950,00	221.590,62	1.221.540,62
06.182.0009.1.015	Obras de Defesa Civil: Prevenção, Reconstrução e Recuperação		999.950,00	999.950,00	999.950,00
06.182.0009.2.050	Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil			221.590,62	221.590,62
Total:			999.950,00	221.590,62	1.221.540,62
Total da Entidade:			999.950,00	221.590,62	1.221.540,62

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 21

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO LUIZ ALVES
Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação		2.935.647,34	11.675.550,15	14.611.197,49
12.306	Alimentação e Nutrição			463.120,48	463.120,48
12.306.0019	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			463.120,48	463.120,48
12.306.0019.2.052	Manutenção da Merenda Escolar			463.120,48	463.120,48
12.361	Ensino Fundamental			6.783.785,21	9.589.409,97
12.361.0020	ENSINO FUNDAMENTAL		2.805.624,76	6.743.600,34	9.549.225,10
12.361.0020.1.017	Construção de Unidades do Ensino Fundamental		2.805.624,76	2.556.000,00	2.556.000,00
12.361.0020.1.019	Ampliação e Reforma das Unidades do Ensino Fundamental			249.624,76	249.624,76
12.361.0020.2.053	Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação			463.284,28	463.284,28
12.361.0020.2.054	Manutenção das atividades do Ensino Fundamental			4.438.530,03	4.438.530,03
12.361.0020.2.056	Capacitação dos Servidores Públicos do Ensino Fundamental			11.806,20	11.806,20
12.361.0020.2.057	Manutenção do Transporte Escolar			1.829.979,83	1.829.979,83
12.361.0097	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO			40.184,87	40.184,87
12.361.0097.2.055	Conservação do Patrimônio Público do Ensino Fundamental			40.184,87	40.184,87
12.361.0098	EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA			0,00	0,00
12.361.0098.2.058	Ações em situação de Emergência e Calamidade Pública no Ensino Fundamental			0,00	0,00
12.362	Ensino Médio			49.653,55	49.653,55
12.362.0021	ENSINO MÉDIO			49.653,55	49.653,55
12.362.0021.2.059	Apoio ao Ensino Médio			49.653,55	49.653,55
12.363	Ensino Profissional			100.000,00	100.000,00
12.363.0022	ENSINO PROFISSIONAL			100.000,00	100.000,00
12.363.0022.2.060	Apoio ao Ensino Profissionalizante			432.783,17	432.783,17
12.364	Ensino Superior			432.783,17	432.783,17
12.364.0023	ENSINO SUPERIOR			432.783,17	432.783,17
12.364.0023.2.061	Apoio ao Ensino Superior			3.697.137,75	3.697.137,75
12.365	Educação Infantil		130.022,58	130.022,58	130.022,58
12.365.0024	EDUCAÇÃO INFANTIL			3.687.511,65	3.687.511,65
12.365.0024.1.018	Construção de Unidades da Educação Infantil			7.967,40	7.967,40
12.365.0024.1.020	Ampliação e Reforma das Unidades da Educação Infantil			1.658,70	1.658,70
12.365.0024.2.062	Manutenção das atividades da Educação Infantil			1.658,70	1.658,70
12.365.0024.2.064	Capacitação dos Servidores Públicos da Educação Infantil			0,00	0,00
12.365.0097	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO			0,00	0,00
12.365.0097.2.063	Conservação do Patrimônio Público da Educação Infantil			0,00	0,00
12.365.0098	EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA			0,00	0,00
12.365.0098.2.065	Ações em situações de Emergência e Calamidade Pública na Educação Infantil			0,00	0,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos			29.867,50	29.867,50
12.366.0025	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			29.867,50	29.867,50
12.366.0025.2.066	Manutenção das atividades da Educação de Jovens e Adultos			29.867,50	29.867,50
12.367	Educação Especial			119.202,49	119.202,49
12.367.0026	EDUCAÇÃO ESPECIAL			119.202,49	119.202,49
12.367.0026.2.067	Manutenção das atividades da Educação Especial			119.202,49	119.202,49

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 22

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade :FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO LUIZ ALVES
Órgão: 20 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação		2.935.647,34	11.675.550,15	14.611.197,49
12.367	Educação Especial			119.202,49	119.202,49
12.367.0026	EDUCAÇÃO ESPECIAL			119.202,49	119.202,49
12.367.0026.2.067	Manutenção das atividades da Educação Especial			119.202,49	119.202,49
Total:					14.611.197,49
Total da Entidade:					14.611.197,49

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Programa de Trabalho por Órgão e Unidade Orçamentária - Anexo 06 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página 23

Entidade :FUNDO MUNICIPAL SANEAMENTO BASICO LUIZ ALVES
 Órgão: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO
 Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
17	Saneamento			575.561,03	575.561,03
17.512	Saneamento Básico Urbano			575.561,03	575.561,03
17.512.0018	SANEAMENTO BÁSICO			575.561,03	575.561,03
17.512.0018.1.016	Obras de Infraestrutura em Saneamento Básico			0,00	0,00
17.512.0018.2.051	Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saneamento Básico			575.561,03	575.561,03
Total:					575.561,03
Total da Entidade:					575.561,03
TOTAL GERAL:					42.469.642,47
					37.010.497,25
					4.504.773,77
					954.371,45

Luiz Alves, 26/03/2019

MARCOS PEDRO VEBER Prefeito Municipal de Luiz Alves	FERNANDA CAIRE Contadora CRC/SC 030.072/O-8	ADILSON BALSANELLI Contador CRC/SC 029.772/O-3
ADRIANA TERESINHA SCHMITZ ZIMMERMA Secretária de Finanças	ROSANA HERMES Coordenadora de Controle Interno	

ANEXO 07 - DEM. FUNÇÕES SUBFUNÇÕES E PROGRAMAS POR PROJETOS E ATIVIDADES

Publicação Nº 1969013

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 1

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
01	Legislativa			1.133.866,59	1.133.866,59
01.031	Ação Legislativa			1.133.866,59	1.133.866,59
01.031.0001	GESTÃO, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO CÂMARA MUNICIPAL			1.133.866,59	1.133.866,59
01.031.0001.2.001	Manutenção das Atividades da Câmara Municipal de Vereadores			1.133.866,59	1.133.866,59
01.031.0004	OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS				0,00
01.031.0004.1.002	Obras de Instalação da Câmara Municipal de Vereadores				0,00
02	Judiciária			399.381,07	399.381,07
02.062	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário			399.381,07	399.381,07
02.062.0002	PROCESSO JUDICIÁRIO			399.381,07	399.381,07
02.062.0002.2.003	Manutenção das atividades da Procuradoria Jurídica			286.032,09	286.032,09
02.062.0002.2.004	Pagamento de Precatórios e Sentenças Judiciais			113.348,98	113.348,98
04	Administração			3.220.648,90	3.220.648,90
04.122	Administração Geral			2.461.004,46	2.461.004,46
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			2.408.636,45	2.408.636,45
04.122.0003.2.002	Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito			629.309,32	629.309,32
04.122.0003.2.005	Transferência de Recurso à Associações de Municípios			214.112,70	214.112,70
04.122.0003.2.006	Manutenção das atividades da Secretaria de Administração			1.538.187,46	1.538.187,46
04.122.0003.2.008	Capacitação dos Servidores Públicos			27.026,97	27.026,97
04.122.0097	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO			52.368,01	52.368,01
04.122.0097.2.010	Conservação do Patrimônio Público Municipal			52.368,01	52.368,01
04.123	Administração Financeira			759.644,44	759.644,44
04.123.0003	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO				0,00
04.123.0003.1.001	Programa de Modernização da Administração Tributária				
04.123.0003.2.009	Manutenção das atividades da Secretaria da Fazenda e Planejamento			759.644,44	759.644,44
06	Segurança Pública				
06.182	Defesa Civil				
06.182.0009	DEFESA DO CIDADÃO				
06.182.0009.1.015	Obras de Defesa Civil: Prevenção, Reconstrução e Recuperação	999.950,00		445.513,01	1.445.463,01
06.182.0009.2.022	Manutenção do Convênio com o Corpo de Bombeiros Militar	999.950,00		445.513,01	1.445.463,01
06.182.0009.2.023	Manutenção das atividades da Secretaria de Defesa do Cidadão	999.950,00			999.950,00
06.182.0009.2.050	Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil			2.500,00	2.500,00
06.182.0009.2.068	Manutenção do Convênio Radiopatrulha da Polícia Militar				0,00
06.182.0009.2.075	Manutenção do Convênio com o Corpo de Bombeiros Militar			221.590,62	221.590,62
06.182.0009.2.076	Manutenção do Convênio Radiopatrulha da Polícia Militar				0,00
06.182.0009.2.077	Manutenção do Departamento de Trânsito				
06.182.0009.2.078	Manutenção do Convênio de Trânsito/Polícia Civil				
06.182.0009.2.079	Manutenção do Convênio de Trânsito/Polícia Militar				

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
08	Assistência Social			1.404.428,16	1.404.428,16
08.241	Assistência ao Idoso			7.365,95	7.365,95
08.241.0015	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			7.365,95	7.365,95
08.241.0015.2.047	Manutenção das atividades de assistência aos idosos			7.365,95	7.365,95
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente			271.678,42	271.678,42
08.243.0017	DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE			271.678,42	271.678,42
08.243.0017.2.041	Manutenção das atividades do Conselho Tutelar			185.120,23	185.120,23
08.243.0017.2.049	Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência			86.558,19	86.558,19
08.244	Assistência Comunitária			1.125.383,79	1.125.383,79
08.244.0014	GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			642.229,90	642.229,90
08.244.0014.1.014	Ampliação e Reforma da Secretaria de Assistência Social			0,00	0,00
08.244.0014.2.040	Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social			642.229,90	642.229,90
08.244.0015	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			469.153,89	469.153,89
08.244.0015.2.042	Apoio ao Conselho Municipal de Assistência Social			748,65	748,65
08.244.0015.2.043	Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social			5.937,00	5.937,00
08.244.0015.2.043	Manutenção das atividades de Proteção Social Básica			101.209,73	101.209,73
08.244.0015.2.043	Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social			27.116,00	27.116,00
08.244.0015.2.043	Manutenção das atividades de Proteção Social Básica			301.417,51	301.417,51
08.244.0015.2.046	Concessão de Benefícios Eventuais			32.725,00	32.725,00
08.244.0016	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL			14.000,00	14.000,00
08.244.0016.2.044	Manutenção das atividades de Proteção Especial de Média Complexidade			0,00	0,00
08.244.0016.2.045	Manutenção das atividades de Proteção Especial de Alta Complexidade			14.000,00	14.000,00
08.244.0098	EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA			0,00	0,00
08.244.0098.2.048	Ações em situações de Emergência e Calamidade Pública na Área da Assistência Soc			0,00	0,00
09	Previdência Social			126.429,06	126.429,06
09.272	Previdência do Regime Estatutário			126.429,06	126.429,06
09.272.0003	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO			126.429,06	126.429,06
09.272.0003.2.007	Pagamento de benefícios aos Inativos e Pensionistas			126.429,06	126.429,06
10	Saúde			9.463.662,40	9.463.662,40
10.301	Atenção Básica			5.449.727,95	5.449.727,95
10.301.0013	SAÚDE			5.420.365,48	5.420.365,48
10.301.0013.1.010	Construção de Unidades de Saúde	92.816,06		0,00	0,00
10.301.0013.1.011	Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	92.816,06		92.816,06	92.816,06
10.301.0013.1.012	Aquisição de Imóvel para Construção de Unidades de Saúde	92.816,06		5.327.549,42	5.327.549,42
10.301.0013.1.013	Instalação de Academias ao Ar Livre	92.816,06		0,00	0,00
10.301.0013.2.030	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde			0,00	0,00
10.301.0013.2.032	Capacitação dos Servidores Públicos da Saúde			1.484.166,62	1.484.166,62
10.301.0013.2.033	Apoio ao Conselho Municipal de Saúde			7.649,32	7.649,32
10.301.0013.2.034	Manutenção das atividades de Atenção Básica na Saúde			2.836,50	2.836,50
				3.832.896,98	3.832.896,98

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página 3

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
10	Saúde				9.463.662,40
10.301	Atenção Básica		92.816,06	9.370.846,34	5.449.727,95
10.301.0097	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO		92.816,06	5.356.911,89	29.362,47
10.301.0097.2.031	Conservação do Patrimônio Público na Área da Saúde			29.362,47	29.362,47
10.301.0098	EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA				0,00
10.301.0098.2.039	Ações em situações de Emergência e Calamidade Pública na Área da Saúde				0,00
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial				3.452.267,84
10.302.0013	SAÚDE			3.452.267,84	3.452.267,84
10.302.0013.2.035	Manutenção das atividades de Média e Alta Complexidade na Área da Saúde			3.452.267,84	3.452.267,84
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico				333.814,01
10.303.0013	SAÚDE			333.814,01	333.814,01
10.303.0013.2.036	Manutenção da Assistência Farmacêutica			333.814,01	333.814,01
10.304	Vigilância Sanitária				136.941,26
10.304.0013	SAÚDE			136.941,26	136.941,26
10.304.0013.2.037	Manutenção das atividades da Vigilância Sanitária			136.941,26	136.941,26
10.305	Vigilância Epidemiológica				90.911,34
10.305.0013	SAÚDE			90.911,34	90.911,34
10.305.0013.2.038	Manutenção das atividades da Vigilância Epidemiológica			90.911,34	90.911,34
12	Educação				14.611.197,49
12.306	Alimentação e Nutrição		2.935.647,34	11.675.550,15	463.120,48
12.306.0019	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR			463.120,48	463.120,48
12.306.0019.2.052	Manutenção da Merenda Escolar			463.120,48	463.120,48
12.361	Ensino Fundamental				9.589.409,97
12.361.0020	ENSINO FUNDAMENTAL			6.783.785,21	9.549.225,10
12.361.0020.1.017	Construção de Unidades do Ensino Fundamental			2.805.624,76	2.556.000,00
12.361.0020.1.019	Ampliação e Reforma das Unidades do Ensino Fundamental			2.556.000,00	249.624,76
12.361.0020.2.053	Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação			463.284,28	463.284,28
12.361.0020.2.054	Manutenção das atividades do Ensino Fundamental			4.423.399,23	130,80
12.361.0020.2.054	Manutenção das atividades do Ensino Fundamental			15.000,00	15.000,00
12.361.0020.2.054	Manutenção das atividades do Ensino Fundamental			11.806,20	11.806,20
12.361.0020.2.056	Capacitação dos Servidores Públicos do Ensino Fundamental			1.829.979,83	1.829.979,83
12.361.0020.2.057	Manutenção do Transporte Escolar			40.184,87	40.184,87
12.361.0097	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO			40.184,87	40.184,87
12.361.0097.2.055	Conservação do Patrimônio Público do Ensino Fundamental				0,00
12.361.0098	EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA				0,00
12.361.0098.2.058	Ações em situação de Emergência e Calamidade Pública no Ensino Fundamental				49.653,55
12.362	Ensino Médio				49.653,55
12.362.0021	ENSINO MÉDIO				49.653,55
12.362.0021.2.059	Apoio ao Ensino Médio				49.653,55
12.363	Ensino Profissional				100.000,00
12.363.0022	ENSINO PROFISSIONAL				100.000,00
12.363.0022.2.060	Apoio ao Ensino Profissionalizante				100.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 4

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
12	Educação		2.935.647,34	11.675.550,15	14.611.197,49
12.364	Ensino Superior			432.783,17	432.783,17
12.364.0023	ENSINO SUPERIOR			432.783,17	432.783,17
12.364.0023.2.061	Apoio ao Ensino Superior			432.783,17	432.783,17
12.365	Educação Infantil			3.697.137,75	3.697.137,75
12.365.0024	EDUCAÇÃO INFANTIL			3.695.479,05	3.695.479,05
12.365.0024.1.018	Construção de Unidades da Educação Infantil		130.022,58		130.022,58
12.365.0024.1.020	Ampliação e Reforma das Unidades da Educação Infantil		130.022,58		130.022,58
12.365.0024.2.062	Manutenção das atividades da Educação Infantil			3.687.511,65	3.687.511,65
12.365.0024.2.064	Capacitação dos Servidores Públicos da Educação Infantil			7.967,40	7.967,40
12.365.0097	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO			1.658,70	1.658,70
12.365.0097.2.063	Conservação do Patrimônio Público da Educação Infantil			1.658,70	1.658,70
12.365.0098	EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA				0,00
12.365.0098.2.065	Ações em situações de Emergência e Calamidade Pública na Educação Infantil				0,00
12.366	Educação de Jovens e Adultos			29.867,50	29.867,50
12.366.0025	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS			29.867,50	29.867,50
12.366.0025.2.066	Manutenção das atividades da Educação de Jovens e Adultos			29.867,50	29.867,50
12.367	Educação Especial			119.202,49	119.202,49
12.367.0026	EDUCAÇÃO ESPECIAL			119.202,49	119.202,49
12.367.0026.2.067	Manutenção das atividades da Educação Especial			119.202,49	119.202,49
13	Cultura			280.289,99	280.289,99
13.392	Difusão Cultural			280.289,99	280.289,99
13.392.0005	CULTURA			280.289,99	280.289,99
13.392.0005.2.013	Apoio e Realização de Eventos Culturais			59.224,48	59.224,48
13.392.0005.2.014	Manutenção dos serviços de Promoções Culturais			216.680,05	216.680,05
13.392.0005.2.015	Manutenção da Banda Municipal e Fanfarras			4.385,46	4.385,46
14	Direitos da Cidadania			0,00	0,00
14.422	Direitos Individuais, Coletivos e Difusos			0,00	0,00
14.422.0012	PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR			0,00	0,00
14.422.0012.2.029	Manutenção das atividades de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON			0,00	0,00
15	Urbanismo			5.486.719,37	5.963.079,74
15.451	Infra-Estrutura Urbana		476.360,37		476.360,37
15.451.0004	OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS		455.881,13		455.881,13
15.451.0004.1.003	Obras de Infraestrutura Viária		455.881,13		455.881,13
15.451.0004.1.005	Instalação de Pontos de Ônibus		404.661,13		404.661,13
15.451.0004.1.006	Construção da Casa Mortuária Municipal		51.220,00		51.220,00
15.452	Serviços Urbanos				0,00
15.452.0004	OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS		20.479,24		20.479,24
15.452.0004.1.004	Aquisição e Desapropriação de Imóveis		20.479,24		20.479,24
15.452.0004.2.011	Manutenção das atividades da Secretaria de Obras, Transporte e Serviços Urbanos			4.217.582,59	4.217.582,59

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página 5

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
15	Urbanismo		476.360,37	5.486.719,37	5.963.079,74
15.452	Serviços Urbanos		20.479,24	5.486.719,37	5.507.198,61
15.452.0004	OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS		20.479,24	5.486.719,37	5.507.198,61
15.452.0004.2.012	Manutenção e ampliação da Rede de Iluminação Pública			1.269.136,78	1.269.136,78
16	Habitação				0,00
16.482	Habitação Urbana				0,00
16.482.0011	HABITAÇÃO POPULAR				0,00
16.482.0011.1.009	Investimentos no Programa de Habitação de Interesse Social				0,00
16.482.0011.2.028	Manutenção do Fundo Municipal de Habitação Popular				0,00
17	Saneamento				0,00
17.512	Saneamento Básico Urbano			575.561,03	575.561,03
17.512.0018	SANEAMENTO BÁSICO			575.561,03	575.561,03
17.512.0018.1.016	Obras de Infraestrutura em Saneamento Básico			0,00	0,00
17.512.0018.2.051	Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saneamento Básico			575.561,03	575.561,03
18	Gestão Ambiental				
18.541	Preservação e Conservação Ambiental			321.842,63	321.842,63
18.541.0006	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL			321.842,63	321.842,63
18.541.0006.2.016	Manutenção das atividades de Preservação, Conservação e Gestão Ambiental			321.842,63	321.842,63
20	Agricultura				
20.606	Extensão Rural			1.245.157,43	1.245.157,43
20.606.0007	AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL			1.245.157,43	1.245.157,43
20.606.0007.2.017	Manutenção das atividades da Secretaria da Agricultura e do Meio Ambiente			1.245.157,43	1.245.157,43
23	Comércio e Serviços				
23.695	Turismo			709.030,37	709.030,37
23.695.0008	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO			709.030,37	709.030,37
23.695.0008.1.007	Obras de Infraestrutura Turística			0,00	0,00
23.695.0008.2.018	Manutenção das atividades da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo			117.281,63	117.281,63
23.695.0008.2.026	Manutenção do Fundo de Desenvolvimento do Turismo			0,00	0,00
23.695.0008.2.027	Promoção, Apoio, Participação e Realização de Eventos Turísticos			591.748,74	591.748,74
26	Transporte				
26.782	Transporte Rodoviário				0,00
26.782.0009	DEFESA DO CIDADÃO				0,00
26.782.0009.2.019	Manutenção do Departamento de Trânsito				0,00
26.782.0009.2.020	Manutenção do Convênio de Trânsito/Polícia Civil				0,00
26.782.0009.2.021	Manutenção do Convênio de Trânsito/Polícia Militar				0,00

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas por Projetos e Atividades - Anexo 07 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Operações Especiais	Projetos	Atividades	Total
27	Desporto e Lazer			615.233,15	615.233,15
27.812	Desporto Comunitário			615.233,15	615.233,15
27.812.0010	ESPORTE E LAZER			615.233,15	615.233,15
27.812.0010.1.008	Ampliação e Reforma de Unidades Esportivas			0,00	0,00
27.812.0010.2.024	Manutenção da Secretaria de Esporte e Lazer			516.313,35	516.313,35
27.812.0010.2.025	Apoio e Realização de Eventos Esportivos			98.919,80	98.919,80
28	Encargos Especiais	954.371,45			954.371,45
28.843	Serviço da Dívida Interna	506.371,45			506.371,45
28.843.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS	506.371,45			506.371,45
28.843.0000.0.001	Amortização e Encargos da Dívida Pública	506.371,45			506.371,45
28.845	Outras Transferências	448.000,00			448.000,00
28.845.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS	448.000,00			448.000,00
28.845.0000.0.002	Contribuições para Formação do PASEP	448.000,00			448.000,00
99	Reserva de Contingência				0,00
99.999	Reserva de Contingência				0,00
99.999.0099	RESERVA DE CONTINGÊNCIA				0,00
99.999.0099.9.999	Reserva de Contingência				0,00
Total:		954.371,45	4.504.773,77	37.010.497,25	42.469.642,47

Luiz Alves, 26/03/2019

MARCOS PEDRO VEBER Prefeito Municipal de Luiz Alves	FERNANDA CAIRE Contadora CRC/SC 030.072/O-8	ADILSON BALSANELLI Contador CRC/SC 029.772/O-3
ADRIANA TERESINHA SCHMITZ ZIMMERMA Secretária de Finanças	ROSANA HERMES Coordenadora de Controle Interno	

ANEXO 08 - DEM. DESP. FUNÇÕES, SUBFUNÇÕES

Publicação Nº 1969015

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Página 1

Anexo 08 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
1	Legislativa	1.133.866,59		1.133.866,59
01.031	Ação Legislativa	1.133.866,59		1.133.866,59
01.031.0001	GESTÃO, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO CÂMARA MUNI	1.133.866,59		1.133.866,59
01.031.0001.2.001	Manutenção das Atividades da Câmara Municipal de Vere	1.133.866,59		1.133.866,59
2	Judiciária	399.381,07		399.381,07
02.062	Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	399.381,07		399.381,07
02.062.0002	PROCESSO JUDICIÁRIO	399.381,07		399.381,07
02.062.0002.2.003	Manutenção das atividades da Procuradoria Jurídica	286.032,09		286.032,09
02.062.0002.2.004	Pagamento de Precatórios e Sentenças Judiciais	113.348,98		113.348,98
4	Administração	3.113.648,90		3.220.648,90
04.122	Administração Geral	2.354.004,46	107.000,00	2.461.004,46
04.122.0003	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	2.301.636,45	107.000,00	2.408.636,45
04.122.0003.2.002	Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito	570.309,32	59.000,00	629.309,32
04.122.0003.2.005	Transferência de Recurso à Associações de Municípios	214.112,70		214.112,70
04.122.0003.2.006	Manutenção das atividades da Secretaria de Administração	1.490.187,46	48.000,00	1.538.187,46
04.122.0003.2.008	Capacitação dos Servidores Públicos	27.026,97		27.026,97
04.122.0097	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	52.368,01		52.368,01
04.122.0097.2.010	Conservação do Patrimônio Público Municipal	52.368,01		52.368,01
04.123	Administração Financeira	759.644,44		759.644,44
04.123.0003	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	759.644,44		759.644,44
04.123.0003.2.009	Manutenção das atividades da Secretaria da Fazenda e P	759.644,44		759.644,44
6	Segurança Pública	254.462,60	1.191.000,41	1.445.463,01
06.182	Defesa Civil	254.462,60	1.191.000,41	1.445.463,01
06.182.0009	DEFESA DO CIDADÃO	254.462,60	1.191.000,41	1.445.463,01
06.182.0009.1.015	Obras de Defesa Civil: Prevenção, Reconstrução e Recup		999.950,00	999.950,00
06.182.0009.2.022	Manutenção do Convênio com o Corpo de Bombeiros Milit		2.500,00	2.500,00
06.182.0009.2.050	Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil	221.590,62		221.590,62
06.182.0009.2.075	Manutenção do Convênio com o Corpo de Bombeiros Milit	23.707,34	37.113,35	60.820,69
06.182.0009.2.076	Manutenção do Convênio Radiopatrulha da Polícia Militar	7.174,35		7.174,35
06.182.0009.2.077	Manutenção do Departamento de Trânsito	1.990,29	84.558,90	86.549,19
06.182.0009.2.078	Manutenção do Convênio de Trânsito/Polícia Civil		18.637,44	18.637,44
06.182.0009.2.079	Manutenção do Convênio de Trânsito/Polícia Militar		48.240,72	48.240,72
8	Assistência Social	1.143.275,71	261.152,45	1.404.428,16
08.241	Assistência ao Idoso	7.365,95		7.365,95
08.241.0015	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	7.365,95		7.365,95
08.241.0015.2.047	Manutenção das atividades de assistência aos idosos	7.365,95		7.365,95
08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	233.424,21	38.254,21	271.678,42
08.243.0017	DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	233.424,21	38.254,21	271.678,42
08.243.0017.2.041	Manutenção das atividades do Conselho Tutelar	185.120,23		185.120,23
08.243.0017.2.049	Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência	48.303,98	38.254,21	86.558,19
08.244	Assistência Comunitária	902.485,55	222.898,24	1.125.383,79
08.244.0014	GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	622.469,25	19.760,65	642.229,90
08.244.0014.2.040	Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistê	622.469,25	19.760,65	642.229,90
08.244.0015	PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	266.016,30	203.137,59	469.153,89
08.244.0015.2.042	Apoio ao Conselho Municipal de Assistência Social	498,50	250,15	748,65
08.244.0015.2.043	Manutenção das atividades de Proteção Social Básica	232.792,80	202.887,44	435.680,24
08.244.0015.2.046	Concessão de Benefícios Eventuais	32.725,00		32.725,00
08.244.0016	PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	14.000,00		14.000,00
08.244.0016.2.045	Manutenção das atividades de Proteção Especial de Alta C	14.000,00		14.000,00
9	Previdência Social	126.429,06		126.429,06
09.272	Previdência do Regime Estatutário	126.429,06		126.429,06
09.272.0003	ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	126.429,06		126.429,06
09.272.0003.2.007	Pagamento de benefícios aos Inativos e Pensionistas	126.429,06		126.429,06
10	Saúde	4.972.339,85	4.491.322,55	9.463.662,40
10.301	Atenção Básica	2.810.739,58	2.638.988,37	5.449.727,95
10.301.0013	SAÚDE	2.781.377,11	2.638.988,37	5.420.365,48
10.301.0013.1.011	Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	92.816,06		92.816,06
10.301.0013.2.030	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde	1.436.198,31	47.968,31	1.484.166,62
10.301.0013.2.032	Capacitação dos Servidores Públicos da Saúde	7.649,32		7.649,32
10.301.0013.2.033	Apoio ao Conselho Municipal de Saúde	2.836,50		2.836,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

 Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos
 Anexo 08 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 2

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
10	Saúde	4.972.339,85	4.491.322,55	9.463.662,40
10.301	Atenção Básica	2.810.739,58	2.638.988,37	5.449.727,95
10.301.0013	SAÚDE	2.781.377,11	2.638.988,37	5.420.365,48
10.301.0013.2.034	Manutenção das atividades de Atenção Básica na Saúde	1.241.876,92	2.591.020,06	3.832.896,98
10.301.0097	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	29.362,47		29.362,47
10.301.0097.2.031	Conservação do Patrimônio Público na Área da Saúde	29.362,47		29.362,47
10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.783.729,34	1.668.538,50	3.452.267,84
10.302.0013	SAÚDE	1.783.729,34	1.668.538,50	3.452.267,84
10.302.0013.2.035	Manutenção das atividades de Média e Alta Complexidade	1.783.729,34	1.668.538,50	3.452.267,84
10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	161.781,92	172.032,09	333.814,01
10.303.0013	SAÚDE	161.781,92	172.032,09	333.814,01
10.303.0013.2.036	Manutenção da Assistência Farmacêutica	161.781,92	172.032,09	333.814,01
10.304	Vigilância Sanitária	135.615,33	1.325,93	136.941,26
10.304.0013	SAÚDE	135.615,33	1.325,93	136.941,26
10.304.0013.2.037	Manutenção das atividades da Vigilância Sanitária	135.615,33	1.325,93	136.941,26
10.305	Vigilância Epidemiológica	80.473,68	10.437,66	90.911,34
10.305.0013	SAÚDE	80.473,68	10.437,66	90.911,34
10.305.0013.2.038	Manutenção das atividades da Vigilância Epidemiológica	80.473,68	10.437,66	90.911,34
12	Educação	3.825.276,80	10.785.920,69	14.611.197,49
12.306	Alimentação e Nutrição	260.638,45	202.482,03	463.120,48
12.306.0019	ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	260.638,45	202.482,03	463.120,48
12.306.0019.2.052	Manutenção da Merenda Escolar	260.638,45	202.482,03	463.120,48
12.361	Ensino Fundamental	2.214.293,80	7.375.116,17	9.589.409,97
12.361.0020	ENSINO FUNDAMENTAL	2.194.293,81	7.354.931,29	9.549.225,10
12.361.0020.1.017	Construção de Unidades do Ensino Fundamental		2.556.000,00	2.556.000,00
12.361.0020.1.019	Ampliação e Reforma das Unidades do Ensino Fundamen	94.593,50	155.031,26	249.624,76
12.361.0020.2.053	Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Ed	460.316,78	2.967,50	463.284,28
12.361.0020.2.054	Manutenção das atividades do Ensino Fundamental	1.396.857,37	3.041.672,66	4.438.530,03
12.361.0020.2.056	Capacitação dos Servidores Públicos do Ensino Fundame	11.806,20		11.806,20
12.361.0020.2.057	Manutenção do Transporte Escolar	230.719,96	1.599.259,87	1.829.979,83
12.361.0097	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	19.999,99	20.184,88	40.184,87
12.361.0097.2.055	Conservação do Patrimônio Público do Ensino Fundamen	19.999,99	20.184,88	40.184,87
12.362	Ensino Médio	306,68	49.346,87	49.653,55
12.362.0021	ENSINO MÉDIO	306,68	49.346,87	49.653,55
12.362.0021.2.059	Apoio ao Ensino Médio	306,68	49.346,87	49.653,55
12.363	Ensino Profissional	100.000,00		100.000,00
12.363.0022	ENSINO PROFISSIONAL	100.000,00		100.000,00
12.363.0022.2.060	Apoio ao Ensino Profissionalizante	100.000,00		100.000,00
12.364	Ensino Superior	432.783,17		432.783,17
12.364.0023	ENSINO SUPERIOR	432.783,17		432.783,17
12.364.0023.2.061	Apoio ao Ensino Superior	432.783,17		432.783,17
12.365	Educação Infantil	670.525,21	3.156.635,12	3.827.160,33
12.365.0024	EDUCAÇÃO INFANTIL	668.866,51	3.156.635,12	3.825.501,63
12.365.0024.1.018	Construção de Unidades da Educação Infantil		130.022,58	130.022,58
12.365.0024.2.062	Manutenção das atividades da Educação Infantil	660.899,11	3.026.612,54	3.687.511,65
12.365.0024.2.064	Capacitação dos Servidores Públicos da Educação Infantil	7.967,40		7.967,40
12.365.0097	CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	1.658,70		1.658,70
12.365.0097.2.063	Conservação do Patrimônio Público da Educação Infantil	1.658,70		1.658,70
12.366	Educação de Jovens e Adultos	29.867,50		29.867,50
12.366.0025	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	29.867,50		29.867,50
12.366.0025.2.066	Manutenção das atividades da Educação de Jovens e Adu	29.867,50		29.867,50
12.367	Educação Especial	116.861,99	2.340,50	119.202,49
12.367.0026	EDUCAÇÃO ESPECIAL	116.861,99	2.340,50	119.202,49
12.367.0026.2.067	Manutenção das atividades da Educação Especial	116.861,99	2.340,50	119.202,49
13	Cultura	280.289,99		280.289,99
13.392	Difusão Cultural	280.289,99		280.289,99
13.392.0005	CULTURA	280.289,99		280.289,99
13.392.0005.2.013	Apoio e Realização de Eventos Culturais	59.224,48		59.224,48
13.392.0005.2.014	Manutenção dos serviços de Promoções Culturais	216.680,05		216.680,05
13.392.0005.2.015	Manutenção da Banda Municipal e Fanfarras	4.385,46		4.385,46

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE LUIZ ALVES**

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos

Página 3

Anexo 08 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
15	Urbanismo	3.690.722,17	2.272.357,57	5.963.079,74
15.451	Infra-Estrutura Urbana	208.323,18	247.557,95	455.881,13
15.451.0004	OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS	208.323,18	247.557,95	455.881,13
15.451.0004.1.003	Obras de Infraestrutura Viária	157.103,18	247.557,95	404.661,13
15.451.0004.1.005	Instalação de Pontos de Ônibus	51.220,00		51.220,00
15.452	Serviços Urbanos	3.482.398,99	2.024.799,62	5.507.198,61
15.452.0004	OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS	3.482.398,99	2.024.799,62	5.507.198,61
15.452.0004.1.004	Aquisição e Desapropriação de Imóveis	20.479,24		20.479,24
15.452.0004.2.011	Manutenção das atividades da Secretaria de Obras, Trans	3.362.503,87	855.078,72	4.217.582,59
15.452.0004.2.012	Manutenção e ampliação da Rede de Iluminação Pública	99.415,88	1.169.720,90	1.269.136,78
17	Saneamento	575.561,03		575.561,03
17.512	Saneamento Básico Urbano	575.561,03		575.561,03
17.512.0018	SANEAMENTO BÁSICO	575.561,03		575.561,03
17.512.0018.2.051	Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Sanea	575.561,03		575.561,03
18	Gestão Ambiental	321.842,63		321.842,63
18.541	Preservação e Conservação Ambiental	321.842,63		321.842,63
18.541.0006	GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL	321.842,63		321.842,63
18.541.0006.2.016	Manutenção das atividades de Preservação, Conservação	321.842,63		321.842,63
20	Agricultura	1.245.157,43		1.245.157,43
20.606	Extensão Rural	1.245.157,43		1.245.157,43
20.606.0007	AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL	1.245.157,43		1.245.157,43
20.606.0007.2.017	Manutenção das atividades da Secretaria da Agricultura e	1.245.157,43		1.245.157,43
23	Comércio e Serviços	709.030,37		709.030,37
23.695	Turismo	709.030,37		709.030,37
23.695.0008	INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	709.030,37		709.030,37
23.695.0008.2.018	Manutenção das atividades da Secretaria de Indústria, Co	117.281,63		117.281,63
23.695.0008.2.027	Promoção, Apoio, Participação e Realização de Eventos T	591.748,74		591.748,74
26	Transporte			0,00
26.782	Transporte Rodoviário			0,00
26.782.0009	DEFESA DO CIDADÃO			0,00
26.782.0009.2.019	Manutenção do Departamento de Trânsito			0,00
26.782.0009.2.020	Manutenção do Convênio de Trânsito/Polícia Civil			0,00
27	Desporto e Lazer	567.233,15	48.000,00	615.233,15
27.812	Desporto Comunitário	567.233,15	48.000,00	615.233,15
27.812.0010	ESPORTE E LAZER	567.233,15	48.000,00	615.233,15
27.812.0010.2.024	Manutenção da Secretaria de Esporte e Lazer	468.313,35	48.000,00	516.313,35
27.812.0010.2.025	Apoio e Realização de Eventos Esportivos	98.919,80		98.919,80
28	Encargos Especiais	954.371,45		954.371,45
28.843	Serviço da Dívida Interna	506.371,45		506.371,45
28.843.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS	506.371,45		506.371,45
28.843.0000.0.001	Amortização e Encargos da Dívida Pública	506.371,45		506.371,45
28.845	Outras Transferências	448.000,00		448.000,00
28.845.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS	448.000,00		448.000,00
28.845.0000.0.002	Contribuições para Formação do PASEP	448.000,00		448.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas Conforme o Vínculo com os Recursos
Anexo 08 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 4

Código	Especificação	Ordinário	Vinculado	Total
28	Encargos Especiais	954.371,45		954.371,45
28.845	Outras Transferências	448.000,00		448.000,00
28.845.0000	OPERAÇÕES ESPECIAIS	448.000,00		448.000,00
28.845.0000.0.002	Contribuições para Formação do PASEP	448.000,00		448.000,00
Total:		23.312.888,80	19.156.753,67	42.469.642,47

Luiz Alves, 26/03/2019

MARCOS PEDRO VEBER Prefeito Municipal de Luiz Alves	FERNANDA CAIRE Contadora CRC/SC 030.072/O-8	ADILSON BALSANELLI Contador CRC/SC 029.772/O-3
ADRIANA TERESINHA SCHMITZ ZIMMERMA Secretária de Finanças	ROSANA HERMES Coordenadora de Controle Interno	

ANEXO 09 - DESPESA POR ÓRGÃOS E FUNÇÕES

Publicação Nº 1969020

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

ÓRGÃOS	LEGISLATIVA	JUDICIÁRIA	ESSENCIAL À JUSTIÇA	ADMINISTRAÇÃO	DEFESA NACIONAL	SEGURANÇA PÚBLICA
1 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.133.866,59					
2 GABINETE DO PREFEITO				629.309,32		
3 ASSESSORIA JURÍDICA		399.381,07				
4 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO				1.779.327,13		
5 SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO				759.644,44		
6 SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SEF				52.368,01		
10 SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO						2.500,00
18 FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL						1.221.540,62
24 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJ.						221.422,39
Total :	1.133.866,59	399.381,07		3.220.648,90		1.445.463,01
ÓRGÃOS	RELAÇÕES EXTERIORES	ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREVIDÊNCIA SOCIAL	SAÚDE	TRABALHO	EDUCAÇÃO
4 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO			126.429,06			
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE				9.463.662,40		
16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1.317.869,97				
17 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÉ		86.558,19				
20 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						14.611.197,49
Total :		1.404.428,16	126.429,06	9.463.662,40		14.611.197,49
ÓRGÃOS	CULTURA	DIREITOS DA CIDADANIA	URBANISMO	HABITAÇÃO	SANEAMENTO	GESTÃO AMBIENTAL
6 SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SEF			5.963.079,74			
7 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	280.289,99					
8 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIE						321.842,63
19 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BASIOC					575.561,03	
Total :	280.289,99		5.963.079,74		575.561,03	321.842,63
ÓRGÃOS	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	COMUNICAÇÕES
8 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIE						
Total :		1.245.157,43				

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

ÓRGÃOS		CIÊNCIA E TECNOLOGIA	AGRICULTURA	ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	INDÚSTRIA	COMÉRCIO E SERVIÇOS	COMUNICAÇÕES
9	SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TL					709.030,37	
Total :		1.245.157,43					709.030,37
ÓRGÃOS		ENERGIA	TRANSPORTES	DESPORTO E LAZER	ENCARGOS ESPECIAIS	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	TOTAL
1	CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES						1.133.866,59
2	GABINETE DO PREFEITO						629.309,32
3	ASSESSORIA JURÍDICA						399.381,07
4	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO						1.905.756,19
5	SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO				954.371,45		1.714.015,89
6	SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SEF						6.015.447,75
7	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA						280.289,99
8	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE						1.567.000,06
9	SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TL						709.030,37
10	SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO						2.500,00
11	SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER						615.233,15
15	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			615.233,15			615.233,15
16	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						9.463.662,40
17	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA						1.317.869,97
18	FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL						86.558,19
19	FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO						1.221.540,62
20	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO						575.561,03
24	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO						14.611.197,49
Total :		954.371,45					42.469.642,47

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página 3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções - Anexo 9 - Administração Direta, Indireta e Fundacional

Luiz Alves, 26/03/2019

MARCOS PEDRO VEBER Prefeito Municipal de Luiz Alves	FERNANDA CAIRE Contadora CRC/SC 030.072/O-8	ADILSON BALSANELLI Contador CRC/SC 029.772/O-3
ADRIANA TERESINHA SCHMITZ ZIMMERMANN Secretária de Finanças	ROSANA HERMES Coordenadora de Controle Interno	

ANEXO 10 - COMPARATIVO DA RECEITA ORÇADA COM A ARRECADADA

Publicação Nº 1969022

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Exercício de 2018

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página 1

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
RECEITAS	38.814.000,00	43.594.935,75	14.220.076,61	9.439.140,86
Receitas Correntes	33.218.185,09	38.931.806,94	9.994.156,07	4.280.534,22
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.955.100,00	3.499.916,50	1.304.852,05	760.035,55
Impostos	2.163.100,00	2.634.298,02	1.121.947,03	650.749,01
Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	482.000,00	431.575,65	301.599,15	352.023,50
Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF	0,00	2.292,75	2.292,75	0,00
Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF	0,00	2.292,75	2.292,75	0,00
Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Principal	0,00	2.292,75	2.292,75	0,00
Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Outros	0,00	58,41	58,41	0,00
Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Educação	0,00	15,06	15,06	0,00
Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF - Saúde	0,00	2.219,28	2.219,28	0,00
Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Impostos	0,00	8.659,99	8.659,99	0,00
Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Impostos	0,00	8.659,99	8.659,99	0,00
Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Líquida de Impostos	0,00	8.659,99	8.659,99	0,00
Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Outros	0,00	1.991,61	1.991,61	0,00
Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Educação	0,00	829,86	829,86	0,00
Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ - Saúde	0,00	5.838,52	5.838,52	0,00
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	482.000,00	420.622,91	290.646,41	352.023,50
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	481.000,00	412.383,55	283.407,05	352.023,50
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	481.000,00	412.383,55	283.407,05	352.023,50
Imposto sobre a Renda - RF - Trabalho - Principal - Outros	240.500,00	23.752,47	0,00	216.747,53
Imposto sobre a Renda - RF - Trabalho - Principal - Educação	137.085,00	1.809,03	0,00	135.275,97
Imposto sobre a Renda - RF - Trabalho - Principal - Saúde	103.415,00	386.822,05	283.407,05	0,00
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	1.000,00	8.239,36	7.239,36	0,00
Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Outros Rendimentos	1.000,00	8.239,36	7.239,36	0,00
Imposto sobre a Renda - RF - Outros Rendimentos - Principal	500,00	4.943,58	4.443,58	0,00
Imposto sobre a Renda - RF - Outros Rendimentos - Principal	285,00	2.059,86	1.774,86	0,00
Imposto sobre a Renda - RF - Outros Rendimentos - Principal	215,00	1.235,92	1.020,92	0,00
Impostos Específicos de Estados/DF Municípios	1.681.100,00	2.202.722,37	820.347,88	298.725,51
Impostos sobre o Patrimônio para Estados/DF/Municípios	961.100,00	1.390.066,98	577.010,59	148.043,61
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	745.100,00	1.144.588,47	537.128,86	137.640,39
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Principal	470.000,00	1.007.145,06	537.145,06	0,00
IPTU - Principal - Outros	235.000,00	728.723,32	493.723,32	0,00
(R) IPTU - Outros	0,00	-124.434,42	-124.434,42	0,00
IPTU - Principal - Educação	123.950,00	303.632,95	179.682,95	0,00
(R) IPTU - Educação	0,00	-51.847,53	-51.847,53	0,00
IPTU - Principal - Saúde	111.050,00	182.179,11	71.129,11	0,00
(R) IPTU - Saúde	0,00	-31.108,37	-31.108,37	0,00
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	5.100,00	2.883,97	-1,51	2.214,52
IPTU - Multas e Juros - Outros	2.550,00	1.732,09	0,00	817,91
(R) Dedução IPTU - Multas e Juros - Outros	0,00	-0,97	-0,97	0,00
IPTU - Multas e Juros - Educação	1.453,50	721,01	0,00	732,49
(R) Dedução IPTU - Multas e Juros - Educação	0,00	-0,35	-0,35	0,00
IPTU - Multas e Juros - Saúde	1.096,50	432,38	0,00	664,12
(R) Dedução IPTU - Multas e Juros - Saúde	0,00	-0,19	-0,19	0,00
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dividendos	200.000,00	109.396,99	-11,98	90.591,03
IPTU - Dívida Ativa - Outros	100.000,00	65.646,47	0,00	34.353,53
Dedução de IPTU - Dívida Ativa - Outros	0,00	-7,20	-7,20	0,00
IPTU - Dívida Ativa - Educação	57.000,00	27.351,87	0,00	29.648,13
Dedução de IPTU - Dívida Ativa - Educação	0,00	-2,99	-2,99	0,00
IPTU - Dívida Ativa - Saúde	43.000,00	16.410,63	0,00	26.589,37

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 2

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Dedução de IPTU - Dívida Ativa - Saúde	0,00	-1,79	-1,79	0,00
Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Div	70.000,00	25.162,45	-2,71	44.834,84
IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - Outros	35.000,00	15.100,21	0,00	19.899,79
Dedução IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - Outros	0,00	-1,65	-1,65	0,00
IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - Educação	19.950,00	6.290,88	0,00	13.659,12
Dedução IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - Educação	0,00	-0,67	-0,67	0,00
IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - Saúde	15.050,00	3.774,07	0,00	11.275,93
Dedução IPTU - Dívida Ativa - Multas e Juros - Saúde	0,00	-0,39	-0,39	0,00
Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de	216.000,00	245.478,51	39.881,73	10.403,22
Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e d	215.000,00	245.478,51	39.881,73	9.403,22
ITBI - Principal - Outros	107.500,00	147.287,11	39.787,11	0,00
ITBI - Principal - Educação	61.275,00	61.369,62	94,62	0,00
ITBI - Principal - Saúde	46.225,00	36.821,78	0,00	9.403,22
Imposto sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e d	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
ITBI - Multas e Juros - Outros	500,00	0,00	0,00	500,00
ITBI - Multas e Juros - Educação	285,00	0,00	0,00	285,00
ITBI - Multas e Juros - Saúde	215,00	0,00	0,00	215,00
Impostos sobre a Produção, circulação de Mercadorias e Serviço:	720.000,00	812.655,39	243.337,29	150.681,90
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	720.000,00	812.655,39	243.337,29	150.681,90
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Principal	670.000,00	794.037,44	243.348,97	119.311,53
ISSQN - Principal - Outros	335.000,00	583.027,88	248.027,88	0,00
(R) ISSQN - Principal - Outros	0,00	-2.807,39	-2.807,39	0,00
ISSQN - Principal - Educação	190.950,00	134.805,55	0,00	56.144,45
(R) ISSQN - Principal - Educação	0,00	-1.169,70	-1.169,70	0,00
ISSQN - Principal - Saúde	144.050,00	80.882,92	0,00	63.167,08
(R) ISSQN - Principal - Saúde	0,00	-701,82	-701,82	0,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e Juro	2.000,00	1.252,44	0,00	747,56
(R)Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Multas e J	0,00	-3,71	-3,71	0,00
ISSQN - Multas e Juros - Outros	1.000,00	751,79	0,00	248,21
ISSQN - Multas e Juros - Educação	570,00	312,98	0,00	257,02
ISSQN - Multas e Juros - Saúde	430,00	187,67	0,00	242,33
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa	37.000,00	14.081,70	-5,93	22.912,37
ISSQN - Dívida Ativa - Outros	18.500,00	8.452,74	0,00	10.047,26
Dedução de ISSQN - Dívida Ativa - Outros	0,00	-3,57	-3,57	0,00
ISSQN - Dívida Ativa - Educação	10.545,00	3.521,83	0,00	7.023,17
Dedução de ISSQN - Dívida Ativa - Educação	0,00	-1,48	-1,48	0,00
ISSQN - Dívida Ativa - Saúde	7.955,00	2.113,06	0,00	5.841,94
Dedução de ISSQN - Dívida Ativa - Saúde	0,00	-0,88	-0,88	0,00
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - Dívida Ativa -	11.000,00	3.287,52	-2,04	7.710,44
ISSQN - Dívida Ativa - Multas e Juros - Outros	5.500,00	1.973,96	0,00	3.526,04
Dedução de ISSQN - Multas e Juros - Outros	0,00	-1,23	-1,23	0,00
ISSQN - Dívida Ativa - Multas e Juros - Educação	3.135,00	822,34	0,00	2.312,66
Dedução de ISSQN - Multas e Juros - Educação	0,00	-0,51	-0,51	0,00
ISSQN - Dívida Ativa - Multas e Juros - Saúde	2.365,00	493,26	0,00	1.871,74
Dedução de ISSQN - Multas e Juros - Saúde	0,00	-0,30	-0,30	0,00
Taxas	792.000,00	864.143,50	181.430,04	109.286,54
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	265.500,00	316.249,65	71.883,01	21.133,36
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	265.500,00	316.249,65	71.883,01	21.133,36
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização	265.500,00	316.249,65	71.883,01	21.133,36
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Principal	235.000,00	251.506,19	25.154,80	8.648,61
Taxa de Vigilância Sanitária - Principal	17.000,00	19.485,03	2.485,03	0,00
Dedução Taxas de Vigilância Sanitária - Principal	0,00	-6,34	-6,34	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE LUIZ ALVES**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 3

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Taxa de Funcionamento Estab. Com/Ind/Serviços - Principal	200.000,00	199.351,39	0,00	648,61
Dedução Taxa de Funcionamento Estab. Com/Ind/Serviços	0,00	-76,29	-76,29	0,00
Taxa de Publicidade Comercial	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Taxa de Licença para Execução de Obras	10.000,00	32.752,40	22.752,40	0,00
Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Princip	7.000,00	0,00	0,00	7.000,00
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas e Juros	1.500,00	4.714,68	4.491,43	1.276,75
Taxas de Vigilância Sanitária - Multas e Juros	1.000,00	23,25	0,00	976,75
Dedução Taxas de Vigilância Sanitária - Multas e Juros	0,00	-0,20	-0,20	0,00
Taxas de Funcionamento Estab. Com/Ind/Serv - Multas e Ju	100,00	4.493,75	4.393,75	0,00
Dedução Taxas de Funcionamento Estab. Com/Ind/Serv - M	0,00	-2,36	-2,36	0,00
Taxa de Publicidade Comercial - Multas e Juros	100,00	0,00	0,00	100,00
Taxa de Licença para Execução de Obras - Multas e Juros	100,00	200,24	100,24	0,00
Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Multas	200,00	0,00	0,00	200,00
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa	21.000,00	49.473,52	37.473,52	9.000,00
Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa	1.000,00	1.647,02	647,02	0,00
Taxa de Funcionamento Estab. Com/Ind/Serv - Dívida Ativa	10.000,00	44.913,99	34.913,99	0,00
Dedução Taxa de Funcionamento Estab. Com/Ind/Serv - Di	0,00	-2,64	-2,64	0,00
Taxa de Publicidade Comercial - Dívida Ativa	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Taxa de Licença para Execução de Obras - Dívida Ativa	1.000,00	2.915,15	1.915,15	0,00
Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida	8.000,00	0,00	0,00	8.000,00
Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida Ativa - Mu	8.000,00	10.555,26	4.763,26	2.208,00
Taxa de Vigilância Sanitária - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.000,00	264,07	0,00	735,93
Taxa de Funcionamento Estab. Com/Ind/Serv. - Dívida Ativa	5.000,00	9.763,68	4.763,68	0,00
Dedução Taxa de Funcionamento Estab. Com/Ind/Serv. - Di	0,00	-0,42	-0,42	0,00
Taxa de Publicidade Comercial - Dívida Ativa - Multas e Juro	100,00	0,00	0,00	100,00
Taxa de Licença para Execução de Obras - Dívida Ativa - Mi	1.000,00	527,93	0,00	472,07
Outras Taxas de Inspeção, Controle e Fiscalização - Dívida	900,00	0,00	0,00	900,00
Taxas pela Prestação de Serviços	526.500,00	547.893,85	109.547,03	88.153,18
Taxas pela Prestação de Serviços	526.500,00	547.893,85	109.547,03	88.153,18
Taxas pela Prestação de Serviços	526.500,00	547.893,85	109.547,03	88.153,18
Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	485.000,00	458.948,28	59.955,07	86.006,79
Taxa de Coleta de Lixo - Principal	400.000,00	328.836,46	0,00	71.163,54
Dedução Taxa de Coleta de Lixo - Principal	0,00	-23.645,19	-23.645,19	0,00
Taxa de Limpeza Pública - Principal	25.000,00	20.156,75	0,00	4.843,25
Dedução Taxa de Limpeza Pública - Principal	0,00	-0,42	-0,42	0,00
Taxa de Serviços Cadastrais	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Taxa de Coleta de Lixo - Zona Rural - Principal	0,00	58.632,13	58.632,13	0,00
Dedução Taxa de Coleta de Lixo - Zona Rural - Principal	0,00	-4.260,62	-4.260,62	0,00
Outras Taxas pela Prestação de Serviços - Principal	50.000,00	79.243,33	29.243,33	0,00
Dedução Outras Taxas pela Prestação de Serviços - Princip	0,00	-14,16	-14,16	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços - Multas e Juros	500,00	2.436,22	2.082,61	146,39
Taxa de Coleta de Lixo - Multas e Juros	100,00	1.318,31	1.218,31	0,00
Dedução Taxa de Coleta de Lixo - Multas e Juros	0,00	-1,56	-1,56	0,00
Taxa de Limpeza Pública - Multas e Juros	100,00	53,61	0,00	46,39
Dedução Taxa de Limpeza Pública - Multas e Juros	0,00	-0,09	-0,09	0,00
Taxa de Serviços Cadastrais - Multas e Juros	100,00	0,00	0,00	100,00
Taxa de Coleta de Lixo - Zona Rural - Multas e Juros	0,00	185,84	185,84	0,00
Dedução Taxa de Coleta de Lixo - Zona Rural - Multas e Jur	0,00	-0,56	-0,56	0,00
Outras Taxas de Prestação de Serviços - Multas e Juros	200,00	881,33	681,33	0,00
Dedução Outras Taxas de Prestação de Serviços - Multas e	0,00	-0,66	-0,66	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa	29.000,00	71.841,53	43.841,53	1.000,00
Taxa de Coleta de Lixo - Dívida Ativa	10.000,00	47.692,57	37.692,57	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE LUIZ ALVES**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 4

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Dedução Taxa de Coleta de Lixo - Dívida Ativa	0,00	-1,06	-1,06	0,00
Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa	5.000,00	5.050,27	50,27	0,00
Dedução Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa	0,00	-0,43	-0,43	0,00
Taxa de Serviços Cadastrais - Dívida Ativa	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Outras Taxas de Prestação de Serviços - Dívida Ativa	13.000,00	19.100,39	6.100,39	0,00
Dedução Outras Taxas de Prestação de Serviços - Dívida Ativa	0,00	-0,21	-0,21	0,00
Taxas pela Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	12.000,00	14.667,82	3.667,82	1.000,00
Taxa de Coleta de Lixo - Dívida Ativa - Multas e Juros	9.000,00	9.776,26	776,26	0,00
Dedução Taxa de Coleta de Lixo - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00	-0,51	-0,51	0,00
Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.000,00	1.112,77	112,77	0,00
Dedução Taxa de Limpeza Pública - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00	-0,17	-0,17	0,00
Taxa de Serviços Cadastrais - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.000,00	0,00	0,00	1.000,00
Outras Taxas de Prestação de Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	1.000,00	3.779,61	2.779,61	0,00
Dedução Outras Taxas de Prestação de Serviços - Dívida Ativa	0,00	-0,14	-0,14	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	1.474,98	1.474,98	0,00
Contribuição de Melhoria	0,00	1.474,98	1.474,98	0,00
Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa	0,00	774,74	774,74	0,00
Contribuição de Melhoria - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00	700,24	700,24	0,00
Contribuições	1.148.000,00	1.150.260,75	2.260,75	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.148.000,00	1.150.260,75	2.260,75	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.148.000,00	1.150.260,75	2.260,75	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.148.000,00	1.150.260,75	2.260,75	0,00
Receita Patrimonial	255.000,00	330.776,21	188.310,12	112.533,91
Valores Mobiliários	255.000,00	255.773,71	113.307,62	112.533,91
Juros e Correções Monetárias	255.000,00	255.773,71	113.307,62	112.533,91
Remuneração de Depósitos Bancários	255.000,00	255.773,71	113.307,62	112.533,91
Remuneração de Depósitos Bancários - Principal	255.000,00	255.773,71	113.307,62	112.533,91
Remuneração de Depósitos Bancários Vinculados - Educação	0,00	22.990,23	22.990,23	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Transferências de Recursos	0,00	4.732,98	4.732,98	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - PNAE: Ensino Fundamental	0,00	1.313,27	1.313,27	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - PNATE: Ensino Fundamental	0,00	452,80	452,80	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Transporte Escolar	0,00	16,01	16,01	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Construção de Obras	0,00	700,71	700,71	0,00
Dedução de Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Construção de Obras	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Construção de Obras	0,00	875,80	875,80	0,00
Rem. Dep. Bancários Vinculados - FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - FUNDEB 60% - Recurso	0,00	8.124,52	8.124,52	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - FUNDEB 40% - Recurso	0,00	5.416,70	5.416,70	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Royalties do Petróleo	0,00	238,71	238,71	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Apoio as Creches	0,00	361,06	361,06	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - PAR - Ônibus Escolares	0,00	6,53	6,53	0,00
Dedução de Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - PAR - Ônibus Escolares	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Apoio FPM - Educação	0,00	772,64	772,64	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Alienação de Bens	0,00	27,19	27,19	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários Vinculados - Saúde	0,00	27.006,88	27.006,88	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - PAB - Piso de Atenção Básica	0,00	15.676,55	15.676,55	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - PFVS: Piso Fixo de Valor	0,00	1.534,44	1.534,44	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Piso Fixo de Vigilância	0,00	2.436,57	2.436,57	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Assistência Farmacêutica	0,00	63,79	63,79	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Cofinanciamento	0,00	3.067,29	3.067,29	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE LUIZ ALVES**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 5

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Assistência Farm:	0,00	77,13	77,13	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - MAC União: teto M	0,00	851,48	851,48	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Royalties do Petrô	0,00	248,00	248,00	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Ações Calamitosa	0,00	134,30	134,30	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Fundo Catarinens	0,00	1.195,15	1.195,15	0,00
Dedução Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Fundo C	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Convênio: Constr	0,00	24,20	24,20	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Convênio: Constr	0,00	386,81	386,81	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Prog. Financ. Açõ	0,00	155,38	155,38	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Construção e Amq	0,00	97,81	97,81	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Estruturação da F	0,00	711,82	711,82	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - PCD - Programa I	0,00	242,91	242,91	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Estruturação de L	0,00	1.182,73	1.182,73	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Alienação de Ben:	0,00	6,59	6,59	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Convênio 2017TR	0,00	109,08	109,08	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários Vinculados - Assistêr	0,00	5.200,82	5.200,82	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - PBF - Piso Básicc	0,00	2.078,69	2.078,69	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - IGDBF: Bolsa Far	0,00	2.090,84	2.090,84	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - IGD-SUAS	0,00	220,17	220,17	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - PSB / CRAS / Est	0,00	694,49	694,49	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - PSB / CRAS / Est	0,00	29,55	29,55	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Aquisição de Veic	0,00	80,25	80,25	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Benefícios Eventu	0,00	0,05	0,05	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Benefício de Pres	0,00	6,78	6,78	0,00
Rem. Dep. Bancários Vinculados - Demais Recursos	0,00	1.050,92	1.050,92	0,00
Rec. Rem. Dep. Bancários Vinculados - Demais Recursos	0,00	1.050,92	1.050,92	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - CIDE	0,00	343,14	343,14	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - COSIP	0,00	1.032,06	1.032,06	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Trânsito	0,00	1.588,21	1.588,21	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Trânsito - Militar	0,00	295,76	295,76	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Trânsito - Civil	0,00	353,74	353,74	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Trânsito - Prefeitura	0,00	938,71	938,71	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Corpo de Bombeiros	0,00	4.851,35	4.851,35	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Royalties	0,00	1.071,85	1.071,85	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Royalties Saúde	0,00	243,99	243,99	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Royalties Educação	0,00	827,86	827,86	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Apoio a Obras Preventivas c	0,00	3.401,90	3.401,90	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Alienação de Bens - Educaç	0,00	9,03	9,03	0,00
Receita de Remuneração Depósitos Banc. Vincul. - Demais	0,00	19.891,41	19.891,41	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Convênio 2016TR1163 - M	0,00	1.006,21	1.006,21	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Convênio 2016TR1160 - M	0,00	581,13	581,13	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Convênio 2016TR1164 - M	0,00	526,79	526,79	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Convênio 2016TR1161 - P	0,00	920,45	920,45	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Convênio Pavim. Faustino	0,00	384,71	384,71	0,00
Dedução de Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Convênio Pav	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Convênio Pav. Estrada Ge	0,00	3.805,79	3.805,79	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Conv. Pav. Valentim Bres.	0,00	4.042,34	4.042,34	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Convênio Pavim. Calçadas	0,00	1.397,57	1.397,57	0,00
Dedução de Receita de Remuneração Depósitos Banc. Vi	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Convênio Pav. Onça - Ace:	0,00	647,09	647,09	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Convênio 2016TR1165 - P	0,00	214,61	214,61	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc - Convênio 2016TR1172 - P	0,00	64,40	64,40	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 6

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc. - Convênio 2016TR1166 - M	0,00	429,00	429,00	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc. - Convênio União: Pav. Cal	0,00	4.631,09	4.631,09	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc. - Convênio 2018TR0889 - F	0,00	6,85	6,85	0,00
Ded. Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc. - Convênio 2018TR08	0,00	0,00	0,00	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc. - Convênio União: Pav. Bra	0,00	2.315,48	2.315,48	0,00
Rec. de Rem. Dep. Rec. Vinc. - Convênio Estado: 2017TR	0,00	707,03	707,03	0,00
Receita de Remuneração de Depósitos Bancários não Vinc	255.000,00	167.335,91	24.869,82	112.533,91
Cessão de Direitos	0,00	75.002,50	75.002,50	0,00
Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	0,00	75.002,50	75.002,50	0,00
Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	0,00	75.002,50	75.002,50	0,00
Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos - Pri	0,00	75.002,50	75.002,50	0,00
Receita Agropecuária	29.760,67	100.518,69	70.758,02	0,00
Receita Agropecuária	29.760,67	100.518,69	70.758,02	0,00
Receita Agropecuária - Principal	29.760,67	89.286,00	59.525,33	0,00
Receita da Produção Vegetal - Principal	9.760,67	23.991,00	14.230,33	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados - Principal	20.000,00	65.295,00	45.295,00	0,00
Receita Agropecuária - Multas e Juros	0,00	979,66	979,66	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados - Multas e Juros	0,00	979,66	979,66	0,00
Receita Agropecuária - Dívida Ativa	0,00	9.511,31	9.511,31	0,00
Receita da Produção Vegetal - Dívida Ativa	0,00	708,24	708,24	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados - Dívida Ativa	0,00	8.803,07	8.803,07	0,00
Receita Agropecuária - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00	741,72	741,72	0,00
Receita da Produção Vegetal - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00	80,46	80,46	0,00
Receita da Produção Animal e Derivados - Dívida Ativa - Mu	0,00	661,26	661,26	0,00
Receita de Serviços	42.000,00	489.650,04	447.700,04	50,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	500,00	405.591,99	405.141,99	50,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	500,00	405.591,99	405.141,99	50,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	500,00	405.591,99	405.141,99	50,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Principal	500,00	405.228,48	404.778,48	50,00
Serviços de Comércio e Distribuição Produtos Agropecuário	500,00	450,00	0,00	50,00
Receita da FENACA - Principal	0,00	404.778,48	404.778,48	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Multas e Juros	0,00	1,20	1,20	0,00
Serviços de Comércio e Distribuição Produtos Agropecuário	0,00	1,20	1,20	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa	0,00	327,68	327,68	0,00
Receita da FENACA - Dívida Ativa	0,00	327,68	327,68	0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais - Dívida Ativa - I	0,00	34,63	34,63	0,00
Receita da FENACA - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00	34,63	34,63	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	11.500,00	33.132,56	21.632,56	0,00
Serviços de Transporte	11.500,00	33.132,56	21.632,56	0,00
Serviços de Transporte	11.500,00	33.132,56	21.632,56	0,00
Serviços de Transporte - Principal	11.500,00	33.020,57	21.520,57	0,00
Serviços de Transporte Rodoviário - Principal	11.500,00	33.020,57	21.520,57	0,00
Serviços de Transporte - Multas e Juros	0,00	111,99	111,99	0,00
Serviços de Transporte Rodoviário - Multas e Juros	0,00	112,00	112,00	0,00
Dedução Serviços de Transporte Rodoviário - Multas e Juro	0,00	-0,01	-0,01	0,00
Outros Serviços	30.000,00	50.925,49	20.925,49	0,00
Outros Serviços	30.000,00	50.925,49	20.925,49	0,00
Outros Serviços	30.000,00	50.925,49	20.925,49	0,00
Outros Serviços - Principal	30.000,00	40.658,67	10.658,67	0,00
Serviços de Preparação da Terra em Propriedade Particular	30.000,00	40.660,43	10.660,43	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE LUIZ ALVES**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 7

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Dedução de Serviços de Preparação da Terra em Propriedade	0,00	-1,76	-1,76	0,00
Outros Serviços - Multas e Juros	0,00	355,80	355,80	0,00
Serviços de Preparação da Terra em Propriedade Particular	0,00	355,86	355,86	0,00
Dedução de Serviços de Preparação da Terra em Propriedade	0,00	-0,06	-0,06	0,00
Outros Serviços - Dívida Ativa	0,00	7.900,47	7.900,47	0,00
Serviços de Preparação da Terra em Propriedade Particular	0,00	7.740,86	7.740,86	0,00
Receita decorrente de Parcelamento - Dívida Ativa	0,00	159,61	159,61	0,00
Outros Serviços - Dívida Ativa - Multas e Juros	0,00	2.010,55	2.010,55	0,00
Serviços de Preparação da Terra em Propriedade Particular	0,00	2.010,00	2.010,00	0,00
Receita decorrente de Parcelamento - Dívida Ativa - Multas	0,00	0,55	0,55	0,00
Transferências Correntes	28.768.574,79	33.343.645,76	7.964.021,42	3.388.950,45
Transferências da União e de suas Entidades	12.014.784,86	13.435.617,30	2.786.622,25	1.365.789,81
Transferências da União - Específica E/M	12.014.784,86	13.435.617,30	2.786.622,25	1.365.789,81
Participação na Receita da União	7.975.200,00	8.094.462,31	1.286.023,25	1.166.760,94
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Me	7.960.000,00	7.281.963,31	486.472,21	1.164.508,90
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota M	7.960.000,00	7.281.963,31	486.472,21	1.164.508,90
Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - Outros	4.975.000,00	5.461.472,21	486.472,21	0,00
Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - Educação	2.835.750,00	2.275.613,46	0,00	560.136,54
Dedução Cota-Parte do FPM para Formação do FUNDEB	-1.990.000,00	-1.820.490,45	0,00	-169.509,55
Cota-Parte do FPM - Cota Mensal - Principal - Saúde	2.139.250,00	1.365.368,09	0,00	773.881,91
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota	0,00	404.275,37	404.275,37	0,00
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cc	0,00	404.275,37	404.275,37	0,00
Cota-Parte do FPM 1% Cota mês de dezembro - Educação	0,00	404.275,37	404.275,37	0,00
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Cota	0,00	394.432,32	394.432,32	0,00
Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - 1% Co	0,00	394.432,32	394.432,32	0,00
Cota-Parte do FPM - Julho - Educação	0,00	98.608,08	98.608,08	0,00
Cota-Parte do FPM - Julho - Outros	0,00	295.824,24	295.824,24	0,00
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	15.200,00	13.791,31	843,35	2.252,04
Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural -	15.200,00	13.791,31	843,35	2.252,04
Cota-Parte do ITR - Principal - Outros	9.500,00	10.343,35	843,35	0,00
Cota-Parte do ITR - Principal - Educação	5.415,00	4.309,78	0,00	1.105,22
Dedução Cota-Parte do ITR para Formação do FUNDEB	-3.800,00	-3.447,67	0,00	-352,33
Cota-Parte do ITR - Principal - Outros	4.085,00	2.585,85	0,00	1.499,15
Transferência da Compensação Financeira pela Exploração de R	96.500,00	159.184,45	66.405,05	3.720,60
Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais -	11.500,00	7.779,40	0,00	3.720,60
Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais	11.500,00	7.779,40	0,00	3.720,60
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	85.000,00	151.405,05	66.405,05	0,00
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP - Principal	85.000,00	151.405,05	66.405,05	0,00
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - Educação	63.750,00	113.553,77	49.803,77	0,00
Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - Saúde	21.250,00	37.851,28	16.601,28	0,00
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS - I	2.868.163,06	4.038.868,04	1.224.578,00	53.873,02
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS -	2.868.163,06	4.038.868,04	1.224.578,00	53.873,02
Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	2.868.163,06	4.038.868,04	1.224.578,00	53.873,02
PAB - Piso de Atenção Básica	281.085,96	268.974,86	0,00	12.111,10
ESF: Estratégia Saúde da Família	229.560,00	285.759,50	56.199,50	0,00
ACS: Agentes Comunitários de Saúde	342.732,00	437.168,00	94.436,00	0,00
SB: Saúde Bucal	107.040,00	98.120,00	0,00	8.920,00
PMQAQ: Programa de Melhoria de Acesso e Qualidade	391.200,00	358.600,00	0,00	32.600,00
NASF União: Núcleos de Apoio à Saúde da Família	144.000,00	144.000,00	0,00	0,00
MAC União:Teto Municipal do MAC Ambulatorial e Hospitala	490.866,72	601.342,58	110.475,86	0,00
Teto Municipal Rede de Urgência	775.625,04	775.625,04	0,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 8

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
PFVS: Piso Fixo de Vigilância Sanitária	12.000,00	15.000,00	3.000,00	0,00
Piso Fixo de Vigilância em Saúde	36.438,48	40.415,17	3.976,69	0,00
IPVS: Incentivos Pontuais de Serviços de Vigilância em Saú	3.170,14	9.495,93	6.325,79	0,00
Teste Rápido de Gravidez	241,92	0,00	0,00	241,92
Assistência Farmacêutica Básica - União	54.202,80	67.863,96	13.661,16	0,00
FAEC - AIH - CIRURGIA ELETIVAS - COMPONENTE ÚNIC	0,00	11.871,30	11.871,30	0,00
Apoio Financeiro aos Municípios - FPM - Saúde	0,00	97.345,16	97.345,16	0,00
Incremento Temporário do PAB	0,00	451.052,00	451.052,00	0,00
Incremento ao MAC	0,00	188.300,00	188.300,00	0,00
Educação e Formação em Saúde	0,00	12.000,00	12.000,00	0,00
Teto Municipal Rede Cegonha - RCE-RCEG	0,00	834,54	834,54	0,00
Convênio 2017TR001875 - INVESTSAÚDE II	0,00	175.100,00	175.100,00	0,00
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Sc	156.856,44	61.313,96	0,00	95.542,48
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência :	156.856,44	61.313,96	0,00	95.542,48
Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistênci:	156.856,44	61.313,96	0,00	95.542,48
PBF: Piso Básico Fixo - Proteção Social Básica - CRAS	72.000,00	30.000,00	0,00	42.000,00
IGDBF: Bolsa Família	17.160,00	14.300,00	0,00	2.860,00
IGDSUAS: Índice de Gestão Descentralizada SUAS	8.296,44	8.075,90	0,00	220,54
SCFV: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo:	59.400,00	8.938,06	0,00	50.461,94
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolve	842.065,36	1.047.896,94	208.401,58	2.570,00
Transferências do Salário-Educação	572.000,00	657.002,18	85.002,18	0,00
Transferências do Salário-Educação - Principal	572.000,00	657.002,18	85.002,18	0,00
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacio	161.156,00	176.389,00	17.803,00	2.570,00
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nac	161.156,00	176.389,00	17.803,00	2.570,00
PNAE Ensino Fundamental	45.720,00	52.957,00	7.237,00	0,00
PNAE Educação Infantil	59.706,00	69.550,00	9.844,00	0,00
PNAE Pré Escola	53.394,00	50.824,00	0,00	2.570,00
PNAE Educação de Jovens e Adultos	640,00	832,00	192,00	0,00
PNAE AEE Atendimento Educacional Especial	1.696,00	2.226,00	530,00	0,00
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nacio	108.909,36	156.098,67	47.189,31	0,00
Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Nac	108.909,36	156.098,67	47.189,31	0,00
PNATE Ensino Fundamental	75.014,10	106.704,25	31.690,15	0,00
PNATE Educação Infantil	17.336,61	21.418,82	4.082,21	0,00
PNATE Ensino Médio	16.558,65	27.975,60	11.416,95	0,00
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvol	0,00	58.407,09	58.407,09	0,00
Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenv	0,00	58.407,09	58.407,09	0,00
Apoio FPM - Educação	0,00	58.407,09	58.407,09	0,00
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/96	36.000,00	33.891,60	1.214,37	3.322,77
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 87/	36.000,00	33.891,60	1.214,37	3.322,77
Transferência Financeira do ICMS – Desoneração – L.C. Nº 8	36.000,00	33.891,60	1.214,37	3.322,77
Transferência Financeira do ICMS Des. L.C. Nº 87/96 - Prin	22.500,00	23.300,06	800,06	0,00
Transferência Financeira do ICMS Des. L.C. Nº 87/96 - Prin	12.825,00	13.239,31	414,31	0,00
Dedução Transferência Financeira do ICMS Des. L.C. Nº 87/	-9.000,00	-8.472,84	0,00	-527,16
Transferência Financeira do ICMS Des. L.C. Nº 87/96 - Prin	9.675,00	5.825,07	0,00	3.849,93
Outras Transferências da União	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
Outras Transferências da União	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
Outras Transferências da União - Principal	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
FEX - Fundo de Exportações	40.000,00	0,00	0,00	40.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades:	11.503.789,93	13.599.358,86	2.694.134,14	598.565,21
Transferências dos Estados - Específica E/M	11.503.789,93	13.599.358,86	2.694.134,14	598.565,21
Participação na Receita dos Estados	10.534.400,00	12.059.998,64	2.117.678,35	592.079,71
Cota-Parte do ICMS	9.192.000,00	10.572.621,51	1.868.617,27	487.995,76

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 9

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Cota-Parte do ICMS - Principal	9.192.000,00	10.572.621,51	1.868.617,27	487.995,76
Cota-Parte do ICMS - Principal - Outros	5.745.000,00	7.929.416,19	2.184.416,19	0,00
Cota-Parte do ICMS - Principal - Educação	3.274.650,00	3.304.218,81	29.568,81	0,00
Dedução Cota-Parte do ICMS para Formação do FUNDEB	-2.298.000,00	-2.643.367,73	-345.367,73	0,00
Cota-Parte do ICMS - Principal - Saúde	2.470.350,00	1.982.354,24	0,00	487.995,76
Cota-Parte do IPVA	1.196.000,00	1.297.677,65	200.339,00	98.661,35
Cota-Parte do IPVA - Principal	1.196.000,00	1.297.677,65	200.339,00	98.661,35
Cota-Parte do IPVA - Principal - Outros	747.500,00	973.257,15	225.757,15	0,00
Cota-Parte do IPVA - Principal - Educação	426.075,00	405.524,19	0,00	20.550,81
Dedução Cota-Parte do IPVA para Formação do FUNDEB	-299.000,00	-324.418,15	-25.418,15	0,00
Cota-Parte do IPVA - Principal - Saúde	321.425,00	243.314,46	0,00	78.110,54
Cota-Parte do IPI - Municípios	133.600,00	162.572,91	34.395,51	5.422,60
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal	133.600,00	162.572,91	34.395,51	5.422,60
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - Outros	83.500,00	121.929,59	38.429,59	0,00
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - Educação	47.595,00	50.804,00	3.209,00	0,00
Dedução Cota-Parte do IPI para Formação do FUNDEB	-33.400,00	-40.643,08	-7.243,08	0,00
Cota-Parte do IPI - Municípios - Principal - Saúde	35.905,00	30.482,40	0,00	5.422,60
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	12.800,00	27.126,57	14.326,57	0,00
Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	12.800,00	27.126,57	14.326,57	0,00
Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde	196.626,00	223.140,50	33.000,00	6.485,50
Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde	196.626,00	223.140,50	33.000,00	6.485,50
Transferência de Recursos do Estado para Programas de Saúde	196.626,00	223.140,50	33.000,00	6.485,50
Cofinanciamento de Atenção Básica em Saúde	118.800,00	151.800,00	33.000,00	0,00
NASF Estadual: Núcleos de Apoio à Saúde da Família Estadual	30.000,00	27.500,00	0,00	2.500,00
Assistência Farmacêutica Básica - Estado	47.826,00	43.840,50	0,00	3.985,50
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	0,00	14.075,08	14.075,08	0,00
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	0,00	14.075,08	14.075,08	0,00
Transferências de Estados destinadas à Assistência Social - F	0,00	14.075,08	14.075,08	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,01	0,01	0,00
Custeio Assistência Social: PSB / CRAS - Estadual	0,00	14.075,07	14.075,07	0,00
Transferência de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e do	772.763,93	1.302.144,64	529.380,71	0,00
Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas	672.063,93	777.761,01	105.697,08	0,00
Transferências de Convênio dos Estados Destinadas a Programas	672.063,93	777.761,01	105.697,08	0,00
Transporte Escolar Estadual	672.063,93	777.761,01	105.697,08	0,00
Outras Transferências de Convênio dos Estados	100.700,00	524.383,63	423.683,63	0,00
Outras Transferências de Convênio dos Estados - Principal	100.700,00	524.383,63	423.683,63	0,00
Convênio Estadual: SSP/Trânsito	30.700,00	114.735,27	84.035,27	0,00
Convênio Estadual: SSP/Trânsito - Polícia Civil	9.210,00	34.420,60	25.210,60	0,00
Convênio Estadual: SSP/Trânsito - Polícia Militar	9.210,00	34.420,60	25.210,60	0,00
Convênio Estadual: SSP/Trânsito - Prefeitura	12.280,00	45.894,07	33.614,07	0,00
Convênio Estadual: Corpo de Bombeiros Militar	70.000,00	165.203,91	95.203,91	0,00
Convênio 20148TR0889 - FENACA	0,00	10.000,00	10.000,00	0,00
Dedução de Convênio 20148TR0889 - FENACA	0,00	-10.000,00	-10.000,00	0,00
Convênio 2016TR1160 - MACADAME RIO NOVO	0,00	55.555,55	55.555,55	0,00
Convênio 2016TR1166 - MACADAME BOA VISTA	0,00	27.777,80	27.777,80	0,00
Convênio 2016TR1163 - MACADAME BUGRE, B. COMPRILHO	0,00	105.555,55	105.555,55	0,00
Convênio 2016TR1164 - MACADAME SANTANA, MORRO I	0,00	55.555,55	55.555,55	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	5.250.000,00	6.304.007,69	2.478.603,12	1.424.595,43
Transferências de Outras Instituições Públicas - Específica E/M	5.250.000,00	6.304.007,69	2.478.603,12	1.424.595,43
Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento	5.250.000,00	6.304.007,69	2.478.603,12	1.424.595,43
Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento	5.250.000,00	6.304.007,69	2.478.603,12	1.424.595,43
Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento	5.250.000,00	6.304.007,69	2.478.603,12	1.424.595,43

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 10

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Fundeb 60% - Profissionais do Magistério	5.207.000,00	3.782.404,57	0,00	1.424.595,43
Fundeb 40% - Outros Profissionais da Educação	43.000,00	2.521.603,12	2.478.603,12	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	4.661,91	4.661,91	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	4.661,91	4.661,91	0,00
Transferências de Pessoas Físicas - Principal	0,00	4.661,91	4.661,91	0,00
Outras Receitas Correntes	19.749,63	17.038,99	16.253,67	18.964,31
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	16.253,67	16.253,67	0,00
Restituições	0,00	16.253,67	16.253,67	0,00
Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	2.455,89	2.455,89	0,00
Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	2.455,89	2.455,89	0,00
Restituição de Despesas de Exercícios Anteriores - Principal	0,00	2.455,89	2.455,89	0,00
Outras Restituições	0,00	13.797,78	13.797,78	0,00
Outras Restituições	0,00	13.797,78	13.797,78	0,00
Outras Restituições - Principal	0,00	13.787,17	13.787,17	0,00
Dedução Outras Restituições - Principal	0,00	-8,06	-8,06	0,00
Outras Restituições - Multas e Juros	0,00	18,92	18,92	0,00
Dedução Outras Restituições - Multas e Juros	0,00	-0,25	-0,25	0,00
Demais Receitas Correntes	19.749,63	785,32	0,00	18.964,31
Outras Receitas	19.749,63	785,32	0,00	18.964,31
Outras Receitas - Primárias	19.749,63	785,32	0,00	18.964,31
Outras Receitas - Primárias - Principal	19.749,63	785,32	0,00	18.964,31
Outras Receitas - Primárias - Principal	19.749,63	785,32	0,00	18.964,31
Receitas de Capital	5.595.814,91	4.663.128,81	4.225.920,54	5.158.606,64
Operações de Crédito	1.000.000,00	1.846.219,72	1.846.219,72	1.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.000.000,00	1.846.219,72	1.846.219,72	1.000.000,00
Operações de Crédito - Mercado Interno - Estados/DF/Municípios	1.000.000,00	1.846.219,72	1.846.219,72	1.000.000,00
Operações de Crédito Internas de Estados/DF/Municípios	1.000.000,00	1.846.219,72	1.846.219,72	1.000.000,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Modernizaçã	1.000.000,00	1.846.219,72	1.846.219,72	1.000.000,00
Operações de Crédito Internas para Programas de Moderniza	1.000.000,00	1.846.219,72	1.846.219,72	1.000.000,00
PMAT - Programa Modernização da Administração Tributária	1.000.000,00	0,00	0,00	1.000.000,00
Outras Operações de Crédito Internas - Contratuais	0,00	1.846.219,72	1.846.219,72	0,00
Alienação de Bens	0,00	250.710,00	250.710,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	250.710,00	250.710,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	250.710,00	250.710,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes	0,00	250.710,00	250.710,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	0,00	250.710,00	250.710,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Outros Program	0,00	184.353,07	184.353,07	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Educação	0,00	23.060,00	23.060,00	0,00
Dedução de Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Edu	0,00	-5.400,00	-5.400,00	0,00
Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Saúde	0,00	48.696,93	48.696,93	0,00
Transferências de Capital	4.595.814,91	2.566.199,09	2.128.990,82	4.158.606,64
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	1.701.567,43	1.701.567,43	0,00
Transferências da União	0,00	1.701.567,43	1.701.567,43	0,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	0,00	185.000,00	185.000,00	0,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	0,00	185.000,00	185.000,00	0,00
Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SL	0,00	185.000,00	185.000,00	0,00
Estruturação da Atenção à Saúde Bucal	0,00	25.000,00	25.000,00	0,00
Estruturação de Unidade de Atenção Especializada em :	0,00	160.000,00	160.000,00	0,00
Transferência de Convênios da União e de suas Entidades	0,00	516.617,43	516.617,43	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE LUIZ ALVES**

Comparativo da Receita Orçada Com a Arrecadada - Anexo 10

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página 11

Títulos	Orçada	Arrecadada	Diferenças	
			Para mais	Para Menos
Transferências de Convênios da União destinadas a Programas	0,00	516.617,43	516.617,43	0,00
Transferências de Convênios da União destinadas a Program	0,00	516.617,43	516.617,43	0,00
Convênio União: Pavimentação Asfáltica da Rua Faustino M	0,00	49.170,00	49.170,00	0,00
Convênio União: Pav. Calçadas e Ac.Maria Marangoni	0,00	245.850,00	245.850,00	0,00
Convênio União: Pav.Braço da Onça - Acesso a Gruta Etapa	0,00	121.875,00	121.875,00	0,00
Convênio: Pav. Calçada e Acessibilidade na Rua Francisco	0,00	122.925,00	122.925,00	0,00
Dedução de Convênio: Pav. Calçada e Acessibilidade na Ru	0,00	-23.202,57	-23.202,57	0,00
Outras Transferências da União	0,00	999.950,00	999.950,00	0,00
Outras Transferências da União	0,00	999.950,00	999.950,00	0,00
Outras Transferências da União - Principal	0,00	999.950,00	999.950,00	0,00
Apoio a Obras Preventivas de Desastres - Processo nº 5	0,00	999.950,00	999.950,00	0,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	4.595.814,91	864.631,66	427.423,39	4.158.606,64
Transferências dos Estados, Distrito Federal, e de suas Entidades	4.595.814,91	864.631,66	427.423,39	4.158.606,64
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educaç	4.595.814,91	437.208,27	0,00	4.158.606,64
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Educa	4.595.814,91	437.208,27	0,00	4.158.606,64
Transferências de Recursos Destinados a Programas de Edu	4.595.814,91	437.208,27	0,00	4.158.606,64
Construção de Unidades Escolares: Ensino Fundamental - F	3.534.000,00	0,00	0,00	3.534.000,00
Construção de Unidades Escolares: Educação Infantil - PAR	1.061.814,91	437.208,27	0,00	624.606,64
Transferências de Convênios dos Estados e do Distrito Federal e	0,00	409.410,53	409.410,53	0,00
Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único	0,00	30.986,10	30.986,10	0,00
Transferências de Convênios dos Estados para o Sistema Único	0,00	30.986,10	30.986,10	0,00
Construção de Pólo de Academia de Saúde	0,00	30.986,10	30.986,10	0,00
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Progr	0,00	378.424,43	378.424,43	0,00
Transferências de Convênios dos Estados destinadas a Progr	0,00	378.424,43	378.424,43	0,00
Convênio Estado: 2016TR1161 - Pavimentação de trecho de	0,00	169.383,89	169.383,89	0,00
Convênio Estado: 2016TR1172 - Pavimentação de trecho de	0,00	62.040,54	62.040,54	0,00
Convênio Estado: 2017TR0627 - Pavimentação Asfáltica ru	0,00	147.000,00	147.000,00	0,00
Outras Transferências dos Estados	0,00	18.012,86	18.012,86	0,00
Outras Transferências dos Estados	0,00	18.012,86	18.012,86	0,00
Outras Transferências dos Estados - Principal	0,00	18.012,86	18.012,86	0,00
Investimentos Assistência Social: PSB / CRAS - Estadual	0,00	18.012,86	18.012,86	0,00
Totais:	38.814.000,00	43.594.935,75	14.220.076,61	9.439.140,86

Luiz Alves, 26/03/2019

MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal de Luiz Alves

FERNANDA CAIRE
Contadora CRC/SC 030.072/O-8

ADILSON BALSANELLI
Contador CRC/SC 029.772/O-3

ADRIANA TERESINHA SCHMITZ ZIMMERMA
Secretária de Finanças

ROSANA HERMES
Coordenadora de Controle Interno

ANEXO 11 - COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Publicação Nº 1969023

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 1

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
02 GABINETE DO PREFEITO	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
02.01 GABINETE DO PREFEITO	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
0201.04 Administração	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
0201.04.122 Administração Geral	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
02.01.04.122.0003 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
02.01.04.122.0003.2.002 Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0500 Obrigacoes Patronais	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.1.90.13.01.00.00.00.01.0500 FGTS	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0500 Contribuições Previdenciárias - INSS	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.1.90.94.00.00.00.00.01.0500 Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.1.90.94.07.00.00.00.01.0500 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0500 Diárias - Civil	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0500 Diárias no País - Civil	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0500 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0500 Gêneros de Alimentação	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0500 Material de Expediente	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0500 Material de Processamento de Dados	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0500 Material de Copa e Cozinha	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.3.90.30.30.00.00.00.01.0500 Material para Comunicações	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Veículos	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0500 Passagens e Despesas com Locomocao	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.3.90.33.01.00.00.00.01.0500 Passagens Para o País	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.3.90.39.11.00.00.00.01.0500 Locação de Softwares	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.3.90.39.17.00.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0500 seguros em Geral	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.3.90.39.88.00.00.00.01.0500 Serviços de Publicidade e Propaganda	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.3.90.39.90.00.00.00.01.0500 Serviços de Publicidade Legal	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0500 Obrigacoes Tributarias e Contributivas	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
3.3.90.47.10.00.00.00.01.0500 Taxas	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	637.000,00	0,00	637.000,00	7.690,68

0,00

0,00

5.499,00

5.499,00

0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 2

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
02 GABINETE DO PREFEITO	637.000,00	0,00	629.309,32	7.690,68
02.01 GABINETE DO PREFEITO	637.000,00	0,00	629.309,32	7.690,68
0201.04 Administração	637.000,00	0,00	629.309,32	7.690,68
0201.04.122 Administração Geral	637.000,00	0,00	629.309,32	7.690,68
0201.04.122.0003 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	637.000,00	0,00	629.309,32	7.690,68
02.01.04.122.0003.2.002 Manutenção das atividades do Gabinete do Prefeito	637.000,00	0,00	629.309,32	7.690,68
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0547 Aplicacoes Diretas	59.000,00	0,00	59.000,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0500 Equipamentos e Material Permanente	5.499,00		5.499,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0547 Equipamentos e Material Permanente	59.000,00		59.000,00	
4.4.90.52.33.00.00.00.00.01.0500 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto	4.979,00		4.979,00	
4.4.90.52.44.00.00.00.00.01.0500 Obras de Arte e Peças Para Museu	520,00		520,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0547 Veículos de Tração Mecânica	59.000,00		59.000,00	
03 ASSESSORIA JURÍDICA	289.638,17	113.348,98	402.987,15	3.606,08
03.01 ASSESSORIA JURÍDICA	289.638,17	113.348,98	402.987,15	3.606,08
0301.02 Judiciária	289.638,17	113.348,98	402.987,15	3.606,08
0301.02.062 Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	289.638,17	113.348,98	402.987,15	3.606,08
03.01.02.062.0002 PROCESSO JUDICIÁRIO	289.638,17	113.348,98	402.987,15	3.606,08
03.01.02.062.0002.2.003 Manutenção das atividades da Procuradoria Jurídica	289.000,00	0,00	286.032,09	2.967,91
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	276.000,00	0,00	275.501,69	498,31
3.1.90.11.00.00.00.00.00.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			226.645,01	
3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0500 Obrigacoes Patronais			48.856,68	
3.1.90.13.02.00.00.00.00.01.0500 Contribuições Previdenciárias - INSS			48.856,68	
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	6.860,40	0,00	4.390,80	2.469,60
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo			2.497,80	
3.3.90.30.16.00.00.00.00.01.0500 Material de Expediente			1.328,50	
3.3.90.30.17.00.00.00.00.01.0500 Material de Processamento de Dados			616,60	
3.3.90.30.30.00.00.00.00.01.0500 Material para Comunicações			182,70	
3.3.90.30.99.00.00.00.00.01.0500 Outros Materiais de Consumo			370,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.147,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			141,00	
3.3.90.39.22.00.00.00.00.01.0500 Exposições, Congressos e Conferências			1.006,00	
3.3.90.40.00.00.00.00.00.01.0500 Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.			746,00	
3.3.90.40.09.00.00.00.00.01.0500 Manutenção e conservação de equipamentos de TIC			746,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	6.139,60	0,00	6.139,60	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0500 Equipamentos e Material Permanente			6.139,60	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 3

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
03 ASSESSORIA JURIDICA	289.638,17	113.348,98	402.987,15	399.381,07	3.606,08
03.01 ASSESSORIA JURIDICA	289.638,17	113.348,98	402.987,15	399.381,07	3.606,08
0301.02 Judiciária	289.638,17	113.348,98	402.987,15	399.381,07	3.606,08
0301.02.062 Defesa do Interesse Púb.No Processo Judiciário	289.638,17	113.348,98	402.987,15	399.381,07	3.606,08
03.01.02.062.0002 PROCESSO JUDICIÁRIO	289.638,17	113.348,98	402.987,15	399.381,07	3.606,08
03.01.02.062.0002.2.003 Manutenção das atividades da Procuradoria Jurídica	289.000,00	0,00	289.000,00	286.032,09	2.967,91
4.4.90.52.42.00.00.00.00.01.0500 Mobiliário em Geral				6.139,60	
03.01.02.062.0002.2.004 Pagamento de Precatórios e Sentenças Judiciais	638,17	113.348,98	113.987,15	113.348,98	638,17
3.2.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	0,00	638,17	638,17	0,00	638,17
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	638,17	0,00	638,17	638,17	0,00
3.3.90.91.00.00.00.00.01.0500 Sentenças Judiciais				638,17	
3.3.90.91.32.00.00.00.00.01.0500 Outros Precatórios Relativos a Despesas Correntes	0,00	112.710,81	112.710,81	638,17	0,00
4.6.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas				112.710,81	
4.6.90.91.00.00.00.00.01.0500 Sentenças Judiciais				112.710,81	
4.6.90.91.07.00.00.00.00.01.0500 Precatórios-Administração Direta				112.710,81	
04 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.947.393,30	0,00	1.947.393,30	1.905.756,19	41.637,11
04.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.947.393,30	0,00	1.947.393,30	1.905.756,19	41.637,11
0401.04 Administração	1.814.393,30	0,00	1.814.393,30	1.779.327,13	35.066,17
0401.04.122 Administração Geral	1.814.393,30	0,00	1.814.393,30	1.779.327,13	35.066,17
04.01.04.122.0003 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.814.393,30	0,00	1.814.393,30	1.779.327,13	35.066,17
04.01.04.122.0003.2.005 Transferência de Recurso à Associações de Municípios					
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas					
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0500 Obrigações Tributárias e Contributivas					
3.3.90.47.17.00.00.00.01.0500 Contribuições para Associações					
04.01.04.122.0003.2.006 Manutenção das atividades da Secretaria de Administração	224.000,00	0,00	224.000,00	214.112,70	9.887,30
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	224.000,00	0,00	224.000,00	214.112,70	9.887,30
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0500 Contratacao por Tempo Determinado				214.112,70	
3.1.90.04.04.00.00.00.01.0500 Obrigações Patronais				214.112,70	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0500 Outros Serviços Temporários					
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0500 Obrigações Patronais					
3.1.90.13.01.00.00.00.01.0500 FGTS					
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0500 Contribuições Previdenciárias - INSS					
04.01.04.122.0003.2.006 Manutenção das atividades da Secretaria de Administração	1.560.393,30	0,00	1.560.393,30	1.538.187,46	22.205,84
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	471.000,00	0,00	471.000,00	470.551,84	448,16
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0500 Contratacao por Tempo Determinado				80.231,44	
3.1.90.04.04.00.00.00.01.0500 Obrigações Patronais				17.368,49	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0500 Outros Serviços Temporários				62.862,95	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				295.594,77	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0500 Obrigações Patronais				79.218,52	
3.1.90.13.01.00.00.00.01.0500 FGTS				9.623,12	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0500 Contribuições Previdenciárias - INSS				69.595,40	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 4

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
04 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.947.393,30	0,00	1.947.393,30	1.905.756,19	41.637,11
04.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.947.393,30	0,00	1.947.393,30	1.905.756,19	41.637,11
0401.04 Administração	1.814.393,30	0,00	1.814.393,30	1.779.327,13	35.066,17
0401.04.122 Administração Geral	1.814.393,30	0,00	1.814.393,30	1.779.327,13	35.066,17
04.01.04.122.0003 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.814.393,30	0,00	1.814.393,30	1.779.327,13	35.066,17
04.01.04.122.0003.2.006 Manutenção das atividades da Secretaria de Administração	1.560.393,30	0,00	1.560.393,30	1.538.187,46	22.205,84
3.190.16.00.00.00.00.01.0500 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				7.777,47	
3.190.16.44.00.00.00.01.0500 Serviços Extraordinários				7.777,47	
3.190.94.00.00.00.00.01.0500 Indenizações Restituições Trabalhistas				7.729,64	
3.190.94.07.00.00.00.01.0500 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				7.729,64	
3.390.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicações Diretas	836.682,10	0,00	836.682,10	818.838,25	17.843,85
3.390.00.00.00.00.00.03.0098 Aplicações Diretas	176.000,00	0,00	176.000,00	172.086,17	3.913,83
3.390.14.00.00.00.00.01.0500 Diárias - Civil				2.070,00	
3.390.14.00.00.00.00.03.0098 Diárias - Civil				545,00	
3.390.14.14.00.00.00.01.0500 Diárias no País - Civil				2.070,00	
3.390.14.14.00.00.00.03.0098 Diárias no País - Civil				545,00	
3.390.30.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo				74.340,95	
3.390.30.00.00.00.00.03.0098 Material de Consumo				26.066,48	
3.390.30.01.00.00.00.01.0500 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				12.954,90	
3.390.30.01.00.00.00.03.0098 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				230,00	
3.390.30.04.00.00.00.01.0500 Gás Engarrafado				895,00	
3.390.30.04.00.00.00.03.0098 Gás Engarrafado				300,00	
3.390.30.07.00.00.00.01.0500 Gêneros de Alimentação				4.271,08	
3.390.30.07.00.00.00.03.0098 Gêneros de Alimentação				2.795,22	
3.390.30.15.00.00.00.01.0500 Material para Festividades e Homenagens				2.097,95	
3.390.30.16.00.00.00.01.0500 Material de Expediente				8.667,96	
3.390.30.16.00.00.00.03.0098 Material de Expediente				4.746,08	
3.390.30.17.00.00.00.01.0500 Material de Processamento de Dados				5.898,36	
3.390.30.17.00.00.00.03.0098 Material de Processamento de Dados				2.108,40	
3.390.30.19.00.00.00.03.0098 Material de Acondicionamento e Embalagem				164,89	
3.390.30.20.00.00.00.01.0500 Material de Cama, Mesa e Banho				39,20	
3.390.30.21.00.00.00.01.0500 Material de Copa e Cozinha				6.524,76	
3.390.30.21.00.00.00.03.0098 Material de Copa e Cozinha				1.514,00	
3.390.30.22.00.00.00.01.0500 Material de Limpeza e Produção de Higienização				8.577,04	
3.390.30.22.00.00.00.03.0098 Material de Limpeza e Produção de Higienização				3.312,59	
3.390.30.24.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Bens Imóveis				7.586,43	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 5

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
04 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.947.393,30	0,00	1.947.393,30	1.905.756,19	41.637,11
04.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.947.393,30	0,00	1.947.393,30	1.905.756,19	41.637,11
0401.04 Administração	1.814.393,30	0,00	1.814.393,30	1.779.327,13	35.066,17
0401.04.122 Administração Geral	1.814.393,30	0,00	1.814.393,30	1.779.327,13	35.066,17
04.01.04.122.0003 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.814.393,30	0,00	1.814.393,30	1.779.327,13	35.066,17
04.01.04.122.0003.2.006 Manutenção das atividades da Secretaria de Administração	1.560.393,30	0,00	1.560.393,30	1.538.187,46	22.205,84
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0098 Material para Manutenção de Bens Imóveis				4.630,28	
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Bens Móveis				1.243,00	
3.3.90.30.25.00.00.00.03.0098 Material para Manutenção de Bens Móveis				63,50	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0500 Material Elétrico e Eletrônico				1.497,05	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0098 Material Elétrico e Eletrônico				1.748,37	
3.3.90.30.29.00.00.00.01.0500 Material para Áudio, Vídeo e Foto				350,00	
3.3.90.30.30.00.00.00.01.0500 Material para Comunicações				93,30	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Veículos				885,72	
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0098 Material para Manutenção de Veículos				422,80	
3.3.90.30.44.00.00.00.01.0500 Material de Sinalização Visual e Afins				663,20	
3.3.90.30.44.00.00.00.03.0098 Material de Sinalização Visual e Afins				30,35	
3.3.90.30.50.00.00.00.03.0098 Bandeiras, Flâmulas e Insignias				2.400,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0500 Outros Materiais de Consumo				12.096,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.03.0098 Outros Materiais de Consumo				1.600,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0500 Material de Distribuição Gratuita				15.515,00	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0500 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				15.515,00	
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0500 Passagens e Despesas com Locomoção				744,15	
3.3.90.33.00.00.00.00.03.0098 Passagens e Despesas com Locomoção				1.408,17	
3.3.90.33.01.00.00.00.01.0500 Passagens Para o País				744,15	
3.3.90.33.01.00.00.00.03.0098 Passagens Para o País				1.408,17	
3.3.90.36.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				19.694,80	
3.3.90.36.00.00.00.00.03.0098 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				38.478,00	
3.3.90.36.07.00.00.00.01.0500 Estagiários				19.694,80	
3.3.90.36.07.00.00.00.03.0098 Estagiários				38.478,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				609.592,87	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0098 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				105.009,26	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0500 Serviços Técnicos Profissionais				16.697,86	
3.3.90.39.05.00.00.00.03.0098 Serviços Técnicos Profissionais				9.486,93	
3.3.90.39.08.00.00.00.03.0098 Manutenção de Software				3.882,00	
3.3.90.39.10.00.00.00.01.0500 Locação de Imóveis				28.800,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 6

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
04 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.947.393,30	0,00	1.947.393,30	1.905.756,19	41.637,11
04.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.947.393,30	0,00	1.947.393,30	1.905.756,19	41.637,11
0401.04 Administração	1.814.393,30	0,00	1.814.393,30	1.779.327,13	35.066,17
0401.04.122 Administração Geral	1.814.393,30	0,00	1.814.393,30	1.779.327,13	35.066,17
04.01.04.122.0003 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.814.393,30	0,00	1.814.393,30	1.779.327,13	35.066,17
04.01.04.122.0003.2.006 Manutenção das atividades da Secretaria de Administração	1.560.393,30	0,00	1.560.393,30	1.538.187,46	22.205,84
3.3.90.39.11.00.00.00.01.0500 Locação de Softwares				154.360,00	
3.3.90.39.14.00.00.00.01.0500 Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas Intang				850,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0500 Limpeza de Veículos				263,40	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				13.298,30	
3.3.90.39.16.00.00.00.03.0098 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				2.646,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				4.746,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Veículos				179,99	
3.3.90.39.19.00.00.00.03.0098 Manutenção e Conservação de Veículos				352,80	
3.3.90.39.20.00.00.00.03.0098 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur				80,00	
3.3.90.39.25.00.00.00.01.0500 Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins				380,00	
3.3.90.39.36.00.00.00.01.0500 Multas Indedutíveis				672,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0500 Fornecimento de Alimentação				260,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0500 Serviços de Energia Elétrica				86.987,09	
3.3.90.39.44.00.00.00.01.0500 Serviços de Água e Esgoto				26.150,00	
3.3.90.39.47.00.00.00.01.0500 Serviços de Comunicação em Geral				14.000,00	
3.3.90.39.59.00.00.00.01.0500 Serviços de Áudio, Vídeo e Foto				8.940,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0500 Serviços Gráficos e Editoriais				1.426,30	
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0098 Serviços Gráficos e Editoriais				9,00	
3.3.90.39.64.00.00.00.01.0500 Telefonia fixa e Móvel				44.817,60	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0500 seguros em Geral				3.938,54	
3.3.90.39.69.00.00.00.03.0098 seguros em Geral				786,00	
3.3.90.39.70.00.00.00.01.0500 Confecção de Uniforme, Bandeira e Flâmulas				2.000,00	
3.3.90.39.75.00.00.00.01.0500 Multas e Infrações de Trânsito				257,36	
3.3.90.39.75.00.00.00.03.0098 Multas e Infrações de Trânsito				104,13	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0500 Serviços Bancários				3.216,47	
3.3.90.39.81.00.00.00.03.0098 Serviços Bancários				2.000,00	
3.3.90.39.83.00.00.00.03.0098 Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos				105,00	
3.3.90.39.88.00.00.00.01.0500 Serviços de Publicidade e Propaganda				490,00	
3.3.90.39.90.00.00.00.01.0500 Serviços de Publicidade Legal				14.254,00	
3.3.90.39.90.00.00.00.03.0098 Serviços de Publicidade Legal				15.754,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 7

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
04 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.947.393,30	0,00	1.947.393,30	1.905.756,19	41.637,11
04.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.947.393,30	0,00	1.947.393,30	1.905.756,19	41.637,11
0401.04 Administração	1.814.393,30	0,00	1.814.393,30	1.779.327,13	35.066,17
0401.04.122 Administração Geral	1.814.393,30	0,00	1.814.393,30	1.779.327,13	35.066,17
04.01.04.122.0003 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.814.393,30	0,00	1.814.393,30	1.779.327,13	35.066,17
04.01.04.122.0003.2.006 Manutenção das atividades da Secretaria de Administração	1.560.393,30	0,00	1.560.393,30	1.538.187,46	22.205,84
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				182.607,96	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0098 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				69.803,40	
3.3.90.40.00.00.00.00.01.0500 Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.				95.807,50	
3.3.90.40.00.00.00.00.03.0098 Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.				520,66	
3.3.90.40.04.00.00.00.01.0500 Comunicação de dados				55.200,00	
3.3.90.40.08.00.00.00.01.0500 Serviços técnicos profissionais de TIC				13.320,00	
3.3.90.40.09.00.00.00.01.0500 Manutenção e conservação de equipamentos de TIC				2.182,00	
3.3.90.40.09.00.00.00.03.0098 Manutenção e conservação de equipamentos de TIC				520,66	
3.3.90.40.10.00.00.00.01.0500 Digitalização				16.000,00	
3.3.90.40.99.00.00.00.01.0500 Outros serviços de tecn. da informação e comun.				9.105,50	
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0500 Obrigações Tributárias e Contributivas				1.072,98	
3.3.90.47.00.00.00.00.03.0098 Obrigações Tributárias e Contributivas				58,60	
3.3.90.47.10.00.00.00.01.0500 Taxas				330,24	
3.3.90.47.15.00.00.00.01.0500 Multas				650,26	
3.3.90.47.15.00.00.00.03.0098 Multas				58,60	
3.3.90.47.16.00.00.00.01.0500 Juros				34,48	
3.3.90.47.18.00.00.00.01.0500 Contrib. Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				58,00	
3.3.93.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos				5.100,00	0,00
3.3.93.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				5.100,00	
3.3.93.39.00.00.00.00.01.0500 Serviços de Publicidade Legal				5.100,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas				23.611,20	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0547 Aplicacoes Diretas				48.000,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0500 Equipamentos e Material Permanente				23.611,20	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0547 Equipamentos e Material Permanente				48.000,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.01.0500 Aparelhos e Utensílios Domésticos				23.611,20	
4.4.90.52.32.00.00.00.01.0500 Máquinas e Equipamentos Gráficos				48.000,00	
4.4.90.52.33.00.00.00.01.0500 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto				4.393,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0500 Equipamentos de Processamento de Dados				410,00	
4.4.90.52.36.00.00.00.01.0500 Máquinas, Instalações e Utensílios de Escritório				3.170,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.01.0500 Mobiliário em Geral				11.191,20	
				297,00	
				4.150,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 8

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
04 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.947.393,30	0,00	1.947.393,30	41.637,11
04.01 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	1.947.393,30	0,00	1.947.393,30	41.637,11
0401.04 Administração	1.814.393,30	0,00	1.814.393,30	35.066,17
0401.04.122 Administração Geral	1.814.393,30	0,00	1.814.393,30	35.066,17
04.01.04.122.0003 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.814.393,30	0,00	1.814.393,30	35.066,17
04.01.04.122.0003.2.006 Manutenção das atividades da Secretaria de Administração	1.560.393,30	0,00	1.560.393,30	22.205,84
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0547 Veículos de Tração Mecânica			48.000,00	
04.01.04.122.0003.2.008 Capacitação dos Servidores Públicos	30.000,00	0,00	30.000,00	2.973,03
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	2.973,03
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0500 Diárias - Civil			6.525,00	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0500 Diárias no País - Civil			6.525,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			20.501,97	
3.3.90.39.22.00.00.00.01.0500 Exposições, Congressos e Conferências			9.301,97	
3.3.90.39.48.00.00.00.01.0500 Serviços de Seleção e Treinamento			7.000,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			4.200,00	
0401.09 Previdência Social	133.000,00	0,00	133.000,00	6.570,94
0401.09.272 Previdência do Regime Estatutário	133.000,00	0,00	133.000,00	6.570,94
04.01.09.272.0003 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	133.000,00	0,00	133.000,00	6.570,94
04.01.09.272.0003.2.007 Pagamento de benefícios aos Inativos e Pensionistas	133.000,00	0,00	133.000,00	6.570,94
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas			126.429,06	
3.1.90.01.00.00.00.00.01.0500 Aposentadorias e Reformas			126.429,06	
3.1.90.01.01.00.00.00.01.0500 Proventos - Pessoal Civil			126.429,06	
05 SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	3.050.500,00	0,00	3.050.500,00	1.336.484,11
05.01 SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	3.050.500,00	0,00	3.050.500,00	1.336.484,11
0501.04 Administração	1.767.500,00	0,00	1.767.500,00	1.007.855,56
0501.04.123 Administração Financeira	1.767.500,00	0,00	1.767.500,00	1.007.855,56
05.01.04.123.0003 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.767.500,00	0,00	1.767.500,00	1.007.855,56
05.01.04.123.0003.1.001 Programa de Modernização de Administração Tributária	1.004.000,00	0,00	1.004.000,00	1.004.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.1005 Aplicacoes Diretas	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	1.000.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 9

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
05 SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	3.050.500,00	0,00	3.050.500,00	1.714.015,89	1.336.484,11
05.01 SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	3.050.500,00	0,00	3.050.500,00	1.714.015,89	1.336.484,11
0501.04 Administração	1.767.500,00	0,00	1.767.500,00	759.644,44	1.007.855,56
0501.04.123 Administração Financeira	1.767.500,00	0,00	1.767.500,00	759.644,44	1.007.855,56
05.01.04.123.0003 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.767.500,00	0,00	1.767.500,00	759.644,44	1.007.855,56
05.01.04.123.0003.2.009 Manutenção das atividades da Secretaria da Fazenda e Planejamento	763.500,00	0,00	763.500,00	759.644,44	3.855,56
3.190.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	503.500,00	0,00	503.500,00	503.271,25	228,75
3.190.11.00.00.00.00.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			376.492,88		
3.190.13.00.00.00.00.01.0500 Obrigacoes Patronais			106.209,63		
3.190.13.01.00.00.00.01.0500 FGTS			16.660,88		
3.190.13.02.00.00.00.01.0500 Contribuições Previdenciárias - INSS			89.548,75		
3.190.16.00.00.00.00.01.0500 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			18.631,24		
3.190.16.44.00.00.00.01.0500 Serviços Extraordinários			18.631,24		
3.190.94.00.00.00.00.01.0500 Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas			1.937,50		
3.190.94.07.00.00.00.01.0500 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			1.937,50		
3.390.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	254.256,00	0,00	254.256,00	250.629,19	3.626,81
3.390.14.00.00.00.00.01.0500 Diárias - Civil			1.880,00		
3.390.14.14.00.00.00.01.0500 Diárias no País - Civil			1.880,00		
3.390.30.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo			14.922,75		
3.390.30.01.00.00.00.01.0500 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			4.263,15		
3.390.30.07.00.00.00.01.0500 Gêneros de Alimentação			755,30		
3.390.30.16.00.00.00.01.0500 Material de Expediente			4.833,86		
3.390.30.17.00.00.00.01.0500 Material de Processamento de Dados			337,00		
3.390.30.19.00.00.00.01.0500 Material de Acondicionamento e Embalagem			27,12		
3.390.30.21.00.00.00.01.0500 Material de Copa e Cozinha			135,00		
3.390.30.25.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Bens Móveis			1.430,00		
3.390.30.26.00.00.00.01.0500 Material Elétrico e Eletrônico			78,00		
3.390.30.30.00.00.00.01.0500 Material para Comunicações			2.250,65		
3.390.30.39.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Veículos			812,67		
3.390.36.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			5.262,90		
3.390.36.07.00.00.00.01.0500 Estagiários			5.262,90		
3.390.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			227.982,15		
3.390.39.05.00.00.00.01.0500 Serviços Técnicos Profissionais			108.400,00		
3.390.39.12.00.00.00.01.0500 Locação de Máquinas e Equipamentos			7.890,00		
3.390.39.19.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Veículos			567,41		
3.390.39.22.00.00.00.01.0500 Exposições, Congressos e Conferências			1.180,00		

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 10

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
05 SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	3.050.500,00	0,00	3.050.500,00	1.336.484,11
05.01 SECRETARIA DA FAZENDA E PLANEJAMENTO	3.050.500,00	0,00	3.050.500,00	1.336.484,11
0501.04 Administração	1.767.500,00	0,00	1.767.500,00	1.007.855,56
0501.04.123 Administração Financeira	1.767.500,00	0,00	1.767.500,00	1.007.855,56
05.01.04.123.0003 ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	1.767.500,00	0,00	1.767.500,00	1.007.855,56
05.01.04.123.0003.2.009 Manutenção das atividades da Secretaria da Fazenda e Planejamento	763.500,00	0,00	763.500,00	3.855,56
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0500 Fornecimento de Alimentação			488,71	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0500 Serviços Gráficos e Editoriais			8.243,08	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0500 seguros em Geral			45,55	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0500 Serviços Bancários			71.500,00	
3.3.90.39.90.00.00.00.01.0500 Serviços de Publicidade Legal			2.738,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			26.929,40	
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0500 Obrigações Tributárias e Contributivas			581,39	
3.3.90.47.10.00.00.00.01.0500 Taxas			81,39	
3.3.90.47.15.00.00.00.01.0500 Multas			500,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	5.744,00	0,00	5.744,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0500 Equipamentos e Material Permanente			5.744,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0500 Equipamentos de Processamento de Dados			5.744,00	
0501.28 Encargos Especiais	1.283.000,00	0,00	1.283.000,00	328.628,55
0501.28.843 Serviço da Dívida Interna	835.000,00	0,00	835.000,00	328.628,55
05.01.28.843.0000 OPERAÇÕES ESPECIAIS	835.000,00	0,00	835.000,00	328.628,55
05.01.28.843.0000.0.001 Amortização e Encargos da Dívida Pública	835.000,00	0,00	835.000,00	328.628,55
3.2.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	300.000,00	0,00	300.000,00	240.768,43
3.2.90.21.00.00.00.00.01.0500 Juros sobre a Dívida por Contrato			59.231,57	
3.2.90.21.99.00.00.00.01.0500 Outros Juros da Dívida Contratada			59.231,57	
4.6.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	535.000,00	0,00	535.000,00	87.860,12
4.6.90.71.00.00.00.00.01.0500 Principal da Dívida Contratual Resgatado			447.139,88	
4.6.90.71.99.00.00.00.01.0500 Outras Amortizações da Dívida Contratada			447.139,88	
0501.28.845 Outras Transferências	448.000,00	0,00	448.000,00	0,00
05.01.28.845.0000 OPERAÇÕES ESPECIAIS	448.000,00	0,00	448.000,00	0,00
05.01.28.845.0000.0.002 Contribuições para Formação do PASEP			448.000,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas			448.000,00	0,00
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0500 Obrigações Tributárias e Contributivas			448.000,00	0,00
3.3.90.47.12.00.00.00.01.0500 Contribuição Para o PIS/PASEP			448.000,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 11

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
06 SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS	6.462.506,08	0,00	6.462.506,08	6.015.447,75	447.058,33
06.01 SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS	6.462.506,08	0,00	6.462.506,08	6.015.447,75	447.058,33
0601.01 Legislativa	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
0601.01.031 Ação Legislativa	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
06.01.01.031.0004 OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
06.01.01.031.0004.1.002 Obras de Instalação da Câmara Municipal de Vereadores	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
0601.04 Administração	55.225,89	0,00	55.225,89	52.368,01	2.857,88
0601.04.122 Administração Geral	55.225,89	0,00	55.225,89	52.368,01	2.857,88
06.01.04.122.0097 CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	55.225,89	0,00	55.225,89	52.368,01	2.857,88
06.01.04.122.0097.2.010 Conservação do Patrimônio Público Municipal	55.225,89	0,00	55.225,89	52.368,01	2.857,88
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	27.142,12	2.857,88
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo				12.671,80	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Bens Imóveis				12.671,80	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				14.470,32	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				14.470,32	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	25.225,89	0,00	25.225,89	25.225,89	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0500 Obras e Instalações				25.225,89	
4.4.90.51.07.00.00.00.01.0500 Reforma				25.225,89	
0601.15 Urbanismo	6.307.280,19	0,00	6.307.280,19	5.963.079,74	344.200,45
0601.15.451 Infra-Estrutura Urbana	515.618,43	0,00	515.618,43	455.881,13	59.737,30
06.01.15.451.0004 OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS	515.618,43	0,00	515.618,43	455.881,13	59.737,30
06.01.15.451.0004.1.003 Obras de Infraestrutura Viária	414.398,43	0,00	414.398,43	404.661,13	9.737,30
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	166.840,48	0,00	166.840,48	157.103,18	9.737,30
4.4.90.00.00.00.00.00.01.3502 Aplicacoes Diretas	243.750,00	0,00	243.750,00	243.750,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0876 Aplicacoes Diretas	3.807,95	0,00	3.807,95	3.807,95	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0500 Obras e Instalações				157.103,18	
4.4.90.51.00.00.00.00.01.3502 Obras e Instalações				243.750,00	
4.4.90.51.00.00.00.00.03.0876 Obras e Instalações				3.807,95	
4.4.90.51.98.00.00.00.01.0500 Obras Contratadas				157.103,18	
4.4.90.51.98.00.00.00.01.3502 Obras Contratadas				243.750,00	
4.4.90.51.98.00.00.00.03.0876 Obras Contratadas				3.807,95	

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE LUIZ ALVES**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 12

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
06 SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS	6.462.506,08	0,00	6.462.506,08	6.015.447,75	447.058,33
06.01 SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS	6.462.506,08	0,00	6.462.506,08	6.015.447,75	447.058,33
0601.15 Urbanismo					
0601.15.451 Infra-Estrutura Urbana					
06.01.15.451.0004 OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS	6.307.280,19	0,00	6.307.280,19	5.963.079,74	344.200,45
06.01.15.451.0004.1.005 Instalação de Pontos de Ônibus	515.618,43	0,00	515.618,43	455.881,13	59.737,30
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	515.618,43	0,00	515.618,43	455.881,13	59.737,30
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0500 Equipamentos e Material Permanente					
4.4.90.52.99.00.00.00.01.0500 Outros Equipamentos e Material Permanente	51.220,00	0,00	51.220,00	51.220,00	0,00
06.01.15.451.0004.1.006 Construção da Casa Mortuária Municipal	51.220,00	0,00	51.220,00	51.220,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas					
0601.15.452 Serviços Urbanos	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
06.01.15.452.0004 OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
06.01.15.452.0004.1.004 Aquisição e Desapropriação de Imóveis	5.791.661,76	0,00	5.791.661,76	5.507.198,61	284.463,15
4.5.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	5.791.661,76	0,00	5.791.661,76	5.507.198,61	284.463,15
4.5.90.61.00.00.00.00.01.0500 Aquisicao de Imoveis					
4.5.90.61.03.00.00.00.01.0500 Terrenos	22.000,00	0,00	22.000,00	20.479,24	1.520,76
06.01.15.452.0004.1.004 Aquisição e Desapropriação de Imóveis	22.000,00	0,00	22.000,00	20.479,24	1.520,76
4.5.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas					
06.01.15.452.0004.2.011 Manutenção das atividades da Secretaria de Obras, Transporte e Serviços Urbanos	4.489.047,88	0,00	4.489.047,88	4.217.582,59	271.465,29
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	1.713.600,00	0,00	1.713.600,00	1.700.821,87	12.778,13
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0500 Contratacao por Tempo Determinado				459.651,82	
3.1.90.04.04.00.00.00.01.0500 Obrigações Patronais				107.360,70	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0500 Outros Serviços Temporários				352.291,12	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				907.496,83	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0500 Obrigações Patronais				264.998,73	
3.1.90.13.01.00.00.00.01.0500 FGTS				50.906,28	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0500 Contribuições Previdenciárias - INSS				214.092,45	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0500 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				42.964,00	
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0500 Serviços Extraordinários				42.964,00	
3.1.90.94.00.00.00.00.01.0500 Indenizações Restituições Trabalhistas				25.710,49	
3.1.90.94.07.00.00.00.01.0500 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				25.710,49	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	1.089.647,50	0,00	1.089.647,50	1.083.501,32	6.146,18
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0866 Aplicacoes Diretas	23.786,94	0,00	23.786,94	21.062,10	2.724,84
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0975 Aplicacoes Diretas	12.595,94	0,00	12.595,94	12.595,94	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0098 Aplicacoes Diretas	524.413,69	0,00	524.413,69	523.774,81	638,88

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 13

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
06 SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS	6.462.506,08	0,00	6.462.506,08	447.058,33
06.01 SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS	6.462.506,08	0,00	6.462.506,08	447.058,33
0601.15 Urbanismo	6.307.280,19	0,00	6.307.280,19	344.200,45
0601.15.452 Serviços Urbanos	5.791.661,76	0,00	5.791.661,76	284.463,15
06.01.15.452.0004 OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS	5.791.661,76	0,00	5.791.661,76	284.463,15
06.01.15.452.0004.2.011 Manutenção das atividades da Secretaria de Obras, Transporte e Serviços Urbanos	4.489.047,88	0,00	4.489.047,88	271.465,29
3.3.90.00.00.00.00.03.0866 Aplicacoes Diretas	3.917,38	0,00	3.917,38	13,08
3.3.90.00.00.00.00.03.0876 Aplicacoes Diretas	13.861,71	0,00	13.861,71	0,00
3.3.90.00.00.00.00.03.0997 Aplicacoes Diretas	4.536,54	0,00	4.536,54	0,00
3.3.90.14.00.00.00.01.0500 Diárias - Civil			150,00	
3.3.90.14.00.00.00.03.0098 Diárias - Civil			415,00	
3.3.90.14.14.00.00.01.0500 Diárias no País - Civil			150,00	
3.3.90.14.14.00.00.03.0098 Diárias no País - Civil			415,00	
3.3.90.30.00.00.00.01.0500 Material de Consumo			412.201,29	
3.3.90.30.00.00.00.01.0866 Material de Consumo			21.062,10	
3.3.90.30.00.00.00.01.0975 Material de Consumo			12.595,94	
3.3.90.30.00.00.00.03.0098 Material de Consumo			274.619,22	
3.3.90.30.00.00.00.03.0866 Material de Consumo			3.904,30	
3.3.90.30.01.00.00.01.0500 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			179.679,69	
3.3.90.30.01.00.00.03.0098 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			93.658,35	
3.3.90.30.04.00.00.01.0500 Gás Engarrafado			1.265,00	
3.3.90.30.16.00.00.01.0500 Material de Expediente			325,80	
3.3.90.30.16.00.00.03.0098 Material de Expediente			551,10	
3.3.90.30.17.00.00.01.0500 Material de Processamento de Dados			172,36	
3.3.90.30.17.00.00.03.0098 Material de Processamento de Dados			727,54	
3.3.90.30.19.00.00.01.0500 Material de Acondicionamento e Embalagem			179,70	
3.3.90.30.22.00.00.01.0500 Material de Limpeza e Produção de Higienização			1.178,89	
3.3.90.30.22.00.00.03.0098 Material de Limpeza e Produção de Higienização			1.008,30	
3.3.90.30.24.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Bens Imóveis			41.917,67	
3.3.90.30.24.00.00.03.0098 Material para Manutenção de Bens Imóveis			35.965,80	
3.3.90.30.24.00.00.03.0866 Material para Manutenção de Bens Imóveis			2.858,10	
3.3.90.30.25.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Bens Móveis			1.364,17	
3.3.90.30.25.00.00.03.0098 Material para Manutenção de Bens Móveis			1.160,49	
3.3.90.30.26.00.00.01.0500 Material Elétrico e Eletrônico			831,00	
3.3.90.30.28.00.00.01.0500 Material de Proteção e Segurança			2.275,50	
3.3.90.30.28.00.00.03.0098 Material de Proteção e Segurança			2.031,90	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 14

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
06 SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS	6.462.506,08	0,00	6.462.506,08	447.058,33
06.01 SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS	6.462.506,08	0,00	6.462.506,08	447.058,33
0601.15 Urbanismo				
0601.15.452 Serviços Urbanos	6.307.280,19	0,00	6.307.280,19	344.200,45
06.01.15.452.0004 OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS	5.791.661,76	0,00	5.791.661,76	284.463,15
	5.791.661,76	0,00	5.791.661,76	284.463,15
06.01.15.452.0004.2.011 Manutenção das atividades da Secretaria de Obras, Transporte e Serviços Urbanos	4.489.047,88	0,00	4.489.047,88	271.465,29
3.3.90.30.30.00.00.00.03.0098 Material para Comunicações			129,00	
3.3.90.30.31.00.00.00.03.0098 Sementes, Mudas de Plantas e Insumos			10.140,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Veículos			51.170,11	
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0098 Material para Manutenção de Veículos			61.468,84	
3.3.90.30.42.00.00.00.01.0500 Ferramentas			873,08	
3.3.90.30.44.00.00.00.01.0500 Material de Sinalização Visual e Afins			3.813,72	
3.3.90.30.44.00.00.00.03.0098 Material de Sinalização Visual e Afins			2.485,50	
3.3.90.30.51.00.00.00.01.0500 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo			127.154,60	
3.3.90.30.51.00.00.00.01.0866 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo			21.062,10	
3.3.90.30.51.00.00.00.01.0975 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo			12.595,94	
3.3.90.30.51.00.00.00.03.0098 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo			65.292,40	
3.3.90.30.51.00.00.00.03.0866 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo			1.046,20	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0500 Material de Distribuição Gratuita			299,00	
3.3.90.32.03.00.00.00.01.0500 Gêneros Alimentícios			299,00	
3.3.90.36.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			5.838,00	
3.3.90.36.00.00.00.00.03.0098 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			954,00	
3.3.90.36.06.00.00.00.01.0500 Serviços Técnicos Profissionais			2.340,00	
3.3.90.36.07.00.00.00.01.0500 Estagiários			3.498,00	
3.3.90.36.07.00.00.00.03.0098 Estagiários			954,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			652.697,29	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0098 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			233.224,65	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			12.762,50	
3.3.90.39.16.00.00.00.03.0098 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			2.000,25	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			358,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.03.0098 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			225,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Veículos			37.540,81	
3.3.90.39.19.00.00.00.03.0098 Manutenção e Conservação de Veículos			18.931,80	
3.3.90.39.21.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Estradas e Vias			328.850,30	
3.3.90.39.21.00.00.00.03.0098 Manutenção e Conservação de Estradas e Vias			185.223,60	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0500 Fornecimento de Alimentação			35.046,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 15

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
06 SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS	6.462.506,08	0,00	6.462.506,08	447.058,33
06.01 SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS	6.462.506,08	0,00	6.462.506,08	447.058,33
0601.15 Urbanismo	6.307.280,19	0,00	6.307.280,19	344.200,45
0601.15.452 Serviços Urbanos	5.791.661,76	0,00	5.791.661,76	284.463,15
06.01.15.452.0004 OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS	5.791.661,76	0,00	5.791.661,76	284.463,15
06.01.15.452.0004.2.011 Manutenção das atividades da Secretaria de Obras, Transporte e Serviços Urbanos	4.489.047,88	0,00	4.489.047,88	271.465,29
3.3.90.39.41.00.00.00.03.0098 Fornecimento de Alimentação	17.834,00		17.834,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0500 Serviços de Energia Elétrica	22.154,64		22.154,64	
3.3.90.39.44.00.00.00.01.0500 Serviços de Água e Esgoto	3.000,00		3.000,00	
3.3.90.39.44.00.00.00.03.0098 Serviços de Água e Esgoto	800,00		800,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0500 Serviços Gráficos e Editoriais	40,00		40,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0098 Serviços Gráficos e Editoriais	435,00		435,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0500 seguros em Geral	552,36		552,36	
3.3.90.39.75.00.00.00.01.0500 Multas e Infrações de Trânsito	156,18		156,18	
3.3.90.39.90.00.00.00.01.0500 Serviços de Publicidade Legal	6.809,00		6.809,00	
3.3.90.39.90.00.00.00.03.0098 Serviços de Publicidade Legal	5.025,00		5.025,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	205.427,50		205.427,50	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0098 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.750,00		2.750,00	
3.3.90.40.00.00.00.00.01.0500 Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.	6.514,00		6.514,00	
3.3.90.40.04.00.00.00.01.0500 Comunicação de dados	6.400,00		6.400,00	
3.3.90.40.09.00.00.00.01.0500 Manutenção e conservação de equipamentos de TIC	114,00		114,00	
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0500 Obrigações Tributárias e Contributivas	5.801,74		5.801,74	
3.3.90.47.00.00.00.00.03.0098 Obrigações Tributárias e Contributivas	14.561,94		14.561,94	
3.3.90.47.10.00.00.00.01.0500 Taxas	3.701,79		3.701,79	
3.3.90.47.10.00.00.00.03.0098 Taxas	14.292,74		14.292,74	
3.3.90.47.15.00.00.00.01.0500 Multas	1.631,95		1.631,95	
3.3.90.47.15.00.00.00.03.0098 Multas	269,20		269,20	
3.3.90.47.18.00.00.00.01.0500 Contrib. Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF	468,00		468,00	
3.3.90.93.00.00.00.00.03.0876 Indenizações e Restituições	13.861,71		13.861,71	
3.3.90.93.00.00.00.00.03.0997 Indenizações e Restituições	4.536,54		4.536,54	
3.3.90.93.02.00.00.00.03.0876 Restituições	13.861,71		13.861,71	
3.3.90.93.02.00.00.00.03.0997 Restituições	4.536,54		4.536,54	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	54.688,00	0,00	54.688,00	282,13
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0526 Aplicacoes Diretas	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	247.200,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0547 Aplicacoes Diretas	33.806,40	0,00	33.806,40	1.682,05
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0547 Aplicacoes Diretas	14.193,78	0,00	14.193,78	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 16

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
06 SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS	6.462.506,08	0,00	6.462.506,08	447.058,33
06.01 SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS	6.462.506,08	0,00	6.462.506,08	447.058,33
0601.15 Urbanismo	6.307.280,19	0,00	6.307.280,19	344.200,45
0601.15.452 Serviços Urbanos	5.791.661,76	0,00	5.791.661,76	284.463,15
06.01.15.452.0004 OBRAS, INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS	5.791.661,76	0,00	5.791.661,76	284.463,15
06.01.15.452.0004.2.011 Manutenção das atividades da Secretaria de Obras, Transporte e Serviços Urbanos	4.489.047,88	0,00	4.489.047,88	271.465,29
4.4.90.52.00.00.00.01.0500 Equipamentos e Material Permanente			54.405,87	
4.4.90.52.00.00.00.01.0526 Equipamentos e Material Permanente			752.800,00	
4.4.90.52.00.00.00.01.0547 Equipamentos e Material Permanente			32.124,35	
4.4.90.52.00.00.00.03.0547 Equipamentos e Material Permanente			14.193,78	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0500 Equipamentos de Processamento de Dados			9.824,00	
4.4.90.52.40.00.00.00.01.0500 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários			42.900,00	
4.4.90.52.40.00.00.00.01.0526 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários			499.800,00	
4.4.90.52.52.00.00.00.01.0500 Veículos de Tração Mecânica			1.681,87	
4.4.90.52.52.00.00.00.01.0526 Veículos de Tração Mecânica			253.000,00	
4.4.90.52.52.00.00.00.01.0547 Veículos de Tração Mecânica			32.124,35	
4.4.90.52.52.00.00.00.03.0547 Veículos de Tração Mecânica			14.193,78	
06.01.15.452.0004.2.012 Manutenção e ampliação da Rede de Iluminação Pública	1.280.613,88	0,00	1.280.613,88	11.477,10
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0868 Aplicacoes Diretas	1.181.000,00	0,00	1.181.000,00	11.279,10
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0098 Aplicacoes Diretas	99.613,88	0,00	99.613,88	198,00
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0868 Material de Consumo			77.546,72	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0098 Material de Consumo			10.028,04	
3.3.90.30.51.00.00.00.01.0868 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo			77.546,72	
3.3.90.30.51.00.00.00.03.0098 Mater p/ Cons e Manut de Bens de Uso Comum do Povo			10.028,04	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0868 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.092.174,18	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0098 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			89.387,84	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0868 Serviços de Energia Elétrica			970.141,22	
3.3.90.39.90.00.00.00.01.0868 Serviços de Publicidade Legal			21.652,96	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0868 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			100.380,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0098 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			89.387,84	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 17

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
07 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	351.000,00	0,00	351.000,00	280.289,99	70.710,01
07.01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	351.000,00	0,00	351.000,00	280.289,99	70.710,01
0701.13 Cultura	351.000,00	0,00	351.000,00	280.289,99	70.710,01
0701.13.392 Difusão Cultural	351.000,00	0,00	351.000,00	280.289,99	70.710,01
07.01.13.392.0005 CULTURA	351.000,00	0,00	351.000,00	280.289,99	70.710,01
07.01.13.392.0005.2.013 Apoio e Realização de Eventos Culturais	60.000,00	0,00	60.000,00	59.224,48	775,52
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	60.000,00	0,00	60.000,00	59.224,48	775,52
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo				1.114,48	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0500 Gêneros de Alimentação				845,08	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0500 Material de Copa e Cozinha				119,40	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0500 Outros Materiais de Consumo				150,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				58.110,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0500 Fornecimento de Alimentação				1.890,00	
3.3.90.39.88.00.00.00.01.0500 Serviços de Publicidade e Propaganda				200,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				56.020,00	
07.01.13.392.0005.2.014 Manutenção dos serviços de Promoções Culturais	276.000,00	0,00	276.000,00	216.680,05	59.319,95
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	210.000,00	0,00	210.000,00	152.512,55	57.487,45
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0500 Contratacao por Tempo Determinado				81.352,93	
3.1.90.04.04.00.00.00.01.0500 Obrigações Patronais				17.896,31	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0500 Outros Serviços Temporários				63.456,62	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				49.919,93	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0500 Obrigações Patronais				21.239,69	
3.1.90.13.01.00.00.00.01.0500 FGTS				4.383,35	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0500 Contribuições Previdenciárias - INSS				16.856,34	
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0500 Transferencias a Instituições Privadas sem Fins Lu	25.000,00	0,00	25.000,00	25.000,00	0,00
3.3.50.43.00.00.00.00.01.0500 Subvencoes Sociais				25.000,00	
3.3.50.43.99.00.00.00.01.0500 Outras Subvenções Sociais				25.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas				35.578,60	
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0500 Diárias - Civil				1.050,00	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0500 Diárias no País - Civil				1.050,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo				10.996,60	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0500 Gêneros de Alimentação				142,50	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0500 Material de Expediente				492,00	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0500 Material de Limpeza e Produção de Higienização				59,80	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Bens Imóveis				761,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 18

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
07 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	351.000,00	0,00	351.000,00	70.710,01
07.01 SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA	351.000,00	0,00	351.000,00	70.710,01
0701.13 Cultura	351.000,00	0,00	351.000,00	70.710,01
0701.13.392 Difusão Cultural	351.000,00	0,00	351.000,00	70.710,01
07.01.13.392.0005 CULTURA	351.000,00	0,00	351.000,00	70.710,01
07.01.13.392.0005.2.014 Manutenção dos serviços de Promoções Culturais	276.000,00	0,00	276.000,00	59.319,95
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Bens Móveis			228,80	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0500 Material Elétrico e Eletrônico			25,00	
3.3.90.30.28.00.00.00.01.0500 Material de Proteção e Segurança			119,00	
3.3.90.30.29.00.00.00.01.0500 Material para Áudio, Vídeo e Foto			574,50	
3.3.90.30.30.00.00.00.01.0500 Material para Comunicações			499,00	
3.3.90.30.42.00.00.00.01.0500 Ferramentas			145,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0500 Outros Materiais de Consumo			7.950,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			23.532,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0500 Fornecimento de Alimentação			6.410,00	
3.3.90.39.59.00.00.00.01.0500 Serviços de Áudio, Vídeo e Foto			490,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			16.632,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	1.411,10
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0500 Equipamentos e Material Permanente			3.588,90	
4.4.90.52.33.00.00.00.01.0500 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto			3.588,90	
07.01.13.392.0005.2.015 Manutenção da Banda Municipal e Fantarras	15.000,00	0,00	15.000,00	10.614,54
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	5.614,54
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo			4.075,46	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0500 Material de Processamento de Dados			140,50	
3.3.90.30.23.00.00.00.01.0500 Uniformes, Tecidos e Aviamentos			3.031,00	
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Bens Móveis			903,96	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			310,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0500 Serviços Gráficos e Editoriais			310,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 19

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.753.862,62	42.400,00	1.796.262,62	1.567.000,06	229.262,56
08.01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.753.862,62	42.400,00	1.796.262,62	1.567.000,06	229.262,56
0801.18 Gestão Ambiental					
0801.18.541 Preservação e Conservação Ambiental					
08.01.18.541.0006 GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL	305.700,00	22.400,00	328.100,00	321.842,63	6.257,37
08.01.18.541.0006.2.016 Manutenção das atividades de Preservação, Conservação e Gestão Ambiental	305.700,00	22.400,00	328.100,00	321.842,63	6.257,37
3.1.71.00.00.00.00.01.0500 Transf. a Consórcios Públicos	305.700,00	22.400,00	328.100,00	321.842,63	6.257,37
3.1.71.70.00.00.00.01.0500 Rateio pela Participação em Consórcio Público	305.700,00	22.400,00	328.100,00	321.842,63	6.257,37
3.1.71.70.01.00.00.01.0500 Participação em Consórcios Públicos	305.700,00	22.400,00	328.100,00	321.842,63	6.257,37
3.1.90.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas					
3.1.90.00.00.00.00.01.0500 Contratacao por Tempo Determinado					
3.1.90.04.00.00.00.01.0500 Obrigações Patronais					
3.1.90.04.04.00.00.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
3.1.90.11.00.00.00.01.0500 Obrigações Patronais					
3.1.90.13.00.00.00.01.0500 FGTS					
3.1.90.13.01.00.00.01.0500 Contribuições Previdenciárias - INSS					
3.1.90.13.02.00.00.01.0500 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil					
3.1.90.16.00.00.00.01.0500 Serviços Extraordinários					
3.1.90.16.44.00.00.01.0500 Transferências a Consórcios Públicos					
3.3.71.00.00.00.00.01.0500 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO					
3.3.71.70.00.00.00.01.0500 Participação em Consórcios Públicos					
3.3.71.70.01.00.00.01.0500 Participação em Consórcios Públicos					
3.3.90.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas					
3.3.90.30.00.00.00.01.0500 Material de Consumo					
3.3.90.30.01.00.00.01.0500 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos					
3.3.90.30.07.00.00.01.0500 Gêneros de Alimentação					
3.3.90.30.11.00.00.01.0500 Material Químico					
3.3.90.30.16.00.00.01.0500 Material de Expediente					
3.3.90.30.17.00.00.01.0500 Material de Processamento de Dados					
3.3.90.30.28.00.00.01.0500 Material de Proteção e Segurança					
3.3.90.30.31.00.00.01.0500 Sementes, Mudanças de Plantas e Insumos					
3.3.90.30.42.00.00.01.0500 Ferramentas					
3.3.90.35.00.00.00.01.0500 Serviços de Consultoria					
3.3.90.35.01.00.00.01.0500 Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica					
3.3.90.39.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
3.3.90.39.41.00.00.01.0500 Fornecimento de Alimentação					
3.3.90.39.63.00.00.01.0500 Serviços Gráficos e Editoriais					

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 20

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
08 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.753.862,62	42.400,00	1.796.262,62	229.262,56
08.01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.753.862,62	42.400,00	1.796.262,62	229.262,56
0801.18 Gestão Ambiental	305.700,00	22.400,00	328.100,00	6.257,37
0801.18.541 Preservação e Conservação Ambiental	305.700,00	22.400,00	328.100,00	6.257,37
08.01.18.541.0006 GESTÃO E DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL SUSTENTÁVEL	305.700,00	22.400,00	328.100,00	6.257,37
08.01.18.541.0006.2.016 Manutenção das atividades de Preservação, Conservação e Gestão Ambiental	305.700,00	22.400,00	328.100,00	6.257,37
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0500 Obrigações Tributárias e Contributivas			82,94	
3.3.90.47.10.00.00.00.01.0500 Taxas			82,94	
4.4.71.00.00.00.00.00.01.0500 Transferências a Consórcios Públicos	0,00	1.400,00	1.400,00	66,44
4.4.71.70.00.00.00.00.01.0500 Rateio pela Participação em Consórcio Público			1.333,56	
4.4.71.70.01.00.00.00.01.0500 Participação em Consórcios Públicos			1.333,56	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicações Diretas	6.500,00	0,00	6.500,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0500 Equipamentos e Material Permanente			6.500,00	
4.4.90.52.33.00.00.00.01.0500 Equipamentos Para Áudio, Vídeo e Foto			729,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0500 Equipamentos de Processamento de Dados			5.771,00	
0801.20 Agricultura	1.448.162,62	20.000,00	1.468.162,62	223.005,19
0801.20.606 Extensão Rural	1.448.162,62	20.000,00	1.468.162,62	223.005,19
08.01.20.606.0007 AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL	1.448.162,62	20.000,00	1.468.162,62	223.005,19
08.01.20.606.0007.2.017 Manutenção das atividades da Secretaria da Agricultura e do Meio Ambiente	1.448.162,62	20.000,00	1.468.162,62	223.005,19
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicações Diretas	726.000,00	0,00	726.000,00	11,36
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0500 Contratação por Tempo Determinado			40.339,93	
3.1.90.04.04.00.00.00.01.0500 Obrigações Patronais			8.127,44	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0500 Outros Serviços Temporários			32.212,49	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			507.938,04	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0500 Obrigações Patronais			141.036,92	
3.1.90.13.01.00.00.00.01.0500 FGTS			29.262,47	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0500 Contribuições Previdenciárias - INSS			111.774,45	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0500 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			31.718,49	
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0500 Serviços Extraordinários			31.718,49	
3.1.90.94.00.00.00.00.01.0500 Indenizações Restituições Trabalhistas			4.955,26	
3.1.90.94.07.00.00.00.01.0500 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			4.955,26	
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0500 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu			20.000,00	0,00
3.3.50.43.00.00.00.00.01.0500 Subvenções Sociais	0,00	20.000,00	20.000,00	
3.3.50.43.99.00.00.00.01.0500 Outras Subvenções Sociais			20.000,00	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicações Diretas	475.000,00	0,00	475.000,00	1.020,21

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 21

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
08 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.753.862,62	42.400,00	1.796.262,62	1.567.000,06	229.262,56
08.01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.753.862,62	42.400,00	1.796.262,62	1.567.000,06	229.262,56
0801.20 Agricultura	1.448.162,62	20.000,00	1.468.162,62	1.245.157,43	223.005,19
0801.20.606 Extensão Rural	1.448.162,62	20.000,00	1.468.162,62	1.245.157,43	223.005,19
08.01.20.606.0007 AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL	1.448.162,62	20.000,00	1.468.162,62	1.245.157,43	223.005,19
08.01.20.606.0007.2.017 Manutenção das atividades da Secretaria da Agricultura e do Meio Ambiente	1.448.162,62	20.000,00	1.468.162,62	1.245.157,43	223.005,19
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo				346.419,37	
3.3.90.30.01.00.00.00.00.01.0500 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				197.744,78	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0500 Gás Engarrafado				75,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0500 Gêneros de Alimentação				539,78	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0500 Material de Expediente				833,41	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0500 Material de Processamento de Dados				1.354,70	
3.3.90.30.18.00.00.00.01.0500 Materiais e Medicamentos p/Uso Veterinário				4.990,75	
3.3.90.30.19.00.00.00.01.0500 Material de Acondicionamento e Embalagem				5.500,00	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0500 Material de Copa e Cozinha				27,00	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0500 Material de Limpeza e Produção de Higienização				263,92	
3.3.90.30.23.00.00.00.01.0500 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				348,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Bens Imóveis				7.141,10	
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Bens Móveis				4.000,00	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0500 Material Elétrico e Eletrônico				1.489,23	
3.3.90.30.28.00.00.00.01.0500 Material de Proteção e Segurança				109,34	
3.3.90.30.30.00.00.00.01.0500 Material para Comunicações				127,90	
3.3.90.30.31.00.00.00.01.0500 Sementes, Mudas de Plantas e Insumos				3.286,18	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Veículos				106.061,18	
3.3.90.30.40.00.00.00.01.0500 Material Biológico				4.016,30	
3.3.90.30.41.00.00.00.01.0500 Material para Utilização em Gráfica				3.200,00	
3.3.90.30.42.00.00.00.01.0500 Ferramentas				1.109,80	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0500 Outros Materiais de Consumo				4.201,00	
3.3.90.31.00.00.00.00.01.0500 Premiações Culturais, Artíst. Científ. Despor. e Out				288,00	
3.3.90.31.99.00.00.00.01.0500 Outras Premiações				288,00	
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0500 Passagens e Despesas com Locomoção				900,00	
3.3.90.33.99.00.00.00.01.0500 Outras Despesas com Locomoção				900,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				125.389,08	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				946,50	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				1.240,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Veículos				42.166,15	

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE LUIZ ALVES**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 22

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
08 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.753.862,62	42.400,00	1.796.262,62	229.262,56
08.01 SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	1.753.862,62	42.400,00	1.796.262,62	229.262,56
0801.20 Agricultura				
0801.20.606 Extensão Rural	1.448.162,62	20.000,00	1.468.162,62	223.005,19
08.01.20.606.0007 AGRICULTURA E BEM ESTAR ANIMAL	1.448.162,62	20.000,00	1.468.162,62	223.005,19
	1.448.162,62	20.000,00	1.468.162,62	223.005,19
08.01.20.606.0007.2.017 Manutenção das atividades da Secretaria da Agricultura e do Meio Ambiente	1.448.162,62	20.000,00	1.468.162,62	223.005,19
3.3.90.39.41.00.00.00.00.01.0500 Fornecimento de Alimentação			15.572,50	
3.3.90.39.43.00.00.00.00.01.0500 Serviços de Energia Elétrica			2.049,37	
3.3.90.39.63.00.00.00.00.01.0500 Serviços Gráficos e Editoriais			180,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.00.01.0500 seguros em Geral			279,26	
3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			62.955,30	
3.3.90.40.00.00.00.00.00.01.0500 Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.			495,00	
3.3.90.40.09.00.00.00.00.01.0500 Manutenção e conservação de equipamentos de TIC			495,00	
3.3.90.47.00.00.00.00.00.01.0500 Obrigações Tributárias e Contributivas			488,34	
3.3.90.47.10.00.00.00.00.01.0500 Taxas			488,34	
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	159.100,00	0,00	159.100,00	133.911,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.1027 Aplicacoes Diretas	88.062,62	0,00	88.062,62	88.062,62
4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0500 Equipamentos e Material Permanente			25.189,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.00.01.0500 Aparelhos e Utensílios Domésticos			1.449,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.00.01.0500 Equipamentos de Processamento de Dados			990,00	
4.4.90.52.40.00.00.00.00.01.0500 Máquinas e Equipamentos Agrícolas e Rodoviários			22.750,00	
09 SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	712.038,74	0,00	712.038,74	3.008,37
09.01 SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	712.038,74	0,00	712.038,74	3.008,37
0901.23 Comércio e Serviços				
0901.23.695 Turismo				
09.01.23.695.0008 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	712.038,74	0,00	712.038,74	3.008,37
	712.038,74	0,00	712.038,74	3.008,37
0901.23.695.0008.1.007 Obras de Infraestrutura Turística				
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
09.01.23.695.0008.2.018 Manutenção das atividades da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo	119.290,00	0,00	119.290,00	2.008,37
3.1.71.00.00.00.00.00.00.01.0500 Transf. a Consórcios Públicos	6.325,46	0,00	6.325,46	0,00
3.1.71.70.00.00.00.00.00.01.0500 Rateio pela Participação em Consórcio Público			6.325,46	
3.1.71.70.01.00.00.00.00.01.0500 Participação em Consórcios Públicos			6.325,46	
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	55.000,00	0,00	55.000,00	1.770,08
3.1.90.11.00.00.00.00.00.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			53.229,92	
			40.387,51	

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 23

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
09 SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	712.038,74	0,00	712.038,74	709.030,37	3.008,37
09.01 SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	712.038,74	0,00	712.038,74	709.030,37	3.008,37
0901.23 Comércio e Serviços	712.038,74	0,00	712.038,74	709.030,37	3.008,37
0901.23.695 Turismo	712.038,74	0,00	712.038,74	709.030,37	3.008,37
09.01.23.695.0008 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	712.038,74	0,00	712.038,74	709.030,37	3.008,37
09.01.23.695.0008.2.018 Manutenção das atividades da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo	119.290,00	0,00	119.290,00	117.281,63	2.008,37
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0500 Obrigações Patronais				12.842,41	
3.1.90.13.01.00.00.00.01.0500 FGTS				3.275,91	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0500 Contribuições Previdenciárias - INSS				9.566,50	
3.3.71.00.00.00.00.00.01.0500 Transferências a Consórcios Públicos				15.111,37	
3.3.71.70.00.00.00.00.01.0500 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15.111,37	0,00	15.111,37	15.111,37	0,00
3.3.71.70.01.00.00.00.01.0500 Participação em Consórcios Públicos				15.111,37	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicações Diretas				38.734,64	
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0098 Aplicações Diretas	38.734,64	0,00	38.734,64	38.596,35	138,29
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0098 Aplicações Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	900,00	100,00
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0500 Diárias - Civil				1.986,25	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0500 Diárias no País - Civil				1.986,25	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo				20.823,16	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0098 Material de Consumo				900,00	
3.3.90.30.01.00.00.00.00.01.0500 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				1.920,90	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0500 Material de Expediente				636,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Veículos				1.378,26	
3.3.90.30.44.00.00.00.01.0500 Material de Sinalização Visual e Afins				13.408,00	
3.3.90.30.44.00.00.00.03.0098 Material de Sinalização Visual e Afins				900,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0500 Outros Materiais de Consumo				3.480,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				15.705,55	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Veículos				560,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0500 Serviços Gráficos e Editoriais				2.500,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0500 seguros em Geral				45,55	
3.3.90.39.88.00.00.00.01.0500 Serviços de Publicidade e Propaganda				5.000,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				7.600,00	
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0500 Obrigações Tributárias e Contributivas				81,39	
3.3.90.47.10.00.00.00.01.0500 Taxas				81,39	
4.4.71.00.00.00.00.00.01.0500 Transferências a Consórcios Públicos				3.118,53	
4.4.71.70.00.00.00.00.01.0500 Rateio pela Participação em Consórcio Público	3.118,53	0,00	3.118,53	3.118,53	0,00
4.4.71.70.01.00.00.00.01.0500 Participação em Consórcios Públicos				3.118,53	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 24

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
09 SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	712.038,74	0,00	712.038,74	3.008,37
09.01 SECRETARIA DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	712.038,74	0,00	712.038,74	3.008,37
0901.23 Comércio e Serviços				
0901.23.695 Turismo				
09.01.23.695.0008 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO				
09.01.23.695.0008.2.027 Promoção, Apoio, Participação e Realização de Eventos Turísticos				
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas				
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0098 Aplicacoes Diretas				
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo				
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0098 Material de Consumo				
3.3.90.30.09.00.00.00.03.0098 Material Farmacológico				
3.3.90.30.15.00.00.00.01.0500 Material para Festividades e Homenagens				
3.3.90.30.36.00.00.00.03.0098 Material Hospitalar				
3.3.90.31.00.00.00.00.03.0098 Premiacoes Culturais,Artist,Cientif,Despor. e Out				
3.3.90.31.01.00.00.00.03.0098 Premiações Culturais				
3.3.90.32.00.00.00.00.03.0098 Material de Distribuicao Gratuita				
3.3.90.32.02.00.00.00.03.0098 Medicamentos				
3.3.90.36.00.00.00.00.03.0098 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				
3.3.90.36.99.00.00.00.03.0098 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0098 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.10.00.00.00.03.0098 Locação de Imóveis				
3.3.90.39.25.00.00.00.01.0500 Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins				
3.3.90.39.50.00.00.00.03.0098 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				
3.3.90.39.59.00.00.00.01.0500 Serviços de Áudio, Vídeo e Foto				
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0500 Serviços Gráficos e Editoriais				
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0098 Serviços Gráficos e Editoriais				
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0500 seguros em Geral				
3.3.90.39.78.00.00.00.03.0098 Limpeza e Conservação				
3.3.90.39.90.00.00.00.03.0098 Serviços de Publicidade Legal				
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0098 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				
3.3.90.47.00.00.00.00.03.0098 Obrigacoes Tributarias e Contributivas				
3.3.90.47.10.00.00.00.03.0098 Taxas				
3.3.90.47.18.00.00.00.03.0098 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF				

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 25

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
10 SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	8.500,00	0,00	8.500,00	6.000,00
10.01 SECRETARIA DE DEFESA DO CIDADÃO	8.500,00	0,00	8.500,00	6.000,00
1001.06 Segurança Pública	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00
1001.06.182 Defesa Civil	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00
10.01.06.182.0009 DEFESA DO CIDADÃO	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00
10.01.06.182.0009.2.022 Manutenção do Convênio com o Corpo de Bombeiros Militar	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0878 Aplicacoes Diretas	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0878 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0878 Serviços Bancários	2.500,00	0,00	2.500,00	0,00
1001.26 Transporte	6.000,00	0,00	6.000,00	6.000,00
1001.26.782 Transporte Rodoviário	6.000,00	0,00	6.000,00	6.000,00
10.01.26.782.0009 DEFESA DO CIDADÃO	6.000,00	0,00	6.000,00	6.000,00
10.01.26.782.0009.2.019 Manutenção do Departamento de Trânsito	6.000,00	0,00	6.000,00	6.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0874 Aplicacoes Diretas	6.000,00	0,00	6.000,00	6.000,00
11 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	698.000,00	0,00	698.000,00	82.766,85
11.01 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	698.000,00	0,00	698.000,00	82.766,85
1101.27 Desporto e Lazer	698.000,00	0,00	698.000,00	82.766,85
1101.27.812 Desporto Comunitário	698.000,00	0,00	698.000,00	82.766,85
11.01.27.812.0010 ESPORTE E LAZER	698.000,00	0,00	698.000,00	82.766,85
11.01.27.812.0010.2.024 Manutenção da Secretaria de Esporte e Lazer	598.000,00	0,00	598.000,00	81.686,65
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	93.000,00	0,00	93.000,00	26.743,21
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0500 Contratacao por Tempo Determinado	5.676,98	0,00	5.676,98	0,00
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0500 Obrigações Patronais	2.812,39	0,00	2.812,39	0,00
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0500 Outros Serviços Temporários	2.864,59	0,00	2.864,59	0,00
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	49.179,72	0,00	49.179,72	0,00
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0500 Obrigações Patronais	5.943,75	0,00	5.943,75	0,00
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0500 Contribuições Previdenciárias - INSS	5.456,34	0,00	5.456,34	0,00
3.1.90.94.00.00.00.00.01.0500 Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas	5.456,34	0,00	5.456,34	0,00
3.1.90.94.07.00.00.00.01.0500 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado	71.815,00	0,00	71.815,00	1.126,46
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0500 Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	71.815,00	0,00	71.815,00	1.126,46
3.3.50.43.00.00.00.00.01.0500 Subvençoes Sociais	70.688,54	0,00	70.688,54	0,00
3.3.50.43.99.00.00.00.01.0500 Outras Subvenções Sociais	70.688,54	0,00	70.688,54	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	120.185,00	0,00	120.185,00	50.876,98

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 26

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
11 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	698.000,00	0,00	698.000,00	82.766,85
11.01 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	698.000,00	0,00	698.000,00	82.766,85
1101.27 Desporto e Lazer	698.000,00	0,00	698.000,00	82.766,85
1101.27.812 Desporto Comunitário	698.000,00	0,00	698.000,00	82.766,85
1101.27.812.0010 ESPORTE E LAZER	698.000,00	0,00	698.000,00	82.766,85
11.01.27.812.0010.2.024 Manutenção da Secretaria de Esporte e Lazer	598.000,00	0,00	598.000,00	81.686,65
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0500 Diárias - Civil			665,00	665,00
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0500 Diárias no País - Civil			665,00	665,00
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo			35.852,18	35.852,18
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0500 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			4.204,20	4.204,20
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0500 Gêneros de Alimentação			900,78	900,78
3.3.90.30.14.00.00.00.01.0500 Material Educativo e Esportivo			14.345,58	14.345,58
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0500 Material de Expediente			308,72	308,72
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0500 Material de Processamento de Dados			250,00	250,00
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0500 Material de Copa e Cozinha			105,00	105,00
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0500 Material de Limpeza e Produção de Higienização			117,50	117,50
3.3.90.30.23.00.00.00.01.0500 Uniformes, Tecidos e Aviamentos			4.220,00	4.220,00
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0500 Material Elétrico e Eletrônico			2.488,40	2.488,40
3.3.90.30.28.00.00.00.01.0500 Material de Proteção e Segurança			159,00	159,00
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Veículos			233,00	233,00
3.3.90.30.50.00.00.00.01.0500 Bandeiras, Flâmulas e Insignias			540,00	540,00
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0500 Outros Materiais de Consumo			7.980,00	7.980,00
3.3.90.31.00.00.00.00.01.0500 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras			3.803,00	3.803,00
3.3.90.31.04.00.00.00.01.0500 Premiações Desportivas			3.803,00	3.803,00
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0500 Passagens e Despesas com Locomoção			1.750,00	1.750,00
3.3.90.33.99.00.00.00.01.0500 Outras Despesas com Locomoção			1.750,00	1.750,00
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			26.867,59	26.867,59
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0500 Limpeza de Veículos			263,40	263,40
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Veículos			44,99	44,99
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0500 Fornecimento de Alimentação			162,00	162,00
3.3.90.39.59.00.00.00.01.0500 Serviços de Áudio, Vídeo e Foto			1.340,00	1.340,00
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0500 Serviços Gráficos e Editoriais			1.412,00	1.412,00
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0500 seguros em Geral			35,20	35,20
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			23.610,00	23.610,00
3.3.90.40.00.00.00.00.01.0500 Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.			230,00	230,00
3.3.90.40.04.00.00.00.01.0500 Comunicação de dados			230,00	230,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 27

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
11 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	698.000,00	0,00	698.000,00	615.233,15	82.766,85
11.01 SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER	698.000,00	0,00	698.000,00	615.233,15	82.766,85
1101.27 Desporto e Lazer	698.000,00	0,00	698.000,00	615.233,15	82.766,85
1101.27.812 Desporto Comunitário	698.000,00	0,00	698.000,00	615.233,15	82.766,85
1101.27.812.0010 ESPORTE E LAZER	698.000,00	0,00	698.000,00	615.233,15	82.766,85
11.01.27.812.0010.2.024 Manutenção da Secretaria de Esporte e Lazer	598.000,00	0,00	598.000,00	516.313,35	81.686,65
3.3.90.47.10.000.00.00.01.0500 Obrigações Tributárias e Contributivas				140,25	
3.3.90.47.10.000.00.00.01.0500 Taxas				140,25	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	265.000,00	0,00	265.000,00	262.060,00	2.940,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0547 Aplicacoes Diretas	48.000,00	0,00	48.000,00	48.000,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0500 Equipamentos e Material Permanente				262.060,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0547 Equipamentos e Material Permanente				48.000,00	
4.4.90.52.10.00.00.00.01.0500 Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões				40.780,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.01.0500 Mobiliário em Geral				6.280,00	
4.4.90.52.52.00.00.00.01.0500 Veículos de Tração Mecânica				215.000,00	
4.4.90.52.52.00.00.00.01.0547 Veículos de Tração Mecânica				48.000,00	
11.01.27.812.0010.2.025 Apoio e Realização de Eventos Esportivos	100.000,00	0,00	100.000,00	98.919,80	1.080,20
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,00	100.000,00	98.919,80	1.080,20
3.3.90.31.00.00.00.00.01.0500 Premiações Culturais, Artísticas, Desportivas e Outras				8.199,80	
3.3.90.31.04.00.00.00.01.0500 Premiações Desportivas				8.199,80	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				90.720,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física				90.720,00	
12 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
12.01 FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DO TURISMO	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
1201.23 Comércio e Serviços	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
1201.23.695 Turismo	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
1201.23.695.0008 INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
12.01.23.695.0008.2.026 Manutenção do Fundo de Desenvolvimento do Turismo	11.000,00	0,00	11.000,00	0,00	11.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 28

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
13 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR	16.000,00	0,00	16.000,00	16.000,00
13.01 FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR	16.000,00	0,00	16.000,00	16.000,00
1301.16 Habitação	16.000,00	0,00	16.000,00	16.000,00
1301.16.482 Habitação Urbana	16.000,00	0,00	16.000,00	16.000,00
13.01.16.482.0011 HABITAÇÃO POPULAR	16.000,00	0,00	16.000,00	16.000,00
1301.16.482.0011.1.009 Investimentos no Programa de Habitação de Interesse Social	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	2.500,00	0,00	2.500,00	2.500,00
4.5.90.00.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	2.500,00	0,00	2.500,00	2.500,00
1301.16.482.0011.2.028 Manutenção do Fundo Municipal de Habitação Popular	11.000,00	0,00	11.000,00	11.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
14 FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	11.000,00	0,00	11.000,00	11.000,00
14.01 FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	11.000,00	0,00	11.000,00	11.000,00
1401.14 Direitos da Cidadania	11.000,00	0,00	11.000,00	11.000,00
1401.14.422 Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	11.000,00	0,00	11.000,00	11.000,00
14.01.14.422.0012 PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR	11.000,00	0,00	11.000,00	11.000,00
14.01.14.422.0012.2.029 Manutenção das atividades de Proteção e Defesa do Consumidor - PROCON	11.000,00	0,00	11.000,00	11.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
24 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO	0,00	298.959,33	298.959,33	298.959,33
24.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO	0,00	298.959,33	298.959,33	298.959,33
2401.06 Segurança Pública	0,00	298.959,33	298.959,33	298.959,33
2401.06.182 Defesa Civil	0,00	298.959,33	298.959,33	298.959,33
24.01.06.182.0009 DEFESA DO CIDADÃO	0,00	298.959,33	298.959,33	298.959,33
24.01.06.182.0009.2.075 Manutenção do Convênio com o Corpo de Bombeiros Militar	0,00	91.500,00	91.500,00	91.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	0,00	24.000,00	24.000,00	24.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0878 Aplicacoes Diretas	0,00	52.500,00	52.500,00	52.500,00
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo	0,00	19.158,18	19.158,18	19.158,18
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0878 Material de Consumo	0,00	29.205,45	29.205,45	29.205,45
3.3.90.30.01.00.00.00.00.01.0500 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	0,00	2.773,94	2.773,94	2.773,94

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 29

Entidade : MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
24 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO	0,00	298.959,33	298.959,33	221.422,39	77.536,94
24.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO	0,00	298.959,33	298.959,33	221.422,39	77.536,94
2401.06 Segurança Pública	0,00	298.959,33	298.959,33	221.422,39	77.536,94
2401.06.182 Defesa Civil	0,00	298.959,33	298.959,33	221.422,39	77.536,94
24.01.06.182.0009 DEFESA DO CIDADÃO	0,00	298.959,33	298.959,33	221.422,39	77.536,94
24.01.06.182.0009.2.075 Manutenção do Convênio com o Corpo de Bombeiros Militar	0,00	91.500,00	91.500,00	60.820,69	30.679,31
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0878 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				7.524,75	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0500 Gás Engarrafado				400,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0878 Gás Engarrafado				1.050,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0500 Gêneros de Alimentação				547,53	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0500 Material de Expediente				567,00	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0500 Material de Processamento de Dados				136,45	
3.3.90.30.19.00.00.00.01.0878 Material de Acondicionamento e Embalagem				10,00	
3.3.90.30.20.00.00.00.01.0500 Material de Cama, Mesa e Banho				305,90	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0500 Material de Copa e Cozinha				29,55	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0500 Material de Limpeza e Produção de Higienização				1.641,13	
3.3.90.30.23.00.00.00.01.0878 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				4.255,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0878 Material para Manutenção de Bens Imóveis				37,70	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0500 Material Elétrico e Eletrônico				74,40	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0878 Material Elétrico e Eletrônico				700,00	
3.3.90.30.28.00.00.00.01.0500 Material de Proteção e Segurança				2.708,05	
3.3.90.30.28.00.00.00.01.0878 Material de Proteção e Segurança				360,15	
3.3.90.30.36.00.00.00.01.0500 Material Hospitalar				4.715,60	
3.3.90.30.36.00.00.00.01.0878 Material Hospitalar				371,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Veículos				4.054,63	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0878 Material para Manutenção de Veículos				14.896,85	
3.3.90.30.42.00.00.00.01.0500 Ferramentas				180,00	
3.3.90.30.44.00.00.00.01.0500 Material de Sinalização Visual e Afins				1.024,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.274,16	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0878 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				7.907,90	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				990,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Veículos				2.138,06	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0878 Manutenção e Conservação de Veículos				4.086,50	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0500 Fornecimento de Alimentação				796,10	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0500 Serviços Gráficos e Editoriais				350,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0878 Serviços Gráficos e Editoriais				122,40	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 30

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
24 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO	0,00	298.959,33	298.959,33	221.422,39	77.536,94
24.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO	0,00	298.959,33	298.959,33	221.422,39	77.536,94
2401.06 Segurança Pública	0,00	298.959,33	298.959,33	221.422,39	77.536,94
2401.06.182 Defesa Civil	0,00	298.959,33	298.959,33	221.422,39	77.536,94
24.01.06.182.0009 DEFESA DO CIDADÃO	0,00	298.959,33	298.959,33	221.422,39	77.536,94
24.01.06.182.0009.2.075 Manutenção do Convênio com o Corpo de Bombeiros Militar	0,00	91.500,00	91.500,00	60.820,69	30.679,31
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0878 Serviços Bancários				3.000,00	
3.3.90.39.90.00.00.00.01.0878 Serviços de Publicidade Legal				699,00	
3.3.90.40.00.00.00.00.01.0500 Serv. de Tec. da Inf. e Comun. (TIC)-Pessoa Jur.				275,00	
3.3.90.40.09.00.00.00.01.0500 Manutenção e conservação de equipamentos de TIC				275,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0878 Aplicacoes Diretas	0,00	15.000,00	15.000,00	0,00	15.000,00
24.01.06.182.0009.2.076 Manutenção do Convênio Rádio patrulha da Polícia Militar	0,00	12.000,00	12.000,00	7.174,35	4.825,65
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	0,00	10.000,00	10.000,00	5.174,35	4.825,65
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo				3.805,85	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0500 Material de Expediente				267,35	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0500 Material de Processamento de Dados				468,50	
3.3.90.30.23.00.00.00.01.0500 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				1.925,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Bens Imóveis				860,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Veículos				285,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.368,50	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0500 Limpeza de Veículos				658,50	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				710,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	0,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0500 Equipamentos e Material Permanente				2.000,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.00.01.0500 Aparelhos e Utensílios Domésticos				2.000,00	
24.01.06.182.0009.2.077 Manutenção do Departamento de Trânsito	0,00	92.402,64	92.402,64	86.549,19	5.853,45
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	0,00	1.000,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	0,00	1.000,00	1.000,00	991,29	8,71
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0874 Aplicacoes Diretas	0,00	43.720,00	43.720,00	38.956,87	4.763,13
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0874 Aplicacoes Diretas	0,00	43.402,64	43.402,64	43.378,89	23,75
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo				991,29	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0874 Material de Consumo				20.281,75	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0874 Material de Consumo				36.298,89	
3.3.90.30.17.00.00.00.00.01.0874 Material de Processamento de Dados				46,80	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 31

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
24 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO	0,00	298.959,33	298.959,33	221.422,39	77.536,94
24.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO	0,00	298.959,33	298.959,33	221.422,39	77.536,94
2401.06 Segurança Pública	0,00	298.959,33	298.959,33	221.422,39	77.536,94
2401.06.182 Defesa Civil	0,00	298.959,33	298.959,33	221.422,39	77.536,94
24.01.06.182.0009 DEFESA DO CIDADÃO	0,00	298.959,33	298.959,33	221.422,39	77.536,94
24.01.06.182.0009.2.077 Manutenção do Departamento de Trânsito	0,00	92.402,64	92.402,64	86.549,19	5.853,45
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Bens Imóveis				37,89	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0874 Material para Manutenção de Bens Imóveis				180,00	
3.3.90.30.44.00.00.00.01.0500 Material de Sinalização Visual e Afins				953,40	
3.3.90.30.44.00.00.00.01.0874 Material de Sinalização Visual e Afins				20.054,95	
3.3.90.30.44.00.00.00.03.0874 Material de Sinalização Visual e Afins				36.298,89	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0874 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				18.521,12	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0874 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				7.080,00	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0874 Serviços Técnicos Profissionais				6.785,06	
3.3.90.39.21.00.00.00.01.0874 Manutenção e Conservação de Estradas e Vias				5.748,96	
3.3.90.39.21.00.00.00.03.0874 Manutenção e Conservação de Estradas e Vias				7.080,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0874 Serviços Bancários				5.987,10	
3.3.90.40.00.00.00.00.01.0874 Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.				154,00	
3.3.90.40.09.00.00.00.01.0874 Manutenção e conservação de equipamentos de TIC				154,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	0,00	1.000,00	1.000,00	999,00	1,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0874 Aplicacoes Diretas	0,00	2.280,00	2.280,00	2.223,14	56,86
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0500 Equipamentos e Material Permanente				999,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0874 Equipamentos e Material Permanente				2.223,14	
4.4.90.52.12.00.00.00.01.0874 Aparelhos e Utensílios Domésticos				440,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0874 Equipamentos de Processamento de Dados				1.783,14	
4.4.90.52.42.00.00.00.01.0500 Mobiliário em Geral				999,00	
24.01.06.182.0009.2.078 Manutenção do Convênio de Trânsito/Polícia Civil	0,00	50.852,85	50.852,85	18.637,44	32.215,41
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0872 Aplicacoes Diretas	0,00	34.000,00	34.000,00	18.637,44	15.362,56
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0872 Material de Consumo				5.712,23	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0872 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				34,65	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0872 Gêneros de Alimentação				276,10	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0872 Material de Expediente				727,80	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0872 Material de Processamento de Dados				1.066,36	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0872 Material de Limpeza e Produção de Higienização				654,13	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0872 Material para Manutenção de Bens Imóveis				322,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 32

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
24 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO	0,00	298.959,33	298.959,33	221.422,39	77.536,94
24.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E PLANEJAMENTO	0,00	298.959,33	298.959,33	221.422,39	77.536,94
2401.06 Segurança Pública	0,00	298.959,33	298.959,33	221.422,39	77.536,94
2401.06.182 Defesa Civil	0,00	298.959,33	298.959,33	221.422,39	77.536,94
24.01.06.182.0009 DEFESA DO CIDADÃO	0,00	298.959,33	298.959,33	221.422,39	77.536,94
24.01.06.182.0009.2.078 Manutenção do Convênio de Trânsito/Polícia Civil	0,00	50.852,85	50.852,85	18.637,44	32.215,41
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0872 Material Elétrico e Eletrônico				120,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0872 Material para Manutenção de Veículos				2.511,19	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0872 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				12.890,21	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0872 Serviços Técnicos Profissionais				6.720,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0872 Manutenção e Conservação de Veículos				1.822,50	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0872 Serviços Bancários				4.347,71	
3.3.90.40.00.00.00.00.01.0872 Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.				35,00	
3.3.90.40.09.00.00.00.01.0872 Manutenção e conservação de equipamentos de TIC				35,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0872 Aplicacoes Diretas	0,00	5.000,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0872 Aplicacoes Diretas	0,00	11.852,85	11.852,85	0,00	11.852,85
24.01.06.182.0009.2.079 Manutenção do Convênio de Trânsito/Polícia Militar	0,00	52.203,84	52.203,84	48.240,72	3.963,12
3.3.30.00.00.00.00.00.01.0870 Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	0,00	31.000,00	31.000,00	27.036,88	3.963,12
3.3.30.00.00.00.00.00.03.0870 Transferencias a Estados e ao Distrito Federal	0,00	13.203,84	13.203,84	13.203,84	0,00
3.3.30.39.00.00.00.00.01.0870 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.436,47	
3.3.30.39.81.00.00.00.01.0870 Serviços Bancários				1.436,47	
3.3.30.81.00.00.00.00.01.0870 Distribuicao Constitucional ou Legal de Receitas				25.600,41	
3.3.30.81.00.00.00.00.03.0870 Distribuicao Constitucional ou Legal de Receitas				13.203,84	
3.3.30.81.07.00.00.00.01.0870 Participação do Estado - Multas de Trânsito				25.600,41	
3.3.30.81.07.00.00.00.03.0870 Participação do Estado - Multas de Trânsito				13.203,84	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0870 Aplicacoes Diretas				8.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0870 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0,00	8.000,00	8.000,00	8.000,00	0,00
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0870 Serviços Técnicos Profissionais				5.088,76	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0870 Serviços Bancários				2.911,24	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 33

Entidade : MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
99 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
99.01 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
990199 Reserva de Contingência	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
9901.99.999 Reserva de Contingência	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
99.01.99.999.0099 RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
99.01.99.999.0099.9.999 Reserva de Contingência	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
9.9.99.00.00.00.00.00.01.0500 RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
Total por Entidade:	15.998.438,91	454.708,31	16.453.147,22	14.059.386,18	2.393.761,04

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 34

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10.301 Atenção Básica	6.427.278,69	0,00	6.427.278,69	5.449.727,95	977.550,74
15.01.10.301.0013 SAÚDE	6.386.278,69	0,00	6.386.278,69	5.420.385,48	965.913,21
1501.10.301.0013.1.011 Ampliação e Reforma de Unidades de Saúde	133.174,46	0,00	133.174,46	92.816,06	40.358,40
4.4.90.00.00.00.00.01.0502 Aplicacoes Diretas	133.174,46	0,00	133.174,46	92.816,06	40.358,40
4.4.90.51.00.00.00.01.0502 Obras e Instalacoes				92.816,06	
4.4.90.51.98.00.00.00.01.0502 Obras Contratadas				92.816,06	
15.01.10.301.0013.2.030 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde	1.546.107,79	0,00	1.546.107,79	1.484.166,62	61.941,17
3.1.71.00.00.00.00.01.0502 Transf. a Consórcios Públicos	7.370,00	0,00	7.370,00	7.370,00	0,00
3.1.71.70.00.00.00.01.0502 Rateio pela Participação em Consórcio Público				7.370,00	
3.1.90.00.00.00.00.01.0502 Aplicacoes Diretas	1.226.000,00	0,00	1.226.000,00	1.182.512,52	43.487,48
3.1.90.04.00.00.00.01.0502 Contratacao por Tempo Determinado				206.167,41	
3.1.90.04.04.00.00.01.0502 Obrigações Patronais				52.256,31	
3.1.90.04.99.00.00.01.0502 Outros Serviços Temporários				153.911,10	
3.1.90.11.00.00.00.01.0502 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				676.977,02	
3.1.90.13.00.00.00.01.0502 Obrigacoes Patronais				224.007,78	
3.1.90.13.01.00.00.01.0502 FGTS				54.631,01	
3.1.90.13.02.00.00.01.0502 Contribuições Previdenciárias - INSS				169.376,77	
3.1.90.16.00.00.00.01.0502 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				71.979,54	
3.1.90.16.44.00.00.01.0502 Serviços Extraordinários				71.979,54	
3.1.90.94.00.00.00.01.0502 Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas				3.380,77	
3.1.90.94.07.00.00.01.0502 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				3.380,77	
3.3.71.00.00.00.00.01.0502 Transferências a Consórcios Públicos	3.350,00	0,00	3.350,00	3.350,00	0,00
3.3.71.70.00.00.00.01.0502 Rateio pela Participação em Consórcio Público				3.350,00	
3.3.90.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	7.105,00	0,00	7.105,00	7.105,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.01.0502 Aplicacoes Diretas	96.646,00	0,00	96.646,00	96.576,93	1.069,07
3.3.90.00.00.00.00.03.0502 Aplicacoes Diretas	80.000,00	0,00	80.000,00	70.954,77	9.045,23
3.3.90.14.00.00.00.01.0502 Diárias - Civil				1.500,00	
3.3.90.14.00.00.00.03.0502 Diárias - Civil				3.270,87	
3.3.90.14.14.00.00.01.0502 Diárias no País - Civil				1.500,00	
3.3.90.14.14.00.00.03.0502 Diárias no País - Civil				3.270,87	
3.3.90.30.00.00.00.01.0502 Material de Consumo				2.006,13	
3.3.90.30.00.00.00.03.0502 Material de Consumo				5.975,96	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 35

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
1501.10.301 Atenção Básica	6.427.278,69	0,00	6.427.278,69	977.550,74
15.01.10.301.0013 SAÚDE	6.386.278,69	0,00	6.386.278,69	965.913,21
15.01.10.301.0013.2.030 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde	1.546.107,79	0,00	1.546.107,79	61.941,17
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0502 Gêneros de Alimentação			611,76	
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0502 Gêneros de Alimentação			960,45	
3.3.90.30.15.00.00.00.03.0502 Material para Festividades e Homenagens			720,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0502 Material de Expediente			617,50	
3.3.90.30.16.00.00.00.03.0502 Material de Expediente			158,00	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0502 Material de Processamento de Dados			66,40	
3.3.90.30.17.00.00.00.03.0502 Material de Processamento de Dados			2.099,51	
3.3.90.30.21.00.00.00.03.0502 Material de Copa e Cozinha			182,00	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0502 Material Elétrico e Eletrônico			129,00	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0502 Material Elétrico e Eletrônico			32,00	
3.3.90.30.30.00.00.00.01.0502 Material para Comunicações			327,57	
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0502 Material para Manutenção de Veículos			148,00	
3.3.90.30.44.00.00.00.01.0502 Material de Sinalização Visual e Afins			75,90	
3.3.90.30.50.00.00.00.03.0502 Bandeiras, Flâmulas e Insígnias				
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0502 Outros Materiais de Consumo			540,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0500 Material de Distribuição Gratuita			178,00	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0500 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			1.136,00	
3.3.90.36.00.00.00.00.01.0502 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			7.105,00	
3.3.90.36.00.00.00.00.03.0502 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			7.105,00	
3.3.90.36.06.00.00.00.01.0502 Serviços Técnicos Profissionais			9.509,51	
3.3.90.36.07.00.00.00.01.0502 Estagiários			2.639,40	
3.3.90.36.07.00.00.00.03.0502 Estagiários			800,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0502 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			8.709,51	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0502 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			2.639,40	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0502 Serviços Técnicos Profissionais			81.299,94	
3.3.90.39.05.00.00.00.03.0502 Serviços Técnicos Profissionais			58.860,84	
3.3.90.39.11.00.00.00.01.0502 Locação de Softwares			3.090,00	
3.3.90.39.11.00.00.00.03.0502 Locação de Softwares			2.680,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.03.0502 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip			11.840,00	
			6.000,00	
			3.517,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 36

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
1501.10.301 Atenção Básica	6.427.278,69	0,00	6.427.278,69	977.550,74
15.01.10.301.0013 SAÚDE	6.386.278,69	0,00	6.386.278,69	965.913,21
15.01.10.301.0013.2.030 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde	1.546.107,79	0,00	1.546.107,79	61.941,17
3.3.90.39.22.00.00.00.01.0502 Exposições, Congressos e Conferências			120,00	
3.3.90.39.25.00.00.00.03.0502 Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins			4.875,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0502 Serviços de Energia Elétrica			4.000,00	
3.3.90.39.44.00.00.00.01.0502 Serviços de Água e Esgoto			2.250,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0502 seguros em Geral			209,39	
3.3.90.39.69.00.00.00.03.0502 seguros em Geral			35,20	
3.3.90.39.75.00.00.00.03.0502 Multas e Infrações de Trânsito			390,96	
3.3.90.39.81.00.00.00.03.0502 Serviços Bancários			2.000,00	
3.3.90.39.90.00.00.00.01.0502 Serviços de Publicidade Legal			3.764,00	
3.3.90.39.90.00.00.00.03.0502 Serviços de Publicidade Legal			13.468,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0502 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			56.026,55	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0502 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			25.894,68	
3.3.90.40.00.00.00.00.01.0502 Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.			180,00	
3.3.90.40.09.00.00.00.01.0502 Manutenção e conservação de equipamentos de TIC			180,00	
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0502 Obrigações Tributárias e Contributivas			1.081,35	
3.3.90.47.00.00.00.00.03.0502 Obrigações Tributárias e Contributivas			207,70	
3.3.90.47.10.00.00.00.01.0502 Taxas			162,78	
3.3.90.47.10.00.00.00.03.0502 Taxas			140,25	
3.3.90.47.15.00.00.00.01.0502 Multas			617,29	
3.3.90.47.15.00.00.00.03.0502 Multas			67,45	
3.3.90.47.16.00.00.00.01.0502 Juros			101,28	
3.3.90.47.18.00.00.00.01.0502 Contrib Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF			200,00	
3.3.93.00.00.00.00.00.01.0502 Aplicação Direta Decorrente de Opentre Órgãos	65.000,00	0,00	65.000,00	0,00
3.3.93.39.00.00.00.00.01.0502 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			65.000,00	
3.3.93.39.99.00.00.00.01.0502 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			65.000,00	
4.4.71.00.00.00.00.00.01.0502 Transferências a Consórcios Públicos	134,00	0,00	134,00	0,00
4.4.71.70.00.00.00.00.01.0502 Rateio pela Participação em Consórcio Público			134,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0482 Aplicacoes Diretas	47.688,00	0,00	47.688,00	34,48
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0502 Aplicacoes Diretas	12.500,00	0,00	12.500,00	8.304,91
4.4.90.00.00.00.00.00.06.0549 Aplicacoes Diretas	314,79	0,00	314,79	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 37

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10.301 Atenção Básica	6.427.278,69	0,00	6.427.278,69	5.449.727,95	977.550,74
15.01.10.301.0013 SAÚDE	6.386.278,69	0,00	6.386.278,69	5.420.365,48	965.913,21
15.01.10.301.0013.2.030 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Saúde	1.546.107,79	0,00	1.546.107,79	1.484.166,62	61.941,17
4.4.90.52.00.00.00.01.0482 Equipamentos e Material Permanente				47.653,52	
4.4.90.52.00.00.00.01.0502 Equipamentos e Material Permanente				4.195,09	
4.4.90.52.00.00.00.06.0549 Equipamentos e Material Permanente				314,79	
4.4.90.52.06.00.00.00.01.0502 Aparelhos e Equipamentos de Comunicação				575,40	
4.4.90.52.12.00.00.00.01.0502 Aparelhos e Utensílios Domésticos				3.588,00	
4.4.90.52.00.00.00.01.0482 Veículos de Tração Mecânica				47.653,52	
4.4.90.52.00.00.00.01.0502 Veículos de Tração Mecânica				31,69	
4.4.90.52.00.00.00.06.0549 Veículos de Tração Mecânica				314,79	
15.01.10.301.0013.2.032 Capacitação dos Servidores Públicos da Saúde	13.000,00	0,00	13.000,00	7.649,32	5.350,68
3.3.90.00.00.00.00.01.0502 Aplicacoes Diretas	13.000,00	0,00	13.000,00	7.649,32	5.350,68
3.3.90.14.00.00.00.01.0502 Diárias - Civil				2.520,00	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0502 Diárias no País - Civil				2.520,00	
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0502 Passagens e Despesas com Locomocao				3.871,32	
3.3.90.33.01.00.00.00.01.0502 Passagens Para o País				3.871,32	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0502 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.258,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0502 Fornecimento de Alimentação				498,00	
3.3.90.39.48.00.00.00.01.0502 Serviços de Seleção e Treinamento				760,00	
15.01.10.301.0013.2.033 Apoio ao Conselho Municipal de Saúde	4.000,00	0,00	4.000,00	2.836,50	1.163,50
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0502 Aplicacoes Diretas	4.000,00	0,00	4.000,00	2.836,50	1.163,50
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0502 Material de Consumo				996,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0502 Gêneros de Alimentação				996,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0502 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.840,50	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0502 Fornecimento de Alimentação				1.840,50	
15.01.10.301.0013.2.034 Manutenção das atividades de Atenção Básica na Saúde	4.689.996,44	0,00	4.689.996,44	3.832.896,98	857.099,46
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0502 Aplicacoes Diretas	932.830,04	0,00	932.830,04	623.606,69	309.223,35
3.1.90.00.00.00.00.02.0880 Aplicacoes Diretas	281.085,96	0,00	281.085,96	281.085,96	0,00
3.1.90.00.00.00.00.02.0882 Aplicacoes Diretas	229.560,00	0,00	229.560,00	229.560,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 38

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10.301 Atenção Básica	6.427.278,69	0,00	6.427.278,69	5.449.727,95	977.550,74
15.01.10.301.0013 SAÚDE	6.386.278,69	0,00	6.386.278,69	5.420.365,48	965.913,21
15.01.10.301.0013.2.034 Manutenção das atividades de Atenção Básica na Saúde	4.689.996,44	0,00	4.689.996,44	3.832.896,98	857.099,46
3.1.190.00.00.00.00.02.0884 Aplicacoes Diretas	342.732,00	0,00	342.732,00	342.732,00	0,00
3.1.190.00.00.00.00.02.0886 Aplicacoes Diretas	107.040,00	0,00	107.040,00	107.032,25	7,75
3.1.190.00.00.00.00.02.0890 Aplicacoes Diretas	144.000,00	0,00	144.000,00	144.000,00	0,00
3.1.190.00.00.00.00.02.0892 Aplicacoes Diretas	200.000,00	0,00	200.000,00	198.451,96	1.548,04
3.1.190.00.00.00.00.06.0880 Aplicacoes Diretas	48.484,15	0,00	48.484,15	48.410,06	74,09
3.1.190.00.00.00.00.06.0882 Aplicacoes Diretas	65.990,74	0,00	65.990,74	65.990,74	0,00
3.1.190.00.00.00.00.06.0884 Aplicacoes Diretas	193,70	0,00	193,70	193,70	0,00
3.1.190.00.00.00.00.06.0886 Aplicacoes Diretas	69,70	0,00	69,70	69,70	0,00
3.1.190.00.00.00.00.06.0890 Aplicacoes Diretas	21.211,05	0,00	21.211,05	21.211,05	0,00
3.1.190.00.00.00.00.06.0892 Aplicacoes Diretas	255.312,59	0,00	255.312,59	255.189,75	122,84
3.1.190.00.00.00.00.06.0987 Aplicacoes Diretas	275.000,00	0,00	275.000,00	275.000,00	0,00
3.1.190.04.00.00.00.00.01.0502 Contratacao por Tempo Determinado				323.463,45	
3.1.190.04.00.00.00.00.02.0880 Contratacao por Tempo Determinado				82.814,61	
3.1.190.04.00.00.00.00.02.0882 Contratacao por Tempo Determinado				112.316,29	
3.1.190.04.00.00.00.00.02.0884 Contratacao por Tempo Determinado				101.373,33	
3.1.190.04.00.00.00.00.02.0886 Contratacao por Tempo Determinado				23.463,65	
3.1.190.04.00.00.00.00.02.0890 Contratacao por Tempo Determinado				45.289,61	
3.1.190.04.00.00.00.00.02.0892 Contratacao por Tempo Determinado				70.110,41	
3.1.190.04.00.00.00.00.06.0880 Contratacao por Tempo Determinado				8.591,11	
3.1.190.04.00.00.00.00.06.0882 Contratacao por Tempo Determinado				41.938,85	
3.1.190.04.00.00.00.00.06.0884 Contratacao por Tempo Determinado				727,58	
3.1.190.04.00.00.00.00.06.0886 Contratacao por Tempo Determinado				46.466,16	
3.1.190.04.00.00.00.00.06.0890 Contratacao por Tempo Determinado				132.517,63	
3.1.190.04.00.00.00.00.06.0892 Contratacao por Tempo Determinado				117.856,77	
3.1.190.04.00.00.00.00.01.0502 Obrigações Patronais				14.637,10	
3.1.190.04.00.00.00.00.02.0880 Obrigações Patronais				26.573,26	
3.1.190.04.00.00.00.00.02.0882 Obrigações Patronais				21.360,59	
3.1.190.04.00.00.00.00.02.0884 Obrigações Patronais				8.648,40	
3.1.190.04.00.00.00.00.02.0886 Obrigações Patronais				4.495,21	
3.1.190.04.00.00.00.00.02.0890 Obrigações Patronais				6.606,42	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 39

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
1501.10.301 Atenção Básica	6.427.278,69	0,00	6.427.278,69	977.550,74
15.01.10.301.0013 SAÚDE	6.386.278,69	0,00	6.386.278,69	965.913,21
15.01.10.301.0013.2.034 Manutenção das atividades de Atenção Básica na Saúde	4.689.996,44	0,00	4.689.996,44	857.099,46
3.190.04.00.00.00.06.0880 Obrigações Patronais			5.561,06	
3.190.04.00.00.00.06.0882 Obrigações Patronais			8.688,22	
3.190.04.00.00.00.06.0890 Obrigações Patronais			727,58	
3.190.04.00.00.00.06.0897 Obrigações Patronais			26.664,67	
3.190.04.99.00.00.00.01.0502 Outros Serviços Temporários			205.606,68	
3.190.04.99.00.00.02.0880 Outros Serviços Temporários			68.177,51	
3.190.04.99.00.00.02.0882 Outros Serviços Temporários			85.743,03	
3.190.04.99.00.00.02.0884 Outros Serviços Temporários			80.012,74	
3.190.04.99.00.00.02.0886 Outros Serviços Temporários			14.815,25	
3.190.04.99.00.00.02.0890 Outros Serviços Temporários			40.794,40	
3.190.04.99.00.00.02.0892 Outros Serviços Temporários			63.503,99	
3.190.04.99.00.00.06.0880 Outros Serviços Temporários			3.030,05	
3.190.04.99.00.00.06.0882 Outros Serviços Temporários			33.250,63	
3.190.04.99.00.00.06.0884 Outros Serviços Temporários			46.466,16	
3.190.04.99.00.00.06.0886 Outros Serviços Temporários			105.852,96	
3.190.04.99.00.00.06.0887 Outros Serviços Temporários			182.004,33	
3.190.11.00.00.00.00.01.0502 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			138.710,75	
3.190.11.00.00.00.02.0880 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			79.953,43	
3.190.11.00.00.00.02.0882 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			169.996,53	
3.190.11.00.00.00.02.0884 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			57.673,26	
3.190.11.00.00.00.02.0886 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			68.514,91	
3.190.11.00.00.00.02.0890 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			104.306,16	
3.190.11.00.00.00.02.0892 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			34.156,84	
3.190.11.00.00.00.06.0880 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			14.301,04	
3.190.11.00.00.00.06.0882 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			193,70	
3.190.11.00.00.00.06.0884 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			16.450,35	
3.190.11.00.00.00.06.0886 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			30.829,23	
3.190.11.00.00.00.06.0887 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			109.279,48	
3.190.13.00.00.00.00.01.0502 Obrigações Patronais			96.418,93	
3.190.13.00.00.00.02.0880 Obrigações Patronais			41.193,47	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 40

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
1501.10.301 Atenção Básica	6.427.278,69	0,00	6.427.278,69	977.550,74
15.01.10.301.0013 SAÚDE	6.386.278,69	0,00	6.386.278,69	965.913,21
15.01.10.301.0013.2.034 Manutenção das atividades de Atenção Básica na Saúde	4.689.996,44	0,00	4.689.996,44	857.099,46
3.190.13.00.00.00.00.02.0882 Obrigações Patronais			27.398,80	
3.190.13.00.00.00.00.02.0884 Obrigações Patronais			65.920,73	
3.190.13.00.00.00.00.02.0886 Obrigações Patronais			25.778,45	
3.190.13.00.00.00.00.02.0890 Obrigações Patronais			25.814,45	
3.190.13.00.00.00.00.02.0892 Obrigações Patronais			19.930,82	
3.190.13.00.00.00.00.06.0880 Obrigações Patronais			5.662,11	
3.190.13.00.00.00.00.06.0882 Obrigações Patronais			9.685,62	
3.190.13.00.00.00.00.06.0890 Obrigações Patronais			3.981,11	
3.190.13.00.00.00.00.06.0892 Obrigações Patronais			2.597,38	
3.190.13.00.00.00.00.06.0987 Obrigações Patronais			29.082,99	
3.190.13.01.00.00.00.01.0502 FGTS			30.509,15	
3.190.13.01.00.00.00.02.0880 FGTS			10.749,04	
3.190.13.01.00.00.00.02.0882 FGTS			7.020,53	
3.190.13.01.00.00.00.02.0884 FGTS			15.100,74	
3.190.13.01.00.00.00.02.0886 FGTS			11.193,12	
3.190.13.01.00.00.00.02.0890 FGTS			4.327,02	
3.190.13.01.00.00.00.06.0890 FGTS			1.315,57	
3.190.13.01.00.00.00.06.0987 FGTS			7.452,40	
3.190.13.02.00.00.00.01.0502 Contribuições Previdenciárias - INSS			65.909,78	
3.190.13.02.00.00.00.02.0880 Contribuições Previdenciárias - INSS			30.444,43	
3.190.13.02.00.00.00.02.0882 Contribuições Previdenciárias - INSS			20.378,27	
3.190.13.02.00.00.00.02.0884 Contribuições Previdenciárias - INSS			50.819,99	
3.190.13.02.00.00.00.02.0886 Contribuições Previdenciárias - INSS			14.585,33	
3.190.13.02.00.00.00.02.0890 Contribuições Previdenciárias - INSS			21.487,43	
3.190.13.02.00.00.00.02.0892 Contribuições Previdenciárias - INSS			19.930,82	
3.190.13.02.00.00.00.06.0880 Contribuições Previdenciárias - INSS			5.662,11	
3.190.13.02.00.00.00.06.0882 Contribuições Previdenciárias - INSS			9.685,62	
3.190.13.02.00.00.00.06.0890 Contribuições Previdenciárias - INSS			2.665,54	
3.190.13.02.00.00.00.06.0892 Contribuições Previdenciárias - INSS			2.597,38	
3.190.13.02.00.00.00.06.0987 Contribuições Previdenciárias - INSS			21.630,59	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 41

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10.301 Atenção Básica	6.427.278,69	0,00	6.427.278,69	5.449.727,95	977.550,74
15.01.10.301.0013 SAÚDE	6.386.278,69	0,00	6.386.278,69	5.420.365,48	965.913,21
15.01.10.301.0013.2.034 Manutenção das atividades de Atenção Básica na Saúde	4.689.996,44	0,00	4.689.996,44	3.832.896,98	857.099,46
3.190.16.00.00.00.01.0502 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				21.247,43	
3.190.16.00.00.00.02.0880 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				12.139,20	
3.190.16.00.00.00.02.0882 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				5.921,23	
3.190.16.00.00.00.02.0884 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				2.338,14	
3.190.16.00.00.00.02.0886 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				116,89	
3.190.16.00.00.00.02.0890 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				1.778,08	
3.190.16.00.00.00.02.0892 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				4.104,57	
3.190.16.00.00.00.06.0886 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				69,70	
3.190.16.00.00.00.06.0890 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				52,01	
3.190.16.00.00.00.06.0892 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				174.878,86	
3.190.16.00.00.00.06.0987 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				2.407,74	
3.190.16.01.00.00.01.0502 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				12.732,91	
3.190.16.01.00.00.06.0892 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				174.269,31	
3.190.16.44.00.00.01.0502 Serviços Extraordinários				8.514,52	
3.190.16.44.00.00.02.0880 Serviços Extraordinários				12.139,20	
3.190.16.44.00.00.02.0882 Serviços Extraordinários				5.921,23	
3.190.16.44.00.00.02.0884 Serviços Extraordinários				2.338,14	
3.190.16.44.00.00.02.0886 Serviços Extraordinários				116,89	
3.190.16.44.00.00.02.0890 Serviços Extraordinários				1.778,08	
3.190.16.44.00.00.06.0886 Serviços Extraordinários				4.104,57	
3.190.16.44.00.00.06.0890 Serviços Extraordinários				69,70	
3.190.16.44.00.00.06.0892 Serviços Extraordinários				52,01	
3.190.16.44.00.00.06.0987 Serviços Extraordinários				609,55	
3.190.94.00.00.00.01.0502 Indenizações Restituições Trabalhistas				2.407,74	
3.190.94.00.00.00.02.0880 Indenizações Restituições Trabalhistas				472,55	
3.190.94.00.00.00.02.0882 Indenizações Restituições Trabalhistas				6.227,93	
3.190.94.00.00.00.02.0884 Indenizações Restituições Trabalhistas				3.970,25	
3.190.94.00.00.00.02.0890 Indenizações Restituições Trabalhistas				3.103,27	
3.190.94.00.00.00.06.0882 Indenizações Restituições Trabalhistas				2.602,95	
3.190.94.00.00.00.06.0892 Indenizações Restituições Trabalhistas				65,23	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 42

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10.301 Atenção Básica	6.427.278,69	0,00	6.427.278,69	5.449.727,95	977.550,74
15.01.10.301.0013 SAÚDE	6.386.278,69	0,00	6.386.278,69	5.420.365,48	965.913,21
15.01.10.301.0013.2.034 Manutenção das atividades de Atenção Básica na Saúde	4.689.996,44	0,00	4.689.996,44	3.832.896,98	857.099,46
3.190.94.00.00.00.00.06.0892 Indenizações Restituições Trabalhistas				418,12	
3.190.94.00.00.00.00.06.0987 Indenizações Restituições Trabalhistas				1.712,16	
3.190.94.07.00.00.00.01.0502 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				472,55	
3.190.94.07.00.00.00.02.0880 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				6.227,93	
3.190.94.07.00.00.00.02.0882 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				3.970,25	
3.190.94.07.00.00.00.02.0884 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				3.103,27	
3.190.94.07.00.00.00.02.0890 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				2.602,95	
3.190.94.07.00.00.00.06.0882 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				65,23	
3.190.94.07.00.00.00.06.0892 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				418,12	
3.190.94.07.00.00.00.06.0987 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				1.712,16	
3.390.00.00.00.00.00.01.0502 Aplicacoes Diretas	448.000,00	0,00	448.000,00	447.108,21	891,79
3.390.00.00.00.00.00.02.0892 Aplicacoes Diretas	191.200,00	0,00	191.200,00	79.504,12	111.695,88
3.390.00.00.00.00.00.02.0904 Aplicacoes Diretas	118.800,00	0,00	118.800,00	62.718,51	56.081,49
3.390.00.00.00.00.00.02.0908 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	6.225,10	23.774,90
3.390.00.00.00.00.00.02.1000 Aplicacoes Diretas	241,92	0,00	241,92	0,00	241,92
3.390.00.00.00.00.00.02.3506 Aplicacoes Diretas	5.100,00	0,00	5.100,00	0,00	5.100,00
3.390.00.00.00.00.00.03.0502 Aplicacoes Diretas	140.600,00	0,00	140.600,00	140.154,02	445,98
3.390.00.00.00.00.00.06.0512 Aplicacoes Diretas	1.313,88	0,00	1.313,88	1.313,88	0,00
3.390.00.00.00.00.00.06.0801 Aplicacoes Diretas	10.321,02	0,00	10.321,02	0,00	10.321,02
3.390.00.00.00.00.00.06.0892 Aplicacoes Diretas	64.251,81	0,00	64.251,81	64.196,60	55,21
3.390.00.00.00.00.00.06.0894 Aplicacoes Diretas	22.409,30	0,00	22.409,30	0,00	22.409,30
3.390.00.00.00.00.00.06.0904 Aplicacoes Diretas	36.324,52	0,00	36.324,52	28.352,22	7.972,30
3.390.00.00.00.00.00.06.0908 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	15.394,91	14.605,09
3.390.00.00.00.00.00.06.0987 Aplicacoes Diretas	247.049,00	0,00	247.049,00	60.739,00	186.310,00
3.390.00.00.00.00.00.06.0989 Aplicacoes Diretas	12.316,59	0,00	12.316,59	0,00	12.316,59
3.390.00.00.00.00.00.06.1000 Aplicacoes Diretas	241,92	0,00	241,92	0,00	241,92
3.390.00.00.00.00.00.06.1010 Aplicacoes Diretas	27.214,55	0,00	27.214,55	27.214,55	0,00
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0502 Diárias - Civil				2.080,00	
3.3.90.14.00.00.00.00.03.0502 Diárias - Civil				245,00	
3.3.90.14.00.00.00.00.06.0908 Diárias - Civil				900,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 43

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
1501.10.301 Atenção Básica	6.427.278,69	0,00	6.427.278,69	977.550,74
15.01.10.301.0013 SAÚDE	6.386.278,69	0,00	6.386.278,69	965.913,21
15.01.10.301.0013.2.034 Manutenção das atividades de Atenção Básica na Saúde	4.689.996,44	0,00	4.689.996,44	857.099,46
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0502 Diárias no País - Civil			2.080,00	
3.3.90.14.14.00.00.00.03.0502 Diárias no País - Civil			245,00	
3.3.90.14.14.00.00.00.06.0908 Diárias no País - Civil			900,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0502 Material de Consumo			250.058,71	
3.3.90.30.00.00.00.00.02.0892 Material de Consumo			58.036,12	
3.3.90.30.00.00.00.00.02.0904 Material de Consumo			21.186,04	
3.3.90.30.00.00.00.00.02.0908 Material de Consumo			6.105,10	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0502 Material de Consumo			41.715,60	
3.3.90.30.00.00.00.00.06.0892 Material de Consumo			15.513,07	
3.3.90.30.00.00.00.00.06.0904 Material de Consumo			22.742,80	
3.3.90.30.00.00.00.00.06.0908 Material de Consumo			6.343,60	
3.3.90.30.00.00.00.00.06.0987 Material de Consumo			96,00	
3.3.90.30.01.00.00.00.00.01.0502 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			155.274,83	
3.3.90.30.01.00.00.00.02.0904 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			967,04	
3.3.90.30.01.00.00.00.03.0502 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			1.738,92	
3.3.90.30.01.00.00.00.06.0904 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			119,20	
3.3.90.30.01.00.00.00.06.0908 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			81,15	
3.3.90.30.04.00.00.00.00.01.0502 Gás Engarrafado			900,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.02.0904 Gás Engarrafado			4.032,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.03.0502 Gás Engarrafado			705,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.06.0904 Gás Engarrafado			6.520,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.00.01.0502 Gêneros de Alimentação			3.769,30	
3.3.90.30.07.00.00.00.02.0908 Gêneros de Alimentação			34,20	
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0502 Gêneros de Alimentação			4.833,35	
3.3.90.30.09.00.00.00.00.02.0892 Material Farmacológico			246,00	
3.3.90.30.09.00.00.00.06.0904 Material Farmacológico			187,27	
3.3.90.30.10.00.00.00.00.01.0502 Material Odontológico			18.288,29	
3.3.90.30.10.00.00.00.02.0892 Material Odontológico			23.285,49	
3.3.90.30.10.00.00.00.02.0904 Material Odontológico			4.267,50	
3.3.90.30.10.00.00.00.06.0892 Material Odontológico			4.819,20	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 44

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10.301 Atenção Básica	6.427.278,69	0,00	6.427.278,69	5.449.727,95	977.550,74
15.01.10.301.0013 SAÚDE	6.386.278,69	0,00	6.386.278,69	5.420.365,48	965.913,21
15.01.10.301.0013.2.034 Manutenção das atividades de Atenção Básica na Saúde	4.689.996,44	0,00	4.689.996,44	3.832.896,98	857.099,46
3.3.90.30.10.00.00.00.06.0904 Material Odontológico				120,00	
3.3.90.30.10.00.00.00.06.0987 Material Odontológico				96,00	
3.3.90.30.11.00.00.00.03.0502 Material Químico				80,00	
3.3.90.30.14.00.00.00.02.0908 Material Educativo e Esportivo				771,90	
3.3.90.30.14.00.00.00.03.0502 Material Educativo e Esportivo				800,00	
3.3.90.30.14.00.00.00.06.0908 Material Educativo e Esportivo				2.200,39	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0502 Material de Expediente				2.369,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.03.0502 Material de Expediente				3.423,95	
3.3.90.30.16.00.00.00.06.0908 Material de Expediente				176,30	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0502 Material de Processamento de Dados				5.762,00	
3.3.90.30.17.00.00.00.02.0892 Material de Processamento de Dados				3.886,64	
3.3.90.30.17.00.00.00.03.0502 Material de Processamento de Dados				1.478,99	
3.3.90.30.17.00.00.00.06.0908 Material de Processamento de Dados				390,00	
3.3.90.30.19.00.00.00.01.0502 Material de Acondicionamento e Embalagem				27,00	
3.3.90.30.19.00.00.00.03.0502 Material de Acondicionamento e Embalagem				413,51	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0502 Material de Copa e Cozinha				723,22	
3.3.90.30.21.00.00.00.02.0908 Material de Copa e Cozinha				83,00	
3.3.90.30.21.00.00.00.03.0502 Material de Limpeza e Produção de Higienização				479,00	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0502 Material de Limpeza e Produção de Higienização				4.961,71	
3.3.90.30.22.00.00.00.02.0892 Material de Limpeza e Produção de Higienização				935,76	
3.3.90.30.22.00.00.00.03.0502 Material de Limpeza e Produção de Higienização				8.102,56	
3.3.90.30.22.00.00.00.06.0908 Material de Limpeza e Produção de Higienização				142,25	
3.3.90.30.23.00.00.00.06.0904 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				8.750,00	
3.3.90.30.23.00.00.00.06.0908 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				2.490,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0502 Material para Manutenção de Bens Imóveis				24.793,33	
3.3.90.30.24.00.00.00.02.0904 Material para Manutenção de Bens Imóveis				1.240,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0502 Material para Manutenção de Bens Imóveis				9.019,80	
3.3.90.30.24.00.00.00.06.0892 Material para Manutenção de Bens Imóveis				7.525,47	
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0502 Material para Manutenção de Bens Móveis				4.314,00	
3.3.90.30.25.00.00.00.02.0904 Material para Manutenção de Bens Móveis				863,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 45

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10.301 Atenção Básica	6.427.278,69	0,00	6.427.278,69	5.449.727,95	977.550,74
15.01.10.301.0013 SAÚDE	6.386.278,69	0,00	6.386.278,69	5.420.365,48	965.913,21
15.01.10.301.0013.2.034 Manutenção das atividades de Atenção Básica na Saúde	4.689.996,44	0,00	4.689.996,44	3.832.896,98	857.099,46
3.3.90.30.25.00.00.00.03.0502 Material para Manutenção de Bens Móveis				1.132,40	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0502 Material Elétrico e Eletrônico				1.247,38	
3.3.90.30.26.00.00.00.02.0904 Material Elétrico e Eletrônico				1.243,65	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0502 Material Elétrico e Eletrônico				969,81	
3.3.90.30.29.00.00.00.03.0502 Material para Áudio, Vídeo e Foto				483,30	
3.3.90.30.30.00.00.00.01.0502 Material para Comunicações				595,80	
3.3.90.30.31.00.00.00.06.0908 Sementes, Mudanças de Plantas e Insumos				250,00	
3.3.90.30.36.00.00.00.01.0502 Material Hospitalar				3.094,63	
3.3.90.30.36.00.00.00.02.0892 Material Hospitalar				29.682,23	
3.3.90.30.36.00.00.00.02.0904 Material Hospitalar				4.783,80	
3.3.90.30.36.00.00.00.03.0502 Material Hospitalar				692,44	
3.3.90.30.36.00.00.00.06.0892 Material Hospitalar				3.168,40	
3.3.90.30.36.00.00.00.06.0904 Material Hospitalar				2.165,29	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0502 Material para Manutenção de Veículos				14.809,08	
3.3.90.30.39.00.00.00.02.0904 Material para Manutenção de Veículos				3.789,05	
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0502 Material para Manutenção de Veículos				1.616,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.06.0904 Material para Manutenção de Veículos				3.250,70	
3.3.90.30.39.00.00.00.06.0908 Material para Manutenção de Veículos				4.735,04	
3.3.90.30.42.00.00.00.03.0502 Ferramentas				25,51	
3.3.90.30.43.00.00.00.02.0908 Material para Reabilitação Profissional				220,50	
3.3.90.30.43.00.00.00.06.0908 Material para Reabilitação Profissional				1.447,60	
3.3.90.30.44.00.00.00.01.0502 Material de Sinalização Visual e Afins				88,00	
3.3.90.30.44.00.00.00.03.0502 Material de Sinalização Visual e Afins				2.504,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0502 Outros Materiais de Consumo				2.611,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.02.0908 Outros Materiais de Consumo				6.625,14	
3.3.90.30.99.00.00.00.03.0502 Outros Materiais de Consumo				2.152,40	
3.3.90.30.99.00.00.00.06.0904 Outros Materiais de Consumo				1.280,37	
3.3.90.30.99.00.00.00.06.0908 Outros Materiais de Consumo				146,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0502 Material de Distribuição Gratuita				500,00	
				4.381,55	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 46

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
1501.10.301 Atenção Básica	6.427.278,69	0,00	6.427.278,69	977.550,74
15.01.10.301.0013 SAÚDE	6.386.278,69	0,00	6.386.278,69	965.913,21
15.01.10.301.0013.2.034 Manutenção das atividades de Atenção Básica na Saúde	4.689.996,44	0,00	4.689.996,44	857.099,46
3.3.90.32.00.00.00.02.0892 Material de Distribuicao Gratuita			1.368,00	
3.3.90.32.00.00.00.02.0904 Material de Distribuicao Gratuita			2.130,00	
3.3.90.32.00.00.00.03.0502 Material de Distribuicao Gratuita			13.789,66	
3.3.90.32.00.00.00.06.0892 Material de Distribuicao Gratuita			1.380,00	
3.3.90.32.00.00.00.06.0904 Material de Distribuicao Gratuita			3.514,52	
3.3.90.32.00.00.00.06.0987 Material de Distribuicao Gratuita			7.200,00	
3.3.90.32.99.00.00.01.0502 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			4.381,55	
3.3.90.32.99.00.00.02.0892 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			1.368,00	
3.3.90.32.99.00.00.02.0904 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			2.130,00	
3.3.90.32.99.00.00.03.0502 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			13.789,66	
3.3.90.32.99.00.00.06.0892 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			1.380,00	
3.3.90.32.99.00.00.06.0904 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			3.514,52	
3.3.90.32.99.00.00.06.0987 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			7.200,00	
3.3.90.35.00.00.00.01.0502 Serviços de Consultoria			7.920,00	
3.3.90.35.01.00.00.00.01.0502 Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica			7.920,00	
3.3.90.36.00.00.00.01.0502 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			7.920,00	
3.3.90.36.07.00.00.00.01.0502 Estagiários			7.18,37	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0502 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			7.18,37	
3.3.90.39.00.00.00.02.0892 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			78.840,26	
3.3.90.39.00.00.00.02.0904 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.400,00	
3.3.90.39.00.00.00.02.0908 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			3.402,47	
3.3.90.39.00.00.00.03.0502 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			120,00	
3.3.90.39.00.00.00.06.0512 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			81.421,76	
3.3.90.39.00.00.00.06.0892 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.313,88	
3.3.90.39.00.00.00.06.0904 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			47.303,53	
3.3.90.39.00.00.00.06.0908 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			2.094,90	
3.3.90.39.00.00.00.06.0987 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			8.151,31	
3.3.90.39.12.00.00.00.01.0502 Locação de Máquinas e Equipamentos			53.443,00	
3.3.90.39.14.00.00.00.01.0502 Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas Intang			7.890,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.06.0908 Limpeza de Veículos			470,00	
			179,96	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 47

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10.301 Atenção Básica	6.427.278,69	0,00	6.427.278,69	5.449.727,95	977.550,74
15.01.10.301.0013 SAÚDE	6.386.278,69	0,00	6.386.278,69	5.420.365,48	965.913,21
15.01.10.301.0013.2.034 Manutenção das atividades de Atenção Básica na Saúde	4.689.996,44	0,00	4.689.996,44	3.832.896,98	857.099,46
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0502 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				10.516,60	
3.3.90.39.16.00.00.00.03.0502 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				43.010,75	
3.3.90.39.16.00.00.00.06.0892 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				18.276,50	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0502 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				3.835,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.02.0904 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				1.091,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.03.0502 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				8.294,28	
3.3.90.39.17.00.00.00.06.0987 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				7.243,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0502 Manutenção e Conservação de Veículos				10.062,42	
3.3.90.39.19.00.00.00.02.0904 Manutenção e Conservação de Veículos				1.786,12	
3.3.90.39.19.00.00.00.03.0502 Manutenção e Conservação de Veículos				120,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.06.0908 Manutenção e Conservação de Veículos				5.644,73	
3.3.90.39.19.00.00.00.06.0512 Manutenção e Conservação de Veículos				1.313,88	
3.3.90.39.19.00.00.00.06.0904 Manutenção e Conservação de Veículos				1.625,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.06.0908 Manutenção e Conservação de Veículos				168,35	
3.3.90.39.20.00.00.00.01.0502 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur				160,00	
3.3.90.39.25.00.00.00.01.0502 Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins				366,00	
3.3.90.39.25.00.00.00.03.0502 Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins				339,00	
3.3.90.39.28.00.00.00.06.0987 Coleta de Lixo e Demais Resíduos				46.200,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.03.0502 Fornecimento de Alimentação				48,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.06.0908 Fornecimento de Alimentação				5.995,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0502 Serviços de Energia Elétrica				22.500,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.03.0502 Serviços de Energia Elétrica				20.000,00	
3.3.90.39.50.00.00.00.01.0502 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor				7.800,00	
3.3.90.39.59.00.00.00.03.0502 Serviços de Áudio, Vídeo e Foto				490,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0502 Serviços Gráficos e Editoriais				906,30	
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0502 Serviços Gráficos e Editoriais				335,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.06.0904 Serviços Gráficos e Editoriais				469,90	
3.3.90.39.63.00.00.00.06.0908 Serviços Gráficos e Editoriais				558,00	
3.3.90.39.64.00.00.00.01.0502 Telefonia fixa e Móvel				3.896,68	
3.3.90.39.64.00.00.00.03.0502 Telefonia fixa e Móvel				3.260,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 48

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
1501.10.301 Atenção Básica	6.427.278,69	0,00	6.427.278,69	977.550,74
15.01.10.301.0013 SAÚDE	6.386.278,69	0,00	6.386.278,69	965.913,21
15.01.10.301.0013.2.034 Manutenção das atividades de Atenção Básica na Saúde	4.689.996,44	0,00	4.689.996,44	857.099,46
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0502 seguros em Geral			888,73	
3.3.90.39.75.00.00.00.01.0502 Multas e Infrações de Trânsito			85,13	
3.3.90.39.78.00.00.00.06.0892 Limpeza e Conservação			4.498,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0502 Serviços Bancários			2.000,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.02.0892 Serviços Bancários			1.400,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.02.0904 Serviços Bancários			525,35	
3.3.90.39.90.00.00.00.01.0502 Serviços de Publicidade Legal			1.791,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0502 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			5.672,40	
3.3.90.39.99.00.00.00.06.0892 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			24.529,03	
3.3.90.39.99.00.00.00.06.0908 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.250,00	
3.3.90.40.00.00.00.00.01.0502 Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.			61.358,80	
3.3.90.40.00.00.00.00.02.0904 Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.			36.000,00	
3.3.90.40.00.00.00.00.03.0502 Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.			2.982,00	
3.3.90.40.04.00.00.00.01.0502 Comunicação de dados			17.458,80	
3.3.90.40.07.00.00.00.01.0502 Suporte de infraestrutura de TIC			36.000,00	
3.3.90.40.07.00.00.00.02.0904 Suporte de infraestrutura de TIC			36.000,00	
3.3.90.40.07.00.00.00.03.0502 Suporte de infraestrutura de TIC			2.840,00	
3.3.90.40.09.00.00.00.01.0502 Manutenção e conservação de equipamentos de TIC			350,00	
3.3.90.40.09.00.00.00.03.0502 Manutenção e conservação de equipamentos de TIC			142,00	
3.3.90.40.99.00.00.00.01.0502 Outros serviços de tecn. da informação e comun.			7.550,00	
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0502 Obrigações Tributárias e Contributivas			1.250,52	
3.3.90.47.10.00.00.00.01.0502 Taxas			976,68	
3.3.90.47.15.00.00.00.01.0502 Multas			207,43	
3.3.90.47.16.00.00.00.01.0502 Juros			66,41	
3.3.90.48.00.00.00.00.01.0502 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas			40.500,00	
3.3.90.48.00.00.00.02.0892 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas			18.700,00	
3.3.90.48.01.00.00.00.01.0502 Auxílio Financeiro a Pessoas Físicas			40.500,00	
3.3.90.48.01.00.00.00.02.0892 Auxílio Financeiro a Pessoas Físicas			18.700,00	
3.3.90.93.00.00.00.00.06.1010 Indenizações e Restituições			27.214,55	
3.3.90.93.02.00.00.00.06.1010 Restituições			27.214,55	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 49

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10.301 Atenção Básica	6.427.278,69	0,00	6.427.278,69	5.449.727,95	977.550,74
15.01.10.301.0013 SAÚDE	6.386.278,69	0,00	6.386.278,69	5.420.365,48	965.913,21
15.01.10.301.0013.2.034 Manutenção das atividades de Atenção Básica na Saúde	4.689.996,44	0,00	4.689.996,44	3.832.896,98	857.099,46
4.4.90.00.00.00.00.01.0502 Aplicacoes Diretas	13.752,00	0,00	13.752,00	13.705,00	47,00
4.4.90.00.00.00.00.02.1021 Aplicacoes Diretas	25.000,00	0,00	25.000,00	18.484,00	6.516,00
4.4.90.00.00.00.00.02.1022 Aplicacoes Diretas	80.000,00	0,00	80.000,00	0,00	80.000,00
4.4.90.00.00.00.00.02.3506 Aplicacoes Diretas	170.000,00	0,00	170.000,00	163.000,00	7.000,00
4.4.90.00.00.00.00.03.0502 Aplicacoes Diretas	17.400,00	0,00	17.400,00	17.303,00	97,00
4.4.90.00.00.00.00.06.1010 Obras e Instalações	94.950,00	0,00	94.950,00	94.950,00	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0502 Instalações Incorporáveis ou Inerentes ao Imóvel	5.200,00	0,00	5.200,00	5.200,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0502 Equipamentos e Material Permanente	8.505,00	0,00	8.505,00	8.505,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.02.1021 Equipamentos e Material Permanente	18.484,00	0,00	18.484,00	18.484,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.02.3506 Equipamentos e Material Permanente	163.000,00	0,00	163.000,00	163.000,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.03.0502 Equipamentos e Material Permanente	17.303,00	0,00	17.303,00	17.303,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.06.1010 Equipamentos e Material Permanente	94.950,00	0,00	94.950,00	94.950,00	0,00
4.4.90.52.08.00.00.00.01.0502 Aparelhos, Equip. Utens Médico-odont, Labor e Hosp	2.524,00	0,00	2.524,00	2.524,00	0,00
4.4.90.52.08.00.00.02.1021 Aparelhos, Equip. Utens Médico-odont, Labor e Hosp	18.484,00	0,00	18.484,00	18.484,00	0,00
4.4.90.52.08.00.00.02.3506 Aparelhos, Equip. Utens Médico-odont, Labor e Hosp	163.000,00	0,00	163.000,00	163.000,00	0,00
4.4.90.52.08.00.00.06.1010 Aparelhos, Equip. Utens Médico-odont, Labor e Hosp	94.950,00	0,00	94.950,00	94.950,00	0,00
4.4.90.52.12.00.00.00.01.0502 Aparelhos e Utensílios Domésticos	1.304,00	0,00	1.304,00	1.304,00	0,00
4.4.90.52.12.00.00.00.03.0502 Aparelhos e Utensílios Domésticos	3.378,00	0,00	3.378,00	3.378,00	0,00
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0502 Equipamentos de Processamento de Dados	3.899,00	0,00	3.899,00	3.899,00	0,00
4.4.90.52.35.00.00.03.0502 Equipamentos de Processamento de Dados	13.925,00	0,00	13.925,00	13.925,00	0,00
4.4.90.52.42.00.00.00.01.0502 Mobiliário em Geral	778,00	0,00	778,00	778,00	0,00
15.01.10.301.0097 CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	31.000,00	0,00	31.000,00	29.362,47	1.637,53
15.01.10.301.0097.2.031 Conservação do Patrimônio Público na Área da Saúde	31.000,00	0,00	31.000,00	29.362,47	1.637,53
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0502 Aplicacoes Diretas	25.000,00	0,00	25.000,00	23.405,32	1.594,68
3.3.90.00.00.00.00.03.0502 Aplicacoes Diretas	6.000,00	0,00	6.000,00	5.957,15	42,85
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0502 Material de Consumo	0,00	0,00	0,00	15.388,82	15.388,82
3.3.90.30.00.00.00.03.0502 Material de Consumo	0,00	0,00	0,00	5.957,15	5.957,15
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0502 Material para Manutenção de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	14.867,00	14.867,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 50

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10.301 Atenção Básica	6.427.278,69	0,00	6.427.278,69	5.449.727,95	977.550,74
15.01.10.301.0097 CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	31.000,00	0,00	31.000,00	29.362,47	1.637,53
15.01.10.301.0097.2.031 Conservação do Patrimônio Público na Área da Saúde	31.000,00	0,00	31.000,00	29.362,47	1.637,53
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0502 Material Elétrico e Eletrônico				521,82	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0502 Material Elétrico e Eletrônico				5.957,15	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0502 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				8.016,50	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0502 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				8.016,50	
15.01.10.301.0098 EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
15.01.10.301.0098.2.039 Ações em situações de Emergência e Calamidade Pública na Área da Saúde	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0502 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
1501.10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.698.057,09	0,00	3.698.057,09	3.452.267,84	245.789,25
15.01.10.302.0013 SAÚDE	3.698.057,09	0,00	3.698.057,09	3.452.267,84	245.789,25
15.01.10.302.0013.2.035 Manutenção das atividades de Média e Alta Complexidade na Área da Saúde	3.698.057,09	0,00	3.698.057,09	3.452.267,84	245.789,25
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0502 Aplicacoes Diretas	113.000,00	0,00	113.000,00	51.139,92	61.860,08
3.1.90.00.00.00.00.00.03.0502 Aplicacoes Diretas	73.000,00	0,00	73.000,00	70.884,81	2.115,19
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0502 Contratacao por Tempo Determinado				50.075,71	
3.1.90.04.00.00.00.00.03.0502 Contratacao por Tempo Determinado				70.884,81	
3.1.90.04.04.00.00.00.01.0502 Obrigações Patronais				12.125,19	
3.1.90.04.04.00.00.00.03.0502 Obrigações Patronais				13.245,39	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0502 Outros Serviços Temporários				37.950,52	
3.1.90.04.99.00.00.00.03.0502 Outros Serviços Temporários				57.639,42	
3.1.90.94.00.00.00.00.01.0502 Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas				1.064,21	
3.1.90.94.07.00.00.00.01.0502 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				1.064,21	
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0502 Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	1.484.000,00	0,00	1.484.000,00	1.484.000,00	0,00
3.3.50.00.00.00.00.02.0991 Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	775.625,04	0,00	775.625,04	775.625,04	0,00
3.3.50.00.00.00.00.06.0991 Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	64.635,46	0,00	64.635,46	64.635,42	0,04
3.3.50.43.00.00.00.00.01.0502 Subvençoes Sociais				1.484.000,00	
3.3.50.43.00.00.00.02.0991 Subvençoes Sociais				775.625,04	
3.3.50.43.00.00.00.06.0991 Subvençoes Sociais				64.635,42	
3.3.50.43.99.00.00.00.01.0502 Outras Subvenções Sociais				1.484.000,00	
3.3.50.43.99.00.00.02.0991 Outras Subvenções Sociais				775.625,04	
3.3.50.43.99.00.00.06.0991 Outras Subvenções Sociais				64.635,42	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 51

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.698.057,09	0,00	3.698.057,09	3.452.267,84	245.789,25
15.01.10.302.0013 SAÚDE	3.698.057,09	0,00	3.698.057,09	3.452.267,84	245.789,25
15.01.10.302.0013.2.035 Manutenção das atividades de Média e Alta Complexidade na Área da Saúde	3.698.057,09	0,00	3.698.057,09	3.452.267,84	245.789,25
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0502 Aplicacoes Diretas	207.000,00	0,00	207.000,00	140.244,40	66.755,60
3.3.90.00.00.00.00.00.02.0898 Aplicacoes Diretas	570.866,72	0,00	570.866,72	570.686,76	179,96
3.3.90.00.00.00.00.02.0942 Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
3.3.90.00.00.00.00.02.1017 Aplicacoes Diretas	72.700,00	0,00	72.700,00	72.700,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.03.0502 Aplicacoes Diretas	47.000,00	0,00	47.000,00	37.460,21	9.539,79
3.3.90.00.00.00.00.06.0621 Aplicacoes Diretas	9.427,51	0,00	9.427,51	9.427,51	0,00
3.3.90.00.00.00.00.06.0898 Aplicacoes Diretas	1.812,72	0,00	1.812,72	1.812,72	0,00
3.3.90.00.00.00.00.06.0942 Aplicacoes Diretas	5.346,82	0,00	5.346,82	5.346,82	0,00
3.3.90.00.00.00.00.06.0955 Aplicacoes Diretas	21.659,03	0,00	21.659,03	16.659,03	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.06.1008 Aplicacoes Diretas	151.983,79	0,00	151.983,79	151.645,20	338,59
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0502 Diárias - Civil				38.655,00	
3.3.90.14.00.00.00.01.0502 Diárias no País - Civil				38.655,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0502 Material de Consumo				498,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0502 Gêneros de Alimentação				498,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0502 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				88.534,65	
3.3.90.39.00.00.00.00.02.0898 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				534.836,76	
3.3.90.39.00.00.00.00.02.1017 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				72.700,00	
3.3.90.39.00.00.00.03.0502 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				37.460,21	
3.3.90.39.00.00.00.06.0621 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				9.427,51	
3.3.90.39.00.00.00.06.0898 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.812,72	
3.3.90.39.00.00.00.06.0942 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				5.346,82	
3.3.90.39.00.00.00.06.0955 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				16.659,03	
3.3.90.39.00.00.00.06.1008 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				151.645,20	
3.3.90.39.15.00.00.00.03.0502 Limpeza de Veículos				179,96	
3.3.90.39.27.00.00.00.01.0502 Locação de Veículos Para Locomoção				7.950,00	
3.3.90.39.50.00.00.00.01.0502 Serviços Médico-Hospitalar; Odontológico e Labor				80.584,65	
3.3.90.39.50.00.00.02.0898 Serviços Médico-Hospitalar; Odontológico e Labor				534.086,76	
3.3.90.39.50.00.00.02.1017 Serviços Médico-Hospitalar; Odontológico e Labor				72.700,00	
3.3.90.39.50.00.00.03.0502 Serviços Médico-Hospitalar; Odontológico e Labor				8.025,85	
3.3.90.39.50.00.00.06.0621 Serviços Médico-Hospitalar; Odontológico e Labor				9.427,51	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 52

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
1501.10.302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial	3.698.057,09	0,00	3.698.057,09	245.789,25
15.01.10.302.0013 SAÚDE	3.698.057,09	0,00	3.698.057,09	245.789,25
15.01.10.302.0013.2.035 Manutenção das atividades de Média e Alta Complexidade na Área da Saúde	3.698.057,09	0,00	3.698.057,09	245.789,25
3.3.90.39.50.00.00.00.06.0898 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor			1.812,72	
3.3.90.39.50.00.00.00.06.0942 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor			5.346,82	
3.3.90.39.50.00.00.00.06.0955 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor			16.659,03	
3.3.90.39.50.00.00.00.06.1008 Serviços Médico-Hospitalar, Odontológico e Labor			114.639,60	
3.3.90.39.81.00.00.00.02.0898 Serviços Bancários			750,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0502 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			29.254,40	
3.3.90.39.99.00.00.00.06.1008 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			37.005,60	
3.3.90.92.00.00.00.00.01.0502 Despesas de Exercícios Anteriores			12.556,75	
3.3.90.92.00.00.00.00.02.0898 Despesas de Exercícios Anteriores			35.850,00	
3.3.90.92.39.00.00.00.01.0502 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			12.556,75	
3.3.90.92.39.00.00.00.02.0898 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			35.850,00	
1501.10.303 Suporte Profilático e Terapêutico	346.175,56	0,00	346.175,56	12.361,55
15.01.10.303.0013 SAÚDE	346.175,56	0,00	346.175,56	12.361,55
15.01.10.303.0013.2.036 Manutenção da Assistência Farmacêutica	346.175,56	0,00	346.175,56	12.361,55
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0486 Aplicacoes Diretas	21.250,00	0,00	21.250,00	22,98
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0502 Aplicacoes Diretas	152.000,00	0,00	152.000,00	9,18
3.3.90.00.00.00.00.00.02.0888 Aplicacoes Diretas	54.202,80	0,00	54.202,80	12,83
3.3.90.00.00.00.00.00.02.0906 Aplicacoes Diretas	47.826,00	0,00	47.826,00	12.071,08
3.3.90.00.00.00.00.00.02.1017 Aplicacoes Diretas	24.645,16	0,00	24.645,16	25,80
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0486 Aplicacoes Diretas	1.237,02	0,00	1.237,02	19,82
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0502 Aplicacoes Diretas	9.897,58	0,00	9.897,58	106,48
3.3.90.00.00.00.00.00.06.0513 Aplicacoes Diretas	1.725,98	0,00	1.725,98	9,98
3.3.90.00.00.00.00.00.06.0514 Aplicacoes Diretas	3.844,12	0,00	3.844,12	38,12
3.3.90.00.00.00.00.00.06.0888 Aplicacoes Diretas	25.577,42	0,00	25.577,42	24,37
3.3.90.00.00.00.00.00.06.0906 Aplicacoes Diretas	3.969,48	0,00	3.969,48	20,91
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0486 Material de Consumo			145,00	
3.3.90.30.09.00.00.00.01.0486 Material Farmacológico			145,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0486 Material de Distribuicao Gratuita			20.282,02	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0502 Material de Distribuicao Gratuita			151.990,82	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 53

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	1.372.663,83
1501.10.303 Suporte Profilático e Terapêutico	346.175,56	0,00	346.175,56	12.361,55
15.01.10.303.0013 SAÚDE	346.175,56	0,00	346.175,56	12.361,55
15.01.10.303.0013.2.036 Manutenção da Assistência Farmacêutica	346.175,56	0,00	346.175,56	12.361,55
3.3.90.32.00.00.00.02.0888 Material de Distribuicao Gratuita			9.463.662,40	
3.3.90.32.00.00.00.02.0906 Material de Distribuicao Gratuita			9.463.662,40	
3.3.90.32.00.00.00.02.1017 Material de Distribuicao Gratuita			35.704,92	
3.3.90.32.00.00.00.03.0486 Material de Distribuicao Gratuita			24.619,36	
3.3.90.32.00.00.00.03.0502 Material de Distribuicao Gratuita			1.217,20	
3.3.90.32.00.00.00.06.0513 Material de Distribuicao Gratuita			9.791,10	
3.3.90.32.00.00.00.06.0514 Material de Distribuicao Gratuita			1.716,00	
3.3.90.32.00.00.00.06.0888 Material de Distribuicao Gratuita			3.806,00	
3.3.90.32.00.00.00.06.0906 Material de Distribuicao Gratuita			25.553,05	
3.3.90.32.02.00.00.00.01.0486 Medicamentos			3.948,57	
3.3.90.32.02.00.00.00.01.0502 Medicamentos			20.282,02	
3.3.90.32.02.00.00.02.0888 Medicamentos			148.135,82	
3.3.90.32.02.00.00.02.0906 Medicamentos			54.039,97	
3.3.90.32.02.00.00.02.1017 Medicamentos			35.704,92	
3.3.90.32.02.00.00.03.0486 Medicamentos			24.619,36	
3.3.90.32.02.00.00.03.0502 Medicamentos			1.217,20	
3.3.90.32.02.00.00.06.0513 Medicamentos			9.791,10	
3.3.90.32.02.00.00.06.0514 Medicamentos			1.716,00	
3.3.90.32.02.00.00.06.0888 Medicamentos			3.806,00	
3.3.90.32.02.00.00.06.0906 Medicamentos			25.553,05	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0502 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			3.948,57	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0486 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			3.855,00	
3.3.90.39.00.00.00.02.0888 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			800,00	
3.3.90.39.00.00.00.02.0906 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			150,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0486 Serviços Bancários			50,00	
3.3.90.39.81.00.00.02.0888 Serviços Bancários			800,00	
3.3.90.39.81.00.00.02.0906 Serviços Bancários			150,00	
			50,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 54

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10.304 Vigilância Sanitária	180.000,00	0,00	180.000,00	136.941,26	43.058,74
15.01.10.304.0013 SAÚDE	180.000,00	0,00	180.000,00	136.941,26	43.058,74
15.01.10.304.0013.2.037 Manutenção das atividades da Vigilância Sanitária	180.000,00	0,00	180.000,00	136.941,26	43.058,74
3.190.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	19.000,00	0,00	19.000,00	13.008,71	5.991,29
3.190.00.00.00.00.01.0502 Aplicacoes Diretas	148.000,00	0,00	148.000,00	122.606,62	25.393,38
3.190.11.00.00.00.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				8.570,80	
3.190.11.00.00.00.01.0502 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				95.361,54	
3.190.13.00.00.00.01.0500 Obrigacoes Patronais				4.437,91	
3.190.13.00.00.00.01.0502 Obrigacoes Patronais				27.127,06	
3.190.13.01.00.00.01.0500 FGTS				899,96	
3.190.13.01.00.00.01.0502 FGTS				7.240,24	
3.190.13.02.00.00.01.0500 Contribuições Previdenciárias - INSS				3.537,95	
3.190.13.02.00.00.01.0502 Contribuições Previdenciárias - INSS				19.886,82	
3.190.16.00.00.00.01.0502 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				118,02	
3.190.16.44.00.00.01.0502 Serviços Extraordinários				118,02	
3.390.00.00.00.00.02.0900 Aplicacoes Diretas	12.000,00	0,00	12.000,00	1.325,93	10.674,07
3.390.30.00.00.00.02.0900 Material de Consumo				1.106,00	
3.390.30.17.00.00.02.0900 Material de Processamento de Dados				382,00	
3.390.30.39.00.00.02.0900 Material para Manutenção de Veículos				724,00	
3.390.39.00.00.00.02.0900 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				219,93	
3.390.39.19.00.00.02.0900 Manutenção e Conservação de Veículos				119,93	
3.390.39.81.00.00.02.0900 Serviços Bancários				100,00	
4.490.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
1501.10.305 Vigilância Epidemiológica	184.814,89	0,00	184.814,89	90.911,34	93.903,55
15.01.10.305.0013 SAÚDE	184.814,89	0,00	184.814,89	90.911,34	93.903,55
15.01.10.305.0013.2.038 Manutenção das atividades da Vigilância Epidemiológica	184.814,89	0,00	184.814,89	90.911,34	93.903,55
3.190.00.00.00.00.01.0502 Aplicacoes Diretas				33.932,27	567,73
3.190.00.00.00.00.03.0502 Aplicacoes Diretas				39.648,41	8.351,59
3.190.11.00.00.00.01.0502 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				24.250,56	
3.190.11.00.00.00.03.0502 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				30.716,11	
3.190.13.00.00.00.01.0502 Obrigacoes Patronais				8.681,71	
3.190.13.00.00.00.03.0502 Obrigacoes Patronais				7.827,95	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 55

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10.305 Vigilância Epidemiológica	184.814,89	0,00	184.814,89	90.911,34	93.903,55
15.01.10.305.0013 SAÚDE	184.814,89	0,00	184.814,89	90.911,34	93.903,55
15.01.10.305.0013.2.038 Manutenção das atividades da Vigilância Epidemiológica	184.814,89	0,00	184.814,89	90.911,34	93.903,55
3.190.13.01.00.00.00.01.0502 FGTS				2.491,41	
3.190.13.01.00.00.00.03.0502 FGTS				1.586,61	
3.190.13.02.00.00.00.01.0502 Contribuições Previdenciárias - INSS				6.190,30	
3.190.13.02.00.00.00.03.0502 Contribuições Previdenciárias - INSS				6.241,34	
3.190.16.00.00.00.00.01.0502 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				1.000,00	
3.190.16.00.00.00.00.03.0502 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				1.104,35	
3.190.16.44.00.00.00.01.0502 Serviços Extraordinários				1.000,00	
3.190.16.44.00.00.00.03.0502 Serviços Extraordinários				1.104,35	
3.390.00.00.00.00.00.01.0502 Aplicacoes Diretas	8.000,00	0,00	8.000,00	6.893,00	1.107,00
3.390.00.00.00.00.00.02.0902 Aplicacoes Diretas	36.438,48	0,00	36.438,48	8.996,45	27.442,03
3.390.00.00.00.00.00.02.0963 Aplicacoes Diretas	3.170,14	0,00	3.170,14	0,00	3.170,14
3.390.00.00.00.00.00.06.0793 Aplicacoes Diretas	12.814,04	0,00	12.814,04	0,00	12.814,04
3.390.00.00.00.00.00.06.0958 Aplicacoes Diretas	19.494,65	0,00	19.494,65	1.441,21	18.053,44
3.390.14.00.00.00.00.01.0502 Diárias - Civil				95,00	
3.390.14.00.00.00.00.02.0902 Diárias - Civil				2.700,00	
3.390.14.14.00.00.00.01.0502 Diárias no País - Civil				95,00	
3.390.14.14.00.00.00.02.0902 Diárias no País - Civil				2.700,00	
3.390.30.00.00.00.00.01.0502 Material de Consumo				2.290,50	
3.390.30.00.00.00.00.02.0902 Material de Consumo				3.891,65	
3.390.30.00.00.00.00.06.0958 Material de Consumo				841,21	
3.390.30.01.00.00.00.02.0902 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				3.580,50	
3.390.30.17.00.00.00.02.0902 Material de Processamento de Dados				263,36	
3.390.30.23.00.00.00.01.0502 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				386,00	
3.390.30.24.00.00.00.01.0502 Material para Manutenção de Bens Imóveis				375,10	
3.390.30.26.00.00.00.01.0502 Material Elétrico e Eletrônico				32,40	
3.390.30.27.00.00.00.06.0958 Material de Manobra e Patrulhamento				520,42	
3.390.30.35.00.00.00.06.0958 Material Laboratorial				320,79	
3.390.30.39.00.00.00.02.0902 Material para Manutenção de Veículos				47,79	
3.390.30.99.00.00.00.01.0502 Outros Materiais de Consumo				1.497,00	
3.390.39.00.00.00.00.01.0502 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.507,50	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 56

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
15 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
15.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10 Saúde	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83
1501.10.305 Vigilância Epidemiológica	184.814,89	0,00	184.814,89	90.911,34	93.903,55
15.01.10.305.0013 SAÚDE	184.814,89	0,00	184.814,89	90.911,34	93.903,55
15.01.10.305.0013.2.038 Manutenção das atividades da Vigilância Epidemiológica	184.814,89	0,00	184.814,89	90.911,34	93.903,55
3.3.90.39.00.00.00.02.0902 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.404,80	
3.3.90.39.00.00.00.06.0958 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				600,00	
3.3.90.39.14.00.00.00.01.0502 Locação de Bens Móveis e Outras Naturezas Intang				200,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.02.0902 Limpeza de Veículos				439,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.02.0902 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				1.608,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.02.0902 Manutenção e Conservação de Veículos				157,80	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0502 Fornecimento de Alimentação				3.557,50	
3.3.90.39.81.00.00.00.02.0902 Serviços Bancários				200,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.06.0958 Serviços Bancários				600,00	
3.3.90.39.88.00.00.00.01.0502 Serviços de Publicidade e Propaganda				750,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0502 Aplicacoes Diretas	12.500,00	0,00	12.500,00	0,00	12.500,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0502 Aplicacoes Diretas	9.897,58	0,00	9.897,58	0,00	9.897,58
Total por Entidade:	10.836.326,23	0,00	10.836.326,23	9.463.662,40	1.372.663,83

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 57

Entidade : FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferença R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	1.317.869,97	193.318,41
16.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	1.317.869,97	193.318,41
1601.08 Assistência Social	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	1.317.869,97	193.318,41
1601.08.241 Assistência ao Idoso	12.000,00	0,00	12.000,00	7.365,95	4.634,05
16.01.08.241.0015 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	12.000,00	0,00	12.000,00	7.365,95	4.634,05
16.01.08.241.0015.2.047 Manutenção das atividades de assistência aos idosos	12.000,00	0,00	12.000,00	7.365,95	4.634,05
3.3.90.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	7.365,95	2.634,05
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo				2.832,51	
3.3.90.30.07.00.00.00.00.01.0500 Gêneros de Alimentação				2.467,36	
3.3.90.30.22.00.00.00.00.01.0500 Material de Limpeza e Produção de Higienização				365,15	
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.533,44	
3.3.90.39.41.00.00.00.00.01.0500 Fornecimento de Alimentação				4.533,44	
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
1601.08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente	189.000,00	0,00	189.000,00	185.120,23	3.879,77
16.01.08.243.0017 DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	189.000,00	0,00	189.000,00	185.120,23	3.879,77
16.01.08.243.0017.2.041 Manutenção das atividades do Conselho Tutelar	189.000,00	0,00	189.000,00	185.120,23	3.879,77
3.1.90.00.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	152.000,00	0,00	152.000,00	151.056,64	943,36
3.1.90.04.00.00.00.00.00.01.0500 Contratacao por Tempo Determinado				1.682,79	
3.1.90.04.99.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços Temporários				1.682,79	
3.1.90.11.00.00.00.00.00.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				123.554,26	
3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0500 Obrigacoes Patronais				24.654,82	
3.1.90.13.02.00.00.00.00.01.0500 Contribuições Previdenciárias - INSS				24.654,82	
3.1.90.94.00.00.00.00.00.01.0500 Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas				1.164,77	
3.1.90.94.07.00.00.00.00.01.0500 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				1.164,77	
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	26.505,00	0,00	26.505,00	24.388,59	2.116,41
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0500 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	9.180,00	820,00
3.3.90.14.00.00.00.00.00.01.0500 Diárias - Civil				3.230,00	
3.3.90.14.14.00.00.00.00.01.0500 Diárias no País - Civil				3.230,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo				7.796,12	
3.3.90.30.01.00.00.00.00.01.0500 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				5.045,65	
3.3.90.30.07.00.00.00.00.01.0500 Gêneros de Alimentação				61,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.00.01.0500 Material de Expediente				4,10	
3.3.90.30.17.00.00.00.00.01.0500 Material de Processamento de Dados				147,80	
3.3.90.30.22.00.00.00.00.01.0500 Material de Limpeza e Produção de Higienização				779,07	
3.3.90.30.23.00.00.00.00.01.0500 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				805,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 58

Entidade : FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários		
16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	193.318,41
16.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	193.318,41
1601.08 Assistência Social	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	193.318,41
1601.08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente	189.000,00	0,00	189.000,00	3.879,77
16.01.08.243.0017 DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	189.000,00	0,00	189.000,00	3.879,77
16.01.08.243.0017.2.041 Manutenção das atividades do Conselho Tutelar	189.000,00	0,00	189.000,00	3.879,77
3.3.90.30.30.00.00.00.01.0500 Material para Comunicações			678,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Veículos			34,00	
3.3.90.30.44.00.00.00.01.0500 Material de Sinalização Visual e Afins			196,50	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0500 Outros Materiais de Consumo			45,00	
3.3.90.36.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			250,00	
3.3.90.36.00.00.00.00.03.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física			9.120,00	
3.3.90.36.06.00.00.00.01.0500 Serviços Técnicos Profissionais			250,00	
3.3.90.36.15.00.00.00.03.0500 Locação de Imóveis			9.120,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			12.759,44	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			60,00	
3.3.90.39.10.00.00.00.01.0500 Locação de Imóveis			6.080,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0500 Limpeza de Veículos			88,89	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Veículos			280,00	
3.3.90.39.22.00.00.00.01.0500 Exposições, Congressos e Conferências			1.420,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0500 Serviços de Energia Elétrica			1.750,00	
3.3.90.39.44.00.00.00.01.0500 Serviços de Água e Esgoto			500,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0500 Serviços Gráficos e Editoriais			50,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0500 Serviços Gráficos e Editoriais			60,00	
3.3.90.39.64.00.00.00.01.0500 Telefonia fixa e Móvel			2.500,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0500 seguros em Geral			45,55	
3.3.90.39.83.00.00.00.01.0500 Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos			45,00	
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0500 Obrigações Tributárias e Contributivas			353,03	
3.3.90.47.10.00.00.00.01.0500 Taxas			303,03	
3.3.90.47.18.00.00.00.01.0500 Contrib. Previdenciária S/ Serviços de Terc - PF			50,00	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	495,00	0,00	495,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0500 Equipamentos e Material Permanente			495,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0500 Equipamentos de Processamento de Dados			495,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 59

Entidade : FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	1.317.869,97	193.318,41
16.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	1.317.869,97	193.318,41
1601.08 Assistência Social	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	1.317.869,97	193.318,41
1601.08.244 Assistência Comunitária	1.310.188,38	0,00	1.310.188,38	1.125.383,79	184.804,59
16.01.08.244.0014 GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	671.257,98	0,00	671.257,98	642.229,90	29.028,08
16.01.08.244.0014.1.014 Ampliação e Reforma da Secretaria de Assistência Social	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
16.01.08.244.0014.2.040 Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	661.257,98	0,00	661.257,98	642.229,90	19.028,08
3.1.90.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	496.000,00	0,00	496.000,00	493.542,88	2.457,12
3.1.90.04.00.00.00.01.0500 Contratacao por Tempo Determinado				78.441,88	
3.1.90.04.04.00.00.01.0500 Obrigações Patronais				19.735,91	
3.1.90.04.99.00.00.01.0500 Outros Serviços Temporários				58.705,97	
3.1.90.11.00.00.00.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				267.760,16	
3.1.90.13.00.00.00.01.0500 Obrigacoes Patronais				93.331,55	
3.1.90.13.01.00.00.01.0500 FGTS				19.615,07	
3.1.90.13.02.00.00.01.0500 Contribuições Previdenciárias - INSS				73.716,48	
3.1.90.16.00.00.00.01.0500 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				53.269,61	
3.1.90.16.44.00.00.01.0500 Serviços Extraordinários				53.269,61	
3.1.90.94.00.00.00.01.0500 Indenizacoes Restituiçoes Trabalhistas				739,68	
3.1.90.94.07.00.00.01.0500 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				739,68	
3.3.90.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	95.369,00	0,00	95.369,00	86.802,65	8.566,35
3.3.90.00.00.00.00.02.0916 Aplicacoes Diretas	5.996,44	0,00	5.996,44	3.628,24	2.368,20
3.3.90.00.00.00.00.03.0500 Aplicacoes Diretas	38.000,00	0,00	38.000,00	37.492,72	507,28
3.3.90.00.00.00.00.06.0856 Aplicacoes Diretas	2.778,86	0,00	2.778,86	2.778,16	0,70
3.3.90.00.00.00.00.06.0912 Aplicacoes Diretas	5,85	0,00	5,85	3,81	2,04
3.3.90.00.00.00.00.06.0916 Aplicacoes Diretas	15.825,94	0,00	15.825,94	12.699,55	3.126,39
3.3.90.00.00.00.00.06.0961 Aplicacoes Diretas	650,89	0,00	650,89	650,89	0,00
3.3.90.14.00.00.00.01.0500 Diárias - Civil				6.635,00	
3.3.90.14.00.00.00.02.0916 Diárias - Civil				190,00	
3.3.90.14.00.00.00.06.0916 Diárias - Civil				3.500,00	
3.3.90.14.00.00.00.01.0500 Diárias no País - Civil				6.635,00	
3.3.90.14.00.00.00.02.0916 Diárias no País - Civil				190,00	
3.3.90.14.00.00.00.06.0916 Diárias no País - Civil				3.500,00	
3.3.90.30.00.00.00.01.0500 Material de Consumo				11.113,34	
3.3.90.30.00.00.00.02.0916 Material de Consumo				3.338,24	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 60

Entidade : FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	193.318,41
16.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	193.318,41
1601.08 Assistência Social	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	193.318,41
1601.08.244 Assistência Comunitária	1.310.188,38	0,00	1.310.188,38	184.804,59
16.01.08.244.0014 GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	671.257,98	0,00	671.257,98	29.028,08
16.01.08.244.0014.2.040 Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	661.257,98	0,00	661.257,98	19.028,08
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0500 Material de Consumo			23.006,58	
3.3.90.30.00.00.00.00.06.0856 Material de Consumo			12,79	
3.3.90.30.00.00.00.00.06.0916 Material de Consumo			599,55	
3.3.90.30.01.00.00.00.02.0916 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			3.338,24	
3.3.90.30.01.00.00.00.03.0500 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			19,30	
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0500 Gás Engarrafado			150,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0500 Gêneros de Alimentação			67,47	
3.3.90.30.11.00.00.00.03.0500 Material Químico			40,40	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0500 Material de Expediente			766,80	
3.3.90.30.16.00.00.00.03.0500 Material de Expediente			694,75	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0500 Material de Processamento de Dados			148,60	
3.3.90.30.17.00.00.00.03.0500 Material de Processamento de Dados			796,00	
3.3.90.30.17.00.00.00.06.0916 Material de Processamento de Dados			599,55	
3.3.90.30.19.00.00.00.01.0500 Material de Acondicionamento e Embalagem			180,00	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0500 Material de Copa e Cozinha			418,18	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0500 Material de Limpeza e Produção de Higienização			761,51	
3.3.90.30.22.00.00.00.03.0500 Material de Limpeza e Produção de Higienização			437,88	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Bens Imóveis			4.978,52	
3.3.90.30.24.00.00.00.03.0500 Material para Manutenção de Bens Imóveis			11.601,19	
3.3.90.30.24.00.00.00.06.0856 Material para Manutenção de Bens Imóveis			12,79	
3.3.90.30.26.00.00.00.01.0500 Material Elétrico e Eletrônico			1.854,93	
3.3.90.30.26.00.00.00.03.0500 Material Elétrico e Eletrônico			6.670,39	
3.3.90.30.30.00.00.00.01.0500 Material para Comunicações			632,70	
3.3.90.30.30.00.00.00.03.0500 Material para Comunicações			69,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Veículos			148,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.03.0500 Material para Manutenção de Veículos			672,00	
3.3.90.30.44.00.00.00.01.0500 Material de Sinalização Visual e Afins			534,10	
3.3.90.30.44.00.00.00.03.0500 Material de Sinalização Visual e Afins			771,00	
3.3.90.30.50.00.00.00.01.0500 Bandeiras, Flâmulas e Insignias			540,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.03.0500 Outros Materiais de Consumo			1.167,20	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 61

Entidade : FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	193.318,41
16.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	193.318,41
1601.08 Assistência Social	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	193.318,41
1601.08.244 Assistência Comunitária	1.310.188,38	0,00	1.310.188,38	184.804,59
16.01.08.244.0014 GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	671.257,98	0,00	671.257,98	29.028,08
16.01.08.244.0014.2.040 Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	661.257,98	0,00	661.257,98	19.028,08
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0500 Material de Distribuição Gratuita			1.450,00	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0500 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			1.450,00	
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0500 Passagens e Despesas com Locomoção			1.863,50	
3.3.90.33.01.00.00.00.01.0500 Passagens Para o País			1.863,50	
3.3.90.35.00.00.00.00.01.0500 Serviços de Consultoria			7.920,00	
3.3.90.35.01.00.00.00.01.0500 Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica			7.920,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			49.288,90	
3.3.90.39.00.00.00.00.02.0916 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			100,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			11.804,30	
3.3.90.39.00.00.00.00.06.0856 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			137,50	
3.3.90.39.00.00.00.00.06.0916 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			8.600,00	
3.3.90.39.05.00.00.00.03.0500 Serviços Técnicos Profissionais			1.870,00	
3.3.90.39.11.00.00.00.01.0500 Locação de Softwares			7.986,60	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0500 Limpeza de Veículos			89,98	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			19.264,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.03.0500 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			9.834,30	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Veículos			64,99	
3.3.90.39.19.00.00.00.03.0500 Manutenção e Conservação de Veículos			90,00	
3.3.90.39.22.00.00.00.01.0500 Exposições, Congressos e Conferências			1.700,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0500 Fornecimento de Alimentação			1.463,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0500 Serviços Gráficos e Editoriais			314,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.03.0500 Serviços Gráficos e Editoriais			10,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.06.0856 Serviços Gráficos e Editoriais			109,50	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0500 seguros em Geral			249,71	
3.3.90.39.75.00.00.00.01.0500 Multas e Infrações de Trânsito			85,13	
3.3.90.39.81.00.00.00.02.0916 Serviços Bancários			100,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.06.0856 Serviços Bancários			28,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.06.0916 Serviços Bancários			100,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			18.071,49	
3.3.90.39.99.00.00.00.06.0916 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			8.500,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 62

Entidade : FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	1.317.869,97	193.318,41
16.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	1.317.869,97	193.318,41
1601.08 Assistência Social	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	1.317.869,97	193.318,41
1601.08.244 Assistência Comunitária	1.310.188,38	0,00	1.310.188,38	1.125.383,79	184.804,59
16.01.08.244.0014 GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	671.257,98	0,00	671.257,98	642.229,90	29.028,08
16.01.08.244.0014.2.040 Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	661.257,98	0,00	661.257,98	642.229,90	19.028,08
3.3.90.40.00.00.00.00.01.0500 Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.				8.359,00	
3.3.90.40.00.00.00.00.03.0500 Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.				2.681,84	
3.3.90.40.04.00.00.00.00.01.0500 Comunicação de dados				4.000,00	
3.3.90.40.09.00.00.00.00.01.0500 Manutenção e conservação de equipamentos de TIC				359,00	
3.3.90.40.09.00.00.00.00.03.0500 Manutenção e conservação de equipamentos de TIC				2.681,84	
3.3.90.40.99.00.00.00.00.01.0500 Outros serviços de tecn. da informação e comun.				4.000,00	
3.3.90.47.00.00.00.00.00.01.0500 Obrigações Tributárias e Contributivas				172,91	
3.3.90.47.10.00.00.00.00.01.0500 Taxas				172,91	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.06.0856 Indenizações e Restituições				2.627,87	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.06.0912 Indenizações e Restituições				3,81	
3.3.90.93.00.00.00.00.00.06.0961 Indenizações e Restituições				650,89	
3.3.90.93.02.00.00.00.00.06.0856 Restituições				2.627,87	
3.3.90.93.02.00.00.00.00.06.0912 Restituições				3,81	
3.3.90.93.02.00.00.00.00.06.0961 Restituições				650,89	
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	4.631,00	0,00	4.631,00	4.631,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.02.0916 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	0,00	2.000,00
4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0500 Equipamentos e Material Permanente				4.631,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.00.01.0500 Aparelhos e Utensílios Domésticos				2.408,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.00.01.0500 Equipamentos de Processamento de Dados				495,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.00.01.0500 Mobiliário em Geral				1.728,00	
16.01.08.244.0015 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	607.930,40	0,00	607.930,40	469.153,89	138.776,51
16.01.08.244.0015.2.042 Apoio ao Conselho Municipal de Assistência Social					
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	2.300,00	0,00	2.300,00	748,65	1.551,35
3.3.90.00.00.00.00.00.02.0916 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	498,50	501,50
3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo	300,00	0,00	300,00	250,15	49,85
3.3.90.30.00.00.00.00.00.02.0916 Material de Consumo				285,25	
3.3.90.30.07.00.00.00.00.01.0500 Gêneros de Alimentação				250,15	
3.3.90.30.16.00.00.00.00.02.0916 Material de Expediente				178,45	
3.3.90.30.21.00.00.00.00.01.0500 Material de Copa e Cozinha				250,15	
				106,80	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 63

Entidade : FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	193.318,41
16.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	193.318,41
1601.08 Assistência Social	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	193.318,41
1601.08.244 Assistência Comunitária	1.310.188,38	0,00	1.310.188,38	184.804,59
16.01.08.244.0015 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	607.930,40	0,00	607.930,40	138.776,51
16.01.08.244.0015.2.042 Apoio ao Conselho Municipal de Assistência Social	2.300,00	0,00	2.300,00	1.551,35
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			213,25	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0500 Fornecimento de Alimentação			213,25	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
16.01.08.244.0015.2.043 Manutenção das atividades de Proteção Social Básica				
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	570.053,82	0,00	570.053,82	134.373,58
3.1.90.00.00.00.00.00.02.0910 Aplicacoes Diretas	143.000,00	0,00	143.000,00	250,88
3.1.90.00.00.00.00.00.06.0910 Aplicacoes Diretas	62.796,51	0,00	62.796,51	36.541,06
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0500 Contratacao por Tempo Determinado	23.000,00	0,00	23.000,00	0,00
3.1.90.04.00.00.00.00.02.0910 Contratacao por Tempo Determinado				
3.1.90.04.00.00.00.00.06.0910 Contratacao por Tempo Determinado				
3.1.90.04.04.00.00.00.01.0500 Obrigações Patronais				
3.1.90.04.04.00.00.00.02.0910 Obrigações Patronais				
3.1.90.04.04.00.00.00.06.0910 Obrigações Patronais				
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0500 Outros Serviços Temporários				
3.1.90.04.99.00.00.00.02.0910 Outros Serviços Temporários				
3.1.90.04.99.00.00.00.06.0910 Outros Serviços Temporários				
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.1.90.11.00.00.00.00.02.0910 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.1.90.11.00.00.00.00.06.0910 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0500 Obrigações Patronais				
3.1.90.13.00.00.00.00.06.0910 Obrigações Patronais				
3.1.90.13.01.00.00.00.01.0500 FGTS				
3.1.90.13.01.00.00.00.06.0910 FGTS				
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0500 Contribuições Previdenciárias - INSS				
3.1.90.13.02.00.00.00.06.0910 Contribuições Previdenciárias - INSS				
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0500 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				
3.1.90.16.00.00.00.00.02.0910 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				
3.1.90.16.00.00.00.00.06.0910 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0500 Serviços Extraordinários				

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 64

Entidade : FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	1.317.869,97	193.318,41
16.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	1.317.869,97	193.318,41
1601.08 Assistência Social	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	1.317.869,97	193.318,41
1601.08.244 Assistência Comunitária	1.310.188,38	0,00	1.310.188,38	1.125.383,79	184.804,59
16.01.08.244.0015 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	607.930,40	0,00	607.930,40	469.153,89	138.776,51
16.01.08.244.0015.2.043 Manutenção das atividades de Proteção Social Básica	570.053,82	0,00	570.053,82	435.680,24	134.373,58
3.190.16.44.00.00.00.02.0910 Serviços Extraordinários				2.318,84	
3.190.16.44.00.00.00.06.0910 Serviços Extraordinários				5.466,20	
3.190.94.00.00.00.00.02.0910 Indenizações Restituições Trabalhistas				659,69	
3.190.94.07.00.00.00.02.0910 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				659,69	
3.390.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	86.215,00	0,00	86.215,00	78.415,45	7.799,55
3.390.00.00.00.00.00.02.0910 Aplicacoes Diretas	9.203,49	0,00	9.203,49	6.018,79	3.184,70
3.390.00.00.00.00.00.02.0914 Aplicacoes Diretas	15.160,00	0,00	15.160,00	100,00	15.060,00
3.390.00.00.00.00.00.02.0918 Aplicacoes Diretas	59.400,00	0,00	59.400,00	9.052,39	50.347,61
3.390.00.00.00.00.00.03.0500 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	961,23	38,77
3.390.00.00.00.00.00.06.0910 Aplicacoes Diretas	51.921,70	0,00	51.921,70	50.919,67	1.002,03
3.390.00.00.00.00.00.06.0914 Aplicacoes Diretas	14.768,25	0,00	14.768,25	475,00	14.293,25
3.390.00.00.00.00.00.06.0954 Aplicacoes Diretas	42.422,42	0,00	42.422,42	42.415,06	7,36
3.390.00.00.00.00.00.06.0986 Aplicacoes Diretas	325,01	0,00	325,01	0,00	325,01
3.390.08.00.00.00.00.01.0500 Outros Benefícios Assistenciais	8.925,65	0,00	8.925,65	8.791,08	134,57
3.390.08.01.00.00.00.01.0500 Auxílio-Funeral				7.632,00	
3.390.14.00.00.00.00.01.0500 Diárias - Civil				7.632,00	
3.390.14.00.00.00.00.03.0500 Diárias - Civil				4.070,00	
3.390.14.00.00.00.00.06.0914 Diárias - Civil				300,00	
3.390.14.14.00.00.00.01.0500 Diárias no País - Civil				475,00	
3.390.14.14.00.00.00.03.0500 Diárias no País - Civil				4.070,00	
3.390.14.14.00.00.00.06.0914 Diárias no País - Civil				300,00	
3.390.30.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo				475,00	
3.390.30.00.00.00.00.02.0910 Material de Consumo				27.064,04	
3.390.30.00.00.00.00.02.0918 Material de Consumo				5.841,49	
3.390.30.00.00.00.00.03.0500 Material de Consumo				6.108,49	
3.390.30.00.00.00.00.06.0910 Material de Consumo				321,25	
3.390.30.00.00.00.00.06.0918 Material de Consumo				8.427,52	
3.390.30.01.00.00.00.01.0500 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				7.711,42	
3.390.30.01.00.00.00.02.0910 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				13.297,88	
				4.917,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 65

Entidade : FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	1.317.869,97	193.318,41
16.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	1.317.869,97	193.318,41
1601.08 Assistência Social	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	1.317.869,97	193.318,41
1601.08.244 Assistência Comunitária	1.310.188,38	0,00	1.310.188,38	1.125.383,79	184.804,59
16.01.08.244.0015 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	607.930,40	0,00	607.930,40	469.153,89	138.776,51
16.01.08.244.0015.2.043 Manutenção das atividades de Proteção Social Básica	570.053,82	0,00	570.053,82	435.680,24	134.373,58
3.3.90.30.04.00.00.00.01.0500 Gás Engarrafado				225,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0500 Gêneros de Alimentação				2.556,14	
3.3.90.30.07.00.00.00.02.0918 Gêneros de Alimentação				6.108,49	
3.3.90.30.07.00.00.00.03.0500 Gêneros de Alimentação				164,50	
3.3.90.30.07.00.00.00.06.0910 Gêneros de Alimentação				6.987,91	
3.3.90.30.07.00.00.00.06.0918 Gêneros de Alimentação				6.976,57	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0500 Material de Expediente				2.145,13	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0500 Material de Processamento de Dados				1.160,88	
3.3.90.30.17.00.00.00.03.0500 Material de Processamento de Dados				156,75	
3.3.90.30.21.00.00.00.01.0500 Material de Copa e Cozinha				1.036,15	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0500 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				1.608,28	
3.3.90.30.22.00.00.00.02.0910 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				924,49	
3.3.90.30.22.00.00.00.06.0910 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				82,90	
3.3.90.30.22.00.00.00.06.0918 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				734,85	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Bens Imóveis				3.961,88	
3.3.90.30.24.00.00.00.06.0910 Material para Manutenção de Bens Imóveis				1.356,71	
3.3.90.30.30.00.00.00.01.0500 Material para Comunicações				678,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Veículos				126,60	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0500 Outros Materiais de Consumo				268,10	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0500 Material de Distribuicao Gratuita				13.414,76	
3.3.90.32.00.00.00.00.03.0500 Material de Distribuicao Gratuita				265,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.06.0918 Material de Distribuicao Gratuita				1.619,64	
3.3.90.32.03.00.00.00.01.0500 Gêneros Alimentícios				45,00	
3.3.90.32.03.00.00.00.06.0918 Gêneros Alimentícios				1.619,64	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0500 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				13.369,76	
3.3.90.32.99.00.00.00.03.0500 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				265,00	
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0500 Passagens e Despesas com Locomocao				450,48	
3.3.90.33.01.00.00.00.01.0500 Passagens Para o Pais				450,48	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				25.784,17	
3.3.90.39.00.00.00.00.02.0910 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica				177,30	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 66

Entidade : FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	193.318,41
16.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	193.318,41
1601.08 Assistência Social	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	193.318,41
1601.08.244 Assistência Comunitária	1.310.188,38	0,00	1.310.188,38	184.804,59
16.01.08.244.0015 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	607.930,40	0,00	607.930,40	138.776,51
16.01.08.244.0015.2.043 Manutenção das atividades de Proteção Social Básica	570.053,82	0,00	570.053,82	134.373,58
3.3.90.39.00.00.00.02.0914 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			100,00	
3.3.90.39.00.00.00.02.0918 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			2.943,90	
3.3.90.39.00.00.00.03.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			74,98	
3.3.90.39.00.00.00.06.0910 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			42.492,15	
3.3.90.39.00.00.00.06.0918 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			33.084,00	
3.3.90.39.15.00.00.00.01.0500 Limpeza de Veículos			267,77	
3.3.90.39.15.00.00.00.03.0500 Limpeza de Veículos			44,99	
3.3.90.39.15.00.00.00.06.0918 Limpeza de Veículos			144,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Veículos			416,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.03.0500 Manutenção e Conservação de Veículos			29,99	
3.3.90.39.22.00.00.00.01.0500 Exposições, Congressos e Conferências			950,00	
3.3.90.39.25.00.00.00.01.0500 Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins			1.289,00	
3.3.90.39.25.00.00.00.06.0910 Serviços de Instalação de Máquinas, Equip e Afins			386,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0500 Fornecimento de Alimentação			2.249,84	
3.3.90.39.41.00.00.00.02.0918 Fornecimento de Alimentação			2.943,90	
3.3.90.39.41.00.00.00.06.0910 Fornecimento de Alimentação			9.166,15	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0500 Serviços Gráficos e Editoriais			147,30	
3.3.90.39.64.00.00.00.01.0500 Telefonia fixa e Móvel			213,26	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0500 Serviços Bancários			2.350,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.02.0910 Serviços Bancários			177,30	
3.3.90.39.81.00.00.00.02.0914 Serviços Bancários			100,00	
3.3.90.39.83.00.00.00.01.0500 Serviços de Cópia e Reprodução de Documentos			175,00	
3.3.90.39.90.00.00.00.01.0500 Serviços de Publicidade Legal			1.923,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			15.803,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.06.0910 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			32.940,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.06.0918 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			32.940,00	
3.3.90.93.00.00.00.00.06.0986 Indenizações e Restituições			8.791,08	
3.3.90.93.02.00.00.00.06.0986 Restituições			8.791,08	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	8.785,00	0,00	8.785,00	4.055,00
4.4.90.00.00.00.00.00.02.0914 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	656,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 67

Entidade : FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	193.318,41
16.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	193.318,41
1601.08 Assistência Social	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	193.318,41
1601.08.244 Assistência Comunitária	1.310.188,38	0,00	1.310.188,38	184.804,59
16.01.08.244.0015 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	607.930,40	0,00	607.930,40	138.776,51
16.01.08.244.0015.2.043 Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Assistência Social	570.053,82	0,00	570.053,82	134.373,58
4.4.90.00.00.00.00.02.0961 Aplicacoes Diretas	6.130,79	0,00	6.130,79	193,79
4.4.90.00.00.00.00.06.0914 Aplicacoes Diretas	7.717,24	0,00	7.717,24	317,24
4.4.90.00.00.00.00.06.0961 Aplicacoes Diretas	27.282,76	0,00	27.282,76	166,76
4.4.90.52.00.00.00.01.0500 Equipamentos e Material Permanente			4.730,00	
4.4.90.52.00.00.00.02.0914 Equipamentos e Material Permanente			1.344,00	
4.4.90.52.00.00.00.02.0961 Equipamentos e Material Permanente			5.937,00	
4.4.90.52.00.00.00.06.0914 Equipamentos e Material Permanente			7.400,00	
4.4.90.52.00.00.00.06.0961 Equipamentos e Material Permanente			27.116,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.01.0500 Aparelhos e Utensílios Domésticos			1.650,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.02.0961 Aparelhos e Utensílios Domésticos			5.937,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.06.0961 Aparelhos e Utensílios Domésticos			1.049,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0500 Equipamentos de Processamento de Dados			2.135,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.06.0961 Equipamentos de Processamento de Dados			11.316,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.01.0500 Mobiliário em Geral			945,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.02.0914 Mobiliário em Geral			1.344,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.06.0914 Mobiliário em Geral			7.400,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.06.0961 Mobiliário em Geral			14.751,00	
16.01.08.244.0015.2.046 Concessão de Benefícios Eventuais	35.576,58	0,00	35.576,58	2.851,58
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	2.843,57
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0500 Aplicacoes Diretas	5.576,58	0,00	5.576,58	8,01
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0500 Material de Distribuicao Gratuita			26.985,89	
3.3.90.32.00.00.00.03.0500 Material de Distribuicao Gratuita			5.568,57	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0500 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			26.985,89	
3.3.90.32.99.00.00.03.0500 Outros Materiais de Distribuição Gratuita			5.568,57	
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0500 Passagens e Despesas com Locomocao			170,54	
3.3.90.33.01.00.00.00.01.0500 Passagens Para o Pais			170,54	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 68

Entidade : FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
16 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	193.318,41
16.01 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	193.318,41
1601.08 Assistência Social	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	193.318,41
1601.08.244 Assistência Comunitária	1.310.188,38	0,00	1.310.188,38	184.804,99
16.01.08.244.0016 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL	26.000,00	0,00	26.000,00	12.000,00
16.01.08.244.0016.2.044 Manutenção das atividades de Proteção Especial de Média Complexidade	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
16.01.08.244.0016.2.045 Manutenção das atividades de Proteção Especial de Alta Complexidade	25.000,00	0,00	25.000,00	11.000,00
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	1.000,00
3.3.50.00.00.00.00.00.01.0500 Transferencias a Instituicoes Privadas sem Fins Lu	8.000,00	0,00	8.000,00	8.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	16.000,00	0,00	16.000,00	2.000,00
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Jurídica			14.000,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0500 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Jurídica			14.000,00	
16.01.08.244.0098 EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
16.01.08.244.0098.2.048 Ações em situações de Emergência e Calamidade Pública na Área da Assistência	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
Total por Entidade:	1.511.188,38	0,00	1.511.188,38	193.318,41

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 69

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNIC. DA INFANCIA E DA ADOLESC. LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
17 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	98.304,21	0,00	98.304,21	86.558,19	11.746,02
17.01 FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	98.304,21	0,00	98.304,21	86.558,19	11.746,02
1701.08 Assistência Social	98.304,21	0,00	98.304,21	86.558,19	11.746,02
1701.08.243 Assistência à Criança e ao Adolescente	98.304,21	0,00	98.304,21	86.558,19	11.746,02
17.01.08.243.0017 DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	98.304,21	0,00	98.304,21	86.558,19	11.746,02
17.01.08.243.0017.2.049 Manutenção do Fundo Municipal da Infância e Adolescência	98.304,21	0,00	98.304,21	86.558,19	11.746,02
3.350.00.00.00.00.01.0500 Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lu	1.000,00	0,00	1.000,00	0,00	1.000,00
3.390.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	59.000,00	0,00	59.000,00	48.303,98	10.696,02
3.390.00.00.00.00.06.0476 Aplicacoes Diretas	38.304,21	0,00	38.304,21	38.254,21	50,00
3.390.14.00.00.00.01.0500 Diárias - Civil				1.920,00	
3.390.14.14.00.00.01.0500 Diárias no País - Civil				1.920,00	
3.390.30.00.00.00.01.0500 Material de Consumo				902,33	
3.390.30.07.00.00.01.0500 Gêneros de Alimentação				392,48	
3.390.30.15.00.00.01.0500 Material para Festividades e Homenagens				225,00	
3.390.30.16.00.00.01.0500 Material de Expediente				135,00	
3.390.30.21.00.00.01.0500 Material de Copa e Cozinha				29,85	
3.390.30.44.00.00.01.0500 Material de Sinalização Visual e Afins				120,00	
3.390.39.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				45.481,65	
3.390.39.00.00.00.06.0476 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				38.254,21	
3.390.39.11.00.00.01.0500 Locação de Softwares				6.000,00	
3.390.39.22.00.00.01.0500 Exposições, Congressos e Conferências				600,00	
3.390.39.41.00.00.01.0500 Fornecimento de Alimentação				1.001,35	
3.390.39.63.00.00.01.0500 Serviços Gráficos e Editoriais				87,00	
3.390.39.81.00.00.01.0500 Serviços Bancários				200,00	
3.390.39.81.00.00.06.0476 Serviços Bancários				50,00	
3.390.39.83.00.00.01.0500 Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos				494,91	
3.390.39.99.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				37.098,39	
3.390.39.99.00.00.06.0476 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				38.204,21	
Total por Entidade:	98.304,21	0,00	98.304,21	86.558,19	11.746,02

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 70

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.550.000,00	0,00	1.550.000,00	416.133,41
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.550.000,00	0,00	1.550.000,00	416.133,41
010101 Legislativa	1.550.000,00	0,00	1.550.000,00	416.133,41
0101.01.031 Ação Legislativa	1.550.000,00	0,00	1.550.000,00	416.133,41
01.01.01.031.0001 GESTÃO, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO CÂMARA MUNICIPAL	1.550.000,00	0,00	1.550.000,00	416.133,41
01.01.01.031.0001.2.001 Manutenção das Atividades da Câmara Municipal de Vereadores	1.550.000,00	0,00	1.550.000,00	416.133,41
3.190.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	1.150.000,00	0,00	1.150.000,00	77.034,73
3.190.03.00.00.00.00.01.0500 Pensoes			27.490,09	
3.190.03.01.00.00.00.01.0500 Cíveis			27.490,09	
3.190.11.00.00.00.00.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			817.036,09	
3.190.11.01.00.00.00.01.0500 vencimentos e salários			817.036,09	
3.190.13.00.00.00.00.01.0500 Obrigacoes Patronais			228.439,09	
3.190.13.01.00.00.00.01.0500 FGTS			6.579,83	
3.190.13.02.00.00.00.01.0500 Contribuições Previdenciárias - INSS			221.859,26	
3.390.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas			60.901,32	
3.390.30.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo			4.592,76	
3.390.30.16.00.00.00.01.0500 Material de Expediente			270,00	
3.390.30.17.00.00.00.01.0500 Material de Processamento de Dados			3.500,20	
3.390.30.21.00.00.00.01.0500 Material de Copa e Cozinha			822,56	
3.390.36.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	330.000,00	0,00	330.000,00	269.098,68
3.390.36.07.00.00.00.01.0500 Estagiários			12.448,00	
3.390.36.25.00.00.00.01.0500 Serviços de Limpeza e Conservação			11.448,00	
3.390.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.000,00	
3.390.39.10.00.00.00.01.0500 Locação de Imóveis			6.064,85	
3.390.39.23.00.00.00.01.0500 Festividades e Homenagens			475,00	
3.390.39.41.00.00.00.01.0500 Fornecimento de Alimentação			4.874,20	
3.390.39.47.00.00.00.01.0500 Serviços de Comunicação em Geral			199,50	
3.390.39.69.00.00.00.01.0500 seguros em Geral			244,00	
3.390.39.81.00.00.00.01.0500 Serviços Bancários			262,00	
3.390.40.00.00.00.00.01.0500 Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.			10,15	
3.390.40.01.00.00.00.01.0500 Locação de equipamentos e softwares			37.795,71	
3.390.40.02.00.00.00.01.0500 Desenvolvimento e manutenção de software			16.167,92	
3.390.40.03.00.00.00.01.0500 Hospedagem de sistemas			15.419,85	
3.390.40.05.00.00.00.01.0500 Serviços de telefonia fixa e móvel			2.398,80	
3.390.40.15.00.00.00.01.0500 Conteúdo de web			1.692,29	
3.393.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	20.000,00	0,00	20.000,00	20.000,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 71

Entidade : CAMARA MUNICIPAL DE LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.550.000,00	0,00	1.550.000,00	1.133.866,59	416.133,41
01.01 CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES	1.550.000,00	0,00	1.550.000,00	1.133.866,59	416.133,41
0101.01 Legislativa	1.550.000,00	0,00	1.550.000,00	1.133.866,59	416.133,41
0101.01.031 Ação Legislativa	1.550.000,00	0,00	1.550.000,00	1.133.866,59	416.133,41
01.01.01.031.0001 GESTÃO, MANUTENÇÃO E MODERNIZAÇÃO CÂMARA MUNICIPAL	1.550.000,00	0,00	1.550.000,00	1.133.866,59	416.133,41
01.01.01.031.0001.2.001 Manutenção das Atividades da Câmara Municipal de Vereadores	1.550.000,00	0,00	1.550.000,00	1.133.866,59	416.133,41
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	50.000,00	0,00	50.000,00
Total por Entidade:	1.550.000,00	0,00	1.550.000,00	1.133.866,59	416.133,41

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 72

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
18 FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	1.394.037,56	0,00	1.394.037,56	1.221.540,62	172.496,94
18.01 FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	1.394.037,56	0,00	1.394.037,56	1.221.540,62	172.496,94
1801.06 Segurança Pública	1.394.037,56	0,00	1.394.037,56	1.221.540,62	172.496,94
1801.06.182 Defesa Civil	1.394.037,56	0,00	1.394.037,56	1.221.540,62	172.496,94
18.01.06.182.0009 DEFESA DO CIDADÃO	1.394.037,56	0,00	1.394.037,56	1.221.540,62	172.496,94
18.01.06.182.0009.1.015 Obras de Defesa Civil: Prevenção, Reconstrução e Recuperação	1.131.693,62	0,00	1.131.693,62	999.950,00	131.743,62
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.02.1018 Aplicacoes Diretas	1.000.000,00	0,00	1.000.000,00	999.950,00	50,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0500 Aplicacoes Diretas	126.693,62	0,00	126.693,62	0,00	126.693,62
4.4.90.51.00.00.00.00.02.1018 Obras e Instalacoes				999.950,00	
4.4.90.51.91.00.00.00.02.1018 Obras em Andamento				999.950,00	
18.01.06.182.0009.2.050 Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil	262.343,94	0,00	262.343,94	221.590,62	40.753,32
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	222.000,00	0,00	222.000,00	188.646,54	33.353,46
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0500 Contratacao por Tempo Determinado				17.332,41	
3.1.90.04.04.00.00.00.01.0500 Obrigações Patronais				3.534,46	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0500 Outros Serviços Temporários				13.797,95	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0500 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				128.710,75	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0500 Obrigações Patronais				37.894,92	
3.1.90.13.01.00.00.00.01.0500 FGTS				9.885,69	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0500 Contribuições Previdenciárias - INSS				28.009,23	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0500 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				1.994,31	
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0500 Serviços Extraordinários				2.714,15	
3.1.90.94.00.00.00.00.01.0500 Indenizações Restituições Trabalhistas				2.714,15	
3.1.90.94.07.00.00.00.01.0500 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado				2.714,15	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	27.000,00	0,00	27.000,00	24.954,34	2.045,66
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0500 Aplicacoes Diretas	8.343,94	0,00	8.343,94	7.989,74	354,20
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0500 Diárias - Civil				1.530,00	
3.3.90.14.00.00.00.00.03.0500 Diárias - Civil				1.465,00	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0500 Diárias no País - Civil				1.530,00	
3.3.90.14.14.00.00.00.03.0500 Diárias no País - Civil				1.465,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo				3.944,50	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0500 Material de Consumo				3.935,60	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0500 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				2.433,00	
3.3.90.30.01.00.00.00.03.0500 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				3.935,60	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0500 Material de Processamento de Dados				121,80	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 73

Entidade : FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
18 FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	1.394.037,56	0,00	1.394.037,56	1.221.540,62	172.496,94
18.01 FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL	1.394.037,56	0,00	1.394.037,56	1.221.540,62	172.496,94
1801.06 Segurança Pública	1.394.037,56	0,00	1.394.037,56	1.221.540,62	172.496,94
1801.06.182 Defesa Civil	1.394.037,56	0,00	1.394.037,56	1.221.540,62	172.496,94
18.01.06.182.0009 DEFESA DO CIDADÃO	1.394.037,56	0,00	1.394.037,56	1.221.540,62	172.496,94
18.01.06.182.0009.2.050 Manutenção do Fundo Municipal de Defesa Civil	262.343,94	0,00	262.343,94	221.590,62	40.753,32
3.3.90.30.28.00.00.00.01.0500 Material de Proteção e Segurança				86,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Veículos				1.303,70	
3.3.90.35.00.00.00.00.01.0500 Serviços de Consultoria				7.920,00	
3.3.90.35.01.00.00.00.01.0500 Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica				7.920,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				11.478,45	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.370,60	
3.3.90.39.11.00.00.00.01.0500 Locação de Softwares				6.000,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Veículos				1.969,25	
3.3.90.39.41.00.00.00.03.0500 Fornecimento de Alimentação				200,00	
3.3.90.39.63.00.00.00.01.0500 Serviços Gráficos e Editoriais				442,50	
3.3.90.39.64.00.00.00.01.0500 Telefonia fixa e Móvel				455,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0500 seguros em Geral				45,55	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0500 Serviços Bancários				610,15	
3.3.90.39.81.00.00.00.03.0500 Serviços Bancários				1.963,00	
3.3.90.39.90.00.00.00.01.0500 Serviços de Publicidade Legal				1.956,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				207,60	
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0500 Obrigações Tributárias e Contributivas				81,39	
3.3.90.47.00.00.00.00.03.0500 Obrigações Tributárias e Contributivas				218,54	
3.3.90.47.10.00.00.00.01.0500 Taxas				81,39	
3.3.90.47.10.00.00.00.03.0500 Taxas				218,54	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
Total por Entidade:	1.394.037,56	0,00	1.394.037,56	1.221.540,62	172.496,94

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 74

Entidade : FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
20 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
20.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12 Educação	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12.306 Alimentação e Nutrição	712.663,05	0,00	712.663,05	463.120,48	249.542,57
20.01.12.306.0019 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	712.663,05	0,00	712.663,05	463.120,48	249.542,57
20.01.12.306.0019.2.052 Manutenção da Merenda Escolar	712.663,05	0,00	712.663,05	463.120,48	249.542,57
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	500.000,00	0,00	500.000,00	260.638,45	239.361,55
3.3.90.00.00.00.00.00.02.0922 Aplicacoes Diretas	45.720,00	0,00	45.720,00	45.093,55	626,45
3.3.90.00.00.00.00.02.0924 Aplicacoes Diretas	59.706,00	0,00	59.706,00	59.127,38	578,62
3.3.90.00.00.00.00.02.0926 Aplicacoes Diretas	53.394,00	0,00	53.394,00	49.355,52	4.038,48
3.3.90.00.00.00.00.02.0928 Aplicacoes Diretas	640,00	0,00	640,00	223,20	416,80
3.3.90.00.00.00.00.02.0930 Aplicacoes Diretas	1.696,00	0,00	1.696,00	1.587,57	108,43
3.3.90.00.00.00.00.06.0922 Aplicacoes Diretas	9.798,03	0,00	9.798,03	9.762,68	35,35
3.3.90.00.00.00.00.06.0924 Aplicacoes Diretas	22.272,90	0,00	22.272,90	21.926,34	346,56
3.3.90.00.00.00.00.06.0926 Aplicacoes Diretas	18.363,98	0,00	18.363,98	14.792,79	3.571,19
3.3.90.00.00.00.00.06.0928 Aplicacoes Diretas	384,35	0,00	384,35	0,00	384,35
3.3.90.00.00.00.00.06.0930 Aplicacoes Diretas	687,79	0,00	687,79	613,00	74,79
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo				260.638,45	
3.3.90.30.00.00.00.00.02.0922 Material de Consumo				45.093,55	
3.3.90.30.00.00.00.00.02.0924 Material de Consumo				59.127,38	
3.3.90.30.00.00.00.00.02.0926 Material de Consumo				49.355,52	
3.3.90.30.00.00.00.00.02.0928 Material de Consumo				223,20	
3.3.90.30.00.00.00.00.02.0930 Material de Consumo				1.587,57	
3.3.90.30.00.00.00.00.06.0922 Material de Consumo				9.762,68	
3.3.90.30.00.00.00.00.06.0924 Material de Consumo				21.926,34	
3.3.90.30.00.00.00.00.06.0926 Material de Consumo				14.792,79	
3.3.90.30.00.00.00.00.06.0930 Material de Consumo				613,00	
3.3.90.30.07.00.00.00.01.0500 Gêneros de Alimentação				260.638,45	
3.3.90.30.07.00.00.00.02.0922 Gêneros de Alimentação				45.093,55	
3.3.90.30.07.00.00.00.02.0924 Gêneros de Alimentação				59.127,38	
3.3.90.30.07.00.00.00.02.0926 Gêneros de Alimentação				49.355,52	
3.3.90.30.07.00.00.00.02.0928 Gêneros de Alimentação				223,20	
3.3.90.30.07.00.00.00.02.0930 Gêneros de Alimentação				1.587,57	
3.3.90.30.07.00.00.00.06.0922 Gêneros de Alimentação				9.762,68	
3.3.90.30.07.00.00.00.06.0924 Gêneros de Alimentação				21.926,34	
3.3.90.30.07.00.00.00.06.0926 Gêneros de Alimentação				14.792,79	
3.3.90.30.07.00.00.00.06.0928 Gêneros de Alimentação				613,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 75

Entidade : FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
20 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
20.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12 Educação	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12.306 Alimentação e Nutrição	712.663,05	0,00	712.663,05	463.120,48	249.542,57
20.01.12.306.0019 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	712.663,05	0,00	712.663,05	463.120,48	249.542,57
20.01.12.306.0019.2.052 Manutenção da Merenda Escolar	712.663,05	0,00	712.663,05	463.120,48	249.542,57
3.3.90.30.07.00.00.00.06.0930 Gêneros de Alimentação				613,00	
2001.12.361 Ensino Fundamental	11.227.484,67	0,00	11.227.484,67	9.589.409,97	1.638.074,70
20.01.12.361.0020 ENSINO FUNDAMENTAL	11.169.484,67	0,00	11.169.484,67	9.549.225,10	1.620.259,57
20.01.12.361.0020.1.017 Construção de Unidades do Ensino Fundamental	3.963.519,78	0,00	3.963.519,78	2.556.000,00	1.407.519,78
4.4.90.00.00.00.00.00.02.0944 Aplicacoes Diretas	3.534.000,00	0,00	3.534.000,00	2.556.000,00	978.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.03.0501 Aplicacoes Diretas	429.519,78	0,00	429.519,78	0,00	429.519,78
4.4.90.51.00.00.00.00.02.0944 Obras e Instalacoes				2.556.000,00	
4.4.90.51.98.00.00.00.02.0944 Obras Contratadas				2.556.000,00	
20.01.12.361.0020.1.019 Ampliação e Reforma das Unidades do Ensino Fundamental	266.646,57	0,00	266.646,57	249.624,76	17.021,81
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0501 Aplicacoes Diretas	94.593,50	0,00	94.593,50	94.593,50	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.02.0920 Aplicacoes Diretas	57.000,00	0,00	57.000,00	39.978,19	17.021,81
4.4.90.00.00.00.00.00.06.0920 Aplicacoes Diretas	115.053,07	0,00	115.053,07	115.053,07	0,00
4.4.90.51.00.00.00.00.01.0501 Obras e Instalacoes				94.593,50	
4.4.90.51.00.00.00.00.02.0920 Obras e Instalacoes				39.978,19	
4.4.90.51.00.00.00.00.06.0920 Obras e Instalacoes				115.053,07	
4.4.90.51.98.00.00.00.01.0501 Obras Contratadas				94.593,50	
4.4.90.51.98.00.00.00.02.0920 Obras Contratadas				39.978,19	
4.4.90.51.98.00.00.00.06.0920 Obras Contratadas				115.053,07	
20.01.12.361.0020.2.053 Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação	466.302,50	0,00	466.302,50	463.284,28	3.018,22
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0501 Aplicacoes Diretas	349.500,00	0,00	349.500,00	349.286,85	213,15
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0501 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				273.363,69	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0501 Obrigações Patronais				70.455,14	
3.1.90.13.01.00.00.00.01.0501 FGTS				14.143,99	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0501 Contribuições Previdenciárias - INSS				56.311,15	
3.1.90.16.00.00.00.00.01.0501 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				5.468,02	
3.1.90.16.44.00.00.00.01.0501 Serviços Extraordinários				5.468,02	
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0501 Aplicacoes Diretas	81.710,00	0,00	81.710,00	81.551,79	158,21
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0296 Aplicacoes Diretas	12.252,50	0,00	12.252,50	12.180,00	72,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 76

Entidade : FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
20 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
20.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12 Educação	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12.361 Ensino Fundamental	11.227.484,67	0,00	11.227.484,67	9.589.409,97	1.638.074,70
20.01.12.361.0020 ENSINO FUNDAMENTAL	11.169.484,67	0,00	11.169.484,67	9.549.225,10	1.620.259,57
20.01.12.361.0020.2.053 Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação	486.302,50	0,00	486.302,50	483.284,28	3.018,22
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0488 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	2.967,50	2.032,50
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0501 Aplicacoes Diretas	13.000,00	0,00	13.000,00	12.458,14	541,86
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0501 Diárias - Civil				3.650,00	
3.3.90.14.00.00.00.00.03.0501 Diárias - Civil				2.970,00	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0501 Diárias no País - Civil				3.650,00	
3.3.90.14.14.00.00.00.03.0501 Diárias no País - Civil				2.970,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0501 Material de Consumo				1.221,15	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0488 Material de Consumo				1.930,50	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0501 Material de Consumo				283,14	
3.3.90.30.01.00.00.00.03.0488 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				1.930,50	
3.3.90.30.01.00.00.00.03.0501 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				283,14	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0501 Material de Processamento de Dados				159,80	
3.3.90.30.22.00.00.00.01.0501 Material de Limpeza e Produção de Higieneização				79,35	
3.3.90.30.30.00.00.00.01.0501 Material para Comunicações				678,00	
3.3.90.30.50.00.00.00.01.0501 Bandeiras, Flâmulas e Insígnias				304,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.03.0296 Material de Distribuicao Gratuita				12.180,00	
3.3.90.32.99.00.00.00.03.0296 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				12.180,00	
3.3.90.33.00.00.00.00.01.0501 Passagens e Despesas com Locomocao				4.241,24	
3.3.90.33.01.00.00.00.01.0501 Passagens Para o País				4.241,24	
3.3.90.35.00.00.00.00.01.0501 Serviços de Consultoria				17.420,00	
3.3.90.35.01.00.00.00.01.0501 Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica				17.420,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				46.936,33	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0488 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.037,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				9.205,00	
3.3.90.39.11.00.00.00.01.0501 Locação de Softwares				33.600,00	
3.3.90.39.12.00.00.00.01.0501 Locação de Máquinas e Equipamentos				1.200,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0501 Manutenção e Conservação de Veículos				175,60	
3.3.90.39.22.00.00.00.03.0501 Exposições, Congressos e Conferências				2.111,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.03.0501 Fornecimento de Alimentação				175,00	
3.3.90.39.44.00.00.00.01.0501 Serviços de Água e Esgoto				700,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 77

Entidade : FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
20 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
20.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12 Educação	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12.361 Ensino Fundamental	11.227.484,67	0,00	11.227.484,67	9.589.409,97	1.638.074,70
20.01.12.361.0020 ENSINO FUNDAMENTAL	11.169.484,67	0,00	11.169.484,67	9.549.225,10	1.620.259,57
20.01.12.361.0020.2.053 Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Educação	486.302,50	0,00	486.302,50	483.284,28	3.018,22
3.3.90.39.44.00.00.00.03.0501 Serviços de Água e Esgoto				5.839,48	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0501 seguros em Geral				45,55	
3.3.90.39.75.00.00.00.01.0501 Multas e Infrações de Trânsito				156,18	
3.3.90.39.90.00.00.00.01.0501 Serviços de Publicidade Legal				959,00	
3.3.90.39.90.00.00.00.03.0488 Serviços de Publicidade Legal				1.037,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				10.100,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.079,52	
3.3.90.40.00.00.00.00.01.0501 Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.				8.000,00	
3.3.90.40.99.00.00.00.01.0501 Outros serviços de tecn. da informação e comun.				8.000,00	
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0501 Obrigações Tributárias e Contributivas				83,07	
3.3.90.47.10.00.00.00.01.0501 Taxas				81,39	
3.3.90.47.15.00.00.00.01.0501 Multas				1,68	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0501 Aplicacoes Diretas	4.840,00	0,00	4.840,00	4.840,00	0,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0501 Equipamentos e Material Permanente				4.840,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.01.0501 Equipamentos de Processamento de Dados				4.840,00	
20.01.12.361.0020.2.054 Manutenção das atividades do Ensino Fundamental	4.595.376,73	0,00	4.595.376,73	4.438.530,03	156.846,70
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0501 Aplicacoes Diretas	1.089.000,00	0,00	1.089.000,00	1.077.106,56	11.893,44
3.1.90.00.00.00.00.00.02.0820 Aplicacoes Diretas	2.281.000,00	0,00	2.281.000,00	2.280.969,15	30,85
3.1.90.00.00.00.00.00.02.0822 Aplicacoes Diretas	565.000,00	0,00	565.000,00	564.909,09	90,91
3.1.90.00.00.00.00.00.06.0822 Aplicacoes Diretas	5.815,33	0,00	5.815,33	5.815,33	0,00
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0501 Contratacao por Tempo Determinado				200.027,10	
3.1.90.04.00.00.00.00.02.0820 Contratacao por Tempo Determinado				626.743,17	
3.1.90.04.00.00.00.00.02.0822 Contratacao por Tempo Determinado				155.145,10	
3.1.90.04.00.00.00.00.06.0822 Contratacao por Tempo Determinado				5.815,33	
3.1.90.04.04.00.00.00.01.0501 Obrigações Patronais				53.061,34	
3.1.90.04.04.00.00.00.02.0820 Obrigações Patronais				150.449,20	
3.1.90.04.04.00.00.00.02.0822 Obrigações Patronais				30.357,11	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0501 Outros Serviços Temporários				146.965,76	
3.1.90.04.99.00.00.00.02.0820 Outros Serviços Temporários				476.293,97	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 78

Entidade : FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
20 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	3.110.852,23
20.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	3.110.852,23
2001.12 Educação	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	3.110.852,23
2001.12.361 Ensino Fundamental	11.227.484,67	0,00	11.227.484,67	1.638.074,70
20.01.12.361.0020 ENSINO FUNDAMENTAL	11.169.484,67	0,00	11.169.484,67	1.620.259,57
20.01.12.361.0020.2.054 Manutenção das atividades do Ensino Fundamental	4.595.376,73	0,00	4.595.376,73	156.846,70
3.190.04.99.00.00.00.02.0822 Outros Serviços Temporários			124.787,99	
3.190.04.99.00.00.00.06.0822 Outros Serviços Temporários			5.815,33	
3.190.11.00.00.00.00.01.0501 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			614.679,96	
3.190.11.00.00.00.00.02.0820 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			1.183.594,95	
3.190.11.00.00.00.00.02.0822 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			240.967,69	
3.190.13.00.00.00.00.01.0501 Obrigações Patronais			191.621,37	
3.190.13.00.00.00.00.02.0820 Obrigações Patronais			453.698,51	
3.190.13.00.00.00.00.02.0822 Obrigações Patronais			79.891,10	
3.190.13.01.00.00.00.01.0501 FGTS			41.793,56	
3.190.13.01.00.00.00.02.0820 FGTS			116.366,92	
3.190.13.01.00.00.00.02.0822 FGTS			25.641,39	
3.190.13.02.00.00.00.01.0501 Contribuições Previdenciárias - INSS			149.827,81	
3.190.13.02.00.00.00.02.0820 Contribuições Previdenciárias - INSS			337.331,59	
3.190.13.02.00.00.00.02.0822 Contribuições Previdenciárias - INSS			54.249,71	
3.190.16.00.00.00.00.01.0501 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			18.383,40	
3.190.16.00.00.00.00.02.0820 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			12.802,53	
3.190.16.00.00.00.00.02.0822 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil			85.414,80	
3.190.16.44.00.00.00.01.0501 Serviços Extraordinários			18.383,40	
3.190.16.44.00.00.00.02.0820 Serviços Extraordinários			12.802,53	
3.190.16.44.00.00.00.02.0822 Serviços Extraordinários			85.414,80	
3.190.94.00.00.00.00.01.0501 Indenizações Restituições Trabalhistas			52.394,73	
3.190.94.00.00.00.00.02.0820 Indenizações Restituições Trabalhistas			4.129,99	
3.190.94.00.00.00.00.02.0822 Indenizações Restituições Trabalhistas			3.490,40	
3.190.94.07.00.00.00.01.0501 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			52.394,73	
3.190.94.07.00.00.00.02.0820 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			4.129,99	
3.190.94.07.00.00.00.02.0822 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			3.490,40	
3.390.00.00.00.00.00.01.0488 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	3.203,44
3.390.00.00.00.00.00.01.0501 Aplicacoes Diretas	268.217,00	0,00	268.217,00	0,00
3.390.00.00.00.00.00.02.0920 Aplicacoes Diretas	182.260,18	0,00	182.260,18	132.138,45
3.390.00.00.00.00.00.03.0488 Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 79

Entidade : FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
20 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
20.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12 Educação	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12.361 Ensino Fundamental	11.227.484,67	0,00	11.227.484,67	9.589.409,97	1.638.074,70
20.01.12.361.0020 ENSINO FUNDAMENTAL	11.169.484,67	0,00	11.169.484,67	9.549.225,10	1.620.259,57
20.01.12.361.0020.2.054 Manutenção das atividades do Ensino Fundamental	4.595.376,73	0,00	4.595.376,73	4.438.530,03	156.846,70
3.3.90.00.00.00.00.03.0501 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	50.000,00	49.535,81	464,19
3.3.90.00.00.00.00.06.0944 Aplicacoes Diretas	130,80	0,00	130,80	130,80	0,00
3.3.90.14.00.00.00.01.0501 Diárias - Civil				845,00	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0501 Diárias no País - Civil				845,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0488 Material de Consumo				5.578,00	
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0501 Material de Consumo				74.517,28	
3.3.90.30.00.00.00.02.0920 Material de Consumo				33.596,23	
3.3.90.30.00.00.00.03.0501 Material de Consumo				2.300,00	
3.3.90.30.04.00.00.00.02.0920 Gás Engarrafado				12.480,00	
3.3.90.30.15.00.00.00.01.0488 Material para Festividades e Homenagens				90,00	
3.3.90.30.15.00.00.00.01.0501 Material para Festividades e Homenagens				720,00	
3.3.90.30.16.00.00.00.01.0501 Material de Expediente				2.718,85	
3.3.90.30.16.00.00.00.02.0920 Material de Expediente				17.303,65	
3.3.90.30.17.00.00.00.01.0501 Material de Processamento de Dados				119,90	
3.3.90.30.17.00.00.00.02.0920 Material de Processamento de Dados				835,85	
3.3.90.30.23.00.00.00.01.0501 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				65.697,70	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0488 Material para Manutenção de Bens Imóveis				498,00	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0501 Material para Manutenção de Bens Imóveis				1.724,83	
3.3.90.30.24.00.00.00.02.0920 Material para Manutenção de Bens Imóveis				2.976,73	
3.3.90.30.25.00.00.00.01.0488 Material para Manutenção de Bens Móveis				1.932,00	
3.3.90.30.25.00.00.00.03.0501 Material para Manutenção de Bens Móveis				2.300,00	
3.3.90.30.29.00.00.00.01.0501 Material para Áudio, Vídeo e Foto				450,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0488 Material para Manutenção de Veículos				148,00	
3.3.90.30.46.00.00.00.01.0501 Material Bibliográfico não Imobilizável				2.330,00	
3.3.90.30.50.00.00.00.01.0488 Bandeiras, Flâmulas e Insígnias				2.250,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0488 Outros Materiais de Consumo				660,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0501 Outros Materiais de Consumo				756,00	
3.3.90.31.00.00.00.00.01.0501 Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras				3.500,00	
3.3.90.31.99.00.00.00.01.0501 Outras Premiações				3.500,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.01.0488 Material de Distribuição Gratuita				1.950,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 80

Entidade : FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
20 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
20.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12 Educação	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12.361 Ensino Fundamental	11.227.484,67	0,00	11.227.484,67	9.589.409,97	1.638.074,70
20.01.12.361.0020 ENSINO FUNDAMENTAL	11.169.484,67	0,00	11.169.484,67	9.549.225,10	1.620.259,57
20.01.12.361.0020.2.054 Manutenção das atividades do Ensino Fundamental	4.595.376,73	0,00	4.595.376,73	4.438.530,03	156.846,70
3.3.90.32.00.00.00.01.0501 Material de Distribuicao Gratuita				3.256,00	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0488 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				1.950,00	
3.3.90.32.99.00.00.00.01.0501 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				3.256,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0488 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				19.050,02	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				141.819,40	
3.3.90.39.00.00.00.02.0920 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				16.525,50	
3.3.90.39.00.00.00.03.0488 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				15.000,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				47.235,81	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0501 Serviços Técnicos Profissionais				2.384,00	
3.3.90.39.05.00.00.00.02.0920 Serviços Técnicos Profissionais				11.168,00	
3.3.90.39.12.00.00.00.01.0488 Locação de Máquinas e Equipamentos				5.000,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.02.0920 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				2.146,50	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0488 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				220,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0501 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				1.833,00	
3.3.90.39.20.00.00.00.01.0488 Manutenção e Cons de Bens Móveis de Outras Natur				80,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0501 Fornecimento de Alimentação				928,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0501 Serviços de Energia Elétrica				55.852,88	
3.3.90.39.43.00.00.00.03.0488 Serviços de Energia Elétrica				15.000,00	
3.3.90.39.44.00.00.00.01.0501 Serviços de Água e Esgoto				2.000,00	
3.3.90.39.44.00.00.00.03.0501 Serviços de Água e Esgoto				1.500,00	
3.3.90.39.64.00.00.00.01.0501 Telefonia fixa e Móvel				4.206,65	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0488 seguros em Geral				1.300,82	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0501 seguros em Geral				24,85	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0488 Serviços Bancários				1.300,00	
3.3.90.39.81.00.00.00.01.0501 Serviços Bancários				3.100,00	
3.3.90.39.81.00.00.02.0920 Serviços Bancários				1.000,00	
3.3.90.39.83.00.00.00.01.0501 Serviços de Cópias e Reprodução de Documentos				3.147,31	
3.3.90.39.90.00.00.00.01.0501 Serviços de Publicidade Legal				3.098,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0488 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				11.149,20	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				65.244,71	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 81

Entidade : FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
20 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
20.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12 Educação	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12.361 Ensino Fundamental	11.227.484,67	0,00	11.227.484,67	9.589.409,97	1.638.074,70
20.01.12.361.0020 ENSINO FUNDAMENTAL	11.169.484,67	0,00	11.169.484,67	9.549.225,10	1.620.259,57
20.01.12.361.0020.2.054 Manutenção das atividades do Ensino Fundamental	4.595.376,73	0,00	4.595.376,73	4.438.530,03	156.846,70
3.3.90.39.99.00.00.00.02.0920 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.211,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				45.735,81	
3.3.90.40.00.00.00.00.01.0501 Serv. de Tec. da Inf. e Comun. (TIC)-Pessoa Jur.				17.733,60	
3.3.90.40.04.00.00.00.01.0501 Comunicação de dados				17.733,60	
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0488 Obrigações Tributárias e Contributivas				218,54	
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0501 Obrigações Tributárias e Contributivas				889,51	
3.3.90.47.10.00.00.00.01.0488 Taxas				218,54	
3.3.90.47.10.00.00.00.01.0501 Taxas				889,51	
3.3.90.92.00.00.00.00.01.0501 Despesas de Exercícios Anteriores				25.656,21	
3.3.90.92.39.00.00.00.01.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				25.656,21	
3.3.90.93.00.00.00.00.06.0944 Indenizações e Restituições				130,80	
3.3.90.93.02.00.00.00.06.0944 Restituições				130,80	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0501 Aplicacoes Diretas	1.998,00	0,00	1.998,00	1.998,00	0,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0859 Aplicacoes Diretas	19.215,60	0,00	19.215,60	16.390,18	2.825,42
4.4.90.00.00.00.00.00.02.0920 Aplicacoes Diretas	87.739,82	0,00	87.739,82	81.539,82	6.200,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0501 Equipamentos e Material Permanente				1.998,00	
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0859 Equipamentos e Material Permanente				16.390,18	
4.4.90.52.00.00.00.00.02.0920 Equipamentos e Material Permanente				81.539,82	
4.4.90.52.10.00.00.00.02.0920 Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões				41.620,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.01.0501 Aparelhos e Utensílios Domésticos				1.998,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.02.0920 Equipamentos de Processamento de Dados				8.820,00	
4.4.90.52.52.00.00.00.01.0859 Veículos de Tração Mecânica				16.390,18	
4.4.90.52.52.00.00.00.02.0920 Veículos de Tração Mecânica				31.099,82	
20.01.12.361.0020.2.056 Capacitação dos Servidores Públicos do Ensino Fundamental	30.000,00	0,00	30.000,00	11.806,20	18.193,80
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0501 Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	15.000,00	11.806,20	3.193,80
3.3.90.00.00.00.00.00.02.0920 Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0501 Diárias - Civil				1.900,00	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0501 Diárias no País - Civil				1.900,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				9.906,20	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 82

Entidade : FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
20 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
20.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12 Educação	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12.361 Ensino Fundamental	11.227.484,67	0,00	11.227.484,67	9.589.409,97	1.638.074,70
20.01.12.361.0020 ENSINO FUNDAMENTAL	11.169.484,67	0,00	11.169.484,67	9.549.225,10	1.620.259,57
20.01.12.361.0020.2.056 Capacitação dos Servidores Públicos do Ensino Fundamental	30.000,00	0,00	30.000,00	11.806,20	18.193,80
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0501 Serviços Técnicos Profissionais				2.250,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0501 Fornecimento de Alimentação				1.656,20	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				6.000,00	
20.01.12.361.0020.2.057 Manutenção do Transporte Escolar	1.847.639,09	0,00	1.847.639,09	1.829.979,83	17.659,26
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0501 Aplicacoes Diretas	231.000,00	0,00	231.000,00	230.719,96	280,04
3.3.90.00.00.00.00.02.0822 Aplicacoes Diretas	506.000,00	0,00	506.000,00	500.075,20	5.924,80
3.3.90.00.00.00.00.02.0932 Aplicacoes Diretas	107.009,71	0,00	107.009,71	106.767,72	241,99
3.3.90.00.00.00.00.02.0938 Aplicacoes Diretas	742.063,93	0,00	742.063,93	740.444,29	1.619,64
3.3.90.00.00.00.00.03.0488 Aplicacoes Diretas	27.972,00	0,00	27.972,00	27.972,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.06.0920 Aplicacoes Diretas	95.032,00	0,00	95.032,00	91.934,50	3.097,50
3.3.90.00.00.00.00.06.0932 Aplicacoes Diretas	11.229,94	0,00	11.229,94	10.792,85	437,09
3.3.90.00.00.00.00.06.0938 Aplicacoes Diretas	126.587,23	0,00	126.587,23	120.529,03	6.058,20
3.3.90.00.00.00.00.06.0998 Aplicacoes Diretas	744,28	0,00	744,28	744,28	0,00
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0501 Material de Consumo				119.797,02	
3.3.90.30.00.00.00.02.0932 Material de Consumo				93.537,72	
3.3.90.30.00.00.00.02.0938 Material de Consumo				127.035,73	
3.3.90.30.00.00.00.06.0932 Material de Consumo				10.792,85	
3.3.90.30.00.00.00.06.0938 Material de Consumo				7.499,69	
3.3.90.30.01.00.00.00.01.0501 Combustiveis e Lubrificantes Automotivos				56.873,07	
3.3.90.30.01.00.00.02.0932 Combustiveis e Lubrificantes Automotivos				75.268,11	
3.3.90.30.01.00.00.02.0938 Combustiveis e Lubrificantes Automotivos				82.765,89	
3.3.90.30.01.00.00.06.0932 Combustiveis e Lubrificantes Automotivos				183,09	
3.3.90.30.39.00.00.00.01.0501 Material para Manutenção de Veículos				62.923,95	
3.3.90.30.39.00.00.02.0932 Material para Manutenção de Veículos				18.269,61	
3.3.90.30.39.00.00.02.0938 Material para Manutenção de Veículos				44.269,84	
3.3.90.30.39.00.00.06.0932 Material para Manutenção de Veículos				10.609,76	
3.3.90.30.39.00.00.06.0938 Material para Manutenção de Veículos				7.499,69	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				109.262,02	
3.3.90.39.00.00.00.02.0822 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				500.075,20	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 83

Entidade : FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
20 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
20.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12 Educação	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12.361 Ensino Fundamental	11.227.484,67	0,00	11.227.484,67	9.589.409,97	1.638.074,70
20.01.12.361.0020 ENSINO FUNDAMENTAL	11.169.484,67	0,00	11.169.484,67	9.549.225,10	1.620.259,57
20.01.12.361.0020.2.057 Manutenção do Transporte Escolar	1.847.639,09	0,00	1.847.639,09	1.829.979,83	17.659,26
3.3.90.39.00.00.00.00.02.0932 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				13.230,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.02.0938 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				613.408,56	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0488 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				27.972,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.06.0920 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				91.934,50	
3.3.90.39.00.00.00.00.06.0938 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				113.029,34	
3.3.90.39.19.00.00.00.01.0501 Manutenção e Conservação de Veículos				39.436,73	
3.3.90.39.19.00.00.00.02.0932 Manutenção e Conservação de Veículos				12.576,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.02.0938 Manutenção e Conservação de Veículos				9.609,85	
3.3.90.39.19.00.00.00.06.0938 Manutenção e Conservação de Veículos				12.360,82	
3.3.90.39.26.00.00.00.01.0501 Serviços de Transporte Escolar				67.728,00	
3.3.90.39.26.00.00.00.02.0822 Serviços de Transporte Escolar				500.075,20	
3.3.90.39.26.00.00.00.02.0938 Serviços de Transporte Escolar				600.133,09	
3.3.90.39.26.00.00.00.03.0488 Serviços de Transporte Escolar				27.972,00	
3.3.90.39.26.00.00.00.06.0920 Serviços de Transporte Escolar				91.934,50	
3.3.90.39.26.00.00.00.06.0938 Serviços de Transporte Escolar				100.668,52	
3.3.90.39.69.00.00.00.01.0501 seguros em Geral				1.137,29	
3.3.90.39.69.00.00.00.02.0938 seguros em Geral				2.455,62	
3.3.90.39.81.00.00.00.02.0938 Serviços Bancários				100,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				960,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.02.0932 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				654,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.02.0938 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.110,00	
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0501 Obrigações Tributárias e Contributivas				1.660,92	
3.3.90.47.10.00.00.00.01.0501 Taxas				1.660,06	
3.3.90.47.15.00.00.00.01.0501 Multas				0,86	
3.3.90.93.00.00.00.00.06.0998 Indenizações e Restituições				744,28	
3.3.90.93.02.00.00.00.06.0998 Restituições				744,28	
20.01.12.361.0097 CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	48.000,00	0,00	48.000,00	40.184,87	7.815,13
20.01.12.361.0097.2.055 Conservação do Patrimônio Público do Ensino Fundamental	48.000,00	0,00	48.000,00	40.184,87	7.815,13
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0501 Aplicacoes Diretas	20.000,00	0,00	20.000,00	19.999,99	0,01

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 84

Entidade : FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
20 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
20.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12 Educação	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12.361 Ensino Fundamental	11.227.484,67	0,00	11.227.484,67	9.589.409,97	1.638.074,70
20.01.12.361.0097 CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	48.000,00	0,00	48.000,00	40.184,87	7.815,13
20.01.12.361.0097.2.055 Conservação do Patrimônio Público do Ensino Fundamental	48.000,00	0,00	48.000,00	40.184,87	7.815,13
3.3.90.00.00.00.00.02.1019 Aplicacoes Diretas	28.000,00	0,00	28.000,00	20.184,88	7.815,12
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0501 Material de Consumo				5.201,80	
3.3.90.30.00.00.00.00.02.1019 Material de Consumo				9.530,57	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0501 Material para Manutenção de Bens Imóveis				5.201,80	
3.3.90.30.24.00.00.00.02.1019 Material para Manutenção de Bens Imóveis				9.530,57	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				14.798,19	
3.3.90.39.00.00.00.00.02.1019 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				10.654,31	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0501 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				14.798,19	
3.3.90.39.16.00.00.00.02.1019 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				10.654,31	
20.01.12.361.0098 EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
20.01.12.361.0098.2.058 Ações em situação de Emergência e Calamidade Pública no Ensino Fundamental	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
2001.12.362 Ensino Médio	50.510,52	0,00	50.510,52	49.653,55	856,97
20.01.12.362.0021 ENSINO MÉDIO	50.510,52	0,00	50.510,52	49.653,55	856,97
20.01.12.362.0021.2.059 Apoio ao Ensino Médio	50.510,52	0,00	50.510,52	49.653,55	856,97
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	1.000,00	0,00	1.000,00	306,68	693,32
3.3.90.00.00.00.00.00.02.0936 Aplicacoes Diretas	27.975,64	0,00	27.975,64	27.898,81	76,83
3.3.90.00.00.00.00.00.06.0936 Aplicacoes Diretas	21.534,88	0,00	21.534,88	21.448,06	86,82
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo				306,68	
3.3.90.30.00.00.00.00.02.0936 Material de Consumo				10.926,81	
3.3.90.30.01.00.00.00.00.01.0500 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				21.448,06	
3.3.90.30.01.00.00.00.02.0936 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				306,68	
3.3.90.30.01.00.00.00.06.0936 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				133,42	
3.3.90.30.39.00.00.00.02.0936 Material para Manutenção de Veículos				1.636,66	
3.3.90.30.39.00.00.00.06.0936 Material para Manutenção de Veículos				10.793,39	
3.3.90.39.00.00.00.00.02.0936 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				19.811,40	
3.3.90.39.19.00.00.00.02.0936 Manutenção e Conservação de Veículos				16.972,00	
3.3.90.39.26.00.00.00.02.0936 Serviços de Transporte Escolar				436,00	
				16.536,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 85

Entidade : FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
20 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
20.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12 Educação	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12.363 Ensino Profissional	100.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00
20.01.12.363.0022 ENSINO PROFISSIONAL	100.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00
20.01.12.363.0022.2.060 Apoio ao Ensino Profissionalizante	100.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	100.000,00	0,00	100.000,00	100.000,00	0,00
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica					
3.3.90.39.26.00.00.00.01.0500 Serviços de Transporte Escolar					
2001.12.364 Ensino Superior	433.000,00	0,00	433.000,00	432.783,17	216,83
20.01.12.364.0023 ENSINO SUPERIOR	433.000,00	0,00	433.000,00	432.783,17	216,83
20.01.12.364.0023.2.061 Apoio ao Ensino Superior	433.000,00	0,00	433.000,00	432.783,17	216,83
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	350.000,00	0,00	350.000,00	350.000,00	0,00
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0500 Aplicacoes Diretas	83.000,00	0,00	83.000,00	82.783,17	216,83
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica					
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0500 Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica					
3.3.90.39.26.00.00.00.01.0500 Serviços de Transporte Escolar					
3.3.90.39.26.00.00.00.03.0500 Serviços de Transporte Escolar					
2001.12.365 Educação Infantil	4.998.891,48	0,00	4.998.891,48	3.827.160,33	1.171.731,15
20.01.12.365.0024 EDUCAÇÃO INFANTIL	4.978.891,48	0,00	4.978.891,48	3.825.501,63	1.153.389,85
20.01.12.365.0024.1.018 Construção de Unidades da Educação Infantil					
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0501 Aplicacoes Diretas	1.071.814,91	0,00	1.071.814,91	130.022,58	941.792,33
4.4.90.00.00.00.00.00.02.0820 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	10.000,00
4.4.90.51.00.00.00.00.02.0946 Obras e Instalacoes	1.061.814,91	0,00	1.061.814,91	130.022,58	931.792,33
4.4.90.51.98.00.00.00.02.0946 Obras Contratadas				130.022,58	
20.01.12.365.0024.2.062 Manutenção das atividades da Educação Infantil					
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0501 Aplicacoes Diretas	3.877.076,57	0,00	3.877.076,57	3.687.511,65	189.564,92
3.1.90.00.00.00.00.00.02.0820 Aplicacoes Diretas	413.000,00	0,00	413.000,00	411.779,25	1.220,75
3.1.90.00.00.00.00.00.02.0822 Aplicacoes Diretas	1.893.000,00	0,00	1.893.000,00	1.892.966,93	33,07
3.1.90.00.00.00.00.00.06.0822 Aplicacoes Diretas	868.000,00	0,00	868.000,00	867.705,30	294,70
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0501 Contratacao por Tempo Determinado	110.000,00	0,00	110.000,00	110.000,00	0,00
3.1.90.04.00.00.00.00.02.0820 Contratacao por Tempo Determinado				147.237,61	
3.1.90.04.00.00.00.00.02.0822 Contratacao por Tempo Determinado				518.975,85	
3.1.90.04.00.00.00.00.06.0822 Contratacao por Tempo Determinado				298.996,92	
				24.669,16	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 86

Entidade : FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
20 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
20.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12 Educação	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12.365 Educação Infantil	4.998.891,48	0,00	4.998.891,48	3.827.160,33	1.171.731,15
20.01.12.365.0024 EDUCAÇÃO INFANTIL	4.978.891,48	0,00	4.978.891,48	3.825.501,63	1.153.389,85
20.01.12.365.0024.2.062 Manutenção das atividades da Educação Infantil	3.877.076,57	0,00	3.877.076,57	3.687.511,65	189.564,92
3.190.04.01.00.00.00.02.0820 Professores Substitutos				732,80	
3.190.04.04.00.00.00.01.0501 Obrigações Patronais				28.983,09	
3.190.04.04.00.00.00.02.0820 Obrigações Patronais				127.854,31	
3.190.04.04.00.00.00.02.0822 Obrigações Patronais				66.200,07	
3.190.04.99.00.00.00.01.0501 Outros Serviços Temporários				118.254,52	
3.190.04.99.00.00.00.02.0820 Outros Serviços Temporários				390.388,74	
3.190.04.99.00.00.00.02.0822 Outros Serviços Temporários				232.796,85	
3.190.04.99.00.00.00.06.0822 Outros Serviços Temporários				24.669,16	
3.190.11.00.00.00.00.01.0501 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				164.941,89	
3.190.11.00.00.00.00.02.0820 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				1.028.874,55	
3.190.11.00.00.00.00.02.0822 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				433.017,23	
3.190.11.00.00.00.00.06.0822 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil				84.637,54	
3.190.13.00.00.00.00.01.0501 Obrigações Patronais				64.832,88	
3.190.13.00.00.00.00.02.0820 Obrigações Patronais				339.638,12	
3.190.13.00.00.00.00.02.0822 Obrigações Patronais				124.961,87	
3.190.13.01.00.00.00.02.0820 FGTS				93.911,39	
3.190.13.01.00.00.00.02.0822 FGTS				36.988,45	
3.190.13.02.00.00.00.01.0501 Contribuições Previdenciárias - INSS				64.832,88	
3.190.13.02.00.00.00.02.0820 Contribuições Previdenciárias - INSS				245.726,73	
3.190.13.02.00.00.00.02.0822 Contribuições Previdenciárias - INSS				87.973,42	
3.190.16.00.00.00.00.01.0501 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				542,43	
3.190.16.00.00.00.00.02.0820 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				2.584,93	
3.190.16.00.00.00.00.02.0822 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				6.056,79	
3.190.16.00.00.00.00.06.0822 Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil				479,85	
3.190.16.44.00.00.00.01.0501 Serviços Extraordinários				542,43	
3.190.16.44.00.00.00.02.0820 Serviços Extraordinários				2.584,93	
3.190.16.44.00.00.00.02.0822 Serviços Extraordinários				6.056,79	
3.190.16.44.00.00.00.06.0822 Serviços Extraordinários				479,85	
3.190.94.00.00.00.00.01.0501 Indenizações Restituições Trabalhistas				34.224,44	
3.190.94.00.00.00.00.02.0820 Indenizações Restituições Trabalhistas				2.893,48	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 87

Entidade : FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
20 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	3.110.852,23
20.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	3.110.852,23
2001.12 Educação	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	3.110.852,23
2001.12.365 Educação Infantil	4.998.891,48	0,00	4.998.891,48	1.171.731,15
20.01.12.365.0024 EDUCAÇÃO INFANTIL	4.978.891,48	0,00	4.978.891,48	1.153.389,85
20.01.12.365.0024.2.062 Manutenção das atividades da Educação Infantil	3.877.076,57	0,00	3.877.076,57	189.564,92
3.190.94.00.00.00.00.02.0822 Indenizações Restituições Trabalhistas			4.672,49	
3.190.94.00.00.00.00.06.0822 Indenizações Restituições Trabalhistas			213,45	
3.190.94.07.00.00.00.01.0501 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			34.224,44	
3.190.94.07.00.00.00.02.0820 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			2.893,48	
3.190.94.07.00.00.00.02.0822 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			4.672,49	
3.190.94.07.00.00.00.06.0822 Indenização por Demissão de Servidor ou Empregado			213,45	
3.390.00.00.00.00.00.01.0488 Aplicacoes Diretas	33.750,00	0,00	33.750,00	214,49
3.390.00.00.00.00.00.01.0501 Aplicacoes Diretas	201.875,00	0,00	201.875,00	123,17
3.390.00.00.00.00.00.02.0920 Aplicacoes Diretas	210.000,00	0,00	210.000,00	126.831,45
3.390.00.00.00.00.00.02.0934 Aplicacoes Diretas	21.418,87	0,00	21.418,87	4.082,87
3.390.00.00.00.00.00.03.0488 Aplicacoes Diretas	11.750,46	0,00	11.750,46	9.011,89
3.390.00.00.00.00.00.03.0501 Aplicacoes Diretas	55.000,00	0,00	55.000,00	13.108,97
3.390.00.00.00.00.00.06.0934 Aplicacoes Diretas	2.282,24	0,00	2.282,24	5,56
3.390.14.00.00.00.00.01.0488 Diárias - Civil			570,00	
3.390.14.00.00.00.00.01.0501 Diárias - Civil			995,00	
3.390.14.00.00.00.00.03.0501 Diárias - Civil			750,00	
3.390.14.14.00.00.00.01.0488 Diárias no País - Civil			570,00	
3.390.14.14.00.00.00.01.0501 Diárias no País - Civil			995,00	
3.390.14.14.00.00.00.03.0501 Diárias no País - Civil			750,00	
3.390.30.00.00.00.00.01.0488 Material de Consumo			16.075,51	
3.390.30.00.00.00.00.01.0501 Material de Consumo			67.156,55	
3.390.30.00.00.00.00.02.0920 Material de Consumo			52.767,55	
3.390.30.00.00.00.00.06.0934 Material de Consumo			2.276,68	
3.390.30.01.00.00.00.06.0934 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos			2.276,68	
3.390.30.04.00.00.00.02.0920 Gás Engarrafado			13.560,00	
3.390.30.07.00.00.00.01.0488 Gêneros de Alimentação			1.774,50	
3.390.30.16.00.00.00.02.0920 Material de Expediente			9.083,00	
3.390.30.17.00.00.00.02.0920 Material de Processamento de Dados			253,00	
3.390.30.20.00.00.00.01.0501 Material de Cama, Mesa e Banho			890,00	
3.390.30.22.00.00.00.01.0501 Material de Limpeza e Produção de Higienização			7.410,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 88

Entidade : FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
20 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
20.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12 Educação	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12.365 Educação Infantil	4.998.891,48	0,00	4.998.891,48	3.827.160,33	1.171.731,15
20.01.12.365.0024 EDUCAÇÃO INFANTIL	4.978.891,48	0,00	4.978.891,48	3.825.501,63	1.153.389,85
20.01.12.365.0024.2.062 Manutenção das atividades da Educação Infantil	3.877.076,57	0,00	3.877.076,57	3.687.511,65	189.564,92
3.3.90.30.22.00.00.00.02.0920 Material de Limpeza e Produção de Higienização				28.480,39	
3.3.90.30.23.00.00.00.01.0488 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				2.074,00	
3.3.90.30.23.00.00.00.01.0501 Uniformes, Tecidos e Aviamentos				58.010,55	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0488 Material para Manutenção de Bens Imóveis				1.402,01	
3.3.90.30.24.00.00.00.02.0920 Material para Manutenção de Bens Imóveis				1.391,16	
3.3.90.30.46.00.00.00.01.0501 Material Bibliográfico não Imobilizável				846,00	
3.3.90.30.99.00.00.00.01.0488 Outros Materiais de Consumo				10.825,00	
3.3.90.32.00.00.00.00.02.0920 Material de Distribuição Gratuita				4.365,00	
3.3.90.32.99.00.00.00.02.0920 Outros Materiais de Distribuição Gratuita				4.365,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0488 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				16.890,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				122.100,74	
3.3.90.39.00.00.00.00.02.0920 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				26.036,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.02.0934 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				17.336,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0488 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.738,57	
3.3.90.39.00.00.00.00.03.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				41.141,03	
3.3.90.39.05.00.00.00.02.0920 Serviços Técnicos Profissionais				19.952,00	
3.3.90.39.10.00.00.00.01.0488 Locação de Imóveis				14.400,00	
3.3.90.39.12.00.00.00.01.0501 Locação de Máquinas e Equipamentos				1.200,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.01.0488 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				470,00	
3.3.90.39.16.00.00.00.02.0920 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis				3.825,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0488 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				1.005,00	
3.3.90.39.17.00.00.00.01.0501 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				1.128,00	
3.3.90.39.26.00.00.00.02.0934 Serviços de Transporte Escolar				17.336,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.01.0501 Serviços de Energia Elétrica				22.000,00	
3.3.90.39.43.00.00.00.03.0488 Serviços de Energia Elétrica				2.738,57	
3.3.90.39.43.00.00.00.03.0501 Serviços de Energia Elétrica				10.155,22	
3.3.90.39.44.00.00.00.01.0501 Serviços de Água e Esgoto				8.000,00	
3.3.90.39.44.00.00.00.03.0501 Serviços de Água e Esgoto				2.000,00	
3.3.90.39.64.00.00.00.01.0501 Telefonia fixa e Móvel				1.679,45	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0488 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.015,00	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 89

Entidade : FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
20 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
20.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12 Educação	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12.365 Educação Infantil	4.998.891,48	0,00	4.998.891,48	3.827.160,33	1.171.731,15
20.01.12.365.0024 EDUCAÇÃO INFANTIL	4.978.891,48	0,00	4.978.891,48	3.825.501,63	1.153.389,85
20.01.12.365.0024.2.062 Manutenção das atividades da Educação Infantil	3.877.076,57	0,00	3.877.076,57	3.687.511,65	189.564,92
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				88.093,29	
3.3.90.39.99.00.00.00.02.0920 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				2.259,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.03.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				28.985,81	
3.3.90.40.00.00.00.00.01.0501 Serv. de Tec. da Inf. e Comun.(TIC)-Pessoa Jur.				11.281,00	
3.3.90.40.04.00.00.00.01.0501 Comunicação de dados				11.281,00	
3.3.90.47.00.00.00.00.01.0501 Obrigações Tributárias e Contributivas				218,54	
3.3.90.47.10.00.00.00.01.0501 Taxas				218,54	
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0501 Aplicacoes Diretas	7.000,00	0,00	7.000,00	5.477,00	1.523,00
4.4.90.00.00.00.00.02.0920 Aplicacoes Diretas	50.000,00	0,00	50.000,00	16.885,00	33.115,00
4.4.90.52.00.00.00.00.01.0501 Equipamentos e Material Permanente				5.477,00	
4.4.90.52.00.00.00.02.0920 Equipamentos e Material Permanente				16.885,00	
4.4.90.52.10.00.00.00.02.0920 Aparelhos e Equipamentos Para Esportes e Diversões				11.980,00	
4.4.90.52.12.00.00.00.01.0501 Aparelhos e Utensílios Domésticos				1.149,00	
4.4.90.52.33.00.00.00.01.0501 Equipamentos Para Audio, Video e Foto				2.438,00	
4.4.90.52.35.00.00.00.02.0920 Equipamentos de Processamento de Dados				4.905,00	
4.4.90.52.42.00.00.00.01.0501 Mobiliário em Geral				1.890,00	
20.01.12.365.0024.2.064 Capacitação dos Servidores Públicos da Educação Infantil	30.000,00	0,00	30.000,00	7.967,40	22.032,60
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0501 Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	15.000,00	7.967,40	7.032,60
3.3.90.00.00.00.00.02.0920 Aplicacoes Diretas	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	15.000,00
3.3.90.14.00.00.00.00.01.0501 Diárias - Civil				95,00	
3.3.90.14.14.00.00.00.01.0501 Diárias no País - Civil				95,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				7.872,40	
3.3.90.39.05.00.00.00.01.0501 Serviços Técnicos Profissionais				2.250,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.01.0501 Fornecimento de Alimentação				1.622,40	
3.3.90.39.99.00.00.00.01.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				4.000,00	
20.01.12.365.0097 CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	10.000,00	0,00	10.000,00	1.658,70	8.341,30
20.01.12.365.0097.2.063 Conservação do Patrimônio Público da Educação Infantil	10.000,00	0,00	10.000,00	1.658,70	8.341,30
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0501 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	1.658,70	8.341,30

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE LUIZ ALVES**

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
Exercício de 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página 90

Entidade : FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$		Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total	
20 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	3.110.852,23
20.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	3.110.852,23
2001.12 Educação	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	3.110.852,23
2001.12.365 Educação Infantil	4.998.891,48	0,00	4.998.891,48	1.171.731,15
20.01.12.365.0097 CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO	10.000,00	0,00	10.000,00	8.341,30
20.01.12.365.0097.2.063 Conservação do Patrimônio Público da Educação Infantil	10.000,00	0,00	10.000,00	8.341,30
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0501 Material de Consumo			613,50	
3.3.90.30.24.00.00.00.01.0501 Material para Manutenção de Bens Imóveis			613,50	
3.3.90.39.00.00.00.00.01.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica			1.045,20	
3.3.90.39.16.00.00.00.00.01.0501 Manutenção e Conservação de Bens Imóveis			1.045,20	
20.01.12.365.0098 EMERGÊNCIA E CALAMIDADE PÚBLICA	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00
20.01.12.365.0098.2.065 Ações em situações de Emergência e Calamidade Pública na Educação Infantil	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0501 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00
2001.12.366 Educação de Jovens e Adultos	58.500,00	0,00	58.500,00	28.632,50
20.01.12.366.0025 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	58.500,00	0,00	58.500,00	28.632,50
20.01.12.366.0025.2.066 Manutenção das atividades da Educação de Jovens e Adultos	58.500,00	0,00	58.500,00	28.632,50
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0501 Aplicacoes Diretas	30.000,00	0,00	30.000,00	132,50
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0501 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			22.902,87	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0501 Obrigacoes Patronais			6.964,63	
3.1.90.13.01.00.00.00.01.0501 FGTS			1.670,74	
3.1.90.13.02.00.00.00.01.0501 Contribuições Previdenciárias - INSS			5.293,89	
3.3.90.00.00.00.00.00.02.0822 Aplicacoes Diretas	11.500,00	0,00	11.500,00	11.500,00
3.3.90.00.00.00.00.00.02.0920 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.02.0822 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.02.0920 Aplicacoes Diretas	2.000,00	0,00	2.000,00	2.000,00
2001.12.367 Educação Especial	141.000,00	0,00	141.000,00	21.797,51
20.01.12.367.0026 EDUCAÇÃO ESPECIAL	141.000,00	0,00	141.000,00	21.797,51
20.01.12.367.0026.2.067 Manutenção das atividades da Educação Especial	141.000,00	0,00	141.000,00	21.797,51
3.1.90.00.00.00.00.00.01.0501 Aplicacoes Diretas	104.500,00	0,00	104.500,00	261,01
3.1.90.04.00.00.00.00.01.0501 Contratacao por Tempo Determinado			21.582,55	
3.1.90.04.04.00.00.00.01.0501 Obrigacoes Patronais			4.957,71	
3.1.90.04.99.00.00.00.01.0501 Outros Serviços Temporários			16.624,84	
3.1.90.11.00.00.00.00.01.0501 Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil			61.484,70	
3.1.90.13.00.00.00.00.01.0501 Obrigacoes Patronais			21.171,74	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 91

Entidade : FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
20 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
20.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12 Educação	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23
2001.12.367 Educação Especial	141.000,00	0,00	141.000,00	119.202,49	21.797,51
20.01.12.367.0026 EDUCAÇÃO ESPECIAL	141.000,00	0,00	141.000,00	119.202,49	21.797,51
20.01.12.367.0026.2.067 Manutenção das atividades da Educação Especial	141.000,00	0,00	141.000,00	119.202,49	21.797,51
3.190.13.01.00.00.00.01.0501 FGTS				4.734,51	
3.190.13.02.00.00.00.00.01.0501 Contribuições Previdenciárias - INSS				16.437,23	
3.390.00.00.00.00.00.00.01.0501 Aplicacoes Diretas				9.923,00	77,00
3.390.00.00.00.00.00.00.02.0822 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	9.923,00	
3.390.00.00.00.00.00.00.02.0822 Aplicacoes Diretas	11.500,00	0,00	11.500,00	2.340,50	9.159,50
3.390.30.00.00.00.00.00.01.0501 Material de Consumo				548,00	
3.390.30.00.00.00.00.00.02.0822 Material de Consumo				698,50	
3.390.30.17.00.00.00.00.01.0501 Material de Processamento de Dados				140,00	
3.390.30.17.00.00.00.00.02.0822 Material de Processamento de Dados				126,50	
3.390.30.24.00.00.00.00.01.0501 Material para Manutenção de Bens Imóveis				408,00	
3.390.30.24.00.00.00.00.02.0822 Material para Manutenção de Bens Imóveis				106,00	
3.390.30.46.00.00.00.00.02.0822 Material Bibliográfico não Imobilizável				466,00	
3.390.39.00.00.00.00.00.01.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				9.375,00	
3.390.39.00.00.00.00.00.02.0822 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				1.642,00	
3.390.39.17.00.00.00.00.02.0822 Manutenção e Conservação de Máquinas e Equip				940,00	
3.390.39.63.00.00.00.00.01.0501 Serviços Gráficos e Editoriais				490,00	
3.390.39.99.00.00.00.00.01.0501 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				8.885,00	
3.390.39.99.00.00.00.00.02.0822 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				702,00	
4.490.00.00.00.00.00.00.01.0501 Aplicacoes Diretas	10.000,00	0,00	10.000,00	2.700,00	7.300,00
4.490.00.00.00.00.00.00.02.0822 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.490.52.00.00.00.00.00.01.0501 Equipamentos e Material Permanente				2.700,00	
4.490.52.35.00.00.00.00.01.0501 Equipamentos de Processamento de Dados				2.700,00	
Total por Entidade:	17.722.049,72	0,00	17.722.049,72	14.611.197,49	3.110.852,23

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 92

Entidade : FUNDO MUNICIPAL SANEAMENTO BASICO LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
19 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	581.000,00	0,00	581.000,00	575.561,03	5.438,97
19.01 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	581.000,00	0,00	581.000,00	575.561,03	5.438,97
1901.17 Saneamento	581.000,00	0,00	581.000,00	575.561,03	5.438,97
1901.17.512 Saneamento Básico Urbano	581.000,00	0,00	581.000,00	575.561,03	5.438,97
1901.17.512.0018 SANEAMENTO BÁSICO	581.000,00	0,00	581.000,00	575.561,03	5.438,97
19.01.17.512.0018.1.016 Obras de Infraestrutura em Saneamento Básico	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	5.000,00	0,00	5.000,00	0,00	5.000,00
19.01.17.512.0018.2.051 Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saneamento Básico	576.000,00	0,00	576.000,00	575.561,03	438,97
3.3.90.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicacoes Diretas	83.398,62	0,00	83.398,62	83.321,25	77,37
3.3.90.00.00.00.00.00.03.0500 Aplicacoes Diretas	120.000,00	0,00	120.000,00	119.662,82	337,18
3.3.90.30.00.00.00.00.01.0500 Material de Consumo				62.124,35	
3.3.90.30.00.00.00.00.03.0500 Material de Consumo				75.585,85	
3.3.90.30.01.00.00.00.00.01.0500 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				58.234,64	
3.3.90.30.01.00.00.00.00.03.0500 Combustíveis e Lubrificantes Automotivos				25.149,91	
3.3.90.30.22.00.00.00.00.01.0500 Material de Limpeza e Produção de Higienização				499,71	
3.3.90.30.24.00.00.00.00.03.0500 Material para Manutenção de Bens Imóveis				3.316,75	
3.3.90.30.28.00.00.00.00.01.0500 Material de Proteção e Segurança				768,00	
3.3.90.30.28.00.00.00.00.03.0500 Material de Proteção e Segurança				768,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.00.01.0500 Material para Manutenção de Veículos				2.622,00	
3.3.90.30.39.00.00.00.00.03.0500 Material para Manutenção de Veículos				46.351,19	
3.3.90.35.00.00.00.00.00.01.0500 Serviços de Consultoria				7.920,00	
3.3.90.35.01.00.00.00.00.01.0500 Assessoria e Consultoria Técnica ou Jurídica				7.920,00	
3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				13.114,12	
3.3.90.39.00.00.00.00.00.03.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				44.076,97	
3.3.90.39.05.00.00.00.00.03.0500 Serviços Técnicos Profissionais				15.000,00	
3.3.90.39.11.00.00.00.00.01.0500 Locação de Softwares				6.000,00	
3.3.90.39.19.00.00.00.00.01.0500 Manutenção e Conservação de Veículos				2.651,56	
3.3.90.39.19.00.00.00.00.03.0500 Manutenção e Conservação de Veículos				23.576,97	
3.3.90.39.41.00.00.00.00.01.0500 Fornecimento de Alimentação				3.960,00	
3.3.90.39.41.00.00.00.00.03.0500 Fornecimento de Alimentação				5.500,00	
3.3.90.39.69.00.00.00.00.01.0500 seguros em Geral				94,96	
3.3.90.39.81.00.00.00.00.01.0500 Serviços Bancários				200,00	
3.3.90.39.99.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				207,60	
3.3.90.47.00.00.00.00.00.01.0500 Obrigações Tributárias e Contributivas				162,78	
3.3.90.47.10.00.00.00.00.01.0500 Taxas				162,78	

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Betha Sistemas
 Exercício de 2018
 Período: Janeiro a Dezembro
 Página 93

Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Entidade : FUNDO MUNICIPAL SANEAMENTO BASICO LUIZ ALVES

Títulos	Autorizada R\$			Realizada R\$	Diferenças R\$
	Créditos Orçamentários e Suplementares	Créditos Especiais e Extraordinários	Total		
19 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	581.000,00	0,00	581.000,00	575.561,03	5.438,97
19.01 FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO	581.000,00	0,00	581.000,00	575.561,03	5.438,97
1901.17 Saneamento	581.000,00	0,00	581.000,00	575.561,03	5.438,97
1901.17.512 Saneamento Básico Urbano	581.000,00	0,00	581.000,00	575.561,03	5.438,97
1901.17.512.0018 SANEAMENTO BÁSICO	581.000,00	0,00	581.000,00	575.561,03	5.438,97
1901.17.512.0018.2.051 Manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saneamento Básico	576.000,00	0,00	576.000,00	575.561,03	438,97
3.3.93.00.00.00.00.00.01.0500 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	157.504,36	0,00	157.504,36	157.479,94	24,42
3.3.93.00.00.00.00.00.03.0500 Aplicação Direta Decorrente de Op.entre Órgãos	58.592,66	0,00	58.592,66	58.592,66	0,00
3.3.93.39.00.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				157.479,94	
3.3.93.39.00.00.00.00.03.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				58.592,66	
3.3.93.39.99.00.00.00.01.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				157.479,94	
3.3.93.39.99.00.00.00.03.0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica				58.592,66	
4.4.71.00.00.00.00.00.01.0500 Transferências a Consórcios Públicos	112.097,02	0,00	112.097,02	112.097,02	0,00
4.4.71.00.00.00.00.00.03.0500 Transferências a Consórcios Públicos	44.407,34	0,00	44.407,34	44.407,34	0,00
4.4.71.42.00.00.00.00.01.0500 Auxílios				112.097,02	
4.4.71.42.00.00.00.00.03.0500 Auxílios				44.407,34	
Total por Entidade:	581.000,00	0,00	581.000,00	575.561,03	5.438,97
Total Geral:	49.691.345,01	454.708,31	50.146.053,32	42.469.642,47	7.676.410,85

Luiz Alves, 26/03/2019

MARCOS PEDRO VEBER Prefeito Municipal de Luiz Alves	FERNANDA CAIRE Contadora CRC/SC 030.072/O-8	ADILSON BALSANELLI Contador CRC/SC 029.772/O-3
ADRIANA TERESINHA SCHMITZ ZIMMERMA Secretária de Finanças	ROSANA HERMES Coordenadora de Controle Interno	

ANEXO 12 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Publicação Nº 1969025

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Exercício de 2018

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 1/3

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO d = (c-b)		
RECEITAS CORRENTES	33.218.185,09	33.218.185,09	38.931.806,94	5.713.621,85		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.955.100,00	2.955.100,00	3.499.916,50	544.816,50		
Impostos	2.163.100,00	2.163.100,00	2.634.298,02	471.198,02		
Taxas	792.000,00	792.000,00	864.143,50	72.143,50		
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	1.474,98	1.474,98		
Contribuições	1.148.000,00	1.148.000,00	1.150.260,75	2.260,75		
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	1.148.000,00	1.148.000,00	1.150.260,75	2.260,75		
Receita Patrimonial	255.000,00	255.000,00	330.776,21	75.776,21		
Valores Mobiliários	255.000,00	255.000,00	255.773,71	773,71		
Cessão de Direitos	0,00	0,00	75.002,50	75.002,50		
Receita Agropecuária	29.760,67	29.760,67	100.518,69	70.758,02		
Receita de Serviços	42.000,00	42.000,00	489.650,04	447.650,04		
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	500,00	500,00	405.591,99	405.091,99		
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	11.500,00	11.500,00	33.132,56	21.632,56		
Outros Serviços	30.000,00	30.000,00	50.925,49	20.925,49		
Transferências Correntes	28.768.574,79	28.768.574,79	33.343.645,76	4.575.070,97		
Transferências da União e de suas Entidades	12.014.784,86	12.014.784,86	13.435.617,30	1.420.832,44		
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	11.503.789,93	11.503.789,93	13.599.358,86	2.095.568,93		
Transferências de Outras Instituições Públicas	5.250.000,00	5.250.000,00	6.304.007,69	1.054.007,69		
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	4.661,91	4.661,91		
Outras Receitas Correntes	19.749,63	19.749,63	17.038,99	-2.710,64		
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	0,00	0,00	16.253,67	16.253,67		
Demais Receitas Correntes	19.749,63	19.749,63	785,32	-18.964,31		
RECEITAS DE CAPITAL	5.595.814,91	5.595.814,91	4.663.128,81	-932.686,10		
Operações de Crédito	1.000.000,00	1.000.000,00	1.846.219,72	846.219,72		
Operações de Crédito - Mercado Interno	1.000.000,00	1.000.000,00	1.846.219,72	846.219,72		
Alienação de Bens	0,00	0,00	250.710,00	250.710,00		
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	250.710,00	250.710,00		
Transferências de Capital	4.595.814,91	4.595.814,91	2.566.199,09	-2.029.615,82		
Transferências da União e de suas Entidades	0,00	0,00	1.701.567,43	1.701.567,43		
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	4.595.814,91	4.595.814,91	864.631,66	-3.731.183,25		
SUB TOTAL DAS RECEITAS (I)	38.814.000,00	38.814.000,00	43.594.935,75	4.780.935,75		
REFINANCIAMENTO (II)	0,00	0,00	0,00	0,00		
	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00		
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00		
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00		
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO (III) = (I + II)	38.814.000,00	38.814.000,00	43.594.935,75	4.780.935,75		
DEFICIT (IV)	-	11.332.053,32	-	-		
TOTAL (V) = (III + IV)	38.814.000,00	50.146.053,32	43.594.935,75	-6.551.117,57		
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	-	-5.175.385,06	-5.175.385,06	-		
Superávit Financeiro	-	-5.175.385,06	-5.175.385,06	-		
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	0,00	-		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f-g)
DESPESAS CORRENTES	31.246.927,13	38.360.176,93	35.325.535,43	33.791.241,02	33.445.674,64	3.034.641,50
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	17.893.000,00	19.521.017,23	18.772.640,73	18.772.640,68	18.461.673,41	748.376,50
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	300.000,00	300.638,17	59.231,57	57.128,10	57.128,10	241.406,60
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	13.053.927,13	18.538.521,53	16.493.663,13	14.961.472,24	14.926.873,13	2.044.858,40
DESPESAS DE CAPITAL	7.517.072,87	11.735.876,39	7.144.107,04	2.910.778,68	2.617.513,24	4.591.769,35
INVESTIMENTOS	6.964.572,87	11.063.665,58	6.563.777,11	2.338.726,87	2.045.461,43	4.499.888,47

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Exercício de 2018

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 2/3

<u>DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS</u>	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
	(e)	(f)	(g)	(h)	(i)	(j) = (f-g)
INVERSOES FINANCEIRAS	17.500,00	24.500,00	20.479,24	20.479,24	20.479,24	4.020,76
AMORTIZACAO DA DIVIDA	535.000,00	647.710,81	559.850,69	551.572,57	551.572,57	87.860,12
RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
RESERVA DE CONTINGENCIA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (VI)	38.814.000,00	50.146.053,32	42.469.642,47	36.702.019,70	36.063.187,88	7.676.410,85
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	38.814.000,00	50.146.053,32	42.469.642,47	36.702.019,70	36.063.187,88	7.676.410,85
SUPERÁVIT (IX)	-	-	1.125.293,28	-	-	-1.125.293,28
TOTAL (X) = (VIII + IX)	38.814.000,00	50.146.053,32	43.594.935,75	36.702.019,70	36.063.187,88	6.551.117,57

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

<u>RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS</u>	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)
DESPESAS CORRENTES	236.250,46	1.588.554,47	1.157.223,98	1.156.787,62	655.184,59	12.832,72
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	335.537,71	0,00	0,00	335.537,71	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	236.250,46	1.253.016,76	1.157.223,98	1.156.787,62	319.646,88	12.832,72
DESPESAS DE CAPITAL	219.728,98	3.625.135,72	2.598.490,84	2.598.490,84	57.733,83	1.188.640,03
INVESTIMENTOS	219.528,98	3.587.668,89	2.598.490,84	2.598.490,84	20.067,00	1.188.640,03
INVERSOES FINANCEIRAS	200,00	0,00	0,00	0,00	200,00	0,00
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	37.466,83	0,00	0,00	37.466,83	0,00
TOTAL	455.979,44	5.213.690,19	3.755.714,82	3.755.278,46	712.918,42	1.201.472,75

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	4.676,12	343.933,88	327.796,12	20.021,40	792,48
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	0,00	320.282,99	302.053,88	17.436,63	792,48
JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.676,12	23.650,89	25.742,24	2.584,77	-0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVERSOES FINANCEIRAS	0,00	100,00	0,00	100,00	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE LUIZ ALVES**

Anexo 12 - Balanço Orçamentário

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício de 2018

Período: Janeiro à Dezembro

Página: 3/3

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

<u>RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS</u>	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR			
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)
AMORTIZACAO DA DIVIDA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	4.676,12	344.033,88	327.796,12	20.121,40	792,48

Luiz Alves, 26/03/2019

MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal de Luiz Alves

FERNANDA CAIRE
Contadora CRC/SC 030.072/O-8

ADILSON BALSANELLI
Contador CRC/SC 029.772/O-3

ADRIANA TERESINHA SCHMITZ ZIMMERMA
Secretária de Finanças

ROSANA HERMES
Coordenadora de Controle Interno

ANEXO 13 - BALANÇO FINANCEIRO

Publicação Nº 1969027

EXERCÍCIO: 2018
PERÍODO (MÊS): Janeiro a Dezembro
DATA DE EMISSÃO: 26/03/2019
PÁGINA: 1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
Administração Direta, Indireta e Fundacional

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)	43.594.935,75	Despesa Orçamentária (VII)	42.469.642,47
Ordinária	24.537.175,36	Ordinária	23.312.888,80
Vinculada	19.057.760,39	Vinculada	19.156.753,67
Ações Calamitosas	134,30	ACS: Agentes Comunitários de Saúde	342.732,00
ACS: Agentes Comunitários de Saúde	437.168,00	ALIMENÇÃO DE BENS	187.124,35
ALIMENÇÃO DE BENS	184.768,31	Alimentação de Bens - Educação	16.390,18
Alimentação de Bens - Educação	17.696,22	Alimentação de Bens - Saúde	47.653,52
ALIMENÇÃO DE BENS - SAÚDE	48.703,52	Apoio a Obras Preventivas de Desastres	999.950,00
Apoio a Obras Preventivas de Desastres	1.002.536,66	Apoio Financeiro aos Municípios - FPM - Saúde	97.319,36
Apoio as Creches	361,06	Apoio FPM - Educação	20.184,88
Apoio Financeiro aos Municípios - FPM - Saúde	97.345,16	Assistência Farmacêutica Básica - Estado	35.754,92
Apoio FPM - Educação	59.179,73	Assistência Farmacêutica Básica - União	54.189,97
Aquisição de Veículo para estruturação da rede de serviços de proteção social	80,25	CIDE - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico	21.062,10
Assistência Farmacêutica Básica - Estado	43.917,63	Contratamento de Atenção Básica em Saúde	62.718,51
Assistência Farmacêutica Básica - União	67.927,75	Construção de unidades escolares: Educação Infantil - PAR	130.022,58
Benefício de Prestação Continuada	6,78	Construção de unidades escolares: Ensino Fundamental - PAR	2.556.000,00
Benefícios Eventuais	0,06	Convênio 16672 - Aquisição de Macadame	12.595,94
CIDE - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico	27.469,71	Convênio 2017TR001875 - INVESTSAUDE II	163.000,00
Contratamento de Atenção Básica em Saúde	154.867,29	Convênio de Trânsito - Civil	16.637,44
Construção de unidades escolares: Educação Infantil - PAR	438.094,07	Convênio de Trânsito - Militar	35.036,88
Construção de unidades escolares: Ensino Fundamental - PAR	658,55	Convênio de Trânsito - Prefeitura	41.180,01
Constituição do Polo de Academia de Saúde	24,20	Convênio União: 832104/2016 - Pavim. Brago da Onça - Acesso a Gruta	243.750,00
Constituição do Polo de Academia de Saúde - Programa Estadual	31.372,91	Convênio: Corpo de Bombeiros Militar	39.613,35
CONV: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	97,81	COSIP - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública	1.168.720,90
Convênio 16672 - Aquisição de Macadame	28.206,80	Estruturação da Atenção à Saúde Bucal	18.464,00
Convênio 16678 - Pavimentação e sinalização Estrada Geral Ribeirão Máximo	170.304,34	FUNDEB 40%	1.935.030,09
Convênio 16689 - Aquisição de Macadame	56.136,68	FUNDEB 60%	4.173.936,08
Convênio 16693 - Aquisição de Macadame	106.561,76	IGD-SUAS	3.878,39
Convênio 16694 - Aquisição de Macadame	56.082,34	IGD-BF: Bolsa Família	1.444,00
Convênio 17459 - Pavimentação da Estrada Geral Paula Ramos	62.104,94	NASF Estadual - Núcleos de Apoio à Saúde da Família	6.225,10
Convênio 17676 - Pavimentação e sinalização Viária da Rua Antônio Schmitt	214,61	NASF União: Núcleos de Apoio à Saúde da Família	144.000,00
Convênio 2017TR001875 - INVESTSAUDE II	175.209,08	OPERAÇÕES DE CRÉDITO	752.800,00
Convênio 2017TR0627 - Pavimentação Asfáltica: rua Zita Marangoni	147.707,03	PAB - Piso da Atenção Básica Fixo	281.085,96
Convênio de Trânsito - Civil	34.774,34	PBF - Piso Básico Fixo - Proteção Social Básica - CRAS	32.274,24
Convênio de Trânsito - Militar	34.716,36	Piso Fito de Vigilância em Saúde	8.966,45
Convênio União: 832104/2016 - Pavim. Brago da Onça - Acesso a Gruta	46.832,78	Piso Fito de Vigilância Sanitária	1.325,93
Convênio União: Construção de Passeios Públicos e Cidovias em Via Urbana	124.190,48	PMAQ: Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade	277.966,08
Convênio União: Pavim. Asfalt. da Rua Faustino Martin	250.481,09	PNAAE: Atendimento Educacional Especializado	1.587,57
Convênio: Corpo de Bombeiros Militar	49.170,00	PNAAE Educação Infantil	59.127,38
Convênios União: Obras de Infraestrutura Viária	170.055,26	PNAAE EJA	223,20
COSIP - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública	8.495,22	PNAAE Ensino Fundamental	45.093,55
Educação e Formação em Saúde	1.151.292,81	PNAAE Pré Escolar	49.355,52
Estruturação da Atenção à Saúde Bucal	12.000,00	PNATE: Transporte Escolar Educação Infantil	17.336,00
Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	25.000,00	PNATE: Transporte Escolar Ensino Fundamental	106.767,72
Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	711,82	PNATE: Transporte Escolar Ensino Médio	27.898,81
FAC - A/H - CIRURGIA ELETIVAS - COMPONENTE UNIC O	161.182,73	Royalties do Petróleo - Educação 75%	60.332,07
FIA - Demais Recursos	11.871,30	Royalties do Petróleo - Saúde 25%	21.227,02
FUNDEB 40%	5.712,83	Salário Educação	271.693,29
FUNDEB 60%	2.527.019,82	Saúde Bucal	107.032,25
IGD-SUAS	3.790.529,09	Saúde da Família	229.580,00
	8.296,07	SCFV: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	9.052,39

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
 BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

EXERCÍCIO: 2018
 PERÍODO (MÊS): Janeiro a Dezembro
 DATA DE EMISSÃO: 26/03/2019
 PÁGINA: 2

INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)	43.594.935,75	Despesa Orçamentária (VII)	42.469.642,47
IGDBF - Bolsa Família	16.300,84	SF: ACS: Agentes Comunitários de Saúde	193,70
Incremento ao MAC	188.300,00	SF: ALIENAÇÃO DE BENS	14.193,78
IPVS - Incentivos Pontuais para Ações de Serviços de Vigilância em Saúde	451.052,00	SF: Aquisição de Veículo para estruturação da rede de serviços de proteção	8.791,08
PNASF Estadual - Núcleos de Apoio à Saúde da Família	9.495,93	SF: Assistência Farmacêutica Básica - Estado	3.948,57
PNASF União: Núcleos de Apoio à Saúde da Família	27.500,00	SF: Assistência Farmacêutica Básica - União	25.553,05
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	144.000,00	SF: Benefícios Eventuais	3,81
PAB - Piso da Atenção Básica Fixo	1.846.219,72	SF: CIDE - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico	3.904,30
PBF - Piso Básico Fixo - Proteção Social Básica - CRAS	284.651,41	SF: Colocando em Atenção Básica em Saúde	28.352,22
PCD - Programa Estadual de Controle da Dengue	32.078,69	SF: Construção de unidades escolares: Ensino Fundamental - PAR	130,80
Piso Fixo de Vigilância em Saúde	242,91	SF: Convênio 2017TR000677 - INVESTSAUDE	122.184,55
Piso Fixo de Vigilância Sanitária	42.851,74	SF: Convênio de Transito - Militar	13.203,84
PNACQ: Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade	16.534,44	SF: Convênio de Transito - Prefeitura	43.378,89
PNAAE AEE: Atendimento Educacional Especializado	358.600,00	SF: Convênio União: Pavim. Asfált. da Rua Faustino Mentiri	4.536,54
PNAAE Educação Infantil	2.226,00	SF: Convênios União: Obras de Infraestrutura Viária	17.689,66
PNAAE EJA	68.550,00	SF: FAEC - AII - CIRURGIA ELETIVAS - COMPONENTE ÚNICO	16.659,03
PNAAE Ensino Fundamental	832,00	SF: FARMÁCIA BÁSICA ESTADUAL	1.716,00
PNAAE Pré Escolar	54.270,27	SF: FIA - Demais Recursos	38.254,21
PNATE: Transporte Escolar Educação Infantil	50.824,00	SF: FUNDEB 40%	115.815,33
PNATE: Transporte Escolar Ensino Fundamental	21.418,82	SF: IGD-SUAS	12.699,55
PNATE: Transporte Escolar Ensino Médio	107.157,05	SF: IGDBF - Bolsa Família	7.875,00
Prog. Financ. Ações de Alimentação e Nutrição - VAN	27.975,60	SF: Incremento ao MAC	151.645,20
PSB / CRAS / Estadual	155,38	SF: Incremento Temporário do PAB	335.739,00
Royalties do Petróleo - Educação 75%	14.104,62	SF: NASF Estadual - Núcleos de Apoio à Saúde da Família	15.394,91
Royalties do Petróleo - Saúde 25%	114.620,34	SF: NASF União: Núcleos de Apoio à Saúde da Família	21.211,05
Salário Educação	38.343,27	SF: PAB - Piso da Atenção Básica Fixo	48.410,06
Saúde Bucal	681.735,16	SF: PAR - Aquisição de Ônibus Rural Escolar	744,28
Saúde da Família	98.120,00	SF: PBF - Piso Básico Fixo - Proteção Social Básica - CRAS	73.919,67
SCFV: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	285.759,50	SF: PCD - Programa Estadual de Controle da Dengue	1.441,21
SF: Convênio União: Pavim. de Calçadas e Acesso, na rua Francisco Schr	8.938,06	SF: PNACQ: Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade	319.386,35
Teto Municipal do MAC Ambulatorial e Hospitalar	99.722,43	SF: PNAAE AEE: Atendimento Educacional Especializado	613,00
Teto Municipal Rede Cegonha - RCE-RCEG	602.194,06	SF: PNAAE Educação Infantil	21.926,34
Teto Municipal Rede de Urgência	834,54	SF: PNAAE Ensino Fundamental	9.762,68
Transporte Escolar Estadual	775.625,04	SF: PNAAE Pré Escolar	14.792,79
	777.777,02	SF: PNATE - Transporte Escolar Educação Infantil	2.276,68
		SF: PNATE - Transporte Escolar Ensino Fundamental	10.792,85
		SF: PNATE - Transporte Escolar Ensino Médio	21.448,06
		SF: PROGRAMA DIABÉTICOS	3.806,00
		SF: Projeto Estadual de Cirurgias Eletivas	14.774,33
		SF: Proteção Social Básica / CRAS / Estadual	2.778,16
		SF: PSB / CRAS / Estadual - Investimentos	27.766,89
		SF: Royalties do Petróleo - Educação 75%	48.678,07
		SF: Royalties do Petróleo - Saúde 25%	1.217,20
		SF: Salário Educação	206.987,57
		SF: Saúde Bucal	69,70
		SF: Saúde da Família	65.990,74
		SF: SCFV: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	42.415,06
		SF: Teto Municipal do MAC Ambulatorial e Hospitalar	1.812,72
		SF: Teto Municipal Rede de Urgência	64.635,42
		SF: Transporte Escolar Estadual	120.529,03
		SUPERÁVIT FINANCEIRO: ALIENAÇÃO DE BENS SAÚDE	314,79

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES		EXERCÍCIO: 2018	
BALANÇO FINANCEIRO - Anexo 13		PERÍODO (MÊS): Janeiro a Dezembro	
Administração Direta, Indireta e Fundacional		DATA DE EMISSÃO: 26/03/2019	
		PÁGINA: 3	
INGRESSOS		DISPÊNDIOS	
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual
Transferências Financeiras Recebidas (II)		Despesa Orçamentária (VII)	42.469.642,47
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		SUPERÁVIT FINANCEIRO: COFINANCIAMENTO ATENÇÃO BÁS.	1.313,88
		Teto Municipal do MAC Ambulatorial e Hospitalar	570.686,76
		Teto Municipal Rede de Urgência	775.625,04
		Transporte Escolar Estadual	740.444,29
Recebimentos Extraorçamentários (IV)		Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	14.106.923,92
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES ACURTO PRAZO		TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	14.106.923,92
DEMAIS OBRIGAÇÕES ACURTO PRAZO		Pagamentos Extraorçamentários (X)	7.261.893,86
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		DEMAIS CRÉDITOS E VALORES ACURTO PRAZO	105.906,70
Inscrição de Restos a Pagar Processados		DEMAIS OBRIGAÇÕES ACURTO PRAZO	3.070.792,41
RP NÃO PROCESSADOS PAGOS		RP NÃO PROCESSADOS PAGOS	3.757.398,63
		RP PROCESSADOS PAGOS	327.796,12
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (V)		Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (XI)	12.132.886,52
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		APLICAÇÕES FINANCEIRAS	10.480.714,01
BANCO C/ MOVIMENTO		BANCO C/ MOVIMENTO	348.770,86
BANCOS C/ VINCULADAS		BANCOS C/ VINCULADAS	211.094,70
POUPANÇA		POUPANÇA	1.092.306,95
TOTAL (VI) = (II+III+IV+V)	75.971.346,77	TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)	75.971.346,77
Luiz Alves, 26/03/2019			
MARCOS PEDRO VEBER Prefeito Municipal de Luiz Alves	FERNANDA CAIRE Contadora CRC/SC 030.072/O-8	ADILSON BALSANELLI Contador CRC/SC 028.772/O-3	
ADRIANA TERESINHA SCHMITZ ZIMMERMAN Secretária de Finanças	ROSANA HERMES Coordenadora de Controle Interno		

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL

Publicação Nº 1969029

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES Anexo 14 - Balanço Patrimonial Administração Direta, Indireta e Fundacional		Betha Sistemas Exercício 2018 Período: Janeiro a Dezembro Página: 1	
ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	16.608.145,49	PASSIVO CIRCULANTE	3.766.813,41
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.132.886,52	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A	2.798.952,94
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	252.317,90	EMPRESTÍMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	116.138,24
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	4.196.962,67	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	328.205,31
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	25.978,40	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	95,60
ATIVO NÃO CIRCULANTE	28.153.797,50	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	523.421,32
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.880.740,88	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	2.453.746,86
INVESTIMENTOS	1.000,00	EMPRESTÍMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	2.453.746,86
IMOBILIZADO	25.272.056,62	TOTAL DO PASSIVO	6.220.580,27
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Exercício Atual
		PATRIMÔNIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL	22.886.097,18
		RESULTADOS ACUMULADOS	15.655.285,54
		RESULTADO DO EXERCÍCIO	6.515.545,91
		RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	9.140.121,67
		AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-382,04
		TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	38.541.382,72
TOTAL	44.761.942,99	TOTAL	44.761.942,99

Betha Sistemas
Exercício 2018
Período: Janeiro à Dezembro
Página: 2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta, Indireta e Fundacional

ATIVO	Exercício Atual	PASSIVO FINANCEIRO	Exercício Atual
ATIVO CIRCULANTE	12.154.559,23	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	866.751,38
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.154.559,23	PASSIVO CIRCULANTE	866.751,38
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	12.132.886,52	OBRAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	311.759,75
	21.672,71	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	8.278,12
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	12.154.559,23	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	328.205,31
		OBRAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	95,60
		DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	210.412,60
		CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	5.759.344,65
		RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS A LIQUIDAR	1.201.036,39
		TOTAL DO PASSIVO FINANCEIRO	7.819.132,42

ATIVO PERMANENTE	Exercício Atual	PASSIVO PERMANENTE	Exercício Atual
ATIVO	32.607.383,76	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5.361.808,89
ATIVO CIRCULANTE	4.453.566,26	PASSIVO CIRCULANTE	2.908.062,03
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	252.317,90	OBRAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	2.487.193,19
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	4.175.289,96	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	107.860,12
VARIÁVEIS PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	25.978,40	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	313.008,72
ATIVO NÃO CIRCULANTE	28.153.797,50	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	2.453.746,86
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.880.740,88	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	2.453.746,86
INVESTIMENTOS	1.000,00		
IMOBILIZADO	25.272.056,62	TOTAL DO PASSIVO PERMANENTE	5.361.808,89
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	32.607.383,76		

SALDO PATRIMONIAL	31.581.001,68
--------------------------	----------------------

COMPENSAÇÕES	Exercício Atual	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	Exercício Atual
EXECUÇÃO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	146.622,14	EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	12.255.392,81
EXECUÇÃO DE DIREITOS CONTRATUAIS	1.732.962,32		
TOTAL	1.879.584,46	TOTAL	12.255.392,81

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
ORDINÁRIA	4.602.003,24
VINCULADA	-266.576,43
0476 - FIA - Demais Recursos	5.712,83
0477 - SF - FIA - Demais Recursos	50,00
0482 - Alienação de Bens - Saúde	0,00
0486 - Royalties do Petróleo - Saúde 25%	22.149,85
0487 - SF - Royalties do Petróleo - Saúde 25%	12.268,65
0488 - Royalties do Petróleo - Educação 75%	59.467,71

Betha Sistemas
Exercício 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta, Indireta e Fundacional

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
0489 - SF: Royalties do Petróleo - Educação 75%	11.044,39
0503 - CONV.: CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DE SAÚDE	97,81
0543 - SUPERÁVIT FINANCEIRO: COFINANCIAMENTO ATENÇÃO BAS.	0,00
0548 - SUPERÁVIT FINANCEIRO: ALIENAÇÃO DE BENS SAÚDE	0,00
0549 - ALIENAÇÃO DE BENS - SAÚDE	0,00
0557 - REC. REM. DEP. BCÁRIOS AÇÕES SITUAÇÕES CALAMITOSAS	5.910,35
0599 - SF: FARMÁCIA BÁSICA ESTADUAL	1.725,98
0612 - SF: PACS - PROGRAMA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE	0,00
0615 - SF: PROGRAMA DIABÉTICOS	38,12
0622 - PFVPS - Piso Fixo Vig. Prom. Saúde	84,20
0791 - SF: PAR - Aquisição de Ônibus Escolares	0,00
0794 - SF: Convênio: Construção e Ampliação de Unidades de Saúde	7.751,30
0795 - SF: Projeto Estadual de Cirurgias Eletivas	0,00
0801 - Teto Municipal Rede Cegonha - RCE-RCEG	834,54
0804 - PNAE - Ensino Fundamental	0,00
0806 - PNAE - Educação Infantil	0,00
0820 - FUNDEB 60%	7.245,36
0822 - FUNDEB 40%	201.337,38
0823 - SF: FUNDEB 40%	0,00
0826 - Convênio: Construção Unidade Ensino Fundamental - PAR	0,00
0836 - SF: Incentivo de Qualificação das Ações de Dengue	12.814,04
0838 - SF: Teto Municipal Rede Cegonha - RCE-RCEG	10.321,02
0848 - Apoio as Creches	361,06
0849 - PAR: Aquisição de Ônibus Escolares	0,00
0855 - Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	711,82
0856 - PSB / CRAS / Estadual	14.104,82
0859 - Alienação de Bens - Educação	0,00
0865 - SF: Proteção Social Básica / CRAS / Estadual	0,70
0880 - PAB - - Piso da Atenção Básica Fixo	3.570,63
0881 - SF: PAB - Piso da Atenção Básica Fixo	74,09
0882 - Saúde da Família	47.287,25
0883 - SF: Saúde da Família	-136,63
0884 - ACS: Agentes Comunitários de Saúde	93.785,87
0885 - SF: ACS: Agentes Comunitários de Saúde	0,00
0886 - Saúde Bucal	37,28
0887 - SF: Saúde Bucal	0,00
0888 - Assistência Farmacêutica Básica - União	12.309,63
0889 - SF: Assistência Farmacêutica Básica - União	343,97

Betha Sistemas
Exercício 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 4

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta, Indireta e Fundacional

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
0890 - NASF União: Núcleos de Apoio à Saúde da Família	21,67
0891 - SF: NASF União: Núcleos de Apoio à Saúde da Família	0,00
0892 - PMAQ: Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade	83.151,52
0893 - SF: PMAQ: Programa de Melhoria do Acesso e da Qualidade	12.414,91
0894 - PSE: Programa Saúde na Escola	0,00
0895 - SF: PSE: Programa Saúde na Escola	22.409,30
0896 - Construção do Pólo de Academia de Saúde	24,20
0897 - SF: Construção do Pólo de Academia de Saúde	2.626,01
0898 - Teto Municipal do MAC Ambulatorial e Hospitalar	61.315,87
0899 - SF: Teto Municipal do MAC Ambulatorial e Hospitalar	3.630,15
0900 - Piso Fixo de Vigilância Sanitária	15.208,51
0901 - SF: Piso Fixo de Vigilância Sanitária	65.881,50
0902 - Piso Fixo de Vigilância em Saúde	34.082,84
0903 - SF: Piso Fixo de Vigilância em Saúde	97.313,00
0904 - Cofinanciamento de Atenção Básica em Saúde	93.565,24
0905 - SF: Cofinanciamento de Atenção Básica em Saúde	6.688,42
0906 - Assistência Farmacêutica Básica - Estado	10.235,01
0907 - SF: Assistência Farmacêutica Básica - Estado	2.628,66
0908 - NASF Estadual - Núcleos de Apoio à Saúde da Família	22.124,90
0909 - SF: NASF Estadual - Núcleos de Apoio à Saúde da Família	39.756,47
0910 - PBF - Piso Básico Fixo - Proteção Social Básica - CRAS	0,00
0911 - SF: PBF - Piso Básico Fixo - Proteção Social Básica - CRAS	1.002,03
0912 - Benefícios Eventuais	0,06
0913 - SF: Benefícios Eventuais	2,04
0914 - IGDBF: Bolsa Família	14.988,64
0915 - SF: IGDBF - Bolsa Família	14.610,49
0916 - IGD-SUAS	4.465,08
0917 - SF: IGD-SUAS	3.126,39
0918 - SCFV: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	85,67
0919 - SF: SCFV: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	427,62
0920 - Salário Educação	407.953,32
0921 - SF: Salário Educação	12.119,23
0922 - PNAE Ensino Fundamental	9.276,72
0923 - SF: PNAE Ensino Fundamental	88,13
0924 - PNAE Educação Infantil	11.552,37
0925 - SF: PNAE Educação Infantil	346,56
0926 - PNAE Pré Escolar	1.468,48
0927 - SF: PNAE Pré Escolar	3.571,19

Betha Sistemas
Exercício 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta, Indireta e Fundacional

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
0928 - PNAE EJA	608,80
0929 - SF: PNAE EJA	384,35
0930 - PNAE AEE: Atendimento Educacional Especializado	638,43
0931 - SF: PNAE AEE: Atendimento Educacional Especializado	74,79
0932 - PNATE: Transporte Escolar Ensino Fundamental	2.181,02
0933 - SF: PNATE - Transporte Escolar Ensino Fundamental	437,09
0934 - PNATE: Transporte Escolar Educação Infantil	4.082,87
0935 - SF: PNATE - Transporte Escolar Educação Infantil	5,56
0936 - PNATE: Transporte Escolar Ensino Médio	76,74
0937 - SF: PNATE - Transporte Escolar Ensino Médio	86,82
0938 - Transporte Escolar Estadual	60.090,62
0939 - SF: Transporte Escolar Estadual	6.098,20
0942 - Projeto Estadual de Cirurgias Eletivas	1.666,05
0943 - SF: Projeto Estadual de Cirurgias Eletivas	341,13
0944 - Construção de unidades escolares: Ensino Fundamental - PAR	-2.555.341,45
0945 - SF: Construção de unidades escolares: Ensino Fundamental - PAR	42.406,60
0946 - Construção de unidades escolares: Educação Infantil - PAR	-565.117,07
0949 - Ações Calamitosas	134,30
0950 - Convênio: Construção do Centro de Múltiplo Uso	0,00
0954 - Benefício de Prestação Continuada	6,78
0955 - FAEC - AIH - CIRURGIA/ELETIVAS - COMPONENTE ÚNICO	11.871,30
0957 - SF: APOIO AS CRECHES	2.463,40
0958 - PCD - Programa Estadual de Controle da Dengue	242,91
0959 - SF: PCD - Programa Estadual de Controle da Dengue	18.248,74
0962 - SF: PSB / CRAS / Estadual - Investimentos	186,76
0963 - IPVS - Incentivos Pontuais para Ações de Serviços de Vigilância em Saúde	9.495,93
0964 - SF: IPVS - Incentivos Pontuais para Ações de Serviços de Vigilância em Saúde	5.000,00
0967 - SF: Benefício de Prestação Continuada	325,01
0969 - SF: Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica de Saúde	56.422,45
0984 - Construção do Pólo de Academia de Saúde - Programa Estadual	386,05
0986 - Aquisição de Veículo para estruturação da rede de serviços de proteção social básica	80,25
0987 - Incremento Temporário do PAB	440.327,97
0988 - SF: Incremento Temporário do PAB	186.310,00
0989 - Prog. Financ. Ações de Alimentação e Nutrição - VAN	155,38
0991 - Tejo Municipal Rede de Urgência	0,00
0988 - PAR - Aquisição de Ônibus Rural Escolar	0,00
0999 - SF: PVVS - Programa de Qualificação das Ações de Vigilância em Saúde	12.361,95
10 - Convênio de Trânsito - Militar	0,00

Betfa Sistemas
Exercício 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 6

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta, Indireta e Fundacional

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
10 - CONVENIO TRANSITO - MILITAR	0,00
10 - SF: Convênio de Trânsito - Militar	0,00
1000 - Teste Rápido de Gravidez	0,00
1006 - SF: FAEC - AIH - CIRURGIA ELEATIVAS - COMPONENTE UNICO	3,612,08
1008 - Incremento ao MAC	188,300,00
1010 - Convênio 2017TR000677 - INVESTSAUDE	0,00
1012 - SF: Aquisição de Veículo para estruturação da rede de serviços de proteção social	134,57
1013 - SF: Teste Rápido de Gravidez	241,92
1014 - SF: Incremento ao MAC	338,59
1015 - SF: PAR: Aquisição de Ônibus Escolares	0,00
1016 - SF: PAR - Aquisição de Ônibus Rural Escolar	0,00
1017 - Apoio Financeiro aos Municípios - FPM - Saúde	25,80
1018 - Apoio a Obras Preventivas de Desastres	2,986,66
1019 - Apoio FPM - Educação	38,994,85
1021 - Estruturação da Atenção à Saúde Bucal	6,516,00
1022 - Estruturação de Unidades de Atenção Especializada em Saúde	161,182,73
1025 - Educação e Formação em Saúde	12,000,00
11 - Convênio de Trânsito - Civil	16,263,21
11 - SF: Convênio de Trânsito - Civil	11,852,85
12 - Convênio de Trânsito - Prefeitura	5,714,31
12 - SF: Convênio de Trânsito - Prefeitura	23,75
34 - Convênio União: 832104/2016 - Pavim. Braço da Onça - Acesso a Gruta	-119,559,52
34 - Convênio União: Construção de Passeios Públicos e Ciclovias em Via Urbana de Luiz	46,987,59
34 - Convênio União: Pavim. Asfalt. da Rua Faustino Marini	-1,809,30
34 - Convênio União: Pavim. Asfalt. Dre. Pluvial da Rua Eliseu Schmitz e da Rua Valentin I	-59,812,18
34 - Convênio União: Pavim. Asfáltica e Dre. Pluvial da Estrada Geral Braço do Bugre	-68,414,19
34 - Convênios União: Obras de Infraestrutura Viária	-48,066,35
34 - SF: Convênio União: Pavim. Asfalt. da Rua Faustino Marini	0,00
34 - SF: Convênio União: Pavim. de Calçadas e Acessib. na rua Francisco Schmidt e Ver. C	0,00
34 - SF: Convênios União: Obras de Infraestrutura Viária	194,598,83
3504 - SF: Prog. Financ. Ações de Alimentação e Nutrição - VAN	12,316,59
3505 - SF: Teto Municipal Rede de Urgência	0,04
3506 - Convênio 2017TR001875 - INVESTSAUDE II	12,209,08
3508 - SF: Convênio 2017TR000677 - INVESTSAUDE	0,00
40 - Royalties do Petróleo - Educação 75%	1,914,81
40 - SF: Royalties do Petróleo - Educação 75%	0,00
41 - Royalties do Petróleo - Saúde 25%	666,40
41 - SF: Royalties do Petróleo - Saúde 25%	0,00

Betfa Sistemas
Exercício 2018
Período: Janeiro a Dezembro
Página: 7

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES
Anexo 14 - Balanço Patrimonial
Administração Direta, Indireta e Fundacional

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL
64 - Convênio 16672 - Aquisição de Macadame	646,39
64 - Convênio 16678 - Pavimentação asfáltica Estrada Geral Ribeirão Máximo	2.485,94
64 - Convênio 16689 - Aquisição de Macadame	798,62
64 - Convênio 16693 - Aquisição de Macadame	1.419,26
64 - Convênio 16694 - Aquisição de Macadame	1.179,06
64 - Convênio 17459 - Pavimentação da Estrada Geral Paula Ramos	656,84
64 - Convênio 17676 - Pavimentação e sinalização viária da Rua Antônio Schmidt	214,61
64 - Convênio 2017TR0627 - Pavimentação Asfáltica rua Zita Marangoni	821,75
64 - Convênio Fenaca 2018TR0889	0,00
64 - Convênio FUNDAM - Pavimentação e Urban. de Ruas no Município	36,30
64 - Convênio: Corpo de Bombeiros Militar	133.842,90
64 - SF: Convênio: Corpo de Bombeiros Militar	128.884,32
6949 - SF: Ações Calamitosas	0,00
7 - CIDE	0,00
7 - CIDE - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico	6.407,61
7 - SF: CIDE - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico	13,08
8 - COSIP - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública	0,00
8 - SF: COSIP - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública	9.164,88
83 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-304.462,86
87 - Alienação de Bens - Educação	0,00
88 - ALIENAÇÃO DE BENS - SAÚDE	0,00
89 - ALIENAÇÃO DE BENS	0,00
89 - SF: ALIENAÇÃO DE BENS	0,00
TOTAL	4.335.426,81

Luiz Alves, 26/03/2019

MARCOS PEDRO VEBER Prefeito Municipal de Luiz Alves	FERNANDA CAIRE Contadora CRC/SC 030.072/O-8	ADILSON BALSANELLI Contador CRC/SC 029.772/O-3
ADRIANA TERESINHA SCHMITZ ZIMMERMA Secretária de Finanças	ROSANA HERMES Coordenadora de Controle Interno	

ANEXO 15 - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Publicação Nº 1969030

ESTADO DE SANTA CATARINA

Exercício de 2018

MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Página: 1/2

Administração Direta, Indireta e Fundacional

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	65.519.592,91
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	3.832.571,14
IMPOSTOS	2.794.769,36
TAXAS	1.037.801,78
CONTRIBUIÇÕES	1.151.046,07
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	785,32
CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	1.150.260,75
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	575.399,88
EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	575.399,88
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	643.722,51
JUROS E ENCARGOS DE MORA	373.316,13
REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	255.773,71
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS – FINANCEIRAS	14.632,67
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	55.812.847,50
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	14.183.560,70
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	41.555.624,89
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	69.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE PESSOAS FÍSICAS	4.661,91
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	64.255,64
REAVLIAÇÃO DE ATIVOS	5.093,86
GANHOS COM DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	59.053,83
REVERSÃO DE REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL	107,95
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	3.439.750,17
REVERSÃO DE PROVISÕES E AJUSTES DE PERDAS	478.810,12
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.960.940,05
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	59.004.047,00
PESSOAL E ENCARGOS	20.115.574,71
REMUNERAÇÃO A PESSOAL	16.859.940,69
ENCARGOS PATRONAIS	3.241.693,87
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	13.940,15
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	154.414,48
APOSENTADORIAS E REFORMAS	121.200,39
PENSÕES	27.490,09
OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	5.724,00
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	13.873.029,29
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	4.169.030,68
SERVIÇOS	8.629.661,53
DEPRECIACÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	1.074.337,08
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	61.888,64
JUROS E ENCARGOS DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS	57.128,10
JUROS E ENCARGOS DE MORA	879,93
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS	3.880,61
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	23.059.769,87
TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	14.183.560,70
TRANSFERÊNCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	5.819.105,93
TRANSFERÊNCIAS A INSTITUIÇÕES PRIVADAS	2.439.949,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS PÚBLICOS	527.148,38
EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DELEGADA	36.203,84
OUTRAS TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	53.802,02
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	994.641,08
REAVLIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS	686.579,59
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	308.061,49
TRIBUTÁRIAS	669.406,60

ESTADO DE SANTA CATARINA**MUNICIPIO DE LUIZ ALVES**

Demonstração das Variações Patrimoniais - Anexo 15

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2018

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Página: 2/2

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	Exercício Atual
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	59.004.047,00
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	26.187,12
CONTRIBUIÇÕES	643.219,48
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	75.322,33
PREMIAÇÕES	16.760,80
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	58.561,53
Resultado Patrimonial do Período	6.515.545,91

Luiz Alves, 26/03/2019

MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal de Luiz Alves

FERNANDA CAIRE
Contadora CRC/SC 030.072/O-8

ADILSON BALSANELLI
Contador CRC/SC 029.772/O-3

ADRIANA TERESINHA SCHMITZ ZIMMERMA
Secretária de Finanças

ROSANA HERMES
Coordenadora de Controle Interno

ANEXO 16 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA EXTERNA

Publicação Nº 1969034

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Demonstração da Dívida Fundada Interna/Externa - Anexo 16
Administração Direta, Indireta e Fundacional

Exercício de 2018
PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro
Página: 1/1

Autorizações				Saldo anterior em Circulação	Movimento no Exercício		Saldo para Exercício Seguinte
Nº Lei	Data Lei	Quant	Valor da Emissão		Emissão	Resgate	
001556/13	10/12/2013	240		719.089,99	398.181,36	134.646,26	982.625,09
001594/14	04/12/2014	0		112.710,81	0,00	112.710,81	0,00
001621/15	06/10/2015	0		480.903,98	839.166,46	398.810,43	921.260,01
001726/18	10/05/2018	0		0,00	666.000,00	0,00	666.000,00
Totais:				1.312.704,78	1.903.347,82	646.167,50	2.569.885,10

Luiz Alves, 26/03/2019

MARCOS PEDRO VEBER Prefeito Municipal de Luiz Alves	FERNANDA CAIRE Contadora CRC/SC 030.072/O-8	ADILSON BALSANELLI Contador CRC/SC 029.772/O-3
ADRIANA TERESINHA SCHMITZ ZIMMERMA Secretária de Finanças	ROSANA HERMES Coordenadora de Controle Interno	

ANEXO 17 - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE

Publicação Nº 1969035

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Exercício 2018

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 1/3

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
RESTOS A PAGAR	5.645.375,09	6.396.073,00	4.443.109,86	7.598.338,23
Restos a Pagar Não Processados	5.296.665,09	5.757.241,18	4.095.192,34	6.958.713,93
Restos a Pagar Processados	348.710,00	638.831,82	347.917,52	639.624,30
SERVIÇOS DA DÍVIDA A PAGAR	373.004,54	619.082,26	608.700,67	383.386,13
BADESC - Agência de Fomento do Estado de SC S.A.	243.463,89	394.923,95	394.923,95	243.463,89
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	129.540,65	111.447,50	101.065,91	139.922,24
LINDOLFO RECH	0,00	112.710,81	112.710,81	0,00
DEPÓSITOS	306.481,00	2.974.724,01	3.070.792,41	210.412,60
ALFREDO LUIZ GUMS JUNIOR	0,00	52,80	52,80	0,00
ANACLETO ANSELMO MICHELIZZI	129,72	0,00	0,00	129,72
ANDERSON FRANCISCO PINHEIRO - ME	0,00	1.349,09	1.349,09	0,00
ANDERSON FRANCISCO PINHEIRO - ME	0,00	1.256,20	1.256,20	0,00
ANDERSON FRANCISCO PINHEIRO - ME	0,00	84,88	84,88	0,00
ÂNGELA APARECIDA GONÇALVES	1.359,43	14.683,50	16.042,93	0,00
ANSELMO JOSE SCHMITZ	0,00	27,50	27,50	0,00
BALTT EMPREITEIRA TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA	16,98	2.740,15	2.757,13	0,00
C R ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	0,00	1.862,36	1.862,36	0,00
Caução Contrato n. 22/2015	107.716,24	3.939,05	111.655,29	0,00
CLAUDINÉIA APARECIDA DA COSTA MESSIAS	0,00	3.434,40	3.434,40	0,00
CLÍNICA RADIOLÓGICA DA CIDADE DE PASSO FUNDO LTDA	0,00	896,44	896,44	0,00
CONSTRUTORA H.I.M LTDA ME	0,00	2.878,41	2.878,41	0,00
CONSTRUTORA H.I.M LTDA - ME	16,10	8.707,89	8.723,99	0,00
CONSTRUTORA H.I.M LTDA ME	0,00	797,61	797,61	0,00
CONSTRUTORA H.I.M. LTDA ME	0,00	3.812,16	3.812,16	0,00
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	0,00	82,81	82,81	0,00
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	24,41	0,00	24,41	0,00
Contribuições sociais: PIS/COFINS/CSLL	0,00	20,92	20,92	0,00
Contribuições Sociais: PIS/COFINS/CSLL	4.281,84	8.416,82	12.698,66	0,00
DIMENSE ENGENHARIA E CONSTRUTORA LTDA ME	0,00	3.632,63	3.632,63	0,00
ECOEficiencia Soluções Ambientais LTDA	0,00	4.598,00	4.598,00	0,00
EMPRÉSTIMO - BRADESCO	0,00	2.991,63	2.991,63	0,00
EMPRÉSTIMO - BRADESCO	0,00	221,25	221,25	0,00
EMPRÉSTIMO - BRADESCO	203,96	0,00	203,96	0,00
EMPRÉSTIMO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	1.926,07	20.910,22	21.064,74	1.771,55
EMPRÉSTIMO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	16.653,99	228.666,93	216.793,35	28.527,57
EMPRÉSTIMO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	2.784,77	33.569,40	34.519,36	1.834,81
EMPRÉSTIMO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	10.283,22	89.924,62	93.477,67	6.730,17
EMPRÉSTIMO - CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	6.674,51	61.344,42	64.251,00	3.767,93
ESGOTOU LIMPEZA E DESENTUPIDORA LTDA ME	0,00	49,50	49,50	0,00
FGEO ENGENHARIA LTDA.	0,00	9.493,71	4.109,68	5.384,03
GABARITO CONSTRUTORA E INCORPORADORA EIRELI	0,00	6.878,95	6.878,95	0,00
GILVÂNIA CAVALCANTE RODRIGUES	468,50	12.611,72	13.080,22	0,00
I.N.S.S.	1.129,76	11.853,59	12.089,30	894,05
I.N.S.S.	0,00	82.968,98	82.968,98	0,00
I.N.S.S.	37.859,65	583.386,77	551.625,17	69.621,25
I.N.S.S.	4.374,39	68.977,48	67.002,24	6.349,63
I.N.S.S.	19.000,61	272.966,71	265.726,16	26.241,16
I.N.S.S.	24.958,26	332.980,25	323.661,88	34.276,63
I.R.R.F.	0,00	55.489,12	55.489,12	0,00
I.S.S.Q.N.	7.025,52	76.371,70	83.397,22	0,00
I.S.S.Q.N. - RECURSOS DA COSIP	1.728,66	6.168,21	7.896,87	0,00
IJM TERRAPLANAGEM LTDA-ME	0,00	50,05	50,05	0,00
IRRF Pessoa Jurídica	0,00	9,90	9,90	0,00
IRRF Pessoa Jurídica	0,00	9,90	9,90	0,00
IRRF Pessoa Jurídica	0,00	251,45	251,45	0,00
IRRF Pessoa Jurídica	0,00	101,45	101,45	0,00
IRRF Pessoa Jurídica	0,00	5.695,11	5.695,11	0,00
IRRF Pessoa Jurídica	0,00	297,30	297,30	0,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Exercício 2018

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 2/3

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
DEPÓSITOS	306.481,00	2.974.724,01	3.070.792,41	210.412,60
IRRF Rendimentos do Trabalho	0,00	511,67	388,37	123,30
IRRF Rendimentos do Trabalho	0,00	87.234,04	87.234,04	0,00
IRRF Rendimentos do Trabalho	0,00	15.680,87	15.680,87	0,00
IRRF Rendimentos do Trabalho	8.019,52	143.345,54	151.365,06	0,00
IRRF Rendimentos do Trabalho	11.633,22	158.404,62	170.037,84	0,00
ISSQN - Imposto s/ Serviço Qualquer Natureza	0,00	7.417,48	3.222,14	4.195,34
ISSQN - Imposto s/ Serviços Qualquer Natureza	0,00	16.710,55	16.710,55	0,00
ISSQN - Imposto s/ Serviços Qualquer Natureza	0,00	3.331,25	0,00	3.331,25
ISSQN - Imposto s/ Serviços Qualquer Natureza	0,00	1.238,86	1.238,86	0,00
ISSQN - Imposto s/ Serviços Qualquer Natureza	0,00	8.509,77	8.509,77	0,00
ISSQN - Impostos s/Serviços Qualquer Natureza	0,00	19,80	19,80	0,00
JOSÉ SEVERINO RAMOS	547,14	0,00	547,14	0,00
JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - ME	0,00	3.769,48	3.769,48	0,00
JULIANO LUIS PEREIRA	0,00	27,50	27,50	0,00
L.C. EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA- ME	0,00	5.354,01	5.354,01	0,00
LACH E LACH LTDA - ME	0,00	7.794,92	7.794,92	0,00
LEONEL EDUARDO PAES DE CHAVES	0,00	33,00	33,00	0,00
LEONEL EDUARDO PAES DE CHAVES	0,00	257,40	257,40	0,00
LINDOLFO JUNCES	0,00	25,50	25,50	0,00
MAGDA RONCÁLIO	3.748,00	48.410,40	52.158,40	0,00
MARIA BERNADETE HERMES	0,00	72,00	72,00	0,00
MÁRIO DAVID DE LIZ FREIBERGER	231,00	0,00	231,00	0,00
MENSALIDADE SINDICAL	0,00	1.332,00	1.332,00	0,00
MENSALIDADE SINDICAL	0,00	132,00	132,00	0,00
MENSALIDADE SINDICAL	102,00	569,69	671,69	0,00
MENSALIDADE SINDICAL	18,00	66,00	84,00	0,00
MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA	0,00	14.616,20	14.616,20	0,00
MULTA SOBRE CONTRATO	2.238,47	0,00	2.238,47	0,00
OBSERVES SERVICOS EIRELI EPP	0,00	501,60	501,60	0,00
ORIMAR HESS JUNIOR	55,00	55,00	110,00	0,00
PACOPEDRA PAVIMENTADORA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA	348,87	1.852,03	2.200,90	0,00
PAULISTA TERRAPLANAGEM E CONSTRUTORA	0,00	1.739,75	1.739,75	0,00
PAULO SERGIO SCHOEPING	55,00	0,00	55,00	0,00
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA	0,00	25.532,68	25.532,68	0,00
PLANO DE SAUDE	0,00	3.047,00	3.047,00	0,00
PLANO DE SAÚDE	84,51	0,00	0,00	84,51
PLANO DE SAÚDE	138,50	1.669,50	1.808,00	0,00
PLANO DE SAÚDE	14.681,00	215.179,93	219.055,93	10.805,00
PLANO DE SAÚDE	1.662,00	16.642,11	18.304,11	0,00
PLANO DE SAÚDE	6.526,42	53.623,68	55.613,28	4.536,82
PLANO DE SAÚDE	2.112,88	0,00	1.539,72	573,16
PLANO DE SAÚDE	5.320,43	50.034,31	54.939,47	415,27
RAFAELA MOREIRA COSTA	0,00	169,74	169,74	0,00
RC RECICLAGEM E EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA.	0,00	2.437,46	2.437,46	0,00
REGULARIZAÇÃO DE CONTRAPARTIDA	0,00	31.415,01	31.415,01	0,00
ROZALVA GONZAGA PEREIRA EPP	0,00	1.212,75	1.212,75	0,00
SEDREZ CONSTRUTORA LTDA - EPP	0,00	15.116,42	15.116,42	0,00
SUIÇA ADMINISTRADORA DE BENS LTDA - ME	0,00	494,98	494,98	0,00
TECHNO PAVIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS EIRE	0,00	1.144,57	1.144,57	0,00
VALDEMIR REICHERT	342,45	0,00	0,00	342,45

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Exercício 2018

Anexo 17 - Demonstração da Dívida Flutuante

PERÍODO (MÊS): Janeiro à Dezembro

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 3/3

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimentação no Exercício		Saldo para o Exercício Seguinte
		Inscrição	Baixa	
DEPÓSITOS	306.481,00	2.974.724,01	3.070.792,41	210.412,60
VANILDE GESSER SUZENA	0,00	477,00	0,00	477,00
TOTAL GERAL	6.324.860,63	9.989.879,27	8.122.602,94	8.192.136,96

Luiz Alves, 26/03/2019

MARCOS PEDRO VEBER
Prefeito Municipal de Luiz Alves

FERNANDA CAIRE
Contadora CRC/SC 030.072/O-8

ADILSON BALSANELLI
Contador CRC/SC 029.772/O-3

ADRIANA TERESINHA SCHMITZ ZIMMERMA
Secretária de Finanças

ROSANA HERMES
Coordenadora de Controle Interno

ANEXO 18 - FLUXO DE CAIXA

Publicação Nº 1969038

ESTADO DE SANTA CATARINA

Betha Sistemas

MUNICIPIO DE LUIZ ALVES

Exercício 2018

Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

Período: Janeiro à Dezembro

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Página: 1

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Exercício Atual
INGRESSOS	155.148.757,45
RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	5.561.727,36
Receita Tributária	3.473.482,68
Receita de Contribuições	1.150.260,75
Receita Patrimonial	75.002,50
Receita Agropecuária	100.518,69
Receita de Serviços	489.650,04
Remuneração das Disponibilidades	255.773,71
Outras Receitas Derivadas e Originárias	17.038,99
TRANSFERÊNCIAS	33.860.263,19
Intergovernamentais	27.551.593,59
da União	13.952.234,73
dos Estados e Distrito Federal	13.599.358,86
Outras transferências correntes recebidas	6.308.669,60
OUTROS INGRESSOS OPERACIONAIS	115.626.248,21
DESEMBOLSOS	150.862.472,03
PESSOAL E DEMAIS DESPESAS	29.528.907,80
Administração	2.819.949,98
Agricultura	1.073.267,48
Assistência Social	1.134.983,88
Comércio e Serviços	628.119,55
Cultura	235.366,04
Desporto e Lazer	206.318,86
Educação	10.113.762,52
Encargos Especiais	442.556,01
Gestão Ambiental	265.983,11
Judiciária	240.521,94
Legislativa	995.408,49
Previdência Social	122.397,48
Saneamento	393.155,90
Saúde	5.828.620,43
Segurança Pública	348.135,85
Urbanismo	4.680.360,28
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	57.128,10
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	57.128,10
TRANSFERÊNCIAS	2.477.589,31
Intergovernamentais	37.640,31
a Estados e ao Distrito Federal	37.640,31
Outras Transferências Concedidas	2.439.949,00
OUTROS DESEMBOLSOS OPERACIONAIS	118.741.718,72
	57.128,10
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	4.242.894,83

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Anexo 18 - Demonstração dos Fluxos de Caixa
 Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas
 Exercício 2018
 Período: Janeiro à Dezembro
 Página: 2

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS

	Exercício Atual
INGRESSOS	250.710,00
Alienação de Bens	250.710,00
DESEMBOLSOS	4.502.001,51
Aquisição de Ativos Não Circulante	2.472.901,45
Outros Desembolsos de Investimentos	2.029.100,06
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-4.251.291,51

FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

	Exercício Atual
INGRESSOS	4.435.621,38
Operações de Créditos	1.846.219,72
Transferências de Capital Recebidas	2.589.401,66
DESEMBOLSOS	551.572,57
Amortização / Refinanciamento da Dívida	112.710,81
Outros Desembolsos de Financiamentos	438.861,76
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	3.860.846,24

APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO

	Exercício Atual
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	3.852.449,56
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA INICIAL	8.797.054,39
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	12.132.886,52

Luiz Alves, 26/03/2019

MARCOS PEDRO VEBER Prefeito Municipal de Luiz Alves	FERNANDA CAIRE Contadora CRC/SC 030.072/O-8	ADILSON BALSANELLI Contador CRC/SC 029.772/O-3
--	--	---

ADRIANA TERESINHA SCHMITZ ZIMMERM/ Secretária de Finanças	ROSANA HERMES Coordenadora de Controle Interno
--	---

ANEXO 19 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Publicação Nº 1969041

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LUIZ ALVES

Anexo 19 - Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido

Administração Direta, Indireta e Fundacional

Betha Sistemas

Exercício 2018

Período: Janeiro a Dezembro

Página: 1/1

ESPECIFICAÇÃO	Patrimônio Social/ Capital Social	Adiant. p/ Futuro Aumento de Capital	Reservas de Capital	Ajustes de Aval. Patrimonial	Reservas de Lucros	Demais Reservas	Resultados Acumul.	Ações/ Cotas em Tesouraria	TOTAL
Saldo Inicial Exercício Atual	22.886.097,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.140.121,67	0,00	32.026.218,85
Ajustes Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(382,04)	0,00	(382,04)
Aumento de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado do exercício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.515.545,91	0,00	6.515.545,91
Constituição/Reversão de Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final Exercício Atual	22.886.097,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.655.285,54	0,00	38.541.382,72

Luiz Alves, 26/03/2019

MARCOS PEDRO VEBER	FERNANDA CAIRE	ADILSON BALSANELLI
Prefeito Municipal de Luiz Alves	Contadora CRC/SC 030.072/O-8	Contador CRC/SC 029.772/O-3
ADRIANA TERESINHA SCHMITZ ZIMMERMA	ROSANA HERMES	
Secretária de Finanças	Coordenadora de Controle Interno	

Luzerna

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO PML N° 097.18

Publicação N° 1967631

1º TERMO ADITIVO

CONTRATO PML N° 097/2018

PROCESSO LICITATÓRIO N° 049/2018

EDITAL TOMADA DE PREÇOS N° 001/2018

Ao 01 (primeiro) dia do mês de abril do ano de 2019, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC e a SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO, neste ato representado por seu Secretário Sr. JULIANO SCHNEIDER, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF nº 005.113.009-21 e portador da cédula de identidade RG nº 3.620.6130, denominado CONTRATANTE e a KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.798.043/0001-05 com endereço na Linha Triângulo, s/n, Rodovia SC 303 – KM 47, sala 01, no Município de Ibicaré/SC, CEP: 89.640-000, representada por se sócio administrador, Sr. ALEXANDRE CALDEIRA, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 6.129.029-0 e inscrito no CPF/MF sob nº 033.034.619-96, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si justo e contratado o presente TERMO ADITIVO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS E EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA EXECUÇÃO DE 3.855,32M² DE CAPA ASFALTICA SOBRE PARALELEPÍPEDO E ASFALTO EXISTENTE, EM C.B.U.Q (REPERFILAMENTO 3,00CM E CAPA 5,00CM) NA RUA SÃO FRANCISCO, BAIRRO SÃO FRANCISCO, E NAS RUAS HERCÍLIO LUZ, SILVIO PAS-COTTO E TRAVESSA ESPERANÇA, BAIRRO CENTRO, NO MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, INCLUINDO REVISÃO NO SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL NAS RESPECTIVAS RUAS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA DA PRORROGAÇÃO

O presente Termo Aditivo tem por objeto, com a concordância de ambas as partes, na forma convencionada na Cláusula Sexta do contrato original, decidem prorrogar o prazo de execução da obra passando a vigorar até 11 de maio de 2019, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Ação (s):

04.001.15.451.0400.2402 – Serviços Integrados de Infraestrutura

Modalidade de Aplicação:

4.4.90. Investimentos – Aplicações Diretas

Fontes:

000 – Recursos Ordinários

Recursos advindos do Convênio com o Ministério das Cidades, Contrato de Repasse 846524/2017 – Operação 1041314-0, com contrapartida do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata e nos Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 01 de abril de 2019.

JULIANO SCHNEIDER

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO

CONTRATANTE

ALEXANDRE CALDEIRA

KAENG INFRAESTRUTURA EIRELI

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Nome:

Nome:

CPF:

CPF:

1º TERMO DE APOSTILAMENTO A ARP PML Nº 181.18

Publicação Nº 1967578

2º TERMO DE APOSTILAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 181/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 107/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 087/2018

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março do ano de 2019, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC e a SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO, neste ato representado por seu Secretário Sr. JULIANO SCHNEIDER, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF nº 005.113.009-21 e portador da cédula de identidade nº 3.620.6130, denominado CONTRATANTE, e a empresa REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA (filial 3), pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. 16 de fevereiro, 8-A, Box 1, Centro, no Município de Luzerna(SC), inscrita no CNPJ sob o nº 05.610.041/0004-66, neste ato representada por seu procurador, LAURI NITZ, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.625.659-70, portador da cédula de identidade nº 1.516.661-SESP/SC, residente e domiciliado no Município de Luzerna(SC), denominado FORNECEDOR 1, RESOLVEM, com supedâneo no artigo 65, § 8º, da Lei de Licitações e alterações posteriores, APOSTILAR a Ata de Registro de Preços n. 181/2018, nos termos que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

O presente Termo de Apostilamento tem por objeto, com a concordância das partes, com base na Cláusula 2.5. da ARP n. 181.18, a partir de 01 de abril de 2019, reajustar o valor do itens:

Item	Unid.	Descrição	Preço Unit. Reajustado
4	L	GASOLINA COMUM	4,18

**CLÁUSULA SEGUNDA
DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata e nos Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 29 de março de 2019.

JULIANO SCHNEIDER
SECRETARIA DE COORDENAÇÃO DE GOVERNO E GESTÃO
CONTRATANTE

LAURI NITZ
REDE PORTAL DE COMBUSTÍVEIS LTDA (filial 3)
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____
Nome: _____ Nome: _____
CPF: _____ CPF: _____

1º TERMO DE APOSTILAMENTO A ARP PML Nº 191.18

Publicação Nº 1967466

1º TERMO DE APOSTILAMENTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 191/2018
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 108/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 088/2018

Aos 29 (vinte e nove) dias do mês de março do ano de 2019, presentes de um lado, o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Avenida 16 de Fevereiro, 151, em Luzerna/SC e a SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES pela sua Secretária Sra. REGINA CARIN JACOBY CUREAU, brasileira, casada, professora, inscrito no CPF/MF nº 833.749.909-59 e portador da cédula de identidade nº 2.824.224, denominado CONTRATANTE, e a empresa BRAGHIROLI ALIMENTOS LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, situada a Rua Nereu Ramos, 719, Centro, na cidade de Herval D'Oeste/SC, CEP 89610-000 inscrita no CNPJ sob o nº 10.638.257/0001-27, neste ato representada por seu sócio administrador MARCOS NATALINO BRAGHIROLI, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 858.894 e inscrito no CPF/MF sob o nº 486.194.009-59, doravante denominado FORNECEDOR 02, RESOLVEM, com supedâneo no artigo 65, § 8º, da Lei de Licitações e alterações posteriores, APOSTILAR a Ata de Registro de Preços n. 191/2018, nos termos que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

O presente Termo de Apostilamento tem por objeto, com a concordância das partes, com base na Cláusula 2.5. da ARP n. 191.18, a partir de 01 de abril de 2019, reajustar o valor do itens:

Item	Unid.	Descrição	Preço Unit. Reajustado
20	KG.	BANANA TIPO CATURRA, de 1º qualidade, grau medio de amadurecimento, sabor doce, aspecto e cheiros próprios, tamanhos e coloracao característicos, com polpa firme e intacta, com cascas sãs, sem rupturas.	2,90
22	KG	BATATA INGLESA, lavada, de 1ª qualidade, tamanho grande, compacta e firme, sem lesões de origem física ou mecânica, perfurações e cortes; isenta de sujidades, parasitas e larvas.	4,70
87	KG	MAMÃO FORMOSA, com 80% a 90% de maturação, frutos de tamanho médio, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos ou defeitos. Firmes, livre de sujidades, parasitas ou larvas. Coloração característica, sem lesões de origem física ou mecânica.	5,80
88	KG	MANGA, frutos de tamanho médio, no grau máximo de evolução no tamanho, aroma e sabor da espécie, sem ferimentos, firmes, livre de sujidades, parasitas e larvas, com coloração característica.	8,30

CLÁUSULA SEGUNDA
DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas e condições firmadas na Ata e nos Aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 29 de março de 2019.

REGINA CARIN JACOBY CUREAU
Secretária de Educação, Cultura e Esportes
CONTRATANTE

MARCOS NATALINO BRAGHIROLI
BRAGHIROLI ALIMENTOS LTDA - ME
FORNECEDOR 02

TESTEMUNHAS:

1. ----- 2. -----

Nome: Nome:

CPF: CPF:

DECRETO 2746

Publicação Nº 1968003

DECRETO Nº 2746 de 01 de abril de 2019.

“REMANEJA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO E ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PELO EXCESSO E PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADACÃO”

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pelo art. 4º da Lei nº 1.619 de 13 de novembro de 2018

DECRETA:

Art.1º- Ficam remanejadas as dotações abaixo:

I - Recursos Ordinários (000,001 e 002)

Movimento	Órgão. Uni	Ação	Fonte	G.N.D.	Modalidade	Valor
Anulação	05.001	2.502	002	1	90	R\$ 7.000,00
Suplementação	05.001	2.502	002	4	90	R\$ 7.000,00

Art.2º- Fica aberto um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, no montante de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), à conta dos recursos do PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, proveniente de recursos da Vigilância Epidemiológica na fonte, detalhamento e rubrica abaixo especificados, atribuída à seguinte classificação orçamentária:

I- Provável excesso

Rubrica	Recurso	V. Orçado	V. Arrecadado	Excesso
1.7.1.8.03.3.1.01	213	1.110,00	2.500,00	1.400,00

II - Suplementação pelo provável excesso:

Movimento	Órgão.Unidade	Ação	G.N.D.	Modalidade	Valor
Suplementação	05.001	2.505	1	90	R\$ 12.000,00

§1º - O excesso de arrecadação de que trata o inciso I deste artigo, está demonstrado no Portal de Transparência do Município.

§2º - O provável excesso de que trata este artigo, acompanha a tendência do exercício.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2019.

Luzerna(SC), 01 de abril de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO - PL 038/2019 - PP 023/2019 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA OS GRUPOS DE IDOSOS - PML

Publicação Nº 1968138

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO
Processo Licitatório 038/2019 - PML
Pregão Presencial nº 023/2019 - PML

O Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social, Sr. MATHEUS LUIS GEUSTER, no uso de suas atribuições, resolve:

1) HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 038/2019, nos seguintes termos:

- Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preço

- Objeto: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço destinado à aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios para os grupos do Programa de Integração e Convivência de Idosos do Município de Luzerna/SC, referente a Lei Municipal nº 1552/2017, tudo em conformidade com as especificações e condições deste Edital e seus Anexos.

- Proponente(s) Vencedora(s):

* LUISA SALETE ZAGO CORSO – ME.

- Valor total: R\$ 23.076,40

Luzerna (SC), 1 de abril de 2019.

MATHEUS LUIS GEUSTER

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

LEI 1649

Publicação Nº 1968941

LEI Nº 1649 de 02 de abril de 2019.

“AUTORIZA A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS QUE ESPECIFICA”.

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a transferência de recursos no valor de R\$ 36.597,22 (trinta e seis mil quinhentos e noventa e sete reais e vinte e dois centavos) proveniente do Termo de Convênio nº 25834/2018 celebrado entre o MUNICÍPIO

DE LUZERNA(SC) e o ESTADO DE SANTA CATARINA através da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, da conta vinculada na Agência do Banco do Brasil do Município de Luzerna, sob a denominação de PMSC/Convênio de Radiopatrulha para a Agência do Banco do Brasil nº 3582-3, c/c 940400-7, sob a denominação de Fundo de Melhoria da Polícia Militar - FUMPOM, CNPJ: 13.925.994/0001-07, visando a aquisição de armamento e munição para treinamento dos policiais do Grupamento Policial Militar lotados em Luzerna(SC).

Art. 2º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 02 de abril de 2019.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

CONTRATO DE LOCAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL Nº83/2019

Publicação Nº 1967868

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Contrato de Locação do Espaço Público do Cemitério Municipal
Nº083/2019

Objeto: Locação de Espaço Público do Cemitério Municipal, onde encontra-se sepultado até a presente data, Lindomar Tasca, Edmundo Tasca e Dirce Nezi Tasca, localizado no bloco 01, lote 49, com as seguintes Medidas: Frente 1,53m, fundos 1,63m, esquerda 2,40 Incluindo espaço para Jazido e calçada.

Contrato nº: 083/2019

Locatário: Elia Denise Tasca

Valor global: R\$ 405,00 (quatrocentos e cinco reais), referente à locação, pago em parcela única.

R\$ 40,00 (quarenta reais), referente à Licença para ocupação, pagos em parcela única.

Vigência do Contrato: 05 anos a contar da data de assinatura, ou seja, 01 de abril de 2023.

Pagamento: O valor referente à Licença para ocupação deverá ser pago no ato da assinatura do contrato. O valor referente à locação poderá ser parcelado em 05 parcelas iguais, sendo ambos efetuados através de boleto bancário emitido pelo setor de tributos.

Macieira, 01 de abril de 2019.

Lucila Carmen Serighelli
Auxiliar Administrativo/ Responsável

CONTRATO DE LOCAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL Nº84/2019

Publicação Nº 1967988

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Contrato de Locação do Espaço Público do Cemitério Municipal
Nº084/2019

Objeto: Locação de Espaço Público do Cemitério Municipal, onde encontra-se sepultado até a presente data João Vieira da Silva, localizado no bloco 02, lote 90, com o espaço para o túmulo simples com aproximadamente 4,20m .

Contrato nº: 084/2019

Locatária: Maria Lucia Faletti da Silva

Valor global: R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), referente à locação, pagos em 05 (cinco) parcelas iguais.

R\$ 40,00 (quarenta reais), referente à Licença para ocupação, pagos em parcela única.

Vigência do Contrato: 05 anos a contar da data de assinatura, ou seja, 01 de abril de 2023.

Pagamento: O valor referente à Licença para ocupação deverá ser pago no ato da assinatura do contrato. O valor referente à locação poderá ser parcelado em 05 parcelas iguais, sendo ambos efetuados através de boleto bancário emitido pelo setor de tributos.

Macieira, 01 de abril de 2019.

Lucila Carmen Serighelli
Auxiliar Administrativo/ Responsável

Mafra

PREFEITURA

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2019

Publicação Nº 1967390

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2019
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2019

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará SELECIONANDO Organizações Sociais para oferecer cuidados a animais abandonados, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até às 16h30min do dia 01/05/2019. Base legal: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 4.013, de 06 de abril de 2017. O termo de cooperação terá por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de atividades de seleção entidades que atuem na defesa de animais abandonados nas ruas da cidade, visando dar a eles guarda, alimentação e atendimentos médico-veterinário, para fins de vacinação. A entidade deve primar pela tentativa de busca e seleção de pessoas que adotem os animais recolhidos. Também deve procurar parcerias para que os animais sejam castrados, evitando assim a procriação desenfreada. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, telefone n. (47) 3642-4009. Mafra (SC), 01/04/2019. Wellington Roberto Bielecki, Prefeito Municipal.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019

Publicação Nº 1967394

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2019

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará SELECIONANDO Organizações Sociais para oferecer cuidados a pessoas portadoras de deficiência visual, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até às 16h30min do dia 01/05/2019. Base legal: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 4.013, de 06 de abril de 2017. O termo de cooperação terá por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de atividades de seleção entidades que atuem no atendimento a pessoas portadoras de deficiência visual. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, telefone n. (47) 3642-4009. Mafra (SC), 01/04/2019. Wellington Roberto Bielecki, Prefeito Municipal.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2019

Publicação Nº 1967397

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2019
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 003/2019

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará SELECIONANDO Organizações Sociais para oferecer cuidados a pessoas portadoras de deficiência, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até às 16h30min do dia 01/05/2019. Base legal: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 4.013, de 06 de abril de 2017. A parceria se faz necessária para que as pessoas portadoras de deficiências mentais possam ter um espaço próprio de convivência com acompanhamento especializado. A inclusão social há muito é considerada uma forma de fazer com que todas as pessoas, independentemente da condição de saúde mental, possam ter acesso a todos os bens da vida, não mais isoladamente. O acompanhamento especializado é necessário para que todos possam estar monitorados e com acompanhamento regular e seguro. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, telefone n. (47) 3642-4009. Mafra (SC), 01/04/2019. Wellington Roberto Bielecki, Prefeito Municipal.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2019

Publicação Nº 1967400

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2019
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 004/2019

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará SELECIONANDO Organizações Sociais para oferecer cuidados a pessoas portadoras de neoplasias malignas, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 16h30min do dia 01/05/2019. Base legal: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 4.013, de 06 de abril de 2017. O termo de cooperação terá por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de atividades de seleção entidades que atuem no acompanhamento de pessoas portadoras de neoplasias malignas. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, telefone n. (47) 3642-4009. Mafra (SC), 01/04/2019. Wellington Roberto Bielecki, Prefeito Municipal.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2019

Publicação Nº 1967403

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2019
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2019

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará SELECIONANDO Organizações Sociais para oferecer cuidados a pessoas idosas, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 16h30min do dia 01/05/2019. Base legal: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 4.013, de 06 de abril de 2017. O termo de cooperação terá por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de atividades de seleção entidades que atuem no acolhimento de idosos para proporcionar em lar próprio atendimento com o mínimo de dignidade para os acolhidos. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, telefone n. (47) 3642-4009. Mafra (SC), 01/04/2019. Wellington Roberto Bielecki, Prefeito Municipal.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2019

Publicação Nº 1967407

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2019
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 006/2019

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará SELECIONANDO organização social que acolha pessoas com deficiência física e mental, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até às 16h30min do dia 01/05/2019. Base legal: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 4.013, de 06 de abril de 2017. O termo de cooperação terá por objeto o acolhimento de pessoas portadoras de deficiência, físicas e mentais, para proporcionar em lar próprio atendimento com o mínimo de dignidade para os acolhidos. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, telefone n. (47) 3642-4009. Mafra (SC), 01/04/2019. Wellington Roberto Bielecki, Prefeito Municipal.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2019

Publicação Nº 1967419

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2019
PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2019

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará SELECIONANDO Organizações Sociais para a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de atividades relacionadas ao acolhimento provisório de pessoas em condições de vulnerabilidade, "em situação de rua (em trânsito)", conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 16h30min do dia 01/05/2019. Base legal: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 4.013, de 06 de abril de 2017. O termo de cooperação terá por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para entidades que atuem na execução de serviços de acolhimento institucional transitório a indivíduos que estejam em situação de rua (em trânsito) pelo Município de Mafra. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, telefone n. (47) 3642-4009. Mafra (SC), 01/04/2019. Wellington Roberto Bielecki, Prefeito Municipal.

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2019

Publicação Nº 1967423

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2019
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2019

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará SELECIONANDO Organizações Sociais para a concessão de apoio da administração pública municipal para a execução de atividades do agronegócio, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até às 16h30min do dia 01/05/2019. Base legal: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, Decreto Municipal nº 4.013, de 06 de abril de 2017. O termo de cooperação terá por objeto a concessão de apoio da administração pública municipal para entidades que atuem para a execução de atividades relacionadas ao fomento do agronegócio. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração, situada na Avenida Prefeito Frederico Heyse, nº 1386, 1º Andar, Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, telefone n. (47) 3642-4009. Mafra (SC), 01/04/2019. Wellington Roberto Bielecki, Prefeito Municipal.

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2019

Publicação Nº 1968899

EXTRATO ATA REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2019
Contratante: MUNICÍPIO DE MAFRA
Empresa Registrada: JRC-COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS LTDA-ME
CNPJ Nº: 01.560.884/0001-00
Valor Registrado: R\$ 38.240,00 (trinta e oito mil duzentos e quarenta reais).
Objeto: Aquisição de baterias automotivas para a frota da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos
Origem: Processo nº 019/2019, Pregão Presencial - RP nº 006/2019
Data de Assinatura: 31 de janeiro de 2019.
Vigência: A vigência da presente ATA é a partir de sua assinatura até 31 de janeiro de 2020.
Foro: Comarca de Mafra

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 023/2019

Publicação Nº 1968897

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 023/2019
Contrato nº: 023/2019
Contratante: O MUNICÍPIO DE MAFRA
Contratada: ELEC INDÚSTRIA E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO LTDA
CNPJ: 07.791.107/0001-44
Objeto: Contratação de empresa especializada para realizar serviço de revisão e aferição de equipamento etilômetro Baf 300 - nº de série 03581, através da Guarnição Especial de Polícia Militar de Mafra.
Inexigibilidade nº 003/2019, Processo Licitatório n.º 129/2019.
Valor: R\$ 3.025,00 (Três mil e vinte e cinco reais).
Data Assinatura: 28 de fevereiro de 2019.
Prazo: O presente contrato vigorará até a data de 31/12/2019.
Dotação Orçamentária:
338 - 1 . 28001 . 6 . 122 . 29 . 2.186 . 0 . 339000 Aplicações Diretas
Foro: Comarca de Mafra.

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019**

Publicação Nº 1968079

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019

A CÂMARA MUNICIPAL DE MAFRA – SC, torna público aos interessados que o Processo Licitatório nº 01/2019 – Pregão Presencial nº 01/2019, tipo MAIOR DESCONTO POR ITEM, tendo como objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (gasolina e etanol), em conformidade com as especificações contidas no Edital e seus anexos, foi declarado DESERTO, tendo em vista que não apareceram empresas interessadas em participar do referido certame quando da Sessão Pública do Pregão realizada no dia 28/03/2019.

Mafra, 29 de março de 2019.

VER. VALDIR SOKOLSKI

PRESIDENTE

BRUNA RAFAELA WESTARB

PREGOEIRA

Maracajá

PREFEITURA

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO Nº 02/2019

Publicação Nº 1967220

EXTRATO DA JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE CHAMAMENTO Nº 02/2019

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maracajá - APAE, com sede na Av. Getúlio Vargas, 480, Centro, Maracajá/SC, por meio da formalização de Termo de Colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração e Plano de Trabalho apresentado pela Entidade.

RESUMO: Termo de Colaboração com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maracajá – APAE.

DO RESUMO DA JUSTIFICATIVA: Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada.”

Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

É preciso valorizar essas parcerias e o Terceiro Setor, em destaque com a APAE, pois além dos relevantes trabalhos registrados, é notório que se realiza mais investimentos com menos recursos, alcançando de maneira primordial o princípio da eficiência. Um dos fatores desse resultado, é a efetiva participação popular, que de maneira direta fiscaliza, mas está presente na própria execução em suas diretorias e conselhos. Nesse sentido e considerando que a APAE, entidade previamente credenciada, já realizava os serviços de educação e assistência social, analisando o parecer técnico, verifica que a DISPENSA para a parceria com a APAE por meio do TERMO DE COLABORAÇÃO, é plenamente legal, pois prevista na Lei e ainda possui razões de ordem de interesse público.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Termo de Colaboração com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Maracajá - APAE, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores, o que no caso está presente todos os requisitos para a Dispensa do Chamamento Público.

Assim, diante do Tudo Exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 30 inciso VI da Lei 13.019/2014, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida Parceria com Dispensa do Chamamento e assinatura do Termo de Colaboração.

Maracajá/SC, 22 de março de 2019.

Marluci Freitas Bitencourt
Secretária de Administração

Comissão de Seleção:

Gilvan Felipe Teixeira de França

Odécia Almeida de Souza da Silva Anatoni Augusto Pezente Zilli

ASSESSORIA JURÍDICA: A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com o artigo 30, inciso VI da Lei nº 13.019/2014 e suas alterações.

Maracajá/SC, 22 de março de 2019.

Tatiane Pereira Arlindo Rocha
OAB/SC 37.834 Prefeito Municipal
Assessoria Jurídica

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 304/2019

Publicação Nº 1967136

DECRETO Nº 304, DE 15 DE MARÇO DE 2019

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna da Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 1º de março a 31 de novembro de 2019, da servidora VANESSA PERES, brasileira, portadora do RG nº 5.684.317, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Esporte, Juventude e Lazer, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2019.

Maravilha – SC, 15 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 305/2019

Publicação Nº 1968217

DECRETO Nº 305, DE 18 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

Que foram chamados todos os candidatos aprovados no cargo de Agente de Manutenção e Conservação, do Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A solicitação da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado em caráter temporário emergencial, pelo período de 6 de março a 6 de junho de 2019, Zaqueu Camargo, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 797.712.709-15, para ocupar o cargo de Agente de Manutenção e Conservação, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 6 de março de 2019.

Maravilha – SC, 18 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 306/2019

Publicação Nº 1967160

DECRETO Nº 306, DE 18 DE MARÇO DE 2019

Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal ELENIR LISIANE SALVATTI DA ROSA, ocupante do cargo de Professor ACT, 40 horas semanais, a partir de 7 de março de 2019.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 7 de março de 2019.

Maravilha – SC, 18 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 307/2019

Publicação Nº 1967167

DECRETO Nº 307, DE 18 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 8 de março a 8 de junho de 2019, MARINA DA SILVA, brasileira, portadora do RG nº 5.567.768, para ocupar o cargo de Agente de Manutenção e Conservação, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 8 de março de 2019.

Maravilha – SC, 18 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 308/2019

Publicação Nº 1967177

DECRETO Nº 308, DE 18 DE MARÇO DE 2019

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 120/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 11 de março a 18 de dezembro de 2019, da servidora LEONICE ICKERT SILVEIRA, brasileira, portadora do RG nº 2.437.383, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2019.

Maravilha – SC, 18 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 309/2019

Publicação Nº 1967183

DECRETO Nº 309, DE 18 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 11 de março de 2019 a 10 de março de 2020, THAIS FRANCESCA GIRARDI, brasileira, portadora do RG nº 5.372.243, para ocupar o cargo de Agente Administrativo, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Adm. e Fazenda, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2019.

Maravilha – SC, 18 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 310/2019

Publicação Nº 1967191

DECRETO Nº 310, DE 18 DE MARÇO DE 2019

Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal AIRTO ANTONIO GONÇALVES, ocupante do cargo de Diretor, 40 horas semanais, a partir de 13 de março de 2019.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de março de 2019.

Maravilha – SC, 18 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 311/2019

Publicação Nº 1967201

DECRETO Nº 311, DE 18 DE MARÇO DE 2019

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 120/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 11 de março a 18 de dezembro de 2019, da servidora MARCIA KERKHOVEN AMORIN, brasileira, inscrita no CPF sob nº 040.239.319-85, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 11 de março de 2019.

Maravilha – SC, 18 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 312/2019

Publicação Nº 1967217

DECRETO Nº 312, DE 18 DE MARÇO DE 2019

Nomeia Secretário Municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeado AIRTO ANTONIO GONÇALVES, para assumir o cargo de Secretário de Transportes, Obras e Urbanismo, a partir de 14 de março de 2019.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de março de 2019.

Maravilha – SC, 18 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 313/2019

Publicação Nº 1967232

DECRETO Nº 313, DE 18 DE MARÇO DE 2019

Nomeia os Conselheiros Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.755, de 30 de abril de 2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

O Edital de Escolha Suplementar nº 001/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que disciplinou o processo de escolha suplementar dos Conselheiros Tutelares do Município de Maravilha/SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada MARCILEI SOLANGE BACH, brasileira, inscrita no CPF sob nº 032.117.849-18, para exercer a função pública de Conselheiro Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, com carga horária de 40 horas semanais, durante o período remanescente do mandato.

Art. 2º A remuneração será percebida conforme disciplinado no artigo 33, da Lei Municipal nº 3.755, de 30 de abril de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de março de 2019.

Maravilha – SC, 18 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 314/2019

Publicação Nº 1967241

DECRETO Nº 314, DE 18 DE MARÇO DE 2019

Nomeia os Conselheiros Tutelares dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Maravilha/SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme Lei Municipal nº 3.755, de 30 de abril de 2014,

CONSIDERANDO,

A solicitação da Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente,

O Edital de Escolha Suplementar nº 001/2019, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que disciplinou o processo de escolha suplementar dos Conselheiros Tutelares do Município de Maravilha/SC,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada LEANDRA LEONICE DE JESUS NUNES, brasileira, inscrita no CPF sob nº 027.403.579-07, para exercer a função pública de Conselheiro Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, com carga horária de 40 horas semanais, durante o período remanescente do mandato.

Art. 2º A remuneração será percebida conforme disciplinado no artigo 33, da Lei Municipal nº 3.755, de 30 de abril de 2014.

Art. 3º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 14 de março de 2019.

Maravilha – SC, 18 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 315/2019

Publicação Nº 1967248

DECRETO Nº 315, DE 18 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre exclusão de candidato de certame e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto excluída do Processo Seletivo Edital nº 001/2018, a candidata MARIA PATRICIA DE QUEIROZ, cargo de Técnico em Enfermagem, por não apresentar a documentação no prazo solicitado.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 18 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 316/2019

Publicação Nº 1967253

DECRETO Nº 316, DE 18 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre exclusão de candidato de certame e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto excluída do Processo Seletivo Edital nº 001/2018, a candidata SABRINA ROBERTA SANDERS NUNES, cargo de Agente de Manutenção e Conservação, por não apresentar a documentação no prazo solicitado.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 18 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 317/2019

Publicação Nº 1967259

DECRETO Nº 317, DE 18 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre exclusão de candidato de certame e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto excluído do Processo Seletivo Edital nº 001/2018, o candidato ALCIDIO SCHUSTER, cargo de Motorista de Veículos Pesados, por não apresentar a documentação no prazo solicitado.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 18 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 318/2019

Publicação Nº 1967353

DECRETO Nº 318, DE 18 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre substituições de professores realizadas pela Secretaria de Educação e Cultura e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

As Solicitações Internas 118 e 121/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado em caráter temporário (ACT) as pessoas abaixo relacionadas, as quais foram classificadas no Edital de Substituições nº 001/2019 para atuar como professores substitutos, suprimindo as licenças para tratamento de saúde de até 15 (quinze) dias e eventuais afastamentos a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

I- Alice Klein – 12 turnos trabalhados (20 horas);

II- Analice Chagas – 5 turnos trabalhados (20 horas);

III- Daniela Porto – 12 turnos trabalhados (20 horas);

IV- Deisi Schlosser – 2 turnos trabalhados (20 horas);
V- Ilizete Stringhi – 1 turno trabalhado (20 horas);
VI- Jéssica Gehring – 4 turnos trabalhados (20 horas);
VII- Ledimar de Lemes – 6 turnos trabalhados (20 horas);
VIII- Marcelina Hubert – 1 turno trabalhado (20 horas);
IX- Maria Schuster – 1 turno trabalhado (20 horas);
X- Marilei Staudt – 1 turno trabalhado (20 horas);
XI- Patrícia Behling – 1 turno trabalhado (20 horas);
XII- Rosane Janner – 3 turnos trabalhados (20 horas);
XIII- Sônia Abati – 10 turnos trabalhados (20 horas);
XIV- Jean Carlos Raiher – 5 turnos trabalhados (20 horas).

Art. 2º Ficam pelo presente Decreto contratados em caráter temporário (ACT) para atuar como professores substitutos, suprimindo as licenças para tratamento de saúde de até 15 (quinze) dias e eventuais afastamentos a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, os professores classificados no Processo Seletivo Edital nº 001/2018, sendo:

I- Marinês Schenkel – 1 turno trabalhado (20 horas);
II- Andressa Forgiarini – 12 turnos trabalhados (20 horas);
III- Cristiane Jung – 3 turnos trabalhados (20 horas);
IV- João Longhi – 2 turnos trabalhados (20 horas);
V- Marli Balestreri – 3 turnos trabalhados (20 horas).

Art. 3º Ficam pelo presente Decreto contratados em caráter temporário (ACT) para atuar como professores substitutos, suprimindo as licenças para tratamento de saúde de até 15 (quinze) dias e eventuais afastamentos a pedido da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, os seguintes professores efetivos:

I- Jaqueline Ebertz da Rosa – 4 turnos trabalhados (20 horas);
II- Janete Noronha – 2 turnos trabalhados (20 horas);
III- Maristela Kegler – 1 turno trabalhado (20 horas);
IV- Cárita Buffon – 5 turnos trabalhados (20 horas).

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 18 de fevereiro de 2019.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 319/2019

Publicação Nº 1967402

DECRETO Nº 319, DE 18 DE MARÇO DE 2019

Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido a servidora pública municipal FRANCIELE GONÇALVES, ocupante do cargo de Monitor Social – Alta Complexidade, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 18 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 320/2019

Publicação Nº 1967468

DECRETO Nº 320, DE 19 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 117/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 19 de março a 20 de dezembro de 2019, LUCILENI BAUER, brasileira, inscrita no CPF sob nº 039.870.329-95, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E.I. Sílvia Ebert, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 19 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 321/2019

Publicação Nº 1967502

DECRETO Nº 321, DE 21 DE MARÇO DE 2019

Nomeia servidor público municipal e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 119/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto nomeada MARCELINA VIVIAN HUBERT, inscrita no CPF sob nº 042.950.069-63, para assumir o cargo de Chefe do Dep. de A. Sec. de Educação, lotada na Secretaria de Educação e Cultura, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 21 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 322/2019

Publicação Nº 1967531

DECRETO Nº 322, DE 22 DE MARÇO DE 2019

Prorroga contratação temporária, de servidor municipal por excepcional interesse público, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 120/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto prorrogado o contrato de caráter temporário, pelo período de 11 de março a 18 de dezembro de 2019, da servidora MARILENE DA SILVA, brasileira, portadora do RG nº 5.092.191, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 22 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 323/2019

Publicação Nº 1967581

DECRETO Nº 323, DE 25 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 25 de março de 2019 a 24 de março de 2020, MARI-LANI SALETE MARTINI, brasileira, portadora do RG nº 3.299.772, para ocupar o cargo de Técnico Em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 25 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 324/2019

Publicação Nº 1967769

DECRETO Nº 324, DE 26 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 123/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado em caráter temporário, pelo período de 26 de março a 20 de dezembro de 2019, FERNANDO BRAMBILLA, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 052.122.734-44, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 30 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nos C.E.s Monteiro Lobato, CAIC e Raymundo Veit, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 26 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 325/2019

Publicação Nº 1967785

DECRETO Nº 325, DE 26 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 122/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

O atestado médico da servidora Márcia Thiago,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 26 de março a 20 de dezembro de 2019, EMI REICHERT, brasileira, inscrita no CPF sob nº 422.992.849-15, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 30 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Raymundo Veit, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 26 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 326/2019

Publicação Nº 1967800

DECRETO Nº 326, DE 27 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

A Solicitação Interna 124/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

A Chamada Pública realizada na data de 25 de março de 2019, em razão do não comparecimento em escolhas de aulas de professores habilitados na disciplina de artes do Processo Seletivo,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 27 de março a 30 de julho de 2019, PAMELA ANDRESSA RODRIGUES, brasileira, inscrita no CPF sob nº 088.361.459-65, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 10 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no Departamento de Cultura, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 27 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 327/2019

Publicação Nº 1967813

DECRETO Nº 327, DE 27 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 27 de março a 18 de dezembro de 2019, IVANETE FELIPE, brasileira, portadora do RG nº 3.401.488, para ocupar o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 27 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 328/2019

Publicação Nº 1967828

DECRETO Nº 328, DE 28 DE MARÇO DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 126/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 28 de março a 13 de dezembro de 2019, ROSELI CIBULSKI LAUERMANN, brasileira, inscrita no CPF sob nº 939.122.509-87, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Raymundo Veit, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 28 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 329/2019

Publicação Nº 1967860

DECRETO Nº 329, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 1º de abril a 24 de maio de 2019, MARLI FERREIRA, brasileira, portadora do RG nº 2.232.248, para ocupar o cargo de Técnica em Enfermagem, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 330/2019

Publicação Nº 1967884

DECRETO Nº 330, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 1º de abril a 18 de dezembro de 2019, ELIANE APPELT, brasileira, portadora do RG nº 5.624.442, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – ESF Bela Vista, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita MunicipalCLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 331/2019

Publicação Nº 1967931

DECRETO Nº 331, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Nomeia os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico - CODEM e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CODEM, denominados a seguir:

- Representante da Secretaria da Indústria Comércio e Turismo:
Gelson Rossetto - Presidente.
- Representante do Setor de Planejamento:
Berlin Marcos Felippin - Conselheiro.
- Representante da Secretaria de Planejamento, Adm. e Fazenda:
Marília Dessbesell - Conselheira.
- Representantes da Associação Empresarial:
Eliaana Estefano e Silvio José Zanin - Conselheiros.
- Representante da Unoesc:
Eliane Fátima Strapazon Beduschi - Conselheira.
- Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:
Gilson Luiz Farinon - Conselheiro.
- Representante dos Clubes de Serviços:
Ivaneo Foletto - Conselheiro.

Art. 2º As funções dos membros deste Conselho não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviço à promoção e preservação social.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente os Decretos nº 472, de 6 de julho de 2017 e nº 296, de 11 de março de 2019.

Maravilha – SC, 1º de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 332/2019

Publicação Nº 1967974

DECRETO Nº 332, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A Solicitação Interna 128/2019 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 1º de abril a 30 de maio de 2019, TIFHANI HERBERT BARON, brasileira, inscrita no CPF sob nº 102.898.009-43, para ocupar o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, no C.E. Raymundo Veit, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 333/2019

Publicação Nº 1968148

DECRETO Nº 333, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor público municipal FABIO FERNANDO GAVA, ocupante do cargo de Assistente Social, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 334/2019

Publicação Nº 1968256

DECRETO Nº 334, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 1º de abril de 2019 a 31 de março de 2020, ELENICE MARIA MORIN, brasileira, portadora do RG nº 1.619.846, para ocupar o cargo de Monitor Social – Alta Complexidade, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 335/2019

Publicação Nº 1968231

DECRETO Nº 335, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

Que foram chamados todos os candidatos aprovados no cargo de Agente de Manutenção e Conservação, do Processo Seletivo Edital nº 001/2018, homologado pelo Decreto nº 088, de 25 de janeiro de 2019,

A solicitação da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratado em caráter temporário emergencial, pelo período de 1º de abril a 1º de julho de 2019, MICHAELSON DOUGLAS ROBERT, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 089.382.469-06, para ocupar o cargo de Agente de Manutenção e Conservação, com carga horária de 40 horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 6 de março de 2019.

Maravilha – SC, 1º de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER
Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO
Secr. Planej. Adm. e Fazenda
Registrado e publicado na data supra.

Decreto nº 336/2019

Publicação Nº 1969067

DECRETO Nº 336, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre contratação temporária por excepcional interesse público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal, e conforme art. 37, inciso IX da Constituição Federal,

CONSIDERANDO,

O Processo Seletivo Edital nº 001/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto contratada em caráter temporário, pelo período de 1º de abril a 18 de dezembro de 2019, LILIANE CATRINE DA SILVA RODRIGUES DE OLIVEIRA, brasileira, portadora do RG nº 4.391.479, para ocupar o cargo de Agente Comunitário de Saúde – ESF Bela Vista, com carga horária de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, percebendo a remuneração do quadro de pessoal próprio.

Art. 2º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto correrão por conta de dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 1º de abril de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Registrado e publicado na data supra.

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 001/2019

Publicação Nº 1967555

EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA nº 01/2019

ROSIMAR MALDANER, Prefeita Municipal de Maravilha, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e em cumprimento ao que dispõe o Decreto Lei nº 195/67 de 24 de fevereiro de 1967, Lei Municipal nº 1942/93 de 15 de dezembro de 1993 e Lei Complementar n. 110/2017 de 16 de agosto de 2018 e de acordo com Edital Demonstrativo de Contribuição de Melhoria n. 08/2017, faz saber a quem possa interessar que o Município de Maravilha lança EDITAL DE COBRANÇA DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA, para ressarcimento parcial ao erário público municipal, dos valores despendidos nas obras de pavimentação asfáltica, compreendendo as seguintes vias públicas da cidade de Maravilha:

1 DELIMITAÇÃO DAS ZONAS BENEFICIADAS:

Avenida Entre Rios (trecho I - compreendido entre a Avenida Maravilha e a Rua Sagrada Família) com área total de 4.633,70 m².

Avenida Entre Rios (trecho II - compreendido entre a Rua Sagrada Família e divisa com a Avenida Marginal) e Avenida Marginal (trecho I - compreendido entre a divisa com a Avenida Entre Rios e a Rua São Miguel) com área total de 5.200,50 m².

Avenida Marginal (trecho II - compreendido entre a Rua São Miguel e a Rua João Antônio Zandoná) com área total de 5.074,22 m².

Rua João Antônio Zandoná (trecho compreendido entre a Avenida Marginal e a BR-282) com área total de 2.314,85 m².

Avenida Presidente Vargas (trecho compreendido entre a Avenida Sul Brasil e Avenida Marginal) com área total de 6.719,95 m².

Rua 8 (trecho compreendido entre a Avenida Presidente Vargas e a Rua 13) com área total de 837,10 m².

Rua 9 (trecho compreendido entre a Avenida Presidente Vargas e a Rua 13) com área total de 632,90 m².

Rua Victor Meirelles (trecho compreendido entre a Avenida Euclides da Cunha e a Rua Silvio Noronha) com área total de 3.090,35 m².

Rua Eloi Luiz Dadan (trecho I - compreendido entre a Victor Meirelles e a Rua Balduino Gehn) com área total de 3.229,30 m².

Rua Eloi Luiz Dadan (trecho II - compreendido entre a Rua Balduino Gehn e a Rua São José) com área total de 3.563,90 m².

Rua Palmitos (trecho I - compreendido entre a Rua Eloi Luiz Dadan e a Rua Prefeito Baldissera) com área total de 2.561,10 m².

Rua Palmitos (trecho II - compreendido entre a Rua Prefeito Baldissera e a Rua Nidolfo Mattje) com área total de 2.459,60 m².

Rua São José (trecho I - compreendido entre o Lajeado Natal e a Rua Arnaldo Graff) com área total de 4.028,80 m².

Rua São José (trecho II - compreendido entre a Rua Arnaldo Graff e a Rua Santa Bárbara) com área total de 3.872,70 m².

Rua São José (trecho III - compreendido entre a Rua Santa Bárbara e a Rua Eloi Luiz Dadan) com área total de 4.354,40 m².

2 MEMORIAL DESCRITIVO DO PROJETO

2.1 O presente memorial descreve normas para a execução dos serviços de pavimentação asfáltica em via urbana da cidade, compreendendo todas as atividades necessárias para a execução da obra, nos termos definidos no processo licitatório nº 093/2017 na modalidade Concorrência n. 004/2017, e de acordo com o orçamento global da obra efetuado pelo engenheiro civil Jorge Luiz Dummer.

2.2 As obras compreenderam os seguintes serviços:

1. Placa da obra e serviços preliminares;
2. Execução de remendos profundos e rasos;
3. Drenagem Pluvial;
4. Limpeza;
5. Pavimentação asfáltica em C.B.U.Q;
6. Meio-Fio;
7. Rampa de acessibilidade;
8. Controle Tecnológico;
9. Sinalização viária (pinturas e placas);
10. Obras complementares.

3 CUSTO TOTAL DAS OBRAS

3.1 O custo total para a realização das obras com as melhorias realizadas, de acordo com a planilha quantitativa e orçamentária publicada no Edital de Contribuição de Melhoria nº. 08/2017 foi de R\$ 2.996.856,38 (Dois milhões, novecentos e noventa e seis mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e trinta e oito centavos).

4 DETERMINAÇÃO DA PARCELA ABRANGIDA PELA CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA

4.1 A cobrança da Contribuição de Melhoria terá como limite o custo das obras (item 3 do edital) computadas as despesas de estudo, projetos e todos os investimentos necessários para que os benefícios dela decorrentes sejam integralmente alcançados pelos imóveis da zona de influência.

4.2 A importância a ser absorvida pelos contribuintes será de 95% (noventa e cinco por cento) da contrapartida do Município para a execução da obra. O Município participa no custo da obra com a importância de 5% (cinco por cento) da contrapartida do valor da obra.

5 DETERMINAÇÃO DO FATOR DE ABSORÇÃO

5.1 O fator de absorção do benefício da zona atingida tem como base à valorização dos imóveis, tendo como limite máximo o custo da obra da rua e, individualmente, o valor da efetiva valorização ocorrida no respectivo imóvel, apurada mediante procedimento administrativo, realizado por comissão designada.

6 OPÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 Os pagamentos poderão ser efetuados nas seguintes formas:

- I – em cota única, com desconto de 5% (cinco por cento).
- II - em até 10 (dez) parcelas fixas, mensais e consecutivas, sem desconto.

6.2 O vencimento da primeira parcela será no dia 15 de junho de 2019, para os imóveis localizados nas seguintes vias, conforme trechos especificados no item 1 do presente edital:

- Avenida Entre Rios
- Avenida Marginal
- Avenida Presidente Vargas
- Rua João Antônio Zandoná
- Rua 8
- Rua 9

6.3 O vencimento da primeira parcela será no dia 15 de agosto de 2019, para os imóveis localizados nas seguintes vias, conforme trechos especificados no item 1 do presente edital:

- Rua Victor Meirelles
- Rua Eloi Luiz Dadan
- Rua Palmitos
- Rua São José

6.4 De acordo com o parágrafo único do art. 13 da Lei Complementar n. 096/2016, o valor mínimo de cada parcela não poderá ser inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

6.5 Ficará a critério do contribuinte a opção pela condição de pagamento que melhor lhe convir.

7 DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1 São partes integrantes deste edital a relação dos imóveis abrangidos, a respectiva valorização e o valor da Contribuição de Melhoria, conforme anexo único do presente edital.

7.2 Os proprietários, os titulares do domínio útil ou os possuidores a qualquer título dos imóveis beneficiados com a obra de que trata este edital têm o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do mesmo, para a impugnação de quaisquer dos elementos constantes, que estão à disposição dos interessados na Secretaria Municipal de Administração e Fazenda, durante o horário de expediente, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

7.3 A impugnação deverá ser dirigida à Administração Municipal através de petição, que servirá para o início do processo administrativo, na qual o proprietário poderá reclamar contra eventuais erros de localização, cálculos e número de prestações.

8 DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1 Demais informações poderão ser obtidas pelo contribuinte na Secretaria Municipal do Planejamento, Administração e Fazenda.

Maravilha, SC, 26 de março de 2019.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO

AO EDITAL DE CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA Nº 01/2019

LAUDOS DE AVALIAÇÕES DE IMÓVEIS

Conforme parecer da Comissão Especial de Avaliação, designada através do Decreto Municipal nº 003, de 02 de janeiro de 2013.

Avenida Entre Rios e Avenida Marginal

Cadastro	Proprietário	Qd.	Lt.	Valor venal territorial antes da obra (R\$)	Valorização (R\$)	Valor venal territorial após a obra (asfalto) (R\$)	Valor da Contribuição de Melhoria (R\$)
520908-0	COOPERATIVA REGIONAL AURI-VERDE	1	P/L	594.000,00	51.146,66	645.146,66	1.311,91
849100-0	GENY FERREIRA	1	14	38.507,40	3.315,70	41.823,10	85,05
849200-0	LORECI JOHANN	1	15	36.601,20	3.151,56	39.752,76	80,84
813400-0	ALDAIR KESLER	7	14	71.710,20	6.174,64	77.884,84	158,38
813500-0	EDENIR TEIXEIRA	7	15	57.060,00	4.913,18	61.973,18	126,02
812600-0	GILSEO ZANINI	7	1	99.396,00	8.558,54	107.954,54	219,53
819700-0	MATEUS AUGUSTO SCHABARUM	8	10	96.015,60	8.267,47	104.283,07	212,06
813700-0	TEICOL TEIXEIRA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	8	11	88.043,40	7.581,02	95.624,42	194,45
818900-0	VILMAR REINEHR	8	1	126.167,40	10.863,70	137.031,10	278,65
810700-0	LAUDICENA HELLER	1	3	87.742,20	7.555,08	95.297,28	193,79
468900-0	MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ	10	1	78.660,00	6.773,06	85.433,06	173,73
467200-0	VILCEMAR TEIXEIRA	9	P/2	55.440,00	4.773,69	60.213,69	122,45
467300-0	ENRIETE ZEILINGER TEIXEIRA	9	1	89.100,00	7.672,00	96.772,00	196,79
467401-0	VILCEMAR TEIXEIRA	9	34-A	62.020,80	5.340,33	67.361,13	136,98
467400-0	VOLMIR A. KNAK E LÚCIA H. KNAK	9	34-B	93.497,40	8.050,64	101.548,04	206,50

464000-0	IRACEMA SOARES	7	8	118.080,00	10.167,34	128.247,34	260,79
464100-0	CIDENIR DA ROSA	7	7	81.000,00	6.974,54	87.974,54	178,90
464200-0	DEJANIRA RODRIGUES WAGNER	7	6	81.000,00	6.974,54	87.974,54	178,90
464300-0	LILIAN SCHWERZ	7	5	81.000,00	6.974,54	87.974,54	178,90
464400-0	ADAIR MACHADO	7	4	81.000,00	6.974,54	87.974,54	178,90
464500-0	ADAIR MACHADO	7	3	81.000,00	6.974,54	87.974,54	178,90
464600-0	SIDINEI BIZON	7	2	78.300,00	6.742,06	85.042,06	172,93
462900-0	SIRLENE DE ABREU	7	1	81.900,00	7.052,04	88.952,04	180,88
458600-0	DARCILINO LAUFER	4	9-10	187.200,00	16.118,95	203.318,95	413,45
458700-0	ARI BOLFE	4	8	87.430,00	7.528,20	94.958,20	193,10
458800-0	MAXIMILIO PIZZI	4	7	89.880,00	7.739,16	97.619,16	198,51
458900-0	DARVIL ALBANI	4	6	92.820,00	7.992,31	100.812,31	205,00
459000-0	MIGUEL PAULO ASSMANN	4	5	95.200,00	8.197,24	103.397,24	210,26
459100-0	ARTUR ALBANI	4	4	97.020,00	8.353,95	105.373,95	214,28
459200-0	ILONI CASTILHO	4	3	99.400,00	8.558,88	107.958,88	219,54
459300-0	ROMEU FRANCISCO ROHENKOL	4	2	104.040,00	8.958,41	112.998,41	229,78
457200-0	ROMEU FRANCISCO ROHENKOL	4	1	114.066,90	9.821,79	123.888,69	251,93
455600-0	RAINOLDO MULLER	3	15	116.226,00	10.007,70	126.233,70	256,70
454200-0	ROQUE JOAO MARAFON	3	1	133.650,00	11.508,00	145.158,00	295,18
454100-0	NELI MARIA MARCON	2	1-A	70.092,00	6.035,31	76.127,31	154,81
454101-0	NELSON DA SILVA	2	1-B	70.092,00	6.035,31	76.127,31	154,81
453501-0	NEIDE VENDRAMINI	2	1-A	72.072,00	6.205,79	78.277,79	159,18
453500-0	ELO MICHEL SCHNEIDER	2	2-B	75.834,00	6.529,72	82.363,72	167,49
452700-0	MARIA SUELI VENDRUSCULO	1	3	117.711,00	10.135,56	127.846,56	259,98
452800-0	AIRTO PROVENZI	1	4	115.192,00	9.918,66	125.110,66	254,41
452900-0	ADELINO MARQUES DE OLIVEIRA	1	5	73.920,00	6.364,92	80.284,92	163,26
453000-0	ARLEI NUNES CABRAL	1	6	68.530,00	5.900,81	74.430,81	151,36
453100-0	SAUL NUNES CABRAL	1	7	72.072,00	6.205,79	78.277,79	159,18
453200-0	ANTONIO FIORENTIN	1	P/8	31.166,52	2.683,61	33.850,13	68,83
453201-0	ADEMAR SCHUMANN	1	P/8	44.522,94	3.833,67	48.356,61	98,33
453300-0	ELEMAR SCHUMANN	1	9	84.942,00	7.313,97	92.255,97	187,60
453400-0	ALIDO JOSÉ KOCH	1	10	79.002,00	6.802,51	85.804,51	174,48
455900-0	VALDECIR ZANIVAN	5	3	77.770,00	6.696,42	84.466,42	171,76
456000-0	TELMIR JOSE ZANIVAN	5	4	83.160,00	7.160,53	90.320,53	183,67
456100-0	DARCILINO LAUFER	5	5	82.390,00	7.094,23	89.484,23	181,97

456300-0	BENO LUIZ TELEKEN	5	6/7	198.000,00	17.048,89	215.048,89	437,30
456400-0	MARLI APARECIDA DALBERTO ALBERTI	5	8	73.920,00	6.364,92	80.284,92	163,26
456500-0	VIVALDO DAE-NECKE	5	9	165.132,00	14.218,77	179.350,77	364,71
456600-0	LIRIO VIVIAN	5	10	94.644,00	8.149,37	102.793,37	209,03
459600-0	MARCIO AREZI	6	33/34	213.840,00	18.412,80	232.252,80	472,29
459800-0	EDEMAR EBERTZ	6	32	89.100,00	7.672,00	96.772,00	196,79
459900-0	VOLNEI CERBARO	6	31	89.100,00	7.672,00	96.772,00	196,79
460000-0	LEOCI IRIA RADDATZ KOCHHANN	6	30	89.100,00	7.672,00	96.772,00	196,79
460100-0	BENVINDO FRANDOLOSO	6	29	89.100,00	7.672,00	96.772,00	196,79
460200-0	DIONISIO PADILHA DOS SANTOS	6	28	89.100,00	7.672,00	96.772,00	196,79
460300-0	IRINEU EBERT	6	27	89.100,00	7.672,00	96.772,00	196,79
460400-0	PATRICIA MONICA DASSI	6	26	89.100,00	7.672,00	96.772,00	196,79
460500-0	TEREZA LURDES CRUZ	6	25	89.100,00	7.672,00	96.772,00	196,79
460600-0	JUVELINO PAULETTI	6	24	89.100,00	7.672,00	96.772,00	196,79
460700-0	WERNO WALDI WENZEL	6	23	89.100,00	7.672,00	96.772,00	196,79
460800-0	VITORINO CASSOL	6	22	89.100,00	7.672,00	96.772,00	196,79
460900-0	AGNES MARIA DRUMM DOS SANTOS	6	21	89.100,00	7.672,00	96.772,00	196,79
465100-0	LAUDICENA HELLER	8	8	106.920,00	9.206,40	116.126,40	236,14
465300-0	ILARIO VALDEMAR KNAK	8	5	136.620,00	11.763,73	148.383,73	301,74
465400-0	GERALDO BIAZUSSI	8	4	128.502,00	11.064,73	139.566,73	283,81
810300-0	ALVINA TERESINHA BIAZUSSI	2	4	154.770,00	13.326,55	168.096,55	341,83
810400-0	JEFERSON CARLOS JANDREY	2	5	127.050,00	10.939,70	137.989,70	280,60
817200-0	VALENCIO DE MOURA	2	6	118.800,00	10.229,33	129.029,33	262,38
817300-0	CÉSAR FRANDOLOSO	2	7	118.800,00	10.229,33	129.029,33	262,38
810000-0	JOSARA MARIA JANDREY	1	6	94.002,48	8.094,13	102.096,61	207,61
816500-0	VANDERLEI PEDRO DASSI	1	7	89.100,00	7.672,00	96.772,00	196,79
814000-0	MARINES VIVIAN	1	8	89.100,00	7.672,00	96.772,00	196,79
810100-0	EVANDRO LUIZ-MAHLE	1	9	89.100,00	7.672,00	96.772,00	196,79
816400-0	ALFONSO BENEDITO SCHABARUM	1	10	89.100,00	7.672,00	96.772,00	196,79
814100-0	IVANIR GOTTARDO	1	11	89.100,00	7.672,00	96.772,00	196,79
816700-0	ARI BOLFE	1	12	89.100,00	7.672,00	96.772,00	196,79
810200-0	VITOR JOSE DURANTI	1	13	86.130,00	7.416,27	93.546,27	190,23
816800-0	ELIZEU CANOVA	1	14	81.383,94	7.007,60	88.391,54	179,75

816900-0	MULTI-ACO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	1	15	104.563,80	9.003,52	113.567,32	230,94
521018-0	FOLLE PRODUTOS SIDERURGICOS LTDA.	FR	13,14,15	534.600,00	46.031,99	580.631,99	1.180,72
890049-0	TAIVANE FRANKE	4	9	457.214,94	39.368,71	496.583,65	1.009,81

Rua João Antônio Zandoná

Cadastro	Proprietário	Qd.	Lt.	Valor venal territorial antes da obra (R\$)	Valorização (R\$)	Valor venal territorial após a obra (asfalto) (R\$)	Valor da Contribuição de Melhoria (R\$)
5310800-0	NILVA JOSEFINA RADIN	6	15	79.463,48	8.579,46	88.042,94	220,06
5310900-0	NILVA JOSEFINA RADIN	6	16	61.343,10	6.623,05	67.966,15	169,88
5311000-0	NILVA JOSEFINA RADIN	6	17	71.150,63	7.681,95	78.832,57	197,04
5311100-0	NILVOR SANTO RIGONI	6	18	75.300,75	8.130,02	83.430,77	208,54
5311200-0	JULIÊ VANESSA DE SOUZA LIMA	6	19	53.776,80	5.806,14	59.582,94	148,93
5311300-0	KASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	6	20	52.571,93	5.676,05	58.247,98	145,59
Matr. 15.676	LUCIA RAMBO	-	-	330.750,00	35.710,21	366.460,21	915,97
Matr. 15.677	LUCIA RAMBO	-	-	472.500,00	51.014,58	523.514,58	1.308,52
452500-0	ANTONINHA DA SILVA	1	1	74.733,75	8.068,81	82.802,56	206,96
452600-0	ELIANE SCHLOSSER	1	2	69.930,00	7.550,16	77.480,16	193,66
452700-0	MARIA SUELI VENDRUSCULO	1	3	117.711,00	12.708,95	130.419,95	325,98

Avenida Presidente Vargas

Cadastro	Proprietário	Qd.	Lt.	Valor venal territorial antes da obra (R\$)	Valorização (R\$)	Valor venal territorial após a obra (asfalto) (R\$)	Valor da Contribuição de Melhoria (R\$)
523700-0	GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA	4	1	537.840,00	47.992,54	585.832,54*	1.231,01
-	MUNICÍPIO DE MARAVILHA	3	1	389.934,00	34.794,59	424.728,59*	892,48
330006-0	RUBERTO JORGE WERLANG	1	8	68.724,75	6.132,45	74.857,19	157,30
330007-0	RUBERTO JORGE WERLANG	1	7	69.919,20	6.239,03	76.158,23	160,03
330009-0	COLINA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	2	1	96.811,20	8.638,66	105.449,86	221,58
330008-0	COLINA COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	2	2	100.571,60	8.974,21	109.545,80	230,19
454900-0	MESSIAS LEONARDO JAHNEL	3	8	104.724,17	9.344,75	114.068,92	239,69
455000-0	ROSELI DOS SANTOS GAUSMANN	3	9	99.948,60	8.918,61	108.867,21	228,76
455100-0	LENITA CASSANELLI ZANINI	3	10	103.982,40	9.278,56	113.260,96	238,00
455200-0	CELSE ZANINI	3	11	107.568,00	9.598,51	117.166,51	246,20
455300-0	VALMOR LEONARDO GIELOV	3	12	101.965,50	9.098,59	111.064,09	233,38

455400-0	MARTIM AUGUSTO GIELOV	3	13	100.845,00	8.998,60	109.843,60	230,81
455500-0	KASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	3	14	114.291,00	10.198,41	124.489,41	261,59
455600-0	RAINOLDO MULLER	3	15	131.546,70	11.738,18	143.284,88	301,08
457200-0	ROMEU FRANCISCO ROHENKOL	4	1	114.066,90	10.178,42	124.245,32	261,08
457300-0	ROMEO NILSSON	4	22	111.153,60	9.918,46	121.072,06	254,41
457400-0	ADEMAR BARON	4	21-A	80.676,00	7.198,88	87.874,88	184,65
457401-0	ARTUR ALBANI/DELICI MARIA ALBANI	4	21-B	80.676,00	7.198,88	87.874,88	184,65
457500-0	ARTUR ALBANI	4	20	125.496,00	11.198,26	136.694,26	287,24
523100-0	ILVO MAURI DREIFKE	1	1	108.128,25	9.648,50	117.776,75	247,48
523000-0	EVALDO ALBANO LAUER	1	2	115.691,63	10.323,40	126.015,02	264,80
522900-0	AGOSTINHO NEUMANN	1	3	117.652,50	10.498,37	128.150,87	269,28
522800-0	LOURDES MEZOMO BASSO	1	4	117.652,50	10.498,37	128.150,87	269,28
522700-0	NILTON BAIERLE	1	5	117.652,50	10.498,37	128.150,87	269,28
522600-0	REVILIO GOTTARDO	1	6	117.652,50	10.498,37	128.150,87	269,28
522500-0	VANDERLEI, SIRLEI E VOLNEI GRAMS	1	7	117.652,50	10.498,37	128.150,87	269,28
521400-0	LAUDELINO DA COSTA LEITE	2	1	117.652,50	10.498,37	128.150,87	269,28
521300-0	JOAO MARIA ALVES RAMOS	2	2	117.652,50	10.498,37	128.150,87	269,28
521200-0	AIRTON POTT	2	3	117.652,50	10.498,37	128.150,87	269,28
521100-0	VALTEMIR ANTONIO MACHADO	2	4	117.652,50	10.498,37	128.150,87	269,28
521101-0	IDENIR INACIO SECCHI	2	5	138.117,31	12.324,48	150.441,80	316,12

* Consideradas somente as faixas de 30m da parte confrontante com a rua.

Rua 8

Cadastro	Proprietário	Qd.	Lt.	Valor venal territorial antes da obra (R\$)	Valorização (R\$)	Valor venal territorial após a obra (asfalto) (R\$)	Valor da Contribuição de Melhoria (R\$)
478400-0	DARCI GOMES DE OLIVEIRA	18	7	121.500,00	10.912,30	132.412,30	279,90
478500-0	MELITAEBERTZ	18	8	78.750,00	7.072,79	85.822,79	181,42
478600-0	MARCIA SPANHOL	18	9	78.750,00	7.072,79	85.822,79	181,42
478700-0	NEODIR SPANHOL	18	10	78.750,00	7.072,79	85.822,79	181,42
477700-0	EDEMAR ANTONIO VANSO	18	11	86.905,00	7.805,21	94.710,21	200,20
475700-0	ARNILDO LANZ	19	2	101.077,20	9.078,06	110.155,26	232,85
475800-0	DORACY JOSE GONCALVES	19	3	74.025,00	6.648,42	80.673,42	170,53
476000-0	JOAO CARLOS RIEGER	19	4	80.325,00	7.214,24	87.539,24	185,05
476100-0	ALCIDES DAHMER	19	5	77.017,50	6.917,18	83.934,68	177,43
476200-0	NOELI KNOP	19	6	78.750,00	7.072,79	85.822,79	181,42

476300-0	VITORIO BORGES	19	7	121.500,00	10.912,30	132.412,30	279,90
----------	----------------	----	---	------------	-----------	------------	--------

Rua 9

Cadastro	Proprietário	Qd.	Lt.	Valor venal territorial antes da obra (R\$)	Valorização (R\$)	Valor venal territorial após a obra (asfalto) (R\$)	Valor da Contribuição de Melhoria (R\$)
480900-0	VALDIR RHODEN	17	11	121.500,00	10.258,90	131.758,90	263,14
481000-0	PEDRO LOPES DUARTE	17	12	78.750,00	6.649,29	85.399,29	170,55
478800-0	AMÉLIA GATELLI	17	P/13	72.580,00	6.128,32	78.708,32	157,19
477801-0	LUIZ CARLOS DAHMER	18	1-B	57.300,00	4.838,15	62.138,15	124,10
477900-0	DARCY JOAO VERTMANN	18	2	78.750,00	6.649,29	85.399,29	170,55
478000-0	ARNILDO THE-SING	18	3	78.750,00	6.649,29	85.399,29	170,55
478100-0	JACIR PAULINHO LOPES DUARTE	18	4	121.500,00	10.258,90	131.758,90	263,14

Rua Victor Meirelles

Cadastro	Proprietário	Qd.	Lt.	Valor venal territorial antes da obra (R\$)	Valorização (R\$)	Valor venal territorial após a obra (asfalto) (R\$)	Valor da Contribuição de Melhoria (R\$)
243200-0	RUDI OSMAR NERLING	48	9A	84.348,00	4.845,96	89.193,96	124,30
243201-0	HARRY EDGAR TRENEPOHL	48	9B	105.435,00	6.057,45	111.492,45	155,37
243300-0	HARRY EDGAR TRENEPOHL	48	10	186.971,40	10.741,89	197.713,29	275,53
243500-0	REINOLDO BERTOLDO KRUGER	48	11	186.971,40	10.741,89	197.713,29	275,53
243600-0	CLAUDIO ARNALDO SCHWERZ	48	P/12	71.695,80	4.119,07	75.814,87	105,65
241801-0	ATENOR WAZLAWIK	48	P/12-A	58.959,25	3.387,33	62.346,58	86,88
241800-0	ESPÓLIO DE CLAIRTON MORAIS	48	P/12-B	58.917,08	3.384,91	62.301,98	86,82
224000-0	ANTONIO ZAFARI	43	26	80.514,00	4.625,69	85.139,69	118,65
224100-0	NILSON BUTZGE	43	27	127.927,80	7.349,71	135.277,51	188,52
224200-0	GISLENE G. DO COUTO FROZZA	43	28	127.927,80	7.349,71	135.277,51	188,52
224300-0	ROBERTO ELY	43	29	127.927,80	7.349,71	135.277,51	188,52
224400-0	CONSTRUTORA BRUMM LTDA	43	30-31	316.305,00	18.172,36	334.477,36	466,12
221500-0	MARLEI ZAPELINI	43	1	174.457,80	10.022,95	184.480,75	257,09
220201-0	BRUNO EDUARDO BEGROW	42	6	152.895,60	8.784,16	161.679,76	225,31
220300-0	ALCINDO TESCO	42	7	85.285,20	4.899,81	90.185,01	125,68
220400-0	HELMAR ROLLWAGEN	42	8	81.408,60	4.677,09	86.085,69	119,97
220500-0	ELSON DALL AGNOL	42	9	78.456,42	4.507,48	82.963,90	115,62
220600-0	AURI BRUCH	42	10	80.514,00	4.625,69	85.139,69	118,65
239600-0	VALDOMIRO WEIZEMANN	42-A	29	165.628,80	9.515,71	175.144,51	244,08
239800-0	JULITA SCHAEGLER	42-A	49	127.927,80	7.349,71	135.277,51	188,52

239900-0	JAQUELINE AR-CILDA KAHER	42-A	48	127.927,80	7.349,71	135.277,51	188,52
240000-0	PAULO VALDO-MIRO MACHADO	42-A	47	127.927,80	7.349,71	135.277,51	188,52
240100-0	SILVANA FREESE CARDOSO	42-A	46	127.927,80	7.349,71	135.277,51	188,52
240200-0	IVANIR BRAMBILLA OLIVA	42-A	45	127.927,80	7.349,71	135.277,51	188,52
240300-0	BENEDITO VASKEVICZ	42-A	44	80.514,00	4.625,69	85.139,69	118,65

Rua Eloi Luiz Dadan

Cadastro	Proprietário	Qd.	Lt.	Valor venal territorial antes da obra (R\$)	Valorização (R\$)	Valor venal territorial após a obra (asfalto) (R\$)	Valor da Contribuição de Melhoria (R\$)
284101-0	ELLOS INCORPORADORA LTDA	53	A	147.922,74	18.307,72	166.230,46	469,59
284102-0	ELLOS INCORPORADORA LTDA	53	B	72.900,00	9.022,50	81.922,50	231,43
284103-0	ELLOS INCORPORADORA LTDA	53	C	111.992,63	13.860,81	125.853,44	355,53
284104-0	ELLOS INCORPORADORA LTDA	53	D	147.185,78	18.216,51	165.402,28	467,25
284105-0	ELLOS INCORPORADORA LTDA	53	E	66.150,00	8.187,08	74.337,08	210,00
284106-0	ELLOS INCORPORADORA LTDA	53	F	69.741,00	8.631,52	78.372,52	221,40
284107-0	ELLOS INCORPORADORA LTDA	53	G	70.875,00	8.771,87	79.646,87	225,00
284108-0	ELLOS INCORPORADORA LTDA	53	H	70.875,00	8.771,87	79.646,87	225,00
284109-0	ELLOS INCORPORADORA LTDA	53	I	70.875,00	8.771,87	79.646,87	225,00
284500-0	MARIA ISABEL LICKS MILANI	65	99	187.110,00	23.157,74	210.267,74*	594,00
284600-0	MARIA ISABEL LICKS MILANI	65	100	187.110,00	23.157,74	210.267,74*	594,00
285219-0	FELIPE ALVES RODRIGUES	66-A	J-2	24.300,00	3.007,50	27.307,50	77,14
285218-0	VALDIR ALVES RODRIGUES	66-A	J-3	24.300,00	3.007,50	27.307,50	77,14
285316-0	ELIANNI TEREZINHA SCHERER	66	106-I	24.300,00	3.007,50	27.307,50	77,14
285301-0	CATARINA FARIAS RODRIGUES REISDORFER	66	106-J1	24.300,00	3.007,50	27.307,50	77,14
285600-0	VALDECIR SILVEIRA MARTINS	80	1-A	40.500,00	5.012,50	45.512,50	128,57
285601-0	CELIO KAHER FEIL	80	1-B	40.500,00	5.012,50	45.512,50	128,57
225701-0	FRANCISCO MULLER E FÁTIMA SOARES	80	4-A	24.300,00	3.007,50	27.307,50	77,14
285702-0	LUSIMAR ROSA DA SILVA	80	4-B	24.300,00	3.007,50	27.307,50	77,14
-	SEVERINO LEMES CAMARGO	79	5	35.892,72	4.442,28	40.335,00	113,94
-	MUNICÍPIO DE MARAVILHA	79	4	19.107,09	2.364,80	21.471,89	60,66
-	FÁBIO MARCELO SCHELL	79	3	19.881,45	2.460,64	22.342,09	63,12
-	GERERSOU DOUGLAS FELIX	79	2	26.824,77	3.319,98	30.144,75	85,16
-	ADEMIR IANKE	79	1	29.581,20	3.661,13	33.242,33	93,91

281209-0	ALVELINO GONÇALVES MAIA	67-A	J-5	24.300,00	3.007,50	27.307,50	77,14
281200-0	ANTONIO VALDIR FERRAZ	67-A	89-A	24.300,00	3.007,50	27.307,50	77,14
280505-0	FERNANDO EMERSON GASS	64	84-J10	52.852,50	6.541,31	59.393,81	167,78
280200-0	MUNICIPIO DE MARAVILHA	64	79-84	283.500,00	35.087,49	318.587,49*	899,99
279805-0	MARCIO LUIZ MATTE	54	78-F	29.932,74	3.704,64	33.637,38	95,02
279806-0	TEREZA GONÇALVES	54	78-GH	49.887,90	6.174,40	56.062,30	158,37
279808-0	DERCIO ROQUE HERMANN	54	78-I	40.380,53	4.997,71	45.378,24	128,19
280000-0	ALVINO THESING	54	77-A	58.320,00	7.218,00	65.538,00	185,14
280001-0	EVANDRO CARLOS MATTEI	54	77-B	58.320,00	7.218,00	65.538,00	185,14
280002-0	PEDRO BORTOLOZO	54	77-C	58.320,00	7.218,00	65.538,00	185,14
280003-0	NILVO THESSING	54	77-D	48.497,94	6.002,37	54.500,31	153,96
279400-0	NELI LOURDES FURTADO	44	72	442.323,00	54.744,28	497.067,28*	1.404,19

* Consideradas somente as faixas de 30m da parte confrontante com a rua.

Rua Palmitos

Cadastro	Proprietário	Qd.	Lt.	Valor venal territorial antes da obra (R\$)	Valorização (R\$)	Valor venal territorial após a obra (asfalto) (R\$)	Valor da Contribuição de Melhoria (R\$)
281200-0	ANTONIO VALDIR FERRAZ	67A	89-A	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
281201-0	MARISIANE LISBOA	67A	89-B	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
281202-0	ERACI SELBOTH	67A	89-C	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
281203-0	WALDIR GASS	67A	89-D	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
281204-0	ANGELO VOLMIR BARBOSA	67A	89-E	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
281205-0	OMAR DE LEMES	67A	89-F	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
281206-0	ANTONIO BORTOLI / FRIDA BORTOLI	67A	89-G	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
281300-0	CELMAR LUIS DOS SANTOS	67A	87-A	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
281301-0	GERMARIA DE LURDES LIODADO DOS SANTOS	67A	87-B	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
281302-0	VALDIR ALVES RODRIGUES	67A	87-C	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
281303-0	IVETE DE JESUS PINTO CRESPIANI	67A	87-D	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
281304-0	MICHAEL DE OLIVEIRA	67A	87-E	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
281305-0	VALDORI JAPPE	67A	87-F	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
281306-0	VALMIR ALVES RODRIGUES	67A	87-G	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
281307-0	HILÁRIA MARIA DRUMM	67A	87-H	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
280800-0	RICARDO JOÃO BIANCHI	67A	85-A	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
280801-0	AFONSO CARDOSO	67A	85-B	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
280802-0	VERA LUCIA GELLER COCONCELLI	67A	85-C	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06

280803-0	RONIVAN EBERHART	67A	85-D	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
280804-0	TEREZINHA SALETE SLYS	67A	85-E	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
280805-0	TEREZINHA SALETE SLYS	67A	85-F	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
280806-0	MARIANA MARGALSKI DREHMER	67A	85-G	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
280807-0	MUNICÍPIO DE MARAVILHA	67A	85-H	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
280808-0	ELMAR ERCI JUSTEN	67A	85-I	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
274900-0	LOURDES SEBASTIANY	68	67-A	49.329,00	5.437,50	54.766,50	139,47
274901-0	ERNI ZORGETZ	68	67-B	44.043,75	4.854,91	48.898,66	124,53
274902-0	ROMEU CARLOS MOSSMANN	68	67-C	43.964,78	4.846,21	48.810,98	124,31
274903-0	NEIVA APARECIDA COMUNELLO	68	67-D	43.787,39	4.826,65	48.614,04	123,80
274904-0	GILMAR CRESTANI	68	67-E	43.964,78	4.846,21	48.810,98	124,31
274905-0	LEDIR FÁTIMA FELICHAK	68	67-F	44.043,75	4.854,91	48.898,66	124,53
274906-0	IGREJA DO EVANGELHO QUADRANGULAR	68	67-G	49.329,00	5.437,50	54.766,50	139,47
270921-0	JENIFER EDUARDA DOS SANTOS	69A	J10-D	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
270900-0	JOAO ALTAIR DE SOUZA	69A	A	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
270825-0	RUDI VANDERLEI DONHAUSER	69	J4	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
270800-0	JOÃO JOSÉ ZAMPIVA	69	J5	36.450,00	4.017,86	40.467,86	103,06
270416-0	RUDNEY VINICIUS GUILHERME ZEFERINO	51B	17	18.725,58	2.064,11	20.789,69	52,94
270511-0	GILMAR CRESTANI	51B	12	36.085,50	3.977,68	40.063,18	102,03
270500-0	NILVANI CONCEICAO COCCO	51B	1	24.543,00	2.705,36	27.248,36	69,39
270613-0	MUNICÍPIO DE MARAVILHA	51B	13	51.759,00	5.705,36	57.464,36	146,34
270614-0	MARLI TEREZINHA CAMARGO	51B	14	28.066,50	3.093,75	31.160,25	79,35
270615-0	RENATA PINTO PONCIANO	51B	15	44.347,50	4.888,39	49.235,89	125,39
270600-0	COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO	51B	47-A	109.350,00	12.053,57	121.403,57	309,17
274802-0	UNIÃO SUL BRASILEIRA DA IGREJA ADVENTISTA DO 7º DIA	63	66C	56.497,50	6.227,68	62.725,18	159,74
274803-0	LEDIR FÁTIMA FELICHAK	63	66D	45.198,00	4.982,14	50.180,14	127,79
274804-0	JORGE LICKS, JACOB LICKS E MARIA I. L. MILANI	63	66E	45.198,00	4.982,14	50.180,14	127,79
274805-0	JORGE LICKS, JACOB LICKS E MARIA I. L. MILANI	63	66F	45.198,00	4.982,14	50.180,14	127,79

274806-0	JORGE LICKS, JACOB LICKS E MARIA I. L. MILANI	63	66G	45.198,00	4.982,14	50.180,14	127,79
274807-0	JORGE LICKS, JACOB LICKS E MARIA I. L. MILANI	63	66H	45.198,00	4.982,14	50.180,14	127,79
274808-0	JORGE LICKS, JACOB LICKS E MARIA I. L. MILANI	63	66I	56.497,50	6.227,68	62.725,18	159,74
280301-0	MUNICÍPIO DE MARAVILHA	64	80A	55.647,00	6.133,93	61.780,93	157,34
280302-0	MARIA DE LOUR- DES MARTINS	64	80B	49.207,50	5.424,11	54.631,61	139,13
280303-0	MARIZETE SLYS NERES	64	80C	49.207,50	5.424,11	54.631,61	139,13
280304-0	SADI PENA PEREIRA	64	80D	49.207,50	5.424,11	54.631,61	139,13
280305-0	LEONIR SILVE- RIO MULLER	64	80E	49.207,50	5.424,11	54.631,61	139,13
280306-0	SADI PENA PEREIRA	64	80F	47.385,00	5.223,22	52.608,22	133,98
280401-0	IDACIR BE- RWENGER	64	82G	49.207,50	5.424,11	54.631,61	139,13
280402-0	ASTIR WEBER	64	82H	47.385,00	5.223,22	52.608,22	133,98
280403-0	OSVALDINO WINKI	64	82I	47.385,00	5.223,22	52.608,22	133,98
280404-0	LUCIANA DA SILVA	64	82-J2	47.385,00	5.223,22	52.608,22	133,98
280405-0	ALEXIANO DA SILVA CRESPIANI	64	82-J3	47.385,00	5.223,22	52.608,22	133,98
280406-0	JURACI DE PAU- LA SKIERZINSKI	64	82-J4	47.385,00	5.223,22	52.608,22	133,98
280407-0	PEDRO DOS SANTOS	64	82-J5	47.385,00	5.223,22	52.608,22	133,98
280501-0	ELVINA NIENOW	64	84-J6	47.385,00	5.223,22	52.608,22	133,98
280502-0	MARIA RABUSKE	64	84-J7	47.385,00	5.223,22	52.608,22	133,98
280503-0	PAULINHO DE OLIVEIRA	64	84-J8	47.385,00	5.223,22	52.608,22	133,98
280504-0	MARLIZE FRE- DRICH	64	84-J9	47.385,00	5.223,22	52.608,22	133,98
280505-0	FERNANDO EMERSON GASS	64	84-J10	52.852,50	5.825,89	58.678,39	149,43

Rua São José

Cadastro	Proprietário	Qd.	Lt.	Valor venal ter- ritorial antes da obra (R\$)	Valorização (R\$)	Valor venal terri- torial após a obra (asfalto) (R\$)	Valor da Con- tribuição de Melhoria (R\$)
282200-0	TERESINHA LUCI SEIBERT	81	12-A1	27.000,00	2.776,97	29.776,97	71,23
282202-0	MARCOS FERREI- RA DE SALLES	81	12-A2	27.000,00	2.776,97	29.776,97	71,23
282201-0	CARMES MARIA TECCHIO	81	12-B	36.000,00	3.702,63	39.702,63	94,97
282300-0	IVANOR JACI MACHADO	81	11	122.220,00	12.570,42	134.790,42	322,43
282400-0	MARLI MADALE- NA MARIA RINT- ZEL GLIENKE	81	96-A	28.800,00	2.962,10	31.762,10	75,98
282401-0	CIRINITA BRU- CH/FATIMA A. BUENO	81	96-B	28.800,00	2.962,10	31.762,10	75,98

282402-0	DEONILDO JAI-RO GLIENKE	81	96-C	28.800,00	2.962,10	31.762,10	75,98
282403-0	SÉRGIO BRUCH	81	96-D	75.600,00	7.775,51	83.375,51	199,44
282404-0	SÉRGIO BRUCH	81	96-E	63.900,00	6.572,16	70.472,16	168,58
282405-0	PEDRO VALDE-SIR RIPPLINGER	81	96-F	28.800,00	2.962,10	31.762,10	75,98
282406-0	JOÃO PEDRO NUNES	81	96-G	28.800,00	2.962,10	31.762,10	75,98
282500-0	LUIZ WALCZACKI	81	95-AB	87.075,00	8.955,73	96.030,73	229,71
282502-0	ADEMAR CEZAR WANSCHER	81	95-C	70.875,00	7.289,55	78.164,55	186,98
282503-0	ERENITA DE FÁTIMA LIMA	81	95-D	75.150,00	7.729,23	82.879,23	198,25
282504-0	PEDRO BERTOLO	81	95-E	79.200,00	8.145,78	87.345,78	208,94
282601-0	LUIZ GNOATTO	81	94-A	27.660,60	2.844,91	30.505,51	72,97
282602-0	CASSIANO PINTO	81	94-B	28.080,00	2.888,05	30.968,05	74,08
282603-0	LEOMAR BORDIGNON	81	94-C	28.080,00	2.888,05	30.968,05	74,08
282604-0	ILAIR GNOATTO	81	94-F	28.080,00	2.888,05	30.968,05	74,08
271500-0	MARIA KVIA-TKOSKI	82	58-A	64.800,00	6.664,73	71.464,73	170,95
271501-0	JACIR SALVADOR DUARTE	82	58-B	54.000,00	5.553,94	59.553,94	142,46
271502-0	BRUNO SELMO GRAEFF	82	58-C	53.064,00	5.457,67	58.521,67	139,99
271503-0	MARIA RABUSKE	82	58-D	53.064,00	5.457,67	58.521,67	139,99
271606-0	ELIONAI MACHADO DE SOUZA	82	57-F	31.392,00	3.228,69	34.620,69	82,82
271605-0	GILBERTO VANDERLEI GRAF-FUNDER	82	57-E	31.392,00	3.228,69	34.620,69	82,82
271604-0	SILVIO ANTONIO KISTENMACHER	82	57-D	31.392,00	3.228,69	34.620,69	82,82
271603-0	MARLI WOLLMANN	82	57-C	31.392,00	3.228,69	34.620,69	82,82
271602-0	MARIA SEVERINA DA SILVA	82	57-B	36.964,08	3.801,78	40.765,86	97,52
271601-0	VERA LÚCIA LEIDA	82	57-A	107.730,00	11.080,11	118.810,11	284,20
271700-0	GILMAR ZANATTA	82	56	162.000,00	16.661,82	178.661,82*	427,38
271800-0	GILBERTO PIRES DE MORAIS	82	55-A	55.080,00	5.665,02	60.745,02	145,31
271801-0	JORGE SCHWERZ	82	55-B	53.208,00	5.472,48	58.680,48	140,37
271802-0	MARLI ALVES E IGOR KAUE CELSO	82	55-C	35.100,00	3.610,06	38.710,06	92,60
271803-0	CLAUDIO JOSE HANAUER	82	55-D	36.270,00	3.730,40	40.000,40	95,68
260206-0	ANILDO HERPICH	83	P35-F	58.185,00	5.984,37	64.169,37	153,50
260207-0	ANILDO HERPICH	83	P35-G	57.375,00	5.901,06	63.276,06	151,36
260208-0	ANILDO HERPICH	83	P35-H	57.375,00	5.901,06	63.276,06	151,36
260209-0	ANILDO HERPICH	83	P35-I	58.205,25	5.986,45	64.191,70	153,55
260306-0	LURDES DE SOUZA	83	P34-A	33.750,00	3.471,21	37.221,21	89,04
260300-0	IRINEU ROQUE SOUZA LEITE	83A	P34-A	39.150,00	4.026,61	43.176,61	103,28
260404-0	VALDECIR FASSBINDER	83A	P33-J	33.750,00	3.471,21	37.221,21	89,04
260400-0	IVAN CARLOS DE LEMES	83B	P33-A	38.475,00	3.957,18	42.432,18	101,50

260400-0	ONIRDO ANTONIO GONCALVES	84	P7-A	143.119,44	14.719,94	157.839,38	377,57
246301-0	MARIA NOELI ROLLWAGEN	84	P7-B	44.550,00	4.582,00	49.132,00	117,53
246302-0	ROSELI HERPICH	84	P7-C	44.550,00	4.582,00	49.132,00	117,53
246303-0	VALDIR VIEIRA	84	P7-D	44.550,00	4.582,00	49.132,00	117,53
246304-0	HUGO ALFREDO MULLER	84	P7-E	166.580,28	17.132,90	183.713,18	439,46
246403-0	GILVANO ANTONIO GONCALVES	84	P6-D1	102.904,43	10.583,79	113.488,22	271,47
246404-0	FLORACI SCHUMANN MATTE	84	P6-D2	67.500,00	6.942,42	74.442,42	178,07
246405-0	ROSELI HERPICH	84	P6-D3	67.500,00	6.942,42	74.442,42	178,07
246402-0	REINALDO ALFREDO LANZ	84	P6-A1	90.720,00	9.330,62	100.050,62	239,33
235000-0	VILMAR DEBASTIANI	85	A	40.513,50	4.166,84	44.680,34	106,88
235001-0	VILMAR DEBASTIANI	85	B	40.513,50	4.166,84	44.680,34	106,88
235200-0	JOÃO ELEMAR SCHABARUM	85	P/QD	153.900,00	15.828,73	169.728,73*	406,01
235400-0	ARTEMIO BONA	85	P/QD	627.750,00	64.564,54	692.314,54*	1.656,08
230400-0	VITOR DEBASTIANI	75	14/15	301.526,55	31.012,22	332.538,77	795,46
230500-0	PATRICIA DANIELA DEBASTIANI	75	A	94.608,00	9.730,50	104.338,50	249,59
230600-0	SAMOEL VOITE-ROSKI/TAINA CRISTINA BONA	75	A-2	54.810,00	5.637,25	60.447,25	144,60
230601-0	AUDILAR BONA	75	B-2	148.770,00	15.301,10	164.071,10	392,47
234810-0	IDANIS DE VILLA	75-A	P3-F	55.282,50	5.685,85	60.968,35	145,84
234806-0	ANILDO ALVES DE QUADROS	75-A	P3-G	56.700,00	5.831,64	62.531,64	149,58
234800-0	DELICINA SOLIVO E OUTROS	75-A	P3-A	59.400,00	6.109,33	65.509,33	156,70
246104-0	ADRIANA VICTORVOSKI	76	4-E	56.700,00	5.831,64	62.531,64	149,58
246105-0	MARIA LUIZA FERREIRA	76	4-F	56.700,00	5.831,64	62.531,64	149,58
246106-0	MARISA TERESINHA PAULINI	76	4-G	56.700,00	5.831,64	62.531,64	149,58
246107-0	IRIDES SANTINA JUNG	76	4-H	56.700,00	5.831,64	62.531,64	149,58
246210-0	MARIA LUIZA BANASESKI	76	5-J	39.690,00	4.082,15	43.772,15	104,71
246211-0	MOACIR R. FERRAZ	76	5-L	39.690,00	4.082,15	43.772,15	104,71
246212-0	JARDELINO GASPAR / ILDO KLEMMENN	76	5-M	41.580,00	4.276,53	45.856,53	109,69
246213-0	GILMAR VERISSIMO	76	5-N	37.125,00	3.818,33	40.943,33	97,94
246214-0	ALFREDO PETRY	76	5-O	37.125,00	3.818,33	40.943,33	97,94
246200-0	IGOR VINICIOS WINCH E IAGO FELIPE WINCH	76	5-A	40.500,00	4.165,45	44.665,45	106,84
259906-0	IRONILDE DE MELO	77-A	30-G	51.941,25	5.342,20	57.283,45	137,03
259907-0	ESPÓLIO DE JOÃO BATISTA A. DE OLIVEIRA	77-A	30-H	51.941,25	5.342,20	57.283,45	137,03
259908-0	ALZIRA HAUFF	77-A	30-I	51.941,25	5.342,20	57.283,45	137,03
259909-0	JOAO PAULO RIPPLINGER	77-A	30-J	63.787,50	6.560,59	70.348,09	168,28

259910-0	PAULO CESAR PITON	77-A	30-L	63.787,50	6.560,59	70.348,09	168,28
260000-0	SADI JOSÉ TONELLO	77-A	P31-A	39.150,00	4.026,61	43.176,61	103,28
260013-0	EDUARTE DE SOUZA	77	P31-A	38.812,50	3.991,89	42.804,39	102,39
260105-0	ROSANGELA F. MANFRIN	77	P32-F	46.777,50	4.811,10	51.588,60	123,40
260106-0	ANDRE LUIZ WOLFF	77	P32-G	46.777,50	4.811,10	51.588,60	123,40
260107-0	SADI ADÃO TEODORO	77	P32-H	46.777,50	4.811,10	51.588,60	123,40
260108-0	MIGUEL BERTHOLDO BRIXNER	77	P32-I	46.777,50	4.811,10	51.588,60	123,40
260109-0	ANILDO HERPICH	77	P32-J	104.125,50	10.709,38	114.834,88	274,70
271206-0	ANILDO HERPICH	78-A	52-G	27.000,00	2.776,97	29.776,97	71,23
271207-0	LOURENCO ESTANISLAU SCHNEIDER	78-A	52-H	27.000,00	2.776,97	29.776,97	71,23
271220-0	SALETE CARBOLIM FERREIRA	78	53-G	27.000,00	2.776,97	29.776,97	71,23
271303-0	MUNICÍPIO DE MARAVILHA	78	53-D	136.080,00	13.995,93	150.075,93	359,00
271304-0	SEBASTIÃO ALVES	78	53-E	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10
271401-0	VALDIR RODRIGUES FRANÇA	78	54-B	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10
271402-0	MARLENE DE FÁTIMA AMADO	78	54-C	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10
271403-0	RAUL FERRAZ CORREA	78	54-D	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10
271404-0	RAIMUNDO LUCHINI	78	54-E	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10
271405-0	ARSEMILDO ANTÔNIO KISTENMACHER	78	54-F	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10
271406-0	RITA DE CÁSSIA CRUZ SILVA	78	54-G	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10
271407-0	ROSIMAR ALDAIR KOPSEL	78	54-H	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10
271408-0	IVOLÉRIO DO NASCIMENTO	78	54-I	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10
281508-0	SIDINEI LUIZ BILLIG	79	91-I	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10
281509-0	ALCINO GASS	79	91-J	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10
281510-0	LUIS CARLOS CARVALHO	79	91-L	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10
281511-0	JOSÉ RODRIGUES	79	91-M	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10
281512-0	NELSON FISCHER DE MATTOS	79	91-N	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10
281513-0	MARIA GENECI DE CAMPOS	79	91-O	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10
281514-0	CLODOMIRO ALVES LIMA	79	91-PQ	56.700,00	5.831,64	62.531,64	149,58
281608-0	LUCIA MULLER LANG	79	92-I	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10
281609-0	NELSI JOÃO ALVES DOS SANTOS	79	92-J	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10
281610-0	CARLOS CESAR RUKHABER	79	92-L	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10

281611-0	PEDRO LUIZ GIEHL	79	92-M	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10
281612-0	EDILSE PONCIO DOS SANTOS	79	92-N	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10
281613-0	ROGERIO DREHMER E MARIANA MAGALSKI	79	92-O	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10
281614-0	JANICE LINDEMANN HERMANN	79	92-P	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10
281615-0	ADEMAR CEZAR WANSCHER	79	92-Q	31.500,00	3.239,80	34.739,80	83,10
-	ADELAR IANKE	79	10	41.056,47	4.222,69	45.279,16	108,31
-	MARIA ILSE ROSA	79	9	32.090,40	3.300,52	35.390,92	84,66
-	DARCISIO PAXECO	79	8	32.584,50	3.351,34	35.935,84	85,96
-	MARIA EVA ALVES	79	7	31.546,80	3.244,61	34.791,41	83,22
-	VANDERLEI WEBER	79	6	29.750,40	3.059,85	32.810,25	78,49
-	SEVERINO LEMES CAMARGO	79	5	35.892,72	3.691,59	39.584,31	94,69

* Consideradas somente as faixas de 30m da parte confrontante com a rua.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 054/2019

Publicação Nº 1967211

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 054/2019 – Modalidade Dispensa por Inexigibilidade n. 024/2019

Chamamento Público n. 004/2018

Contratadas: Bruna Galera EPP.

A Senhora Secretária de Saúde e Saneamento de Maravilha - SC, MIRIANE SARTORI, juntamente com a Comissão Municipal de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Processo Licitatório na Modalidade de Dispensa por Inexigibilidade, para aquisição de medicamentos destinados a pacientes em situação de vulnerabilidade grave ou de urgência, e ainda por ordem judicial, dos quais a Secretaria Municipal de Saúde não possui em estoque. Qualquer informação poderá ser obtida no setor de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 01 de abril de 2019. MIRIANE SARTORI – Secretária Municipal de Saúde e Saneamento.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 055/2019

Publicação Nº 1968073

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA - Processo Licitatório n. 055/2019 - Modalidade Pregão Presencial n. 016/2019 – Sistema de Registro de Preços – SRP.

O Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Maravilha - SC, PEDRO GILBERTO IORIS, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, o registro de preços de serviços de perfuração e detonação de rochas, e de Rompedor hidráulico, com fornecimento de material, para contratação conforme necessidade do Município de Maravilha – SC, tipo Menor Preço por item, cujo processo licitatório é regido pela Lei 10.520/02, 8.666/93, e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 15 de abril de 2019 até às 14h, procedendo em seguida com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 07h30 às 11h30 e das 13h às 17h. Maravilha - SC, 01 de abril de 2019. PEDRO GILBERTO IORIS – Secretário de Agricultura e Meio Ambiente de Maravilha.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 056/2019

Publicação Nº 1968559

ESTADO DE SANTA CATARINA – MUNICÍPIO DE MARAVILHA

Processo Licitatório n. 056/2019 – Modalidade de Pregão Presencial n. 017/2019.

A Senhora Prefeita de Maravilha - SC, ROSIMAR MALDANER, juntamente com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em processo de Licitação na modalidade de Pregão Presencial, a contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de aplicativos de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, com migração e treinamento e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos descritos no edital, tipo menor preço global, cujo processo licitatório é regido pela Lei n. 10.520/02, Lei n. 8.666/93, Lei Complementar Federal n. 123/2006 e em especial o contido no Edital, e que estará recebendo os envelopes contendo a habilitação e propostas até o dia 12 de abril de 2019, às 14h, procedendo em seguida

com a abertura dos envelopes. Qualquer informação bem como a retirada do Edital poderá ser obtida no departamento de compras e licitações no horário de expediente, das 7h e 30 min às 11h e 30 min e das 13h às 17 horas. Maravilha - SC, 01 de abril de 2019. ROSIMAR MALDANER – Prefeita de Maravilha.

Marema

PREFEITURA

DECRETO 031/2019

Publicação Nº 1968304

DECRETO nº031/2019

De 05/02/2019

NOMEIA ELI FERNANDA TOMAZELLI PARA O CARGO DE FISIOTERAPEUTA EM CARATER TEMPORARIO, CONSTANTE NO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR 48/2018 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor

CONSIDERANDO a necessidade temporária da Secretaria de Saúde,
CONSIDERANDO Processo Seletivo 001/2018,
CONSIDERANDO a ordem de classificação do referido Processo Seletivo

DECRETA

Art. 1º - A nomeação de ELI FERNANDA TOMAZELLI em caráter temporário, na função Fisioterapeuta junto a Secretaria Municipal de Saúde. Cargo constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal 48/2018 de 13/06/2018, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários, a partir de 06/02/2019.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 05 de fevereiro de 2019.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

DECRETO 050/2019

Publicação Nº 1967706

DECRETO nº050/2019

De 14/03/2019

“DISPÕE SOBRE A COMISSÃO COORDENADORA DO CONCURSO PUBLICO 01/2019 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal do Município de Marema, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 89, inc. I letra b da Lei Orgânica Municipal c/c inciso XVI do artigo 6º.

DECRETA:

Art. 1o - Fica através deste Decreto nomeada a Comissão Coordenadora do Concurso Público 01/2019, tendo função examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao concurso público, bem como casos omissos, juntamente com a empresa contratada.

Art. 2º - Os membros indicados para a Comissão Coordenadora do Concurso Público 01/2019 deverão garantir o princípio da isonomia entre os candidatos em suas decisões observando o princípio da legalidade, impessoalidade, imparcialidade, publicidade e moralidade, vinculando ao instrumento convocatório que lhe deu origem.

Art. 3º - Fazem parte da Comissão Coordenadora do Concurso Público 01/2019:

Presidente: LUIZ ANTONIO CIPRIANI

Secretária: IARA MENDES DOS SANTOS

Membro: ELIANE SONIA NADAL MASCARELLO

Parágrafo Único – Os membros da comissão ora nomeados, não perceberão qualquer tipo de remuneração, vencimento ou gratificação pela respectiva nomeação, eis que prestarão serviço relevante ao Município.

Art. 4º - Os membros da Comissão poderão ser substituídos a qualquer tempo.

Art.5º - A Comissão poderá solicitar informações, laudos, técnicos e outros documentos, quando se fizer necessário, durante todas as fases do processo seletivo.

Art.6º - As despesas decorrentes deste decreto correrão à conta do Orçamento Municipal Vigente.

Art.7º - Revogadas as disposições em contrário.

Art.8º- Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Marema-SC, 14 de março de 2019.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

DECRETO 055/2019

Publicação N° 1968267

DECRETO nº055/2019

De 25/03/2019

NOMEIA LINETE GIROTTO PARA O CARGO DE PROFESSOR ACT 20H EM CARATER TEMPORARIO, CONSTANTE NO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR 48/2018 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor

CONSIDERANDO a necessidade temporária da Secretaria de Educação,
CONSIDERANDO Processo Seletivo 001/2018,
CONSIDERANDO a ordem de classificação do referido Processo Seletivo

DECRETA

Art. 1º - A nomeação de LINETE GIROTTO, em caráter temporário, na função Professor ACT 20h junto a Secretaria Municipal de Educação. Cargo constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal 48/2018 de 13/06/2018, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de março de 2019.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

DECRETO 056/2019

Publicação N° 1968275

DECRETO nº057/2019

De 25/03/2019

NOMEIA LUZIANA ARRUDA BAGGIO PARA O CARGO DE PROFESSOR ACT 20H EM CARATER TEMPORARIO, CONSTANTE NO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR 48/2018 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor

CONSIDERANDO a necessidade temporária da Secretaria de Educação,
CONSIDERANDO Processo Seletivo 001/2018,
CONSIDERANDO a ordem de classificação do referido Processo Seletivo

DECRETA

Art. 1º - A nomeação de LUZIANA ARRUDA BAGGIO em caráter temporário, na função Professor ACT 20h junto a Secretaria Municipal de Educação. Cargo constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal 48/2018 de 13/06/2018, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários, a partir de 26 de março de 2019.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de março de 2019.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

DECRETO 057/2019

Publicação N° 1968280

DECRETO nº057/2019

De 25/03/2019

NOMEIA JOCINEIA CRISTIANA WOLSKI PARA O CARGO DE PROFESSOR ACT 20H EM CARATER TEMPORARIO, CONSTANTE NO ANEXO II DA LEI COMPLEMENTAR 48/2018 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor

CONSIDERANDO a necessidade temporária da Secretaria de Educação,

CONSIDERANDO Processo Seletivo 001/2018,

CONSIDERANDO a ordem de classificação do referido Processo Seletivo

DECRETA

Art. 1º - A nomeação de JOCINEIA CRISTIANA WOLSKI, em caráter temporário, na função Professor ACT 20h junto a Secretaria Municipal de Educação. Cargo constante no Anexo II da Lei Complementar Municipal 48/2018 de 13/06/2018, percebendo o vencimento constante do Plano de Cargos e Salários, a partir de 26 de março de 2019.

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 25 de março de 2019.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

DECRETO 059/2019

Publicação N° 1968284

DECRETO nº059/2019

De 25/03/2019

EXONERA O SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL VALMOR PERUZZO EXERCENDO O CARGO DE OPERADOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor especialmente o art. 56, II da Lei Municipal n. 307/95 de 10/08/1995 – Estatuto dos Servidores Públicos.

CONSIDERANDO Decreto 029/2007

CONSIDERANDO Pedido de demissão.

DECRETA

Art. 1º - A exoneração do Servidor Público Municipal VALMOR PERUZZO na função de OPERADOR a partir de 27/03/2019, em consequência do Serviço Público Municipal de Marema.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 25 de março de 2019.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

ELIAMARA BALBINOT

Servidora Designada

LEI N° 1175/2019

Publicação N° 1967848

Lei nº 1175/2019

De 1º/04/2019

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL N° 958/2011 DE 19/12/2011 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ADILSON BARELLA, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei Orgânica do Município, FAZ SABER aos habitantes do Município, que o Poder Legislativo Municipal aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 4º, inciso II, alínea "g", da Lei 958/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º ...

...

II ...

...

g) historiografia dos vários campos do conhecimento, nas áreas de hermoграфия, antropologia, geografia, sociologia, etc.

Art. 2º- Vetado.

Art. 3º- O Art. 29 da Lei 958/2011 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 29 - Fica instituído o Fundo Municipal de Cultura, vinculado à Secretaria da Educação, Cultura e Esportes, como fundo de natureza contábil e financeira, com prazo indeterminado de duração de acordo com as regras definidas nesta lei.

Parágrafo Único - O percentual é de até 1% do orçamento do Município, a fim de se cumprir a Lei do Sistema de Cultura.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Marema/SC, em 1º de abril de 2019.

ADILSON BARELLA

Prefeito Municipal

Publicado

Eliamara Balbinot - Servidora designada

Massaranduba

PREFEITURA

ADITIVO DE VALOR - EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 50.2018 (PMM)

Publicação Nº 1967522

ADITIVO DE VALOR – equilíbrio econômico-financeiro
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2018
Processo Licitatório Nº 131/2018
Pregão Presencial Nº 131/2018
registro de preço

Aos 29 dias de março do ano de 2019, a PREFEITURA DE MASSARANDUBA, pessoa jurídica de direito público, situado na Rua 11 de Novembro, 2765, Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, Sr. ARMINDO SESAR TASSI, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal 2.051/10 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no Processo Licitatório Nº 131/2018 - Pregão Presencial Nº 131/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, resolve-se reequilibrar o valor dos itens abaixo relacionados.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL PARA O ABASTECIMENTO DA FROTA DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC) E FUNDOS, de acordo com as especificações e quantitativos estimados no edital do processo licitatório em epígrafe e seus anexos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO

DO VALOR REGISTRADO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Valor Unitário
1	WDCOM	GASOLINA COMUM	Litro	3,79

MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO				
Item	Nome Empresa	Descrição Produto	Unid.	Valor Unitário litro reajustado
1	WDCOM	GASOLINA COMUM	Litro	3,89

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1. Permanecem inalteradas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preços nº 50/2018 que deu origem a este aditivo.

3.2 Integram esta Ata, o Edital de PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2018, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2018 e as propostas das empresas classificadas no certame supra numerado.

3.3. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim (SC), para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização da presente Ata.

3.4. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações, e demais normas aplicáveis.

Massaranduba (SC), 29 de março de 2019.

ARMINDO SESAR TASSI		WALENDOWSKY DISTR. COMB. LTDA
PREFEITO MUNICIPAL		CNPJ nº 01.602.498/0001-25
Contratante		Contratada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02.2019 (FASS) - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA GRUPOS ATENDIDOS ATRAVÉS DOS PROGRAMAS DO CRAS

Publicação Nº 1968511

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2019****PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019****VALIDADE: 27/03/2019 A 27/03/2020****PUBLICADO EM:**

____/____/____

LOCAL: _____**ASS:** _____

Ao vigésimo sétimo dia do mês de março do ano de dois mil e dezanove, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. ARMINDO SESAR TASSI**, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal 3.749/18 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas comerciais apresentadas no **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019**, através do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os preços oferecidos referentes ao Processo supramencionado, tendo sido os preços oferecidos pela(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) comercial(is) foi(ram) classificada(s):

LICITANTE(S) PRESENTE(S)	CNPJ/CPF
MERCADO MOA LTDA EPP, neste ato representado por MOACIR PRAWUTZKI	84.093.574/0001-41
MERCADO SPEZIA LTDA - EPP, neste ato representado por VANDERLEI SPEZIA	03.916.528/0001-01
BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA ME, neste ato representado por CLAITON FERREIRA DE LIMA	14.722.310/0001-24
MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP, neste ato representado por WILLIAN JOSÉ MOMM	08.310.833/0001-60

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta ata de registro de preços a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS AOS GRUPOS ATENDIDOS PELO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL ATRAVÉS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS), SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV) E PROGRAMA DE ATENÇÃO INTEGRAL À FAMÍLIA (PAIF)**, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 212440 - BARRA EMBALAGENS E ACESSORIOS LTDA ME						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	RS UNIT.	RS TOTAL
18	CAFÉ EM PÓ TRADICIONAL, TORRADO, MOÍDO, PURO, DE 1ª QUALIDADE. EMBALAGEM À VÁCUO (CONTENDO SELO DE PUREZA DA ABIC).	PCT	OURO	50	6,9500	347,5000
20	COLHERES DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL. EMBALAGEM CONTENDO 50 UNIDADES.	EMBALAG E	STRAWPLAST	50	3,0000	150,0000

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

22	DOCE DE AMENDOIM, TIPO PE DE MOLEQUE, POTE COM 1KG, COM DOCES EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.	UNID	NUTRIBOM	12	23,0000	276,0000
23	FILTRO DE PAPEL 100% CELULOSE PARA CAFÉ, C/FECHAMENTO DE DUPLA Prensagem, TAMANHO 103, BRANCO, CAIXA COM 30 UNIDADES.	CX	3 CORAÇÕES	30	2,4000	72,0000
24	GARFINHOS DE PLÁSTICO DESCARTÁVEL. EMBALAGEM CONTENDO 50 UNIDADES.	EMBALAG E	STRAWPLAST	50	3,0400	152,0000
33	ÓLEO DE SOJA, REFINADO. EMBALAGEM CONTENDO 900ML.	EMBALAG E	COAMO	10	3,3000	33,0000
37	PRATOS DE PLÁSTICO DESCARTÁVEIS, 25MM, REDONDO, BRANCO. EMBALAGEM CONTENDO 10 UNIDADES.	EMBALAG E	TOTALPLAST	50	3,3900	169,5000
38	PRATOS DE PLÁSTICO DESCARTÁVEIS, 18MM, REDONDO, BRANCO. EMBALAGEM CONTENDO 10 UNIDADES.	EMBALAG E	TOTALPLAST	50	1,8400	92,0000
43	SAL REFINADO IODADO, PARA CONSUMO DOMÉSTICO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 1 KG	KG	ZIZO	1,99	1,1000	2,1890
53	SUCO DE CAIXINHA NÉCTAR DA FRUTA VÁRIOS SABORES 200ML	UNID	JANDAIA	1000	1,3900	1.390,0000
56	PRATO DE PAPELÃO, BRANCO Nº3, 17,5CM. PACOTE COM 10 UNIDADES.	EMBALAG E	FRITZKE	50	2,2900	114,5000
68	SUCO DE UVA INTEGRAL SEM ADIÇÃO DE AÇÚCARES, EMBALAGEM DE 500ML COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	UNID	AURORA	50	6,0000	300,0000
80	CAIXA TERMICA GRANDE	UNID	FRISOLAR	2	48,0000	96,0000
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 3.194,69						
FORNECEDOR: 56162 - MERCADO SPEZIA LTDA - EPP						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	RS UNIT.	RS TOTAL
1	BOLO DE CHOCOLATE, TIPO NEGA-MALUCA, COM COBERTURA DE CHOCOLATE. EMBALAGEM CONTENDO NO MÍNIMO, 1KG.	EMBALAG E	BAUER	150	20,1000	3.015,0000
3	CUCA COM RECHEIOS VARIADOS. FRESCA, FEITA NO DIA. COM BOAS CARACTERÍSTICAS SENSORIAIS. PRODUTO À BASE DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, FERMENTO, AÇÚCAR, MARGARINAS, ÓLEO, OVOS E FRUTAS DIVERSAS. PESO APROXIMADO DE 600 GRAMAS. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM FECHADA, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	UNID	BAUER	300	13,8000	4.140,0000
4	ORELHA DE GATO, PACOTE DE 500 GRAMAS	UNID	BAUER	80	16,5000	1.320,0000
13	BEBIDA LÁCTEA FERMENTADA, COM POLPA DE FRUTA 6 UNIDADES 540 G- LEITE INTEGRAL E/OU LEITE INTEGRAL RECONSTITUÍDO, XAROPE DE AÇÚCAR, SORO DE LEITE E /OU SORO DE LEITE CONSTITUÍDO, PREPARADO DE MORANDO (ÁGUA, AÇÚCAR, POLPA DE MORANDO, AMIDO MODIFICADO, ACIDULANTE, ÁCIDO CÍTRICO, AROMATIZANTE, CONSERVADOR SORBATO DE POTÁSSIO, ESPESANTE GOMA XANTANA E CORANTE ARTIFICIAL AZORUBINA) AMIDO MODIFICADO, FERMENTO LÁCTEO E	EMBALAG E	TIROL	350	2,9500	1.032,5000

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62





ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

27	ESTABILIZANTE GELATINA.	LITRO	LANGUIRU	350	2,8500	997,5000
32	LEITE LONGA VIDA, INTEGRAL, TRATADO POR PROCESSO UHT, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM INDIVIDUAL, TETRAPAK, CONTENDO 1 LITRO.	KG	CONFIANÇA	20	9,3000	186,0000
34	MORTADELA DE FRANGO SEM GORDURA COM EMBALAGEM PRÓPRIA. O PRODUTO DEVERÁ TER REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE	UNID	RONCHI	30	5,5900	167,7000
39	OVOS DE GALINHAS, VERMELHOS, TIPO GRANDE, FRESCOSSELECIONADOS, COM EMBALAGEM ATÓXICA EM DÚZIAS E NÃO REUTILIZADAS, CFE EDITAL.	KG	JCW	90	25,4000	2.286,0000
40	PRESUNTO COZIDO SEM GORDURA FATIADO. EMBALAGEM COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, LOTE, VALIDADE, PESO LÍQUIDO, E REGISTRO NO MINISTÉRIO DA SAÚDE E/OU AGRICULTURA. DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM CARROS FECHADOS REFRIGERADOS, EM EMBALAGENS E TEMPERATURAS CORRETAS (10°C OU DE ACORDO COM O FABRICANTE) E ADEQUADAS, RESPEITANDO A CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO. DE MODO QUE AS EMBALAGENS NÃO SE APRESENTE ALTERADAS	KG	LACTOVALLE	90	23,4000	2.106,0000
50	QUEIJO MUSSARELA FATIADO, COM REGISTRO NO SIF OU SISP, PRODUTO ELABORADO UNICAMENTE COM LEITE DE VACA, COM ASPECTO DE MASSA SEMI-DURO, COR BRANCO CREME HOMOGÊNEA, CHEIRO PRÓPRIO, SABOR SUAVE, LEVEMENTE SALGADO, UMIDADE MÁXIMA 58% P/P E LIPÍDIO DE LEITE MÍNIMO 28% P/P.	UNID	MAROMA	1000	3,0000	3.000,0000
51	PICOLÉ A BASE DE LEITE / CREMOSO, NOS SABORES: COCO, CHOCOLATE, MILHO VERDE E MORANGO.	UNID	BAUER	20	97,3000	1.946,0000
64	BOLO RECHEADO E CONFEITADO, DE 3 KG, NO SABOR 2 AMORES	KG	BAUER	80	24,7000	1.976,0000
79	DOCE CONFEITADO RECHEADO TIPO SONHO, PESANDO APROXIMADAMENTE 110GRS.	UNID	GIPLAS	10	22,0000	220,0000
81	POTES DE PLÁSTICO TRANSPARENTE COM TAMPAS, CAPACIDADE PARA 4 LITROS.	POTE	MAROMA	5	43,0000	215,0000
83	SORVETE DE POTE ZERO AÇÚCAR POTE DE DOIS LITROS DIVERSOS SABORES	POTE	MAROMA	5	43,0000	215,0000
84	SORVETE DE POTE ZERO LACTOSE POTE DE DOIS LITROS DIVERSOS SABORES	EMBALAG E	MIX	15	3,4500	51,7500
86	CORANTE ALIMENTÍCIO DIVERSAS CORES EMBALAGEM COM 10ML	KG	BAUER	150	23,5000	3.525,0000
BOLO DE CENOURA COM COBERTURA DE CHOCOLATE NAS MEDIDAS MÍNIMAS DE 35X43CM						
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 26.399,45						
FORNECEDOR: 274682 - MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
10	ACHOCOLATADO 200 ML- LEITE E/OU LEITE RECONSTITUÍDO, SORO DE LEITE, CALDA DE CACAU (ÁGUA E CACAU) , AÇÚCAR, MINERAIS, (FOSFATO TRICÁLCICO E PIROFOSFATO FÉRRICO); VITAMINAS(L-ASCORBATO DE SÓDIO, NIACINAMIDA, CLORIDRATO DE PIRIDOXINA, COLECALCIFEROL E CIANOCOBALAMINA), SAL, AROMATIZANTES,ESTABILIZANTES GOMA	UNID	PIRAKIDS	600	1,0000	600,0000

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	GELANA, GOMA GUAR E CARRAGENA E ACIDULANTE ÁCIDO CÍTRICO. NÃO CONTÉM GLUTEM					
11	ALÇÚCAR BRANCO, REFINADO. DE 1ª QUALIDADE. NÃO DEVE APRESENTAR SUJIDADES, UMIDADE, BOLOR, RENDIMENTO INSATISFATÓRIO. EM EMBALAGEM DE 1 KG INTACTAS COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	KG	CARAVELAS	10	2,1000	21,0000
12	BALAS SORTIDAS. EMBALAGEM CONTENDO 500G.	EMBALAG E	FUKITO	50	5,3000	265,0000
26	GUARDANAPOS DE PAPEL, 20 CM X 22,50 CM, BRANCO, EMBALAGEM CONTENDO 50 UNIDADES.	EMBALAG E	FACE A FACE	100	0,9000	90,0000
28	MAIONESE, CREME A BASE DE ÓLEO VEGETAL. INGREDIENTES: ÁGUA, ÓLEO VEGETAL, OVOS PASTEURIZADOS, AMIDO MODIFICADO, VINAGRE, ALÇÚCAR, SAL, SUÇO DE LIMÃO, ACIDULANTE ÁCIDO LÁTICO, ESTABILIZANTE, GOMA XANTANA, CONSERVADOR ÁCIDO SÓRBICO, SEQUESTRANTE EDTA CÁLCIO DISSÓDICO, CORANTE PÁPRICA, AROMATIZANTE E ANTIOXIDANTES ÁCIDO CÍTRICO, BHT E BHA. COM REDUÇÃO DE 25% DE GORDURA. ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 500 GRAMAS. A EMBALAGEM DEVERÁ CONTER EXTERNAMENTE OS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO E PROCEDÊNCIA, INFORMAÇÃO NUTRICIONAL, NÚMERO DO LOTE, DATA DE VALIDADE, QUANTIDADE DO PRODUTO. O PRODUTO DEVERÁ APRESENTAR VALIDADE MÍNIMA DE 06 (SEIS) MESES A PARTIR DA DATA DE ENTREGA NA UNIDADE REQUISITANTE.	UNID	QUERO	30	2,7000	81,0000
29	MARGARINA CREMOSA COM 65% DE LÍPIDIOS, COM SAL. EMBALAGEM: DEVE SER DE POLIETILENO LEITOSO E RESISTENTE, APRESENTANDO VEDAÇÃO ADEQUADA, VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES, COM REGISTRO NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E/OU MINISTÉRIO DA SAÚDE. EMBALAGEM COM 500 GRAMAS.	UNID	DORIANA	10	3,7400	37,4000
31	MOLHO DE TOMATE. EMBALAGEM CONTENDO 340G.	EMBALAG E	TRADELLI	15	1,3000	19,5000
41	REFRIGERANTE, SABORES DIVERSOS. EMBALAGEM CONTENDO 250ML.	EMBALAG E	SCHIN	400	1,2500	500,0000
46	TOMATE IN NATURA, TIPO SALADA, TAMANHO MEDIO A GRANDE, DE PRIMEIRA, APROXIMADAMENTE 60% MATURACAO, SEM FERIMENTOS OU DEFEITOS	KG	IN NATURA	10	3,4500	34,5000
57	CEREAL MATINAL, SABOR CHOCOLATE, CAIXA CONTENDO 280G.	EMBALAG E	NESCAU	3,36	8,4000	28,2240
61	MILHO VERDE, EMBALAGEM COM 200 GRAMAS	UNID	STELLA DORO	10	1,2900	12,9000
66	MILHO DE PIPOCA, EM EMBALAGEM DE 300 GRAMAS COM IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, RÓTULO COM INGREDIENTES, VALOR NUTRICIONAL, PESO, FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	PCT	TOZZO	30	1,9000	57,0000
69	PESSEGO EM CALDA - METADE EM CALDAS, LATA DE APROXIMADAMENTE 500GRS	LATA	NEWMANN	30	5,8500	175,5000
72	CREME DE LEITE, ACONDICIONADO EM	UNID	DALIA	50	1,9900	99,5000

4

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	EMBALAGEM DE 200GRAMAS, CONTENDO NO RÓTULO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, FABRICANTE, LOTE, DATAS DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.					
88	GELATINA EM PO - SABORES VARIADOS - EMBALAGEM DE 35 GRAMAS	UNID	BRETZKE	100	0,8900	89,0000
89	BARRINHA DE CEREALCOM 20 GRS DIVERSOS SABORES	UNID	RITTER	250	1,1000	275,0000
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 2.385,52						
FORNECEDOR: 15369 - MERCADO MOA LTDA EPP						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	RS UNIT.	RS TOTAL
2	BOLO SECO, SABORES DIVERSOS: NEUTRO, LARANJA, COCO, LIMÃO, CHOCOLATE. UNIDADE CONTENDO APROXIMADAMENTE 250G CADA.	UNID	2 SETEMBRO	100	9,7000	970,0000
5	PÃO DE QUEIJO ASSADO, PRODUTO A BASE DE POLVILHO, LEITE, SAL, OVO, QUEIJO, ÓLEO E CREME VEGETAL. UNIDADES DE APROXIMADAMENTE 30G CADA.	KG	PAO E SABOR	80	30,4000	2.432,0000
6	PÃO DOCE (MASSINHA). UNIDADES DE APROXIMADAMENTE 80G CADA.	KG	2 SETEMBRO	250	14,5000	3.625,0000
7	PÃO FATIADO, TIPO SANDUÍCHE, FEITO A BASE FARINHA DE TRIGO INTEGRAL, FORTIFICADA COM FERRO E ÁCIDO FÓLICO, ÁGUA, FERMENTO BIOLÓGICO, OVOS, AÇÚCAR, SAL, ENTRE OUTROS, ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS. NÃO DEVE APRESENTAR TAMANHO IRREGULAR E NÃO INTEGRIDADE DA MASSA (ESFARELANDO AO TOQUE DOS DEDOS) E AMASSAMENTO DO PRODUTO. O PÃO NÃO DEVERÁ ESTAR AMASSADO, QUEIMADO OU COM MANCHAS ESCURAS NA PARTE INFERIOR DO PÃO (EVIDÊNCIA DE FÓRMAS SUJAS). EMBALAGEM: ACONDICIONADA EM PACOTES DE POLIETILENO TRANSPARENTE RESISTENTE, CONTENDO 1 UNIDADE DE APROXIMADAMENTE 500 GRAMAS E 20 FATIAS. O PACOTE DEVERÁ ESTAR FECHADO E ROTULADO COM DATA DE FABRICAÇÃO E PRAZO DE VALIDADE. PRAZO DE VALIDADE: MÍNIMO DE 4 DIAS. DATA DE FABRICAÇÃO: MÁXIMO DE 1 DIA.	UNID	2 SETEMBRO	130	5,6000	728,0000
8	PÃO FATIADO, TIPO SANDUÍCHE, FEITO À BASE DE FARINHA DE TRIGO ESPECIAL, ENRIQUECIDA COM ÁCIDO FÓLICO, ÁGUA, FERMENTO BIOLÓGICO, OVOS, AÇÚCAR, SAL, ENTRE OUTROS. EMBALAGEM CONTENDO 500G.	EMBALAG E	2 SETEMBRO	130	6,9000	897,0000
9	PÃO FRANCÊS, FRESCO, COM CARACTERÍSTICAS COMO CHEIRO E ASPECTO PRÓPRIO, UNIDADE COM 50GR	KG	BLUMENPAN	100	8,8000	880,0000
14	BISCOITO AMANTEIGADO, TIPO CASEIRO, PRODUTO A BASE DE MANTEIGA, FARINHA DE TRIGO E AÇÚCAR. EMBALAGEM CONTENDO 700G.	EMBALAG E	D ANITA	150	7,4000	1.110,0000
15	BISCOITO RECHEADO, TIPO WAFER, SABORES DIVERSOS, ACONDICIONADOS EM EMBALAGENS DE 145 GRAMAS, CONTENDO NO RÓTULO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, FABRICANTE, LOTE, DATAS DE FABRICAÇÃO E VALIDADE.	UNID	ORQUIDEA	350	1,4000	490,0000
16	BISCOITO RECHEADO. EMBALAGEM CONTENDO 160G.	EMBALAG E	ORQUIDEA	200	1,7000	340,0000
17	BOLACHA RECHEADA SALGADA - FARINHA DE TRIGO ENRIQUECIDA COM FERRO E ACIDO	EMBALAG E	ORQUIDEA	250	4,5000	1.125,0000

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
 CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	FOLICO, GORDURA VEGETAL, AÇUCAR, MALTODEXTRINA, LEITE DESNATADO EM PO, SORO DE LEITE EM PO, XAROPE DE GLICOSE,, AROMATIZANTE, REALÇADOR DE SABOR GLUTAMATO MONOSSODICO, ANTIUMECTANTE DIOXIDO DE SILICIO. FERMENTOS QUIMICOS: BICARBONATO DE SODIO E FOSFATO MONOCALCICO, EMULSIFICANTE LECITINA DE SOJA, REALÇADOR DE SABOR GLUTAMATO MONOSSODICO, MELHORADOR DE FARINHA METABISSULFITO DE SODIO, AROMATIZANTE. SABORES: SALSA E CEBOLA , PEITO DE PERU E QUEIJO.					
19	CEBOLA BRANCA, UNIDADES INTEGRAIS, FRESCAS E LIMPAS, SEM PERFURAÇÕES.	KG	IN NATURA	10	2,4500	24,5000
21	DOCE DE AMENDOIM, TIPO PAÇOQUINHA. EMBALAGEM CONTENDO 1KG, COM DOCES EMBALADOS INDIVIDUALMENTE.	EMBALAG E	GULOSIMA	12	28,4000	340,8000
25	GELADINHO, UNIDADES DE APROXIMADAMENTE 55ML CADA. EMBALAGEM CONTENDO 40 UNIDADES.	EMBALAG E	AMERICANO	20	5,9500	119,0000
30	MINI PASTILHAS COLORIDAS SORTIDAS. EMBALAGEM CONTENDO 120G.	EMBALAG E	PASTILLE	30	3,8000	114,0000
35	PIPOCA DOCE, PACOTE COM 50 GRAMAS	UNID	BILU	1000	1,4500	1.450,0000
36	PIRULITOS, PACOTE COM 50 UNIDADES	UNID	DORI	30	6,6000	198,0000
42	REFRIGERANTE EMBALAGEM PET COM 2 LITROS. SABORES: LARANJA, SODA LIMONADA E GUARANA	UNID	MAX	150	3,5000	525,0000
44	SUCO SABORES DIVERSOS, TIPO NECTAR DA FRUTA, ACONDICIONADO EM CAIXA TETRA PAK, DE 1 LITRO.	UNID	MARATÁ	180	3,3000	594,0000
45	DOCE DE MARSHMALLOW, COM COBERTURA DE CHOCOLATE, TIPO TETA DE NEGA, EMBALAGEM COM 700 GRAMAS OU APROXIMADAMENTE 50 UNIDADES	UNID	DORI	12	27,5000	330,0000
47	BOLINHO TIPO MINI TORTA, COM RECHEIOS DE SABORES VARIADOS, EMBALAGEM COM 80 GRAMAS.	UNID	PARATI	800	2,3000	1.840,0000
48	PIZZA PRONTA, CONGELADA, VÁRIOS SABORES. 500G	UNID	SEARA	150	9,5000	1.425,0000
49	PIPOCA DE MICROONDAS SABOR NATURAL, COM SAL	UNID	JUREIA	250	2,1000	525,0000
52	BOLACHA TIPO COOKIES 200 G	EMBALAG E	LOLLA	250	5,2000	1.300,0000
54	SALGADINHO DE MILHO, TIPO CHIPS, 100G, SABORES DE PRESUNTO, REQUEIJÃO, CEBOLA E MANTEIGA.	UNID	ROY -	300	3,2000	960,0000
55	BOLINHO, PESO LIQUIDO 40G, BOLO SABOR CHOCOLATE COM RECHEIO SABOR CHOCOLATE	UNID	BAUDUCO	1500	1,1500	1.725,0000
58	SORVETE, SABORES DIVERSOS, EMBALAGEM DE 2 LITROS	UNID	LOLLA	50	15,1000	755,0000
59	CANUDINHO SALGADO PARA RECEHEAR, PCTE DE 200 GRS	PCT	CANOLI	50	5,7500	287,5000
60	PEPINO EM CONSERVA. EMBALAGEM CONTENDO 300G.	EMBALAG E	SCHMITZ	10	4,8000	48,0000
62	TANGERINA MEXIRICA, IN NATURA, DE 1ª. QUALIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO	KG	IN NATURA	70	4,9000	343,0000
63	MACA GALA, IN NATURA, DE 1ª QUALIDADE. LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE	KG	IN NATURA	70	4,9000	343,0000

6

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

	CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.					
65	BANANA CATURRA MADURA UNIDADES ÍNTEGRAS, FRESCAS E LIMPAS, SEM RACHADURAS E PERFURAÇÕES.	KG	IN NATURA	100	1,8500	185,0000
67	AMENDOIM JAPONES EMBALAGEM CONTENDO 300GRS	EMBALAG E	DORI	30	7,8000	234,0000
70	ALFACE CRESPA, IN NATURA, CABEÇAS FRESCAS, DE 1ª.QUALIDADE, LIVRE DE DANOS E EM PERFEITAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO E MATURAÇÃO.	UNID	IN NATURA	80	1,8000	144,0000
71	LARANJA COMUM, NOVA, DE 1 QUALIDADE, GRAU DE AMADURECIMENTO MEDIO, COM CASCA SA	KG	IN NATURA	70	2,3000	161,0000
73	UVA EM CACHOS DE PRIMEIRA QUALIDADE, NÃO PODE ESTAR MURCHA.	KG	IN NATURA	50	5,9900	299,5000
74	SARDINHA EM CONSERVA PREPARADA COM PESCADO FRESCO, LIMPO EVISERADO, COZIDO. IMERSA EM ÓLEO COMESTÍVEL, ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE FOLHA DE FLANDRES ÍNTEGRO, RESISTENTE, VEDADO HERMETICAMENTE E LIMPO, CONTENDO APROXIMADAMENTE 125 GRAMAS.	LATA	PESCADOR	80	2,8000	224,0000
75	CHEIRO VERDE, MIX DE ERVAS (CEBOLINHA E SALSINHA) EM MAÇO.	MAÇO	IN NATURA	15	2,2500	33,7500
76	ROSQUINHAS DE POLVILHO, EMBALAGEM CONTENDO 90G.	EMBALAG E	BISSONI	450	3,6000	1.620,0000
77	FACAS COM SERRA E CABO DE PLÁSTICO	UNID	TATUAI	6	6,0000	36,0000
78	TRAVESSA OU ASSADEIRA EM VIDRO GRANDE OVAL COM TAMPA	UNID	SANTA MARINA	5	43,0000	215,0000
82	FERMENTO QUÍMICO INSTANTÂNEO PARA BOLOS ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 250 GRAMAS, CONTENDO NO RÓTULO IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, PESO, FABRICANTE, LOTE, DATAS DE FABRICAÇÃO E VALIDADE. VALIDADE MÍNIMA DE 6 MESES A CONTAR DA DATA DA ENTREGA.	UNID	ROYAL	10	3,8000	38,0000
85	SALGADINHO DE TRIGO / BOLINHA DE BACON EMBALAGEM 500GRS	EMBALAG E	CROYDON	350	7,5000	2.625,0000
87	MINI TORRADINHAS ASSADAS PACOTE COM 40 GRS DIVERSOS SABORES	PCT	EQUELIBRE	350	2,3500	822,5000
90	VELA DE SETE DIAS BRANCA	UNID	SANTA PAULINA	150	5,1000	765,0000
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 33.246,55						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 65.226,21						

1.2. O valor estimado para a aquisição/execução do objeto é de: **R\$ 65.226,21 (SESSENTA E CINCO MIL DUZENTOS E VINTE E SEIS REAIS E VINTE E UM CENTAVOS).**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade de **12 (doze) meses** contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

2.2. Durante a validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a adquirir/contratar o objeto exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à(s) licitante(s) vencedora(s), ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma hipótese

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

legalmente prevista para tanto, garantindo à(s) vencedor(as), neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

8

2.3. Fica ressalvada à Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total do objeto desta ata de registro de preços.

2.4. O fornecimento/execução do objeto desta ata de registro de preços será autorizado pela Prefeitura de Massaranduba (SC), órgão gerenciador da mesma bem como responsável pela unidade financeira competente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

3.1. O objeto deste procedimento licitatório deverá ser entregue/executado no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), situado na Rua Helga Guesser, número 650, bairro Guarani-Mirim, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, em 02 (dois) dias úteis após a solicitação/emissão de ordem de compra.

3.1.1. A entrega/execução será parcelada, conforme necessidade.

3.1.2. A embalagem deverá ser original, em perfeito estado, sem sinais de violação, aderência ao produto, unidade, inadequação de conteúdo e devidamente identificadas.

3.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail: contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

3.2.1. A nota fiscal deverá ser elaborada com detalhes minuciosos acerca do objeto entregue/executado, conforme descritivo do edital ou descritivo resumido, a fim de melhorar o cadastramento no sistema de patrimônio e almoxarifado, conforme o caso.

3.3. A não entrega/execução do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata de registro de preços.

3.4. O objeto somente será considerado aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

3.5. Caso o objeto não atenda às especificações desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

3.5.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

a) Nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 08 (oito) do mês subsequente;

b) Nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 20 (vinte) do mês subsequente.

4.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

4.4. O objeto licitado poderá sofrer reajuste após 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da Lei e mediante efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração Municipal, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

5.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre seu pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização desta Prefeitura em seu acompanhamento.

5.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

5.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

5.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

5.6. Manter vigente durante a validade da ata de registro de preços os documentos de habilitação que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

5.7. Entregar/executar o objeto desta licitação no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), situado na Rua Helga Guesser, número 650, bairro Guarani-Mirim, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, em 02 (dois) dias úteis após a solicitação/emissão de ordem de compra.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

5.8. Será recusado o objeto que seja imprestável, defeituoso, ou que não atenda as especificações constantes no edital e/ou que não esteja adequado para o uso.

10

5.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata de registro de preços.

5.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

6.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas comerciais que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar, no todo ou em parte, esta licitação.

6.2. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições previstas nesta ata de registro de preços.

6.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que estas possam desempenhar normalmente seu serviço.

6.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

6.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares previstas nesta ata de registro de preços ou nas Leis cabíveis, quando for o caso.

6.6. Exercer rigoroso controle em relação à quantidade, particularidade e qualidade na execução do serviço, a fim de possibilitar a aplicação das penalidades previstas, quando não atendidas às disposições previstas nesta ata de registro de preços.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante, sem justificativas aceitas pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, em sanções administrativas de advertência, multas ou suspensão temporária do direito de licitar, a critério da Administração Municipal.

7.1.1. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços:

a) A entrega/execução do objeto com atraso;

b) A entrega/execução do objeto alheio ao especificado;

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

c) A entrega/execução do objeto em embalagem violada ou com indícios de má conservação, hipótese esta em que o recebimento poderá ser rejeitado;

11

d) A entrega/execução do objeto de forma parcial à quantidade solicitada.

7.1.2. Considerar-se-á descumprimento total do contrato/ata de registro de preços:

a) A recusa injustificada em assinar o termo contratual/ata de registro de preços ou receber a autorização de fornecimento/execução;

b) A não entrega/execução do objeto.

7.2. As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela licitante, nos seguintes casos:

a) Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços, a critério da Prefeitura de Massaranduba (SC);

b) Multa moratória de 01% (um por cento) por dia sobre o valor apresentado na autorização de fornecimento/execução, até o máximo de 20% (vinte por cento), quando a licitante, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;

c) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor apresentado na autorização de fornecimento/execução, quando a licitante, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;

d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado quando a licitante não assinar o contrato/ata de registro de preços;

e) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado quando:

e.1) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte;

e.2) Desatender às determinações da fiscalização;

e.3) Não obedecer às condições de entrega/execução especificadas no contrato/ata de registro de preços;

e.4) Não entregar/executar o objeto dando ensejo à rescisão contratual ou cancelamento da ata de registro de preços;

f) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da licitação quando a licitante apresentar declaração falsa.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

7.3. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos à licitante.

12

7.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela licitante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

7.5. Ressalvados os motivos de força maior, devidamente comprovados e a critério da Prefeitura de Massaranduba (SC), se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicados as penalidades nos termos do art. 7 da Lei Federal 10.520/02.

7.6. Quaisquer das sanções administrativas poderão, a juízo da Administração Municipal e havendo compatibilidade, ser aplicadas de forma concomitante.

7.7. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das sanções administrativas, os princípios do devido processo legal e ampla defesa.

7.8. A aplicação das referidas sanções administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Prefeitura de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. Constituem motivo para rescisão do contrato/ata de registro de preços, conforme o caso:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração Municipal a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Municipal;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

13

k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima Autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

m) A supressão, por parte da Administração Municipal, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93;

n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração Municipal, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração Municipal decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

p) A não liberação, por parte da Administração Municipal, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

9.1. A licitante vencedora assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento das

PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

obrigações. A Prefeitura de Massaranduba (SC) ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

14

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

10.1. Integram esta ata de registro de preços: o edital do **PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2019** e a(s) proposta(s) comercial(is) da(s) licitante(s) classificada(s) no certame.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 bem como as demais normas aplicáveis.

10.4. A fiscalização do cumprimento das obrigações desta ata de registro de preços caberá à **Sra. MARCELA MOREIRA DA SILVA PRAWUTZKI**, Gerente de Assistência Social, que exercerá rigoroso controle em relação aos serviços prestados, a fim de garantir a transparência do serviço prestado e possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas as disposições a elas relativas.

Massaranduba (SC), 27 de março de 2019.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE

MERCADO MOA LTDA EPP
MOACIR PRAWUTZKI
CONTRATADA

MERCADO SPEZIA LTDA - EPP
VANDERLEI SPEZIA
CONTRATADA

BARRA EMBALAGENS E
ACESSÓRIOS LTDA ME
CLAITON FERREIRA DE LIMA
CONTRATADA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 02/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N° 02/2019

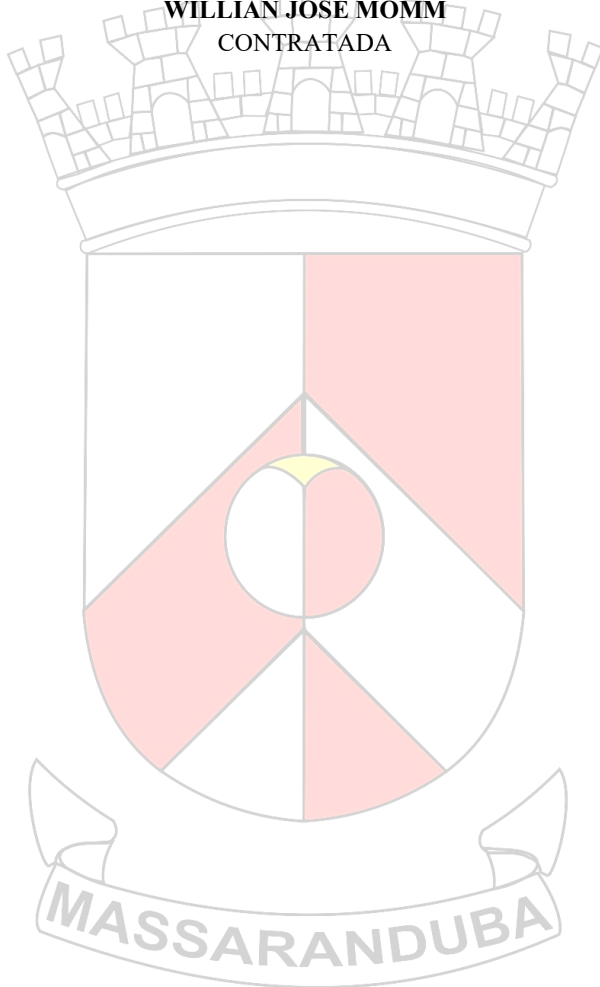
Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

15

MOMM COMÉRCIO DE PRODUTOS
ALIMENTÍCIOS LTDA - EPP
WILLIAN JOSÉ MOMM
CONTRATADA



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 02/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 12.2019 (PMM) - RECARGAS DE GÁS PARA OFICINA DA PREFEITURA

Publicação N° 1968113

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 12/2019****PROCESSO LICITATÓRIO N° 30/2019****PREGÃO PRESENCIAL N° 30/2019****VALIDADE: 01/04/2019 A 01/04/2020****PUBLICADO EM:**

____/____/____

LOCAL: _____**ASS:** _____

1

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**, Estado de Santa Catarina, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **Sr. ARMINDO SESAR TASSI**, inscrito no CPF sob o nº 664.790.539-15, nos termos do art. 15 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, bem como do Decreto Municipal 3.749/18 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas comerciais apresentadas no **PROCESSO LICITATÓRIO N° 30/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N° 30/2019**, através do **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** homologado pelo Prefeito supracitado, resolve registrar os preços oferecidos referentes às **RECARGAS DE GÁS PARA USO DA OFICINA DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)**, tendo sido os preços oferecidos pela(s) licitante(s) cuja(s) proposta(s) comercial(is) foi(ram) classificada(s):

LICITANTE(S) PRESENTE(S)	CNPJ/CPF
PARALELO GASES LTDA, neste ato representado por RAFAEL CONTESINI	00.192.752/0001-00

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta ata de registro de preços: **RECARGAS DE GÁS PARA USO DA OFICINA DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)**, de acordo com as especificações e quantitativos abaixo:

FORNECEDOR: 45560 - PARALELO GASES LTDA						
ITEM	PRODUTO	UNID	MARCA	QTDE	R\$ UNIT.	R\$ TOTAL
1	GÁS OXIGÊNIO PARA SOLDA	M3	MESSER LINDE	35	16,00	560,00
2	RECARGA DE ACETILENO	M3	MESSER LINDE	40	40,00	1.600,00
3	RECARGA DE OXIGÊNIO INDUSTRIAL	M3	MESSER LINDE	60	16,00	960,00
TOTAL DO FORNECEDOR: R\$ 3.120,00						
TOTAL GERAL DOS ITENS: R\$ 3.120,00						

1.2. O valor estimado para a aquisição/execução do objeto é de: **R\$ 3.120,00 (TRÊS MIL CENTO E VINTE REAIS)**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS E UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. Esta ata de registro de preços terá validade de **12 (doze) meses** contados a partir da data de sua assinatura, não podendo ser prorrogada.

PROCESSO LICITATÓRIO N° 30/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N° 30/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

2.2. Durante a validade desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) não será obrigada a adquirir/contratar o objeto exclusivamente pelo sistema de registro de preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à(s) licitante(s) vencedora(s), ou, cancelar a ata, na ocorrência de alguma hipótese legalmente prevista para tanto, garantindo à(s) vencedor(as), neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

2.3. Fica ressalvada à Prefeitura de Massaranduba (SC) a não utilização da quantidade total do objeto desta ata de registro de preços.

2.4. O fornecimento/execução do objeto desta ata de registro de preços será autorizado pela Prefeitura de Massaranduba (SC), órgão gerenciador da mesma bem como responsável pela unidade financeira competente.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES E PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

3.1. O objeto deste procedimento licitatório deverá ser entregue/executado na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, em 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação/emissão de ordem de compra.

3.1.1. As entregas/execuções serão parceladas, conforme necessidade.

3.2. A nota fiscal deverá ser emitida de acordo com a ordem de compra/serviço e enviada eletronicamente para o seguinte e-mail: contabilidade@massaranduba.sc.gov.br.

3.2.1. A nota fiscal deverá ser elaborada com detalhes minuciosos acerca do objeto entregue/executado, conforme descritivo do edital ou descritivo resumido, a fim de melhorar o cadastramento no sistema de patrimônio e almoxarifado, conforme o caso.

3.3. A não entrega/execução do objeto acarretará em notificação e nas penalidades previstas nesta ata de registro de preços.

3.4. O objeto somente será considerado aceito após analisado e aprovado por servidor responsável pelo recebimento e conferência do mesmo.

3.5. Caso o objeto não atenda às especificações desta ata de registro de preços, a Prefeitura de Massaranduba (SC) expedirá ofício à licitante vencedora, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a a sanar o problema no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

3.5.1. Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha sido sanado o problema, a Prefeitura de Massaranduba (SC) dará ciência à Assessoria Jurídica Municipal, a fim de que se proceda a aplicação das penalidades previstas no edital e as constantes na Lei Federal 8.666/93.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO E REAJUSTE

4.1. O pagamento será efetuado da seguinte forma:

a) Nota fiscal emitida na 1ª (primeira) quinzena do mês em vigor será paga no dia 10 (dez) do mês subsequente;

b) Nota fiscal emitida na 2ª (segunda) quinzena do mês em vigor será paga no dia 25 (vinte e cinco) do mês subsequente.

4.2. Em caso de devolução de documentação fiscal para correção, o prazo para pagamento fluirá a partir de sua reapresentação.

4.3. Caso seja constatada qualquer irregularidade por parte da licitante, o pagamento poderá ser retido pela Prefeitura de Massaranduba (SC) até a normalização da mesma, sem que isso acarrete ônus adicionais à Prefeitura supracitada.

4.4. O objeto licitado poderá sofrer reajuste após 90 (noventa) dias contados da homologação, desde que atendidos as prerrogativas da Lei e mediante efetiva comprovação do aumento por parte da licitante e aprovação da Administração Municipal, devendo ser utilizado o mesmo percentual.

CLÁUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

5.1. Responder por todos os ônus decorrentes da legislação do trabalho, previdência social, de acordo com a legislação vigente, com referência a todo o pessoal empregado, não havendo nenhuma relação entre seu pessoal e a Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.2. Responsabilizar-se civil e penalmente pelos danos causados diretamente a Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo, não obstante a fiscalização desta Prefeitura em seu acompanhamento.

5.3. Comunicar a Prefeitura de Massaranduba (SC), por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente, e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

5.4. Repor, por substituição ou ressarcimento pecuniário, qualquer bem danificado, furtado ou desaparecido, em decorrência de ação, omissão ou negligência de seus empregados.

5.5. Aceitar acréscimos ou supressões que a Prefeitura de Massaranduba (SC) solicitar, até o limite permitido pelo § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93.

5.6. Manter vigente durante a validade da ata de registro de preços os documentos de habilitação que comprovem a regularidade fiscal, sob pena de retenção dos pagamentos até a regulamentação.

5.7. Entregar/executar o objeto desta licitação na Prefeitura Municipal de Massaranduba, situada na Rua 11 de Novembro, número 2765, bairro Centro, Município de Massaranduba, Estado de Santa Catarina, em 24 (vinte e quatro) horas após a solicitação/emissão de ordem de compra.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

5.8. Será recusado o objeto que seja imprestável, defeituoso, ou que não atenda as especificações constantes no edital e/ou que não esteja adequado para o uso.

4

5.8.1. Caso o objeto seja recusado conforme item acima, a licitante deverá reparar, corrigir, remover ou substituir às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem que isso acarrete ônus à Prefeitura de Massaranduba (SC).

5.9. Aceitar as condições de pagamento previstas nesta ata de registro de preços.

5.10. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

6.1. Reservar-se do direito de rejeitar as propostas comerciais que julgar contrárias aos seus interesses, anular ou revogar, no todo ou em parte, esta licitação.

6.2. Efetuar os pagamentos de acordo com as condições previstas nesta ata de registro de preços.

6.3. Proporcionar à licitante vencedora as facilidades necessárias a fim de que estas possam desempenhar normalmente seu serviço.

6.4. Prestar aos funcionários da licitante vencedora todas as informações e esclarecimentos necessários que eventualmente venham a ser solicitados.

6.5. Aplicar à licitante vencedora as sanções regulamentares previstas nesta ata de registro de preços ou nas Leis cabíveis, quando for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante, sem justificativas aceitas pela Administração Municipal, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, isolada ou cumulativamente, em sanções administrativas de advertência, multas ou suspensão temporária do direito de licitar, a critério da Administração Municipal.

7.1.1. Considerar-se-á descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços:

a) A entrega/execução do objeto com atraso;

b) A entrega/execução do objeto alheio ao especificado;

c) A entrega/execução do objeto em embalagem violada ou com indícios de má conservação, hipótese esta em que o recebimento poderá ser rejeitado;

d) A entrega/execução do objeto de forma parcial à quantidade solicitada.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA

7.1.2. Considerar-se-á descumprimento total do contrato/ata de registro de preços:

5

- a) A recusa injustificada em assinar o termo contratual/ata de registro de preços ou receber a autorização de fornecimento/execução;
- b) A não entrega/execução do objeto.

7.2. As sanções administrativas serão aplicadas de acordo com a gravidade das infrações cometidas pela licitante, nos seguintes casos:

- a) Advertência, nos casos de descumprimento parcial do contrato/ata de registro de preços, a critério da Prefeitura de Massaranduba (SC);
- b) Multa moratória de 01% (um por cento) por dia sobre o valor apresentado na autorização de fornecimento/execução, até o máximo de 20% (vinte por cento), quando a licitante, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;
- c) Multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor apresentado na autorização de fornecimento/execução, quando a licitante, sem justa causa, deixar de cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;
- d) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado quando a licitante não assinar o contrato/ata de registro de preços;
- e) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado quando:
 - e.1) Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte;
 - e.2) Desatender às determinações da fiscalização;
 - e.3) Não obedecer às condições de entrega/execução especificadas no contrato/ata de registro de preços;
 - e.4) Não entregar/executar o objeto dando ensejo à rescisão contratual ou cancelamento da ata de registro de preços;
- f) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor estimado da licitação quando a licitante apresentar declaração falsa.

7.3. O valor da multa poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos à licitante.

7.4. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pela licitante, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

7.5. Ressalvados os motivos de força maior, devidamente comprovados e a critério da Prefeitura de Massaranduba (SC), se a licitante vencedora não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicados as penalidades nos termos do art. 7 da Lei Federal 10.520/02.

6

7.6. Quaisquer das sanções administrativas poderão, a juízo da Administração Municipal e havendo compatibilidade, ser aplicadas de forma concomitante.

7.7. Deverão ser observados, na hipótese de aplicação das sanções administrativas, os princípios do devido processo legal e ampla defesa.

7.8. A aplicação das referidas sanções administrativas não obsta as responsabilidades legais da licitante por perdas e danos causados à Prefeitura de Massaranduba (SC).

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

8.1. Constituem motivo para rescisão do contrato/ata de registro de preços, conforme o caso:

- a) O não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- b) O cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- c) A lentidão do seu cumprimento, levando a Administração Municipal a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do fornecimento nos prazos estipulados;
- d) O atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- e) A paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Municipal;
- f) A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no edital;
- g) O desatendimento das determinações regulares da Autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- h) O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei Federal 8.666/93;
- i) A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;
- j) A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;
- k) A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato;

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 30/2019 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA**

l) Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima Autoridade da esfera administrativa a que está subordinado a contratante e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato;

7

m) A supressão, por parte da Administração Municipal, de obras, serviços ou compras, acarretando modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/93;

n) A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração Municipal, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenizações pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas, assegurado ao contratado, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até que seja normalizada a situação;

o) O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração Municipal decorrentes de obras, serviços ou fornecimento, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

p) A não liberação, por parte da Administração Municipal, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

q) A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

r) Descumprimento do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

8.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

9.1. A licitante vencedora assumirá total responsabilidade por qualquer dano pessoal ou material que seus empregados venham a causar diretamente ao patrimônio da Prefeitura de Massaranduba (SC) ou a terceiros, decorrente de dolo ou culpa, sob quaisquer de suas formas, quando do cumprimento das obrigações. A Prefeitura de Massaranduba (SC) ficará alheia à relação jurídica que se estabelecer entre a licitante vencedora e os terceiros eventualmente prejudicados por tais danos.

PROCESSO LICITATÓRIO N° 30/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N° 30/2019Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

**ESTADO DE SANTA CATARINA****PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA****CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

10.1. Integram esta ata de registro de preços: o edital do **PROCESSO LICITATÓRIO N° 30/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N° 30/2019** e a(s) proposta(s) comercial(is) da(s) licitante(s) classificada(s) no certame.

10.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, para dirimir quaisquer questões decorrentes da utilização desta ata.

10.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93 bem como as demais normas aplicáveis.

10.4. A fiscalização do cumprimento das obrigações desta ata de registro de preços caberá ao Sr. Moacir Fischer, que exercerá rigoroso controle em relação aos serviços prestados, a fim de garantir a transparência do serviço prestado e possibilitar a aplicação das penalidades previstas quando desatendidas as disposições a elas relativas.

Massaranduba (SC), 01 de abril de 2019.

MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA
ARMINDO SESAR TASSI
CONTRATANTE

PARALELO GASES LTDA
RAFAEL CONTESINI
CONTRATADA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 30/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N° 30/2019

Rua 11 de Novembro, 2765 – Centro – Massaranduba – SC – CEP: 89108-000 - Fone: (47) 3379-4600
CNPJ: 83.102.483/0001-62

ERRATA - PROCESSO LICITATÓRIO 35.2019 PP 35.2019 (PMM)

Publicação Nº 1967859

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 35/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2019

ERRATA

Em atendimento ao julgamento aos pedidos de esclarecimentos recebidos, o Pregoeiro torna públicas as modificações realizadas no instrumento convocatório da Licitação - Pregão Presencial nº 35/2019, quais sejam:

1) INCLUSÃO DE OBRIGAÇÕES EDITALÍCIAS no item 15 do edital:

15.11. Apresentar, para aprovação, projeto dos móveis, conforme solicitado no descritivo do item, em 10 (dez) dias consecutivos, após a solicitação/emissão de ordem de compra.

Página 17

2) INCLUSÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS no item 5 da minuta da Ata de Registro de Preços – item VII do edital:

5.11. Apresentar, para aprovação, projeto dos móveis, conforme solicitado no descritivo do item, em 10 (dez) dias consecutivos, após a solicitação/emissão de ordem de compra.

Página 41

Massaranduba (SC), 29 de março de 2019.

CIRIO MARTINI
PREGOEIRO

SOLICITAÇÃO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO - PROCESSO LICITATÓRIO 131.2018 PP 131.2018 (PMM)

Publicação Nº 1967410

Massaranduba, 29 de março de 2019.

SOLICITAÇÃO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO
Requerente: Walendowsky Distribuidora de Combustíveis LTDA
Produto: Gasolina Comum
Processo Licitatório nº 131/2018 – Pregão Presencial nº 131/2018

DOS FATOS

Trata-se de pedido interposto pela empresa WALENDOWSKY DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA., para requerer reequilíbrio econômico financeiro no item acima especificado. Para tanto, fundamenta seu pedido na alta do valor do item junto a refinaria e apresenta documentação que comprova a variação dos preços.

DO MÉRITO E DA DECISÃO

Característica peculiar do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico financeiro, que se encontra preconizada na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.666/93.

Dessa forma, pode no decorrer da execução do contrato ocorrer situações que desequilbrem a margem inicialmente estabelecida, devendo a Administração Pública reestabelecer, a fim de garantir o equilíbrio contratual. É o caso apresentado, que houve desequilíbrio ante ao corte no preço da refinaria.

Como é cediço, no mês de março, houve novo aumento nas refinarias da Petrobrás, o que encareceu o referido item objeto do Processo Licitatório nº 131/2018.

Dessa forma, analisando a documentação apresentada, a fim de reestabelecer a margem de lucro inicialmente estabelecida, DECIDO pela CONCESSÃO do reequilíbrio econômico financeiro do item solicitado, sendo de direito a aplicação do reajuste do preço para o valor de R\$ 3,89 (três reais e oitenta e nove centavos) por litro, acarretando num aumento de 10 (dez) centavos do preço registrado.

O reajuste possui efeitos ex tunc, sendo aplicado nas ordens de compras futuras, a partir da presente data.

CIRIO MARTINI
Pregoeiro

Matos Costa**PREFEITURA****EDITAL DE CONVOCAÇÃO 06/2019 TESTE SELETIVO 2018**

Publicação N° 1967139

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOS COSTA

TESTE SELETIVO N° 02/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 06/2019

O Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do Teste Seletivo n.º 02/2018, CONVOCA, a candidata abaixo relacionada, para apresentar-se ao Departamento Municipal de Recursos Humanos no prazo de até 02 (dois) dias, munidos da documentação exigida, para fins de contratação/admissão no cargo para a qual foi classificada.

Cargo: PROFESSOR - PEDAGOGO

Nº Inscrição	Nome	Nota Final	Classificação
21	CRISTIANE AMELIA FREISLEBEM	4,76	10º

Matos Costa, 01 de Abril de 2019.

RAUL RIBAS NETO

Prefeito Municipal

PORTARIA 310/2019

Publicação N° 1967612

PORTARIA N° 310/2019 – De 29 de Março de 2019.

Raul Ribas Neto, Prefeito do Município de Matos Costa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 71 inciso VII da Lei Orgânica;

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora FERNANDA APARECIDA BLEIXUVEHL, investida no cargo de provimento em carreira do grupo ocupacional de PROFISSIONAL na categoria funcional de ENFERMEIRA, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, retroativos ao dia 28/03/2019, de conformidade com o insculpido no art. 128, da Lei Complementar n.º023/2012, de 26 de junho de 2012.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entra esta Portaria em vigor, na data de 31 de Março de 2019.

Paço do Contestado, 29 de Março de 2019.

RAUL RIBAS NETO

PREFEITO MUNICIPAL

A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. DIRCEU JOANIM DE FREITAS Assistente Administrativo I	A presente Portaria foi publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM. ODERLAINE NOVENIA SCHWARTZ MORAES Membro da C.F.- Decreto n.º 29/16
--	---

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO N° 023-2019

Publicação N° 1967730

DECRETO n° 023/2019 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

TRATA DA NOMEAÇÃO E COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL, DO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

O Prefeito Municipal de Meleiro/SC, Sr. Eder Mattos, no uso de suas atribuições e nos termos do artigo 51, da Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Municipal n°. 1.653/2014, resolve:

DECRETAR

Art. 1º - Os membros do Conselho Municipal de Política Cultural, será constituído pelos seguintes representantes:

I. Representantes do Poder Público:

a. Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Cultura e Turismo:

- i. José Anaélcio Rocha Longaretti;
- ii. Jovana Peterle;
- iii. Estela Mezzari Simoni;
- iv. Marisa Da Conceição Búrigo Fascin.

b. Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

- i. Sandra Simon Pereira;
- ii. Adair Pasini;

c. Secretaria Municipal de Assistência Social:

- i. Simone de Oliveira Mota;
- ii. Agda Ferminia S. Scarsanela.

d. Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Des. Econ.:

- i. Daniel Benedet Buzanello;
- ii. Almir Pedro Pereira.

e. Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano:

- i. Anderson Scardueli;
- ii. Lucas Martins Carboni.

II. Representantes da Sociedade Civil

a. Área de Artes Visuais e Ciências:

- i. Felipe Longaretti Toldo;
- ii. Sílvia Rabelo.

b. Artesãos:

- i. Wilson Schineider;
- ii. Irval de Souza.

c. Músicos:

- i. Igor Velho Ortolan;
- ii. Amarildo Conti.

d. Área da Dança:

- i. Michélia Fabris Fernandes;
- ii. Luciana Despácia Amboni.

e. Literatura/Biblioteca:

- i. Leodenir Fabris;
- ii. Jorge Luiz Carvalho Coral.

f. Indústria e Comércio:

- i. Márcio Fermo;
- ii. Ademilson Catelli.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 01 de Abril de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrado em publicado nesta Secretaria em data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretario Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 130-2019

Publicação Nº 1967117

PORTARIA n.º 130/2019

TRATA DO RETORNO DA LICENÇA SAÚDE.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 de 03 de abril de 2000 e suas alterações, e Lei Complementar n.º 034/2011, de 26 de dezembro de 2011 e suas alterações, resolve:

RETORNAR

Art. 1.º Da licença saúde o servidor VALMIR MANENTI, ocupante do cargo de Motorista, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/04/2019.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Abril de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 131-2019

Publicação Nº 1967237

PORTARIA nº 131/2019

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE RELACIONA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 82 da Lei n.º 809/2000, de 03 de abril de 2000 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Conceder férias ao servidor público municipal DANIELI BERNARDO POLA – matrícula 10542, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 03/10/2017 à 02/10/2018.

Art. 2.º As verbas indenizatórias referentes ao adicional de 1/3 (um terço) das férias serão incluídas em folha de pagamento em época oportuna.

Art. 3.º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/04/2019.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Abril de 2019.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N° 132-2019

Publicação N° 1967791

PORTARIA n° 132/2019

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ADICIONAL DE 1,3% (UM VÍRGULA TRÊS POR CENTO) REFERENTE AO TRIÊNIO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE RELACIONA.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n° 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Artigo 1.º Aos servidores públicos municipais relacionados no Anexo Único desta Portaria, o adicional de 1,3% (um vírgula três por cento) referente ao triênio previsto no artigo 43 da Lei n.º 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009, totalizando um percentual de 3,9% a cada servidor relacionado no Anexo Único desta Portaria.

Parágrafo único. As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta da Dotação Orçamentária 3.1.90.00.00.00 – Aplicações Diretas – do pessoal do orçamento vigente.

Artigo 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/03/2019.

Artigo 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Abril de 2019.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finança

A N E X O Ú N I C O DA PORTARIA N° 132/2019

N° MATRÍCULA	NOME DO SERVIDOR (A)	ADICIONAL	TOTAL ADICIONAL
067	Izabel Matias	1,3%	3,9%

Meleiro, 01 de Abril de 2019.
EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA N° 133-2019

Publicação N° 1967949

PORTARIA n° 133/2019

TORNA SEM EFEITO.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei n° 1349/2009, de 30 de Março de 2009 e suas alterações, resolve:

TORNAR

Art. 1. Tornar sem efeito a Portaria n° 128/2019, publicada no dia 01 de Abril de 2019, no Dom – Edição n° 2789, página 1044.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com seus efeitos a partir de 01/04/2019.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 01 de Abril de 2019.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Finança

Modelo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2019

Publicação Nº 1967671

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação

Processo Nº: 582/2019
Modalidade: Pregão Nº 025/2019
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA, CONFORME CONTRATO DE REPASSE Nº 871321/2018/MAPA/CAIXA EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA FOMENTO AO SETOR AGROPECUÁRIO, PARA O MUNICÍPIO DE MODELO/SC
Entrega dos Envelopes: 14:00 horas do dia 15 de abril de 2019
Abertura dos Envelopes: 14:15 horas do dia 15 de abril de 2019.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:00, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br
Modelo/SC 01/04/2019.
Ricardo Luis Maldaner
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 024/2019

Publicação Nº 1967665

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE MODELO
Aviso de Licitação

Processo Nº: 565/2019
Modalidade: Pregão Nº 024/2019
Tipo: Menor preço - Unitário por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS (PT), PRÓTESES DENTÁRIAS PARCIAIS REMOVÍVEIS (PPR), REEMBASAMENTO E CONserto DE PROTESES DENTÁRIAS PARA PACINETES DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE, COM CONFECÇÃO E ENTREGA NA UNIDADE DE SAÚDE
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 15 de abril de 2019
Abertura dos Envelopes: 08:15 horas do dia 15 de abril de 2019.

Informações e edital na íntegra podem ser retirados no Departamento de Compras e Licitações do Município de Modelo, sito à Rua do Comércio 1304, Centro, Modelo/SC, das 07:30 às 11:30, e das 13:30 às 17:00, ou pelo site www.modelo.sc.gov.br
Modelo/SC 28/03/19.

Marcia T. Jacoby
Gestora FMS

DECRETO Nº 096/2019

Publicação Nº 1968698

DECRETO Nº 096/2019 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JACINTA NELI DILL E DECLARA VACÂNCIA DO CARGO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 2.397/2019, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria, Considerando a aposentadoria no cargo, concedida pelo INSS sob o benefício nº 170.90109.30,

DECRETA:

Art.1º - Fica exonerada a partir de 01 de junho de 2019, por motivo de aposentadoria, a Servidora JACINTA NELI DILL, matrícula nº 1355-2, do cargo efetivo de Técnico em Saúde Pública, do Município de Modelo/SC, de conformidade com as disposições legais.

§ 1º - A rescisão dá-se em razão de aposentadoria por tempo de contribuição, concedida pelo INSS sob o benefício nº 170.90109.30.

§ 2º - A servidora manterá suas atividades laborais até 31 de maio de 2019, afastando-se do cargo a partir de 01 de junho de 2019.

Art. 2º - Em decorrência da exoneração de que trata este Decreto, fica declarada a vacância do cargo, na forma prevista no art. 35 da Lei Municipal 1.513/2002 – Estatuto dos Servidores Públicos do município de Modelo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), ao 01 de abril de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

JACINTA NELI DILL

Registrado e Publicado na Data Supra:

JANICE MARTINI MÜLLER

Secretária de Administração e Fazenda

DECRETO Nº 098/2019

Publicação Nº 1969052

DECRETO Nº 098/2019 DE 02 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA ATRIBUIÇÃO EXCLUSIVA DE LUBRIFICAÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO MUNICÍPIO PARA O SERVIDOR OCUPANTE DO CARGO DE MECÂNICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, 1.960/2010, 2.397/2019 Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

Considerando as atribuições previstas para os cargos de Motorista, Operador de Máquinas, e Agente de Manutenção e Conservação/Mecânico de Máquinas, Veículos e Equipamentos, constantes na Lei Municipal nº 1.960/2010,

Considerando que o Município dispõe de oficina mecânica e de servidor ocupante da função de Mecânico, e que desta forma, em atendimento às normas de prevenção e normas reguladoras de Segurança do Trabalho, deverão ser realizados os serviços de lubrificação pelo profissional designado,

DECRETA:

Art.1º - Fica determinado que somente o servidor ocupante do cargo de AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO/MECÂNICO DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS, fará as atividades de lubrificação dos equipamentos, veículos e máquinas do Município de Modelo, considerando que as atribuições desta função são mais específicas para o cargo de Mecânico.

Art. 2º - Fica determinado que os servidores ocupantes dos cargos de Motorista e Operador de Máquinas, bem como demais cargos, não farão atividades de lubrificação de seus veículos, ficando essa função exclusivamente a cargo do Mecânico, devendo estes, fazer o encaminhamento ao profissional responsável, quando constatada a necessidade do serviço.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC),
aos 02 de abril de 2019.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

JANICE MARTINI MÜLLER

Secretária de Administração e Fazenda

EXTRATO DE CONTRATO Nº 089-2019 GENEROS ALIMENTÍCIOS FNDE - JOSÉ SCHMITZ

Publicação Nº 1967162

Extrato de Contrato nº 089/2019
Processo Licitatório nº 001-2/2019
Chamada Pública nº 002/2019
Contratante: MUNICIPIO DE MODELO. CNPJ: 83.021.832/0001-11
Contratado: JOSÉ SCHMITZ CPF sob nº. 625.581.459-91
Valor: R\$ 5.630,00
Assinado em: 01/04/2019
Vigente até: 31/12/2019
Objeto GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Modelo/SC, 01 de Abril de 2019.
Ricardo Luis Maldaner
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 090-2019 GENEROS ALIMENTÍCIOS FNDE - COOTRAF

Publicação Nº 1967163

Extrato de Contrato nº 090/2019
Processo Licitatório nº 001-2/2019
Chamada Pública nº 002/2019
Contratante: MUNICIPIO DE MODELO. CNPJ: 83.021.832/0001-11
Contratado: COOPERATIVA DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA FAMILIAR – COOTRAF CNPJ sob nº. 08.147.012/0001-55
Valor: R\$ 48.712,50
Assinado em: 01/04/2019
Vigente até: 31/12/2019
Objeto GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Modelo/SC, 01 de Abril de 2019.
Ricardo Luis Maldaner
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 091-2019 GENEROS ALIMENTÍCIOS FNDE - COPAMAR

Publicação Nº 1967164

Extrato de Contrato nº 091/2019
Processo Licitatório nº 001-2/2019
Chamada Pública nº 002/2019
Contratante: MUNICIPIO DE MODELO. CNPJ: 83.021.832/0001-11
Contratado: COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL FAMILIAR DE MARAVILHA - COPAMAR CNPJ sob nº. 09.145.480/0001-53
Valor: R\$ 37.020,00
Assinado em: 01/04/2019
Vigente até: 31/12/2019
Objeto GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Modelo/SC, 01 de Abril de 2019.
Ricardo Luis Maldaner
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 092-2019 GENEROS ALIMENTÍCIOS FNDE - ARLINDO PAGLIARI

Publicação Nº 1967165

Extrato de Contrato nº 092/2019
Processo Licitatório nº 001-2/2019
Chamada Pública nº 002/2019
Contratante: MUNICIPIO DE MODELO. CNPJ: 83.021.832/0001-11
Contratado: ARLINDO PAGLIARI CPF sob nº. 833.211.289-34
Valor: R\$ 4.800,00
Assinado em: 01/04/2019
Vigente até: 31/12/2019
Objeto GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Modelo/SC, 01 de Abril de 2019.
Ricardo Luis Maldaner
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 093-2019 GENEROS ALIMENTÍCIOS FNDE - ENIO MUNDT

Publicação Nº 1967166

Extrato de Contrato nº 093/2019
Processo Licitatório nº 001-2/2019
Chamada Pública nº 002/2019
Contratante: MUNICIPIO DE MODELO. CNPJ: 83.021.832/0001-11
Contratado: ENIO MUNDT CPF sob nº. 868.874.599-49
Valor: R\$ 8.190,00
Assinado em: 01/04/2019
Vigente até: 31/12/2019
Objeto GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR
Modelo/SC, 01 de Abril de 2019.
Ricardo Luis Maldaner
Prefeito

EXTRATO DE CONTRATO Nº 094-2019 ILUMINAÇÃO LEDS - QUANTUM ENGENHARIA

Publicação Nº 1967986

Extrato de Contrato nº 094/2019
Processo Licitatório nº 044/2019
Pregão Presencial nº 006/2019
Contratante: MUNICIPIO DE MODELO. CNPJ: 83.021.832/0001-11
Contratado: QUANTUM ENGENHARIA LTDA CNPJ sob nº. 82.094.640/0001-72
Valor: R\$ 547.000,00
Assinado em: 01/04/2019
Vigente até: 30/09/2019
Objeto CONTRATAÇÃO, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA DO RAMO DA ENGENHARIA, PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS CONSTANTES DO CONVÊNIO Nº 011 PEE CELESC 2018

Modelo/SC, 01 de abril de 2019.
Ricardo Luis Maldaner
Prefeito

Nº 002/2019 DE 27 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1968299

RESOLUÇÃO Nº 002/2019 DE 27 DE MARÇO DE 2019

APROVA O RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO DE 2018, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, em sua 11ª Reunião ordinária, realizada no dia 27/03/2019 na Sala de Reuniões da Secretaria de Saúde de Modelo, localizada na Rua Presidente Vargas, de acordo com as competências legais e regimentais, conferidas pelas Leis Federais 8080/1990 e em conformidade com as Leis Municipais 1.108/1993 e 1.189/1994 e alterações pela Lei Municipal 1.980/2011,

Considerando discussão e aprovação do Pleno do Conselho Municipal de Saúde, na reunião acima mencionada,

RESOLVE:

Art. 1º – APROVAR o Relatório Anual de Gestão 2018, sendo colocado em apreciação e aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data da publicação.

Art. 3º – Revogam-se disposições em contrário.

Modelo (SC), aos 27 de março de 2019.

ELIANA MARA SEHNEN KOTHE
Presidente do CMS

BARBARA MILENA GELLER BARON
Vice- Presidente do CMS

Nº 003/2019 DE 27 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1968312

RESOLUÇÃO Nº 003/2019 DE 27 DE MARÇO DE 2019

APROVA A PACTUAÇÃO INTERFEDERATIVA DE INDICADORES SISPACTO 2019, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, em sua 11ª Reunião ordinária, realizada no dia 27/03/2019 na Sala de Reuniões da Secretaria de Saúde de Modelo, localizada na Rua Presidente Vargas, de acordo com as competências legais e regimentais, conferidas pelas Leis Federais 8080/1990 e em conformidade com as Leis Municipais 1.108/1993 e 1.189/1994 e alterações pela Lei Municipal 1.980/2011,

Considerando discussão e aprovação do Pleno do Conselho Municipal de Saúde, na reunião acima mencionada,

RESOLVE:

Art. 1º – APROVAR a Pactuação interfederativa de indicadores SISPACTO 2019, que estabelecendo um rol de 23 indicadores, para os quais devem ser pactuadas metas anuais para os estados, municípios e regiões de saúde. Dos 23 indicadores elencados, 20 são de pactuação universal, ou seja, são de pactuação comum e obrigatória aos municípios e estados. Os Indicadores do SISPACTO foram apresentados e colocado em votação para a apreciação, sendo aprovado por unanimidade pelos conselheiros.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data da publicação.

Art. 3º – Revogam-se disposições em contrário.

Modelo (SC), aos 27 de março de 2019.

ELIANA MARA SEHNEN KOTHE

Presidente do CMS

BARBARA MILENA GELLER BARON

Vice- Presidente do CMS

Nº 004/2019 DE 27 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1968318

RESOLUÇÃO Nº 004/2019 DE 27 DE MARÇO DE 2019

APROVA O REGIMENTO INTERNO DA VII CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, em sua 11ª Reunião ordinária, realizada no dia 27/03/2019 na Sala de Reuniões da Secretaria de Saúde de Modelo, localizada na Rua Presidente Vargas, de acordo com as competências legais e regimentais, conferidas pelas Leis Federais 8080/1990 e em conformidade com as Leis Municipais 1.108/1993 e 1.189/1994 e alterações pela Lei Municipal 1.980/2011,

Considerando discussão e aprovação do Pleno do Conselho Municipal de Saúde, na reunião acima mencionada,

RESOLVE:

Art. 1º – APROVAR o Regimento Interno da VII Conferência Municipal de Saúde, que será realizada no dia 12 de abril de 2019. O Regimento foi apresentado e colocado em votação para a apreciação, sendo aprovado por unanimidade pelos conselheiros.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data da publicação.

Art. 3º – Revogam-se disposições em contrário.

Modelo (SC), aos 27 de março de 2019.

ELIANA MARA SEHNEN KOTHE

Presidente do CMS

BARBARA MILENA GELLER BARON

Vice- Presidente do CMS

Nº 005/2019 DE 27 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1968328

RESOLUÇÃO Nº 005/2019 DE 27 DE MARÇO DE 2019

APROVA A RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS- REMUME 2019, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Modelo, Estado de Santa Catarina, em sua 11ª Reunião ordinária, realizada no dia 27/03/2019

na Sala de Reuniões da Secretaria de Saúde de Modelo, localizada na Rua Presidente Vargas, de acordo com as competências legais e regimentais, conferidas pelas Leis Federais 8080/1990 e em conformidade com as Leis Municipais 1.108/1993 e 1.189/1994 e alterações pela Lei Municipal 1.980/2011,

Considerando discussão e aprovação do Pleno do Conselho Municipal de Saúde, na reunião acima mencionada,

RESOLVE:

Art. 1º – APROVAR Relação Municipal de Medicamentos Essenciais- REMUME 2019. O Regimento foi apresentado e colocado em votação para a apreciação, sendo aprovado por unanimidade pelos conselheiros.

Art. 2º – Esta Resolução entrará em vigor na data da publicação.

Art. 3º – Revogam-se disposições em contrário.

Modelo (SC), aos 27 de março de 2019.

ELIANA MARA SEHNEN KOTHE

Presidente do CMS

BARBARA MILENA GELLER BARON

Vice- Presidente do CMS

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO 2. ADITIVO GRACIELE REGINA BIZELLO - PMM

Publicação Nº 1968636

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE MONDAÍ/PMM

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

Processo Licitatório nº. 116/2017. Edital: Tomada de Preço nº. 011/2017. Contrato: 107/2017 – Termo Aditivo nº 002. Objeto: Contratação de serviços técnicos profissionais de ASSISTÊNCIA SOCIAL, com dedicação de 40 (quarenta) horas semanais, sendo: 20 (vinte) horas semanais na execução de serviços de complexidade mais avançada, para atuar no CAPS (Centro de Atenção Psicossocial) e 20 (vinte) horas semanais para atuar na política municipal de Habitação, conforme especificações constantes na relação de itens da licitação (Anexo I). Finalidade: Prorrogação da vigência do Contrato até 31/12/2019, nos termos disposto no artigo 57, II, § 2º da Lei Federal 8.666/93. Fornecedor: GRACIELE REGINA BIZELLO – CPF sob o nº 038.109.159-71. Vigência: até 31/12/2019. Mondaí/SC, 28 de dezembro de 2018. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 6/2019 (PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº. 6/2019)

Publicação Nº 1968928

AUTÓGRAFO DE LEI Nº. 6/2019

(Projeto de Lei Ordinária nº 6/2019)

	Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar o pagamento de despesas não processadas no exercício anterior e dá outras providências.
--	---

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber que votou e aprovou o Projeto de Lei e encaminha para a sanção do Prefeito Municipal a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a realizar pagamento de despesas do exercício anterior, decorrentes do fornecimento de alimentação escolar aos alunos da rede municipal de educação regularmente matriculados na Escola de Educação Básica Padre Vendelino Junges de Catres, fornecido pelo Governo do Estado, mas que deveriam ser custeados pelo Município, no valor de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Art. 2º Para cobrir despesas de que trata o artigo anterior, serão utilizados créditos adicionais suplementares abertos no corrente exercício na seguinte classificação:

Entidade: 03 – FUNDO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Órgão: 06 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Unidade Orçamentária: 05– Departamento de Merenda Escolar

Função: 12 – Educação

Sub Função: 3060 – Alimentação e Nutrição

Programa: 1110 – Alimentação Saudável

Projeto/atividade: 2.154 – Alimentação Escolar do Ensino Pré-Escolar

Despesa: 3.3.90.00.00.00.00.0300 Aplicações Diretas – R\$ 20.000,00.

Art. 3º Decreto do Poder Executivo regulamentará a presente matéria na forma da Lei Federal nº. 4.320/64.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Mondaí, 1º de abril de 2019.

Elizandro Mainardi,

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores.

Roberto Bernardy,

Primeiro-secretário.

Monte Carlo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

Publicação Nº 1967929

EXTRATO DE CONTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - Município de Monte Carlo

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MONTE CARLO

CNPJ: 95.996.104/0001-04

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 37/2019

CONTRATADO: GILVAN PIROLI MEI

CNPJ: 22.534.401/0001-64

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para serviços de BORRACHARIA E LUBRIFICAÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS conforme especificações.

VALOR: R\$ 86.060,00

VIGÊNCIA: A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará até 31 de janeiro de 2020.

Monte Carlo, 29 de março de 2019.

DECRETO Nº23/2019

Publicação Nº 1968082

DECRETO Nº 023/2019, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

"NOMEIA PREGOEIRO E ALTERA COMISSÃO DE APOIO".

SONIA SALETE VEDOVATTO, Prefeita, Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos da legislação municipal.

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado Pregoeiro Oficial do município de Monte Carlo, Sr.
PAULO RICARDO BUYNO

Art. 2º - A comissão de apoio será composta por três membros:

- 1) Maristela Aparecida Viater
- 2) Claudia Zancam
- 3) Edir Salete de Souza

Art. 3º - A Comissão irá dispor de três suplentes, composta pelos seguintes membros:

- 1) Cristiane Weber Maziero
- 2) Sandra Cordeiro
- 3) Anderson Giovany de Barba

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente o decreto nº 81/2018 de 16 de outubro de 2018.

Monte Carlo, 01 de abril de 2019.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

SONIA SALETTE VEDOVATTO
Prefeita Municipal

PORTARIA 160/2019

Publicação Nº 1968553

PORTARIA Nº 160/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER a(o) servidor (a) DHIAN CARLO MAZIERO investido no cargo de ADVOGADO/PROCURADOR do quadro de Pessoal com provimento EFETIVO, lotado no GABINETE DO PREFEITO; PROGRESSÃO FUNCIONAL DE INCENTIVO À FORMAÇÃO CONTINUADA nos termos dos Arts. 22 da Lei Complementar 27/2007 com redação da Lei Complementar 42/2010, e do Parecer Jurídico nº 30/2019/PGM.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 22 de março de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se em 22 de março de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 162/2019

Publicação Nº 1968578

PORTARIA 162/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 20 (Vinte) dias, no período de gozo durante o mês de ABRIL/2019, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados no GABINETE DO PREFEITO.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
NAIARA PASSONI	06/03/2018 A 05/03/2019	01/04/2019 A 20/04/2019

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 01 de Abril de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 01 de Abril de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 163/2019

Publicação Nº 1968538

PORTARIA 001/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município

.RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS COLETIVAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de JANEIRO de 2019, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotado(s) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

MATRIC.	SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
1774	ADELSIO BATAGHIN	03/05/2015 A 02/05/2016	02/01/2019 A 31/01/2019

546	ADEMIR MOACIR GOMES	01/09/2017 A 31/08/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1727	ADRIANA APARECIDA MACHADO RIBEIRO	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
2259	ADRIANA GUEDES	16/02/2017 A 15/02/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1720	ALESSANDRA APARECIDA DEON PIERI	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
96	ALESSANDRA DA SILVA	13/03/2017 A 13/03/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
302	ALESSANDRA GONÇALVES	15/02/2017 A 14/02/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
474	ALESSANDRA RIBEIRO DA SILVA SCHEFFER	18/02/2017 A 17/02/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
2252	ALEXANDRO DOS ANJOS	10/02/2018 A 09/02/2019	07/01/2019 A 02/02/2019
710	ALTAIR PEREIRA PALHANO	11/03/2017 A 10/03/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1667	ALVANIR RIBEIRO ZEMBRANI	01/06/2017 A 31/05/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1638	ALZIRA PRATES	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
92	ANA JANETE GONCALVES TURCATTO	16/05/2017 A 15/05/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1892	ANA PAULA BOGO GOETTEN DE OLIVEIRA	10/12/2015 A 09/12/2016	02/01/2019 A 31/01/2019
1719	ANA PAULA RIBEIRO DA SILVA	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
1726	ANDREIA CHAVES FERREIRA KRIEGUER	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
2192	ANDRESSA ALBERTI MOLIN	19/05/2017 A 18/05/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
2316	ANDRESSA MARIA VIERO	03/08/2017 A 02/08/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1587	ANGELA LUZIA ALVES DE GOSS DE GODOY	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
1735	ANTONIO BECKER JUNIOR	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
1717	ARACELI GIRARDI DA SILVA	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
312	ARILDES TESSARO	02/03/2017 A 01/03/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1831	BEATRIZ FÁTIMA DE BARROS THIBES	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019

1845	BRUNA DIAS DE ALMEIDA DOS SANTOS	02/04/2017 A 01/04/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
306	CARMEN LUCIA TORMEN FRANÇA	01/06/2017 A 31/05/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
2177	CAROLINE DE OLIVEIRA	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
1582	CAROLINE FORTES DIAS	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
629	CELIA DE FÁTIMA GOMES	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
1581	CLAIR DOS SANTOS	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
1341	CLARICE DOS SANTOS	12/05/2017 A 11/05/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
586	CLAUDENIR JOÃO PARISE	10/03/2017 A 09/03/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1343	CLAUDETE GONÇALVES	12/05/2016 A 11/05/2017	02/01/2019 A 31/01/2019
100	CLAUDIA APARECIDA PINTO BARBOSA MOREIRA	05/06/2017 A 04/06/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
2175	CLAUDIA FABIANA BORTOLLI	14/04/2017 A 13/04/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1733	CLAUDIA ZANCAN	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
2214	CLECIR APARECIDA RIBEIRO PONTES	01/07/2017 A 30/06/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1342	CLESMAIR APARECIDA LUIZ GONÇALVES LANGARO	11/04/2018 A 10/04/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
198	CONCEIÇÃO SALETE DE SOUZA	09/02/2017 A 08/02/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
2264	DAIANE VAZ DALGNOL	06/03/2017 A 05/03/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
2187	DANIELA RIBEIRO DA SILVA	09/05/2017 A 08/05/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1585	DANIELI REGINA RIBEIRO	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
733	DIOLENE BORBA TIZIAN	12/09/2017 A 11/09/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1737	DIRLEI APARECIDA DE MORAIS DE OLIVEIRA	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
102	DORILDA DE OLIVEIRA DA ROSA	01/11/2017 A 31/10/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
2251	EDERLEY CRUZ SOBRINHO PARISE	08/02/2017 A 07/02/2018	02/01/2019 A 31/01/2019

107	EDIR SALETE DE SOUZA	09/05/2017 A 08/05/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1660	EDITE ALVES DOS SANTOS VALDUGA	01/05/2017 A 30/04/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1339	ELENICE TEREZINHA CAS- TANHA	12/05/2017 A 11/05/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1580	ELISANE APARECIDA DA SILVA RIEGER	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
2266	ELOIR VAZ	06/03/2017 A 05/03/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
108	EMIDIA BENTA DE ANDRADE	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
1716	EVERALDO QUERINO	14/02/2017 A 13/02/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
2237	FABIANA CORDEIRO RIZZI	10/01/2018 A 09/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
114	FABIANA CORREA DE DEUS	02/06/2017 A 01/06/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1665	FABIANA RIBEIRO	01/06/2017 A 31/05/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
2174	FELIPE TIAGO RIBEIRO PONTES DOS SANTOS	14/04/2017 A 13/04/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
2250	FERNANDA FORTES	08/02/2017 A 07/02/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
2249	FERNANDA MOREIRA	13/02/2017 A 12/02/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
524	HAMILTON RIBEIRO	26/08/2017 A 25/08/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1515	HELENICE FIDELIX VAS	01/08/2017 A 31/07/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1590	ILCEMAR SCAPINELLO MENEGATT	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
211	IRIS ALBERTON BECKER	01/11/2017 A 31/10/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
526	IRMA MACHADO	19/12/2017 A 18/12/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
61	ISRAEL RODRIGUES DOS SANTOS	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
121	IVANETE DA ROZA MACHADO	6/11/2017 A 05/11/2018	02/01/2019 A 31/01/2019

2248	IVONETE RAYZER DA CRUZ	08/02/2017 A 07/02/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1348	IZABEL CRISTINA TIZIAN	12/05/2018 A 11/05/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
1731	JANDIRA APARECIDA DE LARA	07/01/2018 A 06/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
126	JOCELI DE FÁTIMA THIBES DE CAMPOS BARROS	27/08/2017 A 26/08/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
632	JOICEMAR APARECIDA ALVES	05/01/2017 A 04/01/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1639	JORACI DOS SANTOS SOUZA	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
124	JOSÉ JOACIR THIBES DE CAMPOS	02/04/2016 A 01/04/2017	02/01/2019 A 31/01/2019
1752	JOSIANE DA SILVA	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
656	JULIA VALIATI RIBEIRO	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
2176	JULIANO ROBERTO DE SOUZA	14/04/2017 A 13/04/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
125	JURACI APARECIDA RIBEIRO DA SILVA	08/03/2017 A 07/03/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1579	KELLY ANGELA DE MORAES	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
2189	LILIANE APARECIDA GONÇALVES	09/05/2017 A 08/05/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1860	LOINIR ROSSI RIBEIRO	02/05/2017 A 01/05/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
251	LORECI RIBEIRO DE ALMEIDA	04/04/2017 A 03/04/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
2196	LORIZETE COSTA DE MORAIS BUYNO	23/05/2017 A 22/05/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
2328	LUANA CHAGAS DE MORAIS	23/10/2017 A 22/10/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1732	LUCI APARECIDA GEMO	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
635	LURDES DE FÁTIMA DA SILVA RUAS	05/01/2018 A 04/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
1723	LUCIA RITA BECKER DE SOUZA	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
2193	LUCIANA DA ROSA GEPFRICK	19/05/2017 A 18/05/2018	02/01/2019 A 31/01/2019

657	LUCIANA MARIA PEREIRA	01/01/2018 A 31/12/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1367	MABEL LUZIA GUEDES TURCATTO	12/06/2017 A 11/06/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1351	MAINE DA SILVA RODRIGUES GONÇALVES	12/06/2017 A 11/06/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
2183	MARALICE ZANCAN	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
209	MARCIANA LUIZ OZORIO	28/04/2017 A 27/04/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1830	MARCIONETE RIBEIRO BECKER MENEGATT	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
2195	MARGARETE DE FÁTIMA DOS SANTOS SACRAMENTO	23/05/2017 A 22/05/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
2202	MARIA ALVES FERNANDES DE GODOY	17/06/2017 A 16/06/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1640	MARIA ANGELICA STEFANES MANGOLT	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
298	MARIA DE FÁTIMA ALVES DOS SANTOS	14/09/2017 A 13/09/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
231	MARIA DIRLENE THIBES DE CAMPOS	18/12/2017 A 17/12/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1724	MARIA ISOLINA MORAES	10/02/2017 A 09/02/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1637	MARIA JANICE GONÇALVES	08/02/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
531	MARIA LUCIMAR DE BARROS	01/01/2018 A 31/12/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
139	MARIA REGINA OLIVEIRA	02/03/2017 A 01/03/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
137	MARIA SALETE DA SILVA BATAGHIN	05/03/2017 A 04/03/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1718	MARIA SINCLAIR DA ROSA	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
2197	MARILEI CORSO STRATMANN	23/05/2017 A 22/05/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
683	MARINA APARECIDA DOS SANTOS GUEDES	01/11/2017 A 31/10/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1586	MARIZA APARECIDA RIBEIRO DE JESUS DA SILVA	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
2206	MARTA TIZIAN CORREA DE ALMEIDA RIBEIRO	17/06/2017 A 16/06/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
131	MICHELE ROSANGELA PAULETTI	04/02/2017 A 03/02/2018	02/01/2019 A 31/01/2019

148	NADIR RIBEIRO	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
146	NEIVA APARECIDA THIBES DE CAMPOS TATTO	29/03/2017 A 28/03/2017	02/01/2019 A 31/01/2019
598	NERI BORSATO	29/03/2016 A 28/03/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
145	NEURA MARIA MARAFON	02/12/2017 A 01/12/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
234	NEUZA CAMPOLIM CAMARGO	12/12/2016 A 11/12/2017	02/01/2019 A 31/01/2019
196	NIURA CRISTINA MANGOLT	01/09/2016 A 31/08/2017	02/01/2019 A 31/01/2019
142	NOELI ELZA GERLACH	01/01/2018 A 31/12/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
143	NOELI IZABEL ALBERTI	04/01/2018 A 03/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
1729	RAQUEL APARECIDA RUAS	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
2167	REITANE DE FATIMA ROSA	01/04/2017 A 31/03/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
158	RITA DE CASSIA VICENTE FLESCH	20/06/2017 A 19/06/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
157	ROSELI APARECIDA DA SILVA DIAS	02/09/2017 A 01/09/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1356	ROSELI DIAS VIEIRA DE ANDRADE	12/05/2017 A 11/05/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
584	ROSEMERI DE FATIMA ROSA	01/12/2017 A 30/11/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
284	ROSENI TEREZINHA DA SILVA ARALDI	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
154	SALETE ANA MACARINI	01/03/2017 A 28/02/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
2307	SALETE CORTES CORDEIRO	11/07/2017 A 10/07/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1584	SAMARA RODRIGUES	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
162	SANDRA APARECIDA CORDEIRO	01/01/2018 A 31/12/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
2246	SANDRA RODRIGUES	01/02/2017 A 31/01/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1721	SIRLEY TORMEN DA SILVA	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
1666	SOELI APARECIDA DOS SANTOS BORTOLI	01/06/2017 A 31/05/2018	02/01/2019 A 31/01/2019

1358	SOELY APARECIDA DA SILVA MARINS SEGALA	12/05/2017 A 11/05/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
2247	SONIA APARECIDA DIAS DA SILVA	08/02/2017 A 07/02/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1583	SONIA RIBEIRO DE JESUS	11/06/2017 A 10/06/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
2190	SUELE CASTANGA GONÇALVES	09/05/2017 A 08/05/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
2257	SUELI CORDEIRO CAMARGO	15/02/2017 A 14/02/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
156	SUZANA DE FÁTIMA NUNES DA ROSA	18/02/2017 A 17/02/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
2203	TALITA FABIULA DA SILVA DE MELLO	17/06/2017 A 16/06/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
2188	TANIA TORMEN	09/05/2017 A 08/05/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1349	TEONILA PELENTIR BUYNO	12/05/2017 A 11/05/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
587	TEREZA LOURENÇO GOMES	15/09/2017 A 14/09/2018	02/01/2019 A 31/01/2019
1372	VALDELIRA DOS SANTOS DE SOUZA	04/06/2016 A 03/06/2017	02/01/2019 A 31/01/2019
1832	VERA MORAIS	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019
1715	VILMAR FAQUIN	02/01/2018 A 01/01/2019	02/01/2019 A 31/01/2019

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 02 de janeiro de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 02 de janeiro de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria.

PORTARIA 164/2019

Publicação Nº 1968565

PORTARIA 164/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de ABRIL/2019, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
PAULO CESAR FELIX	13/02/2018 A 12/02/2019	01/04/2019 A 30/04/2019

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 01 de Abril de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 01 de Abril de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 165/2019

Publicação Nº 1968573

PORTARIA 165/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art.1º- RESOLVE CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES de 30 (trinta) dias, no período de gozo durante o mês de ABRIL/2019, para o (s) servidor (ES) relacionado(s) abaixo, lotados na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
MAIRA CARLA RIBEIRO	13/01/2018 A 12/01/2019	01/04/2019 A 30/04/2019

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive os financeiros na data de 01 de Abril de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 01 de Abril de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 167/2019

Publicação Nº 1968585

PORTARIA Nº 167/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR A LOTAÇÃO PROVISORIAMENTE, do (a) servidor (a) a baixo relacionado do quadro de Pessoal efetivo, criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.

NOME	SECRETARIA	ALTERAR PARA:
CIDIVAL MAIBERG	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO.	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive financeiros a partir da data de 01 de abril de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 01 de abril de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 168/2019

Publicação Nº 1968591

PORTARIA Nº 168/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º. ALTERAR A LOTAÇÃO PROVISORIAMENTE, do (a) servidor (a) a baixo relacionado do quadro de Pessoal efetivo, criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

NOME	SECRETARIA	ALTERAR PARA:
ALCEU RIBEIRO	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.	GABINETE DO PREFEITO

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos inclusive financeiros a partir da data de 01 de abril de 2019, revogadas as disposições em contrario.

Monte Carlo, 01 de abril de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal.

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

PORTARIA 169/2019

Publicação Nº 1968596

PORTARIA Nº 169/2019

A Prefeita Municipal de Monte Carlo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo Artigo 104, Inciso VIII e XI da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º- CONCEDER LICENÇA-PRÊMIO, ao (a) servidor (a) VOLNEI FRANCISCO DE OLIVEIRA investido(a) na função de TÉCNICO EM CONTABILIDADE do quadro de Pessoal com Provimento EFETIVO, criado e aprovado nos termos da Lei 17/2006 de 06 de março de 2006 e pela Lei Complementar 27/2007 de 11 de dezembro de 2007 e suas alterações; lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, a contar do dia 01 de abril de 2019 a 29 de junho de 2019 compreendendo assim seu período de afastamento, nos termos do Parecer 29/2019/PGM.

Art. 2º- Esta Portaria Gera efeitos a partir de 01 de abril de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Monte Carlo, 01 de abril de 2019.

SONIA SALETE VEDOVATTO

Prefeita Municipal

Publicada a presente Portaria na data supra, nesta Secretaria Municipal.

Monte Castelo

PREFEITURA

TOMADA DE PREÇOS 002/2019

Publicação Nº 1967484

MUNICÍPIO DE MONTE CASTELO

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 022/2019

Modalidade Tomada de Preço nº 002/19

OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de obras e serviços de engenharia, objetivando a DRENAGEM PLUVIAL das Ruas PRESIDENTE CAMPOS SALES e ALFREDO BECKER, com área de pavimentação de 2.722,80 m², conforme Projetos, Memorial Descritivo e demais anexos ao presente Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 09h00min horas do dia 02/04/2019 às 09h00min horas do dia 18/04/2019.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 18/04/2019.

TIPO: Menor Preço Global.

CADASTRO: Fica estipulado a data de 16/04/2019, último dia para cadastro ou atualização das empresas interessadas no certame, e ainda a visita técnica facultativa.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Monte Castelo – Rua Alfredo Becker, 385 e também no site [http:// www.montecastelo.sc.gov.br](http://www.montecastelo.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12hs e das 14h às 17hs

Telefone (47) 3654-0166

Monte Castelo, 02 de Abril de 2019

JEAN CARLO MEDEIROS DE SOUZA

PREFEITO MUNICIPAL

Morro da Fumaça

PREFEITURA

23º EDITAL DE CONVOCAÇÃO EDITAL 02-2018

Publicação Nº 1967250

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 002/2018

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo simplificado, referente ao edital 002/2018, conforme lista abaixo, para no prazo de 10 dias a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para início dos procedimentos relativos à contratação.

MÉDICO CLÍNICO GERAL ESF

COLOCAÇÃO	NOME CANDIDATO
16º	GUSTAVO SANGIOGO DA SILVA

Morro da Fumaça, 02 DE ABRIL DE 2019

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

ROBERTO JOSÉ SAVIO CAETANO
Secretário Municipal do Sistema Econômico

Publicado no site <https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/site/>

DECRETO Nº 054 - CRÉDITO SUPLEMENTAR

Publicação Nº 1967246

DECRETO Nº 054/2019, em 22 de março de 2019.

“ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO DO PROGRAMA DE 2019.”

AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Morro da Fumaça, e em conformidade com o que determina a Lei Municipal nº. 1.880, de 06 de Novembro de 2018,

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 37.107,20 (trinta e sete mil cento e sete reais e vinte centavos), para as seguintes dotações orçamentárias:

04 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura		
04.01 – Secretaria do Sistema de Infraestrutura		
04.01.04.122.0010.2.035-4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas		
Valor de R\$ 37.107,20		
Art. 2º - O crédito que trata o artigo anterior, correrá por conta do superávit financeiro da fonte 194 valor de R\$ 9.469,13, e do excesso de arrecadação no valor de R\$ 27.638,07.		

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 22 de março de 2019.

AGENOR CORAL
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

ROBERTO JOSÉ SÁVIO CAETANO
Secretário do Sistema Econômico

Publicado no Diário Oficial do Município e no site www.morrodafumaca.sc.gov.br

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL 050/2019

Publicação Nº 1967747

Morro da Fumaça. Errata do Pregão Presencial 050/2019. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS E MEIO FIO, conforme anexo. Data 04/04/2019 as 10:00. Altera-se o item 8.1.5.2 Suprimindo-se o texto "e registro na entidade profissional competente". Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. ROBERTO JOSE SAVIO CAETANO – Secretário do Sistema Econômico.

CÂMARA MUNICIPAL

DECRETO LEGISLATIVO Nº 05/2019

Publicação Nº 1968949

DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/2001

EMENTA:

"Concede Licença ao Vereador Jerson Maragno e dá outras Providências."

Vereador TIAGO MINATTO, Presidente da Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, no uso das suas atribuições legais, e com fulcro no art. 22, IV, da Lei Orgânica Municipal consoante com os artigos 31, inciso X, e artigo 31, inciso XVI, e artigo 85, do Regimento Interno, promulga o seguinte DECRETO LEGISLATIVO:

Art. 1º Fica o vereador: Jerson Maragno, autorizado a licenciar-se, para tratar de assuntos particulares, pelo período de 01 a 30 de abril de 2019, conforme Pedido de Licença nº 01/2019, consoante termos previstos no artigo 12, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, e ditames estatuídos no artigo 81, inciso III, do Regimento Interno.

Art. 2º Fica convocado, o 3º suplente da Bancada do Partido Progressista - PP, senhor: MARCIO MARQUES, para tomar posse no dia 01 de abril de 2019, às 17:00 horas, na sede deste Poder Legislativo Fumacense.

Art.3º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência: Câmara Municipal de Morro da Fumaça/SC, em 27 de março de 2019.

TIAGO MINATTO

Presidente da Câmara Municipal

Registrado e publicado, nesta Secretaria, aos vinte e sete dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

RANGEL DE ROCHI

Agente Administrativo

RESOLUÇÃO Nº 09/2019

Publicação Nº 1968954

EMENTA: "DESIGNA MEMBROS PARA PREENCHER, TEMPORARIAMENTE, CARGOS VAGOS NAS COMISSÕES PERMANENTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Vereador TIAGO MINATTO, Presidente da Câmara Municipal de Morro da Fumaça, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no inciso XII, do artigo 31, do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar os vereadores infra mencionados, para ocuparem - temporariamente - os respectivos cargos vagos das Comissões Permanentes, em virtude do Pedido de Licença nº 01/2019, formulado pelo vereador titular: Jerson Maragno, autorizado nos moldes do Decreto Legislativo nº 05/2019, conforme segue:

- COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO:

Vice-Presidente - ANTONIO ARY DELUCA.

- COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS:

Presidente - ALISON FELIX BERTAN.

- COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTÊNCIA E MEIO AMBIENTE:

Relator - RAIMUNDO MARQUES.

Art. 2º - A referida designação terá validade pelo período de 01 à 30 de abril de 2019.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência: Câmara Municipal de Morro da Fumaça, em 01 de abril de 2019.

TIAGO MINATTO

Presidente da Câmara Municipal

Registrada e publicada, nesta Secretaria, ao primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove.

RANGEL DE ROCHI

Agente Administrativo

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 09/2019 PMN

Publicação N° 1968695

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES /SC
ATA PREGÃO PRESENCIAL N ° 09/2019 PMN

AS QUATORZE HORAS DO DIA PRIMEIRO DE ABRIL DE DOIS MIL DE DEZENOVE, A PREGOEIRA CARLA CLAUDINO E EQUIPE DE APOIO, NOMEADOS PELA PORTARIA N° 565 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2018, REUNIRAM-SE PARA ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES, DO EDITAL A LICITAÇÃO PROCESSO NÚMERO NOVE DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES, TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, CUJO OBJETO REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, PARA SEREM UTILIZADOS EM SERVIÇOS GERAIS DE MANUTENÇÃO NOS CANAIS DE DRENAGEM PLUVIAL DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SESAN-SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE NAVEGANTES/SC. EMPRESA PRESENTE: PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA -ME, REPRESENTADA POR IZABEL CRISTINA MEUER DE SOUZA; SUPREMA COMERCIAL LTDA, REPRESENTADA POR GUILHERME RHENIUS FILHO; TECNIGEO ENGENHARIA E COMÉRCIO LTDA, REPRESENTADA POR NORBERTO ALVES BRITTES; TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA, REPRESENTADA POR MARIA EDINABEL RODRIGUES DE ARAUJO VERLINO; KRAUS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP, REPRESENTADA POR TOMAS CONTESINI ANDRADE; VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELI EPP, REPRESENTADA POR VALDELI CECILIO DOS SANTOS; SANTA REGINA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, REPRESENTADA POR LEANDRO NUNES; ARTEFATOS DE CIMENTO STA TEREZINHA LTDA-EPP, REPRESENTADA POR JADER JOSE ALVES. OS DOCUMENTOS DE CREDENCIAMENTO DA EMPRESAS FORAM ANALISADOS E VISTADOS, ONDE TODOS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES, OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. FORAM ABERTOS OS ENVELOPES DE PROPOSTAS ONDE TODAS AS PROPOSTAS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DAS PROPOSTAS PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES, ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. DAMOS CONTINUIDADE A ETAPA DE LANCE, ONDE AS EMPRESAS SAGRARAM-SE VENCEDORAS: A EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO STA TEREZINHA LTDA-EPP, SAGROU-SE VENCEDORA DO ITEM 3 COM O VALOR UNITARIO DE R\$ 1,50; A EMPRESA TECNOAL COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA SAGROU-SE VENCEDORA DO ITEM 4 COM O VALOR UNITÁRIO DE R\$ 24,50; A EMPRESA PJ SERVIÇOS E COMERCIO LTDA -ME SAGROU-SE VENCEDORA DO ITEM 2 COM O VALOR UNITÁRIO DE R\$ 520,00; A EMPRESA KRAUS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP SAGROU-SE VENCEDORA DO ITEM 1 COM O VALOR UNITÁRIO DE R\$ 2,08; A EMPRESA VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELI EPP SAGROU-SE VENCEDORA DO ITEM 6 COM O VALOR UNITÁRIO DE R\$ 18,07, ITEM 7 COM VALOR UNITÁRIO R\$ 21,20, ITEM 8 COM O VALOR UNITÁRIO DE R\$ 44,90, ITEM 9 COM O VALOR UNITÁRIO DE R\$ 7,83 E O ITEM 10 COM O VALOR UNITÁRIO DE R\$ 120,00; E A EMPRESA SANTA REGINA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, SAGROU-SE VENCEDORA DO ITEM 5 COM O VALOR UNITÁRIO DE R\$ 22,40. ABERTO OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DOS LICITANTES VENCEDORAS, ONDE A EMPRESA VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELI EPP, APRESENTOU A NEGATIVA DO FGTS VENCIDA, ABRE-SE O PREZO DE 5 DIAS UTEIS, PRORROGÁVEIS POR MAIS 5, PARA APRESENTAÇÃO DA NEGATIVA VALIDA, E A EMPRESA SANTA REGINA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, APRESENTOU NEGATIVA DE FALÊNCIA E CONCORDATA VENCIDA, SENDO ESTA DESCLASSIFICADA DO ITEM 5, PASSANDO ESTE ITEM PARA A EMPRESA VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELI EPP, VALOR UNITÁRIO DE R\$ 22,50. PARA CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS, ONDE TODOS OS DOCUMENTOS ESTAVAM DE ACORDO COM O EDITAL. FORAM DISPONIBILIZADOS AOS PRESENTES OS DOCUMENTOS DA HABILITAÇÃO PARA ANÁLISE, RUBRICA E MANIFESTAÇÕES. ONDE NÃO HOUVE MANIFESTAÇÃO. NÃO HOUVE MENÇÃO DE INTENÇÃO DE RECURSO. ESTA ATA SERÁ DISPONIBILIZADA NO SITE WWW.NAVEGANTES.SC.GOV.BR, NADA MAIS HAVENDO A RELATAR DEU-SE POR ENCERRADO OS TRABALHOS AS 16H. EU VERA LUCIA LUÇOLLI DA COSTA LAVREI O PRESENTE REGISTRO DE ACONTECIMENTOS QUE APÓS LIDO E ACHADO CONFORME SEGUE ASSINADO PELOS PARTICIPANTES PRESENTES NESTA ABERTURA QUE PERMANECERÃO ATÉ A LAVRATURA DA MESMA.

AVISO DE CANCELAMENTO DE EDITAL

Publicação N° 1967359

AVISO DE CANCELAMENTO DE EDITAL

A Fundação Municipal de Esporte de Navegantes torna público o cancelamento do Edital 01/2019, para inscrição e seleção sobre incentivos fiscais para apoio à realização de projetos esportivos referente ao ano de 2019, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição nº 2771 de 08 de março de 2019, Publicação 1937760, Página 916.

Navegantes, 01 de abril de 2019.

Felício Reginaldo da Costa
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 21/2019 PMN

Publicação Nº 1968423

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 21/2019 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preço visando a contratação de empresa especializada para colocação e substituição de tubos de concreto, com rebaixamento do lençol freático, escoramento das paredes, reparos/manutenções de bocas de lobos e caixa de passagem/ligações, ampliação e manutenção do sistema de drenagem pluvial, através da Secretaria Municipal de Saneamento Básico do município de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 15/04/2019 até às 13h50. Abertura/envelopes: 15/04/2019 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

AVISO DE LICITAÇÃO -- PREGÃO PRESENCIAL 29/2019 PMN

Publicação Nº 1968399

PREFEITURA DE NAVEGANTES – PREGÃO PRESENCIAL 29/2019 PMN

Comunicamos na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, que se encontra aberto o processo licitatório do objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de mão-de-obra com fornecimento de maquinários, para remoção e colocação de lajotas sextavadas, paralelepípedos, pavers e meios-fios (reparo e manutenção), nas vias públicas do município, através da Secretaria Municipal de Obras de Navegantes/SC. Entrega/envelopes: 12/04/2019 até às 13h50. Abertura/envelopes: 12/04/2019 às 14h. O edital se encontra à disposição na Rua João Emílio nº100, Navegantes/SC e no site: www.navegantes.sc.gov.br link fornecedor. EMÍLIO VIEIRA – Prefeito.

LAUDO DOS REGISTROS DO MEDICAMENTOS 07/2019 FMS

Publicação Nº 1968622

Navegantes, 29 de março de 2019.

C.I. Nº 02-2019

DE: Almocharifado da Saúde

PARA: Secretaria de Saúde / Setor de Compras

Assunto: Análise dos registros da Licitação 07/2019 – Medicamentos REMUME

Prezados,

Venho por meio desta, emitir parecer sobre a análise das amostras do pregão 07/2019, visando a aquisição de medicamentos que compõem a REMUME – Relação Municipal de Medicamentos.

Participante 17600 – NDS Distribuidora de Medicamentos LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
2	ACEBROFILINA XAROPE 5MG/ML - 120ML	APROVADO
4	ACICLOVIR 50MG/G, TUBO 10G CREME	APROVADO
10	ALBENDAZOL 40MG/ML - FRASCO 10ML	APROVADO
15	ALOPURINOL 300MG	APROVADO
28	ATENOLOL 50 MG	APROVADO
31	AZITROMICINA PO 40MG/ML - FRASCO 15ML	APROVADO
40	BROMOPRIDA 10 MG	APROVADO
61	CIPROFLOXACINO 500MG	APROVADO
97	ERITROMICINA ESTOLATO 50 MG/ML	APROVADO
136	IBUPROFENO 600 mg	APROVADO
157	METFORMINA, CLORIDRATO DE 850MG	APROVADO
164	METRONIDAZOL 250 mg	APROVADO
167	METRONIDAZOL GEL VAGINAL 10% TUBO 50G COM APLICADOR	APROVADO
169	MICONAZOL CREME VAGINAL 2% - 80G COM APLICADOR	APROVADO
175	NISTATINA 1000.000 SUSPENSÃO – FRASCO 50 ML	APROVADO
194	PROPAFENONA , CLORIDRATO 300MG	APROVADO
210	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRINA 400 MG + 80 MG	APROVADO
222	VERAPAMIL, CLORIDRATO DE 80MG	APROVADO

Todos os itens tiveram o registro aprovado.

Participante 18487 – F & F Distribuidora de Medicamentos LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
8	ADENOSINA 3 MG/ML - 2M	APROVADO
20	AMITRIPTILINA CLORIDRATO DE 75 MG	APROVADO
32	BECLOMETASONA 200MG (CAPSULA INALANTE)	APROVADO
55	CEFTRIAXONA 1G - IM	APROVADO
87	DIMENIDRINATO 30MG+PIRIDOXINA 50MG+GLICOSE 1000MG+FRUTOSE 1000MG-10ML	APROVADO
106	FENITOÍNA SÓDICA 100MG	APROVADO
133	HIDROXIZINE 25MG	APROVADO
166	METRONIDAZOL 400 MG	APROVADO
197	PROXIMETACAINA, CLORIDRATO 0,5%	APROVADO

Todos os itens tiveram o registro aprovado.

Participante 987 – Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
3	ACICLOVIR 200 mg	APROVADO
42	CAPTOPRIL 25MG	APROVADO
44	CARBAMAZEPINA 400 MG	APROVADO
47	CARBONATO DE CALCIO+COLECALCEFEROL 500MG+400UI	APROVADO
48	CARBONATO DE LÍTIO 300MG	APROVADO
50	CARVEDILOL 25 MG	APROVADO
75	COMPLEXO B	REPROVADO
91	DIPROPIONATO DE BETAMETASONA + FOSFATO DE BETAMETASONA 5 MG+2MG/ML- 1ML	APROVADO
131	HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO + HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 200 MG + 200 MG	REPROVADO
141	ITRACONAZOL 100 mg	APROVADO
165	METRONIDAZOL 40 MG/100 ML	APROVADO
176	NISTATINA 25.000 UI/G - BISNAGA 60G (CREME VAGINAL) - COM APLICADOR	APROVADO
183	PARACETAMOL 750MG	APROVADO
207	SULFADIAZINA 500 MG	APROVADO

Itens 75 e 131 reprovados;

Item 75 - Não apresentou o certificado de isenção do M.S. nem publicação no diário oficial.

Item 131 - Registro vencido.

Participante 15239 – Inovamed Comércio de Medicamentos LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
36	BENZILPENICILINA PROCAÍNA 300.000UI + BENZILPENICILINA POTÁSSICA 100.000UI	APROVADO
111	FINASTERIDA 5MG	APROVADO
112	FLUCONAZOL 150 mg	APROVADO
120	GLICOSE 50% - AMP 10 ML	APROVADO
140	ISOSSORBIDA, MONONITRATO 20MG	APROVADO
152	LORATADINA 10MG	APROVADO
168	MIDAZOLAM, CLORIDRATO DE 5MG/ML – AMP 3 ML	APROVADO
174	NIMESULIDA 100MG	APROVADO

Todos os itens tiveram o registro aprovado.

Participante 18485 – Cirúrgica Onix – Eireli

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
14	ALOPURINOL 100 MG	APROVADO
18	AMIODARONA 50 MG/ML - AMPOLA DE 3 ML	APROVADO
110	FENOTEROL, BROMIDRATO DE. 5MG/ML - FRASCO 20 ML	APROVADO
122	HALOPERIDOL 5MG/ML AMP 1ML	REPROVADO
150	LIDOCAÍNA , CLORIDRATO GEL 2% - tubo 30g	APROVADO
161	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO 4 MG/ML	APROVADO
171	NALOXONA 0,4MG/ML	APROVADO
186	PERMETRINA LOÇÃO 5% 60 ML	APROVADO
224	AGUA BI-DESTILADA 5 ML	APROVADO

Item 122 reprovado;

Item 122 – Apresentou registro de medicamento incorreto (Haloperidol Decanoato 50mg/ml).

Participante 13109 – A G Kienen & Cia LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
41	BROMOPRIDA GOTAS 4MG/ML	APROVADO
70	CLORPROMAZINA, CLORIDRATO DE 5 MG/ML - AMP 5 ML	APROVADO
71	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO DE 2% C/ VASOCONSTRICTOR - FR 20 ML	APROVADO
80	DEXAMETASONA COLIRIO	APROVADO
83	DIAZEPAM 10 MG	APROVADO
94	DOXICICLINA 100 MG	APROVADO
153	LORATADINA XAROPE 1 mg/ml - FRASCO DE 100ML	APROVADO

Todos os itens tiveram o registro aprovado.

Participante 1799 – Ciamed Distribuidora de Medicamentos LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
73	COLAGENASE+CLORANFENICOL 0,6U + 0,01G - BISNAGA 30G	APROVADO
127	HIDRALAZINA 25 MG	APROVADO
143	LEVODOPA + BENZERAZIDA 100 MG + 25 MG	APROVADO
144	LEVODOPA + BENZERAZIDA 200MG + 50MG	APROVADO
212	SULFATO FERROSO 40MG	APROVADO
218	VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICO, CÁPSULA OU COMPRIMIDO 288 MG (EQUIVALENTE A 250 MG DE ÁCIDO VALPRÓICO)	APROVADO
219	VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICO, CÁPSULA OU COMPRIMIDO 576 MG (EQUIVALENTE A 500 MG DE ÁCIDO VALPRÓICO)	APROVADO

Todos os itens tiveram o registro aprovado.

OBS.: Item 73 – Registro da ANVISA válido na data de análise, vencimento em 29/03/2019.

Participante 10453 – Sulmedic Comércio de Medicamentos LTDA EPP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
123	HALOPERIDOL, DECANOATO 50MG/ML - AMP 1ML	APROVADO

O item teve o registro aprovado.

Participante 9987 – Mauro Marciano Comércio de Medicamentos LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
------	---------------	----------------------

37	BETAMETASONA VALERATO + SULFATO DE GENTAMICINA + TOLNAFTATO + CLIOQUINOL 0,5mg/g + 1,0mg/g + 10mg/g + 10mg/g	APROVADO
46	CARBONATO DE CÁLCIO 1250 MG EQUIVALENTE A 500 MG DE CÁLCIO ELEMENTAR	APROVADO
151	LOPERAMIDA 2 MG	APROVADO
196	PROPANOLOL, CLORIDRATO 40 mg	APROVADO
213	TERBUTALINA 0,5MG/ML AMP 1ML	APROVADO
225	CLORETO DE SÓDIO 0,9% 10ML	APROVADO

Todos os itens tiveram o registro aprovado.

Participante 17599 – Dimeva Distribuidora e Importadora de Medicamentos LTDA – EPP

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
24	AMOXICILINA PÓ PARA SUSPENSÃO ORAL 50 MG/ML - 150ML	APROVADO
67	CLOPIDOGREL 75 MG	APROVADO
104	FENILEFRINA 10% COLÍRIO	APROVADO
180	ÓXIDO DE ZINCO + VITAMINA A E VITAMINA D3	APROVADO
229	CEFADROXILA 250MG/5ML - 100ML	APROVADO

Todos os itens tiveram o registro aprovado.

Participante 1379 – Dimaster – Comércio de Produtos Hospitalares LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
13	ALENDRONATO DE SÓDIO 70 MG	APROVADO
65	CLONAZEPAM 2MG	APROVADO
162	METOPROLOL, SUCCINATO DE 25 MG	APROVADO
163	METOPROLOL, SUCCINATO DE 50 MG	APROVADO

Todos os itens tiveram o registro aprovado.

Participante 18486 – Conquista Distribuidora de Medicamentos e Produtos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
58	CETOCONAZOL 20mg/ML - 100ML SHAMPOO	APROVADO
118	GLICLAZIDA 30 MG	APROVADO
178	NORTRIPITILINA 25MG	REPROVADO
208	SULFADIAZINA DE PRATA 10 MG/G – BISNAGA 50 G	APROVADO

Item 178 reprovado;

Item 178 – Apresentou registro de marca (Ranbaxy) diferente do cotado (Sobral).

Participante 106 – Pontamed Farmacêutica LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
56	CETOCONAZOL 200 MG	APROVADO
203	SERTRALINA 50 MG	APROVADO

Todos os itens tiveram o registro aprovado.

Participante 2466 – Comercial Cirúrgica Rioclarense LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
9	ADRENALINA 1MG/ML - AMP 1 ML	APROVADO
72	LIDOCAÍNA, CLORIDRATO DE 2% S/ VASOCONSTRICTOR - FR 20 ML	APROVADO
142	IVERMECTINA 6MG	APROVADO
185	PERMETRINA 1% LOÇÃO 60 ML	APROVADO
193	PROMETAZINA 25 MG/ML - AMP 2 ML	APROVADO

Todos os itens tiveram o registro aprovado.

Participante 1838 – Promefarma Representações Comerciais LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
1	ACEBROFILINA XAROPE 10MG/ML - 120ML	APROVADO
5	ÁCIDO ACETIL SALICÍLICO 100 mg	REPROVADO
6	ÁCIDO FÓLICO 5 mg	APROVADO
11	ALBENDAZOL 400 mg	APROVADO
21	AMOXICILINA + CLAVULANATO DE POTÁSSIO 50 MG + 12,5 MG - 75ML	APROVADO
22	AMOXICILINA+CLAVUNATO DE POTASSIO 500+125MG	APROVADO
45	CARBAMAZEPINA SUSPENSÃO 20MG/ML - 100ML	APROVADO
57	CETOCONAZOL CREME	APROVADO
59	CINARIZINA 25MG	APROVADO
60	CINARIZINA 75 mg	APROVADO
64	CLOMIPRAMINA CLORIDRATO DE 25MG	APROVADO
68	CLORPROMAZINA CLORIDRATO DE 100 MG	APROVADO
81	DEXAMETASONA CREME 0,1% - TUBO COM 10G	APROVADO
86	DIMENIDRINATO 50MG/ML + CLORIDRATO DE PIRIDOXINA 50MG/ML - 2 ML	APROVADO
88	DIPIRONA 500MG	APROVADO
90	DIPIRONA SÓDICA 500 MG/ML - FRASCO 10 ML	APROVADO
92	DOXAZOZINA 2 MG	APROVADO
93	DOXAZOZINA 4 MG	APROVADO
98	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO DE 10MG	APROVADO
103	ESPIRONOLACTONA 25MG	APROVADO
107	FENOBARBITAL 100MG	APROVADO
109	FENOBARBITAL 40 MG/ML - FRASCO 20ML	APROVADO
117	GLIBENCLAMIDA 5 mg	APROVADO
132	HIDRÓXIDO DE MAGNÉSIO + HIDRÓXIDO DE ALUMÍNIO 35,6 MG + 37 MG	APROVADO
147	LEVOTIROXINA 50 MCG	APROVADO
148	LEVOTIROXINA SÓDICA - 100 MG	APROVADO
149	LEVOTIROXINA SÓDICA 25 MCG	APROVADO
154	LOSARTANA, POTÁSSICA, 50MG	APROVADO
155	MEBENDAZOL SUSPENSÃO	APROVADO
159	METOCLOPRAMIDA 5 MG/ML - 2ML	APROVADO
172	NEOMICINA + BACITRACINA 5MG+250UI/G - BISNAGA 15G	APROVADO
179	OMEPRAZOL 20 mg	APROVADO
181	PARACETAMOL 200 MG/ML - 10ML	REPROVADO
188	PIRIMETAMINA 25MG	APROVADO
190	PREDNISONA 20MG	APROVADO
195	PROPATILNITRATO 10 MG	APROVADO
202	SAIS DE REIDRATAÇÃO, ENVELOPE 27,9G	APROVADO
204	SIMETICONA 75 MG/ML - FRASCO 10 ML	APROVADO
221	VARFARINA SODICA 5MG	APROVADO
227	TENOXICAM 20MG/2ML	APROVADO

Itens 5 e 181 reprovados;

Item 5 – Registro vencido.

Item 181 – Registro vencido.

OBS.: Item 11 – Registro da ANVISA válido na data de análise, vencimento em 03/2019.

Participante 94 – Altermed Mat. Med. Hospitalar LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
16	AMINOFILINA 24 MG/ML - AMP 10 ML	APROVADO
19	AMITRIPTILINA CLORIDRATO DE 25MG	APROVADO
23	AMOXICILINA 500 MG	APROVADO
34	BENZILPENICILINA BENZATINA - 1.200.000 UI	APROVADO
49	CARVEDILOL 12,5 MG	APROVADO
51	CARVEDILOL 3,125 MG	APROVADO
52	CARVEDILOL 6,25 mg	APROVADO
53	CEFALEXINA 50 MG/ML - 60ML	APROVADO
78	DEXAMETASONA 4 MG	APROVADO
85	DIGOXINA 0,25MG	APROVADO
101	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO DE GOTAS 10MG/ML - 20ML	APROVADO
115	FUROSEMIDA 10 MG/ML - AMP 2 ML	APROVADO
128	HIDROCLOROTIAZIDA 25 mg	APROVADO
129	HIDROCORTISONA 100MG/ML - FR	APROVADO
134	HIDROXIZINE 2MG/ML - 100ML	APROVADO
135	IBUPROFENO 50 MG/ML – FRASCO 30 ML	APROVADO
156	METFORMINA, CLORIDRATO DE 500MG	APROVADO
173	NIFEDIPINO 10 MG	APROVADO
184	OXIDO DE ZINCO (PASTA D'ÁGUA)	REPROVADO
198	RANITIDINA 50 MG/2 ML	APROVADO
214	TIMOLOL, MALEATO COLIRIO 0,5%	APROVADO
215	TRAMADOL 50 MG/ML - 2ML	APROVADO

Item 184 reprovado;

Item 184 – Não apresentou o certificado de isenção do M.S. nem publicação no diário oficial.

Participante 2197 – Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
39	BÍPERIDENO CLORIDRATO DE 2MG	APROVADO
62	CIPROFLOXACINO 3,5MG/ML - COLIRIO	APROVADO
63	CIPROFLOXACINO 3MG/G - POMADA OFTÁLMICA	APROVADO
69	CLORPROMAZINA CLORIDRATO DE 25MG	APROVADO
74	COLAGENASE 0,6 UI/G, POMADA - BISNAGA 30G	APROVADO
105	FENITOÍNA 50MG/ML AMP 5 ML	APROVADO
108	FENOBARBITAL 100MG/ML AMP 2 ML	APROVADO
121	HALOPERIDOL 5 mg	APROVADO
124	HEPARINA 5.000 UI/0,25ML AMPOLA	APROVADO
126	HIDRALAZINA 20MG/ML 1ML	APROVADO
137	IMIPRAMINA 25 mg	APROVADO
145	LEVODOPA + CARBIDOPA 250MG + 25MG	APROVADO
146	LEVOMEPROMAZINA 25 MG	APROVADO
170	MORFINA 10 MG/ML AMP 1 ML	APROVADO
192	PROMETAZINA, CLORIDRATO 25MG	APROVADO
200	RETINOL, ACETATO 10.000 UI/g + AMINOÁCIDOS 25 mg/g + METIONINA 5 mg/g + CLORANFENICOL 5 mg/g	APROVADO
201	RISPERIDONA 1MG	APROVADO
217	TROPICAMIDA 10MG/ML COLÍRIO	APROVADO
226	VITAMINA K (FITOMENADIONA) 10MG/ML 1ML	APROVADO

Todos os itens tiveram o registro aprovado.

Participante 1183 – Soma/SC Produtos Hospitalares LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
7	ACIDO FOLINICO 15 MG	APROVADO
25	ANLODIPINO BESILATO DE 10MG	APROVADO
26	ANLODIPINO BESILATO DE 5MG	APROVADO
27	ATENOLOL 25 MG	APROVADO
29	ATROPINA 0,25/ML - AMP 1ML	APROVADO
30	AZITROMICINA 500 mg	APROVADO
35	BENZILPENICILINA BENZATINA - 600.000 UI	APROVADO
43	CARBAMAZEPINA 200MG	APROVADO
54	CEFALEXINA 500MG	APROVADO
66	CLONAZEPAM 2,5MG/ML - FRASCO 20ML	APROVADO
76	COMPLEXO B - 2ML	APROVADO
79	DEXAMETASONA 4 MG/ML - AMP 2,5 ML	APROVADO
82	DEXAMETASONA ELIXIR 0,1 MG/ML - 100ML	APROVADO
84	DICLOFENACO SODICO 25 MG/ML - AMP 3 ML	APROVADO
89	DIPIRONA 500 MG/ML - AMP 2 ML	APROVADO
95	ENALAPRIL 10 MG	APROVADO
99	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO DE 20 MG/ML - 1ML	APROVADO
100	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO DE 4 MG/ML + DIPIRONA SÓDICA 500	APROVADO
114	FLUOXETINA 20 mg	APROVADO
116	FUROSEMIDA 40 mg	APROVADO
119	GLICOSE 25% - AMP 10 ML	APROVADO
130	HIDROCORTISONA 500MG, FRASCO/AMPOLA	APROVADO
138	IPRATRÓPIO BROMETO SOLUÇÃO INALANTE 0,25 MG/ML	APROVADO
139	ISOSSORBIDA, DINITRATO 5MG	APROVADO
158	METILDOPA 250 mg	APROVADO
160	METOCLOPRAMIDA CLORIDRATO 10 MG	APROVADO
177	NITROFURANTOINA 100 MG	APROVADO
182	PARACETAMOL 500 MG	APROVADO
189	PREDNISOLONA FOSFATO SÓDICO 3 MG/ML	APROVADO
191	PREDNISONA 5MG	APROVADO
199	RANITIDINA CLORIDRATO 150 MG	APROVADO
205	SINVASTATINA 20 MG	APROVADO
206	SINVASTATINA 40MG	APROVADO
209	SULFAMETOXAZOL + TRIMETOPRINA 200 MG + 40 MG/5ML	APROVADO
211	SULFATO FERROSO 25MG/ML, FRASCO 30ML	APROVADO
216	TRAMADOL 50MG	APROVADO
220	VALPROATO DE SÓDIO OU ÁCIDO VALPRÓICO, SOLUÇÃO ORAL OU XAROPE 57,624 MG (EQUIVALENTE A 50 MG DE ÁCIDO VALPRÓICO)	APROVADO
223	AGUA BI-DESTILADA 10 ML	APROVADO
228	NOREPINEFRINA 2MG/ML	APROVADO

Todos os itens tiveram o registro aprovado.

OBS.: Item 76 – Registro da ANVISA válido na data de análise, vencimento em 03/2019.

Participante 16059 – Ágil Distribuidora de Medicamentos LTDA – ME

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
------	---------------	----------------------

17	AMIODARONA 200 mg	REPROVADO
----	-------------------	-----------

Item 17 reprovado;

Item 17 – Não apresentou documentação.

Participante 18488 – Prohosp Distribuidora de Medicamentos LTDA

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	RESULTADO DA ANÁLISE
102	ESPIRAMICINA 500 MG 1,5MUI	REPROVADO

Item 102 reprovado;

Item 102 – Não apresentou documentação.

Sem mais, agradeço cordialmente

Vivian Berkenbroch Ramos Bento

Farmacêutica

Secretaria Municipal da Saúde

Secretaria Municipal de Saúde

Av. Conselheiro João Gaya, 1052 – Centro - Navegantes – SC - CEP 88375-000

Contato: (47) 3319-0378

"DOE ÓRGÃO! DOE SANGUE! SALVE VIDAS."

PORTARIA 012/2019 FUNDAÇÃO CULTURAL DE NAVEGANTES

Publicação N° 1967361

PORTARIA 012/2019

Publica a listagem de projetos habilitados e inabilitados na primeira etapa do Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura 2019.

O Superintendente da Fundação Cultural de Navegantes, no uso de suas atribuições, em conformidade com o Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura – 2019 e demais normas legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Publicar os projetos habilitados e inabilitados na primeira etapa do processo de seleção do Edital Vilma Mafra de Apoio à Cultura 2019 do Fundo Municipal de Cultura. Abaixo segue a lista de projetos habilitados e inabilitados:

Protocolo	Projeto	Proponente	Área	Situação
17217	As Estórias que contei para meus netos	Laercio Benatti	Humanidades	Habilitado
17301	5º Festival de Terno de Reis de Navegantes	Tarcício Weise	Patrimônio	Habilitado
17389	3º Choro na Praça	Senndy Martins	Música	Habilitado
17409	9º Festival de Música de Navegantes - Embarque no Som	Elson Maykow Toledo dos Santos	Música	Habilitado
17427	7º Musicando na Escola e 5º Festival Estudantil de Música É o Som	Soraia Magali J. Coimbra	Música	Habilitado
17468	O Circo Mágico	Bruno Luiz Souza da Costa	Audiovisual	Habilitado
17469	O Sétimo Filho - O jogo	Bruno Luiz Souza da Costa	Audiovisual	Habilitado
17478	Matadores de Aliens 2	Daniel Cipriano	Audiovisual	Habilitado
17479	Lembranças do Mar	José Henrique Raue	Audiovisual	Habilitado
17480	Semear Saberes, Colher Tradições - Documentário	William Henrique Tavares Lieder	Audiovisual	Habilitado
17557	Orquestra de Câmara de Navegantes	José Carlos Pereira Júnior	Música	Habilitado
17590	Roda de Oleiro 3	Angela Goerke	Artes Visuais	Habilitado
17619	Festival de Navegantes de Contadores de Histórias	Andrea Cristina da Costa Dias	Humanidades	Habilitado
17631	Galáxia Gamers	Daniel Cipriano	Audiovisual	Habilitado
17633	Luz, Camera e Educação 2ª Edição	william henrique tavares lieder	Audiovisual	Habilitado
17634	A Lenda do Boi de Mamão	José Henrique Raue	Audiovisual	Habilitado
17638	Borboleta Negra	Romário Couto dos Santos	Audiovisual	Habilitado
17639	O Mistério da Luz do Trilho	Romário Couto dos Santos	Audiovisual	Habilitado
17644	Projeto Entrelinhas	Dalva Costa	Humanidades	Habilitado

17727	Projeto Comunicação_edição EcoArte	Dalva Costa	Artes Visuais	Habilitado
17743	Histórias da Gente - Navegantes	Monique Rigonato	Audiovisual	Inabilitado Item 3.1.3.1, C
17744	CD/DVD ROX - Em Casa	Eduardo Valmor Vieira	Música	Habilitado
17769	Eca Ilustrado – Uma abordagem lúdica sobre o trabalho infantil	Antonio Hugo Aresse Quintana	Humanidades	Habilitado
17772	Música na Melhor Idade	Arthur Manson	Música	Habilitado
17775	2º Popularização teatral em Navegantes	Cidval Francisco Batista Junior	Artes Cênicas	Inabilitado Item 3.1.3.1, G
17778	O Teatro vai à Escola	Cidval Francisco Batista Junior	Artes Cênicas	Inabilitado Item 3.1.3.1, G
17799	Respeitando os animais	Ana Isabela Mafra	Humanidades	Habilitado
17805	Intervalo Musical	Jesse Valmor Mariano	Música	Habilitado
17811	Vídeo Clipe - ROX em Casa	Eduardo Valmor Vieira	Música	Habilitado
17815	Música na Praça	Raquel dos Santos Delfino	Música	Habilitado
17819	Música de Rua	Raquel dos Santos Delfino	Música	Habilitado
17826	Piquenique Literário 2019	Andrea Cristina da Costa Dias	Humanidades	Habilitado
17830	Navegantes e sua história	Vilma Marli Rebello Mafra	Humanidades	Habilitado
17834	Restauração da Casa de Escalvados - Complemento	Alcides Frutuoso	Patrimônio	Inabilitado Item 3.1.3.1, F
17843	Eca Ilustrado – Uma abordagem lúdica sobre o trabalho infantil	Antonio Hugo Aresse Quintana	Humanidades	Habilitado
17855	Raízes do Mar 2	Eduardo Werner	Artes Visuais	Habilitado
17865	Curso de Fotografia: Além de um foco	Eduardo Werner	Artes Visuais	Habilitado
17879	Projeto "Contos Cantos e Encantos"	Lilian Cristina Camilo	Humanidades	Habilitado
17894	Capoeira Arte Cultura	Ederson Lanz	Patrimônio	Inabilitado Item 3.1.3.1, A e F
17895	1º Festival Origens Afro-brasileira	Heber Moraes Figueiredo	Patrimônio	Habilitado

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Navegantes, 29 de março de 2019.

MARCOS VENÍCIO MONTAGNA
Superintendente da Fundação Cultural De Navegantes

PORTARIA 1082/2019

Publicação Nº 1968701

PORTARIA Nº 1082 DE 1º DE ABRIL DE 2019
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO A PEDIDO, da função de confiança de ASSESSOR TÉCNICO I, o senhor EVERSON DOS SANTOS VIDAL, com a data de 1º/04/2019.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, tendo seus efeitos em 1º/04/2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1º DE ABRIL DE 2019.
EMÍLIO VIEIRA
PREFEITO MUNICIPAL DE NAVEGANTES

MARCIO DA ROSA
SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS Nº 1006/2019 ATÉ Nº 1070/2019 PROGRESSÕES

Publicação Nº 1968696

PORTARIA Nº 1006 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER FERNANDA HASSMANN CONSTANCIO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de TÉCNICO EM SERVIÇOS COMPLEMENTARES, posicionando para a classe/referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1007 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER SUELI MAFRA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de TÉCNICO EM SERVIÇOS COMPLEMENTARES, posicionando para a classe/referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1008 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER EDUARDO MANOEL DOS SANTOS no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MOTORISTA, posicionando para a classe/referência "G".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1009 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER ARÃO JOSÉ INÁCIO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de VIGIA, posicionando para a classe/referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1010 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER EDNEI ARAÚJO DE QUEIROZ no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de VIGIA, posicionando para a classe/referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2015/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1011 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER FÁBIO ORESTES POLICARPO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de VIGIA, posicionando para a classe/referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1012 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER GILMAR CHAGAS DE CHAGAS no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de VIGIA, posicionando para a classe/referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2015/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1013 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER JOSÉ CASTRO CRUZ no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de VIGIA, posicionando para a classe/referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1014 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER LUIZ VIEIRA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de VIGIA, posicionando para a classe/referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1015 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER MANOEL RENATO COELHO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de VIGIA, posicionando para a classe/referência "G".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1016 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER NELSON LUVIZON no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de VIGIA, posicionando para a classe/referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1017 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER NILVA MARIA RENGEL BARBOSA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de VIGIA, posicionando para a classe/referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2015/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1018 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER SALMO RENATO RODRIGUES no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de VIGIA, posicionando para a classe/referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1019 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER SEBASTIÃO APARECIDO RODRIGUES no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de VIGIA, posicionando para a classe/referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1020 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER VALDECI LOURENÇO INOCÊNCIO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de VIGIA, posicionando para a classe/referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1021 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER KARLILE CUGNIER no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de TÉCNICO EM SERVIÇOS COMPLEMENTARES, posicionando para a classe/referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1022 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER VERÔNICA DE ARAÚJO BARRETO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, posicionando para a classe/referência "H".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1023 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER MARIA GORETI REICHARTS ANACLETO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de INSTRUTORA DE ARTES APLICADAS, posicionando para a classe/referência "H".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1024 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER MÁRCIO BUTZKE no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de ENGENHEIRO, posicionando para a classe/referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1025 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER MURILO REISER BENTO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de ENGENHEIRO, posicionando para a classe/referência "E", permanecendo no nível I.

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1026 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER ALTEVIR DA CONCEIÇÃO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AUXILIAR DE FISCAL DE TRIBUTOS, posicionando para a classe/referência "G".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019, sendo que o servidor esteve afastado por 63 dias em licença saúde.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1027 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER JOSÉ FERNANDO VIEIRA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de ENGENHEIRO, posicionando para a classe/referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1028 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER ROSELI DE FÁTIMA GONÇALVES no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de TÉCNICO EM SERVIÇOS COMPLEMENTARES, posicionando para a classe/referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1029 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER SEBASTIÃO ALVES DA SILVA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a classe/referência "G".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1030 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER ÉDERSON DIAS VICTOR no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a classe/referência "G".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1031 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER SILVANA FERREIRA KANOFRE no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a classe/referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1032 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER JOÃO MARIA MACHADO ROCHA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a classe/referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1033 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER JOÃO JORGE SANTOS DA SILVA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a classe/referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2015/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1034 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER ALTINO GOIS NEICIAK no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a classe/referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1035 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER DANIEL CUNHA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de PEDREIRO, posicionando para a classe/referência "O".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1036 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER CARLA DA SILVA DE CARVALHO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de TÉCNICA EM SERVIÇOS COMPLEMENTARES, posicionando para a classe/referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1037 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER LINIR SPITZER no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM ESF, posicionando para a classe/referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1038 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER SALETE DE FÁTIMA DOS SANTOS no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, posicionando para a classe/referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019, sendo que a servidora ficou afastada por 280 dias em licença saúde.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1039 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER PAULO CESAR TRINDADE no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM SAMU, posicionando para a classe/referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2010/2012.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1040 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER PAULO CESAR TRINDADE no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM SAMU, posicionando para a classe/referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1041 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER LUCIANO CLEBER FURLAN no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de ENFERMEIRO, posicionando para a classe/referência "B", permanecendo no nível I.

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2015/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1042 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER ALESSANDRA REGINA LUCAS no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a classe/referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1043 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio

de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER MELK SEDELK ALVES DA SILVA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MOTORISTA, posicionando para a classe/referência "F".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1044 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER SILVIANE CRISTINA DA COSTA DE MARIA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de ASSISTENTE SOCIAL, posicionando para a classe/referência "B", permanecendo no nível I.

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019, sendo que a servidora ficou afastada 33 dias em licença saúde.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1045 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER ALEXANDRA RODRIGUES GOMES no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de ATENDENTE DE POSTO DE SAÚDE, posicionando para a classe/referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1046 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER ORLANDO SANTOS CERQUEIRA FILHO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF, posicionando para a classe/referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1047 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER LUCIA MARISTELA DE OLIVEIRA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF, posicionando para a classe/referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1048 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER MARIA DAS NEVES PEREIRA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF, posicionando para a classe/referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1049 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER LUCIANA MESTRE no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE ESF, posicionando para a classe/referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1050 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER DANIEL NAZARIO DE SOUZA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE COMBATE ÀS ENDEMIAS, posicionando para a classe/referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1051 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER NAILTON JOSÉ SOARES FORMIGA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MÉDICO PEDIATRA 20 H, posicionando para a classe/referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1052 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER PABLO SEBASTIAN VELHO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MÉDICO INFECTOLOGISTA 20 H, posicionando para a classe/referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1053 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER ROSIANE PAULIM JUNKES no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE COMUNITÁRI DE SAÚDE ESF, posicionando para a classe/referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1054 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER SILVANA DE JESUS DE SOUZA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, posicionando para a classe/referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2014/2019, sendo que a servidora ficou afastada por 116 dias em licença saúde.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1055 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER MANUELLA BRIGHENTI BERGAMASCHI no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MÉDICO INFECTOLOGISTA 20 H, posicionando para a classe/referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2015/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1056 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER MARILEUZA BARBARA SANTOS REISER no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, posicionando para a classe/referência "O".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1057 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER BERNARDO AUGUSTO XEREZ TEIXEIRA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MÉDICO ANESTESISTA 10 H, posicionando para a classe/referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1058 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER JOAO RAFAEL DA SILVA NETTO DELGADO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de MÉDICO NEUROLOGISTA 20 H, posicionando para a classe/referência "B", permanecendo no nível I.

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1059 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER LILIANE DE SOUZA PARANAGUA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, posicionando para a classe/referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1060 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER NATHIELE MOREIRA CRUXEN no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE

ESF, posicionando para a classe/referência "B".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1061 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER FABIANA BISSOLI no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE ESF, posicionando para a classe/referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1062 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER JOSELIA PEREIRA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE ESF, posicionando para a classe/referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1063 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER MARIA RAQUEL DA SILVA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de ATENDENTE DE POSTO DE SAÚDE, posicionando para a classe/referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1064 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER NADIR ESPINDOLA PEREIRA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de ATENDENTE DE POSTO DE SAÚDE, posicionando para a classe/referência "E".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1065 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER ROSILDA APARECIDA HORST no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de ATENDENTE DE POSTO DE SAÚDE, posicionando para a classe/referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1066 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER ADRIANA DO COUTO NOBRE FEIER no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de FISIOTERAPEUTA, posicionando para a classe/referência "C".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1067 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER JAQUELINE GABRIELA DE JESUS no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO ESF, posicionando para a classe/referência "A".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2015/2017.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1068 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER DÉBORA DA SILVA no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, posicionando para a classe/referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1069 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER LILIAN CRISTINA BALELO no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de TÉCNICO EM SERVIÇOS COMPLEMENTARES, posicionando para a classe/referência "D".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2017/2019.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 1070 DE 1 DE ABRIL DE 2019.

DETERMINA PROGRESSÃO FUNCIONAL POR DESEMPENHO

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA, no uso das suas atribuições legais e de acordo com o DECRETO nº 79 de 19 de maio de 2017, bem como a Lei Orgânica de Navegantes -

RESOLVE:

I PROMOVER ALCINEIA PIERRE DOS PASSOS no quadro geral de servidores por desempenho no cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO AUXILIAR, posicionando para a classe/referência "I".

II A promoção está invocada na lei complementar 011 de 04 de dezembro de 2003, que institui o Plano de Carreira, Cargos e Salários.

III A promoção em questão compreende o período de avaliação de 2016/2019, pois a servidora ficou afastada 137 dias em licença saúde.

IV Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeito a partir desta data.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1 DE ABRIL DE 2019.

MÁRCIO ROSA
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO Nº 051/2019 SUSPENSÃO FUNÇÃO GRATIFICADA ZILA PAULA KLEIN MATTE

Publicação Nº 1968640

DECRETO nº 051, de 29 de março de 2019.

Dispõe sobre a suspensão de Função Gratificada para Servidor Municipal e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 26, da Lei Complementar nº 109, de 23 de junho de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica suspensa a Função Gratificada de DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR, para a Servidora Municipal ZILÁ PAULA KLEIN MATTE, ocupante do cargo de Professor MAG II, com lotação na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte.

Art. 2º Fica reduzida a carga horária de 40 horas semanais, para 30 horas semanais da Servidora Municipal ZILÁ PAULA KLEIN MATTE, ocupante do cargo de Professor MAG II, com lotação na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial os Decreto nº 056, de 01 de fevereiro de 2017, e Decreto nº 079, de 01 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 29 de março de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 052/2019 DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA MARIA RITA SPAGNOL KIST DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR

Publicação Nº 1968645

DECRETO nº 052, de 01 de abril de 2019.

Dispõe sobre a designação da servidora municipal Maria Rita Spagnol Kist para exercer Função Gratificada e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe o Art. 26, da Lei Complementar nº 109, de 23 de junho de 2015.

DECRETA:

Art. 1º Fica designada a Servidora Municipal MARIA RITA SPAGNOL KIST, ocupante do Cargo da Categoria Funcional de Professor, nível MAG 2, integrante do Quadro Permanente do Magistério, com lotação na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes, para exercer a Função Gratificada de DIRETOR DE UNIDADE ESCOLAR, junto a Escola Reunida Municipal "Professora Lydia Franzon Dondoni", percebendo a função gratificada de 40%, fixada em lei.

Art. 2º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 01 de abril de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 053/2019 NOMEAÇÃO CRISTIAN DIEGO RAUBER

Publicação Nº 1968647

DECRETO nº 053, de 01 de abril de 2019.

Dispõe sobre a exoneração e nomeação do Sr. Cristian Diego Rauber para ocupar Cargo em Comissão e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Complementar nº 112, de 30 de junho de 2016, combinada com a Lei Complementar nº 025/01, de 02 de julho de 2001 e alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado o Sr. CRISTIAN DIEGO RAUBER, ocupante do Cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE OBRAS, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, a partir desta data.

Art. 2º Fica nomeado o Sr. CRISTIAN DIEGO RAUBER, para ocupar o Cargo em Comissão de ASSESSOR DE DEPARTAMENTO, provido em Confiança, com lotação na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, percebendo a remuneração fixada no nível CC-5 do Anexo II – Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 100/14 de 16 de abril de 2014 e alterações posteriores.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação deste Decreto serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC),
em 01 de abril de 2019.

RAMIREZ TAPIA

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 15/2019 NILZO BONCOSKI 02793538981

Publicação Nº 1967336

PROCESSO
Nº: 22/2019

PREGÃO PRESENCIAL SRP
Nº: 15/2019

EXTRATO CONTRATUAL DA ATA Nº 15/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC
CNPJ: 83.021.840/0001-68
CONTRATADA: NILZO BONCOSKI 02793538981
CNPJ: 21.446.201/0001-97

OBJETO: EVENTUAIS E FUTURAS CONTRATAÇÕES DE PESSOAS FÍSICAS OU EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM MANUTENÇÕES CORRETIVA E PREVENTIVA DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, COM MÃO DE OBRA EM SERVIÇOS DE ELETRICISTA, COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ATENDER O MUNICÍPIO DE NOVA ERECHIM/SC

VALOR: R\$ 32.200,00 (Trinta e dois mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA = INÍCIO: 01/04/2019 TÉRMINO: 01/04/2020

Nova Erechim, 01 de abril de 2019.

RAMIREZ TÁPIA

Prefeito Municipal, em exercício

Município de Nova Erechim

Publicado no Mural Público

em __/__/__ a __/__/__

Nova Itaberaba

PREFEITURA

LEI 1.223-2019 CREDITO SUPLEMENTAR SAUDE

Publicação Nº 1967083

LEI Nº 1.223/2019 DE 12 DE MARÇO DE 2019

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS “PROVIDÊNCIAS “

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba VOTOU e APROVOU e ele SANCIONA a seguinte:

LEI

Art 1º- Fica aberto Crédito Suplementar Adicional no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde Nova Itaberaba no exercício 2019, no valor de R\$ 84.587,68 (Oitenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos), no Projeto Atividade 2.018 - Manutenção das Atividades de Saúde Pública, na modalidade de aplicação 3.3.90 Aplicação Direta – na Fonte 01.02 – Receita Imp./Transf. Imp. Saúde, conforme programação a seguir.

Órgão: 07 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária:01 Fundo Municipal de Saúde

Função: 10 Saúde

Sub-Função: 301 Atenção Básica

Programa: 0013 MAIS SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.018 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE PUBLICA

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Fonte: 0.1.02 Receita Imp./Transf. Imp. Saúde

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso R\$ 84.587,68

Art. 2º - Os recursos para Abertura de Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será no valor de R\$ 84.587,68 (Oitenta e quatro mil, quinhentos e oitenta e sete reais e sessenta e oito centavos) provenientes da anulação de dotação do Orçamento do Município de Nova Itaberaba, conforme discriminação a seguir.

Órgão: 03 SECRETARIA MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Unidade Orçamentária:01 Sec. Municipal de Administração e Fazenda

Função: 04 Administração

Sub-Função: 122 Administração e Fazenda

Programa: 0003 ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA

Projeto/Atividade: 2.005 MANUTENÇÃO DAS ATIVID. DA SEC. DE ADM. E FAZENDA

Modalidade de Aplicação 3.3.90 – Aplicação Direta

Fonte: 01.00 - Recursos Ordinários

Detalhamento: 0000 – Sem Detalhamento da Fonte de Recurso R\$ 84.587,68

Art.3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, 12 DE MARÇO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS

Secretário Mun. De Administração

MAURO C. R. DOS SANTOS

Assessor Jurídico

LEI 1.225-2019 PLANO DE CARGOS SERVIDORES

Publicação Nº 1967086

LEI COMPLEMENTAR N.º 1.225/2019 DE 12 DE MARÇO DE 2019.

“ALTERA PLANO DE CARGOS E REMUNERAÇÃO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE NOVA ITABERABA – SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba VOTOU e APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica alterado e reorganizado por esta Lei Complementar, o Plano de Cargos e Remuneração dos servidores públicos do município de Nova Itaberaba - SC, destinado a organizar os cargos, vencimentos e a remuneração de seus ocupantes, conforme Anexos I, II, III e demais anexos a presente Lei Complementar.

Art. 2º Os cargos de provimento efetivo, estão reunidos nos seguintes grupos profissionais:

- I - Serviços Gerais - SEG
- II - Serviços Operacionais - SOP
- III - Serviços Auxiliares - SAU
- IV - Técnico Profissional - TEP
- V - Técnico Científico - TEC

Parágrafo único. A descrição dos cargos, regime de trabalho, carga horária, condições para ingresso e habilitação profissional, constam do Anexo VII, desta Lei.

Art. 3º Os cargos em comissão, de livre nomeação e exoneração pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, são os constantes no Anexo III.

Parágrafo único. A descrição das atribuições, regime de trabalho, carga horária, condições para ingresso e habilitação profissional, constam do Anexo VIII, desta Lei.

Art. 4º Os servidores vinculados ao Magistério Público Municipal terão Plano de Cargos e Remuneração próprio, através de Lei própria.

Art. 5º Para os efeitos desta Lei entende-se por:

- I - Grupo Profissional: é o conjunto de cargos agrupados segundo a natureza, complexidade das atribuições e do nível de escolaridade;
- II - Cargo: é o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometidas a um servidor.
- III - Vencimento: é a retribuição pecuniária pelo exercício de cargo público, com valor certo fixado em Lei.
- IV – Remuneração: é o vencimento do cargo, acrescido das vantagens pecuniárias, permanentes ou temporárias, estabelecidas em Lei.

CAPÍTULO II

DO INGRESSO E VENCIMENTO

Art. 6º Os cargos de provimento efetivo são acessíveis aos que preencham os requisitos básicos para investidura, previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, após aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos.

Art. 7º O vencimento dos servidores ocupantes de cargo efetivo será o estabelecido no Anexo IV, de acordo com o grupo, cargo e o nível de ingresso previsto no Anexo I e II, desta lei.

Parágrafo Primeiro - É vedada a passagem de servidor de um cargo para outro, salvo, aprovação em outro concurso público, ou então a extinção do cargo, com a criação de outro com a nomenclatura diferente, com as mesmas atribuições do cargo original e vencimento, ou ainda, em caso de reenquadramento, previsto no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Nova Itaberaba.

. Art. 8º Aplica-se aos ocupantes de cargos em comissão, de que trata o art. 3º desta Lei Complementar, o vencimento e a gratificação de representação, constante do Anexo III.

Art. 9º A nomeação para exercício de cargo em comissão determina o afastamento do servidor do cargo efetivo de que for titular, ressalvados os casos de acumulação legal, hipótese em que poderá o nomeado optar pela remuneração.

§ 1º. No caso da opção pela remuneração do cargo efetivo, o servidor perceberá além dos seus vencimentos mais uma gratificação de representação constante no anexo III A.

§ 2º. O Servidor efetivo nomeado para cargo de Secretário poderá optar pela remuneração do cargo efetivo.

CAPÍTULO III

DA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Art. 10. Os servidores municipais serão submetidos a avaliações permanentes, a serem realizadas pela chefia imediata, mediante o preenchimento de formulário de desempenho próprio, levando-se em conta os seguintes fatores de desempenho:

- I – Assiduidade e Pontualidade;

II – Produtividade;
III – Responsabilidade;
IV – Disciplina;
V – Dedicação ao Serviço Público;
VI – Cooperação;
VII – Criatividade;
VIII – Organização e Planejamento;
IX – Qualidade;
X – Conhecimento do Trabalho;
XI – Bom senso e iniciativa;
XII – Apresentação Pessoal.
XIII – Busca do conhecimento

Art. 11. No mês de março de cada ano, o Poder Executivo constituirá uma comissão de avaliação, com pelo menos 5 (cinco) membros, 3 (três) dos quais deverão ser estáveis, para analisar os formulários de desempenho, preenchidos pela chefia imediata, de janeiro a dezembro do ano imediatamente anterior.

§ 1º Os membros da comissão de avaliação poderão realizar novos levantamentos, entrevistas ou mesmo solicitar informações por escrito, que visem a justa e isenta avaliação dos servidores públicos municipais.

§ 2º A comissão de avaliação deverá elaborar e encaminhar ao setor de pessoal, até o dia 30 de abril, relatório das avaliações de desempenho, contendo entre outras informações, a pontuação obtida.

§ 3º No que couber será utilizado o estatuto do servidor público municipal, subsidiariamente para solucionar interesse público, de que depende a presente Lei Complementar.

CAPÍTULO IV

DOS CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO

Art. 12. O Poder Executivo Municipal, observada a dotação orçamentária, possibilitará, à participação dos servidores públicos, em programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, cursos de capacitação, congressos, seminários, palestras ou encontros, que visem à modernização, reaparelhamento e racionalização dos serviços públicos, bem como o desenvolvimento pessoal e profissional dos servidores.

Parágrafo 1º. O tempo dispensado à participação nos eventos a que se refere o caput poderá, a critério da Administração, ser considerado para os fins previstos no art. 14 desta Lei Complementar, mediante apresentação do certificado de participação, fornecido pela entidade promotora ou declaração da Administração Municipal, quando promovidos por esta.

Parágrafo 2º. O Poder Público Municipal poderá realizar ou promover cursos de que trata este Capítulo da presente Lei Complementar, para os Servidores integrantes do quadro funcional, mediante expedição ou entrega de certificado ou atestado de participação.

Parágrafo 3º. O Poder Público Municipal poderá realizar ou promover cursos de aperfeiçoamento ou capacitação de cargo específico ou geral para os Servidores Públicos Municipais que venham a ingressar no quadro funcional, a ser disponibilizado ao novo servidor no prazo de até 06 (seis) meses da data de ingresso no serviço público, mediante expedição ou entrega de certificado ou atestado de participação.

CAPÍTULO V

DOS DIREITOS E VANTAGENS

Seção I Adicional de Titulação

Art. 13. O servidor ocupante de cargo efetivo que apresentar titulação escolar superior àquele exigido em concurso para o cargo, ao qual foi concursado, terá direito ao adicional correspondente, estabelecido no Anexo VI, desta Lei.

§ 1º - O percentual será calculado sobre o vencimento do servidor e discriminado separadamente na folha de pagamento sob a denominação Adicional de Titulação, na percentagem constante do mesmo Anexo.

§ 2º - A concessão do adicional de que trata o caput deste artigo, dar-se-á após a apresentação do novo título (certificado de conclusão), de entidade educacional devidamente registrada no órgão competente, acompanhado de requerimento, junto à Secretaria Municipal de Administração.

§ 3º - É vedado o acúmulo de adicional de titulação sob a mesma denominação.

§ 4º - O servidor que receber o primeiro adicional de titulação, vindo a realizar outros cursos que ensejem adicional, perceberá somente a diferença a maior de um título para outro, não sendo cumulativo os adicionais, cujo valor do adicional, nunca poderá ser superior a 40% do vencimento base do servidor beneficiado com este adicional.

Seção II

Progressão por Mérito

Art. 14. O servidor municipal ocupante de cargo efetivo que obter percentual igual ou superior a 70% (setenta por cento) na avaliação de desempenho e apresentar, no mínimo, 16 (dezesseis) horas de cursos de aperfeiçoamento, realizados de janeiro a dezembro do ano anterior, dentro da área de atuação ou afim, fará jus, no mês de maio de cada ano, a 1% (um por cento) de Progressão por Mérito.

Parágrafo único. O percentual de que trata o caput será aplicado sobre o vencimento base do servidor e pago em verba própria sob a denominação de "Progressão por Mérito".

Seção III

Funções de Confiança

Art. 15. As funções de confiança serão exercidas, preferencialmente, por servidores efetivos, de livre escolha do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 16. Aplica-se aos ocupantes das funções de confiança, de que trata o artigo anterior, os percentuais constantes do Anexo V, sem prejuízo de sua remuneração.

CAPÍTULO VI

DO ENQUADRAMENTO

Art. 17. Os servidores públicos municipais, em exercício na data da publicação desta Lei Complementar, serão enquadrados no grupo e nível correspondente do Anexos I e II.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. O menor vencimento base do Município é o estabelecido no Anexo IV, Grupo 1, Nível 10, da presente Lei.

Art. 19. - Os servidores municipais que desempenharem funções insalubres e ou perigosas farão jus a um adicional, cujo percentual obedecerá ao Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT, e definidos e concedidos aos servidores por Decreto Municipal, expedido pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 20. O vencimento do servidor, constante no Anexo IV, servirá de referencial para concessão das vantagens e direitos previstos nesta Lei Complementar.

Art. 21. Os valores constantes dos Anexos III, IIIA e IV serão revistos anualmente até o mês de maio do ano subsequente.

Art. 22. Fica expressamente proibido qualquer aumento de carga horária de servidores públicos municipais, aprovados em concurso público, cuja a carga horária seja inferior à 40 horas semanais, sem prévia avaliação de necessidade e interesse público e ainda precedida de edital público de aumento de carga horária, onde seja oportunizado a todos os servidores em igualdade de condições, ocupantes do mesmo cargo, a participação, devendo o edital prever os critérios para classificação.

Parágrafo Primeiro – Se houver redução da carga horária, o novo vencimento será aquele conferido para os profissionais ocupantes do mesmo cargo e com igualdade de carga horária, cujos valores estão definidos nos anexos I, II e IV, da presente Lei.

Art. 23. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo a 01 de janeiro de 2019, os efeitos financeiros dos anexos I e II, para o cargo de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei Complementar nº 1.025/2014, Lei Complementar Municipal nº 1.154/2017 e Lei complementar nº 1.197/2018, Lei Complementar nº 1.216/2018 e Lei Complementar nº 1.222/2018.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – SC, EM 12 DE MARÇO DE 2019.

marciano mauro pagliarini
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

ANEXO I

QUADRO DE CARGOS PERMANENTES

GRUPO	CÓD	CARGO	NÍVEL	N.º DE CARGOS
1-SERVIÇOS GERAIS (SEG)				
	1102	Vigia	14	1
	1101	Auxiliar de Serviços Gerais	16	17
	1103	Auxiliar Administrativo	17	1
2-SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)				
	2101	Telefonista	20	1
	2114	Agente Comunitário de Saúde	22	12
	2102	Agente de Manutenção e Conservação	23	5
	2103	Agente Administrativo	27	11
	2115	Motorista	28	16
	2116	Operador	38	17
3-SERVIÇOS AUXILIARES (SAL)				
	2110	Auxiliar de Odontólogo	34	2
	3102	Assistente Financeiro	35	1
	3103	Assistente Tributário	35	1
	3503	Assistente de Saneamento Básico	35	1
	3101	Assistente Administrativo	36	1
4-TÉCNICO PROFISSIONAL (TEP)				
	3105	Fiscal de Vigilância Sanitária	42	1
	3104	Fiscal de Tributos e Obras	43	1
	4102	Técnico em Enfermagem	45	6
	4103	Técnico em Agropecuária	47	1
	4106	Técnico em Educação	47	1
	4104	Técnico em Tributação	47	1
	4101	Técnico em Administração	49	5
	2109	Mecânico	49	2
	4903	Agente de Controle de Endemias	41	1
	4904	Téc. Em Segurança do Trabalho	45	1
5-TÉCNICO CIENTÍFICO (TEC)				
	5101	Enfermeiro (40 hs)	54	2
	5105	Farmacêutico (40 hs)	54	1
	5106	Assistente Social (40hs)	54	4
	5113	Psicólogo (40 hs)	54	3
	5115	Tesoureiro (40 hs)	54	1
	5109	Fisioterapeuta (40 hs)	54	1
	5102	Engenheiro Agrônomo (40 hs)	54	1
	5116	Nutricionista (20 hs)	47	2
	5111	Contador Geral (40 hs)	56	1
	5107	Controlador Interno (40 hs)	56	1
	5114	Médico Fonoaudiólogo (20 hs)	49	1
	5118	Médico Veterinário (40 hs)	56	1
	5117	Medico Veterinário (20hs)	49	1
	5605	Arquiteto (30 hs)	60	1
	5104	Odontólogo (40 hs)	57	1
	5103	Odontólogo (20 hs)	54	3
	5110	Assessor Jurídico (20 hs)	56	1
	5108	Médico Clínico Geral (40 hs)	59	2
	5119	Orientador/Educador Social	49	1
TOTAL				133

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – SC, EM 12 DE MARÇO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

ANEXO Ii

QUADRO DE CARGOS temporários

GRUPO	CÓD	CARGO	NÍVEL	N.º DE CARGOS
1-SERVIÇOS GERAIS (SEG)				
	1202	Vigia	14	1
	1201	Auxiliar de Serviços Gerais	16	3
	1203	Auxiliar Administrativo	17	1
2-SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)				
	2201	Telefonista	20	1
	2214	Agente Comunitário de Saúde	22	3
	2202	Agente de Manutenção e Conservação	23	1
	2203	Agente Administrativo	27	1
	2215	Motorista	28	4
	2216	Operador	38	3
3-SERVIÇOS AUXILIARES (SAL)				
	2210	Auxiliar de Odontólogo	34	1
	3202	Assistente Financeiro	35	1
	3203	Assistente Tributário	35	1
	3213	Assistente de Saneamento Básico	35	1
	3201	Assistente Administrativo	36	1
4-TÉCNICO PROFISSIONAL (TEP)				
	3205	Fiscal de Vigilância Sanitária	42	1
	3204	Fiscal de Tributos e Obras	43	1
	4202	Técnico em Enfermagem	45	1
	4203	Técnico em Agropecuária	47	1
	4206	Técnico em Educação	47	1
	4204	Técnico em Tributação	47	1
	4201	Técnico em Administração	49	1
	2209	Mecânico	49	1
	4213	Agente de Controle de Endemias	41	1
	4214	Téc. Em Segurança do Trabalho	60	1
5-TÉCNICO CIENTÍFICO (TEC)				
	5201	Enfermeiro (40 hs)	54	1
	5205	Farmacêutico (40 hs)	54	1
	5206	Assistente Social (40hs)	54	1
	5213	Psicólogo (40 hs)	54	1
	5215	Tesoureiro (40 hs)	54	1
	5209	Fisioterapeuta (40 hs)	54	1
	5202	Engenheiro Agrônomo (40 hs)	54	1
	5216	Nutricionista (20 hs)	47	2
	5211	Contador Geral (40 hs)	56	1
	5207	Controlador Interno (40 hs)	56	1
	5214	Médico Fonoaudiólogo (20 hs)	49	1
	5218	Médico Veterinário (40 hs)	56	1
	5217	Medico Veterinário (20hs)	49	1
	5615	Arquiteto (30 hs)	60	1

	5204	Odontólogo (40 hs)	57	1
	5203	Odontólogo (20 hs)	54	1
	5210	Assessor Jurídico (20 hs)	56	1
	5208	Médico Clínico Geral (40 hs)	59	2
	5219	Orientador/Educador Social	49	1
T O T A L				53

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – SC, EM 12 DE MARÇO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

ANEXO III

QUADRO DE VAGAS E TABELA DE VENCIMENTOS/SUBSÍDIOS
DOS CARGOS EM COMISSÃO DE LIVRE NOMEAÇÃO E EXONERAÇÃO

CÓD	CARGO	NÍVEL	N.º DE CARGOS	VENCIMENTO	GRATIF. DE REPRESENT	TOTAL
6101	SECRETÁRIO MUNICIPAL	-	6	SUBSIDIO FIXADO PELO PODER LEGISLATIVO 4.525,13		
6102	CONTADOR	CC-9	1	3.899,88	1.949,94	5.849,82
6103	CHEFE DE GABINETE	CC-8	1	2.985,76	1.492,88	4.478,64
6106	DIRETOR DE DEPARTAMENTO	CC-5	7	2.225,75	1.112,88	3.338,63
6107	CHEFE DE DEPARTAMENTO	CC-4	6	1.357,15	678,58	2.035,73
6108	ASSESSOR DE IMPRENSA 20 HS	CC-6	1	1.357,15	678,58	2.035,73
6109	COORDENADOR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	CC-3	1	1085,72	542,86	1.628,58
6110	COORDENADOR DE CULTURA	CC-1	1	935,99	468,00	1.403,99
6111	COORDENADOR DE SAÚDE	CC-3	1	1085,72	542,86	1.628,58
6112	COORDENADOR DE EDUCAÇÃO	CC-2	1	879,62	439,81	1.319,43
6113	COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO	CC-2	1	1085,72	542,86	1.628,58
6114	COORDENADOR ATIVIDADES URBANAS	CC-1	1	935,99	468,00	1.403,99
6115	COORDENADOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CC-3	1	1085,72	542,86	1.628,58
6116	SUPERVISOR DE COMPRAS	CC-7	1	2.850,07	1.425,04	4.275,11
6119	CHEFE DE DEPARTAMENTO (30HS)	CC-4	1	1.357,15	678,58	2.035,73
6120	CONSULTOR JURÍDICO (20 horas)	CC-9	1	3.899,88	1.949,94	5.849,82
6121	GERENTE DE ATENÇÃO BÁSICA	CC-10	1	1.085,72	542,86	1.628,58
TOTAL			32			

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – SC, EM 12 DE MARÇO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

ANEXO III A

TABELA DE GRATIFICAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO PARA SERVIDORES QUE OPTAREM PELO VENCIMENTO DO CARGO EFETIVO QUANDO



NOMEADOS PARA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

		N.º	GRATIF. DE
CARGO	NÍVEL	DE CARGOS	REPRESENTAÇÃO
CONTADOR	CC-9	1	3.815,93
CHEFE DE GABINETE	CC-8	1	2.921,50
DIRETOR DE DEPARTAMENTO	CC-5	7	2.177,84
CHEFE DE DEPARTAMENTO	CC-4	6	1.327,94
ASSESSOR DE IMPRENSA 20 HS	CC-6	1	1.252,78
COORDENADOR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO	CC-3	1	1062,35
COORDENADOR DE CULTURA	CC-1	1	915,84
COORDENADOR DE SAÚDE	CC-3	1	1062,35
COORDENADOR DE EDUCAÇÃO	CC-2	1	929,55
COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO	CC-2	1	929,55
COORDENADOR ATIVIDADES URBANAS	CC-1	1	915,84
COORDENADOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CC-3	1	1062,35
SUPERVISOR DE COMPRAS	CC-7	1	2.788,71
TOTAL DE CARGOS		24	

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – SC, EM 12 DE MARÇO DE 2019.

marciano mauro pagliarini

Prefeito Municipal

ANEXO IV
TABELA DE VENCIMENTOS

GRUPO I		GRUPO II		GRUPO III		GRUPO IV			GRUPO V
NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR	NÍVEL	VALOR
10	977,15	20	1.221,44	30	1.289,29	40	1.418,65	50	3.545,23
	1		1,25		1,31944		1,45182		3,62813
11	1.031,44	21	1.262,16	31	1.330,01	41	1.591,60	51	3.746,38
	1,05556		1,29167		1,36111		1,62882		3,83399
12	1.085,72	22	1.302,86	32	1.370,73	42	1.764,57	52	3.914,38
	1,11111		1,33333		1,40278		1,80583		4,00592
13	1.140,01	23	1.370,73	33	1.425,01	43	1.937,51	53	4.211,33
	1,16667		1,40278		1,45833		1,98282		4,30981
14	1.194,29	24	1.438,58	34	1.492,87	44	2.110,50	54	4.247,01
	1,22222		1,47222		1,52778		2,15985		4,34632
15	1.248,58	25	1.506,44	35	1.560,72	45	2.241,44	55	5.018,75
	1,27778		1,54167		1,59722		2,29385		5,13611
16	1.302,86	26	1.574,30	36	1.642,16	46	2.417,72	56	5.850,31
	1,33333		1,61111		1,68056		2,47426		5,98712

17	1.425,01	27	1.642,16	37	1.832,16	47	2.587,36	57	8.493,98
	1,45833		1,68056		1,875		2,64786		8,69261
18	1.492,87	28	1.723,59	38	2.035,73	48	2.760,17	58	11.700,59
	1,52778		1,76389		2,08333		2,82471		11,9742
19	1.560,72	29	1.818,58	39	2.239,31	49	2.933,54	59	14.657,25
	1,59722		1,86111		2,29167		3,00214		15
								60	4.405,00
									4,508

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – SC, EM 12 DE MARÇO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

ANEXO V

QUADRO DE FUNÇÕES DE CONFIANÇA

DENOMINAÇÃO	NÍVEL	N.º DE FUNÇÕES	% S/O VALOR DO NÍVEL 10 DO GRUPO I
Encarregado Geral de Departamento	FC-I	02	100
Responsável pela Contabilidade de Fundos	FC-II	01	80
Chefe de Setor	FC-III	08	80
Motorista de Saúde	FC-IV	04	80
Motorista Oficial	FC-V	01	80
Encarregado pelo Sistema de Água	FC-VI	02	60
Encarregado de Setor	FC-VII	06	50
Encarregado de Turma	FC-VIII	06	25
Dir. técnico Unidade de Saúde	FC-IX	01	200
Responsável Técnico Odontologia	FC-X	01	100
Responsável Técnica da Equipe de Enfermagem	FC-XI	01	100
Total		33	

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – SC, EM 12 DE MARÇO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

ANEXO VI

ADICIONAL DE TITULAÇÃO

TÍTULO	DENOMINAÇÃO DA VERBA	% SOBRE O VENCIMENTO DO SERVIDOR
1º GRAU	ADICIONAL DE 1º GRAU	05
2º GRAU	ADICIONAL DE 2º GRAU	10
GRADUAÇÃO	ADICIONAL DE GRADUAÇÃO	20
ESPECIALIZAÇÃO PÓS-GRADUAÇÃO	ADICIONAL DE ESPECIALIZAÇÃO	25
MESTRADO	ADICIONAL DE MESTRADO	30
DOCTORADO	ADICIONAL DE DOCTORADO	40

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – SC, EM 12 DE MARÇO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

ANEXO VII**ESPECIFICAÇÃO DE GRUPOS E CARGOS DO QUADRO PERMANENTE****1.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO I - SERVIÇOS GERAIS (SEG)**

1.1 NÍVEIS: 10,11,12,13,14,15,16,17,18,19.

1.2 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os serviços deste grupo encarregam-se das atividades de vigilância, conservação, limpeza de edifícios, instalações e mobiliário, serviços de portaria, copa, cozinha, jardinagem, lubrificação, borracharia e lavagem de veículos e máquinas, datilografia, recepção, duplicação de documentos, além de outras atividades correlatas, de nível subalterno, de natureza operacional e de menor grau de complexidade.

1.3 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:**VIGIA**

- Manter vigilância em geral.
- Controlar a entrada e saída de pessoas e veículos no recinto de trabalho, exigindo, quando for o caso, identificação ou autorização para o ingresso.
- Relatar anormalidades verificadas.
- Requisitar reforço policial, quando necessário, dando ciência do fato ao chefe imediato.
- Verificar, após o expediente normal do órgão, o fechamento de janelas e portas.
- Desenvolver outras tarefas semelhantes.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

- Zelar pela manutenção das instalações, mobiliários e equipamentos do órgão.
- Executar trabalhos braçais;
- Executar serviços de limpeza nas dependências internas e externas do órgão, jardins, garagens e seus veículos.
- Executar serviços auxiliares de limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação das máquinas.
- Manter em condições de funcionamento os equipamentos de proteção contra incêndios ou quaisquer outras relativas à segurança do órgão.
- Executar serviços de copa, cozinha, com atendimento aos servidores e alunos.
- Receber, protocolar e entregar correspondência interna e externa.
- Requisitar material necessário aos serviços .
- Processar cópia de documentos.
- Receber, orientar e encaminhar o público, informando sobre localização de pessoas ou dependências do órgão.
- Receber e transmitir mensagens.
- Encarregar-se da abertura e fechamento das dependências do órgão.
- Encarregar-se da limpeza e polimento de veículos e máquinas.
- Relatar as anormalidades verificadas.
- Atender telefone e transmitir ligações.
- Executar outras tarefas afins, de acordo com as necessidades peculiares do órgão.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

- Executar serviços de digitação em geral.
- Atender usuários de Biblioteca.
- Transcrever atos oficiais.
- Preencher formulários, fichas, cartões e outros.
- Codificar dados e documentos.
- Preparar índices e fichários, mantendo-os atualizados.
- Providenciar material de expediente.
- Confeccionar relatório de serviços diversos.
- Selecionar e arquivar documentos.
- Executar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos.
- Receber e registrar materiais destinados a exames de laboratório.
- Efetuar a entrega de resultados de exames e manter organizado seu arquivo de cópias.
- Expedir documentos de identificação e alistamento militar.
- Atender e transferir ligações telefônicas.
- Executar outras tarefas correlatas.

1.5 CONDIÇÕES PARA INGRESSO

Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

1.6 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Vigia: 1º Grau (Ensino Fundamental) completo

Auxiliar de Serviços Gerais: 1º Grau (Ensino Fundamental) completo

Auxiliar Administrativo: 2º Grau (Ensino Médio) completo.

2.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO II - SERVIÇOS OPERACIONAIS (SOP)

2.1 NÍVEIS: 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29.

2.2 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os servidores deste grupo desempenham tarefas ligadas aos trabalhos de operação, condução e transporte de veículos e equipamentos rodoviários agrícolas, aos trabalhos de recuperação e manutenção de máquinas, equipamentos e implementos de produção, solda em geral e atividades de ordem agente e auxiliar, de complexidade mediana, envolvendo serviços de caráter administrativo, financeiro, tributário, odontologia simplificada, operador de equipamentos de dados, sonoros, operação de aparelhos telefônicos, além de outras atividades que requeiram, fundamentalmente trabalho manual.

2.3 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:**TELEFONISTA**

- Operar centrais telefônicas, troncos e ramais;
- Orientar e emitir pareceres sobre os serviços referentes a centrais telefônicas;
- Atender as chamadas internas e externas, localizando pessoas quando solicitadas;
- Controlar e auxiliar as ligações de telefone automático;
- Prestar informações gerais relacionadas com o órgão;
- Manter registro de ligações a longa distância;
- Receber e transmitir mensagens pelo telefone;
- Comunicar ao chefe imediato os defeitos verificados nos ramais e mesa;
- Fornecer dados para elaboração de expedientes à empresa concessionária dos serviços telefônicos, a respeito de mudança, instalação, retirada, defeito, etc;
- Propor normas de serviços e remodelação de equipamento;
- Executar tarefas semelhantes.

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE:

- Mapear sua micro área de atuação;
- Cadastrar as famílias de sua micro área, mantendo o cadastro sempre atualizado;
- Comunicar equipe mediante saída da família (outra micro área, área ou Cidade);
- Identificar indivíduos e famílias expostos à situação de risco;
- Realizar visitas domiciliares mensais a todas as residências, ou quinzenais sempre que necessário (presença de risco morte);
- Colher dados para análise da situação das famílias acompanhadas;
- Acompanhar e contribuir nas atividades de grupo programadas;
- Desenvolver ações básicas de promoção da saúde e prevenção de doenças;
- Promover educação em saúde e mobilização comunitária para melhorar a qualidade de vida;
- Incentivar a formação dos conselhos locais de saúde;
- Informar a equipe da dinâmica social da comunidade, suas disponibilidades e suas necessidades;
- Contribuir com a equipe multidisciplinar;
- Comunicar as famílias ou usuários sobre consultas, exames e/ou recados da Secretaria de Saúde (sempre que necessário);
- Realizar preenchimento de relatórios mensais, com cumprimento de datas programáticas;
- Participar do processo de programação e planejamento das ações de saúde.

AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

- Executar serviços simples ou complementares de montagem, reparo e ajustagem de máquinas operatrizes, linotipos, impressoras, escavadeiras, guindastes, guinchos, máquinas de refrigeração, carpintaria, serraria, lavanderia, cozinha em geral, agrícolas e outras;
- Ser responsável pela limpeza, revisão e acondicionamento das peças e lubrificação de máquinas e serviços de borracharia em geral.
- Executar trabalhos simples de mecânica de motores a combustão de baixa e alta compressão, movidos a gasolina, óleo diesel e outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, moto-niveladora, rolo compressor, máquinas agrícolas e outros;
- Executar trabalhos simples de confecção e reparo de matrizes, ferramentas, formas e peças para máquinas de torno, fresa, plainadeiras, retífica, forja e bigorna;
- Desmontar, montar e lubrificar ferramentas;
- Executar serviços de eletricidade em geral;
- Montar e desmontar motores e aparelhos elétricos diversos, em fase de reparação ou manutenção;
- Executar serviços simples ou complementares de desmontagem, reparo, montagem e ajustamento de aparelhos de comunicação;
- Executar trabalhos simples de carpintaria e marcenaria, à vista de instruções;

- Executar tarefas simples ou complementares de manuseio e fabricação de explosivos, munições, ácidos e solventes;
- Executar trabalhos simples de acabamento, encadernação, douração e restauração, de acordo com as instruções recebidas;
- Executar trabalhos simples e complementares gráficos-mecânicos e gráfico-eletrônicos;
- Executar serviços de serralharia, compreendendo trabalhos simples e complementares, como confecção de peças e reparos;
- Executar trabalhos simples ou complementares de solda;
- Executar serviços simples de hidráulica;
- Executar serviços simples de pedreiro;
- Auxiliar nos trabalhos de topografia, engenharia e outros serviços.
- Executar serviços de lavagem e limpeza de veículos e máquinas;
- Desempenhar outras tarefas afins.

AGENTE ADMINISTRATIVO

- Selecionar, organizar e manter atualizados, arquivos, cadastros e fichas funcionais.
- Prestar auxílio à toda atividade técnica, desenvolvida na sua área de atuação;
- Organizar e controlar os serviços de recepção, encaminhamento de documentação e correspondência em geral;
- Controlar e arquivar publicações oficiais;
- Orientar e elaborar a classificação, codificação, catalogação e tramitação de papéis e documentos sob sua responsabilidade;
- Proceder controle de provimento e vacância de cargos;
- Estudar e propor à base da vivência adquirida no desempenho das atribuições, medidas destinadas a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações;
- Atender usuários da biblioteca;
- Executar serviços de expedição de documentos como: identificação, serviço militar, carteira de trabalho, INCRA, INSS.
- Expedir relatórios das atividades desenvolvidas no setor.
- Receber e transmitir ao superior, mensagens recebidas.
- Executar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos.
- Executar serviços de digitação em geral.
- Atender e transferir ligações telefônicas.
- Relacionar notas de empenho, subempenho e de anulação emitidas no mês;
- Executar outras tarefas correlatas às descrições acima.

MOTORISTA

- Dirigir veículos oficiais pesados (caminhões, ônibus, micro-ônibus e similares), transportando materiais, equipamentos e pessoas;
- Dirigir veículos oficiais leves, transportando pessoas, materiais e equipamentos;
- Zelar pelo abastecimento, conservação e limpeza do veículo sob sua responsabilidade;
- Efetuar pequenos reparos no veículo sob sua responsabilidade;
- Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a viatura sob sua responsabilidade;
- Proceder o controle contínuo de consumo de combustível, lubrificantes e manutenção em geral;
- Proceder o mapeamento de viagens, identificando o usuário, tipo de carga, seu destino, quilometragem, horários de saída e chegada;
- Auxiliar na carga e descarga do material ou equipamento;
- Tratar os passageiros com respeito e urbanidade;
- Manter atualizado o documento de habilitação profissional e do veículo;
- Executar outras tarefas afins.

OPERADOR DE MÁQUINAS

- Providenciar a lavagem, o abastecimento e a lubrificação da máquina;
- Efetuar pequenos reparos na máquina sob sua responsabilidade;
- Dirigir máquinas como: trator de pneus, rolo compactador e similares;
- Dirigir máquinas como: trator sobre esteiras, perfuratriz, moto-niveladoras, pás-carregadeiras, escavadeira hidráulicas e similares;
- Comunicar ao chefe imediato a ocorrência de irregularidades ou avarias com a máquina sob sua responsabilidade;
- Proceder ao controle contínuo de consumo de combustível, lubrificação e manutenção em geral;
- Proceder o mapeamento dos serviços executados, identificando o tipo de serviço, o local e a carga horária;
- Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina;
- Efetuar os serviços determinados, registrando as ocorrências;
- Executar outras tarefas afins.

2.4 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA:

Estatutário/40 (quarenta) horas semanais

2.5 CONDIÇÕES PARA INGRESSO:

Concurso público de provas ou provas e título.

2.6 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Telefonista: 2º Grau (Ensino Médio) completo.

Agente Comunitário de Saúde: 2º Grau (Ensino Médio) completo.

Agente de Manutenção e Conservação: 1º Grau (Ensino Fundamental) completo.

Agente Administrativo: 2º Grau (Ensino Médio) completo.

Motorista: 1º Grau (Ensino Fundamental) completo e portador da carteira nacional de habilitação (CNH) compatível com a função (Categoria Mínima "C").

Operador de Máquinas: 1º Grau (Ensino Fundamental) completo e portador de carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com a função (Categoria Mínima "C").

3.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO III - SERVIÇOS AUXILIARES (SAL)

3.1 NÍVEIS: 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39.

3.2 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

Os servidores deste grupo desempenham tarefas diretamente ligadas aos trabalhos de assistência administrativa, financeira e tributária, fiscalização de ordem pública e encarregam-se de executar atividades de ordem assistenciais e de fiscalização de natureza repetitiva e complexidade mediana além de outras atividades correlatas.

3.3 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

AUXILIAR DE ODONTÓLOGO

- Orientar os pacientes sobre higiene pessoal e bucal;
- Marcar consultas;
- Preencher e anotar as fichas clínicas;
- Manter em ordem o arquivo e o fichário;
- Auxiliar nos programas preventivos para controle da cárie dental;
- Proceder a conservação e a manutenção do equipamento odontológico;
- Participar efetivamente da política de saúde do município;
- Através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Proceder a limpeza, conservação e manutenção do ambiente de trabalho.
- Executar outras tarefas afins.

ASSISTENTE FINANCEIRO:

- Preparar documentos financeiros e de desembolso;
- Elaborar termo de conferência de caixa e demonstração de saldo;
- Efetuar registros de movimentação bancária e orçamentária;
- Elaborar guias de recolhimento e ordens de pagamento;
- Relacionar notas de empenho, subempenho e de anulação emitidas no mês;
- Classificar a receita e despesa;
- Operar aparelhos de processamento de dados e outros equipamentos;
- Registrar os bens móveis e imóveis e manter atualizado o cadastro do órgão;
- Executar demais atribuições semelhantes à descrição acima.

ASSISTENTE TRIBUTÁRIO:

- Organizar e manter atualizados arquivos, fichas referentes ao cadastro imobiliário e de contribuintes do Município;
- Efetuar lançamentos nas fichas cadastrais;
- Elaborar certidões e demais atos administrativos;
- Participar da atualização da planta de valores;
- Manter atualizada a legislação tributária municipal;
- Propor medidas para atualizar e aperfeiçoar a legislação tributária Municipal;
- Processar documentos de arrecadação;
- Operar equipamentos de processamento de dados e eletrônicos.
- Prestar informações aos contribuintes municipais;
- Executar outras atividades correlatas.

ASSISTENTE DE SANEAMENTO BASICO:

- Coordenar e executar trabalhos relacionados ao saneamento básico do Município com a organização e atualização dos arquivos e fichários;
- Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão;
- Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas;
- Fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de ocorrências em geral;

- Colaborar na redação de relatórios anuais e parciais atendendo exigências do órgão;
- Expedir atestados, lavrar termos de posse, entrega, apostilas, certidões e termos de ocorrência em geral; a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações;
- Realizar registros em geral;
- Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos;
- Secretariar autoridades de hierarquia superior, taquigrafando, redigindo expedientes relacionados às suas atividades;
- Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão;
- Sugerir métodos e processos de trabalho para simplificação, recebimento, classificação, registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processos e papéis;
- Operar aparelhos de processamento de dados e outros equipamentos eletrônicos;
- Operador de sistemas;
- Executar outras atividades correlatas.

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO:

- Coordenar e executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários;
- Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão;
- Minutar contratos em geral;
- Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras atividades correlatas;
- Fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de ocorrências em geral;
- Colaborar na redação de relatórios anuais e parciais atendendo exigências do órgão;
- Expedir atestados, lavrar termos de posse, apostilas, certidões e termos de ocorrência em geral; a simplificar o trabalho e a redução do custo das operações;
- Realizar registros em geral;
- Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos;
- Secretariar autoridades de hierarquia superior, taquigrafando, redigindo expedientes relacionados às suas atividades;
- Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão;
- Sugerir métodos e processos de trabalho para simplificação, recebimento, classificação, registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processos e papéis;
- Operar aparelhos de processamento de dados e outros equipamentos eletrônicos;
- Executar outras atividades correlatas.
- Operador de sistemas.

3.4 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA

Estatutário/40 (quarenta) horas semanais

3.5 CONDIÇÕES PARA INGRESSO

Concurso público de provas ou provas e título.

3.6 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL

Auxiliar de Odontólogo: 2º Grau (Ensino Médio) completo.

Assistente Financeiro: 2º Grau (Ensino Médio) completo.

Assistente Tributário: 2º Grau (Ensino Médio) completo.

Assistente de Saneamento Básico: 2º Grau (Ensino Médio) completo.

Assistente Administrativo: 2º Grau (Ensino Médio) completo.

4.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO GRUPO IV - TÉCNICO PROFISSIONAL (TEP)

4.1 NÍVEIS: 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48 e 49.

4.2 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES

Os servidores deste grupo desempenham tarefas que envolvem planejamento, organização, coordenação, avaliação, instrução, execução e controle dos trabalhos técnico-administrativos nas diversas áreas de laboratório, agropecuária, estatística, contábil, serviços de mecânica, educação, saúde e desenvolvimento comunitário, além de outras atividades correlatas.

4.3 DESCRIÇÃO ANALÍTICA DOS CARGOS:

FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA:

- Fiscalizar habitações e estabelecimentos comerciais e de serviços, excetuando-se os estabelecimentos comerciais e de serviços sob a responsabilidade de profissionais cuja escolaridade seja a superior completa na área da saúde;
- Fiscalizar piscinas de uso coletivo restrito, tais como: as de clubes, condomínios, escolas associações, hotéis, motéis e congêneres;

- Fiscalizar as condições sanitárias das instalações prediais de águas e esgotos;
- Fiscalizar quanto à regularização das condições sanitárias das ligações de água e esgoto à rede pública;
- Fiscalizar estabelecimentos de serviços, tais como: barbearias, salões de beleza, casas de banho, estabelecimentos esportivos de ginástica, cultura física, natação e congêneres, asilos, creches e similares;
- Fiscalizar estabelecimentos de ensino, hotéis, motéis e congêneres, clubes recreativos e similares, lavanderias e similares, agências funerárias, velórios, necrotérios, cemitérios e crematórios, no tocante às questões higiênico-sanitárias;
- Fiscalizar estabelecimentos que comercializem e distribuam gêneros alimentícios, bebidas e águas minerais;
- Fiscalizar estabelecimentos que fabriquem e/ou manipulem gêneros alimentícios e envasem bebidas e águas minerais;
- Encaminhar para análise laboratorial alimentos e outros produtos para fins de controle;
- Apreender alimentos, mercadorias e outros produtos que estejam em desacordo com a legislação sanitária vigente;
- Efetuar interdição de produtos, embalagens e equipamentos em desacordo com a legislação sanitária vigente;
- Efetuar interdição parcial ou total do estabelecimento fiscalizado;
- Expedir autos de intimação, de interdição, de apreensão, de coleta de amostras e de infração e aplicar diretamente as penalidades que lhe forem delegadas por legislação específica;
- Executar e/ou participar de ações de Vigilância Sanitária em articulação direta com as de Vigilância Epidemiológica e Atenção à Saúde, incluindo as relativas à Saúde do Trabalhador, Controle de Zoonoses e ao Meio Ambiente;
- Fazer cumprir a legislação sanitária federal, estadual e municipal em vigor;
- Exercer o poder de polícia do Município na área de saúde pública;
- Elaborar réplica fiscal em processos oriundos de atos em decorrência do poder de polícia sanitária do Município;
- Relatar ou proferir voto nos processos relativos aos créditos do Município, enquanto membros de Juntas de Julgamentos e de Recursos Fiscais Sanitários;
- Executar outras atividades correlatas à área fiscal, a critério da chefia imediata;
- Outras tarefas afins.

FISCAL DE TRIBUTOS E OBRAS:

- Fiscalizar o cumprimento do Código Tributário Municipal, Código de Postura, Código de Edificações e Zoneamento e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.
- Verificar a exatidão dos lançamentos efetuados pelo contribuinte nos livros fiscais e contábeis à vista dos documentos correspondentes.
- Efetuar diligências para verificação de notas fiscais de prestação de serviços, apuração de denúncias, concessão de inscrição municipal e informações em processo fiscal.
- Notificar e aplicar penalidades previstas em lei e regulamentos municipais.
- Localizar evasões ou clandestinidade de receitas municipais.
- Atender consultas de caráter tributário, fiscal de posturas, edificações e zoneamento.
- Cooperar na atualização e aperfeiçoamento da legislação tributária e de planejamento urbano.
- Executar inspeção em livros, documentos, registros e imóveis, para constatar a satisfação plena do Crédito Tributário Municipal.
- Fiscalizar o transporte coletivo municipal, os táxis e lotações, os serviços funerários e outros serviços municipais permitidos, autorizados ou concedidos pelo Município.
- Desincumbir-se de outras atribuições ou tarefas semelhantes.

TECNICO DE ENFERMAGEM

- Executar procedimentos de enfermagem, de acordo com as normas técnicas da instituição;
- Participar na orientação à saúde do indivíduo e grupos da comunidade;
- Participar de ações de saúde desenvolvidas pela comunidade;
- Fazer notificações de doenças transmissíveis;
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica;
- Fazer coleta de material para exame de laboratório e complementares, quando solicitado;
- Administrar medicamentos, mediante prescrição e utilização técnica de aplicação adequada;
- Lavar, empacotar e esterilizar material utilizando técnicas apropriadas;
- Desenvolver atividades de pré e pós consulta médica, odontológica, de enfermagem e de atendimento de enfermagem;
- Participar da prestação de assistência à comunidade em situações de calamidade e emergência;
- Efetuar visita domiciliar;
- Solicitar material de consumo e permanente, necessários a suas atividades;
- Realizar os registros das atividades executadas em formulários próprios;
- Promover a melhoria das condições sanitárias do meio ambiente.
- Executar outras tarefas afins.

TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA:

- Elaborar e orientar estudos ou programas para recuperação e desenvolvimento de propriedades rurais, serviços de instalação de posto, observando a técnica conveniente.
- dar pareceres e sugestões sobre o aspecto da atividade agropecuária, atendendo ao seu aperfeiçoamento e às condições sociais do homem do campo.
- Orientar a execução do trabalho de campo na área de mecanização do solo, fertilizante mineral e orgânico e auxiliar na elaboração de projetos respectivos.
- Prestar assistência e orientação aos agricultores e criadores.
- Atender consultas feitas por lavradores e criadores.
- Orientar a produção, administração e planejamento agropecuária.

- Organizar e inspecionar granjas, pomares, hortas e plantações em geral.
- Orientar a armazenagem e comercialização de produtos de origem animal e vegetal.
- Orientar e fiscalizar os trabalhos de experimentação de campo.
- Prestar assistência e orientação nos programas de extensão rural.
- Orientar trabalhos de conservação do solo.
- Participar dos trabalhos de experimentação, abrangendo: adubação, variedades resistentes à ferrugem, herbicidas e fungicidas.
- Participar de previsões de safras.
- Prestar assistência no tocante ao crédito agrícola.
- Orientar a produção de sementes e mudas.
- Executar outras tarefas semelhantes.

TÉCNICO EM EDUCAÇÃO:

- Executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários.
- Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão.
- Minutar contratos em geral.
- Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras tarefas correlatas.
- Fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de ocorrências verificadas nos registros em geral.
- Colaborar na redação de relatórios anuais ou parciais atendendo a exigências ou normas do órgão.
- Expedir atestados, lavrar termos de posse, apostilas, certidões e termos de ocorrência em geral.
- Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão.
- Realizar registros em geral.
- Secretariar autoridades de hierarquia superior, taquigrafando, redigindo expedientes relacionados as suas atividades.
- Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos.
- Sugerir métodos e processo de trabalho para simplificação, recebimento, classificação registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processo e papéis em geral.
- Colaborar nos estudos e elaboração de trabalhos técnicos relativos a projetos de planos de ação da Secretaria de Educação.
- Acompanhar ou participar da elaboração de anteprojetos de leis e decretos relativos a Secretaria de Educação.
- Estudar e propor normas para administração dos materiais da Secretaria de Educação.
- Efetuar o controle e operação dos Software relativos ao controle e desempenho dos alunos.
- Desempenhar tarefas de assessoramento técnico diretamente à.

TÉCNICO EM TRIBUTAÇÃO:

- Manter atualizado o cadastro de contribuintes do Município;
- Zelar pelo cumprimento do código tributário municipal e legislação complementar;
- Efetuar o lançamento da receita orçamentária;
- Expedir documentos de lançamento de receita;
- Processar os documentos de controle da receita orçamentária;
- Propor medidas visando alteração da legislação tributária.
- Participar na atualização da Planta Genérica de valores;
- Operar aparelhos de processamento de dados;
- Conferir relatórios de controle da receita;
- Desempenhar outras tarefas afins.

TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO:

- Executar trabalhos relacionados com a organização e atualização dos arquivos e fichários.
- Redigir instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos sobre assuntos do órgão.
- Minutar contratos em geral.
- Auxiliar na aquisição e suprimento de material permanente e de consumo, divulgação de editais e outras tarefas correlatas.
- Fazer anotações nas fichas, nos livros e nos exemplares de ocorrências verificadas nos registros em geral.
- Colaborar na redação de relatórios anuais ou parciais atendendo a exigências ou normas do órgão.
- Expedir atestados, lavrar termos de posse, apostilas, certidões e termos de ocorrência em geral.
- Preparar documentos necessários para o funcionamento do órgão.
- Realizar registros em geral.
- Secretariar autoridades de hierarquia superior, taquigrafando, redigindo expedientes relacionados as suas atividades.
- Providenciar os serviços de reprografia e multiplicação de documentos.
- Sugerir métodos e processo de trabalho para simplificação, recebimento, classificação registro, guarda, codificação, tramitação e conservação de documentos, processo e papéis em geral.
- Colaborar nos estudos e elaboração de trabalhos técnicos relativos a projetos de planos de ação.
- Acompanhar ou participar da elaboração de anteprojetos de leis e decretos.
- Realizar estudos e pesquisas sobre atribuições de cargos, a fim de possibilitar sua classificação e retribuição , a organização de novos quadros de serviços, novos sistemas de ascensão, progressão e avaliação de cargos.
- Participar na elaboração de projetos ou planos de organização dos serviços, inclusive para a aplicação de processamento eletrônico.
- Estudar e propor normas para administração de material.
- Desempenhar tarefas semelhantes.

MECÂNICO

- Identificar defeitos mecânicos e orientar os reparos necessários.
- Orientar e treinar mecânicos auxiliares quanto à técnica e processos de trabalhos que necessitam de maior aperfeiçoamento.
- Executar trabalhos de rotina, relacionados à montagem, reparo e ajustagem e motores à combustão de baixa e alta compressão, movidos à gasolina, óleo diesel ou outros conjuntos mecânicos de automóveis, caminhões, tratores, pás-carregadeiras e outros.
- Desmontar, reparar, montar e ajustar cubos de roda, carburador, manga de eixo de transmissão, bomba d'água, de gasolina, caixa de mudança, freio, embreagem, rolamentos, retentor, radiador, válvula, diferencial, distribuição, direção, engrenagem, amortecedor, magnetos, manetos, bielas e pistões.
- Desmontar, reparar e montar distribuidores.
- Desmontar, reparar, montar, ajustar, retificar e localizar defeitos ocasionais em motores a combustível.
- Manter atualizada a sua carteira nacional de habilitação e a documentação da máquina, retificar cilindros, eixos, válvulas, relevos, comandos de válvulas e buchas.
- Trocar óleo dos veículos, lavagem e lubrificação de máquinas.
- Executar a retirada de vazamento de óleo, troca e recuperação de peças danificadas, etc.
- Executar serviços de emergência no sistema elétrico dos veículos, tais como: troca da chave, relês, instalações de faróis, recuperação de chicotes danificados por curto circuitos.
- Executar serviços de lubrificação, lavagem dos equipamentos, troca de óleo e limpeza dos filtros.
- Executar demais serviços que exijam uma oficina mecânica de manutenção, menos retífica de motores e outros que exijam mão de obra mais especializadas.
- Executar outras tarefas afins.

AGENTE DE CONTROLE DE ENDEMIAS (ACE)

- Atualizar o cadastro de imóveis, por intermédio do reconhecimento geográfico, e o cadastro de pontos estratégicos (PE);
- Realizar a pesquisa larvária em imóveis, para levantamento de índices e descobrimento de focos, bem como em armadilhas e em PE, conforme orientação técnica;
- Identificar criadouros contendo formas imaturas do mosquito;
- Orientar moradores e responsáveis para a eliminação e/ou proteção de possíveis criadouros;
- Executar a aplicação focal e residual, quando indicado, como medida complementar ao controle mecânico, aplicando os larvicidas indicados, conforme orientação técnica;
- Registrar nos formulários específicos, de forma correta e completa, as informações referentes às atividades executadas;
- Vistoriar e tratar os imóveis cadastrados e informados pelo ACS que necessitem do uso de larvicida, bem como vistoriar depósitos de difícil acesso informado pelo ACS;
- Encaminhar os casos suspeitos de dengue à Unidade de Atenção Primária em Saúde, de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Saúde;
- Atuar junto aos domicílios, informando os seus moradores sobre a doença, seus sintomas e riscos, o agente transmissor e medidas de prevenção;
- Promover reuniões com a comunidade com o objetivo de mobilizá-la para as ações de prevenção e controle da dengue, sempre que possível e conjunto com a equipe de APS da sua área;
- Reunir-se sistematicamente com a equipe de Atenção Primária em Saúde, para trocar informações sobre febris suspeitos de dengue, a evolução dos índices de infestação por *Aedes aegypti* da área de abrangência, os índices de pendências e as medidas que estão sendo, ou deverão ser, adotadas para melhorar a situação;
- Comunicar ao supervisor os obstáculos para a execução de sua rotina de trabalho, durante as visitas domiciliares;
- Registrar, sistematicamente, as ações realizadas nos formulários apropriados, conforme já referido, com o objetivo de alimentar o sistema de informações vetoriais.
- Executar outras tarefas afins.

TECNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

- Informar o empregador, através de parecer técnico, sobre os riscos exigentes nos ambientes de trabalho, bem como orientá-los sobre as medidas de eliminação e neutralização;
- Informar os trabalhadores sobre os riscos da sua atividade, bem como as medidas de eliminação e neutralização;
- Analisar os métodos e os processos de trabalho e identificar os fatores de risco de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho e a presença de agentes ambientais agressivos ao trabalhador, propondo sua eliminação ou seu controle;
- Executar os procedimentos de segurança e higiene do trabalho e avaliar os resultados alcançados, adequando-os estratégias utilizadas de maneira a integrar o processo Prevencionista em uma planificação, beneficiando o trabalhador;
- Executar programas de prevenção de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho nos ambientes de trabalho, com a participação dos trabalhadores, acompanhando e avaliando seus resultados, bem como sugerindo constante atualização dos mesmos estabelecendo procedimentos a serem seguidos;
- Promover debates, encontros, campanhas, seminários, palestras, reuniões, treinamentos e utilizar outros recursos de ordem didática e pedagógica com o objetivo de divulgar as normas de segurança e higiene do trabalho, assuntos técnicos, visando evitar acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho;
- Executar as normas de segurança referentes a projetos de construção, aplicação, reforma, arranjos físicos e de fluxos, com vistas à observância das medidas de segurança e higiene do trabalho, inclusive por terceiros;
- Encaminhar aos setores e áreas competentes normas, regulamentos, documentação, dados estatísticos, resultados de análises e avaliações, materiais de apoio técnico, educacional e outros de divulgação para conhecimento e auto-desenvolvimento do trabalhador;
- Indicar, solicitar e inspecionar equipamentos de proteção contra incêndio, recursos audiovisuais e didáticos e outros materiais considerados indispensáveis, de acordo com a legislação vigente, dentro das qualidades e especificações técnicas recomendadas, avaliando seu desempenho;

- cooperar com as atividades do meio ambiente, orientando quanto ao tratamento e destinação dos resíduos industriais, incentivando e conscientizando o trabalhador da sua importância para a vida;
- orientar as atividades desenvolvidas por empresas contratadas, quanto aos procedimentos de segurança e higiene do trabalho previstos na legislação ou constantes em contratos de prestação de serviço;
- executar as atividades ligadas à segurança e higiene do trabalho utilizando métodos e técnicas científicas, observando dispositivos legais e institucionais que objetivem a eliminação, controle ou redução permanente dos riscos de acidentes do trabalho e a melhoria das condições do ambiente, para preservar a integridade física e mental dos trabalhadores;
- levantar e estudar os dados estatísticos de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho, calcular a frequência e a gravidade destes para ajustes das ações preventivas, normas regulamentos e outros dispositivos de ordem técnica, que permitam a proteção coletiva e individual;
- articular-se e colaborar com os setores responsáveis pelos recursos humanos, fornecendo-lhes resultados de levantamento técnico de riscos das áreas e atividades para subsidiar a adoção de medidas de prevenção a nível de pessoal;
- informar os trabalhadores e o empregador sobre as atividades insalubre, perigosas e penosas existentes na empresa, seus riscos específicos, bem como as medidas e alternativas de eliminação ou neutralização dos mesmos;
- avaliar as condições ambientais de trabalho e emitir parecer técnico que subsidie o planejamento e a organização do trabalho de forma segura para o trabalhador;
- articular-se e colaborar com os órgãos e entidades ligados à prevenção de acidentes do trabalho, doenças profissionais e do trabalho;
- participar de seminários, treinamento, congressos e cursos visando o intercâmbio e o aperfeiçoamento profissional.

4.4 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA:

Estatutário/40 horas semanais.

4.5 CONDIÇÕES PARA INGRESSO:

Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos.

4.6 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Fiscal de Vigilância Sanitária: 2º Grau (Ensino Médio) completo.

Fiscal de Tributos e Obras: 3º Grau (Ensino Superior) completo.

Técnico em Enfermagem: 2º Grau (Ensino Médio) completo e Portador de Diploma do Curso Técnico de Enfermagem.

Técnico em Agropecuária: 2º Grau (Ensino Médio) completo na área de Agropecuária ou similar.

Técnico em Educação: 2º Grau (Ensino Médio) completo.

Técnico em Tributação: 2º Grau (Ensino Médio) completo.

Técnico em Administração: 2º Grau (Ensino Médio) completo.

Mecânico: 1º Grau (Ensino Fundamental) completo.

Agente de Controle de Endemias (ACE): 2º Grau (Ensino Médio) completo.

Técnico em Segurança do Trabalho: 2º Grau (ensino médio) completo e portador do diploma de Técnico em segurança do trabalho.

5.0 DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO V - TÉCNICO CIENTÍFICO -(TEC)

5.1 NÍVEIS: 44, 45, 49, 50, 54, 55, 57, 59.

5.2 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES:

Os servidores deste grupo realizam pesquisas e aplicam conhecimentos na solução de problemas de ordem técnica, econômica, jurídica, administrativa, social, arquitetônica, artística e empresarial, além de outras atividades inerentes às áreas profissionais de cada atividade.

5.3 DESCRIÇÃO ANALÍTICA E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS:

ENFERMEIRO:

- Participar no planejamento, execução e avaliação de planos e programas de saúde.
- Participar da formulação das normas e diretrizes gerais dos programas de saúde desenvolvidas pela Instituição.
- Formular normas e diretrizes específicas de enfermagem.
- Organizar e dirigir serviços de enfermagem e suas atividades na Instituição.
- Fazer consultoria, auditoria e emitir pareceres sobre a matéria de enfermagem.
- Desenvolver atividades de supervisão em todos os níveis assistenciais.
- Prestar assessoria quando solicitado.

- Desenvolver educação continuada de acordo com as necessidades identificadas.
- Promover a avaliação periódica da qualidade da assistência de enfermagem prestada.
- Participar do planejamento e prestar assistência em situações de emergência e de calamidade pública, quando solicitado.
- Elaborar e executar uma política de formação de Recursos Humanos de Enfermagem de acordo com as necessidades da Instituição.
- Realizar consulta de enfermagem e prescrever a assistência requerida.
- Fazer notificação de doenças transmissíveis.
- Participar das atividades de vigilância epidemiológica.
- Dar assistência de enfermagem no atendimento às necessidades básicas do indivíduo, família e à comunidade de acordo com os programas estabelecidos pela Instituição.
- Identificar e preparar grupos da comunidade para participar de atividades de promoção e prevenção da saúde.
- Participar de programas de saúde desenvolvidas pela comunidade.
- Promover e participar de atividades de pesquisa operacional e estudos epidemiológicos.
- Elaborar informes técnicos para divulgação.
- Colaborar no desenvolvimento das atividades com a saúde ocupacional da Instituição em todos os níveis de atuação.
- Desempenhar outras funções afins.

FARMACÊUTICO:

- Aviar, classificar e arquivar receitas;
- Registrar saída de medicamentos sob regime de controle sanitário especial, em livro próprio;
- Apresentar mapas e balanços periódicos dos medicamentos utilizados e em estoque;
- Controlar receitas e serviços de rotulagem, realizando periodicamente o balanço de entorpecentes e equiparados;
- Adquirir e controlar estoque de medicação clínica principalmente psiquiátrica de entorpecentes e equiparados;
- Cadastrar informações sobre unidades de distribuição de medicamentos e vacinas;
- Supervisionar e assessorar a análise física e química de embalagens, recipientes e invólucros dos medicamentos a fim de evitar que os mesmos alterem suas características farmacodinâmicas.
- Assessorar autoridades superiores, preparando informes e documentos sobre legislação e assistência farmacêutica a fim de servirem de subsídios para elaboração de ordens de serviços, portarias, pareceres e outros;
- Coordenar, supervisionar ou executar todas as etapas de realização dos trabalhos de análises clínicas, análises bromatológicas, ou determinações laboratoriais relacionadas com sua área de competência;
- Orientar, supervisionar e dar assistência aos técnicos e auxiliares de laboratório na execução de suas atividades;
- Responsabilizar-se pelos aparelhos e equipamentos de laboratório, bem como, orientar a sua correta utilização;
- Assinar todos os documentos elaborados nos laboratórios;
- Articular-se com a chefia da unidade, visando o bom desempenho das atividades laboratoriais, e o bom relacionamento de pessoal;
- Realizar nos laboratórios de análises clínicas especialidade de administração laboratorial, utilizando-se de todas as técnicas preconizadas pela administração de empresas e hospitais;
- Executar outras atividades semelhantes.

ASSISTENTE SOCIAL:

- Planejar, coordenar, controlar e avaliar programas e projetos na área do Serviço Social aplicados a indivíduos, grupos e comunidades.
- Elaborar e /ou participar de projetos de pesquisas, visando a implantação e ampliação de serviços especializados na área de desenvolvimento comunitário.
- Participar no desenvolvimento de pesquisas médico-sociais e interpretar junto à equipe de saúde a situação social do indivíduo e sua família.
- Fornecer dados sociais para a elucidação de diagnóstico médico e pericial.
- Diagnosticar e tratar problemas sociais que impeçam comunidades, grupos e indivíduos de atingirem um nível satisfatório de saúde.
- Desenvolver atividades que visem a promoção, proteção e a recuperação da saúde da população, ocupando-se da aplicações sociais, culturais, econômicas, que influem diretamente na situação saúde, através da mobilização e desenvolvimento das potencialidades humanas e sociais.
- Mobilizar recursos da comunidade para que sejam devidamente utilizados e para que possam proporcionar os benefícios necessários à população.
- Prover, adequar e capacitar recursos humanos institucionais e/ou comunitários, necessários para à realização de atividade na área do Serviço Social.
- Participar de programas de treinamento de pessoal técnico e auxiliar para o desenvolvimento das ações de educação em saúde.
- Participar das ações que visem a promoção dos servidores da instituição.
- Desempenhar tarefas semelhantes.

PSICÓLOGO:

- Emitir diagnóstico, psicológico e social, através da avaliação da clientela alvo, usando para tanto recursos técnicos e metodológicos apropriados, prestando atendimento, acompanhamento e/ou encaminhamento a outras especialidades;
- Participar da equipe multidisciplinar em programas e ações comunitárias de saúde, objetivando integrar as ações desenvolvidas; planejar, orientar, coordenar, supervisionar, acompanhar e avaliar as estratégias de intervenção psicossocial, partindo das necessidades da clientela identificada;
- Executar atendimento psicossocial através de psicoterapia em sessões grupais ou individualizadas;
- Atuar em pesquisa da psicologia, em relação à saúde, trabalho e educação, entre outros aspectos;
- Participar em ações de assessoria, prestando consultoria e emitindo parecer dentro da perspectiva de sua área de atuação;
- Participar de auditorias e comissões técnicas, emitindo laudos e pareceres que lhe forem pertinentes;

- Participar do programa de saúde mental, exercendo atividades comunitárias, objetivando a capacitação e esclarecimentos;
- Atuar junto ao setor de recursos humanos, na área de recrutamento e seleção de pessoal, bem como acompanhando, treinando e reciclando servidores;
- Zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela preservação e manutenção de materiais e equipamentos em seu ambiente de trabalho;
- Participar na elaboração de normas e rotinas, a fim de obter a dinamização e padronização dos serviços;
- Participar da efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde; desempenhar outras tarefas afins.

TESOUREIRO

- Lançar receitas;
- Efetuar o pagamento de todas as despesas, depois de devidamente autorizadas, bem como os lançamentos;
- Transferir valores para outras entidades públicas ou privadas, depois de obtida a autorização necessária;
- Repassar ao Contador Geral, boletins diários de caixa e, no primeiro dia útil de cada mês, os documentos, relações de receita e despesa relativas ao mês findo;
- Manter devidamente atualizados, os controles da tesouraria e cumprir as disposições legais e regulamentares sobre contabilidade municipal que lhes respeitem;
- Efetuar movimentações bancárias relativas a entidade;
- Dar baixa e organizar prestações de contas de adiantamentos;
- Organização e elaboração e boletins de caixa;
- Executar todo o expediente relacionado com a tesouraria.

FISIOTERAPEUTA:

- Proceder o diagnóstico do estado de saúde dos pacientes, identificando sua capacidade funcional;
- Permitir diagnóstico e prognóstico de situações de risco;
- Planejar, controlar, supervisionar e executar tratamentos de afecções sequelares visando a redução das fisioterápicos;
- Participar da equipe multidisciplinar, na elaboração, planejamento e execução de ações de vigilância sanitária, epidemiológica e de saúde do trabalhador;
- Zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela manutenção e conservação de materiais e equipamentos de seu ambiente de trabalho;
- Participar de auditorias e comissões técnicas, emitindo laudos e pareceres a si pertinentes;
- Participar das ações desenvolvidas pela prefeitura municipal;
- Participar efetivamente da política de saúde do Município, através dos programas implementados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Desempenhar outras tarefas afins.

ENGENHEIRO AGRÔNOMO:

- Orientar e revisar, com certo grau de autonomia de ação e critério, as atividades de equipes de funcionários da categoria inferior;
- Introdução e criação de variedades de plantas de elevada produtividade, características tecnológicas e de mercado desejáveis;
- Introdução, seleção, melhoramento e produção de legumes, cereais, raízes, tubérculos, bulbos, oleaginosas, têxteis, hortícolas, frutícolas e outras culturas de interesse econômico;
- Produção, multiplicação e tecnologia de sementes e mudas;
- Ecologia, fisiologia, botânica e taxonomia vegetal;
- Nutrição vegetal, corretivos e fertilizantes;
- Biologia, química e física do solo;
- Emprego de produtos químicos e biológicos na agricultura;
- Orientação aos usuários, em técnicas relacionadas com a produção vegetal;
- Organização de programas e campanhas de profilaxia e combate de doenças e pragas dos vegetais;
- Exercer atividades relacionadas com a influência do solo, seus acidentes e produtos na transmissão de doenças endêmicas;
- Estudo sistemático de plantas que servem como criadouros de vetores, a sua distribuição geográfica e estacional, objetivando a eliminação desses criadouros;
- Avaliação dos resultados do uso de herbicidas nas plantas visadas, na flora circundante e naquela que existir nas propriedades rurais próximas;
- Controle das áreas em que forem aplicadas herbicidas, quanto à recuperação e ressurgimento das plantas combatidas;
- Estudo do solo, mananciais, vegetação neles existentes ou ao longo de cursos d'água e alagados, para identificação de criadouros de parasitas patogênicos ou de vetores de doenças endêmicas;
- Projeto, direção ou orientação da execução de pequenas obras de hidrografia sanitária, com fins profiláticos ou de controle de endemias;
- Participação no reconhecimento geográfico de área para a implantação de programas ou atividades, tendo em vista o estudo de sua viabilidade, em função de fatores geoclimáticos existentes;
- Orientação na confecção de cartogramas de levantamento de terreno, clima e outros dados necessários ao planejamento e execução de planos de trabalho;
- Orientação da execução de levantamento de áreas em processo de povoamento e colonização, de seus fatores ecológicos e outros que impliquem em riscos epidemiológicos;
- Orientação na manutenção, conservação e recuperação de equipamentos operacionais e participação em sua seleção para aquisição;
- Participação no planejamento, execução e supervisão das operações de inseticidas;
- Planejamento e direção de operações de campo contra vetores de doenças endêmicas em área em que ocorra resistência dos mesmos aos métodos convencionais para o seu controle;

- Investigações sobre o valor fitossanitário dos diversos produtos empregados no combate de pragas e doenças dos vegetais;
- Divulgação com fins educativos de métodos e processos de combate a pragas e doenças dos vegetais, através dos meios de comunicação usuais;
- Execução de serviços de desinfecção fitossanitária;
- Inspeção e vegetais submetidos à quarentena;
- Orientação aos usuários de técnicas relacionadas com a defesa fitossanitária;
- Resolução de problemas econômicos da produção agrícola e a decisões econômicas que deverão ser tomadas a nível das unidades de produção;
- Integração do setor agrícola nos planos e programas regionais e nacionais;
- Programas de investimentos no setor agrícola;
- Viabilidade econômica dos experimentos agropecuários;
- Orientação aos usuários, em técnicas relacionadas a economia rural;
- Levantamento do uso atual, capacidade de uso, classificação, planejamento e conservação do solo;
- Mecanização agrícola;
- Avaliação agrícola;
- Construções rurais;
- Instalações elétricas de baixa tensão, para fins agrícolas;
- Topografia e foto-interpretação;
- Irrigação e drenagem para fins agrícolas;
- Captação de águas, reservatórios e barragens para fins agrícolas;
- Estradas de rodagem vicinais para fins agrícolas;
- Exame de problemas técnicos de engenharia rural;
- Orientação aos usuários, em técnicas relacionadas à engenharia rural;
- Orientação aos usuários, em relação à tecnologia agrícola;
- Emitir laudos e pareceres sobre assuntos de sua competência;
- Manter permanente articulação com órgãos estaduais e federais, visando aplicação de melhores técnicas no setor.
- Apresentar relatórios periódicos.
- Desempenhar tarefas semelhantes.

NUTRICIONISTA:

- Proceder ao Planejamento, coordenação e supervisão de programas e ou serviços de nutrição nas áreas de educação, do trabalho e saúde, entre outros;
- Realizar análise de carências nutricionais / alimentares além do aproveitamento conveniente de recursos dietéticos dos alunos, zelar por sua própria segurança e de terceiros, bem como pela preservação e conservação de materiais e equipamentos de trabalho;
- Cumprir o código de ética profissional; participar efetivamente da política de alimentação escolar no município através de programas implantados pela secretaria municipal da Educação;
- Planejar serviços e programas de nutrição na rede municipal de educação de acordo com as necessidades nutricionais das crianças;
- Organizar cardápios e elaborar dietas para a merenda escolar; receber e fiscalizar a qualidade dos produtos que compõe a merenda escolar;
- Desempenhar outras tarefas afins de acordo com a necessidade da Administração pública.

CONTADOR GERAL:

- Elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade;
- Elaborar os balancetes mensais, orçamentários, financeiro e patrimonial com os respectivos demonstrativos;
- Elaborar balanços gerais com os respectivos demonstrativos;
- Elaborar registros de operações contábeis;
- Organizar dados para a proposta orçamentária;
- Elaborar certificados de exatidão de balanços e outras peças contábeis;
- Fazer acompanhar a legislação sobre execução orçamentária;
- Controlar empenhos e anulação de empenhos;
- Orientar na organização de processo de tomadas de prestação de contas.
- Assinar balanços e balancetes;
- Fazer registros sistemáticos da legislação pertinente às atividades de contabilidade de administração financeira;
- Preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial das repartições;
- Opinar a respeito de consultas formuladas sobre matéria de natureza técnica, jurídico-contábil financeira e orçamentária, propondo, se for o caso, as soluções cabíveis em tese;
- Emitir pareceres, laudos e informações sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários;
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
- Apresentar relatório de suas atividades;
- Dirigir veículos oficiais para o desempenho das atribuições do cargo.
- Desempenhar outras tarefas afins, de acordo com a necessidade da Administração pública.

CONTROLADOR INTERNO

- Avaliar o cumprimento das diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual;
- Verificar o atingimento das metas estabelecidas na Lei das Diretrizes Orçamentárias – LDO;
- Verificar os limites e condições para realização de operações de crédito e inscrição em restos a pagar;

- Verificar, periodicamente, a observância do limite da despesa total com pessoal e avaliar as medidas adotadas para o seu retorno ao respectivo limite;
- Verificar, as providências tomadas para recondução dos montantes das dívidas consolidadas e mobiliárias aos respectivos limites;
- Controlar a destinação de recursos obtidos com a alienação de ativos;
- Verificar se o repasse do Legislativo está de acordo com as normas vigentes;
- Controlar a execução orçamentária;
- Avaliar os procedimentos adotados para a realização da receita e das despesas públicas;
- Verificar a correta aplicação das transferências voluntárias;
- Controlar a destinação de recursos para os setores públicos e privados;
- Avaliar o montante da dívida e as condições de endividamento do Município;
- Verificar e escrituração das contas públicas;
- Acompanhar a gestão patrimonial;
- Apreciar o relatório de gestão fiscal, assinando-o;
- Avaliar os resultados obtidos pelos administradores na execução dos programas de governo e aplicação dos recursos orçamentários;
- Apontar as falhas dos expedientes encaminhados e indicar as soluções;
- Verificar a implementação das soluções indicadas;
- Criar condições para atuação do controle externo;
- Verificar a expedição de atos normativos para os órgãos setoriais;
- Elaborar seu regimento interno, a ser baixado por Decreto do Executivo;
- Dirigir veículos oficiais para o desempenho das atribuições do cargo;
- Desempenhar outras atividades estabelecidas em lei ou que decorram das suas atribuições.

MÉDICO FONOAUDIÓLOGO:

- Planejar e executar programas de prevenção auditiva;
- Detectar, atender e encaminhar a clientela, na área de comunicação, tanto oral como escrita;
- Desenvolver, programar e supervisionar treinamento de linguagem, fala, voz, compreensão do pensamento verbalizado;
- Prestar orientações aos familiares e corpo docente, sobre atitudes e responsabilidades na educação e/ ou reabilitação do educando;
- Executar exames fonéticos de linguagem, audiometria e outros procedimentos apropriados, visando ao diagnóstico de limiares auditivos, além do estabelecimento do plano de sonoterapia;
- Demonstrar técnicas de empostação de voz e respiração, orientando os treinamentos foniátricos, auditivos, de dicção e organização do pensamento expresso em palavras, objetivando a reeducação ou reabilitação do cliente;
- Detectar, pela avaliação, as deficiências de comunicação do cliente tais como: fala, linguagem, voz, audição, leitura e escrita;
- Participar da equipe multidisciplinar, colaborando na elaboração de programas de saúde pública; zelar por sua segurança e de terceiros, bem como pela conservação e manutenção de materiais e equipamentos de seu ambiente de trabalho;
- Participar em comissões técnicas e auditorias, com fins diversos, emitindo laudos e pareceres de sua competência;
- Participar efetivamente da política de saúde do município, através dos programas implantados pela Secretaria Municipal de Saúde;
- Dirigir veículos oficiais para o desempenho das atribuições do cargo.
- Desempenhar outras tarefas afins, de acordo com a necessidade da Administração pública.

MÉDICO VETERINÁRIO:

- Colaborar na execução das tarefas de inspeção hígio-sanitária e controle hígio-sanitário das instalações para alojamento de animais, dos produtos de origem animal e dos estabelecimentos comerciais ou industriais onde se abatam, preparem, produzam, transformem, fabriquem, conservem, armazenem ou comercializem animais ou produtos de origem animal e seus derivados;
- Emitir parecer, nos termos da legislação vigente, sobre as instalações e estabelecimentos referidos na alínea anterior;
- Elaborar e remeter, nos prazos fixados, a informação relativa ao movimento nosonecológico dos animais;
- Notificar de imediato as doenças de declaração obrigatória e adotar prontamente as medidas de profilaxia determinadas pela autoridade sanitária veterinária nacional sempre que sejam detectados casos de doenças de caráter epizootico;
- Emitir guias sanitárias de trânsito;
- Participar nas campanhas de saneamento ou de profilaxia determinadas pela autoridade sanitária veterinária nacional do respectivo município;
- Colaborar na realização do recenseamento de animais, de inquéritos de interesse pecuário e ou económico e prestar informação técnica sobre abertura de novos estabelecimentos de comercialização, de preparação e de transformação de produtos de origem animal.
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
- Apresentar relatório de suas atividades;
- Dirigir veículos oficiais para o desempenho das atribuições do cargo.
- Desempenhar outras tarefas afins, de acordo com a necessidade da Administração pública.

ARQUITETO

- Supervisão, coordenação, gestão e orientação técnica;
- Coleta de dados, estudo, planejamento, projeto e especificação;
- Estudo de viabilidade técnica e ambiental;
- Assistência técnica, assessoria e consultoria;
- Direção de obras e de serviço técnico;
- Vistoria, perícia, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria e arbitragem; VII - desempenho de cargo e função técnica;
- Treinamento, ensino, pesquisa e extensão universitária;
- Desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, padronização, mensuração e controle de qualidade;

- Elaboração de orçamento;
- Produção e divulgação técnica especializada; e
- Execução, fiscalização e condução de obra, instalação e serviço técnico.

As atribuições de que trata este artigo aplicam-se aos seguintes campos de atuação:

- De Arquitetura e Urbanismo, concepção e execução de projetos;
- De Arquitetura de Interiores, concepção e execução de projetos;
- De Arquitetura Paisagística, concepção e execução de projetos para espaços externos, livres e abertos, privados ou públicos, como parques e praças, considerados isoladamente ou em sistemas, dentro de várias escalas, inclusive a territorial;
- Do Patrimônio Histórico Cultural e Artístico, arquitetônico, urbanístico, paisagístico, monumentos, restauro, práticas de projeto e soluções tecnológicas para reutilização, reabilitação, reconstrução, preservação, conservação, restauro e valorização de edificações, conjuntos e cidades;
- Do Planejamento Urbano e Regional, planejamento físico-territorial, planos de intervenção no espaço urbano, metropolitano e regional fundamentados nos sistemas de infraestrutura, saneamento básico e ambiental, sistema viário, sinalização, tráfego e trânsito urbano e rural, acessibilidade, gestão territorial e ambiental, parcelamento do solo, loteamento, desmembramento, remembramento, arruamento, planejamento urbano, plano diretor, traçado de cidades, desenho urbano, inventário urbano e regional, assentamentos humanos e requalificação em áreas urbanas e rurais;
- De Topografia, elaboração e interpretação de levantamentos topográficos cadastrais para a realização de projetos de arquitetura, de urbanismo e de paisagismo, foto-interpretação, leitura, interpretação e análise de dados e informações topográficas e sensoriamento remoto;
- Da Tecnologia e resistência dos materiais, dos elementos e produtos de construção, patologias e recuperações;
- Dos sistemas construtivos e estruturais, estruturas, desenvolvimento de estruturas e aplicação tecnológica de estruturas;
- De instalações e equipamentos referentes à Arquitetura e Urbanismo;
- Do Conforto Ambiental, técnicas referentes ao estabelecimento de condições climáticas, acústicas, lumínicas e ergonômicas, para a concepção, organização e construção dos espaços;
- Do Meio Ambiente, estudo e avaliação dos impactos ambientais, licenciamento ambiental, utilização racional dos recursos disponíveis e desenvolvimento sustentável.
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
- Apresentar relatório de suas atividades;
- Dirigir veículos oficiais para o desempenho das atribuições do cargo.
- Desempenhar outras tarefas afins, de acordo com a necessidade da Administração pública.

ODONTÓLOGO:

- Participar na elaboração de normas gerais de organização e funcionamento dos serviços odonto-sanitários.
- Aplicar as normas técnicas que regem as atividades de odontologia sanitária a fim de que sejam integralmente cumpridas da maneira prevista ou na forma de adaptação que mais convenha aos interesses e necessidades do serviço.
- Encarar o paciente e sua saúde como um todo, tentando evidenciar as causas de suas necessidades odontológicas.
- Examinar as condições buco-dentárias do paciente, esclarecendo sobre diagnóstico e tratamento indicado.
- Fazer o encaminhamento à serviços ou entidades competentes dos casos que exijam tratamento especialização.
- Aplicar medidas tendentes à melhoria do nível de saúde oral da população avaliando os resultados.
- Promover e participar do programa de educação e prevenção das doenças da boca, esclarecendo à poluição métodos eficazes para evitá-las.
- Requisitar ao órgão competente todo material técnico administrativo.
- Prestar assistência odontológica curativa, priorizando o grupo materno-infantil.
- Prestar assistência odontológica ao escolar dentro da filosofia do sistema incremental.
- Coordenar e participar da assistência prestada às comunidades em situações de emergência e calamidade.
- Promover o incremento e atualização de outras medidas e métodos preventivos e de controle.
- Propor e participar da definição e execução da política de desenvolvimento de recursos humanos.
- Realizar e participar de estudos e pesquisas direcionadas à área de saúde pública.
- Apresentar propostas de modernização de procedimentos, objetivando maior dinamização dos trabalhos na sua área de atuação.
- Desenvolver todas as demais atividades relacionadas com a administração sanitária.

ASSESSOR JURÍDICO:

- Representar e assistir o Município em juízo, como advogado ou procurador;
- Elaborar, com redação apropriada, minutas de atos oficiais;
- Examinar e aprovar, previamente, as minutas de editais, de contratos, acordos, convênios ou ajustes;
- Atender consultas e emitir pareceres sobre matéria de interesse do Município;
- Proceder a cobrança da Dívida Ativa do Município, por via judicial ou extrajudicial;
- Assessorar o Prefeito e os demais órgãos da Administração, em assuntos de ordem legislativa, administrativa, fiscal, trabalhista e jurídica, em geral;
- Acompanhar todos os contenciosos em que for parte o Município;
- Desincumbir-se de outras tarefas que lhe forem cometidas por ato expresso do Prefeito Municipal;
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
- Apresentar relatório de suas atividades;
- Dirigir veículos oficiais para o desempenho das atribuições do cargo.
- Desempenhar outras tarefas afins, de acordo com a necessidade da Administração pública.

MÉDICO CLÍNICO GERAL:

- Realizar atendimento ambulatorial.
- Participar dos programas de atendimento à populações atingidas por calamidades públicas.
- Integrar-se com a execução dos trabalhos de vacinação e saneamento.
- Realizar estudos e inquéritos sobre os níveis de saúde das comunidades e sugerir medidas destinadas à solução dos problemas levantados.
- Participar da elaboração e execução dos programas de erradicação e controle de endemias na área respectiva. Participar das atividades de apoio médico-sanitário das Unidades Sanitárias da Secretaria da Saúde.
- Emitir laudos e pareceres, quando solicitado.
- Participar de eventos que visem, seu aprimoramento tecnicocientífico e que atendam os interesses da Instituição.
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades.
- Participar de treinamento para pessoal de nível auxiliar médio e superior.
- Proceder a notificação das doenças compulsórias à autoridade sanitária local.
- Prestar à clientela assistência médica especializada, através de diagnóstico, Tratamento, prevenção de moléstias e educação sanitária.
- Opinar à respeito da aquisição de aparelhos, equipamentos e materiais a serem utilizados no desenvolvimento de serviços relacionados a sua especialidade.
- Desempenhar as atividades determinadas pelo Ministério da Saúde, relativas ao Programa de Saúde da Família.
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
- Apresentar relatório de suas atividades;
- Dirigir veículos oficiais para o desempenho das atribuições do cargo.
- Desempenhar outras tarefas afins, de acordo com a necessidade da Administração pública.

MÉDICO GINECOLOGISTA E OBSTETRA:

- Atender a pacientes que procuram a unidade sanitária, procedendo a exame clínico geral, ginecológico e obstétrico;
- solicitar exames de laboratório e outros que o caso requeira;
- controlar a pressão arterial e o peso da gestante; dar orientação médica à gestante e encaminhá-la à maternidade; preencher fichas médicas das clientes;
- auxiliar quando necessário, a maternidade e ao bem-estar fetais;
- atender ao parto e puerpério; dar orientação relativa à nutrição e higiene da gestante;
- prestar o devido atendimento às pacientes encaminhadas por outro especialista;
- prescrever tratamento adequado;
- participar de programas voltados para a saúde pública, executar outras tarefas semelhantes, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão;
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
- Apresentar relatório de suas atividades;
- Dirigir veículos oficiais para o desempenho das atribuições do cargo.
- Desempenhar outras tarefas afins, de acordo com a necessidade da Administração pública.

ORIENTADOR/EDUCADOR SOCIAL:

- receber e ofertar informações às famílias usuárias do CRAS;
- mediar os processos grupais, próprios dos serviços de convivência e fortalecimentos de vínculos, ofertados no CRAS e/ou dos demais Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos conforme faixa etária;
- participar de reuniões sistemáticas de planejamento de atividades e de avaliação do processo de trabalho com a equipe de referência do CRAS;
- participar das atividades de capacitação (ou formação continuada) da equipe de referência do CRAS;
- realizar oficinas de convívio por meio de esporte, lazer, cultura e outros;
- mediar os processos grupais do serviço no qual estará inserido, sob orientação dos técnicos de referência de nível superior;
- participar de atividades de planejamento, sistematizar e avaliar o serviço, juntamente com a equipe de trabalho responsável pela execução;
- atuar como referência para crianças/adolescentes/idosos e para os demais profissionais que desenvolvem atividades com o grupo sob sua responsabilidade;
- registrar a frequência e as ações desenvolvidas, e encaminhar mensalmente as informações para o profissional de referência do CRAS;
- organizar e facilitar situações estruturadas de aprendizagem e de convívio social, explorando e desenvolvendo temas e conteúdos do serviço;
- desenvolver oficinas esportivas, culturais e de lazer;
- identificar e encaminhar famílias para o técnico da equipe de referência do CRAS;
- participar de atividades de capacitação da equipe de trabalho responsável pela execução do serviço;
- identificar o perfil dos usuários e acompanhar a sua evolução nas atividades desenvolvidas;
- informar ao técnico da equipe de referência a identificação de contextos familiares e informações quanto ao desenvolvimento dos usuários em seus múltiplos aspectos (emotivos, de atitudes etc.);
- coordenar o desenvolvimento das atividades realizadas com os usuários;
- manter arquivo físico da documentação do(s) grupo(s), incluindo os formulários de registro das atividades e de acompanhamento dos usuários;
- outras atribuições que vierem a serem definidas/criadas através de legislação, especialmente federal (NOB RH) e ainda executar quaisquer outras atividades correlatas à sua função, determinadas pelo superior imediato.

5.4 REGIME DE TRABALHO/CARGA HORÁRIA

Estatutário/20 (vinte) 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais:

Carga Horária: 20 (vinte), 30 (trinta) ou (40) quarenta horas semanais, conforme definido no edital de concurso público para o respectivo cargo.

5.5 CONDIÇÕES PARA INGRESSO

Concurso Público de Provas ou de Provas e Títulos.

5.6 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL.

Enfermeiro: 3º Grau (Ensino Superior) completo com Diploma de Enfermeiro, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Farmacêutico: 3º Grau (Ensino Superior) completo com Diploma de Farmacêutico, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Assistente Social: 3º Grau (Ensino Superior) completo com Diploma de Assistente ou Serviço Social, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Psicólogo: 3º Grau (Ensino Superior) completo com Diploma de Psicologia, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Tesoureiro: 3º Grau (Ensino Superior) completo com Diploma em Contabilidade;

Fisioterapeuta: 3º Grau (Ensino Superior) completo com Diploma de Fisioterapia, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Engenheiro Agrônomo: 3º Grau (Ensino Superior) completo com Diploma de Agronomia, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Nutricionista: 3º Grau (Ensino Superior) completo com Diploma de Nutrição, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Contador Geral: 3º Grau (Ensino Superior) completo com Diploma do Curso de Ciências Contábeis, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Controlador Interno: 3º Grau (Ensino Superior) completo com Diploma de habilitação em Contabilidade, Direito, Ciências Contábeis ou Administração, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão;

Médico Fonoaudiólogo: 3º Grau (Ensino Superior) completo com Diploma de habilitação legal para exercício da Profissão de Fonoaudiólogo.

Médico Veterinário: 3º Grau (Ensino Superior) completo com Diploma do Curso de Veterinária, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Arquiteto: 3º Grau (Ensino Superior) completo com Diploma do Curso de Arquitetura, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Odontólogo: 3º Grau (Ensino Superior) completo com Diploma de Odontologia, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Assessor Jurídico: 3º Grau (Ensino Superior) completo com Diploma de Direito, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Médico Clínico Geral: 3º Grau (Ensino Superior) completo com Diploma de Medicina, com registro no respectivo órgão fiscalizador da profissão.

Orientador/Educador Social: 3º Grau (Ensino Superior) completo com Diploma de Pedagogia

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – SC, EM 12 DE MARÇO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI

Prefeito Municipal

ANEXO VIII

ESPECIFICAÇÃO E ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS EM COMISSÃO

6.1 NÍVEIS: CC - 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07 e 08.

6.2 DESCRIÇÃO DAS ATRIBUIÇÕES:

SECRETÁRIO(A)MUNICIPAL:

- Chefiar setores do Poder Executivo Municipal;
- Controlar administrativamente as ações da secretaria a que estiver vinculado;
- Chefiar ações públicas determinadas, com vistas a realização de serviços públicos;
- Efetuar o controle de pessoal do setor ao qual chefia; providenciar o material necessário para a Execução dos serviços do setor;
- Organizar o atendimento ao público do setor ao qual está vinculado;
- Prestar informações à população e aos superiores hierárquicos referentes ao setor que chefia;

- Realizar outras atribuições determinadas pelo Prefeito(a).
- Zelar pelo cumprimento dos horários pelos servidores sob sua responsabilidade e manter o controle da ficha ponto;
- Responsabilizar-se pela execução de trabalhos, devendo distribuir as tarefas aos servidores integrantes de sua equipe;

CONTADOR

- Elaborar planos de contas e preparar normas de trabalho de contabilidade;
- Elaborar os balancetes mensais, orçamentários, financeiro e patrimonial com os respectivos demonstrativos;
- Elaborar balanços gerais com os respectivos demonstrativos;
- Elaborar registros de operações contábeis;
- Organizar dados para a proposta orçamentária;
- Elaborar certificados de exatidão de balanços e outras peças contábeis;
- Fazer acompanhar a legislação sobre execução orçamentária;
- Controlar empenhos e anulação de empenhos;
- Orientar na organização de processo de tomadas de prestação de contas.
- Assinar balanços e balancetes;
- Fazer registros sistemáticos da legislação pertinente às atividades de contabilidade de administração financeira;
- Preparar relatórios informativos sobre a situação financeira e patrimonial das repartições;
- Opinar a respeito de consultas formuladas sobre matéria de natureza técnica, jurídico-contábil financeira e orçamentária, propondo, se for o caso, as soluções cabíveis em tese;
- Emitir pareceres, laudos e informações sobre assuntos contábeis, financeiros e orçamentários;
- Fornecer dados estatísticos de suas atividades;
- Apresentar relatório de suas atividades;
- Dirigir veículos oficiais para o desempenho das atribuições do cargo.
- Desempenhar outras tarefas afins, de acordo com a necessidade da Administração pública.

CHEFE DE GABINETE

Redigir a correspondência oficial do Gabinete do Prefeito;
Assessorar o Prefeito em suas funções;
Assessorar o Prefeito Municipal no atendimento à população e entidades;
Elaborar, supervisionar, examinar e analisar o conteúdo e a técnica de redação de atos submetidos à deliberação governamental;
Efetuar a integração entre o Gabinete do Prefeito, Câmara de Vereadores e a sociedade, por meio de coordenação, acompanhamento e execução do processo legislativo no Poder Executivo;
Examinar e analisar o conteúdo e a técnica legislativa de anteprojetos de lei, mensagens e demais documentos relativos ao processo legislativo que serão submetidos à apreciação da Câmara de Vereadores;
Controlar e encaminhar as respostas do Poder Executivo, a pedidos de informações, requerimentos, moções e indicações oriundas do Poder Legislativo;
Executar tarefas e missões que lhe forem determinadas pelo Prefeito Municipal.

DIRETOR DE DEPARTAMENTO

Auxiliar o Secretário nas atividades inerentes a Secretaria;
Coordenar, superintender e executar as atividades administrativas do desenvolvimento organizacional, com autoridade funcional e faculdades para delegar competência, suprimindo a Administração Pública Municipal de Recursos Humanos e Materiais;
Executar outras tarefas determinadas pela autoridade superior;
Efetuar o controle de licitações;
Monitorar os preços praticados com vistas a evitar abusos;
Gerenciar o sistema de contratos do município, registrando data de início e término dos mesmos;
Efetuar o controle dos contratos municipais, observando a data de encerramento dos mesmos;
Articular-se com os demais órgãos da administração pública municipal visando o desenvolvimento dos contratos firmados;
Observar a necessidade de realização de aditivos contratuais;
Garantir processo permanente de inovação da gestão institucional no Poder Executivo, visando à eficiência, e eficácia e a efetividade na administração pública;
Executar a política de planejamento urbano;
Ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, visando garantir o bem estar de seus habitantes;
Coordenar o planejamento, organizar, dirigir e controlar as atividades relativas a estudos e pesquisas da Secretaria;

CHEFE DE DEPARTAMENTO

Efetuar a política de gestão de pessoas no Poder Executivo Municipal;
Desenvolver treinamentos e demais atos visando à qualificação do serviço público;
Coordenar as ações de implementação de planos, projetos e ações voltadas aos servidores públicos municipais;
Efetuar o controle de licitações;
Monitorar os preços praticados com vistas a evitar abusos;
Gerenciar o sistema de contratos do município, registrando data de início e término dos mesmos;
Efetuar o controle dos contratos municipais, observando a data de encerramento dos mesmos;
Articular-se com os demais órgãos da administração pública municipal visando o desenvolvimento dos contratos firmados;
Observar a necessidade de realização de aditivos contratuais;

Informar às Secretarias Municipais as datas de início e término dos contratos;
Garantir processo permanente de inovação da gestão institucional no Poder Executivo, visando à eficiência, à eficácia e à efetividade na administração pública;
Propor, elaborar, e coordenar projetos e iniciativas de racionalização e reestruturação de processos de trabalho;
Pesquisar, desenvolver, adaptar e difundir metodologias e ferramentas de reestruturação de processos;
Formular e propor diretrizes estratégicas, políticas e orientação para a oferta e a prestação de serviços e para a difusão de informações por meio eletrônico, pelos órgãos e entidades do Poder Executivo;
Gerenciar, em parceria com órgãos, entidades e unidades responsáveis pela modernização administrativa, a concepção, o desenvolvimento e a implementação de produtos e serviços de informação de interesse para a consecução dos programas e projetos estratégicos;
Dirigir, orientar, planejar e controlar as atividades da equipe que dirige, acompanhando os trabalhos dos mesmos para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do Secretário Municipal da respectiva Secretaria;
Executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Secretário.

ASSESSOR DE IMPRENSA 20 HS

Promover ações que informem o público sobre os atos do governo municipal, por meio de canais de comunicação disponíveis;
Desenvolver a política de comunicação social do Poder Executivo, definindo diretrizes para o alinhamento das informações à opinião pública;
Coletar, redigir e transmitir aos meios de comunicação social, informações relativas aos interesses da administração pública;
Manter um sistema de arquivamento dos elementos usados para a confecção do material informativo, tanto divulgado como recebido;
Atuar no sentido de que exista perfeito relacionamento entre os órgãos da administração, tanto interna como externamente, com os meios de comunicação social e, a partir daí com a opinião pública, visando à promoção do Município.
Promover entrevistas ou encontros do interesse da Administração Municipal;
Manter um sistema interno para recolhimento de matéria informativa;
Elaborar boletins, programas de apresentações oportunas para a imprensa;
Atuar, prestar apoio e colaboração aos demais órgãos da Administração, por ocasião de atos e solenidades públicas;
Planejar e executar campanhas institucionais ou de interesse público no âmbito da Administração Municipal;
Preparar minuta de pronunciamentos oficiais, na forma solicitada pelo Prefeito Municipal;
Manter-se atualizada sobre notícias, temas, assuntos ou outras divulgações que interessem à Administração Municipal;
Registrar, fotograficamente, os acontecimentos e eventos municipais;
Planejar e conduzir pesquisas de opinião pública;
Elaborar material jornalístico para a difusão de atos e fatos da Administração Municipal, de acordo com a especificidade de cada veículo de comunicação social;
Administrar a publicidade legal do Município;
Coordenar a criação e aprovar as peças publicitárias para campanhas institucionais e de interesse público, com a prévia e expressa autorização do Prefeito Municipal;
Executar outras atribuições afins.

COORDENADOR DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO

Coordenar as ações de equipes de trabalho;
Desempenhar ações que visem a execução efetiva dos serviços públicos, em especial na equipe ao qual estiver coordenando;
Controlar administrativamente as ações da equipe a que estiver coordenando;
Responder diretamente ao superior hierárquico ao qual estiver vinculado;
Desenvolver outras atribuições determinadas pelo Secretário ao qual estiver lotado;
Coordenar as atividades de equipes de trabalho dos órgãos municipais da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

COORDENADOR DE CULTURA

Coordenar as ações de equipes de trabalho;
Desempenhar ações que visem a execução efetiva dos serviços públicos, em especial na equipe ao qual estiver coordenando;
Controlar administrativamente as ações da equipe a que estiver coordenando;
Responder diretamente ao superior hierárquico ao qual estiver vinculado;
Desenvolver outras atribuições determinadas pelo Secretário ao qual estiver lotado;
Coordenar as atividades de equipes de trabalho dos órgãos municipais da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

COORDENADOR DE SAÚDE

Coordenar as ações de equipes de trabalho;
Desempenhar ações que visem a execução efetiva dos serviços públicos, em especial na equipe ao qual estiver coordenando;
Controlar administrativamente as ações da equipe a que estiver coordenando;
Responder diretamente ao superior hierárquico ao qual estiver vinculado;
Desenvolver outras atribuições determinadas pelo Secretário ao qual estiver lotado;
Coordenar as atividades de equipes de trabalho dos órgãos municipais da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

COORDENADOR DE EDUCAÇÃO

Coordenar as ações de equipes de trabalho;
Desempenhar ações que visem a execução efetiva dos serviços públicos, em especial na equipe ao qual estiver coordenando;
Controlar administrativamente as ações da equipe a que estiver coordenando;

Responder diretamente ao superior hierárquico ao qual estiver vinculado;
Desenvolver outras atribuições determinadas pelo Secretário ao qual estiver lotado;
Coordenar as atividades de equipes de trabalho dos órgãos municipais da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

COORDENADOR DE ADMINISTRAÇÃO

Coordenar as ações de equipes de trabalho;
Desempenhar ações que visem a execução efetiva dos serviços públicos, em especial na equipe ao qual estiver coordenando;
Controlar administrativamente as ações da equipe a que estiver coordenando;
Responder diretamente ao superior hierárquico ao qual estiver vinculado;
Desenvolver outras atribuições determinadas pelo Secretário ao qual estiver lotado;
Coordenar as atividades de equipes de trabalho dos órgãos municipais da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

COORDENADOR ATIVIDADES URBANAS

Coordenar as ações de equipes de trabalho;
Desempenhar ações que visem a execução efetiva dos serviços públicos, em especial na equipe ao qual estiver coordenando;
Controlar administrativamente as ações da equipe a que estiver coordenando;
Responder diretamente ao superior hierárquico ao qual estiver vinculado;
Desenvolver outras atribuições determinadas pelo Secretário ao qual estiver lotado;
Coordenar as atividades de equipes de trabalho dos órgãos municipais da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

COORDENADOR DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Coordenar as ações de equipes de trabalho;
Desempenhar ações que visem a execução efetiva dos serviços públicos, em especial na equipe ao qual estiver coordenando;
Controlar administrativamente as ações da equipe a que estiver coordenando;
Responder diretamente ao superior hierárquico ao qual estiver vinculado;
Desenvolver outras atribuições determinadas pelo Secretário ao qual estiver lotado;
Coordenar as atividades de equipes de trabalho dos órgãos municipais da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal.

SUPERVISOR DE COMPRAS

Administra fornecedores;
Realiza busca de melhorias e lidera equipe;
Supervisiona requisições de compras;
Faz cotações de preços dos produtos a serem adquiridos e adequações;
Efetua confirmações de pedidos;
Gerar ordens de compra;
Supervisionar a manutenção do cadastro dos fornecedores;

CHEFE DE DEPARTAMENTO (30HS)

Efetuar a política de gestão de pessoas no Poder Executivo Municipal;
Desenvolver treinamentos e demais atos visando à qualificação do serviço público;
Coordenar as ações de implementação de planos, projetos e ações voltadas aos servidores públicos municipais;
Efetuar o controle de licitações;
Monitorar os preços praticados com vistas a evitar abusos;
Gerenciar o sistema de contratos do município, registrando data de início e término dos mesmos;
Efetuar o controle dos contratos municipais, observando a data de encerramento dos mesmos;
Articular-se com os demais órgãos da administração pública municipal visando o desenvolvimento dos contratos firmados;
Observar a necessidade de realização de aditivos contratuais;
Informar às Secretarias Municipais as datas de início e término dos contratos;
Garantir processo permanente de inovação da gestão institucional no Poder Executivo, visando à eficiência, à eficácia e à efetividade na administração pública;
Propor, elaborar, e coordenar projetos e iniciativas de racionalização e reestruturação de processos de trabalho;
Pesquisar, desenvolver, adaptar e difundir metodologias e ferramentas de reestruturação de processos;
Formular e propor diretrizes estratégicas, políticas e orientação para a oferta e a prestação de serviços e para a difusão de informações por meio eletrônico, pelos órgãos e entidades do Poder Executivo;
Gerenciar, em parceria com órgãos, entidades e unidades responsáveis pela modernização administrativa, a concepção, o desenvolvimento e a implementação de produtos e serviços de informação de interesse para a consecução dos programas e projetos estratégicos;
Dirigir, orientar, planejar e controlar as atividades da equipe que dirige, acompanhando os trabalhos dos mesmos para assegurar o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos, sempre em consonância e sob as ordens do Secretário Municipal da respectiva Secretaria;
Executar outras atividades correlatas ou que lhe venham a ser atribuídas pelo Secretário.

Consultor Jurídico (20 horas)

Elaborar com redação apropriada minutas de atos oficiais;
Examinar e aprovar, previamente, as minutas de editais, de contratos, acordos, convênios ou ajustes;

Atender consultas e emitir pareceres sobre matéria de interesse do Município;
Assessorar o Prefeito e os demais órgãos da Administração, em assuntos de ordem legislativa, administrativa, fiscal, trabalhista e jurídica em geral;
Apresentar relatório de suas atividades;
Desincumbir-se de outras tarefas que lhe forem incumbidas por ato expresso do Prefeito Municipal.
Emitir parecer nos processos administrativos;
Auxiliar na elaboração de contratos, projetos de Lei, justificativas de veto, portarias e instruções, regulamentos e outros documentos de natureza jurídica;
Orientar as Comissões de Sindicância e Processos Administrativos;
Prestar assessoramento, orientação e defesa administrativa ou judicial da administração Pública Municipal;
Executar outras atribuições afins.

Gerente de Atenção Básica

Organizar, executar e gerenciar os serviços e ações de Atenção Básica, de forma universal, dentro do seu território, incluindo as unidades próprias e as cedidas pelo estado e pela União;
Programar as ações da Atenção Básica a partir de sua base territorial de acordo com as necessidades de saúde identificadas em sua população, utilizando instrumento de programação nacional vigente;
Organizar o fluxo de pessoas, inserindo-as em linhas de cuidado, instituindo e garantindo os fluxos definidos na Rede de Atenção à Saúde entre os diversos pontos de atenção de diferentes configurações tecnológicas, integrados por serviços de apoio logístico, técnico e de gestão, para garantir a integralidade do cuidado.
Estabelecer e adotar mecanismos de encaminhamento responsável pelas equipes que atuam na Atenção Básica de acordo com as necessidades de saúde das pessoas, mantendo a vinculação e coordenação do cuidado;
Manter atualizado mensalmente o cadastro de equipes, profissionais, carga horária, serviços disponibilizados, equipamentos e outros no Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde vigente, conforme regulamentação específica;
Organizar os serviços para permitir que a Atenção Básica atue como a porta de entrada preferencial e ordenadora da RAS;
Fomentar a mobilização das equipes e garantir espaços para a participação da comunidade no exercício do controle social;
Destinar recursos municipais para compor o financiamento tripartite da Atenção Básica;
Ser corresponsável, junto ao Ministério da Saúde, e Secretaria Estadual de Saúde pelo monitoramento da utilização dos recursos da Atenção Básica transferidos aos município;
Inserir a Estratégia de Saúde da Família em sua rede de serviços como a estratégia prioritária de organização da Atenção Básica;
Prestar apoio institucional às equipes e serviços no processo de implantação, acompanhamento, e qualificação da Atenção Básica e de ampliação e consolidação da Estratégia Saúde da Família;
Definir estratégias de institucionalização da avaliação da Atenção Básica;
Desenvolver ações, articular instituições e promover acesso aos trabalhadores, para formação e garantia de educação permanente e continuada aos profissionais de saúde de todas as equipes que atuam na Atenção Básica implantadas;
Garantir acesso ao apoio diagnóstico e laboratorial necessário ao cuidado resolutivo da população;
Alimentar, analisar e verificar a qualidade e a consistência dos dados inseridos nos sistemas nacionais de informação a serem enviados às outras esferas de gestão, utilizá-los no planejamento das ações e divulgar os resultados obtidos, a fim de assegurar o direito fundamental de acesso à informação;
Organizar o fluxo de pessoas, visando à garantia das referências a serviços e ações de saúde fora do âmbito da Atenção Básica e de acordo com as necessidades de saúde das mesmas;

6.3 REGIME DE TRABALHO/ CARGA HORÁRIA:

Estatutário/Dedicação integral ou semi-integral.

6.4 CONDIÇÕES PARA INGRESSO:

Nomeação pela autoridade competente, nos termos desta lei.

6.5 HABILITAÇÃO PROFISSIONAL:

Escolaridade mínima: Ter Ensino Fundamental completo, até a data de admissão e compatível, no caso de cargos em comissão exercidos por servidores efetivos.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – SC, EM 12 DE MARÇO DE 2019.

marciano mauro pagliarini
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

LEI 1.226-2019 KERB FEST

Publicação Nº 1967088

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.226/2019 DE 12 DE MARÇO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA O MUNICÍPIO PROCEDER A ESCOLHA DAS SOBERANAS DO MUNICÍPIO E PARTICIPAR DO KERB FEST E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba VOTOU e APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Nova Itaberaba proceder, dentre as cidadãs residentes no Município a escolha das "SOBERANAS", cuja escolha se dará através de desfile, propiciando a todas as interessadas em participar.

Parágrafo Único – A escolha será procedida por uma Comissão e que elaborará os critérios para participação e avaliação para a classificação das candidatas, devendo escolher 03(três) mulheres que representarão o Município em seus eventos oficiais durante o ano da sua escolha.

Art. 2º - A escolha deverá ocorrer durante o evento "Kerb Fest", que se realiza no Município, sendo um evento típico da cultura alemã, cujo o organizador é o Esporte Clube SQS.

Parágrafo Único – O Município poderá celebrar parceria com o organizador, auxiliando nos custos do evento com divulgação, segurança, sonorização e outras despesas afins, nas despesas das candidatas escolhidas, com vestuário, deslocamento, alimentação e hospedagem nas ocasiões em que estiverem representando o Município .

Art. 2º - Para fazer frente às despesas mencionadas no parágrafo único do artigo anterior, o Município poderá despende até o valor de 20(vinte salários mínimos).

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 12 DE MARÇO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

LEI 1.227-2019 REGULAMENTA CONSTRUÇÕES

Publicação Nº 1967092

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.227/2019 DE 12 DE MARÇO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DE NOVAS EDIFICAÇÕES NO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE NOVA ITABERABA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA ITABERABA – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Vereadores de Nova Itaberaba VOTOU e APROVOU e ele SANCIONA e PROMULGA a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica determinado que qualquer construção destinada a habitação, no território municipal, seu proprietário deverá obrigatoriamente requerer junto ao setor competente da Prefeitura o devido alvará de construção, apresentado os documentos necessários, cuja lista será apresentada pelo setor de engenharia.

Parágrafo Único – As construções a que se referem o caput, não serão somente àquelas edificadas por inteiro, aqui compreendidas também os casos em que são transportadas edificações prontas para local diverso, tendo nova instalação.

Art. 2º - A obtenção do alvará de construção, para construções na zona rural, quando se tratar de edificações mistas, cuja área construída não ultrapasse 70m²(setenta metros quadrados), será fornecido independentemente da apresentação do projeto, após a vistoria previa do local pelo Fiscal Municipal, enquanto que a emissão de habite-se será feita após a conclusão obra, precedida de nova vistoria pelo Fiscal.

Art. 2º - Para as edificações com mais de 70m²(setenta metros quadrados), o interessado deverá apresentar o projeto da obra, para aprovação e posterior emissão de alvará de construção.

Art. 3º - Fica determinado que o Município se absterá de fornecer alvará de construção, em qualquer situação que não seja preenchido os requisitos de respeito ao Código Florestal, lei Federal nº 12.651/2012 , no que diz respeito as áreas de preservação permanente, bem como para futuras construções que não respeitem os recuos e limites previstos na Lei Municipal nº 1194/2018, Código de Obras.

Parágrafo Único – as construções que nas margens das vias Municipais, deverão obedecer ao recuo mínimo de 08(oito) metros), a partir do leito da via.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a lei Municipal nº 1.218/2018.

GABINETE DO PREFEITO DE NOVA ITABERABA – SC, EM 12 DE MARÇO DE 2019.

MARCIANO MAURO PAGLIARINI
Prefeito Municipal

GILBERTO SOUZA DOS SANTOS
Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

MAURO C. R. DOS SANTOS
Assessor Jurídico

Nova Trento

PREFEITURA

CONTRATO Nº 065/2019

Publicação Nº 1967652

CONTRATO Nº 065/2019

Origem: Processo de Licitação nº 036/2019 – Tomada de Preço nº 002/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de Nova Trento. Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 033.923.48/0001-60, localizada na Rua Vila São Roque, s/n, Sala 01, Interior, Chapecó/SC, CEP 89800-000. Objeto do Contrato: O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta, transporte e destino final dos resíduos dos serviços de saúde (lixo hospitalar), produzidos em Postos de Saúde, para atender as necessidades do município de Nova Trento pelo período de 12 (doze) meses, conforme termo de referência, planilhas e minuta contratual em anexo. Valor total R\$ 11.928,00 (onze mil, novecentos e vinte e oito reais). Vigência: 02/04/2019 a 01/04/2020.

Nova Trento, 02 de abril de 2019.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

DECRETO 068/2019

Publicação Nº 1967653

DECRETO nº 068/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, LUIZ CARLOS ORSI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017, de acordo com o art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º – Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação (prédio da Prefeitura), no dia 02 de abril de 2019, no horário das 08h30min, para realizar a escolha de vagas para o ano letivo de 2019:

FUNÇÃO: AUXILIAR DE SALA

CLA	INSC.	NOME COMPLETO	DATA DE NASC.	NOTA TÍTULO	NOTA CAPAC/APERFEIÇOAMENTO	NOTA TEMPO SERVIÇO	NOTA FINAL
1º	07	Lucia Marlene Muraro Wisintainer	18/07/1971	3,0	1,0	2,0	6,0
2º	06	Laise Constante	13/02/1989	3,0	0,0	2,0	5,0
3º	01	Franciele Alves de Moraes	30/05/1993	3,0	0,0	1,0	4,0
4º	02	Vanessa Steil	22/05/1988	0,0	2,0	0,5	2,5
5º	03	Chaiane Nogueira de Lima	01/12/1991	0,0	2,0	0,5	2,5
6º	04	Juciane Silvano Zandonai	02/05/1968	0,0	0,0	2,0	2,0
7º	08	Maria Silvane da Silva Jati	01/05/1989	0,0	0,0	1,0	1,0

Art. 2º – Posteriormente a escolha de vagas, o candidato que assumir a vaga, fica convocado a comparecer ao Setor de Recursos Humanos, nos dias 03, 04 e 05 de abril de 2019, no horário compreendido entre as 07h às 13h, munidos da documentação nominadas no ANEXO II, para efetivação de contrato de trabalho.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 01 de abril de 2019.

LUIZ CARLOS ORSI

Secretário Municipal de Educação

JUCELINO MARINO CHINI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO II

(Decreto nº 068/2019)

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS A SER ENTREGUE NO SETOR DE RECURSOS HUMANOS (CHAMAMENTO PÚBLICO 008/2019)

- () 01 Foto ¾;
- () Cópia e Original do RG;
- () Cópia e Original do CPF;
- () Cópia e Original do Título Eleitoral;
- () Cópia e Original da Carteira de Motorista;
- () Cópia e Original da Carteira de Trabalho e inscrição no PIS/PASEP (foto e dados pessoais).
- () Cópia e Original da Certidão de Casamento ou Atestado de Óbito;
- () Cópia e Original da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos;
(Conforme dispõe a Lei nº 2698 de 20 de dezembro de 2018.)
- () Cópia e Original do Comprovante de Residência;
- () Cópia e Original da folha da abertura de conta do Banco Bradesco;
- () Atestado laboral (Atestado médico de trabalho);
- () Comprovante da última eleição, em regularidade com a justiça eleitoral(<http://www.tse.jus.br/eleitor-e-eleicoes/certidoes/certidao-de-quitação-eleitoral>);
- () Cópia e Original do Comprovante de reservista (dispensa militar);
- () Certidão Criminal dos últimos 05 anos (www.tjsc.jus.br/certidoes);
- () Cópia e Original do Atestado /Certidão de Frequência Bimestral/Semestral a partir do 5º fase do curso de Licenciatura (Conforme dispõe o Anexo I do Edital 005/2018);
- () Cópia e Original do Diploma Escolar (Ensino Fundamental/ Médio/ Curso Técnico);
- () Cópia Autenticada e Original do Diploma de Curso Superior (Graduação/ Pós-Graduação/Mestrado);
- () Cópia e Original do Comprovante de Registro do Órgão de Classe.

Estes serão preenchidos no ato de entrega dos documentos no Setor de Recursos Humanos.

- () Declaração de bens;
- () Declaração de acúmulos ou não de cargos;
- () Declaração de Penalidade Disciplinar.
- () Declaração de Ausência de Parentesco.

ANEXO III

(Decreto nº 068/2019)

Ilmo. Senhor
Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação
Prefeitura Municipal de Nova Trento - SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu, , portador (a) do
RG nº e CPF nº , Candidato (a) naª posição do Chimento Público - Edital
nº 008/2019, inscrição nº , para o cargo de , pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, ve-
nho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga da referida função, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº 068/2019, publicado
no Diário Oficial dos Municípios de 02/04/2019.

Nova Trento, de de 2019.

Assinatura

PORTARIA Nº 296/2019

Publicação Nº 1968978

PORTARIA Nº 296/2019

Admissão em Caráter Temporário

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88, amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014 e amparado pelo Decreto 095 de 18 de Abril de 2017,

RESOLVE:

Prorrogar a Portaria Nº 247/2018, que ADMITIU em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 003/2017, de 20/10/2017, convocado conforme Decreto nº 047/2017, NAUANNA OLIVEIRA DA ROCHA, matrícula nº 7776, para exercer o cargo de Enfermeiro, 40 horas semanais, no Hospital Nossa Senhora Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 02 de abril de 2019 a 31 de maio de 2019, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 1º, I, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de abril de 2019.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 116/2018

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, MAXILIANO DE OLIVEIRA, casado, brasileiro, CPF nº 035.940.189-97, RG nº 3355244, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 583, Centro, na cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora NAUANNA OLIVEIRA DA ROCHA, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Valter Machado, nº 101, Apto 401, Bairro Centro, Município de São João Batista, portadora do CPF nº 017.628.132-03, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Enfermeiro, em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 2.696,21 (dois mil seiscentos e noventa e seis reais e vinte e um centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Primeira deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este Termo Aditivo de Contrato é firmado a contar de 02 de abril de 2019 a 31 de maio de 2019, por motivo de vaga excedente, bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 1º, I, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas as demais cláusulas do citado contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

Nova Trento, em 02 de abril de 2019.

Maxiliano de Oliveira
Secretário Municipal de Saúde e Des. Comunitário

Nauanna Oliveira da Rocha
Contratada

Registrado e publicado o presente Termo Aditivo no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC.

TESTEMUNHAS:

Francielli Sabrina Andrietti
Assistente Administrativo
CPF: 076.577.989-71

Silvio Conhaqui
Assistente Administrativo
CPF: 799.691.359-53

PORTARIA Nº 297/2019

Publicação Nº 1968980

PORTARIA Nº 297/2019

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095 de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37,IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2018 de 29 de outubro de 2018, homologado em 02/01/2019, convocada conforme Decreto nº 005/2019, JUCIANE SILVANO ZANDONAI, matrícula nº 8022, para exercer o cargo de Professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Habilitado, Nível III, Referência "A", com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar como Professor de Apoio no Projeto Gestão de Alfabetização/Instituto Ayrton Senna, na Escola Municipal de Ed. Básica Professor Francisco João Valle, Município de Nova Trento, a contar de 02 de abril de 2019 até 18 de dezembro de 2019, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de abril de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

CONTRATO Nº 109/2019

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora JUCIANE SILVANO ZANDONAI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Luiz Zandonai, nº 160, Bairro Ponta Fina Norte, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 740.303.109-15, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Habilitado, Nível III, Referência "A", com 40 (quarenta) horas semanais, para atuar como Professor de Apoio no Projeto Gestão de Alfabetização/Instituto Ayrton Senna, na Escola Municipal de Ed. Básica Professor Francisco João Valle, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 3.250,44 (três mil duzentos e cinquenta reais e quarenta e quatro centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 02 de abril de 2019 até 18 de dezembro de 2019, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

(Contrato nº 109/2019)

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 02 de abril de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Juciane Silvano Zandonai
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 02 de abril de 2019.

TESTEMUNHAS:

Daniel Ceccato
Assistente Administrativo
CPF: 085.599.129-16

Silvio Conhaqui
Assistente Administrativo
CPF: 799.691.359-53

PORTARIA Nº 298/2019

Publicação Nº 1969065

PORTARIA Nº 298/2019**Admissão em Caráter Temporário**

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095 de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2018 de 29 de outubro de 2018, homologado em 02/01/2019, convocada conforme Decreto nº 005/2019, MARIA APARECIDA DA SILVA ALVES PEREIRA, matrícula nº 8023, para exercer o cargo de Professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Habilitado, Nível I, Referência "A", com 20 (vinte) horas semanais, para atuar como Professor de Apoio no Projeto Gestão de Alfabetização/Instituto Airton Senna, na Escola Municipal de Ed. Básica João Bayer Sobrinho, Município de Nova Trento, a contar de 02 de abril de 2019 até 18 de dezembro de 2019, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de abril de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

CONTRATO Nº 110/2019

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARIA APARECIDA DA SILVA ALVES PEREIRA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua João Bayer Sobrinho, nº 539, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 197.582.194-72, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Habilitado, Nível I, Referência "A", com 20 (vinte) horas semanais, para atuar como Professor de Apoio no Projeto Gestão de Alfabetização/Instituto Airton Senna, na Escola Municipal de Ed. Básica João Bayer Sobrinho, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.250,17 (hum mil duzentos e cinquenta reais e dezessete centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 02 de abril de 2019 até 18 de dezembro de 2019, por motivo de vaga excedente e de excepcional interesse público.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;

II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;

III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;

IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;

V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

(Contrato nº 110/2019)

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 02 de abril de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Maria Aparecida da Silva Alves Pereira
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 02 de abril de 2019.

TESTEMUNHAS:

Daniel Ceccato
Assistente Administrativo
CPF: 085.599.129-16

Silvio Conhaqui
Assistente Administrativo
CPF: 799.691.359-53

PORTARIA Nº 299/2019

Publicação Nº 1968990

PORTARIA Nº 299/2019

Admissão em Caráter Temporário

Luiz Carlos Orsi, Secretário Municipal de Educação, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095 de 18 de abril de 2017, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553 de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado nº 005/2018 de 29 de outubro de 2018, homologado em 02/01/2019, convocada conforme Decreto nº 005/2019, MARIA APARECIDA MURARO TELL, matrícula nº 8024, para exercer o cargo de Professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Habilitado, Nível III, Referência "A", com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian, Município de Nova Trento, a contar de 02 de abril de 2019 até 01 de outubro de 2019, em substituição a titular Avanilda Aparecida Tomasi Catani, afastada para gozo de Licença Prêmio.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 02 de abril de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário Municipal de Educação

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

CONTRATO Nº 111/2019

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Educação, LUIZ CARLOS ORSI, solteiro, brasileiro, CPF nº 037.386.459-00, RG nº 3822389, residente e domiciliado na Rua Tijucas, nº 190, Bairro Mato Queimado, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro 2014, e a Senhora MARIA APARECIDA MURARO TELL, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Carlos Ceccato, nº 65, Bairro Trinta Réis, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 523.446.499-72, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto na Lei acima mencionada e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições para exercer o cargo de Professor de Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Habilitado, Nível III, Referência "A", com 20 (vinte) horas semanais, na Escola Municipal de Educação Básica Padre José da Poian, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 1.625,22 (hum mil seiscentose vinte e cinco reais e vinte e dois centavos), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado a contar de 02 de abril de 2019 até 01 de outubro de 2019, em substituição a titular Avanilda Aparecida Tomasi Catani, afastada para gozo de Licença Prêmio.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- I – pelo término do prazo ou conclusão do serviço;
- II – pela resolução motivada por descumprimento das obrigações do contratado, sempre que do processo disciplinar resultar pena de demissão;
- III – pela rescisão unilateral imotivada, por iniciativa do contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a um terço da remuneração mensal;
- IV – pela rescisão unilateral motivada por conveniência da Administração, independente de aviso;
- V – por distrato, independentemente de condições ou prazos;

VI – pelo falecimento do contratado.

(Contrato nº 111/2019)

CLÁUSULA SEXTA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Educação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Educação.

CLÁUSULA OITAVA – DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 02 de abril de 2019.

Luiz Carlos Orsi
Secretário M. de Educação

Maria Aparecida Muraro Tell
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 02 de abril de 2019.

TESTEMUNHAS:

Daniel Ceccato
Assistente Administrativo
CPF: 085.599.129-16

Silvio Conhaqui
Assistente Administrativo
CPF: 799.691.359-53

PROCESSO N° 063/2019 - DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 009/2019

Publicação N° 1967090

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Origem: Edital de Licitação nº 063/2019, modalidade Dispensa de Licitação n.º 009/2019. Homologação: 26/03/2019 – Fundamentação: fundamento no artigo 24, caput e inciso V, da Lei nº. 8.666/93. Contratante: Prefeitura de Nova Trento Endereço: Praça del Comune, 126, Centro, 88.270-000, CNPJ 82.925.025/0001-60. Contratado: STAMPA INDÚSTRIA DE COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, inscrita no CNPJ nº 00.867.045/0001-68, pessoa jurídica de direito privado, sito à Rua Gilson Geraldo Sartori, nº 257, bairro Centro, cidade de São João Batista/SC, CEP 88.240-000. Objeto: Contratação de empresa especializada em impressão e colocação de outdoors (lona e papel), para divulgação de campanhas municipais e informações turísticas de Nova Trento. Valor total estimado: R\$ 25.010,00 (vinte e cinco mil e dez reais).

Vigência: 26/03/2019 a 31/12/2019

Gian Francesco Voltolini
Prefeito

RESULTADO LICITAÇÃO DESERTA - PREGÃO PRESENCIAL N° 037/2019

Publicação N° 1967471

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO DESERTA
PROCESSO DE LICITAÇÃO N° 051/2019
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N° 037/2019

A Prefeitura de Nova Trento/SC por meio de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Pregão Presencial nº 037/2019, tendo por objeto o REGISTRO DE PREÇOS, para a aquisição parcelada de Material britado, proveniente de Demolição, para aplicação na recuperação de estradas municipais, para atender as necessidades da Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento, conforme especificações constantes deste Pregão, teve sua sessão realizada em 01/04/2019, com abertura iniciada e encerrada às 09:00 horas, foi considerada DESERTA, face a ausência total de interessados. Outras informações podem ser obtidas na Prefeitura de Nova Trento, sito à Praça Del Comune, 126, Centro, Nova Trento/SC, ou pelos fones: 48 3267-3213/3267-3211.

Nova Trento/SC, 01 de abril de 2019.
APRIGIO JOSÉ BOTAMELI
Pregoeiro

SAMAE - NOVA TRENTO**CONTRATO Nº 00018/2019 - M.V.T.A CONSTRUTORA EIRELI**

Publicação Nº 1967355

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de HOMOLOGA-
ÇÃO E CONTRATO MARÇO/2019

Contrato: M.V.T.AS CONSTRUTORA EIRELI
CNPJ: 26.069.648/0001-08
Modalidade: Carta Convite Nº 01/2019
Número do Contrato: Nº 00018/2019
Processo nº: 3/2019
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS, PARA AMPLICAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA DO BAIRRO TRINTA REIS AO CENTRO DESTA CIDADE, DURANTE O EXERCICIO DE 2019.

Data da Assinatura: 27/03/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 27/03/2019
Vigência: 27/03/2019 a 30/06/2019
Dotação Orçamentária: 13.01 17.512.0004 1.008.3.3.90.00.00.00.00.00
Empenho: 203
Valor: 8.638,50 (Oito mil, seiscentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos)
Pagamento: 5º dia após NF

IVA ALESSANDRO FRANZOI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00019/2019 - G2 MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI ME

Publicação Nº 1967358

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de HOMOLOGA-
ÇÃO E CONTRATO MARÇO/2019

Contrato: G2 MATERIAIS HIDRAULICOS EIRELI ME
CNPJ: 05.931.197/0001-04
Modalidade: Carta Convite Nº 01/2019
Número do Contrato: Nº 00019/2019
Processo nº: 3/2019
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS, PARA AMPLICAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA DO BAIRRO TRINTA REIS AO CENTRO DESTA CIDADE, DURANTE O EXERCICIO DE 2019.

Data da Assinatura: 27/03/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 27/03/2019
Vigência: 27/03/2019 a 30/06/2019
Dotação Orçamentária: 13.01 17.512.0004 1.008.3.3.90.00.00.00.00.00
Empenho: 204
Valor: 560,00 (Quinhentos e sessenta reais)
Pagamento: 5º dia após NF

IVA ALESSANDRO FRANZOI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00020/2019 C.E MACEDO COM. DE MATERIAIS HIDRÁULICOS EIRELI

Publicação Nº 1967360

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO MARÇO/2019

Contrato: C.E MACEDO – COM. DE MATERIAIS HIDRAULIOCS EIRELI
CNPJ: 07.965.552/0001-83
Modalidade: Carta Convite Nº 01/2019
Número do Contrato: Nº 00020/2019
Processo nº: 3/2019
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS, PARA AMPLICAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA DO BAIRRO TRINTA REIS AO CENTRO DESTA CIDADE, DURANTE O EXERCICIO DE 2019.

Data da Assinatura: 27/03/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 27/03/2019
Vigência: 27/03/2019 a 30/06/2019
Dotação Orçamentária: 13.01 17.512.0004 1.008.3.3.90.00.00.00.00.00
Empenho: 205
Valor: 550,00 (Quinhentos e cinquenta reais)
Pagamento: 5º dia após NF

IVA ALESSANDRO FRANZOI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00021/2019 MEXICHEM BRASIL IND. DE TRANSFORMAÇÃO PLASTICA LTDA

Publicação Nº 1967363

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

Resumo dos Instrumentos de HOMOLOGAÇÃO E CONTRATO MARÇO/2019

Contrato: MEXICHEM BRASIL IND. DE TRANSFORMAÇÕES PLASTICA LTDA
CNPJ: 58.514.928/0001-74
Modalidade: Carta Convite Nº 01/2019
Número do Contrato: Nº 00021/2019
Processo nº: 3/2019
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS, PARA AMPLICAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA DO BAIRRO TRINTA REIS AO CENTRO DESTA CIDADE, DURANTE O EXERCICIO DE 2019.

Data da Assinatura: 27/03/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 27/03/2019
Vigência: 27/03/2019 a 30/06/2019
Dotação Orçamentária: 13.01 17.512.0004 1.008.3.3.90.00.00.00.00.00
Empenho: 206
Valor: 70.245,00 (Setenta mil. duzentos e quarenta e cinco reais)
Pagamento: 5º dia após NF

IVA ALESSANDRO FRANZOI
DIRETOR DO SAMAE

CONTRATO Nº 00022/2019 HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA

Publicação Nº 1967364

ESTADO DE SANTA CATARINA
SAMAE NOVA TRENTO CNPJ: 95.785.267/0001-48
RUA DOS IMIGRANTES, Nº 356
C.E.P.:88270-000 NOVA TRENTO

CÃO E CONTRATO MARÇO/2019

Resumo dos Instrumentos de HOMOLOGA-

Contrato: HIDROLUNA MATERIAIS PARA SANEAMENTO LTDA
CNPJ: 82.977.109/0001-48
Modalidade: Carta Convite Nº 01/2019
Número do Contrato: Nº 00022/2019
Processo nº: 3/2019
Fundamento Legal: 8666/93.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HIDRAULICOS, PARA AMPLICAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO DE AGUA DO BAIRRO TRINTA REIS AO CENTRO DESTA CIDADE, DURANTE O EXERCICIO DE 2019.

Data da Assinatura: 27/03/2019
Data da Publicação no Diário Oficial: 27/03/2019
Vigência: 27/03/2019 a 30/06/2019
Dotação Orçamentária: 13.01 17.512.0004 1.008.3.3.90.00.00.00.00
Empenho: 207
Valor: 1.148,40 (Um mil, cento e quarenta e oito reais e quarenta centavos)
Pagamento: 5º dia após NF

IVA ALESSANDRO FRANZOI
DIRETOR DO SAMAE

Nova Veneza

PREFEITURA

REVOGAÇÃO AO PREGÃO PRESENCIAL N° 55/2019

Publicação N° 1968356

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL N° 55/2019

O MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA, em conformidade com o art. 49 da Lei n.º 8.666/93, torna público a REVOGAÇÃO do edital supracitado.

Demais esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de licitações e contratos das 8:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas de segunda a sexta-feira pelo fone (0xx48) 3471-1759.

Nova Veneza (SC), 01 de março de 2019.
JOANA MACCARINI TORQUATO
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO 2.534 DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1967196

DECRETO Nº 2.534 de 01 de abril de 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte-SC, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Legislação vigente;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Novo Horizonte para o biênio 2019/2021, assim constituído:

I – Do Conselho

Presidente – ANNY LAÍS BORTOLUZZI

Vice-presidente – PAULO HENRIQUE DE SOUZA

Secretário – IDINARA CRISTINA MASSUCCO

II – Representante da Secretaria Municipal da Educação

Titular – SOLANGE FRANZOSI

Suplente – ROSELI ORLANDI

III – Representante dos professores da Rede Municipal de Ensino

Titular - ANNY LAÍS BORTOLUZZI

Suplente – LISANGELA VARELA MASCARELLO

Titular – JANETE RAQUEL DE OLIVEIRA CRISTANI

Suplente – ELDER DONIZETI MARIOTT

IV – Representante dos professores da Rede Estadual de Ensino

Titular – PAULO HENRIQUE DE SOUZA

Suplente – UALICE ALEM CANEVER

Titular – PATRICIA BORGES DE SOUZA

Suplente – CLAUDETE PIETA

V - Representante de pais de Alunos

Titular – NAUDIR JOSÉ CADORE

Suplente – DIRCEU MEZZOMO

Titular – IDINARA CRISTINA MASSUCCO

Suplente – MARIZETE ORLANDI

Art. 2º - Os membros do Conselho ora nomeados não receberão nenhum adicional financeiro, por se tratar de serviços de relevante interesse público.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte - SC,

Em 01 de abril de 2019

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Aimar Francisco Pavelecini

Secretário de Administração e Fazenda

DECRETO 2.535 DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1967204

DECRETO Nº 2.535, de 01 de abril de 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB DO MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e amparado pela Lei Municipal nº 350/2007 e demais legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam, pelo presente Decreto, nomeados os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, assim constituído:

a) Representante da Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esportes:

SOLANGE FRANZOSI – Titular

ROSELI ORLANDI – Suplente

b) Representante dos Professores das Escolas Públicas

CRISTIANO MARIOTT – Titular

DENISE GRANDO- Suplente

c) Representante dos Diretores das Escolas Públicas:

LAIRTON FERRARI – Titular

SANDRA FAVARETTO - Suplente

d) Representante dos Servidores Técnico-Administrativos das Escolas Públicas municipais :

ZULEIGA INÊS SCHIMANSKI– Titular

EVA MARIA CÚNICO – Suplente

e) Representante de Pais de alunos das Escolas de Educação Básica Pública

TARCIANA MARIA BATISTI AVER – Titular

ITAMAR VIEIRO – Suplente

VERA CRISTINA CRESTANI BALEN – Titular

MAIRA APARECIDA MOREIRA MIOLIAVACA– Suplente

f) Representante dos Estudantes da Educação Básica Pública:

EMELY GEISA SONDA – Titular

MILENA CATTÃNEO – Suplente

g) Representante dos Estudantes Secundaristas da Educação Básica Pública

MARCELO AUGUSTO GIORDANI – Titular

VITOR RODRIGUES MEZZOMO – Suplente

h) Representante do poder executivo:

AIMAR FRANCISCO PAVELECINI – Titular

IVONEI LUIZ PASTRE– Suplente

i) Representante do Conselho Municipal da Educação:

ANNY LAÍS BORTOLUZZI – Titular

IDINARA CRISTINA MASSUCCO – Suplente

j) Representante do Conselho tutelar:

MARIZETE ORLANDI – Titular

DIEGO CASAGRANDE - Suplente

Art. 2º O mandato dos Membros do CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB será de dois anos, permitida uma única recondução para o mandato subsequente.

Art. 3º - A função do membro de Conselho não será remunerada, constituindo-se em relevante serviço de interesse público.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte – SC

em 01 de Abril de 2019

VANDERLEI SANAGIOTTO

Prefeito Municipal

Registre-se

Publique-se

Aimar Francisco Pavelecini

Secretário de Administração e Fazenda

EXTRATO DE CONTRATO TEMPORÁRIO 009/2019

Publicação Nº 1967142

EXTRATO DO CONTRATO TEMPORÁRIO 009/2019
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
CONTRATADO: ELIGIANE MONICA CARDOSO
Cargo: PROFESSORA DE EDUCAÇÃO INFANTIL

O objeto do presente instrumento é a contratação temporária de servidor, para desempenhar as funções de Professora De Educação Infantil, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com lotação na Secretária De Educação Cultura e Esportes.

Fundamento Legal: Em conformidade com a Lei Municipal nº 410/2009 de 21 de dezembro de 2009, Leis Complementares nº 024/2003 e 026/2003, Edital de Processo Seletivo nº 001/2018, Edital de Chamamento Público Nº 009/2019, e demais legislações aplicáveis e em comum acordo celebram o presente Contrato Temporário de trabalho.

Vigência: 01 de Abril de 2019 até o final do ano letivo

Novo Horizonte/SC, em 01 de Abril de 2.019

VANDERLEI SANAGIOTTO – Prefeito Municipal

ANEXO 001 AO EDITAL 003-/2019 DO TESTE SELETIVO 001/2019

Publicação Nº 1967802



MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE
PROCESSO SELETIVO - 001/2019
ORGANIZAÇÃO: EPBAZI ORGANIZAÇÃO & MÉTODOS

**ANEXO I AO EDITAL Nº 003/2019 - INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS - DISTRIBUIÇÃO DE CANDIDATOS / LOCAIS DE PROVA**

SALA: 001

**CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL NOVO HORIZONTE - SALA 1
07/04/2019 08:50**

INSCRIÇÃO	NOME	DOCUMENTO	NASC.	VAGA
0030006	ADRIANA DALBOSCO	RG 123373189 ssp PR	02/08/1990	PSICÓLOGO(A)
0030004	ALINE MARIA DENGÓ	RG 127670307 ssp PR	02/10/1997	PSICÓLOGO(A)
0030003	ALINE VANZELLA	RG 101477169 SSP PR	05/04/1995	PSICÓLOGO(A)
0030017	ANDRESSA BARZAN	RG 6009588 SSP SC	17/05/2001	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
0030007	CAMILA ALMEIDA	RG 125136346 SSP PR	15/05/1994	PSICÓLOGO(A)
0030012	DAIANE LICHESKI	RG 50968955 ssp SC	29/05/1992	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
0030015	DAIANE ZAPAROLI	RG 6016475 SSPSC SC	24/03/1994	PSICÓLOGO(A)
0030016	FERNANDA DE LIMA VELOZO DA ROSA	RG 12.999.587-4 SSP PR	24/03/1996	PSICÓLOGO(A)
0030008	ISABEL SCHENKEL LAGO	RG 6007630 SSP SC	02/03/1995	PSICÓLOGO(A)
0030011	JULIO ALEXANDRE FACHINI	RG 95508928 SESP PR	17/05/1989	PSICÓLOGO(A)
0030010	KELI CRISTINA GARBIN BOITO	RG 6977528 Santa Catarina SC	22/08/2000	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
0030009	NAYMARA CREMONINI	RG 6885715 Ssp SC	23/10/2000	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS
0030001	SUSILEI AVER	RG 5365293 SSP SC	12/09/1994	PSICÓLOGO(A)
0030013	TATIANE CORREIA VELASQUES	RG 4494844 ssp/sc SC	07/09/1987	AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

EDITAL 003-2019-HOMOLOGA AS INSCRIÇÕES E LOCAL DAS PROVAS DO TESTE SELETIVO Nº 001/2019

Publicação Nº 1967798

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE NOVO HORIZONTE**

PROCESSO SELETIVO nº 001/2019

EDITAL Nº 003/2019

Homologa as inscrições e dá outras providências.

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte- SC, no uso de suas atribuições legais, e nos termos, do edital de abertura, homologa as inscrições do Processo Seletivo nº 001/2019, conforme anexo I deste Edital.

Não houveram candidatos inscritos como Portadores de Necessidades Especiais ou que solicitaram condições especiais para realização de provas.

Comunica que a prova objetiva será realizada nos horários constantes no Edital de abertura no CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL NOVO HORIZONTE sito a SC-157 - KM 13, S/Nº, CENTRO, Novo Horizonte - SC - CEP: 89998-000.

Novo Horizonte- SC, 01 de abril de 2019.

VANDERLEI SANAGIOTTO
Prefeito Municipal

Rua José Fabro – 001 – 89998-000 – Centro – Novo Horizonte - SC

CÂMARA MUNICIPAL**ATA 5ª SESSÃO ORDINÁRIA 21-03-2019**

Publicação Nº 1968409

Ata da 5ª (quinta) Reunião Ordinária da 03ª (terceira) Sessão Legislativa, da 7ª (sétima) Legislatura da Câmara Municipal de Vereadores de Novo Horizonte/SC. No dia 21 (vinte e um) do mês de março do ano de 2019 (dois mil e dezenove), às 19:00h (dezenove horas), com a presença de todos os vereadores foi aberta a Sessão presidida pelo Senhor Vereador Sérgio Sanagiotto, que inicialmente solicitou a leitura da ata da sessão anterior, a qual após lida sem manifestações foi votada na forma nominal sendo aprovada por unanimidade entre os Vereadores presentes e assinada pela mesa diretora. No Expediente apresentado pelo Executivo: Tivemos o ofício TCE/SEG (tribunal de contas do Estado Secretaria Geral nº19259/2018. No Expediente apresentado pelos Vereadores: tivemos a indicação nº001/2019, de autoria do vereador José Antônio Somariva Daniel e indicação nº001/2019 de autoria do vereador José Denez. No Expediente do Legislativo: não tivemos matéria. No Expediente recebido de Diversos: Tivemos a nota de esclarecimento do Departamento de Esporte do Município de Novo Horizonte. Nos Temas Livres: tivemos 3 (três) vereadores inscritos. O vereador Sr. Jocemar Bottin inicialmente cumprimentou a todos os presentes desejou as boas vindas ao novo procurador da câmara Sr. Richardson Batisti, fez uma indicação verbal ao presidente para que seja levado ao executivo municipal. O vereador Sr. José Antonio Somariva Daniel inicialmente cumprimentou a todos os presentes, desejou as boas vindas ao novo procurador da câmara, comentou de sua indicação sobre a antena de sinal da internet na comunidade da Linha Rovaris, e sobre sua participação na mobilização do dia da mulher realizada na cidade de Chapecó. O vereador Sr. Sergio Sanagiotto inicialmente cumprimentou a todos os presentes, desejou as boas vindas ao novo procurador da câmara Sr. Richardson Batisti, comentou de sua conversa com o prefeito Municipal sobre a liberação da verba para construção do asfalto nas ruas que se fazem necessário e sobre a construção de bocas de lobo para resolver o problema de escoamento de águas das chuvas. Na Ordem do Dia: Tivemos a discussão e votação do Projeto de Lei Municipal nº002/2019 de autoria do executivo, discutido foi votado na forma simbólica sendo aprovado por 8(oito) votos favorável e 01(um) contra. Não havendo mais nada a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos e convocou-os para a próxima Reunião Ordinária que será no dia 25 de março de 2019 (dois mil e dezenove) às 19h00hrs, neste mesmo local, e declarou encerrada a Sessão. Para constar foi lavrado a Presente Ata, que após lida e aprovada, segue assinada pela mesa diretora.

Sergio Sanagiotto Cleonir José de Lima Nazareno Lorenzo Nunes
Presidente 1º Secretário 2º Secretário

Orleans

PREFEITURA

PROCESSO Nº 57/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 1968018

PROCESSO Nº 57/2019

TOMADA DE PREÇO P/ OBRAS E SERVIÇOS DE ENGª Nº 9/2019

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO EXECUTIVO DE INFRAESTRUTURA PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE DE FIBRA ÓPTICA NA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Recebimento dos Envelopes de Propostas e Habilitação até o dia: 18/04/2019 às 17h00min.

Abertura dos Envelopes dia: 22/04/2019, às 13h45min.

Fundamento legal: Lei Federal 8.666/93 consolidada. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000 Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 01 de Abril de 2019.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 58/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 1968303

PROCESSO Nº 58/2019

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 26/2019 REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATÉRIA PRIMA PARA CONFECÇÃO DE FRALDAS DESCARTÁVEIS.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 15/04/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 16/04/2019, às 08h15min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 01 de Abril de 2019.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 59/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 1968699

PROCESSO Nº 59/2019

PREGÃO PRESENCIAL P/ COMPRAS E SERVIÇOS Nº 27/2019

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ACESSO À INTERNET, CUJA ATUAL CONTRATADA ENGEPLUS TELECOM NÃO POSSUI VIABILIDADE TÉCNICA PARA ATENDER. A TECNOLOGIA A SER UTILIZADA DEVE SER PREFERENCIALMENTE FIBRA ÓPTICA, ENTRETANTO, TAMBÉM SERÁ ACEITO A CONECTIVIDADE ATRAVÉS DE ONDAS DE RÁDIO EM LUGARES NÃO ALCANÇADOS PELA FIBRA.

Recebimento dos Envelopes de Proposta e Habilitação: até o dia 15/04/2019 às 17h00min. Abertura dos Envelopes: dia 16/04/2019, às 13h45min.

Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 01 de Abril de 2019.

Jorge Luiz Koch

Prefeito Municipal

PROCESSO Nº 60/2019 - CONTRATO Nº 41/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 1968805

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo 60/2019

Dispensa de Licitação para Compras e Serviços Nº 19/2019

Contrato Nº...: 41/2019
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS
Contratada...: EPAGRI-EMPRESA DE PESQUISA AG. E EXT. RURAL DE SC
Valor : 60.368,22 (sessenta mil trezentos e sessenta e oito reais e vinte e dois centavos)
Vigência : Início: 01/04/2019 Término: 31/12/2019
Recursos : Dotação: 05.01.2.010.3.3.90.00.00.00.00 – 48/2019
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL"
Fundamento Legal: Art.24 inciso VIII da Lei Federal 8.666/93 consolidada.
Orleans, 1 de Abril de 2019
JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 8/2019 PREFEITURA

Publicação Nº 1967368

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 1/8
 Processo Nº.: 39/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 8/2019

No dia 1 do mês de Abril do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.926.544/0001-43, com sede administrativa localizada na RUA: XV DE NOVEMBRO, 282, bairro CENTRO, CEP nº. 88870-000, nesta cidade de Orleans/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). JORGE LUIZ KOCH, inscrito no CPF sob o nº. 342.332.539-91, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 16/2019, Processo Licitatório nº. 39/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA USO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11804	ANGELINA VOLPATO BAGIO 93843542953	
12448	ERASMO COMERCIO DE BRINDES EIRELI - ME	
10274	J.M. ESPORTES LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
ANGELINA VOLPATO BAGIO 93843542953	27.382.228/0001-40		.. -
ERASMO COMERCIO DE BRINDES EIRELI - ME	27.232.341/0001-49		.. -
J.M. ESPORTES LTDA	10.892.922/0001-04	MARCIO JOSE SACOM	015.846.539-30

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA USO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTES.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10274 - J.M. ESPORTES LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	TROFÉU COM ALTURA APROXIMADA DE 126 CM (UTILIZANDO COMO REFERÊNCIA ESTATUETA DE 19,8 CM), BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, UM ESTÁGIO COM BASE DE MADEIRA, TAÇA METALIZADA NA COR AZUL ACETINADO COM 43 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPÃO DA TAÇA E ALÇAS METALIZADAS NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. QUATRO COLUNAS COMPOSTAS POR COMPONENTES METALIZADOS NA COR DOURADA E PIRÂMIDES METALIZADAS NA COR AZUL ACETINADO. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. UMA ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) SOBRE UMA PIRÂMIDE METALIZADA NA COR AZUL ACETINADO FIXA NA BASE E QUATRO ÁGUIAS FIXAS NO ESTÁGIO EM BASE DE MADEIRA.	un	VITÓRIA	8,000	590,0000	4.720,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 2/8
 Processo Nº.: 39/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

Fornecedor: 10274 - J.M. ESPORTES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	TROFÉU COM ALTURA APROXIMADA DE 122 CM (UTILIZANDO COMO REFERÊNCIA ESTATUETA DE 19,8 CM); BASE OCTOGONAL COM 26,5 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA, UM ESTÁGIO COM BASE DE MADEIRA, TAÇA METALIZADA NA COR AZUL ACETINADO COM 43 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPÁ DA TAÇA E ALÇAS METALIZADAS NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. QUATRO COLUNAS COMPOSTAS POR COMPONENTES METALIZADOS NA COR DOURADA E PIRÂMIDES METALIZADAS NA COR AZUL ACETINADO. PLAQUETA PARA GRAVAÇÃO. UMA ESTATUETA DE HONRA AO MÉRITO (DEUSA DA VITÓRIA) SOBRE UMA PIRÂMIDE METALIZADA NA COR AZUL ACETINADO FIXA NA BASE E QUATRO ÁGUIAS FIXAS NO ESTÁGIO EM BASE DE MADEIRA.	un	VITORIA	8,000	530,0000	4.240,00
3	TROFÉU COM TAÇA METALIZADA NA COR DOURADA. ALTURA 46,5 CM. TAÇA COM 33 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA NA COR PRETA. PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO. TAMPÁ NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL.	un	VITORIA	12,000	85,0000	1.020,00
4	TROFÉU COM TAÇA METALIZADA NA COR DOURADA. ALTURA 42,9 CM. TAÇA COM 33 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. BASE REDONDA COM 21 CM DE LARGURA NA COR PRETA. PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO. TAMPÁ NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL.	un	VITORIA	20,000	75,0000	1.500,00
5	TROFÉU COM ALTURA DE 32 CM, BASE QUADRADA COM 7,60 CM DE LARGURA EM POLÍMERO NA COR PRETA. TAÇA METALIZADA NA COR DOURADA COM 12 CM DE LARGURA A PARTIR DAS ALÇAS. TAMPÁ METALIZADA NA COR DOURADA. ESTATUETA INTERCAMBIÁVEL. PLAQUETA EM LATÃO PARA GRAVAÇÃO.	un	VITORIA	20,000	65,0000	1.300,00
6	MEDALHA FUNDIDA DME. CARACTERÍSTICAS, PERSONALIZADA, FORMATO REDONDA, CONFECCIONADA ATRAVÉS DE PROCESSO DE FUNDIÇÃO, MATERIAL LIGA METÁLICA ZAMAC, TAMANHO 7 CM DE DIÂMETRO, ESPESSURA 4 MM, FRENTE PARTE SUPERIOR, ALÇA PARA PASSAGEM DA FITA, ABAIXO REPRESENTAÇÃO DO PORTAL TURÍSTICO DA CIDADE, ABAIXO LOGOMARCA DA DME, COM DETALHES EM ALTO E BAIXO RELEVOS. VERSO, PARTE SUPERIOR BRASÃO DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, ABAIXO ESPAÇO RETANGULAR EM BAIXO-RELEVO PARA FIXAÇÃO DE ADESIVO VINIL COM DADOS DO EVENTO, MODALIDADE E CLASSIFICAÇÃO. ACOMPANHA A MEDALHA FITA DE CETIM PERSONALIZADA POR PROCESSO DE SUBLIMAÇÃO, COLORIDA, COM LOGOMARCA DA DME E BRASÃO DO MUNICÍPIO. CUMPRIMENTO 80 CM, LARGURA 2 CM UNIDADE, UNIDA COM ADESIVO DUPLA FACE. MEDALHAS PINTADAS COM BANHOS SEMELHANTES A OURO, PRATA E BRONZE.	un	REMA	200,000	13,0000	2.600,00
7	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, COM 60 MM DE DIÂMETRO, E CENTRO LISO PARA ADESIVO COM 50 MM. BORDA DA MEDALHA COM FRISOS. ESPESSURA DE 3 MM. METALIZADA NA COR DOURADO. SUPORTE PARA FITA COM 2,5 CM DE LARGURA. ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM NAS CORES AZUL, VERMELHA, BRANCA OU VERDE COM 2,5 CM DE LARGURA.	un	REMA	150,000	6,6000	990,00
8	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, COM 60 MM DE DIÂMETRO, E CENTRO LISO PARA ADESIVO COM 50 MM. BORDA DA MEDALHA COM FRISOS. ESPESSURA DE 3 MM. METALIZADA NA COR PRATA. SUPORTE PARA FITA COM 2,5 CM DE LARGURA. A MEDALHA DEVERÁ VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM NAS CORES AZUL, VERMELHA, BRANCA OU VERDE COM 2,5 CM DE LARGURA. ACOMPANHA ADESIVO PERSONALIZÁVEL NA FRENTE E NO VERSO.	un	REMA	100,000	6,6000	660,00
9	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, COM O TAMANHO DE 45 MM E CENTRO COM INSCRIÇÃO "HONRA AO MÉRITO" EM BAIXO-RELEVO COM 25 MM DE DIÂMETRO. COM DESENHO INTERNO POLIDO E COM FRISOS RAIADOS. METALIZADA NA COR DOURADA. SUPORTE PARA FITA COM 1,5 CM DE LARGURA. NO VERSO DA MEDALHA ESPAÇO LISO PARA COLOCAÇÃO DE ADESIVO COM 35 MM DE DIÂMETRO. A MEDALHA DEVERÁ VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM NAS CORES AZUL, VERMELHA, BRANCA OU VERDE COM 1,5 CM DE LARGURA.	un	REMA	200,000	6,0000	1.200,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 3/8
 Processo Nº.: 39/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

Fornecedor: 10274 - J.M. ESPORTES LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
10	MEDALHA REDONDA FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAK, COM O TAMANHO DE 45 MM E CENTRO LISO PARA ADESIVO COM 25 MM DE DIÂMETRO. COM DESENHO INTERNO POLIDO E COM FRISOS RAIADOS. METALIZADA NA COR PRATA. SUPORTE PARA FITA COM 1,5 CM DE LARGURA. NO VERSO DA MEDALHA ESPAÇO LISO PARA COLOCAÇÃO DE ADESIVO COM 35 MM DE DIÂMETRO. A MEDALHA DEVERÁ VIR ACOMPANHADA DE FITA DE CETIM NAS CORES AZUL, VERMELHA, BRANCA OU VERDE COM 1,5 CM DE LARGURA.	un	REMA	600,000	6,0000	3.600,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 4/8
Processo N°. 39/2019
PREGÃO PRESENCIAL N°. 16/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:**
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 5/8

Processo Nº.: 39/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 6/8
Processo Nº.: 39/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 7/8
Processo Nº.: 39/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 16/2019

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Página: 8/8

Processo N°.: 39/2019
PREGÃO PRESENCIAL N°. 16/2019

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Orleans para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Orleans, 1 de Abril de 2019.

JORGE LUIZ KOCH
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

ANGELINA VOLPATO BAGIO 93843542953

CNPJ: 27.382.228/0001-40 _____

ERASMO COMERCIO DE BRINDES EIRELI - ME

CNPJ: 27.232.341/0001-49 _____

J.M. ESPORTES LTDA

CNPJ: 10.892.922/0001-04 _____

Ouro Verde

PREFEITURA

DECRETO Nº3212

Publicação Nº 1969049

DECRETO N.º 3212/2019

“NOMEIA FUNCIONARIO PARA EXERCER CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMELIO REMOR JUNIOR, Prefeito Municipal de Ouro Verde, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelas Leis Complementares 021/2005 e 022/2005.

DECRETA:

Art. 1º - Fica Nomeada para o Serviço Público Municipal a Sra. JUSSARA TEIXERIA SELERY, para exercer o Cargo em comissão de Agente Operacional, lotada Junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Ouro Verde – SC, em 02 de abril de 2019.

AMELIO REMOR JUNIOR
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado e publicado em data supra.

ADECIO VALENDOLF KOSINSKI
Vice-Prefeito Municipal

Paial

PREFEITURA

DECRETO Nº018/2019 DE 01 ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1967972

PRORROGA O PRAZO DE VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018.

NEVIO ANTONIO MORTARI, Prefeito Municipal de Paial, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o art. 69, VII da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, a Ata de Classificação Final de 19 de abril de 2018, que homologou o resultado final do Processo Seletivo 001/2018;

CONSIDERANDO, o Edital do Processo Seletivo 001/2018, de 09 de Março de 2018, que determina a validade de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, atendendo o interesse público;

DECRETA:

Art. 1º - Fica prorrogado o prazo de validade do Processo Seletivo 001/2018, homologado e publicado através da Ata de Classificação Final em 19 de abril de 2018, por mais 01 (um) ano.

Art. 2º - Continuam vigentes todas as regras constantes no Edital do Processo Seletivo 001/2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paial,

01 de Abril de 2019.

nevio antonio mortari

Prefeito Municipal

Registrado e publica-se.

Paial, 01 de Abril de 2019.

ADELMO LUIS BRAATZ

Secretário da Adm., Planejamento e Finanças.

EXTRATO DE ATA 023-2019 PP 17-2019

Publicação Nº 1967273

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº: 23/2019

Contratante...: MUNICÍPIO DE PAIAL

Contratada...: TRANSFARELLO TRANSPORTES LTDA-ME

Valor estimado : R\$ 5.688,00 (Cinco mil e seiscentos e oitenta e oito Reais)

Vigência : Início: 22/03/2019 Término: 21/03/2020

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 017/2019

Objeto : A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO MUNICIPAL, INTERMUNICIPAL DE PASSAGEIROS/ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS DE MECANICA E DE BOAS PRÁTICAS E SEGURANÇA ALIMENTAR, SENDO QUE O DOIS CURSOS SERÃO MINISTRADOS NA QUINTAS FEIRAS NO POLO DO IFSC – CHAPECÓ.

NEVIO ANTONIO MORTARI

PREFEITO MUNICIPAL

Palhoça

PREFEITURA

AVISO DE ANULAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 24/2019

Publicação Nº 1968784

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE ANULAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019

O Município de Palhoça torna público que fica ANULADO o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2019, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que tem por objeto aquisição de materiais odontológicos, consumo e permanente, para uso nos consultórios odontológicos das Unidades da rede municipal de Saúde e CEO - Centro de Especialidades Odontológicas deste Município, bem como aquisição de materiais para confecção de próteses dentárias, por meio de Registro de Preços. A anulação do processo se dá em virtude de falhas e vícios encontrados no edital convocatório, conforme previsto na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores. Maiores esclarecimentos podem ser obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 13h00min às 19h00min, de segunda-feira a sexta-feira, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 01 de abril de 2019. Camilo Nazareno Pagani Martins – Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2019

Publicação Nº 1967992

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2019

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 17 de abril de 2019, às 14h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 049/2019, que tem como objeto a aquisição de eletrodomésticos e eletroportáteis para as Unidades de Ensino e demais setores da Secretaria de Educação, através do Sistema de Registro de Preços. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 19h00min, de segunda à sexta, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 01 de abril de 2019. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

ERRATA 001 - PREGÃO 041/2019

Publicação Nº 1968081

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
ERRATA Nº 001
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2019

O Município de Palhoça torna público que houve alteração no Edital Convocatório do Pregão Presencial nº 41/2019 no tocante à qualificação técnica das licitantes. Em razão da alteração não afetar a formulação das propostas, de acordo com o §4º do Art.21 da Lei 8.666/93, a data de abertura da licitação não sofreu alteração. O edital, que está embasado na lei de licitações, e as respectivas alterações encontram-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Palhoça, sito na Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 – Parque Residencial Pagani – Palhoça/SC., na Sala da Comissão Permanente de Licitação, das 13:00 às 19:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 01 de abril de 2019. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

RESULTADO DO PREGAO RP 31/2019

Publicação Nº 1967197

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL RP Nº. 31/2019

O Município de Palhoça torna público o resultado do PREGÃO PRESENCIAL RP - Nº. 31/2019 de aquisição de pneus para diversos carros para Secretarias, Fundos e Autarquias do município de Palhoça.

Empresas Vencedoras :

XAP COMERCIO IMPE EXP EIRELI ME CNPJ 09.072.808/0001-59, vencedora dos itens 1,4,5,13,14,15,16,20,33,36 e 39 pelo valor R\$ 81.910,04 (Oitenta e um mil novecentos e dez reais e quatro centavos).

CV TYRES EIRELI – ME CNPJ 28.888.423/0001-09, vencedora dos itens 2,3,6,7,8,9,10,12,18,21,22,24,25,26,27,30,31,32,34,35,38, e 40 pelo valor R\$ 75.546,00 (setenta e cinco mil quinhentos e quarenta e seis mil).

COMERCIO DE PNEUS OENNING LTDA CNPJ 03.725.261/0001-67, vencedora dos itens 11,23,37,41 e 42 pelo valor R\$ 27.017,20 (vinte e sete mil dezessete reais e vinte centavos).

ALBERTO CAIO TAMBORRINO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EPP CNPJ 74.434.457/0001-40, vencedora do item 29 pelo valor R\$ 456,00 (quatrocentos e cinquenta e seis reais).

Palhoça, 04 de abril de 2019. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

ERRATA Nº 02 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019

Publicação Nº 1968067

ERRATA Nº 02/2019
CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA
TORNA PÚBLICO AS EMPRESAS INTERESSADAS EM PARTICIPAR DO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019

A Câmara Municipal de Palhoça torna público a alteração do Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 01/2019, que tem por objeto a "Contratação de empresa especializada para a manutenção da infraestrutura de telecomunicações da Câmara Municipal de Palhoça, constituída de cabeamento metálico categoria 6, marca Furukawa, switches Edge-Core, sistemas de vídeo IP de fabricação Axis, sistema de gerenciamento de camada física, modelo Patch View, de fabricação Furukawa, sistema de telefonia IP Alcatel-Lucent, modelo Omni Pcx Office, sistema WIFI, UNIFI modelo Ubiquiti e rede elétrica, nos quantitativos, especificações e demais condições constantes do edital e seus anexos", obedecendo a legislação vigente, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

ONDE SE LIA:

[...]

"7.2.2.1.3. As empresas enquadradas na Lei Federal nº 9.317, de 05/12/96, microempresas e empresas de pequeno porte, bem como as que optarem pelo regime de "Lucro Presumido" deverão apresentar a Declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica, referente ao último exercício social, com o respectivo recibo de entrega, e, também, uma declaração do contador da empresa, mencionando a lei que enquadra a empresa na situação acima citada e Certidão da Junta Comercial comprovando que é ME ou EPP, conforme Lei Complementar nº 123/2006."

[...]

"7.2.4.5. Apresentar comprovação de que possui em seus quadros, na data prevista para apresentação da proposta, pelo menos um técnico industrial em eletrônica, eletrotécnica ou telecomunicações, com registro no CFT, detentor de atestado de capacidade técnica por execução dos seguintes serviços:"

AGORA DE LÊ:

[...]

"7.2.2.1.3. REVOGADO."

[...]

"7.2.4.5. Apresentar comprovação de que possui em seu quadro, na data prevista para assinatura do contrato, pelo menos um técnico industrial em eletrônica, eletrotécnica ou telecomunicações, com registro no CFT, detentor de atestado de capacidade técnica por execução dos seguintes serviços:"

As demais condições e data de abertura vinculada ao respectivo edital permanecem inalteradas.

Palhoça, 01 de abril de 2019.

Cristiane A. da Silva

Presidente CPL

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA**EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2018**

Publicação Nº 1967701

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 62/2018 – Pregão Presencial 24/2018 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa: SOBRINHOS GASTRONOMIA E EVENTOS LTDA EPP. OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento de 1.000 (um mil) refeições em porções individuais (tipo marmita), destinada aos servidores da Secretaria Municipal de Saúde em atividade nas campanhas de vacinação. DATA: 26/06/2018 a 28/06/2019.

Nome da Empresa: SOBRINHOS GASTRONOMIA E EVENTOS LTDA EPP

CNPJ: 09.498.933/0001-25

Item	Produto	Unidade	Qtde. Disponível	Valor Unitário	Valor Total Disponível
1	71799 - Fornecimento de refeição pronta (almoço) embalada, marmita.	UN	684,	R\$20,20	R\$13.816,80

Palma Sola

PREFEITURA

AVISO DE LIC. PREGÃO Nº. 33/2019 - REGISTRO DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE ALMOÇOS/MARMITAS

Publicação Nº 1967704

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial para Registro de Preços Nº. 33/2019.

Tipo: Menor Preço Item/unidade

Objeto: Aquisição de almoço (Marmitas).

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada, Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto Municipal nº. 026 de 02/09/2002, e, Decreto Municipal nº 005 de 29/01/2018.

Entrega dos envelopes: Até às 08:15 hs do 12/04/2019.

Abertura dos envelopes: às 08:30 hs do dia 12/04/2019.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente e no site da Prefeitura.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 01 de abril de 2019.

Marines Fatima Sansigolo

Pregoeira

AVISO DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2019 - REGISTRO DE PREÇOS - AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO/EDUCATIVO

Publicação Nº 1968017

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial 34/2019 - Registro de Preços

Tipo: Menor Preço Item

Objeto: Aquisição de Material Esportivo/Educativo.

Regimento: Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, consolidada, Lei 10.520 de 17/07/2002, Decreto Municipal nº. 026 de 02/09/2002, e, Decreto Municipal nº 005 de 29/01/2018.

Entrega dos envelopes: Até às 14:15 hs do 12/04/2019.

Abertura dos envelopes: às 14:30 hs do dia 12/04/2019.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente e no site da Prefeitura.

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 01 de abril de 2019.

Marines Fatima Sansigolo

Pregoeira

PORTARIA 204/2019 NOMEIA AGENTE POLÍTICO ELBER PEREIRA DOS SANTOS

Publicação Nº 1968157

Portaria 204/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Nomeia Agente Político, Secretário Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso IX, do artigo 73, mais o constante na alínea "A", do inciso II, do artigo 89. Ambos da lei orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante do Anexo I, da Lei 975/93, de 31/03/1993 e ainda o estatuído no artigo 1º, da Lei 1.205, de 23/06/1998, tendo presente também a previsão legal dos anexos II e III da Lei 1.207/98, de 23/06/1998.

Resolve:

Art. 1º. Fica nomeado, para ocupar o Cargo de Secretário de Agricultura a seguir nominado e qualificado:

Elber Pereira dos Santos, brasileiro, portador do CPF 100.850.469-65 e RG 5.384.539 SSP SC, para ocupar o Cargo de Agente Político de Secretário de Agricultura, a partir de 01 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas a Portaria 449/2018

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado

Elizete Terezinha Vissoto
Secretario de Planejamento.

PORTARIA 205/2019 REVOGA LICENÇA SEM VENCIMENTO SERVIDOR EFETIVO LUCIANA DE OLIVEIRA DA SILVA

Publicação N° 1968165

Portaria 205/2019, 01 de fevereiro de 2019.

Revoga Licença sem Remuneração Concedida a Servidor Efetivo e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com os incisos V, VI e XXV, mais o constante na alínea A, do inciso II do Art. 89, ambos da Lei Orgânica Municipal, e ainda, o estatuído no Art. 81, inciso VII, da Lei 909/91, de 26/11/91,

Resolve:

Art. 1º. Revogar Licença sem remuneração concedida através da Portaria 214/2018 a Servidora Efetiva Luciana de Oliveira da Silva, portadora do CPF 042.756.629-03 e RG 13/R 4.255.658 SSP SC, exercente do Cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria 214/2018, de 02 de fevereiro de 2018.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 206/2019 CONCEDE GRATIFICAÇÃO SERVIDOR EFETIVO JOSÉ LINDONEI DA CRUZ

Publicação N° 1968173

Portaria 206/2019 de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Gratificação de Função a Servidor Efetivo e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo artigo 8º, da Lei 975 de 31/03/1993,

Resolve:

Art. 1º. Conceder ao servidor José Lindonei da Cruz, portador do CPF 566.507.950-20 e RG 5.408.168 SSP SC, exercente do cargo de provimento efetivo de Motorista, Nível TSG-3A, a gratificação expressa no Código CAS IV, Chefia e Assistência Subalterna, pelo desempenho temporário de ações na Secretaria de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,

em 01 de fevereiro de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 207/2019 CONCEDE GRATIFICAÇÃO SERVIDOR EFETIVO MATEUS ANTUNES

Publicação N° 1968178

Portaria 207/2019 de 01 de fevereiro de 2019.
Concede Gratificação de Função a Servidor Efetivo e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo artigo 8º, da Lei 975 de 31/03/1993,

Resolve:

Art. 1º. Conceder ao servidor Mateus Antunes, portador do CPF 062.701.059-86 e RG 5.549.868-0 SESPDC SC, exercente do cargo de provimento efetivo de Motorista, Nível TSG-3A, a gratificação expressa no Código CAS IV, Chefia e Assistência Subalterna, pelo desempenho temporário de ações na Secretaria de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 208/2019 CONCEDE GRATIFICAÇÃO SERVIDOR EFETIVO FERNANDA DANIELI

Publicação N° 1968185

Portaria 208/2019 de 01 de fevereiro de 2019.
Concede Gratificação de Função a Servidor Efetivo e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo artigo 4º da Lei Complementar 042/2017, de 19/12/2017 e Artigo 21, Inciso III da Lei Complementar 044/2018, de 17/10/2018.

Resolve:

Art. 1º. Conceder a servidora Fernanda Danieli, portadora do CPF 047.053.989-55 e RG 13/R 4.303.742 SESP SC exercente do cargo de provimento efetivo de Assistente de Educação, Nível C-E5, a gratificação de 10% pelo exercício da função de Orientador Educacional, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais .

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 209/2019 CONCEDE LICENÇA PREMIO SERVIDOR EFETIVO JOANA LETE DOS SANTOS RIBEIRO

Publicação Nº 1968188

Portaria 209/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Licença Prêmio a Servidora Municipal Efetiva e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante no artigo 102, da Lei 909/91, de 26 de Novembro de 1991.

Resolve:

Art. 1º. Conceder licença prêmio, nos termos do artigo 102 da Lei 909/91, a servidora efetiva Joana Lete dos Santos Ribeiro, portadora do CPF 014.582.509-46 e RG 2.793.699 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, referente ao período aquisitivo de 07/11/2011 à 06/11/2016.

Art. 2º. A licença de que trata o artigo anterior será concedida de 01/02/2019 à 01/05/2019, perfazendo um total de 90 dias.

Art. 3º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de Fevereiro de 2019

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 210/2019 CONCEDE LICENÇA PREMIO SERVIDOR EFETIVO PAULO CESAR SUFREDINI

Publicação Nº 1968193

Portaria 210/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Licença Prêmio a Servidora Municipal Efetiva e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante no artigo 102, da Lei 909/91, de 26 de Novembro de 1991.

Resolve:

Art. 1º. Conceder uma licença prêmio, (03 três meses) nos termos do artigo 102 da Lei 909/91, ao servidor efetivo Paulo Cesar Sufredini, portador do CPF 422.734.049-72 e RG 13/R 1.151.918 SSP SC, Diretor de Fiscalização e Tributação, Nível DAS-3, referente ao período aquisitivo de 13/11/1995 à 12/11/2000.

Art. 2º. A licença de que trata o artigo anterior será convertida em pecúnia e será paga no mês de fevereiro de 2019.

Art. 3º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 211/2019 CONCEDE LICENÇA PREMIO SERVIDOR EFETIVO CLAUDETE IVONE ROCKEMBACH RUSCH

Publicação Nº 1968201

Portaria 211/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Licença Prêmio a Servidora Municipal Efetiva e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão

legal constante no artigo 102, da Lei 909/91, de 26 de Novembro de 1991.

Resolve:

Art. 1º. Conceder licença prêmio, nos termos do artigo 102 da Lei 909/91, a servidora efetiva Claudete Ivone Rockembach Rusch, portadora do CPF 572.527.859-04 e RG 1.850.134-6 SSP SC, Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-E5, referente ao período aquisitivo de 02/08/2010 à 01/08/2015.

Art. 2º. A licença de que trata o artigo anterior será concedida de 01/02/2019 à 01/05/2019, perfazendo um total de 90 dias.

Art. 3º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de Fevereiro de 2019
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 212/2019 CONCEDE LICENÇA PREMIO SERVIDOR EFETIVO SILMARA INÊS MATHIAS DA SILVA

Publicação Nº 1968208

Portaria 212/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Licença Prêmio a Servidora Municipal Efetiva e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante no artigo 102, da Lei 909/91, de 26 de Novembro de 1991.

Resolve:

Art. 1º. Conceder licença prêmio, nos termos do artigo 102 da Lei 909/91, a servidora efetiva Silmara Inês Mathias da Silva, portadora do CPF 018.839.199-16 e RG 7.213.257-2, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena Nível B-E5, referente ao período aquisitivo de 03/10/2011 à 02/10/2016

Art. 2º. A licença de que trata o artigo anterior será concedida de 01/02/2019 à 01/05/2019, perfazendo um total de 90 dias.

Art. 3º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de Fevereiro de 2019
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 213/2019 CONCEDE LICENÇA PREMIO SERVIDOR EFETIVO VERONILDE FERRAZ BENETTI

Publicação Nº 1968213

Portaria 213/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Licença Prêmio a Servidora Municipal Efetiva e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante no artigo 102, da Lei 909/91, de 26 de Novembro de 1991.

Resolve:

Art. 1º. Conceder licença prêmio, nos termos do artigo 102 da Lei 909/91, a servidora efetiva Veronilde Ferraz Benetti, portadora do CPF 679.654.829-91 e RG 13/R 2.644.052 SSP SC, exercente do cargo de Servente Escolar, Nível L, referente ao período aquisitivo de 13/02/2014 à 12/02/2019

Art. 2º. A licença de que trata o artigo anterior será concedida de 01/02/2019 à 01/05/2019, perfazendo um total de 90 dias.

Art. 3º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,

em 01 de Fevereiro de 2019
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 214/2019 NOMEIA SERVIDOR COMISSIONADO ADÃO ARAUJO

Publicação N° 1968219

Portaria 214/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidor Municipal para Cargo Comissionado e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante no Art. 2º, da Lei 975/93, de 31/03/1993 e, ainda, o estatuído no Art. 37, Inciso IX da CF/88,
Resolve:

Art. 1º. Nomear o servidor Adão de Araújo, portador do CPF 638.339.649-87 e RG 2.459.120 SESP SC, para o Cargo Comissionado de Chefe Setor Horto Florestal, Nível DAI-1, com 40 horas semanais, a partir de 01/02/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 215/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR EFETIVO NEIDE MARIA PINHEIRO CAVALHEIRO

Publicação N° 1968227

Portaria 215/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Neide Maria Pinheiro Cavaleiro, portadora do CPF 042.463.329-92 e RG 13/R 4.041.626 SSP SC, Servente Escolar, Nível L, referentes ao período aquisitivo de 05/01/2018 à 04/01/2019, que serão usufruídas de 01/02/2019 à 02/03/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2019
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 216/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR EFETIVO ANTONIO FRANCISCO DALAVALLE

Publicação Nº 1968236

Portaria 216/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 20 (quinze) dias de férias ao Servidor Efetivo Antonio Francisco Dalavale, portador do CPF 603.495.149-68 e RG 4.352.947-1 SSP PR, Motorista, Nível TSG-4A, referentes ao período aquisitivo de 06/07/2017 à 05/07/2018 que serão usufruídas de 01/02/2019 à 20/02/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 217/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR EFETIVO ELIZANDRA DA SILVA

Publicação Nº 1968244

Portaria 217/2019, de 01 de fevereiro de 2019.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias a Servidora Efetiva Elizandra da Silva, portadora do CPF 004.827.689-83 e RG 3.430.799 SSP SC, Técnica em Atividades Administrativas, Nível ATNS-1A, referentes ao período aquisitivo de 20/07/2016 à 19/07/2017, que serão usufruídas de 01/02/2019 à 15/02/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 218/2019 ALTERA CARGA HORÁRIA SERVIDOR EFETIVO TEREZA APARECIDA MAROLI

Publicação Nº 1968250

Portaria 218/2019, de 01 de fevereiro de 2019..

Altera Carga Horária de Servidor Efetivo e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o Inciso IV, V E XXV do artigo 73, mais o constante na alínea A, inciso II, do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal, e conforme preceitua a Lei 975/93, e ainda o estatuído do artigo 31, § 4º da Lei 1.207/98,

Resolve:

Art. 1º. Alterar de 40 para 20 horas semanais a carga horária da Servidora efetiva Tereza Aparecida Maroli, portadora do CPF 593.795.029-15 e RG 2.070.942-0 SSP SC, exercente do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 01 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 219/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR ACT MARILENE TEREZINHA BALBINO DOS SANTOS

Publicação Nº 1968259

Portaria 219/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Concede Férias a Servidor Admitido em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Admitida em Caráter Temporário, Marilene Terezinha Balbino dos Santos, portadora do CPF 646.256.569-15 e RG 2.459.132 SESP SC, Gari, Nível TSG – 1A, referente ao período aquisitivo de 02/08/2017 à 01/08/2018, que será usufruída de 04/02/2019 à 05/03/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 220/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR COMISSIONADO JOSÉ SILVESTRE PAULETTI

Publicação Nº 1968288

Portaria 220/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Concede Férias a Servidor Comissionado Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 20 (vinte) dias de férias ao Servidor Comissionado José Silvestre Pauletti, portador do CPF 580.466.589-87 e RG 1.859.610 SSP SC, Diretor de Obras e Serviços Urbanos, Nível DAS-3, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2018 à 01/02/2019 que serão usufruídas de 04/02/2019 à 23/02/2019..

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 221/2019 ALTERA CARGA HORARIA SERVIDOR EFETIVO IVANETE PREVEDELLO

Publicação Nº 1968293

Portaria 221/2019, de 04 de fevereiro de 2019..

Altera Carga Horária de Servidor Efetivo e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o Inciso IV, V E XXV do artigo 73, mais o constante na alínea A, inciso II, do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal, e conforme preceitua a Lei 975/93, e ainda o estatuído do artigo 31, § 4º da Lei 1.207/98,
Resolve:

Art. 1º. Alterar de 20 para 40 horas semanais a carga horária da Servidora efetiva Ivanete Prevedello, portadora do CPF 938.383.799-34 e RG 13/C 3.380.391 SSP SC, exercente do cargo de Servente Escolar, Nível L.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 222/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT TAILAINA CARNEIRO LUFT

Publicação Nº 1968296

Portaria 222/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Tailaina Carneiro Luft, portadora do CPF 090.140.369-57 e RG 6.064.533 SSP SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1 A com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 001/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de Fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 223/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR EFETIVO JOSÉ ALTAMIR SIQUEIRA

Publicação N° 1968305

Portaria 223/2019, de 04 de fevereiro de 2019.
Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.
Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias ao Servidor Efetivo, José Altamir Siqueira, portador do CPF 999.299.379-00 e RG 13/R 2.943.231 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG 1A, referente ao período aquisitivo de 10/04/2017 à 09/04/2018, que será usufruída de 04/02/2019 à 05/03/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 224/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR EFETIVO TATIANE PAULETTI

Publicação N° 1968313

Portaria 224/2019, de 04 de fevereiro de 2019.
Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.
Resolve:

Art. 1º. Conceder 03 (três) dias de férias a Servidora Efetiva, Tatiane Pauletti, portadora do CPF 093.421.829-33 e RG 5.723.484 SSP SC, Recepcionista, Nível SAU-1A, referentes ao período aquisitivo de 26/02/2017 à 25/02/2018, que serão usufruídas de 04/02/2019 à 06/02/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 225/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT ROSANE DE SOUZA PEREIRA DALAVALLE

Publicação Nº 1968321

Portaria 225/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Rosane de Souza Pereira Dalavale, portadora do CPF 017.700.139-97 e RG 7.068.727-5 SESP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena Nível A-O com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 226/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT MIRLAINE CAPELLARI

Publicação Nº 1968333

Portaria 226/2019 de 04 de fevereiro de 2019..

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Mirlaine Capellari, portadora do CPF 042.070.619-40 e RG 4.040.812 SSP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 10 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019..

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

PORTARIA 227/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT SIMONE REGINA ZANATTA

Publicação Nº 1968337

Portaria 227/2019, de 04 de fevereiro de 2019..

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Simone Regina Zanatta, portadora do CPF 017.044.629-83 e RG 3.330.278 SSP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

PORTARIA 228/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT CAMILA DA SILVA

Publicação N° 1968343

Portaria 228/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Camila da Silva, portadora do CPF 100.728.169-37 e RG 5.199.479 SSP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 12 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 229/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT GELCI MARIS HOLZ LORENCETTI

Publicação N° 1968347

Portaria 229/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Gelci Maria Holz Lorencetti, portadora do CPF 679.622.119-20 e RG 13/R 2.359.777 SSP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 230/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT ALEXANDRA PAULA SIMON KLEIN DE MATTOS

Publicação Nº 1968349

Portaria 230/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Alexandra Paula Simon Klein de Mattos, portadora do CPF 041.935.369-04 e RG 3.996.547 SSP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 10 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 231/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT LEIDIANE ANDRESSA BAGINSKI

Publicação Nº 1968365

Portaria 231/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Leidiane Andressa Baginski, portadora do CPF 081.731.029-02 e RG 5.408.153 SSP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 20 horas semanais, através do Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,

em 04 de fevereiro de 2019..

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 232/2016 NOMEIA SERVIDOR ACT MONICA CRISTINA FIGUEIRÓ ZANATTA

Publicação Nº 1968373

Portaria 232/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Monica Cristina Figueiró Zanatta, portadora do CPF 848.940.329-53 e RG 10/R 2.972.817 SSP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 233/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT MARIZETE VENSON SANDRI

Publicação Nº 1968378

Portaria 233/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Marizete Venson Sandri, portadora do CPF 024.517.699-39 e RG 3.872.383 SESP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 40 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 234/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT MARA LUCIA MELO DOS SANTOS

Publicação Nº 1968389

Portaria 234/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Maria Lucia Mello dos Santos, portadora do CPF 638.342.869-15 e RG 1.657.413-2 SESPC SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

PORTARIA 235/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT LAIDES LARA

Publicação Nº 1968397

Portaria 235/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Laides de Lara, portadora do CPF 035.099.849-35 e RG 4.016.777 SSP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

PORTARIA 236/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT CLAUDIA DOS SANTOS

Publicação Nº 1968402

Portaria 236/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o

inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Claudia dos Santos, portadora do CPF 072.172.959-20 e RG 5.845.393 SESP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 40 horas semanais, através do Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 237/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT GICELI TRICHES

Publicação Nº 1968408

Portaria 237/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Giceli Triches, portadora do CPF 085.305.789-37 e RG 5.656.864 SESP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 238/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT DEISE IALLY FERDERLE SANTOS

Publicação Nº 1968416

Portaria 238/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Deise Ially Ferderle Santos, portadora do CPF 384.375.078-55 e RG 44.972.184-X SSP SP, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, com 40 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 239/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT ANGELA ROVANI RIBEIRO CIRINO

Publicação Nº 1968419

Portaria 239/2019 de 04 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Angela Rovani Ribeiro Cirino, portadora do CPF 026.603.749-61 e RG 33.609.615 SESP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 40 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 240/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT GESSICA THAIS MIGNONI

Publicação Nº 1968425

Portaria 240/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Gessica Thais Mignoni, portadora do CPF 089.533.469-08 e RG 10.357.514-1 SSP PR, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 241/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT RAQUEL BARONI

Publicação Nº 1968429

Portaria 241/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Raquel Baroni, portadora do CPF 056.520.099-26 e RG 5.041.718 SESP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 40 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 242/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT JULIANA MIORANDO

Publicação Nº 1968437

Portaria 242/2019, de 04 de fevereiro de 2019

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Juliana Miorando, portadora do CPF 010.194.139-05 e RG 5.153.776 SSP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 20 horas semanais, através do Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 243/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT GUSTAVO ANDRIOLI

Publicação Nº 1968443

Portaria 243/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante da Lei 1994/2017,

Resolve:

Art. 1º. Nomear Gustavo Andrioli, portador do CPF 082.946.339-92 e RG 4.710.059 SSP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, com 30 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 244/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT ANA PAOLA SEVALD GOFFI

Publicação Nº 1968454

Portaria 244/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante da Lei 1994/2017,

Resolve:

Art. 1º. Nomear Ana Paola Sevald Goffi, portadora do CPF 088.427.709-73 e RG 5.625.112 SSP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 245/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT MAYARA REGINA GOMES GONÇALVES

Publicação Nº 1968462

Portaria 245/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante da Lei 1994/2017,

Resolve:

Art. 1º. Nomear Mayara Regina Gomes Gonçalves, portadora do CPF 055.840.069-80 e RG 5.114.652 SSP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, com 40 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 246/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT IVA TEREZINHA DE PRIMO PAULETTI

Publicação Nº 1968465

Portaria 246/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante da Lei 1994/2017,

Resolve:

Art. 1º. Nomear Iva Terezinha de Primo Pauletti, portadora do CPF 017.479.469-07 e RG 3.592.100 SSP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 247/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT CLEUSA INES SPENAZZATO LUVISON

Publicação Nº 1968491

Portaria 247/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante da Lei 1994/2017,

Resolve:

Art. 1º. Nomear Cleusa Ines Spenazzato Luvison, portadora do CPF 572.530.139-72 e RG 13/R 1.852.136 SSP SC, para exercer o cargo de

Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 248/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT JULIANA DIAS RODRIGUES

Publicação N° 1968498

Portaria 248/2019, de 04 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Juliana Dias Rodrigues, portadora do CPF 103.150.249-17 e RG 6.881.769 SSP SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, com 40 horas semanais, pelo Processo Seletivo 001/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 04 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento

PORTARIA 249/2019 NOMEIA SERVIDOR ACTR ANA CLAUDIA DE OLIVEIRA DONIDA

Publicação N° 1968525

Portaria 249/2019, de 05 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Ana Claudia de Oliveira Donida, portadora do CPF 095.589.049-70 e RG 5.657.757 SESP SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 001/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 05 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 250/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR EFETIVO SERLETE RIBEIRO PEDROSO

Publicação Nº 1968531

Portaria 250/2019, de 05 de fevereiro de 2019.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva, Serlete Ribeiro Pedroso, portadora do CPF 028.366.149-60 e RG 13/C 3.381.219 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, referentes ao período aquisitivo de 04/01/2017 à 03/01/2018, que serão usufruídas de 05/02/2019 à 06/03/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 05 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 251/2019 CONCED FÉRIAS SERVIDOR EFETIVO TATIANE PAULETTI

Publicação Nº 1968567

Portaria 251/2019, de 07 de fevereiro de 2019.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 27 (vinte e sete) dias de férias a Servidora Efetiva, Tatiane Pauletti, portadora do CPF 093.421.829-33 e RG 5.723.484 SSP SC, Recepcionista, Nível SAU-1A, referentes ao período aquisitivo de 26/02/2018 à 25/02/2019, que serão usufruídas de 07/02/2019 à 05/03/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 07 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 252/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR COMISSIONADO GISLAINE CORÁ

Publicação Nº 1968572

Portaria 252/2019, de 07 de fevereiro de 2019.

Concede Férias a Servidor Comissionado Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Comissionada Gislaïne Corá, portadora do CPF 109.240.119-98 e RG 7.124.817 SSP SC, Chefe da Divisão de Promoção Social, Nível DAS-1, referentes ao período aquisitivo de 05/03/2018 à 04/03/2019 que serão usufruídas de 07/02/2019 à 16/02/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 07 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 253/2019 ALTERA CARGA HORÁRIA SERVIDOR EFETIVO MARGARET STRAPASSON BENETTI

Publicação Nº 1968582

Portaria 253/2019, de 07 de fevereiro de 2019..

Altera Carga Horária de Servidor Efetivo e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o Inciso IV, V E XXV do artigo 73, mais o constante na alínea A, inciso II, do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal, e conforme preceitua a Lei 975/93, e ainda o estatuído do artigo 31, § 4º da Lei 1.207/98,

Resolve:

Art. 1º. Alterar de 20 para 40 horas semanais a carga horária da Servidora efetiva Margaret Strapasson Benetti, portadora do CPF 933.018.049-34 e RG 2.948.267 SSP SC, exercente do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 07 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 254/2019 CONCEDE EXONERAÇÃO SERVIDOR EFETIVO JOANA STRAPASON SOTELLE

Publicação Nº 1968589

Portaria 254/2019, de 08 de janeiro de 2019

Concede Exoneração a Servidor Municipal Efetivo e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante da Lei n. 975/93, de 31/03/93, e ainda, o estatuído do Art. 36 da Lei 909/91, de 16/11/1991.

Resolve:

Art. 1º. Conceder exoneração a servidora efetiva Joana Strapason Sotelle, portadora do CPF 062.331.899-77 e RG 5.825.015 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, a partir de 08/02/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 08 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 255/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT JOANA STRAPASON SOTELLE

Publicação Nº 1968593

Portaria 255/2019, de 11 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante da Lei 1994/2017,

Resolve:

Art. 1º. Nomear Joana Strapason Sotelle, portadora do CPF 062.331.899-77 e RG 5.825.015 SSP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, com 40 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 11 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária de Planejamento.

PORTARIA 256/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR COMISSIONADO LILIAN DE RÉ

Publicação Nº 1968597

Portaria 256/2019, de 11 de fevereiro de 2019.

Concede Férias a Servidor Comissionado Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Comissionada Lílian de Ré, portadora do CPF 108.395.709-02 e RG 6.310.906 SSPDC SC, Assessor de Promoção Social, Nível DAS 2, referentes ao período aquisitivo de 01/02/2018 à 31/01/2019, que serão usufruídas de 11/02/2019 à 20/02/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 11 de fevereiro de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 257/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT ILIANE ELIZA LUNKES

Publicação Nº 1968599

Portaria 257/2019, de 12 de fevereiro de 2019..

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante no Artigo 1º, da Lei 1.205/98, de 23/06/1998,

Resolve:

Art. 1º. Nomear Iliane Elisa Lunkes, portadora do CPF 054.409.919-21 e RG 5.019.213 SSP SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 001/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 12 de fevereiro de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 258/2019 CONCEDE FÉRIAS EMPREGADO PÚBLICO ALEXANDRA PEREIRA DA SILVA

Publicação Nº 1968602

Portaria 258/2019, de 12 de fevereiro de 2019.

Concede Férias a Empregada Pública Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991, Lei 1605/2007 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de férias a Empregada Pública Alexandra Pereira da Silva Goffi, portadora do CPF 089.629.459-59 e RG 6.064.432 SSP SC, Agente de Saúde, Nível A, referentes ao período aquisitivo de 11/07/2018 à 10/07/2019, que serão usufruídas de 12/02/2019 à 26/02/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 12 de fevereiro de 2019
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal em Exercício

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 259/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT CILIENE ZEFERINO

Publicação Nº 1968616

Portaria 259/2018 de 15 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Ciliene Zeferino, portadora do CPF 032.085.769-78 e RG 3.882.601 SESP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 15 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 260/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR EFETIVO LORENI ANA BRASSO BENETTI

Publicação Nº 1968620

Portaria 260/2019, de 15 de fevereiro de 2019.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Loreni Ana Brasso Benetti, portadora do CPF 669.574.359-20 e RG 1.852.481 SSP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível CK-11, referentes ao período aquisitivo de 05/01/2016 à 04/01/2017, que serão usufruídas de 15/02/2019 à 16/03/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 15 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 261/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR EFETIVO MARLI ISABEL WERLANG

Publicação Nº 1968623

Portaria 261/2019, de 15 de fevereiro de 2019.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Marli Isabel Werlang portadora do CPF 024.649.649-56 e RG 13/R 4.016.763 SSP SC, Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-K11, referentes ao período aquisitivo de 05/01/2017 à 04/01/2018, que serão usufruídas de 15/02/2019 à 16/03/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 15 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 262/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT FLAVIO XAVIER

Publicação Nº 1968626

Portaria 262/2019, de 18 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Flavio Xavier, portador do CPF 085.247.479-27 e RG 10.844.244-1 SSP PR, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 40 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 18 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 263/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT JULIANA HILÁRIO FERREIRA

Publicação Nº 1968629

Portaria 263/2019, de 18 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Juliana Hilário Ferreira, portadora do CPF 076.182.729-30 e RG 5.114.661 SESP SC, para exercer o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 001/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 18 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 264/2019 CONCEDE EXONERAÇÃO AGENTE POLÍTICO TIAGO BIANQUETO

Publicação Nº 1968630

Portaria 264/2019, de 18 de fevereiro de 2019

Concede Exoneração a Servidor Municipal Agente Político e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante do Anexo I, da Lei n. 975/93, de 31/03/93, e ainda, o estatuído do Art. 36 da Lei 909/91, de 16/11/1991.

Resolve:

Art. 1º. Conceder exoneração a Tiago Bianqueto, portador do CPF 043.443.289-06 e RG 2.949.359 SSP SC, do cargo de Agente Político de Secretário de Administração NIVEL DAS-4, a partir de 18/02/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 18 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 265/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR EFETIVO ADRIANE SOMAVILLA DRAEGER

Publicação Nº 1968632

Portaria 265/2018, de 05 de Março de 2018.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Municipal Adriane Somavilla Draeger, Enfermeira, Nível ATNS-2E referente ao período aquisitivo de 16/03/2016 a 15/03/2017, que será usufruída de 18/02/2019 à 19/03/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 18 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 266/2019 ALTERA CARGA HORÁRIA SERVIDOR ACT LEIDIANE ANDRESSA BAGINSKI

Publicação Nº 1968634

Portaria 266/2019, de 18 de fevereiro de 2019..

Altera Carga Horária de Servidora Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município,
Resolve:

Art. 1º. Alterar, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais a carga horária da Servidora Leidiane Andressa Baginski, portadora do CPF 081.731.029-02 e RG 5.408.153 SSP SC, exercente do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 18/02/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 18 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento

PORTARIA 267/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT THAIS MAIELY BARICHELLO

Publicação Nº 1968638

Portaria 267/2019, de 18 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Thais Maiely Barichello, portadora do CPF 099.196.039-45 e RG 6.064.775 SSP SC, para exercer o cargo de Odontólogo, Nível ATNS-3A, com 40 horas semanais, pelo Processo Seletivo 001/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 18 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 268/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT VALDIRENE COZER ZANATTA

Publicação Nº 1968643

Portaria 268/2019, de 18 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidor Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Valdirene Cozer Zanatta, portadora do CPF 938.386.389-72 e RG 2.643.462 SSP SC, para exercer o cargo de Técnico em Enfermagem, Nível ATNM-2A, com 40 horas semanais, a partir de 18 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 18 de fevereiro de 2019
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 269/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR EFETIVO FERNANDA SANTOLIN SGANDERLA

Publicação Nº 1968646

Portaria 269/2019, de 19 de fevereiro de 2019.

Concede Férias a Servidora Efetiva Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 30 (trinta) dias de férias a Servidora Efetiva Fernanda Santolin Sganderla, portadora do CPF 034.191.239-57 e RG 13/R 3.816.595 SSP SC, Agente de Fiscalização Tributária, Nível ATNM-3A, referentes ao período aquisitivo de 06/01/2016 à 05/01/2017, que serão usufruídas de 19/02/2019 à 20/03/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 19 de fevereiro de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 270/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT MARIELI LAWISCH

Publicação Nº 1968649

Portaria 270/2019, de 19 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Marieli Lawisch, portadora do CPF 059.852.129-12 e RG 5.333.868 SSP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 20 horas semanais, através do Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 04 de fevereiro de 2019..

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 19 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 271/2019 EXONERA SERVIDOR ACT POR TÉRMINO DE CONTRATO MARIELI LAWISCH

Publicação Nº 1968652

Portaria 271/2019, de 21 de fevereiro de 2019

Exonera por Término de Contrato Servidora Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante da Lei 1994/2017,

Resolve:

Art. 1º. Exonerar por Término de Contrato, Marieli Lawisch, portadora do CPF 059.852.129-12 e RG 5.333.868 SESP SC, Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 21 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 21 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 272/2019 ALTERA CARGA HORÁRIA SERVIDOR ACT DEISE IALLY FERDERLE SANTOS

Publicação Nº 1968654

Portaria 272/2019, de 21 de fevereiro de 2019..

Altera Carga Horária de Servidora Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município, Resolve:

Art. 1º. Alterar, de 40 (quarenta) para 20 (vinte) horas semanais a carga horária da Servidora Deise Ially Ferderle Santos, portadora do CPF 384.375.078-55 e RG 44.972.184-X SSP Sp, exercente do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 21 de fevereiro de 2019..

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 21 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 273/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT NOEMA GALVÃO DE LIMA DE OLIVEIRA

Publicação Nº 1968655

Portaria 273/2019, de 22 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Noema Galvão de Lima de Oliveira, portadora do CPF 563.112.149-20 e RG 1.858.665 SSP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 22 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 274/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT CLARICE WELTER DE MORAES

Publicação Nº 1968665

Portaria 274/2019, de 22 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Clarice Welter de Moraes, portadora do CPF 095.210.449-00 e RG 13.155.235-1 SESP PR, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 20 horas semanais, pelo Processo Seletivo 006/2018.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 22 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 275/2019 EXONERA SERVIDOR ACT POR TÉRMINO DE CONTRATO LUCIA MARIA STRAPASSON TÁRTARO

Publicação Nº 1968669

Portaria 275/2019, de 22 de fevereiro de 2019

Exonera por Término de Contrato Servidora Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante da Lei 1994/2017,

Resolve:

Art. 1º. Exonerar por Término de Contrato, Lucia Maria Strapasson Tártaro, portadora do CPF 048.001.489-28 e RG 4.829.091 SESPDC SC, Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 22 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 22 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 276/2019 NOMEIA COMISSÃO AVALIAÇÃO DE PARCERIAS COM ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

Publicação Nº 1968673

Portaria 276/2019, de 22 de fevereiro de 2019

Nomeia Comissão de Monitoramento e Avaliação de Parcerias com Organizações da Sociedade Civil e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município, e em especial, para atender ao disposto nos artigos 2º, inciso XI, e 35, inciso V, alínea h, da Lei 13.019/2014 e tendo presente à previsão legal constante no art. 13, inciso IV, § 1º do Decreto Municipal 020/2018,

Resolve:

Art. 1º - Constituir Comissão de Monitoramento e Avaliação para monitorar e avaliar as parcerias com organizações da sociedade civil celebradas com a Prefeitura Municipal de Alto Araguaia, mediante termo de colaboração ou termo de fomento.

I – A Comissão de Monitoramento e Avaliação será formada pelos seguintes membros:

- 1) Elizete Terezinha Vissoto – Secretaria de Planejamento, Gestora da Parceria;
- 2) Amilton Carlos Rizzotto – Secretaria de Administração;
- 3) Ana Caroline Pies – Secretaria de Gestão, Administração e Planejamento.

Art. 2º - Compete à comissão de avaliação e monitoramento apoiar e acompanhar a execução das parcerias celebrada por órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, a fim de aprimorar os procedimentos, unificar os entendimentos, solucionar controvérsias,

padronizar objetos, custos e indicadores, fomentar o controle de resultados e avaliar os relatórios técnicos de monitoramento.

§1º Para fins de monitoramento e avaliação do cumprimento do objeto poderá ser efetuada visita in loco, dispensada quando a mesma for incompatível com o objeto da parceria;

§2º O monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto levará em consideração os mecanismos de escuta ao público-alvo acerca dos serviços efetivamente oferecidos no âmbito da parceria, aferindo-se o padrão de qualidade definido em consonância com a política pública setorial.

Art 3º - A comissão deverá ser composta por, pelo menos, 02 (dois) servidores ocupantes de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal do órgão ou entidade pública, devendo ser priorizada a participação de profissionais das áreas administrativas e finalísticas relacionadas ao objeto da parceria.

Art. 4º - Será impedida de participar como gestor da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com, ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes.

Parágrafo único. Configurado o impedimento previsto no caput, deverá ser designado membro substituto que possua qualificação equivalente à do substituído.

Art. 5º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 22 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 277/2019 NOMEIA SERVIDOR ACT VANUSA PAULETTI

Publicação Nº 1968674

Portaria 277/2019, de 25 de fevereiro de 2019.

Nomeia Servidora Municipal em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, combinado com o inciso II, VI e IX do artigo 73, mais o constante na alínea A, do inciso II do artigo 89, ambos da Lei Orgânica Municipal e tendo a presente previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Nomear Vanusa Pauletti, portadora do CPF 087.991.069-06 e RG 5.385.047 SSP SC, para exercer o cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O com 20 horas semanais, pela Chamada Pública 001/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 25 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 278/2019 CONCEDE EXONERAÇÃO SERVIDOR ACT ROSELEI PEROTTI

Publicação Nº 1968675

Portaria 278/2019, de 25 de fevereiro de 2019.

Concede Exoneração a Servidora Pública Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante na Lei 1994/2017.

Resolve:

Art. 1º. Conceder exoneração a Servidora Roselei Perotti, portadora do CPF 492.195.539-53 e RG 1.615.408 SSP PR, do cargo de Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 25 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 25 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 279/2019 CONCEDE FÉRIAS SERVIDOR EFETIVO NELSO DONDÉ

Publicação Nº 1968676

Portaria 279/2019, 26 de fevereiro de 2019.

Concede Férias a Servidor Efetivo Municipal e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o Art. 106, da Lei 909/91, de 26/11/1991 e ainda o estatuído nos incisos V, VI e XXV, do Artigo 73 da Lei Orgânica Municipal.

Resolve:

Art. 1º. Conceder 25 (vinte e cinco) dias de férias ao Servidor Efetivo Nelso Dondé, portador do CPF 590.074.439-68 e RG 13/R 1.946.311 SSP SC, Motorista, Nível TSG-4A, referentes ao período aquisitivo de 02/02/2016 à 01/02/2017, que serão usufruídas de 26/02/2019 à 22/03/2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 26 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 280/2019 EXONERA SERVIDOR ACT POR TÉRMINO DE CONTRATO IRISAN JOSÉ DE MOURA

Publicação Nº 1968680

Portaria 280/2019, de 28 de fevereiro de 2019.

Exonera por Término de Contrato Servidora Admitida em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante da lei 1.605/2007

Resolve:

Art. 1º. Exonerar por Término de Contrato, Irian José de Moura, portadora do CPF 450.798.973-68 e RG 29.913.089-7 SSP SP, Professor Licenciatura Plena, Nível A-O, a partir de 28 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,

em 28 de fevereiro de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 281/2019 EXONERA SERVIDOR ACT POR TÉRMINO DE CONTRATO FELIPE ALVES DA LUZ FERRAZ

Publicação Nº 1968682

Portaria 281/2019, de 28 de fevereiro de 2019.

Exonera por Término de Contrato Servidor Admitido em Caráter Temporário e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante da lei 1.605/2007

Resolve:

Art. 1º. Exonerar por Término de Contrato, Felipe Alves da Luz Ferraz, portador do CPF 090.137.719-97 e RG 6.432.385 SSP SC, Auxiliar Administrativo, Nível SAU-1A, a partir de 28 de fevereiro de 2019.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 28 de fevereiro de 2019.
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 282/2019 CONCEDE LICENÇA PREMIO SERVIDOR EFETIVO KADIA BOSA SANTIN

Publicação Nº 1968684

Portaria 282/2019, de 28 de fevereiro de 2019.

Concede Licença Prêmio a Servidora Municipal Efetiva e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante no artigo 102, da Lei 909/91, de 26 de Novembro de 1991.

Resolve:

Art. 1º. Conceder licença prêmio, nos termos do artigo 102 da Lei 909/91, a servidora efetiva Kadia Bosa Santin, portadora do CPF 019.343.269-25 e RG 3.826.022 SSP SC, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério Nível C-E5, referente ao período aquisitivo de 02/02/2011 à 02/02/2016.

Art. 2º. A licença de que trata o artigo anterior será concedida de 04/02/2019 à 04/05/2019, perfazendo um total de 90 dias.

Art. 3º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 04/02/2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 28 de fevereiro de 2019
Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 283/2019 CONCEDE LICENÇA PREMIO SERVIDOR EFETIVO AMILTON CARLOS RIZZOTTO

Publicação Nº 1968685

Portaria 283/2019, de 28 de fevereiro de 2019.

Concede Licença Prêmio a Servidor Municipal Efetivo e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante no artigo 102, da Lei 909/91, de 26 de Novembro de 1991.

Resolve:

Art. 1º. Conceder licença prêmio, nos termos do artigo 102 da Lei 909/91, ao servidor efetivo Amilton Carlos Rizzotto, portador do CPF 669.579.409-00 e RG 1.855.697 SESP SC, exercente do Cargo de Técnico em Atividades Administrativas Nível ATNS-1A, referente ao período aquisitivo de 02/02/2011 à 02/02/2016.

Art. 2º. A licença de que trata o artigo anterior será convertida em pecúnia e será paga no mês de fevereiro.

Art. 3º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 04/02/2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 28 de fevereiro de 2019

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 284/2019 CONCEDE LICENÇA PREMIO SERVIDOR EFETIVO ALEXANDRA CRISTINA SCHEIN

Publicação Nº 1968686

Portaria 284/2019, de 28 de fevereiro de 2019.

Concede Licença Prêmio a Servidora Municipal Efetiva e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante no artigo 102, da Lei 909/91, de 26 de Novembro de 1991.

Resolve:

Art. 1º. Conceder licença prêmio, nos termos do artigo 102 da Lei 909/91, a servidora efetiva Alexandra Cristina Schein, portadora do CPF 055.805239-80 e RG 4.676.412 SSP SC, exercente do Cargo de Professor Licenciatura Plena E Especialização no Magistério Nível C-E5, referente ao período aquisitivo de 02/02/2011 à 02/02/2016.

Art. 2º. A licença de que trata o artigo anterior será concedida de 07/02/2019 à 07/05/2019, perfazendo um total de 90 dias.

Art. 3º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 07/02/2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 28 de fevereiro de 2019

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 285/2019 CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTO SERVIDOR EFETIVO VANDERLEI CARLOS PIES

Publicação Nº 1968687

Portaria 285/2019, de 28 de fevereiro de 2019

Concede Licença sem Remuneração a Servidor Efetivo e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com os incisos V, VI e XXV, mais o constante na alínea A, do inciso II do Art. 89, ambos da Lei Orgânica Municipal, e ainda, o estatuído no Art. 81, inciso VII, da Lei 909/91, de 26/11/91,

Resolve:

Art. 1º. Conceder Licença sem vencimento ao servidor efetivo Vanderlei Carlos Pies, portador do CPF 033.828.809-03 e RG 13/R 3.826.240

SSP SC, exercente do cargo efetivo de Motorista de Ônibus, Nível TSG-4A.

Art. 2º. A licença de que trata o artigo anterior, será concedida pelo período de 04 (quatro) anos, a contar de 11/02/2019 e terá o seu término em 10/02/2023.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 11 de fevereiro de 2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 11 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária Municipal de Planejamento.

PORTARIA 286/2019 CONCEDE LICENÇA PREMIO SERVIDOR EFETIVO LUANA DOS SANTOS

Publicação Nº 1968689

Portaria 286/2019, de 28 de fevereiro de 2019.

Concede Licença Prêmio a Servidora Municipal Efetiva e dá Outras Providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso IX, do Artigo 73, mais o constante na alínea "A", do Inciso II, do Artigo 89, ambos da Lei Orgânica do Município e tendo presente à previsão legal constante no artigo 102, da Lei 909/91, de 26 de Novembro de 1991.

Resolve:

Art. 1º. Conceder licença prêmio, nos termos do artigo 102 da Lei 909/91, a servidora efetiva Luana dos Santos, portadora do CPF 085.167.149-77 e RG 5.845.421 SSP SC, Auxiliar de Serviços Gerais, Nível TSG-1A, referente ao período aquisitivo de 07/11/2011 à 04/02/2016.

Art. 2º. A licença de que trata o artigo anterior será concedida de 12/02/2019 à 13/03/2019, perfazendo um total de 30 dias.

Art. 3º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 12/02/2019.

Art. 4º. Ficam revogadas as todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,
em 28 de fevereiro de 2019

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto
Secretária de Planejamento.

PORTARIA 287/2019 CONCEDE GRATIFICAÇÃO SERVIDOR CELETISTA LENI MARIA TUMELERO STRAPAZZON

Publicação Nº 1968690

Portaria 287/2019 de 28 de fevereiro de 2019.

Concede Gratificação de Função a Servidor Celetista e dá outras providências.

Cleomar José Mantelli, Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo artigo 4º da Lei Complementar 042/2017, de 19/12/2017 e Artigo 21, Inciso III da Lei Complementar 044/2018, de 17/10/2018.

Resolve:

Art. 1º. Conceder a servidora celetista Leni Maria Tumelero Strapazzon, portadora do CPF 592.270.369-20 e RG 13/R 2.204.618 SESP SC exercente do cargo de provimento efetivo de Professor Licenciatura Plena e Especialização no Magistério, Nível C-O, a gratificação de 20% pelo exercício da função de Diretora, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 15/02/2019.

Art. 3º. Ficam revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Palma Sola, Estado de Santa Catarina,

em 28 de fevereiro de 2019.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada nesta data.

Elizete T. Vissoto

Secretária Municipal de Planejamento.

TERMO ADITIVO Nº. 01 - AO CONTRATO Nº. 004/2019 - AIRTON MACHIAVELLI

Publicação Nº 1968446

PRIMEIRO (1º) TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 004/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 004/2019, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PALMA SOLA- SC E A EMPRESA AIRTON MACHIAVELLI EIRELI EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Palma Sola, inscrito no CNPJ sob o nº 83.028.639/0001-02, neste ato representado por seu Prefeito Sr. Cleomar José Mantelli, portador do CPF Nº. 760.741.889-04 e de outro lado a empresa Airton Machiavelli Eireli em recuperação Judicial, pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob N.º 79.242.947/0001-69, com sede na Rua: João Pauletti, centro, na cidade de Palma Sola – SC, neste ato representado pelo Sr. Airton Machiavelli, residente e domiciliado em Palma Sola, SC, inscrita no CPF sob N.º 153.392.389-20, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 004/2019, para fazer constar as seguintes alterações:

As partes supracitadas, com fundamento na além da alínea “d” do inciso II, do artigo 65, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, consolidadas, com base ainda, nas notas fiscais do Contratado, cujas cópias passam a integrar este instrumento para todos os fins e efeitos, resolvem aditar o Contrato identificado acima conforme neste consta.

Cláusula Primeira: Os preços constantes na Cláusula Sexta do Contrato nº. 004/2019, item de nº. 02 do Termo de Homologação do Processo de Licitação nº 07/2019, na modalidade Pregão Presencial de nº. 03/2019 passa ser o seguinte e a partir de 18/03/2019:

- Item nº. 02 – Gasolina Comum - R\$: 4,39 (Quatro reais e trinta e nove centavos).

E por estarem justos e contratados, as partes firmam este, em duas vias de igual teor e forma, cabendo uma para cada parte, para que produza os legais e desejados efeitos.

Palma Sola, em 18 de março de 2019.

Cleomar José Mantelli
Prefeito Municipal
Contratante

Airton Machiavelli Eireli em Recuperação Judicial
CNPJ: 79.242.947/0001-69
Airton Machiavelli
CP: 153.392.389-20
Contratada

TESTEMUNHAS:

NOME: Fernanda Sganderla
CPF: 034.191.239-57

NOME: Elaine Staudt
CPF: 053.954.509-04

Palmeira

PREFEITURA

ERRATA_PL_15_PP_11_AQUISIÇÃO DE CAMISETAS, JALECOS, BONÉS E UNIFORMES PARA OS FUNCIONÁRIOS E ALUNOS DA REDE MUNICIPAL.

Publicação Nº 1968948

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

ERRATA PROCESSO LICITATÓRIO 15/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019

No PROCESSO LICITATÓRIO 15/2019, PREGÃO Nº 11/2019, RETIFICA O EDITAL do PREGÃO PRESENCIAL que tem por objeto a "Aquisição de Camisetas, Jalecos, bonés e Uniformes para os funcionários e alunos da rede municipal", onde se lê: O Credenciamento será feito a partir das 13h10min do dia 04.04.2019. Abertura da sessão será às 13h30min do mesmo dia., Leia-se: O Credenciamento será feito a partir das 13h10min do dia 12.04.2019 e a abertura da sessão será às 13h30min do mesmo dia. RETIFICANDO AINDA ITENS DO ANEXO II. Palmeira, 01 de abril de 2019. VIVIANE LOPES GODOY – Presidente da Comissão de Licitação

Papanduva

PREFEITURA

CONTRATO Nº 039/2019 - ALRFS IND. DE MÓVEIS

Publicação Nº 1968474

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

ESTADO DE SANTA CATARINA.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 039/2019

Objeto: EXTRATO de Contrato nº 039/2019, referente ao PREGÃO PRESENCIAL N º 016/2019, visando a aquisição de equipamentos de uso geral e equipamentos médico hospitalares de uso específico, com a finalidade de suprir as necessidades do Posto de Saúde Central. Contratante: Prefeitura Municipal de Papanduva. Contratadas: ALFRS INDÚSTRIA DE MÓVEIS LTDA . Valor: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais). Validade: 01/04/2020. Papanduva, 01 de Abril de 2019. Luiz Henrique Saliba - Prefeito municipal

Paraíso

PREFEITURA

ERRATA PR 16/2019

Publicação Nº 1969026

O MUNICÍPIO DE PARAÍSO, leva ao conhecimento dos interessados;

ERRATA DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

ONDE SE LÊ:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 36 22 de Março de 2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº36/2019

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

ABERTURA: 09/04/2019 HORÁRIO: 08h30min

LOCAL: NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL

1 – PREÂMBULO

1.1 - O MUNICÍPIO DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 80.912.009/0001-08, através do Sr. Valdecir Antonio Casagrande, Prefeito Municipal, portador do CPF nº. 563.501.399-68, residente e domiciliado à Linha Parque São Miguel, S/N, Interior, Paraíso (SC), no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM a qual será processada e julgada em conformidade da Lei Federal Nº 10.520/2002, Lei Federal 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, suas alterações posteriores, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pelos Decretos Municipais Nº 1.083/2006 e 1.394/2011 e demais legislações aplicáveis, com base nas condições e especificações constantes do presente ato convocatórios, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Rua Alcides Zanin, 593, centro, Paraíso (SC), visando a aquisição do objeto abaixo indicado, contendo as seguintes disposições:

1.2 – Os documentos de habilitação, bem como a proposta, serão ENTREGUES no local supra indicado, em envelopes lacrados, distintos, com identificação externa do seu conteúdo, até às 08h15min horas do dia 09 de Abril de 2019, sendo ABERTOS às 08h30min, observado o devido processo legal.

LEIA – SE:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 36 22 de Março de 2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº36/2019

REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO

ABERTURA: 15/04/2019 HORÁRIO: 08h30min

LOCAL: NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL

1 – PREÂMBULO

1.1 - O MUNICÍPIO DE PARAÍSO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 80.912.009/0001-08, através do Sr. Valdecir Antonio Casagrande, Prefeito Municipal, portador do CPF nº. 563.501.399-68, residente e domiciliado à Linha Parque São Miguel, S/N, Interior, Paraíso (SC), no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR ITEM a qual será processada e julgada em conformidade da Lei Federal Nº 10.520/2002, Lei Federal 8.666/93 de 21 de Junho de 1993, suas alterações posteriores, Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006, pelos Decretos Municipais Nº 1.083/2006 e 1.394/2011 e demais legislações aplicáveis, com base nas condições e especificações constantes do presente ato convocatórios, na sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Rua Alcides Zanin, 593, centro, Paraíso (SC), visando a aquisição do objeto abaixo indicado, contendo as seguintes disposições:

1.2 – Os documentos de habilitação, bem como a proposta, serão ENTREGUES no local supra indicado, em envelopes lacrados, distintos, com identificação externa do seu conteúdo, até às 08h15min horas do dia 15 de Abril de 2019, sendo ABERTOS às 08h30min, observado o devido processo legal.

ONDE SE LÊ:

ITEM	QUANT.	UND	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO MAXIMO	TOTAL PREÇO MAXIMO
01	01	SV	VEICULO NOVO ZERO KM, COR BRANCA, TIPO SEDÃ, COMBUSTI- VEL FLEX, MOTOR MINIMO 1.4, POTENCIA MINIMA DE 100CV, CAPACI- DADE PARA 5 PAS- SAGEIROS, AIRBAG PARA MOTORISTA E CARONA, COM NO MÍNIMO 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL COM NO MÍNIMO 05 MARCHAS E 01 RÉ, AR CONDICIONA- DO ORIGINAL DE FÁBRICA, DIREÇÃO HIDRAULICA/ELE- TRICA, CD PLAYER MP3/WMA AM/ FM AR CONDICIO- NADO ORIGINAL DE FABRICA, VIDRO, TRAVAS E ESPELHOS COM ACIONAMENTO ELÉTRICO; LIMPA- DOR E DESEMBA- ÇADOR DO VIDRO DIANTEIRO E TRASEIRO, TAPE- TES DE BORRACHA INTERNO, E DE- MAIS ACESSORIOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO.	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00
VALOR TOTAL MÁXIMO: R\$ 55.000,00 (CIN- QUENTA E CINCO MIL REAIS))						

LEIA – SE:

ITEM	QUANT.	UND	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	PREÇO UNITÁRIO MAXIMO	TOTAL PREÇO MAXIMO
------	--------	-----	---------------	-------	--------------------------	-----------------------

01	01	SV	VEICULO NOVO ZERO KM, COR BRANCA, TIPO SEDÃ, COMBUSTI- VEL FLEX, MOTOR MINIMO 1.4, PO- TENCIA MINIMA DE 85CV, CAPACIDADE PARA 5 PASSAGEI- ROS, AIRBAG PARA MOTORISTA E CA- RONA, COM NO MÍ- NIMO 04 PORTAS, CAMBIO MANUAL COM NO MÍNIMO 05 MARCHAS E 01 RÉ, AR CONDICIO- NADO ORIGINAL DE FÁBRICA, DIREÇÃO HIDRAU- LICA/ELETRICA, CD PLAYER MP3/ WMA AM/FM / USB, AR CONDICIONA- DO ORIGINAL DE FABRICA, VIDRO, TRAVAS ELÉTRICAS E ESPELHOS COM ACIONAMENTO ELÉTRICO OU MANUAL; LIMPA- DOR E DESEMBA- ÇADOR DO VIDRO DIANTEIRO E TRASEIRO, TAPE- TES DE BORRACHA INTERNO, E DE- MAIS ACESSORIOS EXIGIDOS PELA LEGISLAÇÃO DE TRANSITO.	R\$ 55.000,00	R\$ 55.000,00
----	----	----	---	-------	---------------	---------------

VALOR TOTAL MÁXIMO: R\$ 55.000,00 (CINQUENTA E CINCO MIL REAIS))

Paraíso/SC, 02 de Abril de 2019.
VALDECIR ANTÔNIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 10/2019

Publicação Nº 1967413

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/6
Processo Nº.: 33/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2019

No dia 1 do mês de Abril do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraiso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob o nº. 563.501.399-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 13/2019, Processo Licitatório nº. 33/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E TROFÉUS PARA OS CAMPEONATOS DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8205	A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI	
7220	GRAVAR ARTES COM.DE ARTIGOS PUB. LTDA ME	1, 2, 3, 8, 9
7739	TOMAZEL CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	4, 5, 6, 7

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI	12.144.365/0001-79	MARCOS LEHMAN	059.521.189-50
GRAVAR ARTES COM.DE ARTIGOS PUB. LTDA ME	03.857.139/0001-44	MARY STELA SURDI	846.174.549-34
TOMAZEL CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	06.233.677/0001-56	MOACIR TOMAZEL	423.794.319-49

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E TROFÉUS PARA OS CAMPEONATOS DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7220 - GRAVAR ARTES COM.DE ARTIGOS PUB. LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	MEDALHA DE OURO, FUNDIDA, QUADRADA OU REDONDA, 3 MM DE ESPESSURA, DIMENSÕES 8,0CM X 7,0CM, COM BORDAS TRABALHADAS, COM DETALHES NA PARTE EXTERNA PERSONALIZADA EM BAIXO E ALTO RELEVO NA FRENTE COM A LOGOMARCA DA PREFEITURA, PARTE DE TRÁS COM ESPAÇO RESERVADO DE 4,5 MM DE DIAMETRO PARA IMPRESSÃO DIGITAL E RESINA, FITA PERDONALIZADA DE GORGURÃO COM 45 CM DE COMPRIMENTO E COM 2,5 CM DE LARGURA, CONFORME SOLICITAÇÃO ESPECIFICA DO EVENTO E LOGO DA PREFEITURA.	UND	GRAVAR ART	450,000	5,5000	2.475,00
2	MEDALHA DE PRATA, FUNDIDA, QUADRADA OU REDONDA, 3 MM DE ESPESSURA, DIMENSÕES 8,0CM X 7,0CM, COM BORDAS TRABALHADAS, COM DETALHES NA PARTE EXTERNA PERSONALIZADA EM BAIXO E ALTO RELEVO NA FRENTE COM A LOGOMARCA DA PREFEITURA, PARTE DE TRÁS COM ESPAÇO RESERVADO DE 4,5 MM DE DIAMETRO PARA IMPRESSÃO DIGITAL E RESINA, FITA PERDONALIZADA DE GORGURÃO COM 45 CM DE COMPRIMENTO E COM 2,5 CM DE LARGURA, CONFORME SOLICITAÇÃO ESPECIFICA DO EVENTO E LOGO DA PREFEITURA.	UND	GRAVAR ART	450,000	5,3000	2.385,00
3	MEDALHA DE BRONZE, FUNDIDA, QUADRADA OU REDONDA, 3 MM DE ESPESSURA, DIMENSÕES 8,0CM X 7,0CM, COM BORDAS TRABALHADAS, COM DETALHES NA PARTE EXTERNA PERSONALIZADA EM BAIXO E ALTO RELEVO NA FRENTE COM A LOGOMARCA DA PREFEITURA, PARTE DE TRÁS COM ESPAÇO RESERVADO DE 4,5 MM DE DIAMETRO PARA IMPRESSÃO DIGITAL E RESINA, FITA PERDONALIZADA DE GORGURÃO COM 45 CM DE COMPRIMENTO E COM 2,5 CM DE LARGURA CONFORME SOLICITAÇÃO ESPECIFICA DO EVENTO E LOGO DA PREFEITURA.	UND	GRAVAR ART	900,000	5,0000	4.500,00
8	TROFÉU BRILHANTE PRATA OU DOURADO COM 32 CM DE COMPRIMENTO, 2MM DE ESPESSURA, 10 CM DE LARGURA LATONADO, PERSONALIZADO COM IMPRESSÃO DIGITAL, RESINADO, COM A BASE DE 12 CM.	UND	GRAVAR ART	8,000	58,0000	464,00
9	TROFÉU BRILHANTE PRATA OU DOURADO COM 60 CM DE COMPRIMENTO, 2MM DE ESPESSURA, 17 CM DE LARGURA LATONADO, PERSONALIZADO COM IMPRESSÃO DIGITAL, RESINADO COM A BASE DE 19 CM	UND	GRAVAR ART	7,000	73,0000	511,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 2/6
 Processo Nº.: 33/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

Fornecedor: 7739 - TOMAZEL CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	TROFÉU DOURADO COM 150 CM DE COMPRIMENTO, 2MM DE ESPESSURA, 30 CM DE LARGURA LATONADO, PERSONALIZADO COM IMPRESSÃO DIGITAL, RESINADO, COM A BASE DE 57 CM .	UND	VITÓRIA	8,000	228,9000	1.831,20
5	TROFÉU BRILHANTE DOURADO OU PRATA COM 136 CM DE COMPRIMENTO, 2MM DE ESPESSURA, 25 CM DE LARGURA LATONADO, PERSONALIZADO COM IMPRESSÃO DIGITAL, RESINADO, COM A BASE DE 53 CM .	UND	VITÓRIA	8,000	182,9000	1.463,20
6	TROFÉU BRILHANTE DOURADO OU PRATA COM 127 CM DE COMPRIMENTO, 2MM DE ESPESSURA, 20 CM DE LARGURA LATONADO, PERSONALIZADO COM IMPRESSÃO DIGITAL, RESINADO, COM A BASE DE 50 CM .	UND	VITÓRIA	8,000	219,0000	1.752,00
7	TROFÉU BRILHANTE PRATA OU DOURADO COM 36 CM DE COMPRIMENTO, 2MM DE ESPESSURA, 12 CM DE LARGURA LATONADO, PERSONALIZADO COM IMPRESSÃO DIGITAL, RESINADO, COM A BASE DE 15 CM .	UND	VITÓRIA	8,000	60,5000	484,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPágina: 3/6
Processo Nº.: 33/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei nº 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuária, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 4/6
Processo Nº.: 33/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 33/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 6/6
Processo Nº.: 33/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 1 de Abril de 2019.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI	CNPJ: 12.144.365/0001-79	_____
GRAVAR ARTES COM.DE ARTIGOS PUB. LTDA ME	CNPJ: 03.857.139/0001-44	_____
TOMAZEL CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	CNPJ: 06.233.677/0001-56	_____

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/6
 Processo Nº.: 33/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2019

No dia 1 do mês de Abril do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob o nº. 563.501.399-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 13/2019, Processo Licitatório nº. 33/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E TROFÉUS PARA OS CAMPEONATOS DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8205	A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI	
7220	GRAVAR ARTES COM.DE ARTIGOS PUB. LTDA ME	1, 2, 3, 8, 9
7739	TOMAZEL CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	4, 5, 6, 7

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI	12.144.365/0001-79	MARCOS LEHMAN	059.521.189-50
GRAVAR ARTES COM.DE ARTIGOS PUB. LTDA ME	03.857.139/0001-44	MARY STELA SURDI	846.174.549-34
TOMAZEL CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	06.233.677/0001-56	MOACIR TOMAZEL	423.794.319-49

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E TROFÉUS PARA OS CAMPEONATOS DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7220 - GRAVAR ARTES COM.DE ARTIGOS PUB. LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	MEDALHA DE OURO, FUNDIDA, QUADRADA OU REDONDA, 3 MM DE ESPESSURA, DIMENSÕES 8,0CM X 7,0CM, COM BORDAS TRABALHADAS, COM DETALHES NA PARTE EXTERNA PERSONALIZADA EM BAIXO E ALTO RELEVO NA FRENTE COM A LOGOMARCA DA PREFEITURA. PARTE DE TRÁS COM ESPAÇO RESERVADO DE 4,5 MM DE DIAMETRO PARA IMPRESSÃO DIGITAL E RESINA, FITA PERDONALIZADA DE GORGURÃO COM 45 CM DE COMPRIMENTO E COM 2,5 CM DE LARGURA, CONFORME SOLICITAÇÃO ESPECIFICA DO EVENTO E LOGO DA PREFEITURA.	UND	GRAVAR ART	450,000	5,5000	2.475,00
2	MEDALHA DE PRATA, FUNDIDA, QUADRADA OU REDONDA, 3 MM DE ESPESSURA, DIMENSÕES 8,0CM X 7,0CM, COM BORDAS TRABALHADAS, COM DETALHES NA PARTE EXTERNA PERSONALIZADA EM BAIXO E ALTO RELEVO NA FRENTE COM A LOGOMARCA DA PREFEITURA. PARTE DE TRÁS COM ESPAÇO RESERVADO DE 4,5 MM DE DIAMETRO PARA IMPRESSÃO DIGITAL E RESINA, FITA PERDONALIZADA DE GORGURÃO COM 45 CM DE COMPRIMENTO E COM 2,5 CM DE LARGURA, CONFORME SOLICITAÇÃO ESPECIFICA DO EVENTO E LOGO DA PREFEITURA.	UND	GRAVAR ART	450,000	5,3000	2.385,00
3	MEDALHA DE BRONZE, FUNDIDA, QUADRADA OU REDONDA, 3 MM DE ESPESSURA, DIMENSÕES 8,0CM X 7,0CM, COM BORDAS TRABALHADAS, COM DETALHES NA PARTE EXTERNA PERSONALIZADA EM BAIXO E ALTO RELEVO NA FRENTE COM A LOGOMARCA DA PREFEITURA. PARTE DE TRÁS COM ESPAÇO RESERVADO DE 4,5 MM DE DIAMETRO PARA IMPRESSÃO DIGITAL E RESINA, FITA PERDONALIZADA DE GORGURÃO COM 45 CM DE COMPRIMENTO E COM 2,5 CM DE LARGURA, CONFORME SOLICITAÇÃO ESPECIFICA DO EVENTO E LOGO DA PREFEITURA.	UND	GRAVAR ART	900,000	5,0000	4.500,00
8	TROFÉU BRILHANTE PRATA OU DOURADO COM 32 CM DE COMPRIMENTO, 2MM DE ESPESSURA, 10 CM DE LARGURA LATONADO, PERSONALIZADO COM IMPRESSÃO DIGITAL, RESINADO, COM A BASE DE 12 CM.	UND	GRAVAR ART	8,000	58,0000	464,00
9	TROFÉU BRILHANTE PRATA OU DOURADO COM 60 CM DE COMPRIMENTO, 2MM DE ESPESSURA, 17 CM DE LARGURA LATONADO, PERSONALIZADO COM IMPRESSÃO DIGITAL, RESINADO COM A BASE DE 19 CM	UND	GRAVAR ART	7,000	73,0000	511,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 2/6
 Processo Nº.: 33/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

Fornecedor: 7739 - TOMAZEL CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	TROFÉU DOURADO COM 150 CM DE COMPRIMENTO, 2MM DE ESPESSURA, 30 CM DE LARGURA LATONADO, PERSONALIZADO COM IMPRESSÃO DIGITAL, RESINADO, COM A BASE DE 57 CM .	UND	VITÓRIA	8,000	228,9000	1.831,20
5	TROFÉU BRILHANTE DOURADO OU PRATA COM 136 CM DE COMPRIMENTO, 2MM DE ESPESSURA, 25 CM DE LARGURA LATONADO, PERSONALIZADO COM IMPRESSÃO DIGITAL, RESINADO, COM A BASE DE 53 CM .	UND	VITÓRIA	8,000	182,9000	1.463,20
6	TROFÉU BRILHANTE DOURADO OU PRATA COM 127 CM DE COMPRIMENTO, 2MM DE ESPESSURA, 20 CM DE LARGURA LATONADO, PERSONALIZADO COM IMPRESSÃO DIGITAL, RESINADO, COM A BASE DE 50 CM .	UND	VITÓRIA	8,000	219,0000	1.752,00
7	TROFÉU BRILHANTE PRATA OU DOURADO COM 36 CM DE COMPRIMENTO, 2MM DE ESPESSURA, 12 CM DE LARGURA LATONADO, PERSONALIZADO COM IMPRESSÃO DIGITAL, RESINADO, COM A BASE DE 15 CM .	UND	VITÓRIA	8,000	60,5000	484,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/6
Processo N°. 33/2019
PREGÃO PRESENCIAL N°. 13/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 4/6
Processo Nº.: 33/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 33/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPágina: 6/6
Processo Nº.: 33/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 1 de Abril de 2019.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI	CNPJ: 12.144.365/0001-79	_____
GRAVAR ARTES COM.DE ARTIGOS PUB. LTDA ME	CNPJ: 03.857.139/0001-44	_____
TOMAZEL CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	CNPJ: 06.233.677/0001-56	_____

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/6
 Processo Nº.: 33/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2019

No dia 1 do mês de Abril do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob o nº. 563.501.399-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 13/2019, Processo Licitatório nº. 33/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E TROFÉUS PARA OS CAMPEONATOS DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
8205	A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI	
7220	GRAVAR ARTES COM.DE ARTIGOS PUB. LTDA ME	1, 2, 3, 8, 9
7739	TOMAZEL CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	4, 5, 6, 7

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI	12.144.365/0001-79	MARCOS LEHMAN	059.521.189-50
GRAVAR ARTES COM.DE ARTIGOS PUB. LTDA ME	03.857.139/0001-44	MARY STELA SURDI	846.174.549-34
TOMAZEL CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	06.233.677/0001-56	MOACIR TOMAZEL	423.794.319-49

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MEDALHAS E TROFÉUS PARA OS CAMPEONATOS DO MUNICÍPIO DE PARAISO/SC
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7220 - GRAVAR ARTES COM.DE ARTIGOS PUB. LTDA ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	MEDALHA DE OURO, FUNDIDA, QUADRADA OU REDONDA, 3 MM DE ESPESSURA, DIMENSÕES 8,0CM X 7,0CM, COM BORDAS TRABALHADAS, COM DETALHES NA PARTE EXTERNA PERSONALIZADA EM BAIXO E ALTO RELEVO NA FRENTE COM A LOGOMARCA DA PREFEITURA. PARTE DE TRÁS COM ESPAÇO RESERVADO DE 4,5 MM DE DIAMETRO PARA IMPRESSÃO DIGITAL E RESINA, FITA PERDONALIZADA DE GORGURÃO COM 45 CM DE COMPRIMENTO E COM 2,5 CM DE LARGURA, CONFORME SOLICITAÇÃO ESPECIFICA DO EVENTO E LOGO DA PREFEITURA.	UND	GRAVAR ART	450,000	5,5000	2.475,00
2	MEDALHA DE PRATA, FUNDIDA, QUADRADA OU REDONDA, 3 MM DE ESPESSURA, DIMENSÕES 8,0CM X 7,0CM, COM BORDAS TRABALHADAS, COM DETALHES NA PARTE EXTERNA PERSONALIZADA EM BAIXO E ALTO RELEVO NA FRENTE COM A LOGOMARCA DA PREFEITURA. PARTE DE TRÁS COM ESPAÇO RESERVADO DE 4,5 MM DE DIAMETRO PARA IMPRESSÃO DIGITAL E RESINA, FITA PERDONALIZADA DE GORGURÃO COM 45 CM DE COMPRIMENTO E COM 2,5 CM DE LARGURA, CONFORME SOLICITAÇÃO ESPECIFICA DO EVENTO E LOGO DA PREFEITURA.	UND	GRAVAR ART	450,000	5,3000	2.385,00
3	MEDALHA DE BRONZE, FUNDIDA, QUADRADA OU REDONDA, 3 MM DE ESPESSURA, DIMENSÕES 8,0CM X 7,0CM, COM BORDAS TRABALHADAS, COM DETALHES NA PARTE EXTERNA PERSONALIZADA EM BAIXO E ALTO RELEVO NA FRENTE COM A LOGOMARCA DA PREFEITURA. PARTE DE TRÁS COM ESPAÇO RESERVADO DE 4,5 MM DE DIAMETRO PARA IMPRESSÃO DIGITAL E RESINA, FITA PERDONALIZADA DE GORGURÃO COM 45 CM DE COMPRIMENTO E COM 2,5 CM DE LARGURA, CONFORME SOLICITAÇÃO ESPECIFICA DO EVENTO E LOGO DA PREFEITURA.	UND	GRAVAR ART	900,000	5,0000	4.500,00
8	TROFÉU BRILHANTE PRATA OU DOURADO COM 32 CM DE COMPRIMENTO, 2MM DE ESPESSURA, 10 CM DE LARGURA LATONADO, PERSONALIZADO COM IMPRESSÃO DIGITAL, RESINADO, COM A BASE DE 12 CM.	UND	GRAVAR ART	8,000	58,0000	464,00
9	TROFÉU BRILHANTE PRATA OU DOURADO COM 60 CM DE COMPRIMENTO, 2MM DE ESPESSURA, 17 CM DE LARGURA LATONADO, PERSONALIZADO COM IMPRESSÃO DIGITAL, RESINADO COM A BASE DE 19 CM	UND	GRAVAR ART	7,000	73,0000	511,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 2/6
 Processo Nº.: 33/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

Fornecedor: 7739 - TOMAZEL CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	TROFÉU DOURADO COM 150 CM DE COMPRIMENTO, 2MM DE ESPESSURA, 30 CM DE LARGURA LATONADO, PERSONALIZADO COM IMPRESSÃO DIGITAL, RESINADO, COM A BASE DE 57 CM .	UND	VITÓRIA	8,000	228,9000	1.831,20
5	TROFÉU BRILHANTE DOURADO OU PRATA COM 136 CM DE COMPRIMENTO, 2MM DE ESPESSURA, 25 CM DE LARGURA LATONADO, PERSONALIZADO COM IMPRESSÃO DIGITAL, RESINADO, COM A BASE DE 53 CM .	UND	VITÓRIA	8,000	182,9000	1.463,20
6	TROFÉU BRILHANTE DOURADO OU PRATA COM 127 CM DE COMPRIMENTO, 2MM DE ESPESSURA, 20 CM DE LARGURA LATONADO, PERSONALIZADO COM IMPRESSÃO DIGITAL, RESINADO, COM A BASE DE 50 CM .	UND	VITÓRIA	8,000	219,0000	1.752,00
7	TROFÉU BRILHANTE PRATA OU DOURADO COM 36 CM DE COMPRIMENTO, 2MM DE ESPESSURA, 12 CM DE LARGURA LATONADO, PERSONALIZADO COM IMPRESSÃO DIGITAL, RESINADO, COM A BASE DE 15 CM .	UND	VITÓRIA	8,000	60,5000	484,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 3/6
Processo N°. 33/2019
PREGÃO PRESENCIAL N°. 13/2019

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 4/6
Processo Nº.: 33/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 33/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPágina: 6/6
Processo Nº.: 33/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 1 de Abril de 2019.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL**Empresas Participantes:**

A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI

CNPJ: 12.144.365/0001-79

GRAVAR ARTES COM.DE ARTIGOS PUB. LTDA ME

CNPJ: 03.857.139/0001-44

TOMAZEL CALÇADOS E ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA

CNPJ: 06.233.677/0001-56

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2019

Publicação Nº 1968450

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/6
Processo Nº.: 34/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2019

No dia 1 do mês de Abril do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraíso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob o nº. 563.501.399-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 14/2019, Processo Licitatório nº. 34/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO OPERACIONAL PARA O EFETIVO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, CONFORME CONVÊNIO Nº 053/2014, CELEBRADO ENTRE O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9770	BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA	
9853	UNIFORMES GERAIS LTDA	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA	22.068.330/0001-51		
UNIFORMES GERAIS LTDA	02.777.319/0001-53		

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO OPERACIONAL PARA O EFETIVO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, CONFORME CONVÊNIO Nº 053/2014, CELEBRADO ENTRE O CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO/SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9853 - UNIFORMES GERAIS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CALÇA OPERACIONAL MASCULINA/FEMININA PADRÃO BMSC	UND	FUNCIONAL	92,000	98,0000	9.016,00
2	GANDOLA OPERACIONAL MASCULINA/FEMININA PADRÃO BMSC	UND	FUNCIONAL	45,000	149,0000	6.705,00
3	CAMISETA VERMELHA PADRÃO BMSC	UND	FUNCIONAL	80,000	26,0000	2.080,00
4	BLUSA DE INVERNO VERMELHA BMSC	UND	FUNCIONAL	10,000	110,0000	1.100,00
5	CACHECOL MARINHO FLEECE BMSC	UND	FUNCIONAL	10,000	28,0000	280,00
6	TOUCA MARINHO FLEECE BMSC	UND	FUNCIONAL	10,000	28,0000	280,00
7	JAQUETA DUPLA FACE PADRÃO BMSC	UND	FUNCIONAL	16,000	262,0000	4.192,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 2/6
Processo Nº.: 34/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAÍSO**

Página: 3/6
Processo Nº.: 34/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES**5.1. Compete ao Órgão Gestor:**

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO**

Página: 4/6
Processo Nº.: 34/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susgado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 5/6
Processo Nº.: 34/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 14/2019

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3. será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraisópolis para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPágina: 6/6
Processo N°.: 34/2019
PREGÃO PRESENCIAL N°. 14/2019

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 1 de Abril de 2019.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

BIANCA UNIFORMES PROFISSIONAIS LTDA

CNPJ: 22.068.330/0001-51 _____

UNIFORMES GERAIS LTDA

CNPJ: 02.777.319/0001-53 _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2019

Publicação Nº 1968564

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 1/8
Processo Nº.: 31/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 12/2019

No dia 1 do mês de Abril do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 80.912.009/0001-08, com sede administrativa localizada na RUA ALCIDES ZANIN, 593, bairro CENTRO, CEP nº. 89906-000, nesta cidade de Paraiso/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a) VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE, inscrito no CPF sob o nº. 563.501.399-68, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 12/2019, Processo Licitatório nº. 31/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GRUPAMENTO DA POLICIA MILITAR DE PARAISO/SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
7303	DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA	24, 29, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 39, 40, 41, 57, 58, 75, 81, 85, 100, 110, 118
8441	JP EQUIPAMENTOS LTDA	7, 8, 9, 10, 11, 28, 44, 47, 48, 80, 97, 103, 119
8337	LOTERICA E COMERCIO SL EIRELI	3, 4, 13, 14, 15, 16, 23, 25, 27, 56, 61, 62, 84, 94, 104, 105, 106, 107, 108, 122, 123
8403	MAICON NARCISO	1, 22, 49, 53, 63, 76, 77, 78, 82, 112
8780	PEGASUS ATACADISTA LTDA	2, 6, 30, 38, 50, 54, 83, 86, 89, 101, 113, 114, 116, 117, 121
8781	PREMIER COMERCIO LTDA	72, 73, 74
7888	TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	5, 12, 17, 18, 19, 20, 21, 26, 31, 42, 43, 45, 46, 51, 52, 55, 59, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 79, 87, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 98, 99, 102, 109, 111, 120

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. 1560 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA	03.508.291/0001-11	DOMENICO MARTINI NETO	065.422.279-70
JP EQUIPAMENTOS LTDA	13.772.057/0001-50	FERNANDO ANDRÉ LAHR	080.640.769-78
LOTERICA E COMERCIO SL EIRELI	15.082.583/0001-14	CLEYTON RICARDO LAZAROTTO	884.567.571-87
MAICON NARCISO	08.869.085/0001-50	MAICON NARCISO	049.413.729-05
PEGASUS ATACADISTA LTDA	14.797.430/0001-90	UYLSON CARDOSO THOMÉ	071.887.989-90
PREMIER COMERCIO LTDA	11.688.438/0001-20	MARCIO LUIZ ELEODORO	016.976.359-54
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	04.303.600/0001-80	LUIZ FLACH	883.832.700-97

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS E MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES E PROGRAMAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GRUPAMENTO DA POLICIA MILITAR DE PARAISO/SC
Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 7303 - DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
24	CLIPS METAL Nº 04 - 500GR	CX	BRW	32,000	11,5000	368,00
29	CORRETIVO LIQUIDO 18 ML C/12	CX	FRAMA	10,000	24,5600	245,60
32	ENVELOPE 16 X 22 - BRANCO	UND	FORONI	530,000	0,2500	132,50
33	ENVELOPE 16 X 22 - PARD0	UND	FORONI	530,000	0,2500	132,50
34	ENVELOPE 16 X 22 AMARELO	UND	FORONI	530,000	0,2500	132,50
35	ENVELOPE 24 X 34 - BRANCO	UND	FORONI	530,000	0,3500	185,50
36	ENVELOPE 24 X 34 - PARD0	UND	FORONI	530,000	0,3000	159,00
37	ENVELOPE 24 X 34 AMARELO	UND	FORONI	530,000	0,3300	174,90
39	EXTRATOR PARA GRAMPO EM AÇO INOX - TIPO ESPATULA	UND	CAVIA	50,000	2,8600	143,00
40	E.V.A. ESCOVADO TAM. 40X60 2MM (CORES SORTIDAS)	UND	HAITI	800,000	4,9500	3.960,00
41	E.V.A. LISO TAM. 40X60 2MM (CORES SORTIDAS)	UND	HAITI	2.000,000	1,9800	3.960,00
57	LIVRO ATA COM 50 FOLHAS	UND	FORONI	18,000	11,1300	200,34

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 2/8
 Processo Nº.: 31/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019

Fornecedor: 7303 - DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
58	LIVRO PONTO TIPO OFÍCIO COM 100 FOLHAS. FOLHAS NUMERADAS TIPOGRAFICAMENTE. POSSUIR CAMPO PARA 4 ASSINATURAS (EXPEDIENTE NORMAL E PRORROGAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO: HORA EXTRA) MINIMO: 218MMX319MM	UND	TILIBRA	15,000	22,7800	341,70
75	PAPEL SEDA - CORES SORTIDAS	UND	VMP	50,000	0,2800	14,00
81	PERFURADOR DE PAPEL 02 FUROS P/70 FOLHAS	UND	BRW	12,000	77,9000	934,80
85	PINCEL PARA PINTURA Nº12	UND	TIGRE	20,000	3,7300	74,60
100	TESOURA PARA TECIDO	UND	GRAMPLINE	92,000	11,2500	1.035,00
110	ISOPOR FOLHA	UND	ISOFRIO	150,000	3,7800	567,00
118	FOLHA PLÁSTICA PARA FICHÁRIO - TAMANHO OFÍCIO.	UND	DAC	40,000	0,2500	10,00

Fornecedor: 7888 - TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	BARBANTE 08 FIOS 100% ALGODÃO - ROLO COM 300 METROS	RL	BARB PIRATII	35,000	20,2000	707,00
12	CAIXA ARQUIVO MORTO - PAPELÃO - TAMANHO: 25x35, 5x13,5	UND	CN	470,000	3,0000	1.410,00
17	CARTOLINA AMARELA	UND	SÃO MIGUEL	700,000	0,6400	448,00
18	CARTOLINA AZUL	UND	SÃO MIGUEL	700,000	0,6300	441,00
19	CARTOLINA ROSA	UND	SÃO MIGUEL	720,000	0,6300	453,60
20	CARTOLINA BRANCA	UND	SÃO MIGUEL	1.720,000	0,6300	1.083,60
21	CARTOLINA VERDE	UND	SÃO MIGUEL	700,000	0,6300	441,00
26	COLA BRANCA 1KG	UND	PIRATININGA	80,000	9,7000	776,00
31	E.V.A. DECORADO TAM 40X60 2MM (CORES E DECORAÇÕES SORTIDAS)	UND	EVAMAX	220,000	4,8600	1.069,20
42	FITA EMPACOTAMENTO 45X45MT	RL	ADELBRAS	180,000	2,6500	477,00
43	FITA PAPEL 19X50	RL	ADELBRAS 11	169,000	7,2000	1.216,80
45	FITA PAPEL 38X50	RL	ADELBRAS 31	162,000	18,0000	2.916,00
46	GIZ BRANCO C/ 64 BASTOES	CX	DELTA	15,000	2,9300	43,95
51	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR GALVANIZADO 23/8, CAIXA C/ 5.000 UND	CX	GRAMP LINE	60,000	16,8000	1.008,00
52	GRAMPOS PARA GRAMPEADOR COBREADOS 26/6 FABRICADOS COM ARAME DE AÇO REVESTIDO RESISTENTE A OXIDAÇÃO. CAIXA COM 5.000 UNIDADES - Indicados para grampear até 20 folhas	CX	JOCAR	200,000	5,4000	1.080,00
55	LAPIS DE COR GRANDE COM 12 CORES	CX	LEO E LEO	550,000	5,5500	3.052,50
59	MARCADOR DE TEXTO C/12 UND - SORTIDOS	CX	MASTERPRIN	22,000	17,5000	385,00
64	PAPEL CAMURÇA - CORES SORTIDAS	UND	RST	210,000	0,8600	180,60
65	PAPEL CONTACTIL TRANSPARENTE	MTS	IMPRI	1.300,000	2,6600	3.458,00
66	PAPEL CREPOM - CORES SORTIDAS	UND	RST	550,000	0,9400	517,00
67	PAPEL DOBRADURA CORES SORTIDAS	FLS	RST	310,000	0,5700	176,70
68	PAPEL DUPLA FACE - CORES SORTIDAS	UND	RST	1.750,000	0,9000	1.575,00
69	PAPEL DUPLEX - CORES SORTIDAS	UND	RST	1.700,000	0,9100	1.547,00
70	PAPEL LAMINADO - CORES DIVERSAS	UND	RST	290,000	1,1200	324,80
71	PAPEL MICROONDULADO - CORES SORTIDAS	UND	RST	400,000	2,8400	1.136,00
79	PASTA DE PP (POLIPROPILENO) COM ELÁSTICO - TAMANHO OFÍCIO, SORTIDAS.	UND	POLIBRAS	650,000	2,7100	1.761,50
87	PINCEL PARA PINTURA Nº 02	UND	LEO E LEO	55,000	2,4500	134,75
88	PINCEL PARA PINTURA Nº 04	UND	LEO E LEO	55,000	2,4000	132,00
90	PINCEL PARA PINTURA Nº 10	UND	LEO E LEO	55,000	2,7800	152,90
91	PINCEL PARA PINTURA Nº 14	UND	LEO E LEO	20,000	3,3300	66,60
92	PINCEL PARA PINTURA Nº 16	UND	LEO E LEO	20,000	3,4000	68,00
93	PISTOLA COLA QUENTE PEQUENA	UND	CLASSE JL	94,000	8,0000	752,00
95	REFIL COLA QUENTE FINA	UND	RENDICOLLA	2.200,000	0,4000	880,00
96	REFIL COLA QUENTE GROSSA	UND	CLASSE JL	600,000	0,5200	312,00
98	TESOURA DE USO GERAL INOX 7 POLEGADAS - PRETA	UND	JOCAR	25,000	4,9000	122,50
99	TESOURA ESCOLAR SEM PONTA - CORES DIVERSAS	UND	JOCAR	720,000	2,8500	2.052,00
102	TINTA GUACHE 250 ML - CORES DIVERSAS	FR	PIRATININGA	650,000	2,0000	1.300,00
109	TNT 1,40 X 50M - CORES SORTIDAS	M	SUL BRASIL	3.000,000	0,7500	2.250,00
111	CALCULADORA GRANDE 12 DIGITOS	UND	CLASSE JL	25,000	8,0000	200,00
120	PASTA SANFONADA DE 30 DIVISÓRIAS, COM ELÁSTICO, 250X350X70MM	UND	POLIBRAS	120,000	25,8000	3.096,00

Fornecedor: 8337 - LOTERICA E COMERCIO SL EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	APONTADOR DE PLÁSTICO SEM DEPÓSITO, RETANGULAR, LÂMINA DE AÇO - CAIXA COM 12 UNIDADES	CX	brw	46,000	9,5000	437,00
4	BALÃO LISO SORTIDO Nº 07 - PACOTE COM 50 UNIDADES	PCT	riberball	100,000	9,7500	975,00
13	CANETAS ESFEROGRAFICAS AZUL CX C/50	CX	make	58,000	39,1000	2.267,80
14	CANETAS ESFEROGRAFICAS PRETA CX C/50	CX	make	33,000	39,1000	1.290,30
15	CANETAS ESFEROGRAFICAS VERMELHAS CX C/50	CX	make	25,000	39,1000	977,50
16	CANETAS HIDROCOR COM 24 UND	PCT	leonora	340,000	10,4500	3.553,00
23	CLIPS COLORIDO MEDIO Nº 3/0 - caixa com 50 UND	CX	bacchi	115,000	4,5900	527,85

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 3/8
 Processo Nº.: 31/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019

Fornecedor: 8337 - LOTERICA E COMERCIO SL EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
25	COLA BASTAO 9G	UND	make	275,000	1,9500	536,25
27	COLA BRANCA 40GR C/6	PCT	frama	225,000	6,0000	1.350,00
56	LAPIS PRETO CX C/144 UN	CX	make	42,000	82,7000	3.473,40
61	MASSA PARA MODELAR, COM 12 CORES, 180G, A BASE DE AMIDO, NÃO TÓXICA, 12 UNIDADES.	UND	acrillex	650,000	4,6400	3.016,00
62	MOLHA DEDO GLICERINA 12G	UND	radex	30,000	3,0900	92,70
84	PINCEL PARA PINTURA Nº 06	UND	jocar	20,000	2,8300	56,60
94	PISTOLA COLA QUENTE GRANDE	UND	jl	30,000	11,5000	345,00
104	TINTA UNIVERSAL PARA PINCEL MARCADOR DE QUADRO BRANCO, TUBO DE 200ML - COR PRETA	FRA	pilot	10,000	8,4000	84,00
105	TINTA UNIVERSAL PARA PINCEL MARCADOR DE QUADRO BRANCO, TUBO DE 200ML - COR AZUL	FRA	pilot	10,000	8,4000	84,00
106	TINTA UNIVERSAL PARA PINCEL MARCADOR DE QUADRO BRANCO, TUBO DE 200ML - COR VERMELHA	FRA	pilot	10,000	8,4000	84,00
107	TINTA UNIVERSAL PARA PINCEL MARCADOR DE QUADRO BRANCO, TUBO DE 200ML - COR VERDE	FRA	pilot	10,000	8,4000	84,00
108	TINTA TECIDO 250ML - CORES SORTIDAS	UND	acrillex	120,000	9,0000	1.080,00
122	CORTINA BLACKOUT PVC (PLÁSTICO) 2,00X1,80	UND	cipatex	30,000	83,9000	2.517,00
123	CORTINA BLACKOUT 2,20MX1,30M	UND	cipatex	30,000	43,9900	1.319,70

Fornecedor: 8403 - MAICON NARCISO						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ALGODAO 25 GR	UN	ALGOBOM	15,000	4,0800	61,20
22	CD-RW	UN	MULTILASER	130,000	2,9400	382,20
49	GRAMPEADOR METALICO PROFISSIONAL CAPACIDADE PARA GRAMPEAR ATÉ 210 FOLHAS, PINTURA EPOXI (LIQUIDA), MOLA RESISTENTE COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA, GRAMPO ABERTO E FECHADO - COM AJUSTE DE PROFUNDIDADE, GRAMPOS TIPO 23/8	UND	JOCAR	19,000	84,7000	1.609,30
53	GRAMPOS PARA PASTAS - TIPO TRILHO 80 mm - CAIXA COM 50 UNIDADES - AÇO ESTANHADO - COMPRIMENTO DA LINGUETA (HASTE) 50mm. Capacidade para prender até 300 folhas de papel ofício.	CX	BRW	225,000	9,4000	2.115,00
63	NOVELO DE LÃ COM 10 gram as - CORES DIVERSAS	UND	CWB	25,000	5,6000	140,00
76	PAPEL VERGÊ BRANCO, TAMANHO A4, PACOTE DE 180G.	PCT	MASTERPRIN	30,000	17,7500	532,50
77	PAPEL VERGÊ COLORIDO, SORTIDO, TAMANHO A4, PACOTE DE 180G.	PCT	FILIPAPER	30,000	18,9900	569,70
78	PASTA CATÁLOGO COM 100 FOLHAS DE PLASTICO - COR PRETA	UND	DAC	149,000	19,6000	2.920,40
82	PINCEL ATOMICO PONTA FINA CX C/12 UN	CX	LEONORA	24,000	28,7800	690,72
112	BLOCO DE NOTAS SUPER ADESIVAS (POST-IT), 47,6CM, X 47,6CM, 3 CORES POR BLOCO, BLOCOS COM 400. PCT	PCT	NOTEFIX	80,000	9,0000	720,00

Fornecedor: 8441 - JP EQUIPAMENTOS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
7	CADERNO BROCHURA 48 FOLHAS - CAPA FLEXIVEL - PEQUENO	UND	Credeal	1.000,000	1,6700	1.670,00
8	CADERNO BROCHURA CAPA DURA COM 48 FOLHAS - pequeno	UND	Credeal	280,000	2,7000	756,00
9	CADERNO DE DESENHO ESPIRAL COM 48 FOLHAS - GRANDE	UND	Panamericana	550,000	3,4300	1.886,50
10	CADERNO ESPIRAL 48 FOLHAS - CAPA FLEXIVEL - PEQUENO	UND	Panamericana	520,000	1,8800	977,60
11	CADERNO ESPIRAL 96 FOLHAS - CAPA FLEXIVEL - PEQUENO	UND	Panamericana	250,000	3,8200	955,00
28	COLA GLITER 35GR - CORES SORTIDAS	UND	Acrillex	360,000	3,2400	1.166,40
44	FITA PAPEL 25X50	RL	Adelbras 24x5	152,000	11,9000	1.808,80
47	GIZ COLORIDO C/ 64 BASTOES	CX	Delta	25,000	3,4400	86,00
48	GIZ DE CERA FINO - CAIXA COM 12 CORES - NÃO TÓXICO - MEDINDO APROXIMADAMENTE 9 cm de altura	CX	Acrillex	250,000	2,8900	722,50
80	PERCEVEJOS LATONADO - CAIXA COM 100 UNIDADES	CX	Prayon	15,000	3,7900	56,85
97	REGUA PLASTICA 30CM - TRANSPARENTE	UND	Waleu	650,000	0,8700	565,50
103	TINTA P/ CARIMBO 40ML PRETO	UND	Radex	10,000	4,8900	48,90
119	PASTA AZ LOMBO LARGO, 350X280X80MM.	UND	Frama	80,000	6,6500	532,00

Fornecedor: 8780 - PEGASUS ATACADISTA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
2	APAGADOR PARA QUADRO BRANCO	UND	Carbrink	31,000	7,1700	222,27
6	BORRACHA BRANCA ESCOLAR Nº40 CX C/40 UND	CX	zap	35,000	17,6000	616,00
30	DVD VIRGEM	UND	print	130,000	1,9700	256,10
38	ESTILETE LARGO COM TRAVA	UND	master	107,000	3,0900	330,63
50	GRAMPEADOR METALICO CAPACIDADE PARA GRAMPEAR ATÉ 25 FOLHAS, PINTURA EPOXI (LIQUIDA), APOIO DA BASE MATERIAL PLASTICO POLIETILENO, FABRICADO EM CHAPA DE AÇO, MOLA RESISTENTE COM RETRAÇÃO AUTOMÁTICA, GRAMPO ABERTO E FECHADO - GRAMPEAR ATÉ 25 FOLHAS E ALFINETA ATÉ 15 FOLHAS, CAPACIDADE DE CARGA DE UM PENTE DE 208 GRAMAS TIPO 26/6	UND	classe	65,000	28,3000	1.839,50
54	LAPIS DE COR GRANDE C/24 CORES	CX	brw	800,000	14,4000	11.520,00
83	PINCEL ATOMICO PONTA GROSSA CX C/12 UND	CX	bic	46,000	39,9000	1.835,40
86	PINCEL PARA PINTURA Nº00	UND	leonora	70,000	2,5500	178,50

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 4/8
 Processo Nº.: 31/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019

Fornecedor: 8780 - PEGASUS ATACADISTA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
89	PINCEL PARA PINTURA Nº 08	UND	leonora	55,000	2,5000	137,50
101	TINTA FACIAL com 20 gr - CORES DIVERSAS	UND	rostinho pintad	140,000	9,0000	1.260,00
113	PAPEL DE PRESENTE ROLO 20MT	RL	sj	10,000	15,0000	150,00
114	CADERNO DE CALIGRAFIA, 140MM X 202MM.	UND	panamericana	350,000	0,9900	346,50
116	FITA ADESIVA KRAFT CORRUGADO, 36 X 50M.	UND	nastro	100,000	7,1000	710,00
117	ESPETO CHURRASCO DE MADEIRA, 3,5X250MM 100 UNIDADES	PCT	gaboardi	10,000	3,2000	32,00
121	TINTA SPRAY - SECAGEM RAPIDA - 400 ML - TODAS AS CORES	UND	paint	25,000	9,6000	240,00

Fornecedor: 8781 - PREMIER COMERCIO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
72	PAPEL OFICIO A4 210X297MM CX C/5.000 FOLHAS	CX	globotec new p	300,000	144,9900	43.497,00
73	PAPEL OFICIO COLORIDO 100 FL - cores sortidas	PCT	chamex'	98,000	5,0000	490,00
74	PAPEL PARDO 20 KG	RL	sos	10,000	82,0000	820,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPágina: 5/8
Processo N°. 31/2019
PREGÃO PRESENCIAL N°. 12/2019**CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS**

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 5.1. Compete ao Órgão Gestor:
- 5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;
- 5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.
- 5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.
- 5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;
- 5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.
- 5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;
- 5.1.6. Emitir a autorização de compra;
- 5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;
- 5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:
- 5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;
- 5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;
- 5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.
- 5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:
- 5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;
- 5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;
- 5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;
- 5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;
- 5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;
- 5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;
- 5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.
- 5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.
- 5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 6/8
Processo Nº.: 31/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISO

Página: 7/8
Processo Nº.: 31/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 12/2019

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARAISOPágina: 8/8
Processo N°. 31/2019
PREGÃO PRESENCIAL N°. 12/2019**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA**

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paraíso para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Paraíso, 1 de Abril de 2019.

VALDECIR ANTONIO CASAGRANDE
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

DALLA VECCHIA & MARTINI LTDA	CNPJ: 03.508.291/0001-11	_____
JP EQUIPAMENTOS LTDA	CNPJ: 13.772.057/0001-50	_____
LOTERICA E COMERCIO SL EIRELI	CNPJ: 15.082.583/0001-14	_____
MAICON NARCISO	CNPJ: 08.869.085/0001-50	_____
PEGASUS ATACADISTA LTDA	CNPJ: 14.797.430/0001-90	_____
PREMIER COMERCIO LTDA	CNPJ: 11.688.438/0001-20	_____
TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA	CNPJ: 04.303.600/0001-80	_____

Passo de Torres

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2019/FMS

Publicação Nº 1968800

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 006/2019/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES
Contratada: GUSTAVO MALTEZ SIELER 67542441000 CNPJ: 26.060.870/0001-40.
Valor Global: R\$ 16.425,00 (dezesesseis mil, quatrocentos e vinte e cinco reais)
Vigência: Início: 11/03/2019 Término: 31/12/2019
Licitação: Dispensa de Licitação Nº 004/2019/FMS.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ALUGUEL DE EMPRESSORAS A SEREM INSTALADAS NOS POSTOS DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES/SC.
Passo de Torres – SC, 11 de março de 2019.
CAIO ROBÉRIO BARPP DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2019/FMS

Publicação Nº 1968838

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 007/2019/FMS

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES
Contratada: JEAN CARLOS PAULO KUNZ.
Valor Global: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)
Vigência: Início: 13/03/2019 Término: 31/12/2019
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA MINISTRAR CURSO DE TREINAMENTO DO SIA, FPO, BPA, CNES, E-GESTOR E FNS, PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES/SC, NO EXERCÍCIO DE 2019
Passo de Torres – SC, 13 de março de 2019.
CAIO ROBÉRIO BARPP DA SILVA
Secretário Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2019

Publicação Nº 1967957

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 015/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
Contratada: RAMON GUSTAVO SANTOS BITENCOURT ME
Valor Global: R\$ 6.810,00 (seis mil, oitocentos e dez reais).
Vigência: Início: 22/01/2019 Término: 31/03/2019
Licitação: Dispensa de Licitação Nº 008/2019.
Objeto: RECOMPOSIÇÃO DO PAVIMENTO EM PEDRAS IRREGULARES, A SER REALIZADA NA RUA SANTA CATARINA, BAIRRO CARAVELLE, NESTE MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, COM ÁREA DE 227,00M², CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO BÁSICO EM ANEXO".
Passo de Torres – SC, 22 de janeiro de 2019.
JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2019

Publicação Nº 1967948

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 016/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
Contratada: RAMON GUSTAVO SANTOS BITENCOURT ME
Valor Global: R\$ 3.750,00 (três mil, setecentos e cinquenta reais).

Vigência: Início: 22/01/2019 Término: 31/03/2019

Licitação: Dispensa de Licitação Nº 009/2019.

Objeto: RECOMPOSIÇÃO DO PAVIMENTO EM PEDRAS IRREGULARES, A SER REALIZADA NA RUA CAFÉ FILHO, BAIRRO CARAVELLE, NESTE MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, COM ÁREA DE 125,00M², CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO BÁSICO EM ANEXO".
Passo de Torres – SC, 22 de janeiro de 2019.

JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2019

Publicação Nº 1967849

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
Contratada: FILIPI RODRIGUES OLIVEIRA EPP
Valor Global: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
Vigência: Início: 24/01/2019 Término: 31/12/2019

Licitação: Pregão presencial Nº 001/2019.

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÁS P45 PARA SER UTILIZADO NAS ESCOLAS E CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DO MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES/SC, NO EXERCÍCIO DE 2019.

Passo de Torres – SC, 24 de janeiro de 2019.

JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 077/2018

Publicação Nº 1967998

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO Nº 077/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES
Contratada: LITORAL SUL CONSULTORIA PROJETOS DE ENGENHARIA EIRELI
Vigência: Início: 31/01/2019 Término: 31/03/2019
Licitação: Convite p/ Obras e Serviços de engenharia nº 056/2018

Objetivo: O objeto do presente termo aditivo consiste na prorrogação por mais 02(dois) meses da vigência contratual, com novo vencimento previsto para o dia 31/03/2019.

Passo de Torres – SC, 31 de janeiro de 2019.

JONAS GOMES DE SOUZA
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 04 AO CONTRATO Nº 070/2018

Publicação Nº 1967984

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PASSO DE TORRES

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 04 AO CONTRATO Nº 070/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE PASSO DE TORRES

Contratada: JR CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA EPP.

Vigência: Início: 11/01/2019 Término: 28/02/2019

Licitação: Tomada de Preço nº 001/2018

Objetivo: O termo aditivo consiste no acréscimo de R\$ 22.713,92 (vinte e dois mil, setecentos e treze reais e noventa e dois centavos), referente ao reequilíbrio econômico e financeiro requerido pela contratada e devidamente comprovado.

Passo de Torres – SC, 11 de janeiro de 2019.

JONAS GOMES DE SOUZA

Prefeito Municipal

EXTRATO PUBLICACAO DL 04/2019/FMS

Publicação Nº 1968801

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES/SC
Processo Licitatório nº. 004/2019/FMS

Modalidade – Dispensa de Licitação nº. 004/2019/FMS

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ALUGUEL DE IMPRESSORAS A SEREM INSTALADAS NOS POSTOS DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES/SC.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PASSO DE TORRES

CONTRATADO: GUSTAVO MALTEZ SIELER 67542441000, CNPJ: 26.060.870/0001-40.

VIGÊNCIA: 11/03/2019 à 31/12/2019

Justifica-se a necessidade de contratação por tratar-se de um serviço necessário para a realização dos atendimentos bem como realização dos procedimentos administrativos nos Postos de Saúde do município de Passo de Torres/SC. O Contratado apresentou toda a documentação necessária e exigida para a presente Dispensa de Licitação, apresentou preço compatível com o de mercado, e aceitou todas as cláusulas da Minuta Contratual.

Passo de Torres - SC, em 11 de março de 2019.

Caio Robério Barpp da Silva

Secretário Municipal de Saúde

Passos Maia**PREFEITURA****DECRETO Nº 019/2019, DE 1º DE ABRIL DE 2019.**

Publicação Nº 1967901

DECRETO Nº 019/2019, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

“REGULAMENTA FORMA E PRAZOS PARA PAGAMENTO DE TAXA DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO, ALVARÁ, TAXA DE EXPEDIENTE E IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA, PARA O EXERCÍCIO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDEMAR JOSÉ MICHELON, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o Art. 62, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e Art. 222, da Lei Complementar 033/2009 de 29 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam definidos os critérios, forma e prazo para o recebimento das Taxas de localização, Alvará, Expediente e Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza (ISSQN), para o exercício de 2019.

Art. 2º O Pagamento das taxas referentes à Licença para Localização e Funcionamento e Alvará poderá ser efetuado em cota única até 10/05/2019, com desconto de 20% (vinte por cento) ou em 3 (três) parcelas, sem desconto, vencíveis respectivamente em 10/05/2019, 10/06/2019 e 10/07/2019.

Art. 3º O recolhimento das taxas municipais deverá ser efetuado em qualquer agência bancária, por meio de boleto bancário. Parágrafo único: O pagamento por cheque considerar-se-á quitado somente após a sua efetiva compensação.

Art. 4º A inadimplência ocasionará a suspensão da validade da Licença para Localização e Funcionamento e do Alvará até a regularização do débito municipal.

Art. 5º O Pagamento das taxas referentes à Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza deverá ser efetuado até o dia 10 (dez) do mês subsequente à data da prestação do serviço.

Art. 6º As taxas pagas fora dos prazos estabelecidos sofrerão os reajustes previstos em Lei.

Art. 7º Pelo presente Decreto ficam notificados os contribuintes do lançamento do tributo, bem como, da possibilidade da retirada do documento de arrecadação a partir de 20 de abril de 2019, junto ao Departamento de Tributação da Administração Municipal de Passos Maia. A emissão do referido documento de arrecadação também poderá ser feita através do site www.passosmaia.sc.gov.br, na aba “Portal do Cidadão”, pelo link “Guias de Alvará”.

Art. 8º Após a quitação das taxas de alvará para localização e funcionamento, o mesmo poderá ser emitido pelo site www.passosmaia.sc.gov.br, na aba “Portal do Cidadão”, pelo link “Alvará”, ou também poderá ser obtido junto ao Departamento Municipal de Tributação.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Passos Maia/SC, 01 de abril de 2019.

EDEMAR JOSE MICHELON

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos atos oficiais.

DECRETO Nº 020/2019, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1967923

DECRETO Nº 020/2019, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

“REGULAMENTA FORMA E PRAZOS PARA PAGAMENTO DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO E TAXAS INERENTES, DE CONFORMIDADE COM O CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2019, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

EDEMAR JOSÉ MICHELON, Prefeito Municipal de Passos Maia em Exercício, no uso das atribuições de seu cargo, e de conformidade com o art. 62, Inciso V, da Lei Orgânica Municipal, c/c CAPÍTULO VIII, da Lei Complementar 033/2009, de 29 de dezembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Ficam definidos os critérios, formas e prazos para o pagamento de Imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU, Taxas de Expediente, de Coleta de Lixo e de Conservação Pública para o exercício de 2019.

Art. 2º O Pagamento dos tributos poderá ser efetuado em cota única com desconto de 20% (vinte por cento) até 10/05/2019, com desconto de 10% (dez por cento) até 10/06/2019 e com desconto de 5% (cinco por cento) até 10/07/2019, ou em cinco parcelas iguais e sucessivas, sem desconto, vencíveis respectivamente em 10/05/2019, 10/06/2019, 10/07/2019, 10/08/2019, e 10/09/2019.

Art. 3º A mora ou inadimplemento sujeita o devedor ao pagamento de multa moratória de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, até o limite de 20% (vinte por cento) sobre o valor de cada parcela em atraso, sem prejuízo da correção monetária.

Art. 4º O recolhimento do referido tributo e das aludidas taxas poderá ser efetuado em qualquer agência bancária, mediante o pagamento de boleto bancário.

Parágrafo único: O pagamento por cheque considerar-se-á quitado somente após a sua efetiva compensação.

Art. 5º Pelo presente Decreto ficam notificados os contribuintes do lançamento do tributo, bem como, da possibilidade da retirada do documento de arrecadação a partir de 20 de abril de 2019 junto ao Departamento de Tributação da Administração Municipal, ou através do site www.passosmaia.sc.gov.br, na aba "Portal do Cidadão", pelo link "Guias de IPTU".

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Cumpra-se e publique-se.

Passos Maia/SC, 1º de abril de 2019.

EDEMAR JOSÉ MICHELON

Prefeito Municipal em Exercício

Certifico que o presente Decreto foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (www.diariomunicipal.sc.gov.br) em observância ao disposto no Art. 91-A da Lei Orgânica Municipal.

EDSON SALVADEGO

Responsável pela publicação dos atos oficiais.

Paulo Lopes**PREFEITURA****167/2019**

Publicação Nº 1967661

PORTARIA Nº 167/2019

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Complementar Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011 e no Decreto nº 65 de 7 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, a partir de 01/04/2019, a servidora Karine Marques Lemos, contratada pela Portaria nº 086/2018, Matrícula nº 11483, ocupante do Cargo de Provimento Temporário de Professora.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 01 abril de 2019.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 2 de abril de 2019.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

168/2019

Publicação Nº 1968959

PORTARIA Nº 168/2019

VANESSA PEREIRA, Secretária Municipal de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Complementar Municipal nº 1473 de 16 de novembro de 2011 e no Decreto nº 65 de 7 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO, a partir de 02/04/2019, a servidora Vanessa Souza, contratada pela Portaria nº 079/2019, Matrícula nº 11592, ocupante do Cargo de Provimento Temporário de Professora.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 01 abril de 2019.

Vanessa Pereira
Secretária Municipal de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 2 de abril de 2019.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

169/2019

Publicação Nº 1968960

PORTARIA Nº 169/2019

VANESSA PEREIRA, Secretária de Educação do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 660 de 20 de setembro de 1994 e no Decreto nº 65 de 7 de dezembro de 2017, e

Considerando a apresentação de Atestado Médico,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA MATERNIDADE a Joana Maria Santos Martins, nomeada pela Portaria nº 145/2017, matrícula nº 11346, ocupante do Cargo Efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, por um período de 180 dias a partir de 01/04/2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 1 de abril de 2019.

Vanessa Pereira
Secretária de Educação

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 2 de abril de 2019.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

170/2019

Publicação Nº 1968962

PORTARIA Nº 170/2019

LUCÉLIA FIRMINO SILVANO DE SOUSA, Secretária de Administração do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade do disposto na Lei Municipal nº 497 de 18 de fevereiro de 1991 e no Decreto nº 65 de 7 de dezembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PRÊMIO a servidora Angela Correa Moizeis, matrícula nº 10479, ocupante do cargo de Assistente Administrativo I, a disposição da Secretaria Municipal de Administração, com gozo no período de 20/03/2019 a 19/06/2019, referente ao quinquênio 11/01/2010 a 10/01/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 1 de abril de 2019.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 2 de abril de 2019.

171/2019

Publicação Nº 1968963

PORTARIA Nº 171/2019

Dispõe sobre a autorização para Condução de Veículos Oficiais quando do Desempenho de Funções.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito do Município de Paulo Lopes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 85, inciso II, "g", da Lei Orgânica do Município de Paulo Lopes,

Considerando a Instrução Normativa 2/2010 de 1 de julho de 2010.

RESOLVE:

Art. 1º - PERMITIR a condução de veículos oficiais pertencentes à Administração Pública deste Município, no interesse do serviço e no exercício de suas próprias atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de Motorista Oficial, conforme Tabela abaixo:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo
11198	Bruna Carolina Trovão Dias	Assistente Social

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura revogando as disposições em contrário, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, nos termos do Decreto 17 de 6 de abril de 2009.

Paulo Lopes, 1 de abril de 2019.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

Publicada a presente portaria no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em 2 de abril de 2019.

Lucélia Firmino Silvano de Sousa
Secretária Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

ATA Nº 019/2019 - PMP

Publicação Nº 1967961

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE LAJOTAS SEXTAVADAS E PAVER DE CONCRETO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR EIRELI - EPP, estabelecida à Rodovia: Ingo Hering nº5311 – km 35, na cidade de Gaspar, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 72.567.076/0001-04, representada, neste ato pelo Sr. Gian Carlos Alves, CPF sob o nº 721.627.759-72, Cargo/Função Proprietário, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 003/2019-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de lajota sextavada e paver de concreto, para atender necessidades da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, conforme solicitação nº 314/2019, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores do item encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Nº	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID DE MEDIDA	QUANT	VALOR R\$ UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR R\$ TOTAL ESTIMADO
1	LAJOTA EM CONCRETO	LAJOTA SEXTAVADA 25X25X08CM - com 35 MPA	M²	40.000	R\$ 35,00	R\$ 1.400.000,00
TOTAL						R\$ 1.400.000,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3 O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. A empresa deverá realizar a entrega do objeto de forma parcelada, conforme pedido da Secretaria de Serviços Urbanos após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

4.1. É de responsabilidade da proponente contratada a entrega do material/produto até o local indicado na Autorização de Fornecimento, no prazo de até 2 (dois) dias, obedecendo o horário de expediente.

4.2. No caso da empresa contratar um prestador de serviços para a entrega será imprescindível que este tenha em seu poder cópia dos procedimentos normativos constantes do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta do material/produto cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X -Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

6.2 - A CONTRATADA, deverá realizar durante a execução do Contrato 2 (dois) testes com emissão de Laudo Técnico de resistência a compressão diametral com certificação pela Rede Brasileira de Calibração do produto, escolhidos de forma aleatória, conforme determinação da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, garantindo desta forma a qualidade do material/produto fornecido. Todos os custos referentes à realização dos testes e emissão dos Laudos ficarão por conta da CONTRATADA. O laudo técnico de resistência a compressão diametral, deverá atender a NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de atuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues o material/produto;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Serviços Urbanos. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária,

em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas na Lei Federal nº 8.666/1993;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 29 de Março de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR EIRELI - EPP

ORDENADOR DE DESPESAS

Gian Carlos Alves

Portaria nº1230/2018

Contratado

Secretário de Administração

Contratante

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI

Controle Interno

Portaria nº 739/2019

ATA Nº 020/2019 - PMP

Publicação Nº 1967958

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE LAJOTAS SEXTAVADAS E PAVER DE CONCRETO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA, estabelecida à Rod. Antônio Heill nº 10900, na cidade de Itajai, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº80.738.016/0001-35, telefone (47) 3346-5005, representada, neste ato pelo Sr. Vendelino Raimondi, CPF sob o nº 294.494.139-91, Cargo/Função Sócio Gerente, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 003/2019-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de lajota sextavada e paver de concreto, para atender necessidades da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, conforme solicitação nº 314/2019, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores do item encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Nº	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID DE MEDIDA	QUANT	VALOR R\$ UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR R\$ TOTAL ESTIMADO
3	PAVER DE CONCRETO	PAVER DE CONCRETO 10X20X06CM	M²	15.000	R\$ 29,35	R\$ 440.250,00
TOTAL						R\$ 440.250,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3 O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. A empresa deverá realizar a entrega do objeto de forma parcelada, conforme pedido da Secretaria de Serviços Urbanos após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

4.1. É de responsabilidade da proponente contratada a entrega do material/produto até o local indicado na Autorização de Fornecimento, no prazo de até 2 (dois) dias, obedecendo o horário de expediente.

4.2. No caso da empresa contratar um prestador de serviços para a entrega será imprescindível que este tenha em seu poder cópia dos procedimentos normativos constantes do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta do material/produto cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

6.2 - A CONTRATADA, deverá realizar durante a execução do Contrato 2 (dois) testes com emissão de Laudo Técnico de resistência a compressão diametral com certificação pela Rede Brasileira de Calibração do produto, escolhidos de forma aleatória, conforme determinação da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, garantindo desta forma a qualidade do material/produto fornecido. Todos os custos referentes à realização dos testes e emissão dos Laudos ficarão por conta da CONTRATADA. O laudo técnico de resistência a compressão diametral, deverá atender a NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues o material/produto;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Serviços Urbanos. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas na Lei Federal nº 8.666/1993;

- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.
- 11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
- 11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
- 11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.
- 11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.
- 11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via

arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 29 de Março de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA ARTEFATOS DE CIMENTO RAIMONDI LTDA
ORDENADOR DE DESPESAS Vendelino Raimondi
Portaria nº1230/2018 Contratado
Secretário de Administração
Contratante

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

ATA Nº 021/2019 - PMP

Publicação Nº 1967959

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE LAJOTAS SEXTAVADAS E PAVER DE CONCRETO.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Bairro Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa BALTECNICA INDUSTRIA DE PREMOLDADOS LTDA, estabelecida à Rod. BR 101 nº 1000, km 105, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº09.304.560/0001-04, telefone (47) 98461-2774, representada, neste ato pelo Sr. Katiuscia de Brida de Sant'anna, CPF sob o nº 016.930.849-96, Cargo/Função Sócio Gerente, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 003/2019-PMP para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de lajota sextavada e paver de concreto, para atender necessidades da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, conforme solicitação nº 314/2019, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os valores do item encontram-se registrados em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. O objeto deverá ser entregue de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

Nº	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID DE MEDIDA	QUANT	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
2	PAVER DE CONCRETO	PAVER DE CONCRETO 10X20X08CM	M²	15.000	R\$ 35,70	R\$ 535.500,00
TOTAL						R\$ 535.500,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3 O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO.

4. A empresa deverá realizar a entrega do objeto de forma parcelada, conforme pedido da Secretaria de Serviços Urbanos após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

4.1. É de responsabilidade da proponente contratada a entrega do material/produto até o local indicado na Autorização de Fornecimento, no prazo de até 2 (dois) dias, obedecendo o horário de expediente.

4.2. No caso da empresa contratar um prestador de serviços para a entrega será imprescindível que este tenha em seu poder cópia dos procedimentos normativos constantes do Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais/produtos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - Executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - Cumprir a data da entrega, não sendo aceitos materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos materiais/produtos, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - A falta do material/produto cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

6.2 - A CONTRATADA, deverá realizar durante a execução do Contrato 2 (dois) testes com emissão de Laudo Técnico de resistência a compressão diametral com certificação pela Rede Brasileira de Calibração do produto, escolhidos de forma aleatória, conforme determinação da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, garantindo desta forma a qualidade do material/produto fornecido. Todos os custos referentes à realização dos testes e emissão dos Laudos ficarão por conta da CONTRATADA. O laudo técnico de resistência a compressão diametral, deverá atender a NBR 8890 da ABNT, expedido por laboratório e assinado por profissional habilitado, devendo o laudo estar em nome da proponente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - Todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - Todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo O município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - Toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - Indicar os locais e horários em que deverão ser entregues o material/produto;

II - Permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - Fiscalizar o fornecimento do objeto, que ficará sob responsabilidade de responsável designado pela Secretaria de Serviços Urbanos. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas na Lei Federal nº 8.666/1993;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) Advertência;

II) Multa;

III) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

IV) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto do presente Edital correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício da Secretaria de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 29 de Março de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
ORDENADOR DE DESPESAS
Portaria nº1230/2018
Secretário de Administração
Contratante

BALLTECNICA INDUSTRIA DE PREMOLDADOS LTDA
Katiúscia de Bida de Sant'anna
Contratado

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

CONTRATO 009/2019- FMS

Publicação Nº 1968223

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PENHA – APAE PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DO MUNICÍPIO, NA REABILITAÇÃO DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E OU MÚLTIPLA.

CONTRATO Nº 009/2019-FMS de 01/04/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2019 - FMS
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2019 - FMS
HOMOLOGADO EM 01/04/2019

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por sua Gestora, Sra. REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 939.581.459-49, portadora do RG 2.862.912, residente e domiciliada à Rua Alfredo Brunetti, nº.1930, Bairro Armação, Penha/SC, infra-assinado, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado a empresa Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, pessoa jurídica de direito privado, associação civil, beneficente, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ nº 73.889.677/0001-04, com endereço na Rua Erechim, nº 215, Bairro Centro, na cidade de Penha/SC, representada pela Presidente Sra. EUDES BEATRIS TARTARI ZANIN, brasileira, portadora do CPF nº 953.261.709-49, residente e domiciliada na Avenida Itapocoroi, nº 728, Bairro Armação, cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, com fundamento na Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores celebram o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o repasse de recursos recebidos do Sistema Único de Saúde – SUS à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Penha, para pagamento de profissionais que prestam serviços na área ambulatorial de Assistência Social, Psicologia, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Psiquiatria, para reabilitação de pessoas com deficiência intelectual e ou múltipla relacionados a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS - Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor.

Parágrafo Único: Integram e completam o presente Contrato, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, as condições expressas no Edital de Inexigibilidade de Licitação.

Item	Quant Profis	Quant Horas	Quant mensal - Atendim	Un	Serviços	Valor Unitário	Valor Total
01	01	08	16	Un	Atendimento em Psiquiatria	R\$ 17,67	282,72
02	02	30	240	Un	Atendimento em Psicologia	R\$ 17,67	4.240,80
03	01	30	240	Un	Atendimento em Fonoaudiologia	R\$ 17,67	4.240,80
04	02	50	400	Un	Atendimento em Fisioterapia	R\$ 17,67	7.068,00
05	01	6	48	Un	Atendimento em Terapia Ocupacional	R\$ 17,67	848,16
06	01	30	240	Un	Atendimento em Assistência Social	R\$ 17,67	4.240,80
					Total		20.921,28

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O Contratante repassará à Contratada, o valor de R\$ 251.055,36 (duzentos e cinquenta e um mil cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos), sendo R\$ 20.921,28 (vinte mil novecentos e vinte e um reais e vinte e oito centavos) mensais para pagamento da produção ambulatorial da APAE, com recursos repassados pelo Fundo Nacional de Saúde – FNS para atendimento de Média e Alta Complexidade – MAC, em conformidade com a Portaria MS nº 3.687 de 22 de dezembro de 2017 ou outra que por ventura venha a substituí-la, por um período de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes do objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Elemento: 20.01.2.059.3.3.90.39.50.00.00.00 – 89/2019

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

O CONTRATADO obriga-se, além do constante deste Instrumento, a manter durante toda execução do presente Contrato as condições apresentadas pela CONTRATANTE, e ainda:

- a) a manter durante toda a execução do presente contrato as condições de habilitação, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira exigidas no Processo Licitatório.
- b) Compromete-se a apresentar sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem o cumprimento da legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na Licitação.
- c) Apresentar Boletim de Produção Ambulatorial - BPA-I ao Setor de Controle, Avaliação e Auditoria e Processamento de Dados dos Programas DATASUS da Secretaria de Saúde do Município, conforme teto financeiro da Programação Pactuada e Integrada - PPI da Assistência Ambulatorial.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS:

É de exclusiva responsabilidade do CONTRATADO todos e quaisquer encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, financeiros, ou de qualquer natureza em favor de terceiros; todas as despesas geradas direta ou indiretamente por força da execução e cumprimento deste Contrato; substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos, deterioração, incorreções ou não corresponderem às especificações do processo Licitatório; os danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrente de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte da CONTRATANTE; respondendo a CONTRATANTE apenas e tão somente pelos pagamentos da quantia acordada na Clausula Terceira, desde que concluído o fornecimento contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Caberá à CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento pelo licenciamento do(s) aplicativo(s) objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionado.
- b) Facilitar o acesso do técnico da CONTRATADA à área de trabalho para ao bom desempenho das funções.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL:

Constituem motivo para rescisão do presente contrato o não cumprimento de suas cláusulas, a sua inexecução total ou parcial, força maior, e determinação legal impeditiva ou de ordem superior, além das previstas na Lei Federal 8.666/93 com as alterações da Lei 8.883/94, casos em que fica sujeito o CONTRATADO às sanções previstas na Lei Federal acima citada.

CLÁUSULA NONA - DA MULTA CONTRATUAL:

A infração a quaisquer das avenças consignadas neste Contrato importa na multa contratual no valor de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor global inscrito na Cláusula Terceira deste Instrumento, independentemente de ação a reparos e danos ocasionados à parte ofendida, incorrendo, ainda, o culpado ao pagamento de todas as despesas que se fizerem necessárias às demandas judiciais, como sejam: custas, honorários advocatícios e demais cominações legais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL:

O presente contrato poderá ser alterado:

- I - unilateralmente pela CONTRATANTE, quando houver modificação de suas especificações, para melhor adequação aos seus objetivos; e/ou necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

12.1 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

12.2 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

12.3 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

13 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 01 de Abril de 2019.

REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Contratante
TESTEMUNHAS

EUDES BEATRIS TARTARI ZANIN
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE
Contratada

Nome: Nome:
C.P.F. nº C.P.F.

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

CONTRATO 062/2019 - PMP

Publicação Nº 1967174

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA NAJ EMPREITEIRA LTDA ME PARA AQUISIÇÃO DE FUNDÃO EM CONCRETO ARMADO PARA SER UTILIZADA NA MANUTENÇÃO VIÁRIA EM CARÁTER EMERGENCIAL EM TODO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 062/2019 - PMP de 19/02/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2019 - PMP
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2019 - PMP
HOMOLOGADO EM 19/02/2019

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a Empresa NAJ EMPREITEIRA LTDA ME, estabelecida à Rua Luiz Manoel do Nascimento, nº 668, Bairro Gravatá, na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.980.713/0001-12, CEP: 88.372-540, representada neste ato pelo Sr. PEDRO DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 824.411.119-49, Sócio Administrador, residente à Rua Luiz Manoel do Nascimento, nº 668, Bairro Gravatá, na cidade de Navegantes/SC doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

Fundamentação: Artigo 24 Inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº 3.373/2019 que Declara Situação de Emergência, Justificativa e Solicitação nº 413/2019 da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, (documentos integrantes do Processo de Dispensa).
CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem por objeto a contratação da EMPRESA NAJ EMPREITEIRA LTDA ME para aquisição de fundão em concreto armado para ser utilizada na manutenção viária no Município que foi afetado em virtude de desastre classificado e codificado como tempestade local/convectiva – chuvas intensas – 1.3.2.1.4 conforme IN/MI 02/2016, conforme solicitação nº 413/2019 e Decreto Municipal 3373/2019.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	FUNDÃO DE CONCRETO ARMADO COM DIMENSÃO DE 1,00 X 2,40M.	PC	50,00	R\$350,00	R\$17.500,00
2	FUNDÃO DE CONCRETO ARMADO COM DIMENSÃO DE 1,20 X 2,50M.	PC	50,00	R\$430,00	R\$21.500,00
TOTAL: R\$ 39.000,00					

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 29.000,00 (Vinte e nove mil reais), tendo como valores unitários o item 01 (50 PÇ) de R\$ 350,00 (Trezentos e cinquenta reais), totalizando R\$ 17.500,00 (Dezessete mil e quinhentos reais) e item 02 (50 PÇ) de R\$ 430,00 (Quatrocentos e trinta reais) totalizando R\$ 21.500,00 (Vinte e um mil e quinhentos reais).

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido por responsável da Secretaria de Serviços Urbanos.

2.2 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Serviços Urbanos, acompanhada da Declaração contendo os nomes dos funcionários que trabalharam no respectivo mês juntamente com a guia de recolhimento da GPS e da GFIP dos respectivos funcionários envolvidos no contrato, certidão negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS.

2.3 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

2.4 - Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços são fixos e irrevogáveis em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28, da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão: 12 - Secretaria de Serviços Urbanos

Unidade: 03 - Departamento Operacional

Projeto/Atividade: 2.040 - Funcionamento e manutenção do Departamento Operacional

Elemento: 12.03.2.040.3.3.90.30.24.00.00.00 (105)

CLÁUSULA QUINTA

5 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - Caberá à CONTRATADA, fornecer o objeto de forma parcelada, nos locais de obras ou naqueles que se fizerem necessários, em todo território municipal, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade da Secretaria de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA OITAVA

8 - O presente contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

8.1 - O prazo para execução dos serviços será de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA NONA

9 - São obrigações da CONTRATADA:

a) Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira, segundo as especificações, normas técnicas adequadas e legislação vigente, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

b) Cumprir as datas e horários para execução dos serviços, não sendo aceito aqueles que foram executados em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;

d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;

e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

f) A falta de mão de obra, equipamento e ou materiais que sejam necessários à execução do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

k) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

10.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.

c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.

d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - O fornecimento dos serviços contratados serão acompanhados e fiscalizados por responsável da Secretaria de Serviços Urbanos, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

12.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá

promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo disposto no Art. 65, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

18.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

18.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos. Penha/SC, 19 de Março de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração
Portaria nº1230/2018
Contratante

EMPRESA NAJ EMPREITEIRA LTDA ME
PEDRO DE SOUZA
Contratada

TESTEMUNHAS

Nome Completo: Nome Completo:
CPF nº.: CPF nº.:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

LUIZ EDUARDO BUENO
Controle Interno
Portaria nº 1176/2018

CONTRATO 063/2019 - PMP

Publicação Nº 1967366

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO - EPP PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA EXECUÇÃO DE DESOBSTRUÇÃO, LIMPEZA DE REDE DE AGUAS PLUVIAIS E ESGOTO, POÇO DE VISITA, BOCAS DE LOBO/BUEIROS, ATRAVÉS DE CAMINHÃO DE HIDROJATEAMENTO EM CARÁTER EMERGENCIAL EM TODO MUNICÍPIO.

CONTRATO Nº 063/2019- PMP de 19/02/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2019-PMP
MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2019-PMP
HOMOLOGADO EM 19/02/2019

Pelo presente instrumento de Contrato Administrativo firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 83.102.327/0001-00, neste ato representado por seu Gestor Sr. JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 130.373.677-25, residente e domiciliado à Rua Julião M. Neiva de Lima, nº. 409 - Centro, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a EMPRESA MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO - EPP, estabelecida à Rua Paulino da Costa, nº 64, Bairro Gravatá, na cidade de Penha, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 24.879.794/0001-73, CEP: 88.385/000, representada neste ato pelo Sr. MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO, representante legal, inscrito no CPF nº 388.355.419-72 residente na Rua Paulino da Costa, nº 64, Bairro Gravatá, na cidade de Penha/SC doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

Fundamentação: Artigo 24 Inciso IV, da Lei nº 8.666/93 e alterações, Decreto Municipal nº 3.373/2019 que Declara Situação de Emergência, Justificativa e Solicitação nº 414/2019 da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, (documentos integrantes do Processo de Dispensa).
CLÁUSULA PRIMEIRA

1 - O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço especializado na execução de desobstrução, limpeza de sistema de drenagem e esgoto, boca-de-lobo/bueiros e limpeza de vias públicas, através de caminhão de hidro jateamento em todo o Município que foram afetadas em virtude do desastre classificado e codificado como tempestade local/convectiva – chuvas intensas – 1.3.2.1.4 conforme IN/MI 02/2016, onde foi Declarada Situação de Emergência em áreas do Município de Penha, conforme do Decreto nº 3373/2019, para atender solicitação nº 414/2019 da Secretaria de Serviços Urbanos.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	EMPRESA ESPECIALISADA NA EXECUÇÃO DE DESOBSTRUÇÃO, LIMPEZA DE REDE DE AGUAS PLUVIAIS E ESGOTO, POÇO DE VISITA, BOCAS DE LOBO/BUEIROS. ATRAVES DE CAMINHÃO DE HIDROJATEAMENTO, EQUIPAMENTOS COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: ALTA PRESSÃO COMBINADO COM SISTEMA DE SUÇÃO ALTO VÁCUO. EQUIPAMENTO COM BOMBA DE ALTA PRESSÃO E VACUO COMPRESSOR DE ANEL LIQUIDO. COM PRESSÃO DE VACUO DE 700MMHG. DESLOCAMENTO DO AR DE 14.00M³. ROTAÇÃO NÃO INFERIOR DE 30 HP. COM RESERVATÓRIO DE 12.000 (DOZE MIL) LITROS, 8.000 (OITO MIL) LITROS PARA DEJETOS: 4.000 (QUATRO MIL) LITROS PARA HIDRO E 600 (SEISCENTOS) LITROS PARA ALIMENTAÇÃO DA BOMBA A VACUO. OBS: DEVERÁ ESTAR INCLUIDO NO VALOR A LOCAÇÃO DO CAMINHÃO E TODOS OS EQUIPAMENTOS INERENTES AOS SERVIÇOS TODAS AS DESPESAS, IMPOSTOS, COMBUSTÍVEIS E ETC. TODOS OS CUSTOS DE 2 (DOIS) FUNCIONÁRIOS E A DESTINAÇÃO DOS RESÍDUOS/REJEITOS DEVERÁ SER DESTINADA EM ATERRO SANITÁRIO LICENCIADO A RESPONSABILIDADE DA EMPRESA CONTRADA.	HRS	500,00	R\$250,00	R\$125.000,00

TOTAL: R\$ 125.000,00

0.1 O equipamento deverá ter as seguintes especificações:

0.1.1 Caminhão de hidrojateamento de alta pressão combinado com sistema de sucção alto vácuo, equipamento com bomba de alta pressão e vácuo compressor de anel líquido. com pressão de vácuo de 700mmhg, deslocamento do ar de 14.00m³, rotação não inferior de 1,150rpm e potencia não inferior de 30hp, com reservatório de 12.000 (doze mil) litros, 8,000 (oito mil) litros para dejetos, 4.000 (quatro mil) litros para hidro e 600 (seiscentos) litros para alimentação da bomba a vácuo.

1.2 Deverá estar incluído no valor a locação do caminhão e todos os equipamentos inerentes aos serviços, todas as despesas, impostos, combustíveis e etc. todos os custos de 2 (dois) funcionários e a destinação dos resíduos/rejeitos deverá ser destinada em aterro sanitário licenciado a responsabilidade da empresa contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA

2 - O valor total deste contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais), referente à 500 (quinhentas) horas.

2.1 - O pagamento será realizado em até 30 (trinta) mediante apresentação de Nota Fiscal, devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido por responsável da Secretaria de Serviços Urbanos.

2.2 - A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue devidamente aceita e certificado seu recebimento através de relatório emitido pelo responsável da Secretaria de Serviços Urbanos, acompanhada da Declaração contendo os nomes dos funcionários que trabalharam no respectivo mês juntamente com a guia de recolhimento da GPS e da GFIP dos respectivos funcionários envolvidos no contrato, certidão negativa Federal, Estadual, Municipal e do FGTS.

2.3 - Os pagamentos serão realizados através de agência de rede bancária, em conta corrente da Contratada (Pessoa Jurídica).

2.4 - Caso constatada alguma irregularidade na nota fiscal, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

CLÁUSULA TERCEIRA

3 - Os preços são fixos e irredutíveis em conformidade com o que dispõe o parágrafo 1º, do artigo 28, da Lei Federal nº 9.069, de 29/06/95.

CLÁUSULA QUARTA

4 - As despesas decorrentes da execução do presente contrato, correrão por conta da seguinte dotação:

Órgão: 12 - Secretaria de Serviços Urbanos

Unidade: 03 - Departamento Operacional

Projeto/Atividade: 2.040 - Funcionamento e manutenção do Departamento Operacional

Elemento: 12.03.2.040.3.3.90.39.16.00.00.00 (105)

CLÁUSULA QUINTA

5 - A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do presente contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento por parte do CONTRATANTE.

CLÁUSULA SEXTA

6 - Todos e quaisquer encargos sociais, financeiros ou de qualquer natureza, bem como todas as despesas geradas direta ou indiretamente pelo objeto do presente, são de responsabilidade única e exclusiva da CONTRATADA, respondendo o CONTRATANTE apenas e tão somente pelo pagamento da quantia acordada na Cláusula Segunda, desde que concluídos o serviço contratado.

CLÁUSULA SÉTIMA

7 - Caberá à CONTRATADA, fornecer o objeto de forma parcelada, nos locais de obras ou naqueles que se fizerem necessários, em todo território municipal, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, de acordo com a necessidade da Secretaria de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA OITAVA

8 - O presente contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de sua assinatura, podendo o mesmo ser prorrogado nos termos do inciso II do artigo 57 da Lei 8.666/93.

8.1 - O prazo para execução dos serviços será de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA NONA

9 - São obrigações da CONTRATADA:

- a) Fornecer o objeto mencionado na Cláusula Primeira, segundo as especificações, normas técnicas adequadas e legislação vigente, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- b) Cumprir as datas e horários para execução dos serviços, não sendo aceito aqueles que foram executados em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.
- c) Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução do objeto;
- d) Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade dos serviços, assim como ao cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- e) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, dos serviços, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- f) A falta de mão de obra, equipamento e ou materiais que sejam necessários à execução do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto deste contrato, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;
- g) Comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- h) Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- i) Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- j) Indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- k) Responsabilizar-se pelo seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA

10 - As partes expressam sua sujeição às cláusulas contratuais, a Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, bem como ao Código Civil Brasileiro e demais legislações subsidiariamente aplicáveis.

10.1 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela CONTRATANTE, para representá-la na execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

11 - Caso a CONTRATADA venha a descumprir as condições aqui estabelecidas, ficará sujeita às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de 0,5%(cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo de início da execução dos serviços.
- c) Multa de 0,5 (cinco décimos por cento), calculados sobre o valor total do Contrato, por dia, caso exceda o prazo contratual.
- d) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a PREFEITURA, pelo prazo de 02(dois) anos.
- e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA, podendo abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

12 - O fornecimento dos serviços contratados serão acompanhados e fiscalizados por responsável da Secretaria de Serviços Urbanos, a quem caberá fiscalizar os materiais utilizados, com poder de veto.

12.1 - Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

13 - A perícia a que se refere à cláusula anterior somente poderá ser levada a efeito por corpo técnico competente, composto, no mínimo, por 03 (três) elementos, um dos quais, obrigatoriamente indicado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

14 - Este contrato poderá ser alterado:

I - Unilateralmente pelo CONTRATANTE:

- a) Quando houver modificação do projeto ou de suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- b) Quando necessária à modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;

II - Por acordo das partes:

- a) Quando conveniente à substituição da garantia de execução, se exigida;
- b) Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
- c) Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração da obra e/ou serviço, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15 - A CONTRATADA fica obrigada a aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, de acordo disposto no Art. 65, II, da Lei 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA

16 - Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

17 - Havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

18 - O presente contrato poderá ser rescindido quando da ocorrência de qualquer uma das hipóteses previstas nos artigos 77 a 79 da Lei n.º 8.666, de 21/06/1993, no que couber.

18.1 - Nos casos de rescisão, previstos nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993, sujeita-se a empresa contratada ao pagamento de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato.

18.2 - Os casos omissos a este contrato, serão tratados de acordo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

19 - As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos. Penha/SC, 19 de Fevereiro de 2019.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
ORDENADOR DE DESPESAS
Portaria nº1230/2018

EMPRESA MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO EPP

MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO
Secretário de Administração

Contratada

TESTEMUNHAS

Nome Completo:
CPF nº.:

Nome Completo:
CPF nº.:

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

De acordo:

LUIZ EDUARDO BUENO
Controle Interno
Portaria nº 1176/2018

DECRETO Nº 3384/2019 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, NO VALOR DE R\$780.000,00 (SETECENTOS E OITENTA MIL REAIS).

Publicação Nº 1967271

DECRETO Nº 3384/2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC, NO VALOR DE R\$780.000,00 (Setecentos e oitenta mil reais).

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 89, inciso V da Lei Orgânica do Município e, em conformidade com a Legislação em vigor,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Penha, crédito adicional suplementar pela anulação parcial de dotações orçamentárias, no valor de R\$ 780.000,00 (Setecentos e oitenta mil reais), conforme inciso II, art.12 da Lei Municipal nº 3027 de 11 de dezembro de 2018, para a suplementação das seguintes dotações:

Órgão: 80 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional: 12.361.0009

Atividade: 2.115 – Funcionamento e manutenção do Fundo Municipal de Educação

Fonte de Recursos: 0101 – Recursos próprios da Educação

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00(008) – Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

Órgão: 80 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional: 12.361.0009

Atividade: 2.116 – Funcionamento e manutenção do Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0101 – Recursos próprios da Educação

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00(012) – Aplicações Diretas R\$ 600.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento do art.1º da presente Lei de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 780.000,00 (Setecentos e oitenta mil reais), correrá por conta da anulação parcial da seguinte dotação:

Órgão: 80 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional: 12.361.0009

Atividade: 2.115 – Funcionamento e manutenção do Fundo Municipal de Educação

Fonte de Recursos: 0101 – Recursos próprios da Educação

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00(009) – Aplicações Diretas R\$ 180.000,00

Órgão: 80 – Fundo Municipal de Educação

Unidade Orçamentária: 01 – Fundo Municipal de Educação

Funcional: 12.361.0009

Atividade: 2.116 – Funcionamento e manutenção do Ensino Fundamental

Fonte de Recursos: 0101 – Recursos próprios da Educação

Elemento: 3.1.90.00.00.00.00(010) – Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

Elemento: 4.4.90.00.00.00.00(010) – Aplicações Diretas R\$ 400.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 25 de março de 2019.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário de Administração

DECRETO Nº 3386/2019 "PRORROGA PRAZO PARA O PAGAMENTO DOS TRIBUTOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 1967275

DECRETO Nº 3386/2019

"PRORROGA PRAZO PARA O PAGAMENTO DOS TRIBUTOS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, no uso das atribuições que lhe confere art. 65, inciso VI, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista as disposições do art. 451, da Lei Complementar nº 013, de 16 de novembro de 2009,

DECRETA:

Art. 1º Considerando problemas técnicos nos sistemas bancários de integração dos boletos e inconsistências nos layouts dos boletos encaminhados para a gráfica com emissão para a cobrança do TFFE 2019, TVS 2019 e ISS FIXO 2019, ficam prorrogados os prazos de vencimento dos respectivos tributos, a saber:

I – até o dia 30 de ABRIL de 2019 para as taxas de TFFE e TVS e para o Imposto ISS FIXO nos casos de pagamento da parcela única e 1ª (primeira) parcela;

Art. 2º As opções do pagamento parcelados em até 03 (três) parcelas para a TFFE e o ISS FIXO, terão o vencimento da 1ª parcela no dia 30 de ABRIL DE 2019 e as demais parcelas em 30 e 60 dias de acordo com as condições estabelecidas pelo Código Tributário deste Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 25 de março de 2019.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e cinco dias do mês de março do ano de dois mil e dezanove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA

Secretário da Administração

DECRETO Nº 3387/2019 "INSTITUI O CONSELHO GESTOR DE PARCERIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

Publicação Nº 1967277

DECRETO Nº 3387/2019

"INSTITUI O CONSELHO GESTOR DE PARCERIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

DECRETA:

Seção I

Art. 1º Fica instituído o Conselho Gestor de Parcerias, desempenhará as competências de órgão gestor de que tratam o art. 6º da Lei municipal nº 3.023, de 28 de novembro de 2018, nos processos de concessões de serviços públicos e de parcerias público-privadas.

Parágrafo único: São consideradas parcerias, para os fins desde Decreto, a concessão comum regida pela Lei federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, a concessão patrocinada e a concessão administrativa, regidas pela Lei federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, e pela Lei municipal nº Lei municipal nº 3.023, de 28 de novembro de 2018.

Art. 2º O CGP será presidido pelo Prefeito Municipal e integrado por um representante, titular e suplente, dos seguintes órgãos, como membros permanentes:

I – Secretaria de Governo;

II – Secretaria de Planejamento;

III – Secretaria de Administração;

IV – Secretaria de Desenvolvimento Econômico;

§ 1º Nos casos de ausência, impedimento ou afastamento legais do Prefeito Municipal, este nomeará um dos membros para assumir a Presidência do Conselho Gestor de Parcerias, durante sua ausência.

§ 2º Os membros do CGP podem ser substituídos por seus suplentes.

§ 3º As deliberações do CGP serão feitas por maioria absoluta, assegurado o quórum mínimo de 2/3 (dois terços) dos membros convocados para a sessão.

§ 4º As deliberações do CGP que contenham efeitos normativos ou decisórios adotarão a forma de Resolução.

§ 5º A participação no CGP não será remunerada, sendo considerada serviço público relevante.

Seção II

Da Competência

Art. 3º Compete ao CGP:

- I – deliberar sobre os serviços prioritários para execução no regime de concessão ou de parceria público-privada e sobre os critérios para subsidiar a análise sobre a conveniência e oportunidade de contratação sob esse regime;
 - II - aprovar o Plano Municipal de Concessões e Parcerias Público-Privadas, acompanhar e avaliar a sua execução;
 - III - disciplinar os procedimentos para celebração dos contratos de concessão e parceria público-privada e aprovar suas alterações;
 - IV - autorizar a abertura de procedimentos licitatórios e aprovar os instrumentos convocatórios, contratos e suas alterações, nos projetos de concessões e parcerias público-privadas;
 - V - instituir grupos e comissões temáticas temporárias, com a finalidade de elaborar propostas e analisar projetos específicos;
 - VI - estabelecer os procedimentos e requisitos dos projetos concessão e de parceria público-privada e dos respectivos editais de licitação, submetidos à sua análise;
 - VIII - estabelecer modelos de editais de licitação e de contratos de concessão e de parceria público-privada, bem como os requisitos técnicos mínimos para sua aprovação;
 - IX - homologar os processos licitatórios e adjudicar seu objeto, bem como decidir sobre os recursos interpostos, enquanto autoridade superior nos processos de concessão e parceria público-privada;
 - X - estabelecer os procedimentos básicos para acompanhamento e avaliação periódicos dos contratos de concessão e de parceria público-privada;
 - XI - elaborar seu regimento interno;
 - XII - expedir resoluções necessárias ao exercício de sua competência;
 - VIII - decidir sobre a alteração, revisão, prorrogação ou extinção dos contratos de concessão e de parcerias público-privadas;
 - IX - apreciar e aprovar os relatórios de execução de contratos de concessão e parceria público-privada; e
 - X – publicar as atas de suas reuniões no portal da transparência
- § 1º A autorização e a aprovação de que trata o inciso IV deste artigo não supre a autorização específica do ordenador de despesas, nem a análise e aprovação da minuta de edital feita pelo órgão ou entidade que realizar a licitação de parceria público-privada.
- § 2º A autorização de que trata o inciso IV deste artigo é requisito para a autorização do ordenador de despesa.

Seção III**Da Competência do Presidente do CGP****Art. 4º Compete ao Presidente do CGP:**

- I - convocar e presidir as reuniões; e
 - II - coordenar e supervisionar a execução do Plano Municipal de Concessões e Parcerias Público-Privadas.
- Parágrafo único. O assessoramento do Presidente do CGP será realizado pela Secretaria Executiva, que será exercida pela Secretaria de Administração.

Seção IV**Das Reuniões**

Art. 5º O CGP reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, e, extraordinariamente, sempre que for convocado por seu Presidente.

§ 1º Das reuniões para examinar projetos de concessão e parceria público-privada participará um representante do órgão da administração pública, em cuja área de competência esteja enquadrado o assunto objeto da contratação em análise.

§ 2º O Presidente do CGP poderá convidar representantes de órgãos ou de entidades, públicas ou privadas, para participar das reuniões, sem direito a voto.

Art. 6º O CGP poderá instituir grupos e comissões temáticas, de caráter temporário, destinados ao estudo e à elaboração de propostas sobre matérias específicas.

§ 1º O ato de instituição do grupo ou comissão temática estabelecerá seus objetivos específicos, sua composição e prazo de duração.

§ 2º Poderão ser convidados a participar dos trabalhos dos grupos ou comissões temáticas representantes de órgãos e de entidades, públicas ou privadas, e dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Seção V**Das Deliberações**

Art. 7º O CGP deliberará mediante resoluções.

§ 1º Ao Presidente, nos casos de urgência e relevante interesse, é conferida a prerrogativa de deliberar sobre matérias de competência do CGP, ad referendum do colegiado, com exceção daquelas de que trata o art. 8º.

§ 2º As deliberações ad referendum do CGP deverão ser submetidas pelo Presidente ao colegiado, na primeira reunião subsequente à deliberação.

Art. 8º As deliberações do CGP que aprovem o seu regimento interno e suas alterações, as que autorizem a abertura de processo licitatório e as que aprovem os editais e contratos e suas eventuais alterações deverão ocorrer por unanimidade.

§ 1º O regimento interno poderá estabelecer que outras decisões, além das previstas no caput, deverão ser tomadas por unanimidade.

§ 2º O pedido de deliberação do CGP sobre a contratação de concessão e parceria público-privada, em especial a autorização para realização de licitação, deverá estar instruído com pronunciamento prévio, fundamentado e conclusivo:

I – da Secretaria de Planejamento, sobre o mérito do projeto; e

II - da Secretaria da Fazenda, nos contratos de parceria público-privada, quanto à viabilidade da concessão de garantia e à sua forma, bem como quanto ao cumprimento do limite fixado no art. 22 da Lei no 11.079, de 2004.

Art. 9º O CGP contará com uma Comissão Técnica e uma Secretaria-Executiva, para o fornecimento de apoio técnico e administrativo necessário ao desempenho de suas competências.

Seção VI**Da Comissão Técnica das Parcerias Público-Privadas – CTP**

Art. 10. A Comissão Técnica das Concessões e Parcerias Público-Privadas - CTP será integrada por um representante titular e um suplente de cada um dos seguintes órgãos:

- a) Secretaria de Governo
- b) Secretaria de Planejamento;
- c) Secretaria de Administração;
- d) Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
- e) Secretaria da Fazenda;
- f) Secretaria da Saúde;
- g) Secretaria da Educação;
- h) Secretaria de Turismo;
- i) Fundação de Esporte;
- j) Secretaria de Assistência Social.

§ 1º Cabe ao Prefeito designar os membros da CTP, indicados pelos titulares dos órgãos e entidades referidos neste artigo, através de Portaria.

§ 2º Os trabalhos da CTP serão coordenados por um dos representantes da Secretaria de Administração, que será designado pelo respectivo Secretário para esse fim.

§ 3º Os Coordenadores da CTP poderão convidar representantes de entidades públicas ou privadas para participar de seus trabalhos.

§ 4º Das reuniões da CTP destinadas ao exame de projetos de concessão e parceria público-privada participará um representante do órgão da Administração Pública direta, em cuja área de competência esteja enquadrado o assunto objeto da contratação em análise.

Art. 11. Compete à CTP:

- II - recomendar ao CGP a autorização para a abertura de procedimentos licitatórios e a aprovação das minutas de editais e de contratos;
- III - propor ao CGP os procedimentos para celebração dos contratos de parceria público-privada e analisar suas eventuais modificações;
- IV - elaborar a proposta do Plano Municipal de Concessões e Parcerias Público-Privadas e preparar a minuta de relatório de acompanhamento e avaliação de sua execução, a serem submetidas ao CGP;
- V - estudar e formular proposta de resoluções e procedimentos de competência do CGP; e
- VI - exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo CGP.

Seção VII**Da Secretaria-Executiva**

Art. 12. A Secretaria de Administração atuará como Secretaria-Executiva do CGP e da CTP.

Parágrafo único. Compete à Secretaria-Executiva:

- I - promover o apoio e os meios necessários à execução dos trabalhos do CGP e da CTP;
- II - prestar assistência direta ao Presidente do CGP e da CTP;
- III - preparar as reuniões do CGP e da CTP;
- IV - acompanhar a implementação das deliberações e diretrizes fixadas pelo CGP;
- V - recepcionar, instruir e encaminhar à CTP os processos de autorização para a abertura de procedimentos licitatórios e de aprovação das minutas de editais e de contratos;
- VI - elaborar minutas de relatórios de desempenho dos contratos de parceria público-privada, a serem apreciados pela CTP e aprovados pelo CGP;
- VII - manter, na rede mundial de computadores (Internet), sítio para divulgação dos relatórios aprovados pelo CGP e de demais documentos de interesse público relativos a projetos de concessão e parceria público-privada sujeitos a sua apreciação, ressalvadas as informações sigilosas;
- VIII - orientar os órgãos ou entes públicos que pretendam celebrar contratos de concessão e parceria público-privada; e
- IX - exercer outras atividades que lhe sejam atribuídas pelo CGP.

CAPÍTULO II**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 13. O CGP estabelecerá, mediante proposta da CTP, a forma e o conteúdo do relatório de acompanhamento da execução dos contratos de parceria público-privada, que será enviado periodicamente pelos órgãos ou entes contratantes.

§ 1º O CGP poderá, a qualquer tempo, requisitar dos órgãos e entidades contratantes ou fiscalizadoras informações sobre o cumprimento dos contratos de parceria público-privada.

§ 2º O CGP poderá condicionar a aprovação de projetos de parceria público-privada ao cumprimento, pelo órgão ou ente proponente, das normas relativas ao acompanhamento da execução de contratos já celebrados.

Art. 14. A Secretaria de Planejamento, no exercício de suas competências, poderá realizar avaliação, modelagem e acompanhamento de projetos que se possam configurar como concessão ou parceria público-privada, sem prejuízo das competências dos demais órgãos e entidades, desde que os projetos tenham sido definidos no Plano Municipal de Concessões e Parcerias Público-Privadas.

§ 1º Para os fins do disposto no caput, o Município poderá celebrar convênios, acordos de cooperação técnica, contratos ou quaisquer outras avenças, com pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou internacionais, de direito público ou privado, observado o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e na Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 2º O processo de avaliação, modelagem e acompanhamento do projeto implica a realização dos estudos e elaboração dos documentos necessários à licitação, inclusive minutas de edital e contrato, e também a prestação de serviços de assessoria técnica, direta ou indiretamente,

ao órgão ou entidade setorial responsável pela realização do certame, até a assinatura do contrato de concessão ou parceria público-privada.

Art. 15. O CGP constituirá grupo de trabalho para cada um dos projetos referidos no art. 14, com o objetivo de monitorar sua avaliação, modelagem, acompanhamento e implementação.

§ 1º O coordenador de cada grupo de trabalho poderá convidar representantes de outros órgãos e entidades da Administração Pública e da Associação de Municípios a que estiver vinculado para participar das reuniões e discussões por ele organizadas.

Art. 16. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 26 de março de 2019.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário da Administração

DECRETO N° 3388/2019 “DETERMINA A DESINTERDIÇÃO DO GRUPO ESCOLAR ANTÔNIO JOSÉ TIAGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

Publicação N° 1967278

DECRETO N° 3388/2019

“DETERMINA A DESINTERDIÇÃO DO GRUPO ESCOLAR ANTÔNIO JOSÉ TIAGO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, no uso das atribuições que lhe confere art. 64, inciso VI, da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o Decreto nº 3133 de 10 de fevereiro de 2017, que determinou a interdição do Grupo Escolar Antônio José Tiago,

DECRETA:

Art. 1º Fica determinado a liberação do Grupo Escolar Municipal Antônio José Tiago, localizado na Rua Felipe João Anacleto, nº 1.058, Bairro Nossa Senhora de Fátima, Município de Penha/SC.

Art. 2º De acordo com o CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, por meio do HABITE-SE, a edificação atende os padrões mínimos de segurança contra incêndio, estando apta para ser habitada a partir de 01 de março de 2019.

Art. 3º Conforme o Auto de Contatação nº 11/2019 da COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, os pontos que levaram a interdição da Escola foram sanados, estando apta para as práticas escolares.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto 3133/2017.

Penha/SC, 26 de março de 2019.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na Secretaria da Administração, aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário da Administração

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 023/2019 - PMP

Publicação N° 1967312

MUNICÍPIO DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO LICITATÓRIO 027/2019 – PMP
DISPENSA DE LICITAÇÃO N°. 023/2019 – PMP

Contrato: 063/2019 - PMP

Contratado: MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO - EPP

Objeto: Contratação da empresa MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO - EPP para prestação de serviço especializado na execução de desobstrução, limpeza de sistema de drenagem e esgoto, boca-de-lobo/bueiros e limpeza de vias públicas, através de caminhão de hidro jateamento em todo o Município que foram afetadas em virtude do desastre classificado e codificado como tempestade local/convectiva – chuvas

intensas – 1.3.2.1.4 conforme IN/MI 02/2016, onde foi Declarada Situação de Emergência em áreas do Município de Penha, conforme do Decreto nº 3373/2019, para atender solicitação nº 414/2019 da Secretaria de Serviços Urbanos.

Valor: R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais)

Dotação Orçamentária:

Órgão: 12 - Secretaria de Serviços Urbanos

Unidade: 03 - Departamento Operacional

Projeto/Atividade: 2.040 - Funcionamento e manutenção do Departamento Operacional

Elemento: 12.03.2.040.3.3.90.39.16.00.00.00 (105)

Vigência do contrato: 180 (cento e oitenta) dias

Fundamentação Legal: Artigo 24, Inciso IV da Lei nº 8.666/93 e alterações, Justificativa, Decreto 3.373/2019 e Solicitação nº 414/2019 da Secretaria de Serviços Urbanos do Município, (documentos integrantes do Processo de Dispensa).

Penha/SC, 01 de abril de 2019.

MANOEL JOÃO FRANCISCO FILHO – Representante Legal.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA - Secretario da Administração

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2019 - FMS

Publicação Nº 1968532

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO 005/2019 – FMS

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 001/2019 – FMS

Contrato: 009/2019 - FMS

Contratado: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE

Objeto: Repasse de recursos recebidos do Sistema Único de Saúde – SUS à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Penha, para pagamento de profissionais que prestam serviços na área ambulatorial de Assistência Social, Psicologia, Fonoaudiologia, Fisioterapia, Terapia Ocupacional e Psiquiatria, para reabilitação de pessoas com deficiência intelectual e ou múltipla relacionados a pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS - Atendimento/Acompanhamento de Paciente em Reabilitação do Desenvolvimento Neuropsicomotor. (documentos integrantes do Processo de Inexigibilidade).

Valor: R\$ 251.055,36 (duzentos e cinquenta e um mil, cinquenta e cinco reais e trinta e seis centavos).

Dotação Orçamentária:

Órgão: 20 – Fundo Municipal de Saúde

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Saúde

Elemento: 3.3.90.39.50.00.00.00 - Aplicações Diretas (89/2019)

Vigência do contrato: 12 (doze) meses

Fundamentação Legal: Artigo 30 da Lei nº 8.666/93 e alterações, Justificativa e Solicitação nº 161/2019 do Fundo Municipal de Saúde, (documentos integrantes do Processo de Dispensa).

Penha/SC, 01 de abril de 2019.

EUDES BEATRIS TARTARI ZANIN – Presidente.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA - Gestor

LEI Nº. 3049/2019 “INSTITUI O PROJETO ANTIPICHAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC”.

Publicação Nº 1967285

LEI Nº. 3049/2019

“INSTITUI O PROJETO ANTIPICHAÇÃO NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC”.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos os munícipes, que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º Fica instituído o Projeto Antipichação no Município de Penha/SC, com o objetivo de promover a recuperação de bens públicos e particulares atingidos por pichação, ato tipificado como crime contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural - nos termos do artigo 65 da Lei Federal n. 9.605/98 - que degrada o patrimônio público ou privado, interferindo de forma negativa na paisagem e no meio ambiente urbano, bem como combater e evitar sua ocorrência.

§1º Constitui objetivo desta Lei, assegurar, dentre outros:

I - o bem-estar estético e ambiental da população;

II - a proteção, preservação e recuperação do patrimônio arqueológico, histórico, cultural, artístico, paisagístico, de consagração popular, bem como a valorização do meio ambiente urbano;

III - a percepção dos elementos referenciais da paisagem e a preservação das características peculiares dos logradouros e das edificações públicas e particulares;

IV - o equilíbrio de interesses dos diversos agentes atuantes na cidade para a promoção da melhoria da paisagem do Município;

V - o caráter de manifestação artística e cultural do grafite;

VI - a eliminação das pichações existentes.

§2º Para os fins de aplicação desta Lei, consideram-se ato de pichação riscar, desenhar, escrever, borrar ou por outro meio, conspurcar quaisquer partes de edificações públicas ou particulares ou de suas respectivas fachadas, equipamentos públicos, monumentos ou coisas tombadas, elementos do mobiliário urbano, inclusive placas, bem como vegetações ou outros elementos naturais.

§3º Não se aplica o disposto nesta Lei à prática de grafite realizada com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que autorizada pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico nacional.

Art. 2º Visando à implementação desta Lei, o Poder Executivo Municipal poderá promover, direta ou indiretamente, serviços de limpeza ou de pintura reparadora de muros e fachadas de imóveis públicos e particulares, sempre que forem atingidos por pichação, descaracterizando sua pintura original e comprometendo o combate à poluição visual na Cidade de Penha/SC.

Parágrafo único. Tratando-se de próprios federais ou estaduais, a Prefeitura do Município de Penha/SC poderá celebrar convênios com órgãos da União e do Estado de Santa Catarina para a execução de serviços de limpeza ou de recomposição da pintura original danificada por pichação.

Art. 3º Para a execução dos serviços mencionados no artigo 2º desta Lei, deverá ser dada preferência à mão de obra de pessoas encaminhadas judicialmente para prestação de serviços à comunidade, em cumprimento de medida socioeducativa ou de pena restritiva de direitos, na forma estabelecida em sua regulamentação.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal poderá celebrar termos de cooperação com a iniciativa privada, visando ao fornecimento de mão de obra, tintas e de outros materiais necessários à execução dos serviços de que trata esta Lei.

Parágrafo único. A empresa cooperadora, de comum acordo com a Administração Municipal, poderá dispor, nos espaços públicos recuperados, placa com dimensões de 15cm (quinze centímetros) de altura por 30cm (trinta centímetros) de largura, contendo a seguinte inscrição: "Espaço público recuperado com o apoio da empresa".

Art. 5º O ato de pichação constitui infração administrativa punível com multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 3.000,00 (três mil reais), graduada conforme a gravidade e a extensão dos danos causados ao bem lesado, independentemente das sanções penais cabíveis e da obrigação de indenizar os danos de ordem material e moral porventura ocasionados, bem como da obrigação de ressarcir as despesas de restauração do bem danificado.

§ 1º A multa será aplicada de forma dobrada se o ato for realizado em monumento e bem tombado ou integrante do patrimônio histórico e artístico municipal, estadual ou federal.

§ 2º A multa será aplicada em dobro no caso de reincidência, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§ 3º Sendo menor o infrator, responderá pelo seu ato o genitor ou o responsável, na forma da legislação civil em vigor.

§ 4º Poderão servir como meio de prova da materialidade e autoria das infrações de que trata esta Lei, desde que identifiquem inequivocamente o infrator, as imagens provenientes de dispositivos móveis ou sistemas de vídeo monitoramento, públicos ou privados.

Art. 6º Até o vencimento do prazo para pagamento da multa, o infrator ou responsável legal poderá firmar Termo de Compromisso de Reparação da Paisagem Urbana cujo integral cumprimento reduzirá em 90% (noventa por cento) o valor da multa prevista nesta Lei e poderá abranger também a obrigação de indenizar os danos de ordem material e moral porventura ocasionados, nos termos da regulamentação.

§ 1º O Termo de Compromisso de Reparação da Paisagem Urbana fixará como contrapartida ao infrator, preferencialmente, a reparação do bem por ele pichado ou a prestação de serviço em outra atividade de zeladoria urbana equivalente, a critério do Poder Público Municipal, podendo incluir, se for o caso, a adesão a Programa Educativo destinado ao infrator de forma a incentivar o desenvolvimento da prática do grafite.

§ 2º A celebração do Termo de Compromisso de Reparação da Paisagem Urbana não afastará a reincidência em caso de nova infração.

Art. 7º Após o vencimento do prazo para pagamento da multa, o débito será inscrito em dívida ativa, bem como se providenciará para que o responsável realize o ressarcimento das despesas e custos de reparação do bem pichado.

Art. 8º O autor ou os autores do ato de pichação presos em flagrante delito ou que forem posteriormente identificados não poderão ser contratados pela Administração Direta e Indireta do Município para fornecimento de mercadorias ou prestação de serviços ou, ainda, exercer qualquer atividade remunerada em qualquer órgão do Município, pelo prazo de 4 (quatro) anos, a contar do ato infrator.

§ 1º O Poder Público manterá cadastro atualizado dos infratores nos termos desta Lei, contendo os números do documento de identidade e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, a data de nascimento, a filiação, os endereços residencial e comercial, o endereço de

e-mail e os telefones residencial e celular, bem como o registro das pichações constatadas, ainda que sem identificação.

§ 2º O integral cumprimento do Termo de Compromisso de Reparação da Paisagem Urbana afastará a restrição prevista no caput deste artigo, desde que o infrator não seja reincidente.

Art. 9º O Poder Executivo implementará medidas de cunho educativo por meio de campanhas informativas e de conscientização que visam coibir os atos de pichação.

Art. 10 As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 11 O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente Lei, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado de sua publicação.

Art. 12 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Penha/SC, 08 de março de 2019.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário Municipal

LEI Nº. 3051/2019 "DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL À RUA NO MUNICÍPIO"

Publicação Nº 1967291

LEI Nº. 3051/2019

"DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL À RUA NO MUNICÍPIO"

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos os munícipes, que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua MARIA TEREZINHA VARGAS VIEIRA, a Travessa 3 do Loteamento Jardim Recanto dos Pássaros, bairro Nossa Senhora da Penha, neste Município.

Parágrafo único. A Rua em epígrafe parte do imóvel com inscrição imobiliária nº 001.03.012.0270 até encontrar-se com o imóvel com inscrição imobiliária nº 01.03.123.0616, com 266,90 metros de extensão e 10,00 metros de largura.

Art. 2º Fica o Poder Executivo obrigado a fixar na aludida rua, placas indicativas com a denominação da referida rua, conforme artigo 7º da Lei nº 2918/2017.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 08 de março de 2019.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário Municipal

LEI Nº. 3052/2019 "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS LOTEADORAS, INCORPORADORAS E CONSTRUTORAS IMPLANTAREM O DISPOSITIVO CHAMADO "BOCA DE LOBO INTELIGENTE" EM SEUS EMPREENDIMENTOS NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Publicação Nº 1967292

LEI Nº. 3052/2019

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DAS LOTEADORAS, INCORPORADORAS E CONSTRUTORAS IMPLANTAREM O DISPOSITIVO CHAMADO "BOCA DE LOBO INTELIGENTE" EM SEUS EMPREENDIMENTOS NO MUNICÍPIO DE PENHA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos os munícipes, que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Para os novos loteamentos a serem realizados no município de Penha/SC, a partir do ano de 2019, ficam as loteadoras, empreendedoras, incorporadoras e construtoras, quando da execução da rede de drenagem pluvial, obrigadas a instalarem nos bueiros, o dispositivo chamado "Boca de Lobo Inteligente".

Art. 2º Para efeito desta lei, considera-se "Boca de Lobo Inteligente" a caixa coletora, confeccionada em material termoplástico, instalada no interior dos bueiros, agindo como uma peneira, permitindo a passagem da água, mas retraindo o material sólido.

Art. 3º O não-cumprimento da obrigação referida no art. 1º acarretará na aplicação de multa, o valor será definido pelo órgão competente, concedendo-se o prazo de 30 (trinta) dias para que empreendedor, loteador, incorporador ou construtor, faça as adaptações necessárias.

§1º Decorrido o prazo mencionado no "caput" sem que haja as adaptações necessárias, o loteamento será embargado e suspenso o Projeto de Urbanização pelo órgão competente, até que a irregularidade seja sanada.

§2º A fiscalização das obras e aplicação da multa será realizada pelo órgão competente.

Art. 4º As despesas decorrentes com a presente Lei decorrerão por conta de verbas próprias do orçamento vigente, suplementadas se necessário.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 08 de março de 2019.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário Municipal

LEI Nº. 3053/2019 "DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO USO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI E DEVERES FUNCIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS E DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Publicação Nº 1967293

LEI Nº. 3053/2019

"DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO USO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI E DEVERES FUNCIONAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS E DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos os munícipes, que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O controle dos Equipamentos de Proteção Individual será realizado por meio de "Ficha Individual de Controle de EPI", previstas na NR 6.

§ 1º O servidor deve assinar a Ficha Individual de Controle de EPI, no ato do recebimento ou da reposição do EPI, que lhe será fornecido quando estiver a serviço da Prefeitura Municipal de Penha/SC.

§ 2º Em cada Setor de trabalho, o chefe imediato deverá designar uma pessoa que ficará responsável pelo preenchimento da Ficha Individual de Controle de EPI dos servidores lotados no mesmo.

§ 3º A pessoa designada receberá orientação e treinamento sobre a fiscalização quanto ao uso dos Equipamentos, solicitações e quanto ao preenchimento da Ficha Individual de Controle de EPI.

§ 4º As Fichas Individuais de Controle de EPI, quando totalmente preenchidas, permanecerão guardadas sob controle do Setor de Medicina e Segurança do Trabalho, por um período mínimo de 05 (cinco) anos e, após este período serão encaminhadas para a pasta funcional do servidor.

Art. 2º Todos os servidores receberão treinamentos sobre o uso, guarda, higienização e conservação do Equipamento de Proteção Individual - EPI, no ato da entrega, ou ainda, em situação previamente definida.

§ 1º O Termo de Responsabilidade, a Ficha de Controle de Fornecimento e o Formulário de Treinamento, após assinados, passarão a fazer parte dos deveres funcionais do servidor, o qual reconhece e declara o recebimento, treinamento e a responsabilidade quanto ao uso obrigatório, conservação e guarda dos Equipamentos de Proteção Individual a ele destinado.

§ 2º O Equipamento de Proteção Individual danificado em decorrência da vida útil ou da validade, somente será substituído mediante a apresentação e devolução do mesmo ao responsável designado pela chefia imediata de lotação do servidor, que deverá descartá-lo em recipiente próprio e em local adequado a ser definido pelo Setor de Medicina e Segurança do Trabalho.

§ 3º Em caso de perda do Equipamento de Proteção Individual, ficará o servidor submetido a avaliação do Setor de Medicina e Segurança do Trabalho, podendo sofrer sanções administrativas, conforme constante no art. 4º desta lei.

Art. 3º Os profissionais legalmente habilitados do Setor de Medicina e Segurança do Trabalho desta Prefeitura, podem consultar ou requerer cópias das Fichas Individuais de Controle de EPI, inclusive fiscalizará in loco o uso obrigatório dos Equipamentos de Proteção.

§ 1º A fiscalização do uso obrigatório dos Equipamentos de Proteção Individual, prevista no "caput" deste artigo, será de incumbência da chefia imediata do servidor, a qual não poderá se eximir das obrigações e do cumprimento desta lei.

§ 2º As empresas contratadas para prestarem serviços à Prefeitura, cujas atividades exponham seus funcionários em condições acentuadas de risco à saúde e à integridade física, deverão, obrigatoriamente, fazer constar no seu escopo o cumprimento desta lei. Neste caso, a medida, os meios de fiscalização, o controle e a ordem de serviço serão por elas implantadas e custeadas.

Art. 4º O não cumprimento das disposições desta lei implicará aos servidores envolvidos sanções administrativas para apuração de responsabilidades e de medidas disciplinares. No caso de empresa contratada, a mesma será notificada para aplicação de penalidades previstas em contrato.

§1º É facultado ao Setor de Medicina e Segurança do Trabalho desta Prefeitura, fiscalizar os cumprimentos previstos no "caput" deste artigo.

Art. 5º Aos Secretários Municipais cabe a responsabilidade de fazer cumprir o disposto nesta lei

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de publicação.

Penha/SC, 08 de março de 2019.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos oito dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário Municipal

LEI Nº. 3054/2019 "INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PENHA A POLÍTICA MUNICIPAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Publicação Nº 1967298

LEI Nº. 3054/2019

"INSTITUI NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PENHA A POLÍTICA MUNICIPAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos os munícipes, que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída no Município de Penha, a Política Municipal de Combate à Corrupção, nos termos estabelecidos nesta Lei.

§ 1º A Política Municipal de Combate à Corrupção se destina aos alunos do ensino fundamental das escolas da Rede Pública Municipal, com o objetivo de atuar preventiva e educativamente na formação dos estudantes do Município, provocando mudanças positivas no comportamento ético, no sentido de priorizar o interesse coletivo e social sobre o individual.

§ 2º As escolas da rede estadual e privada de ensino localizadas no Município de Penha deverão aderir à Política Municipal de Combate à Corrupção no âmbito de seus estabelecimentos.

Art. 2º As escolas da rede pública municipal deverão incluir na elaboração de seus projetos políticos-pedagógicos, a realização de seminários, palestras, debates, dinâmicas de grupos, teatros, simpósios, ou qualquer outra forma de metodologia de ensino, abordando assuntos relacionados à garantia, proteção e ampliação do Combate à Corrupção.

§ 1º As atividades e os conteúdos relativos ao Combate à Corrupção constituirão matéria da base diversificada do currículo escolar, devendo ser contemplados na qualidade de tema transversal, podendo ser incluído nas diferentes disciplinas do contexto escolar e desenvolvidos de forma interdisciplinar.

§ 2º O conteúdo relativo ao Combate à Corrupção deverá ser oferecido de forma permanente nas escolas da rede pública de ensino do município.

§ 3º Será facultada à direção da unidade escolar a escolha das atividades e dos responsáveis pela abordagem do tema aos estudantes, sendo admitida a substituição dos educadores por profissionais, entidades ou associações, que estejam relacionadas ao tema.

Art. 3º Constituem diretrizes da Política Municipal de Combate à Corrupção:

I – A disseminação do conteúdo pedagógico do Projeto "O que você tem a ver com a corrupção?" desenvolvido pelo Ministério Público de Santa Catarina, em toda rede de ensino do Município de Penha;

II – A capacitação dos diretores de escolas, professores, alunos e membros da comunidade escolar, sobre o tema e sobre o papel da educação nas mudanças desses comportamentos nocivos à sociedade;

III – A reflexão sobre as condutas e comportamentos dos educandos e educadores que corroboram com a cultura de falta de ética e da lei da vantagem;

IV – A identificação dos comportamentos nocivos banalizados na escola e comunidade e suas consequências na sociedade;

V – A promoção dos meios para incentivar a capacidade de reflexão, ajudando na identificação e resolução dos problemas comunitários;

VI - A implementação e a realização de campanhas educativas para qualquer outra atividade que contribua para a consecução dos objetivos previstos nesta Lei.

Art. 4º Poderão ser afixados cartazes e informativos de material referente ao Combate à Corrupção nas dependências das unidades escolares.

Art. 5º A aplicação desta Lei não prejudica o conteúdo curricular obrigatório constante na Lei Federal nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e não retira a autonomia pertinente ao projeto político-pedagógico de cada unidade escolar.

Art. 6º Os professores ou educadores habilitados a participarem da Política Municipal de Combate à Corrupção atuarão, diretamente, em salas de aulas, como agentes de prevenção e formação, abordando o tema de forma esclarecedora, sempre que questionados ou quando tiverem a percepção da necessidade, sem prejuízo da abordagem a ser promovida pela escola.

Art. 7º As escolas públicas municipais deverão realizar semestralmente um balanço das ações desenvolvidas, detalhando os resultados obtidos em relação ao cumprimento desta Lei e divulgando os resultados aos alunos e pais em reuniões e, à comunidade, por meio de publicações no sítio eletrônico do Município.

Parágrafo único. Na divulgação apresentada pela escola deverão constar as estratégias a serem desenvolvidas no ano subsequente, em prol do aprimoramento da Política Municipal de Combate à Corrupção.

Art. 8º O Poder Executivo Municipal, por meio da Secretaria Municipal da Educação, deverá elaborar Relatório com os dados estatísticos e resultados obtidos pelas escolas da rede de ensino público municipal, a ser encaminhado ao final de cada ano letivo à Câmara Municipal.

Art. 9º O Chefe do Executivo regulamentará a presente Lei, no que couber, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 10 As despesas oriundas da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 13 de março de 2019.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos treze dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário Municipal

LEI Nº. 3056/2019 “DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELIMINADOR DE AR NA TUBULAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

Publicação Nº 1967300

LEI Nº. 3056/2019

“DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO ELIMINADOR DE AR NA TUBULAÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos os munícipes, que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A empresa concessionária de serviço de abastecimento de água no âmbito do Município de Penha instalará, por solicitação do consumidor, equipamento eliminador de ar na tubulação que antecede o hidrômetro de seu imóvel.

Parágrafo único. As despesas decorrentes da aquisição e da instalação do equipamento correrão por conta da concessionária de abastecimento de água.

Art. 2º O teor desta Lei será divulgado ao consumidor por meio de informação impressa na conta mensal de água emitida pela empresa

concessionária.

Art. 3º A empresa concessionária terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis para instalar o equipamento eliminador de ar, contados da solicitação do consumidor ou da construção do nicho onde se instalará o equipamento se necessário.

Art. 4º O descumprimento do prazo de que trata o artigo 3º desta Lei sujeitará a empresa concessionária à penalidade de multa no valor de R\$100,00 (cem reais) ao dia de descumprimento, até o limite de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

§1º As multas serão recolhidas ao Poder Executivo Municipal, mediante expedição de guia pela Secretaria Municipal de Fazenda.

§2º Os valores das multas de que trata este artigo serão devidamente atualizados, anualmente, mediante Decreto.

Art. 5º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Penha/SC, 26 de março de 2019.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte e seis dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário Municipal

LEI Nº. 3057/2019 "DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DE RESTAURANTES, BARES, LANCHONETES, BARRACAS DE PRAIA, AMBULANTES E SIMILARES, AUTORIZADOS PELO MUNICÍPIO, A USAREM E FORNECEREM CANUDOS DE PAPEL BIODEGRADÁVEL E/OU MATÉRIAS SUSTENTÁVEIS AMBIENTALMENTE E HERMETICAMENTE EMBALADOS COM MATERIAL SEMELHANTE".

Publicação Nº 1967301

LEI Nº. 3057/2019

"DISPÕE SOBRE A OBRIGAÇÃO DE RESTAURANTES, BARES, LANCHONETES, BARRACAS DE PRAIA, AMBULANTES E SIMILARES, AUTORIZADOS PELO MUNICÍPIO, A USAREM E FORNECEREM CANUDOS DE PAPEL BIODEGRADÁVEL E/OU MATÉRIAS SUSTENTÁVEIS AMBIENTALMENTE E HERMETICAMENTE EMBALADOS COM MATERIAL SEMELHANTE".

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos os munícipes, que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica obrigado os restaurantes, bares, lanchonetes, barracas de praia, ambulantes e similares, autorizados pelo Município, a usarem e fornecerem canudos de papel biodegradável e/ou materiais sustentáveis ambientalmente e hermeticamente embalados com material semelhante.

Parágrafo único. Entende-se por materiais biodegradáveis todos aqueles que não são derivados de polímeros sintéticos fabricados à base de petróleo.

Art. 2º O descumprimento ao disposto na presente Lei sujeitará os infratores à pena de multa no valor de 20 (vinte) UFM – Unidade Fiscal Municipal.

Parágrafo Único: Vencida a multa e não paga, será atualizada pelo índice oficial do governo, aplicado juros de 1% (um por cento) ao mês.

Art. 3º Na reincidência será cobrada multa no valor de 40 (quarenta) UFM – Unidade Fiscal Municipal, e será instaurado procedimento administrativo pelo órgão municipal de fiscalização, com direito à ampla defesa e contraditório, a fim de determinar ou não a cassação da autorização de funcionamento e/ou alvará.

Art. 4º A Multa aplicada será destinada às políticas públicas de meio ambiente.

Art. 5º O valor das multas, sua correção monetária e as formalidades quanto à apresentação da defesa administrativa serão regulamentados por decreto no prazo de 90 (Noventa) dias contados a partir de sua publicação.

Art. 6º As autoridades municipais e as associações protetoras do meio ambiente deverão atuar cooperativamente com vistas à ampla divulgação e ao cumprimento desta Lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Penha/SC, 29 de março de 2019.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário Municipal

LEI Nº. 3058/2019 "DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL À RUA DO MUNICÍPIO".

Publicação Nº 1967302

LEI Nº. 3058/2019
"DÁ DENOMINAÇÃO OFICIAL À RUA DO MUNICÍPIO".

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, Prefeito Municipal de Penha, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, FAÇO SABER a todos os munícipes, que a Câmara dos Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a denominar oficialmente, de Rua Joaquim Manoel Floriano, a Rua "E" do loteamento Balneário São Miguel, localizado no Bairro Gravatá no Município de Penha.

Art.2º Fica o Poder Executivo obrigado a fixar na aludida rua, placas indicativas com sua denominação, conforme artigo 7º da Lei nº 2918/2017.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Penha/SC, 29 de março de 2019.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei na Secretaria de Administração, aos vinte e nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezenove.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário Municipal

PLANO DE AÇÃO DE APLICAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Publicação Nº 1967474

PLANO DE AÇÃO
E
APLICAÇÃO
PARA O
EXERCÍCIO DE 2019

CONSELHO MUNICIPAL
DOS DIREITOS DA
CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
I – INTRODUÇÃO

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA também denominado Conselho de Política Pública ou, ainda, Conselho Gestor de Política Setorial, é um órgão colegiado, composto de um número de membros que corresponda à paridade entre os representantes dos órgãos governamentais e os de entidades não governamentais, permanente e deliberativo. Incumbido, de modo geral, pela formulação, supervisão e avaliação das políticas públicas no Município, estabelecendo as prioridades através do seu Plano de Ação. O seu caráter deliberativo está assegurado no princípio da participação popular na gestão pública, consagrada na Constituição de 1988, cujo espírito é a partilha do poder decisório e a garantia do controle social da coisa pública.

Em conformidade com as diretrizes do ECA, cabe aos municípios a coordenação local e a execução direta das políticas e programas. As ações devem ser planejadas e realizadas com a participação da sociedade organizada, estabelecendo as políticas locais, o planejamento e o controle de programas e atividades.

Tendo o Estatuto da Criança e do adolescente como referencial, obtém-se uma organicidade ao conjunto das ações governamentais com relação à infância e adolescência. Essas ações podem, então, ser efetivadas em duas direções: Uma primeira hierárquica, que sai da União passando pelos Estados, Distrito Federal e Municípios e, uma segunda, de complementaridade que se expressa na concatenação de esforços conjuntos do Estado e Sociedade Civil.

Dentro dessa nova concepção de atuação em atenção à criança e ao adolescente, os programas governamentais de atendimento a este segmento social passaram a definir-se como:

Políticas Sociais Básicas --> Definem o que é direito de todos e dever do Estado. Prioriza a Saúde e a Educação, figurando também no rol destas políticas a Cultura, o Lazer e a Profissionalização. Esses são direitos

estabelecidos, dos quais nenhuma criança ou adolescente pode ser privado, e que devem ser prestados pelo Estado, sem distinção alguma. Cabe as Secretarias do Município e outros órgãos municipais, assim como as ONGs, proceder a divisão do trabalho social relativa à infância e adolescência.

Políticas de Assistência Social --> Assistência Social é política pública de direção universal, capaz de alargar a agenda dos direitos sociais a serem assegurados a todos os brasileiros, de acordo com suas necessidades e independente de sua renda, a partir de sua condição inerente de ser de direitos. Objetiva reduzir e prevenir o impacto dos riscos sociais, proteger cidadãos e famílias para que enfrentem com maior autonomia as contingências da vida, fortalecer as famílias e defender a dignidade humana e os direitos socioassistenciais.

Políticas de Proteção Especial --> Destina-se ao segmento da infância e adolescência "em situação de risco pessoal e social" (conceito novo, surgido no bojo da elaboração e aprovação do Estatuto, em termos de formulação de políticas públicas) que estão expostas "a fatores que transgridam sua integridade física, psicológica ou moral; por omissão da família ou do Estado" (Costa, A. C. G., 1993, p.20). São crianças e adolescentes vítimas do tráfico organizado de drogas, dos maus tratos sofridos na família ou nas instituições de guarda, da violência nas ruas; jovens prostituídos ou em conflito com a lei etc.

Políticas de Garantias --> Refere-se à defesa jurídico-social dos direitos individuais e coletivos da população infanto-juvenil. São operacionalizadas através dos seguintes órgãos governamentais: Ministério Público, Defensoria Pública (Magistratura) e Segurança Pública, que são órgãos do Estado para coibir a transgressão da lei expressa no Estatuto. Como contraparte, na Sociedade Civil, têm-se a Comissão de Direitos Humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a Comissão de Justiça e Paz da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), a ABI (Associação Brasileira de Imprensa), os Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares.

Ao realizar o processo de planejamento o CMDCA: teve como objetivo: definir seu plano de ação, estabelecer as prioridades e sua interrelação com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos - SGD, além de fixar seu cronograma de trabalho, em conformidade com programas e projetos dentro dos três eixos abaixo.

EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS

EIXO DA PROMOÇÃO ATENDIMENTO DIRETO

O eixo da Promoção se refere ao atendimento direto dos direitos das crianças e dos adolescentes, através das políticas públicas. O objetivo desse eixo consiste na "deliberação e formulação da 'política de atendimento de direitos' (ou de garantia de direitos) que prioriza e qualifica como direito o atendimento das necessidades básicas da criança e do adolescente, através das demais políticas públicas" (GARCIA, 1999, p. 96).

O acesso universal a serviços públicos básicos para o conjunto da população é uma prerrogativa da Constituição Federal, que incorpora um sistema de proteção social, que tem na saúde, na previdência e na assistência social seu tripé. Conforme estabelece em seu: Art. 194. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinados a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

- I- universalidade da cobertura e do atendimento;
- II- uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;
- III- seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;
- IV- irredutibilidade do valor dos benefícios;
- V- equidade na forma de participação no custeio;
- VI- diversidade da base de financiamento;
- VII- caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregados, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados. (BRASIL, 1990).

EIXO DA DEFESA E RESPONSABILIDADE

Tem como principal objetivo "a responsabilização do Estado, da Sociedade e da família, pelo não atendimento, atendimento irregular ou

violação dos direitos individuais ou coletivos das crianças e dos adolescentes” (GARCIA, 1999, p. 98).

Como principais mecanismos, instrumentos e medidas para a realização da defesa encontram-se as ações judiciais, os procedimentos e medidas administrativas e a mobilização social através da pressão popular.

“Os principais atores públicos e sociais que integram esse eixo são o Judiciário, o Ministério Público, a Secretaria de Segurança, Secretaria de Justiça, a Defensoria Pública, os Conselhos Tutelares, e os Centros de Defesa” (GARCIA, 1999).

O EIXO DO CONTROLE E VIGILÂNCIA SOCIAL

O terceiro eixo do SGD - Controle Social - está associado a um dos principais pilares do ECA, com a participação da sociedade na elaboração e execução das políticas públicas relacionadas à infância e adolescência. Esse eixo objetiva a “vigilância do cumprimento dos preceitos legais constitucionais e infraconstitucionais, ao controle externo não institucional da ação do Poder Público” (GARCIA, 1999, p. 99).

A Sociedade Civil organizada é quem efetua o controle social da efetivação de promoção e defesa dos direitos humanos. Esse também é feito, através das instâncias públicas colegiadas próprias, onde se assegure a paridade da participação de órgãos governamentais e de entidades sociais: sociedade civil organiza, Fóruns, Sindicatos, Entidades de Classe, CMDCA's; Conselhos Setoriais de formulação e controle de políticas públicas.

Participam, portanto, dessa linha de atuação, as instituições da sociedade civil que tenham em seus objetivos estatutários o trabalho com crianças e adolescentes, ainda que não seja a atividade principal.

Desta forma, as pastorais e os ministérios das igrejas, os sindicatos e associações de classe, as associações de bairro, ONGs, entidades de direitos humanos, embora tenham diversas outras atividades, podem e devem integrar o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, ao lado de entidades não governamentais voltadas especialmente ao atendimento promocional e à defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Igualmente, articular-se-á, na forma das normas nacionais e internacionais, com os sistemas congêneres de promoção, defesa e controle da efetivação dos direitos humanos, de nível interamericano e internacional, buscando assistência técnico-financeira e respaldo político, nas agências e organismos que desenvolvem seus programas no país.

É importante salientar que algumas representações e organizações, podem desempenhar funções em mais de um eixos (Promoção, Controle e Defesa), como é o caso dos CMDCA's.

II - OBJETIVOS

A - Desenvolver as atribuições previstas no artigo 7º da Lei Municipal nº 2.600/2012, que estabelece: - “Compete ao CMDCA:

I - deliberar, normatizar, controlar e articular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para a efetiva garantia da sua promoção, defesa e orientação, visando a proteção integral da criança e do adolescente;

II - cumprir e fazer cumprir, em âmbito municipal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Constituições Estadual e Federal, a Lei Orgânica do Município, a presente lei e toda legislação atinente a direitos e interesses da criança e do adolescente;

III - zelar pela execução da política dos Direitos da Criança e do Adolescente, atendidas suas particularidades, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona rural ou urbana em que se localizem;

IV - participar do Planejamento Integrado e Orçamentário do Município, formulando as prioridades a serem incluídas neste, no que se refere ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

V - estabelecer em ação conjunta com as Secretarias Municipais e demais órgãos do Município a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, orientação, proteção integral e defesa da Criança e do Adolescente;

VII - coordenar a elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII - promover e apoiar o aperfeiçoamento e a atualização permanente dos representantes das organizações governamentais e não-governamentais, envolvidos no atendimento à família, à criança e ao adolescente, respeitando a descentralização político - administrativa contemplada na Constituição Federal;

IX - deliberar sobre o Regimento Interno dos Conselhos Tutelares, a ser baixado por ato do Poder Executivo;

X - registrar as organizações não governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e inscrever os programas das organizações governamentais e não-governamentais relacionados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, fazendo cumprir as normas

impostas no mesmo e comunicando aos Conselhos Tutelares e à autoridade judiciária;

XI - alterar o seu Regimento Interno, mediante a aprovação de, no mínimo, dois terços (2/3) do total dos seus membros;

XII - comunicar-se com os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente da União, do Estado e de outros Municípios, com os Conselhos Tutelares, bem como com organismos nacionais e internacionais que atuam na proteção, na defesa e na promoção dos direitos da criança e do adolescente, propondo ao Município convênio de mútua cooperação, respeitado o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente e legislações pertinentes;

XIII - deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

XIV - regulamentar os assuntos de sua competência, por meio de Resoluções aprovadas por, no mínimo, 2/3 de seus membros, inclusive do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

XV - manter registros de todas as atividades, ações, projetos, planos, relatórios, pesquisas, estudos e outros, que tenham relação direta ou indireta com as suas competências e atribuições;

XVI - proporcionar apoio aos Conselhos Tutelares do Município, integrando ações no sentido de garantir os princípios e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente;

XVII - coordenar o processo para a escolha dos membros dos Conselhos Tutelares do Município;

XVIII - dar posse aos membros dos Conselhos Tutelares, os quais serão nomeados por ato do Prefeito Municipal;

XIX - reunir-se ordinariamente e extraordinariamente, conforme dispuser o regimento;

XX - estabelecer critérios, formas e meios de controle de procedimentos da atividade pública municipal relacionados com as suas deliberações;

XXI - coordenar a realização das Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XXII - oferecer subsídios à elaboração de legislação relativa aos interesses da criança e do adolescente.

B - Manter e controlar o fundo, com base na Lei nº 4.320, de 17 de março de 1.964, que institui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, com base em seus:

Art. 71. Constitui fundo especial o produto de receitas especificadas que por lei se vinculam à realização de determinados objetivos ou serviços, facultada a adoção de normas peculiares de aplicação.

Art. 72. A aplicação das receitas orçamentárias vinculadas a turnos especiais far-se-á através de dotação consignada na Lei de Orçamento ou em créditos adicionais.

Art. 73. Salvo determinação em contrário da lei que o instituiu, o saldo positivo do fundo especial apurado em balanço será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo fundo.

Art. 74. A lei que instituir fundo especial poderá determinar normas peculiares de controle, prestação e tomada de contas, sem de qualquer modo, elidir a competência específica do Tribunal de Contas ou órgão equivalente.

C – Observar as linhas de ação da política de atendimento à criança e ao adolescente, contidas artigo 87 do ECA que estabelece:

Art. 87: São linhas de ação da política de atendimento:

I. Políticas sociais básicas;

II. Políticas e programas de Assistência Social, em caráter supletivo, para aqueles que deles necessitem;

III. Serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV. Serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;

V. Proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente (ECA).

IDENTIFICAÇÃO:

Considerando a Lei Municipal Nº 2.600, de 11 de novembro de 2012, que dispõe "Instituindo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMCAD), o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA) e o Conselho Tutelar do Município de Penha"; Considerando as Conferências Municipais, os Fóruns de Discussões, bem como documentos do município elaborados com a participação da

Sociedade Civil em conjunto com o Poder Público Local, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente apresenta a seguir as prioridades de ação e aplicação referente ao ano de 2019.

MEMBROS TITULARES E SUPLENTE DO CMDCA PODER PÚBLICO

Representante	Titular	Suplente
Secretaria Municipal de Assistência Social	Cláudio de Souza Limeira	Olinda Rodrigues da Silva Santos
Fundação Municipal de Esportes	Marcos Antonio Chiarello Ferreira	Alexandre Antonio da Luz
Secretaria da Fazenda	Almir Rogério dos Santos	Camila Machado
Secretaria da Saúde	Heronilde Luíza Antonio	Regiane Carolina Pereira Basso
Secretaria Municipal de Educação	Gertrudes Rogalsky	Lenara Serpa Schmitt

SOCIEDADE CIVIL

Representante	Titular	Suplente
Rotary Club de Penha	Rosa C Mello	Ivete Janke
APAE de Penha	Jaqueline Machado Ferreira	Surama dos Santos Anacleto
Instituto Beto Carrero	Rosiane do Carmo Souza de Souza	Ledinéia Militão
Casa da Amizade de Penha	Alda Wally Seibt	Nair Leicht
Pastoral da Criança	Bernardina Jair Fernandes	Lenir Celina dos Santos

OBJETIVOS

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA, através do Plano de Ação, tem por objetivo desenvolver uma política de trabalho que esteja em consonância com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

- Estabelecer prioridades, além de propor a inter-relação com os demais Órgãos do Sistema de Garantia de Direitos – SGD.

- Estabelecer Diretrizes e Planos de Ação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com o fim de fortalecer as políticas sociais básicas (educação, saúde, cultura, esporte e lazer, e outros.), bem como implementar as políticas de proteção e garantias de direitos, no Plano de Ação e Aplicação para o ano de 2019.

DIRETRIZES

- Articulação com as diversas Políticas Públicas Municipais de atendimento à criança e ao adolescente;
- Incentivo às ações de prevenção tais como: a gravidez precoce, a violência contra crianças e adolescentes, com ênfase à violência sexual e trabalho infantil, dentre outras;
- Estabelecer política de atendimento aos adolescentes;
- Integração com outros Conselhos;
- Articulação dos diversos programas, projetos ou serviços;
- Mobilização da sociedade civil.

FUNDAMENTAÇÃO

A Lei Nº 8069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – no Art.4º, garante proteção integral à criança e ao adolescente, estabelecendo ser dever da Família, da Comunidade, da Sociedade e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária.

A Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente contribuiu para a elaboração do presente Plano de Ação, o qual sugere mudanças e melhorias para que ocorra no Município, a proteção integral exigida pela Lei, em conformidade com a prioridade absoluta à Criança e ao Adolescente definida pela Constituição Federal.

As diretrizes de uma política voltada à infância e adolescência necessitam incorporar referências aprovadas em planos setoriais e temáticas vigentes relacionadas a esse segmento etário. Os objetivos estratégicos selecionados concretizam o papel do Conselho como formulador de políticas e diretrizes no âmbito do Município.

A utilização da verba destinada ao Fundo da Infância e Adolescência - FIA, será garantida para as ações dentro das conformidades com a Resolução 105, do CONANDA. A efetivação de outros programas de trabalho da rede de proteção socioassistencial, sugeridos no Plano de Ação, poderá, também, ser apoiada por outros Órgãos e Unidades da Administração Municipal, Poder Legislativo, Poder Judiciário e Sociedade Civil Organizada.

POLÍTICAS DE PROTEÇÃO

0.1- META: COMBATE À EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E PROTEÇÃO AO ADOLESCENTE TRABALHADOR

AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCERIA	FINANCEIRO R\$
Capacitar e qualificar os Profissionais que atuam no atendimento às políticas de combate à exploração do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador.	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA	Conselho Tutelar Secretarias Municipais CRAS CREAS	5.000,00

Monitorar, fiscalizar e avaliar os dados sobre as ações do programa de erradicação da exploração do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador.	CMDCA	Conselho Tutelar Secretarias Municipais CRAS CREAS	3.000,00
Incentivar a capacitação e espaços de reflexão entre os empresários, comércio e área rural a respeito do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador.	CMDCA	Conselho Tutelar Secretarias Municipais	3.000,00
Apoiar e incentivar a elaboração de material gráfico, campanhas e impressos que sejam direcionados ao combate à exploração do trabalho infantil e proteção ao adolescente trabalhador.	CMDCA	Conselho Tutelar Secretarias Municipais	5.000,00

0.2- META: EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCERIA	FINANCEIRO R\$
Promover o atendimento Psicossocial em programas municipais de adolescentes infratores.	CMDCA	CREAS Secretarias Municipais	7.350,00
Capacitar profissionais da rede de atendimento municipal.	CMDCA	CREAS CRAS Conselho Tutelar Secretarias Municipais	18.000,00

1.3 - META: ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL

AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCERIA	FINANCEIRO R\$
Apoiar e mobilizar ações de orientação que visem a prevenção da exploração sexual infanto-juvenil, no âmbito do Município.	CMDCA	Conselho Tutelar Secretarias Municipais CREAS CRAS Instituições (ONG'S)	35.000,00

1.4- META: GARANTIA DO DIREITO À CONVIVÊNCIA FAMILIAR E COMUNITÁRIA

AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCERIA	FINANCEIRO R\$
Articular e apoiar levantamento da situação das crianças e adolescentes, em situação de rua e desaparecimento, em âmbito municipal.	CMDCA	Conselho Tutelar Secretarias Municipais Ministério Público	5.000,00
Apoiar programas de apadrinhamento de crianças e adolescentes em acolhimento institucional, em situações de pobreza ou fragilidade dos vínculos familiares.	CMDCA	Conselho Tutelar Secretarias Municipais Ministério Público Abrigo de Menores	3.000,00

1. POLÍTICA DE PÚBLICIDADE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

1.1- META: FORTALECIMENTO DOS VÍNCULOS FAMILIARES E COMUNITÁRIOS

AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCERIA	FINANCEIRO R\$
Apoiar, divulgar e incentivar eventos e atividades que estimulem o debate da comunidade a respeito do protagonismo infanto-juvenil.	CMDCA	Conselho Tutelar Secretarias Municipais CRAS CREAS	55.000,00

2. SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

2.1- META: FORTALECIMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCERIA	FINANCEIRO R\$
Incentivar a divulgação dos direitos humanos da criança e do adolescente com foco na garantia dos direitos, através dos meios de comunicação.	CMDCA	Conselho Tutelar Secretarias Municipais Ministério Público	5.000,00
Repassar recursos do FIA às Organizações Sociais e Órgãos Públicos que tiverem seus projetos aprovados.	CMDCA	Secretaria de Administração e Finanças ONGs Empresários	188.650,00
Acompanhar a aplicação dos recursos do FIA e execução dos Projetos financiados.	CMDCA	Controladoria Municipal ONGs	Sem custos
Providenciar material didático e/ou de divulgação personalizado do CMDCA, promovendo a distribuição.	CMDCA	Secretarias Municipais	5.000,00
Incentivar a capacitação de profissionais da rede de atendimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	CMDCA	Rede de Atendimento	50.000,00

3. POLÍTICA PÚBLICA DE EDUCAÇÃO

3.1- META: GARANTIA DO ACESSO, PERMANÊNCIA E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PARA AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCERIA	FINANCEIRO R\$
Articular junto às Redes de Ensino a discussão da Política de Educação desenvolvida no Município, objetivando a garantia de igualdade de condições de acesso, permanência e qualidade do ensino dos níveis educacionais pertinentes.	CMDCA	Conselho Tutelar Redes de Ensino Instituições governamentais	Sem custos

3.2- META: ORÇAMENTO E FINANÇAS

AÇÃO	RESPONSÁVEL	PARCERIA	FINANCEIRO R\$
------	-------------	----------	-------------------

Analisar o Balanço Financeiro relativo ao ano anterior e elaborar o orçamento do CMDCA para o ano seguinte, envidando esforços para que seja garantida a destinação de recursos do Orçamento Público a ser observado pela administração e condição para resguardo dos princípios constitucionais da proteção integral e prioridade absoluta.	CMDCA Secretaria da Fazenda	Secretaria Municipal de Finanças	Sem custos
Fiscalizar, executar e divulgar o Relatório Financeiro e de Aplicação do Fundo para a Infância e Adolescência.	CMDCA	Secretaria Municipal da Fazenda	Sem custos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pretende-se, com o presente Plano que ele seja um instrumento prático de ação, planejamento e constante avaliação.

Através da articulação entre as diversas Políticas Públicas, Conselhos representativos e participação da sociedade o que tornará possível a garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Plano de Ação e Aplicação do Fundo da Infância e Adolescência é a ferramenta para que o CMDCA participe, de forma ativa e efetiva, do processo de elaboração do orçamento público, cumprindo assim, a sua missão constitucional de elaborar Políticas Públicas para garantia da proteção integral à população infanto-juvenil, em consonância com a Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente e outras normativas afins.

Este Plano foi elaborado com foco na garantia de políticas públicas a todas as crianças, adolescentes e suas famílias; garantia de medidas de proteção especial a crianças e adolescentes com direitos ameaçados e/ou violados; garantia de medidas sócio-educativas ao adolescente em conflito com a lei; garantia de gestão democrática e participativa da política de direitos: acompanhamento, monitoramento, avaliação e controle público das ações pertinentes aos direitos; garantia de mobilização social, capacitação sempre que necessária, comunicação, articulação inter-setorial e institucional das políticas sociais; garantia de orçamento e financiamento destas políticas.

As diretrizes de uma política voltada à infância e adolescência necessitam incorporar referências aprovadas em vários planos setoriais ou temáticos vigentes, relacionados a esse segmento etário e isso envolve praticamente o conjunto das políticas sociais. Para efeitos da formulação do Plano de Ação e Aplicação foram selecionados objetivos estratégicos, o que significa também circunscrever metas e ações de incidência direta para a garantia dos direitos da criança e adolescentes.

CLAUDIO DE SOUZA LIMEIRA

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Penha - CMDCA

TERMO DE CREDENCIAMENTO 004/2019 - FMS

Publicação Nº 1967157

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 004/2019-FMS de 12/03/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 003/2019 - FMS

MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2019 - FMS

HOMOLOGADO EM 12/03/2019

Através do presente instrumento firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 939.581.459-49, portadora do RG 2.862.912, residente e domiciliada à Rua Alfredo Brunetti, nº.1930, Bairro Armação, Penha/SC, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a Empresa GOLDENMED CLINICA GERAL E MEDICINA DO TRABALHO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 09.441.019/0001-48, com sede na RUA Samuel Heusi, nº 340, Bairro Centro, na Cidade de Itajaí, representado neste ato por seu Representante Legal Dr. Jaime Luis Nardelli, inscrito no CPF nº 442.205.619-00, doravante denominado CREDENCIADO, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de profissionais médicos, para prestação de serviços de consulta médica e procedimentos médicos especializados, que deverão prestar serviços de consulta médicas nas Unidades Básicas da Saúde, destinados a pacientes e profissionais do Município de Penha/SC, conforme solicitação da Secretaria de Saúde nº 089/2019, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Assinale com um "X" as consultas que serão realizadas	PROCEDIMENTO	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CONSULTA EM MÉDICO DO TRABALHO	100	R\$ 41,66	R\$ 4.166,00
2	CONSULTA EM EXAME AD-MISSIONAL	100	R\$ 33,33	R\$ 3.333,00
3	CONSULTA DE CLINICO GERAL	10700	R\$ 36,66	R\$ 392.262,00
			PREÇO TOTAL	R\$ 399.761,00

1.1 - Credenciamento de pessoas físicas ou jurídicas, profissionais médicos, para prestação de serviços de consulta médica e procedimentos médicos especializados, que deverão prestar serviços de consulta médicas nas Unidades Básicas da Saúde, destinados a pacientes e profissionais do Município de Penha/SC, conforme solicitação da Secretaria de Saúde nº 089/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

2.1 - Os serviços deverão ser realizados por profissionais habilitados, nas dependências das Unidades Básicas de Saúde.

2.2 - A CREDENCIADA compromete-se a prestar aos usuários do SUS, tratamento idêntico ao dispensado a particulares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Penha pagará pelos serviços prestados conforme preços constantes na Tabela SUS.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e o Decreto Municipal nº 3257/2018.

II – Após o cumprimento dos procedimentos do inciso anterior, a CREDENCIADA emitirá Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 meses será de R\$ 399.761,00 (trezentos e noventa e nove mil setecentos e sessenta e um reais).

CLAUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 20 – Fundo Municipal da Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal da Saúde

Elemento: 3.3.90.39.50.000000 – (85)

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do SUS, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 - A empresa prestará serviços no limite de valor determinado pela Secretaria de Saúde, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Secretaria de Saúde, através do SISREG – Sistema de Regulação, quando da autorização dos exames a serem realizados, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Secretaria de Saúde comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Caberá à Secretaria de Saúde a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, o Fundo

Municipal de Saúde de Penha a seu exclusivo

critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o

recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese esta caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 12 de março de 2019.

REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

GOLDENMED CLINICA GERAL E MEDICINA DO TRABALHO LTDA
Jaime Luis Nardelli
Credenciada

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI

Controle Interno

Portaria nº 739/2019

TERMO DE CREDENCIAMENTO 005/2019 - FMS

Publicação Nº 1967154

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 005/2019-FMS de 27/03/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2019 - FMS
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019 - FMS
HOMOLOGADO EM 27/03/2019

Através do presente instrumento firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 939.581.459-49, portadora do RG 2.862.912, residente e domiciliada à Rua Alfredo Brunetti, nº.1930, Bairro Armação, Penha/SC,, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa LABORATÓRIO DE ANÁLISE CLÍNICAS FAITA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.073.169/0001-05, com sede em Av. Eugenio Krause Wagner, doravante denominada CREDENCIADA, representada pelo Sr. Dorly Rosa Fanta Wagne, inscrito no CPF sob nº 617.977.669-53, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de Análises Clínicas aos usuários do SUS autorizados pela Secretaria de Saúde de Penha através da Guia de Encaminhamento, conforme Decreto Municipal nº 3257/2018, com inexistência de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Cadastramento para prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas por Laboratório ou Posto de Coleta estabelecido no Município de Penha/SC, conforme tabela SUS.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL DO ITEM
1	Prestação de Serviços de Exames laboratoriais referente à competência do ano de 2019	EST	1	R\$365.000,00	R\$365.000,00

Parágrafo Único: Para o desempenho de suas atividades, a CREDENCIADA, colocará para atendimento à população do Município de Penha, suas instalações, seus equipamentos e quadro técnico-profissional próprio.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

2.1 - Os usuários do SUS deverão ser atendidos nas dependências da CREDENCIADA, mediante o Guia de Agendamento Regulada expedida pela Secretaria de Saúde de Penha.

2.2 - A CREDENCIADA compromete-se a prestar aos usuários do SUS, tratamento idêntico ao dispensado a particulares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Penha pagará pelos serviços prestados conforme preços constantes na Tabela SUS.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e o Decreto Municipal nº 3257/2018.

II – Após o cumprimento dos procedimentos do inciso anterior, a CREDENCIADA emitirá Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 (doze) meses será de R\$ 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil reais).

CLAUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 20 – Fundo Municipal da Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal da Saúde

Projeto/Atividade: 2.059 – MAC- Manutenção Média e Alta Complexidade

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0613 – Aplicações Direta (75)

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do SUS, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 - A empresa prestará serviços no limite de valor determinado pela Secretaria de Saúde, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Secretaria de Saúde, através do SISREG – Sistema de Regulação, quando da autorização dos exames a serem realizados, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Secretaria de Saúde comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Caberá à Secretaria de Saúde a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, o Fundo

Municipal de Saúde de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese esta caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 27 de março de 2019.

REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS FAITA LDTA
Dorly Rosa Faixa Wagne
Credenciada

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:

MARCELO ALVES CRIVELATTI

Controle Interno

Portaria nº 739/2019

TERMO DE CREDENCIAMENTO 006/2019 - FMS

Publicação Nº 1967155

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2019-FMS de 27/03/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 001/2019 - FMS
MODALIDADE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2019 - FMS
HOMOLOGADO EM 27/03/2019

Através do presente instrumento firmado entre o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, por meio do Fundo Municipal de Saúde, com sede nesta cidade na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 11.680.072/0001-43, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 939.581.459-49, portadora do RG 2.862.912, residente e domiciliada à Rua Alfredo Brunetti, nº.1930, Bairro Armação, Penha/SC,, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa EXCLUSIVE SAÚDE LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.609.940/0001-42, com sede em Av. Nereu Ramos, doravante denominada CREDENCIADA, representada pelo Sra. Marina Elisa Phiippi, inscrito no CPF sob nº 004.512.989-42, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento para prestação de serviços de Análises Clínicas aos usuários do SUS autorizados pela Secretaria de Saúde de Penha através da Guia de Encaminhamento, conforme Decreto Municipal nº 3257/2018, com inexigibilidade de licitação, sujeitando-se as partes às normas disciplinares da Lei nº 8.666/93 e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Cadastramento para prestação de serviços de exames laboratoriais de análises clínicas por Laboratório ou Posto de Coleta estabelecido no Município de Penha/SC, conforme tabela SUS.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QTDADE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL DO ITEM
1	Prestação de Serviços de Exames laboratoriais referente à competência do ano de 2019	EST	1	R\$365.000,00	R\$365.000,00

Parágrafo Único: Para o desempenho de suas atividades, a CREDENCIADA, colocará para atendimento à população do Município de Penha, suas instalações, seus equipamentos e quadro técnico-profissional próprio.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE ATENDIMENTO

2.1 - Os usuários do SUS deverão ser atendidos nas dependências da CREDENCIADA, mediante o Guia de Agendamento Regulada expedida pela Secretaria de Saúde de Penha.

2.2 - A CREDENCIADA compromete-se a prestar aos usuários do SUS, tratamento idêntico ao dispensado a particulares.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS PREÇOS E DOS CRITÉRIOS DE REAJUSTAMENTO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O Fundo Municipal de Saúde de Penha pagará pelos serviços prestados conforme preços constantes na Tabela SUS.

3.2 - Quanto ao processamento, faturamento e forma de pagamento:

I – Estas despesas obedecerão às normas contidas na Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e o Decreto Municipal nº 3257/2018.

II – Após o cumprimento dos procedimentos do inciso anterior, a CREDENCIADA emitirá Nota Fiscal de Prestação de Serviços.

III – O pagamento se dará após a efetiva liquidação da despesa, obedecendo a ordem cronológica de pagamentos da Tesouraria Municipal.

IV – O preço máximo previsto para o período de 12 (doze) meses será de R\$ 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil reais).

CLAUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1 - As despesas referentes ao objeto do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 20 – Fundo Municipal da Saúde

Unidade: 01 – Fundo Municipal da Saúde

Projeto/Atividade: 2.059 – MAC- Manutenção Média e Alta Complexidade

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0613 – Aplicações Direta (75)

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PENHA

5.1 - Compromete-se a efetuar o pagamento das faturas conforme ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE E OBRIGAÇÃO DA CREDENCIADA

6.1 - A CREDENCIADA é responsável por possíveis danos causados ao MUNICÍPIO de Penha e aos usuários do SUS, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos seus serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Município.

6.2 - A CREDENCIADA obriga-se a manter, durante a inteira execução do Termo de Credenciamento, todas as condições de habilitação e regularidades exigidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas por ocasião da assinatura do Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E DA VALIDADE

7.1 - A vigência do Termo de Credenciamento será de 12 (doze) meses, podendo mediante aditivo, ser prorrogado obedecendo ao limite previsto no artigo 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

7.2 - A empresa prestará serviços no limite de valor determinado pela Secretaria de Saúde, durante o período de Termo de Credenciamento.

7.3 - O referido limite será regulado e controlado pela Secretaria de Saúde, através do SISREG – Sistema de Regulação, quando da autorização dos exames a serem realizados, bem como mediante a produção apresentada pela CREDENCIADA mensalmente, cabendo a Secretaria de Saúde comunicar, bem como a CREDENCIADA, a descontinuidade dos serviços, pelo limite financeiro atingido.

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 - Caberá à Secretaria de Saúde a fiscalização dos serviços constantes no Termo de Credenciamento.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1 - O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista no termo de Credenciamento ou ainda, a inobservância das previsões legais contidas nos artigos 58, II, 77, 78, I ao III e 86, §1º, todos da Lei 8.666/93, bem como futuras modificações ou acréscimos pertinentes à Lei que rege os contratos, administrativos, acarretará para o Município de Penha, o direito de rescindi-lo. Poderá, ainda, o Fundo

Municipal de Saúde de Penha a seu exclusivo critério, oportunidade e conveniência, rescindir unilateralmente o Termo de Credenciamento, devendo para isso, avisar a CREDENCIADA com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

9.2 - A CREDENCIADA deverá comunicar, por escrito e com justificativa, a CONTRATANTE, qualquer fato superveniente que acarrete o descredenciamento, mediante aviso prévio mínimo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1 - Em caso de inexecução parcial ou total das condições fixadas neste processo, erros ou atrasos na execução do objeto e quaisquer outras irregularidades, o MUNICÍPIO poderá, isolada ou cumulativamente, respeitado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a adjudicatária as seguintes penalidades.

I – Advertência: sempre que forem observadas irregularidades de pequena monta para as quais tenha concorrido;

II – Multa Moratória: de 2% (dois por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da obrigação não cumprida dentro do prazo contratual, na hipótese de atraso injustificado;

III – Multa Compensatória: nas seguintes ocorrências:

a) de 20% (vinte por cento) do total de preços registrados, caso haja recusa em assinar o contrato.

b) de 20% (vinte por cento) sobre o valor do (s) exame (s) não entregue (s) – observando-se que, independentemente da data de emissão do documento fiscal da empresa, a efetividade da prestação do serviço se dará no momento em que é atestado o recebimento e totalidade dos exames realizados, via Relatório apresentado pela empresa e aceito, hipótese esta caracterizada, conforme o caso, como inexecução parcial ou total do ajuste.

c) de 20% (vinte por cento) sobre o valor adjudicado pelo inadimplemento de quaisquer outras cláusulas, também podendo caracterizar inexecução parcial ou total do ajuste, dependendo do caso.

Parágrafo único: Nos termos do § 3º do art. 86 e do § 1º do art. 87 da Lei nº 8.666/93, a multa, caso aplicada após o regular processo administrativo, será descontada do pagamento eventualmente devido à empresa detentora, e ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, em conformidade com a legislação específica.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO FORO

11.1 - Fica eleito o foro da cidade de Balneário Piçarras/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Penha/SC, 27 de março de 2019.
REGIANE CAROLINA PEREIRA BASSO
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

EXCLUSIVE SAUDE LTDA ME
Marina Elisa Philippi
Credenciada

TESTEMUNHAS

Nome: Nome:

C.P.F. nº C.P.F.

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

JAYLON JANDER CORDEIRO DA SILVA
Secretário de Administração

De acordo:
MARCELO ALVES CRIVELATTI
Controle Interno
Portaria nº 739/2019

Pescaria Brava

CÂMARA MUNICIPAL

PAUTA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA/SC

Publicação Nº 1968849

PAUTA DA 7ª SESSÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE PESCARIA BRAVA/SC

DATA: 02/04/2019 – terça-feira

HORÁRIO: 18h30min

LOCAL: Plenário da Câmara Municipal da Câmara Municipal, sito: Rodovia BR-101, Km 320, Bairro KM 37 - CEP: 88798 – 000, Pescaria Brava/SC.

Pauta organizada de acordo com o art. 158 do Regimento Interno deste Poder

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010, DE 15 DE JANEIRO DE 2019

EMENTA: Institui a gratificação de produtividade fiscal no Município de Pescaria Brava e dá outras providências.

AUTOR: Poder Executivo

PROCESSO LEGISLATIVO: Leitura

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 011, DE 26 DE MARÇO DE 2019

EMENTA: Altera dispositivos da Lei Complementar Nº 64 de 09 de março de 2018 e dá outras providências

AUTOR: Poder Executivo

PROCESSO LEGISLATIVO: Leitura

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 006, DE 18 DE MARÇO DE 2019

EMENTA: Inclui ação e altera programa do PPA, LDO e LOA, e abre crédito adicional especial.

AUTOR: Poder Executivo

PROCESSO LEGISLATIVO: Leitura

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 007, DE 18 DE MARÇO DE 2019

EMENTA: Autoriza o Município a efetuar repasse financeiro ao competidor de JIU-JITSU, para participar do evento: "ABU DHABI WORLD PROFESSIONAL JIU-JITSU CHAMPIONSHIP 2019", na localidade de Abu Dhabi, nos Emirados Árabes Unidos e dá outras providências.

AUTOR: Poder Executivo

PROCESSO LEGISLATIVO: Leitura

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 006, DE 18 DE MARÇO DE 2019

EMENTA: Institui a "semana municipal da educação especial na perspectiva inclusiva" no calendário oficial do Município de Pescaria Brava a ser comemorado anualmente no mês de agosto e dá outras providências.

AUTOR: Poder Legislativo

PROCESSO LEGISLATIVO: Leitura

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 006, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019

EMENTA: Dispõe sobre permissão de uso, a título precário e gratuito a Câmara de Dirigentes Lojistas de Pescaria Brava – CDL, de espaço em imóvel locado por esta Prefeitura na Rodovia SC 437.

AUTOR: Poder Executivo

PROCESSO LEGISLATIVO: Primeira votação

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 007, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019

EMENTA: Altera dispositivos da Lei Complementar Nº 64, de 09 de março de 2018 e dá outras providências.

AUTOR: Poder Executivo

PROCESSO LEGISLATIVO: Segunda votação

Pescaria Brava, 01 de abril de 2019

GILBERTO NEVES E SILVA

Presidente da Câmara Municipal de Pescaria Brava

Petrolândia

PREFEITURA

2 AD CONTRATO 02 2019 - FREEWILL

Publicação Nº 1967507

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA
FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 05/2018
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2018

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2019

Termo Aditivo ao Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de seu Fundo Municipal de Agricultura e a Empresa FREEWIL IMPLEMENTOS RODOVIÁRIOS LTDA, inscrita no CNPJ: 03.558.220/0001-23. Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) CAÇAMBA BASCULANTE NOVA, PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DA AGRICULTURA. Data: 01/04/2019. Vigência: 15/05/2019. Petrolândia, 02 de abril 2019. Joel Longen – Prefeito Municipal.

CONTRATO 12 2019 - IMPETUS

Publicação Nº 1967295

MUNICÍPIO DE PETROLÂNDIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019
EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2019

Contrato que entre si celebram o Município de Petrolândia, através de sua Prefeitura Municipal e a Empresa IMPETUS APOIO A GESTÃO PÚBLICA LTDA, inscrita no CNPJ: 13.596.552/0001-56. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SUPORTE TÉCNICO E APOIO ADMINISTRATIVO, ATRAVÉS DE APOIO TÉCNICO NA OPERACIONALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE INFORMÁTICA NA ÁREA DE PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO EM SEUS VÁRIOS MÓDULOS, EM ESPECIAL O SICONV E NA ÁREA DE DEFESA CIVIL, EM ESPECIAL O S2ID, ALÉM DO ACOMPANHAMENTO E ORIENTAÇÃO ESCRITA E VERBAL NAS ÁREAS DE PLANEJAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS DE CONVÊNIOS/CONTRATOS DO SICONV E ORIENTAÇÃO NAS AÇÕES DE PREVENÇÃO, RESPOSTA E RECUPERAÇÃO EM DEFESA CIVIL. Data: 01/04/2019. Valor dos Serviços: R\$ 40.800,00. Vigência: 01/04/19 a 01/04/20. Petrolândia, 02 de abril de 2019. Joel Longen – Prefeito Municipal.

PREGÃO PRESENCIAL 15 2019 - VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

Publicação Nº 1967087

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLÂNDIA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 19/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019

A Prefeitura Municipal de Petrolândia faz saber aos interessados que se encontra aberto o edital de LICITAÇÃO Nº 19/2019 na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tendo por objetivo a AQUISIÇÃO DE 02 (DOIS) VEÍCULOS 0KM, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E OUTROS EQUIPAMENTOS PARA USO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO EDITAL. O envelope contendo os documentos de habilitação, bem como o outro contendo a proposta de fornecimento, deverão ser entregues na Prefeitura Municipal às 09:00h do dia 12/04/2019, ocasião em que será iniciada a sessão de credenciamento dos interessados e respectiva oferta de lances. A cópia do edital, bem como outros esclarecimentos necessários poderão ser obtidos junto ao Departamento de Compras da Prefeitura Municipal, em horário de expediente pelo telefone (47) 3536-1151 ou pelo e-mail licita@petrolandia.sc.gov.br. Petrolândia, 02 de abril de 2019. JOEL LONGEN – Prefeito Municipal

Pinhalzinho

PREFEITURA

AVISO PREGÃO PRESENCIAL 020-2019 - PMP - AQUISIÇÃO DE CARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) P-13 E P-45

Publicação Nº 1968291

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHALZINHO - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 020/2019 - PMP

Objeto REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de CARGAS DE GÁS LIQUEFEITO DE PETRÓLEO (GLP) P-13 e P-45, para atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificações constantes no Anexo "A" do Edital convocatório.

Modalidade: Pregão Presencial

Tipo: Menor preço por Item

Recebimento das Propostas: até as 14:00 do dia 15/04/2019

Abertura: dia 15/04/2019, às 14:15

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município pinhalzinho.atende.net ou no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, situada à Av. São Paulo, nº 1615, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e 13:30 às 17:00.

Informações através do e-mail: compras02@pinhalzinho.sc.gov.br ou compras01@pinhalzinho.sc.gov.br.

Pinhalzinho, SC, 01 de abril de 2019.

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Wanderlei Borba

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO 025/2019

Publicação Nº 1967756

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 025/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n.º 04/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADO: ademilson Franco de Melo

CPF n.º 023.069.919-79

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco – Pinheiro Preto - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Ademilson Franco de Melo, denominado contratado, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 04/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Professor de Educação Física II", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n.º 04/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – O CONTRATADO obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.524,70 (Hum mil quinhentos e vinte e quatro reais e setenta centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pelo contratado serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 06 de janeiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

O contratado executará as seguintes funções:

Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos,

conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, formaturas, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta político pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestando-lhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se o CONTRATADO ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades ao CONTRATADO, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que ao Contratado caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5 - Interesse público;

4.2.6 - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 06 de janeiro, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 17 de janeiro de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADO

Ademilson Franco de Melo

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 027/2019

Publicação Nº 1967760

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 27/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 04/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Solange Aparecida Zago Buryk

CPF n.º 501.881.869-72

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco – Pinheiro Preto - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Solange Aparecida Zago Buryk, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 04/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Saúde e bem estar social função de "Agente Comunitária de Saúde", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 04/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.261,54 (Hum mil duzentos e sessenta e um reais e cinquenta e quatro centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social.

3.2. O contrato vigorará da data de 17 de janeiro de 2019, até retorno da servidora efetiva Leila Salete da Motta Tonetta, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

A contratada executará as seguintes funções:

Trabalhar com adscrição de indivíduos e famílias em base geográfica definida e cadastrar todas as pessoas de sua área, mantendo os dados atualizados no sistema de informação da Atenção Básica vigente, utilizando-os de forma sistemática, com apoio da equipe, para a análise da situação de saúde, considerando as características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas do território, e priorizando as situações a serem acompanhadas no planejamento local; Realizar visitas domiciliares com periodicidade estabelecida no planejamento da equipe e conforme as necessidades de saúde da população, para o monitoramento da situação das famílias e indivíduos do território, com especial atenção às pessoas com agravos e condições que necessitem de maior número de visitas domiciliares; Utilizar instrumentos para a coleta de informações que apoiem no diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; Registrar, para fins de planejamento e acompanhamento das ações de saúde, os dados de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde, garantido o sigilo ético; Desenvolver ações que busquem a integração entre a equipe de saúde e a população adscrita à UBS, considerando as características e as finalidades do trabalho de acompanhamento de indivíduos e grupos sociais ou coletividades; Identificar casos suspeitos de doenças e agravos, encaminhar os usuários para a unidade de saúde de referência, registrar e comunicar o fato à autoridade de saúde responsável pelo território; Informar e mobilizar a comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores; Conhecer o funcionamento das ações e serviços do seu território e orientar as pessoas quanto à utilização dos serviços de saúde disponíveis; Estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; Informar os usuários sobre as datas e horários de consultas e exames agendados; Participar dos processos de regulação a partir da Atenção Básica para acompanhamento das necessidades dos usuários no que diz respeito a agendamentos ou desistências de consultas e exames

solicitados; Exercer outras atribuições que lhes sejam atribuídas por legislação específica da categoria, ou outra normativa instituída pelo gestor federal, municipal ou do Distrito Federal.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades a CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que a Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5 - Interesse público;

4.2.6 - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 17 de janeiro de 2019, até retorno da servidora efetiva Leila Salete da Motta Tonetta, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 18 de janeiro de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Solange aparecida zago buryk

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 088/2019

Publicação Nº 1967761

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 88/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n.º 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Ingrid Fritzen Vaz

CPF n.º 090.061.029-89

Endereço: Maria de Aguiar, nº 78 – Pinheiro Preto - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Ingrid Fritzen Vaz, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Profissional de Apoio I", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n.º 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.907,58 (Hum mil e novecentos e sete reais e cinquenta e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

A contratada executará as seguintes funções:

Auxiliar e cooperar com professor regente, atendimento especial às crianças com maior dificuldade, limpeza corporal da criança conforme a necessidade, colaborar na organização do ambiente escolar, atendimento na hora da alimentação, participar de reuniões quando houver ajuste de horários e outros encontros que envolvam a escola, ser pontual com o horário estabelecido.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n.º 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. - Interesse público;

4.2.6. - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 07 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Ingrid Fritzen Vaz

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 089/2019

Publicação Nº 1967763

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º: 89/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n. 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Maite Chaine Zuconelli

CPF n. º 082.860.719-21

Endereço: Luiz Viecelli, nº 220 – Pinheiro Preto - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69,

representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Maite Chaine Zuconelli, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Profissional de Apoio I", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.907,58 (Hum mil e novecentos e sete reais e cinquenta e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

A contratada executará as seguintes funções:

Auxiliar e cooperar com professor regente, atendimento especial às crianças com maior dificuldade, limpeza corporal da criança conforme a necessidade, colaborar na organização do ambiente escolar, atendimento na hora da alimentação, participar de reuniões quando houver ajuste de horários e outros encontros que envolvam a escola, ser pontual com o horário estabelecido.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 – Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 – Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. – Interesse público;

4.2.6. – Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais,

podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 07 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Maite Chaine Zuconelli

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 090/2019

Publicação Nº 1967764

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 90/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n. 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Salete Lurdes Gris Bender

CPF n.º 296.292.689-49

Endereço: Vereador Florentino Neis, nº 200 – Pinheiro Preto - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Salete Lurdes Gris Bender, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Profissional de Apoio II", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 2.005,42 (Dois mil e cinco reais e quarenta e dois centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

A contratada executará as seguintes funções:

Auxiliar e cooperar com professor regente, atendimento especial às crianças com maior dificuldade, limpeza corporal da criança conforme a necessidade, colaborar na organização do ambiente escolar, atendimento na hora da alimentação, participar de reuniões quando houver ajuste de horários e outros encontros que envolvam a escola, ser pontual com o horário estabelecido.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. - Interesse público;

4.2.6. - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 07 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Salete Lurdes Gris Bender

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 091/2019

Publicação Nº 1967766

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 91/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n. 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Daniella Grützmann

CPF n.º 087.935.999-43

Endereço: Arthur Brandalise, nº 70 – Videira - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Daniella Grützmann, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Professor de Educação Física", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.646,98 (Hum mil e seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos,

conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, formaturas, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta político pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestandolhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5 - Interesse público;

4.2.6 - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 07 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Daniella Grützmänn

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 092/2019

Publicação Nº 1967774

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 92/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n.º 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Simone Zucco Davila Slongo
CPF n.º 031.323.859-64
Endereço: Albino Menoncin, nº 39 – Tangará - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Simone Zucco Davila Slongo, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Professor de Creche", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n.º 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 3.293,96 (Três mil duzentos e noventa e três reais e noventa e seis centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 06 de fevereiro de 2019, até que seja realizado concurso público, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, formaturas, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta político pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestandolhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar

outras atividades afins.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 – Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 – Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. – Interesse público;

4.2.6. – Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 06 de fevereiro de 2019, até que seja realizado concurso público, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 07 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Simone zucco davila slongo

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 093/2019

Publicação Nº 1967777

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 93/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n.º 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Vanderlea Ana Carleto de Siqueira

CPF n.º 907.329.609-91

Endereço: Barão do Rio Branco, nº 561 – Tangará - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Vanderlea Ana Carleto de Siqueira, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Professor de Creche", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n.º 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 3.293,96 (Três mil duzentos e noventa e três reais e noventa e seis centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 01 de fevereiro de 2019, até que seja realizado concurso público, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, formaturas, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta político pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestandolhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar

outras atividades afins.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5 - Interesse público;

4.2.6 - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 01 de fevereiro de 2019, até que seja realizado concurso público, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 07 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Vanderlea Ana Carleto de Siqueira

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 094/2019

Publicação Nº 1967779

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 94/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n.º 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Juliana Pasold Guzzi

CPF n.º 038.278.589-41

Endereço: Antônio Carlos Konder Reis, nº 103 – Pinheiro Preto - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Juliana Pasold Guzzi, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Professor Regente – Educação Infantil e Ensino Fundamental", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n.º 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.524,70 (Hum mil e quinhentos e vinte e quatro reais e setenta centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, formaturas, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta político pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestando-lhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5 - Interesse público;

4.2.6 - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 07 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Juliana Pasold Guzzi

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 095/2019

Publicação Nº 1967780

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 95/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n. 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Jucimara Zitterell Simionato
CPF n.º 020.157.349-02
Endereço: Linha São Paulinho, nº S/N – Tangará - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Jucimara Zitterell Simionato, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Professor Regente – Educação Infantil e Ensino Fundamental", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.646,98 (Hum mil e seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 04 de fevereiro de 2019, até o retorno da servidora efetiva Vera Lucia de Oliveira Zanella.

A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, formaturas, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta político pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestando-lhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5 - Interesse público;

4.2.6 - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 04 de fevereiro de 2019, até o retorno da servidora efetiva Vera Lucia de Oliveira Zanella.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 07 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

jucimara zitterell simionato

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 096/2019

Publicação N° 1967782

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. °: 96/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Ana Paula Bernardi



CPF n. ° 059.606.529-94

Endereço: Rua Frederico Denardi – Pinheiro Preto - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Ana Paula Bernardi, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA Educação, Cultura e esportes função de "Servente", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.346,88 (Hum mil trezentos e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 01 de fevereiro de 2019, até nomeação de aprovado em concurso público, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

A contratada executará as seguintes funções:

Conservação dos instrumentos de trabalho. Limpeza e higienização em geral das instalações públicas; limpeza de pisos, tapetes, móveis e objetos diversos; Limpeza de paredes, pisos, tetos, portas, rodapés, luminárias, vidraças e persianas; Limpeza de ralos, caixa de gordura, vasos e pias; Higiene ambiental (instalações/equipamentos e utensílios), limpeza de banheiros e salas, controle de estoque de alimentos etc. Os trabalhadores e auxiliares nos serviços de alimentação auxiliam no pré-preparo, preparo e processamento de alimentos, na montagem de pratos. Verificam a qualidade dos gêneros alimentícios, minimizando riscos de contaminação. Trabalham em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene e saúde.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades a CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que a Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

- 4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;
- 4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;
- 4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;
- 4.2.5. - Interesse público;
- 4.2.6. - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 01 de fevereiro de 2019, até nomeação de aprovado em concurso público, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 07 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Ana Paula Bernardi

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 097/2019

Publicação Nº 1967784

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 97/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Processo Seletivo n. 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Sirlei Aparecida Ribeiro Mugnol

CPF n.º 893.410.829-00

Endereço: Rua Romeu Bogoni– Pinheiro Preto - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Sirlei Aparecida Ribeiro Mugnol, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA Educação, Cultura e esportes função de

"Servente", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.346,88 (Hum mil trezentos e quarenta e seis reais e oitenta e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 04 de fevereiro de 2019, até nomeação de aprovado em concurso público, não podendo ultrapassar 12 (doze) meses.

A contratada executará as seguintes funções:

Conservação dos instrumentos de trabalho. Limpeza e higienização em geral das instalações públicas; limpeza de pisos, tapetes, móveis e objetos diversos; Limpeza de paredes, pisos, tetos, portas, rodapés, luminárias, vidraças e persianas; Limpeza de ralos, caixa de gordura, vasos e pias; Higiene ambiental (instalações/equipamentos e utensílios), limpeza de banheiros e salas, controle de estoque de alimentos etc. Os trabalhadores e auxiliares nos serviços de alimentação auxiliam no pré-preparo, preparo e processamento de alimentos, na montagem de pratos. Verificam a qualidade dos gêneros alimentícios, minimizando riscos de contaminação. Trabalham em conformidade a normas e procedimentos técnicos e de qualidade, segurança, higiene e saúde.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades a CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que a Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 – Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 – Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. – Interesse público;

4.2.6. – Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 04 de fevereiro de 2019, até nomeação de aprovado em concurso público, não podendo ultrapassar

12 (doze) meses.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 07 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Sirlei Aparecida Ribeiro Mugnol

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 098/2019

Publicação Nº 1967788

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 98/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n. 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Ana Carolina Vecentin

CPF n.º 080.277.549-76

Endereço: Rua Valmor Bogoni – Pinheiro Preto - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Ana Carolina Vecentin, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Profissional de Apoio I", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 953,79 (Novecentos e cinquenta e três reais e setenta e nove centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 20 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

A contratada executará as seguintes funções:

Auxiliar e cooperar com professor regente, atendimento especial às crianças com maior dificuldade, limpeza corporal da criança conforme a necessidade, colaborar na organização do ambiente escolar, atendimento na hora da alimentação, participar de reuniões quando houver ajuste de horários e outros encontros que envolvam a escola, ser pontual com o horário estabelecido.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. - Interesse público;

4.2.6. - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 20 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 07 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Ana Carolina Vecentin

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 121/2019

Publicação Nº 1967790

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 121/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n. 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Ana Lucia Andres Cazarim

CPF n.º 016.034.729-75

Endereço: Rua Lage Grande, nº 163 – Tangará - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Ana Lucia Andres Cazarim, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Professor Regente – Educação Infantil e Ensino Fundamental", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.646,98 (Hum mil e seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, formaturas, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta político pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestando-lhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5 - Interesse público;

4.2.6 - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 27 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Ana Lucia Andres Cazarim

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 122/2019

Publicação Nº 1967799

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 122/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n. 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Danielli Possera

CPF n.º 081.849.649-51

Endereço: Rua Deonildo Rampon, nº 280 – Tangará - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Danielli Possera, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Professor Regente – Educação Infantil e Ensino Fundamental", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.646,98 (Hum mil e seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, formaturas, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta político pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestando-lhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5 - Interesse público;

4.2.6 - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 27 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Danielli Possera

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 123/2019

Publicação Nº 1967801

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º: 123/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n. 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no

âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Danielli Strey Freddo
CPF n.º 093.716.929-36
Endereço: Linha Lageado Grande, nº S/N – Tangará - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Danielli Strey Freddo, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Professor Regente – Educação Infantil e Ensino Fundamental", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.646,98 (Hum mil e seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, formaturas, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta político pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestandolhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5 - Interesse público;

4.2.6 - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 27 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Danielli Strey Freddo

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 124/2019

Publicação N° 1967803

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. °: 124/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n. 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF n°. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Fabiana Kopp Benque
CPF n.º 041.104.099-50
Endereço: Av. Marechal Costa e Silva, nº 181 – Pinheiro Preto - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Fabiana Kopp Benque, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Professor Regente – Educação Infantil e Ensino Fundamental", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.646,98 (Hum mil e seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, formaturas, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta político pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestando-lhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. - Interesse público;

4.2.6. - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 27 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Fabiana Kopp Benque

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 125/2019

Publicação Nº 1967805

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º: 125/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n. 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Idimara Samistraro

CPF n. º 046.990.899-84

Endereço: Rua Benjamim Constant, nº 104 – Tangará - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69,



representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Idimara Samistraro, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Professor Regente – Educação Infantil e Ensino Fundamental", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.646,98 (Hum mil e seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, formaturas, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta político pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestando-lhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

- 4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;
- 4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;
- 4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;
- 4.2.5 - Interesse público;
- 4.2.6 - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 27 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Idimara Samistraro

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 126/2019

Publicação Nº 1967806

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 126/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n. 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Ivania Beal Bressan

CPF n.º 657.072.909-82

Endereço: Rua Arthur Costa e Silva, nº 545 – Pinheiro Preto - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Ivania Beal Bressan, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Professor Regente – Educação Infantil e Ensino Fundamental", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.646,98 (Hum mil e seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, formaturas, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta político pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestandolhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

- 4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;
4.2.3 – Comprovada inaptidão para o trabalho;
4.2.4 – Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;
4.2.5. – Interesse público;
4.2.6. – Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 27 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Ivania Beal Bressan

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 127/2019

Publicação Nº 1967808

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 127/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n. 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Marinez Beal Partyka

CPF n.º 437.589.409-15

Endereço: Rua Arthur Costa e Silva, nº 222 – Pinheiro Preto - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Marinez Beal Partyka, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Professor Regente – Educação Infantil e Ensino Fundamental", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.646,98 (Hum mil e seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, formaturas, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta político pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestando-lhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 – Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 – Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. – Interesse público;

4.2.6. – Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais,

podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 27 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Marinez Beal Partyka

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 128/2019

Publicação Nº 1967810

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 128/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n. 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Rosana dos Santos

CPF n.º 019.443.139-82

Endereço: Rua Florentino Neis, nº 237 – Pinheiro Preto - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Rosana dos Santos, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Professor Regente – Educação Infantil e Ensino Fundamental", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.646,98 (Hum mil e seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, formaturas, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta político pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentem dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestando-lhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. - Interesse público;

4.2.6. - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir

a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 27 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Rosana dos Santos

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 129/2019

Publicação Nº 1967812

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 129/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n. 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Rosana Misturini Bogoni

CPF n.º 868.306.359-34

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, nº 157 – Pinheiro Preto - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Rosana Misturini Bogoni, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Professor Regente – Educação Infantil e Ensino Fundamental", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.646,98 (Hum mil e seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, formaturas, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta político pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestando-lhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5. - Interesse público;

4.2.6. - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 27 de março de 2019.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA
Rosana Misturini Bogoni
TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 130/2019

Publicação Nº 1967814

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 130/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n.º 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111
Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Solange Aparecida Batista Manica
CPF n.º 927.927.669-72
Endereço: Linha São Roque, nº S/N – Pinheiro Preto - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Solange Aparecida Batista Manica, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Professor Regente – Educação Infantil e Ensino Fundamental", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n.º 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.646,98 (Hum mil e seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar

e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, formaturas, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta político pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestando-lhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5 - Interesse público;

4.2.6 - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 27 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Solange Aparecida Batista Manica

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 131/2019

Publicação Nº 1967816

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 131/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n. 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Talita Pellicioli

CPF n.º 079.997.409-93

Endereço: Linha São Navegantes, nº S/N – Pinheiro Preto - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Talita Pellicioli, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Professor Regente – Educação Infantil e Ensino Fundamental", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.646,98 (Hum mil e seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos,

conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, formaturas, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta político pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestandolhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5 - Interesse público;

4.2.6 - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará de 04 de fevereiro de 2019, até o término do ano letivo, conforme calendário escolar.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 27 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Talita Pellicoli

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 132/2019

Publicação Nº 1967818

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 132/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital n.º 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Marcelina Falchetti Peretti

CPF n.º 949.649.719-53

Endereço: Rua Ademar Mendes, nº S/N – Iomerê - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Marcelina Falchetti Peretti, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Professor Regente – Educação Infantil e Ensino Fundamental", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n.º 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 1.646,98 (Hum mil e seiscentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotarà a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 04 de fevereiro de 2019, até o retorno da servidora efetiva Rosangela Lidvina Gallas.

A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e executar o trabalho docente, em consonância com o plano curricular de escola, atendendo ao avanço da tecnologia educacional e às diretrizes de ensino emanadas do órgão competente; definir, operacionalmente, os objetivos do plano curricular quanto a sua sala de aula, estabelecendo relações entre os diferentes componentes curriculares; ministrar aulas nos dias letivos e horas de trabalho estabelecidas, inclusive com a participação integral nos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional; levantar e interpretar dados relativos à realidade de sua classe; estabelecer estratégias de recuperação para alunos de menor rendimento; avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o rendimento escolar, nos prazos estabelecidos; participar da elaboração da Proposta Pedagógica do estabelecimento de ensino; participar da elaboração, execução e avaliação do plano integral da escola; participar da elaboração e seleção do material didático utilizado em sala de aula; zelar pela aprendizagem dos alunos; constatar necessidades e encaminhar os educandos aos setores específicos de atendimento; atender às solicitações da direção da escola referentes a sua ação docente; atualizar-se em sua área de conhecimentos; participar do planejamento e das atividades específicas ou extraclasse; cooperar com os serviços de administração escolar, planejamento, inspeção escolar, orientação educacional e supervisão escolar; participar de reuniões, encontros, seminários, cursos, conselhos de classe, atividades cívicas e culturais, formaturas, bem como de outros eventos da área educacional e correlata; participar da elaboração, execução e avaliação da proposta político pedagógica do estabelecimento de ensino; promover aulas e trabalhos de recuperação para alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem; fornecer dados e apresentar relatórios de suas atividades; realizar levantamentos diversos no sentido de subsidiar o trabalho docente; contribuir para o aprimoramento da qualidade de tempo livre dos educandos, prestando-lhes aconselhamentos; zelar pela disciplina e pelo material docente; manter-se atualizado sobre a legislação do ensino; executar outras atividades afins.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO**4.1. DAS PENALIDADES**

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5 - Interesse público;

4.2.6 - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará da data de 04 de fevereiro de 2019, até o retorno da servidora efetiva Rosangela Lidvina Gallas.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 27 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Marcelina Falchetti Peretti

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

CONTRATO 133/2019

Publicação Nº 1967819

CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º: 133/2019.

Termo de Contrato de FORNECIMENTO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SANTA CATARINA, autorizado através do Edital de Seleção n. 004/2018 o qual fixou normas para admissão de pessoal em caráter temporário, sob regime administrativo

especial, no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes do Município de Pinheiro Preto.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: Av. Marechal Arthur Costa e Silva, 111

Representado por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA: Maritilde Diogo

CPF n.º 974.380.069-72

Endereço: Rua Beira Rio, nº 33 – Pinheiro Preto - SC

PRELIMINARMENTE

1.1. O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.827.148/0001-69, representado neste ato pelo Prefeito PEDRO RABUSKE, adiante denominado Contratante, e de outro lado Maritilde Diogo, denominada contratada, têm justo e acertado a prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem.

O presente contrato reger-se-á pela Lei 8.666/93 e pelo art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, e pelo disposto nas Leis Complementares Nº 115/2004, 170/2010 e 142/2008, que regulamentam a contratação de servidores em caráter temporário, e pelo Edital nº 004/2018.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste Contrato, a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, NO ÂMBITO DA SECRETARIA de Educação, cultura e esportes função de "Professor (Artes)", em caráter temporário e sob regime administrativo especial, de acordo com as especificações constantes do Edital de Seleção n. 004/2018, e na LEI COMPLEMENTAR Nº 194, DE 20 DE DEZEMBRO DE 2013, que passam a fazer parte integrantes deste instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 – A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado(s) e quantificado(s) na cláusula primeira, pelo preço mensal de R\$ 3.049,40 (Três mil e quarenta e nove reais e quarenta centavos).

2.2 - O pagamento será efetuado mensalmente, até o 5º dia útil subsequente ao mês da prestação de serviço, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Edital.

Parágrafo único. O contratante anotará a CTPs na forma legal.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA, PRAZO, LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E TIPO DE SERVIÇO

3.1. Para fins de execução, os serviços pela contratada serão prestados no âmbito da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

3.2. O contrato vigorará da data de 11 de março de 2019, até o retorno da servidora Karina Chiarani Faccin, caso seu retorno ocorra antes de 11 de abril de 2019, o contrato somente será rescindido após 11 de abril de 2019.

A contratada executará as seguintes funções:

Planejar e ministrar aulas orientando a aprendizagem, zelar pela ordem e organização da sala de aula participar do processo de planejamento, avaliar o desempenho dos alunos de acordo com o regimento escolar, cooperar com o serviço de administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, zelar pela aprendizagem do aluno, manter atualizado sobre a legislação do ensino, ser pontual com o horário estabelecido, cumprir as horas atividades na escola, participar de reuniões pedagógicas, encontros, atividades cívicas, culturais, formaturas e conselhos de classe.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 - Decorridos 03 (três) dias de atraso no início da prestação dos serviços, poderá o CONTRATANTE rescindi-lo, sujeitando-se a CONTRATADA ao pagamento da multa de 10 %, independentemente da ação cabível para ressarcimento de prejuízo decorrente da inadimplência.

4.1.2 - Ressalvados os casos de força maior ou caso fortuito, devidamente comprovados, serão aplicadas as seguintes penalidades à CONTRATADA, no caso de inadimplência contratual:

4.1.2.1 - Multa de 10 % sobre o preço total proposto para o contrato, além da rescisão unilateral e aplicação da demais sanções previstas na Lei n. 8.666/93.

4.1.3.1 - Advertência;

4.1.3.2 - Suspensão do direito de contratar junto ao Município.

4.1.3.3 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos da punição;

4.1.4 - As multas pecuniárias aqui estabelecidas serão recolhidas na Tesouraria do Município.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 - O Presente Contrato poderá ser rescindido a critério da Contratante, sem que à Contratada caiba qualquer indenização ou reclamação, nos seguintes casos:

4.2.2 - Inadimplência de qualquer cláusula contratual;

4.2.3 - Comprovada inaptidão para o trabalho;

4.2.4 - Qualquer causa disciplinar prevista no Estatuto do Servidor e na CLT;

4.2.5 - Interesse público;

4.2.6 - Nomeação de aprovado em concurso público.

PARÁGRAFO ÚNICO. A aplicação de uma das penalidades, constantes dos sub-itens desta cláusula, não elide a aplicação das demais, podendo ser aplicadas concomitantemente.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1- O presente contrato vigorará da data de 11 de março de 2019, até o retorno da servidora Karina Chiarani Faccin, caso seu retorno ocorra antes de 11 de abril de 2019, o contrato somente será rescindido após 11 de abril de 2019.

5.2 - A tolerância de qualquer das partes, relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato, não exime o infrator de cumprir a obrigação.

5.3 - Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, para dirimir eventuais litígios oriundo do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 27 de março de 2019.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

Maritilde Diogo

TESTEMUNHAS:

1) 2)

Nome: Nome:

CPF: CPF

DECRETO 5002/2019

Publicação Nº 1968006

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

DECRETO Nº 5.002, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

FIXA ÍNDICE PARA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DE TRIBUTOS VENCIDOS, PARA PAGAMENTO NO MÊS DE ABRIL/2019.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal, de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o Art. 98, da Lei Municipal nº 422, CTM Código Tributário Municipal, de 05 de dezembro de 1986 e alterações da Lei Complementar Nº 132, de 05 de dezembro de 2006.

DECRETA

Art. 1º - Fica fixado em 1,26% (um inteiro e vinte e seis centésimos por cento), o índice para atualização monetária dos tributos municipais, vencidos no mês de março/2019, para pagamento no mês de abril/2019.

Parágrafo único - O índice acima, corresponde à variação positiva do IGPM Índice Geral de Preços de Mercado, da Fundação Getúlio Vargas, de março/2019.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Pinheiro Preto,
em 01 de abril de 2019.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

Registrado e publicado o presente Decreto na data supra.

FABIANA ORÇATTO
Secretária de Administração

DECRETO 5003/2019

Publicação N° 1967744

DECRETO N° 5.003, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS À SERVIDORA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto – SC, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto no artigo 6º da Emenda Constitucional nº 41/2003,

DECRETA:

Art. 1º Fica concedida APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO COM PROVENTOS INTEGRAIS a servidora pública municipal MARIA HELENA MATTANA MARIANI, brasileira, viúva, nascida em 24/04/1955, CPF nº 004.622.189-10, RG nº 855.954 SSP/SC, PASEP nº 106.26759.85.1, residente e domiciliada na Rua Octávio Mattana, nº 150, Pinheiro Preto – SC, ocupante do cargo de Assistente de Coordenação e Planejamento - Nível ATM 07 Referência D, do Quadro de Pessoal do Município de Pinheiro Preto, estabelecido pela Lei Complementar nº 142, de 25 de março de 2008, lotada na Secretaria de Administração.

Art. 2º O Tempo de Contribuição, devidamente comprovado pelas certidões em anexo, parte integrante do presente DECRETO, é o abaixo descrito:

Certidão INSS emitida Em 11/09/2008	06 anos, 01 mês e 00 dias.
Certidão Tempo de Contribuição do Município de Pinheiro Preto, Datado de 28/02/2019	23 anos, 11 meses e 04 dias.
Total Tempo de Contribuição	30 anos, 00 meses e 04 dias.
Total Tempo de Contribuição no Serviço Público	23 anos, 11 meses e 04 dias.

Art. 3º O valor dos proventos da aposentadoria será o valor integral do vencimento, correspondendo a 100% (cem) por cento do salário base, no valor de R\$ 3.378,25 (três mil e trezentos e setenta e oito reais e vinte e cinco centavos), e ainda R\$ 304,04 (trezentos e quatro reais e quatro centavos) referente a 9% de triênios; R\$ 506,74 (quinhentos e seis reais e setenta e quatro centavos) referente adicional de curso superior, Lei Complementar nº 142/2008; R\$ 1.056,62 (um mil e cinquenta e seis reais e sessenta e dois centavos) referente a 80% (oitenta por cento) de R\$ 1.320,78 (um mil e trezentos e vinte reais e setenta e oito centavos) referente função gratificada na forma disposta na Lei Complementar nº 237/2017, totalizando R\$ 5.245,65 (cinco mil duzentos e quarenta e cinco reais e sessenta e cinco centavos).

Art. 4º O valor dos proventos de aposentadoria serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 5º As despesas decorrentes com a execução do presente DECRETO serão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no Orçamento do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Pinheiro Preto – IPREPI, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE PINHEIRO PRETO, 01 DE ABRIL DE 2019.

PEDRO RABUSKE
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 5004/2019

Publicação N° 1968008

DECRETO N° 5.004 DE 01 DE ABRIL DE 2019

DECLARA NÃO INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE A TRANSMISSÃO DE BENS INTER VIVOS - ITBI

PEDRO RABUSKE, Prefeito do Município de Pinheiro Preto - SC, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando o disposto no inciso I do § 2º do art. 156 da Constituição Federal, art. 37, da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 – CTN e art. 4º inciso II, da Lei Municipal nº 475 de 04 de novembro de 1988;

Considerando a integralização dos imóveis, consoante documentos Processo Administrativo nº 24/2019,

RESOLVE:

Art. 1º Fica declarada a não incidência do Imposto sobre a Transmissão de Bens Inter vivos – ITBI, em razão da integralização dos imóveis há pessoa jurídica IR TRANSPORTE E COMÉRCIO LTDA, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 06.132.483/0001-64. Parágrafo único. A não incidência refere a integralização dos seguintes bens imóveis, registrados no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Tangará:

- I – Matrícula nº 0339;
- II – Matrícula nº 1.197;
- III – Matrícula nº 5.096;
- IV – Matrícula nº 3.822;
- V – Matrícula nº 4.782;
- VI – Matrícula nº 4.784;
- VII – Matrícula nº 5.424;
- VIII – Matrícula nº 5.751;
- IX – Matrícula nº 5.913;
- X – Matrícula nº 5.999;
- XI – Matrícula nº 8.186;

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 01 de Abril de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

DECRETO 5005

Publicação Nº 1968041

DECRETO Nº 5.005, DE 01 DE ABRIL DE 2019

ESTABELECE O REGIMENTO INTERNO DAS CONFERÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS DE ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR DE PINHEIRO PRETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE, PREFEITO MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 84, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo Municipal de Pinheiro Preto está promovendo, o Processo de Elaboração do Plano Diretor de Pinheiro Preto;

CONSIDERANDO a necessidade de se definir de forma sistematizada as atribuições de grupos de trabalho internos e de apoio à Prefeitura Municipal, bem como a necessidade de se definir um regimento das Conferências, prevendo as regras de participação e controle social no aludido Processo de Planejamento Urbano;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o Regimento Interno Das Conferências Públicas Regionais de Elaboração do Plano Diretor de Pinheiro Preto, na forma dos dispositivos em anexo.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto (SC), 01 de abril de 2019

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

REGIMENTO INTERNO DAS CONFERÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS

As Conferências Públicas Regionais possuem caráter consultivo e não vinculante e tem por finalidade informar, dirimir dúvidas, bem como, obter dados, subsídios, informações, sugestões, críticas e propostas sobre a Revisão do Plano Diretor do Município de Pinheiro Preto, com recorte espacial na respectiva Região ora em análise, com vistas a democratizar, conferir transparência e assegurar a participação durante o processo.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - As Conferências Públicas Regional, doravante denominada CPR, serão abertas a todos que queiram participar, não havendo qualquer tipo de restrição.

Art. 2º - Os espaços a serem realizadas as CPRs serão definidos pelo Município de Pinheiro Preto e deverão comportar no mínimo 120 pessoas.

Art. 3º - A responsabilidade pela locação/reserva do espaço selecionado pelos Município de Pinheiro Preto para realização das CPRs será da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto.

Art. 4º- O local deverá ser dotado de estrutura adequada de acomodações aos participantes e organizadores, bem como, equipado com estruturas de som e imagem, de modo a proporcionar condições adequadas de exposição, participação e gravação dos fatos ocorridos, respeitando as normas de acessibilidade universal.

Art. 5º- A divulgação da CPR será de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto e deverá ocorrer de acordo com o Plano de Mobilização e Divulgação aprovado.

DA CONDUÇÃO DA CONFERÊNCIA PÚBLICA REGIONAL

Art. 6º - O público presente deverá assinar lista de presença, que ficará disponível durante toda a CPR em local acessível. Esta lista deverá conter:

- a) Nome legível e endereço;
- b) Nº do documento de identificação;
- c) Instituição ou Bairro que representa (se for o caso);
- d) Telefone e e-mail para contato;
- e) Assinatura.

Art. 7º - A coordenação dos trabalhos será feita pelo Consórcio CIMCATARINA, sendo que a direção da CPR caberá aos presidentes da Comissão ou por um representante do CIMCATARINA, devidamente indicado por este.

Art. 8º - São prerrogativas do diretor (a) da CPR:

- a) Designar um ou mais secretários (as) para assisti-lo;
- b) Realizar a apresentação de objetivos e regras de funcionamento da CPR, ordenando o curso dos debates;
- c) Indicar os expositores;
- d) Orientar sobre a pertinência das intervenções orais;
- e) Orientar sobre a pertinência das questões formuladas;
- f) Dispor sobre a interrupção, suspensão, prorrogação ou postergação da CPR, em como sua reabertura ou continuação, quando o repute conveniente, de ofício ou a pedido de algum participante.

Art. 9º - São atribuições do(s) Secretário(s) (as):

- a) Inscrever os participantes, de acordo com a ordem das solicitações;
- b) Controlar o tempo das intervenções orais;
- c) Registrar o conteúdo das intervenções;
- d) Sistematizar as informações;
- e) Elaborar a ata da Sessão;
- f) Encaminhar a documentação produzida na CPR ao CIMCATARINA para a guarda da mesma.

DOS PARTICIPANTES

Art. 10 - Será considerado participante da CPR qualquer cidadão ou cidadã presente, sem distinção de qualquer natureza, interessados em contribuir com o processo de discussão no âmbito da CPR.

Art. 11 - São direitos dos participantes:

- a) Manifestar livremente suas opiniões sobre as questões tratadas no âmbito da CPR, respeitando as disposições previstas neste Regimento;
- b) Debater as questões tratadas no âmbito da CPR;
- c) Fazer propostas e sugerir alterações sobre o objeto da discussão.

Art. 12 - São deveres dos participantes:

- a) Respeitar o regimento desta CPR;
- b) Respeitar o tempo estabelecido para intervenção e a ordem de inscrição;
- c) Tratar com respeito e civilidade os participantes da CPR e seus organizadores.

DA REALIZAÇÃO DAS CONFERÊNCIAS REGIONAIS

Art. 13 - O tempo de duração da CPR será de 02 (duas) horas, com início às 19:00 horas e término às 21:00 horas. Caso este tempo seja insuficiente, a sessão poderá ser prorrogada por um prazo não superior a 60 (sessenta) minutos.

Art. 14 - A CPR terá a seguinte ordem:

- a) 19:00 horas – Abertura, com apresentação dos objetivos e regras de funcionamento da CPR;
- b) 19:10 horas – Exposição, por parte do CIMCATARINA, da importância da Revisão do Plano Diretor de Pinheiro Preto, e deliberações sobre o recorte espacial na respectiva Região ora em análise e demais materiais de base pertinentes;

- c) 19:40 horas – Manifestação (facultativa) da representação das Associações dos Bairros;
- d) 20:10 horas – Intervalo para inscrição de participantes na manifestação pública;
- e) 20:20 horas – Debate e manifestação pública;
- f) 21:00 horas – Encerramento.

Art. 15 - Na abertura da CPR a direção da mesa procederá a esclarecimentos quanto aos objetivos da mesma e as regras gerais segundo as quais se processarão os trabalhos.

Art. 16 - Após a abertura, a direção da mesa passará a palavra aos expositores.

Art. 17 - A CPR será suspensa pela direção da mesa, por um intervalo de 10 (dez) minutos, para que os interessados em participar do debate possam se inscrever através da ficha de inscrição.

Art. 18 - É condição indispensável para a participação nos debates e manifestação pública o preenchimento prévio da ficha de inscrição, que será disponibilizada com antecedência, sendo que a ordem de inscrição determinará a sequência dos debatedores. As fichas serão numeradas no ato da entrega à mesa.

Art. 19 - A ficha de inscrição deverá conter os seguintes tópicos:

- a) Instruções gerais;
- b) Identificação do proponente (Nome, CPF, Endereço, Telefone, E-mail, Residente no Município: sim ou não, Entidade que representa – se for o caso);
- c) Tipo de proposta (esclarecimento, alteração, inclusão ou exclusão);
- d) Justificativa da proposta;
- e) Indicação de anexação de documentos (se for o caso);
- f) Indicação se a participação será oral, lida pela mesa, ou mera entrega de proposta.

Art. 20 - Durante a CPR, técnicos do CIMCATARINA ficarão à disposição dos participantes para auxiliar na formulação dos questionamentos e preenchimento da ficha de inscrição, caso seja necessário;

Art. 21 - As inscrições poderão ser realizadas a partir da abertura da CPR e serão encerradas às 20:20 horas. Após este horário, apenas serão aceitas entregas de formulários para posterior análise e retorno do CIMCATARINA.

Art. 22 - Na retomada da CPR, serão iniciados os debates, de acordo com o que segue:

a) Indicação de encaminhamentos das propostas apresentadas pelos representantes das Associações de Bairros, por meio de manifestação;

I. A mesa fará a leitura da sistematização das propostas apresentadas pelos Bairros, conforme documento entregue ao CIMCATARINA pelo representante dos Bairros, com no mínimo 05 dias de antecedência;

II. A plenária fará a indicação de encaminhamento por aclamação, sendo a análise qualitativa (alta, média ou baixa adesão), a análise deverá ser manifestada no momento da exposição pelo coordenador dos trabalhos e registrada em ata.

b) Abertura da palavra para a plenária em geral:

I. O uso da palavra será por ordem de inscrição, para aqueles que optarem por exposição oral ou leitura pela mesa.

II. Cada participante terá o prazo de 02 (dois) minutos para a manifestação;

III. Os esclarecimentos e/ou respostas, quando solicitados, deverão ter duração máxima de 02 (dois) minutos.

IV. O participante inscrito não poderá ceder o seu tempo para somar, ou mesmo, transferi-lo para outra pessoa;

V. Somente será permitida a repetição do uso da palavra, após o esgotamento da lista de inscrições, desde que haja tempo hábil, de acordo com o expresso no item 13.

VI. Manifestações ofensivas, personalizadas ou que desvirtuem do escopo da Conferência Pública Regional serão cerceadas e o inscrito perderá o direito à fala.

Art. 23 - Concluída a fase de debate e manifestações públicas, a direção da mesa procederá o encerramento da CPR;

Art. 24 - A gravação, lista de presença e fichas de inscrição serão publicados no site da Elaboração do Plano Diretor da Prefeitura Municipal De Pinheiro Preto, no prazo máximo de 10 dias úteis.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 25 - Serão permitidas filmagens, gravações ou outras formas de registro por parte dos participantes da CPR.

Art. 26 - A ata a ser lavrada será subscrita pela direção da mesa e pelo (a) secretário(a) responsável, e submetida à análise e subscrição, facultativa, pelos membros dos Conselhos que estiverem presentes na CPR. A esta será anexada a lista de presença.

Art. 27 - Todas as inscrições efetuadas serão respondidas pela equipe técnica do CIMCATARINA, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis após a CPR. As respostas serão publicadas no site da Revisão do Plano Diretor vinculado a Prefeitura Municipal De Pinheiro Preto.

Art. 28 - O CIMCATARINA deverá encaminhar para Prefeitura Municipal de Pinheiro Preto um relatório síntese com todas as demandas

surgidas nas Conferências Regionais, assim como as justificativas técnicas para os encaminhamentos.

Pinheiro Preto (SC), 01 de abril de 2019.
PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

DECRETO 5006

Publicação Nº 1968991

DECRETO Nº 5.006, DE 01 DE ABRIL DE 2019

ESTABELECE O REGIMENTO GERAL DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PINHEIRO PRETO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO RABUSKE O PREFEITO MUNICIPAL DE PINHEIRO PRETO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 84, inciso III, da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO que o Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, sendo parte integrante do processo de planejamento municipal;

CONSIDERANDO que o Poder Executivo Municipal de Pinheiro Preto está promovendo, o Processo de Revisão do Plano Diretor de Pinheiro Preto;

CONSIDERANDO a necessidade de se definir de forma sistematizada as atribuições de grupos de trabalho internos e de apoio à Prefeitura Municipal, bem como a necessidade de se definir um regimento geral, prevendo as regras de participação e controle social no aludido Processo de Revisão;

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o Regimento Geral do Processo de Revisão do Plano Diretor de Pinheiro Preto, na forma dos dispositivos em anexo.

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto(SC), 01 de abril de 2019
PEDRO RABUSKE
PREFEITO

REGIMENTO GERAL DO PROCESSO DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR DE PINHEIRO PRETO/SC

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS, FINALIDADES E ÂMBITOS DE ATUAÇÃO

Art. 1º - O presente regimento tem por finalidade regulamentar o processo participativo de Revisão do Plano Diretor do Município de Pinheiro Preto de forma a garantir:

I - A promoção de instâncias e mecanismos de diálogo e participação social;

II - O estabelecimento de regras claras, validadas coletivamente e que vigorem durante todo o processo de revisão;

III - A disponibilização e a produção de informações sobre a realidade do Município;

IV - A combinação de estudos técnicos com a visão da sociedade sobre o Município por ela desejado, resultante do processo de participação social, regulamentando o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança, do bem-estar dos cidadãos e do equilíbrio ambiental, respeitada a legislação aplicável.

§ 1º - Plano Diretor é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana, parte integrante do processo de planejamento municipal, integrador das políticas públicas, especialmente ordenamento territorial, moradia e regularização fundiária, saneamento ambiental, transporte e mobilidade proteção e defesa civil.

§ 2º - O projeto de Lei Complementar do Plano Diretor do Município de Pinheiro Preto é matéria de iniciativa do Poder Executivo Municipal, contando com participação e controle social em todas as fases do processo de Revisão.

CAPÍTULO II - DOS OBJETIVOS DO PROCESSO

Art. 2º - O processo de revisão do Plano Diretor do Município de Pinheiro Preto tem por objetivo:

I - Criar e ampliar canais de participação e controle social por parte dos cidadãos e das instâncias representativas dos vários segmentos sociais;

II - Tornar transparentes, inclusivos e acessíveis os processos de planejamento e gestão da política urbana;

III - Promover ações de capacitação de representantes da sociedade, para que possam atuar nos processos decisórios relativos ao planejamento e gestão da política urbana;

IV - Contribuir para identificar as prioridades da sociedade civil aplicáveis ao planejamento urbano;

V - Acompanhar, avaliar e articular projetos, programas e políticas públicas, na revisão do Plano Diretor de Pinheiro Preto, especialmente

verificando limites e possibilidades de articulação com programas e políticas públicas aplicáveis ao planejamento urbano;
VI - Buscar a continuidade entre o processo de planejamento e de implementação, de forma a impedir a descaracterização das diretrizes urbanísticas do Município que serão estabelecidas.

CAPÍTULO III - DAS ETAPAS DO PROCESSO

Art. 3º - No âmbito do Poder Executivo municipal, o processo participativo de revisão do Plano Diretor do Município de Pinheiro Preto será dividido nas seguintes etapas:

- I - Etapa 1, denominada "Preparação do Processo de Planejamento Participativo";
- II - Etapa 2, denominada "Leitura e Diagnóstico da Realidade Municipal – Técnica e Comunitária";
- III - Etapa 3, denominada "Definição dos Eixos Estratégicos e Formulação de Propostas";
- IV - Etapa 4, denominada "Elaboração e Apresentação da Versão Preliminar da Proposta de Plano Diretor";
- V - Etapa 5, denominada "Consulta Pública, Conferência Final e Consolidação do Projeto de Lei do Plano Diretor".

§ 1º - A Etapa 1 compõe-se de providências iniciais de sensibilização, mobilização e capacitação dos agentes públicos e privados que constroem e utilizam o território do Município, através das seguintes ações:

- I - Instituição, definição de atribuições e nomeação de integrantes titulares e suplentes, por ato do Prefeito municipal:
 - a) Comissão Técnica de Revisão do Plano Diretor (CT-PD);
 - b) Comissão de Revisão do Plano Diretor (CR-PD);
- II - Divisão territorial e estabelecimento do calendário de eventos, voltados ao processo;
- III - Comunicação com os órgãos de imprensa local, para fins de colaboração na divulgação do processo de Revisão do Plano Diretor;
- IV - Intercâmbio com os demais órgãos públicos das esferas estaduais e federais, inclusive empresas concessionárias, permissionárias e prestadoras de serviços públicos, visando à colaboração destes no processo de Revisão do Plano Diretor;
- V - Realização de audiência pública para instaurar oficialmente e tornar público o processo participativo de Revisão do Plano Diretor.

§ 2º - A Etapa 2 constitui na elaboração do diagnóstico, da realidade do Município de Pinheiro Preto, com base na leitura técnica pelos profissionais responsáveis, pelo desenvolvimento da Revisão do Plano Diretor, e pela comunidade. Compreende em uma análise e avaliação do Plano Diretor vigente, e da composição de pontos negativos e potencialidades da cidade. Este documento compõe-se de levantamento, sistematização e avaliação de dados e informações, sendo considerado:

- I - Fatores condicionantes da Mobilidade Urbana;
- II - Condicionantes Ambientais;
- III - Infraestrutura Urbana;
- IV - Projeções Populacionais;
- V - Características gerais da Zona Urbana e Rural;
- VI - Morfologia Urbana;
- VII - Levantamento de Uso e Ocupação do Solo;
- VIII - Características histórico-culturais;
- IX - Consolidação da realidade municipal, através de Relatório, resultante da união das leituras técnica e comunitária;
- X - Realização das Oficinas de Capacitação, capacitando os membros do Colegiado de Representação Popular para sua atuação no processo de Elaboração do Plano Diretor;
- XI - Estruturação e Elaboração de propostas decorrentes das oficinas, especialmente os conteúdos que embasarão o Macrozoneamento;
- XII - Definição das regras para a instituição e funcionamento do sistema de acompanhamento e controle do Plano Diretor de Pinheiro Preto.

§ 3º - A Etapa 3 definirá as bases para a formulação dos objetivos, diretrizes e eixos estratégicos do desenvolvimento municipal e da expansão urbana, através das seguintes ações:

- I - Construção de Cenários, estudos e propostas;
- II - Elaboração de Mapas Temáticos;
- III - Elaboração da Proposta do Projeto de Lei.

§ 4º - A Etapa 4 consolidará, apresentará e disponibilizará a versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do plano diretor, através das seguintes ações:

- I - Definição do conteúdo mínimo do plano diretor, na forma estabelecida pelo Estatuto da Cidade e seguindo orientações das resoluções aplicáveis, emitidas pelo Conselho Nacional das Cidades, ou CONCIDADES;
- II - Elaboração da versão preliminar do anteprojeto de lei complementar, a partir do conteúdo mínimo definido e das bases estabelecidas na Etapa 2 e 3;
- III - Definição das regras da consulta pública, a serem validadas pelo Município de Pinheiro Preto, sobre a versão preliminar do anteprojeto de lei complementar;
- IV - Apresentação, em audiência pública, do anteprojeto de lei complementar e das regras da consulta pública.

§ 5º - A Etapa 5 consiste na elaboração da versão final do anteprojeto de Lei Complementar do Plano Diretor, e no seu encaminhamento ao Prefeito municipal, para consequente encaminhamento, já na qualidade de Projeto de Lei Complementar, à Câmara Municipal, através das seguintes ações:

- I - Início da consulta pública, deverá observar o cronograma de atividades previsto na metodologia de Revisão do Plano Diretor;

- II - Sistematização, análise e validação das sugestões recebidas durante a consulta pública;
- III - Realização de uma Audiência Pública para abertura oficial e apresentação das regras da Audiência Pública Final;
- IV - Realização da Audiência Pública Final para deliberação sobre as sugestões validadas;
- V - Consolidação do projeto de lei complementar do Plano Diretor, com base nas deliberações da Audiência Pública Final;
- VI - Encaminhamento ao Prefeito Municipal, para ato contínuo, submissão à tramitação legislativa.

CAPÍTULO IV - DAS RESPONSABILIDADES DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Art. 4º - O Poder Executivo Municipal garantirá a participação da população, a plena realização dos trabalhos necessários ao processo, a ampla publicidade e o acesso às informações, na forma dos incisos I a III do § 4.º do art. 40 e do art. 43 do Estatuto da Cidade, e de acordo com as recomendações do Conselho das Cidades do Ministério das Cidades, em especial a Resolução nº 25, de 18 de março de 2005.

Parágrafo Único - O Poder Executivo municipal nomeará Comissão Técnica de Revisão do Plano Diretor (CT-PD).

Art. 5º - A Comissão Técnica de Revisão do Plano Diretor garantirá a disponibilização de dados e informações ao CIMACATARINA e a Comissão de Revisão do Plano Diretor ou a qualquer interessado.

§ 1º - A Comissão Técnica será composto por 6 (seis) integrantes.

§ 2º - Para cada integrante da Comissão Técnica haverá um respectivo suplente.

§ 3º - A Comissão Técnica se extinguirá após a entrada em vigor da nova lei do Plano Diretor; e, ato contínuo, a efetiva instalação do Conselho da Cidade.

Art. 6º - São atribuições da Comissão Técnica de Revisão do Plano Diretor:

- I - Acompanhar e supervisionar todas as etapas do processo, de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, incluindo-se a participação nos eventos, reuniões, oficinas, conferência, audiências públicas, e demais atividades pertinentes ao processo;
- II - Coletar, repassar e promover todos os atos necessários ao acesso das informações relacionadas ao planejamento urbano e territorial acessíveis ao município, para a equipe técnica do Consórcio Intermunicipal Catarinense –CIMCATARINA;
- III - Supervisionar a compatibilização da leitura técnica com a leitura comunitária ao longo de todo o processo;
- IV - Elaborar respostas oficiais, pareceres e recomendações técnicas de acordo com as atribuições profissionais dos cargos e funções de seus integrantes;
- V - Organizar e manter atualizado um cadastro para contato com as organizações e associações representativas dos vários segmentos da sociedade civil interessados no processo;
- VI - Realizar todos os atos internos e externos necessários ao levantamento de informações junto aos órgãos públicos, especialmente as empresas concessionárias;
- VII - Redigir e fazer publicar convocações e editais necessários ao processo;
- VIII - Garantir a entrega de convites e convocações, bem como manter e organizar os avisos de recebimento;
- IX - Promover a divulgação das reuniões, eventos, audiências, oficinas, consultas públicas e conferência pertinentes ao processo;
- X - Apoiar administrativa e operacionalmente a execução das reuniões, eventos, conferência, oficinas, consultas públicas e audiências pertinentes ao processo;
- XI - Providenciar e garantir o devido registro do processo através de filmagens, gravações de áudio e fotografias, bem como, lavrar ata da Audiência Pública Inicial, das Conferências Públicas e da Audiência Pública Final;
- XII - Convocar, participar e coordenar as reuniões e ações do Grupo de Trabalho Municipal;
- XIII - Definir a divisão territorial preliminar do Município em áreas para a realização de eventos comunitários;
- XIV - Estabelecer contato e troca de informações com os demais órgãos públicos das esferas estaduais e federais, inclusive empresas concessionárias, permissionárias e prestadoras de serviços públicos, visando à colaboração destes no processo de Elaboração do Plano Diretor;
- XV - Prestar apoio ao Executivo e Legislativo Municipal e a qualquer outro órgão público, de forma a poder esclarecer quaisquer questões relacionadas ao processo de Elaboração do Plano Diretor, para tanto acompanhando os atos da Administração Pública e a tramitação legislativa;
- XVI - Auxiliar a chefe do Poder Executivo Municipal na resposta e no encaminhamento das demandas dos munícipes no tocante às reivindicações que não forem referentes ao processo de Elaboração do Plano Diretor.

CAPÍTULO V - DA PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL

Art. 7º - Fica assegurada a participação da sociedade civil em todas as etapas do processo de Elaboração do Plano Diretor, mediante os seguintes instrumentos de gestão democrática e participação social:

- I – Conselho de Desenvolvimento Urbano;
- II – Comissão de Revisão do Plano Diretor (CR-PD);
- III - Eventos:
 - a) Municipais;
 - b) Comunitários ou Territoriais;
 - c) Setoriais ou por Segmentos Sociais;
- IV - Audiência Pública Inicial;
- V - Conferências Públicas;
- VI – Oficinas de Capacitação;
- VII - Consulta Pública;
- VIII – Audiência Pública Final do Plano Diretor.

§ 1º - Será garantido o respeito à diversidade, especificamente pela realização de debates por segmentos sociais, por temas e por divisões territoriais, bem como, pela alternância dos locais de discussão.

§ 2º - Será garantido, a qualquer interessado, o amplo acesso aos documentos e informações especialmente por meio da:

- I - Ampla comunicação pública, em linguagem acessível, através dos meios de comunicação social disponíveis;
- II - Ciência do cronograma e dos locais das reuniões, da apresentação dos estudos e propostas sobre o plano diretor, com antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias;
- III - Publicação e divulgação dos resultados dos debates e das propostas adotadas nas diversas etapas do processo.

§ 3º - Poderão ser criados ambientes virtuais de interação social, em especial por meio da Internet, cuja metodologia e prazo de duração serão validados pela Comissão Técnica de Revisão.

Seção I - Comissão de Revisão do Plano Diretor

Art. 8º - A Comissão de Revisão do Plano Diretor (CR-PD), é um órgão colegiado, de natureza deliberativa, consultiva e propositiva, que tem como objetivos:

- I - Supervisionar o processo participativo de Revisão do Plano Diretor de Pinheiro Preto;
- II - Garantir a criação e regulamentação do Conselho da Cidade de Pinheiro Preto.

Art. 9º - Compete a Comissão de Revisão do Plano Diretor (CR-PD):

- I - Garantir a efetiva participação da sociedade civil no processo de Elaboração do Plano Diretor;
- II - Fiscalizar o cumprimento de determinações legais sobre conteúdo mínimo do Plano Diretor;
- III - Validar:
 - a) O plano de trabalho;
 - b) O cronograma das ações;
 - c) As regras de participação e controle social do processo, especialmente as que regularão a consulta pública, a conferência final e as audiências públicas, referidas nesta norma.
- IV - Validar a divisão territorial do Município em áreas, para realização de eventos comunitários e de escolha da Comissão Técnica referidos nesta norma;
- V - Validar o calendário de eventos do processo;
- VI - Acompanhar, e validar, durante todo o processo de Revisão do Plano Diretor, o cadastro das organizações e associações representativas dos vários segmentos da sociedade civil, referido nesta norma;
- VII - Acompanhar e validar as ações de sensibilização, mobilização, divulgação, informação, capacitação e organização da participação popular no processo de Revisão do Plano Diretor, em especial os eventos e as audiências públicas, referidos nesta norma;
- VIII - Fiscalizar a compatibilização da leitura técnica com a leitura comunitária ao longo de todo o processo;
- IX - Promover o incremento dos mecanismos de participação e controle social;
- X - Propor critérios para decidir prioridades na garantia do cumprimento das regras estabelecidas coletivamente;
- XI - Apoiar a divulgação de produtos gerados por estudos e projetos que possam ser utilizados como subsídios ao processo de Revisão do Plano Diretor;
- XII - Promover ações de apoio à instituição do Conselho da Cidade de Pinheiro Preto e garantir, em todas essas ações, a participação popular;
- XIII - Acompanhar, no âmbito Câmara Municipal, a tramitação do projeto de lei complementar do Plano Diretor de Pinheiro Preto e de proposições que impactem no ordenamento físico-territorial;
- XIV - Emitir atos normativos, para orientar decisões em casos omissos na presente norma.

Art. 10 - A Comissão de Revisão do Plano Diretor (CR-PD) de Pinheiro Preto se organiza seguindo critérios de representação.

§ 1º - Para cada integrante titular da Comissão de Revisão do Plano Diretor (CR-PD) de Pinheiro Preto será garantido um respectivo suplente.

§ 2º - Nas reuniões da Comissão de Revisão do Plano Diretor (CR-PD) de Pinheiro Preto não será permitido:

- I - A representação ou voto mediante procuração;
- II - O acúmulo de representações.

§ 3º - Com exceção das representações do Poder Executivo e do Poder Legislativo municipais, a indicação de cada representação deverá:

- I - Considerar a diversidade, a heterogeneidade, a pluralidade e a capacidade de auto-organização de cada setor ou segmento da sociedade civil;
- II - Evitar o excesso de formalismo;
- III - Atender os princípios democráticos, a razoabilidade e a proporcionalidade.

§ 4º - Não haverá hierarquia nem relação de subordinação entre os integrantes da Comissão de Revisão do Plano Diretor (CR-PD) de Pinheiro Preto, que deverão zelar pela consideração e respeito mútuos.

§ 5º - A Comissão de Revisão do Plano Diretor (CR-PD) Pinheiro Preto buscará estabelecer contatos com representantes do Poder Público, em especial do Ministério Público, do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas do Estado, a fim de estabelecer tratativas necessárias ao acompanhamento do processo.

§ 6º - A Comissão de Revisão do Plano Diretor (CR-PD) de Pinheiro Preto se extinguirá após a entrada em vigor da nova lei do Plano Diretor;

e, ato contínuo, a efetiva instalação do Conselho da Cidade.

Seção II - Dos Eventos

Art. 11 - Os Eventos são partes integrantes do processo de Elaboração da Revisão do Plano Diretor do Município de Pinheiro Preto, constituem em espaços públicos para assegurar um processo amplo e democrático de participação e controle social e são divididos em:

- I - Eventos municipais;
- II - Eventos comunitários ou territoriais;
- III - Eventos setoriais ou por segmentos sociais.

§ 1º - Os eventos municipais terão status de Conferência Pública e objetiva dar publicidade a cada etapa do processo de Elaboração, especialmente:

- I - Instaurar oficialmente e tornar público o processo participativo de Elaboração do Plano Diretor;
- II - Apresentar os resultados e produtos da leitura da realidade municipal referida nesta norma;
- III - Apresentar as regras da consulta pública e da Audiência Pública Final;
- IV - Apresentar a versão preliminar de anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor;
- V - Submeter à aprovação pelos membros do Comissão de Revisão do Plano Diretor as eventuais emendas à versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor.

§ 2º - Os eventos comunitários ou territoriais terão como objetivos:

- I - A realização do levantamento preliminar, de caráter consultivo, do ponto de vista das comunidades sobre questões relativas às suas respectivas realidades locais e ao Município como um todo.

Seção IV - Das Conferências Públicas

Art. 12 - No processo de Elaboração do Plano Diretor, as Conferências Públicas fundam- se no inciso I do parágrafo quarto do art. 40 do Estatuto da Cidade, e tem por objetivo informar, colher subsídios, debater, rever e analisar o conteúdo do Plano Diretor, e atender aos seguintes requisitos:

- I - Regulação por meio de regimento, elaborado em estrita observância à presente norma e validado pelo Município de Pinheiro Preto;
- II - Convocação por edital e anúncio pela imprensa local;
- III - Realização em locais e horários acessíveis à maioria da população;
- IV - Serem dirigidas pelo Poder Público municipal, que garantirá a exposição, pela equipe técnica do CIMCATARINA, sobre os temas que serão abordados e abrirá as discussões aos presentes;
- V - Garantia da participação de todos os cidadãos e cidadãs, independentemente de comprovação de residência ou qualquer outra condição;
- VI - Garantia de registro de presença dos participantes, através de ficha de inscrição individual;
- VII - Garantia de registro em vídeo e áudio para subsidiar a lavratura da respectiva ata, cujos conteúdos deverão ser apensados ao projeto de lei complementar do Plano Diretor, compondo memorial do processo, inclusive na sua tramitação legislativa.

Seção V - Da Oficina de Capacitação

Art. 13 - A Oficina de capacitação são eventos consultivos e deliberativos direcionados aos integrantes da Comissão Técnica e Comissão de Revisão do Plano Diretor, bem como a toda a população, tendo por objetivos:

- I - A elaboração da visão estratégica, dos eixos estratégicos e de propostas para ações que deverão compor o Plano Diretor e garantir sua efetiva implementação;
- II - A definição das bases para elaboração do macrozoneamento do Município;
- III - Definição de regras para a instituição do sistema de acompanhamento e controle, inclusive o Conselho da Cidade consoante art. 42, III, do Estatuto da Cidade.

Seção VI - Da Consulta Pública

Art. 14 - A Consulta Pública constitui mecanismo participativo, de caráter consultivo, com prazo definido e aberta a qualquer interessado.

§ 1º - A Consulta Pública tem por objetivo receber contribuições por escrito da sociedade civil sobre a versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor, ou aspecto específico no processo de Elaboração, devendo observar, no mínimo, os seguintes requisitos mínimos:

- I - Divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando seu objeto, regras e o prazo de realização;
- II - Disponibilização prévia, a qualquer interessado:
 - a) Dos documentos que serão objeto da consulta, em linguagem simples e objetiva;
 - b) Dos estudos e do material técnico utilizado como fundamento para a versão preliminar do anteprojeto;
- III - Sistematização das contribuições recebidas;
- IV - Publicidade de seus resultados;
- V - Compromisso de resposta às propostas recebidas.

§ 2º - A Consulta Pública será regida por regras próprias, que deverão estar de acordo com os requisitos mínimos previstos no parágrafo primeiro deste artigo e serem previamente aprovadas pelo Município de Pinheiro Preto.

Seção VII - Da Audiência Pública Final do Plano Diretor

Art. 15 - A Audiência Pública final do Plano Diretor é o evento que tem como objetivo a aprovação de eventuais emendas à versão preliminar do anteprojeto de lei complementar do Plano Diretor.

§ 1º - A Audiência Pública Final será regida por regras próprias, previamente estipuladas.

§ 2º - A Audiência Pública Final é evento público e aberto a qualquer interessado.

§ 3º - A Audiência Pública Final deve atender aos seguintes requisitos mínimos:

I – Registro das emendas apresentadas nos anais da conferência; e

II – Publicação e divulgação dos anais do evento.

CAPÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16 - Na implementação e execução do novo Plano Diretor, entre outras, serão observadas:

I - A efetivação do sistema de acompanhamento e controle previsto no inciso III do art. 42 do Estatuto da Cidade, especialmente com o início do funcionamento do Conselho da Cidade de Pinheiro Preto;

II - A incorporação das diretrizes e prioridades do Plano Diretor no planejamento da gestão municipal, especialmente no plano plurianual, na lei de diretrizes orçamentárias e no orçamento anual, conforme parágrafo 1º do art. 40 do Estatuto da Cidade.

Art. 17 - Constitui anexo a este Regimento o diagrama ilustrativo com a descrição de cada uma das etapas do processo de revisão do Plano Diretor de Pinheiro Preto.

Art. 18 - A presente norma entrará em vigor na data de sua publicação.

Pinheiro Preto(SC), 01 de abril de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal de Pinheiro Preto

DECRETO 5007

Publicação Nº 1968998

DECRETO Nº 5.007, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

"PROMOVE ATUALIZAÇÃO DO VALOR MONETÁRIO DA RESPECTIVA BASE DE CÁLCULO DE QUE TRATA A LEI MUNICIPAL Nº 1944, DE 09 DE MAIO DE 2017".

PEDRO RABUSKE, Prefeito Municipal de Pinheiro Preto, estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, VIII, da Lei Orgânica e

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único do art. 3º da Lei Municipal nº 1944, de 09 de maio de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Os valores monetários da respectiva base de cálculo da prestação de serviços a particulares com veículos, máquinas e equipamentos agrícolas, ficam atualizados para o exercício de 2019, mediante a aplicação do percentual da inflação do período de janeiro de 2018 a dezembro de 2018 do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M) conforme anexo I

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 01 de abril de 2019.

Pedro Rabuske

Prefeito Municipal

ANEXO I				
ITEM	DISCRIMINAÇÃO	VALOR 2019 (R\$)	SC/KM/HS/UM	
1	Batedor de Cereais - Trilhar Feijão	R\$ 2,15	Saca	
2	Batedor de Cereais - Trilhar Milho	R\$ 0,86	Saca	
3	Caminhão Toco caçamba basculante	R\$ 43,02	hora	
4	Caminhão Truck caçamba basculante	R\$ 43,02	hora	

5	Caminhão Truck com distribuidor de Adubo	R\$ 43,02	hora	
6	Carregadeira Michigan 75 III	R\$ 53,78	Hora	
7	Motoniveladora Fiat Allis	R\$ 53,78	Hora	
8	Retroescavadeira Fiat Allis	R\$ 53,78	Hora	
9	Rolo Compactador Muller VAP 55L	R\$ 43,02	Hora	
10	Trator de Esteiras	50% do valor lícitado, limitado esse preço em 10 horas/ano/propriedade	Hora	
11	Trator de Pneu com Equipamento 75 CV	R\$ 37,64	Hora	
12	Trator de Pneu 100 CV	R\$ 43,02	Hora	
13	Inseminação Artificial	R\$ 32,27	Unid	
14	Escavadeira Hidráulica Contratada mediante licitação	50% do valor lícitado	Hora	
15	15.1 Escavadeira Hidráulica de Propriedade do Município	R\$ 75,29 Limitado esse preço em 10 hs/ano/propriedade	Hora	
	15.2 Escavadeira Hidráulica de Propriedade do Município	R\$ 193,59 Acima de 10 horas/ano/propriedade	Hora	
	*IGP-M Acumulado 2018 (7,5521%)			

PORTARIA 230/2019

Publicação Nº 1967821

PORTARIA Nº 230, DE 28 DE março DE 2019.

Contrata Ana Lucia Andres Cazarim PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o Edital de Seleção nº 004/2018, e

Considerando o Laudo Médico, que declaro Ana Lucia Andres Cazarim apta para exercer a função de Professor Regente - Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Considerando o comunicado interno da Secretária de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 04 de fevereiro de 2019, Ana Lucia Andres Cazarim, brasileira, inscrita no CPF sob nº 016.034.729-75, para exercer a função em caráter temporário de Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2019.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 28 de março de 2019.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 231/2019

Publicação Nº 1967822

PORTARIA Nº 231, DE 28 DE março DE 2019.

Contrata Danielli Possera PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no

art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o Edital de Seleção nº 004/2018, e

Considerando o Laudo Médico, que declaro Danielli Possera apta para exercer a função de Professor Regente - Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Considerando o comunicado interno da Secretária de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 04 de fevereiro de 2019, Danielli Possera, brasileira, inscrita no CPF sob nº 081.849.649-51, para exercer a função em caráter temporário de Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2019.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 28 de março de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 232/2019

Publicação Nº 1967823

PORTARIA Nº 232, DE 28 DE março DE 2019.

Contrata Danielli Strey Freddo PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o Edital de Seleção nº 004/2018, e

Considerando o Laudo Médico, que declaro Danielli Strey Freddo apta para exercer a função de Professor Regente - Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Considerando o comunicado interno da Secretária de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 04 de fevereiro de 2019, Danielli Strey Freddo, brasileira, inscrita no CPF sob nº 093.716.929-36, para exercer a função em caráter temporário de Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2019.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 28 de março de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 233/2019

Publicação Nº 1967825

PORTARIA Nº 233, DE 28 DE março DE 2019.

Contrata Fabiana Kopp Benque PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o Edital de Seleção nº 004/2018, e

Considerando o Laudo Médico, que declaro Fabiana Kopp Benque apta para exercer a função de Professor Regente - Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Considerando o comunicado interno da Secretária de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 04 de fevereiro de 2019, Fabiana Kopp Benque, brasileira, inscrita no CPF sob nº 041.104.099-50, para exercer a função em caráter temporário de Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2019.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 28 de março de 2019.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 234/2019

Publicação Nº 1967826

PORTARIA Nº 234, DE 28 DE março DE 2019.

Contrata Idimara Samistraro PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o Edital de Seleção nº 004/2018, e

Considerando o Laudo Médico, que declaro Idimara Samistraro apta para exercer a função de Professor Regente - Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Considerando o comunicado interno da Secretária de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 04 de fevereiro de 2019, Idimara Samistraro, brasileira, inscrita no CPF sob nº 046.990.899-84, para exercer a função em caráter temporário de Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2019.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 28 de março de 2019.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 235/2019

Publicação Nº 1967829

PORTARIA Nº 235, DE 28 DE março DE 2019.

Contrata Ivania Beal Bressan PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o Edital de Seleção nº 004/2018, e

Considerando o Laudo Médico, que declaro Ivania Beal Bressan apta para exercer a função de Professor Regente - Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Considerando o comunicado interno da Secretária de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 04 de fevereiro de 2019, Ivania Beal Bressan, brasileira, inscrita no CPF sob nº 657.072.909-82, para exercer a função em caráter temporário de Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2019.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 28 de março de 2019.

PEDRO RABUSKE
Prefeito Municipal

PORTARIA 236/2019

Publicação Nº 1967833

PORTARIA Nº 236, DE 28 DE março DE 2019.

Contrata Marinez Beal Partyka PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no

art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o Edital de Seleção nº 004/2018, e

Considerando o Laudo Médico, que declaro Marinez Beal Partyka apta para exercer a função de Professor Regente - Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Considerando o comunicado interno da Secretária de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 04 de fevereiro de 2019, Marinez Beal Partyka, brasileira, inscrita no CPF sob nº 657.072.909-82, para exercer a função em caráter temporário de Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2019.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 28 de março de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 237/2019

Publicação Nº 1967836

PORTARIA Nº 237, DE 28 DE março DE 2019.

Contrata Rosana dos Santos PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o Edital de Seleção nº 004/2018, e

Considerando o Laudo Médico, que declaro Rosana dos Santos apta para exercer a função de Professor Regente - Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Considerando o comunicado interno da Secretária de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 04 de fevereiro de 2019, Rosana dos Santos, brasileira, inscrita no CPF sob nº 019.443.139-82, para exercer a função em caráter temporário de Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2019.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 28 de março de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 238/2019

Publicação Nº 1967842

PORTARIA Nº 238, DE 28 DE março DE 2019.

Contrata Rosana Misturini Bogoni PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o Edital de Seleção nº 004/2018, e

Considerando o Laudo Médico, que declaro Rosana Misturini Bogoni apta para exercer a função de Professor Regente - Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Considerando o comunicado interno da Secretária de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 04 de fevereiro de 2019, Rosana Misturini Bogoni, brasileira, inscrita no CPF sob nº 868.306.359-34, para exercer a função em caráter temporário de Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2019.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 28 de março de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 239/2019

Publicação Nº 1967843

PORTARIA Nº 239, DE 28 DE março DE 2019.

Contrata Solange Aparecida Batista Manica PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o Edital de Seleção nº 004/2018, e

Considerando o Laudo Médico, que declaro Solange Aparecida Batista Manica apta para exercer a função de Professor Regente - Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Considerando o comunicado interno da Secretária de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 04 de fevereiro de 2019, Solange Aparecida Batista Manica, brasileira, inscrita no CPF sob nº 927.927.669-72, para exercer a função em caráter temporário de Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2019.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 28 de março de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 240/2019

Publicação Nº 1967844

PORTARIA Nº 240, DE 28 DE março DE 2019.

Contrata Talita Pellicoli PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o Edital de Seleção nº 004/2018, e

Considerando o Laudo Médico, que declaro Talita Pellicoli apta para exercer a função de Professor Regente - Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Considerando o comunicado interno da Secretária de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 04 de fevereiro de 2019, Talita Pellicoli, brasileira, inscrita no CPF sob nº 079.997.409-93, para exercer a função em caráter temporário de Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2019.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 28 de março de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 241/2019

Publicação Nº 1967845

PORTARIA Nº 241, DE 28 DE março DE 2019.

Contrata Marcelina Falchetti Peretti PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental.

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o Edital de Seleção nº 004/2018, e

Considerando o Laudo Médico, que declaro Marcelina Falchetti Peretti apta para exercer a função de Professor Regente - Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Considerando o comunicado interno da Secretária de Educação, Cultura e Esportes;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 04 de fevereiro de 2019, Marcelina Falchetti Peretti, brasileira, inscrita no CPF sob nº 949.649.719-53, para exercer a função em caráter temporário de Professor Regente - Educação Infantil e ensino fundamental, Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 20 horas semanais, com vencimento previsto em lei, filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de fevereiro de 2019.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 28 de março de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

PORTARIA 242/2019

Publicação Nº 1967847

PORTARIA Nº 242, DE 28 DE março DE 2019.

Contrata Maritilde Diogo PARA EXERCER EM CARÁTER TEMPORÁRIO A FUNÇÃO DE Professor (Artes).

PEDRO RABUSKE, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no art. 37, X, da Constituição Federal de 1988, no art. 17, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e ainda de acordo com o Edital de Seleção nº 004/2018, e

Considerando o Laudo Médico, que declaro Maritilde Diogo apta para exercer a função de Professor (Artes);

Considerando o comunicado interno da Secretária de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando o atestado médico de Karina Chiarani Faccin;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a partir de 11 de março de 2019, Maritilde Diogo, brasileira, inscrita no CPF sob nº 974.380.069-72, para exercer a função em caráter temporário de Professor (Artes), Lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com carga horária de 40 horas semanais, com vencimento previsto em lei, filiada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de março de 2019.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto – SC, 28 de março de 2019.

PEDRO RABUSKE

Prefeito Municipal

Piratuba

PREFEITURA

PORTARIA Nº 115/2019

Publicação Nº 1967078

PORTARIA Nº115/2019

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

KEDIMA ANAIÊ DE OLIVEIRA CORREA, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua João Batista Serena, na Cidade e Município de Capinzal-SC, portadora da carteira de identidade nº5.182.925-8 e CPF sob o nº094.119.619-40, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Passinho Inicial. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 13 de dezembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 15 de março de 2019.

Evando Antônio de Azeredo

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 15 de março de 2019

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 116/2019

Publicação Nº 1967079

PORTARIA Nº116/2019

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

NARIELI PACHECO DOS SANTOS MACHADO, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Itapema, na cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº5.506.786 e CPF sob o nº 064.623.649-04, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Passinho Inicial. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 13 de dezembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 15 de março de 2019.

Evando Antônio de Azeredo

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 15 de março de 2019

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 117/2019

Publicação Nº 1967080

PORTARIA Nº117/2019

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

JOCINEIA MARA TIBOLA SIMONETTI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Avenida 18 de Fevereiro, nº 1055, na cidade e município de Piratuba-SC, portadora da carteira de identidade nº9087943495 e CPF sob o nº 015.897.530-89, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PP-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Passinho Inicial. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 13 de dezembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 15 de março de 2019.

Evando Antônio de Azeredo

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 15 de março de 2019

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 119/2019

Publicação Nº 1967249

PORTARIA Nº119/2019

CONTRATA SERVIDORA PARA A FUNÇÃO DE PROFESSORA EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.

CONTRATA

JULIANA MARIA BALDASSO, brasileira, união estável, residente e domiciliada na Rua 14 de junho, na cidade e município de Ipira-SC, portadora da carteira de identidade nº4732598 e CPF sob o nº 073.886.629-60, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSORA EDUCAÇÃO INFANTIL, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, na Escola Básica Municipal Marechal Câmara.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 13 de dezembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 15 de março de 2019.

Evando Antônio de Azeredo

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 15 de março de 2019

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 120/2019

Publicação Nº 1967270

PORTARIA Nº120/2019

CONTRATA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRATUBA, em exercício, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Complementar nº 65/15, que dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município, combinado com a lei complementar nº 66/2015, que Institui o plano de cargos, vencimentos e carreira dos profissionais do magistério público do município de Piratuba, Estado de Santa Catarina e dá outras providências, e de acordo com o que dispõe a Lei Complementar nº015/2001 e o artigo 37, IX da Constituição Federal e considerando também

a homologação final do Processo Seletivo nº 002/2018, resultado através do Decreto nº 1.115/2019, de 11 de março de 2019.
CONTRATA

ANDERSON CLAIR SCHRANCK, brasileiro, casado, residente e domiciliada na Rua 14 de junho, na cidade e município de Ipira-SC, portador da carteira de identidade nº4152188 e CPF sob o nº 032.005.429-26, para exercer em caráter temporário o cargo de PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - MÚSICA, constante no Anexo I da Lei Complementar nº 66/2015, com vencimentos previstos na Classe inicial, Nível PS-20INI do Anexo IV da mesma lei, com carga horária de 20 horas semanais, no Centro de Educação Infantil Passinho Inicial.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, até 13 de dezembro de 2019.

Prefeitura Municipal de Piratuba - SC, 15 de março de 2019.

Evando Antônio de Azeredo

Prefeito Municipal em Exercício

Registra-se e Publica-se no Mural Público

Conforme Lei nº226/93 e Lei nº1.388/2017.

Em 15 de março de 2019

Giovani Gelson Meneghel

Secretário de Administração e Finanças

Planalto Alegre

PREFEITURA

TAAC014_2018

Publicação Nº 1967881

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 014/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Contratada: ESTEVAN GRABOSKI CASANOVA ME

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NAS ÁREAS SOCIOEDUCATIVAS E CULTURAIS.

Valor Reajustado: 157,60 (cento e cinquenta e sete reais com sessenta centavos).

Processo Licitatório: 012/2018

Planalto Alegre - SC, em 01 de Abril de 2019.

JUARES BET

Prefeito

TAAC015_2018

Publicação Nº 1967888

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 015/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

Contratada: VERA LUCIA DA CRUZ BRESOLIN

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NAS ÁREAS SOCIOEDUCATIVAS E CULTURAIS.

Valor Reajustado: 53,97 (cinquenta e três reais com noventa e sete centavos).

Processo Licitatório: 012/2018

Planalto Alegre - SC, em 01 de Abril de 2019.

JUARES BET

Prefeito

TAAC016_2018

Publicação Nº 1967886

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Terceiro Termo Aditivo ao Contrato nº 016/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada: ELIZABETE PIRES
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NAS ÁREAS SOCIOEDUCATIVAS E CULTURAIS.

Valor Reajustado: 63,04 (sessenta e três reais com zero quatro centavos).
Processo Licitatório: 012/2018

Planalto Alegre - SC, em 01 de Abril de 2019.

JUARES BET

Prefeito

TAAC017_2018

Publicação N° 1967885

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 017/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada: FERNANDA GUIMARÃES DE QUADROS BE
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NAS ÁREAS SOCIOEDUCATIVAS E CULTURAIS.

Valor Reajustado: 105,16 (cento e cinco reais com dezesseis centavos).
Processo Licitatório: 012/2018

Planalto Alegre - SC, em 01 de Abril de 2019.

JUARES BET

Prefeito

TAAC018_2018

Publicação N° 1967890

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 018/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada: LUCIA MIOTTO HIRSCH MEI
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NAS ÁREAS SOCIOEDUCATIVAS E CULTURAIS.

Valor Reajustado: 37,43 (trinta e sete reais com quarenta e três centavos).
Processo Licitatório: 012/2018

Planalto Alegre - SC, em 01 de Abril de 2019.

JUARES BET

Prefeito

TAAC019_2018

Publicação N° 1967892

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 019/2018

Contratante: MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada: PATRICK JULIANO RIBEIRO DE CAMPOS
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PROFISSIONAIS NAS ÁREAS SOCIOEDUCATIVAS E CULTURAIS.

Valor Reajustado: 98,42 (noventa e oito reais com quarenta e dois centavos).
Processo Licitatório: 012/2018

Planalto Alegre - SC, em 01 de Abril de 2019.

JUARES BET

Prefeito

TAAC035_2018

Publicação N° 1967911

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Contrato N°:	035/2018 – PRIMEIRO TERMO ADITIVO
Contratante:	MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada:	LORENZATTO CONSTRUÇÕES LTDA EPP
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO GLOBAL DA OBRA CENTRO DE EVENTOS DA LINHA TOPE DA SERRA - PLANALTO ALEGRE, CONFORME PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA, OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE N° 832129 – OPERAÇÃO 1030932-82/2016.
Prazo de Prorrogação	02 (dois) meses.
Processo:	TOMADA DE PREÇO N° 031/2018
Planato Alegre/SC, 01 de Abril de 2019	

JUAES BET

PREFEITO

TAAC037_2018

Publicação Nº 1967913

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO ALEGRE

EXTRATO TERMO ADITIVO

Contrato Nº:	037/2018 – SEGUNDO TERMO ADITIVO
Contratante:	MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE
Contratada:	PEDREIRA, EMPREITEIRA E TRANSPORTES DO ALEMÃO LTDA ME.
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DA CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO GLOBAL DA OBRA CENTRO DE EVENTOS DE PLANALTO ALEGRE, CONFORME PROJETO BÁSICO DE ENGENHARIA, OBJETO DO CONTRATO DE REPASSE Nº 832111/2016 – OPERAÇÃO 1030893-46
Prazo de Prorrogação	03 (três) meses.
Processo:	TOMADA DE PREÇO Nº 030/2018
Planato Alegre/SC, 01 de Abril de 2019	

JUAES BET

PREFEITO

Pomerode

PREFEITURA

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 085 / 2018 - PRAZO

Publicação Nº 1967206

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO EMPREENDEDORA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1.º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 085 / 2018 PRAZO

Processo Administrativo n.º 101 / 2018.

Tomada de Preços p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 010 / 2018.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP.

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE AMPLIAÇÃO DE 02 SALAS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL, DEPÓSITO E SALA DO ZELADOR DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL ALMIRANTE BARROSO, LOCALIZADA NA RUA MORRO STRASSMANN, Nº1.140 - BAIRRO REGA, POMERODE/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA / QUANTITATIVA E MINUTA DE CONTRATO QUE SÃO INTEGRANTES DO EDITAL DE LICITAÇÃO.

Prorrogação – 60 dias – prazo final – 10/05/2019.

Justificativa: Em conformidade com a CLÁUSULA SEXTA do Contrato Administrativo n.º 085 / 2018 e Lei Federal n.º 8.666/93, PRORROGA-SE o prazo de execução do presente contrato por mais 60 (sessenta) dias, iniciando-se em 11/03/2018 (décimo terceiro dia do mês de Março do ano de dois mil e dezenove) e cessando em 10/05/2019 (décimo dia do mês de Maio do ano de dois mil e dezenove) devido à execução de serviços acrescidos e definições necessárias conforme solicitação da Empresa e autorizado pelo Engenheiro responsável.

Pomerode / SC, 01 de Março de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

DECRETO Nº 3635, DE 23 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1968351

DECRETO Nº 3635, DE 23 DE MARÇO DE 2019

DISPÕE SOBRE ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE REFERÊNCIA DOS VENCIMENTOS MENSAIS DOS SERVIDORES PÚBLICOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE POMERODE.

ÉRCIO KRIEK, Prefeito Municipal De Pomerode, no uso das atribuições que lhe confere o art. 74, Inciso I, Alínea "a" da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º A tabela de referências dos servidores públicos municipais, de acordo com a Lei nº 3.037 de 22 de março de 2019, que dispõe sobre o reajuste de vencimentos e salários de servidores municipais, passou a vigorar a partir de 1º de março de 2019, com os valores constantes nos Anexo I, Anexo II e Anexo III deste Decreto.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2019, revogando as disposições em contrário.

Município de Pomerode - SC, 23 de março de 2019

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal

ANEXO I

Referências da Lei Nº 291/2016

REF	VALOR R\$		REF	VALOR R\$		REF	VALOR R\$
200	1.384,50		233	3.672,20		266	9.739,93
201	1.426,04		234	3.782,38		267	10.032,14
202	1.468,82		235	3.895,83		268	10.333,09
203	1.512,88		236	4.012,73		269	10.643,07

204	1.558,26		237	4.133,10		270	10.962,37
205	1.605,03		238	4.257,10		271	11.291,25
206	1.653,18		239	4.384,80		272	11.629,99
207	1.702,76		240	4.516,35		273	11.978,90
208	1.753,84		241	4.651,85		274	12.338,25
209	1.806,46		242	4.791,41		275	12.708,41
210	1.860,65		243	4.935,13		276	13.089,66
211	1.916,47		244	5.083,19		277	13.482,36
212	1.973,96		245	5.235,70		278	13.886,82
213	2.033,18		246	5.392,76		279	14.303,43
214	2.094,18		247	5.554,55		280	14.732,55
215	2.157,01		248	5.721,17		281	15.174,51
216	2.221,72		249	5.892,80		282	15.629,75
217	2.288,37		250	6.069,58		283	16.098,64
218	2.357,02		251	6.251,67		284	16.581,61
219	2.427,74		252	6.439,22		285	17.079,06
220	2.500,57		253	6.632,40		286	17.591,45
221	2.575,59		254	6.831,36		287	18.119,18
222	2.652,86		255	7.036,32		288	18.662,75
223	2.732,45		256	7.247,42		289	19.222,64
224	2.814,41		257	7.464,84		290	19.799,32
225	2.898,86		258	7.688,79		291	20.393,29
226	2.985,82		259	7.919,46		292	21.005,10
227	3.075,40		260	8.157,03		293	21.635,25
228	3.167,66		261	8.401,74		294	22.284,31
229	3.262,69		262	8.653,80		295	22.952,84
230	3.360,57		263	8.913,40		296	23.641,41
231	3.461,40		264	9.180,83			
232	3.565,24		265	9.456,24			

ANEXO II
Referências da Lei Nº 292/2016

REF	VALOR R\$
500	3.512,22
501	3.617,60
502	3.726,13
503	3.837,91
504	3.953,04
505	4.071,62
506	4.193,78
507	4.319,60
508	4.449,18
509	4.582,66
510	4.720,13
511	4.861,75
512	5.007,60
513	5.157,83
514	5.312,55
515	5.471,94

ANEXO III

Referências da Lei N° 274/2016

REF	VALOR R\$
23	1.344,16
46	2.652,82
49	2.898,81
61	4.132,99
72	5.721,03
78	6.831,21

PREGÃO PRESENCIAL N.º 014 / 2019 - REGISTRO DE PREÇOS

Publicação N° 1967694

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FAZENDÁRIA
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 014 / 2019 – REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 029 / 2019.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DIVERSOS E FERRAMENTAS PARA AS ATIVIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, FUNDOS E FUNDAÇÃO DO MUNICÍPIO DE POMERODE, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08h00min. do dia 15/04/2019.

Local: Praça do Cidadão do Município de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08h00min.do dia 15/04/2019.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Contratos do Município de Pomerode – Rua 15 de Novembro, n.º 525, Centro – Pomerode/SC – CEP 89.107-000, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07h30min. às 11h30min. e das 13h00min. às 17h00min., Fone: (47) 3387-7229, e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br, ou site: www.pomerode.sc.gov.br – Portal do Cidadão.

Pomerode / SC, 01 de Abril de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Prefeito Municipal de Pomerode

RESOLUÇÃO N° 004/2019/CMDCA

Publicação N° 1968093

RESOLUÇÃO N° 004/2019/CMDCA

Dispõe sobre os projetos recebidos, para análise pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE POMERODE, no uso de suas atribuições previstas na Lei Federal nº 8.069 de 13 de Julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), pela Lei Municipal nº 1.962 de 09 de Março de 2007, pelo Regimento Interno aprovado através de Decreto Municipal nº 2.544 de 04 de Novembro de 2010 e em conformidade com a deliberação da Reunião Extraordinária, realizada no dia 29 de março de 2019,

CONSIDERANDO

· O Edital nº 001/2019/CMDCA que realiza Chamamento Público visando a seleção de Entidades para firmar parceria por meio de Termo de Fomento.

RESOLVE

Art. 1º - Informar os projetos recebidos até 28 de março de 2019, conforme cronograma estabelecido no Edital 001/2019/CMDCA:

- 1) Escola Futebol de Salão Associação Formigueiro Esporte Clube – Associação Formigueiro Esporte Clube
- 2) Escola Futebol de Campo Associação Formigueiro Esporte Clube – Associação Formigueiro Esporte Clube
- 3) Estação Lúdica – Associação dos Programas Educacionais e Assistenciais - PEAL
- 4) Fomentação das atividades dos projetos bombeiros mirins e aspirantes de Pomerode – Bombeiros Voluntários de Pomerode;
- 5) Projeto Ballet Cultura – Associação Cultural Corpo de Baile de Pomerode;

- 6) Melhorando a qualidade do projeto paradesportivo Pomerodense – Associação Pomerodense de Deficientes - APODEF;
- 7) Qualificação Profissional e Informática Básica – SENAI;

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 28 de Março de 2019.

Rudi Voigt

Coordenador do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Pomerode

Ponte Serrada

PREFEITURA

DECRETO 255/2019

Publicação N° 1967682

DECRETO N° 255/2019, 25 DE MARÇO DE 2019.

☐DISPOE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS☐.

ALCEU ALBERTO WRUBEL, Prefeito Municipal de Ponte Serrada, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o Artigo 61, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, Lei Federal n.º 4.320 de 17 de março de 1964 e Art. 7º da Lei Municipal nº. 2.353, de 13 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar no orçamento do exercício de 2019 no valor de até R\$ 98.000,00 (Noventa e Oito Mil Reais), destinado a suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05.00 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

Unidade: 05.03 – DEPARTAMENTO DE ESPORTE

27.812.2701.2.016 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS

Modalidade de Aplicação: 44.90.00.00

Fonte de Recursos: 03.0300 – 172 - R\$ 98.000,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, no valor de R\$ 98.000,00 (Noventa e Oito Mil Reais), serão utilizados recursos do Superávit financeiro do exercício de 2018.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 25 DE MARÇO DE 2019.

ALCEU ALBERTO WRUBEL

Prefeito Municipal Registrada e publicada na data supra, na forma da lei.

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 022/2019 - PMPB

Publicação Nº 1967314

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – nº 022/2019 - PMPB

Tipo de licitação: Menor Preço por Item;

Objeto: REGISTRO DE PREÇO - Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de assentamento e remoção de tubos de concreto e construção de caixas de inspeção de lajotas para atender as necessidades da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Recebimento das Propostas: Até 08:30 horas do dia 12/04/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 09:00 horas do dia 12/04/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail licitacao3@portobelo.sc.gov.br.

Porto Belo, 01 de abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PRG 023/2019 - PMPB

Publicação Nº 1967316

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial – nº 023/2019 - PMPB

Tipo de licitação: Menor Preço por Item;

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Aquisição de tubos, blocos, lajotas sextavada, lajotas retangular, meio fio, tampa com armação dupla, fundão reforçado com armação e grelha, todos produzidos em concreto, para atender as necessidades da Secretaria de Transportes, Obras e Serviços Públicos do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I deste edital.

Recebimento das Propostas: Até 09:30 horas do dia 12/04/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 10:00 horas do dia 12/04/2019, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no Setor de Licitações da PMPB, Rua José Guerreiro Filho, nº 265, Centro, Porto Belo/SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 – ramal 248 ou pelo e-mail licitacao3@portobelo.sc.gov.br.

Porto Belo, 01 de abril de 2019.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 2070 DE 28 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1968100

DECRETO Nº 2.070, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18 da Lei Municipal nº 2.700/2018".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 41 da Lei Orgânica da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 490.000,00 (Quatrocentos e noventa mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 06 - Secretaria M. Transportes Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria M. Transportes Obras e Serviços Públicos

Funcional Programática: 15.452.0005

Atividade: 2.014 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 490.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo elencada na importância de R\$ 490.000,00 (Quatrocentos e noventa mil reais):

Órgão: 06 - Secretaria M. Transportes Obras e Serviços Públicos

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria M. Transportes Obras e Serviços Públicos

Funcional Programática: 15.452.0005

Atividade: 2.014 - Manutenção das atividades da Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Públicos

Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 1000000 - Recursos Ordinários

Valor: R\$ 490.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 28 de março de 2019.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

DECRETO Nº 2072 DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1967643

DECRETO Nº 2.072, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

"Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências, conforme autorizado no artigo 18 da Lei Municipal nº 2.700/2018".

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do art. 41 da Lei Orgânica da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional na importância de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, pertencente ao Orçamento Municipal vigente:

Órgão: 04 – Secretaria Municipal da Fazenda

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal da Fazenda

Funcional Programática: 04.123.0004

Atividade: 2.011 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal da Fazenda

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0100000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 10.000,00

Art. 2º O crédito aberto no artigo anterior será coberto com os recursos provenientes da anulação da dotação abaixo elencada na importância de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais):

Órgão: 04 – Secretaria Municipal da Fazenda

Unidade Orçamentária: 01 - Secretaria Municipal da Fazenda

Funcional Programática: 04.123.0004

Atividade: 2.011 – Manutenção das atividades da Secretaria Municipal da Fazenda

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00 - Aplicações Diretas

Fonte de Recurso: 0100000 – Recursos Ordinários

Valor: R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, ao 01 de abril de 2019.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

Porto União

PREFEITURA

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 004/2019 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1967686

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 013/2019 – EDUCAÇÃO.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 004/2019.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por lote, do tipo presencial para a aquisição de extintores, recarga de extintores e reteste de extintores. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 15 de abril de 2019 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 01 de abril de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 005/2019 - EDUCAÇÃO

Publicação Nº 1967672

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 014/2019 – EDUCAÇÃO.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 005/2019 - REGISTRO DE PREÇOS.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por lote, do tipo presencial para a aquisição e instalação de parabrisas, borrachas, palhetas e cintos de segurança. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 16 de abril de 2019 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 01 de abril de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 038/2019

Publicação Nº 1967753

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 055/2019.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 038/2019.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação por item, do tipo presencial para a aquisição de pulseiras e etiquetas adesivas de identificação. O recebimento dos envelopes se dará até às 09h00min do dia 15 de abril de 2019 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 09h15min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 01 de abril de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 039/2019

Publicação Nº 1967757

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Processo Licitatório 056/2019.

Extrato de Edital de Pregão Presencial 039/2019.

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Pregão, com adjudicação

por item, do tipo presencial para a aquisição de material de higiene e limpeza, gêneros alimentícios e utensílios de copa e cozinha para o centro de atenção psicossocial - CAPS. O recebimento dos envelopes se dará até às 13h30min do dia 16 de abril de 2019 na Prefeitura Municipal, com início da sessão pública às 13h45min, no mesmo local e dia. O Edital e Arquivos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, e-mail licitoportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 01 de abril de 2019.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 026/2019 - AMASPU

Publicação Nº 1967429

Extrato de Termo Aditivo nº 026/2019 ao Contrato 005/2017

Partes: AMASPU - Autarquia Municipal de Assistência à Saúde dos Funcionários Públicos de Porto União e SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO

Reajuste: Os valores contratados serão reajustados conforme deliberação do Conselho Diretor: 1) honorários médicos e SADT – tabela CBHPM 5ª edição, plena; 2) Diárias e taxas reajuste de 6,61% (seis vírgula sessenta e um por cento) FIPE Saúde 2018.

As demais cláusulas permanecem em vigor.

Porto União, SC, 01 de abril de 2019.

MARGARETH FLISSAK

Presidente AMASPU

ELISEU MIBACH

Curador AMASPU

SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO

Contratada

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2019 - FAS

Publicação Nº 1967580

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 006/2019 – FAS

Inexigibilidade de Licitação nº 001/2019 - FAS

Caracterização da Situação O Município necessita adquirir passagens para os usuários da Assistência Social referente aos itinerários: Porto União X Balneário Camboriú, Porto União X Caçador, Porto União X Calmon, Porto União X Canoinhas, Porto União X Florianópolis, Porto União X entrada Irineópolis, Porto União X Itajaí, Porto União X Joaçaba, Porto União X Joinville, porto União X Mafra, Porto União X Matos Costa, Porto União X Rio Negrinho, Porto União X São Bento do Sul, Porto União X Videira.

Descrição do Objeto: O objeto da presente é, justamente, o fornecimento passagens para os usuários da Assistência Social.

Razão da Escolha: A escolha recaiu sobre a empresa Reunidas S/A Transportes Coletivos em Recuperação Judicial, inscrita no CNPJ 83.054.395/0001-32, em razão que esta é a detentora da concessão rodoviária das linhas ora contratadas

Do Preço: O valor total estimado a ser pago será de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta dos Recursos das Dotações Orçamentárias n.o:

Órgão 1500 – Fundo Municipal de Assistência Social

Unidade 1501 – Fundo Municipal de Assistência Social

Atividade 2049 – Manutenção FMAS

Modalidade 3390-100 – Aplicações diretas

Cód.01

Complemento 33903301 – Passagens para o país

Da Justificativa: A presente inexigibilidade encontra respaldo no art. 25 caput inciso I, da Lei 8.666/93, já que restou evidenciada a inviabilidade de competição, face os motivos já expostos.

Porto União, 01 de abril de 2019.

LUIZ RICARDO FANTIN

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Decreto 623/2019

PORTARIA Nº 019/2019

Publicação Nº 1967752

PORTARIA Nº 019, de 29 de março de 2019.

Dispõe sobre conclusão final de Inquérito Administrativo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas no Artigo 84, Inciso II, Alínea “f” da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a conclusão final da Comissão de Inquérito Administrativo instaurada pela Portaria nº 004, de 18 de janeiro de 2019;

CONSIDERANDO que foram observados todos os princípios constitucionais, principalmente de ampla defesa e contraditório;

CONSIDERANDO o acolhimento do relatório final lavrado pela Comissão de Inquérito Administrativo pela Assessoria Jurídica Municipal;

CONSIDERANDO o julgamento do Prefeito Municipal, embasado no Parecer exarado pela Assessoria Jurídica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º APLICAR a penalidade de ADVERTÊNCIA à Servidora Pública Municipal EUGÊNIA MARCIA LOUREIRO SCHAEFFER, com fulcro no Artigo nº 224, da Lei Municipal nº 2.055, de 20 de outubro de 1994, em virtude da inobservância do Artigo 214, inciso I, do mesmo diploma legal.

Art. 2º RECOMENDAR que a Administração Pública Municipal, através da Secretaria Municipal de Saúde, tome as providências que julgar cabíveis, a fim de evitar a ocorrência de novas irregularidades da mesma natureza.

Art. 3º ARQUIVAR, oportunamente, o processo administrativo em questão.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 29 de março de 2019.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

RUAN GUILHERME WOLF
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Praia Grande

PREFEITURA

CONTRATO 37/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 1968957

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2019
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2109
CONTRATO Nº 37/2019

CONTRATADA: CLAUDINEI MACHADO EIRELI ME

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA DE TRANSPORTE DE ALUNOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SOCORROS EVENTUAIS EM SUBSTITUIÇÃO AOS VEÍCULOS DO MUNICÍPIO EM LINHAS EFETUADAS COM VEÍCULOS PRÓPRIOS DO MUNICÍPIO DE PRAIA GRANDE/SC

DO VALOR: R\$ 16.600,00

DA VIGENCIA: 13/03/2019 À 31/02/2019.

PRAIA GRANDE - SC, 13 DE MARÇO DE 2019.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL.

CONTRATO 38/2019 - PREFEITURA

Publicação Nº 1968958

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 15/2019
PREGÃO PRESENCIAL N.º 04/2019
CONTRATO Nº 38/2019

CONTRATADA: ISRAEL DOS SANTOS ROQUE 03885531976

DO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS GRUPOS DE VIOLINOS, ORQUESTRA DE FLAUTAS DOÇES E ORQUESTRA MUNICIPAL ESCOLAR PARA OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DURANTE O EXERCÍCIO DE 2019, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA, ANEXO I A ESTE EDITAL.

DO VALOR: R\$ 22.500,00

DA VIGENCIA: 26/03/2019 À 31/02/2019.

PRAIA GRANDE - SC, 26 DE MARÇO DE 2019.

HENRIQUE MATOS MACIEL

PREFEITO MUNICIPAL.

TERMO DE COLOBORAÇÃO 003/2019

Publicação Nº 1967655

Estado de Santa Catarina		
PREFEITURA MUN ICIPAL DE PRAIA GRANDE/SC		
EXTRATO TERMO DE COLABORAÇÃO		
Convênio Nº.:	003/2019	
Participantes:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PRAIA GRANDE E ASSOCIAÇÃO DE PAISE E AMIGOS DOS EXCEPCIO-NAIS-APAE	
Objeto :	TRANSF. À INSTITUIÇÕES PRIVADAS SEM FINS LUCRATIVOS.	
Valor :	20.000,00 (Vinte mil reais).	
Vigência :	22.03.2019 até 31.12.2019	
Fundamento Legal:		Lei Federal nº13.019/2014
Origem dos Recursos :		Fundo Mun. de Assistência Social
PRAIA GRANDE/SC, 29 de março de 2019.		
HENRIQUE MATOS MACIEL		
Prefeito Municipal		

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

EXTRATO DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 23/2019 PREGÃO PRESENCIAL N° 08/2019

Publicação N° 1968207

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO N° 23/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 08/2019

EXTRATO

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:30 (oito horas e trinta minutos), do dia 17 (dezesete) de abril de 2019, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objetivo a aquisição de gêneros alimentícios (in natura) para composição de 450 (quatrocentos e cinquenta) cestas básicas, a fim de atender benefício aos servidores municipais, do Município de Presidente Castello Branco, contados na data de sua homologação, conforme especificações constantes no Anexo I do presente Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br.

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 01 DE ABRIL DE 2019.

Neiva Kleemann Toniolo
Prefeita Municipal e.e

Presidente Getúlio

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 46/2019

Publicação Nº 1969031

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 24/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 46/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE UM TANQUE PARA DEJETOS SUÍNOS COM CAPACIDADE DE 10000 (DEZ MIL) LITROS. Entrega dos envelopes até o dia 17/04/2019 às 09h00min. Sessão de abertura às 09h15 min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto Muller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, 02 de abril de 2019
Nelson Virtuoso – Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49/2019

Publicação Nº 1969014

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
INEXIGIBILIDADE Nº. 8/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49/2019

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS (EXCETO COOPERADOS), PARA MINISTRAR AULAS E ELABORAR CONTEÚDOS PARA O CURSO DE COSTURA INDUSTRIAL OFERECIDOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO. Entrega dos envelopes até o dia 10/04/2019 às 14h00min. Sessão de abertura às 09h15 min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto Muller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, 02 de abril de 2019
Nelson Virtuoso – Prefeito Municipal

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2019

Publicação Nº 1968982

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE GETÚLIO
INEXIGIBILIDADE Nº. 7/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 50/2019

Objeto: CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DECORAÇÃO PARA EVENTOS. Entrega dos envelopes até o dia 10/04/2019 às 09h00min. Sessão de abertura às 09h15 min da mesma data, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Presidente Getúlio/SC. Informações: Departamento de Compras e Licitações, sito Praça Otto Muller, nº 10, nesta cidade e retirada do Edital no site: <https://presidentegetulio.atende.net>

Presidente Getúlio, 02 de abril de 2019
Nelson Virtuoso – Prefeito Municipal

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

Publicação Nº 1968598

EDITAL DE CONVOCAÇÃO / CONVITE

6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL

RONILDO VIEIRA GARCIA, Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural de Presidente Getúlio-SC, na forma dos Art. 14, 18 e 20 da Lei 3.095, de 22 de dezembro de 2015; Decreto Municipal 70, de 02 de abril de 2018, e no uso de suas atribuições, CONVOCA os senhores e senhoras membros efetivos e suplentes com assento no mencionado conselho e CONVIDA a sociedade em geral, para a 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA do Conselho Municipal de Política Cultural, a saber:

- Data: 09/04/2019;
- Horário: 10:00 H;
- Local: Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto;
- Pauta: Abertura;

Leitura/Apreciação da ata da RO de 20/02/2019;

Leitura das correspondências recebidas;

ORDEM DO DIA:

1. FECAM - Edital Concurso nº 01/2019 – Premio Catarinense de Boas Práticas em Gestão Cultural;
2. Resultado da participação do CMPC-PGSC na Etapa Intermunicipal do Processo Eleitoral CEC/SC, ocorrida em 19/03/2019, na cidade de Rio do Sul;
3. Fóruns Setoriais de Cultura;
4. Revisão de horário no calendário das RO do CMPC
5. Votação única - Anteprojeto de Regimento Interno do CMPC;

Palavra livre;

Momento da Presidência;

Encerramento;

Ronildo Vieira Garcia

Presidente do CMPC-PG(SC)

Princesa

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 15.2019-PM

Publicação Nº 1967214

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1 / 7

MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Processo Nº.: 36/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 15/2019

No dia 1 do mês de Abril do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.612.836/0001-00, com sede administrativa localizada na RUA RIO GRANDE DO SUL, 494, bairro CENTRO, CEP nº. 89935-000, nesta cidade de Princesa/SC, representado pelo(a) Prefeito Municipal, o Sr(a). Edilson Miguel Volkweis, inscrito no CPF sob o nº. 066.378.379-89, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 20/2019, Processo Licitatório nº. 36/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO a ser utilizado nas atividades realizadas pelas Secretarias do Município de Princesa/SC Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6008	GRAFICA E EDITORA WILLY LTDA - ME	1, 2, 3, 6, 7, 10, 11, 12, 15, 16, 19, 21, 26, 33, 34, 35, 36
9074	GRAFICA SANTA LUCIA LTDA - EPP	4, 5, 8, 9, 13, 14, 17, 18, 20, 22, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 30, 31, 32

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
GRAFICA E EDITORA WILLY LTDA - ME	95.842.548/0001-95	Wivaldino Michelin	141.587.609-68
GRAFICA SANTA LUCIA LTDA - EPP	27.009.696/0001-73	Melchior Goulart	347.678.869-53

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO a ser utilizado nas atividades realizadas pelas Secretarias do Município de Princesa/SC. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 6008 - GRAFICA E EDITORA WILLY LTDA - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Imã de geladeira personalizado, tamanho de 8x8 cm, em papel dupla fase, (Campanhas do Conselho Tutelar).	Un	GRAFICA WIL	350,000	1,7000	595,00
2	Cartela para premiação na campanha municipal de notas fiscais do comércio local, em papel 75 gramas/m², tamanho 12 cm x 8cm, em preto e branco, numeradas, data, local e horário do sorteio dos prêmios, a serem marcados pela administração. Bloco com 100 unidades.	Bl	GRAFICA WIL	10,000	19,0000	190,00
3	Cartilhas dos serviços socioassistenciais com 20 páginas cada, tamanho 15cm x20 cm fechada, com capa.	Un	GRAFICA WIL	350,000	4,0000	1.400,00
6	Cartilhas CRAS, com 8 folhas coloridas em papel couchê, 150 gramas, tamanho 15cmx21cm frente e verso.	Un	GRAFICA WIL	200,000	4,2000	840,00
7	Imã de geladeira com a logo do cras e números de telefones 12x8 cm colorido.	Un	GRAFICA WIL	50,000	3,9000	195,00
10	Revista relatório do CRAS, capa no papel triplex 250 gramas, em seleção de cores, parte interna em papel couchê 115 gramas, com 10 páginas coloridas grampeadas.	Un	GRAFICA WIL	25,000	30,0000	750,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 2/ 7

MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Processo Nº.: 36/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2019

Fornecedor: 6008 - GRAFICA E EDITORA WILLY LTDA - ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
11	Bobina p/ impressora portátil. Com dimensões de 104 x 247,650mm. Material: Papel térmico. Para faturas de água, arte a definir.	Un	GRAFICA WIL	200,000	9,5000	1.900,00
12	Guia de referencia odontológica. Tamanho 21cm x 31,5cm impresso frente e verso, papel 75 gramas, bloco com 100 folhas	Un	GRAFICA WIL	1,000	53,5000	53 , 50
15	Folders coloridos, combate ao trabalho infantil, impresso frente e verso, tamanho 30 cm x 20 cm papel couchê 150 gramas.	Un	GRAFICA WIL	100,000	2,4000	240,00
16	Folders coloridos, estatuto da criança e do adolescente, impresso frente e verso, tamanho 30 cm x 20 cm papel couchê 150 gramas.	Un	GRAFICA WIL	100,000	2,4000	240,00
19	Folders coloridos, cadastro único, impresso frente e verso, tamanho 30 cm x 20 cm papel couchê 150 gramas.	Un	GRAFICA WIL	100,000	2,4000	240,00
21	Folders coloridos, conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente, impresso frente e verso, tamanho 30 cm x 20 cm papel couchê 150 gramas.	Un	GRAFICA WIL	50,000	4,0000	200,00
26	Folders coloridos, aposentadoria rural, impresso frente e verso, tamanho 30 cm x 20 cm papel couchê 150 gramas.	Un	GRAFICA WIL	100,000	2,9800	298,00
33	Caderno calendário com espiral, com a logo da SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, medindo 30x20cm, sendo um mês por página, colorido	Un	GRAFICA WIL	5,000	56,0000	280,00
34	Crachá de identificação, colorido, tamanho 11x8cm, com cordão de 60cm, confeccionado em material plástico resistente e durável que conste: o logo da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; foto do servidor; nome do servidor; cargo; registro; lotação; e tipo sanguíneo.	Un	GRAFICA WIL	5,000	35,0000	175,00
35	Atestado médico papel 75 gramas tamanho 11,5 cm x 15,5 cm, bloco com 50 folhas.	BI	GRAFICA WIL	100,000	3,8800	388,00
36	Folha de agendamento de consultas médicas, tamanho 21 cm x 31cm, com 25 folhas, folhas internas com 75 gramas/m², em espiral com capa dura.	BI	GRAFICA WIL	25,000	9,9800	249,50

Fornecedor: 9074 - GRAFICA SANTA LUCIA LTDA - EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	Imã de geladeira, violência contra a mulher, 12 cm x 8 cm colorido.	Un	SANTA LUCIA	200,000	1,9900	398,00
5	Caderno calendário com espiral, com a logo CRAS, medindo 30x20cm, sendo um mês por página, colorido	Un	SANTA LUCIA	10,000	52,9000	529,00
8	Envelope saco 26x36 cm, gramatura 90 gramas/m², personalizado em seleção de cores, logo do Assistência Social	Un	SANTA LUCIA	30,000	7,8000	234,00
9	Folha de Ofício timbrada, formato A4, em seleção de cores em papel 90 gramas, com logo da Assistência Social	Un	SANTA LUCIA	200,000	0,8900	178,00
13	Folders coloridos, valorização da mulher, impresso frente e verso, tamanho 30 cm x 20 cm papel couchê 150 gramas.	Un	SANTA LUCIA	100,000	2,5000	250,00
14	Folders coloridos, combate à violência contra a mulher, impresso frente e verso, tamanho 30 cm x 20 cm papel couchê 150 gramas.	Un	SANTA LUCIA	100,000	2,5000	250,00
17	Folders coloridos, família acolhedora, impresso frente e verso, tamanho 30 cm x 20 cm papel couchê 150 gramas.	Un	SANTA LUCIA	100,000	2,5000	250,00
18	Folders coloridos, benefício de prestação continuada, impresso frente e verso, tamanho 30 cm x 20 cm papel couchê 150 gramas.	Un	SANTA LUCIA	50,000	4,1000	205,00
20	Folders coloridos, programa bolsa família, impresso frente e verso, tamanho 30 cm x 20 cm papel couchê 150 gramas.	Un	SANTA LUCIA	50,000	4,1000	205,00
22	Folders coloridos, SIMASE, impresso frente e verso, tamanho 30 cm x 20 cm papel couchê 150 gramas.	Un	SANTA LUCIA	20,000	7,7000	154,00
23	Folders coloridos, incentivo à documentação (identidade) correta, ligada ao cadastro único, impresso frente e verso, tamanho 30 cm x 20 cm papel couchê 150 gramas.	Un	SANTA LUCIA	30,000	5,1000	153,00
24	Folders coloridos, conselho tutelar, impresso frente e verso, tamanho 30 cm x 20 cm papel couchê 150 gramas.	Un	SANTA LUCIA	50,000	2,9900	149,50
25	Folders coloridos, salário maternidade, impresso frente e verso, tamanho 30 cm x 20 cm papel couchê 150 gramas.	Un	SANTA LUCIA	50,000	4,1500	207,50
27	Cartaz, FAMÍLIA ACOLHEDORA, colorido, tamanho 60x40 cm em papel couchê 150 gramas .	Un	SANTA LUCIA	50,000	11,9900	599,50
28	Cartaz, FLUXOGRAMA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, colorido, tamanho 60x40 cm em papel couchê 150 gramas .	Un	SANTA LUCIA	10,000	27,9800	279,80
29	Cartaz, VALORIZAÇÃO DA MULHER, colorido, tamanho 60x40 cm em papel couchê 150 gramas .	Un	SANTA LUCIA	50,000	11,9900	599,50
30	Cartaz, PROTEÇÃO DOS DIREITOS DOS IDOSOS, colorido, tamanho 60x40 cm em papel couchê 150 gramas .	Un	SANTA LUCIA	30,000	19,9900	599,70

Fornecedor: 9074 - GRAFICA SANTA LUCIA LTDA - EPP

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/ 7

MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Processo N°.: 36/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 20/2019

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
31	Cartaz, INCENTIVO À DOCUMENTAÇÃO (IDENTIDADE) CORRETA, LIGADA AO CADASTRO ÚNICO, colorido, tamanho 60 x40 cm em papel couchê 150 gramas .	Un	SANTA LUCIA	30,000	19,9900	599,70
32	Cartaz, SIMASE, colorido, tamanho 60x40 cm em papel couchê 150 gramas .	Un	SANTA LUCIA	10,000	29,9900	299,90

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 4/ 7

MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA**Processo Nº.: 36/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2019**

instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1 . Compete ao Órgão Gestor :

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6 . Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2 . Compete aos órgãos ou entidades usuárias :

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3 . Compete ao Compromitente Detentor da Ata :

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 5/ 7

MUNICIPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Processo Nº.: 36/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2019

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 6/ 7

MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

Processo N°.: 36/2019

PREGÃO PRESENCIAL N°. 20/2019

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos: a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato; b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia; b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Enjejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não manter a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São José do Cedro/SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Princesa, 1 de Abril de 2019.

Edilson Miguel Volkweis
Prefeito Municipal

Empresas Participantes:

GRAFICA E EDITORA WILLY LTDA - ME

CNPJ: 95.842.548/0001-95

GRAFICA SANTA LUCIA LTDA - EPP

CNPJ: 27.009.696/0001-73

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 01.2019

Publicação Nº 1967306

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 01/2019.

APROVA O PARECER PRÉVIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO, FAVORÁVEL À APROVAÇÃO DAS CONTAS E BALANÇO GERAL DA RECEITA E DESPESA, RELATIVOS AO EXERCÍCIO 2017.

A Câmara de Vereadores de Princesa decreta:

Art. 1º Fica aprovado o Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado, favorável à aprovação das Contas e Balanço Geral da Receita e da Despesa da Prefeitura Município de Princesa, relativos ao Exercício de 2017.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de Princesa, 18 de março de 2019

LEANDRO SCHEIN SILMAR FRANCO

Presidente Vice- presidente

LUCAS THEISEN
1º SECRETARIO

VALTAIR EPPING
2º SECRETÁRIO

DECRETO Nº 94 DE 01.04.2019

Publicação Nº 1968472

DECRETO Nº. 94, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL COMISSIONADO, POR PEDIDO DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

DECRETA:

Art. 1º. EXONERAR, por PEDIDO DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA, a Sra. CARLA RAQUEL H. GOSSENHEIMER, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Princesa, Rua Rio Grande do Sul, Centro, CPF nº. 024.381.329-57, Cargo em Comissão de Diretor Geral de Educação, Grupo/código CC-02, a partir de 01.04.2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 01 de Abril de 2019.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS

Prefeito Municipal

ESTE DECRETO FOI REGISTRADO E
PUBLICADO NA FORMA DA LEI
PRINCESA/SC, 01 DE ABRIL DE 2019
DAIANE PAGNO

DECRETO Nº 96 DE 01.04.2019

Publicação Nº 1969044

DECRETO Nº. 96, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL COMISSIONADO, POR PEDIDO DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

DECRETA:

Art. 1º. EXONERAR, por PEDIDO DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA, o Sr. VITOR LUIS CHRISTANI, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Princesa, Linha Marmeleiro, Interior, CPF nº. 656.497.709-30, Cargo em Comissão de Diretor de Esportes, Grupo/código CC-02, a partir de 01.04.2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 01 de Abril de 2019.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

ESTE DECRETO FOI REGISTRADO E
PUBLICADO NA FORMA DA LEI
PRINCESA/SC, 01 DE ABRIL DE 2019
DAIANE PAGNO

DECRETO Nº. 93 DE 01.04.2019

Publicação Nº 1967317

DECRETO Nº 93, DE 01 DE ABRIL DE 2019.
NOMEIA SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX, X e XI do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Art. 82 da Lei Complementar 024, de 30 de dezembro de 2014 e Lei Complementar nº. 48 de 01 de Dezembro de 2017; e, tendo presentes razões de interesse público, conveniência e oportunidade,

DECRETA

Art. 1º. Fica NOMEADA a Senhora ADRIANE GIRELLI BERWANGER, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de São José do Cedro, portadora do CPF nº. 029.103.549-38, para ocupar o Cargo em Comissão de COORDENADOR DE ATENÇÃO BÁSICA, Grupo/código CC-01, percebendo os vencimentos previstos em Lei, a partir de 01.04.2019.
Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa, SC, em,
01 de Abril de 2019.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal
ESTE DECRETO FOI REGISTRADO E
PUBLICADO NA FORMA DA LEI
PRINCESA/SC, 01 DE ABRIL DE 2019
DAIANE PAGNO

DECRETO Nº. 95 DE 01.04.2019

Publicação Nº 1968612

DECRETO Nº. 95, DE 01 DE ABRIL DE 2019.
EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL COMISSIONADO, POR PEDIDO DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

DECRETA:

Art. 1º. EXONERAR, por PEDIDO DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA, a Sra. EDELI D. BOLGENHAGEN, brasileira, casada, residente e domiciliada no Município de Princesa, Estrada de acesso à Linha Marmeleiro, Centro, CPF nº. 047.630.079-71, Cargo em Comissão de Diretor de Terceira Idade, Grupo/código CC-02, a partir de 01.04.2019.
Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 01 de Abril de 2019.
EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

ESTE DECRETO FOI REGISTRADO E
PUBLICADO NA FORMA DA LEI
PRINCESA/SC, 01 DE ABRIL DE 2019
DAIANE PAGNO

DECRETO N°. 97 DE 01.04.2019

Publicação N° 1969059

DECRETO N°. 97, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

EXONERA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL COMISSIONADO, POR PEDIDO DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e XI do Artigo 69, da Lei Orgânica Municipal e demais legislações vigentes:

DECRETA:

Art. 1º. EXONERAR, por PEDIDO DE DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA, o Sr. PAULO ANDRÉ LOCH, brasileiro, casado, residente e domiciliado no Município de Princesa, Linha Vista Alta, Interior, CPF nº. 016.323.759-07, Cargo em Comissão de Diretor de Agricultura, Grupo/código CC-02, a partir de 01.04.2019.

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 01 de Abril de 2019.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS
Prefeito Municipal

ESTE DECRETO FOI REGISTRADO E
PUBLICADO NA FORMA DA LEI
PRINCESA/SC, 01 DE ABRIL DE 2019
DAIANE PAGNO

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 45/2019 - PM, MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO 12/2019 - PM

Publicação N° 1968475

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 45/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 12/2019-PM

OBJETO

Aquisição de equipamentos de informática (switch smart, filtro de linha, dentre outros), para a sala onde está localizado o servidor de dados do Centro Administrativo de Princesa/SC.

JUSTIFICATIVA

A aquisição se faz necessária devido ao vazamento de água na laje da prefeitura molhando todos os arquivos, servidor de dados, monitor, teclado e mouse que estavam na sala, ocasionando vários danos. Em razão de emergência e necessidade de ter os sistemas operando normalmente, é necessária fazer um processo de Dispensa de Licitação.

Princesa, 01 de abril de 2019.

Claudinei P. Morsch Secretário de Administração e Fazenda	

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Alessandra C. dos Santos Membro	Marciele C. Bruder Membro
----------------------------------	------------------------------------	------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 45/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 12/2019-PM

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Para fundamentar e justificar o presente pedido de dispensa de licitação é possível basear-se no disposto no art. 24, IV, da Lei 8.666/93 que dispõe:

Art. 24. É dispensável a licitação:

IV - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

Princesa, 01 de abril de 2019.	
Claudinei P. Morsch Secretário de Administração e Fazenda	

COMISSÃO DE LICITAÇÕES

Michele C. Kunzler Presidente	Alessandra C. dos Santos Membro	Marciele C. Bruder Membro
----------------------------------	------------------------------------	------------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRINCESA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 45/2019-PM

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 12/2019-PM

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR E JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Identificada a necessidade pela Secretaria requerente, buscou-se no mercado por empresas/profissional que atuassem em área compatível. Dessa forma, encontrou-se a empresa JOSEMAR ANTONIO KINSEL, inscrita no CNPJ 28.777.007/0001-33, com sede na Avenida Salgado Filho, nº 1190, sala 01, Centro, São José do Cedro/SC.

A mesma possui objeto social de comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, sendo compatível com o objeto da presente contratação. O preço também está pertinente ao objeto, haja vista que foi realizada pesquisa de mercado com outros fornecedores do ramo, conforme mapa comparativo de preços. Os itens deverão ser fornecidos conforme abaixo discriminado:

Para custear as despesas desta dispensa de licitação, será usada a seguinte dotação orçamentária:

Princesa, 01 de abril de 2019.		
Claudinei P. Morsch Secretário de Administração e Fazenda		
COMISSÃO DE LICITAÇÕES		
Michele C. Kunzler Presidente		
Alessandra C. dos Santos Membro		
Marciele C. Bruder Membro		

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PRINCESA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 45/2019-PM

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 12/2019-PM

ENCAMINHAMENTO

Encaminhamos ao Sr. Edilson Miguel Volkweis, Prefeito Municipal de Princesa, para ratificação, a contratação da empresa JOSEMAR ANTONIO KINSEL, inscrita no CNPJ 28.777.007/0001-33, com sede na Avenida Salgado Filho, nº 1190, sala 01, Centro, São José do Cedro/SC.

A mesma possui objeto social de comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática, sendo compatível com o objeto da presente contratação. O preço também está pertinente ao objeto, haja vista que foi realizada pesquisa de mercado com outros

fornecedores do ramo, conforme mapa comparativo de preços. Os itens deverão ser fornecidos conforme abaixo discriminado:

Para custear as despesas desta dispensa de licitação, será usada a seguinte dotação orçamentária:

Princesa, 01 de abril de 2019.		
Claudinei P. Morsch Secretário de Administração e Fazenda		
COMISSÃO DE LICITAÇÕES		
Michele C. Kunzler Presidente		
Alessandra C. dos Santos Membro		
Mariele C. Bruder Membro		

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PRINCESA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO LICITATÓRIO N. 45/2019-PM
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 12/2019-PM

RATIFICAÇÃO

Considerando a exposição de motivos contida neste documento simultaneamente à constatação do alto e relevante interesse público social e municipal, com base no inciso V, do art. 24, da Lei 8.666/93, RATIFICO este PROCESSO LICITATÓRIO N. 45/2019-PM, DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 12/2019-PM e AUTORIZO a efetiva realização da despesa, conforme fundamento nos autos supra invocados.

Princesa, 01 de abril de 2019.

Edilson Miguel Volkweis Prefeito Municipal de Princesa		

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 45/2019 - PM, MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO 12/2019 - PM

Publicação Nº 1968483

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/19
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 45/19
HOMOLOGAÇÃO: 01/04/19

CONTRATADO: JOSEMAR ANTONIO KINZEL 05430922919

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PRINCESA - PREFEITURA

OBJETO: Aquisição de equipamentos de informática (switch smart, filtro de linha, dentre outros), para a sala onde está localizado o servidor de dados do Centro Administrativo de Princesa/SC. VALOR DA DESPESA: R\$ 3.315,00 (três mil trezentos e quinze reais)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso IV da Lei de Licitações.

DATA: 01/04/19 - EDILSON MIGUEL VOLKWEIS - Prefeito Municipal

EXTRATO DO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 44/2019 - PM, MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 25/2019 - PM

Publicação Nº 1967909

MUNICÍPIO DE PRINCESA/SC
Processo Licitatório 44/2019-PM
Pregão Presencial 25/2019-PM

O Município de PRINCESA/SC torna público que realizará licitação, na modalidade Pregão Presencial, com entrega parcelada, do tipo Menor Preço por item cujo objeto é "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura AQUISIÇÃO DE PAPEL SULFITE A4 que será utilizado por todas as secretarias do Município de Princesa/SC no decorrer do ano de 2019." A realização da sessão pública ocorrerá na sede da Prefeitura Municipal, situada na Rua Rio Grande do Sul, 545, Centro – Princesa/SC no dia 15 de abril de 2018, às 08h00min. Cópia do edital e maiores informações podem ser obtidas/solicitadas no endereço citado, pelo telefone (49) 3641.0059, pelo e-mail compras@princesa.sc.gov.br ou no endereço eletrônico www.princesa.sc.gov.br. Princesa/SC, 01 de abril de 2019. Edilson Miguel Volkweis – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 61 DE 01.04.2019

Publicação Nº 1967346

PORTARIA Nº. 61 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art. 110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias, a servidor abaixo relacionado, conforme período aquisitivo e período de gozo em anexo.

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
GUSTAVO MANTOVANI	OPERADOR DE EQUIPAMENTOS	02.12.2016 a 01.12.2017	01.04.2019 à 30.04.2019

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 01 de Abril de 2019.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E

PUBLICADA NA FORMA DA LEI

PRINCESA/SC, 01 DE ABRIL DE 2019

DAIANE PAGNO

PORTARIA Nº. 60 DE 01.04.2019

Publicação Nº 1967338

PORTARIA Nº. 60 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas nos incisos IX e X, do artigo 69 da Lei Orgânica do Município; combinado com o Capítulo IV, Art. 110 da Lei Complementar nº. 022, de 30 de Dezembro de 2014.

RESOLVE

Art. 1º. CONCEDER, 30 (trinta) dias de férias, a servidora abaixo relacionada, conforme período aquisitivo e período de gozo em anexo.

Servidor	Cargo	Período aquisitivo	Período de gozo
NULCE C. ANGLER	CONSELHEIRO TUTELAR	08.02.2018 a 07.02.2019	08.04.2019 à 07.05.2019

Art. 2º. As despesas decorrentes da aplicação desta Portaria correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Princesa (SC),
em 01 de Abril de 2019.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

ESTA PORTARIA FOI REGISTRADA E

PUBLICADA NA FORMA DA LEI

PRINCESA/SC, 01 DE ABRIL DE 2019

DAIANE PAGNO

Quilombo

PREFEITURA

DECRETO Nº 076/2018 – DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1968733

DECRETO Nº 076/2018 – DE 01 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA A CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, INSTITUÍDA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 023/2019, DE 06 DE FEVEREIRO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com os Artigos 124 Lei Complementar Municipal nº. 032 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município, de 05 de dezembro de 2001,

Considerando o Ofício n.º 03/2019, protocolado junto a municipalidade sob o n.º 4529, de 01 de abril de 2019,

Considerando o artigo 2º do Decreto Municipal nº 023/2019, de 06 de fevereiro de 2019,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o prazo para conclusão dos trabalhos da presente comissão de processo administrativo disciplinar, para mais 60 (sessenta) dias.

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 01 de abril de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em __/04/2019

Lei Municipal 1087/1993

Adriano João Boaretto

Funcionário Designado

DECRETO Nº 077/2019 – DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1968737

DECRETO Nº 077/2019 – DE 01 DE ABRIL DE 2019.

DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DO DECRETO Nº 023/2019, DE 06 DE FEVEREIRO 2019.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, usando de competência privativa que lhe confere o Inciso IX, do Art. 65 da Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Decreto nº 075/2019, de 29 de março de 2019, que nomeou a Sra. Alcione Maria Bevilacqua, para o cargo em comissão de Secretária Interina de Educação, Cultura e Esportes,

DECRETA:

Art.1º Fica alterado o Parágrafo Único do Artigo 1º do Decreto nº 023/2019, de 06 de fevereiro de 2019, que passará a vigorar com a seguinte redação:

I. Joelson de Quadros Moreira – Presidente;

II. Edson Savoldi – Membro;

III. Rosangela Basi Girotto – Membro;

IV. Jamal Aptel Jabbar Amer – Membro, e;

V. Ivomar Panição – Membro;

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, em 01 de abril de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicado

Em __/04/2019.

Lei Municipal nº 1087/1993

Adriano João Boaretto
Funcionário Designado

PORTARIA Nº 0143/2019 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1968045

PORTARIA Nº 0143/2019 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019.

DESIGNA CONSELHEIROS TUTELARES PARA ATUAR EM REGIME DE PLANTÃO DURANTE AS FESTIVIDADES CARNAVALESCAS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso IX do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo/SC;
Considerando o disposto no Artigo 18 da Lei Complementar n.º 032 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de 05 de dezembro de 2001;

Considerando o inciso XIV do art. 65 e o §3º do art. 72, da Lei Municipal nº 2506/2015, de 26 de março de 2015; e,
Considerando o art. 9º, Portaria nº 104/2018, expedida pelo Comarca do Foro de Quilombo,
Considerando a Escala de Plantões do Conselho Tutelar para o carnaval 2019, protocolada junto a municipalidade sob o nº 4352/2019, de 28 de fevereiro de 2019
RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os Conselheiros Tutelares Municipais abaixo identificados, em cumprimento a o art. 9º, Portaria nº 104/2018, expedida pelo Comarca do Foro de Quilombo, para fim de fiscalização durante as festividades carnavalescas, que ocorrerão entre os dias 02 à 05 de março de 2019, na Praça Municipal Hélio Antônio Faresin, no Município de Quilombo, conforme segue:

Eliane Maria Garbin;
Loreni Santo de Moraes Romanzini;
Ilze Salette Maschio
Sidnei Marcos Scatolin.

Art. 2º Os referidos Conselheiros Tutelares atuarão durante a realização do evento.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Executivo Municipal, 28 de fevereiro de 2019.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0139/2019 - DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1967989

PORTARIA Nº. 0139/2019 - DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, ao Servidor Público Municipal, Elizandro Marcos Marmentini, (20118) ocupante do cargo de Professor de Educação Física, no dia 01 de março de 2019, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 4343, de 27 de fevereiro de 2019.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas do referido servidor será de 188h23min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de fevereiro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Cahise

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0140/2019 - DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1967990

PORTARIA Nº. 0140/2019 - DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Daniela Brites de Oliveira, (20262) ocupante do cargo de Diretor de Departamento, no dia 27 de fevereiro de 2019, período vespertino, para realizar exames médicos, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 4336, de 26 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 01 de março de 2019, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de fevereiro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0141/2019 - DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1968032

PORTARIA Nº. 0141/2019 - DE 27 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Sandra Steffens, (1731) ocupante do cargo de Pedagoga, no dia 28 de fevereiro de 2019, para realizar exames médicos, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 4335, de 26 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 04 de março de 2019, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao

consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 27 de fevereiro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0144/2019 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1968047

PORTARIA Nº. 0144/2019 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Marta Maschio, (20230) ocupante do cargo de Assessor de Secretaria Municipal, por determinação médica e conforme atestados, pelo período de 03 (três) dias, de 26 a 28 de fevereiro 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de fevereiro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0145/2019 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1968048

PORTARIA Nº. 0145/2019 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Rosa Maria Tessaro De Bortoli, (762/763) ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, por determinação médica e conforme atestados, pelo período de 05 (cinco) dias, de 27 de fevereiro a 03 de março 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de fevereiro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0147/2019 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1968053

PORTARIA Nº. 0147/2019 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Ana Paula Marsaro, (19850), ocupante do cargo de Professora de Educação Física, no dia 28 de fevereiro, no período vespertino e no dia 01 de março de 2019, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 4349, de 28 de fevereiro de 2019.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 415h52min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de fevereiro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0148/2019 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1968055

PORTARIA Nº. 0148/2019 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Dilvete Maria Zanatto Variani, (547/632) ocupante do cargo de Professora do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 01 de março de 2019, período matutino, para realizar procedimento odontológico, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 4330, de 26 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 07 de março de 2019, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado

como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de fevereiro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0149/2019 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1968056

PORTARIA Nº. 0149/2019 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Margarete Maria Pansera Molon, (1349) ocupante do cargo de Agente de Saúde Pública, no dia 01 de março de 2019, período vespertino, para realizar procedimento médico, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 4356, de 28 de fevereiro de 2019.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 07 de março de 2019, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de fevereiro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0151/2019 - DE 01 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1968059

PORTARIA Nº. 0150/2019 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 60, Capítulo III da Lei Complementar nº. 32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001 e conforme Requerimento sob protocolo nº 4348, de 28 de fevereiro de 2019.

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FÉRIAS a servidora pública municipal Suelen Bigolin Barbosa, do dia 04 a 08 de março de 2019, em compensação aos

dias que foram suprimidos devido a Portaria nº 744/2018 - de 14 de junho de 2018, restando a partir desta data um saldo de 05 (cinco) dias de férias a serem gozados posteriormente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de fevereiro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0152/2019 - DE 01 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1968062

PORTARIA Nº. 0152/2019 - DE 01 DE MARÇO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e do Art.10 do Decreto Municipal nº023/2017 de 24 de janeiro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES, à Servidora Pública Municipal, Eleni Segala Farias, (20207), ocupante do cargo de Professor(a) de Educação infantil, no dia 01 de março de 2019, período vespertino, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 4366, de 01 de março de 2019.

Parágrafo Único. Em atendimento ao disposto no caput deste artigo o saldo do banco de horas da referida servidora será de 415h52min.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 01 de março de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise

Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0153/2019 - DE 01 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1968064

PORTARIA Nº. 0153/2019 - DE 01 DE MARÇO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Maria de Lourdes Campgnolo, (20066/20197) ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, por determinação médica e conforme atestados, pelo período de 02 (dois) dias, de 01 e 02 de março 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 01 de março de 2019.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0155/2019 - DE 04 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1968076

PORTARIA Nº. 0155/2019 - DE 04 DE MARÇO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, à Servidora Pública Municipal, Joari José Picinici, (19915) ocupante do cargo de Motorista, no dia 06 de março de 2019, período vespertino, para realizar procedimento médico, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 4374, de 04 de março de 2019.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, a servidora deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 08 de março de 2019, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que a Servidora tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 04 de março de 2019.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em ____/____/_____
Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0156/2019 - DE 06 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1968077

PORTARIA Nº. 0156/2019 - DE 06 DE MARÇO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Patricia Grieser, (20270) ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, por determinação médica e conforme atestados, pelo período de 10 (dez) dias, de 06 a 15 de março 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 06 de março de 2019.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0157/2019 - DE 06 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1968139

PORTARIA Nº. 0157/2019 - DE 06 DE MARÇO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Magali Salete Dalmaz, (20220) ocupante do cargo de Assessor de Secretaria Municipal, por determinação médica e conforme atestados, no dia 04 de março 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 06 de março de 2019.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0158/2019 - DE 06 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1968143

PORTARIA Nº. 0158/2019 - DE 06 DE MARÇO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Cleci Salete Dallagnese (534/764), ocupante do cargo Professora de Ensino Fundamental, por determinação médica e conforme atestados, pelo período de 03 (três) dias, de 06 a 08 de março 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 06 de março de 2019.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ____/____/____

Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0159/2019 - DE 06 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1968147

PORTARIA Nº. 0159/2019 - DE 06 DE MARÇO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ÀO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE ao Servidor Público Municipal, Fabio Ferreira Terres (19922), ocupante do cargo operador de Maquins, por determinação médica e conforme atestados, no dia 04 de março 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 06 de março de 2019.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0161/2019 - DE 07 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1968155

PORTARIA Nº. 0161/2019 - DE 07 DE MARÇO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Daniela Brites de Oliveira, (20262) ocupante do cargo de Diretor de Departamento, por determinação médica e conforme atestado, por 03 (três) dias, de 06 a 08 de março de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 07 de março de 2019.

SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise
Funcionária Designada

PORTARIA Nº. 0162/2019 - DE 07 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1968255

PORTARIA Nº. 0162/2019 - DE 07 DE MARÇO DE 2019.

CONCEDE DISPENSA DO TRABALHO PARA REALIZAR CONSULTA MÉDICA AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER DISPENSA DE SUAS ATIVIDADES, ao Servidor Público Municipal, João Carlos Dalla Costa, (1055/1056) ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), no dia 08 de março de 2019, no período vespertino, para realizar procedimento odontológico, conforme Requerimento sob Protocolo Nº 4275, de 06 de março de 2019.

Art. 2º Em atendimento ao disposto no Art. 1º, o servidor deverá apresentar junto ao Setor de Recursos Humanos, até o dia 12 de março de 2019, documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), referente sua presença junto ao consultório/hospital/clínica em questão;

Parágrafo Único Se decorrido o prazo estabelecido no caput deste artigo, sem que o Servidor tenha efetivado a apresentação/entrega do(s) documento(s) comprobatório(s) (Atestado Médico/Declaração Médica ou da Instituição Médica), o período mencionado será considerado como falta e o(s) mesmo(s) será(ão) descontado da sua remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 07 de março de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise

Funcionário Designado

PORTARIA Nº. 0163/2019 - DE 07 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1968260

PORTARIA Nº. 0163/2019 - DE 07 DE MARÇO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Inciso XIII do Artigo 65 da Lei Orgânica do Município de Quilombo e de conformidade com a Lei Federal nº. 8.213/91 § 3º do Art. 60 - de 24 de julho de 1991;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE à Servidora Pública Municipal, Leonides Rossetto Seganfredo, (1342) ocupante do cargo de Professor de Ensino Fundamental, por determinação médica e conforme atestado, por 03 (três) dias, de 06 a 08 de março de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 07 de março de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em ___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise

Funcionária Designada

PORTARIA Nº.0142/2019 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1968039

PORTARIA Nº.0142/2019 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 83 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS aos servidores públicos municipais abaixo relacionados, para gozo no período de 01 de março de 2019 a 30 de março de 2019, conforme segue:

Período Aquisitivo:

Maria Elena Lima Prior (20177) 10/01/2018 a 09/01/2019
Rafael Jocie Bevilaqua (19869) 01/04/2017 a 31/03/2018
Catia Regina Backes Dezordi (1862) 17/03/2016 a 16/03/2017
Margarete Sotoriva (2037) 07/01/2018 a 06/01/2019

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de fevereiro de 2019.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise
Funcionária Designada

PORTARIA Nº.0150/2019 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1968058

PORTARIA Nº.0150/2019 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 60, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001 e conforme Requerimento sob protocolo nº 4348, de 28 de fevereiro de 2019.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS a servidora pública municipal Suelen Bigolin Barbosa, do dia 04 a 08 de março de 2019, em compensação aos dias que foram suprimidos devido a Portaria nº 744/2018 - de 14 de junho de 2018, restando a partir desta data um saldo de 05 (cinco) dias de férias a serem gozados posteriormente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da assinatura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de fevereiro de 2019.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise
Funcionária Designada

PORTARIA Nº.0154/2019 - DE 01 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1968066

PORTARIA Nº.0154/2019 - DE 01 DE MARÇO DE 2019.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 83 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal abaixo relacionados, para gozo no período de 01 de março de 2019 a 30 de março de 2019, conforme segue:

Período Aquisitivo:

Vanderlei Nunes (1707) 01/03/2018 a 28/02/2019

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 01 de março de 2019.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise
Funcionária Designada

PORTARIA Nº.0160/2019 - DE 07 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1968151

PORTARIA Nº.0160/2019 - DE 07 DE MARÇO DE 2019.
CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE MENCIONA.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso IX, do Artigo 83 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Título III, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal abaixo relacionados, para gozo no período de 01 de março de 2019 a 30 de março de 2019, conforme segue:

Período Aquisitivo:

Edgar Doris Berlanda (1275) 01/03/2018 a 28/02/2019

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, 07 de março de 2019.
SILVANO DE PARIZ
Prefeito Municipal

Registrada e Publicada
Em___/___/_____
Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise
Funcionária Designada

PORTARIA Nº.146/2019 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019.

Publicação Nº 1968052

PORTARIA Nº.146/2019 - DE 28 DE FEVEREIRO DE 2019.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Quilombo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o Inciso XIII, do Artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o disposto no Art. 60, Capítulo III da Lei Complementar nº.32 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de 05 de dezembro de 2001 e conforme Requerimento sob protocolo nº 3663, de 02 de outubro de 2018,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER FÉRIAS ao servidor público municipal Rildo José Beber, (117) no dia 28 de fevereiro DE 2019 período vespertino e 01 de março de 2019 período vespertino, em compensação aos dias que foram suprimidos devido a Portaria Nº006/2018 - de 03 de janeiro de 2018, restando a partir da execução desta, o saldo de 09(nove) dias e 04(quatro) horas, de férias a serem gozados posteriormente.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, 28 de fevereiro de 2019.

SILVANO DE PARIZ

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada

Em___/___/___

Lei Municipal 1087/1993

Bruna Pinheiro Chaise

Funcionário Designado

Rancho Queimado

PREFEITURA

DECRETO Nº 2467_2019 RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO 01-2019 (3)

Publicação Nº 1968637

DECRETO Nº 2.467/2019, de 28 de março de 2019

CLASSIFICAÇÃO FINAL PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N.º 001/2019.

CLECI APARECIDA VERONEZI, Prefeita Municipal de Rancho Queimado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Torna-se público para o conhecimento dos interessados que não houve recursos contra a Classificação Provisória, desta forma homologo a Classificação Final do Processo Seletivo Público n.º 001/2019, conforme ANEXO I desde Decreto, informando o Cargo, a posição na classificação, nome e número de inscrição dos candidatos, notas finais e a situação final.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Registra-se e publique-se no Mural da Prefeitura de Rancho Queimado e nos locais de Costume.

Rancho Queimado/SC, 28 de março de 2019

CLECI APARECIDA VERONEZI

Prefeita de Rancho Queimado

ANEXO I – DECRETO 2.467/2019

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 001/2019

CLASSIFICAÇÃO FINAL

CIRURGIÕES-DENTISTAS ENDODONTISTAS				
Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Nota final	Situação final
1	1431022	Filipe Colombo Vitali	6,90	Aprovado
2	1432799	Eloise Nathalia Ruschel	5,60	Aprovado
3	1433029	Tatiana Elisa Santos Do Nascimento Da Silva	5,00	Aprovado
CIRURGIÕES-DENTISTAS PERIODONTISTAS				
Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Nota final	Situação final
-	1432484	Evaldo Monteiro	3,70	Reprovado
FISIOTERAPEUTA				
Clas.	Nº INSC	CANDIDATO	Nota final	Situação final
-	1432997	Janete Pinto De Lima Dos Santos	4,80	Reprovado
-	1428711	Sabryna Back Weiss	4,40	Reprovado
-	1432494	Karoline Duarte Sombra	4,10	Reprovado
-	1433862	Bruna Cristina Backes	3,60	Reprovado
-	1426776	Maiara Dias	3,40	Reprovado
-	1433466	Karine Silva Mota	3,20	Reprovado
-	1427476	Miguel Dos Santos	2,70	Reprovado

Rio das Antas

IPRERIO - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE RIO NEGRINHO

BALANCETE FINANCEIRO FEVEREIRO 2019

Publicação Nº 1967659

Pág 1 / 2

IPRERIO-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIO NEGRINHO
Prestação de Contas
Balancete Financeiro
Período de Referência: Fevereiro / 2019



BALANÇO FINANCEIRO		
INGRESSOS		
	Nota	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)		1.814.782,65
Ordinária		1.814.782,65
Vinculada		0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
Recbimentos Extraorçamentários (III)		143.103,80
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		29.968,02
Inscrição de Restos a Pagar Processados		(6.381,48)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		119.517,26
Outros Recbimentos Extraorçamentários		0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		126.946.188,25
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.563.018,26
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		125.383.169,99
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		128.904.074,70

DISPÊNDIOS		
	Nota	Exercício Atual
Despesa Orçamentária (VI)		718.060,28
Ordinária		718.060,28
Vinculada		0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		122.764,88
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		122.764,88
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		128.063.249,54

Identificador: WPR1491103-1731-HWFK-291565211 - Emitido por: LUCIENE MARIA KWITSCHAL

IPM Sistemas Ltda
Atende Net - WPR v.2013.01

29/03/2019 13:20:11 -03:00

Pág 2 / 2

IPRERIO-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIO NEGRINHO

Prestação de Contas

Balancete Financeiro

Período de Referência: Fevereiro / 2019



DISPÊNDIOS		
	Nota	Exercício Atual
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.565.653,61
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo		126.497.595,93
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		128.904.074,70

Notas Explicativas

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM, Unidade Responsável IPRERIO-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIO NEGRINHO, Data Emissão 29/03/2019, Hora emissão 13:20:30

Notas:

EDGAR ANTON
Dirigente Entidade/Previdência

LUCIENE MARIA KWITSCHAL
Contador
CRC/SC 017498/O-0

IPM Sistemas Ltda
Atende.Net - WPR v:2013.01

Identificador: WPR1491103-1731-HWFK-291565211 - Emitido por: LUCIENE MARIA KWITSCHAL

29/03/2019 13:20:11 -03:00

Rio do Campo

PREFEITURA

CONTRATO 13 2019

Publicação Nº 1968209

Contrato Nº : 13/2019

Contratante : MUNICÍPIO DE RIO DO CAMPO

Contratada : MITRA DIOCESANA DE RIO DO SUL

Objeto : O objeto do presente contrato é a locação de imóvel edificado com uma construção de alvenaria, situado na Rua Marcolino Back, Bairro Floresta, Município de Rio do Campo - SC, conforme área e confrontações constantes na Certidão de Registro de Imóveis de Rio do Campo, matrícula nº 4.521 do Livro nº 2, e inscrição imobiliária nº 01.01.015.0199.001.

Vigência : Início: 01/04/2019 Término: 31/12/2019

Assinatura : 01/04/2019

Valor R\$: 6.300,00 (Seis Mil e Trezentos Reais)

Rio do Oeste

PREFEITURA

DECRETO_2425_HORARIO_FUNCIONAMENTO

Publicação Nº 1967626

DECRETO Nº 2.425, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Dispõe sobre o horário de funcionamento da Prefeitura Municipal de Rio do Oeste, suas secretarias e demais órgãos que a compõe, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o §1º do Art. 30 da Lei Complementar Nº 021/2006 e Inciso XIV do Art. 7º da Constituição Federal;

DECRETA:

Art. 1º O horário de expediente das repartições públicas vinculadas ao Município de Rio do Oeste, nas áreas que se dedicam ao exercício das atividades administrativas, passa a funcionar obedecendo ao expediente das 08h às 12h e das 13h30 às 17h30.

Art. 2º Fica mantido o horário de expediente e atendimento ao público nas unidades vinculadas à Secretaria de Saúde e Assistência Social, incluindo CRAS e Departamento de Assistência Social, qual seja das 07h30 às 12h e das 13h30 às 17h.

Art. 3º Fica mantido o horário de expediente e atendimento ao público do Conselho Tutelar, qual seja das 07h30 às 11h30 e das 13h30 às 17h30.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos a partir de primeiro de abril do corrente ano.

Rio do Oeste - SC, 01 de abril de 2019.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito de Rio do Oeste

Este Decreto foi registrado no Diário Oficial dos Municípios em 01/04/19.

FLÁVIO MALIKOSKI

Secretário de Administração e Finanças

PROCESSO 037/2019 - EPAGRI

Publicação Nº 1967977

MUNICÍPIO DE RIO DO OESTE – INEXIGIBILIDADE Nº 005/2018 – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 037/2018. OBJETO: Contratação dos serviços da Empresa de Pesquisas Agropecuárias e Extensão Rural de Santa Catarina S/A – EPAGRI. Contratado: Empresa de Pesquisas Agropecuárias e Extensão Rural de Santa Catarina S/A – EPAGRI. inscrita no CNPJ sob o nº 83.052.191/0027-00. Valor Global: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Fundamento Jurídico: Art.25 "caput" e Art. 24, Inciso VIII da Lei Nº 8.666/93. Justificativa: Inviabilidade de Competição. Dotação Orçamentária: 04.401.2030.33903979.1000001 referente ao orçamento de 2019. A íntegra do Edital está disponível no site: riodooeste.atende.net, no link "consulta de licitações". Mais informações através do telefone (47) 3543 – 0261.

Rio do Oeste/SC, 01 de abril de 2018.

HUMBERTO PESSATTI

Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA MESA 2019

Publicação Nº 1967209

ATO DA MESA DIRETORA

A Vereadora JUDITE MOSER PISETTA, Presidente em Exercício, o Vereador VANDERLEI MOSER, 1º Secretário e o Vereador ODILO VANDERLINDE, 2º Secretário, no uso de suas atribuições regimentais, com fundamento no art. 22 cumulado com art. 23, art. 29 e art. 105 do Regimento Interno e:

Considerando que o Presidente desta Augusta Casa Legislativa, Sr. VALÍRIO HAVERROTH, se encontra internado no Hospital Santa Isabel na cidade de Blumenau/SC há mais de 15 (quinze) dias, conforme atestado médico que ora se anexa;

Considerando que o art. 29 do Regimento Interno prevê que o Vice-Presidente substituirá o Presidente em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças, ficando, nas duas últimas hipóteses, investido na plenitude das respectivas funções;

Considerando que o art. 105 prevê que estando o Vereador impossibilitado física ou mentalmente de subscrever a comunicação de licença para tratamento de saúde, caberá ao presidente da Câmara declará-lo licenciado, mediante comunicação escrita do Líder de Bancada, devidamente instruída por atestado médico;

Considerando que o art. 22, XV do Regimento Interno também prevê que caberá ao Presidente conceder licença aos Vereadores nos casos previstos nos incisos I a III do art. 16 da Lei Orgânica;

Considerando que o art. 23 do Regimento Interno prevê que para ausentar-se do Município por mais de quinze dias, o Presidente deverá necessariamente, licenciar-se, na forma regimental, salvo quando em missão de caráter oficial;

Considerando a necessidade urgente do setor contábil e de controle interno darem andamento nos procedimentos junto ao e-Sfinge com prazo até dia 30 (trinta) do corrente mês e que para tanto é necessária à assinatura com Token do ordenador da despesa;

Declaram o Vereador Valírio Haverroth licenciado para tratamento de saúde por tempo indeterminado, conforme atestado médico anexo e, diante da impossibilidade, do mesmo, para a execução dos atos administrativos diários do Poder Legislativo, fica a Vereadora Judite Moser Pisetta investida na plenitude das respectivas funções de Presidente até que o Vereador Valírio Haverroth retorne para a Casa Legislativa.

Este ato produz efeitos a partir da presente data.

Rio do Oeste, 26 de março de 2019.

JUDITE MOSER PISETTA VANDERLEI MOSER ODILO VANDERLINDE

Presidente em Exercício 1º Secretário 2º Secretário

PORTARIA Nº 014/2019

Publicação Nº 1967642

PORTARIA Nº 014/2019, de 29 de março de 2019

“ESPECIFICA ATRIBUIÇÕES DE TESOURARIA”

A PRESIDENTE em Exercício da Câmara Municipal de Vereadores de Rio do Oeste, no uso de suas atribuições legais e regimentais, de acordo com o Art. 25, II, da Lei Orgânica Municipal...

Considerando o Ato da Mesa Diretora do dia 26 de março de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o Vereador Vanderlei Moser, para responder pelos serviços de Tesouraria da Câmara Municipal, controlando saldos bancários, assinando cheques e ordens de pagamento juntamente com o Presidente, e cumprindo as atribuições pertinentes que lhe forem delegadas.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir da presente data.

Rio do Oeste, 29 de março de 2019

JUDITE MOSER PISETTA

Presidente em Exercício

CIENTE:

Vanderlei Moser

Publicado no DOM/SC _____

Publicado no Mural _____

Assinatura:

Rio do Sul

PREFEITURA

PAUTA DE SORTEIO Nº 005/2019

Publicação Nº 1967525

CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL – SC

Pauta de Sorteio Nº 005/2019

Leonice Witte, Secretária Geral do Conselho Municipal de Contribuintes de Rio do Sul, no uso das obrigações definidas no inciso I do art. 7º do Regimento Interno do Conselho e de acordo com o previsto no art. 16 do mesmo instrumento legal, torna público que o Conselho Municipal de Contribuintes estará reunido em Sessão Extraordinária no dia 08 de Abril de 2019, às 08hs00min no Plenário da Câmara de Vereadores, sito 2º andar do prédio Central da Prefeitura Municipal, para realização do sorteio de distribuição dos seguintes Recursos Ordinários:

Número do Protocolo: Protocolo Nº 170840/2018
Nome do Recorrente: Victor Max Probst
Nº do Recurso Ordinário: 004/2019

Número do Protocolo: Protocolo Nº 164688/2017
Nome do Recorrente: Ari Fronza
Nº do Recurso Ordinário: 003/2019

Rio do Sul, 29 de Março de 2019.

LEONICE WITTE
Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

ANDRE LUCIANO DE SOUZA - 4º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1967663

4º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 27/2018, firmado em 15/01/2018, com término previsto para 14/12/2018.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANDRE LUCIANO DE SOUZA, portador(a) do CPF nº 701.352.239-20, na qualidade de Contratado(a), celebram o 4º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 27/2018, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 27/2018, iniciando-se a prorrogação em 15/12/2018 e encerrando-se em 20/03/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 20/03/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	ANDRE LUCIANO DE SOUZA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 059/2019

Publicação Nº 1967820

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 059/2019

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA PÚBLICA, pelo regime de Execução Indireta, Empreitada por Preço Unitário do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, objetivando a contratação de empresa especializada para a execução (fornecimento de materiais e mão de obra) do muro de contenção e pavimentação do estacionamento da Creche Tipo I – Bairro Barragem, em Rio do Sul/ SC, conforme projeto básico e demais anexos deste edital, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, Lei 123/2006 e alterações posteriores, Código Civil Brasileiro e demais legislações aplicáveis à matéria.

O edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos poderão fazê-lo pelo site: www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento - licitações ou pelos endereços eletrônicos: jose.deola@riodosul.sc.gov.br / odirlei.farinea@riodosul.sc.gov.br.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 13h30min do dia 06/05/2019, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 14h00min do dia 06/05/2019, na Sala de Licitações do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 22 de março de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

JANARA APARECIDA MAFRA

Secretária de Educação

CRISTIANE NIENKOTTER PARMA - 1º TERMO ADITIVO

Publicação Nº 1967971

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 037/2019, firmado em 24/01/2019, com término previsto para 06/03/2019.

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr(a). Alexandre Matos Pereira, na qualidade de Secretário Municipal de Administração e Fazenda, com delegação de competência previsto no Decreto nº 6053 de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto nº 6070 de 06 de março de 2017, doravante denominado contratante, e de outro lado o(a) Sr(a) CRISTIANE NIENKOTTER PARMA, portador(a) do CPF nº 073.467.209-89, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 037/2019, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do Objeto

Altera a Cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do Prazo de Vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 037/2019, iniciando-se a prorrogação em 07/03/2019 e encerrando-se em 20/03/2019."

Cláusula Segunda - Da Ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo. E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 06/03/2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA	CRISTIANE NIENKOTTER PARMA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda	Contratado(a)

DECRETO Nº 8021, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1967415

DECRETO Nº 8021, de 01 de abril de 2019.

"HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 039/2019 DE 08.03.2019".

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 7784, de 26 de dezembro de 2018, o resultado do Edital de Tomada de Preço nº 039/2019 de 08.03.2019, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

01 de abril de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 8021/2019

Pregão Presencial: Nº 039/2019 de 08.03.2019.

Objeto da Licitação:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, SINALIZAÇÃO VIÁRIA E PAVIMENTAÇÃO DOS PASSEIOS EM PAVER DA RUA PATRÍCIO NOVELETO, BAIRRO BARRA DO TROMBUDO, NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL / SC.

Participantes:

LZK CONSTRUTORA LTDA.

TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Decisão: Pelo critério de menor preço global, o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DECRETO Nº 8022, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1967422

DECRETO Nº 8022, de 01 de abril de 2019.

“HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO REPRESENTADO PELO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 047.2019, DE 14.03.2019”.

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul e com a Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º. Fica homologado, de acordo com o parecer do pregoeiro, nomeado pelo Decreto nº 7785, de 26 de dezembro de 2018, o resultado do Edital de Pregão Presencial nº 047/2019, de 14.03.2019, cujo resumo está representado no anexo que integra o presente Decreto, ficando também autorizada a Divisão de Suprimentos a proceder a adjudicação em favor do licitante:

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

01 de abril de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

ANEXO AO DECRETO Nº 8022/2019

Pregão Presencial: Nº 047/2019, de 14.03.2019.

Objeto da Licitação:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO EVENTUAL DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DIRETORIA EXECUTIVA DE OBRAS, DEFESA CIVIL, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, DIRETORIA EXECUTIVA DE AGROPECUÁRIA E GUARDA MUNICIPAL – RIO DO SUL / SC.

Participantes:

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME

Decisão: Pelo critério de menor preço por item o pregoeiro declarou vencedor o licitante:

CLEITON DE SOUZA COMERCIAL - ME

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 007/2019

Publicação Nº 1967094

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC
FISCALIZAÇÃO TRIBUTÁRIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº 007/2019

PELO PRESENTE EDITAL, FICAM OS CONTRIBUINTES ABAIXO RELACIONADOS DEVIDAMENTE CIENTIFICADOS, NOS TERMOS DO ARTIGO 119, § 6º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003, DO LANÇAMENTO EM SEU DESFAVOR DE TRIBUTOS E PENALIDADES, CONFORME RESPECTIVA NOTIFICAÇÃO, EM FACE DA IMPOSSIBILIDADE DE INTIMAÇÃO VIA AVISO DE RECEBIMENTO (AR).

FICAM TAMBÉM OS CONTRIBUINTES, CIENTIFICADOS DE QUE DISPÕEM DO PRAZO PREVISTO NO ARTIGO 147, § 1º (TRINTA DIAS ÚTEIS), A CONTAR DA DATA MENCIONADA NO INCISO III, DO § 2º, DO ARTIGO 187, PARA IMPETRAR RECLAMAÇÃO CONTRA O LANÇAMENTO, NOS MOLDES DO ARTIGO 175, § 1º, TODOS DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL, LEI COMPLEMENTAR Nº 110/2003 DE 17/12/2003.

NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO Nº	DATA	CONTRIBUINTE	CPF/CNPJ
4/2019	05/02/19	KS SERVIÇOS EM TELECOMUNICAÇÕES EIRELI	19.910.047/0001-10
		Rio do Sul, 01 de abril de 2019.	

Alexandre Matos Pereira
Secretário Municipal de Administração e Fazenda

José Luiz do Nascimento
Diretor do Departamento de Fiscalização

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 010/2019

Publicação Nº 1967496

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS Nº 010/2019
CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES - PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL/SC

Aos 29/03/2019, na Secretaria Geral, para publicação, foi apresentado o seguinte acórdão:

Protocolo nº 164589/2017
Recurso Ordinário nº 029/2018
Recorrente: DARCY INACIO REINEHER
Relator: Conselheiro André Vinícius Schulle

DECISÃO: Através do voto de QUALIDADE, negado provimento ao recurso, sendo divergente à decisão de 1ª instância em relação ao valor da multa, devendo ser aplicada a multa à época da Notificação Preliminar

EMENTA: AUTO DE INFRAÇÃO. CONSTRUÇÃO, REFORMA OU AMPLIAÇÃO SEM O RESPECTIVO ALVARÁ. MULTA DO ART. 373 DA LEI COMPLEMENTAR 163/2006. POR FALTA DE PREVISÃO LEGAL, TER UM PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELA OBRA NÃO DISPENSA A PENALIDADE AO PROPRIETÁRIO. MULTA MANTIDA. DE OFÍCIO RECONHECIDO APLICAÇÃO DA MULTA PREVISTA À ÉPOCA DA INFRAÇÃO – PRINCÍPIO DA IRRETROATIVIDADE – FATO GERADOR OCORRIDO SOB ÉGIDE DA LEI ANTERIOR – INAPLICABILIDADE DE MULTA PUNITIVA PREVISTA POSTERIOR AO FATO GERADOR(LEI COMPLEMENTAR 312/2015) QUE PREJUDICA O CONTRIBUINTES.

Leonice Witte - Secretaria Geral do Conselho Municipal de Contribuintes

LEI Nº 6021, DE 18 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1968611

LEI Nº 6021, de 18 de março de 2019.

"INSTITUI POLÍTICA DE TRANSPARÊNCIA NA COBRANÇA DO IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA – IPTU – NO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito de Rio do Sul faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º Fica instituída política de transparência na cobrança do Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU – no Município de Rio do Sul, com os seguintes objetivos:

I – instituir uma relação de cunho cooperativo entre a administração tributária municipal e o cidadão;

II – disponibilizar ao cidadão informações a respeito da arrecadação oriunda do tributo;

III – permitir o conhecimento público das variáveis que compõem o valor do tributo, especialmente os critérios que pautaram a definição da base de cálculo; e

IV – garantir ao cidadão as informações necessárias para que possa exercer seu direito à contestação do tributo lançado.

Art. 2º O documento, eletrônico ou físico, expedido pela Secretaria Municipal da Fazenda que sirva como guia de arrecadação do IPTU deverá conter, ou trazer em anexo, as seguintes informações, de forma objetiva e concisa:

I – o valor total de arrecadação oriunda do tributo no bairro em que está localizado o imóvel, no exercício anterior ao da expedição do documento;

II – as variáveis envolvidas e a fórmula de cálculo utilizada para se obter o valor do tributo do imóvel; e

III – as instruções atinentes a prazos, requisitos e provas necessárias para abertura de procedimento instituído para revisão, reclamação, contestação ou impugnação do tributo lançado.

Parágrafo único. A autoridade administrativa não poderá deixar de conhecer e examinar a reclamação formulada pelo contribuinte em razão de vício formal que não lhe tenha sido previamente informado ou notificado para sanar.

Art. 3º As informações completas e pormenorizadas referidas no art. 2º desta Lei serão disponibilizadas aos cidadãos na internet, em endereço eletrônico a ser informado na guia de arrecadação do IPTU.

Parágrafo único. As informações referidas no caput deste artigo poderão ser consolidadas em uma ferramenta on-line de cálculo que permita a apuração do valor aproximado do IPTU por imóvel.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO

18 de março de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

Portaria n. 0556/DGP de 28 de março de 2019.

Publicação Nº 1967299

PORTARIA N. 0556/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n. 6.070 de 06 de março de 2017 e, considerando o Memorando SEDUC/GAB n. 691/2018 de 09 de novembro de 2018, emitido pela Secretaria Municipal de Educação e relatórios anexos,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar, a instauração do Processo Administrativo Disciplinar n. 016/2019, referente à servidora SERLEI SCHIQUET, matrícula n. 31543588, ocupante do cargo de provimento efetivo Cozinheiro.

Parágrafo único – A servidora em questão, em tese, teria infringido o artigo 170, incisos I, III, IV, VII e XI e o artigo 171, inciso XVII, ambos da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015. Por decorrência, poderá lhe ser imputada as penalidades previstas nos artigos 184, 185 e 186, da lei complementar supracitada.

Art. 2º. Constituir, conforme disposto no artigo 197, da Lei Complementar n. 309 de 01 de dezembro de 2015, a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, composta pelos seguintes servidores:

a) Edgar Cunha, matrícula n. 2982301, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;

b) Sandra Aparecida Dela Justina, matrícula n. 3189501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;

c) Daniel Gorges, matrícula n. 235245, ocupante do cargo de provimento efetivo Procurador.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. Os servidores ora designados para desempenhar as atividades inerentes à comissão farão jus à gratificação equivalente a 30% (trinta por cento) do valor do Piso Mínimo dos Servidores Públicos Municipais, conforme disposto no Art. 101, da Lei complementar supracitada.

Art. 5º. O prazo para a conclusão da instrução é de 45(quarenta e cinco) dias, contados a partir da data de publicação deste ato, conforme

Lei Complementar n. 315, de 14 de dezembro de 2015.

Art. 6º. O prazo para a apresentação de defesa escrita é de 10 (dez) dias contados a partir do término da instrução.

Art. 7º. O prazo para apresentação do Relatório da Comissão é de 15 (quinze) dias, contados a partir da entrega da Defesa.

Art. 8º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de março de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

Portaria n. 0558/DGP de 29 de março de 2019.

Publicação Nº 1967297

PORTARIA N. 0558/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 9º, inciso VIII, da Lei Complementar n. 347 de 07 de fevereiro de 2017 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando SEDAF/DAT/DP n. 155/2018, emitido pelo Departamento de Patrimônio e documentos em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a Sindicância Administrativa n. 002/2019, a fim de apurar os fatos relatados no documento citado referentes à colisão envolvendo os servidores José Maurício Grach, matrícula n. 31587585, ocupante do cargo efetivo de Motorista de Caminhão e Jair Becker matrícula n. 2753702, ocupante do cargo efetivo de Operador de Equipamentos, a qual gerou danos ao erário.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0402/DGP de 28 de fevereiro de 2019, publicada em 01 de março de 2019, para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de março de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

Portaria n. 0559/DGP de 29 de março de 2019.

Publicação Nº 1967147

PORTARIA N. 0559/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 9º, inciso VIII, da Lei Complementar n. 347 de 07 de fevereiro de 2017 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Memorando CI n. 006/2019, emitido pelo Departamento de Controle Interno e o Protocolo n. 176562/2018 de 20 de dezembro de 2018 e documentos em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a Sindicância Administrativa n. 003/2019, a fim de apurar os fatos relatados nos documentos citados, envolvendo os servidores Joel Antônio, matrícula n. 76376, ocupante do cargo efetivo de Pedreiro e Aldo Damasceno, matrícula n. 3163030302, Bolsista, os quais teriam praticado condutas inadequadas no ambiente de trabalho.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0402/DGP de 28 de fevereiro de 2019, publicada em 01 de março de 2019, para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de março de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Lso

Portaria n. 0560/DGP de 29 de março de 2019.

Publicação Nº 1967089

PORTARIA N. 0560/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 9º, inciso VIII, da Lei Complementar n. 347 de 07 de fevereiro de 2017 e suas alterações posteriores, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul e, considerando o Protocolo n. 172531/2018 de 20 de abril de 2018 e documentos em anexo,

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar a Sindicância Administrativa n. 004/2019, a fim de apurar os fatos relatados no documento citado, envolvendo o servidor Silvino Stedile, matrícula n. 1607101, ocupante do cargo efetivo de Técnico em Agropecuária, o qual teria exercido atividades incompatíveis com as atribuições do seu cargo.

Art.2º Designar a Comissão Permanente de Sindicância, nomeada pela Portaria n. 0402/DGP de 28 de fevereiro de 2019, publicada em 01 de março de 2019, para apurar tais fatos, eventuais irregularidades e responsabilidades.

Art.3º Fixar o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos afetos a esta Sindicância Administrativa.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 29 de março de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

Portaria n. 0585/DGP de 01 de abril de 2019.

Publicação Nº 1969047

PORTARIA N. 0585/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de fevereiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6070 de 06 de março de 2017 e o artigo 3º do Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017,

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar que seja instaurado o Processo Administrativo de Responsabilização n. 004/2019, com fundamento na Lei n. 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013 e Decreto n. 6635 de 01 de novembro de 2017, referente à empresa Artefatos de Madeira Stolf Ltda. ME - CNPJ 79.906.426/0001-69.

Parágrafo único – A empresa em questão efetuou protocolo solicitando a concessão de 50 (cinquenta) horas/máquina com natureza de incentivo, nos termos da Lei Municipal n. 4201/2005. O pedido teve deferimento de 50 horas/máquina, entretanto foram realizadas 503 horas/máquina. Após instaurada a Sindicância Administrativa n. 006/2014 determinou-se o ressarcimento dos valores remanescentes. Em razão do respectivo processo não ter dado direito ao contraditório e ampla defesa aos sindicatos, a Procuradoria Geral do Município sugeriu a instauração de Processo Administrativo de Responsabilização antes de se proceder com as medidas judiciais para cobrança do valor devido.

Art. 2º. Constituir, a Comissão de Processo Administrativo de Responsabilização n. 003/2019, composta pelos seguintes servidores:

- a) Cristiane Aparecida Leandro de Souza, matrícula n. 275501, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente de Saúde;
- b) Vanessa Fey Gorges, matrícula n. 3119401, ocupante do cargo de provimento efetivo Agente Administrativo;
- c) Daniel Gorges, matrícula n. 235245, ocupante do cargo de provimento efetivo Procurador.

Art. 3º. A comissão exercerá suas atividades com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da administração.

Art. 4º. O prazo para a conclusão do Processo Administrativo de Responsabilização não excederá 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de publicação do ato de instauração.

Art. 5º. A decisão administrativa será proferida em 30 (trinta) dias a contar do recebimento do relatório final da comissão processante, devendo ser motivada com a indicação dos fatos e fundamentos jurídicos que envolvem a matéria.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de abril de 2019.

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Lso

PORTARIA Nº 001 DE 26 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1967322

Portaria nº 001 de 26 de março de 2019.

Constitui a Comissão Organizadora da 10ª Conferência Municipal de Saúde de Rio do Sul - SC.

A Secretária Municipal de Saúde de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º. – Fica Constituída a Comissão Organizadora da 10ª Conferência Municipal de Saúde do Município de Rio do Sul - SC.

Art. 2º. - Cabe a Comissão Organizadora da 10ª Conferência Municipal de Saúde atender todas as formalidades legais e constitucionais, e, obedecer no que couber os critérios instituídos no Regimento da 16ª Conferência Nacional de Saúde, e no Regimento da 10ª Conferência Estadual de Saúde do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º – São Membros da Comissão Organizadora da 10ª Conferência Municipal de Saúde:

Representando o Conselho Municipal de Saúde:

Adalgisa Vendrami Feijó

Alex Sandro de Oliveira

Ivanir Schlemper Neves

Representando a Secretaria Municipal de Saúde:

Ana Clara Vendauzer

Celeste Oelke Schaefer

Roberta Hochtleiner

Art. 4º - São competências da Comissão:

a) promover a realização da 10ª Conferência Municipal de Saúde;

b) elaborar o Regulamento e a Programação da 10ª Conferência Municipal de Saúde;

c) convidar conferencistas, debatedores e autoridades para a programação; oficial da Conferência e designar facilitadores para os grupos de trabalho;

d) Providenciar o local de realização da Conferência;

e) Elaborar relatório final e garantir seus encaminhamentos e divulgação;

f) Outras que lhes sejam delegadas pelo Conselho Municipal de Saúde e pela Gestão Municipal;

Art. 5º - As despesas com a organização geral e a realização da Conferência correrão por conta do Fundo Municipal de Saúde.

GABINETE DA SECRETÁRIA DA SAÚDE

de 26 de Março de 2019.

Sueli Teresinha de Oliveira

Secretária Municipal de Saúde

PORTARIA Nº 0534/DGP

Publicação Nº 1967668

PORTARIA Nº 0534/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a partir de 25/02/2019, a servidora Luciana Mara Barbosa, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (40h), da função gratificada de Diretor da Unidade Educacional – CEI Tia Bea e DESIGNAR para, a partir de 26/02/2019, atuar como Diretora de Unidade Educacional de “Pequeno Porte” da Rede Pública Municipal – Centro de Educação Infantil Francisco Fleisner. Pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 30% do seu vencimento base, em cumprimento ao Artigo 10, da Lei Complementar n. 075/2001 e alterações.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de março de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Sadj

PORTARIA Nº 0501/DGP

Publicação Nº 1967795

PORTARIA Nº 0501/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/03/2019, o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR nível C-3, ocupado pela servidora JOANA ALVES DE OLIVEIRA SANTOS em virtude de sua Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição com proventos correspondentes a média aritmética e sem paridade, conforme Decreto nº 7934, de 26 de Fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de Março de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 0502/DGP

Publicação Nº 1967792

PORTARIA Nº 0502/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/03/2019, o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR nível D-3, ocupado pela servidora ROSIMERI ROSA em virtude de sua Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, com proventos integrais e paridade, conforme Decreto nº 7933, de 26 de Fevereiro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de Março de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 0503/DGP

Publicação Nº 1967789

PORTARIA Nº 0503/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do Art. 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Declarar vago, nos termos do inciso V do Art. 38 da Lei Complementar Nº 309 de 01/12/2015, a partir de 01/02/2019, o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR nível D-3, ocupado pela servidora IRIS HERWEG HEINRICH em virtude de sua Aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição - Especial de Magistério, com a integralidade da última remuneração e paridade, conforme Decreto nº 7840, de 24 de Janeiro de 2019.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 21 de Março de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Prh

PORTARIA Nº 0549/DGP

Publicação Nº 1967395

PORTARIA Nº 0549/DGP

ALEXANDRE MATOS PEREIRA, Secretário Municipal de Administração e Fazenda da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 6.053, de 23 de janeiro de 2017, alterado pelo Decreto n.6.070 de 06 de março de 2017, RESOLVE:

Art. 1º Conceder Horário Especial, de acordo com os artigos 164 ao 166, da Lei Complementar n. 309 de 01/12/2015, a servidora Daniela Enter, matrícula n. 2809320, ocupante do cargo de provimento efetivo Monitor Escolar, para realizar Estágio Curricular Obrigatório em Educação Física, de acordo com o requerimento efetuado pela servidora, por meio do Protocolo n. 178357/2019.

Parágrafo único – A Concessão do Horário Especial, prevista no artigo anterior compreende o afastamento do servidor de suas atividades laborais.

Art. 2º A compensação de horas devidamente autorizada pela Chefia imediata será realizada no local de sua lotação, devendo este encaminhar mensalmente ao Departamento de Gestão de Pessoas o relatório de controle para os registros funcionais competentes.

Art. 3º O servidor perderá o benefício de compensação se deixar de apresentar mensalmente o comprovante de frequência no curso e se não cumprir a compensação de horas, nos prazos e forma definidos pelo órgão competente.

Art. 4º No caso de desistência do curso autorizado, o servidor deverá compensar a totalidade das horas concedidas como horário especial e, no caso do não cumprimento da respectiva compensação de horas, será considerado como falta não justificada ao trabalho, estando sujeito à aplicação de penalidades administrativas.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 28 de março de 2019

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Asfj

PORTARIA Nº. 0536/DGP

Publicação Nº 1968150

PORTARIA Nº. 0536/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0366/DGP de 20/02/2019, a qual nomeia ANDREOS TRAINOTTI, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR DE INGLÊS, em virtude da desistência do mesmo, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de março de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
En

PORTARIA Nº. 0538/DGP

Publicação Nº 1968125

PORTARIA Nº. 0538/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Tornar sem efeito a Portaria n.º 0399/DGP de 28/02/2019, a qual nomeia RICARDO BECKER, para exercer o cargo de provimento efetivo de FISCAL DE SERVIÇO PÚBLICO, em virtude da desistência do mesmo, nos termos do artigo 14, da Lei Complementar n. 309, de 01 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de março de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
En

PORTARIA Nº.0523/DGP

Publicação Nº 1967670

PORTARIA Nº.0523/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:

Art.1º Alterar, a partir de 21/02/2019, o percentual da gratificação paga a servidora JOSEANE GOES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, designada para atuar como Diretora de Unidade Educacional de "Pequeno Porte" da Rede Pública Municipal – Centro de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em face da quantidade de alunos atualmente matriculados na Unidade Educacional, sendo tipificado como "Médio Porte", fazendo jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de 45% do seu vencimento base, em cumprimento ao artigo 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 26 de março de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
Sadj

PORTARIA Nº.0537/DGP

Publicação Nº 1968194

PORTARIA Nº.0537/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, MARCIO SCHROEDER DA COSTA, para exercer o cargo de provimento efetivo de PROFESSOR DE INGLÊS, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n.002/2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de março de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
En

PORTARIA Nº.0539/DGP

Publicação Nº 1968263

PORTARIA Nº.0539/DGP

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, Prefeito Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inciso II, do artigo 37, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear, nos termos do artigo 13, da Lei Complementar nº 309 de 01/12/2015, MARCO ROBERTO STAHNKE, para exercer o cargo de provimento efetivo de FISCAL DE SERVIÇO PÚBLICO, vinculado ao quadro de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Rio do Sul, em razão da sua aprovação no Concurso Público n.002/2015.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 27 de março de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

ALEXANDRE MATOS PEREIRA
Secretário Municipal de Administração e Fazenda
En

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO 062/2019

Publicação N° 1968085

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 062/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DIVERSOS PARA A MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA DIRETORIA EXECUTIVA DE OBRAS DE RIO DO SUL/SC.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES, CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: Até as 13h30min do dia 17/04/2019, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Divisão de Suprimentos.

A íntegra deste edital pode ser retirada também pelo sítio eletrônico da Prefeitura Municipal www.riodosul.sc.gov.br no menu autoatendimento – licitações.

Rio do Sul (SC), 28 de março de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

RÔMULO DA ROSA OURIQUES
Secretário de Obras e Agricultura

RESUMO DO CONTRATO N° 051/2019

Publicação N° 1967203

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTOS DE MATERIAIS N° 051/2019

Pregão Presencial n.º 009/2019

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Nadia Romana Simas Zimmermann 90161360963.

Objeto: Aquisição e colocação de cortinas persianas, aquisição e instalação de som e aquisição e instalação de ar-condicionado para o auditório da Secretaria Municipal de Educação.

Valor: R\$ 4.780,00 (quatro mil setecentos e oitenta reais).

Vigência: Até 31 de dezembro de 2019.

Recurso: 85.01.2025.4490.5233, 85.01.2025.3390.3099, 85.01.2025.3390.3024 e 85.01.2025.4490.5234.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 15 de março de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO Nº 052/2019

Publicação Nº 1967208

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTOS DE MATERIAIS Nº 052/2019

Pregão Presencial n.º 009/2019

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Climar Eletro Refrigeração Eireli.

Objeto: Aquisição e colocação de cortinas persianas, aquisição e instalação de som e aquisição e instalação de ar-condicionado para o auditório da Secretaria Municipal de Educação.

Valor: R\$ 28.239,00 (vinte e oito mil duzentos e trinta e nove reais).

Vigência: Até 31 de dezembro de 2019.

Recurso: 85.01.2025.4490.5233, 85.01.2025.3390.3099, 85.01.2025.3390.3024 e 85.01.2025.4490.5234.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 15 de março de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal**RESUMO DO CONTRATO Nº 053/2019**

Publicação Nº 1967210

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTOS DE MATERIAIS Nº 053/2019

Pregão Presencial n.º 009/2019

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Império do Papel Comércio de Papéis Ltda.

Objeto: Aquisição e colocação de cortinas persianas, aquisição e instalação de som e aquisição e instalação de ar-condicionado para o auditório da Secretaria Municipal de Educação.

Valor: R\$ 2.300,00 (dois mil e trezentos reais).

Vigência: Até 31 de dezembro de 2019.

Recurso: 85.01.2025.4490.5233, 85.01.2025.3390.3099, 85.01.2025.3390.3024 e 85.01.2025.4490.5234.

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 26 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 15 de março de 2019.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal**TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 002/2019**

Publicação Nº 1968060

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO Nº 002/2019.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE RIO DO SUL - CDL.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, em Rio do Sul – SC, neste ato representado pelo Prefeito, Exmo. Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Sr. PAULO JOSÉ FIAMONCINI, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE RIO DO SUL - CDL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.785.780/0001-85, com sede na Rua XV de Novembro, 73, 1º andar, bairro Centro, município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Presidente, Sr. DANIEL EMILIO TSCHUMI, doravante denominado CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE RIO DO SUL - CDL, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Autorização de Uso, com fundamento no artigo 89, §3º, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Autorização de Uso visa a utilização do veículo de placa ABQ 5585, chassi n. 30830411667070, renavam n. 513400591, ano/modelo 1985/1985, patrimônio n. 9936, frota 146, de propriedade do Município de Rio do Sul, pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio do Sul - CDL, inscrita no CNPJ sob o n. 85.785.780/0001-85, para uso como "Carro do Papai Noel", no evento Natal Encantado, que acontecerá entre os dias 01 de dezembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – O MUNICÍPIO obriga-se à:

a) Ceder o supracitado veículo, à Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio do Sul - CDL, nos dias 01 de dezembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

II – A Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio do Sul - CDL obriga-se à:

- a) Utilizar o veículo descrito única e exclusivamente para atender o objeto do presente Termo de Autorização de Uso;
- b) Apresentar condutor devidamente habilitado, que utilizará do veículo para os fins descritos no Termo de Autorização de Uso;
- c) Arcar com os encargos e despesas com o transporte (remoção e devolução), abastecimento, manutenção e remuneração do condutor do veículo descrito no objeto do presente Termo de Autorização de Uso;
- d) Manter o veículo em bom estado de conservação, arcando com despesas sobre possíveis danos e avarias;
- e) Comunicar diretamente ao MUNICÍPIO DE RIO DO SUL a necessidade de manutenção do veículo, não podendo esse prévio procedimento de conserto e manutenção ser realizado sem prévio consentimento ou por pessoa não autorizada pelo MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, excetuando-se aquelas de pequena monta, imprescindível à continuidade das viagens;
- f) Prestar conta ou devolver o veículo por solicitação do MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, por mera liberalidade ou para troca do mesmo;
- g) Comunicar diretamente ao MUNICÍPIO DE RIO DO SUL qualquer ocorrência relacionada ao veículo, tais como, danos, avarias, roubo ou furto;
- h) Comunicar diretamente ao MUNICÍPIO DE RIO DO SUL em caso de recebimento de multa por qualquer infração de trânsito;
- i) Pagar as multas decorrentes de infração de trânsito de sua responsabilidade;
- j) Não utilizar o veículo para viagens particulares;
- k) Devolver imediatamente o veículo em caso de rescisão do Termo de Autorização de Uso.
- l) Devolver o veículo no término na vigência do presente Termo de Autorização de uso.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Autorização de Uso terá vigência do dia 01 de dezembro de 2019 a 31 de dezembro de 2019.

CLÁUSULA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

São expressamente vedadas:

I - A utilização do veículo por terceiro;

II - A utilização do veículo para fins particulares;

III - A realização de plotagem, ou qualquer outro procedimento que altere as características do veículo cedido;

IV - Utilizar o veículo em destinação diversa da prevista no objeto do Termo de Autorização de Uso.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Autorização de Uso poderá ser rescindido se ocorrer comprovado descumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável, ou poderá, ainda, rescindido unilateralmente, mediante expressa notificação à parte.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

É vedado à Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio do Sul - CDL ceder a terceiros o objeto previsto no termo. Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, sob os aspectos da legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

É eleito, para fins legais e questões derivadas do presente Termo de Autorização de Uso o Foro de Rio do Sul, com renúncia expressa a qualquer outro. E, por estarem de acordo, as partes firmam este documento, na presença das testemunhas adiante assinadas.

Rio do Sul (SC), 18 de março de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ Prefeito do Município de Rio do Sul	PAULO JOSÉ FIAMONCINI Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico
DANIEL EMILIO TSCHUMI Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio do Sul - CDL	

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO N° 003/2019

Publicação N° 1968020

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO N° 003/2019.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO QUE CELEBRAM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE RIO DO SUL - CDL.

O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, em Rio do Sul – SC, neste ato representado pelo Prefeito, Exmo. Sr. JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ, por meio da SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Sr. PAULO JOSÉ FIAMONCINI, doravante denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE RIO DO SUL - CDL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 85.785.780/0001-85, com sede na Rua XV de Novembro, 73, 1º andar, bairro Centro, município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Presidente, Sr. DANIEL EMILIO TSCHUMI, doravante denominado CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE RIO DO SUL - CDL, resolvem, por mútuo acordo, celebrar o presente Termo de Autorização de Uso, com fundamento no artigo 89, §3º, da Lei Orgânica do Município de Rio do Sul, e de acordo com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Autorização de Uso visa a utilização do veículo de placa ABQ 5585, chassi n. 30830411667070, renavam n. 513400591, ano/modelo 1985/1985, patrimônio n. 9936, frota 146, de propriedade do Município de Rio do Sul, pela Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio do Sul - CDL, inscrita no CNPJ sob o n. 85.785.780/0001-85, para uso no evento “Páscoa Encantada”, nos dias 06, 13 e 20 de abril 2019.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

I – O MUNICÍPIO obriga-se à:

a) Ceder o supracitado veículo, à Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio do Sul - CDL, nos dias 06, 13 e 20 de abril 2019.

II – A Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio do Sul - CDL obriga-se à:

- a) Utilizar o veículo descrito única e exclusivamente para atender o objeto do presente Termo de Autorização de Uso;
- b) Apresentar condutor devidamente habilitado, que utilizará do veículo para os fins descritos no Termo de Autorização de Uso;
- c) Arcar com os encargos e despesas com o transporte (remoção e devolução), abastecimento, manutenção e remuneração do condutor do veículo descrito no objeto do presente Termo de Autorização de Uso;
- d) Manter o veículo em bom estado de conservação, arcando com despesas sobre possíveis danos e avarias;
- e) Comunicar diretamente ao MUNICÍPIO DE RIO DO SUL a necessidade de manutenção do veículo, não podendo esse prévio procedimento de conserto e manutenção ser realizado sem prévio consentimento ou por pessoa não autorizada pelo MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, excetuando-se aquelas de pequena monta, imprescindível à continuidade das viagens;
- f) Prestar conta ou devolver o veículo por solicitação do MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, por mera liberalidade ou para troca do mesmo;
- g) Comunicar diretamente ao MUNICÍPIO DE RIO DO SUL qualquer ocorrência relacionada ao veículo, tais como, danos, avarias, roubo ou furto;
- h) Comunicar diretamente ao MUNICÍPIO DE RIO DO SUL em caso de recebimento de multa por qualquer infração de trânsito;
- i) Pagar as multas decorrentes de infração de trânsito de sua responsabilidade;
- j) Não utilizar o veículo para viagens particulares;
- k) Devolver imediatamente o veículo em caso de rescisão do Termo de Autorização de Uso.
- l) Devolver o veículo no término na vigência do presente Termo de Autorização de uso.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Autorização de Uso terá vigência nos dias 06, 13 e 20 de abril 2019.

CLÁUSULA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

São expressamente vedadas:

I - A utilização do veículo por terceiro;

II - A utilização do veículo para fins particulares;

III - A realização de plotagem, ou qualquer outro procedimento que altere as características do veículo cedido;

IV - Utilizar o veículo em destinação diversa da prevista no objeto do Termo de Autorização de Uso.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

O presente Termo de Autorização de Uso poderá ser rescindido se ocorrer comprovado descumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições, pela superveniência de normas legais ou eventos que o torne material ou formalmente inexecutável, ou poderá, ainda, rescindido unilateralmente, mediante expressa notificação à parte.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

É vedado à Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio do Sul - CDL ceder a terceiros o objeto previsto no termo. Os casos omissos serão discutidos e analisados pelo MUNICÍPIO, sob os aspectos da legislação pertinente.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

É eleito, para fins legais e questões derivadas do presente Termo de Autorização de Uso o Foro de Rio do Sul, com renúncia expressa a qualquer outro. E, por estarem de acordo, as partes firmam este documento, na presença das testemunhas adiante assinadas.

Rio do Sul (SC), 18 de março de 2019.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ Prefeito do Município de Rio do Sul	PAULO JOSÉ FIAMONCINI Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico
DANIEL EMILIO TSCHUMI Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas de Rio do Sul - CDL	

TERMO DE CONVOCAÇÃO MARCIO SCHROEDER DA COSTA

Publicação Nº 1968197

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MARCIO SCHROEDER DA COSTA é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo de PROFESSOR DE INGLÊS, 40 HORAS, conquistado por meio do Concurso Público nº 002/2017, homologado por meio do Decreto nº 6963 de 09/04/2018 e suas retificações posteriores.

Salientamos que V. S^a foi nomeado (a) por meio da Portaria n. 0537/DGP de 27/03/2019, publicada no Diário Oficial dos Municípios – DOM, em 02/04/2019. Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. S^a deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Gestão de Pessoas para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional e será fornecida autorização para abertura de conta (caso não possua conta no Banco Bradesco).
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Gestão de pessoas para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com toda a documentação entregue e aprovada pelo Departamento de Gestão de Pessoas.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, CUSTEADOS PELO CANDIDATO:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSIQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 01 de Abril de 2019.

Departamento de Gestão de Pessoas
Divisão de Desenvolvimento profissional

Confirmação Recebimento (Assinatura):

TERMO DE CONVOCAÇÃO MARCO ROBERTO STAHNKE

Publicação Nº 1968266

TERMO DE CONVOCAÇÃO

Senhor(a) MARCO ROBERTO STAHNKE, é com satisfação que procedemos a convocação de V. S^a., para que se apresente no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, a fim de iniciar os procedimentos para a posse do cargo conquistado através do Concurso Público nº 002/2015, homologado através do Decreto nº 5148 de 15/02/2016 e suas retificações posteriores. (Cargo de FISCAL DE SERVIÇO PÚBLICO).

Salientamos que V. Sª foi nomeado (a) através da Portaria n. 0539/DGP de 27/03/2019, publicada em 02/04/2019 Conforme § 1º, do Art. 14, da Lei Complementar nº 309/2015, V. Sª deverá tomar posse do cargo no prazo máximo de trinta dias, a contar da data de publicação da portaria de nomeação.

Considerações importantes:

- 1) Toda a documentação deverá ser entregue no Departamento de Recursos Humanos para análise. Após analisada a documentação é que será agendado o exame admissional.
- 2) O candidato nomeado deverá providenciar os exames abaixo relacionados e tão logo os tenha em mãos, deverá entrar em contato com o Departamento de Recursos Humanos para agendar o Exame Admissional.
- 3) O candidato nomeado deverá se atentar ao prazo que possui para Tomar Posse (30 dias a contar da publicação da portaria de nomeação). Somente poderá tomar posse o candidato que estiver com a documentação e o exame admissional entregues e aprovados pelo Departamento de Recursos Humanos.

Exames a serem apresentados ao Médico Perito, para o exame admissional, custeados pelo candidato:

Nome do Cargo	Exames necessários
Todos os cargos	1. HEMOGRAMA COMPLETO; 2. GLICEMIA; 3. VDRL; 4. RX TORAX e DA COLUNA LOMBO-SACRA; 5. ECG (acima 40 anos); 6. CREATININA; 7. LAUDO DO PSQUIATRA; 8. RX DE BACIA 9. CARTEIRA DE VACINAÇÃO ATUALIZADA PARA OS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO.

Rio do Sul, 01 de abril de 2019.

Departamento de Recursos Humanos
Divisão Recrutamento e Seleção

Confirmação Recebimento (Assinatura):

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA Nº 1220/2019

Publicação Nº 1967922

PORTARIA Nº 1220, DE 01 DE ABRIL DE 2019

Nomeia a Assessora Parlamentar Ana Claudia Nazari

O DIRETOR GERAL DA CÂMARA DE VEREADORES DE RIO DO SUL, Estado de Santa Catarina, usando da competência estabelecida pela Portaria nº 820, de 2 de fevereiro de 2015, resolve:

NOMEAR:

Art. 1º A partir de 02 de abril de 2019, ANA CLAUDIA NAZARI, para ocupar o cargo de provimento em Comissão de Assessora Parlamentar, Padrão CC-1, do Quadro de Pessoal da Câmara Municipal de Rio do Sul, lotada no Gabinete da Vereadora Zeli da Silva.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 01 de abril de 2019.

ROBERTO ANDRADE BASTOS
Diretor Geral

THAYNÁ FIAMONCINI
Diretora Administrativa

Rio Negrinho

PREFEITURA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2019

Publicação Nº 1967787

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/2019
PREGÃO ELETRÔNICO - RESUMO

O Município de Rio Negrinho – SC – através da Fundação Municipal de Esportes torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 8.733 de 18/08/2005 e, subsidiariamente, a Lei Federal nº 8.666 de 21/06/1993, acha-se aberto até as 09h00min horas do dia 15 de abril de 2019, Pregão Eletrônico para REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA PREMIAÇÃO EM EVENTOS ESPORTIVOS PROMOVIDOS PELA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES. As propostas deverão ser encaminhadas via INTERNET pelo site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - BLL: <http://www.bll.org.br>, a partir desta data, encerrando-se no prazo acima. O início da disputa das propostas classificadas se dará às 09h20min horas do dia 15 de abril de 2019. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, situado na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico de Rio Negrinho – SC. Cópias do edital poderão ser obtidas no site <http://www.bll.org.br> e <http://rionegrinho.atende.net>. Demais informações pelos telefones (47) 3646-3636/3646-3648.

Rio Negrinho, 27 de março de 2019.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2019

Publicação Nº 1967700

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRINHO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 027/2019
PREGÃO PRESENCIAL - RESUMO

O Município de Rio Negrinho – SC torna público para conhecimento dos interessados, que sob a regência da Lei Federal nº 10520 de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 8.733 de 18/08/2005 e, subsidiariamente, a Lei Federal 8.666 de 21/06/1993, acha-se aberto até as 09h00min horas do dia 15 de abril de 2019, Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE EMULSÃO ASFÁLTICA FORMULADA COM ÓLEO DE XISTO, COM COMODATO DE TANQUE COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 15.000 LITROS, PARA SER UTILIZADO EM VIAS MUNICIPAIS SECUNDÁRIAS COM PAVIMENTAÇÃO EM SAIBRO, NO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO. As propostas deverão ser protocoladas e entregues no Setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, a partir desta data, encerrando-se no prazo acima. A abertura das propostas, o credenciamento de representantes e o início da disputa das propostas classificadas se darão a partir do mesmo horário acima. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Suprimentos da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho, situado na Avenida Richard Schweitzer de Albuquerque, 200, Centro Cívico. Cópias do edital poderão ser obtidas no site: <http://rionegrinho.atende.net>. Demais informações pelo telefone (47) 3646/3636/3646-3648.

Rio Negrinho, 26 de março de 2019.

JULIO CESAR RONCONI

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 2351/2019

Publicação Nº 1967832



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 358 2351/2019**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFB3606	P0325000TJ	6726/1	14/03/2019	230 * XVIII
AFB3606	P0325000TK	5185/1	14/03/2019	167
AJP7530	P01PB00153	5010/0	18/03/2019	162 * I
AJP7530	P01PB00154	5118/0	18/03/2019	164 c/c 162 * I
ARL9116	P0326000WV	5185/1	18/03/2019	167
BLK6478	P01PB0014H	5010/0	18/03/2019	162 * I
BLK6478	P01PB0014I	5118/0	18/03/2019	164 c/c 162 * I
BLK6478	P01PB0014J	6599/2	18/03/2019	230 * V
BLK6478	P01PB0014K	6726/1	18/03/2019	230 * XVIII
DCD7109	P01PA000QH	6661/0	20/03/2019	230 * XII
DCD7109	P01PA000QI	6726/1	20/03/2019	230 * XVIII
EMW1335	P01F2000O4	5029/1	16/03/2019	162* II
EMW1335	P01F2000O5	7579/0	16/03/2019	165 A
EMW1335	P01F2000O7	5126/1	16/03/2019	164 c/c 162 * II
GSJ9992	P0326000WR	5185/1	18/03/2019	167
HLX1145	P01F300148	5045/0	14/03/2019	162 * V
HLX1145	P01F300149	5142/0	14/03/2019	164 c/c 162 * V
HLX1145	P01F30014A	6726/1	14/03/2019	230 * XVIII
HLX1145	P01F30014B	6610/2	14/03/2019	230 * VII
JNU7197	P01PB00143	6599/2	14/03/2019	230 * V
JNU7197	P01PB00144	6726/1	14/03/2019	230 * XVIII
LXN7122	P0325000TM	5185/1	14/03/2019	167
LYY2127	P0326000V7	5185/1	18/02/2019	167
LZY3565	P01PB0014L	6637/1	18/03/2019	230 * IX
LZY3565	P01PB0014M	6726/1	18/03/2019	230 * XVIII
LZY3565	P01PB0014N	6556/1	18/03/2019	230 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MAX1579	P0325000TG	6599/2	13/03/2019	230 * V
MAX1579	P0325000TH	5010/0	13/03/2019	162 * I
MBJ6214	P01PB0014W	6726/1	18/03/2019	230 * XVIII
MFM6920	P01PB00159	6912/0	21/03/2019	232
MGL1682	P0326000WP	6726/1	18/03/2019	230 * XVIII
MIT2058	P01PA000QF	7340/0	20/03/2019	252 * IV
MIT2058	P01PA000QG	6726/1	20/03/2019	230 * XVIII
OKH4214	P0325000RL	5045/0	09/02/2019	162 * V
OKH4214	P0325000RM	5142/0	09/02/2019	164 c/c 162 * V
QIB6877	P01PA000PW	6912/0	24/02/2019	232
QJD3840	P01PB0013R	5185/1	22/02/2019	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO NEGRINHO/SC, 1 DE ABRIL DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 2352/2019

Publicação Nº 1967834



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 358 2352/2019**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYS0313	P01PB00155	5452/1	19/03/2019	181 * VIII
LZL2581	P0326000VF	5452/1	22/02/2019	181 * VIII
MHU0664	P01F2000OG	6041/2	19/03/2019	207

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO NEGRINHO/SC, 1 DE ABRIL DE 2019

GLAUCIO LIEBL

DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 2353/2019

Publicação Nº 1967838



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 358 2353/2019**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABV5787	P0325000MW	6637/1	24/11/2018	R\$195,23	230 * IX
ABV5787	P0325000MX	6599/2	24/11/2018	R\$293,47	230 * V
ADK6763	P01PB0010X	6769/0	23/11/2018	R\$130,16	230 * XXII
ANB2408	P0325000P5	6610/2	29/12/2018	R\$195,23	230 * VII
MGF2533	P01F2000MR	5185/1	30/01/2019	R\$195,23	167
MIK7169	P01F10016J	6726/1	21/11/2018	R\$195,23	230 * XVIII
MJF8306	P0325000P8	7579/0	30/12/2018	R\$2.934,68	165 A

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO NEGRINHO/SC, 1 DE ABRIL DE 2019

SANDRA MARA PEREIRA

DIRETORA DO DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO Nº 2354/2019

Publicação Nº 1967839



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 358 2354/2019**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIQ8490	P01F2000LR	6530/0	07/01/2019	R\$195,23	228

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

RIO NEGRINHO/SC, 1 DE ABRIL DE 2019

GLAUCIO LIEBL

DIRETOR DE TRANSITO

Rio Rufino

PREFEITURA

DISPENSA 06/2019

Publicação Nº 1968360

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob nº. 95.991.071/0001-00, com sede a Rua Professor José Riberio, em Rio Rufino/SC, representada pelo seu prefeito Municipal, Sr. THIAGO COSTA e por meio da Comissão Permanente de Licitações, comunica aos interessados que realizou Dispensa de Licitação no dia 01 de Abril de 2019.

Objeto: REPASSE DE SUBSÍDIO PARA O TRANSPORTE COLETIVO MUNICIPAL A FIM DE AJUDAR A POPULAÇÃO A TER VALORES MAIS ACESSÍVEIS EM PASSAGENS NOS DESLOCAMENTOS DENTRO DO PERÍMETRO URBANO E RURAL DE RIO RUFINO.

EMPRESA: IVANIR OLÍMPIA DE JESUS

CNPJ: 30.850.720/0001-07

Valor: 12.000,00 (Doze mil reais)

DISPENSA-SE a licitação, com fundamento com inciso II do caput do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/93, para formalização do contrato de Serviços.

Rio Rufino, 01 de Abril de 2019.

Thiago Costa

PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019

Publicação Nº 1968942

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO RUFINO

CONVOCAÇÃO DE INTERESSADOS NA LICITAÇÃO/ PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019

O Município de Rio Rufino, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CPNJ sob nº. 95.991.071/0001-00, com sede a Rua José Oselame nº 209, em Rio Rufino/SC, representada por seu prefeito Municipal, Sr. THIAGO COSTA e por meio da Comissão Permanente de Licitações, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL que tem por objeto a "AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO (TUBOS)". Os envelopes de "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rua José Oselame nº 209, centro no dia 12 de Abril de 2019 às 10:00 horas. O Credenciamento será feito a partir das 09: h 40min do dia 12.04.2019. Abertura da sessão será às 10h00min do mesmo dia. A presente licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, consoante às condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei Federal nº 10.520/2002, bem como pela Lei Federal nº 8.666/93, nos casos omissos. Os interessados na aquisição do Edital e seus anexos poderão adquirir gratuitamente, em via digital, junto ao sítio <http://www.riorufino.sc.gov.br>. Questionamentos acerca do edital, serão respondidos pela Pregoeira exclusivamente por meio eletrônico por meio do endereço licitariorufino@hotmail.com, desde que enviados a este e-mail no prazo de até 02 (dois) dias úteis da data designada para a abertura da sessão, sendo de responsabilidade dos interessados a consulta ao sítio <http://www.riorufino.sc.gov.br> para obter informações sobre esta licitação antes da participação nas sessões e também pelo fone 49 3279 0000. Rio Rufino, 01 de Abril de 2019.

Thiago Costa – Prefeito Municipal.

Romelândia

PREFEITURA

PORTARIA 9385/2019

Publicação Nº 1968211

PORTARIA Nº 9385/2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. SCHEILA MARIA SOARES HORBACH, cargo de TECNICO EM ENFERMAGEM, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 03 de julho de 2017 à 02 de julho de 2018.

Art. 2º - O período de concessão será de 01 de abril de 2019 a 30 de abril de 2019.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de abril de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

PORTARIA 9386/2019

Publicação Nº 1968220

PORTARIA Nº 9386/2019

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar Servidor Público Municipal Sr. ITACIR BELUSSO, cargo de Secretário Municipal de Transporte, Obras e Urbanismo, 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de abril de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

PORTARIA 9387/2019

Publicação Nº 1968233

PORTARIA Nº 9387/2019

EXONERA SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar Servidor Público Municipal Sr. JAIRO GONÇALVES DE AZEVEDO, cargo de Motorista, 40 horas semanais, a partir desta

data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de abril de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

PORTARIA 9388/2019

Publicação N° 1968243

PORTARIA N° 9388/2019

EXONERA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar Servidora Pública Municipal Sra. CARINE WILINGNOEFER, cargo de Professora de Educação Infantil, 40 horas semanais, a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de abril de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

PORTARIA 9389/2019

Publicação N° 1968247

PORTARIA N° 9389/2019

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS a Servidora Pública Municipal, Sra. IVANI LUCIA ZANDER, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 06 de março de 2017 à 05 de março de 2018.

Art. 2º - O período de concessão será de 01 de abril de 2019 a 30 de abril de 2019.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de abril de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

PORTARIA 9390/2019

Publicação Nº 1968261

PORTARIA Nº 9390/2019

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS ao Servidor Público Municipal, Sr. NILTON JOSE DE OLIVEIRA, cargo em Comissão de Sub Diretor, 40 horas semanais, referente ao período aquisitivo de 12 de março de 2018 à 11 de março de 2019.

Art. 2º - O período de concessão será de 01 de abril de 2019 a 30 de abril de 2019.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de abril de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

PORTARIA 9391/2019

Publicação Nº 1968264

PORTARIA Nº 9391/2019

NOMEIA SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Servidora Pública Municipal Srª VALÉRIA WELTER, para exercer o cargo em comissão de ASSESSOR ADMINISTRATIVO II CC- 05, conforme Lei Complementar nº 010/2013, de 26 de dezembro de 2013 e inciso II, do artigo 37 da Constituição Federal.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de abril de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

PORTARIA 9392/2019

Publicação Nº 1968276

PORTARIA Nº 9392/2019

INTERROMPE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELÂNDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Interromper Licença sem Remuneração para TRATAR ASSUNTOS PARTICULARES do Servidor Público Municipal Sr. HENRIQUE RODRIGUES LEÃO, concedida pela portaria 9068/2018, conforme o artigo 122 da Lei Municipal Complementar 005/2009.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 05 de dezembro de 2018.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Marcia Maria Melz Francescon

Tecnico Administrativo II

Registrada e publicada a presente portaria em data supra.

PORTARIA 9393/2019

Publicação Nº 1968726

PORTARIA Nº 9393/2019

CONCEDE FÉRIAS REMANESCENTES AO SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

VALDIR BUGS, PREFEITO MUNICIPAL DE ROMELANDIA, ESTADO DE SANTA CATARINA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, DE ACORDO COM A LEI,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder FÉRIAS REMANESCENTES ao Servidor Público Municipal Sr. PAULINO ARI FURTADO, cargo de carreira de Operador de Maquinas, as quais foram suspensas por conveniência do Município conforme portaria nº 9137/2019 e de acordo com o decreto 4.035/2018 de dezembro de 2018.

Art. 2º - O período de concessão será de 01 de abril de 2019 à 08 de abril de 2019.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogando as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Romelândia, 01 de abril de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Vera Lucia Dassoler Pereira

Agente de Recursos Humanos

Registrada e publicada, a presente portaria em data supra.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019

Publicação Nº 1967398

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 606/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019

O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA (SC) realizará licitação na modalidade Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE FORMA PARCELADA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA MERENDA ESCOLAR EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE. Tudo em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, em horário de expediente. Fone para contato (049) 3624-1002, email: compras@romelandia.sc.gov.br, www.romelandia.sc.gov.br. Os documentos e propostas deverão ser entregues até as 08:00 horas do dia 17/04/19. Romelândia (SC), 01/04/2019. VALDIR BUGS - PREFEITO MUNICIPAL.

RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 4.066/2019

Publicação Nº 1968074

RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 4.066/2019

CONSIDERANDO equívoco na data do decreto nº 4.066/2019, onde constou o dia 01 de março de 2019 deveria constar dia 15 de março de 2019, fica retificado a data do Decreto conforme abaixo:

Onde se lê: Romelândia (SC), 01 de março de 2019.

Leia-se: Romelândia (SC), 15 de março de 2019.

DECRETO Nº 4.066/2019	ALTERA A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E A LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, ATRAVÉS DA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	VALDIR BUGS, Prefeito Municipal de Romelândia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei:

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a LDO - Lei de Diretrizes Orçamentária, Lei Municipal nº 2.324/2018, de 11 de dezembro de 2018, em conformidade com o disposto neste ato, pela inclusão da Ação de Governo 1.009 – REFORMA E AMPLIAÇÃO DA GARAGEM DO PARQUE DE MÁQUINAS, relativamente às suplementações e reduções introduzidas neste texto legal.

Art. 2º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a proceder por ato próprio, à abertura de um Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 137.497,63 (Cento e trinta e sete mil, quatrocentos e noventa e sete reais e sessenta e três centavos), destinado a reforçar as dotações orçamentárias abaixo discriminadas:

08.01– Departamento de Infra Estrutura, Obras e Transportes	
26.782.0017.1.019000 – Reforma e Ampliação da Garagem do Parque de Máquinas	
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas	137.497,63
Fonte: 300 – Superávit Recursos Próprios	

Art. 3º - Os recursos para cobertura do crédito adicional dispostos no artigo anterior, são provenientes do Superávit Financeiro do exercício de 2018, apurado no Anexo 14 - Balanço Patrimonial, especificamente na fonte de recursos 100 – Recursos Próprios.

Art. 4º - Este Decreto obedece ao disposto na Lei Municipal nº 2.330/2019 de 15 de março de 2019.

Art. 5º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º – Revogam-se as disposições em contrário.

Romelândia (SC), 01 de abril de 2019.

Valdir Bugs

Prefeito Municipal de Romelândia

Registrado e Publicado o presente Decreto, em data supra.

Adriane T Merigo Jung

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

TOMADA DE PREÇOS Nº. 3 / 2019

Publicação Nº 1968071

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO nº. 616 / 2019

TOMADA DE PREÇOS nº. 3 / 2019

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA (SC) realizará licitação na modalidade Tomada de Preços, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DA GARAGEM DO PARQUE DE MÁQUINAS DO MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA, CFE PROJETO ART 6870755-1 E 6869231-5. Tudo em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras e Licitações, em horário de expediente. Fone para contato: (49) 3624-1002, email: compras@romelandia.sc.gov.br, site www.romelandia.sc.gov.br. Os documentos e propostas deverão ser entregues até às 14:00 horas do dia 18/04/19. Romelândia (SC), 02/04/19. VALDIR BUGS - Prefeito Municipal

Salto Veloso

PREFEITURA

PORTARIA N° 147/2019

Publicação N° 1967572

PORTARIA N° 147 DE 29 DE MARÇO DE 2019.

DESIGNA SERVIDORES PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES NO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO – IPRESVEL.

ANA ROSA ZANELA, PREFEITA MUNICIPAL DE SALTO VELOSO-SC, no uso de suas atribuições, em conformidade com a legislação em vigor,

CONSIDERANDO à ausência de servidores efetivos lotados no IPRESVEL.

CONSIDERANDO o pequeno porte da autarquia, exercendo o princípio da economicidade, previsto no art. 70 da Constituição Federal.

CONSIDERANDO a segregação de funções decorrente do princípio de moralidade, disposto no art. 37 da Constituição Federal.

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados para desempenhar funções no Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Salto Veloso – IPRESVEL os servidores abaixo relacionados:

- Alessandro Fávero – Auxiliar Administrativo
- Álvaro Antônio Biscaro – Contabilidade;
- Fernanda Aparecida Cousseau Ramos de Souza – Tesouraria;
- Fernando Traiczuk – Controle Interno;
- Robinson Andrei Gotardo – Jurídico;
- Rudinei Muller – Folha de Pagamento, Ouvidoria e Responsável pela Tecnologia e Segurança da Informação;
- Zuriel Marco Azzolini Bussi – Compras e Licitação

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 282/2018. Salto Veloso (SC), 29 de março de 2019.

ANA ROSA ZANELA

Prefeita Municipal

Santa Cecília

PREFEITURA

CONTRATOS 071,072,073,074,075,076,077 E ADITIVO 022019 DO CONTRATO 1472018

Publicação Nº 1967916

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 071/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
Contratada.: MARCIANO JOSE RODRIGUES DE CARVALHO EIRELI
Valor.....: 17.416,50 (dezessete mil quatrocentos e dezesseis reais e cinquenta centavos)
Vigência.....: Início: 14/03/2019 Término: 14/03/2020
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 15/2019
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de mangueiras, conexões hidráulicas e correlatos para a frota de máquinas da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbano e Secretaria da Ind. Comércio, Agricultura e Florestas, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no Edital e em seus anexos.

Santa Cecília, 1 de Abril de 2019
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 072/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
Contratada.: CLEUDEMAR MIGUEL DA SILVA
Valor.....: 48.482,50 (quarenta e oito mil quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)
Vigência.....: Início: 18/03/2019 Término: 31/12/2019
Licitação.....: Outras Modalidades Nº.: 1/2019
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender o programa municipal de alimentação escolar da rede municipal de ensino de Santa Cecília, em conformidade com o programa nacional de alimentação escolar, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Santa Cecília, 1 de Abril de 2019
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 073/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
Contratada.: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL
Valor.....: 170.259,30 (cento e setenta mil duzentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos)
Vigência.....: Início: 18/03/2019 Término: 31/12/2019
Licitação.....: Outras Modalidades Nº.: 1/2019
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender o programa municipal de alimentação escolar da rede municipal de ensino de Santa Cecília, em conformidade com o programa nacional de alimentação escolar, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Santa Cecília, 1 de Abril de 2019
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 074/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
Contratada.: COOPERATIVA DE AGRICULTORES FAMILIARES DE
LEBON RE
Valor.....: 172.421,80 (cento e setenta e dois mil quatrocentos e vinte e
um reais e oitenta centavos)
Vigência.....: Início: 18/03/2019 Término: 31/12/2019
Licitação.....: Outras Modalidades Nº.: 1/2019
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e
empreendedor familiar rural para atender o programa municipal de
alimentação escolar da rede municipal de ensino de Santa Cecília, em
conformidade com o programa nacional de alimentação escolar, conforme
relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus
anexos.

Santa Cecília, 1 de Abril de 2019
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 075/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
Contratada.: COOPERATIVA DE PEQUENOS PRODUTORES DE TAO -
COOPE
Valor.....: 39.897,50 (trinta e nove mil oitocentos e noventa e sete reais e
cinquenta centavos)
Vigência.....: Início: 18/03/2019 Término: 31/12/2019
Licitação.....: Outras Modalidades Nº.: 1/2019
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e
empreendedor familiar rural para atender o programa municipal de
alimentação escolar da rede municipal de ensino de Santa Cecília, em
conformidade com o programa nacional de alimentação escolar, conforme
relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus
anexos.

Santa Cecília, 1 de Abril de 2019
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 076/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
Contratada.: NAIR RIBEIRO DA SILVA GOMES
Valor.....: 48.482,50 (quarenta e oito mil quatrocentos e oitenta e dois
reais e cinquenta centavos)
Vigência.....: Início: 18/03/2019 Término: 31/12/2019
Licitação.....: Outras Modalidades Nº.: 1/2019
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e
empreendedor familiar rural para atender o programa municipal de
alimentação escolar da rede municipal de ensino de Santa Cecília, em
conformidade com o programa nacional de alimentação escolar, conforme
relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus
anexos.

Santa Cecília, 1 de Abril de 2019
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Contrato Nº.: 077/2019
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
Contratada.: NEUZA DE FATIMA RIBEIRO
Valor.....: 48.482,50 (quarenta e oito mil quatrocentos e oitenta e dois reais e cinquenta centavos)
Vigência.....: Início: 18/03/2019 Término: 31/12/2019
Licitação.....: Outras Modalidades Nº.: 1/2019
Recursos.....: Dotação:
Objeto.....: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender o programa municipal de alimentação escolar da rede municipal de ensino de Santa Cecília, em conformidade com o programa nacional de alimentação escolar, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Santa Cecília, 1 de Abril de 2019
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

Aditivo Nº.....: 147/18 Adt.02/19 - Contrato Nº: 147/2018
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECILIA
Contratada.: CONSTRUTORA NES EIRELI - ME
Valor.....: 7.428,54 (sete mil quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e quatro centavos)
Vigência.....: Início: 27/03/2019 Término: 31/03/2019
Licitação.....: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 5/2018
Recursos.....: Dotação: 1.027.4.4.90.00.00.00.00.00 (79) Saldo: 128.264,79
Objeto.....: Contratação de empresa especializada para execução de serviços com fornecimento de materiais e equipamentos necessários para reforma e readequação das quadras de esporte das Escolas Municipais José Ribeiro Thomaz e Adaira Costa Silveira, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos.

Santa Cecília, 1 de Abril de 2019
ALESSANDRA APARECIDA GARCIA
PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 022/2019

Publicação Nº 1968600

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA
EXTRATO DE EDITAL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeita Municipal de Santa Cecília, Alessandra Aparecida Garcia, torna público aos interessados, que realizará Licitação Pública, na modalidade de Pregão Presencial para REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de materiais elétricos para manutenção da iluminação Pública (COSIP), através da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Urbano, conforme relação, quantitativos e especificações constantes no edital e em seus anexos. Melhores informações e cópia do presente edital na íntegra, poderão ser obtidas junto ao departamento de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cecília das 08h30min às 12h00min e das 13h30min as 17h30min, ou pelo Telefone (49) 3244-2032.

E-mail: licitacoes@santacecilia.sc.gov.br, site: www.santacecilia.sc.gov.br.

Os documentos para credenciamento das empresas, os envelopes contendo a proposta os documentos de habilitação serão recebidos junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura de Santa Cecília-SC, à Rua João Goetten Sobrinho, 555, centro, Santa Cecília, SC, até o horário limite de 09h00min do dia 16/04/2019.

O início da sessão pública de processamento do pregão será às 09h00min do dia 16/04/2019

Santa Cecília, 01 de Abril de 2019.
Alessandra Aparecida Garcia
Prefeita Municipal

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO N° 28/2019 - PREGÃO PRESENCIAL N° 20/2019

Publicação N° 1968476

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 28/2019 – PREGÃO PRESENCIAL N° 20/2019

O Município de Santa Helena - Prefeitura, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de nº 28/2019, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 20/2019, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para aquisição de equipamentos, materiais permanentes e de consumo de primeira qualidade destinados a várias secretarias do Município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes até as 08h30min do dia 15 de abril de 2019. Abertura dos envelopes as 08h45min do dia 15 de abril de 2019, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, nº 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 01 de abril de 2019.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

AVISO PREGÃO 21-2019 - RP- AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS

Publicação Nº 1967505

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº.36/2019.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.21/2019.
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de lixeiras para colocação nas ruas do perímetro urbano do Município de Santiago do Sul..
Entrega dos Envelopes: 08:00 horas do dia 12 de abril de 2019.
Abertura dos Envelopes:08:00 horas do dia 12 de abril de 2019.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 29 de março de 2019.
JULCIMAR A. LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO PREGÃO 22-2019 - RP- DETONAÇÃO DE ROCHA

Publicação Nº 1967767

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Administrativo Nº.37/2019.
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº.22/2019.
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual prestação de serviço de perfuração e detonação de rochas.
Entrega dos Envelopes: 10:15 horas do dia 12 de abril de 2019.
Abertura dos Envelopes: 10:15 horas do dia 12 de abril de 2019..
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 01 de abril de 2019.
JULCIMAR A. LORENZETTI
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO PREGÃO 23-2019 - RP-MATERIAL PARA ILUMINAÇÃO PUBLICA

Publicação N° 1968552

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo N°.38/2019.

Edital: PREGÃO PRESENCIAL N°.23/2019.

Objeto: Aquisição de materiais elétricos/eletrônicos para utilização na manutenção da iluminação Pública do perímetro urbano do Município de Santiago do Sul.

Entrega dos Envelopes: 13:45 horas do dia 15 de abril de 2019.

Abertura dos Envelopes: 13:45 horas do dia 15 de abril de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br.

SANTIAGO DO SUL, 01 de abril de 2019.

JULCIMAR A. LORENZETTI

PREFEITO MUNICIPAL

Santo Amaro da Imperatriz

PREFEITURA

02-2019 - AVISO DE LICITAÇÃO

Publicação Nº 1968500

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Santo Amaro da Imperatriz

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2019

Tipo: Menor Preço Por Item

Objeto: Aquisição estimada de material odontológico e de equipamentos, nas quantidades e especificações detalhadas encontram-se no Anexo I e II, parte integrante deste edital.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 14:00 h do dia 15 de Abril de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos na Praça Gov. Ivo Silveira, 306, Santo Amaro da Imperatriz, nos dias úteis de segunda-feira à sexta-feira, das 12h:00min às 18h00min ou pelo site www.santoamaro.sc.gov.br

Santo Amaro da Imperatriz, em 01 de Abril de 2019.

Rosângela Passig Turnes

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

DECRETO Nº 6.497/2019

Publicação Nº 1968641

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4300

DECRETO Nº 6.497, de 01 de Abril de 2019.

EXONERA SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

E X O N E R A R :

À pedido, LUIZ CARLOS CARDOZO, do Cargo em Comissão de Gerente de Obras, código CC-1, a partir de 01/04/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Abril de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 6.498/2019

Publicação Nº 1967861

DECRETO Nº 6.498, de 01 de Abril de 2019.

NOMEA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 59, XVI, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 23 e seguintes, da Lei Complementar nº 060/09, resolve

NOMEAR :

SABRINA DUARTE FORTUNATO, brasileira, união estável, CPF 004.390.429 - 76, para o cargo efetivo de Assistente Administrativo, ANMS-I-A, com 30 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Abril de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

PORTARIA 14.613/2019

Publicação Nº 1967900

PORTARIA Nº 14.613, de 01 de Abril de 2019.

AUTORIZA ABERTURA DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA APURAR ACIDENTE DE TRÂNSITO. RESPONSABILIDADE SUBJETIVA.

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

Art. 1º - Fica o controlador interno, autorizado a abrir procedimento administrativo, referente à responsabilidade subjetiva no acidente de trânsito envolvendo o motorista servidor Julio Eduardo Broering.

Art.2º Após abertura do procedimento administrativo caberá a comissão de julgamento disciplinar, apurar os fatos, julgar e responsabilizar administrativamente, caso seja comprovado à referida culpa do dano causado.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 01 de abril de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

ADRIANO DE MEDEIROS CALDAS

Secretário Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

PORTARIA Nº 14.598/2019

Publicação Nº 1967880

PORTARIA Nº 14.598, de 01 de Abril de 2019.

CONCEDE LICENÇA

A SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 143 da Lei Complementar nº 059/09

RESOLVE :

Conceder Licença Prêmio a servidora SANDRA REGINA DA CUNHA RACHADEL, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, a partir de 01/04/2019 à 29/06/2019, relativa ao período aquisitivo de 2013/2018.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Abril de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.599/2019

Publicação Nº 1967876

PORTARIA Nº 14.599, de 01 de Abril de 2019.

CONCEDE LICENÇA

A SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 169 da Lei Complementar nº 060/09

RESOLVE :

Conceder Licença Prêmio a servidora BIANCA MARQUES FERNANDES CASTRO, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, a partir de 01/04/2019 à 30/04/2019, relativa ao período aquisitivo de 2014/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Abril de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.600/2019

Publicação Nº 1967879

PORTARIA Nº 14.600, de 01 de Abril de 2019.
CONCEDE LICENÇA
A SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 154 da Lei Complementar nº 60, de 17/12/2009, resolve

CONCEDER :

Licença Sem Vencimento ao servidor JOSÉ CARLOS LAURINDO MACHADO, ocupante do cargo de Advogado, com 20 horas semanais, a partir de 01/04/2019 à 30/04/2019.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Abril de 2019.
EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.601/2019

Publicação Nº 1967871

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300
PORTARIA Nº 14.601, de 01 de Abril de 2019.
CONCEDE PROMOÇÃO

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 310, "a" das Leis Complementares nºs 060/09 e 097/2011
RESOLVE :

Conceder Promoção Vertical de 10% sobre o valor do vencimento inicial da carreira para o seguinte servidor:

Matrícula	Nomes
5717	Jennifer Vargas Caron

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Abril de 2019.
EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.602/2019

Publicação Nº 1967867

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300
PORTARIA Nº 14.602, de 01 de Abril de 2019.
CONCEDE PROMOÇÃO

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 309, da Lei Complementar nº 060/09
RESOLVE :

Conceder Promoção Vertical de 5% sobre o valor do vencimento inicial da carreira para os seguintes servidores:

Matrícula	Nomes
5597	Eder Zélio dos Santos
5717	Jennifer Vargas Caron

2730

Valéria Maria dos Santos Miranda

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Abril de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.604/2019

Publicação Nº 1967864

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 14.604, de 01 de Abril de 2019.

DESIGNA SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 34/2005, e de acordo com o art. 272, IX e § 2º da Lei Complementar nº 60/2009; e considerando que o Processo Seletivo nº 09/2018; e considerando que serão adotadas as medidas necessárias para realização de Concurso Público e considerando a Comunicação Interna nº 30/2019 expedida pela Secretaria Municipal de Saúde com a Determinação da Contratação Emergencial, resolve

D E S I G N A R :

De acordo com o artigo 272, IX, da Lei Complementar nº 060/2009

CINTIA DUARTE, para ocupar o cargo de Médico, atuando na Estratégia da Saúde da Família - ESF, a partir de 01/04/2019 à 01/10/2019, com 40 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Abril de 2019.

EDÉSIO JUSTEN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.605/2019

Publicação Nº 1967858



Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ

Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000

Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 14.605, de 01 de Abril de 2019.

CONCEDE INSALUBRIDADE

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e considerando o exercício em atividades potencialmente insalubres, conforme realização de Perícia, que segue em anexo fazendo parte integrante desta apenas as atividades descritas no item 7 e seguintes do presente laudo, de acordo com o art. 122 e seguintes da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009, resolve

C O N C E D E R:

Adicional de Insalubridade, na ordem de 20% (grau médio) a:

Matrícula	Nome
7759	Cintia Duarte

Registre-se e Publique

Gabinete do Prefeito, em 01 de Abril de 2019.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.607/2019

Publicação Nº 1967863

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ
Praça Governador Ivo Silveira, 306 – CEP 88.140-000
Fone/fax (0xx48) 3245-4300

PORTARIA Nº 14.607, de 01 de Abril de 2019.

DESIGNA SERVIDORAS

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve

D E S I G N A R :

De acordo com o Artigo 272, IV da Lei Complementar nº 060, de 17/12/2009

CATERINE NOGUEIRA MENDES, para ministrar aulas excedentes de dança no Setor de Esportes, a partir de 01/04/2019 à 29/11/2019, com 10 horas semanais.

SÔNIA ESPINDOLA, para em substituição à SANDRA REGINA DA CUNHA RACHADEL ministrar aulas no Pré II B da Escola Básica Municipal Profª Lourdes Garcia, a partir de 01/04/2019 à 29/06/2019, com 30 horas semanais.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Abril de 2019.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.609/2019

Publicação Nº 1967895

PORTARIA Nº 14.609, de 01 de Abril de 2019.

**CONCEDE LICENÇA
A SERVIDORA**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 143 da Lei Complementar nº 059/09

RESOLVE:

Conceder Licença Prêmio à servidora PAULA ROSANA MACHADO ANTERO, ocupante do cargo de Professora da Educação Básica, a partir de 01/04/2019 à 30/05/2019, relativa ao período aquisitivo de 2005/2010.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Abril de 2019.

EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.610/2019

Publicação Nº 1967899

PORTARIA Nº 14.610, de 01 de Abril de 2019.

**CONCEDE LICENÇA
A SERVIDOR**

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 169 da Lei Complementar nº 060/09

RESOLVE :

Conceder Licença Prêmio ao servidor TOM BERNARDES DE OLIVEIRA HEIDENREICH, ocupante do cargo de Assistente administrativo, a partir de 01/04/2019 à 29/06/2019, relativa ao período aquisitivo de 2012/2017.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Abril de 2019.
EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.611/2019

Publicação Nº 1967904

PORTARIA Nº 14.611, de 01 de Abril de 2019.
CONCEDE LICENÇA
A SERVIDORA

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 169 da Lei Complementar nº 060/09
RESOLVE:
Conceder Licença Prêmio à servidora MARION BERENICE SEIFERT, ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Posturas, a partir de 01/04/2019 à 15/04/2019, relativa ao período aquisitivo de 2008/2018.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Abril de 2019.
EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 14.612/2019

Publicação Nº 1967907

PORTARIA Nº 14.612, de 01 de Abril de 2019.
CONCEDE LICENÇA
A SERVIDOR

O Prefeito do Município de Santo Amaro da Imperatriz, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 169 da Lei Complementar nº 060/09
RESOLVE:
Conceder Licença Prêmio ao servidor CARLOS GARCIA, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista, a partir de 01/04/2019 à 29/06/2019, relativa ao período aquisitivo de 2011/2016.

Registre-se e Publique-se

Gabinete do Prefeito, em 01 de Abril de 2019.
EDÉSIO JUSTEN
Prefeito Municipal

ATA DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS - PREGÃO 16/2019

Publicação Nº 1967662

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ CNPJ: 82.892.324/0001-46 Praça Governador Ivo Silveira C.E.P.: 88140-000 - Santo Amaro da Imperatriz - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 16/2019 - PR Processo Administrativo: 15/2019 Processo de Licitação: 16/2019 Data do Processo: 15/03/2019
Folha: 1/1	

OBJETO DA LICITAÇÃO:

A presente licitação tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa para execução dos serviços de retirada e recuperação do pavimento em lajotas sextavadas de concreto e a remoção e recolocação de meio-fio de concreto para atender às necessidades do município de Santo Amaro da Imperatriz.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 29 de Março de 2019, às 14:08 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SANTO AMARO DA IMPERATRIZ, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 14338, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 16/2019, Licitação nº 16/2019 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão:**Participante: 12350 - CRESTANI COMERCIO EIRELI - ME**

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Retirada e recuperação do pavimento em lajotas de concreto	m²	25.000,00		0,0000	17,00	425.000,00
2	Remoção e recolocação de meio-fio	m	5.000,00		0,0000	8,50	42.500,00
Total do Participante ----->							467.500,00
Total Geral ----->							467.500,00

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Santo Amaro da Imperatriz, 29 de Março de 2019

COMISSÃO:

ANA PAULA KUHNEN MARTINS - - Pregoeiro(a)
 Luciana de Oliveira - - Tec Contabil
 Adolfo Júlio Derner - - Assist Adm

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

FELIPA ANDRE GOEDERT - - Representante

São Bento do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 1278/2019

Publicação Nº 1967995

DECRETO Nº 1278, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

ALTERA DECRETO Nº 1244/2019 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 4º da Lei nº 3416, de 08 de setembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º O art. 1º do Decreto nº 1244, de 1º de março de 2019, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional - COMSEA, e seus respectivos suplentes, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

X – Representante do Serviço Social do Comércio - SESC:

Deise Stahnke – Titular.

Sibéli Liziane Drozdek – Suplente.

(...)”

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de março de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 1279/2019

Publicação Nº 1968000

DECRETO Nº 1279, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

HOMOLOGA RESOLUÇÕES Nº 002/2019 E Nº 003/2019 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam homologadas as Resoluções nº 002 e nº 003/2019, ambas de 29 de março de 2019, do Conselho Municipal de Saúde, parte integrante do presente.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 1º de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA

DE _____ A _____

PUBLICADO NO DOM Nº _____

PÁGINA _____ DE _____

ASSINATURA:

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO n.º. 002/2019

São Bento do Sul, 29 de Março de 2019

Dispõe sobre a Aprovação dos Indicadores da Pactuação Interfederativa 2019 e do Relatório Anual de Gestão 2018.

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8080 de 19 de setembro de 1990 e pela Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art.1º Aprovar os Indicadores da Pactuação Interfederativa 2019.

Art.2º Aprovar o Relatório Anual de Gestão 2018

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Presidente

Conselho Municipal de Saúde de São Bento do Sul

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO n.º. 003/2019

São Bento do Sul, 29 de Março de 2019

Dispõe sobre a Aprovação do Regimento Interno da 15ª Conferência Municipal de Saúde.

O Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei 8080 de 19 de setembro de 1990 e pela Lei 8142 de 28 de dezembro de 1990,

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Regimento Interno da 15ª Conferência Municipal de Saúde

MANUEL RODRIGUEZ DEL OLMO

Presidente

Conselho Municipal de Saúde de São Bento do Sul

ERRATA N° 6896/2019

Publicação N° 1968004

ERRATA:

Na publicação da Portaria nº 6896, de 19 de março de 2019, no Diário Oficial Edição nº 278174, página 1251, de 21 de março de 2019, no local que se lê "AMANDA MICHELE ALVES SZLACHTA DO SANTOS" leia-se "AMANDA MICHELE ALVES SZLACHTA DOS SANTOS".

EXTRATO DO CONTRATO N° 049/2019

Publicação N° 1967947

EXTRATO DO CONTRATO N° 049/2019

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Empreitada que entre si celebram o MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL e a Empresa JDI CONSTRUTORA LTDA.

DO OBJETO: Contratação de empresa para reforma dos sanitários da Praça Getúlio Vargas, conforme memorial descritivo em anexo ao Edital de Tomada de Preços nº 35/2019, documentos esses que ficam fazendo parte integrante do presente Contrato, como se aqui estivessem, integrais e expressamente transcritos.

DO VALOR: R\$ 62.771,03 – valor total.

DO PRAZO: 03 (três) meses, a contar da data de emissão da Ordem de Serviço.

DA VIGÊNCIA: 04 (quatro) meses, a contar de 22 de março de 2019 e a terminar em 21 de julho de 2019, para fins administrativos e financeiros, porém a conclusão da obra deverá ser realizada no prazo estipulado de 03 (três) meses.

São Bento do Sul, 22 de março de 2019.

ASS: ADELINO DENK, pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo do Município.

JDI CONSTRUTORA LTDA, como Contratada.

LEI N° 4054/2019

Publicação N° 1967991

LEI N° 4054, DE 2 DE ABRIL DE 2019.

AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, POR INTERMÉDIO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTO, E O SAMAE DE SÃO BENTO DO SUL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais insculpidas especialmente na Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara de Vereadores aprova e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a Fundação Municipal de Desportos - FMD a entabular convênio com o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, na forma contemplada no Anexo Único, parte integrante desta lei.

Art. 2º O objeto do convênio é a parceria entre o SAMAE e a FMD, visando a revisão, reformulação e ampliação dos equipamentos e do espaço ocupado pela "Academia ao Ar Livre", localizada no Parque Florestal SAMAE, na Avenida dos Imigrantes, junto à Estação de Tratamento de Esgoto do Bairro Brasília, e o oferecimento de acompanhamento profissional à população adepta das atividades físicas praticadas naquele local, por meio do acompanhamento adequado de profissionais.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do SAMAE:

23.04.1004 – 3.4.4.90.52.00.00.0000 – Equipamentos e Material Permanente – Para os equipamentos.

23.04.1004 – 3.4.4.90.51.00.00.0000 – Obras e Instalações – Para a cobertura da academia.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 2 de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

TERMO DE CONVENIO N.º ** /2019

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE, de São Bento do Sul, inscrito no CNPJ sob o n.º 86.050.978/0001-83, com sede à Rua Marechal Floriano, 214, Centro, e a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL - FMD, com sede à Rua Benjamin Constant, 118, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 02.406.542/0001-94, o primeiro representado por seu Diretor Presidente, Sr. FRIDOLINO VAN DEN BOOM, portador do CPF n.º 529.661.199-34, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 6º da Lei n.º 41/66, de 17/08/1966, e a segunda por seu Diretor Presidente, Sr. SYLVIO ROBERTO MUNHOZ, portador do CPF nº 294.452.809-20, resolvem celebrar o presente CONVÊNIO, em regime de mútua cooperação, mediante as disposições expressas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente CONVÊNIO tem o objetivo de celebrar parceria SAMAE e a FMD, visando a revisão, reformulação e ampliação dos equipamentos e do espaço ocupado pela "Academia ao Ar Livre", localizada no Parque Florestal SAMAE, na Avenida dos Imigrantes, junto à Estação de Tratamento de Esgoto do Bairro Brasília, e o oferecimento de acompanhamento profissional à população adepta das atividades físicas praticadas naquele local, por meio do acompanhamento adequado de profissionais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES DO SAMAE

O SAMAE obriga-se a zelar pela perfeita conservação e manutenção das instalações da "Academia ao Ar Livre" e das trilhas localizadas no parque, fazendo a reformulação e ampliação do espaço com novos equipamentos, dotando-o de cobertura sobre os aparelhos, tornando o local adequado às condições de clima/tempo para utilização diária pelos frequentadores do local, bem como permitindo a realização, em melhores condições, dos diversos eventos de educação ambiental e mobilização social realizados pela Autarquia diretamente ou através de parcerias.

Parágrafo Único. Fica a cargo do SAMAE realizar as manutenções requeridas pela FMD, visando manter a funcionalidade e segurança dos equipamentos instalados na "Academia ao Ar Livre".

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA FMD

A Fundação Municipal de Desportos - FMD disponibilizará profissional capacitado para acompanhar e orientar, em horários a serem definidos pelos gestores, os cidadãos que se utilizarem do espaço do Parque Florestal do SAMAE para atividades físicas. A presença de profissional orientador fomentará a correta utilização dos equipamentos da "Academia ao Ar Livre" em conjunto com a trilha já existente no Parque e possibilitará a ampliação das atividades educativas no espaço.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DESPESAS

As despesas decorrentes da execução do objeto do presente CONVÊNIO, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias, do orçamento vigente do SAMAE:

23.04.1004 – 3.4.4.90.52.00.00.0000 – Equipamentos e Material Permanente – Para os equipamentos.

23.04.1004 – 3.4.4.90.51.00.00.0000 – Obras e Instalações – Para a cobertura da academia.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente CONVÊNIO terá vigência de 60 (sessenta) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser alterado, a qualquer tempo, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA OITAVA – DA EXTINÇÃO

O presente CONVÊNIO será rescindido pela inobservância das condições estipuladas ou pela vontade dos órgãos envolvidos, manifestada

com, no mínimo, 60 (sessenta) dias de antecedência.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICAÇÃO

Este termo será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina, nos termos do Parágrafo Único do Artigo 61º da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de São Bento do Sul/SC, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem, para dirimir quaisquer questões fundadas neste CONVÊNIO.

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente termo, em 03 (três) vias de igual teor e forma, que foi lido e assinado pelas partes contratantes, na presença das testemunhas abaixo.

São Bento do Sul, 14 de março de 2019.

FRIDOLINO VAN DEN BOOM

Diretor Presidente – SAMAE

SYLVIO ROBERTO MUNHOZ

Diretor Presidente – FMD

TESTEMUNHAS:

1) _____

Nome:

CPF:

2) _____

Nome:

CPF:

PORTARIAS Nº 7007/2019 A 7016/2019

Publicação Nº 1968009

PORTARIA Nº 7007, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

ALTERA PORTARIA Nº 6591/2019 QUE NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e considerando o que dispõe a Lei nº 060, de 29 de maio de 2001,

RESOLVE:

Art. 1º O art. 1º da Portaria nº 6591, de 12 de março de 2019, que nomeia os membros do Conselho Municipal de Saúde, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

NÚCLEO DE APOIO À VIDA DE SÃO BENTO DO SUL - NAVISBS

Angelo Celeski - titular

Karen Lili Fechner - suplente

(...)”

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 29 de março de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7008, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Nomeia Servidor Público Municipal

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01 resolve,

NOMEAR:

A partir de 29 de março de 2019, CLAUDIO CESAR DA SILVA SANTOS, em caráter efetivo, habilitado no Concurso Público de nº 007/2016, homologado em 01 de julho de 2016, para exercer o cargo de Assistente Administrativo, Grupo Ocupacional 4, Nível I, Classe A, em regime de 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Finanças.

São Bento do Sul, 29 de março de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7009, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,
RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 1º de abril de 2019, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada ADELAIDE CRISTIANA SADOWSKY ROSÁ, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Nível II, Classe G, matrícula nº 3630, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas nos autos do processo administrativo nº 1867/2019, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2019.

São Bento do Sul, 1º de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7010, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 1º de abril de 2019, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição à segurada LUSIA DE FÁTIMA TREML, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, Grupo Ocupacional Ensino Fundamental – Anos Iniciais, Nível II, Classe G, matrícula nº 13150, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas nos autos do processo administrativo nº 3911/2019, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2019.

São Bento do Sul, 1º de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7011, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal com redação alterada pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 35, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 1º de abril de 2019, aposentadoria voluntária por idade, proporcional ao tempo de contribuição à segurada CECILIA NOVAK DE SOUZA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços, Grupo Ocupacional Operacional I, Nível I, Classe E, matrícula nº 33350, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma data aplicável no âmbito do Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas nos autos do processo administrativo nº 1239/2019, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2019.

São Bento do Sul, 1º de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7012, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47/2005 e art. 66, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 1º de abril de 2019, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição ao segurado ILARIO LUIS SCHRODER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina I, Grupo Ocupacional Funcional com Habilitações Específicas em Operações de Máquinas e Veículos Pesados – 04 – em Extinção, Nível I, Classe I, matrícula nº 10600, lotado na Secretaria Municipal de Obras.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas nos autos do processo administrativo nº 3295/2019, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2019.

São Bento do Sul, 1º de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7013, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE APOSENTADORIA

MAGNO BOLLMANN, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003 e art. 65, da Lei Municipal nº 1718, de 24 de novembro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, provisoriamente, a partir de 1º de abril de 2019, aposentadoria voluntária integral por idade e tempo de contribuição ao segurado JOSÉ JURANDIR DA SILVA FELICIANO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Pintor, Grupo Ocupacional Operacional com Habilitações Específicas - 02, Nível I, Classe G, matrícula nº 23150, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Parágrafo único. O reajuste do benefício dar-se-á na mesma proporção e na mesma data sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade.

Art. 2º A consolidação deste ato, com a validação das características apresentadas nos autos do processo administrativo nº 4046/2019, deferido pelo Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São Bento do Sul – IPRESBS, depende de homologação pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de abril de 2019.

São Bento do Sul, 1º de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7014, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Exonera Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

EXONERAR, a partir de 1º de abril de 2019, TEODOSIO KACHUBA, do cargo de Chefe de Divisão Administrativo-Financeiro, na Empresa Municipal de Habitação.

São Bento do Sul, 1º de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7015, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Nomeia Chefe de Divisão

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 56/2001,

RESOLVE:

NOMEAR, a partir de 1º de abril de 2019, TEODOSIO KACHUBA, no cargo de Chefe de Divisão de Cadastro e Projetos, na Empresa Municipal de Habitação.

São Bento do Sul, 1º de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 7016, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

AUTORIZA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar o servidor FERNANDO METZ JUNIOR, ocupante do cargo de Chefe de Divisão de Manutenção de Drenagem Urbana, na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, a dirigir, eventualmente e quando necessário, os veículos oficiais:

- Ford/Courier, placas MDS 2627;
- Ford/Ranger, placas MBX 9437;
- GM/Corsa, placas MLO 1104;
- Fiat/Uno, placas MFB 7792;
- Ford/Courier, placas MJA 6894;
- VW/Gol, placas MHQ 7082;
- Ford/F400, placas LZT 2091;

- GM/Celta, placas MCS 6907;
- Ford/Ka, placas QJF 7185;
- Kia/Bongo Frontier, placas MKD 0329;
- Toyota placas LZR 0941;
- Peugeot/Hoggar, placas MIO 9267;
- Ford/Fiesta, placas MEF 0074;
- Fiat/Doblo, placas MCX 3586;
- Fiat/Strada, placas MGY 3194;
- Fiat/Strada, placas MBI 6455.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 1º de abril de 2019.

MAGNO BOLLMANN

Prefeito Municipal

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO Nº 04/2019 - FMD

Publicação Nº 1967339

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS DE SÃO BENTO DO SUL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2019

MENOR PREÇO POR ITEM

A Fundação Municipal de Desportos de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através do seu Diretor Presidente Sr. Sylvio Roberto Munhoz, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 de 17/07/2002 e Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e suas alterações, que receberá até às 08:30 horas do dia 16 de Abril de 2019, na sede da Prefeitura Municipal, rua Jorge Lacerda, nº 75, propostas para:

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS (ETANOL, GASOLINA COMUM E ÓLEO DIESEL S10) PARA ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS.

Os interessados poderão retirar o Edital completo pelo site da Prefeitura, no endereço: <http://saobentodosul.atende.net>, obter maiores informações na Fundação Municipal de Desportos, na Rua Benjamin Constant, 118 – Centro – Antiga Móveis Leopoldo, no horário das 07:30h às 12:00h e das 13:00h às 16:30h.

São Bento do Sul, 27 de março de 2019

SYLVIO ROBERTO MUNHOZ

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Desportos

CARLA ELOISE MÜLBAUER

Pregoeira

São Bernardino

PREFEITURA

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 08/2019

Publicação Nº 1967332

CONTRATO ADMINISTRATIVO POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO 008/2019

Instrumento de CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO de EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS, por excepcional interesse público, no qual são partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ Nº 01.612.812/0001-50, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, situada na Rua Verônica Scheid nº 1.020, centro, nesta cidade, neste ato devidamente representado pelo seu Prefeito Municipal o Sr. ADELI JOSÉ RIFFEL, doravante denominado MUNICÍPIO e de outro lado a Sra. ANA CAROLINA WERNER DA ROSA, brasileira, solteira, inscrita no CPF n. 093.660.049-70, R.G. 6.568.786, com endereço na Rua Tancredo Neves, n. 198, Bairro São Francisco, em Campo Erê/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATADA.

CONSIDERANDO:

1. O disposto na Constituição Brasileira, em seu art. 37, inciso IX (Capítulo VII do Título III - Da Administração Pública), que estabelece a contratação de pessoal por tempo determinado por excepcional interesse público;
2. A Lei Complementar nº 050/2014 de 18/12/2014, que trata das contratações temporárias no Município para o quadro do Magistério Público Municipal;
3. Que o Município de São Bernardino – SC, encontra-se com necessidade de contratar por tempo determinado, Professor com Licenciatura em Artes, para atuar junto a Secretaria de Educação do Município, visando dar continuidade a prestação do serviço público;
4. Que a necessidade de contratação foi fato imprevisível e deverá ser transitória;
5. O excepcional, urgente e relevante interesse público na referida contratação;
6. A formação do profissional contratado, com especialização na área;

Têm entre si, como justo e contratado, na melhor forma de direito o presente instrumento de contrato mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO E SEUS ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS:

O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público é a prestação de serviços de Professor com Licenciatura em Artes, a ser desempenhado junto a Secretaria Municipal de Educação, com uma jornada semanal de 20 (vinte) horas.

CLÁUSULA SEGUNDA - O REGIME DE EXECUÇÃO OU A FORMA DE FORNECIMENTO:

Execução direta, na modalidade mensal, por tempo certo e determinado e em caráter de excepcional interesse público.

CLÁUSULA TERCEIRA - O PREÇO E AS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

A remuneração mensal paga à contratada será de R\$ 1.541,88 (um mil quinhentos e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA - OS PRAZOS:

Este contrato tem como prazo de vigência o período compreendido:

PRAZO DE INÍCIO: 01 de Abril de 2019

PRAZO DE CONCLUSÃO: 20 de dezembro de 2019

CLÁUSULA QUINTA - OS DIREITOS E AS RESPONSABILIDADES DAS PARTES, AS PENALIDADES CABÍVEIS E OS VALORES DAS MULTAS:

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO (A) – Executar os serviços pessoais em favor da municipalidade, conforme sua formação, durante o prazo de vigência deste instrumento, empenhando esforços no desempenho dos trabalhos realizados, prestando serviços de Professor com Licenciatura em Artes.

OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE – Disponibilizar todos os meios necessários para a execução dos serviços.

O CONTRATADO (A) tem direito a gratificação natalina e férias proporcionais, que serão pagas no final do contrato.

O presente contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

O CONTRATADO (A), não poderá subcontratar ou ceder a terceiros os seus serviços ora contratados.

O CONTRATANTE fica no direito que lhe confere, modificar o presente contrato, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público; rescindir o presente contrato, unilateralmente, nos casos previstos neste instrumento e nos casos previstos em lei e, fiscalizar a execução do contrato.

O CONTRATANTE não poderá alterar as cláusulas econômico-financeiras sem prévia concordância do CONTRATADO (A).

O presente contrato poderá sofrer alterações com as devidas justificativas – Unilateralmente pelo CONTRATANTE, quando houver modificações do projeto ou das especificações dos serviços aos seus objetivos, e quando necessária à modificação do valor contratual em

decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto; e poderá ser alterado o presente contrato, por acordo entre ambas as partes, quando necessária à modificação do regime de execução dos serviços ou fornecimento, em face de originários e, quando necessária modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes.

Fica vedada a antecipação de pagamentos, com relação ao cronograma financeiro fixado neste contrato, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de serviços.

O CONTRATADO fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços.

O VALOR DA MULTA: Fica fixada a multa no valor correspondente a 10% (dez por cento), sobre o valor total deste contrato, em prejuízo da parte que infringir qualquer cláusula ou condição deste contrato.

O CONTRATADO fica obrigado a manter, durante toda a execução deste contrato, compatibilidade com as suas obrigações assumidas.

DAS PENALIDADES – O contratado (a) fica desde já obrigado ao exercício da função pública, nos limites e obrigações igualmente impostos aos servidores efetivos por força do Estatuto do Servidor, sem que com isso adquira direito igual aos benefícios individuais previstos naquele texto legal, com exceção a aqueles inerentes ao exercício de determinada função.

As sanções administrativas e a tutela judicial aplicam-se a ambas as partes pactuadas neste contrato, conforme disposto em lei.

Além das condições estabelecidas neste instrumento contratual, as partes ajustarão condições, obrigações e responsabilidades recíprocas, de modo a não prejudicar o interesse público e nem a probidade administrativa.

CLÁUSULA SEXTA - OS CASOS DE RESCISÃO E DE EXTINÇÃO:

São casos de rescisão contratual o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, serviços e o cumprimento irregular de cláusulas instituídas neste contrato, especificações, projetos, serviços ou prazos; a paralisação do serviço ou fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação ao CONTRATANTE; o cometimento reiterado de faltas na execução deste contrato, além de outros legalmente estabelecidos.

Qualquer das partes contratantes poderá solicitar a rescisão contratual, com prévia comunicação de 10 (dez) dias antecedente ao último.

O presente contrato extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual e por iniciativa de ambas as partes;

O tempo de serviço prestado por força da presente contratação será contado para todos os fins e efeitos.

CLAUSULA SETIMA - A LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DESTES CONTRATO E ESPECIALMENTE AOS CASOS OMISSOS:

Fica o presente contrato vinculado a Lei Orgânica Municipal e às Leis Municipais que lhe são correlatas, e ainda, aos preceitos legais instituídos pelo Direito Público quanto aos contratos administrativos e às disposições constitucionais pertinentes e aos princípios da teoria geral dos contratos.

A contratação dos serviços pessoais de que trata o presente instrumento, se dará por tempo determinado, para atender necessidades urgentes e indispensáveis aos serviços da Administração Pública Municipal, conforme autoriza a Constituição Federal, inciso IX, Art. 37.

Aos casos omissos, as dúvidas e as questões incidentes serão resolvidas pela autoridade superior que represente o CONTRATANTE, e na impossibilidade desta, a competência será do Poder Judiciário da Comarca do CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO:

O foro do presente contrato é o da Comarca de Campo Erê/SC, para dirimir possíveis casos omissos, dúvidas e as questões incidentes oriundas da avença.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Assim, na melhor forma de direito, sendo livres, capazes e conscientes as partes, assinam o presente contrato em duas vias de igual teor, forma e espaço, sendo cada via composta de laudas digitadas e impressas, na presença de duas testemunhas que conhecem o teor do mesmo e que também assinam, para maior validade jurídica.

Município de São Bernardino/SC, em 01 de Abril de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

ANA CAROLINA WERNER DA ROSA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª _____ CPF: _____

2ª _____ CPF: _____

PORTARIA N. 113/2019

Publicação Nº 1967711

PORTARIA Nº 113/2019 de 01/04/2019

	HOMOLOGA DESISTÊNCIA DE VAGA DO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2018 DE 02/05/2018, DO MUNICÍPIO DE SÃO BERNARDINO/SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, Lei Orgânica do Município, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e em especial Item 12.2.8 do Edital de Concurso Público 01/2018 de 02/05/2018;

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar a desistência de YARA MONIQUE CAIRES FRANCO, do Concurso Público Edital 01/2018 de 02/05/2018, referente ao cargo de MÉDICO, para o qual foi nomeada pelo Decreto 063/2019 de 26/03/2019, conforme declaração de desistência de vaga em anexo, e encaminhada ao Setor de Recursos Humanos na data de hoje.

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente portaria, serão de dotações próprias do orçamento municipal.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, em 01 de Abril de 2019.

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretária Municipal da Administração e Fazenda

PORTARIA N. 114/2019

Publicação Nº 1967723

PORTARIA Nº 114/2019 DE 01/04/2019

	DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais à Servidor Público Municipal, Sr. MARCIO LUIZ KUNZ, matrícula 467/02, do dia 01/04/2019 à 15/04/2019, (15 dias) referente ao período aquisitivo de 10/02/2017 à 09/02/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 01 de abril de 2019.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretario Municipal da ADM e Fazenda

PORTARIA N. 115/2019

Publicação Nº 1967733

PORTARIA Nº 115/2019 DE 01/04/2019

	DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais à Servidor Público Municipal, Sr. ROGERS ANTONIO GALUPO, matrícula 519/01, do dia 01/04/2019 à 15/04/2019, (15 dias) referente ao período aquisitivo de 01/03/2018 à 28/02/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 01 de abril de 2019.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretario Municipal da ADM e Fazenda

PORTARIA N. 116/2019

Publicação Nº 1967734

PORTARIA Nº 116/2019 DE 01/04/2019

	DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais à Servidora Pública Municipal, Sra. PATRICIA SABEDOT, matrícula 1459/01, do dia 01/04/2019 à 30/04/2019, (30 dias) referente ao período aquisitivo de 23/01/2018 à 22/01/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 01 de abril de 2019.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretario Municipal da ADM e Fazenda

PORTARIA N. 117/2019

Publicação N° 1967735

PORTARIA N° 117/2019 DE 01/04/2019

	DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais à Servidora Pública Municipal, Sra. DANIELA ECHEVESTE DOS SANTOS LUDWIG, matrícula 1188/01, do dia 01/04/2019 à 30/04/2019, (30 dias) referente ao período aquisitivo de 13/02/2017 à 12/02/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 01 de abril de 2019.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretario Municipal da ADM e Fazenda

PORTARIA N. 118/2019

Publicação N° 1967736

PORTARIA N° 118/2019 DE 01/04/2019

	DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
	ADELI JOSÉ RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias Normais à Servidor Público Municipal, Sr. LEONIR ANTONIO LUDWIG, matrícula 247/01, do dia 01/04/2019 à 30/04/2019, (30 dias) referente ao período aquisitivo de 07/06/2015 à 06/06/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina em 01 de abril de 2019.
--	--

ADELI JOSÉ RIFFEL
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretario Municipal da ADM e Fazenda

PORTARIA N. 119/2019

Publicação Nº 1967737

PORTARIA Nº 119/2019 DE 01/04/2019

	DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A MEMBRO DO CONSELHO TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.	
	ADELI JOSE RIFFEL, Prefeito Municipal de São Bernardino, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial o Artigo 102 da Lei Municipal nº 004/1997 de 06/01/1997.	

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido Férias a membro do Conselho Tutelar, Sra. JOCIELI ANTUNES VIEL, matrícula 168/01, do dia 01/04/2019 à 30/04/2019 (30 dias), referente ao período aquisitivo de 11/11/2017 à 10/11/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

	Gabinete do Prefeito Municipal de São Bernardino SC, em 01 de março de 2019.
--	---

ADELI JOSÉ RIFFEL.
Prefeito Municipal

REGISTRADA E PUBLICADA NA DATA SUPRA

EDILAINE GOMES WERNER
Secretaria de Adm. e Fazenda

São Bonifácio

PREFEITURA

CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2019

Publicação Nº 1968815

CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2019
De 11 de Março de 2019.

Fica desconsiderada a PUBLICAÇÃO DO EXTRATO DO CONTRATO Nº 05/2019 de 11 de Março de 2019, onde referia-se ao PREGÃO PRESENCIAL nº 18/2018, cujo objeto tratava-se aquisição de 01 (uma) moto niveladora (patrola) nova articulada de fabricação Nacional a partir de 2019, para a Secretaria de Transportes, Obras e Serviços do Município de São Bonifácio/SC. Motivo: A empresa vencedora do certame JHC LOCAÇÕES EIRELLI EPP, pediu desclassificação do certame por não ser mais concessionária autorizada da marca, devendo, então, ser absolutamente desconsiderado para todos os efeitos legais. São Bonifácio, 28 de Março de 2019. Ricardo de Souza Carvalho – Prefeito Municipal.

CONTRATO Nº 08/2019

Publicação Nº 1967866

EXTRATO DO CONTRATO Nº 08/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO.

Contratada: FABIANO WEBER, Estrada Geral, s/nº - Alto Capivari – São Bonifácio/SC, CPF: 037.199.779-86.

Valor total do contrato: R\$ 5,80 (cinco reais e oitenta centavos) por km rodado.

Objeto: Contratação de Serviços de Transporte Escolar para o Município de São Bonifácio, para o Exercício de 2019.

Vigência: 14/03/2019 a 31/12/2019.

Processo Licitatório nº 17/2019 – modalidade Pregão Presencial nº 04/2019.

CONTRATO Nº 09/2019

Publicação Nº 1968979

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2019

Contratante: Município de São Bonifácio.

Contratado: SHARK MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, sediada à Rua Paulo Zimmermann nº 1350, Bairro Jardim Janaina, Biguaçu/SC

Valor total do contrato: R\$ 505.000,00 (quinhentos e cinco mil reais)

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para aquisição de 01 (uma) moto niveladora (patrola) nova para a Secretaria de Transportes, Obras e Serviços do Município de São Bonifácio/SC, conforme especificações do Termo de Referência e demais anexos ao Pregão nº 18/2018.

Vigência: 01/04/2019 a 31/12/2019.

Processo de Licitação nº 42/2018, modalidade Pregão Presencial nº 18/2018

DECRETO CTB Nº 23/2019

Publicação Nº 1968177

Decreto CTB Nº 023/2019.

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1469/2018, de 12 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos dos recursos oriundos do Superávit Financeiro um Crédito Suplementar no montante de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

12 - SECRETARIA MUNICIPAL TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS

12.01-SECRETARIAMUNICIPALTRANSPORTE,OBRASESERVIÇOS

12.01.15.452.0007.2.026-3.3.90.00.00.00.709- Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 01 de abril de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

DECRETO CTB Nº 24/2019

Publicação Nº 1968184

Decreto CTB Nº 024/2019

Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

RICARDO DE SOUZA CARVALHO, Prefeito Municipal de São Bonifácio, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade do artigo 8.º, da Lei n.º 1469/2018, de 12 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1.º - Fica aberto por conta dos recursos oriundos do Superávit Financeiro um Crédito Suplementar no montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais) para suplementar a modalidade da despesa abaixo relacionada:

05.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

05.01 – Secretaria Municipal da Educação

10.306.0002.2.009– 3.3.90.00.00.00.00.013 – Aplicações Diretas R\$ 60.000,00

Art 2º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 01 de abril de 2019.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

São Carlos

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL N. 018/2019 - ADM

Publicação Nº 1967294

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo Adm. nº:	021/2019 - ADM
Contrato ADM Nº	018/2019 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	FABIO DA ROSA CASTANHO & CIA LTDA
Objeto :	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS NAS ÁREAS DE CONSULTORIA, CADASTRO E APOIO ADMINISTRATIVO, ELABORAÇÃO DE PROJETOS E ACOMPANHAMENTO DE CONVÊNIOS JUNTO AOS GOVERNOS FEDERAL E ESTADUAL
Valor :	R\$ 37.614,24 (trinta e sete mil seiscentos e quatorze reais e vinte e quatro centavos)
Vigência :	31/12/2019
Licitação:	Tomada de Preços p/ Compras e Serviços nº 001/2019 - ADM
Recursos :	DOTAÇÃO: 2.003.3390.00 - 0 - 22/2019 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL.
SÃO CARLOS/SC, 01 DE ABRIL DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO CONTRATUAL N. 019/2019 - ADM

Publicação Nº 1968677

Estado de Santa Catarina	
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo Adm. nº:	036/2019 - ADM
Contrato ADM Nº	019/2019 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	TRANSPORTES COLETIVOS SÃO CARLOS LTDA
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES E TRANSPORTE DE IDOSOS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.113/2002.
Valor :	R\$ 24.880,00 (vinte e quatro mil oitocentos e oitenta reais).
Vigência :	31/12/2019
Licitação:	Inexigibilidade de Licitação nº 007/2019 - ADM
Recursos :	DOTAÇÃO: 2.037.3390.00 - 0 - 180/2019 - ATIVIDADES SÓCIO EDUCATIVAS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS / 2.036.3390.00 - 0 - 178/2019 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.
SÃO CARLOS/SC, 01 DE ABRIL DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO CONTRATUAL N. 020/2019 - ADM

Publicação Nº 1968679

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo Adm. nº:	037/2019 - ADM
Contrato ADM Nº	020/2019 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	SÃO CARLOS TUR VIAGENS E TURISMO LTDA - ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES E TRANSPORTE DE IDOSOS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.113/2002.
Valor :	R\$ 15.746,00 (quinze mil setecentos e quarenta e seis reais).
Vigência :	31/12/2019
Licitação:	Inexigibilidade de Licitação nº 008/2019 - ADM
Recursos :	DOTAÇÃO: 2.037.3390.00 - 0 – 180/2019 - ATIVIDADES SÓCIO EDUCATIVAS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS / 2.036.3390.00 - 0 – 178/2019 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.
SÃO CARLOS/SC, 01 DE ABRIL DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO CONTRATUAL N. 021/2019 - ADM

Publicação Nº 1968681

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO CONTRATUAL	
Processo Adm. nº:	038/2019 - ADM
Contrato ADM Nº	021/2019 - ADM
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	SAN DIEGO TRANSPORTES LTDA – ME
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES E TRANSPORTE DE IDOSOS DO INTERIOR DO MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS/SC, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº 1.113/2002.
Valor :	R\$ 17.620,00 (dezessete mil seiscentos e vinte reais).
Vigência :	31/12/2019
Licitação:	Inexigibilidade de Licitação nº 009/2019 - ADM
Recursos :	DOTAÇÃO: 2.037.3390.00 - 0 – 180/2019 - ATIVIDADES SÓCIO EDUCATIVAS DE CONVIVÊNCIA DE IDOSOS / 2.036.3390.00 - 0 – 178/2019 - MANUTENÇÃO DO PROGRAMAS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA.
SÃO CARLOS/SC, 01 DE ABRIL DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATO 047/2018 - ADM

Publicação N° 1968683

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS	
EXTRATO TERMO ADITIVO	
Contrato N°.:	047/2018 – 1º TERMO ADITIVO
Contratante.:	MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS
Contratada.:	JAIR AGOSTINHO DA LUZ
Objeto :	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PRELIMINARES (DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VERTICAL) NA RUA KONRAD ADENAUER, CONTRATO DE REPASSE OGU N° 845392/2017- OPERAÇÃO N°1040769-46 - MINISTÉRIO DAS CIDADES – CAIXA.
Vigência:	30/09/2019
Processo Adm	136/2018 - ADM
Licitação :	TP 010/2018 - ADM
SAO CARLOS, 29 DE MARÇO DE 2019.	
RUDI MIGUEL SANDER	
PREFEITO	

São Cristóvão do Sul

PREFEITURA

EDITAL 10/2019 FMS

Publicação Nº 1967405

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2019 INEXIGIBILIDADE Nº 9/2019

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Inexigibilidade nº 9/2019, Processo de Licitação nº 10/2019 para de serviço de exames de imagem, em favor de CLINICA MÉDICA E IMAGEM - IMED, inscrito no CNPJ sob nº 05.213.743/0001-63, conforme credenciamento 1/2019. São Cristóvão do Sul (SC), 25 de março de 2019. SISI BLIND – Prefeita Municipal

EDITAL 7/2019 FMS

Publicação Nº 1967399

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 7/2019 INEXIGIBILIDADE Nº 6/2019

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Inexigibilidade nº 6/2019, Processo de Licitação nº 7/2019 para serviço de ortopedia, em favor de CLINICA DR. MIRANDA LTDA, inscrito no CNPJ sob nº 02.472.621/0001-01, conforme credenciamento 1/2019. São Cristóvão do Sul (SC), 25 de março de 2019. SISI BLIND – Prefeita Municipal

EDITAL 8/2019 FMS

Publicação Nº 1967401

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 8/2019 INEXIGIBILIDADE Nº 7/2019

O Município de São Cristóvão do Sul, torna publico a Inexigibilidade nº 7/2019, Processo de Licitação nº 8/2019 para de serviço de ginecologia/obstetrícia, em favor de PATRICIA DANIELE HOFFMANN DE SOUZA, inscrito no CPF sob nº 003.770.569-52, conforme credenciamento 1/2019. São Cristóvão do Sul (SC), 25 de março de 2019. SISI BLIND – Prefeita Municipal

EDITAL 9/2019 FMS

Publicação Nº 1967404

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CRISTOVAO DO SUL
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 9/2019 INEXIGIBILIDADE Nº 8/2019

O Município de São Cristóvão do Sul, torna público a Inexigibilidade nº 8/2019, Processo de Licitação nº 9/2019 para serviço de consultas de otorrino e pediatria, em favor de OTO-PED CONSULTORIOS MÉDICOS LTDA ME, inscrito no CNPJ sob nº 28.722.482/0001-02, conforme credenciamento 1/2019. São Cristóvão do Sul (SC), 25 de março de 2019. SISI BLIND – Prefeita Municipal

São Domingos

PREFEITURA

DECRETO Nº 723, DE 26 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1968703

DECRETO Nº 723, DE 26 DE MARÇO DE 2019.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

APrefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Municipal nº 1837, de 17 de Dezembro de 2018;

DECRETA:

Art. 1º Abre crédito adicional suplementar no valor de R\$ 204.717,57 (Duzentos e quatro mil, setecentos e dezessete reais e cinquenta e sete centavos), no orçamento do exercício de 2019 para as seguintes programações de despesas:

12.361.1005.2080 - Manutenção do FUNDEB - Ensino Fundamental				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	138	03.0019	R\$ 92.717,57
12.365.1005.2081 - Manutenção do FUNDEB - Educação Infantil Pré-Escolar				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	139	03.0019	R\$ 7.000,00
12.365.1005.2082 - Manutenção do FUNDEB - Educação Infantil Creche				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	140	03.0019	R\$ 25.000,00
10.301.1006.2.064 - Manutenção da Atenção Básica/União - Fixo e Variável				
Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
319000000	Aplicações Diretas	30	03.3038	80.000,00

Art. 2º Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos do Superávit Financeiro do Exercício de 2018, da Fonte de Recursos 03.0019 - Superávit Financeiro - Transferências do FUNDEB 40% e da Fonte de Recursos - Superávit Financeiro do Exercício de 2018, da Fonte de Recursos 03.3038 - Superávit Financeiro Transferência SUS/União.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 26 de Março de 2019.

Eliéze Comachio

Prefeita Municipal

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

LEI Nº 1844, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1967966

LEI Nº 1844, DE 27 DE MARÇO DE 2019.

INSTITUI O CÓDIGO MUNICIPAL DE DIREITO E BEM ESTAR ANIMAL, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS -SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Prefeita Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, nos termos da legislação em vigor, faço saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Fica instituído o "Código Municipal de Direito e Bem Estar Animal", estabelecendo normas de proteção aos animais, visando compatibilizar estes, ao desenvolvimento socioeconômico com a preservação do meio ambiente e o convívio harmônico em sociedade, na forma das diretrizes contidas na Constituição da República Federativa do Brasil e nas normas infraconstitucionais.

Art. 2º. O Poder Executivo tomará todas as providências necessárias ao fiel cumprimento desta Lei, podendo, para tanto, atuar diretamente ou por intermédio de convênios, parcerias e similares.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES DA POLÍTICA ANIMAL

Art. 3º. Esta Lei estabelece a política a ser adotada pelo Poder Executivo e seus órgãos, na relação entre a sociedade e os animais no âmbito do Município de São Domingos

§ 1º. Para os efeitos desta Lei, entende-se como:

I – zoonose: infecção ou doença infecciosa transmissível de forma natural entre animais vertebrados e o homem;

II – animais de estimação: animal doméstico ou domesticado, tendo valor afetivo, passível de coabitar com o homem, selecionado para o convívio com os seres humanos por questão de companheirismo;

III – animais de uso econômico: espécies domésticas, criadas, utilizadas ou destinadas à produção econômica e/ou trabalho;

IV – animais sinantrópicos: espécies que coabitam com o homem, possibilitando incômodos, risco à saúde pública e/ou prejuízos econômicos;

V – animais soltos: todo e qualquer animal errante encontrado perdido ou fugido em vias e logradouros públicos ou em locais de acesso público;

VI – animal abandonado: animal não mais desejado por seu tutor e abandonado em vias públicas ou propriedade particular, sendo incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono;

VII – animais apreendidos: animal capturado pelo órgão municipal responsável, compreendido desde a captura, seu transporte e respectivo alojamento;

VIII – mordedores viciosos: animal causador de mordedura repetidamente em pessoas ou outros animais, sem provocação;

IX – maus tratos: toda e qualquer ação voltada contra os animais que implique em crueldade ou desleixo, ausência de alimentação mínima necessária, excesso de peso de carga ou serviço, tortura, uso de animais feridos, alojamento e instalações inadequados ou impróprios à espécie ou porte, submissão a experiências pseudocientíficas, falta de cuidados veterinários quando necessário, forma inadequada de adiestramento e outras práticas que possam causar sofrimento e ou dor físico ou emocional, bem como, o que mais dispõe a Legislação Federal sobre proteção aos animais;

X – condições inadequadas: manutenção de animais em contato direto ou indireto com outros animais portadores de zoonoses, ou outras espécies ou ainda em alojamento de dimensões e instalações inapropriadas à sua espécie e porte, assim como em número elevado;

XI – animais silvestres: aqueles encontrados livres na natureza, pertencentes às espécies nativas, migratórias, aquáticas ou terrestres, que tenham o ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras ou em cativeiro sob a competente autorização federal;

XII – animais da fauna exótica: aqueles não originários da fauna brasileira;

XIII – resgate: reaquisição de animal, recolhido junto ao local de abrigo de animais, pelo seu legítimo tutor;

XIV – guarda: proteção provisória do animal por órgão municipal, instituição particular ou protetor;

XV – adoção: ato de entrega de animal não resgatado por seu tutor, pelo órgão municipal ou entidades cadastradas, à pessoas físicas ou jurídicas;

XVI – domesticados: aqueles de populações ou espécies advindas da seleção artificial imposta pelo homem, a qual alterou características presentes nas espécies silvestres originais;

XVII – em criadouros: aqueles nascidos, reproduzidos e mantidos em condições de manejo controladas pelo homem e ainda, os removidos do ambiente natural e que não possam ser reintroduzidos por razões de sobrevivência, em seu habitat de origem;

XVIII – tutor: toda pessoa física, jurídica, de direito público ou privado e entidade sem fins lucrativos, responsável legal pela guarda do animal, seja ele advindo de ninhada, transferência, compra, adoção ou simplesmente recolhido de vias ou logradouros públicos;

§ 2º. A política de que trata o caput, será pautada nas seguintes diretrizes:

I – a promoção da vida animal;

II – a proteção da integridade física, da saúde e da vida dos animais;

III – a prevenção visando ao combate a maus tratos e a abusos de qualquer natureza;

IV – resgate de animais vítimas de crueldades, em situações de risco em virtude de catástrofes naturais ou em decorrência de atos humanos e abandonados;

V – A defesa dos direitos dos animais, estabelecidas nesta Lei e na Legislação Constitucional e infraconstitucional vigente no país, além de eventuais tratados internacionais;

VI – O controle populacional de animais domésticos, especialmente cães e gatos;

VII - Criar, manter e atualizar um registro de identificação das populações animais do Município;

VIII – difundir a importância do respeito a todas as formas de vida;

IX – assegurar e promover a participação, o acesso a informação e a conscientização da população acerca dos direitos dos animais;

X – oferecer denúncia ao Ministério Público em casos de maus tratos.

Art. 4º. É vedado:

I – ofender ou agredir fisicamente os animais, sujeitando-os a qualquer tipo de prática ou atividade capaz de causar-lhes sofrimento ou dano, bem como, as que provoquem condições inaceitáveis de existência;

II – manter animais em local desprovido de asseio, salubridade, ou que lhes impeça a respiração, a movimentação, o descanso ou os privem de ar e luminosidade;

III – obrigar os animais a trabalhos excessivos ou superiores às suas forças, ainda que para aprendizagem e/ou adiestramento e a todo ato que resulte em sofrimento, para deles obter esforços que não se alcançariam senão com castigo, situação a ser comprovada através de laudo médico veterinário;

IV – não propiciar morte, rápida e indolor a todo animal, de acordo com a norma técnica vigente, quando a eutanásia seja recomendada por profissional da área;

V – abandonar qualquer animal, saudável, doente, ferido, extenuado, mutilado, em qualquer via pública ou privada, urbana ou rural, inclusive nas Entidades Protetoras dos Animais ou em qualquer abrigo de animais;

VI - vender ou expor à venda animais em áreas públicas ou privadas, sem a devida licença de autoridade competente;

VII – enclausurar animais conjuntamente com outros que os aterrorizem ou molestem;

VIII – conduzir animais presos a veículos motorizados ou não, exceto os veículos de tração animal adequado à espécie;

IX – qualquer forma de divulgação e propaganda que estimule ou sugira qualquer prática de maus tratos ou crueldade contra animais;
X – promover sorteios, ação entre amigos, rifas ou qualquer tipo de evento onde o prêmio ou brinde seja um animal vivo;
XI – a criação de qualquer animal das espécies bovina, equina, avicultura comercial e postura, assim como cunicultura em perímetro urbano;
XII – a realização de espetáculos e exposições de animais exóticos e quaisquer animais perigosos nas vias públicas do Município, exceto, para fins educativos autorizados pelo poder público municipal, com presença de responsável técnico competente;
XIII – deixar de ministrar cuidados indispensáveis a manutenção da vida saudável do animal, inclusive assistência médica veterinária;
XIV – praticar ato de abuso, maus tratos, ferir, queimar animais ou mutilar, mesmo para fins estéticos desnecessários;
XV – impor violência ao animal seja por qualquer meio, que cause dor, sofrimento ou lesão;
XVI – manter o animal preso a corrente, sem permitir que o mesmo possa se locomover adequadamente, não lhe garantindo condição de vida saudável;
XVII – exercer a venda ambulante de animais vivos;
XVIII – realizar ou promover lutas entre animais da mesma espécie ou de espécies diferentes, rinhas, vaquejadas e touradas ou similares, em locais públicos e privados;
XIX – a doação ou distribuição de peixes vivos para fins ornamentais em feiras ou eventos realizados em locais públicos ou privados;
XX – ceder e/ou utilizar os animais sob sua guarda, para realização de vivissecção, ou de qualquer forma de experimento;
XXI – utilizar animais em espetáculos circenses.

Parágrafo único. Havendo infração a qualquer inciso previsto neste artigo ou a outra disposição desta Lei, o responsável ficará sujeito às disposições e penalidades previstas na Legislação vigente Federal, Estadual ou Municipal.

CAPÍTULO III DA TUTELA RESPONSÁVEL

Art. 5º. É de responsabilidade dos tutores, a manutenção dos animais em perfeitas condições de alojamento, alimentação, saúde e bem estar, bem como, as providências pertinentes relativas a acidentes ocorridos ao animal, imediata remoção e destinação adequada dos dejetos por eles deixados nas vias ou logradouros públicos.

§ 1º. O tutor de animal fica obrigado a garantir assistência médica veterinária necessária, sob pena de incorrer em abandono e maus tratos de animais;

§ 2º. Os cuidados referidos no caput deverão perdurar durante toda a vida do animal.

Art. 6º. A manutenção de animais domésticos dentro do perímetro urbano só é permitida às espécies canina, felina e aves ornamentais.

Art. 7º. Todo animal deve estar devidamente domiciliado, de modo a se impedir a fuga ou a agressão a terceiros ou a outros animais, bem como, de ser causador de possíveis acidentes em vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso ao público.

Parágrafo único. Os atos danosos cometidos pelos animais, assim como acidentes causados pelos mesmos são de inteira responsabilidade de seus tutores, os quais ficarão sujeitos às penalidades desta Lei, sem prejuízo das sanções penais e civis aplicáveis.

Art. 8º. Caso não houver interesse do tutor em permanecer com o animal, ficará este responsável pela transferência de tutela do animal para outro tutor.

I – É vedado animais particulares soltos em vias e logradouros públicos;

II – É vedado o abandono animal.

Art. 9º. É terminantemente proibido o sacrifício de animais:

I – como método de controle populacional;

II – com uso de qualquer método de sacrifício não humanitário;

Art. 10. Os animais somente poderão ser submetidos à eutanásia, quando:

I – em sofrimento, cuja possibilidade de tratamento esteja prejudicada em razão da condição geral do animal;

II – portador de enfermidade de caráter zoonótico ou infectocontagioso e que coloquem em risco a saúde pública ou de outros animais ou ainda animais doentes sem cura, como portadores de tumores, doenças venéreas, idosos e caquéticos crônicos, sob laudo médico veterinário;

III – § 1º. A prática de eutanásia nas hipóteses dos incisos acima está condicionada à prévia emissão de atestado, informando acerca da condição clínica do animal a ser eutanasiado, este, sendo elaborado por um Médico Veterinário, regularmente inscrito no conselho profissional pertinente.

§ 2º. Faculta-se, diante da constatação de necessidade da realização de eutanásia conforma caput, a qualquer munícipe ou entidade de proteção animal realizar a adoção definitiva, após a devida transferência de tutela do animal e, desde que garantindo as condições necessárias para sanar as causas motivadoras do processo de eutanásia, através de comprovação veterinária exceto nos casos de risco à saúde pública.

Art. 11. A utilização do método de eutanásia nos animais, somente poderá ser realizada após conclusão médica veterinária, respeitados os preceitos técnicos e legais.

Art. 12. Qualquer cidadão, Agente Público ou integrante de Entidade Protetora dos Animais, poderá requisitar intervenção da autoridade responsável pela observância da presente Lei, bem como, auxílio de força policial, quando verificar o desrespeito às normas deste capítulo, sujeitando-se o infrator às penalidades previstas nesta Lei, sem prejuízo da aplicação das demais sanções da esfera administrativa, penal e ou civil.

CAPÍTULO IV DA APREENSÃO DE ANIMAIS

Art. 13. Será apreendido qualquer animal:

I – encontrado solto nas vias e logradouros públicos ou locais de livre acesso público;

II – agressor ou potencialmente agressor, com risco a integridade física a seres humanos e outros animais;

III – em situações tecnicamente comprovadas de maus tratos;

IV – advindos de mandado judicial.

Parágrafo único. Os animais apreendidos deverão ser levados a um abrigo de animais conveniado, lares temporários ou outro local que possua estrutura para este fim, estando aptos à adoção após avaliação clínica de um Médico Veterinário.

Art. 14. A Prefeitura Municipal de São Domingos não será responsabilizada nos casos de:

I – dano ou óbito do animal apreendido, desde que observados os procedimentos clínico-veterinários, condizentes com a ética profissional;

II – eventuais danos materiais ou pessoais causados pelo animal, durante o ato da apreensão, desde que observados os preceitos técnicos.

CAPÍTULO V

DA UTILIZAÇÃO E EXIBIÇÃO DE ANIMAIS EM ESPETÁCULOS CIRCENSES E CONGÊNERES

Art. 15. Fica proibida a permanência, utilização e/ou exibição de animais de qualquer espécie em circos e espetáculos realizados no Município. Os animais participantes de eventos e feiras, só podem permanecer no local se o evento/feira possuir responsável técnico;.

Art. 16. É permitida a utilização de animais domésticos em competições esportivas e feiras de exposição, desde que garantam o bem estar animal e a interação social e afetiva entre animal e o homem, garantindo por acompanhamento de responsável técnico;

Art. 17. O poder Executivo só concederá licença para a instalação de circos ou espetáculos congêneres, aos estabelecimentos que não exibam ou façam uso de animais de qualquer espécie.

§ 1º. A licença de instalação e funcionamento só será emitida após vistoria e mediante termo de compromisso, assinado pelos interessados, afirmando não fazerem uso de qualquer espécie animal;

§ 2º. Fica também proibida a manutenção de animais silvestres, nativos ou exóticos, domésticos ou domesticados para simples exibição, considerando-se como exceção, os zoológicos mantidos pelo Poder Público e os criadores autorizados pelo IBAMA.

§ 3º. É de responsabilidade do proprietário ou tutor a apresentação de exame de AIE (anemia infecciosa equina), quando de equídeos participantes de eventos, assim como comprovante de vacinação contra Influenza equina.

Art. 18. A não observância dos termos previstos nesta Lei, implicará no imediato cancelamento da licença de funcionamento da firma, empresa, associação, entidade ou organização que esteja promovendo o espetáculo e a aplicação de penalidades.

CAPÍTULO VI

DA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS EM VEÍCULOS DE TRAÇÃO E MONTADOS

Art. 19. A utilização de animais em veículos de tração e montados ficam regulamentados por este capítulo.

§ 1º. Considera-se tração animal, os veículos conduzidos por bovídeos e equídeos através da sua força;

§ 2º. Considera-se animais montados, aqueles conduzidos por pessoa em seu dorso com ou sem arreamento.

Art. 20. É vedada a condução de veículos de tração animal, por menores de 18 (dezoito) anos ou pessoa incapaz civilmente.

Art. 21. Os tutores ou condutores dos animais devem cumprir as seguintes obrigações:

I – manter local próprio ou cedido a título gratuito ou oneroso para pastagem do animal;

II – manter o animal no local de pastagem devidamente cercado ou amarrado, sem estorvo para o animal ou perigo para a circulação de pessoas ou veículos, sendo o tutor e/ou o proprietário do local, responsável solidariamente pelas condições de vida deste, ainda devendo, respeitar as demais Legislações em âmbito Estadual e Federal;

III – não deixar o animal pastar em áreas públicas;

IV – manter o animal devidamente casqueado, ferrado, limpo, alimentado, com sua sede saciada e com boa saúde e estado corporal, conforme atestado de médico veterinário, concedido em período inferior a 06 (seis) meses e registro anual, quando solicitado pela autoridade sanitária competente, diante de notificação;

V – comprovação de local adequado para o descanso e alimentação do animal;

VI – carteira de vacinação, cumpridas todas as exigências legais;

VII – a circulação de veículos que utilizam a força animal como tração, deverá respeitar as demais Legislações no âmbito Municipal, Estadual e Federal a respeito da matéria.

Art. 22. É vedado nas atividades de tração animal e carga:

I – utilizar para atividade de tração, animal cego, ferido, enfermo, extenuado ou desferrado, bem como, castigá-lo sob qualquer forma ou qualquer pretexto;

II – fazer o animal trabalhar por mais de 6 (seis) horas, sem respeitar intervalos para descanso mínimo de 02 (duas) horas, para alimentação, água e descanso;

III – conduzir animal sem lhe dar descanso, água e alimento, a fim de evitar desgaste físico excessivo;

IV – fazer o animal descansar atrelado ao veículo;

V – fazer o animal trabalhar fraco, ferido ou estando em período de gestação;

VI – tráfegar com animais atados, atrás dos veículos automotores ou atados a caudas de outros;

VII – abandonar o animal, quando não houver mais interesse em sua manutenção, configurando maus tratos;

VIII – Açoitar o animal para que ande mais rápido, principalmente quando atrelado à carga.

CAPÍTULO VII

DO TRANSPORTE DE ANIMAIS

Art. 23. Especificamente quanto ao transporte de animais no Município é vedado:

I – fazer viajar um animal a pé, sem lhe dar descanso, água e alimento, a fim de evitar desgaste físico excessivo;

- II – conservar animais embarcados por longo período, sem água e alimento de acordo com espécie, devendo os responsáveis pelo transporte, providenciar as necessárias modificações em seu material, veículos e equipamentos;
- III – conduzir, por qualquer meio de locomoção, animais colocados de cabeça para baixo, de mãos e pés atados, ou de qualquer modo que lhe produza sofrimento ou estresse;
- IV – transportar animais em cestos, gaiolas ou veículos, sem as proporções necessárias ao seu tamanho e números de cabeças e sem que o meio de condução em que estão encerrados, esteja protegido por rede metálica ou similar, que impeça a saída de qualquer parte do corpo do animal;
- V – transportar animal fraco, doente, ferido ou que esteja em mais da metade do período gestacional, exceto para atendimento médico veterinário;
- VI – transportar animais de qualquer espécie, sem condições de segurança para quem os transporta;
- VII – transportar animais em veículo de duas rodas.

CAPÍTULO VIII

DA CRIAÇÃO, VENDA E ADOÇÃO DE CÃES, GATOS E OUTROS ANIMAIS DOMÉSTICOS, POR ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS E CONGÊNERES NO MUNICÍPIO

Art. 24. A reprodução, criação e venda de cães, gatos e outros animais são livres, desde que obedecidas às regras estabelecidas na presente Lei e Legislação Estadual e Federal vigente.

Art. 25. A venda ou evento só poderá ser realizado sob a responsabilidade de pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, sem fins lucrativos, mantenedoras ou responsáveis por cães e gatos, após cumpridas as exigências deste código e participação de Médico Veterinário como responsável técnico.

§ 1º. É obrigatório a afixação do Alvará de Localização e Funcionamento em lugar visível e exibição à autoridade competente sempre que o exigir.

§ 2º. Para fins de obtenção do Alvará de localização e Funcionamento, o promotor do evento deverá apresentar ao setor responsável, relação individual dos animais a serem expostos, informando à espécie, raça e sexo.

§ 3º. Não será permitida a participação de animal no evento de adoção que não esteja informado na relação de animais apresentados anteriormente.

§ 4º. Os animais, especificamente cães e gatos expostos para adoção, devem estar submetidos a controle de endo e ectoparasitas, bem como, submetidos ao esquema de vacinação contra a raiva, conforme respectiva faixa etária.

§ 5º. O possível adotante deve ser amplamente informado e conscientizado sobre a convivência da família com um animal, noções de comportamento, expectativa de vida, provável porte do animal na fase adulta, necessidades nutricionais e de saúde.

§ 6º. Somente poderão ser adotados ou vendidos os filhotes após o desmame, sendo considerando 60 a 75 dias de vida do animal.

Art. 26. Os pet shops, casas de banho e tosa, casa de venda de rações e produtos veterinários e estabelecimentos que eventual ou rotineiramente comercializem cães, gatos e outros animais devem estar inscritos na Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente e ainda:

I – possuir Médico Veterinário, responsável técnico, que dê assistência aos animais expostos à venda;

II – não expor os animais na forma de empilhamento, de modo amontoado, destinando espaço que lhes proporcione bem estar e locomoção adequada;

III – expor os animais somente na parte interna do estabelecimento, sendo expressamente vedada a exposição em calçadas ou estacionamentos;

IV – proteger os animais quanto as intempéries climáticas;

V – manter no mesmo recinto, as fêmeas com as respectivas crias até o término do desmame.

Art. 27. Os animais somente poderão ser expostos por um período máximo de 8 (oito) horas e desde que sejam respeitados os espaços individuais.

CAPÍTULO XIX

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28. Todos os domicílios, comércio ou qualquer tipo de estabelecimento são obrigados a permitir a vistoria dos funcionários da Secretaria Municipal da Infraestrutura Rural e Órgão Ambiental Municipal do Meio Ambiente nos dispositivos desta Lei.

Art. 29. Fica incluída no Calendário Oficial do Município de São Domingos o “Dia da vacinação anti-rábica de cães e gatos” no mês de Agosto de cada ano. “

Art. 30. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias, consignadas em orçamento vigente, suplementadas se caso for necessário.

CAPÍTULO XX

PENALIDADES

Art. 31. Verificada a infração a qualquer dispositivo desta Lei, a autoridade competente, independente de outras sanções cabíveis decorrentes da Legislação Estadual e Federal, poderá aplicar as seguintes penalidades:

I – multa;

II – taxas de apreensão do animal e diárias;

III – interdição total ou parcial, temporária ou permanente de locais ou estabelecimentos;

IV – cassação de Alvará.

§ 1º. O desrespeito ou desacato à autoridade competente, ou ainda, a obstaculização ao exercício de suas funções, sujeitarão o infrator à

penalidade de multa no valor de 10 (dez) UFRM, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

§ 2º. Os recursos arrecadados serão depositados em conta própria e destinados unicamente para ações de controle das populações de animais e do bem estar animal previstas na presente Lei.

§ 3º. Será cobrada a taxa de 100 UFRM quando passível de multa e possível apreensão do animal.

Art. 32. As multas e taxas de apreensão poderão ser modificadas pelo Executivo Municipal de acordo com os custos necessários para a manutenção dos serviços.

Art. 33. O Executivo Municipal regulamentará a presente Lei no que for necessário.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 35. Revogam-se as disposições em contrário.

São Domingos, 27 de março de 2019.

ELIEZE COMACHIO

Prefeita Municipal

São Francisco do Sul

PREFEITURA

AVISO PP 068-2019

Publicação Nº 1967660

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC
AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, a Lei Complementar n.º 123/2006, o Decreto nº 3.555/2000, o Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como, a Lei 8.666/93, e suas modificações, que realizará o procedimento licitatório abaixo:

LICITAÇÃO Nº 068/2019 – Pregão Presencial – Tipo Menor Preço

OBJETO: Aquisição de computadores (gabinetes), para as Secretarias Municipais de Pesca, Agricultura e Assuntos Portuários e de Infraestrutura, Urbanismo e Integração

DATA/HORÁRIO DE ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 08h30 do dia 12/04/2019.

DATA/HORÁRIO DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 12/04/2019, às 09h.

O Edital completo encontra-se a disposição dos interessados no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul, sito à Praça Dr. Getúlio Vargas, 01 – Centro, das 08h às 14h, ou no site www.saofranciscodosul.sc.gov.br.

São Francisco do Sul, 01 de abril de 2019.

Wilson Felício dos Reis
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 15.680/2019

Publicação Nº 1967583

PORTARIA nº 15.680, de 1º de abril de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS INTERINO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 59, inciso IX, e art. 84, inciso II, todos da Lei Orgânica do Município, e de acordo com o Decreto nº 3.012/2018,

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUTIR Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial, formada pelos servidores adiante nomeados para, sob a presidência do primeiro, realizar, a partir da publicação deste ato, Tomadas de Contas Especiais, em conformidade com a Instrução Normativa nº TC 13/2012, visando à apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano decorrente, quando determinado, por Portaria específica de Instauração, pela autoridade competente, conforme segue:

I – TITULARES:

- a) Michelle Evanir Campos Antunes – Matrícula nº 582158-0;
- b) Fabiana Blank Calazans – Matrícula nº 226106;
- c) Sebastião Lopes da Silva Junior – Matrícula nº 5898020.

II – SUPLENTE:

- a) Dayse Luana Bianchini – Matrícula nº 8101132;
- b) Mery Elisa Siqueira Jacintho Ferreira – Matrícula nº 8026769.0;
- c) Alessandra dos Santos Vieira – Matrícula nº 7950209.

Art. 2º - Aos servidores nominados no inciso I, do art. 1º, desta Portaria, será atribuída gratificação de função, com base no §1º, do art. 151, da Lei Complementar nº 8, de 30 de outubro de 2003, não sendo nenhuma das gratificações acumulável e incorporável para qualquer efeito.

Art. 3º - Permanecem vigentes as Portarias que instauram e constituem comissões de Tomada de Contas Especial até o fim dos procedimentos.

Art. 4º - Ficam os componentes titulares da presente Comissão desonerados de suas atribuições funcionais sem prejuízo de suas remunerações.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos a 1º de abril de 2019.

PORTARIA nº 15.680, de 1º de abril de 2019.

Art. 6º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 15.550, de 7 de fevereiro de 2019.

São Francisco do Sul - SC, 1º de abril de 2019.

WILSON FELÍCIO DOS REIS
Secretário Municipal

Secretário Municipal de Governo
Visto, publique-se e registre-se.

Publicada em ____/____/_____. Edição DOM nº _____.

T.P 069/2019

Publicação Nº 1967728

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC AVISO DE LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FRANCISCO DO SUL-SC, leva ao conhecimento dos interessados que em conformidade com a Lei nº 10.520/2002, a Lei Complementar n.º 123/2006, Decreto nº 3.555/2000, Decreto Municipal nº 381/2005, que regulamentam a licitação na modalidade de Pregão, bem como, a Lei 8.666/93, e suas modificações, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará o procedimento licitatório abaixo:

LICITAÇÃO Nº 069/2019 – TOMADA DE PREÇOS O PRESENCIAL – Tipo Técnica e Preço.

OBJETO Contratação de Serviços Especializados para Elaboração de Projetos de Engenharia Viária de Diversos Logradouros e Projetos de Urbanização, conforme especificações constantes neste edital e seus anexos.

DATA/HORÁRIO DE ENTREGA DOS ENVELOPES: 24/04/2019 às 09:00hs

DATA/HORÁRIO DE ABERTURA DOS ENVELOPES: 24/04/2019 às 09:30 hs .

O Edital completo e maiores informações poderão ser obtidas diariamente, de segunda a sexta-feira, na Secretaria Municipal de Administração, Setor de Licitações, à Praça Dr. Getúlio Vargas, 01, Centro, São Francisco do Sul, no horário das 08h às 14h, ou no site www.saofranciscodosul.sc.gov.br.

São Francisco do Sul, 01 de abril de 2019.

Wilson Felicio dos Reis
Secretário Municipal de Administração

São João Batista

PREFEITURA

CANCELAMENTO DO CONTRATO N° 021/PMSJB/2019

Publicação N° 1967918

Cancelamento do Contrato n° 021/PMSJB/2019

Torna sem efeito o contrato firmado entre o Município de São João Batista, SC, inscrito no CNPJ n.º 82.925.652/0001-00 e Pedro Vargas, inscrito no CPF n.º 656.770.569-87, publicado na edição n° 2742 do Diário Oficial dos Municípios, em 29 de janeiro de 2019, conforme parecer jurídico juntado ao processo administrativo n° 0020.0001486/2019, apensado ao Processo Licitatório 137/PMSJB/2018 – Chamada Pública 002/2018. Data do cancelamento: 01/04/2019.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 005/FUBE/2018

Publicação N° 1967921

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato n° 005/FUBE/2018

Contratante: Fundação Batistense de Esportes – CNPJ n.º. 07.825.719/0001-00;
Contratada: GBA Telecomunicações EIRELI – CNPJ n.º. 20.122.262/0001-36;
Processo Licitatório 035/PMSJB/2018 – Pregão Presencial n° 027/PMSJB/2018;
Objeto: O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 05/04/2019 a 04/04/2020;
Dotação orçamentária: (8) 3.3.90.40.04.00.00.00;
Data da assinatura: 1º/04/2019.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 006/FMAS/2018

Publicação N° 1967841

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato n° 006/FMAS/2018

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social de São João Batista, SC – CNPJ n.º. 11.588.933/0001-68;
Contratada: GBA Telecomunicações EIRELI – CNPJ n.º. 20.122.262/0001-36;
Processo Licitatório 035/PMSJB/2018 – Pregão Presencial n° 027/PMSJB/2018;
Objeto: O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 05/04/2019 a 04/04/2020;
Dotação orçamentária: (50) 3.3.90.40.04.00.00.00; (44) 3.3.90.40.04.00.00.00; (27) 3.3.90.40.04.00.00.00 e (8) 3.3.90.40.04.00.00.00;
Data da assinatura: 1º/04/2019.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 036/PMSJB/2018

Publicação N° 1967773

Extrato do primeiro termo aditivo ao Contrato n° 036/PMSJB/2018

Contratante: Município de São João Batista, SC – CNPJ n.º. 82.925.652/0001-00;
Contratada: GBA Telecomunicações EIRELI – CNPJ n.º. 20.122.262/0001-36;
Processo Licitatório 031/PMSJB/2017 - Convite n° 003/PMSJB/2017;
Objeto: O prazo contratual fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, a contar de 28/03/2019 a 27/03/2020;
Dotação orçamentária: (39) 3.3.90.40.04.00.00.00; (132) 3.3.90.40.04.00.00.00 e (64) 3.3.90.40.04.00.00.00;
Data da assinatura: 27/03/2019.

CANCELAMENTO DO CONTRATO N° 015/PMSJB/2019

Publicação N° 1967894

Cancelamento do Contrato n° 015/PMSJB/2019

Torna sem efeito o contrato firmado entre o Município de São João Batista, SC, inscrito no CNPJ n.º 82.925.652/0001-00 e Cristóvão Vill, inscrito no CPF n.º 065.899.909-56, publicado na edição n° 2742 do Diário Oficial dos Municípios, em 29 de janeiro de 2019, conforme parecer jurídico juntado ao processo administrativo n° 0020.0001087/2019, apensado ao Processo Licitatório 137/PMSJB/2018 – Chamada Pública 002/2018. Data do cancelamento: 01/04/2019.

DECRETO FUNCIONAL Nº 175/2019

Publicação Nº 1967357

DECRETO FUNCIONAL Nº 175, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Concede Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição da República, autoriza o pagamento dos proventos nos termos da metodologia definida no art. 1º, da Lei Federal nº 10.887/2004, declara a vacância do cargo público da servidora JULIA FUMAGALLI PESENTI, a partir de 31/03/2019 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São João Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, nos termos do art. 40, §1º, inciso III, alínea "b" da Constituição da República à servidora JULIA FUMAGALLI PESENTI, detentora da matrícula funcional nº 4117, portadora do CPF nº 378.062.899-68, RG nº 3.683.180, inscrita no PASEP nº 1081428622-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais - 40 horas, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Idade, em caráter proporcional, correspondente a 38,25% (trinta e oito vírgula vinte e cinco por cento) de sua remuneração-de-contribuição, observada a aplicação da metodologia de cálculo disposta na Lei Federal nº 10.887/2004, perfazendo a importância de R\$ 998,00 (novecentos e noventa e oito reais) que será paga mensalmente pelo IPRESJB.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 48 da Lei Complementar nº 001/2003 - Estatuto dos Servidores do Município de São João Batista.

Art. 4º Este Decreto Funcional entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos operam-se a partir de 31/03/2019.

Gabinete do Prefeito, em 29 de março de 2019.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

DECRETO FUNCIONAL Nº 176/2019

Publicação Nº 1967365

DECRETO FUNCIONAL Nº 176, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Concede Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 40, §5º da Constituição Federal/88, declara a vacância do cargo público, da servidora MARIVONE GERMANO DAVID, a partir de 01/04/2019, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São João Batista, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

DECRETA:

Art.1º Conceder Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, nos termos do art. 6º, incisos I a IV da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, c/c art. 40, §5º da Constituição Federal/88, à servidora MARIVONE GERMANO DAVID, detentora da matrícula funcional nº 2323, portadora do CPF nº 764.928.429-87, inscrita no PASEP nº 1704913922-8, RG nº 2.340.204, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Fundamental I 1ª/5ª - 40 horas, do Quadro de Pessoal desta Prefeitura Municipal, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Autorizar o pagamento dos proventos de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, em caráter integral, correspondente a 100% (cem por cento) de sua remuneração-de-contribuição, perfazendo o total de R\$ 5.867,46 (cinco mil oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta e seis centavos), que será pago mensalmente pelo IPRESJB.

Art. 3º Declarar a vacância do cargo acima especificado, na forma prevista no art. 48 da Lei Complementar nº 001/2003 - Estatuto dos Servidores do Município de São João Batista.

Art. 4º Este Decreto Funcional entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos operam-se a partir de 01/04/2019.

Gabinete do Prefeito, em 29 de março de 2019.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

INTIMAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/PMSJB/2019 - CONCORRÊNCIA Nº 001/2019

Publicação Nº 1967954

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

INTIMAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 002/PMSJB/2019 - CONCORRÊNCIA Nº 001/2019

Ficam as empresas, BDO ENGENHARIA LTDA, TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, SALVER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA, ITAÚBA INCORPORAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA E TRILHA ENGENHARIA LTDA, participantes do Processo Licitatório 002/PMSJB/2019 - Concorrência 001/2019 intimadas para, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, se manifestar dos recursos apresentados pelas empresas TRILHA ENGENHARIA LTDA, BDO ENGENHARIA LTDA E TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, que encontra-se disponível no site <https://www.sjbatista.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/91512/codLicitacao/136937> conforme dispõe no artigo 109, § 3º, da Lei 8.666/93. Em caso de renúncia ao prazo recursal, deve a recorrida se manifestar por escrito. Informações: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, através dos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou no endereço eletrônico www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 01 de abril de 2019. Comissão Permanente de Licitação

PORTARIA Nº 210/2019

Publicação Nº 1967284

PORTARIA Nº 210/2019

ACT

O Assessor de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário GENECI LORENZETTI BRIZOLLA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (40HORAS), pelo período de 15/02/2019 à 13/12/2019, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 28 de março de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen

Assessor de Gabinete

PORTARIA Nº 211/2019

Publicação Nº 1967287

PORTARIA Nº 211/2019

ACT

O Assessor de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário MARIELY ARAGÃO MENDES para prestar serviços de excepcional interesse público na função de PROFESSORA DE CRECHE (30HORAS), pelo período de 28/02/2019 à 10/05/2019, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 28 de março de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen

Assessor de Gabinete

PORTARIA Nº 212/2019

Publicação Nº 1967288

PORTARIA Nº 212/2019

ACT

O Assessor de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ELIANE CAMPESTRINE SEVERO para prestar serviços de excepcional interesse público na função de MONITORA ESCOLAR (30HORAS), pelo período de 28/03/2019 à 28/07/2019, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 28 de março de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen

Assessor de Gabinete

PORTARIA Nº 213/2019

Publicação Nº 1967289

PORTARIA Nº 213/2019

ACT

O Assessor de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário ELIZANGELA DE AZEVEDO DA SILVA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (40HORAS), pelo período de 25/03/2019 à 14/05/2019, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 28 de março de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen

Assessor de Gabinete

PORTARIA Nº 214/2019

Publicação Nº 1967290

PORTARIA Nº 214/2019

ACT

O Assessor de Gabinete no exercício da competência outorgada pelo Prefeito Municipal através do Decreto nº 3557/2019, considerando o interesse da Administração resolve:

Art. 1º Fica admitida em caráter temporário LUCIANE RIBAS DA SILVA para prestar serviços de excepcional interesse público na função de PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL I (20HORAS), pelo período de 18/03/2019 à 13/12/2019, nos termos do contrato de trabalho.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar da data da concessão.

São João Batista, 29 de março de 2019.

Luiz Henrique Lauritzen

Assessor de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO 030/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/PMSJB/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1967303

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 030/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/PMSJB/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 030/PMSJB/2019 - Pregão Presencial 027/PMSJB/2019, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURANÇA PATRIMONIAL, PESSOAL E EM EVENTOS DESTINADO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO AUTARQUIA, FUNDOS E FUNDAÇÕES DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 13h45min do dia 16/04/2019. Abertura dos envelopes: 14h do dia 16/04/2019. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, pelo e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou através do site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 01 de abril de 2019. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 031/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/PMSJB/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Publicação Nº 1967369

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 031/PMSJB/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 028/PMSJB/2019 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI).

O MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA (SC), pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 82.925.652/0001-00, com Prefeitura à Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89, Centro, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro, torna público que se acha aberto o Processo Licitatório 031/PMSJB/2019 - Pregão Presencial 028/PMSJB/2019, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO DE PEÇAS E IMPLEMENTOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DA FROTA MECANIZADA DO SISAM E SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 25/04/2019. Abertura dos envelopes: 09h do dia 25/04/2019. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos, no endereço supracitado, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramal: 206, pelo e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita02@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis ou através do site www.sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 01 de abril de 2019. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/PMSJB/2019

Publicação Nº 1967179

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 1/8
 Processo Nº.: 10/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 9/2019

No dia 1 do mês de Abril do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.652/0001-00, com sede administrativa localizada na PRAÇA DEP. WALTER VICENTE GOMES, 89, bairro CENTRO, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 8/2019, Processo Licitatório nº. 10/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CALCETEIRO, COLOCAÇÃO DE MEIO FIO, COLOCAÇÃO DE TUBOS, CONSTRUÇÃO DE BOCA DE LOBO, CAIXA DE LIGAÇÃO E POÇO DE VISITA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
16260	A.C.S. ADMINISTRAÇÃO EIRELI	
16605	ABS CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA ME	
15946	ARTEFATOS CIMENTO RAIMONDI LTDA ME.	3, 4, 5, 6
12313	JUNCO PAISAGISMO E TRANSPORTES LTDA ME	
16628	LF EMPRETEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI	
11040	LL OBRAS LTDA ME	1, 2
16627	OGMA GESTÃO DE SERVIÇOS EIRELI	
15955	VANDER INCORPORADORA E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA M	

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A.C.S. ADMINISTRAÇÃO EIRELI	08.352.945/0001-84	RAFAEL MARTINS CARRARA	224.757.898-59
ABS CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA ME	11.210.469/0001-71	BENTO DA SILVA	844.548.739-68
ARTEFATOS CIMENTO RAIMONDI LTDA ME.	80.738.016/0001-35	CHARLES PIRES DA SILVA	063.446.369-12
JUNCO PAISAGISMO E TRANSPORTES LTDA ME	21.198.203/0001-04	ALCIONE SEDREZ	633.184.829-00
LF EMPRETEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI	23.704.483/0001-00	LUCIANP CESAR FIDENCIO	053.508.189-88
LL OBRAS LTDA ME	12.674.640/0001-66	CAMILA KLEIM ECCEL	066.302.409-95
OGMA GESTÃO DE SERVIÇOS EIRELI	29.937.206/0001-24	GABRIEL VITOR GONCALVES	124.487.089-75
VANDER INCORPORADORA E ARTEFATOS DE CIMENTO LTD.	09.118.425/0001-74	ANDRE GUILHERME HOEFFNER	085.630.759-93

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
 REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE CALCETEIRO, COLOCAÇÃO DE MEIO FIO, COLOCAÇÃO DE TUBOS, CONSTRUÇÃO DE BOCA DE LOBO, CAIXA DE LIGAÇÃO E POÇO DE VISITA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.
 Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 2/8
 Processo Nº.: 10/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2019

Fornecedor: 11040 - LL OBRAS LTDA ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÃO DE OBRA DE CALCETEIRO PARA A PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RUAS DO MUICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA. TODAS AS FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DEVERÃO SER FORNECIDOS PELA LICITANTE VENCEDORA. TODOS FUNCIONÁRIOS DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS.	M²	LL OBRAS	70.000,000	10,4000	728.000,00
2	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÃO DE OBRA DE COLOCAÇÃO DE MEIO FIO PARA A PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RUAS DO MUICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA. TODAS AS FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DEVERÃO SER FORNECIDOS PELA LICITANTE VENCEDORA. TODOS FUNCIONÁRIOS DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS.	MT	LL OBRAS	3.000,000	5,0000	15.000,00

Fornecedor: 15946 - ARTEFATOS CIMENTO RAIMONDI LTDA ME.

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MÃO DE OBRA DE COLOCAÇÃO DE TUBOS PARA A PAVIMENTAÇÃO DE DIVERSAS RUAS DO MUICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA. TODAS AS FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DEVERÃO SER FORNECIDOS PELA LICITANTE VENCEDORA. TODOS FUNCIONÁRIOS DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS.	MT	RAIMONDI	15.000,000	17,3622	260.433,56
4	BOCA DE LOBO - SEÇÃO INTERNA 30 X 50 X 1,50 COM GRELHA 40 X 70 CM, INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA. TODAS AS FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DEVERÃO SER FORNECIDOS PELA LICITANTE VENCEDORA. TODOS FUNCIONÁRIOS DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS.	UN	RAIMONDI	800,000	424,7190	339.775,20
5	CAIXA DE LIGAÇÃO 80 X 80 X 62 COM BRITA E TAMPA. INCLUINDO FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA. TODAS AS FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DEVERÃO SER FORNECIDOS PELA LICITANTE VENCEDORA. TODOS FUNCIONÁRIOS DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS.	UN	RAIMONDI	600,000	867,6775	520.606,50
6	POÇO DE VISITA COM SEÇÃO INTERNA 1,20 X 1,20 X 2,00, INCLUINDO TAMPA DE CONCRETO ARMADO 1,50 X 1,50 15 CM, FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA. TODAS AS FERRAMENTAS NECESSÁRIAS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, BEM COMO EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL DEVERÃO SER FORNECIDOS PELA LICITANTE VENCEDORA. TODOS FUNCIONÁRIOS DEVERÃO ESTAR DEVIDAMENTE UNIFORMIZADOS.	UN	RAIMONDI	280,000	1.475,6598	413.184,74

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 3/8

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 10/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2019**

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 4/8
Processo Nº.: 10/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2019

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 5/8
Processo Nº.: 10/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2019

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 6/8
Processo Nº.: 10/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2019

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTAPágina: 7/8
Processo Nº.: 10/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 8/2019

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 1 de Abril de 2019.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

A.C.S. ADMINISTRAÇÃO EIRELI	CNPJ: 08.352.945/0001-84	_____
ABS CONSTRUÇÕES E PAVIMENTAÇÕES LTDA ME	CNPJ: 11.210.469/0001-71	_____
ARTEFATOS CIMENTO RAIMONDI LTDA ME.	CNPJ: 80.738.016/0001-35	_____
JUNCO PAISAGISMO E TRANSPORTES LTDA ME	CNPJ: 21.198.203/0001-04	_____

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 8/8
Processo N°. 10/2019
PREGÃO PRESENCIAL N°. 8/2019

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 1 de Abril de 2019.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

LF EMPRETEIRA DE MÃO DE OBRA EIRELI	CNPJ: 23.704.483/0001-00	_____
LL OBRAS LTDA ME	CNPJ: 12.674.640/0001-66	_____
OGMA GESTÃO DE SERVIÇOS EIRELI	CNPJ: 29.937.206/0001-24	_____
VANDER INCORPORADORA E ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	CNPJ: 09.118.425/0001-74	_____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2019 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/PMSJB/2019

Publicação Nº 1967667

ESTADO DE SANTA CATARINA

Página: 1/12

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA**Processo Nº.: 15/2019****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 10/2019**

No dia 1 do mês de Abril do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 82.925.652/0001-00, com sede administrativa localizada na PRAÇA DEP. WALTER VICENTE GOMES, 89, bairro CENTRO, CEP nº. 88240-000, nesta cidade de São João Batista/SC, representado pelo(a) seu titular infra firmado, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 13/2019, Processo Licitatório nº. 15/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO AUTARQUIA, FUNDAÇÕES E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
11270	JMM ELÉTRICA LTDA EPP	1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 18, 19, 20, 21, 22, 33, 36, 37, 38, 41, 58, 59, 60, 61, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 94, 95, 98, 99, 103, 104, 105, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 127, 128, 129, 134, 135, 139, 140, 142, 143, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 167, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 180, 181, 182, 188, 193, 194, 195, 196, 199, 200, 203, 204, 205, 208, 221, 222, 223, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 233, 239, 242, 243, 244, 246, 247, 250, 251, 252, 253, 254, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270, 272, 273, 274, 275, 276
10287	JOSÉ LUIZ GONÇALVES TEDA EPP	8, 16, 17, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 35, 39, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 62, 63, 64, 79, 80, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 97, 100, 101, 102, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 131, 132, 133, 136, 137, 138, 141, 145, 153, 154, 162, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 171, 179, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 190, 191, 192, 197, 198, 201, 202, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 224, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 245, 248, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 271, 277

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
JMM ELÉTRICA LTDA EPP	13.226.152/0001-59	VICENTE JOSE ANDRE DO NASCIMEI	105.757.968-80
JOSÉ LUIZ GONÇALVES TEDA EPP	02.550.678/0001-73	JARDEL GONCALVES	046.809.809-74

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO DESTINADO A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, INCLUINDO AUTARQUIA, FUNDAÇÕES E FUNDOS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 10287 - JOSÉ LUIZ GONÇALVES TEDA EPP						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	ALVERANALIT 18 LT GALÃO	UN	OTTO	5.000	110,0000	550,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 2/12

Processo Nº.: 15/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

Fornecedor: 10287 - JOSÉ LUIZ GONÇALVES TEDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	ARGAMASSA AC II 20 KG	SC	BELLAMASSA	600,000	25,5000	15.300,00
17	ARGAMASSA AC3	SC	BELAMASSA	300,000	39,2000	11.760,00
25	BARRA DE FERRO 1/2 POLEGADA	BR	VOTORACO	50,000	58,0000	2.900,00
26	BARRA DE FERRO 12 MT 1/2	BR	VOTORACO	200,000	58,0000	11.600,00
27	BARRA DE FERRO 12 MT 1/4	UN	VOTORCAO	500,000	17,4000	8.700,00
28	BARRA DE FERRO 12 MT 3/8	BR	VOTORACO	1.000,000	37,5000	37.500,00
29		UN	VOTORACO	1.000,000	25,0000	25.000,00
30	BARRA DE FERRO 12 MT 5MM	BR	VOTORACO	1.400,000	11,4000	15.960,00
31	BARRA DE FERRO 12 MT. 4.2 MM	UN	VOTORACO	1.000,000	9,8000	9.800,00
32	BARRA DE FERRO 4.2 CA	BR	VOTORACO	1.000,000	8,2000	8.200,00
34	BIDIM - ROLO	RL	MANPLEX	10,000	725,0000	7.250,00
35	BLOCO DE CIMENTO 14 X 19 X 39	UN	RAMOS	3.000,000	1,8500	5.550,00
39	BOTA DE BORRACHA DE SEGURANÇA, TIPO IMPERMEÁVEL DE USO PROFISSIONAL, SEM FORRO, CANO LONGO, APROXIMADAMENTE 240MM, CONFECCIONADA EM POLICLORETO DE VINILA (PVC), INJETADO EM UMA PEÇA SÓ, SOLADO ANTIDERRAPANTE DE FÁCIL LIMPEZA, COR BRANCA, TAMANHOS A SEREM DEFINIDOS CONFORME NECESSIDADE.	PAR	MISTER	100,000	32,0000	3.200,00
40	BOTINA DE COURO	PAR	MISTER	40,000	35,0000	1.400,00
42		PC	IRWIN	40,000	20,2000	808,00
43	BROCA CHATA 5/16	UN	IRWIN	40,000	22,0000	880,00
44		PC	IRWIN	15,000	27,0000	405,00
45	BROCA DE AÇO RÁPIDO 4,00MM	UN	IRWIN	15,000	6,5000	97,50
46	BROCA PARA CONCRETO 10MM	UN	IRWIN	25,000	16,5000	412,50
47	BROCA PARA CONCRETO 12MM	UN	IRWIN	25,000	20,0000	500,00
48	BROCA PARA CONCRETO 6MM	UN	IRWIN	25,000	8,3000	207,50
49	BROCA PARA CONCRETO 8MM	UN	IRWIN	25,000	12,4000	310,00
50	BROCA PARA FERRO 10MM	UN	IRWIN	25,000	26,5000	662,50
51	BROCA PARA FERRO 12MM	UN	IRWIN	25,000	38,0000	950,00
52	BROCA PARA FERRO 6MM	UN	IRWIN	25,000	9,2000	230,00
53	BROCA PARA FERRO 8MM	UN	IRWIN	25,000	15,8000	395,00
54	BROCHA DE NYLON PARA PINTURA MÉDIA	UN	ATLAS	45,000	5,2000	234,00
55	BROCHA RETANGULAR GRANDE DE NYLON PARA PINTURA 18X8CM	UN	ATLAS	50,000	9,2000	460,00
56	BROCHA RETANGULAR PEQUENA DE NYLON PARA PINTURA	UN	ATLAS	30,000	4,4000	132,00
57	BROXA GRANDE	UN	ATLAS	15,000	6,5000	97,50
62	CABO DE AÇO COM ALMA DE FIBRA 5/8	MT	NACI	600,000	16,0000	9.600,00
63	CABO DE AÇO COM ALMA DE FIBRA 8 MM	MT	NACI	1.000,000	8,0000	8.000,00
64	CABO DE AÇO COM ALMA FIBRA 1/2 POLEGADA	MT	NACI	600,000	8,0000	4.800,00
79	CAL HIDRATADO (Sc 20kg)	SC	SOLOFINO	400,000	8,9000	3.560,00
80	CAL PINTURA 5 KG BRANCO	UN	SOLOFINO	200,000	8,2000	1.640,00
88	CAPA PARA MURO 16 CM	UN	GALERA	2.000,000	1,1500	2.300,00
89	CARRO DE MÃO COM TODAS AS PEÇAS DE FERRO GALVANIZADO REFORÇADO 85 LITROS C/ PNEU E CÂMARA	UN	MAESTRO	50,000	120,0000	6.000,00
90	CHAPA DE ETERNIT 213X110X6MM	UN	MULTILIT	500,000	45,0000	22.500,00
91	CHAPA DE ETERNIT 244X50X4MM.	UN	MULTILIT	500,000	34,5000	17.250,00
92	COLA EM MADEIRA TIPO CASCOREZ 01 KG	UN	CASCOREX	100,000	24,2000	2.420,00
93	COLHER DE PEDREIRO 8	UN	PACETA	20,000	27,5000	550,00
96	CORDA EM POLIÉSTER MED. 10MM TAM. 100M	RL	PLASFAN	40,000	116,0000	4.640,00
97	CORRENTE GALVANIZADA 05	MT	DTOOLS	100,000	11,0000	1.100,00
100	DESEMPENADEIRA PLASTICA MÉDIA COM FILTRO	UN	PLASFAN	25,000	13,2000	330,00
101	DESEMPENADEIRA PLASTICA MÉDIA SEM FILTRO	UN	PLASFAN	25,000	7,0000	175,00
102	DISCO DIAMANTADO CORTE SECO E REFRIGERADO	UN	DTOOLS	30,000	17,5000	525,00
106	DOBRADIÇA C/ PARAFUSO MED. 3" P/ FIXAR PORTA DE MADEIRA	UN	NACIONAL	200,000	8,5000	1.700,00
107	ENXADA COM CABO (OLHO DE MARTELO)	UN	PANDOLFO	50,000	24,0000	1.200,00
108	ESCADA DE, ALUMINIO DOBRAVEL E 08 DEGRAUS PARA USO EM ÁREAS INTERNAS	UN	MULTILIT	30,000	190,0000	5.700,00
109	ESCADA EM ALUMÍNIO DOBRÁVEL - 15 A 20 DEGRAUS	UN	MULTILIT	30,000	695,0000	20.850,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 3/12

Processo Nº.: 15/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

Fornecedor: 10287 - JOSÉ LUIZ GONÇALVES TEDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
110	ESCADA EM MADEIRA ESCAMOTEAVEL COM 02 (DOIS) LANCES DE DEGRAUS 6 M DE ALTURA PARA USO EM AREA EXTERNA.	UN	RAMOS	30,000	479,0000	14.370,00
111	ESPÁTULA TAM. 10 CM	UN	ATLAS	50,000	14,5000	725,00
112	ESPÁTULA TAM. 6CM	UN	ATLAS	50,000	10,2000	510,00
113	EXAUSTOR PARA BANHEIRO	UM	NACIONAL	5,000	86,0000	430,00
131	FORMAO 1/2	UN	MISTER	25,000	19,0000	475,00
132	FORRO DE PVC 200 X 8 MM BRANCO	M²	KRONA	1.000,000	12,5000	12.500,00
133	FOSSA CONCRETO PRÉ-FABRICADO 150X200	UN	SILVA	30,000	120,0000	3.600,00
136	GARFO COM CABO PARA ROLO DE PINTURA DE 23CM	UN	DTOOLS	10,000	7,0000	70,00
137	GARFO P/ ROLO DE LA 23 CM	UN	DTOOLS	10,000	7,0000	70,00
138	GARFO PARA PINTURA TAM 23CM	UN	DTOOLS	10,000	8,5000	85,00
141	IMPERMEABILIZANTE NEUTROL 900ML	UN	OTTO	100,000	27,0000	2.700,00
145	ISOL LATA 18LTS	LT	OTTO	40,000	245,0000	9.800,00
153	JOGO DE CHAVE DE FENDA COM 10 CHAVES PARA PARAFUSOS Nº 06, 08 E 2,6	JG	DTOOLS	40,000	53,0000	2.120,00
154	JOGO DE CHAVE PHILIPS COM 10 CHAVES PARA PARAFUSO Nº 06, 08,10	JG	DTOOLS	40,000	53,0000	2.120,00
162	LÁPIS CARPINTEIRO	UN	FABER	100,000	2,0000	200,00
164	LIMA CHATA P/ AFIAR FERRAMENTAS 8"/20MM	UN	DTOOLS	15,000	13,0000	195,00
165	LINHA MADEIRA REDONDA 20CM X 6,10M	UN	EUCALIPTO	15,000	8,0000	120,00
166	LINHA NYLON P/ PEDREIRO	RL	DTOOLS	35,000	8,0000	280,00
168	LIXA 140	MT	NORTON	500,000	3,2000	1.600,00
169	LIXA AMARELA 60	MT	NORTON	500,000	4,2000	2.100,00
170	LIXA DE 120 PARA ALVENARIA	MT	NORTON	500,000	3,7500	1.875,00
171	LONA PLASTICA PRETA GROSSA COM LARGURA DE 6 METROS	MT	PLASFAN	600,000	5,0000	3.000,00
179	MADEIRITE 9 MM	UN	RAMOS	300,000	29,5000	8.850,00
183	MARRETA C/ CABO 1000 GR	UN	DTOOLS	20,000	23,5000	470,00
184	MARTELO MEDIO C/ CABO DE MADEIRA REFORÇADO	UN	DTOOLS	30,000	37,0000	1.110,00
185	MARTELO UNHA 25 MM	UN	DTOOLS	30,000	38,0000	1.140,00
186	MEIA CANA PVC	MT	LEMARK	600,000	8,5000	5.100,00
187	NIPEL 20' DE ALUMÍNIO	UN	DTOOLS	30,000	35,5000	1.065,00
189	PA CAVADEIRA DUPLA ARTICULADA	UN	PANDOLFO	30,000	64,0000	1.920,00
190	PA DE CORTAR OU DE BICO CABO MADEIRA	UN	PANDOLFO	60,000	19,5000	1.170,00
191	PA DE JUNTAR C/ CABO EM MADEIRA REDONDA	UN	PANDOLFO	60,000	27,0000	1.620,00
192	PÁ DE JUNTAR COM CABO (TIPO PATROLA)	UN	PANDOLFO	50,000	32,0000	1.600,00
197	PÉ DE CABRA TAM. 60 CM	UN	MISTER	50,000	25,5000	1.275,00
198	PICARETA com cabo	UN	MISTER	50,000	55,0000	2.750,00
201	PISO CERÂMICO. PEI-A NO FORMATO 45X45 CM. NA COR CLARA.	M²	CERAL	5.000,000	21,0000	105.000,00
202	PISO PARA REVESTIMENTO ESMALTADO MODELO PASTILHA BRILHANTE 10 X 10 CM. ESPESSURA 6MM AMBIENTE INDICADO, INTERNO E EXTERNO.	M²	CERAL	5.000,000	27,0000	135.000,00
209	PREGO 17 X 27	KG	GERDAU	100,000	10,7000	1.070,00
210	PREGO 19 X 36 COM CABEÇAÇA	KG	GERDAU	100,000	12,8000	1.280,00
211	PREGO 25 X 72 PCT 01 KG	KG	GERDAU	100,000	14,2000	1.420,00
212	PREGO 26X84 PCT 01 KG	KG	GERDAU	100,000	16,5000	1.650,00
213	PREGO AÇO 16X24 PCT 01 KG	PCT	GERDAU	100,000	12,2000	1.220,00
214	PREGO COMUM 12X12	KG	GERDAU	100,000	14,2000	1.420,00
215	PREGO COMUM 16X24	KG	GERDAU	100,000	12,2000	1.220,00
216	PREGO DE AÇO 12 X 12 DE 1 Kg	PCT	GERDAU	100,000	6,2000	620,00
217	PREGO DE AÇO 16 X 24 DE 1 Kg	PCT	GERDAU	100,000	16,0000	1.600,00
218	PREGO DE AÇO 17 X 27 DE 1 Kg	PCT	GERDAU	100,000	20,5000	2.050,00
219	PREGO DE AÇO 18 X 36 (PACOTE 1 Kg)	PCT	GERDAU	100,000	16,5000	1.650,00
220	PREGO TELHEIRO GALVAZINADO COM ARRUELA E ANEL DE BORRACHA MED. 18 X 230 MM	KG	MISTER	100,000	14,0000	1.400,00
224	RASTEL COM CABO C/12 DENTES.	UN	PANDOLFO	50,000	39,0000	1.950,00
231	RÉGUA DE ALUMÍNIO P/ CONSTRUÇÃO MED. 2M	UN	FUMARA	15,000	34,0000	510,00
232	REJUNTE	KG	BELAMASSA	200,000	2,5000	500,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 4/12
 Processo Nº.: 15/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

Fornecedor: 10287 - JOSÉ LUIZ GONÇALVES TED A EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
234	ROLO FIO DE NYLON 0,45MM	UN	DTOOLS	15,000	69,5000	1.042,50
235	SACA DE CIMENTO 50 KG	SC	NACIONAL	5.000,000	22,5000	112.500,00
236	SERRA CIRCULAR 20 MM C/ 24 DENTES	UN	DTOOLS	20,000	76,0000	1.520,00
237	SERRA CIRCULAR 4.,3/8	UN	STOOLS	20,000	23,5000	470,00
238	SERRA DE AÇO P/ FERRO E CANO DE PVC	UN	STOOLS	20,000	6,5000	130,00
240	SERROTE PROFISSIONAL 22"	PÇ	DTOOLS	10,000	72,0000	720,00
241	SERROTE REFORÇADO	UM	DTOOLS	20,000	58,5000	1.170,00
245	SUMIDOR CIMENTO 90X90CM	UN	SILVA	50,000	113,0000	5.650,00
248	TANQUE DE CIMENTO COM PÉ	UN	SILVA	20,000	240,0000	4.800,00
255	TELA PARA CERCA 1,02MT SOLDADA	MT	TIDAO	1.000,000	20,5000	20.500,00
256	TELHA DE ETERNIT 0,50X2,44 M COM 4MM DE ESPESSURA	UN	MULTILIT	1.000,000	13,2000	13.200,00
257	TELHA FIBROCIMENTO 6MM 1,10 X 2,44	UN	MULTILIT	500,000	53,5000	26.750,00
258	TELHA FIBROCIMENTO 6MM 1,10 X 3,05	UN	MULTILIT	500,000	72,0000	36.000,00
259	TELHA ROMANA PARA TELHADO (MILHEIRO).	MIL	SAO CRISTO'	5,000	890,0000	4.450,00
260	TELHÃO FRANCES	UN	SAO CRISTO'	300,000	2,0000	600,00
261	TIJOLO 8 FUROS 11,5 X 19 X 19 CM	UN	RAMOS	5.000,000	0,5400	2.700,00
262	TIJOLO MACIÇO COMUM 5 X 10 X 20 CM PADRÃO ABNT/INMETRO	MIL	RAMOS	1.000,000	275,0000	275.000,00
271	TORQUÊS DE ARMADOR TAM. Nº 12	UN	DTOOLS	15,000	78,0000	1.170,00
277	VASSOURA DE AÇO COM CABO (ARAME CHATO)	UN	DTOOLS	50,000	29,5000	1.475,00

Fornecedor: 11270 - JMM ELÉTRICA LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ABRAÇADEIRA EM AÇO PARA CABO DE AÇO 1/4	UN	VONDER	1.000,000	1,1200	1.120,00
2	ABRAÇADEIRA EM AÇO PARA CABO DE AÇO 5/8	UN	VONDER	250,000	7,1400	1.785,00
3	ABRAÇADEIRA TIPO U 1.1/2	UN	INCA	1.000,000	1,1900	1.190,00
4	ACABAMENTO VÁLVULA GELO	UN	DOCOL	500,000	29,5000	14.750,00
5	ADAPT. SOLD. CURTO C/ BOLSA-ROSCA P/ REGISTRO 50MM-1.1/2"	PC	KRONA	700,000	6,9000	4.830,00
6	ADESIVO PLÁSTICO DE PINCEL P/ CANO DE PVC 170gr	UN	KRONA	400,000	11,8900	4.756,00
7	ADESIVO SILICONE 50 GR	UN	KRONA	200,000	5,3400	1.068,00
9	ANEL DE CERA PARA VEDAÇÃO DE VASO SANITARIO	UN	BLUKIT	200,000	7,6000	1.520,00
10	APLICADOR DE SILICONE	UN	TYTAN	50,000	28,9000	1.445,00
11	ARAME GALVANIZADO 15 COM 01 KG	KG	GERDAU	100,000	17,7400	1.774,00
12	ARAME GALVANIZADO 16MM	KG	GERDAU	100,000	15,3500	1.535,00
13		KG	GERDAU	100,000	17,3500	1.735,00
14	ARAME RECOZIDO 10 COM 10 KG	KG	GERDAU	100,000	25,3500	2.535,00
15	ARCO DE SERRA N. 12	UN	FAMASTIL	100,000	29,4000	2.940,00
18	ARRUELA ZINCADA 3/8	UN	BELLENUS	1.000,000	0,1500	150,00
19	ARRUELA ZINCADA 5/16	UN	BELLENUS	1.000,000	0,1000	100,00
20	BACIO EM PORCELANA BRANCA ESMALTADA TAMANHO ADULTO	UN	DECA	60,000	107,0000	6.420,00
21	BACIO EM PORCELANA BRANCA ESMALTADA TAMANHO INFANTIL	UN	DECA	50,000	244,0000	12.200,00
22	BALDE DE PVC PARA PINTURA 15 LT	UN	ATLAS	70,000	11,6000	812,00
33	BASE PARA FOTOCÉLULA	UN	EXATRON	200,000	9,3900	1.878,00
36	BOCAL SOQUETE FIXO COM BORNE MT 2205	UN	FOX LUX	145,000	3,8900	564,05
37	BOIA PARA CAIXA D'ÁGUA EM PVC ½ E ¾ COM ASTE DE ALUMINIO	UN	KRONA	50,000	10,2700	513,50
38	BOLSA/MALETA DE FERRAMENTAS EM COURO P/ CARPINTEIRO/PEDREIRO	UN	VONDER	20,000	139,9000	2.798,00
41	BRACADEIRA DE COBRE PARA HASTE TERRA	UN	OLIVO	150,000	2,3400	351,00
58	BUCHA 7 MM	UN	FISCHER	500,000	0,0500	25,00
59	BUCHA 8MM	UN	FISCHER	500,000	0,1000	50,00
60	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA 40 X 25	UN	KRONA	500,000	2,9900	1.495,00
61	BUCHA PARA TIJOLO 10MM	UN	FISCHER	500,000	0,4400	220,00
65	CABO DE REDE AZUL 4P	MT	TOPCABOS	2.000,000	1,6900	3.380,00
66	CADEADO 50mm EM FERRO	UN	PADO	30,000	31,5000	945,00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 5/12

Processo Nº.: 15/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

Fornecedor: 11270 - JMM ELÉTRICA LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
67	CADEADO GRANDE Nº 50 (EM FERRO).	UM	PADO	30,000	31,9000	957,00
68	CADEADO MEDIO Nº 20 (EM FERRO).	UN	PADO	30,000	11,8000	354,00
69	CADEADO MEDIO Nº 30 (EM FERRO)	UN	PADO	30,000	15,7900	473,70
70	CADEADO MEDIO Nº 40 (EM FERRO)	UN	PADO	30,000	23,2000	696,00
71	CADEADO MEDIO Nº 60 (EM FERRO)	UN	PADO	30,000	51,4000	1.542,00
72	CADEADO MOD. E-40	UN	PADO	30,000	22,4900	674,70
73	CAIXA DE AGUA EM POLIETILENO DE 500 LITROS	UN	BAKOF	30,000	177,5000	5.325,00
74	CAIXA DE DESCARGA EM MATERIAL DE PVC PARA BANHEIRO	UN	CIPLA	50,000	26,9900	1.349,50
75	CAIXA DE GORDURA 40 X 80 EM CONCRETO	UM	MURILO	50,000	64,0000	3.200,00
76	CAIXA PARA TOMADA	UN	KRONA	50,000	1,2000	60,00
77	CAIXA PONDE DE LUZ LAJE	UN	KRONA	30,000	4,8000	144,00
78	CAIXA SIFONADA EM PVC BRANCA TAM 100 X 100mm	UN	KRONA	50,000	7,3000	365,00
81	CANAleta P/ FIXAÇÃO DE FIOS ELÉTRICOS C/ 2 DIVISÕES TAM. 2 m COM FITA DUPLA FACE	UN	PIAL	80,000	5,5400	443,20
82	CANO DE 20MM (BARRA DE 6M) ESPECÍFICO PARA ÁGUA, EM PVC COM BITOLA 20MM	UN	KRONA	300,000	12,7900	3.837,00
83	CANO DE 25MM SOLDABEL BARRA DE 6MT	BR	KRONA	200,000	14,4000	2.880,00
84	CANO DE 75MM ESGOTO BARRA DE 6MT	BR	KRONA	100,000	45,4000	4.540,00
85	CANO DE ESGOTO 100MM BARRA DE 6M EM PVC NA COR BRANCA COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO NO PRODUTO	BR	KRONA	300,000	46,8000	14.040,00
86	CANO DE ESGOTO 50MM BARRA DE 6M EM PVC NA COR BRANCA COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO NO PRODUTO	UN	KRONA	300,000	33,9000	10.170,00
87	CAPA DE CHUVA PVC COM FORRO, TAMANHO G, COR AMARELA	UN	KAPAS	50,000	19,4000	970,00
94	CONDULETE ADAPTADOR RED 1X3/4	UN	INPOL	300,000	0,9800	294,00
95	CONECTOR 10MM PE. B BRANCO	UN	FOXLUX	300,000	4,2900	1.287,00
98	CURVA DE 100MM ESPECIFICA PARA ESGOTO EM PVC	UN	KRONA	200,000	12,3400	2.468,00
99	CURVA DE 20MM ESPECIFICO PARA AGUA EM PVC COM BITOLA DE 1 POLEGADA	UN	KRONA	200,000	1,4400	288,00
103	DISJUNTOR 40	PÇ	WEG	100,000	15,9900	1.599,00
104	DISJUNTOR DE 15 A	PÇ	WEG	100,000	9,3900	939,00
105	DISJUNTOR DE 30 A	PÇ	WEG	100,000	9,4900	949,00
114	EXTENSÃO ELÉTRICA COM 3 TOMADAS COM 10 METROS 2 PINOS BRANCA, TENSÃO/POTENCIA 127/1270W E 220V/22200W CORRENTE MÁXIMA 10A - BITOLA DO CABO 1MM2 ADEQUADA AS NORMAS, APROVADA PELO IMETRO	UN	ILUMI	50,000	34,5000	1.725,00
115	EXTENSÃO ELÉTRICA COM 3 TOMADAS COM 3 METROS 2 PINOS BRANCA, TENSÃO/POTENCIA 127/1270W E 220V/22200W CORRENTE MÁXIMA 10A - BITOLA DO CABO 1MM2 ADEQUADA AS NORMAS, APROVADA PELO IMETRO.	UN	ILUMI	50,000	15,8400	792,00
116	EXTENSÃO ELÉTRICA COM 3 TOMADAS COM 5 METROS 2 PINOS BRANCA, TENSÃO/POTENCIA 127/1270W E 220V/22200W CORRENTE MÁXIMA 10A - BITOLA DO CABO 1MM2 ADEQUADA AS NORMAS, APROVADA PELO IMETRO.	UN	ILUMI	50,000	21,6000	1.080,00
117	FECHADURA EXTERNA EM INOX P/ PORTA DE MADEIRA	UN	ALIANCA	150,000	69,3000	10.395,00
118	FECHADURA INTERNA CROMADA	UN	ALIANCA	150,000	54,2000	8.130,00
119	FIO AZUL 2,5MM PARA INSTALAÇÕES ELETRICAS	MT	CORFIO	5.000,000	1,2000	6.000,00
120	FIO ELETRICO ELÉTRICO PARALELO 2X1,5MM	MT	CORFIO	5.000,000	1,6400	8.200,00
121	FIO ELETRICO ELÉTRICO PARALELO 2x2,5MM	FIO	CORFIO	5.000,000	2,5900	12.950,00
122	FIO FLEX 6,0MM PRETO	MT	CORFIO	500,000	3,1000	1.550,00
123	FIO FLEXÍVEL 2X5MM VERDE	MT	CORFIO	5.000,000	1,1400	5.700,00
124	FIO FLEXIVEL 1,5mm	MT	CORFIO	500,000	0,7900	395,00
125	FIO FLEXIVEL 2,5 MM PRETO	MT	CORFIO	5.000,000	1,1900	5.950,00
126	FITA ISOLANTE ANTICHAMA 50MT	MT	KRONA	200,000	6,4500	1.290,00
127	FITA VEDA ROSCA 118 5 PÇ 8,18 FITA VEDA ROSCA 50 M	UN	TIGRE	100,000	5,9900	599,00
128	FITA ZEBRADA	RL	3M	200,000	12,4900	2.498,00
129		UN	KRONA	50,000	7,2900	364,50
134	FOTOCELULA 220V	UN	EXATRON	200,000	24,9000	4.980,00
135	FURADEIRA E PARAFUSADEIRA COM BATERIA RECARREGÁVEL	UN	BLACKDECKE	15,000	353,0000	5.295,00
139	GRELHA PLASTICO PEQUENA PARA RALO	UN	TIGRE	100,000	1,9400	194,00
140	HASTE PARA ATERRAMENTO 1/2X1,00M	UN	OLIVO	100,000	13,9900	1.399,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 6/12
 Processo Nº.: 15/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

Fornecedor: 11270 - JMM ELÉTRICA LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
142	INTERRUPTOR 1 TECL. SIMPLES	UN	IRIEL	100,000	5,3900	539,00
143		PC	IRIEL	100,000	15,0000	1.500,00
144	INTERRUPTOR C/ 02 TECLAS SIMPLES	UN	IRIEL	100,000	10,2000	1.020,00
146	JOELHO 90 ESGOTO 100MM	UN	KRONA	100,000	3,4400	344,00
147	JOELHO 90 ESGOTO 25MM	UN	KRONA	100,000	1,2900	129,00
148	JOELHO 90 ESGOTO 75MM	UN	KRONA	100,000	3,1400	314,00
149	JOELHO DE 100 ESPECIFICO PARA ESGOTO EM PVC	UN	KRONA	200,000	1,9900	398,00
150	JOELHO DE 20MM ESPECIFICO P/ÁGUA EM PVC COM BITOLA DE 3/4	UN	KRONA	200,000	2,4900	498,00
151	JOELHO DE 50MM ESPECIFICO PARA ESGOTO EM PVC	UN	KRONA	200,000	1,9400	388,00
152	JOELHO DE REDUÇÃO 90° SOLDÁVEL C/ BUCHA DE LATÃO 25MM 1/2"	UN	KRONA	200,000	3,3900	678,00
155	LAMPADA ECONOMICA 100W	UN	TASCHIBRA	500,000	10,7200	5.360,00
156	LAMPADA ECONOMICA 15W	UN	TASCHIBRA	500,000	16,9900	8.495,00
157	LÂMPADA ECONÔMICA 25W BRANCA TRIPLA OU ESPIRAL	UN	TASCHIBRA	500,000	13,7900	6.895,00
158	LAMPADA ECONÔMICA 80W	UN	ALUMBRA	500,000	38,9000	19.450,00
159	LÂMPADA FLUORESCENTE 20 wts	PC	TASCHIBRA	200,000	5,9900	1.198,00
160	LAMPADA FLUORESCENTE 40 W tb	UN	TASCHIBRA	200,000	5,9900	1.198,00
161	LÂMPADA LED 18 W TUBULAR	UN	TASCHIBRA	600,000	24,4000	14.640,00
163	LAVATORIO COM COLUNA BRANCO	PÇ	DECA	10,000	76,4000	764,00
167	LINHA PEZZI PLUG FÊMEA EXT. 2P + T 10	UN	ILUMI	20,000	6,9400	138,80
172	LUMINARIA COMPLETA 2 X 20	UN	TASCHIBRA	300,000	51,9000	15.570,00
173	LUMINARIA COMPLETA 2 X 40	UN	TASCHIBRA	300,000	55,4000	16.620,00
174	LUVA ESGOTO 04,0MM	UN	KRONA	200,000	1,0000	200,00
175	LUVA ESGOTO 100MM	UN	KRONA	100,000	3,5900	359,00
176	LUVA ESGOTO 25MM	UN	KRONA	100,000	0,3800	38,00
177	LUVA SOLD 25MM	PÇ	KRONA	200,000	0,4900	98,00
178	MAÇANETA COMUM ALUMINIO CROMADO TIPO ALAVANCA	UN	ALIANCA	100,000	18,8000	1.880,00
180	MANGUEIRA CORRUGADA 1.1/4	MT	FISCHER	600,000	2,1400	1.284,00
181	MANGUEIRA DE NÍVEL CRISTAL MED. 5-16 TAM. 50M	RL	PABOVI	10,000	71,0000	710,00
182	MANGUEIRA PARA IRRIGAÇÃO JARDIM C/ 100 MTS	RL	PABOVI	50,000	213,9000	10.695,00
188	NÍPEL COM ROSCO 1/2	UN	KRONA	15,000	0,5700	8,55
193	PARAFUSO ATARRAXANTE MADEIRA 3,5 X 40	UN	BELENUS	1.000,000	0,1500	150,00
194	PARAFUSO ATARRAXANTE MADEIRA 4,0 X 0,50	UN	BELENUS	1.000,000	0,1500	150,00
195	PARAFUSO PARA MADEIRA 4,0X0,50	UM	BELENUS	1.000,000	0,1500	150,00
196	PARAFUSO PARA MADEIRA 5,5X75	UM	BELENUS	1.000,000	0,2100	210,00
199	PINO MACHO NOVO PADRÃO 20A	UN	ILUMI	100,000	5,7800	578,00
200	PINO PLUG REFORÇADO PADRÃO BRASIL 20 A	UN	ILUMI	100,000	5,6900	569,00
203	PISTOLA P/ SILICONE	UN	TYTAN	25,000	38,1000	952,50
204	PLAFON PLASTICO BRANCO	UN	LB	300,000	3,7000	1.110,00
205	PLAINA ELÉTRICA 700W POTÊNCIA	UN	BLACKDECKE	5,000	638,0000	3.190,00
208	POSTE CONCRETO 6M C/ CAIXA MONOFÁSICA P/ LIGAÇÃO ELÉTRICA ACOPLADA, DNA PADRÃO INMETRO/ABNT e CELESC	UN	JOIARTE	50,000	1.278,9000	63.945,00
221	PRESILHA P/ HASTE DE ATERRAMENTO MED. 1/5	UN	OLIVO	200,000	1,4000	280,00
222	PULVERIZADOR COSTAL DE 20 LITROS	UN	VONDER	20,000	272,0000	5.440,00
223	QUADRO DEC DISTRIBUIDOR DE LUZ PARA 03 A 04 DJUNTORES	UN	KRONA	100,000	15,9400	1.594,00
225	REATOR PARTIDA RAPIDA 1X20	UN	ECP	300,000	18,7000	5.610,00
226	REATOR PARTIDA RAPIDA 1X40 AFP	UN	ECP	300,000	25,7000	7.710,00
227	REATOR PARTIDA RAPIDA 2X20	UN	ECP	300,000	28,9500	8.685,00
228	REATOR PARTIDA RAPIDA 2X40	UN	ECP	300,000	31,8000	9.540,00
229		UN	KRONA	200,000	6,6400	1.328,00
230	REGISTRO ESFERA 40 MM	UN	KRONA	200,000	14,9500	2.990,00
233	ROLDANA PLÁSTICA MÉDIA	UN	JANDRIGUES	100,000	0,3900	39,00
239	SERRINHA P/ CORTAR FERRO	UN	STARRET	60,000	4,4000	264,00
242	SISTEMA X CAIXA SOBREPOR 75 X 65 X35	UN	ENERBRAS	100,000	3,4900	349,00
243	SISTEMA X TOMADA PADRÃO BRASIL 20ª	UN	ENERBRAS	100,000	11,9900	1.199,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 7/12
Processo Nº.: 15/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

Fornecedor: 11270 - JMM ELÉTRICA LTDA EPP

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
244	START PARA LÂMPADA 40W	UN	FOXLUX	300,000	2,4900	747,00
246	SUPORTE SOQUETE PARA LÂMPADA 20/40MT	UN	FOXLUX	200,000	2,5900	518,00
247	T DE 25MM ESP. PARA ÁGUA, EM PVC COM 1 POLEGADA	UN	KRONA	200,000	0,4900	98,00
250	TE SOLDÁVEL 90 25MM	UM	KRONA	200,000	0,7400	148,00
251	TEE ESGOTO 100MM	UN	KRONA	100,000	7,8900	789,00
252	TEE ESGOTO 50MM	UN	KRONA	100,000	4,0900	409,00
253	TEE ESGOTO 75MM	UN	KRONA	100,000	7,9900	799,00
254	TEE SOLDAVEL 25MM	UN	KRONA	100,000	0,7000	70,00
263	TOMADA BEGE P/ TELEFONE 4P	UM	ILUMI	200,000	6,3400	1.268,00
264	TOMADA EMBUTIR NOVO PARÃO 20ª	UN	ILUMI	200,000	12,2900	2.458,00
265	TOMADA EXTERNA NOVO PADRÃO 10A	UM	ILUMI	200,000	5,2900	1.058,00
266	TORNEIRA DE JARDIM 3/4	UN	HERC	100,000	3,3900	339,00
267	TORNEIRA DE PIA INOX GIR MESA	UN	DOCOL	100,000	66,9000	6.690,00
268	TORNEIRA DE PIA INOX GIR. ELEVADA	UN	DOCOL	100,000	65,4000	6.540,00
269	TORNEIRA ELÉTRICA BICA ALTA E MÓVEL. BRANCA, BICO METÁLICO, AREJADOR MÓVEL, REGISTRO ABRE FÁCIL, ¼ DE VOLTA, 4 TEMPERATURAS. DE PAREDE	UN	FAME	100,000	199,9000	19.990,00
270	TORNEIRA PLÁSTICA PVC 1/2"	UN	HERC	100,000	3,9900	399,00
272	TUBO DE LIGAÇÃO AJUSTÁVEL COM BOLSA 25 CM	UN	BLUKIT	100,000	20,0000	2.000,00
273	TUBO DE LIGAÇÃO COM ANEL 20 CM	UN	BLUKIT	100,000	19,2000	1.920,00
274	TUBO DESCARGA P/VAL. JOELHO AZUL	UN	KRONA	100,000	8,7000	870,00
275	VALVULA DE DESCARGA 1.1/2	UN	DOCOL	100,000	90,9000	9.090,00
276	VASO SANITARIO PEQUENO COM CAIXA ACOPLADA	UN	DECA	50,000	259,9000	12.995,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 8/12
Processo Nº.: 15/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 9/12
Processo Nº.: 15/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 10/12
Processo Nº.: 15/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 11/12
Processo Nº.: 15/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL SAO JOAO BATISTA

Página: 12/12
Processo Nº.: 15/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 13/2019

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São João Batista para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São João Batista, 1 de Abril de 2019.

Assinatura do Responsável

Empresas Participantes:

JMM ELÉTRICA LTDA EPP

CNPJ: 13.226.152/0001-59 _____

JOSÉ LUIZ GONÇALVES TEDA EPP

CNPJ: 02.550.678/0001-73 _____

DECRETO Nº 3583/2019

Publicação Nº 1968279

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA
Praça Deputado Walter Vicente Gomes, 89
Fone: (48) 3265-0195 - Fax: (48) 3265-1369
C.G.C: 82.925.652/0001-00 - SÃO JOÃO BATISTA - SC
E-mail: contabilidade@sjbatista.sc.gov.br

DECRETO Nº 3583/19

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA no uso de suas atribuições legais e de acordo com autorização contida na Lei Municipal nº 003847/18 de 13 de Dezembro de 2018.

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica suplementado no valor de R\$ 100.000,00 a(s) seguinte(s) modalidade(s):

14 - ENCARGOS GERAIS**14.01 - ENCARGOS GERAIS**

28.843.0000.0.093 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

3.2.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 100.000,00

Art. 2º - Para atendimento da(s) Suplementação(ões) que trata(m) o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) modalidade(s):

14 - ENCARGOS GERAIS**14.01 - ENCARGOS GERAIS**

28.843.0000.0.093 - Amortização do Principal e Encargos da Dívida

4.6.90.00.00.00.00.00.0000 - Aplicacoes Diretas

Valor - 100.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

São João Batista, 27 de Março de 2019

DANIEL NETTO CÂNDIDO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em 27/03/2019

Assessoria de Comunicação

São João do Oeste

PREFEITURA

DECRETO 028/2019 - HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS REALIZADA PELA COMISSÃO NOMEADA PELO DECRETO 060/2017

Publicação Nº 1969017

DECRETO Nº 028/19, DE 02/04/2019.

HOMOLOGA A AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS REALIZADA PELA COMISSÃO NOMEADA PELO DECRETO 060/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São João do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e em conformidade com o parecer de avaliação da Comissão de Avaliação de Bens Imóveis nomeada através do Decreto 060/2017, DECRETA:

Art. 1º. Fica homologada a avaliação dos bens imóveis abaixo relacionados, realizada pela Comissão de Avaliação de Bens Imóveis do Município, nomeada pelo Decreto 060/2017 e convocada através do Ofício nº 002/2019, da Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, com o objetivo de apurar o valor venal das áreas, que são objeto de permuta, por relevante interesse público.

Art. 2º. Os imóveis objeto da permuta, por relevante interesse público, pelo motivo da ação melhorar e ampliar o entorno do sistema de reservação de água para uso público junto a Estação de Tratamento de Água da comunidade de Beato Roque e suas respectivas avaliações são:

I – Do lote rural nº 03, da matrícula 2.511, do Registro de Imóveis da Comarca de Itapiranga, a área de 2.433m², sem benfeitorias, da linha Fortuna, localizado junto a SC - 496, comunidade de Beato Roque, de propriedade do Município de São João do Oeste, avaliado em R\$ 14.989,00 (quatorze mil novecentos e oitenta e nove reais).

II – Do lote rural nº 03-B, da Matrícula, 16.514, do Registro de Imóveis da Comarca de Itapiranga, a área de 2.433m², sem benfeitorias, da linha Fortuna, localizado junto a SC – 496, comunidade de Beato Roque, de propriedade do Sr. Sérgio Schwertz, avaliado em R\$ 14.989,00 (quatorze mil novecentos e oitenta e nove reais).

Parágrafo único: As confrontações das áreas encontram-se especificadas nos mapas e memoriais descritivos em anexo a este decreto.

Art. 3º. A avaliação expedida pela Comissão de Avaliação de Bens Imóveis do município, está estampado no laudo de avaliação em anexo, que é parte integrante do presente decreto.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São João do Oeste, 02 de abril de 2019.

FERNANDO BISIGO

Prefeito Municipal

São João do Sul

PREFEITURA

ATA S.R.P_14-2019_PREF

Publicação Nº 1968359

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14/2019

Objeto: Registrar preços p/ futura(s) e eventual(is) para fornecimento pneus necessários a manutenção dos veículos da frota municipal de São João do Sul/SC, incluindo a montagem e desmontagem, conforme quantitativos e especificações constantes neste Edital e seus Anexos do Pregão Presencial nº 07/2019, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição

Órgão Gerenciador: Município de São João do Sul.

Detentor da Ata: ANTONIO AGNALDO SACCON EPP.

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 516.746,00.

Processo Licitatório nº 07/2019 – Pregão Presencial.

São João do Sul/SC, 01 de abril de 2019

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

ATA S.R.P_15-2019_PREF

Publicação Nº 1968362

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 16/2019

Objeto: ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 14/2019

Objeto: Registrar preços no intuito p/ futura(s) e eventual(is) para fornecimento pneus necessários a manutenção dos veículos da frota municipal de São João do Sul/SC, incluindo a montagem e desmontagem, conforme quantitativos e especificações constantes neste Edital e seus Anexos do Pregão Presencial nº 07/2019, fazem parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Detentor da Ata: M. PNEUS LTDA ME.

VIGÊNCIA: 1 (um) ano a contar de sua assinatura

VALOR: R\$ 47.040,00.

Processo Licitatório nº 07/2019 – Pregão Presencial.

São João do Sul/SC, 01 de abril de 2019

MOACIR FRANCISCO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

CONT. Nº 34-2019_PREF

Publicação Nº 1967755

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 34/2019

OBJETO: prestação de SERVIÇO DE COSTUREIRA PARA REALIZAÇÃO DA OFICINA DE COSTURA (TRATA-SE DE UMA ATIVIDADE DE DESENVOLVIMENTO DE OPORTUNIDADE PARA FAMÍLIAS BENEFICIÁRIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. NA ÁREA DE FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL PARA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA).

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: MARIA DOS SANTOS DE MATOS 92770754904

VIGÊNCIA: 01/04/2019 à 31/12/2019.

VALOR: R\$ 8.970,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 08.01 – 2.011 – 3.3.90.36.99.0080 (82)

São João do Sul/SC, 01 de abril de 2019.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

CONT. N° 35-2019_PREF

Publicação N° 1967759

MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO N° 35/2019

OBJETO: Serviços técnicos na configuração e parametrização nos cadastros dos sistemas de folha de pagamento.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL.

CONTRATADA: REGINALDO FERMIANO MENDES NETO ME.

VIGÊNCIA: 01/04/2019 à 31/12/2019.

VALOR: R\$ 8.415,00 – Total.

FUNDAMENTO LEGAL: De acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 03.01 – 2.003 – 3.3.90.40.99.00.00.0080.

São João do Sul/SC, 01 de março de 2019.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeitura Municipal

TERMO DE PARCERIA 001-2019_CASALAR

Publicação N° 1967765

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SUL

EXTRATO DE TERMO DE PARCERIA 001/2019

Objeto: Acolhimento para crianças e adolescentes oriundas do município de SÃO JOÃO DO SUL/SC em situação de acolhimento institucional em modalidade de casas lares, nas situações previstas pela Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente de acordo com as orientações da Resolução CNAS 109/09.

CONCEDENTE: Município de São João do Sul/SC.

ENTIDADE: ASSOCIACAO IRMA CARMEN.

VALOR: R\$ 82.556,80 (oitenta e dois mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.02 – 2.018 – 3.3.50.43.02.00.00.00.0080 (97)

Fundamento Legal: Ação Civil Pública nº 0002454-42.2011.8.24.0189 e Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014 e legislação correlata São João do Sul-SC, 01 de abril de 2019.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

São Joaquim

PREFEITURA

RESOLUÇÃO CMDCA N.001/2019

Publicação Nº 1968075

RESOLUÇÃO Nº 001/2019

Institui a Comissão Especial Eleitoral para escolha dos membros do Conselho Tutelar do município de São Joaquim/SC.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA do município de São Joaquim/SC, em cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei N. 8.069, de julho de 1990, alterado pela Lei N. 12.696, de 25 de julho de 2015, a Lei Municipal nº. 4.613, de 26 de março de 2019, a Resolução do CONANDA N. 170, de 10 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art.1º Instituir a Comissão Especial Eleitoral com o objetivo de conduzir o processo de escolha unificado dos membros do Conselho Tutelar do município de São Joaquim/SC, sendo composta por 04 conselheiros do CMDCA, garantindo a paridade entre governo e sociedade civil.

§1º Não poderão fazer parte da Comissão, os conselheiros que concorrerão ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ou os cônjuges, companheiros, mesmo que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive.

§2º Caso algum membro do CMDCA venha a tornar-se impedido por conta do disposto no §1º deste artigo, será afastado da Comissão, sendo substituído por outro conselheiro.

Art. 2º Integra a Comissão Especial Eleitoral os seguintes conselheiros:

- Sarita Nunes – Representante da OAB;
- Luciane dos Santos Velho – Representante da APAE;
- Josiane Nunes de Oliveira – Representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- Maristela da Silva Lima – Representante da Secretaria Municipal da Fazenda.

Parágrafo único: A Comissão Especial Eleitoral deverá, entre os seus membros eleger um coordenador.

Art. 3º Compete a Comissão Especial Eleitoral analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§1º. Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral:

I - Notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa;

II - Realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

Art. 4º Das decisões da Comissão Especial Eleitoral caberá recurso à plenária do CMDCA, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

Parágrafo único: Esgotada a fase recursal, a comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha publicará a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

Art. 5º Atribuições da Comissão Especial Eleitoral:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras do processo de escolha aos candidatos considerados habilitados, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notificação de fatos que constituam violação das regras de divulgação do processo de escolha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - providenciar a confecção das cédulas, conforme modelo a ser aprovado;

V - escolher e divulgar os locais do processo de escolha;

VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como, seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia do processo de escolha, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar ou Guarda Municipal local, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais do processo de escolha e apuração;

VIII - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial do processo de escolha; e

IX - resolver os casos omissos.

Art. 6º A comissão Especial deve notificar o Ministério Público, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão e pelo CMDCA, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

São Joaquim, 01 de abril de 2019.

Simoni Ali Hussein
Vice Presidente do CMDCA

RESOLUÇÃO CMDCA N.002/2019

Publicação Nº 1968078

RESOLUÇÃO CMDCA Nº. 002/2019

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do município de São Joaquim/SC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº. 2.783, de 2007, resolve:

Art. 1º. – REVOGAR a Comissão de Ética para atuar em processo disciplinar de conselheiro tutelar, da Notícia de Fato nº. 01.201800003291-8, conforme disposto no parágrafo único, do artigo 51, da Lei Municipal nº. 2.783, de 2007, composta pelos seguintes membros:

- a) Agna Mara Schleschteng de Oliveira – Fórum das Organizações da Sociedade Civil do município de São Joaquim
- b) Daiane Huguen Tomaz – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- c) Francisco de Souza – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, representante do CDL;
- d) Jádina Padilha Guimarães – Conselho Tutelar.

Art. 2º. – Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

São Joaquim, 01 de abril de 2019.

Simoni Ali Hussein
Vice Presidente do CMDCA

RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 150/2019

Publicação Nº 1967690

PORTARIA Nº 150/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública nº 03/2019, realizada em 11/02/2019, Lei Nº 4.323/2015, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.183/2013 e Lei Nº 4.398/2016; ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - JOSÉ ARGEU VELHO GOULART, para exercer a função de Professor Substituto no CAIC – Fúlvio Amarante Ferreira, bairro Jardim Minuano, período matutino, Prof. Habilitado, na área de Língua Portuguesa, com 20 horas semanais, a contar do dia 14/02/2019, vaga vinculada a professora Vidalvina das Graças Pereira Nunes que encontra-se em gozo de Licença Prêmio. – JOSÉ LEONARDO DO NASCIMENTO, para exercer a função de Professor Substituto na E.B.M. Jurema Huguen Palma, bairro Santa Paulina, com 10 horas semanais e na E.B.M. Domingos Pereira Portela, bairro Jardim Bandeira, com 10 horas semanais, período matutino, Prof. Habilitado, na área de AEE, perfazendo um total de 20 horas semanais, a contar do dia 14/02/2019, vaga excedente. – JUCELINO HECK, para exercer a função de Professor Substituto na E.B.M. Domingos Pereira Portela, bairro Jardim Bandeira, período vespertino, Prof. Habilitado, na área de Educação Física, com 10 horas semanais, a contar do dia 14/02/2019, vaga excedente. – MAIARA PADILHA NESI, para exercer a função de Professora Substituta na E.B.M. Aristides Ribeiro de Medeiros, bairro São José, período vespertino, Profª. Habilitada, na área de Arte, com 10 horas semanais, a contar do dia 14/02/2019, vaga excedente.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo os mesmos ser exonerados em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de fevereiro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

RETIFICAÇÃO PORTARIA Nº 151/2019

Publicação Nº 1967693

PORTARIANº 151/2019

O Prefeito Municipal de São Joaquim, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1º - De acordo com a Chamada Pública nº 03/2019, realizada em 11/02/2019, Lei Nº 4.323/2015, Lei Nº 4.324/2015, Lei Nº 4.183/2013 e Lei Nº 4.398/2016; ficam concedidas DESIGNAÇÕES TEMPORÁRIAS as seguintes pessoas: - MARIA ADRIANA DA SILVA, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. Jardim Minuano, bairro Jardim Minuano, período vespertino, Profª. Habilitada, na área de Educação Infantil, com 30 horas semanais, a contar do dia 14/02/2019, vaga excedente. – MARIA ELENA DA SILVA, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. Filomena Martorano Vieira Rodrigues, bairro Jardim Bandeira, período matutino, Profª. Não Habilitada, na área de Arte, com 20 horas semanais, a contar do dia 14/02/2019, vaga excedente. – LARISSA RAMOS FLORES, para exercer a função de Professora Substituta no C.E.I. Boqueirão, localidade de Boqueirão, período vespertino, Profª. Habilitada, na área de Educação Física, com 10 horas semanais, a contar do dia 14/02/2019, vaga excedente. – PATRICIA NUNES DE BRIDA, para exercer a função de Professora Substituta na E.B.M. João Paulo Carvalho, localidade de Luizinho, período matutino, Profª. Não Habilitada, na área de Língua Portuguesa, com 20 horas semanais, a contar do dia 14/02/2019, vaga vinculada a professora Claudia Elenice Padilha, que encontra-se na função de Diretora Escolar.

Parágrafo Único – As Designações referidas no art. 1º serão regidas pelo Regime Estatutário, podendo as mesmas ser exoneradas em qualquer tempo por motivos administrativos e/ou de ordem técnica.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de
São Joaquim, 14 de fevereiro de 2019.
GIOVANI NUNES
Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

ANÁLISE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS CONCORRÊNCIA 013/2018

Publicação Nº 1968330

ANÁLISE DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

CONCORRÊNCIA 013/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11501/2018
PROCESSO DE COMPRAS Nº 857/2018

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO PREDIAL, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA ATENDER A REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento das propostas apresentadas pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe.

EMPRESAS HABILITADAS

- MARIAM WAGENER CONSTRUÇÕES EIRELI;
- JG MATERIAIS & CONSTRUÇÕES LTDA - ME;
- CRESTANI COMERCIO EIRELI;
- STOCK CONSTRUÇÕES COMERCIAL LTDA - EPP;
- RDG CONSTRUÇÕES EIRELI;
- KS CONSTRUÇÕES EIRELI.

É o relatório.

1 - ANÁLISE DA COMISSÃO

A Comissão Permanente de Licitações concluiu que todas as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas pelas empresas habilitadas.

Por todo o exposto acima, à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a comissão RESOLVE:

CLASSIFICAR AS EMPRESAS PELO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE:

LOTE I

- 1ª Classificada: RDG CONSTRUÇÕES EIRELI – 55,91% (cinquenta e cinco virgula noventa e um por cento);
- 2ª Classificada: JG MATERIAIS & CONSTRUÇÃO LTDA – 55% (cinquenta e cinco por cento);
- 3ª Classificada: STOCK CONSTRUÇÕES LTDA EPP - 53% (cinquenta e três por cento);
- 4ª Classificada: KS CONSTRUÇÕES EIRELI – 28% (vinte e oito por cento);
- 5ª Classificada: CRESTANI COMERCIO EIRELI – 25% (vinte e cinco por cento);
- 6ª Classificada: MIRIAM WAGENER CONSTRUÇÕES EIRELI – 18% (dezoito por cento);

LOTE II

- 1ª Classificada: CRESTANI COMERCIO EIRELI – 25% (vinte e cinco por cento);
- 2ª Classificada: STOCK CONTRUÇÕES LTDA EPP – 20% (vinte por cento);
- 3ª Classificada: MIRIAM WAGENER CONSTRUÇÕES EIRELI – 18% (dezoito por cento);

LOTE III

- 1ª Classificada: STOCK CONSTRUÇÕES LTDA EPP – 53% (cinquenta e três por cento);
- 2ª Classificada: RDG CONSTRUÇÕES EIRELI – 49,52% (quarenta e nove virgula cinquenta e dois por cento);
- 3ª Classificada: JG MATERIAIS & CONSTRUÇÃO LTDA - 45% (quarenta e cinco por cento);
- 4ª Classificada: KS CONSTRUÇÕES EIRELI – 31% (trinta e um por cento);
- 5ª Classificada: CRESTANI COMERCIO EIRELI – 25% (vinte e cinco por cento);
- 6ª Classificada: MIRIAM WAGENER CONSTRUÇÕES EIRELI – 18% (dezoito por cento);

LOTE IV

- 1ª Classificada: STOCK CONSTRUÇÕES LTDA EPP – 37% (trinta e sete por cento);



- 2ª Classificada: RDG CONSTRUÇÕES EIRELI – 30% (trinta por cento);
- 3ª Classificada: CRESTANI COMERCIO EIRELI - 25% (vinte e cinco por cento);

LOTE V

- 1ª Classificada: JG MATERIAIS & CONSTRUÇÃO LTDA – 55% (cinquenta e cinco por cento);
- 2ª Classificada: STOCK CONSTRUÇÕES LTDA EPP – 53% (cinquenta e três por cento);
- 3ª Classificada: RDG CONSTRUÇÕES EIRELI - 51% (cinquenta e um por cento);
- 4ª Classificada: KS CONSTRUÇÕES EIRELI – 33% (trinta e três por cento);
- 5ª Classificada: CRESTANI COMERCIO EIRELI – 30% (trinta por cento);
- 6ª Classificada: MIRIAM WAGENER CONSTRUÇÕES EIRELI – 20% (vinte por cento);

LOTE VI

- 1ª Classificada: RDG CONSTRUÇÕES EIRELI – 35% (trinta e cinco por cento);
- 2ª Classificada: KS CONSTRUÇÕES EIRELI - 28% (vinte e oito por cento);
- 3ª Classificada: CRESTANI COMERCIO EIRELI – 25% (vinte e cinco por cento);

LOTE VII

- 1ª Classificada: MIRIAM WAGENER CONSTRUÇÕES EIRELI – 20% (vinte por cento);
- 2ª Classificada: JG MATERIAIS & CONSTRUÇÃO LTDA – 0% (zero por cento);

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes o processo será remetido a autoridade superior para adjudicação e homologação do objeto deste certame.

São José, 29 de março de 2019.

Júnior Palharini Garcia	Paulo Dutra	Paulo Dutra	
Presidente da CPL	Membro da CPL	Membro da CPL	
Iriberto Antônio M. Júnior	Humberto Alcino da Silva		
Membro da CPL	Membro da CPL		

CONTRATO/CT: Nº 039/2019

Publicação Nº 1967804

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 039/2019 – IN 032/2018 – Proc. Adm. 9409/2018 - Contratado: NC COMUNICAÇÕES S.A. Objeto: INEXIGIBILIDADE PARA CONTRATAÇÃO DA EMPRESA NC COMUNICAÇÕES S.A PARA FORNECIMENTO DE 06 (SEIS) ASSINATURAS ANUAIS DO JORNAL DIÁRIO CATARINENSE IMPRESSO COM DISTRIBUIÇÃO DE 4 EDIÇÕES DE SEGUNDA A SEXTA E 2 EDIÇÕES DE SEGUNDA A SÁBADO, DESTINADAS AO ATENDIMENTO DO GABINETE DA PREFEITA E SECRETARIA EXECUTIVA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ/SC. Prazo: 12 (doze) meses. Valor: R\$ 6.087,40 (seis mil, oitenta e sete reais e quarenta centavos). Data da assinatura do contrato: 01 de março de 2019.

DECRETO Nº 11462/2019

Publicação Nº 1968871

DECRETO Nº 11462/2019
NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado REGIS ROSA CUSTÓDIO para exercer o cargo Assessor Administrativo I – CCM-1, com lotação na Secretaria de Assistência Social, nos termos da Lei Complementar nº 075, de 27 de abril de 2017.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de março de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

*REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

DECRETO Nº 11583/2019

Publicação Nº 1968876

DECRETO Nº 11583/2019

ALTERA O DECRETO 7707/2017, DE 22 DE MARÇO DE 2017, O QUAL NOMEIOU OS MEMBROS PARA COMPOREM O CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO DE SÃO JOSÉ - CMISJ, NO PERÍODO DE 2017 a 2019.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 62, Incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c o inciso III do art. 10 da Lei Municipal nº. 4.599, de 12 de dezembro de 2007,

CONSIDERANDO a substituição de membros do colegiado,

DECRETA:

Art. 1º – O inciso II e IV, ambos do §1º do Artigo 1º do Decreto nº 7.770, de 22 de março de 2017, passam a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 1º -

[...]

§1º - REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS

[...]

II – FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO

a) Titular: Ivan Soares;

b) Suplente: Aldaci Mendes.

[...]

IV – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

a) Titular: Diego Gnecco;

b) Suplente: Priscila Mari dos Santos Correia;

c) Titular: Mariana Nascimento Silva;

d) Suplente: Iria Locks;

e) Titular: Vanessa Aparecida Da Silva Machado;

f) Suplente: Simone Cristina Vieira Machado.

Art. 2º – As alíneas b e c do inciso II e inciso IV, ambos do § 2º do Artigo 1º do Decreto nº 7.770, de 22 de março de 2017, passam a vigorar com a seguinte alteração:

Art. 1º -

[...]

§ 2º REPRESENTANTES NÃO-GOVERNAMENTAIS

[...]

II – REPRESENTANTES DE ENTIDADES COMUNITÁRIAS QUE ATUEM NA ÁREA DO IDOSO

[...]

b) Titular: ASSOCIAÇÃO DOS VOLUNTÁRIOS JOSEFENSES DE AÇÃO SOCIAL

Representante: Zélia Guimarães Ferreira Laurentino;

c) 1º Suplente: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DO JARDIM AMODELAR

Representante: Maria Do Carmo Peres;

[...]

IV – REPRESENTANTE DE ENTIDADE DE NATUREZA TÉCNICO-CIENTÍFICA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE GERONTOLOGIA DO BRASIL/ANG

a) Representante Titular: Adelia Erida Broering Koerich;

b) Representante Suplente: Andreia Silveira.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 01 de abril de 2019.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2019

Publicação Nº 1968700

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 009/2019
PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, JUNIOR SPIES, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, e considerando o pedido de DILIGÊNCIA do conselheiro relator Mário Antônio Vieira, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 04/04/2019, às 11h00, na sala de reuniões do Gabinete da Prefeita, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

Processo Administrativo nº	15400/2016
Recorrente	EQS ENGENHARIA LTDA
Procurador habilitado nos autos	BRUNO SOUZA
Relator	MÁRIO ANTÔNIO VIEIRA

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderão realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, e mais 5 (cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24h antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com, através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015:

Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

São José, 29 de março de 2019.

JUNIOR SPIES Presidente do CMC Decreto Municipal n.º 7446/2017	GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT Secretária Geral do CMC Decreto Municipal n.º 7446/2017
--	---

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____
Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome: _____
CPF/OAB _____

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

PORTARIA SECOM/PMSJ Nº 001, DE 08 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1967809

PORTARIA SECOM/PMSJ nº 001, de 08 de Março de 2019.

DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO, DECORRENTE DE LICITAÇÃO PÚBLICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 8.666/1993.

O Secretário de Comunicação Social, no uso da atribuição que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei nº 2.132, de 04 de abril de 1990 e tendo em vista o disposto no art. nº 65, da Lei Ordinária nº 2.248, de 20 de março de 1991,

RESOLVE:

Art. 1º – Designar a Servidora Natália Viana Silva, matrícula 33169-4 para efetuar a fiscalização do Contrato nº 039/2019 decorrente da Inexigibilidade nº 032/2018, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/1993, devendo desempenhar as seguintes funções:

- I. Acompanhar toda a execução contratual;
- II. Manter cópias legíveis do Contrato, Edital de Licitação, seus anexos e da proposta vencedora;

- III. Ter pleno conhecimento dos termos contratuais;
- IV. Esclarecer dúvidas da contratada quanto à execução;
- V. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato;
- VI. Exigir da contratada o fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais;
- VII. Solicitar a substituição de qualquer funcionário da contratada que embarace a atividade fiscalizatória;
- VIII. Determinar a regularização de faltas, defeitos ou incoerências;
- IX. Adotar medidas para que a fiscalização garanta a qualidade do produto final e/ou o pagamento apenas dos serviços efetivamente executados
- X. Verificar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de acordo com o objeto do contrato;
- XI. Atestar as notas fiscais e/ou faturas correspondentes à prestação dos serviços;
- XII. Prestar informações a respeito da execução do objeto e de eventuais glosas nos pagamentos devidos à contratada;
- XIII. Solicitar à autoridade superior as providências que extrapolem a sua competência;
- XIV. Documentar e motivar todas as alterações e prorrogações contratuais;
- XV. Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais previstos nas normas licitatórias

Art. 2º – Na ausência da servidora designada no artigo anterior ficará automaticamente designada a Servidora Joêni Kehl, matrícula 428208-6, pelo período que durar o afastamento, devendo obedecer aos mesmos deveres.

Art. 3º – Ocorrendo o afastamento de ambos os fiscais designados, o órgão gestor do contrato designará, por intermédio de portaria, outro que os substitua, pelo período do afastamento.

Art. 4º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Fabiano Marques

Secretário de Comunicação Social

PREGÃO PRESENCIAL 002/2019

Publicação Nº 1967905

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 002/2019 – Processo nº 006/2019 – Proc. Adm. 071/2019. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E CADEIRAS, INCLUINDO MONTAGEM E INSTALAÇÃO, DESTINADOS A VIGILÂNCIA SANITÁRIA E VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, VINCULADAS À SECRETARIA DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 16/04/2019 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 16/04/2019 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002 ou (48) 3381-0445.

PREGÃO PRESENCIAL 010/2019 - REABERTURA

Publicação Nº 1968038

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 010/2019 - REABERTURA – Processo nº 021/2019 – Proc. Adm. 713/2019. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE GRELHA DE CONCRETO ARMADO DE 15 X 75 X 52 COM LÂMINAS PARA CAIXA DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA PLUVIAL EM CONFORMIDADE COM A NORMA ABNT NBR 9062/2006, DESTINADAS A MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO, IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 25/04/2019 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 25/04/2019 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002 ou (48) 3381-0445.

PREGÃO PRESENCIAL 014/2019

Publicação Nº 1968103

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 014/2019 – Processo nº 037/2019 – Proc. Adm. 11010/2018. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA NÃO ARMADA PARA ATENDER AOS CAPSI, CAPS II E CAPS AD, VINCULADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 23/04/2019 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 23/04/2019 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>

wbc.pmsj.sc.gov.br/. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002 ou (48) 3381-0445.

PREGÃO PRESENCIAL 015/2019 – NOVA ABERTURA

Publicação Nº 1968026

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 015/2019 – NOVA ABERTURA – Processo nº 039/2019 – Proc. Adm. 1076/2019. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REPARADOR ASFÁLTICO (MASSA ASFÁLTICA) USINADO A QUENTE, EM SACOS DE 25KG, PARA SEREM UTILIZADOS NA MANUTENÇÃO DO SISTEMA VIÁRIO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 26/04/2019 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 26/04/2019 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002 ou (48) 3381-0445.

PREGÃO PRESENCIAL 023/2019

Publicação Nº 1967862

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 023/2019 – Processo nº 054/2019 – Proc. Adm. 1464/2019. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE PASSAGENS TERRESTRES PARA ATENDER DIVERSAS SECRETARIAS, FUNDO, FUNDAÇÕES E AUTARQUIA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 12/04/2019 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 12/04/2019 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002 ou (48) 3381-0445.

PREGÃO PRESENCIAL 174/2018

Publicação Nº 1968089

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 174/2018 – Processo nº 842/2018 – Proc. Adm. 11117/2018. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EVENTUAL FORNECIMENTO DE TIRAS REAGENTES PARA GLICEMIA E LANCETAS, ATENDENDO AO PROGRAMA HIPERDIA, VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 22/04/2019 às 13h30min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 22/04/2019 às 14h00min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002 ou (48) 3381-0445.

TERMO ADITIVO/TA Nº 049/2014-05

Publicação Nº 1967786

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 049/2014-05 – Proc. Adm. 849/2019 – Contratado: AM CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO: O presente termo aditivo tem como objeto a PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE, nos termos previstos nas cláusulas do Contrato nº 049/2014. DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO: Com fundamento no parágrafo único do art. 56 da Lei nº 8.245/1991 c/c art. 57 da Lei 8.666/1993, e conforme solicitação, justificativa e parecer firmados no Processo Administrativo nº 849/2019, fica prorrogado o prazo do Contrato nº 003/2014 por mais 12 (doze) meses, com efeito a partir do dia 22/02/2019. DO REAJUSTE CONTRATUAL: O Contrato nº 049/2014, cujo valor anual é de R\$ 34.379,05 (trinta e quatro mil trezentos e setenta e nove reais e cinco centavos), sofrerá reajuste no percentual de 6,75% (seis inteiros e setenta e cinco décimos por cento), conforme IGP-M(FGV) do período compreendido entre Fevereiro de 2018 e Janeiro de 2019, o que corresponde a R\$ 2.320,58 (dois mil, trezentos e vinte reais e cinquenta e oito centavos), passando o valor do contrato anual para R\$ 36.699,63 (trinta e seis mil, seiscentos e noventa e nove reais e sessenta e três centavos). Data da assinatura: 27 de fevereiro de 2019..

TERMO ADITIVO/TA Nº 111/2018-01

Publicação Nº 1967772

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 111/2018-01 – Proc. Adm. 11402/2018 – Contratado: GOVERNANÇA BRASIL S/A. DO OBJETO DO TERMO ADITIVO:O presente termo aditivo tem como objeto a ACRÉSCIMO DE MÓDULO, nos termos previstos no Contrato original. DO ACRÉSCIMO DE MÓDULO: Fica acréscimo o módulo PRONIM ALMOXARIFADO, com custo de Licenciamento, Instalação, Implantação e Treinamento no valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) pago uma única vez.Fica acrescido ao contrato o valor anual de R\$ 8.400,00 (oito mil e quatrocentos reais), com valor mensal de R\$ 700,00 (setecentos reais).O contrato ficará será acrescido em 0,76% (setenta e seis décimos por cento) correspondendo ao valor total de R\$ 11.900,00 (onze mil e novecentos reais), passando do valor original de R\$ 1.556.356,64 (um milhão quinhentos e cinquenta e seis mil trezentos e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), para o valor total de R\$ 1.568.256,64 (um milhão quinhentos e sessenta e oito mil duzentos e cinquenta e seis reais e sessenta e quatro centavos). Data da assinatura: 14 de março de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL**AVISO DE ABERTURA - PP 003-2019**

Publicação Nº 1968697

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO JOSÉ
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 003/2019
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 060/2019

A LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, SENDO ÁGUA MINERAL PARA O LOTE I E CAFÉ, AÇÚCAR, LEITE E CHÁ PARA O LOTE II, CONFORME DISPOSTO NO QUADRO DE QUANTIDADES E CUSTOS E NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXOS I E II DO EDITAL).

A Câmara Municipal de São José comunica aos interessados a ABERTURA do presente Pregão com período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação das 09h:00min até às 10h:00min do dia 15/04/2019.

O credenciamento dos representantes das empresas licitantes e o início da sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação será realizada na mesma data, 15/04/2019, a partir das 10h:30min, imediatamente ao término do prazo para recebimento dos envelopes lacrados.

A íntegra do Edital estará disponível para acesso gratuito no Portal Eletrônico da Câmara Municipal de São José, no endereço: <http://www.cmsj.sc.gov.br/editais>.

Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto a Diretoria de Administração, Pregoeira e Equipe de Apoio, das 13h00min às 19h00min, pelos telefones: (48) 3029-1355, (48) 3029-1327 e (48) 3029-1380 e por meio do envio de correspondências eletrônicas para os endereços: licitacoes@cmsj.sc.gov.br e compras@cmsj.sc.gov.br.

São José/SC, 01 de abril de 2019.
Katia Firmo
Diretora de Administração

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATOS MARÇO 2019

Publicação Nº 1967194

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 33.2019 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: ASSOCIAÇÃO DE FUTSAL INTEGRAÇÃO CEDRENSE -AFIC Valor : 10.000,00 (dez mil reais) Vigência : Início: 07/03/2019 Término: 31/12/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 16/2019 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ATIVIDADES ESPORTIVAS, PARA MINISTRAR AS "ESCOLINHAS DE FUTSAL" DO MUNICÍPIO, PROPORCIONANDO ASSIM, O CRESCIMENTO PESSOAL, SOCIAL E AUTONOMIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES. São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

-----Aditivo Nº : 29.2019 - Contrato Nº: 100.2018 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: JOSEMA CONSTRUÇÕES EIRELI Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 10/03/2019 Término: 09/05/2019 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 124/2018 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar o prazo de vigência do presente contrato, que tem como objeto: "CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DE LINHA SÃO VENDELINO, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO". São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

-----Aditivo Nº : 30/2019 - Contrato Nº: 114.2018 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: CTMGEO - SOLUCOES EM GEOTECNOLOGIAS LTDA Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 01/03/2019 Término: 31/03/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2018 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar o prazo para entrega do item 01, 02 e 03, constante no contrato principal, que tem como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO GEORREFERENCIADO, IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS WEB E REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES DO MUNICÍPIO. São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

-----Contrato Nº.: 31.2019 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: ÉDERSON KOVALSKI Valor : 4.056,00 (quatro mil e cinquenta e seis reais) Vigência : Início: 01/03/2019 Término: 29/02/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 11/2019 Recursos : Dotação: Objeto : LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL PARA SEDIAR AS NOVAS INSTALAÇÕES DO PROCON NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO. São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

-----Aditivo Nº : 32/2019 - Contrato Nº: 109.2018 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: FORTALEZA VIDROS E ACOS LTDA Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 02/03/2019 Término: 02/05/2019 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 131/2018 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar o prazo de vigência do presente contrato, que tem como objeto: "CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUÇÃO DE AMPLIAÇÃO DO "CENTRO COMUNITÁRIO DE LINHA JATAÍ", COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO. São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

-----Aditivo Nº : 34.2019 - Contrato Nº: 148.2018 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: PORTAL COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA - ME Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 08/03/2019 Término: 31/12/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 176/2018 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, reajustar os valores dos itens licitados, conforme Pregão Presencial n.º176/2018, que tem como objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO EM VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e VEÍCULOS DO SEMAE. São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

-----Aditivo Nº : 35.2019 - Contrato Nº: 28.2017 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: SIMÃO MEOTTI ME Valor : 6.391,92 (seis mil trezentos e noventa e um reais e noventa e dois centavos) Vigência : Início: 16/03/2019 Término: 15/03/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2017 Recursos : Dotação: 2.008.3.3.90.00.00.00.00 (12) Saldo: 281.830,47 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, fazer o aditivo de prazo e valor do presente contrato, que tem como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR CONSERTOS, REPAROS, PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS COMPUTADORES E IMPRESSORAS DA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, AGRICULTURA, CIDASC e CONSELHO TUTELAR". São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

-----Aditivo Nº : 36.2019 - Contrato Nº: 120.2018 Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: PAGNUSSATTI ENGENHARIA E INCORPORAÇÃO LTDA EPP Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 10/03/2019 Término: 08/04/2019 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 156/2018 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, prorrogar o prazo de vigência do presente contrato, que tem como objeto: "CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DE UMA COZINHA E UMA ÁREA COBERTA NO "CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO GIRASSOL", COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO". São José

do Cedro, 1 de Abril de 2019

-----Aditivo Nº : 37.2019 - Contrato Nº: 139.2018 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA Valor : 1.000,00 (um mil reais) Vigência : Início: 08/03/2019 Término: 31/12/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 117/2018 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, acrescentar um Ponto Eletrônico no SEMAE, conforme objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE APLICATIVOS DE GESTÃO PÚBLICA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, E QUE ATENDA AS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, OS QUANTITATIVOS E OS SERVIÇOS TÉCNICOS CORRELATOS DESCRITOS NESTE CONTRATO. São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

-----Aditivo Nº : 38.2019 - Contrato Nº: 148.2018 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: PORTAL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 12/03/2019 Término: 31/12/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 176/2018 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, reajustar os valores dos itens licitados, conforme Pregão Presencial n.º176/2018, que tem como objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO EM VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e VEÍCULOS DO SEMAE. São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

-----Aditivo Nº : 39.2019 - Contrato Nº: 9.2018 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA Valor : 5.160,60 (cinco mil cento e sessenta reais e sessenta centavos) Vigência : Início: 13/03/2019 Término: 06/02/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 168/2017 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, alterar o trajeto do Item 03 e Item 09, com aditivo de valor ao contrato principal, cujo objeto é "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER O TRANSPORTE ESCOLAR PARA ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO INFANTIL, FUNDAMENTAL E ENSINO MÉDIO, BEM COMO PARA PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO". São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

-----Contrato Nº.: 40.2019 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: JOSEMA CONSTRUÇOES EIRELI Valor : 129.303,72 (cento e vinte e nove mil trezentos e três reais e setenta e dois centavos) Vigência : Início: 14/03/2019 Término: 31/12/2019 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 13/2019 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR A AMPLIAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DE LINHA SÃO LUIZ (copa e área de jogos), COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO. Recursos próprios do Município. São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

-----Contrato Nº.: 41.2019 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: JOSEMA CONSTRUÇOES EIRELI Valor : 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais) Vigência : Início: 14/03/2019 Término: 31/12/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 18/2019 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DAS CALÇADAS E RAMPA DE ACESSO DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO. São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

-----Aditivo Nº : 42.2019 - Contrato Nº: 148.2018 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: PORTAL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA - ME Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 15/03/2019 Término: 31/12/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 176/2018 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, reajusta o valor do ITEM 01 licitado, conforme Pregão Presencial n.º176/2018, que tem como objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA USO EM VEÍCULOS, CAMINHÕES, ÔNIBUS MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL, VEÍCULOS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE e VEÍCULOS DO SEMAE. São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

-----Contrato Nº.: 43.2019 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: ASSOCIAÇÃO BENEF. SOC. EDUC. E CULT. - APRISCO Valor : 66.905,10 (sessenta e seis mil novecentos e cinco reais e dez centavos) Vigência : Início: 16/03/2019 Término: 15/01/2020 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 33/2019 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE PARA FORNECER O SERVIÇO DE CUIDADOR, PARA UMA CRIANÇA ESPECIAL ACOLHIDA NA INSTITUIÇÃO APRISCO. São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

Aditivo Nº : 44.2019 - Contrato Nº: 29.2017 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: ADIR ANDERSON DUMKE - ME Valor : 6.408,88 (seis mil quatrocentos e oito reais e oitenta e oito centavos) Vigência : Início: 16/03/2019 Término: 15/03/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 25/2017 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, fazer o aditivo de prazo e valor do presente contrato, que tem como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EFETUAR CONsertos, REPAROS, PRESTAR SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA NOS COMPUTADORES E IMPRESSORAS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO". São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

-----Contrato Nº.: 45.2019 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: MKANET SERVICOS E COMERCIO DE INFORMATICA EIRELI-E Valor : 4.752,00 (quatro mil setecentos e cinquenta e dois reais) Vigência : Início: 20/03/2019 Término: 19/03/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2019 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE FORNEÇA SINAL DE INTERNET POR MEIO DE REDE DE FIBRA ÓTICA, PARA INSTALAÇÃO NA SALA DO PROCON E NA DELEGACIA DA POLICIA CIVIL DO MUNICÍPIO. São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

-----Contrato Nº.: 46.2019 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: ASSOCIAÇÃO IPIRANGA FUTEBOL CLUBE Valor : 26.000,00 (vinte e seis mil reais) Vigência : Início: 21/03/2019 Término: 20/01/2020 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 12/2019 Recursos : Dotação: Objeto :

LOCAÇÃO DO ESTÁDIO ESPORTIVO DA ASSOCIAÇÃO IPIRANGA FUTEBOL CLUBE, PARA REALIZAÇÃO DO MOLEQUE BOM DE BOLA MAS-CULINO E FEMININO e PARA USO NOS TREINAMENTOS DE RENDIMENTO REALIZADOS A NOITE PELA SECRETARIA DE ESPORTES, AOS ATLETAS DO SUB 15, SUB 17 E EQUIPE QUE PARTICIPA DOS JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA. São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

-----Aditivo Nº : 47.2019 - Contrato Nº: 114.2018 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: CTMGEO - SOLUCOES EM GEOTECNOLOGIAS LTDA Valor : 44.542,50 (quarenta e quatro mil quinhentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos) Vigência : Início: 20/03/2019 Término: 08/10/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 143/2018 Recursos : Dotação: 1.099.4.4.90.00.00.00.00 (215) Saldo: 44.542,50 Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, aditar o valor do Item 03, constante no contrato principal, que tem como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE RECADASTRAMENTO IMOBILIÁRIO GEORREFERENCIADO, IMPLANTAÇÃO DE UM SISTEMA DE INFORMAÇÕES GEOGRÁFICAS WEB E REVISÃO/ATUALIZAÇÃO DA PLANTA GENÉRICA DE VALORES DO MUNICÍPIO. São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

-----Aditivo Nº : 49.2019 - Contrato Nº: 126.2018 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: GAIA RODOVIAS LTDA Valor : 0,00 (zero) Vigência : Início: 22/03/2019 Término: 31/12/2019 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 154/2018 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo tem por finalidade, prorrogar o prazo para conclusão da obra contratada conforme o objeto: CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA, NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAIS DESCRITIVOS E ORÇAMENTOS ANEXOS. Recurso proveniente de operação de crédito com o BADESC São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

-----Contrato Nº..: 50.2019 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA Valor : 80.379,06 (oitenta mil trezentos e setenta e nove reais e seis centavos) Vigência : Início: 29/03/2019 Término: 28/03/2020 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 41/2019 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA NA ÁREA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO AO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO (372 Colaboradores). São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

-----Contrato Nº..: 51.2019 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: TAINA MARIELE SAUGO MARCON 06157671920 Valor : 160.650,00 (cento e sessenta mil seiscentos e cinquenta reais) Vigência : Início: 27/03/2019 Término: 30/08/2019 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2019 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA ESTRUTURAS COMPLETAS PARA APRESENTAÇÕES e REALIZE O AGENCIAMENTO DOS SHOWS PARA A V EXPO CEDRO, QUE SERÁ REALIZADA NOS DIAS 26, 27 E 28 DE JULHO DE 2019. São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

-----Aditivo Nº : 52.2019 - Contrato Nº: 51.2018 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO

Contratada...: INVIO LÁVEL CEDRO SISTEMA DE ALARMES LTDA - ME Valor : 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais) Vigência : Início: 29/03/2019 Término: 14/03/2020 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 29/2018 Recursos : Dotação: Objeto : O presente termo aditivo tem por finalidade, "prorrogar o prazo de vigência e aditar o valor para prestação do serviço contratado conforme objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SEGURANÇA ELETRÔNICA, PARA PRESTAR SERVIÇOS DE MONITORAMENTO DE SISTEMA DE ALARME COM ARMAZENAMENTO DE IMAGENS E ACOMPANHAMENTO DAS IMAGENS INTEGRADA AO SISTEMA DE ALARME DA BASE DE MONITORAMENTO 24 HORAS POR DIA, A SER REALIZADO NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO ALTA COLINA, COM O FORNECIMENTO DOS EQUIPAMENTO São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICOS MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO SEMAE EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 2019.01 Contratante..: SERVICOS MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO SEMAE

Contratada...: PLANO ENGENHARIA LTDA Valor : 334.881,06 (trezentos e trinta e quatro mil oitocentos e oitenta e um reais e seis centavos) Vigência : Início: 26/03/2019 Término: 31/12/2019 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2019 Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DE UM PAVILHÃO PRÉ-MOLDADO, QUE SERÁ UTILIZADO NO PROCESSO DE COLETA, ARMAZENAMENTO E DESTINAÇÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS/REICLÁVEIS, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO. Recursos próprios do Município. São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

-----Contrato Nº..: 02.2019 Contratante..: SERVICOS MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO SEMAE

Contratada...: SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA Valor : 14.997,97 (quatorze mil novecentos e noventa e sete reais e noventa e sete centavos) Vigência : Início: 29/03/2019 Término: 28/03/2020 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 41/2019 Entid.Gestora: MUNICIPIO DE SAO JOSE DO CEDRO Recursos : Dotação: Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA NA ÁREA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO AO SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE (13 colaboradores). São José do Cedro, 1 de Abril de 2019

EXTRATO HOMOLOGADOS MARÇO 2019

Publicação Nº 1967189

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2019 PROCESSO Nº 8/2019 HOMOLOGAÇÃO: 01/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA USO DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº3818/2011.-CONTRATADO: ZOOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECCÕES LTDA ME VALOR DA DESPESA: R\$ 23.121,70 (vinte e três mil cento e vinte e um reais e setenta centavos)-CONTRATADO: PONTOCOM BRINDES LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 14.241,60 (quatorze mil duzentos e quarenta e um reais e sessenta centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2019 PROCESSO Nº 11/2019 HOMOLOGAÇÃO: 01/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL PARA SEDIAR AS NOVAS INSTALAÇÕES DO PROCON NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.-CONTRATADO: ÉDERSON KOVALSKI VALOR DA DESPESA: R\$ 4.056,00 (quatro mil e cinquenta e seis reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019 PROCESSO Nº 15/2019 HOMOLOGAÇÃO: 01/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO que tem como objetivo, a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS GRÁFICOS, UTILIZADOS EM TODOS OS SETORES DA PREFEITURA MUNICIPAL.-CONTRATADO: GRÁFICA E EDITORA WILLY LTDA - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 20.310,00 (vinte mil trezentos e dez reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 16/2019 PROCESSO Nº 16/2019 HOMOLOGAÇÃO: 07/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ATIVIDADES ESPORTIVAS, PARA MINISTRAR AS "ESCOLINHAS DE FUTSAL" DO MUNICÍPIO, PROPORCIONANDO ASSIM, O CRESCIMENTO PESSOAL, SOCIAL E AUTONOMIA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES.-CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE FUTSAL INTEGRAÇÃO CEDRENSE - AFIC VALOR DA DESPESA: R\$ 10.000,00 (dez mil reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2019 PROCESSO Nº 17/2019 HOMOLOGAÇÃO: 07/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO que tem o objetivo de AQUISIÇÃO DE ALMOÇOS/MARMITAS PARA OS FUNCIONÁRIOS EM SERVIÇOS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO.-CONTRATADO: CAFE COLONIAL AGUA NA BOCA LTDA - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 33.040,00 (trinta e três mil e quarenta reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2019 PROCESSO Nº 19/2019 HOMOLOGAÇÃO: 11/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO (para os Setores Administrativos), LAVADORA DE ALTA PRESSÃO e AR CONDICIONADO (para Policia Militar), APARELHOS DE AR CONDICIONADO e VESTUÁRIO TÁTICO (para Policia Civil), bem como CARGAS DE GÁS GLP-45 (para Corpo de Bombeiros Militar).-CONTRATADO: DISTRIBUIDORA DE GAS MENIN LTDA -ME VALOR DA DESPESA: R\$ 3.090,00 (três mil e noventa reais)-CONTRATADO: RUI NIEDERMAIER -ME VALOR DA DESPESA: R\$ 8.470,00 (oito mil quatrocentos e setenta reais)-CONTRATADO: IVANETE ROSIN 52577813953 VALOR DA DESPESA: R\$ 4.775,00 (quatro mil setecentos e setenta e cinco reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 20/2019 PROCESSO Nº 20/2019 HOMOLOGAÇÃO: 12/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE HIGIÊNE E LIMPEZA, GENÉROS ALIMENTÍCIOS e LÂMPADAS, PARA USO E MANUTENÇÃO DO 4º PELOTÃO DA POLÍCIA MILITAR DE SÃO JOSÉ DO CEDRO.-CONTRATADO: SUPERMERCADO ANGELI LTDA - EPP VALOR DA DESPESA: R\$ 4.904,57 (quatro mil novecentos e quatro reais e cinquenta e sete centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2019 PROCESSO Nº 24/2019 HOMOLOGAÇÃO: 13/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EPI (EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL) PARA USO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO.-CONTRATADO: SALUS EQUIPAMENTOS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 14.049,00 (quatorze mil e quarenta e nove reais)-CONTRATADO: RAFAEL KUHN EIRELI - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 28.203,00 (vinte e oito mil duzentos e três reais)-CONTRATADO: MASTERSUL EQUIPAMENTOS DE SEGURANCA LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 11.028,00 (onze mil e vinte e oito reais) =====

TOMADA DE PREÇO Nº 13/2019 PROCESSO Nº 13/2019 HOMOLOGAÇÃO: 14/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR A AMPLIAÇÃO DO CENTRO COMUNITÁRIO DE LINHA SÃO LUIZ (copa e área de jogos), COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO. Recursos próprios do Municipio.-CONTRATADO: JOSEMA CONSTRUÇOES EIRELI VALOR DA DESPESA: R\$ 129.303,72 (cento e vinte e nove mil trezentos e três reais e setenta e dois centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2019 PROCESSO Nº 18/2019 HOMOLOGAÇÃO: 14/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DAS CALÇADAS E RAMPA DE ACESSO DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO.-CONTRATADO: JOSEMA CONSTRUÇOES EIRELI VALOR DA DESPESA: R\$ 31.500,00 (trinta e um mil e quinhentos reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 23/2019 PROCESSO Nº 23/2019 HOMOLOGAÇÃO: 14/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA AS COMPETIÇÕES ORGANIZADAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES.-CONTRATADO: RENIR PAULO MANFRIN - EPP VALOR DA DESPESA: R\$ 2.910,88 (dois mil novecentos e dez reais e oitenta e oito centavos)-CONTRATADO: A.E.M OESTE COMERCIAL LTDA - ME VALOR DA DESPESA: R\$ 7.427,04 (sete mil quatrocentos e vinte e sete reais e quatro centavos)-CONTRATADO: CSM EVENTOS E COMERCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS LTD VALOR DA DESPESA: R\$ 5.413,15 (cinco mil quatrocentos e treze reais e quinze centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2019 PROCESSO Nº 27/2019 HOMOLOGAÇÃO: 14/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE HORA/MÁQUINA COM MOTONIVELADORA PARA SER UTILIZADAS QUANDO HOUVER GRANDE DEMANDA DE SERVIÇO NA MANUTENÇÃO DE ESTRADAS GERAIS NO INTERIOR DO MUNICÍPIO.-CONTRATADO: ALBATER TERRAPLANAGEM LTDA ME VALOR DA DESPESA: R\$ 167.650,00 (cento e sessenta e sete mil seiscentos e cinquenta reais) =====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2019 PROCESSO Nº 33/2019 HOMOLOGAÇÃO: 15/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE ENTIDADE PARA FORNECER O SERVIÇO DE CUIDADOR, PARA UMA CRIANÇA ESPECIAL ACOLHIDA NA INSTITUIÇÃO APRISCO.-CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO BENEF. SOC. EDUC. E CULT. -APRISCO VALOR DA DESPESA: R\$ 66.905,10 (sessenta e seis mil novecentos e cinco reais e dez centavos) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso ART.14 CAPUT da Lei de Licitações. =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2019 PROCESSO Nº 25/2019 HOMOLOGAÇÃO: 18/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E CADEIRAS, PARA MOBILIAR A SALA DO PROCON, COZINHA DO SEMAE e CRECHES MUNICIPAIS.-CONTRATADO: RUI NIEDERMAIER -ME VALOR DA DESPESA: R\$ 24.050,00 (vinte e quatro mil e cinqüenta reais)-CONTRATADO: GESUL COMERCIAL LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 2.076,00 (dois mil e setenta e seis reais)-CONTRATADO: J U V COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE VALOR DA DESPESA: R\$ 400,00 (quatrocentos reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2019 PROCESSO Nº 28/2019 HOMOLOGAÇÃO: 18/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE CARTUCHOS DE TINTA E TONNER PARA USO NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.-CONTRATADO: W P DO BRASIL LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 8.055,00 (oito mil e cinqüenta e cinco reais)-CONTRATADO: J U V COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA EIRE VALOR DA DESPESA: R\$ 15.700,00 (quinze mil setecentos reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2019 PROCESSO Nº 29/2019 HOMOLOGAÇÃO: 18/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA QUE FORNEÇA SINAL DE INTERNET POR MEIO DE REDE DE FIBRA ÓTICA, PARA INSTALAÇÃO NA SALA DO PROCON E NA DELEGACIA DA POLICIA CIVIL DO MUNICÍPIO.-CONTRATADO: MKANET SERVICOS E COMERCIO DE INFORMATICA EIRELI-E VALOR DA DESPESA: R\$ 4.752,00 (quatro mil setecentos e cinqüenta e dois reais) ==

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2019 PROCESSO Nº 12/2019 HOMOLOGAÇÃO: 20/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: LOCAÇÃO DO ESTÁDIO ESPORTIVO DA ASSOCIAÇÃO IPIRANGA FUTEBOL CLUBE, PARA REALIZAÇÃO DO MOLEQUE BOM DE BOLA MASCULINO E FEMININO E PARA USO NOS TREINAMENTOS DE RENDIMENTO REALIZADOS A NOITE PELA SECRETARIA DE ESPORTES, AOS ATLETAS DO SUB 15, SUB 17 E EQUIPE QUE PARTICIPA DOS JOGUINHOS ABERTOS DE SANTA CATARINA.-CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO IPIRANGA FUTEBOL CLUBE VALOR DA DESPESA: R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso X da Lei de Licitações. =====

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 40/2019 PROCESSO Nº 40/2019 HOMOLOGAÇÃO: 26/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS DE ÔNIBUS DAS LINHAS REGULARES MUNICIPAIS, PARA USO DOS IDOSOS DO MUNICÍPIO, CONFORME LEI MUNICIPAL Nº 4.784/2019.-CONTRATADO: CARAVAGGIO TRANSPORTES E TURISMO LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 35.449,20 (trinta e cinco mil quatrocentos e quarenta e nove reais e vinte centavos) FUNDAMENTO: Art. 25, inciso I da Lei de Licitações. =====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 42/2019 PROCESSO Nº 42/2019 HOMOLOGAÇÃO: 27/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE ESTRUTURA PRÉ-MOLDADA PARA FINS DE AMPLIAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS DIMENSÕES DO PAVILHÃO A SER FORCECIDO EM FORMA REVERSÃO (Cfe. P.L. n.104/2008 e Cont. n.70/2018), QUE SERÁ INSTALADO NO PARQUE DE EXPOSIÇÃO BALDUÍNO SCHNEIDER, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 4.812, DE 20 DE MARÇO DE 2019.-CONTRATADO: POSTECEDRO INDUSTRIA DE POSTES LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 32.770,00 (trinta e dois mil setecentos e setenta reais) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso I da Lei de Licitações. =====

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 41/2019 PROCESSO Nº 41/2019 HOMOLOGAÇÃO: 27/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ASSESSORIA NA ÁREA DE SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO AO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO (372 Colaboradores), e ao SERVIÇO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SEMAE (13 colaboradores).-CONTRATADO: SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA VALOR DA DESPESA: R\$ 95.377,03 (noventa e cinco mil trezentos e setenta e sete reais e três centavos) FUNDAMENTO: Art. 24, inciso ART.14 CAPUT da Lei de Licitações. =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 26/2019 PROCESSO Nº 26/2019 HOMOLOGAÇÃO: 27/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE FORNEÇA ESTRUTURAS COMPLETAS PARA APRESENTAÇÕES e REALIZE O AGENCIAMENTO DOS SHOWS PARA A V EXPO CEDRO, QUE SERÁ REALIZADA NOS DIAS 26, 27 E 28 DE JULHO DE 2019.-CONTRATADO: TAINA MARIELE SAUGO MARCON 06157671920 VALOR DA DESPESA: R\$ 160.650,00 (cento e sessenta mil seiscentos e cinqüenta reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2019 PROCESSO Nº 32/2019 HOMOLOGAÇÃO: 28/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE PLACAS E REDUTORES DE VELOCIDADE PARA INSTALAÇÃO NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICIPIO.-CONTRATADO: SOMA PRINT IMPRESSÃO DIGITAL LTDA ME VALOR DA DESPESA: R\$ 38.000,00 (trinta e oito mil reais)-CONTRATADO: WILLIAN PABLO LAMPERTI VALOR DA DESPESA: R\$ 149.800,00 (cento e quarenta e nove mil e oitocentos reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 34/2019 PROCESSO Nº 34/2019 HOMOLOGAÇÃO: 29/03/2019 CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOSE DO CEDRO OBJETO: AQUISIÇÃO DE MÓVEIS SOB MEDIDA PARA INSTALAÇÃO NA NOVA SALA DA SECRETÁRIO DA AGRICULTURA.-CONTRATADO: RUI NIEDERMAIER -ME VALOR DA DESPESA: R\$ 7.630,00 (sete mil seiscentos e trinta reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 7/2019 PROCESSO Nº 7/2019 HOMOLOGAÇÃO: 15/03/2019 CONTRATANTE: SERVICOS MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO SEMAE OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA SEREM UTILIZADAS NA IMPLANTAÇÃO DE REDE ESGOTAMENTO SANITÁRIO NA RUA CRUZ E SOUZA QUE SERÁ PAVIMENTADA COM ASFALTO, como também, AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS E PEDESTAIS PARA SEREM INSTALADOS NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICIPIO, bem como, AQUISIÇÃO DE RESERVATÓRIOS (TANQUE DE PEAD) PARA INSTALAÇÃO EM LOCAIS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA.-CONTRATADO: C.E.MACEDO E CIA LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 13.931,16 (treze mil novecentos e trinta e um reais e dezesseis centavos)-CONTRATADO: METALURGICA E VIDRACARIA LDR LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 55.500,00 (cinqüenta e cinco mil e quinhentos reais)-CONTRATADO: KHALEESI DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE FERRO FUNDI VALOR DA DESPESA: R\$ 12.790,00 (doze mil setecentos e noventa reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 6/2019 PROCESSO Nº 6/2019 HOMOLOGAÇÃO: 25/03/2019 CONTRATANTE: SERVICOS MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO SEMAE OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA FAZER OS REPAROS NECESSÁRIOS

NOS MUROS DE PEDRAS EXISTENTES NOS CÓRREGOS QUE CORTAM O PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO.-CONTRATADO: ILOMAR JUNIOR FOLLMANN ME VALOR DA DESPESA: R\$ 48.500,00 (quarenta e oito mil e quinhentos reais) =====

TOMADA DE PREÇO Nº 1/2019 PROCESSO Nº 1/2019 HOMOLOGAÇÃO: 26/03/2019 CONTRATANTE: SERVICOS MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO SEMAE OBJETO: CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA EXECUTAR A CONSTRUÇÃO DE UM PAVILHÃO PRÉ-MOLDADO, QUE SERÁ UTILIZADO NO PROCESSO DE COLETA, ARMAZENAMENTO E DESTINAÇÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS/RECICLÁVEIS, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA E MATERIAIS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DO OBJETO, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO E ORÇAMENTO ANEXO. Recursos próprios do Município.-CONTRATADO: PLANO ENGENHARIA LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 334.881,06 (trezentos e trinta e quatro mil oitocentos e oitenta e um reais e seis centavos) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 8/2019 PROCESSO Nº 8/2019 HOMOLOGAÇÃO: 26/03/2019 CONTRATANTE: SERVICOS MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO SEMAE OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE DISPOSIÇÃO DE MATERIAIS CLASSE II VOLUMOSOS DE ACORDO COM A ABNT 10004.-CONTRATADO: T.O.S. OBRAS E SERVICOS AMBIENTAIS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) =====

PREGÃO PRESENCIAL Nº 9/2019 PROCESSO Nº 9/2019 HOMOLOGAÇÃO: 29/03/2019 CONTRATANTE: SERVICOS MUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO SEMAE OBJETO: REGISTRO DE PREÇO para AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUIMICOS PARA UTILIZAÇÃO NO TRATAMENTO DE ÁGUA PRODUZIDA NA ETA - ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E NOS POÇOS QUE O MUNICÍPIO ADMINISTRA.-CONTRATADO: BUSCHLE & LEPPER SA VALOR DA DESPESA: R\$ 20.400,00 (vinte mil quatrocentos reais)-CONTRATADO: CSM PRODUTOS QUIMICOS LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 66.720,00 (sessenta e seis mil setecentos e vinte reais)-CONTRATADO: HIDROMAR INDUSTRIA QUIMICA LTDA VALOR DA DESPESA: R\$ 42.600,00 (quarenta e dois mil e seiscentos reais) =====

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.46/2019

Publicação Nº 1967778

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº46/2019

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº46/2019, Edital de Pregão Nº46/2019, Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CORTE DE GRAMA, ROÇADA, RETIRADA DE ERVAS DANINHAS E PODAS DE ÁRVORES EM PONTOS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO, PARA FINS DE MELHORIA NA LIMPEZA URBANA DOS TERRENOS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO, CANTEIROS DE RUAS E LOTES. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 15/04/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.47/2019

Publicação Nº 1967994

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº47/2019

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº47/2019, Edital de Pregão Nº47/2019, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FAZER A CONFECÇÃO E IMPRESSÃO DE CARNÊS DE IPTU PARA O EXERCÍCIO DE 2019. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 15/04/2019, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, Edital e anexos disponível no www.prefcedro.sc.gov.br, maiores informações pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36436300, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 249/2019/CORRETA

Publicação Nº 1968619

PORTARIA Nº 249/2019.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de acordo com o inciso IX, do Art. 69, da Lei Orgânica Municipal, combinado com o Art. 52 da Lei Municipal nº 1.062, de 26 de dezembro de 1986, com redação alterada pelo Art. 8º da Lei Complementar nº 001/99, de 30 de dezembro de 1999;

RESOLVE:

Art. 1º. Declarar estável a servidora pública municipal Edina Gusta Zamboni, admitida para exercer o cargo efetivo de Assistente Técnico Pedagógico, Matrícula 3351, conforme Decreto de Nomeação nº 5.768, de 01 de abril de 2016, por ter concluído o estágio probatório.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 31 de março de 2019.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, em 28 de março de 2019.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito.

CÉLIA OSMARI TOIGO,
Secretária Municipal de Educação e Cultura.

Registrada e publicada na data supra.

Rafael Santin,
Departamento de Pessoal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2019 - SRP - PR Nº 015/2019 - FMS

Publicação Nº 1968627

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, ATRAVÉS DO SR. GESTOR, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 12/04/2019, às 14h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2019. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2019, OBJETO: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO ZERO KM E UM DRONE AMBOS DESTINADOS PARA USO NAS AÇÕES REALIZADAS PELA EQUIPE DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA VINCULADA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramais 8564/8588. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 1º de Abril de 2019.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2019 - SRP - PR Nº 036/2019

Publicação Nº 1968007

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DO SR. PREFEITO, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará Sessão de Licitação no dia 12/04/2019, às 08h15min, no Centro Administrativo no endereço, Rua Duque de Caxias, 789, conforme especificado no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2019. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2019. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO, MONTAGEM, MONITORAMENTO E DESMONTAGEM DE BRINQUEDOS RECREATIVOS INFLÁVEIS, MÁQUINA DE ALGODÃO DOCE E PIPOQUEIRA PARA ATENDER AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC. Informações e/ou cópia da íntegra deste Edital: fone (49) 3344-8500 – ramal 8502. Site www.saolourenco.sc.gov.br.

São Lourenço do Oeste – SC, 1º de Abril de 2019.
RAFAEL CALEFFI
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 6.236, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1968691

DECRETO Nº 6.236, DE 02 DE ABRIL DE 2019.
Dispõe sobre a homologação do resultado do Processo Seletivo nº 03/2019, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, de acordo com o Edital de Processo Seletivo nº 03/2019, de 13 de março de 2019; e,

CONSIDERANDO a conclusão de todas as fases do Processo Seletivo de nº 03/2019;

CONSIDERANDO o encerramento dos prazos para recursos em fase administrativa;

CONSIDERANDO a formalidade e a regularidade de todos os atos que constituem o Processo Seletivo nº 03/2019;

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado o resultado do Processo Seletivo aberto pelo Edital nº 03/2019, de 13 de março de 2019, tratando-se de Processo Seletivo de Títulos para admissão e formação de cadastro de reserva de Professores de Ciências e Intérprete de Libras, em caráter temporário e excepcional, para o ano letivo de 2019, da Rede Municipal de Ensino, conforme classificação constante do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º A partir desta homologação do resultado, de acordo com a ordem de classificação e após o candidato ter sido julgado apto física e

mentalmente para o cargo, mediante exame de médico oficial, o Poder Público Municipal preencherá as vagas conforme necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 6.236, de 02 de abril de 2019)

RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO Nº 03/2019

APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO Nº 03/2019

ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - CIÊNCIAS - HABILITADO						
CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONTO CURSO	TEMPO SERVIÇO	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
1º	130,00	10,00	120,00	7	ANDREIA PESSOTTO CONSONI	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS/ESPECIALIZAÇÃO
2º	126,00	6,00	120,00	5	ROSIMERI VERONA CENI	CIÊNCIAS E MATEMÁTICA/ESPECIALIZAÇÃO
3º	13,00	3,00	10,00	6	ANGELA MARIA CALEGARI	CIÊNCIAS

ANOS FINAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL - CIÊNCIAS - NÃO HABILITADO						
CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONTO CURSO	TEMPO SERVIÇO	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
1º	35,45	7,45	28,00	2	JANIELI VILLANI FRANZOSI	CURSADO 1 PERÍODO/CIÊNCIAS
2º	13,00	10,00	3,00	4	SILVIA CRISTINA DE OLIVEIRA	DIREITO/CURSANDO 7º PERÍODO LETRAS

INTÉRPRETE DE LIBRAS - HABILITADO						
CLASSIF. GERAL	TOTAL GERAL	PONTO CURSO	TEMPO SERVIÇO	Inscrição	NOME	GRADUAÇÃO
1º	121,00	1	120	3	NADIESCA APARECIDA GONÇALVES LIMBERGER	EDUCAÇÃO ESPECIAL/ESPECIALIZAÇÃO LIBRAS
2º	50,00	10	40	1	ROSA MARIA FONTONA DIAS	PEDAGOGIA/ESPECIALIZAÇÃO EDUCAÇÃO ESPECIAL

São Lourenço do Oeste - SC, 02 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 004, DE 1º DE ABRIL DE 2019 - ICSL.

Publicação Nº 1967589

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 004, DE 1º DE ABRIL DE 2019 - ICSL.

Cedente: Instituto Cultural de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Usuário-Aluno: Clara Maria Josefino, regularmente matriculada na Oficina de Viola Clássica.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marta Alves de Souza Josefino, CPF: 046.907.559-73.

Objeto: Viola Clássica, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16318.

Data da assinatura: 1º de abril de 2019.

Vigência: O prazo de vigência desta Cessão de Uso terá início na data da assinatura deste Termo e perdurará enquanto o Usuário-Aluno estiver regularmente matriculado na oficina de Viola Clássica do Instituto Cultural de São Lourenço, ou sendo parte integrante de atividades relacionadas à esta oficina, não podendo ultrapassar a data limite de 31 de dezembro de 2019.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo - Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço e Marta Alves de Souza Josefino - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 005, DE 1º DE ABRIL DE 2019 - ICSL.

Publicação Nº 1967593

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 005, DE 1º DE ABRIL DE 2019 - ICSL.

Cedente: Instituto Cultural de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Usuário-Aluno: Gabriel Josefino, regularmente matriculado na Oficina de Violoncelo.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Marta Alves de Souza Josefino, CPF: 046.907.559-73.

Objeto: Violoncelo, com registro no patrimônio do Município sob o nº 16297.

Data da assinatura: 1º de abril de 2019.

Vigência: O prazo de vigência desta Cessão de Uso terá início na data da assinatura deste Termo e perdurará enquanto o Usuário-Aluno estiver regularmente matriculado na oficina de Violoncelo do Instituto Cultural de São Lourenço, ou sendo parte integrante de atividades relacionadas à esta oficina, não podendo ultrapassar a data limite de 31 de dezembro de 2019.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo - Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço e Marta Alves de Souza Josefino - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 006, DE 1º DE ABRIL DE 2019 - ICSL.

Publicação Nº 1967596

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 006, DE 1º DE ABRIL DE 2019 - ICSL.

Cedente: Instituto Cultural de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Usuário-Aluno: Gabriel Erbes Piazza, regularmente matriculado na Oficina de Violino.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maycon Andre Piazza, CPF: 037.966.749-50.

Objeto: Violino 3/4, com registro no patrimônio do Município sob o nº 11074.

Data da assinatura: 1º de abril de 2019.

Vigência: O prazo de vigência desta Cessão de Uso terá início na data da assinatura deste Termo e perdurará enquanto o Usuário-Aluno estiver regularmente matriculado na oficina de Violino do Instituto Cultural de São Lourenço, ou sendo parte integrante de atividades relacionadas à esta oficina, não podendo ultrapassar a data limite de 31 de dezembro de 2019.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo - Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço e Maycon Andre Piazza - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 007, DE 1º DE ABRIL DE 2019 - ICSL.

Publicação Nº 1967599

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 007, DE 1º DE ABRIL DE 2019 - ICSL.

Cedente: Instituto Cultural de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.043/0001-70.

Usuário-Aluno: Carol Cristal Ariatti, regularmente matriculado na Oficina de Violoncelo.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Neusa Ariatti, CPF: 966.652.039-72.

Objeto: Violoncelo, com registro no patrimônio do Município sob o nº 13194.

Data da assinatura: 1º de abril de 2019.

Vigência: O prazo de vigência desta Cessão de Uso terá início na data da assinatura deste Termo e perdurará enquanto o Usuário-Aluno estiver regularmente matriculado na oficina de Violoncelo do Instituto Cultural de São Lourenço, ou sendo parte integrante de atividades relacionadas à esta oficina, não podendo ultrapassar a data limite de 31 de dezembro de 2019.

Signatários: Rennã Higor Fedrigo - Presidente do Instituto Cultural de São Lourenço e Neusa Ariatti - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

PORTARIA Nº 524, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1967579

PORTARIA Nº 524, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 50, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 02 de abril de 2019, o servidor público municipal ANIRTO PEREIRA APOLINÁRIO, ocupante do cargo em comissão de Gerente de Controle de Epidemiologia e Serviços Conveniados, matrícula nº 3412/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de março de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 525, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1967582

PORTARIA Nº 525, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 50, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 02 de abril de 2019, a servidora pública municipal DENISE DE FATIMA DAMBROS, ocupante do cargo em comissão de Diretor de Relacionamento e Humanização da Saúde, matrícula nº 3429/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de março de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 526, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1967584

PORTARIA Nº 526, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e com base no inciso V do Art. 55, e ao inciso II, letra "a", do Art. 75, da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 02 de abril de 2019, a Senhora SIMONE BATTISTEL, para exercer o Cargo em Comissão de GERENTE DE CONTROLE DE EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS CONVENIADOS, Nível AGA-1, em conformidade com a Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013.

Parágrafo único: Pelo exercício da função o servidor receberá Adicional de Responsabilidade nível 3 (AR-3).

Art.2º Fica revogada a Portaria nº568 de 03 de abril de 2017.

Art.3ºAs despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.4ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de março de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM em:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 527, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1967587

PORTARIA Nº 527, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e com base no inciso V do Art. 55, e ao inciso II, letra "a", do Art. 75, da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 03 de abril de 2019, a Senhora DENISE DE FATIMA DAMBROS, para exercer o Cargo em Comissão de GERENTE DE PROTEÇÃO SOCIAL, Nível AGA-1, em conformidade com a Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013.

Parágrafo único: Pelo exercício da função o servidor receberá Adicional de Responsabilidade nível 3 (AR-3).

Art.2ºAs despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de março de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM em:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 528, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1967588

PORTARIA Nº 528, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e com base no inciso V do Art. 55, e ao inciso II, letra "a", do Art. 75, da Lei Orgânica do Município e da Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º NOMEAR, a partir de 03 de abril de 2019, o Senhor ANIRTO PEREIRA APOLINÁRIO, para exercer o Cargo em Comissão de DIRETOR DE RELACIONAMENTO E HUMANIZAÇÃO DA SAÚDE, Nível AGD-1, em conformidade com a Lei Complementar nº 154, de 09 de setembro de 2013.

Parágrafo único: Pelo exercício da função o servidor receberá Adicional de Responsabilidade nível 3 (AR-3).

Art.2ºAs despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de março de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM em:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 529, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1967590

PORTARIA Nº 529, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem os incisos VII e IX do artigo 55 da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no artigo 103, inciso III, combinado com o artigo 110, ambos da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder, Licença Maternidade à servidora pública municipal CRISTIANE GOBATO, ocupante do cargo de Professor Habilitado – ACT, carga horária de 30 (trinta) horas semanais, matrícula nº 3138/08, no período de 29 de março a 26 de julho de 2019, sem prejuízo da remuneração do seu cargo.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta de dotações específicas do Orçamento Municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 29 de março de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de Março de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA N° 530, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Publicação N° 1967592

PORTARIA N° 530, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal ADRIANA MARIA AVILA, ocupante do cargo de ASSISTENTE TÉCNICO PEDAGÓGICO, matrícula nº 1334/04, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de 29 de março a 02 de abril de 2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo a data de 29 de março de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 29 de março de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA N° 531, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação N° 1967595

PORTARIA N° 531, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 5.747 de 03 de outubro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, a Senhora FABIÉLI MARTA SCHNEIDER, aprovada no Concurso Público nº 001/2017, para ocupar o cargo de MÉDICO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Plantão do Pronto Atendimento com escala 12x36 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 23 do anexo II da Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de Abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA N° 532, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação N° 1967598

PORTARIA N° 532, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, em conformidade com o artigo 13, I, da Lei Complementar nº 118, de 23 de junho de 2010, combinado com a Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005 e suas alterações e ainda de acordo com o Decreto nº 5.747 de 03 de outubro de 2017,

RESOLVE:

Art.1º Nomear, a Senhora ANA LUIZA LUNARDELLI, aprovada no Concurso Público nº 001/2017, para ocupar o cargo de MÉDICO, com carga

horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar no Plantão do Pronto Atendimento com escala 12x36 horas, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Parágrafo único. A remuneração do respectivo cargo corresponderá ao nível 23 do anexo II da Lei Complementar nº 056, de 14 de outubro de 2005.

Art.2º A posse e a entrada em exercício serão efetuadas de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.3º As despesas decorrentes desta nomeação correrão por conta do Orçamento Municipal em execução.

Art.4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de Abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 533 , DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1967870

PORTARIA Nº 533 , DE 01 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 96, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art.1º Conceder férias, a servidora pública municipal VANDERLEIA GOULART RAMBO, ocupante do cargo de CONSELHEIRO TUTELAR, matrícula nº 3414/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, no período de 15 de Abril a 14 de maio de 2019, referente ao período aquisitivo 2018/2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do orçamento municipal em execução.

Art.3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 534 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1967875

PORTARIA Nº 534 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei nº 1.827 de 25 de setembro de 2009,

RESOLVE:

Art.1º Admitir em caráter temporário, pelo período de 8 de Abril de 2019 a 14 de maio de 2019, á Sra. LUCIANE DA SILVA, para atuar como Conselheira Tutelar Suplente, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput ocorre em função do período de férias dos titulares.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI

Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:

_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 535, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1967878

PORTARIA Nº 535, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de acordo com o artigo 110, §4º da Lei Complementar nº 118 de 23 de junho de 2010 e de acordo com o Decreto nº 4.166, de 11 de fevereiro de 2011,

RESOLVE:

Art.1º Conceder licença para tratamento de saúde, a Servidora Pública Municipal LUCIANE DETONI, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL, matrícula nº 3023/01, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, de 27 de março a 26 de abril de 2019.

Art.2º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em execução.

Art.3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo a data de 27 de março de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de Abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 536, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1967865

PORTARIA Nº 536, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 55, incisos VII e IX, da Lei Orgânica Municipal e com base no art. 50, da Lei Complementar nº 118, de 23 de Junho de 2010,

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a partir de 01 de abril de 2019, a servidora pública municipal JULIANA MEIRA, ocupante do cargo de Professor Habilitado - ACT, carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Portaria, correrão por conta das dotações específicas do Orçamento municipal em execução.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2019.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 537 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1967883

PORTARIA Nº 537 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/2007, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 09/2018, homologado pelo Decreto nº 6.173, de 02 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar a Portaria 368/2019, pelo período de 03 de abril a 02 de maio de 2019, que admite em caráter temporário a Senhora ALICE LUNKES NETTO no cargo de Professor Não Habilitado – ACT, para atuar na Disciplina de INGLÊS, 20 (vinte) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Santa Catarina e EBM Irmã Cecília.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

PORTARIA Nº 538 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1967887

PORTARIA Nº 538 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 55, incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base no artigo 38 da Lei Municipal nº 090, de 26/12/2007, combinado com a Lei 1.742 de 09/04/2008, de acordo com o Processo Seletivo 09/2018, homologado pelo Decreto nº 6.173, de 02 de janeiro de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Prorrogar a Portaria 367/2019, pelo período de 03 de abril a 02 de maio de 2019, que admite em caráter temporário a Senhora MILENA DESTRI no cargo de Professor Não Habilitado – ACT, para atuar na Disciplina de INGLÊS, 10 (dez) horas semanais turno matutino/vespertino, na EBM Santa Catarina.

Parágrafo único. O período de contratação previsto no caput é o prazo máximo de duração do contrato de trabalho, podendo o Município, a bem do interesse público, rescindi-lo a qualquer tempo.

Art.2º A remuneração para o cargo está prevista na Lei nº 1.742, de 09 de Abril de 2008, acrescido de adicional de carga horária previsto na referida lei.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Portaria correrão por conta das dotações específicas do Orçamento em Execução.

Art.4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 01 de abril de 2019.

RAFAEL CALEFFI
Prefeito Municipal

Publicado no DOM/SC:
_____/_____/2019.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 004/2019

Publicação Nº 1967334

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO 004/2019

O Prefeito Municipal Rafael Caleffi, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 13.019/2014, à vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Seleção do Chamamento Público 003/2019, resolve:

01 – HOMOLOGAR:

Proposta 01: Nome ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE LAGEADO ANTUNES, CNPJ nº 06.250.003/0001-60 valor R\$ 5.000,00.

Proposta 02: ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE LAGEADO ANTUNES, CNPJ nº 06.250.003/0001-60 valor R\$ 5.000,00.

02 – Autorizar a elaboração de Projeto de Lei para envio ao Legislativo Municipal e se aprovado, após a sanção da Lei a emissão do Termo de Fomento.

São Lourenço do Oeste – SC, 01 de abril de 2019.

Rafael Caleffi
Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

21/2019 - QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 42/2018A - CONTRATO ADM 103/2014-M&A ARQUITETURA

Publicação Nº 1967286

21-2019 QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 42-2018A – CONTRATO ADM 103/2014

O Município de São Miguel da Boa Vista, Estado de Santa Catarina, com sede na Rua São Luiz 210, inscrito no CNPJ Nº. 80.912.124/0001-82 neste ato representado pelo Prefeito Municipal em exercício o Sr. VILMAR SCHMAEDECKE, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Linha Anta Gorda, s/nº, interior, neste Município, inscrito no CPF nº. 938.411.089-20, RG nº. 3.299.783, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa M&A ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO, estabelecida na Rua Rui Barbosa, nº 101, sala 201, Centro no Município de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ Nº. 09.474.380/0001-70, neste ato representado pelo Srtª. ALCIANE MATIELLO, brasileira, residente e domiciliada no Município de Cunha Porã, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF nº 029.503.689-30 e RG 3.340.789, doravante denominado de CONTRATADA, resolvem aditar o contrato 42-2018A, oriundo do Contrato 103/2014, de acordo com o Edital do Processo Licitatório n.º 44/2014, pelas seguintes cláusulas que seguem:

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem como finalidade o aditivo de prazo, alterando sua vigência de 02/04/2019 para 02/05/2019.

CLAUSULA SEGUNDA

Ficam as demais cláusulas e condições firmadas no contrato, inalteradas.

CLAUSULA TERCEIRA – JUSTIFICATIVA

O presente termo aditivo tem como finalidade o aditamento de prazo para a empresa, tendo em vista as questões legais para o pagamento da empresa, considerando que o prazo final não seria suficiente em decorrência da burocratização, justificando assim a necessidade do aditivo para que o contrato esteja vigente quando do pagamento dos encargos devidos pelo município à referida empresa.

E por ser esta a expressão de vontade dos contratantes, assinam o presente termo, em duas vias de igual teor.

São Miguel da Boa Vista, SC, 01 de abril de 2019.

VILMAR SCHMAEDECKE Prefeito Municipal	M&A ARQUITETURA E CONSTRUÇÃO CNPJ nº. 09.474.380/0001-70 Representante Legal
--	---

25/2019 EDITAL DE LICITAÇÃO - DISPENSA

Publicação Nº 1967669

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2019
MODALIDADE: DISPENSA DE LICITAÇÃO

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo DISPENSA DE LICITAÇÃO, o presente tem por finalidade AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA O VEÍCULO S10 LT DD 4X2 ano modelo 2014, placas MMM 4016 PARA O MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA/SC. Maiores informações, bem como edital na íntegra e anexos poderão ser obtidas com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas. A presente licitação será regida pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores. São Miguel da Boa Vista (SC), 01 de abril de 2019.

VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal.

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

PORTARIA 0034-DESIGNAR FISCAL CONTRATO 040-2019

Publicação Nº 1968702

PORTARIA Nº 0034/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Jordana Fumagali Corá, portadora da matrícula funcional n. 22056101, ocupante do cargo de Engenheira, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados a execução de obra e recuperação de base, imprimação, reperfilagem e capa asfáltica da Rua 7 de setembro no Bairro Andreatta, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório nº 244/2018, Tomada de Preço nº 030/2018, Contrato nº 040/2019.

Art. 2º A servidora ora designada trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em, 01 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA 0035-DESIGNAR FISCAL CONTRATO 66-2019

Publicação Nº 1968704

PORTARIA Nº 0035/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Leocir Nardi, portador da matrícula funcional n. 22001201, ocupante do cargo de Secretário Adjunto de Planejamento, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para aquisição de meios-fios destinados para as obras de pavimentação asfáltica e pedras irregulares, para as ruas do perímetro urbano de São Miguel do Oeste – SC, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório n. 32/2019, Pregão Presencial n. 021/2019, Contrato n. 66/2019.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em, 01 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA 0036-DESIGNAR FISCAL CONTRATO 42-2019

Publicação Nº 1968706

PORTARIA Nº 0036/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Leocir Nardi, portador da matrícula funcional n. 22001201, ocupante do cargo de Secretário Adjunto de Planejamento, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para a manutenção e conservação da pavimentação asfáltica de diversas ruas do perímetro urbano do Município de São Miguel do Oeste – SC, por motivo de conserto e ligação de novas redes da CASAN, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório n. 47/2018, Pregão Presencial n. 030/2018, Contrato n. 42/2019.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em, 01 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA 0037-DESIGNAR FISCAL CONTRATO 43-2019

Publicação Nº 1968707

PORTARIA Nº 0037/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990,

e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Leocir Nardi, portador da matrícula funcional n. 22001201, ocupante do cargo de Secretário Adjunto de Planejamento, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais destinados para a manutenção e conservação da pavimentação asfáltica da Rua 22 de Abril devido ao deslocamento da rede da CASAN, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório n. 47/2018, Pregão Presencial n. 030/2018, Contrato n. 43/2019.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em, 01 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA 0038-DESIGNAR FISCAL CONTRATO 63-2019

Publicação Nº 1968708

PORTARIA Nº 0038/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Leocir Nardi, portador da matrícula funcional n. 22001201, ocupante do cargo de Secretário Adjunto de Planejamento, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para contratação de empresa para serviços de mão de obra para reforma e ampliação da sede esportiva e comunitária da Linha Waldemar, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório n. 22/2019, Tomada de Preço n. 01/2019, Contrato n. 63/2019.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em, 01 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA 0039-DESIGNAR FISCAL CONTRATO 064-2019

Publicação Nº 1968710

PORTARIA Nº 0039/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Marli da Rosa, portadora da matrícula funcional n. 21968601, ocupante do cargo de Secretária Municipal de Urbanismo, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para aquisição de areia média destinados para atender as necessidades da administração municipal do Município de São Miguel do Oeste – SC, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório nº 23/2019, Pegão Presencial nº 017/2019, Contrato nº 064/2019.

Art. 2º A servidora ora designada trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em, 01 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA 0040-DESIGNAR FISCAL DO CONTRATO 045-2019

Publicação Nº 1968713

PORTARIA Nº 0040/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Evandro Luiz Buza, portador da matrícula funcional n. 22056001, ocupante do cargo de Engenheiro, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para contratação de empresa para serviços de mão de obra com fornecimento de materiais de uma construção com área de 176,71m², destinado a uma reforma da unidade básica de saúde do Posto Central, localizada na Rua Waldemar Rangrab esquina com a Rua John F. Kennedy, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório nº 14/2019, Tomada de Preço nº 03/2019, Contrato nº 045/2019.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em, 01 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA 0041-DESIGNAR FISCAL DO CONTRATO 004-2019

Publicação Nº 1968717

PORTARIA Nº 0041/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990 e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Raquel Storch Reginatto, portadora da matrícula funcional n. 21994801, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para registro de preços para futura e eventual aquisição de leite integral destinado para atender as famílias em vulnerabilidade socioeconômica temporária – benefício eventual conforme a Lei Municipal n. 6.911/2014, CRAS I e II, CREAS e Abrigo Institucional, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório nº 002/2019, Pregão Presencial nº 002/2019, Contrato nº 004/2019.

Art. 2º A servidora ora designada trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.
Em, 01 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues
Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA 0042-DESIGNAR FISCAL DO CONTRATO 003-2019

Publicação Nº 1968721

PORTARIA Nº 0042/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990 e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar a servidora Raquel Storch Reginatto, portadora da matrícula funcional n. 21994801, ocupante do cargo de Técnico

Administrativo, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para contratação de profissionais para ministrar oficinas desenvolvidas pelos programas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de São Miguel do Oeste - SC, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório nº 001/2019, Pregão Presencial nº 001/2019, Contrato nº 003/2019.

Art. 2º A servidora ora designada trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em, 01 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA 0043-DESIGNAR FISCAL DO CONTRATO 003-2019

Publicação Nº 1968722

PORTARIA Nº 0043/2019

DESIGNA SERVIDOR PARA FISCALIZAR E ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso I, do Art. 1º, do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto n. 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Administração e Finanças atribuições do Inciso VIII do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990 e com base na Lei Federal nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002 e alterações.

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor Nilso Cesar Sandini, portador da matrícula funcional n. 21912602, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, para fiscalizar e acompanhar a execução dos contratos e emissão das autorizações de fornecimento, para prestação de serviços de assistência técnica e extensão rural pela Epagri S.A., para o Município de São Miguel do Oeste – SC, para o período de fevereiro a dezembro de 2019, oriundas do seguinte Processo Licitatório:

I - Processo Licitatório nº 001/2019, Dispensa de Licitação nº 001/2019, Contrato nº 003/2019.

Art. 2º O servidor ora designado trabalhará sem ônus ao Erário Municipal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, SC.

Em, 01 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

Barbara Casales Giongo Rodrigues

Procuradora Geral

Esta Portaria foi publicada no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina em conformidade com a Lei Orgânica Municipal.

PORTARIA 0576 - CATIA STUANI - CONCEDER

Publicação Nº 1967105

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0576/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

CONCEDER o gozo de 30(trinta) dias, da 1ª licença prêmio a CATIA STUANI, ocupante do cargo de Professor, concedido o direito conforme Portaria nº 0480/2019 de 25 de fevereiro de 2019, referente ao período de 03 de fevereiro de 2014 a 02 de fevereiro de 2019, a serem gozados de 03 de maio de 2019 a 01 de junho de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 20 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0577 - GERECI SCAPIN GEHLEN - CONCEDER

Publicação Nº 1967108

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0577/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

CONCEDER o gozo de 30(trinta) dias, da 1ª licença prêmio a GERECI SCAPIN GEHLEN, ocupante do cargo de Professor, concedido o direito conforme Portaria nº 0565/2017 de 24 de abril de 2017, referente ao período de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2017, a serem gozados de 03 de maio de 2019 a 01 de junho de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 20 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0578 - ANGELA KREWER ANDRIOLI - CONCEDER

Publicação Nº 1967113

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0578/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

CONCEDER o gozo de 30(trinta) dias, da 1ª licença prêmio a ANGELA KREWER ANDRIOLI, ocupante do cargo de Professor, concedido o direito conforme Portaria nº 0426/2019 de 13 de fevereiro de 2019, referente ao período de 03 de fevereiro de 2014 a 02 de fevereiro de 2019, a serem gozados de 03 de abril de 2019 a 02 de maio de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 20 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0579 - VERA MARIA BOHN - CONCEDER

Publicação Nº 1967131

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0579/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

CONCEDER a 1ª (primeira) Licença Prêmio, de acordo com o parágrafo 5º, do art. 190, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990 e em conformidade com a Emenda Modificativa nº 001/95, a servidora pública municipal efetiva VERA MARIA BOHN, ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais a qual deverá constar nos registros funcionais, correspondente ao período de 01 de fevereiro de 2012 a 31 de janeiro de 2017, com direito a 03 (três) meses.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 21 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0580 - JESSICA FERREIRA STOER - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 1967132

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0580/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;

CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo Edital 003/2018;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. JESSICA FERREIRA STOER, com carga horária de 20 horas semanais, para ocupar o cargo de PROFESSOR, na área de Educação Infantil, junto a EMEIEF Padre José de Anchieta, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 21 de março de 2019 até o final do ano letivo de 2019.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 21 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0581 - DENILDE FELIPA ROSANELLI - CONCEDER

Publicação Nº 1967135

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0581/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

CONCEDER a 2ª (segunda) Licença Prêmio, de acordo com o parágrafo 5º, do art. 190, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990 e em conformidade com a Emenda Modificativa nº 001/95, a servidora pública municipal efetiva DENILDE FELIPA ROSANELLI, ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais a qual deverá constar nos registros funcionais, correspondente ao período de 02 de fevereiro de 2014 a 01 de fevereiro de 2019, com direito a 03 (três) meses.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 21 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0582 - FLAVIO JOSÉ DE RAMOS - CONCEDER

Publicação Nº 1967137

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0582/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

CONCEDER a 5ª (quinta) Licença Prêmio, de acordo com o parágrafo 5º, do art. 190, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990 e em conformidade com a Emenda Modificativa nº 001/95, ao servidor público municipal efetiva FLAVIO JOSÉ DE RAMOS, ocupante do cargo de Professor, a qual deverá constar nos registros funcionais, correspondente ao período de 14 de fevereiro de 2014 a 13 de fevereiro de 2019, com direito a 03 (três) meses.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 21 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0583 - CHARLES DALL ORSOLETTA - NOMEAR

Publicação Nº 1967141

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0583/2019

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere os incisos VIII, IX e XXXVIII, do artigo 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, e a Lei Complementar n. 024/2013, e

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Senhor CHARLES DALL ORSOLETTA, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador do CPF 075.811.549-04,

RG 5567806 SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em Comissão de SECRETÁRIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, 40 horas semanais, a partir de 01 de março de 2019.

Art. 2º As atribuições do titular da Pasta prevista no artigo primeiro, são as estabelecidas na Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, na Lei Complementar n. 024/2013 e Legislação vigente e suas regulamentações.

Art. 3º A remuneração mensal será a prevista em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 024/2013, de 10 de outubro de 2013 e na legislação municipal que fixa o subsídio dos Secretários.

Art. 4º Fica revogada a Portaria GPT/DDP 0030/2018 de primeiro de janeiro de 2018.

Art. 5º Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de março de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 21 de março de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0584 - CASSIA CUNICO - CONVOCAR PARA RETORNO AO TRABALHO

Publicação Nº 1967143

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0584/2019

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere os incisos VIII, IX e XXXVIII, do artigo 72 da Lei Orgânica Municipal, promulgada em 05 de abril de 1990, e a Lei Complementar n. 024/2013, e

Considerando que a Constituição Federal assegura que a saúde é direito de todos e dever do Estado, e que são de relevância pública as ações e serviços de saúde.

Considerando o artigo 109 § 1º da LCM 009/2012 que assegura o interesse público e a critério da administração, a licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo;

Considerando a necessidade de um profissional no cargo de Farmacêutico junto ao setor de IST/AIDS na Secretaria Municipal de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR para retorno ao trabalho a servidora pública municipal efetiva CASSIA CUNICO, ocupante do cargo de Farmacêutico, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, por motivo de licença sem remuneração para tratar de interesse particular, concedida pela portaria 1602/2018 de 28 de dezembro de 2018.

Art. 2º REVOGAR os efeitos da portaria 1602/2018 de 28 de dezembro de 2018.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 22 de março de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0585 - DALEIA ANA BRUNETTO - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 1967145

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0585/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;

CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo Simplificado Edital 005/2019;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. DALEIA ANA BRUNETTO, com carga horária de 20 horas semanais, para ocupar o cargo de PROFESSOR, na área de Educação Especial, junto a EMEIEF Emma Balke, atendendo o aluno Samuel Argenta Alcantara, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 22 de março de 2019 até a permanência do aluno na escola ou até o final do ano letivo de 2019.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 22 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0586 - CALINCA FAVRETTO - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 1967146

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0586/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;

CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo Edital 003/2018;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. CALINCA FAVRETTO, com carga horária de 40 horas semanais, para ocupar o cargo de AUXILIAR DE CRECHE, atuando como itinerante junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 22 de março de 2019 até o final do ano letivo de 2019.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 22 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0587 - JESSICA CRIS TRESSOLDI - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação Nº 1967148

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0587/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;
CONSIDERANDO que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;
CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo Edital 003/2018;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. JESSICA CRIS TRESSOLDI, com carga horária de 40 horas semanais, para ocupar o cargo de PROFESSOR, na área de Educação Infantil, atuando como itinerante junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 22 de março de 2019 até o final do ano letivo de 2019.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 22 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0588 - NOMEAR FISCAIS DO PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 001/2019

Publicação Nº 1967156

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0584/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAIS PARA A REALIZAÇÃO DE PROVA DO PROCESSO SELETIVO LANÇADO PELO EDITAL Nº001/2019
..... E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando, que no próximo dia 23/03/2019, será realizado as provas do Processo Seletivo lançado pelo edital nº001/2019.

Considerando que há necessidade de fiscais para a realização das provas.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam designados para atuar como fiscais para a realização das provas do Processo Seletivo lançado pelo edital nº001/2019, que se realizará no dia 23/03/2019, das 07:40 às 12:00 horas os seguintes servidores públicos municipais:

Alana Fabiola da Silva
Andressa Wiebbelling
Angela Schreiner
Bárbara Tunie Chagas da Rosa
Bianca Kessler
Camila Chiesa
Camila Schiavini Moretto
Caroline Dalmagro
Caroline Welter
Casiana Luiza Lazarotto Hammes
Cinara Maria Lize Saggioratto
Clarinda Lucia Schirmann Von Dentz
Claudemir Luiz Parmigiani
Cristina Mocellin Thiel
Daiana Berte
Daniela Aparecida Menegat
Daniela Cristina Simon
Daniela Luiza Deters
Dayana Beatriz Pauli
Denise Mariane Wissmann
Eliane Teixeira da Rosa
Eliese Karczewski
Emanuele Lilian Gass Mota
Igor Mercaus da Silva

Ines Carla Persch Theobald
Jessica Mayara Cardoso
Jiuliano Luiz Mazon
Jociane Bach
Jordana Fumagali Cora
Josieli Karine Aparecida Fernandes Schwerz
Juliana Rita Pinheiro
Júlio Cesar Vian
Keurny Barbara Lazarotto
Leciane Matiello
Loreci Cristina Muller Caldato
Lucinéia Accadrolli
Luis Antonio Spenassatto
Maire Christine Rambo
Manoela Poletto
Marcelo Bonadeu
Marciana Miotto
Marialice Brassiani
Mariane Korbes Zilles
Marilze Formagini
Marina Ghizzi
Marta Venancio Pereira
Mauro Fernando Dorigan
Nadine Marisa Schutz
Rafaela Perondi
Raquela Cristiane Mendes
Ronise Britto Schwengber
Rosimere de Paula da Silva
Rubiele Scariot
Rudimar Cesar Morigi
Sergion Klein
Simone Carmem Thomas
Suinara Maria Lucca Folmer
Tania Lucia Wathier
Terlita Guedes
Thalita de Andrade Silveira

Art. 2º Os fiscais ficam subordinados à Comissão Especial nomeada pela Portaria ADM/DRH nº 0017/2019 de 22 de janeiro de 2019.

Art. 3º Os fiscais ora nomeados a título de compensação pelos serviços realizados terão o direito a gratificação no valor de R\$100,00 ou dispensa de um dia de trabalho durante o expediente normal.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução do presente ato correrão às custas do valor arrecado das inscrições do Processo Seletivo 001/2019.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se, publique-se, comunique-se e cumpra-se na forma da lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 22 de março de 2019.

Leila Fatima dos Santos
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta portaria foi publicada
na presente data.

PORTARIA 0589 - TUANY EDIMARA SOARES AGUERO - ALTERAR LOCAL

Publicação Nº 1967173

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0589/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR o local de atuação da servidora pública municipal contratada TUANY EDIMARA SOARES AGUERO, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, passando a atuar junto ao CEI Criança Cidadã, na Secretaria Municipal de Educação, em substituição a Ana Luisa Mazui Durgante, que encontra-se em atestado médico, no período de 22 de março de 2019 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 22 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0590 - ELIZETE MURCELI - ALTERAR LOCAL

Publicação N° 1967175

PORTARIA SGPT/DDP N° 0590/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR o local de atuação da servidora pública municipal contratada ELIZETE MURCELI, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, 40 horas semanais, passando a atuar junto ao CEI Ciranda da Alegria, na Secretaria Municipal de Educação, em substituição a Micheli Mo-cellin, que encontra-se em licença maternidade, no período de 22 de março de 2019 até que perdure o afastamento da titular ou até o final do ano letivo de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 22 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0591 - ANDREZA EUGENIA FEDERHEN - REVOGAR EFEITOS

Publicação N° 1967181

PORTARIA SGPT/DDP N° 0591/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art.1º REVOGAR os efeitos da portaria 0079/2019 de 16 de janeiro de 2019, da servidora pública municipal ANDREZA EUGENIA FEDERHEN, ocupante do cargo de Professor, designada para o cargo em comissão de Diretor de Unidade Escolar, que concedeu o gozo de licença prêmio.

Art.2º Esta portaria tem efeito retroativo a 04 de março de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 22 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0592 - SALETE BIAZUTTI - CONCEDER

Publicação N° 1967184

PORTARIA SGPT/DDP N° 0592/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

CONCEDER o gozo de 30(trinta) dias, da 1ª licença prêmio a SALETE BIAZUTTI, ocupante do cargo de Professor, concedido o direito conforme Portaria nº 0437/2019 de 18 de fevereiro de 2019, referente ao período de 03 de fevereiro de 2014 a 02 de fevereiro de 2019, a serem gozados de 03 de abril de 2019 a 02 de maio de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 22 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0593 - ROSILENE BUTTINI - DESIGNAR

Publicação N° 1967185

PORTARIA SGPT/DDP N° 0593/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora pública municipal efetiva ROSILENE BUTTINI, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, 40 horas semanais, para passar a atuar junto ao setor de Controle e Avaliação, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de março de 2019.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de março de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 22 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0594 - CARLA ADRIANE FREY POTTKER - DESIGNAR

Publicação N° 1967187

PORTARIA SGPT/DDP N° 0594/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora pública municipal efetiva CARLA ADRIANE FREY POTTKER, ocupante do cargo de Assistente Social, 40 horas semanais, para passar a atuar junto ao setor de Controle e Avaliação, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de março de 2019.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de março de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 22 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0595 - FABIO LUCIO DORNELES - DESIGNAR

Publicação N° 1967190

PORTARIA SGPT/DDP N° 0595/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, o servidor público municipal efetivo FABIO LUCIO DORNELES, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, 40 horas semanais, para passar a atuar junto ao setor de Controle e Avaliação, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de março de 2019.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de março de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 22 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0596 - KEURYN BARBARA LAZAROTTO - DESIGNAR

Publicação N° 1967195

PORTARIA SGPT/DDP N° 0596/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora pública municipal efetiva KEURYN BARBARA LAZAROTTO, ocupante do cargo de Enfermeiro, 40 horas semanais, para passar a atuar junto ao setor de Controle e Avaliação, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de março de 2019.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de março de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 22 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0597 - TATIANE THOMAS - CONCEDER

Publicação Nº 1967199

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0597/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

CONCEDER o gozo de 90(noventa) dias, da 1ª licença prêmio a TATIANE THOMAS, ocupante do cargo de Professor, concedido o direito conforme Portaria nº 0386/2019 de 08 de fevereiro de 2019, referente ao período de 03 de fevereiro de 2014 a 02 de fevereiro de 2019, a serem gozados de 10 de abril de 2019 a 08 de julho de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 25 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0598 - ADRIANA ROSONI TONSAK - NOMEAR

Publicação Nº 1967202

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0598/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR ADRIANA ROSONI TONSAK, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 022/2014, homologado em 28 de abril de 2015, com vencimento referente ao Cargo.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 25 de março de 2019.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0599 - BIBIANE DICKEL - NOMEAR

Publicação Nº 1967205

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0599/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR BIBIANE DICKEL, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 022/2014, homologado em 28 de abril de 2015, com vencimento referente ao Cargo.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 25 de março de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0600 - VANIA CRISTINA POLICENA - NOMEAR

Publicação Nº 1967207

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0600/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR VANIA CRISTINA POLICENA, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 022/2014, homologado em 28 de abril de 2015, com vencimento referente ao Cargo.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 25 de março de 2019.

WILSON TREVISAN

Prefeito Municipal

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0601 - FABIO LUCIO DORNELES - NOMEAR DEFENSOR DATIVO

Publicação N° 1967212

PORTARIA SGPT/DDP N° 0601/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando que fora decretada a revelia da servidora Elaine Margaret Rodrigues da Silva, nos autos do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria 0035/2019;

Considerando o artigo 165, § 2º da Lei Complementar Municipal 009/2012, que aduz a necessidade de nomeação de defensor dativo ao processado declarado revel.

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR como defensor dativo da Sra. Elaine Margaret Rodrigues da Silva, o Sr. Fabio Lucio Dorneles, ocupante do cargo de Técnico Administrativo.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 25 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0602 - ANDREIA WANTZ - ALTERAR LOCAL

Publicação N° 1967215

PORTARIA SGPT/DDP N° 0602/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR o local de atuação da servidora pública municipal contratada ANDREIA WANTZ, ocupante do cargo de Professor, na área de Educação Infantil, 40 horas semanais, passando a atuar como itinerante, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 19 de março de 2019 até o final do ano letivo de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 25 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0603 - DARIANE VILLA - EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO

Publicação N° 1967216

PORTARIA SGPT/DDP N° 0603/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

EXONERAR POR TÉRMINO DE CONTRATO

Art. 1º DARIANE VILLA, ocupante do cargo de Auxiliar de Creche, junto a Secretaria Municipal de Educação, 40 horas semanais, a partir de 28 de março de 2019 devido ao retorno da titular.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 25 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0604 - LARISSA LAGO BONAMIGO - CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

Publicação N° 1967218

PORTARIA SGPT/DDP N° 0604/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção do serviço público, mormente a Secretaria Municipal de Educação;

CONSIDERANDO que a Lei nº 6.616, de 14 de Fevereiro de 2012 e suas alterações, concede prerrogativa de contratação de pessoal em caráter temporário e emergencial, como é o caso;

CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo Edital 003/2018;

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, a Sra. LARISSA LAGO BONAMIGO, com carga horária de 20 horas semanais, para ocupar o cargo de PROFESSOR, na disciplina de Artes, junto a EMEIEF Emma Balke, junto a Secretaria Municipal de Educação, no período de 26 de março de 2019 até o final do ano letivo de 2019.

Art. 2º A contratação do servidor acima, será pelo regime Estatutário, com direito recíproco de rescisão a qualquer momento ou ante a realização de Processo Seletivo ou Concurso Público.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 25 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0605 - JOICE DALAVEQUIA - CONCEDER

Publicação N° 1967219

PORTARIA SGPT/DDP N° 0605/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas

e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado da constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 8981/2018.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal JOICE DALAVEQUIA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Nível I, para o Nível II, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de março de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 25 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0606 - BEATRIZ FATIMA AZZOLINI - CONCEDER

Publicação Nº 1967222

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0606/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado da constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 8981/2018.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal BEATRIZ FATIMA AZZOLINI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Nível I, para o Nível II, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de março de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 25 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0607 - IVANETE DE ALMEIDA ROSA DELLAI - CONCEDER

Publicação Nº 1967224

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0607/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas

e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado da constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 8981/2018.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal IVANETE DE ALMEIDA ROSA DELLAI, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Nível I, para o Nível II, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de março de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 25 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0608 - GRACIELA ANDREOLA - CONCEDER

Publicação Nº 1967226

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0608/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado da constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 8981/2018.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal GRACIELA ANDREOLA, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, Nível I, para o Nível II, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de março de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 25 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0609 - KEURYN BARBARA LAZAROTTO - CONCEDER

Publicação Nº 1967228

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0609/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado da constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 8981/2018.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal KEURYN BARBARA LAZAROTTO, ocupante do cargo de Enfermeiro, Nível I, para o Nível II, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de março de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 25 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0610 - MARLENE FATIMA JACOBOSKI - CONCEDER

Publicação Nº 1967230

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0610/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado da constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 8981/2018.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal MARLENE FATIMA JACOBOSKI, ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, Nível I, para o Nível II, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de março de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 25 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0611 - MICHELI ANSCHAU THOMAZ - CONCEDER

Publicação Nº 1967231

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0611/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado da constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 8981/2018.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal MICHELI ANSCHAU THOMAZ, ocupante do cargo de Merendeira, Nível I, para o Nível II, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de março de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 25 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0612 - NADIA LUZIA CORTE - CONCEDER

Publicação Nº 1967233

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0612/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado da constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 8981/2018.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal NADIA LUZIA CORTE, ocupante do cargo de Professor, Nível I, para o Nível II, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de março de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 25 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0613 - MARISA ROSA MENDONÇA - CONCEDER

Publicação Nº 1967236

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0613/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado da constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 8981/2018.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal MARISA ROSA MENDONÇA, ocupante do cargo de Professor, Nível I, para o Nível II, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de março de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 25 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0614 - ILONI CANEI - CONCEDER

Publicação Nº 1967238

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0614/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado da constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 8981/2018.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal ILONI CANEI, ocupante do cargo de Professor, Nível I, para o Nível II, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de março de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 25 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0615 - ROSALINA SALETE DE OLIVEIRA DOMINGUES - CONCEDER

Publicação Nº 1967242

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0615/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

Considerando os termos do Capítulo VI da Lei Complementar Municipal 025/2013, que trata da Progressão Funcional Por Desempenho;

Considerando o disposto no artigo 33 da LCM 025/2013 asseverando que a progressão funcional por desempenho consiste no avanço ou movimentação do servidor na escala vertical dos níveis de referência salarial previstos para a remuneração do cargo;

Considerando os critérios estabelecidos pela legislação municipal, assim como o resultado da constante no Boletim de Avaliação do Anexo XI da LCM 025/2013 exarado pela Comissão de Avaliação nomeada pelo Decreto n. 8981/2018.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER progressão funcional por desempenho para a servidora pública municipal ROSALINA SALETE DE OLIVEIRA DOMINGUES, ocupante do cargo de Professor, Nível I, para o Nível II, nos termos do Anexo III da LCM 025/2013.

Art.2 Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de março de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 25 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0616 - NEIDE RENZ CADORE - CONCEDER

Publicação Nº 1967244

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0616/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

CONCEDER a 3ª (terceira) Licença Prêmio, de acordo com o parágrafo 5º, do art. 190, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990 e em conformidade com a Emenda Modificativa nº 001/95, a servidora pública municipal efetiva NEIDE RENZ CADORE, ocupante do cargo de Professor, a qual deverá constar nos registros funcionais, correspondente ao período de 11 de fevereiro de 2014 a 10 de fevereiro de 2019, com direito a 03 (três) meses.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 25 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0617 - RUDINEI ALEXANDRE NORO - PRORROGAR

Publicação N° 1967247

PORTARIA SGPT/DDP N° 0617/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR a contratação do servidor público municipal RUDINEI ALEXANDRE NORO, ocupante do cargo de MOTORISTA, 40 horas semanais, na Secretaria de Saúde desta Prefeitura Municipal, no período de 22 de março de 2018 até que seja chamado candidato do Processo Seletivo.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 26 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0618 - LIDIANE KLEMENT - PRORROGAR

Publicação N° 1967251

PORTARIA SGPT/DDP N° 0618/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art.1º- PRORROGAR a contratação da servidora pública municipal LIDIANE KLEMENT, ocupante do cargo de ENFERMEIRO, 40 horas semanais, na Secretaria de Saúde desta Prefeitura Municipal, no período de 03 de maio de 2019 até 02 de maio de 2020.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 26 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0619 - PRORROGAR PAD PORTARIA 040/2019

Publicação N° 1967252

PORTARIA SGPT/DDP N° 0619/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar da portaria 0040/2019, concedendo mais 60 dias nos termos do parágrafo único do artigo 145 da LCM 009/2012, a partir de 16 de março de 2019.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 16 de março de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 26 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0620 - JULIANA ELWANGER PINHO - CONCEDER

Publicação Nº 1967255

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0620/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

CONCEDER o gozo de 19(dezenove) dias, da 1ª licença prêmio a JULIANA ELWANGER PINHO, ocupante do cargo de Agente de Limpeza e Serviços Gerais, concedido o direito conforme Portaria nº 0397/2013 de 22 de fevereiro de 2013, referente ao período de 13 de fevereiro de 2008 a 12 de fevereiro de 2013, a serem gozados de 02 de dezembro de 2019 a 20 de dezembro de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 26 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0621 - EDIANE DOS SANTOS - DESIGNAR

Publicação Nº 1967258

PORTARIA SGPT/DDP Nº 0621/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR, a servidora pública municipal contratada EDIANE DOS SANTOS, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, 40 horas semanais, para passar a atuar junto ao ESF do Bairro Salete, em substituição a Rosane Maria Cappellaro, que encontra-se em atestado médico e posteriormente em licença maternidade, a partir de 13 de março de 2019.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 13 de março de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 26 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS
Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0622 - LOURDES DILLY - CONCEDER

Publicação N° 1967261

PORTARIA SGPT/DDP N° 0622/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER o gozo de 30(trinta) dias, da 1ª licença prêmio a LOURDES DILLY, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde, concedido o direito conforme Portaria nº 1504/2018 de 26 de novembro de 2018, referente ao período de 20 de novembro de 2013 a 19 de novembro de 2018, a serem gozados de 01 de abril de 2019 a 30 de abril de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 27 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0623 - SANDRA STEFANELLO - READAPTAR

Publicação N° 1967263

PORTARIA SGPT/DDP N° 0623/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

CONSIDERANDO as regras trazidas pelo artigo 40, da Lei Complementar nº 009/2012 de 02 de abril de 2012, prescrevendo que a readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental verificada em inspeção médica oficial.

RESOLVE:

Art. 1º READAPTAR, a servidora pública municipal SANDRA STEFANELLO, ocupante do cargo de Professor, 40 horas semanais, para auxiliar nas atividades junto ao setor administrativo da EMEIEF Amalia Daltoé Agostini, na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 05 de abril de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 28 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0624 - CHAIANE DOMERASKY DA ROCHA PORFIRIO - ALTERAR LOCAL

Publicação N° 1967265

PORTARIA SGPT/DDP N° 0624/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR local de atuação da servidora pública municipal contratada CHAIANE DOMERASKY DA ROCHA PORFIRIO, ocupante do cargo

de Professor, como segundo professor, passando a atuar 40 horas semanais junto a EMEIEF Teonísio Wagner, atendendo a aluna Kemelin Eduarda Simon, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 18 de março de 2019 até o final do ano letivo de 2019.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 18 de março de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 28 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada

Na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0625 - MARI LUCIA DAMASCENO - EXONERAR A PEDIDO

Publicação N° 1967320

PORTARIA SGPT/DDP N° 0625/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

EXONERAR A PEDIDO

Art. 1º MARI LUCIA DAMASCENO, ocupante do cargo de Professor, junto a Secretaria Municipal de Educação, 20 horas semanais, a partir de 01 de abril de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 28 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0626 - DANIELLE NARDI - CONCEDER

Publicação N° 1967321

PORTARIA SGPT/DDP N° 0626/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

CONCEDER o gozo de 90(noventa) dias, da 1ª licença prêmio a DANIELLE NARDI, ocupante do cargo de Enfermeiro, concedido o direito conforme Portaria n° 1157/2018 de 02 de agosto de 2018, referente ao período de 04 de março de 2013 a 03 de março de 2018, a serem gozados de 01 de abril de 2019 a 29 de junho de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 28 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0627- FRANCIELE REGINA DE LEMES JONER - ALTERAR CARGA HORÁRIA

Publicação N° 1967324

PORTARIA SGPT/DDP N° 0627/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR CARGA HORÁRIA da servidora pública municipal contratada FRANCIELE REGINA DE LEMES JONER, ocupante do cargo de Professor, na área de Educação Infantil, passando de 20 horas semanais para 40 sendo esse aumento junto ao CEI Tio Patinhas, atendendo o aluno Sidinei Sandro França Gnatta, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 01 de abril de 2019 até a permanência do aluno na escola ou até o final do ano letivo de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 28 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0628 - LUAN LUCAS BERNARDI - NOMEAR

Publicação N° 1967326

PORTARIA SGPT/DDP N° 0528/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o Inciso VIII e X, do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, Lei Complementar nº 009 de 02 de abril de 2012 e Lei Complementar 025/2013 de 10 de outubro de 2013, e;

CONSIDERANDO os termos do Art. 19 da Lei Complementar Municipal 009/2012 (Estatuto do Servidor), o qual dispõe que, a nomeação é o ato pelo qual o cargo efetivo de classe inicial de carreira, ou cargo em comissão, é atribuído a uma pessoa;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 21 do mesmo diploma legal, que dita que a nomeação para cargo de provimento efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos à ordem de classificação e o prazo de validade;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR LUAN LUCAS BERNARDI, para exercer o Cargo da Categoria Funcional de Médico, com carga horária de 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Efetivo, do Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, com Lotação junto a Secretaria de Municipal de Saúde, na forma do artigo 47 da Lei Complementar 009/2012, em razão de aprovação em concurso público, conforme Edital de Concurso Público nº 001/2017, homologado em 16 de março de 2018, com vencimento referente ao Cargo.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,
Em 28 de março de 2019.

WILSON TREVISAN
Prefeito Municipal

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PORTARIA 0629 - WILLIANS PICOLI - DESIGNAR

Publicação N° 1967327

PORTARIA SGPT/DDP N° 0629/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o servidor público municipal efetivo WILLIANS PICOLI, ocupante do cargo de Motorista, 40 horas semanais para passar a atuar junto ao CRAS na Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 03 de abril de 2019.

Art. 2º Esta portaria tem efeito retroativo a 01 de janeiro de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 28 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada

Na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0630 - AURIO CARVALHO SALLES - NOMEAR

Publicação N° 1967329

PORTARIA SGPT/DDP N° 0630/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR o Senhor AURIO CARVALHO SALLES, brasileiro, residente e domiciliado neste Município, portador do CPF 430.590.749-68, RG 1153612 SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em Comissão de Diretor de Inovação, Capacitação e Empreendedorismo, 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Sustentável, a partir de 03 de abril de 2019.

Art. 2º As atribuições do titular do cargo referido no artigo anterior, são as estabelecidas na Lei Complementar 024/2013 de 10 de outubro de 2013.

Art. 3º A remuneração mensal será a prevista em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 024/2013, de 10 de outubro de 2013.

Art. 4º Fica revogada a Portaria ADM/DRH 0043/2018 de 01 de janeiro de 2018.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 29 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada

na presente data.

Daniela Aparecida Menegat

Técnico Administrativo

PORTARIA 0631 - ROSIMERE DE PAULA DA SILVA - NOMEAR

Publicação N° 1967330

PORTARIA SGPT/DDP N° 0631/2019

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS E TRANSPARÊNCIA de São Miguel do Oeste SC, usando da competência que lhe confere o Art. 1º Inciso II do Decreto 8.803/2017, alterado pelo Decreto 8.951/2017, que delega ao Secretário Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência, as atribuições contidas nos Incisos VIII, X e XLIV do Art. 72, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de Abril de 1990, e;

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR a Senhora ROSIMERE DE PAULA DA SILVA, brasileira, residente e domiciliada neste Município, portadora do CPF

585.023.860-34, RG 1048907826 SSP/SC, para exercer o cargo de provimento em Comissão de Chefe de Divisão de Turismo, 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria Adjunta de Cultura e Turismo, a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 2º As atribuições do titular do cargo referido no artigo anterior, são as estabelecidas na Lei Complementar 024/2013 de 10 de outubro de 2013.

Art. 3º A remuneração mensal será a prevista em conformidade com o estabelecido na Lei Complementar 024/2013, de 10 de outubro de 2013.

Art. 4º Fica revogada a Portaria ADM/DRH 0018/2018 de 1º de janeiro de 2019.

Registre-se, publique-se e comunique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE,

Em 29 de março de 2019.

LEILA FATIMA DOS SANTOS

Secretária Municipal de Gestão de Pessoas e Transparência

Esta Portaria foi publicada
na presente data.

Daniela Aparecida Menegat
Técnico Administrativo

PROC 04/2019 - AGRÍCOLA

Publicação Nº 1967133

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 04/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2019

O Fundo Municipal de Desenvolvimento Agrícola, a partir de seu Diretor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de sementes para distribuição gratuita do Programa de Sementes para cobertura e pastagens de inverno, para produtores rurais do município de São Miguel do Oeste – SC, conforme Lei nº 7.440/17, que instituiu o Programa de Desenvolvimento Rural – Novo Rural, de acordo com o anexo I do edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 23 de abril de 2019.

Abertura: às 09hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento
de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 01 de abril de 2019

NEDIO JIZIORSKI

Diretor de Agricultura, Pecuária Piscicultura

PROC 24/2019 - SAÚDE

Publicação Nº 1967223

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 24/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2019

O Fundo Municipal de Saúde, a partir do Gestor, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Por Item.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual serviços gráficos destinados para uso junto as Unidades de Saúde da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 23 de abril de 2019.

Abertura: às 14hs. do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento
de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2006 e o edital na íntegra no pelo site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 01 de abril de 2019.

LEONIR CARON

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROC 72/2019 - PREFEITURA

Publicação N° 1967726

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO N° 72/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 51/2019

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: Contratação de empresa para elaboração de estudos de avaliação ambiental preliminar e investigação confirmatória para posterior licenciamento do Cemitério São Miguel e Almas de propriedade do município de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I – Termo de Referência do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 13h45min do dia 24 de abril de 2019.

Abertura: às 14hs do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 01 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

PROC 89/2019 - PREFEITURA

Publicação N° 1967328

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO N° 89/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 67/2019

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Por Item.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de secadores de mãos elétricos destinado a atender as necessidades da Administração Municipal de São Miguel do Oeste – SC, de acordo com o anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 24 de abril de 2019.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 01 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

PROC 90/2019 - PREFEITURA

Publicação N° 1968497

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO LICITATÓRIO N° 90/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 68/2019

A Prefeitura Municipal, a partir do Secretário Municipal de Administração e Finanças, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão, Tipo Menor Preço Por Item.

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de ferramentas necessários para a realização do Programa Hortas Comunitárias nas Escolas da Rede Municipal de Ensino, da Secretaria Municipal de Educação, de acordo com o anexo I do Edital.

Entrega dos envelopes: Até às 08h45min do dia 25 de abril de 2019.

Abertura: às 09h do mesmo dia.

Licitação regida pela Lei Federal nº 10.520 e 8.666/93 e alterações vigentes.

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento

de Compras desta Municipalidade sito a Rua Marcilio Dias, nº

1199, fone (0xx49) 3631 2000 e o edital na íntegra no site:

www.saomiguel.sc.gov.br

São Miguel do Oeste/SC, 01 de abril de 2019.

ALENCAR BARBIERI

Secretário de Administração e Finanças

CÂMARA MUNICIPAL**ERRATA EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL 06/2019 - EQUIPAMENTOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DA VOTAÇÃO ELETRÔNICA**

Publicação N° 1967796

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO OESTE
DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA
PROCESSO LICITATÓRIO N° 06/2019
PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2019

A Câmara Municipal de São Miguel do Oeste, a partir de seu Presidente, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS À IMPLANTAÇÃO DA VOTAÇÃO ELETRÔNICA NA CÂMARA DE VEREADORES DE SÃO MIGUEL DO OESTE, CONFORME A DESCRIÇÃO DO ANEXO I DO EDITAL.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 09 horas do dia 12 de abril de 2019.

ABERTURA: às 09h10min do mesmo dia.

Mais informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Câmara, sito à Rua Pedro Julian, nº 858, Bairro Agostini, fone (0xx49) 3621-1400 e o edital na íntegra no site:
www.saomigueldooeste.sc.leg.br

São Miguel do Oeste/SC, 1º de abril de 2019.
EVERALDO DI BERTI
Presidente da Câmara de Vereadores

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 03.2019 FMS

Publicação Nº 1968070

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura de Licitação- modalidade- Pregão Presencial

TIPO: Menor Preço Global

Objeto do Pregão: Aquisição de material e mão de obra para instalação de tela ao longo das margens da ciclovia, no bairro de Santa Tereza, conforme especificações e quantitativos em anexo ao Edital.

DATA DE ABERTURA: 12/04/2019 às 09h, com entrega dos envelopes para credenciamento até às 08h30min do mesmo dia. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou pelo e-mail: licitacoes@pmspa.sc.gov.br

MAIS INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 das 08h às 12h e das 13h às 17h.

São Pedro de Alcântara, 01/04/2019.

Ernei José Stahelin – Prefeito Municipal

CONTRATO N.º 057/2019

Publicação Nº 1967685

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE
TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONTRATO n.º 057/2019

O Município de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 01.613.101/0001-09, cuja Prefeitura se localiza na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, nº 01, Centro – São Pedro de Alcântara/SC – Cep: 88.125-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 342.317.499-49, residente e domiciliado a Rua Cecília Schappo, nº 115, Boa Parada, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado MUNICÍPIO, e de outro lado a Senhorita ALINE PFLEGER, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob nº. 069.201.329-66, residente a Rua Iacomo Bráz Hilleshein, s/nº., Varginha, São Pedro de Alcântara/SC, neste ato denominado CONTRATADO, firmam entre si o presente CONTRATO DE TRABALHO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, com fundamento no art. 209 e seguintes da Lei Municipal nº. 05/1997 e suas alterações, bem como em respeito ao Processo Seletivo nº. 001/2018, conforme as disposições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REGIME DO CONTRATO

1.1- Este contrato vincula o MUNICÍPIO e o CONTRATADO ao regime constante dos arts. 209 a 211 da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, e suas alterações.

1.2- A contratação, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 05/1997, não confere direito nem expectativa de direito à efetivação no serviço público Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1- O presente contrato tem por objeto a execução, pelo CONTRATADO, das atribuições do cargo de PROFESSORA AUXILIAR DE SALA, descritas no quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara/SC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REMUNERAÇÃO MENSAL

3.1- O CONTRATADO, durante a vigência deste contrato, fará jus à remuneração mensal relativa ao cargo descrito na cláusula segunda supra.

3.2- O pagamento do vencimento dar-se-á juntamente com o dos servidores efetivos e se sujeita aos mesmos reajustes a que àqueles for de direito.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO CONTRATUAL

4.1- Este contrato, que se dá nos termos de CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO, tem sua vigência a partir 01/04/2019, findando no dia 13/12/2019, dia este em que cessa a necessidade temporária da contratação.

4.2- Nos termos do § 2.º, do art. 209, da Lei Municipal n.º 05/1997, poderá haver prorrogação deste contrato, cuja duração máxima nunca poderá exceder a um (01) ano.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESCISÃO

5.1- Constituem motivos para rescisão do contrato:

- 5.1.1- Acordo entre as partes;
- 5.1.2- Iniciativa do MUNICÍPIO, sem prévio aviso, quando:
- 5.1.2.1- O CONTRATADO violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal que rege a função por ele exercida;
- 5.1.2.2- Por motivo de conveniência e oportunidade, devidamente justificados pelo Secretário da pasta a qual se vincula o CONTRATADO;
- 5.1.3- Por iniciativa do CONTRATADO, mediante prévio aviso escrito, de no mínimo trinta (30) dias;
- 5.2- Considera-se falta grave para rescisão do contrato pela administração, sem prévio aviso:
- 5.2.1- O cometimento de qualquer Infração Disciplinar descrita no Capítulo IV da Lei Municipal n.º 05/1997 (arts. 166 a 178);
- 5.2.2- O cometimento das seguintes infrações:
- 5.2.2.1- Ato de improbidade;
- 5.2.2.2- Incontinência de conduta ou mau procedimento;
- 5.2.2.3- Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador;
- 5.2.2.4- Condenação criminal do CONTRATADO, passada em julgado, caso não tenha havido suspensão da execução da pena;
- 5.2.2.5- Desídia no desempenho das respectivas funções;
- 5.2.2.6- Embriaguez habitual ou em serviço;
- 5.2.2.7- Violação de segredo funcional;
- 5.2.2.8- Ato de indisciplina ou de insubordinação;
- 5.2.2.9- Abandono de emprego;
- 5.2.2.10- Ato lesivo da honra ou da boa fama praticado no serviço contra qualquer pessoa, ou ofensas físicas, nas mesmas condições, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.11- Ato lesivo da honra ou da boa fama ou ofensas físicas praticadas contra o empregador e superiores hierárquicos, salvo em caso de legítima defesa, própria ou de outrem;
- 5.2.2.12- Prática constante de jogos de azar;
- 5.2.2.13- A prática, devidamente comprovada em inquérito administrativo, de atos atentatórios à segurança nacional.
- 5.3- Aplica-se a este contrato, especialmente no que diz respeito a sua rescisão, o disposto nos arts. 179 a 208 da Lei Municipal n.º 05/1997.

CLÁUSULA SEXTA – DA ASSISTÊNCIA PREVIDENCIÁRIA

6.1- O MUNICÍPIO, durante a vigência contratual, assegurará ao CONTRATADO assistência previdenciária, vinculando-o ao Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1- As responsabilidades e obrigações do CONTRATADO são as previstas no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal n.º 05/1997, devendo especificamente, prestar com zelo, cordialidade e eficiência os serviços para o qual fora contratado temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA – DOS DIREITOS DO CONTRATADO

- 8.1- Os direitos do CONTRATADO são aqueles previstos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, e subsidiariamente os previstos no Estatuto dos Servidores Municipais – Lei Municipal 05/1997 e suas alterações, excetuados os específicos do servidor municipal efetivo.
- 8.2- Assegura-se ao CONTRATADO o pagamento das seguintes verbas rescisórias, quando da rescisão contratual:
- 8.2.1- 13.º salário proporcional ao tempo do contrato;
- 8.2.2- Férias proporcionais ao tempo do contrato, acrescidas do terço constitucional.
- 8.3- O CONTRATADO não gozará do benefício de licença, com ou sem remuneração, sendo que seu afastamento do serviço, por mais de vinte e quatro (24) horas, sem prévia justificativa, será considerado como pedido unilateral de rescisão do presente contrato de trabalho.

CLÁUSULA NONA – DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

9.1- O CONTRATADO cumprirá a jornada de trabalho de vinte e cinco (25) horas semanais, cumpridas de segunda à sexta-feira, obedecendo ao início, intervalo e término fixados aos servidores efetivos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

10.1- Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São José/SC, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

11.1- Os casos omissos serão supridos pelas regras estabelecidas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e, subsidiariamente, na Lei Complementar Municipal n.º 05/1997 e suas alterações, bem como aos princípios gerais do CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO e aos princípios gerais do Direito.

Assim, justos e contratados na forma que ficou expressa, MUNICÍPIO e CONTRATADO firmam este instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas para que produza todos os seus efeitos.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de abril de 2019.

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

ALINE PFLEGER

CONTRATADA

Testemunhas:

DECRETO N.º 032/2019

Publicação N° 1967305

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – 88125-000
Fone: 48 32770122 – R.214 www.pmspa.sc.gov.br -gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO N.º 032/2019

Retira Função Gratificada da servidora VIRGINIA HELENA CEZARIO ELI.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 8º, Anexo III, da Lei 19/97,

DECRETA:

Art. 1º - Retirar da servidora VIRGINIA HELENA CEZARIO ELI, ocupante do cargo de Agente Administrativa, a Função Gratificada de FG-1 – Chefe de Serviço.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/03/2019.

Art. 3º - Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 13 de março de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

DECRETO N°43/2019

Publicação N° 1968022

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO
Sés Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 001- Centro
CEP: 88.125-000 FONE/FAX (048) 3277-0122/3277-0219.
www.pmspa.sc.gov.br/ gabinete@pmspa.sc.gov.br

DECRETO N°43/2019

Abre Crédito Suplementar por conta do Superávit Financeiro no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere a o art. 5º da Lei nº 1.204 de 11 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir Crédito Suplementar no Orçamento Fiscal Vigente do Fundo Municipal de Saúde no valor de R\$ 76.586,21 (Setenta e seis mil quinhentos e oitenta e seis reais e vinte e um centavos) por conta do Superávit Financeiro de recursos do SUS/PAB na dotação abaixo identificada:

11-FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.0009-2.056-- Func. e Manutenção da Secretaria de
Saúde R\$ 76.586,21
3.3.90.00.00.00.00.00.03. 256 – Aplicações Diretas R\$ 76.586,21

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara, 01 de abril de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 138/2019

Publicação N° 1967740

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 138/2019

Designa a servidora. MARIA MADALENA KRETZER GELSLEICHTER a exercer o cargo de Contadora.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no art. 39, § 3º, da Lei Complementar 05/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Designar a servidora MARIA MADALENA KRETZER GELSLEICHTER a exercer voluntariamente o cargo de Contadora pelo período em que a servidora titular encontrar-se afastada de férias (29/01/2019 a 15/02/2019).

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação retroagindo seus efeitos a contar de 29/01/2019.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 29 de março de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2019.

PORTARIA N.º 139/2019

Publicação N° 1967742

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 139/2019

Homologa a estabilidade funcional da servidora admitida em 16/03/2016 por Concurso Público.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município de acordo com o art. 45, Inciso XVI, e Artigo 20 da Lei Complementar 05/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Considerar-se-á estável a servidora abaixo mencionada, admitida em 16/03/2016, por Concurso Público nº. 001/2015, tendo esta completado o período de 03 (três) anos de estágio probatório sem qualquer ação desabonadora de sua conduta:

§ ANDREIA ERHARDT.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de abril de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2019.

PORTARIA N.º 140/2019

Publicação N° 1967743

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122

www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 140/2019

Exonera ISOLENE BERNADETE HOFFMANN do Cargo em Comissão de Secretária da Administração, Finanças e Planejamento.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 45, Inciso I, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º- Exonerar ISOLENE BERNADETE HOFFMANN do cargo em Comissão de Secretária da Administração, Finanças e Planejamento.

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31/03/2019.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de abril de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2019.

PORTARIA N.º 141/2019

Publicação Nº 1967745

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 – R.222
www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 141/2019

Admite em Caráter Temporário ALINE PFLEGER para o cargo de Professora Auxiliar de Sala

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o disposto no Art. 209, da Lei Complementar 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Admitir em caráter temporário por excepcional interesse público, ALINE PFLEGER para o cargo de Professora Auxiliar de Sala, contrato de trabalho nº. 057/2019.

Art. 2.º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de abril de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado em ____/____/2019.

PORTARIA N.º 142/2019

Publicação Nº 1967748

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
GABINETE DO PREFEITO

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro – CEP: 88125-000 – Fone: 48-32770122 www.pmspa.sc.gov.br – gabinete@pmspa.sc.gov.br

PORTARIA n.º 142/2019

Concede licença para tratamento de saúde a servidora ANGELA DE ALMEIDA E SILVA, ocupante do cargo de Professora II Horista, lotada na Secretaria de Educação, Cultura e Desporto.

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto no Art. 96, da Lei Complementar nº. 005/97,

RESOLVE:

Art. 1.º- Conceder licença para tratamento de saúde a servidora ANGELA DE ALMEIDA E SILVA, pelo período de 15 (quinze) dias, a contar

da data de 25/03/2019, conforme atestado médico.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 25/03/2019.

Art. 3.º- Registra-se, publique-se e cumpra-se.

São Pedro de Alcântara/SC, 01 de abril de 2019.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal.

Registrado e Publicado em ____/____/2019.

Saudades

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA N. 2.321, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1968943

LEI ORDINÁRIA N. 2.321, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

ESTABELECE A ESTRUTURA E O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SAUDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL KOTHE, Prefeito em Exercício do Município de Saudades, estado de Santa Catarina, Faz Saber, a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

CAPÍTULO I DO CONSELHO TUTELAR

Art. 1º. Fica mantido o Conselho Tutelar de Município de Saudades, criado pela Lei Municipal n. 1384/2000, órgão municipal de caráter permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, com funções precípua de planejamento, supervisão, coordenação e controle das atividades que constituem sua área de competência, conforme previsto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e integrante da Administração Pública Municipal, com vinculação orçamentária e administrativa ao Gabinete do Prefeito.

Art. 2º. Fica instituída a função pública de membro do Conselho Tutelar do Município de Saudades, que será exercida por 05 (cinco) membros, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§1º O membro do Conselho Tutelar é detentor de mandato eletivo, não incluído na categoria de servidor público em sentido estrito, não gerando vínculo empregatício com o Poder Público Municipal, seja de natureza estatutária ou celetista.

§ 2º O exercício efetivo da função de membro do Conselho Tutelar do Município de Saudades constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral.

§ 3º Sem prejuízo da fiscalização do Ministério Público, compete ao órgão da administração ao qual o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com o apoio da controladoria e da procuradoria jurídica municipal, o controle externo do Conselho Tutelar, a defesa de suas prerrogativas institucionais e a aplicação de sanções disciplinares aos membros do Conselho Tutelar, obedecido o previsto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Saudades, aplicando-se, no que couber, a Lei Federal n. 8.112/1990.

Art. 3º. Caberá ao Executivo Municipal criar e manter novos Conselhos Tutelares, observada, preferencialmente, a proporção mínima de 01 (um) Conselho para cada 100.000 (cem mil) habitantes.

SEÇÃO I Da Manutenção do Conselho Tutelar

Art. 4º. A Lei Orçamentária Municipal deverá estabelecer dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar, incluindo:

I - o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

II - custeio com remuneração e formação continuada;

III - custeio das atividades inerentes às atribuições dos membros do Conselho Tutelar, inclusive para as despesas com adiantamentos e diárias quando necessário deslocamento para outros Municípios, em serviço ou em capacitações;

IV - manutenção geral da sede, necessária ao funcionamento do órgão.

§ 1º Fica vedado o uso dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para quaisquer destes fins, com exceção ao custeio da formação e da qualificação funcional dos membros do Conselho Tutelar.

§ 2º O Conselho Tutelar, com a assessoria dos órgãos municipais competentes, participará do processo de elaboração de sua proposta orçamentária, observados os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente.

§ 3º Para o completo e adequado desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar poderá requisitar, fundamentadamente e por meio de decisão do Colegiado, salvo nas situações de urgência, serviços diretamente aos órgãos municipais encarregados dos setores da educação, saúde, assistência social e segurança pública, que deverão atender a determinação com a prioridade e urgência devidas.

§4º O Conselho Tutelar é assegurada autonomia funcional para o exercício adequado de suas funções, cabendo-lhe tomar decisões, no âmbito de sua esfera de atribuições, sem interferência de outros órgãos e autoridades.

§ 5º O exercício da autonomia do Conselho Tutelar não isenta seu membro de responder pelas obrigações funcionais e administrativas junto ao órgão ao qual está vinculado.

Art. 5º. É obrigatório ao Poder Executivo Municipal dotar o Conselho Tutelar de equipe administrativa de apoio, composta, preferencialmente, por servidores efetivos, assim como sede própria, de fácil acesso, e, no mínimo, de telefones fixo e móvel, veículo de uso exclusivo, computadores equipados com aplicativos de navegação na rede mundial de computadores, em número suficiente para a operação do sistema por todos os membros do Conselho Tutelar, e infraestrutura de rede de comunicação local e de acesso à Internet, com volume de dados e

velocidade necessárias para o acesso aos sistemas operacionais pertinentes às atividades do Conselho Tutelar.

§ 1º A sede do Conselho Tutelar deverá oferecer espaço físico e instalações, dotadas de acessibilidade arquitetônicas e urbanísticas, que permitam o adequado desempenho das atribuições e competências dos membros do Conselho Tutelar e o acolhimento digno ao público.

§ 2º O número de salas deverá atender a demanda, de modo a possibilitar atendimentos simultâneos, evitando prejuízos à imagem e à intimidade das crianças e adolescentes atendidos.

§ 3º Para que seja assegurado o sigilo do atendimento, a sede do Conselho Tutelar deverá, preferencialmente, ser em edifício exclusivo.

§ 4º O Conselho Tutelar poderá contar com o apoio do quadro de servidores municipais efetivos destinados a fornecer ao órgão o suporte administrativo, técnico e interdisciplinar necessário para avaliação preliminar e atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

§ 5º É autorizada, sem prejuízo da lotação de servidores efetivos para o suporte administrativo, a contratação de estagiários para o auxílio nas atividades administrativas do Conselho Tutelar.

§ 6º Deve ser lotado em cada Conselho Tutelar, preferencialmente, um auxiliar administrativo, e um motorista; na impossibilidade, o Município deve garantir, por meio da articulação dos setores competentes, a existência de motorista disponível sempre que se fizer necessário para a realização de diligências por parte do Conselho Tutelar, inclusive nos períodos de sobreaviso.

Art. 6º. As atribuições inerentes ao Conselho Tutelar são exercidas pelo Colegiado, sendo as decisões tomadas por maioria de votos dos integrantes, conforme dispuser o regimento interno do órgão.

Parágrafo único. As medidas de caráter emergencial tomadas durante os períodos de sobreaviso serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil imediato, para ratificação ou retificação do ato, conforme o caso, observado o disposto no caput do dispositivo.

Art. 7º. Cabe ao Poder Executivo Municipal fornecer ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e às deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – Módulo para Conselheiros Tutelares (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder.

§ 1º Cabe aos órgãos públicos responsáveis pelo atendimento de crianças e adolescentes, com atuação no Município, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas das políticas públicas ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).

§ 2º O preenchimento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA-CT), ou sistema que venha o suceder, pelos membros do Conselho Tutelar, é obrigatório.

§ 3º Cabe ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente acompanhar a efetiva utilização dos sistemas, demandando ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA) as capacitações necessárias.

SEÇÃO II

Do Funcionamento do Conselho Tutelar

Art. 8º. O Conselho Tutelar deve estar aberto ao público em horário compatível com o funcionamento dos demais órgãos e serviços públicos municipais.

§ 1º Todos os membros do Conselho Tutelar deverão ser submetidos à carga horária semanal de 20 (vinte) horas de atividades, com escalas de sobreaviso idênticos aos de seus pares, proibido qualquer tratamento desigual.

§ 2º O disposto no parágrafo anterior não impede a divisão de tarefas entre os membros do Conselho Tutelar, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades e programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões.

§ 3º Caberá aos membros do Conselho Tutelar registrar o cumprimento da jornada normal de trabalho, de acordo com as regras estabelecidas ao funcionalismo público municipal.

Art. 9º. O atendimento no período noturno e em dias não úteis será realizado na forma de sobreaviso, com a disponibilização de telefone móvel ao membro do Conselho Tutelar, de acordo com o disposto nesta Lei e na Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Saudades.

§ 1º O sistema de sobreaviso do Conselho Tutelar funcionará desde o término do expediente até o início do seguinte.

§ 2º Os períodos semanais de sobreaviso serão definidos no Regimento Interno do Conselho Tutelar, e deverá se pautar na realidade do Município.

§ 3º Todas as atividades internas e externas desempenhadas pelos membros do Conselho Tutelar, inclusive durante o sobreaviso, devem ser registradas, para fins de controle interno e externo pelos órgãos competentes.

Art. 10. O Conselho Tutelar, como órgão colegiado, deverá realizar, no mínimo, uma reunião ordinária semanal, com a presença de todos os membros do Conselho Tutelar em atividade para estudos, análises e deliberações sobre os casos atendidos, sendo as suas deliberações lavradas em ata ou outro instrumento informatizado, sem prejuízo do atendimento ao público.

§ 1º Havendo necessidade, serão realizadas tantas reuniões extraordinárias quantas forem necessárias para assegurar o célere e eficaz atendimento da população.

§ 2º As decisões serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Coordenador administrativo, se necessário, o voto de desempate.

SEÇÃO III

Do Processo de Escolha dos Membros do Conselho Tutelar

Art. 11. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá em consonância com o disposto no § 1º do art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observando, no que couber, as disposições da Lei n. 9.504/1997, e suas alterações posteriores, com as adaptações previstas nesta Lei.

Art. 12. Os membros do Conselho Tutelar serão escolhidos mediante sufrágio universal e pelo voto direto, secreto e facultativo dos eleitores do município.

§ 1º A eleição será conduzida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tomando-se por base o disposto na Lei n.

9.709, de 18 de novembro de 1998, e fiscalizada pelo Ministério Público.

§ 2º Para que possa exercer sua atividade fiscalizatória, prevista no art. 139 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Comissão Especial Eleitoral e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente notificarão, pessoalmente, o Ministério Público de todas as etapas do certame e seus incidentes, sendo a este facultada a impugnação, a qualquer tempo, de candidatos que não preencham os requisitos legais ou que pratiquem atos contrários às regras estabelecidas para campanha e no dia da votação.

§ 3º O Ministério Público será notificado, com a antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, de todas as reuniões deliberativas a serem realizadas pela comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados.

§ 4º As candidaturas devem ser individuais, vedada a composição de chapas ou a vinculação a partidos políticos ou instituições religiosas.

§ 5º O eleitor poderá votar em 05 (cinco) candidatos.

Art. 13. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) instituirá a Comissão Especial Eleitoral, que deverá ser constituída por conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, observada a composição paritária.

§ 1º Poderão compor a Comissão Especial Eleitoral até 02 (dois) integrantes alheios ao Conselho, a título de colaboradores, desde que aprovados pela plenária do Conselho.

§ 2º A constituição e as atribuições da Comissão Especial Eleitoral deverão constar em resolução emitida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá instituir Subcomissões, que serão encarregadas de auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

§ 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá convocar servidores públicos municipais para auxiliar no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, os quais ficarão dispensados do serviço, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação, em analogia ao disposto no art. 98 da Lei Federal n. 9.504/1997.

§ 5º O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, ou em outra data que venha ser estabelecida em Lei Federal.

§ 6º Podem votar os cidadãos maiores de 16 (dezesseis) anos que possuam título de eleitor no Município até 3 (três) meses antes do processo de escolha.

§ 7º A posse dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

§ 8º O candidato eleito deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

Art. 14. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será organizado mediante edital, emitido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma desta Lei, sem prejuízo do disposto na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e demais legislações.

§ 1º O edital a que se refere o caput deverá ser publicado com antecedência mínima de 6 (seis) meses antes da realização da eleição.

§ 2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre as atribuições do Conselho Tutelar, sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da adolescência, conforme dispõe o art. 88, inc. VII, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 3º O edital do processo de escolha deverá prever, entre outras disposições:

a) o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie com no mínimo 6 (seis) meses antes do dia estabelecido para o certame;

b) a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos nesta Lei e no art. 133 da Lei nº 8.069/1990;

c) as regras de divulgação do processo de escolha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções previstas em Lei;

d) criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha; e

e) formação dos candidatos escolhidos como titulares e dos 5 (cinco) primeiros candidatos suplentes.

§ 4º O Edital do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), e pela legislação local.

Art. 15. O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá, preferencialmente, com o número mínimo de 10 (dez) pretendentes, devidamente habilitados.

§ 1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a 10 (dez), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas.

§ 2º Em qualquer caso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá envidar esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

SEÇÃO IV

Dos Requisitos à Candidatura

Art. 16. Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar o interessado deverá comprovar:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III - residência no Município por no mínimo 03 (três) meses anteriores à publicação do edital;

IV - conclusão do ensino médio;

V - comprovação de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, sobre o Sistema de Garantia de Direitos das Crianças e Adolescentes e sobre informática básica, por meio de prova de caráter classificatório e eliminatório, a ser formulada e aplicada pelo Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente local, tendo por objetivo informar o eleitor sobre o nível mínimo de conhecimentos teóricos específicos dos candidatos;

VII - não ter sido anteriormente suspenso ou destituído do cargo de membro do Conselho Tutelar em mandato anterior, por decisão administrativa ou judicial;
X - não incidir nas hipóteses do art. 1º, inc. I, da Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade);
IX - não ser membro, no momento da publicação do edital, do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
X - Não possuir os impedimentos previstos no art. 140 e parágrafo único da Lei Federal 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 17. O membro do Conselho Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente, salvo alteração em Lei Federal superveniente.

SEÇÃO V

Da Avaliação Documental, Impugnações e da Prova

Art. 18. Terminado o período de registro das candidaturas, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 3 (três) dias úteis, publicará relação dos candidatos registrados, deferidos e indeferidos.

§ 1º Após a publicação da relação de que trata o caput, será facultado ao candidato inabilitado pela Comissão o direito a recurso, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da referida publicação.

§ 2º Passado o prazo previsto no § 1º, a Comissão Especial Eleitoral publicará edital informando o nome dos candidatos habilitados.

§ 3º Será facultado a qualquer cidadão impugnar os candidatos, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da publicação do edital previsto no § 2º, indicando os elementos probatórios.

§ 4º Ultrapassado o período de impugnação, será facultado ao candidato impugnado o direito a recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de 02 (dois) dias úteis, contados da publicação de que trata o § 3º.

§ 5º Vencido o prazo recursal, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a Comissão Especial Eleitoral publicará a lista dos candidatos aptos a participar da prova de avaliação do processo eleitoral, em conformidade com o art. 20, desta Lei.

Art. 19. Das decisões da Comissão Especial Eleitoral, relativas aos recursos dos candidatos em razão da impugnação, caberá recurso à Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação a que se refere o § 5º do art. 18 desta Lei.

Art. 20. Vencidas as fases de impugnação e recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará a lista dos candidatos habilitados a participarem da etapa da prova de avaliação.

SEÇÃO VI

Da Prova de Avaliação dos Candidatos

Art. 21. Os candidatos habilitados ao pleito passarão por prova de conhecimento sobre o Direito da Criança e do Adolescente, o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e informática básica, com questões múltiplas e de caráter eliminatório.

§ 1º A aprovação do candidato terá como base a nota igual ou superior a 6,0 (seis).

§ 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá definir os procedimentos para elaboração, aplicação, correção e divulgação do resultado da prova.

Art. 22. Será facultado aos candidatos interposição de recurso junto à Comissão Especial Eleitoral, no prazo de até 2 (dois) dias úteis, após a publicação do resultado da prova.

Parágrafo único. Ultrapassado o prazo de recurso, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente publicará edital no prazo de 5 (cinco) dias úteis com o nome dos candidatos habilitados a participarem do processo eleitoral.

SEÇÃO VII

Da Campanha Eleitoral

Art. 23. Aplica-se, no que couber, as regras relativas à campanha eleitoral previstas na Lei Federal n. 9.504/1997 e alterações posteriores, inclusive quanto aos crimes eleitorais, observadas ainda as seguintes vedações:

I - abuso do poder econômico na propaganda feita através dos veículos de comunicação social, com previsão legal no art. 14, § 9º, da Constituição Federal; na Lei Complementar Federal n. 64/1990 (Lei de Inelegibilidade); e art. 237 do Código Eleitoral, ou as que as suceder;

II - doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

III - propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público, exceto nos espaços privados mediante autorização por parte do proprietário, locatário ou detentor de concessão de moradia;

III - a participação de candidatos, nos 3 (três) meses que precedem o pleito, de inaugurações de obras públicas;

IV - a vinculação político-partidária das candidaturas e a utilização da estrutura dos partidos políticos para campanha eleitoral;

V - a vinculação religiosa das candidaturas e a utilização da estrutura das Igrejas ou Cultos para campanha eleitoral;

VI - favorecimento de candidatos por qualquer autoridade pública ou a utilização, em benefício daqueles, de espaços, equipamentos e serviços da Administração Pública Municipal;

VII - confecção de camisetas e nenhum outro tipo de divulgação em vestuário;

VIII - propaganda que implique grave perturbação à ordem, aliciamento de eleitores por meios insidiosos e propaganda enganosa:

a) considera-se grave perturbação à ordem, propaganda que fira as posturas municipais, que perturbe o sossego público ou que prejudique a higiene e a estética urbana;

b) considera-se aliciamento de eleitores por meios insidiosos, doação, oferecimento, promessa ou entrega ao eleitor de bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor;

c) considera-se propaganda enganosa a promessa de resolver eventuais demandas que não são da atribuição do Conselho Tutelar, a criação de expectativas na população que, sabidamente, não poderão ser equacionadas pelo Conselho Tutelar, bem como qualquer outra que induza dolosamente o eleitor a erro, com o objetivo de auferir, com isso, vantagem à determinada candidatura.

IX - propaganda eleitoral em rádio, televisão, outdoors, carro de som, luminosos, bem como através de faixas, letreiros, banners, adesivos e cartazes com fotos ou outras formas de propaganda de massa, ressalvada a manutenção, pelo candidato, de página própria na rede mundial de computadores.

§ 1º É vedado aos órgãos da Administração Pública Direta ou Indireta, Federais, Estaduais ou Municipais, realizar qualquer tipo de propaganda que possa caracterizar como de natureza eleitoral, ressalvada a divulgação do pleito, sem a individualização de candidatos.

§ 2º É vedado, aos atuais membros do Conselho Tutelar e servidores públicos candidatos, utilizarem-se de bens móveis e equipamentos do Poder Público, a benefício próprio ou de terceiros, na campanha para a escolha dos membros do Conselho Tutelar, bem como fazer campanha em horário de serviço, sob pena de indeferimento de inscrição do candidato e nulidade de todos os atos dela decorrentes.

§ 3º No dia da eleição, é vedado aos candidatos:

- a) utilização de espaço na mídia;
- b) transporte aos eleitores;
- c) uso de alto-falantes e amplificadores de som ou promoção de comício ou carreata;
- d) distribuição de material de propaganda política ou a prática de aliciamento, coação ou manifestação tendentes a influir na vontade do eleitor;
- e) propaganda num raio de 100 (cem) metros do local da votação e nas dependências deste;
- f) qualquer tipo de propaganda eleitoral, inclusive "boca de urna".

§ 4º É permitida a participação em debates e entrevistas, garantindo-se a igualdade de condições a todos os candidatos.

§ 5º O descumprimento do disposto no parágrafo anterior sujeita a empresa infratora às penalidades previstas no art. 56 da Lei Federal n. 9.504/1997.

Art. 24. A violação das regras de campanha também sujeita os candidatos responsáveis ou beneficiados à cassação de seu registro de candidatura ou Diploma, sem prejuízo das sanções penais previstas na Lei Eleitoral.

§ 1º A inobservância do disposto no art. 23 sujeita os responsáveis pelos veículos de divulgação e os candidatos beneficiados à multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) a R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ou equivalente ao da divulgação da propaganda paga, se este for maior, sem prejuízo da cassação do registro da candidatura e outras sanções cabíveis, inclusive criminais.

§ 2º Compete à Comissão Especial Eleitoral processar e decidir sobre as denúncias referentes à propaganda eleitoral, podendo, inclusive, determinar a retirada ou a suspensão da propaganda, o recolhimento do material e a cassação da candidatura, comunicando o fato ao Ministério Público.

Art. 25. A propaganda eleitoral somente poderá ser feita com santinhos constando apenas número, nome e foto do candidato ou através de curriculum vitae, admitindo-se a realização de debates e entrevistas.

§ 1º A veiculação de propaganda eleitoral pelos candidatos somente é permitida após a publicação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, da relação oficial dos candidatos considerados habilitados.

§ 2º É admissível a criação, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, de página própria na rede mundial de computadores, para divulgação do processo de escolha e apresentação dos candidatos a membro do Conselho Tutelar, desde que assegurada igualdade de espaço para todos.

§ 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá, durante o período eleitoral, organizar sessão, aberta a toda a comunidade e amplamente divulgada, para a apresentação de todos os candidatos a membros do Conselho Tutelar.

SEÇÃO VIII

Da Votação e Apuração dos Votos

Art. 26. Os locais de votação serão definidos pela Comissão Especial Eleitoral e divulgados com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência, devendo se primar pelo amplo acesso de todos os munícipes.

Art. 27. A Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas eletrônicas, observadas as disposições das resoluções aplicáveis expedidas pelo Tribunal Superior Eleitoral e pelo Tribunal Regional Eleitoral.

§ 1º Na impossibilidade de cessão de urnas eletrônicas, a Comissão Especial Eleitoral poderá obter, junto à Justiça Eleitoral, o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente.

§ 2º A Comissão Especial Eleitoral poderá determinar o agrupamento de urnas para efeito de votação, atenta à facultatividade do voto e às peculiaridades locais.

§ 3º Será de responsabilidade da Comissão Especial Eleitoral a confecção e distribuição de cédulas para votação, em caso de necessidade.

Art. 28. À medida que os votos forem sendo apurados, os candidatos poderão apresentar impugnações, que serão decididas pelos representantes nomeados pela Comissão Especial Eleitoral e comunicadas ao Ministério Público.

§ 1º Cada candidato poderá contar com 1 (um) fiscal de sua indicação para cada local de votação, previamente cadastrado junto à Comissão Especial Eleitoral.

§ 2º No processo de apuração será permitida a presença do candidato e mais 1 (um) fiscal por mesa apuradora.

§ 3º Para o processo de apuração dos votos, a Comissão Especial Eleitoral nomeará representantes para essa finalidade.

SEÇÃO IX

Dos Impedimentos para o Exercício do Mandato

Art. 29. São impedidos de servir no mesmo Conselho marido e mulher, companheiro e companheira, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, seja o parentesco natural, civil inclusive quando decorrente de união estável ou de relacionamento homoafetivo.

Parágrafo único. Estende-se o impedimento do caput ao membro do Conselho Tutelar em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

SEÇÃO X**Da Proclamação do Resultado, da Nomeação e Posse**

Art. 30. Concluída a apuração dos votos, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente proclamará e divulgará o resultado da eleição.

§ 1º Os nomes dos candidatos eleitos como titulares e suplentes, assim como o número de sufrágios recebidos, deverá ser publicado no Órgão Oficial de Imprensa do Município ou meio equivalente.

§ 2º Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão considerados eleitos, ficando os demais candidatos como suplentes, seguindo a ordem decrescente de votação.

§ 3º O mandato será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo eleitoral.

§ 4º Havendo empate na votação, será considerado eleito o candidato com melhor nota na prova de avaliação; persistindo o empate, será considerado eleito o candidato com mais idade.

§ 5º Os candidatos eleitos serão nomeados e empossados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de termo de posse assinado onde constem, necessariamente, seus deveres e direitos, assim como a descrição da função de membro do Conselho Tutelar, na forma do disposto no art. 136, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 6º Os candidatos eleitos têm o direito de, durante o período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse, ter acesso ao Conselho Tutelar, acompanhar o atendimento dos casos, e ter acesso aos documentos e relatórios expedidos pelo órgão.

§ 7º Os membros do Conselho Tutelar que não forem reconduzidos ao cargo, deverão elaborar relatório circunstanciado, indicando o andamento dos casos que se encontrarem em aberto na ocasião do período de transição, consistente em 10 (dez) dias anteriores à posse dos novos membros do Conselho Tutelar.

§ 8º Ocorrendo a vacância no cargo, assumirá o suplente que se encontrar na ordem da obtenção do maior número de votos, o qual receberá remuneração proporcional aos dias que atuar no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças e férias regulamentares.

§ 9º No caso da inexistência de suplentes, a qualquer tempo deverá o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizar, imediatamente, o processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas respectivas.

§ 10 Deverá a municipalidade garantir a formação prévia dos candidatos ao Conselho Tutelar, titulares e suplentes eleitos, antes da posse.

CAPÍTULO II**DA ORGANIZAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR**

Art. 31. A organização interna do Conselho Tutelar compreende, no mínimo:

I - a coordenação administrativa;

II - o colegiado;

III - os serviços auxiliares.

SEÇÃO I**Da Coordenação Administrativa do Conselho Tutelar**

Art. 32. O Conselho Tutelar escolherá, conforme previsto em seu regimento interno, o seu Coordenador administrativo, para mandato de 01 (um) ano, com possibilidade de uma recondução.

Art. 33. A destituição do Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, por iniciativa do Colegiado, somente ocorrerá em havendo falta grave, nos moldes do previsto no regimento interno do órgão e nesta Lei.

Parágrafo único. Nos seus afastamentos e impedimentos o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar será substituído na forma prevista pelo regimento interno do órgão.

Art. 34. Compete ao Coordenador administrativo do Conselho Tutelar:

I - coordenar as sessões deliberativas do órgão, participando das discussões e votações;

II - convocar as sessões deliberativas extraordinárias;

III - representar o Conselho Tutelar em eventos e solenidades ou delegar a sua representação a outro membro do Conselho Tutelar;

IV - assinar a correspondência oficial do Conselho Tutelar;

V - zelar pela fiel aplicação e respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente, por todos os integrantes do Conselho Tutelar;

VI - participar do rodízio de distribuição de casos, realização de diligências, fiscalização de entidades e da escala de sobreaviso;

VII - participar das reuniões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, levando ao conhecimento deste os casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes que não puderam ser solucionados em virtude de falhas na estrutura de atendimento à criança e ao adolescente no município, efetuando sugestões para melhoria das condições de atendimento, seja através da adequação de órgãos e serviços públicos, seja através de criação e ampliação de programas de atendimento, nos moldes do previsto nos artigos 88, inc. III, 90, 101, 112 e 129, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - enviar até o quinto dia útil de cada mês ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado a relação de frequência e a escala de sobreaviso dos membros do Conselho Tutelar;

IX - comunicar ao órgão da administração municipal ao qual o Conselho Tutelar estiver vinculado e ao Ministério Público os casos de violação de deveres funcionais ou suspeita da prática de infração penal por parte dos membros do Conselho Tutelar, prestando as informações e fornecendo os documentos necessários;

X - encaminhar ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, salvo situação de emergência, os pedidos de licença dos membros do Conselho Tutelar, com as justificativas devidas;

XI - encaminhar ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, até o dia 31 (trinta e um) de janeiro de cada ano, a escala de férias dos membros do Conselho Tutelar e funcionários lotados no Órgão, para ciência;

XII - submeter ao Colegiado a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;

- XIII - encaminhar ao Poder Executivo, no prazo legal, a proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar;
- XIV - prestar as contas relativas à atuação do Conselho Tutelar perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao órgão a que o Conselho Tutelar estiver administrativamente vinculado, anualmente ou sempre que solicitado;
- XV - exercer outras atribuições, necessárias para o bom funcionamento do Conselho Tutelar.

SEÇÃO II

Do Colegiado do Conselho Tutelar

Art. 35. O Colegiado do Conselho Tutelar é composto por todos os membros do órgão em exercício, competindo-lhe, sob pena de nulidade do ato:

- I - exercer as atribuições conferidas ao Conselho Tutelar pela Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e por esta Lei, decidindo quanto à aplicação de medidas de proteção a crianças, adolescentes e famílias, dentre outras atribuições a cargo do órgão, e zelando para sua execução imediata e eficácia plena;
 - II - definir metas e estratégias de ação institucional, no plano coletivo, assim como protocolos de atendimento a serem observados por todos os membros do Conselho Tutelar, por ocasião do atendimento de crianças e adolescentes;
 - III - organizar as escalas de férias e de sobreaviso de seus membros e servidores, comunicando ao Poder Executivo Municipal e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
 - IV - opinar, por solicitação de qualquer dos integrantes do Conselho Tutelar, sobre matéria relativa à autonomia do Conselho Tutelar, bem como sobre outras de interesse institucional;
 - V - organizar os serviços auxiliares do Conselho Tutelar;
 - VI - propor ao órgão municipal competente a criação de cargos e serviços auxiliares, e solicitar providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;
 - VII - participar do processo destinado à elaboração da proposta orçamentária anual do Conselho Tutelar, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;
 - VIII - eleger o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar;
 - IX - destituir o Coordenador administrativo do Conselho Tutelar, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;
 - X - elaborar e modificar o regimento interno do Conselho Tutelar, encaminhando a proposta ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para apreciação, sendo-lhes facultado o envio de propostas de alteração;
- § 1º As decisões do Colegiado serão motivadas e comunicadas aos interessados, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, físico ou digital, pelo prazo mínimo de 18 (dezoito) anos.
- § 2º A escala de férias e de sobreaviso dos membros e servidores do Conselho Tutelar deve ser publicada em local de fácil acesso ao público.

SEÇÃO III

Dos Impedimentos na Análise dos Casos

Art. 36. O membro do Conselho Tutelar deve se declarar impedido de analisar o caso quando:

- I - o atendimento envolver cônjuge, companheiro ou companheira, parente em linha reta ou, na colateral, até o terceiro grau, seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável, inclusive quando decorrente de relacionamento homoafetivo;
 - II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;
 - III - algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge ou de parentes destes, em linha reta ou na colateral até o terceiro grau seja o parentesco natural, civil ou decorrente de união estável;
 - IV - receber dádivas antes ou depois de iniciado o atendimento;
 - V - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.
- § 1º O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar suspeição por motivo de foro íntimo.
- § 2º O interessado poderá requerer ao colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses deste artigo.

SEÇÃO IV

Dos Deveres

Art. 37. Sem prejuízo das disposições específicas contidas na legislação municipal, são deveres dos membros do Conselho Tutelar:

- I - manter ilibada conduta pública e particular;
- II - zelar pelo prestígio da instituição, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;
- III - cumprir as metas e respeitar os protocolos de atuação institucional definidos pelo Colegiado, assim como pelos Conselhos Municipal, Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- IV - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do Colegiado;
- V - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e demais atribuições;
- VI - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispuser o regimento interno;
- VII - desempenhar, com zelo, presteza e dedicação as suas funções, inclusive a carga horária e dedicação exclusiva previstas nesta Lei, respeitada a exceção feita à cumulação da função com um cargo de professor;
- VIII - declarar-se suspeito ou impedido nas hipóteses previstas na legislação;
- IX - cumprir as resoluções, recomendações e metas estabelecidas pelos Conselhos Estadual e Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- X - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;
- XI - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e os demais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XII - residir no âmbito territorial de atuação do Conselho;

XIII - prestar informações solicitadas pelas autoridades públicas e pessoas que tenham legítimo interesse no caso, observado o disposto nesta Lei e o art. 17, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

XIV - identificar-se nas manifestações funcionais;

XV - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XVI - comparecer e cumprir, quando obedecidas as formalidades legais, as intimações, requisições, notificações e convocações da autoridade judiciária e do Ministério Público.

XVII - atender com presteza ao público em geral e ao Poder Público, prestando as informações, ressalvadas as protegidas por sigilo;

XVIII - zelar pela economia do material e conservação do patrimônio público;

XIX - guardar sigilo sobre assuntos de que tomar conhecimento no âmbito profissional, ressalvadas as situações cuja gravidade possa, envolvendo ou não fato delituoso, trazer prejuízo aos interesses da criança ou do adolescente, de terceiros e da coletividade;

XX - ser assíduo e pontual.

Parágrafo único. No exercício de suas atribuições, o membro do Conselho Tutelar deverá primar, sempre, pela imparcialidade ideológica, político-partidária e religiosa.

SEÇÃO V

Das Responsabilidades

Art. 38. O membro do Conselho Tutelar responde civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições.

Art. 39. A responsabilidade administrativa decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposos, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiro, praticado pelo membro do Conselho Tutelar no desempenho de seu cargo, emprego ou função.

Art. 40. A responsabilidade administrativa do membro do Conselho Tutelar será afastada no caso de absolvição criminal que negue a existência do fato ou a sua autoria.

Art. 41. As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si.

SEÇÃO VI

Da Regra de Competência

Art. 42. A competência do Conselho Tutelar será determinada:

I - pelo domicílio dos pais ou responsável;

II - pelo lugar onde se encontre a criança ou o adolescente, ou da falta de seus pais ou responsável legal.

§ 1º Nos casos de ato infracional praticado por criança será competente o Conselho Tutelar do Município na qual ocorreu a ação ou a omissão, observadas as regras de conexão, continência e prevenção.

§ 2º A execução das medidas de proteção poderá ser delegada ao Conselho Tutelar da residência dos pais ou responsável legal, ou do local onde sediar a entidade que acolher a criança ou adolescente.

§ 3º Para as intervenções de cunho coletivo, incluindo as destinadas à estruturação do município em termos de programas, serviços e políticas públicas, terão igual competência todos os Conselhos Tutelares situados no seu território.

§ 4º Para fins do disposto no caput deste dispositivo, é admissível a intervenção conjunta dos Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana.

§ 5º Os Conselhos Tutelares situados nos municípios limítrofes ou situados na mesma região metropolitana deverão articular ações para assegurar o atendimento conjunto e acompanhamento de crianças, adolescentes e famílias em condição de vulnerabilidade que transitam entre eles.

SEÇÃO VII

Das Atribuições do Conselho Tutelar

Art. 43. Compete ao Conselho Tutelar exercer as atribuições constantes, em especial, no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), obedecendo aos princípios da Administração Pública, conforme o disposto no art. 37 da Constituição Federal.

§ 1º A aplicação de medidas deve favorecer o diálogo e o uso de mecanismos de autocomposição de conflitos, com prioridade a práticas ou medidas restaurativas, e que, sem prejuízo da busca da efetivação dos direitos da criança ou adolescente, atendam sempre que possível às necessidades de seus pais ou responsável.

§ 2º A escuta das crianças e adolescentes destinatárias das medidas a serem aplicadas, além de obrigatória sempre que estas tiverem condições de exprimir sua vontade, deverá ser realizada preferencialmente por meio de equipe técnica qualificada, devendo sua opinião informada ser sempre considerada e o quanto possível respeitada, observado o disposto no art. 100, parágrafo único, incisos I, XI e XII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), artigos 4º, §1º, 5º e 7º da Lei Federal n. 13.431/2017 e art. 12 da Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança, de 1989.

§ 3º Cabe ao Conselho Tutelar, obrigatoriamente, estimular a implementação da sistemática prevista pelo art. 70-A, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para o diagnóstico e avaliação técnica, sob a ótica interdisciplinar, dos diversos casos de ameaça ou violação de direitos de crianças e adolescentes e das alternativas existentes para sua efetiva solução, bem como participar das reuniões respectivas.

§ 4º Compete também ao Conselho Tutelar fomentar e solicitar, quando necessário, a elaboração conjunta entre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos de plano individual e familiar de atendimento, valorizando a participação da criança e do adolescente e, sempre que possível, a preservação dos vínculos familiares, conforme determina o art. 19, inc. I, da Lei Federal n. 13.431/2017;

Art. 44. São atribuições do Conselho Tutelar:

I - zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos na Lei e na Constituição Federal, recebendo petições,

denúncias, declarações, representações ou queixas de qualquer pessoa por desrespeito aos direitos assegurados às crianças e adolescentes, dando-lhes o encaminhamento devido;

II - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), aplicando as medidas previstas no artigo 101, I a VII, do mesmo Diploma Legal;

III - atender e aconselhar os pais ou responsável, aplicando as medidas previstas no art. 129, I a VII, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

IV - aplicar aos pais, aos integrantes da família extensa, aos responsáveis, aos agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou a qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes que, a pretexto de tratá-los, educá-los ou protegê-los, utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outra alegação, as medidas previstas no art. 18-B, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

V - acompanhar a execução das medidas aplicadas pelo próprio órgão, zelando pela qualidade e eficácia do atendimento prestado pelos órgãos e entidades corresponsáveis;

VI - fiscalizar, sempre que possível em parceria com o Ministério Público e a autoridade judiciária, as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas e serviços de que trata o art. 90 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), adotando de pronto as medidas administrativas necessárias a remoção de irregularidades porventura verificadas;

VII - representar à Justiça da Infância e da Juventude visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e a juventude, previstas nos artigos 245 a 258-C, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

VIII - assessorar o Poder Executivo local na elaboração do Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, zelando para que estas contemplem os recursos necessários aos planos e programas de atendimento dos direitos de crianças e adolescentes, de acordo com as necessidades específicas locais, observado o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente;

IX - sugerir aos Poderes Legislativo e Executivo Municipais a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas destinadas à prevenção e promoção dos direitos de crianças, adolescentes e suas famílias;

X - encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração penal contra os direitos da criança ou adolescente ou que constitua objeto de ação civil, indicando-lhe os elementos de convicção, sem prejuízo do respectivo registro da ocorrência na Delegacia de Polícia;

XI - representar, em nome da pessoa e da família, na esfera administrativa, contra a violação dos direitos previstos no art. 220, §3º, inc. II, da Constituição Federal;

XII - representar ao Ministério Público, para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as tentativas de preservação dos vínculos familiares;

XIII - promover e incentivar, na comunidade e nos grupos profissionais, ações de divulgação e treinamento para o reconhecimento de sintomas de maus-tratos em crianças e adolescentes;

XIV - participar das avaliações periódicas da implementação dos Planos de Atendimento Socioeducativo, nos moldes do previsto no art. 18, §2º, da Lei Federal nº 12.594/2012 (Lei do Sinase), além de outros planos que envolvam temas afetos à infância e adolescência.

§ 1º O membro do Conselho Tutelar, no exercício de suas atribuições, terá livre acesso a todo local onde se encontre criança ou adolescente, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio, conforme disposto no art. 5º, inc. XI, da Constituição Federal.

§ 2º Para o exercício da atribuição contida no inc. VIII deste artigo e no art. 136, inc. IX, da Lei n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), o Conselho Tutelar deverá ser formalmente consultado por ocasião da elaboração das propostas de Plano Orçamentário Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual do Município onde atua, participando de sua definição e apresentando sugestões para planos e programas de atendimento à criança e ao adolescente, a serem contemplados no orçamento público de forma prioritária, a teor do disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alíneas "c" e "d", da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Art. 45. O Conselho Tutelar não possui atribuição para promover o afastamento de criança ou adolescente do convívio familiar, ainda que para colocação sob a guarda de família extensa, cuja competência é exclusiva da autoridade judiciária.

§ 1º Excepcionalmente e apenas para salvaguardar de risco atual ou iminente a vida, a saúde ou a dignidade sexual de crianças e adolescentes, o Conselho Tutelar poderá promover o acolhimento institucional, familiar ou em família extensa de crianças e adolescentes sem prévia determinação da autoridade competente, fazendo comunicação do fato em até 24 (vinte e quatro) horas ao Juiz da Infância e da Juventude, sob pena de falta grave.

§ 2º O acolhimento emergencial a que alude o parágrafo anterior deverá ser decidido, nos dias úteis, pelo colegiado do Conselho Tutelar, precedido de contato com os serviços socioassistenciais do município e com o órgão gestor da política de proteção social especial, este último também para definição do local do acolhimento.

Art. 46. Não compete ao Conselho Tutelar o acompanhamento ou o traslado de adolescente apreendido em razão da prática de ato infracional em Delegacias de Polícia ou qualquer outro estabelecimento policial.

Parágrafo único. Excepcionalmente, é cabível o acionamento do Conselho Tutelar pela Polícia Civil somente quando, depois de realizada busca ativa domiciliar, a autoridade policial esgotar todos os meios de localização dos pais ou responsáveis do adolescente apreendido, bem como de pessoa maior por ele indicada, o que deve ser devidamente certificado nos autos da apuração do ato infracional.

Art. 47. Para o exercício de suas atribuições, poderá o Conselho Tutelar:

I - colher as declarações do reclamante, mantendo, necessariamente, registro escrito ou informatizado acerca dos casos atendidos, e instaurando, se necessário, o competente procedimento administrativo de acompanhamento de medida de proteção;

II - entender-se diretamente com a pessoa ou autoridade reclamada, em dia, local e horário previamente notificados ou acertados;

III - expedir notificações para colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar o apoio da Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas funcionais previstas em lei;

IV - promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto, requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;

V - requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, vinculadas ao Poder Executivo Municipal;

VI - requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir os procedimentos administrativos instaurados;

VII - requisitar a expedição de cópias de certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
VIII – propor ações integradas com outros órgãos e autoridades, como as Polícias Civil e Militar, Secretarias e Departamentos municipais, Defensoria Pública, Ministério Público e Poder Judiciário;
IX - estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem na área da infância e da juventude, para obtenção de subsídios técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;
X - participar e estimular o funcionamento continuado dos espaços intersetoriais locais destinados à articulação de ações e à elaboração de planos de atuação conjunta focados nas famílias em situação de violência a que se refere o art. 70-A, inc. VI, da Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);
XI - encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência, na forma prevista nesta Lei e na Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 1º O membro do Conselho Tutelar será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, nas hipóteses legais de sigilo, constituindo sua violação falta grave.

§ 2º É vedado o exercício das atribuições inerentes ao Conselho Tutelar por pessoas estranhas à instituição ou que não tenham sido escolhidas pela comunidade, na forma desta Lei, sob pena de nulidade do ato praticado.

§ 3º As requisições efetuadas pelo Conselho Tutelar às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, dos Poderes Legislativo e Executivo Municipais serão cumpridas gratuitamente e com a mais absoluta prioridade, respeitando-se os princípios da razoabilidade e da legalidade.

§ 4º As requisições do Conselho Tutelar deverão ter prazo mínimo de 5 (cinco) dias úteis para resposta, ressalvada situação de urgência devidamente motivada, e devem ser encaminhadas à direção ou chefia do órgão destinatário.

§ 5º A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição do Conselho Tutelar, não autoriza desconto de vencimentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do órgão.

Art. 48. É dever do Conselho Tutelar, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, ao tomar conhecimento de fatos que caracterizem ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, adotar os procedimentos legais cabíveis e, se necessário, aplicar as medidas previstas na legislação, que estejam em sua esfera de atribuições, conforme previsto no art. 136 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), sem prejuízo do encaminhamento do caso ao Ministério Público, ao Poder Judiciário ou à autoridade policial, quando houver efetiva necessidade da intervenção desses órgãos.

§ 1º A autoridade do Conselho Tutelar para aplicar medidas de proteção e destinadas aos pais ou responsável, dentre outras providências tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições, deve ser entendida como a função de decidir, em nome da sociedade e com fundamento no ordenamento jurídico, a forma mais rápida e adequada e menos traumática de fazer cessar a ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

§ 2º A autoridade para tomada de decisões, no âmbito da esfera de atribuições do Conselho Tutelar, é inerente ao Colegiado, somente sendo admissível a atuação individual dos membros do Conselho Tutelar em situações excepcionais e urgentes, conforme previsto nesta Lei.

Art. 49. As decisões do Conselho Tutelar tomadas no âmbito de sua esfera de atribuições e obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e são passíveis de execução imediata, observados os princípios da intervenção precoce e da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, independentemente do acionamento do Poder Judiciário.

§ 1º Em caso de discordância com a decisão tomada, cabe a qualquer interessado e ao Ministério Público provocar a autoridade judiciária no sentido de sua revisão, na forma prevista pelo art. 137 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

§ 2º Enquanto não suspensa ou revista pelo Poder Judiciário, a decisão tomada pelo Conselho Tutelar deve ser imediata e integralmente cumprida pela pessoa ou autoridade pública à qual for aquela endereçada, sob pena da prática da infração administrativa prevista no art. 249 e do crime tipificado no art. 236 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Art. 50. No desempenho de suas atribuições, o Conselho Tutelar não se subordina aos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministério Público, Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente ou outras autoridades públicas, gozando de autonomia funcional.

§ 1º O Conselho Tutelar deverá colaborar e manter relação de parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas, essencial ao trabalho em conjunto dessas instâncias de promoção, proteção, defesa e garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes.

§ 2º Na hipótese de atentado à autonomia e ao caráter permanente do Conselho Tutelar, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente poderá ser comunicado para medidas administrativas e judiciais cabíveis.

Art. 51. A autonomia no exercício de suas funções, de que trata o art. 131 da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), não desonera o membro do Conselho Tutelar do cumprimento de seus deveres funcionais e nem desobriga o Conselho Tutelar de prestar contas de seus atos e despesas, assim como de fornecer informações relativas à natureza, espécie e quantidade de casos atendidos, sempre que solicitado, observado o disposto nesta Lei.

Art. 52. O Conselho Tutelar será notificado, com a antecedência devida, das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e de outros conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, garantindo-se acesso às suas respectivas pautas.

Parágrafo único. O Conselho Tutelar pode encaminhar matérias a serem incluídas nas pautas de reunião dos conselhos setoriais de direitos e políticas que sejam transversais à política de proteção à criança e ao adolescente, devendo, para tanto, ser observadas as disposições do Regimento Interno do órgão, inclusive quanto ao direito de manifestação na sessão respectiva.

Art. 53. É reconhecido ao Conselho Tutelar o direito de postular em Juízo, sempre mediante decisão colegiada, para defesa de suas prerrogativas institucionais, com intervenção obrigatória do Ministério Público nas fases do processo, sendo a ação respectiva isenta de custas e emolumentos, ressalvada a litigância de má-fé.

Parágrafo único. A ação não exclui a prerrogativa do Ministério Público para instaurar procedimento extrajudicial cabível e ajuizar de ação judicial pertinente.

Art. 54. Em qualquer caso, deverá ser preservada a identidade da criança ou do adolescente atendidos pelo Conselho Tutelar.

Parágrafo único. O membro do Conselho Tutelar abster-se-á de pronunciar-se publicamente acerca de casos específicos atendidos, sob pena do cometimento de falta grave.

Art. 55. É vedado ao Conselho Tutelar executar, diretamente, as medidas de proteção e as medidas socioeducativas, tarefa que incumbe aos programas e serviços de atendimento ou, na ausência destes, aos órgãos municipais e estaduais encarregados da execução das políticas sociais públicas, cuja intervenção deve ser para tanto solicitada ou requisitada junto ao respectivo gestor, sem prejuízo da comunicação da falha na estrutura de atendimento ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

Art. 56. Dentro de sua esfera de atribuições, a intervenção do Conselho Tutelar possui caráter resolutivo e deve ser voltada à solução efetiva e definitiva dos casos atendidos, com o objetivo de desjudicializar, desburocratizar e agilizar o atendimento das crianças e adolescentes, somente devendo acionar o Ministério Público ou a autoridade judiciária nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei e no art. 136, incisos IV, V, X e XI e parágrafo único, da Lei Federal n. 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).

Parágrafo único. Para atender à finalidade do caput deste artigo, antes de encaminhar representação ao Ministério Público ou à autoridade judiciária, o Conselho Tutelar deverá esgotar todas as medidas aplicáveis no âmbito de sua atribuição e demonstrar que estas se mostraram infrutíferas, exceto nos casos de reserva de jurisdição.

Art. 57. No atendimento de crianças e adolescentes indígenas, o Conselho Tutelar deverá submeter o caso à análise prévia de antropólogos, representantes da Fundação Nacional do Índio - FUNAI ou outros órgãos federais ou da sociedade civil especializados, devendo, por ocasião da aplicação de medidas de proteção e voltadas aos pais ou responsável, levar em consideração e respeitar a identidade social de seu grupo, sua cultura, costumes, tradições e lideranças, bem como suas instituições, desde que compatíveis com os direitos fundamentais reconhecidos à criança e ao adolescente previstos na Constituição Federal.

Parágrafo único. Cautelas similares devem ser adotadas quando do atendimento de crianças, adolescentes e pais provenientes de comunidades remanescentes de quilombos, assim como ciganos e de outras etnias.

Art. 58. Para o exercício de suas atribuições o membro do Conselho Tutelar poderá ingressar e transitar livremente:

I - nas salas de sessões do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e demais Conselhos deliberativos de políticas públicas;

II - nas salas e dependências das delegacias de polícia e estabelecimentos de internação coletiva;

III - nas entidades de atendimento e em qualquer recinto público ou privado no qual se encontrem crianças e adolescentes, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

Parágrafo único. Em atos judiciais ou do Ministério Público em processos ou procedimentos que tramitem sob sigilo, o ingresso e trânsito livre fica condicionado à autorização da autoridade competente.

SEÇÃO VIII

Das Vedações

Art. 59. Constitui falta funcional e é vedado ao membro do Conselho Tutelar:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

II - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o regular desempenho de suas atribuições e com o horário fixado para o funcionamento do Conselho Tutelar;

III - exercer qualquer outra função pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal;

IV - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político partidária, sindical, religiosa ou associativa profissional;

V - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências e outras atividades externas definidas pelo colegiado ou por necessidade do serviço;

VI - recusar fé a documento público;

VII - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VIII - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição de sua responsabilidade;

IX - proceder de forma desidiosa;

X - descumprir os deveres funcionais previstos nesta Lei e na legislação local relativa aos demais servidores públicos, naquilo que for cabível;

XI - exceder-se no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas;

XII - ausentar-se do serviço durante o expediente, salvo no exercício de suas atribuições;

XIII - retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

XIV - referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas, aos cidadãos ou aos atos do Poder Público, em eventos públicos ou no recinto da repartição;

XV - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado;

XVI - atender pessoas na repartição para tratar de assuntos particulares, em prejuízo das suas atividades;

XVII - exercer, durante o horário de trabalho, atividade a ele estranha, negligenciando o serviço e prejudicando o seu bom desempenho;

XVIII - entreter-se durante as horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço, inclusive com acesso à Internet com equipamentos particulares;

XIX - ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de substância entorpecente durante o horário de trabalho, bem como se apresentar em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas entorpecentes ao serviço;

XX - utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviço ou atividades particulares;

XXI - praticar usura sob qualquer de suas formas;

XXII - celebrar contratos de natureza comercial, industrial ou civil de caráter oneroso com o Município, por si ou como representante de outrem;

XXIII - participar de gerência ou administração de sociedade privada, personificada ou não, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Poder Público, ainda que de forma indireta;

XXIV - constituir-se procurador de partes ou servir de intermediário perante qualquer órgão municipal, exceto quando se tratar de parentes, em linha reta ou colateral, até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro;

XXV - cometer crime contra a Administração Pública;

XVII - abandonar a função por mais de 30 (trinta) dias;

XXVII - faltar habitualmente ao trabalho;

XXVIII - cometer atos de improbidade administrativa;

XXIX - cometer atos de incontinência pública e conduta escandalosa;

XXX - praticar ato de ofensa física, em serviço, a servidor ou a particular, salvo em legítima defesa própria ou de outrem;

XXXI - proceder a análise de casos na qual se encontra impedido, em conformidade com o art. 36 desta Lei.

Parágrafo único. Não constitui acumulação de funções, para os efeitos deste artigo, as atividades exercidas em entidade associativa de membros do Conselho Tutelar, desde que não acarretem prejuízo à regular atuação no órgão.

SEÇÃO IX

Das Penalidades

Art. 60. Constituem penalidades administrativas aplicáveis aos membros do Conselho Tutelar:

I - advertência;

II - suspensão do exercício da função, sem direito à remuneração, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias;

III - destituição da função.

Art. 61. Na aplicação das penalidades, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 62. O procedimento administrativo disciplinar contra membro do Conselho Tutelar observará, no que couber, o regime jurídico e disciplinar dos servidores públicos vigente no Município, inclusive no que diz respeito à competência para processar e julgar o feito, e, na sua falta ou omissão, o disposto na Lei Federal n. 8.112/1990, assegurada ao investigado a ampla defesa e o contraditório.

§ 1º O resultado do procedimento administrativo disciplinar será encaminhado ao chefe do Poder Executivo, ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Ministério Público.

§ 2º Em se tratando de falta grave ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar ou do exercício adequado das funções do Conselho Tutelar, poderá ser determinado o afastamento cautelar do investigado até a conclusão das investigações, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, mediante decisão fundamentada, assegurada a percepção da remuneração.

SEÇÃO X

Da Vacância

Art. 63. A vacância na função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

I - renúncia;

II - posse em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;

III - transferência de residência ou domicílio para outro município ou região administrativa do Distrito Federal;

IV - aplicação da sanção administrativa de destituição da função;

V - falecimento;

VI - condenação em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado pela prática de crime ou ato de improbidade administrativa.

Parágrafo único. A candidatura a cargo eletivo diverso implica renúncia ao cargo de membro do Conselho Tutelar com a imediata convocação e posse do suplente na condição de titular.

Art. 64. Os membros do Conselho Tutelar serão substituídos pelos suplentes nos seguintes casos:

I - vacância de função;

II - férias do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias;

III - licenças ou suspensão do titular que excederem a 29 (vinte e nove) dias.

Art. 65. Os suplentes serão convocados para assumir a função de membro do Conselho Tutelar titular, seguindo a ordem decrescente de votação.

§1º Todos os candidatos habilitados serão considerados suplentes, respeitada a ordem de votação.

§ 2º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular, assumindo a função, permanecerá na ordem decrescente de votação, podendo retornar a função quantas vezes for convocado.

§ 3º Quando convocado para assumir períodos de férias ou licenças de membro do Conselho Tutelar titular e não tiver disponibilidade para assumir a função, deverá assinar termo de desistência; se a indisponibilidade for momentânea, poderá o convocado declinar momentaneamente da convocação, contudo, será reposicionado para o final na lista de suplentes.

§4º O suplente não poderá aceitar parcialmente a convocação, devendo estar apto a assumir a função de membro do Conselho Tutelar por todo o período da vacância para o qual foi convocado.

Art. 66. O suplente, no efetivo exercício da função de membro do Conselho Tutelar, terá os mesmos direitos, vantagens e deveres do titular.

SEÇÃO XI

Do Vencimento, Remuneração e Vantagens

Art. 67. Vencimento é a retribuição pecuniária básica pelo exercício da atribuição de membro do Conselho Tutelar.

Art. 68. Remuneração é o vencimento do cargo paga a cada mês ao membro do Conselho Tutelar, acrescido das vantagens pecuniárias pagas em caráter permanente e temporário.

§ 1º No efetivo exercício da sua função perceberá, a título de remuneração, o valor correspondente ao Menor Nível de Vencimentos dos servidores públicos municipais, que será reajustado anualmente conforme o índice aplicado ao servidor público municipal.

§ 2º A remuneração deverá ser proporcional à relevância e complexidade da atividade desenvolvida, a dedicação exclusiva exigida, e o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, devendo ainda ser compatível com os vencimentos de servidor do Município que exerça função para a qual se exija a mesma escolaridade para acesso ao cargo.

§ 3º A revisão da remuneração dos membros do Conselho Tutelar far-se-á na forma estabelecida pela legislação local, devendo observar os mesmos parâmetros similares aos estabelecidos para o reajuste dos demais servidores municipais, sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior.

§ 4º É facultado ao membro do Conselho Tutelar optar pela remuneração do cargo ou emprego público originário, sendo-lhe computado o tempo de serviço para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento.

§ 5º Em relação à remuneração referida no caput deste artigo, haverá descontos devidos junto ao sistema previdenciário ao qual o membro do Conselho Tutelar estiver vinculado.

Art. 69. Durante o exercício do mandato, o membro do Conselho Tutelar terá direito a:

I - cobertura previdenciária;

II - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III - licença-maternidade;

IV - licença-paternidade;

V - gratificação natalina

Art. 70. As demais perdas relacionadas às indenizações e reposições seguirão as mesmas normativas estabelecidas para os servidores públicos municipais, conforme dispõe o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Saudades, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

Art. 71. A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada, exceto, quando houver compatibilidade de horários, a de um cargo de professor, observado o disposto no art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A dedicação exclusiva a que alude o caput deste artigo não impede a participação do membro do Conselho Tutelar como integrante do Conselho do FUNDEB, conforme art. 24, §2º, da Lei Federal n. 11.494/2007, ou de outros Conselhos Sociais, desde que haja previsão em Lei.

SEÇÃO XII

Das Férias

Art. 72. O membro do Conselho Tutelar fará jus, anualmente, a 30 (trinta) dias consecutivos de férias remuneradas.

§1º Para o primeiro período aquisitivo de férias serão exigidos 12 (doze) meses de exercício.

§2º Aplicam-se às férias dos membros do Conselho Tutelar às mesmas disposições relativas às férias dos servidores públicos do Município de Saudades.

§3º Fica vedado o gozo de férias, simultaneamente, por 02 (dois) ou mais membros do Conselho Tutelar.

Art. 73. É vedado descontar do período de férias as faltas do membro do Conselho Tutelar ao serviço.

Art. 74. Na vacância da função, ao membro do Conselho Tutelar será devida:

I - a remuneração simples, conforme o correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido;

II - a remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de prestação de serviço ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Art. 75. Suspendem o período aquisitivo de férias os afastamentos do exercício da função quando preso preventivamente ou em flagrante, pronunciado por crime comum ou funcional, ou condenado por crime inafiançável em processo no qual não haja pronúncia.

Art. 76. As férias somente poderão ser interrompidas por motivo de calamidade pública, comoção interna, convocação para júri, serviço militar ou eleitoral ou por motivo de superior interesse público.

Parágrafo único. Nos casos previstos no caput a compensação dos dias de férias trabalhados deverá ser gozada em igual número de dias consecutivos.

Art. 77. A solicitação de férias deverá ser requerida com 15 (quinze) dias de antecedência do seu início, podendo ser concedida parceladamente em períodos nunca inferiores a 10 (dez) dias, devendo ser gozadas, preferencialmente, de maneira sequencial pelos membros titulares do Conselho Tutelar, permitindo a continuidade da convocação do suplente.

Art. 78. O pagamento da remuneração das férias será efetuado até 02 (dois) dias antes do início de sua fruição pelo membro do Conselho Tutelar.

Art. 79. O membro do Conselho Tutelar perceberá valor equivalente a última remuneração por ele recebida.

Parágrafo único. Quando houver variação da carga horária, apurar-se-á a média das horas do período aquisitivo, aplicando-se o valor da última remuneração recebida.

SEÇÃO XIII

Das Licenças

Art. 80. Conceder-se-á licença ao membro do Conselho Tutelar com direito à licença com remuneração integral:

I - para participação em cursos e congressos;

II - para maternidade e à adotante ou ao adotante solteiro;

III - para paternidade;

VI - em caso de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica;

V - em virtude de casamento;

IV - por acidente em serviço, nos 15 (quinze) primeiros dias de afastamento.

§ 1º É vedado o exercício de qualquer outra atividade remunerada durante o período de licenças previstas no caput deste artigo, sob pena de cassação da licença e da função.

§ 2º As licenças previstas no caput deste artigo seguirão os trâmites da Lei que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Saudades, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais.

SEÇÃO XIV

Das Concessões

Art. 81. Sem qualquer prejuízo, mediante comprovação, poderá o membro do Conselho Tutelar ausentar-se do serviço em casos de falecimento, casamento ou outras circunstâncias especiais, na forma prevista aos demais servidores públicos municipais.

SEÇÃO XV

Do Tempo de Serviço

Art. 82. O exercício efetivo da função pública de membro do Conselho Tutelar será considerado tempo de serviço público para os fins estabelecidos em lei.

§ 1º Sendo o membro do Conselho Tutelar servidor ou empregado público municipal, o seu tempo de exercício da função será contado para todos os efeitos, exceto para progressão por merecimento.

§ 2º O retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato.

§ 3º A contagem do tempo de serviço, para todos os efeitos legais, podendo o Município firmar convênio com o Estado e a União para permitir igual vantagem ao servidor público estadual ou federal.

§ 4º A apuração do tempo de serviço será feita em dias, que serão convertidos em anos de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 83. As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no Orçamento vigente, podendo o Poder Executivo abrir créditos suplementares ou adicionais, se necessário, para a estruturação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e do Conselho Tutelar, sem ônus para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§1º Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, é obrigatório o fornecimento, pelo Poder Executivo Municipal, de capacitação com carga horária mínima de 40 (quarenta) horas-aula por ano a todos os membros titulares e suplentes do Conselho Tutelar, os quais deverão comparecer obrigatoriamente ao curso, sob pena de incorrer em falta grave.

§2º A capacitação a que se refere o §1º não precisa ser oferecida exclusivamente aos membros do Conselho Tutelar, computando-se também as capacitações e os cursos oferecidos aos demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 84. Aplicam-se aos membros do Conselho Tutelar, naquilo que não forem contrárias ao disposto nesta Lei ou incompatíveis com a natureza temporária do exercício da função, as disposições da Lei Municipal que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Saudades, pertencentes à Administração Direta, às Autarquias e às Fundações Públicas Municipais e legislação correlata.

Art. 85. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conjunto com o Conselho Tutelar, deverá promover ampla e permanente mobilização da sociedade acerca da importância e do papel do Conselho Tutelar.

Art. 86. Qualquer servidor público que vier a ter ciência de irregularidade na atuação do Conselho Tutelar é obrigado a tomar as providências necessárias para sua imediata apuração, assim como a qualquer cidadão é facultada a realização de denúncias.

Art. 87. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições municipais em contrário, especialmente as Leis Ordinárias nrs. 1.957/2010 e 2.217/2015.

Saudades, SC, 29 de Março de 2019.

DANIEL KOTHE

PREFEITO MUNICIPAL

OSMAR PRESTES

ASSESSOR GERAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ADMINISTRATIVA

LEI ORDINÁRIA N. 2.319, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1968477

LEI ORDINÁRIA N. 2.319, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO, NO ÂMBITO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAUDADES, DO VEREADOR MIRIM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DANIEL KOTHE, Prefeito em Exercício do Município de Saudades, estado de Santa Catarina, Faz Saber, a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores propôs, votou e aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica criado, no âmbito da Câmara Municipal de Saudades, o “Programa Vereador Mirim”, com o objetivo de estimular a participação política da juventude, propiciando aos estudantes momentos de reflexão e aprofundamento sobre o papel do Poder Legislativo Municipal e a importância da política numa sociedade democrática.

Art. 2º. O Vereador Mirim poderá ser implementado na modalidade Infanto-Juvenil.

Parágrafo único. O Vereador Mirim – Infanto-Juvenil, será constituído por estudantes do 6º ao 9º ano das Escolas da rede pública e privada.

Art. 3º. A Câmara Mirim de Saudades será composta de 9 (nove) Vereadores Mirins e igual número de Suplentes.

Art. 4º. Poderão participar do processo de escolha dos vereadores mirins, todas as escolas públicas e particulares do Município de Saudades, que possuírem turmas de 6º ao 9º ano.

Art. 5º. Cada escola participante elegerá no mínimo 1 (um) representante para Câmara Mirim, e as demais vagas obedecerão a proporcionalidade de alunos e de acordo com o que será estabelecido em Regimento Interno.

Art. 6º. Os critérios para eleição, diplomação, posse e exercício do mandato de vereador mirim serão definidos em Regimento Interno proposto pela Mesa Diretora da Câmara Municipal de Saudades.

Art. 7º. O Vereador Mirim, no exercício do seu mandato, contará com a ajuda de um Vereador “Padrinho”, definido por sorteio logo após a diplomação, que auxiliará o Vereador Mirim em todas as suas atividades.

Art. 8º. Os vereadores mirins exercerão o mandato em um ano letivo, sem direito a reeleição, exceto o Suplente, desde que não tenha assumido mais de 50% (cinquenta por cento) do mandato, correspondendo cada ano a uma legislatura.

Parágrafo único. A função de vereador mirim será considerada de interesse educativo e participativo e não será remunerada.

Art. 9º. Na terceira segunda-feira do mês de fevereiro de cada ano letivo, às 18h00min, em Sessão Solene de instalação, sob a Presidência da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Saudades, os vereadores mirins prestarão compromisso, tomarão posse e escolherão os componentes da Mesa Diretora da Câmara Mirim, que ficarão automaticamente empossados.

Art. 10. A Câmara Mirim tem por objetivos:

I – despertar no jovem aluno das escolas públicas e particulares do ensino de Saudades, que estejam cursando do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, o senso crítico e maior nível de consciência sobre os direitos de cidadania e a responsabilidade para com os valores sociais, éticos e culturais da comunidade;

II – buscar a integração desses jovens com o Poder Legislativo, mostrando-lhes o papel que desempenham os vereadores como representantes do povo, além de manter o entrosamento com as escolas;

III – orientar e fomentar as futuras lideranças da comunidade sobre as funções e atribuídas aos Poderes Públicos, em especial, ao Poder Legislativo;

IV – mostrar aos jovens a possibilidade real de influenciar nos destinos e anseios da comunidade;

V – encaminhar propostas ao Município, relativas a temas tais como: educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, meio ambiente e outras de interesse do município;

VI – proporcionar a circulação de informações nas escolas sobre as proposições que tramitam na Câmara Municipal de Saudades, bem como, acompanhar todas as suas atividades gerais;

VII – favorecer as atividades de discussão e reflexão sobre os problemas da cidade de Saudades que mais afetam a população; e

VIII – proporcionar situações nas quais os alunos, representando as figuras dos vereadores, apresentem sugestões para solucionar importantes questões de interesse coletivo.

Art. 11. A Câmara Mirim funcionará no Plenário da Câmara Municipal, em horário diferente da estabelecida nas reuniões ordinárias da Câmara Municipal e se regerá por normas decorrentes do seu próprio Regimento Interno.

§ 1º. A Câmara Mirim reunir-se-á uma vez por mês de 1º de fevereiro a 20 de dezembro.

§ 2º. A Câmara Mirim será dirigido por uma Mesa, eleita pelos Vereadores Mirins, composta por Presidente, Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários.

Art. 12. Além das reuniões, que se farão no Plenário, segundo dispõe seu próprio Regimento Interno, poderá a Câmara Mirim reunir-se de forma itinerante, em locais públicos, fora do Plenário da Câmara Municipal.

Art. 13. Toda a produção legislativa da Câmara Mirim será acolhida pela Câmara Municipal de Saudades, que, no que couber, assumirá a autoria da proposição para o seu trâmite regimental, observadas as demais normas legais.

Art. 14. A Câmara Municipal, por meio da sua assessoria, dará apoio às atividades desenvolvidas e a divulgação dos trabalhos da Câmara Mirim, através dos órgãos regionais de comunicação social e demais mídias.

Art. 15. Os vereadores mirins terão direito ao recebimento do material didático necessário ao cumprimento de suas atividades previstas nas normas regimentais.

Art. 16. As despesas decorrentes desta resolução correrão à conta de dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 17. Esta resolução entrar em vigor na data de sua publicação.

Saudades (SC), 29 de Março de 2019.

DANIEL KOTHE
Prefeito Municipal

OSMAR PRESTES
Assessor Geral de Planejamento e Gestão Administrativa

ANEXO I – LEI 2.319/2019

RESOLUÇÃO Nº 01/2019

“APROVA O REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MIRIM DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAUDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SAUDADES, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o Plenário aprovou e ele promulga a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º. Fica aprovado o Regimento Interno da Câmara Mirim da Câmara Municipal de Saudades o qual acompanha esta Resolução.

Art. 2º. As despesas com a execução desta Resolução correrão por conta das verbas próprias do orçamento vigente suplementadas se necessário.

Art. 3º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Saudades (SC), 1º de abril de 2019.

Eliseu João Kreutz
Presidente

Publicada por mim na Secretaria da Câmara Municipal de Saudades

Sandra klauck
Assessora Legislativa

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MIRIM DE SAUDADES

Os Vereadores Mirins componentes desta Câmara, no intuito de integrarem o Poder Legislativo Municipal e as escolas, adotam o presente Regimento Interno, baseados na democracia, buscando colaborar com todos que sonham com um Município mais justo, organizado, bonito, ecologicamente correto, livre, pacífico, igualitário, fraterno, com oportunidades de estudo, trabalho e lazer para todos.

TÍTULO I
Disposições Preliminares

CAPÍTULO I
Do Programa Vereador Mirim

Seção I
Do Programa

Art.1º. A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Saudades poderá buscar parcerias com outras instituições de ensino ou afins para subsidiar o desenvolvimento das atividades durante todo o processo de execução do programa.

Art. 2º. O Programa Vereador Mirim compreende as seguintes etapas:

I – ampla divulgação em todas as unidades escolares do município;

II – mobilização e formação pedagógica nas escolas participantes, através do desenvolvimento de um projeto de educação para cidadania e formação política, que estimule os estudantes e toda a comunidade escolar a participar do programa;

III – eleição dos Vereadores Mirins em cada escola participante;

IV – implementação de um cronograma de atividades desenvolvidas no período compreendido entre março a novembro, que contemple:

formação política e cidadã (palestras, debates, visitas e outros); acompanhamento das sessões da Câmara de Vereadores; participação de audiências públicas promovidas pelos Poderes do Município.

Seção II

Da Eleição

Art. 3º. O processo de eleição dos Vereadores Mirins será orientado e dirigido pela Câmara de Vereadores de Saudades, com a participação das escolas e do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Santa Catarina, sempre que possível, e constará do seguinte:

I – até o quinto dia útil do mês de fevereiro de cada ano a Câmara de Vereadores de Saudades remeterá às escolas públicas e privadas do Município Fichas de inscrição e informações para participarem do Processo Eleitoral da Câmara Mirim;

II – A escola pública participante até na última segunda-feira do mês de setembro de cada ano enviará à Câmara Municipal de Vereadores lista completa dos alunos que se enquadram como eleitores;

III - Os alunos interessados em concorrer a uma vaga na Câmara Mirim, deverão:

a) contar com autorização expressa dos pais ou responsável;

b) estar regularmente matriculado, nas escolas públicas ou privadas do ensino fundamental;

c) inscrever-se nas próprias escolas, no período estabelecido no Edital;

d) contar com a homologação da inscrição pela própria escola do candidato;

e) apresentar plataforma de trabalho junto aos eleitores estudantes da respectiva escola;

IV – A eleição ocorrerá na sede das Escolas participantes, conforme Edital, mediante cédula única e impressa, contendo o nome de todos os candidatos e rubricada pelo Presidente Câmara Municipal de Vereadores;

V – Os alunos/eleitores do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental, no horário escolar, receberão uma cédula para votar no candidato de sua preferência e após assinar a lista de votação;

VI – Os eleitos submeter-se-ão a treinamento de oratória a ser fornecido pela Escola do Legislativo em horários e dias a ser informado;

VII – Poderão participar do pleito, alunos com idade mínima de dez e máxima de quinze anos e onze meses, não perdendo o mandato ao completar dezesseis anos, durante a sua vereança.

Seção III

Do Mandato

Art. 4º. O mandato do Vereador Mirim terá início na data da posse e seu término se dará no dia 20 (vinte) de dezembro.

§1º. Os Vereadores Mirins não serão remunerados, sendo sua atividade considerada de relevante interesse público.

§2º. Os Vereadores Mirins participarão de um estágio obrigatório inicial que se compõe de:

I – participar de 02 (duas) sessões ordinárias da Câmara Municipal de Saudades, que antecedem à sessão de instalação da Câmara Mirim;

II – após as 02 (duas) sessões, caberá à Mesa Diretora da Câmara Municipal de Saudades, informar os Vereadores Mirins sobre a estrutura organizacional do Poder Legislativo e seu funcionamento administrativo, bem como sobre o processo e técnica legislativa.

§3º. A presença dos Vereadores Mirins nas sessões a que alude o inciso I do parágrafo anterior se fará registrar na ata das respectivas sessões.

CAPÍTULO II

Da Sede

Art. 5º. Os Vereadores Mirins reunir-se-ão no Plenário da Câmara de Vereadores de Saudades, cujas reuniões serão sempre na 3ª (terceira) segunda-feira de cada mês, às 18:00 horas.

CAPÍTULO III

SEÇÃO I

Da Diplomação

Art. 6º. A diplomação dos Vereadores Mirins Eleitos, titulares e suplentes, dar-se-á no dia da posse.

§1º. Logo após a diplomação dos titulares e dos suplentes dos Vereadores Mirins, na mesma sessão, haverá um sorteio para que cada Vereador com assento junto à Câmara Municipal de Saudades venha a ser “padrinho” de cada Vereador Mirim, com o objetivo de auxiliá-lo nos trabalhos desenvolvidos, inclusive colocando-se à disposição do Vereador Mirim.

§2º. No ato da diplomação os Vereadores Mirins receberão um exemplar do Regimento Interno da Câmara Mirim.

SEÇÃO II

Do Compromisso de Posse dos Eleitos

Art. 7º. A Câmara Mirim será instalada na 3ª (terceira) segunda-feira de cada mês, às 18:00 horas, em Sessão Solene de instalação, sob a Presidência da Mesa Diretora da Câmara Vereadores de Saudades, os vereadores mirins prestarão compromisso, tomarão posse e escolherão os componentes da Mesa diretora da Câmara Mirim, que ficarão automaticamente empossados.

Art. 8º. O Vereador Mirim de mais idade, nesta solenidade, tomará o compromisso e empossará os eleitos, através da leitura do compromisso, de pé, acompanhado por todos os Vereadores Mirins.

Art. 9º. O compromisso se dará nos seguintes termos: “PROMETO RESPEITAR O REGIMENTO INTERNO DOS VEREADORES MIRINS DA CÂMARA DE VEREADORES DE SAUDADES, DESEMPENHANDO RESPONSABILMENTE O MANDATO A MIM CONFERIDO E, ASSIM, CONTRIBUIR

PARA A FORMAÇÃO DA MINHA CIDADANIA E ENGRANDECIMENTO DESTA MUNICÍPIO”.

Art. 10. O Vereador Mirim, secretário nomeado “ad hoc” dos trabalhos, fará a chamada nominal dos seus pares, os quais declararão pessoalmente: “ASSIM O PROMETO”, assinando em seguida o Termo de Compromisso de Posse.

SEÇÃO II**Da Eleição da Mesa Diretora**

Art. 11. No decorrer da Sessão Solene de instalação da Câmara Mirim, que ocorrerá na 3ª (terceira) segunda-feira de cada mês, às 18:00 horas, os Vereadores Mirins promoverão a eleição da composição da Mesa Diretora que conduzirá os trabalhos durante o primeiro semestre do ano legislativo, mediante votação nominal, para o preenchimento dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.

Parágrafo único. Ao anunciar a eleição dos cargos constantes deste artigo, o Presidente da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Saudades, suspenderá a Sessão por 15 (quinze) minutos, a fim de ser preparada a eleição da Mesa Diretora com a formação de chapas.

Art. 12. Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo único do artigo 9º, a reunião será reaberta, e os Vereadores Mirins elegerão os componentes da Mesa Diretora, os quais ficarão automaticamente empossados tão logo seja promulgado o resultado da eleição.

Art. 13. A eleição da Mesa Diretora obedecerá as seguintes formalidades:

- I – o presidente iniciará o processo de votação, pedindo que sejam encaminhadas à Mesa, para registro, as respectivas chapas completas;
- II – a votação far-se-á mediante escrutínio secreto, em cédula única e impressa, que conterá a indicação de cada cargo destacadamente;
- III – a cédula a que se refere o inciso anterior será devolvida à Mesa em sobrecarta devidamente rubricada pelo Presidente da Mesa Diretora da Câmara, chamando este cada vereador Mirim, por ordem alfabética, sendo depositada em urna exposta no recinto do Plenário;
- IV – o Presidente da Câmara designará dois vereadores mirins para proceder ao escrutínio;
- V – concluída a votação, considerar-se-á eleita à chapa que obtiver a maioria absoluta dos votos dos membros dos Vereadores Mirins;
- VI – em caso de empate, será considerada eleita à chapa encabeçada pelo vereador Mirim de mais idade.

Parágrafo único. Aplicar-se-á, à eleição da Mesa Diretora da Câmara Mirim, subsidiariamente o disposto no Título III, Capítulo I, artigos 21 e seguintes do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Saudades.

Art. 14. O Mandato da Mesa Diretora será de um quinquênio, exceto a primeira eleição da Mesa que culminará com o encerramento do mandato de Vereador Mirim, sendo vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

Parágrafo único. Na última reunião do mês de julho será eleita a nova Mesa Diretora, que dirigirá os trabalhos da Câmara Mirim no segundo quinquênio do ano da legislatura.

SEÇÃO III**Da Competência da Mesa Diretora**

Art. 15. À Mesa Diretora, entre outras atribuições, compete:

- I – declarar a perda do mandato do vereador mirim, de ofício, ou por provocação de qualquer de seus membros, nas hipóteses previstas na legislação, assegurada ampla defesa;
- II – receber as proposições dos vereadores mirins ou recusá-las quando apresentadas sem a observância das disposições regimentais;
- III – deliberar sobre a convocação de reuniões especiais e solenes da Câmara Mirim.

SEÇÃO IV**Do Presidente Mirim**

Art. 16. Compete ao Presidente Mirim:

- I – dirimir dúvidas e disciplinar os atos dos Vereadores Mirins;
- II – apresentar ao término de cada mandato as conclusões dos trabalhos realizados pela Câmara dos Vereadores Mirins;
- III – representar a Câmara dos Vereadores Mirins perante o Presidente do Poder Legislativo Municipal e demais autoridades;
- IV – conceder ou negar a palavra aos oradores, não permitindo divagações ou apartes estranhos aos assuntos em discussão;
- V – votar somente nos casos em que ocorra empate;
- VI – abrir, presidir, encerrar e suspender as reuniões plenárias, observando e fazendo observar as normas deste Regimento Interno.

SEÇÃO V**Do Vice-Presidente Mirim**

Art. 17. Compete ao Vice-Presidente Mirim:

- I – substituir o Presidente Mirim em suas ausências e coordenar as atividades da Câmara Mirim;
- II – ler as matérias do expediente.

SEÇÃO VI**Do 1º e 2º Secretário Mirim**

Art. 18. Compete ao 1º Secretário Mirim:

- I – fazer a chamada dos Vereadores Mirins nas reuniões;
- II – substituir o Presidente Mirim na ausência do Vice-Presidente Mirim;

- III – elaborar as atas das reuniões;
- IV – inscrever os oradores para uso da palavra; e
- V – ler a ata da reunião anterior.

Art. 19. Compete ao 2º Secretário Mirim:

- I – substituir o 1º Secretário Mirim na sua ausência, licenças e impedimentos, assumindo nestes casos as suas atribuições.

TÍTULO II

Vereadores Mirins

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres dos Vereadores Mirins

Art. 20. Aos vereadores Mirins competem os seguintes direitos:

- I – participar de todas as discussões e deliberações do plenário;
- II – votar e ser votado na eleição da Mesa Diretora Mirim, na forma regimental;
- III – apresentar proposições que visem o interesse coletivo.

Art. 21. São deveres do Vereador Mirim:

- I – obedecer ao Regimento Interno da Câmara Mirim;
- II – comparecer às reuniões com o uniforme da escola, assim como ao recinto da Câmara;
- III – respeitar e tratar com cordialidade os Vereadores da Câmara de Vereadores de Saudades, os funcionários e seus pares Vereadores Mirins;
- IV – comparecer pontualmente às reuniões plenárias, e aos compromissos aos quais for designado;
- V – estar em dia com suas obrigações escolares e residir no Município de Saudades;
- VI – justificar ausência através de aviso dos pais, ofício da escola ou atestado médico.

CAPÍTULO II

Da Perda de Mandato, Licença e Renúncia

Art. 22. Perderá o mandato o Vereador Mirim que:

- I – infringir qualquer das proibições estabelecidas neste Regimento Interno;
- II – seu procedimento for declarado incompatível com as normas disciplinares estabelecidas pela Coordenação da Câmara Mirim e pela escola;
- III – deixar de comparecer a duas (2) reuniões consecutivas sem motivo justificado;
- IV – sofrer punição disciplinar em sua escola;
- V – deixar de tomar posse, sem motivo justificado; e
- VI – deixar de frequentar escola pública ou particular sediada no Município de Saudades.

Art. 23. A extinção do mandato do Vereador Mirim verificar-se-á quando:

- I – ocorrer falecimento;
- II – ocorrer renúncia, por escrito, através de ofício dirigido ao Presidente Mirim.

Art. 24. O Vereador Mirim pode licenciar-se:

- I – para tratamento de saúde, devidamente comprovado;
- II – para tratar de assuntos de interesse particular, pelo prazo de 30 (trinta) dias.

CAPÍTULO III

Dos Suplentes

Art. 25. O suplente de Vereador Mirim será convocado pelo Presidente Mirim, no caso de vaga ou licença, devendo tomar posse na reunião subsequente.

Parágrafo único. Constatada a falta do Vereador Mirim à sessão, o suplente, que se encontrar na plateia, poderá ser convocado a substituí-lo imediatamente, porém apenas àquela sessão.

Art. 26. O suplente detém os poderes inerentes ao Vereador Mirim, exceto ser eleito Presidente da Mesa Diretora.

CAPÍTULO IV

Da Ajuda de Custo

Art. 27. A Câmara Municipal de Saudades subsidiará eventuais despesas de deslocamento para eventos de formação, mediante autorização da Mesa Diretora da Câmara.

TÍTULO III

Das Reuniões da Câmara Mirim

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 28. As reuniões da Câmara Mirim serão públicas e terão a duração de 1 (uma) hora, iniciando-se 3ª (terceira) segunda-feira de cada mês, às 18:00 horas.

Art. 29. À hora do início da reunião os membros da mesa e os Vereadores Mirins, devidamente uniformizados, ocuparão os respectivos lugares no Plenário.

§ 1º. O Presidente Mirim verificará pelo livro de presença o número de Vereadores Mirins no Plenário.

§ 2º. Achando-se presente, no mínimo, um terço (1/3) do total dos Vereadores Mirins, será declarada aberta a reunião pelo Presidente, o qual proferirá as seguintes palavras: "POR HAVER QUORUM REGIMENTAL E SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, DAMOS POR ABERTA A PRESENTE REUNIÃO INICIANDO OS NOSSOS TRABALHOS", em seguida, convidará o 1º Secretário a proceder à leitura da ata da Sessão anterior.

Art. 30. As reuniões da Câmara Mirim serão:

I – ordinárias, as realizadas na 3ª (terceira) segunda-feira de cada mês, às 18:00 horas, a partir do mês de março de cada ano;

II – solenes, as realizadas para a instalação da Legislatura e de Compromisso de Posse do Vereador Mirim.

CAPÍTULO II

Das Reuniões Ordinárias

SEÇÃO I

Da Estrutura Geral

Art. 31. As reuniões públicas ordinárias compõem-se de 3 (três) partes, a saber:

I – Expediente, com duração de 10 (dez) minutos, para leitura e votação da ata e leitura do expediente;

II – Ordem do dia, com duração de 35 (trinta e cinco) minutos para discussão e votação de matérias;

III – Palavra livre, com duração de 15 (quinze) minutos.

Parágrafo único. Os horários estabelecidos no caput deste artigo deverão ser rigorosamente cumpridos pela Mesa Diretora, salvo deliberação do Plenário.

SEÇÃO II

Do Expediente

Art. 32. Abertos os trabalhos, quando considerar oportuno, o Presidente convida os Vereadores Mirins para cantarem, alternadamente, o Hino Nacional ou Hino de Saudades.

§1º. Lida a Ata da reunião anterior e aprovada pelo plenário, o secretário dará conhecimento sumário das correspondências recebidas.

§2º. Ao término da sessão, o Presidente convidará os Vereadores Mirins para a sessão seguinte ou sessão especial, declarando o dia e horário a ser realizada.

SEÇÃO III

Da Ordem do Dia

Art. 33. Findo o expediente, tratar-se-á da matéria da Ordem do dia.

Art. 34. O Presidente Mirim lerá ou anunciará, em síntese o que houver de se discutir e votar na reunião.

Art. 35. Para as votações, será necessária a presença da maioria absoluta dos componentes da Câmara Mirim.

Art. 36. As discussões e votações obedecerão à seguinte ordem:

I – matérias em discussão única e votação;

II – matérias em primeira discussão;

III – especiais, as realizadas quinzenalmente, em turnos alternados, a partir de março para visita aos órgãos públicos e instituições privadas, em dias e horários previamente agendados pela Coordenação da Câmara Mirim.

Art. 37. Cada Vereador Mirim terá o tempo de 03 (três) minutos para debater qualquer matéria em discussão, obedecendo a seguinte escala preferencial:

I – autor;

II – relator;

III – demais Vereadores Mirins.

Art. 38. As proposições dos Vereadores Mirins, limitadas a duas por sessão, deverão ser protocoladas junto à Secretaria Executiva da Câmara Municipal, até 01 (uma) hora antes do início das reuniões plenárias.

SEÇÃO IV

Da Palavra Livre

Art. 39. O tempo destinado à Palavra Livre, será dividido entre 5 (cinco) Vereadores Mirins, proporcionalmente.

§1º. Até 15 (quinze) minutos antes do início da sessão, o Vereador Mirim fará sua inscrição para uso da palavra livre, em livro próprio.

§2º. O orador, ao ocupar a tribuna, abordará assunto de sua escolha, e somente poderá ser aparteado se consentir.

TÍTULO IV

Das Proposições

CAPÍTULO I

Disposições Preliminares

Art. 40. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário da Câmara Mirim, a saber:

I – Emenda ao Regimento Interno da Câmara Mirim;

II – Projeto de Lei;

III – Requerimentos;

IV – Moções;

V – Indicações.

Art. 41. As proposições deverão ser redigidas em termos claros e sintéticos, obedecendo à boa técnica legislativa, em língua nacional e na ortografia oficial, assinadas pelo autor ou autores, não se admitindo as que:

I – tratem sobre assunto alheio à competência da Câmara Mirim;

II – deleguem a outro, atribuição privativa da Câmara Mirim;

III – forem flagrantemente anti-regimentais;

IV – contenham expressões ofensivas a qualquer pessoa.

CAPÍTULO II

Das Espécies de Proposições

SEÇÃO I

Das Emendas ao Regimento Interno

Art. 42. Este Regimento Interno somente poderá ser alterado ou reformado mediante Ato da Mesa Diretora da Câmara de Vereadores de Saudades, e aprovado pelos vereadores.

SEÇÃO II

Dos Projetos de Lei

Art. 43. Os projetos de Lei, em geral, são os meios pelos quais os Vereadores Mirins exercem sua função legislativa.

Art. 44. Os projetos de Lei tem por finalidade sugerir a regulamentação de matérias no âmbito municipal.

Parágrafo único. Os projetos de Lei considerar-se-ão aprovados se obtiverem a maioria simples de votos, através de votação simbólica, em plenário.

Art. 45. Quando os Projetos de Lei receberem pareceres contrários, serão arquivados.

SEÇÃO III

Dos Requerimentos

Art. 46. Os requerimentos consistem todo pedido escrito do Vereador Mirim, destinado a qualquer autoridade.

SEÇÃO IV

Das Moções

Art. 47. Moção é a proposição escrita e fundamentada em que é sugerida a manifestação da Câmara Mirim sobre assunto de interesse público extremamente relevante a todo Município apelando, aplaudindo, protestando, congratulando, de votos de pesar e de repúdio.

SEÇÃO V

Das Indicações

Art. 48. Indicação é a proposição escrita, pela qual o Vereador Mirim sugere medidas de interesse público aos poderes e órgãos competentes.

SEÇÃO VI

Do Trâmite das Proposições

Art. 49. Aprovadas as proposições, estas serão submetidas à homologação do Presidente da Câmara de Vereadores de Saudades e, após esse ato, despachadas às autoridades competentes.

Parágrafo único. Os Projetos de Lei e Emendas ao Regimento Interno serão submetidos, à apreciação do Plenário da Câmara de Vereadores de Saudades.

TÍTULO V

Disposições Finais

Art. 50. Qualquer cidadão poderá assistir às reuniões ordinárias, extraordinárias, solenes e itinerantes.

Art. 51. A Câmara Mirim terá recesso no meio do ano, seguindo os mesmos princípios da Câmara de Vereadores de Saudades.

Art. 52. Omissões e dúvidas quanto à interpretação deste Regimento Interno, serão dirimidas e subsidiadas pelo Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Saudades.

Art. 53. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Saudades, Sala das Sessões, 04 de fevereiro de 2019.

ALÉCIO ALBERTO JAHNKE
Vereador

CLÉRIO ANTÔNIO DOS SANTOS
Vereador

ELISEU JOÃO KREUTZ
Vereador

ELÓI SCHWERTZ
Vereador

EVERSON JANDREI WEBER
Vereador

JONES MOHR
Vereador

MARILISE WARMLING
Vereador

NESTOR HICKMANN
Vereador

OSMUNDO SCHUH
Vereador

CRONOGRAMA DA ELEIÇÃO DA CÂMARA MIRIM-INFANTIL E MIRIM-JUVENIL

ATIVIDADE	DATA	Responsável
Palestra de motivação: "O que é Política? Pra início de conversa"	Dia 20 de março (leia)	Escola do Legislativo da ALESC
Lançamento do Edital da Eleição	Dia 01 de abril	Câmara de Vereadores
Período de Inscrição das candidaturas	De 02 a 05 de abril	Secretaria das Escolas
Dia da homologação das candidaturas	Dia 08 de abril	Câmara Municipal de Vereadores
Período de Campanha eleitoral	De 08 a 12 de abril	Escolas
Dia da eleição	Dia 15 de abril	Escolas e Câmara de Vereadores
Dia da homologação do resultado	Dia 15 de abril	Câmara de Vereadores
Sessão solene de diplomação e posse dos vereadores mirins infantis e juvenis eleitos	Dia 29 de abril	Câmara de Vereadores
Curso de formação inicial de legislatura		Escola do Legislativo da ALESC

LEI ORDINÁRIA N. 2.320, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Publicação Nº 1968507

LEI ORDINÁRIA N. 2.320, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

RATIFICA AS ALTERAÇÕES REALIZADAS NO PROTOCOLO DE INTENÇÕES CONSUBSTANCIADO NO CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DA AGÊNCIA REGULADORA INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO (ARIS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL KOTHE, Prefeito em Exercício do Município de Saudades, estado de Santa Catarina, Faz Saber, a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal de Vereadores votou e aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º. Nos termos do artigo 12 da Lei Federal nº 11.107, de 06 de abril de 2005, e do artigo 29 do Decreto nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, ficam ratificadas, em todos os seus termos, as alterações realizadas no Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público do consórcio público denominado de Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), firmado entre este Município e o Consórcio Público ARIS, mediante autorização da Lei Municipal nº 1.933/2010, alterada pela Lei Municipal nº 2.260/2016.

Art. 2º. O texto consolidado do Protocolo de Intenções, consubstanciado no Contrato de Consórcio Público está publicado nas páginas 1544/1627 da edição nº 2771 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (Edição de 08 de março de 2019, disponível em: http://edicao.dom.sc.gov.br/1552066503_edicao_2771assinada.pdf).

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Saudades, SC, 29 de Março de 2019.

DANIEL KOTHE

PREFEITO MUNICIPAL

OSMAR PRESTES

ASSESSOR GERAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ADMINISTRATIVA

Schroeder

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 06/2019-FMS

Publicação Nº 1967683

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 06/2019-FMS

PROCESSO Nº. 11/2019-FMS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de empresa especializada em Exame Citopatológico-Vaginal/Microflora e Exame Anátomo-Patológico para Congelamento / Parafina por peça cirúrgica ou por biópsia (exceto colo uterino e mama) para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 17 de abril de 2019 às 14h.

Abertura do Processo: 17 de abril de 2019 às 14h15min.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 02 de abril de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2019-FAS

Publicação Nº 1967479

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 03/2019-FAS

PROCESSO Nº. 05/2019-FAS

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO:, Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a locação de equipamento para utilização em eventos e ações da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Schroeder/SC ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 17 de abril de 2019 às 08h45min.

Abertura do Processo: 17 de abril de 2019 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 02 de abril de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/2019-PMS

Publicação Nº 1967176

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 18/2019-PMS

PROCESSO Nº. 27/2019-PMS

TIPO: MENOR PREÇO PORT ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição de Compressor Radial portátil, vazão 100 litros por minuto, pressão de trabalho de até 300 bar, para atender as necessidades dos Bombeiros Militares do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 15 de abril de 2019 às 08h45min.

Abertura do Processo: 15 de abril de 2019 às 09h

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 02 de abril de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/2019-PMS

Publicação Nº 1967213

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/2019-PMS

PROCESSO Nº. 28/2019-PMS

TIPO: MENOR PREÇO PORT ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para aquisição recarga de gás (GLP) para atender as necessidades da Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças, Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental, Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Secretaria de Agricultura, Indústria e Turismo e Gabinete do Prefeito, do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 15 de abril de 2019 às 14h.

Abertura do Processo: 15 de abril de 2019 às 14h15min

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 02 de abril de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2019-PMS

Publicação Nº 1967227

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 20/2019-PMS
PROCESSO Nº. 29/2019-PMS
TIPO: MENOR PREÇO PORT ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa para execução (com fornecimento de material, mão de obra e equipamentos) de faixas elevadas no Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 16 de abril de 2019 às 08h45min.

Abertura do Processo: 16 de abril de 2019 às 09h

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 02 de abril de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2019-PMS

Publicação Nº 1967337

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 – CEP: 89275-000 - SCHROEDER – SC

e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:<http://www.schroeder.sc.gov.br>

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 21/2019-PMS
PROCESSO Nº. 30/2019-PMS
TIPO: MENOR PREÇO PORT ITEM

OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação empresa especializada em serviços de terraplanagem para suprir as necessidade da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo e Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 16 de abril de 2019 às 14h.

Abertura do Processo: 16 de abril de 2019 às 14h15min

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h às 16h30min.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br

Schroeder, 02 de abril de 2019.

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 4.733/2019, DE 27 DE MARÇO DE 2019

Publicação Nº 1968981

DECRETO Nº 4.733/2019, DE 27 DE MARÇO DE 2019

ABRE CRÉDITO ADICIONAL - SUPLEMENTAR - ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.393/2018 de 10 de dezembro de 2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 8.591,04 (oito mil quinhentos e noventa e um reais e quatro centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA MUN DE EDUCAÇÃO CULTURA ESPORTE E LAZER

05.04 - ORIENTAÇÃO E SUPERVISÃO ESCOLAR

05.04.12.361.0003.2.015 - Manutenção do Ensino Fundamental
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 3.089,76

06 - SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
06.02 - DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO
06.02.15.451.0004.2.034 - Manutenção da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.03.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 5.501,28

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 27 de Março de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.864/2019, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1968987

PORTARIA Nº 7.864/2019, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, o afastamento por Auxílio Doença a partir de 28/03/2019 da servidora Sra. Marilei Aparecida de Barros Velasque Gaspar, que desempenha a função de Professora A.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008, com efeitos retroativos a partir de 28 de março de 2019.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE

Schroeder, 1º de abril de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação e Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.865/2019, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1968993

PORTARIA Nº 7.865/2019, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando o pedido efetuado pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer;

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a partir desta data, a carga horária do servidora Sra. Jordana Prestini Leitzke, de 40 (quarenta) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 1º de abril de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

HARILDO KONELL
Secretário de Educação e Cultura

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.866/2019, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1968996

PORTARIA Nº 7.866/2019, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

Considerando a Lei nº 2.400/2019 de 26 de março de 2019;

RESOLVE:

Art. 1º ACEITAR, a partir desta data, a licença sem remuneração pelo período de 01/04/2019 a 29/07/2019 da servidora Sra. Juliana Christine Ferreira Martins, que desempenha a função de Agente Comunitária de Saúde - ESF.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Publique-se. Comunique-se. Cumpra-se.

Schroeder, 1º de abril de 2019.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

ORLANDO TECILLA
Secretário de Saúde

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.867/2019, DE 1º DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1969001

PORTARIA Nº 7.867/2019, DE 1º DE ABRIL DE 2019

NOMEIA RESPONSÁVEIS PELA FISCALIZAÇÃO DE OBRA CONTRATADA PELO MUNICÍPIO DE SCHROEDER.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica Municipal e de acordo com o Art. 67, da Lei Federal nº8.666/1993,

RESOLVE :

Art. 1º Nomear os servidores Germana Heller Baeumle, Engenheira Civil, inscrita no CPF sob o nº 086.056.669-27, CREA/SC 14.1189-5, Ivandra de Souza, Engenheira Civil, sob o nº 047.563.299-00, CREA/SC 14.8760-9 e Ilmar José Pereira Borges Filho, Engenheiro Civil, inscrito no CPF sob o nº 018.026.899-66, CREA/SC nº 51.856-6, como responsáveis pela fiscalização da seguinte obra contratada pelo município de Schroeder:

· Execução de serviços (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos necessários) para a construção de muro de divisa, contendo 82 m de extensão e altura acima do baldrame de 1,80m, junto ao Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, situado na Rua Leopoldo Fiedler, Centro, no Município de Schroeder/SC, de acordo com as especificações no Contrato nº. 06/2018-FAS, Processo de licitação nº. 03/2018-FAS, Tomada de Preços nº. 02/2018-FAS - empresa OMVS CONSTRUTORA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 15.772.347/0001-20.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº1.669/2008, de 17/6/2008, revogando-se a Portaria nº 7.816/2019, de 5 de março de 2019.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 1º de abril de 2019.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

Seara

PREFEITURA

DECRETO N° 1598

Publicação N° 1968011

DECRETO N° 1598, de 1º de abril de 2019

Formaliza Termo de Credenciamento nº 004/2019 para Serviços de Massagens.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso "k" da cláusula décima segunda, do Termo de Credenciamento nº 004/2019, Processo de Licitação nº 079/2019, Modalidade de Inexigibilidade nº 006/2019, de 1º de abril de 2019,

DECRETA

Art. 1º Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 1º de abril de 2019, fica CREDENCIADA a empresa Jackson Luiz Weber 02632907942, para prestação de serviços especializados na área de massagens para atendimento das demandas da Superintendência de Esportes.

Parágrafo único. Considera-se em vigor o presente Termo de Credenciamento a partir da data de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 079/2019, Modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 006/2019, datado em 1º de abril de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 1º de abril de 2019

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 1º de abril de 2019

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

DECRETO N° 1599

Publicação N° 1968012

DECRETO N° 1599, de 1º de abril de 2019

Formaliza Termo de Credenciamento nº 005/2019 para fornecimento de cascalho.

O Prefeito Municipal de Seara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do inciso "VIII" da cláusula décima quarta, do Termo de Credenciamento nº 005/2019, Processo de Licitação nº 080/2019, Modalidade de Inexigibilidade nº 007/2019, de 1º de abril de 2019,

DECRETA

Art. 1º Nos termos da homologação e adjudicação do Processo Licitatório realizado em 1º de abril de 2019, fica CREDENCIADO o Sr. Selfredo Albrecht, para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, que será utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública.

Parágrafo único. Considera-se em vigor o presente Termo de Credenciamento a partir da data de Homologação e Adjudicação do Processo Licitatório nº 080/2019, Modalidade de Inexigibilidade de Licitação nº 007/2019, datado em 1º de abril de 2019.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Seara-SC, 1º de abril de 2019

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se

Em 1º de abril de 2019

Dirlei Giombelli Wildner

Secretária da Administração

PROCESSO LICITATÓRIO N° 079/2019 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 006/2019

Publicação N° 1967873

Processo Licitatório n° 079/2019 – Inexigibilidade de Licitação n° 006/2019.

Objeto: Credenciamento para prestação de serviços especializados na área de Massagens.

Justificativa: O Município de Seara, através do Fundo Municipal de Saúde, lançou Edital de Chamamento Público n° 005/2018, objetivando o credenciamento de profissionais para a prestação de serviços especializados na área de massagens, com a finalidade do atendimento as demandas da Superintendência Municipal de Esporte e Lazer. Atendendo às exigências do referido Edital de Chamamento Público, a empresa Jackson Luiz Weber 02632907942, comprovou capacidade para a realização destes serviços.

Fundamento Legal - Lei n.º 8.666/93, art 25, caput.

Seara, SC, 01 de abril de 2019.
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N° 080/2019 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 007/2019

Publicação N° 1967877

Processo Licitatório n° 080/2019 – Inexigibilidade de Licitação n° 007/2019.

Objeto: Credenciamento para fornecimento de cascalho.

Justificativa: O Município de Seara lançou Edital de Chamamento Público n° 001/2017, objetivando o credenciamento para fornecimento de cascalho, do tipo macadame, a ser utilizado na recuperação de estradas vicinais e em obras realizadas pela administração pública. Atendendo às exigências do referido Edital de Chamamento Público, o Sr. Selfredo Albrecht comprovou capacidade para tal fornecimento, ficando o mesmo habilitado.

Fundamento Legal - Lei n.º 8.666/93, art 25, caput.

Seara, SC, 1º de abril de 2019.
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO N° 081/2019

Publicação N° 1968711

Processo Licitatório n° 081/2019
Edital de Pregão Presencial n° 040/2019 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei n°. 10.520/02 e lei n°. 8.666/93, estará recebendo e protocolizando no livro respectivo impreterivelmente até às 08h30min do dia 16/03/2019, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à contratação de empresa para execução de pintura com fornecimento de tinta na quadra de esportes do C.E.E. Carecão, localizado na rua Ferdinando Kirschner, Bairro Industrial, neste município. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 1º de abril de 2019.
Edemilson Canale
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO N° 01 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 022/2018 - PREGÃO PRESENCIAL N° 033/2018

Publicação N° 1967968

PROCESSO LICITATÓRIO N° 081/2018-PREGÃO PRESENCIAL N° 033/2018

TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
1º Termo Aditivo da Ata de Registro de Preços n° 022/2018
Gestor: PREFEITURA MUNICIPAL DE SEARA

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro a Av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Edemilson Canale, brasileiro, casado, RG n.º 11/R.380.367, CPF

n.º 369.691.099-68, residente e domiciliado na rua Padre Anchieta, n.º 201, apto. 03, centro, Seara, SC, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Farina e Cia Ltda, CNPJ nº 86.261.765/0001-09, estabelecida na rua do Comercio, nº 119, centro, Seara, SC, neste ato representada pelo Sr. Adimar Farina, brasileiro, casado, empresário, RG nº. 14/R - 167.405, CPF nº. 105.277.709-06, residente e domiciliado na rua do Comércio, nº 278, apto. 402, bairro Niterói, Seara, SC, resolvem promover o presente Termo Aditivo, com base nas leis nº. 8.666/93 e nº. 10.520/2002, nas cláusulas e condições a seguir:

1ª. Conforme solicitado pela Secretaria Municipal da Cidade, fica acrescido a quantidade licitada do item abaixo:

tem	Material	Descrição do Material	UN	Qtde. Cotada	Qtde. Aditivada	Preço Unitário	Preço Total Aditivado
02	84146	Óleo Diesel - S10	Lts	120.000	12.000	3,394	40.728,00
TOTAL R\$							40.728,00

2ª. Em virtude deste aditamento o valor fica acrescido em R\$ 40.728,00

:

3ª. Nada mais, lavrou-se o presente termo, que depois de lido e aceito pelas partes, segue assinado em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 29/03/2019

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Adimar Farina
Farina e Cia Ltda
Contratada

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO 064/2019

Publicação Nº 1967383

DECRETO Nº 064/2019, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

“CONCEDE LICENÇA SEM REMUNERAÇÃO PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR, AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JOSE ENRIQUE LANG BONI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Municipal nº 498/2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido licença sem remuneração, a pedido, ao Servidor Público Municipal JOSÉ ENRIQUE LANG BONI, matriculado sob nº 961, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutico, nível 150, do Grupo V-TEC, 20 horas semanais, descritas no Plano de Carreira do Município, com lotação na Secretaria de Saúde, conforme Plano de Cargos e Remuneração do Município de Serra Alta.

Art. 2º. Esta licença compreende o período de 02 de abril de 2019 a 01 de abril de 2020 (01 ano).

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013, revogando-se às demais disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 01 de abril de 2019.

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CERIZOLLI
Secretário de Administração

Siderópolis

PREFEITURA

DECRETO N° 79/2019

Publicação N° 1968466

DECRETO N.º 79, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

NOMEIA OS MEMBROS DO Conselho Municipal de DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, V, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal nº 2.313, de 26 de março de 2019.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os novos membros do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, conforme representações descritas a seguir:

I - REPRESENTANTES DA ÁREA GOVERNAMENTAL:

a) Um representante da Secretaria Municipal de Saúde:

Titular: Karina Antunes da Silva Fernandes - Psicóloga

Suplente: Fernanda Burg Conti - Psicóloga

b) Um representante da Secretaria de Assistência Social:

Titular: Jéssica Renata Jesuína - Psicóloga

Suplente: Gladys Lenuzia Kesting - Responsável pela Pasta da Secretaria Municipal de Assistência Social

c) Um representante da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Cleonir Terezinha Moretto Urbano – Professor MAG-LP

Suplente: Sandra Regina Biz Alfredo – Professor MAG-LP

d) Um representante da Secretaria de Finanças:

Titular: Juarez Luiz Thomasi – Fiscal de Tributos

Suplente: Eliton Ângelo de Souza – Fiscal de Tributos

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 28 de março de 2019

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de março de 2019.

Sombrio

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 090/2019

Publicação Nº 1967331

PORTARIA Nº. 090 DE 29 DE MARÇO DE 2019

NOMEIA SERVIDOR APROVADOS PELO PROCESSO SELETIVO - ACT , EDITAL Nº 002/2018 (SAÚDE)

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, em exercício, Senhora Gislane Dias da Cunha, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 combinado com a Lei nº. 1.414 de 20 de Maio de 2003, e suas alterações.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo – ACT, Edital nº. 002/2018 (Saúde), para os cargo de Agente de Combate a Doenças Epidemiológicas, com 40 (quarenta) horas semanais, sendo que o referido candidato devera comparecer no prazo de 10 (dez) dias, no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Sombrio, munidos dos documentos exigidos pelo Edital do Processo Seletivo – ACT, nº. 002/2018, (Saúde) para tomar posse:

002 - AGENTE DE COMBATE A DORENÇAS EPIDEMIOLÓGICAS

Nome do Candidato	Classificação
Giane Dornelles Santos Teixeira Juber	6

Esta Portaria Entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio – SC, 29 de março de 2019.

Gislane Dias da Cunha

Prefeito Municipal e.e

Registrada e publicada nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário

Secretário Municipal de Finanças e Administração

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 091-2019

Publicação Nº 1968187

DECRETO Nº 0091/2019 DE 29/03/2019

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL DE ESPECIE SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal do Município de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Orçamentária Anual nº 1.191/2018 de 22 de dezembro de 2018.

Artigo 1º – FICA o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional, de espécie Suplementar por Superávit Financeiro no valor de R\$ 40.023,92 (quarenta mil vinte e três reais e noventa e dois centavos), destinados a suplementar a seguintes Atividades do Orçamento Municipal do vigente:

04.01.0012.0361.0006.2.012- Manutenção do Ensino Fundamental

NAT.DESP.	DR	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
3.1.90.00(285)	0318.3.018	Pessoal e Encargos Sociais- Aplicações Diretas (0318.3.018)	R\$ 40.023,92

Artigo 2º – Para dar cobertura ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º valor R\$ 40.023,92 (quarenta mil vinte e três reais e noventa e dois centavos), proveniente Superávit Financeiro de apurado no Exercício de 2018.

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e está vinculada a Lei 1.027 de 06 de abril de 2015 que institui o DOM - Diário Oficial dos Municípios.

Artigo 4º – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil – SC,
aos 29 de março de 2019.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

Gabinete do Prefeito Municipal Registrado e Publicado na Data Supra.

PAULO CESAR HUBNER
CRC/SC 024848/O-0

DECRETO 093/2019

Publicação Nº 1968101

DECRETO Nº 093 , DE 01 DE ABRIL DE 2019

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL JOICE CARINE AMANN GALLINA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto na Lei Municipal nº 384 de 01.06.2001 – Estatuto dos Servidores Públicos.

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido a Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal Joice Carine Amann Gallina, ocupante do cargo de Professora de Ensino Fundamental, com lotação Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, por período de 30 (trinta dias) dias, a contar do dia 29.03.2019 a 28.04.2019, conforme atestado médico anexo.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 01 de abril de 2019.
EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

PREGÃO PRESENCIAL 023/2019

Publicação N° 1968580

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SUL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO/PREGÃO PRESENCIAL

Processo Administrativo nº 030/2019

Edital: PREGÃO PRESENCIAL nº 023/2019

Tipo: Menor Preço no Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÉDICO CLÍNICO GERAL 40 HORAS SEMANAIS PARA ATUAR NO PSF E ATENDIMENTO A DOMICÍLIO.

Entrega dos envelopes: 09:00 horas do dia 15 de abril de 2019

Abertura dos envelopes: 09:15 horas do dia 15 de abril de 2019

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário:

Av. Dr. José Leal Filho 589, nos dias úteis, de segunda à sexta-feira, das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49)3367-0030 ou pelo www.sulbrasil.sc.gov.br.

SUL BRASIL – SC, 02 de abril de 2019.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

Tangará

PREFEITURA

PORTARIA Nº 211, DE 01 DE ABRIL DE 2.019. CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1968210

PORTARIA Nº 211, DE 01 DE ABRIL DE 2.019.

CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, combinado com o Artigo 74, inciso VII – IX da Lei Orgânica do Município;

1- Considerando o laudo de avaliação elaborado pela comissão nomeada através da Portaria nº 399/2018 de 01 de Agosto de 2018.

2- Com amparo na Lei Complementar nº 092 de 02 de Abril de 2.017, que Dispõe sobre a Reestruturação do Sistema de Carreira e Salários do Pessoal do Poder Executivo do Município de Tangará; Cria, Extingue e Modifica Cargos, Fixa Vencimentos, c/c decreto nº 033 de 25 de maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder ao servidor EDILSON CENDRON WEISE, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE DEFESA CIVIL MUNICIPAL - NÍVEL 07 - CLASSE A, a progressão horizontal por desempenho, passando para classe "B" com as vantagens previstas em lei, a partir de 01/04/2019

Art. 2.º A progressão prevista no artigo 1º, decorre da recomendação obtida na avaliação, conforme prevê a lei complementar nº Lei Complementar nº 092 de 02 de Abril de 2.017.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 01 DE ABRIL DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 213, DE 01 DE ABRIL DE 2.019. CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1968215

PORTARIA Nº 213, DE 01 DE ABRIL DE 2.019.

CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, combinado com o Artigo 74, inciso VII – IX da Lei Orgânica do Município;

1- Considerando o laudo de avaliação elaborado pela comissão nomeada através da Portaria nº 399/2018 de 01 de Agosto de 2018.

2- Com amparo na Lei Complementar nº 092 de 02 de Abril de 2.017, que Dispõe sobre a Reestruturação do Sistema de Carreira e Salários do Pessoal do Poder Executivo do Município de Tangará; Cria, Extingue e Modifica Cargos, Fixa Vencimentos, c/c decreto nº 033 de 25 de maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a servidora LARISSA VENDRUSCOLO, ocupante do cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL - NÍVEL 17 - CLASSE A, a progressão horizontal por desempenho, passando para classe "B" com as vantagens previstas em lei, a partir de 01/04/2019

Art. 2.º A progressão prevista no artigo 1º, decorre da recomendação obtida na avaliação, conforme prevê a lei complementar nº Lei Complementar nº 092 de 02 de Abril de 2.017.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 05 DE OUTUBRO DE 2.018.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 205, DE 01 DE ABRIL DE 2.019. CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1968198

PORTARIA Nº 205, DE 01 DE ABRIL DE 2.019.

CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, combinado com o Artigo 74, inciso VII – IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o laudo de avaliação elaborado pela comissão nomeada através da Portaria nº 399/2018 de 01 de Agosto de 2018.

Com amparo na Lei Complementar nº. 060 de 02 de janeiro de 2012, que institui sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do magistério, c/c decreto nº 033 de 25 de maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a servidora ANA PAULA ALBERTI DE CAMPOS, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I – CLASSE A, a progressão horizontal por desempenho, passando para classe “B” com as vantagens previstas em lei, a partir de 01/04/2019.

Art. 2.º A progressão prevista no artigo 1º, decorre da recomendação obtida nas avaliações, com conceito mínimo de “bom”, conforme prevê a lei complementar nº 060/2012.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 01 DE ABRIL DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL**PORTARIA Nº 206, DE 01 DE ABRIL DE 2.019. CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1968203

PORTARIA Nº 206, DE 01 DE ABRIL DE 2.019.

CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, combinado com o Artigo 74, inciso VII – IX da Lei Orgânica do Município;

Considerando o laudo de avaliação elaborado pela comissão nomeada através da Portaria nº 399/2018 de 01 de Agosto de 2018.

Com amparo na Lei Complementar nº. 060 de 02 de janeiro de 2012, que institui sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do magistério, c/c decreto nº 033 de 25 de maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a servidora HELENITA CLAIR CANAL PAGNO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA II – CLASSE E, a progressão horizontal por desempenho, passando para classe “F” com as vantagens previstas em lei, a partir de 01/04/2019.

Art. 2.º A progressão prevista no artigo 1º, decorre da recomendação obtida nas avaliações, com conceito mínimo de “bom”, conforme prevê a lei complementar nº 060/2012.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 01 DE ABRIL DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL**PORTARIA Nº 210, DE 01 DE ABRIL DE 2.019. CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1968206

PORTARIA Nº 210, DE 01 DE ABRIL DE 2.019.

CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, combinado com o Artigo 74, inciso VII – IX da Lei Orgânica do Município;

1- Considerando o laudo de avaliação elaborado pela comissão nomeada através da Portaria nº 399/2018 de 01 de Agosto de 2018.

2- Com amparo na Lei Complementar nº 092 de 02 de Abril de 2.017, que Dispõe sobre a Reestruturação do Sistema de Carreira e Salários do Pessoal do Poder Executivo do Município de Tangará; Cria, Extingue e Modifica Cargos, Fixa Vencimentos, c/c decreto nº 033 de 25 de maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a servidora CAMILA BRUNS, ocupante do cargo efetivo de FISCAL DE TRIBUTOS - NÍVEL 13 - CLASSE C, a progressão horizontal por desempenho, passando para classe "D" com as vantagens previstas em lei, a partir de 01/04/2019

Art. 2.º A progressão prevista no artigo 1º, decorre da recomendação obtida na avaliação, conforme prevê a lei complementar nº Lei Complementar nº 092 de 02 de Abril de 2.017.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 01 DE ABRIL DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 212, DE 01 DE ABRIL DE 2.019. CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1968212

PORTARIA Nº 212, DE 01 DE ABRIL DE 2.019.

CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, combinado com o Artigo 74, inciso VII – IX da Lei Orgânica do Município;

1- Considerando o laudo de avaliação elaborado pela comissão nomeada através da Portaria nº 399/2018 de 01 de Agosto de 2018.

2- Com amparo na Lei Complementar nº 092 de 02 de Abril de 2.017, que Dispõe sobre a Reestruturação do Sistema de Carreira e Salários do Pessoal do Poder Executivo do Município de Tangará; Cria, Extingue e Modifica Cargos, Fixa Vencimentos, c/c decreto nº 033 de 25 de maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder ao servidor FERNANDO JOSÉ DE SOUZA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE DEFESA CIVIL MUNICIPAL - NÍVEL 07 - CLASSE A, a progressão horizontal por desempenho, passando para classe "B" com as vantagens previstas em lei, a partir de 01/04/2019

Art. 2.º A progressão prevista no artigo 1º, decorre da recomendação obtida na avaliação, conforme prevê a lei complementar nº Lei Complementar nº 092 de 02 de Abril de 2.017.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 01 DE ABRIL DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 214, DE 01 DE ABRIL DE 2.019. CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1968218

PORTARIA Nº 214, DE 01 DE ABRIL DE 2.019.

CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, combinado com o Artigo 74, inciso VII – IX da Lei Orgânica do Município;

1- Considerando o laudo de avaliação elaborado pela comissão nomeada através da Portaria nº 399/2018 de 01 de Agosto de 2018.

2- Com amparo na Lei Complementar nº 092 de 02 de Abril de 2.017, que Dispõe sobre a Reestruturação do Sistema de Carreira e Salários do Pessoal do Poder Executivo do Município de Tangará; Cria, Extingue e Modifica Cargos, Fixa Vencimentos, c/c decreto nº 033 de 25 de maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a servidora LOURDES SOUZA DA SILVA ZANELLA, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE DEFESA CIVIL MUNICIPAL - NÍVEL 07 - CLASSE A, a progressão horizontal por desempenho, passando para classe "B" com as vantagens previstas em lei, a partir de 01/04/2019

Art. 2.º A progressão prevista no artigo 1º, decorre da recomendação obtida na avaliação, conforme prevê a lei complementar nº Lei Complementar nº 092 de 02 de Abril de 2.017.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 01 DE ABRIL DE 2.019.
NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 216, DE 01 DE ABRIL DE 2.019. CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1968229

PORTARIA Nº 216, DE 01 DE ABRIL DE 2.019.
CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, combinado com o Artigo 74, inciso VII – IX da Lei Orgânica do Município;

- 1- Considerando o laudo de avaliação elaborado pela comissão nomeada através da Portaria nº 399/2018 de 01 de Agosto de 2018.
- 2- Com amparo na Lei Complementar nº 092 de 02 de Abril de 2.017, que Dispõe sobre a Reestruturação do Sistema de Carreira e Salários do Pessoal do Poder Executivo do Município de Tangará; Cria, Extingue e Modifica Cargos, Fixa Vencimentos, c/c decreto nº 033 de 25 de maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder ao servidor EDINHO RODRIGO RENEHER, ocupante do cargo efetivo de OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - NÍVEL 11 - CLASSE A, a progressão horizontal por desempenho, passando para classe "B" com as vantagens previstas em lei, a partir de 01/04/2019

Art. 2.º A progressão prevista no artigo 1º, decorre da recomendação obtida na avaliação, conforme prevê a lei complementar nº Lei Complementar nº 092 de 02 de Abril de 2.017.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 01 DE ABRIL DE 2.019.
NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 217, DE 01 DE ABRIL DE 2.019. CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1968234

PORTARIA Nº 217, DE 01 DE ABRIL DE 2.019.
CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, combinado com o Artigo 74, inciso VII – IX da Lei Orgânica do Município;

- 1- Considerando o laudo de avaliação elaborado pela comissão nomeada através da Portaria nº 399/2018 de 01 de Agosto de 2018.
- 2- Com amparo na Lei Complementar nº 092 de 02 de Abril de 2.017, que Dispõe sobre a Reestruturação do Sistema de Carreira e Salários do Pessoal do Poder Executivo do Município de Tangará; Cria, Extingue e Modifica Cargos, Fixa Vencimentos, c/c decreto nº 033 de 25 de maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder ao servidor OSNI ELIAS CLOSS, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA - NÍVEL 08 - CLASSE A, a progressão horizontal por desempenho, passando para classe "B" com as vantagens previstas em lei, a partir de 01/04/2019

Art. 2.º A progressão prevista no artigo 1º, decorre da recomendação obtida na avaliação, conforme prevê a lei complementar nº Lei Complementar nº 092 de 02 de Abril de 2.017.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 01 DE ABRIL DE 2.019.
NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 218, DE 01 DE ABRIL DE 2.019. CONCEDE O PRÊMIO ASSIDUIDADE NOS TERMOS DO ART. 40 DA LEI COMPLEMENTAR NO 060, DE 02 DE JANEIRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicação Nº 1968237

PORTARIA Nº. 218, DE 01 DE ABRIL DE 2.019.

CONCEDE O PRÊMIO ASSIDUIDADE NOS TERMOS DO ART. 40 DA LEI COMPLEMENTAR NO 060, DE 02 DE JANEIRO DE 2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo, especialmente aquelas contidas no Art. 74, inciso VII, IX, da Lei Orgânica do Município;

Considerando que o servidor requereu o prêmio assiduidade de que trata o art. 40 da Lei Complementar n.º 060, de 02 de janeiro de 2012;

RESOLVE:

Art.1º- Conceder a servidora SONIA REGINA SPOLTI PICCININ, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA I – CLASSE A, o prêmio assiduidade de que trata o art. 40 da Lei Complementar no. 060, de 02 de janeiro de 2012, a partir de 01/04/2019.

Art. 2º- O referido Premio Assiduidade trata – se da atuação do servidor no cargo de Professor no ano de 2018.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, 01 DE ABRIL DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL**PORTARIA Nº. 221, DE 01 DE ABRIL DE 2.019. EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

Publicação Nº 1968240

PORTARIA Nº. 221, DE 01 DE ABRIL DE 2.019.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

Considerando que o servidor requereu exoneração do cargo por motivos particulares

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar o servidor HUMBERTO DALL AGNOL, ocupante do cargo de MOTORISTA – NÍVEL 08 - CLASSE A, a partir de 01/04/2019.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, EM 01 DE ABRIL DE 2.019.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL**PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EDITAL Nº 001/2019**

Publicação Nº 1968615

MUNICÍPIO DE TANGARÁ
ESTADO DE SANTA CATARINA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL
EDITAL Nº 001/2019O Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, torna público aos interessados, que foi publicado o edital nº 001/2019, cujo objeto é a realização de processo seletivo simplificado - chamada pública - para contratação temporária de Professor de Educação Básica III - Língua Portuguesa – 30 horas, para o ano letivo de 2019. O edital e seus anexos podem ser obtidos no site da Prefeitura em www.tangara.sc.gov.br.NADIR BAU DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**PORTARIA N° 004-2019**

Publicação N° 1968827

PORTARIA N° 004, DE 01 DE ABRIL DE 2019.

“CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ QUE ESPECIFICA”

GILVÂNIO PONTEL, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas contidas no art. 21, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno, Resolve:

Art. 1º. Fica concedido o gozo de férias à servidora DAIANE GRUTZMANN CHIESA RAMOS, ocupante do cargo de Contador – Nível 1 – Classe A, referente ao exercício de 2018 a 2019, a partir desta data.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Vereadores de Tangará - SC, 01 de abril de 2019.

GILVÂNIO PONTEL

Presidente

Tigrinhos

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 020-2019

Publicação Nº 1967725

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

EXTRATO DE PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº. 020/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2019
Licitação Exclusiva ME/EPP
Sistema de Registro de Preços

O Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições legais, torna público para conhecimento geral dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR LANCE, para AQUISIÇÃO DE CONTÊINER PARA COLETA DE LIXO, CONFORME CONDIÇÕES E DESCRIÇÕES ESTABELECIDAS NO EDITAL, PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS COM VALIDADE PARA DOZE MESES. O recebimento das propostas e documentação será até as 08h30min do dia 15/04/2019, no departamento de Compras e Licitações do Município de Tigrinhos, e a abertura será realizada às 08h40min do mesmo dia. Maiores Informações bem como cópia do Edital poderão ser obtidas junto a Prefeitura Municipal, sito a Avenida Felipe Baczinski, 479, Tigrinhos/SC, fone: 49- 36580064, ou pelo site: www.tigrinhos.sc.gov.br

Tigrinhos (SC), 02 de abril de 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

PORTARIA 112/2019

Publicação Nº 1967830

PORTARIA Nº. 112/2019.

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA MUNICIPAL SRA. SIMONE LAMB NEU, OCUPANTE DO CARGO DE CONSELHEIRA TUTELAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal em Exercício de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais de acordo com o inciso VI do artigo 68 da lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonera A PEDIDO da Servidora Pública, a Sra. SIMONE LAMB NEU, do cargo de CONSELHEIRA TUTELAR, cadastrada sob a matrícula nº. 643/01, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, a partir de 01/04/2019, conforme requerimento da mesma e seu deferimento.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 01 DE ABRIL DE 2019.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em primeiro de abril de dois mil e dezenove.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 113/2019

Publicação Nº 1969000

PORTARIA Nº. 113/2019. NOMEIA SERVIDOR APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o Sr. LEUMAR PAULO FRANZ, brasileiro, portador do CPF nº 086.747.519-62, aprovado em 1º lugar no Concurso Público, regido pelo Edital nº 001/2019 e Homologado pelo Decreto Nº. 033/2019, para exercer o Cargo Efetivo de OPERADOR, com 40 (quarenta) horas semanais, junto à secretaria Municipal de Transportes, Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos, a contar a partir de 02 de Abril de 2019, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE ABRIL DE 2019.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de abril de dois mil e dezenove.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 114/2019

Publicação Nº 1969005

PORTARIA Nº. 114/2019. NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM PROCESSO SELETIVO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015 e 014/2010,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. SIMONE LAMB NEU, brasileira, portadora do CPF nº 062.526.439-80, aprovada em 1º lugar no Processo Seletivo regido pelo Edital nº 001/2019 e Homologado pelo Decreto Nº. 034/2019, para exercer o Cargo Temporário de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE (Micro Área II), com 40 (quarenta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Saúde, a contar a partir de 02 de Abril de 2019, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA EM 02 DE ABRIL DE 2019.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de abril de dois mil e dezenove.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 115/2019

Publicação Nº 1969009

PORTARIA Nº. 115/2019. NOMEIA SERVIDORA APROVADA EM CONCURSO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a Sra. CLEONI PINNO HEMSING, brasileira, portadora do CPF nº 082.920.989-17, aprovada em 1º lugar no Concurso Público, regido pelo Edital nº 001/2019 e Homologado pelo Decreto Nº. 033/2019, para exercer o Cargo Efetivo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com 40 (quarenta) horas semanais, junto à Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar a partir de 02 de Abril de 2019, recebendo a remuneração prevista na legislação Municipal vigente.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE ABRIL DE 2019.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de abril de dois mil e dezenove.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

PORTARIA 116/2019

Publicação Nº 1969060

PORTARIA Nº. 116/2019.
CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Tigrinhos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o contido no inciso VI, do artigo 68, da Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal Complementar 035/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam Concedidas Férias a Servidora Pública Municipal Sra. ANGELICA ROANI WOLFF, Coordenadora dos Programas CRAS e CREAS, Comissionada, Matrícula nº. 568/01, relativo ao período aquisitivo de Fevereiro de 2018 a Fevereiro de 2019, pelo período de 15 (quinze) dias, a partir de 02 a 16 de Abril de 2019, retornando as atividades normais no dia 17 de Abril de 2019.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TIGRINHOS,
ESTADO DE SANTA CATARINA, EM 02 DE ABRIL DE 2019.
DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicada e Registrada nesta Secretaria em dois de abril de dois mil e dezenove.

Cleiton Soethe
Secretário Municipal de
Administração e Fazenda.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 7-2019

Publicação Nº 1967335

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 1/12
 Processo Nº.: 18/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 7/2019

No dia 1 do mês de Abril do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.566.620/0001-55, com sede administrativa localizada na RUA FELIPE BACZINSKI, 479, bairro CENTRO, CEP nº. 89875-000, nesta cidade de Tigrinhos/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA, inscrito no CPF sob o nº. 589.844.969-87, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 10/2019, Processo Licitatório nº. 18/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) AQUISIÇÃO PARCELADA E FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E OUTROS, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, COM VALIDADE PARA DOZE MESES. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
3995	A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME	3, 7, 13, 16, 21, 24, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 38, 40, 42, 47, 49, 52, 56, 60, 61
2110	ARJ COMERCIO DE GAS LTDA	5, 59
3323	SCS COMERCIO LTDA	1, 2, 4, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 17, 18, 19, 22, 23, 25, 26, 27, 29, 31, 35, 37, 39, 41, 43, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 53, 54, 55, 57, 58, 63, 65

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº. (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME	12.144.365/0001-79	ADILSON RONEI BAO	892.305.319-87
ARJ COMERCIO DE GAS LTDA	10.336.144/0001-77	-	-
SCS COMERCIO LTDA	13.995.853/0001-52	CRISTIANO SCHIMELFENIG	077.835.629-90

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

AQUISIÇÃO PARCELADA E FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS E OUTROS, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS NA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, COM VALIDADE PARA DOZE MESES.

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO UNITARIO, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 2110 - ARJ COMERCIO DE GAS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
5	ÁGUA MINERAL NATURAL: conteúdo bombona de 20 litros, SEM GAS, embalagem contendo informação da fonte, nutricionais e data de validade.	UN	DANFERRAN.	35,000	12,0000	420,00
59	RECARGA DE GAS - 13KG, COM CERTIFICAÇÃO DO INMETRO.	UN		20,000	79,0000	1.580,00

Fornecedor: 3323 - SCS COMERCIO LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ABACAXI PÉROLA: Com polpa intacta e limpa, compacta, firme, com coloração e tamanho uniformes típicos da variedade, pesando exatamente entre 1 a 1,5 kg, aroma e sabor da espécie, sem rachaduras ou cortes na casca, não apresentando manchas, danos físicos, bolores ou outros defeitos que possam alterar a sua aparência e/ou qualidade. Livre de umidade externa anormal e resíduos de fertilizantes. De colheita recente, com acondicionamento em caixas devidamente higienizadas.	UN	REAL	90,000	4,9500	445,50
2	AÇÚCAR DE BAUNILHA - Açúcar refinado, aroma identico ao natural de baunilha. Indústria Brasileira. Pacotes contendo 500 gramas. Deve conter data de fabricação, prazo de validade, lote do produto.	PCT	BRUSTO	20,000	6,9000	138,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 2/12
 Processo Nº.: 18/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

Fornecedor: 3323 - SCS COMERCIO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
4	<p> ACÚCAR REFINADO: branco, 1ª qualidade, contendo sacarose, peneirado, originário do suco de cana, livre de fermentação, isento de matérias terrosas parasitas e detritos de animais e vegetais, rotulada de acordo com a legislação vigente. Embalagem plástica, primária transparente, incolor, resistente com solda reforçada, vedado hermeticamente, contendo 5kg. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto e data de validade mínima de 12 meses. Pacote contendo 5kg. </p>	PCT	7 CARAVELA	70,000	13,1000	917,00
6	<p> ALHO - novo, grupo roxo, subgrupo nobre, tipo especial, classe 4, de primeira qualidade, limpo, não deverá apresentar problemas de coloração não característica, estar machucado, brotamento, perfurado, muito maduro e nem muito verde. O produto deve estar intacto, isento de sujidades, insetos, parasitas, larvas e corpos estranhos aderidos a casca embalados de acordo com solicitação. Acondicionado em embalagem plástica resistente e especial para alimentos, com identificação do fornecedor e prazo de validade. Embalagens de 100 gramas. PRODUTO COM REGISTRO DE RASTREABILIDADE OBRIGATÓRIO NO E-ORIGEM DA CIDADASC. </p>	UN	REAL 100G	50,000	4,7000	235,00
8	<p> AMIDO DE MILHO- Produto deve seguir as seguintes características: amiláceo extraído do milho, fabricado a partir de matérias-primas sãs e limpas, isentas de matérias terrosas e parasitas, não podendo estar umido, fermentado ou rançosos. Sob a forma de pó. Acondicionado em embalagens plásticas atóxica íntegra, resistente com solda vedada. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, número de lote, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses a contar da data de entrega. Embalagens de 1 kg cada. Com registro no órgão competente. </p>	KG	VALAR	50,000	7,7000	385,00
9	<p> AVEIA EM FLOCOS FINOS - Embalagem com 200 g. A embalagem deve estar devidamente lacrada, intacta, não deve estar amassada ou rasgada, dentro do prazo de validade. O prazo de validade deve ser maior que 6 meses a partir da data de entrega. Deve apresentar coloração clara e grânulos soltos, ou seja, sem sinais de umidade e sujidades, livre de insetos, fungos e matéria terrosa. A embalagem deve conter: Indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e demais especificações exigidas na legislação vigente. </p>	PCT	APTI 200G	200,000	3,8500	770,00
10	<p> BANANA PRATA: Semi-madura com grau de maturação tal que lhes permita manipulação e conservação adequada para consumo imediato e imediato, tamanho médio, apresentando cor, tamanho e conformação uniformes, devem ser íntegras, sem manchas/ rupturas e/ou amassadas, nem muito maduras, sem bolores, sujidades, ferrugem ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Livre de resíduos de fertilizantes. Deverão ser bem desenvolvidas, sem danos físicos e mecânicos oriundos do manuseio e transporte, acondicionadas em pencas íntegras. De colheita recente. Acondicionadas em caixas adequadamente higienizadas. </p>	KG	REAL	200,000	4,8900	978,00
11	<p> BATATA MONALISA: escovada, grupo I ou II, classe 2, tipo especial (de 45 a 85mm de diâmetro transversal), pesando entre 100 a 200 gramas a unidade. Sem emissão de brotos, 1ª qualidade, nova. Devem apresentar características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formadas, limpas, livres de rachaduras ou cortes na casca, manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade, com coloração própria, livres de pragas e doenças estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Acondicionada em embalagem especial para alimentos, em saco tipo telinha, contendo 1kg em cada pacote, resistente e com etiquetas constando peso e fornecedor. </p>	KG	REAL	200,000	3,3900	678,00
12	<p> BATATA PALHA TRADICIONAL: embalagem de 500gramas. Ingredientes: batata, óleos vegetais, sal, fécula de batata e dióxido de silício. Embalagem contendo informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade e registro no órgão competente. Pacote c/ 500gramas. </p>	PCT	DIVINA	100,000	7,7500	775,00
14	<p> BISCOITO INDUSTRIALIZADO SALGADO TIPO CRACKER: 370GRAMAS, ingredientes: farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, gordura vegetal, gergelim, açúcar invertido, sal, extrato de malte, emulsificante, lecitina de soja, fermento químico, bicarbonato de sódio e melhorador de farinha metabisulfito de sódio. Pacote com 370 gramas. Contém Glúten. Alérgicos: contém cevada, derivados de soja e de trigo. Pode conter aveia, centeio e leite. Marca referência: Isabela. </p>	PCT	PRODASA	120,000	3,7500	450,00
15	<p> CAFÉ SOLÚVEL - Solúvel, granulado, em embalagem de vidro com peso líquido de 200g, com tampa que possibilite vedar o produto após sua abertura, com 100% de pureza. Não deve apresentar sujidade, umidade, rendimento insatisfatório, misturas e peso insatisfatório. Deve ter sabor característico. Na embalagem deverá conter as seguintes informações: indicação do fabricante, produto, peso, ingredientes, data de fabricação e validade de no mínimo 6 meses a partir da data da entrega. Apresentar o selo da ABIC. Ingredientes: 100% café. O UNICO COM Subtipo: tradição, matinal, descafeinado. </p>	UN	NESCAFE	100,000	13,3900	1.339,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 3/12
 Processo Nº.: 18/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

Fornecedor: 3323 - SCS COMERCIO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
17	CARNE BOVINA SEM OSSO MOÍDO - De 1ª qualidade, a carne deve ser de patinho ou coxão mole com 3 a 4% de gordura, em pacotes de 1 kg. Congelada. Com aspecto próprio, não pegajoso, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabores próprios, com ausência de sujidades. Em embalagem de plástico transparente e resistente, especial para alimentos, intacta. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informação nutricional, número de lote, quantidade do produto, número do registro no ministério da Agricultura, com inspeção Municipal, Estadual ou Federal. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. Não serão recebidos pacotes congelados pingando sangue.	KG	FRIOESTE	150,000	22,9900	3.448,50
18	CEBOLA: Classe média (4), tipo especial, podendo ser "graúda" deve possuir diâmetro maior ou igual a 75 mm e menor ou igual a 90 mm, pesando entre 100 g a 200 g a unidade. Não serão tolerados os defeitos externos e internos, que prejudiquem o consumo: Brotado, dano mecânico, manchas escuras, ausência de catafilos e podre. Não será tolerado na cebola inteira a ausência de catafilo (pelada). O produto deverá estar fresco, isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos, nova e não murcha.	KG	REAL	40,000	3,7900	151,60
19	CENOURA: lisa, com polpa intacta e limpa, com coloração e tamanho uniformes típicos da variedade, sem brotos, rachaduras ou cortes na casca, manchas, machucaduras, bolores ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. De colheita recente.	KG	REAL	40,000	3,3900	135,60
22	CHOCOLATE GRANULADO: específico para cobertura, ao leite. Embalagem de 01kg.	KG	BRUSTO	150,000	19,5000	2.925,00
23	COCO RALADO: desidratado e parcialmente desengordurado, extra fino, NÃO ACRESCIDO DE AÇÚCAR, embalagens de 100 gramas.	PCT	APTI	150,000	3,7900	568,50
25	CREME DE LEITE PASTEURIZADO (NA-TA): Homogeneizado. Embalagem em potes (pet) de plástico, contendo 300 gramas, não será aceito em embalagem plástica. Composição: Gordura láctea: mínimo 45%. Características sensoriais: Cor: branca ou levemente amarelada. Sabor e odor: característicos, suaves, não rançosos nem ácidos, sem sabores ou odores estranhos. Textura: firme, untuosa, com bom espalhamento. Aparência: bri-lhante, sem apresentação de grumos, sem soro apa-rente. A rotulagem deverá conter todas as informações nutricionais, nome e/ou marca, data de fabricação e prazo de validade mínima de 30 dias a partir da data de entrega do produto.	pt	CARLITOS	150,000	5,9900	898,50
26	CREME DE LEITE UHT HOMOGENEIZADO: NÃO É NATA, padronizado a 17% de gordura, leite em pó desnatado, espessantes celulose microcristalina, carboximetilcelulose sódica, goma xantana e carragena e estabilizante citrato de sódio. Embalagem de 200gramas.	UN	PIRACANJUB	200,000	2,4500	490,00
27	CUCA RECHEADA: Produzida de forma artesanal, de 1ª qualidade, com recheio de sabores diversos (doce de leite/chocolate/ uva/ framboe-sa), a pedido do cliente, tamanho DE FORMA DE BOLO Inteira e que utilizam de insumos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditi-vos utilizados nos produtos industrializados, em estabelecimentos certi-ficados e autorizados pela Vigilância Sanitária. Produzida no máximo um dia antes da entrega. A embalagem deve ser plástico transparente e atóxico específica para alimentos, contendo peso, data de fabricação, prazo de validade, e a informação nutricional de acordo com a legislação vigente.	UN	MORADA	200,000	10,5000	2.100,00
29	EMULSIFICANTE E ESTABILIZANTE NEUTRO PARA SORVETE, BOLOS, EMBALAGEM DE 200GR.	UN	2 RODAS	12,000	7,2900	87,48
31	FARINHA DE TRIGO ESPECIAL - Tipo I. Pacotes de 5 kg, fortificada com ferro e ácido fóli-co. Contendo 100% trigo, glúten natural de trigo, sem aditivo químico. Especificidade de uso: prepa-ro de pães caseiros diversos, bolos e biscoitos. Não deverá apresentar cor escura ou mistura com outras farinhas, formação de grumos (umidade), resíduos ou impurezas, nem rendimento insatisfatório. Os rótulos devem conter as instruções de fabricação de no máximo 30 dias e prazo de validade de no mínimo 6 meses, lote do produto e tabela com in-formações nutricionais.	PCT	AURIVERDE	80,000	12,0000	960,00
35	FILÉ DE PEITO DE FRANGO: congelado, em embalagens plásticas resistentes, transparentes. Com aspecto próprio, não pegajoso, cor pró-pria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabores próprios, com ausência de sujidades. Com inspeção Municipal, Estadual ou Federal. A embala-gem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número do lote, quantidade do produto, prazo de validade de no míni-mo 4 meses a partir da data de entrega, número do registro no Ministério da Agricultura e carimbo do SIF.	KG	AGRO	100,000	11,2800	1.128,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 4/12
 Processo Nº.: 18/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

Fornecedor: 3323 - SCS COMERCIO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
37	GRANOLA TRADICIONAL - Embalagem de 1 kg Ingredientes: Flocos de aveia, flocos de mi-lho, melado de cana, uva passa, óleos vegetais (mi-lho e ou girassol e ou algodão), açúcar mascavo, fibra de trigo, flocos de cereais, extrato de malte, coco ralado, gergelim, mix de vitaminas e minerais (cálcio, vitaminas C, B3, E, zinco, vitaminas B2, B6, B1, B5, A e D) e aroma. ALÉRGICOS: CONTÉM AVEIA E DERIVADOS DE TRIGO E DE CEVADA. PODE CONTER CENTEIO, AMÊNDOA, AMENDOIM, CASTANHA DE CAJU, CASTANHA DO PARÁ, AVELÃ, MACADÂMIA, NOZ, PECÃ, PISTACHE, PINOLI, CASTANHAS E SOJA. CONTÉM GLÚTEN. Adicionado de 10 vitaminas e minerais, Rico em fibras, Baixo teor de gorduras saturadas, 0% gordura trans, Baixo teor de sódio. Marca Referência: Jasmine.	KG	NATURALE	50,000	17,0000	850,00
39	LARANJA BAHIA PARA SUCO: Características Gerais: De 1ª qualidade, casca sã, firme, sem rachaduras, murcha, sem defeitos físicos ou dano mecânico. A polpa deve estar in-tacta e firme. Deve apresentar-se em início de maturação. Deve ser fres-ca, atingido o grau máximo ao tamanho (médio), aroma, cor e sabor próprio da espécie e variedade. Não deve conter substâncias terrosas, sujeidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca. Livre de resí-duos de fertilizantes. De colheita recente. Acondicionadas em caixas adequadamente higienizadas.	KG	REAL	180,000	3,3900	610,20
41	LEITE INTEGRAL UHT COM TAMPA DE ROSCA - Características Técnicas: Leite integral fluido, processado em usina de beneficiamento através do sistema UHT (Ultra High Temperature) com fiscalização permanente. O produto deve apresentar cor branca interior e sabor característico. Contendo 1 litro. Embalagem tetra pack. Deverá trazer as informações gerais, data de fabricação e validade bem visíveis e claras. O produto não de-verá apresentar sujeidade, corpo estranho ao produ-to, cor não característica do produto, sabor ácido intenso ou que não seja característico do produto. Prazo de validade: Mínimo de 120 dias. Marcas de referência: Aurora, Piracanjuba ou de melhor qua-lidade.	LT	AURORA	450,000	3,4000	1.530,00
43	MAMÃO FORMOSA DOCE: Com 80 a 90% de maturação, classificado tipo exportação. Integro, sem manchas e mofo, sem rupturas e/ou pancadas na casca, devem apresentar características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, bem formados, limpos, ou seja, com brilho livre de sujeidades, com coloração própria, livres de pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação, livre de resíduos de fertilizantes. Deverá ser embalado individualmente em sacos específicos para este fim. No pacote deverá estar impresso a informação nutricional e dados do fornecedor.	KG	REAL	250,000	6,2900	1.572,50
44	MARGARINA - Produto obtido de óleos vegetais líquidos hidrogenados, com sal, de consistência cremosa, aromatizada artificialmente e vitaminada com no mínimo 65% de lipídios. Embalagem intacta em potes de polietileno. Embalagem contendo 500 g. Prazo de validade mínimo 6 meses. Data de fabricação máxima de 30 dias. Marca de referência: becel ou de melhor qualidade.	pt	COAMO	50,000	4,2900	214,50
45	MASSA TIPO ESPAGUETE ARTESANAL- A base de farinha de trigo e farinha integral, fabricada em padaria, A embalagem deverá conter rótulo com nome do fornecedor, peso, data de fabricação e validade e informação nutricional. NÃO SERÁ aceito massa industrializada, somente artesanal. Embalagens de 500 gramas.	PCT	ITALIANY	150,000	6,7000	1.005,00
46	MEL DE ABELHA - Natural, puro, sem conservantes e aditivos. Embalagem de 1 kg em potes PET ou vidro. Produto sem presença de edulcorantes, aromatizantes, conservantes, corantes, espessantes ou sintéticos bem como corretivos de acidez. Produto registrado no Ministério da Agricultura, inspecionado. Deve constar tabela de informação nutricional e todas as informações obrigatórias da embalagem, data de envase e prazo de validade de pelo menos 11 meses a contar da data de entrega do produto.	KG	ACA	20,000	28,0000	560,00
48	MELANCIA: Características Gerais: De Primeira qualidade, pesando 10 kg cada fruto. Não devem conter substâncias terrosas, sujeidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca, livre de resíduos de fertilizantes. Aspecto característico, com ausência de fissuras e/ou rachaduras. Devem ser frescas e uniformes, cor e sabor próprios da espécie. A polpa deve estar intacta e firme.	KG	REAL	300,000	2,1000	630,00
50	MILHO VERDE: Embalagem contendo peso líq. 200 g. Características organolépticas: cor amarela, odor e sabor característico do produto e textura macia. Na embalagem deve constar, data de fabricação e validade. Informações nutricionais: Prazo de validade 24 meses a partir da entrega	LAT	QUERO	50,000	2,7000	135,00
51	MINI PIZZA ARTESANAL - Ingredientes Massa: farinha de trigo, ovos, açúcar, sal, banha, fermento. Pré assada. Sabores sortidos: frango, calabresa, milho verde, mussarela. Embalada em bandejas de isopor com peso líquido de 500 gramas contendo 08 unidades em cada bandeja. Cada mini pizza precisa ter um diâmetro em média de 30cm. Na embalagem deverá conter rotulagem com data de fabricação, prazo de validade, nome do fornecedor, peso líquido, sabores e informação nutricional.	UN	MORADA	200,000	11,5000	2.300,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 5/12
 Processo Nº.: 18/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

Fornecedor: 3323 - SCS COMERCIO LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
53	OVOS - Ovos de galinha caipira, vermelhos, médios, frescos, casca firme, intacta, lisa e limpa. Não deve apresentar rachadura/trincado. Deve ser entregue em embalagem de dúzia, em caixa atóxica. Deverá estar devidamente rotulada, conforme legislação vigente. Possuir registro nos órgãos de Inspeção sanitária. Validade de no mínimo 20 dias a partir da entrega do produto.	dz	REAL	300,000	6,4000	1.920,00
54	PÃO DE CACHORRO QUENTE E PÃO FRANCÊS: Ingredientes: farinha de trigo especial, gordura vegetal, água, açúcar, sal, fermento biológico. Cada unidade contendo 50 gramas aproximadamente, com tamanho regular, superfície macia, lisa, brilhante, com miolo consistente e sedoso. Deverão ser acondicionados em sacos de polietileno atóxico, resistente e transparente de forma que o produto seja entregue íntegro, não amassado, murcho e umedecido. O pacote deverá estar fechado e rotulado com data de fabricação com no máximo 2 dias antes da entrega, prazo de validade e informações nutricionais.	KG	MORADA	250,000	11,0000	2.750,00
55	PÃO DE FORMA FATIADO: Pão de forma de massa leve, farinha de trigo / fermento / sal / açúcar, gordura tipo vegetal e água, com casca, fatiado. Acondicionado em pacotes com aproximadamente 500 gramas. Embalagens com aproximadamente 20 fatias. A embalagem deverá conter nome do produto, informação nutricional, com data de fabricação recente e validade do produto.	UN	MORADA	100,000	5,9900	599,00
57	PRESUNTO COZIDO - SEM CAPA DE GORDURA, FATIADO. PESO LÍQUIDO bandejas de 200 gramas. Ingredientes: Puro Pernil Suíno, água (21,42%, sal, proteína de soja (1,99%), açúcar, regulador de acidez: Lactato de sódio (INS 407), espessante: carragena (INS 407), estabilizante, tripolifosfato de sódio (INS45 li), realçador de sabor, glutamato monossódico (INS621), antioxidante: eritorbato de sódio (INS316), corante natural: carmin de cochinilha (INS 120), conservante: nitrito de sódio (INS 250), aroma idêntico ao natural de : cravo, canela, pimenta vermelha, noz moscada, limão, laranja, gengibre páprica. Com valor energético de 40 kcal para 40 gramas. Marca referência: Aurora.	UN	AURORA	300,000	6,0800	1.824,00
58	QUEIJO MUSSARELA: de 1ª qualidade. FATIADO Ingredientes: leite pasteurizado, fermento lácteo, sal, coalho, cloreto de cálcio. Embalagem original contendo 2 kg, transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Rotulagem obrigatória seguindo legislação específica. Validade mínima de 30 dias. Registro SIE ou SIF.	KG	CARLITOS	120,000	27,9000	3.348,00
63	SORVETE - Tipo copo Sundae, especificações dos sabores: Sorvete sabor morango com cobertura de morango e amendoim. (morango) Sorvete de chocolate com cobertura de chocolate e granulado (brigadeiro). Sorvete de chocolate, sabor nata e chocolate com cobertura de chocolate (napolitano), Sorvete sabor nata com flocos de chocolate (flocos). Caixas fechadas contendo 30 unidades dos sabores acima descrito. MARCA REFERÊNCIA: dielo.	CX	SORVETONE	7,000	110,0000	770,00
65	TOMATE: paulista, grau médio de amadurecimento (colorido), com aproximadamente 80% de maturação, sem ferimentos ou defeitos, tenros, sem manchas, com coloração uniforme e brilho. De 1ª qualidade, não devera ter frutos estragados. Não serão tolerados os defeitos que prejudiquem o consumo ou o rendimento como podridão, dano, murcho, imaturo, passados e feridos. Os produtos deveram estar fresco, isento de substâncias terrosas, sujidades ou corpos estranhos aderidos à superfície externa e no ponto de consumo. Acondicionada em embalagem especial para alimentos, em saco tipo telinha, contendo 1 kg em cada pacote, resistente com etiquetas constando o fornecedor.	KG	REAL	120,000	5,1900	622,80

Fornecedor: 3995 - A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	AÇÚCAR MASCAVO - Açúcar mascavo, pacotes de 1 kg, derivado de cana-de-açúcar, aspecto, cor e aparência próprio, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos de animais. Acondicionado em embalagens plásticas atóxica íntegra, resistente com solda vedada. A embalagem deverá conter dados de identificação e procedência, número de lote, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses a contar da data de entrega. Normas do produto devem estar de acordo com ANVISA, SIF e INMETRO.	KG	CELLI	100,000	10,7000	1.070,00
7	AMENDOIM BRANCO: naturalmente rico em proteínas, grupo descascado, subgrupo selecionado (moreirado) classe médio tipo 1, peso líquido 500gramas, controle de qualidade PROAMENDOIM - ABICAB.	PCT	INCAS	80,000	4,1000	328,00
13	BISCOITO INDUSTRIALIZADO DOCE TIPO MARIA - PCT 400GRAMAS: ingredientes: farinha de trigo fortificada com ferro e ácido fólico, açúcar, gordura vegetal, açúcar invertido, amido de milho, sal refinado, fermento químico, melhorador de farinha. Pode conter traços de cacau, leite e amendoim. Contém Glúten.	PCT	DIANA	120,000	4,3000	516,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 6/12
 Processo Nº.: 18/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

Fornecedor: 3995 - A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	CANELA EM PÓ - Produto deve apresentar as características sensoriais de acordo com o produto, canela in natura, provenientes de cascas sãs, limpas e secas, em forma de pó fino. Acondicionada em embalagens plástica (Pote Pet), vedadas hermeticamente. Isentas de sujidades e contaminações físicas. Peso líquido de 30 gramas. Embalagem contendo informação nutricional, data de fabricação, prazo de validade e lote. Não deverá conter glúten. Registro no órgão competente. Indústria Brasileira. Marca de referência: Apti ou de melhor qualidade.	pt	INCAS	50,000	2,9000	145,00
21	CHOCOLATE EM PÓ SOLÚVEL - NÃO PODE SER ACHOCOLATADO - TEM QUE SER CACAU EM PÓ. Ingredientes básicos: cacau em pó com açúcar. Deverá conter no mínimo 50% de cacau em pó. Não deverá apresentar (problemas com homogeneidade, diluição inadequada, excesso de açúcares, misturas inadequadas ao produto). Presença de impurezas, formação de grumos, cheiro forte e intenso, coloração não característica. Embalagem apropriada e hermeticamente fechada, atóxica, com capacidade de 1 kg. Validade mínima de 5 meses contados a partir da data recebida, demais condições de acordo com as normas da (ANVISA, SIF, INMETRO). ISENTOS DE LACTOSE E SOJA.	KG	QUALICAU	40,000	22,0000	880,00
24	CONDIMENTO COLORÍFICO EM PÓ DE PRIMEIRA - Colorífico em pó fino, de coloração avermelhada e sem presença de sujidade ou materiais estranhos, embalagem de polietileno, transparente, resistente. Produto obtido de frutos maduros de urucum, limpos, dessecados e moldos, com aspecto de cor, cheiro e sabor próprio. Ingredientes: farinha de milho, óleo de soja, sal e pasta de urucum. Deverá conter validade de 06 a 12 meses, com dizeres de rotulagem, data de fabricação e data de validade. Entregue em pacotes de 500 g.	PCT	INCAS	20,000	4,2000	84,00
28	DOCE DE LEITE: tradicional, embalagem com 350gramas. Marca Referência: Tirol.	UN	DOCITO	100,000	5,1000	510,00
30	ERVA MATE PARA CHIMARRÃO - ILEX PARAGUAIENSIS, 01 KG, NATURAL, CONTENDO INFORMAÇÕES NUTRICIONAIS, DATA DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A TRINTA DIAS, E, PRAZO DE VALIDADE.	PCT	LAÇO DO MA	80,000	10,2000	816,00
32	FERMENTO BIOLÓGICO SECO - Levedura Instantanea. Embalagem com 125 gramas. Ingredientes: Fermento natural (Saccharomyces cerevisiae), agente de rehidratação monoestearato de sorbita-no E-491. Não Contém Glúten.	UN	APTY	15,000	6,5000	97,50
33	FERMENTO QUÍMICO EM PÓ: O produto deverá apresentar as seguintes características: fermento químico, em pó, para elaboração de bolos. Lata de 250 gramas. Deverá conter vedação entre a tampa e o produto. A embalagem deverá estar intacta, sem ferrugem/ amassada e/ou vazamento. Com data de fabricação, lote do produto e prazo de validade de no mínimo 4 meses. Não deverá conter glúten. Ingredientes: amido de milho geneticamente modificado, fosfato monocalcico, bicarbonato de sódio e carbonato de cálcio. Com tampa medidora. Indústria Brasileira e com registro nos órgãos competentes.	LAT	APTY	70,000	5,9000	413,00
34	FILÉ DE COXA SOBRECOXA DE FRANGO congelada, firme e sem manchas, peça lisa e com coloração clara, sem excesso de gelo, com embalagem plástica transparente, resistente e atóxica, limpa, não violada, que garanta a integridade do produto. Devem estar congeladas, livres de qualquer substância contaminante que possa alterá-las ou encobrir alguma alteração. Odor e sabor próprios. Sem sujidades, apenas a carcaça. A embalagem deverá conter os dados de identificação, procedência, número de lote, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura e carimbo do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 4 meses a partir da data de entrega.	KG	NAT	80,000	10,4500	836,00
36	GELATINA EM PÓ - Em pó de diversos sabores, embalagem de polietileno, contendo 1 kg. Ingredientes: Açúcar cristal, gelatina em pó comestível, acidulante (ácido fumárico), sal, aromatizante (aroma natural do sabor), e corantes artificiais amarelo tartrazina, amarelo crepúsculo, azul indigotina. Não conter glúten. Acondicionada em sacos plásticos, íntegros e resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	KG	CELLI	40,000	14,5000	580,00
38	IOGURTE DE FRUTAS (NÃO PODE SER BEBIDA LÁCTEA) - Descrição do produto: elaborado a partir de leite pasteurizado, adicionado de soro de leite, polpa de fruta e ingredientes naturais. Contendo 1 litro. Embalagem de polietileno, contendo data de fabricação, lote e validade e informações nutricionais.	LT	UNIBEIBE 90C	300,000	4,8500	1.455,00
40	LEITE CONDENSADO: tradicional, embalagem de 395gramas.	UN	TRIANGULO	200,000	3,6500	730,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 7/12
 Processo Nº.: 18/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

Fornecedor: 3995 - A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
42	MAÇÃ FUJI OU GALA: Categoria 1, ou seja, as frutas deverão ser fisiologicamente desenvolvidas, com tolerância de defeitos muito leves, que não prejudicam as características próprias das frutas e coloração tal que lhes permita suportar transporte, manipulação e conservação adequada para consumo imediato e imediato. Com polpa intacta e firme, apresentando, tamanho e coloração uniforme. Não deverá conter manchas, pancadas, bolores, sujidades, ferrugem, sardas e/ou granizadas, murchas, ou outros defeitos que possam alterar sua aparência e qualidade. Devem apresentar características do cultivar bem definidas, estarem fisiologicamente desenvolvidas, com coloração própria, livres de pragas e doenças e estarem em perfeitas condições de conservação e maturação. Livre de umidade externa anormal e resíduos de fertilizantes. Acondicionamento em caixas devidamente higienizadas. Tamanho de 100 a 125, encarteladas.	KG	REAL	250,000	5,0000	1.250,00
47	MELADO BATIDO NOVO COLONIAL - produto natural à base de cana-de-açúcar, batido. ISENTO DE EMUSTAB. Embalagem de 1 kg, plástica (pet) com tampa, lacrada. Rotulagem de acordo com a legislação. Na embalagem deve constar data de fabricação e prazo de validade.	KG	NONO FELICI	20,000	15,5000	310,00
49	MILHO PARA PIPOCA: Embalagem de 500 gramas, pipoca premium, tipo 1, grãos in natura. Registro em órgão competente.	PCT	VALAR	50,000	2,4000	120,00
52	OLEO DE SOJA: Embalado em garrafas pet, contendo 900 ml, limpas, bem lacradas, não amassadas, sem estufamentos, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de fabricação e validade, quantidade do produto e registro no Ministério da Saúde. O produto deverá apresentar validade mínima de 10 (dez) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Devem ser entregues em caixas de papelão resistentes com 20 unidades pets.	UN	COCAMAR	100,000	3,9000	390,00
56	POLVILHO AZEDO - Sem glúten, 100% mandioca e deve estar IMPRESSO NA EMBALAGEM. Produto livre de substâncias terrosas, parasitas, larvas e detritos de animais ou vegetais. Embalagem de 500 g, polietileno atóxico, com data de fabricação e prazo de validade, deverá estar íntegro, sem rupturas, pacotes limpos não violados, resistentes que garantam a integridade do produto até o momento do consumo. Deve conter informação nutricional e registro nos órgãos competentes.	PCT	PRATA	150,000	4,4000	660,00
60	REQUEIJÃO CREMOSO COM QUEIJO- Linha Profissional - Peso Líquido de 400 gramas, sachê, o único com embalagem STAND POUCH UP. Com Textura cremosa, lisa e brilhante. Produto apresenta leite pasteurizado através da avançada tecnologia. Apresenta sabor suave, levemente salgado e consistência cremosa. Marca Referência: Tirol.	UNI	TERRAVIVA	100,000	7,4500	745,00
61	SAL MARINHO - iodado. Características técnicas: não devem apresentar sujidade, umidade, misturas inadequadas ao produto. Embalagem: deve estar intacta, acondicionada em pacotes de 1 kg, em polietileno transparente. Prazo de validade: mínimo de 11 meses. Data de fabricação: máximo de 30 dias. A rotulagem deve conter no mínimo as seguintes informações: nome e/ou marca, ingredientes, data de validade, lote e informações nutricionais.	KG	SUL	15,000	3,4500	51,75

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 8/12
Processo Nº.: 18/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

- a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;
- b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e
- c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

- a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:
- b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:
 - b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;
 - b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 9/12
Processo N°. 18/2019
PREGÃO PRESENCIAL N°. 10/2019

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3.. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 10/12
Processo Nº.: 18/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 11/12
Processo Nº.: 18/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIGRINHOS

Página: 12/12
Processo Nº.: 18/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 10/2019

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tigrinhos para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Tigrinhos, 1 de Abril de 2019.

DERLI ANTONIO DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELI ME

CNPJ: 12.144.365/0001-79 _____

ARJ COMERCIO DE GAS LTDA

CNPJ: 10.336.144/0001-77 _____

SCS COMERCIO LTDA

CNPJ: 13.995.853/0001-52 _____

Tijucas

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/PMT/2019 TOMADA DE PREÇO Nº 003/PMT/2019

Publicação Nº 1967095

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 057/PMT/2019
TOMADA DE PREÇO Nº 003/PMT/2019

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO DA RUA GERALDO REBELO, COM 1.770,648 METROS, NO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC, CONFORME, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO, QUADRO DE COMPOSIÇÕES, BDI E TODAS AS ART'S (CREA) NECESSÁRIAS E PROJETOS, PARA A SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS, de acordo com as condições estipuladas neste Edital, nos seus anexos e no contrato, cujos termos, igualmente, o integram.

Tipo: Menor Preço Global

Data de Abertura: 18 de abril de 2019, as 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/PMT/2019 PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/PMT/2019

Publicação Nº 1967691

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/PMT/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/PMT/2019

Objeto: Contratação de empresa especializada, licenciada e legalizada para disposição final de resíduos provenientes de construção civil (apenas reforma) e serviços urbanos (poda/varrição/limpeza de terrenos e móveis inservíveis), para Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas/SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 15 de abril de 2019, as 08h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/PMT/2019 PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 049/PMT/2019

Publicação Nº 1967695

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 062/PMT/2019
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO Nº 049/PMT/2019

Objeto: Contratação de empresa para Fornecimento de Placas de Sinalização, Suporte de Aço incluindo acessórios para fixação, para o Departamento de Trânsito (DITRAN), da Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, do município de Tijucas - SC.

Tipo: Menor Preço Por Item

Data de Abertura: 15 de abril de 2019, as 09h00;

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 1416-2019

Publicação Nº 1967445

DECRETO Nº 1416, 29 DE MARÇO DE 2019.

Prorroga validade de processo seletivo simplificado referente ao Edital nº 001/2018,

ELOI MARIANO ROCHA, Prefeito do Município de Tijucas, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 82, na forma da alínea "e", do inciso I, do parágrafo único do art. 31-A, ambos da Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o disposto no caput do art. 5º da Lei Municipal nº 2.325, de 15 de dezembro de 2010, e demais disposições legais, e ainda,

Considerando os termos do item 10.1 do edital nº 001/2018, referente a validade do processo seletivo;

Considerando o disposto no decreto nº 1306 de 27 de fevereiro de 2018, em seu art. 1º. §1º, que trata da homologação do processo seletivo simplificado, edital nº 001/2018,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado o processo seletivo simplificado, concernente ao edital nº 001/2018, por igual período de 01 (um) ano, objetivando o preenchimento de cargos que foram disponibilizados para atender o interesse público da administração.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 27 de fevereiro de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Tijucas (SC), 29 de março de 2019.

ELOI MARIANO ROCHA

Prefeito do Município de Tijucas

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/PMT/2019 - PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 047/PMT/2019

Publicação Nº 1967349

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 060/PMT/2019
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO Nº 047/PMT/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/SAMAE/2019
PREGÃO PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO Nº 008/SAMAE/2019

Objeto: AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL S500, OLEO DIESEL S10 E GASOLINA COMUM TIPO C, COM INSTALAÇÃO DE TANQUES PARA ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE PARA 10 MIL LITROS, COM BOMBA ABASTECEDORA, COM CONTADOR DE LITROS PARCIAL E ACUMULATIVA E FILTRO DE LINHA, PRODUTOS ESTES ADQUIRIDOS EM CARGAS, E ÓLEO DIESEL S10, COM INSTALAÇÃO DE TANQUE PARA ARMAZENAMENTO DE COMBUSTÍVEL COM CAPACIDADE PARA 2,5 MIL LITROS, COM BOMBA ABASTECEDORA, COM CONTADOR DE LITROS PARCIAL E ACUMULATIVA E FILTRO DE LINHA, PRODUTOS ESTES ADQUIRIDOS EM CARGAS, CONFORME DESCRIÇÃO DO ANEXO DO PRESENTE EDITAL, PARA A FROTA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

Tipo: Menor Preço Item

Data de Abertura: 12 de abril de 2019, as 08h00.

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.

ELOI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICAÇÃO ERRATA DO TERMO DE EXTRATO DO CONTRATO 005/FMS/19

Publicação Nº 1967654

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TIJUCAS

ERRATA
CONTRATO 005/FMS/2019
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 006/FMS/2019
DISPENSA Nº 002/FMS/2019

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ABRIGAR O ALMOXARIFADO E O SETOR DE TRANSPORTES, DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS/SC.

No extrato do termo de contrato:

Onde se Lê: KARIN SCHWERTFEGER.

Leia –se: HILDEGARDE KUNZ

Informações Complementares: O Edital e inteiro teor está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito a Rua Cel. Büchelle, 01, Centro, Tijucas – SC e no site www.tijucas.sc.gov.br.
ELÓI MARIANO ROCHA – PREFEITO MUNICIPAL

Timbó**PREFEITURA****ATA RESULTADO PRELIMINAR - CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 02 2018 FIA**

Publicação N° 1968504

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA RESULTADO PRELIMINAR
CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 02/2018 - FIA

Às nove horas do primeiro dia do mês de abril do ano de dois mil e dezenove (01/04/2019), na sala de Licitações da Prefeitura de Timbó/SC, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela Portaria n°. 1083, de 02 de janeiro de 2019, para dar continuidade ao processo licitatório Chamamento Público n°. 02/2018 - FIA, após a realização de competente sorteio.

Seguem relacionados abaixo os projetos selecionados e classificados em resultado preliminar:

VALOR/GLOBAL PROJETO	ENTIDADE	PROJETO	PONTUAÇÃO
R\$ 15.000,00	AJUTIM	Esporte nos Bairros- E. Nestor Margarida	1º - 50 pontos
	SENAI	Eletricista Residencial Básico	2º - 42 pontos
R\$ 12.000,00	AJUTIM	Esporte nos Bairros-E.M.Germer	1º - 50 pontos
	AJUTIM	Esporte nos Bairros-E.São Roque	2º - 50 pontos
R\$ 8.000,00	SENAI	Técnicas de vendas	1º - 42 pontos
	SENAI	Informática Básica	2º - 32 pontos
R\$ 5.000,00	SENAI	Relacionamento com o Mercado	1º - 42 pontos
	SENAI	Qualidade de atendimento ao Cliente	2º - 42 pontos
	SENAI	Iniciação Profissional em Eletro Técnica	3º - 42 pontos
	SENAI	Noções de Oratória	4º - 42 pontos

Ato contínuo, nos termos dos subitens 6.6 (Etapa 04) e 6.7 (Etapa 05) do Edital, a Comissão de Licitações encaminha o resultado preliminar para a Comissão Especial do CMDCA objetivando a divulgação do resultado preliminar e respectiva concessão de prazo recursal.

Nada mais havendo, a Presidente encerrou a sessão, lavrando-se a presente ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos Membros da Comissão de Licitações.

Registre-se, publique-se, intímem-se.

LOURDES MOSER
Presidente
DAVI BERRI
Membro
ANGELA PREUSS
Membro

CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO ERRATA N° 01 AO EDITAL DE N. 002/2019

Publicação N° 1967616

CONCURSO PARA EMPREGO PÚBLICO ERRATA N° 01 AO EDITAL DE N. 002/2019

O DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE, no uso de suas atribuições legais e regulamentares (art. 1º do regulamento homologado pelo Decreto n° 249/2005), considerando o equívoco redacional constante do Edital no que tange ao nível de escolaridade exigido, os requisitos mínimos para acesso ao emprego público de Agente de Coleta e Seleção de Lixo e a remuneração, torna pública a seguinte retificação do edital n° 02/2019 de 27/03/2019:

1 – Fica retificado em todo o edital n° 002/2019, o nível de escolaridade exigida para acesso ao emprego público de Agente de Coleta e Seleção de Lixo, passando de "FUNDAMENTAL COMPLETO" para "ALFABETIZADO", conforme disciplina a Lei Complementa n° 447 de 05/06/2014.

2 – Com a alteração promovida pelo item 1º deste edital de retificação, o item 4.5 do edital n° 002/2019 e seus Anexos I, II e V passam a vigorar com a seguinte redação:

"...

4.5 Valor da taxa de inscrição:

Nível	Taxa de Inscrição
ALFABETIZADO	R\$ 40,00

...

ANEXO I
EMPREGOS, CARGA HORÁRIA, VAGAS, REQUISITOS E SALÁRIO
ALFABETIZADO

EMPREGO	CARGA HORÁRIA	VAGAS	REQUISITOS	SALÁRIO
Agente de Coleta e Seleção de Lixo	44 h/s	10	ALFABETIZADO	R\$ 1.111,10

*Além do vencimento inicial poderá o servidor perceber:

a) Prêmio Eficiência conforme Lei Complementar nº 397 de 17 de março de 2011 c/c LC nº 475 de 26/02/2016;

...

ANEXO II
DESCRIÇÃO DAS FUNÇÕES

ALFABETIZADO AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO

...

ANEXO V
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

...

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS PARA AS PROVAS OBJETIVAS DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ALFABETIZADO AGENTE DE COLETA E SELEÇÃO DE LIXO

..."

2 – Ficam mantidas todas as demais regras constantes do edital de concurso para emprego público nº 002/2019.

Timbó, 01 de abril de 2019.

WALDEMAR GEBAUER

DIRETOR PRESIDENTE DO SAMAE

CONVOCAÇÃO ASSINATURA SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 144.2018 PMT

Publicação Nº 1968513

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 144/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 80/2018 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa UNIFIQUE TELECOMUNICAÇÕES LTDA CNPJ nº. 02.255.187/0001-08, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 09/04/2019.

HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de abril de 2019.

PRISCILA MACEDO

Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 2014.143 PMT

Publicação Nº 1968517

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/143 - PMT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 99/2014 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, TIM CELULAR S/A, CNPJ nº. 04.206.050/0001-80, a comparecer para assinatura do respectivo termo aditivo ao contrato oriundo do citado processo licitatório, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC - Central de Licitações;

DATA: até 09/04/2019
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 01 de abril de 2019.
PRISCILA MACEDO
Central de Licitações

EXTRATO CONTRATO 31.2019 SAMAE

Publicação Nº 1968534

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 31/2019

AUTORIZANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE.

AUTORIZADO: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA - EPP.

OBJETO: Execução, compreendendo material e mão-de-obra ampliação de garagem, construção de guarita, lixeiras e demais benfeitorias no pátio do SAMAE, localizado na Rua Duque De Caxias, N.º 56, Bairro Centro, Município De Timbó/SC, tudo de conformidade com o Edital de Tomada de Preços nº. 17/2018, projetos, planilhas, memorial descritivo, quantitativo, orçamento estimativo, plantas, demais anexos e o presente instrumento.

VALOR TOTAL: R\$ 112.764,79 (cento e doze mil, setecentos e sessenta e quatro reais e setenta e nove centavos).

DATA DA ASSINATURA: 19/03/2019

WALDEMAR GEBAUER
Diretor Presidente SAMAE

EXTRATO PRIMEIRO ADITIVO CONVÊNIO N.º 01 2019 FMS

Publicação Nº 1968542

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE CONVÊNIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 01/2019

CONVENIENTE: MUNICÍPIO DE TIMBÓ, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

CONVENIADO: HOSPITAL E MATERNIDADE OASE

OBJETO: consultas e procedimentos de profissional(ais) habilitado(s) em Urologia, Psiquiatria, Proctologia, Pneumologia, Gastroenterologia, Cirurgia em ginecologia, Cirurgia urológica, Endocrinologia, conforme Tabela de Procedimentos, Medicamentos OPM do SUS e do Código Brasileiro de Ocupação (CBO) da especialidade, para atendimento de toda a demanda advinda do SUS, acrescido da especialidade de ANESTESIOLOGIA.

Valor mensal: R\$ 43.350,00

Data da Assinatura: 01/03/2019

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde e Assistência Social

EXTRATO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 144.2018 - PMT

Publicação Nº 1968650

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 144/2018

AUTORIZANTE: Município de Timbó, através da Secretaria da Fazenda e Administração

AUTORIZADO: Unifique Telecomunicações Ltda.

OBJETO: Adição de dotações orçamentárias, a título de adequação do contratante, uma vez que já estão sendo contempladas com o objeto do contrato em tela.

DATA DA ASSINATURA: 22/03/2019.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária da Fazenda e Administração

EXTRATO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 153.2018 FMAS

Publicação N° 1968545

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 153/2018 FMAS
CONTRATANTE: Município de Timbó através do Fundo Municipal de Assistência Social.
CONTRATADO: ODILON ALVASSIS BASTOS.
OBJETO: Prorrogação do prazo até 03/04/2019.
DATA DA ASSINATURA: 03/03/2019.

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde e Assistência Social

PRIMEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 104 2018 PMT

Publicação N° 1966489

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 104/2018 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó, através da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Agrícola.
OBJETO: fornecimento de gasolina aditivada, óleo diesel S-10 e óleo diesel comum (S500) destinados ao abastecimento da frota municipal (veículos de passeio, motocicletas, utilitários, máquinas e caminhões) no período de janeiro a dezembro do exercício 2019.
EMPRESAS FORNECEDORAS: Posto Fratelli Ltda e Rudipel Rudnick Petróleo LTda.
TOTAL ESTIMADO: R\$ 2.771.846,61 (dois milhões, setecentos e setenta e um mil, oitocentos e quarenta e seis reais e sessenta e um centavos).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 01/01/2020

Timbó, 21/12/2018
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração

SEGUNDA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 24.2018 FCT

Publicação N° 1966492

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N°. 24/2018 - FCT

ÓRGÃO GESTOR: Fundação Cultural de Timbó.
OBJETO: Registro de preços para serviço de locação de estrutura e prestação de serviços diversos para eventos a serem realizados pela Fundação Cultural de Timbó.
EMPRESA FORNECEDORA: JAILSON ROBERTO VAILATTI ME, CASA MOREIRA EVENTOS LTDA EPP, SOM TRES LTDA ME, BELLOS EVENTOS LTDA, JOVIL SEGURANÇA PRIVADA EIRELI-ME, CELETA SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA - ME e L.J.V. EVENTOS LTDA.
TOTAL ESTIMADO: R\$ 1.077.839,90 (um milhão, setenta e sete mil, oitocentos e trinta e nove reais e noventa centavos).
MODALIDADE: Pregão Presencial
VALIDADE DA ATA: 03/10/2018 a 02/10/2019.

Timbó, 02/10/2018
JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente FCT

CÂMARA MUNICIPAL**PARECER DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 5/2019**

Publicação Nº 1968159

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Processo: 18/2019 Parecer: 12/2019

Matéria: PLC 5/2019 Autor: Poder Legislativo

Relator: Ver. Fabricio Dalcastagné Conclusão: Favorável

Data: 29/03/2019

Ementa do Projeto: Altera a Lei Complementar nº 338, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre a estrutura Administrativa, Cargos e Funções da Câmara Municipal de Timbó.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Timbó, que pretende alterar a Lei Complementar nº 338, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre a estrutura Administrativa, Cargos e Funções da Câmara Municipal de Timbó.

O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 29 de março.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em seu parecer nº 13/2019, se manifestou pela tramitação da matéria, por atender aos preceitos constitucionais e legais de competência e de conteúdo.

A Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas, em seu parecer nº 14/2019, concluiu que a matéria não apresenta incompatibilidade orçamentária e possui viabilidade financeira.

A proposição trata da alteração na estrutura de órgão público municipal, razão pela qual foi colocada à apreciação desta Comissão para verificação de seu impacto social, tendo sido objeto de discussão e deliberação na reunião realizada no dia 29 de março corrente.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Pelo que se observa da proposição em análise, o Poder Legislativo pretende alterar sua estrutura criando novo cargo (Técnico em informática), bem como extinguir outro (Recepcionista). Segundo justificção que acompanha a proposição, se faz necessária a criação do cargo de Técnico em Informática para que o Poder Legislativo possa ter em seus quadros de servidores de provimento efetivo profissional capaz de atuar na manutenção dos equipamentos de informática da Câmara Municipal, bem como zelar pela sua conservação e perfeito funcionamento.

A criação do cargo de Técnico em Informática, bem como alteração nos demais cargos existentes no quadro funcional da Câmara Municipal auxiliará, e muito, na prestação de um serviço de melhor qualidade para aqueles que necessitam se utilizar dos préstimos do Poder Legislativo, além de agilizar os serviços administrativos da Casa, proporcionando assim benefícios para os próprios servidores, vereadores e toda a comunidade timboense.

Assim, esse Relator se manifesta de maneira favorável à sua aprovação em Plenário.

III – CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação da Projeto de Lei Complementar nº 5/2019. Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Adilson Mesch

Vereador Rubens Borchardt

Sala das Comissões, 29 de março de 2019.

Adilson Mesch

Presidente

Fabricio Dalcastagné
Relator

Rubens Borchardt
Membro

PARECER DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 6/2019

Publicação Nº 1968118

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Processo: 15/2019 Parecer: 08/2019

Matéria: PLC 6/2019 Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Rubens Borchardt Conclusão: Favorável

Data: 29/03/2019

Ementa do Projeto: Renomeia a Fundação Cultural e de Turismo de Timbó de Fundação de Cultura e Turismo de Timbó e altera dispositivos da Lei Complementar nº 171, de 24 de março de 2000 que a institui.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito que pretende renomear a Fundação Cultural e de Turismo de Timbó de Fundação de Cultura e Turismo de Timbó e altera dispositivos da Lei Complementar nº 171, de 24 de março de 2000 que a institui.

O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 29 de março.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em seu parecer nº 015/2019, se manifestou pela tramitação da matéria, por atender aos preceitos constitucionais e legais de competência e de conteúdo.

A Comissão de Orçamento, Finanças e Contas Públicas, em seu parecer nº 15/2019, concluiu que a matéria não apresenta incompatibilidade orçamentária e possui viabilidade financeira.

A proposição trata da alteração na estrutura de órgão público municipal, razão pela qual foi colocada à apreciação desta Comissão para verificação de seu impacto social, tendo sido objeto de discussão e deliberação na reunião realizada no dia 29 de março corrente.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Pelo que se observa da proposição em análise, o Poder Executivo pretende alterar a estrutura da Fundação Cultural de Timbó, modificando sua denominação bem como criando novo cargo (Assessor Técnico Institucional de Turismo), bem como extinguir outros (Coordenador de Serviços Nível I, Assessor de Serviços Nível I e Diretor de Departamento). Segundo exposição de motivos, se faz necessária tal alteração para facilitar a ampliação do Poder Público Municipal e direcionar esforços no desenvolvimento do potencial turístico de nossa cidade.

Pelo exposto, constata-se que a pretensão do Poder Executivo está em consonância com as boas práticas administrativas e que devem nortear a Administração Pública Municipal, no sentido de que, se for necessário e imprescindível, cargos devem ser criados para melhor atender à população timboense, destinatária dos serviços públicos municipais. Ademais, todas as iniciativas que visem a modernização da administração pública são bem-vindas e devem ser incentivadas por todos.

Assim, esse Relator se manifesta de maneira favorável à sua aprovação em Plenário.

III – CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação da Projeto de Lei Complementar nº 6/2019.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Adilson Mesch

Vereador Fabricio Dalcastagné

Sala das Comissões, 29 de março de 2019.

Adilson Mesch

Presidente

Fabricio Dalcastagné

Membro

Rubens Borchardt

Relator

PARECER DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 12/2019

Publicação Nº 1968156

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Processo: 21/2019 Parecer: 11/2019

Matéria: PLO 12/2019 Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Rubens Borchardt Conclusão: Favorável

Data: 29/03/2019

Ementa do Projeto: Institui a marca/selo oficial dos 150 anos de Fundação do Município.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito que Institui a marca/selo oficial dos 150 anos de Fundação do Município. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 29 de março.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em seu parecer nº 12/2019, se manifestou pela tramitação da matéria, por atender aos preceitos constitucionais e legais de competência e de conteúdo.

A proposição trata de utilização pelo Poder Público de imagens e selos, razão pela qual foi colocada à apreciação desta Comissão para verificação de seu impacto social, tendo sido objeto de discussão e deliberação na reunião realizada no dia 29 de março corrente.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Pelo que se observa da proposição em análise, o Poder Executivo pretende criar a marca/selo oficial dos 150 anos de Fundação do Município, visando sua utilização durante todo o ano de 2019, ano do sesquicentário de fundação de Timbó.

Ao analisar os anexos do Projeto, que definem os modelos a serem utilizados e suas simbologias, constatamos que estes não caracterizam promoção pessoal de autoridades ou servidores público.

A criação de tal símbolo, tem por objetivo oficializar nos documentos públicos municipais as comemorações do sesquicentenário de Timbó, com características próprias e representativas, criando-se uma memória social e cultural em torno destes elementos gráficos oficiais e que fará parte da publicidade dos atos da Administração Direta e Indireta durante todo o período festivo.

Desta feita, este Relator se manifesta de maneira favorável à aprovação da matéria em Plenário.

III – CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 12/2019.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Adilson Mesch

Vereador Fabricio Dalcastagné

Sala das Comissões, 29 de março de 2019.

Adilson Mesch

Presidente

Fabricio Dalcastagné

Membro

Rubens Borchardt

Relator

PARECER DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 14/2019

Publicação Nº 1968146

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Processo: 20/2019 Parecer: 10/2019

Matéria: PLO 14/2019 Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Rubens Borchardt Conclusão: Favorável

Data: 29/03/2019

Ementa do Projeto: Dispõe sobre a denominação da Rua Projetada B, no loteamento Edwin Klug como "Rua Urbano Bertoldi".

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito que dispõe sobre a denominação da Rua Projetada B, no loteamento Edwin Klug como "Rua Urbano Bertoldi".

O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 29 de março.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em seu parecer nº 14/2019, se manifestou pela tramitação da matéria, por atender aos preceitos constitucionais e legais de competência e de conteúdo.

A proposição trata de denominação de via pública, razão pela qual foi colocada à apreciação desta Comissão para verificação de seu impacto social, tendo sido objeto de discussão e deliberação na reunião realizada no dia 29 de março corrente.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Pelo que se observa da proposição em análise, o Poder Executivo pretende denominar a rua projetada B do loteamento Edwin Klug de "Rua Urbano Bertoldi".

O senhor Urbano Bertoldi foi o primeiro advogado do município de Timbó e deixou um legado de conquistas para a sociedade timboense,

sendo exemplo de honradez e cidadania. Dentre suas várias ações, podemos citar: a fundação da Escola Ruy Barbosa, juntamente com o Prefeito Mário Luiz Schuster e do Professor Gelindo Sebastião Buzzí no ano de 1949, e a sua atuação como suplente de Deputado Estadual de Santa Catarina, tendo conseguido em 1964 a estadualização da Escola Ruy Barbosa e autorização para a criação de um Posto de Saúde no município de Timbó.

Desta feita, vislumbrando que tal homenagem é merecida, em se tratando de um cidadão notável, cuja dedicação ao próximo foi ideal de vida, este Relator se manifesta de maneira favorável à sua aprovação em Plenário.

III – CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação do Projeto de Lei Ordinária nº 14/2019.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Adilson Mesch

Vereador Fabricio Dalcastagné

Sala das Comissões, 29 de março de 2019.

Adilson Mesch

Presidente

Fabricio Dalcastagné

Membro

Rubens Borchardt

Relator

PARECER DA COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL À MENSAGEM RETIFICATIVA AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 10/2019

Publicação Nº 1968132

COMISSÃO DE INFRAESTRUTURA, DESENVOLVIMENTO E BEM-ESTAR SOCIAL

Processo: 16/2019 Parecer: 09/2019

Matéria: MRPLO 10/2019 Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. Fabricio Dalcastagné Conclusão: Favorável

Data: 29/03/2019

Ementa do Projeto: Altera a composição do conselho e a gestão do Fundo Municipal de Turismo de que trata a Lei n.º 1.964, de 20 de outubro de 1997.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Prefeito que pretende alterar a composição do conselho e a gestão do Fundo Municipal de Turismo de que trata a Lei n.º 1.964, de 20 de outubro de 1997

O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 29 de março.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em seu parecer nº 16/2019, se manifestou pela tramitação da matéria, por atender aos preceitos constitucionais e legais de competência e de conteúdo.

A proposição trata da alteração na estrutura de órgão público municipal, razão pela qual foi colocada à apreciação desta Comissão para verificação de seu impacto social, tendo sido objeto de discussão e deliberação na reunião realizada no dia 29 de março corrente.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Pelo que se observa da proposição em análise, o Poder Executivo pretende alterar a composição do Fundo Municipal de Turismo, bem como de sua gestão.

A proposição visa permitir ao Poder Executivo fixar, por decreto, as entidades que comporão o referido conselho, conforme sugestão, inclusive, dos próprios conselheiros municipais do turismo, que sugeriram fosse adotado este critério, tal como já o é na composição do Conselho da Cidade, cujas entidades representadas são fixadas através do Decreto nº 1.435, de 1º de dezembro de 2008.

O tipo de alteração pretendida está em consonância com as boas práticas administrativas e que devem nortear a Administração Pública Municipal, no sentido de se desburocratizar o processo administrativo e entregar ao cidadão um serviço mais ágil e efetivo, sendo louvável a intenção do Poder Executivo nesse sentido.

Assim, esse Relator se manifesta de maneira favorável à sua aprovação em Plenário.

III – CONCLUSÃO

VOTO DO RELATOR

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela aprovação da Mensagem Retificativa ao Projeto de Lei Ordinária nº 10/2019.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votou com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Adilson Mesch

Vereador Rubens Borchardt

Sala das Comissões, 29 de março de 2019.

Adilson Mesch

Presidente

Fabricio Dalcastagné

Relator

Rubens Borchardt

Membro

PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 05/2019

Publicação Nº 1967944

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Processo: 18/2019 Parecer: 14/2019

Matéria: PLC 5/2019 Autor: Mesa Diretora

Relator: Ver. Carlos Adriano Krüger Conclusão: Favorável

Data: 28/03/2019

Ementa do Projeto: Altera a Lei Complementar nº 338, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre a estrutura Administrativa, Cargos e Funções da Câmara Municipal de Timbó – SC.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa da Mesa Diretora da Câmara Municipal que pretende alterar a Lei Complementar nº 338, de 12 de novembro de 2007, que dispõe sobre a estrutura Administrativa, Cargos e Funções da Câmara Municipal de Timbó – SC.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 6 de março corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 28 de março.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em parecer nº 13/2019, se manifestou pela tramitação da proposição, por entender que a mesma está de acordo com os preceitos constitucionais e legais de competência e conteúdo.

Ao criar cargos na estrutura do Poder Legislativo, o projeto de lei análise poderá criar despesas ao erário, razão pela qual é colocado à apreciação desta Comissão, para verificação de sua compatibilidade com a legislação orçamentária e exame de seu impacto financeiro.

No dia 28 de março a presente Comissão teve como pauta a proposição em sua reunião ordinária exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Verifica-se, em primeiro lugar, que a despesa a ser criada pela criação de novo cargo está em conformidade com a legislação orçamentária, conforme declaração emitida pelo Presidente da Câmara Municipal, em fls. 28 dos autos. Logo, confirma-se que o projeto de lei atende o disposto no art. 165 da Constituição Federal e art. 87 da Lei Orgânica Municipal, pois tem compatibilidade com as leis do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual.

Quanto ao estudo de impacto orçamentário e financeiro apresentados no documento de fls. 12 dos autos, observa-se que os mesmos não apresentam inconsistência técnica e apontam a viabilidade do objetivo pretendido pelo projeto, sem que isso afete o equilíbrio fiscal do erário. Observa-se ainda que a medida pretendida pelo Poder Legislativo trará um aumento anual de aproximadamente R\$ 27.000,00 nos anos de 2019, 2020 e 2021, não trazendo abalo as finanças públicas municipais, não havendo óbices tramitação da proposição nesta Casa Legislativa.

Deste modo, este Relator não encontra óbices à aprovação do respectivo Projeto.

III – CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 5/2019.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Adilson Mesch

Vereador John Adriano Schwartz

Sala das Comissões, 28 de março de 2019.

Carlos Adriano Krüger

Presidente/Relator

Adilson Mesch John
MembroAdriano Schwartz
Membro**PARECER DA COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 06/2019**

Publicação Nº 1967945

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAS PÚBLICAS

Processo: 15/2019 Parecer: 15/2019

Matéria: PLC 6/2019 Autor: Poder Executivo

Relator: Ver. John Adriano Schwartz Conclusão: Favorável

Data: 28/03/2019

Ementa do Projeto: Renomeia a Fundação Cultural de Timbó de Fundação de Cultura e Turismo de Timbó e altera dispositivos da Lei Complementar nº 171, de 24 de março de 2000 que a institui.

I – RELATÓRIO

Trata-se de Projeto de Lei de iniciativa do Poder Executivo que pretende Renomeia a Fundação Cultural de Timbó de Fundação de Cultura e Turismo de Timbó e altera dispositivos da Lei Complementar nº 171, de 24 de março de 2000 que a institui.

Respectivo projeto foi protocolizado nesta Casa Legislativa no dia 26 de fevereiro corrente. O Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa despachou o projeto à esta Comissão no dia 28 de março.

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em parecer nº 15/2019, se manifestou pela tramitação da proposição, por entender que a mesma está de acordo com os preceitos constitucionais e legais de competência e conteúdo.

Ao criar cargos na estrutura do Poder Executivo, o projeto de lei análise poderá criar despesas ao erário, razão pela qual é colocado à apreciação desta Comissão, para verificação de sua compatibilidade com a legislação orçamentária e exame de seu impacto financeiro.

No dia 28 de março a presente Comissão teve como pauta a proposição em sua reunião ordinária exarando seu parecer que ora segue.

Esse é o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Verifica-se, em primeiro lugar, que a despesa a ser criada pela criação de novo cargo está em conformidade com a legislação orçamentária, conforme declaração emitida pelo Prefeito Municipal, em fls. 9 dos autos. Logo, confirma-se que o projeto de lei atende o disposto no art. 165 da Constituição Federal e art. 87 da Lei Orgânica Municipal, pois tem compatibilidade com as leis do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual.

Quanto ao estudo de impacto orçamentário e financeiro apresentados no documento de fls. 10 dos autos, observa-se que os mesmos não apresentam inconsistência técnica e apontam a viabilidade do objetivo pretendido pelo projeto, sem que isso afete o equilíbrio fiscal do erário. Observa-se ainda que a medida pretendida pelo Poder Executivo trará um impacto financeiro anual negativo de 0,03% em 2019, 2020 e 2021, não trazendo abalo as finanças públicas municipais, não havendo óbices tramitação da proposição nesta Casa Legislativa.

Deste modo, este Relator não encontra óbices à aprovação do respectivo Projeto.

III – CONCLUSÃO**VOTO DO RELATOR**

Em face do exposto, o Relator desta Comissão se manifesta pela tramitação do Projeto de Lei Complementar nº 6/2019.

Esse é o voto.

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO

Votaram com o relator, aprovando o parecer:

Vereador Carlos Adriano Krüger

Vereador Adilson Mesch

Sala das Comissões, 28 de março de 2019.

Carlos Adriano Krüger

Presidente

Adilson Mesch John
MembroAdriano Schwartz
Relator

Três Barras

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2019

Publicação Nº 1967908

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 10/2019.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019.

Interessados: : * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;
* SECRETARIA DE AGRICULTURA;
* SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO;
* SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
* SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;
* ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTOVÃO;
* FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE;
* FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de 2019, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito a Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **TRES BARRAS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA**, CNPJ nº 13.140.047/0001-00, com sede e foro na Cidade de Três Barras - SC, cito a AVENIDA RIGESA, nº 1236, Bairro VILA NOVA; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
15	ADAPTADOR FLANGE 50 X 1 1/2	PECA	PLASTUBOS	20,00	R\$8,70
16	ADAPTADOR PARA MANGUEIRA 1 1/2	PECA	PLASBOHN	20,00	R\$0,45
17	ADAPTADOR PARA MANGUEIRA 1"	PECA	AEGPLAST	20,00	R\$0,32
18	ADAPTADOR PARA MANGUEIRA 1/2	PECA	PLASBOHN	20,00	R\$0,24
19	ADAPTADOR PARA MANGUEIRA 3/4	PECA	PLASBOHN	20,00	R\$0,28
27	ANCINHO COM CABO 12 DENTES	PECA	SCHNEIDER	40,00	R\$10,00
38	ARGAMASSA AC II - 20KG	SACO	PORTOKOLL	300,00	R\$13,20
40	ARMAÇAO 1X1 PESADA	PECA	ART MAX	10,00	R\$6,50
47	BARRA DE ACO CA 50 10,0MM COM 12 METROS	UNIDADE	IMPORTADA	300,00	R\$42,80
51	BARRA DE ACO CA 50 6,3MM COM 12 METROS	UNIDADE	IMPORTADA	500,00	R\$15,50
76	BROXA MEDIA P/ PINTURA	UNIDADE	ROMA	100,00	R\$2,80
78	BUCHA DE NYLON PLASTICA 6MM	PECA	Plymouth	1.000,00	R\$0,08
84	CABO DUPLEX 2X16MM	METRO	CORFIO	200,00	R\$2,90
88	CABO PARA PICARETA	UNIDADE	PANDOLFO	30,00	R\$7,90
108	CAIXA DE GORDURA EM CONCRETO	PECA	DOIS IRMAOS	20,00	R\$50,00
109	CAIXA DE GORDURA EM CONCRETO GR	PECA	DOIS IRMAOS	20,00	R\$85,00
132	CHAVE PHILIPS 3/16 X 3	PECA	DISMA	20,00	R\$4,90
133	CIMENTO (SACO DE 50 KG)	SACO		1.000,00	R\$23,50
224	FITA ISOLANTE ROLO C/ 10 MTS	UNIDADE	DECORLUX	100,00	R\$2,20
231	FOSSA SEPTICA	UNIDADE	DOIS IRMAOS	5,00	R\$160,00
234	GOIVA DE BARRO TIPO CELIN	UNIDADE	CANELINHA	400,00	R\$2,18
238	IMPERMEABILIZANTE PARA ARGAMASSA 1 LITRO	POTE	MAXTON	50,00	R\$5,80
240	IMPERMEABILIZANTE PARA ARGAMASSA 3,2 LITROS	GALAO	MAXTON	50,00	R\$16,00
256	JOELHO PARA MANGUEIRA 3/4	PECA	PLASBOHN	50,00	R\$0,40
276	LIMA PARA MOTOSERRA	PECA	NICHOLSON	50,00	R\$5,90
287	MACHADO COM CABO	UNIDADE	PANDOLFO	10,00	R\$34,70
289	MANGUEIRA PARA JARDIM 15 MT	UNIDADE	MANTAC	20,00	R\$17,40
299	MARRETA COM CABO 5 KG	UNIDADE	MINASUL	10,00	R\$69,00
307	MASSA PRONTA REBOCO - 20KG	SACO	QUARTZOLIT	500,00	R\$7,65
312	MIOLO DE CHAVE	UNIDADE	SOPRANO	50,00	R\$13,90
338	PREGO 10X10	QUILO	TX	50,00	R\$15,80
349	RECEPTACULO PORCELANA PARA LAMPADA E-27	UNIDADE	DECORLUX	30,00	R\$3,60
359	REGISTRO PRESSÃO AMARELO 3/4	UNIDADE	FAMOSA	30,00	R\$18,00
396	TELHA DE FIBRO CIMENTO 153X110X 5MM	UNIDADE	eternit	200,00	R\$21,45
399	TELHA DE FIBRO DE CIMENTO 213X110X 5MM	UNIDADE	eternit	200,00	R\$28,00

400	TELHA FRANCESA (BARRO)	UNIDADE	SANTA TEREZINHA	5.000,00	R\$1,12
401	TELHAS DE BARRO TIPO ROMANA DE 1a. QUALIDADE	UNIDADE	CEACA	5.000,00	R\$1,11
402	TELHAS DE FIBRO CIMENTO 244X 110X 5MM	UNIDADE	eternit	500,00	R\$32,20
403	TIJOLO 2 FUIROS 06X12X24 CM	UNIDADE	CANELINHA	10.000,00	R\$1,04
404	TIJOLO 18 FUIROS	UNIDADE	CANELINHA	15.000,00	R\$1,20
405	TIJOLOS 4 FUIROS 11X11X25	UNIDADE	CEACA	15.000,00	R\$0,67
406	TIJOLOS COM 06 FUIROS	UNIDADE	SAO JORGE	30.000,00	R\$0,65
407	TIJOLOS MACICO	UNIDADE	CANELINHA	15.000,00	R\$1,20
422	TOMADA 10A	UNIDADE	ILUMI	80,00	R\$2,80
429	TORNEIRA DE METAL 3/4 PARA JARDIM	UNIDADE	FAMOSA	50,00	R\$22,00
437	TORNEIRA PVC PARA LAVATORIO	UNIDADE	HERC	50,00	R\$6,90
438	TORNEIRA PVC PARA PIA	UNIDADE	HERC	10,00	R\$3,40
439	TORNEIRA PVC PARA TANQUE	UNIDADE	HERC	10,00	R\$5,00
451	TUBO SOLDAVEL 32 MM	UNIDADE	PLASTUBOS	100,00	R\$18,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafo.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão nº. 07/2019 – Procedimento Administrativo nº. 10/2019 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 01 de abril de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

TRES BARRAS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA
CNPJ nº 13.140.047/0001-00
CONTRATADA

Testemunhas

1

Denise Magali Moskvina

2

Luciane Tomczyk

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2019

Publicação Nº 1967898

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 10/2019.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019.

Interessados: * **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;**
 * **SECRETARIA DE AGRICULTURA;**
 * **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO;**
 * **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;**
 * **SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;**
 * **ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTOVÃO;**
 * **FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE;**
 * **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.**

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de 2019, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito a Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **FABIO DOS SANTOS**, CNPJ nº 07.214.825/0001-58, com sede e foro na Cidade de Três Barras - SC, cito a RUA AVENIDA RIGESA, nº 1834, Bairro KM 2; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
1	ABRACADEIRA DE NYLON 202X3.80	PECA	VILA	20,00	R\$0,15
2	ABRACADEIRA DE PRESSÃO 1/2 X 3/4	PECA	INCA	20,00	R\$0,75
3	ABRACADEIRA DE PRESSÃO 1" X 1.1/2	PECA	INCA	20,00	R\$1,65
4	ABRACADEIRA PVC PRA ELETRODUTO	PECA	IMPOL	30,00	R\$1,90
5	ABRACADEIRA ROSCA SEM FIM 1	PECA	INCA	30,00	R\$0,90
6	ABRACADEIRA ROSCA SEM FIM 1 1/2	PECA	INCA	30,00	R\$1,70
10	ACABAMENTO PARA VALVULA DE DESCARGA CROMADA	PECA	CENSI	20,00	R\$32,90
11	ACABAMENTO PARA VALVULA DE DESCARGA EM PVC	PECA	CENSI	30,00	R\$17,00
12	ADAPTADOR CONDULETE PVC	UNIDADE	IMPOL	150,00	R\$0,75
13	ADAPTADOR FLANGE 25 X 3/4	PECA	KRONA	20,00	R\$4,25
14	ADAPTADOR FLANGE 32 X 1"	PECA	KRONA	30,00	R\$7,50
20	ADESIVO 17GR	PECA	DURIM	50,00	R\$1,30
21	ADESIVO 75 GR	PECA	DURIM	50,00	R\$3,00
23	ALICATE DE BICO	PECA	BELFIX	20,00	R\$12,00
24	ALICATE DE CORTE	PECA	BELFIX	20,00	R\$10,00
25	ALICATE DE PRESSAO	PECA	BELFIX	20,00	R\$16,00
26	ALICATE UNIVERSAL	PECA	BELFIX	40,00	R\$13,00
28	ANCINHO SEM CABO 12 DENTES	PECA	TRAMONTINA	40,00	R\$8,30
29	ANEL DE VEDAÇÃO 40 MM	UNIDADE	KRONA	50,00	R\$0,40
30	ANEL DE VEDAÇÃO 50 MM	UNIDADE	KRONA	50,00	R\$0,70
31	ARAME FARPADO (ROLO COM 250 METROS)	PECA	MULTILIT	10,00	R\$134,90
32	ARAME GALVANIZADO 14	QUILO	MULTILIT	30,00	R\$11,00
33	ARAME GALVANIZADO 16	QUILO	MULTILIT	50,00	R\$11,20
34	ARAME GALVANIZADO 18	QUILO	MULTILIT	30,00	R\$12,90
35	ARAME RECOZIDO No. 18	QUILO	MULTILIT	150,00	R\$7,90
36	ARCO DE SERRA	PECA	BESTFER	30,00	R\$8,50
41	ARMARIO EM PVC PARA BANHEIRO	UNIDADE	METASUL	5,00	R\$25,00
42	ASSENTO SANITARIO ALMOFADA	PECA	ALUMASA	50,00	R\$29,00
43	ASSENTO SANITARIO SIMPLES	PECA	ALUMASA	150,00	R\$11,00
44	AVENTAL PARA ROÇADAS	UNIDADE	SAFEX	50,00	R\$69,00
45	BAINHA PARA FACÃO 18	UNIDADE	SAFEX	20,00	R\$21,00
46	BANDEJA PARA PINTURA - TAMANHO GRANDE	UNIDADE	ROMA	60,00	R\$3,30
49	BARRA DE ACO CA 50 16,0MM COM 12 METROS	UNIDADE	BELGO	300,00	R\$80,00
50	BARRA DE ACO CA 50 20,0MM COM 12 METROS	UNIDADE	BELGO	100,00	R\$128,00
55	BASE FOTOCELULA	UNIDADE	EXATRON	10,00	R\$5,00
56	BATERIA PARA MULTIMETRO	UNIDADE	EVEREADY	10,00	R\$5,90
57	BOIA 1/2 PARA CAIXA DE DESCARGA	PECA	ALUMASA	50,00	R\$2,50
58	BOIA PARA CAIXA D'AGUA 3/4	PECA	ALUMASA	30,00	R\$5,20
59	BOMBA VIBRATORIA 650	PECA	PR BOMBAS	15,00	R\$189,00
60	BOTA DE BORRACHA 7 LÉGUAS BRANCA (NUMERAÇÃO DIVERSAS)	PARES	WORKER	30,00	R\$23,90
61	BOTINA DE COURO C/ BIQUEIRA DE FERRO (NUMERAÇÃO DIVERSAS)	PARES	WORKER	100,00	R\$35,00

62	BOTINA DE COURO S/ BIQUEIRA DE FERRO (NUMERAÇÃO DIVERSAS)	PARES	WORKER	100,00	R\$33,90
65	BROCA AÇO RÁPIDO 2,5 MM	PECA	MULTILIT	30,00	R\$1,00
66	BROCA AÇO RÁPIDO 3,0 MM	PECA	MULTILIT	30,00	R\$1,40
67	BROCA AÇO RÁPIDO 3,5MM	PECA	MULTILIT	30,00	R\$1,80
68	BROCA AÇO RÁPIDO 4,0MM	PECA	MULTILIT	30,00	R\$1,90
69	BROCA AÇO RÁPIDO 6,0MM	PECA	MULTILIT	30,00	R\$3,80
70	BROCA DE WIDIA 10,0MM	PECA	MULTILIT	30,00	R\$5,80
73	BROCA DE WIDIA 8,00 MM	PECA	MULTILIT	30,00	R\$4,60
75	BROXA GRANDE PARA PINTURA	UNIDADE	ROMA	50,00	R\$3,40
77	BROXA PEQUENA P/ PINTURA	UNIDADE	ROMA	80,00	R\$2,10
79	BUCHA DE NYLON PLÁSTICA 8MM	PECA	VILA	1.000,00	R\$0,08
80	BUCHA DE REDUÇÃO 1 1/2 X 1"	PECA	KRONA	30,00	R\$4,90
81	BUCHA DE REDUÇÃO 1X3/4	PECA	KRONA	30,00	R\$1,00
82	BUCHA DE REDUÇÃO 3/4 X 1/2	PECA	KRONA	30,00	R\$0,35
83	BUCHA SOLDAVEL 50X25MM	PECA	KRONA	50,00	R\$1,25
85	CABO P /ENXADA	UNIDADE	WORKER	30,00	R\$5,50
86	CABO PARA MACHADO	UNIDADE	WORKER	30,00	R\$6,90
87	CABO PARA PA JUNTADEIRA/CORTADEIRA	UNIDADE	WORKER	60,00	R\$5,50
90	CADEADO 25 MM	PECA	STAN	50,00	R\$9,60
91	CADEADO 30 MM	PECA	STAN	80,00	R\$9,80
92	CADEADO 35 MM	PECA	STAN	50,00	R\$11,90
93	CADEADO 40 MM	PECA	STAN	50,00	R\$14,90
94	CADEADO 45 MM	PECA	STAN	50,00	R\$16,90
95	CADEADO 50 MM	PECA	PADO	100,00	R\$26,00
96	CADEADO 60MM	PECA	PADO	50,00	R\$52,90
98	CAIBRO DE PINHEIRO 5X10X4,00MT	ML	SERRADA	500,00	R\$18,90
101	CAIXA DE AGUA DE PVC COM TAMPAS 1000 LITROS	UNIDADE	BAKOF	10,00	R\$225,00
102	CAIXA DE AGUA DE PVC COM TAMPAS 200 LITROS	UNIDADE	BAKOF	10,00	R\$114,00
103	CAIXA DE AGUA DE PVC COM TAMPAS 300 LITROS	UNIDADE	BAKOF	10,00	R\$109,00
104	CAIXA DE AGUA DE PVC COM TAMPAS 500 LITROS	UNIDADE	BAKOF	10,00	R\$133,00
105	CAIXA DE DESCARGA	UNIDADE	ALUMASA	100,00	R\$15,50
106	CAIXA DE DESCARGA COMPLETA	UNIDADE	ALUMASA	50,00	R\$18,90
107	CAIXA DE FERRAMENTA	UNIDADE	FORT BEST	2,00	R\$15,50
111	CAIXA DE LUZ 4 X 2	UNIDADE	FORTLEV	200,00	R\$0,50
112	CAIXA DE PASSAGEM CONDUTITE PVC	UNIDADE	IMPOL	100,00	R\$4,90
113	CAIXA PVC EMBUTIR PARA 6 DISJUNTOR	UNIDADE	CIPLA	20,00	R\$15,90
115	CAIXA PVC SOBREPOR P/ 6 DISJUNTORES	UNIDADE	CIPLA	5,00	R\$25,00
117	CAL PARA PINTURA 8KG	SACO	BOA VISTA	2.000,00	R\$5,60
119	CÂMERA PARA PNEU DE CARRINHO	UNIDADE	VILA	20,00	R\$10,90
121	CANAleta EM PVC	UNIDADE	MANTAC	100,00	R\$2,60
122	CANAleta PVC LARGA	UNIDADE	MANTAC	40,00	R\$9,90
123	CAPA DE CHUVA FORRADA	UNIDADE	WORKER	30,00	R\$13,00
125	CARRINHO DE MAO CHAPA	UNIDADE	MAESTRO	50,00	R\$68,50
126	CARRINHO DE MAO PVC	UNIDADE	MAESTRO	50,00	R\$99,00
127	CAXILHO COM VISTA 14 CM CAMBARA	JOGO	RIO JORDAO	20,00	R\$79,00
128	CAXILHO COM VISTA 14CM	JOGO	RIO JORDAO	30,00	R\$69,00
129	CHAVE DE FENDA 1/4 X 4	PECA	BESTFER	20,00	R\$3,90
130	CHAVE DE FENDA 5/16 X 5	PECA	BESTFER	200,00	R\$5,50
131	CHAVE PHILIPS 1/4 X 4	PECA	BESTFER	20,00	R\$4,50
134	COLA DE CONTATO 200 GRAMAS	LATA	AMAZONAS	50,00	R\$11,50
135	COLA DE CONTATO 400 GRAMAS	LATA	AMAZONAS	100,00	R\$18,90
136	COLA - ADESIVO INSTANTÂNEO UNIVERSAL, PRONTO PARA USO, COR TRANSPARENTE, TAMANHO MÍNIMO 2 GRAMAS.	UNIDADE	LEONORA	50,00	R\$2,90
137	COLHER PARA PEDREIRO Nº 8	UNIDADE	BESTFER	20,00	R\$8,90
138	COLHER PARA PEDREIRO Nº 9	UNIDADE	BESTFER	20,00	R\$8,90
143	CONDUITE CORRUGADO 3/4	METRO	MANTAC	500,00	R\$0,40
144	CONDUITE CORRUGADO	METRO	MANTAC	400,00	R\$0,40
145	CONE DE SINALIZAÇÃO	UNIDADE	WORKER	100,00	R\$13,50
146	CONJ. SERRA COPO	UNIDADE	BESTFER	2,00	R\$12,90
147	CONJUNTO 1 TOMADA	PECA	MEC TRONIC	50,00	R\$4,50
149	CONJUNTO SANITARIO 3 PEÇAS BRANCO	CONJUNTO	FIORI	20,00	R\$184,00

151	CORANTE	UNIDADE	XADREZ	400,00	R\$2,30
152	CORDA DE NYLON 10MM	METRO	RIOMAR	500,00	R\$0,90
153	CORDA DE NYLON 8MM	METRO	RIOMAR	500,00	R\$0,65
154	CORRENTE	UNIDADE	WORKER	50,00	R\$14,90
155	CURVA CONDULETE PVC	UNIDADE	IMPOL	40,00	R\$1,89
156	DESEMPENADEIRA COM ESPUMA	PECA	BESTFER	50,00	R\$6,90
157	DESEMPENADEIRA DE AÇO	PECA	BESTFER	50,00	R\$5,70
159	DISCO DE CORTE DIAMANTADO	PECA	BESTFER	20,00	R\$9,90
160	DISJUNTOR BIFASICO 50A	PECA	SOPRANO	30,00	R\$23,50
161	DISJUNTOR DIN MONOFÁSICO 16A	PECA	SOPRANO	30,00	R\$6,50
162	DISJUNTOR DIN MONOFÁSICO 25A	PECA	SOPRANO	30,00	R\$6,90
163	DISJUNTOR DIN MONOFÁSICO 32A	PECA	SOPRANO	30,00	R\$6,90
164	DISJUNTOR MONOFASICO 20 A	PECA	SOPRANO	30,00	R\$6,90
165	DISJUNTOR MONOFASICO 30 A	PECA	SOPRANO	30,00	R\$9,90
166	DISJUNTOR MONOFÁSICO 40 A	UNIDADE	SOPRANO	30,00	R\$14,90
167	DISJUNTOR TRIFÁSICO 30 A	PECA	SOPRANO	20,00	R\$63,00
168	DISJUNTOR TRIFASICO 50 AMPERES	PECA	SOPRANO	30,00	R\$73,00
169	DOBRADIÇA GALV 3	PECA	DEPECIL	50,00	R\$1,00
170	DOBRADIÇAS GALV 3.1/2	PECA	DEPECIL	50,00	R\$1,25
171	DOBRADIÇA GALV.2 1/2	PECA	DEPECIL	50,00	R\$0,70
172	DUCHA 3 TEMPERATURAS, MATERIAL PLÁSTICO, POTÊNCIA MINIMA 5.200 W, COR BRANCO, 220 V.	UNIDADE	SINTEX	30,00	R\$28,00
173	DUCHA 4 TEMPERATURAS, COR BRANCO, POTÊNCIA MINIMA 5500 W, 220 V.	UNIDADE	LORENZETI	50,00	R\$39,90
174	MASSA ADESIVA EPÓXI, QUE QUANDO MISTURADAS FORMAM UMA MASSA CINZA HOMOGÊNEA, USADA PARA RECONSTRUÇÃO DE SUPERFÍCIES DANIFICADAS, PARA USO EM DIVERSOS MATERIAIS. PESO LIQUIDO MINIMO 50 GR.	CAIXA	LOCTITE	30,00	R\$4,50
175	ELETRODO 2,5	QUILO	WORKER	200,00	R\$14,90
176	ELETRODUTO CONDULETE	UNIDADE	IMPOL	50,00	R\$9,90
177	ENGATE FLEXIVEL 40CM	PECA	ALUMASA	20,00	R\$2,00
178	ENGATE PLASTICO 60M	PECA	ALUMASA	20,00	R\$2,90
179	ENXADA C/ CABO	UNIDADE	PANDOLFO	50,00	R\$15,50
181	ESCADA EM ALUMINIO COM 7 DEGRAUS	UNIDADE	MOR	10,00	R\$148,00
184	ESCADA DE MADEIRA EXTENSÍVEL 15 DEGRAUS	UNIDADE	LONGEN	30,00	R\$369,90
185	ESCOVA CERDAS DE AÇO	UNIDADE	BESTFER	50,00	R\$4,50
186	ESCOVA DE AÇO SEM CABO	PECA	BESTFER	30,00	R\$7,50
187	ESPELHO COM INTERRUPTOR / TOMADA	UNIDADE	MEC TRONIC	50,00	R\$7,90
189	ESPUMA EXPANSIVA 500ML	UNIDADE	AMAZONAS	50,00	R\$13,00
190	ESQUADRO 14CM CABO ALUMINIO	UNIDADE	BESTFER	20,00	R\$9,90
191	ESQUADRO 14CM CABO PVC	UNIDADE	BESTFER	10,00	R\$6,90
192	ESTILETE GRANDE	UNIDADE	BESTFER	15,00	R\$3,90
193	EXTENSÃO 10 METROS	UNIDADE	PERLEX	50,00	R\$22,90
194	FACA PARA ROÇADEIRA	UNIDADE	COLINS	20,00	R\$29,90
195	FACÃO 18	UNIDADE	COLINS	10,00	R\$14,90
196	FACAO EM LAMINA DE AÇO DE CARBONO 20"	UNIDADE	COLINS	10,00	R\$29,90
197	FECHADURA CROMADA EXTERNA	UNIDADE	SOPRANO	200,00	R\$29,90
198	FECHADURA CROMADA EXTERNA PORTA DE FERRO	UNIDADE	SOPRANO	50,00	R\$37,00
199	FECHADURA CROMADA INTERNA	UNIDADE	SOPRANO	100,00	R\$19,50
201	FIO ANTICHAMA 1,5 MM - FLEXIVEL	METRO	RCM	500,00	R\$0,60
202	FIO ANTICHAMA 6,0 MM - FLEXIVEL	METRO	RCM	800,00	R\$2,00
203	FIO CABO PP 2X2,50MM	METRO	RCM	500,00	R\$2,20
208	FIO FLEXIVEL 4MM	METRO	RCM	1.000,00	R\$1,25
209	FIO PARA ROÇADEIRA	METRO	WORKER	500,00	R\$0,20
210	FIO PARALELO 2 X 2,50	METRO	RCM	1.500,00	R\$1,25
211	FIO PARALELO 2 X 4,0MM	METRO	RCM	200,00	R\$2,50
212	FIO PARALELO 2X1,5MM	METRO	RCM	500,00	R\$0,95
213	FIO SOLIDO 1.5 MM	METRO	RCM	200,00	R\$0,60
214	FIO SOLIDO 10MM	METRO	RCM	500,00	R\$4,80
215	FIO SOLIDO 2,5MM	METRO	RCM	1.000,00	R\$1,10
216	FIO SOLIDO 4MM	METRO	RCM	800,00	R\$1,30
217	FIO SOLIDO 6,0mm	METRO	RCM	1.000,00	R\$2,40

218	FITA ADESIVA	UNIDADE	DELFIX	100,00	R\$2,00
219	FITA ANTIDERRAPANTE	UNIDADE	VONDER	100,00	R\$15,00
220	FITA CREPE 25mm 50m	UNIDADE	DELFIX	100,00	R\$2,90
221	FITA DUPLA FACE INCOLOR FIXA FORTE, 19 MM X 12M	UNIDADE	DELFIX	40,00	R\$34,90
222	FITA ISOLANTE COM 20 METROS	UNIDADE	DURIN	100,00	R\$3,80
225	FITA VEDA ROSCA	UNIDADE	DURIN	100,00	R\$1,25
226	FITA ZEBRADA 185 METROS	UNIDADE	DELTA	100,00	R\$9,90
227	FIXADOR P/ CAL	UNIDADE	JUNTA LIDER	2.000,00	R\$0,64
228	FORMAO 1 POLEGADA	PECA	ECCOFER	10,00	R\$12,90
233	FURADEIRA ELETRICA 500W	UNIDADE	BELFIX	10,00	R\$105,00
236	HASTE TERRA 2,40MM	UNIDADE	INCA	30,00	R\$23,00
237	HASTE TERRA COM 1.5 METRO	UNIDADE	INCA	50,00	R\$8,90
241	INTERRUPTOR 1 TECLA COM TOMADA	CONJUNTO	MEC TRONIC	50,00	R\$5,50
245	INTERRUPTOR EXTERNO	PECA	MEC TRONIC	20,00	R\$2,90
246	INTERRUPTOR EXTERNO COM TOMADA	PECA	MEC TRONIC	50,00	R\$5,50
247	JOELHO 100mm	PECA	KRONA	100,00	R\$2,10
248	JOELHO 25 MM SOLDABEL	PECA	KRONA	200,00	R\$0,30
249	JOELHO 32 MM SOLDABEL	PECA	KRONA	100,00	R\$0,90
250	JOELHO 50 MM PARA ESGOTO	PECA	KRONA	100,00	R\$0,80
251	JOELHO ESGOTO 100MM 45	PECA	KRONA	100,00	R\$3,25
254	JOELHO PARA MANGUEIRA 1	PECA	PLASBOHN	50,00	R\$0,50
255	JOELHO PARA MANGUEIRA 1 1/2	PECA	PLASBOHN	50,00	R\$1,90
257	JOELHO SOLDABEL 50	PECA	PLASBOHN	100,00	R\$1,50
258	LAMPADA DE LED BULBO	UNIDADE	TASCHIBRA	100,00	R\$6,90
259	LAMPADA DE LED TUBULAR 9 W	UNIDADE	TASCHIBRA	100,00	R\$13,90
260	LAMPADA DE LED TUBULAR 18 W	UNIDADE	TASCHIBRA	100,00	R\$17,90
261	LAMPADA DE LED 7 W BRANCO FRIO	UNIDADE	TASCHIBRA	300,00	R\$7,50
262	LAMPADA DE LED 9 W BRANCO FRIO	UNIDADE	TASCHIBRA	300,00	R\$7,40
263	LAMPADA DE LED 12 W BRANCO FRIO	UNIDADE	TASCHIBRA	350,00	R\$11,90
264	LAMPADA DE LED 15 W BRANCO FRIO	UNIDADE	TASCHIBRA	400,00	R\$17,50
265	LAMPADA ECONOMICA 15W	UNIDADE	MANPLEX	50,00	R\$9,40
266	LAMPADA ECONÔMICA 20 W	UNIDADE	MANPLEX	50,00	R\$10,00
267	LAMPADA ECONOMICA 25 W	UNIDADE	MANPLEX	1.000,00	R\$11,90
268	LAMPADA ECONOMICA 30W	UNIDADE	MANPLEX	400,00	R\$23,50
269	LAMPADA ECONOMICA 7W	UNIDADE	MANPLEX	50,00	R\$13,90
270	LAMPADA FLUORESCENTE 20 W TUBULAR	UNIDADE	MANPLEX	500,00	R\$7,80
271	LAMPADA FLUORESCENTE 40W TUBULAR	UNIDADE	MANPLEX	500,00	R\$7,70
272	LANTERNA	UNIDADE	BESTFER	10,00	R\$19,90
273	LANTERNA DE LED	UNIDADE	BESTFER	20,00	R\$24,90
274	LIMA CHATA	PECA	NOVE 54	20,00	R\$7,90
275	LIMA PARA ENXADA	PECA	NOVE 54	100,00	R\$7,90
277	LIXA 100	METRO	CARBORUNDUM	200,00	R\$2,30
278	LIXA 120	METRO	CARBORUNDUM	100,00	R\$2,30
279	LIXA 80	METRO	CARBORUNDUM	100,00	R\$2,30
280	LONA PRETA 120 MICRAS	METRO	ECOCICLE	1.500,00	R\$2,00
281	LONA PRETA 150 MICRAS	M2	ECOCICLE	1.000,00	R\$2,90
282	LUVA CONDULETE	UNIDADE	IMPOL	100,00	R\$1,80
283	LUVA DE VAQUETA	UNIDADE	ROSA CAMPOS	100,00	R\$14,90
285	LUZ EMERGENCIAL	UNIDADE	MANPLEX	50,00	R\$13,90
286	MACANETA PARA FECHADURA	UNIDADE	SOPRANO	20,00	R\$9,90
290	MANGUEIRA PARA JARDIM 30 MT	UNIDADE	MANTAC	10,00	R\$30,00
291	MANGUEIRA PARA JARDIM 50 MT	UNIDADE	MANTAC	30,00	R\$99,90
292	MANGUEIRA PRETA 1	METRO	DELPLAST	100,00	R\$1,00
294	MANGUEIRA PRETA 1/2	M.LINEAR	DELPLAST	300,00	R\$0,60
295	MANGUEIRA PRETA 3/4	METRO	DELPLAST	600,00	R\$0,70
296	MARRETA COM CABO 1 KG	UNIDADE	RIO CLARO	20,00	R\$17,50
297	MARRETA COM CABO 2 KG	UNIDADE	RIO CLARO	20,00	R\$29,90
298	MARRETA COM CABO 3 KG	UNIDADE	RIO CLARO	10,00	R\$42,90
300	MARTELO 25MM	UNIDADE	BESTFER	50,00	R\$10,90
301	MARTELO 27MM	UNIDADE	BESTFER	30,00	R\$17,50
302	MARTELO 27MM COM CABO FIBRA	UNIDADE	BESTFER	20,00	R\$24,90

303	MASSA ACRILICA (BALDE DE 18 LT)	LATA	GRAFFITEX	20,00	R\$46,00
306	MASSA CORRIDA	SACO	GRAFFITEX	50,00	R\$9,00
308	MASSA PVA 18 LITROS	LATA	GRAFFITEX	30,00	R\$16,50
313	MULTIMETRO	UNIDADE	BESTFER	2,00	R\$23,90
315	OCULOS DE PROTECAO	UNIDADE	DELTA	50,00	R\$2,90
316	PA CORTAR COM CABO	UNIDADE	PANDOLFO	30,00	R\$18,00
317	PA CORTAR SEM CABO	UNIDADE	PANDOLFO	30,00	R\$15,00
318	PA / AJUNTADEIRA	UNIDADE	PANDOLFO	30,00	R\$18,50
319	PICARETA COM CABO	UNIDADE	PANDOLFO	10,00	R\$39,50
320	PINCEL. No 1	UNIDADE	ROMA	60,00	R\$1,80
321	PINCEL 1.1/2	UNIDADE	ROMA	80,00	R\$2,50
322	PINCEL 2.1/2	UNIDADE	ROMA	50,00	R\$4,50
323	PINCEL 3	UNIDADE	ROMA	20,00	R\$5,50
324	PINCEL DE 4 POLEGADAS	UNIDADE	ROMA	50,00	R\$8,50
325	PINCEL Nº 2	UNIDADE	ROMA	50,00	R\$2,90
326	PISO CERAMICA DE 1a QUALIDADE.	M2	ROCHA FORTE	200,00	R\$11,90
327	PLAFON PVC DUPLO	PECA	PERLEX	500,00	R\$8,40
328	PLAFON PVC SIMPLES	UNIDADE	ENERBLU	600,00	R\$1,98
329	PLUGUE - FEMEA	UNIDADE	PERLEX	50,00	R\$3,30
330	PLUGUE - MACHO	UNIDADE	PERLEX	50,00	R\$3,50
332	PORTA EXTERNA 2,10 X 0,80	UNIDADE	RIO JORDAO	30,00	R\$158,00
333	PORTA EXTERNA 2,10 X 1,00	UNIDADE	RIO JORDAO	30,00	R\$239,90
334	PORTA INTERNA 0,60 PINUS	UNIDADE	RIO JORDAO	30,00	R\$64,00
335	PORTA INTERNA 0,70 PINUS	UNIDADE	RIO JORDAO	30,00	R\$69,00
336	PORTA INTERNA 0,80 PINUS	UNIDADE	RIO JORDAO	30,00	R\$64,00
337	PORTA INTERNA 80 CM EM CHAPA DE IMBUIA	UNIDADE	RIO JORDAO	30,00	R\$109,90
339	PREGO 12 X 12	QUILO	BELGO	30,00	R\$10,90
340	PREGO 13 X 15	QUILO	BELGO	80,00	R\$11,50
341	PREGO 15 X 21	QUILO	BELGO	50,00	R\$9,90
342	PREGO 17 X 27	QUILO	BELGO	400,00	R\$8,90
343	PREGO 18 X 36	QUILO	BELGO	200,00	R\$9,50
344	PREGO 20 X 42	QUILO	BELGO	200,00	R\$10,00
346	PRESILHA CONDULETE PVC	UNIDADE	VILA	300,00	R\$0,25
348	RECEPTACULO PORCELANA PARA LAMPADA E-40	UNIDADE	MANPLEX	15,00	R\$3,90
352	REFLETOR LED BRANCO FRIO 10 W	UNIDADE	MANPLEX	50,00	R\$22,50
355	REGISTRO DE ESFERA 50	PECA	KRONA	50,00	R\$9,90
356	REGISTRO DE PRESSAO CROMADO 3/4	UNIDADE	ALAMO	50,00	R\$29,90
357	REGISTRO ESFERA 25MM	PECA	KRONA	50,00	R\$3,50
360	REGULADOR DE GAS	UNIDADE	JOLIMAR	20,00	R\$14,90
363	REPARO VALVULA DE DESCARGA	PECA	CENSI	10,00	R\$36,00
366	ROLO DE ESPUMA PARA PINTURA 15 CM	UNIDADE	ROMA	90,00	R\$4,40
367	ROLO DE ESPUMA PARA PINTURA 23 CM	UNIDADE	ROMA	50,00	R\$6,90
368	ROLO DE LA ANTI GOTA 23CM COM CABO	UNIDADE	ROMA	50,00	R\$8,10
369	ROLO DE LA PARA PINTURA 15 CM COM CABO	PECA	ROMA	50,00	R\$7,90
370	ROLO DE LA PARA PINTURA 23 CM	UNIDADE	ROMA	100,00	R\$7,90
372	SELADOR ACRILICO COM 3,6 LITROS	GALAO	GRAFFTEX	20,00	R\$13,00
374	SELADOR PARA MADEIRA 3,6 LITROS	GALAO	TINSUL	10,00	R\$46,00
375	SENSOR DE PRESENÇA	UNIDADE	ENERBLU	15,00	R\$26,00
376	SERRA AÇO RAPIDO	PECA	WESTERN	70,00	R\$1,00
377	SERRA MARMORE	PECA	dwt	10,00	R\$235,00
378	SERRINHA DE CORTAR FERRO	PECA	WESTERN	100,00	R\$1,00
379	SERROTE CABO DE MADEIRA COM DENTE GRANDE 22"	PECA	RAMADA	5,00	R\$24,90
380	SIFÃO SANFONADO	UNIDADE	KALA	50,00	R\$3,15
381	SOLVENTE	LITRO	TIMSUL	100,00	R\$8,20
382	SOLVENTE GALAO COM 5 LITROS	LATA	TIMSUL	50,00	R\$39,50
384	SPRAY DESINGRIPANTE	UNIDADE	VILA	50,00	R\$4,70
388	TAMPA ENCAIXE DE PASSAGEM (CONDULETE)	UNIDADE	IMPOL	50,00	R\$1,90
389	TEE SOLDÁVEL 25 MM	UNIDADE	KRONA	50,00	R\$0,37
393	TELA GALVANIZADA VIVEIRO 1/2X24X 1,00	M.LINEAR	WORKER	200,00	R\$6,00
395	TELHA DE FIBRO CIMENTO 122X50X 4,0MM	UNIDADE	IMBRALIT	350,00	R\$4,90
408	TIMER DIGITAL	UNIDADE	WORKER	10,00	R\$76,00



Prefeitura Municipal de Três Barras

409	TINTA ACRILICA 3,6 LITRO	GALAO	GRAFFTEX	200,00	R\$24,00
410	TINTA ACRILICA FOSCA (LATA DE 18 LITROS)	LATA	GRAFFTEX	80,00	R\$119,90
412	TINTA ACRILICA SEMI BRILHO BRANCA - GL 3,6 LT	GALAO	GRAFFTEX	100,00	R\$44,00
413	TINTA EPOXI	LATA	SHERWIN WILLIANS	50,00	R\$197,00
414	TINTA ESMALTE SINTETICA BRANCA (3,6 LITROS)	GALAO	TIMSUL	100,00	R\$46,50
415	TINTA OLEO 18 LT	LATA	TIMSUL	50,00	R\$196,00
416	TINTA OLEO 3,6 LITROS	LATA	TIMSUL	100,00	R\$43,00
417	TINTA PARA PISO - 3,6L	GALAO	GRAFFTEX	20,00	R\$35,50
419	TINTA PVA 18 LT	LATA	GRAFFTEX	50,00	R\$85,00
420	TINTA PVA 3,6	GALAO	GRAFFTEX	50,00	R\$15,00
421	TINTA SPRAY (CORES DIVERSAS)	LATA	CHEMICOLOR	50,00	R\$8,90
424	TOMADA EXTERNA	PECA	MEC TRONIC	50,00	R\$4,00
425	TOMADA PARA TELEFONE	UNIDADE	MEC TRONIC	50,00	R\$4,00
428	TORNEIRA BICA MOVEL	UNIDADE	BR HOME	40,00	R\$19,00
431	TORNEIRA ELETRICA	UNIDADE	DURIN	20,00	R\$93,00
432	TORNEIRA LAVATÓRIO BICO MOVEL	UNIDADE	DURIN	30,00	R\$19,00
433	TORNEIRA LAVATORIO CROMADA	UNIDADE	DURIN	20,00	R\$27,00
434	TORNEIRA LAVATÓRIO LUXO CROMADA	UNIDADE	DURIN	30,00	R\$39,90
435	TORNEIRA PARA PIA CROMADA 1/2	UNIDADE	DURIN	20,00	R\$27,00
436	TORNEIRA PVC PARA JARDIM	UNIDADE	DURIN	50,00	R\$1,90
440	TRENA 5 M	UNIDADE	ELITE	20,00	R\$3,90
441	TRENA 50 M	UNIDADE	BESTFER	10,00	R\$38,00
442	TRENA 7,5 MT	UNIDADE	ELITE	30,00	R\$7,50
443	TRENA FECHADA 30 METROS DE FIBRA DE VIDRO	UNIDADE	BESTFER	20,00	R\$29,00
445	TUBO DE ESGOTO 100M COM 6 METROS	BARRA	KRONA	200,00	R\$29,90
446	TUBO DE ESGOTO 40MM COM 6 METROS	BARRA	KRONA	200,00	R\$12,50
447	TUBO DE ESGOTO 50MM COM 06 METROS	BARRA	KRONA	200,00	R\$22,90
448	TUBO DE PVC ESGOTO 150MM COM 06 METROS	BARRA	KRONA	300,00	R\$92,90
449	TUBO DE PVC ESGOTO 75MM COM 06 METROS	BARRA	KRONA	300,00	R\$32,90
450	TUBO SOLDAVEL 25 MM	UNIDADE	KRONA	200,00	R\$9,10
452	VÁLVULA PARA LAVATÓRIO	UNIDADE	DURIN	100,00	R\$1,70
453	VASO SANITARIO COM CAIXA DE DESCARGA ACOPLADA	UNIDADE	LORENZETTI	50,00	R\$159,00
455	VENTILADOR DE TETO	UNIDADE	VENTISOL	20,00	R\$119,00
456	VERNIZ (GALAO DE 3,6 LITROS)	GALAO	TIMSUL	50,00	R\$63,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epígráfico.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão Presencial nº. 07/2019 – Procedimento Administrativo nº. 10/2019 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 01 de abril de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

FABIO DOS SANTOS
CNPJ nº 07.214.825/0001-58
CONTRATADA

Testemunhas

1

Denise Magali Moskvín

2

Luciane Tomczyk

Av. Santa Catarina, 616 - Centro
89490-000 / 47 3623 0121
prefeitura@tresbarras.sc.gov.br
:: www.tresbarras.sc.gov.br ::

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2019

Publicação Nº 1967903

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 10/2019.
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019.

Interessados : * **SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;**
 * **SECRETARIA DE AGRICULTURA;**
 * **SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO;**
 * **SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;**
 * **SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;**
 * **ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTÓVÃO;**
 * **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE;**
 * **FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.**

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de 2019, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito a Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME**, CNPJ nº 16.982.129/0001-82, com sede e foro na Cidade de Canoinhas - SC, cito a RUA GUSTAVO BRANDES, nº 484, Bairro JARDIM ESPERANÇA; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
7	ABRAÇADEIRA ROSCA SEM FIM 3/4	PECA	INCA	50,00	R\$0,79
8	ABRACADEIRA TIPO U 3/4	PECA	INCA	30,00	R\$0,32
9	ABRACADEIRA TIPO U1/2	PECA	INCA	30,00	R\$0,27
22	ALICATE BOMBA D' ÁGUA 12", COM NO MÍNIMO 06 REGULAGENS	UNIDADE	DISMA	20,00	R\$37,00
37	ARGAMASSA AC I - 20 KG	SACO	VOTORAN	300,00	R\$6,50
39	ARGAMASSA AC III - 20 KG EXTERNA	SACO	VOTORAN	300,00	R\$21,90
48	BARRA DE AÇO CA 50 12,0MM COM 12 METROS	UNIDADE	VOTORACO	300,00	R\$49,00
52	BARRA DE AÇO CA 50 8,0MM COM 12 METROS	UNIDADE	VOTORACO	500,00	R\$19,50
53	BARRA DE AÇO CA 60 5,00MM COM 12 METROS	UNIDADE	VOTORACO	500,00	R\$9,20
54	BARRA FERRO DE AÇO CA 60 4,2MM C/ 12 METROS	UNIDADE	VOTORACO	500,00	R\$6,60
63	BRAÇO DE ALUMINIO PARA CHUVEIRO	PECA	BOGNAR	20,00	R\$8,73
64	BRAÇO EM PVC PARA CHUVEIRO	PECA	HERC	30,00	R\$4,30
71	BROCA DE WIDIA 12,00 MM ENCAIXE SDS	PECA	MTX	20,00	R\$8,54
72	BROCA DE WIDIA 6,00 MM ENCAIXE SDS	PECA	MTX	20,00	R\$5,96
74	BROCA DE WIDIA 8,00 MM ENCAIXE SDS	UNIDADE	MTX	20,00	R\$6,25
89	CADEADO 20MM	PECA	PILLER	80,00	R\$8,20
97	CAIBRO 2X4 DE PINHEIRO 3,00MT	ML	ZANDONIA	500,00	R\$8,20
100	CAIXA DE AGUA DE PVC COM TAMPÁ 100 LITROS	UNIDADE	FORTELEV	10,00	R\$106,00
110	CAIXA DE GORDURA PVC	PECA	METASUL	15,00	R\$58,00
114	CAIXA PVC PARA 12 DISJUNTORES	UNIDADE	BRUM	5,00	R\$39,00
116	CAL HIDRATADO	SACO	PAVIN	1.000,00	R\$6,50
118	CAL VIRGEM (SACO 20 KG)	SACO	PAVIN	1.000,00	R\$6,60
120	CANELEIRA PARA ROÇADA	UNIDADE	REPETEQUE	50,00	R\$31,00
139	COMPENSADO 2,20 X 1,10 X 12 MM	UNIDADE	Brasmilli	150,00	R\$34,50
140	COMPENSADO 2,20 X 1,10 X 17MM	CHAPA	Brasmilli	200,00	R\$49,00
141	COMPENSADO 2,20 X 1,10 X 18 MM	UNIDADE	Brasmilli	150,00	R\$47,00
142	COMPENSADO 2,20 X 1,10 X 20MM	CHAPA	Brasmilli	200,00	R\$68,00
148	CONJUNTO 2 TOMADAS	UNIDADE	VELTRA	50,00	R\$5,88
150	CONJUNTO SANITARIO 3 PEÇAS COLORIDO	CONJUNTO	FIORI	20,00	R\$183,00
158	DESEMPENADEIRA DE MADEIRA	PECA	FWF	50,00	R\$6,10
180	ENXADA SEM CABO	UNIDADE	PANDOLFO	20,00	R\$13,80
182	ESCADA DE METAL COM 07 DEGRAUS	UNIDADE	MAESTRO	20,00	R\$123,00
188	ESPUMA EXPANSIVA 300ML	UNIDADE	MUNDIAL	30,00	R\$13,50
200	FECHADURA CROMADA PARA BANHEIRO	UNIDADE	SOPRANO	100,00	R\$21,00
204	FIO DE TELEFONE 2 PARES INTERNO	METRO	STE	800,00	R\$0,35
205	FIO DE TELEFONE EXTERNO	METRO	STE	400,00	R\$0,70
206	FIO FLEXIVEL 10,00MM	METRO	DUTOFLEX	1.000,00	R\$3,78
207	FIO FLEXIVEL 2,5MM	METRO	DUTOFLEX	800,00	R\$0,83
223	FITA ISOLANTE COM 5 METROS	UNIDADE	ADERE	100,00	R\$1,29
229	FORRO DE PINUS	M2	ZANDONIA	200,00	R\$10,89
230	FORRO EM PVC BRANCO	M2	OURO FINO	300,00	R\$9,89

232	FOTO CELULA	PECA	LINCE	10,00	R\$15,00
235	GOIVA DE FIBROCIMENTO 4 MM	UNIDADE	HISDRALITE	400,00	R\$5,25
239	IMPERMEABILIZANTE PARA ARGAMASSA 18 LITROS	BALDE	MAXTON	10,00	R\$67,00
242	INTERRUPTOR 1 TECLA SIMPLES	CONJUNTO	VELTRA	50,00	R\$3,38
243	INTERRUPTOR 2 TECLA	CONJUNTO	VELTRA	50,00	R\$5,88
244	INTERRUPTOR DUPLO	UNIDADE	VELTRA	50,00	R\$5,80
252	JOELHO ESGOTO - 40 MM	PECA	PLASTILITE	100,00	R\$0,49
253	JOELHO ESGOTO 50MM 45	PECA	PLASTILITE	100,00	R\$1,25
284	LUVA ESGOTO 50MM	UNIDADE	PLASTILIT	50,00	R\$1,08
288	MACHADO SEM CABO	UNIDADE	PANDOLFO	10,00	R\$37,80
293	MANGUEIRA PRETA 1 1/2	METRO	PLASBOM	100,00	R\$4,48
311	MICTÓRIO BRANCO SEM FIXAÇÃO	UNIDADE	FIORI	50,00	R\$187,00
314	NÍVEL COM 03 AMPOLAS (BOLHAS) 12"	UNIDADE	BRASFORT	50,00	R\$12,40
331	PORTA DE FERRO 80 CM	UNIDADE	BRASIL	10,00	R\$238,00
345	PREGO 25 X 72	QUILO	GERDAU	50,00	R\$11,50
347	PRESILHA NYLON	UNIDADE	MANPLEX	500,00	R\$0,30
353	REFLETOR LED BRANCO FRIO 20 W	UNIDADE	ILUMI	50,00	R\$43,00
354	REFLETOR DE LED BRANCO FRIO 50 W	UNIDADE	ILUMI	50,00	R\$77,00
358	REGISTRO GAVETA 3/4	UNIDADE	FERTAK	30,00	R\$26,00
361	REJUNTE BRANCO	QUILO	VOTORAN	200,00	R\$2,20
362	REJUNTE CORES	QUILO	VOTORAN	200,00	R\$2,20
364	RESISTENCIA PARA TORNEIRA ELETRICA	UNIDADE	PRATIMIX	20,00	R\$8,80
365	RIPAS DE PINUS 1 x 2	M.LINEAR	ZANDONIA	1.800,00	R\$0,89
385	TABUA DE EUCALIPTO 20X2,5X3,05MTS	METRO QU	ZANDONIA	1.000,00	R\$18,40
386	TABUA DE PINHO 20X2,5X305MTS	METRO QU	ZANDONIA	1.000,00	R\$27,80
387	TABUA DE PINUS DE 1 X 8 A 12	METRO QU	ZANDONIA	1.500,00	R\$15,99
391	TELA GALVANIZADA MALHA 5,5 FIO 16	M2	FRANZ	300,00	R\$11,06
392	TELA GALVANIZADA MALHA 5,5 FIO 18	M2	FRANZ	300,00	R\$11,06
394	TELHA DE FIBRO CIMENTO 122X110 X 5MM	UNIDADE	ISDRALIT	300,00	R\$17,89
397	TELHA DE FIBRO CIMENTO 183X110X 5MM	UNIDADE	ISDRALIT	200,00	R\$25,00
398	TELHA DE FIBRO CIMENTO 2,44X50X 4,00MM	UNIDADE	ISDRALIT	2.000,00	R\$11,69
423	TOMADA 20A	UNIDADE	VELTRA	30,00	R\$3,99
426	TOMADA SISTEMA X 10A	UNIDADE	VELTRA	100,00	R\$3,25
427	TOMADA SISTEMA X 20A	UNIDADE	VELTRA	30,00	R\$4,79
430	TORNEIRA DE PRESSÃO, EM METAL, COM FECHAMENTO AUTOMÁTICO, PARA BANHEIRO	UNIDADE	HIDROFIX	50,00	R\$83,00
444	TUBO DE AGUA 50MM COM 06 METROS	BARRA	PLASTILIT	300,00	R\$38,00
454	VASO SANITÁRIO INFANTIL SAÍDA VASO SANITÁRIO VERTICAL, DIMENSÕES APROXIMADAS 30 X 32 X 45,50 CM, FORMATO ARREDONDADO.	UNIDADE	FIORI	50,00	R\$189,00
457	VIGOTE DE PINUS 2X4X4,00 MTS	METRO	ZANDONIA	500,00	R\$3,50

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafo.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão Presencial nº. 07/2019 – Procedimento Administrativo nº. 10/2019 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irreajustáveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 01 de abril de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

MERCADO ODACHOWOSKI LTDA ME
CNPJ nº 16.982.129/0001-82
CONTRATADA

Testemunhas

1

Denise Magali Moskvín

2

Luciane Tomczyk

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2019

Publicação Nº 1967912

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 10/2019.**
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2019.

Interessados: :

- * SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO;
- * SECRETARIA DE AGRICULTURA;
- * SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MEIO AMBIENTE E TURISMO;
- * SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE;
- * SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS;
- * ADMINISTRAÇÃO DISTRITAL SÃO CRISTOVÃO;
- * FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE;
- * FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

Aos 1 dias do mês de abril do ano de 2019, na cidade de Três Barras, Estado de Santa Catarina, na sede da Prefeitura, sito a Avenida Santa Catarina, 616 - Centro - Município de Três Barras, devidamente representado e assistido, e a empresa **VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI**, CNPJ nº 05.197.303/0001-60, com sede e foro na Cidade de Rio Negrinho - SC, cito a RUA AUGUSTOP GNEIDING, nº 810, Bairro INDUSTRIAL NORTE; por seu representante legal, acordam proceder, nos termos do Decreto Municipal nº. 3.016/2006, do edital do Pregão Presencial em epígrafe e da legislação aplicável, ao Registro de Preço referente aos itens abaixo discriminados, com seus respectivos preços unitários:

Item	Descrição	Unidade	Marca	Qtde. Item	Valor Unitário
304	MASSA ACRILICA 15 KG	SACO	SHOW	20,00	R\$27,00
305	MASSA ACRILICA 3,6 LITROS	GALAO	SHOW	50,00	R\$18,00
309	MASSA PVA 3,6 LITROS	GALAO	SHOW	50,00	R\$12,00
310	MASSA PVA SC 15 KG	SACO	SHOW	40,00	R\$14,00
371	SELADOR ACRILICO COM 18 LITROS	LATA	SHOW	30,00	R\$60,00
373	SELADOR DE MADEIRA 18 LITROS	LATA	MADEQUÍMICA	20,00	R\$180,00
383	STAIN PRESERVATIVO DE MADEIRA (COR IMBUIA) GALÃO 3,6 L.	GALAO	MADEQUÍMICA	50,00	R\$80,00
411	TINTA ACRILICA SEMI BRILHO 18 LITROS	LATA	SHOW	200,00	R\$179,80
418	TINTA PARA PISO 18 LITROS	LATA	SHOW	50,00	R\$169,00

Fica declarado que o preço registrado na presente Ata é válido pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data de sua assinatura, ficando automaticamente prorrogado o prazo de validade da proposta/lance apresentado no Pregão epigrafo.

A Contratada declara que conhece e concorda com todas as cláusulas estipuladas pelo Edital Pregão Presencial nº. 07/2019 – Procedimento Administrativo nº. 10/2019 e se responsabiliza pelo cumprimento das mesmas.

Reajuste do preço: Os preços registrados são fixos e irredutíveis.

Fica designado o foro da Comarca de Canoinhas para dirimir quaisquer questões judiciais oriundas deste Edital.

Nada mais havendo a ser declarado, foi encerrada a presente Ata que, após lida e aprovada, será assinada pelas partes.

Três Barras - SC, 01 de abril de 2019.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

VIA RN TINTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO EIRELI
CNPJ nº 05.197.303/0001-60
CONTRATADA

Testemunhas

1

Denise Magali Moskvín

2

Luciane Tomczyk

CÂMARA MUNICIPAL**EXTRATO CONTRATO 01-2019 DISPENSA DE LICITAÇÃO 01-2019**

Publicação N° 1967674

EXTRATO 1º AO CONTRATO nº 01 -2019

ESPÉCIE: Contrato nº 01/2019 entre a Câmara Municipal de Três Barras e GJR Consultoria e Assessoria, CNPJ 28.022.516/0001-56 em 01/04/2019. Objeto: Consultoria e Assessoria para prestação de Contas Bimestral junto ao TCE/SC, acompanhamento para encerramento e abertura do exercício contábil, referente ao período de Janeiro a Dezembro de 2019. Valor R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). FUNDAMENTO LEGAL: art. 57, inc. II da Lei 8.666/93. Origem Dispensa Licitação nº 01/2019 Dotação orçamentária n.º 3339039050000000000 (Serviços Técnicos Profissionais), prevista no orçamento da Câmara Municipal para o exercício de 2019.

FABIANO JOSÉ MENDES

Presidente

Treze Tílias

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 26/2019

Publicação Nº 1968610

EXTRATO DE CONTRATO 26/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: R.N.LOGISTICA & SOLUCOES EM TRANSPORTE RODOVIARIOS

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de locação de horas máquina de escavadeira hidráulica, motoniveladora e rompedor para atender as necessidades Secretaria da Agricultura, Transportes e Obras e Departamento de Engenharia, do município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I.

Processo licitatório nº 26/2019 – Pregão Presencial

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 318.800,00 (Trezentos e dezoito mil e oitocentos reais), de acordo com os itens vencedores do Processo de Licitação nº 21/2019, conforme Termo de Homologação;

DOTAÇÃO: Sendo que para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2019: 05.01.2005.33.90.00.00.00.00.00 e 09.01.2017.33.90.00.00.00.00.00.

VIGÊNCIA: O contrato, proveniente do presente processo licitatório, terá início imediato a partir data de sua assinatura e término previsto para 12 meses.

DATA ASSINATURA: 01/04/2019

TREZE TÍLIAS, 01/04/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 27/2019

Publicação Nº 1968678

EXTRATO DE CONTRATO 27/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS

CONTRATADO: VP ESCAVAÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA ME

OBJETO: A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços de locação de horas máquina de escavadeira hidráulica, motoniveladora e rompedor para atender as necessidades Secretaria da Agricultura, Transportes e Obras e Departamento de Engenharia, do município de Treze Tílias, em conformidade com as especificações do Anexo I.

Processo licitatório nº 26/2019 – Pregão Presencial

VALOR: O valor total ora contratado é de R\$ 74.800,00 (Setenta e quatro mil e oitocentos reais), de acordo com o item vencedor do Processo de Licitação nº 21/2019, conforme Termo de Homologação;

DOTAÇÃO: Sendo que para cobrir a despesa decorrente da execução do objeto desta licitação, serão empregadas as dotações orçamentárias próprias, do orçamento vigente para 2019: 05.01.2005.33.90.00.00.00.00.00 e 09.01.2017.33.90.00.00.00.00.00.

VIGÊNCIA: O contrato, proveniente do presente processo licitatório, terá início imediato a partir data de sua assinatura e término previsto para 12 meses.

DATA ASSINATURA: 01/04/2019

TREZE TÍLIAS, 01/04/2019

ATA DE RP 01/2019 FMAS

Publicação Nº 1967703

Página: 1/17

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC DE ASSIST SOCIAL DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2019		Data do Registro: 01/04/2019		Válido até: 01/04/2020		Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para a Secretaria de Assistência Social do Município de Treze Tílias conforme itens constantes no Anexo I deste edital.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Achocolatado líquido - Litro (01-01-09362)	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	italac	0	5,4900	1
2	Açúcar de cana-de-açúcar - pacote 500 gr (01-01-21382)	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	apiti	0	5,9900	1
3	Aplicador refinado especial - Pacote 5 kg (01-01-05550)	PCT	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Superquar	0	10,0000	1
5	Alho - (01-01-06460)	KG	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	DOCUJA	0	10,0900	2
6	Amendoim descascado - Pacote 500gr (01-01-05617)	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	alto alegre	0	10,1000	3
7	Arroz de milho - Caixa 1kg (01-01-05614)	KG	COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI - ME (10197)	IN NATURA	0	24,0000	1
8	Arroz parbolizado - classe longo fino - Tipo 1 - Pacote 5kg (01-01-05553)	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	deju	0	4,9900	1
9	Banana: de primeira qualidade, tipos catuira, branca ou prata, semeadura, tamanho médio, bem desenvolvida, bem formada, limpa, com coloração própria, livre de danos mecânicos e fisiológicos, pragas e doenças, e estejam em perfeitas condições de conservação e maturação. (01-01-11860)	KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	amafil	0	6,9900	1
10	Batata inglesa (01-01-05885)	KG	COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI - ME (10197)	moenda	0	12,9900	1
11	Biscoito doce tipo maisena - pacote 400 gr (01-01-21383)	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	luam	0	3,7500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC DE ASSIST SOCIAL DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 2/17

Número do Registro de Preços: 1/2019 Data do Registro: 01/04/2019 Válido até: 01/04/2020

Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para a Secretaria de Assistência Social do Município de Treze Tílias conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
12	Biscoito salgado tipo água e sal - Pacote 400 gr (01-01-10874)	PCT	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	casaredo	0	3,7600	2
			COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	PARATI	0	3,8700	3
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	casaredo	0	4,2000	1
			COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	PARATI	0	4,3000	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	luam	0	6,9900	3
13	Biscoito tipo wafer - pct 100gr. (01-01-09361)	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	vitoria	0	1,9500	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	casaredo	0	1,9600	2
			COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	PARATI	0	2,1500	3
14	Café solúvel granulado - Vidro 200gr (01-01-05595)	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	pele	0	13,9900	1
15	Café torrado e moído especial com selo de pureza da ABIC - Pacote 500gr (01-01-06056)	PCT	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	bom de prosa	0	6,0000	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	bom de prosa	0	7,0000	2
			COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	TROPEIRO	0	7,6900	3
16	Cabo de galinha - 125gr. (01-01-09363)	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	api	0	3,2900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC DE ASSIST SOCIAL DE TREZE TILIAS

Página: 3/17

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Número do Registro de Preços: 1/2019		Data do Registro: 01/04/2019		Válido até: 01/04/2020			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para a Secretaria de Assistência Social do Município de Treze Tílias conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
17	Canela em pó - 30gr (01-01-05620)	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	apiti	0	4,2900	1
18	Canela em rama - 30g (01-01-21384)	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	apiti	0	8,0000	1
19	Canjica de milho Tipo 1 - Pacote 500gr (01-01-05616)	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	daju	0	3,9900	1
21	Cebola (01-01-05569)	KG	COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI - ME (10197)	IN NATURA	0	3,5000	1
22	Cenoura (01-01-05567)	KG	COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI - ME (10197)	IN NATURA	0	4,5000	1
23	Chá diversos sabores - (camomila, hortelã, erva doce, capim cidreira) Caixa com 20 saquinhos (01-01-06727)	CX	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	cha mate leao	0	4,7500	1
			COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	LEAO	0	4,8000	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	leão	0	4,8900	3
24	Chocolate em pó com açúcar cristal, cacau em pó, sal e aroma artificial de baunilha, não contém glúten - Pacote 1kg (01-01-06114)	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	celli	0	12,4900	1
26	Coco ralado - pct 500gr (01-01-09364)	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	daju	0	18,9900	1
28	Cravo da Índia - Pacote 12gr (01-01-06122)	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	apiti	0	2,9000	1
29	Creme de leite - 200gr (01-01-06342)	CX	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	piracanjuba	0	3,4900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC DE ASSIST SOCIAL DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 4/17

Número do Registro de Preços: 1/2019		Data do Registro: 01/04/2019		Válido até: 01/04/2020		Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para a Secretaria de Assistência Social do Município de Treze Tílias conforme itens constantes no Anexo I deste edital.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
30	DOCE DE FRUTA DIVERSOS SABORES - 400 GR (01-01-08866)	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	difrufr	0	5,4900	1
31	Doce de leite - 350 gr (01-01-10886)	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	aurea	0	8,9900	1
32	Eva mate - pacote de 1kg. (01-01-08415)	UN	COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI - ME (10197)	TREZE TILIAS	0	7,1900	1
			COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	ANA MARIA	0	7,2000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Ana Maria	0	7,7500	3
33	Ervilha em conserva - 200gr (01-01-06344)	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	predilecta	0	2,4900	1
34	Extrato de tomate concentrado - Lata 850gr (01-01-05600)	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	ole	0	12,4900	1
35	Farinha de fubá - Kg (01-01-09360)	KG	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	monte claro	0	3,4900	1
36	Farinha de Trigo Especial Tipo 1 - fortificada com ferro e ácido fólico - Pacote 5kg (01-01-05547)	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	coiriflor	0	12,4900	1
37	Fermento biológico seco instantâneo - 500gr (01-01-05594)	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	apiti	0	18,9900	1
38	Fermento em pó químico - 250gr (01-01-05593)	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	apiti	0	6,4900	1
40	Gelatina - 45gr (01-01-05597)	CX	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	apiti	0	1,5900	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC DE ASSIST SOCIAL DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 5/17

Número do Registro de Preços: 1/2019 Data do Registro: 01/04/2019 Válido até: 01/04/2020						
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para a Secretaria de Assistência Social do Município de Treze Tílias conforme itens constantes no Anexo I deste edital.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
43	Laranja - (01-01-05559)	KG	COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI - ME (10197)	IN NATURA	0	4,0000
44	Leite condensado - 395gr (01-01-05608)	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	piracanjuba	0	3,8900
45	Leite UHT integral - 3% de gordura - Caixa com 12 litros (01-01-05546)	Cai	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	languiru	0	33,4700
46	Limão Galego (01-01-08430)	KG	COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI - ME (10197)	IN NATURA	0	7,1000
47	Maça (01-01-05558)	KG	COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI - ME (10197)	IN NATURA	0	5,7500
49	Mamão (01-01-05561)	KG	COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI - ME (10197)	IN NATURA	0	5,5000
50	Manga - (01-01-05560)	KG	COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI - ME (10197)	IN NATURA	0	6,9000
52	Margarina com sal cremosa 0% de gordura trans - 500gr com 77% de lipídios (01-01-06730)	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	coamo familia	0	6,9900
53	Massa fina alergia (cabelo de anjo) Pacote 500gr (01-01-06088)	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	rosane	0	5,9900
55	Melancia - (01-01-08429)	KG	COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI - ME (10197)	IN NATURA	0	1,8000
56	Milho verde em conserva - 200gr (01-01-06343)	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	predilecia	0	2,4900

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC DE ASSIST SOCIAL DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 6/17

Número do Registro de Preços: 1/2019		Data do Registro: 01/04/2019		Válido até: 01/04/2020		Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para a Secretaria de Assistência Social do Município de Treze Tílias conforme itens constantes no Anexo I deste edital.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
58	Óleo de soja refinado 0% gorduras trans - 900ml (01-01-05601)	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	camara	0	4,2900	1	
59	Oregano - Pacote 15 gr (01-01-10878)	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	incas	0	8,4900	1	
60	Ovos - Dúzia (01-01-05615)	Dúzia (10197)	COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI - ME (10197)	AREND	0	5,9000	1	
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	carminati	0	5,9700	2	
61	Pipoca - Pacote 500gr (01-01-06131)	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	daju	0	3,4900	1	
62	Pó para pudim diversos sabores - 50 gr (01-01-21385)	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	apri	0	2,9900	1	
63	Pólvilha azedo - Pacote 500gr (01-01-05626)	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	prata	0	5,9900	1	
64	Pólvilha doce - Pacote 500gr (01-01-05625)	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	prata	0	5,9900	1	
68	Sal refinado iodado - Pacote 1kg (01-01-06083)	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	5 estrela	0	2,2900	1	
70	Sardinha - Lata 125gr (01-01-06346)	LT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	88	0	5,9900	1	
71	Suco - Pacote 1kg - Faz 10 litros (01-01-05589)	PCT	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	celli	0	8,4900	1	
72	Tomate (01-01-05564)	KG	COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI - ME (10197)	IN NATURA	0	4,7000	1	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC DE ASSIST SOCIAL DE TREZE TÍLIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 7/17

Número do Registro de Preços: 1/2019		Data do Registro: 01/04/2019		Válido até: 01/04/2020			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para a Secretaria de Assistência Social do Município de Treze Tílias conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
73	Vinagre de maçã - 750ml (01-01-06125)	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	filipini	0	3,9900	1
74	Pizza diversos sabores - tamanho aproximado 50cm x 30cm (01-01-08433)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	35,0000	1
75	Sonho assado médio - peso aprox. 40gr (01-01-08434)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,5700	1
76	Bolo sem recheio (inglês, formigüeiro, laranja, tuba, alpim) (01-01-08435)	KG	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	22,7500	1
77	Sanduíche natural (frango, alface, cenoura e queijo) - mini (01-01-08436)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	1,3500	1
78	Pastel assado com peso aproximado de 150 gr. Sabores: frango, carne, cenoura, palmito, tomate, ervilha, milho verde, queijo. (01-01-08437)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	4,3000	1
79	Risoles pequeno de frango. Com tamanho aproximado de 07cm. (01-01-08438)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,6300	1
80	Pastel frito pequeno. Tamnho aproximado: 08 cm. Sabor: carne moída. (01-01-08439)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,6300	1
81	Salgado tipo canudinho. Tamanho aproximado 07 cm. (01-01-08440)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,3500	1
82	Pão de queijo tradicional. Com peso aproximado de 35gr. (01-01-08441)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,8500	1
83	Salgado tipo coxinha de frango. Com tamanho aproximado de 07cm. (01-01-08442)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,6300	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC DE ASSIST SOCIAL DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 8/17

Número do Registro de Preços: 1/2019			Data do Registro: 01/04/2019		Válido até: 01/04/2020		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para a Secretaria de Assistência Social do Município de Treze Tílias conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
84	Bolo rechado - diversos sabores. (01-01-08443)	KG	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	26,0000	1
85	Salgado folhado. Com tamanho aproximado de 05 cm (01-01-10879)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,7200	1
86	Bolacha caseira - diversos sabores. (01-01-08445)	KG	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	23,9000	1
87	Pão de cachorro quente. Com peso aproximado de 50gr. (01-01-08446)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,6300	1
88	Pão francês (01-01-06133)	KG	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	8,9500	1
89	Pão fatiado - pacote 500 gr. (01-01-08447)	PCT	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	6,2000	1
90	Grosstoli. Com peso aproximado de 60gr. (01-01-08448)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,9800	1
91	Croquete de carne. Com tamanho aproximado de 08cm. (01-01-08449)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,7000	1
92	Salgado tipo esfiha. Com tamanho aproximado de 08cm. (01-01-08450)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	0,7500	1
93	Sanduíche de presunto e queijo no pão francês. (01-01-09367)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	3,4500	1
94	Cuca de fardão rechada - peso aprox. 500gr. (01-01-09368)	UN	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	8,4000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC DE ASSIST SOCIAL DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 9/17

Número do Registro de Preços: 1/2019		Data do Registro: 01/04/2019		Válido até: 01/04/2020		Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para a Secretaria de Assistência Social do Município de Treze Tílias conforme itens constantes no Anexo I deste edital.		
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.	
95	Palito frito salgado diversos sabores (01-01-19310)	KG	PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA (1833)		0	24,0000	1	
96	Copo plástico resistente - 50ml. Caixa com 5.000 unidades (01-01-06457)	CX	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Coposul	0	56,0000	1	
			COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	CRISTALCOOP	0	56,9500	2	
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	coposul	0	56,9600	3	
97	Prato descartável 18 cm - pct com 10 unids. (01-01-09370)	UN	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	COPOBRAS	0	0,6800	1	
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Coposul	0	0,6900	2	
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	bompak	0	2,4900	3	
98	Colher plástica. Pacote com 50 unidades (01-01-06837)	PCT	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	STRAWPLAST	0	2,4400	1	
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Strawplast	0	2,4500	2	
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	strwplast	0	6,2900	3	
99	Carfo plástico - pct com 50 unids. (01-01-09371)	UN	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	STRAWPLAST	0	2,4400	1	
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Strawplast	0	2,4500	2	
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	strawplast	0	6,2900	3	

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC DE ASSIST SOCIAL DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 10/17

Número do Registro de Preços: 1/2019		Data do Registro: 01/04/2019		Válido até: 01/04/2020			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para a Secretaria de Assistência Social do Município de Treze Tílias conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

100	Palito de churrasco - Pacote c/ 100 unidades (01-01-03028)	PCT	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	GABOARDI	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Gaboardi	2
101	Saco p/ lixo em rolo 30 litros - Rolo c/ 50 sacos - Medida 59cmx62cm - Resistente (01-01-05726)	RL	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Vision	1
			COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	TEKPLAST	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	brainpak	3
102	Saco p/ lixo em rolo 100 litros - Rolo c/ 25 sacos - Medida 75cmx105cm - Resistente (01-01-05724)	RL	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Vision	1
			COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	TEKPLAST	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	brainpak	3
103	Saco p/ lixo em rolo 50 litros - Rolo c/ 50 sacos - Medida 63cmx80cm - Resistente (01-01-05725)	RL	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Vision	1
			COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	TEKPLAST	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	brainpak	3
104	Embalagem plástica para alimentos - 5kg - Rolo com 100 unidades (01-01-05716)	RL	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	TEKPLAST	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	sc plast	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC DE ASSIST SOCIAL DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 11/17

Número do Registro de Preços: 1/2019		Data do Registro: 01/04/2019		Válido até: 01/04/2020		Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para a Secretaria de Assistência Social do Município de Treze Tílias conforme itens constantes no Anexo I deste edital.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	star	0	5,4900	3
105	Embalagem plástica para alimentos - 3kg - Robo com 100 unidades (01-01-05717)	RL	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	TEKPLAST	0	3,6700	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	sc plast	0	3,6800	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	star	0	7,9900	3
106	Detergente - 5 litros (01-01-05468)	UN	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	LHE	0	6,8700	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Ideal	0	6,8800	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	Ideal	0	13,9900	3
107	Água sanitária - 5 litros (01-01-05680)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Ideal	0	5,3200	1
			COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	LHE	0	5,3400	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	Ideal	0	5,4000	3
108	Sabão em pó - 5kg, que contem na composição componente tensoativo biodegradável. (01-01-10603)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Surf	0	19,8000	1
			COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	GIRANDO SOI	0	19,8800	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	class	0	19,8900	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC DE ASSIST SOCIAL DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 12/17

Número do Registro de Preços: 1/2019		Data do Registro: 01/04/2019		Válido até: 01/04/2020		Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para a Secretaria de Assistência Social do Município de Treze Tílias conforme itens constantes no Anexo I deste edital.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
109	Sapólio líquido - 300ml (01-01-05690)	UN	NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	perfect	0	2,4900	1
			COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	SANY	0	2,5000	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Sanymix	0	2,5500	3
110	Desinfetante que contenha na sua composição componente tensoativo, biodegradável. Fragrância: floral, lavanda ou pinho. Embalagem de 5 litros (01-01-10602)	UN	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	LHE	0	6,3900	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Toque de Anjo	0	6,4000	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	qlimpa	0	12,5000	3
111	Esponja de aço - Pacote 60gr (01-01-05698)	PCT	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Vega	0	0,8000	1
			COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	SANY	0	0,8100	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	inove	0	2,6900	3
112	Esponja de buça - (01-01-05696)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Spon Limp	0	0,4700	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	betanin	0	0,4800	2
			COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	BETTANI	0	0,5000	3
113	Papel Higiênico - Composição: Folha dupla, branca, alta qualidade, textura suave, papel macio, 100% fibras celulósicas virgens, neutro, folhas podadas, com rolo de 30m X 10cm. Embalagem: fardos com 64 unidades (01-01-12327)	Fardo	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Fofinho	0	52,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC DE ASSIST SOCIAL DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 13/17

Número do Registro de Preços: 1/2019		Data do Registro: 01/04/2019		Válido até: 01/04/2020			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para a Secretaria de Assistência Social do Município de Treze Tílias conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
114	Toalhas de papel - Contém 2 rolos com 55 toalhas cada - Tamanho: 20cmx22cm (01-01-05713)	PCT	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	MILI	0	52,6300	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	delicate	0	69,0000	3
			COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	STYLUS	0	2,5300	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	sorela	0	2,5400	2
115	Papel Toalha Branco, macio 23 x 20 cm cx com 1000 folhas. Especificações: Macias e absorventes, com resistência úmida, não estafelam, não deixam resíduos nas mãos, 100% biodegradáveis e 100% fibras celulósicas (01-01-12328)	PCT	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Sorella	0	2,7000	3
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Bela Vista	0	8,1500	1
			COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	BELA VISTA	0	8,2100	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	qualitux	0	11,0000	3
116	Guardanapo de papel grande 33 cm x 33 cm, cor branca, folhas duplas, boa maciez, sem perfume, alta qualidade - c/ 50 und (01-01-12317)	PCT	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	MAXIM	0	2,1000	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	pegg	0	2,1200	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Maxxim	0	2,4400	3
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Orgest	0	6,3000	1
117	Vassoura - corpo plástico, com cerdas de nylon 30cm, com cabo plástico (01-01-06798)	UN	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	DALCIM	0	6,3400	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC DE ASSIST SOCIAL DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 14/17

Número do Registro de Preços: 1/2019		Data do Registro: 01/04/2019		Válido até: 01/04/2020			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para a Secretaria de Assistência Social do Município de Treze Tílias conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

118	Rodo, corpo plástico com borracha dupla, com cabo plástico - 40 cm (01-01-10883)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Perovinha	0	6,3000	1
			COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	DALCIM	0	6,3900	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	gaucha	0	15,0000	3
119	Baldie plástico resistente - 8 litros (01-01-06799)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Arqplast	0	5,9100	1
			COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	NOBRE	0	5,9500	2
120	Sabonete líquido antialérgico - 5 litros (01-01-06796)	GL	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	AUDAX	0	12,0000	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Klire	0	12,0400	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	qlimpa	0	25,0000	3
121	Sabão em barra glicerinado 1kg - Pacote com 5 unidades de 200gr (01-01-05685)	PCT	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	ZAVASKI	0	5,2600	1
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	zavaski	0	5,2700	2
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Fontana	0	5,4000	3
122	Limpa vidros spray - 500ml (01-01-05692)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Ideal	0	1,6000	1
			COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	AUDAX	0	1,6300	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNIC DE ASSIST SOCIAL DE TREZE TILIAS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 15/17

Número do Registro de Preços: 1/2019		Data do Registro: 01/04/2019		Válido até: 01/04/2020			
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para a Secretaria de Assistência Social do Município de Treze Tílias conforme itens constantes no Anexo I deste edital.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	Ideal	3
123	Luvas de borracha para limpeza - M (01-01-10884)	PR	COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	TALGE	1
			ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Dany	2
			NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME (6624)	bompak	3
124	Multi inseticida aerosol (01-01-10885)	UN	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Fort Inset	1
			COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	DEOLINE	2
125	Alcool 92,8 % Inpm litro (01-01-03006)	L	ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP (1812)	Floops	1
			COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME (2525)	TUPY	2

Página: 16/17

NUTRIS SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME	(6624)	flops	0	4,4900	3
---	--------	-------	---	--------	---

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNIC DE ASSIST SOCIAL DE TREZE TILIAS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº:

Página: 17/17

Número do Registro de Preços: 1/2019							Data do Registro: 01/04/2019		Válido até: 01/04/2020		
Objeto da Compra: A presente licitação tem por objeto a aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios e produtos de limpeza para a Secretaria de Assistência Social do Município de Treze Tílias conforme itens constantes no Anexo I deste edital.											
Item	Especificação				Unid.	Fornecedor		Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2019

PROCESSO Nº 1/2019

- (1812) - ROBERTO TESSARO & CIA LTDA - EPP
- (1833) - PANIFICADORA E CONFEITARIA SABOR DAS TÍLIAS LTDA
- (2525) - COR E ARTE COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA - ME
- (6624) - NUTRI SC COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - ME
- (10197) - COMERCIO DE PRODUTOS CHEIRO BOM - EIRELI - ME

Treze Tílias, 1 de Abril de 2019.

Trombudo Central

PREFEITURA

PORTARIA 163/19

Publicação Nº 1967646

PORTARIA 163/19 DE 28 DE MARÇO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER ao servidor público municipal Sr. OSMAR GONÇALVES, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina, a concessão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02/02/2012 a 02/02/2017, para o mês de março de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de março de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GILMAR MACIEL DOS SANTOS

Secretário dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos

PORTARIA 164/19

Publicação Nº 1967647

PORTARIA 164/19 DE 28 DE MARÇO DE 2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. MARCIA MENGARDA, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professora, a concessão de 01 (um) mês de licença prêmio por assiduidade em abono pecuniário, referente ao período aquisitivo compreendido entre 03/06/2011 a 03/06/2016, para o mês de março de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 28 de março de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 165/19

Publicação Nº 1967648

PORTARIA 165/19 DE 01 DE ABRIL DE 2019.
NOMEIA SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO: o art. 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de abril de 2013;

CONSIDERANDO: o Edital do Processo Seletivo 013/2018 de 28 de novembro de 2018;

CONSIDERANDO: o Decreto 144/18 de 20 de dezembro de 2018, que homologa a classificação final do Edital 013/2018;

CONSIDERANDO: o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR em caráter temporário a Sra. ANA PAULA DE SOUZA OLIVEIRA, a exercer o cargo de provimento temporário de Auxiliar de Sala, com carga horária de 30:00 horas semanais, no período compreendido entre 01 de abril de 2019 a 20 de dezembro de 2019, face a concessão de licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares a servidora pública municipal Sra. GISIELLE GEISLER HEDEL.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de abril de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 166/19

Publicação Nº 1967649

PORTARIA 166/19 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

AUTORIZA RETOMAR CARGA HORÁRIA.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO o Requerimento protocolado junto ao Departamento de Recursos Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º - AUTORIZA a pedido da servidora pública municipal Sra. ISOLDE CAMPREGHER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, a retomar a carga horária da 40:00 horas semanais, a partir de 01 de Abril de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de Abril de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK

Secretária da Saúde

PORTARIA 167/19

Publicação Nº 1967650

PORTARIA 167/19 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar nº 816 de 31 de outubro de 1990, Capítulo VI, Seção IX, Artigo 97.

CONSIDERANDO o Requerimento protocolado junto ao Departamento de Recurso Humanos.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. ISOLDE CAMPREGHER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Técnico em Enfermagem, licença sem vencimentos para tratar de assuntos particulares, pelo período de 01 (um) ano, a partir de 01 de abril de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de abril de 2019.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK
Secretária da Saúde

PORTARIA 168/19

Publicação Nº 1967651

PORTARIA 168/19 DE 01 DE ABRIL DE 2019.
CONCEDE DIÁRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a Lei 1845 de 29 de julho de 2014.
RESOLVE:

Art. 1º - Fixar em R\$ 3.326,00 (dois mil e setenta e quatro reais) a cada servidor público, totalizando R\$ 6.652,00 (seis mil, seiscentos e cinquenta e dois reais), referente a 05 (cinco diárias), sendo 03 (três) a Brasília - DF e 02 (duas) a Florianópolis - SC, para custeio de estadia e alimentação aos servidores públicos municipais Sra. GEOVANA GESSNER e Sr. GEZIEL BALCKER, que estarão em audiências na Câmara dos Deputados, Senado Federal e na Assembleia Legislativa, com Deputados Federais, Senadores e Deputados Estaduais, tendo o propósito de pleitear recursos financeiros para diversas áreas do Município, entre os dias 08 a 12 de abril do corrente ano, na capital Federal do Brasil, Brasília – DF e na capital do Estado de Santa Catarina, Florianópolis - SC.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de abril de 2019.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

PORTARIA 169/19

Publicação Nº 1968355

PORTARIA 169/18 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

SUPLEMENTA A CARGA HORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO os Artigos 14 e 16 da Lei complementar nº 1.250/2000 de 07 de julho de 2000 e o Artigo 2º da Lei Complementar 1772 de 30 de Abril de 2013.

CONSIDERANDO o superior interesse e o indispensável funcionamento do serviço público;

RESOLVE:

Art. 1º- SUPLEMENTAR a carga horária em 10:00 horas semanais, da servidora pública municipal Sra. BIANCA SCHULTZ KANTOVICK, ocupante do cargo de provimento temporário de Professora – ACT, a partir do mês de março de 2019 a 16 de dezembro de 2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao mês de março de 2019, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 01 de abril de 2019.
GEOVANA GESSNER
Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS
Secretária da Educação e do Esporte

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019

Publicação Nº 1967409

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Sr.^a Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, decreto regulamentar nº 3.555/2000 com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993 e do decreto regulamentar nº 7.892/2013, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2019 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, tipo de licitação MENOR PREÇO, FORMA DE JULGAMENTO POR ITEM, objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO, SOB DEMANDA DE SERVIÇOS DE FRETAMENTO PARA O TRANSPORTE RODOVIÁRIO MUNICIPAL INTERMUNICIPAL DE PESSOAS, PARA O DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES VINCULADAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL/SC, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL.

A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 9h, do dia 16 de Abril de 2019 na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Protocolo, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 8h às 17h30min, ou ainda pelo endereço eletrônico: www.trombudocentral.sc.gov.br . Maiores informações pelo telefone (47) 3544 0271 – Pregoeiro.

Trombudo Central, 02 de Abril de 2019.

Geovana Gessner
Prefeita Municipal

PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 13/2019

Publicação Nº 1967807

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL
PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 13/2019

O Município de Trombudo Central, por intermédio da Prefeita Sr.^a Geovana Gessner, com a autoridade que lhe é atribuída, torna público, para conhecimento dos interessados que, conforme dispõe a Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, decreto regulamentar nº 3.555/2000 com aplicação subsidiária da Lei 8.666/1993, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PMTC Nº 13/2019, tipo de licitação MENOR PREÇO, FORMA DE JULGAMENTO POR ITEM, objeto AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, ZERO KM, ANO 2019, MODELO 2019, COR BRANCA, CONFORME DEMAIS ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DESTE EDITAL.

A documentação e propostas relativas à licitação serão recebidas, até as 10h, do dia 16 de Abril de 2019, na Prefeitura Municipal de Trombudo Central, Secretaria de Administração - Protocolo, Praça Arthur Siewerdt, 01, Bairro Centro, Trombudo Central – SC. A íntegra do presente edital poderá ser solicitada, no horário das 8h às 17h30min, ou ainda pelo endereço eletrônico: www.trombudocentral.sc.gov.br. Informações no telefone 47 3544 0271 – Pregoeiro.

Trombudo Central, 02 de Abril de 2019.

Geovana Gessner
Prefeita Municipal

Tunápolis

PREFEITURA

CONTRATO Nº 56/2019

Publicação Nº 1967996

CONTRATO Nº 56/2019

CONTRATANTE: Município de Tunápolis pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.486.198/0001-52, com endereço na Rua João Castilho, 111, neste ato representado por seu Prefeito Municipal o Sr. Renato Paulata, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade nº 1857045 e inscrito no CPF sob nº 605.081.919-04, residente e domiciliado na Rua João Castilho nº 467, no Município de Tunápolis/SC, doravante denominado de CONTRATANTE.

CONTRATADO: A empresa EDITORA OIKOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Paraná, nº 240-Bairro Scharlau, São Leopoldo/RS, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.693.165/0001-00, considerado doravante CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA:

Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de 1.700 (um mil e setecentas unidades) do livro da Historia de Tunápolis cujo o título é: Tunápolis Terra Bendita: Dos primórdios ao Trintenario de Emancipação(1989 a 219), através do Processo de inexigibilidade de licitação nº 11/2019.

CLÁUSULA SEGUNDA:

Para efeitos obrigacionais, fazem parte deste contrato o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2019, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2019, quanto à proposta nela adjudicada, integram o presente contrato, valendo seus termos e condições em tudo quanto com ele não conflitarem.

CLÁUSULA TERCEIRA:

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, a importância de R\$ 28,75 (vinte e oito reais e setenta e cinco centavos) por livro, totalizando o valor do contrato em 48.875,00 (quarenta e oito mil oitocentos e setenta e cinco reais). O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias após a entrega dos livros e emissão da nota fiscal/fatura.

CLÁUSULA QUARTA:

No valor mencionado na Cláusula 3ª deverão estar incluídas quaisquer vantagens, despesas com fretes, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais que eventualmente incidam sobre a operação e, ainda, despesas com transporte ou terceiros, e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias, ao cumprimento das obrigações assumidas no presente contrato, que correrão por conta da licitante vencedora.

CLÁUSULA QUINTA:

5.1 Os recursos financeiros serão atendidos pelas dotações dos orçamentos vigente, classificadas e codificadas sinteticamente sob o número: (231) da Prefeitura Municipal de Tunápolis, do ano de 2019.

CLÁUSULA SEXTA

A empresa terá o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos livros, contados a partir da data da homologação do processo mediante recebimento da ordem de compra ou empenho prévio.

CLÁUSULA SÉTIMA:

O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias após a entrega dos livros e emissão da nota fiscal/fatura. Na nota fiscal deverá constar: PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2019, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2019 e deverão ser entregues no Sec. Mun. de Educação e Cultura. As notas fiscais somente poderão ser emitidas após a confirmação, junto ao Setor de Contabilidade, que o empenho prévio foi emitido.

CLÁUSULA OITAVA:

Ocorrendo qualquer problema quanto à qualidade do livro, deverá ser substituído imediatamente pela CONTRATADA, às suas expensas.

CLÁUSULA NONA:

Nos termos do disposto no art. 87 e §§ da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, pela inexecução parcial ou total deste contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades, sempre garantida a prévia defesa em processo administrativo:

I - advertência, por escrito, sempre que verificadas pequenas irregularidades para as quais haja concorrido;

II - multa de 0,3% (três décimos por cento), por dia de atraso, calculados sobre o valor do objeto contratado e não entregue;

III - suspensão do direito de participar de licitações e impedimento de contratar com o Município de Encantado, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, dependendo da gravidade da falta;

IV - rescisão do contrato pelos motivos previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores;

V - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, nos casos de falta grave com comunicação aos respectivos registros cadastrais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso III.

CLÁUSULA DÉCIMA:

A multa a que alude a Cláusula anterior, não impede que o CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato ou aplique, também, outra das penalidades previstas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:

A multa aplicada após regular processo administrativo poderá ser descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:

Este contrato poderá ser alterado na forma prevista no art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:

A CONTRATADA deverá manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação e qualificação, apresentadas na

abertura da licitação e em casos omissos aplicar-se-ão as disposições contidas no PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2019, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2019 e na Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:

Esta contratação é firmada pelo período que decorre da data de sua assinatura e terá prazo máximo de duração de 90 (noventa) dias, podendo ser prorrogada, na forma da Lei, se houver interesse do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:

O presente Contrato vincula-se ao PROCESSO LICITATÓRIO Nº 100/2019, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2019, que ficam fazendo parte deste Contrato). PARÁGRAFO ÚNICO: O presente Contrato rege-se pelas normas constantes deste Contrato, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como demais normas aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:

Fica eleito o Foro da Comarca de Itapiranga/SC para solucionar todas as questões oriundas deste ajuste, renunciando as partes à qualquer outro por mais privilegiado que seja. E, por estarem justas e acordadas, firmam as partes o presente Contrato de fornecimento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, com 02 (duas) testemunhas instrumentárias, para que produza jurídicos e efeitos legais.

Tunápolis, SC, 29 de março de 2019.

RENATO PAULATA EDITORA OIKOS LTDA

Prefeito Municipal CONTRATADO

CONTRATANTE

Alcides Luis Hofer

Assessor Jurídico

OAB/SC 33.683

ANGELITA STULP BOURSCHIED

Secretaria da Educação, Cultura e Esportes.

Testemunhas:

Cleverson Inácio Kerkhoff Sheila Inês Bieger

CPF: 918.368.409-34 CPF: 020.226.259.60

DECRETO Nº 2036/2019

Publicação Nº 1968329

DECRETO Nº 2036/2019, DE 02 DE ABRIL DE 2019.

NOMEIA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DOS BENS PATRIMONIAIS DO MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RENATO PAULATA, Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, especialmente as disposições da Lei Orgânica Municipal e artigo 45 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (LRF),

DECRETA:

Art. 1º Ficam os membros abaixo relacionados, nomeados para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Acompanhamento das ações visando a atualização do levantamento do Inventário e ajuste dos valores dos Bens Móveis e Imóveis incorporados ao Patrimônio do Município de Tunápolis:

I – Joséli Teresinha Becker Hofmann;

II – Edison Bieger;

III – Thaís Renata Welter ;

IV – Juliana Scheren;

V – Blásio Dill.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1905/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tunápolis,
em 02 de abril de 2019.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

Este Decreto foi Registrado
e publicado em data supra.

Cleverson Inácio Kerkhoff
Técnico em Controladoria Interna.

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS AVISO DE CREDENCIAMENTO N. 07/2019

Publicação Nº 1967234

MUNICÍPIO DE TUNÁPOLIS
AVISO DE CREDENCIAMENTO N. 07/2019

O Município de Tunápolis - SC, torna público para ciência dos interessados que iniciará, a partir da publicação deste, o processo de credenciamento de EMPRESAS PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE CARCAÇAS DE ANIMAIS MORTOS, VISANDO O DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA "RECOLHE" para efeitos do artigo 25, caput, da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações, Lei Municipal nº 1385/2019 de 14 de Março de 2019, cujo procedimento obedecerá às seguintes condições regulamentares:

1. DO OBJETO

1.1 - O objeto do presente edital é o de credenciar empresas para executar o serviço de coleta, transporte e destinação final de carcaças de animais mortos, visando desenvolvimento o Programa "Recolhe" da seguinte forma:

PROGRAMA DE TRABALHO		ELEMENTO DE DESPESA			
ÍTEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREVISÃO DE CUSTOS	
				Unitário	Global
1	Contratação de empresas para executar o serviço de coleta, transporte e destinação final de carcaças de animais mortos, visando o desenvolvimento do programa "recolhe", incluindo o fornecimento de materiais e serviços em todo o território do Município de Tunápolis	unid	500	120,00	60.000,00
Total Geral					60.000,00

10. DA VIGÊNCIA DO CREDENCIAMENTO

10.1. O presente Edital entra em vigor após a publicação do credenciamento e vigorará até o dia 02/04/2019, podendo qualquer pessoa jurídica do ramo, se credenciar a partir do dia 31 de dezembro de 2019, e desde que cumpra os requisitos previstos neste instrumento, solicitar seu credenciamento. O prazo de vigência deste instrumento poderá ser prorrogado, de acordo com o que dispõe o artigo 57, inciso II, Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, a critério do Município de Tunápolis/SC.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 5040/2019

Publicação Nº 1967707

PORTARIA Nº. 5.040/2019

Em 01 de Abril de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE", ao Servidor (a) KATIANE WALKER SCHMITT, com o cargo de AGENTE DE SAÚDE PSF, conforme portaria de nomeação nº 1.524/2005, lotada na Secretaria Municipal da Saúde e Bem Estar Social desta Municipalidade.

Art.2º - Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC

Em 01 de Abril de 2019.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER

Secretária Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico de Controladoria Interna

PORTARIA Nº 5041/2019

Publicação Nº 1967708

PORTARIA Nº. 5.041/2019
Em 01 de Abril de 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS, ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Legislação vigente, baseado na Lei Complementar 13/2006, e alterações posteriores;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder "LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE", ao Servidor (a) RICARDO BUCHE, com o cargo de MOTORISTA DE VEICULO DE PASSAGEIROS, conforme portaria de nomeação nº 4.026/2016, lotada na Secretaria Municipal da Educação, Cultura, Esporte e Turismo desta Municipalidade.

Art.2º - Esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS/SC
Em 01 de Abril de 2019.
RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

NELCINA MARIA DECKER
Secretária Municipal da Administração, Finanças e Planejamento

Esta portaria foi publicada na
Presente data.

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF
Técnico de Controladoria Interna

PROCESSO DE COMPRA Nº.: 103/2019. PREGÃO PRESENCIAL Nº: 70/2019.

Publicação Nº 1968061

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAPOLIS
RUA JOÃO CASTILHO Nº 111
89.898.000 – TUNÁPOLIS – SC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS
PROCESSO DE COMPRA Nº.: 103/2019.
PREGÃO PRESENCIAL Nº: 70/2019.
DATA EMISSÃO: 01/04/2019
FORMA DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO LOTE.

O Município de Tunápolis – S.C., ESTADO DE SANTA CATARINA, através de sua PREGOEIRA e Equipe de Apoio, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial, do tipo Menor Preço LOTE, sob regime de execução e entrega imediata, conforme dispõe o Decreto Municipal nº 1.247, de 28 de outubro de 2009, Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar 123/2006, Lei Complementar Nº 147, de 07 de Agosto de 2014 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, vigente e pertinente a matéria. Os envelopes de nº 01 contendo as "propostas de preços" e de nº 02, contendo a "documentação de habilitação" serão recebidos pela Pregoeira, no Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal, estabelecido na Rua João Castilho nº111 – Tunápolis - SC, CEP 89.898-000, até as 8h do dia 15 de Abril de 2019 iniciando-se a Sessão Pública no mesmo horário do mesmo dia e local.

Constitui objeto da presente licitação tem por objeto a aquisição de PEÇAS ORIGINAIS OU DE PRIMEIRA LINHA MONTAGEM PARA O CONserto da MÁQUINA RETROCAVADEIRA NEW JOLLAND B95B-02 ANO 2014, JCB 4CX ANO 2008, ROLO COMPACTADOR CODWIN CR-12 ANO 2011 E CAMINHÃO VW 26220 ANO 2011, DO DMER de acordo com as especificações técnicas, itens, e quantitativos constantes em seus anexos, parte integrante neste ato convocatório.

2.2 A descrição das peças, e dos Serviços estão expostas no Termo de referência (anexo I).

2.3 Somente serão aceitas peças ORIGINAIS, sendo sumariamente devolvidas as que não forem.

Entrega dos envelopes da habilitação e Proposta até 8h do dia 15 de Abril de 2019.

Informações do Edital, no Setor de Compras do Município de Tunápolis, ou pelo telefone (0xx49) 3632-1122.

RENATO PAULATA
Prefeito Municipal

PROCESSO DE COMPRA N°.: 91/2019, PREGÃO PRESENCIAL N°: 63/2019

Publicação N° 1967856

O Município de Tunápolis, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Senhor RENATO PAULATA torna público para conhecimento dos interessados, que o Processo de Compra N°.: 91/2019, Pregão Presencial n°: 63/2019 cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO para a seleção de propostas, visando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA SERVIÇOS DE ENGENHEIRO ELETRECISTA PARA O EXERCÍCIO DE 2019", não houve nenhum interessado em participar do evento, ocasionando em uma licitação DESERTA.

Turvo

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO CONTRATO PMT 02/2014

Publicação Nº 1967140

Estado de Santa Catarina
Município de Turvo/SC

Extrato do Termo Aditivo

5º Termo Aditivo ao Contrato nº 22/2014

Contratante: Município de Turvo/SC

Contratado: Unimed de Criciúma – Cooperativa de Trabalho Médico da Região Carbonífera

Objeto: Prorrogação de prazo de vigência estabelecido no Contrato nº 22/2014

Prazo: Fica alterada o prazo do Contrato inicial que passa a ter vigência até 31/12/2019.

EXTRATO ADITIVO CONTRATO FMS 02/2019

Publicação Nº 1967490

Estado de Santa Catarina
Fundo Municipal de saúde de Turvo/SC

Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 02/2019

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Tereza Pescador Recco

Objeto: Prorrogação de prazo de vigência estabelecido no Contrato nº 02/2019.

Prazo: Fica alterada a Cláusula Terceira referente ao prazo do Contrato inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Terceira: O prazo deste aditivo é de 12 (doze) meses, passando o prazo do Contrato inicial para 31/12/2019.

Turvo/SC, 29/03/2019

EXTRATO ADITIVO CONTRATO PMT 03/2019

Publicação Nº 1967486

Estado de Santa Catarina
Município de Turvo/SC

Extrato do Termo Aditivo

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 03/2019

Contratante: Município de Turvo/SC

Contratado: Joana Maria Bez Batti

Objeto: Prorrogação de prazo de vigência estabelecido no Contrato nº 03/2019.

Prazo: Fica alterada a Cláusula Terceira referente ao prazo do Contrato inicial que passa a ter a seguinte redação: Cláusula Terceira: O prazo deste aditivo é de 12 (doze) meses, passando o prazo do Contrato inicial para 31/12/2019.

Turvo/SC, 29/03/2019

União do Oeste

PREFEITURA

LEI MUNICIPAL N. 1.126 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

Publicação Nº 1968050

LEI MUNICIPAL Nº. 1.125, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Dispõe sobre concessão de vale alimentação aos servidores do Poder Legislativo do Município União do Oeste, e dá outras providências.

CELSON MATIELLO, Prefeito Municipal de União do Oeste, Estado de Santa Catarina, no das atribuições legais e de acordo com o Art. 37 da Constituição Federal, faço saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores encaminhou, aprovou e EU sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal autorizado a conceder aos servidores do Poder Legislativo Municipal, vale alimentação de R\$ 100,00 (cem reais) mensalmente, através de cartão - Programa de Alimentação ao Trabalhador - PAT, nos termos da Lei Federal n.º 6.321, de 14 de abril de 1976 e Decreto n.º 5, de 14 de janeiro de 1991.

Art. 2º O auxílio-alimentação instituído por esta LEI:

I – Não detém natureza salarial ou remuneratória;

II – Não configura rendimento tributável;

III – Não constitui base de incidência de contribuição previdenciária nem de base de cálculo para fins de margem consignável;

IV – Não se incorpora ao vencimento ou a remuneração do servidor para quaisquer efeitos.

Art. 3º As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta do orçamento da Câmara Municipal de União do Oeste – SC.

Art. 4º O vale alimentação será reajustado no mesmo mês da revisão geral anual dos servidores públicos municipais, utilizando-se o IGP-M acumulado nos últimos doze meses.

Art. 5º Esta Lei poderá ser regulamentada por resolução e entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2019.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário

Gabinete do Executivo Municipal de União do Oeste (SC), 25 de março de 2019.

CELSON MATIELLO

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada em data supra no Diário Oficial de Municípios - DOM, nos termos da Lei Municipal n.1.010/2014.

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO N 08/2019

Publicação Nº 1967950

RESOLUÇÃO Nº 08/2019 de 01 de abril de 2019.

CONCEDE LICENÇA A VEREADORA CLEONICE AMÉRICO RIBEIRO COLPANI, PARA TRATAR DE ASSUNTOS PARTICULARES.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas faço saber que a Câmara municipal de Vereadores aprovou e eu promulgo a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica concedida licença, sem remuneração para vereadora Cleonice Américo Ribeiro Colpani, para tratar de assuntos particulares, a partir de 02 de abril de 2019, de conformidade com o disposto no artigo 30º, Inciso II da resolução nº 008/2008 – Regimento Interno da Câmara.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Vereadores de União do Oeste (SC), ao 01 de abril do ano de 2019.

ORIBERTO LUIZ GIACHINI

Presidente da Câmara

Registrada e publicada em data supra.

Urubici

PREFEITURA

EDITAL 013/2019

Publicação N° 1967658

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUBICI

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 013/2019

TOMADA DE PREÇOS N° 002/2019

Representante Legal, Prefeito Municipal, Antônio Zilli, torna público objeto desta Tomada de Preços destinado Contratação de empresa especializada para pavimentação da Rua Adelino Bosquete, no perímetro urbano do município, com fornecimento de material e mão de obra de acordo com memorial descritivo, planilha orçamentária e projeto técnico, anexos do presente edital e em conformidade com o contrato de repasse OGU n° 845755/2017 – operação 1039464-34. Os interessados deverão apresentar envelopes distintos para proposta e documentos, fechados e lacrados na Prefeitura Municipal de Urubici, até o dia 25/04/2019 às 13h00min. A abertura dos envelopes contendo as propostas e a sessão pública do Pregão será dia 25/04/2019 às 13h00min. Maiores informações sobre o presente edital, bem como cópia do mesmo, podem ser obtidas através do e-mail licitação@urubici.sc.gov.br, site www.urubici.sc.gov.br, ou na Prefeitura Municipal de Urubici – SC sito Pça. Francisco Pereira Souza, 53 – Centro - CEP: 88650-000 Fone/Fax: (0xx49) 32784211, em horário das 12h00min às 18h00min junto ao setor de compras e licitações. Cumpridas as formalidades, publique-se o presente Edital para que surta seu jurídico e legal efeito. Antônio Zilli- Prefeito Municipal.

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 01/2019, 02/2019, 03/2019, 04/2019, 05/2019

Publicação Nº 1947577

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrente do Processo de Licitação nº 71/2018 Pregão Presencial 59/2018 - Ata de Registro de Preços nº 01/2019, 02/2019, 03/2019, 04/2019, 05/2019, visando registrar preço para aquisição parcelada de material de desgaste para máquinas pesadas, novos e de boa qualidade, obedecendo integralmente às especificações e determinações previstas, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM Nº 2718 de 02/01/2019, Pág. 441,442,443,444 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 02/02/2020
2ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 06/2019, 07/2019, 08/2019

Publicação Nº 1947596

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços abaixo relacionados, decorrente do Processo de Licitação nº 81/2018 Pregão Presencial 69/2018 - Ata de Registro de Preços nº 06/2018, 07/2018 e 08/2018, visando registrar preço para aquisição de material de construção, louças para banheiro, material de revestimento, equipamentos de trabalhos na construção, novos e de boa qualidade para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2718 de 02/01/2019, Pág. 445,446,447,448 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 02/01/2020
2ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 09/2019,10/2019

Publicação Nº 1947601

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 77/2018 Pregão Presencial 65/2018 - Ata de Registro de Preços nº 09/2019 e 10/2019, visando registrar preço para aquisição parcelada de serviços de recuperação, vulcanização, conserto, montagem e desmontagem, rodízio de pneus para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2718 de 02/01/2019, Pág. 449,450,451,452,453 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 02/01/2020
2ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 11/2019,12/2019,13/2019,14/2019,15/2019,16/2019,17/2019,18/2019,19/2019,20/2019

Publicação Nº 1947729

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 82/2018 Pregão Presencial 70/2018 - Ata de Registro de Preços nº 11/2019,12/2019,13/2019,14/2019,15/2019,16/2019,17/2019,18/2019,19/2019,20/2019, visando registrar preço para aquisição parcelada de material elétrico, novos e de boa qualidade, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2718 de 02/01/2019, Pág. 453,454,455,456,457 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 02/01/2020
2ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 21/2019

Publicação Nº 1947764

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 82/2018 Pregão Presencial 70/2018 - Ata de Registro de Preços nº 11/2019,12/2019,13/2019,14/2019,15/2019,16/2019,17/2019,18/2019,19/2019,20/2019, visando registrar preço para aquisição parcelada de material elétrico, novos e de boa qualidade, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2718 de 02/01/2019, Pág. 453,454,455,456,457 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 02/01/2020
2ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 22/2019

Publicação Nº 1947796

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 94/2018 Pregão Presencial 79/2018 - Ata de Registro de Preços nº 22/2019, visando registrar preço para aquisição parcelada de madeira, madeira bruta, a serem utilizadas em reformas e construção de pontes de boa qualidade, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2718 de 02/01/2019, Pág. 462,463,464,465 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 02/01/2020
2ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 23/2019, 24/2019, 25/2019, 26/2019, 27/2019

Publicação Nº 1947819

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 91/2018 Pregão Presencial 77/2018 - Ata de Registro de Preços nº 23/2019,24/2019,25/2019,26/2019,27/2019, visando registrar preço para aquisição de artefatos de cimento, novos e de boa qualidade, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2718 de 02/01/2019, Pág. 466,467,468,469 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 02/01/2020
2ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 28/2019,29/2019,30/2019

Publicação Nº 1947849

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 78/2018 Pregão Presencial 66/2018 - Ata de Registro de Preços nº 28/2019, 29/2019, 30/2019, visando registrar preço para de aquisição de pneus novos, de boa qualidade, para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2718 de 02/01/2019, Pág. 469,470,471,472 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 02/01/2020

2ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 31/2019, 32/2019, 33/2019

Publicação Nº 1947860

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 79/2018 Pregão Presencial 67/2019 - Ata de Registro de Preços nº 31/2019, 32/2019, 33/2019, visando registrar preço para aquisição parcelada de peças e serviços, novos e de boa qualidade, para manutenção de veículos da frota da Polícia Civil de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2718 de 02/01/2019, Pág. 473,474,475,476,477,478 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 02/01/2020

2ª Publicação

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 34/2019,35/2019

Publicação Nº 1947875

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO - CPLJ

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, o Município de Urussanga/SC, informa que se encontram registrado os preços, decorrente do Processo de Licitação nº 92/2018 Pregão Presencial 78/2018 - Ata de Registro de Preços nº 34/2019, 35/2019, visando registrar preço para aquisição parcelada de combustíveis para o município de Urussanga/SC.

Esta ata foi publicada na íntegra no DOM SC Nº 2718 de 02/01/2019, Pág. 478,479,480,481,482 e pelo site www.urussanga.sc.gov.br

Vigência: 02/01/2020

2ª Publicação

EXTRATO DE CONTRATO Nº 107/2019

Publicação Nº 1967168

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

CONTRATO: 107/2019

DATA DE ASSINATURA: 29/03/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO: 15/2019

PREGÃO PRESENCIAL: 14/2019

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE URUSSANGA

CONTRATADO: DRAGER SAFETY DO BRASIL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA

CNPJ/CPF: 07.857.433/0001-07

OBJETO: AQUISIÇÃO PARCELADA DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) DE USO DE INTEGRANTES DA SUBUNIDADE DE URUSSANGA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SANTA CATARINA, PARA OPERAÇÕES DE COMBATE A INCÊNDIO, NOVOS, DE BOA QUALIDADE.

VALOR GLOBAL: R\$ 10.000,000

Vargeão

PREFEITURA

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO (CMI) MUNICÍPIO DE VARGEÃO RESOLUÇÃO N° 001/2019

Publicação N° 1968005

CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO (CMI)
MUNICÍPIO DE VARGEÃO

RESOLUÇÃO N° 001/2019

Dispõe sobre avaliação e aprovação da prestação de contas do Fundo Municipal Do Idoso, relativo ao período financeiro do exercício de 2018.

CONSIDERANDO: O Conselho Municipal do Idoso (CMI) é o órgão colegiado que atua em caráter permanente e deliberativo, no acompanhamento, fiscalização e na avaliação da política nacional do idoso, no âmbito do município, visando a melhor aplicação dos recursos para a manutenção dos programas voltados ao idoso no que tange ao programado (previsão orçamentária) e executado (execução orçamentária), por fontes de recursos.

CONSIDERANDO: Sua previsão legal de existência está no art. 6 da Lei Federal n. 8.842, de 04 de janeiro de 1994 e sua competência de acompanhar e fiscalizar a política do idoso está previsto no art. 7º da mesma Lei.

O Conselho Municipal do idoso (CMI), no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a prestação de contas da gestão do Fundo Municipal do Idoso – FMI, relativo ao período financeiro do Exercício de 2018, para todos os fins legais. Exarando parecer pela Aprovação das contas prestadas, relativas aos recursos repassados pelo governo municipal, destinados as ações de atendimento ao idoso. A opinião supra está consubstanciada nos resultados do acompanhamento contínuo, na apreciação do Relatório de Gestão elaborado pelo município, bem como na análise dos relatórios de balanço, relativamente ao período financeiro do Exercício de 2018 e do resumo explicativo emitido pelo setor contábil do município, contemplando o que foi planejado no plano de ação e aplicação do ano de 2018.

Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Vargeão, 29 de março de 2019.

Clara Gubert
PRESIDENTE DO CMI

Vidal Ramos

PREFEITURA

DISPENSA LICITAÇÃO Nº. 01/2019 - ASSISTÊNCIA

Publicação Nº 1967930

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

Processo Licitatório nº. 05/2019
Dispensa de Licitação nº. 01/2019

Processo de Dispensa de Licitação para a contratação de empresa para sonorização e animação dos encontros da 3ª. Idade, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93

O Presidente da Comissão de Licitação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Vidal Ramos informa que o presente processo de Dispensa de Licitação é referente a contratação de empresa para sonorização e animação dos encontros da 3ª. Idade, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93.

JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO.

O Município de Vidal Ramos necessita contratar uma empresa para sonorização e animação dos encontros da 3ª. Idade no Município de Vidal Ramos. Hoje no município existem cinco grupos da terceira idade somando mais de 300 pessoas. "Dentro dos grupos nós desenvolvemos diversas atividades como jogos de integração, exercícios físicos e alongamentos, por meio de um professor de educação física, viagens, encontros semanais e muitas outras que ajudam a manter a coordenação motora, auto-estima e saúde de nossos idosos.

Para o prefeito do município, o investimento na terceira idade é uma das melhores iniciativas públicas. Segundo ele, além de valorizar o idoso que muito já fez pelo município, também diminui os gastos na saúde pública. "Nossos idosos que fazem parte dos grupos estão mais felizes e mais saudáveis. Eles fazem exercícios, participam de eventos e estão integrados e felizes. É fato que todos os municípios que investiram na terceira idade só tiveram ganhos".

DO PREÇO

O valor será de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), a ser pago com recursos próprios.

FUNDAMENTO LEGAL

O presente procedimento está cristalizado nas recomendações prescritas com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93, e suas alterações posteriores.

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Presidente da Comissão de Licitação do Fundo Municipal de Desenvolvimento Agropecuário de Vidal Ramos, Eduardo Thechrin, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o que consta deste processo Administrativo, vem emitir a presente declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93, e suas alterações posteriores, em favor da empresa: CLAUDIA DA ROSA MEI, estabelecida na Praça Nereu Ramos, 41, Centro, Vidal Ramos - SC, inscrita no CNPJ sob o número 21.663.897/0001-03.

Assim, nos termos do Art. 26 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, vem comunicar ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Assistência Social, todo teor da presente declaração, para que proceda, se de acordo, com a devida ratificação.

Vidal Ramos, 01 de abril de 2019.
Eduardo Thechrin
Presidente da Comissão de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

Processo Licitatório nº. 05/2019
Dispensa de Licitação nº. 01/2019

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, cujo objeto é a contratação de empresa para sonorização e animação dos encontros da 3ª. Idade, com fulcro no artigo 24, inciso II, da Lei no 8.666/93.

O valor será de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

EMPRESA: CLAUDIA DA ROSA MEI.
CNPJ: 21.663.897/0001-03
ENDEREÇO: Praça Nereu Ramos, 41, Centro, Vidal Ramos – SC

VIDAL RAMOS, 01 DE ABRIL DE 2019.

Eduardo Thechrin

Presidente da Comissão de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE VIDAL RAMOS

Processo Licitatório nº. 05/2019

Dispensa de Licitação nº. 01/2019

RATIFICAÇÃO

ODILMAR DE SOUZA, Prefeito Municipal em Exercício de Vidal Ramos, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 25, inciso I, da Lei federal nº 8.666/93 com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

RATIFICA a DISPENSA de licitação para a contratação direta da Empresa CLAUDIA DA ROSA MEI (CNPJ 21.663.897/0001-03), com fundamento no parecer da Procuradoria do Município e no artigo 25, "caput", da Lei federal nº 8.666/93, com as alterações dadas pelas Leis federais nº 8.883/94 e nº 9.648/98.

E autorizo o pagamento da despesa, no Valor de R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais), em favor da empresa CLAUDIA DA ROSA MEI de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Vidal Ramos, 01 de março de 2019.

ODILMAR DE SOUZA

Prefeito Municipal em Exercício

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 16.275/19

Publicação Nº 1967319

DECRETO Nº 16.275/19, DE 28 DE MARÇO DE 2019.
Exonera Assessor de Vídeo Produções

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal 3.566/19,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 24 de março de 2019, AMANDA MARTINS SLONGO, nomeada para exercer o cargo comissionado de Assessor de Vídeo Produções, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 24 de março de 2019.

Videira, 28 de março de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de março de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 16.276/19

Publicação Nº 1967323

DECRETO Nº 16.276/19, DE 28 DE MARÇO DE 2019.
Nomeia Assessor de Vídeo Produções

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, JEAN CARLOS ALVES, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Vídeo Produções, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 25 de março de 2019.

Videira, 28 de março de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de março de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 16.277/19

Publicação Nº 1967325

DECRETO Nº 16.277/19, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Nomeia Chefe do Departamento de Comunicação

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 3.566/18;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, AMANDA MARTINS SLONGO, para exercer o cargo comissionado de Chefe do Departamento de Comunicação, símbolo DAS-4, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício no Gabinete do Prefeito.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 25 de março de 2019.

Videira, 28 de março de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de março de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO Nº 16.278/19

Publicação Nº 1967333

DECRETO Nº 16.278/19, DE 28 DE MARÇO DE 2019.

Exonera Diretor do Departamento de Saúde

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, IX, da Lei Orgânica do Município e na Lei Municipal 3.566/19,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a partir de 4 de março de 2019, ANDREA APARECIDA BERTO, nomeada para exercer o cargo comissionado de Diretora do Departamento de Saúde, símbolo DAS-2, criado pela Lei nº 3.566/18, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 4 de março de 2019.

Videira, 28 de março de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de março de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO N° 16.280/19

Publicação N° 1967342

DECRETO N° 16.280/19, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Declara de utilidade pública para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, o imóvel que especifica.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no inciso XXXIII do artigo 4º, e nos incisos VIII do artigo 72, da Lei Orgânica do Município, combinados com os artigos 2º e 6º do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941;

DECRETA

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação, por via amigável ou judicial, o imóvel abaixo especificado, com 470,00 m2 (quatrocentos e setenta metros quadrados), com benfeitorias, situado do lado esquerdo da Rua do Seminário esquina com a Rua 15 de Novembro, 2º subdistrito, deste Município e Comarca de Videira, com as seguintes confrontações: ao NORTE, com a Rua do Seminário; ao SUL, com terras de propriedade da firma Perdigão S/A; ao NASCENTE, com os fins da Rua 15 de Novembro e ao POENTE, com terras do lote nº 2, de Ivo Boss, matriculado no Cartório de Registro Imobiliário da Comarca de Videira sob o nº 0036.

Art. 2º O imóvel de que trata o art. 1º deste Decreto destina-se a melhoria da mobilidade urbana e condições de segurança de trânsito no local.

Art. 3º As despesas com a execução deste decreto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de março de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de março de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

DECRETO N° 16.284/19

Publicação N° 1968345

DECRETO N° 16.284/19, DE 1º DE ABRIL DE 2019.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.641/18 de 17 de dezembro de 2018.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 3.260.000,00 (Três milhões, duzentos e sessenta mil reais), à suplementação das seguintes dotações orçamentárias:

09 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Agricultura e Meio Ambiente	
02 – Agricultura	
2.050 – Manutenção de Estradas Vicinais	
4.4.90.00.00.00.00.03.0000 – Aplicações Diretas	3.260.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO	3.260.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do superávit financeiro dos recursos próprios do exercício de 2018.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 1º de abril de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de abril de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

DISPENSA DE LICITAÇÃO 11/2019 - PMV

Publicação Nº 1967386

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2019 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2019 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 01/04/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR A SEGUNDA REVISÃO OBRIGATÓRIA RELATIVO AOS 30.000 KM (TRINTA MIL QUILOMETROS) DO VEÍCULO CHEVROLET CRUZE, PLACA QIR-0538, DE USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

VALOR: R\$ 1.802,32 (um mil oitocentos e dois reais e trinta e dois centavos)

FUNDAMENTO: Art. 24, inciso XVII da Lei nº 8.666/93.

Videira - SC, 01 de Abril de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGHA

PREFEITO MUNICIPAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 073/19

Publicação Nº 1967112

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 073/19

O DIRETOR GERAL DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA -VISAN, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem o cargo para os quais foram nomeados em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 001/2018 - VISAN:

CONVOCADOS	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. GLAUDECIR JOÃO PIRES CURUCA	AUXILIAR OPERACIONAL	16.235/19, DE 13/03/2019
2. ERICK DOS SANTOS GOLIN	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	16.243/19, DE 18/03/2019
3. LUCIANO ALVES ROMANOVICZ	ENCANADOR	16.253/19, DE 18/03/2019
4. MAURICIO BERTHA CASAROTTO	TÉCNICO ELETRICISTA	16.255/19, DE 18/03/2019

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Gestão de Pessoas na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;

- h) Glicemia;
- i) Ex. Quant. Urina;
- j) EPF;
- k) Avaliação Audiométrica;
- l) Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- m) Exame Anti-HBS.
- n) Exame toxicológico – de acordo com as exigências da Portaria nº 945/2017, do Ministério do Trabalho. (Para os cargos de Motorista e Operadores de Máquinas)

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 26 de março de 2019.
SANDRO ANTONIO CAREGNATO
Diretor Geral

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 075/19

Publicação Nº 1968760

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 075/19
PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. JUSSARA TIEPO	MOTORISTA
2. SANDRO EVANGELISTA DODO	CARPINTEIRO
3. STELLI DY ANGELLI TESSER	AUXILIAR EDUCACIONAL
4. KETLYN CRISTINA DAROLD	AUXILIAR EDUCACIONAL

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- a) Realização de Exame Médico Admissional;
- b) Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- c) 1 (uma) foto 3x4;
- d) Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- e) Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- f) Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- g) Comprovante do tipo sanguíneo;
- h) Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- i) Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- j) Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- k) Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- l) Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- m) Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- n) Declaração de bens;
- o) Certidão negativa de antecedentes criminais;
- p) Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 28 de março de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 076/19

Publicação Nº 1968762

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 076/19
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 003/2018:

CONVOCADOS	CARGO
1. LUANA APARECIDA CAREGNATO REINHOLD	PROFESSOR – ÁREA DE ATUAÇÃO: ARTES ENSINO INFANTIL E FUNDAMENTAL
2. ANA CLARA GONÇALVES	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
3. SILVIA ZAGO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
4. BRUNA DE PAULA	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
5. KATIA STEFANI CARVALHO KOHLER	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
6. RENATA KARINE NASCIMENTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
7. DAIANA BASTIAN	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
8. FERNANDA CAMPAGNIN BATISTA	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
9. ALESSANDRA APARECIDA VALKARENGHI	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
10. DIRLENE ANDRIONI SASSO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM
11. EDILES CARMEN MOZZER	TÉCNICO DE ENFERMAGEM

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 28 de março de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 077/19

Publicação Nº 1968765

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 077/19
PROCESSO SELETIVO Nº 003/2019

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para os quais foram classificados no Processo Seletivo nº 003/2019:

CONVOCADOS	CARGO
1. MARITILDE DIOGO	PROFESSOR - ÁREA DE ATUAÇÃO: SÉRIES INICIAIS
2. ELIANE DE MIRANDA GIRARDI	PROFESSOR - ÁREA DE ATUAÇÃO: SÉRIES INICIAIS
3. JERUSA ALVES DA SILVA	PROFESSOR - ÁREA DE ATUAÇÃO: SÉRIES INICIAIS

4. GLEICE DOS SANTOS DE LIMA BACHER	PROFESSOR - ÁREA DE ATUAÇÃO: SÉRIES INICIAIS
5. GEANE CRISTINA FERREIRA MENDES	PROFESSOR - ÁREA DE ATUAÇÃO: SÉRIES INICIAIS
6. FABIANE BERTÉ	PROFESSOR - ÁREA DE ATUAÇÃO: ENSINO FUNDAMENTAL SÉRIES FINAIS – LÍNGUA PORTUGUESA

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 28 de março de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 078/19

Publicação Nº 1968767

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 078/19

PROCESSO SELETIVO Nº 001/2018

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocadas as candidatas abaixo relacionadas para comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem as funções do cargo para a qual foi classificada no Processo Seletivo nº 001/2018 - FME Fundação Municipal de Esportes:

CONVOCADOS	CARGO
1. EDELAINE VOIDALESKI	AUXILIAR DE SERÇIÇOS GERAIS

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, os seguintes documentos:

- Realização de Exame Médico Admissional;
- Carteira de Trabalho – Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Cópia de Comprovante de Residência e Número de telefone;
- Cópias de: Carteira de Identidade frente e verso, CPF, Título de Eleitor e Carteira de Trabalho;
- Certificado de Reservista para candidatos do sexo masculino;
- Comprovante do tipo sanguíneo;
- Cópia de Certidão de nascimento ou casamento;
- Cópia de Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos;
- Declaração de dependentes para fins de Imposto de Renda, contendo nome e data de nascimento;
- Cópia do Certificado de Conclusão de Escolaridade exigido para o cargo;
- Declaração firmando termo de responsabilidade de que ao tomar posse não está acumulando cargos de acordo com o Art. 37, item XVI, da Constituição Federal, e não ter sofrido no exercício de função pública as penalidades previstas em Lei;
- Carteira de saúde para os casos de contratação de servidores para as áreas da saúde e educação;
- Declaração de bens;
- Certidão negativa de antecedentes criminais;
- Convocação para contratação de acordo com o processo seletivo para o cargo.

Videira, 28 de março de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 079/19

Publicação Nº 1968770

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 079/19

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO INTERINO DA PREFEITURA DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, torna público que ficam convocados os candidatos abaixo relacionados para, no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento da convocação, comparecer no Departamento de Pessoal, no Paço Municipal, à Avenida Manoel Roque, nº 188, no Município de Videira/SC, a fim de assumirem o cargo para os quais foram nomeados em razão de aprovação no Concurso Público - Edital nº 001/2018:

CONVOCADOS	CARGO	DECRETO NOMEAÇÃO
1. ANA PAULA DE CARLI BERTAIOLI	ANALISTA DE NÍVEL SUPERIOR	16.267/19, DE 25/03/2019
2. MARILIA CASTAGNA RODRIGUES	MÉDICO	16.270/19, DE 26/03/2019

Os convocados deverão apresentar no Departamento de Pessoal na Prefeitura Municipal de Videira, dentro do prazo supramencionado, os seguintes documentos:

- Carteira de Trabalho;
- PIS/PASEP;
- 1 (uma) foto 3x4;
- Comprovante de Residência;
- Declaração de dependentes para Imposto de Renda;
- Cópias: Carteira de Identidade, CPF, Título de Eleitor, Certificado de Reservista, Grupo Sanguíneo, Certidão de Casamento ou Nascimento, Certidão de Nascimento de filhos menores de 14 (quatorze) anos;
- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais (Fórum);
- Comprovante de Escolaridade e requisitos (conforme exigido no Edital de Concurso);
- Comprovante de inscrição no órgão de classe (quando exigido no Edital de Concurso).

Apresentar os seguintes exames, para inspeção médica oficial.

- Avaliação Cardiológica;
- Avaliação Neurológica;
- RX Tórax;
- RX coluna lombo sacra ap.p. oblíquas;
- Hemograma;
- VDRL;
- ABO RH;
- Glicemia;
- Ex. Quant. Urina;
- EPF;
- Avaliação Audiométrica;
- Apresentar comprovante de vacina antitetânica;
- Exame Anti-HBS.
- Exame toxicológico – de acordo com as exigências da Portaria nº 945/2017, do Ministério do Trabalho. (Para os cargos de Motorista e Operadores de Máquinas)

Os exames médicos e laboratoriais deverão ser providenciados com a necessária antecedência para possibilitar a realização da perícia médica dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da convocação.

O não atendimento a presente convocação importará na perda do direito à nomeação e no desfazimento do respectivo ato.

Videira, 29 de março de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário Municipal de Administração Interino

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 12/2019 - PMV

Publicação Nº 1967262

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2019 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2019 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 01/04/2019

CONTRATADA: WM ELETRO TERMOTEC LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DO EQUIPAMENTO CAPINADEIRA A FOGO CF 8000, ELETROFIRE, PARA A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO, AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

VALOR DA DESPESA: R\$ 148.400,00 (Cento e quarenta e oito mil e quatrocentos reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, "caput" da Lei 8.666/93.
Videira - SC, 01 de Abril de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 13/2019 - PMV

Publicação Nº 1967614

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2019 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2019

HOMOLOGAÇÃO: 01/04/2019

OBJETO: PARTICIPAÇÃO NO XVII FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA, QUE TEM COMO FINALIDADE APRIMORAR CONHECIMENTO JURÍDICO ATRAVÉS DE RODAS DE DEBATES, BEM COMO APRIMORAR CONHECIMENTOS SOBRE A CONTRATAÇÃO PÚBLICA COM EFICÁCIA EM INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS DE QUALIDADE, IDEALIZADO PELA EMPRESA EDITORA FÓRUM LTDA, NOS DIAS 11/04/2019 A 12/04/2019, PARA O SERVIDOR LUIZ FRANCISCO KARAM LEONI.

CONTRATADO: EDITORA FÓRUM LTDA

VALOR de R\$ 3.390,00 (três mil trezentos e noventa reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, caput e inciso II, e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 01 de Abril de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 14/2019 - PMV

Publicação Nº 1967776

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2019 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 14/2019

HOMOLOGAÇÃO: 01/04/2019

OBJETO: PARTICIPAÇÃO NO 17º FÓRUM DA UNDIME, INTITULADO "NOVOS RUMOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA" A SER REALIZADO NA CIDADE DE JOINVILLE - SC, NOS DIAS 02, 03 E 04 DE ABRIL DE 2019 PARA OS SERVIDORES CAMILA REGINA ROSTIROLA E LUIZ FELIPE TORCATTO ZANELLA.

CONTRATADO: UNDIME – UNIÃO DOS DIRIGENTES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO DE SC

VALOR de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

FUNDAMENTO: Art. 25, caput e inciso II, e atentando também com o Art. 26 da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 01 de Abril de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 15/2019 - PMV

Publicação Nº 1968302

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 15/2019 - PMV

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 15/2019 - PMV

HOMOLOGAÇÃO: 01/04/2019

CONTRATADA: INSTITUTO DE METROLOGIA DE SANTA CATARINA – IMETRO/SC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A REALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE VERIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DO ETILÔMETRO, MARCA INTOXIMETERS MODELO AS-IV, Nº DE SÉRIE: 089742, PARA A POLÍCIA MILITAR DE VIDEIRA.

VALOR DA DESPESA: R\$ 800,17 (Oitocentos reais e dezessete centavos).

FUNDAMENTO: Art. 25, "caput" da Lei 8.666/93.

Videira - SC, 01 de Abril de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGHA

Prefeito Municipal

LEI Nº 3.666/19

Publicação Nº 1967345

LEI Nº 3.666/19, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Altera a Lei nº 3300/15, que Dispõe sobre o serviço de acolhimento para crianças e/ou adolescentes, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber que a Câmara de Vereadores do Município de Videira aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o art. 1º, II, da Lei nº 3300, de 25 de novembro de 2015, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º

(...)

II - Abrigo Institucional Lar Menino Jesus II, tendo como sede a Rua Lourenço Cláudio Ferlin, nº 49, Bairro São Francisco, para atender crianças e/ou adolescentes de ambos os sexos.

(...)”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 3.599/2018.

Videira, 29 de março de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGHA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de março de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

LEI Nº 3.667/19

Publicação Nº 1967347

LEI Nº 3.667/19, DE 25 DE MARÇO DE 2019.

Institui o Programa Bolsa-Atleta no Município de Videira e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, faço saber a todos os munícipes que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir o Programa Bolsa-Atleta, com o objetivo de valorizar, estimular e beneficiar atletas e paratletas amadores representantes do Município de Videira em competições estaduais, nacionais e internacionais, bem como, promover a inclusão no esporte e a cidadania das pessoas com deficiência.

Parágrafo único - O Programa Bolsa-Atleta atenderá às modalidades individuais e coletivas constantes dos programas da Fundação Municipal de Esportes - FME, com prioridade àquelas em que o Município vem apresentando melhor desempenho técnico, mediante série histórica de resultados em eventos oficiais de âmbito municipal, estadual, nacional e internacional.

Art. 2º O Programa de que trata esta Lei consistirá em apoio financeiro, fornecido pelo Município, por meio da Fundação Municipal de Esportes - FME, sendo seu regulamento definido em Edital próprio.

Art. 3º O Bolsa Atleta será concedido em caráter individual ao atleta amador com ou sem registro federativo no estado de Santa Catarina, desde que esteja vinculado à Associação Desportiva em regular atividade no Município ou à Fundação Municipal de Esportes - FME.

Art. 4º Para a concessão do Bolsa-Atleta, o atleta deverá comprovar que preenche cumulativamente os seguintes requisitos:

I - residir, trabalhar, treinar ou estudar no município; ou, independentemente dos requisitos anteriores, ser natural de Videira;

II - possuir idade mínima para participar das competições da FESPORTE, conforme regulamento próprio, em especial OLESC, JOGUINHOS

ABERTOS, JASC e PARAJASC;

III - estar em plena atividade desportiva não profissional de rendimento, por meio de declaração da entidade;

IV - não receber salário na condição de atleta profissional, apresentando como comprovante cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social;

V - estar regularmente matriculado em curso de ensino público ou privado, devendo apresentar semestralmente atestado de frequência a Fundação Municipal de Esportes - FME, com exceção do atleta que comprovadamente já concluiu o ensino médio;

VI - apresentar plano anual de participação em competições oficiais e extraoficiais da modalidade e de preparação ou treinamento;

VII - apresentar autorização do pai ou responsável, no caso de atleta menor de 18 (dezoito) anos de idade;

VIII - apresentar bimestralmente para Fundação Municipal de Esportes - FME declaração do Técnico da Modalidade ou do Presidente da Associação Desportiva, atestando que o interessado está participando dos treinos e competições periodicamente, representando a Associação Desportiva e o Município;

IX - não estar, o atleta, cumprindo punição imposta por Tribunais de Justiça Desportiva, Federação ou Confederação das modalidades correspondentes;

X - o atleta deve também comprometer-se a representar o Município em competições e eventos promovidos ou considerados de interesse da Fundação Municipal de Esportes - FME, cedendo os direitos de imagem ao Município de Videira e utilizando, obrigatoriamente, em seu uniforme, distribuído pela entidade, a logomarca da Fundação Municipal de Esportes - FME e do Município de Videira ou de seus programas.

Art. 5º As solicitações de concessão do benefício deverão ser encaminhadas pela entidade de prática desportiva ao qual o atleta está vinculado ou pelo próprio atleta, acompanhadas do seu plano de aplicação e de trabalho, para a Fundação Municipal de Esportes - FME, dentro do prazo estipulado em Edital, composta de documentos que comprovem os requisitos do artigo 4º desta Lei.

Parágrafo único - As solicitações aprovadas seguirão para a Comissão de Seleção/Avaliação que fará a análise, levando em consideração as prioridades de atendimento à Política Municipal de Esporte, às disponibilidades orçamentárias e financeiras, e, após, para a Fundação Municipal de Esportes - FME para a concessão da bolsa.

Art. 6º A concessão do Bolsa Atleta não implicará em qualquer vínculo empregatício entre os atletas beneficiados e a Administração Pública Municipal.

Art. 7º O valor do Bolsa Atleta será previsto em Edital próprio, conforme disponibilidades orçamentárias e financeiras, sendo considerando o desempenho que o atleta ou paratleta obteve no ano anterior dentro da sua modalidade.

Parágrafo único - O Bolsa-Atleta poderá ser concedido pelo prazo máximo de 10 (dez) meses em cada exercício financeiro.

Art. 8º O benefício do Bolsa-Atleta será cancelado pela Fundação Municipal de Esportes - FME em caso de:

I - não ser apresentada a documentação comprovando sua participação nas competições previstas no projeto;

II - não haver participação nos treinos e nas competições da entidade sem justificativa;

III - quando o atleta não mais representar o Município de Videira;

IV - ocorrer a dispensa de seleções ou equipes representativas de Videira, por indisciplina ou a seu pedido;

V - verificar-se o descumprimento de quaisquer das condições exigidas por esta Lei, pelo edital e concessão.

Parágrafo único - Ocorrendo o desligamento o atleta poderá ser substituído, sendo concedido o Bolsa-Atleta, pelo tempo que faltar para completar o período, ao substituto.

Art. 9º Os critérios, requisitos e demais situações inerentes ao Bolsa-Atleta serão descritos em edital próprio, a ser publicado pela Fundação Municipal de Esportes - FME.

Art. 10 As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta dos Recursos Orçamentários da Fundação Municipal de Esportes - FME.

Art. 11 Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de março de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de março de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

LEI Nº 3.668/19

Publicação Nº 1967348

LEI Nº 3.668/19, DE 29 DE MARÇO DE 2019.

Concede Revisão Geral de que trata o artigo 37, X da Constituição Federal na Remuneração dos Servidores Públicos Municipais, ativos e inativos, pensionistas; Empregados Públicos, Estagiários e membros do Conselho Tutelar e, no Subsídio dos Agentes Políticos do Município de Videira: Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A remuneração dos servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, ativos, inativos e pensionistas; Empregados Públicos, Estagiários e membros do Conselho Tutelar e, ainda, de todos os Agentes Políticos do Município: Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, na forma de revisão geral anual, prevista no art. 37, X, da Constituição Federal, fica revisada em 4,33% (quatro vírgula trinta e três por cento), correspondente ao índice de inflação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, acumulado no período de 1º de janeiro de 2018 a 28 de fevereiro de 2019.

§1º - Do percentual previsto no caput deverão ser deduzidos 3,00% (três por cento) já antecipados por meio da Lei nº 3.647/19, totalizando 1,33% (um vírgula trinta e três por cento), a partir de 1º de março de 2019.

§2º - Ficam excluídos da revisão geral anual de que trata este artigo os Empregados Públicos ocupantes dos empregos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias.

Art. 2º A remuneração dos servidores públicos municipais da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, ativos, inativos e pensionistas; Empregados Públicos, Estagiários e membros do Conselho Tutelar fica ainda reajustada em 0,17% (zero vírgula dezessete por cento) que adicionada ao índice de revisão previsto no §1º, do art. 1º desta Lei, totaliza nominalmente 1,5% (um vírgula cinco por cento) de acréscimo às respectivas remunerações, a partir de 1º de março de 2019.

§1º Fica determinada a aplicação da medida liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal contida na ADI 4582, para que seja aplicado o índice de revisão geral anual disposto no caput deste artigo para os servidores aposentados e para os pensionistas que não possuam paridade.

§ 2º O acréscimo de 1,5% (um vírgula seis por cento) de que trata o caput deste artigo incide sobre os valores pagos a título de gratificações instituídas pela Lei nº 3.566/18.

§3º Ficam excluídos do reajuste de que trata este artigo os Empregados Públicos ocupantes dos empregos de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias.

Art. 3º O pagamento dos valores da revisão e reajuste de que trata esta Lei ficam contingenciados aos limites constitucionais vigentes.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução da presente Lei, correrão à conta de verba específica do orçamento do Município.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 29 de março de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 29 dias do mês de março de 2019.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni

Procurador Geral

OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0391/19

Publicação Nº 1967309

PORTARIA nº 0391/19

Revoga a Portaria nº 0717/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0717/18, que designa SONIA MARIA PITTOL, Auxiliar de Serviços Gerais, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível III, símbolo FG-4, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Saúde e Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 24 de março de 2019.

Videira, 28 de março de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de março de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA N° 0392/19

Publicação N° 1967311

PORTARIA nº 0392/19
Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 129/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 6934/2019,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses ao servidor ANTENOR DOS SANTOS, Trabalhador Braçal, a partir de 1º de junho de 2019 até 1º de setembro de 2019, referente ao quinquênio de 3 de novembro de 2013 até 30 de dezembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 1º de junho de 2019;

Videira, 28 de março de 2019.

DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de março de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA N° 0393/19

Publicação N° 1967315

PORTARIA nº 0393/19
Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 216 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando nº 034/19 DEPKA,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Maternidade de 180 (cento e oitenta) dias à servidora JANETE MARIA CHAVES MACIEL, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 26 de março de 2019 até 21 de setembro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 26 de março de 2019.

Videira, 28 de março de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 28 dias do mês de março de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PORTARIA Nº 0394/19

Publicação Nº 1967318

PORTARIA nº 0394/19

Revoga a Portaria nº 0647/18

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Revogar a Portaria nº 0647/18, que designa GEFERSON CORREA DE DEUS, Técnico em Agrimensura, para, sem prejuízo da remuneração do cargo efetivo, exercer a Função Gratificada de Assessor Nível II, símbolo FG-3, com a remuneração de Lei, subordinada à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Habitação e Projetos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 8 de março de 2019.

Videira, 29 de março de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 29 de março de 2019.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

Luiz Francisco Karam Leoni
Procurador Geral
OAB/SC 18.431

PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019 - FMS

Publicação Nº 1967713

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 01/2019 – FMS

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 01/2019 - FMS. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ITENS DE SEGURANÇA PARA INSTALAÇÃO NO ELEVADOR PARA MACA NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 14:00:00h do dia 17/04/2019, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 14:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 01 de abril de 2019.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇO N° 07/2019 - PMV - RETIFICAÇÃO

Publicação N° 1968818

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

TOMADA DE PREÇO N° 07/2019 – PMV

RETIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Videira comunica aos interessados que fica ALTERADA a data de abertura de abertura da TP 07/2019 – PMV, por não atender plenamente o disposto no Art. 21, II e III, da Lei 8.666/93, o qual tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA EXECUTAR PAVIMENTAÇÃO EM RUAS INGRIMES COM ACLIVIDADE ACENTUADA EM BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS (PAVER), LOCALIZADOS NAS RUAS: CAROLINA PASQUAL, ARNO POSANSKE, JOSE BOITEUX E BALÃO NA RUA ALEDIR FATIMA NUNES, COM ÁREA DE INTERVENÇÃO DE 2.575,01 M2, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETO. A nova data e o horário do recebimento dos envelopes de documentação e proposta, passam a ser dia 18/04/2018 às 14:00:00h. O Edital em inteiro teor encontra-se à disposição dos interessados no site www.videira.sc.gov.br, link “Transparência”. Informações na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, no horário das 08h00min às 11h45min e das 13h30min às 17h45min ou pelos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 01 de Abril de 2019.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

RELATÓRIO DAS AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS EM MARÇO/2019

Publicação Nº 1967679

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VIDEIRA
 Relação das Autorizações de Compra e Liquidações

AUTORIZAÇÕES DE COMPRAS EMITIDAS									LIQUIDAÇÃO			
Seq.Autor.	Data AF	Processo	C.Direta	C.Custo	Adjud.	Padron.	Seq. Contrato	Despesa	Valor AF	Nome do Fornecedor	Entrega	Nº e Data do Empenho Subempenho
13/2019	07/03/2019	4/2019		1/2019	1			5/2019	2.015,00	AUTO POSTO COLINA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA		44 - 07/03/2019
14/2019	22/03/2019		7/2019	1/2019				5/2019	546,00	ERS HUMANAS CORRETORA DE SEGUROS LTDA		52 - 22/03/2019
15/2019	25/03/2019		8/2019	1/2019				5/2019	1.090,00	COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE BEBIDAS FF LTDA ME		54 - 25/03/2019
16/2019	25/03/2019		9/2019	1/2019				5/2019	800,00	VIDEBAND IND. COM. DE CONFECÇÕES LTDA		55 - 25/03/2019
17/2019	26/03/2019		10/2019	1/2019				5/2019	455,00	VIDEGRAF ARTES GRÁFICAS LTDA		56 - 26/03/2019
18/2019	26/03/2019		11/2019	1/2019				5/2019	150,00	VERDE VALE SERVICOS LTDA - EPP		57 - 26/03/2019
21/2019	27/03/2019		12/2019	1/2019				5/2019	60,00	ALQUIERI COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA ME		58 - 27/03/2019
22/2019	27/03/2019		13/2019					5/2019	2.028,25	F & F VIAGENS E TURISMO LTDA - ME		59 - 27/03/2019
23/2019	27/03/2019	5/2019		1/2019	1			5/2019	400,00	CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS		60 - 27/03/2019
24/2019	28/03/2019		14/2019	1/2019				5/2019	125,00	EDITORA FOLHA DE VIDEIRA LTDA - ME		61 - 28/03/2019
25/2019	28/03/2019	6/2019		1/2019	1			5/2019	1.800,00	CLINICA FRANTZ LTDA		62 - 28/03/2019

VISAN - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA**PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2019**

Publicação Nº 1967993

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2019 – VISAN

REGISTRO DE PREÇOS

O Diretor Geral da VISAN torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 13/2019 - VISAN. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMA PARCELADA DE MANUTENÇÃO DE POÇOS TUBULARES PERTENCENTES AO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - VISAN. 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES: até as 09:00:00h do dia 22/04/2019, no Setor de Protocolo, localizado no Paço Municipal, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Bairro Alvorada, Videira/SC. Abertura da sessão e credenciamento no mesmo dia às 09:15:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 01 de abril de 2019.

SANDRO ANTONIO CAREGNATO

Diretor Geral

Vitor Meireles

PREFEITURA

PORTARIA Nº 094/2019

Publicação Nº 1968656

PORTARIANº 094/2019

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, resolve NOMEAR:
de acordo com a Lei Complementar Municipal nº 049/2009, de 23 de dezembro de 2009 e nº 007/2003, de 13 de maio de 2003, tendo em vista o resultado do Concurso Público Municipal, Edital nº 001/2019, homologado no dia 27 de março de 2019,

Nome: OSNI DELUCA
Cargo: MOTORISTA

Do Quadro de Pessoal de Provimento Efetivo, da Prefeitura Municipal de Vitor Meireles/SC, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para exercer suas funções na Secretaria de Administração e Finanças, podendo ser lotado em qualquer das secretarias municipais. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir de 01 de abril de 2019, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES (SC), 01 DE ABRIL DE 2019.
BENTO FRANCISCO SILVY
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA
VITOR MEIRELES/SC, __/__/____.
PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

Xanxerê

PREFEITURA

DECRETO Nº 072/2019

Publicação Nº 1969045

DECRETO Nº 072/2019

ALTERA REPRESENTATES DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - CONDECON, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, SC, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a representatividade suplente da Coordenadoria Municipal do PROCON e a representatividade da OAB subseção de Xanxerê no Conselho Municipal de Defesa do Consumidor - CONDECON, art. 1º, incisos I e IV, do decreto nº AJG 070/2013, de 05.02.2013, alterado pelos decretos nº AJG 129/2015 e nº AJG 023/2016, passando a ter a seguinte representação:

Art. 1º ...

I – Coordenadoria Municipal do PROCON
WINICIUS PERTILE - Titular
CAROLINE ALBERTI RODRIGUES - Suplente

IV – OAB subseção de Xanxerê
ELTON MARIANO ALTENHOFEN - Titular
PEDRO ANTONIO CAPPELARO GIARETON - Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Xanxerê/SC, 1º de abril de 2019.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 073/2019

Publicação Nº 1969051

DECRETO Nº 073/2019

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e

Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de Assistente Administrativo no Concurso Público Municipal nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal nº AJG 078/2015, de 08/04/15, prorrogado pelo Decreto Municipal nº AM 110/2017, de 06/04/17;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora ELISABETE DOMINGUES brasileira, solteira, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê, SC, inscrita no cpf/mf sob nº 542.688.269-04, portadora da Cédula de Identidade nº 1.693.891, expedida pela SSP/SC, para o cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3376/2011, de 23 de novembro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 1º de abril de 2019.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 074/2019

Publicação Nº 1969055

DECRETO Nº 074/2019
NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito do Município de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VII, da Lei Orgânica Municipal, e na Lei Complementar nº AM 2907/06, de 12 de julho de 2006, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa do Município, e

Considerando a ordem de classificação dos candidatos ao cargo de Técnico em Enfermagem, no Concurso Público Municipal nº 001/2015, homologado pelo Decreto Municipal nº AJG 078/2015, de 08/04/15, com reclassificação do cargo homologado pelo Decreto nº AJG 097/2015, de 11 de maio de 2015, prorrogado pelo Decreto nº AM 110/2017, de 06/04/2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a senhora FERNANDA JUREMA DETOFANO, brasileira, união estável, residente e domiciliada na cidade de Xanxerê, SC, inscrita no CPF/MF sob nº 008.193.189-14, portadora da Cédula de Identidade nº 4.244.276, expedida pela SSP/SC, COREN/SC nº 174.324, para o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais e vencimento previsto no Anexo I, da Lei Complementar nº BLB 3.376/11 de 23 de novembro de 2011, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Os recursos para atendimento às despesas correrão à conta da dotação orçamentária própria.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 1º de abril de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 075/2019

Publicação Nº 1969058

DECRETO Nº 075/2019
NOMEIA COMISSÃO DE CONCURSO PÚBLICO, EDITAL Nº 006/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AVELINO MENEGOLLA, Prefeito Municipal de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 69, incisos III e VIII, da Lei Orgânica Municipal, e demais dispositivos legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Comissão de Concurso Público,
Edital nº 006/2019, os seguintes membros:

I – Andreza Gallas;
II – Cleci Scheibel Zanin;
III – Elia Gasparetto Trêz;
IV – Fernando Dal Zot;
V – Osmar Pereira Camargo.

Art. 2º Fica designado como presidente da comissão de Concurso Público Sr. Fernando Dal Zot.

Art. 3º Os membros nomeados pelo presente Decreto terão a atribuição de acompanhar e fiscalizar o Concurso Público, objeto do Edital nº 006/2019, bem como, resolver os casos omissos do Edital.

Art. 4º Aos integrantes da Comissão, não será atribuída remuneração, sendo considerados serviços relevantes prestados à comunidade.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Xanxerê/SC, 02 de abril de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº JARI/001/2019

Publicação Nº 1967623

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº JARI/001/2019

OBJETO: Convocação dos membros da Junta Administrativa de Recursos e Infrações - JARI Municipal de Xanxerê, para primeira reunião ordinária de 2019.

O presidente da Junta Administrativa de Recursos e Infrações - JARI Municipal de Xanxerê, designado pelo Decreto Municipal Nº 039/2019, Publicado no Diário Oficial dos Municípios do dia 20/02/2019, CONVOCA:

Os integrantes da JARI para a primeira reunião ordinária do ano de 2019, para julgamento de recursos de infrações de trânsito e discussão de assuntos de interesse da JARI, a ser realizada no dia 09 de abril de 2019, com início às 08h30, em sala localizada na sede da Prefeitura Municipal de Xanxerê – SC.

Em caso de impedimento do comparecimento do membro titular, o suplente deve comparecer e, se ainda houver ausência, esta deve ser justificada à luz da Resolução 357/10 do CONTRAN, sem prejuízo do que consta no Regimento Interno da JARI do Município.

Fica a secretária responsável para notificar os integrantes desta JARI da referida convocação.

Xanxerê - SC, 1º de abril de 2019.
JOACIR FRANCISCON
PRESIDENTE

De ordem do Sr. Presidente, publico o presente Edital de Convocação.

KELIN REGINA BIANCHI
SECRETÁRIA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0043/2019

Publicação Nº 1967645

Extrato de Ata de Registro de Preços nº 0043/2019

Órgão Gerenciador: Município de Xanxerê.

Detentor da Ata: Evandro Luiz Scalco ME.

Objeto: Registro de Preços para serviços de conserto de pneus dos veículos, caminhões e máquinas da frota da Prefeitura Municipal, Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros.

Valor total: R\$ 108.650,00

Vigência: 12 meses.

Xanxerê-SC, 21 de março de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal de Xanxerê.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0046/2019

Publicação Nº 1967586

Extrato de Contrato nº 0046/2019

Concedente: MUNICÍPIO DE XANXERÊ.

Concessionário: COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR DE XANXERE E REGIÃO - CAF

Objeto: Concessão de Espaço Público exclusivo para entidade sediada em Xanxerê-SC, de imóvel localizado no lote 7, quadra 23, constante da matrícula nº 9.978 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Xanxerê, localizado na Rua Antônio Vitório Giordani, com direito real de uso de área física, autorizada pela Lei Municipal nº AM 4055/2018.

Valor concessão: R\$ 200,00 mensais

Prazo concessão: 15 anos.

Xanxerê-SC, 01 de abril 14 de março de 2019. Avelino Menegolla – Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 218/2019

Publicação Nº 1968964

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 218/2019

CONCEDE GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL QUE PRESTA SERVIÇOS EM UNIDADES DE SAÚDE DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê – SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Complementar Nº AJG 3764/2015, Lei Complementar nº AJG 3800/2015 e Decreto nº AJG 110/2016,

Considerando Artigo 1º parágrafo único da Lei Complementar nº AJG 3764/2015, que tem a seguinte redação "A gratificação estabelecida no caput somente será devida aos servidores lotados em unidades de saúde de urgência e emergência (Pronto Atendimento) que prestem serviços em regime de escala e plantão.

Considerando o Artigo 3º da referida Lei nº AJG 3764/2015, em sua redação em que o Servidor deixará de receber a gratificação nas seguintes hipóteses, consideradas:

- I – Em licença médica, cujo período de afastamento no mês de referência supere a 03(três) dias consecutivos ou interpolados;
- II - Em licença prêmio;
- III- No gozo de qualquer forma de afastamento que supere 03(três) dias no mês de referência;
- IV – Que preste falta injustificada no mês de referência;

RESOLVE

CONCEDER Gratificação Especial ao Servidor Público Municipal o Sr. CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA VELASCO, brasileiro, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portador do RG n.º 1032951533, CPF n.º 464.906.800-25 e CRM/SC 7119, nomeado conforme Decreto n.º BLB 225/2010 no cargo de MÉDICO CLÍNICO GERAL, com 40 (quarenta) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, que presta seus serviços junto a unidades de saúde de urgência e emergência (Pronto Atendimento) na rede de atendimento Xanxerê, na razão de 10% (dez por cento), conforme Decreto nº AJG 110/2016 sobre seu vencimento básico.

Determinar que esta Gratificação vigore a partir do mês de Março de 2019 conforme Ofício SMS/RH/147/2019 observando as prerrogativas do artigo 3º da Lei Complementar nº AJG 3764/2015.

Esta Portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ – SC

Em 26 de Março de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 227/2019

Publicação Nº 1968965

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 227/2019

LOTAR A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL NO CEMEI LIDIA BORTOLUZZI.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigos 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº 3375/2011 Artigo 8º;

RESOLVE

Lotar no Centro Municipal de Educação Infantil Lidia Bortoluzzi a Servidora Pública Municipal, a Sra. LEILA JUSTINA ABIDO FELLINI, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora da CI nº 3.473.993 e CPF nº 005.380.099-00, nomeada conforme Decreto nº AJG 177/2016, no cargo de PROFESSORA, com 40 (quarenta) horas semanais lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Esta lotação atende ao Ofício SME/M nº 00108/2019 datado em 01 de Abril de 2019.

Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 01 de Abril de 2019.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 228/2019

Publicação Nº 1968966

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 228/2019.

CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê - SC

No uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI, Lei HW 1.775/91 Art. 77, Decreto nº AJG 186/2016.

RESOLVE

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias a partir de 01.04.2019 a 30.04.2019 a Servidora Pública Municipal Sra. ROSANGELA APARECIDA CAMPOS DA CRUZ, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê – Santa Catarina, portador do RG n.º 1.829.355 e CPF n.º 814.239.269-00, nomeado conforme Decreto nº AM 125/2003, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e designada conforme Portaria nº BLB 651/2009 para exercer suas atividades na Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

As férias referente ao período de:
17.03.2018 a 16.03.2019 = 30 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 01 de Abril de 2019.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 229/2019

Publicação Nº 1968967

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 229/2019

REVOGAR A GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê – SC

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII, Lei Complementar Nº AJG 3764/2015, Lei Complementar nº AJG 3800/2015 e Decreto nº AJG 110/2016,

RESOLVE

REVOGAR, a partir de 01.04.2019 a Gratificação Especial conforme Lei nº AJG 3764/2015 da Servidora Pública Municipal a Sra. LIAMARA SIGNORI, brasileira, residente e domiciliada no Município de Xanxerê – SC, portadora do CPF nº 008.894.729-71 e RG nº 4.121.463, nomeada conforme Decreto nº BLB 286/2011, com 40 (quarenta) horas semanais, no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 01 de Abril de 2019.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 230/2019

Publicação Nº 1968968

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº 230/2019.
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº BLB 3109/09, Artigo 1º.

RESOLVE

CONCEDER 15 (quinze) dias de Licença Prêmio a partir de 02.04.2019 a 16.04.2019 a Servidora Pública Municipal, a Sra. MARGARETE APARECIDA GOMES, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 2.435.269 e CPF n.º 694.444.809-25, nomeada conforme Decreto nº BLB 169/10, no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO CRECHE, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob nº 0001171/2019 datado de 01.04.2019

A licença premio concedida refere-se ao período abaixo especificado:
19.04.2010 A 18.04.2013 = 15 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data, passando a vigorar a Licença Prêmio a partir de 02.04.2019. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ SC
Em 01 de Abril de 2019.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 231/2019

Publicação Nº 1968969

PORTARIA Nº 231/2019.

REDUZ CARGA HORÁRIA DE SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal, Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.775/91, Lei Complementar nº BLB 3482/12 e Lei AJG 3680/14. Artigo I ;

Considerando que a Lei AJG 3680/14 em seu artigo I em que os servidores municipais, que possuem filho dependente ou pessoa sob sua tutela ou curatela, portador de deficiência congênita ou adquirida, com qualquer idade, terão sua carga horária semanal reduzida à metade, sem prejuízo a remuneração.

RESOLVE

REDUZIR A CARGA HORÁRIA de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, por um período de seis meses a Servidora Pública Municipal, Sra. MARINA PAULINO MARTINS, brasileira, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora da RG nº 6.226.359-8 e inscrita no CPF sob o nº 046.412.719-09, nomeada conforme Decreto nº AM 166/03 no cargo de MONITOR DE PROGRAMA SOCIAL e reenquadrada no Cargo de EDUCADORA SOCIAL, com 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Determinar que esta redução vigore no período de 23.04.2019 a 22.10.2019.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, passando a vigorar a Redução da Carga Horária a partir de 23.04.2019. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.
Em 01 de Abril de 2019.
AVELINO MENEGOLLA
Prefeito Municipal

TERMO DE CESSÃO DE USO 001/2019

Publicação Nº 1967964

Município de Xanxerê/SC

Extrato Termo de Cessão de Uso nº 001/2019

Cedente: Município de Xanxerê

Cessionário: Estado de Santa Catarina/Polícia Militar de Santa Catarina

Objeto: Cessão de uso do veículo marca Ford, Fiesta HA 1.5L S, tipo automóvel, cor branca, combustível Álcool/Gasolina, ano de fabricação 2014 e ano de modelo 2014, chassi nº 9BFZD55J1EB717339, Renavam nº 994476140, placas MLT12227, conforme autorizado pela Lei Municipal nº AJG 3.633/2014.

Vigência: 05 (cinco) anos.

Xanxerê-SC, 29/03/2019.

Avelino Menegolla - Prefeito Municipal

Xaxim

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0022/2019

Publicação Nº 1968625

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0022/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE XAXIM

Contratada: MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Objeto: Prestação de serviço referente às 2.000 (duas mil) horas de revisão para manutenção preventiva das peças/equipamentos genuínas para as novas escavadeiras hidráulicas de marca/modelo KOMATSU (ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, ano 2018, modelo PC13-8, frota 382 nº. do patrimônio 011682 e ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, ano 2018, modelo PC13-8, frota 383 nº. do patrimônio 011683), adquiridas ao Município de Xaxim pelo Processo Licitatório de nº 0109/2018, na modalidade Pregão Presencial para compras e serviços Nº 064/2018.

Vigência: 01 de abril de 2019 à 31 de dezembro de 2019.

Valor: R\$ 39.823,98 (trinta e nove mil e oitocentos e vinte e três reais e noventa e oito centavos).

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.17.00.00.00 (64/2019)

Processo de Licitação: Processo Licitatório nº 0042/2019, Inexigibilidade nº 004/2019.

Xaxim-SC, 01 de abril de 2019. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

0146. PRORROGA CONTRATAÇÕES EMERGENCIAIS

Publicação Nº 1967389

DECRETO Nº 146/2019.

PRORROGA OS EFEITOS DO DECRETO 246/2018 E SEUS CONTRATOS TEMPORÁRIOS DERIVADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal e observando o disposto no §4º do artigo 2º da Lei Federal nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, §1º do artigo 3º da Lei Complementar Municipal nº 96, de 31 de julho de 2012 e Decreto Municipal nº 246/2018 e,

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o acesso a serviços de saúde para toda a população Xaxinense;

CONSIDERANDO que não existe em vigência Concurso Público ou Processo Seletivo para contratação de Atendente de Consultório Dentário;

CONSIDERANDO o CONSIDERANDO a necessidade de manter o Programa Brasil Sorridente do Ministério da Saúde, que proporciona R\$ 4.830,00 aos cofres públicos ;

CONSIDERANDO a possibilidade de prorrogação do decreto pelo prazo de seis meses;

DECRETA:

Art. 1º. Fica prorrogado os efeitos do Decreto nº 246/2018 e do Decreto e os contratos dele originados pelo prazo de mais 06 (seis) meses.

Art. 2º. Fica assegurada a possibilidade de nova prorrogação nos termos da lei.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal, 25 de março de 2019.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. ADM. Nº 0042/2019 INEXIGIBILIDADE Nº 004/2019

Publicação Nº 1968502

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. Nº. 0042/2019

Edital: Inexigibilidade de Licitação Nº: 004/2019

Fundamento: art. 25, inciso I da Lei 8.666/93

Objeto: Prestação de serviço de manutenção preventiva das peças/equipamentos genuínas para as novas escavadeiras hidráulicas de marca/modelo Komatsu PC130-8 adquiridas ao Município de Xaxim pelo Processo Licitatório de nº 0109/2018, na modalidade Pregão Presencial para compras e serviços Nº 064/2018, referente às 2.000 (duas mil) horas de revisão.

Fornecedor: MANTOMAC COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA

Valor R\$ 39.823,98 (trinta e nove mil e oitocentos e vinte e três reais e noveta e oito centavos).

Dotações: 3.3.90.39.17.00.00.00 (64/2019)

Xaxim/SC, 01 de abril de 2019. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PROC. Nº 041/2019 - PREGÃO Nº 018/2019

Publicação Nº 1967770

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Adm. nº 041/2019

EDITAL: Pregão Presencial para Registro de Preços nº 018/2019

TIPO: Menor preço por item

OBJETO: Registro de Preços para a aquisição de medicamentos destinados exclusivamente a atender determinações judiciais impetradas contra a Administração Pública do Município de Xaxim.

Entrega dos Envelopes: até às 14h do dia 15 de abril de 2019.

Abertura dos Envelopes: às 14h30min do dia 15 de abril de 2019.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, nº 347, de Segunda à Sexta, das 08h às 11h45min e das 13h30min. às 17h30min, pelo fone (0**49) 3353.8201 ou na página eletrônica do município www.xaxim.sc.gov.br.

Xaxim (SC), 01 de abril de 2019. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

Decreto 148

Publicação Nº 1968016

DECRETO Nº. 148/2019.

Exonera servidor municipal a pedido e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e suas alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 27 de março de 2019, a servidora municipal CAROLINE DE BARROS, ocupante do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, matrícula 7298, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde, deste município de Xaxim – SC.

Art. 2º Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 27 de março de 2019.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri

Diretora de Recursos Humanos

Decreto 149

Publicação Nº 1968019

DECRETO Nº. 149/2019.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 01 de abril de 2019, o Sr. PAULO CESAR BRUNETTO, CPF 022.744.929-05, no cargo comissionado de CHEFE DE GABINETE DO SECRETÁRIO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Infraestrutura, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º O servidor ora nomeado pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 28 de março de 2019.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri

Diretora de Recursos Humanos

Decreto 150

Publicação Nº 1968021

DECRETO Nº. 150/2019.

Nomeia servidor municipal em cargo comissionado e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Xaxim – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Inciso VI do Artigo 66 da Lei Orgânica Municipal; Lei Nº. 1729, de 26 de dezembro de 1994 e demais alterações; Leis Complementares Nº. 037 e 038, de 01 de junho de 2007 e posteriores alterações;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, a partir de 01 de abril de 2019, a Sra. IOLANDA DE MELLO, CPF 594.321.879-34, no cargo comissionado de DIRETORA DE TURISMO, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, deste município de Xaxim – SC, percebendo os vencimentos constantes em lei vigente.

Art. 2º A servidora ora nomeada pertencerá ao Regime Jurídico Estatutário e vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 01 de abril de 2019.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra

Ivanez Carla Zanella Negri

Diretora de Recursos Humanos

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº.0010/2019

Publicação Nº 1967473

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº.0010/2019

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de borracharia móvel, incluindo consertos, montagem e desmontagem, geometria/alinhamento e balanceamento, para manutenção de veículos, caminhões, ônibus e máquinas pertencentes a frota do Município de Xaxim.

Fornecedor:

Item	Empresa
3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37,38,39,40,41,42,43,44,44,45,46,47,48,49,52,53,54,55,56,57	SIDINEI BATISTA
1,2,50,51	MECANICA E CHAPEACAO CENCI LTDA

Valor Total estimado da Ata: R\$ 203.664,00 (duzentos e três mil e seiscentos e sessenta e quatro reais).

Vigência do Registro de Preço: 25/03/2019 a 25/03/2020.

Licitação: Processo de Compra 033/2019 - Pregão Presencial para Registro de Preços 013/2019.

Xaxim/SC, 25 de março de 2019.LIRIO DAGORT. PREFEITO MUNICIPAL.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0019/2019

Publicação Nº 1967627

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0019/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE XAXIM

Contratada: ATIVA PROJETOS E ASSESORIA LTDA

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviço de auditoria e consultoria técnica em obra, com objetivo de finalizar processo nº. 23400001881201130, referente ao Termo de Compromisso nº. 1731/2011/FNDE- ESCOLA INFANTIL TIPO C, no Município de Xaxim.

Vigência: 08 de março de 2019 à 08 de maio de 2019.

Valor: R\$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.00.00.00.00 - 33/2019

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 005/2019, Dispensa de Licitação Nº. 003/2019

Xaxim-SC, 08 de março de 2019. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0021/2019

Publicação Nº 1967644

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0021/2019

Contratante: MUNICÍPIO DE XAXIM

Contratada: CORDITUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA

Objeto: contratação de empresa no ramo de transporte coletivo de passageiros/transporte escolar, para a prestação de serviços em regime de fretamento de transporte de alunos das Redes Municipal e Estadual de Ensino Infantil, Fundamental e Médio do Município de Xaxim, para o ano letivo de 2019

Vigência: 27 de março de 2019 à 31 de dezembro de 2019.

Valor: R\$ 96.300,00 (noventa e seis mil e trezentos reais).

Dotação Orçamentária: 3.3.90.39.99.00.00.00 (33/2019), (36/2019), (37/2019) e (38/2019).

Processo de Licitação: Processo de Licitação nº 034/2019, modalidade Pregão Presencial nº 014/2019

Xaxim-SC, 27 de março de 2019. LIRIO DAGORT. Prefeito Municipal.

RESULTADO PRELIMINAR

Publicação Nº 1968014

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2019

NUTRICIONISTA E ENFERMEIRO

PONTUAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – NUTRICIONISTA

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação com experiência na iniciativa privada	Pontuação com experiência em órgãos públicos	Pontuação de Títulos (Pós-graduação, Mestrado ou Doutorado)	Total Geral de Pontos
001	ALESANDRA DE CONTO	15	10	-	27
002	DAYANE FAUST	-	-	-	02
003	GIZELLI MARIANI SOUZA HANAUER	10	-	-	12

Obs: Ficam abertos os prazos para recurso, conforme previsto em edital.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – ENFERMEIRA

Nº Inscrição	Nome do Candidato	Pontuação com experiência na iniciativa privada	Pontuação com experiência em órgãos públicos	Pontuação de Títulos (Pós-graduação, Mestrado ou Doutorado)	Total Geral de Pontos
001	MAIARA PEROZA	-	20	10	32
002	MARTA IONE OLIVEIRA GONÇALVES ALGARVE	15	-	-	17
003	JOYCE BARBOSA WELTER	05	-	-	07
004	CASSIA SCHOULTEN	20	-	-	22
005	ELAINE NATALIA DE SOUZA	10	-	10	22

006	KELI CRISTINA MA-ROCCO	20	-	-	22
007	DEIVA SIDONIA EBERHARDT ZANONI	05	20	-	27
008	JOAO VANDERLEI FELISBINO	20	-	10	32
009	SABRINA VIEIRA	-	-	-	02
010	MARIZETE PIGATO TOLDO	-	10	10	22
013	MARYEL THAMIRE SAREMBA	-	05	-	07

Obs: Ficam abertos os prazos para recurso, conforme previsto em edital.

Xaxim – SC, 01 de abril de 2019.

Lirio Dagort

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 04/2019

Publicação Nº 1967831

PORTARIA Nº 4/2019

Exonera Servidor ocupante de Cargo em Comissão e dá outras providências

O Presidente da Câmara Municipal de Xaxim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, com fulcro no Art. 19, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido, a senhora MELCHIONES APARECIDA BERTÉ ÁBIDO, ocupante do Cargo em Comissão de ASSESSOR JURÍDICO do quadro de pessoal deste Poder Legislativo.

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor a partir de 1º de abril de 2019, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Sala das Sessões, em 28 de março de 2019.

Inácio Luiz Bracht
Presidente do Poder Legislativo Municipal

TERMO ADITIVO 03

Publicação Nº 1967827

TERCEIRO ADITIVO AO CONTATO ADMINISTRATIVO 10/2017 – , DE UM LADO, A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE XAXIM – E DE OUTRO SPEEDT INTELIGÊNCIA EM TECNOLOGIA, NA FORMA ABAIXO.

A CÂMARA DE VEREADORES DE XAXIM, Estado de Santa Catarina, Pessoa Jurídica do Direito Público, inscrita no CNPJ sob nº 78.501.053/0001-83, com sede administrativa na Rua Rio Grande, 685, Centro, CEP: 89825-000 - Xaxim – SC, neste ato representada por seu Presidente, Vereador Sr. INÁCIO LUIZ BRACHT, inscrito no CPF sob o nº. 296.132.569-20, e portador da cédula de identidade nº. 993.622, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e SPEEDT INTELIGÊNCIA EM TECNOLOGIA, inscrita no CNPJ sob o nº. 24.736.257/0001-74, com sede na Rio de Janeiro, 830-D, Edifício João Pedro I, sala 01, Bairro Presidente Médice, neste ato representada pela procuradora (procuração anexa) TAIS EITELWEIN, brasileira, solteira, empresária, inscrita no CPF sob o nº. 810.510.340-00, e RG 9078912822, no município de Chapecó, SC, doravante denominada apenas CONTATADA, acordar e assinar o presente Termo Aditivo, referente ao Pregão Presencial nº. 01/2017, sob as seguintes cláusulas e condições, que será regido pela Lei 8.666/93, e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO e PRORROGAÇÃO

O presente Termo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo 10/2017 a partir da zero hora do dia 1º/04/2019

até dia 1º/06/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo fundamenta-se em conformidade com o art. 57, II, da Lei nº. 8.666/93, e Cláusula Nona do Contrato 10/2017.

CLÁUSULA QUARTA – PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste termo aditivo na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLÁUSULA QUINTA - RATIFICAÇÃO

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e disposições do Contrato originário que não tenham sido modificados pelo presente Termo Aditivos.

E assim estarem assim justas e acordadas, as pa' rtes firma o presente Termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, rubricadas as folhas precedentes, obrigando-se por si e seus sucessores, para que surta todos os efeitos em Direito previsto, na presença das testemunhas abaixo assinadas e qualificadas que a tudo assistiram e do que dão fé.

Xaxim, SC, 25 de março de 2019.

CÂMARA DE VEREADORES DE XAXIM CONTRATANTE	SPEEDT INTELIGÊNCIA EM TECNOLOGIA CONTRATADA
--	---

Testemunhas:

1)	Nome: CPF:	2)	Nome: CPF:
----	---------------	----	---------------

Associações

AMFRI

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 003/2019

Publicação Nº 1967170

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 003/2019

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Considerando a falta de quórum para realização da Assembleia Geral designada para o dia 29 de março de 2019, a qual fora declarada suspensa.

O Presidente da AMFRI – Associação dos Municípios da Região da Foz do Rio Itajaí, no uso de suas atribuições estatutárias, vem por meio deste convocar os Srs. Prefeitos Municipais para participarem da Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no próximo dia 05 de Abril de 2019 (sexta-feira), às 09h tendo como local a sede da AMFRI, sito à Rua Luiz Lopes Gonzaga n.º 1655 – São Vicente – Itajaí – SC, para deliberarem sobre os seguintes assuntos:

09h Abertura

Presidente da AMFRI – Fabricio José Satiro de Oliveira

09h05 Apresentação do Projeto da sede da ADVIR - Associação de Deficientes Visuais Itajaí e Região e Campanha Amigos da ADVIR.
Alvacir Paulo da Silva - Presidente

09h20 Movimento Pró HEMOSC - Hemocentro de Santa Catarina na região da AMFRI
Glória Maria Dal Castel - Coordenadora

09h40 Plano de Gestão Integrada das Orlas Marítimas Municipais (Projeto Orla)
Adelina Cristina Pinto – Geógrafa

10h Construtora Rivoli Brasil
Savério San Toro

10h20 Acordo de Cooperação para operacionalização do Núcleo de Gestão de Convênios entre a AMFRI e o Estado de Santa Catarina

10h40 Solicitação do município de Itapema para celebração do Termo de Fomento com a AMFRI para a realização da etapa Mundial de Vôlei de Praia

11h Propostas de Planos de Trabalho para desenvolver na Câmara de Educação do CIM-AMFRI – Consórcio Multifinalitário;
Proposta de aperfeiçoamento da seleção de Diretores de Escola a partir da proposta de ação do trabalho realizado no Chile e considerada a melhor gestão escolar da América Latina.
Gilmara da Silva – Consultora em Educação da AMFRI

11h20 Assuntos de Interesse da Associação

12h Encerramento

Itajaí (SC), 29 de março de 2019.
FABRICIO JOSÉ SATIRO DE OLIVEIRA
Presidente da AMFRI

Consórcios

AGIR

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2018 - AGIR

Publicação Nº 1967235

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2018

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 028/2018.

OBJETO: Registro de preços para contratação de agência de viagens para prestação de serviços (emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais) e correlatos.

Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, com início às nove horas, realizou-se na sala de reuniões, no prédio da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, situado na Rua Alberto Stein, 466, Velha, em Blumenau, Santa Catarina, em face da classificação das propostas apresentadas no Pregão Presencial nº 028/2018, Registro de Preços nº 001/2018, na Ata de julgamento de preços, RESOLVE registrar o preço da empresa, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação e seus Anexos, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro de preços para contratação de agência de viagens para prestação de serviços (emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais) e correlatos, conforme especificações e exigências constantes no Anexo I (Projeto básico) e Anexo VI (Proposta de Preços Modelo) do Edital Pregão Presencial nº 028/2018.

Item	Unid. medida Material/Serviço	Valor Estimado para 12 meses	Valor Registrado Por Transação
1	Registro de preços para contratação de agência de viagens para prestação de serviços (emissão, remarcação e cancelamento de passagens aéreas nacionais e internacionais) e correlatos.	R\$ 60.000,00	R\$ 0,00

Licitante	Valor R\$	Data
WTL TURISMO E LOCAÇÃO EIRELI. (15.328.829/0001-95)	0,00	10/04/2018
CORP TRIP AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA. (28.151.295/0001/16)	0,00	10/04/2018

As empresas WTL TURISMO E LOCAÇÃO EIRELI e CORP TRIP AGÊNCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA apresentaram proposta de R\$ 0,00, ficando, portanto, empatadas. Foi realizado sorteio na presente sessão pública de licitação entre as duas licitantes acima citadas, onde restou sorteada e tida como vencedora do item a empresa WTL TURISMO E LOCAÇÃO EIRELI (15.328.829/0001-95), com o valor de R\$ 0,00 (zero reais).

1.2 A licitante registrada para prestação dos serviços é a seguinte:

WTL TURISMO E LOCAÇÃO EIRELI (15.328.829/0001-95).

1.3 Este instrumento não obriga a AGIR a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas, para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93.

1.4 O valor por transação registrado manter-se-á inalterado pelo período de vigência da presente Ata, admitida a recomposição no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

2. DOCUMENTOS INTEGRANTES

2.1 Para todos os efeitos legais, para melhor caracterização do objeto, bem como, para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram esta Ata, como se nela estivesse transcrita, os seguintes documentos:

- a) Edital de Pregão Presencial nº 028/2018 e seus anexos;
- b) Proposta da(s) Licitante(s).

3. VIGÊNCIA

3.1 A presente Ata vigorará, a partir da data de assinatura, pelo período de 12 (doze) meses, nos termos do art. 15, parágrafo 3º, inciso III da lei 8.666/93.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

4.1 Os serviços deverão ser prestados conforme a necessidade da AGIR.

- 4.2 Os serviços serão prestados nas dependências da própria contratada, que manterá contato com a AGIR por meio eletrônico (e-mail) e/ou telefônico.
- 4.3 A contratada fornecerá a AGIR, sistema eletrônico de consulta para a compra de passagens a fim de auxiliar no controle da quantidade emitida e igualmente, na agilidade em relação à compra dos bilhetes.
- 4.4 Após efetuada a solicitação por meio de sistema, as passagens deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas via correio eletrônico, nas condições estipuladas no presente Edital e seus Anexos.
- 4.5 Os bilhetes/passagens deverão ser encaminhados a AGIR. Após o envio do bilhete/passagem a proponente deverá encaminhar a Nota Fiscal/Fatura correspondente às quantias solicitadas, que será submetida à aprovação do Responsável.
- 4.6 Os bilhetes que forem recusados, por irregularidade ou por estarem em desacordo com a solicitação, deverão ser corrigidos ou reemitidos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados da data de notificação apresentada à agência, sem qualquer ônus para a AGIR.
- 4.7 Não sanada a irregularidade no prazo estipulado, a empresa estará sujeita às penalidades previstas neste Edital, na Ata de Registro de Preços, na Minuta do Contrato e na Lei.
- 4.8 O recebimento dos bilhetes/passagens, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade da empresa, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas.
- 4.9 Os documentos fiscais emitidos pela CONTRATADA deverão corresponder exatamente aos serviços autorizados pela AGIR, acrescido do valor por transação previsto na proposta comercial, ficando a CONTRATADA, caso contrário, com o ônus excedente.
- 4.10 Responsabilizar-se pelos danos causados direta ou indiretamente a AGIR ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, quando da execução dos serviços objeto deste Termo de Referência;
- 4.11 A AGIR não arcará com seguros especiais, despesas, serviços e taxas extras, bem como com eventuais acréscimos estabelecidos nos documentos fiscais emitidos pela CONTRATADA que não estiverem previstos nos comprovantes fiscais de seus fornecedores.
- 4.12 A CONTRATADA deverá reembolsar à AGIR os valores respectivos em caso de não utilização de quaisquer serviços reservados, observadas as políticas de reembolso de cada empresa em questão, podendo ser deduzidas desse reembolso as multas e diferenças de tarifas praticadas pelas companhias de transportes, no caso de cancelamento, reemissão e remarcação de passagens solicitados pela AGIR.
- 4.13 A AGIR deverá suportar as multas e as diferenças de tarifas praticadas pelas companhias de transporte aéreo, no caso de cancelamento, reemissão e remarcação de passagens solicitadas pela AGIR.

5. DA FORMA DE PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 5.1 Serão pagos pela AGIR os valores dos serviços solicitados por esta, acrescidos do valor por transação indicado na proposta comercial da CONTRATADA, observadas todas as demais condições previstas neste Termo de Referência.
- 5.2 Para efeito de pagamento, será considerado o valor de taxa de transação, em função do tipo de serviço prestado conforme preço proposto, para qualquer serviços de emissão nacional ou internacional de bilhete aéreo de ida e volta por uma mesma companhia (já incluídas as conexões), emissão de bilhete aéreo de ida e volta por companhias diferentes, nessa condição considera-se uma transação por cada trecho (incluídas as conexões) emissão de bilhete aéreo somente de ida ou somente de volta (incluídas as conexões), reemissão de bilhete decorrente de remarcação de bilhete não utilizado (não voado) e cancelamento de passagens.
- 5.2.1 Considera-se ida ou volta todo o trecho entre a origem e o destino, independentemente de existirem conexões ou de serem utilizadas mais de uma companhia.
- 5.3 Constitui encargo da CONTRATADA o adiantamento aos seus fornecedores das despesas necessárias à prestação dos serviços objeto da licitação, as quais lhe serão reembolsadas pela AGIR nos termos definidos nos subitens seguintes.
- 5.4 A AGIR pagará à CONTRATADA, pela prestação dos serviços, os preços estipulados pelos fornecedores desta última, constantes das tabelas desses fornecedores e vigentes à época da solicitação dos serviços, acrescido, quando for o caso, do valor por transação indicado na proposta comercial da CONTRATADA.
- 5.5 O pagamento será efetuado, pela AGIR, após a prestação dos serviços e no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar de sua aceitação definitiva pelo Departamento Administrativo da AGIR, por meio de depósito bancário ou por outro meio que vier a ser acordado entre as partes, mediante entrega da correspondente nota fiscal/fatura (corretamente preenchida) ao Departamento Administrativo da AGIR, acompanhada da seguinte documentação:
- a) documentos que comprovem a emissão das passagens aéreas, nos preços correspondentes aos serviços faturados;
 - b) relatórios de emissões, comprovando a data da emissão das passagens, o nome da companhia aérea, o número do voo, o nome do passageiro, o preço da tarifa praticada, o valor por transação previsto na proposta comercial, as taxas de embarque e o valor final das passagens;
 - c) comprovante de documentação da companhia aérea respectiva quanto à política por ela adotada relativamente a cancelamento, reemissão e remarcação de passagens aéreas, quando houver esse tipo de ocorrência no período referente à nota fiscal/fatura;
- 5.5.1 O pagamento à CONTRATADA não será efetivado caso esta não encaminhe a AGIR a nota fiscal/fatura (corretamente preenchida).
- 5.6 Em caso de irregularidade nos documentos citados no subitem 5.3, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.
- 5.6.1 O atraso da CONTRATADA no envio da documentação implicará na sua responsabilização pelo ônus decorrente das multas e correções aplicadas em razão do não recolhimento de encargos e outras obrigações em tempo hábil, nada podendo ser repassado a AGIR.
- 5.7 A AGIR, identificando quaisquer divergências na nota fiscal/fatura, especialmente no que tange a preços e quantitativos dos serviços prestados, deverá devolvê-la à CONTRATADA para que sejam feitas as correções necessárias.
- 5.8 Nos preços dos serviços já deverão estar incluídos todos e quaisquer ônus incidentes sobre os mesmos, inclusive os de caráter previdenciário, social, trabalhista, tributário e fiscal, sendo que nenhum outro pagamento será devido pela AGIR à CONTRATADA, seja a que título for direta ou indiretamente.
- 5.9 A AGIR pagará à CONTRATADA somente os serviços efetivamente demandados e prestados durante a vigência do contrato, não se comprometendo a garantir a realização de serviços ou o pagamento de valores mínimos.
- 5.10 Todo pagamento que vier a ser considerado contratualmente indevido será objeto de ajuste nos pagamentos futuros ou cobrado da CONTRATADA.
- 5.11 O pagamento efetuado não implica reconhecimento pela AGIR de adimplemento por parte da CONTRATADA relativamente às obrigações devidas por esta última, nem novação em relação a qualquer regra constante das especificações do contrato.
- 5.12 Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.
- 5.12 Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5.13 O valor previsto para as despesas com passagens (cotação de preços, reservas, emissão, remarcação, transferência e cancelamento – incluído o reembolso – de passagens aéreas nacionais e internacionais) e correlatos, objeto da presente licitação, pelo período de 12 (doze) meses é de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais). Valor este baseado no Termo de Referência do órgão requisitante, o qual encontrará recurso para pagamento conforme a dotação especificada abaixo, ou outras que poderão ser indicadas: sendo o valor de R\$ 50.000,00 ao Projeto atividade 05.001.04.122.2010.2012 – Manutenção das Atividades da AGIR. Elemento de despesa: 3.3.9.0.00 – Aplicação Direta; e o valor de R\$ 10.000,00 ao Projeto atividade 05.002.26.453.0012.2013 – Manutenção do Transporte Coletivo Público. Elemento de despesa: 3.3.9.0.00 – Aplicação Direta.

6. RESPONSABILIDADES

6.1 A agência de viagens responde por todos os danos e prejuízos que, na execução das contratações, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a AGIR ou a terceiros, independentemente da fiscalização exercida pela AGIR.

6.2 A Agência é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução desta ata, nos termos do artigo 71 da Lei 8.666/93.

6.3 As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

6.4 A Agência é responsável também pela qualidade dos serviços prestados, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer tenham comprometido os mesmos, fora dos padrões exigidos.

6.5 A empresa registrada autoriza a AGIR a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

7. OBRIGAÇÕES DAS EMPRESAS FORNECEDORAS

7.1 Constituem obrigações da agência de viagens:

a) providenciar, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, o saneamento de qualquer irregularidade constatada nos bilhetes ou passagens emitidas;

b) manter, durante a vigência da Ata, todas as exigências contidas no Edital de Licitação;

c) Corrigir, reparar ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os bilhetes ou passagens que apresentarem irregularidades ou, ainda, que estejam em desacordo com as solicitações.

8. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

8.1 A AGIR poderá cancelar o Registro de Preços da Empresa nos casos a seguir especificados:

a) quando descumprir as exigências do edital ou da respectiva ata;

b) quando a empresa der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços;

c) quando não comparecer ou deixar de fornecer, no prazo estabelecido, os serviços decorrentes da Ata de Registro de Preços e a AGIR não aceitar a sua justificativa;

d) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial dos serviços;

e) perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no processo licitatório;

f) por razões de interesse público devidamente demonstrado e justificado pela AGIR.

8.2 Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, a AGIR fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

9. PENALIDADES

9.1 A empresa que não cumprir as normas de licitação e as obrigações contratuais assumidas estará sujeita às penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, quais sejam:

I – Advertência

II – Multa:

a) 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso na entrega do produto ou execução do serviço, calculado sobre o valor correspondente a parte inadimplente, até o limite de 9,9% (nove vírgula nove por cento);

b) 10% (dez por cento) em caso de não entrega do produto, não conclusão do serviço ou rescisão contratual, por culpa da contratada, calculado sobre a parte inadimplente;

c) 20% (vinte por cento) calculado sobre o valor anual estimado da contratação, pela recusa injustificada por parte da licitante vencedora, de assinatura do Contrato.

III – Suspensão:

A licitante ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, por até 5 (cinco) anos quando a fornecedora convocada dentro do prazo de validade da sua proposta:

a) não celebrar o Contrato;

b) deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;

c) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

d) não mantiver a proposta;

e) falhar ou fraudar na execução do Contrato;

f) comportar-se de modo inidôneo;

g) cometer fraude fiscal;

h) por prazo indeterminado, quando a empresa receber qualquer das multas previstas e não efetuar o pagamento.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em caso de faltas graves apuradas por intermédio de processo administrativo.

9.2 Na aplicação das penalidades previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas às justificativas da licitante ou contratada, nos termos do que dispõe o artigo 87, caput, da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

9.3 Nenhum pagamento será realizado à contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 A prestadora não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata.

10.2 Elegem as partes contratantes o Foro desta cidade, para dirimir todas e quaisquer controvérsias oriundas desta Ata, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Blumenau (SC), em 18 de abril de 2018.

AGÊNCIA INTERMUNICIPAL DE REGULAÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - AGIR

HEINRICH LUIZ PASOLD – Diretor Geral

- CONTRATANTE -

WTL TURISMO E LOCAÇÃO EIRELI

(CNPJ nº 15.328.829/0001-95)

- CONTRATADA – MORGANA MOLLOSI

Titular/Representante legal – CPF nº 005.432.539-02

ARIS

DELIBERAÇÃO N. 018/2019 DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O REAJUSTE DAS TARIFAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS COMPLEMENTARES DA CONCESSÃO DA GRAVATAL SANEAMENTO.

Publicação Nº 1967381

DELIBERAÇÃO n. 018/2019

Dispõe sobre a autorização para o reajuste das tarifas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e dos preços dos serviços públicos complementares da Concessão da Gravatal Saneamento.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS ; considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007; considerando o Contrato de Concessão assinado entre o Município de Gravatal e a Concessionária Gravatal Saneamento; considerando o Protocolo 082/2019 encaminhado pela Concessionária Gravatal Saneamento no qual Concessionária requer a autorização de reajustamento do Plano Tarifário e dos valores de Serviços Públicos Complementares; e por fim considerando o Parecer Técnico da Diretoria de Regulação, DELIBERA:

Art. 1º Reajustar as tarifas de água, esgotamento sanitário e preços públicos praticados pela Concessionária Gravatal Saneamento em 7,45%, por meio de fórmula paramétrica definida em contrato acumulada de fevereiro de 2018 a fevereiro de 2019.

Art. 2º Os novos valores das tarifas a serem praticados pela Prestadora de Serviço entrarão em vigor 30 (trinta) dias após a publicação desta Resolução no Diário Oficial dos Municípios (DOM), conforme disposto no artigo 39 da Lei federal nº 11.445/2007.

§ 1º A publicação acima referida não exime a obrigação da Prestadora de Serviço em divulgar os novos valores e em seu sítio na internet e através de mensagens em suas contas/faturas.

§ 2º A Prestadora de Serviço obedecerá ao prazo estabelecido no caput deste artigo para a realização das leituras e medições e as respectivas emissões das Contas/Faturas com os valores reajustados.

Art. 3º A Prestadora de Serviço deverá encaminhar a esta agência em até 15 dias da data da publicação desta deliberação comprovante de divulgação da nova Tabela Tarifária, em seu sítio eletrônico, nas contas/faturas e, se for o caso, na imprensa local;

Art. 4º A presente Deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 21 de março de 2019.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

DELIBERAÇÃO N. 020/2019 DISPÕE SOBRE A AUTORIZAÇÃO PARA O REAJUSTE DAS TARIFAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTAMENTO SANITÁRIO E DOS PREÇOS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS COMPLEMENTARES DA CONCESSÃO DA GAIVOTA SANEAMENTO.

Publicação Nº 1967375

DELIBERAÇÃO n. 020/2019

Dispõe sobre a autorização para o reajuste das tarifas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e dos preços dos serviços públicos complementares da Concessão da Gaivota Saneamento.

O Diretor-geral da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento (ARIS), no uso das suas atribuições legais previstas no artigo 40, inciso II do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público da ARIS ; considerando as disposições dos artigos 22, IV, 29, § 1º, 30, 37 e 39 da Lei federal n. 11.445/2007; considerando o Contrato de Concessão assinado entre o Município de Balneário Gaivota e a Concessionária Gaivota Saneamento; considerando o Protocolo 081/2019 encaminhado pela Concessionária Gaivota Saneamento no qual Concessionária requer a autorização de reajustamento do Plano Tarifário e dos valores de Serviços Públicos Complementares; e por fim considerando o Parecer Técnico da Diretoria de Regulação, DELIBERA:

Art. 1º Reajustar as tarifas de água, esgotamento sanitário e preços públicos praticados pela Concessionária Gaivota Saneamento em 8,17%, por meio de fórmula paramétrica definida em contrato acumulada de dezembro de 2017 a fevereiro de 2019.

Art. 2º Os novos valores das tarifas a serem praticados pela Prestadora de Serviço entrarão em vigor 30 (trinta) dias após a publicação desta Resolução no Diário Oficial dos Municípios (DOM), conforme disposto no artigo 39 da Lei federal nº 11.445/2007.

§ 1º A publicação acima referida não exime a obrigação da Prestadora de Serviço em divulgar os novos valores e em seu sítio na internet e através de mensagens em suas contas/faturas.

§ 2º A Prestadora de Serviço obedecerá ao prazo estabelecido no caput deste artigo para a realização das leituras e medições e as respectivas emissões das Contas/Faturas com os valores reajustados.

Art. 3º A Prestadora de Serviço deverá encaminhar a esta agência em até 15 dias da data da publicação desta deliberação comprovante de divulgação da nova Tabela Tarifária, em seu sítio eletrônico, nas contas/faturas e, se for o caso, na imprensa local;

Art. 4º A presente Deliberação entra em vigor na data da sua publicação.

Florianópolis, 25 de março de 2019.

Adir Faccio

Diretor-geral da ARIS

CIGA

Extrato de Contrato n. 76 - Câmara Municipal de Modelo

Publicação Nº 1968590

EXTRATO DE CONTRATO Nº 76/2019

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - Câmara Municipal de Modelo

CONTRATANTE: Câmara Municipal de Modelo

CNPJ: 14.803.104/0001-49

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº: CONTRATO 001/2019

CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal, que disponibiliza:

Programa Gestão das Câmaras de Vereadores: promoção do governo eletrônico no Poder Legislativo Municipal de Santa Catarina; inclusão digital das Câmaras de Vereadores; disponibilização de informações e serviços ao cidadão; acompanhamento online dos projetos de lei e demais atos normativos em tramitação nas Câmaras de Vereadores; divulgação das potencialidades econômicas e culturais dos municípios; promoção da gestão transparente do Poder Legislativo Municipal; economia dos recursos públicos. - ORDEM DE COMPRA:

VALOR: R\$ 2.520,00 (dois mil e quinhentos e vinte reais)

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2019.

Florianópolis, 21 de março de 2019.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMVI

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA 02/2019 - CONTRATO

Publicação Nº 1968087

CONTRATO ADMINISTRATIVO INDIVIDUAL PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

Pelo presente instrumento de contrato administrativo de serviço público temporário, celebrado com fundamento no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 240, de 12 de Junho de 2018, o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 03.111.139/0001-09, com sede na Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Zona Rural, Cidade de Timbó - SC, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Jean Michel Grundmann, CONTRATA TEMPORARIAMENTE o (a) Sr.(a.) MAURICIO CHISTE, brasileiro, casado, Engenheiro Ambiental, nascido em 13/02/1971, inscrito no CPF sob o nº 613.373.079-04 e portador do RG sob o nº 2.171.090 – SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Bulgária, nº 528, Bairro Das Nações, na cidade de Timbó/SC, CEP: 89.120-000, doravante denominado (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), nas seguintes condições:

1. Por força deste contrato, regido inteiramente pelo inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí e na Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 c/c a Resolução CIMVI nº 240, de 12 de Junho de 2018, em especial na necessidade temporária de excepcional interesse público capitulada no artigo 2º, incisos V e IX desta última Resolução c/c artigo 46-A, §2º, V e IX c/c artigo 46-B, §1º, §2º, §3º, §4º e §5º todos do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, é promovida a

CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público do(a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a).

2. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) desempenhará todas as funções inerentes ao emprego público de FISCAL AMBIENTAL.
3. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) obriga-se a prestar os serviços decorrentes das funções do emprego público antes referido e outros, correlatos, que vierem a ser objeto de instruções ou ordens de serviço, dentro da natureza deste contrato.
4. A jornada de trabalho semanal do(a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) será de 40 (QUARENTA) horas SEMANAIS.
5. A título de remuneração pela prestação dos serviços ora contratados, receberá o O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) o valor de R\$3.375,53 (três mil e trezentos e setenta e cinco reais e cinquenta e três centavos), respeitado o descanso semanal, que será remunerado.
6. O pagamento da remuneração prevista na cláusula anterior dar-se-á até o 5º (quinto) dia útil subsequente ao da prestação dos serviços, e será efetuado na seguinte conta bancária informada pelo(a) O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), respondendo este pela higidez dos dados apresentados:

Banco Itaú (341)
Agência: 6570
Conta Poupança: 12910-3
TITULARIDADE DO(A) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a)
7. É da responsabilidade do (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) informar quaisquer alterações de seus dados pessoais, inclusive bancários, perante o CIMVI, no endereço que consta do prólogo do presente Contrato Administrativo Individual.
8. O presente contrato temporário é firmado pelo prazo de 12(DOZE) meses, tendo seu início em 01/04/2019 e término em 31/03/2020.
9. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) declara que tem conhecimento de todas as obrigações legais, bem como aptidão técnica e profissional para o desempenho das funções contratadas, respondendo pelo pagamento de todos os encargos com eventual registro profissional perante órgão de classe, que, caso necessário ao desempenho das atribuições, deverá ser mantido durante toda a vigência da presente contratação.
10. O (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) declara que tem pleno conhecimento do teor da Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 bem como do Estatuto do Consórcio e demais atos normativos da associação pública, os quais encontram-se publicados no site eletrônico do CIMVI podendo ser consultado em <http://cimvi.sc.gov.br/>.
11. O presente contrato administrativo individual de trabalho temporário considerar-se-á extinto este contrato, desobrigando-se a Contratante do pagamento de qualquer indenização ou verba rescisória, bem como nas hipóteses previstas no artigo 46-F do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI.
12. Constituem deveres do (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a):

- I. Exercer com zelo e dedicação as atribuições para as quais foi contratado executando e cumprindo fielmente todo o objeto, atribuições e obrigações constantes deste instrumento, e demais normas correlatas ao serviço público;
- II. Ser leal as instituições a que servir;
- III. Observar as normas legais e regulamentares;
- IV. Cumprir as ordens superiores, assim como cumprir com todas as determinações relacionadas ao objeto ou que forem apresentadas pelo CONTRATANTE por intermédio da chefia imediata ou outro órgão, em especial no que diz respeito à aos dias e horários para a prestação dos serviços e forma, método de trabalho;
- V. Atender com presteza, apresentando-se com vestimentas adequadas e devidamente higienizado:
 - a) Ao público em geral, prestando as informações requeridas, ressalvadas as protegidas por sigilo;
 - b) À expedição de certidões requeridas para defesa de direito ou esclarecimento de situação de interesse pessoal;
 - c) Requisições para a defesa dos entes públicos associados ao CIMVI e de outros órgãos públicos.
- VI. Levar ao conhecimento da autoridade superior as irregularidades de que tiver ciência em razão das funções exercidas;
- VII. Zelar pela economia do material e pela conservação do patrimônio público;
- VIII. Guardar sigilo sobre assuntos da repartição;
- IX. Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;
- X. Ser assíduo e pontual ao serviço;
- XI. Tratar com urbanidade as pessoas;
- XII. Manter todas as qualificações e condições para o exercício das atribuições para as quais foi contratado (a), inclusive registro perante órgãos de classe, quando necessário;
- XIII. Utilizar os equipamentos de proteção individual e zelar por sua conservação, devendo devolvê-los ao CIMVI ao final da contratação, bem como cumprir com todas as demais normas constantes da legislação de segurança, medicina e higiene do trabalho;
- XIX. Realizar os cursos e capacitações a que for encaminhado por ordem da sua Chefia;
- XX. Apresentar os documentos necessários ao processamento de sua rescisão inclusive o exame médico demissional, sob pena de ser retido o pagamento das verbas rescisórias até que sejam apresentados os mesmos;
- XXI. Utilizar as técnicas adequadas para efetivar a referida prestação dos serviços, respondendo ainda por todo e qualquer prejuízo, seja de natureza civil ou criminal, que causar ao CONTRATANTE ou a qualquer terceiro, independente de culpa ou dolo; bem como por todas as infrações de trânsito respectivas penalidades e aos prejuízos que causar ao erário público

XXII. Comunicar ao CONTRATANTE, a ocorrência de qualquer fato ou condição que possa impedir a execução dos serviços (por escrito);
XXIII. Responder pela qualidade da prestação dos serviços, respondendo por todos os ônus, obrigações e responsabilidades civis e penais e por todos e quaisquer acontecimentos que porventura ocorrerem em decorrência dos mesmos.

13. Ao(à) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) é proibido:

- I. Ausentar-se do serviço durante o expediente sem prévia autorização do Chefe Imediato;
- II. Retirar, sem prévia anuência da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;
- III. Recusar fé a documentos públicos;
- IV. Opor resistência injustificada ao andamento de documentos e processo ou execução de serviços;
- V. Promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto da repartição;
- VI. Referir-se de modo depreciativo ou desrespeitoso às autoridades públicas ou aos atos do Poder Público, mediante manifestação escrita ou oral, podendo, porém, criticar ato do Poder Público, do ponto de vista doutrinário ou da organização de serviço, em trabalho assinado;
- VII. Cometer à pessoa a repartição, fora dos casos previstos em Lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado;
- VIII. Compelir ao aliciar funcionário no sentido de filiação e associação profissional, sindical ou partido político;
- IX. Manter sob sua chefia imediata, cônjuge ou parente até o segundo grau civil;
- X. Valer-se das funções para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública;
- XI. Participar de gerência ou de administração de empresa privada sociedade civil, ou exercer comércio e, nessa qualidade, transacionar com o Município, exceto se a transação for precedida de licitação;
- XII. Atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas municipais, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de cônjuge ou de parentes até o segundo grau civil;
- XIII. Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;
- XIV. Proceder de forma desidiosa;
- XV. Utilizar pessoal ou recursos materiais da repartição em serviços ou atividade particulares;
- XVI. Cometer a outro funcionário atribuições estranhas às que ocupa, exceto em situações transitórias de emergência;
- XVII. Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho.

14. Declara o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) que a presente pactuação nem representa nem caracteriza exercício cumulativo de cargos, empregos e funções públicas proibido pelas normas vigentes.

15. Declara o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) que a presente contratação não implica em nepotismo, não guardando qualquer relação de parentesco com agentes políticos do CIMVI e municípios associados.

16. Se durante a vigência do presente contrato o servidor temporário der justo motivo para a sua rescisão, será despedido sem direito a indenização, justificadamente, após oportunizado o contraditório e a ampla defesa.

17. Aplica-se ao (à) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) o Regime Jurídico Especial decorrente da Resolução CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018.

18. Na vigência deste contrato, o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) fica submetido ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS, do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, com as contribuições e direitos inerentes.

19. Não existe nem se constitui qualquer vinculação trabalhista ou funcional estatutária, pela assinatura deste contrato entre o (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a) e a Contratante. A Contratante, ao encerramento do presente contrato, expedirá Certidão de Tempo de Serviço, contendo o período integral do serviço prestado, em nome do (a) CONTRATADO (a) TEMPORÁRIO (a), para os fins de direito.

20. Este contrato será pago por dotações orçamentárias próprias da Contratante, consignadas em seu orçamento.

21. Questões omissas na legislação serão resolvidas entre as partes, na forma das fontes subsidiárias de direito.

22. As partes elegem o foro da Comarca de Timbó para dirimir quaisquer pendências oriundas do presente contrato, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

23. Às partes omissas e as questões ou controvérsias oriundas deste contrato, aplicam-se as normas de direito administrativo vigente.

E, por estarem em perfeito e mútuo entendimento, firmam este contrato em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas infra-assinadas.

Timbó, 01 de Abril de 2019.

Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

Presidente: Jean Michel Grundmann

(Contratante)

MAURICIO CHISTE

(Contratada)

TESTEMUNHAS:

Nome: Fernando Tomaselli
CPF: 016.637.969-71

Nome: Sandra Regina Batista
CPF: 595.701.059-68

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA 02/2019 - JUSTIFICATIVA PRÉVIA

Publicação Nº 1968084

JUSTIFICATIVA PRÉVIA DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA SUPRIR NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

CONSIDERANDO o âmbito de atuação do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI;

CONSIDERANDO que por decisão dos municípios consorciados o CIMVI passou a prestar serviços públicos de gestão ambiental para o licenciamento, monitoramento, controle, inspeção e fiscalização ambiental das atividades de impacto local, bem como do desenvolvimento, articulação e implementação de ações e projetos de conservação e preservação do meio ambiente, de uso sustentável e de redução dos impactos da ação humana nos ecossistemas naturais, na produção agrícola e no desenvolvimento urbano e industrial no âmbito dos municípios consorciados;

CONSIDERANDO que parte significativa dos municípios associados aderiu aos serviços de gestão ambiental prestados pelo CIMVI;

CONSIDERANDO a necessidade de manutenção de equipe mínima em conformidade com o que dispõe a Resolução CONSEMA nº 117/2017;

CONSIDERANDO a necessidade de ativação e manutenção dos serviços de fiscalização ambiental, garantindo-se a plena eficácia dos serviços prestados pelo CIMVI bem com a atuação segura na proteção ao meio ambiente;

CONSIDERANDO que todos os municípios associados adaptaram suas legislações e em regulamentação as Políticas Municipais do Meio Ambiente regiram processo administrativo idêntico no que diz respeito aos serviços de fiscalização ambiental, objetivando a ação conjunta do CIMVI, através de seu Departamento Ambiental;

CONSIDERANDO a inexistência de aprovados em concurso público ou processo seletivo para exercício das atribuições do cargo de Fiscal Ambiental;

CONSIDERANDO os pedidos oriundos dos órgãos ambientais das municipalidades para que seja outorgado assessoria técnica aos serviços de fiscalização ambiental;

CONSIDERANDO a urgência na execução das funções que foram acometidas ao cargo de Fiscal Ambiental, diante do contexto acima apresentado;

CONSIDERANDO a existência de condições financeiras e orçamentárias para contratação, quer em razão das receitas existentes, quer pelo rateio de despesas celebrado com os municípios, que pelo fluxo dos valores arrecadados pelo Departamento Ambiental;

É expedida a presente justificativa, nos termos do que exige o item 13.3.4.2.6 do Protocolo de Intenções do CIMVI e o artigo 46-B, §6º do Estatuto do CIMVI, autorizando-se a contratação imediata, com fundamento no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí, nas Resoluções CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 e nº 240, de 12 de junho de 2018, AUTORIZANDO-SE a contratação de profissional habilitado para exercício de TODAS AS FUNÇÕES INERENTES AO EMPREGO DE FISCAL AMBIENTAL.

PROMOVA-SE a contratação nos termos desta justificativa, com remuneração equivalente a do emprego público anteriormente citado, para a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.

Após, expeça-se resolução homologando a contratação para os devidos fins.

Desde já autorizo a prorrogação do contrato individual de trabalho caso persistam os motivos expostos nos considerandos acima consignados, até o período máximo autorizado pelo Regime Jurídico Especial previsto no Estatuto e Protocolo de Intenções do CIMVI.

Timbó, 01 de Abril de 2019.

Jean Michel Grundmann
Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale Do Itajaí
CIMVI

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2019 - DECISÃO DE ANULAÇÃO

Publicação Nº 1967687

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI

DECISÃO ACERCA DE ANULAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DIRETA DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GEOMEMBRANA DE PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) 2MM OBJETIVANDO A AMPLIAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO (ÁREA DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS)

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2019

DECISÃO

CONSIDERANDO QUE:

1. Restou instaurado Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2019 objetivando a CONTRATAÇÃO DIRETA DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GEOMEMBRANA DE PEAD (POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE) 2MM OBJETIVANDO A AMPLIAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO (ÁREA DE DISPOSIÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS) em razão de que os materiais quotados no lote 02 da Licitação nº 030/2018, que resultou na Ata de Registro de Preços nº 2019/005, foram entregues pela fornecedora em desconformidade com as especificações contidas no certame licitatório, motivando o lançamento do Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2019, com fulcro no art.24, IV, da Lei 8.666/93, em razão da urgente necessidade dos materiais para ampliação do Aterro Sanitário do CIMVI;
2. Na data de 28 de Março de 2019, a decisão de rescisão da ata de registro de preços nº 2019/005, retirada dos materiais e aplicação da penalidade de multa, foi revogada em razão do provimento parcial ao pedido de reconsideração formulado pela empresa fornecedora e recebido pelo CIMVI com EFEITO SUSPENSIVO na data de 19 de Março de 2019;
3. O presente processo de dispensa de licitação apresenta vícios insanáveis tendo em vista que foi instaurado na data de 22 de março de 2019, data em que o pedido de reconsideração já havia sido recebido com efeito suspensivo naqueles autos;

RESOLVO:

Com fulcro no artigo 49, caput, § 2º e § 4º da Lei nº 8.666/93 DECIDO ANULAR o Processo de Dispensa de Licitação nº 004/2019, bem como o contrato administrativo nº 2019/006, decorrente do referido processo, pois os mesmos apresentam exequíveis vícios, conduzindo a sua nulidade.

Publique-se.

Timbó, 29 de Março de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Presidente do CIMVI

RESOLUÇÃO Nº 301 DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968106

RESOLUÇÃO Nº 301 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

HOMOLOGA A CONTRATAÇÃO INDIVIDUAL PARA SUPRIR NECESSIDADE TEMPORÁRIA de EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, no uso de suas atribuições, com fundamento no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí e nas Resoluções CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 e nº 240, de 12 de junho de 2018;

DETERMINA:

Art. 1º - Fica homologada a contratação individual para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público do (a) agente público(a) abaixo identificado:

Nome do (a) CONTRATADO (A): MAURICIO CHISTE	
Data de Nascimento: 13/02/1971	CPF: 613.373.079-04
CI: 2.171.090 Órgão expedidor: SSP/SC	Registro Profissional: 164067-1
CNH: 03098009608	Categorias da CNH: AB

Art.2º - A Contratação Individual se dá para o exercício de TODAS as funções previstas para o emprego público na forma a seguir descrita:

Emprego Público: FISCAL AMBIENTAL	
Remuneração: R\$3.375,53	Jornada Semanal: 40 (quarenta) horas

Art.3º - Fica o agente público autorizado a conduzir, no exercício das funções para as quais foi contratado, os veículos da frota oficial, caso possua habilitação para tanto.

Art.4º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Timbó, 01 de Abril de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDAMNN

Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

RESOLUÇÃO Nº 302 DE 01 DE ABRIL DE 2019

Publicação Nº 1968109

RESOLUÇÃO Nº 302 DE 01 DE ABRIL DE 2019.

HOMOLOGA A CONTRATAÇÃO INDIVIDUAL PARA SUPRIR NECESSIDADE TEMPORÁRIA de EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI, no uso de suas atribuições, com fundamento no inciso IX do art. 37 da Constituição Federal; item 13.3.4.1 e seguintes do Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí c/c artigo 46-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí e nas Resoluções CIMVI nº 233, de 18 de abril de 2018 e nº 240, de 12 de junho de 2018;

DETERMINA:

Art. 1º - Fica homologada a contratação individual para suprir necessidade temporária de excepcional interesse público do (a) agente público(a) abaixo identificado:

Nome do (a) CONTRATADO (A): KLEBER RENAN DE SOUZA SANTOS	
Data de Nascimento: 27/06/1984	CPF: 323.258.778-09
CI: 41.489.750 Órgão expedidor: SSP/SP	Registro Profissional: 061208/01
CNH: 03204247812	Categorias da CNH: AB

Art.2º - A Contratação Individual se dá para o exercício de TODAS as funções previstas para o emprego público na forma a seguir descrita:

Emprego Público: FISCAL AMBIENTAL	
Remuneração: R\$1.687,77	Jornada Semanal: 20 (vinte) horas

Art.3º - Fica o agente público autorizado a conduzir, no exercício das funções para as quais foi contratado, os veículos da frota oficial, caso possua habilitação para tanto.

Art.4º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em sentido contrário.

Timbó, 01 de Abril de 2019.

JEAN MICHEL GRUNDAMNN

Presidente do Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí – CIMVI

CIS/AMAUC**TERMO DE CREDENCIAMENTO EDITAL 2013 - TC043**

Publicação Nº 1968555

TERMO DE CREDENCIAMENTO E CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Uruguai Catarinense – CIS AMAUC, CNPJ 07.654.807/0001-97, com sede na Rua Marechal Deodoro, 772 - 12º Andar – Edifício Mirage Offices, 89.700-905, Município de Concórdia - Estado de Santa Catarina, CNPJ 07.654.807/0001-97, neste ato representado pelo seu Presidente Sr. GENIR LOLI, nos termos do Edital de Chamamento nº 01/2013, CREDENCIA, através deste termo, a empresa, BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL- HOSPITAL SÃO ROQUE, inscrita no CNPJ 83.506.030/0006-06, registro no CNES nº 2304155 estabelecida na Rua Padre Anchieta nº 240, Centro, CEP 89770-000, município de Seara - SC, neste ato representada pelos seus procuradores Marcio Sottana, CPF 221.695.738-01, diretor administrativo e Claudia Clea Dalle Laste da Campo, auxiliar de faturamento, CPF 615.024.729-53, com procuração válida até 15 de outubro de 2020, para prestação de serviço especializado de saúde ao CIS AMAUC, de acordo com as seguintes condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

Art. 1º A credenciada prestará aos usuários do CIS AMAUC, serviços na especialidade de EXAMES DE IMAGEM – Radiologia, Ultrassonografia, Mamografia E COMPLEMENTAÇÃO PARA CIRURGIA ELETIVA COM AIH DE CAMPANHA - 9900012, Ser conforme Solicitação de Credenciamento de 20 de março de 2019.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DO PREÇO**

Art. 2º O preço ajustado entre as partes será o constante na Tabela de Serviços e Valores CIS AMAUC 2013 – Anexo I do Edital de Credenciamento nº 01/2013, republicada em 14 de março 2019, estando inclusos taxas de administração, gastos com materiais, taxas de sala, e outros dispêndios necessários para a realização dos serviços pelo credenciado.

**CLÁUSULA TERCEIRA
DO REAJUSTE**

Art. 3º O reajuste dos valores constantes na Tabela CIS AMAUC será anual, de acordo com o índice aprovado em Assembleia Geral do Conselho Deliberativo do CIS AMAUC.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

Art. 4º São obrigações do CIS AMAUC:

I - Efetuar o pagamento até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao da realização dos serviços, mediante apresentação pelo credenciado da Nota Fiscal/Fatura;

II - Efetuar conferência técnica e administrativa das faturas e relações de serviços apresentados;

III - Fiscalizar os serviços e esclarecer dúvidas.

IV - Fornecer requisições de consultas e exames.

Art. 5º São obrigações do credenciado:

I - atender todos os encaminhamentos do CIS AMAUC, em consultório ou clínica própria, em horário de expediente normal, pré-definido, dentro da cota mensal previamente estipulada pelas partes;

II - atender os encaminhamentos somente mediante a apresentação de documentação hábil, previamente autorizado pelo CIS AMAUC ou pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de origem;

III - preencher com exatidão e clareza todos os campos das solicitações, demais formulários e documentos fornecidos pelo CIS AMAUC, inclusive o de contra referência (consultas);

IV - apresentar a nota fiscal/fatura, relação dos serviços realizados com a devida comprovação dos encaminhamentos, até o 1º(primeiro) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, anexando relação dos usuários, com nome completo e município de origem;

V - até o prazo de 15 (quinze) dias, para reavaliação e/ou para apresentação de exames solicitados em consulta anterior, para a especialidade de Pediatria e 20 (vinte) dias para as demais especialidades;

VI - entregar ao usuário exames realizados, com o laudo técnico, para repassar ao serviço básico de saúde de seu município;

VII - comunicar com antecedência de 10 dias, a não disponibilidade de prestar serviços, justificando os motivos e definindo o período de não atendimento.

CLÁUSULA SEXTA DAS CONDIÇÕES GERAIS

Art. 6º Em caso de atraso na entrega das faturas pelo credenciado, o pagamento devido pelo CIS AMAUC será retardado proporcionalmente.

Art. 7º Em nenhuma hipótese o credenciado poderá cobrar do beneficiário qualquer importância.

Art. 8º O CIS AMAUC reserva-se o direito de, após a conferência técnica e administrativa efetuada por profissionais habilitados, das faturas apresentadas, solicitar perícia e informações adicionais e, em justificando, glosar despesas e procedimentos.

Art. 9º A remuneração recebida pelo credenciado não gerará direito adquirido ou ato jurídico perfeito, não havendo nenhum vínculo de natureza trabalhista ou previdenciária.

Art. 10. O presente termo de credenciamento é de caráter precário e "intuito personae", podendo ser revogado a qualquer momento a juízo de conveniência e oportunidade pelo CIS AMAUC.

Art. 11. O credenciado poderá solicitar o seu descredenciamento por meio de comunicação formal ao CIS AMAUC, com antecedência mínima de 30 dias.

Parágrafo único. É vedado ao credenciado delegar ou transferir a terceiros, no todo ou em parte os serviços previstos neste termo.

Art. 12. O credenciado autoriza o CIS Amauc a incluir no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde – CNES como atendimento do Sistema Único de Saúde – SUS, todos os procedimentos constantes no credenciamento e realizados aos municípios consorciados, para fins de apresentação da produção no Sistema de Informação Ambulatorial – SIA, para formação de série histórica.

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pelo CIS AMAUC sob os aspectos da legislação pertinente, visando sempre o melhor atendimento aos usuários.

Concórdia - SC, 25 de março de 2019.

GENIR LOLI
Presidente CIS Amauc

BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL – HOSPITAL SÃO PEDRO

Marcio Sottana Claudia Clea Dalle Laste da Campo
Diretor Administrativo Auxiliar de Faturamento

TESTEMUNHAS:

CIS AMAUC/Termos de Credenciamento/Edital 2013/TC 43 Beneficência Camiliana do Sul- Hospital São Roque

CIS/AMURES

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 024/2019 - CIS/AMURES

Publicação Nº 1967513

CONTRATO Nº 24/2019

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019

CONTRATANTE: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA AMURES, CIS – AMURES, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 07.383.800/0001-88, , com sede, domicílio e foro na Cidade de Lages - SC, à Rua Nossa Senhora dos Prazeres, 62, Centro, CEP: 88502-230, neste ato representado por seu Presidente, Sr. Thiago Costa, inscrito no CPF sob o nº 049.157.289-19, e no RG sob o nº 4.140.520, residente e domiciliado na Rua José Oselame, 243, Rio Rufino, , doravante denominada CONTRATANTE;

CONTRATADA: FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SÓCIO-ECONÔMICAS - FEPESE, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecida no Campus Universitário, s/n, CSE-UFSC, Bairro Trindade, na cidade de Florinópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ nº 83.566.299/0001-73, neste ato representada pelo seu Presidente da Diretoria Executiva, Sr. Mauro dos Santos Fiuza, brasileiro, professor aposentado, inscrito no CPF nº 029.958.169-15 e RG nº 89955 SSP/SC, daqui por diante denominado simplesmente CONTRATADA.

Pelo presente instrumento particular, as partes acima definidas e qualificadas, por seus respectivos representantes legais infrafirmados, têm entre si justo e avençado a assinatura do presente contrato de prestação de serviços, decorrente do Processo de Dispensa de Licitação nº 01/2019, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO

1.1 – O presente instrumento contratual tem por objeto a contratação da CONTRATADA para a prestação de serviços de planejamento, organização e execução de Processo Seletivo, mediante a realização de provas objetivas para 03 (três) cargos de nível médio, em conformidade com a Proposta n. 2019.0009.01 da CONTRATADA, que integra o presente instrumento para todos os fins de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

2.1 – Os serviços deverão ser cumpridos obrigatoriamente nas formas, especificações, observações, condições e disposições estabelecidas no Processo de Licitação nº 01/2019, na modalidade de Dispensa de Licitação nº 01/2019.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

3.1 – Os recursos para cobrir as despesas decorrentes da execução do objeto deste contrato serão custeados integralmente pela totalidade dos valores cobrados por meio da taxa de inscrição dos candidatos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO

4.1 – O preço dos serviços decorrentes do presente contrato será sem custo para a CONTRATANTE, será suportado integralmente pelo montante total da arrecadação com a taxa de inscrição paga pelos candidatos e será de propriedade da CONTRATADA.

4.2 – As taxas de inscrição paga pelos candidatos será creditada diretamente na conta bancária de titularidade da CONTRATADA.

4.3 – A CONTRATADA fica autorizada a cobrar as taxas de inscrição para o certame, de acordo com as especificações do Edital.

CLÁUSULA QUINTA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA

5.1 – O prazo de vigência do presente contrato será de até o dia 31 de dezembro de 2019, com seu início na data de assinatura do presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

6.1 – O presente instrumento poderá ser alterado mediante assinatura de termo aditivo, exclusivamente nas situações estabelecidas no artigo 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SETIMA - DA INEXECUÇÃO, RESCISÃO CONTRATUAL E SANÇÕES

7.1 - O contrato está sujeito:

a) A rescisão quando da inexecução total ou parcial deste contrato, com as consequências legais e contratuais previstas na Seção V do Capítulo III, da Lei nº 8.666/93, sendo certo que não constitui causa de rescisão contratual o não cumprimento das obrigações aqui assumidas em decorrência de fatos que independam da vontade das partes, tais como os que configuram o caso fortuito e a força maior.

b) A aplicação de penalidades caso a CONTRATADA execute os serviços fora dos prazos e das especificações pré-determinadas, independente da possibilidade de rescisão contratual, com as consequências previstas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666/93.

c) A rescisão por superveniente incapacitação técnica da CONTRATADA.

c) 7.2 - Ficam estabelecidas as seguintes penalidades, na eventual inadimplência total ou parcial da CONTRATADA:

7.2.1 - Advertência;

7.2.2 - Outras penalidades estabelecidas na Lei 8.666/93, suplementada pela Lei 8.883/94 em seus artigos 86 a 88.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1 Assessorar a CONTRATANTE na elaboração dos editais;

8.2 Divulgar o Processo Seletivo na internet, no endereço www.fepese.org.br;

8.3 Elaborar sistema para processar via internet e nos postos de atendimento, com a recepção das inscrições durante todo o período previsto no edital para inscrições de candidatos, inclusive com implantação de endereço eletrônico do certame na Internet, que deverá permanecer on line até a conclusão do Processo Seletivo;

8.4 A responsabilidade pelo recebimento dos pedidos de inscrições; pela análise acerca do deferimento ou indeferimento das mesmas e, ainda, pelos recursos contra o eventual indeferimento;

8.5 A responsabilidade pelo recebimento e análise das solicitações de condições especiais para a realização das provas, bem como, divulgação dos pedidos deferidos;

8.6 Fornecer quando solicitado pela CONTRATANTE a nominata dos candidatos com inscrição homologada e emissão de relação dos candidatos por locais de prova, bem como listagem dos candidatos por ordem alfabética e por classificação;

8.7 Recrutar profissionais de cada área específica para a elaboração da prova e gabarito;

8.8 Digitar, revisar, imprimir, montar e acondicionar as provas e os cartões-resposta personalizados, em número suficiente para distribuição aos candidatos inscritos no Processo Seletivo;

8.9 Elaborar, aplicar e corrigir as provas do Processo Seletivo, tomando todas as precauções possíveis para impedir, quando de sua realização, qualquer tipo de comunicação entre os candidatos;

8.10 Divulgar os locais e horários das provas;

8.11 Selecionar e treinar o pessoal que atuará no Processo Seletivo: fiscais de sala, fiscais de corredor e de banheiro, porteiro, médico e apoio;

8.12 Treinar, no mínimo, dois fiscais por grupo (sala), para fiscalizar as provas, bem como um fiscal em cada corredor e outros nos banheiros disponíveis aos candidatos nos estabelecimentos da prova;

8.13 Manter comunicação com a CONTRATANTE, sempre que necessário, a fim de dirimir quaisquer dúvidas e solicitar instruções que, por qualquer motivo, exijam decisões ou providências cabíveis;

8.14 Divulgar o gabarito provisório/definitivo e a relação de aprovados no endereço eletrônico do certame, bem como outros comunicados relacionados ao certame;

8.15 Zelar, por todos os meios, para que haja completa lisura, sigilo, segurança e confiabilidade em todos os processos de elaboração, aplicação e correção das provas;

8.16 Emitir relatório final com resultado final do Processo Seletivo, além de outros, relatórios gerenciais e estatísticos que se fazem necessários, fornecendo-os ao CONTRATANTE;

8.17 Receber, examinar e responder os recursos interpostos;

8.18 A responsabilidade pelas obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais do pessoal envolvido na execução do Processo Seletivo;

8.19 Fornecer a CONTRATANTE todos os relatórios pertinentes ao Processo Seletivo, bem como a divulgação pela internet, no endereço www.fepese.org.br, das inscrições homologadas, relação de candidatos que tiverem deferidas condições especiais da prova, das questões da prova e do gabarito oficial, nas datas definidas no cronograma de execução do Processo Seletivo;

8.20 Manter arquivados os cartões respostas e demais documentos pertinentes ao certame pelo prazo de 03 (três) anos.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 Fiscalizar a execução dos serviços, o que não fará cessar ou diminuir a responsabilidade da CONTRATADA pelo perfeito cumprimento das obrigações estipuladas, nem por quaisquer danos, inclusive quanto a terceiros, ou por irregularidades constatadas;

9.2 Elaborar o edital do Processo Seletivo;

9.3 Fornecer todas as informações necessárias para que a CONTRATADA possa realizar o objeto contratado dentro das especificações solicitadas;

9.4 Publicar o edital e eventuais alterações nos órgãos referidos no art. 21, incisos II e III, da Lei nº 8666/93;

9.5 Divulgar o Processo Seletivo em sua página na internet;

9.6 Supervisionar a execução do objeto contratado;

9.7 Publicar o resultado final do Processo Seletivo na Imprensa Oficial e onde for de direito, bem como demais atos relacionados ao objeto do presente contrato;

9.8 Fiscalizar o Processo Seletivo, nos termos do art. 58, inciso III, e art. 67 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Florianópolis (SC), com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões decorrentes da plena e fiel execução deste contrato.

10.2 - E por assim estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 3 (Três) vias de igual teor e forma, tudo na presença de duas testemunhas que também o assinam.

Florianópolis (SC), 22 de março 2019.

CIS/AMURES

FEPese

CNPJ 83.227.777/0001-10 CNPJ 83.566.299/0001-73

Thiago Costa

Mauro dos Santos Fiuza

Presidente

Presidente

1ª Testemunha _____

2ª Testemunha _____

CONTRATO DE CREDENCIAMENTO Nº 025/2019 - CIS/AMURES

Publicação Nº 1967518

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 25/2019

O Consórcio IntermUNICIPAL DE Saúde DA REGIÃO DA AMURES – CIS/AMURES, pessoa jurídica de direito público, com sede à Rua Nossa Senhora dos Prazeres, nº 62 - Centro Lages/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.383.800/0001-88, Inscrição Estadual Isenta, neste ato, representado por seu presidente, Sr. THIAGO COSTA, inscrito no CPF nº 049.157.289-19, prefeito do município de Rio Rufino, doravante denominada CONTRATANTE e a empresa MGTEK INFORMÁTICA LTDA., pessoa jurídica de direito privado com sede à Av. Belizário Ramos, nº 3474, inscrita no CNPJ sob o nº 74.121.567/0001-52, na cidade de Lages/SC, neste ato representada pelo Sr. THIAGO MAZUHY ANDRADE, inscrito no CPF sob o nº 009.681.689-90, doravante denominada CONTRATADA, em decorrência do processo em decorrência do processo de Compra Direta nº 15/2019, homologado em 25/03/2019, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores pactuam o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições abaixo estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

0.1. Constitui objeto do presente contrato o fornecimento de licenças de uso, não exclusiva, mediante contratação de empresa para licenciamento do direito de uso dos aplicativos do pacote G SUITE BASIC.

0.2. Também faz parte do objeto a prestação dos seguintes serviços especializados:

1. Implantação das ferramentas G SUITE BASIC.
2. Treinamento presencial de oito horas do G SUITE BASIC.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 O presente instrumento terá duração de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do disposto no artigo 57, inciso IV da Lei 8.666/93 e normas complementares, através de termos aditivos contratuais, respeitando-se o valor limite para esta modalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS VALORES

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os seguintes valores:

a) Pelo licenciamento/implantação/treinamento/migração do(s) aplicativo(s):

ITEM	QTDE	UN	DESCRIÇÃO	USUÁRIOS	VALOR MENSAL R\$	VALOR TOTAL R\$
1.	12	Mês	G SUITE BASIC	20	302,64	6.052,80
2.	12	Mês	IMPLANTAÇÃO/ TREINAMENTO	20	365,00	7.300,00
3.	12	Mês	MIGRAÇÃO DOS E-MAILS	20	25,00	500,00
VALOR TOTAL R\$			13.852,80			

b) O valor total do presente instrumento é R\$ 13.852,80 (treze mil oitocentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos).

CLÁUSULA QUARTA - FORMA DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado em 04 parcelas mediante boleto bancário, a ser enviado pela MGTEK Informática LTDA.

4.2. O pagamento se processará após a efetivação dos procedimentos legais cabíveis e da comprovação de que foram atendidas as condições estabelecidas no Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas decorrentes do licenciamento do Aplicativo objeto do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: nº 01.01.2.001.3.3.90.00.00.00.00, elemento: 3.3.90.40.01.00.00.00 - Locação de Equipamentos e Software.

CLÁUSULA SEXTA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATANTE

6.1 Caberá à CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento pelo licenciamento do(s) aplicativo(s) objeto do presente Contrato, na forma e no prazo convencionado.
- b) Facilitar o acesso dos técnicos da CONTRATADA às áreas de trabalho, registros, documentação e demais informações necessárias ao bom desempenho das funções.
- c) Manter pessoal habilitado para operacionalização do(s) aplicativo(s).
- d) Responsabilizar-se pela supervisão, gerência e controle de utilização do(s) aplicativo(s) licenciado(s), incluindo:
 - i. Assegurar a configuração adequada da máquina e instalação do(s) aplicativo(s).
 - ii. Manter backup adequado para satisfazer as necessidades de segurança e recuperação no caso de falha da máquina,
 - iii. Dar prioridade aos técnicos da CONTRATADA para utilização do equipamento da CONTRATANTE quando da visita técnica dos mesmos.
- e) Digitação das informações necessárias para atingir os resultados esperados do(s) aplicativo(s).
- f) Conferir os resultados obtidos na utilização do(s) aplicativo(s) lícitado(s). Em caso de erro nos resultados obtidos deverá informar a

CONTRATADA em tempo hábil para que esta possa corrigir o problema que for gerado por erro do(s) aplicativo(s)

g) Comunicar a CONTRATADA, por escrito e com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sobre o cancelamento de qualquer aplicativo contratado, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA OBRIGAÇÃO DA CONTRATADA

7.1 Caberá a CONTRATADA:

- a) Fornecer a licença de usos do(s) aplicativo(s), objeto deste contrato,
- b) Prestar suporte somente na operacionalização dos(s) aplicativo(s), objeto deste contrato, ao(s) usuário(s).
- c) Manter informado o técnico da CONTRATANTE, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.
- d) Manter o(s) aplicativo(s) de acordo com as características do Anexo I.
- e) Prestar, às suas expensas, as manutenções que se fizerem necessárias nos(s) aplicativo(s), causadas por problemas originados dos códigos-fontes de seus aplicativos.
- f) Tratar como confidenciais as informações e dados contidos no(s) aplicativo(s) da CONTRATANTE, guardando total sigilo perante terceiros.
- g) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação previstas na Legislação e em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- h) Orientar e prestar suporte à CONTRATANTE para executar alterações na base de dados que se fizerem necessárias.
- i) Prestar todo o apoio necessário para a execução plena dos serviços contratados.

CLÁUSULA OITAVA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

8.1. O presente Contrato reger-se-á pelas disposições expressas na Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares e pelos preceitos de Direito Público, aplicando-se supletivamente os Princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de Direito Privado.

8.2. Os casos omissos serão resolvidos à luz das referidas Leis, recorrendo-se à analogia, aos costumes e aos princípios gerais do direito.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, pelo CONTRATADO, poderão ser aplicadas as penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei 8.666/93, podendo a multa ser arbitrada em valor até 10% do fornecimento total, além das medidas legais cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

10.1 A alteração de quaisquer das disposições estabelecidas neste contrato somente se reputará válida se tornadas conhecidas expressamente em Instrumento Aditivo, que ao presente se aderirá, passando a fazer parte dele.

10.2 A alteração proveniente do reajuste contratual previsto no item "h" da Cláusula 3ª poderá ser executado por simples apostilamento de acordo com o art. 65, §8º, da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE, em caso de rescisão administrativa prevista no artigo 77, da Lei Federal Lei nº 8.666/93, comprometendo-se a fornecer única e exclusivamente a base de dados em formato TXT ou CSV, quando eventualmente requisitada.

11.2 A ocorrência de quaisquer das hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do contrato:

- a) Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- b) Os casos de rescisão administrativa ou amigável, de todo ou parte deste contrato, serão precedidos de comunicação por escrito através de Termo Aditivo, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, efetuado no 1º dia útil de qualquer mês; caso seja cancelado em outro dia, será considerado como início, o 1º dia útil do mês subsequente.
- c) Em caso de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, o presente contrato poderá ser rescindido ou suspenso, nos termos da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 As partes de comum e recíproco acordo elegem o foro da comarca de Lages para dirimir qualquer dúvida, ação ou questão oriunda deste presente contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Lages, 26 de Março de 2019.

THIAGO COSTA

Presidente do CIS/AMURES

THIAGO MAZUHY ANDRADE

MGTEK Informática Ltda.

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 01 / 2019 CIS/AMURES

Publicação Nº 1968158

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 01/2019.

Extrato de Compra Direta nº 01/2019. Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures. Contratada: BETTINAS CONFECÇÕES. CNPJ: 08.823.236/0001-30 Objeto: Aquisição de uniformes para os funcionários do CIS/AMURES (Jalecos). Data: 12/02/2019. Valor: R\$ 237,00 (Duzentos e trinta e sete reais). Fund. Legal: Lei 8666/93 e Decreto Federal nº 9.412/2018. Cumpridas as formalidades, Publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Thiago Costa, Presidente CIS/AMURES.

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 11 / 2019 CIS/AMURES

Publicação Nº 1968160

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 11/2019.

Extrato de Compra Direta nº 11/2019. Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures. Contratada: AL CEZAR COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS. CNPJ: 25.264.916/0001-80 Objeto: Aquisição de material de consumo para dar continuidade no atendimento realizado aos pacientes no CIS/AMURES (ambulatorial). Data: 11/03/2019. Valor: R\$ 220,00 (Duzentos e vinte reais). Fund. Legal: Lei 8666/93 e Decreto Federal nº 9.412/2018. Cumpridas as formalidades, Publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Thiago Costa, Presidente CIS/AMURES.

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 15 / 2019 CIS/AMURES

Publicação Nº 1968163

EXTRATO DE COMPRA DIRETA Nº 15/2019.

Extrato de Compra Direta nº 15/2019. Contratante: Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures. Contratada: MGTEK INFORMÁTICA LTDA.. CPF: 74.121.567/0001-52. Objeto: Contratação de G SUITE BASIC, para padronização de serviços em nuvem. Data: 26/03/2019. Valor: R\$ 13.852,80 (Treze mil oitocentos e cinquenta e dois reais e oitenta centavos). Fund. Legal: Lei 8666/93 e Decreto Federal nº 9.412/2018. Cumpridas as formalidades, Publique-se o presente extrato para que surta seu jurídico e legal efeito. Thiago Costa, Presidente CIS/AMURES.

CIS/AMVI**RESOLUÇÃO Nº 283-19 - CONTRATA JAQUELINE NEHRING_ASSESSOR SAÚDE**

Publicação Nº 1967891

RESOLUÇÃO Nº 283/2019 - CISAMVI

Contrata Jaqueline Nehring para o emprego público de confiança de Assessor Técnico em Saúde do CISAMVI.

ERCIO KRIEK, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento no art. 40, IV do Novo Protocolo de Intenções do CISAMVI e

CONSIDERANDO a Resolução 276/2019, que aprovou o projeto de Mapeamento diagnóstico da Rede de Atenção à Saúde (RAS) no Médio Vale do Itajaí, cria cargos temporário para o cumprimento das metas e dá outras providências.

CONSIDERANDO que o art. 9º da Resolução 276/2019, autoriza a contratação temporária para o cargo de Assessor Técnico em Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º. Contratar a Sra. JAQUELINE NEHRING, CPF nº 846.114.309-44 e RG nº 2.624.197-8, SSP/SC, para o emprego público em comissão de Assessora Técnica em Saúde deste Consórcio Público, a contar do dia 02 de abril de 2019:

Art. 2º. O contrato ficará submetido ao Regime Jurídico Trabalhista decorrente da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS estabelecido pelo art. 201 da Constituição Federal e regulamentado pelas Leis nº 8.212/91 e nº 8.213/91.

Art. 3º. A contratada está submetida à dedicação integral ao Consórcio Público, com salário mensal correspondente à referência 31, conforme Anexo I, da Resolução nº 281.

Art. 4º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a contar de 02 de abril de 2019.

Blumenau (SC), em 29 de março de 2019.

ÉRCIO KRIEK

Presidente do CISAMVI

RESOLUÇÃO Nº 284-2019 _ALTERAÇÃO CARGO GESTOR

Publicação Nº 1967897

RESOLUÇÃO Nº 284/2019

ALTERA NOMENCLATURA DO CARGO DE GESTOR DE SERVIÇOS - CARGO COMISSIONADO do estatuto do cisamvi, PARA GERENTE DE SERVIÇOS - CARGO COMISSIONADO DO NOVO PROTOCOLO DE INTENÇÕES DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CISAMVI, e dá outras PROVIDÊNCIAS.

ÉRCIO KIREK, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Novo Protocolo de Intenções ratificado pelos municípios consorciados do CISAMVI, e

CONSIDERANDO a ratificação do Novo Protocolo de Intenções, por lei municipal, dos seguintes entes consorciados: Município de Apiúna (LC nº 183, de 17/10/2018); Município de Ascurra (LC nº 196, de 07/11/2018); Município de Benedito Novo (LC nº 168, de 13/11/2018); Município de Botuverá (LC nº 042, de 25/10/2018); Município de Brusque (LC nº 288, de 07/03/2019); Município de Doutor Pedrinho (LC nº 146, de 26/11/2018); Município de Gaspar (LC nº 102, de 14/11/2018); Município de Guabiruba (LC nº 1662, de 26/11/2018); Município de Indaial (LC nº 5.609, de 26/11/2018); Município de Rio dos Cedros (LC nº 301, de 30/10/2018); Município de Rodeio (LC nº 082, de 19/11/2018) e Município de Timbó (LC nº 515, de 06/12/2018);

Considerando que a servidora MÔNICA MÁRCIA CAMPOS DE MENEZES SILVA, foi nomeado para o Cargo Comissionado de GESTOR DE SERVIÇOS – carga horária 40hs – Salário/mês R\$ 4.337,99, constante no Quadro de Empregos Públicos de Confiança, do Estatuto do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, de 28 de julho de 2009.

Considerando que o Anexo II - Quadro de Empregos Públicos em Comissão do Novo Protocolo de Intenções (10/07/2018) do CISAMVI, redefiniu a nomenclatura/funções/salário do cargo, no qual o Cargo Comissionado de GESTOR DE SERVIÇOS, constante no Quadro de Empregos Públicos de Confiança, do Estatuto do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, de 28 de julho de 2009, passou a denominar-se GERENTE DE SERVIÇOS – carga horária 40hs – referência salarial 33:

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a nomenclatura do Cargo Comissionado de GESTOR DE SERVIÇOS – carga horária 40hs – Salário/mês R\$ 4.337,99, constante no Quadro de Empregos Públicos de Confiança, do Estatuto do Consórcio Público Intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí – CISAMVI, de 28 de julho de 2009, para Cargo Comissionado de GERENTE DE SERVIÇOS – carga horária 40hs – referência salarial 33, constante no Anexo II - Quadro de Empregos Públicos em Comissão do Novo Protocolo de Intenções (10/07/2018) do CISAMVI.

Parágrafo Único – seja efetuada a presente alteração na ficha funcional da Sra. MÔNICA MÁRCIA CAMPOS DE MENEZES SILVA; ocupante do cargo constante no caput deste artigo, nos termos desta Resolução.

Art. 2º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de março de 2019.

Blumenau (SC), em 1º de abril de 2019.

ÉRCIO KRIEK
Presidente do CISAMVI

CISAM**HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 05/2019 - CISAM MO**

Publicação Nº 1967835

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL- CISAM MEIO OESTE
CNPJ: 08.484.353/0001-16
RUA LOURENÇO CÔAS NETO, 140
CAPINZAL – SC – CEP: 89665-000

PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2019 - PR
Processo de Licitação: 6/2019
Data do Processo: 22/03/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Ordenador De Despesas, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 06/2019
- b) Licitação Nr.: 5/2019-PR
- c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
- d) Data Homologação: 29/03/2019

e) Objeto da Licitação: Aquisição de hidrômetros aos prestadores de serviço de saneamento consorciados ao CISAM Meio Oeste, com entrega nas respectivas sedes, de acordo com especificações, quantitativos e condições estabelecidas nos anexos do Edital de Pregão Presencial nº 05/2019.

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores(cfe. cotação):

Vencedor: 000157 – N.B. FALCE E CIA LTDA

Item 01 – Hidrômetro Monojato, transmissão magnética, DN ¾, Qn 0,75 M³/H, Relojoaria a 45°, com conexões, un
Preço unitário: R\$ 70,20 – Preço total: R\$ 26.676,00

Total Geral: R\$ 26.676,00

Capinzal, 29 de março de 2019.
ELISABET M. Z. SARTORI
Superintendente CISAM MO

CONSÓRCIO QUIRIRI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 009/2019

Publicação Nº 1967344

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº009/2019

TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI E A EMPRESA AK3 TURISMO RECEPTIVO E EVENTOS

Pelo presente instrumento particular de Prestação de Serviços de consultoria especializada na área de consultoria em administração pública, que entre si celebram, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 02375463/0001-63, com sede na Rua Felipe Schmidt nº 331, Centro, São Bento do Sul, neste ato representado pelo Presidente Sr. Rubens Blazkowski, brasileiro, residente e domiciliado em Campo Alegre, portador do CPF nº 379.515.489-87, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e de outro a Empresa AK3 TURISMO RECEPTIVO E EVENTOS, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua Alfredo Jorge Rüeckl, nº 601, inscrita no CNPJ sob nº 27.873.571/0001-97, na cidade de São Bento do Sul/SC, neste ato representada pela Sra. Keila Marieli Konzen portador(a) do CPF nº 069.427.829.71, doravante denominado simplesmente CONTRATADA, tem entre si, certo e ajustado o presente Contrato, pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – FUNDAMENTO LEGAL

O presente Contrato decorre do Processo de Dispensa de Licitação 01/2019 fundamentada no Inciso XI do Art. 24 da Lei 8.666/93 e justificada na contratação de remanescente de serviço, em consequência do pedido de desistência, apresentado 31 de janeiro de 2019, da empresa vencedora do certame de Pregão Presencial nº 01/2018, efetuado pelo CONTRATANTE na forma estabelecida na Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, com abertura em 26 de dezembro de 2018 e homologação em 03 de janeiro de 2019, tendo a empresa AK3 TURISMO RECEPTIVO E EVENTOS, ora contratada como a segunda classificada no Pregão Presencial nº 01/2018, ficando, portanto, mantida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições oferecidas pelo licitante vencedor, inclusive quanto ao preço, conforme instituem o artigo e inciso retro citados da lei 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O objeto do presente Contrato consiste Prestação de serviços de manutenção e de gerenciamento do Circuito das Araucárias de Cicloturismo e Caminhantes, nos municípios de Campo Alegre, Corupá, Rio Negrinho e São Bento do Sul, em conformidade com as informações e detalhamento constantes do Termo de Referência (projeto básico) – ANEXO I, REPRODUZIDAS a seguir:

1. ATIVIDADES DE MANUTENÇÃO

1.1 - SINALIZAÇÃO

Manutenção da sinalização através de:

- 1.1.1 – Limpeza de todas as placas indicativas visando perfeita visibilidade de informações;
- 1.1.2 – Roçada para visibilidade das placas indicativas;
- 1.1.3 - Substituição das placas danificadas;
- 1.1.4 - Recolocação das placas "ausentes";
- 1.1.5 - Sinalização de pontos de carimbo e amigos do cicloturista e caminhantes;
- 1.1.6 - Sinalização auxiliar de pontos críticos e de perigo conforme padrões e normas.
- 1.1.7 - Relato oficial e acompanhamento da condição das vias às prefeituras e ao CIQ;
- 1.1.8 - Alimentação do sistema de gestão do circuito, com todas as informações necessárias para geração dos relatórios.

2. ATIVIDADE DE GERENCIAMENTO

2.1 - SÍTIO NA INTERNET (SITE)

Inclusão e atualização constante das informações referentes ao roteiro, como:

- 2.1.1 - Inclusão de hotéis, pousadas, restaurantes, bares, cafés, bicicletarias e demais serviços pertinentes ao roteiro;
- 2.1.2 - Atualização das informações já existentes no site;
- 2.1.3 - Pronto atendimento e resposta às solicitações do espaço "Fale Conosco" do site.
- 2.1.4 - Alimentação do sistema de gestão do circuito, com todas as informações necessárias para geração dos relatórios.

2.2 - MÍDIAS SOCIAIS

Inclusão e atualização constante das informações referentes ao roteiro, como:

- 2.2.1 - Desenvolvimento de artes gráficas necessárias e constantes para interação com os usuários;
- 2.2.2 - Postagens semanais de conteúdos referentes ao gerenciamento e manutenção do circuito, bem como, a atividades desenvolvidas pelos parceiros;
- 2.2.3 - Alimentação do sistema de gestão do circuito, com todas as informações necessárias para geração dos relatórios.

2.3 - PONTOS DE CARIMBO OU PONTOS DE CONTROLE

- 2.3.1 - Manutenção, substituição e inclusão de pontos de carimbo ou pontos de controle.
- 2.3.2 - Acompanhamento mensal dos livros de registros com geração de relatório de indicadores mensal e anual, bem como, aprimorando o cadastro do cicloturista e caminhante de forma a gerar indicadores cada vez mais representativos da realidade de utilização do circuito.
- 2.3.3 - Alimentação do sistema de gestão do circuito, com todas as informações necessárias para geração dos relatórios.

2.4 - FOMENTO E CAPACITAÇÃO

Fomentar e capacitar o comércio local, bares, restaurantes, lanchonetes, hotéis, pousadas, bicicletarias e população residente às margens do roteiro para atendimentos e auxílio aos cicloturistas e caminhantes, incluindo:

- 2.4.1 - Visita em cada ponto de carimbo para acompanhamento mensal de registros com geração de relatório de indicadores mensal e anual;
- 2.4.2 - Visita aos empreendimentos parceiros para identificação da qualidade dos serviços visando aprimoramento dos produtos e o fortalecimento de sua gestão;
- 2.4.3 - Realização de Seminários Municipais de Capacitação – um por município integrante do CIQ ao ano, totalizando 4 seminários/ano) incluindo o desenvolvimento de conteúdo para as apresentações que deverá ser aprovado pelo CIQ para o trade e parceiros do circuito;
- 2.4.4 - Realização de Seminários Municipais de Capacitação – um por município integrante do CIQ ao ano, totalizando 4 seminários/ano) incluindo o desenvolvimento de conteúdo para as apresentações que deverá ser aprovado pelo CIQ para servidores públicos de secretarias afins (obras/planejamento);
- 2.4.5 - Participação mensal das reuniões da Comissão Executiva de Regionalização do Turismo;
- 2.4.6 - Representação do Circuito das Araucárias de Cicloturismo e Caminhantes em eventos, captação de recursos, parcerias e interligação com demais circuitos todas as vezes que for solicitado;
- 2.4.7 - Alimentação do sistema de gestão do circuito, com todas as informações necessárias para geração dos relatórios.
- 2.4.8 - Gravação de um vídeo de 1 minuto e 30 segundos (no mínimo) por parceiro do circuito das araucárias de cicloturismo e caminhantes ao ano, visando prestigiar e valorizar as parcerias como condição primordial para a efetiva manutenção do circuito e seus atributos;

2.5 - EVENTO PROMOCIONAL

- 2.5.1 - Organização/Promoção/Realização/Divulgação do BIKE MEETING BRASIL – evento anual Oficial do Circuito das Araucárias de Cicloturismo e Caminhantes em data a ser definida conjuntamente com a comissão do CIQ, sendo ele itinerante, cada ano em um município

2.6 - TRAJETOS

- 2.6.1 - Reordenação dos trajetos (sempre com a aprovação da comissão), para melhorar ou readequar o roteiro;
- 2.6.2 - Estudo/proposição/execução de ações promovendo a viabilidade de ligação entre os roteiros da região.
- 2.6.3 - Alimentação do sistema de gestão do circuito, com todas as informações necessárias para geração dos relatórios.

1.7 - COMERCIALIZAÇÃO

- 1.7.1 - Gerenciamento da marca com exploração econômica da comercialização oficial de produtos e serviços (Coleção Anual, serviços, espaços publicitários etc), sempre com aprovação prévia da Comissão Executiva de Regionalização do Turismo do CIQ.
- 1.7.2 - Gerenciamento da marca com Arte e Impressão de certificados, cartilhas, flyers, folders etc, em quantidade, formato e periodicidade definidas em comum acordo com a Comissão Executiva de Regionalização do Turismo do CIQ;
- 1.7.3 - Alimentação do sistema de gestão do circuito, com todas as informações necessárias para geração dos relatórios.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ESPECIFICAÇÃO

O objeto deste contrato será prestado à Secretaria Executiva do Consórcio Intermunicipal Quiriri, que deverá receber o objeto e autorizar os pagamentos devidos, conforme parecer da Comissão Executiva de Regionalização do Turismo.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

A vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, a contar de 11 de fevereiro de 2019 e com término em 11 de fevereiro de 2020, podendo ser prorrogado por até 48 meses, com base no Art. 57, inciso IV da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E PAGAMENTO

O valor do contrato será de R\$ 4.250,00 (quatro mil duzentos e cinquenta reais) mensais, totalizando em R\$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), cujo pagamento será efetuado mensalmente, em ordem cronológica de credores, obedecendo o cadastro do Consórcio Intermunicipal Quiriri, mediante apresentação de relatório e da Nota Fiscal.

Parágrafo Primeiro: Caberá ao CONTRATANTE efetuar os descontos e retenções fiscais e tributárias previstas em lei.

Parágrafo Segundo: O CONTRATANTE só efetuará o pagamento pelos serviços prestados após o recebimento dos relatórios mensais, onde comprove a efetiva realização dos trabalhos executados.

CLÁUSULA SEXTA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO E REAJUSTE DE PREÇOS

Os valores ofertados poderão ser revistos, desde que devidamente requeridos, demonstrados através de planilhas, plenamente justificados e aprovados pelo CONTRATANTE;

Os preços serão reajustados pelo IGPM/FGV a cada 12 meses, ou por outro índice que vier a substituí-lo.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos para as despesas com a presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.39.00.00.00.00 – 0100 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

1. A CONTRATADA se obriga ao cumprimento de todas as exigências descritas no anexo I, Termo de Referência do Pregão 01/2018, reproduzidas na CLÁUSULA SEGUNDA deste Contrato.

2. A CONTRATADA não se obrigará ao cumprimento de horário de trabalho, porém deverá encontrar-se à disposição da Administração Pública nos momentos requisitados para o desenvolvimento de suas atividades.

3 - A CONTRATADA deverá zelar pela imagem do Circuito das Araucárias de Cicloturismo e Caminhantes utilizando/alimentando com profissionalismo as mídias sociais e gerenciando a marca com imparcialidade.

4 - A utilização da campanha de comunicação da marca do Circuito das Araucárias permite que a marca seja utilizada no contexto das atividades que promovam o Circuito das Araucárias de Cicloturismo e Caminhantes e os seus objetivos, mas não de maneira que sugira que o Circuito das Araucárias de Cicloturismo e Caminhantes tenha aprovado as atividades, produtos e/ou serviços da CONTRATADA.

5 - A CONTRATADA se compromete a comercializar a campanha de comunicação e/ou logomarca, slogans ou outro tipo de criação vinculado a ela sempre com prévia autorização/aprovação da Comissão Executiva de Regionalização do Turismo.

6 - A CONTRATADA deverá entregar um relatório geral consolidado no final do prazo de 12 meses (com os indicadores de desenvolvimento dos serviços prestados).

7 - Correrão por conta da CONTRATADA, as despesas com transporte, combustível, hospedagem e alimentação, provenientes da prestação de serviços constante na cláusula segunda.

CLÁUSULA NONA - DOS ENCARGOS

O presente Contrato não importa em vínculo empregatício de qualquer natureza, correndo por conta da CONTRATADA, todos os encargos de natureza trabalhista, previdenciária e securitária.

CLÁUSULA DECIMA – DA MULTA

O não cumprimento, por parte da CONTRATADA de quaisquer cláusulas deste Contrato, importará em multa na importância de 20% (dois por cento) do valor total do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

O CONTRATANTE poderá rescindir, administrativamente, o Contrato nas hipóteses previstas na Lei de Licitações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

As alterações do contrato, do seu objeto e de suas condições, serão feitas entre as partes, mediante termo aditivo e na conformidade da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de São Bento do Sul – SC, para dirimir quaisquer questões oriundas do presente termo, renunciando expressamente a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Finalmente, por estarem justos e perfeitamente acordados, assinam os responsáveis legais das partes, o presente instrumento em duas vias de igual forma e idêntico teor, juntamente com testemunhas que também firmam abaixo, presentes que estiveram.

São Bento do Sul, 11 de fevereiro de 2019.

Rubens Blaszkowski

PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL QUIRIRI

KEILA MARIELI KONZEN
AK3 TURISMO RECEPTIVO E EVENTOS
CONTRATADA

Testemunhas:

Luiza Silva
Diretora de Turismo da PMSBS

Marília Scheffer
Secretária Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer de Campo Alegre

CONDER

3ª RETIFICAÇÃO AO EDITAL PROCESSO LIC. 06.2019 - PP 06.2019 - LEITES E SUPLEMENTOS

Publicação N° 1968705

3ª RETIFICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 006/2019

EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2019

REGISTRO DE PREÇO

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CONDER, Consórcio Público, constituído na forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 23.773.012/0001-54, com sede na Rua Padre Aurélio Canzi, 1628, Centro, Município de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr. GENÉSIO BRESSIANI, no uso de suas atribuições, COMUNICA aos interessados que após retificações 1 e 2 do presente edital, o mesmo sofreu novas alterações no que se refere às quantidades. Consoante a isso, os anexos I e VII sofreram alterações, a qual segue no edital atualizado. Considerando tal alteração, NOVO ARQUIVO AUTO COTAÇÃO para elaboração das propostas está disponível no site junto com os demais documentos pós alteração em comento.

As demais informações do referido edital permanecem inalteradas, lendo-as em consonância com a data prevista, qual seja, 17/04/2019.

São Miguel do Oeste – SC, 01 de abril de 2019.

GENÉSIO BRESSIANI
Presidente do CONDER
Prefeito de Belmonte

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07.2019 - PNEUS E CORRELATOS

Publicação Nº 1967917

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONS INTER DES REGIONAL - CONDER

Página: 1/12
Processo Nº.: 5/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 7/2019

No dia 1 do mês de Abril do ano de 2019, compareceram, de um lado a(o) CONS INTER DES REGIONAL - CONDER, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 23.773.012/0001-54, com sede administrativa localizada na Rua Padre Aurelio Canzi, 1628, bairro Centro, CEP nº. 89900-000, nesta cidade de São Miguel do Oeste/SC, representado pelo(a) PRESIDENTE DO CONDER, o Sr(a). GENESIO BRESSIANI, inscrito no CPF sob o nº. 707.799.379-53, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 5/2019, Processo Licitatório nº. 5/2019, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO COM FORNECIMENTO PARCELADO DE PNEUS E CORRELATOS PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E PARTICIPANTES DESTE CERTAME Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
45	BELLENZIER PNEUS LTDA	62, 71, 107, 113, 122, 144, 153, 157, 160, 162, 173
134	CP COMERCIAL S/A	35, 42, 45, 59, 60, 67, 73, 75, 77, 84, 91, 92, 140, 142, 143, 172, 180
44	LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA	1, 2, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 15, 16, 19, 20, 22, 23, 24, 26, 27, 52, 56, 78, 146, 149, 150, 156
42	MODELO PNEUS LTDA	116, 124, 139, 152
136	NACIONAL PNEUS EIRELI	17, 34, 38, 43, 44, 51, 57, 63, 65, 69, 83, 85, 86, 89, 94, 97, 99, 100, 102, 103, 106, 109, 110, 118, 119, 120, 121, 145, 148, 158, 169, 170, 181, 182
20	PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME	36, 37, 40, 41, 46, 58, 61, 68, 80, 88, 105, 108, 111, 123, 147, 159, 171, 175
135	R. K. KASCZUK & CIA LTDA	8, 12, 13, 18, 31, 32, 33, 39, 47, 48, 49, 50, 53, 55, 70, 74, 76, 87, 90, 98, 101, 104, 114, 141, 161, 163, 167, 177, 183, 184

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
BELLENZIER PNEUS LTDA	73.730.129/0016-05	HERLON RICRADO SATO	000.407.550-10
CP COMERCIAL S/A	08.888.040/0009-80	DOUGLAS CANSAN	828.359.180-00
LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA	02.678.428/0001-13	IRENE TEREZINHA NATEL TRENTTO	386.148.989-91
MODELO PNEUS LTDA	94.510.682/0001-26	SANDRO OLIVEIRA HORNER	802.052.400-20
NACIONAL PNEUS EIRELI	27.879.590/0001-20	AENALDO LUIZ MORETI	445.072.910-20
PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME	17.092.175/0001-79	VINICIUS AGOSTINI	092.080.869-76
R. K. KASCZUK & CIA LTDA	22.196.632/0002-96	FELIPE CHELEGEL	098.442.439-39

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO COM FORNECIMENTO PARCELADO DE PNEUS E CORRELATOS PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E PARTICIPANTES DESTE CERTAME

Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ÍTEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 20 - PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
36	PNEU 225/50R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR	18,000	340,0000	6.120,00
37	PNEU 235/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR	8,000	329,0000	2.632,00
40	PNEU 255/70R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR	64,000	440,0000	28.160,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONS INTER DES REGIONAL - CONDER

Página: 2/12
 Processo Nº.: 5/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

Fornecedor: 20 - PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
41	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR	418,000	1.565,0000	654.170,00
46	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR	161,000	1.420,0000	228.620,00
58	PNEU 235/75R15 TIPO A, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR	10,000	390,0000	3.900,00
61	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR	16,000	1.550,0000	24.800,00
68	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR	352,000	1.489,0000	524.128,00
80	PNEU 205/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR	196,000	245,0000	48.020,00
88	PNEU 225/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR	36,000	439,0000	15.804,00
105	PNEU 10.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR	10,000	613,0000	6.130,00
108	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR	34,000	1.423,0000	48.382,00
111	PNEU 1400R24, TIPO A, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	TITAN	216,000	3.450,0000	745.200,00
123	PNEU 1400R24 G2 16 LONAS RADIAL COM CARÇAÇA DE AÇO PARA TRACÇÃO DE MOTONIVELADORA ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 26 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR	82,000	4.375,0000	358.750,00
147	PNEU 265/65R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO	UND	GOODYEAR	14,000	518,0000	7.252,00
159	PNEU 23.1-26 TIPO A, PARA ROLO COMPACTADOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3.500KG, PROFUNDADIDA DE SULCO 24MM, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM FORMATO DIAMANTE, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	UND	GOODYEAR	10,000	2.980,0000	29.800,00
171	PNEU 1400R24 G2 RADIAL COM CARÇAÇA DE AÇO PARA TRACÇÃO DE MOTONIVELADORA ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 26 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR	78,000	4.600,0000	358.800,00
175	PNEU 265/65R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO	UND	GOODYEAR	76,000	505,0000	38.380,00

Fornecedor: 42 - MODELO PNEUS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
116	PNEU 23-1-26 COM 12 LONAS COM GARRA PARA ROLO.	UND	TITAN	20,000	3.285,0000	65.700,00
124	PNEU 19.5R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRACÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	MICHELLIN	38,000	3.820,0000	145.160,00
139	PROTETOR PARA PNEU 215/75R17.5	UND	ABC	27,000	110,0000	2.970,00
152	PNEU 350-8	UND	ROMAGO	6,000	45,0000	270,00

Fornecedor: 44 - LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	CÂMARA DE AR PARA PNEU 9.5-24 AGRÍCOLA	UND	BRANSALES	10,000	70,0000	700,00
2	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20	UND	BRANSALES	583,000	63,0000	36.729,00
5	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100.22	UND	BRANSALES	40,000	78,0000	3.120,00
6	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA	UND	BRANSALES	102,000	86,0000	8.772,00
7	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18	UND	BRANSALES	210,000	75,0000	15.750,00
9	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA	UND	BRANSALES	72,000	128,0000	9.216,00
10	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA	UND	BRANSALES	10,000	140,0000	1.400,00
11	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24	UND	BRANSALES	526,000	148,0000	77.848,00
15	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA	UND	BRANSALES	72,000	178,0000	12.816,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONS INTER DES REGIONAL - CONDER

Página: 3/12
 Processo Nº.: 5/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

Fornecedor: 44 - LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
16	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 34 AGRÍCOLA	UND	BRANSALES	28,000	218,0000	6.104,00
19	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30 AGRÍCOLA	UND	BRANSALES	20,000	298,0000	5.960,00
20	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5	UND	BRANSALES	124,000	70,0000	8.680,00
22	CÂMARA DE AR PARA PNEU 700-16	UND	BRANSALES	24,000	29,0000	696,00
23	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16	UND	BRANSALES	66,000	29,0000	1.914,00
24	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO	UND	BRANSALES	181,000	29,0000	5.249,00
26	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20	UND	BRANSALES	467,000	55,0000	25.685,00
27	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA	UND	BRANSALES	16,000	45,0000	720,00
52	PNEU 185/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	X-BRI ECOLO	219,000	180,0000	39.420,00
56	PNEU 215/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	LINGLONG GI	234,000	413,0000	96.642,00
78	PNEU 195/70R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 104 ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	LINGLONG R	58,000	330,0000	19.140,00
146	PNEU 225/65R16C TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA VEICULO: AMBULÂNCIA MASTER).	UND	LINGLONG R	137,000	430,0000	58.910,00
149	CÂMARA PARA PNEU 20.5R25	UND	BRANSALES	8,000	264,0000	2.112,00
150	CÂMARA PARA PENUS 23.1-26	UND	BRANSALES	26,000	295,0000	7.670,00
156	PROTETOR PARA PNEU RADIAL 20.5R25	UND	RADIAL 2000	32,000	130,0000	4.160,00

Fornecedor: 45 - BELLENZIER PNEUS LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
62	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 9 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	Pirelli CT52	12,000	375,0000	4.500,00
71	PNEU 185/55R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO	UND	Pirelli Cint P1+	55,000	360,0000	19.800,00
107	PNEU 1300-24 TIPO A, 10 LONAS RETROESCAVADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	Pirelli PN14	8,000	1.325,0000	10.600,00
113	PNEU 16.9-24 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	Pirelli PN12	20,000	1.980,0000	39.600,00
122	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS	UND	Pirelli RM95	42,000	4.660,0000	195.720,00
144	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	Pirelli FG01	31,000	1.344,0000	41.664,00
153	PNEU 20.5 R25 24 LONAS P/ PÁ CARREGADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	UND	Pirelli RM100	10,000	5.590,0000	55.900,00
157	PNEU 900-20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	Pirelli CT65S	46,000	719,0000	33.074,00
160	PNEU 23.1-26 TIPO A, PARA ROLO COMPACTADOR, 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 6.600KG, PROFUNDIDADE DE SULCO 40 MM, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM EM FLANCOS, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	Pirelli MB39	14,000	4.055,0000	56.770,00
162	PNEU 195/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	Pirelli Cint P1	10,000	389,0000	3.890,00
173	PNEU 17.5- R25 RADIAL L-3, TIPO A, PARA RETRO, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMO 7.100KG, PROFUNDIDADE DE SULCO MÍNIMO DE 33MM, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	Pirelli RM100	46,000	3.714,0000	170.844,00

Fornecedor: 134 - CP COMERCIAL S/A

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
35	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	ASR35 AEOLL	244,000	532,0000	129.808,00
42	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	D941 DRC	40,000	1.289,0000	51.560,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONS INTER DES REGIONAL - CONDER

Página: 4/12
 Processo Nº.: 5/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

Fornecedor: 134 - CP COMERCIAL S/A

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
45	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	D841 DRC	370,000	1.080,0000	399.600,00
59	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	KMA11 MARS	276,000	1.245,0000	343.620,00
60	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	D851 DRC	12,000	1.260,0000	15.120,00
67	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 24MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	D911 DRC	326,000	1.290,0000	420.540,00
73	PNEU 185/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	FRD16 FARRC	458,000	215,0000	98.470,00
75	PNEU 195/55R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	FRD16 FARRC	54,000	195,0000	10.530,00
77	PNEU 195/65R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	FRD16 FARRC	264,000	200,0000	52.800,00
84	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	ADR35 AEOLI	168,000	575,0000	96.600,00
91	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	D941 DRC	170,000	1.240,0000	210.800,00
92	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	KMA11 MARS	108,000	1.245,0000	134.460,00
140	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	D841 DRC	75,000	1.150,0000	86.250,00
142	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	D941 DRC	54,000	1.240,0000	66.960,00
143	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	D941 DRC	36,000	1.320,0000	47.520,00
172	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO RODOVIÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO MÁXIMO 15 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	KRS02 MARS	114,000	1.224,0000	139.536,00
180	PNEU RADIAL 1000R20, TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE DE SULCO 24MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	D911 DRC	370,000	1.290,0000	477.300,00

Fornecedor: 135 - R. K. KASCZUK & CIA LTDA

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
8	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRICOLA	UND	JFF	44,000	65,0000	2.860,00
12	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14-17.5	UND	JFF	6,000	83,0000	498,00
13	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 28 AGRICOLA	UND	JFF	14,000	183,0000	2.562,00
18	CÂMARA DE AR PARA PNEU 215/75R17.5 BICO LONGO	UND	JFF	47,000	74,0000	3.478,00
31	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	BRIDGESTON	416,000	178,0000	74.048,00
32	PNEU 185/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	BRIDGESTON	100,000	188,0000	18.800,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONS INTER DES REGIONAL - CONDER

Página: 5/12
 Processo Nº.: 5/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

Fornecedor: 135 - R. K. KASCZUK & CIA LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
33	PNEU 185/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	FIRESTONE F	108,000	218,0000	23.544,00
39	PNEU 245/70R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	FIRESTONE C	88,000	395,0000	34.760,00
47	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	FIRESTONE F	304,000	147,0000	44.688,00
48	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	BRIDGESTON	842,000	150,0000	126.300,00
49	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA AUTOMÓVEL ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	BRIDGESTON	604,000	207,0000	125.028,00
50	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	FIRESTONE F	282,000	220,0000	62.040,00
53	PNEU 185/70R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	FIRESTONE F	262,000	224,0000	58.688,00
55	PNEU 205/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	BRIDGESTON	530,000	397,0000	210.410,00
70	PNEU 1100R22 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	FIRESTONE T	22,000	1.400,0000	30.800,00
74	PNEU 185R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	FIRESTONE C	40,000	250,0000	10.000,00
76	PNEU 195/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	BRIDGESTON	86,000	218,0000	18.748,00
87	PNEU 225/75R15 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	FIRESTONE C	8,000	343,0000	2.744,00
90	PNEU 265/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	FIRESTONE C	36,000	578,0000	20.808,00
98	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	FIRESTONE S	46,000	2.198,0000	101.108,00
101	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	FIRESTONE S	28,000	3.148,0000	88.144,00
104	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	FIRESTONE II	92,000	389,0000	35.788,00
114	PNEU 16.9-28, PARA RETROESVADEIRA (R4) 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	FIRESTONE A	8,000	2.048,0000	16.384,00
141	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	FIRESTONE T	144,000	1.119,0000	161.136,00
161	PNEU 185 R14 C102 PARA KOMBI, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	FIRESTONE C	54,000	248,0000	13.392,00
163	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 24	UND	JFF	10,000	191,0000	1.910,00
167	PNEU 205/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	BRIDGESTON	40,000	398,0000	15.920,00
177	PNEU 265/60R18, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	BRIDGESTON	76,000	398,0000	30.248,00
183	PNEU SULCOS 18.4-30, DESENHO V, 12 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3180KG, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	FIRESTONE S	76,000	2.299,0000	174.724,00
184	PNEU LISO 18.4-30, 12 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3180KG, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	FIRESTONE S	76,000	2.298,0000	174.648,00

Fornecedor: 136 - NACIONAL PNEUS EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
17	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24	UND	FLEXEN/TR21	149,000	187,0000	27.863,00
34	PNEU 195/80R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR/C	30,000	492,0000	14.760,00
38	PNEU 235/70R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR/A	18,000	389,0000	7.002,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONS INTER DES REGIONAL - CONDER

Página: 6/12
 Processo Nº.: 5/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

Fornecedor: 136 - NACIONAL PNEUS EIRELI						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
43	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 26 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR//	46,000	1.749,0000	80.454,00
44	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	CENTELLA/CL	456,000	995,0000	453.720,00
51	PNEU 175/80R14 TIPO A PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR/E	49,000	285,0000	13.965,00
57	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR//	189,000	843,0000	159.327,00
63	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	MAGGION/SU	184,000	479,0000	88.136,00
65	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	MAGGION/LU	181,000	891,0000	161.271,00
69	PNEU 1100R22 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 151, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 22,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR//	30,000	1.725,0000	51.750,00
83	PNEU 215/65R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 98, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR/A	48,000	365,0000	17.520,00
85	PNEU 225/65R17 TIPO A, PREDOMINANTE ASFALTO, ÍNDICE DE CARGA 101, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR/A	16,000	435,0000	6.960,00
86	PNEU 225/70R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR/A	60,000	429,0000	25.740,00
89	PNEU 255/75R15 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR/E	8,000	438,0000	3.504,00
94	PNEU 750R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR/C	50,000	640,0000	32.000,00
97	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	MAGGION/R1	46,000	1.060,0000	48.760,00
99	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	MAGGION/R1	32,000	2.497,0000	79.904,00
100	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	MRL/R4	100,000	1.919,0000	191.900,00
102	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	ROADGUIDEF	138,000	979,0000	135.102,00
103	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	MALHOTRA/C	190,000	1.800,0000	342.000,00
106	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	ROADGUIDEF	62,000	645,0000	39.990,00
109	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	MAGGION/R1	4,000	1.495,0000	5.980,00
110	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	ROADGUIDEF	142,000	3.480,0000	494.160,00
118	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT	UND	ROADGUIDEF	6,000	505,0000	3.030,00
119	PNEU 12R16.5 R-4 10 LONAS RADIAL COM CARÇAÇA DE AÇO PARA TRACÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GRIPMASTER	12,000	2.200,0000	26.400,00
120	PNEU 12R16.5 R-4 12 LONAS RADIAL COM CARÇAÇA DE AÇO PARA TRACÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GRIPMASTER	4,000	2.200,0000	8.800,00
121	PNEU 1400-24 COM 24 LONAS	UND	ROADGUDER	96,000	3.650,0000	350.400,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONS INTER DES REGIONAL - CONDER

Página: 7/12
 Processo Nº.: 5/2019
 PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

Fornecedor: 136 - NACIONAL PNEUS EIRELI

Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
145	PNEU 195/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR/E	34,000	340,0000	11.560,00
148	PNEUS 265/70R16 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO(50%OFF ROAD/50% ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO	UND	GOODYEAR/A	22,000	457,0000	10.054,00
158	PNEU 900-20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 17MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	CENTELLA/CI	47,000	990,0000	46.530,00
169	PNEU 12R16,5 R-4 RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRACÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GRIPMASTER	16,000	2.200,0000	35.200,00
170	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO, COM PROFUNDIDADE MINIMA DE 24,5MM.	UND	MALHOTRA/C	64,000	1.990,0000	127.360,00
181	PNEU RADIAL 275/80R22,5, TIPO A, COM 16 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	GOODYEAR//	418,000	1.509,0000	630.762,00
182	PNEU 17,5-25, TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	UND	MALHOTRA/C	104,000	2.300,0000	239.200,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados;

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONS INTER DES REGIONAL - CONDER

Página: 8/12
Processo N°. 5/2019
PREGÃO PRESENCIAL N°. 5/2019

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONS INTER DES REGIONAL - CONDERPágina: 9/12
Processo Nº.: 5/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019**5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:**

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONS INTER DES REGIONAL - CONDERPágina: 10/12
Processo Nº.: 5/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019**CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA**

- 7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.
- 7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.
- 7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.
- 7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.
- 7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.
- 7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.
- 7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.
- 7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.
- 7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.
- 7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.
- 7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.
- 7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.
- 7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.
- 7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

- 8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.
- 8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.
- 8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.
- 8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.
- 8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.
- 8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.
- 8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

- 9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

**ESTADO DE SANTA CATARINA
CONS INTER DES REGIONAL - CONDER**

Página: 11/12
Processo Nº.: 5/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de São Miguel do Oeste para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Miguel do Oeste, 1 de Abril de 2019.

GENESIO BRESSIANI
PRESIDENTE DO CONDER

Empresas Participantes:

BELLENZIER PNEUS LTDA

CNPJ: 73.730.129/0016-05 _____

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONS INTER DES REGIONAL - CONDERPágina: 12/12
Processo Nº.: 5/2019
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 5/2019

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

São Miguel do Oeste, 1 de Abril de 2019.

GENESIO BRESSIANI
PRESIDENTE DO CONDER

Empresas Participantes:

CP COMERCIAL S/A	CNPJ: 08.888.040/0009-80	_____
LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA	CNPJ: 02.678.428/0001-13	_____
MODELO PNEUS LTDA	CNPJ: 94.510.682/0001-26	_____
NACIONAL PNEUS EIRELI	CNPJ: 27.879.590/0001-20	_____
PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME	CNPJ: 17.092.175/0001-79	_____
R. K. KASCZUK & CIA LTDA	CNPJ: 22.196.632/0002-96	_____

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PROC 05.2019 - PP 05.2019

Publicação Nº 1967920

ESTADO DE SANTA CATARINA CONS INTER DES REGIONAL - CONDER	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2019 - PR
CNPJ: 23.773.012/0001-54 Rua Padre Aurelio Canzi, 1628 C.E.P.: 89900-000 - São Miguel do Oeste - SC	Processo Administrativo: 5/2019 Processo de Licitação: 5/2019 Data do Processo: 26/02/2019
	Folha: 1/13

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Presidente Do Conder, GENESIO BRESSIANI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 5/2019
b) Licitação Nr.: 5/2019-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 01/04/2019
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO COM FORNECIMENTO PARCELADO DE PNEUS E CORRELATOS PARA OS MUNICÍPIOS CONSORCIADOS E PARTICIPANTES DESTE CERTAME

g) Fornecedores e Itens Vencedores:

	Unid.	Qtidade	Desclo (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	---------	------------	----------------	---------------

BELLENZIER PNEUS LTDA (45)

62	PNEU 700-16 TIPO A, 10 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 9 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: Pirelli CT52	UND	12,00	0,0000	375,00	4.500,00
71	PNEU 185/55R15 TIPO A, INDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIDA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO - Marca: Pirelli Cint P1+	UND	55,00	0,0000	360,00	19.800,00
107	PNEU 1300-24 TIPO A, 10 LONAS RETROESCAVADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: Pirelli PN14	UND	8,00	0,0000	1.325,00	10.600,00
113	PNEU 16.9-24 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, INDICE DE CARGA 2385 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: Pirelli PN12	UND	20,00	0,0000	1.980,00	39.600,00
122	PNEU 1400-24 COM 28 LONAS - Marca: Pirelli RM95	UND	42,00	0,0000	4.660,00	195.720,00
144	PNEU 900R20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140 ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: Pirelli FG01	UND	31,00	0,0000	1.344,00	41.664,00

GENÉSIO BRESSIANI - PRESIDENTE DO CONDER

ESTADO DE SANTA CATARINA CONS INTER DES REGIONAL - CONDER CNPJ: 23.773.012/0001-54 Rua Padre Aurelio Canzi, 1628 C.E.P.: 89900-000 - São Miguel do Oeste - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2019 - PR
	Processo Administrativo: 5/2019 Processo de Licitação: 5/2019 Data do Processo: 26/02/2019

Folha: 2/13

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

BELLENZIER PNEUS LTDA (45)

153	PNEU 20.5 R25 24 LONAS P/ PÁ CARREGADEIRA, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO - Marca: Pirelli RM100	UND	10.00	0.0000	5.590,00	55.900,00
157	PNEU 900-20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: Pirelli CT65S	UND	46.00	0.0000	719,00	33.074,00
160	PNEU 23.1-26 TIPO A, PARA ROLO COMPACTADOR, 14 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 6.600KG, PROFUNDIDADE DE SULCO 40 MM, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM EM FLANCOS, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: Pirelli MB39	UND	14.00	0.0000	4.055,00	56.770,00
162	PNEU 195/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: Pirelli Cint P1	UND	10.00	0.0000	389,00	3.890,00
173	PNEU 17.5- R25 RADIAL L-3, TIPO A, PARA RETRO, CAPACIDADE DE CARGA MÍNIMO 7.100KG, PROFUNDIDADE DE SULCO MÍNIMO DE 33MM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: Pirelli RM100	UND	46.00	0.0000	3.714,00	170.844,00

Total do Fornecedor: 632.362,00

CP COMERCIAL S/A (134)

35	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO DE 12 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: ASR35 AEOLUS	UND	244.00	0.0000	532,00	129.808,00
42	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRAÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: D941 DRC	UND	40.00	0.0000	1.289,00	51.560,00
45	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: D841 DRC	UND	370.00	0.0000	1.080,00	399.600,00
59	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: KMA11 MARSHAL	UND	276.00	0.0000	1.245,00	343.620,00

 GENÉSIO BRESSIANI - PRESIDENTE DO CONDER

ESTADO DE SANTA CATARINA CONS INTER DES REGIONAL - CONDER CNPJ: 23.773.012/0001-54 Rua Padre Aurelio Canzi, 1628 C.E.P.: 89900-000 - São Miguel do Oeste - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2019 - PR Processo Administrativo: 5/2019 Processo de Licitação: 5/2019 Data do Processo: 26/02/2019
	Folha: 3/13

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

CP COMERCIAL S/A (134)

60	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 17,5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: D851 DRC	UND	12,00	0,0000	1.260,00	15.120,00
67	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 24MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: D911 DRC	UND	326,00	0,0000	1.290,00	420.540,00
73	PNEU 185/65R15 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: FRD16 FARROAD 88H	UND	458,00	0,0000	215,00	98.470,00
75	PNEU 195/55R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 85 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: FRD16 FARROAD 85V	UND	54,00	0,0000	195,00	10.530,00
77	PNEU 195/65R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE H APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: FRD16 FARROAD 91V	UND	264,00	0,0000	200,00	52.800,00
84	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO 13,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: ADR35 AEOLUS	UND	168,00	0,0000	575,00	96.600,00
91	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: D941 DRC	UND	170,00	0,0000	1.240,00	210.800,00
92	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: KMA11 MARSHAL	UND	108,00	0,0000	1.245,00	134.460,00
140	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: D841 DRC	UND	75,00	0,0000	1.150,00	86.250,00
142	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18,5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: D941 DRC	UND	54,00	0,0000	1.240,00	66.960,00

 GENÉSIO BRESSIANI - PRESIDENTE DO CONDER

ESTADO DE SANTA CATARINA CONS INTER DES REGIONAL - CONDER CNPJ: 23.773.012/0001-54 Rua Padre Aurelio Canzi, 1628 C.E.P.: 89900-000 - São Miguel do Oeste - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2019 - PR
	Processo Administrativo: 5/2019 Processo de Licitação: 5/2019 Data do Processo: 26/02/2019

Folha: 4/13

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

CP COMERCIAL S/A (134)

143	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: D941 DRC	UND	36,00	0,0000	1.320,00	47.520,00
172	PNEU 275/80R22.5 TIPO A COM 16 LONAS DIRECIONAL UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO RODOVIÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE L, PROFUNDIDADE SULCO MÁXIMO 15 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: KRS02 MARSHAL	UND	114,00	0,0000	1.224,00	139.536,00
180	PNEU RADIAL 1000R20, TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE DE SULCO 24MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: D911 DRC	UND	370,00	0,0000	1.290,00	477.300,00

Total do Fornecedor: 2.781.474,00

LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA (44)

1	CÂMARA DE AR PARA PNEU 9.5-24 AGRÍCOLA - Marca: BRANSALES	UND	10,00	0,0000	70,00	700,00
2	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1000.20 - Marca: BRANSALES	UND	583,00	0,0000	63,00	36.729,00
5	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1100.22 - Marca: BRANSALES	UND	40,00	0,0000	78,00	3.120,00
6	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.4 - 24 AGRÍCOLA - Marca: BRANSALES	UND	102,00	0,0000	86,00	8.772,00
7	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12.5 /80-18 - Marca: BRANSALES	UND	210,00	0,0000	75,00	15.750,00
9	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 24 AGRÍCOLA - Marca: BRANSALES	UND	72,00	0,0000	128,00	9.216,00
10	CÂMARA DE AR PARA PNEU 14.9 - 28 AGRÍCOLA - Marca: BRANSALES	UND	10,00	0,0000	140,00	1.400,00
11	CÂMARA DE AR PARA PNEU 1400 - 24 - Marca: BRANSALES	UND	526,00	0,0000	148,00	77.848,00
15	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 30 AGRÍCOLA - Marca: BRANSALES	UND	72,00	0,0000	178,00	12.816,00
16	CÂMARA DE AR PARA PNEU 18.4 - 34 AGRÍCOLA - Marca: BRANSALES	UND	28,00	0,0000	218,00	6.104,00
19	CÂMARA DE AR PARA PNEU 23.1-30 AGRÍCOLA - Marca: BRANSALES	UND	20,00	0,0000	298,00	5.960,00
20	CÂMARA DE AR PARA PNEU 275/80R22,5 - Marca: BRANSALES	UND	124,00	0,0000	70,00	8.680,00
22	CÂMARA DE AR PARA PNEU 700-16 - Marca: BRANSALES	UND	24,00	0,0000	29,00	696,00
23	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 - Marca: BRANSALES	UND	66,00	0,0000	29,00	1.914,00

 GENÉSIO BRESSIANI - PRESIDENTE DO CONDER

ESTADO DE SANTA CATARINA CONS INTER DES REGIONAL - CONDER CNPJ: 23.773.012/0001-54 Rua Padre Aurelio Canzi, 1628 C.E.P.: 89900-000 - São Miguel do Oeste - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2019 - PR Processo Administrativo: 5/2019 Processo de Licitação: 5/2019 Data do Processo: 26/02/2019
	Folha: 5/13

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

LAGB ACESSORIOS E PECAS LTDA (44)

24	CÂMARA DE AR PARA PNEU 750-16 AGRÍCOLA BICO CURTO - Marca: BRANSALES	UND	181,00	0,0000	29,00	5.249,00
26	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900.20 - Marca: BRANSALES	UND	467,00	0,0000	55,00	25.685,00
27	CÂMARA DE AR PARA PNEU 900-16 AGRÍCOLA - Marca: BRANSALES	UND	16,00	0,0000	45,00	720,00
52	PNEU 185/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 84 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: X-BRI ECOLOGY	UND	219,00	0,0000	180,00	39.420,00
56	PNEU 215/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 113, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: LINGLONG GREENMAX VA	UND	234,00	0,0000	413,00	96.642,00
78	PNEU 195/70R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 104 ÍNDICE DE VELOCIDADE R APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: LINGLONG R666	UND	58,00	0,0000	330,00	19.140,00
146	PNEU 225/65R16C TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO (PARA VEICULO: AMBULÂNCIA MASTER). - Marca: LINGLONG R666	UND	137,00	0,0000	430,00	58.910,00
149	CÂMARA PARA PNEU 20.5R25 - Marca: BRANSALES	UND	8,00	0,0000	264,00	2.112,00
150	CÂMARA PARA PENUS 23.1-26 - Marca: BRANSALES	UND	26,00	0,0000	295,00	7.670,00
156	PROTETOR PARA PNEU RADIAL 20.5R25 - Marca: RADIAL 2000	UND	32,00	0,0000	130,00	4.160,00
Total do Fornecedor:						449.413,00

MODELO PNEUS LTDA (42)

116	PNEU 23-1-26 COM 12 LONAS COM GARRA PARA ROLO. - Marca: TITAN	UND	20,00	0,0000	3.285,00	65.700,00
124	PNEU 19.5R24 R4 16 LONAS RADIAL COM PROTEÇÃO DE AÇO NA BANDA DE RODAGEM PARA TRACÇÃO TRAZEIRA DE RETROESCAVADEIRA ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: MICHELLIN	UND	38,00	0,0000	3.820,00	145.160,00
139	PROTETOR PARA PNEU 215/75R17.5 - Marca: ABC	UND	27,00	0,0000	110,00	2.970,00
152	PNEU 350-8 - Marca: ROMAGO	UND	6,00	0,0000	45,00	270,00
Total do Fornecedor:						214.100,00

NACIONAL PNEUS EIRELI (136)

17	CÂMARA DE AR PARA PNEU 19.5 - 24 - Marca: FLEXEN/TR218	UND	149,00	0,0000	187,00	27.863,00
----	--	-----	--------	--------	--------	-----------

 GENÉSIO BRESSIANI - PRESIDENTE DO CONDER

ESTADO DE SANTA CATARINA CONS INTER DES REGIONAL - CONDER CNPJ: 23.773.012/0001-54 Rua Padre Aurelio Canzi, 1628 C.E.P.: 89900-000 - São Miguel do Oeste - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2019 - PR
	Processo Administrativo: 5/2019 Processo de Licitação: 5/2019 Data do Processo: 26/02/2019

Folha: 6/13

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

NACIONAL PNEUS EIRELI (136)

34	PNEU 195/80R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110 ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR/G32	UND	30,00	0,0000	492,00	14.760,00
38	PNEU 235/70R16 TIPO A ÍNDICE DE CARGA 104, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR/WRANGLERA	UND	18,00	0,0000	389,00	7.002,00
43	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 26 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR/ARMOMAXMSD	UND	46,00	0,0000	1.749,00	80.454,00
44	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 19,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: CENTELLA/CL650	UND	456,00	0,0000	995,00	453.720,00
51	PNEU 175/80R14 TIPO A PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR/EDGESUV	UND	49,00	0,0000	285,00	13.965,00
57	PNEU 215/75R17.5 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 126, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 12MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR/ARMOMAXMSS	UND	189,00	0,0000	843,00	159.327,00
63	PNEU 750-16 TIPO A, 12 LONAS APLICAÇÃO EM TOYOTA EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, ÍNDICE DE CARGA 121, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 15MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: MAGGION/SUPERTRACTIO	UND	184,00	0,0000	479,00	88.136,00
65	PNEU 1000-20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 12.5 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: MAGGION/LUNGAVIA	UND	181,00	0,0000	891,00	161.271,00
69	PNEU 1100R22 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 151, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 22.5MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR/ARMOMAXMSD	UND	30,00	0,0000	1.725,00	51.750,00
83	PNEU 215/65R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 98 ÍNDICE DE VELOCIDADE, H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 05 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR/WRANGLERS	UND	48,00	0,0000	365,00	17.520,00

 GENÉSIO BRESSIANI - PRESIDENTE DO CONDER

ESTADO DE SANTA CATARINA CONS INTER DES REGIONAL - CONDER CNPJ: 23.773.012/0001-54 Rua Padre Aurelio Canzi, 1628 C.E.P.: 89900-000 - São Miguel do Oeste - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2019 - PR Processo Administrativo: 5/2019 Processo de Licitação: 5/2019 Data do Processo: 26/02/2019
	Folha: 7/13

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

NACIONAL PNEUS EIRELI (136)

85	PNEU 225/65R17 TIPO A, PREDOMINANTE ASFALTO, ÍNDICE DE CARGA 101 ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR/WRANGLERSUV	UND	16,00	0,0000	435,00	6.960,00
86	PNEU 225/70R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR/WRANGLERSUV	UND	60,00	0,0000	429,00	25.740,00
89	PNEU 255/75R15 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR/EDGESUV	UND	8,00	0,0000	438,00	3.504,00
94	PNEU 750R16 TIPO A, 12 LONAS DIRECIONAL, ÍNDICE DE CARGA 120, ÍNDICE DE VELOCIDADE G, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR/G32	UND	50,00	0,0000	640,00	32.000,00
97	PNEU 12.4-24 TIPO A, PARA TRATOR, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: MAGGION/R1	UND	46,00	0,0000	1.060,00	48.760,00
99	PNEU 18.4-34 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3000KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: MAGGION/R1	UND	32,00	0,0000	2.497,00	79.904,00
100	PNEU 19.5L-24 TIPO A, PARA RETRO, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3200KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: MRL/R4	UND	100,00	0,0000	1.919,00	191.900,00
102	PNEU 12.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2065KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: ROADGUIDER/R4	UND	138,00	0,0000	979,00	135.102,00
103	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: MALHOTRA/G2L2	UND	190,00	0,0000	1.800,00	342.000,00
106	PNEU 12-16.5 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2540 KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: ROADGUIDER/R4	UND	62,00	0,0000	645,00	39.990,00
109	PNEU 14.9-28 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1700KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: MAGGION/R1	UND	4,00	0,0000	1.495,00	5.980,00
110	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA MOTONIVELADORA COM 24 LONAS DESENHO LAGARTO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: ROADGUIDER/E3L3	UND	142,00	0,0000	3.480,00	494.160,00
118	PNEU 10.16.5 10 LONAS PARA BOB CAT - Marca: ROADGUIDER/R4	UND	6,00	0,0000	505,00	3.030,00
119	PNEU 12R16,5 R-4 10 LONAS RADIAL COM CARÇAÇA DE AÇO PARA TRACÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GRIPMASTER/G-MULTI25	UND	12,00	0,0000	2.200,00	26.400,00

 GENÉSIO BRESSIANI - PRESIDENTE DO CONDER

ESTADO DE SANTA CATARINA CONS INTER DES REGIONAL - CONDER CNPJ: 23.773.012/0001-54 Rua Padre Aurelio Canzi, 1628 C.E.P.: 89900-000 - São Miguel do Oeste - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2019 - PR Processo Administrativo: 5/2019 Processo de Licitação: 5/2019 Data do Processo: 26/02/2019
	Folha: 8/13

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

NACIONAL PNEUS EIRELI (136)

120	PNEU 12R16,5 R-4 12 LONAS RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRACÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GRIPMASTER/G-MULTI25	UND	4,00	0,0000	2.200,00	8.800,00
121	PNEU 1400-24 COM 24 LONAS - Marca: ROADGUDER/E3L3	UND	96,00	0,0000	3.650,00	350.400,00
145	PNEU 195/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR/EFFICIENTGR	UND	34,00	0,0000	340,00	11.560,00
148	PNEUS 265/70R16 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO(50%OFF ROAD/50% ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO - Marca: GOODYEAR/WRANGLERAT	UND	22,00	0,0000	457,00	10.054,00
158	PNEU 900-20 TIPO A, COM 14 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 140, ÍNDICE DE VELOCIDADE J, PROFUNDIDADE SULCO 17MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: CENTELLA/CL550	UND	47,00	0,0000	990,00	46.530,00
169	PNEU 12R16,5 R-4 RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRACÇÃO DIANTEIRA DE RETROESCAVADEIRA, ESCULTURA EM V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GRIPMASTER/G-MULTI25	UND	16,00	0,0000	2.200,00	35.200,00
170	PNEU 1400-24 TIPO A, PARA RETRO E MOTONIVELADORA 16 LONAS DESENHO V, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. COM PROFUNDIDADE MINIMA DE 24,5MM. - Marca: MALHOTRA/G2L2	UND	64,00	0,0000	1.990,00	127.360,00
181	PNEU RADIAL 275/80R22,5, TIPO A, COM 16 LONAS, EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR/ARMOMAXMSD	UND	418,00	0,0000	1.509,00	630.762,00
182	PNEU 17,5-25, TIPO A, PARA RETRO E CARREGADEIRA, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 7300KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: MALHOTRA/G2L2	UND	104,00	0,0000	2.300,00	239.200,00

Total do Fornecedor: 3.971.064,00

PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (20)

36	PNEU 225/50R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 94, ÍNDICE DE VELOCIDADE W, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR	UND	18,00	0,0000	340,00	6.120,00
37	PNEU 235/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 100, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR	UND	8,00	0,0000	329,00	2.632,00

GENÉSIO BRESSIANI - PRESIDENTE DO CONDER

ESTADO DE SANTA CATARINA CONS INTER DES REGIONAL - CONDER CNPJ: 23.773.012/0001-54 Rua Padre Aurelio Canzi, 1628 C.E.P.: 89900-000 - São Miguel do Oeste - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2019 - PR Processo Administrativo: 5/2019 Processo de Licitação: 5/2019 Data do Processo: 26/02/2019
	Folha: 9/13

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (20)

40	PNEU 255/70R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 109, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR	UND	64,00	0,0000	440,00	28.160,00
41	PNEU 275/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 149, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 25MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR	UND	418,00	0,0000	1.565,00	654.170,00
46	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 18 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR	UND	161,00	0,0000	1.420,00	228.620,00
58	PNEU 235/75R15 TIPO A, PREDOMINANTE ESTRADAS PAVIMENTADAS, ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR	UND	10,00	0,0000	390,00	3.900,00
61	PNEU 295/80R22.5 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 152, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 19 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR	UND	16,00	0,0000	1.550,00	24.800,00
68	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 20MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR	UND	352,00	0,0000	1.489,00	524.128,00
80	PNEU 205/55R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR	UND	196,00	0,0000	245,00	48.020,00
88	PNEU 225/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR	UND	36,00	0,0000	439,00	15.804,00
105	PNEU 10.5/80-18 TIPO A, PARA RETRO, 10 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR	UND	10,00	0,0000	613,00	6.130,00
108	PNEU 14.9-24 TIPO A, PARA TRATOR, 8 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1600KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR	UND	34,00	0,0000	1.423,00	48.382,00
111	PNEU 1400R24, TIPO A, PARA MOTONIVELADORA, 16 LONAS, DESENHO V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: TITAN	UND	216,00	0,0000	3.450,00	745.200,00

 GENÉSIO BRESSIANI - PRESIDENTE DO CONDER

ESTADO DE SANTA CATARINA CONS INTER DES REGIONAL - CONDER CNPJ: 23.773.012/0001-54 Rua Padre Aurelio Canzi, 1628 C.E.P.: 89900-000 - São Miguel do Oeste - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2019 - PR Processo Administrativo: 5/2019 Processo de Licitação: 5/2019 Data do Processo: 26/02/2019
	Folha: 10/13

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

PNEULOG COMERCIO DE PNEUMATICOS EIRELI - ME (20)

123	PNEU 1400R24 G2 16 LONAS RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 26 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR	UND	82.00	0.0000	4.375,00	358.750,00
147	PNEU 265/65R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE S, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO - Marca: GOODYEAR	UND	14.00	0.0000	518,00	7.252,00
159	PNEU 23.1-26 TIPO A, PARA ROLO COMPACTADOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3.500KG, PROFUNDADIDA DE SULCO 24MM, DESENHO DA BANDA DE RODAGEM FORMATO DIAMANTE, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO - Marca: GOODYEAR	UND	10.00	0.0000	2.980,00	29.800,00
171	PNEU 1400R24 G2 RADIAL COM CARCAÇA DE AÇO PARA TRAÇÃO DE MOTONIVELADORA ESCULTURA EM V, COM PROFUNDIDADE MÍNIMA DE 26 MM NA BANDA DE RODAGEM GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: GOODYEAR	UND	78.00	0.0000	4.600,00	358.800,00
175	PNEU 265/65R17 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 112, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITO DE FABRICAÇÃO - Marca: GOODYEAR	UND	76.00	0.0000	505,00	38.380,00
Total do Fornecedor:						3.129.048,00

R. K. KASCZUK & CIA LTDA (135)

8	CÂMARA DE AR PARA PNEU 12-16.5 AGRÍCOLA - Marca: JFF	UND	44.00	0.0000	65,00	2.860,00
12	CAMARA DE AR PARA PNEU 14-17.5 - Marca: JFF	UND	6.00	0.0000	83,00	498,00
13	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 28 AGRÍCOLA - Marca: JFF	UND	14.00	0.0000	183,00	2.562,00
18	CÂMARA DE AR PARA PNEU 215/75R17.5 BICO LONGO - Marca: JFF	UND	47.00	0.0000	74,00	3.478,00
31	PNEU 175/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: BRIDGESTONE FUZION	UND	416.00	0.0000	178,00	74.048,00
32	PNEU 185/65R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: BRIDGESTONE FUZION	UND	100.00	0.0000	188,00	18.800,00
33	PNEU 185/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 86 ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: FIRESTONE F700	UND	108.00	0.0000	218,00	23.544,00

 GENÉSIO BRESSIANI - PRESIDENTE DO CONDER

ESTADO DE SANTA CATARINA CONS INTER DES REGIONAL - CONDER CNPJ: 23.773.012/0001-54 Rua Padre Aurelio Canzi, 1628 C.E.P.: 89900-000 - São Miguel do Oeste - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2019 - PR Processo Administrativo: 5/2019 Processo de Licitação: 5/2019 Data do Processo: 26/02/2019
	Folha: 11/13

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

R. K. KASCZUK & CIA LTDA (135)

39	PNEU 245/70R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 108, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: FIRESTONE DESTINATIO	UND	88,00	0,0000	395,00	34.760,00
47	PNEU 165/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 79, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: FIRESTONE F700	UND	304,00	0,0000	147,00	44.688,00
48	PNEU 175/70R13 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 82, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: BRIDGESTONE FUZION	UND	842,00	0,0000	150,00	126.300,00
49	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA AUTOMÓVEL, ÍNDICE DE CARGA 84, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: BRIDGESTONE FUZION	UND	604,00	0,0000	207,00	125.028,00
50	PNEU 175/70R14 TIPO A, PARA UTILITÁRIO, ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: FIRESTONE F700	UND	282,00	0,0000	220,00	62.040,00
53	PNEU 185/70R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: FIRESTONE F700	UND	262,00	0,0000	224,00	58.688,00
55	PNEU 205/75R16, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE Q, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: BRIDGESTONE DURAVIS	UND	530,00	0,0000	397,00	210.410,00
70	PNEU 1100R22 TIPO A, COM 16 LONAS DIRECIONAL, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 150, ÍNDICE DE VELOCIDADE K, PROFUNDIDADE SULCO 15,5 MM, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: FIRESTONE T819	UND	22,00	0,0000	1.400,00	30.800,00
74	PNEU 185R14 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 102, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: FIRESTONE CV5000	UND	40,00	0,0000	250,00	10.000,00
76	PNEU 195/60R15 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 88, ÍNDICE DE VELOCIDADE H, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: BRIDGESTONE FUZION	UND	86,00	0,0000	218,00	18.748,00
87	PNEU 225/75R15 TIPO A, PARA UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO (50% OFF ROAD 50 ON ROAD), ÍNDICE DE CARGA 105, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: FIRESTONE DESTINATIO	UND	8,00	0,0000	343,00	2.744,00
90	PNEU 265/75R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE R, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: FIRESTONE DESTINATIO	UND	36,00	0,0000	578,00	20.808,00

 GENÉSIO BRESSIANI - PRESIDENTE DO CONDER

ESTADO DE SANTA CATARINA CONS INTER DES REGIONAL - CONDER CNPJ: 23.773.012/0001-54 Rua Padre Aurelio Canzi, 1628 C.E.P.: 89900-000 - São Miguel do Oeste - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2019 - PR Processo Administrativo: 5/2019 Processo de Licitação: 5/2019 Data do Processo: 26/02/2019
	Folha: 12/13

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

R. K. KASCZUK & CIA LTDA (135)

98	PNEU 18.4-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 2900KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: FIRESTONE SAT 23	UND	46,00	0,0000	2.198,00	101.108,00
101	PNEU 23.1-30 TIPO A, PARA TRATOR, 12 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 3450KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: FIRESTONE SAT 23	UND	28,00	0,0000	3.148,00	88.144,00
104	PNEU 750-16 TIPO A, PARA IMPLEMENTO, 10 LONAS, ÍNDICE DE CARGA 1230KG, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: FIRESTONE IMPLEMENT	UND	92,00	0,0000	389,00	35.788,00
114	PNEU 16.9-28, PARA RETROESVADEIRA (R4) 12 LONAS, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: FIRESTONE AT UTILITY	UND	8,00	0,0000	2.048,00	16.384,00
141	PNEU 1000R20 TIPO A, COM 16 LONAS EIXO EXCLUSIVO DE TRACÇÃO, UTILIZAÇÃO EM SERVIÇO MISTO, ÍNDICE DE CARGA 146, ÍNDICE DE VELOCIDADE D, PROFUNDIDADE SULCO 20 MM APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: FIRESTONE T831	UND	144,00	0,0000	1.119,00	161.136,00
161	PNEU 185 R14 C102 PARA KOMBI, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: FIRESTONE CV5000	UND	54,00	0,0000	248,00	13.392,00
163	CÂMARA DE AR PARA PNEU 16.9 - 24 - Marca: JFF	UND	10,00	0,0000	191,00	1.910,00
167	PNEU 205/60R16 TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 91 ÍNDICE DE VELOCIDADE V, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: BRIDGESTONE EP150	UND	40,00	0,0000	398,00	15.920,00
177	PNEU 265/60R18, TIPO A, ÍNDICE DE CARGA 110, ÍNDICE DE VELOCIDADE T, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: BRIDGESTONE FUZION	UND	76,00	0,0000	398,00	30.248,00
183	PNEU SULCOS 18.4-30, DESENHO V, 12 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3180KG, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: FIRESTONE SAT 23	UND	76,00	0,0000	2.299,00	174.724,00
184	PNEU LISO 18.4-30, 12 LONAS, CAPACIDADE DE CARGA 3180KG, APROVADO PELO INMETRO, GARANTIA DE 5 ANOS CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO. - Marca: FIRESTONE SAT 23	UND	76,00	0,0000	2.298,00	174.648,00

Total do Fornecedor: 1.684.206,00

Total Geral: 12.861.667,00

 GENÉSIO BRESSIANI - PRESIDENTE DO CONDER

ESTADO DE SANTA CATARINA
CONS INTER DES REGIONAL - CONDER

CNPJ: 23.773.012/0001-54
Rua Padre Aurelio Canzi, 1628
C.E.P.: 89900-000 - São Miguel do Oeste - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 5/2019 - PR

Processo Administrativo: 5/2019
Processo de Licitação: 5/2019
Data do Processo: 26/02/2019

Folha: 13/13

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

GENÉSIO BRESSIANI - PRESIDENTE DO CONDER